TRATADO DE TEOLOGIA

Adventista do Sétimo Dia

Editor
Raoul Dederen

Casa Publicadora Brasileira
■ Tatuí, SP

Título original em inglês:
Handbook of Seventh-day Adventist Theology

Copyright © da edição em inglês: Review and Herald, Hagerstown, EUA.
Direitos internacionais reservados.

Direitas de tradução e publicação
em língua portuguesa reservados à
Casa Publicadora Brasileira
Rodovia SP 127 — km 106
Caixa Postal 34 - 18270-970 - Tarní, SP
TeL: (15) 3205-8800 - Fax: (15) 3205-8900
Atendimento ao cliente: (15) 3205-8888
www.cpb.com.br

Iª edição
2ª impressão: 3 mil exemplares
Tiragem acumulada: 7 milheíros
2011

Tradução: José Barbosa da Silva
Revisão: Luciana Gruber
Projeto gráfico: Vandir Dortajr.
Programação visual: Vandir Dortajr. e Fábio Fernandes
Capa: Levi Gruber

IMPRESSO NO BRASIL *t Prínted in Brazil*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tratado de teologia: Adventista do Sétimo Dia /
[editor Raoul Dederen; tradução José Barbosa
da Silva]. — Tatuí, SP : Casa Publícadora
Brasileira, 2011.

Título original: Handbook of Seventh-day
Adventist theology.
Vários colaboradores.
Bibliografia.

1. Adventistas do Sctimo Dia — Doutrinas
2. Vida cristã I. Dederen, Raoul.

11-02847 cdd-230.6732

índices para catálogo sistemático:
1. Adventista do Sétimo Dia: Doutrinas :
Cristianismo 230,6732

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial,
por qualquer meio, *sem prévia autorização escrita* do autor e da Editora.

EDITORA AFHTAJDA

Tipologia: FairfieldLTStd, 10,5/12,6 - 8784/25128 - ISBN 978-85-345-1289-3

Editores

da versão original em inglês

Editor Geral
GEORGEW. REID

Editor
RAOUL DEDEREN

Assistente Editorial
NANGYJ. VYHMEISTER

Editores Associados
FRANKB. HOLBROOK
HERBERT KIESLER
EKKEHARDT MÜLLER
GERHARD PFANDL
WILLIAM H. SHEA
ÁNGEL MANUEL RODRÍGUEZ

Comissão do Biblical Research Institute

Niels-Erik Andreasen
Kai Arasola
Dalton D. Baldwin
John T. Baldwin
Bert B. Beach
Enrique Becerra
Ivan T. Blazen
W. Floyd Bresee
Ernest Bursey
Gordon E. Christo
James A. Cress
Richard M, Davidson
D. Davis
Raoul Dederen
Wilson Endruveit
Edgar Escobar
Arthur J. Ferch
Robert S. Folkenberg
John M. Fowler
Erwin Gane
D. F. Gilbert
Paul Gordon
Madelyn J. Haldeman
Gerhard F. Hasel
Frank B. Holbrook
Willíam G. Johnsson
John R. Jones
D. Robert Kennedy
Herbert Kiesler
Gregory A. King
Miroslav M. Kis
Robert J. Kloosterhuis
Samuel Koranteng-Pipim
Donn Leatherman
jairong Lee
Pedrito Maynard-Reid
Alfred G. McClure
Bertram Melbourne
KennethJ. Mittleider
Ekkehardt Müller
Deane Nelson
Jan Paulsen
Gerhard Pfandl
Robert L. Rawson
George W, Reid
George E. Rice
Calvin B. Rock
Angel Manuel Rodríguez
Siegfried Roesk
Ariel A. Roth
William H. Shea
Tom Shepherd
Ronald Springett
Janice Staab
Artur Stele
G. Ralph Thompson
Peter M. van Bemmelen
Mario Veloso
Juan Carlos Viera
Nancy J. Vyhmeister
Werner K. Vyhmeister
Mervyn Warren
Lloyd Willís
Ted N. G. Wilson
'Gerald R. Winslow
í Randall W. Younker

Editores

da versão em português

VANDERLEI DORNELES
MARCOS DE BENEDICTO
OZEAS C. MOURA
PAULO R. PINHEIRO
DIOGO CAVALCANTI

Série Logos

Conselho Editorial

ALBERTO R. TI MM
ELIAS BRASIL DE SOUZA
JOSÉ CARLOS DE LIMA
MARCOS DE BENEDICTO
MÁRCIO DIAS GUARDA
PAULO R. PINHEIRO
REINALDO W. SIQUEIRA
RUBENS LESSA
VANDERLEI DORNELES

A Série Logos Inclui o *Tratado de Teologia Aãventista do Sétimo Dia,* o *Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia* e o *Dicionário Bíblico Aãventista do Sétimo Dia*.

Colaboradores

(As funções indicadas correspondem à época da elaboração original desta obra)

Niels-Erik Andreasen	Professor de Antigo Testamento e presidente da Andrews University
Ivan T. Blazen	Professor de Novo Testamento na Loma Linda University
Charles E. Bradíord	Ex-Presidente da Divisão Norte-Americana
John Brunt	Professor de Novo Testamento e vice-presidente administrativo do Walla Walla College
Aecio Gairus	Professor de Antigo Testamento no Adventist International Institute of Advanced Studies
Fernando L. Canale	Professor de Teologia e Filosofia na Andrews University
Richard M. Davidson	Professor de Antigo Testamento na Andrews University
Raoul Dederen	Professor emérito de Teologia Sistemática na Andrews University
John M. Fovvler	Diretor associado do Departamento de Educação da Associação Geral
H. Gerhard F. Hase]	Professor de Antigo Testamento na Andrews University
Frank B. Holbrook	Diretor associado do Biblical Research Institute
William G. Johnsson	Editor da *Adveiitist Revieiv*, da Associação Geral
Herbert Kiesler	Diretor associado do Biblical Research Institute
Miroslav M. Kis	Professor de Ética na Andrews University
Hans K. LaRondelle	Professor emérito de Teologia na Andrews University
Richard Lehmann	Presidente da União Franco-Belga
Daegeuk Nam	Professor de Teologia na Korean Sahm}ʳook University
George W. Reid	Diretor do Biblical Research Institute
George E. Rice	Pastor da Associação Chesapeake na Divisão Norte-Americana
Calvin B. Rock	Vice-presidente da Associação Geral
Angel Manuel Rodríguez	Diretor associado do Biblical Research Institute
William H. Shea	Diretor associado do Biblical Research Institute
H. Kenneth A. Strand	Professor de História da Igreja na Andrews University
Reter M. van Bemmelen	Professor de Teologia na Andrews University
Mario Veloso	Secretário associado da Associação Geral
Nancy J. Vyhmeister	Professora de Missões na Andrews University
Eric Glaude Webster	Editor de *The Signs ofthe Times*, na África do Sul

Sumário

Materiais Introdutórios

Prólogo ..... *x*

Prefácio à edição em língua portuguesa..... xí

Prefácio à edição originalem inglês.....xiii

Lista de Abreviaturas.....xvi

Guia de Transliteração ..... xíx

Glossário.....xxi

1. Quem São os Adventistas doSétimo Dia?.....I
Nancy]. Vyhmeister

2. Revelação e Inspiração..... 26
Peter M. van Bemmelen

3. Interpretação Bíblica.....67
FUchard M. Davidson

4. Doutrina de Deus..... 120
Fernando L. Canale

5. Cristo: Pessoa e Obra..... 180
Raoul Dederen

6. A Doutrina do Homem.....231
Aecio E. Cairus

7. Pecado 262
John Aí. *Fowler*

8. Salvação 305
Ivan T. *Blazen*

9. Morte: Origem, Natureza e Erradicação.....353
Niels-Erík Andreasen

10. Ressurreição e Glorificação.....390
John C. *Brunt*

11. Santuário.....421
Angel Manuel Rodríguez

12. Criação 467
William H. Shea

13. A Lei de Deus.....510
Mario Veloso

14. O Sábado.....549
Kenneth A. *Strand*

15. A Igreja.....598
Raoid Deâeren

16. As Ordenanças: Batismo, Lava-Pés e Ceia do Senhor.....646
Herhert Kiesler

17. Dons Espirituais.....676
George E. Rice

18. Mordomia.....721
Charles E, Bradford

19. Estilo de Vida e Conduta Cristã.....748
Miroslav M. Xis

20. Casamento e Família 803
Calvin B. Rock

21. Saúde e Cura.....833
George W. Reid

22. Apocalíptica Bíblica.....870
William G. Johnsson

23. Julgamento Divino 904
Gerhard F. Hasel

24. O Remanescente e as Três Mensagens Angélicas 949
Hans K. LaRondelle

25. A Segunda Vinda de Jesus 988
Richard P, Lehmann

26. O Milênio 1024
Eríc Glaude Webster

27. A Nova Terra e o Reino Eterno.....1046
Daegeuk Nam

28. O Grande Conflito.....1070
Frank B. Flolbrook

índice Geral.....1114

índice Bíblico 1128

Prólogo

Com a presença de delegados de todas as partes do mundo reunidos no Centro Kenyatta de Nairóbi para o Concilio Anual de 1988, os líderes da Igreja Adventista tinham diante de si o grande desafio de fortalecer a unidade de um conjunto de crentes espalhados por mais de 220 países, vivendo em diferentes ambientes culturais. Eles acabaram reconhecendo que possuir atributos comuns de fé e prática é tão importante para os crentes em Cristo que vivem no tempo do fim quanto foi para a igreja apostólica em expansão.

O concilio autorizou a preparação de um material que recapitulasse cuidadosamente os ensinos bíblicos que servem de base ao dinâmico movimento adventista. O resultado é este volume. Sob a direção do Biblical Research Institute (BRI), o projeto de elaboração consumiu mais de 10 anos. Conforme observa o editor em seu prefácio, o objetivo da obra é fornecer tanto a crentes como a pesquisadores uma apresentação ao mesmo tempo racional e devocional dessas verdades bíblicas, segundo a ótica adventista do sétimo dia.

O BRI aproveita o ensejo para expressar oficialmente sua permanente gratidão a Raoul Dederen, que, com sua singular combinação de compromisso cristão, capacidade teológica, sábio discernimento, tato e tenacidade, labutou para levar este empreendimento a bom termo.

George W- Reid

Diretor do Bihlical Research Institute

Prefácio

à edição em língua portuguesa

A Igreja Adventísta do Sétimo Dia surgiu, em meados do século 19, como um movimento profético comprometido com a Palavra de Deus. Aceitando a autoridade normativa da Bíblia, os primeiros adventistas começaram a desenvolver um sistema doutrinário baseado nos princípios hermenêuticos da *sola Scriptura* (exclusividade das Escrituras) e da *tota Scriptura* (totalidade das Escrituras). O período pós-1844 foi caracterizado pela definição de doutrinas distintivas da fé adventísta, como a lei e o sábado, a segunda vinda de Cristo, o sacerdócio de Cristo no santuário celestial e a imortalidade condicional do ser humano. No período pós-1888, a mensagem adventísta foi enriquecida com mais ênfase nas doutrinas evangélicas da salvação pela graça mediante a fé, da plena divindade de Cristo e Sua coeternidade com o Deus Pai, bem como do Espírito Santo como a terceira pessoa da Divindade.

Muitas exposições doutrinárias foram produzidas pela denominação ao longo dos anos. Por exemplo, em 1847 publicou-se a obra de José Bates intitulada *Second Advent Way Marks and High Heaps, ora Connected View, ofthe Fiãfdlment ofProphecy¡ by God's Pecidiar People,from the Year 1840 to 1847* (New Bedford, [MA]: Benjamin Lindsey, 1847), como a primeira proposta significativa de integração doutrinária em uma estrutura profética. Três décadas mais tarde, foi publicado o livro *The Bihlical Institute: A Synopsis ofLectures on the Principal Doctrines of Seventh-day Adventists* (Oakland, CA: Steam Press ofthe Pacific S.D.A. Publishing tf ouse, 1878), como uma síntese das palestras apresentadas por Tiago White e Uriah Smíth numa conferência bíblica na cidade de Oakland, Califórnia, em abril de 1877.

A circulação da obra *Seventh-day Adventists Answer Questions on Doctrine* (Washington, DC: Review and Herald, 1957), publicada em português como *Questões sobre Doutrina: O clássico mais polêmico da história do adventismo*, ed. anotada (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009), contribuiu para que ensinos básicos adventistas se tornassem conhecidos em muitos círculos não adventistas; mas, ao mesmo tempo, acabou suscitando fortes críticas por parte de segmentos perfeccionistas, na época. Por sua vez, o livro *Seventh-day Adventists Believe... A Biblical Exposition of 27 Fundamental Doctrines* (Washington, DC: Ministerial Association of the General Conference of Seventh-day Adventists, 1988), publicado em português como Nisto *Cremos: 27 ensinos bíblicos dos adventistas do sétimo dia* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1989), está entre os trabalhos mais representativos do pensamento doutrinário adventísta.

O chamado *Handbookof Seventh-day Adventist Theology* (Hagerstown, MD: Review and Herald, 2000), com mais de mil páginas, é uma das obras mais significativas para o estudo da teologia e das doutrinas adventistas. O presente volume disponibiliza agora todo o seu conteúdo em língua portuguesa. Os 28 capítulos escritos por diferentes eruditos adventistas e revisados pela Comissão de Pesquisas Bíblicas da Associação Geral da Igreja Adventísta do Sétimo Dia fazem desta obra uma notável exposição do pensamento doutrinário adventista. Cada capítulo aborda uma doutrina específica a partir de sua base bíblico-teológica, acrescida de seu desenvolvimento histórico e de alguns comentários de Ellen G. White sobre o assunto. Sem dúvida, a publicação desta obra é uma das conquistas mais importantes no aprofundamento bíblico e no ensino da teologia adventísta em língua portuguesa.

Alguns detalhes técnicos devem ser mencionados afim facilitar a leitura e a pesquisa neste volume. Todas as referências bíblicas são extraídas da versão Almeida Revista e Atualizada

(ARA), 2ª edição, salvo indicação entre parênteses, em caso de textos melhor exemplificados por outras versões. As abreviações das passagens bíblicas, colocadas entre parênteses, são as mesmas usadas pela versão Almeida, em suas páginas introdutórias. Quando um trecho ou palavra aparece entre colchetes, significa que se trata de uma inserção feita pelos editores da obra em inglês ou pelos editores desta versão em português. As citações das obras de Ellen G. White foram extraídas da edição portuguesa padrão, que segue a mesma paginação da edição em inglês, com pequenas alterações quando necessárias. Já as citações de obras clássicas como os pais da igreja ou os reformadores e demais fontes como dicionários, enciclopédias, comentários, livros e artigos de pesquisa foram traduzidas livremente.

As páginas deste volume exibem duas paginações. A paginação disponibilizada na lateral corresponde à paginação da edição em inglês, sendo que a seta na base do número é colocada junto à linha onde termina essa página na edição em inglês. A maneira mais universal de citar esta obra é pela paginação lateral, pois assim se oferece ao leitor condições de verificar a paginação, mesmo que o faça na edição original em inglês.

Há diversas indicações de leitura e pesquisa ao longo do texto. Quando trechos deste mesmo volume são indicados, aparecem entre parênteses desta forma: "(ver O Grande Conflito, II.E.2)". Ou, quando se trata do mesmo capítulo, simplesmente "(ver II.E.2)". A primeira é, portanto, uma indicação do capítulo intitulado "O Grande Conflito", e não da obra de Ellen G. White, O *Grande Conflito.* Às vezes, as indicações podem estar abreviadas. Por exemplo, 'Ver Três Anjos" significa ver o capítulo intitulado "O Remanescente e as Três Mensagens Angélicas". Referências a obras de diversos volumes são feitas de forma abreviada. No caso de terem sido alistadas nas abreviações (p. xvi), elas são indicadas com o número do volume junto à abreviação. Por exemplo, "SDABC5" indica o volume 5 da obra *Seventh-day Adventist Bihle Commentary.*

As diversas citações feitas ao longo do texto são referenciadas entre parênteses. Muitas vezes, o nome do autor aparece entre parênteses com a indicação de ano e página da citação; outras vezes, aparece no texto, deixando entre parênteses só a indicação de ano e página, e às vezes só a página. Todas as obras citadas desta forma estão alistadas no final de cada capítulo a partir do sobrenome do autor.

Esperamos que esta publicação contribua significativamente para o enriquecimento da compreensão teológico-doutrinária de pastores e líderes e, por meio destes, de toda a igreja. Desejamos também que este material seja um referencial para o estudo e a compreensão da mensagem adventista por parte de outros pesquisadores cristãos interessados na visão teológica adventista.

O Conselho Editorial

Prefácio

à edição original em inglês

Num tempo de mudanças rápidas e pluralidade em todas as áreas, quando crentes adventistas precisam encarar o mundo com uma compreensão bem fundamentada de sua fé, a liderança da igreja resolveu tornar disponível a seus membros e ao público em geral um manual básico das principais doutrinas e práticas dos adventistas do sétimo dia. Em virtude da rápida expansão do movimento adventista em pratícamente todos os países e culturas do mundo, uma obra dessa envergadura servirá para reforçar a unidade invocada no mandado de Cristo a Seus seguidores. Faz mais de 30 anos que se reconheceu essa necessidade motivadora dos primeiros planejamentos e esforços no sentido de preparar uma obra dessa natureza.

Apesar disso, a elaboração da obra propriamente dita só foi autorizada em 1988, na Reunião Anual do Conselho da Comissão Executiva da Associação Geral realizada em Nairóbi, no Quênia. O Biblical Research Institute (BRI) ficou responsável por sua preparação e pelo conteúdo. Eu (Raoul Dederen) recebi a incumbência de atuar, sob os auspícios do BRI, como diretor do projeto e editor do volume.

Após considerar cuidadosamente a natureza do objetivo e as limitações do manual que se-tinha em vista, foram selecionados autores das mais diversas partes do mundo, levando-se em conta não somente seu nível de conhecimento acadêmico e pastoral, mas também sua habilidade de traduzir essa erudição em linguagem e conceitos acessíveis, em benefício de leitores não especializados. Cada autor recebeu um conjunto de diretrizes, que tratavam essencialmente do conteúdo, do formato, da quantidade de páginas e do estilo de escrita,

O livro tem um plano, e esse tenta fazer justiça a três formas de discorrer sobre Deus e o mundo, a saber: as Escrituras, a história e o testemunho de Ellen G. White. Pediu-se aos autores que dedicassem a maior parte de seus artigos a dados bíblicos, abstendo-se tanto quanto possível de fazer referências a fontes extrabíblicas. Esta é realmente uma oportunidade de ouro para deixar a Bíblia falar. Antes da compilação das declarações de Ellen G. White que parecessem mais representativas e proveitosas, o artigo deveria traçar um breve resumo histórico da doutrina em questão. Por último, convencionou-se incluir uma seção denominada "literatura", contendo uma breve lista das obras usadas pelos autores e por eles consideradas úteis para posterior investigação sobre o tema. A parte escriturística de cada artigo se encerraria com algumas observações relativas às implicações práticas para a vida cristã diária, a não ser que o próprio tema já focalizasse a vida cristã, como acontece com o capítulo "Estilo de Vida e Conduta Cristã". O texto bíblico padrão usado nas citações bíblicas seria a Revised Standard Version [e, na tradução para o português, a versão Almeida Revista e Atualizada]. Todas as palavras hebraicas e gregas seriam transliteradas para o alfabeto latino. Não haverí a notas de rodapé nem notas no fim do capítulo. Embora em muitas partes do mundo a tendência atual seja em direção a uma linguagem inclusiva de gênero, o fato de mais de 90% dos adventistas viverem em lugares onde o inglês é uma segunda língua nos levou, em alguns casos, a favorecer a antiga prática e a ser menos minuciosos com relação a esse ponto. Referências cruzadas, um glossário e um índice geral aumentariam a utilidade deste recurso.

Os 28 capítulos que compõem este volume estiveram em processo de elaboração por cerca de 10 anos. Somente quem andou no encalço de duas dúzias de teólogos ao redor do mundo envolvidos em seus calendários acadêmicos, atividades de pesquisas e períodos de licença é capaz de compreender que uma obra dessa natureza não pode ser produzida da noite para o dia. Apesar de cada artigo ser assinado, combinou-se desde o princípio que

todas as contribuições seriam objeto de revisão, e sugestões do Biblical Research Institute Committee (BRICOM), um grupo de 40 pessoas, composto em sua maioria por eruditos, mas também por alguns administradores. Em virtude de sua composição internacional, o BRICOM foi convidado a servir como eficiente caixa de ressonância.

Em outras palavras, muitas pessoas partilharam a tarefa de planejar e escrever este livro, desde a consulta do esboço até a redação e a revisão dos sucessivos rascunhos. Este livro não é apenas uma coleção de partes escritas separadamente por colaboradores individuais. Na verdade, nenhuma parte dele é obra de um único autor. A medida que o texto avançava nas etapas de edição e revisão, todas as partes do livro e o livro como um todo receberam o beneficio dessa abordagem cooperativa.

A equipe que trabalhou no projeto — tanto os autores como os membros do BRICOM (muitos desses também escritores) — pode ser classificada como realmente internacional. Os integrantes representavam países de todos os recantos do planeta: África do Sul, Argentina, Austrália, Áustria, Barbados, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Coréia, Dinamarca, França, Alemanha, Gana, índia, Jamaica, Holanda, Porto Rico, Reino Unido, Rússia, Uruguai e Estados Unidos. Os autores redigiram a obra visando a um público leitor mundial.

O objetivo do corpo editorial e dos colaboradores foi produzir uma obra de referência, firmada num espírito de absoluta lealdade à Bíblia como a Palavra escrita de Deus, na esperança de que estas páginas serão fecundas para a reflexão pessoal tanto no nível da fé como da prática. Não foi intenção que ela se tornasse um mero exercício de teologia *especulativa.* Também não estamos defendendo o ponto de vista particular de uma pequena escola de vanguarda do pensamento adventista. O que se apresenta aqui é amplamente representativo da teologia adventista dominante e da erudição bíblica, conforme praticada em toda a Igreja Adventista mundial. Trata-se de uma obra de teologia *construtiva*, alicerçada na Bíblia e centralizada em Cristo, que tenta ver o todo em função da inter-relação de todas as suas partes, e das partes sempre em função de sua relação umas com as outras e com o todo. Convém ainda ressaltar que a obra não é voltada apenas para acadêmicos e especialistas, embora lhes seja útil. O público-alvo é o leitor comum que procura uma exposição compreensível da teologia e das principais doutrinas adventistas, apresentando a informação abrangente que tal leitor acha razoável encontrar.

A fé cristã é muito rica e aqueles a quem ela é anunciada são muito variados. Por isso, alguns leitores poderíam esperar que cada seção tratasse o assunto de maneira mais completa ou de forma diferente. E razoável que assim aconteça. Alguns vão lamentar algo que ficou de fora, algo que recebeu atenção excessiva ou algo que recebeu indevida ênfase. Mais de uma vez tivemos o desejo de ampliar as discussões a respeito de importantes declarações contidas na Bíblia, na história ou nos testemunhos de Ellen G.-White. Mas não foi possível fazer esses acréscimos sem tornar desproporcionais as demandas por espaço. Até mesmo uma obra de referência com este tamanho tem suas limitações.

Lançamos este volume não com a pretensão de que o mesmo seja a última palavra sobre os assuntos tratados, mas na esperança de que será útil em lares, salas de aula e bibliotecas adventistas e não adventistas, bem como em gabinetes pastorais, como uma cômoda e valiosa ferramenta de referência para informações sobre os diversos aspectos do pensamento e da prática adventista.

Resta agora a feliz tarefa de expressar agradecimentos ao grande grupo de pessoas que contribuíram de muitas formas para que este livro fosse produzido. É possível mencionar por nome apenas alguns deles. Em primeiro lugar estão meus colaboradores imediatos: Nancy Vyhmeister e o corpo administrativo do BRI, sob a liderança de G. W. Reid. Vêm, em seguida,

os 27 autores, que tão generosamente contribuíram com seu tempo e conhecimentos. Gabe-me também prestar um tributo especial de gratidão aos membros da Comissão Executiva da Associação Geral, que foram os originadores deste projeto. Sem a inspiração e o constante apoio deles, não haverí a o *Tratado de Teologia Adventista do Sétimo Dia.*

Finalmente, uma palavra de agradecimento a outro tipo de ajuda. Talvez não seja preciso mencionar que a produção de uma obra desta magnitude envolveu enorme volume de texto a ser digitado e outros trabalhos auxiliares. Cada artigo precisou ser redigido várias vezes antes de ir para a impressora. Em relação a isso, vai um "obrigado" especial também ao grupo de fiéis secretárias e, de modo mais particular, para nossa especialista em editoração eletrônica Martha Lunt. Agradecimentos especiais ainda a Robert J. Kinney e Ted N. C. Wilson, então presidentes da Review and Herald Publishing Association, pelo constante interesse na obra. Também estamos em débito com Nancy Vyhmeister e o corpo editorial da Review and Herald, mais particularmente com Richard W. Coffen, vice-presidente, e James Cavil e seus associados, que gerenciaram com profissionalismo o longo e laborioso processo de editoração final

Raoul Dederen
Andrervs University

Lista de Abreviaturas

Obras de Ellen G. White

1888 Materials	*Ellen* G. *White* 1888 *General Conference Materials*
AA	*Atos dos Apóstolos*
BS	*Beneficência Social*
CBV	*Ciência do Bom Viver*; A
CG	*Caminho a Cristo*
CE	*Colportor Evangelista*
CES	*Conselhos sobre a Escola Sabatina*
CM	*Conselhos sobre Mordomia*
CPPE	*Conselhos aos Pais, Professores e Estudantes*
CRA	*Conselhos sobre o Regime Alimentar*
CS	*Conselhos sobre Saúde*
OP	*Outro Poder, 0*
DTN	*Desejado de Todas as Nações, 0*
Ed	*Educação*
DCD	*Este Dia com Deus* (Meditações Matinais de 1980)
EF	*Eventos Finais*
Ev	*Evangelismo*
FEC	*Fundamentos da Educação Cristã*
FFD	*Filhos e Filhas de Deus* (Meditações Matinais de 1956)
FO	*Fé e Obras*
FV	*Fé pela Qual Eu Vivo, A* (Meditações Matinais de 1959)
GC	*Grande Conflito, 0*
HR	*História da Redenção*
LA	*Lar Aâveniista, 0*
LC	*Lugares Celestiais, Nos* (Meditações Matinais de 1968)
Mar	*Maranata* (Meditações Matinais de 1977)
MCP	*Mente, Caráter e Personalidade* (2 vols.)
ME	*Mensagens Escolhidas* (3 vols.)
MG	*Maravilhosa Graça de Deus, A* (Meditações Matinais de 1974)
M]	*Mensagens aos Jovens*
MR	*Manuscript Releases*
MS	*Medicina e Salvação*
MCH	*Minha Consagração Hoje* (Meditações Matinais de 1953/1989)
NAV	*Nossa Alta Vocação* (Meditações Matinais de 1962)
OA	*Olhando para o Alto* (Meditações Matinais de 1983)
OC	*Orientação da Criança*
OE	*Obreiros Evangélicos*
PC	*Para Conhecê-Lo* (Meditações Matinais de 1965)
PE	*Primeiros Escritos*
PJ	*Parábolas de Jesus*
PP	*Patriarcas e Profetas*
PR	*Profetas e Reis*

Sa	*Santificação*
SAT	*Sermons and Talks*
SC	*Serviço Cristão*
SDABC	*Seventh-day Adventist Bible Commentary* (7 vols.)
SG	*Spiritual Gifts* (4 vols.)
SLP	*Sketches from ike Life of Paid*
SM	*Sermão da Montanha,* O
SW	*The Southern Work*
T	*Testemunhos -para a Igreja* (9 vols.)
Te	*Temperança*
TM	*Testemunhos para Ministros e Obreiros Evangélicos*
TS	*Testemunhos Seletos* (3 vols.)
TSB	*Testhnonies on Sexual Behavior, Adultery, and Divorce*
VA	*Verdade sobre os Anjos, A*
VC	*Vida no Campo*
VE	*Vida e Ensinos*
VS	*Vida Saudável*

Outras referências

ANET	Pritchard, James B., ed. *Ancient Near Eastem Texts Relating to the Old Testament.* Princeton: Princeton University Press, 1969.
ANF	*The Anti-Nicene Fathers,* ed. Alexander Roberts e James Donaldson. 10 vols. Nova York: Ghristian Literature Co., 1885-1887.
AR	*Adventist Review*
AUCR	*Australasian Union Conference Record*
BE	*Bible Echo*
BTS	*Bible Training School*
CFOF	Froom, LeRoy E. *The Conditionalist Faith of Our Fathers.* 2 vols. Washington, DC: Review and Herald, 1965, 1966.
GCB	*General Conference Bidletin*
CH	*Gospel Herald*
NPNF-1	*The Nicene anã Post-Nicene Fathers.* First Series. Ed. Philip Schaff. 14 vols. Nova York: Ghristian Literature Co., 1886-1889.
NPNF-2	*The Nicene and Post-Nicene Fathers.* Second Series. Ed. Philip Schaff e Henry Wace. 14 vols. Nova York: Ghristian Literature Co., 1890-1899.
PFOF	Froom, LeRoy E. *The Prophetic Faith of Our Fathers.* 4 vols. Washington, DC: Review and Herald, 1946-1954.
PUR	*Pacific Union Recorder*
QOD	*Seventh-day Adventists Answer Qiiestions on Doctríne.* Washington, DC: Review and Herald, 1957.
RH	*Review and Herald*
ST	*Signs of the Times*
TDNT	Kittel, Gerhard, e Gerhard Friedrich, eds. 10 vols. *Theological Dictionary ofthe New Testament.* Grand Rapids: Eerdmans, 1964-1976.
YI	*Youths Instructor*

Outras abreviaturas

ADRA	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
ASD	Adventista do Sétimo Dia
AT	Antigo Testamento
c,	circa (cerca de)
DNA	Divisão Norte-Americana
gr.	grego
heb.	hebraico
lat.	latim
m	morto em
Ms(s)	Manuscrito(s)
n	nascido em
NT	Novo Testamento

Os textos bíblicos creditados a ARA e os textos bíblicos em geral, a menos que se mencione outra fonte, pertencem à versão *Almeida Revista e Atualizada,* 2ª edição, Copyright © em 2000 pela Sociedade Bíblica do Brasil.

Os textos bíblicos creditados a ARV são da *The Holy Bible,* editada pela Thomas Nelson and Sons em 1901.

Os textos bíblicos creditados como BJ são da *Bíblia de Jerusalém,* editada pela Editora Paulus em 2002.

Textos creditados a KJV são da *King James Version.*

Os textos bíblicos creditados a MLB são da *The Modem Language Bible: The Nexv Berkeley Version in Modem English.* Copyright © em 1945, 1959, 1969, 1970, 1987 por Hendrickson Publishers,

Os textos escriturísticos creditados a NAB são de *The Neiv American Bible,* Copyright © em 1970 pela Confraternity of Christian Doctrine, Washington, DC.

As citações das Escrituras assinaladas com NASB são da *New American Standard Bible.* Copyright © pela The Lockman Foundation em 1960, 1962, 1963, 1968, 1971, 1972, 1973, 1975, 1977.

Os textos creditados a NEB pertencem a *The New English Bible.* Copyright © em 1961, 1970 por The Delegates of the Oxford University Press the Syndics of the Cambridge University Press, 1961, 1970.

Os textos creditados a NVI pertencem à *Nova Versão Internacional.* Copyright © em 2000 pela International Bible Society.

Os textos creditados a NKJV pertencem à *New King James Version.* Copyright © em 1979, 1980, 1982 pela Thomas Nelson.

Os textos creditados a NRSV pertencem à *New Revised Standard Version of the Bible.* Copyright © em 1989 pela Division of Christian Education of the National Council of the Churches of Christ in the U.S.A. Usado com permissão.

Os textos creditados a REB pertencem a *The Revised English Bible.* Copyright © em 1989 por Oxford University Press e Cambridge University Press.

Os textos creditados a TEV pertencem à *Good News Bible.* Old Testament: Copyright © pela American Bible Society em 1976; New Testament: Copyright © pela American Bible Society em 1966, 1971, 1976,

Os textos creditados a NTLH pertencem à *Nova Tradução na Linguagem de Hoje.*

Guia de Transliteração

O padrão de transliteração adotado neste volume e em toda a Série Logos é o da Society of Bíblical Literature (SBL). Para o hebraico, a SBL tem dois estilos de transliteração: o acadêmico e o geral. Dentre esses, o escolhido foi o estilo geral. Nas tabelas a seguir, confira a transliteração das letras hebraicas (Heb) nos estilos geral (G) e acadêmico (A).

1* Alfabeto Hebraico

Heb	G	A
א	’	’
ב	*b*	*b*
בּ	*v*	*b*
ג	*g*	*g*
גּ	*gh*	*ġ*
ד	*d*	*d*

Heb	G	A
ד	*dh*	*ḏ*
ה	*h*	*h*
ו	*w*	*w*
ז	*z*	*z*
ח	*h*	*ḥ*
ט	*t*	*ṭ*

י	*y*	*y*
כ/ך	*k*	*k*
כּ/ךּ	*kh*	*k*
ל	*l*	*l*
מ/ם	*m*	*m*
נ/ן	*n*	*n*

Heb	G	A
ס	*s*	*s*
ע	‘	‘
פ/ף	*p*	*p*
פּ/ף	*f*	*p*
צ/ץ	*ts*	*ṣ*
ק	*q*	*q*

Heb	G	A
ר	*r*	*r*
שׁ	*s*	*ś*
שׂ	*sh*	*š*
ת	*t*	*t*
תּ	*th*	*ṯ*

Sinais Vocálicos Massoréticos

Heb	G	A
◌ָ	*a*	*ā*
◌ַ		*a*
◌ֲ		*ă*
◌ָה		*ā*

Heb	G	A
◌ֵ	*e*	*ē*
◌ֶ		*e*
◌ֱ		*ĕ*
◌ֵי		*ê*
◌ֶה		*e*
◌ֱה		*e*

Heb	G	A
◌ִ	*i*	*î*
◌ִי		*i*

Heb	G	A
◌ֹ	*o*	*ô*
◌ָו		*ō*
◌ָה		*o*
◌ָוה		*ō*

Heb	G	A
◌ֻ	*u*	*û*
◌ֻו		*u*

Observações:

As consoantes *âlef* (א) e *ayin* (ע) não têm som no hebraico. São mudas como o "h" em português.

Quando estão no fim da palavra, as consoantes *mem* (מ), *num* (נ), *pê/fê* (פ) e *tsadê* (צ) são escritas, respectivamente, da seguinte forma: ם, ן, ף/ﬗ e ץ.

Os sinais vocálicos são postos ao redor da consoante.

1. Alfabeto Grego

Na transliteração do alfabeto grego, a SBL provê apenas o estilo geral.

Grego	G
α	*a*
β	*b*
γ	*g*
δ	*d*
ε	*e*

Grego	G
ζ	*z*
η	*ē*
θ	*th*
ι	*i*
κ	*k*

Grego	G
λ	*l*
μ	*m*
ν	*n*
ξ	*x*
ο	*o*

Grego	G
π	*p*
ρ	*r*
σ/ς	*s*
τ	*t*
υ	*y/u*

Grego	G
φ	*ph*
χ	*ch*
ψ	*ps*
ω	*ō*
‘	*h*

Observações:

Em grego, o sinal ‘ indica que a pronúncia da vogal inicial é áspera, como a do "h" em inglês.

As letras gregas *teta* (θ) e *qui* (χ) não têm pronúncia equivalente na língua portuguesa. A pronúncia do *teta* se assemelha à do th em inglês. A pronúncia do *qui* se assemelha à do ch em alemão.

A pronúncia da consoante *csi* (ξ), embora transliterada por "x", sempre tem o som de "cs".

Em ditongos (*au, eu, ēu, ou, ui*), a vogal *ypsilon* (υ) tem o som de "u" e deve ser assim transliterada.

Glossário

Este glossário não pretende fornecer informações novas ou mais precisas. Visto que, em sua maior parte, os termos são explicados no próprio texto, o objetivo principal do glossário é servir de comodidade para o leitor e lembrete para a memória. As definições refletem os significados desses termos conforme empregados nas páginas deste livro.

Alta Crítica	Em sua acepção teológica, o termo se aplica à crítica histórica e literária da Bíblia. Essa crítica tem que ver basicamente com as fontes e os gêneros literários das Escrituras e com questões de autoria.
Antropologia	Do grego *anthrõpos*, "ser humano", e *logos*, "discurso". Na teologia, é o estudo da origem, natureza e destino do ser humano, em contraste com o estudo de Deus e dos anjos.
Apócrifos	Coleção de livros e seções de livros não contidos nos cânones judaico e protestante, mas aceitos pela Igreja Católica Romana com o nome de deuterocanônicos.
Aramaico	Língua semítica usada em grande parte do Oriente Próximo desde a ascensão dos assírios e babilônicos ao poder. Falado pelos judeus durante o exílio babilônico, o aramaico era idioma nativo na Palestina no tempo de Cristo.
Baixa Crítica	Outro nome para a crítica textual da Bíblia, isto é, o estudo do texto bíblico para determinar, tanto quanto possível, o que realmente foi escrito pelos autores inspirados.
Binitarianismo	Crença de que há apenas duas pessoas na Divindade, a saber: o Pai e o Filho.
Cânon	Do grego *kanõn*, "vara de medir". Lista que serve como regra. Na linguagem cristã, o termo designa o conjunto dos livros considerados inspirados, que compõem o Antigo e o Novo Testamento.
Catolicismo romano	Fé, adoração e prática dos cristãos em comunhão com o bispo de Roma.
Crítica bíblica	Estudo e análise cientifica dos elementos humanos que entram na composição das Escrituras.
Crítica da fonte	Método de estudo da Bíblia empregado para descobrir fontes subjacentes ao texto bíblico.
Crítica da forma	Método de estudo da Bíblia empregado para descobrir a

elaboração, pré-literária (oral) por trás das diversas formas literárias dos escritos bíblicos.

Crítica histórica — Tentativa de verificar a veracidade da Escritura e compreender seu significado com base nos princípios e procedimentos da ciência histórica secular.

Crítica da redação — Método de estudo da Bíblia empregado para descobrir presumidas tradições anteriores usadas pelo redator na composição, por exemplo, dos evangelhos.

Deísmo — Sistema de pensamento que defende a religião natural e a existência de Deus com base na razão humana e nas leis da natureza, em vez da revelação e dos ensinos de uma igreja.

D emitologização — Método de interpretação do Novo Testamento desenvolvido por Rudolf Bultmann (1884-1976). Insiste na necessidade de despir o Novo Testamento, principalmente os evangelhos, de seus aspectos tidos como mitológicos por esse método, tais como a crença no poder divino de Jesus, Sua preexistência e nascimento virginal, Suas idas e vindas entre o Céu e a Terra e Sua ressurreição, visto serem "inteiramente inconcebíveis" para a fé histórica. Tal linguagem mitológica deve, portanto, ser reinterpretada em categorias antropológicas (orientadas para o humano) ou, melhor, em categorias existenciais (pessoais).

Determinismo — Teoria segundo a qual os atos da vontade humana, os acontecimentos históricos ou os fenômenos da natureza estão determinados, isto é, decididos por causas externas e antecedentes, como o ambiente, a composição genética ou Deus. Assim sendo, nada no comportamento humano decorre, por exemplo, da livre vontade.

Disp ens acionalismo — Embora divirjam quanto ao número de dispensações, os teólogos dispensacionalistas acreditam que Deus revelou o plano da salvação ou aliança da graça em sucessivas dispensações, ou períodos de tempo, ao longo da história humana.

Docetismo — Do grego *dokeõ*, "parecer". Sistema de pensamento segundo o qual só em "aparência" Cristo teve um corpo humano, sofreu na cruz e ressuscitou dos mortos.

Dualismo — Do latim *dualis*, de *duo*, "dois". Ponto de vista segundo o qual toda realidade é constituída de dois princípios coexistentes,'distintos, antagônicos e fundamentais. Nesse sentido, o bem e o mal, o espírito e a matéria, a verdade e o erro, a alma e o corpo são expressões típicas do dualismo.

Ebionítas	Grupo de cristãos judeus dos primeiros séculos para os quais Jesus era o filho humano de José e Maria, tornado o Ungido por ocasião do batismo. Também insistiam no caráter obrigatório de toda a lei mosaica.
Economia divina	O plano salvífico de Deus revelado pela redenção em Jesus Cristo.
Empirismo	Sistema filosófico de pensamento segundo o qual a única fonte válida de conhecimento é a experiência.
Endogamia	Prática de se casar somente com membros do próprio grupo.
Epístemologia	Do grego *e-pistêmê,* “conhecimento”, e *logos,* “discurso”. Investigação dos princípios subjacentes à origem, natureza e limites do conhecimento, bem como da validade de suas pretensões.
Escatologia	Do grego *eschatos,* “último”, e *logos,* "discurso". A disciplina que trata dos últimos acontecimentos da história do mundo.
Escolasticismo	Sistema filosófico-teológico desenvolvido primeiramente nas escolas medievais da Europa católico-romana. Seu objetivo é definir e sistematizar o dogma religioso com a ajuda dos conceitos filosóficos e da tradição da teologia patrística, especialmente de Agostinho de Hipona e depois do aristotelismo.
Ética	Ciência que trata com o que é bom ou mau, e com os deveres morais, determinando, assim, a conduta e o estilo de vida.
Ético	Aquilo que se conforma aos padrões de conduta aceitos.
Etiologia	Do grego *ciitiologia,* "declaração, de causas”. Ciência cujo objeto é a investigação das causas e razões das coisas.
Evangelicalismo	Movimento protestante moderno que transcende as fronteiras denominacionais e promove os interesses do cristianismo bíblico. O princípio fundamental do movimento é a autoridade das Escrituras, a Palavra escrita de Deus e, portanto, inerrante em seus autógrafos originais.
Expiação	Do latim *expiare,* "reparar”. Reparação por uma falta. A satisfação das exigências da justiça através do pagamento de uma penalidade. No plano divino da salvação, a morte sacrifical de Cristo liberta seus beneficiários das consequências penais, devido à quebra da lei de Deus. O termo anglo-saxão para "expiação” é *atonement (at-one-ment,* que quer dizer “ser um com”). Fala de um processo de reparação da brecha aberta pelo pecado entre Deus e a humanidade, e está intimamente relacionado com a morte de Cristo.

Filioque — Expressão latina que significa “e do Filho”. 0 termo foi inserido no Credo Niceno (325 d.C.) pelo catolicismo ocidental para declarar que o Espírito Santo procede do Pai *e do Filho.*

Forense — Que se refere às cortes de justiça ou ao debate público.

Gnosticísmo — Do grego *gnõsis*, “conhecimento”. Sistema que enfatiza o dualismo, caracterizado pela crença de que a matéria é má e de que a emancipação - salvação no cristianismo — é alcançada por meio do conhecimento.

Helenismo — Conjunto de ideais humanísticos e clássicos relacionados com a cultura, a língua e a filosofia de vida prevalecentes no mundo greco-romano na época de Cristo.

Hermenêutica — Do grego *hermêneus*, "intérprete”. Arte e ciência da interpretação, como a da Bíblia,

Holístico — Que denota completude, como, por exemplo, compreensão holística da natureza humana. 0 ser humano é um todo integrado e deve ser tratado como tal. A palavra deriva do grego *holos,* “todo" ou “tudo”.

Homoou$ios — Literalmente, "da mesma substância”. Termo usado nos primeiros concílios cristãos, especíalmente o de Niceia (325 d.C.), para afirmar que o Pai e o Filho são da mesma substância ou natureza divina.

Idade Média, Medieval — Período da história europeia que vai desde c. 500 d.C. até c. 1500 d.C. Escritores mais recentes defendem a ideia de que esse período começou em 1100.

Idealismo — Teoria segundo a qual a natureza essencial da realidade reside num domínio que transcende os fenômenos, como, por exemplo, na consciência e na razão. As coisas visíveis deste mundo não passam de cópias das realidades perfeitas de outro mundo suprassensível.

Iluminísmo — Movimento filosófico do século 18 segundo o qual só se pode ter acesso à verdade mediante a razão, a observação e a experimentação. Desde então tem exercido grande influência sobre o mundo ocidental.

ímago Dei — Expressão em latim que significa "imagem de Deus”. Segundo Gênesis 1:26 e 27, o homem e a mulher foram criados à imagem de Deus.

Imputação	Do latim *imputam*, 'prestar contas", "atribuir". Na teologia cristã, atribuição, por substituição, da justiça de Deus ao crente em Cristo. No sentido oposto, o termo também se aplica a Cristo, que, embora inocente, consentiu em ser tido na conta de culpado e em morrer vicariamente na cruz, assumindo assim o lugar do pecador.
Intertestamentário	Relativo ao período que separa o Antigo do Novo Testamento.
Kenotí cismo	Sistema de pensamento segundo o qual, a fim de Se tornar humano, o Filho de Deus Se esvaziou temporariamente de alguns de Seus atributos divinos, principalmente de Sua onipotência, onisciência e onipresença.
Liberalismo	Embora usado com diversas nuances de sentido, o termo descreve o movimento ocorrido dentro da moderna teologia protestante, segundo o qual a liberdade intelectual e o humanismo secular são incoerentes com a ortodoxia bíblica.
Marcionísmo	Sistema doutrinário do *2°* e 3° séculos que atraiu muitos seguidores. Rejeitava o Antigo Testamento e o Deus criador bem como partes do Novo Testamento, negando a corporalidade e a plena humanidade de Cristo.
Massoretas	Escribas judeus que trabalharam na grafia do texto hebraico do Antigo Testamento durante o primeiro milênio da era cristã.
Milênio	Derivado do latim *mille,* 'mil", e *annum,* "ano", "milênio" é um termo teológico usado para descrever os mil anos de Apocalipse 20:1-10.
Misbnab	Coleção de tradições orais rabínicas acerca das Escrituras compiladas perto do fim do 2º século d.C.
Monarquianismo	Na tentativa de salvaguardar o monoteísmo e a unicidade ("monarquia") de Deus, alguns teólogos do 2º e 3º séculos proclamaram que Jesus era tão somente um homem, embora adotado como filho pela Divindade. Outros entendiam que Jesus e o Espírito Santo não passavam de meras funções ou modos de atuação do único Deus.
Monismo	Do grego monos, "sozinho", "único". Sistema filosófico que pretende explicar a universalidade de tudo o que existe por meio de um único e unificador princípio ou substância.
Montanismo	Movimento apocalíptico do 2° século que enfatizava a continuidade dos dons proféticos do Espírito e uma rígida disciplina ascética.

Mistério	Do grego *mystêrion*, "algo fechado", "um segredo". Palavra que, no Novo Testamento, se refere a uma verdade divina previamente ocultada, mas agora revelada, em cuja essência interior mentes finitas não conseguem penetrar.
Neo-ortodoxia	Movimento protestante do século 20 caracterizado pela oposição ao liberalismo teológico e pela defesa do retorno aos princípios básicos da teologia reformada.
Ontologia	A "ciência do ser", que trata da natureza e da essência do ser.
Ordenança	Termo usado nas Escrituras com relação aos decretos ou regulamentos ordenados por Deus ou por um governo. Na teologia protestante, designa comumente instituições de origem divina como o Lava-pés e a Ceia do Senhor.
Ortodoxia	Do grego *orthõs doxa*, "louvor correto", "opinião correta". Descreve o padrão de crenças em conformidade com os ensinos fundamentais de uma igreja quando comparado com a heterodoxia ou heresia. 0 termo *ortodoxa* também é usado para identificar as igrejas independentes, situadas principalmente no leste europeu, que reconhecem o primado honorífico do patriarca de Constantinopla.
Panenteísmo	Do grego *pan*, "tudo", *en*, "em", e *theos*, "Deus". Crença de que, embora Deus permeie todo o Universo, o ser divino é mais do que o Universo.
Pantefsmo	Do grego *pan*, "tudo", e *theos*, "Deus". Sistema que identifica Deus com o mundo e o mundo com Deus. Segundo o mesmo, todas as coisas são divinas, não havendo nenhuma distinção real entre Deus e as forças e leis do Universo.
Parousia	Do grego *parousia*, "presença" ou "chegada". Termo usado no Novo Testamento para denotar a segunda vinda de Cristo em glória e poder.
Penal	Do latim *poena*, "punição". Que diz respeito ou envolve castigo. Em linguagem cristológica, termo usado para afirmar que Cristo suportou o castigo que os pecadores merecem.
Perícope	Do grego *perikope*, "seção". Seção ou parágrafo de um livro sagrado. Daí o sentido de um trecho das Escrituras.
Pietismo	Movimento religioso iniciado na Alemanha, no século 17, em reação ao formalismo e ao intelectualismo. Enfatizava o estudo da Bíblia e a experiência religiosa pessoal.

Pluralismo	Concepção que admite na mesma igreja a coexistência pacifica de diferentes pessoas professando doutrinas diferentes em questões de fé e moralidade. Essas posturas variam geralmente de acordo com as premissas ou postulados usados na reflexão sobre a fonte da revelação, de acordo com a metodologia empregada ou conforme o contexto cultural no qual. opera a teologia.
Politeísmo	A crença em muitos deuses ou a sua adoração.
Positivismo	Sistema que limita a pesquisa e o conhecimento intelectual a fatos observáveis (“positivos”) e experimentais, repelindo assim toda especulação filosófica ou metafísica.
Pós-canônico	Relativo a uma pessoa, acontecimento ou escrito posterior ao tempo da formação do cânon bíblico.
Preterismo	Modalidade de interpretação profética que coloca inteiramente no passado o cumprimento de profecias bíblicas apocalípticas, principalmente as encontradas nos livros de Daniel e Apocalipse.
Propensão	Intensa e muitas vezes premente inclinação; tendência decisiva.
Propiciação	Do latim *propitiare,* “mostrar-se favorável". Propiciar transmite a ideia de apaziguar alguém ofendido ou recuperar o favor de um superior. Apesar disso, contrariando a noção grega de aplacar divindades iradas, os escritores do Novo Testamento não veem nenhum contraste irreconciliãvel entre o amor e a ira de Deus, uma ira sem nenhuma mescla de limitação humana e vingança pecaminosa. Percebe-se aqui o mistério divino do amor em meio à realidade da ira.
Pseudoepígrafos	Escritos judaicos pseudônimos ou anônimos que datam dos séculos imediatamente anteriores e posteriores ao tempo de Cristo,
Quiasmo	Emprego de paralelismo invertido na literatura ou poesia hebraica. Enquanto o paralelismo regular segue a ordem de A, B, A^1, B^1, o quiasmo inverte a ordem para A, B, B^1, A^1. A palavra quiasmo deriva da letra grega *qui (X)*.
Racionalismo	Do latim *ratio,* "razão”. Sistema de pensamento segundo o qual a razão humana é suficiente na busca da verdade, inclusive da verdade religiosa.
Reencarnação	Teoria de que as almas migram de um corpo para outro, tanto humano quanto animal.

Sacramento	Cerimônia religiosa instituída por Jesus Cristo, como o batismo, o Lava-pés e a Ceia do Senhor. A abrangência do termo varia amplamente. Alguns protestantes preferem o termo “ordenança”.
Soteriologia	Do grego *sõtêria,* “salvação”, e *logos,* “discurso”. Área da teologia cristã que trata do plano divino da redenção, mais particularmente da obra salvadora de Gristo.
Sinóticos	Os três primeiros evangelhos, segundo Mateus, Marcos e Lucas. Chamam-se assim porque, quando lidos lado a lado (sínoticamente), apresentam certos paralelos na estrutura e no conteúdo.
Talmude	Compilações judaicas que abrangem a Mishnah, ou ensinos orais dos judeus, e a Gemara, coleção de comentários rabínicos sobre a Mishnah.
Teodiceia	Do grego *theos,* “Deus”, e *dikê,* “justiça". Estudo e defesa da bondade e onipotência de Deus em face da existência do mal.
Teologia	Do grego *theos,* “Deus", e *logos,* “discurso”. Estudo ordenado de Deus e de Sua relação com o mundo, especialmente pela análise dos ensinos das Escrituras do Antigo e do Novo Testamento.
Tradição	Do latim *tradictio,* “alguma coisa legada”. Aquilo que é transmitido, principalmente ensinos legados por um mestre a um discípulo. Na teologia cristã, conjunto de doutrinas, práticas e experiências reveladas por Deus e comunicadas por Ele a Seu povo pela boca ou pelos escritos de Seus profetas e apóstolos, identificados com as Escrituras. A concepção católico-romana de tradição reivindica que tanto as tradições escritas como as não escritas que se originaram em Gristo e nos apóstolos formam uma fonte original e autêntica de doutrina lado a lado com as Escrituras.
Universalismo	Doutrina segundo a qual todos os seres humanos serão salvos no final de tudo, visto serem todos por natureza filhos de Deus,

1

Quem São os Adventistas do Sétimo Dia?

Nancy J. Vyhmeister

Introdução

Quem são os adventistas do sétimo dia? A essa pergunta, pode-se dar uma resposta simples e breve: a Igreja Adventista do Sétimo Dia é uma corporação mundial de mais de 16 milhões de cristãos que guardam o sábado do sétimo dia e esperam pela iminente volta de Jesus. Numa resposta mais detalhada, pode-se dizer que os adventistas são uma corporação protestante e conservadora de cristãos evangélicos, cuja fé, embasada na Bíblia e centralizada em Cristo, enfatiza a morte expiatória do Salvador, Seu ministério no santuário celestial e Seu breve retorno para redimir os fiéis. Os adventistas são conhecidos por observarem o sábado, enfatizarem a conservação da saúde como parte do dever religioso e por realizarem atividades missionárias ao redor do mundo.

Este capítulo primeiramente narra a história da igreja, desde seus primórdios até o início do século 20. A segunda seção contém uma vista panorâmica de como a Igreja Adventista do Sétimo Dia funciona atualmente, inclusive vislumbres de importantes questões que a afetam. As referências bibliográficas no fim do artigo, além de listar as fontes utilizadas, indicam para leitura posterior livros que tratam da história e do funcionamento da igreja.

1. Antecedentes e Adventismo - Século 19
   - A. Precursores da Igreja Adventista do Sétimo Dia
   - B. O Movimento Milerita
   - C. O Grande Desapontamento
   - D. Os Primeiros Ensinos Adventistas do Sétimo Dia
   - E. Primeiros Líderes Adventistas
     1. José Bates (1792-1872)
     2. Tiago White (1821-1881)
     3. Ellen Gould (Harmon) White (1827-1915)
   - F. História da Primeira Fase do Adventismo
     1. A Década de 1850: Publicações
     2. A Década de 1860: Organização
     3. A Década de 1870: Educação e Missão
   - G. O Fim do Século 19
   - H. Reorganização da Igreja
   - I. Conflito com Kellogg

II. A Igreja Adventista do Sétimo Dia — Século 20
   - A. O Crescimento da Igreja
     1. Publicações
     2. Rádio e Televisão
     3. Lanchas e Aviões Missionários
     4. Missão Intencional
   - B. Envolvimento Voluntário na Missão
   - C. Sistema Educacional
   - D. Obra Médica
   - E. Prosperidade e Desenvolvimento
   - F. Organização da Igreja
   - G. Avanços Teológicos

III. Literatura

I. Antecedentes e Adventismo — Século 19

O nome “Igreja Adventista do Sétimo Dia" foi adotado em 1S60. Aqueles que escolheram esse nome o explicaram tomando como base suas crenças distintivas: a observância do santo dia de Deus no sétimo dia da semana e a confiança na iminência do segundo advento de Jesus, A primeira editora adventista do sétimo dia foi formalmente constituída como sociedade anônima em 1861, enquanto a Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia se organizou formalmente em 1863,

O nascimento oficial da igreja data de princípios da década de 1860. Seu período de gestação abrange décadas, mas suas raízes remontam aos tempos apostólicos, visto que os pioneiros se consideravam elos na continuidade da tradição do Novo Testamento.

A. *Precursores da Igreja Adventista do Sétimo Dia*

No início do século 19, os intérpretes da Bíblia ao redor do mundo escreveram e falaram sobre a proximidade da segunda vinda de Jesus. O intenso estudo das profecias de Daniel e Apocalipse levou muitos à conclusão de que os períodos de tempo proféticos estavam prestes a se encerrar. Manuel de Lacunza, um jesuíta nascido no Chile, depois de estudar a Bíblia por 20 anos, escreveu *La Venida dei Mestas en Gloria e Majestad*. A obra de Lacunza foi traduzida para o inglês pelo pregador londrino Edward Irving, que anexou ao livro um relatório da primeira Conferência Profética de Albury. As Conferências de Albury, realizadas de 1826 a 1830, reuniram líderes religiosos de diferentes igrejas e comunhões, com o objetivo de estudar a proximidade do segundo advento, as profecias de Daniel e Apocalipse e "os deveres da igreja de despertar-se para essas questões" (PFOF, 3:276), José VVolff, um dos 20 líderes religiosos presentes à Conferência de 1826, empreendeu extensas viagens pela Ásia ocidental e central, ensinando que Cristo voltaria por volta de 1847 para estabelecer um reino mílenial em Jerusalém, Na Suíça, François Gaussen apresentou, a partir de 1837, uma série de preleções na escola dominical sobre as profecias de Daniel. Nelas mostrava que, segundo Daniel e Apocalipse, a história do mundo estava prestes a encontrar seu fim.

O princípio do século 19 na América do Norte foi um tempo de grande fervor religioso. Fruto desse período de "Grande Reavivamento” foram a vigorosa mobilização em favor das missões estrangeiras, as reuniões campais com sua hinódia singular, o movimento em prol da escola dominical e a fundação da Sociedade Bíblica Americana. "A profecia era a força motivadora por trás de grande parte do pensamento e da atividade religiosa" do período (PFOF, 4:85). Sermões, folhetos e livros proclamavam que os eventos que ocorriam no mundo só podiam ser um prelúdio do milênio. Acreditava-se que os períodos proféticos de Daniel e Apocalipse estavam chegando a seu término. Foi nesse ambiente que surgiram os precursores da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Não obstante, as raízes adventistas remontam a tempos mais recuados. Já no 16° século, Martinho Lutero dissera estar convencido de que o dia do juízo não ia demorar mais de 300 anos. Os "adventistas” originais, os primeiros crentes na segunda vinda de Cristo, foram os próprios apóstolos. Paulo esperava pela volta de Jesus com grande expectativa (lTs 4:16). Todas essas expressões de fé baseavam-se, em última análise, na própria promessa de Jesus: "Voltarei” (Jo 14:3).

B. O Movimento Milerita

Em Low Hampton, Nova York, o fazendeiro Guilherme Miller começou a fazer um estudo cuidadoso da Bíblia na época de sua conversão em 1816. Após dois anos de investigação,

concluiu que, de acordo com a profecia de Daniel 8:14, "dentro de, no máximo, 25 anos [..,] todos os assuntos da nossa condição presente serão encerrados" (Miller, 12). Miller passou outros cinco anos examinando e reexaminando os argumentos favoráveis e desfavoráveis a seus pontos de vista. Somente então ficou convencido não só da proximidade da vinda de Cristo, mas também da obrigação que tinha de compartilhar sua crença. Sendo autodidata e tímido por natureza, Miller receava sair para proclamar o que havia descoberto em seus estudos proféticos.

Em 1831, Guilherme Miller se comprometeu perante Deus de que, se alguém fosse convidá-lo para pregar, ele "iria e lhes contaria o que encontrou na Bíblia sobre a vinda do Senhor" (íbid., 17). Mal havia terminado de fazer essa oração quando chegou um rapaz levando o convite para o fazendeiro estudante da Bíblia fazer uma palestra numa reunião de reavivamento. Surpreso com a pronta resposta, Miller lutou com Deus em oração durante uma hora até sentir que estava pronto para aceitar o convite de falar na cidade vizinha de Dresden.

Em 1832, Miller publicou uma série de ('« ► oito artigos em um jornal de Vermont. Antes de 1834 estava dedicando tempo integral ã pregação e à escrita. Em 1836, lançou um livro, depois ampliado com uma cronologia e diagramas proféticos. De outubro de 1834 a junho de 1839, o diário de Miller registra 800 palestras proferidas em resultado de convites diretos.

À medida que pregadores de outras denominações se uniam a Miller, crescia o número de crentes. Os que participavam no movimento foram chamados de "mileritas" ou "adventistas". Em 1840, Josué Himes lançou a revista *Signs ofthe Times*, a primeira de uma grande série de publicações mileritas. Nesse mesmo ano se fez uma convocação para se instalar em Boston a primeira "Conferência Geral dos Cristãos que Esperam o advento". Esse encontro foi seguido de um segundo em 1841. As 200 pessoas presentes traçaram uma estratégia para distribuir literatura e pregar a mensagem do advento entre as diversas denominações que eles representavam.

No início de 1842 começaram a se realizar reuniões campais mileritas com o objetivo de "despertar pecadores e purificar cristãos para proclamarem o Clamor da Meia-Noite, ou seja, anunciar a vinda imediata de Cristo para julgar o mundo" (Hale, Plumer e Cole, 88). Segundo cálculos posteriores de Miller, o movimento contava com nada menos que 200 pastores, 500 conferencistas e 50 mil crentes, oriundos das mais diferentes igrejas e comunidades religiosas. Com seus diagramas, livros, periódicos e gigantescas tendas de reuniões, os mileritas causaram grande impacto em seus contemporâneos que viviam nos estados do nordeste americano. Também começaram a sofrer oposição das igrejas dominantes.

Eram comuns os falatórios sobre as crenças fanáticas dos mileritas. jornais estampavam artigos contendo mais fantasia do que verdade: um declarou que os adventistas estavam preparando túnicas para a ascensão. O ridículo público a que os mileritas foram submetidos fez com que a maioria deles se separasse em 1843 de suas igrejas de origem.

C. O *Grande Desapontamento*

Miller havia ensinado que o mundo acabaria em algum momento do ano de 1843. No verão daquele ano, ele expressou sua frustração por Cristo ainda não ter vindo, mas recomendou com insistência que os crentes continuassem a esperar pela breve vinda do Senhor. Em fevereiro de 1844, um grupo de pregadores adventistas, nos quais Miller não estava incluído, chegou à compreensão de que a profecia dos 2.300 anos de Daniel 8:14 só terminaria no outono de 1844. O dia exato, 22 de outubro, foi determinado pouco tempo depois.

A nova data para a segunda vinda foi calculada tomando-se como base a data para o Dia da Expiação judaico no sétimo mês pelo calendário judaico caraíta. Uma vez que Cristo, nossa Páscoa, foi crucificado no dia em que o cordeiro pascal era morto e voltou à vida no dia de mover o molho, era lógico esperar que Ele viesse do Santo dos Santos celestial para anunciar o início do ano do jubileu no Dia da Expiação.

A data de 22 de outubro demorou a ser aceita. Mas, com a proximidade do tempo, aumentou o entusiasmo. Apesar disso, nem todos se uniram ao "movimento do sétimo mês". O próprio Miller só admitiu que 22 de outubro de 1844 era a data correta duas semanas antes do fatídico dia.

Com solene alegria e grande expectaçao, os mileritas se reuniram no dia 22 de outubro de 1844 em residências e igrejas, para esperar o retomo de Cristo, Que pena! Suas esperanças naufragaram. Além da decepção, tiveram que enfrentar o ridículo da parte dos escarnecedores e daqueles que apenas por temor haviam professado fé no advento. Os fiéis, convictos de que o movimento fora liderado por Deus, procuraram entender em que haviam errado.

Após o Grande Desapontamento, aqueles que haviam esperado pelo advento desintegraram-se em grupos que divergiam sobre o motivo pelo qual Cristo não viera. A maioria acreditava estar certa em aplicar a profecia dos 2.300 dias à segunda vinda. Se Gristo não tinha vindo era porque haviam se equivocado nos cálculos. Um grupo menor garantia que estavam certos tanto no acontecimento como na cronologia - a vinda de Cristo fora um acontecimento de natureza "espiritual" na vida dos crentes. Esses se tornaram conhecidos
"'►como "espiritualizadores", muitos dos quais se bandearam para os *shakers*. Alguns marcaram novas datas para a segunda vinda, apenas para sofrer novas decepções.

Outro grupo defendia a ideia de que a cronologia estava correta, mas haviam esperado o acontecimento errado. Entres eles estavam os fundadores da Igreja Adventista do Sétimo Dia,

Guilherme Miller continuou esperando pela volta de Jesus, embora admitisse que as fontes históricas e cronológicas nas quais se baseara podiam estar erradas. Em sua expectativa da breve vinda de Jesus, dissociou-se daqueles que acreditavam residir o erro mais no acontecimento do que na data, mas continuou a tratar a todos como irmãos cristãos. Não aceitou, como ocorreu com os pioneiros da Igreja Adventista do Sétimo Dia, a nova maneira de compreender o santuário celestial, o sono da morte nem a observância do sábado. Miller morreu em 1849 ainda na esperança de um Salvador prestes a vir.

Em 23 de outubro de 1844, Hiram Edson e um amigo milerita saíram de casa para encorajar os que, como eles, se haviam desapontado. Enquanto atravessavam o milharal de Edson, depois de uma sessão de oração, este teve um súbito lampejo de discernimento. Os mileritas achavam que o santuário a ser purificado de pecados (Dn 8:14), por ocasião da segunda vinda de Cristo, era a igreja na Terra. Edson compreendeu, porém, que o santuário a ser purificado não estava na Terra, mas no Céu. O dia 22 de outubro assinalava o início, não o fim, do antitípico Dia da Expiação. Jesus havia entrado no lugar santíssimo do santuário celestial para realizar uma obra especial antes de voltar â Terra.

Edson e seus amigos mileritas reexaminaram as Escrituras sob essa perspectiva. Em 1845, Ovven R. L. Crosier aperfeiçoou o ponto de vista de Edson, articulando a posição adotada posteriormente pelos adventistas do sétimo dia. O dia 22 de outubro de 1844 assinalava o início da purificação do santuário celestial e a abertura do juízo investigatívo pré-advento, A segunda vinda de

Cristo à Terra ainda estava no futuro. Não se marcou nenhuma data, mas o consenso era de que o visível retorno de Jesus era iminente. Depois disso, viria o milênio, durante o qual Cristo e os santos reinariam no Céu. No fim dos mil anos, a Terra seria renovada e o reino, estabelecido.

D. *Os Primeiros Ensinos Adventistas do Sétimo Dia*

Mesmo antes de 1844, certos mileritas já se preocupavam com a permanente validade do sábado semanal como dia de adoração. Não obstante, foi Rachel Oakes Preston, uma batista do sétimo dia, quem compartilhou publicações de sua igreja com os cristãos de Washington, New Hampshire, que aguardavam "sua redenção" junto com outros adventistas. O pregador deles, Frederick Wheeler, logo começou a observar o sábado, de modo que, pouco tempo depois, em 1844, essa congregação acabou se tornando o primeiro grupo de adventistas observadores do sábado.

Embora a maior parte dos mileritas acreditasse no estado consciente dos mortos, alguns apoiavam o ensino de que os mortos estão inconscientes e de nada sabem. Em 1842, após estudar o que a Bíblia diz sobre a condição dos mortos, George Storrs, ex-pregador metodista, escreveu um livro popularmente conhecido como *Os Seis Sermões de Storrs.* Nele, o escritor afirma que, segundo a Bíblia, os mortos, tanto bons quanto maus, não sabem de nada e figurativamente dormem até o dia da ressurreição. Guilherme Miller e outros líderes se opuseram a esse ensino, mas não conseguiram convencer seus adeptos de que o ponto de vista contrário era correto. Incapazes de concordar entre si a respeito do estado dos mortos e do castigo eterno dos ímpios, os mileritas reunidos em 1845 na Conferência de Albany se limitaram a declarar que os justos recebem sua recompensa por ocasião da segunda vinda. Nesse meio-tempo, os primeiros líderes adventistas (como José Bates, Ellen Harmon e Tiago White) aceitaram — em consonância com sua crença na ressurreição no segundo advento — o ensino bíblico da imortalidade condicional e do sono dos mortos.

No início de 1845, os primeiros adventistas passaram a publicar suas crenças em folhetos e em periódicos próprios ou de aliados. Da pena de líderes adventistas fluíam livros e panfletos proclamando a nova concepção do santuário celestial e do sábado. A primeira edição da revista *Present Truih* apareceu em 1849.

De 1848 até 1850 realizaram-se "Conferências Sabáticas" em diferentes lugares da Nova Inglaterra. Essas reuniões explicavam o ensino do sábado e serviam para unir "os irmãos nas grandes verdades relacionadas à mensagem do terceiro anjo" (Tiago White, 5). Nessas conferências, os crentes estudavam as Escrituras e oravam por uma clara compreensão da doutrina correta. Durante esses anos, representantes de diversos grupos religiosos chegaram a uma compreensão unificada das colunas da fé adventista, quais sejam: o sábado, a segunda vinda de Cristo e o estado dos mortos. Sua teologia comum acabou formando a base para o posterior desenvolvimento da igreja,

E. Primeiros Lideres Adventistas

Dentre os líderes mais preeminentes que saíram do movimento milerita e ajudaram a fundar a Igreja Adventista do Sétimo Dia se destacam José Bates, Tiago White e Ellen G. White. Deve-se dizer que a intenção deles, bem como a de outros pioneiros, não era fundar um novo movimento religioso. Ao contrário, consideravam-se herdeiros espirituais da verdade e reparadores de brecha; não inovadores, mas reformadores. Não estavam inventando doutrinas, mas encontrando-as na Bíblia. Foi no Antigo e no Novo Testamento que rastrearam em última análise as raízes dessas doutrinas.

1. José Bates (1792-1872)

Importante membro do trio fundador, José Bates - marinheiro, reformador e pregador — nasceu na Nova Inglaterra, EUA, em 1792. Bates foi para o mar aos 15 anos, onde trabalhou até se tornar capitão de navio em 1820. Numa autobiografia, ele descreve suas aventuras no mar e em portos de escala ao redor do mundo. Após sua conversão, por volta de 1824, comandou um navio no qual não era permitido usar bebida alcoólica, dizer palavrão "nem lavar ou remendar roupas no domingo''. Abandonou a ocupação de marinheiro em 1827, logo depois de ter sido batizado na Igreja Cristã, de Fairhaven, Massachusetts, da qual sua esposa, Prudence, já era membro. Sendo medianamente rico, Bates se estabeleceu como comerciante, passando a desenvolver grande interesse em questões cívicas, inclusive temperança, abolicionismo e educação.

Em 1839, Bates aceitou as idéias de Miller sobre a segunda vinda. Desde então, devotou toda sua atenção ao movimento milerita. Em 1844, vendeu a casa, pôs seus negócios em ordem e se tomou pregador. No princípio de 1845, leu o artigo de T. M. Preble sobre o sábado, publicado havia pouco na revista *The Hope of Israel.* Viajou depois para Washington, New Hampshire, onde estudou uma noite inteira com Frederick Wheeler, antes de tomar a decisão de guardar o sábado. No ano seguinte, escreveu um tratado de 48 páginas com o título "O Sábado do Sétimo Dia, um Sinal Perpétuo", no qual apresentava o sábado com base nos dez mandamentos, tidos como regra moral para os cristãos. Na segunda edição do livrinho, no ano seguinte, Bates inseriu o sábado no contexto da mensagem do terceiro anjo de Apocalipse 14, Ao aceitar a identificação da besta com o papado, Bates passou a crer que a mudança do dia semanal de adoração do sábado para o domingo era símbolo da autoridade papal.

Em 1849, Bates viajou em direção ao oeste, até Michigan, pregando a segunda vinda, o sábado, o santuário celestial e o sono dos mortos. Depois de reunir um grupo de convertidos em Jackson, mudou-se para Battle Greek em 1S52. De 1855 em diante, a obra adventista se centralizou em Battle Creek, Michigan. Durante os anos formativos da igreja, era costume convidar Bates para assumir a presidência de suas assembléias. Ele presidiu, por exemplo, a reunião de 1860, que adotou o nome de Adventista do Sétimo Dia para a incipiente editora. Também presidiu a organização da Associação do Michigan em 1861.

Bates defendia e praticava o viver saudável. Como resultado, teve vida longa e saudável. Com a idade de 76 anos, foi um dos preletores de destaque na primeira reunião campal adventista, realizada em Wright, Michigan, em 1868. Durante o ano de 1871, com a respeitável idade de 79 anos, dirigiu pelo menos uma centena de reuniões, além dos cultos de rotina da igreja que pastoreava. Morreu no Health Institute, em Battle Creek, em março de 1872.

2. Tiago White (1821-18 81)

Nascido em Palmyra, no Maine, em 1821, Tiago White sofreu durante a adolescência de incômodos físicos. Sua saúde precária o impediu de frequentar a escola até os 19 anos de idade. A partir de então, para compensar o tempo perdido, passou a estudar 18 horas por dia durante 12 semanas até obter um certificado de magistério. Depois de lecionar por um ano, Tiago voltou a frequentar a escola durante outras 17 semanas. Nisso se resumiu toda a sua educação formal.

Tiago foi batizado na Conexão Cristã, aos 15 anos de idade. Após seu segundo ano de magistério, foi instruído *nos* ensinos míleritas por sua mãe. Em 1842, ele ouviu Miller

pregar pela primeira vez. Pouco depois, adquiriu seus próprios diagramas proféticos, tomou um cavalo emprestado e saiu a proclamar a mensagem do advento. Foi ordenado ao ministério da Conexão Cristã em 1843.

Tiago conheceu Ellen Harmon ainda antes do Desapontamento. O relacionamento entre eles, porém, desenvolveu-se mais tarde, depois de haverem trabalhado juntos combatendo o fanatismo no leste do Maine, em 1845. Os dois se casaram diante de um juiz de paz em 30 de agosto de 1846, em Portland, Maine. Pouco depois, começaram a observar o sábado.

De 1848 em diante, Tiago se dedicou inteiramente ao ministério. Durante a conferência realizada em Dorchester, Massachusetts, em fins de 1848, Ellen teve uma visão, segundo a qual. Tiago deveria publicar um jornal explicando as verdades defendidas pelo pobre e amplamente disperso grupo de guardadores do sábado. Atendendo a instrução, Tiago começou a publicar *Present Truth* em julho de 1849. A nota tônica do periódico era a mensagem do sábado e a compreensão adventista do santuário. Em 1850, os adventistas publicaram pela primeira vez a *Aávent Revieiv*, com o objetivo de "animar e revigorar os crentes fiéis, expondo-lhes o cumprimento da profecia nas maravilhosas obras de Deus no passado" (Himes, Bliss e Hale, 1). Tiago White era o editor de ambas as revistas. Em novembro daquele ano, as duas publicações se fundiram em uma só: *Second Aávent Revlew and Sabbath Heralcl*, precursora da atual *Adventist Review* [Revista Adventista],

Os White se mudaram para Battle Creek, Michigan, em 1855. Em 1860, Tiago participou da escolha do nome da denominação. Quando a recém-fundada Associação Publicadora Adventista do Sétimo Dia, de Battle Creek, foi formalmente constituída sob as leis do Estado de Michigan, em maio de 1861, Tiago White se tornou seu primeiro presidente, além de editor da *Review and Herald,*

Tiago White foi presidente da Associação Geral de 1865 a 1.867, de 1869 a 1871, e novamente de 1874 a 1880. Em junho de 1874, iniciou em Oakland, Califórnia, a revista *Signs ofthe Times.*

O constante envolvimento em liderança e administração, bem como na obra editorial e em viagens, solapou as energias de Tiago. Um ataque de malária, em agosto de 1881, obrigou-o a se internar no Sanatório de Battle Creek, onde veio a falecer no dia 6 de agosto do mesmo ano, Foi sepultado no jazigo da família White no Cemitério de Oak Hill, Battle Creek.

3. Ellen Gould (Harmon) White (1827-1915)

Durante 35 anos, a vida de Ellen Harmon esteve entrelaçada com a de Tiago White. Juntos, eles construiram uma família e uma igreja. A Igreja Adventista do Sétimo Dia reconhece em Ellen White uma mensageira do Senhor, recipiente de um singular e frutífero dom de profecia.

Ellen nasceu na fazenda da família ao norte de Gorham, Maine. Ela e sua irmã gêmea, Elizabeth, eram as mais jovens de oito crianças. Durante sua infância, a família se mudou para Portland, no mesmo Estado, onde seu pai trabalhava como chapeleiro.

Com a idade de 9 anos, ao voltar da escola certa tarde, Ellen foi atingida no rosto por uma pedra lançada por uma colega de classe. Ficou inconsciente durante três semanas. Um nariz quebrado e as prováveis consequências faziam-na respirar com dificuldade. Aos J2 anos de idade, sentiu-se suficientemente forte para voltar à escola, mas não conseguiu suportar a pressão durante muito tempo. Encerrava-se aí sua escolarização formal. Os pais de Ellen lhe ensinaram em casa habilidades práticas. Sua instrução posterior veio em grande parte da leitura. ■<<*

A família de Ellen levava a religião a sério. Seu pai era diácono na igreja metodista local.

Em 1840, Ellen e os outros membros de sua família ouviram uma palestra de Guilherme Miller e aceitaram a crença de que Jesus voltaria à Terra por volta do ano de 1843. Ellen foi batizada por imersão em 26 de junho de 1842 e recebida na Igreja Metodista.

Em dezembro de 1844, na época em que muitos mileritas decepcionados estavam vacilando na fé, Ellen se reuniu com outras quatro mulheres na casa de uma amiga. Enquanto oravam, a adolescente Ellen, de apenas 17 anos, teve sua primeira visão, na qual viu uma representação da jornada do povo adventista em direção ao Céu. Com os olhos fixos em Jesus, percorriam um caminho estreito em direção à cidade celestial, muito acima do mundo. Ellen também contemplou o segundo advento e as glórias da Nova Jerusalém (PE, 13-20).

Quando Ellen narrou aos crentes sua visão, o grupo adventista sentiu-se encorajado. Insistiram com ela para que contasse o que vira em sua primeira visão e nas subsequentes. Não foi sem relutância que ela começou a ir de lugar em lugar, apresentando seu testemunho. Numa dessas viagens foi que ela trabalhou ao lado do jovem pregador adventista Tiago White. Eles se casaram em 30 de agosto de 1846.

Henrique Nichols White, nascido em 26 de agosto de 1847, iniciou Ellen nas alegrias e tristezas da maternidade. Seu segundo filho, Tiago Edson, nasceu em Rocky Hill, Gonnecticut, em julho de 1849. William Clarence chegou à família em 1854. John Herbert, nascido em 1860, viveu apenas algumas semanas. Seu primogênito morreu de pneumonia em 1863. A maior preocupação de Ellen, enquanto viajava com o marido, era ter que deixar seus meninos aos cuidados de outros. Cartas endereçadas aos filhos manifestam rara mistura de preocupação maternal e cuidado pastoral.

No fim da década de 1840, Ellen e Tiago White participaram de diversas conferências bíblicas. Nessas reuniões, as visões de Ellen confirmavam as conclusões doutrinárias obtidas pelo estudo da Bíblia, reforçando a convicção das posições adotadas.

Em 1848, Ellen teve uma visão que instruía seu marido a começar a imprimir um pequeno jornal. Logo saiu a primeira edição da *Present Truth.* Desde então os White passaram a dedicar muito tempo e esforço ao preparo e publicação de folhetos e periódicos.

Pouco depois da mudança do casal para Battle Creek, em 1855, Ellen teve uma visão na qual lhe foram mostradas questões importantes para a igreja daquela cidade. Ela consignou por escrito o que tinha visto e o leu para a igreja no sábado seguinte. Entendendo que o testemunho também seria benéfico para outros crentes, os membros votaram imediatamente a publicação do primeiro *Testimoniesfor the Church*, um folheto de 16 páginas, que viria a se tornar, no devido tempo, uma coleção de nove volumes.

Em 14 de março de 1858, Ellen teve uma visão de duas horas sobre acontecimentos relativos ao grande conflito entre o bem e o mal, que se estendia através dos séculos desde a queda até a nova Terra. Essa visão serviu de base para o primeiro volume do *Spiritual Gifts,* precursor de O *Grande Conflito.* A casa de madeira em Battle Creek, na qual ela escreveu grande parte desse livro, permanece de pé até hoje, como testemunho para esta geração da obra que Deus designou a Ellen White.

Nem todo o tempo de Ellen White era gasto em escrever, pregar e viajar. Seus diários e cartas do primeiro período de Battle Creek mostram seu lado de mãe e dona de casa, cuidando do jardim, costurando roupas e visitando vizinhas. As portas de seu lar estavam sempre abertas para pregadores itinerantes, jovens desejosos de obter educação e pessoas necessitadas.

Depois da visão sobre saúde, em Otsego, em 1863, Ellen White compreendeu a

importância da relação entre o viver saudável e a saúde espiritual. Mais tarde, foi-lhe mostrado que a igreja deveria abrir uma instituição para cuidar dos doentes e ensinar os princípios da saúde. Como resultado desse conselho, fundou-se, em 1866, o Western Health Reform Institute, conhecido posteriormente como Sanatório de Battle Creek.

Durante a década de 1870, Ellen viajou com o marido em busca de saúde para ele e de promoção para a obra da igreja. Nas reuniões campais, ela se dirigia a grandes auditórios, exprimindo-se numa voz tão clara que podia ser ouvida por milhares de pessoas. Suas palestras sobre temperança cristã eram grandemente apreciadas por cristãos de todos os credos. Quando Tiago faleceu, em 1881, Ellen se afastou quase completamente da cena pública até 1883. Ao recobrar a saúde, decidiu prosseguir energicamente com a obra que ambos amavam.

Em 1885, Ellen White e o filho William viajaram para a Europa. De Basiléia, na Suíça, Ellen visitou a Escandinávia, Alemanha, França e Itália, estimulando outros a evangelizar a Europa e tentando unificar os adventistas nesses países. Mesmo enquanto viajava, não parou de escrever.

Depois de retornar aos Estados Unidos, Ellen se estabeleceu na Califórnia para continuar a escrever. Em 1891, os líderes da igreja lhe pediram para ir à Austrália. Ali, ela trabalhou ombro a ombro com os fundadores do Avondale College para abrir uma escola que deveria constituir um padrão para a educação adventista.

Em 1900, a Sra. White voltou para a Califórnia, onde continuou a escrever, sempre que não estava em viagens nem pregando em reuniões da igreja. Nos primeiros anos do novo século, muitos de seus escritos focalizavam a necessidade de evangelizar as cidades e alcançar os afro-americanos no Sul. Com a idade de 81 anos ela compareceu à assembléia da Associação Geral de 1909, realizada em Washington, D.C. Nessa viagem, que durou cinco meses, Ellen White falou 72 vezes em 27 lugares antes de voltar para casa em Elmshaven, perto de Santa Helena.

Ela morreu em 1915, cinco meses depois de cair e fraturar o quadril. Realizou-se o funeral no Tabernãculo de Battle Creek. Foi sepultada ao lado do marido no Cemitério de Oak Hill.

F. *História da Primeira Fase do Adventismo*

Os pioneiros que se reuniram nas conferências sabáticas e depois bíblicas em fins da década de 1840 estudaram longa e fervorosamente a Bíblia, com o objetivo de descobrir as doutrinas corretas. Desejavam estar em harmonia com as Escrituras. Ao mesmo tempo, sentiam-se receosos de convidar outros a se unir a eles, levando em conta, segundo entendiam, que a porta da salvação estava fechada. Mas a atitude dos pioneiros em relação à possibilidade de outros serem salvos mudou em virtude do cuidadoso estudo da Bíblia, das visões de Ellen White que falavam de uma mensagem circulando o mundo e da conversão de pessoas que não haviam tomado parte no movimento de 1844. Antes de 1852, a “porta fechada” se havia convertido na "porta aberta”, e o zelo missionário do pequeno grupo os levou a pregar e ensinar por todos os Estados do leste americano.

1. A Década de 1850: Publicações

A obra de publicações, iniciada em Rochester, Nova York, e depois transferida para Battle Creek, no Michigan, ocupou lugar de destaque nos esforços adventistas na década de 1850. A precursora da atual revista semanal *Aâventist Revieiv* começou a ser publicada em 1850. O *Youths Instructor* surgiu em 1852, De 1849 a 1854, os periódicos adventistas anunciaram a publicação de 39 folhetos. De 1852 até 1860, relataram o lançamento de 26 livros.

A primeira literatura em uma língua diferente do inglês apareceu no fim da década. Com o objetivo de alcançar imigrantes de fala não inglesa, prepararam-se traduções de livros para o alemão, francês e holandês. A intenção era que eles enviassem o material aos parentes que haviam ficado em sua terra natal, de onde haviam emigrado para os Estados Unidos.

De 1855 até sua morte, em 1903, o nome de Uriah Smith foi sinônimo de publicações adventistas do sétimo dia. Durante todo esse período, com exceção de alguns anos, Smith foi editor da *Revieiv.* Às vezes, ele desempenhava também as funções de revisor, gerente de negócios e guarda-livros. Talentoso na escrita, Smith também era dotado de aptidões mecânicas. Inventou e patenteou uma perna artificial com joelho e tornozelo de juntas flexíveis, e uma carteira escolar com assento dobrável. Seus livros sobre Apocalipse (1867) e Daniel (1873) combinaram-se em um único « ► volume, As *Profecias de Daniel e Apocalipse*, vindo a ser o primeiro livro doutrinário vendido por colportores adventistas.

2. A Década de 1860: Organização

A igreja adotou um nome em 1860, organizou associações locais em 1861, estabelecendo-se finalmente como Associação Geral em 1863. Diversos irmãos de influência se opuseram a essa mudança, afirmando que formar uma organização era tornar-se "Babilônia". No entanto, os mais pragmáticos, que julgavam ser indispensável ter personalidade jurídica para poder abrir uma editora e ter a posse e a propriedade dos imóveis da igreja, ganharam a discussão.

A década de 1860 teve como foco a mensagem de saúde. Depois de receber em Otsego (Michigan) uma visão sobre saúde, Ellen White escreveu detalhadamente sobre o assunto. O marido se uniu a ela na publicação de materiais que ensinaVam o povo a viver em harmonia com as leis da saúde. Em 1866 começou a primeira instituição de saúde em Battle Greek. No Western Health Reform Institute, pacientes aprendiam os princípios do viver saudável, enquanto se recuperavam de alguma doença. Dificuldades financeiras caracterizaram os primeiros anos, pelo fato da clínica não ter médicos graduados em escolas de medicina de prestígio. Quando John Harvey Kellogg terminou seu curso de medicina no Bellevue Hospital Medicai College, em Nova York, e passou a integrar o quadro de funcionários da clínica em 1875, a situação melhorou. Em 1877, construiu-se o primeiro de diversos anexos. Até a virada do século, o Battle Greek Sanitarium contava com mais de 900 funcionários.

3. Década de 1870: Educação e Missão

Dois eventos memoráveis ocorreram na década de 1870: a fundação do Battle Greek College, em 1874, e, no mesmo ano, o envio para a Europa do primeiro missionário adventista do sétimo dia.

O sistema educacional adventista nasceu em 1872, quando a igreja assumiu a responsabilidade pela "Escola Seleta" de G. H. Bell, em Battle Creek. Em 1874, abriu-se o Battle Creek College com 100 estudantes. A princípio, o currículo seguia de perto o modelo clássico em voga na época, apesar da insistência de Ellen White em se ministrar treinamento prático e industrial. Perto da virada do século, aboliram-se o curso clássico e o conferimento de graus. O Battle Creek College fechou em 1901 para reabrir como o Emmanuel Missionary College, em Berrien Springs, Michigan. A nova escola se especializou na formação de professores e pastores.

John Nevins Andrews (1829-1883) foi o primeiro missionário enviado oficialmente para além-mar pela Igreja Adventista do Sétimo Dia. Em 1874, Andrews e seus dois filhos órfãos de mãe embarcaram para Liverpool, a caminho da Suíça. Naquele país, visitaram crentes adventistas e

realizaram evangelismo público. A grande paixão de Andrews, porém, era escrever, pois, conforme ele mesmo admitiu, não passava de um estudante de constituição física debilitada. Em IS76, estabeleceu uma casa editora em Basiléia, Suíça. Andrews escreveu muitas obras tratando das doutrinas adventistas, tanto em inglês como em alemão e francês.

Na década de 1860, durante a Guerra Civil Americana, Andrews representara a igreja em Washington, D.G., para explicar por que os adventistas eram partidários da não combatência. Também escreveu o monumental livro *History ofthe Sabbath and the First Day ofthe Week,* cuja última edição continha mais de 800 páginas.

Outro progresso importante para a Igreja Adventista do Sétimo Dia na década de 1870 foi a instituição do sistema do dízimo, segundo o qual cada membro devia doar para a igreja a décima parte de seus rendimentos. Na década de 1850, os pioneiros tiveram muita dificuldade em arcar com os custos da obra que Deus lhes havia incumbido de fazer. Em 1863, Tiago White escrevera na *Revie^v and Herald* que Deus dificilmente exigiria menos que um décimo da renda, exatamente como fizera com os israelitas. Desde então a ídeia de dizimar a renda se tornou cada vez mais comum. A assembléia da Associação Geral de 1876 votou que todos os membros da igreja deveríam "dedicar à causa de Deus um décimo de sua renda, seja qual for a fonte". Além disso, os pastores deviam instruir as congregações nessa prática. Na Assembléia da Associação Geral de 1879, no dia 17 de abril, aprovou-se a seguinte resolução: "Fica resolvido solicitar encarecidamente de nossos irmãos por toda parte que adotem firme e entusiástica posição a favor desse sistema. [dízimo], crendo que isso não somente melhorará a condição financeira da causa, mas também lhes trará grande bênção pessoal" ("Business Proceedings", 1879, 133). O dízimo pertence ao Senhor (Lv 27:30), e deve ser usado no sustento do ministério. Foi assim que se criou a sólida base financeira para a expansão da igreja nos países estrangeiros.

G. O *Fim do Século 19*

Na década de 1S80, a presença de Ellen White na Europa e os artigos que ela escreveu em periódicos da igreja estadunidense tratando sobre a Europa estimularam as missões estrangeiras — principalmente as voltadas para os que já eram cristãos. Na mesma época, outros continentes foram alcançados, geralmente por evangelistas da literatura. Um grupo de missionários, liderado por S. N. Haskell, zarpou para a Austrália em 1885. Em 1886, organizou-se em Melbourne a primena igreja adventista do sétimo dia do hemisfério sul. Os primeiros livros adventistas do sétimo dia chegaram ao Brasil em 1879, endereçados a imigrantes alemães. No prazo de 10 anos, diversas famílias estavam guardando o sábado em terras brasileiras. Em 1888, o ex-marinheiro autônomo Abraão La Rue, depois de se jubilar como pastor na Califórnia, começou a trabalhar entre marinheiros de fala inglesa no porto de Hong Kong. Um mineiro de Nevada viajou para a África do Sul, à procura de diamantes, e levou publicações adventistas na bagagem. Por volta de 1885, o primeiro convertido começou a guardar o sábado. Logo se juntou a ele outro sul-africano, Pieter Wessels, que se convencera através da Bíblia de que o dia certo de se observar era o sábado do sétimo dia.

A década de 1880 viu duplicar a quantidade de membros da igreja (de 15.570 para 29.711). Contudo, o evento mais notável da década foi provavelmente a assembléia da Associação Geral de Mineápolis, em 1888. Nessa assembléia, os jovens editores Alonzo T. Jones e Ellet J. Waggoner apresentaram

uma série de mensagens sobre a justificação pela fé. Ellen White aprovou a ênfase que eles imprimiram ã justiça de Cristo. Alguns líderes da igreja ficaram temerosos de que o ensino de Jones e Waggoner prejudicasse o que entendiam ser a tarefa da igreja: pregar o sábado e exaltar a lei de Deus. Divergência e divisão obscureceram o encontro. Depois da assembléia, Ellen White e os dois jovens pregadores viajaram de um lado a outro do país, pregando a mensagem da justificação pela fé. Muitos membros receberam a nova ênfase de bom grado, ao passo que outros insistiram em conservar uma postura legalista, considerando a lei, e não a cruz, o centro do adventismo. Depois daquela assembléia, os escritos de Ellen White passaram a dar mais destaque ao evangelho de Cristo. Por exemplo: "Nosso único motivo de esperança está na justiça de Cristo a nós imputada, e naquela atuação do Seu Espírito em nós e através de nós" (CC, 63), Míneãpolis assinalou uma renovada ênfase sobre a mensagem cristocêntrica.

Perto do fim de 1890, o navio missionário *Pitcairn,* construído com ofertas da Escola Sabatina das igrejas adventistas dos Estados Unidos, chegou à Ilha Pitcairn, no Oceano Pacífico. Atraído pelo relato do motim no *Bounív,* Tiago White havia enviado literatura para a ilha em 1876, Um carpinteiro naval adventista, John Tay, passou cinco semanas em Pitcairn, em 1886, período em que convenceu os habitantes a aceitar os ensinos bíblicos a respeito do sábado.

Com o *Pitcaim,* as missões adventistas atingiram a maioridade. Financiados pelos membros da igreja ao redor do mundo, multiplicaram-se os projetos missionários. Em 1893, dois colportores começaram a vender livros em Madras, índia. Geórgia Burrus, a primeira missionária enviada oficialmente pela igreja à índia, chegou a Galcutã em 1895; no ano subsequente, ela fundou uma escola para moças. No fim da década, a obra de publicações já se achava bem estabelecida ali. Em 1894, com uma doação feita por Gecil Rhodes, primeiro-ministro da Colônia do Gabo, comprou-se um terreno de 12 mil acres nas proximidades de Bulawayo, no Zimbábue. Foi assim que começou a Missão Solusi, agora Solusi CoIIege. Antes da virada do século, surgiram também o Avondale College, na Austrália, o Colégio de River Plate, na Argentina, e o Seminário de Friedensau, na Alemanha.

H. Reorganização da Igreja

Por volta de 1900, a Igreja Adventista do Sétimo Dia possuía 1.500 obreiros e 75.767 membros. Sua administração diferia em muito da forma como a igreja fora organizada em 1863. A sede continuava em Battle Creek, Michigan, junto com a casa publica dora, a faculdade e o sanatório. Aqueles que tomavam as decisões em Battle Creek geralmente dispunham de pouca informação sobre as condições dos lugares afetados por suas decisões. A comunicação era lenta e difícil. O poder se centralizava no presidente da Associação Geral. Além dessa difícil situação administrativa, três entidades diferentes enviavam missionários ao estrangeiro: o Conselho de Missão Estrangeira, a Associação Geral e a Associação Beneficente e Médico-Missionária.

Antes de 1901 já se haviam tomado algumas providências para desemperrar o funcionamento da igreja. De 1882 em diante, a igreja na Europa adotou diversas medidas que permitiam mais iniciativas locais. A assembléia da Associação Geral de 1888, seguindo o modelo europeu, propôs que a América do Norte fosse dividida em diversas regiões. Em 1894, as associações da Austrália e da Nova Zelândia se agruparam para formar a União Australasiana.

Ellen White ergueu a voz repetidas vezes pedindo descentralização: "Novas associações devem ser formadas. [...] O Senhor

Deus de Israel nos manterá unidos, A organização de novas associações não vão nos separar. Vão é nos manter juntos[1]' (GCB, 1901, 69). Na verdade, o que ela propunha era uma reorganização completa, com uma Comissão da Associação Geral que representasse todas as áreas da obra.

Como resultado da reunião de 1901, seis principais mudanças foram implementadas: (1) organização de uniões; (2) transferência de propriedade e gerência de todas as instituições para as organizações onde elas estivessem localizadas; (3) departamentalização da Associação Geral em setores como Escola Sabatina, educação e publicação;
(4) fortalecimento das comissões pela inclusão de representantes das diferentes áreas;
(5) colocação da responsabilidade dos detalhes da obra da igreja sobre aqueles que vivem no local onde é feita a obra; (6) criação de uma comissão representativa da Associação Geral.

Depois da reorganização de 1901, a Comissão da Associação Geral passou a ser composta de 25 membros. Esses incluíam seis presidentes de uniões da América do Norte, um presidente da Europa e um da Austrália. Também eram membros dessa comissão os presidentes dos departamentos — depois chamados de secretários e mais recentemente de diretores. Investiu-se mais autoridade sobre esse grupo, que representava a igreja ao redor do mundo. O presidente dessa comissão devia ser eleito anualmente dentre os oficiais.

Arthur G. Daniells tornou-se o primeiro presidente. Permaneceu nesse cargo até 1922. Daniells merece ser mencionado por algo mais do que apenas seu longo mandato. Em 1902, ele supervisionou a transferência da sede da igreja de Battle Creekpara Washington, DC. Levou a bom termo a reorganização iniciada em 1901. Fez inúmeras viagens, convencido de que, para liderar a igreja, precisava obter informações de primeira mão dos campos missionários. O número de missionários enviados ao estrangeiro elevou-se durante sua presidência. Ele também liderou a formação da Associação Ministerial e o lançamento da revista *Ministiy,* Dentre os livros que escreveu, destacam-se dois: *Christ Otir Righteousness* e *The Ahiâing Gift of Pro-phecy*, sobre a pessoa e obra de Ellen G. White.

Outro avanço na organização da Igreja Adventista do Sétimo Dia foi a formação das "divisões'. A princípio, a obra em diferentes seções do campo mundial estava sob a supervisão de um vice-presidente da Associação Geral. Em 1913, aprovaram-se a constituição e os regimentos para a criação de uma Divisão Européia. Outras divisões foram organizadas. Antes de 1922, já se haviam desenvolvido os padrões atuais de divisões como seções da Comissão Executiva da Associação Geral (Ver II.F). ■*

I. Conflito com Kellogg

A primeira década do século 20 foi particularmente difícil para a Igreja Adventista. Ellen White advertira repetidas vezes para que as instituições da igreja não se concentrassem em Battle Creek. Alguns enxergaram no incêndio do sanatório e da casa publicadora, em 1902, um castigo pela desconsideração desse conselho. Mais grave, porém, do que os incêndios que empurraram a Associação Geral e a Review and Herald para Washington, DC, foi o conflito entre os líderes da igreja e o Dr. John H. Kellogg.

Médico competente e famoso cirurgião, John Harvey Kellogg escreveu mais de 50 livros, a maioria sobre temas médicos. Dirigiu o Sanitarium Battle Creek desde 1876 até sua morte, em 1943. Na qualidade de ardoroso defensor da reforma de saúde, Kellogg advogava a hidroterapia, o exercício físico e a dieta vegetariana, Como inventor, projetou máquinas fisioterápicas, criou os primeiros substitutos da carne e fabricou

os primeiros flocos de milho, depois comercializados por seu irmão W. K. Kellogg. De 1895 a 1910, presidiu o American Medicai Missionary Gollege, em Chicago. Suas atividades médicas naquela cidade incluíam um albergue para operários, com comida e alojamento a baixo custo; um asilo para mães solteiras pobres; diversas clínicas; uma agência de emprego para ex-presidiários; e uma loja de vendas pelo correio.

Em 1894, os funcionários de Battle Creek abriram, no México, a Clínica Guadalajara, a primeira das empresas médicas adventistas fora dos Estados Unidos. Os esforços iniciais converteram-se depois em uma escola missionária e um sanatório. Essa instituição, bem como as localizadas em Battle Creek e Chicago, pertenciam à Sociedade Beneficente e Médico-Missionária Internacional, de propriedade do Dr. Kellogg, e não à Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Kellogg agia independentemente do conselho dos líderes da igreja. Repetidas vezes Ellen White lhe suplicou que seguisse as instruções. Quando o Sanatório de Battle Creek pegou fogo, os líderes da igreja insistiram com ele para que reconstruísse apenas um edifício, e que este não excedesse a altura de cinco andares e 137 metros de comprimento. Quando a construção teve início, ficou evidente que Kellogg havia seguido seu próprio projeto para uma estrutura maior e mais luxuosa, em vez daquele com o qual todos haviam concordado. Um livro de Kellogg, *The Living Temple*, publicado em 1903, continha elementos de panteísmo. Ao ser repreendido por Ellen White devido ao conteúdo não ortodoxo do livro, Kellogg se separou da igreja. As instituições mantidas por sua Sociedade Beneficente e Médico-Missionária Internacional ficaram com ele.

II. A Igreja Adventista do Sétimo Dia — Século 20

Na época da morte de Ellen White, em 1915, a organização da Igreja Adventista do Sétimo Dia estava onde deveria estar. Possuía escolas e faculdades funcionando ao redor do mundo. Hospitais e clínicas promoviam cura e educação sanitária a multidões. Eram numerosos os batismos em lugares remotos. A igreja estava entrando em sua fase adulta. Havia, contudo, desafios a serem enfrentados, tanto dentro como fora da igreja.

As guerras trouxeram grande estorvo para a Igreja Adventista. A Primeira Guerra Mundial foi especialmente difícil para os adventistas europeus e as missões que eles patrocinavam na África e na América do Sul.
A reconstrução e a reorganização do pós-guerra foram lentas. Ao que parece, mal a igreja se havia recuperado totalmente do conflito, e uma nova tempestade de guerra já estava se formando sobre a Europa. A Segunda Guerra Mundial obrigou muitas missões a fechar as portas e exigiu enorme desembolso de fundos para ajudar a socorrer e reconstruir o continente europeu. Apesar de tudo, a Igreja Adventista conseguiu crescerno mundo todo.

A. O *Crescimento da Igreja*

O crescimento, junto com as dores que o acompanham, assinalou o processo de maturidade. O numero de membros da Igreja Adventista do Sétimo Dia passou de 5.440 membros em 1870 para 10.163.414 em 1998, e mais de 16 milhões em 2010. Em 1900, somente 17% dos membros da igreja viviam fora da América do Norte. A partir de 1998, 91,23% do total de membros viviam em países fora da América do Norte. Apesar disso, 81,82% de todos os obreiros evangelistas adventistas do sétimo dia trabalhavam em outras divisões que não a da América do Norte.

O programa adventista de missões, iniciado em 1874 com o envio de J. N. Andrews à Suíça, recebeu grande impulso durante a presidência de A. G. Daniells (1901-1922), Acreditava-se que voluntários norte-americanos, bem municiados de literatura, podiam realizar trabalho missionário na pátria, para que os pastores e o dízimo para sustentá-los pudessem ser enviados para o estrangeiro. Somente em 1902 — quando havia menos de 60 mil membros nos Estados Unidos — 60 missionários e suas respectivas famílias deixaram o país. Concentraram seus esforços primeiramente na Inglaterra, Alemanha e Austrália, países que podiam também, por sua vez, enviar missionários. Por meio dos relatórios missionários da Escola Sabatina, a igreja se mantinha informada sobre os progressos obtidos em terras distantes.

A obra missionária flui hoje em muitas direções. Os missionários já não são todos enviados da América do Norte, da Europa e da Austrália. Em 1960, por exemplo, a América do Norte enviou 156 novos missionários, em comparação com 114 que deixaram seus lares em outras divisões que não a norte-americana. Em 1998,1.071 obreiros trabalhavam para a igreja em outras divisões que não as suas próprias. Os missionários adventistas do sétimo dia saem de toda parte e vão a toda parte. Filipinos administram instituições da igreja ou cuidam de doentes na África; argentinos praticam medicina missionária no Nepal; um indiano edita um periódico adventista nos Estados Unidos; um ganense presta serviços na Associação Geral; professores de quase 20 nações ensinam no Seminário Teológico da Andrews University. Além desses obreiros interdivisão, muitos outros trabalham em nações vizinhas ou até em regiões diferentes do seu próprio país.

A igreja utiliza muitos e variados métodos para alcançar as pessoas com a mensagem do evangelho. Esses podem ser tão discretos como uma visita ao vizinho ou tão públicos quanto uma campanha evangelística assistida por milhares de ouvintes. Alguns dos métodos ou movimentos mais espetaculares são descritos a seguir:

1. Publicações

A importância da obra de publicação para os primeiros adventistas já foi comentada. Tratados, folhetos e periódicos eram os veículos da "verdade presente" conforme descoberta pelos pioneiros (ver II.F.l).

Cumpre destacar também a importância da página impressa na propagação do adventismo ao redor do mundo. A primeira publicação estrangeira a sair do prelo, em 1876, em Basiléia, na Suíça, foi a revista Francesa *Les Signes des Temps.* Foram livros e periódicos os meios que levaram a muitas terras as primeiras boas-novas do adventismo. Algumas publicações eram simplesmente entregues a um capitão de navio para que as distribuísse num porto distante; outras eram expedidas pelo correio a pessoas específicas. Em 1879, por exemplo, a mensagem chegou a colonos alemães de Santa Catarina, Brasil, através dos exemplares do *Díe Stimme der Wahrheit* [A Voz da Verdade], postado desde Battle Creek. Golportores distribuíam livros e revistas ao redor do mundo. La Rue, por exemplo, foi a Hong Kong (1888); Arnold, a Antigua (1889 ou 1890); Lenker e Stroup, a Madras, na índia (1893); Davis e Bíshop, ao Chile (1894); Caldwell, às Filipinas (1905).

A partir de 2008, as publicações adventistas do sétimo dia — inclusive livros, revistas e folhetos destinados a membros da igreja ou para fins evangelísticos — passaram a ser impressas em 369 línguas e dialetos. Nesse mesmo ano, 61 casas publicadoras ao redor do mundo editavam 435 periódicos, e a venda total de literatura foi de mais de 185 milhões de dólares. Dos mais de 43.148 colportores evangelistas que venderam literatura adventista no fim de 2008, 17.109 eram estudantes ganhando recursos para pagar as mensalidades escolares.

2. Rádio e Televisão

Em 1926, o evangelista adventista H. M. S. Richards estreou no rádio, produzindo programas radiofônicos ocasionais em estações da região central da Califórnia. Convencido de que podia alcançar milhões de pessoas por esse veículo, Richards iniciou em 1930 um programa semanal em Los Angeles. Em 1936, um quarteto masculino se juntou a ele. Esse conjunto vocal recebeu, em 1937, o nome de Kings Heralds; e o pro-
2► grama passou a se chamar *Voice ofProphecy.* No dia 4 de janeiro de 1942, o programa foi ouvido pela primeira vez em cadeia nacional. Naquele mesmo ano a *Voice ofProphecy* fundou sua Escola Bíblica por Correspondência, matriculando mais de 2 mil ouvintes só no primeiro mês.

Até mesmo durante a Segunda Guerra Mundial, foram lançados programas adventistas de rádio em outros países (Austrália, 1943) e em outras línguas (espanhol e português, 1943). Locutores nativos comunicavam a mensagem do evangelho em suas próprias línguas. O fundador e orador de A *Voz da Profecia* no Brasil foi o pastor Roberto Rabello. Em países de fala espanhola, o programa recebeu o nome de Voz *da Esperança.* Em alguns lugares, músicos locais abrilhantavam a programação com seu talento. O quarteto Kings Heralds cantava em cerca de 20 línguas. Prepararam-se novos cursos por correspondência em inglês e em outras línguas.

Em 1992, no 50° aniversário da primeira transmissão em cadeia nacional do progx*ama radiofônico *Voice of Prophecy,* 133 escolasbíblicas ao redor do mundo disponibilizaram cursos em 66 diferentes idiomas e dialetos. Cerca de 2 mil emissoras de rádio levavam ao ar programas em 36 línguas.

A Rádio Adventista Mundial foi ao ar pela primeira vez em 1971, usando instalações arrendadas em Portugal. Vinte e dois programas radiofônicos semanais utilizaram 13 línguas na primeira semana de transmissão. Surgiram depois outras estações: Malta, 1975; Sri Lanka, 1976; Andorra, 1980; Gabão, África, 1983. Desde 1987, a KSDA, da Rádio Adventista Mundial, em Guam, vem fazendo transmissões para a Ásia e o Pacífico. A programação inclui mais do que a *Voice of Prophecy.* Reações favoráveis de diferentes partes da China mostram que o evangelho está sendo ouvido, independentemente das barreiras nacionais.

Em 1950, William Fagal e sua equipe lançaram ao vivo nos Estados Unidos, a partir de uma estação de Nova York, *Faithfor Today,* o primeiro programa religioso para televisão genuinamente nacional. Em 1963, o *Faithfor Today* se tornou o primeiro programa religioso a ser transmitido em cores. Em 1985, o programa mudou seu nome para *Lifestyle Magazine,* tendo como apresentador Dan Matthews. Ao longo dos anos, *Faithfor Today* tem oferecido a seus telespectadores cursos bíblicos, material de leitura e contato com pastores locais.

Dois adventistas apresentadores de televisão merecem ser mencionados. George Vandeman começou seu programa *It Is Written* em 1956. Vandeman e sua equipe ofereceram milhares de seminários, especialmente sobre o livro do Apocalipse, aos telespectadores que desejavam estudos adicionais. Em 1973, G. D. Brooks iniciou *Breath ofLife,* um programa de TV dirigido especificamente para afro-americanos. Música e pregação caracterizam esse programa. Atualmente, a igreja opera outros meios de comunicação, como o Hope Channel (nos Estados Unidos) e a TV Novo Tempo (no Brasil).

3. Lanchas e Aviões Missionários

Em 1921, Leo e Jessie Hallivvell receberam o convite para trabalhar como missionários no Brasil. Numa viagem de barco pelo Rio Amazonas, Hallivvell ficou pasmo com o isolamento, a pobreza e as doenças

das populações ribeirinhas. Convenceu-se de que o meio mais eficiente de alcançar as pessoas que moravam ao longo dos quase 65 mil quilômetros dos rios navegáveis da bacia amazônica era uma lancha ou um pequeno barco. Os jovens adventistas das Américas do Norte e do Sul, sensibilizados, contribuíram com fundos suficientes para a compra da lancha missionária. Durante o tempo em que esteve de licença em 1930, Halliwell fez um curso sobre medicina tropical. Quando voltou ao Brasil, não somente elaborou o projeto para seu barco, mas também ajudou a construí-lo. Durante os 28 anos que se seguiram, o casal Halliwell viajou pelo Amazonas e seus afluentes, cobrindo cerca de 19 mil quilômetros por ano, na lancha *Luzeiro*, levando esperança e saúde aos moradores da região. Houve uma ocasião em que não menos de sete barcos dessa natureza cruzavam os rios da bacia amazônica. Ao longo dos anos, os barcos mantiveram o mesmo nome. Antes de 1992, a contagem já subira para 23: a *Luzeiro XXIII* operava a partir de Manaus.

Os aviões missionários, que percorriam quilômetros de terreno inóspito em minutos, entraram em cena depois da Segunda Guerra Mundial. Bornéu e África foram as primeiras áreas a se beneficiar com esse serviço. Em 1960, a Associação Geral votou uma diretriz sobre aviação. O primeiro avião oficial da denominação, o *Fernando Stahl*, começou a trabalhar em 1963 na região da Amazônia peruana. Outros aviões foram depois anexados a essa frota, na América do Sul, na África e na Australásia [região que inclui a Austrália, Nova Zelândia, Nova Guiné e algumas ilhas menores da parte oriental da Indonésia]. Transportando pessoas e suprimentos, esses aviões pequenos, pilotados por intrépidos e corajosos missionários, aterrissavam em minúsculas pistas de pouso em regiões a dias de distância de cidades e vilas e que só poderíam ser alcançadas a pé.

O programa de aviação missionária chegou a seu ponto máximo em 1981, quando se relatou a utilização de 32 aeroplanos. Antes de 1998, o programa havia enfraquecido a olhos vistos, principalmente por causa da abertura de estradas nas regiões isoladas, do aumento no custo das operações e da colocação de responsabilidade financeira da operação nas mãos dos campos locais, que dispõem de menos recursos financeiros do que as missões estrangeiras.

4. Missão Intencional

Com a reorganização de 1901, a missão de alcançar o mundo todo, inclusive cristãos e não cristãos, tornou-se uma prioridade. Desde 1950, a igreja tem se dedicado vigorosamente a um trabalho missionário sistemático em todas as partes do mundo. Dedicou-se especial atenção às religiões não cristãs. Para alcançar os não alcançados, desenvolveram-se estratégias missionárias intencionais.

O estudo e a pesquisa sobre maneiras de alcançar os muçulmanos com o evangelho teve seu início em 1950, com a publicação do livro de Erich Bethman, *Bridge to Islam.* Na década de 1960, realizaram-se diversas conferências sobre o islamismo. O Centro Adventista Global para Estudos Islâmicos, situado no Newbold CoIIege, na Inglaterra, foi fundado em 1989, com o objetivo de estudar métodos apropriados de alcançar os muçulmanos para Cristo, treinar obreiros nesses métodos e servir como centro internacional de recursos. No início da década de 1990, também começou a funcionar, nas Filipinas, no Adventist International Institute of Advanced Studies, o Centro para Estudos Religiosos da Divisão do Extremo Oriente.

Em 1992, estabeleceu-se na índia um instituto específico para estudar meios de alcançar os hindus. Uma organização similar, dedicada ao estudo do budismo e da

evangelização dos budistas, passou a funcionar na Tailândia no mesmo ano.

A Associação da Escritura Hebraica, criada em 1955, tinha o propósito de apresentar o evangelho de forma atrativa para os judeus. Em 1959 foi aberto um centro evangelístico para judeus na cidade de Nova York. Publica-se com regularidade o jornal *Sabbath Skalom* voltado para leitores judeus.

Em 1966, o departamento de Missões Mundiais se tornou o sexto departamento do Seminário Teológico da Andrews University (em Berriens Springs, Michigan). Seu propósito era não apenas oferecer aulas sobre missões aos estudantes do seminário, mas também dirigir cursos intensivos para missionários em vias de assumir seu posto. Essa segunda tarefa foi posteriormente assumida pelo Instituto de Missões Mundiais, situado no campus da Andrews University e administrado pela Associação Geral.

O primeiro estudante missionário saiu do Columbia Union College, em Washington, DC, para o México, em 1959. Em 1998, 317 jovens norte-americanos trabalharam como voluntários em 10 divisões no mundo; em nível mundial, as cifras superam a casa dos 1.200. Em troca de um pequeno estipêndio e uma grande satisfação, estudantes missionários prolongam por mais de um ano a carga horária da faculdade para participar de alguma forma de atividade missionária fora de seu país. Seus relatórios têm despertado o interesse de outros leigos para as missões. Muitos antigos missionários estudantes viajam depois para o estrangeiro como missionários de tempo integral.

Para acompanhar o progresso das missões intencionais, os líderes começaram a planejar programas quinquenais de evangelismo e crescimento da igreja. A campanha “Mil Dias de Colheita" teve como resultado um formidável total de 1.171.390 pessoas batizadas, relatado em uma dramatização missionária na assembléia da Associação Geral de 1985. Nesse mesmo encontro foi. lançada a campanha “Colheita 90”. Seu objetivo era dobrar o número de adesões alcançadas durante os Mil Dias de Colheita e "dobrar o número de membros equipados para atividades ganhadoras de pessoas, de acordo com seus dons espirituais, fazendo de cada igreja adventista do sétimo dia um centro de treinamento para o serviço" (“Harvest 90 Objectives”, 18). No fim do quinquênio, foram relatadas 2.490.105 adesões. Em áreas do mundo em que as cifras ficaram inalteradas, o número de membros da igreja envolvidos em ganhar pessoas subiu 76,4%.

Com o objetivo de criar uma consciência a respeito da magnitude da tarefa ainda por fazer, lançou-se, na assembléia da Associação Geral de 1990, a estratégia “Missão Global". Essa campanha dividiu a popula-« ção do mundo em 5 mil unidades geográficas de aproximadamente 1 milhão de habitantes. Havia na época cerca de 2.300 agrupamentos humanos sem qualquer presença adventista. A partir de agosto de 1999, o número de grupos não alcançados havia decaído para 1.700, a maioria deles na Ásia. Apesar disso, a Missão Global informou que, a cada dia, estavam sendo fundadas 4,5 novas congregações adventistas.

B. Envolvimento Vohmtário na Missão

Paralelamente aos esforços missionários da igreja oficial, iniciativas voluntárias dignas de serem mencionadas têm contribuído com prestação de serviços e evangelismo. Muitas delas funcionam hoje sob o guarda-chuva dos “Serviços e Indústrias dos Voluntários Adventistas", trabalhando em íntima harmonia com a administração da igreja.

A primeira e principal instituição adventista com recursos próprios foi fundada em Nashville, Tennessee, em 1904. As instituições Madison incluíam uma escola, uma fazenda, uma clínica de tratamento de saúde,

uma fábrica de alimentos vegetarianos e uma gráfica. Os obreiros treinados em Madison muitas vezes abriam suas próprias escolas em zonas rurais ou salas de tratamento em vilas e cidades. Diversas instituições médicas independentes, situadas por todo o Sul, surgiram a partir do empreendimento Madison. Em outros países, voluntários adventistas dirigem salas de tratamento empregando massagem e hidroterapia, Hoje, várias escolas de ensino médio e superior, financeiramente independentes, capacitam seus jovens em disciplinas práticas e acadêmicas. A ênfase, contudo, continua a ser no treinamento prático para ministrar a outros.

Outra possibilidade de serviço são os restaurantes vegetarianos independentes, onde o alimento saudável vem acompanhado com a partilha do Pão da Vida. E possível encontrar tais restaurantes, administrados por adventistas, por toda a América do Norte, Europa, América do Sul, Austrália e Ásia.

Em 1937, o pastor J. L. Tucker deu início ao programa *Ouiet Hour*, em Portland, no Oregon. Além da programação radiofônica, o *Ouiet Hour* apresenta o programa *Search*, uma série televisiva sobre saúde. Os preletores do *Quiet Hour* também pregam em encontros evangelísticos ao redor do globo. Os fundos arrecadados pelo programa destinam-se a pagar aeroplanos, furgões e jipes missionários, além de Bíblias, capelas na selva e bolsas de estudo para estudantes dignos.

Em 1986, a Three Angels Broadcastíng NetWork se tornou a primeira estação advem tista de TV, via satélite, administrada por leigos. Desde 1987, a 3ABN transmite durante 24 horas por dia para um satélite localizado a quase 36 mil quilômetros da Terra, do qual o sinal é retransmitido para diferentes pontos do planeta. A programação é essencialmente religiosa, embora inclua certa quantidade de material não adventista.

Outra manifestação do interesse em missões é o ministério Maranatha Volunteers International. O Maranatha começou com um grupo de pilotos particulares que voavam para onde quer que fosse necessário realizar uma construção. Hoje os voluntários viajam até o local através de diversas formas, mas sempre para construir um prédio para a igreja. Desde 1969, o Maranatha completou milhares de projetos de construção em 63 países, avaliados em milhões de dólares. Somente os projetos desenvolvidos em 2007 chegaram a. 13,2 milhões de dólares. A cada ano, o Maranatha organiza viagens e projetos para cerca de 60 grupos independentes, com a participação de mais de 3 mil voluntários. Ao longo da história da organização, mais de 60 mil pessoas já participaram do projeto. As construções erguidas pelos voluntários incluem igrejas, hospitais, clínicas, orfanatos, escolas e alojamentos para obreiros. Todos quantos estão dispostos a pagar pelo seu próprio transporte até o local de construção são bem-vindos. Os voluntários não precisam ter qualquer experiência prévia em construção.

Em 1985 foi fundada a Adventist Frontier Míssions com o objetivo de enviar missionários voluntários americanos para fundar igrejas adventistas em regiões remotas. Ao agir assim, a Adventist Frontier Missions desejava pôr os adventistas norte-americanos em contato mais próximo com a obra missionária mundial. Em 1998, 18 famílias estavam empenhadas em 15 diferentes projetos distribuídos em diversos continentes.

C. *Sistema Educacional*

O Battle Creek College, fundado em 1874, foi a primeira instituição de educação superior adventista. Seu sucessor, o Emmanuel Missionary Gollege, desenvolveu-se, a partir de 1901, como escola de treinamento * missionário, em Berrien Springs, Míchígan. Devido à natureza dos programas de estudo ali realizados, não se conferiu nenhuma graduação até 1910.

Os adventistas viam com desconfiança o credenciamento oficial, pois achavam que isso podería descaracterizar as instituições educacionais de sua filosofia adventista. Cursos de doutorado eram considerados desnecessários e até mesmo perigosos. Foi assim, por exemplo, que o Pacific Union College, na Califórnia, recebeu seu primeiro PhD no campus somente em 1928. Foi a primeira faculdade adventista a qualificar-se para o credenciamento. Outras faculdades adventistas dos Estados Unidos seguiram seu exemplo na década seguinte. Instituições educacionais de outros países têm sido mais determinadas em buscar e receber reconhecimento, príncipalmente da parte de seus respectivos governos.

Os primeiros cursos de pós-graduação - para pastores — foram organizados pelo Pacific Union College, no verão de 1933. A Escola Bíblica Avançada funcionou ali durante três verões antes de ser transferida para Washington, DC, como o embrião do Seminário Teológico Adventista do Sétimo Dia.

As principais instituições adventistas de educação superior na América do Norte são a Andrews University (em Berrien Springs, Michigan), com ênfase em ciências da educação, artes liberais e teologia; e Loma Linda University (em Loma Linda, Califórnia), com ênfase em ciências da saúde. Em 2010, havia 15 instituições de nível superior em funcionamento na América do Norte e outras 15 na América do Sul.

A partir de 2010, a educação superior fora da América do Norte passa a ser oferecida em 110 instituições de ensino superior. Boa parte delas já alcançou status oficial de universidade. Programas doutorais são oferecidos em várias instituições nos Estados Unidos, na Ásia, na América Central e na América do Sul.

Na outra extremidade do espectro educacional, em 2010 a igreja possuía 5.899 escolas de ensino fundamental, com mais de 1 milhão de alunos, e 1.748 escolas de ensino médio, com 457.934 alunos. Muitos desses estudantes não são filhos de membros da igreja; frequentam nossas escolas devido à boa reputação da educação adventista.

D. Obra Médica

Desde a fundação do Western Health Instítute, em 1866, precursor do Sanatório de Battle Creek, a obra de saúde tem tido lugar de destaque entre os adventistas do sétimo dia. A justificativa teológica para essa ênfase está no reconhecimento de Deus como Criador e da pessoa humana como o templo do Espírito Santo (ICo 6:19). A saúde guarda íntima relação com a espiritualidade; um corpo saudável facilita o crescimento espiritual. Daí, a manutenção da saúde, a educação em saúde e a prevenção de doenças fazerem parte da religião. Os adventistas também oferecem assistência médica como um serviço prestado à igreja e à comunidade.

A ideia do "sanatório" começou em Battle Creek, sob a liderança de Ellen White e do Dr, J, H, Kellogg. Os pacientes ficavam internados tempo suficiente para receber o benefício da dieta, do exercício, da massagem e da hidroterapia. Também participavam nas atividades espirituais da instituição. O conceito de sanatório foi levado em 1897 para Sydney, Austrália, e em 1898 para o Sanatório de Skodsborg, na Dinamarca. Os primeiros “médícos-missionários” levavam seu equipamento de fomentação pelo calor junto com suas Bíblias.

Clínicas e hospitais serviram muitas vezes como cunhas de entrada em países não cristãos. No Nepal hinduísta, por exemplo, onde não se permitia nenhuma espécie de evangelismo, o Hospital Memorial Scheer funciona desde 1957 com total aprovação do governo. Desde que diminuíram as restrições sobre as atividades da igreja, funcionam congregações adventistas naquele país.

Ellen White envolveu-se pessoalmente na compra da estância de saúde de Loma

Linda. A Faculdade de Evangelistas Médicos fora fundada na Califórnia a fim de preparar médicos-missionários. O curso de Enfermagem começou primeiro; depois veio Medicina. Hoje a instituição é conhecida como Loma Linda University. O centro médico dessa universidade é bem conhecido £► por seu pioneirismo em transplantes de coração em crianças. Seu acelerador de prótons, que começou a funcionar em 1991, é um dos primeiros desse tipo a combater o crescimento de tumores cancerosos. Sua equipe de cirurgia em coração aberto tem visitado muitos países para realizar intervenções e capacitar equipes médicas locais.

A medicina preventiva e a educação para a saúde também são facetas importantes do sistema médico adventista do sétimo dia. Loma Linda University oferece cursos de graduação em saúde pública, tanto no campus como por extensão; mestrados em ciências da saúde também se encontram disponíveis nas Filipinas e no Chile. Profissionais de saúde e pastores desempenham papel ativo em ensinar maneiras de conservar e melhorar a saúde. Os programas de como deixar de fumar, como controlar o peso e reduzir o estresse são parte desse esforço educativo mundial.

Em 2010, a igreja Adventista do Sétimo Dia operava 167 sanatórios e hospitais em todo o mundo, com 22.225 leitos. Possuía também 132 clínicas de repouso, 351 clínicas e dispensários, 42 orfanatos e abrigos para crianças, quatro aviões e seis lanchas médicas. Essas instituições empregavam um total de 109.776 funcionários.

E. Prosperidade e Desenvolvimento

Intimamente relacionada com a assistência fornecida pelos serviços médicos adventistas do sétimo dia está a obra de assistência e desenvolvimento social. Os necessitados recebem ajuda tanto em nível de igreja local como em nível de Associação Geral.

Em 1874, as mulheres da igreja de Battle Creekformaram a "Associação Beneficente de Dorcas". Esse nome lembrava aquela senhora cristã de Jope que fazia roupas para os pobres (At 9:36-39). As mulheres de Battle Creek faziam roupas e forneciam alimento para famílias carentes, cuidavam de órfãos e ministravam a doentes. A ideia ganhou corpo e criaram-se muitas sociedades de Dorcas ao redor do mundo. A primeira confederação de sociedades de Dorcas foi criada em 1934 pelas igrejas da área de Chicago. O objetivo delas era — e ainda é-ajudar pessoas necessitadas, independentemente de credo, classe ou origem étnica.

Muitas igrejas locais mantêm centros de serviços comunitários, que prestam auxílio a indigentes e vítimas de desastres. A assistência assume a forma de doação de roupas, alojamento, alimento, mobília e dinheiro. Os serviços também podem incluir cursos de alfabetização de adultos, saúde e habilidades no trato com situações difíceis.

A Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (Adra) funciona na sede da Associação Geral, com representantes em nível de divisão e união. A Adra coordena assistência a vítimas de desastres em grande escala, como terremotos e inundações. A agência também trabalha em diversos projetos de desenvolvimento. Esses incluem a expansão de recursos hídricos, construção de escolas, hospitais e represas, campanhas de cuidados primários com a saúde, e ensino técnico, como jardinagem ou artesanato. A maior parte dos fundos da Adra vem de fundações e governos mais do que de ofertas da igreja. Os serviços são voltados preferencialmente para não adventistas, em sua maioria em países necessitados.

K *Organização da Igreja*

A Igreja Adventista do Sétimo Dia funciona como uma corporação mundial. As igrejas locais são agrupadas em associações ou missões. Estas últimas são assim chamadas

porque dependem financeiramente da instância superior da organização. As associações e missões, por sua vez, organizam-se em uniões, geral mente criadas em função de fronteiras nacionais, regionais, étnicas ou linguísticas. As uniões se agrupam em divisões, que funcionam como representantes da Associação Geral, com sede em Silver Spring, Maryland, nos EUA. As 13 divisões existentes atualmente são Centro-Leste Africana, Centro-Oeste Africana, Euro-Áfricana, Euro-Asiática, Interamericana, Norte-Americana, Pacífico Norte-Asiático, Pacífico Sul-Asiático, Sul-Afrícana-Oceano Indico, Sul-Americana, Sul-Asiática, Sul do Pacífico e Transeuropeia.

Em cada nível o governo é representativo. As igrejas locais enviam representantes "►às assembléias das associações ou missões. Os representantes das associações e missões participam nas tomadas de decisões em nível de união. As comissões das divisões possuem em seu corpo representantes das uniões. A Comissão da Associação Geral incluí representação das divisões.

As decisões em cada nível são tomadas por comissões constituídas por oficiais (presidente, secretário e tesoureiro), representantes dos departamentos e instituições da igreja, e por seus membros. As principais questões que dizem respeito à igreja mundial são consideradas no Concilio Anual da igreja mundial. Somente na assembléia quinquenal da Associação Geral, com ampla representação de toda a igreja, se podem efetuar mudanças nas diretrizes da igreja, conforme refletidas no *Manual cia Igreja.*

A igreja local não escolhe seu pastor nem lhe paga o salário. Em vez disso, os dízimos dos membros são enviados para a associação ou missão, que, depois, muitas vezes em consulta com a igreja local, designa o ministro e o remunera. A igreja local utiliza parte das ofertas para suas próprias despesas. Também coleta fundos para contribuir - através de instâncias superiores — com os esforços missionários mundiais.

As atividades da igreja são departamentalizadas, tanto em nível local como em níveis organizacionais superiores. Constituem departamentos os Ministérios da Mulher, Ministérios da Criança, os Ministérios da Família, os Ministérios Pessoal e da Escola Sabatina, Mordomia e Jovens. O departamento de Educação orienta as escolas. Geralmente, a associação é responsável pelas escolas de ensino fundamental e médio existentes em seu território, ao passo que as instituições de ensino superior ficam sob a jurisdição das uniões e divisões. O departamento de Saúde e Temperança desenvolve e implementa planos e programas para melhorar a saúde tanto de membros como de não membros da igreja. O departamento de Assuntos Cívicos e Liberdade Religiosa aconselha membros e instituições a respeito de questões relacionadas ao Estado e à sociedade. O departamento de Publicações supervisiona o trabalho das editoras e dos vendedores de literatura, tradicionalmente chamados de "colportores''. A Associação Ministerial promove a eficiência e bem-estar dos pastores. Por fim, o departamento de Comunicação tem o encargo de tornar conhecidas as atividades da igreja.

Até a Segunda Guerra Mundial, a maior parte dos cargos de liderança em todo o mundo estava nas mãos dos ocidentais. Desde então, o número de administradores estrangeiros tem decrescido drasticamente em países fora da América do Norte e da Europa, à medida que líderes nacionais assumem essas funções. Em 1998, por exemplo, apenas duas divisões mundiais eram dirigidas por pessoas de fora de seu território. Quase todos os presidentes de uniões e associações são naturais do próprio país, A liderança da Associação Geral, no entanto, inclui representantes de todos os continentes e etnias.

A Igreja Adventista do Sétimo Dia mundial é um mosaico de nacionalidades, línguas e grupos étnicos. Em 2010, a igreja lançou publicações em 372 idiomas, 100 a mais do que

em 1998. Utilizou 901 línguas e dialetos na evangelização oral, 153 a mais que em 1998. Como exemplo de diversidade, em 2010 as igrejas adventistas da América do Norte realizavam cultos em 52 línguas. Em 1998, o grupo linguístico maior e de crescimento mais rápido era o hispânico, com cerca de 99 mil pessoas, o que representava 11% de todos os membros da igreja na América do Norte. O seminário teológico da Andrews University oferece programas de mestrado e doutorado em espanhol. Pastores da comunidade adventista hispânica ocupam cargos de liderança em associações, uniões e divisão. Adventistas asiáticos na América do Norte representam diferentes ramos linguísticos: chinês, coreano, vietnamita e filípino. As maiores igrejas adventistas asiáticas localizam-se em Toronto, Califórnia, Havaí e Nova York.

Dos 891.176 membros existentes na Divisão Norte-Americana em dezembro de 1998, 212,538 eram membros das associações regionais, organizadas em 1944 para agrupar igrejas negras sob a liderança afro-amerícana. Na época, sete uniões dessa divisão possuíam associações regionais, embora em algumas dessas associações nem todas as igrejas fossem compostas por membros negros. Apesar disso, os afro-americanos possuem agora acesso a cargos de liderança, tanto em associações regionais como na organização geral da igreja. Charles Bradford, por exemplo, foi presidente da Divisão Norte-Americana de 1979 a 1990. O Oakwood College, em Huntsville, no Alabama, vem educando jovens negros desde 1896, preparando-os para servir a Deus e à humanidade.

Pequena porcentagem de mulheres atua na obra pastoral adventista do sétimo dia. Mesmo sem ordenação ministerial e autorização para realizar certas tarefas administrativas em nível de associação, elas realizam trabalho pastoral na igreja da qual são membros. Trabalham muitas vezes como dinâmicas líderes voluntárias em suas igrejas. Também atuam em departamentos e comissões, tanto em nível de associação e união como em nível de divisão e Associação Geral.

G. *Avanços Teológicos*

Os pioneiros adventistas do sétimo dia, mantendo-se fiéis à Bíblia como a única regra de fé e doutrina, evitaram fazer credos ou declarações doutrinárias. Uriah Smith escreveu uma declaração doutrinária em 1872, mas, na controvérsia que acompanhou as mensagens de 1888 em Mineápolis sobre a justificação pela fé, o documento foi até certo ponto esquecido. Naquele ano, o *Seventh-day Âdventist Yearbook* foi publicado sem nenhuma declaração doutrinária. À medida que a igreja crescia, porém, tornaram-se numerosas as questões a respeito das crenças adventistas. Em 1930, a Associação Geral pediu a uma comissão de quatro pessoas que fizesse o esboço de uma declaração. Elas fizeram seu trabalho, de modo que o *Yearbook* seguinte incluía as "Crenças Fundamentais dos Adventistas do Sétimo Dia".

Essa declaração refletia uma concepção da Trindade, da pessoa e obra de Cristo e da relação entre a lei e a graça mais clara do que a redigida por Smith. Mas, ela não foi aceita oficialmente senão em 1946, com a ressalva de que não podia ser alterada, a não ser pela Associação Geral reunida em assembléia. A primeira declaração oficial de doutrinas foi votada na assembléia da Associação Geral de 1980. Agora, essas 28 crenças fundamentais aparecem regularmente no *Seventh-day Âdventist Yearbook.*

A igreja tem contendido com diferentes pontos de vista teológicos, tanto no passado quanto no presente. A questão de 1888 a respeito da justificação pela fé transitou para o século 20. No começo da década de 1900, a relação de Kellogg com a igreja levantou discussões sobre eclesiologia. Realizaram-se conferências bíblicas em 1919, 1952 e 1974 com o propósito de discutir crenças e chegar à unidade. Na década de 1980, a controvérsia

sobre a compreensão adventista do santuário celestial provocou dolorosa dissensão na igreja. Na década de 1990, diferentes concepções sobre hermenêutica e estilos de adoração polarizaram pastores e membros em algumas partes da igreja mundial.

Baseados em sua aceitação da profecia bíblica, os adventistas do sétimo dia consideram-se herdeiros espirituais do antigo Israel e da igreja apostólica, com as bênçãos e as obrigações decorrentes dessa herança. Dentro dos mais amplos limites da profecia bíblica, o ministério de Ellen White tem funcionado como uma extensão moderna do impulso profético da Bíblia.

A missão dos adventistas do sétimo dia é proclamar o evangelho contido na Bíblia como um todo até os confins da Terra (Mt 28:19, 20) e levar a mensagem dos três anjos (Ap 14:6-12) a todos os povos. A observância do sábado do sétimo dia é para os adventistas um lembrete da criação da Terra em seis dias (Gn 1; Êx 20:11), da alegria de ser povo de Deus (Ez 20:20) e da esperança do repouso eterno (Hb 4:9-11). A convicção de que a santificação deve acompanhar a justificação fundamenta a ênfase adventista em um estilo de vida saudável, pleno de integralídade física, mental, social e espiritual.

O preâmbulo da declaração de crenças fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia, votada em 1980, afirma claramente que a igreja ainda permanece aberta a novos esclarecimentos e compreensão adicional da Bíblia. Os estudos apresentados neste volume representam a compreensão atual e em profundidade dos principais temas bíblicos conforme tratados por aqueles que exercem o ministério do ensino na igreja. Cada capítulo deste livro contém uma breve história de como se formou a-*g posição adventista que está sendo analisada, além de informações adicionais sobre o seu desenvolvimento teológico.

III. Literatura

Adventist Review. Periódico geralmente semanal da Igreja Adventista do Sétimo Dia. A revista tem sido publicada continuamente, sob diversos nomes, desde 1850.

"Business Proceedings of the Fourth Special Session of the General Conference of S. D. Adventists". Review *and Herald*, 24 de abril de 1879.

Dabrowski, Rajmund L., ed, *Michael Belina Czechoivski: 1 81 8-1876.* Varsóvia: Znaki Czasu Publisbing House, 1979.

Delafield, D. A. *Ellen* G. *White in Europe,* Washington: Review and Herald, 1975.

Fernandez, Gil, ed. *LightDawns OverAsia: Adventisms Story in the Far Eastern Division,* 1888-1988. Silang, Cavite, Filipinas: AIIAS Publications, 1990.

Froom, LeRoy. *The Prophetic Faith of Our Fathers.* 4 vols. Washington: Review and Herald, 1950-1954.

General Conference of Seventh-day Adventists. *Annual Statistical Report.*

"General Conference Proceedings". *General Conference Bulletin, 5* de abril de 1901.

Gordon, Paul A. *The Sairctuary\ 1844, and the Pioneers.* Hagerstown: Review and Herald, 1983.

Graybill, Ronald. *Ellen* G. *White and Chnrch Race Relations.* Washington: Review and Herald, 1970.

---------- . *Mission to Black America.* Mountain View: Pacific Press, 1971.

Hale, E., Jr,, Henry Plumer eTimothy Cole. "Second Advent Conference and Gampmeeting." *Signs ofthe Times,* 15 de junho de 1842.

"Harvest 90 Objectives". *Ministry,* dezembro de 1985.

Himes, Joshua V., S. Bliss e A. Hale. Editorial. *Advent Review,* agosto de 1850.

Kníght, George. *Frcnn 1888 to Apostasy: The Case of A. T. Jones.* Hagerstown: Revievv and Herald, 1987.

---------- ed. *The Early Adventist Educators*. Berrien Springs: Andrews University Press, 1983.

Martin, Walter. *The Truth Ahout Seventh-âay Adventism.* Grand Rapids: Zondervan, 1960.

Maxwell, G. Mervyn. *Tell It to the World,* Mountain View: Pacific Press, 1976.

Miller, Willíam. *Apology and Defence.* Boston: J. V. Himes, 1845.

Mitchell, David. *Seventh-day Adventists: Faith in Action.* Nova York: Vantage Press, 1958.

Neufeld, Don F., ed. *Seventh-day Adventist Encyclopedia.* 2 vols. 2ª ed. rev. Gommentary Reference Series. Hagerstown: Review and Herald, 1996.

Olsen, V. Norskov, ed. *The Advent Hope in Scripture and Hislor}>*. Hagerstown: Review and Herald, 1987.

Robinson, Dores E. *The StoryofOur Health Message.* Nashville: Southern Publishing Association, 1943.

Schwarz, Ricbard W, *John Harvey Kellogg, M.D.* Nashville: Southern Publishing Association, 1970.

---------- . *Light Bearers to the Remnant,* Mountain View: Pacific Press, 1979.

Seventh-day Adventist Encyclopedia. Ed, E. Don Neufeld. 2ª ed. rev. Hagerstown: Review and Herald, 1996.

Spalding, Arthur. *Origin and Histoiy of Seventh-day Adventists.* 4 vols. Washington: Review and Herald, 1961,1962. (Esta história da Igreja Adventista vai de 1843 a 1947.)

Spícer, William A. *Our Story of Missions.* Mountain View: Pacific Press, 1921.

Strand, Kenneth A., ed. *The Sabbath in Scripture and History.* Washington: Review and Herald, 1982.

Utt, Richard. A *Centur)> of Miracles.* Mountain View: Pacific Press, 1963.

Vyhmeister, Werner K. *Misicm de la Iglesia Adventista.* Brasília: Seminário Adventista Latino-americano de Teologia, 1980.

White, Arthur. *Ellen* G. *WTite.* 6 vols. Washington: Review and Herald, 1981-1986.

White, James. "The Work of the Lord". *Review anã Herald,* 6 de maio de 1852. ^

2
Revelação e Inspiração

Peter M. van Bemmelen

Introdução

O fato de o Deus vivo haver Se revelado e continuar a Se revelar à família humana é fundamental para a fé cristã. As Escrituras, tanto o AT quanto o NT, apresentam um relato da maneira pela qual Deus Se manifestou na história humana — especíalmente na história de Israel e supremamente na pessoa de Jesus Cristo. Sem essa revelação divina, sem o devido conhecimento do verdadeiro caráter e da vontade de Deus, a humanidade perecería alienada por causa da culpa e do pecado.

Na Bíblia, a criação do mundo e a majestade, beleza e as bondosas provisões da natureza são percebidas como manifestações da glória, sabedoria e do amoroso cuidado de Deus por Suas criaturas. A teologia chama essas manifestações de revelação geral. Contudo, a presente condição da humanidade e do seu mundo cheio de pecado, ruptura, desastre e morte levanta sérias questões sobre a possibilidade de se obter verdadeiro conhecimento de Deus por meio do mundo natural ou da experiência humana. A evidência bíblica sugere que a sabedoria e o conhecimento obtidos somente por meio dessas fontes são insuficientes para nos fornecer uma compreensão correta do caráter e do amor de Deus e de Sua intenção em nos salvar do pecado e da morte. I. II.

Deus solucionou essa dificuldade dando-Se a conhecer aos seres humanos em um nível pessoal. Em linguagem teológica isso recebe o nome de revelação especial, princípalmente conforme se revela e registra nas Escrituras. Ainda que inteiramente conscientes das diversas críticas da Bíblia — ética, histórica, linguística, científica, filosófica e teológica —, escolhemos nos concentrar nas alegações feitas pelos escritores bíblicos a respeito de seus próprios escritos e, em particular, na atitude de Jesus para com as Escrituras e o emprego que delas fez. Os profetas, os apóstolos e, mais importante, o próprio Jesus aceitavam a Bíblia como a fidedigna e autorizada Palavra de Deus, comunicada pelo Espírito Santo em linguagem humana. Revelação e inspiração, em última análise, são mistérios divinos. Contudo, mesmo nossa limitada compreensão humana é de crucial importância para a fé cristã madura e inteligente.

I. Revelação
A. Definição
B. Terminologia Bíblica
1. O Antigo Testamento
2. O Novo Testamento
II. Revelação Geral
A. Introdução e Definição
B. Modalidades da Revelação Geral
1. Natureza
2. Seres Humanos
3. História
C. Teologia Natural e a Salvação dos Gentios
III. Revelação Especial
A. Introdução e Definição
B. Características da Revelação Especial
1. Revelação Especial como Seleção

2. Revelação Especial como Redenção
3. Revelação Especial como Acomodação
IV. Inspiração da Bíblia
A. Introdução: o Problema da Definição
B. Uma Concepção Bíblica de Inspiração
1. Inspiração: Palavra ou Conceito?
2. A Forma Humana da Escritura
3.0 Caráter Divinamente Inspirado da Escritura
£}► C. Modo, Locus e Extensão da Inspiração
1. O Modo da Inspiração
2. O Locus da Inspiração
3. A Extensão da Inspiração
D. Efeitos da Inspiração
1. Escritura: a Viva Voz de Deus
2. Escritura: sua Autoridade
3. Escritura: sua Veracidade
4. Escritura: sua Clareza e Suficiência
V. Aplicações Práticas
VI. Resumo Histórico
A. Igrejas Antiga e Medieval
B. Reforma e Contra-Reforma
C. Era da Razão e o Iluminismo
D. Desenvolvimento Contemporâneo
E. Concepção Adventista
VII. Comentários de Ellen G. White
A. Introdução
B. Revelação
C. Escritura e Inspiração
VIII. Literatura

L Revelação

A. *Definição*

O substantivo “revelação” e o verbo “revelar" são usados tanto em linguagem teológica como secular. O significado básico do verbo, que deriva do latim *revelara,* é retirar o véu, descobrir algo que estava escondido. Significa, portanto, fazer conhecido o que era secreto ou ignorado. O substantivo pode se referir à ação de revelar, mas também ao seu efeito. Em linguagem comum, empregam-se muitas outras palavras para comunicar a mesma ideia, tais como “contar”, "tornar conhecido", “patentear”, “trazer à luz”.

Com referência ao ato de Deus de revelar à família humana Sua pessoa, vontade e propósito, essas palavras adquirem uma nova profundidade semântica. E possível sintetizar a essência da revelação divina afirmando-se que Deus Se revela em palavras e ações, através de muitos e diferentes canais, embora mais plenamente na pessoa de Jesus Cristo. A intenção explícita de Deus é que, através dessa revelação, os seres humanos possam conhecê-Lo e estabelecer com Ele uma relação salvadora, que trará como resultado eterna comunhão com Ele (Jo 17:3).

B. *Terminologia Bíblica*

1. O Antigo Testamento

As traduções inglesas da Bíblia usam as palavras “revelar” e “revelação”, mas não como era de se esperar. Na RSV, o verbo "revelar” ocorre 65 vezes, 28 das quais se encontram no AT como a tradução do verbo hebraico ou aramaico *galah* (exceto em Gn 41:25, onde é traduzido do verbo hebraico *nagad*). O verbo *galah,* assim como o latino *revelare,* expressa a ideia de descobrir alguma coisa coberta ou escondida. Ocorre frequentemente apenas com uma acepção secular (Rute descobre os pés de Boaz, Rt 3:4), assim como em referência a revelações divinas (Deus revela o sonho a Nabucodonosor, em Dn 2:19). O substantivo “revelação” ocorre duas vezes na RSV, no AT, como tradução das formas verbais *yarah* e *galah* (Hc 2:19; 2Sm 7:27).

O AT utiliza outras palavras e locuções para descrever as revelações divinas. Algumas expressões põem em evidência seu aspecto auditivo: “Palavra do Senhor que veio a Jeremias” (Jr 47:1); “Disse o Senhor a Moisés” (Lv 19:1); ou a expressão muitas vezes repetida “Assim diz o Senhor”

(Am 1:3). Tais expressões ocorrem centenas de vezes e enfatizam o aspecto auditivo da revelação.

O elemento visual também, é essencial no processo divino de autor revelação. Verbos como *rciah* (ver, ser visto, aparecer, fazer aparecer, mostrar) e *hazaw* (ver, ver em visão ou sonho, contemplar), e os substantivos *roeíi* (vidente), *mar eh* (visão, aparição), *hozeh* (vidente), *hazon* (visão) também são usados. Outras palavras de sentido cognitiva mais geral empregadas são *hmvah* (fazer conhecido, informar), *yaád* (conhecer, fazer conhecido, publicar) e *nagad* (fazer conhecido, relatar, contar). Essa lista não pretende ser exaustiva, mas mostra a diversidade de palavras usadas para descrever as diferentes maneiras pelas quais Deus Se comunica com os seres humanos.

Um estudo de todas as expressões reveja latórias da Bíblia deixa transparecer a convicção que os escritores bíblicos tinham de ser recipientes e mensageiros da revelação divina. No AT essa consciência se manifesta especialmente nos escritos dos profetas, embora seja também encontrada em outros lugares. O rei Davi, que é referido como o "ungido do Deus de Jacó", "o mavioso salmista de Israel", expressa esta convicção: "O Espírito do Senhor fala por meu intermédio, e a Sua palavra está na minha língua" (2Sm 23:1, 2). A sabedoria de Salomão veio como um dom prometido por revelação divina, constituindo ela mesma uma manifestação da sabedoria de Deus (IRs 3:5-14),

Os termos indicativos da revelação de Deus também são usados com relação a acontecimentos específicos atribuídos à ação ou intervenção divina. A Noé Deus anunciou: "Estou para derramar águas em dilúvio sobre a terra" (Gn 6:17) e o instruiu a construir uma arca, para que ele e sua família fossem salvos. O Senhor deu a Moisés e a Arão poder para realizar sinais, a fim de que os israelitas cressem que o Senhor aparecera a Moisés e o instruira a liderá-los na saída do Egito (Êx 4:1-9, 27-31). Em outra ocasião Deus empregou uma violenta tempestade e a barriga de um grande peixe a fim de levar um profeta desertor a cumprir a tarefa que Ele lhe designara (Jn l:4-3:3). Essas ações ou intervenções divinas geralmente eram precedidas ou acompanhadas de revelações explicativas. Amos declara: "Certamente, o Senhor Deus não fará coisa alguma, sem primeiro revelar o Seu segredo aos Seus servos, os profetas" (Am 3:7), De acordo com o AT, as palavras e as ações atuam juntas no trato de Deus com os seres humanos.

As frequentes referências do AT a profetas, visões, sonhos, sinais e maravilhas evidenciam o persistente desejo de Deus em revelar-Se através dos canais de Sua escolha. As manifestações pessoais de Deus a Abraão, Isaque, Jacó e Moisés — as chamadas teofanias ou aparições da divindade — e Sua presença durante o êxodo visavam a mostrar Seu afetuoso propósito de estabelecer com Abraão e seus descendentes uma relação pactuai especial, para, através de Israel, tornar conhecidos a todos os povos Sua Pessoa, vontade, salvação e Seu caráter benevolente (Gn 12:1-3; 22:15-18; 26:1-5; 28:10-15; Êx 19:1-6).

A carta aos Hebreus sintetiza todo o processo de revelação divina do AT nestas palavras: "Havendo Deus, outrora, falado, muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetasf..]" (Hb 1:1). Essa declaração reforça a primazia da comunicação divina através dos profetas. Porém, a revelação divina não se restringe ao testemunho profético.

A palavra comum no AT para profeta é *nahi*, que ocorre mais de 300 vezes. Sua derivação é incerta, mas quase todos sabem que possui um sentido passivo, "aquele que é chamado"; e um sentido ativo, "interlocutor, orador". A primeira acepção realça a origem divina do ministério profético, ao passo que a segunda focaliza a tarefa do profeta como porta-voz de Deus ou como boca de Deus. O segundo significado é ilustrado na

designação de Arão como porta-voz, que fala em nome de Moisés perante Israel e perante faraó. Disse Deus a Moisés; "Vê que te constituí como Deus sobre faraó, e Arão, teu irmão, será teu profeta. Tu falarás tudo o que Eu te ordenar; e Arão, teu irmão, falará a faraó, para que deixe ir da sua terra os filhos de Israel" (Êx 7:1, 2; cf. 4:10-16).

Outros termos eram empregados para se referir aos profetas. Quando Saul procurava as jumentas de seu pai, seu servo sugeriu que consultassem "um homem de Deus" na cidade vizinha. Esse homem de Deus também é chamado de "vidente" *(meh),* com a observação de que essa palavra equivale a "profeta" (iSm 9:9). Esse mesmo paralelismo aparece em outros lugares com a palavra *hozek* (vidente), em 2Sm 24:11; 2Rs 17:13; Is 29:10. Para todos os propósitos práticos, essas duas palavras hebraicas e *nahi* são sinônimas.

Os profetas não somente proclamavam a palavra do Senhor com a boca, mas também escreviam muitas das coisas que lhes haviam sido reveladas, fosse por ordem divina, fosse pela indução do Espírito Santo. O primeiro profeta escritor de que se tem notícia foi Moisés, que escreveu o que se tornou conhecido como *Torah,* ou a Lei (Js 8:31; Lc 24:44).

3* Os profetas posteriores também foram movidos pelo Espírito a expressar-se por escrito. O Senhor disse a Jeremias: "Toma um rolo, um livro, e escreve nele todas as palavras que te falei" (Jr 36:2). Daniel se referiu a esse rolo como a palavra "que falara o Senhor ao profeta Jeremias" (Dn 9:2).

A palavra do Senhor registrada por Moisés e pelos profetas se tornou o mais importante meio pelo qual Deus revelou a Si mesmo e Seus propósitos a Israel e às outras nações. Era desígnio divino que esses escritos fossem lidos e ouvidos pelas futuras gerações, para que as pessoas pudessem conhecer a Deus como seu Salvador e Rei. Ao obedecer-Lhe a palavra, os leitores seriam abençoados (Dt 4:5-8; Js 1:8; SI 1:1-3). Foram também advertidos das terríveis consequências de voltar as costas para Deus (Dt 31:26-29; Is 30:8-14).

Longo tempo depois de a voz dinâmica dos profetas haver silenciado, a viva voz de Deus ainda fala através dos livros. Não resta dúvida de que a esses escritos podem se aplicar as palavras escritas na antiguidade: "As coisas encobertas pertencem ao Senhor, nosso Deus, porém as reveladas nos pertencem, a nós e a nossos filhos, para sempre, para que cumpramos todas as palavras desta lei" (Dt 29:29; ver também Dons Espirituais IV).

2. O Novo Testamento

O NT também utiliza diversas palavras para comunicar a ideia de revelação divina. O verbo *apokalyptõ* (revelar) e o substantivo *apokalypsts* são os mais frequentes. Esses termos, geralmente empregados em contexto religioso, referem-se a revelações que têm que ver com a justiça e a ira de Deus (Rm 1:17, 18), a segunda vinda de Jesus (lGo 1:7; lPe 1:13), a vinda do anticristo (2Ts 2:3), o conhecimento dos pensamentos humanos (Lc 12:2) ou a Revelação de Jesus a João (Ap 1:1). A palavra *phaneroõ* (descobrir, revelar) é também usada (Rm 16:26). Outras palavras utilizadas no contexto da revelação divina são *gnõrtzõ* (fazer conhecido, Ef 1:9), *âeiknymi* (indicar, Jo 5:20), *epvphainõ* (aparecer, mostrar-se, Lc 1:79) e *chrêmatizõ* (comunicar uma revelação, Mt 2:12, 22).

Embora importantes expressões veterotestamentárias como "a palavra do Senhor veio" ou "assim diz o Senhor" não apareçam no NT, a segunda parte das Escrituras não ignora os diversos tipos de revelação divina aos seres humanos. Deus Se comunicou com José através de sonhos (Mt 1:20; 2:12, 13, 19, 22). O sacerdote Zacarias (Lc 1:22), Ananias de Damasco (At 9:10), o centurião Gornélio (At 10:3) e o apóstolo Pedro (At 11:5) receberam visões. Paulo podia falar do perigo de se ensoberbecer "com a

grandeza das revelações" (2Co 12:7), já que ele, evidentemente, as havia recebido em muitas ocasiões durante seu ministério (At 16:9, 10; 18:9, 10; 26:19; 27:23, 24; 2Co 12:1-4; G1 2:1, 2).

A terminologia revelacional do NT tem como foco Jesus Cristo. João Batista testificou: "a fim de que Ele fosse manifestado a Israel, vim, por isso, batizando com água" (Jo 1:31). O apóstolo João apresenta Jesus como "o Verbo", o Filho unigênito do Pai, que "Se fez carne" e "quem O revelou" (Jo 1:1, 14, 18). Mateus nos diz que "ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho quiser revelar" (Mt 11:27). A revelação de Deus em teofanias, visões, sonhos e declarações proféticas encontra seu ápice e cumprimento na encarnação do Filho. Por essa razão, a epístola aos Flebreus começa com um majestoso resumo: "Havendo Deus, outrora, falado, muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias, nos falou pelo Filho. [...] Ele, que é o resplendor da glória e a expressão exata do Seu ser" (Hb 1:1-3). Cristo é Deus revelado em forma humana; é por isso que Ele foi capaz de dizer o que não ficaria bem em nenhum outro lábio humano: "Quem Me vê a Mim vê o Pai" (Jo 14:9).

Paulo também utiliza um amplo leque de termos revelacionais e, mais do que qualquer outro, ele apresenta Cristo como a mais plena revelação de Deus. O apóstolo deixa claro que não havia recebido de homens o evangelho que pregava, mas "mediante revelação de Jesus Cristo" (G1 1:12). O crucificado e ressurreto Senhor lhe apareceu na«K estrada de Damasco enquanto perseguia os cristãos (At 9:1-9). Paulo conheceu o mistério de Cristo por revelação. Esse mistério "não foi dado a conhecer aos filhos dos homens, como, agora, foi revelado aos Seus santos apóstolos e profetas, no Espírito" (Ef 3:5). O papel do Espírito Santo é crucial para a revelação de Jesus Cristo. Nisso Paulo está de pleno acordo com o restante do NT (Jo 14:26; 15:26; 16:13, 14; lPe 1:10-12).

Ainda que proclame o evangelho da encarnação, morte e ressurreição de Cristo como um mistério, Paulo não deixa de associar ao AT tanto a revelação como sua proclamação (Rm 1:1-3; 16:25, 26; ICo 15:3, 4; 2Tm 3:14, 15). Isso se acha novamente em plena harmonia com a própria compreensão e emprego das Escrituras por parte de Jesus, tanto antes quanto depois de Sua ressurreição (Lc 22:37; 24:25-27, 44-47; Jo 5:39-47).

As Escrituras desempenham papel essencial na automanifestação divina: Cristo Se revela na Escritura e através da Escritura, A voz dinâmica dos apóstolos pode ter emudecido como sucedeu aos antigos profetas, mas o Espirito Santo continua a falar através de seus escritos e a desvendar o mistério de Jesus Cristo a todas as nações e gerações até que Ele venha.

II. Revelação Geral

A. *Introdução e Definição*

Embora, na maioria das vezes, se empregue a linguagem revelacional com relação a pessoas, a Bíblia também se serve dessa linguagem com referência a fenômenos do mundo natural. Frases como "os céus proclamam a glória de Deus" (SI 19:1) mostram que Deus Se revela através das obras criadas. Diferentes termos têm sido usados para designar esse conceito; porém, o mais comum deles talvez seja "revelação geral".

A Bíblia não somente fala sobre uma revelação por meio da natureza (SI 19:1-4; Rm 1:19-23), como também chama a atenção para uma percepção interna de Deus na consciência humana. O autor de Eclesiastes afirma que Deus "pôs a eternidade no coração do homem" (Ec 3:11), enquanto o apóstolo Paulo

fala de gentios que “mostram a norma da lei gravada no seu coração, testemunhando-lhes também a consciência” (Rm 2:15). A responsabilidade moral, ou seja, a percepção universal do bem e do mal, do certo e do errado, tem sido vista como uma manifestação de Deus na consciência humana.

Podemos definir revelação geral como a revelação divina de caráter universal, acessível a todos os seres humanos em todos os lugares, pela qual eles entendem que Deus é Criador, Mantenedor e Senhor de todo o Universo. No que diz respeito à humanidade, essa revelação geral é tanto externa quanto interna. E também inescapável. Não importa aonde possamos ir, somos sempre confrontados com as obras das mãos de Deus e, em última análise, com a presença de Deus, pois, conforme Paulo proclamou aos filósofos atenienses: "NEle vivemos, e nos movemos, e existimos” (At 17:28).

Diversas questões têm sido levantadas a respeito da revelação geral. Uma, que é crucial, é se a revelação geral fornece os elementos necessários para um conhecimento racional de Deus, uma teologia natural, Que conceito de Deus se deduz a partir da universal presença do mal, do sofrimento, da deterioração, da destruição e da morte? Outra questão vital, especialmente no contexto de um crescente e articulado pluralismo religioso, é se a revelação geral provê um conhecimento salvífico de Deus. Podem seguidores de qualquer religião ou visão de mundo chegar ao conhecimento de Deus, fora da tradição judaico-cristã? Se for assim, são necessárias as missões? Revelou-Se Deus universalmente, assim que cada religião conduz ao conhecimento divino necessário à salvação?

Para tratar dessas questões, é preciso reconhecer a situação na qual se encontra a família humana. De acordo com a Bíblia, no fim da criação, “viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom” (Gn 1:31). Esse “muito bom” incluía o primeiro casal humano, a quem Deus havia criado à Sua própria imagem e semelhança. Neles não havia imperfeição — espiritual, moral, mental ou física. Nas palavras de Eclesiastes 7:29: “Deus fez o homem reto.” Essa perfeição, infelizmente, não demorou muito. Conforme Gênesis 3, Adão e Eva duvidaram e desobedeceram. Terríveis foram as consequências. A vergonha e o medo tomaram o lugar do amor e do respeito. Esmagado pelo senso de culpa, o casal se escondeu, evitando a companhia do Criador. Desde então, o mal, o sofrimento e a morte entre os seres humanos são a dura realidade, a qual não se pode negar e da qual não se pode fugir, O mundo não é mais “muito bom”. Para Paulo, "toda a criação, a um só tempo, geme” (Rm 8:22). Os seres humanos estão "sujeitos à escravidão por toda a vida” (Hb 2:15). Alienadas de Deus, as pessoas sentem dificuldade em receber e interpretar a revelação divina. Acham mais difícil ainda reagir com amor e fé a essa revelação. (Ver Pecado III.BJ-3; Homem ILA, B.)

JB, *Modalidades da Revelação Geral*

Falando de maneira geral, é possível distinguir três principais modalidades de revelação geral: a natureza, os seres humanos e a história. Embora as Escrituras autorizem essa distinção, os cristãos discordam sobre o grau de revelação que cada um desses modos pode comunicar.

1. Natureza

Os escritores bíblicos frequentemente se referem aos fenômenos da natureza como uma revelação de Deus e de Seus atributos. Todos os aspectos do Universo em que vivemos são manifestações da glória e da sabedoria divina. Diversos salmos se referem a Deus como o Criador do Céu e da Terra, mantenedor constante de todas as Suas obras e provedor das necessidades de todas as criaturas vivas, inclusive de Seus filhos humanos (SI 8:1-4; 19:1-6; 33:1-9; 104:1-35; 136:1-9). Esses salmos de louvor para a comunidade

da fé mostram que as obras da criação constituem-se numa revelação da majestade de Deus e de Seu amoroso cuidado. Muitas outras porções do AT, especialmente em Jó e Isaías, transmitem a mesma mensagem. As perguntas desafiadoras de Isafas 40:12-31 apontam para um Criador e Senhor onipotente, não obstante bondoso.

Jesus frequentemente dirigia a atenção de Seus ouvintes para as coisas da natureza, a fim de ilustrar verdades espirituais. As aves do céu e os lírios do campo demonstram o cuidado de Deus por Suas criações mais humildes, e Jesus indaga: “Não valeis vós muito mais do que as aves?” (Mt 6:26). Deus faz nascer o sol sobre maus e bons, e faz chover sobre justos e injustos (Mt 5:44, 45), Outras lições da natureza incluem a árvore boa que produz bons frutos e a árvore má que produz frutos maus — os falsos profetas (Mt 7:15-20). Em harmonia com Gênesis 3, Jesus ensina que a natureza revela o conhecimento do bem e do mal.

Os fenômenos da natureza, porém, nos dão um quadro ambivalente do bem e do mal. Além disso, como consequência do pecado, a natureza às vezes age como instrumento do castigo divino. A maior “catástrofe natural” que se abateu sobre este mundo foi a inundação mundial no tempo de Noé. De acordo com Gênesis 6-8, o dilúvio foi a resposta de Deus para a afrontosa maldade dos antediluvianos. A Bíblia frequentemente apresenta as forças destrutivas no mundo natural como manifestações da ira divina sobre o pecado (as dez pragas do Egito, Ex 7:1—12:32; a seca devastadora no tempo de Acabe e Jezabel, IRs 17:1; ou a tempestade que ameaçava o barco no qual Jonas tentava fugir, Jn 1:1-16). Todas são apresentadas como respostas divinas à rebelião, apostasia e desobediência humana. E, embora as Escrituras nos mostrem, em Jó 1 e 2, que os desastres naturais podem ser resultado de atividade satânica, em última análise sempre se atribui a Deus o seu controle básico. Acerca dos infortúnios que sucederam a Jó, disse Deus a Satanás: "[Tu me incitaste] contra ele, para o consumir sem causa” (Jó 2:3).

Paulo considera a natureza uma modalidade da revelação divina. Deus, disse ele, é "claramente percebido nas coisas que foram criadas” (Rm 1:20, RSV). De acordo com a Bíblia, a natureza mostra a glória, a sabedoria e o cuidado divinos. Por outro lado, na decadência, doença, desastre e morte tão prevalecentes neste mundo de pecado, a natureza também expõe as consequências da queda. Manifesta diariamente o cuidado de Deus, mas também apresenta claramente os castigos divinos sobre o pecado humano. E pre- «y ciso ter em mente ambos os aspectos para entender a questão da teologia natural.

2. Seres Humanos

Os seres humanos constituem outra modalidade de revelação geral. Mesmo em sua condição decaída, eles carregam as marcas de sua origem divina (Gn 1:26, 27). Ao contemplar as obras poderosas de Deus, Davi indaga: "Que é o homem, que dele Te lembres?” Ele mesmo responde sua pergunta afirmando que "de glória e de honra” Deus o coroou (SI 8:4, 5).

As Escrituras sugerem fortemente que os seres humanos possuem um conhecimento intuitivo de Deus. Desde o primeiro versículo Sua existência é assumida: "No princípio, criou Deus os céus e a Terra” (Gn 1:1). Em Atenas, o apóstolo Paulo afirmou que Deus "não *está* longe de cada um de nós” e corroborou essa afirmação citando o poeta cretense Epimênides (século 6º antes de Cristo): "[...] nEle vivemos, e nos movemos, e existimos" (At 17:27, 28). Entretanto, apesar dessa consciência intuitiva, para aqueles sábios "o Deus que fez o mundo e tudo o que nele existe” era um "Deus desconhecido" (v. 23, 24).

A Bíblia também menciona a voz da consciência como uma manifestação de Deus.

A principal tarefa da consciência é nos estimular a fazer o que é correto e evitar o que é errado. Ela também pronuncia juízo. Essa faculdade é um fenômeno universal, ainda que sua operação se diferencie de pessoa para pessoa. Segundo o NT, a voz da consciência pode ser corrompida e até cauterizada (lTm 4:2; Tt 1:15).

A razão humana tem sido apresentada como um meio de alcançar o verdadeiro conhecimento de Deus. Alguns, principalmente dentre racionalistas e deístas, chegaram inclusive ao extremo de alegar que somente a luz da razão era suficiente para conhecer Deus e Sua vontade, sendo a revelação sobrenatural ínteiramente dispensável. A razão desempenha papel decisivo na recepção e compreensão da revelação e na apreensão da verdade divina, mas não na sua produção. Esse fato foi expresso há muito tempo na pergunta que Zofar fez a Jó: "Porventura, desvendarás os arcanos de Deus ou penetrarás até à perfeição do Todo-Poderoso? Como as alturas dos céus é a sua sabedoria; "que poderás fazer?" (Jó 11:7, 8). Paulo observou que por meio da razão e sabedoria humanas o mundo não conheceu Deus (lCo 1:21). A Bíblia não apresenta a razão humana autônoma como uma fonte do verdadeiro conhecimento de Deus.

3. História

Muitos também incluem a história como uma modalidade de revelação geral. As Escrituras apresentam Deus como o Senhor tanto da natureza quanto da história. Nas palavras do profeta Daniel, "é Ele quem muda o tempo e as estações, remove reis e estabelece reis" (Dn 2:21). Os relatos proféticos e históricos da Bíblia sempre retratam Deus como dirigindo os negócios das nações e julgando-as e a seus governantes (Gn 6:6, 7; 11:7-9; 18:16-19:25; Jr 18:7-11; Am 1:3—2:16). Paulo declarou aos sábios no Areópago que Deus "de um só fez toda a raça humana para habitar sobre toda a face da Terra, havendo fixado os tempos previamente estabelecidos e os limites da sua habitação" (At 17:26).

Contudo, sem o devido esclarecimento divino que interprete o fluxo sempre mutável da história, fica difícil para seres de existência curta como nós perceber a mão divina no confuso panorama dos eventos históricos. Somente à luz das Escrituras somos capazes de reconstituir os vestígios do propósito de Deus na salvação dos pecadores, primeiramente na história de Israel, depois na vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo; bem como na proclamação do evangelho por meio da igreja apostólica (Mt 24:1-14; At 7:1-53; 10:34-43; 13:16-41; 17:22-31; Ef 1:3-3:13), É a Bíblia que dá significado e propósito a toda a história humana, mas esse significado e propósito não podem ser descobertos à parte das Escrituras. Embora a história seja uma modalidade de revelação divina, essa revelação só se torna possível quando o próprio Deus fornece uma interpretação divina de seus acontecimentos.

A evidência apresentada acima no exame da natureza, dos seres humanos e da história sugere fortemente que cada uma dessas modalidades constitui um canal de revelação divina. Mas essa revelação sozinha não é fonte adequada para uma teologia natural. Não fornece o conhecimento capaz de trazer segurança, paz e reconciliação com Deus. (Ver Deus I.B.)

C. A *Teologia Natural e a Salvação dos Gentios*

Durante séculos, estudantes das Escrituras têm debatido se é possível obter o verdadeiro conhecimento de Deus a partir do mundo natural e por meio do raciocínio lógico. Pela reflexão racional, os antigos filósofos gregos chegaram à conclusão de que havia uma razão universal (gr. *logos),* que eles chamaram de Deus (gr. *theos).* Essa reflexão filosófica sobre Deus recebeu o

nome de "teologia" (gr. *theologia),* o conhecimento racional sobre Deus. Também foi chamada de teologia natural para distingui-la da teologia mítica, o conhecimento dos deuses. Embora essa mitologia natural levasse os filósofos gregos a adotar uma atitude crítica para com sua antiga mitologia, não os fez abandonar o politeísmo para adorar um único e verdadeiro Deus.

O apóstolo Paulo nunca utiliza a palavra "teologia". Apesar disso, seus escritos dão evidência não só de que ele conhecia pessoalmente a teologia natural dos gregos, mas também de que estava convencido da insuficiência dela em levar pessoas ao conhecimento salvífico de Deus. O apóstolo afirma que "os gregos buscam sabedoria", mas insiste na ineficácia dessa sabedoria, pois "o mundo não O conheceu [a Deus] por sua própria sabedoria" (lGo 1:22, 21).

Paulo acreditava que a criação revela Deus, mas também que o conhecimento de Deus que ela manifesta não consegue ser apreendido por mentes humanas obscurecidas pela descrença, dúvida, culpa e ignorância (Rm 1:19-21). A sabedoria obtida a partir das obras de Deus pelos não iluminados com a luz do Espírito de Deus leva-os invariavelmente à idolatria, ao invés de à adoração do Deus verdadeiro. O apóstolo chama a atenção para o fato de que os seres humanos "mudaram a verdade de Deus em mentira, adorando e servindo a criatura em lugar do Criador" (v. 25). O resultado final foi a idolatria degradante, a imoralidade repulsiva e a hedionda criminalidade (v. 22-32; cf. Ef 4:17-19).

Outra questão muito debatida é se os pagãos podem ser salvos apenas por meio da revelação de Deus na natureza, na consciência e na história. A evidência bíblica sugere que só se pode obter um conhecimento verdadeiro de Deus a partir da criação e da providência quando, sensibilizadas pela misericordiosa obra do Espírito Santo, a mente humana é transformada e a percepção espiritual, despertada. As Escrituras estabelecem uma estreita relação entre a ação transformadora do Espírito e a proclamação da Palavra de Deus, o evangelho da salvação por intermédio de Jesus Cristo (At 2:38, 39; 10:42-44; 11:15-18; G1 3:1-5; IPe 1:10-12). Só é possível alcançar salvação através de Cristo, como Ele mesmo testemunhou: "Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por Mim" (Jo 14:6). Foi por essa razão que Jesus ordenou aos discípulos: "Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo; quem, porém, não crer será condenado" (Mc 16:15,16; cf. Mt 28:18-20; Rm 10:9-17; lTm 2:3-7).

Não há dúvida de que "a verdadeira luz, que, vinda ao mundo, ilumina a todo homem" (Jo 1:9) pode penetrar até mesmo onde a Bíblia não é conhecida. Ao falar dos "gentios, que não têm lei", Paulo reconhece que eles "procedem, por natureza, de conformidade com a lei", pois "mostram a norma da lei gravada no seu coração" (Rm 2:14, 15). Essas afirmações indicam que o Espírito Santo pode operar transformação mesmo onde a palavra do evangelho não foi pregada pela voz humana, mas em nenhum momento sugerem que haja salvação à parte de Jesus Cristo. Isso também não significa que as religiões não cristãs sejam caminhos alternativos para um conhecimento de Deus que leve à salvação. (Ver Deus VII.C.5.)

III.

III. Revelação Especial

A. *Introdução e Definição*

Virar as costas para Deus sempre acarreta trágicas consequências. Os seres humanos, alienados de Deus pelo pecado, pela culpa, vergonha e medo, distorceram e suprimiram o conhecimento de Deus conforme manifesto na natureza e na consciência humana. A Terra inteira —principalmente os seres vivos,

incluindo animais e seres humanos — ficou sujeita à decadência, doença e finalmente à morte. Nessa condição, a humanidade precisava desesperadamente de uma nova revelação de Deus, uma revelação que não só restaurasse o relacionamento rompido entre Deus e o ser humano, mas também pusesse todo o Universo novamente em harmonia com Deus. Os cristãos entendem que Deus comunicou tal revelação, para nos desvendar "o mistério da Sua vontade, segundo o Seu beneplácito que propusera em Cristo" (Ef 1:9, 10).

Essa revelação recebe muitas vezes o nome de revelação especial, em contraste com a revelação geral. Enquanto a revelação geral é universal, acessível a todos os seres humanos em todos os lugares, a revelação especial é dirigida a todos os seres humanos, embora não seja imediatamente acessível a todos. Conquanto pela revelação geral Deus Se faça conhecido como Criador, Mantenedor e Senhor do Universo, na revelação especial Ele Se apresenta de uma forma pessoal para remir a humanidade do pecado e reconciliar o mundo consigo.

O centro da revelação especial é a pessoa de Jesus Cristo, Deus em carne (lTm 3:16; Jo 1:14, 18). Ao manifestar-Se em forma humana na Terra, o Filho de Deus Se submeteu às limitações da natureza humana: Ele foi "nascido de mulher, nascido sob a lei" (G14:4). Ele Se fez carne, tornou-Se Jesus, o carpinteiro de Nazaré, um judeu que viveu durante aproximadamente 33 anos na Palestina, que morreu numa cruz fora de Jerusalém, sob o governo de Pôncio Pilatos, e que ressurgiu do túmulo e ascendeu para o Pai, Jamais foi plano de Deus que essa revelação constituísse para a humanidade um acontecimento tão inesperado quanto um raio que cai de um céu sem nuvens. Pelo contrário, desde o momento em que nossos primeiros antepassados caíram em pecado, Deus começou a revelar seu propósito de nos salvar por meio da semente prometida ou do descendente da mulher. Durante milhares de anos, Ele Se revelou através dos canais de Sua escolha, principalmente por meio dos patriarcas e profetas, a fim de preparar a família humana para a revelação suprema, a encarnação do Filho de Deus. Toda a história das revelações preparatórias pertence ao campo da revelação especial. (Ver Cristo I-1II.)

Deus concedeu não somente revelações antecipatórias, mas também testemunhos comprobatórios. Dentre Seus discípulos, Jesus escolheu 12 apóstolos para darem testemunho de Sua vida, morte e ressurreição, e para serem testemunhas oculares da suprema revelação de Deus (At 1:21, 22; IJo 1:1-3). Tendo em vista a forma singular como os escritores bíblicos foram chamados para serem arautos da revelação divina e da autoridade singular com que foram dotados, Paulo bem podia dizer que a igreja foi edificada "sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo Ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular" (Ef 2:20).

Esse dinâmico e complexo processo da revelação divina, tanto na história de Israel quanto na vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo e no testemunho apostólico daquele acontecimento, de nada serviría para as gerações posteriores se não lhes tivesse sido preservado e transmitido de uma maneira fidedigna, autorizada e persuasiva. Sob impulso e guia do Espírito Santo, os profetas e apóstolos não somente proclamaram, mas também consignaram por escrito aquilo que Deus lhes revelou. Sob a mão orientadora da divina providência, os escritos deles foram finalmente reunidos para formar o AT e o NT.

Na qualidade de registro da revelação especial, as Escrituras se tornaram fator essencial no processo da revelação divina. Embora uma equiparação entre revelação especial e Escrituras não faça justiça à complexidade do processo revelatório, as Escrituras realmente desempenham papel decisivo nesse processo. De acordo com os autores

bíblicos, as Escrituras vieram até nós como a Palavra de Deus. Essa era a convicção dos profetas, dos apóstolos e do próprio Senhor Jesus (ver Dn 9:2; Mt 4:4; Mc 7:13; Hb 4:12). Sob a iluminação do Espírito Santo, as Escrituras nos transmitem o conhecimento do único Deus verdadeiro conforme revelado em Jesus Cristo.

Revelação especial é todo o processo pelo qual Deus revelou a Si mesmo e Seu propósito redentor para com a raça humana por intermédio de Israel, dos profetas e dos apóstolos, mas supremamente em Jesus Cristo. Revelação especial são também os meios pelos quais Ele continua Se revelando pelas Escrituras, sob o poder iluminador e convencedor do Espírito Santo e pela proclamação da igreja a todas as nações da Terra. No coração desse processo encontra-se o grande ato redentor da encarnação do Filho de Deus, que, por Sua vida, morte, ressurreição e intercessão, redime do pecado todo aquele que nEle crê, restaurando o verdadeiro conhecimento de Deus.

Em seu sentido mais profundo, o processo de revelação e o de redenção são uma coisa só, pois ambos se centralizam na pessoa de Jesus Cristo. E ambos alcançarão seu êxito definitivo quando Cristo voltar para revelar-Se na plenitude de Sua glória, conferir a imortalidade a Seu povo e levá-lo à presença do Pai. Ainda assim, os mistérios da revelação redentora continuarão estimulando nos redimidos a mais profunda gratidão e o estudo mais aplicado. Como diz Paulo: "Porque, agora, vemos como em espelho, obscura mente; então, veremos face a face. Agora, conheço em parte; então, conhecerei como também sou conhecido" (ICo 13:12).

B. *Características da Revelação Especial*

A revelação especial se distingue por três características específicas: (1) A revelação especial é seletiva: Deus Se comunica com seres humanos específicos de forma pessoal com tudo o que envolve uma comunicação dessa natureza. (2) A revelação especial é redentiva: o foco primário da revelação especial é o pecador, a quem Deus deseja salvar e restaurar. (3) A revelação especial é acomodativa: é marcada por acomodação ou adaptação divina ao nível da humanidade. Essa característica se acha inseparavelmente entrelaçada com as anteriores e culmina na encarnação do Filho de Deus.

1. Revelação Especial como Seleção

Ao revelar-Se à humanidade, Deus escolheu pessoas específicas a quem e por quem tornaria conhecido Seu caráter e vontade. Escolheu Abraão e fez com ele uma aliança, prometendo-lhe descendentes e bênçãos (Gn 12:1-3; 22:15-18). A promessa pactuai começou a se cumprir com o nascimento de Isaque. Para esse e para Jacó, seu filho, o Senhor repetiu e ratificou a promessa inicial (Gn 26:1-5; 28:12-15).

Deus apareceu a esses patriarcas nas chamadas teofanias. As narrativas do Gênesis nos dizem: "Apareceu o Senhor a Abrão" (Gn 12:7; 17:1) e a seus descendentes (Gn 26:2; 35:9). Deus também Se revelou a eles em sonhos e visões (ver Gn 15:1; 28:12; 31:10, 11; 46:2). Numa teofania muito especial, Jacó, o pai das 12 tribos, lutou com Deus e recebeu a bênção divina (Gn 32:24-28).

Durante sucessivas gerações, Israel continuou, por escolha divina, a ser recipiente e canal da revelação de Deus. Um dos pon**tos culminantes** dessa **autorrevelação** ocorreu no êxodo, quando Deus **Se** revelou por meio de atos poderosos de redenção, e proclamou Sua glória e caráter como um Deus compassivo e per doador. As revelações de Yahvveh como o Redentor misericordioso e o legislador supremo (Êx 3, 20, 24) ficaram profunda mente gravadas na consciência de Israel, lançando um firme alicerce para todas as revelações subsequentes.

O Senhor continuou a Se revelar à nação escolhida de modo especial, principalmente por homens e mulheres a quem conferiu o dom de profecia. Entre esses estavam Samuel (iSm 3:21), Isafas (Is 6), Hulda (2Rs ► 22:14-16) e muitos outros. Era o próprio Deus quem convocava alguém para o ofício profético; nunca ninguém foi dotado com esse dom em resultado de iniciativa ou esforço humano. Como ahrma Pedro: "Nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana; entretanto, homens santos falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo" (2Pe 1:21).

O relacionamento e o trato providencial de Deus com a nação escolhida foram sem iguais, A nenhuma outra nação da Terra o Senhor Se revelou como o fez a Israel. Um dos salmistas afirmou que Deus "não fez assim a nenhuma outra nação; todas ignoram os Seus preceitos" (SI 147:20). Séculos depois, Paulo diria que a vantagem dos judeus era "muita, sob todos os aspectos", pois a eles haviam sido "confiados os oráculos de Deus" (Rm 3:1, 2). Incomparáveis foram os resultados da revelação especial de Deus a Israel. Somente eles adoravam um Deus único e verdadeiro. Nenhuma outra nação possuía uma lei como os dez mandamentos. O sábado como dia semanal de repouso comemorativo da criação era exclusividade de Israel. E nenhuma nação podia reivindicar possuir um **conjunto** de **textos sagrados produzidos** por escritores inspirados durante um período de mais de mil anos. Uma característica preeminente da revelação especial de Yahweh a Israel foi a promessa, muitas vezes repetida, de um Filho real, o filho de Davi, que traria redenção e paz eterna não só para Israel, mas até aos confins da Terra (Gn 49:8-10; 2Sm 7:8-16; SI 2:1-11; Is 9:6, 7; 11:1-10; 49:1-6; Jr 23:5, 6; Mq 5:2-4; Zc 9:9, 10).

Embora as revelações feitas por Yahweh a Israel e Seu providencial cuidado com a nação escolhida fossem incomparáveis, o Senhor deixou bem claro, desde o início, que a revelação dada a Israel era para benefício de todas as nações da Terra. Deus havia dito a Abraão que nele e em seus descendentes seriam benditas todas as famílias da Terra (Gn 12:3; 22:18). No monte Sinai, relembrando aos israelitas como Ele os libertara do Egito, disse-lhes o Senhor: "Se diligentemente ouvirdes a Minha voz e guardardes a Minha aliança, então, sereis a Minha propriedade peculiar dentre todos os povos" (Ex 19:5). Essa revelação certamente foi seletiva. Mas, imediatamente, o Senhor acrescentou: "porque toda a Terra é Minha; vós Me sereis reino de sacerdotes e nação santa" (v. 5, 6). Deus escolheu Israel para revelar Sua pessoa e Seus propósitos redentores a toda a Terra, para que fossem Suas testemunhas entre as nações (Is 43:9-12).

2. Revelação Especial como Redenção

O propósito supremo de todas as formas ou modalidades de revelação especial é prover redenção aos seres humanos pecadores. As revelações dadas a Moisés e aos profetas e, por intermédio deles, a Israel destinavam-se a transmitir o conhecimento do "Senhor, Deus compassivo, clemente e longânimo e grande em misericórdia e fidelidade; que guarda a misericórdia em mil gerações, que perdoa a iniquidade, a transgressão e o pecado" (Êx 34:6, 7).

A redenção se centraliza em Jesus Cristo; logo, a revelação especial também. Contudo, as revelações comunicadas no passado eram parciais e progressivas; elas vinham "muitas vezes e de muitas maneiras", até que Deus finalmente Se revelou no Filho, que refletia plenamente "a glória de Deus" e ostentava "a expressão exata do Seu Ser" (Hb 1:1, 4). Não surpreende, portanto, que a respeito dessa salvação os próprios profetas tenham indagado e inquirido, "investigando, atentamente, qual a ocasião ou quais as circunstâncias oportunas, indicadas pelo Espírito de

Cristo, que neles estava, ao dar de antemão testemunho sobre os sofrimentos referentes a Cristo e sobre as glórias que os seguiríam" (lPe 1:10, 11), Jesus afirmou que Seus discípulos eram privilegiados: "Pois em verdade vos digo que muitos profetas e justos desejaram ver o que vedes e não viram; e ouvir o que ouvis e não ouviram" (Mt 13:17). Com base nessas e em muitas outras passagens, fica evidente que a revelação especial é progressiva, assim como a compreensão dessa revelação por parte do crente (Pv 4:18; Jo 16:12, 13; ICo 13:9-12).

Pelo fato de a revelação especial ser redentiva, a Bíblia como registro escrito da revelação especial em toda a sua diversidade encontra seu ponto focal comum em Cristo e na salvação que Ele oferece. O idoso apóstolo Paulo chamou a atenção de Timóteo para as Sagradas Escrituras como o meio provido por Deus a fim de instruí-lo "para a salvação pela fé em Cristo Jesus" (2Tm 3:15), Esse conhecimento salvador é específico, embora universal em seu intento. Desde que "todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento estão ocultos" em Cristo (Cl 2:3), Ele é capaz de atrair todos para Si mesmo e para o Pai.

3. Revelação Especial como Acomodação

Nenhuma revelação cumpriria o objetivo proposto por Deus se permanecesse para além da possibilidade de ser recebida e compreendida pelos seres humanos. Por isso, para nos alcançar em nossa condição decaída, Deus acomoda Sua, revelação ã capacidade humana. O Senhor desce ao nosso nível de compreensão e Se revela usando linguagem humana, empregando figuras e símbolos conhecidos da humanidade, para que possamos conhecê-Lo e compreender Seu caráter e Sua maneira de tratar conosco. Encontramos essa acomodação, ou condescendência, em todo o Seu relacionamento com a raça humana, embora ela encontre seu clímax na encarnação do Filho de Deus, que Se tornou o ser humano Jesus de Nazaré.

O próprio fato de Deus selecionar seres caídos para comunicar a revelação divina a outros seres humanos, em linguagem humana, com todas as suas fraquezas e imperfeições, é, em si mesmo, um ato de condescendência. Embora reconheçamos a acomodação divina nas Escrituras, devemos nos precaver contra o perigo de levar o conceito de acomodação tão longe, a ponto de negar ou distorcer o verdadeiro significado das Escrituras.

Das muitas e diferentes formas ou manifestações de acomodação divina, podemos fornecer apenas algumas amostras. Uma forma notável é o emprego de linguagem antropomórfica com relação à pessoa de Deus e Sua atitude para com os seres humanos. Deus é representado na Bíblia com forma corpórea: Ele tem rosto (Ex 33:20), olhos (SI 11:4), ouvidos (SI 18:6), nariz e boca (v. 8), braços e mãos (Is 62:8) e pés (Ex 24:10).

As Escrituras também atribuem a Deus atitudes e sentimentos humanos. Ele Se lembra (Êx 2:24), odeia (SI 5:5; Is 61:8), Se aborrece (SI 106:40), ri (SI 2:4), fica indignado (IRs 11:9) e Se agrada (Mt 3:17; Cl 3:20). Se essas expressões forem compreendidas em um sentido bem literal, podemos ter uma imagem distorcida de Deus. A própria Bíblia adverte contra a má interpretação das expressões humanas com relação a Deus. Embora 1 Samuel 15:11 descreva Deus como dizendo: "Arrependo-Me de haver constituído Saul rei", o mesmo capítulo afirma que Deus "não é homem, para que Se arrependa" (v. 29). Vemos, em Gênesis 15, Deus transigindo em fazer uma aliança com Abraão, como era costume na época. Em muitas outras passagens, Ele Se expressa em linguagem humana para ser compreendido.

IV. Inspiração da Bíblia

A. Introdução: O Problema da Definição

Os cristãos se referem comumente à Bíblia como livro inspirado, livro santo, livro divino ou simplesmente Escrituras, Jesus apelou muitas vezes para as Escrituras ou as citou, e não há dúvida de que, para Ele, as Escrituras hebraicas possuíam autoridade divina (Mt 4:4; Jo 10:35), O apóstolo Paulo também aceitava a origem divina das Escrituras (2Tm 3:16). Referia-se a elas como "sagradas Escrituras" (Rm 1:2), "oráculos de Deus" (Rm 3:2) e "sagradas letras" (2Tm 3:15).

A crença de que as Escrituras hebraicas vieram a existir como resultado da inspiração divina tem sido ampla e persistente entre judeus e cristãos. Não existe, porém, consenso quanto ao que exatamente significa "inspiração", As concepções sobre inspiração bíblica vão desde o ditado verbal pelo Espírito Santo até a mera inspiração humana. Outros entendem que o conceito de inspiração deva ser totalmente descartado.

Diversos fatores contribuíram para essa diversidade de opiniões a respeito da inspiração bíblica. Embora o conceito seja bíblico, a palavra "inspiração" não é. Além disso, os que estudam a questão da inspiração nem sempre partem dos mesmos pressupostos. Para agravar a situação, nenhum autor bíbli- ► co apresenta uma discussão detalhada sobre o tema. Em virtude desses fatores, faz-se necessário um minucioso estudo da evidência bíblica para a inspiração.

B. Uma Concepção Bíblica de Inspiração

1. Inspiração: Palavra ou Conceito?

As palavras "inspiração" e "inspirado" não aparecem assim nas línguas originais da Bíblia. Elas derivam do latim e apareceram na tradução da Vulgata para 2 Timóteo 3:16 e 2 Pedro 1:21. Seu significado básico é "soprar em".

Paulo afirma, em 2 Timóteo 3:16, que toda a Escritura é *theopneustos*, ou seja, "soprada por Deus". Benjamin YVarfield conclui que "a Escritura é dita *theopneustos*, indicando que foi "soprada por Deus, sendo produto da inspiração divina". Consequentemente, "as Escrituras devem sua origem a uma atividade de Deus Espírito Santo, sendo no mais elevado e mais verdadeiro sentido criação desse mesmo Espírito" (296).

Pedro ressalta que homens "falaram da parte de Deus", *pheromenoi* (movidos, soprados ou impulsionados) "pelo Espírito Santo" (2Pe 1:21). Depois da Vulgata, algumas traduções têm usado a palavra "inspirados" nesse verso, mas a maioria emprega mesmo a locução "movidos pelo Espírito Santo". Como quer que seja, o sentido do texto é de que a profecia bíblica teve sua origem no Espírito Santo.

À vista disso, embora a palavra "inspiração" não seja uma tradução precisa de nenhuma palavra grega usada na Bíblia para descrever o processo pelo qual a Escritura chegou à mente humana, o termo pode ser apropriado para representar o processo pelo qual o Espírito Santo trabalha em seres humanos selecionados no sentido de movê-los a proclamar as mensagens recebidas de Deus. Alguns falaram a palavra; outros a escreveram, A forma escrita constitui as Escrituras inspiradas por Deus (2Tm 3:16). O termo "inspiração" se refere à obra do Espírito Santo sobre esses mensageiros ou profetas, seja para falarem, seja para escreverem. Visto que essas pessoas foram "inspiradas" ou "movidas pelo Espírito Santo" (2Pe 1:21), suas falas e seus escritos também podem ser considerados inspirados (2Tm 3:16).

Embora a palavra "inspiração" focalize primariamente a atividade do Espírito Santo, um cuidadoso estudo dos dados bíblicos

deixa claro que tanto o sujeito humano quanto o divino se acham envolvidos no processo de produção textual das Escrituras.

2. A Forma Humana da Escritura

À primeira vista, a Bíblia é um livro humano, ou melhor, uma coleção de livros humanos. Muitos deles têm um nome humano ligado a si. Todos carregam em si as marcas da autoria humana. Essa autoria é declarada muitas vezes nas palavras de abertura dos livros: “palavras de Jeremias” (Jr 1:1), “provérbios de Salomão” (Pv 1:1), “o ancião ao amado Gaio” (3Jo 1), “Paulo [...] à igreja de Deus que está em Corinto" (lCo 1:1, 2). Atribuem-se a Moisés os primeiros cinco livros do AT, e muitos dos Salmos a Davi e Asafe. Cada livro profético leva no título o nome de um profeta; os Evangelhos, o nome de um apóstolo ou de uma pessoa intimamente associada aos apóstolos. Treze cartas mencionam explicitamente Paulo como autor. Jã o livro de Apocalipse foi escrito por João, tradicionalmente identificado como o apóstolo João.

Os autores frequentemente se referem a si mesmos com pronomes pessoais; também registram suas próprias experiências (Ed 8:15-30; Ne 1:1-11; Is 6:1-8; Jr 1:1-19; Dn 7:1-28; GI 1:12-2:10; Ap 1:9-19). Características peculiares de estilo e linguagem denunciam a individualidade de cada escritor.

Numerosas referências históricas e formas literárias vinculam os escritos bíblicos à época e ao contexto cultural em que foram produzidos. Muitas leis de Moisés apresentam extraordinários paralelos com outras leis antigas, como, por exemplo, o Código de Hamurábi. Os costumes patriarcais e as condições sociais de Gênesis refletem de forma notável as condições na Mesopotâmia e no Egito do 2º milênio antes de Gristo. E possível traçar importantes paralelos entre alguns salmos e a literatura religiosa cananita, bem como entre alguns provérbios bíblicos e os provérbios egípcios da época. Essas e outras semelhanças entre a literatura bíblica e a secular conferem à Bíblia um rosto genuinamente humano.

Alguns livros da Bíblia pertencem aos clássicos da literatura mundial, visto serem expressão das emoções humanas mais profundas. Jó e Rute retratam dramáticas histórias humanas; amor apaixonado e delicado nos Cânticos de Salomão; emocionante suspense em Ester e profunda aflição em Lamentações. E impossível permanecer insensível ao apelo de Paulo por um escravo desobediente na epístola a Filemom.

Os livros históricos da Bíblia fornecem evidência de pesquisa histórica (Lc 1:1-4). O apóstolo Paulo cita autores pagãos (At 17:28; lCo 15:32, 33; Tt 1:12). Judas cita o livro pseudepígrafo de Enoque (Jd 14, 15).

Não se pode negar o caráter humano da Escritura. Autores humanos — usando linguagem humana, citando fontes humanas, atuando em contextos humanos específicos, descrevendo emoções humanas — acham-se sujeitos a todas as fraquezas e falhas da humanidade. Profetas e apóstolos não estavam isentos de pecado. Sentiam dúvida, medo, às vezes sucumbiam à tentação (Êx 4:10-14; Nm 20:10-12; 2Sm 11:1-27; lRs 19:1-3; Lc 22:54-62). Também não estavam livres de orgulho e preconceito, como deduzimos do episódio de Jonas e das narrativas evangélicas (Mt 20:20-28).

E possível que alguém pergunte como foi que aproximadamente quarenta escritores, com diferentes antecedentes históricos e culturais, diferindo amplamente em status e ocupação, bem como em capacidades intelectuais e espirituais, produziram uma coleção de livros que manifesta unidade tão notável e que, do princípio ao fim, revelam um único Deus, criador do Céu e da Terra, cujo amor a todos envolve. Talvez pergunte também como esses escritores conseguiram retratar uma pessoa como Jesus de Nazaré,

tão verdadeiramente humana e ao mesmo tempo tão completamente isenta de todas as fraquezas e imperfeições presentes nos próprios escritores bíblicos. A resposta para essas perguntas, conforme a crença de cristãos através dos séculos, reside no fato de as Escrituras não terem somente um caráter humano, mas também uma origem divina.

3. O Caráter Divinamente Inspirado da Escritura

Tão evidente quanto a ideía do caráter humano da Escritura é a convicção de seus autores humanos de que aquilo que escreveram procedia de Deus. Nas palavras de 2 Timóteo 3:16, esses escritos foram inspirados por Deus. Tais autores expressam essa convicção de muitas formas diferentes.

São inúmeros os lugares nas Escrituras onde se encontram frases isoladas, parágrafos e até mesmo capítulos inteiros cujo teor é atribuído diretamente a Deus. Já em seu primeiro capítulo, a Bíblia apresenta o Senhor como um Deus que Se comunica. Os diferentes atos criativos são introduzidos e iniciados pela expressão: "Disse Deus" (Gn 1:3, 6, 9, 11, 14, 20, 24, 26). Tão logo criou os primeiros seres humanos, Deus falou com eles (v. 28, 29). Por todo o Gênesis encontramos Deus falando com seres humanos, em geral com aqueles que criam nEle, mas, às vezes, também com quem não O reconhecia (Gn 4:6-16). Desde Êxodo 3:4, onde Deus chama Moisés, até o fim do Pentateuco, encontramos sempre a recorrente frase: "Então disse o Senhor a Moisés", ou palavras com o mesmo sentido (Êx 20:22; 25:1; 34:1, 6; Lv 1:1; Nm 1:1; Dt 32:48).

Moisés predisse que o Senhor Se comunicaria em tempos futuros com Seu povo escolhido por meio de profetas (Dt 13:1-5; 18:15-19). Em cumprimento dessas promessas, como a do verso 18, surgiram muitos profetas através dos séculos. Eles falaram e escreveram as palavras que Deus lhes pôs na boca, no coração e na mente. Ezequiel recebeu esta ordem: "Filho do homem, mete no coração todas as Minhas palavras que te hei de falar e ouve-as com os teus ouvidos. Eia, pois, vai a [...] teu povo, e, quer ouçam quer deixem de ouvir, fala com eles, e dize-lhes: Assim diz o Senhor Deus" (Ez 3:10, 11). A Jeremias declarou o Senhor: "Antes que Eu te formasse no ventre materno, Eu te conhecí, e, antes que saísses da madre, te consagrei, e te constituí profeta às nações" (Jr 1:5). "Eis que ponho na tua boca as Minhas palavras" -«is (v, 9). Existe muita razão para assumir que essas ordens se aplicam a todos os profetas escolhidos por Deus. Eles falaram e escreveram a palavra do Senhor.

A palavra falada se converteu em palavra escrita por impulso e ordem divina. Há nos livros de Moisés e dos profetas suficiente evidência de que Deus os chamou para falar e escrever as palavras que lhes confiou (Êx 17:14; Dt 31:19, 24; Jr 36:2; Hc 2:2). Através da palavra escrita, Deus falaria às gerações posteriores, muito tempo depois de seus autores humanos haverem desaparecido (Dt 29:29; Is 30:8). O livro da lei de Moisés devia ser estudado, crido e obedecido pelas sucessivas gerações de israelitas, pois era a lei do Senhor. A prosperidade de Israel e seu relacionamento com Deus como povo da aliança dependiam da aceitação completa de Sua lei. Quando rejeitaram a lei, eles rejeitaram, na verdade, o Senhor, e os resultados foram desastrosos (js 1:7, 8; 8:34, 35; IRs 2:1-3; Is 5:24, 25; Dn 9:11-13).

Livros escritos por profetas, homens sábios e salmistas foram acrescentados à lei de Moisés nos séculos subsequentes. Encontramos em alguns deles declarações de autores humanos apontando para Deus como a fonte do que escreveram. Acerca do jovem profeta Samuel, está escrito: "Crescia Samuel, e o Senhor era com ele, e nenhuma de todas

as suas palavras deixou cair em terra", "Continuou o Senhor a aparecer em Siló, enquanto por Sua palavra o Senhor Se manifestava ali a Samuel. Veio a palavra de Samuel a todo o Israel" (ISm 3:19, 21; 4:1), Davi testificou de si mesmo: "O Espírito do Senhor fala por meu intermédio, e a Sua palavra está na minha língua" (2Sm 23:2). Salomão, o "pregador, filho de Davi, rei de Jerusalém" (Ec 1:1), "ensinou ao povo o conhecimento; e, atentando e esquadrinhando, compôs muitos provérbios" (Ec 12:9). Essa é a faceta humana dos escritos salomônicos. Contudo, ele mesmo se apressa em acrescentar que "as palavras dos sábios" foram "dadas pelo único Pastor" (v, 11), o Senhor Deus de Israel.

Embora escritos por autores humanos, lei, história, profecia, salmos e provérbios foram todos atribuídos a Deus. Foi Ele quem chamou seres humanos para ser Seus mensageiros; foi Ele quem Se revelou a eles e os instruiu por meio de Seu Espírito, dotando-os de sabedoria, guiando-os em sua pesquisa e impulsionando-os a falar e a escrever, E verdade que o ato de atribuir a Deus a autoria dos escritos do AT é mais destacado em algumas partes do que em outras, sendo principalmente limitado nos livros históricos. Não obstante, o NT deixa explícito que todo o AT era de origem divina.

Os quatro evangelhos revelam que Jesus apelava constantemente para as Escrituras do AT como investidas de autoridade máxima. Por trás desses apelos estava a convicção fundamental de que as Escrituras tinham origem divina. Quando tentado pelo diabo a aliviar Sua fome, Jesus resistiu citando Deuteronômio 8:3: "Não só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus" (Mt 4:4). Por três vezes Ele refutou as tentações de Satanás com a réplica "está escrito", dando a entender claramente que toda Escritura procede de Deus.

Em outra ocasião, Jesus introduziu a citação do Salmo 110:1 com as palavras: "O próprio Davi falou, pelo Espírito Santo" (Mc 12:36). O Mestre também citou as palavras de Gênesis 2:24 como se proferidas pelo próprio Deus, apesar de, no original, parecerem um comentário interpolado por Moisés (Mt 19:4, 5). Toda vez que Jesus iniciava citações do AT com expressões tais como "está escrito" (Mt 21:13), "nunca lestes" (v. 16) ou "importa que se cumpra em Mim o que está escrito" (Lc 22:37), atribuía inspiração e autoridade divina às Escrituras. (Ver Cristo I.B.l.b.)

Num confronto com os escribas e fariseus, nosso Senhor fez uma nítida distinção entre a tradição humana e "a palavra de Deus" (Mt 15:6), uma locução usada por Jesus para Se referir ao AT (ver Jo 10:35; 17:17). Ao Se referir àquilo que pregava como a palavra de Deus (Lc 8:21; 11:28), agiu assim cônscio de que proferia as palavras que o Pai Lhe havia dado (Jo 14:24; 17:8). Também estava consciente de que o Espírito Santo traria essas palavras à memória dos discí- *4%.* pulos quando proclamassem as mesmas palavras oralmente ou por escrito (Jo 14:25, 26; 16:13-15).

Os apóstolos aceitavam o AT como divinamente inspirado. Atribuíam ao Espírito Santo as palavras escritas pelos profetas e salmistas. Falando a seus ouvintes reunidos no cenáculo, Pedro introduziu Salmo 69:25 e 109:8 dizendo: "Convinha que se cumprisse a escritura que o Espírito Santo proferiu anteriormente por boca de Davi" (At 1:16, 20). E possível encontrar em diversos lugares de Atos e das epístolas declarações similares que identificam o Espírito Santo como a fonte das palavras do AT (At 4:25; 28:25; Hb 3:7; 10:15). Era Deus quem falava pela boca de Seus servos escolhidos (At 3:18, 21; Rm 1:2; Elb 1:1; Ap 10:7).

Pedro resume essa convicção de que os escritos proféticos tiveram sua origem em Deus com estas palavras: "Nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana; entretanto, homens santos falaram da

parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo" (2Pe 1:21). Paulo, fazendo evidente referência às “sagradas letras" com as quais Timóteo estava familiarizado desde a meninice, declarou: "Toda a Escritura é inspirada por Deus” (2Tm 3:16). Para o Senhor Jesus e para os apóstolos, toda a Escritura (naqueles dias, uma referência ao AT) originou-se com Deus, e era realmente inspirada por Deus.

O NT sugere que os escritos apostólicos foram aceitos como parte das Escrituras Sagradas, juntamente com o AT. Gomo era previsível, tais indicações se encontram principalmente nos livros do NT que foram escritos por último (Lc 10:7; cf. lTm 5:18). Em 1 Timóteo 5:18, Paulo justapõe uma declaração de Jesus - "O trabalhador é digno do seu salário” (Lc 10:7) - com uma citação do AT (Dt 25:4) e introduz ambas as citações com a locução “Pois a Escritura declara”. A frase introdutória sugere que o apóstolo estava familiarizado com o evangelho de Lucas e o reconhecia como Escritura. De igual modo, Pedro parece reconhecer as cartas de Paulo como Escritura, “segundo a sabedoria que lhe foi dada” (2Pe 3:15, 16).

Paulo, Pedro e João empregam expressões reveladoras da consciência que tinham de serem movidos, como os profetas do passado, pelo Espírito Santo (Ef 3:4, 5; lPe 1:12; Ap 1:10, 11). Estavam cientes de falarem e escreverem com autoridade divina.

A declaração de 2 Timóteo 3:16, de que toda Escritura é divinamente inspirada, não deve ser aplicada somente aos livros do AT, mas também aos do NT. O fato de terem os escritos neotestamentários sido reconhecidos como Escritura inspirada por autores cristãos já no 2º século fornece justificativa adicional para tal aplicação.

C. *Modo, Locus e Extensão da Inspiração*

Considerando os aspectos humanos e divinos das Escrituras, alguém pode perguntar como esses aspectos se inter-relacionam. Infelizmente, os escritores bíblicos não abordam a questão de maneira direta. Encontramos, porém, dispersas pelos livros da Bíblia, indicações e sugestões concernentes ao processo de inspiração e a seus resultados. Com base nesses dados bíblicos, tentaremos extrair algumas conclusões. Discutiremos o assunto aqui no que diz respeito ao modo, locus e extensão da inspiração.

1. O Modo da Inspiração

Os autores bíblicos concordam a respeito do papel decisivo do Espírito Santo em impulsioná-los a escrever. A iniciativa é inteiramente do Espírito: E Ele quem chama, concede revelações, move ou inspira. Pedro declara isso sucintamente: "Porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana” (2Pe 1:21). Até mesmo o relutante profeta Balaão só podia anunciar aquilo que o Senhor lhe ordenasse (Nm 24:2-9, 13).

Embora reconhecendo que a inspiração é um fato, devemos examinar o modo como ela ocorre. Isso exige que estudemos o processo pelo qual os autores bíblicos recebiam as revelações e as registravam.

Era por meio de sonhos e visões que Deus Se revelava comumente aos profetas (Nm 12:6). Depois, eles consignavam por escrito o que haviam visto e ouvido, imediatamente ou posteriormente. A pergunta é: < na hora de escrever, os profetas agiam sozinhos ou estavam sempre sob a orientação de Deus? A pergunta deve ser respondida indiretamente, pois os próprios profetas têm pouco a dizer sobre a questão.

A experiência de Jeremias nos ajuda a responder essa pergunta. O Senhor instruiu o profeta: “Toma um rolo, um livro, e escreve nele todas as palavras que Te falei contra Israel, contra Judã e contra todas as nações” (Jr 36:2). E difícil acreditar que, sem a ajuda do Espírito de Deus, Jeremias tivesse conseguido se lembrar e registrar o que Deus

lhe havia revelado durante um período de muitos anos. A narrativa prossegue: "Então, Jeremias chamou a Baruque, que escreveu no rolo segundo o que ditou Jeremias, todas as palavras que a este o Senhor havia revelado" (v. 4). Depois leu Baruque "naquele livro as palavras de Jeremias na casa do Senhor" (v. 10), mas essas palavras eram "as palavras do Senhor" (v. 8, 11).

Essa equiparação das palavras do profeta com as palavras do Senhor fortemente sugere que o profeta foi inspirado, isto é, foi movido e dirigido pelo Espírito de Deus ao consignar as palavras divinas por escrito. Do mesmo modo, quando o profeta Miqueias, fazendo contraste entre sua mensagem e a dos falsos profetas, exclamou: "Eu, porém, estou cheio do poder do Espírito do Senhor [...] para declarar a Jacó a sua transgressão e a Israel, o seu pecado" (Mq 3:8), ele incluía tanto as palavras escritas como as faladas.

Quando o rei Jeoaquim desafiadoramente queimou o rolo, "tomou, pois, Jeremias outro rolo e o deu a Baruque [...], o escrivão, o qual escreveu nele, ditado por Jeremias, todas as palavras do livro que Jeoaquim, rei de Judá, queimara; e ainda se lhes acrescentaram muitas palavras semelhantes" (Jr 36:32). Essa foi a segunda edição ampliada do livro de Jeremias.

A experiência de Jeremias demonstra que os profetas não escreviam seus livros na condição de meros copistas. Embora fossem movidos e guiados pelo Espírito enquanto escreviam, envolviam-se de corpo e alma na tarefa. Pode-se dizer o mesmo dos escritores bíblicos não referidos especificamente como profetas. Salomão, o autor de muitos provérbios e cânticos, diz-nos que "ensinou ao povo o conhecimento; e, atentando e esquadrinhando, compôs muitos provérbios". Ele também "procurou [...] achar palavras agradáveis, e escreveu com retidão palavras de verdade" (Ec 12:9, 10, ARG). Lucas, autor de Atos e do evangelho que leva seu nomè, conta-nos que lhe pareceu bem, "depois de acurada investigação de tudo desde sua origem", escrever uma "exposição em ordem" (Lc 1:3). Como se vê, a pesquisa histórica cuidadosa e a avaliação literária foram importantes para a composição dos livros escritos por Salomão e Lucas. Há boas razões para se acreditar que outros escritores tenham adotado processo semelhante na composição de outros livros da Bíblia, mesmo que não tenham afirmado isso explicitamente.

Não está inteiramente claro se os mensageiros humanos estavam sempre conscientes da influência do Espírito Santo enquanto falavam ou escreviam. Encontramos, porém, com frequência, indicações dessa consciência com relação aos nomes dos profetas e apóstolos. Um estudo cuidadoso dos dados bíblicos sugere que tanto as pessoas inspiradas como seus ouvintes e leitores reconheciam nas comunicações essa especial influência do divino Espírito (Moisés, Nm 12:7, S; Josué, Dt 34:9; Samuel, ISm 3:19; Davi, 2Sm 23:2; Ezequiel, Ez 2:2; Daniel, Dn 9:22; 10:9-11; Miqueias, Mq 3:8; Pedro, At 11:12; Paulo, lCo 7:40; João, Ap 1:10).

As observações de Paulo em 1 Coríntios 7 levaram alguns a concluir que o apóstolo faz diferença entre as coisas que ele disse sob inspiração e outras que não passam de opinião pessoal. Diz ele no verso 10: "Aos casados, ordeno, não eu, mas o Senhor", Gontudo, no verso 25, afirma: "Com respeito às virgens, não tenho mandamento do Senhor; porém dou minha opinião, como tendo recebido do Senhor a misericórdia de ser fiel." Esses textos, na verdade, não tratam da questão da inspiração. O contraste traçado por Paulo nos versos 10 e 12 é que num caso ele pode se referir a uma ordem explícita do Senhor (Mt 5:32; 19:1-6), enquanto no outro não pode. Isso não significa que o conselho dado no verso 25 não seja inspirado, já que Paulo, na conclusão desse discurso sobre questões matrimoniais, declara

enfaticamente: "Penso que também eu tenho o Espírito de Deus" (lCo 7:40). A Bíblia talvez não explique detalhadamente o processo pelo qual o Espírito Santo moveu e guiou os escritores dos diferentes livros da Escritura, mas um fato é claro: esses escritores agiram plenamente como seres humanos, com o envolvimento de sua personalidade total.

2. O Locus da Inspiração

O locus da inspiração diz respeito à pergunta: Quem ou o que é inspirado? O locus específico no qual atuou a inspiração foram os indivíduos escolhidos por Deus como profetas e apóstolos, ou foram as mensagens que eles apresentaram na forma oral ou escrita (as Escrituras), ou foi ainda a comunidade de fé na qual as Escrituras se originaram? As duas primeiras opções foram, durante muito tempo, motivo de debate; a terceira opção passou a ser mais conhecida somente em anos recentes.

A evidência bíblica apresentada anteriormente neste artigo aponta para indivíduos específicos, escolhidos por Deus, como o locus primário da operação do Espírito Santo. Diz a Bíblia: "homens *santos* falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo" (2Pe 1:21); "O Espírito do Senhor fala por meu intermédio, e a Sua palavra está na minha língua (2Sm 23:2); "Eu, porém, estou cheio do poder do Espírito do Senhor" (Mq 3:8).

Se devemos atribuir a Inspiração aos escritores bíblicos ou aos textos por eles escritos é em grande parte um dilema desnecessário. E claro que o locus primário da inspiração está nas pessoas. O Espírito Santo moveu pessoas a falar ou a escrever; contudo, o que elas falaram ou escreveram foi a inspirada palavra de Deus. Nas palavras de Paulo a Timóteo: "Toda a Escritura é inspirada por Deus" (2Tm 3:16). Pedro reconheceu as cartas de Paulo como parte das Escrituras, escritas de acordo com "a sabedoria que Deus lhe deu" (2Pe 3:15, NIV), Ao escrever suas epístolas, Paulo foi inspirado ou movido pelo Espírito Santo, e as cartas que ele produziu se tornaram parte das Escrituras divinamente inspiradas. A inspiração exerceu influência sobre Paulo, e, sob essa influência, ele escreveu cartas inspiradas. O locus primário da inspiração é o apóstolo; o resultado daquela inspiração é a Escritura Sagrada.

A terceira opção para o locus da inspiração - a comunidade da fé na qual a Escritura teve sua origem — dificilmente merece ser mencionada como alternativa viável. O conceito se baseia, em grande medida, em um método específico de estudo da Bíblia. Por meio de um estudo crítico-histórico-literário da Bíblia, os eruditos chegaram à conclusão de que muitos livros bíblicos são o produto final de um longo processo, no qual estiveram envolvidos escritores, editores e redatores desconhecidos. Com base nesse fenômeno, nega-se a concepção de que os livros da Bíblia tiveram autores específicos. Em vez de esses autores terem sido inspirados, a comunidade na qual os escritos atingiram sua forma final é que foi inspirada a reconhecer a validade e autoridade da mensagem bíblica. (Ver Interpretação IV.F,G.)

Embora haja evidência de editoração, pode-se atribuir a maior parte dela aos próprios autores inspirados, aos seus assistentes imediatos, ou provavelmente até mesmo a escritores inspirados posteriores. Josué, por exemplo, talvez tenha — sob inspiração divina - editado os livros de Moisés e feito acréscimos a eles, como os últimos versos de Deuteronômio. Seja como for, considerando a falta de evidência que situe o *locus* da inspiração em uma comunidade em vez de em um autor bíblico, cumpre permanecer com as declarações bíblicas. O locus da inspiração está no autor inspirado.

3. A Extensão da Inspiração

A "extensão da inspiração" tem que ver com a questão de quanto da Bíblia é

inspirado. São as próprias palavras da Bíblia inspiradas? Ou o são apenas os pensamentos por detrás das palavras? Existem partes da Bíblia mais inspiradas do que outras? São algumas partes inteiramente destituídas de inspiração? E a Bíblia inspirada em sua totalidade ou apenas parcialmente?

Ao discutirmos sobre revelação especial e inspiração (III.B e IV.B), ficou evidente que o processo revelação-inspiração encerra muitos aspectos e que a informação disponível não responde a todas as nossas perguntas. Resta, contudo, pouca dúvida de que tanto os pensamentos quanto as palavras se acham envolvidos nesse processo. Por meio de sonhos, visões ou impressões do Espírito Santo, pessoas inspiradas receberam pensamentos em forma visual e verbal. Elas os comunicaram depois, de maneira fiel e verdadeira, conforme haviam recebido. Às vezes, elas parecem expressar suas mensagens usando as mesmas palavras que lhes foram dadas pelo Espírito.

Independentemente da maneira como receberam os pensamentos, os escritores bíblicos deixam claro que suas palavras são as palavras de Deus. Moisés cita Deus dizendo que poria Suas palavras na boca dos profetas (Dt 18:18; cf. jr 1:9). Referindo-se às Escrituras, Jesus declarou, citando Deuteronômio 8:3, que “não só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus* (Mt 4:4).

As palavras escritas pelos autores bíblicos real mente são palavras humanas. E por isso que eles podem introduzir seus livros usando expressões como estas: “as palavras de Jeremias” (Jr 1:1), ou “provérbios de Salomão” (Pv 1:1). Os pensamentos — e por vezes as palavras — foram transmitidos por Deus para serem expressos pelos autores humanos em palavras que fossem familiares a eles e a seus leitores imediatos.

Não há dúvida de que as Escrituras são plenamente humanas e plenamente divinas. Qualquer ideia de que algumas partes da Bíblia são meramente humanas, ao passo que outras são divinamente inspiradas, contradiz a forma pela qual os escritores bíblicos apresentam o assunto. O depoimento de Paulo, de que “toda a Escritura é inspirada por Deus" (2Tm 3:16), não dã margem para nenhum conceito de inspiração parcial. Tampouco existe na Escritura nada que sugira graus de inspiração. E verdade que algumas porções podem ser mais importantes que outras (Jesus fala em Mateus 23:23 sobre "o que há de mais importante na lei"), mas isso não significa que são mais inspiradas. Todo cristão faria bem em receber as palavras da Escritura da maneira como os crentes de Tessalônica acolheram as palavras de Paulo: “não como palavra de homens, e sim como, em verdade é, a palavra de Deus” (lTs 2:13).

D. Efeitos da Inspiração

Que resultados produz a inspiração? Quais os efeitos da influência especial exercida pelo Espírito Santo sobre os escritores inspirados? Comunica essa influência aos escritos qualidades que tornam a Bíblia diferente de qualquer outro livro do mundo? Através dos séculos, a maioria dos cristãos tem respondido a essas perguntas afirmativamente, embora divirjam quanto às propriedades, atributos ou efeitos sem paralelo da inspiração. Algumas dessas divergências e os conflitos delas resultantes serão discutidos no resumo histórico no fim deste artigo.

O propósito principal aqui é considerar as quatro características da Escritura: a Escritura como a viva voz de Deus, a autoridade da Escritura, a veracidade da Escritura e a suficiência da Escritura. Embora seja apropriado examinar cada um desses efeitos da inspiração separadamente, os atributos bíblicos jamais devem ser vistos separados uns dos outros. Constituem os diferentes matizes de um espectro de cores formado pela brilhante luz da Palavra de Deus.

1. Escritura: a Viva Voz de Deus

São diversas as maneiras pelas quais os escritores bíblicos enfatizam que as palavras da Escritura são a voz de Deus falando a seres humanos, numa realidade dinâmica sempre presente. O “Assim diz o Senhor” dos profetas fala tão certamente aos seres humanos do século 21 como o fez no 8° ou no século 15 antes de Gristo. Quando os saduceus tentaram armar uma cilada para Jesus perguntando-Lhe sobre a ressurreição, Ele lhes respondeu sem rodeios: "Errais, não conhecendo as Escrituras nem o poder de Deus” (Mt 22:29). A seguir, perguntou-lhes: “Não tendes lido o que Deus vos declarou: Eu sou o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus deJacó? Ele não é Deus de mortos, e sim de vivos” (Mt 22:31, 32). Jesus citou as palavras proferidas por Deus a Moisés, registradas havia mais de mil anos, como sendo ainda aplicáveis a Seus interpeladores, ou seja, “o que Deus vos declarou”,

Nas Escrituras, Deus fala a todas as gerações, Fazendo alusão a determinados juízos que sobrevieram ao antigo Israel por causa de sua incredulidade, Paulo recorda aos cristãos de Corinto que "estas coisas lhes sobrevieram como exemplos e foram escritas para advertência nossa, de nós outros sobre quem os fins dos séculos têm chegado” (lGo 10:11). Falando sobre as revelações comunicadas pelo Espírito aos profetas, a respeito dos sofrimentos e da glória de Cristo, Pedro disse a seus irmãos na fé que esses profetas "estavam ministrando, não para si próprios, mas para vocês” (lPe 1:12, NVI). A Palavra de Deus transmitida por meio de profetas, salmistas, historiadores sacros e apóstolos é uma palavra viva, que fala diretamente àqueles que a leem ou a ouvem, Hebreus 4:12 expressa isso de forma bem incisiva: "Porque a palavra de Deus é viva, e eficaz, e mais cortante do que qualquer espada de dois gumes, e penetra até ao ponto de dividir alma e espírito, juntas e medulas, e é apta para discernir os pensamentos e propósitos do coração.”

O Espírito de Deus, que moveu os autores humanos da Bíblia a escrever, é o mesmo Espírito que Se dirige a cada geração nas palavras escritas e por intermédio delas. E por isso que os escritores do NT citam as palavras do AT como proferidas pelo Espírito Santo (Hb 3:7-11; 10:15-17). É por isso que João, o profeta apocalíptico, conclui cada uma de suas cartas às sete igrejas com o urgente conselho: “Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas” (Ap 2:7, 11, 17, 29; 3:6, 13, 22). Há, portanto, íntima relação entre “palavra” e “Espírito”. O apóstolo Paulo se refere à Palavra de Deus como “a espada do Espírito” (Ef 6:17). E o Espírito de Deus que concede eficácia e poder à Palavra de Deus. O novo nascimento ou regeneração é atribuído tanto ao Espírito como à Palavra. Jesus disse a Nicodemos que lhe era necessário nascer do Espírito (Jo 3:5-7), ao passo que Pedro escreveu aos crentes dispersos, lembrando-lhes que eles haviam sido regenerados "mediante a palavra de Deus, a qual vive e é permanente” (lPe 1:23).

2. Escritura: sua Autoridade

Do Gênesis ao Apocalipse, a Bíblia atribui suprema autoridade a Deus, o Criador do céu e da Terra. Foi assim que Ele Se revelou aos patriarcas (Gn 17:1; 35:11; 48:3) e a Moisés (Êx 3:13-15; 6:2, 3). Davi reconhecia o Senhor como chefe sobre todos, a quem pertencia a grandeza, o poder e a majestade (lCr 29:10-13). Daniel, assim como Nabucodonosor e Dario, atribuía ao Deus do Céu a suprema sabedoria e o domínio eterno (Dn 2:20-22; 4:34, 35; 6:26, 27).

Contudo, a autoridade de Deus se baseia principalmente não em Seu poder e conhecimento infinitos, mas em Seu caráter. Deus Se revelou a Moisés como o “Senhor Deus compassivo, clemente e Iongânimo e grande em misericórdia e fidelidade” (Êx 34:6).

Por conseguinte, o Senhor não exerce Sua autoridade como fazem os governantes humanos. A autoridade absoluta de Deus é uma autoridade de amor e paz, expressa em humildade, serviço e abnegação. Essa autoridade se manifesta supremamente na encarnação, morte e ressurreição de Jesus Cristo, que, apesar de ser "o cabeça de todo principado e potestade" (G1 2:10), entregou a vida por Seu próprio poder e autoridade (Jo 10:17-18).

A autoridade da Escritura como a Palavra de Deus escrita exibe todas as mesmas características da autoridade divina. Sua autoridade é expressa em imperativos absolutos de obediência (Ex 20:1-17), em apelos compassivos de amor (Is 1:18; Mt 11:28), em promessas de perdão e bênçãos (Mt 5:3-12; IJo 1:9) e em severas advertências de juízo (Jr 6:1-8).

Deus dotou Seus mensageiros escolhidos de Sua própria autoridade quando eles falaram ou escreveram sob o impulso do Espírito Santo. Essa é a razão por que os escritos dos profetas e apóstolos falam com autoridade divina a cada geração, ainda que os autores humanos desses escritos não estejam entre nós há muito tempo. E por isso que Paulo pôde afirmar que a igreja é edificada "sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo Ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular" (Ef 2:20). Pela mesma razão, Pedro adverte os crentes de que se recordem "das palavras que, anteriormente, foram ditas pelos santos profetas, bem como do mandamento do Senhor e Salvador, ensinado pelos vossos apóstolos" (2Pe 3:2). A autoridade dos profetas e apóstolos se baseava no fato de Deus havê-los chamado e feito deles recipientes e testemunhas da revelação divina (Jo 15:16; At 9:15, 16; 2Pe 1:18; IJo 1:1-4).

Por diversas vezes, Jesus confirmou a autoridade das Escrituras. Resistiu à tentação do diabo com um decisivo "está escrito" (Mt 4:4, 7, 10). Refutou as acusações de Seus oponentes citando-lhes textos específicos que lhes expunham seu equívoco e interpretação errada da Palavra de Deus (Mt 12:1-7). Quando os judeus O acusaram de blasfêmia, Ele citou o Salmo 82:6 e ratificou a autoridade da palavra de Deus com a afirmação categórica de que "a Escritura não pode falhar" (Jo 10:33-35). Silenciou por fim aqueles que O interrogavam perguntando-lhes como era possível o Messias ser ao mesmo tempo tanto Filho e Senhor de Davi, conforme as Escrituras (Mt 22:41-46).

Jesus e os apóstolos apelaram para a Escritura a fim de mostrar que em Cristo seus tipos e profecias haviam encontrado cumprimento. A maneira como Jesus foi concebido e a forma como nasceu cumpriu "o que fora dito pelo Senhor por intermédio do profeta" (Mt 1:22,23); o lugar de Seu nascimento fora predito "por intermédio do profeta" (Mt 2:5). Depois de ler a profecia messiânica registrada em Isaías 61:1 e 2, Jesus declarou solenemente àqueles que O ouviam: "Hoje, se cumpriu a Escritura que acabais de ouvir" (Lc 4:21). Anunciando Sua morte iminente, explicou ser necessário cumprir-se o que dEIe estava escrito em Isaías 53:12 (Lc 22:37). Depois de ressuscitar, mostrou aos discípulos que "importava se cumprisse tudo o que de Mim está escrito na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos" (Lc 24:44).

O apóstolo Paulo se refere ao AT como "Sagradas Escrituras" (Rm 1:2), "oráculos de Deus" (Rm 3:2) e "sagradas letras" (2Tm 3:15), títulos expressivos de sua origem e autoridade divinas.

Jesus e os apóstolos usavam a palavra "Escritura" ou "Escrituras" para se referir somente a um conjunto de escritos bem conhecidos e firmemente estabelecidos. Quando Jesus disse aos líderes judeus: "Examinais as Escrituras" (Jo 5:39), ou quando Paulo arrazoou com os judeus em Tessalônica "acerca das Escrituras" (At 17:2), eles se referiam às Escrituras hebraicas — a lei, os profetas e os escritos.

A mesma autoridade foi atribuída depois aos 27 livros do NT O apóstolo Pedro já colocava as cartas de Paulo no mesmo nível das "demais Escrituras" (2Pe 3:16), expressão pela qual certamente designava o AT, Juntos, AT e NT formam o cânon, ou a regra de fé e doutrina. Hã entre cristãos amplo consenso de que o cânon do NT se compõe de 27 livros. As igrejas católica romana e ortodoxa, porém, incluíram no cânon do AT os chamados livros apócrifos ou deuterocanônicos, mas os protestantes preferiram continuar seguindo a regra dos 39 livros das Escrituras hebraicas. Não há nenhuma evidência de que os judeus da Palestina ou de que Jesus e os apóstolos tenham considerado os livros apócrifos como parte das Escrituras.

O princípio da autoridade suprema das Escrituras é muitas vezes expresso na expressão latina *sola Scriptura,* "somente a Escritura". Ou seja, somente nas Escrituras Deus confiou à raça humana, sob a forma escrita, a suprema e autorizada revelação de Sua pessoa e vontade, parâmetro esse pelo qual tudo o mais deve ser provado. A nenhum outro livro sagrado, sejam histórias sacras, tradições antigas, declarações eclesiásticas ou credos, pode-se atribuir autoridade igual à da Bíblia,

Isso significa também que a consciência, a razão, os sentimentos e as experiências místicas ou religiosas se encontram subordinadas à autoridade das Escrituras. Essas coisas podem ter um valor legítimo dentro de sua área de competência, mas devem ser constantemente avaliadas pelo minucioso exame da Palavra de Deus (Hb 4:12).

A Bíblia adverte repetidamente contra alguém que ouse minar ou usurpar a autoridade da Palavra de Deus. Adverte contra os falsos profetas, que fingem falar as palavras Deus (Dt 18:20-22; Jr 27:14, 15; Mt 7:15); contra os falsos apóstolos, que alegam ser
3► verdadeiros (2Co 11:12, 13), e os falsos cristos, que enganarão a muitos (Mt 24:24), os quais pretendem substituir a autoridade de Deus pela sua própria.

Ao longo da história, a autoridade das Escrituras tem sido ostensivamente atacada ou sutilmente substituída. Já nos dias de Jesus, os judeus invalidavam a palavra de Deus, por causa de sua tradição. O Mestre os acusou de em vão adorarem a Deus, "ensinando doutrinas que são preceitos de homens" (Mt 15:6,9). Outros meios pelos quais a autoridade bíblica tem sido minada são a sabedoria, a ciência e a filosofia mundanas (ICo 1:20-25; Cl 2:8), que fazem acréscimos ou supressões à Palavra de Deus (Dt 4:2; 12:32; Ap 22:18, 19), ou lhe distorcem o sentido (2Pe 3:16).

O princípio da *sola Scriptura* corre muito mais perigo de oposição agora do que em qualquer tempo passado. Ao ser exaltada a autoridade da razão, da tradição e da ciência, muitos passaram a negar ou a limitar a autoridade das Escrituras. Os cristãos que ainda se submetem com humildade e fé à autoridade da Bíblia como a viva e suprema Palavra de Deus devem se preparar para dar razão de sua fé e replicar como os apóstolos: "Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens" (At 5:29).

3. Escritura; sua Veracidade

Um dos atributos de Deus é a veracidade, Essa característica é incessantemente anunciada por toda a Escritura. O Senhor é chamado de o "Deus da verdade" (Is 65:16), que fala a verdade (Is 45:19). Todas as Suas palavras são verdadeiras, sejam elas promessas (2Sm 7:28), leis (Ne 9:13), ordenanças (SI 19:9), mandamentos (SI 119:151) ou juízos (Ap 16:7; 19:2). Tudo o que Deus diz é verdadeiro e digno de confiança (Ap 19:9; 21:5; 22:6). O atributo da veracidade também pertence ao Filho, que era "cheio de [...] verdade" (Jo 1:14), bem como ao "Espírito da verdade" (Jo 14:17; Ijo 5:7).

Quando Deus escolheu seres humanos como mensageiros, não só os dotou com Sua

autoridade, mas também lhes revestiu as palavras, com Sua autenticidade, toda vez que falavam ou escreviam sob o influxo da inspiração. As numerosas afirmações da parte dos mensageiros inspirados confirmam que eles dizem a verdade. Outros escritores reconhecem esse fato em outras ocasiões. Salomão, o pregador, escreveu "palavras de verdade" (Ec 12:10). Jeremias testificou: "Na verdade, o Senhor me enviou a vós outros, para me ouvirdes dizer-vos estas palavras" (Jr 26:15). João afirma que "seu testemunho é verdadeiro" (Jo 19:35; cfi 21:24). Paulo afirma reiteradas vezes ser verdade aquilo que ele escreve (Rm 9:1; 2Co 11:10) e declara ter sido designado "mestre dos gentios na fé e na verdade" (lTm 2:7).

Há também declarações gerais da veracidade da Palavra de Deus. O salmista afirma: "As Tuas palavras são em tudo verdade" (SI 119:160), O evangelho pregado pelos apóstolos é a "palavra da verdade" (Ef 1:13; ver também Cl 1:5). Jesus declara enfaticamente: "a Tua palavra é a verdade" (Jo 17:17),

Visto que tudo na Escritura é palavra de Deus e que toda palavra que procede de Deus é a verdade, parece difícil evitar a conclusão de que tudo na Escritura é verdade. Era exatamente isso que os autores bíblicos reivindicavam para seus escritos. Foi isso que o Senhor afirmou e o que a maioria dos cristãos através dos séculos tem defendido e professado.

São claras as implicações de completa veracidade da Escritura. Seus autores dizem a verdade não só no que se refere a Deus e à salvação, mas também no tocante a outras matérias. Cumpre aceitar as narrativas históricas da Bíblia como fidedignas e verdadeiras. Entre esses relatos autênticos de fatos reais estão a criação do mundo e dos primeiros seres humanos em seis dias, a queda de Adão e Eva, o dilúvio universal, a existência dos patriarcas, a história de Israel, as narrativas dos evangelhos e a história da origem e desenvolvimento da igreja apostólica sob a direção do Espírito Santo.

A afirmação de que a Escritura é verdadeira em tudo quanto diz nunca deixou de ser contestada. Já durante os primeiros séculos cristãos, filósofos pagãos que se opunham ao cristianismo questionaram a historicídade de muitas narrativas bíblicas. Mas foi principalmente em tempos modernos que a afirmação da autonomia da razão humana levou muitos a negar a inspiração, autoridade e autenticidade da Bíblia, bem como a intervenção do sobrenatural no mundo natural, sobretudo na encarnação e ressurreição corpórea do Filho de Deus. Como resultado, as narrativas bíblicas passaram a ser reinterpretadas como mitos ou lendas. Tais afirmações, porém, entram em choque com as declarações explícitas dos profetas e apóstolos de que as palavras por eles escritas são verdadeiras, porquanto transmitem a Palavra de Deus,

Muitos alegam haver nas Escrituras numerosos erros, contradições, inexatidões históricas, anacronismos e outras imperfeições. Pior ainda, acusam a Bíblia de fazer distorções deliberadas de acontecimentos históricos (por exemplo, o êxodo) e de conter narrativas influenciadas pelo orgulho e o preconceito nacional (por exemplo, a história de Ester) e autoria pseudônima (por exemplo, a ideia de que o livro de Daniel não teria sido escrito por um profeta do 6" século a.C.). Essas afirmações e alegações constituem grave acusação contra a veracidade das Sagradas Escrituras. (Ver Interpretação IV.F, G.)

Embora não seja possível encontrar respostas satisfatórias para todas as críticas dirigidas contra a Bíblia, muitas evidências históricas e arqueológicas recentemente descobertas têm fundamentado a fidedignidade e exatidão histórica das narrativas bíblicas. O exato cumprimento das profecias bíblicas na história do antigo Israel, na vida e morte de Jesus de Nazaré, nos períodos

históricos da igreja cristã, bem como nos acontecimentos relativos aos eventos escatológicos de nossa própria era, tudo isso oferece farta confirmação da veracidade bíblica. Contudo, mais importante ainda, o reconhecimento da singularidade, misericórdia e majestade do Deus que Se revela na Escritura e, acima de tudo, a experiência da salvação pela fé no Cristo vivo de quem as Escrituras dão testemunho têm, pela influência do Espírito Santo, convencido milhões de pessoas no passado e no presente de que a Bíblia é tudo quanto ela diz ser: a Palavra de Deus, a Palavra de verdade.

4. Escritura: sua Clareza e Suficiência

Alguns afirmam que a Bíblia é um livro obscuro, de conteúdo muito difícil ou mesmo impossível de entender. Apesar disso, grande número de pessoas encontra nesse livro luz e conforto. Ficam surpresas de como a Bíblia é clara e fácil de ser entendida. Por que essa diferença?

Segundo os escritores bíblicos, o problema não está nas Escrituras. Por uma diversidade de maneiras declaram eles que a Palavra de Deus é fonte de luz e compreensão. "Lâmpada para os meus pés", escreveu o salmista, "é a Tua palavra e luz para os meus caminhos." Diz mais adiante: “A revelação das Tuas palavras esclarece e dá entendimento aos simples” (SI 119:105, 130). O apóstolo Pedro se refere à palavra profética como “uma candeia que brilha em lugar tenebroso” (2Pe 1:19). Para Paulo, os escritos sagrados podem nos tornar sábios para a salvação pela fé em Cristo Jesus” (2Tm 3:15).

Paulo toca aqui em um problema sério, a saber, nossa atitude para com as Escrituras ou, mais precisamente, nossa atitude para com o Deus que Se revela nas Escrituras. A fé em Deus e em Cristo é essencial. Podemos estudar a Bíblia e jamais compreendê-la porque não acreditamos em sua mensagem. Os mestres e líderes judaicos dos dias de Jesus examinavam as Escrituras diligentemente, mas não entendiam seu verdadeiro significado. Para Jesus, o problema deles era um só: a incredulidade (Jo 5:39, 40, 46, 47).

Ninguém que estude a Bíblia seriamente negará que haja dificuldades na Escritura. Pedro admite que nas epístolas de Paulo há “certas coisas difíceis de entendei'” (2Pe 3:16). Mas ele não diz que elas são impossíveis de entender. Essas dificuldades não afetam a clareza da Escritura, cuja maior parte até as crianças têm condições de entender. A mensagem da salvação é apresentada de maneira tão clara que até mesmo pessoas de inteligência limitada são capazes de compreendê-la. “O testemunho do Senhor é fiel e dá sabedoria aos símplices” (SI 19:7), diz o salmista. Jesus deu um passo além quando agradeceu ao Pai ter ocultado dos sábios e instruídos a <*t* verdade acerca de Sua pessoa e obra e a ter revelado aos pequeninos (Mt 11:25).

Adas as Escrituras não são somente claras naquilo que ensinam; elas também são suficientes para cumprir o objetivo proposto por Deus. Quando Paulo escreve que as sagradas letras são capazes de nos tornar sábio para a salvação pela fé em Cristo Jesus, ele também explica que toda a Escritura, por ser inspirada por Deus, é “útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça”, a fim de que todo crente “seja perfeito e per feitamente habilitado para toda boa obra” (2Tm 3:16, 17). Nenhum outro escrito, nem a tradição, nem a sabedoria ou a experiência humana deve ser posto no mesmo nível que a Bíblia. A própria Palavra de Deus adverte repetidas vezes para não se acrescentar nem diminuir nada àquilo que Deus revelou em Sua Palavra (Dt 4:2; 12:32; Ap 22:18).

Todo ser humano dotado de inteligência deve ler e estudar a Bíblia. O evangelho [1] eterno, conforme registrado nas Escrituras, destina-se “a cada nação, e tribo, e língua, e povo” (Ap 14:6). A Bíblia pode beneficiar

pobres e ricos, letrados e iletrados, jovens e velhos. Embora tenham as Escrituras sido originalmente escritas em hebraico, aramaico e grego, a intenção de Deus é falar a todos os membros da família humana em suas próprias línguas. Essa intenção está cada vez mais perto de se tornar realidade agora que a Bíblia está sendo traduzida para milhares de línguas. A Palavra de Deus cumprirá o objetivo para o qual o Senhor a enviou ao mundo (Is 55:10, 11). Ela não falhará. Para aqueles que acreditam nessa Palavra e a aceitam, ela significa vida eterna; para aqueles que a rejeitam ou lhe distorcem o sentido, ela significa perdição e morte eterna (Mt 7:24-27; 2Pe 3:16).

As Escrituras foram dadas à humanidade não para serem submetidas à crítica, mas para revelar Deus e a salvação que Ele oferece em Jesus Cristo. Ainda que escrita por seres humanos em linguagem humana, elas falam como se fosse a viva voz de Deus a fim de que possamos conhecê-Lo e nEle crer. Na condição de Palavra de Deus, elas constituem a infalível Palavra da verdade. A história narrada na Bíblia é ínteiramente correta e confiável. Suas promessas devem ser recebidas pela fé; suas ordens, obedecidas pela graça de Deus. Acima de tudo, as Sagradas Escrituras são capazes de nos tornar “sábío[s] para a salvação pela fé em Cristo Jesus” (2Tm 3:15),

V* Aplicações Práticas

Ao estudarmos a Bíblia, é de crucial importância que compreendamos sua origem e autoridade divinas, bem como seu caráter humano. Se rejeitarmos, a priori, a possibilidade de revelação sobrenatural, a Bíblia será vista apenas como um produto humano, e nossa interpretação será distorcida desde o princípio. Se, por outro lado, perdermos de vista seu caráter humano, corremos o risco de interpretar suas declarações de maneira ingênua e dogmática. Pelo fato de a Bíblia ser um livro divino-humano, cumpre-nos estudá-la num espírito de humildade e investigação sincera, orando fervorosamente para que o Espírito Santo, o Espírito da verdade, possa nos guiar “em toda a verdade” (Jo 16:13). Eis, a seguir, algumas diretrizes práticas em nossa busca por conhecimento pessoal de Deus por meio das Escrituras:

1. Devemos estudar as Escrituras com a profunda convicção de fé de que elas são a viva voz de Deus falando a nós pessoalmente. E “mediante a palavra de Deus, a qual vive e é permanente”, que somos “regenerados” (IPe 1:23). *Somente* pelo ouvir obediente dessa palavra crescemos e amadurecemos no verdadeiro conhecimento de Deus (Rm 10:14-17; 16:25-27).

2. O principal propósito da Bíblia é fortalecer nossa fé em Jesus Cristo como Aquele que deseja nos salvar de nossos pecados e ser o Senhor de nossa vida. “As sagradas letras”, escreveu Paulo, “[...] podem tornar-te sábio para a salvação pela fé em Cristo Jesus” (2Tm 3:15). E necessário ler e estudar a Bíblia sempre com o objetivo definido de crescer "na graça e no conhecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo” (2Pe 3:18).

3. Ao ler a Bíblia, devemos dedicar espe- «5; ciai atenção às suas numerosas promessas. E a vontade de Deus que, por meio delas, encontremos a certeza do perdão, a paz na mente e no coração, o conforto em tempos de sofrimento, a esperança para esta vida e para a vindoura, e a permanente alegria de saber que Deus, em Seu amor e misericórdia, nos adotou como filhos e filhas, mediante a fé em Cristo (Rm 15:4; 2Pe 1:3, 4).

4. As Escrituras também funcionam como um guia para a vida cristã prática. O princípio bíblico do amor a Deus e aos nossos semelhantes é a raiz do bem-estar de

todas as nossas relações espirituais e sociais. Aqueles que, com a ajuda de Deus, estudam e praticam os dez mandamentos e os muitos princípios escriturísticos para a vida prática se tornarão pessoas realmente equilibradas, saudáveis de corpo, mente e espírito. “Bem-aventurados os irrepreensíveis no seu caminho, que andam na lei do Senhor” (SI 119:1).

5. Visto serem as Escrituras as próprias palavras de Deus em linguagem humana, podemos ter a confiança de que elas sempre falam a verdade. Jesus orou ao Pai por Seus discípulos de todas as eras: “Santifica-os na verdade; a Tua palavra é a verdade" (Jo 17:17). Devemos confiar na Palavra de Deus como palavra digna. Isso vale não só para seus ensinamentos espirituais, mas também para os relatos da origem e da primitiva história do nosso mundo, as narrativas do dilúvio, dos patriarcas, do êxodo, da história do Israel, bem como os registros evangélicos do nascimento, ministério, morte e ressurreição de Cristo, e a história da igreja primitiva. Essas narrativas não são mitos, mas relatos históricos autênticos, devendo ser aceitos como tais (Lc 1:1-4; 2Pe 1:16-21). Negar a historicidade da Bíblia acabará levando, mais cedo ou mais tarde, também à rejeição de seus ensinos espirituais e morais. Os ensinamentos históricos, espirituais e morais da Bíblia acham-se inseparavelmente entrelaçados, não podendo ser dissociados uns dos outros.

6. Pelo fato de as Escrituras serem sujeitas às limitações, imperfeições e condicionamentos históricos da existência humana, é útil e necessário estudar as línguas nas quais elas foram escritas, o contexto histórico no qual se originaram e as condições humanas às quais foram endereçadas. Devemos, porém, ter o cuidado de não superestimar as diferenças e as distâncias de tempo e espaço, nem as condições existentes nos tempos bíblicos e as do nosso próprio tempo. A natureza humana não mudou nem mudaram os princípios bíblicos da verdade (cf. Ec 1:9-10). A Palavra de Deus se destina a todas as pessoas, em todos os tempos e em toda a parte (Mt 24:14; 28:18-20; At 1:6-8; Ap 14:6).

Para resumir tudo nas palavras de Paulo, cumpre-nos receber a Escritura, “não como palavra de homens, e sim como, em verdade é, a palavra de Deus, a qual, com efeito, está operando eficazmente em vós, os que credes” (lTs 2:13). Essa Palavra nos dará esperança, conforto, fé, sabedoria, amor e, finalmente, a vida eterna na maravilhosa presença de nosso Senhor.

VI. Resumo Histórico

A. *Igrejas Antiga e Medieval*

Ainda que os primeiros escritores cristãos não tenham discutido a revelação-inspiraçao como questão distinta, os pais da igreja tiveram muito que dizer sobre o assunto. Houve durante o primeiro período o consenso de que, em Jesus Cristo, fora comunicada uma nova e plena revelação. Servindo-se da terminologia do NT, eles se referem a Cristo como o Verbo de Deus, a imagem do Pai, o Mestre, o Instrutor, o Caminho, a Luz do Mundo. Irineu (c. 130-200) diz que Cristo é "o único, verdadeiro e imutável Mestre, o Verbo de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo” *(Contra as Heresias*, pref. 5) e garante que “de nenhum outro modo poderiamos aprender as coisas de Deus, a menos que nosso Mestre, existindo como o Verbo, Se houvesse tornado homem. Pois em nenhum outro há poder para nos revelar as coisas do Pai, a não ser Seu próprio Verbo (*Contra as Heresias*, 5.1.1). “Nosso Instrutor”, afirma Clemente de Alexandria (c. 150-215), “é o santo Deus Jesus, o Verbo, que é o guia de toda a humanidade. Nosso Instrutor é o próprio e amorável Deus” (O *Instrutor*, 1.7).

Essa ênfase em Cristo como o divino e supremo Mestre e Verbo de Deus não significa, porém, uma negação ou depreciação

das revelações comunicadas na era pré-cristã. De acordo com o mesmo Clemente, o Verbo "apresentou-Se como o nosso Mestre". Ele é "o Senhor que desde o princípio comunicou revelações pela profecia, mas agora claramente convida à salvação" *(Exortação aos Pagãos,* 1). Opondo-se às heresias gnósticas, Irineu realçou a unidade e o progresso da revelação por meio da Palavra, desde a criação até a sua culminância na encarnação de Cristo e no subsequente testemunho dos apóstolos.

René Latourelle resume: "Irineu é consciente do aspecto dinâmico e histórico da revelação. Ele enfatiza o movimento, o progresso, a unidade profunda. Percebe a Palavra de Deus operando desde o princípio [...] nos apóstolos, na igreja - esses são todos momentos distintos na atividade do Verbo, na economia da manifestação progressiva do Pai, pela Palavra. [.,,] Essa é a razão de serem os dois Testamentos uma unidade indivisível" (105). Era dessa forma que pensavam, de modo geral, os primeiros cristãos.

Já no NT, e de forma copiosa em escritores cristãos do 2° século, fica evidente a aceitação dos escritos do NT como Escritura Sagrada. Irineu se refere às Escrituras como "as boas palavras da revelação" *(Contra as Heresias,* 1.3.6). Outros escritores cristãos primitivos expressaram idéias semelhantes.

Ao combater heresias como o montanismo, o gnosticismo e o marcionismo, os pais da igreja defenderam a fé cristã com base em toda a Escritura com um apelo à verdadeira tradição apostólica. Não há a menor dúvida de que, "para os primeiros pais cristãos, tradição (gr. *-paradosis'*, lat, *tmditio*) significava a revelação de Deus, proferida por Ele a Seu povo fiel pela boca de Seus profetas e apóstolos" *(Oxford Dictionary ofthe Christian Church,* 1983, I3S8). Apesar disso, com o decorrer do tempo, alguns acontecimentos acabaram por enfraquecer a suprema autoridade das Escrituras.

O apelo à tradição, conforme defendido nas igrejas de origem apostólica, especialmente a de Roma, foi gradualmente modificado sob a alegação de que a Bíblia devia ser aceita por meio da autoridade da igreja. A igreja, alegava-se, cabia decidir que livros pertenciam ao cânon da Bíblia. Além disso, pela influência de Basílio, o Grande (c. 330-379), a igreja passou a adotar a ideia de que as tradições de origem apostólica não consignadas por escrito e, portanto, não encontradas nas Escrituras, mas preservadas pela igreja, deviam ser aceitas como divinamente autorizadas. Outra tendência consistiu em atribuir autoridade especial aos escritos dos pais da igreja. Essas coisas não aconteceram repentinamente, mas gradualmente, sendo reforçadas no Ocidente pelo crescimento da autoridade papal com o transcurso dos séculos.

Durante a Idade Média, o escolasticísmo colocou na ordem do dia o debate sobre a relação existente entre razão e revelação. A primeira pergunta levantada por Tomás de Aquino (1225-1274), em sua obra *Suma Teológica,* era se necessitamos realmente de outro conhecimento além da ciência filosófica. Ele responde afirmativamente, explicando que, "para a salvação do homem, era necessário que certas verdades que excedem a razão humana lhe fossem dadas a conhecer por revelação divina". Acrescenta que até mesmo aquelas verdades sobre Deus que a razão humana consegue descobrir precisam ser ensinadas por revelação divina; do contrário, "a verdade racional sobre Deus seria assimilada apenas por uns poucos e, ainda assim, depois de algum tempo ficaria misturada com muitos erros" *(Suma Teológica,* lª.l.l). Aquino estabelece aqui uma clara distinção entre verdades da razão e verdades da revelação. A fé do cristão "repousa na revelação feita aos profetas e apóstolos, que escreveram os livros canônicos, não como a revelação, se tal houver, feita a qualquer outro mestre" (íbid., lª,l.S), Contudo, o crente precisa aderir aos ensinamentos da igreja, que procedem da verdade

conforme revelada nas Santas Escrituras, como regra divina e infalível (ibid., 2ª: 2ªc. 3). Embora Aquino aceitasse, sem sombra de dúvida, a Escritura como fonte primária da verdade revelada, seu ensino tinha a tendência de diluir-lhe a autoridade, devido ã sua abordagem teológica racionalista, por um lado, e à sua ênfase na infalibilidade do ensino da igreja, por outro.

Perto do fim da Idade Média, acalorou-se ainda mais o debate sobre a relação existente entre a Escritura e a tradição como fontes de revelação. De um lado, alguns estudiosos diziam que a Escritura e a tradição eram essencialmente idênticas, constituindo essa última a fiel interpretação da revelação transmitida aos profetas e apóstolos; procediam ambas da mesma fonte divina e haviam sido preservadas na unidade da fé dentro da igreja. Outros afirmavam a existência de duas fontes distintas de revelação: a tradição escrita das Escrituras e as tradições orais transmitidas pelos apóstolos a seus sucessores. Ambas deviam ser aceitas como divinamente autorizadas.

B. Reforma e Contra-Reforma

Segundo Martinho Lutero (1483-1546), os seres humanos, em sua condição pecaminosa e corrupta, não conhecem nem podem conhecer Deus. Foi para satisfazer tal necessidade que o Senhor Se revelou de certos modos específicos. Deus não é uma entidade vaga. Ao contrário, é "um Deus revelado e, por assim dizer, selado. Ele Se circunscreveu a determinado lugar, a determinada Palavra e a determinados sinais, para que pudesse ser reconhecido e apreendido" *(Comentário sobre o Salmo, 51:6).* Deus Se revelou supremamente em Jesus Cristo, o Verbo feito carne; e Cristo é revelado na Escritura, a Palavra escrita, e na proclamação do evangelho. O conhecimento apropriado de Deus, como Lutero o chamou, só podemos recebê-lo por meio das Escrituras.

No início de sua carreira, Lutero se tornou crítico da abordagem racionalista da filosofia e da teologia escolástica, como fica evidente em sua *Disputa Contra a Teologia Escolástica,* escrita em 1517. O reformador alemão estava convencido de que o padrão para a fé e a doutrina devia ser somente a Escritura *(sola Scriptura*): "Somente a Escritura é o verdadeiro senhor e mestre de todos os escritos e doutrinas na Terra" *(Luthers Works,* 32:11, 12). Toda a verdade essencial ao nosso conhecimento de Deus e à nossa salvação nos foi revelada na Palavra.

Diferentemente dos teólogos escolásticos, Lutero relutava em admitir que fosse necessária a autoridade da igreja para declarar o que é Palavra de Deus ou para fornecer a correta interpretação das Escrituras. E obra do Espírito Santo levar a palavra externa da Escritura ao coração e convencer o espírito humano de que ela é a Palavra de Deus.

Os pontos de vista de João Calvino (1509-1564) sobre revelação e autoridade das Escrituras eram similares aos de Lutero. Em sua influente obra *Institutos da Religião Cristã,* Calvino assume o ponto de vista de que um homem cego pelo pecado não pode colher nenhum benefício do reino eterno que Deus lhe revela no "espelho de Suas obras, por mais intenso que seja seu brilho" (ibid., 1.5.11). Em Sua bondade e misericórdia, Deus "acrescentou a luz da Sua Palavra, pela qual fez conhecida a salvação" (ibid., 1.6.1). A exemplo de Lutero, Calvino repudiou como falsidade maliciosa a alegação de que a credibilidade da Escritura dependia do julgamento da igreja. Para ele, a igreja é que devia se alicerçar nas Escrituras e a ela subordinar-se. O reformador francês declarou enfaticamente: "Que permaneça, portanto, este ponto: aqueles a quem o Espírito Santo ensinou interiormente devem depender verdadeiramente da Escritura, pois na verdade a Escritura traz em si mesma a prova de sua autenticidade" (ibid., 1.7,5).

A essência da revelação, segundo Calvino, jaz no evangelho, que é "a clara manifestação do mistério de Cristo". A revelação deve incluir ainda as promessas e testemunhos do AT transmitidos por Deus aos patriarcas, embora num sentido mais elevado a palavra se refira à "proclamação da graça manifesta em Cristo" (ibid., 2.9.2). Calvino ressaltou que, "no tocante a toda a lei, o evangelho difere dela apenas na clareza da manifestação" (ibid., 2.9.4). O AT e o NT constituem fundamentalmente, portanto, uma unidade, sendo ambos uma revelação do evangelho de Jesus Cristo. A diferença é que o Novo Testamento faz uma proclamação mais clara de Cristo.

Num movimento de reação à Reforma protestante, a Igreja Católica Romana redefiniu sua posição no Concilio de Trento (1545-1563), afirmando que a tradição apostólica incluía tanto a Escritura quanto a tradição transmitida pela igreja. O concilio promulgou em 1546 o "Decreto sobre as Escrituras Canônicas", segundo o qual o evangelho prometido por meio dos profetas nas Escrituras foi promulgado pelo Senhor Jesus Cristo e pelo mandamento que pregou por intermédio dos apóstolos a cada criatura "como a fonte de toda verdade salvadora e da instrução na moralidade". Apesar disso, "essa verdade e instrução estão contidas tanto nos livros escritos quanto nas tradições orais". Deve-se, portanto, receber e venerar o AT e o NT, bem como as tradições que dizem respeito à fé e à moral, com igual sentimento de piedade e reverência, "como sendo ditados pela palavra da boca do próprio Cristo ou pelo Espírito Santo e conservados na Igreja Católica por sucessão contínua" (Denzinger, 244). O concilio introduziu no decreto uma lista de livros sagrados e canônicos, que incluíam os chamados Livros Apócrifos da Bíblia, e pronunciou um anátema sobre todo aquele que não aceitasse essa lista em sua totalidade.

Embora o Concilio Tridentino tenha rejeitado a proposta de que a tradição apostólica estava parcialmente contida nas Escrituras e parcialmente nas tradições orais, seguiu-se longo debate sobre o tema. A questão era se havia duas fontes de revelação — a Escritura e a tradição — ou se as duas deviam ser consideradas duas correntes de uma única tradição, uma escrita e outra não escrita.

C. *Era da Razão e o Ihnninismo*

O debate moderno sobre revelação e inspiração teve sua origem na Idade da Razão; com o surgimento do racionalismo, da ciência moderna e da crítica bíblica. Esses e outros movimentos intelectuais como o deísmo e o Iluminismo fizeram com que muitos passassem a questionar a necessidade e até mesmo a existência da revelação divina. Tal questionamento desafiou os próprios fundamentos da fé cristã, manifestando-se, sobretudo, sob a forma de crítica incisiva ou mesmo de inteira negação da Bíblia como fonte e registro inspirado da revelação. Isso, por seu turno, exigiu daqueles que mantinham convicções cristãs fundamentais reflexão mais profunda sobre a realidade e natureza da revelação.

As descobertas de Nicolau Copérnico (1473-1543), Galileu Galilei (1564-1642) e Johannes Kepler (1571-1630) ocasionaram a mudança definitiva de uma concepção geocêntrica para a visão heliocêntrica do sistema solar. Quando por fim se verificou que era irrefutável a evidência científica em favor do modelo heliocêntricô, a revelação divina e a infalibilidade da Bíblia — que supostamente ensinava o ponto de vista geocêntrico — foram questionadas. Outras descobertas científicas durante os séculos 17 e 18, tais como as feitas por Isaac Newton (1642-1727), especialmente as leis da gravidade, puseram em foco o conceito mecanicista do Universo. Dessa perspectiva, a revelação sobrenatural passou a ser encarada como uma coisa

desnecessária ou até mesmo enganosa, como um mito ou uma ilusória invenção de beatos.

O alvorecer da ciência moderna, combinado com o advento do racionalismo, fez da razão humana o critério da verdade. René Descartes (1596-1650) iniciou uma revolução filosófica quando, em 1637, enunciou seu célebre axioma *"Cogito, ergo sum"* (“Penso, logo existo") como o princípio básico para alcançar o verdadeiro conhecimento. Fiel católico romano, Descartes jamais pretendeu negar a necessidade da revelação divina, mas sua filosofia não fez outra coisa senão questionar a relação entre razão e revelação. Seu admirador e contemporâneo mais jovem Baruch Benedito de Spinoza (1632-1677) deu um passo além de Descartes, estabelecendo uma clara distinção entre a esfera da razão e a esfera da revelação (ou Escritura), tornando a razão o árbitro máximo do que podia ser aceito como verdade na Bíblia. Spinoza encontrou nas Escrituras muitas coisas que repugnavam à razão e chamou a atenção para o que lhe pareciam inegáveis contradições.

O surgimento da crítica bíblica moderna foi muitas vezes correlacionado, como no caso de Spinoza, com uma abordagem racionalista da Bíblia e uma visão reducionista do papel da revelação divina. Outros fatores contribuíram para que isso acontecesse. Provavelmente a primeira obra moderna completa sobre crítica bíblica, *Histoire critique du Vieux Testament*, publicada em 1678, obteve para seu autor, o sacerdote francês Richard Simon (1638-1712), a designação de “pai da crítica bíblica”. Simon queria demonstrar a insuficiência da Escritura e, consequentemente, a necessidade da autoridade eclesiástica e da tradição para sua interpretação correta. Mas, naquela época, nem protestantes nem católicos romanos estavam em condições de aceitar seu tratamento crítico da Bíblia.

Na Inglaterra, a crítica dos deístas focalizou sobretudo aquilo que se julgava serem as imperfeições morais da Bíblia, especial mente no AT, Em 1693, Charles Blount (1654-1693) publicou uma coleção de ensaios e cartas, *The Oracles ofReason*. No livro, Blount negava qualquer necessidade de uma religião, especialmente revelada. Os deístas, em geral, concordavam que a razão era suficiente para a religião natural e que o verdadeiro cristianismo era apenas uma religião da razão. Entendiam que os mistérios da religião cristã, como a Trindade e a morte expiatória de Cristo, foram acréscimos posteriores; não faziam parte da singela fé cristã original. Muitas das famosas Conferências de Boyle, iniciadas em 1692, tratavam do tema da revelação. A obra *The Analogia ofReügion, Natural and Revealed, to the Constitution and Course ofNature*, de Joseph Butler (1692-1752), publicada em 1736, afirmava incisivamente que muitas das objeções à revelação sobrenatural eram igualmente válidas contra a religião natural, já que ambas apresentavam mistérios inexplicáveis. Butler enfatizava uma abordagem indutiva à questão da revelação divina e, diferentemente de Blount e de outros deístas, rejeitava a imposição de qualquer condição a priori à qual devesse conformar-se uma revelação divina.

Para evitar a crítica moral e histórica da Escritura, vários eruditos da Grã-Bretanha sugeriram que a inspiração da Bíblia era apenas parcial ou gradual. Segundo eles, embora desse margem para erros históricos e imperfeições morais na Escritura, a teoria dos graus de inspiração conservava a inspiração e a autoridade bíblica em questões de fé e prática. Outros, porém, como John Wesley (1703-1791) e Charles Simeon (1759-1836), rejeitaram essa acomodação à teologia racionalista e continuaram a defender a inspiração plena e a infalibilidade da Bíblia.

Durante o século 18, a era do íluminismo, a controvérsia sobre a necessidade e natureza da revelação divina e sobre a autoridade e inspiração da Bíblia, despertada

pela literatura deísta da Inglaterra, também afetou outros países. François-Marie Voltaire (1694-1778), completamente familiarizado com os deístas ingleses e seus escritos, conquanto nunca tenha negado a existência de Deus, era um crítico severo de qualquer religião revelada, Na Alemanha, os trabalhos de deístas ingleses desempenharam papel significativo no surgimento da Alta Crítica na segunda metade do século. Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781), escritor e dramaturgo alemão, publicou, entre 1774 e 1778, sete fragmentos de *Apologia ou Defesa âos Adoradores Racionais de Deus*, livro inédito de Herman Samuel Reimams (1694-1768). Os fragmentos apresentavam conhecidos argumentos deístas contra uma revelação sobrenatural. Lessing argumentava que os registros históricos, inclusive os registros bíblicos de milagres, só tinham fidedignidade relativa, e que as verdades da razão não podiam ser comprovadas pela história. O próprio Lessing não negava inteiramente a revelação, mas em sua obra A *Educação da Raça Humana*, publicada em 1780, comparou a revelação à educação. Assim como a educação nos ajuda a compreender as coisas mais rapidamente do que faríamos por conta própria, assim a revelação nos ensinaria verdades que podíamos descobrir por nossa razão. Quando a razão tiver sido aperfeiçoada, a revelação ► se tornaria supérflua. .

D. *Desenvolvimento Contemporâneo*

A doutrina da revelação e inspiração emergiu como uma questão crucial no debate teológico dos dois últimos séculos. Uma torrente interminável de literatura sobre esses assuntos, às vezes calma, às vezes turbulenta, desafia os cristãos, Não se pode negar que a fé na revelação e na inspiração divinas, bem como na fidedignidade e autoridade da Escritura, esteja sendo corroída de diversas maneiras.

Numa reação à abordagem racionalista do século 18, Friedrich Schleiermacher (1768-1834) postulou o sentimento de absoluta dependência de Deus como a base da fé cristã. Definiu a ideia da revelação como "a originalidade do fato que jaz na base de uma comunhão religiosa", mas foi relutante em aceitar sua operação cognitiva, pois "isso faria a revelação ser origínalmente e essencialmente doutrina" (Schleiermacher, 50). Para ele, a inspiração só possuía significado subalterno. Limitou claramente ao NT a autoridade da Escritura para formular doutrina. A experiência religiosa, e não a Escritura, tornou-se o critério para julgar verdades e valores espirituais. O foco da teologia deslocou-se cada vez mais do transcendente para o imanente.

A teologia liberal ou moderna do século 19, com sua ênfase antropocêntrica, combinava muitas vezes uma vigorosa crença no progresso humano com uma atitude critica para com o chamado dogmatismo e a bibliolatria. De acordo com essa teologia, a Bíblia não pode ser equiparada à Palavra de Deus; ela apenas contém as palavras de Deus. A Escritura não é tanto a revelada Palavra de Deus quanto o registro singular das experiências religiosas com Jesus Cristo na qualidade de manifestação suprema da consciência divina ou o mais elevado exemplo moral.

Os rápidos avanços na ciência e na tecnologia reforçaram a crença no progresso humano. Em consequência dos escritos de Charles Lyell (1797-1875) e Charles Darvvin (1809-1882), as teorias do uniformismo geológico e da evolução biológica minaram a fé de muitos na facticidade dos relatos do Gênesis sobre a criação, a queda e um dilúvio universal. Devido ao que alegavam ser os garantidos resultados da crítica histórica e literária, foi reduzida também a confiança na fidedignidade da história bíblica, na exatidão do seu texto e na autenticidade da autoria de muitos dos seus livros, Os proponentes

da metodologia crítica, cujas pressuposições excluíam revelações ou intervenções sobrenaturais, como profecias preditivas ou milagres, estudavam a Bíblia como se fosse um livro qualquer, colocando-a no mesmo nível de qualquer outra literatura antiga.

Os conceitos de revelação e inspiração foram reinterpretados para se ajustarem à nova teologia. Albrecht Ritschl (1822-1889), na Alemanha, definiu revelação como a manifestação do ideal divino para o homem na pessoa de Jesus de Nazaré. J. Frederick Denison Maurice (1805-1872), na Inglaterra, compreendeu-a como um desvendamento imediato de Deus à alma. Para Ernest Troeltsch (1865-1923), principal representante da escola de história das religiões e do método histórico-crítico, nenhuma revelação divina pode ser considerada absoluta, por causa da relatividade histórica de todos os acontecimentos. Troeltsch salientou que os dados históricos, inclusive os fatos bíblicos, precisam ser avaliados pelo princípio da analogia, o que significa que só é possível aceitar acontecimentos passados como prováveis se forem análogos a acontecimentos presentes. Avaliados por esse princípio da crítica histórica, muitos acontecimentos bíblicos, como a encarnação, o nascimento virginal e a ressurreição de Cristo, não poderíam ser considerados históricos.

Duas guerras mundiais na primeira metade do século 20 desmontaram todos os sonhos de progresso humano e expuseram a precariedade da teologia prevalecente com sua ênfase na imanência divina. Karl Barth (1886-1968) iniciou uma revolta contra essa teologia. Ele e outros teólogos, como Rudolf Bultmann (1884-1976) e Emil Brunner (1889-1966), enfatizaram o Deus transcendente como "totalmente outro". Barth desenvolveu uma teologia da Palavra, segundo a qual Deus profere Sua palavra decisiva em Jesus Cristo, que é a única revelação no verdadeiro sentido. A Escritura e a palavra pregada são apenas testemunhos da revelação, mas Deus em Sua graça dirige-Se a nós por meio delas.

Embora os teólogos neo-ortodoxos concedam em sua teologia lugar central à revelação, ainda assim consideram a Escritura apenas um testemunho humano falível dessa revelação. A exemplo de seus predecessores liberais, eles conservaram o método crítico-histórico como essencial ao estudo e à interpretação da Escritura e rejeitaram ou reinterpretaram conceitos como autoridade bíblica, inspiração e verdade. Brunner ensinava que a verdade consiste em um encontro Eu-Tu, e não em declarações proposicionais.

Em face dos apelos por renovação e mudança radical na compreensão da revelação e da inspiração, muitos eruditos de diferentes denominações recorreram ao ensino da própria Escritura. Eles defenderam que o conceito de revelação inclui todas as formas de manifestação e comunicação sobrenatural encontradas na Bíblia, até mesmo em atos e palavras divinos. Esse ponto de vista foi apresentado em grande parte por Gari F. H. Henry (1913-2003) em *God, Revelation, and Authority*, exaustiva obra em seis volumes (1976-1983). Os teólogos evangélicos do século 20 sustentam, de maneira geral, a inspiração plena e verbal e a inerrância da Bíblia, embora não haja entre eles consenso quanto ao exato significado desses termos. Apesar disso, alguns eruditos evangélicos, como Clark H. Pinnock (1937-2010), sentem-se pouco à vontade com esses conceitos.

A despeito da influência da teologia liberal moderna, da crítica bíblica e das teorias evolutivas, a Igreja Católica Romana adotou, no século 19, uma posição bastante conservadora no tocante à doutrina da revelação e inspiração. As encíclicas papais, rejeitando a posição modernista, saíram em defesa das posturas católicas tradicionais, conforme sistematizadas pelo Concilio de Trento, Essa posição,

porém, mudou dramaticamente durante a última metade do século. Desde que Pio XII publicou a encíclica *Divino Ajflante Spiritu,* em 1943, eruditos católicos se deslocaram rapidamente para a vanguarda da erudição bíblico-crítica. Isso ocasionou grande diversidade de teorias a respeito de revelação e inspiração, como se evidencia do trabalho de Avery Dulles, *Models of Revelation,* publicado em 1983. Durante sua quarta e última assembléia, o Concilio Vaticano II promulgou a "Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina", onde se destaca que o próprio Deus deve ser considerado o objeto da revelação em Suas obras e palavras, as quais se acham intrinsecamente associadas entre si. "A verdade mais acolhedora que essa revelação nos dá sobre Deus e a salvação do homem irradia de Cristo, que é tanto o mediador como a soma total da revelação" (Flannery, 751). Essa constituição defendeu a postura adotada no Concilio de Trento, de que "tanto a Escritura como a tradição devem ser aceitas e honradas com o mesmo sentimento de devoção e reverência" (ibid., 755).

Alguns protestantes estão migrando para mais perto da posição católica, Até mesmo eruditos evangélicos começaram a imprimir grande ênfase ao consenso e à autoridade da tradição cristã. Parece inevitável que isso conduza a uma redução do *sola Scríptura,* regra que durante muitos séculos se manteve como o princípio fundamental do protestantismo.

E. Concepção Adventista

Desde as suas primeiras publicações, os adventístas do sétimo dia afirmaram aceitar a Bíblia como a inspirada Palavra de Deus. Em um pequeno panfleto intitulado A *Word to the "Little Flock",* publicado em 1847, Tiago White declarou sucintamente: “A Bíblia é uma revelação perfeita e completa. Ela é nossa única regra de fé e prática" (13). Apesar disso, durante muitos anos quase não se discutiu revelação e inspiração nas publicações denominacíonais.

Em 1874, George Ide.Butler (1834-1918), então presidente da Associação Geral, propôs em uma série de artigos na *Advent Review and Sabbath Heralã* a teoria de graus de inspiração. Embora tenha desfrutado de popularidade por curto período de tempo, esse conceito não encontrou aceitação permanente entre os adventístas do sétimo dia. Tampouco o conceito de inspiração verbal ou mecânica. Já os conceitos de inspiração plena e conceituai foram amplamente aceitos, mas a igreja nunca formulou uma doutrina exata sobre inspiração ou revelação. Por mais de 100 anos, os adventístas repetiram e refinaram as convicções adotadas por seus pioneiros em declarações de crenças fundamentais.

A última declaração de crenças fundamentais, adotada pela Associação Geral dos Adventístas do Sétimo Dia durante sua assembléia quinquenal em St. Louis, Missouri, em 2005, reza que o único Deus - Pai, Filho e Espírito Santo - “é infinito e além da compreensão humana, mas é conhecido por meio de Sua autorrevelação” (Crença n° 2). Essa autorrevelação da Divindade encontrou sua expressão mais completa na encarnação do Filho, o Verbo feito carne. "Por meio dEle foram criadas todas as coisas, é revelado o caráter de Deus, efetuada a salvação da humanidade e julgado o mundo” (Crença n° 4).

Contudo, é mediante as Escrituras, iluminadas pelo Espírito Santo, e pela proclamação da igreja que a revelação de Deus é comunicada ao mundo. A primeira das crenças fundamentais é sintetizada nestas palavras: "As Escrituras Sagradas, o Antigo e o Novo Testamento, são a Palavra de Deus escrita, dada por inspiração divina por intermédio de santos homens de Deus que falaram e escreveram ao serem movidos pelo Espírito Santo. Nessa Palavra, Deus transmitiu ao homem o conhecimento necessário

para a salvação. As Escrituras Sagradas são a infalível revelação de Sua vontade. Constituem o padrão de caráter, a prova da experiência, o autorizado revelador de doutrinas e o registro fidedigno dos atos de Deus na história."

VIL Comentários de Ellen G. White

A. *Introdução*

Embora Ellen White não reivindique ser teóloga, seus escritos dão evidência de profundo discernimento teológico. Isso acontece príncipalmente com os assuntos que envolvem revelação, inspiração e Escritura. Ela trata desses temas ao longo de sua obra, mas suas discussões mais extensas se encontram na última metade de seus escritos, desde cerca de 1880 até 1915. Sua maior e mais persistente preocupação era exaltar Cristo como a suprema revelação de Deus e persuadir seus leitores a aceitar a Escritura como a inspirada, infalível e autorizada Palavra de Deus. Ela considera a Bíblia a revelação do caráter de Deus, o registro confiável do trato de Deus com a humanidade e o padrão infalível de fé e doutrina.

B. Revelação

De acordo com Ellen White, o verdadeiro conhecimento de Deus é essencial como "0 fundamento de toda verdadeira educação e de todo serviço verdadeiro", "tanto para esta como para a futura existência". Portanto, "cumpre-nos conhecê-Lo tal como Ele Se revela a Si mesmo" (CBV, 409). Ela reconhece que Deus Se revelou de diversas formas. Fala do "Deus vivo, conforme é revelado em Sua Palavra, em Cristo e nas obras da criação" (GC, 583). Isso não significa que considerasse as diferentes revelações como tendo a mesma clareza ou suficiência.

Ellen White escreve com frequência sobre a revelação de Deus em Suas obras criadas. Inicia 0 capítulo intitulado "Deus na natureza" com esta afirmação: "Em todas as coisas criadas veem-se os sinais da Divindade. A natureza testifica de Deus. A mente sensível, levada em contato com o milagre e mistério do Universo, não poderá deixar de reconhecer a operação do poder infinito" (Ed, 99). Seguindo o mesmo estilo, explica que "Deus ligou a Si nosso coração por inúmeras provas no Céu e na Terra. Pelas obras da natureza, e os mais profundos e ternos laços terrestres que pode imaginar 0 coração humano, procurou Ele Se revelar a nós". Mas se apressa em acrescentar: "No entanto, estas coisas só muito ímperfeitamente representam o Seu amor" (CC, 10).

Embora fale muitas vezes sobre a reve-^a lação do amor, da sabedoria e do poder de Deus na natureza num tom magnificente, Ellen White ressalta que depender somente desse tipo de revelação tende a levar os seres humanos para a idolatria ou para o ceticismo, em vez de para o conhecimento e a adoração do único Deus verdadeiro. Segundo ela, isso se deve ao fato de o pecado ter causado duas grandes alterações: uma no relacionamento da humanidade com Deus, e a outra na própria natureza. Se, por um lado, seres humanos separados de Deus pelo pecado não conseguem "discernir 0 caráter de Deus em Suas obras", por outro, a natureza, desfigurada pela maldição do pecado, "não é capaz de dar senão um testemunho imperfeito do Criador" e "não consegue revelar a perfeição de Seu caráter" (T8, 256). Por conseguinte, estribados apenas na sabedoria humana, "os homens colhem das obras criadas um conhecimento imperfeito de Deus; mas esse conhecimento [...] tende a tornar os homens idólatras. Em sua cegueira, eles exaltam a natureza e as leis da natureza acima do Deus da natureza" (ibid., 257).

Os seres humanos, com a mente obscurecida pelo pecado e o coração alienado de

Deus, precisam de uma revelação pessoal do caráter divino. Deus satisfez essa necessidade em Jesus Cristo. “Gomo ser pessoal, Deus Se revelou em Seu Filho”, pois ‘Viu Deus que uma revelação mais clara do que a natureza era necessária para retratar-Lhe a personalidade e o caráter” (ibid., 265). Essa revelação é suficiente, pois “tudo quanto o homem precisa saber ou pode saber de Deus foi revelado na vida e caráter de Seu Filho” (ibid., 286), afirma Ellen White, citando João 1:18, A ênfase em Cristo como a revelação suficiente do caráter e da personalidade de Deus é constante em todos os seus escritos, Essa revelação do amor de Deus pelo homem em Jesus Cristo “centraliza-se na cruz. A língua não pode exprimir Sua inteira significação, a pena é impotente para descrever, incapaz a mente humana de a penetrar” (ibid., 287; CBV, 423).

Embora os escritos de Ellen White deem grande ênfase a Cristo como a suprema revelação de Deus, não deixam de confirmar a legitimidade das revelações dadas aos patriarcas, profetas e apóstolos, e por intermédio deles. Não resta dúvida de que ela reconhece as Escrituras como parte essencial da revelação divina. Em um artigo intitulado “Cristo Revelou o Pai”, ela escreveu: “Jesus havia comunicado o conhecimento de Deus aos patriarcas, profetas e apóstolos. As revelações do Antigo Testamento foram indubitavelmente desdobradas no evangelho, o desvendamento do propósito e da vontade do infinito Pai” (RH, 7/1/1890). Para Ellen White, a revelação divina é um conceito bastante abrangente, como se percebe, por exemplo, no parágrafo a seguir:

“O Antigo Testamento derrama luz sobre o Novo, e o Novo sobre o Antigo. Cada qual é uma revelação da glória de Deus, em Cristo. Cristo, conforme foi manifestado aos patriarcas, conforme foi simbolizado no serviço dos sacrifícios, descrito na lei, e revelado pelos profetas, é a riqueza do Antigo Testamento. Cristo em Sua vida, morte e ressurreição; Cristo, conforme é manifesto pelo Espírito Santo, é o tesouro do Novo. Tanto o Antigo como o Novo Testamento apresentam verdades que revelarão continuamente novas profundezas de sentido ao dedicado pesquisador” (CPPE, 462, 463).

Apelando para o registro bíblico, Ellen White estabelece uma estreita relação entre o dom profético concedido aos patriarcas e profetas e as visões e sonhos. Comentando o episódio em que Miriã e Arão desafiam Moisés, ela escreve: “Sua pretensão [deles] ao dom profético não foi negada; podia ser que Deus lhes tivesse falado em visões e sonhos. Mas a Moisés, a quem o Senhor mesmo declarou ‘fiel em toda a Minha casa’, uma comunhão mais íntima fora concedida" (PP, 385). Em vez de tentar apresentar uma detalhada explicação do processo de revelação divina por meio de sonhos e visões, a autora destacou apenas que os sonhos proféticos eram distintos dos sonhos comuns e das visões e dos sonhos inspirados por Satanás. “Os sonhos do Senhor, porém”, escreveu ela, “são classificados na palavra de Deus no mesmo nível das visões, sendo tão verdadeiramente fruto do Espírito de Profecia quanto essas. Esses sonhos, levando-se em conta as pessoas que os tiveram e as circunstâncias em que foram dados, contêm em si mesmos as provas de sua autenticidade” (Tl, 569-570).

C. *Escritura e Inspiração*

O fato de realçar Cristo como o Autor e a culminância da revelação divina não leva Ellen White a negar o papel crucial desempenhado pelas Sagradas Escrituras como revelação vinda de Deus. Para ela, “toda a Bíblia é uma revelação da glória de Deus em Cristo" (T8, 319). Aqueles que, pela sua própria experiência viram, ouviram e sentiram o poder de Cristo, podem testificar: “Necessitava de auxílio, e encontrei-o em Jesus. Toda necessidade foi suprida, a fome

de minha alma foi satisfeita; e agora a Bíblia é para mim a revelação de Jesus Cristo, [..,] [Creio na Bíblia] porque achei que ela é a voz de Deus falando ã minha alma" (ibid., 321; CC, 112).

A escritora percebe uma importante analogia entre a encarnação de Cristo, o Verbo eterno, e o processo de escrita da Palavra de Deus na Bíblia. Na introdução bastante instrutiva de O *Grande Conflito,* ela declara: 'A Escritura Sagrada, com suas divinas verdades, expressas em linguagem de homens, apresenta uma união do divino com o humano. União semelhante existiu na natureza de Cristo, que era o Filho de Deus e Filho do homem. Assim, é verdade com relação à Escritura, como o foi em relação a Cristo, que o Verbo Se fez carne e habitou entre nós (Jo 1:14)" (GC, vi; cf. "O Verbo Feito Carne" em T5, 746-749).

Embora reconheça que as Escrituras são tanto humanas como divinas, Ellen White rejeita taxativamente qualquer teoria de inspiração parcial ou graus de inspiração. Alguns líderes denominacionais, na. década de 1880, sugeriram que certas partes da Bíblia eram divinamente inspiradas, enquanto outras apresentavam apenas pensamentos humanos. Ellen White reagiu contra essas idéias em cartas pessoais e em publicações. Em um argucioso capítulo intitulado "Os Mistérios da Bíblia: Prova de sua Inspiração" (T5, 698-711), ela discute demora damente as dificuldades e mistérios das Escrituras incapazes de ser total mente resolvidos ou compreendidos pela razão humana. A escritora tem consciência de que "os céticos apresentam insistentemente as dificuldades da Escritura como argumento contra a Bíblia", mas afirma que "tais dificuldades é que constituem forte evidência de sua inspiração divina". Se, por um lado, a Bíblia "desvenda a verdade com uma simplicidade e uma tão perfeita adaptação às necessidades e aos anseios do coração humano", por outro, "subjacentes as essas verdades tão facilmente compreendidas acham-se mistérios que são o esconderijo de Sua glória - mistérios que subjugam a mente que os investiga, ao mesmo tempo que inspiram reverência e fé ao sincero investigador da verdade. Quanto mais ele pesquisar a Bíblia, tanto mais profunda será sua convicção de ser ela a Palavra do Deus vivo, e a razão humana se curva perante a majestade da revelação divina" (ibid., 700),

Nas últimas páginas do mesmo capítulo, ela adverte contra "pontos de vista que não têm a sanção do Espírito nem da Palavra de Deus". Afirma que, "quando homens, limitados por fraquezas humanas [...], intentam acusar publicamente a Palavra de Deus e pronunciar sentença sobre o que é divino e o que é humano estão trabalhando sem o conselho de Deus (ibid., 709). Incentiva os crentes a deixar que "permaneça a Palavra de Deus exatamente tal qual é". "Que nenhuma sabedoria humana se arrogue no direito de diminuir a força de uma só declaração das Escrituras" (ibid., 711).

A união do divino e do humano nas Escrituras é o resultado da operação do Espírito Santo sobre seres humanos escolhidos. Afirma Ellen White: "O Ser infinito, por meio de Seu Santo Espírito, derramou luz no entendimento e coração de Seus servos. Deu sonhos e visões, símbolos e figuras; e aqueles a quem a verdade foi assim revelada concretizaram os pensamentos em linguagem humana" (GG, v). Em outra parte, ela explica mais detalhadamente: "Não são as palavras da Bíblia que são inspiradas, mas os homens é que o foram. A inspiração não atua nas palavras do homem ou em suas expressões, mas no próprio homem, que, sob a influência do Espírito Santo, é possuído de pensamentos. As palavras, porém, recebem o cunho da mente individual. A mente divina é difusa. A mente divina, bem como Sua vontade, é combinada com

a mente e a vontade humanas; assim, as declarações do homem são a Palavra de Deus" (MEl, 21). O Espírito Santo não ignorou a individualidade dos diferentes escritores. Pelo contrário, "os livros da Bíblia oferecem um singular contraste de estilos e uma variedade de formas dos assuntos expostos. A fraseologia dos diferentes escritos diverge, expondo uns os mesmos fatos com maior clareza do que outros" (GG, vi). Visto que a "Bíblia não nos é dada em elevada linguagem sobre-humana", mas "na linguagem dos homens", sua linguagem está sujeita à humana imperfeição. Ela declara enfaticamente que a "Bíblia foi dada para fins práticos" e que Deus "não Se pôs à prova na Bíblia em palavras, em lógica, em retórica" (MEl, 20, 21). Chega até mesmo a admitir a possibilidade ou probabilidade de existirem alguns erros resultantes do processo de cópia e tradução da Bíblia (ibid., 16).

Mas todas essas coisas não fornecem pretexto para ninguém se assentar como juiz das Escrituras. Ellen White proferiu repetidas vezes enérgicas advertências contra os efeitos desastrosos de criticara Bíblia, como neste exemplo: "A obra da alta crítica', em dissecar, conjecturar, reconstruir, está destruindo a fé na Bíblia como uma revelação divina. Está roubando a Palavra de Deus de seu poder de controlar, erguer e inspirar vidas humanas" (AA, 474).

Segundo ela, um dos mais importantes efeitos da inspiração é o fato de os escritores inspirados serem completamente honestos no que escreviam. Ela ressaltou esse ponto no artigo "Biografias Bíblicas", publicado originalmente em 1876 (ST, 24 de fevereiro) e depois de forma mais permanente (T4, 9-15). Embora os críticos da Bíblia aleguem que muitas narrativas históricas da Escritura não podem ser aceitas como história factual, Ellen White assegurou em termos enfáticos: "As vidas relatadas na Bíblia são histórias autênticas de pessoas reais. Desde Adão, passando pelas sucessivas gerações, até o tempo dos apóstolos, temos uma narração clara, ao natural, do que realmente ocorreu, e a genuína experiência de personagens verídicos". Comentando o fato de serem as páginas da história sagrada obscurecidas pelo relato de fragilidades e imperfeições humanas, explicou: "Os escribas de Deus escreveram segundo lhes foi declarado pelo Espírito Santo, não tendo eles próprios controle sobre o trabalho. Registraram a verdade literal, e fatos severos, repugnantes, são revelados por motivos que nossa mente finita não pode compreender plenamente." Para ela, a maneira como apresentam a verdade sem paliativos "é uma das melhores provas da autenticidade das Escrituras" (ibid., 9).

No entanto, a inspiração da Escritura não se manifesta apenas no registro do pecado e da rebelião humana, mas também nas maravilhosas revelações do perdão e da misericórdia divina. "A história bíblica sustém o coração desfalecido com a esperança da misericórdia de Deus. [...] As palavras da Inspiração confortam e animam a alma errante" (ibid., 15). "A mais elevada evidência da autoria divina da Bíblia", segundo Ellen White, é o poder transformador na mente e no coração, quando contemplamos "as grandes coisas da Palavra de Deus". "Essa mudança é, em si mesma, o milagre dos milagres. Uma mudança operada pela Palavra é um dos mais profundos mistérios dessa Palavra, Não o podemos compreender; apenas podemos crer, como declaram as Escrituras, que *é Cristo em vós, a esperança da glória' (Cl 1:27)" (Ed, 171, 172).

Através de todos os seus escritos, Ellen White enfatizou a importância do estudo pessoal da Bíblia. "A Bíblia é a voz de Deus falando a nós, tão certamente quanto podemos ouvir com nossos ouvidos"; portanto, a leitura e a contemplação das Escrituras devem ser "consideradas uma audiência com o Infinito" (ST, 4/4/1906). No capítulo intitulado "Nossa Única Salvaguarda"

(GC, 593-602), ela afirma que “o primeiro e mais elevado dever de todo ser racional é aprender das Escrituras o que é a verdade" (ibíd., 598). Profundamente preocupada em que os cristãos não fossem enganados por doutrinas errôneas que minassem a confiança deles nas Escrituras, Ellen White insistia para que o estudo das Escrituras fosse “crítico e completo, realizado com mansidão e sinceridade de propósito, para conhecer a verdade como ela é em Jesus" (RH, 24/4/1888). Como os reformadores protestantes, ela acreditava ser privilégio e dever de todos os crentes, letrados ou iletrados, estudar a Bíblia por si «S mesmos. No artigo “Todos Devem Entender a Bíblia", declara que a “Bíblia e a alma foram feitas uma para a outra, e, por meio da ação da Palavra e do Espírito Santo, Deus move o coração". Acrescenta depois que "a Bíblia se destina a todas as pessoas, de todas as classes sociais, de todos os climas e tempos" (ST, 20/8/1894). Todos deveríam saber, por si mesmos, as condições pelas quais a salvação foi provida.

VIII. Literatura

Berkouwer, G. C. *Holy Scrípture.* Studies in Dogmatics. GrandRapids: Eerdmans, 1975.

BurtchaelI, James T. *Catholic Theories of Biblical Inspiration Since 1810: A Review and Critique.* Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

Carson, D. A,, e John D. Woodbridge, eds. *Scrípture anã Truth.* Grand Rapids: Zondervan, 1983,

Demarest, Bruce A. *General Revelation: Historical Views anã Contemporary Issues.* Grand Rapids: Zondervan, 1982.

Denzinger, Henry, *The Sources of Catholic Dogma.* Londres: Harder, 1957.

Dulles, Avery. *Models of Revelation.* Maryknoll: Orbis, 1992.

---------- , *Revelation Theology: A History.* Nova York: Seabury, 1969.

Flannery, Austin P., ed, *Documents ofVatican II.* Grand Rapids: Eerdmans, 1975.

Forstman, LI. Jackson, *Word and Spirít: Calvins Doctrine of Bihlical Authority,* Stanford: Stanford University Press, 1962.

Greenslade, S. L., ed, *The Cambridge History of lhe Bible: The West From the Reformation to the Presenl Day.* Cambridge: Cambridge University Press, 1963.

Henry, CarI F. H. *God, Revelation, andAuthority. 6* vols. Waco: Word, 1976-1983.

---------- -, ed. *Revelation and the Bible: Contemporary Evangelical Thought.* Grand Rapids: Baker, 1959.

Holbrook, Frank, e Leo Van Dolson, eds. *Issues in Revelation and Inspiration.* AdventistTheological Society, Occasíonal Papers, 1. Berríen Springs: Adventist Theological Society Publications, 1992.

Latourelle, René. *Theology of Revelation.* Nova York: Alba House, 1966.

Marshall, I. Howard. *Biblical Inspiration.* Grand Rapids: Eerdmans, 1982.

McDonald, H. D. *Ideas of Revelation: An Historical Study 1700 to 1860.* Londres: Macmíllan, 1959.

---------- . *Theories of Revelation: An Historical Study 1860-1960.* Londres: George Allen and Unwin, 1963.

Pache, René. *The Inspiration and Authority of Scrípture.* Chicago: Moody, 1969.

Polman, A. D. R. *The Word ofGodAccorãing to St. Augustine.* Trad. A. J. Pomerans. Grand Rapids: Eerdmans, 1961.

Ramm, Bernard. *Special Revelation and the Word of God.* Grand Rapids: Eerdmans, 1961.

Sanday, William. *Inspiration.* Bampton Lectures for 1893. Londres: Longmans, Green, and Co., 1893.

Schleiermacher, Fríedrich. *The Christian Faith,* Ed. H. R. Mackintosh ■ e J. S. Stewart. Edinburgh: T. & T. Clark, 1928,

Thompson, Alden. *Inspiration: Hard Questions, Honest Armvers.* Hagerstown; Review and Herald, 1991.

Trembath, Kern R. *Eimtgelical Theories qf Bihlical Inspiration: A Revieiv and Proposal.* Nova York; Oxford University Press, 1987.

Van Bemmelen, Peter M. *Is sues in Bihlical Inspiration: Sanday and Warfield.* Berrien Springs: Andrews University Press, 1988.

Warfield, Benjamin B. *The Inspiration and Authority of the Bihle.* Philadelphia: Presbyterian and Reformed, 1948.

Weeks, Noel. *The Sitfficiency of -Scripture.* Edinburgh: Banner of Truth Trust, 1988.

Wenham, John. *Christ and the Bihle.* Londres; Tyndale, 1972; Downers Grove: InterVarsity, 1973.

Whitaker, William. *A Disputation on Holy Scripture.* Parker Society. Cambridge: Cambridge University Press, 1849.

3
Interpretação Bíblica

Richard M. Davidson

Introdução

Deus concedeu aos profetas uma revelação de Sua Pessoa e vontade em declarações específicas da verdade, depois inspirou os escritores bíblicos, por meio do Seu Espírito, a registrar a revelação divina como a fidedigna e autorizada Palavra de Deus. O Espírito também ilumina a mente daqueles que procuram entender e interpretar a revelação divina.

Interpretar a Escritura é necessário não somente por causa da finitude da mente humana em contraste com a infinitude do Deus que Se revela, mas também por causa do obscurecimento da mente humana pelo pecado. O processo interpretativo também se faz necessário devido ao nosso distanciamento dos autógrafos bíblicos nos aspectos de tempo, espaço, língua e cultura.

O estudo dos princípios e procedimentos básicos para interpretar a Bíblia de maneira fiel e precisa chama-se hermenêutica [I. II.] bíblica. A tarefa dessa disciplina é compreender o que pretenderam comunicar os escritores humanos e o Autor divino da Escritura, bem como a maneira correta de aplicar a mensagem bíblica à humanidade do nosso tempo.

O objetivo principal de quem interpreta a Bíblia é fazer a aplicação prática de cada passagem à sua própria vida. O intérprete tem que procurar descobrir como fazer a aplicação pessoal de cada passagem. Enfim, as Escrituras devem ser lidas e aceitas como se tivessem sido dirigidas pessoalmente ao intérprete. Elas são a viva e ativa Palavra de Deus falando à alma.

Este capítulo trata primeiro dos princípios fundamentais e das diretrizes específicas da interpretação da Escritura, seguidos de um breve histórico da hermenêutica bíblica.

I. Interpretando a Palavra de Deus
A. Revelação-Inspiração-Ilum inação
B.A Necessidade da Interpretação
C. Hermenêutica: Definição e Abrangência
II. Princípios Fundamentais de Interpretação Bíblica
A. A Bíblia e a Bíblia Somente
1. A Primazia da Escritura
2. A Suficiência da Escritura
B.A Totalidade da Escritura
1. União Inseparável do Divino e do Humano
2. A Bíblia é (e não Apenas Contém) a Palavra de Deus
C. A Analogia da Escritura
1. "A Escritura é sua Própria Intérprete”
2. A Harmonia da Escritura
3. A Clareza da Escritura
D, "Coisas Espirituais se Discernem Espíritualmente"
1. O Papel do Espírito Santo
2. A Vida Espiritual do Intérprete
III. Diretrizes Específicas Para a Interpretação da Escritura
A. Texto e Tradução
1. Estudos Textuais
2. Traduções e Versões
B.Contexto Histórico
1. A Bíblia como História Confiável

2. Questões de Introdução
3. Contexto Histórico
4. Aparentes Discrepâncias com Descobertas da História Secular
5. Aparentes Discrepâncias entre Relatos Bíblicos Paralelos
C. Análise Literária
1. Limites da Passagem
2. Tipos Literários
3. Estrutura Literária
D. Análise Verso por Verso
"► 1. Gramática e Sintaxe
2. Estudo de Termos
E. Análise Teológica
1. Métodos de Estudo Teológico
2. Passagens Teológicas Problemáticas
3. As Escrituras Apontando para Além de si Mesmas
E Aplicação Contemporânea
1. Escritura como Transcultural e Transtemporal
2. Controles Escriturísticos para Determinar Permanência
3. Personalizando a Escritura
IV. História da Hermenêutica Bíblica
A. A Hermenêutica Internada Bíblia
B. A Primitiva Hermenêutica Bíblica Judaica
1. Exegese Escribal Antes de 70 d.C.
2. Interpretação Rabínica Posterior
3. Tradições Não Escribais: Qumran
4. Tradições Não Escribais: Filo de Alexandria
C. Hermenêutica dos Primeiros Cristãos
I. Os Primeiros Pais da Igreja
2. Hermenêutica Alexandrina
3. Hermenêutica Antioquense
D. Hermenêutica Medieval
E. Hermenêutica da Reforma e Método G ra m áti c o H is tórico
F. Hermenêutica do Iluminismo e Método Crítico-Histórico
1. Desenvolvimento Histórico
2. Pressupostos da Crítica Histórica
3. Procedimentos da Crítica Histórica
4. Outras Abordagens Críticas
G. Dois Métodos Hermenêuticos Comparados
H. Hermenêutica Baseada na Bíblia no Movimento do Advento
V. Comentários de Ellen G. White
A. Interpretação Bíblica
B,O Papel do Espírito Santo na Interpretação Bíblica
C. Diretrizes Específicas para a Interpretação Bíblica
1. Texto e Tradução
2. Contexto Histórico
3. Análise Literária
4. Análise Verso por Verso
5. Análise Teológica
6. Tipologia, Simbolismo e Parábolas
7. Aplicação Contemporânea
D, História da Interpretação Bíblica
1. Hermenêutica Rabínica
2. Hermenêutica Medieval
3. Hermenêutica Reformada
4. Alta Crítica
5. Hermenêutica Mileríta
VI. Literatura

I. Interpretando a Palavra de Deus

A. *Revelação-Insypiração-Iluminação*

A doutrina da revelação-inspiração é fundamental para todo o empreendimento da interpretação bíblica (ver Revelação/ Inspiração, especialmente IV eV). De acordo com o registro bíblico, Deus concedeu aos profetas uma revelação de Sua pessoa e vontade em declarações específicas da verdade (Hb 1:1). Pela inspiração do Espírito, capacitou Seus profetas a comunicar a revelação divina como a fidedigna e autorizada Palavra de Deus (2Tm 3:15, 16; 2Pe 1:19-21). O mesmo Espírito que inspirou os profetas foi prometido para iluminar a mente daqueles que procuram entender o significado da revelação divina (Jo 14:26; 10o 2:10-14).

jB. A *Necessidade de Interpretação*

A mensagem da Bíblia não é secreta nem obscura, a ponto de exigir alguma chave esotérica externa para desvendar-lhe os mistérios. A Escritura foi dada por Deus como uma revelação para toda a humanidade. Seres humanos finitos, porém, são incapazes de, por sua própria conta, compreender a mente do Ser Infinito (Jó 11:7-9; Is 55:8, 9; Ec 3:11; Rm 11:33, 34). Além disso, o pecado obscureceu e chegou até a cegar o entendimento dos seres humanos (Rm 1:21; Ef 4:18; Jo 9:39-41), de modo que estes são incapazes de, por iniciativa própria, interpretar corretamente a Palavra de Deus, Por causa desse problema humano de compreensão, Deus forneceu na própria Escritura as chaves que explicam seu significado, bem como o Espírito Santo para guiar o estudante na verdade bíblica (Jo 16:13). Depois da ressurreição, o próprio Jesus, na estrada para Emaús, "expunha-lhes *[diermeneuõ,* 'interpretava'] o que a Seu respeito constava de todas as Escrituras" (Lc 24:27).

Já nos tempos do Antigo Testamento, os sacerdotes e levitas tinham a responsabilidade de ensinar a Palavra de Deus ao povo (Lv 10:11; Dt 33:10; Ml 2:7) e interpretar a lei do Senhor em diferentes situações (Dt 17:8-11; Ez 44:23, 24). Nos dias de Es-
S> dras e Neemias, os levitas "leram no livro, na lei de Deus, claramente, dando explicações, de maneira que entendessem o que se lia" (Ne 8:8). Isso significava traduzir do hebraico para o aramaico, língua mais familiar, e explicar o significado para os recém-retornados do exílio.

E bastante claro o testemunho do NT de que interpretar a Escritura é tarefa de toda a igreja, e não apenas de uns poucos especialistas (ver At 17:11; Ef 3:18, 19; 5:10, 17). Filipe interpreta o significado de Isaías 53 para o eunuco etíope (At 8:30, 31). O apóstolo Paulo instrui Timóteo a se certificar de que "maneja bem" (*orthotomeõ*, "cortar corretamente") ou "manuseia corretamente" (NASB) a Palavra de Deus (2Tm 2:15). Em 2 Coríntios 2:17, Paulo afirma não ser igual a muitos que "falsificam" (ARG) a palavra de Deus. A palavra grega usada aqui é *Impêlenõ,* "mascatear", uma alusão aos mascates, que se utilizavam de truques tão enganosos que o termo veio a significar "falsificar", em algumas versões. A existência desses falsificadores e corruptores da Palavra aponta para a necessidade de uma interpretação cuidadosa.

Interpretar as Escrituras atualmente também é uma necessidade devido à nossa distância dos autógrafos bíblicos em termos de tempo, distância e cultura, O cânon bíblico se encerrou há quase 2 mil anos. Muitos de nós vivemos geograficamente muito distantes do lugar em que a Bíblia foi escrita. Mesmo os habitantes atuais do Oriente Médio vivem numa cultura muito diferente daquela dos tempos bíblicos.

Línguas diferentes — como hebraico, aramaico e grego bíblicos — exigem tradução e interpretação. Diferentes costumes sociais; diferentes instituições civis, militares e políticas; diferentes condições econômicas e tecnológicas; diferentes padrões de pensamento - todas essas coisas requerem um processo hermenêutico.

C. *Hermenêtitica: Definição e Abrangência*

O termo grego traduzido por "expor", em Lucas 24:27, é *diermêneuõ (dia+hermêneuõ),* relacionado com a palavra portuguesa "hermenêutica". Hermenêutica é a ciência da interpretação. A hermenêutica bíblica é o estudo dos princípios e procedimentos básicos que visam à fiel e coerente interpretação da Palavra de Deus. A partir de dados bíblicos, podemos deduzir três tarefas principais da hermenêutica bíblica: (1) entender o que os autores humanos da Escritura pretendiam transmitir a seus ouvintes ou leitores (ver At 2:25-31); (2) compreender o que

o Autor divino pretende comunicar através das palavras da Escritura, o que nem sempre é inteiramente compreendido pelo escritor humano ou por seus contemporâneos (iPe 1:10-12); e (3) aprender como comunicar e aplicar aos seres humanos de hoje tanto a forma como o conteúdo da mensagem bíblica (ver Mt 5:17-48; IPe 1:15, 16).

II. Princípios Fundamentais de Interpretação Bíblica

A. A *Bíblia e a Bíblia Somente*

Um princípio fundamental apresentado pela Escritura a respeito de si mesma é o de que somente a Bíblia *(sola Scripturá)* é a norma final da verdade. O texto clássico que exprime essa premissa básica é Isaías 8:20: "À lei e ao testemunho! Se eles não falarem de acordo com esta palavra, não terão a luz da manhã" (NIV). As duas palavras hebraicas *torah* (lei) e *teudah* (testemunho) apontam para os dois *loci* da autoridade nos dias de Isaías. Esses constituem agora a Escritura Sagrada: o Pentateuco e o testemunho dos profetas acerca da vontade de Deus revelada previamente na *Torah*. Jesus resumiu as duas divisões da Escritura do AT da mesma maneira quando mencionou "a lei e os profetas" (Mt 5:17). O NT acrescenta a revelação autorizada transmitida por Jesus e Suas testemunhas apostólicas (ver Ef 2:20; 3:5). [1]

1. A Primazia da Escritura

Isaías advertiu o apóstata Israel contra o apartar-se da autoridade da lei e dos profetas para buscar conselho em médiuns espíritas (Is 8:19). Nos tempos do NT, outras fontes de autoridade ameaçavam usurpar a autoridade fundamental da revelação bíblica. Uma delas era a tradição. Mas Jesus mostrou claramente que a Escritura está acima da tradição (Mt 15:3, 6). Paulo rejeitou terminantemente a tradição e a filosofia humana como regra da verdade para os cristãos (Cl 2:8). Rejeitou também a autoridade máxima do contraditório "saber" (gr. *gnõsis)* humano (iTm 6:20).

A natureza, quando devidamente compreendida, acha-se em harmonia com a revelação escrita de Deus registrada na Escritura (ver SI 19:1-6, revelação de Deus na natureza; e versos 7-11, revelação do Senhor na Escritura). Sendo, porém, uma fonte limitada e incompleta sobre o conhecimento de Deus e da realidade, deve a natureza ser interpretada pela autoridade final da Escritura e a ela subordinar-se (Rm 2:14-16). Tanto os escritores do AT como os do NT ressaltam que, desde a queda, a natureza está corrompida (Gn 3:17, 18; Rm 8:20, 21), não constituindo mais um reflexo perfeito da verdade.

As faculdades mentais e emocionais dos seres humanos também se perverteram desde a queda. Mas, mesmo antes da queda, não era possível confiar seguramente nem na razão nem na experiência humana à parte de Deus. Eva caiu porque confiou mais em sua razão e nas emoções do que na palavra de Deus (Gn 3:1-6). O homem mais sábio da história observou perceptivamente: "Há caminho que ao homem parece direito, mas ao cabo dá em caminhos de morte" (Pv 14:12; ver Pecado V. A.).

2. A Suficiência da Escritura

O princípio da *sola Scripturá* abrange o corolário da suficiência da Escritura. A Bíblia não tem paralelo como guia infalível da verdade. Ela é suficiente para nos dotar da sabedoria que leva à salvação (2Tm 3:15). É o padrão pelo qual toda doutrina e experiência devem ser testadas (Is 8:20; Jo 17:17; 2Tm 3:16, 17; ITb 4:12). A Escritura, portanto, fornece a estrutura, a perspectiva divina, os princípios fundamentais, para todo ramo de conhecimento e experiência. O conhecimento, a experiência ou a revelação adicional deve se basear no fundamento todo-suficiente da Escritura e a ele permanecer fiel.

Assim se confirma o grito de guerra da Reforma: *sola Sçriptura,* ou seja, a Bíblia e a Bíblia somente como a norma final da verdade. Todas as outras fontes de conhecimento devem ser testadas por esse padrão infalível. A reação apropriada que se espera do ser humano é de uma rendição total à autoridade máxima da Palavra de Deus (Is 66:2).

B. A *Totalidade da Escritura*

Um segundo princípio de interpretação bíblica é a totalidade da Escritura *{tota Sçriptura).* Não basta ratificar a primazia da Escritura. Aqueles que, como Martinho Lutero, postulam a *sola ScripUira,* mas deixam de aceitar a Bíblia em sua totalidade acabam por criar um "cânon dentro do cânon". O reformador alemão, por exemplo, depreciava o livro de Tiago (chamando-o de "epístola de palha") e desprezava outras porções da Bíblia (por falarem mais da lei do que do evangelho).

O testemunho que a Escritura dã de si mesma, em 2 Timóteo 3:16 e 17, não deixa dúvida: "Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra."

Toda a Escritura - não apenas uma parte dela - é inspirada por Deus. Isso certamente inclui todo o AT, as Escrituras canônicas da igreja apostólica (ver Lc 24:44, 45; Jo 5:39; Rm 1:2; 3:2; 2Pe 1:21). Paulo incluía também os escritos sagrados do NT. A maneira como o apóstolo utiliza a palavra "Escritura" (gr. *graphê,* "escrito"), em 1 Timóteo 5:18, aponta nessa direção. Ele introduz duas citações com a expressão "a Escritura declara": uma de Deuteronômio 25:4 e outra das palavras de Jesus, em Lucas 10:7. Emprega a palavra "Escritura", portanto, para referir-se tanto ao AT como ao evangelho de Lucas. Ao fazer o comentário de que algumas pessoas ignorantes "deturpam" os escritos de Paulo, "como também deturpam as demais Escrituras" (2Pe 3:15, 16), Pedro classifica os escritos paulínos na categoria de Escritura. Isso indica que, no tempo do NT, os evangelhos e as epístolas de Paulo já eram considerados Escritura.

O NT é o testemunho apostólico de que Jesus é o Cristo e de que Ele cumpriu os tipos e as profecias do AT. Jesus prometeu enviar o Espírito Santo para nos fazer lembrar de tudo quanto havia ensinado (Jo 14:26). Paulo afirma que "o mistério de Cristo" foi "revelado aos Seus santos apóstolos e profetas, no Espírito" (Ef 3:4, 5). Paulo se autodenomina apóstolo (Rm 1:1; lCo 1:1). Também reivindica ter "o Espírito de Deus" (ICo 7:40), escrever "mandamentojs] do Senhor" (lCo 14:37) e anunciar um evangelho que não é segundo o homem, mas conforme lhe foi revelado pelo próprio Jesus Cristo (G1 1:11, 12). E assim que o NT incorpora o testemunho dos apóstolos acerca da vida e do ministério de Jesus, seja díretamente, por eles mesmos (2Pe 1:16; ljo 1:1-3), seja indiretamente, por seus mais próximos associados, como Marcos e Lucas (At 12:12, 25; 15:37; Lc 1:1-3; 2Tm 4:11; Fm 24).

Toda a Escritura, tanto o AT como o NT, é "inspirada por Deus", literalmente "soprada por Deus" (2Tm 3:16). A cena é a do "vento" divino, ou Espírito, descendo sobre o profeta, para que a Escritura seja produto do sopro divino criativo. Assim sendo, ela é plenamente dotada de.autoridade, "útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça".

1. União Inseparável do Divino e do Humano

Um corolário do princípio *tota Sçriptura* é o de que toda a Escritura constitui a união indivisível e indistinguível do divino e do humano. Uma passagem bíblica fundamental que esclarece a natureza divina da Escritura com relação à dimensão humana dos escritores bíblicos é 2 Pedro 1:19-21: "Assim, temos

ainda mais firme a palavra dos profetas, e vocês farão bem se a ela prestarem atenção, como a uma candeia que brilha em lugar escuro, até que o dia clareie e a estrela da alva nasça no coração de vocês. Antes de mais nada, saibam que nenhuma profecia da Escritura provém de interpretação pessoal, pois jamais a profecia teve origem na vontade *[telêma]* humana, mas homens falaram da parte de Deus impelidos *[pherõ]* pelo Espírito Santo" (NIV).

Esses versos desenvolvem diversos pontos análogos. O verso 19 sublinha a fidedignidade da Escritura: é a firme palavra dos profetas. O verso 20 nos diz por que isso acontece: a profecia não é questão de interpretação pessoal do profeta. O contexto aponta fundamentalmente para o profeta, que, ao comunicar a mensagem, não insere nela suas próprias idéias, embora a declaração também possa ser aplicada aos intérpretes não inspirados da Escritura. O verso 21 entra em detalhes sobre esse ponto: a profecia não provém de *thelsma* — iniciativa, impulso ou vontade — do agente humano. Os profetas não estavam comunicando por conta própria. Pelo contrário, os escritores bíblicos eram profetas que falavam movidos, conduzidos e até mesmo impelidos *(■pherõ)* pelo Espírito Santo.

Essa passagem deixa claro que as Escrituras não vieram diretamente do Céu. Deus empregou instrumentalidades humanas. O Espírito Santo não cerceou a liberdade dos escritores bíblicos, não lhes suprimiu a personalidade nem lhes destruiu a individualidade. Seus escritos envolvem às vezes pesquisas humanas (Lc 1:1-3). Por vezes, os escritores relatavam suas próprias *experiências* (Moisés em Deuteronômio, Lucas em Atos, os salmistas). Eles apresentam diferenças no estilo (contraste Isaías e Ezequiel, João e Paulo) e oferecem perspectivas diferentes sobre a mesma verdade ou acontecimento (por exemplo, os quatro evangelhos). Apesar disso, mesmo com toda essa inspiração de pensamento, o Espírito Santo conduz os escritores bíblicos, guiando-lhes a mente na seleção do que falar e escrever, para que aquilo que apresentam não seja apenas sua própria interpretação, mas a palavra completamente confiável de Deus, a firme palavra profética. O Espírito Santo impregnou os instrumentos humanos com a verdade divina na forma de pensamentos, e os assistiu na hora de escrever, para que traduzissem fielmente, em palavras bem escolhidas, as coisas que lhes foram dívinamente reveladas (lCo 2:10-13).

Esse primeiro corolário do princípio *lota Scriptum*, segundo o qual os elementos humano e divino se acham inseparavelmente ligados na Escritura, *é* reforçado pela comparação entre a Palavra de Deus escrita e a Palavra de Deus encarnada. Visto que tanto Jesus quanto a Escritura são chamados de "Palavra de Deus" (Hb 4:12; Ap 19:13, ARG), é apropriado comparar-lhes as naturezas divina e humana. Assim como Jesus, o Verbo encarnado de Deus, era plenamente Deus e plenamente homem (Jo 1:1-3, 14), assim a Palavra escrita constitui a união inseparável do humano e do divino.

2. A Bíblia é (e não Apenas Contém) a Palavra de Deus

Um segundo corolário do princípio da *totalidade da Escritura* é o de que a Bíblia *não* apenas *contém* a Palavra de Deus, mas e a Palavra de Deus. Quanto a isso, o testemunho da Escritura é esmagador. Somente no AT há cerca de 1.600 ocorrências de quatro palavras hebraicas (em *quatro frases* diferentes, com leves variações) mostrando explicitamente que Deus falou: (1) "a palavra *[neum]* de Yahvveh", cerca de 360 vezes; (2) "assim diz *[amar] o* Senhor", aproximadamente 425 vezes; (3) "e disse *[díhher]* Deus, cerca de 420 vezes; e (4) "a palavra *[dabar]* do Senhor", 395 vezes. Numerosas vezes registra-se a equivalência entre a mensagem do profeta e a mensagem divina:

o profeta fala em nome de Deus (Êx 7:1, 2; cf. Êx 4:15, 16); Deus põe Suas palavras na boca do profeta (Dt 18:18; Jr 1:9); a forte mão do Senhor é sobre o profeta (Is 8:11; Jr 15:17; Ez 1:3); ou a palavra do Senhor lhe é dirigida (Os 1:1; J1 1:1; Mq 1:1). Jeremias repreende seus ouvintes por não escutarem os profetas (Jr 25:4), o que equivale a não escutar o Senhor (v. 7).

O envio de mensagens proféticas a Israel é sintetizado em 2 Reis 21:10: "Então o Senhor falou por intermédio dos profetas, Seus servos." Em 2 Crônicas 36:15 e 16 lemos: "O Senhor, Deus de seus pais, [...] falou-lhes por intermédio dos Seus mensageiros. [...] Eles, porém, zombavam dos mensageiros, desprezavam as palavras de Deus e mofavam dos Seus profetas." A mensagem dos profetas era a mensagem de Deus. Por essa razão, os profetas, ao indicar as falas divinas, deixavam muitas vezes de se referir a Deus na terceira pessoa ("Ele") para se referir na primeira pessoa ("Eu"), sem qualquer "assim diz o Senhor" (ver Is 3:1-4; Jr 5:3, 4; Os 6:3, 4; JI 2:23, 25; Zc 9:4, 7).

Inúmeras vezes no NT a expressão "está escrito" equivale a "Deus diz". Em Hebreus 1:5-13, por exemplo, afirma-se que sete citações do AT foram proferidas por Deus, embora as passagens veterotestamentárias citadas nem sempre designem especificamente uma declaração divina (ver SI 45:6, 7; 102:25-27; 104:4). Romanos 9:17 e Gaiatas 3:8 (citando respectivamente Ex 9:16 e Gn 22:18) também mostram uma perfeita equivalência entre a Escritura e a Palavra de Deus. As passagens do NT introduzem as citações com a frase "a Escritura diz", embora nas passagens do AT seja Deus quem realmente fala. As Escrituras do AT como um todo são consideradas "oráculos de Deus" (Rm 3:2).

Embora Deus não tenha ditado a Bíblia palavra por palavra, ignorando a individualidade do autor humano, de sorte que as palavras que lá estão foram escolhidas pelo escritor humano, ainda assim os elementos humano e divino são tão inseparáveis e o mensageiro humano tão divinamente guiado na escolha de palavras apropriadas para exprimir os pensamentos divinos que as palavras do profeta são chamadas de a Palavra de Deus. Cada palavra da Escritura é digna de confiança, visto ser uma representação exata da mensagem divina.

Isso é ilustrado por diversas referências neotestamentárias. Jesus afirma, citando Deuteronômio 8:3: "Não só de pão viverá o homem, mas de toda palavra [gr. *panti rhêmati*, 'toda palavra', traduzindo o heb. *qol*, 'tudo'] que procede da boca de Deus" (iVIt 4:4). Referindo-se à sua própria mensagem inspirada, Paulo declara: "Disto também falamos, não em palavras ensinadas pela sabedoria humana, mas ensinadas pelo Espírito, conferindo coisas espirituais com espirituais" (lCo 2:13). O mesmo apóstolo escreve: "Outra razão ainda temos nós para, incessantemente, dar graças a Deus: é que, tendo vós recebido a palavra que de nós ouvistes, que é de Deus, acolhestes não como palavra de homens, e sim como, em verdade é, a palavra de Deus, a qual, com efeito, está operando eficazmente em vós, os que credes" (lTs 2:13).

O que se declara explicitamente no NT é também confirmado pelos exemplos de Jesus e dos apóstolos, quando baseiam um completo argumento teológico em uma palavra ou até^ffi mesmo em uma forma gramatical extremamente importante do AT. E assim que, em João 10:34, Jesus apela para o Salmo 82:6 e para a palavra específica "deuses", para provar Sua divindade. A maneira como Ele utiliza a passagem vem acompanhada de uma observação convincente: "E a Escritura não pode falhar *[luõ]"* (v. 35). A Bíblia não pode ser *luõ* — relaxada, quebrada, revogada, anulada ou abolida — até mesmo no nível das palavras isoladas. Em Mateus 22:41-46, Jesus baseia todo o Seu argumento final e

irrespondível contra os fariseus confiando numa só palavra ("Senhor") do Salmo 110:1. O apóstolo Paulo (G13:16) também funda seu argumento messiânico tomando como base o singular da palavra "semente" (ARC), em Gênesis 22:17 e 18. O apóstolo está reconhecendo o contexto messiânico mais amplo dessa passagem, quando ela se desloca de uma semente plural coletiva para uma semente singular. Jesus demonstra Seu máximo respeito à plena autoridade da Torah no AT quando afirma sua integralidade: "Porque em verdade vos digo: até que o céu e a Terra passem, nem um i ou um til jamais passará da Lei, até que tudo se cumpra" (Mt 5:18).

C. *A Analogia da Escritura*

Um terceiro princípio fundamental e geral da interpretação bíblica pode ser chamado de "a analogia (ou harmonia) da Escritura" *(analogia Scriptume).* Visto que toda a Escritura é inspirada pelo mesmo Espírito e tudo nela é Palavra de Deus, existe uma unidade e harmonia fundamental entre suas diversas partes. Para os escritores do NT, as Escrituras do AT, apesar de toda sua diversidade, possuem harmonia e idêntica autoridade divina. É por isso que eles são capazes de defender seu argumento citando diversas fontes do AT, sabendo que todas possuem idêntica e harmoniosa importância. Em Romanos 3:10-18, por exemplo, encontramos citações bíblicas de Eclesiastes (7:20), Salmos (14:2, 3; 5:10; 10:7) e Isaías (59:7, 8). A Escritura é considerada um todo inseparável e coerente. Os escritores do NT apropria m-se dos temas principais do AT e os desenvolvem ainda mais (ver III.E.l).

Os dois Testamentos possuem uma relação de reciprocidade na qual um esclarece o outro mutuamente. Jesus descreveu a maneira como o AT esclarece o NT (e especialmente Ele próprio) em João 5:39: "Examinais as Escrituras, porque julgais ter nelas a- vida eterna, e são elas mesmas que testificam de Mim," Em outra parte, Jesus Se descreve simultaneamente como intérprete e cumpridor do AT: "Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir" (Mt 5:17).

Nenhum Testamento é suplantado pelo outro, embora a revelação posterior seja testada pela anterior, conforme ilustrado no exemplo dos bereanos, que "eram mais nobres que os de Tessalônica; pois receberam a palavra com toda a avidez, examinando as Escrituras todos os dias para ver se as coisas eram, de fato, assim" (At 17:11). Jesus mesmo insistiu em que a convicção dos discípulos não estivesse baseada somente em fenômenos sensoriais, mas que eles deviam crer nEle devido ao testemunho da Escritura do AT (Lc 24:25-27).

O princípio da "analogia da Escritura" encerra três aspectos essenciais: (1) a Escritura como sua própria intérprete *(Scriptura sui ipshts interpres),* (2) a harmonia da Escritura e (3) a clareza da Escritura.

1. A Escritura é sua Própria Intérprete

Como disse Martinho Lutero: "A Escritura é sua própria luz." Pelo fato de haver uma unidade subjacente entre as diversas partes da Escritura, cada porção dela interpreta a outra, tornando-se a chave para a compreensão das passagens relacionadas.

Jesus demonstrou esse princípio no caminho de Emaús quando, "começando por Moisés, discorrendo por todos os profetas, expunha-lhes o que a Seu respeito constava em todas as Escrituras" (Lc 24:27). Mais tarde naquela noite, no cenáculo, ressaltou: "Importava se cumprisse tudo o que de Mim está escrito na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos. Então, lhes abriu o entendimento para compreenderem as Escrituras" (v. 44,45).

Paulo expressa o mesmo princípio em 1 Coríntios 2:13: "Disto também falamos, não em palavras ensinadas pela sabedoria

humana, mas ensinadas pelo Espírito, conferindo coisas espirituais com espirituais." Embora esse texto tenha sido traduzido de diferentes formas, a maneira como o próprio apóstolo fez uso da Escritura mostra certa mente que ele adotava esse princípio. Já mencionamos toda a série de passagens do AT citadas em Romanos 3:10-18. Pode-se observar o mesmo fenômeno em Hebreus 1:5-13; 2:6, 8, 12, 13.

Aplicando o princípio de que a Bíblia é sua própria intérprete, Jesus, no caminho de Emaús, mostrou que tudo quanto a Escritura diz sobre determinado tema deve ser levado em conta na interpretação do assunto (Lc 24:27, 44, 45). Isso não quer dizer que se deva usar um amontoado de passagens como "textos de prova", sem levar em conta o contexto de cada texto. Mas, visto que as Escrituras possuem, em última análise, um só Autor divino, é vital reunir tudo quanto foi escrito sobre determinado tema para se obterem todos os aspectos do mesmo.

2. A Harmonia da Escritura

Jesus declarou sucíntamente este aspecto da analogia da Escritura: "A Escritura não pode falhar" (Jo 10:35). Visto que a Escritura possui um único e divino Autor, as diversas partes dela se harmonizam umas com as outras. Assim sendo, um versículo bíblico não pode contradizer outro. Todas as doutrinas da Bíblia são coerentes entre si; interpretações de passagens isoladas devem estar em harmonia com a totalidade do que a Escritura ensina sobre o assunto.

Embora os diferentes escritores da Bíblia imprimam ênfases diferentes ao mesmo acontecimento ou tema, tal ênfase não será contraditória nem levará a uma interpretação errônea, Isso se evidencia especialmente com passagens paralelas, como as dos quatro evangelhos. Cada escritor registrou o que mais lhe impressionou sob a inspiração do Espírito, de modo que, para se obter um quadro completo e equilibrado, é preciso considerar cada faceta do todo.

3. A Clareza da Escritura

O princípio da analogia da Escritura também inclui a clareza da Escritura. Segundo esse princípio bíblico, a Bíblia é clara e não precisa de nenhum magistério eclesiástico para esclarecer seu significado. O testemunho bíblico incentiva os leitores a estudar a Bíblia por si mesmos, a fim de entender a mensagem que Deus lhes envia (por exemplo, Dt 30:11-14; Lc 1:3, 4; Jo 20:30, 31; At 17:11; Rm 10:17; Ap 1:3).

O significado da Escritura é claro e direto, capaz de ser compreendido pelo estudante diligente. Jesus ilustra isso na maneira como lida com o intérprete da lei, a quem perguntou: "Que está escrito na Lei? Como interpretas?" (Lc 10:26). Em outras palavras, Ele tinha por certo que a Bíblia podia ser compreendida. Quando o intérprete da lei citou Deuteronômio 6:5 e Levítico 19:18, Jesus elogiou-lhe a resposta correta (Lc 10:28). Numerosas foram as vezes em que Jesus fez a mesma observação: "Nunca lestes nas Escrituras?" (Mt 21:42); "Não lestes" (Mt 12:3, 5; 19:4; 22:31; Mc 12:10,26; Lc 6:3); "quem lê entenda" (Mt 24:15; Mc 13:14).

O exemplo uniforme dos escritores da Bíblia mostra que as Escrituras devem ser tomadas em seu sentido literal, a menos que se trate, óbvia e claramente, de linguagem figurada. Observe especialmente a própria distinção feita por Jesus, e reconhecida pelos discípulos, da diferença entre a linguagem literal e a figurada (Jo 16:25, 29). Não é preciso retirar a "casca" do sentido literal a fim de alcançar o "miolo" de um significado místico, secreto ou alegórico, que somente iniciados podem descobrir.

A Escritura afirma também existir da parte dos escritores bíblicos uma bem definida verdade-intenção, e não uma multiplicidade de significados subjetivos e livres. Jesus

e os apóstolos falavam com autoridade, não apresentando uma entre as muitas possíveis interpretações de uma passagem, mas o verdadeiro significado pretendido pelo escritor humano e o Autor divino (ver At 3:17, 18, 22-24). Isso não quer dizer que a interpretação do NT tenha esgotado todo o significado de uma passagem do AT; resta ainda oportunidade para a exegese cuidadosa. Há também os exemplos nos quais o escritor bíblico empregou intencionalmente terminologia ou fraseologia com uma amplitude ► semântica que abrange as várias e diferentes nuances indicadas pelo contexto imediato da passagem (ver Jo 3:3),

A verdade-intenção específica é vividamente ilustrada pela profecia apocalíptica: o anjo intérprete apresenta sistematicamente uma interpretação definida para cada símbolo (ver Dn 7:16-27; 8:15-26; Apocalíptica 11. E). Outra ilustração envolve as parábolas de Jesus, nas quais Ele próprio interpreta o significado de cada elemento (ver Mt 13:18-23, 36-43).

Isso não nega o fato de que algumas partes da Escritura apontam para além delas mesmas (por exemplo, tipologia, profecia preditiva, símbolos e parábolas), em direção a um significado mais amplo ou a um cumprimento futuro. Mesmo nesses casos, o significado ou cumprimento expandido surge da verdade-intenção específica do texto, é parte integrante dela ou com ela se compatibiliza, A própria Escritura indica quando esse significado ou cumprimento é expandido (ver III,E.3).

É também verdade que nem toda porção da Escritura foi inteiramente compreendida pelos ouvintes originais ou até mesmo pelos escritores inspirados. Em 1 Pedro 1:10-12, o apóstolo mostra que os profetas do AT nem sempre tinham uma clara compreensão de todas as implicações messiânicas de suas profecias. Pedro sugere, portanto, outra faceta do princípio da clareza da Escritura, que a revelação adicional mais clara acaba sendo uma chave para melhor esclarecer passagens menos claras. Ao que parece, esse mesmo raciocínio pode ser deduzido também de 2 Pedro 3:16, onde o apóstolo escreve que certas coisas que Paulo escreveu eram “difíceis de entender". Essas passagens difíceis não devem ser o ponto de partida, que “os ignorantes e instáveis deturpam, como também deturpam as demais Escrituras, para a própria destruição deles”, mas visualizadas no amplo contexto das declarações bíblicas mais claras da verdade (v. 18; cf. v. 2).

O corolário da clareza da Escritura também abrange o conceito "da revelação progressiva”. Hebreus 1:1-3 mostra esse progresso na revelação desde os profetas do AT até o próprio Filho de Deus (ver também Jo 1:16-18; Cl 1:25, 26; etc.). Não se trata de revelação progressiva no sentido de a Escritura posterior contradizer ou anular a revelação prévia, mas no sentido de a revelação posterior iluminar, esclarecer ou ampliar as verdades apresentadas anteriormente. Assim, no Sermão do Monte (Mt 5), Jesus não anula os preceitos do decálogo, mas retira deles os acréscimos provenientes da tradição errônea e revela sua verdadeira profundidade de sentido e aplicação. Embora o AT já tivesse a compreensão básica desse significado mais pleno da lei, Jesus permitiu que essas gemas da verdade brilhassem com brilho até mais intenso, quando as libertou das interpretações distorcidas de alguns escribas e fariseus. A revelação progressiva também ocorre no sentido de ser Jesus o cumprimento dos diversos tipos e profecias do AT.

Uma derradeira aplicação prática desse princípio da clareza é admitir a crescente espiral de compreensão, à medida que uma passagem ilumina outra. Por um lado, os autores bíblicos posteriores escrevem com a consciência desperta para o que foi escrito anterior mente e, muitas vezes, se apropriam

do que veio antes e nisso se baseiam (princípio às vezes chamado de epigenético ou analogia da Escritura antecedente). Uma leitura rigorosa de uma passagem posterior pode indicar ecos, ou alusões, de passagens mais antigas, as quais se tornam, nesse caso, a chave para interpretar o significado mais pleno da passagem posterior. Isso se manifesta principalmente no livro do Apocalipse. Por outro lado, passagens mais antigas talvez não sejam plenamente compreendidas até serem vistas à luz da revelação posterior. Isso acontece notadamente com tipologia e profecia (ver Mt 12:6, 42, 43; lPe 1:10-12). A espiral da compreensão, portanto, cresce à medida que o texto posterior ilumina o anterior, e o anterior ilumina o posterior.

D. *"Coisas Espirituais se Discernem EspiHtua hnente*[11]

Um quarto princípio geral de interpretação bíblica diz respeito à questão da pré-concepção ou objetividade. Nas abordagens hermenêuticas bíblicas modernas, presume-se muitas vezes que a intenção original do escritor da Bíblia pode ser determinada pela rigorosa aplicação de princípios hermenêuticos e ferramentas exegéticas, independentemente de qualquer assistência espiritual sobrenatural. Sendo assim, cristãos e não cristãos podem igualmente determinar o significado da Escritura; basta utilizar as ferramentas e aplicar os princípios corretamente.

Contudo, os dados escriturísticos levam a conclusões muito diversas. Notemos em particular 1 Coríntios 2:11 e 14: "Por que qual dos homens sabe as coisas do homem, senão o seu próprio espírito, que nele está? Assim, também as coisas de Deus, ninguém as conhece, senão o Espírito de Deus." "Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente."

1. O Papel do Espírito Santo

Uma vez que a Bíblia, no fim das contas, não é produto da mente do escritor humano, mas da mente de Deus revelada através do Espírito (ver IGo 2:12, 13), tanto o significado original como sua presente aplicação envolvem os pensamentos de Deus, os quais, de acordo com Paulo, só podem ser adequadamente compreendidos se contarmos com a ajuda do Espírito de Deus (lCo 2:13, 14; 2Co 3:14-18; cf.Jo 6:45; 16:13).

Alguns resistem em aceitar que o Espírito tenha um lugar na espiral hermenêutica porque parece dar margem para que o elemento subjetivo supere a sólida investigação exegética/hermenêutica. E verdade que a "exegese espiritual" *sozinha,* que embora tente depender inteiramente do Espírito, sem aplicar conscienciosamente os princípios de exegese e hermenêutica extraídos da Escritura, acaba levando provavelmente ao subjetivismo. Mas a combinação adequada da dependência do Espírito com rigorosa exegese baseada em princípios hermenêuticos, longe de levar à subjetividade, constitui a única saída.

Cada vez mais, os eruditos modernos admitem que todos que se aproximam das Escrituras o fazem com seus próprios pressupostos e vieses. Não se consegue remediar isso apenas fazendo-se uma abordagem "científica" do texto, sem estar sob "o viés da fé". De fato, visto que as Escrituras pedem uma resposta de fé, provocar uma postura "neutra" já é uma atitude conflitante com o propósito da Escritura (cf. Mt 13:11-17; Jo 6:69).

Os intérpretes que creem e são guiados pelo Espírito também se aproximam com seus próprios vieses e preconcepções e não estão imunes ao erro (cf. At 11:2-18). Mas os cristãos que creem nas promessas da Bíblia podem pedir a Deus que lhes transforme a mente para que adotem e incorporem cada vez mais os pressupostos da Escritura, e não os seus próprios (ver Rm 12:1,2). O Espírito da verdade foi

prometido aos discípulos e a nós: "Quando vier, porém, o Espírito da verdade, Ele vos guiará a toda a verdade" (Jo 16:13). Deve-se notar que "vós" é um pronome plural; o Espírito dirige intérpretes em conjunto dentro da comunhão do corpo da igreja (SI 119:63; At 2:42; 4:32; Rm 12:4-8; ICo 12; Ef 4:3-6), onde podem ser beneficiados com a troca de experiências e mútua colaboração de outros crentes.

Os intérpretes devem tomar a decisão de permitir que suas preconcepções derivem da Bíblia e estejam subordinadas à mesma, ficando sempre abertos à alteração e ampliação de suas idéias com base na Escritura. Cumpre-lhes rejeitar conscientemente quaisquer chaves ou sistemas externos impostos às Escrituras, quer naturalista (sistema fechado de causa e efeito sem qualquer espaço para o sobrenatural), evolutivo (o axioma evolucionista), humanístico (seres humanos como norma final), quer relativístico (rejeição de absolutos). Os que interpretam a Bíblia devem pedir ao Espírito que inspirou a Palavra que ilumine, modele e modifique suas preconcepções de acordo com a Palavra, e que mantenha suas interpretações fiéis à Palavra.. [2] III.

2. A Vida Espiritual do Intérprete

A expressão "as coisas espirituais se discernem espiritualmente" indica não somente que o Espírito é necessário como auxílio na compreensão, mas também sugere que o intérprete seja espiritual. O Espírito deve não só iluminar a mente, mas também transformar o coração daquele que interpreta a Bíblia. A abordagem do hermeneuta deve ser a requerida pela Escritura, ou seja, uma atitude de concordância e disposição para seguir o que a Escritura diz. Jesus declarou: "Se alguém ^3 quiser fazer a vontade dEle, conhecerá a respeito da doutrina, se ela é de Deus ou se Eu falo por mim mesmo" (Jo 7:17).

Deve haver diligente e fervorosa oração por entendimento, conforme o exemplo de Davi: "Ensina-me, Senhor, o caminho dos Teus decretos, e os seguirei até ao fim" (SI 119:33; cf. v. 34-40; Pv 2:3-7). Deve haver uma aceitação pela fé do que os profetas dizem (2Cr 20:20; cf. Jo 5:46, 47).

Em suma, a Bíblia não pode ser estudada como se fosse um livro qualquer, fiando-se apenas em aguçados instrumentos de exegese e habilidosos princípios de hermenêutica. Em cada etapa do processo interpretativo, o livro inspirado pelo Espírito só pode ser corretamente compreendido a partir "do alto", pela iluminação e transformação do Espírito. Devemos nos aproximar da Palavra de Deus com reverência. Talvez o que melhor sintetize a postura mais apropriada para o intérprete da Escritura seja o que foi registrado por Isaías: "Mas o homem para quem olharei é este: o aflito e abatido de espírito e que treme da Minha palavra" (Is 66:2).

III. Diretrizes Específicas para a Interpretação da Escritura

As diretrizes específicas para a interpretação de passagens bíblicas surgem e se constróem a partir dos princípios fundamentais até aqui descritos. Essas diretrizes abrangem essencialmente o método gramático-histórico, ditado pelo senso comum e pelas leis da linguagem, com o fim de determinar o significado de qualquer escrito. Contudo, mais do que do senso interpretativo comum, todas essas diretrizes procedem implícita ou explicitamente da própria Escritura. De modo que, para cada diretriz discutida abaixo, observaremos primeiro como ela surge da Escritura. Também forneceremos exemplos bíblicos que ilustram sua aplicação na interpretação bíblica.

A. *Texto e Tradução*

A primeira e mais básica tarefa na interpretação bíblica é garantir que haja acesso

ao que de fato constituem as Escrituras Sagradas - tanto nas línguas originais como na sua tradução moderna. Isso requer que se aplique atenção aos estudos textuais e aos princípios de tradução.

1. Estudos Textuais

a. A preservação do texto bíblico.

Visto que o empreendimento hermenêutico se centraliza na Palavra escrita, deve-se determinar, dentro do possível, o texto original da Bíblia. A própria Bíblia encarece a necessidade de se preservar as palavras do texto sagrado. Moisés escreveu a respeito da *Torah*: "Nada acrescentareis à palavra que vos mando, nem diminuireis dela" (Dt 4:2; cf. 12:32). O livro de Provérbios estende esse princípio a toda a Palavra de Deus: "Toda palavra de Deus é pura [...]. Nada acrescentes às Suas palavras, para que não te repreenda, e sejas achado mentiroso" (Pv 30:5, 6). No fim do cânon bíblico, encontra-se uma advertência semelhante: "Se alguém lhes fizer qualquer acréscimo, Deus lhe acrescentará os fiagelos escritos neste livro; e, se alguém tirar qualquer coisa das palavras do livro desta profecia, Deus tirará a sua parte da árvore da vida, da cidade santa" (Ap 22:18, 19),

No Israel do AT, fez-se provisão para preservar a *Torah* depositando "o livro da Lei" no lugar santíssimo do santuário, ao lado da arca da aliança (Dt 31:26). A cada sete anos, na Festa dos Tabernáculos, devia haver leitura pública da *Torah* (v, 9-13).

Infelizmente, não restou nenhuma cópia do autógrafo das Escrituras do AT ou do NT. Mas a história da transmissão textual revela como foi cuidadosa e meticulosa a maneira pela qual o texto bíblico foi preservado através dos séculos até a atualidade. Antes de terminar a Segunda Guerra Mundial, os eruditos críticos faziam uma estimativa muito baixa da exatidão do texto hebraico autêntico (massorético), visto que seu manuscrito mais antigo remontava somente a cerca de 900 d.C., enquanto as edições críticas da Bíblia hebraica sugeriam milhares de presumidas emendas ao texto. Desde 1947, porém, com a descoberta dos rolos do Mar Morto, que continham manuscritos ou fragmentos de todos os livros do AT, com exceção de Ester, os eruditos ficaram surpresos ao descobrir que os massoretas haviam transmitido uma tradição textual de mil anos praticamente sem nenhuma alteração,

A quantidade de evidência de manuscritos a favor do texto grego do NT supera em muito qualquer outro documento do mundo antigo. Há, no todo ou em parte, mais de 3 mil manuscritos gregos do texto do NT, além de aproximadamente 2 mil Iecionários gregos antigos (leituras do NT, arranjadas em ordem para uso litúrgico), aproximadamente 8 mil manuscritos latinos, mais de 2 mil manuscritos em outras versões antigas como a siríaca e a cóptica, e milhares de trechos de praticamente todo o NT citados por diversos pais da igreja (Greenlee, 697, 707). A quantidade efetiva de alterações substanciais dentro desses muitos manuscritos é muito pequena.

F. F. Bruce garante: "As leituras de variantes sobre as quais os críticos textuais do Novo Testamento ainda têm alguma dúvida não afetam nenhuma questão material do fato histórico ou da fé e prática cristãs" (19-20).

b. A necessidade de estudos textuais. Embora 150 anos de diligente estudo textual nos assegurem que a Escritura chegou até nós essencialmente como foi escrita, existem entre os muitos manuscritos bíblicos antigos pequenas variações. A ciência (ou arte) de chegar tão próximo quanto possível do texto original do Antigo e Novo Testamento é o estudo textual, frequentemente chamado de "crítica textual". Esse estudo, se praticado por alguém que aceita a plena autoridade da Escritura, rejeita os pressupostos do método crítico-histórico (ver IV.F, G) e insiste que a norma final para determinar o texto autêntico da Escritura se encontra dentro da própria Escritura.

Artigos básicos sobre o estudo textual se encontram no *Seventh-day Aâventist Bible Commentary [Comentário Bíblico Adventisía do Sétimo Dia],* não carecendo de serem reproduzidos aqui. As Bíblias hebraica e grega padrão fornecem, no aparato impresso no rodapé de cada página do texto, informações detalhadas sobre as principais variantes textuais.

2. Traduções e Versões

As próprias Escrituras dão numerosos exemplos de tradução para esclarecer o significado. Entre eles estão Neemias 8:8; Mateus 1:23; Marcos 5:41; 15:22, 34; João 1:42; 9:7; Atos 9:36; 13:8; Hebreus 7:2. A ênfase que se dá à necessidade de entender a Escritura (ver At 8:30-35) sugere como é importante fazer uma tradução fiel.

a. Os desafios da tradução. É difícil representar, de maneira precisa, a forma e o conteúdo das línguas originais da Bíblia nas línguas modernas, porque no decorrer do processo o tradutor tem que procurar construir pontes sobre diversas barreiras, como lacunas de tempo, cultura e geografia; situações sorioeconômicas e políticas alteradas; e modelos de pensamento diversos.

O desafio mais importante no processo de tradução tem que'ver com a falta de equivalências nas próprias línguas. A amplitude de sentido de uma palavra na língua original pode ser maior ou menor do que o seu equivalente na língua em que é traduzida. Com isso, as conotações da palavra original são distorcidas pelos significados incompatíveis associados com o equivalente moderno mais próximo.

Os aspectos gramaticais e sintáticos das línguas originais nem sempre podem ser representados adequadamente na tradução moderna. O verbo hebraico, por exemplo, enfatiza o estado e o verbo grego acentua o tipo de ação, enquanto o verbo português enfatiza a ação.

Às . vezes, o significado do original é ambíguo. O tradutor deve decidir se conserva a ambiguidade na tradução ou se tenta removê-la, o que pode ser potencial mente desencaminhador, caso se faça a opção pelo significado incorreto.

b. Tipos de tradução. As três principais filosofias ou teorias sobre como fazer a melhor tradução leva a três tipos de tradução muito diferentes. As *traduções formais* enfatizam a equivalência palavra por palavra no processo de tradução. Esse processo gera uma versão mais exata e literal do original em hebraico/aramaico/grego. O resultado é uma excelente Bíblia de estudo. Os textos, porém, tornam-se muitas vezes um tanto insípidos e formais, causando a perdais da qualidade estética e das cadências do original. *As traduções dinâmicas* enfatizam a equivalência significado por significado, em vez da equivalência palavra por palavra. O tradutor reestrutura a tradução no uso idiomático que representa o pensamento ou significado equivalente. A vantagem da tradução dinâmica é sua contemporaneidade idiomática e sua legibilidade e clareza. Sua desvantagem *é* que a interpretação pode dar uma ideia enganosa ou errada ~ dependendo da correção ou incorreção da interpretação do tradutor. Já a *tradução parafrãsica é* muito mais livre em relação ao original que as duas anteriores. Destina-se, com frequência, mais a fins devocionais do que ao estudo doutrinário sério. Pelo fato de uma paráfrase ser muitas vezes mais interpretação do que tradução, os leitores precisam ter cautela ao manusear essas versões.

Dadas as dificuldades na tradução e as diferentes formas pelas quais se pode fazer uma tradução, os estudantes da Bíblia devem ser cautelosos na escolha das traduções. Uma tradução bíblica preparada por uma única denominação pode ser tendenciosa ou até mesmo distorcida para apoiar certas doutrinas. Existe uma fraqueza semelhante nas

Bíblias de um único tradutor, muitas vezes privadas do equilíbrio e da contribuição de vários pontos de vista. Cumpre exercer cautela ainda com relação às Bíblias com sistemas de notas ou comentários interpretativos. Finalmente, as traduções simplificadas para a linguagem de hoje correm o risco de distorcer temas bíblicos extremamente importantes. Quanto mais interpretativa for uma versão, mais deve ser ela diligentemente comparada com uma versão formal palavra por palavra, se não com o original em hebraico/aramaico e grego.

B. *Contexto Histórico*

A Em de compreender as Escrituras, devemos primeiro buscar determinar qual o significado delas em seu ambiente original. Gumpre-nos ver em que situação cada ensino foi ministrado - o pano de fundo histórico; quem disse o que, a quem e sob que circunstâncias. Quando compreendermos essas coisas, será mais fácil aplicar a mensagem bíblica às situações atuais. [1]

1. A Bíblia como História Confiável

Todas as pessoas, acontecimentos e instituições no fluxo do AT e NT são apresentados como parte de um registro histórico autêntico e confiável. Os profetas posteriores do AT, Jesus e os escritores do NT referem-se repetidas vezes aos relatos da criação e do dilúvio. De fato, *todo* escritor do NT confirma, explícita ou implicitamente, a historicídade de Gênesis 1—11 (ver Mt 19:4, 5; 24:37-39; Mc 10:6; Lc 3:38; 17:26, 27; Rm 5:12; lCo 6:16; 2Co 11:3; Ef 5:31; lTm 2:13, 14; Hb 11:7; lPe 3:20; 2Pe 2:5; Tg 3:9; ljo 3:12; Jd 11, 14; Ap 14:7). Os escritores bíblicos posteriores também se referem ao tempo dos patriarcas, ao êxodo e a outros acontecimentos da história do AT e do NT, interpretando-os como descrições confiáveis das verdadeiras inter-relações no espaço-tempo entre Deus e Seu povo.

O contexto histórico dos relatos bíblicos é aceito como verdadeiro, sem nenhuma tentativa de reconstruira história de forma diferente da apresentada no registro bíblico. Os escritores do NT, ao interpretarem o AT, demonstram estar bastante familiarizados com o curso geral e os detalhes específicos d.a história do AT (ver At 7; lCo 10). Os argumentos tipológicos dos escritores do NT admitem a veracidade histórica das pessoas, acontecimentos e instituições que foram tipos dessas realidades históricas (ver lCo 10:1-11; Rm 5:12-21; lPe 3:18-22).

Do mesmo modo, em contraste com a erudição crítica mais atualizada, mas em harmonia com o precedente dos escritores do NT em sua interpretação do AT, uma hermenêutica baseada na Bíblia aceita literalmente os relatos bíblicos da criação deste mundo em seis dias literais e consecutivos de 24 horas (Gn 1, 2), e um dilúvio literal e global (Gn 6-9). Também aceita a historicidade das narrativas patriarcais (Gn 12-50), o êxodo do Egito no século 15 a.C. (Exodo-Deuteronômío; lRs 6:1), a conquista de Canaã (Js 1—12) e outras declarações históricas da Escritura, inclusive os eventos sobrenaturais e miraculosos do AT e do NT.

2. Questões de Introdução

Na hermenêutica interna dos escritores bíblicos, a atenção se dirige para diversas "questões introdutórias" (data, autoria e situação vital dos livros bíblicos), as quais se tornam por vezes extremamente importantes para o argumento do escritor inspirado. Quando fornecida, a declaração bíblica é aceita como uma descrição exata da autoria, cronologia e situação vital para o texto. Por exemplo, a autoria davídica do Salmo 110 (conforme declarado no sobrescrito do salmo) é decisiva para o argumento de Jesus sobre Seu messiado (Mt 22:41-46). A autoria de Davi também é vital para o sermão do Pentecostes proferido por Pedro para

convencer os judeus da predita ressurreição do Messias (At 2:25-35). A questão do tempo em relação â justificação de Abraão pela fé, no relato de Gênesis, é significativa no argumento de Paulo aos Romanos, para demonstrar que isso havia acontecido antes de Abraão ter sido circuncidado (Rm 4:1-12).

Contrariando as declarações de grande parte da erudição crítica moderna, a hermenêutica baseada na Bíblia aceita que o Pentateuco foi escrito por Moisés, e não é resultado de uma redação tardia a partir de diversas fontes documentais (ver Ex 24:4, 7; 34:27; Dt 31:9-11; Js 1:7, 8; IRs 2:3). Aceita-se Isaías como o autor do livro todo (Is 1:1; ver Mt 3:3; 8:17; 12:17-21). Davi é o escritor dos salmos que lhe são atribuídos nos sobrescritos ou mencionados como davídicos pelos escritores do NT (73 salmos; Mt 22:41-46; At 2:25-35; etc.). Salomão é o autor da maioria dos Provérbios, do Cântico dos Cânticos e do Eclesiastes (Pv 1:1; 10:1; 25:1; Ct 1:1; Ec 1:1, 12, 13). Daniel, o cativo e estadista de Babilônia do 6“ século a.C., foi o autor do livro que leva seu nome (Dn 8:1; 9:2; ver Mt 24:15). Zacarias escreveu todo o livro que leva o seu nome (Zc 1:1), O apóstolo Pedro foi o escritor de 2 Pedro (2Pe 1:1), e João, o escritor do evangelho que leva seu nome, foi também autor do Apocalipse (Ap 1:1-4).

É preciso reconhecer que alguns dos livros da Bíblia não indicam explicitamente o escritor nem o tempo ou as circunstâncias históricas da escrita. As melhores soluções para as questões introdutórias desses livros devem se basear em todos os dados bíblicos relevantes, examinados à luz da evidência extrabíblica disponível. [3]

3. Contexto Histórico

Obtém-se o contexto histórico de qualquer passagem pelos dados apresentados pela Escritura e o esclarecimento provido pelas fontes extrabíblicas. Assim sendo, estar familiarizado com toda a história sagrada e o contexto de cada acontecimento é extremamente importante para revelar o ambiente histórico das Escrituras. Esse conhecimento é vital para a compreensão de alusões posteriores a acontecimentos prévios. Por exemplo, quando Jesus falou do modo como Moisés “levantou a serpente no deserto” (Jo 3:14), Ele estava Se referindo claramente a Números 21:4-9. Do mesmo modo, o secamento das águas do rio Eufrates (Ap 16:12) deve ser visto à luz da queda de Babilônia, predita em Jeremias 51 e realizada quando os medo-persas desviaram o curso do rio Eufrates para ter acesso à cidade.

Cresce o volume de material histórico na Escritura devido à riqueza da literatura da Antiguidade. Especialmente úteis são os livros apócrifos e pseudoepígrafos da Bíblia, bem como os targuns e os materiais rabínicos posteriores. Autores individuais, como Filo e Josefo, também contribuem para uma melhor compreensão da Escritura.

Nos últimos 200 anos, descobertas arqueológicas por todas as partes do Oriente Próximo lançaram luz sobre pessoas, acontecimentos e estilos de vida dos tempos bíblicos. Diversos costumes do período patriarcal são elucidados por textos encontrados em Mari, Nuzi e Ebla, Embora se diferenciem de outros códigos da época pelo elevado padrão de moralidade e por terem seu fundamento no caráter do legislador divino, as leis mosaicas guardam algumas semelhanças com códigos do segundo milênio antes de Cristo, tais como o de Hamurábi. Mesmo que seu conteúdo seja singular, a estrutura das alianças bíblicas entre Deus e os seres humanos assemelha-se aos pactos feudais celebrados entre suseranos hititas e seus reis vassalos. Os documentos cuneiformes babilônicos mostram por que “o rei” Belsazar só pôde oferecer a Daniel o terceiro lugar no *4* reino (Dn 5:29): seu pai, Nabonido, embora ausente, ainda era o legítimo rei. de Babilônia.

Do mesmo modo, a matriz sociopolítica e religiosa do judaísmo do 1" século e

do mundo romano no qual o NT foi escrito contribui para a compreensão dessa segunda parte da Bíblia. O estudo das facções judaicas, por exemplo, ajuda a esclarecer as disputas entre Jesus e os fariseus. Os jogos atléticos de 2 Timóteo 4:6-8 e a entrada triunfal do imperador em 2 Coríntios 2:14 só fazem sentido quando vistos no contexto dos costumes da época,

Muitos outros fatores devem ser incluídos no contexto histórico. A cronologia - quando as coisas aconteceram - e a geografia - onde as coisas aconteceram — contribuem para a compreensão da Escritura, Pesos, medidas e sistemas monetários também merecem atenção. Entre outros detalhes, os seguintes precisam ser levados em conta: o calendário hebraico e o ciclo das festas, a fauna e a flora, urbanização, táticas militares, clima e agricultura.

4. Aparentes Discrepâncias com Descobertas da História Secular

Durante séculos, eruditos bíblicos têm questionado a exatidão e veracidade dos numerosos detalhes históricos do registro bíblico, tais como a historicidade do êxodo e da conquista de Canaã, e a existência de Dario, o Medo, mencionado em Daniel. E importante reconhecer, em primeiro lugar, que muitas dessas supostas inexatidões históricas da Escritura se evaporam à luz de um estudo mais aprofundado. Até o fim do século 19, por exemplo, eruditos alegavam que os hititas mencionados na Bíblia (Gn 15:20, etc.) nunca haviam existido. Então, nas primeiras décadas de escavações do século 20, descobriu-se evidência de toda uma civilização hitita. Além disso, muitos eruditos do século 19 insistiam em que os costumes do período patriarcal eram anacrônicos; mas as descobertas em Nuzi, Mari, Ebla e em outros lugares do período forneceram paralelismo para praticamente todos os costumes retratados nas narrativas patriarcais.

Ficou provado que a narrativa do êxodo se encaixa bem na história da IS[fl] dinastia egípcia. A recente reanálise dos dados colhidos na escavação da antiga Jerico mostrou que (ao contrário de conclusões anteriores e do consenso acadêmico moderno em torno daquela escavação) a cidade foi destruída por volta de 1410 a.C., e que os detalhes da destruição *se* ajustam precisamente ao relato bíblico. A análise de registros medo-persas também encontrou um lugar no registro histórico para Dario, o Medo.

Nem todas as aparentes discrepâncias entre o registro bíblico e as descobertas da história secular foram ainda resolvidas. Uma hermenêutica baseada na Bíblia implica fé na confiabilidade histórica da Escritura, e certeza de que estudos arqueológicos ou históricos adicionais podem conciliar essa tensão tanto nesses pontos como em muitos outros. E importante, porém, que a Escritura não seja mantida refém das descobertas da ciência secular. Muitos relatos da Escritura jamais serão confirmados pela história secular, principalmente eventos miraculosos que não deixaram vestígios. Os acontecimentos bíblicos são, em última análise, aceitos não porque a ciência histórica secular os confirme, mas porque se acham registrados na fidedigna Palavra de Deus.

5. Aparentes Discrepâncias entre Relatos Bíblicos Paralelos

No material histórico da Escritura, especialmente nos livros de Samuel/Reis e Crônicas no AT e nos evangelhos no NT, relatos paralelos apresentam às vezes diferenças em detalhes ou ênfases (por exemplo, Mt 21:33-44, Mc 12:1-11 e Lc 20:9-18). Diversos princípios nos ajudam a resolver essas aparentes discrepâncias.

a. Reconhecer os diferentes propósitos dos diferentes escritores. Os quatro evangelhos foram escritos com objetivos

e planos gerais ligeiramente diferentes. Mateus muitas vezes arranja o seu material em ordem temática, e não cronológica. Marcos apresenta um relato quase ofegante Ê>das atividades de Jesus. Lucas parece estar apresentando Jesus aos gentios. E o evangelho de João é singular — escrito, conforme ele mesmo admite, para promover a fé.

b. Reconhecer que cada escritor pode estar fazendo um relato parcial do incidente, que deve combinar-se com outros relatos para formar um relato total. Os relatos paralelos da compra feita por Davi da eira sobre o Monte Moriá (2Sm 24:24; ICr 21:25) apresentam valores diferentes para o dinheiro pago e um nome diferente para o proprietário, Isso, porém, não significa que as descrições sejam necessariamente contraditórias. Os 50 ciclos de prata foram pagos pelos dois bois e a carroça de madeira (e possivelmente pelo pequeno pedaço de terra da eira), ao passo que os 600 ciclos de ouro foram o pagamento “por aquele lugar”, que abrangia todo o terreno. Araúna e Ornã são simplesmente alternativas ortográficas para o mesmo nome.

As introduções paralelas para o Sermão do Monte proferido por Jesus, conforme registrado por Mateus e Lucas, também parecem, à primeira vista, estar em contradição: Mateus diz que Jesus “subiu ao monte” (Mt 5:1), enquanto Lucas diz que Ele, “descendo com eles, parou numa planura” (Lc 6:17). Ellen White combina ambas as perspectivas, mais o discernimento de Marcos, para formar uma cena maior: “Após a ordenação dos apóstolos [sobre uma montanha, Mc 3:13], Jesus foi com eles para a praia do mar. Ali, de manhã cedo, começara o povo a se reunir. [...] A estreita praia não oferecia espaço ao alcance de Sua voz para todos quantos O desejavam ouvir, e Jesus os conduziu de volta à encosta da montanha. Chegando a um espaço plano, que proporcionava aprazível lugar de reunião para vasto auditório, sentou-Se Ele próprio na relva, e os discípulos e a multidão seguiram-Lhe o exemplo (DTN, 298). Outros exemplos de harmonização apropriada e plausível das narrativas evangélicas incluem os relatos paralelos do jovem rico (Mt 19:16-30; Mc 10:17-31; Lc 18:18-30), do cego de jerico (Mt 20:29-34; Mc 10:46-52; Lc 18:35-43), e da ressurreição de Jesus (Mt 28:1-15; Mc 16:1-8; Lc 24:1-11; Jo 20:1-10).

c. Reconhecer que a confiabilidade histórica não exige que os diferentes relatos sejam idênticos. O fato de os escritores dos evangelhos terem usado linguagem diferente é evidência de que foram independentes em sua autenticidade e integridade. Mateus cita as duas primeiras orações de Jesus no Jardim do Getsêmani, que continham o mesmo pensamento, mas palavras ligeiramente diferentes, e depois em Mateus 26:44 registra que Jesus “foi orar pela terceira vez, repetindo as mesmas palavras”.

d. Reconhecer que as convenções historiográficas aceitas nos primeiros séculos eram diferentes das de hoje. Empregava-se muitas vezes uma linguagem "fenomenológica" ou “observacional”, ilustrada por termos da língua comum tais como "o pôr do sol” ou “os quatro cantos” ou “as extremidades” da Terra, sem que isso implicasse uma cosmologia geocêntrica ou uma Terra plana. Usavam-se com frequência aproximações numéricas, tais como o número de mortos no monte Sinai (ICo 10:8; cf. Nm 25:1-18). Não devemos esperar mais elevados níveis de precisão das mensurações feitas em tempos bíblicos.

e. Reconhecer que alguns milagres e ditos similares de Jesus registrados nos evangelhos sinóticos podem ter ocorrido em momentos diferentes. O ministério de três anos e meio de Jesus envolveu, sem dúvida, repetição de ensinamentos e milagres. Um exemplo é a multiplicação dos pães e peixes para alimentar 5 mil pessoas

e mais 4 mil depois. Seria tentador afirmar que se trata de relatos divergentes do mesmo acontecimento, caso o próprio Jesus não tivesse se referido a eles como dois episódios distintos (Mt 16:9, 10).

f. Reconhecer que existem na Escritura alguns pequenos erros de transcrição. Isso se evidencia principalmente na transcrição de números nos relatos paralelos de Samuel/Reis e Crônicas. O estudo textual pode ajudar na determinação da melhor leitura.

g. Admitir que, por vezes, pode ser necessário não fazer pronunciamento sobre algumas aparentes discrepâncias, até que mais informação esteja disponível. Um exemplo são os dados cronológicos a respeito dos reis de Israel e Judá nos livros de Reis e Crônicas. Pareciam confusa sos até que a tese doutorai de Edwín Thiele, publicada como *The Mysteríous Numhers of the Hehrew Kings* (1951; revisado em 1983), mostrou como a aplicação de quatro princípios básicos de cálculo cronológico sincroniza completamente números bíblicos com os dados extrabíblicos.

O *Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia* representa inestimável recurso no trato com assuntos relativos a questões introdutórias e contextos históricos. Há, nos artigos históricos que introduzem cada volume e na introdução de cada livro bíblico, excelentes discussões sobre evidências de autoria, data e situação vital do material bíblico. Essas discussões aceitam literalmente as reivindicações e informações da Escritura sobre essas questões, ao mesmo tempo em que fornecem antecedentes arqueológicos, geográficos, cronológicos e culturais para elucidar o registro bíblico.

C. *Análise Literária*

Para interpretar a Bíblia adequadamente, é preciso reconhecer que o contexto literário da Escritura não é menos importante do que seu contexto histórico. A Escritura não é somente um livro de história, mas também uma obra de arte literária. Recentes estudos entre eruditos bíblicos dedicam crescente atenção às características e convenções literárias da Escritura,

A própria Escritura provê numerosos indicadores explícitos e implícitos de suas qualidades literárias e da importância de reconhecer essas qualidades como parte integrante da tarefa hermenêutica.

1. Limites da Passagem

Uma das primeiras tarefas na interpretação de determinado trecho em seu contexto literário imediato é reconhecer os limites da passagem. È importante fazer essa delimitação a fim de se compreender a unidade total de pensamento do qual aquele fragmento é parte. Pode-se, a seguir, determinar o que vem antes e o que vem depois, e compreender melhor como esse segmento se ajusta no fluxo do documento inspirado.

Ainda que as divisões do texto bíblico em versículos e capítulos não tenham sido feitas nos tempos bíblicos, os escritores forneciam muitos indicadores de limites para a passagem e, ao fazerem a interpretação de passagens antecedentes, mostravam estar cônscios das unidades distintas da Escritura. O livro de Gênesis, por exemplo, é impecavelmente dividido em 10 seções, cada uma identificada pela frase "as gerações de [...]". No livro dos Salmos, além das divisões dos salmos por capítulo, alguns contêm indicadores de divisões em nível de seção: (a) estrofes com estribilhos (31 42:5, 11; 43:5), ou (b) a palavra *selah* (71 vezes nos Salmos; SI 46:3, 7, 11), ou (c) um acróstico (como o Salmo 119, com versos sucessivos que começam com a letra seguinte do alfabeto hebraico).

Antes dos tempos do NT, o Pentateuco (e provavelmente também os Profetas) dividia-se em pequenas seções para serem lidas

na sinagoga a cada sábado (cf. At 13:15, 27; 15:21). Jesus reconheceu essas divisões da *Torah,* quando se referiu ao "trecho referente à sarça" (Lc 20:37; cf. Êx 3:3-6).

Acompanhando as referências explícitas dos escritores bíblicos e examinando cuidadosamente os escritos deles, podemos estabelecer os limites literários e lógicos da passagem em consideração. Por exemplo, a narração do que Jesus disse e fez se separa naturalmente em seções ou perícopes. Obras recentes fornecem ajuda para "mapear" um livro ou porção da Bíblia em divisões naturais, delimitando e analisando depois os parágrafos individuais.

2. Tipos Literários

Ao estudar qualquer amostra de obra escrita - e isso não é menos verdadeiro para a Bíblia - é extremam ente importante compreender que tipo de literatura está sendo examinada. Isso inclui tanto as categorias mais gerais de prosa e poesia como os gêneros literários específicos, tais como documentos legais, cartas, hinos, poemas de amor, biografias, e assim por diante. Diversas formas literárias cumprem diferentes funções, e determinadas convenções básicas são comumente empregadas em cada uma dessas formas literárias. A comparação de diferentes exemplos de um mesmo gênero literário revela as convenções comuns, bem como as ênfases e aspectos singulares de cada um.

,-* ► Reconhecer a forma literária usada no texto torna a interpretação mais apropriada.

Os escritores da Bíblia, muitas vezes, costumam identificar explicitamente o material que escrevem em termos de tipos ou gêneros literários específicos. Os principais tipos literários identificados na Escritura incluem: "gênese"/'genealogia7"história"/"relato" (heb. *toledoth*, Gn 2:4, mais 14 vezes em todo o Gênesis), bênçãos do leito de morte (Gn 49; Dt 33), leis (estatutos, ordenanças, juízos; Ex 21:1; Dt 4:44-45), concerto (Gn 21:22-32; 26:26-31; Js 9:15; lRs 5:6-12), celebração e renovação de alianças (Ex 24; o livro inteiro de Deuteronômio; ver Dt 29:1, 14, 15; Js 24), enigmas (Jz 14:10-18), decretos reais (Ed 6:3-12; 7:11-26), cartas (2Sm 11:15; lRs 21:8-10; 2Rs 5:5, 6; 10:1-3), salmos (com diversos tipos de salmo, indicados nos sobrescritos) ou canções (Ct 1:1), orações (SI 72:20; Dn 9:4-19), provérbios (Pv 1:1; 10:1; 25:1), oráculos proféticos ou "sentenças" (heb. *massa*', Na 1:1; Hc 1:1; Ml 1:1), visões (Dn 8:1, 2; Ob 1), litígio (heb. *ríb,* Is 3:13; Os 4:1; Mq 6:1), lamentação ou canto fúnebre (heb. *qinah*, Ez 27:32; Am 5:1; Lm), evangelhos (Mc 1:1), parábolas (Mc 4:2), "figuras" (gr. *paroimia*; Jo 10:6; 16:25), epístolas (Rm 16:22; IGo 5:9; 2Pe 3:1, 16) e profecia apocalíptica (Revelação ou Apocalipse de João; Ap 1:1).

a. Prosa. Muitos dos tipos literários em prosa foram explicitamente identificados e rotulados pelos escritores bíblicos, como os listados acima. Outros foram analisados por estudos modernos e incluem discursos ou sermões (Js 23; 24; iSm 12; lRs 2:1-9; Jr 7), listas (Gn 10; Js 15-19; Nm 33; lRs 4:7-19) e ordenanças cúltica s (Lv 1-7). De especial importância é a narrativa bíblica, que inclui gêneros como história (de Josué até 2 Crônicas; Atos), relatórios ou anais (lRs 11:41; 14:19, 20), autobiografia (Esdras e Neemias), relatos de sonhos e visões (Gn 37:5-10; 40:9-19; 41:1-7; Zc 1-6), e autobiografia profética (Is 8:1-3; Jr 36; Dn 1—6).

Recentes estudos têm enfocado particularmente a narrativa como um gênero literário que implica elevada capacidade artística. Embora a maior parte do estudo crítico moderno tenha a tendência de ver a narrativa bíblica somente como ficção, o estudante da Bíblia, que aceita o relato como história factual, pode se beneficiar examinando cuidadosamente a forma como o escritor inspirado estruturou a narrativa para enfatizar pontos vitais. Os elementos básicos da narrativa necessários para se compreender o "fluxo" do

relato incluem: o autor implícito (ou interlocutor invisível) e o leitor implícito, o ponto de vista ou perspectiva geral, a ordem dos acontecimentos e sua inter-relação ("temporização da história"), o enredo, os personagens e sua caracterização, o ambiente, e o comentário implícito ou as técnicas retóricas utilizadas no processo narrativo.

b. Poesia. Muitas versões bíblicas modernas organizam as seções poéticas da Escritura (aproximadamente 40 por cento do AT e seções dispersas do NT) sob a forma de estrofes. A poesia bíblica possui características especiais que exigem breve atenção.

O principal elemento caracterizador da poesia hebraica chama-se "paralelismo", ou "rima conceituai" (por oposição a "rima sonora"). O paralelismo poético tem sido dividido tradicionalmente em três modalidades principais: (a) *'paralelismo sinonímico*, no qual dois versos sucessivos da poesia repetem um pensamento semelhante (SI 1:2, 5; 103:10); (b) *paralelismo antitético*, no qual dois versos poéticos sucessivos apresentam idéias contrastantes (SI 1:6; 37:21; e muitos provérbios); e (c) *paralelismo sintético*, no qual o segundo verso poético acrescenta ao primeiro uma ideia de completude, ampliação ou intensificação (SI 2:6; 103:11). Esse aspecto fundamental da poesia hebraica é prontamente percebido tanto em traduções modernas como na língua original.

Apoesia hebraica também contém métrica ("linhas medidas"), embora não seja tão rigidamente obedecida como na poesia grega. A métrica se define pelos acentos prosódicos: cada palavra hebraica acentuada adquire um ponto. Um tipo especial de métrica é o *qinah*, ou "lamento", que possui uma linha com três acentos tônicos seguidos por uma linha com dois (3:2). Muitos dos salmos "de lamentação", nos quais o escritor implora pela ajuda de Deus — e isso acontece praticamente em todo o livro de Lamentações — utilizam essa métrica "longa-breve", que, para alguns, constitui uma tentativa de imitar a "inspiração longa e a expiração curta" característica dos suspiros daquele, que lamenta. Embora o elemento métrico da poesia hebraica não fique tão patente na tradução, a métrica longa-breve muitas vezes se traduz sob a forma de linhas longas e curtas do verso.

Os escritores bíblicos utilizam muitos outros dispositivos literários e elementos estilísticos, principalmente nas seções poéticas da Escritura. Encontramos o emprego *ãe inclusio* ou "construção envelope" (a mesma expressão no começo e no fim: SI 8, 103), acróstico (versos ou grupos de versos que começam com letras sucessivas do alfabeto: SI 9, 10, 25, 34, 37, 119, 145), símile (comparação usando "como": Os 7:11), metáfora (uma realidade representando outra: SI 23:1; Os 10:1; Jo 10:7, 9, 11), sínédoque (a parte tomada pelo todo: Is 52:1, 2), onomatopéia (palavras que lembram o som daquilo que designam: Jr 19:1, 10; Is 17:12, 13; SI 93:4), assonância (repetição de vogais: Is 5:7), paronomásia (trocadilhos e jogo de palavras: Am S:2, 3; Mq 1) e personificação (Pv 8). Todos esses elementos literários contribuem para a construção e formação da mensagem.

Cada uma dessas figuras literárias possui características específicas que acabam exercendo papel importante na interpretação da mensagem transmitida. A forma literária e a interpretação teológica andam de mãos dadas: identificar e compreender o tipo literário permite esclarecer o significado teológico que se tem em vista.

Diversas formas literárias (parábola, profecia e profecia apocalíptica) compreendem um significado ou cumprimento expandido que será discutido mais adiante na seção dedicada ao contexto e análise teológica (ver III,E.3),

3. Estrutura Literária

A estrutura literária, tanto da passagem como de sua composição literária mais

ampla, é importante para a análise. Ela fornece com frequência uma chave para o fluxo do pensamento ou para os temas teológicos centrais.

Nas porções da Escritura escritas em prosa, como as epístolas do NT, é útil esquematizar a passagem, organizando as principais unidades de informação sob a forma de tópicos e subtópicos. A partir desse esquema é que emergem os modelos de pensamento significativos. Muitos dos mesmos passos utilizados para delimitar a passagem (ver IILC.l) também são úteis para identificar dentro do parágrafo padrões ainda menores.

A análise rigorosa do material bíblico revela que os escritores bíblicos com frequência estruturam cuidadosamente versos, capítulos, livros e até mesmo blocos de livros segundo um modelo artístico-literário. Muitas vezes, a estrutura literária acompanha os elementos básicos da forma literária da passagem, E assim, por exemplo, que um litígio pactuai profético (heb. *rib)* costuma conter determinados elementos. A estrutura literária de Míqueias 6 (que o profeta identifica especificamente como uma *rib*, Mq 6:1-2) segue esse modelo básico de litígio.

Dois tipos de estrutura literária que dependem do paralelismo poético chamam especial atenção, Um dispositivo de estruturação literária comum é o "paralelismo em bloco" ou "escrita em painel", que segue o modelo do paralelismo sinonímico em cada verso da poesia. Encontramos o "paralelismo em bloco" ou "escrita em painel" como técnica estruturante em livros bíblicos tais como Josué e Jonas: a sequência da primeira metade do livro é repetida na segunda metade. Outro dispositivo de estruturação literária comum na Escritura é o paralelismo inverso (ou quiasma, assim chamado porque procede da letra grega *qiii*, que tem a forma de um X), que segue o modelo do paralelismo antitético na menor unidade de duas linhas sucessivas da poesia. Um exemplo do modelo ABCB1A1 de quiasma em um verso individual está evidente na "imagem invertida" referente às cidades mencionadas em A mós 5:5:

A. Não busqueis a *Betei;*
B. nem venhais a *Gilgal*
C. nem passeis a *Berseba;*
B1. porque *Gilgal,* certamente, será levada cativa,
A1, e *Betei* será desfeita em nada.

Esse verso tem sido analisado como parte de uma estrutura quiástica maior, que abrange Amós 5:1-17, a qual, por sua vez, é a parte de um quiasma muito maior, ou seja, todo ◄ si o livro de Amós. Têm-se observado estruturas quiásticas em mais de 50 salmos avulsos, bem como em seções da Escritura que abrangem diversos capítulos (a narrativa do dilúvio em Gn 6—9; o Sermão do Monte, Mt 5—7, e Hb 6-10). Estudos recentes também identificaram arranjos quíásticos em diversos livros bíblicos inteiros e blocos de livros.

O *uso que um* escritor bíblico faz de um arranjo quiástico mostra, com frequência, qual a ênfase do autor inspirado, visto que, na maioria das vezes, essa ênfase climática é posta no ponto central, ou coração, do quiasma. No Salmo 92, por exemplo, no "Gântico para o Dia de Sábado", há sete versos de ambos os lados do verso central, cada um contendo um par de versos em paralelismo poético. Mas a afirmação central do salmo, "Tu, porém, Senhor, és o Altíssimo eternamente" (v. 8), é posta sozinha no coração do quiasma sem nenhuma linha que lhe corresponda paralelamente. Dirige-se assim a atenção para o clímax do salmo, tanto na estrutura literária como no significado teológico.

Estruturas paralelas na Escritura são também frequentemente esclarecidas graças à equivalência ou repetição das partes estruturais. O que é claro na primeira metade da estrutura pode ajudar a esclarecer o elemento estrutural equivalente na segunda metade.

É assim que o arranjo quiástico de Zacarias, por exemplo, permite afirmar o caráter messiânico de passagens extremamente importantes em virtude de seus elementos estruturais equivalentes serem convincentemente messiânicos. Noutro exemplo, a referência à entrada de Jesus "além do véu", em Hebreus 6:17-20, é esclarecida quando a comparamos com o elemento estrutural correspondente da entrada de Jesus "pelo véu", em Hebreus 10:19 e 20, o que demonstra que o cenário de ambas as passagens é a inauguração do santuário celestial.

O intérprete não deve importar para o texto estruturas que dele real mente não façam parte. É preciso haver rigoroso controle dentro do texto para garantir que o estudante da Bíblia não imponha artificialmente um esboço ou estrutura ao material bíblico. Esses comandos internos incluem *temas*, conceitos e motivos equivalentes; e, mais importante, *palavras-chave* e grupos de palavras equivalentes. Quanto mais explícitos forem os paralelos verbais e estruturais, mais certos podemos estar de que a estrutura realmente pertence à passagem. Nem sempre é possível, porém, determinar se o escritor humano trabalhava a estrutura conscientemente, ou se ela era parte tão integrante de sua abordagem literária a ponto de a estrutura emergir espontaneamente, ou se ela procedia diretamente da inspiração divina.

D. Análise Verso por Verso

O objetivo fundamental do estudante da Bíblia é chegar ao significado simples e direto da Escritura. Baseado no princípio da clareza da Escritura (ver II.C.3), é preciso tomar o texto no seu sentido natural, a menos que haja clara evidência do emprego de linguagem figurada por parte do escritor bíblico. Em Apocalipse 1:7, por exemplo, onde João escreve que Jesus está "vindo com as nuvens, e cada olho o verá", o contexto indica nuvens literais, não representações figurativas de "distúrbios" ou qualquer outro significado simbólico. (Sobre reconhecimento e interpretação de símbolos, ver III.E.3.a.)

Ao procurar compreender o sentido natural de uma passagem bíblica, o intérprete deve analisar cuidadosamente cada verso, dando atenção aos pontos importantes da gramática e da sintaxe (construção da frase), bem como ao significado das palavras-chave do contexto.

1. Gramática e Sintaxe

Os escritores do NT dão exemplos de sua preocupação em representar fielmente as construções sintático-gramaticais do original hebraico e assim apresentar a seus leitores o verdadeiro significado dos textos do AT. Um exemplo nítido da sensibilidade sintático-gramatical por parte de um escritor do NT é a citação do Salmo 45:6 e 7 em Hebreus 1:8 e 9. O apóstolo reconhece que o original hebraico aponta para Aquele que é ao mesmo tempo Deus e o Ungido de Deus, deduzindo assim a relação existente entre o Pai e o Filho na Divindade ("O Teu trono, ó Deus [...] por isso, Deus, o Teu Deus, Te ungiu"). Outro exemplo é a citação do Salmo 110:1 por Jesus e pelos escritores do NT (Mt 22:44 e paralelos sinóticos; At 2:34, 35; Hb 1:13). Os intérpretes inspirados não tinham dúvida em captar as implicações messiânicas a partir da sintaxe das palavras de Davi: "Disse o Senhor [o Pai] ao meu Senhor [o Messias]: Assenta-te à minha mão direita" (ARG).

Seguindo o precedente bíblico, o intérprete moderno deve prestar cuidadosa atenção à gramática e à sintaxe da passagem em estudo, a fim de captar o significado pretendido. Por isso é aconselhável consultar traduções formais (palavra por palavra) da passagem a fim de perceber a construção oracional e observarquaisquer elementos gramaticais ou sintáticos incomuns ou complexos,

O mais indicado para esse tipo de estudo é um conhecimento completo da gramática

e da sintaxe hebraica/aramaica e grega. No entanto, o intérprete da Bíblia conta hoje com uma série de Ferramentas de estudo que o iniciam nos aspectos básicos do sistema verbal hebraico e grego e em outros aspectos gramaticais peculiares a cada língua, além de uma chave analítica para todo o AT e NT com informação gramatical e lexical palavra por palavra e diversas traduções em diferentes línguas. Para compreender o fluxo de pensamento da passagem é útil preparar um diagrama gramatical ou exposição sintática que tenha como base a língua original ou versões modernas. Tais diagramas podem ser especialmente benéficos para as epístolas do NT, por exemplo, que possuem muitas vezes construções frasais bastante complexas.

2, Estudo de Termos

Numerosos exemplos na Escritura dão. evidência do cuidado dos escritores do NT em representar fielmente o significado das palavras vitais de uma passagem do AT. Veja como Paulo utiliza a frase "O justo viverá por fé" (Rm 1:17, citando Hc 2:4); como Mateus aproveita da LXX o termo *parthenos*, "virgem" (Mt 1:23) para melhor representar o heb. *'ahnah*, de Isaías 7:14; e o uso que Cristo faz da palavra "deuses" (Jo 10:34, citando SI 82:6).

Seguindo o precedente do NT, o intérprete moderno deve se empenhar em estudar cuidadosamente as palavras vitais da passagem em consideração. O processo de estudo da palavra é mais complexo hoje — e não obstante ainda mais necessário - pois o hebraico e o aramaico bíblicos e o grego koinê não são mais línguas vivas. O .estudo completo de determinada palavra de uma passagem compreende o exame de sua etimologia, significado .de sua raiz, número e distribuição de ocorrências através da Escritura, sua amplir tude semântica, acepções básicas, derivados e emprego extrabíblico. A palavra deve ser estudada em seu contexto multifacetado: ambiente cultural, linguístico, temático e canônico.

Felizmente, muito desse material de pesquisa já se acha sintetizado em dicionários e léxicos teológicos que abrangem o vocabulário básico do AT e do NT, Uma concordância analítica possibilita consultar todas as ocorrências de uma palavra na língua original e estudar seus variados usos.

Ao mesmo tempo é extremamente importante lembrar que o determinante final do significado de uma palavra é o contexto imediato no qual a palavra ou a frase está inserida. Por exemplo, o termo "o anjo do Senhor", no AT, pode algumas vezes referir-se a um ser angélico criado. Mas, na maioria das vezes, o contexto imediato mostra que a referência é a um ser divino, isto é, o pré-encarnado Filho de Deus (Gn 16:7-13; 22:11-18; Êx 3:2, 4, 6; Jz 13:3-22). Noutro exemplo, o termo hebraico *elep* pode significar "mil" ou "clã". Alguns têm sugerido que Êxodo 12:37 significa que 600 clãs e não 600 mil israelitas partiram do Egito. Ainda que seja esta uma tradução teoricamente possível, Êxodo 38:25 e 26 relata que a quantidade total de prata para construir o tabernáculo foi arrecadada de 603.550 israelitas, meio siclo por cabeça. O cálculo só dá certo se *elep* significar mil, e não clã.

Alguns exemplos de estudo de palavras que fazem diferença crucial na doutrina bíblica incluem palavras como "para sempre" (heb. *olam*, gr. *ctiõnios)*, que não significa "sem fim" no contexto do sofrimento dos ímpios no fogo do inferno; "o arrependimento" *(naham*, "entristecer-se, mover-se de piedade, compadecer-se") da parte de Deus, que é diferente do "arrependimento" (*shuh*, «33 "dar meia-volta, arrepender-se") do homem; e *ta hagia*, "os santos", em Hebreus 9:8, que segue o emprego regular da LXX e se refere a todo o santuário, e não apenas ao santíssimo. Finalmente, o verbo *enluimizõ*, em Hebreus

10:20, que é o termo técnico usado pela Septuaginta para a "inauguração" do santuário (Nm 7:10, 11, 84, 88), sugere que Cristo, por ocasião de Sua ascensão, entrou no santuário celestial para inaugurar seus serviços, não para dar início ao ministério do Dia da Expiação.

E. Análise Teológica

Os escritores bíblicos fornecem abundante evidência da necessidade de determinar a mensagem teológica de uma passagem como parte do empreendimento hermenêutico. Jesus revela, por exemplo, as implicações teológicas de longo alcance do decálogo no Sermão do Monte (Mt 5:17-28). O Concilio de Jerusalém apresenta a ideia teológica importada de Amós 9:11 e 12, de que os gentios não precisam se converter ao judaísmo para se tomar cristãos (At 15:13-21). Paulo capta a essência teológica do pecado em diversas passagens do AT (Rm 3:8-20) e da justificação pela fé em sua exposição de Gênesis 15:6 e Salmo 32:1-2 (Rm 4). O sermão de Pedro no Pentecostes (At 2) esboça a teologia da escatologia inaugurada, encontrada em Joel 2, e sua epístola explora as dimensões teológicas da obra expiatória do Messias, conforme apresentada em Isaías 53 (lPe 2:21-25). [1]

1. Métodos de Estudo Teológico

Em harmonia com o que Jesus e os escritores do NT fizeram, ao interpretar a Escritura do AT, apresentamos a seguir diversos métodos úteis para apreender a mensagem teológica da Escritura.

a. Abordagem livro por livro. Escritores inspirados como João, o revelador, pedem que seus leitores estudem o livro bíblico do começo ao fim (Ap 22:18, 19). Cada escritor bíblico forneceu uma perspectiva única dentro da harmonia global da verdade bíblica. Em vista disso, é extremamente compensador lançar mão de um livro inteiro e captar seu tema teológico principal. E necessário muitas vezes ler e reler o livro até que a mensagem do escritor seja percebida, emergindo claramente os variados temas, conceitos e motivos. As vezes, a mensagem é um único e predominante tema, contendo diversos subtemas e motivos; outras vezes, há temas diversificados e paralelos. E útil fazer um esboço do livro, esquematizando o fluxo do pensamento seguido pelo escritor bíblico. Muitas vezes, captar a estrutura literária do livro ajuda nesse processo (ver IILE.be).

b. Exposição verso por verso. Os sermões de Pedro e Paulo (At 2; 3; 13) ilustram o método de exposição verso por verso de passagens bíblicas. O que se enfatiza nesse tipo de estudo são os princípios e as verdades teológicas básicas que emergem da passagem e que possuem aplicação prática hoje. E importante enfocar um único verso da Escritura por vez, até que a reflexão e o estudo diligente, realizados sob a guia do Espírito Santo, torne claro o significado.

c. Estudo tópico/temático. A abordagem temática é ilustrada com toda clareza na própria pregação de Jesus (Lc 24:25-27). Essa abordagem toma temas bíblicos explícitos e deixa que a Escritura interprete a si mesma (ver II.C), reunindo e comparando todos os dados bíblicos sobre determinado tema. O uso de concordância e referências cruzadas para rastrear palavras-chave e conceitos é extrema mente importante. Exemplos de grandes temas bíblicos a serem investigados são o sábado, a segunda vinda, a morte e a ressurreição, a salvação, o santuário, o arrependimento e o juízo.

Às vezes, essa abordagem talvez escolha algum problema da vida moderna, alguma necessidade específica atual, alguma questão contemporânea e procure aplicar tudo quanto a Escritura tem a dizer sobre esse tema ou assunto. Esse tipo de estudo pode envolver estudo de palavra, uso de referências cruzadas nas margens da Bíblia ou exame acurado de uma única passagem.

Em qualquer estudo temático ou tópico, devem-se respeitar os quatro princípios anteriormente apresentados (II.A-D). E extremamente importante reunir *tudo* o que a Escritura diz sobre o tema, para não distorcer-ei»- lhe a mensagem. Não se deve utilizar uma passagem para anular outra, visto que, de acordo com o princípio da analogia bíblica, todas as partes da Escritura são coerentes e harmoniosas. Deve-se também seguir o princípio de clareza da Escritura, Quando esses princípios servem de parâmetro para o estudo temático, não é preciso recorrer ao método ilegítimo de "texto de prova", que reúne passagens de diversas partes da Escritura sem levar em conta seu contexto original, e as emprega apenas para "provar" aquilo que elas não ensinam.

d. Perspectiva do "grandioso tema central". Os escritores do NT fazem suas análises teológicas de passagens específicas considerando o contexto mais amplo do multifacetado "grandioso tema central" da Escritura, conforme apresentado na abertura e no encerramento das páginas da Bíblia (Gn 1-3; Ap 20-22). Isso inclui: a criação e o plano divino para este mundo, o caráter de Deus, o surgimento do conflito moral cósmico, o plano da redenção-restauração em Cristo e Sua obra expiatória, o juízo escatológico e o término do pecado no clímax da história.

Diversas passagens do NT ressaltam a centralidade desses temas. Para Jesus, as Escrituras do AT testificam dEle (Jo 5:39-47). Paulo também entende o foco cristológico da Escritura, quando toma a decisão de nada pregar, a não ser "Jesus Cristo e este crucificado" (iCo 2:2), e o foco soteriológico da Escritura - elas podem "tornar-te sábio para a salvação" (2Tm 3:15). Reconhece também o alcance e as implicações cósmicas do evangelho da salvação, que ele apresenta a partir da Escritura (Cl 3:11). Seu obstinado propósito de vida, modelado pela Escritura, tem um foco escatológico bem nítido (Fp 3:13, 14).

Uma maneira bastante eficaz de perceber a beleza e a unidade da Escritura é perguntar a respeito de cada passagem estudada: Em que esta passagem contribui para a compreensão do grandioso tema central da Escritura? O "grandioso tema central" se torna assim um referencial capaz de prover não só unidade e harmonia essencial, mas também significado fundamental aos diversos temas bíblicos.

e. Análise da estrutura literária. A estrutura literária de um livro se torna muitas vezes a chave para uma compreensão mais clara de sua mensagem teológica ou para o estabelecimento do tema teológico central de um livro (ver III.C.3). Para muitos eruditos em AT, por exemplo, o livro de Deuteronômio foi estruturado seguindo o modelo dos tratados internacionais de suserania da época: (a) preâmbulo ou introdução do suserano (Dt 1:1-5); (b) prólogo histórico ou declaração de benefícios passados do suserano ao vassalo (Dt 1:6-4:49); (c) cláusulas gerais (Dt 5-11); (d) cláusulas específicas (Dt 12—26); (e) bênçãos e maldições (Dt 27; 28); (f) testemunhas (Dt 30:19; 31:19; 32:1-43).

Reconhecer nesse livro uma estrutura literária de aliança destaca pontos teológicos essenciais sobre a relação pactuai divino-humana. Assim como nas alianças hititas o chamado à obediência se baseava num motivo de gratidão para com o que o suserano já havia feito em benefício do vassalo, os mandamentos de Deus são apresentados depois de se fazer uma recapitulação de como o Senhor havia remido Israel no Sxodo. Assim sendo, o povo é chamado a obedecer a Deus, não para ser redimido, mas porque *já* fora redimido e agora pode reagir com gratidão pelo que já lhe foi feito. O livro de Deuteronômio rejeita, portanto, a justificação pelas obras, confirmando a primazia da graça na redenção divina.

Como segundo exemplo, a estrutura quiástica do Pentateuco aponta para Levítico

como o ápice da revelação de Deus. Em Levítico, o Dia da Expiação, descrito no capítulo 16, é o ápice da estrutura quiástica. O dia mais sagrado do ano judaico, no qual a pessoa mais sagrada na Terra (o sumo sacerdote) entra no lugar mais sagrado da Terra (o lugar santíssimo) para realizar a tarefa mais sagrada de todo o ano — esse dia é reservado para o capítulo central da *Torah*. O fato de ele ter sido posto dentro de Levítico — acompanhado de um lado (Lv 1-15) pela menção constante a sangue e sacrifício, e do lado oposto (Lv 17-23), por repetidos apelos à santidade — fornece uma perspectiva teológica
§► equilibrada do Dia da Expiação.

2. Passagens Teológicas Problemáticas

Ao lidar com passagens teológicas aparentemente problemáticas, principalmente as que dizem respeito ao caráter de Deus, ou com supostas distorções da verdade, podem ser úteis as seguintes perguntas;

a. Qual a visão global do caráter de Deus na Escritura, especialmente conforme revelada no Calvário? E preciso lembrar que o Pai e o Filho possuem o mesmo caráter (Jo 14:9) e que o Deus do AT é o mesmo do NT (Jo 8:58), Corretamente compreendidas no contexto abrangente do grande conflito, todas as passagens da Escritura apresentam um retrato coerente e uniforme do caráter de Deus (ver Grande Conflito I-V).

b. Existe na Escritura ou em material extrabíblico alguma informação adicional específica relevante para a passagem problemática? Muitas vezes, uma aparente dificuldade na Escritura é esclarecida quando se leva em conta todos os fatos bíblicos. Um exemplo é a morte violenta de Uzá. À primeira vista parece que ele estendeu a mão inocentemente para impedir a arca de cair (2Sm 6:3-7), mas o quadro fica mais claro quando se percebe que a arca havia permanecido cerca de 20 anos na própria casa dele, em Quiriate-Jearim, aos cuidados de seu pai, Abinadabe (lSm 7:1, 2; 2Sm 6:3). Ao que parece, durante esse tempo Uzá perdera o senso de que a arca era um artefato sagrado: a familiaridade degenerou em irreverência. Esse desrespeito pelo sagrado também se revela na violação das ordens divinas específicas acerca do transporte da arca: só os sacerdotes podiam tocar na arca (Nm 4:15), que devia ser transportada nos ombros dos levitas, e não sobre uma carroça (Nm 7:9). Por toda a Escritura, Deus leva a sério o pecado da irreverência (cf. 2Rs 2:23,24; Lv 10:1-3), porque o respeito a Deus é vital para o relacionamento entre a divindade e a humanidade.

Outro exemplo de dados bíblicos adicionais que esclarecem um problema teológico se encontra nos salmos imprecatórios ou "de maldição" (SI 35; 58; 69; 109; 139). Davi, o representante ungido de Deus, não está aqui dando uma demonstração de mero acesso humano de ira, mas, específica e consistentemente, invocando as maldições pactuais de Deuteronômio 28 e Levítico 26. Está orando para que Deus seja fiel à Sua aliança, trazendo as maldições prometidas sobre os que contra Ele se rebelam.

Gomo exemplo de material extrabíblico esclarecedor de um problema teológico, observamos a evidência contemporânea em favor da impiedade dos amorreus na época da **conquista** (Gn 15:16; Êx 13:5). Os Tabletes Ugaríticos de Ras Shamra nos fazem compreender a grosseira lícenciosidade e a desbragada violência do ritual religioso cananita. Sua devassidão os tornou incapazes de reagir positivamente ao Espírito de Deus, O Senhor, em Sua misericórdia, tanto quanto em Sua justiça, declarou nada lhe restar fazer senão executar juízo.

c. Deus age como um "cirurgião divino", cortando a parte infectada para salvar todo o corpo? Deus forneceu este princípio específico como razão

para a pena de morte contra filhos inteiramente entregues à rebeldia e à contumácia: "Todo o Israel ouvirá e temerá" (Dt 21:21). O mesmo sucedeu com a rebelião de Coré, Data e Abirão (Nm 16). Esse princípio também explica as ações divinas contra os povos mencionados no princípio anterior [amorreus] e indivíduos como Acã (Js 7) e Ananias e Safira (At 5). O castigo infligido sobre um ou alguns levava outros ao arrependimento e incutia respeito para com Deus, além de evitar a necessidade de punir a muitos.

d. Compreender o pensamento hebraico resolve a dificuldade de Interpretação? Os escritores do AT não aceitam — e muitas vezes agem explicitamente contra - a teologia mitológica e politeísta adotada por seus vizinhos do Oriente Próximo. Assim também, os padrões de pensamento teológico dos escritores do NT, embora expressos em grego, não se desviam da trajetória do pensamento hebraico bíblico nem absorvem as formas de pensamento da cultura prevalecente, tais como o gnosticismo e o dualismo platônico.

Assim também, deve ser o premeditado propósito do intérprete não acrescentar à hebraica forma de pensar da Escritura o pensamento moderno, grego ou do antigo Griente Próximo. Reconhecer os padrões de pensamento hebraico resolve muitos problemas textuais aparentes. O pensamento hebraico, por exemplo, costuma não fazer diferença entre causa e atuação. Ao afirmar vigorosamente a soberania divina, os escritores bíblicos de vez em quando atribuem a Deus a responsabilidade por atos que Ele não executa diretamente, mas permite acontecer. E assim, pois, que passagens que afirmam que Deus "endureceu o coração de faraó" (Êx 9:12) devem ser vistas â luz de passagens do mesmo contexto que afirmam que "faraó endureceu [o próprio] coração" (Êx 8:15, 32; 9:34, RSV). Deus "fez com que" faraó endurecesse o coração porque este se recusou a atender aos repetidos apelos para deixar Israel partir. Isto é, Deus iniciou as circunstâncias (apelos e pragas) que levaram faraó a tomar uma decisão (endurecer o coração). Noutro exemplo, 2 Samuel 24:1 mostra que o Senhor incitou a Davi a recensear Israel; ao passo que 1 Crônicas 21:1 afirma que foi Satanás quem fez a incitação. Está claro que Deus não é a causa direta dos infortúnios e aflições de Jó, senão que Ele permite Satanás agir dentro de determinados limites (Jó 1:6-12; 2:6); apesar disso, o próprio Senhor disse a Satanás: Tu me incitaste "contra ele, para o consumir sem causa" (Jó 2:3). Não hã nenhum conflito no pensamento hebraico ao afirmar que Deus causa aquilo que, em Sua soberania, Ele permite.

e. Qual é o ideal divino na situação descrita? Deus concedera aos cananeus 400 anos de tempo de graça para se arrependerem (Gn 15:16). Além disso, tinha a intenção de expulsá-los por meio de vespas e pelo Anjo para que Israel não precisasse destruí-los com suas próprias mãos (Êx 23:23, 28). Mas o Senhor, condescendendo com a falta de fé de Israel, operou sob circunstâncias abaixo das ideais, procurando em todo o tempo levá-los de volta ao ideal (ver Êx 14; 15; 2Rs 19; 2Cr 32; Is 37, para vislumbres da forma ideal de Deus agir).

O mesmo princípio ajuda a explicar a permissão divina para o divórcio na lei mosaica. Jesus chamou a atenção para o fato de que Deus permitiu o divórcio por causa da dureza de coração dos israelitas, "entretanto, não foi assim desde o princípio" (Mt 19:8; Gn 2:24)

f. A atividade divina é um artifício para chamar a atenção, para despertar Seu povo para que Lhe dê ouvidos? Às vezes, Deus teve de adotar o que parecia serem medidas extremas, para despertar Seu povo da letargia e dos pecados em que estavam mergulhados. Dentre essas medidas se acham os atos simbólicos representados por Ezequiel, nos últimos dias que antecederam

o cativeiro babilônico (Ez 4; 5), bem como a ordem divina para Oseias se casar com uma "mulher de prostituições", nos últimos dias de graça do reino do norte (Os 1:2).

Esse princípio talvez explique parcialmente a dramática exibição ocorrida no monte Sinai, a qual fez com que todo o povo tremesse de medo (Ex 19:16-19). Em Êxodo 20:20, Moisés faz um jogo com a palavra hebraica para temor, que apresenta dupla conotação: "Não temais [não tenhais medo]; Deus veio para vos provar e para que o Seu temor [reverência] esteja diante de vós, a fim de que não pequeis." Ainda assim, o poder e a majestade manifestos no Sinai não deixam de ser condizentes com o caráter de Deus. Ele e fogo que consome (Dt 4:24; Hb 12:29) e a teofania no Sinai era só um pálido reflexo de Sua terrível santidade.

g. Existem ainda pontos não completamente explicáveis ou compreensíveis? Nem sempre será possível nesta vida entender por que Deus fez certas coisas do jeito que fez. Algumas questões, como o sofrimento de inocentes e a morte de crianças e mártires, bem como a crueldade impune dos maus nesta vida, permanecerão não resolvidas até que Cristo venha e corrija todas as coisas. Algumas questões e atos divinos só serão compreendidos plenamente quando, no futuro, o próprio Deus revelar por que teve de agir ou deixar de agir à luz do grande conflito. Apesar disso, a Escritura fornece evidência e respostas suficientes para que o estudante da Bíblia possa entoar o cântico de Moisés e do Cordeiro: "Justos e verdadeiros são os Teus caminhos, ó Rei das nações!" (Ap 15:3). [3]

3. As Escrituras Apontando para Além de si Mesmas

Examinaremos nesta seção aquelas partes da Escritura que apontam intrinsecamente para um cumprimento além dela mesma, como profecia e tipologia, ou para um significado expandido além dela mesma, como simbolismo e parábolas.

a. Profecia. As diversas observações gerais provenientes do testemunho que a Bíblia dá de si mesma são fundamentais para o material profético. Primeiramente, a Bíblia afirma que somente Deus é capaz de predizer o futuro, tanto o próximo como o distante (Is 46:10; Dn 2:45; 8:17-19; Ap 1:19); o intérprete não se deve deixar influenciar pela rejeição moderna da predição e presciência divinas. Em segundo lugar, a profecia preditiva não foi dada meramente para satisfazer a curiosidade sobre acontecimentos futuros, mas tendo em vista objetivos morais, como a confirmação da fé (Jo 14:29) e a promoção da santidade pessoal na preparação para a vinda de Cristo (Mt 24:44; Ap 22:7, 10, 11). Em terceiro lugar, os padrões interpretativos da profecia preditiva devem ser encontrados dentro da própria Escritura. Para ser considerada correta, a profecia deve se cumprir à risca em relação aos dados proféticos.

Em quarto lugar, compreender a estrutura literária de um livro profético fornece proveitoso apoio comprobatório para a interpretação correta. O arranjo quiástico de Apocalipse, por exemplo, contém duas metades que retratam respectivamente o desdobramento histórico e escatológico do grande conflito. Além disso, as cenas introdutórias do santuário, que estruturam todo o livro do Apocalipse, revelam onde se inicia o fluxo da história em cada seção. Para citar outro exemplo, o ápice do quiasma na estrutura literária de Amós é o capítulo 5, onde o profeta apresenta fervorosos apelos para que Israel se arrependesse, mostrando claramente a natureza condicional de sua profecia.

Em quinto lugar, deve-se exercer bastante cautela com a profecia *ainda não cumprida.* O conselho de Jesus com referência a um propósito moral básico em toda a profecia é pertinente: ela é dada para que, *quando acontecer, nós creiamos* (Jo 14:29). Antes que

aconteça, não somos capazes de compreender todos os detalhes das predições, por mais claro que seja o contorno básico dos acontecimentos e das questões.

Há, dentro da Escritura, dois tipos de gêneros proféticos: a profecia “clássica” e a profecia "apocalíptica”. As regras hermenêuticas para cada gênero são diferentes; portanto, é importante distingui-las umas das outras. As distinções são discutidas no artigo sobre apocalíptica bíblica (ver Literatura Apocalíptica II.A-F),

b. Tipologia. Encontramos as características básicas da tipologia bíblica dentro da própria Escritura, em fatos ou personagens simbólicos do AT que os escritores do NT designam explicita mente com a palavra *typos,* “tipo"; ou seu cumprimento neotestamentário, com o nome de *antitypos,* “antítipo” (ver Rm 5:14; ICo 10:6, 11; Hb 8:5; 9:24; lPe 3:21), Podemos definir tipologia como o estudo de pessoas, acontecimentos ou instituições na história da salvação escolhidos especificamente por Deus para prefigurar de forma preditiva o cumprimento escatológico antitípico deles mesmos em Cristo e nas realidades evangélicas originadas em Cristo.

E possível explicar a tipologia bíblica contrastando-a com outros elementos retóricos também presentes na Escritura. As cinco características distintivas da tipologia são as seguintes:

(1) A *tipologia tem suas raizes na história.* Não se *deve* perder de vista o caráter histórico real dos acontecimentos, pessoas e instituições, A tipologia está em contraste com a alegoria, que aponta para um significado que denigre e até mesmo rejeita o evidente senso histórico,

(2) Um tipo prefigura ou representa o que está por vir. O tipo está em contraste com o símbolo, que é em si mesmo uma representação atemporal da verdade. Os símbolos podem, contudo, converter-se também em tipos, se utilizados em contexto tipológico específico. Um cordeiro, por exemplo, simboliza na Escritura mansidão e inocência; quando, porém, associado ao santuário, torna-se um tipo simbólico do Cordeiro de Deus, o Messias,

(3) *Um tipo prefigura, mas não de forma explicita ou verbal.* O tipo está em contraste com a profecia preditiva. Tanto o tipo quanto a profecia preditiva se referem ao futuro. O tipo faz isso silenciosa mente (através de uma pessoa, um acontecimento ou uma instituição); já a predição, verbalmente. Tipologia e predição verbal andam de mãos dadas, visto que só é possível identificar um tipo como tal por meio de alguma indicação verbal na Escritura.

(4) A tipologia envolve uma correspondência superior—o antítipo é maior do que o tipo. Jesus, por exemplo, anunciou que Ele próprio era “maior do que" o templo, que o profeta Jonas e o rei Salomão (Mt 12:6, 41, 42). Nisso a tipologia se distingue de uma ilustração ou comparação espiritual, como, por exemplo, aquela em que Pedro exorta as mulheres a serem sóbrias e modestas como Sara (lPe 3:1-6). Sara é um exemplo, um modelo de comportamento, mas não é um tipo.

(5) *Um tipo é divinamente ordenado para funcionar como uma prefiguração do antitipo.* A tipologia se diferencia de uma analogia natural, considerada tipologia por muitos eruditos críticos de nossa época. Há, na Escritura, muitas situações análogas ou semelhantes, mas os escritores do NT reservam a palavra “tipo” para as realidades históricas escolhidas por Deus para prenunciar um cumprimento antitípico.

Ao explorar o cumprimento tipológico de pessoas, acontecimentos e instituições do AT, os escritores do NT não atribuem ao AT significados que lá não estão. Ao contrário, permanecem fiéis às Escrituras do AT, que, de antemão, indicam quais pessoas, acontecimento e instituições Deus

escolheu para servir como tipos, A única coisa que os escritores do NT fazem é anunciar o cumprimento antitípico daquilo que já foi expresso pelos profetas do AT. João, por exemplo, anuncia que Jesus é o Moisés antitípico, baseando-se em Deuteronômio 18:15-19, segundo o que, o Messias seria um novo Moisés (ver Jo 1:21; 6:14). Hebreus 8:5 também anuncia a relação tipológica entre os santuários terrestre e celeste, e fornece evidências para o argumento citando o indicador veterotestamentário de tipologia do santuário: Êxodo 25:40.

Os escritores do NT não mostram uma lista exaustiva dos tipos do AT, mas apresentam o procedimento hermenêutico, controlado pelos indicadores do AT, que identificam os tipos bíblicos. Não bastasse isso, Jesus e os escritores do NT, sob inspiração, enfatizaram acontecimentos do NT divinamente escolhidos para serem tipos de acontecimentos futuros no plano da salvação (a destruição de Jerusalém, por exemplo, como um tipo do fim do mundo [Mt 24]).

Todos os escritores do NT trabalham dentro da mesma estrutura escatológica, ao anunciar a natureza do cumprimento tipológico. Três são os aspectos de um cumprimento escatológico dos tipos do AT: (1) um cumprimento básico em Cristo, em Seu primeiro advento; (2) o aspecto espiritual derivado do cumprimento na igreja, tanto individual como corporativamente; e (3) o cumprimento final, glorioso na segunda vinda de Cristo e além. Assim, por exemplo, Jesus é o Israel antitípico (Mt 2:15); a igreja como o corpo de Cristo é o "Israel de Deus" (G16:16); e os 1.44 mil, no fim do tempo, mencionados no Apocalipse, são 12 tribos antitípicas de Israel (Ap 7; 14:1-5; 15:1-4).

O que é verdadeiro para a tipologia histórica (ou horizontal) também o é para a tipologia na dimensão vertical, a saber, a tipologia do santuário: há três aspectos de um único cumprimento escatológico. Assim, Jesus é o templo antitípico (Jo 1:14; 2:21; Mt 12:6); a igreja como Seu corpo é o templo de Deus, tanto individual como corporativamente (iCo 3:16, 17; 2Co 6:16); e o Apocalipse descreve o "tabernáculo" apocalíptico de Deus com os homens (Ap 21:3). Mas há um aspecto *adicional* na tipologia do santuário: o santuário celeste existiu mesmo antes do santuário terrestre (Ex 25:40; Hb S:5), de modo que há uma dimensão vertical que abrange toda a história do AT e do NT. O santuário terrestre do AT apontava não só para cima, para o original celeste, mas também para frente, para Cristo, a igreja e o templo apocalíptico.

Nem todos os minuciosos detalhes do tipo são importantes. Há, por exemplo, no AT descrições de três diferentes santuários/templos terrestres, que correspondiam tipologicamente ao templo celestial (o tabernáculo de Moisés, o templo de Salomão e o templo escatológico de Ezequiel 40-48). Embora cada um diferisse do outro (em material empregado, quantidade de artigos de mobília, dimensões, etc.), certos contornos básicos eram inalteráveis (quantidade de compartimentos, tipos de mobília, pro- -<2 porções espaciais, rituais e participantes, tempos sagrados, etc.). Esses elementos comuns apontam para os contornos básicos da tipologia do santuário, sintetizada em Hebreus 9:1-7.

c. Simbolismo. Um símbolo é a representação atemporal da verdade. Ê assim que um cordeiro simboliza inocência, e um chifre, força. Mas os símbolos bíblicos se transformam muitas vezes nos blocos de construção da profecia e da tipologia. Nesse caso, o cordeiro do santuário simboliza Cristo, o Cordeiro de Deus (Jo 1:29), e os quatro chifres e o chifre pequeno de Daniel representam poderes políticos ou político-religiosos específicos (ver Apocalíptica II.E).

Ao interpretar os símbolos da Escritura, é possível extrair os princípios básicos da própria maneira como a Escritura emprega o simbolismo.

d* Parábolas. Pelo menos um terço dos ensinos de Jesus, conforme registrados em Mateus, Marcos e Lucas, foi ministrado sob a forma de parábolas (aproximadamente 40 parábolas diferentes). Também encontramos esse recurso no AT, como a parábola da ovelhinha, contada por Natã (2Sm 12:1-4) e a parábola da vinba, contada por Isaías (Is 5:1-7). A palavra hebraica para "parábola", *mashal*, é também uma palavra comum para "provérbio", no livro de Provérbios, revelando assim os antecedentes sapienciais das parábolas de Jesus. A palavra grega para "parábola" é *parabolê*, cujo significado etimológico é "colocar ao lado" para fins de comparação.

O gênero parábola apresenta diferentes formas: provérbios ("Médico, cura-te a ti mesmo" [Lc 4:23]), metáforas (arrancando a planta [Mt 15:13]), ditos figurativos (a parábola dos odres de vinho [Lc 5:36-38]), símiles ou comparações (a parábola da semente de mostarda [Mc 4:30-32]), parábolas em forma de história (as dez virgens [Mt 25:1-13]; o bom samaritano [Lc 10:29-37]) e parábolas alegóricas (a parábola do semeador [Mc 4:1-9, 13-20]). Todas as formas utilizadas por Jesus encerram um elemento comum: Ele extrai das experiências diárias comparações com as verdades de Seu reino.

Muitas das parábolas de Jesus apresentam só um ponto principal, declarado por Ele mesmo ou reiterado pelos escritores evangélicos (Mt 18:35; 20:16; Lc 15:7, 10; 16:31). Mas, há também aquelas que abrangem diversos pontos (por exemplo, a parábola do semeador, Mt 13:1-23). A atribuição de significado às partes da história obviamente é justificada nesses exemplos porque Jesus procurou atingir um nível de significado mais profundo e indicou sua interpretação. A parábola difere da alegoria, já que nesta o intérprete posterior extrai do texto um nível de significado mais profundo, nunca pretendido nem indicado pelo escritor original.

K *Aplicação Contemporânea*

1. Escritura como Transcultural e Transtemporal

Para Jesus e os escritores bíblicos do NT, a aplicação contemporânea surge naturalmente da interpretação teológica das passagens do AT.

Os escritores bíblicos insistem em que a mensagem teológica da Escritura não se acha aprisionada na cultura, nem se aplica somente a determinadas pessoas e a determinado tempo. Ao contrário, é permanente e universalmente aplicável. Pedro, citando Isaías 40:6-8, declara incísivamente esta verdade: "Fostes regenerados não de semente corruptível, mas de incorruptível, mediante a palavra de Deus, a qual vive e é permanente. 'Pois toda carne é como a erva, e toda a sua glória, como a' flor da erva; seca-se a erva, e cai a sua flor; a palavra do Senhor, porém, permanece eternamente'. Ora, esta é a palavra que vos foi evangelizada" (lPe 1:23-25).

Grande parte da instrução ética contida nos evangelhos e epístolas do NT pode ser vista como aplicação prática de passagens do AT. O Sermão do Monte, por exemplo, proferido por Jesus, é uma aplicação dos princípios do decálogo; a carta de Tiago, uma aplicação dos princípios de Levítico 19; a carta de Pedro, uma instrução ética construída sobre o versículo "Sede santos porque Eu sou santo" (lPe 1:16, citando Lv 11:44, 45; 19:2; 20:7).

2. Controles Escriturísticos para Determinar Permanência

Determinadas partes do AT, em particular as leis cerimoniais e rituais, e as Ieis«" civis e teocrátícas dadas a Israel, já não estão mais em vigor para os cristãos. Apesar disso, os escritores do NT não decidem arbitrariamente que leis ainda são relevantes, mas reconhecem sistematicamente dentro do AT os critérios segundo os quais certas leis possuem obrigatoriedade universal, ao passo que

outras já trazem dentro de si seu “prazo de prescrição”.

As *misíipatim* do AT, ou leis civis, por serem aplicações do decálogo, são permanentes naquilo que afirmam, embora a imposição desses princípios esteja vinculada ao governo teocrático, envolvendo assim um “prazo de prescrição”. Quando a teocracia chegou ao fim, em 34 d.C. (com o cumprimento de Dn 9:24, conforme anunciado no discurso sobre o pacto, feito por Estevão, em At 7), a imposição civil dessas leis também chegou ao fim.

As leis sacríficiais/cerimoniais também eram parte do sistema típico, Elas encontraram seu cumprimento no antítipo Jesus, que realizou no Calvário, e continua realizando no santuário celestial, o que se achava tipificado nos rituais do AT. O “prazo de prescrição” dessas leis também foi revelado no AT (Êx 25:9, 40 [cf. Hb 8:5]; SI 40:6-8 [cf. Hb 10:1-10]; e Dn 9:27).

Em outros casos, em que Deus, devido à dureza de coração de Israel, consentiu em permitir a escravidão e o divórcio, em vez de abolir imediatamente essas práticas, a Escritura mostra claramente que o ideal divino fora aquele praticado no princípio (Gn 1-3). A legislação mosaica, que era revolucionária para a época, aponta em direção ao ideal edênico. O NT reconhece e aplica esse critério hermenêutico de permanência; o critério do "desde o princípio” (ver Mt 19:8).

Em alguns exemplos, em que não se pode dizer claramente se determinada ordem divina é transtemporal e transcultural, a Bíblia dá claras indicações da natureza universal e permanente do material. Assim, por exemplo, a lei dos alimentos limpos e imundos (Lv 11) deve ser vista no contexto de numerosos indicadores lexicais, estruturais e teológicos (tanto no AT como no NT), os quais deixam claro que essa lei é parte de uma legislação universalmente obrigatória. Ocorre o mesmo com as leis prescritas para os gentios em Atos 15.

O princípio geral, portanto, articulado e ilustrado pelos escritores do NT, em sua aplicação da Escritura, é aceitar a relevância transcultural e transtemporal da instrução bíblica, a menos que a própria Escritura forneça critérios que limitem essa relevância. Como quer que seja, nem toda *prática* bíblica é necessariamente *instmção* bíblica. As vidas dos santos de Deus do AT e do NT, conquanto ricas de bons exemplos, também foram imperfeitas e pecaminosas. Se a Bíblia apresenta um quadro preciso de suas vidas e caracteres é tanto para nosso estímulo quanto para nossa advertência.

Embora seja relevante para todas as épocas e culturas, a instrução bíblica foi dada tendo em vista determinada época e cultura. Ao ser ela aplicada, devem-se levar em conta o tempo e o lugar. Algumas formas ou práticas que, no primeiro século, expressavam determinado significado ou princípio, talvez exijam uma forma diferente para expressar o mesmo significado nos dias de hoje (por exemplo, saudar com um ósculo santo [Rm 16:16]).

Frequentemente, no contexto de uma passagem, a Bíblia fornece controles para sabermos quando é apropriado buscar outro modo de praticar determinado princípio. Por exemplo, as instruções para escravos .e seus proprietários (Ef 6:5-9) já não têm validade onde a escravidão não existe. A circuncisão como um sinal de pertencimento à comunidade judaica foi substituída pelo batismo na igreja cristã. Nesses casos, o que mudou foi a forma, e não o significado.

A Escritura também deixa claro que certas formas se acham tão inteiramente ligadas a seu significado que é impossível substituí-las por uma forma contemporânea compatível. O sábado do sétimo dia, por exemplo, originado na criação, não pode ser substituído pelo domingo; a ordenança do lava-pés, originada no exemplo e ordem explícita de Jesus, não pode ser substituída por outra expressão de humildade.

3. Personalizando a Escritura

O objetivo final de quem interpreta a Escritura é fazer a aplicação prática de cada passagem à vida individual. Cristo e os apóstolos reforçaram repetidas vezes a mensagem do evangelho contida nas Escrituras, a fim de levar seus ouvintes e leitores à salvação e a uma relação pessoal mais íntima com Deus,

E essencial que o intérprete faça à passagem as seguintes perguntas: Que mensagem e objetivo da passagem Deus quer que eu aplique a mim mesmo? Como esta passagem afeta minha vida espiritual? Que promessas tem ela para eu reclamar? Que diz para louvar a Cristo? Que vitória para eu experimentar? Que pecado ou fracasso para eu evitar? Que providências práticas para eu tomar? Que mandamento para eu obedecer de bom grado? Na descrição de situações locais, que princípios eternos se aplicam a mim atualmente?

Por ocasião do êxodo, Deus estabeleceu que cada geração sucessiva de israelitas devia considerar-se como tendo saído pessoalmente do Egito (Êx 13:8, 9). Esse princípio da personalização foi repetido muitas vezes, tanto no Israel do AT (Dt 5:2-4; 6:20, 21) quanto no Israel espiritual (G1 3:29; Ap 15:1, 2; 2Co 5:14, 15, 21; Rm 6:3-6; Ef 1:20; 2:6; Hb 4:3, 16; 6:19; 10:19, 20; 12:22-24). Devemos, em última análise, ler e aceitar a Escritura como se fôssemos participantes nos poderosos atos salvíficos de Deus, como se as mensagens divinas fossem pessoalmente a nós dirigidas - a viva e ativa Palavra de Deus falando à nossa alma.

IV. História da Hermenêutica Bíblica

A. A *Hermenêutica Interna da Bíblia*

A história da hermenêutica bíblica começa com a maneira pela qual os próprios escritores bíblicos interpretam a Escritura antecedente. Vimos que os escritores posteriores do AT chamaram o povo de Israel para que voltassem a obedecer ao padrão da revelação divina na *Torcih.* Os escritores do NT não tomaram o AT fora do contexto em sua hermenêutica; mas, seguindo o exemplo de Jesus, examinaram as passagens do AT à luz de seu contexto canônico mais amplo. Eles apresentaram um modelo hermenêutico confiável, que deve ser imitado.

B. A Primitiva Hermenêutica Bíblica Judaica [1]

1. Exegese Escribal Antes de 70 d.C.

Em sua tese, David Instone Brewer analisou todos os escritos que restaram dos escribas que precederam o período rabínico (70 d.C.). "Os predecessores dos rabinos antes de 70 d.C." conclui ele, "não interpretavam a Escritura fora do contexto nem procuravam nela nada a não ser o sentido natural, nem mudavam o texto para que se ajustasse à sua interpretação, embora os rabinos posteriores fizessem todas essas coisas" (Brewer, 1). A atitude desses primeiros escribas para com a Escritura pode ser resumida nos cinco pontos a seguir: (a) a Escritura é inteiramente harmônica consigo mesma, (b) cada detalhe é importante, (c) a Escritura deve ser interpretada de acordo com o seu contexto, (d) não existem sentidos secundários na Escritura, e (e) só existe uma única forma válida para o texto hebraico da Escritura.

A fim de interpretar fielmente a Escritura, a primitiva tradição dos escribas desenvolveu regras de interpretação, primorosamente formuladas nas sete regras hermenêuticas de Híllel (10 d.C.). O NT utiliza uma série dessas regras.

2. Interpretação Rabínica Posterior

Os rabinos que vieram depois do ano 70 d.C. continuaram a adotar a peshat, ou

interpretação 'natural e literal" da Escritura, apesar de começarem também a mesclá-la com uma *sod* ou abordagem "secreta e alegórica". As 13 regras do rabino Ishmael ben Elisha (primeira metade do 2º séc. d.G.) impulsionou o desenvolvimento do método midráxico (de *dentsh*, "pesquisado") para explicar a *Halaka* judaica (lei civil e religiosa). Esse método incluía ornamentos ao texto que o afastavam do seu sentido natural. As 32 regras do rabino Eliezer ben Yose (2º séc. d.G.) foram empregadas na interpretação da *Hagaâá* (homílias populares). Essas regras posteriores incluíam técnicas de interpretação que envolviam ornamentos do texto bíblico e o afastamento do seu sentido primário. Os rabinos posteriores encontravam múltiplos significados em um único texto: o significado primário, a insinuação que apontava para um significado oculto, o significado secundário ou alegórico, e um significado místico escondido nas letras. [3]

3. Tradições Não Escribais: Qumran

Nem toda exegese judaica anterior a 70 d.G. continuou com o significado primário do texto. Na comunidade essênia de Qumran, o líder comunitário, o mestre de justiça, era considerado o intérprete inspirado dos profetas. Ele explicava "os mistérios" das passagens proféticas na medida em que elas se aplicavam à sua comunidade escatológica. A hermenêutica tipicamente desenvolvida era conhecida como raz *pesher*, "interpretação de mistério". Nas amostras de raz *pesher* encontradas em Qumran, uma abordagem típica era citar uma passagem bíblica seguida das palavras "isto significa[...]" ou "seu *pesher* é[...]", mais uma identificação estrita da comunidade essênia com o texto da Escritura.

Mediante uma interpretação minuciosamente fragmentada de cada frase, palavra, e até mesmo de parte de uma palavra dos escritos proféticos, tudo era feito para se relacionar com a comunidade de Qumran. Para eles, os profetas haviam escrito enigmas ou criptogramas durante o tempo do cumprimento escatológico que o povo de Qumran julgava já estar em processo.

4. Tradições Não Escribais: Filo de Alexandria

O erudito judeu Filo (lª séc. d.C.) popularizou a abordagem alegórica da Escritura. Sua obra se baseava num modelo platônico da realidade, na qual o mundo inferior e transitório dos sentidos era reflexo do mundo superior das idéias eternas. Em sua abordagem alegórica da Escritura, onde quer que encontrasse dificuldades no texto bíblico, ele abandonava o sentido literal em favor de uma interpretação alegórica. O sentido literal era a "casca" histórica que precisava ser tirada para se chegar ao núcleo, o significado espiritual oculto.

A suposição hermenêutica básica de Filo era que o *intérprete* é tão inspirado quanto o autor bíblico. Sendo assim, o intérprete é o árbitro final do significado alegórico do texto. Se o texto não se conforma com a visão de mundo predominante, é responsabilidade do intérprete reinterpretar o texto. A autoridade máxima não é a Escritura, mas a imaginação subjetiva e inspirada do intérprete.

C. *Hewnenêtitica dos Primeiros Cristãos*

1. Os Primeiros Pais da Igreja

Alguns dos primeiros pais da igreja destacam-se por introduzir ou propor abordagens hermenêuticas específicas. Marcião, o herege, criou, no início do 2º século, uma nova hermenêutica, ao rejeitar o AT como Escritura obrigatória para os cristãos. Desenvolveu o dualismo lei-graça, no qual o AT passava uma impressão somente de lei, vingança, ódio e ira, ao passo que o NT representava a graça e

o amor. Esse conceito foi aplicado até mesmo ao NT: só Lucas passou nesse teste como um evangelho verdadeiro, enquanto outras porções do NT foram rejeitadas. Muitos dos primeiros pais da igreja escreveram contra a heresia marcíonita,

Irineu, bispo de Lyon (c. 130-c. 200), utilizava o princípio da "regra de fé" para defender a doutrina cristã ortodoxa. Sua regra de fé era a tradição preservada nas igrejas. Foi assim que ele se tornou o pai da exegese oficial. A norma máxima não era a Escritura somente, mas a Escritura conforme interpretada pela autoridade da igreja. Por volta dessa mesma época, Tertuliano (c. 160-c. 240) empregou a tipologia para defender a unidade da Escritura, embora por vezes suas correspondências tipológicas não passassem de mera alegoria.

2. Hermenêutica Alexandrina

Na escola hermenêutica de Alexandria, iniciada com Clemente (m. 215), o alegorismo de Filo "foi batizado em Cristo". Clemente desenvolveu cinco significados da Escritura: o histórico, o doutrinai, o profético, o filosófico e o místico. Orígenes de Alexandria (185-254) afirmava que o texto da Escritura apresenta três sentidos, inspirados na analogia com a natureza tricotômica do homem: (a) o sentido corporal ou literal, que é o menos importante; (b) o sentido psíquico ou moral (ético); e (c) o sentido espiritual ou alegórico/místico, que é o mais importante, acessível somente aos intérpretes mais maduros. Esse sentido tríplice, construído sobre o dualismo platônico/filônico, visava a retirar a "casca" histórica para se chegar ao núcleo alegórico. [3]

3. Hermenêutica Antioquiense

Em contraste com a escola alegórica alexandrina, os intérpretes de Antioquia procuraram preservar o significado natural, histórico e literal da Escritura. Representada por exegetas da estirpe de Teodoro de Mopsuéstia (m. 428) e popularizada pelo pregador Crisóstomo (347-407), a hermenêutica antioquiense se baseava nos mesmos pressupostos básicos apresentados neste artigo. Sua exegese seguia essencialmente as mesmas diretrizes utilizadas pelos escritores bíblicos na interpretação da Escritura que existia em seu tempo.

D. Hermenêutica Medieval

Infelizmente, a hermenêutica antioquíense foi eclipsada, e, por fim, oficialmente eliminada pela abordagem alegórica popularizada pela escola alexandrina. João Cassíano (c. 425) expandiu o sentido tríplice de Orígenes para quatro: (a) histórico (o sentido literal), (b) tropológico (o sentido moral, de *tropos* [forma de viver]), (c) alegórico (místico ou cristológico) e (d) anagógico (escatológico ou celestial, de *anagõ*, "conduzir em direção a"). Durante mil anos prevaleceu na Igreja Católica Romana a *quadriga* (a "carruagem puxada pelos quatro cavalos" do método alegórico). Sempre houve, porém, uns poucos que, apesar da perseguição, defendiam a plena e exclusiva autoridade das Escrituras em seu sentido primário e literal.

E. Hermenêutica Reformada e Método Gramático-Histórico

Os intérpretes da Reforma do século 16 romperam as relações com a interpretação alegórica da Escritura. Pouco a pouco, Martinho Lutero desistiu de "dirigir" a *quadriga* hermenêutica para tentar compreender o sentido natural da Bíblia, Em sua *Table Talk 5285,* ele relembra que no passado fora perito em alegorizar a Escritura, mas que agora sua habilidade mais valiosa era "dar o sentido literal e natural da Escritura, de onde emana poder, vida, conforto e instrução".

Lutero desenvolveu quatro princípios de interpretação da Escritura. O primeiro era o *sola Scriptura,* "a Bíblia somente", como autoridade máxima sobre a tradição e a filosofia

humana. O reformador alemão, naturalmente, não inventou esse princípio bíblico, embora o tenha aplicado poderosamente. O *sola Scri-ptura,* junto com *osolafide* (pela fé somente) e o *sola gratia* (mediante a graça somente), tornaram-se o brado de guerra da Reforma.

O segundo princípio hermenêutico de Lutero era "a Escritura é seu próprio intérprete" (*Scriptura sui ipsus interpres),* o qual também possuía sólidos fundamentos bíblicos. O teólogo alemão rejeitou a filosofia, bem como a interpretação patrística e a autoridade do ensino eclesiástico, como chaves para interpretar a Escritura.

Em terceiro lugar, Lutero também aplicou o que veio a ser conhecido como o princípio cristocêntrico. Sua expressão-chave era "que manifeste a Cristo" *{was Christmn treibet*). O que começou, porém, como louvável empreendimento para examinar o que na Escritura apontava para Cristo, tornou-se perigoso quando Lutero chegou à conclusão de que nem tudo na Escritura se dirigia real mente para Cristo. Isso fez com que ele considerasse algumas partes da Escritura menos importantes que outras. Secundando o princípio cristocêntrico, vinha o quarto: o dualismo entre a letra e o espírito (a lei e o evangelho, as obras e a graça). Muitas coisas do AT passaram a ser vistas como letra e muitas coisas do NT como espírito, embora nem tudo no NT fosse evangelho e nem tudo no AT fosse lei. Esses dois últimos princípios negavam o princípio da totalidade da Escritura (*tota Scriptura)* e conduziam ao subjetivismo. A própria experiência do intérprete acabava se tornando a norma.

Todos os outros reformadores aceitaram os dois primeiros princípios de Lutero, inclu£► si ve Zwínglio, Calvino e os anabatistas. Esses reformadores defenderam coerentemente a Bíblia, e a Bíblia somente, como o padrão da verdade e procuraram utilizar a própria Escritura para interpretar a Escritura, em vez de a tradição ou a filosofia escolástica.

Os princípios bíblicos de interpretação recuperados pelos reformadores e combinados com os avanços na análise textual e gramático-histórica da Renascença (Erasmo e outros) produziram a vigorosa hermenêutica protestante que persiste até agora e que se tornou conhecida como a abordagem gramático-histórico-literário-teológica ou (para abreviar) o Método Gramático-Histórico ou método bíblico-histórico. Esse método tem tido proponentes capazes desde os tempos da Reforma, inclusive os gigantes da exegese do século 19 da têmpera de Ernst Hengstenberg e Franz Delitzsch. É a abordagem utilizada atualmente pela erudição evangélica conservadora.

F. Hermenêutica do Iluminismo e Método Crítico-Histórico

1. Desenvolvimento Histórico

No século 17, a interpretação protestante fossilizou-se em rígida ortodoxia, com ênfase em meticulosas formulações dogmáticas de credos. Isso fez com que muitos procurassem se libertar do autoritarismo que sufocava a igreja. Alguns seguiram o caminho do pietismo, com sua ênfase na vida espiritual individual, muitos outros, porém, em resultado da revolução copernicana e da luta entre a ciência e a religião, resolveram se desvencilhar de toda autoridade externa. Foi assim que o empirismo, o deísmo e o racio na li sm o ganharam terreno.

Richard Simon (1638-1712), protestante que se tornou padre católico, foi o fundador da crítica bíblica. Em sua tentativa de refutar o protestantismo, ele levantou questões que destruíram a confiança na autoridade da Bíblia. Aplicando os princípios do filósofo holandês Spinoza, Simon rejeitou a autoria mosaica do Pentateuco, a favor de um longo processo de redação e compilação. O livro que publicou em 1678 foi tão radical que a Igreja Católica o catalogou no índice das obras proibidas.

Decorridos alguns anos, em resultado do racionalismo, diversos eruditos começaram a encarar a Bíblia como um livro qualquer. O divisor de águas do Iluminismo veio com Johann Semler (1725-1791) e seu *Treatise on the Free Investigation of the Canon* (1771-1775), em quatro volumes. Nele, o escritor afirma que a Bíblia não foi inteiramente inspirada, e desafia a autoridade divina do cânon. Enxerga a Bíblia pela perspectiva puramente histórica, a qual deve ser estudada como qualquer outro documento antigo.

Nas décadas que se seguiram, eruditos alemães desenvolveram uma abordagem bíblica "a partir de baixo", sem referências seu elemento divino. Essa abordagem ganhou terreno ao longo dos séculos 18 e 19, vindo a ser conhecida como Alta Crítica ou Método Crítíco-Histórico. O objetivo desse método era aquilatar a veracidade dos dados bíblicos utilizando princípios e procedimentos da ciência histórica secular, [2]

2. Pressupostos da Crítica Histórica

Os pressupostos básicos do Método Crítico-Histórico (os princípios da crítica, analogia e correlação) foram articulados por Ernst Troeltsch, em 1913, O princípio mais característico do método é o da crítica. A palavra "crítica' é usada aqui no sentido técnico da "dúvida metódica" de Descartes, e se refere à autonomia do investigador em interrogar e avaliar o testemunho bíblico, bem como em julgar a autenticidade, suficiência e inteligibilidade das declarações específicas do texto.

Em estreita relação com o princípio da crítica, acha-se o princípio da analogia, segundo o qual, o critério para avaliar os acontecimentos narrados na Escritura é a experiência presente, uma vez que todos os acontecimentos são, em princípio, semelhantes. Em outras palavras, o intérprete deve julgar o que aconteceu nos tempos bíblicos pelo que está acontecendo hoje. Se perceber que determinado fenômeno não está acontecendo hoje, é porque, com toda a probabilidade, não <o aconteceu no passado. Visto que não está ocorrendo atualmente nenhuma criação especial ou dilúvio mundial, o mais provável é que não tenha acontecido nenhuma dessas coisas no passado. Aplica-se o mesmo raciocínio aos milagres e ressurreições, os quais são vistos como fenômenos não históricos.

O princípio da correlação afirma que a história é um sistema fechado de causa e efeito, sem espaço para a intervenção sobrenatural. Os acontecimentos se acham tão correlacionados e inter-relacionados que uma alteração em qualquer fenômeno exige uma alteração na sua causa e efeito. As explicações históricas, portanto, dependem de uma cadeia de causas e efeitos naturais. Isso não quer dizer que todos os críticos históricos negam a existência de Deus ou do sobrenatural. *Metodologicamente* falando, porém, a crítica histórica não admite o sobrenatural. Os eruditos que a empregam excluem o sobrenatural, e procuram por causas e efeitos naturais.

3. Procedimentos da Crítica Histórica

O triunfo da crítica histórica foi assegurado no fim do século 19, com as influentes obras de Julius Wellhausen (1844-1918), que popularizou uma abordagem do Método Crítico-Histórico conhecido como crítica da fonte. No século 20, desenvolveram-se procedimentos adicionais: crítica da forma, crítica da redação, história da tradição e, mais recentemente, crítica do cânon. Cada um desses procedimentos requer nossa atenção.

A crítica da fonte tenta reconstruir e analisar as fontes literárias que hipoteticamente serviram de base para o texto bíblico. Wellhausen popularizou essa abordagem aplicando-a ao Pentateuco, a qual passou a ser conhecida como a nova hipótese documental. Segundo ele, o Pentateuco não foi escrito por Moisés, como afirma a Escritura (Jo 1:45). Ao contrário, é resultado

da combinação de quatro documentos ou fontes posteriores: (1) a javista (J), que utiliza o nome divino Yahweh, escrita no reino meridional de Judá, por volta de 880 a.C.; (2) a elohísta (E), que usa o nome divino Elobim, escrita no reino meridional de Israel, por volta de 770 a.C.; (3) a deuteronomista (D), escrita na época de Josias, 621 a.C.; e (4) a sacerdotal (P), que começou a ser esboçada ainda no exílio babilônico, indo até aproximadamente 450 a.C., tempo de sua redação definitiva (compilação e edição). Essa hipótese produziu uma visão completamente reconstruída da história de Israel.

Diversos foram os pressupostos específicos em que se alicerçou a crítica da fonte do Pentateuco: o ceticismo para com a historicidade das narrativas registradas, o modelo evolucionário do desenvolvimento de Israel de formas primitivas para formas avançadas, a rejeição da atividade sobrenatural nesse desenvolvimento evolucionário, e a suposição de que as fontes eram produtos humanos do contexto vital *(Sitz im Leben)* das comunidades que as produziram.

Os críticos da fonte empregaram vários argumentos internos a favor de fontes superpostas: o uso de nomes divinos diferentes, variações linguísticas e estilísticas, presumidas contradições e anacronismos e supostas duplicações e repetições. Ao serem todos esses argumentos minuciosamente analisados por eruditos conservadores, descobriu-se que não eram convincentes, Até mesmo eruditos críticos da atualidade estão confusos com os múltiplos aspectos da hipótese documental, que, apesar de ter seus fundamentos abalados, ainda não foi abandonada.

Os mesmos pressupostos que servem de base para a crítica da fonte do Pentateuco - mais a negação adicional da profecia preditiva — levaram à reconstrução de fontes hipotéticas para outras partes da Escritura, ísaías, por exemplo, foi dividido em três fontes principais (ísaías de Jerusalém [1-39], Deutero-Isaías [40-55], e Trito-Isaías [56-66]). Já o livro de Zacarias passou a conter duas seções (1-8 e 9-14), Novamente, os estudos dos que aceitam as reivindicações bíblicas da autoria desses livros demonstraram que os argumentos desses críticos são infundados.

A crítica da fonte, aplicada ao NT, enfocou basicamente “o problema sinótico” - a questão de possíveis fontes informativas para os três primeiros evangelhos e as inter-relações entre eles. Várias foram as soluções modernas propostas para o problema sinótico. Desenvolvida no fim do século 18,^2 a hipótese Griesbach pressupõe a prioridade de Mateus; Lucas teria empregado Mateus como fonte; e Marcos teria utilizado tanto Mateus quanto Lucas. A hipótese Lachmann, desenvolvida em 1835, apresenta razões a favor da prioridade de Marcos, seguida por Mateus e depois Lucas. Essa hipótese foi modificada anos depois para incluir duas fontes apostólicas primitivas: Marcos e o Logia (também chamado de "Q”, do alemão *Qiielle*, "fonte”).

A hipótese das duas fontes, com diferentes modificações, continua sendo a teoria crítica da fonte mais aceita, apesar das numerosas reações contra ela na última parte do século 20. Os novos desdobramentos incluem uma hipótese de quatro fontes (B. H. Streeter, 1924, que acrescenta a Marcos e Q uma fonte L [material exclusivo a Lucas] e uma fonte M [material exclusivo a Mateus]), além de diversas hipóteses de múltípla-fonte e as hipóteses das fontes em aramaico.

Recentemente, Eta Linnemann, notável erudita bultmaniana tornada evangélica, rejeitou termínantemente todo o trabalho da crítica da fonte sobre os evangelhos. Para ela, o problema sinótico simplesmente não existe. Nenhum evangelho depende do outro, mas todos se baseiam diretamente nas declarações de testemunhas auriculares e oculares das palavras e atos de Jesus (185-186).

Na década de 1920, des envolveu-se outra abordagem ao Método Crítico-Histórico: a "crítica da forma" (do alemão *Formgeschichte*, literalmente "história da forma"). Esse procedimento crítico, do qual foram pioneiros ITermann Gunkel (1862-1932), no AT, e Rudolf Bultmann, no NT, conservava grande parte dos mesmos pressupostos naturalistas utilizados na crítica da fonte, mas se centralizava no estágio pré-literário das tradições orais por trás das fontes escritas. Críticos da forma acreditavam que o material bíblico veio à existência quase da mesma maneira que a literatura folclórica convencional de tempos modernos. Nessa conformidade, adotaram os princípios básicos de críticos da forma seculares, como os irmãos Grimm, que estudaram os contos de fada alemães.

Baseando-se nos pressupostos da crítica da fonte, os críticos da forma supuseram que as forças sociológicas da comunidade (em sua situação vital) deram forma e conteúdo às tradições cristãs, e que esse material evoluiu de unidades breves e simples para tradições mais longas e mais complexas. A tarefa específica da crítica da forma seria analisar as diferentes formas ou gêneros da literatura bíblica (por exemplo, as diferentes formas literárias nos Salmos), dividi-los naquilo que julgavam ser as menores unidades orais de origem e depois reconstruir hipoteticamente a situação vital que produziu essas formas.

Nesse processo de reconstrução, os críticos da forma prestam, muitas vezes, pouca atenção às claras afirmações da Escritura com respeito à situação vital por detrás do material. Os sobrescritos dos Salmos, por exemplo, foram vistos apenas como acréscimos muito posteriores e, portanto, sem nenhuma credibilidade histórica,

Nem os primeiros críticos da fonte nem os críticos da forma do início do século 20 prestaram muita atenção ao papel dos redatores ou editores, que reuniram o material preexistente na forma canônica definitiva. Para os críticos, eles não passavam de compiladores que deixaram muito pouco ou nada de sua própria marca no material. Mas isso devia mudar até meados do século 20, com o surgimento de um novo procedimento em crítica histórica: a crítica da redação (do alemão *Redaktionsgeschichte*, literalmente "história da redação").

Três eruditos do NT forám pioneiros na abordagem da crítica da redação no exame que fizeram dos evangelhos sinóticos: G. Bornkamm (1948, Adateus), Hans Gonzelmann (1954, Lucas) e W. Marxsen (1956, Marcos). Eles começaram focalizando a atenção nos evangelistas como teólogos maduros. O objetivo do crítico da redação era descobrir e descrever as situações vitais singulares (as motivações sociológicas e teológicas) dos redatores/escritores bíblicos que lhes fizeram modelar, modificar ou até mesmo criar matéria para o produto final que escreveram, A suposição básica subjacente a essa abordagem é que cada escritor bíblico tem uma teologia e uma situação vital singulares, que difere, e pode até mesmo contradizer, suas fontes e os outros redatores. Esse procedimento tende a fraturar a unidade da Escritura, que, segundo tal abordagem, contém não somente uma teologia, mas teologias diferentes e muitas vezes contraditórias.

Um quarto procedimento em crítica histórica se chama história da tradição (do^i3 alemão *Traditionsgeschichte).* Iniciada por Gerhard von Rad, na década de 1930, que a aplicou ao AT, a crítica da tradição baseia-se na crítica da fonte e da forma, tentando reconstituir, etapa por etapa, a história pré-composicional das tradições conforme transmitidas oralmente, de geração à geração, até sua forma escrita final. Com a popularização da crítica da redação, surge a crítica da tradição com o objetivo de abranger toda a história da tradição, desde as tradições orais até as fontes escritas modeladas definitivamente pelo redator criativo.

A suposição subjacente a essa abordagem é a de que cada nova geração reformulou o material de forma interpretativa.

Um procedimento recente do Método Crítico-Histórico, chamado crítica do cânon, representa a conclusão lógica para a tentativa de reconstruir hipoteticamente o desenvolvimento histórico do texto bíblico. Iniciada por James Sanders, nas décadas de 1970 e 1980, essa abordagem depende daquelas que a precederam, mas enfoca particularmente as situações vitais (forças sociológicas e teológicas) da sinagoga e da igreja que determinaram quais documentos seriam selecionados como canônicos. A exemplo de outros procedimentos crítico-históricos, a suposição nessa abordagem é a de que forças humanas e seculares podem explicar o processo — nesse caso, o da canonização — sem ser preciso se recorrer à orientação de um ser sobrenatural.

4. Outras Abordagens Críticas

Houve recentemente uma mudança nos estudos de crítica bíblica com relação às novas e diversas abordagens hermenêuticas crítico-literárias, Esses procedimentos geralmente não negam os resultados da crítica histórica nem abandonam o princípio central da criticidade. Ao contrário, agrupam questões históricas sobre desenvolvimento histórico do texto bíblico e se concentram em sua forma canônica final.

Muitas dessas abordagens hermenêuticas crítico-literárias enfocam a forma final do texto bíblico como uma obra de arte literária. Essas incluem procedimentos de superposição como crítica retórica (James Muilenberg), nova crítica literária (Robert Alter), leitura rigorosa (Meir Weiss) e crítica da narrativa. Todas essas abordagens partilham a preocupação com o texto como uma obra de arte concluída. As produções literárias da Bíblia são normalmente dissociadas da história e consideradas como obras de ficção ou mito, com seu próprio ‘universo imaginativo autônomo[1]' e sua própria “imitação da realidade”. Coloca-se a ênfase em diversas convenções literárias utilizadas consciente ou inconscientemente pelo escritor, à medida que transforma a história bíblica em uma obra de arte literária.

Outra abordagem sincrônica recente (ou seja, uma abordagem que trata com a forma final do texto) é o estruturalismo. O estruturalismo bíblico baseia-se na teoria linguística moderna de Claude Leví-Strauss e foi desenvolvido nos Estados Unidos por eruditos como Daniel Patte. Seu propósito principal é “decodificar” o texto para descobrir as “estruturas profundas” do subconsciente universalmente inerente à língua. Nesse método, o absoluto divino é substituído por um absoluto terreno: as estruturas profundas da língua. Uma abordagem literária semelhante é a semiótica, ou "teoria dos signos”, criada por Ferdinand de Saussure e Charles S. Pierce, e centralizada nos códigos linguísticos que formam a estrutura dentro da qual a mensagem do texto é comunicada (similar ao pentagrama musical no qual se podem inserir notas específicas). Essas abordagens se interessam principalmente pelos estratos das estruturas linguísticas ou sistemas de sinais (signos) que formam a base da mensagem.

Uma série de outras abordagens à Escritura conserva os pressupostos críticos do Método Crítico-Histórico, mas enfoca outros objetivos que não visam a reconstruir hipoteticamente o desenvolvimento histórico do texto bíblico. Algumas dessas abordagens se baseiam nas novas tendências mencionadas em parágrafos anteriores. Os exemplos mais dignos de nota incluem a hermenêutica filosófica (a teoria hermenêutica metacrítica de Gadamer e a hermenêutica da suspeita e da recuperação de Ricoeur), a hermenêutica da teoria sociocrítica, que inclui a crítica sociológica (Gottwald), a teologia da libertação (Gutierrez) e a hermenêutica feminista

(Trible), a crítica do leitor-reação (McKnight), ^► eo desconstrucionismo (Derrida),

Todas essas abordagens tendem a apresentar alguma norma externa — seja filosofia, sociologia, teoria política marxista, feminismo, pluralismo pós-moderno, seja o subjetivismo do leitor — que substitui o princípio da *sola Scríptura* e relativiza a Escritura. Nessas abordagens, não há um significado objetivo e normativo da Escritura. Ao contrário, o que existe é uma leitura feminista, uma leitura negra, uma leitura asiática, uma leitura luterana. Todos são vistos entre si como tendo sua própria validade, à medida que o horizonte do leitor imerge no horizonte do texto bíblico.

G, Dois Métodos Hermenêuticos Comparados

Os dois principais métodos hermenêuticos — o Método Crítico-Històrico e o Gramático-Histórico ou Bíblico-Histórico — podem ser esquematicamente comparados por meio da tabela a seguir. E verdade que alguns eruditos, insatisfeitos com ambos os métodos, tentam trabalhar no meio-termo entre as duas metodologias.

Método Crítico-Historieo	Método Gramático-Histórico
A. Definição: Tentativa de aferir a veracidade e entender o significado dos dados bíblicos com base nos princípios e procedimentos da ciência histórica secular.	A. Definição: Tentativa de entender o significado dos dados bíblicos empregando as considerações metodológicas extraídas somente da Escritura.
B. Objetivo: Chegar ao correto significado da Escritura, a intenção do autor humano conforme compreendida por seus contemporâneos.	B. Objetivo: Chegar ao correto significado da Escritura, o que Deus pretendia comunicar, ainda que não tenha sido plenamente compreendido pelo autor humano ou por seus contemporâneos (lPe 1:10-12).
C. Pressupostos Básicos	C. Pressupostos Básicos
1. Norma secular: Os princípios e procedimentos da ciência histórica secular constituem a norma externa e o método apropriado para avaliar a veracidade e interpretar o significado dos dados bíblicos.	1. *Sola Scriptura*: A autoridade e unidade da Escritura são tais que a Escritura é a norma máxima no que diz respeito a conteúdo e método de interpretação (Is 8:20).
2. Princípio da crítica (dúvida metódica): O investigador humano autônomo pode interrogar e avaliar sem tomar em consideração as declarações específicas do texto bíblico.	2. A Bíblia é a autoridade máxima e não está sujeita à crítica: os dados bíblicos são aceitos literalmente e não se sujeitam a uma norma externa que determine sua veracidade, suficiência, validade, inteligibilidade (Is 66:2)
3. Princípio da analogia: A experiência atual é o critério para avaliar a probabilidade de acontecimentos bíblicos terem ocorrido, visto que, em princípio, todos os eventos são semelhantes.	3. Suspensão da obrigatoriedade do princípio da analogia, levando em conta o fato da singularidade dos atos divinos conforme descritos na Escritura e no processo de formação da Escritura (2Pe 1:19-21).
4. Princípio da correlação (ou causalidade): Um sistema Fechado de causa e efeito não deixa espaço para a intervenção sobrenatural de Deus na história.	4. Suspensão do princípio da correlação (ou causa e efeito naturais), levando em conta o fato da intervenção divina na história conforme descrita na Bíblia (Hb 1:1,2).
5. Desunidade da Escritura: Visto que sua produção envolveu muitos autores e redatores humanos, a Escritura não pode ser comparada com a própria Escritura para se chegar a um ensino bíblico unificado.	5. Unidade da Escritura: Visto que os muitos escritores humanos estiveram sob a supervisão de um único Autor divino, a Escritura pode ser comparada com a própria Escritura para se chegar à doutrina bíblica (Lc 24:27; iCo 2:13).

6. “Condicionada ao tempo”, ou a natureza “culturalmcnte condicionada" da Escritura: o contexto histórico é responsável pela produção da Escritura.	6. A natureza atemporal da Escritura: Embora Deus fale através do profeta a uma cultura específica, a mensagem, na qualidade de verdade eterna, transcende o ambiente cultural (Jo 10:35).
7. A Bíblia contém a Palavra de Deus: é preciso distinguir e separar os elementos humanos e divi-	7. A Bíblia é a Palavra de Deus: não se pode distinguir nem separar os elementos divino e humano da
3> nos da Escritura.	Escritura (2Tm 3:16,17).
D. Procedimentos Hermenêuticos Básicos	D. Procedimentos Hermenêuticos Básicos
1. Crítica literária (fonte): Tentativa de reconstruir hipoteticamente e compreender o processo de desenvolvimento literário que conduziu à forma atual do texto, baseada na suposição de que as Escrituras são produto das situações vitais da comunidade que as produziu (muitas vezes em oposição a declarações específicas sobre a origem e natureza das fontes).	1. Análise literária: Exame das características literárias dos materiais bíblicos em sua forma canônica, aceitando a unicidade das partes da Escritura que são apresentadas como tais, e aceitando como literais as declarações escriturísticas específicas sobre a origem e natureza dos materiais bíblicos.
2. Crítica da forma: Tentativa de reconstruir hipoteticamente o desenvolvimento pré-literário (oral) por trás das diversas formas literárias, com base na suposição de que o material bíblico possui uma pré-história oral semelhante à literatura folclórica, e surge de tradições formadas de acordo com as leis que governam o desenvolvimento do folclore.	2. Análise da forma: Tentativa de descrever e classificar diversos tipos de estilos literários encontrados na forma canônica da Escritura, aceitando literalmente as situações vitais de cada forma conforme indicadas pelos dados bíblicos.
3. Crítica da redação: Tentativa de descobrir e descrever as situações vitais, as motivações sociológicas e teológicas que determinaram a base sobre a qual o redator selecionou, modificou, reconstruiu, editou, alterou ou fez acréscimos aos materiais tradicionais, a fim de fazê-los dizer o que era apropriado dentro de sua própria situação vital, de acordo com seus próprios interesses teológicos; cada redator adotava uma teologia c situação vital singular, que diferia (e muitas vezes contradizia) suas fontes e outros redatores.	3. Análise teológica dos livros bíblicos: Estudo da ênfase teológica de cada escritor da Bíblia (de acordo com seu modo de pensar e capacidade de compreensão), dentro do contexto mais amplo da unidade de toda a Escritura, que torna possível a Bíblia ser seu próprio intérprete c estarem as diversas ênfases teológicas em harmonia umas com as outras.
4. História da tradição: Tentativa de reconstituir, estágio por estágio, a história pré-composicional das tradições conforme transmitida oralmente, de geração a geração, até sua forma escrita final; baseada na suposição de que cada geração reformulou o material de forma interpretativa.	4. Análise diacrônica (temática): Tentativa de reconstituir cronologicamente o desenvolvimento de diversos lemas e motivos ao longo da Bíblia cm sua Forma canônica; baseada na posição escriturística de que Deus concedeu revelação (progressiva) às gerações posteriores, a qual, contudo, se acha em plena harmonia com todas as revelações prévias,
5. Crítica do cânon: Tentativa de reconstruir a situação vital (forças sociológicas e teológicas) da sinagoga e da igreja primitiva que determinaram a forma e os conteúdos atuais do cânon bíblico; supõe que forças humanas explicam o processo de canonização.	5. História do cânon: Exame do processo de canonização da Escritura, supondo que os critérios para canonicidade são inerentes aos materiais bíblicos conforme inspirados por Deus, e que o Espírito Santo guiou as comunidades judaica e cristã a reconhecerem os livros canônicos, veículos de preservação do testemunho dos escritores bíblicos.

Note as diferenças em definição, objetivo e pressupostos básicos. O primeiro pressuposto do Método Crítico-Histórico ("norma secular") representa a orientação básica do método: a razão humana é o critério máximo da verdade. Os pressupostos 2-4 indicam os princípios vitais que formam a base do método (ver a formulação clássica feita por Troeltsch). Os três últimos pressupostos revelam que o método contribui para reduzir a unidade, relevância atemporal e plena autoridade da Escritura.

Baseada na evidência bíblica, a abordagem bíblico-histórica da hermenêutica rejeita cada um desses pressupostos. A respeito do princípio da crítica propriamente dita, Gerhard Maier, respeitado erudito alemão que rompeu com o Método Crítico-Histórico, escreveu: "Um método *crítico* é sempre sujeito a falhas, porque representa uma impossibilidade intrínseca, Pois o correlativo ou contraponto da revelação não é a crítica, mas a obediência; não é a correção (ainda que com base numa revelação parcialmente reconhecida e aplicada), o> mas a disposição para corrigir-se".

Ambos os métodos analisam o contexto histórico, os aspectos literários, o gênero ou tipo literário, a teologia do escritor, o desdobramento de temas e o processo da canonização. Mas a abordagem bíblico-histórica rejeita o princípio da crítica. Ainda que *analise* a Bíblia, recusa-se a *criticá-la.* Aceita literalmente o texto da Escritura como verdadeiro e se nega a participar no tríplice processo de dissecação, conjectura e reconstrução hipotética, que é fundamental para a análise crítico-histórica.

Alguns eruditos evangélicos tentaram, em décadas recentes, tornar o Método Crítico-Histórico aceitável, removendo o preconceito antissobrenatural, mas conservando o método. Isso, porém, não é realmente possível, porque pressupostos e métodos se achavam inseparavelmente ligados. A base do Método Crítico-Histórico é a ciência histórica secular, que, por sua própria natureza, exclui *metodologicamente* o sobrenatural, privilegiando a busca de causas naturais para os fatos históricos.

Fundamental para esse método é o princípio da crítica, segundo o qual nada é aceito por seu significado aparente, mas tudo deve ser verificado e corrigido pelo reexame da evidência. Nesse sentido, com respeito à Bíblia, o intérprete humano é, em última análise, o aferidor da verdade; o teste final da autenticidade de uma passagem é a razão ou a experiência. Enquanto se mantiver esse princípio básico, não é possível escapar ao perigo do Método Crítico-Histórico, ainda que o elemento sobrenatural seja aceito. Mas, se o princípio da crítica for removido o método perde sua identidade, A presença ou ausência do princípio fundamental da crítica é o teste para se saber se a metodologia crítica está ou não sendo empregada.

Aqueles que seguem o Método Gramático-Histórico utilizam *ferramentas* de estudo similares às utilizadas na crítica histórica. Dedicam cuidadosa atenção aos detalhes históricos, literários, linguísticos, sintático-gramaticais e teológicos, conforme esboçados ao longo deste artigo. Ainda que utilizem os benefícios alcançados pelo Método Crítico-Histórico para afiar diversas ferramentas de estudo para *análise* do texto bíblico, a intenção é sempre eliminar a parte *crítica* que se coloca como juiz da Palavra de Deus.

H. Hermenêutica Baseada na Bíblia no Movimento do Advento

Guilherme Miller desenvolveu um conjunto de regras simples para interpretar a Bíblia, Elas aparecem na introdução de seu livro *Eviâence from Scripture and History of the Second Corning of Christ, About ihe Year 1843* (ver Damsteegt, 299; Hyde, 112). Podemos resumi-las como segue:

1. Toda a Escritura é necessária e pode ser compreendida mediante diligente estudo daquele que tem fé.

2. A Escritura deve ser seu próprio intérprete.

3. Para entender a doutrina, deve-se reunir todas as passagens da Escritura sobre o tema.

4. Deus revelou as coisas futuras por meio de visões, figuras e parábolas. Isso deve ser estudado em conjunto, visto que uma profecia complementa a outra. Uma palavra deve ser entendida literalmente, desde que faça sentido; caso contrário, é preciso descobrir, a partir de outras passagens, seu sentido figurado.

5. Um fato histórico só é cumprimento de profecia quando pode ser correlacionado com ela em todos os detalhes.

Esses princípios hermenêuticos baseiam-se todos no A'Iétodo Gramático-Histórico de interpretação adotado pelos reformadores. Os primeiros pioneiros adventístas usavam esses princípios. Em 1844, Ellen White escreveu: "Os que se ocupam de proclamar a terceira mensagem angélica pesquisam as Escrituras seguindo o mesmo plano que o pai Miller adotava" (RH, 25/11/1884). Depois de citar as cinco regras de Miller, ela acrescenta: "Em nosso estudo da Bíblia, todos faríamos bem em atender aos princípios apresentados."

Os escritos de Ellen V/hite defendem vigorosamente todos os pressupostos básicos e as diretrizes específicas de interpretar a Escritura conforme postuladas pelo Método Gramático-Histórico (bíblico-histórico) e apresentados neste artigo (ver as citações selecionadas na seção V).

Ellen White também demonstrava aguda sensibilidade para com os principais elementos constitutivos do Método Crítico-Histórico conhecido como "Alta Crítica", bem como os perigos envolvidos no seu uso. "A obra da 'Alta Crítica' em dissecar, conjecturar, reconstruir está destruindo a fé na Bíblia como uma revelação divina. Está roubando a Palavra de Deus em seu poder de controlar, erguer e inspirar vidas humanas" (AA, 474).

Embora a maioria dos eruditos adventistas sigam o Método Gramático-Histórico, desde 1950 algumas vozes dentro do adventismo têm defendido uma mudança em direção a um Método Crítico-Histórico modificado que aceite o sobrenatural, mas sem perder o princípio da crítica. Em 1986, o Concilio Anual dos ASD aprovou o relatório da Comissão de Estudo dos Métodos da Bíblia, que rejeitava o emprego do Método Crítico-Histórico. Segundo o relatório, "Até mesmo o emprego modificado desse método, que conserva o princípio crítico de subordinar a Bíblia à razão humana, é inaceitável aos adventístas" (AR, 22/1/1987).

A Igreja Adventista do Sétimo Dia ratifica a hermenêutica dos escritores bíblicos, de Antioquia e da Reforma. Rejeita o método alegórico de Alexandria e do catolicismo medieval, bem como o Método Crítico-Histórico do Iluminismo racionalista e seus desdobramentos posteriores.

Ao agir assim, os adventístas conservam a hermenêutica historicista da profecia adotada pelos reformadores, a qual tem sido abandonada por praticamente toda a cristandade atual.

Os adventístas do sétimo dia são herdeiros hermenêuticos da Reforma. E, a exemplo do que fizeram os reformadores radicais do 6º século, eles estão continuamente buscando "voltar às raízes", com o objetivo de fundamentar seus pressupostos, seus princípios de interpretação, sua fé e sua prática na autoridade absoluta da infalível Palavra de Deus.

V. Comentários de Ellen G. White

A. Interpretação Bíblica

"Hã em nosso tempo um vasto afastamento das doutrinas e preceitos bíblicos, e há necessidade de uma volta ao grande princípio protestante—a Bíblia, e a Bíblia só, como regra de fé e prática" (GC, 204,205; ver também ME1,416).

"As Santas Escrituras devem ser aceitas como autorizada e infalível revelação de Sua vontade. Elas são a norma do caráter,-o revelador das doutrinas, a pedra de toque da experiência religiosa. [...]

"O Espírito não foi dado — nem nunca o podería ser — a fim de Se sobrepor à Escritura; pois essa explicítamente declara ser ela mesma a norma pela qual todo ensino e experiência devem ser aferidos" (GC, vii).

"Mas Deus terá sobre a Terra um povo que mantenha a Bíblia, e a Bíblia só, como norma de todas as doutrinas e base de todas as reformas. As opiniões de homens ilustrados, as deduções da ciência, os credos ou decisões dos concílios eclesiásticos, tão numerosos e discordantes como são as igrejas que representam, a voz da maioria — nenhuma dessas coisas, nem todas em conjunto, deveríam se considerar como prova em favor ou contra qualquer ponto de fé religiosa. Antes de aceitar qualquer doutrina ou preceito, devemos pedir em seu apoio um claro 'Assim diz o Senhor"' (ibid., 595; ver também Ev, 256; PE, 78; PJ, 39; T5, 700; CBV, 462; PJ, 110, 111).

"A Palavra de Deus é suficiente para iluminar a mente mais anuviada, sendo passível de ser compreendida por aqueles que têm o desejo de compreendê-la" (T5, 663; ver também GC, vii).

"Mas a Escritura Sagrada, com suas divinas verdades, expressas em linguagem de homens, apresenta a união do divino com o humano. União semelhante existiu na natureza de Cristo, que era o Filho de Deus e o Filho do homem. Assim, é verdade com relação à Escritura, como o foi em relação a ► Cristo, que 'o Verbo Se fez carne e habitou entre nós' (Jo 1:14)" (GC, vi).

"A Bíblia é a voz de Deus nos falando, tão certamente como se pudéssemos ouvi-la com nossos ouvidos. Se aceitarmos isso, com que temor abririamos a Palavra de Deus e com que fervor examinaríamos seus preceitos! A leitura e a contemplação das Escrituras seriam consideradas uma audiência com o Ser Infinito" (T6, 393).

"Alguns há que se julgam plenamente capazes de, em seu finito julgamento, tomar a Palavra de Deus, e declarar quais são e quais não são as palavras inspiradas. Quero advertir-lhes contra essa atitude, meus irmãos do ministério: 'Tira as sandálias dos pés, porque o lugar em que estás é terra santa'. Deus não autorizou a nenhum ser humano, independente de quem seja ou de que cargo ocupe, a fazer seleções impertinentes em Sua Palavra. [...]

"Não permitam que ninguém se aproxime de vocês para dissecar a Palavra de Deus, dizendo o que é revelação, o que é inspiração e o que não é, sem repreendê-lo. [...] Não queremos que ningém diga: 'Isto eu rejeito, e isto eu aceito'. O que queremos é exercer fé implícita na Bíblia como um todo, exatamente como ela é" (SDABG7, 919; ver também PJ, 39).

"A Bíblia é seu expositor. Uma passagem será a chave que descerrarã outras passagens, e desse modo haverá luz sobre o significado oculto da Palavra" (FE, 187).

"A Bíblia é seu próprio intérprete. Com bela simplicidade cada porção liga-se com a verdade de outra porção, até que toda a Bíblia esteja combinada num harmonioso todo. De um texto saem clarões de luz para iluminar outra porção da Palavra que parecia mais obscura (NAV, 207; ver também Ed, 190; PJ, 128; TM, 106).

"Deve haver uma fé estabelecida na autoridade divina da santa Palavra de Deus. A Bíblia não deve ser provada pelas idéias científicas de homens. O saber humano é um guia indigno de confiança. [...] Toda verdade, quer na natureza quer na revelação, é coerente consigo mesma em todas as suas manifestações" (PP, 114; ver também Ed, 123, 124).

"A Bíblia não foi escrita para os doutos unicamente. Ao contrário, destina-se ao povo comum. As grandes verdades indispensáveis para a salvação, nela se acham reveladas com a clareza da luz meridiana; e ninguém errará nem perderá o caminho a não ser os que seguirem seu próprio juízo em vez da vontade de Deus, claramente revelada" (CC, 89).

"Mesmo os profetas que eram favorecidos com iluminação especial do Espírito, não compreendiam plenamente a significação das revelações a eles confiadas. O sentido deveria ser desvendado de século em século, ã medida que o povo de Deus necessitasse das instruções nelas contidas" (GG, 344; ver também GC, 598, 599; SDABC7, 920).

JB. O *Papel do Espírito Santo na Interpretação Bíblica*

"Um verdadeiro conhecimento da Bíblia só se pode obter pelo auxílio daquele Espírito pelo qual a Palavra foi dada" (Ed, 189; ver também T5, 704; PJ, 408).

"Quando quer que o estudo das Escrituras se inicie sem espírito de oração, humildade e docilidade, as passagens mais claras e simples, bem como as mais difíceis, serão torcidas do seu verdadeiro sentido" (GC, 521).

"Quando se abre a Palavra de Deus sem reverência nem oração; quando os pensamentos e as afeições não se concentram em Deus, ou não se acham em harmonia com Sua vontade, a mente fica obscurecida por dúvidas; e o ceticismo se robustece com o próprio estudo da Bíblia. O inimigo se apodera das idéias, e sugere interpretações incorretas. Sempre que os homens não buscam, por palavras e atos, estar em harmonia com Deus, então, por mais preparados que sejam, estão sujeitos a errar na compreensão das Escrituras, e não é seguro confiar em suas explicações. Os que se volvem às Escrituras para encontrar incoerências, não possuem conhecimento espiritual. Com visão transtornada, encontrarão muitos motivos de dúvida e incredulidade em coisas na verdade claras e simples" (CC, 110, 111).

"O estudante da Bíblia deve se esvaziar de todo preconceito, depor à porta da pesquisa suas próprias idéias; e com um coração humilde e submisso, com o eu oculto em Cristo, com fervorosa oração, deve buscar sabedoria de Deus" (CPPE, 463; ver também GC, 599, 600; TM, 108; CPPE, 463; ME2, 114).

C. *Diretrizes Específicas para a Interpretação Bíblica*

1. Texto e Tradução

"Vi que Deus havia de maneira especial guardado a Bíblia; ainda quando dela existiam poucos exemplares e homens doutos em alguns casos mudaram as palavras, achando que a estavam tomando mais compreensível quando, na realidade, estavam mistificando aquilo que era claro, fazendo-a apoiar suas estabelecidas opiniões, que eram determinadas pela tradição" (PE, 220, 221).

"Alguns nos olham seriamente e dizem: 'Não acha que deve ter havido algum erro nos copistas ou da parte dos tradutores?'Tudo isso é provável, e a mente que for tão estreita que hesite e tropece nessa possibilidade ou probabilidade, estaria igualmente pronta a tropeçar nos mistérios da Palavra Inspirada, porque sua mente fraca não pode ver através dos desígnios de Deus. Sim, com a mesma facilidade tropeçariam em fatos simples que a mente comum aceita e em que discerne o Divino, e para quem as declarações de Deus são simples e belas, cheias de essência e riqueza. Mesmo todos os erros não causarão dificuldade a uma alma, nem farão tropeçar os pés de alguém que não fabrique dificuldades da mais simples verdade revelada" (MEl, 16).

2. Contexto Histórico

"As vidas registradas na Bíblia são histórias autênticas de pessoas reais. Desde Adão, através de sucessivas gerações, até o tempo

dos apóstolos temos um relato simples e sem adorno do que realmente aconteceu .eu genuína experiência de personagens reais" (T4,9).

"Compreender os costumes dos qu'e viveram nos tempos bíblicos, das localidades, dos tempos e ocorrências é conhecimento prático; pois isso ajuda a tornar claras as imagens da Bíblia, e a fazer sentir a força das lições de Cristo" (CPPE, 518).

3. Análise Literária

"Escritos em épocas diferentes, por homens de origem e posição diversas, e variando entre si quanto à sua capacidade intelectual e espiritual, os livros da Bíblia oferecem um singular contraste de estilos e uma variedade de formas dos assuntos expostos. A fraseologia dos diferentes escritos diverge, uns expondo[1] os mesmos fatos com maior clareza do que outros" (GC, vi).

"O Senhor deu Sua Palavra justamente pela maneira que queria que ela viesse. Deu-a por meio de diferentes escritores, tendo cada um sua própria individualidade, embora repetindo a mesma história. Seus testemunhos são trazidos juntos em um só Livro, e são como as expressões em uma reunião de testemunhos. Eles não dizem as coisas exatamente no mesmo estilo. Cada um tem sua própria experiência, e essa diversidade amplia e aprofunda o conhecimento que vem satisfazer as necessidades dos variados espíritos. Os pensamentos expressos não têm estabelecida uniformidade, como se houvessem sido lançados em molde de ferro, tornando monótono o próprio ouvir. Em tal uniformidade haveria perda da graça e beleza que os distingue" (ME1, 21, 22).

"A beleza exterior da Bíblia, a beleza das imagens e expressões, não é, por assim dizer, senão o encaixe de seu tesouro real - a beleza da santidade" (Ed, 192).

4. Análise Verso por Verso

"No estudo diário, o método de estudar versículo por versículo é muitas vezes o mais eficaz. Tome o estudante um versículo, e concentre o espírito em descobrir o pensamento que Deus ali pôs para ele, e então se demore nesse pensamento até que se tome seu também. Uma passagem estudada assim, até que sua significação esteja clara, é de mais valor do que o manuseio de muitos capítulos sem nenhum propósito definido em vista, e sem nenhuma instrução positiva obtida" (ibid,, 189).

"Cumpre-nos ser cuidadosos para que não interpretemos mal as Escrituras. Os claros ensinos da Palavra de Deus não devem ser tão espiritualizados que a realidade se perca de vista, Não forceis o sentido de sentenças bíblicas no esforço de produzir qualquer coisa de singular a fim de comprazer a «8 fantasia. Tomai as Escrituras como rezam" (ME1, 170).

"A Bíblia não nos é dada em elevada linguagem sobre-humana. A fim de chegar aos homens onde eles se encontram, Jesus revestiu-Se da humanidade. A Bíblia precisa ser dada na linguagem dos homens. Tudo quanto é humano é imperfeito. Significações diversas são expressas pela mesma palavra; não há uma palavra para cada ideia distinta. A Bíblia foi dada para fins práticos" (ibid., 20),

5. Análise Teológica

"A Bíblia se explica por si mesma. Textos devem ser comparados com textos. O estudante deve aprender a ver a Palavra como um todo, e bem assim a relação de suas partes. Deve obter conhecimento de seu grandioso tema central, do propósito original de Deus em relação a este mundo, da origem do grande conflito, e da obra da redenção. Deve compreender a natureza dos dois princípios que contendem pela supremacia, e aprender a delinear sua operação através dos relatos da História e da profecia, até à grande consumação" (Ed, 190).

"O tema central da Bíblia, o tema em redor do qual giram todos os outros no Livro,

é o plano da redenção, a restauração da imagem de Deus no ser humano. Desde a primeira sugestão de esperança na sentença pronunciada no Éden, até àquela última gloriosa promessa do Apocalipse; [...] o empenho de cada livro e passagem da Bíblia é o desdobramento deste maravilhoso tema — o reerguimento do homem" (ibid., 125).

"Algumas porções da Escritura são, efetivamente, tão claras que não podem ser mal compreendidas; mas outras há cujo sentido não está sobre a superfície, de modo que possa ser apanhado de relance. E preciso comparar passagem com passagem. Tem de haver cuidadoso estudo e reflexão acompanhada de orações" (CC, 90, 91; ver também Ed, 125, 126; OC, 511; FE, 187).

"As dificuldades encontradas nas Escrituras jamais podem ser dominadas pelos mesmos métodos que se empregam em se tratando de problemas filosóficos. Não nos devemos empenhar no estudo da Bíblia com aquela confiança em nós mesmos com que tantos penetram nos domínios da ciência, mas sim com devota dependência de Deus, e sincero desejo de saber a Sua vontade. Cheguemo-nos com espírito humilde e dócil para obter conhecimento do grande Eu Sou. De outro modo, anjos maus nos cegarão o espírito, endurecendo-nos o coração para que não sejamos impressionados pela verdade" (GC, 599).

"Tanto na revelação divina quanto na natureza, Deus comunicou aos homens mistérios que requerem fé. Assim deve ser. Podemos estar sempre pesquisando, sempre inquirindo, sempre aprendendo, e ainda assim estar aquém do infinito" (T8, 261).

"Homens de capacidade têm dedicado uma existência de estudo e oração ao estudo das Escrituras, e todavia há muitas porções da Bíblia que não têm sido plenamente exploradas, Algumas passagens da Escritura nunca serão perfeitamente compreendidas até que, na vida futura, Cristo as explique. Há mistérios a serem esclarecidos, declarações que a mente humana não pode harmonizar" (OE, 312; ver também T5, 533; MEl, 20).

6. Tipologia, Simbolismo e Parábolas

"O sistema cerimonial era constituído de símbolos que apontavam para Cristo, para o Seu sacrifício e sacerdócio. A lei ritual, com seus sacrifícios e ordenanças, devia ser cumprida pelos hebreus até que o tipo encontrasse o antítipo, na morte de Cristo, o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo" (PP, 365; ver também SDABC6, 1095; SDABC7, 933).

"A linguagem da Bíblia deve ser explicada de acordo com o seu óbvio sentido, a menos que seja empregado um símbolo ou figura" (GC, 599),

"Jesus ensinava por meio de ilustrações e parábolas tiradas da natureza e dos acontecimentos familiares da vida diária. [...] Desse modo, associava as coisas naturais com as espirituais, ligando as coisas da natureza e a experiência pessoal de Seus ouvintes com as sublimes verdades da Palavra escrita.
E sempre que, mais tarde, os olhos deles repousavam nos objetos com que Ele associara a verdade eterna, eram repetidas as Suas lições" (CPPE, 140). «g

"As coisas naturais eram o veículo para as espirituais; cenas da natureza e da experiência diária de seus ouvintes eram relacionadas com as verdades das Escrituras Sagradas. Guiando assim do reino natural para o espiritual, são as parábolas de Cristo, elos na cadeia da verdade que une o homem a Deus, e a Terra ao Céu" (PJ, 17, 18; ver também 21).

7. Aplicação Contemporânea

"A fim de podermos ser beneficiados pela leitura das palavras de Cristo, cumpre que façamos aplicação correta delas aos nossos casos individuais" (MS, 37).

"Em Suas promessas e advertências, Jesus Se dirige a mim. Tanto amou Deus ao mundo, que deu o Seu Filho unigênito, para

que eu, crendo, não pereça, mas tenha a vida eterna. As experiências relatadas na Palavra de Deus devem ser minhas experiências. [...] À medida que a fé assim recebe e assimila os princípios da verdade, tornam-se eles parte do próprio ser, e a força motriz da vida. A palavra de Deus, recebida na alma, molda os pensamentos, e entra no desenvolvimento do caráter" (DTN, 390, 391).

"Apenas ler a instrução comunicada na Palavra de Deus não é o bastante. Devemos ler com meditação e oração, imbuídos do intenso desejo de ser ajudados e abençoados. E a verdade que aprendemos deve ser aplicada na experiência diária" (MR2, 95; ver também MCP2, 784; 1888 Materials, 1.680).

D. *História da Interpretação Bíblica*

1. Hermenêutica JRabínica

"Os rabis falavam duvidosos e hesitantes, como se as Escrituras pudessem ser interpretadas significando uma coisa ou exatamente o contrário. Os ouvintes eram diariamente possuídos de uma incerteza cada vez maior. Mas Jesus ensinava as Escrituras com indubitável autoridade" (DTN, 253).

"[Os líderes de Israel no tempo de Jesus] estudavam as Escrituras apenas para apoiar as próprias tradições e validar suas observâncias de feitura humana. Por suas interpretações, faziam com que elas exprimissem sentimentos nunca manifestados por Deus. O sentido místico que lhe davam tornava indistinto aquilo que Deus fizera claro. Discutiam pormenores e negavam, por assim dizer, as verdades mais essenciais. Roubavam à Palavra de Deus o poder, e os maus espíritos executavam assim a própria vontade" (CPPE, 438, 439).

2. Hermenêutica Medieval

"Quase imperceptivelmente os costumes do paganismo tiveram ingresso na igreja cristã. O espírito de transigência e conformidade fora restringido durante algum tempo pelas terríveis perseguições que a igreja suportou sob o paganismo. Mas, em cessando a perseguição e entrando o cristianismo nas cortes e palácios dos reis, pôs ela de lado a humilde simplicidade de Cristo e Seus apóstolos, em troca da pompa e orgulho dos sacerdotes e governadores pagãos; e, em lugar das ordenanças de Deus, colocou teorias e tradições humanas" (GG, 49).

"Durante séculos, a circulação da Escritura foi proibida. Ao povo era vedado lê-la ou tê-la em casa, e sacerdotes e prelados sem escrúpulos lhe interpretavam os ensinos de modo a favorecer suas pretensões" (GG, 51).

"Em terras que ficavam além da jurisdição de Roma, existiram, por muitos séculos, corporações de cristãos que permaneceram quase inteiramente livres da corrupção papal. Estavam rodeados de pagãos e, no transcorrer dos séculos, foram afetados por seus erros; mas continuaram a considerar a Escritura Sagrada como a única regra de fé, aceitando muitas de suas verdades" (ibid., 63; ver também 68),

3. Hermenêutica Reformada

"O grande movimento inaugurado por YVycliffe, o qual deveria libertar a consciência e o intelecto e deixar livres as nações, durante tanto tempo jungidas ao carro triunfal de Roma, teve sua fonte na Escritura Sagrada. [...] Wycliffe aceitava as Sagradas Escrituras com implícita fé, como a inspirada revelação da vontade de Deus, como suficiente regra de fé e prática" (ibid., 93).

"Ele [Zwínglio] se submeteu à Bíblia como a Palavra de Deus, única regra suficiente,[2 * 4] infalível. Viu que ela deveria ser seu próprio intérprete. Não ousou tentar a explicação das Escrituras a fim de sustentar uma teoria ou doutrina preconcebida, mas mantinha como seu dever aprender o que constituem seus ensinos diretos e óbvios" (ibid., 173).

"O grande princípio mantido por aqueles reformadores — princípio que fora sustentado

pelos valdenses, por Wycliffe, John Huss, Lutero, Zwínglio e pelos que a eles se uniram — foi a autoridade infalível das Escrituras Sagradas como regra de fé e prática. [...] A Bíblia era a sua autoridade, e por seus ensinos provavam todas as doutrinas e reivindicações" (ibid., 249; ver também 132).

4. Alta Crítica

"Quando pessoas mencionarem a alta crítica e se arrogarem no direito de julgar a Palavra de Deus, chamem a atenção delas para o fato de terem esquecido quem foi o primeiro e o mais sábio dos críticos. Aquele que tinha centenas de anos de experiência prática. E ele quem ensina os assim chamados altos críticos de hoje. Deus punirá todos quantos, a exemplo desses altos críticos, exaltam a si mesmos e criticam a santa Palavra de Deus (BE, l°/2/1897).

"Como nos dias dos apóstolos os homens procuravam destruir a fé nas Escrituras pelas tradições e filosofias, assim hoje, pelos aprazíveis sentimentos da alta crítica', evolução, espiritismo, teosofia e panteísmo, o inimigo da justiça está procurando levar as almas para caminhos proibidos. Para muitos, a Bíblia é uma lâmpada sem óleo, porque voltaram a mente para canais de crenças especulativas que produzem má compreensão e confusão. A obra da alta crítica', em dissecar, conjecturar, reconstruir está destruindo a fé na Bíblia como uma revelação divina. Está roubando a Palavra de Deus em seu poder de controlar, erguer e inspirar vidas humanas" (AA, 474; ver também Ed, 227; MH, 142; GC, 522). VI.

5. Hermenêutica Milerita

"Esforçando-se por deixar de lado todas as opiniões preconcebidas, dispensando comentários, [Miller] comparou passagem com passagem, com o auxílio das referências à margem e da concordância. Prosseguiu no estudo de modo sistemático e metódico; começando com Gênesis, e lendo versículo por versículo, não ia mais depressa do que se lhe desvendava o sentido das várias passagens, de modo a deixá-lo livre de toda dificuldade. Quando encontrava algum ponto obscuro, tinha por costume compará-lo com todos os outros textos que pareciam ter qualquer referência ao assunto em consideração. Permitia que cada palavra tivesse a relação própria com o assunto do texto e, quando harmonizava seu ponto de vista acerca dessa passagem com todas as referências da mesma, deixava de ser uma dificuldade. Assim, quando quer que encontrasse passagem difícil de entender, achava explicação em alguma outra parte das Escrituras. Estudando com fervorosa oração para obter esclarecimentos da parte de Deus, o que antes parecia obscuro à compreensão agora se fizera claro. Experimentou a verdade das palavras do salmista: A exposição das Tuas Palavras dá luz; dá entendimento aos símplices' (SI 119:130)" (GC, 320).

"Os que se ocupam de proclamar a terceira mensagem angélica pesquisam as Escrituras seguindo o mesmo plano que o pai Miller adotava" (RPI, 25/11/1884; ver também GC, 320, 321, 354).

VI. Literatura

Alter, Robert. *The Art of Bihlical Narrative.* Nova York: Basic, 1981.

---------- -. *The Art of Bihlical Poetry.* Nova York: Basic, 1985.

Bailey, James L. *Liíerary Forms in the New Testament.* Louisville: Westminster/John Knox, 1992.

Barrett, C. K., ed. *The New Testament Background: Selected Documents.* Ed. rev. São Francisco: Harper and Row, 1995.

Brewer, David I. *Techniques and Asswnptions in Jewish Exegesis Before 70 CE,* Tübingen: J. C. B. Mohr, 1992.

Brown, Colin, ed. *New International Dictionary of New Testament Theology.* 4 vols. Grand Rapids: Zondervan, 1975-1978.

Bruce, F. F. *The New Testament Documents: Are They Reliable?* Ed. rev. Grand Rapids: Eerdmans, 1960.

Damsteegt, P. Gerard. *Founâations of the Seventh-day Aãventist Message and Mission.* Berrien Springs: Andrews University Press, 1988,

Davidson, Richard M. "Sanctuary Typology." Em *Symposium on Revelation — Book 1,* ed. Frank B. Plolbrook, 6:99-130. Daniel and Revelation Committee Series. Sílver Spring: Biblical Research Institute, 1992.

Dyrness, William, *Themes in Old Testament Theology,* Dovvners Grove: InterVarsity, 1979,

Fee, Gordon D. *New Testament Exegesis: A Handhook for Studenls and Pastors.* Philadelphia: Westminster, 1983.

Ferguson, Everett. *Backgrounds of Early Christianity.* Grand Rapids: Eerdmans, 1987.

Grant, R, M. A *Short History of the Interpretation of the Bible.* 2ª ed. Philadelphia: Fortress, 1984.

Greenlee, J. H. "Text and Manuscripts of the New Testament." *The Zondervan Pictorial Encyclopeâia of the Bible,* ed. Merrill C. Tenney, 4:697-713, Grand Rapids: Zondervan, 1975.

Gugliotto, Lee. *Handhook for Bible Study.* Hagerstown: Review and Herald,1995,

Guthrie, Donald. *Neiv Testament Theology.* Downers Grove: InterVarsity Press, 1981.

Harris, R. Laird, Gleason L. Archer e Bruce K. VValtke, eds. *Theological Wordbook of the Old Testament. 2* vols. Chicago: Moody, 1981.

PI asei, Gerhard F, *Biblical Interpretation Today.* Washington: Biblical Research Institute, 1985.

----------, *Old Testament Theology: Basic Issues in the Current Debate.* 3 ª ed. Grand Rapids: Eerdmans, 1982,

Holbrook, Frank B., ed. *The Seventy Weeks, Leviticus, and the Nature of Prophecy.* Daniel and Revelation Committee Series, 3. Washington: Biblical Research Institute, 1986.

---------- . *Symposium on Daniel,* Daniel and Revelation Committee Series, 2. Washington: Biblical Research Institute, 1986.

---------- . *Symposium on Revelation—Book I.* Daniel and Revelation Committee Series, 6. Silver Spring: Biblical Research Institute, 1992.

—————-. *Symposium on Revelation: Exegetical and General Studies — Book II.* Daniel and Revelation Committee Series, 7. Silver Spring; Biblical Research Institute, 1992.

Hyde, Gordon M., ed. *A Symposium on Biblical Hermeneutics.* Washington: Biblical Research Institute, 1974.

Horn, Siegfried H., ed. *Seventh-day Aãventist Bible Dictionary.* Rev. ed. Washington: Review and Herald, 1979.

Kaiser, Walter C., Jr. *Toward an Exegetical Theology.* Grand Rapids: Baker, 1981.

■---------. *The Uses of the Old Testament in the. New.* Chicago: Moody, 1985.

Ladd, George Eldon. A *Theology of the New Testament.. Ed.* rev. Grand Rapids: Eerdmans, 1993.

LaRondelle, Plans K. *The Israel of God in Prophecy: Principies of Prophetic Interpretation.* Andrews University Monographs. Berrien Springs: Andrews University Press, 1983.

Linnemann, Eta. *Historical Criticism of the Bible: Methoãology or Ideology? Reflections of a Bultmannian Turned Evangelical.* Trad. Robert W. Yarbrough. Grand Rapids: Baker, 1990.

Maier, Gerhard, *Biblical Hermeneutics.* Wheaton: Crossway, 1994.

---------— *T h e End ofthe Historical- Criticai Meihod.* Trad, Edwin W. Leverenz e Rudolph F. Norden. St. Louis: Concordia, 1977.

Nichol, F, D., ed. *The Seventh-ãay Adventlst Bible Commentar)'. 1* vols. Washington: Review and Herald, 1953-1957; revisado em 1976-1980. .

Osborne, Grant R, *The Hermeneutical Spiral: A Comprehensive Introâuction to Biblical Interpretation.* Downers Grove:
§ ► InterVarsity, 1991.

Paulien, Jon. "Interpreting Revelations Symbols." Em *Sympostum on Revelation - Book* I, ed. Frank B. Flolbrook, 6:73-97. Daniel and Revelation Committee Series. Silver Spring: Biblical Research Institute, 1992.

Petersen, D. L., e K. H. Ríchards. *Interpreting Hehrew Poetry.* Philadelphia: Fortress, 1992.

Pritchard, J. B., ed. *Ancient Near Eastern Texts Relating to the Old Testament.* 3ª ed. Princeton University Press, 1969.

Reid, George. "Another Look at Adventist Hermeneutics." *Journal of the Adventist Theological Society 2* (1991): 69-76.

Ryken, L. *Words of Delight:* A *Literar)[1] Introâuction to the Bihle.* 2ª ed. Grand Rapids: Baker, 1992.

---------- •. *Words ofLife: A Literar)'Introâuction to the Neiv Testament.* Grand Rapids: Baker, 1987.

Shea, William H. *Selected Studies on Prophetic Interpretation.* Daniel and Revelation Committee Series, 1. Washington: Biblical Research Institute, 1982.

Stuart, Douglas. *Old Testament Exegesis: A Prhnerfor Stuâents and Pastors.* 2[3] ed. rev. Philadelphia: Westminster, 1984.

Thiele, Edwin R. A *Chronology ofthe Hehrew Kings.* 3ª ed. Grand Rapids: Zondervan, 1983;

4
Doutrina de Deus

Fernando L. Canale

Introdução

Visto que Deus Se relaciona com tudo e tudo com Ele se relaciona, a doutrina de Deus é fundamental para a teologia cristã. E ela que determina a forma como os teólogos entendem e formulam todo o *corpits* de crenças cristãs. Idéias filosóficas têm geralmente estruturado o conceito cristão de Deus, mas não foram as declarações bíblicas que forjaram tais formulações. Isso significa que as interpretações clássicas, modernas e pós-modernas da doutrina cristã de Deus foram criadas sob a influência de conceitos filosóficos humanos. Cônscíos dessa situação, meticulosos estudantes das Escrituras empreendem sua pesquisa, decididos a submeter à Bíblia todas as formas de raciocínio humano. Visto que a filosofia humana precisa se sujeitar à Bíblia, e visto que a filosofia divina já se acha disponível nas Escrituras, nossa compreensão de Deus deve estar isenta de especulações humanas. O que podemos saber sobre Deus deve ser revelado a partir das próprias Escrituras.

I. II. III. IV. V.

I. Fontes do Conhecimento de Deus
- A. A Bíblia
- B. A Revelação Geral

II. A Realidade de Deus
- A. A Existência de Deus
- B. Deus como Mistério

III. Atributos Divinos
- A. Eternidade
- B. Imutabilidade
- C. Amor e Ira
  1. O Amor de Deus
  2. A Ira de Deus
- D. Transcendência

IV. Atividades Divinas
- A. Presciência
- B. Predestinação
- C. Criação
- D. Presença Histórica
- E. Providência
  1. Atividade Providencial Indireta
  2. Atividade Providencial Direta

V. Unicidade de Deus
- A. Evidência do AT
- B. Evidência do NT

VI. A Divindade no AT
- A. O Plural de Plenitude e a Divindade
- B. O Anjo do Senhor
- C. A Revelação Dual de Yahweh

VII. A Divindade no NT
- A. Deus, o Filho
  1. Divindade
  2. Filiação
  3. “Nascido" do Pai
  4. A Natureza da Subordinação do Filho
- B. Deus, o Pai
  1. A Paternidade de Deus no AT
  2. O Deus de Jesus Cristo
  3. O Envio do Filho
  4. A Delegação ao Filho
  5. A Obra Salvífica
  6. Fórmulas Binitarlanas
- C. Deus, o Espirito Santo
  1. O Anúncio de Cristo
  2. A Vinda Pentecostal
  3. Divindade
  4. Personalidade

5. Obra Salvífica
»- 6. Dotações Escatológicas
D. Padrões Trinitarianos no MT
VIII. O Impacto da Doutrina da Divindade
IX. Resumo Histórico
A. Antecedentes Filosóficos
1. Neoplatonismo
2. Aristotelismo
B. Período Patrístico
1. Justino Mártir
2. Irineu
3. Orígenes
4. Heresias Trinitarianas
5. Concilio de Niceia
6. Agostinho
7. O Credo Atanasiano
C. Período Medieval
D. A Reforma
1. Martínho Lutero
2. João Calvino
3. Anabatismo
4. Jacó Armínio
E. O Período Moderno
1. Fríedrich Schleiermacher
2. Karl Barth
3. Alfred Whitehead
4. Wolfhart Pannenberg
5. A "Visão Aberta" de Deus
F. Os Adventistas do Sétimo Dia
1. Subordinacionismo Temporal
2. Rejeição da Doutrina Clássica
3. Confirmação da Trindade Bíblica
4. Tendências Contemporâneas
X. Comentários de EUen G. Whíte
A. Estudo Especulativo de Deus
B. Revelação Geral
C. A Realidade de Deus
1. A Existência de Deus
2. Deus como Mistério
D. Atributos Divinos
1. Eternidade de Deus
2. Imutabilidade de Deus
3. O Amor e a Ira Divinos
4. Transcendência
E. Atividades Divinas
1. Predestinação
2. Criação
3. Providência
F. A Trindade
G. O Pai Eterno
H. O Filho Eterno e Sua Obra
I. O Eterno Espirito Santo e Sua Obra
XI. Literatura

L Fontes do Conhecimento de Deus

A, A *Bíblia*

Várias são as formas pelas quais se tem interpretado a doutrina cristã de Deus, Uma razão para essa divergência em abordagem e conteúdo reside na diversidade de fontes nas quais se procura o conhecimento de Deus. Segundo a Bíblia, porém, a fonte de informações para a doutrina de Deus é Sua própria revelação pessoal (Hb 1:1-3), conforme registrada fielmente nas Escrituras (Rm 16:26). A natureza, em suas variadas formas, também é considerada uma fonte da doutrina de Deus. A teologia tem tradicionalmente identificado o ensino bíblico da revelação de Deus pela natureza (SI 19:1-6; Rm 1:19, 20) com a interpretação filosófica humana de Deus, construída unicamente com base em dados naturais. As doutrinas de Deus resultantes do estudo da natureza são interpretações filosóficas da Divindade, conhecidas nos círculos teológicos como “teologia natural”.

O estudo do ensino bíblico sobre revelação geral sugere que não se deve usar a revelação geral de Deus para construir uma teologia natural. Mesmo assim, os resultados presumidamente inferiores produzidos por especulações filosóficas sobre a natureza de Deus são utilizados como pressupostos para a compreensão não só da doutrina cristã de Deus, mas também de todo o empreendimento teológico.

Uma compreensão correta da natureza, porém, requer como pré-requisito o conhecimento de Deus fornecido pela revelação, e não o contrário. Em resumo, só é possível alcançar o verdadeiro conhecimento de Deus a partir da revelação bíblica. Visto que a doutrina cristã de Deus desenvolveu-se, de modo geral, assumindo as conclusões especulativas da teologia natural como um pressuposto admissível, procurar compreender Deus tomando como base apenas a Bíblia, acaba desafiando idéias tradicionais e expressando uma concepção diferente de Deus.

B. A *Revelação Geral*

§► De acordo com a Escritura, a criação de Deus, mesmo depois de o pecado entrar no mundo, constituía uma ferramenta objetiva pela qual Deus Se revelava ao ser humano. Para diferenciar esses meios da "revelação especial" contida na Escritura, emprega-se geralmente a designação "revelação geral". Paulo, dirigindo-se aos homens de Atenas no Areópago, fez clara referência a essa modalidade de revelação quando explicou que Deus é "quem a todos dá vida, respiração e tudo mais", e recomendou-lhes que buscassem ao Senhor na esperança de poder percebê-Lo nem que fosse por intuição (At 17:25, 27). A passagem não é explícita sobre como isso ocorre, mas parece sugerir que a revelação geral possui intenções redentoras.

O Salmo 19 apresenta a criação de Deus como um instrumento objetivo empregado por Deus para Se revelar a todas as pessoas (cf. SI 65:6-13). Essa passagem afirma claramente que "os céus proclamam a glória de Deus, e o firmamento anuncia as obras das Suas mãos" (SI 19:1), ressaltando assim os diferentes aspectos do mundo físico criado, pelos quais a glória de Deus pode ser revelada universalmente a todos os seres humanos ao longo da história (cf. Êx 33:18, 19; 34:6, 7). Os versos subsequentes explicam o modo cognitivo desses instrumentos de revelação. Eles comunicam conhecimento (SI 19:2) sem palavras ou voz audível (v, 3). Fica assim estabelecida, de forma bem explícita, a diferença fundamental entre revelação especial (na Escritura) e revelação geral (na criação). Na revelação especial o conteúdo cognitivo é transmitido em palavras humanas, enquanto que na revelação geral o conteúdo cognitivo é comunicado por obras divinas ou acontecimentos históricos acessíveis a todos. Na revelação especial, Deus fala por meio de palavras humanas; na revelação geral, o mesmo Deus fala por intermédio de fatos físicos e históricos. Por último, Davi indica o alcance universal desses meios de revelação divina, quando destaca que "por toda a Terra se faz ouvir a Sua voz, e as Suas palavras, até aos confins do mundo" (v. 4).

Em Romanos 1:18-21, Paulo assume o conceito de revelação geral do AT, esclarecendo-o e depois desenvolvendo-o. Ao agir assim, estende o conceito a três áreas muito importantes: o papel de Deus, o conteúdo dessa revelação e o seu objetivo final. Quanto ao papel de Deus na revelação geral, o apóstolo ressalta que o que se pode conhecer de Deus é manifesto aos seres humanos, "porque Deus lhes manifestou" (v. 19). Na revelação geral, bem como na revelação especial, Deus está pessoalmente envolvido no processo efetivo de revelação. Na introdução de seu evangelho, João explica que a segunda pessoa da Trindade, o Verbo, é a "verdadeira luz, que, vinda ao mundo, ilumina a todo homem" (1:9). A revelação geral se constitui nas boas-novas pelas quais Deus consegue alcançar não somente os que têm acesso à Escritura, mas também toda extensão do gênero humano. Paulo equipara o conteúdo da revelação geral com as "coisas que foram criadas *[tois poiêmasin*]" (Rm 1:20). Essa expressão parece apontar para o fato de que os conteúdos da revelação geral incluem não somente a criação (nosso mundo físico), mas também a providência de Deus, que abrange

uma variedade de acontecimentos históricos (cf. Atos 14:17).

Os atributos invisíveis de Deus, Seu poder pessoal e a natureza divina, acrescenta Paulo, são claramente reconhecíveis (Rm 1:19-20), Embora imperfeito devido aos efeitos obscurecedores do pecado, esse conhecimento não é destituído de importância, Ainda assim, seres humanos pecaminosos sistematicamente o repudiam e pervertem (v. 18, 21-23). É por isso que Deus, em Sua misericórdia, penetrou na existência humana entenebrecida pelo pecado por meio de uma revelação especial e sobrenatural, que culmina em Cristo Jesus (Hb 1:2) (ver Revelação/Inspiração II).

II. A Realidade de Deus

A. *A Existência de Detis*

A discussão das provas racionais da existência de Deus tornou-se o tema clássico na doutrina cristã de Deus. Visto que Deus não se revela continuamente de forma direta e visível, a pergunta que surge logicamente é se existe na realidade um Ser que corresponda à nossa palavra “Deus”. O registro bíblico § ► não aborda a questão da existência de Deus, no sentido de desenvolver ou sugerir provas racionais. Pelo contrário, a Escritura afirma ser "necessário que aquele que se aproxima de Deus creia que Ele existe” (Hb 11:6). O conhecimento de Deus é necessário para o surgimento da fé na mente e no coração humano (Rm 10:17),

É a partir da recepção conjunta da autorrevelação de Deus na história, conforme registrada na Bíblia, e as sugestões do Espírito Santo na mente, que a fé como convicção da existência de Deus se torna um fato estabelecido na experiência do cristão. As provas racionais da existência de Deus a nós comunicadas pela natureza não produzem uma convicção tão radical. A convicção da existência de Deus não é produzida por argumentos racionais, mas por um relacionamento pessoal com Ele. É Ele quem toma a iniciativa nesse relacionamento, mediante a ação pessoal do Espírito Santo, valendo-se da Escritura, da natureza e da história para Se revelar à mente e ao coração dos seres humanos. Apercebemo-nos, portanto, da existência de Deus mais com base em Sua revelação pessoal na Escritura do que com base em argumentos racionais (cf. Mt 16:15-17). Nesse contexto, a existência de Deus é geralmente percebida como mistério.

B. Deus como Mistério

Outro aspecto básico da doutrina de Deus se refere à natureza divina. Sob esse aspecto, o registro bíblico apresenta uma quantidade quase esmagadora de informação, Porém, antes de considerarmos alguns aspectos básicos da multiforme revelação de Deus apresentada na Bíblia, cumpre-nos reconhecer que, ao abordarmos o estudo de Deus, entramos em “terra santa", na qual o silêncio é ouro. Ou seja, ao procurarmos compreender a autorrevelação divina, devemos reconhecer as limitações dos processos cognitivos humanos.

A deficiência de nosso processo cognitivo em relação a Deus como matéria de estudo manifesta-se não só quando descobrimos ser impossível para nós conhecer a Deus à parte de Sua autorrevelação (Jó 11:7), mas também quando percebemos nossas limitações até para compreender aquilo que já está revelado. Tais limitações são resultado não só de nossa natureza pecadora, mas também e principalmente da própria natureza de Deus, cuja "grandeza é insondável” (SI 145:3).

Não podemos entender plenamente a realidade de Deus dentro do alcance da limitada e finita razão humana. Até mesmo quando se apoia em idéias bíblicas, qualquer

reivindicação humana de perfeitamente compreender Deus tende a corresponder, em última análise, não ao Deus vivo e infinito, mas a um deus criado por nossa própria imaginação, A revelação de Deus na Bíblia é classificada na categoria de mistério, entendida a palavra aqui não no seu sentido tradicional, mas no sentido bíblico.

Em seu sentido tradicional, mistério é algo que, por sua própria natureza, não pode ser conhecido nem traduzido em palavras. A Bíblia, porém, estabelece uma íntima correlação entre mistério e revelação (Dn 2:30, 47; Rm 16:25; ICo 15:51; Ef 1:9; Cl 2:2). Nela, mistério é algo que, mesmo oculto ao conhecimento humano, pode ser conhecido mediante revelação. Além disso, mesmo quando envolve uma revelação direta acessível ao conhecimento humano, o mistério sobrepuja seus próprios aspectos revelados para evitar qualquer equiparação possível da realidade revelada com o mistério propriamente dito. E por isso que Paulo ora para que os efésios possam 'conhecer o amor de Cristo, que excede todo entendimento" (Ef 3:19). O conhecimento desse amor sublime pertence à categoria de mistério, manifesto nas múltiplas formas pelas quais Deus escolheu Se revelar, conforme registradas na Bíblia. Deve-se tomar cuidado para evitar ultrapassar o limite entre as facetas do mistério reveladas e as encobertas (Dt 29:29), principalmente ao se discutir questões como Trindade, presciência e eternidade.

III. Atributos Divinos

A, *Eternidade*

O cristianismo sempre entendeu que Deus é eterno (Rm 16:26), A eternidade, como característica do ser divino, trata da relação de Deus com o tempo. Existe uma
§► profunda e decisiva discordância entre a concepção tradicional e a concepção bíblica de eternidade. A concepção tradicional de eternidade mantida por cristãos em geral sofreu indevida influência da filosofia grega. Segundo ela, existe uma diferença qualitativa intransponível entre o tempo e a eternidade. Eternidade seria a ausência total de tempo e de qualquer coisa relacionada com o tempo. Gomo resultado, toma-se a eternidade divina como significando que Deus é totalmente e completamente desvinculado e alheio a qualquer realidade temporal ou histórica. As consequências de uma ideia como essa permeiam e condicionam toda a concepção clássica da natureza e dos atos divinos.

Quando se busca, porém, a ideia de eternidade no registro bíblico, a primeira faceta que se apresenta é a de que as palavras comumente traduzidas por "eternidade" possuem significado claramente temporal. No AT **olãm* e no NT *atõn* significam basicamente "um tempo de longa duração", e se referem a um período de tempo limitado ou ilimitado. O fato de essa eternidade ser concebida em um modo temporal não significa que a Bíblia equipare a eternidade com o tempo criado que vivenciamos como limite de nossa finitude. Significa, antes, que a eternidade de Deus não é alienada do nosso tempo. O tempo divino, porém, é qualitativamente diferente do nosso tempo, não no sentido de negar o tempo, mas de incorporá-lo e excedê-lo (ver II.B). Vivenciamos o tempo, por exemplo, como uma mensuração de nossa transitoriedade, ao passo que, em Sua eternidade, Deus vivência o tempo sem esse caráter transitório (Sl 103:15-17; Jó 36:26).

Diferentemente da tradição cristã clássica, influenciada pela filosofia grega, a Bíblia concebe o modo temporal e histórico da eternidade de Deus como compatível com Sua imutabilidade (Sl 102:24-27; Hb 1:10-12). Paulo nos diz que o plano da salvação foi elaborado "antes da fundação do mundo"

(Ef 1:4). “Antes" pressupõe claramente o tempo anterior à criação. A afirmação paulina de que o plano da salvação esteve, “desde os séculos, oculto em Deus, que criou todas as coisas” (Ef 3:9), aponta para a eternidade passada, como abrangendo o tempo como uma característica da eternidade de Deus. O tempo humano teve um começo (cf. 1 Co 2:7), quando o nosso Universo finito e seus habitantes foram criados. O Criador transcende tais limitações em Seu ser e em Sua experiência de tempo e história. O tempo humano é limitado e finito, cuja posse está nas mãos de Deus, sob formas que excedem completamente até nossos melhores esforços racionais e imaginativos. Procurar definir o tempo de Deus seria uma tentativa teórica de penetrar no mistério de Sua natureza. Nesse ponto, o silêncio é eloquência.

Entendemos, porém, algo importante, a saber, que, de acordo com a Bíblia, o eterno e imutável (ver III.B) Deus pode Se relacionar de maneira direta e pessoal com homens e mulheres dentro do plano da história humana, a ponto de Ele e os seres humanos compartilharem a mesma história. A eternidade de Deus designa o dinamismo e a infinitude da vida e da história divinas, as quais ao mesmo tempo incluem e excedem completamente o âmbito de nossa história criada. Segundo a Bíblia, a distância que atualmente obstrui a comunhão direta e histórica entre Deus e Sua criação não é resultado da diferença entre um Deus atemporal e imutável e um ser humano histórico, mas a diferença entre um Deus santo e uma humanidade pecadora (Gn 3:22-24; Is 59:2).

B. *Imutabilidade*

Outra característica do ser divino que tem sido importante componente da doutrina cristã de Deus através dos séculos é a imutabilidade. Esse atributo tem que ver com o fato de Deus não mudar (Ml 3:6; Tg 1:17), Lamentavelmente, porém, a teologia tradicional equiparou imutabilidade com impassibilidade. Essa equiparação foi necessária devido à concepção atemporal de eternidade (ver III.A), Quando se entende imutabilidade como impassibilidade, diz-se que Deus possui uma vida estática, da qual relações, emoções, novas experiências e mudanças de vida estão inteiramente excluídas. Ou seja, a imutabilidade descreve a vida divina como desvinculada da experiência e da história humanas. Essa concepção não deixa nenhuma margem para a compreensão histórica do grande conflito entre Deus e Satanás (ver Grande Conflito II-V), ou para a encarnação histórica e real de Jesus Cristo (ver Cristo I.A.2). Ao ministrar um ensino como esse, a teologia clássica seguiu a filosofia grega, em completa desatenção ao conceito bíblico de imutabilidade.

Apesar de não ser encontrado na Escritura nenhum termo que expresse o conceito de “imutabilidade”, a Bíblia afirma claramente que em Deus “não pode existir variação ou sombra de mudança” (Tg 1:17). A maneira como a Bíblia entende a eternidade divina (ver Í1I.A) leva em conta o fato de a compatibilidade entre a perfeição de Deus e uma concepção da vida de Deus incluir alterações dinâmicas tais como realização de coisas novas (Is 43:19; Jr 31:31; Ap 21:5), emoções (Êx 34:14; Nm 11:33; Dt4:24; 6:15), relacionamento (Lv 26:12; 2c 13:9; Ap 21:3) e até mesmo arrependimento (Ex 32:14; Jr 18:8; 42:10). Não resta dúvida de que a imutabilidade do Deus bíblico, que é capaz de mudar Sua decisão de destruir Nfnive (Jn 3:4) por causa da reação positiva dos ninivitas à pregação de Jonas (v. 10), não pode ser compreendida como impassibilidade. Não obstante, o fato de Deus mudar de ideia, como quando Se arrepende, não significa uma mudança no propósito para com os seres humanos. Trata-se mais de uma adaptação à mudança de ideia e propósito por parte do ser humano. Para a Bíblia, a mudança divina também tem que ver com a vida dinâmica

de Deus, e não com a constituição de Seu ser. Ou seja, a realidade de Deus não varia nem muda de um ser menos perfeito para um mais perfeito. Deus é sempre o mesmo (SI 102:26-27; Hb 13:8).

De acordo com a doutrina bíblica de Deus, o movimento e a mudança na vida divina, inconcebíveis para a teologia clássica, desempenham papel central na natureza perfeita da vida e atividade divinas. Além do mais, a encarnação presume que Deus seja capaz não apenas de Se relacionar e viver dentro dos conceitos do tempo criado, mas também de vivenciar pessoalmente novos e genuínos acontecimentos históricos. A encarnação envolve uma progressão histórica e real dentro da própria 'rida divina de Deus sem haver a necessidade de mudança ou desenvolvimento na estrutura do ser divino (Fp 2:6-8). Dentro desse contexto, a imutabilidade de Deus é coerentemente apresentada através da Bíblia como “fidelidade¹' ou constância em Seus atos históricos. Deus é capaz de agir na história e de mudar de ideia (Jr 18:8; 42:10; Jn 3:9, 10) sem infringir a perfeição de Seu próprio ser, ou completar um processo de desenvolvimento interior de um nível mais simples para um nível mais alto de existência. Ainda assim, Sua eterna fidelidade (SI 100:5; 117:2) garante que Ele nunca mudará de ideia, mas que sempre cumprirá Seus planos (Is 25:1), juramentos (Hb 7:21) e promessas de recompensa (Is 61:8), proteção (SI 91:14) ou castigo (SI 119:75) em relação às escolhas humanas. A fidelidade histórica *é,* portanto, uma característica divina que distingue Deus dos seres humanos (Nm 23:19; ISm 15:29). A imutabilidade de Deus, portanto, é compreendida não como impassibílídade, mas como eterna identidade da natureza de Deus consigo mesmo e fidelidade histórica, constância e coerência de Seu relacionamento, propósitos e ações para conosco. Esse pressuposto é necessário para conceitos teológicos tais como tipologia, encarnação, cruz e o grande conflito entre Deus e Satanás, conforme apresentados ao longo da Bíblia.

C. Amoreira

Diversas são as maneiras pelas quais a predestinação (IV.B), a criação (IV. C), a revelação geral (I.B), a presença histórica (IV.D) e a providência (IV.E) revelam Deus como um ser relacionai, cuja essência é o amor (ljo 4:8). Exatamente por causa disso, a ira é estranha à Sua natureza (Is 28:21). Para compreender adequadamente os conceitos bíblicos de ira e amor divinos, é necessário reconhecer que Deus pode expressar ambos os sentimentos sem ser contraditório. Ao revelar Sua glória a Moisés, Deus explicou que era um "Deus compassivo, clemente e longânimo e grande em misericórdia e fidelidade; que guarda a misericórdia em mil gerações, que perdoa a iniquidade, a transgressão e o pecado, ainda que não inocenta o culpado, e visita a iniquidade dos pais nos filhos e nos filhos dos filhos, até à terceira e quarta geração" (Êx 34:6, 7). «£

1. O Amor de Deus

As Escrituras declaram que "Deus é amor" (ljo 4:8, 16). Revelam um "Deus de amor” (2Co 13:11), bem como o “amor de Deus" (2Co 13:14; cf. Ef 2:4) por Sua criação. O Pai (ljo 3:1), o Filho (Ef 3:19) e o Espírito Santo (Rm 15:30) Se empenham em expressar Sua amorável natureza íntima, não só nos atos de criar o Universo e se comunicar com ele, mas também, e mais notavelmente, no ato de elaborar e implementar um surpreendentemente sábio e complexo plano de salvação. A definição do amor de Deus não pode ser extraída por analogia de conceitos ou experiências humanas. O significado do amor só pode ser definido por Deus através de um ato de x-evelação direta. O amor é uma realidade relacionai. João expõe com clareza a natureza relacionai do amor quando observa que "conhecemos e cremos no amor que Deus tem por nós. Deus é amor, e aquele que permanece no amor permanece em Deus, e Deus, nele" (ljo 4:16).

Há, porém, mais amor divino do que o pode sugerir sua estrutura relacionai. O amor divino é explicitado nos mínimos detalhes quando, segundo a predestinação eterna de Deus, “Se manifestou a benignidade de Deus, nosso Salvador” (Tt 3:4), e o Pai e Jesus Cristo nos deram "eterna consolação e boa esperança, pela graça" (2Ts 2:16). O amor de Deus apresenta sua mais surpreendente e inesperada manifestação na vida e morte de Jesus Cristo (Rm 8:39; IJo 4:10; Rm 5:8). O amor divino é a base não somente da criação (ÍV.C), mas também da redenção, A encarnação e a cruz de Cristo revelam efetivamente que o amor divino é um ato de abnegação em favor dos seres humanos, inclusive dos humildes, desprezados e indignos. A Escritura descreve a essência do amor divino no ato de o Pai entregar o Filho (Jo 3:16; Rm 8:32; cf. 2Co 5:21) e, simultaneamente, no ato de o Filho Se entregar a Si mesmo (G1 2:20; Ef 5:2; Hb 9:14). Paulo explica a autorrendição do amor do Filho pelo mundo, ressaltando que Cristo Jesus “não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a Si mesmo Se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-Se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a Si mesmo Se humilhou, tornando-Se obediente até à morte e morte de cruz” (Fp 2:6-8). Com base nisso, não admira ouvir Paulo afirmar que o amor demonstrado por Cristo “excede todo entendimento" (Ef 3:19). Segue-se, pois, que o amor divino é a fonte (IJo 4:7) e o modelo (ICo 13) do amor humano,

2. A Ira de Deus

Que o Deus bíblico Se ire e traduza em ação Sua ira sobre os pecadores, destrui.ndo-os pelo fogo eterno, parece algo estranho à Sua natureza (Is 28:21). Contudo, o conceito bíblico da ira de Deus não é contraditório nem incompatível com Sua natureza amorosa. Visto que Deus é amor, Seu objetivo é salvar todos os seres humanos. Paulo expôs com precisão esse fato básico da teologia cristã em uma afirmação concisa: “Deus não nos destinou para a ira, mas para alcançar a salvação mediante nosso Senhor Jesus Cristo" (lTs 5:9). A resposta de Deus ao pecado humano é a oferta da salvação em Jesus Cristo (Gn 3:15). Se Deus é amor e Seu propósito explícito é salvar pecadores, surge a pergunta: o que Lhe causa ira? Segundo a Escritura, a ira divina é provocada quando o pecado persistente (Dt 9:7; 2Cr 36:16; Jr 7:20-34; 32:31-33; Os 12:14; Rm 2:5; Cl 3:5, 6) leva homens e mulheres a rejeitar sistematicamente a amorosa oferta de salvação em Jesus Cristo (Jo 3:36; Hb 6:4-6). Porque Deus é amor, Ele não quer "que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento” (IRs 8:46-51; 2Pe 3:9). A ira divina pode, porém, ser evitada pelo arrependimento (IRs 8:46-51; J1 2:12-14), confissão (Dn 9:16-19), restituição (Lv 5:16; Nm 5:7, 8) e intercessão (Êx 32:9-14).

Em suma, a ira divina pode ser desviada se os seres humanos aceitarem a vontade de Deus (Sua lei) e o perdão que Ele oferece gratuitamente a todos por meio de Jesus Cristo. Mas quando rejeitam teimosa e persistentemente a vontade de Deus e a amorável dádiva da salvação oferecida em Jesus Cristo, os pecadores se tornam obstinados ◄ em sua oposição ao Senhor, tornando-se, por conta disso, inimigos de Deus. Naum explica que a ira de Deus é executada sobre Seus inimigos: “O Senhor é Deus zeloso e vingador, o Senhor é vingador e cheio de ira; o Senhor toma vingança contra os Seus adversários e reserva indignação para os Seus inimigos” (Na 1:2). Durante a história da salvação, a ira de Deus foi executada somente de forma ocasional e parcialmente (Lm 2:1-3; cf. At 17:30). Será, porém, executada escatologicamente no último día, quando "todos os que cometem perversidade serão como

o restolho; o dia que vem os abrasará, diz o Senhor dos Exércitos, de sorte que não lhes deixará nem raiz nem ramo" (Ml 4:1; cf. Ap 14:10, 19; 19:15-21; ver Juízo ILE.; IIJ.B.3).

D> Tmnscenâência

Transcendência é outro conceito teológico que aparece na Bíblia sem uma palavra específica que a expresse. Transcendência significa basicamente "independência" de alguma coisa e tem que ver, no estudo da natureza de Deus, com a independência que Ele manifesta em Seu relacionamento com o Universo.

O sentido no qual Deus é diferente da criação tem sido compreendido tradicionalmente com base em Sua eternidade atemporal e impassível imutabilidade. Ou seja, Deus é diferente da criação porque não está subordinado ao tempo nem à história, ao passo que a criação é temporal e histórica. Seguindo esse princípio, a teologia clássica encontra uma semelhança ou analogia básica entre a realidade transcendente de Deus e a realidade criada. Tal semelhança é o fundamento que permite a razão humana discorrer sobre Deus e construir uma teologia natural. Outros têm sugerido que entre Deus e a criação existe uma diferença total e absoluta, designada como "transcendência absoluta". A transcendência absoluta não admite nenhuma similitude entre a natureza eterna de Deus e Sua criação histórica.

A Bíblia concebe Deus diferente do mundo, tanto em termos de realidade (Deus não é o mundo, nem está o mundo incluído em Seu ser) como em termos de natureza. E óbvio, porém, que quando a diferença é entendida como "transcendência absoluta", Deus Se torna o grande desconhecido. As consequências das abordagens tradicional e moderna à interpretação da transcendência de Deus foram, em última análise, responsáveis pela reviravolta nas concepções panteístas da imanência divina nos três últimos séculos. De acordo com essa concepção, Deus não é mais uma pessoa independente do mundo, senão o próprio mundo, em sua profunda causa antológica ou poder para sê-lo.

As Sagradas Escrituras apresentam uma concepção diferente da transcendência de Deus. Desde o princípio, a doutrina da criação prepara o terreno tanto para a transcendência como para a semelhança entre Deus e Sua criação. A criação divina estabelece a independência entre a realidade de Deus e a realidade do Universo (Gn 1:1; Hb 11:3) e, por consequência, a dependência do Universo em relação a Deus (Is 42:5).

A Escritura fala claramente da transcendência divina, tomando como ponto de partida a imanência de Deus no santuário. O relato da cerimônia de dedicação do templo de Salomão (2Cr 5-7) aponta para o fato de que a transcendência do ser divino está além do âmbito da criação. Começando com a afirmação da imanência pessoal e histórica de Deus (IV. D), a narrativa identifica o lugar de habitação de Deus em dois espaços: primeíramente, a habitação de Sua glória pessoal no templo-santuário terrestre (2Cr 5:13-6:2; 6:41; 7:1-3; cf. Êx 40:34-38), e depois, Sua morada celeste (2Cr 6:21, 25, 27, 30, 33, 39; cf. Hb 8:1, 2; Ap 7:15). A morada celeste de Deus não é, contudo, o âmbito de Sua transcendência, visto que o "Céu" é parte da criação de Deus. O fato de Deus habitar no Céu deve, portanto, ser entendido como uma referência à Sua imanência histórica, isto é, Sua relação com as outras criaturas não afetadas pelo pecado. Duas habitações divinas são necessárias, não por causa da transcendência de Deus, mas devido à introdução do pecado na Terra e à necessidade da presença pessoal de Deus com Seu povo.

A dimensão da transcendência divina entra em foco novamente quando Salomão pergunta: "Mas, de fato, habitaria Deus com

► os homens na terra? Eis que os céus e até o céu dos céus não Te podem conter, quanto menos esta casa que eu edifiqueí" (2Gr 6:18; lRs 8:27). Percebe-se e expressa-se aqui o mistério da realidade de Deus. Ele realmente vive na terra, mesmo em um templo, e no Céu (ímanência), mas Seu ser excede completamente a criação (transcendência). Somente quando o mistério do ser de Deus — que é totalmente independente e completamente insuperável, e no entanto capaz e disposto a estabelecer uma íntima relação de morada com Sua criação — for revelado, seremos capazes de reconhecer e adorar a Deus em Sua majestade divina, Nenhum esforço da razão ou da imaginação humana pode penetrar a revelação de Deus em Sua essência divina.

A Bíblia, porém, não adota a ideia de uma transcendência "absoluta", que exclua as semelhanças entre Deus e a criação. Ao contrário, segundo o relato bíblico de Gênesis, homem e mulher foram criados "à imagem de Deus" (Gn 1:27), o que afirma claramente uma semelhança entre Deus e a humanidade. O fato, porém, de existir essa semelhança não justifica o uso especulativo da razão sozinha para compreender Deus. Somente Deus, que conhece perfeitamente ambos os lados da analogia entre Ele e a criação, pode extrair analogias cognitivas ou comparações de Seu próprio Ser com a nossa ordem criada. Os seres humanos, que conhecem apenas seu próprio lado da criação, não podem traçar um quadro analógico apropriado da realidade divina.

Com base nisso, nenhuma analogia extraída da criação pode servir de fundamento para atribuir a Deus alguma forma física ou conceituai. Ou seja, a analogia que existe entre Deus e a criação não possibilita o desenvolvimento de uma teologia natural. Gomo era de se esperar, o segundo mandamento nos instrui a não fazer "imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra" (Ex 20:4). Só Deus pode empregar analogias para revelar-Se sem correr o risco de descambar para as vãs especulações.

Algumas das analogias empregadas por Deus são chamadas de antropomorfismos, isto é, elas atribuem a Deus características pertencentes a seres humanos. Nos antropomorfismos bíblicos, Deus revela o que Ele é e o que pode fazer com relação às realidades humanas. Quando Deus diz, por exemplo, que tem braço (Ex 15:16; SI 89:13), não quer dizer que possua exatamente ou univocamente o que chamamos de braço. A expressão significa que a realidade divina é capaz de executar tudo o que pode ser executado por um braço humano, e infinitamente mais, Não somos capazes de conceber ou imaginar a verdadeira estrutura da realidade de Deus que Lhe permite realizar esses atos. A linguagem analógica nos revela, porém, aspectos da essência e das capacidades divinas, embora resguardando ao mesmo tempo o mistério de Sua natureza divina.

Em Si mesmo, Deus é real e tem uma forma, ainda que a realidade e a forma divina ultrapassem em muito a realidade e a capacidade cognitiva das criaturas de intelecto mais elevado. Além dos limites daquilo que foi revelado sobre Seu ser, o silêncio é, e sempre será, eloquência. A revelação ocorre quando o próprio Deus estabelece uma relação direta com nossa história humana. No entanto, desde o primeiro momento em que Se revela, o mistério de Seu ser transcendente parece não ser passível de ser alcançado por nossa limitada inteligência.

A transcendência de Deus aparece associada a diversos de Seus atributos conforme revelados na Bíblia, como, por exemplo, os da presciência, onisciência e onipotência. E, contudo, na doutrina da Trindade que a transcendência de Deus se revela em seu nível mais profundo.

IV. Atividades Divinas

A. *Presciência*

O eterno e imutável Deus da Bíblia é capaz de conhecimento (Js 22:22): "O Senhor é o Deus da sabedoria" (ISm 2:3). Deus conhece não somente a Si mesmo, mas também o Universo criado. O autoconhecimento de Deus é descrito em claros termos trinitarianos. Paulo declara que "as coisas de Deus, ninguém as conhece, senão o Espírito de Deus" (lCo 2:11). O próprio Cristo observou que "ninguém conhece o Filho, senão o Pai; e ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar" (Mt 11:27; cf. Lc 10:22). Esse conhecimento pertence à natureza de Deus e jaz na fonte de toda atividade divina, tanto na criação como na x-edenção. O reconhecimento de Isaías de que "não se pode esquadrinhar o Seu entendimento [de Deus]" (Is 40:28) se aplica a esse nível de conhecimento divino. Visto que esse conhecimento pertence â essência interior da Divindade, os seres criados não podem atingi-lo agora, nem os remidos lhe terão acesso durante a eternidade.

Segundo a Escritura, o conhecimento de Deus é perfeito (Jó 37:16). O conhecimento divino não deve, porém, ser equiparado com a onipotência divina. Quando a Escritura fala do conhecimento divino, que inclui onisciência e prescíência, deixa claro que a divina soberania de Deus não elimina a característica passiva do conhecimento. Ao se eliminar a receptividade, elimina-se o conhecimento também. Quando os autores bíblicos retratam Deus como alguém que conhece o Universo criado, fica implícita a capacidade divina de ser afetado por uma realidade criada diferente de Si mesmo. O conhecimento que Deus tem da criação, porém, supera o conhecimento humano, que só é capaz de atingir um conhecimento parcial e limitado da realidade, ao passo que as experiências de Deus são ilimitadas e imparciais. A Escritura apresenta a característica ilimitada do conhecimento divino tanto como onisciência como presciência. A onisciência refere-se à qualidade divina de abranger tudo em Seu conhecimento; já a prescíência refere-se à capacidade divina de incluir em Sua onisciência não somente as realidades passadas e presentes, mas também as realidades futuras, até mesmo as livres ações de homens e mulheres.

João proclama claramente a onisciência de Deus, ao declarar especificamente que Deus "conhece todas as coisas" (Ijo 3:20). Paulo articula o mesmo conceito quando explica que, na presença de Deus, "não há criatura que não seja manifesta [...]; pelo contrário, todas as coisas estão descobertas e patentes aos olhos daquele a quem temos de prestar contas" (Hb 4:13). Não resta dúvida de que a onisciência de Deus inclui o mundo (Jó 38:33; Gn 1:31), os seres humanos e suas livres ações (SI 44:21; 139:1-5; Mt 6:8, 32; Lc 16:15; At 15:8).

Tanto Pedro quanto Paulo afirmam claramente a presciência de Deus (At 2:23; Rm 8:29; 11:2), Muito antes, o próprio Deus, através dos escritos do profeta Isaías, revelou explicitamente o significado teológico da presciência quando proclamou: "Eu sou Deus, e não há outro, Eu sou Deus, e não há outro semelhante a Mim; que desde o princípio anuncio o que há de acontecer e desde a antiguidade, as coisas que ainda não sucederam" (Is 46:9, 10; cf. 41:21-24; 44:6-8). A presciência é, portanto, a confirmação de que a onisciência de Deus inclui não somente as realidades passadas e presentes, mas também as futuras. Na Escritura, a presciência se refere também, e principalmente, a acontecimentos históricos futuros realizados por Deus (At 15:16-18; Rm 8:29, 30), por seres humanos (Sl 139:16) ou por ambos (At 2:23).

A Escritura ensina que Deus conhece e que Seu conhecimento abrange tudo, até

mesmo as futuras decisões livres de seres humanos que ainda nem existem. A maneira pela qual Ele conhece, porém, pertence ao nível oculto da natureza divina. A afirmação da presciência de Deus não é nem contraditória nem logicamente incompatível com o livre arbítrio humano. Os que entendem haver entre os dois conceitos uma intransponível contradição, presumem implicitamente que a forma de Deus conhecer funciona exatamente como a nossa limitada maneira de conhecer. Se a presciência divina, conforme apresentada na Escritura, é levada em conta, fica óbvio que o conhecimento de Deus opera de uma maneira que somos incapazes de conceitualizar, seja por analogia ou imaginação. Isso nos leva de volta ao mistério de Deus.

A reação de Davi, ao tomar consciência da onipresença de Deus, não deve ser esquecida. Depois de descrever o conhecimento superabrangente de Deus, ele simplesmente concluiu: "Tal conhecimento é maravilhoso demais para mim: é sobremodo elevado, não o posso atingir" (SI 139:6). A natureza de Deus como mistério (ver II. B) também se faz presente quando tratamos de Sua onisciência e presciência. Se, por um lado, somos capazes de compreender o fato da onipresença e presciência de Deus mediante o aspecto revelado do mistério; por outro, devido ao lado oculto da natureza divina, é impossível para seres humanos compreender a forma pela qual Deus é capaz de realizar Suas atividades cognitivas dentro do âmbito da onisciência e da presciência. E por isso que não é possível desenvolver uma interpretação teológica das capacidades cognitivas de Deus.

A revelação da onisciência e presciência de Deus, portanto, não fornece o ponto de partida para uma teologia da cognição divina. Ao contrário, ela mostra que nenhuma mente humana é capaz de compreender a epistemologia divina. Qualquer tentativa de interpretar a estrutura da cognição divina que vá além dos dados revelados é não somente não bíblica, mas também produto da imaginação humana. Outro propósito da revelação da onisciência e presciência divinas, conforme visto na Bíblia, é fornecer a estrutura necessária para uma clara compreensão de atividades redentoras, tais como predestinação (Rm 8:29), eleição (Rm 11:28) e crucificação (At 2:23).

J3. *Predestinação*

A onisciência e a presciência dizem respeito à atividade cognitiva de Deus com relação ao mundo em geral e às livres ações humanas em particular. Dentro desse contexto geral, a predestinação refere-se à atividade volitiva de Deus (Ef 1:5, 9, 11) que decide a estrutura e os componentes básicos necessários para efetuar a redenção do gênero humano (ICo 2:7). De modo geral, pode-se chamar de predestinação qualquer decisão divina que determine a natureza e a estrutura da realidade criada. Nesse sentido, a criação do mundo é a realização do projeto de Deus para com a natureza. No sentido bíblico, a predestinação se refere especificamente ao plano divino da salvação. Se a criação foi a realização do projeto de Deus a favor das realidades criadas, a predestinação foi Seu plano para a salvação de pecadores.

A Escritura reporta-se ao projeto divino para a salvação da humanidade com palavras tais como "propósito" *(prothesis,* "um plano traçado com antecedência" [Rm 8:28; 9:11; Ef 1:11; 3:11; 2Tm 1:9]), "mistério" (Ef 3:9) e "sabedoria de Deus em mistério" (ICo 2:7). A palavra "predestinação", que ocorre na Bíblia como o verbo *proõrizõ;* ("decidir de antemão"), também é empregada pelos escritores bíblicos para se referir à decisão prévia e eterna de Deus com respeito ao plano da salvação (At 4:28; Rm 8:29, 30; ICo 2:7; Ef 1:5, 11).

Deus concebeu e estabeleceu o plano da salvação "antes da fundação do mundo"

(Ef 1:4; lPe 1:20), antes da existência das “eras" (ICo 2:7), “desde o princípio" (2Ts 2:13; cf. Jo 1:1). Essa é a razão da partícula *pre* na palavra “predestinação”. Antes da queda (Gn 3), antes da criação do mundo (Gn 1; 2), mesmo antes das eras do tempo criado, na eternidade, Deus idealizou e resolveu a estrutura do plano para salvar a humanidade (Ef 1:9; ver o Grande Conflito I.A.1-5).

À predestinação divina não determina a salvação ou a condenação eterna de seres humanos, como alguns entendem e creem. O ensino bíblico não considera a predestinação e a presciência como sendo a mesma coisa, pela qual se diz que Deus predestina tudo quanto Ele prevê. E verdade que a ideia bíblica de presciência inclui o conhecimento de Deus sobre nosso destino eterno. Mas a Escritura nega em dois relatos a alegação de que Deus predetermina destinos humanos. Em primeiro lugar, Paulo estabelece claramente a diferença entre presciência e predestinação (Rm 8:29). Os dois conceitos, portanto, não devem ser confundidos. Em segundo lugar, de acordo com a Escritura, a salvação dos seres humanos envolve não apenas o plano de predestinação divina e as obras de salvação, mas também a espontânea resposta ao chamado e sugestão do Espírito Santo. O papel do livre-arbítrio na determinação do nosso destino eterno está implícito na doutrina do juízo final, incluso na predestinação divina (At 17:31), que envolve, entre outras coisas, a encarnação e a morte de Jesus Cristo, a livre reação humana ao chamado para aceitar todas as condições do plano de Deus, bem como o juízo divino em face de *v* nossa resposta.

C. *Criação*

No contexto geral da onisciência, presciência, predestinação e eleição divinas, a criação divina designa a atividade concreta pela qual Deus trouxe à existência uma nova realidade que não era Ele mesmo, mas o Universo. A criação, portanto, concretiza por um lado o projeto teórico de Deus para o mundo (ver Pv 8:22-31; cf, Jr 10:12) e, por outro, torna a história possível e a providência divina necessária (ver IV.E).

Desde o princípio (Gn 1; 2) até o fim (Ap 14:7), a Escritura ensina que Deus é criador dos céus e da Terra. É-nos dito que “os céus por Sua palavra se fizeram, e, pelo sopro de Sua boca, o exército deles" (SI 33:6). Pela ordem direta do Senhor, o Universo veio à existência (SI 148:5, 6; Hb 3:4). A Escritura apresenta especificamente a Divindade — o Pai, o Filho e o Espírito Santo — como os realizadores do ato da criação (ICo 8:6; Hb 1:2; Is 37:16; Jo 1:3; Gn 1:2; Jó 33:4).

A criação depende inteiramente da sabedoria e da atividade de Deus. Ou seja, segundo a Escritura, a criação não requer nem admite a existência de qualquer princípio fora de Deus, tais como matéria ou energia física. Paulo explica que Deus “chama à existência as coisas que não existem” (Rm 4:17). Sendo mais explícito e técnico, ele deixa claro que “foi o Universo formado pela palavra de Deus, de maneira que o visível veio a existir das coisas que não aparecem” (Hb 11:3). Não se deve entender a criação em analogia com a criatividade humana, pois a criatividade humana é o mero processo de ordenar uma realidade material já existente. O conceito bíblico de que a criação de Deus depende inteiramente de Seu poder (Jr 10:12), e de que Ele não precisa de matéria índependentemente preexistente, nem de uma extensão do Seu próprio ser, é adequadamente apreendido na tradicional fórmula latina *ex nihilo* (do nada). Por conseguinte, conceitos como dualismo platônico, emanacionismo neoplatônico, panteísmo, panenteísmo e evolucionismo moderno não encontram apoio no relato bíblico das origens do mundo.

Visto que a natureza eterna (ver III.A) e imutável (ver III. B) de Deus não é atemporal, senão compatível com o tempo criado segundo o conhecemos, Gênesis 1

e 2 descrevem o processo histórico de sete dias literais dentro dos quais Deus, por uma série de atos criativos, sucessivos e complementares, trouxe nosso mundo à existência. O clímax da obra divina de criação do mundo ocorreu no sétimo dia (Gn 2:2; cf. Mc 2:27). O fato de Deus ter repousado depois de criar a realidade física dos céus e da Terra possibilita o cumprimento do propósito da criação - a comunhão direta e pessoal de Deus com os seres humanos (ver IV.D). Em um sentido muito verdadeiro, pode-se dizer que essa comunhão é constitutiva da natureza da humanidade.

A criação trouxe o mundo da não existência para a existência. O mundo é o "outro" que não Deus, uma realidade à parte de Deus. Isso sugere que Deus não é a soma total da realidade. A ideia da criação como o "outro" que não Deus, contradiz frontalmente o argumento panteísta-panenteísta, segundo o qual, pelo fato de Deus ser concebido como "infinito" e "ilimitado", não pode haver nenhum "outro" exterior a Ele. No sentido bíblico, a criação como manifestação da sabedoria e do amor divinos demonstra claramente o amor de Deus pela criação, quando permite a existência de outro que com Ele contraste. Em um sentido relacionai, a criação divina limita o Criador no sentido de dar "espaço" para a criatura. O eterno Criador, porém, não é limitado pelo espaço e pelo tempo como as criaturas. A criação se torna assim a condição necessária para o relacionamento de Deus com as criaturas e, portanto, a condição necessária para a história.

A obra criativa de Deus tem extensão universal e inclui no Universo tudo que não seja Ele próprio (Gn 1:1; Is 40:26; Jo 1:1-3; Cl 1:16; Ap 4:11; 10:6), Como obra planejada e executada por Deus, a criação não deve ser concebida como inerentemente má ou como apenas um estágio estabelecido por Deus para atingir uma meta subsequente. O relato bíblico da criação afirma claramente: "Viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom" (Gn 1:31). O poder divino empregado na criação continuou em operação depois da semana criativa, A criação do mundo físico •* se completou em seis dias. Contudo, nem mesmo a realidade física do mundo pode existir sem a incessante obra de preservação divina, que é continuamente executada pelo poder de Deus. Esdras enunciou essa ideia básica: "Só Tu és Senhor, Tu fizeste o céu, o céu dos céus e todo o seu exército, a terra e tudo quanto nela há, os mares e tudo quanto há neles; e Tu os preservas a todos com vida, e o exército dos céus Te adora" (Ne 9:6). Paulo expressou isso sucintamente: "Ele [Cristo] é antes de todas as coisas. NEle, tudo subsiste" (Cl 1:17; cf. Hb 1:3; ver Criação I.A, B; II.C).

Após a entrada do pecado, outra dimensão do poder criador de Deus se manifestou na obra de transformar pecadores e restaurá-los à Sua imagem, na qual foram criados (2Co 5:17; G1 6:15; Ef 4:24). A obra da redenção necessita do poder criador de Deus para trazer a salvação à existência, não só *ex nihilo,* mas também a partir daquilo que explicitamente se opõe à vontade e ao poder de Deus, O poder criador de Deus na salvação não se comporta do mesmo modo que Seu poder na criação original do mundo físico. Tal equiparação excluiría duas idéias bíblicas relacionadas: o conceito histórico da soberania divina sobre os assuntos humanos (ver IV.E) e o Iivre-arbítrio do indivíduo no processo da salvação (ver IV. A). Não seguir a concepção bíblica da soberania divina e do livre-arbítrio humano levaria necessariamente à distorção interpretativa das doutrinas de justificação e santificação.

A história do mundo e da salvação não apenas começa e prossegue com base na criação de Deus, mas também se encerra com a criação divina de "novo céu e nova Terra" (Is 65:17; cf. Ap 21:1-5).

D. *Presença Histórica*

A Bíblia concebe a presença de Deus no mundo como Sua habitação histórica com Seu povo. Isaías observou que o Senhor vive não somente “no alto e santo lugar", mas também “com o contrito e abatido de espírito” (Is 57:15). A presença histórica de Deus, mencionada na Bíblia, torna-se a “imanência” divina na teologia. A palavra “imanente" significa basicamente algo que é inerente, residente ou existente dentro de outro sujeito ou substância. Afirmar a imanência de Deus, portanto, significa acreditar que, de alguma forma, Deus existe dentro do mundo. Alguns interpretaram a imanência de Deus no mundo como “panteísmo”, dando a entender que tudo é Deus; ou como o badalado panenteísmo, segundo o qual tudo está “em" Deus. Tanto o panteísmo quanto o panenteísmo ignoram a doutrina bíblica da criação, segundo a qual existe uma diferença evidente entre o ser divino e a realidade da Sua criação. O ensino cristão sobre a imanência divina ensina normalmente que Deus mesmo está presente dentro da natureza.

Segundo a Bíblia, Deus Se relaciona com o mundo de diversas formas. Por Sua sabedoria e poder, por exemplo, Deus é o Criador (Gn 1:1—2:2,5; Ap 14:7) e o Mantenedor (At 17:25; Hb 1:3) da natureza e dos seres humanos, tornando assim possível a história humana. Nesse contexto, “nEle vivemos, e nos movemos, e existimos” (At 17:28). Mas as obras de criação e a manutenção da criação, embora sejam manifestações do imenso poder de Deus, não devem ser confundidas com Sua presença pessoal residente no mundo, que é o conceito bíblico de imanência. A criação e a manutenção são apenas as condições que tornam possível a imanência divina. A habitação histórica de Deus aponta para Seu relacionamento com o mundo como outro que não é Ele mesmo.

Três acontecimentos-chave registrados na Escritura revelam a estrutura da imanência divina sob a categoria de comunhão, no sentido específico de “habitar com”. Esses três acontecimentos históricos são: o primeiro sábado no fim da semana criativa (Gn 2:1-3), o santuário (Êx 25:8) e a encarnação do Filho eterno (Jo 1:14). Gonserva-se em cada evento a mesma estrutura relacionai. Segundo a concepção bíblica de Deus, Ele se relaciona com o mundo que criou e o mantém continuamente, não como uma força oculta dentro das profundezas da natureza, mas como uma < Pessoa que se relaciona com homens e mulheres e o restante da criação, enquanto habita com eles em todo o fluxo da história humana.

Quando se entende a imanência de Deus como “habitar com” - conforme se vê no sábado, no santuário e na encarnação - torna-se claro o significado da relação "em Cristo” (Rm 8:1; Fp 4:7; 2Tm 3:12; Fm 6) ou “Cristo em vós” (Rm 8:10; Ef 3:17; Cl 1:27). Em ambos os aspectos, a relação é equivalente à habitação do Espírito Santo (iCo 6:19; 2Tm 1:14; Hb 6:4). Ou seja, o conceito bíblico que a teologia tradicional chama de imanência de Deus não se refere a Seu ser e poder, mas a Sua pessoa e amor. A concepção bíblica da imanência divina como o "habitar [de Deus] com" Seu povo se reveste de importância suprema para a compreensão correta dos atos de Deus e o desdobramento deles no grande conflito entre Cristo e Satanás, desde a rebelião de Lúcifer contra Deus e Sua lei no Céu (Ap 12:7, 8) até a restauração escatológica (Ap 21:1-4).

Para a Escritura, a imanência de Deus é Sua presença histórica na natureza (SI 68:8; 114:7), nos crentes (SI 16:11), nos incrédulos (Gn 4:16; Ap 14:10), nos anjos celestiais (Lc 1:19), em Israel (Êx 33:13-23) e na igreja (Mt 28:20). A Bíblia também descreve a presença histórica e pessoal de Deus como difusa e onipresente (Jr 23:23, 24; SI 139:7-12). O Deus bíblico é capaz de Se relacionar com o espaço de uma forma que é impossível para seres humanos limitados.

A presença histórica, pessoal e direta de Deus é real e simultânea em todos os lugares de Seu vasto Universo. Esse atributo de Deus é conhecido na linguagem teológica como "onipresença" divina.

Tradicionalmente, a teologia cristã só trata da compreensão da imanência de Deus depois que se estabelece o conceito de transcendência divina (ver III.D), a partir da interpretação atemporal de Sua eternidade (ver III.A) e imutabilidade (ver III.B). Essa postura, que não deixa nenhuma margem para o conceito bíblico da presença histórica de Deus, precisa fazer longos arrazoados para evitar ser associada ao panteísmo ou ao panenteísmo. A Bíblia segue o caminho oposto: dentro do contexto fornecido por uma interpretação histórica da eternidade e da imutável fidelidade das ações divinas na história, Deus Se revela primeiramente por Sua presença histórica, ao "habitar com" Seu povo. Até mesmo a ideia de transcendência é enfocada desde o ponto de partida fornecido pela compreensão histórica da presença de Deus.

E, Providência

O termo "providência" vem do latim *providere*, que significa "prever". Embora a palavra não seja bíblica, o conceito de providência é fundamental para a Escritura, e se refere à ação pela qual Deus governa o mundo e o Universo, Nesse sentido, a palavra é utilizada aqui como sinônimo de governo divino.

A providência abrange uma multiplicidade de ações divinas, todas relacionadas com o desenvolvimento da história humana e universal. Paulo distingue providência (Rm 8:28) de presciência e predestinação (v. 29, 30). Para o pensamento bíblico, presciência, predestinação e criação são as condições necessárias para o governo de Deus na história humana e universal. O registro bíblico se refere à providência de Deus no contexto da origem e a existência do pecado no Géu (Jó 1:6-12; 2:1-6; Is 14:12-20; Ez 28:11-19; Ap 12:4, 7, 8) e sua propagação na Terra com a queda histórica de Adão e Eva (Gn 3:1-7). Como governo divino, a providência trata da promulgação do eterno e divino plano de salvação nas contingências e limitações próprias da natureza e da história humana. A providência, segundo a concepção bíblica, pertence à essência das atividades salvíficas de Deus. De acordo com a Escritura, a salvação não é o resultado de uma atividade divina única, a saber, a morte e ressurreição de Cristo. Sua morte e ressurreição são as bases para todas as outras ações salvíficas divinas, embora sozinhas elas não possam viabilizar o cumprimento do plano divino da salvação (predestinação). A providência de Deus, com suas múltiplas complexidades, desempenha papel essencial na salvação do gênero humano e do Universo (cf. Cl 1:20).

Crentes e teólogos precisam entender a concepção bíblica da maneira como Deus governa a história. Em termos gerais, Ele governa a história historicamente. Isso significa que Ele não governa por decretos eternos que determinam o curso da história humana. Pelo contrário, a descrição bíblica da providência divina apresenta Deus executando Seus planos a partir das limitações e complexidades da história humana. Veem-se ali dois tipos de atividade providencial divina: a indireta e a direta.

1. Atividade Providencial Indireta

Conforme apresentada na Escritura, a modalidade indireta de atividade providencial divina inclui os seguintes modelos: (1) Deus decide permitir que o pecado siga seu curso natural tanto no nível geral da história humana (Gn 3:S-15) como também nas situações históricas mais específicas (SI 81:12, 13; Mt 19:8; At 14:16; Rm 1:24, 26, 28); (2) em determinada situação, Deus restringe efetivamente a extensão real da maldade (Jó 1:12; SI 124:1-3; lCo 10:13; cf. At 17:26); (3) Deus é capaz de utilizar

situações causadas por atos humanos maus para atingir Seu propósito de salvação (Gn 50:20; At 2:36); (4) às vezes, Deus intervém para impedir um ser humano de pecar (Gn 20:6; SI 19:13; Jd 24), Na linguagem teológica esses modelos de atividade providencial divina são conhecidos, respectivamente, como vontade divina permissiva, limitativa, diretiva e preventiva.

De acordo com a Escritura, Deus não controla a história humana no sentido de desejar e executar tudo quanto acontece. O mais acertado seria dizer que Deus está envolvido pessoalmente em guiar a história humana em direção ao fim que se propôs (predestinou): "de fazer convergir nEIe [...] todas as coisas, tanto as do Céu, como as da Terra" (Ef 1:10). Visto que a natureza humana, conforme idealizada por Deus, inclui a característica essencial de liberdade ou autodeterminação, Deus não força nem controla os seres humanos, muito menos todo o âmbito da história. Já que a força é incompatível não só com a liberdade mas também com o amor, a intenção de Deus na história, que é atrair voluntariamente a Ele todos os seres humanos, não pode ser realizada forçando-se ou ignorando-se a liberdade humana. Ao envolver-Se com a história humana, Deus realiza a salvação em vários níveis: no individual, no social e no cósmico. Os resultados não são predeterminados. Mas isso não nos deixa na incerteza quanto ao resultado futuro do término da história.

Apresciência de Deus é a base para a certeza quanto ao futuro. Isso, porém, não elimina da tarefa divina da providência coisas como o risco, o envolvimento e até mesmo o sofrimento. A presciência de Deus não realiza o futuro; apenas o prevê. Sem o ensino bíblico sobre a realidade da presciência divina, tanto Deus como os crentes viveríam na incerteza quanto ao futuro. No entanto, os conteúdos da legítima e garantida presciência divina se tornarão realidade mediante o envolvimento e a orientação pessoal de Deus na história humana (cf. Jo 1:17). Segundo a Escritura, Deus guia a história humana pessoalmente, de dentro do fluxo das realidades humanas com todas as suas complexidades, e não do Céu, por meio de decretos eternos e irresistíveis.

2. Atividade Providencial Direta

A Escritura mostra claramente a orientação providencial e direta de Deus quando escolhe habitar com Seu povo, viver entre eles e dirigi-los (Êx 3:1-14; 25:8; 40:34-38). Apresenta a encarnação como uma continuação do modelo direto de orientação providencial divina na história humana (Jo 1:14). Depois da ascensão de Cristo, esse modelo de providência divina se centralizou na presença e obra do representante de Cristo, a saber, o Espírito Santo. As intervenções diretas de Deus na orientação da história humana também incluem a revelação de Sua vontade por meio dos profetas, dos atos miraculosos e da missão da igreja. Por último, a intervenção providencial direta de Deus incluí Sua "obra estranha", a ira divina, tanto na história humana em toda a sua extensão, como na erradicação escatológica do pecado do Universo (ver III.C).

A providência divina utiliza todas as maneiras conhecidas, diretas e indiretas, de atividade divina; as reveladas na Escritura e provavelmente muitas outras, sobre as quais não temos qualquer ideia. A dinâmica orientadora da providência divina é um processo educativo, no qual os conteúdos são a revelação da vontade de Deus na Escritura; o professor é Cristo, mediante o Espírito Santo; e os estudantes são todos os seres humanos. O objetivo desse processo é transformar o entendimento de seres humanos livres, possibilitando-lhes compreender e escolher livremente a vontade revelada de Deus, E desse modo que os crentes passam a ter "a mente de Cristo" (lCo 2:16; cf. Fp 2:5; IPe 4:1; 2Pe 1:4). Quando ocorre

essa transformação, que envolve diretamente a justificação e a santificação, a história humana se desenvolve livremente segundo a vontade de Deus. Por causa da inteligente e voluntária submissão do crente à lei e à vontade de Deus, nenhum controle é necessário. Quando essa comunidade de discípulos (Israel nos tempos do AT e a igreja nos tempos do NT) toma forma, acaba se tornando um instrumento no mesmo processo que a trouxe à existência. A realização desse propósito é a missão da igreja e sua razão de existir como entidade corporativa.

A realização dos propósitos de Deus abrange mais do que essa atividade central, universal, direta e indireta, persuasiva e educativa. Abrange uma obra de juízo (ver Juízo II-IV) e a manifestação final da ira divina. Embora o juízo seja uma obra estranha a um Deus de amor e misericórdia (Is 28:21), ainda assim é parte integrante do governo de Deus, ordenado somente contra aqueles V. que voluntária e obstinadamente rejeitam o projeto de Deus para a vida e a história humana, A realização definitiva do propósito de Deus exige, portanto, a destruição daqueles "que destroem a Terra" (Ap I1:1S). Essa não é uma obra de governo, mas de retribuição pela destruição e pelo sofrimento causados por aqueles que obstinadamente rejeitam a lei de Deus e as providências da salvação em Jesus Cristo, Essa retribuição, que também inclui a destruição do originador do pecado (Ml 4:1; Ap 20:10), é necessária para que se criem "novo céu e nova terra" (Ap 21:1) e para que se erradique definitivamente o mal do Universo (Na 1:9).

Por meio dos livros históricos e proféticos, a Escritura apresenta detalhada reflexão sobre as múltiplas formas pelas quais Deus Se envolveu, Se envolve e Se envolverá na obra providencial de salvação, guiando pessoalmente todo ser humano receptivo a alcançar a salvação presente e futura em Jesus Cristo.

V. Unicidade de Deus

Não há na Bíblia um lugar específico em que se examine toda a doutrina de Deus. A teologia propriamente dita é desenvolvida seguindo-se o relato histórico das intervenções e revelações pessoais de Deus no texto sagrado. À doutrina da Trindade, que é o centro da doutrina de Deus em particular e da teologia cristã em geral, não constitui exceção. Mas quando Deus Se revelou em Jesus Cristo, um conhecimento da natureza trinitária de Deus se tornou necessário para a igreja cristã. A encarnação de Jesus Cristo envolveu mais do que a habitação de Deus com a humanidade; ela trouxe consigo conhecimento sobre o Pai e o Espírito Santo como pressuposto necessário para uma compreensão apropriada da encarnação de Jesus Cristo, da cruz, da ressurreição e do ministério celestial.

O fato de a natureza trinitária da Divindade se tornar conhecida mediante a encarnação não significa que ela não tivesse existido antes ou que não estivesse diretamente envolvida na obra de salvação. Visto que Deus é eterno e imutável, Sua natureza trinitária nunca se alterou nem passou a existir.

Voltaremos agora a atenção para o ensino bíblico da Trindade. As teorias e as doutrinas teológicas sobre a Trindade, geradas pela infeliz combinação entre dados bíblicos e idéias filosóficas, serão analisadas na seção histórica. Porém, antes de examinar especificamente os dados revelados sobre a encarnação, é necessário considerar o conceito bíblico da unicidade de Deus e as alusões veterotestamentárias à pluralidade do ser divino (ver VI).

A. *Evidência do AT*

A "unicidade" de Deus diz respeito à singularidade do ser divino. Ou seja, a "unicidade" de

Deus designa o fato de que, segundo a Bíblia, existe um único Deus, em contraste com mais de um, A clássica declaração do AT sobre a unicidade de Deus, também seguida por algumas no NT, proclama que Deus é um: "Ouve, Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor" (Dt 6:4). Moisés, porém, já havia explicado que "só o Senhor é Deus" e que "nenhum outro há" (Dt 4:39). Quando Davi soube que seria renovada a promessa pactuai feita com o Senhor, louvou a Deus e reconheceu: "Não há outro Deus além de Ti" (2Sm 7:22; ICr 17:20). Por intermédio do profeta Isaías, o próprio Yahweh intimou Israel a Lhe reconhecer a exclusividade, Disse Ele: "Sou Eu mesmo, e que antes de Mim deus nenhum se formou, e depois de Mim nenhum haverá" (Is 43:10; cf. 42:8). O que se deduz desses textos é que, de acordo com o AT, só existe um Deus absoluto tanto para Israel como para toda a criação. Essas declarações nada falam, porém, sobre a natureza interior do único Deus absoluto.

J3, *Evidência do NT*

Apesar de Deus haver revelado de maneira surpreendente a complexidade interna de Seu ser através da pessoa de Jesus Cristo, a concepção básica de um Deus uno, já expressa nos tempos do Antigo Testamento, é mantida em todas as partes do NT. O próprio Jesus, quando perguntado qual era o principal mandamento, remeteu Seus ouvintes a Dt 6:4: "O principal é: Ouve, *6* Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor" (Mc 12:29), Discutindo a função da lei em sua carta aos gálatas, Paulo afirma categoricamente que "Deus é um" (G1 3:20). Por último, Tiago afirma também que "Deus é um só" (Tg 2:19). A ideia veterotestamentária da unicidade de Deus permanece inalterada no NT. Yahweh, Deus de Israel, é o Deus da cristandade, Ele é o único Deus. Não há outro. As vezes "unicidade" pode ter o sentido de unidade (por exemplo, Jo 10:30; 17:21, 23). Mas se a "unicidade" expressa nesses textos for concebida apenas como um conjunto de' unicidades" independentes que se reúnem para formar uma unidade, a singularidade específica, característica da Divindade única a respeito da qual testificam esses versos, acaba se dissolvendo em uma pluralidade de deuses. A unicidade de Deus desempenha papel decisivo e sistemático na determinação do referente para as revelações bíblicas sobre Deus. Ou seja, visto que o Deus da Bíblia é um e não muitos, todas as diversas revelações sobre Ele, apresentadas ao longo da Bíblia, referem-se ã mesma realidade divina, e não a uma pluralidade de seres divinos.

VI. A Divindade no AT

Na Bíblia, a radical afirmação da unicidade de Deus não determina o conteúdo da natureza divina. Ao associar a unicidade de Deus com a interpretação atemporal de Sua eternidade, a teologia clássica chegou à conclusão de que a natureza de Deus deve ser simples; isto é, não se pode pensar em Deus como tendo partes ou componentes. A simplicidade excluiría qualquer forma de pluralidade ou composição. Não obstante as vigorosas afirmações da unicidade divina, o pensamento bíblico não concebe a natureza de Deus em termos de simplicidade, mas de complexa pluralidade. A complexidade pessoal do Deus único, claramente articulada no NT, já era expressa pelo AT, embora de maneira muito menos específica. Consideremos algumas das alusões veterotestamentárias à pluralidade pessoal do Deus único, expressas de maneira adicional e definitiva no NT.

A. O *Plural de Plenitude e a Divindade*

No relato da criação, Deus Se refere a Si mesmo na forma plural. "Também disse Deus:

Façamos o homem à Nossa imagem, conforme a Nossa semelhança" (Gn 1:26). Outros exemplos ocorrem em outras partes do Gênesis: “Eis que o homem se tornou como um de Nós" (Gn 3:22); “Vinde, desçamos e confundamos ali a sua linguagem” (Gn 11:7). Por último, “o ► Senhor assentado sobre um alto e sublime trono” (Is 6:1) no templo celestial (v. 1-4), revelou-Se a Isaías e manifestou Sua missão ao perguntar: “A quem enviarei, e quem há de ir por Nós?” (v. 8). Embora outras interpretações tenham sido sugeridas para essas referências às ações divinas no plural, quando se entende que elas são "plurais de plenitude”, é possível perceber que “a distinção no Ser divino com referência a uma pluralidade de pessoas é representada aqui como uma ídeía embrionária” (Hasel, 65). De si mesmo, então, o emprego da forma plural com relação a Deus aponta para um conceito de divindade em que a simplicidade adotada pela teologia clássica é substituída por um conceito de Divindade única que envolve pluralidade e complexidade.

B. O Anjo do Senhor

Uma linha mais interessante de evidências que procura esclarecer o conceito veterotestamentário de pluralidade com relação à essência de Deus encontra-se nas diversas passagens que tratam do Anjo do Senhor. O conceito de *malak YHWH* incorpora o papel de anjos direcionados para uma missão com a capacidade divina de Se revelar de maneira pessoal, direta e visível, adotando uma forma criada. Deus tomou, por exemplo, a forma de homem quando Se revelou a Abraão (Gn 18:1-5) e a Jacó (Gn 32:24-30). Em todas as partes da Bíblia, os anjos são seres criados, que não devem receber adoração (Cl 2:18; Ap 19:10). Os seres angélicos têm a tarefa específica de realizar os propósitos específicos de Deus relacionados com a história humana (Hb 1:14).

A designação "anjo do Senhor” ou “anjo de Deus” é frequentemente empregada com relação a seres angélicos (cf. 2Sm 14:17; 24:16; lRs 19:7; 2Re 1:3, 15; ICr 21:12, 15, 16). Em algumas ocasiões específicas, porém, o Anjo do Senhor é equiparado a Yahweh. Em Juizes 2:1-5, o Anjo do Senhor aparece como Aquele que libertou Israel do Egito e estabeleceu a aliança com os hebreus, enquanto outros textos identificam Yahweh como o agente desses mesmos acontecimentos (Ex 6:6; 13:3; Dt 5:12; 7:19; Js 2:10; lRs 8:9). Deus apareceu pessoalmente a Moisés na sarça ardente. Nessa grandiosa teofania (Ex 3:2-15), apareceu a Moisés “o Anjo do Senhor numa chama de fogo” (v. 2), mas logo em seguida Yahweh é Aquele que Se revela a Moisés (v. 4, 6). A mesma equiparação direta do Anjo do Senhor com Yahweh ocorre em outros textos (Gn 16:7-14; 22:9-18; Jz 6:11-24), Quando a equiparação específica do Anjo do Senhor com Yahweh é compreendida com base nos conceitos bíblicos de eternidade (ver III.A), imutabilidade (ver III.B) e presença histórica (ver IV.D), salienta-se a capacidade divina de Se apresentar e agir direta mente no âmbito da ordem temporal da história humana. Embora a equiparação do Anjo do Senhor com Yahweh não comprove a pluralidade da essência de Deus, prepara, mesmo que indireta mente, o terreno necessário para discernir-se a revelação dual de Yahweh.

C. A *Revelação Dual de Yahweh*

Em Gênesis 16, o Anjo do Senhor não somente é considerado por Agar como idêntico a Yahweh (v. 13), mas também o mesmo Anjo do Senhor, que é Yahweh, refere-Se a Yahweh na terceira pessoa (v. 11), sugerindo assim a existência de uma diferença possível entre o Anjo do Senhor que é Yahweh e o próprio Yahweh. Em Êxodo 23, Yahweh promete aos israelitas “enviar um Anjo adiante” deles (v. 20). A relação de Israel com esse anjo é muito especial. Israel deve obedecer ao Anjo do Senhor, que é retratado não como um

intermediário entre Yahweh e o povo, mas como a própria fonte de revelação e perdão (v. 21). Por último, Yahweh declara que neste Anjo está o Seu nome (v. 21). O "nome" designa a natureza de Deus, diretamente associada com o nome Yahweh, usado na aliança (Ex 3:14, 15). É possível perceber que nessa passagem Yahweh fala de outro [também chamado de] Yahweh, que é o Anjo enviado pelo Senhor,

Ao falar sobre o domínio do Messias, no Salmo 110:1, Davi apresenta Yahweh dirígindo-Se ao Messias como "Meu Senhor". Jesus, procurando apresentar aos fariseus provas da origem divina do Messias, tiradas do AT, citou essa passagem, na qual Deus Se dirige ao Messias como "Meu Senhor" (Mt 22:44), Ao que parece, o Salmo 110 não apenas sugere a natureza divina do Messias, mas também, ao fazê-lo, revela a existência de uma dualidade de "Senhores". Essa dualidade é desenvolvida anos depois, quando Zacarias, numa visão do Senhor, vê "o sumo sacerdote Josué, o qual estava diante do Anjo do Senhor, e Satanás estava à mão direita dele, para se lhe opor" (Zc 3:1). A seguir, o Anjo do Senhor equiparado com o "Senhor", dirige-se a Satanás: "Adas o Senhor disse a Satanás: O Senhor te repreende, ó Satanás" (v. 2). O texto parece sugerir a existência de duas pessoas denominadas de Yahweh, um identificado como o Anjo do Senhor, responsável por atividades redentivas junto ao povo (ver IV.D), e o outro identificado como o Deus transcendente (ver 1II.D). [VII.] A pluralidade de Deus — sugerida pela forma plural da palavra hebraica para Deus (Elohim), mais a ideia específica de uma dualidade pessoal entre o Anjo do Senhor que é Yahweh e o próprio Yahweh — não dissolve o conceito da unicidade de Deus em politeísmo. Pelo contrário, a incipiente revelação da presença de pluralidade na ideia bíblica de Deus deve ser compreendida sobre o fundamento provido pela ideia de unicidade.

Desde o princípio, o pensamento bíblico não concorda com a equiparação grega de unicídade com simplicidade, exigida pela interpretação atemporal do ser divino. Baseando-se na interpretação histórica da imanência (ver IV.D) como comunhão pessoal, o AT concebe a unicidade de Deus não como contraditória, mas como compatível com a pluralidade pessoal e dinâmica da Divindade.

A natureza trinitária de Deus no AT não se expressa de maneira específica e profunda como acontece no registro do NT. A partir da perspectiva privilegiada da revelação divina em Cristo, fornecida pelo NT, é possível interpretar os conceitos sobrepostos de unicidade e pluralidade como alusões veterotestamentárias à doutrina trinitária de Deus. Seja como for, as duas linhas de revelação, a que revela a unicidade de Deus e a que revela a pluralidade dentro da unicidade de Deus, não se anulam; pelo contrário, fornecem um pano de fundo apropriado para a surpreendente revelação de Deus trazida pela encarnação.

VII. A Divindade no NT

A autorrevelação de Deus em Jesus como realidade concreta e histórica trouxe nova luz para a compreensão de Deus. A revelação de Deus em Jesus Cristo não modificou a abordagem básica do AT quanto à compreensão da Divindade, que inclui tanto a ideia de unicidade (ver V) quanto de distinções pessoais (ver VI), mas simplesmente se apropriou dela. Na realidade, o NT aprofunda o conceito dinâmico da pluralidade divina já apresentado no AT, ao mesmo tempo em que afirma a unicidade de Deus. O resultado é a revelação de Deus como Trindade. O NT aceita a ideia da unicidade divina sem novas elaborações, ao mesmo tempo em que expande a área da pluralidade divina. A revelação concreta da

pessoa eterna de Deus Filho em Jesus Cristo abriu a porta para uma revelação mais específica de um "Outro" divino. A ascensão de Cristo ao Céu pedia uma explicação para a continuidade da presença histórica e pessoal de Deus, constantemente manifesta no santuário do AT e na encarnação no NT. A revelação específica e o envio da eterna pessoa de Deus Espírito Santo foram necessários para explicar a continuidade histórica da imanência pessoal de Deus.

A. Deus, o Filho

Jesus Cristo homem nasceu de Maria (Mt 1:16). Aqueles que O conheceram como criança e jovem adulto tiveram dificuldade em aceitar Jesus como profeta (Mc 6:3-5). De acordo com o NT, porém, o homem Jesus foi a revelação mais clara e direta de Deus à humanidade (Jo 1:18; 14:8, 9; Hb 1:2, 3). Ele é Deus encarnado. Em um sentido muito real, nossa compreensão da Trindade divina vem da cristologia. Quando se percebe a divindade da pessoa de Cristo dentro do contexto revelatório da pluralidade na unicidade divina no AT, prepara-se o terreno para a nova revelação sobre a pessoa do Pai e a pessoa do Espírito Santo. Sem o contexto do AT e a revelação histórica específica do Filho eterno em Jesus Cristo, conforme apresentada pelos escritores do NT, tratar do Pai e do Espírito Santo não seria suficiente para revelar a natureza interna e trinitária do ser divino. Esses dois passos são necessários para que os seres humanos obtenham uma compreensão mais profunda de Deus. [1]

1. Divindade

Diversas passagens do NT se referem a Cristo como Deus (jo 1:1, 18; 20:28; Hb 1:8, 9; 2Pe 1:1; ljo 5:20). João ensina não apenas a preexistência de Cristo (Jo 17:5), mas expressa isso de uma forma absoluta como se faz somente a Deus (Jo 1:1,2; 8:58; cf. Cl 1:17). Atribui a Cristo características divinas: eternidade (Hb 1:11, 12), posse de vida não derivada (Jo 1:4; 14:6) e poder divino para criar (Jo 1:3; Hb 1:2, 10; Cl 1:16). A introdução da carta aos hebreus afirma que o Filho "é o resplendor de Sua glória [de Deus] e a expressa imagem de Sua pessoa" (Hb 1:3, ARC). Paulo descreve Cristo como "subsistindo em forma de Deus" (Fp 2:6).

As declarações "Eu Sou" parecem ser outra maneira de o próprio Cristo chamar a atenção para Sua natureza divina, Quando reivindicou para Si mesmo a designação "Eu Sou", Cristo utilizou o mesmo nome usado por Yahvveh ao revelar-Se a Moisés em uma teofania, declarando ser esse o Seu próprio nome pessoal: "Eu Sou o QUE Sou" *{'ehyeh 'asher ehyeh*) (Ex 3:14). Essa frase é empregada em declarações oficiais que enfatizam atributos divinos, tais como onipotência (Jo 6:20-21), eternidade (Jo 8:58), presciência (Jo 13:19), manifestação de honra e poder divinos (Jo 18:5, 6, 8) e de Jesus como a fonte da salvação (Jo 8:24). Por fim, o NT confirma a divindade de Cristo equiparando-0 ao Yahweh do AT. O cântico de louvor que o Céu entoa a Yahweh pela redenção (Is 44:23), é aplicado em Filipenses 2:10 à adoração de Cristo. Hebreus 1:10-12 cita a declaração sobre o poder criador e a eternidade de Yahweh registrada no Salmo 102:25-27, aplicando esses atributos a Cristo. Para reforçar essa linha do argumento, Hebreus 1:8 e 9 equipara Cristo a Deus *(elohim),* ao citar o Salmo 45:6 e 7.

Paulo resume o testemunho neotestamentário da divindade de Cristo declarando abertamente o mistério da encarnação de Deus em Jesus Cristo: "NEle habita, corporalmente, toda a plenitude da Divindade" (Cl 2:9). Desde o ponto de partida, "Deus conosco" QVlt 1:23; cf. Is 7:14) como Jesus de Nazaré (Jo 1:14), a incipiente concepção de pluralidade divina evolui em especificidade e complexidade até revelar a natureza trinitária do ser divino.

2. Filiação

O conceito histórico da iraanência divina (ver IV. D) é o contexto necessário para se compreendera surpreendente revelação neotestamentária de Deus em Jesus de Nazaré. Uma compreensão estrita da unicidade de Deus pode levar à conclusão de que Yahweh, o único Deus, está agora em Jesus Cristo. Sendo assim, a encarnação abrangería o ser inteiro de Deus. O NT mostra, porém, com inúmeras provas que, embora a plenitude da divindade habite em Jesus de Nazaré, não se deve entender com isso que abranja o ser inteiro de Deus. A divindade de Jesus de Nazaré torna mais específica a ideia veterotestamentária de pluralidade no Deus único, revelando assim a natureza trinitária do ser divino.

Os prólogos do evangelho de João e da epístola aos Hebreus apresentam Jesus de Nazaré como a encarnação de Deus. Ambos revelam uma dualidade divina, ou seja, que a Divindade inclui pelo menos duas pessoas divinas: o Pai e o Filho. João apresenta a natureza divina de Jesus de Nazaré não só como o Verbo que “era Deus", mas também como o Verbo que “estava com Deus” (Jo 1:1). O “Outro” é o “Logos". A introdução da epístola aos Hebreus apresenta o "Outro" divino, não como Logos, mas como o “Filho" (Hb 1:2), que é “o resplendor da Sua glória [de Deus], e a expressa imagem da Sua pessoa (v. 3). O “Filho" é encarnado em Jesus de Nazaré (Hb 2:9). Visto que o "Outro” divino, na condição de “Logos" ou de “Filho”, está encarnado em Jesus de Nazaré, a "plenitude da Divindade" (Cl 2:9) que habita nEle não abrange todo o ser divino.

A encarnação nos traz uma revelação mais profunda da natureza plural de Deus. João testifica: “E o Verbo Se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a Sua glória, glória como do unigênito do Pai” (Jo 1:14). O relacionamento pai-filho é escolhido não apenas para nomear as duas pessoas divinas envolvidas, mas principalmente para caracterizar a relação especial existente entre Eles.

João 1:18 apresenta o mesmo relacionamento pai-filho como independente da encarnação: “Ninguém jamais viu a Deus; o Deus unigênito, que está no seio do Pai, é quem O revelou”. Mateus também aponta para um relacionamento pai-filho anterior à relação revelatória de Deus com Sua criação e dela independente: “Ninguém conhece o Filho, senão o Pai; e ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho O quiser revelar” (Mt 11:27; cf. Lc 10:22).

Essas declarações colocam a pluralidade revelada pela designação pai-filho na própria natureza do Deus único. Elas ultrapassam o nível da imanência de Deus em direção à Sua transcendência. Esses textos também revelam que, dentro do nível da transcendência de Deus, a pluralidade abrange dois centros de consciência, capazes de perceberem um ao outro de um modo único. Ainda que a expressão “pai-filho”, escolhida para exprimir a pluralidade divina, seja extraída do nível humano da existência, o seu referente é o pi-óprio Deus. Essa expressão revela que existe uma dualidade na espécie de realidade que designamos por pessoa e um relacionamento permanente entre elas como constituintes da própria natureza de Deus. O relacionamento entre Pai e Filho existe tanto em nível de transcendência como de ima-nêcia. Em todo o NT, a paternidade e a filiação se tornam designações para o Deus único. É por isso que o título "Filho de Deus" se refere à pessoa divina encarnada como Jesus de Nazaré (ver Mt 14:33; Mc 3:11; Lc 4:4Í; lCo 1:9; Hb 4:14).

A forma como o NT expressa a pluralidade divina com base na encarnação levanta perguntas sobre a compreensão apropriada e a distinção mútua entre a pessoa do Pai (ver VII. B) e a pessoa do Filho (ver Cristo I), Suscita perguntas também sobre o modo

como as duas pessoas divinas se relacionam uma com a outra. A ideia bíblica de pluralidade no ser divino envolve a realidade de relacionamentos mútuos e divinos. O significado analógico das palavras "Pai" e "Filho" parece sugerir que haja uma preeminência do Pai sobre o Filho. Essa preeminência de Deus Pai sobre Deus Filho, sugerida pela analogia do relacionamento humano pai-filho, parece contar com o apoio de algumas passagens que transmitem a impressão de que o Filho é gerado pelo Pai e a Ele está subordinado.

3. "Nascido" do Pai

Dentro do contexto humano, o relacionamento pai-filho implica a geração do filho pelo pai e pela mãe. Ario (ver IX.B.4) afirmava que o Filho fora gerado pelo Pai, Ainda que essa posição tenha sido rejeitada como herética, o ensino cristão ortodoxo manteve uma ênfase subordinacionista incorporada a seu conceito da eterna geração do Filho (ver VII.B.4, 5). A geração do Filho pelo Pai não pode, contudo, ser analogicamente deduzida a partir do processo de geração humana. Tal dedução produziría uma teoria especulativa inteiramente destituída de fundamento bíblico. Apesar disso, algumas expressões bíblicas parecem sugerir uma espécie de geração, como, por exemplo, quando se chama Deus Filho de "primogênito" (*prõtotokos*, Cl 1:15; Rm 8:29; Hb 1:6; Ap 1:5) e "unigênito" (*monogenês*, Jo 1:14, 18; 3:16, 18; ljo 4:9 [KJV]). Mas *prõtotokos* também é usado em sentido metafórico (LXX de Êx 4:22; SI 89:27) e, quando aplicado a Cristo, exprime superioridade e preemi- ► nência. Semelhantemente, *monogenês* não contém a ideia de procriaçao, mas de singularidade e, quando aplicado a Cristo, enfatiza Sua relação singularíssima com o Pai. Quanto a Hebreus 1:5, a passagem não comunica nenhuma ideia de geração física ou espiritual. Não hã, portanto, nenhuma base para a ideia de que o Pai gerou o Filho.

4. A Natureza da Subordinação do Filho

Diversas passagens mostram o Filho em explícita subordinação ao Pai. O próprio Jesus declarou que "o Filho nada pode fazer de Si mesmo, senão somente aquilo que vir fazer o Pai" (Jo 5:19; cf. v. 36). Confessou que nada fazia por Sua própria autoridade, mas falava como o Pai Lhe havia ensinado (Jo 8:28; cf. 12:50; 15:15). Agiu como o Pai Lhe ordenara (Jo 14:31; cf. 10:18; 12:49, 50) e a Ele orou (Jo 17:1). Jesus chegou a afirmar claramente: "O Pai é maior do que Eu" (Jo 14:28). Essas afirmações mostram, de maneira inconteste, que existe uma relação de subordinação entre Deus Filho e Deus Pai. Mas a subordinação expressa nesses textos não deve ser entendida em um sentido ontológico, como se a realidade de Deus Filho dependesse da realidade de Deus Pai. A ideia bíblica de subordinação de Deus Filho a Deus Pai pertence não à estrutura interior da realidade divina, mas à esfera de execução do plano da salvação.

O plano da salvação exigia que Deus Filho assumisse forma humana, tornando-Se "obediente até ã morte e morte de cruz" (Fp 2:8), "Embora sendo Filho, aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu e, tendo sido aperfeiçoado, tornou-se o Autor da salvação eterna" (Hb 5:8). Assim sendo, as declarações que sugerem a subordinação de Deus Filho a Deus Pai devem ser compreendidas como resultado da encarnação, expressão de Sua obediência ao Pai. Sem essa subordinação, a própria encarnação não teria alcançado seu propósito salvífico.

A subordinação do Filho ao Pai parece ir além da encarnação. Paulo explica que, ao vir o fim, Cristo vai "entregar o reino ao Deus e Pai, quando houver destruído todo principado, bem como toda potestade e poder" (ICo 15:24). Essa subordinação ocorre dentro do nível da ímanência de Deus, onde tanto o

Pai quanto o Filho administram seu governo providencial dentro da história criada. A subordinação funcional do Filho não-significa, porém, uma dependência ontológica nem a inferioridade do Filho. Em sentido amplo, a subordinação do Filho ao Pai talvez expresse a unidade da vida trinitária interna, enquanto a Divindade realiza a salvação em e por meio da história do grande conflito. Não encontramos na Bíblia, portanto, nenhuma base para a ideia de que há uma subordinação ontológica do Filho ao Pai ou que a realidade divina do Pai tem de alguma forma primazia de origem sobre a realidade divina do Filho (ver IX.B.6, 7).

B. *Deus, o Pai*

Se em Cristo "habita, corporalmente, toda a plenitude da Divindade" (Cl 2:9), o que dizer do Pai? Ele é Deus? Qual Sua relação com Deus Filho? [1]

1. A Paternidade de Deus no AT

A ideia de Deus como Pai não é de todo alheia ao AT. Quando Deus é chamado de Pai no AT, está-se enfatizando o terno cuidado que Ele dispensa a Seu povo escolhido. No deserto, Deus levou Israel, "como um homem leva a seu filho" (Dt 1:31). Moisés chamou a atenção de Israel para o amoroso e providencial cuidado de Deus quando perguntou: "Não é Ele teu Pai, que te adquiriu, te fez e te estabeleceu?" (Dt 32:6). Como um pai, Deus Se compadece de Seus filhos (SI 103:13) e os disciplina (Pv 3:12). O próprio Deus revela Seu envolvimento pessoal e profundo Se dirigindo a Israel como "Meu filho" (Os 11:1, 8). O povo, por sua vez, reconhecia Yahweh como Pai (Is 63:16; 64:8; Ml 2:10). Diz-se que Yahweh é pai do rei (2Sm 7:14; SI 2:7), ressaltando-se assim a íntima relação entre Deus — fonte de força, ^► sabedoria e autoridade — e o rei, Seu representante. Ainda que encontremos no AT vislumbres da natureza plural do único Deus, a presença de pessoas específicas não é óbvia. No AT, portanto, o termo Pai não é utilizado para indicar uma pessoa da Trindade divina. Tal emprego distintivo é típico da revelação do NT em Cristo.

2. O Deus de Jesus Cristo

Jesus de Nazaré, em quem habita "toda a plenitude da divindade" (Cl 2:9; ver VII. A. 1; Cristo I) apresentou Deus como Seu Pai. Ao orar, dirigia-Se a Deus como "Meu Pai" (Mt 26:39, 42; Lc 10:22) ou simplesmente "Pai" (Mc 14:36; Lc 10:21; Jo 11:41). No discurso sobre o pão de vida, chamou Deus de Pai (Jo 6:27). O NT também testifica que Deus é o Pai de Jesus Cristo. Paulo se referiu a Deus como "Pai de nosso Senhor Jesus Cristo" (Cl 1:3; cf. Ef 1:17); Jesus, Deus encarnado, usou a palavra "Pai" ao Se dirigir a Deus. Nesse sentido, a imagem de pai-filho revela os aspectos pessoais e relacionais da pluralidade divina do Deus único.

3. O Envio do Filho

Jesus ensinou que o Pai O havia enviado ao mundo (Jo 5:36, 37; 6:44, 57; 8:16, 18). O Pai enviou Cristo ao mundo para cumprir uma missão específica no tempo e no espaço: salvar o mundo (ljo 4:14). Mais especificamente, Ele devia Se tornar o "Autor da salvação eterna" (Hb 5:9). Cristo descreveu a Si mesmo como tendo descido do Céu (Jo 6:38), enfatizando assim a origem da missão crística no nível da imanência histórica.

Jesus afirmou que "Aquele que Me enviou é verdadeiro, Aquele a quem vós não conheceis. Eu O conheço, porque venho da parte dEIe e fui por Ele enviado" (Jo 7:28, 29). O envio do Filho é um ato divino, pertencente ao nível do relacionamento imanente de Deus com a criação; tem origem no ser transcendente de Deus. O envio do Filho como um ato histórico dá testemunho de um aspecto importante da vida dinâmica de Deus. Ajuda-nos a entender a realidade

dívína da renúncia real e suprema do Deus único. Paulo afirma que Deus "não poupou o Seu próprio Filho, antes, por todos nós O entregou" (Rm 8:32). Jesus declara que "Deus [Pai] amou ao mundo de tal maneira que deu o Seu Filho unigênito" (Jo 3:16). Essa renúncia divina é um ato tanto do Filho quanto do Pai; trata-se de um ato relacionai praticado pela Divindade propriamente dita. A devida compreensão da cruz como um ato divino de redenção se baseia na renúncia de Deus (Pai e Filho), Só **é** possível compreender a realidade da renúncia divina quando se compreende a estrutura bíblica e trinitária do Deus único, que envolve o Pai, o Filho e o Espírito Santo como seres divinos, pessoais e conscientes, interagindo mutuamente entre Si e com o Universo criado.

A experiência divina de separação que ocorre na encarnação encontra seu clímax dramático na cruz. Ali Jesus exclamou: "Deus Meu, Deus Meu, por que Me desamparaste?" (Mc 15:34). Tanto o Pai quanto o Filho sofreram na cruz. A doutrina da natureza trinitária de Deus é o pressuposto necessário para a devida compreensão da encarnação e da cruz. No entanto, são essas realidades históricas que tornam possível uma revelação mais explícita da pluralidade divina no NT.

4. A Delegação ao Filho

Jesus revelou que "o Pai ama ao Filho, e todas as coisas tem confiado às Suas mãos" (Jo 3:35; cf. 13:3), até mesmo o julgamento (Jo 5:22). É por isso que Jesus podia dizer: "Tudo quanto o Pai tem é Meu" (Jo 16:15). A delegação do Pai ao Filho e sua contraparte, a subordinação do Filho ao Pai, manifesta o envolvimento da Divindade na realização da obra da salvação. Quando envia o Filho em Sua missão redentora, o Pai submete tudo às mãos do Filho, que, por sua vez, em Seu estado encarnado tem que aprender a obediência e subordinação ao Pai (Hb 5:8).

Ao delegar a tarefa da redenção ao Filho, o Pai enfatiza a natureza decisiva da tarefa -«y de Cristo. Ao delegar tudo ao Filho, o Pai está Se vinculando aos resultados da missão salvadora de Cristo. Até mesmo quando Se acha pessoalmente envolvido no plano da salvação (ver VII.B.5), o Pai não emprega Seus poderes divinos para predeterminar os resultados da missão de Cristo com o objetivo de eliminar o risco envolvido numa vida de obediência pela fé.

A ascensão de Cristo ao Céu não encerrou Sua subordinação ao Pai. A delegação correlativa e complementar do Pai ao Filho continuou após a ascensão de Cristo ao Céu. Depois de ressuscitar, Cristo declarou: "Toda a autoridade Me foi dada no Céu e na Terra" (Mt 28:18). Pedro escreveu que, depois da ressurreição, Jesus Cristo foi "para o Céu, [e] está à destra de Deus, ficando-lhe subordinados anjos, e potestades, e poderes" (IPe 3:22). A entronização de Cristo à direita de Deus Pai é descrita como um período de transição que durará "até que os Seus inimigos sejam postos por estrado dos Seus pés" (Hb 10:13). Paulo chega mesmo a ressaltar que, nesse período de transição entre a ascensão e a segunda vinda, Gristo não ficará passivamente esperando apenas o tempo passar. Ao contrário, durante esse tempo, "convém que Ele [Cristo] reine até que haja posto todos os inimigos debaixo dos pés" (iCo 15:25). "Quando, porém, todas as coisas **Lhe estiverem** sujeitas, então, o próprio Filho também Se sujeitará Aquele que todas as coisas Lhe sujeitou, para que Deus seja tudo em todos" (v. 28).

Quando estiver concluída a tarefa de redenção confiada a Cristo, a delegação do Pai ao Filho como contraparte da subordinação do Filho ao Pai chegará ao fim. Embora aspectos inter-relacionados da vida intratrinitariana, a delegação do Pai ao Filho e a subordinação do Filho ao Pai (ver VII.A.4) não constituem a natureza trinitária de Deus, senão que a presumem.

5. A Obra Salvífica

Apesar de o Pai delegar ao Filho toda a autoridade para realizar a redenção, o NT ensina com toda clareza que o Pai Se envolve de maneira direta e pessoal na obra da salvação. Afirma que o Pai possui presciência (Mt 24:36; Mc 13:32) e onipresença (Mt 6:32; Lc 12:30). O Pai ama Seus filhos, e Seu amor está neles (Ijo 2:15; 3:1). Ele revela verdades salvíficas (Mt 11:25; 16:17), cuida providencialmente de Seus filhos (Mt 6:26; 10:29), lidera o desenvolvimento da história (Mt 20:23), dirige pessoas a Cristo (Jo 6:45), providencia-lhes salvação, torna Seus filhos "idôneos para participar da herança dos santos na luz" (Cl 1:12, ARG), perdoa pecados (Mt 6:15; Mc 11:25), responde à oração (Mt 6:6, 18; 7:11; 18:19; Jo 15:16; 16:23), e "julga segundo as obras de cada um" (IPe 1:17; cf. Mt 10:32, 33). Todas essas atividades devem ser compreendidas dentro do contexto da delegação do Pai ao Filho. [6]

6. Fórmulas Binitarianas

A encarnação de Deus em Jesus de Nazaré esclareceu dramaticamente os vislumbres do AT a respeito da natureza plural de um Deus eterno e único. A encarnação revelou não só o fato de que Jesus de Nazaré era Deus habitando entre nós (Emanuel), mas também que a pluralidade abrangida em uma divindade eterna e única incluía especificamente a realidade de duas pessoas divinas, o Pai e o Filho. Baseando-se nisso, muitos sugeriram que a Divindade cristã deveria ser compreendida como binitariana e não trinitariana. Eis por que precisamos examinar as referências bíblicas ao Pai e ao Filho, que não incluem explicitamente o Espírito Santo.

E importante ter em mente que nosso conhecimento de Deus provém da habitação imanente de Deus com Seu povo. A presença histórica do Filho entre nós torna tanto possível quanto necessária a revelação de Deus Pai como pessoa distinta de Deus Filho como pessoa. Ao longo de todo o NT, essa verdade é expressa e incorporada de diferentes maneiras; trata-se de uma recorrente fórmula binitariana: "Deus Pai e o Senhor Jesus Cristo."

A fórmula binitaríana recebe sua clássica expressão em 1 Coríntios 8:6: "Todavia, < 128 para nós há um só Deus, o Pai, de quem são todas as coisas e para quem existimos." À primeira vista, a fórmula parece reconhecer apenas a divindade do Pai, que Se chama Deus, enquanto aparentemente coloca o Filho em posição subordinada. Quando se associa, porém, o ensino do NT sobre a divindade de Jesus Cristo (VII.A.l) com o fato de que o título "Senhor" no NT corresponde ao "Yahweh" do AT, percebe-se que a fórmula está na verdade colocando lado a lado duas pessoas igualmente divinas.

A escolha do título "Senhor" para nomear a pessoa de Deus Filho é claramente designada para destacar a autoridade compartilhada pelo Pai com o Filho no cumprimento direto, histórico, do plano da salvação (ver VII.B.4). Esse texto traça um paralelo entre a maneira de Deus o Pai e o Senhor Jesus se relacionarem com a criação. O Pai é apresentado como o princípio e o fim, enquanto o Senhor Jesus Cristo é apresentado como o realizador da criação e de nossa própria existência. O paralelismo revela uma complementação mútua de atividades entre o Pai e o Filho que acentua-Lhes a igualdade e a divindade permanente. A fórmula, então, nomeia o Deus cristão de modo binitário, o que inclui a pluralidade pessoal e a relação específica de duas pessoas igualmente divinas.

Com variações secundárias, essa fórmula é utilizada na introdução de várias epístolas do NT (Rm 1:7; lCo 1:3; 2Co 1:2, 3; G1 1:3; Ef 1:2, 3; Fp 1:2; lTs 1:1, 3; 2Ts 1:2; lTm 1:2; 2Tm 1:2; Fm 3; IPe 1:3). Quando assim empregada, a fórmula parece resumir o conceito básico de Deus que se forma a partir da encarnação de Deus em Jesus de Nazaré

e do próprio testemunho de Jesus sobre Deus Pai celestial. As vezes, porém, a fórmula aparece integrada em seu contexto teológico. As observações finais de Paulo aos Efésios, por exemplo, ressaltam a unidade da ação, afirmando que o amor e a fé são comunicados aos crentes tanto por Deus Pai como pelo Senhor Jesus Cristo (Ef 6:23; cf. ITs 3:11; 2Ts 2:16), destacando assim a existência de ações partilhadas (ver também Ijo 1:3; 2:24; 2Jo 9), nas quais ambas as pessoas divinas executam a obra da redenção. Outras vezes, a fórmula é empregada para expressar e incorporar os diferentes papéis salvíficos do Pai e do Filho (Fp 2:11; Cl 3:17; ITs 1:3; 3:13; lPe 1:3).

Pode-se perguntar por que os escritores do NT empregaram uma fórmula binitariana em vez de uma trinitariana, se eles sabiam da existência da terceira pessoa da Trindade. Primeiramente, a diferença entre as duas fórmulas é mais uma questão quantitativa do que qualitativa. Ou seja, a inovação do conceito bíblico de Deus ocorre quando se diz que a pluralidade e a unicidade coexistem no mesmo ser divino. Uma vez descoberta essa coexistência, a diferença entre uma concepção binitariana e uma trinitariana equivale apenas à exclusão ou inclusão de uma terceira pessoa como constitutiva da pluralidade pessoal de um Deus único. Além disso, a fórmula binitariana não nega a existência nem a atividade da terceira pessoa divina, mas apenas enfatiza a estrutura específica necessária para se compreender o significado da encarnação. Ou seja, o NT trata primeiro de tornar compreensível a autorrevelação de Deus em Jesus de Nazaré.

A fórmula binitariana é o pressuposto necessário para a encarnação. Visto que a tarefa principal dos apóstolos era esclarecer a encarnação de Deus em Cristo e suas implicações para a teologia de modo geral, não deve constituir surpresa encontrar a fórmula binitariana por todo o NT. Já o conceito e a fórmula trinitariana aparecem como pressupostos necessários para se compreender o significado da atividade pós-ressurreição do representante de Cristo, o Espírito Santo. A preocupação específica e prática dos escritores do NT talvez explique o uso menos frequente da fórmula trinitariana. A plena revelação da Divindade só se tornou completa depois que o próprio Jesus Cristo apresentou a pessoa divina do Espírito Santo, -«tá

C, *Deus*j *o Espírito Santo*

A natureza trinítãria do único Deus bíblico não é completa sem o Deus Espírito Santo. O fato de a revelação do Espírito Santo como a terceira pessoa da Divindade vir depois da revelação do Filho e do Pai, não significa que Ele seja menos importante ou que Se tenha envolvido nas atividades salvíficas somente a partir do momento em que foi revelado. A devida compreensão do Deus cristão único e de Sua pluralidade pessoal requer, portanto, cuidadoso exame do testemunho bíblico sobre Deus, o Espírito.

1. O Anúncio de Cristo

Mesmo que Deus, o Espírito já apareça em Gênesis (1:2; 6:3), o conceito explícito de que a pluralidade divina abrange não somente as pessoas do Pai e do Filho, mas também uma terceira pessoa, o Espírito Santo, origina-se em Jesus Cristo mesmo. Foi Jesus Cristo que, na tentativa de preparar os discípulos para Sua partida da Terra, revelou-lhes a existência e o papel salvador específico de uma terceira pessoa da Divindade (Jo 7:33; 14:1-3). Segundo João, Cristo fez alusão à personalidade e vinda histórica do Espírito Santo ainda na Festa dos Tabernáculos, antes da Sua morte, quando prometeu que “rios de água viva” fluiríam do coração dos crentes. Dizia isso com respeito ao “Espírito que haviam de receber os que nEle cressem” (Jo 7:38, 39). Mas Cristo anunciou com clareza a vinda do Espírito Santo somente algumas horas antes de Sua crucificação: “Eu rogarei ao Pai, e

Ele vos dará outro Consolador, a fim de que esteja para sempre convosco" (Jo 14:16, 17; cf. 16:4-7, 13),

Depois de ressuscitar, Jesus chamou novamente a atenção dos discípulos para a vinda do Espírito Santo (Lc 24:49; At 1:4, 5, 8). A existência do Espírito como pessoa divina foi revelada nessa ocasião, porque o Espírito Santo precisava ser revelado como pessoa divina para explicar como a obra redentora de Cristo continuaria após Sua ascensão, simultaneamente na Terra e no santuário celestial (Hb 8:1, 2). E desvendada então a natureza trinitária de Deus, não com o propósito de fazer especulações sobre a composição da Divindade, mas para que os seres humanos pudessem entender os atos redentores de Deus na história.

2. A Vinda Pentecostal

Assim como houve uma vinda histórica do Filho ao mundo, houve também uma vinda histórica do Espírito Santo à igreja, O modo como o Espírito se faz presente na história é diferente do modo da presença histórica do Filho. A vinda do Espírito Santo não envolve a assunção da natureza humana como aconteceu na encarnação de Jesus. O modo como Deus Espírito Santo se faz presente é tal que O torna acessível a todos, enquanto que o modo encarnado de Deus Filho em Jesus limitou Sua presença divina a alguns seres humanos. Essa diferença notável pode ter sido uma das razões por que Jesus afirmou que seria mais vantajoso para os discípulos que Ele fosse, para que o Espírito pudesse vir para eles (Jo 16:7).

A vinda histórica do Espírito Santo à igreja ocorreu no Pentecostes, depois da ressurreição. Embora essa vinda ocorrida exatamente no dia de Pentecostes possa parecer uma mera coincidência de pouco significado teológico, a sincronia de eventos merece estudo especial.

a. Ambiente tipológico. No AT, a Páscoa e o Pentecostes eram festividades intimamente relacionadas. Ambas eram memoriais e prefiguraçoes de importantes aspectos dos atos salvíficos de Deus. A Páscoa (Lv 23:5; Nm 28:16; Dt 16:1-8) era um memorial divino como fonte de liberdade em alusão ao livramento de Israel do cativeiro egípcio (Dt 16:1, 3, 6). O Pentecostes, ou Festa das Semanas (Êx 23:16; 34:22; Lv 23:15-22; Nm 28:26-31; Dt 16:9-12), era um memorial divino como fonte de todas as boas dádivas. O próprio nome, Festa das Semanas, ou Pentecostes, apontava para a estreita relação entre a Páscoa e o Pentecostes, ao fazer referência explícita aos 50 dias decorrentes entre elas (Lv 23:15, 16; cf. SDABC6, 133, 134). Assim como a Páscoa e a libertação do •«§ Egito eram tipos da missão (Mt 2:15; cf. Os 11:1) e da morte de Cristo na cruz (lCo 5:7), é possível divisar no Pentecostes e na aliança no Sinai tipos da vinda histórica do Espírito Santo. A vinda histórica do Espírito Santo no Pentecostes seria, portanto, o antítipo da aliança sinaítica, compreendida como a boa dádiva de Deus a Seu povo. Assim como a função distintiva da aliança sinaítica era levar Israel à redenção mediante a compreensão concreta da vontade de Deus para o homem, a vinda do Espírito Santo parece destinada a levar esse propósito a novos e surpreendentes níveis de especificidade e intimidade. Quando Jesus anunciou aos discípulos a vinda histórica do Espírito Santo, ressaltou: "O Consolador, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em Meu nome, Esse vos ensinará todas as coisas e vos fará lembrar de tudo o que vos tenho dito" (Jo 14:26). Não existe nenhuma descontinuidade entre a obra redentora de Deus no Sinai e a revelação e a vinda histórica do Espírito Santo, senão uma continuidade clara e tipologicamente concebida. Isso não significa, porém, a repetição, mas a revelação de novos aspectos da verdade não presentes em revelações anteriores. Esses aspectos levam nosso

conhecimento e vivência da vontade e dos atos salvíficos de Deus a níveis mais profundos.

b. O Espírito de Deus no AT. O fato de o Espírito Santo não ser explicitamente revelado como pessoa divina no AT (Gn 1:2) não significa que Ele não existiu ou que não atuou como pessoa antes de Sua apresentação histórica no Pentecostes. A revelação do Espírito Santo como pessoa da Divindade se tornou possível e necessária depois da revelação histórica de Jesus Gristo como Deus Filho. E por isso que o AT não se refere ao Espírito Santo como uma pessoa diferente das outras pessoas divinas. Ainda assim, às vezes, é possível perceber no AT algumas referências à designação geral "Espírito de Deus" como alusões às atividades divinas pertencentes propriamente ao Espírito Santo. A dotação de dons espirituais a indivíduos específicos para a execução de tarefas definidas é a atividade mais comumente associada ao Espírito de Deus no AT (Ex 31:3; 35:31; Nm 11:25,29; 24:2; 27:18; Jz 3:10; 6:34; 11:29; 13:25; 14:6, 19; 15:14; lSm 10:6, 10; 16:13; 19:20, 23; 2Cr 15:1; 20:14; 24:20). Embora não se apresente com tanta frequência no AT o Espírito de Deus como habitando no coração do crente, a ideia certamente ali está. De acordo com a aliança sinaítica, a religião devia ser uma profunda experiência de amor a Deus: "Agora, pois, ó Israel, que é que o Senhor requer de ti? Não é que temas o Senhor, teu Deus, e andes em todos os Seus caminhos, e O ames, e sirvas ao Senhor, teu Deus, de todo o teu coração e de toda a tua alma?"(Dt 10:12). Para Paulo, "um verdadeiro judeu" é aquele que o é, não por aderir a rituais externos, mas, de acordo com Deuteronômio 10:16, por possuir a verdadeira circuncisão do coração (Rm 2:28, 29). Davi sabia que a mudança interior do coração, que equivale a uma nova criação, só podia ser realizada pelo próprio Deus (SI 51:10). Saul recebeu não só dons do Espírito, mas o Espírito do Senhor o transformou em outro homem (lSm 10:6, 9). Israel no exílio antevia um reavivamento espiritual como resultado de Deus colocar dentro deles o Seu Espírito (Ez 36:26, 27; 37:1-14).

Como se vê, o Espírito de Deus também está associado no AT com a habitação divina no interior do crente (cf. Is 57:15; Ez 11:19; 18:31). Com base nisso, Jesus Cristo foi capaz de falar aos discípulos, como se eles já conhecessem o Espírito Santo antes de Sua vinda histórica e pessoal no Pentecostes (Jo 14:17). Se o Espírito Santo já estava agindo, distribuindo dons e habitando no coração dos crentes, é preciso reexaminar até que ponto o ministério do Espírito no NT constituía uma novidade.

c. A novidade do Espírito no NT. Um aspecto obviamente novo da revelação neotestamentária do Espírito de Deus é que então Ele é apresentado claramente como uma pessoa divina, distinta do Pai e do Filho (ver VII. C. 4). Essa mudança, porém, afeta apenas nossa compreensão de Sua personalidade e não a Sua atividade redentora. A obra do Espírito Santo no NT parece abranger as mesmas áreas abrangidas por Deus ou pelo Espírito de Deus no AT. A novidade do Espírito Santo no NT se encontra no novo papel que Ele desempenha como representante de Cristo. ^Segundo a interpretação de João, a referência tipológica de Jesus ao Espírito (Jo 7:37-39), a revelação, a vinda histórica e a tarefa redentora de Deus Espírito Santo se encontram essencíalmente relacionadas coma cruze a ascensão de Jesus Cristo. O apóstolo amado interpreta a tipologia de Jesus observando que Ele falou com respeito ao "Espírito que haviam de receber os que nEle cressem; pois o Espírito até aquele momento não fora dado, porque Jesus não havia sido ainda glorificado" (Jo 7:39). Para João, portanto, a morte e a glorificação do Filho eram condições necessárias para o derramamento histórico do Espírito Santo,

Quando o Espírito Santo entrou em cena no dia de Pentecostes, Sua vinda foi testemunhada por todos, devido à manifestação

externa dos dons sobrenaturais derramados sobre os crentes (At 2:2-11). Em resposta às perguntas sobre o significado teológico do evento, emitiu-se uma explicação muito superficial e inadequada: “Estão embriagados!” (v. 13). Tomando a defesa dos apóstolos, Pedro discursou à multidão (v. 14-36). Depois de identificar o acontecimento aparentemente estranho como uma manifestação miraculosa do derramamento do Espírito Santo (v. 15-21), o apóstolo explicou que aquele evento era um estágio necessário para a realização histórica do plano divino da salvação (v. 23, 24). Afirmou que “a este Jesus Deus ressuscitou, do que todos nós somos testemunhas. Exaltado, pois, à destra de Deus, tendo recebido do Pai a promessa do Espírito Santo, derramou isto que vedes e ouvis” (v. 32, 33). Mencionou ainda a entronização. celestial de Cristo (ver VII.B.4), que, ocorrida logo após Sua vitória na cruz, conferiu-Lhe "toda a autoridade [...] no Céu e na Terra” (Mt 28:18; cf. IPe 3:22).

Visto que Jesus Cristo precisava estar pessoalmente envolvido na obra de intercessão no santuário celestial (Hb 8:1, 2; ver Santuário II, III), a presença necessária, contínua e pessoal de Deus na Terra requeria a revelação da terceira pessoa da Divindade: Deus Espírito Santo. Não se deve, portanto, relacionar a novidade específica viabilizada pela vinda histórica do Espírito Santo no NT a tarefas salvadoras específicas que o Espírito continua a fazer como fazia nos tempos do AT, mas ao novo status do Espírito como representante do triunfo de Jesus Cristo na cruz e de Sua obra de íntercessão e domínio no Céu. O próprio Jesus Cristo enfatizou a atitude harmoniosa com a qual a Trindade executa as atividades pertencentes à salvação, quando apontou o Espírito Santo não só como Seu representante (Jo 16:13, 14), mas também, devido à delegação do Pai ao Filho (ver VII.B.4), como representante do Pai (Jo 14:16, 17). E por isso que as expressões técnicas "em Cristo” (Rm 6:11, 23; 8:1, 39; 9:1; iCo 1:4; 3:1; 2Co 2:17) e “no Espírito Santo” (Rm 9:1; 14:17; cf. Cl 1:8) são, na prática, equivalentes.

d. Processão do Pai e do Filho. E preciso compreender o ato de proceder o Espírito do Pai e do Filho (Jo 15:26; 14:16,26; At 2:33) não no sentido ontológico, mas em um sentido histórico como a atividade divina interna responsável pelo envio do Espírito no Pentecostes como representante da presença, do sacrifício e do ministério de Cristo. Ou seja, a processão do Espírito não designa um processo interno na constituição do ser trinitário, como a teologia clássica veio a crer. A questão referente a se o Espírito Santo procede do Pai, do Pai e do Filho ou do Pai através do Filho se tornou relevante à medida que as expressões “nascido do Pai” e "processão”, encontradas na Bíblia, foram mal compreendidas como se referindo a um processo divino interno constitutivo da própria essência da Divindade. Biblicamente falando, porém, a processão do Espírito Santo pertence não à constituição da Trindade, mas à Sua vida, na medida em que a atividade histórica das três pessoas divinas realiza a obra da salvação.

É importante estabelecer a distinção entre a vinda histórica do Espírito no Pentecostes, como dom do Pai e do Filho igreja, e a vinda pessoal do Espírito ao coração de homens e mulheres. O livro de Atos enfatiza particularmente a vinda histórica do Espírito à igreja em um tempo específico: o dia do Pentecostes. Sinais e milagres acompanharam o derramamento do Espírito Santo naquele dia e em outras ocasiões específicas em que o Espírito Se manifestou a segmentos específicos da igreja. No entanto, o Espírito Santo nem sempre vem à igreja da mesma maneira; o Pentecostes foi sem paralelo. Cumpriu-se naquele dia a promessa de Cristo de enviar o Espírito Santo à igreja; desde então, a terceira pessoa da Trindade

divina está presente na igreja cristã como dom (At 2:38) de Deus em Cristo. A igreja, portanto, não precisa mais orar pela vinda histórica do Espirito como fizeram os discípulos no cenáculo (At 1:13, 14), mas, sim, para que os corações se abram e se rendam às sugestões do Espírito, a fim de que a presença e o poder espirituais prometidos (ver VII. G. 6) sejam manifestos na vida e na missão da igreja.

3. Divindade

Diversos são os contextos em que se confirma a divindade do Espírito Santo. Eles descrevem um Espírito Santo dotado de características divinas; chamam-no de "Santo" (Mt 1:20), "Espírito do nosso Deus" (lCo 6:11) e "Espírito de Jesus" (At 16:7). Ao confrontar Ananias e Safira, Pedro chamou a atenção para a divindade e a personalidade do Espírito. Ananias havia mentido ao Espírito Santo (At 5:3) e ao mesmo tempo a Deus. Jesus apresentou o Espírito aos discípulos como o "outro Consolador" (Jo 14:16). Visto que o termo grego *allos* significa "outro da mesma espécie", segue-se que o Espírito Santo era da mesma espécie que Cristo, a saber, uma pessoa divina.

A divindade do Espírito Santo como a terceira pessoa da Trindade também é ratificada quando a Ele se atribuem características divinas: onipresença (lCo 2:10, 11), verdade (ljo 5:7), vida (Rm 8:2), sabedoria (lCo 2:11), poder (Lc 1:35; Rm 15:19) e eternidade (Hb 9:14). O NT enfatiza a divindade do Espírito Santo referindo-se a Ele como executor de ações divinas específicas, tais como falar aos pais por intermédio dos profetas (At 28:25), inspirar as Escrituras (2Pe 1:21; cf. VII.C.5.a), iluminar (Jo 15:26; cf. VII.C.5.b), regenerar (Jo 3:7, 8; Rm 8:11; Tt 3:5) e santificar (2Ts 2:13; lPe 1:2). A divindade do Espírito Santo também é vigorosamente confirmada ao ser Ele equiparado ao Yahweh do AT, da mesma forma que Cristo. Atos 28:25-27 e Hebreus 3:7-9 atribuem à atividade direta do Espírito Santo afirmações que no AT são explicitamente mencionadas como declarações de Yahweh (Is 6:8-10; SI 95:7-11; cf. Êx 16:1-8; Dt 1:34-36). No NT, Paulo confirma a identificação: "o Senhor é o Espírito" (2Co 3:17). Parece não haver nenhuma dúvida para os escritores do NT de que o Espírito Santo é Deus.

4. Personalidade

A teologia cristã negligenciou muitas vezes o estudo da informação bíblica a respeito da natureza e das atividades salvíficas do Espírito Santo. Dentro desse contexto, concebia-se o Espírito somente em termos de energia e poder divinos pertencentes principalmente à pessoa do Pai. Compreendido assim, o Espírito Santo era visto como um ser privado tanto de individualidade como de personalidade. Essa interpretação parece encontrar apoio em algumas passagens bíblicas. Por exemplo, enquanto os nomes do Pai e do Filho evocam realidades pessoais, o nome do Espírito não o faz necessariamente. O gênero do termo grego para espírito *(pneuma)* é neutro, sugerindo aparentemente uma realidade não pessoal. Não bastasse isso, o fato de a Escritura se referir ao Espírito Santo como assumindo a "forma corpórea" de uma "pomba" (Lc 3:22), e de compará-lo com o vento (Jo 3:8), a água (Jo 7:37-39) e o fogo (At 2:3) também possibilitou a ideia superficial e errônea de que o Espírito Santo não seria um ser pessoal como o Pai e Filho. Por último, a ênfase exagerada por alguns na descrição bíblica do Espírito Santo como um dom (At 2:38; 10:45) que concede dons (lCo 12:4-11; Ef 4:11; cf. VII,C.4.e) a homens e mulheres também pode ser responsável pela concepção equivocada do Espírito Santo como "uma energia divina", •«£ e não como uma pessoa divina. Essas passagens bíblicas, porém, não ensinam que o Espírito Santo é um ser impessoal. Tudo o

que fazem é deixar aberta a possibilidade de se ter essa concepção acerca do Espírito Santo. Para decidir se o Espírito Santo é um ser pessoal ou não, é preciso reunir evidências explícitas adicionais.

Diversas são as maneiras pelas quais o NT revela a natureza pessoal do Espírito Santo. Embora os escritores do NT não pudessem modificar o gênero da palavra grega para "espírito", quando se referiam ao Espírito Santo empregavam às vezes pronomes masculinos para substituir a forma neutra (Jo 14:26; 15:26; 16:13), até mesmo à custa da coerência sintática. O NT também atribui ao Espírito Santo uma variedade de características que revelam explicitamente Sua natureza pessoal. Dentre elas, podemos mencionar: inteligência e conhecimento (Jo 14:26; iCo 12:11), emoções (Ef 4:30) e julgamento (At 15:28). Além disso, é possível mentir ao Espírito (At 5:3, 4), resistir-Lhe (At 7:51) e pecar contra Ele (Mt 12:31; Mc 3:29). O NT apresenta ainda o Espírito Santo adotando atitudes que somente um ser pessoal pode adotar: Ele fala (At 8:29), ensina (Lc 12:12), revela (Lc 2:26), testemunha (At 20:23), perscruta (iCo 2:10, 11), envia (At 13:2), guia (At 8:29; 11:12), anuncia o que há de vir (Jo 16:13) e testifica com o nosso espírito (Rm 8:15, 16). Não bastasse isso, a expressão grega "outro Consolador" empregada por Jesus para Se referir ao Espírito Santo (Jo 14:16) sugere não só que o Espírito Santo é um ser divino, mas também que Ele é um ser pessoal da mesma forma que o Pai e o Filho. Do mesmo modo, o papel intercessório (Rm 8:26) que o Espírito Santo desempenha na salvação dos crentes só pode ser desempenhado por um ser pessoal. Por último, a ação do Espírito Santo de glorificar o Filho (Jo 16:14) não pode ser efetuada por um poder ou energia, mas somente por uma pessoa. Parece não restar dúvida de que os escritores do NT consideram o Espírito Santo um ser divino e pessoal.

Somente quando se tem uma clara concepção bíblica do Espírito Santa como pessoa divina é que se consegue ver plenamente que o NT descreve com minúcia o conceito de pluralidade divina contida no AT. Com base na evidência bíblica acima apresentada, torna-se inevitável e necessária para a teologia cristã a existência de uma doutrina da Trindade. Antes de considerarmos a abordagem bíblica da Trindade, é preciso, porém, examinar a obra da terceira pessoa da Trindade.

5. Obra Salvífica

O NT apresenta profusas informações sobre a terceira pessoa da eterna Trindade, Apresenta e incorpora a concepção do Espírito Santo como representante da pessoa e obra de Cristo na cruz e no santuário celestial, não como vislumbres especulativos de Sua natureza divina, mas a partir da perspectiva de Sua obra salvadora.

a. Revelação-ínspíração. Visto ser a Bíblia chamada de a "espada do Espírito" (Ef 6:17), não causa surpresa encontrar o Espírito Santo intimamente relacionado com o processo através do qual se originaram as Escrituras Sagradas. O Espírito esteve atívamente envolvido na revelação, processo pelo qual se originaram as verdades, conceitos e informações encontrados na Bíblia (Ez 8:3; 11:1, 24; 37:1; 43:5; Mc 12:36; ICo 2:11; Ap 21:10). Ele também tomou parte na inspiração, processo pelo qual essas comunicações foram transmitidas por meio dos profetas (2Sm 23:2; 2Cr 24:20; Ez 11:5; Zc 7:12; Mt 22:43; 2Pe 1:21). Depois do Pentecostes, a tarefa revelatória-inspiracional do Espírito Santo se concentrou em guiar os discípulos a uma compreensão apropriada da verdade, conforme revelada na pessoa histórica e na obra de Jesus Cristo (Jo 16:12-15), que, ao ser posta por escrito, veio a ser o NT. A recepção do Espírito Santo no coração do cristão (ver VlI.G,5.c) não pode ser concebida

de forma independente ou contraditória às verdades reveladas na Escritura como um todo (ver a Revelação/Inspiração III, IV).

b. Iluminação. Para Jesus, o Espírito
2► Santo não somente toma parte na tarefa de revelar e inspirar as Escrituras, mas também de convencer o "mundo do pecado, da justiça e do juízo" (Jo 16:8). Não basta que a verdade seja expressa teoricamente em palavras orais ou escritas; é necessário que seja escrita na mente e no coração de homens e mulheres (Jr 31:33; Hb 8:10). O inscrever a verdade na mente humana é obra do Espírito Santo (2Co 3:3), o que implica revelação-inspiração (ver VlI.C.S.a), iluminação e habitação (VII.C.S.c). Deus produziu a Escritura pela mediação do Espírito Santo para que a luz divina (conhecimento), necessária à salvação de pecadores e à redenção do mundo, estivesse disponível à família humana (SI 119:105). Contudo, para que a Bíblia seja uma luz e não apenas letra morta, homens e mulheres devem compreendê-la (v. 130). A compreensão da luz pressupõe, no entanto, a posse da luz: "Na Tua luz, vemos a luz" (SI 36:9). A menos que Deus seja reconhecido como o autor das palavras, um véu (2Co 3:13, 14; cf. Is 6:9, 10; At 28:26, 27) impede tanto a mente como o coração de ver a Deus e entender Sua Palavra (Lc 11:34, 35). Desde a queda, homens e mulheres não possuem luz em si mesmos (At 26:18; 2Co 4:3,4; cf. Jo 1:5). O Espírito precisa remover a venda (2Co 3:17, 18) da mente para que a luz possa ser contemplada. O Espírito de sabedoria e entendimento com que foi dotado de maneira especial o Messias (Is 11:2) é o mesmo que conduz seres humanos no processo da leitura e compreensão da Escritura (Ef 1:17-23) e é "dado gratuitamente" por Deus (lCo2:12). A escrita da lei no coração supõe iluminação, mas vai além: requer a habitação do Espírito Santo na mente e coração dos crentes.

c. Habitação. Quando as sugestões do Espírito Santo são aceitas, e pecadores se voltam para Deus em fé, confissão e arrependimento, dá-se início a um relacionamento divino-humano (Ap 3:20). O ato inicial pelo qual Deus é aceito na mente e no coração, convertendo assim o crente em uma nova pessoa, é tão dramático que Jesus a ele Se refere como um novo nascimento no Espírito Santo (Jo 3:3-8). A relação divino-humana estabelecida pela experiência do novo nascimento é conhecida como habitação ou enchimento divino (Lc 1:67; At 2:4; 4:31; 9:17; 13:52), ou ainda batismo no Espírito Santo (Mt 3:11; Mc 1:8; Lc 3:16; At 1:5; 11:16). Paulo descreve esse íntimo relacionamento divino-humano não apenas como circuncisão do coração (Rm 2:29), mas, sendo mais específico, como a habitação do Espírito de Deus "em vós" (Rm 8:9; cf. Ef 2:22). O corpo se torna, portanto, "santuário do Espírito Santo" (lCo 6:19). Só se pode perceber a visão bíblica de habitação divina em seres humanos quando ela é vista dentro do contexto fornecido (1) pela natureza histórica (ver IV.D e VII.C.2) e pessoal (ver VII. C. 4) do Espírito Santo como o representante de Cristo (ver VII.C.2. c e VII.C.S.d); e (2) pela compreensão de que a concepção bíblica de homem e mulher não reconhece a existência de uma alma eterna na pessoa humana (ver Homem I.E). Logo, o Espírito Santo não pode ser concebido como uma "energia divina" que penetra a substância eterna da alma e diviniza a natureza humana. Ao contrário, é preciso conceber a habitação divina dentro do modo de relações pessoais e históricas (ljo 4:13). Dentro do modo relacionai, o Espírito Santo habita "no interior" de seres humanos. Assim sendo, a natureza humana não é divinizada pela habitação do Espírito, mas transformada conforme à imagem de Jesus Cristo (Rm 8:29). Visto que o Espírito Santo, na qualidade de pessoa divina, é o representante de Cristo, o habitar do Espírito leva a presença de Cristo para a mente e o coração do crente. Daí, a habitação do Espírito no crente equivaler à habitação de Cristo.

Pelo fato de o Espírito Santo representar o Cristo vitorioso, Sua presença no coração do crente se torna o pagamento inicial da redenção de Deus e a garantia de Suas promessas (2Co 1:20-22), particularmente a da gloriosa segunda vinda de Cristo (2Co 5:4, 5; Ef 1:13, 14; cf. Rm 8:11). A habitação do Espírito ocorre "no homem interior" (Ef 3:16), que envolve o coração (Rm 5:5), a mente (Rm 8:6, 7) e o espírito (v. 16). Iniciada junto com a experiência do novo nascimento, a habitação espiritual introduz Cristo no homem interior, estabelecendo uma contínua relação divino-humana que transforma os crentes à imagem do Salvador (v. 4-17; cf. v. 29).

Em Romanos 8, Paulo fornece minuciosas explicações sobre a submissão do crente à lei de Deus (v. 4-7), resultado da habitação do Espírito: vitória sobre os atos pecaminosos (v. 13), cuidado providencial de Deus pelo crente (v. 14), filiação divina (v. 15), garantia de aceitação como filhos de Deus (v. Ió), co-herança com Cristo no sofrimento (v. 17) e na futura ressurreição da morte. A obediência à vontade de Deus é também um resultado concreto da habitação do Espírito, pelo qual os princípios eternos da lei de Deus são escritos no coração e na mente dos crentes (Jr 31:33; Ez 36:27; Rm 2:15; Hb 8:10; 10:16; cf. SI 37:31; 40:8; 119:34; Is 51:7). Com base na realidade relacionai da habitação de Cristo nos crentes pelo Espírito, afirma-se que eles têm "a mente de Cristo" (lCo 2:16; cf. 12:3) e que se tornaram "coparticipantes da natureza divina" (2Pe 1:4). Essa é razão de produzirem na vida diária o "fruto do Espírito" (G1 5:22, 23).

Visto que o Espírito Santo habita no crente, não como uma energia que penetra a alma, mas como uma pessoa, é muito natural perguntar sobre a forma como Ele habita nos seres humanos. Em harmonia com a estrutura relacionai da habitação do Espírito, Paulo explica que "todos nós, com o rosto desvendado, contemplando, como por espelho, a glória do Senhor, somos transformados, de glória em glória, na sua própria imagem, como pelo Senhor, o Espírito" (2Co 3:17, 18). O apóstolo declara que seres humanos pecadores podem contemplar a glória do Senhor mediante a pregação e o ensino do evangelho (2Co 4:4, 5), "porque Deus, que disse: Das trevas resplandecerá a luz, Ele mesmo resplandeceu em nosso coração, para iluminação do conhecimento da glória de Deus, na face de Cristo" (v. 6). A habitação ocorre, portanto, como resultado específico da obra do Espírito Santo. Pela inspiração da Bíblia e a iluminação dos seus conteúdos, o Espírito Santo introduz a presença de Cristo na consciência dos crentes, que se tornam assim capazes de contemplar "a glória de Deus na face de Cristo".

Quando, em resposta ã iniciativa divina no Espírito, o coração humano se rende pela primeira vez dando acesso total a Cristo, ocorre simultaneamente o novo nascimento e o batismo do Espírito Santo como o dom da presença pessoal de Deus (At 2:38). O processo contínuo de habitação prossegue. A habitação do Espírito Santo no cristão não é uma possessão permanente, adquirida de uma vez para sempre por ocasião do novo nascimento. Pelo contrário, deve ser um processo permanente, renovado diariamente (lCo 9:27) numa entrega mais ampla e mais profunda aos apelos do Espírito, para que o crente não caía em apostasia com o risco de perda eterna (Hb 6:4-8).

d. Intercessão. Como representante de Cristo, o Espírito Santo desempenha funções in terces só rias que complementam a intercessão de Cristo no santuário celestial (Elb 8:1, 2). Às funções mediatórias já bem definidas de revelação-inspiração (ver VII.C.5.a), iluminação (ver VII.G.S.b) e habitação (ver VII.C.5.c), desempenhadas pelo Espírito Santo, Paulo acrescenta especificamente a atividade íntercessória da terceira pessoa da Trindade em favor das orações dos santos (Rm 8:26, 27),

e. Dons. O Espírito Santo contribui não só na formação da nova criatura pelo ato de habitar, mas também na missão da igreja pela comunicação dos dons espirituais (ver Dons Espirituais II). A ideia de que o Espírito de Deus capacita os crentes para o cumprimento de tarefas especiais está presente no AT (Nm 11:25; 27:18; Dt 34:9; Jz 3:10; ISm 10:6; Mq 3:8; Zc 4:6). Mas nessa primeira parte da Bíblia, os dons espirituais parecem ser conferidos geralmente a pessoas específicas, e não a toda comunidade de fé. Essa restrição é suspensa no NT, ao cumprír-se parcialmente a profecia de Joel (2:28,29), no dia de Pentecostes, com a vinda do Espírito Santo e a concessão de dons espirituais à toda a igreja (At 2:15-21, 32, 33; Ef 4:8). Os dons são comunicados aos crentes nos quais Cristo habita por meio do Espírito. Ou S► seja, o crente recebe dons espirituais porque recebeu a pessoa do Espírito Santo (o Dom) na entrega total (At 2:38) e contínua obediência à vontade de Deus (At 5:32). Os dons são concedidos com o propósito de promover a unidade da igreja (Ef 4:13) e aperfeiçoar os "santos para o desempenho do seu serviço" (v. 12), São concedidos não como sinais sobrenaturais da existência de Deus ou do perdão divino, mas como habilidades necessárias para o cumprimento da missão cristã de representar Cristo e pregar Seu evangelho conforme revelado nas Escrituras do AT e NT. [6]

6. Dotações Escatológicas

Para o AT, os tempos escatológicos que precedem o fim da história redentiva hão de testemunhar uma propagação universal do conhecimento da vontade de Deus, conforme revelada nas Escrituras. Esse anúncio escatológico e univei'sal deve ser promovido por Deus por intermédio de Seu povo (SI 72:8-11; Is 14:1; 45:14; 56:6, 7; 60:5, 11; Jr 3:17; Ag 2:7; Zc 2:11; 8:21-23). A profecia de Joel referente ao derramamento universal do Espírito sobre toda carne (2:28, 29) faz uma formulação explícita do componente instrumental implícito na visão do AT a respeito de uma propagação escatológica e universal do reino de Deus.

Ainda que a profecia de joel tenha começado a se cumprir com a vinda histórica do Espírito no Pentecostes (At 2:16-21; ver VII.C.2), está claro que seu pleno cumprimento universal ainda é futuro (v. 19-21). A visão de uma propagação universal da mensagem do evangelho antes do fim da história da redenção se estende para o pensamento escatológico do NT (Ap 14:6, 7; 18:1). A imutabilidade divina se exprime na constância e coerência de Suas ações salvíficas na história (III.B). Deve-se supor, portanto, que, ao levar o plano da redenção a seu clímax e consumação histórica por meio da propagação escatológica universal da mensagem do Evangelho, Deus Se servirá dos mesmos meios empregados no Pentecostes, a saber, o derramamento ilimitado de dons espirituais sobre a igreja. Esse derramamento escatológico do Espírito Santo, implicitamente presumido na iluminação dá Terra pelo anjo de Apocalipse 18:1, levará a bom termo o cumprimento da profecia de Joel iniciado no Pentecostes.

Portanto, assim como a vinda do Espírito Santo e Seus dons capacitaram a igreja emergente de forma enfática, assim, no fim do tempo, o Espírito Santo concederá Seus dons à igreja para a finalização da obra. Tanto em nível pessoal como histórico, Deus concede os dons do Espírito da mesma forma que envia as chuvas temporã e serôdia (J1 2:23; cf. Os 6:3). A concessão escatológica dos dons espirituais pelo Espírito Santo tem o mesmo propósito: a pregação das verdades do evangelho (Ap 18:2, 4) que preparam o caminho para o segundo advento de Cristo (Mt 24:14; 2Pe 3:9, 12; Ap 14:6-12). Visto, porém, que a habitação do Espírito no crente é a condição para a recepção dos dons (VII.C.5.e), a manifestação escatológica do Espírito Santo também está condicionada à

rendição e receptividade total da igreja à iluminação do Espírito.

D. Padrões THnitarianos no NT

A revelação específica do Espírito Santo no NT como pessoa divina, distinta do Pai e do Filho, amplia a concepção bíblica de pluralidade do Deus único. Há na Divindade cristã única três pessoas divinas diferentes. O NT exprime a natureza trinitária da Divindade não só por meio da apresentação das diferentes pessoas divinas, mas também por meio de fórmulas trinitárias de curta extensão. As fórmulas binitarianas e (ver VII.B.6) e trinitarianas são declarações concisas que expressam a natureza trinitária da Divindade, e não exaustivas investigações sobre seu significado teológico. Apresentamos, a seguir, os principais exemplos do NT em que se fazem referências diretas ou indiretas a fórmulas trinitárias.

A ocasião em que Jesus foi batizado é a mais clara revelação histórica da Trindade de que dispomos, O Filho mostra-Se em Sua existência humana encarnada, o Espírito Santo se apresenta sob a forma de uma pomba, e o Pai Se revela com voz audível (Mt 3:16, 17; Mc 1:10, 11; Lc 3:21, 22; cf. 2Pe 1:17).

O conceito de Trindade, a saber, a ideia de que os três [Pai, Filho e Espírito Santo] são um [único Deus], não é explicitamente declarado, mas apenas tacitamente admitido. Logo, essas passagens não podem ser tomadas rigorosamente como fórmulas trinitárias, mas apenas como referências à doutrina da Trindade. O NT também reúne e identifica as três pessoas da divindade, apontando algumas das atividades específicas nas quais cada uma esteve envolvida na história da salvação. E assim que Pedro enfatiza claramente que os crentes foram “eleitos, segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e a aspersão do sangue de Jesus Cristo” (lPe 1:2). Semelhantemente, Paulo conclui sua segunda carta aos coríntios desejando que “a graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós” (2Co 13:14). O que essas duas afirmações fazem é apenas sugerir a divindade do Espírito e de Cristo, bem como a unicidade dos três. Não constituem uma fórmula trinitária, mas uma referência intrínseca à Trindade. E possível que o contexto paulino para a concessão divina dos *dons* espirituais à igreja (VlI.C.S.e) na sua primeira carta aos crentes de Corinto (12:4-6) também se refira à Trindade: as palavras “Espírito", "Senhor" e "Deus” referem-se respectivamente ao Espírito Santo, ao Filho e ao Pai, expressando assim a ação unificada da Trindade na história. A unicidade de Deus não pode, porém, ser reduzida a um conceito de unidade de vida ou ação redentiva na história.

A fórmula trinitária parece ser claramente expressa na grande comissão missionária de Jesus: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome *[onoma]* do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo (Mt 2S:19). A referência direta ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo expõe distintamente a tríplice pluralidade de pessoas divinas, enquanto as designações de todos eles como o “nome” de Deus (no singular) demonstram inconfundivelmente a unicidade do Ser divino. Vem daí a legítima fórmula trinitária, na qual se expressam a triplicidade e a unicidade conjunta do Ser divino.

Em resumo, o NT não deu ampla atenção à doutrina da Trindade como um tema teológico. Ainda assim existem esmagadoras evidências de que a realidade da natureza trinitária do Deus cristão único é um ensino legitimamente bíblico. Deus revelou na Escritura Sua natureza transcendente como uma Trindade, a saber, três pessoas divinas que agem direta e historicamente na história e que Se constituem um Ser divino e trinitariano único.

VIII. Impacto da Doutrina da Divindade

A doutrina bíblica de Deus afeta pelo menos três domínios principais do pensamento cristão: as áreas metodológica, soteriológica e eclesiológica, além de permear todo o campo da teologia cristã. Influencia nossa interpretação da Escritura, determinando o modo como examinamos algumas matérias fundamentais que têm papel decisivo em nosso processo de cognição. Entre essas matérias encontramos determinadas questões disciplinares, processuais e doutrinais. Dentro do âmbito disciplinar, a relação teologia-filosofia sempre mereceu atenção especial. Grande parte da teologia cristã se desenvolveu sob a convicção de que a filosofia ocupava papel essencial no estabelecimento da estrutura intelectual exigida pelo fazer teológico. A partir da Reforma, alguns teólogos desafiaram essa convicção. A doutrina bíblica de Deus exige que essa concepção disciplinar tradicional seja revogada. Se levarmos a doutrina bíblica de Deus a sério, não podemos substituí-la por um ensino filosófico sobre Deus. Não bastasse isso, desconsiderar a revelação bíblica sobre Deus leva a uma compreensão distorcida das doutrinas cristãs e à capitulação da autoridade bíblica diante da filosofia e da tradição.

Dentro da área processual, a divindade trinitária da Escritura funciona como o centro da teologia. Ela Se vincula aos múltiplos aspectos da vida, das verdades bíblicas e dos ensinos cristãos. Gomo centro da vida, Deus não é o todo, mas é Aquele que traz o todo à existência e harmonia. A doutrina bíblica de Deus também requer a interpretação e compreensão histórica dos ensinos e das doutrinas cristãs. Dentro do campo doutrinário, a natureza relacionai da Divindade bíblica fundamenta a natureza relacionai dos seres humanos, o que, por sua vez, influencia as áreas eclesiológicas e míssiológicas.

A doutrina bíblica de Deus também exerce influência dominante no nível prático, onde ocorre a experiência da salvação. A experiência cristã, ou espiritualidade, ocorre quando Deus e os seres humanos se relacionam entre si. Tanto Deus quanto os seres humanos são relacionais por natureza. Isso significa que a espiritualidade bíblica só pode ocorrer dentro dos parâmetros da relacionalidade divina e humana. Além do mais, a concepção bíblica da presença histórica de Deus (IV.D) coloca o relacionamento salvífico da experiência cristã, não em nível extramundano, mas no fluxo histórico do espaço e do tempo, onde os seres humanos existem e atuam.

Visto que a experiência cristã é relacionai e histórica, cumpre-nos abandonar as concepções clássicas e contemporâneas, segundo as quais a experiência humana do evento salvífico ocorre num eterno ‘agora'. Quando os cristãos admitem que a experiência da salvação se realiza no nível sobrenatural do instante eterno, convencem-se de que a maior parte dos aspectos da vida diária são irrelevantes, ficando, portanto, excluídos da espiritualidade cristã. Ao concebermos a espiritualidade cristã como uma questão de interioridade e individualidade, distanciada do mundo e conectada a outra realidade, ela fica dissociada da vida prática. Isso leva à inevitável conclusão de que um encontro sobrenatural não envolve desafios nem necessita de mudanças na cultura e na vida diária. Um resultado concreto dessa concepção é a secularização da vida cristã. A doutrina bíblica de Deus requer uma concepção muito diferente de experiência e espiritualidade cristãs.

Quando, seguindo a Escritura, tentamos visualizar a experiência e a espiritualidade cristãs dentro da concepção histórica e relacionai de Deus e da natureza humana, verifica-se um conceito mais inclusivo que exclusivo. Somente quando abrange todos os aspectos e as dimensões da vida e da ação humana, a experiência cristã se torna

completa, provocando mudanças revolucionárias em todos os aspectos da vida diária. A espiritualidade não é mais o contato com o outro lado no instante eterno, mas a relação histórica e constante com o Deus que habita com Seu povo dentro do tempo e do espaço históricos. Essa concepção de espiritualidade cristã, fundada na doutrina bíblica de Deus, não dá margem para a secularização; pelo contrário, apresenta uma alternativa divina para o secularismo contemporâneo.

A doutrina bíblica de Deus também afeta o modo como concebemos a natureza da igreja. A natureza relacionai da Divindade bíblica sugere uma interpretação relacionai da natureza da igreja. O ensino tradicional, que alega ser a igreja uma instituição ou sacramento da presença de Deus no mundo, torna-se infundado quando se aceita a natureza relacionai do Deus bíblico. Um desenvolvimento pleno da doutrina bíblica de Deus mostra a Divindade.trinitária empenhada na [IX.] missão. A missão autodesignada da Divindade (IV.B) tem por alvo a salvação de seres humanos decaídos e o estabelecimento da permanente harmonia no Universo criado. Segundo a revelação bíblica, Deus realiza diversas tarefas relacionadas com a missão redentora dentro do modo histórico da existência de Sua criação. De acordo com Seu plano-mestre missionário, Deus chamou a igreja para desempenhar papel indispensável. O chamado missionário que a igreja cristã recebeu de Deus não é trivial; é um aspecto essencial que, permeando tudo, imprime direção e propósito fundamental à vida e às atividades da igreja (ver Igreja IV).

O impacto da doutrina de Deus sobre o crente foi resumido pelo próprio Jesus. Orando ao Pai, Ele declarou que a vida eterna era que os discípulos conheçam “o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo” a quem Ele "enviou" (Jo 17:3, N VI). A doutrina bíblica de Deus veio ocupar papel fundamental e central no pensamento e na vida dos discípulos de Cristo.

IX. Resumo Histórico

A revelação neotestamentária sobre o Pai, o Filho e o Espírito Santo inspirou, desde o início, amplo leque de reflexão teológica que ainda mantém sua intensidade original. Dessa copiosa fonte de informação, faremos nesta seção apenas um brevíssimo apanhado dos pontos mais destacados relativos à compreensão da natureza e atividade divinas. O sucinto exame que se segue foi organizado segundo os principais períodos históricos da teologia cristã: patrístico, medieval, reformado e moderno.

Desde o princípio, a interpretação cristã de Deus sofreu pesada influência da filosofia extrabíblica. Pelo fato de a doutrina cristã de Deus haver se tornado uma síntese de idéias filosóficas e bíblicas, precisamos esboçar brevemente as principais tendências filosóficas que condicionaram a formulação dessa doutrina.

A. *Antecedentes Filosóficos*

Os fundamentos intelectuais da doutrina cristã de Deus procedem da filosofia grega, notadamente dos sistemas platônico e aristotélico, junto com algumas influências estoicas. Platão, por meio de reínterpretações de seu pensamento, tornou-se a principal influência no pensamento patrístico. O aristotelismo desempenhou papel decisivo na teologia medieval. Na verdade, até o fim do século 20, aceitava-se amplamente a convicção metodológica de que, para se compreender a teologia cristã, era preciso ter fundamentação em filosofias extrabíblicas.

1. Neoplatonísmo

Como tendência filosófica, o neoplatonismo designa um movimento sincretísta com fortes traços religiosos. Integra, nem sempre de maneira bem-sucedida, elementos do

platonismo, pitagorismo, aristotelismo e estoicismo. Influenciadores do pensamento patrístico foram Filo (c. 20 a.C.-c. 50 d.C.), o grande filósofo judeu alexandrino, e Plutarco (c. 46-c. 120 d. C.), representantes do platonismo médio. Podemos considerá-los precursores do neoplatonismo, que recebeu formulação sistemática em Plotino (c. 205-270 d.C.). Esses autores abraçaram a teoria dos dois mundos de Platão, ainda que substancialmente modificada. Para eles, o reino celeste não era apenas um mundo de entidades atemporais, mas o domínio transcendente do Eterno.

Filo concebia Deus como um Ser atemporal, único, transcendente, pessoal, ilimitado, autossuficiente e inefável, que compartilha toda a perfeição de Sua natureza de um modo sublime. Considerava Deus tão diferente do mundo que se fazia necessária, entre Ele e o mundo, uma série de realidades intermediárias pertencentes ao mundo inteligível. Para o filósofo judeu, Deus criara não somente o mundo inteligível, mas também o nosso mundo temporal no qual Ele atua providencialmente por meio da presciência divina, ainda que permitindo certo grau de liberdade humana. O platonismo médio, conforme expresso por Plutarco, afastou-se de Filo no sentido de que concebia Deus à maneira do Demiurgo de Platão, que organiza o mundo somente de acordo com as idéias celestes. Plotino, compartilhando o mesmo esquema básico, articulou a relação entre Deus, os seres intermediários e nosso mundo por meio de um panteísmo emanacionista todo abrangente.

2. Aristotelismo

A filosofia de Aristóteles se fundamentava no sistema de Platão, ao mesmo tempo em que o criticava. O sistema aristotélico não é contraditório ao platonismo ou ao neoplatonismo, mas um resultado crítico do platonismo. Há entre eles não somente diferenças distintas, mas também semelhanças básicas. Por essa razão, em sentido geral, o aristotelismo foi sempre um fator contribuinte no desenvolvimento da filosofia grega, até mesmo na tendência neoplatônica acima comentada. E mais ainda, como abordagem sistemática global, o neoplatonismo foi bem-sucedido em influenciar o período patrístico e o início do período medieval da teologia cristã. Em um sentido mais específico, o aristotelismo remonta sua-*§ profunda influência à descoberta e tradução dos escritos de Aristóteles, feita em Toledo, na Espanha, por diversos pensadores árabes e judeus no século 12. O aristotelismo também ganhou impulso com a discussão e explicação das obras de Aristóteles, em Oxford e Paris. Essa redescoberta das idéias do filósofo grego lançou os alicerces para a síntese esco-Iástica da teologia cristã no período medieval.

No tocante à natureza de Deus, o neoplatonismo concorda basicamente com Aristóteles. As diferenças que surgem dizem respeito às atividades divinas. Na visão desse filósofo, não há espaço para atividade divina *ad extra.* Deus não conhece o mundo. Ele não criou *ex nihilo,* nem mesmo organizou o mundo, que é eterno em seu âmbito espácio-temporal. Deus não tem nenhum relacionamento com a história humana, nem é capaz de realizar milagres. A única atividade adequada à perfeição, autossuficiência, imutabilidade e eternidade divinas é concebida em analogia com a vida teórico-contemplativa do filósofo. A ação típica da divindade é conhecer a Si mesma. Por não precisar de outro objeto a não ser Ele próprio, a atividade divina é autossuficiente. Como ela ocorre na atemporalidade, é imutável. Visto que o "alvo" da ação é o ser perfeito que Deus é, Sua ação é absolutamente perfeita,

B. Período Patrístico

Durante o período patrístico, a doutrina cristã de Deus se desenvolveu sob a suposição admissível de que a concepção neoplatônica grega de Deus era, em sentido amplo, compatível com a revelação bíblica. Produziu-se uma síntese crescente, embora nem sempre

uniforme, entre a filosofia grega e as idéias bíblicas. Surgiram contradições internas nas construções teológicas, trazendo como resultado uma concepção de Deus mais modelada pela matriz da filosofia grega do que pelo pensamento bíblico.

1. Justino Mártir (c. 100-c, 165)

Ao adotar a concepção platônico-aristotélica de um Deus eterno, imutável, impassível e incorpóreo *{Primeira Apologia,* 13, 61; *Segunda Apologia,* 6 [ANF 1:166, 183, 190]), Justino e os apologistas estabelecem o modelo para a teologia clássica. Mas, Justino também tratou de Deus em termos bíblicos e pessoais, termos estes que, conforme se encontram na Escritura, são incompatíveis com as idéias filosóficas de eternidade, imutabilidade e impassibilidade divinas, implicitamente adotadas por Justino. Essa descrição de Deus corresponde ao Pai de Cristo. Visto que tal Ser não pode atuar na história, precisa-se de um mediador. Influenciado pelo judaísmo posterior, pelo estoicismo e por Filo, Justino discorre sobre o Logos divino. Este Logos preexistiu em Deus como Sua razão e está contido em Sua essência *{Diálogo com Trifo,* 128,129 [ANF 1:264]). Por geração-emanação, o Logos nasceu da vontade do Pai, tornando-se pessoa pouco antes da criação *{Diálogo com Trifo,* 61, 62 [ANF 1:227, 228]). Sendo Verbo e Unigênito de Deus, o Logos também era divino *{Primeira Apologia,* 63 [ANF 1:184]). O Logos, e não o Pai, encarnou-Se em Jesus Cristo *{Primeira Apologia,* 5; *Segunda Apologia,* 10 [ANF 1:164, 191]). Em Justino, prepara-se o terreno para a doutrina da Trindade imanente, junto com certo subordinacionismo claramente implícito na doutrina do Logos.

2. Irineu (c. 115-c. 202)

Irineu abordou a doutrina de Deus a partir de sua preocupação apologética contra as heresias gnósticas. Seguiu propositada mente a Escritura, embora categorias neoplatônicas pareçam desempenhar algum papel em sua teologia. Enfocou, desse modo, a doutrina de Deus mais da perspectiva de Suas obras do que de Sua natureza, Duas idéias principais foram fundamentais para a concepção de Deus adotada por Irineu: criação e Trindade. Para Irineu, Deus é o Criador do mundo *ex nihilo {Contra as Heresias,* 2.1.1; 2.10.4 [AN F 1:359, 370]). A Trindade Se desloca para o âmbito histórico, onde a Escritura apresenta Deus realizando a salvação. Por conseguinte, a concepção de Trindade adotada por Irineu era econômica, e envolvia tanto a realidade interna de Deus quanto Seus atos de salvação na história + humana. Devido à sua falta de rigor filosófico, essa concepção foi tida como ingênua, sendo superada pela reflexão teológica posterior.

3. Orígenes (c. 185-c. 254)

No apogeu da Escola Alexandrina, o pensamento de Orígenes representou a primeira tentativa de derrotar heresias por meio de uma abordagem teológica sistemática. Lamentavelmente, esse pai da igreja desenvolveu uma abordagem teológica baseada não somente na Escritura, como Irineu havia tentado, mas também em idéias filosóficas neoplatônicas. Essas idéias influenciaram, em grande medida, a concepção de Orígenes sobre a natureza divina: Deus é uma realidade una, simples, atemporal, ilimitada, imutável, impassível, invisível, intelectual e pessoal *{De Principiis* [Tratado dos Princípios]), 1.1.6; 1.2.4, 6; 1.3.4 [ANF, 4:245, 247, 252, 253]).

Orígenes tentou exprimir a revelação bíblica do Deus trinitário dentro das mesmas categorias filosóficas neoplatônicas. Ao fazer isso, deslocou-se do nível econômico-histórico no qual a Escritura revela a Divindade para um nível imanente, atemporal, ilimitado, que correspondia à natureza de Deus em Si mesmo. Entendido assim, somente o Pai é a causa simples e não originada de tudo (ibid., 1.3.5 [ANF, 4:253]). Para explicar a "multiplicidade" divina das hipóstases, Orígenes

inventou a ideia de geração eterna, segundo a qual o Filho é eternamente gerado pelo Pai (ibid., 1.2.4,6 [ANF, 4:247]). O Espírito Santo, embora participante da Trindade, pertence a uma posição ontológica inferior a do Filho. O Pai, como fonte de tudo, ocupa a posição mais elevada, até mesmo acima do Filho (ibid., 1.3.4, 5 [ANF, 4:252, 253]). Um duplo e claro subordinacionismo acha-se implícito na interpretação de Orígenes da Trindade imanente. Para Orígenes, a Trindade é eternamente ativa como criadora, benfeitora e provedora (ibid., 1.4.3; edição de Butterworth de 1973). O bendito e prevalente poder da Trindade "exerce domínio sobre todas as coisas" (ibid.), O poder de Deus não implica a existência eterna da criação temporal. Contudo, seguindo a ontologia platônica dualística básica, Orígenes ensinou que todas as coisas "sempre existiram em sabedoria, por meio de uma prefiguração e pré-formação" (ibid., 1,4,3,5). Isso constituiu a base para a doutrina da predestinação divina. O que foi feito por Deus na criação é o que já estava feito, e, portanto, predestinado, na eterna atividade de Deus.

4. Heresias Trinitarianas

Do segundo ao quarto século da era cristã formularam-se algumas conceitualizações malsucedidas do ensino bíblico a respeito da Divindade. O monarquianismo dinâmico, o monarquianismo modalista e o arianismo representaram esforços para compreender a Trindade a partir do pano de fundo intelectual provido pelo neoplatonismo na tradição de Justino Mártir e Orígenes.

O monarquianismo dinâmico se iniciou com Teodoto (c. 190), sendo desenvolvido mais tecnicamente por Paulo de Samósata (segunda metade do terceiro século). Essa doutrina se baseava no adocianismo, heresia cristológica segundo a qual Cristo foi um mero homem sobre o qual desceu o Espírito, que O ungiu com poderes divinos no momento do Seu batismo e tornando-0 Filho adotivo de Deus a partir de então. Ensina essa doutrina que não existe na natureza do Deus eterno pluralidade de pessoas. A ideia de uma Trindade eterna e imanente é substituída pela ideia da presença "dinâmica" de Deus em Cristo pela habitação do Espírito. Para o monarquianismo, Deus não é uma pluralidade de pessoas, mas um soberano eterno e uno, O termo "dinâmico" significa que o Deus uno está ligado ao homem Jesus Cristo mediante poder espiritual impessoal.

O monarquianismo modalista floresceu no fim do segundo século por Noeto de Esmirna (c. 200). Como no caso do monarquianismo dinâmico, o monarquianismo modalista também postulava a existência de um só Deus: o Pai. Se Cristo era Deus, como queria a fé cristã, então Ele devia ser idêntico ao Pai. Pai e Filho não seriam duas pessoas divinas diferentes, mas nomes de um mesmo Deus envolvido em diferentes atividades em épocas diferentes. O Espírito não desempenharia outro papel, a não ser outra palavra para designar o Pai. No monarquianismo modalista, o termo "monarquia" garante que Deus é um só, ou seja, o Pai, enquanto "modalismo" declara que Deus Pai é capaz de adotar um modo específico de revelação histórica em Jesus Cristo, o Filho. O monarquianismo modalista constitui uma heresia antitrinitariana, pois rejeita a ideia da Trindade, tanto em níveis imanentes como em econômicos.

O modalismo sabeliano imagina Deus como uma mônada, que se manifesta em três sucessivas operações históricas, a saber, o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Ao incluir o Espírito Santo e colocar o Pai no mesmo nível que as outras pessoas, o sabelianismo melhora a versão do modalismo de Noeto. Apesar disso, reconhece a Trindade de pessoas apenas como diferentes formas de manifestação divina, e não como algo intrínseco à natureza de Deus.

O arianismo se originou com Ario (c. 250-336), que abordou a compreensão da Trindade imanente dentro de uma concepção de Deus

mais próxima do aristotelismo do que do platonismo e do neoplatonismo. Apesar de partilhar da concepção adotada por Orígenes de que Deus é imutável, atemporal e simples, o arianismo rejeitou a ideia de emanação implícita no seu conceito de geração eterna do Filho. Precisamente por causa da simplicidade e imutabilidade de Deus Pai, Ário ficou convencido de que a essência divina não é comunicável por emanação ou geração. Para ele, a transcendência atemporal de Deus precisava de um mediador capaz de executar os propósitos de Deus no espaço e no tempo. Assim, Ário substituiu a ideia de Orígenes de uma geração eterna pela ideia de criação a partir do nada, uma criação descrita como "anterior" e "exterior" ao tempo, embora "tenha havido um tempo em que Ele [o Filho] não era" (0'CarroIl, 26). O Filho seria, portanto, a criatura mais exaltada, sem paralelo com o restante da criação, sendo Ele mesmo o Criador do mundo. O Espírito Santo é criado pelo Filho e a Ele subordinado. Como se vê, o arianismo constitui a mais grave distorção do conceito trinitariano de Deus, levando o monarquianismo e o subordinacionismo ã sua expressão mais extrema. [5]

5. Concilio de Niceia (325)

O primeiro concilio ecumênico se realizou em Niceia, com o objetivo de tratar da ameaça representada pelo arianismo, que foi terminantemente condenado, O concilio confirmou a divindade de Cristo, proclamou oficialmente a doutrina da eterna geração do Filho - o Filho "nascido do Pai e consubstanciai ao Pai", e expôs a bastante discutida consubstancialidade (*homoousios*) do Pai e do Filho. Ratificou, por fim, o Espírito Santo como uma reflexão tardia dizendo: "E [cremos] no Espírito Santo". Em 381, reuniu-se o segundo concilio ecumênico, dessa vez em Constantínopla. Promulgou-se ali o que se conhece como Credo Niceno-Constantinopolitano, que amplia a declaração de Niceia, afirmando explícitamente a divindade do Espírito Santo.

6. Agostinho (354-430)

Nas obras de Agostinho, a síntese patrística do neoplatonismo e das Escrituras alcançam sua formulação mais articulada e influente. De acordo com Agostinho, Deus é atemporal, simples, imutável, autossuficiente, impassível, onisciente e onipotente *(Cojifissões,* 7.11; 12.15; 11.11; 11.13; 13.16 [NPNF-1, 1:110, 167, 180, 196]; *Da Santa Trindade,* 1.1.3; 5.2.3 [NPNF-1, 3:18, 88]; *A Cidade de Deus,* 11.10; 22.1 [NPNF-1, 2:210, 479]). Partindo desse princípio, Agostinho levou a doutrina da Trindade à sua expressão teológica clássica em seu livro *Da Santa Trindade.* Diferentemente dos pais capadócios, Agostinho parte da concepção da unicidade de Deus, e daí avança para Sua triplicidade. Ele concebe a unicidade de Deus se baseando na consubstancialidade (identidade de substância) das pessoas. A simples e atemporal essência de Deus constituí não apenas o fundamento decisivo para Sua unicidade ontológica, mas também coloca o Pai como o nascedouro da Trindade, tornando-Se assim a fonte da qual se derivam tanto as pessoas como a unidade delas.

Agostinho, porém, não foi feliz ao usar a palavra "pessoas", provavelmente porque o termo sugere a ideia de indivíduos separados. Ele acredita que o termo é empregado "não^£ para dar uma explicação completa, mas para que não fôssemos obrigados a permanecer em silêncio" *{Da Santa Trindade,* 5.9 [NPNF-1, 3:92]). A teoria agostiníana é a de que as pessoas divinas são relações inalteráveis, originais e subsistentes. Apropriando-se das idéias de geração e processão eternas, utiliza-as para definir as relações. As pessoas são assim reduzidas a relações de procriar, ser procriado e proceder. Dentro dessa estrutura e defendendo que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho *{Filioque),* Agostinho promove a ideia de que o Espírito Santo, como pessoa subsistente, é fruto do amor mútuo entre Pai e Filho, o elo consubstanciai que Os une. Há razões para se

perguntar se essa visão faz justiça à revelação bíblica de três pessoas independentes. O *Deo imo* parece absorver o *Deo trino.* A Trindade é substituída pela monarquia.

A atemporalidade da essência simples de Deus faz surgir a interpretação da providência-predestinação-presdência divina como a causa soberana, eterna e divina da multiplicidade, da criação temporal e da história (ver *A Cidade de Deus*, 22.2 [NPNF-1, 2:480]). A duplicação platônica da eternidade no tempo não é produzida por um demiurgo, mas por Deus, que é visto como Criador tanto do mundo das idéias como de sua duplicação no tempo (ibid,),

7. O Credo Atanasiano (c. 430-500)

Considera-se que o Credo Atanasiano, também conhecido como *Qiticunque*, seja a expressão definitiva da crença católica na Trindade. Redigido por um autor desconhecido, esse credo revela a influência da teologia agostíniana sobre a Trindade, Ele enuncia explicítamente a pluralidade e a unicidade simultânea de Deus: "O Pai é Deus, o Filho é Deus, (e) o Espírito Santo é Deus; e apesar disso não há três deuses, mas há um só Deus" (Denzinger, 15). Declara a divindade de pessoas não só chamando cada uma explicitamente de Deus e Senhor, mas também atribuindo a cada uma, respectivamente, as qualidades divinas de incriabilidade, imensidade, eternidade e onipotência. Faz clara distinção entre as três pessoas, que não devem ser confundidas (contra o sabelianismo). Conserva, infelizmente, uma forma sutil de monarquianismo e subordinacionismo onto-Iógico, quando explica as diferenças das pessoas metafisicamente, recorrendo às idéias de geração e processão. Para o credo atanasiano, o Pai não é gerado; mas o Filho é gerado do Pai, e o Espírito Santo procede do Pai e do Filho (daí a expressão *Filtoque*). A unicidade da Trindade é explicada com base em sua substância ou natureza divina: "A natureza divina do Pai e do Filho e do Espírito Santo é uma" (Denzinger, 39).

C. *Período Medieval*

A reflexão teológica durante a Idade Média articulou, de maneira sistemática, as consequências lógicas da síntese agostiniana. Diferentemente de Agostinho, Tomás de Aquino (1225-1274), o representante mais destacado da teologia escolástica, desenvolveu sua teologia sobre o alicerce filosófico aristotélico.

Tomás de Aquino não formulou um novo conceito de Deus, senão que, tomando Agostinho como base, elevou a doutrina clássica de Deus a um nível de especificidade técnica e coerência interna não alcançada por seus predecessores. Alicerçou seu sistema de pensamento em sua própria interpretação cristã de Aristóteles. Tratou primeiramente da doutrina sobre Deus, que é por ele descrito como um Ser eterno, uno, simples, imutável, perfeito e bom *(Suma Teológica,* la.20.4; la.11.3; la.3.6, 7; la.9.1; la.4.1; la.6.1). Concluída a doutrina sobre Deus, apresentou uma longa discussão sobre a doutrina da Trindade (ibid., la.27-43). Ele concebe a una e simples essência ou substância de Deus em analogia com as atividades e características do intelecto humano; mais precisamente, com a semelhança da interpretação aristotélica do intelecto. Como resultado, as pessoas da Divindade não são centros independentes de conhecimento e atividade, conforme o declara o registro bíblico. Isso-*;jE implicaria em triteísmo. Para ele, as pessoas são distinções reais dentro da essência divina absoluta e simples. As distinções, que determinam as pessoas como subsistentes dentro da essência, são relações dentro da essência, e as relações são concebidas como provenientes da geração do Filho e da processão do Espírito Santo. Tomás incorpora o ensino clássico da geração eterna e da processão do Espírito como "resultados" necessários do intelecto de Deus (o Pai), que, ao expressar-Se,

produz em Si mesmo uma Palavra (o Filho). Afinal de contas, Deus não está somente conhecendo, mas também simultaneamente amando. O amor surge de duas pessoas divinas, o Pai e o Filho, em um ato que é descrito como o movimento unitivo, uma espécie de retorno. Esse movimento, que emana tanto do Pai como do Filho, precipita uma erupção dentro deles, a saber, o Espírito Santo, que Se toma tão real quanto Eles. O Espírito Santo é o ato pelo qual o amor que emana do Pai e do Filho é consumado. Estabelece-se, assim, uma tríplice distinção de oposição mútua (paternidade, filiação, expiração-processão) dentro da essência simples de Deus como idêntica a ela. Essas relações subsistentes, entendidas como oposição dentro da essência simples de Deus, são conhecidas como hipóstases ou pessoas. As relações, porém, são idênticas â essência simples. Revela-se, assim, na estrutura interna da substância simples uma certa relacionalidade.

Para Tomás de Aquino, presciência, predestinação e providência se fundamentam na própria natureza atemporal de Deus (ibid., la.14.13; la.19.3, 4; la.22), dando continuidade assim à tradição agostiniana. As percepções de Aquino sobre Deus são cativantes e coerentes dentro do sistema filosófico que ele escolheu seguir. Visto, porém, que sua abordagem não emana da Escritura, ele é incapaz de apresentar a coerência interna da concepção bíblica de Deus.

D. A *Reforma*

O interesse teológico da Reforma Protestante centralizou-se em questões soteriológicas e eclesiológicas. Essa ênfase talvez explique por que a doutrina de Deus não passou por uma revisão. Em termos gerais, o protestantismo reafirmou a abordagem clássica de Deus, ao mesmo tempo em que intensificou e modificou algumas ênfases. Também não tratou especificamente da fundamentação filosófica para a teologia. As teologias luteranas e calvinistas empregaram em alto grau informações e linguagem bíblicas, dando assim a impressão de estarem-se fundamentando unicamente na Escritura. Há, contudo, nos escritos desses reformadores influências neoplatônicas, agostiníanas e ockamistas em operação, tanto de maneira implícita como explícita.

1. Martinho Lutero (1483-1546)

A teologia de Deus elaborada por Lutero se baseia na revelação divina em Jesus Cristo. A partir desse ponto de partida básico, o reformador alemão estabelece a distinção entre o Deus revelado e o Deus oculto. O Deus revelado seria a revelação de Deus em Jesus Cristo, mediante o qual Deus Se revela como realmente é: um Deus de amor e justificação. Essa é a obra típica da Divindade. Em termos gerais, o Deus revelado pertencería ao nível histórico da imanência. Já o Deus oculto seria o Deus em Sua essência, além da revelação *(Luthers Works*, 5:44-46). Segundo Brunner, Lutero inclui nesse nível a ira, o mistério e o poder absoluto de Deus, bem como nosso conhecimento racional e legal a respeito d Ele. Quanto à Trindade, o teólogo alemão ratifica o dogma tradicional. A respeito das ações divinas, intensifica os conceitos agostinianos da soberania, presciência e predestinação divinas, que seriam também enfatizados por Calvino. A doutrina luterana de Deus, porém, é insuficiente para abranger com fidelidade todas as informações bíblicas sobre Deus.

2. João Calvino (1509-1564)

Calvino abordou a teologia de maneira sistemática, seguindo a tradição de Agostinho. Para ele, Deus é atemporal, simples, impassível, imutável e auto existente *(Institutas*, 3.21.5; 1.2.2; 1.13.2; 1.17.13; 1.18.3; 3.2.6). Calvino reafirma a posição agostiniana clássica sobre a Trindade (ibid,, 1,13). A respeito das ações de Deus, chega mesmo a intensificar a concepção agostiniana. Com

base na atemporalidade e imutabilidade ► divinas, equipara presciência e predestinação. E assim que a soberania de Deus se torna a mobilização de Sua eterna vontade para a criação e a humanidade. A doutrina calvínista de Deus também é insuficiente para incluir e incorporar com fidelidade todas as informações bíblicas sobre a Divindade,

3. Anabatismo

Também conhecido como Reforma Radical, o anabatismo se desenvolveu no século 16 como um movimento plural de orientação pietista, prática e bíblica. Com poucas exceções, os anabatistas eram doutrinariamente ortodoxos e aceitavam o trinitarianismo niceno. Em vez de desenvolver uma concepção especulativa ou bíblica da Divindade, reafirmaram o ensino tradicional com os necessários esclarecimentos que as questões práticas exigiam. A doutrina trinitária de Deus era importante para eles como uma estrutura para a vida ética e comunitária. Referem-se, porém, de maneira ocasional às pessoas da Trindade, não como modos ou relações, mas como "três seres reais e divinos", que são unos "em divindade, vontade, poder e obras" *(Confissões do Deus Triilno).* Dentro desse contexto prático, era natural que o Espírito Santo recebesse mais ênfase do que na teologia clássica. Interesses práticos tendem a propender mais para a obra da economia do que para a natureza da Trindade imanente.

4. Jacó Armfnio (1560-1609)

Armínio formulou sua abordagem à teologia protestante dentro de uma explícita estrutura filosófica. Seguindo o intelectua-Iismo aristotélico-tomista, o teólogo holandês concordava fortemente com a visão tradicional de um Deus eterno, simples, impassível e imutável *(Armínio,* 1:436-442; 2:34, 35). Para ele, a presciência de Deus sobre o futuro das ações humanas livres e contingentes era causada pela vontade e ação futura dos seres humanos (3:66, 67; 3:482, 483), Para ser mais específico, era necessário que uma "[espécie de] conhecimento intermediário interviesse nas coisas que dependem da liberdade de escolha [*arbitrii*] ou vontade" (2:39). Armínio não se sentia confortável com a ideia da predestinação absoluta, segundo a qual a condenação e a salvação seriam determinadas pelo decreto eterno e imutável de Deus "sem qualquer consideração para com a justiça ou o pecado, a obediência ou a desobediência" (1:212; cf. 1:211-247). Em vista disso, Armínio entendia que a salvação é o resultado do decreto absoluto de Deus, "no qual decretou recebam o favor divino *aqueles que se arrependem e creem"* (247). A teologia arminiana atua dentro de uma matriz mais filosófica do que bíblica.

E. O *Período Moderno*

O surgimento da moderna tendência antimetafísica desenvolvida desde o Iluminismo influenciou significativamente a teologia cristã. Novas tendências filosóficas tornaram-se cada vez mais críticas da tradição platônico-aristotélica em cuja base a concepção clássica de Deus e da teologia haviam se fundamentado. Com base no pensamento kantiano, hegeliano e whiteheadiano, teólogos liberais de vanguarda produziram novas interpretações teológicas. Na América do Norte, a Filosofia do Processo vvhiteheadiana exerce influência sobre o pensamento de um número cada vez maior de teólogos liberais, bem como de conservadores. Apesar disso, a velha concepção clássica de Deus ainda permanece.

1. Friedrich Schleiermacher (1768-1834)

Schleiermacher é considerado o pai da teologia liberal porque idealizou uma nova base sobre a qual a teologia cristã deveria construir suas doutrinas. A teologia, de acordo com esse teológo alemão, não se fundamenta na revelação cognitiva, na razão ou na ética, mas numa experiência religiosa

interior identificada como o senso da absoluta dependência de Deus. Visto que Deus é atemporal, imutável e simples (C*hristian Faith*, §52, §56), não há lugar para distinções ^► dentro dEle, Schleiermacher rejeita, portanto, a doutrina da Trindade como linguagem de segunda ordem, incapaz de expressar a natureza intrínseca de Deus. Para ele, a doutrina da Trindade é inconcebível e contradiz a simplicidade divina; é um constructo teórico produzido pela imaginação especulativa da filosofia (§170-172).

2. Kar) Barth (1886-1968)

Segundo Barth, Deus é uma essência única, simples e atemporal, cujo conteúdo é senhorio ou soberania. Sua personalidade é una e idêntica com Sua essência. O teólogo suíço consegue, contudo, crer num Deus trinitário. Ele inverte, portanto, a rejeição de Schleiermacher da doutrina clássica da Trindade, não apenas adotando-a e desenvolvendo-a, mas também fazendo dela a estrutura de toda a sua *Dogmatics*. Barth adota o ponto de vista agostiníano de que "pessoas" são uma mera convenção de linguagem que somos forçados a usar para não permanecermos em silêncio. As três pessoas são modos de existência dessa única essência, requerida pelo fato da revelação. A fim de evitar o triteísmo, não se deve associar a ela a ideia moderna de personalidade independente. Em suma, a concepção barthiana sobre Deus e a Trindade é muito parecida com a de Aquino. As diferenças principais entre Barth e Aquino residem na equiparação que Barth faz da simplicidade de Deus com Sua soberania e a substituição da concepção intelectualista da Trindade, adotada por Aquino, pela análise da lógica da revelação em Jesus Cristo.

3. Alfred Whitehead (1S61-1947)

YVhitehead desenvolve um sistema metafísico cuja peça de remate é Deus, A partir de uma estrutura platônica, ele constrói seu sistema sob a influência do empirismo britânico — John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776). De acordo com o sistema whiteheadiano, Deus é uma entidade que, como qualquer outra, deve se conformar aos mesmos princípios metafísicos válidos para a interpretação do mundo. Ao aplicar a Deus os princípios metafísicos de entidades mundanas, o filósofo britânico chega à conclusão de que a natureza de Deus é bipo-Iar. O polo primordial na natureza de Deus é atemporal, ilimitado, conceituai, livre, completo, potencial, verdadeira mente deficiente e inconsciente (Whitehead, 521, 524). Já o polo consequente na natureza de Deus é temporal, determinado, incompleto, inteiramente real e consciente (524). "A natureza consequente de Deus é a consumação da experiência [conhecimento] que Ele obtém quando recebe a múltipla liberdade da realidade [o processo do mundo] dentro da harmonia de Sua própria realização. É Deus como de fato real, completando a deficiência de Sua mera realidade conceituai [seu polo primordial]" (530). Esse sistema permite ao polo atemporal e primordial divino agir apenas por meio de "persuasão" ou "sedução" (522), A natureza consequente e temporal de Deus conhece e vivência o mundo, completando-se a Si mesmo e alcançando a plena efetividade (realidade). Segundo o sistema de Whitehead, Deus não cria o mundo; Ele o salva (526). Deus "salva o mundo à medida que esse passa para a imediação de Sua própria vida". Nisso consiste o "julgamento divino" do mundo (525).

"O que se faz no mundo é transformado em realidade no Céu, e a realidade celeste devolvida para o mundo. Por causa dessa relação recíproca, o amor no mundo passa a amor no Céu, e transborda de volta para o mundo. Nesse sentido, Deus é o grande companheiro — o companheiro de infortúnio que compreende" (532).

Deus e o mundo são, portanto, mutuamente interdependentes. Muito embora a

crítica de Whitehead contra o pensamento clássico seja justificável, sua visão bipolar da natureza de Deus se assemelha mais ao pensamento clássico do que ao pensamento bíblico.

4. Wolfhart Pannenberg (n. 1928)

Pannenberg é o principal teólogo neoclássico que escreve no fim do século 20. Para ele, Deus é infinito, atemporal, onipotente e onipresente (Pannenberg, 1:397-422). As três pessoas divinas também são descritas como três formas ou modos da existência de Deus. O Espírito, como essência de Deus, deve ser entendido não como intelecto *(nous),* senão como uma força de vida impessoal, descrita
§► posteriormente numa analogia com a ideia do campo universal de Michael Faraday. O conhecimento das três pessoas da deidade- seus nomes e suas distinções - deriva-se do testemunho bíblico que se ocupa da Trindade econômica. A relação entre a Trindade imanente e a econômica é explicada pela maneira como Pannenberg compreende a ação divina, que não pode envolver nem o estabelecimento nem a consecução de metas que afetariam a eterna autossuficiência de Deus (384-396). A ação divina não pode ser atribuída à Trindade imanente, senão à Trindade imanente *acl extra*, isto é, em relação ao mundo. Para Pannenberg, a atividade divina *ad extra* é a autorrealização do Deus eterno no tempo, ou seja, a duplicação temporal da vida eterna de Deus. Divergindo de Barth, porém, Pannenberg não aplica a ideia de repetição eterna à duplicação de pessoas na própria Trindade imanente, a não ser a duplicação do eterno Deus Pai no espaço e no tempo (o Filho e o Espírito).

5* A "Visão Aberta" de Deus

A designação "aberta" parece refletir o fato de que essa concepção requer a abertura do Deus eterno e transcendente da teologia clássica para as limitações e os riscos do mundo temporal. A concepção aberta de Deus, também designada como "teísmo do livre arbítrio", desenvolveu-se como resultado direto da influência de Whitehead sobre o protestantismo norte-americano. Essa tendência ganhou aceitação não só entre teólogos protestantes liberais como John B. Cobb, Jr. (n. 1925), mas também entre teólogos evangélicos conservadores como Clark Pinnock (n. 1937). A concepção aberta se utiliza de concepções vvhiteheadianas para substituir a estrutura platônico-aristotélica da teologia clássica. As visões de Whitehead são, portanto, incorporadas à teologia somente depois de sofrer diversos graus de reinterpretação e adaptação ao pensamento cristão.

Os proponentes mais conservadores da concepção aberta são diretos na sua crítica contra alguns aspectos do sistema de Whitehead, como a ideia de que Deus não é o Criador absoluto e que o modo de Deus atuar no mundo é limitado a um modo persuasivo, não deixando nenhum espaço para intervenções coercivas ocasionais (Hasker, 139, 140). Apesar dessas críticas, a concepção aberta de Deus pressupõe implicitamente uma versão modificada da natureza bipolar de Deus. Deus é, ao mesmo tempo, eterno e temporal. Diferentemente do Deus eterno do teísmo clássico, o Deus do "teísmo do livre-arbítrio" é capaz de estabelecer relações diretas com Suas criaturas dentro da sequência passada, presente e futura do tempo. Contudo, por adotar a concepção whiteheadiana, e não a bíblica, do conhecimento divino, a concepção aberta limita o conhecimento de Deus às dimensões passadas e presentes do tempo. Ou seja, a concepção aberta de Deus não deixa margem para a presciência divina das ações livres dos seres humanos (Pinnock, 124; Hasker, 187). Essa convicção toma a profecia bíblica incerta. Além disso, a providência divina não pode nos levar a fazer a melhor escolha a longo prazo simplesmente porque o próprio

Deus não conhece o fim desde o começo (Basinger, 163).

F. *Os Adventistas do Sétimo Dia*

Os adventistas do sétimo día se limitaram a fazer declarações dogmáticas e teológicas, mantendo-se afastados do desenvolvimento sistemático da doutrina de Deus e da Trindade. A maioria das declarações teológicas foi produzida dentro do contexto de estudos sobre cristologia, expiação e redenção. De forma clara, a ênfase adventista na Escritura como única fonte de informação para teologizar imprimiu renovado e revolucionário impulso à reflexão teológica sobre Deus, Sistematicamente desconfiados e críticos das posturas teológicas tradicionais, os adventistas tomaram a decisão de estabelecer doutrinas somente com base nas Escrituras. As dificuldades implícitas dessa abordagem diferente talvez sejam responsáveis pelo escasso número de declarações adventistas a respeito da doutrina de Deus. Entre os adventistas, as declarações teológicas sobre a doutrina da Trindade evoluíram basicamente a partir de três tipos: as que envolvem subordinacionismo temporal, as que rejei-
*?► tam a interpretação clássica da doutrina da Trindade e as que ratificam a Trindade como concepção bíblica do Deus cristão. Após a descrição de cada uma, segue-se uma breve referência às tendências contemporâneas. [1]

1. Subordinacionismo Temporal

Já em 1854, J. M. Stephenson, escrevendo sobre a expiação, argumentava claramente a favor do subordinacionismo, segundo o qual Cristo tería sido temporalmente gerado pelo Pai, isto é, procriado pelo Pai (Stephenson, 126). Pelo fato de ter sido gerado, Cristo era divino, mas não eterno (ibid., 128). Stephenson aceitava uma cristologia semiariana (cf. “Christology" em SDA *Encyclopedia,* 10:352-354). Outros pioneiros que endossaram pontos de vista semelhantes foram Tiago White (1821-1881), José Bates (1792-1872), Uriah Smith (1832-1903), J. H. YVaggoner (1820-1889), E. J. Waggoner (1855-1916) e W. W. Prescott (1855-1944). Não se deve, porém, dar muita importância a esse ensino errôneo, uma vez que tanto E. J. Waggoner como Uriah Smith não somente afirmavam a plena divindade de Jesus na condição de "plenitude da Divindade pessoal", mas também viam as duas coisas como compatíveis (Cl 2:9, KJV; ver também E. J. Waggoner, 44; Smith, 17).

2. Rejeição da Doutrina Clássica

O fato de alguns autores adventistas do sétimo dia rejeitarem a interpretação teológica clássica da doutrina da Trindade não implica necessariamente uma rejeição da revelação bíblica sobre a Trindade, visto que o que eles rejeitavam era a interpretação, e não os fatos em si. A doutrina clássica é frequentemente rejeitada com base em argumentos muito frágeis, como, por exemplo, que a palavra “Trindade" não consta da Bíblia ou que a doutrina é contrária à inteligência e à razão que Deus nos deu. As vezes, a doutrina da Trindade é rejeitada com base em argumentos incorretos, como, por exemplo, aquele que ensina que o Espírito Santo não é pessoa, mas uma influência impessoal. Existem, porém, razões teológicas mais complexas para se rejeitar a doutrina clássica na Trindade. Foi assim que alguns pioneiros adventistas entenderam que a interpretação clássica da Trindade imanente era incompatível com a Trindade econômica conforme apresentada na Escritura (Frisbie, RH, 12/3/1857). Outros entendiam que, se tal interpretação fosse aceita como correta, os ensinos bíblicos sobre os atos históricos da Trindade precisariam ser radicalmente reinterpretados, notadamente o ensino sobre a realidade divina do sacrifício expiatório de Cristo na cruz. Tiago White percebeu que a ênfase posta pela doutrina

clássica da Trindade sobre a unicidade da Trindade imanente acarretava falta de clareza no tocante às distinções entre as pessoas divinas *{Day-Star*, 24/1/1846). Loughborough foi mais longe ao afirmar que Deus é uma pessoa e não três (RH, 5/11/1861), sugerindo assim que o Pai e o Filho eram a mesma pessoa (Canright, RH, 18/6/1867; Bates, 204-205). Essa confusão de pessoas foi corretamente avaliada como decorrente da equiparação de Cristo com o Deus eterno (T. White, RH, 6/6/1871), diminuindo assim o status divino (T. White, RH, 29/11/1877) do Jesus Cristo histórico e de Seu sacrifício expiatório (Stephenson, 151; HulI, RH, 10 e 17/11/1859; J. H. Waggoner, 174). Apesar disso, em razão dos primeiros adventístas não fazerem diferença entre os fatos bíblicos e sua interpretação clássica condicionada por idéias filosóficas gregas, durante as primeiras décadas da história adventista prevaleceu entre eles um sentimento antitrínitarista,

3* Confirmação da Trindade Bíblica

A despeito do subordinacionísmo temporal inicial, da tendência para conceber o Espírito Santo em termos impessoais (Smith, 10) e de uma forte postura crítica contra a doutrina clássica da Trindade, a maior parte dos pensadores adventistas cria no ensino biblícamente revelado de que o Deus cristão não está restrito à pessoa do Pai celestial, senão que também inclui o Jesus Cristo histórico e o Espírito Santo como pessoas divinas.

A verdade da plena divindade de Cristo foi especialmente enfatizada por E. J. Waggoner, em 1888. Em 1892, a doutrina trínitária foi explicitamente apresentada, quando a Pacific Press reimprimiu o artigo de Samuel T. Spear sobre a Trindade. Visto que Spear não era adventista, não surpreende encontrar em seu artigo forte ênfase no *Deo uno* da tradição e um remanescente de subordinacionismo ontológico acerca da pessoa do Filho. Com níveis cada vez mais precisos, a Igreja Adventista do Sétimo Dia ratificou a doutrina da Trindade, primeira mente na declaração "não oficial" de 1872, redigida por Uri ah Smith, e nas declarações de crença oficiais de 1931 e 1980.A declaração feita por Ellen White em 1898 de que "em Cristo há vida original, não emprestada, não derivada" (DTN, 530) constituiu o ponto de partida tanto para a ratificação da Trindade como um ensino bíblico autêntico (Dederen, 5, 12) como para uma forma distinta de compreendê-la como doutrina. A declaração de Ellen White não só descartava o erro básico incluído na primitiva cristologia adventista e na doutrina de Deus, a saber, o subordinacionísmo temporal do Cristo preexistente, mas também sinalizava para o necessário afastamento da doutrina clássica (Dederen, 13), que envolvia a eterna e ontológica subordinação do Filho.

Na natureza do Deus eterno não há nenhuma geração eterna, e, por conseguinte, nenhuma processão eterna do Espírito. Os conceitos bíblicos de geração do Filho e processão do Espírito Santo devem ser compreendidos como pertencendo aos atos pessoais e históricos da Trindade na obra da criação e da redenção. No ser de Deus o que existe é uma coprimordialidade de três pessoas iguais, coeternas e não originadas. O adventismo também concebe a ideia de pessoas em seu sentido bíblico, como três centros individuais de inteligência e ação (Dederen, 15).

Por último, tendo partido do conceito filosófico de Deus como atemporal e tendo abraçado o conceito histórico de Deus conforme apresentado na Bíblia, os adventistas consideram a relação entre a Trindade imanente e a econômica como uma relação de identidade e não de correspondência. As obras de salvação são produzidas no tempo e na história pela Trindade imanente (Guy, 13), por meio de suas diferentes pessoas, concebidas como centros de consciência e ação. Para os adventistas, portanto, a indivisibilidade das

obras de Deus na história não é concebida como sendo determinada pela unicidade da essência — conforme ensinada na tradição agostiniana clássica — senão pela unicidade da tarefa histórica da redenção (Dederen, 20). O perigo de triteísmo presente nessa postura se torna real quando a unicidade de Deus é reduzida a uma mera unidade concebida em analogia com uma sociedade humana ou uma parceria de ação. Para além dessa unidade de ação, porém, é necessário visualizar Deus como uma realidade única que, nos próprios atos pelos quais Ele Se revela diretamente na história, transcende os limites da nossa razão humana (Prescott, 17). Jamais mentes humanas poderão alcançar o que a doutrina clássica sobre a Trindade reivindica perceber, a saber, a descrição da estrutura interna da natureza de Deus, junto com toda a criação, cumpre-nos aceitar a unicidade de Deus pela fé (Tg 2:19). Escreveu Ellen White: 'A revelação que Deus deu de Si mesmo em Sua Palavra é para nosso estudo. Essa, podemos procurar compreender. Mas além disto não devemos penetrar. O mais elevado intelecto pode se esforçar até à exaustão em conjecturas concernentes à natureza de Deus, mas infrutíferos serão os esforços. Esse problema não nos foi dado a solver. Nenhuma mente humana pode compreender Deus. Ninguém se deve entregar a especulações com referência a Sua natureza. A esse respeito, o silêncio é eloquência. O Onisciente está acima de discussão" (CBV, 429).

4. Tendências Contemporâneas

De modo geral, os adventistas contemporâneos continuam a centralizar seus interesses teológicos em questões soteriológicas e escatológicas. Foi por isso que a discussão técnica acerca da doutrina de Deus não entrou na ordem do dia. Não obstante, ao lidar com outras questões teológicas interconexas, tais como expiação, justificação, santificação e escatologia, percebe-se em alguns autores crescente propensão para se colocar mais ênfase no amor, na bondade e^§ misericórdia de Deus do que em Sua ira e justiça (por exemplo, Provonsha, 49), Tem havido localizada discussão favorável em prol da concepção aberta de Deus (Ríce, 11-58; ver IX.E.5).

X. Comentários de Ellen G. White

A. *Esttido Especulativo de Deus*

"Um dos maiores males que acompanham a busca do conhecimento, as pesquisas da ciência, é a disposição de exaltar o raciocínio humano acima de seu real valor e sua devida esfera. Muitos tentam julgar o Griador e Suas obras mediante o imperfeito conhecimento que possuem da ciência. Esforçam-se por determinar a natureza e os atributos e as prerrogativas de Deus, e condescendem com teorias especulativas com relação ao Infinito. Os que se entregam a esse ramo de estudo estão pisando terreno proibido. Suas pesquisas não produzirão resultados de valor, só podendo ser prosseguidas com perigo para a alma" (CBV, 427).

B. Revelação Geral

"As belezas da natureza são uma expressão do amor de Deus pelas inteligências humanas. No Jardim do Éden, a existência de Deus era demonstrada nos objetos da natureza que rodeavam nossos primeiros pais. Cada árvore plantada no Jardim lhes falava, dizendo que os atributos invisíveis de Deus, assim o Seu eterno poder, como também a sua própria divindade, claramente se reconheciam, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas" (OA, 198).

"Mas embora seja verdade que no princípio Deus podia ser discernido na natureza, não se segue que depois da queda se tenha revelado no mundo natural um conhecimento perfeito de Deus a Adão e à sua posteridade. A natureza consegue transmitir suas lições ao homem na sua inocência. Mas a transgressão trouxe uma influência maligna sobre a Terra e causou interferência entre a natureza e a natureza divina. Se Adão e Eva nunca tivessem desobedecido a seu Criador, e houvessem permanecido na senda da perfeita justiça, teriam continuado a aprender de‘ Deus por meio de Suas obras. Mas, ao darem ouvidos à voz do tentador e pecarem contra Deus, a luz das vestes de inocência celestial se dissipou deles. Privados da luz celeste, não conseguiram mais discernir o caráter de Deus nas obras de Sua mão" (T8, 255, 256).

"Os gentios devem ser julgados segundo a luz que lhes é dada, segundo as impressões recebidas de seu Criador na natureza, Na condição de seres racionais, são capazes de discernir Deus em Suas obras criadas. Deus fala a todos os homens mediante Sua providência na natureza. Faz conhecido a todos que Ele é o Deus vivo. Os gentios conseguem raciocinar que as coisas criadas não poderíam ser classificadas na ordem exata nem funcionariam segundo uma intencionalidade de propósito, sem um Deus que lhes houvesse servido de causa. Podem raciocinar da causa para o efeito, no sentido de que deve ter havido uma causa primeira, um agente inteligente, que não pode ser nenhum outro senão o Deus Eterno. A luz de Deus na natureza brilha constantemente nas trevas do paganismo, mas muitos que veem essa luz não glorificam ao Senhor como Deus. Não permitem que a razão os leve a reconhecer seu Criador. Renegam ao Senhor, e instituem ídolos insensíveis para adorar. Fazem imagens representativas de Deus e adoram as obras por Ele criadas como um reconhecimento parcial do Criador, mas O desonram em seus corações" (ST, 12/8/1889).

C. A *Realidade de Deus*

1. A Existência de Deus

“A existência e o poder de Deus, bem como a verdade de Sua palavra, são fatos que nem mesmo Satanás e suas hostes podem negar de coração” (FLB, 90)

"A fé familiariza a alma com a existência e a presença de Deus e, vivendo só tendo em vista a glória de Deus, cada vez mais discer-« niremos a formosura de Seu caráter, a excelência de Sua graça” (MEl, 335).

“Cristo e os apóstolos ensinaram claramente a verdade da existência de um Deus pessoal” (T8, 266). "A existência de um Deus pessoal, a unidade de Cristo com Seu Pai, jaz no fundamento de toda ciência verdadeira" (OA, 316).

“E a fé que familiariza a alma com a existência e a presença de Deus; e quando vivemos tendo em vista somente Sua glória, discernimos cada vez mais a beleza de Seu caráter” (RH, 24/1/1888).

2. Deus como Mistério

"Considerem os seres humanos que, mesmo com toda a sua procura, jamais conseguirão interpretar a Deus. Quando os redimidos forem puros e limpos para entrar em Sua presença, compreenderão que tudo quanto se refere ao Deus eterno, o Deus inacessível, não pode ser representado em figuras.
É seguro contemplar a Deus, o grande e maravilhoso Deus, e Jesus Cristo, a imagem expressa de Deus. Deus entregou Seu Filho unigênito ao nosso mundo, para que pudéssemos, pelo caráter do Filho, contemplar o caráter do Pai” (MR18, 222).

“Se nos fosse possível atingir uma completa compreensão de Deus e Sua Palavra, não mais haveria para nós descobertas de verdades, mais conhecimentos ou desenvolvimentos. Deus deixaria de ser supremo, e o homem deixaria de avançar. Graças a Deus por não ser assim. Desde que Deus é

infinito, e nEle estão todos os tesouros da sabedoria, podemos durante toda a eternidade estar sempre a pesquisar, sempre a aprender, e contudo nunca esgotar as riquezas de Sua sabedoria, Sua bondade, ou Seu poder" (Ed, 172).

"A grande condescendência da parte de Deus é um mistério além de nossa compreensão. A grandeza do plano não pode ser inteiramente compreendida, nem a Sabedoria infinita pode conceber um plano que o sobrepuje" (RH, 22/10/1895).

'Ao falar de Sua preexistência, Cristo faz a mente retroceder através de séculos incontáveis, Ele nos assegura que jamais houve tempo em que não estivesse em íntima comunhão com o eterno Deus. Aquele cuja voz os judeus estavam então ouvindo estivera com Deus como Alguém que vivera sempre com Ele" (ST, 29/8/1900).

D. Atributos Divinos

1. Eternidade de Deus

"Na palavra, Deus é mencionado como o Deus eterno'. Esse nome abrange o passado, o presente e o futuro. Deus é de eternidade a eternidade. Ele é o Eterno" (T8, 270; ver abaixo sobre predestinação).

2. Imutabilidade de Deus

"Do começo ao fim, as exigências de Deus apresentam Sua verdade eterna. Sua lei é o teste do caráter. Sua aliança com o homem declara a imutabilidade do Seu conselho. Deus é verdade. Ele declara que não alterará aquilo que saiu de Sua boca" (IVÍR19, 182).

"Até que o céu e a Terra passem', disse Jesus, nem um jota ou um til se omitirá da lei, sem que tudo seja cumprido' (Mt 5:18). O Sol que brilha no céu, a sólida Terra sobre que habitamos, são testemunhas de Deus, de que Sua lei é imutável e eterna. Ainda que passem, perdurarão os divinos preceitos. 'É mais fácil passar o céu e a Terra do que cair um til da lei' (Lc 16:17). O sistema de tipos que apontavam para Cristo como o Cordeiro de Deus, devia ser abolido por ocasião de Sua morte; mas os preceitos do decálogo são tão imutáveis como o trono de Deus" (DTN, 308).

"Não existe tal coisa como enfraquecer ou fortalecer a lei de Jeová. Conforme ela sempre foi, assim é. Não pode ser revogada nem alterada num só princípio. É eterna e imutável como o próprio Deus" (ST, 20/3/1901).

3* O Amor e a Ira Divinos

"Nos concílios do Céu o Senhor planejou reformar os caracteres arruinados e pervertidos do homem, e lhes restaurar a divina imagem moral. Essa obra recebe o nome de mistério da piedade. Cristo, o unigênito do Pai, assumiu a natureza humana, veio em semelhança de carne pecaminosa para condenar na carne o pecado. Veio para ■* testificar do caráter imutável da lei de Deus, posta em questão por Satanás. Nem um i ou um til da lei podiam ser modificados para se adequar ao homem em sua condição caída. Cristo viveu a lei na humanidade, para que se calasse toda boca e para que se comprovasse que Satanás é acusador e mentiroso. Cristo revelou ao mundo o caráter de Deus, um caráter cheio de misericórdia, compaixão e inexprimível amor" (íbid., 2/7/1896).

"Cristo veio revelar Deus ao mundo em Seu verdadeiro caráter, como um Deus de amor, cheio de misericórdia, ternura e compaixão. As densas trevas com que Satanás tentara envolver o trono da Divindade foram dissipadas, e o Pai foi novamente manifesto aos homens como a Luz da Vida" (SW, 28/4/1908).

"A lei de Deus, pela sua própria natureza, é imutável. E uma revelação da vontade e caráter do Autor. Deus é amor, e Sua

lei é amor. Seus dois grandes princípios são amor a Deus e amor ao homem" (GC, 467).

"Então aqueles que os traspassaram pedirão aos montes e aos rochedos que caiam sobre eles e os escondam da face d Aquele que Se assenta no trono e da ira do Cordeiro, porque o grande dia de Sua ira tem chegado, e quem é que pode suster-seT A ira do Cordeiro' - Aquele que no passado Se mostrou cheio de infinita ternura, paciência e longanimidade e que, entregando-Se como vítima sacrifical, foi levado como um Cordeiro ao matadouro para salvar pecadores da destruição que sobre eles agora ímpende, porque não lhes permitiram remi-los de sua culpa" (MR21, 350).

"Esse cordeiro cuja ira será tão terrível para os que desprezaram Sua graça, manifestará misericórdia, justiça, amor e bênção para todos quantos o receberam. A coluna de nuvem, que representava aterrorizante treva e vingadora ira para os egípcios, era, para o povo de Deus, uma coluna de fogo que o iluminava. Assim será com o povo do Senhor nestes últimos dias. A luz e a glória de Deus para Seu povo observador dos mandamentos são trevas para os descrentes. Percebem eles que horrível coisa é cair nas mãos do Deus vivo. O braço forte e longamente estendido para salvar também é enérgico para executar juízo contra todos quantos não vieram ter com Ele para terem vida" (PC, 356).

"Riqueza, poder, genialidade, eloquência, orgulho, razão pervertida e paixão se alistam como agentes de Satanás para fazer a sua obra de tornar atraente o caminho espaçoso, cobrindo-os com flores tentadoras. Mas toda palavra que proferirem.contra o Redentor do mundo voltará contra eles, e um dia serão queimados com sua alma culpada, como chumbo derretido. Ao contemplar o exaltado Senhor vindo sobre as nuvens do Céu com poder e grande glória, se encherão de terror e vergonha. Então o arrogante desafiador que se levantou contra o Filho de Deus se verá a si mesmo na verdadeira escuridão de seu caráter. Contemplar a inexprimível glória do Filho de Deus será intensamente doloroso para aqueles cujo caráter está manchado pelo pecado. A pura luz e glória que irradiam de Cristo despertarão remorso, vergonha e terror. Pedirão, em lamentos de angústia, aos montes e rochedos: 'Caí sobre nós e escondei-nos da face d Aquele que Se assenta no trono e da ira do Cordeiro, porque chegou o grande Dia da ira dEles; e quem é que pode suster-se?'" (RH, l°/4/1875).

"Deus é tardio em irar-Se. Concedeu às nações ímpias um tempo de graça para que pudessem conhecer pessoalmente Sua pessoa e caráter. De acordo com a luz recebida, foram condenadas pela recusa em receber a luz e escolher seus próprios caminhos, em vez dos caminhos de Deus. O Senhor lhes apresentou a razão para não desapossar imediatamente os cananeus da terra.
É que a iniquidade dos amorreus ainda não havia enchido sua medida. Por meio de sua iniquidade estava gradualmente atingindo o ponto no qual a paciência de Deus já não podia ser exercida e seriam exterminados. Enquanto o limite não fosse ultrapassado e a iniquidade deles alcançasse seu grau máximo, a vingança de Deus poderia ser adiada. Todas as nações tiveram um tempo de graça. Os que anulavam a lei de Deus avançavam de um grau de impiedade a outro. Crianças herdavam o espírito rebelde dos pais e faziam pior do que eles, antes que a ira de Deus descesse sobre elas. *«3 O castigo não foi menor pelo fato de ter sido retardado" (SDABC2, 1005).

"O Sol da Justiça brilhará sobre os que guardam os mandamentos de Deus. Aqueles que pensam impor sua vontade contra a vontade de Deus estão correndo o maior perigo.
Os que desejarem estar protegidos no dia da ira de Deus devem ser leais a Deus agora" (ST, 2/6/1S90).

4. Transcendência

"'Não que alguém tenha visto o Pai, salvo aquele que vem de Deus; Esse O tem visto. Em verdade, em verdade vos digo: quem crê em Mim tem a vida eterna'. Essa é a Divindade absoluta. O mais poderoso intelecto não pode compreendê-Lo; palavras da língua mais eloquente são insuficientes para descrevê-Lo. 0 silêncio é eloquência" (SDABC7, 914).

'"As coisas encobertas são para o Senhor, nosso Deus; porém as reveladas são para nós e para nossos filhos, para sempre' (Dt 29:29). A revelação que Deus deu de Si mesmo em Sua Palavra é para nosso estudo. Essa, podemos procurar compreender. Mas além disso não devemos penetrar. O mais elevado intelecto pode se esforçar até à exaustão em conjeturas concernentes à natureza de Deus, mas infrutíferos serão os esforços. Esse problema não nos foi dado a solver. Nenhuma mente humana pode compreender a Deus. Ninguém se deve entregar a especulações com referência a Sua natureza. A esse respeito, o silêncio é eloquência. O Onisciente está acima de discussão. Mesmo os anjos não tiveram permissão de partilhar nos conselhos entre o Pai e o Filho quando foi delineado o plano da salvação, E as criaturas humanas não se devem intrometer nos segredos do Altíssimo. Somos tão ignorantes acerca de Deus como criancinhas; mas, como criancinhas, é-nos dado amá-Lo e obedecer-Lhe" (CBV, 429).

E. Atividades Divinas

1. Predestinação

"Maravilhosas são as possibilidades de todos quantos exercem fé em Cristo. Nenhuma parede foi erigida para impedir qualquer pessoa de ter acesso à salvação. A predestinação, ou eleição, da qual Deus fala inclui todos os que aceitarão a Cristo como Salvador pessoal, todos aqueles que voltarão à lealdade e à obediência perfeita a todos os mandamentos de Deus. Essa é a efetiva salvação de um povo peculiar, escolhido por Deus dentre os homens. Todos quantos estão dispostos a ser salvos por Cristo constituem os eleitos de Deus. E o obediente quem está predestinado desde a fundação do mundo. 'A todos quantos O receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, a saber, aos que creem no Seu nome'" (GH, 11/6/1902).

"Mas conhecidas são diante de Deus todas as Suas obras, e desde eras eternas o concerto da graça (favor imerecido) existiu na mente de Deus. É conhecido como o concerto eterno, pois o plano da salvação não foi concebido após a queda do homem, antes foi ele "guardado em silêncio nos tempos eternos e que, agora, se tornou manifesto e foi dado a conhecer por meio das Escrituras proféticas, segundo o mandamento do Deus eterno, para a obediência por fé, entre todas as nações (Rm 16:25, 26)" (ST, 15/12/1914).

2. Criação

"Na obra da criação Cristo estava com Deus. Ele era um com Deus, semelhante a Ele [...]. Somente Cristo, o Criador do homem, podia ser o seu Salvador" (PC, 18).

"Era o desígnio de Deus que o sábado encaminhasse a mente dos homens à contemplação de Suas obras criadas. A natureza fala aos sentidos, declarando que há um Deus vivo, Criador e supremo Governador de tudo" (PP, 48).

"Mostrou-se-me que a lei de Deus permanecería firme para sempre, e existiría na nova Terra por toda a eternidade. Na criação, quando foram firmados os fundamentos da Terra, os filhos de Deus olhavam com admiração para a obra do Criador, e todo o exército celestial aclamava de alegria. Então foi que se lançou o fundamento do sábado.
No fim dos seis dias da criação, Deus repousou no sétimo dia de toda a obra que fizera; e abençoou o sétimo dia e o santificou, porque «5

nele repousara de toda a Sua obra. O sábado foi instituído no Éden, antes da queda, e foi observado por Adão e Eva e todo o exército celestial. Deus repousou no sétimo dia, e o abençoou e santificou. Eu vi que o sábado nunca será anulado; antes, por toda a eternidade, os santos remidos e todo o exército celestial o observarão em honra ao grande Criador" (PE, 217).

3. Providência

"Nos anais da história humana o crescimento das nações, o levantamento e queda de impérios, aparecem como dependendo da vontade e façanhas do homem. O desenvolver dos acontecimentos em grande parte parece se determinar por seu poder, ambição ou capricho. Na Palavra de Deus, porém, afasta-se a cortina, e contemplamos ao fundo, em cima, e em toda a marcha e contramarcha dos interesses, poderio e paixões humanas, a força de um Ser todo misericordioso, a executar, silenciosamente, pacientemente, os conselhos de Sua própria vontade" (Ed, 173).

"Se vigiarmos, tivermos paciência e orarmos, a Providência e a revelação hão de guiar-nos em meio a todas as perplexidades que nos sobrevierem, para que não fracassemos nem fiquemos desanimados. O tempo esboçará a beleza e a grandiosidade do projeto celestial. E difícil para mentes humanas compreender que Deus, em Sua providência, está operando em favor do mundo por meio de débeis instrumentos. Discernir a Providência divina é ciência no verdadeiro sentido. Há muito conhecimento entre os homens, mas perceber os desígnios da sabedoria celestial em tempos difíceis, divisar a simplicidade do plano de Deus, plano que revela Sua justiça, bondade e amor, e esquadrinha os corações humanos — isso poucos conseguem fazer, O plano divino parece maravilhoso demais para que o aceitem, e assim não conseguem ser beneficiados. Mas a Providência ainda permanece em nosso mundo, operando entre aqueles que procuram alcançar a verdade. Esses hão de reconhecer a mão de Deus. Mas a Palavra divina não será honrada por aqueles que confiam em sua própria sabedoria" (MR11, 348).

F. A *Trindade*

"A Divindade Se moveu de compaixão pela raça, e o Pai, o Filho e o Espírito Santo deram-Se a Si mesmos ao estabelecerem o plano da redenção. A fim de levarem a cabo plenamente esse plano, foi decidido que Gristo, o unigênito Filho de Deus, Se desse a Sí mesmo em oferta pelo pecado. Que linha pode medir a profundidade desse amor? Deus tornaria impossível ao homem dizer que Ele poderia ter feito mais. Com Cristo deu Ele todas as riquezas do Céu, para que coisa alguma pudesse faltar no plano de soerguimento do homem" (CS, 222).

"Há três pessoas vivas pertencentes à Trindade celeste; em nome destes três grandes poderes — o Pai, o Filho e o Espírito Santo - os que recebem a Cristo por fé viva são batizados, e esses poderes cooperarão com os súditos obedientes do Céu em seus esforços para viver a nova vida em Cristo" (Ev, 615).

"Antes de os discípulos transporem o limiar, deve ser gravada na mente a marca do santo nome, que batiza os crentes em nome dos três poderes do mundo celestial. A mente humana é impressionada por essa cerimônia, representativa do início da vida cristã; Ela significa muito. A obra da salvação não é coisa de pouca monta; é tão vasta que as autoridades mais eminentes são acionadas pela fé expressa do agente humano. A Divindade eterna —o Pai, Filho e o Espírito Santo — está envolvida no ato de conceder segurança ao agente humano, [...] confederando os poderes celestes com os poderes humanos para que os homens se tornem, mediante a eficiência celeste, participantes da natureza divina e coobreiros com Cristo" (OA, 148).

"Aqueles que, pelo batismo, comprometeram-se diante de Deus a exercer sua fé em Cristo e morrer para a velha vida de pecado, entraram numa relação de aliança com Deus. Os três poderes da Divindade — o Pai, o Filho e o Espírito Santo, comprometem-Se a ser a força e a eficiência deles para viverem uma nova vida em Cristo Jesus" (AUCR, 7/10/1907).

► "O rito do batismo é ministrado em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Esses três grandes poderes do Céu Se comprometem a ser a eficiência de todos quantos se submetem a essa ordenança e se mantêm fiel ao voto então prometido" (MR6, 27).

G. O *Pai Eterno*

"Todas essas definições espiritualistas são simplesmente nada. São imperfeitas, inverídicas. Enfraquecem e diminuem a Majestade a que não pode ser comparada nenhuma semelhança terrena. Deus não pode ser comparado a coisas feitas por Suas mãos. Essas são meras coisas terrenas, sofrendo sob a maldição de Deus por causa dos pecados do homem. O Pai não pode ser definido por coisas da Terra. O Pai é toda a plenitude da Divindade corporalmente, e invisível aos olhos mortais" (Ev, 614).

H. O *Filho Eterno e Sua Obra*

"Uma completa oferta foi feita. 'Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o Seu Filho unigênito' — não um filho por criação, como os anjos; nem um filho por adoção, como é o caso do pecador arrependido; mas um Filho gerado à expressa imagem da pessoa do Pai e em todo o brilho de Sua majestade e glória, um igual a Deus em autoridade, dignidade e perfeição divina. NEle habita, corporalmente, toda a plenitude da Divindade (ST, 30/5/1895).

"O Filho é toda a plenitude da Divindade manifesta. A Palavra de Deus declara que Ele *é* a expressa imagem de Sua pessoa" (BTS, 1/3/1906).

^Em Cristo há vida original, não emprestada, não derivada" (DTN, 530).

"A natureza divina na pessoa de Cristo não foi transformada em natureza humana nem a natureza humana do Filho do homem foi mudada em natureza divina, mas foram misteriosamente combinadas no Salvador dos seres humanos. Ele não era o Pai, mas nEIe habitava, corporalmente, toda a plenitude da Divindade" (MR6, 112, 113).

"'NEle habita, corporalmente, toda a plenitude da Divindade.' As pessoas precisam entender que Deus sofreu e passou pelas agonias do Calvário. Contudo, Jesus Cristo, a quem Deus apresentou como o preço do resgate do mundo, comprou a igreja com Seu próprio sangue. Foi permitido que a Majestade do Céu sofresse nas mãos de fanáticos religiosos, que alegavam ser o povo mais esclarecido da face da Terra" (SDABC7, 907).

"Em Cristo se concentra toda a glória do Pai. NEle está toda a plenitude corporal da Divindade. Ele é o brilho da glória do Pai e a expressa imagem de Sua pessoa. A glória dos atributos de Deus se expressam no caráter de Cristo. O evangelho é glorioso porque é constituído de Sua justiça" (ibid., 907).

"Em Cristo habita, corporalmente, a plenitude da Divindade. Essa é a razão por que, embora Ele tenha sido tentado em todos os pontos como nós, permaneceu diante do mundo, desde que nele entrou, intocado pela corrupção, ainda que nela imerso. Não devemos nós também nos tornar participantes dessa plenitude, e não é assim, e somente assim, que poderemos vencer como Ele venceu?" (ibid.).

"Mas o Sol da Justiça resplandece nas densas trevas da superstição e do erro, fazendo a nuvem recuar, e Se apresenta como o único no qual habita, corporalmente, a plenitude da Divindade, a representação

exata do Pai. Esta é a mensagem que Ele proclama ao mundo: 'E a vida eterna é esta: que Te conheçam a Ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste"' (ST, 27/6/1892).

"Jesus Cristo era o fundamento de toda a economia judaica. O Redentor do mundo foi simbolizado em tipos e sombras por meio dos cultos religiosos judaicos. A glória de Deus Se revelou em Cristo dentro do véu até que Cristo Se manifestou e exibiu ao mundo toda a plenitude corporal da Divindade. Em Cristo, contemplamos a imagem do Deus invisível; em Seus atributos vemos os atributos do caráter do Ser Infinito. Disse Jesus: 'Eu e o Pai somos um'. 'Quem Me vê a Mim ► vê o Pai'" (ibid., 29/8/1895).

í. O *Eterno Espírito Santo e Sua Obra*

"O Consolador que Cristo prometeu enviar depois de ascender ao Céu é o Espírito em toda a plenitude da Divindade, Aquele que torna manifesto o poder da graça divina a todos quantos recebem a Cristo e nEle creem como Salvador pessoal" (HP, 336).

"O Espírito Santo tem personalidade, do contrário não poderia testificar ao nosso espírito e com nosso espírito que somos filhos de Deus. Deve ser também uma pessoa divina, do contrário não poderia perscrutar os segredos que jazem ocultos na mente de Deus" (Ev, 617).

"Precisamos reconhecer que o Espírito Santo, que é tanto uma pessoa como o próprio Deus, está andando por esses terrenos" (ibid., 616).

"O Espírito Santo é o Consolador, enviado em nome de Cristo. Ele personifica a Cristo, embora tenha uma personalidade distinta" (MR20, 324).

"Antes disso o Espírito havia estado no mundo; desde o próprio início da obra de redenção Ele estivera atuando no coração dos homens. [...]

"O Espírito Santo é o representante de Cristo, mas despojado da personalidade humana, e dela independente. Limitado pela humanidade, Cristo não poderia estar em toda parte em pessoa. Era, portanto, do interesse deles que fosse para o Pai, e enviasse o Espírito como Seu sucessor na Terra. Ninguém poderia ter, então, vantagem devido a sua situação ou seu contato pessoal com Cristo. Pelo Espírito, o Salvador seria acessível a todos. Nesse sentido, estaria mais perto deles do que se não subisse ao alto" (DTN, 669).

"[O Espírito] ia ser dado como agente de regeneração, sem o qual o sacrifício de Cristo de nenhum proveito teria sido. O poder do mal se estivera fortalecendo por séculos, e alarmante era a submissão dos homens a esse cativeiro satânico. Ao pecado só se poderia resistir e vencer por meio da poderosa operação da terceira pessoa da Trindade, a qual viría, não com energia modificada, mas na plenitude do divino poder. E o Espírito que torna eficaz o que foi realizado pelo Redentor do mundo. E por meio do Espírito que o coração é purificado. Por Ele torna-se o crente participante da natureza divina. Cristo deu Seu Espírito como um poder divino para vencer toda tendência hereditária e cultivada para o mal, e gravar Seu próprio caráter em Sua igreja" (ibid., 671).

"O Consolador que Cristo prometeu enviar depois de ascender ao Céu é o Espírito em toda a plenitude da Divindade, tornando manifesto o poder da graça divina a todos quantos recebem e creem em Cristo como um Salvador pessoal" (Ev, 615).

XI. Literatura

Arminius, Jacobus. *Writings.* 3 vols. Grand Rapids: Baker, 1956.

Augustine. *The Trinity.* Washington: Catholic University of America Press, 1963.

Barth, Karl. *Church Dogmatics.* 4 vols. Trad. G. T. Thompson. Edinburgh: T. & T. Clark, 1936-1962.

Basinger, David. “Practical Implications”. Em *The Openness ofGod:* A *Bihlical Chcálenge to the Traditional Unàerstanâing of God,* ed. Clark Pinnock, 155-176. Downers Grove; InterVarsity, 1994.

Bates, Joseph. *The Autobiography of Elder Joseph Bates.* Battle Creek: Steam Press of the Seventh-day Adventist Publishing Association, 1868.

Brunner, Emil. *The Chrístian Doctrine of God.* Trad, Olive VVyon. Philadelphia: Westminster, 1949.

Cullmann, Oscar. *The Christology of lhe New Testament.* Trad. Shirley C. Guthrie e Charles A. M. Hall. Ed. rev. Philadelphia: Westminster, 1963.

Davidson, Richard M. *Typology in Scripture: A Study of Hermeneutical* tupos *Structures.* Berrien Springs: Andrews University Press, 1981.

Dederen, Raoul. "Reflections on the Doctrine of the Trinity”. *Andrews University Seminary Studies* 8 (1970): 1-22,

De Margerie, Bertrand. *The Christian Trinity* ► *in Histor)*[1]. Trad. Edmund J. Fortman. Still River: St. Bedes, 1982, .

Denzinger, Henry. *The Sources of Catholic Dogma.* Trad. Roy J. Deferrari a partir de *Enchiridion Symbolorum.* St. Louis: Herder, 1957.

Erickson, Míllard J, *Christian Theology.* 3 vols. Grand Rapids: Baker, 1990.

Feuerback, Ludwig. *The Essence of Chrístianity.* Nova York: Harper and Row, 1957.

Fortman, Edmund J. *The Tríune God: A Histoncal Study of the Doctrine of the Trinity.* Philadelphia: Westminster, 1972.

Froom, LeRoy. *The Prophetic Faith of Our Fathers.* 4 vols. Washington: Review and Herald.

Grenz, Stanley J., e Roger E. Olson .*Twentieth-Century Theology: God and the World in a Transitional Age.* Downers Grove: InterVarsity, 1992.

Guy, Frítz. “What the Trinity Means to Me”. *Adventist Review,* 11 de setembro de 1986.

Harnack, Adolf. *Histoiy of Dogma. 1* vols. Trad. Neíl Buchanan. Nova York: Dover, 1961.

Hasel, Gerhard F. "The Meaning of Tet Us in Gn 1:26”. *Andrews University Seminar)*[1] *Studies* 13 (1975): 58-66.

Hasker, William. God, *Time, and Knowledge.* Ithaca: Gornell University Press, 1989.

---------- . “A Philosophical Perspective”. Em *The Openness ofGod: A Bihlical Challenge to the Traditional Understanding ofGod,* ed. Clark Pinnock, 126-154. Downers Grove: InterVarsity, 1994.

Heppenstall, Edvvard. *The Man Who Is God: A Study ofthe Person and Nature of Jesus, Son ofGod and Son ofMan.* Washington: Review and Herald, 1977.

Hill, J. William. *The Three-Personed God: The Trinity as a Mystery of Salvation.* Washington: Catholic University of America Press, 1982.

Jewett, Paul K. *God, Creation, and Revelation:* A *Neo-Evangelical Theology.* Grand Rapids: Eerdmans, 1991.

Johnson, Aubrey R:. *The One and the Many in the Israelite Conception ofGod.* Cardiff: University ofWales Press, 1961,

Kelly, J. N. D. *Early Christian Doctrines.* Londres: Adam & Charles Black, 1968.

Küng, Hans. *Does God Exist? An Ansrverfor Today.* Trad. Edvvard Quinn. Nova York: Vintage, 1981.

Ladd, George Eldon. A *Theology of the New Testament.* Grand Rapids: Eerdmans, 1974.

Lewis, Gordon R., e Bruce A. Demarest. *Knowing Ultimate Reality: The Living God.* Grand Rapids: Zondervan, 1987.

Moltmann, Jürgen. *The Trinity and the Kingdom: The Doctrine of God,* Trad. Margaret Kohl. São Francisco: Harper, 1991.

0'Carroll, Michael. *Trinitas: A Theological Encyclopedia of the Holy Trinity.* Wilmington: Michael Glazíer, 1987.

Pannenberg, Wolfhart. *Theology and the Philosophy of Science.* Trad. Francis McDonagh. Philadelphia: Westminster, 1976.

---------- . *Systematic Theology.* Vol. 1. Trad. Geoffrey W. Bromiley. Grand Rapids: Eerdmans, 1991.

Pelikan, Jaroslav. *The Christian Traâition: A History of the Development of Doctrine.* Chicago: Chicago University Press, 1971-1989.

Pínnock, Clark, et al. "Systematic Theology". Em *The Openness of God: A Bihlical Ohallenge to the Traâitional Understanding of God,* ed. Clark Pinnock, 101-125. Downers Grove: InterVarsity, 1994.

Prescott, W. W. *The Saviour of the World.* Takoma Park: Review and Herald, 1929.

Provonsha, Jack W. *You Can Go Home Again.* Washington: Review and Herald, 1982.

Rahner, Karl. *The Trinity.* Trad. Joseph Donceel. Nova York: Herder and Herder, 1970.

Rice, Richard. "Bihlical Support for a New Perspective." Em *The Openness of God: A Bihlical Challenge to the Traâitional Understanding of God,* ed. Clark Pinnock, 11-58. Downers Grove: InterVarsity, 1994.

Sanders, John. "Historical Considerations." Em *The Openness of God:* A *Bihlical Challenge to theTraãitional Understanding of God,* ed. Clark Pinnock, 59-100. Downers Grove: InterVarsity, 1994.

Seventh-day Adveniists Answer Questions on Doctrine: An Explanation of Certain Major Aspects of Seventh-Day Adventist Belief. Washington: Review and Herald, 1957.

Smith, Uriah. *Looking Unto Jesus.* Battle Creek: Review and Herald, 1897.

Spear, Samuel T. "The Bible Doctrine of the Trinity". *Nerv York Independent,* 14 de novembro de 1889. Reimpresso em M. L. Andreasen, *The Book of Hebreivs,* 115-124. Washington: Review and Herald, 1948.

Stephenson, J. M. *The Atonement.* Rochester: Advent Review office, 1854.

Veloso, Mario. *El compromiso cristiano: un esUtdio sobre la actualidad misionera en ei evangelio de San Juan,* Buenos Aires: Zunino, 1975,

Waggoner, E. J. *Chríst and His Righteousness,* Oakland: Pacific Press, 1890.

Waggoner, J, H, *The Atonement.* Oakland: Pacific Press, 1884.

Whitehead, Alfred North. *Process and Reality: An Essay in Cosmology.* Nova York: Macmillan, 1929.

5
Cristo: Pessoa e Obra

Raoul Dederen

Introdução

No centro da religião cristã está Jesus Cristo. Além da aceitação de um conjunto de crenças fundamentais, em sua essência mais profunda, nossa religião é, em primeiro lugar e antes de mais nada, um compromisso com uma pessoa: Jesus Cristo. Acontece o mesmo com a mensagem cristã. O evangelho é sobre um acontecimento no centro do qual está Jesus Cristo. O cristianismo não remonta apenas à uma primitiva comunidade de crentes. Tem suas raízes em Jesus de Nazaré. 0 cristianismo é Cristo. Mas quem é Ele?

0 objetivo deste artigo é fazer um estudo reflexivo e sistemático sobre a pessoa e a missão ou obra de J esus Cristo, ainda que breve e seletivo, tomando por base as Escrituras, particularmente o NT. O ponto de partida deste estudo é que os evangelhos são materiais historicamente autênticos e confiáveis, que descrevem o que Jesus disse e fez. O restante das Escrituras, tanto do AT quanto do NT, também é uma fonte segura e digna de confiança. Afinal de contas, a pessoa e obra de nosso Senhor, bem como suas implicações, constituem mais uma questão de revelação do que de raciocínio humano.

Este artigo examinará diversos aspectos da pessoa e obra de Jesus Cristo, a saber, Sua pessoa divina e humana, morte, ressurreição, ascensão, ministério sumo-sacerdotal e segunda vinda, de acordo com o esboço a seguir.

I, II.

I, O Verbo Se Fez Carne
- A. A Encarnação
  - 1. Preexistência de Cristo
  - 2. A Encarnação de Cristo
  - 3. O Nascimento Virginal
- B. Humano e Divino
  - 1. A Humanidade de Cristo
  - 2. Uma Natureza Humana sem Pecado
  - 3. A Divindade de Cristo
  - 4. Uma Pessoa - Verdadeiramente Divina e Verdadeiramente Humana

II. Seu Ministério e Morte
- A. A Obra que Ele Veio Fazer
  - 1. Confirmar as Promessas de Deus
  - 2. Estabelecer o Reino de Deus
  - 3. Divulgar o Conhecimento de Deus
  - 4. Ser o Servo de Deus
  - 5. Deixar um Exemplo
  - 6. Curar os Fracos e Doentes
  - 7. Mostrar o Pecado Sobremaneira Maligno
  - 8. Ser Fiel Sumo Sacerdote
  - 9. Salvar Pecadores Mediante Sua Morte
- B. Uma Obra Predita no AT
  - 1. Um Fato Presente na Mente de Cristo
  - 2. Uma Convicção Partilhada Pelos Escritores do NT
  - 3. Uma Morte da Máxima Importância
- C. A Expiação: Fatores Contextuais
  - 1. A Palavra "Expiação" (Atonement)
  - 2. Uma Relação Original e Harmoniosa
  - 3. A Causa da Alienação
  - 4. A Expiação e a Morte de Cristo
  - 5. Uma Obra Divina
- D. A Obra Expiatória de Cristo: O Ensino do NT
  - 1. A Morte Sacrifical
  - 2. A Morte Vicária
  - 3. A Dimensão Expiação-Propiciação
  - 4. Justificação

5. Reconciliação
E. O Alcance da Obra Expiatória
III. O Senhor Exaltado
A. O Cristo Ressurreto
1. Um Evento Fundamental
2. O Túmulo Vazio
3. Uma Ressurreição Física
4. O Significado da Ressurreição de Cristo
B. A Ascensão do Senhor
§► 1. A Comprovação Bíblica
2. A Ascensão e Sua Relação com Cristo
3. A Ascensão e Sua Relação com os Crentes
C. O Ministério Sacerdotal de Cristo
1. A Comprovação Bíblica
2. Dois Ministérios Distintos
3. Elevado para Reinar e Completar Todas as Coisas
D. A Segunda Vinda de Cristo
1. A Comprovação Bíblica
2. A Maneira da Vinda de Cristo
3. O Triunfo do Reino
E. Apelo por Reação Favorável
IV. Contexto Histórico
A. A Igreja da Antiguidade
1. Negando a Realidade das Duas Naturezas
2. Negando a Integridade das Duas Naturezas
3. A Reação Nicena
4. A Relação Entre as Duas Naturezas
5. A Definição de Calcedônía
B. A Idade Média
1. Concentrando-se na Obra de Cristo
C. A Reforma
1. A Questão *Commimicatio Idiomaítim*
2. Dois Estados e Ofícios de Cristo
D. Tempos Modernos
1. Mudança Monumental
2. Friedrich Schleiermacher
3. Albert RitschI
4. Kenoticismo
E. Abordagens Contemporâneas
1. A Cristologia Trinitariana de Karl Barth
2. O Cristo Desmitologizadode Rudolf Bultmann
3. A Cristologia Paradoxal de D. M. Baillie
4. Oscar Cullman
5. Cristologia do Processo
6. YVolfhart Pannenberg
7. Teologia da Libertação
S. O “Mito do Deus Encarnado”
9. O Seminário de Jesus
10. Cristologia Católíco-Romana
F. O Debate Atual
G. Os Adventistas do Sétimo Dia
V. Comentários de Ellen G. YVhite
A. O Verbo Se Fez Carne
B. Uma Humanidade Caída
C. Duas Naturezas numa Só Pessoa
D. Cristo, Nosso Exemplo
E. Uma Morte Sacrifical
F. Uma Manifestação do Amor de Deus
G. Ressurreição de Cristo
H. Ascensão de Cristo
I. Sumo Sacerdócio de Cristo
VI. Literatura

L O Verbo e Fez Carne

A. A *Encarnação*

Ao abordar um exame do ensino bíblico a respeito de Jesus Cristo, parece melhor, conforme fez o apóstolo João no prólogo do seu evangelho, dirigir a atenção para uma das declarações mais extraordinárias encontradas nas Escrituras: que o Verbo, que “estava com Deus” e “era Deus” (Jo 1:1), “Se fez carne” (v. 14), O Verbo não apenas Se fez carne, mas “habitou entre nós" (v. 14). O termo significa literalmente "instalou Seu tabernáculo entre nós” ou “armou Sua tenda entre nós". Essa vigorosa expressão da encarnação do Verbo também é uma clara indicação de Sua preexistência.

1. Preexistência de Cristo

Tanto de maneira explícita quanto por inferência, o NT nos diz que Jesus, enquanto Verbo, existiu antes de Seu nascimento em Belém. Ele não passou a existir quando nasceu na Judeia. Encontramos dos lábios

de Jesus não somente grande número de referências ao fato de que Ele foi "enviado" pelo Pai (Mt 5:17; 15:24; Mc 1:38; 10:45; Lc 19:10; Jo 5:23), o que se podem considerar meras alusões à Sua missão profética, mas também em termos explícitos Ele declarou Sua origem celestial: que "veio" ou "desceu" do Géu à Terra: "Vim do Pai e entrei no mundo" (Jo 16:28; cf. Mt 20:28; Lc 19:10). "Quem vem das alturas certamente está acima de todos; quem vem da Terra é terreno e fala da Terra; quem veio do Géu está acima de todos e testifica o que tem visto e ouvido; contudo, ninguém aceita o Seu testemunho" (Jo3:31,32). E novamente: "Ora, ninguémsubiu ao Géu, senão Aquele que de lá desceu, a saber, o Filho do Homem" (Jo 3:13), ou "Que será, pois, se virdes o Filho do Homem subir para o lugar onde primeiro estava?" (Jo 6:62).

O Salvador não somente afirmou que existia antes de vir ao mundo, em glória e íntima comunhão com o Pai (Jo 17:5), mas ► também não hesitou em declarar: "Antes que Abraão existisse, Eu Sou" (Jo 8:58) — uma frase que faz lembrar a expressão do AT: "Eu Sou O Que Sou" (Êx 3:14), nome pelo qual Deus Se anunciou a Moisés no deserto como autoexistente e eterno. Já não se trata aqui de mera preexistência, mas de preexistência eterna. "Fiel é a palavra e digna de toda aceitação: que Cristo Jesus veio ao mundo para salvar os pecadores" (lTm 1:15; cf. 3:16). Aos colossenses Paulo diz que "nEIe, foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a Terra. [...] Tudo foi criado por meio dEIe e para Ele" (Cl 1:16-17; ver Criação II. C), Ele existia antes de Seu nascimento em Belém.

Nem o AT guarda silêncio sobre o assunto. Miqueias apresenta o Messias que havia de vir como alguém que teria existido antes de nascer em Belém-Efrata, "cujas origens são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade" (Mq 5:2). Isaías descreve o mesmo Messias prometido não apenas como "Maravilhoso Conselheiro" e "Príncipe da Paz", mas também como "Deus Forte" e "Pai da Eternidade" (Is 9:6).

O ensino de que o Filho de Deus existia antes de haver Ele nascido em Belém e "descido" do Céu, onde por toda a eternidade partilhara da glória do Pai, é fator essencial na compreensão de Sua pessoa e obra. Dirige a atenção para o fato de que Seu nascimento não foi o nascimento comum de um grande homem, mas a entrada na condição humana dAquele que foi identificado com Deus da forma mais íntima.

2. A Encarnação de Cristo

Os escritores do NT desenvolvem ainda mais o conceito da preexistência de Cristo. E assim que João, referindo-se ao Verbo pré-encarnado, explica que o Verbo, que "estava no princípio com Deus, "Se fez carne e habitou entre nós" (Jo 1:2, 14). O apóstolo declara de maneira inequívoca: "Se fez carne"; não apenas "mostrou-Se em carne" ou "apareceu como carne". Em um tempo definido, como o aoristo no original destaca, o Verbo tornou-Se humano. Jesus desceu do alto e ocorreu uma encarnação, termo de origem latina que quer dizer "ato de se tornar carne".

Que nosso Senhor Jesus Cristo, o eterno Filho de Deus, Se fez humano para nossa salvação é talvez a única doutrina da fé cristã que é essencial para todas as outras. Numa célebre passagem, Paulo fala de Jesus como alguém que subsistia "em forma de Deus", mas "a Si mesmo Se esvaziou" ("aniquilou-Se a Si mesmo", ARC), tomou "a forma de servo", "sendo obediente até ã morte e morte de cruz", antes de Sua subsequente exaltação (Fp 2:5-11). A palavra *morphã*, "forma", designa as características e qualidades essenciais em contraste com as que são apenas incidentais e mutáveis. O apóstolo está afirmando que o Verbo preexistente possuía as características essenciais de Deus. Ele é Deus. A seguir Paulo observa que, ao humilhar-Se, o Verbo tomou a "forma" de servo, ou seja,

as características e qualidades essenciais que fazem de um ser humano o que ele é. Cristo Se tornou plenamente humano. Isso não foi uma metamorfose, tão frequente nos mitos gregos, mas uma genuína encarnação. Tampouco se tratava apenas de uma aparência de humanidade; era humanidade genuína. A humanidade de Cristo era real e completa. O Ser divino preexistente Se humilhou e assumiu a natureza humana. O que ocorreu foi uma encarnação de verdade.

Numerosas outras alusões à encarnação são encontradas nas epístolas paulinas, algumas bastante incisivas (2Co 8:9; Cl 2:9; iTm 3:16; Hb 2:14; 5:7). Gálatas 4:4 e 5 diz que, ao chegar "a plenitude do tempo, Deus enviou Seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebéssemos a adoção de filhos". Paulo credita toda essa realização ao Pai, que cumpre assim o plano da redenção. O mesmo propósito é salientado quando, perto de morrer, o apóstolo afirma que "fiel é a palavra e digna de toda aceitação: que Cristo Jesus veio ao mundo para salvar os pecadores" (lTm 1:15). Talvez tenhamos sentido a necessidade de um mestre, um exemplo, um revelador, um intérprete da vontade de Deus, um baluarte contra o mal. Podemos encontrar tudo isso nEIe, e muito mais, embora a ideia principal seja a de que «V Ele é Deus e Salvador.

3. O Nascimento Virginal

Somos informados pelas Escrituras de que nosso Senhor Se fez carne humana ao ser concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da virgem Maria (Lc 1:26-35; Mt 1:18-21). Não encontramos aqui nenhum tipo de mito grego comum no primeiro século da era cristã, nenhuma referência a um casamento de divindades, nenhuma versão mitológica de um relato de nascimento, mas somente uma afirmação em linguagem sóbria e simples de um ato soberano do Espírito Santo.

A encarnação e o nascimento virginal de Cristo pressupõem tanto divindade quanto humanidade, João não expressa nenhuma obviedade ao insistir que "Jesus Cristo veio em carne" e ao fazer dessa confissão o teste decisivo da verdade (ljo 4:2). Ele quer dizer mais propriamente que Alguém que tivera Seu ser eternamente unido à Divindade Se humanizou por meio de um ato não repetido de Deus, sem, no entanto, abandonar Sua unicidade com o Pai. Ao empregar a palavra "carne", a intenção do apóstolo é referir não somente a um corpo físico, mas a uma pessoa humana completa. E preciso não perder isso de vista.

Para uma mentalidade moderna, secularizada e positivista, que perdeu a capacidade de se surpreender, a preexistência, a encarnação e o nascimento virginal de Cristo parecem muitas vezes apenas mitos em que uma mente instruída já não pode acreditar, Para os escritores do NT, porém, era somente através de uma encarnação que Deus podia ser realmente conhecido (cf. Jo 1:18). A preexistência, a encarnação e o nascimento virginal de Cristo fazem parte de um conjunto. Não se trata de uma doutrina isolada, um corpo estranho equivocadamente introduzido na fé cristã. Constituem uma palavra sobre a graça divina e o desamparo humano. São parte integrante do drama total da redenção, e descartá-los é criar um buraco no tecido da concepção bíblica da pessoa e missão de Cristo.

jB. Hi.*vnia-tw e Divhio*

1* A Humanidade de Cristo

A afirmação de que Jesus foi realmente humano está presente em toda parte do NT. Ainda que exaltado de diversas formas pelos títulos que recebeu, foi, não obstante, um genuíno ser humano. Tudo que é dito nas epístolas, nos evangelhos e no livro de Atos aponta para esse fato. Que ele era verdadeiramente humano é uma suposição tão difundida que talvez

explique a maneira quase acidental com que os escritores do NT apresentam a humanidade de Jesus. Paulo estava apenas resumindo o que todo mundo já admitia quando escreveu que Cristo foi “nascido de mulher, nascido sob a lei" (G1 4:4), de família e descendência específica (Rm 1:3). Tanto é que ele nem sentiu a necessidade de desenvolver o argumento.

a. A prova bíblica. Um exame mais detido dos evangelhos evidencia a mesma suposição comum. Jesus nasceu na cidade de Davi (Mt 2:1; Lc 2:4-11), viveu na Palestina e foi morto em Jerusalém, sob Pôncio Pilatos (Mt 27:11-50; Jo 18:28-19:37). O nome de sua mãe era Maria (Mc 6:3) e, embora o nome de Suas irmãs não seja registrado, foram Seus irmãos Tiago, José, Simão e Judas (Mt 13:55, 56). No retrato desenhado pelos evangelistas, é possível discernir os aspectos da verdadeira humanidade, Ele comia (Mc 2:16), dormia (Mt 8:24) e Se cansava (Jo 4:6) como os outros seres humanos, Foi obediente aos pais, enquanto crescia (Lc 2:51) em sabedoria e estatura (Lc 2:40, 52). E representado repetidas vezes como buscando informação por meio de perguntas (Mt 7:3, 4; 9:28; Mc 7:18, 19; Lc 7:24-28; Jo 11:34; 18:34). Conheceu tristeza e angústia (Mt 26:37; cf. Jo 11:35; 12:27), bem como a tentação (Mt 4:1). Sentiu fome (Mt4:2) e sede (Jo 19:28). Desfrutou a amizade de outras pessoas (Jo 11:5) e esteve consciente do ódio e do ciúme delas (Jo 7:7; 15:18; Mc 15:10), Era homem de oração (Mt 14:23; Mc 1:35; Lc 11:1) e exerceu fé (Mt 4:4; Jo 11:41). Lemos também acerca de Seu acesso de indignação (Mc 3:5), do clamor em alta voz que proferiu quando sozinho na cruz (Mt 27:46), bem como da pública exclamação de alegria (Lc 10:21), Nada falta para transmitir a convicção dos apóstolos de que eles viam em Jesus um ser humano genuíno que veio “em semelhança de homens” (Fp 2:7), exceto num único detalhe: Ele "não conheceu pecado" (2Co 5:21). Ele era o imaculado “Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (Jo 1:29).

b. Uma vida modelada pelos princípios bíblicos. As pessoas certamente trataram Jesus como se fosse uma delas, rindo dEIe quando Ele Se negou a aceitar que a filha de Jairo estava morta (Lc 8:53), ou quando O acusaram injustamente de ser “glutão e bebedor de vinho" (Mt 11:19). Os que zombavam dEIe e lhe davam pancadas não viram obviamente nenhuma razão para deixá-Lo escapar impune (Lc 22:63). O objeto do desprezo e da crítica deles era um homem de verdade. Toda a maneira de viver de Jesus foi humana, até mesmo na plena confiança que depositava nas Escrituras do AT como a revelada Palavra de Deus.

Como membro de uma comunidade de fé educada pelas Escrituras do AT, Jesus considerava esses escritos inspirados e autorizados. Ele sempre tratou as narrativas históricas da Bíblia como registros diretos e fidedignos dos fatos. Em Seus ensinos, fez referência a Abel (Lc 11:51), Noé (Mt 24:37-39), Abraão (Jo 8:56), Sodoma e Gomorra (Mt 10:15; 11:23, 24), Isaque e Jacó (Lc 13:28), a serpente do deserto (Jo 3:14), Salomão (Lc 11:31; 12:27), Elias (Lc 4:25, 26), Jonas (Mt 12:39-41), e a muitos outros indivíduos e incidentes do AT. Fazia questão de deixar claro que Suas próprias concepções e ensinos se baseavam nos princípios e ensinos da Escritura (Mt 19:16-22; 26:24; Lc 4:1-13; 18:31-33). Era capaz de introduzir uma citação da Escritura com a expressão "Moisés disse" (Mc 7:10), “bem profetizou Isaias a respeito de vós" (v. 6), ou “o próprio Davi falou, pelo Espírito Santo" (Mc 12:36). Mas, como se deduz do contexto, essas afirmações e injunções extraem sua autoridade do fato de serem mandamentos de Deus (cf. Mt 19:4, 5; Gn 2:24). Ele também colocou o selo de Sua aprovação em afirmações encontradas em Gênesis 1 e 2 (Mt 19:4, 5; Mc 10:6-8). As narrativas que

parecem menos aceitáveis à mente moderna foram mais de uma vez as próprias que Ele não hesitou em escolher para Suas ilustrações,

E particularmente significativo que Cristo, depois de Sua ressurreição, quando apareceu aos discípulos antes de ascender ao Céu, tenha-Se ocupado com a exposição da Escritura (Lc 24:25-27, 44, 45). É seguro dizer que, como homem, toda a Sua vida foi condicionada pela concepção que tinha das Escrituras do AT como a Palavra de Deus. Em cada crise ou qualquer outro momento importante da vida de Cristo, as Escrituras estavam sempre presentes, salientando que o Salvador vivia pela luz que dela emanava e que ouvia a voz de Deus em suas páginas.

2. Uma Natureza Humana sem Pecado

Ao estudar a natureza humana de Jesus, é necessário dirigir a atenção para outro inequívoco testemunho do NT a respeito de Seu caráter sem pecado, evidente em numerosas afirmações. A epístola aos Hebreus afirma que "foi Ele tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado" (Hb 4:15). Pedro, que O conhecia bem, refere-se a Jesus como "o Santo de Deus" (Jo 6:69), acrescentando que Ele "não cometeu pecado, nem dolo algum se achou em Sua boca"(lPe 2:22). João afirma que "nEle não existe pecado" (ljo 3:5), ao passo que o testemunho de Paulo é que Cristo "não conheceu pecado" (2Co 5:21), ígualmente importante é o próprio testemunho de Jesus: "Eu tenho guardado os mandamentos de Meu Pai" (Jo 15:10). "Eu faço sempre o que Lhe agrada" (Jo 8:29). Do mesmo modo, Ele desafia Seus ouvintes: "Quem dentre vós Me convence de pecador[1]" (v. 46).

Parte da missão de Cristo era ser verdadeiramente humano. Ele possuía as características essenciais da natureza humana. Ele era "carne e sangue" (Hb 2:14), e em todas as coisas Se tornou semelhante a Seus irmãos seres humanos (v. 17). Sua humanidade não correspondia ã humanidade de Adão antes da queda nem em todos os aspectos à humanidade de Adão depois da queda já que as Escrituras retratam a humanidade de Cristo como sem pecado. Concebido pelo Espírito Santo, Seu nascimento foi sobrenatural (Mt 1:20; Lc 1:35), tanto é que o anjo enviado pelo Pai disse à Maria: "O Ente santo que há de nascer será chamado Filho de Deus" (Lc 1:35).

Ele veio "em semelhança de carne pecaminosa" (Rm 8:3). Assumiu a natureza humana em sua condição caída, com todas as ◄§ suas debilidades e deficiências, de modo que suportou as consequências do pecado; mas não sua pecaminosidade. Ele era verdadeiramente humano, um com a raça humana, exceto no pecado. Tinha plenas condições de dizer "ele (Satanás) não tem nenhum poder sobre Mim" (Jo 14:30; *en emoi ouk echei ouden,* lit. "não tem nada em mim"). Jesus assumiu a natureza humana, enfraquecida e deteriorada por quatro mil anos de pecado, no entanto foi puro e imaculado. "NEIe", escreveu João, "não existe pecado" (ljo 3:5).

O testemunho uniforme da Escritura sobre a impecabilidade de Jesus não significa que Ele não pudesse pecar. Embora seja verdade que a Escritura nos diz que Deus não é tentado pelo mal e Ele mesmo a ninguém tenta (Tg 1:13), é apropriado ressaltar que Jesus, como ser humano podia ter pecado, mas não o fez. Recusou-Se a romper o íntimo relacionamento que mantinha com o Pai. Foi assediado por lutas e tentações genuínas, algumas de enorme intensidade, como em Sua agonia no Getsêmani para fazer a vontade do Pai (Lc 22:41-44).

"Graças a Deus pelo seu dom inefável", escreveu Paulo (2Co 9:15). E impossível exprimir adequadamente o mistério de Cristo. Na verdade o fato de Cristo não possuir natureza pecaminosa não é apenas uma questão de perfeição moral: é pré-requisito para Sua morte sacrifical. Sua impecabilidade não

é apenas uma afirmação sobre o Cristo-em-Si, mas também do Cristo-em-nós, do Cristo como nosso Salvador. Uma vez que é santo e imaculado; Ele acha-Se plenamente qualificado para ser Senhor, Redentor e Sumo Sacerdote para os pecadores. Essa santidade e impecabilidade de Jesus é o pressuposto moral da expiação, da qual trataremos posteriormente (ver II.C-E),

3. A Divindade de Cristo

a. Títulos de Cristo. Ao lado dessas declarações sobre a verdadeira e genuína humanidade de Cristo, é possível compreender um pouco do lugar designado para Jesus na crença cristã primitiva a partir de um estudo dos nomes e títulos usados pelo próprio Jesus ou dados a Ele por outros. Embora os títulos listados aqui não equivalham a uma apresentação sistemática da pessoa e missão de Jesus, acabam dando importante contribuição nesse sentido.

(1) Messias!Cristo. Parece lógico começar com "Messias", visto que a igreja cristã deve seu nome ao equivalente grego *Christos,* "Ungido". A palavra hebraica designa a figura do libertador a quem os judeus aguardavam e que seria o agente divino na inauguração de uma nova era para o povo de Deus. Tanto o termo grego como o hebraico derivam de raízes que significam "ungir". E evidente que, ao chamar .Jesus de "Cristo", os escritores do NT viam-nO como alguém especialmente separado para uma tarefa específica.

O título *Christos* ocorre mais de 500 vezes no NT. Embora houvesse entre os contemporâneos de Jesus mais de um conceito de messianidade, geralmente se admite que, por volta do primeiro século, os judeus concebiam o Messias como alguém que possuía especial relacionamento com Deus. Ele surgiría no fim do tempo, quando o reino de Deus seria estabelecido. Era alguém através do qual Deus interviria na história para o livramento do Seu povo. Jesus aceitava o título de "Messias", mas não encorajava seu uso; pois o termo encerrava conotações políticas que dificultavam o seu emprego. Embora relutasse em tirar proveito desse título em público para descrever Sua missão, Jesus não repreendeu Pedro (Mt 16:16, 17) nem a mulher samaritana (Jo 4:25, 26) quando o utilizaram. Ele sabia que era o Messias, conforme se deduz do relato de Marcos, onde Jesus afirma que recebería galardão quem desse de beber um copo de água a um de Seus seguidores, porque eles eram discípulos de Cristo (Mc 9:41). Tudo dependia do significado que lhe era atribuído, conforme se percebe na resposta de Jesus a Pedro, em Cesareia de Filipe. Logo depois de Pedro confessar que Jesus de fato era "o Cristo, o Filho do Deus vivo" (Mt 16:16), Jesus realçou o fato de que "era necessário que o Filho do homem sofresse muitas coisas" (Mc 8:31; cf. Mt 16:21). Rejeitando a ideia de messianidade política, Jesus reinterpretou o ofício messiânico de forma radicalmente diferente das interpretações em voga na época. Se Ele Se considerava o Messias, era no contexto do cumprimento do AT, isto é, a consciência de que Ele era o agente divino para a redenção do povo de Deus, uma redenção compreendida mais no sentido espiritual do que nacionalístico.

A ressurreição de Cristo esclareceu e atestou Seu título como Messias. Realmente, no contexto da ressurreição e do derramamento do Espírito Santo, Pedro declarou no Pentecostes que "Deus o fez Senhor e Cristo" (At 2:36). Desde o princípio, o tema da pregação e do ensino cristão é "Jesus, o Cristo" (At 5:42), Tão profunda era a convicção da igreja primitiva a respeito desse ponto que "Cristo" logo se tornou praticamente um nome próprio para Jesus. O evangelho que eles proclamaram era o "evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus" (Mc 1:1). Entre outras coisas, o título de Messias ou Cristo viera a ter para os primeiros discípulos o significado de o Rei ungido da promessa.

(2) Cristo como Senhor. Embora Cristo ou Messias fosse um título de particular significação para cristãos judeus, o título "Senhor" (gr. *kyrios)* possuía mais significado para os gentios. Não se originou, porém, em fontes gentílicas; foi extraído do AT, em cuja versão grega foi empregado para traduzir Yahweh (Gn 2:4) e *Adonai* (Js 3:11; SI 8:1, 9). Em grego secular, "Senhor" poderia ser simplesmente uma indicação de respeito ("senhor", Mt 13:27; Jo 4:19, ou "mestre", Mt 10:24; Jo 15:15). Em todo o mundo helenístico, também se empregava o termo "senhor" para dirigir-se às divindades dos cultos de mistério ou ao imperador. Em mais de um exemplo, aplicar esse título a Jesus era, na prática, equipará-Lo a Deus, como talvez se veja melhor na confissão de fé do discípulo Tomé: "Senhor meu e Deus meu!" (Jo 20:28).

Referindo-se a Jesus como Senhor, a igreja primitiva pretendia declará-Lo superior ao nível humano, merecedor de adoração (At 7:59-60), digno de oração (v, 59, 60) e confiança (At 16:31; Rm 10:9) e autor de nossa salvação (At 15:11; iTs 5:9). Ele "é o Senhor dos senhores e o Rei dos reis" (Ap 17:14; cf. 19:16), que compartilha da mesma natureza que Deus, concedendo-nos graça e paz (Fp 1:2; 2Ts 1:2), confortando nosso coração e nos confirmando em toda boa obra (2Ts 2:16, 17). Em seu emprego cristão, o título sugere não somente a absoluta soberania de Jesus sobre todos os aspectos da vida e da fé, mas também a divindade. Para os cristãos, Cristo é o "único Soberano e Senhor" (Jd 4), do qual todo crente é chamado a "se revestir" (Rm 13:14) e por quem todo discípulo ou discípula está pronto a arriscar a vida (At 15:26) e até mesmo morrer (At 21:13). Ele não é outro senão o "Senhor e Salvador Jesus Cristo" (2Pe 1:11; 2:20). Aqui, mais uma vez, a ressurreição de Cristo tornou patente aos primeiros crentes o verdadeiro significado do senhorio de Cristo. Pois, como disse Pedro às multidões no Pentecostes, foi por meio desse evento que Deus O fez *Kyrios* e *Christos.* "Esteja absolutamente certa, pois, toda a casa de Israel de que a este Jesus, que vós crucificastes, Deus o fez Senhor e Cristo" (At 2:36).

(3) Filho de Detts. "Messias" e "Senhor" são títulos que poderíam ser entendidos num sentido funcional, para anunciar a ação e o propósito de Deus num homem específico. "Filho de Deus", outro título atribuído a Jesus no NT, aponta para além das funções desempenhadas por Ele. Aponta para o relacionamento dessa pessoa com Deus em Seu ser. Jesus Cristo é mais do que o homem de Deus, o instrumento da ação de Deus. Ele é o Filho de Deus. Sua relação com Deus vai além do funcional. E ontológíca. Essa é a dimensão radicalmente nova que o NT imprime à concepção do título "Filho de Deus". Além da ação divina nEle, está o ser divino. O Filho está "no seio do Pai" (Jo 1:18). Alguma coisa da essência do Pai está no Filho.

No NT, "Filho de Deus" podia significar muito ou pouco. Seu significado se baseia no uso diferenciado do termo no AT. Podia ser usado para anjos (Jó 1:6; 38:7). O rei é chamado ocasionalmente de filho de Deus (2Sm 7:14; SI 2:7). Pessoas justas são chamadas de filhos de Deus (Gn 6:2); também Israel, considerado coletivamente, é declarado filho de Deus (Ex 4:22; Os 11:1). Mas, quando a expressão é usada com relação a Jesus, os indícios mostram que ela não deve ser compreendida no mesmo sentido que nos outros casos. A respeito dEle diz Deus: "Este é o Meu Filho amado, em quem Me comprazo" (Mt 3:17). Marcos abre seu evangelho com a frase "Jesus Cristo, Filho de Deus" (Mc 1:1). Mateus 2:15 não he-^gsita em aplicar "o meu filho", de Oseias 11:1, a Jesus. A confissão de Pedro em Cesareia de Filipe — "Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo" (Mt 16:16) — é aceita sem discussão por Jesus, que a credita à revelação divina (v. 17). Aqueles que O acusaram de dizer "sou filho de Deus" (Mt 27:43; cf. Jo 19:7) devem tê-Lo ouvido usar esse título. Os evangelhos

sinóticos não deixam dúvida de que Jesus não só aceitava o título de Filho de Deus, senão também que Se tinha na conta de Filho de Deus (Mt 11:27; Mc 13:34). Esse título assume seu significado mais pleno no evangelho de João, onde, em muitos exemplos, se emprega a expressão "o Filho", em lugar de "o Filho de Deus", que é outro modo de destacar a singular condição de Jesus. Deus e Seu Filho estão ligados um ao outro de maneira exclusiva (Jo 3:35; 5:19, 20). O próprio Jesus reclamou a posse desse título (Jo 10:36); e os judeus entendiam que o modo como o filho de Maria reivindicava Deus como Pai dava a entender que Ele estava "fazendo-Se igual a Deus" (Jo 5:18).

Fora dos evangelhos, os escritores do NT definem a mensagem cristã como o "evangelho de Seu Filho [de Deus]" (Rm 1:9). Já no início de seu ministério, Paulo sintetizava ser cristão como "fé no Filho de Deus" (G12:20). A epístola aos ITebreus não somente declara, mas também enfatiza a filiação divina de Jesus Cristo. Ele é superior aos profetas do AT (Hb 1:1, 2). É "Filho" porque "*é* o resplendor da glória e a expressão exata do Seu Ser [de Deus]" (v. 3). A posição que ocupa é a de Filho, e, com base nisso, é superior aos anjos (v. 4, 5) e maior que o próprio Moisés (v. 5, 6).

No sentido mais completo, o Filho participa da mesma natureza que o Pai. Ele possui os mesmos atributos (Jo 5:21; 8:58; 21:7), realiza as mesmas obras (Mt 9:2; Jo 5:24-29) e reivindica honra igual à do Pai (Jo 5:23; 14:1). Assim como a Ressurreição intensifica o significado dos títulos considerados anteriormente, potencializa também "Filho", pois, segundo as palavras de Paulo, Jesus "foi designado Filho de Deus com poder [...]. pela ressurreição dos mortos" (Rm 1:4). Se a singular filiação de Cristo era obscura antes de Sua morte, certamente não o foi mais depois de Sua ressurreição.

b. Jesus como Deus. Em pelo menos três exemplos os escritores bíblicos falam bem claramente de Jesus como Deus. No primeiro deles (Hb 1:8, 9) é citado o Salmo 45:6 e 7, como aquilo que Deus diz acerca do Filho: "O Teu trono, ó Deus, é para todo o sempre; e: Cetro de equidade é o cetro do Seu reino. Amaste a justiça e odiaste a iniquidade; por isso, Deus, o Teu Deus, Te ungiu com o óleo de alegria como a nenhum dos Teus companheiros." Nessa passagem, o Filho, que é superior aos anjos (Hb 1:4-2:9), a Moisés (Hb 3:1-6) e ao sumo sacerdote levita (Hb 4:14-5:10), é tratado como Deus. Assim como o Pai, Jesus possui natureza divina.

A segunda declaração explícita encontra-se em João 1:1: "No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus". Embora seja verdade que há exceções à regra, o uso do substantivo grego *theos* (Deus) sem o artigo, em 1:1c ("E o Verbo era Deus") distingue o predicativo do sujeito do verbo "ser", confirmando assim a tradução "E o verbo era Deus". A omissão do artigo também enfatiza a qualidade e o caráter do Verbo. Depois de estabelecer a diferença entre o Verbo e Deus Pai (v. 1), João afirma que Ele compartilha a mesma natureza do Pai. Na primeira das três concisas orações do versículo 1, João afirma a existência absoluta e supratemporal do Verbo. Ele existiu no princípio, antes do tempo terreno e da criação. Mas essa subsistência eterna não era em isolamento, pois João acrescenta que "o Verbo estava com Deus". Embora distinto de Deus, estava em comunhão com Ele, e era idêntico a Ele no verdadeiro sentido da palavra. Na verdade, o apóstolo afirma isso ao declarar que "o Verbo era Deus". O predicativo "Deus" na terceira frase dessa declaração extraordinária ocupa uma posição de ênfase, provavelmente para prevenir conclusões inadequadas sobre a natureza do Verbo. Eternamente preexistente e em comunhão mútua e pes- -«Sj soai com o Pai, o Verbo, identificado como

Jesus de Nazaré, no verso 14, é intrinsecamente divino.

Em nenhuma parte no NT é Jesus mais claramente equiparado a Deus do que na conclusiva passagem na qual, reagindo ao convite de Jesus para tocar Suas feridas, Tomé, um discípulo cético, profere as palavras "Senhor meu e Deus meu" (Jo 20:28). A confissão é ainda mais significativa pelo fato de não ter sido censurada por Jesus (v, 29; cf. Ap 19:10). Da mesma forma que Israel honrara Yahweh como "Senhor, nosso Deus" (SI 99:8), assim os cristãos se referiram a Jesus como "meu Senhor e meu Deus" e honraram o Filho do mesmo jeito que honravam o Pai (Jo 5:23).

c. A consciência divina de Jesus* O evangelho de João preservou grande número afirmações feitas pelo próprio Jesus nas quais dava testemunho de Sua autoconsciência divina. Ele afirmou repetidas vezes possuir origem e natureza mais que terrena. Ensinou que havia descido do Céu (Jo 3:13). Garantiu: "Vós sois cá de baixo, Eu sou lá de cima; vós sois deste mundo, Eu deste mundo não sou" (Jo 8:23). Declarou depois: "Vim do Pai e entrei no mundo; todavia, deixo o mundo e vou para o Pai" (Jo 16:28), Essas declarações comunicam afirmações de preexistência, tornadas até mais explícitas na pergunta: "Que será, pois, se virdes o Filho do Homem subir para o lugar onde primeiro estava?" (Jo 6:62), ou em Sua oração: "Glorifica-me, d Pai, contigo mesmo, com a glória que Eu tive junto de Ti, antes que houvesse mundo" (Jo 17:5).

Essa consciência de ser ontologicamente divino é expressa mais adiante nas diversas e notáveis declarações "Eu sou". "Eu sou o pão da vida" (Jo 6:35); "Eu sou a luz do mundo" (Jo 8:12); "Eu sou a porta" (Jo 10:7); "Eu sou o bom pastor" (v. 11); "Eu sou a ressurreição e a vida" (11:25); "Eu sou o caminho, a verdade e a vida" (Jo 14:6); "Eu sou a videira verdadeira" (Jo 15:1).

Jesus não apenas traz ou dá pão, vida, luz ou ressurreição. Ele é cada uma dessas coisas. Para os ouvidos judaicos essas declarações "Eu sou" devem ter despertado associações com o divino, pois na LXX, a tradução grega do AT hebraico, o próprio Deus utiliza-Se com frequência do mesmo enfático "Eu sou" (cf. Dt 32:39; Is 41:4; 43:10; etc.). A mesma conclusão é sublinhada claramente em outras passagens nas quais Jesus emprega a fórmula "Eu sou", sem adicionar o predicativo modificador, tais como João 8:24 e 28 e 13:19. A mais notável delas é João 8:58: "Em verdade, em verdade eu vos digo: antes que Abraão existisse, Eu Sou." Indignados, Seus oponentes "pegaram em pedras para atirarem nEle" (v. 59), obviamente por verem na declaração de Jesus uma blasfema afirmação de igualdade com Deus, uma reivindicação de divindade.

4. Uma Pessoa —Verdadeiramente Divina e Verdadeiramente Humana

Tendo concluído que o NT ensina que Jesus de Nazaré era ao mesmo tempo verdadeiramente divino e verdadeira mente humano, enfrenta-se ainda um dos mais difíceis de todos os problemas cristológicos e uma questão de alta indagação: Como pode haver duas naturezas numa só pessoa? Ainda que achemos essa pergunta difícil de responder, as Escrituras nos estimulam a compreender plenamente o mistério de Deus, Cristo (Cl 2:2, 3); e o próprio Jesus nos afiança que é possível obter um conhecimento verdadeiro acerca dEle mediante a revelação (Mt 11:25-27; 16:17).

Em primeiro lugar, deve-se estabelecer que a concepção segundo a qual em Jesus estavam unidas duas naturezas em uma só pessoa é exigida pela própria Escritura. Já vimos que as Escrituras representam Cristo como tendo efetivamente uma natureza divina e uma natureza humana, O fato de estarem unidas em uma pessoa é coisa

mais constantemente admitida do que formalmente expressa no NT, que descreve Jesus como uma pessoa, uma personalidade indivisa, na qual as duas naturezas se acham inseparavelmente unidas. É assim que Paulo fala de Cristo como descendente de Davi pelo lado de Sua natureza humana (Rm 1:3) e como "Filho de Deus [...] segundo o espírito de santidade" (v. 4) — duas naturezas em uma só pessoa. E na epístola aos Hebreus que se encontra o próprio ponto de partida para o desenvolvimento sistemático das duas naturezas de Cristo em uma só pessoa. O primeiro capí-
§► tulo proclama a divindade de Cristo (v. 2, 3, 6, 8, 10-12), enquanto o segundo capítulo acrescenta mais detalhes sobre Sua humanidade (v. 9, 14, 16, 17). A mesmamnião pessoal é relatada na descrição de Cristo feita por Paulo, quando diz que Cristo, subsistindo em "forma" (isto é, natureza) de Deus, a Si mesmo Se esvaziou, assumindo a própria natureza ("forma") de servo, tornando-Se em semelhança de homens (Fp 2:6-8). II.

João também garante que o Verbo, que é Deus, Se fez carne, e que Cristo, dotado de natureza divina e humana, habitou entre os seres humanos (Jo 1:1-18).

Essa convicção era tão forte entre os primeiros crentes que, sem a mínima hesitação, os apóstolos aplicam qualidades tanto humanas quanto divinas à mesma pessoa. E assim que Aquele que sustenta todas as coisas pela palavra do Seu poder fortaleceu-Se efortificou-Se em estatura e sabedoria. Aquele que era antes de Abraão, nasceu numa manjedoura, Aquele que morre é o mesmo que a tudo enche em todas as coisas. As vezes, as duas naturezas são mantidas em tensão numa expressão simples e compacta, como por exemplo: "crucificado o Senhor da glória" (lCo 2:8). Declarações como essas não são nem contraditórias nem absurdas, quando vistas à luz da união pessoal divino-humana apresentada nas Escrituras. Elas só fazem sentido quando se admite que essas duas naturezas estavam em uma única pessoa: o Deus-homem.

II. S eu Ministério e Morte

Os primeiros cristãos não se opuseram a que se atribuísse tanto humanidade quanto divindade a Jesus de Nazaré. Apesar de interessados em saber quem era Jesus (Mt 16:13-17), mostraram maior interesse ainda na missão e obra que Ele viera realizar. Uma compreensão cada vez mais clara de quem. Ele era os habilitou a compreender melhor o que Sua pessoa viera fazer por eles.

A. A *Obra qxie Ele Veio Fazer*

Uma leitura cuidadosa do NT mostra que seus escritores estavam convencidos de que havia um propósito na vinda de Jesus ao mundo, Ele não "apareceu" simplesmente, nem era apenas um galileu talentoso com discernimentos especiais sobre os caminhos de Deus. Ele foi enviado "pelo Pai", uma declaração que aparece cerca de 40 vezes só no evangelho de João. O próprio Cristo mostrou muitas vezes ter consciência de cumprir uma tarefa designada por Deus. Duas palavras são usadas para descrever esse envio: a palavra geral *pempõ,* e a mais específica *apostellõ,* indicativa de uma íntima ligação entre aquele que envia e o que é enviado. Na condição de Servo ungido enviado por Deus, Jesus sentia haver um decreto para Ele executar. Lucas revela isso de maneira bastante vigorosa ao usar a forma verbal grega *dei* ("dever" ou "ser necessário") cerca de 18 vezes (Lc 2:49; 4:43; 9:22; 24:44; etc.). Em vez de Se considerar apenas mais um dentre tantos mensageiros divinos, Jesus Se reconhece como o Mensageiro-Fílho (Mc 12:6, 7). Quando o Pai O separou, O enviou ao mundo (Jo 10:36) e Lhe concedeu autoridade (Jo 8:42; Mt 9:6),

não era para o Filho fazer Sua própria vontade (Jo 4:34; 5:30; 6:38). As Escrituras apresentam, em detalhes, os diversos propósitos de Sua missão e obra.

1. Confirmar as Promessas de Deus

O Verbo se fez humano para confirmar as promessas feitas por Deus aos pais, começando com o protoevangelho, em Gênesis 3:15, e continuando ao longo de todo o AT (Is 7:14; 9:6; Mq 5:2). Duas linhas de predições dizem como seria a vinda do Filho: Ele devia vir como Salvador do pecado conforme prefigurado nos sacrifícios do AT (Gn 4:3, 4; Lv 1:3-9; 17:11) e anunciado pelos profetas (Is 52:13, 14; 53:3-6; Dn 9:26; Zc 13:1, 7), e como Rei de Seu reino (Gn 49:9, 10; SI 2; Jt 23:5, 6).

2. Estabelecer o Reino de Deus

Era imperativo para Jesus garantir o reconhecimento da soberania de Deus e o estabelecimento de Seu reino na Terra (Mt 4:17; Lc 19:11-27). Nos evangelhos sinóticos o tema central da pregação de Jesus, o reino de Deus, foi anunciado como algo que apareceria no futuro, mas que no entanto já era uma realidade presente, manifesta na própria pessoa e ministério do Salvador (Mt 12:28). O reino era onde Ele estava. O segredo de ser parte desse reino, presente ou futuro, reside em pertencer a Ele (Mt 7:23; 25:41).

3. Divulgar o Conhecimento de Deus

Levando em conta que o conhecimento de Deus é essencial à vida eterna, era parte da missão de Cristo transmitir esse conhecimento (Jo 17:3). No AT, Deus foi revelado como o Criador e Soberano (por exemplo, SI 33:6; Is 40:12-17; 45:18; Jr 10:12), embora não fosse incomum vê-Lo como Pai do povo escolhido (como Dt 32:6; Is 22:21; 63:16; Ml 1:6). Jesus ajudou os pecadores a pensar em Deus com confiança e reverência, com amor, mas também com respeito, como em um Pai que conhece nossas necessidades antes mesmo de Lhe pedirmos e que não retém nenhuma boa dádiva de Seus filhos. Essa revelação só podería ser feita pelo Filho (Mt 11:27; Lc 10:22), mais por meio de Suas ações do que por Seus ensinos, porque estava nEle (Jo 14:7-10), uma revelação encarnada que apela para o amor do coração e pede a rendição da vontade.

4. Ser o Servo de Deus

A ideía de servo desempenha papel importante na forma como o NT compreende a obra e a missão de Jesus. Ele próprio insistia que viera não "para ser servido, mas para servir" (Mt 20:28). A ideia do servo de Deus vem diretamente de quatro canções de Isaías, conhecidas como canções do servo (Is 42:1-4; 49:1-6; 50:4-9; 52:13-53:12). Embora se debata sobre se o servo nessas canções é um indivíduo ou se refere a Israel coletívamente, a tarefa do servo nessas passagens fica mais compreensível caso se tenha em mente um indivíduo. Ele é o ungido de Deus (Is 42:1), chamado para estabelecer justiça na Terra (v. 1, 3, 4), estender o ministério até os gentios (v. 1,4; Is 50:4), como também à casa de Israel (Is 49:5,6a); ser o agente divino na salvação mundial (v. 1-6), e não obstante ainda cumprir Sua tarefa de Se submeter voluntariamente a uma morte substitutiva (Is 53:4-6, 8, 10-12).

Em uma fórmula de cumprimento redigida em estilo vigoroso, Jesus fez uma citação direta de Isaías 53:12, atestando Sua consciência de que a figura veterotestamentária do servo estava se cumprindo nEle (Lc 22:37). Mateus, no contexto do ministério de ciua de Jesus, também cita Isaías 53:4 como tendo-se cumprido em Jesus (Mt 8:17). Assim faz Lucas ao relatar o encontro de Filipe com o eunuco etíope. Ele aplica especificamente a Jesus uma citação direta de Isaías 53:7 e 8 (At 8:32, 33). Na primeira epístola de Pedro várias alusões diretas ao Servo sofredor mostram que o apóstolo talvez tivesse

a passagem de Isaías em mente (IPe 2:22 = Is 53:9; IPe 2:24a = Is 53:12; IPe 2:24b = Is 53:5; IPe 2:25 = Is 55:6).

Gomo parte de Sua missão, o Verbo, que era por natureza o próprio Deus (Fp 2:6), assumiu a natureza de um servo (v. 7), a fim de que a vida divina fosse manifesta aos seres humanos na forma de um servo (v. 5-7). Ele Se tornou obediente, até a morte, para revelar a verdadeira humanidade e apresentar ao Pai a perfeita obediência que a humanidade Lhe devia.

5. Deixar um Exemplo

Jesus concebia Sua missão como de obediência à vontade do Pai. Ele afirmou em linguagem pitoresca que Sua comida consistia em fazer a vontade de Deus (Jo 4:34). Também disse claramente que havia descido do Géu, não para fazer a Sua própria vontade, e sim a dAquele que O enviara (Jo 6:39; cf. 5:30). Diferentemente do primeiro, o segundo Adão permaneceu no amor do Pai (Jo 15:10; cf. 14:31), estava ansioso por Lhe agradar (Jo 8:29) e realizar a obra dAquele que O enviara (Jo 4:34). Isso envolvia constante conflito com o mal, pois Ele "aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu" e foi "aperfeiçoado" (Hb 5:8, 9) por meio do sofrimento (Hb 2:10; cf. Mt 26:39-45; Lc 22:42-46).

Essa verdade é usada para apoiar um incessante apelo à natureza exemplar da vida e do ministério de Cristo. Chamados para ► ser "conformes à imagem de Seu Filho" (Rm 8:29), os cristãos são exortados a revestirem-se "do Senhor Jesus Cristo" e nada dispor "para a carne no tocante às suas concupiscências" (Rm 13:14; cf. Cl 3:10), a serem imitadores de Cristo (iTs 1:6), a permanecer nEle e andar como Ele andou (IJo 2:6), e a "andar em amor", seguindo o modelo que Cristo deixou (Ef 5:2; cf, IPe 3:8, 9). Em um clássico exemplo que vem ao caso, quando se dirige a servos e os exorta a ser submissos ao seu senhor, mesmo sofrendo injustamente, Pedro explicou: "[...] para isto mesmo fostes chamados, pois que também Cristo sofreu em vosso lugar, deixando-vos exemplo para seguirdes os Seus passos" (IPe 2:21),

6. Curar os Fracos e Doentes

Jesus veio para curar. Em vez de manifestar desprezo pelos fracos e doentes, Ele mostrou que Sua missão e obra estavam estreit amente relacionadas com os frágeis e débeis de corpo e espírito. Curou a muitos (Mt 4:23). "Onde quer que Ele entrasse nas aldeias, cidades ou campos, punham os enfermos nas praças" (Mc 6:56; cf. Lc 4:40). "Grandes multidões afluíam para O ouvirem e serem curadas de suas enfermidades" (Lc 5:15), "E o poder do Senhor estava com Ele para curar" (v. 17). Não resta dúvida de que isso era parte de Sua missão. Os doze enviados por Jesus foram encarregados de proclamar o reino do Céu e de "curar enfermos, ressuscitar mortos, purificar leprosos, expelir demônios" (Mt 10:5-8; cf. Lc 10:8, 9).

Jesus entendia que a existência de doença era um dos resultados da queda. Já que Sua missão era destruir as obras do diabo, Ele Se esforçava para curar doentes e enfermos. Seus milagres de cura, porém, eram mais do que prodígios espetaculares. Comentando as atividades de cura realizadas em Cafarnaum, Mateus especifica que o ministério de cura de Jesus era o cumprimento de uma profecia feita por Isaías sobre a missão e obra do Servo divina mente designado: "Ele mesmo tomou as nossas enfermidades e carregou com as nossas doenças" (Mt 8:17; Is 53:4). Embora não faça nenhuma referência a um elemento expiatório, o apóstolo vê uma clara relação entre a obra do Servo e a enfermidade humana no ministério de cura de Jesus. As atividades de cura eram parte do plano de Deus e da obra de Cristo. Elas mostravam que Aquele que havia de vir na plenitude do tempo estava agora entre eles. Também serviam para estabelecer a base so-

brenatural da singular autorrevelação divina que as acompanhava.

7. Mostrar o Pecado Sobremaneira Maligno

Inclusa na misericordiosa tarefa de Gristo estava a revelação da verdadeira condição moral da humanidade. Produzir nos seres humanos uma consciência de culpa, arrependimento, fé, esperança e amor era indispensável à Sua obra. Sua conduta e Seu ensino fizeram com que o pecado se mostrasse sobremaneira maligno. A presença e o ministério de Cristo produziam realmente um senso de pecado (Lc 5:8; 7:36-50). Ele era a própria encarnação do evangelho. Embora condenasse o pecado, convidava o pecador a receber o perdão e a se unir com o Vitorioso, que desde o princípio havia vencido o mundo (Mt 4:1-11; Jo 16:33). Pecadores corruptos finalmente O rejeitaram e O mataram, revelando, assim, a profundidade da culpa e necessidade humanas.

8. Ser Fiel Sumo Sacerdote

Cristo veio qualificar-Se para agir como fiel sumo sacerdote. Ele Se fez carne para tomar parte em toda experiência humana, exceto no pecado, a fim de Se qualificar como sumo sacerdote (Hb 2:17-18). A obra de Cristo representou adequadamente o tríplice ministério sumo-sacerdotal dos tempos do AT: apresentar anual mente o sacrifício expiatório pelo santuário e por toda a congregação, interceder pelos fiéis e abençoar o povo (Lv 4:16-21; 16:1-28). [9]

9. Salvar Pecadores Mediante Sua Morte

A missão de Cristo envolvia Sua morte. Ele Se manifestou para "destruir as obras do diabo" (ljo 3:8) e "para tirar os pecados" (v. 5), livrando assim todos os que viviam como escravos do diabo (Hb 2:14, 15). Como Paulo escreveu a Timóteo, "Fiel é a palavra e digna ► de toda aceitação: que Cristo Jesus veio ao mundo para salvar os pecadores" (lTm 1:15). Isso, contudo, só podia ser realizado "por Sua morte", como estipula a afirmação de Hebreus (Hb 2:14). Ele poderia ter vindo para julgar o mundo, mas o brado de alegria é que Ele veio especificamente para salvar pecadores. A necessidade da encarnação e o propósito da missão de Cristo são a resposta de Deus para o pecado. Uma morte abnegada como sacrifício pelo pecado era a parte mais importante de Sua obra.

B. *Uma Obra Predita no AT*

1. Um Fato Presente na Mente de Cristo

A morte de Cristo não foi uma reflexão tardia ou um acidente, mas o cumprimento de um propósito definido relacionado com a encarnação. Os evangelhos registram declarações mostrando que esse fato estava presente na mente de Cristo já na primeira fase de Seu ministério. A trágica nota ouvida no princípio do quarto evangelho (Jo 3:14, 15) encontra confirmação nos relatos sinóticos (Mt 9:15; Mc 2:19, 20; Lc 5:34, 35). Logo que os discípulos O reconheceram como o Cristo da profecia (Mc 8:29), Ele dirigiu-lhes a atenção para o que considerava a verdadeira característica de Sua missão, a saber, "que era necessário que o Filho do Homem sofresse muitas coisas, fosse rejeitado pelos anciãos, pelos principais sacerdotes e pelos escribas, fosse morto e que, depois de três dias, ressuscitasse" (Mc 8:31; cf. Mt 16:21).

O propósito salvador dessa morte foi claramente compreendido. A mais incisiva de Suas declarações *é* a afirmação de que Ele "não veio para ser servido, mas para servir e dar a Sua vida em resgate por muitos" (Mt 20:28; Mc 10:45). Embora os dois primeiros evangelhos apresentem estreito paralelo em seus relatos da instituição da Ultima Ceia (Mt 26:26-29; Mc 14:22-25), à frase de Marcos - "Isto é o meu sangue, o sangue da *nova* aliança, derramado em favor de muitos"

(Mc'14:24) - Mateus acrescenta as palavras "para remissão de pecados" (Mt 26:28). Na adição de Mateus, Jesus está dando uma interpretação teológica de Sua morte iminente.

Para Jesus, a morte e os acontecimentos que se seguiram foram preditos pelos profetas do AT e eram parte de um plano divino (Mt 26:54, 56; Lc 22:37 = Is 53:12; Lc 24:44; Jo 17:12 = SI 41:9), que Ele prenunciou e aceitou. Por iniciativa própria, estava Ele entregando a vida; ninguém a estava tomando dEle. Até o último momento Ele tinha o poder de dá-la e de reassumi-la (Jo 10:17-18; cf. Mt 26:53).

2. Uma Convicção Partilhada pelos Escritores do NT

Do mesmo modo que Jesus, os escritores do NT acreditavam que o AT predizia a história do evangelho, ao menos em tipos e símbolos. A seus olhos, a descrição do Servo do Senhor, feita por Isaías, era uma profecia acerca de Cristo (Mt 18-21; At 8:32-35; iPe 2:21-25). Essa concepção transparece especialmente em relação à paixão de Gristo. Pedro insistia que Deus "cumpriu o que dantes anunciara por boca de todos os profetas: que o Seu Cristo havia de padecer" (At 3:18). Paulo lembrou aos crentes coríntios que "Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras" (lCo 15:3), e mostrou pelos escritos do AT por que era necessário acontecer isso (At 17:2, 3). Ele também declarou, dessa vez diante do rei Agripa, haver proclamado somente o que Moisés e os profetas disseram que ha ver ia de acontecer, "isto é, que o Cristo devia padecer" (At 26:22, 23). Pedro escreveu que Jesus mesmo carregou "em Seu corpo, sobre o madeiro, os nossos pecados, para que nós, mortos para os pecados, vivamos para a justiça; por Suas chagas, fostes sarados" (IPe 2:24). As últimas palavras são uma citação direta da descrição feita por Isaías dos sofrimentos vicários do Servo que havia de vir (Is 53:5) bem como parte da passagem mais ampla de Isaías 52:13—53:12, acima mencionada, na qual o Servo sofredor, depois de ver reconhecido Seu sacrifício, salva Seus perseguidores e intercede pelos transgressores.

Os apóstolos não hesitaram em .apontar para profecias específicas, tais como a profecia da traição de Gristo (SI 41:9-11; At 1:16), a de Sua crucificação e os eventos subsequentes (SI 22:1, 7, 8, 18; Mt 27:39-41; Mc 15:34; Jo 19:23, 24), bem como a de Sua ressurreição (SI 16:8-10; At 2:22-28). Mateus traz à memória de seus leitores que Zacarias predissera que Cristo seria vendido por trinta moedas de prata (Zc 11:12-13), uma profecia cumprida no crime de Judas de trair Jesus (Mt 26:15). O mesmo profeta do AT predisse que o pastor seria ferido e as ovelhas ficariam dispersas (Zc 13:7; Mt 26:31).

O ponto de vista apostólico é declarado concisamente em 1 Pedro 1:10-12: "Foi a respeito desta salvação que os profetas indagaram e inquiriram, os quais profetizaram acerca da graça a vós outros destinada, investigando, atentamente, qual a ocasião ou quais as circunstâncias oportunas, indicadas pelo Espírito de Cristo, que neles estava, ao dar de antemão testemunho sobre os sofrimentos referentes a Cristo e sobre as glórias que os seguiríam. A eles foi revelado que, não para si mesmos, mas para vós outros, ministravam as coisas que, agora, vos foram anunciadas por aqueles que, pelo Espírito Santo enviado do Céu, vos pregaram o evangelho, coisas essas que anjos anelam perscrutar."

Anos antes, aos que ficaram atônitos com a cura do homem coxo de nascença, o mesmo apóstolo explicou que todos os profetas, "a começar com Samuel, assim como todos quantos depois falaram, também anunciaram estes dias" (At 3:24).

3. Uma Morte da Máxima Importância

Do que vimos a respeito da missão e da obra de Cristo, não deve ser surpresa que, diferentemente do que acontece com seres humanos comuns, a morte de Cristo, bem como Sua

vida, é da máxima importância. Ela é o ponto alto em todos os quatro evangelhos. João, por exemplo, dedica 12 capítulos de seu evangelho ao ministério público de Cristo, e nove aos acontecimentos que envolvem Sua paixão - os sofrimentos de Cristo entre a noite da Ultima Ceia e Sua morte e ressurreição. Mateus dedica um quarto do seu evangelho à última semana do ministério de Cristo; Marcos, cerca de um terço; e Lucas, aproximadamente um quinto*. A cruz ocupa lugar central nos evangelhos; ela é o clímax proposital de suas narrativas.

Morrer crucificado era uma morte sangrenta e cruel, uma coisa apavorante, principalmente para os judeus do primeiro século. Fazia lembrar que a pessoa pendurada no madeiro era amaldiçoada por Deus (Dt 21:22, 23). E essa odiosa cruz, contudo, que ocupa lugar central na missão de Jesus e no plano de Deus. João a vê como um evento de salvação mundial (cf. Jo 3:13, 14; 12:32). No final de uma vida de dedicação ao Pai, Ele caminha inocente e voluntariamente para a morte, e de acordo com a vontade de Seu Pai. A morte de Jesus tem infinitas propriedades expiatórias.

C. *A Expiação: Eatores Contextuais*

Há dentro do coração da religião cristã uma cruz, e sobre a cruz o Filho de Deus que efetuou a salvação do pecador. A expiação significa que, por meio de Sua morte, Jesus Cristo resolveu total mente o problema que o pecado havia criado. Tudo o que era necessário ser feito, Ele o fez. Antes de recapitular o ensino do NT sobre a vida e morte expiatória de Cristo, vamos definir nossa terminologia e considerar brevemente alguns fatores essenciais apresentados pelo NT, e que demandam minuciosa atenção. [1]

1. A Palavra <<Expiação·í (Atonement)

As palavras inglesas para “expiar” *(to atone)* e “expiação” (*atonement)* não correspondem etimologicamente a nenhuma palavra hebraica ou grega que elas traduzem. São derivadas da locução *at one* (“em um”) e etimologicamente significam “harmonia de relação”. Estar *at one* com alguém é ter com essa pessoa uma relação harmoniosa. Semelhantemente, *atonement* significa *at one-ment* ou “reconciliação”. Ao progredir, porém, o debate teológico, os termos passaram a assumir um significado mais restrito, que não expressava mais sua intenção original, a não ser o processo pelo qual se removiam os obstáculos â reconciliação. Assim, “expiar" um erro significa adotar alguma ação que cancele os efeitos prejudiciais da alienação e promova relações harmoniosas.

2, Uma Relação Original e Harmoniosa

Um fundamento essencial à doutrina bíblica da expiação é a suposição de que Deus e os seres humanos são idealmente um em vida e interesses. De Gênesis a Apocalipse, admite-se em toda parte que Deus e os seres humanos devem estar em relação harmoniosa. Foi assim que Adão e^5 Eva foram retratados no Éden (Gn 1; 2; 3). Tanto no AT quanto no NT essa suposição permanece contra o fato de que houve uma fratura radical nessa unidade (Gn 3:22-24; Is 59:1, 2; Rm 5:12; Ef 2:1). A vida humana em seu estado írregenerado, está em inimizade contra Deus. Os seres humanos “jazem nas trevas" (Lc 1:79; cf. Jo 12:46), são “alheios à vida de Deus” (Ef 4:18), “estranhos e inimigos no entendimento pelas vossas obras malignas” (Cl 1:21), e “sem Deus no mundo" (Ef 2:12). Eles são “hostis para com Deus” (Rm 8:7, KJV) e inimigos de Deus (Rm 5:10). Isso não acontece somente com os pagãos (Rm 1:23, 25, 26), mas também com os judeus, que se orgulham de possuir a lei (Rm 3:9, 23). “Não há homem que não peque”, ressoa o AT (lRs 8:46); “não há quem faça o bem, não há nem um sequer” (SI 14:3).

3. A Causa da Alienação

A causa de nossa alienação de Deus também é claramente descrita ~ é nosso pecado, nossa persistente desobediência à vontade de Deus. Subjacente ao pecado está a ideia de lei e de um legislador, já que "pecado é a transgressão da lei" (IJo 3:4). O legislador é Deus. A gravidade do pecado está no fato de ser ele não somente a transgressão da lei, mas, antes de tudo, rebelião contra uma pessoa, contra Deus, mesmo quando pecamos contra os outros ou contra nós mesmos (cf. Gn 39:9; SI 51:4). Longe de ser algo impessoal e estranho a Deus, a lei é a transcrição de Seu caráter e vontade. Obedecer ou desobedecer é uma questão séria, não porque estamos nos relacionando com um documento impessoal, mas porque a lei é entendida como uma forma de nos relacionar com um Deus pessoal. Não se deve perder de vista o fato de que a violação da lei acarreta sérias consequências: a possibilidade de retribuição, especialmente a morte, que é o resultado do pecado. Por Sua própria natureza, conforme afirma a Escritura, Deus não é complacente nem indulgentemente indiferente à transgressão. “De Deus não se zomba", explica Paulo, "pois aquilo que o homem semear, isso também ceifará” (G1 6:7). A lei da retribuição para o pecador impenitente encontra expressão neste aviso solene: "O salário do pecado é a morte" (Rm 6:23). Na verdade, explica o apóstolo, o pecador já está morto em seus “delitos e pecados” (Ef 2:1).

Isso não significa que Deus Se mantém à distância em frio desprezo pelos pecadores ou que vira às costas para eles com ressentimento. A Escritura declara o inflexível antagonismo de Deus contra o pecado (Is 59:1, 2; Hc 1:13; cf. Jo 1:29) e as trágicas consequências que o acompanham, também descreve um Deus amoroso, misericordioso e tardio em Se irar (Êx 34:6; Dt 7:6-8; IJo 4:S, 16). Ele Se aproxima, repetidas vezes, procurando livrar os pecadores da maldade que os está destruindo e os mantém distanciados de Deus (Gn 3:9; Jr 3:11-14; Os 6:1; Lc 13:34). Num gesto final de amor e misericórdia, Deus enviou Seu Filho Jesus, que “veio buscar e salvar o perdido” (Lc 19:10) e morreu nas mãos de seres humanos pecadores, em nosso benefício e no daqueles que ainda continuam no pecado. Cristo morreu “por nós, sendo nós ainda pecadores" (Rm 5:8; ver Lei; Pecado IV.A, B).

4. A Expiação e a Morte de Cristo

A obra expiatória de Cristo está intimamente associada com Sua morte na cruz. Embora não ignorem a importância da vida de Cristo, sobre esse ponto os escritores do NT falam com uma só voz. “Fomos reconciliados com Deus mediante a morte do Seu Filho” (Rm 5:10). Carregou Ele mesmo “em Seu corpo, sobre o madeiro, os nossos pecados” (IPe 2:24). “Ele é a propiciação pelos nossos pecados" (IJo 2:2). Os pecadores são inteiramente incapazes de fazer algo para salvar-se ou livrar-se de sua condição pecadora. Seu estado é realmente grave. Não conseguem se limpar do seu pecado (Pv 20:9) nem justificar-se diante de Deus por nenhuma obra da lei (Rm 3:20; GI 2:16). Daí a necessidade da expiação, para fazer pelos pecadores o que precisava ser feito e teve de ser feito por outro a seu favor. Cristo é completamente abnegado, até mesmo na morte. Ele é o meio de retornarmos para Deus. Por Ele temos acesso ao Pai (Ef 2:18), um acesso que pode ser obtido pela fé (Ef 3:12), fé nAquele “a quem Deus propôs, no Seu sangue, como pro-^S piciação, mediante a fé" (Rm 3:25).

Não há nenhuma controvérsia quanto ao fato de que o NT proclama os meios da expiação como o dom de Deus aos pecadores, procedente do amoroso coração de Deus. Na mais conhecida declaração bíblica lemos que “Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o Seu Filho unigênito, para que

todo o que nEIe crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3:16). Isso concorda com as palavras de Paulo, para quem a cruz não é somente a medida do amor de Cristo, mas também do amor do próprio Deus: "Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo" (2Co 5:19). "Mas Deus prova o Seu próprio amor para conosco pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores" (Rm 5:8). "Aquele que não poupou o Seu próprio Filho, antes, por todos nós O entregou, porventura, não nos dará graciosamente com Ele todas as coisas?" (Rm 8:32). Para o apóstolo Paulo, a prova máxima do amor de Deus pelos pecadores foi a cruz. Ele, contudo, não faz diferença entre o amor de Deus e o amor de Cristo. Ambos são vistos na cruz. "Esse viver que, agora, tenho na carne, vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e a Si mesmo Se entregou por mim", explica o apóstolo (G1 2:20). "Pois o amor de Cristo nos constrange, julgando nós isto: um morreu por todos; logo, todos morreram" (2Co 5:14). [5]

5. Uma Obra Divina

Essas declarações deixam bem claro que, na obra de salvação, o Pai e o Filho estão completamente de acordo. Isso é importante na medida em que confirma que nossa salvação vem a nós com o apoio de toda a majestade de Deus Pai. Trata-se de uma obra divina no seu sentido mais pleno. A ideia de que a cruz exprime o amor de Cristo por nós, enquanto Ele aplaca a ira de um Pai severo e relutante, perfeitamente justo, mas inflexível em insistir com a punição, é uma caricatura do pensamento neotestamentário. A necessidade de reconciliação pode ser vista, até certo ponto, na própria ira de Deus contra o pecado (Rm 1:18; 2:5; cf. ITs 1:10), mas a expiação se realiza porque Deus Pai nos ama e em Seu Filho tomou providências para nossa salvação. O Pai não somente concebeu e iniciou o plano da salvação; Ele estava de fato em Cristo cumprindo tal plano.

D. A *Obra Expiatória de Cristo: O Ensino do NT*

Além desses fatores contextuais, o NT emprega diversos termos, metáforas e símbolos na tentativa de explicar como Cristo é capaz de cancelar os efeitos do pecado e reconciliar o pecador com Deus. Ao longo de dois mil anos de história cristã surgiram várias teorias tentando explicar como isso foi feito. Nenhuma conseguiu ser universalmente aceita. E óbvio que há na expiação um mistério essencial: os seres humanos não podem compreender totalmente como ela funciona. Mas a Escritura esclarece alguns pontos, de modo que qualquer compreensão satisfatória da expiação deve levã-los em conta.

1. A Morte Sacrifical

Como era de se esperar, a morte expiatória de Cristo é expressa frequentemente em termos extraídos do sistema sacrifical do AT. Nessa primeira parte da Bíblia, geralmente se efetuava a expiação por meio de sacrifícios (Êx 29:36; Lv4:20; Nm 15:25). O sacrifício diário ou holocausto contínuo parece ter assim personificado mais completamente a ideia sacrificial mediante seu caráter vicário. Essa oferta não estava associada a nenhuma transgressão específica, mas era praticada como meio apropriado de um povo pecador se aproximar de um Deus santo. As ofertas pela culpa, pelo pecado e pela transgressão eram necessárias para expiar o pecado, que constituía inerentemente uma ofensa contra a lei de Deus e, portanto, contra o próprio Deus (ver Santuário I. C. 3). Essa ofensa tinha de ser corrigida. A respeito do sangue expiatório, porém, está escrito: "Eu vo-lo tenho dado sobre o altar, para fazer expiação pela vossa alma" (Lv 17:11). Os sacrifícios não eram o remédio apropriado dos pecadores por sua própria redenção; eram designados por Deus e funcionavam dentro da esfera da aliança e da graça pactuai. Não era também qualquer

valor inerente na vítima sacrifical que garantia a expiação, A expiação era certa porque o sacrifício era o modo designado por Deus para alcançá-la. As vítimas deviam ser sem £► defeito (Lv 1:3; D115:21), indicando a necessidade de perfeição. Sem tentar restringir a expiação a um único ato, não podemos ter dúvida de que a morte da vítima era a coisa mais importante (Lv 1:5; 3:2; 4:4). O caráter geral do próprio rito sacrificial demonstra isso. Realizava-se o sacrifício diário no contexto do AT, que reconhece a morte como o salário do pecado (Gn 2:16, 17; Ez 18:4, 20), embora o Deus do AT garantisse misericordiosa mente a Seu povo penitente que a morte de uma vítima sacrificial substituiría a morte do pecador. Tão clara é essa relação que, no NT, a epístola aos Hebreus pode sintetizá-la declarando que “sem derramamento de sangue não há remissão de pecado" (Hb 9:22),

Apesar disso, o NT assevera que os sacrifícios da antiguidade não eram, em si, a raiz da remissão dos pecados. Na verdade, os hebreus não mostram grande interesse em ressaltar sua eficácia, a não ser como tipos. Os sacrifícios animais não conseguiam limpar a culpa da consciência do adorador, pois não passavam de ordenanças impostas até o tempo da reforma (Hb 9:6-10), uma clara referência, no contexto, à encarnação de Cristo, O fato de serem oferecidos meros animais (Hb 10:4) e de serem as ofertas apresentadas seguidas vezes (v. 1, 2) demonstra de maneira bastante clara a incapacidade delas de fazer expiação. A epístola aos Hebreus aponta para Jesus como o cumprimento e a extensão do sistema sacrificial do AT. É assim que os rituais do santuário terrestre eram “uma parábola para a época presente" (Hb 9:9, *-paraholê)* até a vinda de Cristo (v. 10), até a “fé que [...] haveria de revelar-se” (GI 3:23; cf, Hb 13:11, 12).

A morte de Cristo, explicam os escritores do NT, é um sacrifício pelo pecado. João Batista, no início do ministério de Jesus, viu-0 desempenhando o papel de um sacrifício: “Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (Jo 1:29). Sendo ainda mais específico, Paulo via a morte de Cristo como sacrifical: “Cristo, nosso Gordeíro pascal, foi imolado” (ICo 5:7). Jesus morreu não porque fosse incapaz de resistir aos inimigos que conspiravam para destrui-lo. O fato é que Ele “foi entregue por causa das nossas transgressões” (Rm 4:25); veio para morrer pelos nossos pecados, “como oferta e sacrifício a Deus, em aroma suave" (Ef 5:2). Seu sangue foi "derramado em favor de muitos, para remissão de pecados” (Mt 26:28). O livro de Hebreus, novamente comparando a obra de Cristo aos serviços do santuário do AT, descreve-O como o sumo sacerdote que entrou no tabernáculo celeste para oferecer um sacrifício, “não por meio de sangue de bodes e de bezerros, mas pelo Seu próprio sangue”, garantindo assim uma “eterna redenção (Hb 9:12).

As frequentes referências ao sangue de Cristo também sugerem uma morte sacrifical. Paulo fala do sangue de Cristo quase toda vez em que se refere à morte dEle. Ele escreve que somos agora “justificados pelo Seu sangue" (Rm 5:9); que há “propidação [...] no Seu sangue” (Rm 3:25); que “temos a redenção pelo Seu sangue" (Ef 1:7, ARC); que fomos aproximados de Deus “pelo sangue de Cristo” (Ef 2:13); que Cristo reconciliou consigo mesmo todas as coisas, fazendo “paz pelo sangue da Sua cruz" (Cl 1:20).

Essas declarações, bem como as referências do próprio Jesus a Seu sangue como “o sangue da *nova* aliança, derramado em favor de muitos" (Mc 14:24), ou as de Pedro ao “precioso sangue, como de cordeiro sem defeito e sem mácula" (lPe 1:19), nos fazem lembrar que sangue significa vida tirada violentamente, nesse caso oferecida em sacrifício. Alguns têm contestado esse ponto de vista, alegando que, em algumas passagens do AT (mais particularmente Gn 9:4-6; Dt 12:23), o derramamento do sangue é

apenas simbólico da vida oferecida por Jesus e não significa necessariamente que a vida dEle precisava ser oferecida como sacrifício. Os indícios, porém, não parecem apoiar essa interpretação. Há pouca dúvida de que, segundo essas declarações bíblicas, sangue era sinônimo de vida, Mas, que sentido específico tem isso com o sacrifício? Em. Levítico 17:11 - a declaração mais frequentemente citada - Deus declara: “Eu vo-lo tenho dado sobre o altar, para fazer expiação pela vossa alma, porquanto é o sangue que fará expiação em virtude da vida,” Para o sangue ser colocado sobre o altar, a vítima tinha que passar pela morte, entendida aqui como renúncia da vida. A epístola aos Hebreus, em seus comentários sobre os ritos sacrificais do AT, também relaciona “o sangue de Cristo” com a frase "morte para a remissão das transgressões” (Hb 9:14-15), enfatizando assim que o sangue em sentido sacrifical significa mais do que vida, ainda que essa esteja aí incluída. O sangue do sacrifício faz pensar num conceito mais significativo do que a morte. Dirige a atenção tanto para a vida como para a morte.

2. A Morte Vicária

Jesus Cristo “morreu por nós” (iTs 5:10), Ele não morreu simplesmente pelas mãos de Seus inimigos ou como resultado de Seu próprio pecado ou culpa. Morreu especificamente por nós, "sendo nós ainda pecadores” (Rm 5:8). Ele “Se entregou a Si mesmo por nós” (Ef 5:2) e Se fez "Ele próprio maldição em nosso lugar” (G1 3:13). Cristo foi o nosso representante, como diz Paulo sucintamente em 2 Coríntios 5:14: “Um morreu por todos; logo, todos morreram,” A morte do representante conta como a morte daqueles que Ele representa. Mas "representante” é um termo que pode significar muito ou pouco. Precisa ser indicado com precisão. Se de fato Cristo, sem pecado como era, veio para compartilhar o terrível peso e punição do pecado, é difícil evitar a conclusão de que Ele morreu não só “por mim” (“em meu benefício” ou “a meu favor”), mas também “no meu lugar”, visto que, por causa de Sua vida e morte, eu não preciso mais morrer.

Não é segredo que alguns rejeitam peremptoriamente a expressão mais antiga de “substituição”, alegando que ela é carregada demais de equívocos, e até mesmo de falsas conotações. Apesar disso, muitas declarações do NT mostram que Cristo, ao morrer, tomou realmente o nosso lugar. Em dois dos evangelhos sinóticos encontra-se a bemconhecída afirmação de Jesus: “O Filho do Homem [...] não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate [*lytron*] por muitos *[anti pollõs*^ (Mt 20:28; ver também Mc 10:45). “Resgate” é aquilo que se paga para libertar alguém do cativeiro, a quantia normalmente dada na troca por uma pessoa. O termo sugere claramente substituição. Assim faz *anti* (traduzido “por”), uma preposição que significa essencíalmente “em vez de”, “no lugar de”. Ao morrer, Jesus tomou o nosso lugar, identificando-Se com os pecadores. A partir dessa identificação, no entanto, Sua alma recua (Mt 26:36-39, 42-44; Lc 22:41-44). Isso dá um sentido a Seu grito de desamparo: “Deus Meu, Deus Meu, por que Me desamparaste?” (Mc 15:34). Por que Jesus está em agonia ao contemplar a morte? Temia a tortura a que seria submetido? Muitas pessoas menos valorosas do que Ele enfrentaram a morte serenamente. Ele recuava não da morte em si, mas da morte reservada aos pecadores, morte na qual Ele, que era sem pecado, sofreria o horror de estar separado do Pai, abandonado por Ele. A isso Paulo parece ter-se referido quando escreveu que Deus “O fez pecado por nós [*hyper*], para que, nEle, fôssemos feitos justiça de Deus” (2Go 5:21). Cristo Se tornou algo que não havia sido, Isso significa que, de um modo insondável, Ele tomou o lugar daqueles que,

não fosse por esse sacrifício, estariam fadados à morte. O apóstolo não quis dizer que Jesus era pecador, mas que Ele Se aproximou tanto quanto possível, transmitindo a ideia de que Deus chegou a considerá-Lo do mesmo modo que considerava os pecadores.

"Resgate" (*lytron*) é um componente semântico de palavras compostas encontradas em diversas passagens do NT, geralmente traduzidas por "redimir" ou "redenção", como é o caso em Romanos 3:24; Efésios 1:7; Tito 2:14; Hebreus 9:12, 15; 1 Pedro 1:3S, 19. "Resgate", em vez de "livramento", é o significado essencial dessas declarações. Uma morte "resgatadora" e vicária (substitutiva) é a descrição escolhida pelos escritores do NT para explicar aos primeiros crentes o que aconteceu na cruz. Paulo recorre ao mesmo pensamento repetidas vezes, embora na maioria dos casos empregue a preposição *hyper* em vez de *anti, Hyper* é usada geralmente no sentido representativo de "por" ou "a favor de", embora às vezes se aproxime de *anti,* "em lugar de", como, por exemplo, em 2 Coríntios 5:15 e 1 Timóteo 2:6. Isso sugere, portanto, que Cristo morreu tanto "a nosso favor" como "em nosso lugar". Na realidade, o termo "resgate" encontra seu sentido próprio e legítimo em Paulo, quando o apóstolo comenta que Jesus "a Si mesmo Se deu em resgate *[antilytron]* por todos *[hyper]"* (iTm 2:6), uma declaração que evoca a passagem do resgate, tanto em Mateus quanto em Marcos, Empregam-se aqui *anti* e *hyper* lado a lado. Vale lembrar que nessa declaração a palavra *lytron* se combina com *anti.* A força dessa palavra composta, que significa "resgate-substituto", confirma que a passagem aponta para uma interpretação da morte de Cristo como um ato realizado por Jesus no lugar de outrem.

O conceito substitutivo também está patente em 1 Pedro 2:24: Ele mesmo carregou "em Seu corpo, sobre o madeiro, os nossos pecados". Acontece o mesmo em Elebreus 9:28, que fala de Cristo como "tendo-se oferecido uma vez para sempre para tirar os pecados de muitos". Não se deve entender com isso que Jesus suportou meramente as frustrações e as dificuldades envolvidas no ato de viver entre pecadores. O sentido de "carregar o pecado" é esclarecido em diversas passagens do AT, cujo contexto mostra que o carregar pecados significa sofrer o castigo. E por isso que se registra Deus afirmando: "A alma que pecar, essa morrerá; o filho não levará [heb. "carregar"] a iniquidade do pai, nem o pai [heb. "carregar"], a iniquidade do filho; [...] a perversidade do perverso cairá sobre este" (Ez 18:20). E assim que os quarenta anos em que Israel peregrinou no deserto são descritos, em Números 14:34, como levar sobre si as suas iniquidades por se haverem rebelado contra Deus. O fato de Cristo levar os nossos pecados é uma referência a Ele sofrer o nosso castigo.

Diante desse imponente corpo de provas, parece difícil negar que a substituição seja uma abordagem adotada pelo NT para explicar a obra, isto é, a vida e morte de nosso Senhor Jesus Cristo.

3. A Dimensão Expiação-Propiciação

A morte de Cristo também possui uma dimensão expiatória e, no sentido bíblico, uma dimensão propiciatória. Esse aspecto da morte de Cristo *é* expresso pela palavra composta *hilaskomai*, que aparece em uma das seções mais importantes da carta de Paulo aos Romanos: "Sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus, a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação [*hilastsríon*] mediante a fé" (Rm 3:24, 25). Embora as palavras derivadas de *hilashomal* tenham sido tradicionalmente traduzidas como "propíciação", "propiciar", muitos teólogos as traduzem por "expiação" ou "expiar". Expiar significa pôr um fim a culpa, cancelar a culpa, cumprir a pena por um crime.

Propiciar, por outro lado, significa apaziguar, conciliar, obter ou tornar a obter favor. Tem o sentido de desviar a ira, geralmente pela apresentação de uma oferenda. Não há dúvida de que esse era o uso prevalecente no grego clássico e helenístico.

Teólogos modernos têm reagido contra a visão tradicional de que a morte de Cristo aplacou a ira de Deus contra o pecado, em virtude da qual o pecador se torna recipiente do misericordioso dom do amor de Deus. Na maior parte dos casos, quando a LXX emprega palavras derivadas da palavra composta *hilaskomai* como termos religiosos que, no entender de muitos, fornece o contexto do pensamento de Paulo, não se deve pensar que esses termos conservem a mesma acepção consignada nas fontes seculares. Essas palavras não comunicam a ideia de “propiciação" nem de "apaziguamento”, presentes na semântica paga, mas de remoção da culpa ou da contaminação. Não se deve pensar, portanto, em Deus como uma divindade caprichosa ou vingativa, cuja ira foi aplacada ou apaziguada pelo sacrifício de Cristo, mudando assim a disposição divina em relação aos pecadores.

Essas são conclusões importantes, resultado de valioso estudo. Não obstante, a última palavra ainda não foi dita. Resta pouca dúvida de que as concepções pagãs de ira e propíciação estejam ausentes da maneira como a Escritura concebe a Deus. O Deus da Bíblia não é um ser que pode ser propiciado ou aplacado à moda das antigas divindades pagãs. No contexto da palavra composta *hilaskomai,* a morte de Cristo é expíação por nossos pecados, remoção da culpa e da contaminação do pecado. Afirmar, porém, que toda ideia de ira e propiciação lhe é estranha é ignorar o conteúdo de diversas declarações escriturísticas.

A célebre passagem de Romanos 3:21-26, por exemplo, na qual o apóstolo apresenta mais convincentemente a redenção provida por Deus em Jesus Cristo, é, na realidade, a culminação de um processo de raciocínio que começou com a manifestação da ira de Deus contra o pecado, pois "a ira de Deus se revela do céu contra toda impiedade e perversão dos homens” (Rm 1:18) e que, em passos sucessivos, se refere à ira e juízo de Deus (Rm 2:2, 4, 5, 8, 16; 3:4-6). A redenção do pecador, explica Paulo, foi conquistada pela morte de Cristo, ‘a quem Deus propôs, no Seu sangue, como propiciação, mediante a fé” (v. 25). Parece difícil negar que, no contexto dos três primeiros capítulos da epístola, a expiação de Cristo contenha um elemento de conciliação. A ira e o juízo ocuparam um lugar tão importante nessa peça de raciocínio rigorosamente coesa que não leva o leitor a procurar nenhuma expressão indicativa de seu cancelamento no processo que leva a salvação ao crente. Cristo é Aquele que expia e propicia, e o meio pelo qual Ele faz isso está indicado na frase subsequente: 'no seu sangue” (v. 25). Aqueles que são da fé (v. 25) viram sua culpa ser removida e a ira de Deus desviada. Cristo os tomou voluntariamente para Si, de modo que "Aquele que não conheceu pecado, Ele [Deus] O fez pecado por nós” (2Co 5:21), e por amor a nós O desamparou quando Ele morreu sobre a cruz. Deus tratou o pecado de maneira tão definitiva em Cristo que o pecado não é mais uma barreira entre Ele e os seres humanos.

Uma pista para o significado de *hilastêrion* nessa passagem é fornecida em Hebreus 9:5, o outro único versículo do NT que emprega o termo. *Hilastêrion* é traduzido aqui como "propicíatório”, a tampa da arca localizada no lugar santíssimo, sobre a qual uma vez por ano se aspergia o sangue expiatório (Lv 16:11-14; ver o Santuário I.B.l). Alguns têm sugerido que se conserve a mesma tradução em Romanos 3:25; e há muitos argumentos favoráveis à sua conservação, como nos fez ver Lutero.

Que alguns tenham rejeitado de todo a ideia de ira divina e de propiciação como indigna da concepção cristã de Deus é compreensível. Afinal de contas, Deus é amor, e nada é mais exato do que isso nas Escrituras. Justificar a ira como uma expressão impessoal, apontando simplesmente para um processo de causa e efeito, porém, não faz toda justiça ao pensamento paulino. O termo não designa a ira no sentido tão frequentemente atribuído à nossa própria experiência humana, uma ira caprichosa ou descontrolada, muitas vezes um acesso irracional de emoção. Refere-se mais ao lado inverso do amor gratuito de Deus, bem como Sua severa reação ao mal.

E, sem dúvida, a combinação da santidade de Deus, de Sua reação contra o pecado e Seu inabalável amor pelos pecadores que estabelece o contexto no qual as Escrituras se referem à expiação-propiciação. Deus é santo. Cristo sofreu em nosso lugar, satisfazendo "a justa exigência da lei" (Rm 8:4, ARV), removendo assim o obstáculo ao perdão do culpado. A santidade de Deus tornou inescapável o castigo do pecado. Deus tomou sobre Si o próprio castigo que decretara. Seu amor sofreu o castigo em nosso lugar, possibilitando o perdão e superando a alienação divino-humana. O que a santidade de Deus exigia, Seu amor providenciou. Na cruz, a santidade do amor de Deus é para todo o sempre revelada e o amor do Deus santo totalmente manifesto. Nela, a justiça e a misericórdia se beijaram.

Cerca de 40 anos depois de Paulo, o apóstolo João disse referindo-se a Cristo: "Ele é a propiciação pelos nossos pecados" (ljo 2:2), recapitulando tudo em um estilo mais comovente: "Nisto consiste o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que Ele nos amou e enviou o Seu Filho como propiciação pelos nossos pecados" (ljo 4:10). Temos aqui uma daquelas declarações retumbantes que tanto significam para a compreensão da concepção cristã da cruz. João afirma claramente que o próprio Deus, em Seu amor, providenciou o inestimável Dom, que cancela a nossa culpa e desvia a ira de Deus. Nas palavras de João, Deus "nos amou e enviou o Seu Filho como propiciação pelos nossos pecados". Por causa da cruz sabemos, com convicção inabalável, que Deus é amor e que ama de maneira notável. Isso nos mostra que o amor verdadeiro não esconde a real natureza do pecado, mas resolve o problema. A morte de Cristo, como uma expiação-propiciação apresentada pelo próprio Deus, é uma demonstração, uma prova do amor de Deus e de Sua justiça (Rm 3:26). "Expiação" e "propiciação" podem não ser palavras ideais para nosso propósito, mas, por falta de termos mais apropriados, podemos usá-las, mas com cuidado. Mesmo porque o nosso interesse está mais nos fatos do que nas palavras. E elas testificam de duas grandes realidades, a saber, por um lado a realidade e a gravidade do pecado e, por outro, a profundidade do amor de Deus, que provê o Dom que, ao "ser recebido pela fé", desvia dos pecadores a ira (v. 25). Eliminar qualquer uma dessas dimensões do amor de Deus é despojar o amor divino de grande parte de seu significado apostólico.

4. Justificação

Os conceitos que consideramos até aqui - sacrifício, redenção, substituição e expiação-propiciação - descrevem importantes aspectos da vida e morte de Cristo. Existem outras metáforas de expiação. Uma delas, predominante nas cartas de Paulo aos Romanos e aos Gaiatas, é a da justificação dos pecadores pela graça de Deus (ver Salvação III, A.l). Essa abordagem define o significado salvífico da vida e morte de Cristo, relacionando-os à lei de Deus (Rm 3:24-26; 5:16-21). Em essência, o apóstolo Paulo afirma que Deus é justo em condenar e punir o pecado, compassivo em perdoar e aceitar

pecadores, e soberano ao exercer ambos os atributos de maneira harmônica por meio de Cristo Jesus (Rm 3:23-26). O significado bíblico de "justificar'' é declarar, aceitar e tratar como justo. Trata-se de um termo legal, um termo forense usado para designar um processo legal que culmina em um veredicto de absolvição e que exclui todas as possibilidades de condenação (cf. Pv 17:15; Rm 8:33, 34).

Mas, já que somos todos pecadores (Rm 3:9, 23) e todos enfrentaremos o juízo (2Co 5:10; Rm 14:10), merecendo a condenação, como pode Paulo afirmar paradoxalmente que Deus justifica o ímpio (Rm 4:5)? A resposta do apóstolo é que Cristo arranjou uma maneira. Agindo a favor dos pecadores, Jesus Cristo cumpriu “a justa exigência da lei" (Rm 8:4, AV). Mediante Seu sangue, removeu-lhe os pecados (Rm 3:25; 5:9), Pela obediência d£le a Deus, Seu povo foi aceito como cumpridor da lei (Rm 5:19), pois mediante Sua vida de justiça e Seu morrer a morte dos injustos, Ele os resgatou da maldição da lei, fazendo-se Ele próprio maldição no lugar deles (G1 3:13). Assim como a transgressão de um só homem levou à condenação, assim também "por um só ato de justiça” - a vida e morte imaculada de Cristo - “veio a graça sobre todos os homens para a justificação que dá vida” (Rm 5:18). Deus fez dEle "nossa justiça” (ICo 1:30).

Deus nâo somente salva pecadores, mas também os salva em justiça, de uma forma coerente com aquilo que é justo. Em vez de comprometer a reta justiça divina, a vida e morte sacrificial de Cristo a manifestou. A lei de Deus não foi alterada ou suspensa por nossa justificação, mas cumprida por Cristo, o segundo Adão, que agiu em nosso nome. Nas palavras de Paulo, a morte de Cristo provou que Deus pode "ser justo e justificador daquele que tem fé em Jesus” (Rm 3:26). Ao apresentar Cristo, em quem o pecado foi efetivamente julgado e tratado como merecia, como uma expiação pelo pecado, Deus revelou a base sobre a qual Ele é capaz de perdoar e aceitar pecadores arrependidos como Seus filhos, sem comprometer Sua justiça (v. 26). Foram tomadas providências para todos os que serão salvos.

Isso, acrescenta Paulo, deve “ser recebido pela fé” (v. 25). Fé não é a base da justificação, mas o meio instrumental pelo qual nos apropriamos de Cristo e de Sua justiça, a mão vazia e estendida que recebe a justiça no mesmo instante em que recebe a Cristo. Justificação é essencialmente uma questão de relacionamento restaurado, que é o significado da palavra “expiação".

5. Reconciliação

Reconciliação é mais um dos conceitos fundamentais procedentes da tentativa da igreja primitiva de explicar a natureza e o significado da cruz. Para os cristãos, a obra de Cristo tinha que ver com reconciliação e com a maneira como ela foi efetuada. Embora somente Paulo no NT empregue a terminologia, e faça isso em apenas quatro passagens (Rm 5:10, 11; 2Co 5:18-20; Ef 2:11-16; Cl 1:19-22), o conceito de reconciliação é relevante para a forma como os apóstolos compreendiam a obra de Cristo (ver Salvação III.A.2).

Reconciliação tem que ver com a restauração de um relacionamento quebrado. E uma categoria pessoal. Quando havia entre duas pessoas um estado de inimizade ou hostilidade, e elas faziam as pazes, podia-se falar de reconciliação. Como já observamos anterior mente, todo o impulso da Bíblia é em direção ao fato de que o pecado criou uma barreira entre Deus e os seres humanos não regenerados, sem falar dos próprios seres humanos entre si. Paulo se refere aos pecadores como “estranhos e inimigos no entendimento” (Cl 1:21), ou simplesmente como "inimigos” de Deus (Rm 5:10), “por natureza, filhos da ira” (Ef2:3).

A reconciliação é uma necessidade. Visto que todas as quatro passagens afirmam que os seres humanos precisam se reconciliar com Deus, alguns concluíram que o estado de inimizade é só de um lado, de sorte que a reconciliação requer uma mudança apenas em nós: um retorno para Deus. Embora haja verdade nessa afirmação, ela não representa o quadro completo da perspectiva bíblica, que insiste também aqui na centralidade da cruz e da santidade de Deus.

Em Romanos 5:10, por exemplo, Paulo escreve que "nós, quando inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte do seu Filho". Havia inimizade, mas ocorreu a reconciliação. A exemplo do que acontece nos negócios humanos, a reconciliação se faz mediante a remoção daquilo que causava a disputa, que nesse caso era o pecado. Os seres humanos são incapazes de solucioná-lo. Portanto, Deus é quem remove o obstáculo do caminho, Nos termos mais claros possíveis, Paulo nos diz que, seja o que for que esteja incluído na doutrina bíblica da reconciliação, foi em Cristo que Deus a iniciou e completou. Mais uma vez o lugar da cruz de Cristo é decisivamente importante, pois o apóstolo nos afiança, em termos nada duvidosos, que "fomos reconciliados com Deus mediante a morte do seu Filho" (Rm 5:10; cf. Cl 1:20).

Intimamente relacionada com esse raciocínio *está* a observação de *que isso ocorreu* porque Deus nos ama. Paulo afirma que "Deus prova o Seu próprio amor para conosco pelo fato de ter Cristo morrido por nós" (Rm 5:8), "pelos ímpios" (v. 6). Para o NT, o amor de Deus não significa fazer vista grossa para o pecado ou simplesmente descartá-lo, mas resolvê-lo. Não se trata de nenhuma anistia complacente, mas de verdadeiro perdão e reconciliação, graças à cruz de Cristo. O Paí é o autor da reconciliação. "Ora, tudo provém de Deus", argumenta Paulo, "que nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo e nos deu o ministério da reconciliação, a saber, que Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões, e nos confiou a palavra da reconciliação. De sorte que somos embaixadores em nome de Cristo, como se Deus exortasse por nosso intermédio. Em nome de Cristo, pois, rogamos que vos reconcilieis com Deus" (2Co 5:18-20).

Reconciliação não é algo em que tomamos parte decisiva. E, acima de tudo, um ato de Deus, motivado por Seu amor, em virtude do qual o Senhor não leva mais em conta as nossas transgressões. Tem que ver não somente com nossa atitude para com Deus, mas também com a atitude de Deus para conosco, em resultado da qual Ele não nos vê mais como inimigos nem numa condição de hostilidade. Também não é uma mudança na atitude do pecador em relação a Deus, mas um acontecimento objetivo, realizado por Deus, tendo em vista nossa salvação. A mudança de atitude da parte do pecador, que envolve deixar de ser hostil para com Deus, ocorre como efeito da obra reconciliatória de Cristo, não como causa. Foi quando ainda éramos inimigos que fomos reconciliados com Deus, mediante a morte de Seu Filho (Rm 5:10). Não admira que Paulo se sinta forçado a acrescentar: "[..,] nos gloriamos em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por intermédio de quem recebemos, agora, a reconciliação" (v. 11). Observe que reconciliação é algo a ser "recebido", algo que existe objetiva mente antes de o experimentarmos, O que foi efetuado o foi à parte e antes de nossa humana reação.- Isso significa que o próprio Deus Se reconciliou com o homem por meio da vida e morte de Cristo. Aqui novamente a mor- ■* te de Cristo torna possível ao Deus santo fazer pelos pecadores o que de outro modo Ele não podería ter feito.

A reconciliação com Deus traz paz interior à mente do pecador (cf, v. 1). Também induz os pecadores a se reconciliarem

com seus semelhantes. O testemunho bíblico clássico é a discussão paulina em Efésios 2 de uma das inimizades mais ferrenhas do mundo antigo, a entre judeus e gentios. Aqueles que no passado estiveram alienados, "estranhos às alianças da promessa, não tendo esperança e sem Deus no mundo", foram "aproximados pelo sangue de Cristo". Porque "Ele é a nossa paz, o qual de ambos fez um; e, tendo derribado a parede da separação, [...] para que dos dois criasse, em si mesmo, um novo homem, fazendo a paz, e reconciliasse ambos em um só corpo com Deus, por intermédio da cruz, destruindo por ela a inimizade" (Ef 2:12-16), Isso não é um subproduto acidental da salvação do pecador. É parte integral dela, parte de viver à altura das implicações de nossa reconciliação com Deus. Uma vez efetuada nossa reconciliação com Deus, deve ocorrer a nossa reconciliação de uns com os outros,

E, O *Alcance da Obra Expiatória*

Alguns apoiam seu ponto de vista da predestinação em passagens da Escritura que falam de Cristo dando a vida por Suas ovelhas (Jo 10:1-15, 26, 27), pela igreja (At 20:28; Ef 5:25), ou por muitos (Mc 10:45) e em declarações que parecem restringir o objeto da intercessão de Cristo aos discípulos e aqueles que viriam a crer (Jo 17:9, 20, 24). Assim insistem em que a expiação de Cristo se limitou em seu propósito àqueles que são realmente salvos, a um seleto grupo escolhido por Deus.

Parece, contudo, que os escritores do NT defendem uma obra expiatória universal em seu intento, disponível a todos os pecadores, embora só eficaz quando aceita individualmente. E assim que João descreve o propósito da vinda de Cristo em termos universais (Jo 3:16, 17) e Sua morte como aplicável aos pecados "do mundo" (Jo 1:29; ljo 2:1, 2; cf. 4:14). Paulo também fala de Jesus como morrendo "por todos" (2Co 5:14, 15) ou dando-Se a Si mesmo "em resgate por todos" (lTm 2:6). Tanto 2 Pedro, onde se afirma que a vontade de Deus é que "todos cheguem ao arrependimento" (3:9), quanto a epístola aos Hebreus, que declara francamente que Cristo provou a morte "por todo homem" (2:9), reenfatizam a concepção da igreja primitiva de que a oferta divina da salvação é irrestrita.

Dizer que Cristo morreu por todos não exclui a ideia de que Ele morreu pelos eleitos e que Sua morte é inquestionavelmente eficaz para eles. O círculo maior inclui o menor, conforme nos diz Paulo quando escreve que Deus é "o Salvador de todos os homens, especialmente dos fiéis" (lTm 4:10). A expiação destina-se a todos, é dirigida a todos e é suficiente para todos, mas beneficia apenas os que voluntariamente reagem a ela com fé (ver Salvação I. D).

O estudo feito nos parágrafos precedentes sobre o propósito da missão de Cristo mostrou como é vasta e profunda a expiação de Cristo. Guiados pelo Espírito, os escritores do NT lutam com a insuficiência da linguagem humana para transmitir o significado desse acontecimento divino. Várias figuras de linguagem, mediante as quais Paulo e outros a explicam, lançam luz sobre as muitas dimensões de nossa condição pecaminosa. Referimo-nos a esses aspectos com o nome de sacrifício, redenção, substituição, expiação-propiciação, justificação e reconciliação. Todos esses pontos são importantes, e nenhum deve ser negligenciado. Todavia, nem um é suficíentemente amplo para abranger todos os variados aspectos do significado da cruz. Expiação significa mais do que algo negativo, Isto é, remoção de pecado e eliminação de inimizade. E ela que abre o caminho para uma nova vida em Cristo. Essa nova vida de gratidão e crescimento em Cristo, fruto da expiação, está longe de ser uma faceta insignificante da experiência cristã.

A doutrina bíblica da expiação conduz a isso. «§

III. O Senhor Exaltado

A. O *Cristo Ressttrreto*

Por mais central que seja a morte de Cristo, a mensagem do NT, até mesmo nos evangelhos, não se encerra com a cruz. Os evangelistas avançam para falar da ressurreição (Mt 27:51—28:20; Mc 16; Lc 24; Jo 20; 21). O evangelho que Paulo recebeu mediante revelação (Gl 1:12) começa declarando "antes de tudo" que "Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras" (ICo 15:3; cf. v. 1). Por isso é que a morte e a ressurreição de Jesus Cristo eram proclamadas juntas como se fossem o próprio coração do evangelho. A relutância de Paulo em se referir a uma coisa sem a outra parece refletir-se em Romanos 8:34: "Cristo Jesus quem morreu ou, antes, quem ressuscitou."

1. Um Evento Fundamental

Ainda assim, no que diz respeito a seu lugar e significado em todo o evento-Cristo, a ressurreição tem sido em geral insuficientemente compreendida. Para grande número de cristãos, a ressurreição de Cristo é a prova mais forte da futura ressurreição para uma vida de glória eterna (cf. Fp 3:20, 21; Ap 21:1-22:5). A Ressurreição em si parece não ter muita importância para a obra da redenção. Fomos remidos pela cruz, e pela cruz somente. A igreja do NT, porém, entendia que a ressurreição de Jesus só se completou na ascensão, como algo fundamental e não meramente comprobatório da fé cristã, Para os primeiros crentes, a ressurreição foi o começo e não o fim da história, uma espécie de pedra angular da fé cristã (ICo 15:14, 17). Era vista não como um exemplo típico da ressurreição em geral, mas como um evento único. Nem consistiu em uma mera ressuscitação, que trouxe Jesus de volta a esta vida para morrer novamente, como no caso de Lázaro ou do filho da viuva de Naim. Sua ressurreição foi a ressurreição do Messias, o meio escolhido por Deus para nomear Jesus como o Cristo, o Filho de Deus (At 2:36; Rm 1:4).

A fé dos primeiros discípulos, edificada na vida e no ministério de Cristo, foi despedaçada na cruz. Como nos diz o livro de Atos, a ressurreição vista como um poderoso ato declaratório de Deus (At 2:24, 32; lPe 1:21; cf. Ef 1:19, 20) reinterpretou e restabeleceu a fé despertada pela vida de Jesus, colocando-O pela primeira vez em Seu verdadeiro lugar como Senhor e Cristo (At 2:36; Rm 1:4). Mediante a ressurreição, Jesus foi proclamado não só iMessias e Senhor, mas "o Autor da vida" (At 3:15), "Salvador" (At 5:31) e "juiz de vivos e de mortos" (At 10:42). Sob o impacto da ressurreição, desaparecerão as ambiguidades que rodearam a vida e morte de Cristo.

2. O Túmulo Vazio

Além dos soldados que guardavam o túmulo (Mt 28:4), ninguém mais viu Jesus ressurgir da sepultura. Porém várias pessoas encontraram um túmulo vazio, e muitas mais foram as que viram o Senhor ressuscitado. Algumas dessas aparições ocorreram em Jerusalém ou em suas imediações; outras na Galileia. Segundo os relatos bíblicos, o Senhor apareceu às mulheres que tinham ido ao túmulo preparadas para ungir-Lhe o corpo (v. 9, 10), à Maria Madalena (Jo 20:11-18), a Simão Pedro (Lc 24:34; ICo 15:5), aos dois discípulos no caminho de Emaús (Lc 24:13-31; Mc 16:12, 13), aos 11 e a outros discípulos reunidos na tardinha do dia da ressurreição (Lc 24:33, 34; Jo 20:19-23), a Tomé uma semana depois (v. 26-29), aos sete discípulos junto ao Mar da Galileia (Jo 21:1-19), aos 11 reunidos numa montanha da Galileia (Mt 2S:16, 17) — cuja aparição muitos consideram a mesma que ocorreu aos 500 irmãos mencionados por Paulo (ICo 15:6), aos discípulos que

viram Jesus ascender aos céus do Monte das Oliveiras (Lc 24:50, 51; At 1:6-9) — a Tiago (lCo 15:7), e a Paulo no caminho de Damasco (At 9:1-19), Nem os evangelhos nem Paulo fornecem uma lista cronológica £► de todos os fatos. Variações nos detalhes, tais como a sequência, o número e os nomes das mulheres que visitaram o túmulo, bem como o número de anjos, não são difíceis de tabular. Essas dificuldades acerca de pormenores não oferecem objeções insuperáveis, quando lembramos que cada autor selecionou os fatos que considerava mais apropriados a seu objetivo. Diversos interesses parecem ter determinado a perspectiva sob a qual se enfatizaram os diferentes aspectos dos fatos. Porém, afora os detalhes da descrição, o testemunho básico é notavelmente unânime. Não há evidência de falsificação posterior ou de história combinada.

3. Uma Ressurreição Física

Diversos aspectos comuns caracterizaram todas essas aparições. Elas foram concedidas a quem já era discípulo de Gr isto. “A Este”, como declara Pedro a Gornélio, “[Deus] concedeu que fosse manifesto, não a todo o povo, mas às testemunhas que foram anteriormente escolhidas por Deus (At 10:40-41). Essas manifestações serviram de garantia àqueles que já O haviam aceitado. Todos os registros bíblicos dão testemunho de uma ressurreição física e corporal. Os evangelistas falam de tocar em Jesus (Jo 20:27) de comer (Lc 24:41-43) e conversar (Jo 21:9-22) com Ele. Isso contraria a tendência grega de fazer da ressurreição um acontecimento abstrato e incorpdreo. Realmente teria sido inconcebível para judeus do primeiro século pensar em uma ressurreição, a não ser em termos corporais. Uma ressurreição incorpórea lhes teria parecido um absurdo.

Há uma unidade fundamental entre o Jesus que os discípulos haviam conhecido no transcurso dos anos e o Senhor ressurreto. Ele mesmo declarou enfaticamente: "Um espírito não tem carne nem ossos, como vedes que Eu tenho" (Lc 24:39), acrescentando: “Vede [...] que sou Eu mesmo.” Embora todos descrevam o mesmo fenômeno, o de um corpo idêntico ainda que transformado, transcendendo os limites da natureza humana — portas fechadas não o excluem (Lc 24:31; Jo 20:10, 26) — mas suscetível de manifestar-Se dentro dos parâmetros dessa natureza. Na linguagem paulina, esse corpo havia se revestido “da incorruptibilidade” (lCo 15:53). Os discípulos, por exemplo, não reconheceram Jesus a princípio quando Ele se pôs diante deles (Jo 20:14; 21:4, 12). Parece significativo que os dois evangelistas que mais insistem no caráter físico das aparições de Cristo (Lc 24:39-43; Jo 20:20, 27; 21:9-14) são os que mencionam que, por ocasião das aparições, Ele já havia “[entrado] na Sua glória” (Lc 24:26) e sido “glorificado” (Jo 13:31; cf. 20:22 com 7:39). Marcos afirma explicitamente que Jesus “Se manifestou em outra forma” (Mc 16:12).

Por excluir *a priori* o miraculoso, a mente moderna tem a tendência de negar a ressurreição de Cristo como fato histórico de caráter sobrenatural. Alguns têm sugerido que os discípulos simplesmente roubaram o corpo e o esconderam. Alguns insistem que Jesus continuou vivo após a crucificação e o sepultamento simplesmente porque nunca morreu real mente, mas apenas desmaiou. Outros sugerem que, pelo fato de haver na área em que Jesus foi enterrado uma série de túmulos semelhantes, as mulheres, desorientadas pela escuridão, dirigiram-se ao túmulo errado, exatamente o que estava vazio porque nunca fora usado. Outros ainda argumentam que os discípulos na realidade não viram um Cristo ressuscitado, senão que, como resultado da fé que nEle depositavam e da imensa saudade que sentiam, imaginaram tê-Lo visto e ouvido. Em anos

mais recentes, a ressurreição de Cristo não é mais justificada, mas desmítologizada e reinterpretada como um modo de anunciar que, em Jesus de Nazaré, Deus interveio de Forma singular na história humana e veio para ficar. O *fato* da ressurreição, dizem alguns, não tem nenhuma verdadeira relevância, visto que sua importância decisiva é como fator de fé, e não como elemento histórico.

Nenhuma das teorias propostas para explicar o túmulo vazio e as aparições de Cristo parece adequada, nem mesmo a combinação delas. Tendo-O visto, os discípulos não fizeram nenhuma tentativa de explicar o que aconteceu. Para eles, a ressurreição de Cristo era um ato divino (At 2:24, 32; Rm 6:4; lPe 1:21), o cumprimento das profecias do AT (At 2:25-36; iCo 15:4), uma parte do propósito eterno de Deus na salvação dos pe- ► cadores. O fato de os discípulos, abatidos e desanimados no momento da crucificação, algumas semanas depois terem confrontado corajosamente aqueles que haviam condenado Jesus, e proclamado Sua ressurreição e senhorio, é a verdadeira prova da ressurreição como fato histórico (At 2:22-24; 3:14, 15; e especialmente 4:10). Desde o princípio e com grande poder, eles deram testemunho da ressurreição do seu Senhor (At 2:24; 4:33), deixando para Deus as coisas que não conseguiam compreender.

4. O Significado da Ressurreição de Cristo

Para os escritores do NT, a ressurreição de Jesus Cristo é um novo ato de Deus, um acontecimento real ocorrido na história deste mundo. Sua importância teológica não pode ser superestimada.

Grande é o significado cristológico da ressurreição. Para os apóstolos, seu significado primário reside no fato de ter sido ela a confirmação divina das reivindicações de Jesus quanto â Sua pessoa e obra. Tudo quanto mãos perversas haviam feito fora aniquilado pela ação vindicadora de Deus: "[Este Jesus] [...] que vós matastes, crucificando por mãos de iníquos; Deus [O] ressuscitou" (At 2:23, 24; 10:39, 40). O que os apóstolos enfatizaram constantemente não era apenas que Jesus havia ressuscitado, mas que Deus O havia ressuscitado ou que Ele a Si mesmo Se ressuscitara (At 2:32, 36; 3:15; 4:10; 5:30; Rm 4:24, 25; 6:4; 8:11; lCo 15:4, 15; 2Co 4:14; G1 1:1; Hb 13:20; lPe 1:21; etc.). Por Sua ressurreição Jesus foi “designado Filho de Deus com poder" (Rm 1:4; cf. At 13:33). Ela assinalou o começo de Sua exaltação como Senhor e Cristo (At 2:29-36; Fp 2:9-11), refletindo a declaração proferida pelo próprio Jesus após a ressurreição: "Toda a autoridade Me foi dada no Céu e na Terra” (Mt 28:18). Ao levantá-Lo dos mortos, Deus “glorificou a Seu Servo Jesus" (At 3:13) e O constituiu juiz do mundo (At 10:42; 17:31; cf. Jo 5:22, 27). Na condição "dAquele que vive", Ele possui “as chaves da morte e do inferno" (Ap 1:18).

Além dessas dimensões voltadas para o próprio Cristo, a ressurreição também tem significado para os pecadores. Trata-se de um acontecimento salvífico, já que, no dizer de Paulo, Jesus “foi entregue por causa das nossas transgressões e ressuscitou por causa da nossa justificação” (Rm 4:25). Não há salvação, a não ser para aqueles que com seus lábios confessam “Jesus como Senhor" e, no seu coração”, creem que “Deus O ressuscitou dentre os mortos" (Rm 10:9). Aqueles que foram “batizados na Sua morte”, unidos com Ele na semelhança da Sua morte, o serão também na “semelhança de Sua ressurreição” (Rm 6:3-5; Ressurreição Í.A.2.a). Aguardando esse dia, e tendo sido "crucificados com Cristo” (Cl 2:19) para o pecado, foram sepultados com Ele na morte pelo batismo, “para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também [andem] em novidade de vida" com Ele (Rm 6:4; cf. 8:9-11; Ef 2:4-7; Cl 2:12; 3:1-3) e frutifiquem para Deus (Rm 7:4; cf. lPe 1:3). Na opinião de Paulo, a ressurreição

de Cristo é de fundamental importância: "Se Cristo não ressuscitou", escreveu ele, "é vã a nossa pregação, e vã, a vossa fé [...]. E, se Cristo não ressuscitou, é va a vossa fé, e ainda permaneceis nos vossos pecados" (iCo 15:14-17). A nossa pregação, a nossa fé e a nossa salvação não se realizam independentemente da ressurreição de Cristo. Nela temos a promessa de realização do propósito redentor de Deus.

jB. *A Ascensão do Senhor*

De acordo com as Escrituras, Cristo não somente ressuscitou dos mortos. Ele também ascendeu ao Céu como Deus-homem e nosso mediador. A ascensão de Cristo é um fator extremamente importante tanto na vida de Cristo como na vida dos cristãos. Nenhuma visão completa de Jesus Cristo é possível, a menos que a ascensão e suas consequências estejam nela incluídas. Na verdade, o ministério celestial de nosso Senhor bem como a segunda vinda são inconcebíveis dissociados da ascensão. [1]

1. A Comprovação Bíblica

O único relato detalhado da ascensão se encontra em Atos 1:2-11. O mesmo evento, narrado de maneira muito mais concisa, acha-se preservado em Lucas 24:51 e em Marcos 16:19, Várias declarações feitas nos evangelhos certificam que a ascen- ► são era algo que nosso Senhor antevira durante Seu ministério terrestre (Lc 9:31, 51; Jo 6:62; 7:33; 14:12, 28; 16:5, 10, 28). O acontecimento também é mencionado ou deduzido a partir de diversas passagens em Atos (2:33-35; 3:21; 7:55, 56; 22:6-8; 26:13-15). Encontram-se referências adicionais e alusões em Filipenses 2:9; 1 Timóteo 3:16; Hebreus 1:3; 2:9; 12:2; I Pedro 3:22; Apocalipse 1:13; 5:6. O acontecimento é mais do que suficientemente comprovado.

Contesta-se algumas vezes o registro no livro de Atos por fazer a descrição de um corpo ascendente, contrariando assim a lei da gravidade, ou por sugerir que o Céu seja localizado a uma curta distância da Terra, situação indefensável aos olhos da ciência moderna. Os escritores do NT, porém, não encontram mais dificuldade na ascensão do que na ressurreição de Cristo ou na Sua encarnação. Para eles, a ascensão é parte essencial do plano divino de redenção, não mais maravilhoso do que os outros dois acontecimentos. Além do mais, não faz sentido supor que Lucas, cujo trabalho é o de um historiador cuidadoso que verifica os fatos a partir de fontes originais e testemunhas oculares (Lc 1:1, 2; cf. At 1:1,2), tenha deixado de conferir os detalhes dos fatos nesse caso particular.

2. A Ascensão e Sua Relação com Cristo

A ascensão sinalizou a exaltação e a glorificação do Cristo ressurreto, uma vez que Sua obra na Terra fora concluída (Fp 2:9). Significou para Ele a clara confirmação de Sua vitória (Ef 4:8) e a retomada de Seu companheirismo face a face na glória com o Pai (Jo 17:5), Deus O "exaltou sobremaneira" *(hyperypsõsen)* pela ascensão (Fp 2:9).

Empenhados em descrever a ascensão de nosso Senhor, os escritores do NT empregam repetidas vezes a declaração contida no Salmo 110:1: "Disse o Senhor ao Meu Senhor: Assenta-Te à Minha direita, até que Eu ponha os Teus inimigos debaixo dos Teus pés", que é citado diretamente em Mateus 22:44; Marcos 12:36; At 2:34-35; 1 Coríntios 15:25; Hebreus 1:13; 10:12, 13, e indiretamente em várias passagens que falam de Jesus estando (At 2:33; Rm 8:34), assentando-Se (Ef 1:20; Cl 3:1) ou encontrando-Se (At. 7:55, 56) à destra de Deus, até que todos os Seus inimigos sejam subjugados. Uma leitura cuidadosa revela que muitas dessas afirmações não acentuam somente o fato histórico da ascensão de Cristo acontecendo num dia específico, mas também Sua ascensão como uma

função contínua. Esse mesmo ponto de vista é encontrado também em Romanos 8:34 e I Pedro 3:22, onde os dois apóstolos declaram que Jesus "está à destra de Deus". O simbolismo não sugere que Cristo esteja ocioso. Ao contrário, seu sentido é inconfundível. Exprime a exaltação e a glória do Deus-homem elevado às alturas. A ressurreição desencadeou a grande mudança; a ascensão transmite a impressão distinta de que Cristo subiu para o Pai e que todo o poder Lhe foi entregue nas mãos.

3. A Ascensão e Sua Relação com os Crentes

A ascensão de Cristo também possui importância especial para os crentes. Para os cristãos, em vez de significar distanciamento físico, implica proximidade espiritual (Mt 28:20). Ele está "vivo pelos séculos, dos séculos" (Ap 1:18). Nas próprias palavras de Deus: "O Teu trono, ó Deus, e para todo o sempre" (Hb 1:8). No NT, desde o tempo da ascensão em diante, a garantia constante é a de que Cristo está vivendo e que, em Sua vida, os crentes vivem. A ascensão permitiu-Lhe enviar o Espírito Santo (Jo 16:7; At 2:33), convencer o mundo do pecado (Jo 16:8), habitar com Seus discípulos (Jo 14:17), edificá-los e instruí-los (Jo 14:25, 26; 16:14, 15), conceder-lhes poder para testemunhar (At 1:8; 4:8, 31) e criar um novo e radiante companheirismo (At 2:41-47; 2Co 13:14; Fp 2:1, 2). Embora elevado às alturas, Jesus continua a instruir os Seus mediante o dom do Espírito, que lhes deve ensinar todas as coisas (Jo 14:26) e guiá-los em toda a verdade, não falando por Sua própria autoridade, "porque há de receber do que é Meu e vo-lo há de anunciar" (Jo 16:14). Isso é ilustrado pelo derramamento do dom de profecia sobre a igreja, o "testemunho de Jesus", que "é o espírito da profecia" (Ap 19:10; ver Deus VII. ► C; Dons X.D).

C. O *Ministério Sacerdotal de Cristo*

1. A Comprovação Bíblica

Aquele que "penetrou os céus" agora é nosso grande sumo sacerdote (Hb 4:14; cf. 6:20) no santuário celestial, o verdadeiro tabernáculo, em contraste com o tabernáculo terreno e simbólico (Hb 8:1, 2), de onde exerce um ministério de intercessão a nosso favor (Hb 7:24, 25), sempre intercedendo por nós (Rm 8:34). O sumo sacerdócio de Cristo é um dos grandes temas da epístola aos Hebreus (2:17; 3:1-4:14, 15; 5:10; 6:20; etc.). Cristo "entrou [..,] no mesmo Céu, para comparecer, agora, por nós, diante de Deus" (Hb 9:24). Embora Seu sacrifício pelo pecado tenha sido realizado de uma vez por todas sobre a cruz (Hb 7:27; 9:28; 10:11-14), o Cristo que ascendeu continua disponibilizando todos os benefícios de Seu sacrifício expiatório. Ele é agora tanto o sacerdote quanto a vítima sacerdotal. De acordo com as Escrituras, o ministério de Cristo no Céu é tão essencial à salvação dos pecadores quanto Sua morte na cruz.

2. Dois Ministérios Distintos

Os dois ministérios distintos desempenhados pelos sacerdotes levíticos no tabernáculo terrestre eram uma representação ilustrada do plano da salvação. Eles tipificavam ou ilustravam o ministério de Cristo no Céu (ver Santuário III.D). Esse é o sentido de Hebi-eus fazer referência a sacerdotes e sumo sacerdotes realizando suas funções no santuário terrestre (Hb 4:14, 15; 6:20; 7:27; 8:3; 9:7, 12, 24). O ministério levítico diário no lugar santo do santuário terrestre era essencíalmente um ministério de intercessão e reconciliação, simbolizando a verdade de que, pelo ministério de Cristo como intercessor, o pecador arrependido tem o acesso constante e confiante ao Pai (Hb 4:14-16; 7:25; 10:19-22; ver Santuário). Uma vez por ano, no Dia da Expiação, o sumo sacerdote

levítico, sozinho, efetuava um ritual que girava em torno da purificação do santuário e do povo de Deus, fazendo expiação por ambos (Lv 16:16-20, 30-32). Naquele dia, disse o Senhor a Moisés, "[o sumo sacerdote] fará expiação pelo santuário" e "pelos sacerdotes e por todo o povo da congregação" (Lv 16:33). A esse dia estava intimamente relacionada uma obra de juízo (Lv 23:29; ver Santuário I.C.3.a, b) e, em sua função típica, prefigurava o processo de juízo final que erradica o pecado. As Escrituras nos garantem que a segunda vinda de Cristo é precedida por um juízo, pois Ele retorna em glória para retribuir a cada um conforme as suas obras (Mt 16:27; 25:31-46; cf. Rm 2:6). O tempo em que Cristo deveria começar esse ministério antitípico de purificação e juízo foi especificado em Daniel 7-9, o que leva ao ano de 1844 da era cristã (ver Juízo III.B.l).

3. Elevado para Reinar e Completar Todas as Coisas

O NT acrescenta que Jesus também ascendeu ao Céu para poder reinar e completar todas as coisas (Ef 4:10; Ap 1:5). Ele está assentado acima de todo principado, potestade e poder, tanto no presente século como no vindouro (Ef 1:21). Foi exaltado, para que ao Seu nome "se dobre todo joelho" por todo o Universo (Fp 2:10). Nas palavras de Pedro, Cristo "depois de ir para o Céu, está à destra de Deus, ficando-Lhe subordinados anjos, e potestades e poderes" (lPe 3:22). Foi-Lhe dada toda a autoridade no Céu e na Terra. Ele é "a cabeça da igreja" (Ef 1:20-23; 5:23; Cl 1:18), o rei-sacerdote, e Seu reino nos assegura que o bem triunfará sobre o mal.

D. A *Segunda Vinda de Cristo*

1. A Comprovação Bíblica

Intimamente associada com a ascensão de Cristo e Seu ministério sumo sacerdotal, está Sua segunda vinda. Pois, embora tenha vindo a este mundo para fundar o reino de Deus e cumprir o verdadeiro significado espiritual da esperança messiânica, Jesus declarou que o objetivo de Sua missão não seria cumprido plenamente naquela primeira vinda. Precisava haver um intervalo em Sua relação visível com os negócios terrenos (Mt 16:21). Ele Se afastaria por um tempo (Jo 14:19; 16:7), mas prometeu que vir ia novamente para finalizar a obra que havia começado (Jo 14:1-3) e para levar o reino de Deus a seu triunfo e glória suprema (Mt 25:31-46; ver Segunda Vinda I.D.4).

O conceito bíblico da segunda vinda de nosso Senhor é expresso mediante termos como *parousia* ("presença", "chegada" ou "vinda"), frequentemente de um governante ou rei (como em Mt 24:27, 37, 39; ICo 15:23; lTs 2:19; 3:13;Tg 5:7, 8; 2Pe 1:16; 3:4); *apokalypsis* ("descoberta", "revelação") em glória (Lc 17:30; ICo 1:7; 2Ts 1:7, 8; lPe 1:13); *epiphaneici* ("manifestação" ou "aparecimento"), um termo usado para a encarnação de Cristo (2Tm 1:10) e para a segunda vinda (2Ts 2:8; lTm 6:14; 2Tm 4:1, 8; Tt 2:13). Esses termos reforçam o pensamento de que o Cristo, Aquele que agora está na presença do Pai e está exercendo Seu ministério sumo sacerdotal, virá novamente em glória visível, revelando assim Sua verdadeira natureza. A expressão veterotestamentária "o dia do Senhor", modificada com referência a Cristo como "um dia" (At 17:31), "naquele dia" (Mt 7:22; 2Ts 1:10; 2Tm 1:18; 4:8), "no dia de nosso Senhor Jesus Cristo" (ICo 1:8), "o dia em que o Filho do Homem Se manifestar" (Lc 17:30), "o dia de Cristo Jesus" (Fp 1:6) ou "o dia de Cristo" (v. 10; 2:16), ou "o último dia" (Jo 6:39, 40; 12:48) enfatizam claramente que a volta de Cristo (Mt 25:31; Mc 8:38; At 1:11; ICo 4:5) é parte do aguardado cronograma divino para o fim do tempo (ver Segunda Vinda l.B).

2. A Maneira da Vinda de Cristo

A segunda vinda de Cristo será pessoal (Mt 24:36; At 1:7), universalmente pública e visível (Lc 17:23, 24; Ap 1:7), audível (iTs 4:16), e em poder e glória (Mt 24:30; 2Ts 1:7), Ele voltará para reunir os escolhidos (Mt 24:31; 25:32-34). Os justos mortos ressuscitarão incorruptíveis (ICo 15:23, 52, 53; lTs 4:16), e os justos vivos serão transformados naquela ocasião, alcançando a vida eterna sem passar pela morte (ICo 15:52, 53; lTs 4:17; cf. Hb 11:40; ver Segunda Vinda I. E). Embora incontestável, o tempo do regresso do Senhor é desconhecido. Grande número de passagens do NT o descreve como repentino e inesperado. Apesar das afirmações que representam a segunda vinda precedida de determinados sinais indicativos de sua proximidade (Mt 24:5, 7, 9, 29), sua chegada será como a de um ladrão que rouba a casa sem aviso prévio (Lc 12:39, 40). Os sinais indicadores ocorrerão de maneira súbita e inesperada, “à hora em que não cuidais” (Mt 24:44), e não obstante iminente (IPe 4:7; Tg 5:8, 9; IJo 2:18). Visto que "a respeito daquele dia e hora ninguém sabe” (Mt 24:36), Jesus e os escritores do NT recomendam com insistência que os crentes mantenham uma atitude de prontidão, vigilância e constante preparo para o regresso do Senhor (Mt 24:44; 25:1-12; Tg 5:9) e que busquem a pureza pessoal (2Pe 3:11, 12; IJo 3:2, 3).

3. O Triunfo do Reino

Dando início ao intervalo do milênio (ver Milênio LC), a volta gloriosa de Cristo assinalará o triunfo final de Sua causa bem como o estabelecimento e a consumação do reino de Deus, que é também o reino de Cristo - na realidade o reino de ambos (Mt 13:41; 16:28; Lc 22:30; Jo 18:36; Cl 1:13; 2Pe 1:11; Ef 5:5). Paradoxalmente, o reino que Jesus anunciou víria em glória no fim do tempo (Mt 25:31-46), na verdade, havia entrado na história e já estava presente em Sua pessoa e missão: “O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo; arrependei-vos e crede no evangelho” (Mc 1:15; cf. Mt 12:28).

Embora a destruição de Satanás aguarde até o término do milênio (Ap 20:10), Jesus podia dizer que o reino estava presente no meio deles (Lc 17:21). O intervalo antes da celebração da vitória é de duração incerta e de relativa insignificância. O acontecimento decisivo foi a morte e a ressurreição de nosso Senhor. Sua segunda vinda, embora da máxima importância, *é* essencialmente a finalização de uma cadeia de eventos. A obra de Cristo realizada em Sua primeira vinda inaugurou a época escatológíca (Hb 1:2; IJo 2:18; IPe 1:20). O crente vive agora “entre os tempos", entre o “já" e o “ainda não”, aguardando a “manifestação da Sua vinda” (literalmente, “a manifestação da Sua presença”, 2Ts 2:8), experimentando já agora a garantia da Sua presença, Seu ministério sumo sacerdotal e Sua vinda como “Rei dos reis e Senhor dos senhores” (Ap 19:16).

Ao entrar nesta era maligna e invadir o domínio de Satanás, Cristo criou um domínio espiritual presente no qual já se desfrutam as bênçãos do reino de Deus (Cl 1:13), e até mesmo da vida eterna (Jo 3:16). Conforme Suas palavras, “quem crê no Filho tem a vida eterna” (Jo 3:36; cf. IJo 5:12). Os salvos devem essa vida eterna à vida, morte e ressurreição de Cristo, que introduziu uma nova fase do reino de Deus. É algo que pode ser desfrutado no presente, embora suas plenas implicações aguardem uma consumação ainda futura. Nesse meio tempo, os seguidores de Cristo são exortados a amar, aguardar e apressar a vinda de seu Senhor (Lc 12:35-37; ICo 1:7, 8; lTs 1:9, 10; 2Pe3:ll, 12). Eles devem olhar para a *parousia* não com temor, mas com confiança e alegre expectação como sua “bendita esperança” (Tt 2:13), porque a vinda do Senhor já veio para eles na cruz e

durante Seu ministério sumo sacerdotal de intercessão (Rm 8:34; Hb 4:15, 16).

E. Apelo por Reação Favorável

O estudo precedente mostrou que o Cristo da Bíblia é o Filho eterno de Deus, que Se fez carne e que Se manifestou e Se declarou como o Filho unigênito de Deus. Ele Se revelou não somente imaculado, mas também soberano acima de toda a criação. O Cristo da Escritura, voluntária e intencionalmente, entregou-Se como resgate pelos pecadores e morreu na cruz, para que aqueles que nEIe cressem fossem libertos da culpa e do castigo do pecado. O mesmo Cristo ressuscitou dos mortos em carne e osso, apresentando as provas da crucificação. Ascendeu ao Céu como nosso Sumo Sacerdote. O Cristo da Bíblia virá novamente em poder e glória, para pôr fim à era em que vivemos.

Tudo isso foi obra de Deus. Há, através de toda a Escritura, constante ênfase na iniciativa divina em nossa salvação. Há também um claro apelo para reagir favoravelmente à graça de Deus. Pecadores e santos são igualmente exortados a não se contentar somente em contemplar ou admirar o Salvador, mas em andar em Seus passos, ser Seus imitadores, até serem transformados à imagem dEle. O chamado de Deus não é apenas para sermos salvos, mas também para caminharmos bem junto a Ele, “permanecer em Cristo”, ou simplesmente estarem Jesus (Jo 15:4, 7), Na alegoria da videira, Jesus expressou a ideia de permanência como uma via de mão dupla: “Permanecei em Mim, e Eu permanecerei em vós” (Jo 15:4; cf. v, 5). Os ramos, insiste Ele, tornam-se infrutíferos, a menos que permaneçam na videira - uma forma bem vivida de expressar a centralidade da vida de Cristo para a vida de progresso [espiritual] do crente. Digno de nota também é o fato de que aquele que diz que permanece nEle, esse deve também andar assim como Cristo andou (IJo 2:6), deve guardar os Seus mandamentos (IJo 3:24) e dar demonstrações de amor da espécie mais elevada (IJo 4:12). A frequência espantosa com que João recorre ao conceito de “permanecer”, em sua primeira epístola (IJo 2:6, 24, 27, 28; 3:6, 24; 4:12, 13, 15, 16; cf. 2:10, 14; 3:9, 14, 17), demonstra o intenso desejo do discípulo amado de enfatizar a fonte de poder da nova vida,

Paulo também expõe, com igual força e clareza, as implicações do plano divino da salvação em Jesus Cristo para cada um de nós. O que aconteceu a Cristo afeta todo crente nEle, pois “se alguém está em Cristo, é nova criatura” (2Co 5:17). Ser nova criatura significa incorporar novos princípios de vida, novos interesses, novos valores morais, novas maneiras de pensar. Ocorre uma incorporação, pois “todos nós que fomos batizados em Cristo Jesus fomos batizados na Sua morte” (Rm 6:3). Todo o modo de viver da pessoa é controlado pelo permanecer em Cristo (cf. ICo 4:17).

Tão inesgotável e poderosa é a ideia bíblica da relação do crente com Cristo que Paulo acrescenta ao seu conceito de "em Cristo” a noção do “Cristo em nós”. Isso era inegável na própria experiência de Paulo: “Já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim” (GI 2:20). Entendia-se que essa experiência era a norma, pois o apóstolo roga para que seus conversos efésios experimentem a mesma bênção: “Habite Cristo no vosso coração, pela fé" (Ef 3:17). Isso se torna possível mediante a habitação do Espírito Santo. O conceito é difícil de entender; o próprio Paulo refere-se a ele como a um mistério (Cl 1:27), embora esteja profundamente convencido de sua verdade, perguntando-se até que ponto os crentes coríntios o entenderam (2Co 13:5).

Uma genuína proclamação do evangelho a respeito da vida e morte de Jesus Cristo não anunciará apenas que Cristo viveu e foi crucificado por nós. Também proclamará que, pela conversão e batismo, estamos crucificados com Ele e vivemos agora a vida

da ressurreição, Isso não ê uma mera declara- crituras, é uma experiência diária até que, na ção de crença, mas, conforme exposto nas Es- plenitude do tempo, Cristo venha outra vez.

IV. Contexto Histórico

O propósito desta seção é examinar algumas correntes de pensamento influentes que, ao longo de 2 mil anos de história cristã, fizeram avanços no estudo da pessoa e obra de Jesus Cristo, com ênfase específica em Sua pessoa. Limitações de espaço impedem uma avaliação mais ampla dos teólogos. Esperamos, contudo, identificar as principais tendências, para que os leitores sejam capazes de situar-se mais claramente com relação ao pensamento do mundo cristão à sua volta.

A. A *Igreja da Antiguidade*

Quando ampliou seus limites missionários ante â necessidade de proclamar o evangelho através de linhas culturais, por um lado, e ao impulso naturalmente curioso da mente helenística, por outro, a igreja cristã testou os limites da ortodoxia cristã, nesse caso, a conformidade com a confissão cristológica estabelecida pelos escritores do NT. Desde os primeiros estágios desse desenvolvimento, o Verbo, ou *Logos*, foi apresentado como alguém que desempenha papel único na salvação dos pecadores, já que Ele é divino e humano ao mesmo tempo. Compreender essa união é uma questão de importância tão ilimitada que os exageros não demoraram a aparecer. Infelizmente, na maioria dos casos, as provas a respeito das diversas escolas de pensamento, condenadas depois como heréticas, são fragmentárias, fornecidas de modo geral por seus oponentes, e, portanto, nem sempre confiáveis. [1]

1. Negando a Realidade das Duas Naturezas

As primeiras heresias cristãs que negavam a realidade das duas naturezas de Cristo foram a extremos opostos. O docetismo e o gnosticísmo, na extrema direita, subestimaram, quando não negaram, a humanidade de Jesus em consideração à Sua divindade; enquanto que o ebionismo, na extrema esquerda, enfatizou a humanidade de Jesus à custa de Sua divindade.

Os *ebionitas* compreendiam Jesus à luz de um forte monoteísmo, com raízes em seus antecedentes judaicos. Para eles, Jesus era filho natural de José e Maria, em vez de o eterno Filho de Deus, que supera aos outros em justiça e que é dotado com a vocação de Messias pela descida do Espírito Santo sobre Ele em Seu batismo.

Em contrapartida, o *docetismo* (do verbo grego *ãokein,* "parecer") negava que o Verbo divino Se houvesse tornado carne, e afirmava que só em aparência Ele fora humano. O docetismo propriamente dito era parte de uma ampla tendência cultural que fazia acentuado contraste entre o mundo espiritual ou imaterial e o mundo da matéria. Este era reputado por maléfico; somente aquele era sublime e digno de louvor. Deduzia-se, portanto, que a união entre o divino e o humano em Jesus era inconcebível, pura aparência. Os cristãos clocetistas não viam dificuldade em aceitar a plena divindade de Jesus, mas sustentavam que Ele havia sofrido e morrido somente em aparência. O docetismo foi a heresia mais perigosa, que, no início do terceiro século, parece ter afetado muitas congregações cristãs intelectuais. ◄§

2. Negando a Integridade das Duas Naturezas

Autores cristãos primitivos da linha de Justino Mártir (c. 100-165), Teófilo de Antíoquia (fim do segundo século), Melito de Sardis (190 d.C.), Irineu (c. 115-202), Tertuliano (c. 160-C.240) e Orígenes

(c. 18 5-c. 254) tentaram enfrentar esses desafios mediante um retorno ao ponto de vista bíblico. Ainda assim, a concepção de Cristo por eles defendida era frequentemente determinada mais por tendências filosóficas do que pela revelação histórica encontrada nos escritos do NT, o que fez alguns descambarem para ambiguidades cristológicas.

Procurando preservar a singularidade de Deus Pai, os monarquianos reagiram energicamente contra os pontos de vista trinítarianos cada vez mais promovidos entre cristãos. Para eles, o Verbo era fundamentalmente inferior a Deus. Essa era a essência da heresia ariana, que negava a integridade das duas naturezas em Cristo.

Ário (c. 250-c. 336) forçou a igreja cristã a resolver a questão da relação entre o Pai e o Filho. Insistindo na integridade divina, o presbítero de Alexandria sustentava que Deus é um só, completamente transcendente, e que não criou nada mediante contato direto com o mundo, mas que assim o fez por intermédio do Filho, a quem precedeu da mesma forma que um pai humano precede o filho. Segundo Ário, díferentemente do Pai, o Filho teria tido um começo. Fora o próprio Pai que O trouxera à axistência a partir do nada e antes do tempo. Portanto, ainda que se Lhe chamam Deus, Ele não seria Deus da mesma maneira que o Pai. Houve um tempo em que Ele não era. Sua natureza não era idêntica a do Pai.

3. A Reação Nicena

Ário foi condenado no Primeiro Concilio de Níceia, em 325. Em sua luta contra Ário, Atanásio (c. 296-373) afirmou a unidade da essência do Pai e do Filho, não mais se baseando na doutrina filosófica da natureza do Verbo, mas com base na obra de redenção realizada pelo Verbo encarnado. Somente um Deus único, assumindo carne humana, podería efetuá-la. O credo níceno reza: "Cremos [...] em um só Senhor, Jesus Cristo, o Filho unigênito de Deus, gerado do Pai desde toda a eternidade, Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstanciai (*homoousios*) ao Pai." Há certa ambiguidade no termo "substância". Para a tradição cristã, o termo designa algo comum a todos os indivíduos em uma classe específica, nesse caso a divindade. Embora especificamente denunciado, o arianismo conseguiu sobreviver sob diversas formas durante vários séculos.

4. A Relação Entre as Duas Naturezas

O período mais decisivo na compreensão cristã da pessoa de Gristo foi o posterior a Niceia. Estendeu-se desde meados do 4º século até meados do 5º século e foi dominado por duas escolas de pensamento antagônicas: Alexandria, no Egito, e Antioquia, na Síria. Cada uma tentou tratar da questão de como o Filho eterno podia ser ao mesmo tempo verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem. Os alexandrinos estavam preocupados principalmente em preservar a divindade de Jesus. Eles se concentravam na unidade da humanidade de Jesus com o Verbo divino. Os antioquenos estavam interessados principalmente na humanidade de Cristo, por isso mesmo adotavam uma abordagem mais livre em relação à unidade do divino e do humano em Jesus. Os primeiros realçavam que o *Verbo* assumiu a carne; os últimos, que o Verbo se tornou humano. Logo começaram os exageros.

a. Apolinário. Discípulo de Atanásio, Apolinário (c.310-390) levou ao extremo o ponto de vista alexandrino. Ao ensinar que em Jesus o Verbo divino tomou o lugar da mente humana *(nous)*, a sede do pecado, negou o pleno desenvolvimento moral e a genuína humanidade de Cristo. Sua doutrina foi explicitamente condenada no Concilio de Constantínopla, em 381.

b. Nestório. Em seu esforço para salientar a completa humanidade de Cristo, Nestório (morto em c. 451), em contrapartida, tendia a exagerar a distinção entre as duas «jõ

naturezas. Sua sistemática rejeição ao uso do termo *theotokos* ("Mãe de Deus") com referência a Maria, deu a seus oponentes argumentos para acusá-lo de estar, na verdade, negando a divindade de Cristo. Sustentava que se devia distinguir em Jesus duas naturezas, ou até mesmo duas pessoas, que existiam separadamente, lado a lado, unidas por um vínculo puramente moral.

c. Êutiques. Opondo-se a Nestòrio, Êutiques (c, 378-454, um dos discípulos de Cirilo de Alexandria, afirmava que, no Cristo encarnado, a divindade e a humanidade se aglutinavam em uma, um ponto de vista que acabava por negar as duas naturezas de Cristo.

5. A Definição de Calcedônía

Reuniu-se no devido tempo em Calcedônia (451) um concilio para pôr fim à controvérsia. O concilio condenou tanto o ponto de vista de Nestòrio quanto o de Êutiques, afirmando a unidade da pessoa de Cristo bem como a dualidade das duas naturezas. Esse concilio ensinou os cristãos a confessar Cristo como plenamente divino e plenamente humano, reconhecendo nEle duas naturezas, "sem confusão, mutação, divisão ou separação".

Dificilmente se pode dizer que a Definição de Calcedônia representou uma solução para o problema cristológico que indaga *como* as duas naturezas se acham unidas em Cristo Jesus. A fórmula nada tem a oferecer, senão quatro proposições negativas. Tem sido passível de muita crítica, principalmente em tempos modernos. Contudo, se para expressar a realidade de Deus em Cristo, os termos "pessoa" ou "natureza" talvez já não coincidam semanticamente com seus equivalentes modernos em português, eles parecem ter sido adequados para a época. Em seu esforço para exprimir o inexprimível, os pais conciliares procuraram, através de paradoxos, trazer para a linguagem humana a presença do mistério da encarnação. Apesar disso, a fórmula não satisfez plenamente a nenhum dos lados, A controvérsia prosseguiu em algumas áreas como monofisistas, monotelitas e adocionistas trocando acusações e contra-acusações.

B. A *Idade Média*

Pouca coisa foi acrescentada à doutrina da pessoa de Cristo pelos teólogos medievais. Tendo aceitado a autoridade das declarações nicena e calcedônica, eles se dedicaram com grande afã a reflexões excessivamente especulativas, ou até mesmo abstratas, a respeito de temas como a consciência de Cristo, Seu conhecimento, liberdade, virtudes, capacidade de sofrimento e sujeição ao Pai. Agostinho (354-430) enfatizou alguns pontos distintos acerca de Jesus, que foram depois desenvolvidos por Tomás de Aquino (1225-1274). Este dirigiu a atenção mais especificamente para o modo da união em Cristo, tentando definir e estabelecer a diferença entre "natureza[1]e pessoa *[2]

1. Concentrando-se na Obra de Cristo

Para dizer a verdade, os teólogos medievais tendiam a se concentrar mais na obra do que na pessoa de Jesus Cristo, principalmente na obra da expiação. No fim do século 11, a ideia prevalecente sobre a morte de Cristo como um resgate pago ao diabo começou a cair em descrédito. Segundo esse ponto de vista, através de Sua morte, Cristo, nosso representante, havia pago um resgate a Satanás, que, depois de adquirir direitos sobre os seres humanos em virtude da queda de Adão, temendo depois a influência de Cristo, ficara feliz em aceitar a transação. Vítima, porém, de seu próprio orgulho e despercebido da eficácia da morte de Cristo, Satanás iludiu-se com a ideia de que podería conquistar e prender a Cristo, mas Este ressurgiu triunfante da sepultura.

a. Anselmo de Canterbury. Em seu livro *Cur Deus Homo?* [Por que Deus Se fez

Homem?], Anselmo de Canterbury (1033-1109) desafiou o ponto de vista tradicional. Primeiro teólogo a estruturar uma teoria da necessidade da encarnação e da expiação em Cristo, Anselmo sustentou que o pecado rouba de Deus a honra que Lhe é devida. Argumentou que, para se manter à altura das demandas de Sua própria natureza santa, a honra de Deus precisa ser vindicada, seja pela punição, seja pela satisfação. A misericórdia de Deus o induz a fazer isso por meio da satisfação. Sendo uma ofensa infinita contra Deus, o pecado requeria uma satisfação igualmente infinita, uma que somente Deus pudesse providenciar. A satisfação, porém, tinha de ser ao mesmo tempo humana e divina. Isso respondia â pergunta: por que Deus Se fez ser humano? Sendo Deus, Cristo tomou o lugar do homem e por Sua morte satisfez completamente a justiça divina. A morte de Cristo não era um resgate pago a Satanás, mas um débito pago a Deus. Em seus elementos essenciais, a formulação de Anselmo continua a encontrar adversários convictos onde quer que as Escrituras sejam aceitas como Palavra de Deus,

b, Abelardo. Cerca de 40 anos depois, Pedro Abelardo (1079-1142) rejeitou tanto o ponto de vista tradicional quanto a teoria de Anselmo. Em seu livro *Epítome da Teologia Cristã* e em seu *Comentário sobre Romanos,* ele defende um ponto de vista diferente para o pecado. Para esse teólogo francês, a essência do pecado era o desprezo pela vontade de Deus. O pecado reside mais nas más intenções das pessoas do que em suas ações, quando aceitam as inclinações malignas da mente. Visto que, da perspectiva de Abelardo, não há princípio pelo qual Deus requeira satisfação por parte do pecador, a vida e a morte de Cristo não servem para satisfazer a justiça divina, mas para despertar nos pecadores uma reação de arrependimento e amor, que são sua reconciliação e redenção. A morte de Cristo é a suprema revelação do amor de Deus. Para muitos, porém, o acontecimento redentor parece ter sido reduzido a um martírio trágico, que deixa pouca margem para a inexorável necessidade que serve de fundamento para a cruz. Esse ponto de vista leva à teoria exemplarista da expiação, que passou a ser conhecida como a “teoria da influência moral”.

C. A *Reforma*

Os reformadores do século 16 não desafiaram a doutrina de Cristo formulada pelo Concilio de Calcedônia. Tendiam, porém, a substituir a primitiva ênfase por uma postura mais existencial, uma abordagem que se concentrava mais no encontro com o Cristo vivo e nos “benefícios de Cristo", uma teologia mais de cruz do que de glória.

1. A Questão *Gonvmunicatio Idiomatum*

Manifestou-se entre os reformadores uma profunda discordância no contexto de sua controvérsia sobre a Ceia do Senhor. Invocando a antiga doutrina da *communicatio idiomatum* (a “comunicação [intercâmbio] de propriedades” entre as naturezas divina e humana de Jesus Cristo) e, com base nela, insistindo na “presença real" do corpo e do sangue de Cristo no pão e no vinho no ofício da santa comunhão, Lutero defendia a existência de uma interpenetração material de qualidades ou atributos entre as naturezas divina e humana de Cristo.

Para Zwínglio (1484-1531), seu principal oponente nessa questão, o ponto de vista de Lutero apresentava uma perigosa tendência eutiqueana, a fusão de naturezas rejeitada em Calcedônia. Calvino (1509-1564), que também ensinava a comunicação de atributos, negava que os atributos divinos podiam ser comunicados à natureza humana de Cristo. Segundo o reformador francês, as propriedades de ambas podiam ser atribuídas â mesma *pessoa,* fazendo com que Cristo pudesse ao mesmo tempo ser onisciente e ter conhecimento limitado.

2. Dois Estados e Ofícios de Cristo

Em duas outras áreas deram os reformadores sua contribuição mais original à cristologia, que foi amplamente aceita e desenvolvida tanto entre católicos como entre protestantes. Os reformadores introduziram a doutrina dos dois estados de Cristo: humilhação e exaltação. O propósito dessa distinção não era substituir a doutrina das duas naturezas, mas suplementá-la, dando mais pleno reconhecimento aos aspectos dinâmicos da vida e ministério de Cristo e apresentando-os sob a forma de uma sequência de dois estados. Também promoveram a doutrina dos três ofícios de Cristo como profeta, sacerdote e rei, apresentada primeiramente por Calvino e assumida posteriormente por teólogos luteranos e católico-romanos.

D. *Tempos Modernos*

§► O debate sobre a pessoa e as naturezas de Cristo prosseguiu no século 18 sob o impacto do Iluminismo, cujos adeptos suspeitavam de toda autoridade e tradição na busca pela verdade. Rompendo radicalmente com a cosmovisão teológica medieval, a razão, e não a revelação, foi apresentada como o árbitro final da verdade. [I.]

I. Mudança Monumental

A mudança monumental de perspectiva que ocorreu durante a Idade da Razão levou muitos intelectuais a reformular as doutrinas históricas do cristianismo, para que se ajustassem mais ao pensamento moderno e à sua ênfase na crítica literária, mesmo que inconsistentes com a autoridade bíblica. Tendo rejeitado de antemão a possibilidade de elementos miraculosos ou sobrenaturais, um grupo de pensadores, a começar com Hermann Reimarus (1694-1768) até a época da Segunda Guerra Mundial, esforçaram-se para reconstruir a vida do "Jesus histórico". Subjacente à pesquisa estava a suposição de que o Jesus real, o "Jesus da história" seria radicalmente diferente do "Cristo da fé", o Jesus teológico recomendado pelos teólogos e concílios eclesiásticos. Gristologias "de cima" estabelecidas durante a era précrítica, quando não se questionava a confiabilidade histórica da Bíblia e que se iniciavam com o Verbo preexistente de Deus que desceu do Céu para salvar pecadores, foram progressivamente sendo substituídas por cristologias "de baixo". Em débito para com o Iluminismo, as cristologias "de baixo" produziram um Jesus que, destituído da divindade, não passava essencialmente de um moralista e reformador religioso, o homem ideal do liberalismo moderno, crucificado apenas por ter idéias adiante de seu tempo, Embora Albert Schweitzer compartilhasse o método histórico básico dos pesquisadores liberais, seu livro *The Quest of the Historical Jesus* (1906; traduzido para o inglês em 1910) representou o fim da busca liberal pelo Jesus da história.

2. Friedrich S chleiermacher

Foi nesse contexto que Friedrich Schleiermacher (1768-1834) reagiu tanto contra o racionalismo como contra a ortodoxia formalista. Em sua tentativa de conquistar a classe instruída para a religião, definida por ele como a construção de um sentimento de absoluta dependência de Deus, o teólogo alemão descreveu um Cristo cuja singularidade consistia no fato de possuir uma ínigualada "consciência divina" da completa dependência filial do Pai, Schleiermacher rejeitou como inadequada a doutrina das duas naturezas, cuja intenção única, segundo ele, era expressar a verdade de que Deus estava em Cristo. Embora semelhante a nós em natureza, Jesus se diferenciaria por possuir uma consciência divina tão absoluta e inquebrantável a ponto de constituir "a genuína existência de Deus nEle". Ninguém, desde a Reforma, exerceu maior influência na cristologia atual do que Schleiermacher,

3. Albrecht Ritschl

Reagindo também contra o excesso de intelectualismo tanto por parte da ortodoxia como do liberalismo, Albrecht Ritschl (1822-1889) abordou as doutrinas cristãs em termos de juízos de valor e, em conformidade com isso, enfatizou mais o que Cristo fez por nós do que o que Ele é propriamente. Cristo teria sido um mero homem, mas, em virtude de Seu ensino e exemplo e da obra que realizou, tornou-se digno de ser chamado Deus, A influência de Ritschl só foi inferior à de Schleiermacher.

4. Kenoticismo

Gottfried Thomasius (1802-1875) e outros kenoticistas afirmaram por sua vez que, na época de Sua encarnação, o Logos deixou de lado Seus atributos divinos de onipotência, onisciência e onipresença. Baseando-se em Filipenses 2:7, eles procuraram conservar a realidade e integridade da natureza dual de Cristo e sublinhar a magnitude de Sua humilhação ao Se tornar humano.

E. Abordagens Contemporâneas

O século 20 presenciou uma assombrosa variedade de abordagens a questões cristológicas. Um levantamento satisfatório foge ao âmbito deste artigo. Mencionaremos apenas £► algumas das manifestações mais significativas, principalmente as que sugerem abordagens não experimentadas ou inexploradas, embora nenhuma delas pareça inteiramente nova. [1]

1. A Cristologia Trinitariana de KarI Bar th

Numa reação deliberada ao que ele considerava a postura fundamentalmente equivocada da teologia liberal com sua atitude confiante para com a ciência e sua pressão sobre os sentimentos, Karl Barth (1886-1968) reafirmou com veemência as declarações ortodoxas clássicas dos cinco primeiros séculos sobre a pessoa de Cristo. Seu modo de pensar é diferente, e embora alguns de seus pontos de vista não sejam inteiramente livres dos pressupostos liberais do século 19, ao longo de sua longa e influente carreira, Barth defendeu o retorno ao Cristo das Escrituras, do qual, acreditava ele, os reformadores haviam sido os mais autênticos expoentes. Isso foi, sem sombra de dúvida, uma grande mudança. Para Barth, tudo tinha de ser visto à luz de Jesus Cristo. O Jesus da história e o Cristo da fé eram a mesma coisa. Sem hesitação, ele proclamou Jesus Cristo como genuinamente Deus e genuinamente homem, Seu nascimento virginal, Sua morte vicária e expiatória, Sua ressurreição, bem como outros aspectos de uma cristologia "de cima". Embora seja um exagero supor que, na recuperação dessas ênfases cristológicas, tenha ele regressado aos elementos essenciais da teologia bíblica, é ponto pacífico que Barth ergueu a longamente negligenciada abordagem bíblica da cristologia a uma posição de relevância no estudo teológico. Grande parte disso foi resultado de sua reação à drástica cristologia de Bultmann.

2. O Cristo Desmitologizado de Rudolf Bultmann

Abordando o NT de um ponto de vista radical, Rudolf Bultmann (1884-1976) afirma que os apóstolos não descrevem a história factual, mas que acrescentam elementos mitológicos à história original de Jesus. Os autores neotestamentários teriam escrito em categorias e termos da antiga cosmovisão de mundo, inaceitáveis para as pessoas modernas. O teólogo alemão convida seus leitores a não repetir o erro dos liberais mais antigos, que rejeitaram apenas a encarnação literal, os milagres literais, uma expiação literal, uma ressurreição literal e uma ascensão literal, O método bultmanniano, segundo ele, não era mais de rejeição, mas de reinterpretação antropológica. A tarefa atual da teologia

seria descobrir que verdades e experiências religiosas os escritores do NT tentaram expressar por meio desses mitos, desmitologizá-los bem como ã pessoa de Jesus, e "traduzidos" em categorias existenciais humanas atuais e relevantes. Essa abordagem corresponde a uma transformação radical das mensagens bíblicas.

3. A Cristologia Paradoxal de D. M. Baillie

Em seu excelente livro *God* Was *in Ghrist* (1948), Donald M. Baillie tinha a pretensão de apresentar o mistério da encarnação, e não de resolver o problema. Ele sugeriu uma cristologia paradoxal, isto é, que a abordagem mais proveitosa ao mistério da união do verdadeiro Deus e do verdadeiro homem é aceitá-lo como um paradoxo, um dentre a constelação de paradoxos típicos da revelação bíblica. Ignorar ou eliminar seu elemento paradoxal é descaracterizar a encarnação.

4* Oscar Cullman

Diferentemente de Bultmann, que depositou pouca confiança na história, Oscar Cullmann *(Chríst and Time*, 1951) insistiu que a encarnação de Cristo e o Calvário ocorreram no tempo. O que o NT apresenta não é uma interpretação existencial mitologizada do evento-Cristo, mas a interpretação da história-salvação. Alguém descobre quem é Jesus descobrindo o que Ele realmente fez por nós na história humana; daí o estudo cuidadoso de Cullmann dos títulos de Cristo *(The Christology of the* New *Testament*, 1959). [5]

5. Cristologia do Processo

Numa retomada do esforço de Irineu por interpretar a encarnação como o coroamento e consumação da permanente atividade divina de criação e assim alcançar uma clara integração entre criação e redenção, alguns ► teólogos do século 20 viram na filosofia do processo um meio renovado de tratar do problema cristológico. A nova postura encontrou vigoroso reforço na crescente aceitação da teoria da evolução. Foi ela convincentemente articulada na filosofia do processo de Alfred N. Whitehead (1861-1947). Filósofos da envergadura de Charles Hartshorne (1897-2000), Norman Pittenberg (1905-1997), John Cobb (n. 1925) e David Griffin (n. 1939) adotaram e aplicaram à teologia e, por extensão, à cristologia, a metafísica de Whitehead. Na teologia do processo, Deus não está mais estático ou imóvel. Ele está sempre Se deslocando para frente, criando a história junto com os seres humanos. Sempre em um estado de fluência devido à Sua relação com o mundo em mudança, Deus está no processo de Se tornar outro que não o que Ele é agora. Embora pareça prestar pouca ou nenhuma atenção a questões como pecado, preexistência e nascimento virginal de Cristo, crucificação e ressurreição, as cristologias do processo revelam forte e incondicional compromisso com a humanidade de Jesus e com Seu lugar na história. Apesar disso, se Deus apareceu em Jesus, num grau insuperado, não parece concebível, pelo menos em princípio, que essa revelação seja excedida no futuro.

6. Wolfhart Pannenberg

Em seu livro *Jesus — Goâ and Man* (1968), um dos mais importantes tratados cristológicos do século, Wolfhart Pannenberg (n. 1928) afirma que toda a história, por estar sob o controle de Deus, é uma revelação de Deus. Mas essa revelação precisa ser decifrada. Um teólogo pode decifrá-la na história por meio das pistas encontradas nos escritos escatológicos e apocalípticos do AT, uma visão que se torna manifesta no Cristo ressuscitado. Há muita coisa que justifica a alta apreciação dos diversos aspectos da cristologia de Pannenberg, principalmente sua corajosa defesa da ressurreição de Cristo, para ele um acontecimento inteiramente

histórico. Percebe-se, porém, certa dificuldade em sua metodologia, que, por vezes, na citação de um texto bíblico ou de um trecho de Hegel, ainda se serve de argumentos da ciência antropológica moderna.

7. Teologia da Libertação

A teologia da libertação, junto com seu corolário cristológíco, é uma crítica à abordagem tradicional da teologia tanto católico-romana quanto protestante, acusadas de serem direcionadas demais para a filosofia, excessivamente cerebrais e demasiadamente dissociadas dos sofrimentos da vida, Essa teologia surgiu no fim da década de 1960, na América Latina, como reação ao sofrimento e opressão predominantes, denunciados como ataques injustificados à dignidade humana. Seus principais expoentes são, do lado católico-romano, Gustavo Gutiérrez, do Peru (n. 1928); Jon Sobrino, de El Salvador (n. 1938); Leonardo Boff, do Brasil (n. 1938) e Juan Luis Segundo, do Uruguai (1925-1996). Do lado protestante se encontra Hugo Assmann, do Brasil (1933-2008), Para eles, a teologia é uma reflexão crítica sobre a *práxis*, a partir de um compromisso com os oprimidos. Como uma forma de *pmxis*, ela deve ser direcionada para mudar a ordem existente.

Em contraste com a cristologia calcedoniana, cujo Cristo parece apoiar a atual e opressiva ordem político-econômica, para a cristologia libertadora Cristo é visto, acima de tudo, como o libertador, um rebelde político, preocupado com *os* pobres e os excluídos sociais. Trata-se essencialmente de uma cristologia de baixo, que parte do homem Jesus para depois refletir sobre Sua divindade. Ainda que seu uso seletivo da Escritura apresente problemas, a cristologia da libertação tem oferecido uma importante oportunidade para se corrigirem as concepções excessivamente espiritualizadas da missão da igreja.

A teologia negra também está indiscutivelmente preocupada com a questão da libertação. Enquanto a teologia de libertação surgiu principalmente dentro da Igreja Católica Romana na América do Sul, a teologia negra surgiu nos anos 1960 e 1970 dentro de comunidades protestantes negras na América do Norte. O movimento tem muitas facetas e nuances, caracterizadas por diversos modelos, como Martin Luther King, Jr. (1929-1968), Stokeley Carmíchael (1941-1998), Malcolm X (1925-1965), James Cone (n. 1938) e J. Deotis Roberts (n. 1927). Todos enfatizam a singularidade da experiência negra e a necessidade de desenvolver uma teologia e uma cristologia exclusivamente negras, visto que as teologias e crístologias tradicionais refletem uma estrutura metodológica ocidental ou grega, na qual teólogos brancos teologizam, presumindo a superioridade da cultura ocidental. Essa seria uma outra forma de opressão.

A cristologia negra imprime forte ênfase ao Jesus histórico, o Oprimido, cuja vida e ministério estiveram vinculados com os oprimidos. Para eles, até mesmo a afirmação de Cristo de que o reino de Deus estava próximo significava que a escravidão e a opressão estavam prestes a acabar. Apesar disso, a cristologia negra propõe uma visão basicamente bíblica da divindade, encarnação e ressurreição de Cristo, embora a salvação apresentada por Ele seja geralmente expressa em termos do que Ele faz ou pode fazer para a transformação da consciência negra. Os teólogos negros nos fazem lembrar justificadamente de que Cristo é universal.

Muitos também consideram a teologia feminista — e sua concepção de Cristo — como uma forma de teologia da libertação, conforme sugere a designação mais antiga “liberação feminina”. Seus esforços são dirigidos no sentido de conquistar justiça, liberdade e igualdade para as mulheres.

Para praticamente todos os teólogos feministas, o ponto de partida natural para fazer teologia feminista não é o Deus transcendente

nem a comunicação da experiência divina, mas a experiência humana, considerada como fonte e critério da verdade. Junto com as teo-Iogias de libertação latino-americana e negra, a teologia feminista constitui uma reflexão sobre questões fundamentais à luz da experiência, dos interesses e necessidades específicos da mulher. Ultimamente o movimento, que começou na década de 1970, tem-se tornado cada vez mais heterogêneo. E assim que, no tocante à cristologia, alguns estão prontos a rejeitar Jesus como uma encarnação divina qualitativamente singular, como em Mar)'' Daly (n. 1928). Outros, como Carter Heyward (n. 1945) e Rita Brock(n. 1950), generalizam o significado da encarnação para incluir todas as pessoas; outros ainda preferem explorar interpretações alternativas de Jesus e escolhem aquela que O vê como um campeão da causa feminina, como é o caso de Rosemary Radford Ruether (n. 1936).

O raciocínio feminista rejeita a cristologia tradicional por causa de seus símbolos predominantemente masculinos de Deus e de sua figura masculina do Salvador, os quais são vistos como apoiando o patriarcalismo com a sua crença na dominação dos machos. A masculinidade de Jesus, argumentam, tem sido usada como modelo para humanidade, no qual o feminino é um ser um pouco inferior ou abaixo do ideal humano, com implicações importantes para as questões de liderança na igreja, por exemplo. Também afirmam que a própria alegação de que Deus esteve presente de maneira plena e singular em um *homem* perfeito, Jesus, e por meio dEle trouxe salvação a todos, não representa com justiça a relação dinâmica entre Deus e *todo o* povo. Visto que a cristologia tradicional foi, e continua sendo feita, predominantemente por homens em uma cultura específica, que enuncia questões e anseios masculinos relativas ao relacionamento divino-humano, os teólogos feministas acreditam que a experiência da mulher foi omitida, ou mesmo desconsiderada. A cristologia, portanto, precisa ser desmontada e rearticulada de forma mais igualitária, a fim de contribuir para a busca feminista por plenitude. Os teólogos feministas têm, entre outras coisas, ajudado a esclarecer as doutrinas do homem e da salvação. Visto que tanto o homem como a mulher foram criados à imagem do Deus, a desumanidade masculina para com as mulheres é uma manifestação óbvia da pecaminosidade humana. Exigir, porém, dos cristãos que abandonem concepções básicas, tais como a divindade qualitativamente singular de Jesus Cristo, parece um pouco exagerado.

8. O *ᵘMito do Detis Encarnado*>}

A recente publicação de *The Myth ofGod Incarnate* (1977), uma coletânea escrita por teólogos britânicos, provocou grande celeuma, talvez mais devido a seu título provocativo, já que, de fato, o livro não continha muita novidade. Seus autores são da opinião de que a doutrina da encarnação não é mais inteligível. Jesus é apresentado como um homem designado por Deus para desempenhar um papel especial dentro do propósito divino. Para eles, o conceito de Jesus como Deus encarnado, vivendo uma vida humana, é um conceito atrasado, uma forma mitológica ou -«jõ poética de expressara importância dEle para os seres humanos. Visto que os colaboradores do livro não reconhecem o NT como autoridade e mostram profundo ceticismo para com sua confiabilidade, o volume fica quase inteiramente em silêncio a respeito do significado soteriológico de Jesus, cuja ressurreição dificilmente desempenha algum papel.
O livro retoma praticamente a antiga postura liberal do século 19, além de não oferecer nenhuma alternativa real para a doutrina histórica da encarnação.

9. O Seminário de Jesus

Desde 1985, os membros do Seminário de Jesus vêm defendendo "uma reforma

radical" da cristandade, alegando que Jesus de Nazaré deve ser liberto da prisão bíblica e dogmática na qual os cristãos o encarceraram. Aplicando tanto métodos críticos convencionais de análise de texto como outras regras passíveis de contestação, os pesquisadores do controvertido seminário chegaram à conclusão de que somente 20 por cento das declarações — e até menos do que isso para as obras — atribuídas a Jesus nos evangelhos são autênticas. Entre os itens descartados encontram-se o nascimento virginal, o Pai Nosso, as frases da cruz, a maior parte dos Seus milagres, Sua ressurreição corporal, bem como qualquer reivindicação de divindade por parte dEIe. O Jesus que resta é basicamente um crítico social e um sábio secular, uma espécie de Sócrates judaico.

10. Cristologia Católico-Romana

Desde o tempo de Tomás de Aquino até meados do século 20, a cristologia católico-romana se concentrou principalmente na questão ontológica: Quem é Jesus propriamente dito? Apenas secundaríamente trataram da questão soteriológica: Quem é Cristo para nós?

A passagem de um estudo não crítico para um estudo crítico do NT, a mudança de uma concepção estática para uma concepção evolutiva e existencial da existência humana, bem como o desenvolvimento da consciência histórica e política, conforme refletido em teologias de libertação, tudo isso contribuiu para a modificação do método medieval na abordagem do século 20. Discernem-se aqui, como na cristologia protestante, dois métodos principais: as cristologias de cima, representadas nas obras de Piet Schoonenberg (1911-1999), Plans Urs von Balthasar (1905-1988) e até mesmo Teilhard de Ghardin (1881-1955), começam com o Verbo preexistente de Deus, que desce do Céu para Se tornar carne humana. As cristologias de baixo, conforme defendidas por Karl Rahner (1904-1984), Hans Küng (n. 1928), Walter Kasper (n. 1933) e Edward Schillebeeckx (1914-2009), começam com o Jesus da história. Teólogos latino-americanos, como Leonardo Boff (n. 1938) e Jon Sobrino (n. 1938), ao enfatizarem o Jesus histórico acima do Cristo da fé, sustentam também que a ortodoxia deve estar sempre ligada à ortopráxis e ao interesse de Deus pelos pobres e oprimidos.

Fi O Debate Atual

Por enquanto, o debate cristológico é fluido, sendo difícil prever seu curso futuro. A definição calcedônica de "uma pessoa em duas naturezas" tem tido permanente sucesso, mesmo no século 20. Há razoável acordo geral de que, na tentativa de permanecer fiel ao testemunho bíblico, deve-se ler a clássica declaração como um começo, e não como um fim. Esse credo nasceu a partir de uma crise, e serviu a seu propósito muito depois de seu tempo. Talvez tenha perdido um pouco de sua aceitabilidade, não porque a resposta que deu estivesse errada, mas porque as perguntas feitas pressupunham uma estrutura de referência que agora se modificou. As questões de Calcedônia estão muito presentes no próprio NT. Continua sendo necessário tratar delas.

G. *Os Adventistas do Sétimo Dia*

Os adventistas do sétimo dia defendem um sistema teológico cristocêntrico. Para eles, Cristo é Criador, Redentor, Senhor do Sábado, Sumo Sacerdote e Rei em iminente retorno.

Eles nem sempre, porém, aceitaram a doutrina cristã histórica da Trindade. Nas primeiras décadas eles a rejeitaram como antibíblica, católico-romana, contrária à razão, a qual impunha uma cristologia de dupla natureza que parecia negar a expiação divina. Por terem sido no passado membros da^§ Conexão Cristã, Tiago YVhite (1821-1881) e

José Bates (1792-1872) entre outros, seguiam uma forma de arianismo quanto à origem pré-encarnacional de Cristo. Alguns consideravam Cristo um ser criado; a maioria, uma emanação do Pai. Não Lhe negavam, porém, a divindade nem o direito de ser chamado de Deus e ser adorado como tal. Afirmavam sobretudo que, na condição de gerado pelo Pai, Cristo teve um começo e só foi feito igual ao Pai porque Este Se dignou a fazê-lo. A maneira como compreendiam a encarnação descambava para uma cristologia monofisista, na qual o preexistente Verbo divino, derivado do Pai, mas não coeterno com Ele, transformava-Se num ser humano a fim de morrer como divina e perfeita expíação. Para eles, afirmar que durante Sua encarnação Cristo foi tanto humano quanto divino era apresentar Sua morte como um mero sacrifício humano, e não uma expíação divina.

A principal mudança ocorreu quando, imediatamente depois de 1888, E. J. Waggoner (1855-1916) começou a ressaltar a encarnação como uma habitação do Verbo *na* carne pecadora, com o objetivo de viver como Verbo divino uma vida humana perfeita. Na encarnação, a natureza divina se uniu de forma misteriosa à carne decaída com todas as suas tendências pecaminosas, com o propósito de triunfar sobre o pecado humano e prover um poder semelhante para os seres humanos. Embora a cristologia de Waggoner fosse ainda, e fundamentalmente, uma cristologia monofisista, o papel desempenhado pela carne humana na concepção waggoneriana de Cristo preparou o caminho para uma crísto-Iogia de duas naturezas e uma confissão trinitária, conforme ressaltou Norman Young. Não obstante, desde a década de 1870, Ellen G. White vinha desempenhado papel importante no reconhecimento gradual da postura trinitariana. De 1931 em diante, a concepção de um Deus trinitário, junto com a plena igualdade de Cristo com o Pai e uma cristologia de natureza dual, passou a ser parte essencial das crenças fundamentais adventistas.

Embora todos fossem unânimes quanto à impecabilidade do Cristo encarnado, persistiam ainda entre os adventistas diferenças de opinião sobre a natureza de Sua humanidade, se Ele havia possuído ou não a tendência para o mal da natureza humana decaída. Diferentemente da maioria dos primeiros adventistas, em tempos recentes muitos têm adotado a ideia de que, ao assumir a natureza humana decaída, Cristo não tinha nenhuma propensão ou inclinação pecaminosa.

De igual modo, a partir de uma postura inicial que via na morte de Cristo na cruz um sacrifício supremo, mas restringia a palavra "expíação" apenas a Seu ministério celestial, os ASD ampliaram gradualmente sua compreensão da expíação para incluir nela tanto a cruz como o ministério celestial de Cristo. Segundo essa nova concepção, os benefícios do sacrifício expiatório de Cristo na cruz se tornam disponíveis aos crentes. Cada parte é percebida como uma obra completa, mas que precisa da outra para consumar a expiação. Tradicionalmente, os autores adventistas entendem a morte expiatória de Cr *isto* como um sacrifício penal substitutivo. Em anos recentes alguns têm defendido um ponto de vista que lembra a interpretação da influência mora] de Abelardo.

Desde o tempo de seus mais antigos escritores, os adventistas do sétimo dia, conforme se ressalta no nome da igreja, *sustentam* que seu Sumo Sacerdote voltará em breve à Terra a fim de consumar o propósito para o qual veio a primeira vez. Eles são unânimes em enfatizar que essa segunda vinda não é uma vinda "espiritual" ou algo que coincide com a conversão ou com o que acontece na morte. Trata-se de um acontecimento visível e glorioso, com Cristo descendo do Céu como Rei dos reis e Senhor dos senhores.

V. Comentários de Ellen G. White

Ellen G. VVhite escreveu muito sobre a pessoa e obra de Jesus Cristo. O que se segue é uma amostra representativa das declarações que ela fez sobre o assunto. Outros artigos que tratam de dimensões específicas de nosso tema, tais como Cristo como Criador, Sua divindade, Seu ministério sacerdotal e Sua segunda vinda fornecerão ao leitor reflexões adicionais.

A. O *Verbo Se Fez Carne*

A respeito do conhecimento de Cristo, Ellen G. White escreve:

"Em Cristo habita toda a plenitude. Ele [Paulo] nos ensina a considerar tudo como perda, por causa da sublimidade do conhecimento de Cristo Jesus nosso Senhor. Esse conhecimento é a ciência mais elevada que alguém pode atingir. E a soma de toda ciência verdadeira. 'E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste" (MS, 125, 1907; SDABC7, 905).

Ela explica que, no tocante à encarnação do Verbo eterno e preexistente de Deus, "Cristo era, essencíalmente e no mais alto sentido, Deus. Estava Ele com Deus desde toda a eternidade, Deus sobre todos, bendito para todo o sempre. O Senhor Jesus Cristo, o divino Filho de Deus, existiu desde a eternidade, como pessoa distinta, mas um com o Pai" (MEl, 247). "Em Cristo há vida original, não emprestada, não derivada" (DTN, 530). "A doutrina da encarnação de Cristo na carne humana é um mistério, o mistério que estivera oculto dos séculos e das gerações (Cl 1:26). E o grande e profundo mistério da piedade. 'O Verbo Se fez carne, e habitou entre nós (Jo 1:14). Cristo tomou sobre Si a natureza humana, natureza inferior a Sua natureza celestial. Coisa alguma podería, como essa, mostrar a maravilhosa condescendência de Deus" (MEl, 246, 247). "Pondo de lado Suas vestes reais e sua régia coroa, Cristo revestiu de humanidade a Sua divindade, para erguer os seres humanos de sua degradação e colocá-los numa posição favorável. Cristo não podería ter vindo à Terra envolto na glória que possuía nas cortes celestiais. Seres humanos pecadores não conseguiríam suportar a visão. Ele velou Sua divindade com as vestes da humanidade, mas não Se desfez de Sua divindade. Como Salvador divino-humano, Ele veio da raça decaída, compartilhar com eles experiência desde a infância até a maturidade. Para que os seres humanos pudessem ser participantes da natureza divina, Ele veio à Terra e viveu uma vida de perfeita obediência" (RH, 15/6/1905).

"Gristo, a luz do mundo, velou o ofuscante esplendor de Sua divindade, e veio viver como homem entre os homens, a fim de que eles pudessem, sem ser consumidos, vir a se relacionar com seu Criador" (CBV, 419). "Cristo não deixou de ser Deus ao Se tornar homem. Conquanto Se houvesse humilhado até à humanidade, pertencia-Lhe ainda a divindade" (DTN, 663, 664).

jB. *Uma Humanidade Caída*

Jesus de Nazaré não é somente o Verbo encarnado, plenamente divino; é também plenamente humano. "Para realizar Seu propósito de amor para com a raça caída, Ele se tornou osso dos nossos ossos e carne da nossa carne. [...] Divindade e humanidade estavam misteriosamente combinadas; Deus e o homem se tornaram um" (FPV, 48), "Cristo, que não conhecia o mínimo vestígio de pecado ou contaminação, tomou nossa natureza em seu estado deteriorado" (MEl, 253). "Jesus aceitou a humanidade quando a raça havia sido enfraquecida por quatro mil anos de pecado" (DTN, 49). "Ele tomou sobre Sua natureza sem pecado a nossa pecaminosa natureza" (MS, 181).

Ao mesmo tempo, porém, Ellen White explica que "Ele devia tomar Sua posição

como cabeça da humanidade para assumir a natureza, mas não a pecaminosidade humana" (ST, 29/5/1901),

Além disso, "Ele não foi manchado pela corrupção, era um estranho ao pecado; no entanto orava, e o fazia muitas vezes com forte clamor e lágrimas. Orava pelos discípulos e por Si mesmo, identificando-Se com nossas necessidades, fraquezas e imperfeições, tão comuns à humanidade, Foi um poderoso peticionário, apesar de não possuir as paixões de nossa decaída natureza humana, mas, cercado por fraquezas semelhantes, foi tentado em todas as coisas à nossa semelhança" (T2, 508, 509).

Jesus "assumiu a natureza humana, e foi tentado em todas as coisas como a natureza humana é tentada. Podería ter pecado; podería ter caído, mas nem por um momento houve nEIe uma má propensão" (SDABC5, 1.128).

C. *Duas Naturezas numa Só Pessoa*

A doutrina cristã de duas naturezas em uma única pessoa é claramente apresentada: "Agora, da natureza humana: Ele tornou-Se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a Si mesmo Se humilhou, tornando-Se obediente até à morte'. Ele assumiu voluntariamente a natureza humana. Foi um ato Seu e por Seu próprio consentimento. Revestiu Sua divindade da humanidade. Sempre fora como Deus, mas não apareceu como Deus. Velou as manifestações de Divindade que haviam produzido a homenagem e despertado a admiração do Universo de Deus. Foi Deus enquanto esteve na Terra, mas Se despiu da forma divina e, em seu lugar, tomou a forma e a figura de um homem. Andou na Terra como homem. Sendo rico, Se fez pobre por amor de nós, para que, pela sua pobreza, nos tornássemos ricos. Pôs de lado Sua glória e majestade. Era Deus, mas por um tempo renunciou às glórias da forma divina" (RH, 15/6/1905; SDABC5, 1.126).

"Foi a natureza humana do Filho de Maria transformada na natureza divina do Filho de Deus? Não; as duas naturezas foram misteriosamente misturadas em uma única pessoa: o Homem Cristo Jesus" (MR21, 418). "Ele exibia uma perfeita humanidade, combinada com a divindade; [...] preservando cada uma sua natureza distinta" (GCB, 1V10/1899; SDABC5, 918).

D. *Cristo, Nosso Exemplo*

Ao agarrar-se ao poder do Pai, Cristo é nosso exemplo. "A obediência de Cristo a Seu Pai foi a mesma obediência que se exige do homem. O homem, não pode vencer as tentações de Satanás sem que se combine o poder divino com seu agente humano. Assim aconteceu no caso de Jesus Cristo: podia lançar mão do poder divino. Ele não veio a nosso mundo para prestar obediência como um Deus menor a um Deus maior, mas como um homem para obedecer à santa lei de Deus, sendo por isso nosso exemplo. O Senhor Jesus não veio a nosso mundo para revelar o que Deus podia fazer, mas o que o homem podia fazer por meio da fé no poder de Deus para socorrer em toda emergência. O homem deve ser participante da natureza divina e, por meio da fé, vencer cada tentação que o assedie" (MS 1, 1892; SDABC7, 929). "Portanto, Jesus como nós, em tudo foi tentado' (Hb 4:15). Sofreu toda provação a que estamos sujeitos. E não exerceu em Seu próprio proveito poder algum que não nos seja abundantemente facultado. Como homem, enfrentou a tentação, e venceu-a no poder que Lhe foi dado por Deus" (DTN, 24).

E. Uma Morte Sacrifical

A morte de Cristo, na concepção de Ellen White, foi uma morte sacrifical, prefigurada nas ofertas sacrificais do AT, Ao descrever o significado e as implicações da cruz, ela faz referência a categorias tais como substituição, resgate, expiação, propiciação, reconciliação,

todas reminiscentes do vocabulário bíblico. “Sobre Cristo como nosso substituto e penhor, foi posta a iniquidade de nós todos. Foi contado como transgressor, a fim de que nos redimisse da condenação da lei. A culpa de todo descendente de Adão pesava-Lhe sobre a alma. A ira de Deus contra o pecado, a terrível manifestação de Seu desagrado por causa da iniquidade, encheram de consternação a alma de Seu Filho” (DTN, 753).

“E agora, estava a morrer o Senhor da glória, o Resgate da raça” (íbid., 752). “Nosso resgate foi pago por nosso Salvador” (MEl, 309). "[Cristo] humílhou-Se até a natureza humana. Fez isso para cumprir a Escritura; e o Filho de Deus se moldou a esse plano ainda que soubesse todos os passos que tinha em sua humilhação, os quais devia descer para expiar os pecados de um mundo que gemia sob condenação” (RH, 15/6/1905; SDABG5, 1.127). “Cristo tornou-Se a propiciação do pecado do homem. Ele ofereceu Sua perfeição de caráter em lugar da pecaminosídade do homem. Tomou sobre Si a maldição da desobediência” (MEl, 237). “Através de Cristo, a Justiça pode perdoar sem sacrificar um jota de sua exaltada santidade. [...] A Justiça Se moveu desde o Seu exaltado trono e com todos os exércitos do Céu se aproximou da cruz. Ali Ela viu Um igual a Deus, levando o castigo de toda injustiça e todo pecado. A Justiça Se inclinou com reverência diante da cruz com perfeita satisfação, dizendo: É suficiente!” (MS, 94, 1899, SDABC7, 936).

F. Uma Manifestação do Amor de Deus

“A morte do amado Filho de Deus na cruz mostra a imutabilidade da lei de Deus. [...] Dá provas ao homem de seu caráter imutável” (T2, 201). Contudo, a fim de evitar mal-entendido, Ellen Whíte escreveu: “Mas este grande sacrifício não foi feito para engendrar no coração do Pai o amor para com o homem, nem para dispô-Lo a salvá-lo. Não, não! 'Deus amou o mundo de tal maneira que deu o Seu Filho uníqênito’ (Jo 3:16). O Pai nos ama, não em virtude da grande propiciação; mas, sim, proveu a propiciação porque nos ama” (CC, 13). "A morte de Cristo prova o grande amor de Deus pelo homem” (AA, 209). Ela também afirma: “Quem pode contemplar o insondável amor que na morte de Cristo foi manifesto na cruz do Calvário, a fim de que não perecéssemos, mas tivéssemos a vida eterna — quem poderá contemplar isto e não ter palavras com que exaltar a glória do Salvador?” (MDC, 43, 44).

G, *Bessurreição de Cristo*

A ressurreição de Cristo sinalizou o fim do reino de Satanás e a certeza de que a morte dos justos é apenas um sono:

“Quando Jesus foi posto no sepulcro, Satanás triunfou. Ousou esperar que o Salvador não retomaria novamente a vida. Reclamava o corpo do Senhor, e pôs sua guarda em torno do túmulo, procurando manter Cristo prisioneiro. Ficou furioso quando seus anjos fugiram diante do celeste mensageiro. Ao ver Cristo sair em triunfo compreendeu que seu reino chegaria a termo, e que ele devia morrer afinal” (DTN, 782).

“Ressurgiu Ele do túmulo envolto em uma nuvem de anjos, com maravilhoso poder e glória — Divindade e humanidade combinadas. Tomou em Sua mão o mundo sobre o qual Satanás pretendia presidir como seu legítimo território, e por Sua maravilhosa obra de dar a vida, restaurou toda a raça humana ao favor de Deus” (MEl, 343).

“Cristo tornou-Se um com a humanidade, para que a humanidade se tornasse uma com Ele, em espírito e vida. Em virtude dessa união, em obediência à Palavra de Deus, Sua vida torna-se a vida deles. Diz Ele aos penitentes: ‘Eu sou a ressurreição e a vida’ (Jo 11:25). A morte é por Cristo considerada um sono — silêncio, trevas, sono. A ela Se refere como se fosse de pouca importância.

'Todo aquele que vive, e crê em Mim', diz Ele, nunca morrerá' (Jo 11:26). 'Se alguém guardar a Minha palavra, nunca provará a morte' (Jo 8:52). 'Nunca verá a morte' (Jo 8:51). E para o crente, a morte é apenas questão de pouca importância. Para ele, morrer é apenas dormir" (ibíd., 302, 303).

H. Ascevxsão de Cristo

Comentando os últimos dias de Cristo com os discípulos e o significado de Sua ascensão ao Céu, Ellen White observa: "Chegou o momento de Cristo ascender ao trono do Pai. Estava prestes a voltar para as cortes celestiais, como divino vencedor, levando consigo os troféus da vitória. Antes de Sua morte, declarara ao Pai: 'Eu acabei a obra que Tu Me encarregaste que fizesse' (Jo 17:4, Trad. Figueiredo). Depois de Sua ressurreição, demorou-Se na Terra por algum tempo, a fim de que os discípulos ficassem familiarizados com Ele em Seu corpo ressurgido e glorificado. Agora estava pronto para a partida. Tornara autêntico o fato de que era um Salvador vivo. Os discípulos não necessitavam mais de relacioná-Lo com o sepulcro. Podiam pensar nEle como glorificado perante o Universo celestial" (DTN, 829).

"Quando Cristo ascendeu ao Céu, Seus seguidores continuaram ainda a sentir-Lhe a presença. Era uma presença pessoal, cheia de amor e luz. [.„] [Jesus] ascendera ao Céu em forma humana. Sabiam que estava perante o trono de Deus, ainda como Amigo e Salvador seu; que Sua simpatia não se havia alterado; que continuava identificado com a sofredora humanidade. Estava apresentando perante Deus os méritos de Seu próprio precioso sangue, mostrando Suas mãos e pés feridos, em lembrança do preS^ço que pagara por Seus remidos. Sabiam que ascendera ao Céu a fim de lhes preparar lugar, e que voltaria e os levaria para Si" (CC, 73, 74).

I. Stimo Sacerdócio de Cristo

Sobre o ministério sacerdotal de Cristo e o glorioso retorno, podem-se consultar outros artigos neste volume. Merece, porém, atenção a seguinte citação: "A intercessão de Cristo no santuário celestial, em prol do homem, é tão essencial ao plano da redenção, como o foi Sua morte sobre a cruz. Pela Sua morte iniciou essa obra, para cuja terminação ascendeu ao Céu, depois de ressurgir" (GC, 489).

A pessoa e a obra de Cristo inspiravam em Ellen White profunda disposição de louvar a Deus. Escreve ela: "'Não a nós, Senhor, não a nós, mas ao Teu nome dá glória, por amor da Tua benignidade e da Tua verdade' (SI 115:1). Tal era o espírito que penetrava o cântico de livramento de Israel, e é o espírito que devería habitar no coração de todos os que amam e temem a Deus. Libertando nossas almas do cativeiro do pecado, Deus operou para nós um livramento maior do que o dos hebreus no Mar Vermelho. Como a hoste dos hebreus, devemos louvar o Senhor com o coração, com a alma, e com a voz, pelas Suas maravilhosas obras aos filhos dos homens. Aqueles que meditam nas grandes bênçãos de Deus, e não se esquecem de Suas menores dádivas, cingir-se-ão de alegria, e entoarão sinceros hinos ao Senhor. As bênçãos diárias que recebemos das mãos de Deus e, acima de tudo, a morte de Jesus para trazer a felicidade e o Céu ao nosso alcance devem ser objeto de gratidão constante. Que compaixão, que amor incomparável, mostrou-nos Deus, a nós pecadores perdidos, ligando-nos consigo, para que Lhe sejamos um tesouro particular! Que sacrifício foi feito por nosso Redentor, para que possamos ser chamados filhos de Deus! Devemos louvar a Deus pela bem-aventurada esperança que nos expõe o grande plano da redenção; devemos louvá-Lo pela herança celestial, e por Suas ricas promessas; louvá-Lo pelo fato de que Jesus vive para interceder por nós" (PP, 289).

VI. Literatura

Da enorme quantidade de literatura sobre a pessoa e obra de Jesus Cristo, a lista a seguir apresenta as publicações que revisam o tema e contribuíram para este artigo. Os livros básicos continuam sendo os evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João, todos muitíssimas vezes negligenciados. Dentre as obras mais importantes em inglês — escritas a partir de diferentes pontos de vista — temos:

Adams, Roy. *The Nature of Christ.* Hagerstown: Revievv and Herald, 1994.

Baillie, Donald M. *God Was in Christ: An Essay on Incamation and Atonenient.* Nova York: Charles Scribners Sons, 1948.

Barth, Karl. *Church Dogmatícs.* 4 vols. Edinburgh: Clark, 1956.

Berkouwer, G. C. *The Person of Christ.* Grand Rapids: Eerdmans, 1954.

Boff, Leonardo. *Jesus Christ Liherator.* Mar)'knoll: Orbis, 1978.

Brunner, Emil. *The Mediator*; Philadelphia: Westminster, 1947.

Cave, Sydney. *The Doctrine of the Person of Christ.* Nova York: Scribners, 1925.

Cullmann, Oscar. *The Christology of tire New Testament.* 2ª ed. Philadelphia: Westminster, 1964.

Erickson, Millard J. *Mans Need and Gods Gift: Readings in Christian Theology.* Grand Rapids: Baker, 1976.

■---------. *The Word Became Flesh.* Grand Rapids: Baker, 1991.

Forsyth, P. T. *The Person and Place of Jesus Christ.* Boston: Pilgrim, 1909.

Grenz, Stanley J., e Roger E. Olson. *Twentieth Centnry Theology.* Downers Grove: InterVarsity, 1992.

Guthríe, Donald. *New Testament Theology.* Downers Grove: InterVarsity, 1981.

=>► --------. "Jesus Christ." *Zondervan Pictorial Encyclopedia ofthe Bihle.* Ed. Merrill C. Tenney e Stevan Barabas. Grand Rapids: Zondervan, 1975. 3:497-583.

Harris, Murray J. *Jesus* As *God: The New Testament Use of "Theos" in Reference to Jesus.* Grand Rapids: Baker, 1992.

Hendry, George. "Christology." A *Diclionar)' of Christian Theology.* Ed. Allan Richardson. Londres: SCM, 1969. 51-60.

Heppenstall, Edward. *The Man Who Is God.* Washington: Review and Herald, 1977.

Hick, John, ed. *The Myth ofGod Incarnate.* London: SCM, 1977.

Holbrook, FrankB. *The Atoning Priesthood of Jesus Christ*, Berrien Springs: Adventist Theological Society, 1996.

Kelly, J.N.D. *Early Christian Creeds.* 3ª ed. Londres: Longman, 1972.

Ladd, George Eldon. A *Theology ofthe New Testament.* Grand Rapids: Eerdmans, 1974.

Larson, Ralph. *The Word Was Made Flesh: One Hundred Years of Seventh-day Adventist Histoiy, 1852-1952.* Cherry Valley: Cherrytown Press, 1986.

Marshall, I. Howard. *1 Believe in the Historical Jesus.* Grand Rapids: Eerdmans, 1977.

McGrath, Alester E. *The Making of Modem German Christology: From the Enlightemnent to Pannenherg.* Oxford: Blackwell, 1986.

Meyendorff, John. *Christ in Eastem Christian Thought.* Washington: Corpus, 1969.

A4oltmann, Jürgen. *The Crucifieâ God.* Londres: SCM, 1974.

Morris, Leon. *The Aposlolic Preaching of the Civss.* Grand Rapids: Eerdmans, 1980.

---------- -. "Atonement". *New Bihle Dictionar)*>. Ed. J. D. Douglas et al. 2ª ed. Downers Grove: InterVarsity, 1982. 104-106.

---------- . *New Testament Theology.* Grand Rapids: Zondervan, 1986.

0'ColIins, Gerald. *Christology:* A *Bihlical, Flistorical, and Systematic Study of Jesus.* Oxford: Oxford University Press, 1995.

Oden, Thomas C. *The Word of Life*. São Francisco: Harper and Row, 1989.

Pannenberg, Wolfhart. *Jesus-God and Man.* 2ª ed. Philadelphia: Westminster, 1977.

Pelikan, Jaroslav. *Jesus Through the Centuries: His Place in the History of Cultures.* New Haven: Yale University Press, 1985.

Ramm, Bernard. *An Evangelical Christology: Ecumenic and Historie.* Nashville: Thomas Nelson, 1985.

Rowden, Harold H. *Christ the Lord; Studies in Christology Presented to Donald Guthrie*. Downers Grove: InterVarsity, 1982.

Runía, Klass. *The Preseni-day Christological Debate*. Downers Grove: InterVarsity, 1984,

Schillebeeckx, Edward, *Jesus: An Experiment in Christology,* Nova York: Seabury, 1979.

Sobrino, Jon, *Christology at the Crossroads.* Maryknoll: Orbis, 1978.

Vick, Edward W. H. *Jesus: The Man*. Nashville: Southern Publíshing, 1979.

Wallace, Ronald S, "Christology." *Bakeris Dictionary of Theology.* Ed. Everett E. Harrison et al. Grand Rapids: Baker, 1972. 117-123.

Wallenkampf, Arnold V., e W. Richard Lesher, eds. *The Sanctuary and the Atonement: Bihlical, Historical, and Theological Studies.* Washington: Biblical Research Institute, 1981.

Webster, Eric C. *Crosscurrents in Adventist Theology*. Berrien Springs: Andrews University Press, 1992.

Whidden, Woodrow W. *Ellen White on the Humanity of Christ.* Hagerstown: Review and Herald, 1991.

Young, Norman H, "Christology and Atonement in Early Adventism." *Adventist Heritage* 9 (1984): 30-39.

6
A Doutrina do Homem

Aecio E. Gairus

Introdução

Embora "teologia" signifique literalmente "uma discussão ou estudo sobre Deus", o homem é um de seus assuntos mais importantes. Deus Se revelou como o Pai da raça humana (A4t 6:9), por meio de um Filho que não Se envergonha de chamar seres humanos de irmãos e irmãs (Hb 2:11) e no Espírito, que toma a humanidade como Sua habitação (ICo 6:19).

Mesmo não sentindo a perplexidade e o desespero que tão frequentemente acometem os filósofos, os escritores bíblicos ainda assim levantam a questão: o que é o homem? Quem sou eu? A Bíblia responde a esses questionamentos num contexto de reverência para com as obras de Deus (SI 8:4), de Sua condescendência para com a humanidade (Jó 7:17), de agradecimento por Sua graça (2Sm 7:18; SI 144:3) e de humildade ante a imensidade da tarefa que Ele delega (Êx 3:11). Devemos fazer o mesmo.

A "antropologia teológica" (estudo do homem de um ponto de vista bíblico) é tratada geralmente junto com a cosmologia (estudo do Universo criado), com a protologia (estudo do estado original das coisas neste mundo), com a hamartiologia (estudo da situação do mundo após a introdução do pecado) e com a escatologia (estudo das últimas coisas).

Isso é razoável, pois as coisas adquirem significado em seu contexto natural (daí a conexão com a cosmologia). Embora essa relação esteja agora obscurecida pelas consequências do pecado, a origem de um ser e seu destino revelam sua natureza. A natureza dos seres humanos é, portanto, revelada em sua criação (protologia) e estado futuro (escatologia).

Neste ensaio, usaremos o termo "homem" em sentido genérico, conforme encontrado em Gênesis 1:27, para designar tanto homens como mulheres.

I. O Estado Original do Homem
- A. Informação Bíblica
- B. A Imagem de Deus no Homem
  - 1. O Lugar do Homem na Criação
  - 2. O Conteúdo da Imagem
  - 3. A Justiça Original
- C. Sexualidade em seu Estado Original
  - 1. A Necessidade Humana de Companheirismo
  - 2. À Criação da Mulher
  - 3. O Significado do Casamento
- D. A Unidade Original da Humanidade
- E. Vida Interior e seu Suporte Orgânico
  - 1. A Integralidade da Pessoa Humana
  - 2. Monismo Bíblico
  - 3. "Alma" e "Espírito" na Bíblia

II. O Estado Presente do Homem
- A. Informação Bíblica
- B. O Pecado - Realidade Universal
  - 1. Romanos 5:12
  - 2. Uma Passagem Mal Compreendida
  - 3. Tendências Irresistíveis
  - 4. Triunfo sobre as Tendências
  - 5. Depravação Humana e Efeitos na Sociedade
- C. Morte, o Último Inimigo
  - 1. Morte como Salário do Pecado
  - 2. O Cancelamento da Morte
  - 3. O Valor da Retribuição Aniquiladora

III. O Futuro Estado do Homem

A. Habitação Temporária dos Salvos
B. O Lar Permanente dos Salvos
C. O Corpo Futuro
IV. Impacto da Doutrina Bíblica do Homem sobre a Vida Cristã
V. Contexto Histórico
<=► A. Monismo e Dualismo
B. Rejeição Adventista da Imortalidade Inerente
C. Universalidade do Pecado
D. Pensamento Adventista
VI. Comentários de Ellen G. VVhite
A. O Lugar do Homem na Criação
B. Criados à Imagem de Deus
C. Criação da Mulher
D. O Significado do Casamento
E. Livre-Arbítrio
F. Justiça Original
G. A Queda
H. Imortalidade Condicional
I. Tendências Pecaminosas
J. Vida Apenas em Cristo
K. Ressurreição
L. Nova Terra
VII. Literatura
Apêndice A: *Status* da Mulher na Bíblia
Apêndice B: Relacionamento Marido/Mulher

I. O Estado Ori ;ínal do Homem

A. *Informação Bíblica*

Embora encontremos ao longo da Bíblia grande quantidade de informação dispersa sobre o homem e sua origem, os dois primeiros capítulos de Gênesis tratam do assunto de forma específica, constituindo a principal fonte de reflexão teológica sobre o tema através dos séculos.

E de se lamentar que em tempos modernos as narrativas contidas nesses capítulos já não sejam vistas como uma unidade, mas como duas narrativas criacionaís divergentes. Gênesis 2:4 inicia, na realidade, uma nova narrativa (a história do paraíso), distinta de Gênesis 1:1—2:3 (a história da criação), mas lhe é complementar (ver Criação I.B.1-3).

A história da criação apresenta o relato sobre a origem da vida e a alegria da criatividade divina. Já a narrativa do paraíso explica o surgimento da morte e da aflição no mundo pela desobediência do homem. Reaparecem alusões aos atos criativos de Deus, mas numa ordem diversa. A ordem diferente dessa apresentação satisfaz às necessidades internas da narrativa, e não de uma diferente concepção da cronologia dos acontecimentos. A história do paraíso apresenta continuidade de pensamento com a história da criação, bem como afinidade de linguagem e estrutura. O significado das diferentes partes dentro da história pode ser completamente perdido, a menos que se reconheça essa unidade.

A questão dos regulamentos dietéticos é apenas um exemplo dessa unidade. Em Gênesis 1:29 e 30, o primeiro casal recebe a ordem para comer de “todas as ervas que dão semente” e "todas as árvores em que há fruto” — grãos e frutos. Os animais, por outro lado, deviam comer “erva verde”. Sendo assim, o lugar lógico para Adão e Eva era o jardim-pomar de Gênesis 2:8 e 9. Em seu primeiro comentário à mulher, a serpente mostrou ter clara consciência das restrições dietéticas impostas a Eva. Suas palavras bem poderíam ser traduzidas assim: “Que diferença faria se *[afki]* Deus dissesse: Não comereis de toda árvore do jardim?” (ver Gn 3:1).

Alguns podem alegar que Gênesis 1 e 2 não visam descrever como tudo foi criado, mas apenas por quem e para que propósito. Mas é o “como” da criação que nos revela a natureza da criatura humana. Descrever isso é a intenção óbvia do autor bíblico.

B. *A Imagem de Detis no Homem*

O texto-chave que serve de base para a afirmação de que os seres humanos foram criados à imagem de Deus é Gênesis 1:26 e

27: “Também disse Deus: Façamos o homem à Nossa imagem, conforme a Nossa semelhança; tenha ele domínio Criou Deus, pois, o homem à Sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou.”

1. O Lugar do Homem na Criação

Para descobrir o lugar do casal humano na criação de Deus, é preciso levar em conta o propósito divino em criar seres humanos, o significado da expressão “imagem de Deus” e os textos bíblicos relacionados a essa expressão.

a. O propósito de Deus ao criar o homem. A Bíblia difere dos antigos pensadores (Platão, por exemplo), segundo os quais Deus teve que criar o mundo a fim de expressar-Se. Mas Deus não foi constrangido por Sua própria natureza a criar nada. Ele decidiu fa-
206 ► zê-lo voluntariamente para que Sua bondade, sabedoria e poder - Sua “glória” - pudesse ser manifesta, conforme sugere o Salmo 19:1-4,

É verdade que a humanidade existe para a glória de Deus, mas não porque Ele a queira como uma espécie de coral cósmico para louvá-Lo. Ao contrário, os seres humanos contribuem para a glória de Deus porque foram projetados da maneira mais louvável para estabelecer com Ele uma comunhão amorosa (cf. SI 100:1-4).

b. O autorretrato de Deus. De acordo com a história da criação, Deus projetou primeiramente três pares de ambiente: separou a luz das trevas (primeiro dia, Gn 1:3-5), separou as águas do ar (segundo dia, v. 6-8) e separou a terra seca e sua vegetação dos mares (terceiro dia, v. 9-13). Depois prosseguiu povoando esses ambientes com habitantes: corpos celestes apropriados para os firmamentos luminoso e escuro (quarto dia, v. 14-19), seres alados para o ar e seres aquáticos para as águas (quinto dia, v. 20-23) e seres terrestres para a terra coberta de vegetação (sexto dia, v. 24 e 25) (ver Criação I. A. 1-10).

Somente depois de concluída essa tarefa é que ficou tudo pronto para o surgimento do homem. "Também disse Deus: Façamos o homem à Nossa imagem, conforme a Nossa semelhança. [...] Criou Deus, pois, o homem à Sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (v. 26, 27).

Não se deve confundir essa *criação à imagem de Detts* com *ser* essencialmente a imagem de Deus. O Sol projeta uma imagem sua sobre a superfície de um lago. Um pintor pinta na tela uma imagem do mesmo corpo celeste. As duas não são imagens do Sol no mesmo sentido. Uma é projeção direta do Sol e partilha a natureza do próprio Sol, refletindo parte de sua radiação. A outra é a imagem do sol reproduzida pela pintura, mas consiste apenas de pigmentos na tela; não emana da própria estrela.

Cristo, em virtude de Sua própria natureza, é a imagem eterna de Deus. Ele “é o resplendor da glória de Deus e a expressão exata de Seu ser” (Hb 1:3, NVI). Na verdade, Ele “é a imagem do Deus invisível” (Cl 1:15). No exato sentido da palavra, foi Ele quem criou e fez o homem à imagem de Deus (v. 16), embora não paire dúvida de que toda a Divindade esteve envolvida na expressão *"Façamos"*. Os seres humanos são uma imagem de Deus, não uma extensão do Seu ser. São um retrato traçado por Sua criativa arte.

c. Associações bíblicas do conceito imagem de Deus. Pensadores pagãos concebiam o mundo como uma imagem do seu criador. Já as Escrituras reservam a criação à imagem de Deus apenas para o homem (Gn 1:26, 27; ICo 15:49). O contexto que envolve a expressão em Gênesis 1:26 e 27 associa essa imagem com uma posição que ocupa o nível mais alto de toda a criação material.

Pode-se ver isso na progressão descrita no texto por meio dos sucessivos dias da semana da criação, que parte da mera energia (luz) e da matéria inorgânica na atmosfera, no oceano e na terra, para as vidas vegetal e animal, culminando com a vida humana. Há

também uma mudança na fórmula de aprovação, de “era bom”, antes da criação do homem (v. 4, 12, 18, 21, 25), para “era muito bom”, depois dela (v. 31). Além disso, a Divindade delibera somente antes da criação do homem (v. 26).

A supremacia do homem é demonstrada na atenção especial que ele recebe quando o próprio Deus sopra nele a vida (Gn 2:7). Além disso, Adão não consegue encontrar entre os animais companhia adequada (v. 20). Gênesis 9:6 enfatiza a dignidade associada com a posição do homem como imagem de Deus, quando afirma que o castigo para quem matar um ser humano é também a morte. Tudo quanto ameaça a vida humana deve ser considerado um ataque contra o Deus que ela representa.

2. O Conteúdo da Imagem

Não fica imediatamente óbvio em que sentido exato nós portamos a imagem de Deus. Se a ênfase for colocada na semelhança com Deus, como podem débeis seres humanos se parecerem com o Ser Infinito? Tudo no corpo humano reage a necessidades ambientais. Nossa forma, nosso tamanho e configuração se acham ligados às condições do planeta Terra. Será que o ambiente de Deus se parece com o nosso? Ou devemos limitar a semelhança a aspectos espirituais? Nesse caso, seriam as características espirituais menos indignas da Divindade do que as físicas? Pensadores de todas as épocas fizeram essas perguntas. Uma revisão de suas respostas aparece na seção histórica (V). Vamos nos concentrar aqui nas respostas bíblicas.

A fim de especificar o conteúdo da imagem de Deus, precisamos considerar a intenção divina, conforme expressa em Gênesis 1:26: “Façamos o homem à Nossa imagem, conforme a Nossa semelhança.” Essa intenção é importante porque mostra que o ser humano não se tornou meramente imagem de Deus, mas foi cuidadosamente projetado para tal. A imagem de Deus é muito mais que a inconsciente projeção da individualidade do Criador em qualquer atividade criativa. Essa declaração de intenção também permite discernir o objetivo mais amplo de Deus (ver a criação LA. 12).

A ideia de criaturas humanas como imagem de Deus aponta acima de tudo para seu papel como representantes de Deus sobre todo o restante da criação (Gn 1:26 e 27; SI 8:6-8), A função do homem devia ser análoga à de Deus na Sua esfera. Esse é de fato o sentido da expressão "imagem de [um] deus", aplicada a um ser humano no antigo Oriente Próximo. O faraó, por exemplo, era “a imagem viva” de Amon ou Ra. Portar a imagem de Deus, portanto, significa mais representar a Deus do que se assemelhar a Ele. O homem é colaborador (Gn 2:4-6, 15) e representante (SI 8:3-8; 115:16) de Deus.

Por outro lado, embora a semelhança não seja a ideia focal, não deve ser excluída. As funções representacionais de seres humanos não podem subsistir sem a comunicação com o seu Criador. As dotações físicas, intelectuais, sociais e espirituais, bem como a capacidade de comungar com Deus, são, portanto, parte integrante do conceito de imagem de Deus. Desde que a imagem de Deus foi posta em seres humanos a fim de lhes entregar o domínio da natureza, deve ela abranger tudo quanto capacite o gênero humano a governar em sua esfera como Deus governa na dEle.

O NT enfatiza a semelhança com Deus na área do conhecimento (Cl 3:10), justiça e santidade (Ef 4:24). Isso realça a bondade original dos seres humanos, proveniente de um Criador preocupado em fazer tudo “muito bom”. Os autorretratos de um Deus cuidadoso e amoroso não poderíam senão fazê-los gratos e amorosos. Não teriam dificuldade em achar a bondade e a obediência às instruções de Deus totalmente naturais.

A imagem de Deus no homem também inclui a natureza moral.

Longe de levar à devastação da natureza, como algumas vezes denunciam ecologistas humanistas, o domínio sobre a natureza torna os seres humanos responsáveis diante de Deus por suas ações no mundo natural. O abuso costuma ocorrer da parte daqueles que têm acesso, mas não a plena posse de uma herança. O relato do pleno domínio dado à humanidade enfatiza apenas que a conservação da natureza é do próprio interesse dela. Deus deu aos seres humanos não apenas o acesso aos recursos naturais da Terra, mas também a plena administração dela (Gn 1:26). De acordo com a Bíblia, a natureza é a preciosa herança humana (ver Mordomia I.B).

3. A Justiça Original

As faculdades física, intelectual, social e espiritual estão intimamente relacionadas com a dignidade da pessoa, um aspecto essencial de ser imagem de Deus (ICo 11:7). Com toda modéstia e reverência, maravi-Ihamo-nos ante a generosidade de Deus em nos dotar com essas faculdades; celebramos as realizações da humanidade (SI 8). Apesar disso, podemos nos deparar com o paradoxo dessa imagem de Deus se comportar de maneira tão pecaminosa, até mesmo em nações altamente civilizadas conforme mostra a história recente. Como podemos ainda chamar essa criatura de “imagem de Deus”?

O paradoxo tem que ver com uma de nossas faculdades mais valorizadas: a liberdade. O sermos imagem divina sugere dependência de Deus, pois algo só pode ser uma imagem quando se conforma a seu modelo. Mas a liberdade abre caminho para a autonomia e, consequentemente, para a inconformidade. A autonomia só leva à independência quando o agente livre segue seus próprios planos. Diferentes planos pressupõem diferentes objetivos e alvos. Podemos aceitar de bom grado nossa condição como imagem de Deus e reconhecer nossa humilde dependência, consentindo livremente com os princípios de Seu reino, ou podemos rejeitá-la, convertendo liberdade em rebelião.

"Deus fez o homem reto" (Ec 7:29). Ele certamente não era perfeito no sentido de ter alcançado todas as suas potencialidades. Por exemplo, ele precisava de instrução (Gn 2:16 e 17), principalmente a respeito do teste da árvore do conhecimento. Muita coisa estava em jogo nesse teste, cujo objetivo era desenvolver a maturidade moral (Tg 1:2-4).

A condição moral na qual nossos primeiros pais foram criados é geralmente descrita como inocência, significando que a virtude deles (liberdade de erro moral) até então não fora provada. Virtude pressupõe capacidade de escolha ou livre-arbítrio. Embora a Bíblia fale pouco sobre a vontade humana, ela realmente tem a liberdade humana em alta conta. A legislação social do AT retirou cativos e escravos da sinistra posição que ocupavam na antiguidade e tornou impossível tratar um israelita como se fosse mera mercadoria, O Deus de Israel assume o papel do Redentor (Is 41:14; Jr 50:34) ou Libertador de Seu povo (Is 61:1).

Jesus Cristo entendia Sua missão na mesma luz (Lc 4:16-21), Essa libertação, porém, não era apenas sócio-política. O NT enfatiza a escravidão do homem ao pecado (Rm 3; 7) como consequência de sua natureza decaída, O que mero conhecimento da vontade ou da lei de Deus não pôde realizar, Jesus o efetuou ao permanecer sem pecado (Rm 8:3) e ao ser obediente a ponto de morrer em uma cruz (Fp 2:6-8). Foi assim que Ele Se tornou o Redentor daqueles que estavam sujeitos à escravidão do pecado (Hb 2:15) e da morte, pois "o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor" (Rm 6:23).

Mas essa libertação não é universal nem automática. Ela só vem para aqueles que de bom grado recebem a Cristo (Jo 1:12), e traz

como resultado liberdade, não para voltar a seus próprios desejos autônomos, mas para amar a Deus e o semelhante sob a "lei da liberdade" (Tg 2:12). "Porque vós, irmãos, fostes chamados à liberdade; porém não useis da liberdade para dar ocasião à carne; sede, antes, servos uns dos outros, pelo amor" (GI 5:13).

Muitos termos bíblicos expressam o poder da escolha e da decisão pessoal, incluindo os hebraicos *hapSts* e *ratson* e o grego *thelêma.* Mais importante ainda, a exortação e a instrução moral contidas em toda a Escritura não podem ser explicadas sem a suposição de liberdade humana e poder de escolha. A vontade de Deus é livre e ilimitada; Ele também concedeu livre-arbítrio aos seres que criou.

A vontade de Deus, padrão da bondade, não é incompreensível nem difícil de encontrar, Mesmo no estado atual, um ser humano facilmente aprova o que é direito, consentindo que as instruções divinas são boas (Rm 7:15-18). Mas no presente estado pecaminoso a vontade humana é escrava do pecado e necessita da graça divina para alcançar o bom propósito de Deus (v. 24, 25). Em seu estado original e justo, o homem era capaz de seguir as instruções divinas. Deus projetara um Universo livre de morte (Rm 8:21), pressupondo a capacidade de seguir estrita mente às Suas diretrizes (Gn 2:17). A tragédia é que as criaturas de Deus também podiam (e de fato o fizeram) escolher a morte com igual liberdade. (Para outro comentário sobre "A imagem de Deus", ver Pecado I. A, C; Estilo de Vida I.A.2.)

C. *Sexualidade em. seu Estado Original* [1]

1. A Necessidade Humana de Companheirismo

Embora fique claro em Gênesis 2 que o homem e a mulher não foram criados simultaneamente, Gênesis 1 desconsidera o lapso de tempo. Deus criou os seres humanos como macho e fêmea (v. 27). "Adão" em hebraico não é um nome pessoal, mas um coletivo que pode ser traduzido como "humanidade" (NRSV) ou "povo" (cf. Gn 5:2, KJV). O termo específico para ser humano do sexo masculino, *'ish,* faz sua estreia na Bíblia depois da menção do feminino, *Hshah* (Gn 2:23).

A história do paraíso registra o curtíssimo tempo em que somente um ser humano existiu, mas não há em relação a isso nenhuma fórmula de aprovação; pelo contrário: "Não é bom que o homem esteja só" (v. 18). Seguindo o padrão de relacionamentos na Divindade (Jo 17:24), a existência humana, para ser significativa, precisava de uma dimensão social. O curto lapso de tempo em que o primeiro homem viveu como único *aâam* tinha a intenção de lhe mostrar que não havia na criação animal uma companheira, aguçando-lhe assim a necessidade de uma auxiliadora que lhe fosse idônea, ou seja, uma companhia adequada. O ideal expresso na criação era que homem e mulher formassem um todo no qual fossem mutuamente complementares e interdependentes. Um casal isolado não preenche os requisitos das dimensões sociais do ser humano, mas o procedimento criativo revela a importância dessa dimensão no plano de Deus.

A Bíblia coloca, portanto, a função da sexualidade no contexto de companheirismo, intimidade e complementaridade sobre o qual a verdadeira humanidade se baseia. Essa concepção é, de longe, mais avançada do que as idéias de mera pro cri ação, recreação ou "liberação da tensão" a que se costuma reduzir a sexualidade.

2. A Criação da Mulher

Muitos intérpretes viram algo de muito significativo na forma como a mulher fora criada (Gn 2:21, 22). Ela foi tomada do lado do homem — não de sua cabeça nem

dos seus pés — sugerindo igualdade essencial. A palavra *tsêld*, traduzida nessa passagem como "costela" é, em outro lugar, vertida como "lado", como na contrapartida simétrica de uma folha de porta dupla (iRs 6:34), na segunda ala de um edifício (Ex 26:26 e 27) e na ladeira oposta de um monte (2Sm 16:13). Conservando o sentido "lado", podemos enfatizar a igualdade e complementaridade entre homem e mulher. Em conjunto, homem e mulher formam a humanidade, criada à imagem de Deus, para se ajudarem e apoiarem mutuamente. Foi a ambos que Deus concedeu o domínio sobre a Terra e tudo quanto nela existe (Gn 1:28).

Segundo Gênesis 2:20, Deus criou para Adão uma ezer, frequentemente traduzido como "auxiliadora". Contudo, a palavra hebraica não implica subserviência como o termo português o sugere. Pode ter o sentido de "apoio" ou "benfeitor", sendo regularmente usado com relação a Deus, que ajuda os seres humanos (Sí 33:20; cf. SI 54:4). Além disso, a expressão *kenegdo*, traduzida como "que lhe fosse idônea", vem de um termo que significa "em frente de", sugerindo que a companheira que Deus criou para o homem devia ser sua contrapartida, seu complemento (ver Criação I. B. 7).

Alguns autores percebem no relato de Gênesis 2 uma hierarquia divinamente ordenada dos sexos. A mulher, criada por causa do homem (v. 18-20), teve uma existência derivada e foi nomeada pelo homem, que desse modo indicou sua autoridade sobre ela (v. 23). Nos relatos bíblicos da criação da mulher, porém, a história não se move do superior para o inferior. Em Gênesis 1, o movimento é oposto, das criações mais baixas para as mais altas; e em Gênesis 2 ele vai da incompletude para a inteireza. A procedência física não implica subordinação: o homem não está subordinado ao solo. Matthew Henry argumenta que a mulher era "pó dupla mente refinado, extraído de alguém que fora extraído da terra". Em Gênesis 2:23, Adão comenta a respeito da identificação genérica de sua esposa, "mulher" ou "esposa", mas não lhe dá um nome próprio a não ser depois da entrada do pecado (Gn 3:20).

A comparação da prova bíblica está longe de apoiar claramente qualquer superioridade do homem sobre a mulher. A submissão da esposa foi decorrência da desarmonia no relacionamento humano introduzido no mundo pelo pecado (v. 16; II.B.5). Paulo ordena que a mulher seja submissa a seu marido, que, por seu turno, deve amá-la como Cristo amou a igreja (Ef 5:21-33; ver Matrimônio I.E.l).

3. O Significado do Casamento

As instituições matrimoniais são parte da cultura humana e variam amplamente no tempo e no espaço. Elas não se originaram na cultura, mas no projeto de Deus para o mundo. O estabelecimento do casal humano se encontra entre as ações criativas de Deus no sexto dia (compare Gn 1:26-31 com 2:4-25). Depois que Deus "construiu" a mulher e a trouxe ao homem, ele disse: "Esta, afinal, é osso dos meus ossos e carne da minha carne; chamar-se-á varoa, porquanto do varão foi tomada" (Gn 2:23). Os termos específicos para "homem" e "mulher" (heb. *'tsh* e *'ishah)* quando relacionados um ao outro, significam "marido" e "mulher", respectivamente. Nesse verso, eles possuem precisamente essas conotações, visto que o que está se discutindo é a união do primeiro casal humano.

Nos tempos bíblicos, um *adam* masculino se tornava um homem/marido *Çish)*, quando tomava uma mulher/esposa *('ishah)*, assim como ela se tornava uma mulher/esposa somente quando era desposada. Essa alusão aponta para a importância da sexualidade para a identidade humana.

Não é preciso ser casado para ser plenamente homem ou mulher; ser uma pessoa é algo muito mais básico do que ser homem

ou mulher. Contudo a sexualidade humana modifica e ajuda a definir nossa personalidade. Além disso, a satisfação sexual só é alcançada quando um relacionamento pessoal baseado em compromisso total, tal como ocorre no casamento, apoia e sustenta a relação sexual.

No casamento, “deixa o homem pai e mãe e se une à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne” (v. 24). Em muitos tempos e lugares, o costume tem permitido que se casem um homem e uma mulher que eram quase inteiramente desconhecidos. De uma forma estranha, a vida de casado aproxima o casal numa união tão íntima quanto os laços consanguíneos (“carne e ossos” no idioma hebraico, compare Jz 9:2; 2Sm 5:1). A intimidade faz o casal se manter unido como as contrapartidas cortadas do mesmo bloco de material. Ao longo do tempo, os cônjuges passam a pensar, falar e agir de maneira bem parecida; eles se tornam “uma só carne”.

O fato de dois se tornarem um é um “grande” mistério (Ef 5:32), prefigurado na forma como Deus instituiu o casamento, Ele fez literalmente o primeiro marido e mulher da mesma carne e dos mesmos ossos, como contrapartidas do mesmo corpo, juntando-os, depois, numa união robusta e vitalícia. Esse procedimento criativo deve ser visto como uma ilustração do significado da vida conjugal.

D. *A Unidade Original da Humanidade*

Ao contrário da especulação de que algumas etnias descendem parcialmente (por “amalgamação”) de humanoides criados a partir de Adão, Atos 17:26 afirma o princípio de que a raça humana não contém outro sangue a não ser o de Adão e Eva: “De um só homem fez [Deus] todas as nações humanas para habitar sobre toda a terra; e fixou-lhes os tempos estabelecidos e os exatos lugares onde deveríam habitar” (NIV). Essa verdade também torna solidários todos os povos em consequência da queda de Adão (Rm 5:12, 19), unindo-os, não obstante, na possibilidade de salvação através de Cristo (ICo 15:21 e 22).

Os animais foram criados “segundo as suas espécies" (Gn 1:21, 24, 25), o que significa “de diversas espécies” (cf. Gn 6:20; 7:14; Lv 11; Dt 14; Ez 47:10). Isso leva em conta espécies diferentes dentro de cada categoria, como por exemplo, os diversos “animais da terra". Embora os seres humanos apareçam na história da criação também como uma categoria, nada desse tipo se diz sobre eles. Eles pertencem originalmente a uma variedade única.

A ciência confirma essa informação bíblica. As mesmas variáveis biológicas, bem como os mesmos traços psicológicos e constantes culturais, estão presentes em todas as etnias humanas. As diferenças entre elas têm somente que ver com recombinação, intensificação ou supressão parcial de características comuns a toda a humanidade.

Segundo o melhor conhecimento científico, as etnias vieram a existir por meio de procríação consanguínea e desvios genéticos em tempos de escassez e dispersão populacional, Filólogos podem agora reconstituir línguas a uma família comum. De fato, todas as provas linguísticas e genéticas disponíveis apontam para uma origem comum da humanidade.

Embora não trate das etnias propriamente ditas, Gênesis 11 enfatiza a unidade original da humanidade, mesmo depois do dilúvio. "Ora, em toda a Terra havia apenas uma linguagem” (v. 1) na primeira geração após a catástrofe. Essa geração, a exemplo de < Adão e Eva, também recebeu a ordem para “encher a Terra" (Gn 9:1).

Sob uma liderança autocrática, porém, (Gn 10:8, 9), eles desobedeceram a ordem divina (Gn 11:4) e se concentraram no sul da Mesopotâmía (v. 2). Para o bem dessa e de todas as sucessivas gerações, Deus os espalhou,

forçando a diversidade cultural e linguística entre diferentes grupos (v. 8; compare divisões entre semitas, jafetitas e camitas em Gênesis 10). Essa dispersão forçada talvez tenha ensejado a primeira oportunidade para mudança genética e procriação consanguínea, responsáveis pela diversidade étnica observável hoje entre os seres humanos.

Os autores bíblicos sempre enfatizaram as consequências teológicas dessa unidade original. Amos 9:7 explica que Deus sustém o mesmo relacionamento com todos os grupos étnicos da Terra, sejam elas semitas (Israel) sejam camitas (filisteus). Os privilégios de Israel dependiam das relações pactuais, e não da herança natural

E. Vida Interior e seti Suporte Orgânico

1. A Integralídade da Pessoa Humana

A existência humana ocorre em diversos níveis: natural/sobrenatural, interno/externo. Como imagem de Deus, homem ou mulher agem sobre o mundo natural enquanto mantém uma relação única com Deus (nível sobrenatural). No nível natural há uma vida interior (pensamento, sensações, razão, memória, vontade, apreciação estética, etc.) que transcende a dos animais, ainda que a vida orgânica exterior (nutrição, sono, reprodução, etc.) seja basicamente comum a ambos.

Dada a preeminência da vida interior e relacionai no ser humano, não admira que tenham sido feitas tentativas de conceber o homem como um ser de natureza dual. A vida interior e relacionai ocorre, segundo a concepção dualística, dentro de uma entidade, variavelmente chamada “espírito” ou “alma”, de natureza imaterial, que reside dentro do nosso organismo material, e é capaz de funcionar independentemente dele, e do qual os animais são privados. Alguns dividem a natureza humana em três: corpo, alma e espírito. Para os nossos objetivos, ambas as posturas podem ser abrangidas pelo dualismo, visto que em ambas, só uma das partes da natureza humana (espírito em um caso, alma no outro) é realmente importante, sendo separável e capaz de funcionar independentemente. Nesses conceitos, o restante é secundário.

O dualismo é geralmente associado com a ideia de que, separado do organismo na morte, a alma ou espírito continua a funcionar para sempre ("alma imortal”). Contudo, empregam-se muitas vezes os mesmos termos (alma ou espírito) para expressões da vida interior propriamente dita, em vez de para designar uma entidade independente que se suponha esteja viva.

2. Monismo Bíblico

Em oposição ao dualismo está o monismo bíblico, postura segundo a qual todas as expressões da vida interior dependem de toda a natureza humana, inclusive o sistema orgânico. Os componentes de um ser humano funcionam como uma unidade. Não existe nenhuma alma separável do corpo ou espírito capaz de uma existência consciente à parte do corpo. Nesse sentido, as palavras “alma” ou “espírito” descrevem apenas manifestações cognitivas, afetivas ou volitivas da personalidade.

Está ficando cada vez mais claro para teólogos de diversas denominações cristãs que a Bíblia concebe os seres humanos como monísticos. O *Interpreteis Dictionary of the Bible* afirma: “Ao comunicar Yahweh o fôlego vitalizante ao homem que Ele moldara a partir de argila, não devemos concluir que o homem seja composto de duas entidades separadas, corpo e alma, ponto de vista típico do orfismo e platonismo. Para usar agora a clássica expressão, o hebraico concebia o homem como um corpo animado, e não como uma alma encarnada.”

Todas as vezes que as palavras “alma” e “espírito” ocorrem na Bíblia referem-se,

quando contextualizadas, às funções dapsiquê individual ou às atividades da pessoa toda, Isso é verdade tanto para os termos do
212 ► AT *nefesh* ou *mah,* como para os termos correspondentes do NT *psychê* e *pneuma,* que são traduzidos como “alma' e "espírito”. Não há um único exemplo em que se faça alusão a uma entidade imortal dentro do homem, uma alma ou espírito humano capaz de viver independentemente do corpo material.

3. “Alma” e “Espírito” na Bíblia

O relato da criação do homem, em Gênesis 2:7, tem sido algumas vezes interpretado como a infusão de uma “alma” ou substância imaterial no organismo material. Mas essa inferência é contrária ao registro. A Bíblia declara apenas que o homem foi modelado do “pó da terra”, assim como os animais de seu ambiente foram “formados da terra” (Gn 1:24; 2:19), com a diferença de terem sido dados ao homem atenção e cuidado individualizados. Depois Deus “lhe soprou nas narinas o fôlego de vida”, compartilhado também com os pássaros, répteis, mamíferos e outros animais (Gn 1:30; 7:22), e o homem “passou a ser alma vivente”, *nefesh hayyah,* como eles (Gn 1:20, 24).

O adjetivo *hayyah* significa “vivo”. Embora *nefesh* seja traduzido frequentemente como “alma”, em nossas versões bíblicas, o fato de o termo ser usado indiscriminadamente tanto para o homem quanto para os animais (v, 20, 24, 30; 2:19; 7:21) mostra que não há nela nada de imortal ou superior. Em seu sentido mais básico a palavra hebraica significa “garganta, goela", do qual deriva a ideia de “apetite”. “Apetite”, de fato, é como a RSV traduz a palavra em Isaías 5:14. E possível empregar a mesma tradução em vez de “alma”, em Gênesis 34:3. Em Isaías 5:14 o termo equivale a “boca” (cf. também Hc 2:5) e pode ser vantajosamente traduzido assim em Provérbios 25:25 (a “alma" sedenta gosta de água fria) e em outros lugares.

Relacionado à raiz verbal *nfsh,* “respirar”, *nefesh* apresenta o sentido figurado de “vida”, como em Deuteronômio 24:6 e em muitos outros lugares. Em Provérbios 8:35 a palavra é contrastada com “morte” e equivale a *hayyim,* outro termo para “vida” (cf. *hayyah,* acima). 0 sentido "vida” pode também ser determinado a partir do contexto de passagens como 1 Samuel 28:9; Salmos 30:3; 124:7; Provérbios 7:23; 19:18. O conteúdo do termo, porém, é mais ativo do que a mera vida sensível ou vegetativa. Em Gênesis 2:7, portanto, o sentido global da combinação *nefesh hayyah* é “um ser vivo animado”. O homem *é* uma alma, em vez de *ter* uma alma.

Sendo assim, nem os elementos constitutivos do homem, nem o procedimento aplicado em sua criação, conforme descritos em Gênesis 2:7, envolvem uma “alma” no sentido dualístico. Os seres humanos são superiores aos animais, não por causa da quantidade dos componentes básicos que os compõem, mas porque diferem qualitativamente dos bichos (Ec 3:19). Isso exclui a postura dualística.

Embora a morte não fizesse parte do mundo original, o que a Bíblia diz sobre o processo de morte também contradiz o pensamento dualístico. Em termos bíblicos, a morte é descrita como o processo inverso ao da criação, no qual o homem, uma criatura vinda do pó, retorna ao pó (Gn 3:19), enquanto o fôlego (roali, lit. “vento,” muitas vezes traduzido “espírito”), símbolo da força de vida que lhe foi emprestada, bem como a outros seres vivos no princípio (Gn 6:17; 7:15, 22), volta para Deus (Ec 12:7).

Nenhuma entidade pessoal ou consciente sobrevive ao processo de reversão da morte (SI 6:5; 30:9; 88:10; 115:17; 146:4; Ec 9:5, 6; Is 38:18, 19). A morte só pode ser revertida pela ressurreição. É por isso que toda a esperança de uma vida além-túmulo se centraliza na ressurreição (ICo 15:16-23; cf. Jo 6:39, 40). Somente a ressurreição, e não um estado desencarnado, pode resgatar os mortos

do estado de inconsciência em que se encontram (Lc 20:37, 38). Como ressaltou há séculos William Tyndale, mártir e tradutor da Bíblia inglesa, aqueles que instalam almas desencarnadas no Céu, no inferno ou no purgatório "destroem os argumentos pelos quais Cristo e Paulo confirmam a ressurreição" (ver Morte I.A.3, 4; Ressurreição I.A).

II. O Estado Presente do Homem

A. *Informação Bíblica*

De acordo com os primeiros capítulos de Gênesis, os primeiros seres humanos estavam destinados a uma existência feliz como colaboradores de Deus no Éden. Naquele "jardim de palácio real" (que é o sentido literal de "paraíso"), eles serviríam a Deus (Gn 2:15) e desfrutariam íntima comunhão com Ele (cf. Gn 3:8). O primeiro casal podia se beneficiar de um princípio mantenedor da vida encontrado na proximidade com Deus alimentando-se do fruto da árvore da vida (Gn 2:9; 3:22),

Essa felicidade, porém, não se manteve por muito tempo. O ponto de mudança ocorreu com o pecado, a traição da confiança de Deus e de Suas ordens explícitas. Essas ordens diziam respeito a outra árvore, associada ao "conhecimento do bem e do mal", expressão idiomática hebraica que sugere capacidade de independência para julgar e decidir, geralmente alcançada com a idade (Dt 1:39; lRs 3:9; Is 7:15, 16),

Embora os primeiros seres humanos tenham sido criados adultos, ainda dependiam de Deus para suas decisões morais. Como já observamos antes, eles escolheram a autonomia, ao seguirem a orientação da serpente: "É assim que Deus disse: 'Não comereis de toda árvore do jardim?'" (Gn 3:1). Essa traição os desqualificou para a intimidade com Deus e os benefícios dela decorrentes.

Embora a narrativa de Gênesis seja bastante direta, o capítulo 3 precisa ser interpretado pela revelação. A natureza da "serpente", uma personagem sagaz (v. 1), que anuncia "o conhecimento do bem e do mal" como meio para ser "como Deus" (v. 5) e que seduz o casal humano, prometendo-lhes escape da sentença de morte determinada pelo ato de desobedecer a Deus (v. 4), é bastante enigmática no Gênesis. Segundo o NT, por trás do disfarce de serpente estava o diabo (Ap 12:9), um anjo que fazia oposição a Deus (tanto diabo como batanas signmcam adversário"). Ele fora aquele que uma vez estivera na verdade (Jo 8:44) e que havia por meio de uma rebelião desencaminhado muitos espíritos angélicos (Jd 6; Ap 12:4, 8).

Há no AT alusões à queda desse ser (Is 14:4-23; Ez 28:1-10). Ele também é mencionado em escritos intertestamentais (Jubileus, 10:8; 11:5; Documento de Damasco, 3, 4; 2 Enoque, 31:3). O NT confirma essa descrição, acusando-o abertamente de incitar a humanidade ao pecado (Lc 22:3, 31; Jo 13:27; At 5:3; lGo 7:5) e de se opor à obra da salvação (Mc 4:15; lTs 2:18). Atribui-se a ele também, em última análise, a responsabilidade pela morte (Jo 8:44; Hb 2:14).

A ideia de ser "como Deus", em Gênesis 3:4, 5, 22, aplica-se, portanto, à tentativa diabólica de estabelecer uma existência egocêntrica, que ignora a lei divina e nega que o ser humano dependa de Deus (Is 14:13, 14; Ez 28:2; cf. o ambiente edênico nos v, 13-15). Na tentação de Adão e Eva, o que estava em jogo, portanto, era muito mais que um simples ato isolado de desrespeito para com a autoridade divina. Quando cederam ao pecado, uniram-se a Satanás numa rebelião cósmica contra Deus.

Mas Deus tratou os pecadores com misericórdia. Em vez de executá-los sumariamente, os expulsou do paraíso. Fora do jardim, Adão e Eva viram-se circundados por um ambiente hostil e, conforme Deus anunciara,

passaram a ser vítimas da tristeza, da dor, do trabalho fatigante e ingrato, dos relacionamentos superficiais e finalmente da morte (Gn 3:14-19). A Bíblia mostra assim que o pecado é a causa principal dos males que afligem a condição humana.

B. O *Pecado —Realidade Universal*

A gravidade da rebelião de Adão e Eva e suas consequências universais são tratadas em Romanos 5:12-20. Elas aparecem em ordem a fim de esclarecer a extrema importância de sua antítese: a obediência de Cristo na cruz abriu a porta da salvação para toda a raça humana.

1. Romanos 5:12

De acordo com Romanos 5, o pecado e a morte na humanidade procedem originalmente de Adão, e não de cada indivíduo. Paulo enfatiza repetidas vezes que uma única ^ ação afeta toda a humanidade. No verso 12, "por um só homem entrou o pecado no mundo"; e no verso 15, *"pela ofensa de um só,* morreram muitos". Em Romanos 5:18 e 19: a ofensa e a desobediência de "um só homem" levaram ã condenação, ao passo que a obediência e o ato de justiça de "um só homem" trouxeram vida.

Nos versos 12-14, Paulo oferece provas de como são amplos os efeitos do pecado praticado no princípio por uma só pessoa. Primeiramente, todo mundo peca (cf, Rm 3:9-20). Se todos fossem responsáveis por darem início a seus próprios pecados, independentemente de Adão, alguém, em algum momento, talvez fosse capaz de não pecar. Visto que isso não acontece, segue-se que não fomos nós que começamos isso. Em segundo lugar, houve morte mesmo quando não existia revelação especial dos mandamentos como no Eden ou no Sinai. Naqueles tempos, ainda que o pecado realmente existisse como uma violação da consciência, faltava o caráter agravante de ser a transgressão de uma norma escrita. Se fosse verdade que todos só recebem as consequências do seu próprio pecado, o povo daquela época, não sendo tão culpado como Adão, não deveria ter sido punido com a morte como o foi. O fato de haverem morrido demonstra que sua morte era uma consequência do pecado de Adão (ver Pecado III.B; Morte I.C.l).

2. Uma Passagem Mal Compreendida

Tradutores e intérpretes têm discordado quanto ao significado de Romanos 5:12. A palavra "porque", na ARA, corresponde ao grego *eph'hõ,* traduzido literal mente como "no qual". A Vulgata traduziu *in quo omnes peccaverunt,* "no qual todos pecaram". Essa tradução dá base para o conceito de "pecado original", pelo qual todo descendente de Adão, tendo pecado em Adão, é pessoalmente responsável pelo primeiro pecado.

Contudo, "no qual" não é a ideia expressa pelo grego *eph'hõ*mas em *en hõ,* uma locução paulina comum (cf, Rm 2:1; 7:6; 8:3, 15; 14:21,22; 16:2). Além disso, nada no contexto requer uma teoria de transmissão de culpa. AlocuçãoepJr7rõ,significa"com base em que" e pode ser legitimamente traduzida como "por causa de que ou de quem". Isso se ajusta bem ao contexto: o pecado e a morte entraram no mundo por um só homem, por causa de quem todos pecaram (cf. Rm 5:19). O emprego de "porque" pela ARA está equivocado: "porque" é conjunção de causa, enquanto que *eplihõ,* em Romanos 5:12, é efeito. "Porque todos pecaram" não deve, portanto, ser entendido como a razão pela qual "a morte passou a todos os homens". Tal interpretação não se ajusta ao contexto. Ao contrário, o fato de todos terem pecado mostra a validade do restante do verso: o pecado e a morte se espalharam através do mundo, começando por Adão. A compreensão do verso é confirmada pela sua analogia com o ponto seguinte na apresentação de Paulo. Nos versos 13 e 14, ele argumenta que o fato de pessoas de todas

as épocas terem morrido nos leva a concluir que a morte tem sua origem em Adão, e não no pecado pessoal.

Essa passagem mostra que, se o pecado dependesse apenas do exercício individual do livre-arbítrio, não haveria razão alguma para os santos se esforçarem para não pecar. A falta de qualquer exemplo dessa natureza na história humana é prova de que não podemos evitar o pecado. O poder universal do pecado que habita em nós (cf. Rm 7:17) se traduz fatalmente em pensamentos, palavras e ações pecaminosas em algum momento da vida de todo ser humano. A universalidade do poder do pecado rivaliza apenas com o poder salvador do evangelho.

Muito antes de Paulo escrever sobre o "pecado que habita em mim" (Rm 7:17, 20), Deus havia dito que a mente do homem é mã "desde a sua mocidade" (Gn 8:21), apontando para um desvio ético inato em direção à iniquidade. O livro de Jó faz muitas reflexões sobre a sombria condição do homem, que, a partir de seu humilde nascimento na Terra, é irremediavelmente "imundo" aos olhos de Deus (Jó 14:1-4). Descrevendo a pecaminosa condição humana, Jó exclamou: "Quem da imundícia poderá tirar coisa pura? Ninguém!" (v. 4); e Deus afirmou a Jeremias: "Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente cor- ► rupto" (Jr 17:9).

3. Tendências Irresistíveis

De acordo com o NT, a pessoa não regenerada, ao ser confrontada com a vontade revelada de Deus, mostra-se incapaz de cumpri-la e até mesmo de apreciá-la plenamente (Ef 4:18). O pendor da carne "é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar. Portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus" (Rm 8:7, 8). .

Uma educação cuidadosa, o exercício da força de vontade, ou qualquer outro dispositivo humano é ineficaz contra uma natureza má e suas propensões egocêntricas. Sem o auxílio da graça de Deus, as propensões da natureza humana levam inevitavelmente à ruína moral. Daí a necessidade de conversão antes de se tentar a reforma de vida (ver Salvação I.E). As más propensões continuam a existir mesmo depois da conversão, mas não com seu antigo poder irresistível. Pela regeneração, uma nova vida é possível, como se mostrará na seção a seguir.

Gomo quer que seja, o caráter ameaçador do pecado não reside tanto no nível superficial de seus frutos como nas raízes que fixou na natureza humana. O pecado é "sistêmico" em nossa vida. O "pecado que habita em mim" (Rm 7:17, 20) é a razão por que "não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero" (v. 19). Esse verso chama de "pecado" a causa residente das ações más, o que mostra que o conceito bíblico de pecado inclui também as propensões, e não somente as obras más.

Quando se fala da vontade humana depravada, deve-se fazer uma única exceção. Jesus Cristo não conheceu pecado, embora conviesse que, em todas as coisas, se tornasse "semelhante aos irmãos" (Hb 2:17) em Sua natureza humana. Em contraste com o restante de nós, que somos, por natureza, "filhos da ira" (Ef 2:3), Ele foi desde a concepção "o Ente santo" (Lc 1:35, NVI). Jamais cometeu pecado (lPe 2:22) e o mal não possuía, em absoluto, poder sobre Ele (Jo 14:30, lit. "nada tem em mim"). Uma discussão mais completa sobre esse tema se encontra na doutrina de Cristo (ver Cristo I.B.2), mas era importante fazer essa ressalva ao se tratar da doutrina da depravação humana.

4. Triunfo sobre as Tendências

Irresistível como é para a pessoa não convertida, qualquer tendência ou propensão pode e deve ser combatida e conquistada com ajuda divina, A derrota inevitável dos

nossos recursos inatos pode ser revertida pelo novo nascimento do alto (Jo 3:5-8). O próprio Cristo abriu o caminho para a vitória. Ele encarnou no mesmo mundo pecaminoso que circunda os cristãos. Condenou, "na carne, o pecado" (Rm 8:3), ao cumprir a vontade de Deus. Conforme demonstram numerosas passagens do NT, espera-se que todos os crentes sigam Seus passos (Mt 10:38) e O imitem (Ef 5:1 e 2).

Conforme ressaltou o apóstolo Paulo, em Romanos 7:22-25, obedecer é um milagre do poder da graça de Cristo. Enquanto a mente de Paulo tinha prazer na lei de Deus, "outra lei" guerreava contra a lei da sua mente. Sua única esperança de libertação estava em Jesus Cristo. Até que ponto essa libertação pode ser realizada na vida presente dos cristãos merece consideração mais detalhada e pertence à doutrina da salvação (ver Salvação III). Para descrever o estado presente da raça humana, deve ser suficiente observar que somos libertados da escravidão do pecado, não para sermos negligentes e descuidados, mas para travar uma guerra contra ele, em um conflito feroz, até para o cristão amadurecido.

Embora haja auxílio disponível para vencer o pecado, o preço da vitória é a contínua vigilância no combate espiritual (Rm 13:12; 2Co 10:4; Ef 6:10-13; lPe5:8, 9). Esse conflito ocorre devido à natureza dual do convertido, nascido da carne e do Espírito (G1 5:17).

Os cristãos têm plena consciência de que nem sempre se comportam como convém, junto com Paulo podem eles afirmar: "De mim mesmo, com a mente, sou escravo da lei de Deus, mas, segundo a carne, da lei do pecado" (Rm 7:25). Deixados à sua própria conta, eles caem facilmente na armadilha de admirar a vontade de Deus e autoconfiantemente tentar cumpri-la sem a necessária força divina.

No entanto, mesmo quando ganha batalhas, a condição presente do homem, com ►-sua constante necessidade de luta, continua precária. Nem sempre podemos esperar sair ilesos da batalha. Jesus instruiu Seus discípulos a orar diariamente pelo perdão (Mt 6:12) e instituiu a ordenança do lava-pés para representar a constante necessidade do cristão de ser limpo da mancha do pecado (Jo 13:10, 12-17; ver Ordenanças II.A-D). A mesma epístola que proclama que o poder encontrado no novo nascimento é capaz de vencer o pecado (ljo 5:4), também adverte que qualquer que nega a presença do pecado na sua vida a si mesmo se engana (ljo 1:8) e blasfemamente contradiz a Deus (v. 10).

Devido a uma inata inclinação para o pecado, a libertação completa só será celebrada na segunda vinda. Essa inclinação pode ser resistida com a ajuda do Espírito Santo habitando em nós, mas não será extirpada a não ser naquela ocasião. Só então desaparecerá toda tendência pecaminosa e imperfeição. Então, e somente então, "seremos semelhantes a Ele" (ljo 3:2).

5. Depravaçao Humana e Efeitos na Sociedade

Depravação inei'ente é uma expressão de nossa solidariedade, como seres humanos, com nossos primeiros pais (Ef 2:3). Devido ao fato de descendermos de Adão e Eva (At 17:26), não nos é possível herdar a vontade originalmente não pervertida que perderam quando falharam na grande prova (Gn 3; 6:5). De modo inverso, se eles tivessem sido bem-sucedidos, teríamos sido tão certamente estabelecidos na justiça como agora estamos no pecado.

No Éden, Deus anunciou que o pecado traria tristeza, dor, fadiga, relacionamentos humanos exploradores e morte (Gn 3:14-19). Essa descrição se ajusta perfeitamente à experiência humana.

Sofremos porque, alienados de Deus, perdemos os privilégios encontrados na intimidade com Ele. Mas também infligimos sofrimento uns aos outros por meio de novos

pecados. Não só nossa relação vertical com Deus sofre, mas também é prejudicada nossa relação horizontal com as outras criaturas. Nossa relação mútua com a natureza foi radicalmente alterada desde o Éden; e agora ameaça se transformar num pesadelo ecológico, com fome e doença em seu encalço. O casamento se perverteu primeiro em servidão e depois em uma imitação dispensável. Outros exemplos de relacionamentos horizontais pervertidos incluem exploração de classe, escravidão, injustiças econômicas, guerras nacionais e étnicas, e outras maldades profundamente enraizadas nas estruturas sociais. De fato, muitos agora concebem essas estruturas como a raiz de toda a maldade — um diagnóstico fragmentário, perigos amente reduzido a alguns componentes horizontais da pecaminosidade (ver Pecado V).

C. *Moi~te_j o Último Inimigo*

1. Morte como Salário do Pecado

Visto que o pecado não é somente uma violação dos mandamentos, mas acima de tudo uma rebelião contra o Criador, um ser pessoal, Deus deve tratá-lo com justiça. Embora seja verdade, até certo ponto, que o pecado já traz em si seu próprio castigo e provoca consequências naturais (Pv 5:22; G1 6:7), existem também castigos diretamente impostos pela justiça divina (Êx 32:33; Mt 25:41).

As vezes, especialmente quando Deus está lidando com Seu povo, o castigo divino é corretivo. A Bíblia o compara â valiosa disciplina aplicada no lar para a educação de um filho (SI 94:12; Hb 12:5-12). Alguns querem aceitar como legítimo apenas esse tipo de castigo, cujo objetivo é reformar o malfeitor. A reforma, porém, tem seu próprio campo, que difere dos propósitos da justiça. Castigos merecidos podem ser maiores ou menores do que os necessários para a modificação do comportamento.

Para que exista a estrita justiça, a retribuição é insubstituível. Não se deve confundir isto com rancor ou vingança. Na vingança, o espírito de desforra controla o castigo, e a justiça é novamente forçada a assumir lugar secundário. A retribuição divina, porém, é guiada pela justiça sem vingança, administrada em infinito amor (ver Juízo II,E).

Deus determinou extinguir a rebelião cósmica por meio de persuasão e amor, não pela força bruta. Somente por essa razão se tolera a existência de pecadores durante al--^ gum tempo, enquanto a clemência de Deus convida todos ao arrependimento (2Pe 3:9). Mas a pecaminosidade das criaturas e a santidade de Deus não podem coexistir eternamente. Visto que o Legislador também é o Criador, a rebelião pecaminosa de criaturas merece aniquilação completa. Essa pena de morte, da qual nossos primeiros pais foram advertidos (Gn 2:17), é, portanto, o justo salário do pecado (Rm 6:23).

A Escritura enfatiza em suas páginas a morte como castigo para o pecado. A "alma" (pessoa) que pecar impenitentemente, essa morrerá (Ez 18:4), será exterminada (SI 37:9, 34) ou destruída (*kcirath*, o mesmo termo hebraico usado em Jr 11:19), perecerá (SI 68:2; cf. Jo 3:16), ou deixará de existir (SI 37:10; cf. v. 20). Essa pessoa será queimada como "restolho" (Is 40:24; Ml 4:1; Mt 13:30; 2Pe 3:10; Ap 20:15; 21:8) na "eterna destruição" (2Ts 1:9).

2. O Cancelamento da Morte

De acordo com as informações bíblicas já apresentadas, as condições originais da existência humana permitiam tanto a vida ininterrupta pela comunhão com Deus (o acesso à árvore da vida; imortalidade condicional), como a morte (com a absoluta aniquilação da personalidade) pela rebelião e desobediência. Se a raça humana, como era o projeto de Deus, tivesse se firmado na justiça, sua vida se teria tomado verdadeiramente eterna.

Romanos 5:12-14 mostra como Adão e Eva trouxeram depravação e morte sobre si e sobre todos os seus descendentes. Cumpre-nos também notar, nos versos subsequentes (15-19), a obra simétrica e oposta de Cristo, provendo expiação para toda a raça na qualidade de segundo Adão. De acordo com 1 Gorfntios 15:21 e 22, “a morte veio por um homem, também por um homem veio a ressurreição dos mortos. Porque, assim como, em Adão, todos morrem, assim também todos serão vivificados em Cristo".

Assim sendo, a sentença de morte incondicionalmente herdada por todos, desde Adão, é também incondicionalmente compensada pela ressurreição conquistada por Cristo em favor de todos. Em virtude da Ressurreição, o fim da presente vida humana, consequência do pecado de Adão e não de nossos próprios pecados, não consegue nos separar eternamente de Deus. A única coisa que essa “primeira" morte faz é encerrar a vida [biológica] de pessoas de todas as épocas, as quais, quando a morte for vencida pela ressurreição, serão capazes de obter a concretização das promessas de Deus (Hb 11:39, 40).

A ressurreição de Cristo inaugurou e garantiu a mesma experiência para todos "que pertencem a Cristo". Isso acontecerá "na Sua vinda". Depois que Cristo destruir todos os Seus inimigos (iCo 15:23-25). “O último inimigo a ser destruído é a morte” (v. 26).

A vida eterna, portanto, deve ser recebida como um dom real somente por aqueles que pertencerem a Cristo em Sua segunda vinda. Os cristãos, porém, podem reivindicá-la, mesmo agora, com base na certeza da obra de Cristo. "Deus nos deu a vida eterna; e esta vida está no Seu Filho. Aquele que tem o Filho tem a vida; aquele que não tem o Filho de Deus não tem a vida” (IJo 5:11, 12; cf. IJo 1:2; 5:20).

No fim do milênio, aqueles que se opuseram a Deus, todos os Seus inimigos, também serão ressuscitados, mas só para serem julgados e destruídos “na ressurreição do juízo" (Jo 5:28, 29). Essa destruição será definitiva (ver Milênio LC.3; Morte I.F.5; Juízo III.B.3), E por isso que se deve temer “a segunda morte” (Ap 20:6): “Bem-aventurado e santo é aquele que tem parte na primeira ressurreição; sobre esses a segunda morte não tem autoridade.” Essa segunda morte separa eternamente os seres humanos de Deus. Ela não é a consequência do pecado de Adão, mas o resultado da atitude pessoal que combina rebelião contra Deus e rejeição das provisões de Sua graça.

Os inimigos de Deus devem ser, por fim, completamente destruídos, juntamente com os efeitos do pecado (Hb 2:14; Ap 20:14). Os que creem em Cristo estarão, desde o tempo de Sua segunda vinda em diante, eternamente salvos. Uma vez tendo passado pela experiência do pecado, os salvos não mais desejarão pecar, e a natureza pecaminosa não existirá. Uma única pulsação de harmonia palpitará em todo o Universo.

3. O Valor da Retribuição Aniquiladora

Embora as Escrituras enfatizem a destruição definitiva como a retribuição devida aos pecadores impenitentes (por exemplo, 2Ts 1:9; Ap 20:14; ver II.C.l), a cristandade tradicional segue a doutrina da dor eterna como a recompensa dos ímpios. Essa doutrina é resultado direto da crença numa “alma” humana independente e imortal, que já demonstramos insustentável (I.E.1-3).

Contudo, logo que se recupera o conceito bíblico de homem, é fácil ver a impossibilidade de uma existência eterna e pessoal para os perdidos. Deus não permite à pessoa que cortou relações com Ele viver infinitamente nem mesmo uma existência miserável (Gn 3:22, 23). Isso acontece porque a vida é um dom de Deus somente para aqueles que pertencem a Cristo (Rm 6:23; Jo 3:16). Na verdade, “aquele que não tem

o Filho de Deus não tem a vida" (ljo 5:12). Tal pessoa "não verá a vida" (Jo 3:36) e só poderá existir por um tempo limitado, porque "não tem a vida eterna permanente em si" (ljo 3:15).

A essa altura, precisamos considerar o significado de "eterna destruição" (2Ts 1:9). O que se tem em vista aqui não é um processo de destruir eternamente, assim como a "eterna redenção" (Hb 9:12) não é um processo de redimir eternamente. Está claro, em ambos os casos, que o sentido não é de uma destruição ou redenção que dura para sempre, mas cujas consequências são eternas.

De acordo com 2 Tessalonicenses 1:8 e 9, os ímpios "sofrerão penalidade de eterna destruição, banidos da face do Senhor e da glória do Seu poder". O verbo grego *tinõ,* traduzido como "sofrer punição", significa simplesmente pagar uma pena ou ser punido. O contexto também mostra que a punição consiste em ser banido da presença do Senhor, cuja presença é a recompensa dos justos. Isso não nega o sofrimento como parte do castigo. A dor virá como resultado da "chama de fogo" do dia da "vingança" (2Ts 1:7, 8), mas essa dor não será "eterno castigo".

Considerações similares se aplicam a Mateus 25:46, onde os ímpios irão "para o castigo eterno, porém os justos, para a vida eterna". A palavra *kolasis,* aqui usada para "castigo", vem de uma raiz que significa "interromper", daí a ideia de "sofrer perda". Aqui, como em 2 Tessalonicenses, a punição é a perda da recompensa dos justos, Essa perda é tão eterna quanto a vida dos justos. As recompensas, tanto a dos justos quanto a dos ímpios, são igualmente definitivas.

A Bíblia não fala de suplício nem dor eterna para o pecador, embora os agentes de destruição, como fogo e fumaça, sejam chamados de eternos (iVIt 25:41; Ap 14:11). Os ímpios serão lançados em um ambiente tão implacável que não deixará nenhum resíduo. Expressões como "fogo eterno" se aplicam na Escritura ao destino de cidades como Sodoma (Jd 7) ou a Babilônia mística (Ap 19:3), do qual não resta nenhum sobrevivente, conforme ensina claramente a Escritura (2Pe 2:6; Ap 18:8, 9; ver Morte I.F.5; Milênio I.C.3.e).

III. O Futuro Estado do Homem

Embora seja tentador se entregar a especulações sobre o futuro estado da humanidade, tal assunto deve ser tratado com cautela, pois nosso conhecimento é imperfeito. "Porque, agora, vemos como em espelho, obscuramente; então, veremos face a face. Agora, conheço em parte; então, conhecerei como também sou conhecido" (ICo 13:9,12). Não obstante, a revelação bíblica nos permite declarar fatos.

O pensamento dualístico acostumou a cristandade a pensar no futuro estado, ou no "Céu", em termos etéreos e imateriais. Isso se deve, entre outros fatores, a uma ênfase excessiva sobre o valor do espírito e ao desconhecimento da verdade bíblica de que todos os justos receberão sua recompensa simultaneamente, por ocasião da segunda vinda. Visto que, segundo se imagina, os justos mortos são entidades desencarnadas e conscientes, representadas como recebendo sua recompensa imediatamente após a morte, eles são postos em um "Céu" dessa espécie. A Bíblia, porém, fala de dois lugares reais onde os salvos viverão: um temporário e o outro permanente.

A. *Habitação Temporária dos Salvos*

Existe de fato um Céu onde Deus e os anjos habitam (IRs 8:30,39; SI 11:4; 53:2; S0:14; 102:19; Mt 5:16, 45, 48; 6:9), do qual Cristo veio em Sua encarnação (Jo 3:13, 31; 6:38) e para o qual ascendeu após Sua ressurreição (Hb 9:24). É do Céu, também, que Ele descerá em Sua segunda vinda, quando levará os justos consigo (Jo 14:1-3; lTs 4:13-18; lPe 1:4).

Esse Céu será a habitação temporária dos justos. Lá eles tomarão parte nos deveres do juízo, uma prerrogativa régia que é descrita na Bíblia em termos régios (Dn *7:22*, 26; lGo 6:2, 3; Ap 3:21; 20:4), associada com glória celestial, Mas esses deveres cessarão depois da destruição final dos ímpios. Então os justos herdarão a nova Terra (Ap 21:1-7; ver Juízo III.B,2; Milênio I.C.2).

JB. O *Lar Permanente dos Salvos*

A promessa de uma nova Terra ocorre pela primeira vez em Isaías (65:17, 21-23; 66:22, 23), no contexto da purificação da "terra santa" da poluição da idolatria. Embora alguns aspectos dessas profecias do AT, condicionadas pela obediência de Israel, não estejam mais em vigor, como um todo elas são reafirmadas no NT (Mt 5:5; 2Pe 3:11-13; Ap 21:1; ver Apocalíptica II.B.l).

Isso confirma a simetria entre protologia e escatologia. Haverá uma "regeneração" (ARA) ou "renovação de todas as coisas" (Mt 19:28, NVI), uma "restauração" (ARA) ou o tempo de "Deus restaurar todas as coisas" (At 3:21, NVI), de acordo com Seu plano original, após o que todas as coisas permanecerão para todo o sempre em conformidade com a Sua vontade (Hb 12:27),

O plano de Deus inclui um lar terrestre para os seres humanos (SI 8:6-8). O homem, criado no sexto dia com o restante das criaturas da Terra (Gn 1:24), foi formado do pó da terra (2:7) e está essencialmente ligado a ela (Gn 3:19; cf. SI 115:16). A Terra foi sempre um elemento importante nas promessas pactuais (Gn 12:7; 13:14, 15; 15:18; 17:8; 26:3, 4), não limitado somente à Palestina, mas transmitido ao mundo inteiro, a futura herança do povo de Deus (Rm 4:13; Hb 11:13).

Esses "novo céu e nova terra" não devem ser concebidos como uma espécie diferente do cosmos. Os termos empregados na promessa de Isaías 65:17 derivam basicamente de Gênesis 1, onde são cuidadosamente definidos. "Céus" é o nome dado pelo Senhor à expansão atmosférica (v. 8) na qual voam os pássaros (v. 20); "Terra" *é* a superfície do solo (v. 10). Em conformidade com isso, o novo céu e a nova terra serão, não algum novo e estranho espaço interestelar ou um novo planeta, mas o ambiente que apoia a vida em nosso próprio mundo — reformado, renovado e limpo pelo fogo purificador (2Pe 3:10-13; SI 102:26, 27; Hb 12:27, 28). A Bíblia fornece poucos detalhes de caráter material, certamente porque o plano relacionai de existência é muito mais importante do que o ambiente físico.

Os relacionamentos na nova Terra serão caracterizados pela justiça (2Pe 3:13). Assim como a rebelião contra Deus no momento da queda de Adão e Eva fez com que as outras formas de vida adotassem comportamentos agressivos devido à maldição do pecado (Gn 3:14-19), assim a pulsação universal de harmonia entre as criaturas de Deus as dirigirá para a paz, pela bênção de Deus (Is 11:5-9; ver II.C.2).

Visto que o pecado será para sempre excluído desse lar, os salvos serão estabelecidos em justiça e estarão isentos de todas as consequências do pecado, como morte ou dor, cumprindo assim o propósito original de Deus (Ap 21:4). Toda a história do pecado, sofrimento e maldade parecerá ter sido apenas um breve desvio na execução do desígnio divino (ver Nova Terra II).

C. O *Corpo Frituro*

Uma descrição do monísmo bíblico (ou concepção unitária do ser humano, ver I.E.2 acima) seria incompleta se não tratássemos do corpo futuro dos salvos, ainda que brevemente. A escatologia bíblica coloca a recompensa dos salvos na nova Terra.

Já nos dias de Paulo alguns dualistas haviam reduzido as esperanças cristãs do destino final do salvos a um estado puramente incorpóreo (2Tm 2:18). Graças aos esforços

de Paulo para contrapor-se a esse erro e ao testemunho claro da Escritura sobre a ressurreição de Cristo e o ressurgimento dos justos no último dia (Rm 8:11, 23; lCo 6:14-20; 15:20, 23, 53; Cl 1:18; Ap 1:5), até mesmo a cristandade tradicional conservou o conceito de um futuro corpo para a eternidade.

Dualistas tardios, porém, aproveitando-se das palavras de Paulo em 1 Corfntios 15:44-49, procuram minimizar os aspectos físicos do corpo dos santos ressuscitados. O apóstolo está tratando aqui com um argumento, comum entre os saduceus e vários hereges de seu tempo, empregado para negar a ressurreição com base na ideia de que o nosso corpo atual é incapaz e/ou indigno da preservação eterna (v. 35). Paulo afirma que a necessária mudança não quebra a continuidade, assim como não há descontinuidade entre a semente e a planta que dela se desenvolve (v. 36-41). Depois ele reconhece (distanciando-se das posturas farisaicas extremas que sustentavam uma forma idêntica após a ressurreição [2 Baruque 50:2]) que algumas mudanças devem ocorrer no corpo dos salvos (v. 42, 43): "Semeia-se o corpo na corrupção, ressuscita na incorrupção. Semeia-se em desonra, ressuscita em glória. Semeia-se em fraqueza, ressuscita em poder."

Paulo continua: "Semeia-se corpo natural, ressuscita corpo espiritual" (v. 44). O adjetivo empregado na tradução portuguesa pela ARC e outras versões como "animal" e "físico", a ARA e na NVI traduzem como "natural". Se for feito o contraste entre "espiritual" e "físico", a afirmação paulina parece sugerir um corpo imaterial, ao passo que contrastar "espiritual" e "natural" pode levar alguns a conceber a ideia de um corpo "sobrenatural", bem diferente daquele criado a princípio. O original grego, porém, não transmite nenhuma dessas idéias. O par contrastante de adjetivos "físico/natural" e "espiritual" vem do original grego *psychikos* e *pneumatihos*. Como já vimos, tanto *psychê* quanto *pneuma* são usados para funções da vida interior. Literalmente falando, semeia-se um corpo "psíquico" e ressuscita corpo "pneumático". Como se vê, não existe nenhum contraste ou oposição entre corpo material e imaterial, ou entre corpo natural e "sobrenatural". Nosso corpo atual é descrito nesse verso em termos metafísicos, tais como os empregados para descrever o corpo ressuscitado. Visto que a condição "psíquica" desse corpo atual não impede a sua fisicidade, por que a futura condição "pneumática" iria impedi-la?

Os adjetivos *psychikos* e *pneumatikos* designam caracterizações e descrições; não apresentam definições completas. Nosso corpo é um corpo "psíquico", não porque estamos limitados a uma "psiquê", mas porque somos dotados de uma — e muito mais, inclusive um sistema físico. Devemos, portanto, nos perguntar como se pode estabelecer o contraste entre um corpo "psíquico" e um corpo "espiritual". No NT, a *psychê* é um princípio vital do ser vivo e indica, muitas vezes, a pessoa inteira (por exemplo, Mt 2:20; Jo 10:11; At 2:41-43; Rm 2:9; 16:4; 2Co 12:5; Fp 2:30). Diversas vezes, porém, ela é contrastada com *pneuma.* Nas passagens em que isso ocorre, *psychê* é um princípio puramente natural presente nas pessoas não convertidas (daí a tradução de *psychikos* como "natural", em lCo 15:44, KJV, NVI), ao passo que *pneuma,* às vezes, se refere à renovação do homem interior (lCo 2:14, 15; Jd 19), efetuada pelo Espírito de Deus e que será consumada na glorificação depois da ressurreição, acontecimento descrito como obra do Espírito Santo (Rm 1:4; 8:11).

Por essa razão, o corpo atual pode ser descrito, em 1 Coríntios 15, como *psíquicos,* visto que é dotado de *psychê,* mas não "pneumático" ainda, visto que deve esperar até a ressurreição. O contraste entre um corpo "psíquico" e um "pneumático" é idêntico, portanto, ao

contraste entre 'corruptível" e "incorruptível", "fraco" e "poderoso" ou "desonroso" e "glorioso" encontrado nos versos precedentes. Não acrescenta nenhum conceito novo à constituição desse corpo.

O conceito bem podería ser traduzido assim: "Semeia-se corpo dotado da vida natural; ressuscita-se corpo dotado da vida/ espírito sobrenatural". A vida sobrenatural para um corpo natural esteve disponível no Éden, por meio da árvore da vida. O versículo nada contém contra a materialidade do futuro corpo, nem contra um retorno às condições primitivas da nossa Terra.

De fato, visto que o corpo ressuscitado será similar ao de Cristo (Rm 8:23; lGo 15:23; Fp 3:21; Cl 3:4), devemos pensar nele como dotado de vida e espírito, mas também de carne e osso, que o Salvador declarou possuir em Seu estado ressurreto (Lc 24:39).

Nosso corpo físico pode ser considerado um dos nossos dotes mais humildes. Ainda assim, ele é uma prova de que fomos feito de "modo terrível e tão maravilhoso" (SI 139:14, ARC, NVI). Não deve ser excluído da "restauração de todas as coisas", mas deve servir para caracterizar esse tempo como a "redenção do corpo" (Rm 8:23; ver Ressurreição II).

IV. Impacto da Doutrina Bíblica do Homem sobre a Vida Cristã

O fato de Deus criar o primeiro casal humano por um gesto soberano mostra Seu poder e sabedoria. Nesse sentido, fomos criados para Sua glória. 0 homem foi colocado no nível mais alto da criação como "imagem de Deus", para representar a Divindade diante do restante das criaturas deste mundo. Parte dessa responsabilidade^ é representar Deus e, até certo ponto, assemelhar-se a'Ele. O estado original incluía dependência de Deus e conformidade com Sua vontade. Visto termos sido feitos à imagem divina, "menor do que Deus" (SI 8:5), devemos estar sempre empenhados na busca otimista de progresso, ao mesmo tempo em que reconhecemos sobriamente nossa responsabilidade para com o Criador, para com os outros seres criados, para com nós mesmos e as outras formas de vida.

A importância da sexualidade humana reside no fato de que podemos desfrutar companheirismo e intimidade com outros. Deus não fez duas pessoas de gêneros diferentes, mas um casal destinado a ter uma relação harmoniosa e complementar. E assim que a Bíblia realça a importância da dimensão social da humanidade. O casamento, embora não seja um requisito para a vida humana plena, foi idealizado desde a criação como fonte de satisfação pessoal.

Visto que Deus fez tanto o homem quanto a mulher à Sua imagem, há igualdade entre os sexos. Depois da queda, porém, foi dito a Adão e Eva que um dos resultados do pecado seria, para benefício do próprio casal, que a família deveria ser governada pelo amor e cuidado masculinos. Em todas as partes da Bíblia, as mulheres ocupam posição de dignidade e responsabilidade. Mas Cristo foi além dos costumes de Seu tempo e lugar, quando mostrou deferência para com as mulheres. Essa concepção do sexo feminino deve servir de guia para os homens no trato com as mulheres.

Avista de Deus, todas as etnias são portadoras da imagem divina. Enquanto na história da criação as categorias animais eram multiformes, os seres humanos possuíam uma única variedade. A diversidade étnica tem que ver com aspectos secundários dos seres humanos, originada em variações genéticas, à medida que as populações se dispersavam pela Terra. Compreender essa unidade essencial da humanidade é vital para se entender a doutrina da salvação.

A visão bíblica da pessoa humana é unitária, e não dual. A vida interior sempre depende de seu suporte externo: o organismo biológico. Alma e espírito não passam de expressões cognitivas, afetivas ou volitivas da pessoa inteira. Todas as interações e relações devem levar em conta o fato de que um ser humano não é composto de partes separáveis. Toda a pessoa vive e toda a pessoa morre. A concepção bíblica da natureza humana nos ajuda a integrar os aspectos físico e espiritual de nossa personalidade, a fim de promover uma abordagem mais saudável, harmoniosa e vibrante da vida.

O fato de os mortos jazerem na sepultura em estado de inconsciência e insensibilidade até o dia da ressurreição faz o tempo ^► passado na sepultura parecer não mais que um piscar de olhos. A esperança da ressurreição, após o sono da morte, é preciosa ao coração dos cristãos e lhes serve de consolo nas horas de aflição.

Os males de nossa existência têm sua origem no pecado. Nossos primeiros pais cobiçaram o conhecimento do bem e do mal ou autonomia ética e, ao comerem do fruto proibido, tornaram-se inaptos para a comunhão com Deus. Privadas desse relacionamento, as pessoas ficaram sujeitas a sofrimento, relacionamentos nos quais são exploradas e, finalmente, a morte. Assim, o mal é desmascarado, não como um residente legal no Universo, senão como um intruso que deve ser combatido, vencido e destruído.

Disfarçado de serpente, Satanás causou a queda de Adão e Eva. Ele ainda tenta enganar seres humanos. Quando se achava ainda no Céu, esse anjo caído liderou uma rebelião cósmica contra Deus, à qual se uniu Adão, fazendo o pecado entrar na humanidade. E uma ilusão ver o mal apenas como um infortúnio social. Estamos lutando, na verdade, “contra as forças espirituais do mal, nas regiões celestes" (Ef 6:12). O pecado abrange não só as más obras, mas também a causa residente no eu interior. Alcançar a semelhança divina requer vigilância constante. Em última análise, são a graça e a força de Deus que obterão a vitória.

Visto ser rebelião contra Deus, o pecado merece retribuição. A retribuição divina pode ser tanto corretiva quanto punitiva. Ainda que a rebelião seja final mente extinta mediante persuasão e amor, os que persistirem na impenitência "colherão” para si mesmos a aniquilação total por meio da “segunda morte”. Todos os seres humanos estão sujeitos à primeira morte, cujo efeito é apenas sincronizar as recompensas dos que viveram em diferentes épocas. A morte será definitivamente eliminada pela ressurreição. A segunda morte é o castigo pelos pecados pessoais, enquanto a primeira é resultado do pecado de Adão. Aqueles que aceitam o sacrifício expiatório de Cristo podem olhar para o futuro na certeza da vida eterna, certos de que Ele pagou por eles o castigo da segunda morte.

Embora saibamos pouco sobre a vida futura, podemos estar certos de que ela virá. Podemos também saber que os redimidos viverão uma existência física. O Céu será o lugar de habitação temporária dos salvos, enquanto participarem no julgamento dos perdidos. O lar permanente dos redimidos será a Terra, restaurada à sua condição original. A justiça eterna será garantida. Em corpos glorificados e espirituais, os salvos passarão a eternidade com Cristo em Seu eterno lar.

A consciência do valor dado por Deus à pessoa humana deve nos encher de alegria e gratidão. Ao mesmo tempo, devemos ter um senso de responsabilidade, não apenas em nos preocupar conosco mesmos, mas também em levar a sério o bem-estar de nossos irmãos e irmãs, que também foram criados à imagem de Deus.

V. Contexto Histórico

A. *Monismo e Dualismo*

O dualismo se introduziu na cristandade via pensamento grego. Sobre isso escreve o teólogo católico-romano Enrique Dussel: "A concepção cristã do homem se formou dentro do horizonte do pensamento hebraico e se desenvolveu de forma homogênea no primitivo cristianismo. Mas a cristandade (conceito cultural, que não deve ser confundido com cristianismo), fruto da helenização da experiência primitiva, substituiu [a concepção cristã do homem] por outra linguagem e outros instrumentos lógicos de interpretação e expressão, degenerando assim em atenuado dualismo" (17).

Mesmo antes das escolas gregas de filosofia clássica, havia na Grécia uma tradição dualística (orfismo, pitagorismo) que enfatizava as faculdades interiores do homem como um elemento divino, em contraste com o corpo inferior (material). O intelecto devia ser fortalecido pelo exercício, ao passo que o corpo devia ser mantido em sujeição pelo ascetismo.

Platão (4º séc. a.C.) ensinava o idealismo: a realidade última é puramente espiritual, e o corpo não é outra coisa senão um túmulo
223 ► para a alma (um trocadilho grego *soma, sêma*, "corpo", "sepultura"; *Gorgias* 493). Para ele, a alma, que precedia a existência terrena, era incriada e imortal, e migrava de um corpo a outro depois da morte *(Féâon* 75, 76). Aristóteles propôs um ponto de vista alternativo, segundo o qual o corpo e a alma são dois aspectos da mesma realidade básica: matéria e forma do homem. A tradição platônica, porém, persistiu, apesar de Aristóteles. O gnosticismo e o neoplatonísmo realçavam somente a oposição corpo versus alma, negando a doutrina bíblica da ressurreição.

O primitivo cristianismo teve que competir com uma sociedade greco-romana decadente, de princípios morais frouxos, mas que tinha grande admiração pelo platonismo. Alguns dos primeiros escritores cristãos denunciaram o gnosticismo e o dualismo que 0 acompanhava como hostil à doutrina bíblica da criação divina a partir do mundo material. Justino Mártir (c. 100-c. 165), convertido quando lhe mostraram que a alma não era imortal e que "deixava de existir", chamou de hereges aqueles que não„aguardam uma ressurreição, mas "que suas almas sejam levadas ao Céu logo após a morte" *(.Diálogo com Trífo*, 5, 6, 80). Embora escasso, o material cristão primitivo que sobreviveu é suficiente para mostrar que os mártires, quando enfrentavam a morte, depositavam suas esperanças na ressurreição, e não em um encontro imediato com Deus; ao mesmo tempo em que expressavam convicções monísticas (Clemente, *1 Cormtios*, 24-26; Policarpo, *Martírio,* 14).

Posteriormente, porém, o neoplatonísmo fez incursões no cristianismo. A começar por Alexandria, um centro de aprendizagem da filosofia grega e da teologia cristã, desenvolveu-se entre os pais da igreja o preconceito contra o corpo como sede das paixões orgânicas e sexuais, e o ascetismo foi adotado como modelo de piedade.

Eruditos da igreja ainda mantinham a doutrina bíblica da criação e da ressurreição da carne, mas foram, pouco a pouco, aceitando a ideia de uma alma independente. Acreditavam que, depois de se separar do corpo por ocasião da morte, a alma esperava conscientemente ou não até o dia da ressurreição. Embora essa alma não fosse mais preexistente (como no platonismo ou nos pontos de vista extremistas de Orígenes), mas individualmente criada, tornava-se eterna daquele momento em diante.

Na Idade Média, passou-se a acreditar que o estado intermediário entre a morte e a ressurreição era um estado consciente. A alma falecida comparecia a um julgamento, que antecipava os resultados do juízo final

depois da ressurreição, determinando se desfrutaria da presença de Deus, Esse, porém, podia ser adiado por um período de purificação antes da entrada à presença de Deus. Tal demora podería ser evitada se a pessoa levasse na Terra uma vida ascética destinada a alcançar o pleno perdão nesta vida. A doutrina do purgatório foi também desenvolvida no Ocidente, junto com as indulgências, como uma alternativa à mortificação física.

No fim da Idade Média, idéias aristotélicas menos dualísticas, longamente suprimidas na cristandade, mas agora reintroduzidas na Europa por meio da cultura judaico-arábica hispânica, captaram a atenção dos escolásticos, inclusive de Tomás de Aquino. Ele tentou assimilar o conceito aristotélico de alma como forma e do corpo como a matéria do ser humano. A lógica desse ponto de vista apontava na direção de uma alma inseparável do corpo. Mas para conciliar o pensamento tomista com a tradição de igreja, ele colocou uma *mens* (mente) completamente imaterial, e sustentou que a alma sobrevivia, "de modo sobrenatural", à decomposição do corpo na morte. Ao agir assim, ficou aquém das expectativas da visão bíblica do homem.

Em 1513, o papa Leão X condenou as idéias aristotélicas mais extremas (averroístas). Somente quatro anos depois, os excessos na pregação da indulgência deflagrariam a Reforma. Embora o tema principal da mensagem de Lutero (1483-1546) fosse a justificação pela fé, em sua réplica à bula papal de Leão X, ele também atacou a doutrina recém-reafirmada da imortalidade da alma como mais uma "dessas monstruosas e intermináveis ficções geradas no monturo de lixo romano dos decretos" (*Weimar Atisgabe*, 7:131-132). A solução que encontrou na época: as almas dormem até a ressurreição.

A questão foi muito debatida entre protestantes; o próprio Lutero ficou indeciso. A Igreja Anglicana jamais abandonou totalmente a doutrina do purgatório; o restante do protestantismo, sim. O sono da alma, defendido por Tyndale, Milton, os primeiros batistas e muitos outros, foi rejeitado pelo influente Calvino (1509-1564). Muitos eruditos, pastores e grupos cristãos, porém, sempre perceberam e aceitaram o monismo bíblico. No século 20, teólogos notáveis como E. Brunner, R. Niebuhr e O. Cullmann defenderam essa doutrina. Recentemente, conturbados pela visão tradicional do inferno como agonia e tormento infinito, evangélicos eminentes da linha de J. W. Wenham, J. R. Stott e Clark H. Pinnock também endossaram a doutrina bíblica do sono da alma. Mas ela ainda precisa alcançar o grande público: "Vinte anos [depois do clássico ensaio de Oscar Cullmann], [...] muitas pessoas ainda colocam sua esperança na alma imortal, mesmo quando um crescente coro de eruditos bíblicos e teólogos está dizendo que essa é uma doutrina pagã" (Myers, 78).

jB. *Rejeição Adventista da Imortalidade Inerente*

Os primeiros adventistas mileritas assimilaram gradualmente essa verdade da Escritura. Já que a questão fora Iargamente discutida nos séculos 18 e 19, não resta dúvida de que os membros do movimento do advento criam nessa verdade em caráter privado. O argentino Francisco Ramos Mexia, por exemplo, ele mesmo sabatísta e primeiro "adventista" de herança presbiteriana escocesa, escreveu, por volta de 1816, um incisivo comentário sobre as palavras de Atos 2:34, na margem de seu exemplar pessoal do livro *La Venida dei Mestas en Gloria y Majestad*, III, 293, de Manuel Lacunza: "Porque Davi não subiu aos céus." Ele deduziu, a partir desse texto, que, por ocasião da morte, "o homem, junto com sua alma ou como se possa chamá-la, se dissolve: 'Ao pó tornarás,' Mas dela ele há de ressuscitar, cavalheiros!"

Como um princípio público de fé, essa verdade foi primeiramente advogada entre os adventistas mileritas pelo ex-ministro

224 ►

metodista George Storrs. Em 1841, ele ficou convencido da mortalidade do ser humano inteiro, ao ler um tratado publicado seis anos antes por um tal Henry Grew. No ano seguinte, pela influência de Carlos Fitch, aceitou também o ensino adventista da volta de Cristo. Visto que a revista *The Signs of the Times* repreendeu, em 1842, outro ministro adventista por pregar essa verdade bíblica, Storrs a defendeu em *Six Sermons*, e começou a publicar o *Bible Examinei*; um periódico dedicado à questão.

Em 1844, Carlos Fitch se juntou a ele nessa tarefa, apesar da oposição de Guilherme Miller e de outros líderes do movimento. Nem mesmo Miller conseguiu impedir que essa doutrina rapidamente fixasse raízes profundas entre os adventistas mileritas, conforme se demonstrou pelas dez crenças fundamentais mileritas, adotadas em 1845 pela Conferência de Albany. Uma delas declarava que a herança dos salvos não é recebida na morte, mas no segundo advento.

Embora os mileritas tenham se ramificado em diversas corporações, todas elas mantiveram a crença na mortalidade de todo o ser humano. Entre os adventistas do sétimo dia, R. F. Cottrel e Tiago White defenderam esse conceito nas páginas da *Reviexv and Herald*, a partir de 1853. A aniquilação final dos ímpios estava incluída na "Declaração dos Princípios Fundamentais dos Adventistas do Sétimo Dia", publicada pela *Signs ofthe Times*, em 1874.

C. *Universalidade do Pecado*

De vez em quando, os cristãos perdem de vista a doutrina bíblica da universalidade do pecado humano. Pelágio (5° séc. d.C.), em uma iniciativa bem-intencionada, mas mal orientada, de pregar o domínio-próprio, ensinou que o pecado de Adão servia apenas de mau exemplo, mas não afetava nossa capacidade de escolha. Aos olhos de Deus, as crianças se achariam no mesmo estado que Adão antes de cair em pecado. Isso, segundo ele, explicaria por que em cada época algumas pessoas foram capazes de resistir à tentação e não pecar; a maioria, evidentemente, precisa da graça divina para a salvação (ver Agostinho, *Atas do Processo Contra Pelágio, 23* [NPNF-1, 5:193]).

Agostinho (354-430), contemporâneo de Pelágio, não teve dificuldade em demonstrar o caráter não bíblico do pelagianismo. A inexistência de seres humanos sem pecado é uma das verdades mais patentes na Escritura (IRs 8:46; SI 143:2; Pv20:9; Ec 7:20; Rm 3:10-23; ljo 1:8-10). O pecado é um poder para ser subjugado pela pessoa nascida de novo e amparada pela graça de Deus, e não somente pela força de vontade. Apesar disso, Agostinho ensinou que, em vez de nascer como Adão antes da queda, nascemos todos com sua culpa (pecado original) e com uma vontade tão corrupta ou depravada que somos incapazes até de escolher o caminho da salvação sem a ação da graça de Deus. Partindo da depravação completa do ser humano, Agostinho concluiu que a graça salvadora deve ser irresistível, e, portanto, algumas pessoas (aquelas que se perdem) não foram eleitas por Deus para serem salvas. Essa doutrina é conhecida como dupla predestinação, visto que o não ser eleito para a salvação é a mesma coisa que ser reprovado.

A igreja da época de Agostinho aceitou a crítica que ele fez a Pelágio, mas rejeitou a dupla predestinação. Um sínodo realizado em Orange (529 d.C.) aceitou o pecado original e a necessidade de graça e da operação do Espírito Santo em nós para escolhermos a fé e a salvação. Lembrou, porém, aos cristãos que a graça não é irresistível: os que se opõem à verdade resistem ao Espírito Santo. Portanto, de acordo com esse sínodo, ninguém é predestinado para a perdição. Esse foi o consenso da igreja durante séculos.

Com a chegada da Reforma protestante, uma ênfase renovada na salvação pela graça, mediante a fé, e não por obras (que

são um produto da vontade humana) tornou novamente atraentes algumas posturas de Agostinho que haviam sido anteriormente rejeitadas. Diferentes teólogos adotaram, porém, diferentes posturas sobre o assunto. Lutero (1483-1546) enfatizou a falência da vontade humana, enquanto seu amigo Melanchthon (1497-1560) encontrou um lugar importante na salvação para o livre-arbítrio, em cooperação com a graça. Calvino (1509-1564) adotou a dupla predestinação, apesar do calvinista holandês Armínio (1560-1609) advogar um convite único e universal para a salvação. Essa visão sugere que a graça não é irresistível, visto que muitos não serão salvos. A graça pode ser rejeitada, sendo possível até mesmo decair dela depois de tê-la aceitado.

Os que rejeitaram parcialmente os pontos de vista de Agostinho vieram a ser conhecidos como semipelagianos. O semipelagianismo católico rejeitou a dupla predestinação. O semipelagíanismo protestante abandonou igualmente a ideia de pecado original. O que herdamos de Adão não é a culpa, mas a deprava ção. Nascemos com propenso es ou tendências para o mal, as raízes do pecado, que no decurso da vida frutificam em pensamentos, palavras ou ações pecaminosos.

D. *Pensamento Adventista*

No desenvolvimento de suas crenças, os adventistas do sétimo dia se preocuparam mais em assimilar os ensinos práticos da Escritura do que em elaborar uma teologia sistemática. Alguns assuntos receberam mais atenção que outros. Assim sendo, do ponto de vista histórico, os adventistas do sétimo dia podem ser classificados basicamente como de concepção arminiana (QOD, 402-406), embora, à semelhança do protestantismo como um todo, admita ênfases diferenciadas (I-Ieppenstall, 107-128; Gulley).

VI. Comentários de Ellen G. White

A. O *Lugar do Homem na CHação*

"Aquele que estabeleceu os mundos estelares nos altos céus, e com delicada perícia coloriu as flores do campo, Aquele que encheu a Terra e os céus com as maravilhas de Seu poder, vindo a coroar Sua obra gloriosa a fim de pôr em seu meio alguém para ser o governador da linda Terra, não deixou de criar um ser digno das mãos que lhe deram vida. A genealogia de nossa raça, conforme é dada pela inspiração, remonta sua origem não a uma linhagem de germes, moluscos e quadrúpedes a se desenvolverem, mas ao grande Criador. Posto que formado do pó, Adão era filho 'de Deus' (Lc 3:38).

"Ele foi posto, como representante de Deus, sobre as ordens inferiores de seres. Esses não podem compreender ou reconhecer a soberania de Deus, todavia foram feitos com capacidade de amar e servir ao homem" (PP, 45).

"O Senhor criou o homem do pó da terra. Fez de Adão um participante da vida e da natureza divina. Ele recebeu o fôlego do Todo-poderoso e se converteu em alma vivente. Adão era perfeito na forma: forte, gracioso, puro e levava a imagem de seu Criador. [.„]

"Adão foi coroado rei no Éden. Recebeu o domínio sobre todas as coisas viventes que Deus havia criado. O Senhor abençoou Adão e Eva com uma inteligência que não concedeu a nenhuma outra criatura. Fez de Adão o legítimo soberano de todas as obras das mãos de Deus. O homem, feito à imagem divina, podia contemplar e apreciar as magníficas obras de Deus na natureza" (SDABG1, 1082).

jB. *Criados à Imagem de Deus*

"Quando Adão saiu das mãos do Criador, trazia ele em sua natureza física, intelectual e espiritual, a semelhança de seu Criador.

‘E criou Deus o homem à Sua imagem’ (Gn 1:27), e era Seu intento que quanto mais o homem vivesse tanto mais plenamente revelasse essa imagem, refletindo mais completamente a glória do Criador. Todas as suas faculdades eram passíveis de desenvolvimento; sua capacidade e vigor deveríam aumentar continuamente. Vasto era o alvo oferecido a seu exercício, e glorioso o campo aberto à sua pesquisa. Os mistérios do Universo visível - as “maravilhas dAquele que é perfeito em conhecimento” (Jó 37:16) convidavam o homem ao estudo. Aquela comunhão com Seu criador, face a face e toda íntima, era o seu alto privilégio. Houvesse ele permanecido fiel a Deus, e tudo isso teria sido seu para sempre. Através dos séculos infindáveis, teria ele continuado a obter novos tesouros de conhecimentos, a descobrir novas fontes de felicidade e a alcançar concepções cada vez mais claras da sabedoria, do poder e do amor de Deus. Adais e mais amplamente teria ele cumprido o objetivo de sua criação, mais e mais teria ele refletido a glória do Criador” (Ed, 15).

“Cada ser humano criado à imagem de Deus, é dotado de certa faculdade própria do Criador - a individualidade - faculdade essa de pensar e agir. Os homens nos quais se desenvolve essa faculdade, são os que encaram responsabilidades, que são os dirigentes nos empreendimentos e que influenciam caracteres. E a obra da verdadeira educação desenvolver essa faculdade, preparar os jovens para que sejam pensantes e não meros refletores do pensamento de outrem. Em vez de limitar o seu estudo ao que os homens têm dito ou escrito, sejam os estudantes encaminhados às fontes da verdade, aos vastos campos abertos a pesquisas na natureza e na revelação. Que contemplem os grandes fatos do dever e do destino, e a mente se expandirá e se fortalecerá. Em vez de fracos educados, as instituições de ensino poderão produzir homens fortes para pensar e agir, homens que sejam senhores e não escravos das circunstâncias, homens que possuam amplidão de espírito, clareza de pensamento, e coragem nas suas convicções” (ibid., 17, 18).

“Criados para serem a ‘imagem e glória de Deus’ (lGo 11:7), Adão e Eva tinham obtido prerrogativas que os faziam bem dignos de seu alto destino. Dotados de formas graciosas e simétricas, de aspecto regular e belo, o rosto resplandecendo com o rubor da saúde e a luz da alegria e esperança, apresentavam eles em sua aparência exterior a semelhança dAquele que os criara. Essa semelhança não se manifestava apenas na natureza física. Todas as faculdades do espírito e da alma refletiam a glória do Criador. Favorecidos com elevados dotes espirituais e mentais, Adão e Eva foram feitos um pouco menores do que os anjos (Elb 2:7), para que não somente pudessem discernir as maravilhas do Universo visível, mas também compreenderas responsabilidades e obrigações morais” (ibid., 20).

“O homem deveria ter a imagem de Deus, tanto na aparência exterior como no caráter. Cristo somente é a "expressa imagem” do Pai (Hb 1:3); mas o homem foi formado à semelhança de Deus. Sua natureza estava em harmonia com a vontade de Deus. A mente era capaz de compreender as coisas divinas. As afeições eram puras; os apetites e paixões estavam sob o domínio da razão, Ele era santo e feliz, tendo a imagem de Deus, e estando em perfeita obediência à Sua vontade” (PP, 45).

“Na criação do homem, manifestou-se a-<y atuação de um Deus pessoal. Quando Deus fez o homem à Sua imagem, a forma humana era perfeita, mas jazia inanimada, Então um Deus pessoal, de existência própria, soprou naquela forma o fôlego da vida, e o homem se tornou um ser vivo, inteligente. Todas as partes do seu organismo se puseram em ação. O coração, as artérias, as veias, a língua, as mãos, os pés, os sentidos, as faculdades da mente, tudo se pôs a funcionar, sendo todos submetidos a uma lei. O homem se tornou alma vivente. Mediante Cristo, a Palavra, um

Deus pessoal criou o homem, dotando-o de inteligência e poder" (GBV, 415).

C. *Criação da Mulher*

"O próprio Deus deu a Adão uma companheira. Proveu-lhe uma "adjutora" — ajudadora essa que lhe correspondesse — a qual estava em condições de ser sua companheira, e que podería ser um com ele, em amor e simpatia. Eva foi criada de uma costela tirada do lado de Adão, significando que não o deveria dominar, como a cabeça, nem ser pisada sob os pés como se fosse inferior, mas estar a seu lado como sua igual, e ser amada e protegida por ele. Gomo parte do homem, osso de seus ossos, e carne de sua carne, era ela o seu segundo eu, mostrando isso a íntima união e apego afetivo que deve existir nessa relação. 'Porque nunca ninguém aborreceu a sua própria carne; antes a alimenta e sustenta' (Ef 5:29). 'Portanto deixará o varão a seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne (Gn 2:24)" (PP, 46).

D. O *Significado do Casamento*

"Deus celebrou o primeiro casamento. Assim essa instituição tem como seu origínador o Criador do Universo. 'Venerado [.„] seja o matrimônio' (Hb 13:4); foi essa uma das primeiras dádivas de Deus ao homem, e é uma das duas instituições que, depois da queda, Adão trouxe consigo de além das portas do paraíso. Quando os princípios divinos são reconhecidos e obedecidos nessa relação, o casamento é uma bênção; preserva a pureza e felicidade do gênero humano, provê as necessidades sociais do homem, eleva a natureza física, intelectual e moral" (ibid., 46).

E. Livre-Arhttrio

"Deus pôs o homem sob a lei, como condição indispensável de sua própria existência. Ele era um súdito do governo divino, e não pode haver governo sem lei. Deus podería ter criado o homem sem a faculdade de transgredir a Sua lei; podería ter privado a mão de Adão de tocar no fruto proibido. Nesse caso, porém, o homem teria sido, não uma entidade moral, livre, mas um simples autômato. Sem liberdade de opção, sua obediência não teria sido voluntária, mas forçada. Não podería haver desenvolvimento de caráter. Tal maneira de agir seria contrária ao plano de Deus ao tratar Ele com os habitantes de outros mundos. Seria indigna do homem como um ser inteligente, e teria apoiado a acusação, feita por Satanás, de governo arbitrário por parte de Deus" (ibid., 49).

F. *Jxistiça Original*

"Adão e Eva, ao serem criados, possuíam conhecimento da lei de Deus. Ela estava impressa no coração deles, e eles compreendiam as obrigações que tinham para com ela" (SDABC1, 1104).

G. A *Queda*

"Eva creu realmente nas palavras de Satanás, mas sua crença não a salvou da pena do pecado. Descreu das palavras de Deus, e isso foi o que a levou à queda. No Juízo, os homens não serão condenados porque conscienciosamente creram na mentira, mas porque não acreditaram na verdade, porque negligenciaram a oportunidade de aprender o que é a verdade. Apesar do sofisma de Satanás Indicando o contrário, é sempre desastroso desobedecer a Deus. Devemos aplicar o coração a conhecer o que é a verdade" (PP, 55).

"O fruto nada tinha propriamente de venenoso, e o pecado não consistiu meramente em ceder ao apetite. Foi a desconfiança da bondade de Deus, descrença em Sua palavra, e a rejeição de Sua autoridade que tornaram nossos primeiros pais transgressores, e que trouxeram a este mundo o conhecimento do mal. Foi isso que abriu a porta para todas as espécies de falsidades e erros" (Ed, 25). < 228

"Adão cedeu à tentação, e, visto termos tão claramente diante de nós o tema do

pecado e de suas consequências, podemos ler da causa para o efeito e perceber que o que constitui pecado não é a grandeza do ato, mas a desobediência à expressa vontade de Deus, o que é, por assim dizer, uma negação virtual de Deus, uma recusa às leis de Seu governo. [...]

"A queda de nossos primeiros pais rompeu a cadeia de ouro da obediência implícita da vontade humana à vontade divina. A obediência já não é considerada uma necessidade absoluta. Os seres humanos seguem seus próprios pensamentos, acerca dos quais disse o Senhor, Se referindo aos habitantes do mundo antigo, que eram continuamente maus" (SDABC1, 1083, 1084),

H. Imortalidade Condicional

"A fim de possuir uma existência eterna, o homem devia continuar a participar da árvore da vida. Privado disso, sua vitalidade diminuiría gradualmente até que a vida se extinguisse. [...] A nenhum da família de Adão foi permitido passar aquela barreira para participar do fruto doador de vida; logo, não há nenhum pecador imortal" (PP, 60).

"Sobre o erro fundamental da imortalidade inerente, repousa a doutrina da consciência na morte, doutrina que, semelhantemente à do tormento eterno, se opõe aos ensinos das Escrituras, aos ditames da razão, e a nossos sentimentos de humanidade" (GC, 545).

L *Tendências Pecaminosas*

"O homem foi originariamente dotado de nobres faculdades e de um espírito bem equilibrado. Era um ser perfeito, e estava em harmonia com Deus. Seus pensamentos eram puros, santos os seus intentos. Mas pela desobediência, suas faculdades foram pervertidas, e o egoísmo tomou o lugar do amor. Sua natureza se tornou tão enfraquecida pela transgressão que lhe era impossível, em sua própria força, resistir ao poder do mal. Fez-se cativo de Satanás, e assim teria permanecido para sempre se Deus não tivesse intervindo de modo especial. Era desígnio do tentador frustrar o plano divino quanto à criação do homem, e encher a Terra de miséria e desolação. E todo esse mal ele apontava como consequência da criação do homem por Deus. [...]

"E-nos impossível, por nós mesmos, escapar ao abismo do pecado em que estamos mergulhados. Nosso coração é ímpio, e não o podemos transformar. 'Quem do imundo tirará o puro? Ninguém!' (Jó 14:4). "A inclinação da carne é inimizade contra Deus, pois não é sujeita à lei de Deus, nem, em verdade, o pode ser" (Rm S:7). A educação, a cultura, o exercício da vontade, o esforço humano, todos têm sua devida esfera de ação, mas nesse caso são impotentes. Poderão levar a um procedimento exteriormente correto, mas não podem mudar o coração; são incapazes de purificar as fontes da vida. E preciso um poder que opere interiormente, uma nova vida que proceda do alto, antes que os homens possam substituir o pecado pela santidade. Esse poder é Cristo. Sua graça, unicamente, é que pode avivar as amortecidas faculdades da alma, e atraí-la a Deus, à santidade" (CG, 17, 18).

J. Vida Apenas em Cristo

"A Bíblia claramente ensina que os mortos não vão imediatamente para o Céu. Eles são representados como estando a dormir até à ressurreição. [...] (lTs 4:14). No mesmo dia em que se quebra a cadeia de prata, e se despedaça o copo de ouro (Ec 12:6), perecem os pensamentos dos homens. Os que descem à sepultura estão em silêncio. Não mais sabem de coisa alguma que se faz debaixo do Sol (Ec 9:6). Bendito descanso para o justo cansado! Seja longo ou breve o tempo, não é para eles senão um momento. Dormem, e serão despertados pela trombeta de Deus para uma imortalidade gloriosa. 'Porque a trombeta soará, e os mortos ressuscitarão incorruptíveis. [...] Quando isto que é corruptível

se revestir da incorruptibilidade, e isto que é mortal se revestir da imortalidade, então cumprir-se-á a palavra que está escrita: Tragada foi a morte na vitória' (IGo 15:52-54 ARC). [...] Ao serem eles chamados de seu profundo sono, começam a pensar exatamente onde haviam parado. A última sensação foi a agonia da morte, o último pensamento, o de que estavam caindo sob o poder'da sepultura. Ao se levantarem da tumba, seu ► primeiro alegre pensamento se expressará na triunfante aclamação: 'Onde está, ó morte, o teu aguilhão? Onde está, ó inferno, a tua vitória?' (IGo 15:55)" (GC, 550).

K. Ressurreição

"Nossa identidade pessoal será preservada na ressurreição, ainda que não sejam as mesmas partículas de matéria nem a mesma substância material que desceu à sepultura, As maravilhosas obras de Deus são um mistério para o homem. O espírito, o caráter do homem, volta a Deus, para ser ali preservado. Na ressurreição cada pessoa terá seu próprio caráter. A seu devido tempo Deus chamará os mortos dando-lhes novamente o fôlego de vida e ordenando aos ossos secos que vivam. Erguem-se na mesma forma, porém livre de doenças e de todo defeito. Ressuscitam trazendo os mesmos traços individuais, de modo que um amigo reconhecerá outro. Não há na natureza nenhuma lei divina ordenando que Deus precisa devolver aos ressuscitados as mesmas e idênticas partículas de matéria que compunham o corpo antes da morte. O Senhor dará aos justos [VII.] mortos um corpo que será do Seu agrado" (SDABC6, 1093).

L. Nova Terra

"Um receio de fazer com que a herança futura pareça demasiado material tem levado muitos a espiritualizar as mesmas verdades que nos levam a considerá-la nosso lar. Cristo afirmou a Seus discípulos haver ido preparar moradas para eles na casa de Seu Pai, Os que aceitam os ensinos da Palavra de Deus não serão totalmente ignorantes com respeito à morada celestial. E, contudo, as coisás que o olho não viu, e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem, são as que Deus preparou para os que O amam' (ICo 2:9). A linguagem humana não é adequada para descrever a recompensa dos justos. Será conhecida apenas dos que a contemplarem. Nenhum espírito finito pode compreender a glória do paraíso de Deus.

"Na Bíblia a herança dos salvos é chamada de um país (Hb 11:14-16). Ali o Pastor celestial conduz Seu rebanho às fontes de águas vivas. A árvore da vida produz seu fruto de mês em mês, e as folhas da árvore são para a saúde das nações. Existem torrentes sempre a fiuír, claras como cristal, e ao lado delas, árvores ondeantes projetam sua sombra sobre as veredas preparadas para os resgatados do Senhor. Ali as extensas planícies avultam em colinas de beleza, e as montanhas de Deus erguem seus altivos píncaros. Nessas pacíficas planícies, ao lado daquelas correntes vivas, o povo de Deus, durante tanto tempo peregrino e errante, encontrará um lar" (GC, 674, 675).

VII. Literatura

Andreason, R. S. *On Betng Hwnan.* Grand Rapids: Eerdmans, 1982.

Barth, K. *Church Dogmatics, 4* vols. Edinburgh: T. SrT. Clark, 1936-1962.

Brunner, E, *The Divine Imperativa.* Philadelphia: Westminster, 1957.

Cullmann, O. *hmnortality of lhe Soul or Resurrection ofthe Dead?* Nova York: Macmillan, 1958.

Dussel, E, *El Dualismo en la Antropologia de la Cristiandad.* Buenos Aires: Guadalupe, 1974.

Flick, M., e Z. Alszeghy. *Antropologia Teologica.* Salamanca: Sigueme, 1985.
Froom, L. E. *The Conditionalist Faith ofOur Fathers. 2* vols. Washington: Review and Herald, 1965-1966.
GuIIey, N, "In Every Way but One." *Adventist Review*; 25 de janeiro de 1990.
Heppenstall, Edward. *The Man Who Is God.* Washington: Review and Herald, 1977.
Johnsen, G. *Man, the Inâivisihle.* Oslo:
Universitetsforlazet, 1971.
McDonald, H, D. *The Chrístian View of Man.* Westchester: Crossway, 1981.
Myers, D. G, *The Human Puzzle.* São Francisco: Harperand Row, 1978.
Niebuhr, R. *The Nature and Destiny ofMan.* Nova York: Scribners, 1943.
Olsen, V. Norskov. *Man, the Image of God.* Hagerstovvn: Review and Herald, 1988.
Rice, R. *The Reign ofGod.* Berrien Springs: Andrews University Press, 1985.
Seventh-day Adventists Ansiver Questions on Doctríne. Washington: Review and Herald, 1957.
Shea, W. H, "The Unity of the Creation Account". *Origins* 5 (1978): 9-38,
---------- . "Literary Structural Parallels Between Genesis 1 and 2." *Origins* 16 (1989): 49-68.
Smedes, L, B. *Sex for Christians.* Grand Rapids: Eerdmans, 1975.
Vaucher, A. F. *LUiistoire du salut.* Dammarie-les-Lys: Vie et Santé, 1951.
Wolff, H. W. *Anthropologie des A Iten Testaments.* Munich: Kaiser Verlag, 1973.
Zurcher, J. *The Nature and Destiny of Man.* Nova York: Philosophical Library, 1969.

Apêndice A: Status da Mulher na Bíblia

Onde o patriarcado exerceu grande influência, como no antigo Oriente Próximo, as mulheres eram relegadas a uma posição muito desfavorável. Contudo, mesmo aíi, pelo menos entre os hebreus, as mulheres e as meninas apareciam publicamente na vida diária e em ocasiões sagradas (Gn 24:13; Êx 2:16; Dt 12:12; Jz 21:21), podiam ser herdeiras na ausência de irmãos (Nm 27:8) e eram consultadas quanto a seu próprio casamento (Gn 24:39, 58). Provérbios 31:10-31 mostra o amplo campo de atividades aberto a uma mulher. Exemplos positivos eomo os de Sara, Rebeca e Abigail; e negativos como os de jezabel e Atalia, revelam a força da influência feminina, a qual, em certos casos (Débora, Juizes 4; 5) foi de longo alcance e extremamente importante para a nação.

Paulo chama a atenção para o fato de que o marido é a cabeça da mulher (iGo 11:3) e que Adão foi criado antes de Eva (v. 7-9; ITm 2:13). Por causa dessa situação, o apóstolo sugere que as mulheres usem certos estilos de cobertura para a cabeça (ICo 11:5-7) e se comportem de determinada maneira na congregação (ICo 14:34-36; ITm 2:11, 12), Por outro lado, o apóstolo compensa o fato de a mulher ter procedido do homem afirmando a interdependência dos dois sexos (ICo 11:11, 12). Paulo também aceita a participação de mulheres na oração pública e na profecia, desde que estejam adequadamente vestidas (v. 5). Como se vê em outras partes do NT, as mulheres exerceram grande influência nas congregações cristãs (At 9:36; 13:50; 17:4; Rm 16:6, 12), atuando como instrutor as (At 18:26; Rm 16:3), "diaconisas" (Rm 16:1) e colabora doras nos labores apostólicos de Paulo (Rm 16:7; Fp 4:3).

O próprio Cristo se mostrou mais solícito do que as pessoas de Sua época em Seu relacionamento com as mulheres, pois Se esforçou para lhes conquistar a alma (Jo 4:27), instruiu-as em matérias

espirituais (Lc 10:39), curou-as no sábado (Lc 13:10-13), defendeu-as corajosamente (Mc 12:40; 14:6), não levou em conta a "impureza" delas (Lc 8:43-48), cercou-Se delas (v. 2; Mt 27:55, 56) e usualmente reconhecia o potencial e o valor das mulheres, como também o fizeram Seus apóstolos (GI 3:28).

Apêndice B: Relacionamento Marido/Mulher

Uma questão correlata é a hierarquia dentro do próprio casamento. Depois do pecado, Deus amaldiçoou a serpente (Gn 3:14) e a terra (v. 17), predizendo as consequências que sobreviríam ao homem e à mulher (v. 16-19). Ela devia sofrer de parto: "em meio de dores darás à luz filhos; o teu desejo será para o teu marido, e ele te governará" (v. 16). Na verdade, visto que o homem teria que se fatigar trabalhando um solo áspero e ingrato, a parte mais difícil na constituição de uma família ficaria a cargo da mulher. Apesar dessas dificuldades, que facilmente desestimulariam a mulher de manter intimidade com o marido, ela sentiría desejos por ele, o que ajudaria assim a manter a união. Nos relacionamentos alterados em um mundo afetado pelo pecado, ela perdería parte de sua anterior autonomia e ficaria sujeita ao marido. O governo desse, porém, não devería ser tirânico. O termo para "governar", *mashal*, indica um governo benéfico e compassivo como o de Deus (2Sm 23:3), com conotações de proteção e amor, como em Isaías 40:10 e 11. Paulo enfatiza esses aspectos do governo do marido, em 1 Coríntios 11:3 e Efésios 5:23.

Paulo também instrui as mulheres a respeitarem a autoridade do marido, princípalmente no contexto da igreja (iGo 11:2-16; 14:34-38; lTm 2:11-14). É difícil determinar o alcance exato dessas instruções, visto que falta informação precisa sobre a situação que as provocou. Pode ser que as mulheres de alguns neófitos estivessem se tornando um obstáculo, ao assumir ares de superioridade espiritual sobre os maridos. Nesse caso, Paulo queria que a instrução do novo convertido, o "novo homem em Cristo", seguisse o mesmo padrão da criação do primeiro homem: o cabeça da família foi "formado" primeiro (lTm 2:12, 13). Algumas mulheres podiam estar interferindo quando a igreja *(ekklêsia)* se reunia para conduzir seus negócios. Paulo estaria, portanto, enfatizando a necessidade de respeitar as autoridades legítimas.

Gomo quer que seja, dentro do contexto de um mundo pecaminoso, a submissão das mulheres é na realidade uma bênção para o lar, assim como o trabalho árduo é uma bênção disfai-çada para o homem. Devemos aceitar humildemente os juízos de Deus. Os cristãos aguardam ansiosamente o tempo em que não mais existirão as maldições pronunciadas no Éden (Ap 22:3). O conselho de Paulo para que "as mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor" (Ef 5:22) não deve, portanto, ser absolutizado mais do que a ordem: "Servos, obedecei a vosso senhor segundo a carne" (Ef 6:5). Ambas as admoestações possuem valor permanente, mas devem ser implementadas de acordo com as instituições, condições e costumes da sociedade em que vivemos, a menos que sejam condenadas pelas Escrituras.

7
Pecado

John M. Fowler

Introdução

Em nenhum lugar nos anais da literatura o problema do pecado é mais seriamente tratado do que na Bíblia. Suas páginas iniciais retratam vividamente a entrada do pecado na história humana, enquanto suas páginas finais proclamam vitoríosamente a erradicação do pecado do Universo. Nesse meio tempo, apresentam-se a constante luta humana contra o pecado, bem como a promessa e providência divinas para a redenção do pecado. O relacionamento divino com a humanidade, centralizado na erradicação do pecado e na reconciliação de Deus com a humanidade perdoada, é um dos grandes temas da Escritura. Paulo também expressa esse tema: "Aquele que não conheceu pecado, Ele [Deus] O fez [Cristo] pecado por nós; para que, nEle, fôssemos feitos justiça de Deus" (2Co 5:21).

A cultura contemporânea descarta o pecado como uma preocupação de alguns poucos crédulos que creem na Bíblia. Vê o pecado como um problema comportamental sem nenhuma relevância para Deus ou qualquer norma divina para a vida humana. Às vezes, reconhece-o como imperfeição moral, mas uma imperfeição causada por deficiência do desenvolvimento humano ou por súbita irrupção de desequilíbrio emocional ou impulso biológico. A Bíblia, porém, retrata o pecado exatamente como ele é: algo que se interpôs entre o Criador e o ser humano, cavando um abismo entre Deus e a raça humana. O abismo é tão profundo e intransponível por meios humanos que Deus teve de enviar Seu Filho Jesus (Jo 3:16) para Se fazer pecado por nós, "para que Deus em Cristo reconciliasse consigo o mundo'" (2Co 5:21, 19).

Como se define o pecado? O que o torna tão grave no relacionamento divino-humano? Onde reside seu poder? Essas e outras questões correlatas constituem o tema deste artigo, que aborda o problema do pecado a partir da perspectiva bíblica e da história cristã.

I. A Humanidade e o Pecado
A. A Imagem de Deus
B. O Plano Divino para a Humanidade
G. Pecado e a Imagem de Deus
II. Terminologia Bíblica
A. No AT
1. *Hatía'th*
2. *'Awon*
3. *Pcsha*
4. *Reshd*
5. Resumo
B. No NT
1. *Hamartia*
2. *ParakoS*
3. *Parabusis*
4. *Paraptõma*
5. *Anomia*
6. *Adikia*
7. Resumo
III. A Origem do Pecado
A. Origem Pré-humana e Angélica
B. A Queda da Humanidade
1. Um Ato Histórico
2. Um Ato Responsável

3. Um Ato Espiritual e Moral
4. Tentação e Queda
IV. Natureza e Essência do Pecado
A. Pecado como Rebelião contra Deus
8. Pecado como Relacionamento Desfeito
C. Pecado como um Estado
D. Pecado como um Tipo Específico de Mal
E. Pecado como Deficiência
F. Pecado como Transgressão
G. Pecado como Egoísmo e Orgulho
H. Pecado como Poder Escravizador
I. Pecado como Culpa e Contaminação
J. Pecado como Negligência do Dever
K. Resumo
V. Consequências do Pecado
A. Consequências para os Seres Humanos
1. Para Adão e Eva
2. Para a Raça Humana
3. Para o Mundo Físico
B. Consequências para Deus
VI. A Extensão e Eliminação do Pecado
A. A Extensão do Pecado
1. O Efeito Cósmico do Pecado
2. A Universalidade do Pecado
B. A Transmissão do Pecado
C. Morte, o Castigo do Pecado
1. A Ira de Deus
2. A Justiça de Deus
D. A Erradicação do Pecado
VII. Contexto Histórico
A. A Igreja Primitiva
B. Pelágio e Agostinho
1, Pelágio
2. Agostinho
C. Idade Média
1. Anselmo I.
2. Tomás de Aquino
D. Reforma
1. Martínho Lutero
2. João Calvino
3. Ulrico Zvvínglio
4. Reformadores Anabatistas
E. Pós-Reforma
1, Jacó Armfnio
2. O Concilio de Trento
F. Séculos 17 a 19
1. Teologia Federal
2. Imputação Mediata
3. John VVesley
4. Teologia da Nova Escola
5. Escola Realística
G. Século 20
1. Nova Ortodoxia
2. Evangelho Social
3. Teologia da Libertação
H. Concepção Adventista
VIII. Implicações para a Vida Cristã
A. Natureza de Deus
B. Natureza e Dignidade dos Seres Humanos
C. Grandeza do Amor de Deus
D. Poder sobre a Tentação
E. Responsabilidade Moral
F. Significado e Propósito da Vida
IX. Comentários de Ellen G. White
A. A Humanidade diante do Pecado
B. A Origem do Pecado
C. A Natureza e Essência do Pecado
D. Consequências do Pecado
E. Extensão e Eliminação do Pecado
F. Implicações para a Vida Cristã
X. Literatura

I. A Humanidade e o Pecado

O relato bíblico da humanidade antes do pecado apresenta o homem e a mulher em estado de bondade. Cada dia da criação era encerrado com o pronunciamento divino de que tudo era "bom" (Gn 1:4, 10, 12, 18, 25). Mas no sexto dia, depois de criar Adão e Eva, Deus anunciou que tudo quanto fizera "era muito bom" (v. 31). Essa afirmação encontra sua razão de ser não só no fato de que a criação de Adão e Eva foi o clímax da atividade criadora de Deus em relação aos seres que ocupariam esta Terra, mas também pelo fato de que a

criação da humanidade envolvia elementos de exclusividade divina. Um solene conselho divino precedeu a criação humana. Os membros da Divindade se uniram e decidiram: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (v. 26). Um decreto divino atribuiu a Adão e Eva “domínio” sobre os outros seres da Terra. Com essa dupla bênção — a imagem de Deus e o domínio da Terra — não disponível para as outras criaturas terrenas, Deus coroou Adão e Eva de "glória e de honra” (SI 8:5-8).

Conquanto exercessem “domínio” sobre tudo quanto havia na terra, no ar e no mar (v. 6-8), Adão e Eva precisavam manter um relacionamento moral e espiritual com o Criador. Deus os fez retos (Ec 7:29), com o mais elevado potencial possível de intelecto e bondade moral e espiritual, e em perfeito e harmonioso relacionamento com o Criador e com o semelhante. Eles foram criados agentes morais livres, sem nenhuma propensão ou inclinação para o mal. Mas não eram meros autômatos. O relacionamento com o Criador e a obediência a Ele deviam ser resultado de livre escolha, surgida do amor incondicional e da suprema consideração pela vontade divina em relação a eles, revelada nos princípios e normas morais da conduta. O fato de terem livre escolha não era desculpa para ceder ao pecado. Pelo contrário, fazia de Adão e Eva criaturas responsáveis e responsabilizãveis.

23-1 ►

A. A *Imagem de Deus*

A primazia de Adão e Eva sobre todas as criaturas é definida na declaração do Criador; “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (Gn *1:26).* Alguns teólogos fazem distinção entre “imagem” e “semelhança”: a primeira indicaria características naturais como mente racional e livre-arbítrio, conservados após a queda; a última constituiría a justiça original, manifestada numa vida dirigida pelo Espírito, perdida após a queda, mas recuperada pela graça.

Apesar disso, o tema da “imagem de Deus”, tão central para o relato bíblico da criação, é a expressão mais poderosa da dignidade e singularidade do ser humano. Essa imagem atribui à pessoa humana dignidade e valor únicos. Os seres humanos são matéria, mas estão acima da matéria; são criatura, mas são superiores às outras criaturas; têm a imagem de Deus, e contudo não são Deus.

O que constitui a imagem de Deus tem sido objeto de debate teológico através da história, numerosas equiparações têm sido feitas: semelhança física, racionalidade, individualidade, livre-arbítrio, compreensão, liberdade de escolha, domínio, relacionamento pessoal, unidade na diversidade (“homem e mulher" [v. 27]), etc.

Apesar dos variados pontos de vista, não somos deixados sem pista quanto ao que constitui a “imagem de Deus”. O NT apresenta as boas novas da salvação em Cristo Jesus, pelo qual o perdão do pecado e a reconciliação do pecador se tornaram possíveis (2Co 5:19). Esse processo de salvação e reconciliação remove o “velho homem” e cria um "novo homem” - na verdade, uma nova criatura, um tema de destaque no NT, principalmente nos escritos de Paulo, O apóstolo fala dessa nova pessoa como renovada em conhecimento, santidade e justiça (Cl 3:10; Ef 4:21-24). Se essas características constituem a imagem do ser humano remido e restaurado, podemos afirmar, por dedução, que a imagem original de Deus no homem deve ter consistido também de conhecimento, santidade e justiça, virtudes que, em grau máximo e mais puro, definem em parte a própria natureza de Deus.

Deve-se entender, portanto, que a imagem divina tenha essas características pessoais e relacionais, mediante as quais Deus escolhe compartilhar parte de Si mesmo. Ser santo, ser moralmente correto, amar a justiça, viver e se relacionar com base no amor, ser justo e íntegro, escolher a harmonia com

tudo que é bom e belo, ser criativo e obedecer às leis do Criador, compreender o que é divino e evitar tudo que estiver em desarmonia com a vontade de Deus, ser individualmente singular, mas coletivamente harmonioso - são essas e outras características que nos vêm à mente quando pensamos na imagem de Deus.

Em última análise, a imagem de Deus é o oposto da imagem do pecado. Assim sendo, a declaração do Deus triúno "Façamos [...] à nossa imagem" revela que o homem pecaminoso não se originou na mente divina, mas é resultado da escolha humana. A imagem de Deus define o ser humano como filho de Deus - um status de afetividade, intimidade e crescimento nEle que nenhuma outra criatura pode possuir. Fundamenta] para o conceito da imagem divina é o relacionamento amoroso, responsivo, permanente e satisfatório entre Deus e o ser humano. Esse relacionamento possibilita ver o pecado em toda a sua gravidade, mostrando que sua entrada no Éden não só rompeu o relacionamento Deus-homem, mas também fez com que o ser humano se tomasse voluntariamente um rebelde contra seu Criador. Essa rebelião colocou o ser humano num estado de perdição. Mas a condição de perdido não precisa ser para sempre, pois Aquele que criou o ser humano fez provisão mesmo antes de os fundamentos da Terra terem sidos lançados (Ef 3:9-11), para redimir a humanidade dessa contingência e restaurar plenamente a imagem divina pela morte do próprio Filho de Deus (ver Criação I.A.12; Homem I.B).

B. O *Plano Divino -para a Humanidade*

Ao criar Adão e Eva à Sua própria imagem, Deus planejou para eles e sua descendência um duplo destino. Além disso, ao reconhecerem Deus como soberano do Universo, renderíam somente a Ele sua total lealdade e adoração. O mandamento eterno de Deus foi sempre: "Temei a Deus e dai-lhe glória, [...] e adorai Aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas" (Ap 14:7). Adoração exclusiva e completa lealdade a Deus permeiam a Bíblia, sendo coisas que Deus guarda zelosamente para Si mesmo. Quando alguém adora a Deus não está fazendo outra coisa a não ser dar a Deus o que Lhe é de direito: louvor sem reservas, obediência incondicional e gratidão absoluta. Nisso Ele não admite nenhuma concorrência: "Não terás outros deuses diante de Mim" (Ex 20:3). O primeiro mandamento não se limita a deuses externos, mas inclui a própria pessoa. Reconhecer Deus como rei supremo e único ser digno de adoração e serviço exige, ao mesmo tempo, que a pessoa se despoje do orgulho, da vaidade e das atitudes viciosas. A rejeição deliberada e radical do desejo egoísta de ser seu próprio deus é a base do único relacionamento apropriado e adequado da humanidade com Deus. Esse era o modelo do Éden, e essa foi a prescrição de Jesus para a adoração verdadeira: "Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento" (Mt 22:37, 38). Colocar Deus em primeiro lugar em tudo o que pensamos e fazemos, ver tudo a partir de Sua perspectiva e não fazer nada sem referência a Ele, absorver Suas prioridades como se fossem nossas próprias e nos devotar inteiramente a cumprir essas prioridades, deixar de lado tudo que se interponha entre nós e Deus e escolher Sua vontade e caminho a qualquer preço, esse é o grande e primeiro mandamento bíblico. Tudo quanto se desvia disso é contrário ao projeto de Deus para a humanidade.

Em segundo lugar, a família humana devia ter domínio sobre os seres criados. Ao colocar Adão e Eva na Terra como guardiões, Deus os encarregou de uma administração do mais alto nível. Esse encargo, que se estendia sobre as criaturas não humanas,

indicava um relacionamento especial dentro de toda a família humana que descendería de Adão e Eva. A ordem de Deus "crescei e multiplicai" (Gn 1:28) era um convite para os seres humanos participarem criativamente no estabelecimento e na continuação do gênero humano. Um ato como esse reconhece uma responsabilidade solidária entre os seres humanos, que promove a unidade humana e apresenta certa semelhança com a unidade divina entre as três pessoas da Trindade, à cuja imagem a humanidade foi formada.

É por isso que "a imagem de Deus" denota não apenas uma afinidade criativa com o Griador, mas também a responsabilidade pela adoração e comunhão que flui de tal afinidade. Inclui ainda o companheirismo, que abrange toda a humanidade.

C. *Pecado e a Imagem de Deus*

Mas tanto a história como a experiência testificam que o ideal pretendido na imagem de Deus foi alterado. Embora continuem a exercer parte da imagem de Deus, por exemplo, usando a razão e o intelecto para alcançar os céus ou esquadrinhar profundamente o mistério da vida, os seres humanos se recusam a viver sob as prescrições da imagem de Deus com respeito à adoração ao Criador e à necessidade de companheirismo, igualdade e dignidade humana. O ser humano que divide o átomo para iluminar cidades inteiras, utiliza também o mesmo átomo para destruí-las. Alguns dedicam toda a vida para alargar as fronteiras do conhecimento ou descobrir a cura para uma enfermidade letal, enquanto outros não param nem um só instante para entender a gravidade de matar milhões de pessoas somente para satisfazer alguma fantasia ignóbil de construir um império duradouro.

O que aconteceu com a imagem de Deus? Certamente a humanidade não a perdeu completamente. Embora não possamos negar que o pecado tenha causado enorme degeneração em todas as áreas da vida humana, tanto individualmente como coletivamente, não é possível concluir que o pecado destruiu completamente a imagem de Deus. Obliterou, sim, mas não destruiu. Além disso, se a imagem divina tivesse sido inteiramente destruída, o raciocínio e a criatividade humana seriam difíceis de compreender, e os exemplos de amor e sacrifício pelo bem de outros, tantas vezes testemunhados na história, seriam enigmáticos. A parábola da moeda perdida, proferida por Jesus (Lc 15:8-10) fornece a chave para entendermos a imagem de Deus depois do pecado. Embora a moeda estivesse perdida e coberta de pó, ainda conservava a inscrição do poder reinante. Assim como a moeda continuou a ter inscrição mesmo em seu estado de perdida, assim acontece com a humanidade. Os seres humanos estão perdidos por causa do pecado; levam uma vida alienada de seu Criador; estão desfigurados e feridos pelo poder e influências do pecado; mas ainda assim a imagem de Deus não foi neles completamente destruída. A imagem divina continua latente em cada ser humano.

236

Mas a latência da imagem de Deus não minimiza de maneira nenhuma a monstruosidade que herdamos do pecado, tanto individual quanto coletivamente. A história e a experiência dão testemunho disso. Uma desordem generalizada, um caos persistente, um distúrbio social contínuo e uma patologia de ódio coletivo parecem caracterizar a história da humanidade. Dentro da alma há guerras raivosas entre o ideal e o real, e entre impulsos, ambições e paixões contraditórias. Criado um "pouco abaixo dos anjos" (SI 8:5, ARC), o ser humano muitas vezes desce ao nível dos animais.

A que atribuiremos essa condição universal? A hereditariedade e ao ambiente, como diríam os naturalistas? A exploração social e econômica, como sugeriríam os marxis-

tas? A um processo inevitável de determinismo, como preconizariam os evolucionistas? Ou havemos de recorrer à Palavra de Deus, a qual diz que "todos pecaram e carecem da glória de Deus" (Rm 3:23)? A Bíblia vê os homens e mulheres de modo realista e, sem hesitar, diagnostica a difícil situação humana como uma condição de decadência moral devido ao pecado. Os seres humanos foram criados para viver no mais alto grau de comunhão com Deus e em relação harmoniosa uns com os outros. Mas o pecado íntrometeu-se, interrompeu a comunhão divino-humana, e envenenou a relação entre os membros da comunidade humana.

A mente moderna talvez encontre pouco ou nenhum significado para a palavra "pecado", mas sua presença é inegável. A Bíblia interpreta a aflitiva situação humana da perspectiva divina, e convida os seres humanos a descobrir, no pecado, a causa de sua doença individual e coletiva. "Ai desta nação pecaminosa, povo carregado de iniquidade, raça de malignos, filhos corruptores; abandonaram o Senhor, blasfemaram do Santo de Israel, voltaram para trás" (Is 1:4).

II. Terminologia Bíblica

A Bíblia emprega uma rica variedade de termos para comunicar o conceito de pecado. Embora cada palavra possa transmitir uma determinada nuance de significado, um estudo das palavras mais usadas no AT e no NT enfatiza o tema de que o pecado tem que ver com a condição de rebelião de seres humanos contra Deus, que leva à desobediência â vontade de Deus. Uma breve revisão de algumas palavras-chave usadas na Bíblia para descrever o pecado senará para estabelecer uma definição bíblica.

A. No AT

O AT emprega várias palavras para "pecado", mas quatro se impõem por sua riqueza e frequência. [1]

1. *Hatta'th*

A forma nominal *hattath* aparece 293 vezes no AT. Seu significado básico é "errar o alvo", como ao atirar uma flecha (Jz 20:ló; cf. Jó 5:24). O emprego teológico enfatiza um ato, uma atitude, um estilo de vida que se desvia do que Deus traçou como meta. Daí pecado ser aquilo que falha em cumprir o padrão divino (Lv 5:5, 16; SI 51:4).

Assim sendo, *hattath* designa pecado como um ato ou atitude que faz' a pessoa errar os alvos essenciais e esperados para manter o correto relacionamento entre o ser humano e Deus. Pecado é uma brecha no relacionamento com Deus.

2. *'Awon*

'Axvon é um termo profundamente religioso. Ocorre 229 vezes, quase sempre traduzido como "iniquidade" perante Deus, incluindo a ideia de punição (Gn 4:13; 15:16). A palavra transmite a ideia básica de tortuosidade (Lm 3:9). Também se refere a falsidade, engano (SI 36:3) e vaidade (Pv 22:8, KJV; Is 41:29, KJV). Pecado é aquilo que se desvia da retidão divina e se envolve em comportamento perverso (Gn 15:16; Is 43:24). Assim, '*awon*, em seu sentido teológico, vai além de *Ixattdth*, pois comunica a noção adicional da intenção ofensiva.

3. *Pesha'*

Peshd ocorre 135 vezes no AT. Significa a violação deliberada, premeditada e obstinada de uma norma ou padrão. Também designa a recusa em se submeter â autoridade legítima. Diferencia-se de *hattath* no sentido de que o ato não é inadvertido, mas uma revolta, rebelião ou transgressão deliberada. A palavra é usada para se referir a uma violação de contrato, à quebra intencional de um acordo (iRs 12:19; 2Rs 1:1; 8:20, 22),

O elemento de "teimosia" e "revolta", presente no vocabulário teológico, faz dessa palavra uma forma muito mais grave de pecado do que as outras (Is 1:2; Jr 3:13; Os 7:13; 8:1), tão grave que só o "amor" desinteressado e constante pode cobrir a rebelião que é *peshd.* Jó 34:37 emprega os vocábulos *hattath* e *peshd* juntos: "Pois ao seu pecado *[hattdth]* acrescenta rebelião *[peshd]".*

4. *Reshci(*

Reshd significa "turbulência" e "desassossego" e aparece 30 vezes no AT. E usada para descrever o estado dos perversos, que "são como o mar agitado, que não se pode aquietar" (Is 57:20). O termo significa literalmente "deslocado", "solto". Nesse sentido, o termo pode se referir à condição oscilante dos ímpios que são lançados para a frente e para trás e vivem em confusão. Em algumas referências (Ex 23:1; Pv 25:5), *reshd* é empregado para designar o sentido de ser perverso e, portanto, culpado de um crime. O termo também se refere a ser culpado de hostilidade contra Deus e contra Seu povo (Ex 9:27). [5]

5. Resumo

O vocabulário do AT para pecado é sobretudo de natureza teológica, Embora essas palavras variem em nuances semânticas, há em sua projeção de pecado uma unidade fundamental: que pecado é fracasso, desvio, tortuosidade e rebelião para com as normas divinamente prescritas e as expectativas divinas. Pecado é "errar o alvo" e ficar aquém das expectativas divinas. E um ato cometido contra a vontade de Deus, uma iniquidade contra Ele. Trata-se de uma vida de rebelião aberta e deliberada contra a vontade de Deus e Seus caminhos. Envolve uma vida fora do eixo, à deriva da âncora divina, e como resultado vagueando para cima e para baixo no mar da impiedade. Pecado também é, acima de tudo, uma motivação, uma ação, um estado de revolta contra Deus. "Pequei contra Ti, contra Ti somente, e fiz o que é mal perante os Teus olhos", escreveu Davi (SI 51:4), dando-nos uma definição clássica de que pecado é principalmente um ato de ir contra a vontade de Deus. Ainda que o ato de Davi tenha sido contra Bate-Seba e o marido dela, ele confessa, sob a influência do Espírito Santo, que seu ato não foi uma fraqueza comportamental, mas uma transgressão da vontade e da lei de Deus. O pecado é precisamente isto: a rejeição de Deus, que traz como resultado um relacionamento igualmente inaceitável para com os semelhantes.

B. NoNT

O tema predominante do NT é Jesus — Sua vida e obra como redentor do pecado. Gomo tal, o NT trata vividamente da gravidade do pecado em termos de custo máximo: a vida do Filho de Deus, por cuja morte a graça e o perdão divinos se tornaram disponíveis à raça humana. Seja o que for que o NT diga para enfatizar o caráter letal do pecado e seu enorme custo para Deus, afirma-se, à luz da grandeza e da glória da cruz, que, de uma vez por todas, o poder do pecado recebeu um golpe mortal.

Das muitas palavras gregas usadas no NT para descrever a atrocidade do pecado, cinco são as mais importantes.

1. *Hamartia*

A palavra mais frequentemente usada no NT para pecado, traduzida assim quase 175 vezes, é *hamartia.* Significa literalmente "errar o alvo", como no tiro ao alvo, No grego clássico, a palavra é quase sempre usada para indicar mais um fracasso do que uma transgressão. O NT, porém, emprega a palavra para descrever algo tão grave que é capaz de afastar o pecador de Deus e torná-lo Seu opositor. *Hamartia* designa a falha deliberada de um indivíduo em alcan- *dá* çar o padrão de Deus (Mt 1:21; Rm 5:12, 13; ljo 1:9). *Hamartia* também denota a

decisão humana de ser hostil a Deus (Jo 9:41; 19:11; ljo 1:8). *Hamartia ê* universal (Rm 3:23) e seu poder mantém a humanidade debaixo de seu jugo (v. 9). 0 poder do pecado é tão hediondo e o seu domínio tão cruel que Paulo quase personifica *hamartia* ao dizer que ele reina (Rm 5:21) e domina sobre nós (Rm 6:14), e que nos tornamos seus escravos (v. 6, 17, 20).

2. *Parakoê*

Parakoê significa literal mente "deixar de ouvir" ou "indisposição para ouvir". Muitas vezes ouvimos somente o que queremos ouvir e, em sentido supremo, pecar significa fechar os ouvidos para Deus, para não escutá-Lo, mas somente a nós mesmos. A palavra aparece três vezes, sendo geralmente traduzida no NT como "desobediência" (Rm 5:19; 2Co 10:6; Hb 2:2).

3. *Pcirabasis*

O NT utiliza *parabasis* sete vezes. Em sua forma verbal, a palavra transmite a ideia de "atravessar", "ir além", como quem entra em território proibido. A forma substantiva descreve uma deliberada quebra da lei, a violação de um mandamento, a entrada numa zona proibida. Daí ser traduzida como "transgressão" (Rm 4:15; G1 3:19) ou "violação" (Hb 2:2, NVI).

4. *Paraptõma*

Paraptõma, usada 23 vezes, indica "queda, enquanto alguém devia permanecer em pé". Significa um deslize, uma falta, e é comumente traduzida como "ofensa" (Mt 6:14, 15; Rm 4:25; 5:15) e "transgressão" (11:11, 12, NVI). De todas as palavras para pecado, essa é a única que menos transmite a ideia de ato deliberado. [5]

5. *Ano mia*

Anomia aparece 14 vezes no NT. Sugere desrespeito ou violação da *nomos*, a lei. Na maioria das vezes, a ARA a traduz como "iniquidade" (Mt 7:23; 13:41; 23:28; 24:12; Rm 4:7; Hb 1:9). A palavra descreve a condição de uma pessoa que vive e age contrariamente à lei. A bem conhecida fórmula de 1 João 3:4 define pecado como "transgressão da lei" (ARA) e "iniquidade" (ARG).

6. *Aâihia*

Adikia comunica a nuance ética de "injustiça" ou ausência de justiça, e é traduzida como "impiedade" (Rm 1:18, 19) e "injustiça" (2Pe 2:15; ljo 5:17). O NT também a emprega no sentido de injustiça ou crime para com o semelhante. 1 João 3:4 e 5:17 equiparam *hamartia* com *aâihia.*

7. Resumo

Embora uma revisão da terminologia bíblica para pecado seja útil para se compreender a complexidade do conceito, esses termos, sozinhos ou em conjunto, não nos levam a uma definição bíblica precisa de pecado. O aspecto mais fundamental, conforme descrito no tema bíblico do Deus que trata com o problema do pecado, é que pecado é uma rebelião direta contra o senhorio e a soberania de Deus bem como uma recusa em aceitar Sua autoridade sobre a vida, a conduta e o destino. A negação de Deus jaz na raiz do pecado, e pode assumir diferentes formas e atividades que abrangem relacionamentos além de dimensões éticas, morais e espirituais.

A terminologia bíblica mostra, portanto, que o pecado não é uma calamidade que se abateu sobre o inconsciente humano, mas o resultado de uma atitude ativa e voluntária da parte do ser humano. Além disso, pecado não é a ausência do bem; é "não atingir" as expectativas de Deus. E um caminho mau que o ser humano escolhe por livre e espontânea vontade. Não se trata de uma fraqueza pela qual os seres humanos não podem ser responsabilizados, pois o ser humano, na atitude ou no ato de pecar, escolhe

deliberadamente um caminho de rebelião contra Deus, de transgressão contra Sua lei, e deixa de ouvir a Palavra de Deus. Pecado é tentar ultrapassar os limites estabelecidos por Deus. Em resumo, pecado é rebelião contra Deus.

239 ►

III. A Origem do Pecado

A origem do pecado é um enigma que não pode ser inteiramente esclarecido. Uma certeza, porém, permanece inquestionável: Deus não é o autor do pecado. Nem a onipotência de Deus nem Sua responsabilidade de criar o Universo podem ser empregadas para justificar a ídeia de que Deus é de alguma maneira responsável pelo pecado. Tiago adverte: “Ninguém, ao ser tentado, diga: Sou tentado por Deus; porque Deus não pode ser tentado pelo mal e Ele mesmo a ninguém tenta. Ao contrário, cada um é tentado pela sua própria cobiça, quando esta o atrai e seduz” (Tg 1:13, 14). O texto é claro. Apresenta, por um lado, em termos nada ambíguos, que Deus “não pode ser tentado” e que Ele “mesmo a ninguém tenta". Isto é, nenhum ser humano conhecedor da descrição bíblica do caráter de Deus e do relacionamento que Ele espera manter com a humanidade pode dizer: “Fui tentado por Deus, portanto Deus é o responsável pelo meu pecado." Por outro lado, o texto identifica o lugar de onde surgem a tentação e o pecado: “Cada um é tentado pela sua própria cobiça, quando esta o atrai e seduz.” Portanto, a admoestação “ninguém [...] diga” é um aviso contra considerar Deus a fonte do pecado. Pensar dessa forma é ignorar os dados bíblicos. A Bíblia insiste que Deus não é de forma nenhuma responsável pelo pecado. Deus é "santo, santo, santo” (Is 6:3). Como pode Aquele que é tão completamente santo ser responsável por algo pecaminoso? Deus Se acha tão distante do pecado e Seu caráter é tão avesso à iniquidade que Habacuque implora que o povo de Deus não O veja como a fonte do mal, ainda que a presença do mal seja tão real e tão cruel: “Não és Tu desde a eternidade, ó Senhor, meu Deus, ó meu Santo? [...] Tu és tão puro de olhos, que não podes ver o mal e a opressão não podes contemplar” (Hc 1:12 e 13).

As Escrituras estão repletas de mensagens iguais a essa que falam da santidade, bondade e veracidade absolutas de Deus. Ele é Deus de “fidelidade, e não há nEle injustiça; é justo e reto” (Dt 32:4). Ele ama a verdade e "não é homem, para que minta; nem filho de homem, para que se arrependa" (Nm 23:19). Aborrece o mal (SI 5:6; Pv 6:16) e Se entristece por haver o pecado feito separação entre a humanidade e Ele (Is 59:2). Há inteireza no Seu caráter: Ele é “a Rocha! Suas obras são perfeitas, porque todos os Seus caminhos são juízo” (Dt 32:4). Como pode um Deus assim ser a fonte do pecado?

O NT também descreve, de maneira pitoresca, a distância entre Deus e o pecado: “Deus é luz, e não há nEle treva nenhuma” (ljo 1:5). Para lançar uma ponte sobre o abismo que separa o ser humano de Deus e resgatá-lo do reino da escuridão, Deus fez um extremo sacrifício de amor enviando "Seu Filho unigênito" para que não perecéssemos no pecado (Jo 3:16). Ponhamo-nos diante da cruz e façamos a pergunta: Pode Deu? ser responsável pelo pecado? O que vemos na cruz é a resposta eterna de Deus para o problema do pecado. Pois o pecado é essencialmente oposição a Deus. Deus busca salvar o perdido, enquanto o pecado tenta levar seres humanos para a destruição. Deus é amor, mas odeia o pecado. O pecado gera ódio, ciúme e destruição. Atribuir a origem do pecado a Deus é, portanto, não só antibíblico, mas também, segundo a Escritura, blasfêmia. Daí a necessidade de rejeitar noções filosóficas e deterministas que defendem a inevitabilidade do pecado e pretendem atribuir a Deus a autoria do mesmo.

Mas a questão permanece: Como se originou o pecado? Embora nem mesmo a Bíblia trate direta e exaustivamente da origem do pecado no Universo, há provas suficientes para concluir que a origem do pecado é pré-humana e que ele penetrou em nosso mundo pela transgressão de Adão e Eva,

A. Origem Pré-humana e Angélica

Embora os dados bíblicos sobre a origem do mal na história pré-humana sejam limitados, são suficientes para situar a origem do pecado em Satanás. Segundo João, "o diabo vive pecando desde o princípio" (ljo 3:8). A Bíblia ensina que, muito antes da criação do ser humano, Deus criou inúmeros anjos cuja habita-
240 ► ção é as cortes celestiais e cujo dever consiste em cumprir as ordens de Deus. Eles adoram a Deus constantemente e atuam como Seus mensageiros, cumprindo e revelando a vontade divina tanto no Céu como na Terra. Em tudo quanto fazem, procuram louvar e adorar ao Criador (Ap 5:11, 12).

À semelhança dos seres humanos, os anjos foram criados bons, mas ocorreu uma queda entre eles. O líder desses anjos caídos foi Satanás, que Jesus descreveu como "homicida desde o princípio" e "pai da mentira" (Jo 8:44). Ao acusar os fariseus de serem do diabo, "que é vosso pai" (v. 44), Jesus atribuiu a Satanás a fonte original do pecado. Jesus também disse: "Eu via Satanás caindo do céu como um relâmpago" (Lc 10:18). O Apocalipse descreve uma guerra no Céu, na qual Satanás, o "sedutor de todo o mundo", foi expulso do Céu e atirado para a Terra (Ap 12:7-9). A guerra entre Cristo e Satanás, entre o bem e o mal, que termina no triunfo apocalíptico de Cristo sobre Satanás, é um tema que permeia toda a Escritura. A respeito de quando essa guerra teve início e quando Satanás e seus anjos foram lançados fora do Céu, a Bíblia silencia, embora os indícios sejam suficientes para indicar que isso aconteceu antes de Adão e Eva terem sido criados (ver Grande Conflito I.B; II.A-C).

Nenhuma doutrina do pecado pode ser completa sem uma compreensão do tema do grande conflito entre Cristo e Satanás, entre o bem e o mal. A soberania e o caráter de Deus jazem em seu centro. Quando Lúcifer provocou a revolta no Céu contra Deus (v. 7-9) e quando a revolta atingiu seu clímax, Deus não teve outra alternativa a não ser expulsar do Céu a hoste angélica caída, Que pecado causou a queda dos anjos? A advertência de Paulo para que não se indique ao cargo de bispo nenhum novo convertido, a fim de "não suceder que se ensoberbeça e incorra na condenação do diabo" (lTm 3:6) sugere que o orgulho e a presunção foram esse pecado. Judas 6 sugere que os anjos caídos "não guardaram o seu estado original". Deduzimos desses dois textos que o pecado dos anjos caídos foi a insatisfação com o status que ocupavam e o desejo de ser igual a Deus. O pecado dos anjos caídos, portanto, foi o desejo de ultrapassar os limites da criatura e se tornar igual ao Criador. Por sua própria essência, o relacionamento Criador-criatura tem uma demarcação intrínseca. Enquanto o Criador concede vida, amor e comunhão à criatura, esta, por sua vez, deve reagir com amor, obediência e louvor Aquele que lhe tornou possível a vida. Ultrapassar essa linha, romper esse relacionamento Criador-criatura, desejar ser igual a Deus constitui rebelião da criatura contra o Criador. Esse foi precisamente o problema que fez com que os anjos não guardassem "o seu estado original", e fossem lançados fora de sua habitação. Se o desejo de se tornar deus levou os anjos a cair, não é difícil entender por que o diabo ofereceu a Eva essa possibilidade, ao tentá-la a comer do fruto proibido.

Desafiar a prerrogativa divina de estabelecer limites às Suas criaturas, combinado com o desejo egoísta de ser semelhante ao Altíssimo (ver Is 14:12-14), foi o pecado que deflagrou a guerra no Céu entre Cristo e Lúcifer, o principal dos anjos. Nessa guerra,

Satanás esteve disposto a levar a rebelião às últimas consequências, fazendo com que Deus expulsasse os rebeldes do Céu.

B, A *Oueda da Humanidade*

Com respeito à raça humana, o pecado iniciou-se no Jardim do Éden com um ato de rebelião da parte de Adão e Eva. Gênesis 3 resume a introdução do pecado neste mundo. O primeiro pecado de nossos progenitores ressalta quatro fatores significativos que, sozinhos ou combinados, afetam o curso do pecado na vida humana.

1. Um Ato Histórico

No decurso da história, alguns teólogos têm definido a narrativa da queda de Gênesis 3 como alegoria, descartando-a como mito, sem veracidade histórica. Alguns se referem a ela como um acontecimento supra-histórico, incompreensível para nós que vivemos na história. Contudo, para que haja uma compreensão correta da essência, natureza e do destino do pecado, sua historicidade não pode ser negada ou descartada. A maneira como começou, seu impacto sobre ;?► o drama da história humana, sua derrota na cruz e sua erradicação definitiva no juízo final são retratados na Escritura como etapas históricas importantes, que vão desde a rebelião até a restauração. Negar a historicidade de qualquer desses eventos é negar a autoridade e autenticidade da Escritura como Palavra do Deus vivo e negar a soberania do próprio Senhor da história.

O fato de o NT endossar *Gênesis 3 como* narrativa histórica significa que não podemos descartá-la como mito ou considerá-la irrelevante para nossa compreensão da natureza do pecado. O NT afirma a veracidade histórica de Adão em cinco passagens (Rm 5:14; iCo 15:22, 45; lTm 2:13, 14) e da serpente duas vezes (2Co 11:3; Ap 12:9). “Porque, assim como, em Adão, todos morrem”, escreveu Paulo, "assim também todos serão vivificados em Cristo” (ICo 15:22). Essa passagem garante aos crentes que todos os que se submetem a Cristo passarão pela ressurreição dos mortos no tempo de Sua segunda vinda. Os leitores de Paulo não deveríam ter dúvidas quanto à ressurreição. Ele argumenta que a ressurreição é tão real quanto Jesus Cristo, que viveu, morreu e tornou a viver - todos estes eventos históricos ocorridos anos antes de a epístola ter sido escrita. O apóstolo apresenta também um argumento duplo: Adão trouxe a morte, mas Jesus traz a vida. Ao utilizar esse argumento, Paulo reconhece a realidade histórica de Adão, de Jesus, da segunda vinda, da morte e da ressurreição. Para Paulo e para a igreja do NT, o pecado de Adão e Eva e a morte resultante não eram alegorias, mas fatos históricos. O pecado é real, não uma ilusão.

Em 2 Coríntios 11:3, Paulo defende novamente a historicidade da narrativa do Gênesis: “Mas receio que, assim como a serpente enganou a Eva com a sua astúcia, assim também seja corrompida a vossa mente e se aparte da simplicidade e pureza devidas a Cristo.” Ele não vê a serpente como um mito, mas como um elemento histórico pelo qual Satanás enganou Eva. Paulo não faz nenhuma diferença histórica entre Cristo, Eva e a serpente. Do mesmo modo, em Romanos 5:12-19, o apóstolo afirma que a entrada do pecado neste mundo é um ato histórico, introduzido pela desobediência de pessoas reais. Assim também, a salvação do pecado foi realizada na história pela pessoa de Jesus, Para Paulo, nada no Gênesis ou no NT é mitológico. O *pecado*, *a serpente*, a justiça, Adão, Eva, Cristo, Satanás, a salvação e a ressurreição são todos fatos históricos. Acrescente a isto o quadro dramático de Apocalipse que compara a serpente com o “diabo e Satanás, o sedutor de todo o mundo” (Ap 12:9). Não temos nenhuma base para negar a historicidade dos acontecimentos que submergiram a raça humana no pecado. Nem podemos classificar esses

eventos como mitos ou como de irrelevância pré-histórica,

2. Um Ato Responsável

Ao comerem do fruto proibido, Adão e Eva cometeram um ato de maneira voluntária e responsável. Fora dito claramente ao casal que eles não deveríam comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, "porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás" (Gn 2:17), A escolha foi inequivocamente exposta: lealdade ao Criador ou a outra pessoa. O teste propriamente dito não tinha que ver com comer do fruto, mas com escolher obedecer ou desobedecer a Deus. Era necessário que Adão e Eva passassem por isso para provar seu amor e lealdade a Deus e lhes possibilitar crescimento e maturidade de caráter. Tivessem eles resistido com sucesso à tentação, e o resultado teria sido vida eterna e felicidade. Mas quando nossos primeiros pais decidiram-se pelo fruto, estavam clara e responsavelmente exercendo seu livre-arbítrio, que era um dom de Deus. Ninguém, nem mesmo Satanás, coagiu-lhes a escolha. Por livre e espontânea vontade, eles decidiram desobedecera Deus e se aliar a Satanás. E, agindo assim, eles foram responsabilizados por aquilo que fizeram. Deus não pode ser responsabilizado pelo ato de desobediência deles nem pela escolha que fizeram de rejeitá-Lo. O ato deles foi de obstinada e deliberada rebelião. Nisso consistiu o pecado do primeiro casal.

3. Um Ato Espiritual e Moral

O ato de comer do fruto foi mais do que uma inocente experiência de curiosidade de nossos primeiros pais. Foi um fracasso em um teste espiritual e moral, 0 propósito criador de Deus ao trazer Adão e Eva à existência era que a Sua glória fosse neles manifesta (Is 43:7) e que pudesse haver real possibilidade de um relacionamento divino-humano.

242 ► Essa glória não podia ser estabelecida nem essa relação podia existir e amadurecer sem um sólido e comprovado relacionamento moral. e espiritual.

Por relacionamento "moral e espiritual" queremos dizer duas ou mais pessoas se relacionando no nível mais elevado possível de companheirismo, no qual todas as partes exerçam altruísmo em benefício do outro. Podemos chamar isso de aliança de companheirismo, Deus já havia mostrado como fora altruísta ao criar Adão e Eva à Sua própria imagem e ao confiar-lhes o domínio sobre todos os outros seres criados. Infelizmente, Adão e Eva foram reprovados no teste: decidiram não viver na ordem desinteressada da exigência divina, e na primeira oportunidade traduziram sua motivação rebelde em um ato externo de desobediência, comendo do fruto proibido. Cederam à maior tentação — ser como Deus, ser seus próprios mestres no campo moral e espiritual.

Eva rompeu sua relação com Deus mesmo antes de tocar no fruto. Seu pecado residiu na escolha obstinada que fez: colocou sua vontade e seu desejo acima e antes da vontade e desejo de seu Criador. No pecado que ela cometeu vemos a essência do pecado: fazer da própria vontade, e não da vontade de Deus, a lei mais importante da vida. Daí se conclui que o pecado não deve ser considerado apenas uma falha moral, um fracasso espiritual, uma traição momentânea, uma privação ou um ato de desobediência. Pecado é tudo isso. Mas, em sua essência, ele dirige seres humanos a escolher como seu deus alguém ou outra coisa que não o Criador. Pecado é um substituto espiritual.

4. Tentação e Queda

Havia na tentação de Adão e Eva um componente tanto externo quanto interno. O componente externo era a árvore do conhecimento do bem e do mal. O casal foi proibido de se aproximar da árvore e de comer do seu fruto. Não havia nada de

prejudicial ou maléfico na árvore ou no fruto. Tratava-se apenas de um teste de amor e lealdade a Deus. O componente interno era muito mais complexo. Testava a fibra moral e as escolhas espirituais de nossos primeiros pais: Eles tiveram que escolher entre o soberano Senhor e o usurpador; entre a abnegação e a entronização do eu; entre uma vida de amor, confiança e obediência a Deus e uma vida de egoísmo e rebelião.

O pecado de Adão e Eva deve ser situado não no nível da criatura, mas na tentativa de ultrapassar as fronteiras da criatura rumo à igualdade com o Criador, uma sugestão posta diante deles pela serpente. Embora Deus não tenha criado Adão e Eva com propensão para pecar, dotou-os de liberdade de escolha. Deus os fez "muito bons", e esperava deles uma atitude de obediência voluntária, alegre e amorosa. Essa obediência não devia ser mediante coação, mas por livre e espontânea vontade.

A tentação em si não constituiu surpresa para Adão e Eva. Deus lhes havia contado sobre a árvore proibida, o fruto proibido e as consequências da desobediência. O clima de aberto companheirismo entre Deus e Adão e Eva certamente propiciava oportunidade de longo e frequente diálogo entre Deus e nossos primeiros pais, segundo o plano divino estabelecido para eles e para a Terra. Visto que a queda de Lúcifer, o mais notável dos anjos, ocorrera antes da criação de Adão e Eva, seria inimaginável que Deus não os tivesse advertido da natureza divergente do anjo caído e de seu possível ataque à recém-criada obra das mãos de Deus. Considerando que Deus não permite que Suas criaturas sejam tentadas além de suas forças (ICo 10:13), não foi permitido a Satanás se aproximar de Adão e Eva em todo o seu deslumbrante esplendor, de modo que o tentador escolheu uma serpente como intermediário.

A tentação em si não é desculpa para o pecado. O Deus que compartilhou Sua imagem e semelhança com os seres humanos nos deu força e poder suficientes para resistir à tentação e fugirmos dela (Tg 1:12-14). Deus concede liberdade aos seres humanos, não para que se degradem ou destruam essa liberdade, mas pára que escolham um modo de agir superior que engrandeça essa liberdade para a glória de Deus e o crescimento do ser humano. Ceder à tentação e cair em pecado é, portanto, de inteira responsabilidade do indivíduo (Pv 4:23).

Satanás tenta de muitas formas, mas seu objetivo é sempre o mesmo: desafiar a Deus. Para Eva, Satanás se apresentou sob a forma de uma encantadora serpente (ver Jo 8:44; ljo 3:8; Ap 12:9) com uma pergunta: "E assim que Deus disse: Não comereis de toda árvore do jardim?" (Gn 3:1).

A pergunta é um convite para expressar dúvida e julgar o mandamento de Deus. Quando isso acontece, o pecado já criou raiz, pois ele, antes de consumar-se em ato, encontra sua expressão na dúvida e na descrença. Uma análise da conversa entre Eva e a serpente e o resultado de comer do fruto e compartilhá-lo com Adão revela todos os elementos fundamentais do pecado: desconfiança na Palavra de Deus, desobediência, incredulidade, deslealdade, rebelião, egocentrismo, colocação dos laços humanos acima do relacionamento divino, negação da responsabilidade moral, encobrimento, vergonha, culpa, fuga das consequências e medo.

A narrativa da queda ressalta que a desconfiança em Deus precedeu o ato de pecar propriamente dito. A pergunta da serpente, Eva podia ter dado uma resposta direta ou tê-la ignorado completamente, preferindo a lealdade a seu Criador. Em vez disso, sua resposta elaborada incluía até mesmo a possibilidade de morte como castigo para quem comesse do fruto ou o tocasse. Isso deu ao tentador a oportunidade que ele esperava: semear as sementes da dúvida na Palavra de

Deus, sugerir que Deus é arbitrário, fazê-la acreditar que não existe morte, e instilar nela a suspeita de que Deus estava sendo egoísta ao impor limites à sua liberdade. Com a semente plantada em solo fértil, o tentador se preparou para a colheita. A conversa mudou de rumo, da árvore proibida para o motivo da restrição divina, e, por sugestão da serpente, o proibido passou a ter a aparência de “bom", “agradável" e “desejável" (v. 6).

Eva comeu primeiro, depois Adão. "Abriram-se, então, os olhos de ambos; e, percebendo que estavam nus” (v. 7). Foi assim que a queda revelou o paradoxo do pecado. Os olhos deles se abriram, não para ver sua inocência, mas sua nudez. Descobriram a diferença entre o bem e o mal, mas perderam a capacidade de ser bons. Entraram na eterna busca de tornarem-se deuses, mas já não podiam viver plenamente como seres humanos. Foram afligidos por profundo sentimento de culpa (v. 7), alienação de Deus (v. 8-10), depravação e queda moral (v. 11-13) e morte (v. 19-24). De maneira dolorosa, mas segura, Adão e Eva descobriram que o pecado é um impiedoso mestre, mas um fiel pagador. “Porque o salário do pecado é a morte” (Rm 6:23; ver Grande Conflito II.C.5).

IV. Natureza e Essência do Pecado

O ponto de vista bíblico predominante sobre a natureza e essência do pecado é de alienação pessoal de Deus. O pecado em si é fundamentalmente relacionai em sua expressão. É mal, mas um tipo específico de mal. E universal, mas seu lócus é o coração humano, E um ato, mas é também um estado. E egoísmo, que se ergue em orgulho contra o Criador,

A. *Pecado como Rebelião contra Detts*

Uma análise da origem do pecado no Géu e no Éden mostra claramente que o pecado começou como uma rebelião contra Deus e Sua vontade. A reivindicação de Lúcifer “serei semelhante ao Altíssimo” (Is 14:14) e a oferta do tentador a Eva de que ela seria “como Deus” (Gn 3:5) revela que o pecado é uma rebelião contra Deus e Sua expressa vontade. A narrativa de Gênesis fornece provas contundentes de que o pecado não é tanto um ato externo como uma atitude interna de desafio a Deus que se expressa no ato externo de comer do fruto proibido. O fato de Eva saber o que Deus havia dito e ainda assim ter ido contra a palavra de Deus faz da desobediência dela um ato intencional de revolta. Deus expressou depois essa ideia: “Criei filhos e os engrandecí, mas eles estão revoltados contra Mim” (Is 1:2). Em sua magnífica oração, Daniel confessou o pecado de Israel assim: “Temos pecado e cometido iniquidades, procedemos perversamente e fomos rebeldes, ■ apartando-nos dos Teus mandamentos e dos Teus juízos” (Dn 9:5). Como se vê, a essência do pecado é revolta contra Deus, recusa em sujeitar-se a Ele (Rm 8:7) e inimizade contra Deus (Rm 5:10; Cl 1:21).

244

Esse princípio é demonstrado claramente no Pentateuco, no incidente do bezerro de ouro. Deus não viu aquele ato como um simples erro, mas como rebelião, e acusou Israel por isso: "Lembrai-vos e não vos esqueçais de que muito provocastes à ira o Senhor, vosso Deus, no deserto; [...] rebeldes fostes contra o Senhor” (Dt 9:7). Do mesmo modo, o clamor de Davi, conforme já observamos, mostra que o pecado é um ato contra Deus: “Pequei contra Ti, contra Ti somente, e fiz o que é mal perante os Teus olhos” (SI 51:4). Nessa rebelião, tanto *hamartia* (pecado como fracasso) quanto *anomia* (pecado como ilegalidade) se combinaram para produzir desafio e transgressão da vontade de Deus (ljo 3:4). Consequentemente, o transgressor quer ser seu próprio deus - a rebelião completa o ciclo.

B. Pecado como Relacionamento Desfeito

A primeira cena em Gênesis, depois da queda, é Adão e Eva se escondendo de Deus (Gn 3:8-10). O pecado como rebelião rompeu o relacionamento que existia entre Deus e Adão e Eva. A santidade e o pecado não podem ficar frente a frente. “As vossas iniquidades fazem separação entre vós e o vosso Deus; e os vossos pecados encobrem o Seu rosto de vós" (Is 59:2). A separação entre Deus e o ser humano provoca um estado de culpa (Is 53:6; Jr 2:22; Ez 22:4). A culpa, em sua experiência afetiva, leva à perda da paz (Is 48:22), desconforto íntimo (Mq 7:1) e autocomiseração (Ez 20:43). O sintoma básico desse relacionamento quebrado com Deus é o desassossego interno, como diz Isaías: “Mas os perversos *[rasha]* são como o mar agitado, que não se pode aquietar, cujas águas lançam de si lama e lodo. Para os perversos, diz o meu Deus, não há paz" (Is 57:20, 21).

Paulo acrescenta outra dimensão a esse aspecto relacionai quando declara que o relacionamento com Deus exige uma vida de fé. Em Romanos 14:13-23, o apóstolo apresenta dois tipos de vida: a vida na esfera da fé, da qual procedem atos de fé; e a vida fora da fé. A seguir, Paulo apresenta uma definição de pecado que é extremamente importante para a dimensão relacionai do pecado: "Tudo o que não provém de fé é pecado" (v. 23).

A ruptura no relacionamento não se restringe somente à dimensão vertical, mas se estende também à horizontal. Depois da expulsão de Adão e Eva do Éden, a ruptura horizontal se manifestou quando Caim assassinou seu irmão Abel e atrevidamente se recusou a assumir a responsabilidade por seu ato (Gn 4:8-10). Deus confronta Caim acerca do assassinato de Abel em dois aspectos: por um lado, afirma a responsabilidade moral do ser humano sobre seu semelhante; por outro lado, vincula essa responsabilidade com o dever que tem o ser humano de prestar contas a Deus. O pecador tenta se eximir dessa responsabilidade e fugir de qualquer prestação de contas. E por isso que a desordem vertical inevitavelmente leva a uma desordem horizontal. Ainda que alguém queira corrigir o primeiro desvio e estabelecer a harmonia dentro da comunidade humana, tal tentativa estará fadada ao fracasso se não levar em conta a dimensão divina. É isso que faz da história humana uma história de pecado e relacionamentos desfeitos.

Sempre que predominam relacionamentos fraturados — seja entre pais e filhos, marido e mulher, pastores e paroquianos, entre vizinhos - é certo que o pecado hasteou ali sua bandeira de egocentrismo a fim de granjear poder para si mesmo, ignorar os direitos alheios e desafiar os justos planos de Deus,

Além disso, os relacionamentos rompidos devido ao pecado causam impacto não somente na dimensão vertical e horizontal, mas também na interna. O coração humano está enfermo internamente devido ao pecado, sendo esse o motivo pelo qual as pessoas não conseguem se relacionar adequadamente consigo mesmas nem com o ambiente externo.

Isaías 53:6 confirma tanto a universalidade (“todos nós andávamos desgarrados como ovelhas") como a individualidade ("cada um se desviava pelo caminho”) do pecado. -«£ O profeta vê o pecado como algo coletivo ("Ai desta nação pecaminosa, povo carregado de iniquidade", cf. 1:4) e ao mesmo tempo pessoal (“Ai de mim! Estou perdido!", cf. 6:5). O pecado exerce efeito tão devastador sobre o nível individual que o ser humano é descrito como “enganoso [...] des esperada mente corrupto" (Jr 17:9), "rebelde [...] mentiroso” (Is 30:9) e moralmente “imundo" (Is 64:6). Paulo também afirma que o pecado obscureceu o intelecto, levando os indivíduos a

praticar atos antinaturaís que rebaixam o ser humano de seu status humano (Rm 1:12-28).

A condição moral do indivíduo é cheia de toda espécie de impiedade: "injustiça, malícia, avareza e maldade [...], de inveja, homicídio, contenda, dolo e malignidade; sendo difamadores, caluniadores, aborrecidos de Deus, insolentes, soberbos, presunçosos, inventores de males, desobedientes aos pais, insensatos, pérfidos, sem afeição natural e sem misericórdia" (Rm 1:29-31).

A essa condição devastadora de pecado individual, Paulo acrescenta, em Romanos 7, o dilema moral que cada pessoa enfrenta: "Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e sim o que detesto. [...] Porque não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço" (v. 15-19).

Dividido por dentro, o pecador sofre uma contradição relacionai interior. O poder do pecado é tão esmagador que o ser humano é impotente para quebrar a intensa pressão do real sobre o ideal. Por isso exclama: "Desventurado homem que sou! Quem me livrará do corpo desta morte?" (Rm 7:24). Essa miséria, essa impotência é o resultado final do relacionamento desfeito.

C. *Pecado como Estado*

O conceito bíblico de pecado também retrata sua complexidade descrevendo-o como um estado ou condição. O pecado não só impregna toda a pessoa, mas também fixa residência no coração humano (Rm 7:20). Gomo um inimigo que invade um país e o ocupa, o pecado assumiu a mente e o corpo humano como poder reinante. A posse é tão completa, e tão total a depravação, que "não habita bem nenhum" dentro do pecador (v. 18), Paulo mostra assim que o pecado não é simplesmente um ato, um fracasso moral ou mesmo uma força anormal. O pecado é um poder demoníaco, que invade o coração humano e ali estabelece seu reino. Torna-se o poder controlador dos pensamentos, das emoções e das ações do indivíduo. O apóstolo utiliza expressões como "carne" (Rm 8:6) e "a lei do pecado" (v. 2) para mostrar que o pecado é um estado com sede no coração humano, de onde controla as atividades externas do indivíduo. A "carne" não é simplesmente o corpo; a lei do pecado não é simplesmente uma série de regras. A "carne" é a natureza humana alienada de Deus; a lei do pecado é o estado de rebelião contra Deus. E essa natureza e estado, em perpétua rebelião contra Deus e querendo destronar Deus da vida, que constitui o pecado como um estado.

Quais os resultados de uma ocupação tão completa? A tragédia de uma personalidade dividida e confusa: "Porque a carne milita contra o Espírito, e o Espírito, contra a carne, porque são opostos entre si; para que não façais o que, porventura, seja do *vosso* querer" (G1 5:17).

O pecado inferioriza a pessoa humana, a coroa da criação de Deus, o portador da imagem de Deus. Ele já não se restringe a atos individuais, mas é retratado como um estado do ser, que chega a controlar os próprios membros da pessoa (Rm 7:20, 23). Os dotes notáveis do ser humano — o poder de pensar, escolher, criar, persuadir-tornam-se presas do pecado, de modo que gera constante conflito na mente e na ação humana entre o "dever" e o "ser", entre o "ideal" e o "real".

Paulo se ressente agudamente de uma guerra que se trava dentro dele, uma dicotomia de proporções tão trágicas que, embora ele, em seu íntimo, tenha prazer na lei de Deus, é prisioneiro da lei do pecado (Rm 7:22, 23). O que ele não deseja fazer isso ele faz, e o que ele deseja fazer é impotente para fazê-lo. Uma natureza corrupta e pecadora produz atos pecaminosos. Como disse Jesus, "porque do coração procedem maus desígnios, homicídios, adultérios, prostituição, furtos, falsos testemunhos, blasfêmias" (Mt 15:19).

246 ►

D, Pecado como um Tipo Especifico de Mal

0 pecado não é somente mal; é um tipo específico de mal. Nem todo mal é pecado. Doenças e calamidades naturais como terremotos, tufões e inundações podem ser classificadas como males no sentido de causarem dano e afetarem o estado normal da vida. Mas o pecado não pertence a esse tipo de mal. Trata-se de um mal espiritual, moral e ético, O pecado também não é apenas um ato isolado, mas a expressão externa de uma revolta interna. Os seres humanos não são pecadores porque cometem pecado; pecam porque são pecadores. O pecado é um mal que afeta o relacionamento vertical com Deus, o relacionamento horizontal com os seres humanos, e o relacionamento interno com a própria pessoa. A terminologia bíblica acima examinada demonstra a especificidade do pecado. *Hattath* define não apenas o mal, mas um ato pecaminoso que não atinge o padrão divino (Lv 5:5, 16; SI 51:4). *'Axvon* transmite a ideia de "iniquidade" perante Deus (Gn'4:13; 15:16) e mostra que o pecado é tortuosidade (Lm 3:9), falsidade, fraude (SI 36:3) e vaidade (Pv 22:8, KJV; Is 41:29, KjV). Do mesmo modo, as palavras do NT, como *hamartia*, *parahasis*, *anomÍa*$_t$ *adikia* e outras definem o pecado como um ato específico praticado pela vontade humana em violação da vontade e da lei de Deus.

O pecado não é um desastre passivo que se abateu de surpresa sobre a humanidade. E uma revolta ativa contra Deus da parte de Adão e Eva no exercício de sua livre, mas errônea, escolha. A natureza específica do pecado cometido por nossos primeiros pais consistiu em desconfiança da palavra de Deus, rejeição de Sua autoridade, oposição da vontade humana à vontade divina e cobiça de uma posição que não lhes pertencia. Egocentrismo, orgulho, revolta, oposição, cobiça e negação de Deus, tudo revela como foi específico o pecado dos nossos antepassados. Acrescente a isso a dimensão moral e espiritual envolvida na rejeição da autoridade divina e na escolha deliberada da autoridade alternativa na obediência ao enganador, e a natureza específica do pecado como rejeição de Deus se torna amplamente clara e irrefutável.

Os atos pecaminosos específicos se manifestam em diferentes atos de comissão e omissão (para o último, ver J, abaixo), A lista é tão exaustiva como a experiência humana, e tão universal e perversa como o comportamento humano. A lista de Paulo será suficiente para exemplificar: "Ora, as obras da carne são conhecidas e são: prostituição, impureza, lascívia, idolatria, feitiçarias, inimizades, porfias, ciúmes, iras, discórdias, dissensões, facções, invejas, bebedices, glutonarias e coisas semelhantes a estas, a respeito das quais eu vos declaro, como já, outrora, vos preveni, que não herdarão o reino de Deus os que tais coisas praticam" (G1 5:19-21). Para outras listas de pecado, ver Mateus 15:19; Marcos 7:21, 22; 1 Coríntios 5:9-11; 6:9, 10; Efésios 4:25-31; 5:3-5; e 1 Timóteo 1:9 e 10. Mateus fala de um pecado imperdoável: o pecado contra o Espírito Santo (12:31, 32) (ver Deus VII. C. 5).

E. Pecado como Deficiência

As palavras básicas para pecado no AT *(hattath*) e no NT (*hamartia*) significam errar o alvo ou não atingir o padrão esperado. A dimensão moral do significado dessas palavras, quando aplicadas ao pecado, sugere que o indivíduo não alcançou o padrão divino de comportamento ou se afastou da maneira divina de viver. Ficar aquém das expectativas não é apenas violação de uma lei específica ou de um conjunto de leis, mas uma atitude mental de alienação de Deus. Além disso, a ideia neotestamentária de *hamartia* denota o pecado não como os gregos concebiam o mal, como erro cometido por deficiência

ou ignorância humanas, mas como uma falha moral e espiritual contra um Deus pessoal diante de quem o pecador deve prestar contas. O conceito hamartiológico da Bíblia deixa, assim, bem claro que pecado não é o resultado de ignorância, deficiência humana, imperfeição racional, ou finitude corporal, mas é um ato voluntário pelo qual a lei de Deus para a existência humana é desafiada, desobedecida e frustrada. Essa ênfase não pode ser passada por alto, se quisermos levar a queda a sério; pois no Eden não vemos um par imperfeito, mas um casal de seres humanos, recém-saídos das mãos do Criador, dotados de toda a bondade, coroados com a plenitude moral e espiritual, sem qualquer propensão para o mal. Adão e Eva eram filhos de Deus (Is 1:2), mas filhos que, por sua escolha deliberada e rebelde, puseram-se aquém das expectativas divinas.

247 ► Paulo escreve: "Pois todos pecaram *[hamartanõ]*‘\ todos "carecem da glória de Deus" (Rm 3:23), Pecado é não atingir o alvo que Deus amorosamente estabeleceu para Suas criaturas, e esse alvo era a eterna comunhão e glória com Deus (ICo 11:7). Deus não estabeleceu um alvo inatingível. Suas expectativas não eram írrazoáveis. Mas quando rejeitamos Seus alvos e escolhemos *os nossos* próprios, quando desprezamos Sua vontade a nosso respeito e escolhemos nossos próprios desejos, estamos estabelecendo nossos próprios padrões e rejeitando os de Deus. Qualquer tentativa de substituir a vontade e a lei de Deus por nossa própria é não alcançar Suas expectativas e, portanto, pecar.

K *Pecado como Transgressão*

“Todo aquele que pratica o pecado também transgride a lei, porque o pecado é a transgressão da lei” (Ijo 3:4). João resume a ideia bíblica de que pecado *(hamartia)* é “transgressão da lei” *[anoniia][11],* “iniquidade” (ARG). Ao associar *hamartia* com *anomia,* o apóstolo sublinha o papel central da lei na definição de pecado. Pecado não é simplesmente um ato de fracasso humano; é um ato de rebelião contra a lei de Deus. A lei de Deus é um transcrito do caráter de Deus. Ela define quem é Deus e o que Ele espera de Suas criaturas. Seu caráter divino de amor, justiça e santidade, transcrito na forma dos dez mandamentos, constitui a norma específica pela qual as pessoas devem viver a vida e serem julgadas. Viver de acordo com os parâmetros dessa lei é viver em perfeito relacionamento com o Doador da lei. E esse princípio que revela a seriedade da exigência de Deus a Adão e Eva. Embora a lei ainda não tivesse sido escrita na forma dos dez mandamentos, a exigência imposta sobre Adão e Eva refletia a norma divina para a vida humana. O pecado dos nossos progenitores foi um pecado de rebelião contra essa lei. Eles cometeram iniquidade.

Paulo também relaciona o pecado com a lei, e afirma que onde não houver lei também não pode haver pecado (Rm 5:13). O pecado não pode ser entendido pelo que ele é, a menos que seja colocado no contexto de um Universo moral, governado pela lei do Criador. E por isso que a gravidade e a especificidade do pecado residem na escolha de ir contra a lei de Deus, de tolerar a “iniquidade” e afirmar que a vida pode ser vivida independentemente de Deus. A gravidade do pecado como “iniquidade” também é observada em 2 Tessalonicenses 2:7 e 8, onde Paulo o personifica na descrição do Anticristo como o “iníquo”. Assim sendo, aqueles que pecam não têm em sua vida lugar para Aquele que decretou a lei. O pecado, por ser iniquidade, torna-se impiedade.

A lei não é uma obrigação arbitrária imposta sobre a humanidade, mas deriva seu papel a partir da natureza de Deus quando Ele Se relaciona com a humanidade. Quando instruiu Adão e Eva de que a diferença entre a vida e a morte jaz na obediência incondicional à lei que Ele lhes dera, Deus não

estava sendo arbitrário. O mandamento para não comer do fruto proibido não surgiu de um mestre severo, mas de um amoroso e misericordioso Griador, que queria estabelecer com Suas criaturas um relacionamento baseado no amor.

A criatura não deve perguntar: “Por que a lei?” A criatura deve ser sempre criatura, e o Criador sempre criador. A diferença entre os dois é a soberania de Deus e a finitude humana. A lei reflete essa soberania e delineia essa finitude em limites dentro dos quais a criatura deve existir e operar. Fora desse limite, o relacionamento entre o Griador e a criatura é rompido. A prescrição desse limite não significa arbitrariedade, mas preservação da ordem e do relacionamento.

A codificação da lei no monte Sinai e o fato de Deus haver escrito a lei com os próprios dedos em tábuas de pedra confirmam ainda que os princípios da lei são tão permanentes quanto o próprio Deus, Jesus esclareceu a lei e fez um resumo de sua eterna relevância em um relacionamento baseado no amor a Deus e ao próximo (Lc 10:27).

Como um reflexo do caráter de Deus, a lei é “santa, justa e boa" (Rm 7:12), e foi dada para a felicidade dos seres humanos, ainda
248 ► que eles não a reconheçam nem compreendam. Seus princípios morais e espirituais não são meras proibições, mas diretrizes abrangentes e universais, que garantem, quando obedecidas, o feliz relacionamento com Deus e dentro da comunidade humana. Mas a transgressão dessa lei coloca os seres humanos em estado de ilegalidade, rebelião e desobediência. O pecado não é, portanto, apenas a violação de um código, mas a recusa de viver um saudável relacionamento com Deus.

G. *Pecado como Egoísmo e Orgulho*

CJma parte essencial da natureza do pecado é o egoísmo e o egocentrismo. Afinal de contas, o pecado teve sua origem na busca dos próprios interesses, tanto no caso de Lúcifer como no de nossos progenitores. Se amar a Deus é a essência de toda virtude, se renunciar a si mesmo em favor de Deus para nEIe permanecer é o propósito final da vida, segue-se que toda espécie de amor que retira de Deus a primazia na vida é pecado.

A queda no Céu e no Éden ilustra como o desejo egoísta de ultrapassar limites para ser igual a Deus levou à tragédia do pecado. Na verdade, o egocentrismo pode ser considerado a raiz da qual brotam muitos outros atos maus. Ganância, imoralidade, cobiça, arrogância e inveja, todos são o resultado de um amor injustificado de si mesmo. Jesus insistia constantemente por uma atitude abnegada e via no egocentrismo uma antítese daquilo que Deus espera que seja a vida humana (Lc 17:33). Do mesmo modo, Paulo também percebeu que “o pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar" (Rm 8:7).

Egocentrismo é, em essência, hostilidade contra Deus, pois coloca a própria pessoa acima de todos os relacionamentos. Não pode, portanto, desempenhar nenhum papel na vida moral e espiritual do cristão. E por essa razão que Paulo adverte: “Nada façais por partidarismo ou vangloria, mas por humildade, considerando cada um os outros superiores a si mesmo" (Fp 2:3). O apóstolo afirma também em Romanos 7 que o desejo de manter o eu entronizado é o principal obstáculo na busca do bem, e só Jesus pode remover esse obstáculo. De fato, o egoísmo era tão importante para o conceito paulino de pecado que o apóstolo empregou a linguagem teológica mais vigorosa possível, e pediu que o eu fosse crucificado a tal ponto que o cristão fosse capaz de dizer: “Já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim" (G1 2: 20). É inescapável a força do argumento: ser egocêntrico é o contrário de ser cristocêntrico, A salvação é vista, portanto, como uma mudança radical do eu para Cristo. O que é decisivo no discipulado cristão é uma experiência diária de tomar a cruz, cruci-

ficar o eu, e transformar-se "pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus' (Rm 12:2; c£ Lc 9:23; GI 2:20).

Aliado ao egocentrismo está o orgulho. Na verdade, a essência do orgulho é uma visão distorcida e desproporcional de si mesmo que compele a pessoa de uma posição de dependência para uma tentativa desastrosa de independência. Não foi essa a razão da queda de Lúcifer (Is 14:12-15)? Satanás, por sua vez, instilou em Adão e Eva esse orgulho desordenado de querer ser seu próprio mestre, e desde então a natureza humana ficou infeccionada com o orgulho (Rm 1:21-23). Se o orgulho foi a causa da ruína de Lúcifer, ele ainda continua a ser a causa da ruína de homens e mulheres que podem facilmente se ensoberbecer e incorrer "na condenação do diabo" (lTm 3:6; cf. 2Tm 2:26).

O orgulho prepara o terreno para a destruição (Pv 11:2; 16:18; 29:23). É uma atitude que Deus odeia (Pv S: 13) e está incluída na lista de vícios que vêm "de dentro e contaminam o homem" (Mc 7:23). Para Paulo, o orgulho e a justiça própria eram as raízes da descrença. Ele insiste em que o evangelho não tem lugar para "jactância" (Rm 3:27), que ninguém tem nenhuma razão para se gloriar no empreendimento da salvação (iGo 1:26-31; Ef 2:9) eque o verdadeiro amor é livre de arrogância e soberba (ICo 13:4). O orgulho, de fato, é tão pecaminoso que Deus escarnece e resiste aos orgulhosos, mas exalta e favorece os humildes (ver Pv 3:34; Lc 1:51-55; Tg 4:6; lPe 5:5).

Não se deve pensar que essa condenação do orgulho como pecado signifique que a devida autoestima e amor-próprio não tenham lugar no ensino cristão. Ao contrário, ► a ordem de Jesus "Amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Mt 19:19) e a percepção de Paulo "pela graça de Deus, sou o que sou" (ICo 15:10) legitimam a devida autoconfiança e a dignidade pessoal. Devemos buscar a excelência, esforçar-nos para nos realizar e galgar as metas mais elevadas possíveis. Deus não quer que Seus filhos vivam na mediocridade. Mas quando nos afirmamos a ponto de sermos independentes de Deus e de tripudiarmos sobre nossos semelhantes para realizar nossos objetivos, ultrapassamos os limites e mergulhamos no pecado. A diferença entre egocentrismo e altruísmo é a mesma entre orgulho pecaminoso e humildade piedosa.

249

H. Pecado como Poder Escravizador

O pecado não é apenas um ato e um princípio, mas é também um poder escravizador. Além de alienar, ele também escraviza. Jesus disse que "todo o que comete pecado é escravo do pecado" (Jo 8:34). Assim como o caráter do fruto depende do caráter da árvore, assim nossas ações são determinadas por nosso coração (Mt 12:33-35). Os atos pecaminosos são apenas expressões externas e visíveis de uma doença interior que acometeu nossas emoções, pensamentos, vontade e poder para agir. "Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto; quem o conhecerá?" (Jr 17:9), E essa corrupção interior, essa propensão interior para o pecado, que nos escraviza.

Escrevendo aos Romanos, Paulo descreve vividamente o poder e o fascínio do pecado. Refere-se ao pecado como um reinado (Rm 5:21). A palavra "reino" vem do substantivo grego *basileus*, que significa "rei". O pecado é um rei, e os seres humanos são os seus súditos angustiados. O apóstolo também diz que fora de Cristo somos escravos do pecado (Rm 6:6, 7). Como um mestre, o pecado exerce poder e controle, reinando "em vosso corpo mortal, de maneira que obedeçais às suas paixões" (v. 12). Tão mortal e poderosa é a dominação escravizadora do pecado e tão fiel é o pecado em pagar seu salário (que é a morte) que, segundo o argumento

paulino, a única saída para o pecador é aceitar "o dom gratuito de Deus, em Cristo Jesus, nosso Senhor" (v. 23).

Paulo dá a máxima ênfase ao aspecto escravizador do pecado na vida humana. A imagem de um proprietário de escravos, comum nos tempos de Paulo, vem em sua ajuda quando ele personifica o poder do pecado. Na condição de pecadores, estamos sob a escravidão e o poder do pecado. Em Romanos 6, Paulo pensa no pecado como um poder, como um governante. O pecado não é um assunto sobre o qual tenhamos controle, para pecar num momento e em outro não. Ao contrário, o apóstolo considera o pecado como um mestre, e nós somos os escravos. O pecado é o governante e nós somos os governados, de sorte que não governamos o pecado, mas ele é que nos governa. Como nos libertaremos dessa escravidão? Não por nós mesmos. Jesus é a única resposta: “O Filho do homem [...] não veio para ser servido, mas para servir e dar a Sua vida em resgate [*lytron*] por muitos" (Mt 20:28; cf. Mc 10:45)

Lytron representa o dinheiro pago para redimir escravos. A ideia básica é clara: o poder escravizador do pecado é tão grande sobre a raça humana que o Filho do homem veio para “dar a Sua vida em resgate por muitos". Não importa a quem foi pago o resgate. Jesus mostra como é grande o poder escravizador do pecado e quão alto foi o preço da redenção. Paulo transmite o mesmo pensamento quando fala sobre a redenção (Rm 3:24-31; lCo 1:30; Ef 1:7, 14; Cl 1:14). A preocupação do apóstolo é mostrar que, pela morte de Cristo, o preço do resgate do pecado foi pago, e o novo reino da justiça substituiu o velho reino do pecado. Aqueles que aceitam a morte de Jesus não servem mais ao “pecado como escravos” (Rm 6:6). Por meio de Cristo, acaba-se o reino do pecado (v. 12); quebra-se seu poder escravizador. Aqueles que no passado foram escravos do pecado se tornam então "instrumentos de justiça" para Deus, e o pecado "não terá domínio" sobre eles (v. 13, 14).

X. *Pecado como Cidpa e Contaminação*

Na medida em que o pecado é um ato individual, uma falta de conformidade com a lei de Deus, ele inclui a culpa e a merecida punição. Mas, na medida em que o pecado é um princípio que habita na natureza humana, ele inclui a contaminação. A Bíblia fala dos atos pecaminosos individuais pelos quais uma pessoa é considerada culpada e digna da punição (Mt 6:12; Rm 3:9; Ef 2:3), Fala também de uma contaminação que corrompeu a natureza humana (Jó 14:4; SI 51:2, 7; Is 1:5; Ef 4:20-22). Essa contaminação corrompe o coração e o toma enganoso "mais do que todas as coisas" (Jr 17:9), obscurece o entendimento (Ef 4:18), torna maus e vãos os desígnios do coração (Gn 6:5; Rm 1:21), gera “palavra torpe” (Ef 4:29), corrompe a mente e a consciência (Tt 1:15), deixando o ser humano morto em “delitos e pecados” (Ef 2:1). Essa é a situação do ser humano natural. Isso não significa, porém, que a pessoa não possa ter raciocínio saudável, boas afeições, fala edificante e compreensão inteligente. O que se quer realmente dizer é que uma pessoa não despertada pelo Espírito não tem nenhuma capacidade interior de obter o conhecimento salvífico de Deus.

250 <

Ao conceito de pecado como culpa e contaminação, a Bíblia também acrescenta a impureza e a imundícia. Aos habitantes de Jerusalém se estendeu o convite para lhes serem removidos “o pecado e a impureza” (Zc 13:1). Todos os rituais do santuário do AT tinham que tratar com a iniquidade, impureza e imundícia individual e coletiva de Israel. No NT, Paulo fala de Deus entregando o povo “à imundícia, pelas concupiscências de seu próprio coração, para desonrarem o seu corpo entre si” (Rm 1:24). O apóstolo classifica novamente os pecados sexuais como “impureza” e “da maldade para a maldade”, e exorta

os membros recém-batizados a trocar essa impureza e iniquidade pela “justiça para a santificação" (Rm 6:19). Em 1 Tessalonicenses 4:7 e 8, Paulo deixa claro que “Deus não nos chamou para a impureza, e sim para a santificação”, e quem quer que desconsidere isso e se entregue a atos de impureza, age assim não somente contra seres humanos, mas também contra Deus e o Espírito Santo. O vocabulário de impureza, iniquidade e imundícia, usado para designar a gravidade do pecado em contaminar tanto o indivíduo quanto a comunidade, enfatiza que o pecado envolve um custo muito alto não apenas na separação que causa entre Deus e os seres humanos, mas também no processo de reconciliação e redenção. “O sangue de Jesus, Seu Filho, nos purifica de todo pecado” (IJo 1:7; ver Santuário I.C.2).

J. Pecado como Negligência do Dever

A descrição bíblica do pecado inclui atos tanto de comissão como de omissão. Vemos o primeiro em G ênesis 3, onde Adão e Eva desobedecem deliberadamente à expressa ordem de Deus e se rebelam contra Sua vontade. A maior parte dos pecados é dessa natureza: transgressão da lei de Deus, um ato de hostilidade contra Deus ou contra um semelhante humano, ou uma condição de relacionamentos desfeitos. O segundo tipo de pecado — o de omissão do dever — é ilustrado em Gênesis 4. Esse capítulo incluí um pecado de comissão — o assassinato de Abel — mas também um pecado de omissão. O fato de Caim negar que era tutor de seu irmão (Gn 4:9) revela um pecado de omissão comum na história humana.

Os seres humanos foram criados para viver em comunhão uns com os outros, e toda vez que essa comunhão é quebrada por atos de omissão ou comissão, até esse ponto o pecado reina. Daí a exigência divina: “Ele te declarou, ó homem, o que é bom e o que o Senhor pede de ti: que pratiques a justiça, e ames a misericórdia, e andes humildemente com o teu Deus” (Mq 6:8). Jesus repetiu exortação semelhante em Mateus 25, apresentando nosso dever moral e espiritual para com nossos semelhantes humanos, e advertiu que o deixar de cumprir esses deveres pode excluir alguém do reino. "Aquele que sabe que deve fazer o bem e não o faz”, escreveu Tiago, “nisso está pecando” (Tg 4:17).

K. Resumo

Com base naquilo que a Bíblia revela, o pecado deve ser definido e compreendido a partir do relacionamento que Deus estabeleceu entre Si mesmo e o ser humano. Desde a narrativa da criação e da queda até a simples definição de que pecado é “a transgressão da lei" de Deus (IJo 3:4), toda a informação bíblica coloca o pecado como um estado e um ato específico dos seres humanos contra Deus. Dessa ideia básica emergem diversas definições:

1. Pecado é revolta contra Deus. Embora Deus tenha criado seres humanos livres, eles não eram inteiramente autônomos, nem se esperava que cumprissem seu destino à parte de Deus. Os seres humanos foram criados numa relação de dependência e de comunhão com seu Criador, sujeitos às normas por Ele estabelecidas. Quando Adão e Eva se rebelaram contra essa revelada vontade de Deus, o pecado entrou neste mundo. Pecado é, portanto, acima de tudo, colocar a própria vontade em oposição à vontade de Deus (Dt 9:7; Is 1:2; Rm 8:7).

2. O pecado é relacionamento desfeito. Seja como condição pecaminosa, seja como ato pecaminoso, o pecado sempre separa os seres humanos de Deus, ocasionando uma ruptura nas relações básicas que Deus desejava que Suas criaturas desfrutassem. Essas relações incluem o companheirismo dentro da comunidade humana e a justa e feliz compreensão do papel do eu. Pecado é uma ruptura relacionai em todas as dimensões: vertical, horizontal e interna (Gn 4:8-10; Is 53:6; 59:2; Jr 17:9; Rm 7:5-10).

3. Pecado é um estado que impregna todo o ser humano. Ele fixa sua residência no coração humano, controlando as dimensões cognitivas, emocionais, físicas e espirituais da existência. Os dons extraordinários com os quais o Criador dotou o ser humano ficaram sob a influência do pecado, e esse pecado é o governante que reina no coração. Ele é responsável pelas ações pecaminosas (Mt 15:19; Rm 7:15-20; 8:2 e 6),

4. Pecado é um ato específico de mal. E um ato que não alcança o padrão divino. Inclui atos específicos perpetrados pela vontade humana na violação da vontade e da lei de Deus. Esses atos podem ser contra a pessoa de Deus e contra os semelhantes humanos, atos que têm origem e motivação no pecado que reina no coração e que se expressam externamente (Lv 5:5, 16; SI 51:4; G1 5:19-21).

5. Pecado é ficar aquém das expectativas divinas. A humanidade foi criada para ser filha de Deus, e esse status abrange viver dentro do ideal de Deus. Mas, devido ao pecado, a humanidade falhou em alcançar o alvo moral, espiritual e relacionai que Deus havia estabelecido (Is 1:2; Rm 3:23; iCo 11:7).

6. Pecado é iniquidade. E a transgressão da lei de Deus, especificada a Adão e Eva em termos bem claros e à humanidade como um todo na forma dos dez mandamentos, que constituem a parte básica da lei moral, transcrição do caráter divino (Lc 10:27; Rm 5:13; 2Ts 2:7, 8; IJo 3:4).

7. Pecado é egoísmo e orgulho. O pecado se originou na busca egoísta de querer ser Deus, tanto no caso de Lúcifer quanto no de nossos primeiros pais. Qualquer afirmação do eu para negar sua condição de criatura dependente e tentar colocar-se como Deus é pecado. Egocentrismo é hostilidade contra Deus, e se expressa em orgulho e presunção (Pv 11:2; 16:18; Lc 17:33; Rm 1:21-23; 3:27; 8:7; GI 2:20; Fp 2:3; iTm 3:6; Tg 4:6).

8. Pecado é um poder escravizante. “Todo o que comete pecado é escravo do pecado" (Jo 8:34). A escravidão e o poder do pecado tornam os pecadores tão impotentes e tão distantes da justiça, que eles não conseguem se libertar do domínio e controle do pecado, a menos que venham a Cristo, que quebra o poder escravizante do pecado e oferece redenção aos que se colocam sob o Seu poder (Mt 20:28; Mc 10:45; Rm 3:24-31; 6:6, 7; lCo 1:30; Ef 1:7, 14).

9. Pecado é culpa e contaminação. Gomo ato individual, o pecado traz culpa e castigo. Mas como um princípio residente no coração, o pecado abrange a contaminação. Sendo imundo e impuro, o pecado contamina toda a personalidade humana, que só pode ser purificada pelo sangue de Jesus (Gn 6:5; SI 51:2, 7; Is 1:5; Zc 13:1; Mt 6:12; Rm 1:21,24; 3:9; Ef 2:3; 4:20-22; IJo 1:7; ver Homem II.B.3-5; Salvação I.E).

V. Consequências do Pecado

São numerosos os efeitos do pecado. Embora não consigamos enumerá-los todos aqui, podemos examinar como afetam os seres humanos, a Deus e ao meio ambiente.

252 ► **A.** *Consequências para os Seres Htnnanos* [1]

1. Para Adão e Eva

Da narrativa da queda aprendemos que os resultados do pecado de Adão e Eva foram imediatos. Eles perderam a inocência. Um senso de medo, vergonha e culpa se apoderou deles, de modo que não puderam mais desfrutar o privilégio que uma vez desfrutaram — o da comunhão face a face com Deus (Gn 3:8-10). Adão e Eva descobriram o enorme preço do pecado — ele os separou de Deus, fazendo com que entrassem num estado de alienação e estranhamento, transmitido à sua posteridade. Como remissão do pecado, o sangue inocente foi derramado pela

primeira vez na história (v. 21), estabelecendo para eles e para sua posteridade a verdade de que 'sem derramamento de sangue, não há remissão" (Hb 9:22). O relacionamento entre Adão e Eva, destinado a ser de pureza e harmonia, se deteriorou, e as sementes da crítica e da censura germinaram (Gn 3:12). O trabalho que devia ser uma alegria se tornou uma coisa penosa (v. 19). Ter filhos e criá-los, cuja finalidade era a alegre participação na atividade criadora de Deus, converteu-se em fonte de dor na hora do parto (v. 16) e tristeza, quando um irmão se levantou contra outro irmão (Gn 4:8-10). Aqueles que haviam sido criados para viver para sempre em obediência tiveram de morrer (Gn 5:5), e a morte passou a toda a humanidade.

2. Para a Raça Humana

Pela desobediência de Adão e Eva, o pecado entrou no mundo, com todas as suas trágicas consequências (Rm 5:12-19). No tempo de Noé, "viu o Senhor que a maldade do homem se havia multiplicado na Terra e que era continuamente mau todo desígnio do seu coração; então, Se arrependeu o Senhor de ter feito o homem na Terra" (Gn 6:5, 6).

O pecado não tem desculpa (Rm 1:20), Sua natureza é hostil a Deus e enorme é o seu efeito sobre os pecadores. Eles "se tornaram nulos em seus próprios raciocínios, obscurecendo-se-lhes o coração insensato" (v. 21), O coração se tornou impuro, e eles desonraram o seu corpo entre si e "mudaram a verdade de Deus em mentira" (v. 24, 25). Tanto homens quanto mulheres se tornaram presas de perversões antinaturais, e se encheram de "toda injustiça, malícia, avareza e maldade". Ficaram "possuídos de inveja, homicídio, contenda, dolo e malignidade", e muito mais (v, 26-31).

Talvez a consequência mais devastadora do pecado sobre a raça humana seja seu poder para alienar a humanidade de Deus (Is 59:1, 2; Mq 3:4) e torná-la sujeita à deficiência física, moral, mental e espiritual (Rm 5:6, 10, 12-14, 18, 19; 6:20). O pecado não só interrompeu o relacionamento de Deus com os seres humanos, senão também que envenenou a relação entre os próprios seres humanos. As questões com as quais a humanidade de hoje se debate — elementos divisores de exploração econômica, preconceito racial, orgulho, ganância, prosperidade e hipocrisia, ódio e discriminação com base em gênero, nacionalidade, língua, etnia, e todos os outros fatores alienadores e violentos dentro da comunidade humana — são resultado do pecado (Dt 15:7, 8; 25:13-15; Is 32:6 e 7; Mq 2:1 e 2; Tg 5:1-6).

A consequência final do pecado para a raça humana é a morte: "Aos homens está ordenado morrerem uma só vez" (Hb 9:27). A morte não veio como uma surpresa para Adão e Eva, já que Deus disso os havia prevenido (Gn 2:17). Paulo escreveu a respeito da universalidade da morte: "Assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram" (Rm 5:12). Embora seja a consequência natural do pecado, a morte também é o castigo final aplicado a todos os pecadores impenitentes sob a forma da segunda morte ou aniquilação final (Mt 25:41; Rm 6:23; Jd 12; Ap 2:11; ver Homem II.C.l; Morte I.B.3; F.3-5).

3. Para o Mundo Físico

Uma forma específica pela qual o pecado causou impacto no mundo é a presença do mal. A Bíblia estabelece uma diferença objetiva entre o bem e o mal (Is 5:20; Am 5:14, 15) e indica a realidade do mal. Mas o mal não é eterno; nem pode ser atribuído à matéria ou ao corpo, como alguns tentaram fazer. O mal começou com o pecado, e o pecado teve sua origem na rebelião contra Deus e no

mau uso da vontade da criatura (Rm 5:12-18; 2Co 11:3). Assim como Deus não é responsável pela origem do pecado, Ele também não é responsável pela presença do mal nos campos físico e moral. Mas a realidade do mal não pode ser negada; trata-se de uma força real, uma deplorável distorção do bem. No momento em que Adão e Eva pecaram, o mal afetou tanto o mundo físico quanto o moral.

Desde esse momento, ocorreram várias mudanças no mundo físico. Os espinhos e cardos (Gn 3:17 e 18), as consequências do dilúvio (Gn 7:12), as terras desertas e áridas, os gemidos da Terra por libertação (Rm 8:19-22) são algumas das imagens usadas pela Bíblia para descrever o efeito do pecado sobre o mundo. O mar turbulento, tremores de terra, inundações, seca, fome e pestilência não faziam parte do plano original de Deus para este planeta.

Nem todo mal é necessariamente pecado, mas todo pecado é mau. Catástrofes naturais, como inundações, tufões, terremotos, e guerra são o mal no sentido em que ocasionam sofrimento ao ser humano. Deus às vezes permite que aconteçam como atos de juízo na história. Muitas vezes, quando o mal na história ergue a cabeça em atos individuais de sofrimento ou genocídio, a tendência é perguntar: Por que aconteceu isso? Onde está Deus? Embora essas perguntas possam refletir a emoção humana no ponto de exaustão ou incapacidade de compreender o percurso de altos e baixos da história, de uma coisa os cristãos têm certeza: Deus não é o autor do mal. O pecaminoso coração humano é a fonte de todo mal, e será assim revelado no juízo final. Até mesmo o sofrimento físico por que passam os cristãos não deve ser atribuído ao pecado, mas deve ser entendido em termos de bênção espiritual (Tg 1:2-4; iPe 1:7); é corretivo, não penal, e não deve nos separar do amor de Deus (Rm 8:38, 39).

O mal moral surge das inclinações humanas pecaminosas (Tg 1:13-15). A propensão para o pecado e para o mal é em si mesma uma consequência do mal edênico, e o coração humano é constantemente inclinado a pecar (SI 51:5; Rm 7:23; Tg 1:15), apenas aguardando a oportunidade para perpetrar o ato.

Os resultados do mal continuarão na Terra até a formação de novo céu e nova terra, no derradeiro ato de Deus de julgar e purificar a Terra e tudo que nela existe (2Pe 3:10-13; cf. Ap 21:1-4).

13. *Consequências -para Detis*

Embora a Bíblia não trate diretamente das consequências do pecado para a Divindade, há sugestões do que o pecado significa para Deus. A primeira é a acusação de Adão de que pecou por causa da "mulher que me deste por esposa", e depois a concordância de opinião de Eva com Adão de que ela havia pecado porque a "serpente me enganou" (Gn 3:12, 13). Uma das razões pelas quais a Bíblia argumenta que o pecado é odioso a Deus é precisamente esta: que o pecado tem a audácia de acusar a Deus de ser o motivo que o causou.

A grave natureza do pecado e a necessidade de Deus tratar com ele imediatamente e de uma vez por todas são reveladas ao Universo na providência que Ele tomou ao esmagar o autor do pecado, enviando Seu Filho (Gn 3:15; Jo 3:16). O amor de Deus pelo pecador custou a vida de Seu Filho. "Aquele que não conheceu pecado, Ele O fez pecado por nós; para que, nEle, fôssemos feitos justiça de Deus" (2Co 5:21).

O relacionamento de Deus com Adão e Eva era franco, aberto e face a face. O pecado interrompeu esse relacionamento (Gn 3:8-10; Is 59:1 e 2), mas o amor de Deus pela humanidade foi tão grande que Ele manteve abertos vários canais de comunicação com Suas criaturas errantes: a natureza (SI 19:1), os relacionamentos humanos (SI 103:13; Is 54:5), a Escritura (2Tm 3:16 e 17), Jesus Cristo (Jo 1:1, 14, 18;

Hb 1:1-3) e o Espírito Santo (Jo 7:37-39; 16:8-14). Assim como o plano original do Griador de relacionamento eterno com Adão e Eva era baseado em amor, confiança e obediência a Ele, assim foi Seu propósito para a descendência de Adão depois da queda, O propósito era o mesmo: um relacionamento baseado em amor, confiança e obediência. Depois da
254 ► queda, Deus decidiu exprimir esses princípios através da lei moral e os codificou depois que Israel foi liberto do cativeiro egípcio, durante a permanência no deserto (Ex 20:1-17).

Assim como a redenção da raça humana se tornou de suprema prioridade para Deus, o mesmo acontece com o juízo. A consequência final do pecado para Deus é enfrentar o desafio do usurpador, o demônio. Naquele dia de juízo final Satanás e seus anjos, juntamente com os pecadores que rejeitaram a graça de Deus, deverão ser destruídos para sempre, e surgirão um novo céu e uma nova Terra (Rev. 21:1-4). Tudo o que foi perdido no Eden será restaurado.

VI* A Extensão e Eliminação do Pecado

Tanto a experiência humana quanto a Escritura revelam a extensão do pecado. Ele não tem prediletos. Afetou toda raça, nação, língua e povo. Podem-se ver seus efeitos nas faltas morais e espirituais cometidas por seres humanos em todo lugar. Os cataclismos morais, sociais, sociológicos e comportamentais do mundo não devem ser atribuídos ao desajuste psicológico ou à deficiência econômica, mas ao pecado. Mas o fato de ele ser tão difundido não significa que seja permanente. O plano divino da salvação inclui a eliminação do pecado. Tratemos agora da extensão, transmissão e castigo do pecado, da ira e da justiça de Deus, e da erradicação do pecado.

A. Extevisão do Pecado

1. O Efeito Cósmico do Pecado

Como era nosso sistema solar antes da queda? Quais as condições climáticas da Terra? Essas perguntas nos ocorrem quando reconhecemos a atrocidade do pecado e as consequências que ele trouxe para os seres criados. A Bíblia conserva silêncio sobre grande parte desses assuntos.

O argumento de Paulo, contudo, de que "nos tornamos espetáculo ao mundo, tanto a anjos, como a homens" (iGo 4:9) sugere que estamos expostos diante do Universo, um espetáculo no qual se demonstra a luta entre a justiça e o pecado, entre Cristo e Satanás. A batalha pela raça humana perdida é real. Tanto Deus quanto o diabo estão empenhados nela, Um exemplo bíblico disso é o de jó, em que Satanás tomou interesse tão extraordinário que desafiou o Senhor a lhe permitir testar a fidelidade desse patriarca. O príncipe das trevas insistia que jó cairía se lhe fosse permitido afligi-lo fisicamente. Com Adão e Eva, o instrumento satânico foi o apetite. No caso de Jó, Satanás preferiu empregar a aflição e a perseguição. Tocou a parte mais sensível do seu coração — seus filhos — e arrebatou junto com eles as posses e a saúde dele. "Em tudo isto Jó não pecou" (Jó 1:22; 2:10). A descrição bíblica do caráter de Jó como um espetáculo diante do Universo mostra que, desde a queda, seus habitantes estão interessados no que está acontecendo na Terra. O Céu presta atenção ao pecado e sua história, e o mundo angélico observa constantemente os efeitos do pecado. Deduzimos isso da afirmação de Jesus de que “há júbilo diante dos anjos de Deus por um pecador que se arrepende” (Lc 15:10). Essa alegria se expressa no contínuo louvor e adoração que se entoa no Céu, com "muitos anjos [...] cujo número era de milhões de milhões e milhares de milhares,

proclamando em grande voz: ‘Digno é o Cordeiro que foi morto”' (Ap 5:11, 12).

Só Deus sabe das consequências totais da queda de Adão. Mas a Bíblia garante que aquilo que foi perdido por Adão será reconquistado pelo sacrifício de Cristo.

2. A Universalidade do Pecado

A extensão universal do pecado é um fato em nossa experiência diária. Toda a humanidade vive numa tríplice revolta, ocasionada pelo pecado, em relação aos relacionamentos: revolta contra Deus, contra os semelhantes, e revolta dentro de si mesmo. A universalidade dessa revolta proclama a universalidade do pecado.

O desejo humano de ser liberto da culpa e de obter calma e paz interior é outra indicação da maldade universal. Os cientistas comportamentistas podem dar a esse dese-
► jo o nome que quiserem, mas a antropologia cristã deve enfrentar com franqueza a realidade universal do pecado, chamando-o pelo seu devido nome; rebelião contra Deus e alienação de Deus. Os evangelhos reconhecem a natureza universal dessa alienação e proclamam uma cura igualmente universal (Jo 3:16).

O AT ensina claramente que ‘não há homem que não peque” (iRs 8:46). Durante o tempo de Noé, o pecado se tornou tão universal e a imaginação humana tão corrupta que se diz que o Senhor se entristeceu por haver criado os seres humanos (Gn 6:6). Embora o salmista reconheça que fora concebido em pecado e que como indivíduo era culpado de pecado (SI 51:4, 5), foi forçado a lamentar que “nenhum vivente é justo” (SI 143:2, ASV). E o sábio Salomão lança um desafio histórico: “Quem pode dizer: ‘Purifiquei o meu coração, limpo estou do meu pecado?”’ (Pv 20:9).

Quem de fato pode? “Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas; cada um se desviava pelo caminho” (Is 53:6). A malignidade do pecado contaminou tanto o ser humano que “desde a planta do pé até à cabeça não há nele coisa sã" (Is 1:6). Todo o gênero humano fica impotente e desesperado ante à força tirânica do pecado: ‘Todos nós somos como o imundo, e todas as nossas justiças, como trapo da imundícia; todos nós murchamos como a folha, e as nossas iniquidades, como um vento, nos arrebatam” (Is 64:6).

A epístola aos Romanos é sem igual em sua apresentação do poder e da universalidade do pecado. O pecado é tão vil e universal que Deus abandonou a raça humana à “imundícia” e às “paixões infames” de seu próprio coração e a uma "disposição mental reprovável, para praticarem coisas inconvenientes” (Rm 1:24, 26, 28). Ninguém escapa à contaminação e ao ônus do pecado, pois “não há justo, nem um sequer” e “não há quem faça o bem, não há nem um sequer” (v. 10, 12).

A universalidade do pecado permeia a declaração de Paulo: “Todos pecaram e carecem da glória de Deus” (v. 23). Se alguém se atreve a dizer que esse não é o seu caso, a Bíblia condena tal pessoa como mentiroso (ljo 1:8-10).

Ao reconhecer a universalidade do pecado, Deus tomou providências para a salvação de toda a raça humana: judeus e gentios, ricos e pobres, homens e mulheres. “Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o Seu Filho unigênito, para que todo o que nEle crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3:16).

B. A *Transmissão do Pecado*

Já revisamos a origem e os resultados do pecado. Ele parece ser tanto um ato quanto um estado. Examinamos sua natureza e essência, inclusive sua natureza cósmica e universal. Gada ser humano, vez ou outra, chega a compreender a defasagem moral, a deficiência espiritual que a Bíblia chama de pecado. Mas a questão é: Gomo surge isso? Adão pecou. Sou pecador por causa daquilo que ele fez? Ou sou pecador devido a meus próprios pecados?

Uma passagem fundamental que trata da relação entre o pecado de Adão e o de sua posteridade se encontra em Romanos 5:12-19. Ali o apóstolo Paulo aponta a queda de Adão como a fonte do pecado e da morte que lhe é subsequente. O objetivo final de Paulo é mostrar que, apesar dessa herança, os descendentes de Adão podem se gloriar "em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por intermédio de quem recebemos, agora, a reconciliação" (v. 11).

Como é possível essa reconciliação? O ato de Jesus Cristo é um ato individual. Sua morte pode ser o sacrifício de Deus pelo pecado, mas como esse ato individual pode salvar outros do pecado? Antes que seus leitores façam essa pergunta, Paulo dirige imediatamente sua atenção para Adão e o compara com Cristo: "Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram" (v. 12), Portanto, "por um só ato de justiça, veio a graça sobre todos os homens" (v. 18). Paulo não toma tempo para dar uma lição teológica sobre como o pecado foi transmitido de Adão para a raça humana. Ele só fala da realidade da situação humana, que Adão pecou e por causa disso o mundo inteiro jaz no pecado. "Por meio de um só [Adão], reinou a morte", assim os que receberem graça e "o dom da justiça reinarão em vida por meio de um só, a saber, Jesus Cristo" (v, 17). Do mesmo modo, "pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores, assim também, por meio da obediência de um só, muitos se tornarão justos" (v. 19). Paulo repete essa comparação, em 1 Coríntios 15:21 e 22: "Visto que a morte veio por um homem, também por um homem veio a ressurreição dos mortos. Porque, assim como, em Adão, todos morrem, assim também todos serão vivificados em Cristo,"

Se Romanos 5:12-19 for lido com a intenção de encontrar *como* ocorre a transmissão do pecado através de Adão ou da justiça através de Cristo, nada encontraremos ali. Essa não era a intenção de Paulo. Mas, se a passagem for lida com a intenção de mostrar que o pecado é uma experiência humana real, e a salvação por meio de Cristo também é real, então chegaremos à feliz descoberta de que o pecado é um inimigo derrotado e que, por Jesus Cristo, podemos vencer o problema do pecado.

Tudo o que podemos dizer a respeito de Romanos 5:12-19 é que o pecado humano se originou com Adão. O pecado é universal, no sentido de que todos pecaram. O pecado faz separação entre Deus e a humanidade. Por causa do pecado de Adão, herdamos esse distanciamento de Deus, e mais — a propensão para pecar, as tendências iníquas, os apetites pervertidos, a degradação moral, bem como a degeneração física. A tendência para pecar ou a tentação para pecar não é pecado. Essas coisas não constituem rebelião contra Deus. Ceder ao pecado e cometer o ato pecaminoso, transgredindo assim a lei de Deus, isto sim nos aliena do Senhor e nos torna culpados diante dEle. Somos responsabilizados pelo nosso próprio pecado, mas, graças a Deus, é-nos oferecido perdão para os pecados e somos aceitos perante Deus porque a graça reina "pela justiça para a vida eterna, mediante Jesus Cristo, nosso Senhor" (v. 21).

C. *Morte, o Castigo ão Pecado*

A justiça e a razão exigem que a revolta pessoal contra Deus e a violação de Sua expressa vontade deve ser confrontada com uma punição. Não se pode permitir que o pecado continue sem o justo e necessário castigo. Deus havia advertido a Adão e Eva de que esse castigo certamente se seguiria à transgressão do mandamento (Gn 2:16, 17). O objetivo do castigo não é só reformar o ofensor ou restringir outras transgressões, embora isso possa ocorrer na vida de um pecador. O castigo deve ser compreendido nos termos da ira e justiça divinas.

1. A Ira de Deus

A ira de Deus se origina de Sua santidade e justiça, e é Sua resposta de revolta contra o pecado. Visto que o pecado é universal, a ira divina também é universal. Na descrição bíblica da ira de Deus, ela parece menos uma emoção ou raiva do que o resultado da profunda oposição de Sua santidade contra o mal. A ira divina não deve ser entendida em termos humanos como ciúme, represália ou vingança. A ira divina é a reação natural do santo amor de Deus contra o pecado. E a indignação moral de Deus contra a rebelião humana. Sem essa indignação, manifesta no fim das contas na entrega de Seu Filho para morrer na cruz pelos pecados do mundo, Deus não podia continuar sendo Deus. O quadro mais pungente da ira de Deus contra o pecado é visto no Cordeiro de Deus pendurado na cruz. Foi o amor de Deus que encaminhou Jesus para a cruz, e é também Seu amor que se manifesta na ira contra o pecado.

De acordo com Paulo, a ira de Deus tem um aspecto presente e futuro. No presente, Deus permite que os pecadores sofram as consequências de seu próprio pecado, de modo que eles se acham sob o poder e domínio do pecado e finalmente da morte (Rm 1:18-22; 6:23). Em contraste com esse contexto de total impotência humana, Deus revela Sua graça e justiça por meio de Jesus Cristo, de modo que "Aquele que não conheceu pecado, Ele O fez pecado por nós; para que, nEle, fôssemos feitos justiça de Deus" (2Co 5:21). Assim, na cruz, "a ira de Deus contra o pecado, a terrível manifestação de Seu desagrado por
257 ► causa da iniquidade, encheram de consternação a alma de Seu Filho" (DTN, 753).

O aspecto futuro da ira de Deus é es*catológico* e será manifestado no juízo final para todas as coisas associadas ao pecado (Rm 2:6-8; Ap 20:9).

2. A Justiça de Deus

A justiça de Deus exige que Ele execute a sentença de morte que a desobediência merece (Gn 2:17). Seja qual for o tipo de significado que se dê à morte, ela é sempre consequência do pecado. Os seres humanos já nascem num estado de separação de Deus, a fonte da vida. Por conseguinte, isso faz com que seus corpos e mentes não tenham a capacidade ideal originalmente projetada pelo Criador. Existe a primeira morte, resultado do pecado de Adão, comum a todos. Já a segunda morte é aquela que põe fim à carreira do pecado. A Bíblia se refere a ela como a "segunda morte" (Ap 20:6), que é "o salário do pecado" (Rm 6:23). A segunda morte é a morte eterna, na qual todos os pecadores impenitentes são aniquilados para sempre (Mt 10:28; ver Juízo III, IV; Homem II.C.3; iMorte I.G.l).

A segunda morte é por escolha. Romanos 6:23 põe diante de todos duas ofertas: o salário do pecado para os que se recusam a aceitar Jesus; e o dom da vida eterna para aqueles que O aceitam.

D. A *Erradicação do Pecado*

A erradicação do pecado só se tornou possível pela morte expiatória de Jesus, a quem o "Pai enviou [...] como Salvador do mundo" (ljo 4:14). O foco central da Bíblia está sobre a atividade redentora de Deus, que culmina no Calvário, onde Cristo "morreu a seu tempo pelos ímpios" (Rm 5:6). A cruz sobre a qual foi oferecido o sacrifício definitivo (Hb 9:26) foi a forma de Deus lidar com o pecado. Ali Jesus foi "traspassado pelas nossas transgressões e moído pelas nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre Ele, e pelas Suas pisaduras fomos sarados" (Is 53:5).

O pensamento central dessas e outras passagens que tratam da atividade redentora de Deus focaliza a morte substituinte de

Cristo pelos nossos pecados. Paulo diz que "Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras" (ICo 15:3). João escreve: "Sabeis também que Ele Se manifestou para tirar os pecados" (IJo 3:5). Pedro acrescenta que Ele próprio carregou "em Seu corpo, sobre o madeiro, os nossos pecados, para que nós, mortos para os pecados, vivamos para a justiça" (IPe 2:24). A morte de Jesus foi a culminação de todo o sistema sacrifical do AT, a derradeira oferta pelos pecados da humanidade (ver Jo 1:29, 36; Hb 9:28; 10:4), Paulo acrescenta: "Aquele que não conheceu pecado, Ele O fez pecado por nós; para que, nEIe, fôssemos feitos justiça de Deus" (2Co 5:21).

Foi assim que a morte vicária de Jesus na cruz — o inocente morrendo pelos pecados de todos — esmagou a força do pecado e o poder de seu originador, tornando possível a redenção para todos.

A erradicação final do pecado do Universo está reservada para o futuro, para depois do milênio, no dia do Senhor, quando "os céus passarão com estrepitoso estrondo, e os elementos se desfarão abrasados; também a Terra e as obras que nela existem serão atingidas" (2Pe 3:10). A eliminação final do pecado é um evento escatológico, quando Deus emitirá juízo sobre Satanás e todos os seus seguidores, e "a parte que lhes cabe será no lago que arde com fogo e enxofre, a saber, a segunda morte" (Ap 21:8; ver Cristo lí.C-E; Milênio I.C.3).

VII. Contexto Histórico

A. A *Igreja Primitiva*

A igreja pós-apostólica não sistematizou imedíatamente uma doutrina formal sobre o pecado. Em quase todos os casos, a formulação doutrinária desenvolvia uma reação ao que se imaginava serem idéias e posições contraditórias às singelas afirmações da Escritura. Por exemplo, só quando os gnósticos representaram o pecado como um mal necessário, que tinha sua fonte em uma causa independente de Deus e além do controle humano, a igreja despertou para corrigir esse erro, declarando que o pecado não era um mal necessário, e que fora introduzido no mundo por um ato de livre vontade de nossos primeiros pais. Para a igreja primitiva, era suficiente dizer que todos os seres humanos são pecadores; que o pecado entrou no mundo pela desobediência de Adão; que ele é universal no sentido de que todos pecam; e que a redenção do pecado se tornou possível por meio de Cristo.

Irineu (c. 115-202) fazia distinção entre a "imagem de Deus" e a "semelhança de Deus". Definia a primeira como os dotes de uma mente racional e uma vontade livre, conservados por Adão depois da queda. Já a semelhança era a vida no Espírito, que se perdeu depois da queda, mas que é restaurada pela graça manifesta na encarnação. Deus desceu aos seres humanos pecadores para poder elevá-los até Ele.

Orígenes (c. 1S5-254), seguindo a teoria platônica da preexistência, achava que as almas humanas pecaram em uma existência anterior, e, portanto, entraram no mundo em uma condição pecaminosa. Aprisionadas em corpos humanos, as almas começavam uma peregrinação em busca de Deus, ao aceitarem o evangelho - um processo de salvação e restauração.

Em sua polêmica contra o gnosticismo, as igrejas oriental e ocidental deram tratamento diferente ao problema do pecado. O Oriente via os seres humanos de maneira mais otimista, afirmando que a queda não causou a perda do livre-arbítrio nem transmitiu culpa às gerações subsequentes. Embora admitindo que o pecado era uma privação resultante da perda de pureza, não se entendia que privação significasse inclinação para o mal, A igreja ocidental mantinha uma visão mais

pessimista da natureza humana: todos pecaram em Adão e herdaram tendências más,

B. Pelágio e Agostinlto

Quando apresentaram seus pontos de vista pela primeira vez, Pelágio e Agostinho representavam duas diferentes concepções. 0 impacto deles sobre o pensamento cristão perdura através dos séculos.

1. Pelágío

Pelágio (c, 350-425), monge britânico, lecionou em Roma durante a última parte de sua vida. Sua teologia provinha da suposição de que, se as pessoas são realmente humanas, elas devem possuir a liberdade responsável de escolha. Cada ser humano nasce, portanto, no mundo na mesma condição de Adão antes da queda, inocente e livre de tendências herdadas ou depravadas. Sendo assim, os seres humanos são perfeitamente capazes de obedecer a Deus, assim como Adão o era ao ser criado. Mas é óbvio que as pessoas pecam. Pelágio reconheceu esse fato e o explicou, não com base em ímputação ou herança, mas devido ao poder dos maus exemplos que as pessoas tendem a imitar. Os indivíduos são responsáveis apenas pelos pecados que cometem pessoalmente e conscientemente. Para Pelágio, a morte física não era um castigo pelo pecado. Pecando ou não, Adão teria que morrer de todo jeito. Ele foi criado corpóreo, e, portanto, mortal, como o são todos os seus descendentes. Nesse sentido, as crianças que morrem sem ser batizadas, ingressam na vida eterna, sem a necessidade de ser limpas do pecado original.

O Sínodo de Cartago (418) condenou o pelagianismo.

2. Agostinho

Agostinho (354-430), bispo de Hipona, escreveu bastante sobre o pecado. Refutou o ensino pelagiano de que os seres humanos tinham o dever de se esforçar pela perfeição. Argumentava que a perfeição não podia ser alcançada pelo esforço humano, porque os seres humanos são culpados e ofensivos a Deus, e não têm poder — nem mesmo o desejo - de modificar sua natureza moral.

Agostinho ensinava que, antes da queda, Adão possuiu livre-arbítrio limitado — a capacidade de escolher livremente entre duas opções predeterminadas, boas e más. Quando Adão decidiu exercer a capacidade de pecar, perdeu a capacidade de se abster do pecado. Perdeu a liberdade de escolha; passando a ser capaz de decidir apenas fazer o mal. Sempre que praticava o mal, o fazia pelo exercício de sua vontade, que estava agora tão completamente corrupta que só desejava fazer o mal. <

Agostinho ensinava que o "pecado original'' era o pecado de toda a raça humana, e não apenas de Adão. Isso aconteceu porque todos os seres humanos estavam "seminalmente presentes" em Adão. Quando Adão pecou, toda a raça humana pecou nele e com ele. Todos os seres humanos são concebidos em pecado (SI 51:5). O meio de propagar a raça é também o meio de propagar o pecado original. Os desejos sexuais sentidos pelos seres humanos caídos são intrinsecamente maus e pecaminosos.

A vontade humana sucumbe inevitavelmente à concupiscência porque não é mais livre para escolher a pureza e a castidade moral. Por essa razão, os seres humanos não podem ser salvos por seus próprios méritos ou esforços, mas somente pelo amor e pela graça de Deus. A regeneração de um indivíduo só pode ser efetuada pela obra sobrenatural do Espírito Santo. Um pecador não é capaz nem mesmo de cooperar com essa obra. A salvação é puramente um dom de Deus, concedido em Sua misericórdia e presciência soberana.

C. *Jãaãe Média*

Durante a Idade Média, a natureza do pecado continuou a ser discutida. Especialmente importante foi o surgimento de uma classificação de pecados em mortais e ve-

niais. 0 pecado mortal era um afastamento deliberado de Deus com um claro consentimento da vontade; causava a perda da graça santificante e devia ser confessado a um sacerdote. O pecado venial não privava a alma inteiramente da graça santificante. As penitências — jejum, flagelação, peregrinação e outras formas do ascetismo - eram consideradas uma forma de expiar as faltas e controlar as paixões que levavam ao pecado. Visto que a penitência tomava muito tempo das atividades da vida diária, ela foi substituída pela "comutação" (muitas vezes pagamento em dinheiro), uma precursora da "indulgência", que, em sua forma mais crua, permitia às pessoas pagarem antecipadamente o castigo por pecados ainda não cometidos.

1. Anselmo

Anselmo de Canterbury (1033-1109) definia pecado original como a "ausência de bondade", a bondade que a pessoa devia ter. Os escolásticos do século 13 seguiram esse precedente, mas afirmavam que, por ocasião da queda, o ser humano não havia sofrido a corrupção total da natureza espiritual, mas apenas a perda de alguns dons, como santidade, imortalidade, sabedoria e domínio. O pecado, diziam eles, é uma ^ofensa infinita contra Deus e requer infinita satisfação.

2. Tomás de Aquino

Tomás de Aquino (c. 1224-1274) fez distinção entre "imagem" e "semelhança". Definiu imagem principalmente como a natureza intelectual da pessoa, inerente à qual estão as virtudes da racionalidade, capacidade moral e aptidão para compreender e amar a Deus. Para ele, Adão perdeu essa imagem na queda. "Semelhança" representa a "dotação sobrenatural da graça", que consiste em amar e obedecer a Deus. Isso se perdeu com a queda, mas é restaurado no batismo.

Segundo Aquino, dois são os tipos de pecado: mortal e venial. Quando uma alma humana é tão rebelde que vira as costas para Deus, ela comete o pecado mortal. Mas quando há distúrbio na alma, mas não a ponto de virar o rosto para Deus, há pecado venial. Aquino fazia distinção entre os dois tipos de pecado, sugerindo que a aversão a Deus no pecado mortal é como a morte, ao passo que o distúrbio no pecado venial é como doença. No pecado mortal, o princípio da vida é perdido; o próprio pecado é uma transgressão obstinada de natureza grave, como por exemplo apostasia, homicídio e adultério. Esses pecados só são perdoados pelo sacramento da penitência, que inclui confissão e absolvição por um sacerdote, podendo até ser preciso o pagamento de indulgência. No caso do pecado venial, o dano é reparável por atos de oração, jejum e esmola.

D. *Reforma*

1. Martinho Lutero

Martinho Lutero (1483-1546) ensinava que, antes da queda, Adão tinha inclinação somente para o bem. Depois da queda, ele e seus descendentes ficaram sujeitos ao pecado. A raça humana se tornou uma *massa perditionis* (massa de perdição). A natureza humana se tornou pecaminosa e cheia de concupiscência. Todos os pecados são mortais. A exemplo de outros reformadores, Lutero negou a distinção entre pecados mortais e veniais.

Embora inclua atos externos e atitudes tais como desprezo a Deus, impureza de coração e desobediência, o pecado é, acima de tudo, falta de fé, A incredulidade, o dar as costas para Deus é a essência do pecado.

Em seus escritos sobre o pecado original, Lutero se opõe aos escolásticos, que partilhavam de alguns pontos de vista pelagianos. Ele descreve o pecado original como a corrupção da pessoa inteira, tanto da natureza mais baixa (concupiscência) como das faculdades mais elevadas (inteligência e vontade). É assim que a pessoa natural não ama

a Deus nem sente a falta dEle, contentando-se apenas em encontrar plena satisfação mental e espiritual nas coisas criadas. Assim como a vontade é impotente para fazer o bem, assim os seres humanos são incapazes de se preparar meritória mente para receber a graça. A vontade humana está cativa, sendo livre somente para praticar o mal. Sem vontade livre, os seres humanos dependem inteiramente da graça para a conversão.

2. João Calvíno

Calvino (1509-1564) afirmava que a natureza humana mudou substancialmente depois da queda, a ponto de os seres humanos serem capazes de fazer o bem civil, mas não o bem moral. Ou seja, as pessoas conseguem fazer o bem conforme definido e prescrito por outros seres humanos, mas não o bem requerido por Deus. Seres humanos decaídos não podem se erguer acima de sua condição decaída.

Para Calvíno, pecado não é apenas cometer atos pecaminosos; é também a "depravação hereditária e a corrupção hereditária". Pecado é o estado viciado no qual a humanidade tem vivido desde a queda. O pecado acarretou a lastimável escravização da vontade. Assim, tudo nos seres humanos é corrupto, inclusive o intelecto, o coração e a vontade. Até mesmo as boas obras que os cristãos praticam são imperfeitas, manchadas pelo pecado, já que são produzidas por seres íntrinsecamente maus.

Visto que a vontade humana está morta no que diz respeito a qualquer bem espiritual, cabe a Deus agir para despertar a boa vontade espiritual em seres humanos. A ênfase de Calvino na onipotência de Deus levou-o finalmente a formular sua doutrina da predestinação, segundo a qual, mesmo antes da queda ou da criação, Deus em Seu eterno conselho e sabedoria predestinou algumas de Suas criaturas para a salvação e outras para a perdição.

3. Ulrico Zwínglio

Por acreditar na autoridade absoluta da Bíblia, Zwínglio (1484-1531) não permitia nada na religião ou na prática religiosa que não pudesse ter o endosso das Escrituras. Ele considerava o pecado original como uma enfermidade moral, mas não lhe atribuía culpa. Cria que a fé era essencial à salvação e que o foco dessa fé era a morte de Cristo. Embora considerasse o pecado um ato individual de rebelião contra Deus, aceitava a predestinação incondicional para a salvação. Ensinava, porém, que só os que ouviam e rejeitavam o evangelho estavam predestinados para a perdição.

4. Reformadores Anabatistas

Além dos reformadores mais destacados como Lutero, Calvino e Zwínglio, a Reforma do Século Dezesseis fez surgir os anabatistas, cuja influência perdura até hoje. Estes ensinavam que pecado é a transgressão da lei de Deus, uma rebelião individual contra a vontade divina.
A vista disso, insistiam em que o pecado é um ato individual e não coletivo. O perdão do pecado baseia-se, portanto, no arrependimento e confissão individual do pecado a Deus, mediante fé no sacrifício expiatório de Cristo. Essa é a razão de se oporem ao batismo de crianças, com base no argumento de que crianças não são espiritualmente imputáveis nem precisam de perdão.

E. Pós-R efo i~yyia

1. Jacó Armínio

Jacó Armínio (1560-1609), teólogo holandês, reagiu a todo o sistema soteriológico calvinista, especialmente a seus^s ensinos sobre predestinação. Segundo Armínio, Adão, no seu estado original, era plenamente capaz de obediência total e voluntária a Deus. Por causa do pecado,

perdeu a justiça original, ficando exposto à miséria e à morte. Essa fraqueza foi transmitida aos seus descendentes. Como resultado, os seres humanos, destituídos da ajuda divina, são inteiramente incapazes de obedecer a Deus ou alcançar vida eterna, A queda trouxe como resultado a depravação total. Contudo, desde o primeiro alvorecer da consciência, Deus comunica a cada indivíduo a "graça preveniente", uma influência especial do espírito Santo, que restaura a livre escolha e permite ao ouvinte do evangelho reagir livremente ao chamado de Cristo.

As tendências más e o estado pecaminoso podem ser chamados de pecado, mas não são nem incluem culpa ou castigo. As tendências inatas para o mal só são imputadas como pecado, quando conscientemente e voluntariamente nos apropriamos delas e as ratificamos através de pecado pessoal e atual, apesar da graça e do poder de Deus. O pecado, bem como a perda eterna, são de inteira responsabilidade das decisões da vontade humana.

2. O Concilio de Trento

O Concilio de Trento (1545-1563) deliberou que, como resultado do pecado, Adão perdeu o dom da justiça que lhe fora concedido. O concilio também deliberou que o pecado de Adão, mais pela propagação do que pelo exemplo, prejudicou a raça humana, com exceção de Maria. Embora o concilio não tenha afirmado especificamente o que foi transmitido de Adão a seus descendentes, disse que a raça humana recebeu uma natureza destituída de justiça, com inclinação para pecar. O concilio afirmou que na vida espiritual, o livre-arbítrio foi enfraquecido, mas não perdido. O concilio também ordenou que crianças fossem batizadas para serem purificadas da contaminação herdada de seus pais.

F. *SécTilos 17 a 19*

1. Teologia Federal

Segundo a teologia federal, originada com o teólogo escocês Johannes Cocceius (1603-1669), Adão era não apenas o cabeça natural da raça humana, mas também seu representante federal. O pecado de Adão foi imediatamente imputado a todos os seus descendentes. A Confissão de VVestminster (1647) ratifica essa posição.

A teologia federal afirma que Adão foi constituído, por designação soberana de Deus, o representante de toda a raça humana. O pacto celebrado entre Deus e Adão incluía todos os seres humanos. Sob a condição de obediência, Deus concordou em conferir vida eterna a Adão — bem como a todos os seres humanos. A punição pela desobediência foi a corrupção e a morte de Adão e de todos os seus descendentes. Todos nascem corruptos porque foram representativamente incorporados no pecado e culpa de Adão. Essa incorporação representativa é a raiz da disposição inerente de cada pessoa para pecar, uma relação federal que todos confirmam por seus próprios atos pecadores.

2. Imputação Mediata

A imputação mediata está intimamente associada com Josua Placaeus, da França do século 17. Placaeus ensinava que, embora tenhamos recebido de Adão uma natureza corrupta, a base para a condenação da raça humana é nossa natureza corrupta, e não a de Adão. O Sínodo de Charenton (1644) rejeitou essa posição. Placaeus respondeu que o pecado original era na verdade mais do que corrupção hereditária, mas sua imputação foi indireta, seguida pelos pecados atuais cometidos por seres humanos, que nascem depravados tanto fisicamente como moralmente. Ele estabeleceu assím uma distinção entre a imputação imediata e mediata, mas negou que a imputação fosse imediata.

3. John Wesley

John Wesley (1703-1791), o fundador do metodismo, acreditava que Deus comunica aos seres humanos graça preveniente, uma centelha de divindade que é o antídoto de Deus para o pecado original, o qual ele definiu como a natureza corrupta da alma perante Deus. Dotados dessa capacidade de autodeterminação, os seres humanos são capazes de
262 ► escolher entre o bem e o mal. E assim quando o evangelho é apresentado, os seres humanos estão em condições de reagir positivamente às novas de salvação, ou de rejeitá-las.

Wesley ensinava que tanto a justificação quanto a santificação são essenciais no trato com o pecado. Justificação é a declaração forense feita por Cristo de que somos justos; santificação é a restauração da vontade humana para que possa cooperar livremente com Deus. Depois de aceitar a salvação oferecida em Cristo, os seres humanos podem prosseguir rumo à perfeição cristã, que, para Wesley, era o coração do evangelho. Por perfeição ele queria dizer o estado no qual o amor a Deus e ao próximo governa pensamentos, palavras e ações. A presença inata e inevitável de imperfeições corpóreas, que todos os seres humanos herdam do Adão decaído, torna impossível obter-se a perfeição impecável do corpo, a não ser na transformação completa e definitiva que ocorre na ressurreição,

Wesley distinguia entre pecados típicos e atípicos. Um pecado típico é conhecido e voluntário, ao passo que pecados atípicos consistem em erros, ignorância e fraquezas na linguagem ou no comportamento.

4. Teologia dia Nova Escola

A teologia da nova escola - assim chamada porque ia frontalmente contra os ensinos tradicionais calvinistas sobre pecado e predestinação — foi formulada por Nathaniel Taylor, teólogo da Nova Inglaterra do início do século 19. A escola rejeitava a teologia federal e negava a imputação do pecado de Adão. Afirmava que os seres humanos não regenerados podem reagir favoravelmente ao sacrifício de Cristo sem esperar pelo Espírito Santo para dar o primeiro passo. Reavivalistas do status de Charles G. Finney e Lyman Beecher popularizaram essa posição em meados do século 19.

5. Escola Realística

Essa escola de pensamento foi fortemente influenciada pelo agostinianismo. Floresceu em meados do século 19. William G. T. Shedd, um de seus principais proponentes, afirmava que Deus imputou a cada um dos descendentes de Adão culpa, depravação e pena de morte, em virtude de estar a raça semínalmente em Adão, em forma não distribuída. A natureza humana é uma unidade não individualizada, e existia em sua totalidade em Adão. Quando Adão pecou, não somente ele pecou, mas também cada pessoa que entra no mundo, por causa dessa unidade não individualizada que Adão era. Visto que todas as pessoas são coagentes culpados com Adão, nossos primeiros pais não foram mais culpados do primeiro ato do que os seus descendentes. O pecado de Adão não é nosso porque nos foi imputado; foi-nos imputado porque é propriamente o nosso próprio.

De acordo com a escola realística, o pecado começou com o egoísmo, e o orgulho foi o pai de todos os pecados. A corrupção é herdada e é sinônimo de culpa. Os resultados do pecado são males como inimizade, ódio e obstinação.

G. *Século 20*

A partir do século 18, o racionalismo começou a questionar o ensino tradicional sobre pecado e punição. Alguns como Rousseau (1712-1778) entenderam que as pessoas podem ser enganadas, mas não corrompidas. Outros, negando a interpretação literal do Gênesis, encararam o pecado como uma resistência à consciência universal de Deus

(Schleiermacher, 1768-1834), e como um produto do egoísmo e da ignorância (Ritschl, 1882-1889). Mas o século 20 presenciou o surgimento da nova ortodoxia, do evangelho social e da teologia da libertação, enfatizando diferentes pontos de vista sobre o pecado.

1. Nova Ortodoxia

A nova ortodoxia procurou defender a gravidade da alienação humana de Deus, ao mesmo tempo em que passava por alto os aspectos da queda e do pecado mantidos pela teologia tradicional. Karl Barth (1886-1968), proclamando sua dependência da Reforma e da Bíblia, definiu pecado como "inutilidade", "uma contradição à vontade positiva de Deus e uma brecha na aliança divina". Cada pessoa reconstrói a história do Éden, colhendo perversão e depravação. Nenhum aspecto do ser humano deixou de ser afetado
263 ► pelo pecado: no ser humano não habita nada de bom. Não resta na natureza humana nenhuma capacidade de Deus; portanto, o Espírito deve criar um ponto do contato antes de os seres humanos serem capazes de crer.

Emil Brunner (1889-1966) argumentava que a noção de pecado original é completamente alheia ao pensamento bíblico. Para ele, cada pessoa peca individualmente, e dentro do indivíduo há uma capacidade que o habilita a apreender o evangelho e reagir a ele; do contrário não haveria razão para a pregação.

Reinhold Niebuhr (1892-1971) afirmava que os seres humanos se acham numa relação paradoxal de liberdade e finitude, de ser livre e estar preso. Nessa condição, eles sentem ansiedade — a prévia condição interna do pecado. Niebuhr negava o conceito agostiniano de pecado original, mas também questionava a visão liberal que considerava o pecado como uma fraqueza. Para ele, o pecado original não é herdado, mas um fato da vida. Niebuhr enfatizava que a raiz do pecado reside no eu que tenta afirmar sua independência e ser igual a Deus.

2. Evangelho Social

De diferentes formas, os promotores do evangelho social rejeitaram o ponto de vista tradicional do pecado. Ritschl via o pecado como atos individuais que surgem da ignorância ou de uma falha em conceber valores éticos, uma busca em obter o que é inferior. Embora a justificação seja revelada por Cristo, só é tornada efetiva na reconciliação, que é obra humana. Outros defensores do evangelho social encontram a raiz do pecado na exploração econômica e na opressão de classe.

3. Teologia da Libertação

A teologia da libertação define o pecado em termos de opressão, exploração e injustiça social. O pecado do orgulho desumaniza as pessoas e faz com que se tornem gananciosas. É mais social do que individual. O pecado não deve ser compreendido apenas em termos religiosos, mas em termos de opressão social, política e econômica dos pobres. Ele é a exploração dos ricos sobre os pobres, das pessoas de recursos sobre os des validos. Inclui não somente injustiça social, mas também a degradação do ambiente. Assim sendo, o pecado é transmitido por meio da corrupta rede de instituições, relações, atitudes e do egoísmo social, principalmente o egoísmo empresarial.

H. *Concepção Adventista*

Durante 20 séculos depois de Jesus ter morrido na cruz pelos pecados da raça humana, a história da doutrina do pecado tem apresentado muitos contornos - desde a total negação de sua realidade até a indiferença para com sua depravação e seu domínio mortal. Entre os dois extremos, encontra-se ampla variedade de ensinos, desde pontos de vista bíblicos literais até uma mistura de especulações filosóficas e preocupações sociais.

E dentro desse contexto que nos voltamos para o ensino adventista do sétimo dia sobre a doutrina do pecado. Mesmo antes de se organizar oficialmente nos anos 1860, os

adventistas do sétimo dia estavam seriamente preocupados com o problema do pecado. A maior parte deles era composta de míleritas que aguardavam a volta de Jesus para 1844. Na expectativa desse acontecimento, eles caracterizavam-se pela prontidão moral e espiritual em obedecer à lei de Deus. Como Jesus não voltou em 1844, um grupo continuou a estudar a Palavra de Deus, descobriu as verdades do sábado e do santuário, e posteriormente se denominou oficialmente como adventistas do sétimo dia. A descoberta de verdades tais como o sábado e o juízo pré-advento iniciado em 1844, junto com a contínua proclamação da certeza e iminência da segunda vinda de Cristo, fez com que os primeiros adventistas do sétimo dia se mostrassem prontos para enfrentar o clímax final da história humana. Embora esse espírito de prontidão se expressasse em preocupações práticas com o problema do pecado e em levar uma vida de obediência ao decálogo, suas raízes metodistas conservavam bem vivo o interesse na perfeição.

A concepção adventista de pecado tem raízes no conceito bíblico do grande conflito, uma guerra cósmica que envolve os poderes sobre-humanos do bem e do mal. O conflito se iniciou com a rebelião de Lúcifer no Céu, de onde ele foi expulso com a terça parte dos anjos
264 ► que a ele se juntaram (Is 14:12-14; Ap 12:3-9). A questão central do conflito é o caráter de Deus: é Ele um Deus de amor ou um tirano que coage Suas criaturas à lealdade? Com a expulsão de Satanás, o conflito se deslocou do Céu para a Terra, tomando-se parte de nossa história desde então. Os adventistas do sétimo dia acreditam que a cruz de Cristo não somente tornou a salvação possível, mas também garantiu a vitória de Deus sobre o diabo. O pecado bem como Satanás e seus adeptos serão finalmente exterminados do Universo, quando o grande conflito chegar a seu fim no término do milênio (ver Grande Conflito V.D.1-3).

A concepção adventista de pecado, sua origem bem como a forma que Deus decidiu tratá-lo, é melhor apresentada nos escritos de Ellen G. White. Essa concepção é desenvolvida nos primeiros capítulos de seu livro *Patriarcas e Profetas.* A seção inteira é uma exposição dos dados bíblicos sobre o pecado, e representa a concepção adventista do conceito bíblico de pecado. A exposição pode ser esboçada em nove teses principais: (1) Deus é amor, e Ele espera que todas as Suas criaturas O reconheçam e a Ele sejam leais por amor. (2) Lúcifer, chefe dos anjos, procurou obter a homenagem devida somente ao Criador por atos de orgulho e engano. (3) Como resultado, a harmonia perfeita que caracterizava o Céu foi abalada, e Lúcifer e seus seguidores foram expulsos dali; o pecado começou com Lúcifer. (4) Ao terminar a criação do mundo, Deus colocou Adão e Eva, feitos à Sua imagem, como administradores encarregados de Sua criação, com a condição de que o íntimo relacionamento deles com Deus dependia da obediência à vontade divina. (5) Adão e Eva, devido às tentações satânicas, se rebelaram contra Deus e declararam sua independência dEle. (6) Foi assim que o pecado começou, com todas as suas consequências, inclusive depravação emorte. (7) Deus imediatamente anunciou o plano que elaborara muito antes da fundação do mundo, pelo qual Seu Filho redimiría a raça caída, oferecendo-Se a Si mesmo como resgate pelo pecado. (8) Aqueles que aceitam o Filho receberão perdão e vida eterna. (9) Deus porá um fim ao pecado no juízo escatológico associado com o retorno de Jesus após o milênio e estabelecerá novo céu e nova terra.

Esses são os principais ensinos em torno dos quais está construída a concepção adventista de pecado. Os adventistas não enfatizam a ideia de pecado original no sentido de se atribuir "pessoal e individualmente aos descendentes de Adão uma culpa moral por causa do pecado dele [Adão]. Ao contrário, enfatizam que o pecado de Adão trouxe como resultado a condição de alienação de Deus na qual todo ser humano nasce. Essa alienação

envolve uma tendência inerente para cometer pecado" (Neufeld, 1351).

O ano de 188S assinala um importante esclarecimento na concepção adventista de pecado e de justiça. Até então, quase não se falava em justificação pela fé nos livros e periódicos adventistas, A ênfase na obediência à lei era forte e quando E. J, Waggoner e A. T. Jones insistiram especificamente na doutrina da justificação pela fé, na assembléia mundial da igreja, realizada em Mineápolis em 1888, muitos, inclusive da liderança da igreja, inicialmente não a aceitaram.

Entre os adventistas, a história da doutrina foi analisada principalmente em torno da questão da perfeição. A fixação na perfeição surgiu em virtude de se identificarem os primeiros adventistas com os 144 mil de Apocalipse 14:1 e 7:4, um grupo especial tido como impecável e imaculado. Isso, em combinação com o alvo escatológico do NT de que, no fim do tempo, Deus terá uma igreja "gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante" (Ef 5:27), levou alguns adventistas a defender que era possível atingir a perfeição aqui na Terra. Outros discordaram, sugerindo que a perfeição só é possível como um dom da graça de Deus, conferido aos fiéis no momento do segundo advento. Isso não significa, porém, que os adventistas negam a vitória sobre o pecado ainda nesta vida. Longe disso. O ponto de vista deles é o mesmo do apóstolo João: "Filhinhos meus, estas coisas vos escrevo para que não pequeis. Se, todavia, alguém pecar, temos ■* Advogado junto aò Pai, Jesus Cristo, o Justo; e Ele é a propiciação pelos nossos pecados e não somente pelos nossos próprios, mas ainda pelos do mundo inteiro" (ljo 2:1, 2).

A afirmação adventista de que Deus triunfará finalmente na erradicação escatológica do pecado é expressa nestas vigorosas palavras:

"O grande conflito terminou. Pecado e pecadores não mais existem. O Universo inteiro está purificado. Uma única palpitação de harmonioso júbilo vibra por toda a vasta criação. D Aquele que tudo criou emanam vida, luz e alegria por todos os domínios do espaço infinito. Desde o minúsculo átomo até ao maior dos mundos, todas as coisas, animadas e inanimadas, em sua serena beleza e perfeito gozo, declaram que Deus é amor" (GC, 678).

VIII. Implicações para a Vida Cristã

A doutrina do pecado é um importante ensino da Bíblia. Sem a devida compreensão de sua realidade e sem uma adequada estimativa de sua gravidade, não podemos ter pleno e profundo discernimento da natureza de Deus ou da natureza da humanidade e seu destino. Tampouco nos é possível compreender a complexidade da vida e de seu ambiente.

A. Natureza de Deus

A doutrina do pecado nos revela a natureza de Deus. Mostra-nos que Deus não é um tirano vingativo nem um ditador arbitrário no Universo, que exige de Suas criaturas obediência absoluta. Se a origem do pecado nos ensina alguma coisa, essa é a de que Deus decidiu confiar às Suas criaturas o poder da escolha, e que partilhou com a humanidade algo de Seu **poder** criativo. **A** doutrina do pecado também nos ensina que Deus é amor e justiça. Ainda que Sua justiça exigisse que Adão e Eva fossem imediatamente destruídos por causa da contaminação do pecado que eles introduziram no mundo, o amor de Deus interveio e satisfez as exigências de Sua justiça na providência tomada para a eventualidade do pecado. Essa doutrina nos revela que "Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o Seu Filho unigêníto, para que todo o que nEle crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3:16).

6. *Natureza e Dignidade dos Seres Humanos*

A doutrina do pecado nos mostra que a pessoa humana não evoluiu de um estágio inferior de vida, como ensina a evolução. Ao contrário, ensina que fomos criados à imagem de Deus, à Sua semelhança, um pouco abaixo dos anjos. Deus nos conferiu uma dignidade única, e nos concedeu o domínio e o governo da Terra. O conceito da imagem e da semelhança confirma que Deus compartilhou conosco uma parte dEIe mesmo e nos dotou de imaginação, intelecto e criatividade.

C. *Grandeza do Amor de Deus*

A doutrina do pecado tem implicações sobre nossa maneira de compreender a grandeza e a riqueza do amor de Deus. Ele não somente nos amou e tomou providências para nossa salvação, senão também que nos tornou possível partilhar amor uns com os outros. Na verdade, a criação e o funcionamento da família humana ideal são dons magníficos de Deus, que só podem ser compreendidos quando sabemos e vemos a alternativa disponível na natureza destrutiva do pecado. Além disso, a operação do companheirismo cristão, sem levar em conta fatores alienantes tais como raça, cor, etnia e língua, só é possível por causa do amor redentor de Deus. Na ausência desse amor redentivo, só conseguimos ver a presença caótica do pecado.

D. Poder sobre a Tentação

A doutrina do pecado nos ensina a realidade e o poder da tentação. Não apenas no Jardim do Éden, mas em nossa existência e nos conflitos humanos, continuamos a defrontar o tentador com suas sutilezas e perigosa astúcia. A história do pecado nos mostra, porém, que não precisamos nos tornar vítimas da tentação: mediante a graça de um Deus amoroso, podemos alcançar a vitória.

E. Responsabilidade Moral

A doutrina do pecado traz a forte implicação de que a vida humana não pode ser vivida em áreas cinzentas de indiferença. O pecado deve ser chamado pelo seu verdadeiro nome, e é preciso traçar uma linha moral entre o que é certo e o que é errado. Portanto, a lei moral externa e a lei interna da consciência se unem para nos fazer lembrar que não somos e não podemos ser iguais a Deus, Tampouco somos animais sem responsabilidade por nossas ações. Gomo uma comunidade de seres humanos, temos o compromisso de partilhar valores, e esses só fazem sentido dentro do contexto da glória de Deus,

F *Significado e Propósito da Vida*

A doutrina do pecado mostra também que a história tem sentido e a vida tem propósito. A compreensão do pecado nos mostra que, na história, quando chegou a "plenitude do tempo" (G! 4:4), Jesus resolveu o problema do pecado. Quando novamente chegar a plenitude do tempo do fim, Jesus voltará para erradicar o pecado e estabelecer o reino justo de Deus. A escatologia cristã, portanto, nos garante que o pecado será finalmente aniquilado.

Não menos importante, o estudo do pecado revela a amorosa e relacionai natureza de Deus. Isso já pode ser visto no primeiro ato de Deus depois de Adão ter pecado, que foi procurar por ele para estabelecer vínculos de íntima comunicação.

IX. Comentários de Ellen G. White

A. A *Humanidade diante do Pecado*

"Em que consistiu a força do assalto contra Adão, que lhe causou a queda? Não foi o pecado inerente, pois Deus fez a Adão conforme o caráter divino, puro e reto. Não havia no primeiro Adão princípios corruptos nem propenso es corruptas ou tendências para o mal. Adão era tão impecável como os

anjos que estão diante do trono de Deus" (SDABCl, 1083).

"Certamente, não era o propósito de Deus que o homem fosse pecaminoso. Fez a Adão puro e nobre, sem nenhuma tendência para o mal. Colocou-o no Éden, onde havia todo estímulo para permanecer leal e obediente. A lei foi posta ao redor dele como uma salvaguarda" (ibid., 1084).

B. A Origem do Pecado

"Carecemos da autêntica história da origem da Terra, da queda de Lúcifer, e da chegada inesperada do pecado ao mundo. Sem a Bíblia, seríamos confundidos por teorias falsas. A mente seria sujeita à tirania da superstição e falsidade. Estando, porém, de posse da autêntica história do princípio do mundo, não precisamos nos embaraçar com conjecturas humanas e teorias que não merecem confiança" (MCP2, 742)

"É impossível explicar a origem do pecado de maneira a dar a razão de sua existência Nada é mais claramente ensinado nas Escrituras do que o fato de não haver sido Deus de maneira alguma responsável pela manifestação do pecado; e de não ter havido qualquer retirada arbitrária da graça divina, nem deficiência no governo divino, para que dessem motivo ao irrompimento da rebelião" (GC, 492, 493).

"Adão cedeu à tentação, e visto termos tão claramente diante de nós a questão do pecado e de suas consequências, podemos ler da causa para o efeito e ver que o que constitui o pecado não é a magnitude do ato, senão a desobediência à vontade expressa de Deus, o que é uma negação virtual de Deus, uma rejeição das leis de Seu governo" (SDABCl, 1083).

C. A *Natureza e Essência do Pecado*

"Quando o homem pecou, todo o Céu se encheu de tristeza; pois, ao ceder à tentação, o homem se tornou inimigo de Deus, participante da natureza satânica" (ST, 13/2/1893).

"Não é seguro nos empenharmos- em controvérsia com Satanás nem perder tempo contemplando as vantagens obtidas ao ceder às suas sugestões. O pecado é cegante * e enganador em sua natureza. A desobediência aos mandamentos de Deus é terrível demais para ser contemplada por um momento. Pecado significa desonra e desastre para cada alma que se satisfaz com a transgressão da santa lei de Deus, que é imutável" (RH, 9/10/1894).

"Não é possível calcular a agravante natureza do pecado contra Deus. O Senhor é um governante moral, bem como um Pai. Ele é o Legislador. Faz e executa Suas leis. A lei que não tem penalidades é ineficaz" (EF, 241).

"Todo pecado é egoísmo. O primeiro pecado de Satanás foi uma manifestação de egoísmo. Ele procurou se apoderar do poder e exaltar o eu. Uma espécie de insanidade o fez buscar suplantar a Deus. E a tentação que levou Adão a pecar foi a declaração satânica de que era possível ao homem alcançar algo além do que já desfrutava: ser como o próprio Deus. A semeadura das sementes do egoísmo no coração humano foi o primeiro resultado da entrada do pecado no mundo" (MR7, 232, 233).

"O homem foi originariamente dotado de nobres faculdades e de um espírito bem equilibrado. Era um ser perfeito, e estava em harmonia com Deus. Seus pensamentos eram puros, santos os seus intentos. Mas pela desobediência, suas faculdades foram pervertidas, e o egoísmo tomou o lugar do amor. Sua natureza tornou-se tão enfraquecida pela transgressão que lhe era impossível, em sua própria força, resistir ao poder do mal. Fez-se cativo de Satanás, e assim teria permanecido para sempre se Deus não tivesse intervindo de modo especial" (CC, 17).

D. *Consequências do Pecado*

"O pecado não somente separa de Deus, mas destrói na alma humana tanto o desejo

como a capacidade de conhecê-Lo. Através do pecado todo o organismo humano fica transtornado, a mente é pervertida, corrompida a imaginação; as faculdades da alma se degradam. Há ausência de religião pura, de santidade de coração. O poder convertedor de Deus não opera na transformação do caráter. A alma fica debilitada, e por falta de força moral para vencer, é poluída e aviltada[1] (PR, 233).

"Cada ato de transgressão, cada negligência ou rejeição da graça de Cristo, recai sobre vós mesmos; endurece o coração, deprava a vontade, entorpece o entendimento, tornando-vos não só menos inclinados a ceder à terna súplica do Santo Espírito de Deus, como também menos capazes de o fazer" (CC, 33).

"[O pecado] desfigura a imagem divina, frustra o propósito de Deus para a existência do ser humano, degrada-lhe os dons divinamente concedidos, restringe-lhe a capacidade, leva-o a imaginações profanas, e dá rédeas soltas às paixões não santificadas. Pecado! Como ele é detestável à vista de Deus! Os santos anjos o consideram com aversão" (RH, 3/6/1880).

"O homem foi separado da vida de Deus pelo pecado. Sua alma está paralisada pelas maquinações de Satanás, o autor do pecado. Por si mesmo, o homem é incapaz de perceber o pecado, incapaz de apreciar a natureza divina e de se apropriar dela. Fosse ela colocada a seu alcance, nada haveria nela que o coração natural do homem desejasse. Sobre ele está o poder enfeitiçante de Satanás. Todos os engenhosos subterfúgios que o diabo pode sugerir são apresentados ante sua mente para impedir todo bom impulso. Cada faculdade e atributo concedido ao homem por Deus tem sido usado como arma contra o Benfeitor divino. Portanto, por mais que Deus o ame, não pode lhe comunicar, sem correr perigo, os dons e as bênçãos que deseja transmitir" (SDABC6, 1099).

"O pecado do homem trouxe o resultado certo - decadência, deformidade e morte. Hoje, o mundo todo está contaminado, corrompido, acometido por doenças mortais. A Terra geme sob a contínua transgressão de seus habitantes" (SDABCl, 1085).

"Para os anjos, não parecia haver meio de escape para o transgressor. Eles cessaram seus cânticos de louvor, e em todas as partes ■* das cortes celestiais houve pranto pela ruína provocada pelo pecado. Em desarmonia com a natureza de Deus, obstinado ante os reclamos de Sua lei, nada a não ser destruição estava diante da raça humana. Visto que a lei divina é tão imutável quanto o caráter de Deus, não podia haver nenhuma esperança para o homem, a menos que se imaginasse alguma forma pela qual sua transgressão fosse perdoada, sua natureza renovada e seu espírito restaurado para refletir a imagem de Deus. O amor divino concebera tal plano" (ST, 13/2/1893).

268

E. Extensão e Eliminação do Pecado

"Exige a justiça que o pecado não seja apenas perdoado, mas que se cumpra a pena de morte. Deus, no dom de Seu Filho unigênito, satisfez essas exigências. Ao morrer no lugar do homem, Cristo não só cumpriu a pena como proveu perdão" (MG, 137).

"A morte de Cristo na cruz assegurou a destruição daquele que tinha poder sobre a morte, o origínador do pecado. Quando Satanás for destruído, não haverá mais ninguém para ser tentado ao mal; nunca mais haverá necessidade de se repetir a expíação; nem o perigo de que se produza outra rebelião no Universo de Deus, O único que pode efetivamente restringir o pecado neste mundo de trevas, não permitirá que o pecado ressurja no Céu. O significado da morte de Cristo será percebido pelos santos e os anjos. Homens decaídos não poderíam ter um lar no paraíso de Deus, sem o Cordeiro imolado desde a fundação do mundo" (SDABC5, 1132).

"Contemplai a cruz do Calvário. Alí está Jesus, que deu a vida, não para que os homens continuassem no pecado, não para que tivessem licença para quebrar a lei de Deus, mas a fim de que, pelo Seu infinito sacrifício, possam ser salvos de todo o pecado" (TM, 161, 162).

"Devemos compreender que, pela fé nEle, temos o privilégio de participar da natureza divina e fugir assim da corrupção que há no mundo por causa da concupiscência. A seguir somos purificados de todo pecado, de todo defeito de caráter. Não precisamos reter uma só tendência pecaminosa. [...] A medida que participamos da natureza divina, tendências hereditárias e cultivadas para o erro são eliminadas do caráter e somos convertidos num vivo poder para o bem" (SDABC7, 943).

K *Implicações para a Vida Cristã*

"Apesar de nossa indignidade, devemos lembrar que existe Um que pode tirar o pecado e que está disposto a salvar o pecador e tem desejo de fazê-lo. Ele pagou o castigo de todos os pecadores com seu próprio sangue. Deus removerá todo pecado que seja confessado perante Ele com coração contrito" (ibid., 970).

"Você acredita que Cristo, como seu substituto, paga o débito de sua transgressão? Isso não quer dizer que você deva continuar no pecado, mas que pode ser salvo de seus pecados; que você, pelos méritos da justiça de Cristo, pode ser restabelecido ao favor de Deus. Saiba que um Deus santo e justo só lhe aceitará os esforços para guardar Sua lei, pelos méritos de Seu próprio Filho amado, que morreu por sua rebelião e pecado!" (RH, 24/7/18S8).

"Seguir a palavra do Senhor e abraçar a verdade envolve a tomada de uma cruz e abnegação. Mas não é seguro fazer de outra maneira. À medida que vê a luz, ande na luz. Que um solene e inalterável propósito se apodere de você, para que resolva daqui por diante, pela força e graça de Deus, viver para Ele, e que nenhuma consideração terrena lhe convença de renegar a divina lei dos dez mandamentos, renegando assim seu Salvador e seu Deus. Busque o conselho de Deus, e descobrirá que o caminho da obediência a Seus mandamentos é como a vereda dos justos, que vai brilhando mais e mais até ser dia perfeito'" (RH, 9/10/1894),

"A vida cristã é uma milícia. [...] Nesse conflito da justiça contra a injustiça, só podemos ser bem-sucedidos mediante o auxílio divino. Nossa vontade finita precisa ser levada em submissão à vontade do Infinito; a vontade humana deve se fundir com a divina. Isso trará o Espírito Santo em nosso auxílio; e cada conquista tenderá para o restabelecimento da possessão adquirida de Deus e a restauração de Sua imagem na alma" (MJ, 55).

X. Literatura

Berkhof, L. *Systematic Theology.* Grand Rapids: Eerdmans, 1941.

-------. *The History of Chnstian Doctrines*. Grand Rapids: Eerdmans, 1975.

Berkouwer, G. C. *Sin.* Grand Rapids: Eerdmans, 1971.

Bromiley, Geoffrey W., e outros, eds. *International Standard Bihle Encyclopedia.* Grand Rapids: Eerdmans, 1979.

Brunner, Emil. *Man in Revolt: A Chnstian Anthropology*. Trad. Olive Wyon. Philadelphia: Westminster, 1947.

Evangelical Dictionary of Bihlical Theology. Ed. Walter A. Elwell. Grand Rapids: Baker, 1990.

Guthrie, Donald. *Neiv Testament Theology.* Downers Grove: InterVarsity, 1981.

Kittel, G,, e G. Friedrich, eds. *Theological Dictionary ofthe New Testament.* 9 vols. Grand Rapids: Eerdmans, 1964-1974.

Ladd, George E. A *Theology of the Neiv Testament.* Grand Rapids: Eerdmans, 1974.

The New International Dictionary of the Bible. Ed. Merrill C. Tenney. Grand Rapids: Zondervan, 1963.

Neufeld, Don F., ed. *The Seventh-day Adventist Encyclopedia.* Washington: Revievv and Herald, 1976.

Niebuhr, Reínhold. *The Nature and Destiny of Man.* 2 vols. Nova York: Charles Scribner & Sons, 1964.

Schaff, Phillip. *The Nicene and Post-Nicene Fathers.* First Series. 14 vols. Grand Rapids: Eerdmans, 1971.

"Sin". *Interpreteis Dictionary of the Bihle,* Nashville; Abingdon, 1962.

Strong, Augustus H. *Systematic Theology.* 3 vols. Valley Forge: Judson, 1961.

Whidden, Woodrow W. *The Soteriology of EUen* G. *White.* Tese de PhD, Drew University, 1989.

Wilson, William. *New Wilsons Old Testament Word Studies.* Grand Rapids: Kregel, 1987.

Zachrison, Edwin Harry. *Seventh-day Adventists and Original Sin: A Study of the Early Development of the Seventh-day Adventist Understanding of the Effect of Adams Sin on His Posterity.* Tese de PhD, Andrews University, 1984.

8
Salvação

Ivan T. Blazen

Introdução

Salvação é o tema universal da Escritura. Todos os outros grandes temas são subdivisões ou explicações dele. A forma da salvação varia, mas a estrutura básica é a mesma: Deus visita Seu povo e o liberta dos problemas ou poderes que lhe ameaçam a existência. Desde o princípio, quando o Senhor vestiu os culpados e envergonhados pais da raça humana, até o dia em que o povo de Deus será introduzido na Nova Jerusalém, percebe-se que Deus está dinamicamente envolvido na libertação do gênero humano. Tanto isso é verdade que a palavra "Salvador" não só é justaposta ao nome "Deus", mas também se torna uma definição e um nome para Deus. Pelo fato de Deus ser o "Deus da nossa salvação" (ICr 16:35; SI 79:9; Hc 3:18), Ele é chamado e às vezes tratado como "Salvador" (2Sm 22:3; Is 43:3; 45:15; Jr 14:8; Lc 1:47; iTm 1:1; 2:3; Tt 1:3; 2:10; Jd 25). Deus pode empregar diversos agentes humanos para efetuar Seus propósitos, mas é somente Ele quem salva (Is 43:11; 45:21). "Do Senhor é a salvação" (SI 3:8). Ele é quem libertou, liberta e libertará o povo "de todas as suas tribulações" (34:17). Ele não quer que ninguém pereça (2Pe 3:9), mas que todos sejam salvos (lTm 2:4) pelo nome de Jesus (Mt 1:21; At 4:12; iTs 5:9; Rm 10:13), Ao partilhar o sofrimento humano, Jesus Se tornou o autor e a fonte da eterna salvação para todos quantos O seguem (Hb 2:10; 5:9).

I. II,

I. Palavras Bíblicas e Conceitos Fundamentais
- A. A Terminologia da Salvação
- B. O Caráter Histórico da Salvação
- C. Do que Deus Salva
- D. As Pessoas que Deus Salva
- E. A Necessidade Humana de Salvação Divina
  1. A Realidade c os Resultados do Pecado
  2. A Natureza do Pecado
  3. Necessidades Salvíficas Decorrentes do Pecado

II, 0 Plano Divino da Salvação
- A. A Decisão de Deus na Eternidade
- B. As Alianças Divinas no Tempo
  1. A Essência e a Unidade das Alianças Divinas
  2. Alianças Adâmica, Noética e Eterna
  3. As Alianças Abraâmica, Sinaítica e Davídica
  4. A Nova Aliança
  5. A Antiga Aliança

III. Componentes da Salvação
- A. Uma Nova Relação com Deus
  1. Justificação e Justiça
  2. Reconciliação
  3. Adoção
- B. Uma Nova Certeza diante de Deus
  1. Certeza Atual da Salvação Final
  2. Vida Eterna Agora pelo Dom Divino do Filho
  3. Certeza pela Fé e Juízo de Acordo com as Obras
- C. Uma Nova Vida Procedente de Deus
  1. Regeneração
  2. Arrependimento e Conversão
  3. Santificação

IV. Implicações Práticas da Doutrina da Salvação

V. História da Doutrina da Salvação
- A. Os Pais Apostólicos
- B. Dos Pais Apostólicos até Agostinho
  1. Irineu

2. Tertuliano
3. Orígenes
4. Teólogos Orientais e Atanásio
5. Agostinho e a Controvérsia Pelagiana
► C. Escolasticismo Medieval
1. Anselmo
2. Abelardo
D. Pensamento Reformado e Reação Católica
1. Lutero
2. Calvino
3. Concilio de Trento
E. Arminianismo e Metodismo
1. Jacó Armínio
2. John Wesley
VI. Adventistas do Sétimo Dia
VII. Comentários de Ellen G. White
A. O Propósito Divino em Salvar
B. A Morte Expiatória de Cristo
C. O Papel da Fé
D. Esperança para os Mais Fracos
E. Santificação: Obra de Toda a Vida
VIII. Literatura

271

I. Palavras Bíblicas e Conceitos Fundamentais

A. A *Terminologia da Salvação*

O vocabulário da Escritura é rico em palavras que expressam o sentido de "salvação". A Bíblia hebraica contém diversas expressões importantes, que, embora tendo nuanças próprias, são muitas vezes sinônimas umas das outras.

O termo de ocorrência mais frequente, *natsal,* que quer dizer "retirar" ou "extrair", significa resgate ou libertação de uma pessoa. Deus é refúgio e baluarte porque Ele liberta de perigos mortais (SI 91:3) e resgata Seu povo para uma vida longa (v. 14-16). Dois outros termos para "libertação" são *malat* e *palat.* Essas palavras comunicam as idéias de escapar, dar proteção ou pôr em segurança. A ocorrência mais notável de *malat* se encontra em Joel 2:32, que se refere à salvação escatológica durante os terrores do dia do Senhor. Nuanças adicionais ao conceito de livramento se encontram em *gaal* e *padah,* que, ao serem usados com referência à salvação, transmitem a ideia de Deus realizando um esforço especial ou pagando um resgate (Êx 6:6; 15:13; SI 77:14, 15; Is 43:3, 4; Jr 50:34).

A palavra *hayak* intensifica a dimensão da graça e da providência divina que opera na história para salvar ou preservar a vida. Isso é ilustrado por Ló, cuja vida foi poupada pela misericórdia de Deus na destruição que se abateu sobre Sodoma (Gn 19:16, 19), e também por José, através do qual Deus, contrariando o mau intento de seus irmãos, fez dele vice-governador do Egito para a conservação de muitas vidas (45:5, 7, 8; 50:20).

As palavras mais abrangentes e importantes para salvação no Antigo Testamento são *yashà* e seus cognatos. O significado básico é o de ser retirado de um ambiente estreito ou opressivo para um ambiente espaçoso, de circunstâncias más para circunstâncias boas, onde a vida floresce e há proteção contra os inimigos (SI 18:18, 19). A salvação que a família semântica *yasha* contempla se acha enraizada na história e afeta o passado, o presente e o futuro. No passado, vê-se a salvação de Deus na libertação dos escravos hebreus do Egito. No presente, ela se manifesta no ato de Deus libertar Seu povo de toda espécie de situação negativa na qual esteja coagido ou confinado. Quanto ao futuro, Deus há de agir novamente em favor de Seu povo, pois Sua salvação dura para sempre (Is 51:6). Tão eficaz será a salvação de Deus que as pessoas falarão de salvação e louvor em vez de violência e destruição (60:18). E possível ver a salvação futura ainda em textos como Isaías 43:11-21; 51:1-6; 62:1-12; Jeremias 46:27; Ezequiel 36:24-30, 33-38; Zacarias 8:7 e 8, 13; 9:14-17; 10:6 e 7.

Na LXX - a versão grega do AT utilizada pelos cristãos primitivos — e no NT, a palavra grega que mais favorece a tradução das palavras hebraicas para salvação é *sõzõ* e seus cognatos. Essas palavras enfatizam a libertação espiritual, moral e escatológica. Pela ação de Deus, os seres humanos são libertos do pecado e de Satanás, do sofrimento e da morte. Em harmonia com o AT, onde a salvação é passada, presente e futura, a pessoa que experimenta a salvação de Deus foi salva (Rm 8:24; Ef 2:5, 8), está sendo salva (1 Co 1:18; 15:2) e será salva (Mt 24:13; Rm 5:9, 10). Ao contrário daqueles que acham que a essência da salvação se acha no passado ("escatologia realizada") ou ► no presente (postura existencialista), é preciso enfatizar também a salvação futura, já que aproximadamente um quinto das ocorrências das palavras *sõzõ* no NT se referem à salvação no tempo do fim.

ZLZ

Além do grupo *sõzõ*, o NT utiliza *lytroõ* e suas formas derivadas, *lytron, lytroomai, antilytron, lytrõsis, lytrôtês* e *wpolytrosis* (um termo decisivo). Essa família semântica fala da liberdade que se torna possível pela ação de Deus em Jesus Cristo. Às vezes, como em determinados usos de *lytroõ* na LXX (SI 31:5 [30:6]; 103:4 [102:4]; Is 43:1), ou em algumas passagens do NT, talvez não haja nenhuma sugestão de pagamento ou resgate (Lc 24:21; 21:28; Rm 8:23; Ef 4:30), Em outros casos, a noção de preço está claramente presente (Rm 3:24, 25; Ef 1:7; lPe 1:18, 19). Por conseguinte, a plena acepção dessa palavra inclui três idéias: escravidão, liberdade e (muitas vezes) preço. À semelhança das palavras *lytroõ*, há a palavra *rhyomai*, que significa "libertar", "resgatar", "salvar" ou "preservar".

jB. O *Caráter Histórico da Salvação*

Para o AT, a salvação ocorre na história, não no mito nem no ritual, como nas antigas religiões do Oriente Próximo. Deus ter libertado Israel do Egito é a suprema demonstração de Sua ação salvadora e o prenuncio de Sua salvação no futuro. Oseías 13:4 aplica ao Exodo a afirmação de Isaías 43:11 de que há um só Deus e Salvador. O interesse de Deus em Israel se manifestou ao resgatá-lo do cativeiro egípcio, livrá-lo às margens do Mar Vermelho, cuidar dele no deserto e guiá-lo para Canaã (Dt 6:21-23; 11:3-5; 26:8, 9). O êxodo do Egito pelo poder de Deus (7:19) era o foco da fé israelita, Essa história de salvação era recitada em declarações confessionais (6:20-24; 26:5-9; Js 24:2-13), repetida como o preâmbulo da lei (Êx 20:2; Dt 5:6), associada com as principais festividades (Dt 16:1-3, 9-12; Lv 23:39-43), celebrada em salmos de louvor (SI 66:1-7; 78:11-16; 105; 106; 135:8, 9; 136:10-16) e empregada como chave interpretativa para se compreender o significado de ritos específicos na vida de Israel (Ex 13:3-16, especialmente os v. 8 e 14).

Ao salvar Seu povo do Egito, Deus matou o leviatã, símbolo das forças antidivinas. O Salmo 74:12-14 diz que Deus esmagou as cabeças do dragão leviatã [a palavra leviatã, que aparece na King James Version, às vezes é traduzida como monstro marinho]. Em 89:8-10, o leviatã reaparece sob o nome de Raabe (cf. Is 51:9 [palavra hebraica em nota de rodapé, na Nova Versão Internacional]), e conta-se novamente a vitória divina no Êxodo, já que Deus seca o mar, pisa Raabe aos pés e dispersa Seus inimigos. As proezas divinas realizadas no Êxodo dão um vislumbre do que Deus fará pela redenção de Israel no futuro. Isaías 27:1 profetiza que Deus matará o leviatã, a serpente sinuosa ou o dragão do mar. A história da futura salvação, da qual o Êxodo é protótipo, se completa quando o dragão, expulso do Céu (Ap 12:7-9) e que tenta destruir a igreja (v, 13-17) como fez o faraó com Israel, é derrotado junto com a besta a quem o dragão havia dado seu poder (Ap 13:1, 2; 19:20; 20:10).

O poder salvador de Deus manifesto no Êxodo deveria se revelar novamente no livramento do povo de Deus do exílio babilônico e persa (Is 49:8-26; 44:28—45:17). E impressionante a linguagem do Êxodo utilizada na descrição desse retorno (Is 43:16, 17; 48:21; 52:12).

No NT, a salvação em Jesus também segue o padrão do livramento do Êxodo. Os paralelos incluem a redenção pelo sangue (Êx 12:1-13; Rm 3:24, 25; Ef 1:7), a saída do Egito (Os 11:1; Mt 2:15), a declaração "Este é Meu Filho" (Êx 4:22; Mt 3:17), o número 40 e o tema do deserto (Êx 16:35; 34:28; Nm 14:33; Mt 4:2; Lc 4:2). A morte de Jesus também é descrita em termos do cordeiro pascal (ICo 5:7; iPe 1:19), e o batismo e a Ceia do Senhor são vistos como equivalentes da experiência de Israel com Moisés no mar e a recepção do maná que descia do céu e a água que jorrava da rocha (ICo 10).

E assim que o Êxodo, o maior evento salvffico antes da vinda de Cristo, se entrelaça no tecido da descrição bíblica da história da salvação. Pode-se concluir que a salvação de Deus no Êxodo explicava o passado de Israel, dava sentido a seu presente e inspirava esperança quanto ao seu
273 ► futuro, esclarecendo a história de Cristo e dos primeiros cristãos e constituindo a promessa da vitória final da igreja sobre o mal. Em tudo isso, Deus foi, é e será o Salvador. A parte que cabe aos seres humanos continua sendo, como no Êxodo, pisar na água e ver a salvação através do Senhor (Êx 14:13-15; cf. 2Cr 20:17). O que o Êxodo é para o AT, a vida, morte e a ressurreição de Jesus são para o NT.

C. *Do que Detis Salva*

Na descrição bíblica da salvação, Deus salva de muitas realidades negativas. Primeiramente, Ele salva daqueles que fazem Seu povo correr perigo. Isso inclui os ímpios (SI 37:40), os homens violentos (SI 140:1,4, 5), sanguinários (SI 59:2), perseguidores (Sl 7:1; 142:6), fraudulentos (Sl 43:1; 144:7, 8, 11), odientos (2Sm 22:18), inimigos (Nm 10:9; 2Sm 22:4; Sl 18:3; 31:15; Lc 1:69, 71) e das nações que impõem servidão ou guerra (Jz 15:18; 2Rs 13:5; 2Cr 20:17; Mq 6:4).

Em segundo lugar, Deus salva de situações difíceis e perigosas ou de problemas. Isso inclui aflições em geral (Sl 34:6, 17; 54:7; 81:7), angústia (lSm 10:19; Sl 107:13, 19), tribulação (lSm 26:24), violência (2Sm 22:3; Sl 22:20), enfermidade (Mt 9:21; Lc 8:36), temores (Sl 34:4), mesmo o temor da morte [Hb 2:15] e a própria morte (Sl 6:4, 5; 56:13; 68:19, 20; 116:8; Hb 5:7).

Em terceiro lugar, Deus livra a humanidade do estado de pecado e de suas consequências. Aqui a Escritura fala de perdição (Lc 19:10), iniquidades ou transgressões (Sl 39:8; 51:1-9; 79:9; Mt 1:21), crimes de sangue (Sl 51:14), sociedade corrupta (At 2:40), presente século mau (G1 1:4), império das trevas (Cl 1:13), sujeição ao príncipe da potestade do ar, paixões da carne (Ef 2:1-5) e ira de Deus (Rm 5:9).

D. As *Pessoas que Detis Salva*

De acordo com a Escritura, os beneficiados com a salvação de Deus são aqueles que, motivados pelo amor e pela graça divina, reconhecem sua necessidade e demonstram humilde dependência de Deus. Eles são responsivos e receptivos ao Senhor. O NT chama essas pessoas de homens de fé. Ao contrário da ideia de que fundamentar a salvação somente na fé reduz a reação humana à mera crença intelectual ou assentimento intelectual, a fé bíblica significa receptividade a tudo quanto Deus concede, e dedicação a Deus de tudo quanto a pessoa é e tem. Por causa disso, para ser efetivada, a redenção pessoal requer arrependimento (Mc 1:14, 15; Lc 3:3; At 2:37, 38; 3:19; Rm 2:4; 2Co 7:10) e frutos dignos de arrependimento (Mt 5:1-12; Lc 3:7-14). Em harmonia com isso, segundo as Escrituras hebraicas,

Deus trabalha salvificamente por aqueles que O temem (reverência) e nEle depositam suas esperanças (SI 33:18-22), aqueles que nEle confiam (Sl 22:4, 5; 86:2) e O invocam (SI 55:16; 107:13), os humilde e contritos (Sl 34:18; Jó 22:29), aqueles que esperam em Deus (Is 25:9) e nEle buscam refúgio (Sl 37:40), os que manifestam fidelidade pactuai ou lealdade (Hc 2:4), os retos de coração (SI 7:10) e os que buscam os Seus preceitos (SI 119:94). Sendo assim, à luz de um ensino bíblico holístico, a fé que alcança a salvação é a que leva o coração, a mente e a vida para Deus. No relacionamento com Deus, a fé e a fidelidade são dois lados da mesma moeda.

E. A Necessidade Humana de Salvação Divina

1. A Realidade e os Resultados do Pecado

O pecado é o maior problema humano, para o qual a salvação divina é a única solução. (Para uma visão completa do pecado, ver Pecado.) A começar do orgulho e do desejo de ser como Deus (Gn 3:4; Is 14:1-20; Ez 28:1-19), o pecado é uma realidade universal (lRs 8:46; 2Cr 6:36; Jó 4:17; Sl 14:1-3; Ec 7:20; Is 9:17; Dn 9:11; Rm 3:9-11, 23; 5:12, 19; ljo 1:8, 10). Dele resulta a condenação e a morte universal (Rm 5:14-18; 6:23; Tg 1:15).

2. A Natureza do Pecado

Visto que a salvação se acha tão diretamente associada com a realidade do pecado, é preciso esclarecer o conceito de pecado para compreender mais clara mente a natureza da salvação.

a. Pecado como ação. A primeira e mais imediata forma em que o pecado se manifesta é a partir de uma má ação. Romanos 1:18—3:20 descreve a acusação bíblica contra as ações pecaminosas da humanidade. Até mesmo as boas ações são consideradas trapos de imundícia (Is 64:6).

b. Pecado como depravação do coração. Contudo, o pecado é mais do que má ação. Pode terminar em ação, mas começa na inclinação do coração. A Escritura testifica que o pecado é uma perversão do coração e da vontade, da natureza moral e do íntimo do ser. As profundezas da contaminação do coração são vividamente descritas em Gênesis 6:5; Isaías 1:5 e 6; 29:13; Jeremias 11:8; 16:12; Mateus 7:18-23; e Tiago 1:14, 15; 4:1 e 2.

c. Pecado como poder escravizante. A Bíblia descreve as ações pecaminosas como o resultado de se viver sob o domínio de um poder hostil, mau e escravizante, conforme a descrição de Romanos 5-8. Sempre que ocorre no singular, com exceção de Romanos 7:5, o pecado é descrito como um rei ou senhor (Rm 5:12-14, 21) a quem os seres humanos prestam serviço obediente (Rm 6:6, 12, 13). Como um tirano cruel ou um capataz perverso, o pecado mantém as pessoas em escravidão (v. 6, 16-18, 20; 7:14) e paga-lhes salário (Rm 6:23). Como um demônio, ele é capaz de habitar em uma pessoa (Rm 7:17, 20), enganar essa pessoa (v. 11), assim como a serpente enganou Eva (Gn 3:13), e ainda lhe causar a morte (Rm 6:16, 23; 7:11, 14). Seu poder para extinguir a humanidade é produzido pela imposição de sua própria lei (Rm 7:23; 8:2) ou pela operação subversiva de seus propósitos destrutivos devido à lei de Deus (Rm 7:8, 11, 13; cf. iCo 15:56). O pecado pode estar adormecido ou despertar repentinamente, estimulando paixões pecaminosas à ação (Rm 7:5-9). O pecado como um poder é oposto a Deus (Rm 6:23) e, como criminoso, recebe de Deus a condenação (Rm 8:3). Falar do pecado como um poder expressa um paradoxo: o pecado é algo que fazemos e, ao mesmo tempo, algo que precede e determina nossa ação. Ao pecar, somos nós que pecamos e, ao mesmo tempo, não somos nós, mas o pecado que

habita em nós (Rm 7:17, 20). Sendoassim, no tocante ao que fazemos, estamos realmente dando expressão ao poder do pecado que nos governa.

3. Necessidades Salvíficas Decorrentes do Pecado

Quando o pecado é visto como um ato de transgressão, o pecador é convidado a arrepender-se, confessar, ser batizado e receber perdão dos pecados e purificação da culpa (At 2:38; 2Pe 3:9; IJo 1:9). Essa é a experiência da justificação.

Quando o pecado é visto como inclinação pecaminosa do coração ou da vontade, o pecador precisa de um novo coração e de um espírito reto (SI 51:10). Deus promete providenciar esses dons (Ez 11:19; 36:26). Isso tem que ver com questões de regeneração, conversão e santificação.

O pecado é visto como poder escravizante e mortal, uma radicalização do conceito de pecado como um coração mau. Por isso, necessita-se mais do que arrependimento, perdão ou mudança de coração. Requer-se uma mudança de domínio, do domínio do pecado e da morte para o domínio de Gristo e da vida (Rm 6). Unicamente sob o domínio de Cristo há verdadeira liberdade.

Em resumo, as necessidades do pecador, em comparação com os três aspectos do pecado, são perdão, renovação e liberdade sob a supervisão de um novo Senhor. Essa é a essência da mensagem bíblica de salvação, que será explicada em mais detalhes na seção III.

II. O Plano Divino da Salvação

A. A *Decisão de Detis na Eternidade*

A salvação da humanidade não é resultado de uma reflexão tardia ou de um improviso tornado necessário devido a uma mudança inesperada de acontecimentos depois do surgimento do pecado. Ela. surge mais propriamente de um plano divino para redimir o homem, formulado antes da fundação deste mundo (IGo 2:7; Ef 1:3, 14; 2Ts 2:13, 14) e que brota do amor eterno de Deus pela humanidade (Jr 31:3).

Esse plano abrange a eternidade passada, o presente histórico e a eternidade futura. Inclui realidades e bênçãos tais como a eleição e a predestinação para ser povo santo de Deus e portar a semelhança com Gristo, a redenção e o perdão, a unidade de todas as coisas em Cristo, o selo do Espírito Santo, a £► recepção da herança eterna e a glorificação (Ef 1:3-14). Fundamental para esse plano é o sofrimento e a morte de Jesus, que não foi um acidente da história nem o produto de mera decisão humana, mas algo originado no propósito redentor de Deus (At 4:27, 28). Jesus é, na realidade, "o Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo" (Ap 13:8),

Coerentes com a realidade de um plano estão as afirmações de Jesus sobre o motivo por que Ele entrou no mundo. Ele veio para cumprir a lei (Mt 5:17), para chamar pecadores (Mt 9:13), para ser amigo de proscritos (Mt 11:19), para buscar e salvar o perdido (Lc 19:10; cf, iTm 1:15), para servir a outros e dar Sua vida em resgate de muitos (Mc 10:45). Tudo quanto Ele faz é em nome de Seu Pai (Jo 5:43) e de acordo com a vontade dEle (v. 30). Como o revelador de Deus (Jo 1:14, 18; 14:7-10), Ele leva as pessoas a Deus (v. 6) e à vida eterna ou à salvação que Deus concede a todo aquele que nEle crê (Jo 3:15-17; ver Grande Conflito I.A).

B. *As Alianças Divinas no Tempo*

1. A Essência e a Unidade das Alianças Divinas

A forma como Deus efetua Sua decisão eterna de salvar a humanidade é por meio

de alianças divinas no tempo. Embora a Bíblia fale de alianças no plural (Rm 9:4; G1 4:24; Ef 2:12), há na Escritura somente uma aliança básica de salvação. Ela tem caráter promissivo - as bênçãos e a salvação divina são oferecidas por Deus, não obtidas por méritos dos seres humanos — mas espera uma resposta de fé e obediência da humanidade. O coração dessa aliança é o inabalável amor de Deus, mencionado em todas as partes da Escritura e, às vezes, equiparado com a própria aliança (Dt 7:9; lRs 8:23; Ne 9:32; Dn 9:4). O plural "alianças'' significa que Deus faz avançar Seu propósito salvador reafirmando Sua aliança de diversas maneiras a fim de atender às necessidades de Seu povo em diferentes épocas e ambientes. Cada forma de aliança desempenha sua parte no propósito unitário da salvação.

2. Alianças Adâmíca, Noética e Eterna

A aliança adâmíca designa a promessa de Deus em Gênesis 3:15, chamada de protoevangelho (primeiro anuncio do evangelho), segundo o qual, Cristo, o Descendente, vencería o maligno (Rm 16:20). A aliança noética é uma promessa de graça e vida. Deus promete solenemente preservar a vida das criaturas na Terra (Gn 6:18-20; 9:9-11). Visto ter sido uma promessa de misericórdia para todos, essa aliança também é chamada de "aliança eterna" (v. 16). O conceito "eterno" também é usado para a aliança abraâmica (Gn 17:7, 13, 19; lCr 16:17; SI 105:10), para a aliança sinaítica com sua ênfase no sábado (Êx 31:16), para a aliança davídica (2Sm 23:5; Is 55:3; Ez 37:26, 27), para a nova aliança que promete restaurar Tsrael (Jr 32:40, reformulada em 31:33; Ez 16:60) e para o sacrifício de Jesus (Hb 13:20).

3. As Alianças Abraâmica, Sinaítica e Davídica

A aliança da graça com Abraão (Gn 12:1-3; 15:1-5; 17:1-14) é fundamental para todo o curso da história da salvação (GI 3:6-9, 15-18). Por meio da semente de Abraão, que não se refere apenas a seus numerosos descendentes, mas em particular a seu único descendente, Gristo (v. 16), Deus abençoa o mundo. Todos quantos fariam parte da semente de Abraão descobriríam que Deus é seu Deus, e que eles são Seu povo. A circuncisão seria um sinal (Gn 17:11) desse *correto* e já existente relacionamento com Deus constituído pela fé (Gn 15:6; Rm 4:9-12).

A aliança sinaítica, celebrada no contexto da redenção do cativeiro egípcio (Êx 19:4; 20:2; Dt 1-3), continha as providências sacrificais divinas para a expiação e o perdão de pecado. Também era uma aliança de graça e uma reiteração das principais ênfases contidas na aliança abraâmica, incluindo a relação especial de Deus com Seu povo (Gn 17:7, 8, Êx 19:5; 6); uma grande nação (Gn 12:2, Êx 19:6 e 32:10); e obediência (Gn 17:9-14; 22:16-18; Êx 19:5). Quando o povo quebrou a aliança sinaítica, « Moisés orou para que Deus se lembrasse das promessas que Ele fizera na aliança abraâmica (Êx 32:13). A ênfase especial posta sobre a lei no Sinai mostrava que o cumprimento da aliança abraâmica esperava um povo no qual a realidade da graça divina pudesse ser demonstrada pela obediência. Israel não podia se tornar uma bênção para o mundo enquanto não vivesse, primeiramente, a condição de povo de Deus e "nação santa" (Êx 19:6).

A aliança davídica está relacionada tanto com a aliança abraâmica (Ez 37:24-27) quanto com a mosaica (2Sm 7:22-24). Segundo essa aliança, Davi seria príncipe e rei sobre Israel (v. 8; Jr 30:9; Ez 37:24, 25) e construiría a casa ou santuário de Deus (2Sm 7:7-13; Ez 37:26-28). Nesse lugar, Deus, que nas alianças abraâmica e sinaítica queria ser o Deus de Israel e que eles fossem Seu povo, poderia habitar no meio deles.

4. A Nova Aliança

A promessa de uma nova aliança ocorre pela primeira vez em Jeremias 31:31-33, Ela está inserida no contexto da volta de Israel do exílio e das bênçãos que Deus concedería. Assim como a quebra da aliança no Sinai (v. 32) levou Israel para o exílio, a renovação dessa aliança os preservaria e constituiría sua esperança para o futuro, O conteúdo dessa nova aliança era a mesma do Sinai. Havia o mesmo relacionamento Deus-povo e a mesma lei (v. 33). A aliança sinaítica não se tornara antiquada nem prescrevera; fora apenas quebrada. A reconstituição dessa aliança seria estabelecida como premissa para o perdão dos pecados do povo (v. 34) e a garantia de que Deus colocaria a Sua lei pactuai (e a reverência por Ele, jr 32:40) no coração de Seu povo (Jr 31:33). Isso traria o conhecimento de Deus a todo o povo (v. 34) e a plena e duradoura efetivação da aliança no Sinai. Em Ezequiel 36:25-28, a internalização da lei divina ocorre quando Deus renova o coração e põe Seu Espírito nele como força motivadora para uma nova obediência.

Em harmonia com a ênfase no perdão (Jr 31:24) e no Espírito (Ez 36:37), o Novo Testamento estende o conceito da nova aliança para o sangue de Cristo, que traz perdão de pecados (Mt 26:28; Lc 22:20; ICo 11:25; Hb 9:15; 12:24); e para o ministério do Espírito, que traz vida (2Co 3:6).

5- A Antiga Aliança

O conceito de uma “antiga aliança” é explicitamente referido somente em 2Co 3:14, embora esteja implícito no uso que Paulo faz de “duas alianças” em Gálatas 4:24 e nas referências de Hebreus a uma “primeira aliança” (8:7, 13; 9:1, 15, 18), “segunda aliança” (9:7) e “superior aliança” (7:22; 8:6).

As afirmações de Paulo sobre as alianças em 2 Coríntios e Gálatas só podem ser devidamente compreendidas em função da polêmica que ele desencadeou contra os oponentes judaizantes, que, segundo ele, estavam dando mais importância à lei do que a Cristo. Dentro desse contexto polêmico, a antiga aliança mencionada em 2 Coríntios 3:14 representa o código mosaico do Sinai (v. 15), que, quando é lido com os olhos vendados com um véu, isto é, quando lido não cristologicamente, não passa de mera letra. Nessa condição, ela mata (v. 6). Quando em Cristo, o véu é afastado (v. 15, 16) e se percebe o verdadeiro conteúdo e significado da lei, o que se vê é a glória do Senhor (v. 18) e não a glória da lei. Estar relacionado com o Espírito do Senhor, em contraste com estar relacionado somente com a letra, traz liberdade (v. 17) e vida (v, 6; cf. Rm 7:6),

Quanto a Gálatas, é evidente que a ênfase na obediência à lei nunca deve ser dissociada da primazia de um relacionamento de fé com Deus. Quando isso ocorre, a lei não alcança seu objetivo de levar à vida (conforme se pretendia originalmente (Dt 6:24; Rm 7:10). Ao contrário, leva à condenação (G1 3:10, citando Dt 27:26), A equiparação feita por Paulo entre a aliança sinaítica e a escravidão em Gálatas 4:24 e 25 deve ser explicada a partir dessa perspectiva. -« A aliança do Sinai não era um sistema de escravidão. Original mente ela repousava sobre a realidade de Deus redimir Israel do cativeiro, em Sua promessa de ser o Deus deles e de eles serem Seu povo, e de conter um sistema sacrifical que ensinava expiação e perdão. No entanto, quando a lei é dissociada da promessa e a fé, das obras, a aliança se desvirtua, trazendo como resultado escravidão em vez de liberdade. Gálatas 3:15-4:7 apresenta a relação apropriada entre a promessa e a lei. Paulo afirma aqui que a única forma de ser justificado é através da aliança abraâmica da graça recebida pela fé. A lei do Sinai não era contrária à promessa feita a Abraão

277

(G1 3:21), em vez disso a promovia conduzindo a Grísto (v. 24), "para que, mediante a fé em Jesus Cristo, fosse a promessa concedida aos que creem" (v. 22), A função da lei como "aio" cessa quando o crente estabelece com Cristo um relacionamento maduro (v. 25; 4:1-5).

A razão de uma segunda ou superior aliança para os hebreus é que Deus considerou defeituosas as promessas do povo no Sinai, pois eles falharam em sua execução (Hb 8:8, 9). Havia necessidade de promessas superiores (v. 6), e Hebreus explica *essas* promessas em termos das novas promessas pactuais de Jeremias 31:33, em que Deus reafirma a aliança do Sinai e promete capacitar os crentes a guardá-la. Também havia necessidade de um sacrifício superior (Hb 9:23) capaz de tornar real a purificação do pecado (Hb 10:2-4). As leis sacrificais da aliança sinaítica eram, na verdade, uma sombra dos bens vindouros, mas não "a imagem real das coisas" (v. 1). Assim, o tema da primeira e segunda alianças de Hebreus está relacionado ao cumprimento da promessa e ao *conceito* típo-antítipo.

III. Componentes da Salvação

Conforme observamos em I. E. 3, são três aspectos do problema do pecado a serem abordados. A solução do problema está em nova relação com Deus, em nova certeza diante de Deus e em nova vida procedente de Deus.

De acordo com o ensino bíblico, especialmente como o apóstolo Paulo articulou, todos os elementos da salvação se encontram somente "em Cristo" (e.g,, Ef 1:1-14). Essa locução, ou seu equivalente, que ocorre 164 vezes nos escritos de Paulo, refere-se mais a uma relação pessoal com Cristo do que a um status meramente legal. Um exame da maneira como essa locução é empregada mostra que se trata de uma realidade experimental que envolve a mais íntima união possível entre o Cristo ressuscitado e o crente. Por estar unido ao Senhor ressuscitado mediante a habitação de Seu Espírito, o crente toma parte nos eventos salvíficos da morte e da ressurreição de Cristo, e é incluído no corpo de Cristo, a igreja. Como resultado, o crente recebe pessoalmente todas as bênçãos da salvação que fluem de Cristo e que existem no companheirismo cristão.

A. *Uma Nova Relação com Deus*

A nova relação com Deus inclui justificação, reconciliação e adoção.

1. Justificação e Justiça

a. Terminologia. O verbo "justificar" se baseia no hebraico *tsadaq*, que significa "ser íntegro ou justo" e, na forma causativa *(htyhil)*, "dar um veredito a favor de, tratar ou declarar como justo, absolver, vindicar, restaurar ao direito". Os substantivos hebraicos *tsedeq* e *tsedciqah* significam equidade, justiça, probidade ou retidão no sentido de conformidade com o relacionamento com Deus estipulado em Sua lei pactuai. O adjetivo *tsaddiq* significa íntegro, legal e justo. Correspondente a esses termos hebraicos, e tendo essencialmente os mesmos significados, estão o verbo grego *dikaioõ*, o adjetivo *dikaiõs*, e o substantivo *dikaiosyne*. Os substantivos *dikaiõsis* e *dikaiõma* denotam justificação, embora o último termo também possa significar exigência justa.

b. Contexto forense da justificação. Os verbos hebraico e grego são forenses, significando que devem ser compreendidos no sentido do pronunciamento que um juiz faz numa causa judicial. Se o juiz se declara a favor do acusado, pronuncia um veredito de absolvição ou justificação; se sua decisão é contra o acusado, o veredito é de condenação.

< 278

Esse uso forense, com seu contexto pactuai no relacionamento entre Deus e Israel, é o pano-de-fundo, primário para o ensino neotestamentário da justificação pela fé. Embora seja vital para o ensino bíblico, esse contexto não esgota a abordagem forense, julgamentos e relacionamentos de tribunal são transpostos para o nível superior da graça perdoadora e para uma relação pessoal entre os seres humanos e Deus. O conceito de Deus como juiz é superado, embora não suplantado, pelo conceito de Deus como Pai. A linguagem forense da justificação flui para a teologia das riquezas inexauríveis e superabundantes do dom divino da graça em Cristo.

c. Antecedentes. Em suas epístolas, o apóstolo Paulo explica mais detalhadamente a doutrina da justificação. Sua exposição, porém, se baseia no AT e, em particular, no ensino de Jesus. Ao enfatizar questões como a imputação de justiça ou de pecado (Gn 15:6), a equiparação da justiça com as atividades redentoras de Deus (SI 31:1; 143:11, 12), o perdão dos pecados e dos pecadores (2Cr 33:1-13; SI 51), e a substituição das vestes sujas por trajes limpos ou finos (2c 3:1-5), o AT fornece conceitos fundamentais para a reflexão sobre justificação no NT.

A imagem das vestes em Zacarias assemelha-se ao ensino de Jesus sobre a veste nupcial em Mateus 22:1-14. A fim de estar adequadamente vestido para o banquete de casamento do rei (uma ilustração terrena relacionada com a entrada no reino do Céu) é preciso estar usando a veste nupcial. Sem ela, não se tem lugar legítimo nas bodas, apesar do gracioso convite recebido, A parábola não fala do que significa a veste nem como cada um a adquire, mas a Escritura fornece respostas em outro lugar, Em Isaías 61:10, ouve-se um intenso regozijo porque Deus “me cobriu de vestes de salvação e me envolveu com o manto de justiça”. Soa a mesma nota de alegria na parábola do filho pródigo quando o pai, que representa Deus, concede alegremente ao filho a melhor roupa (Lc 15:22). Gálatas 3:26 e 27, referindo-se àqueles que se tornaram filhos justificados de Deus mediante a fé e o batismo em Cristo, diz que esses “de Cristo" se revestiram. Assim, no contexto mais amplo da Escritura, a veste na parábola das bodas pode simbolizar em última análise a justiça divina concedida por meio de Cristo.

Na parábola do fariseu e do publicano (Lc 18:9-14) não é o orgulho por virtude ou por Iegalismo que qualifica o ser humano a receber de Deus a justificação como veredito, mas um espírito arrependido e um sincero apelo pela misericórdia de Deus. Mesmo que todo dever seja cumprido, a humanidade ainda será indigna (Lc 17:10). Assim, a graça justificadora de Deus sempre é necessária.

O ensino de Jesus sobre como se tornar justo para com Deus é visto em Suas obras, pois Jesus acolhia pecadores e comia com eles (Mc 2:15-17; Lc 15:2). Isso concorda com as parábolas de Jesus sobre a graça divina, que busca e restaura até mesmo aqueles que dEIe se afastaram (Lc 15:3-32). Jesus pode não ter empregado a expressão “justificação pela fé", como Paulo, mas esse ensino era parte vital de Sua missão e mensagem.

d. A justiça de Deus. A carta aos Romanos, com importante suporte de Gálatas e Filipenses, é a fonte mais notável da Escritura para esclarecer a justificação pela fé. Romanos 1:16 e 17 estabelece a tese de toda a epístola, O verso 16 declara que o evangelho, a proclamação do Filho de Deus como Cristo e Senhor (v. 3, 4), é o poder que certamente leva salvação a todos os que creem. O verso 17 explica que o evangelho leva à salvação porque nele se revela a justiça de Deus. O encadeamento de idéias entre o verso 16 e o verso 17, bem como o contraste com a ira no verso 18 (cf. Rm 3:19, 20 com 21),

mostra que a justiça de Deus é uma realidade salvadora. Romanos 1:18-3:20 descreve a injustiça e a ira das quais a justiça divina salva. Ali se retrata a realidade sórdida do pecado humano, e a ira que sobrevêm justificadamente sobre os pecadores é descrita como passada (“Deus entregou tais homens" [Rm 1:24, 26, 28]), presente (v. 18) e futura (Rm 2:2, 5, 8, 9). A matéria atinge sua conclusão na cena de juízo de Romanos 3:19 e 20, em que o mundo inteiro é culpado e não é válida nenhuma apelação para obras. A humanidade perdida aguarda, a sentença de morte, o salário do pecado (Rm 6:23). Em contraste com esse quadro de pecado e ira, Romanos 3:21 retoma o tema da justiça de Deus iniciado em Romanos 1:16 e 17. “Mas agora" introduz o reverso do estado de perdição sob o pecado e a ira mediante a revelação da justiça de Deus, que cria um novo começo para aqueles que a recebem pela fé (Rm 3:22).

A concepção da justiça divina como atividade salvadora concorda com um importante tipo de costumes encontrado no AT, principalmente em Isaías e nos Salmos. Em diversos textos, a justiça de Deus é sinônimo ou quase sinônimo da salvação ou da libertação que Ele oferece. Isaías 46:13 declara: “Faço chegar a minha justiça, e não está longe; a minha salvação não tardará; mas estabelecerei em Sião o livramento.” Versos que possuem o mesmo sentido são Isaías 51:5; 56:1; 59:16; e 61:10, A sinonímia é evidente, já que Deus é aquele que anuncia “justiça, poderoso para salvar" (Is 63:1). De fato, Deus é “Deus justo e Salvador” (Is 45:21; ver também SI 24:5; 31:1; 40:10; 51:14; 71:15; 143:11). Em certos textos, a justiça de Deus é igualada a Seu constante amor ou misericórdia (SI 36:5, 6, 10; 89:14).

Essa equiparação de justiça com salvação ou misericórdia em Isaías e nos Salmos apresenta um precedente bíblico para o que já se acha claro a partir das relações contextuais de justiça em Romanos 1-3. Podemos deduzir que a justiça de Deus designa não tanto um atributo de Deus, mas, no modo dinâmico do pensamento hebraico, uma atividade divina de redenção que coloca pessoas injustas em uma correta relação com Deus. E um conceito pactuai.

e. Facetas da justificação* *(1) Justificação como correta relação com Deus.* Pela justificação uma pessoa em relação incorreta (rompida) com Deus entra em uma relação correta com Ele. Isso seria mais bem compreendido se as palavras, em inglês, *justify* (justificar) e *justfication* (justificação), baseadas na Vulgata Latina, que assumem um “tornar justo", *justum facere,* tivessem sido traduzidas por *righfi)’* (justificar) e *rightfication* (justificação), palavras que não existem em inglês. Todos os termos começam com a raiz *dik* em grego e, portanto, seria mais bem iniciados em inglês com a raiz *rigíit.* Assim, a ligação entre *justfication* e *righteousness* ficaria evidente. Que as duas sejam de fato sinônimos (exceto onde a palavra *righteousness* é usada no sentido estritamente ético, como em Romanos 5:7; 6:13), prova-se de duas maneiras. Primeiro, Paulo anuncia seu tema em Romanos como a justiça [em inglês, *righteousness]* de Deus (1:17; 3:21), mas fala principalmente de justificação. Em segundo lugar, a justificação e a justiça são equiparadas em Romanos 4:5.

(2) Justificação como absolvição. Uma acepção de justificação diretamente relacionada com seu contexto forense ou jurídico é “absolvição”, o oposto de "condenação". Esse par de palavras contrastantes se encontra em Deuterônimo 25:1; Provérbios 17:15; Mateus 12:37; Romanos 5:16 e 18; 8:33 e 34; e 2 Coríntios 3:9. Assim sendo, na justificação Deus salva pecadores da condenação de seus pecados (Rm 8:1), absolvendo-os de todas as acusações.

(3) *Justificação como atribuição de justiça.* Romanos 4 contém a passagem mais

importante para se entender a justificação. Ali Abraão, a quem os judeus consideravam modelo de virtude, é apresentado para ilustrar o que aconteceu aos antepassados do povo de Deus, e o que pode acontecer também a seus descendentes (v. 1-5, 22-24). Se os melhores precisam da justiça de Deus, então todos precisam. O verso 2 nega que Abraão tenha sido justificado por suas obras, quando Paulo declara que o patriarca não tinha do que se gloriar diante de Deus, A implicação é a de que, se ninguém pode se gloriar na presença do Criador, a justificação não pode ser por obras. Assim, o verso 2 nos mostra o que Abraão não alcançou, O verso 3, citando Gênesis 15:6, descreve o que realmente lhe aconteceu, a saber, que Ele creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justi-
280 ► ça. A linha de argumento nos versos 1-6 revela três etapas principais: a promessa divina de bênção, a resposta humana de fé e o pronunciamento divino de justiça. Em outras palavras, declara-se que a fé é a reação correta à graça de Deus e o indício de um relacionamento correto com Ele. A justiça, ou a correta posição para com Deus, não é resultado da promessa nem da fé propriamente dita, mas da interação de causa-efeito entre as duas. A promessa provoca a fé, e a fé recebe a promessa. O argumento em Romanos 4:3 é o de que, se a justiça divina for imputada, nunca jamais pode ser considerada realização de homem, mas somente da graça de Deus. O verso 4 mostra como as coisas funcionam no nível humano: a pessoa que trabalha recebe o salário que merece, não a graça. O verso 5, em contrapartida, mostra como as coisas funcionam no nível divino: para. aquele que trabalha, não em busca de justiça, mas confia (tem fé) em Deus que justifica o ímpio, essa confiança ou fé é atribuída como justiça.

Falar do pecador sendo justificado ou reconhecido como justo foi uma afirmação revolucionária. Para os judeus que viviam na época de Paulo, parecia que o apóstolo estava apoiando a impiedade — daí as acusações contra ele em 3:8 e 6:1 e 15 — e sendo frontalmente contrário às Escrituras hebraicas, cujo ensino é de que Deus não justifica o ímpio (Ex 23:7) e de que aqueles que assim o fazem são abomináveis para Deus (Pv 17:15). Segundo essa forma de pensar, Deus só justifica o justo (cf. lRs 8:32), Que resposta se pode dar ao aparente dilema ético proposto pelas palavras de Paulo? De acordo com os Salmos, o próprio Deus é justificado ao condenar o mal (51:4). Que autorização temos, então, para dizer que Deus justifica o pecador em vez do justo? Lemos em Salmo 143:2: "Não entres em juízo com o teu servo, porque à tua vista não há justo nenhum vivente." Desse ponto de vista, o juízo de Deus sobre os ímpios só pode ser um: "Culpado!'' Mas Paulo ensina que Deus entra em juízo com Seu povo pecaminoso e, surpreendentemente, o veredito não é "culpado!", mas “absolvido!” Em que se apoia essa aparente contradição?

Primeiramente, é preciso lembrar que Paulo, em harmonia com o verso 2, ensina que todos os seres humanos estão sob o poder do pecado e carecem da glória de Deus (Rm 3:9, 23). Portanto, se alguém tiver de ser justificado terá que estar necessariamente entre os pecadores. Em segundo lugar, Paulo não ensina que Deus justifica qualquer pecador, mas o pecador que deposita nEle sua fé e confiança. Essas são as pessoas que, com arrependimento, disseram "sim” ao veredito de Deus sobre o pecado e se lançaram sobre Sua misericórdia. Isso já é um novo alinhamento com Deus, um dizer “amém” a Deus. O verbo hebraico *aman,* do qual deriva a palavra portuguesa “amém”, é a palavra usada em Gênesis 15:6 e citada em Romanos 4:3, para o ato de crer em Deus por parte de Abraão. Ter fé é, de fato, a reação correta para com Deus. Em terceiro lugar, a fé que justifica está no sacrifício expiatório provido por Deus (v. 25). Isso concorda com o sistema sacrifical de Israel, segundo o qual a aceíta-

ção para com Deus era realizada mediante sacrifício; concorda também com aquelas numerosas passagens do AT em que se concede perdão ao pecador penitente (e.g., SI 51).

(4) Justificação como perdão divino. Em Romanos 4:6-8, Paulo chega ao coração da questão. Assim como ele discorreu sobre Abraão e um texto notável, Gênesis 15:6, agora discute sobre Davi e outro texto proeminente, Salmo 32:1 e 2. Visto que o AT estipulava que um fato importante devia ser estabelecido por depoimento de pelo menos duas testemunhas (Dt 17:6), Paulo apresenta Abraão e Davi como testemunhas da lei e dos profetas em favor da justificação pela fé (Rm 3:21). De fato, ele emprega o testemunho de Davi para explicar mais plenamente o significado de Abraão ter sido justificado. Ele parece estar aplicando aqui a segunda regra hermenêutica do rabino Hillel, *gezerah shaimh,* "equivalência de expressões" (cf. Strack, 93, 94). Segundo esse princípio, uma palavra ou frase encontrada em um texto da Escritura pode ser explicada pelo significado que ela tem em outro texto. Visto que a palavra "imputou" aparece não somente em Gênesis 15:6, mas também em Salmo 32:1 e 2, Paulo utiliza o texto de Salmos, com o seu paralelismo triplo, para esclarecer o texto de Gênesis. Justificação passa a significar perdão de pecado, cobertura de pecado e não atribuição de iniquidade ao crente (Rm 4:7, 8). Posto de outra maneira, a culpa desaparece, o pecado já não comparece em juízo, e suspendem-se todas as acusações. O fato de Deus não atribuir iniquidade encontra expressivo eco em 2 Coríntios 5:19: "Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões." Assim, o perdão repousa no coração da justificação.

O conceito de perdão é favorecido por outros termos e conceitos significativos usados pela Escritura para defini-lo e explicá-lo. Quanto à terminologia, a realidade do perdão é representada na Bíblia hebraica pela linguagem pitoresca de cobrir *(kapar* [Êx 29:36; Lv 8:15]; e *kasah* [Ne 4:5; SI 32:1]); apagar *{mahak* [SI 51:1]); e limpar ou remover (Gn 50:17). O conceito de expiação é associado principalmente com *kapar,* mas também com *nasa.*

No NT grego, perdão é descrito como "despachar" (verbo *aphiêmi* [Mt 6:12, 14, 15; Rm 4:7]; e o substantivo a*phesis* [Mt 26:28; At 5:31; G1 1:14]); "ser gracioso" (*charizomai* [Lc 7:43; 2Co 2:7; Cl 2:13]) ou "misericordioso" (*hiíaskomai* [Lc 18:13] e *hileõs* [Hb 8:12]); "cobrir" (*kalyptõ* [Tg 5:20; IPe 4:8] e *epikalyptõ* [Rm 4:7]); "dispensar" *{apolyõ* [Lc 6:37]) ou "limpar" *(exaleiphõ* [Cl 2:14, associado a perdão no v. 13]). A ideia de expiação se encontra na família de palavras *hiíaskomai.*

O perdão dos pecados, bem como a remoção das barreiras para a reconciliação e comunhão com Deus, é de fundamental importância para a fé hebraico-cristã. Na esperança bíblica, o perdão constituía uma extraordinária bênção da era messiânica (Is 43:25; Jr 31:34; 33:8; 50:20; Mq 7:18, 19). E preciso ver seu significado tanto do lado do homem como do lado de Deus. No que diz respeito ao homem, se não houver o perdão divino, o estado de separação de Deus e responsabilidade pela ira divina por causa de pecado (Is 59:2; Rm 1:18; 2:3, 5, 8, 9) só pode terminar na morte eterna (Rm 6:23). Se o pecador não receber o perdão de Deus, o amor de Deus, que procura o pecador, não se realizará nem haverá alegria no Céu (uma inferência de Lucas 15:6, 7, 9, 10, 23, 24). O grande desejo que Deus tem de perdoar está contido na última oração de Jesus. Na cruz, apesar do hediondo crime que estavam cometendo contra Ele, rogou: "Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem" (Lc 23:34). A mensagem da Escritura é que Deus, semelhantemente ao pai que espera na história do filho pródigo (Lc 15:11-24), anseia perdoar o pecador arrependido. Quando esse reconhecer: "Pai, pequei contra o Céu

e diante de Ti" (v. 18), receberá de Deus compaixão e aceitação (v. 20), perdão e purificação (SI 51:1, 2,7, 9; IJo 1:9).

Quanto à extensão do perdão, a Escritura representa Deus afirmando que afastou de nós os nossos pecados assim como o Oriente dista do Ocidente (SI 103:12); que os lançou nas profundezas do mar (Mq 7:19) ou para trás de Si (Is 38:17); que os apagou ou dissipou (Sl 51:1, 9; Is 43:25; 44:22) e que não vai mais Se lembrar deles (Jr 31:34). Quando a obra do Senhor estiver concluída, todos os pecados serão perdoados (Lc 7:47; Cl 2:13). De fato, foi pelos pecados do mundo inteiro que Cristo morreu como um sacrifício expiatório, que porém só se torna eficaz pela fé (Rm 3:25).

Os pré-requisitos (que também podem se manifestar concomitantemente) para a recepção pessoal do perdão são arrependimento, confissão e batismo (Mc 1:4; At 2:38; 3:19; IJo 1:9); fé (At 10:43; Tg 5:15); e união com Cristo (Ef 1:7; 4:32).

Embora o perdão esteja disponível a todos, nem todos serão perdoados, Não há perdão para os que atribuem a Satanás a miraculosa obra de cura realizada por Jesus pelo poder do Espírito Santo (Mt 12:31, 32), o chamado pecado imperdoável. Quando se rejeita o poder divino, não há nada mais que Deus possa fazer para salvar (Hb 6:4-6). Somos advertidos a não nos desviarmos "dAquele que dos Céus nos adverte" (Hb 12:25) nem a ultrajar o "Espírito da graça" (Hb 10:29).

282 ►

Além disso, se aqueles que foram perdoados por Deus não perdoarem aos outros (Cl 3:13), não serão perdoados no juízo final (Mt6:12, 14, 15; Lc 6:37). O perdão que se requer é ilimitado. Os seguidores de Jesus devem praticar não um perdão sétuplo, mas um perdão "setenta vezes sete" (Mt 18:21, 22), em contraste com o desejo da pessoa não renovada de se vingar não somente sete vezes, mas setenta vezes sete (Gn 4:23, 24). A parábola do credor incompassivo retrata de maneira dramática o dever que têm aqueles que obtiveram de Deus esse inestimável perdão de manifestá-lo em benefício de outros (Mt lS:23-35). Perdoar os outros de coração (v. 35) é indicado como uma necessidade *{dei,* "não devias tu" [v. 33]). Essa parábola reforça um aspecto central do ensino de Jesus: "Sede misericordiosos, como também é misericordioso vosso Pai" (Lc 6:36).

(5) Justificação como vida escatológica e nova criação. A justificação também envolve o dom da nova vida. Romanos 5:18 (ARC) ensina que o ato de obediência de Jesus na cruz leva à "justificação de vida" (a tradução literal de *dikaiõsin zôês).* As palavras "de vida" (caso genitivo em grego) podem ser traduzidas como "justificação vivificante" ou "justificação que dá vida" (ARA). Em harmonia com isso, Romanos 4:17 utiliza duas grandes realidades para explicar a plenitude da justificação: a criação (Deus "chama à existência as coisas que não existem") e a Ressurreição (Deus "vivifica os mortos"). Ou seja, a justificação é uma nova criação pela qual Deus traz vida àqueles que estavam espiritualmente mortos (cf. Ef 2:1-5). "Se alguém está em Cristo, é nova criatura; as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas" (2Co 5:17). Em Gálatas, cujo tema principal é a justificação, Paulo sustenta que o que realmente importa para Deus é o ser nova criatura (GI 6:15). Isso concorda com o contexto rabínico de Paulo, segundo o qual, quando um pagão se convertia ao judaísmo, era considerado uma nova criatura, em virtude do perdão de todos os seus pecados. Romanos 6:4 fala daquele que se uniu a Cristo como andando em novidade de vida ("em novidade de Espírito" [Rm 7:6]), apontando para a vida escatológica da era vindoura. Essa nova vida, posta à disposição pelo Espírito, é o fundamento da transformação ética, pois a vida gerada pelo Espírito deve ser vivida sob a orientação do Espírito e deve produzir os Seus frutos (G1 5:22-25).

(6) Justificação como mudança de domínio. Romanos 6 apresenta um elemento sem o qual não se veem as amplas implicações da justificação. A ocasião para o capítulo foi o mal entendido gerado pelo ensino de Paulo sobre a justificação pela fé somente, à parte da lei (Rm 3:21-4:25). O ensino do apóstolo tinha sido interpretado erroneamente para dar a entender que os crentes podiam praticar o mal despreocupadamente, esperando que desse mal viesse o bem (Rm 3:8), ou que podiam continuar pecando para que a graça aumentasse ainda mais (Rm 6:1). Isso era uma dedução errônea do ensino de Paulo de que, quando a lei foi revelada no Sinai, em vez de o pecado diminuir - o ponto de vista judaico - fez avultar a transgressão, somente para a graça ser mais abundante (Rm 5:20). Os críticos judaicos de Paulo pensavam que essa construção equivalia não somente à justificação do pecador, mas também à justificação da impiedade. Paulo escreveu Romanos 6 para explicar que a justificação não tinha esse sentido. Seu argumento principal é que na vida dos crentes se realiza uma transferência ou troca de domínios. O pecado costumava ser o senhor (v. 17,20), mas, em virtude do batismo em Cristo e na Sua morte (v. 3, 4), ocorre a morte do domínio do pecado e se inicia o domínio de Cristo. Na linguagem forense de Romanos 8:3, Cristo condenou judicialmente o pecado na carne; assim, o pecado perdeu o seu caso no tribunal. Perdeu dessa forma a autoridade, ou tutela, sobre a vida da pessoa que se uniu a Cristo.

E esclarecedor que a palavra grega empregada em Romanos 6:7 para dizer que ocorreu a liberdade do reino de pecado é *díkaioõ,* termo que, comumente, significa "justificar". Essa palavra, quando usada na voz passiva com a preposição "de" *(apo),* significa "ser libertado de" (cf. At 13:39, onde perdão com«} ► bina com "estar livre de"). Isso encontra seu paralelo na forma passiva de *eleutheroõ* (libertar) em combinação com "de" *(apo)* em Romanos 6:18 e 22. Não ha dúvida de que a justificação paulina, além do perdão de pecados, envolve a liberdade do antigo domínio do pecado. Quando essa liberdade se realiza, ela se torna a raiz da qual emerge o fruto da santificação. A justificação é uma realidade muito mais poderosa do que um mero ajuste legal nos livros do Céu, E o destronamento daquela autoridade ilegítima que impede uma vida santificada, e o estabelecimento daquela autoridade divina que a possibilita. Talvez seja essa a razão por que Paulo pode se deslocar duas vezes da justificação para a glorificação sem mencionar a santificação entre elas (Rm 5:2; 8:30). A justificação, no pleno sentido paulino, pressupõe o conceito de santificação como crescimento moral que se baseia na transferência do crente para o domínio de Cristo.

(7) Justificação como comunidade. A justificação tem dimensão coletiva e individual. Quando as pessoas são sinceras para com Deus, também desenvolvem um correto relacionamento umas com as outras e se tornam um só corpo (Rm 12:4; 15:7; iCo 12:12, 13; Ef 4:4, 5). Forma-se uma comunidade na qual status, etnia, raça e gênero não mais atuam como barreiras para o companheirismo, visto que todos são filhos de Deus pela fé, unidos em Cristo Jesus e membros da família de Deus (Lc 15:1, 2; G12:12; 3:26, 28; Ef 2:13-19).

(8) *Justificação como a realidade da justiça.* E comum dizer que na justificação os crentes são tratados como se fossem justos, ou como se não tivessem pecado. Essa linguagem é apropriada em duas áreas. Primeiramente, quando se define justiça em um sentido moral como obediência perfeita à santa léi de Deus (CC, 62), a justificação deve significar que os pecadores são tratados como se fossem justos. E visto que, por causa de Cristo, eles recebem vida em vez de morte, são tratados como se não tivessem pecado. Em segundo lugar, a linguagem de "como se fôssemos justos" é apropriada em

uma situação polêmica com a visão católico-romana, segundo a qual na justificação não somos declarados justos, mas nos tornamos realmente justos em virtude da infusão da graça e da justiça na alma.

Porém, ao examinarmos a justiça ou justificação em seu sentido relacionai primário de estar em um correto relacionamento com Deus, com todos os seus benefícios salvíficos, não pode haver "como se". Quando Deus diz que os crentes são sinceros para com Ele, aceitos por Ele, perdoados por Ele, reconciliados com Ele, adotados por Ele e viví ficados por Ele como nosso Senhor, eles "realmente" o são (cf. IJo 3:2), Assim sendo, em um sentido relacionai, pode-se dizer apropriadamente que estão "sendo justificados", como na tradução da ARA, de Romanos 5:9.

f, A base da justificação. "Logo, muito mais agora, sendo justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira" (Rm 5:9), O que torna ambas as coisas possíveis e expressa a justificação do homem pecador é a cruz de Cristo, considerada como sacrifício vicário e expiatório, pelo qual o pecado da humanidade é perdoado e a ira de Deus, desviada.

Diversas passagens indicam a natureza sacrifical da morte de Cristo. Uma das mais importantes é Romanos 3:25 e 26. Descreve-se aqui a forma pela qual Deus justifica o pecador e a natureza do ato redentivo que a viabiliza (v. 24). De acordo com esse texto, Deus apresentou a Cristo como um sacrifício expiatório, cuja eficácia devia ser recebida pela fé. O objetivo era mostrar a justiça de Deus em comparação com Sua tolerância em passar por alto os pecados anteriormente cometidos (v. 25). Quando a justiça divina se manifestasse, ver-se-ia que Deus foi justo e justificador daquele que tem fé em Jesus (v. 26). Para entender o pensamento dessa passagem, é necessário voltar a Romanos 1:16 e 17. Afirma-se ali que a proclamação do evangelho é o meio pelo qual Deus leva a pessoa de fé à salvação porque é no evangelho que a justiça de Deus se revela. A manifestação da jus-^ tiça salvadora de Deus, declarada no tempo de verbo presente no verso 17, é retomada no tempo passado em Romanos 3:21, desvinculada da lei como seu veículo (pois a lei só suscita a ira, Rm 4:15) e vinculada à cruz (Rm 3:25). E na cruz que se revela a graça justificadora de Deus, que liberta do pecado (v. 24). Ou seja, a justiça salvadora de Deus, que no presente está sendo ativamente revelada e apropriada pelo evangelho (Rm 1:17), é a mesma justiça que foi primeiramente manifestada no evento histórico da morte de Jesus (Rm 3:25). Quando Deus propôs Jesus como um *hilastêrion* (sacrifício expiatório), a justiça salvadora de Deus foi plenamente manifesta. Usar a palavra *hilastêrion,* em relação à evidência bíblica e extrabíblica, é fazer uma referência sacrifical. Uma interpretação apropriada de *hilastêrion* deve levar em consideração os três componentes principais do pensamento paulino encontrados em Romanos 1:16-3:25. Em primeiro lugar, Paulo enfatiza Deus não como o que recebe o *hilastêrion*, mas como aquele que o providenciou (Rm 3:25). Em outras palavras, o fato de Deus propor Cristo como sacrifício mostra que a cruz, embora um acontecimento histórico, não é um acontecimento alheio ao Deus que Se comove para ser misericordioso para conosco, mas um acontecimento íntimo a Deus pelo qual Ele expressa por nós Seu amor sacrifical (cf. Rm 5:8; Ef 5:2; JJo 4:10). Em um ato de abnegação, Deus suporta a dor e a culpa do pecado dentro de Si mesmo e nos concede o perdão. Portanto, Deus não nos ama por causa da expiação, mas, porque nos ama, providenciou a expiação. Em segundo lugar, Paulo enfatiza dois novos componentes: o fato do pecado e a realidade da ira. A tradução e o sentido de *hilastêrion* também devem tratar com essas questões

que assumem uma relação mútua de causa-efeito. Por causa do pecado, Deus necessariamente manifesta ira.

As duas principais traduções de *hilastérion* são “propíciação” e “expiação”; a primeira, enfatizando a remoção da ira; e a última, a purificação do pecado. Cada tradução tem seu mérito, mas "expiação” é a melhor, visto que o problema mais profundo não é a ira, mas o pecado que provoca a ira. Se o pecado puder ser expiado, a ira pode ser desviada. Uma tradução excelente e menos abstrata, que evita a controvérsia travada entre proponentes da “propíciação" e da “expiação”, a mais expressiva do elemento central dos rituais do santuário do AT, é a visualmente convincente tradução "sacrifício expiatório” (NIV, NRSV). Essa tradução conecta facilmente os três elementos necessários de *hilastérion* em Romanos 1:16-3:25 com as palavras “no Seu sangue”, em Romanos 3:25. Essa frase deve ser diretamente associada com *hilastérion* em vez de “mediante a fé.” A NRSV traduz bem a primeira metade do verso: "a quem Deus propôs, no Seu sangue, como um sacrifício expiatório, mediante a fé”. A compreensão contextual apropriada para *hilastérion*, portanto, é de um sacrifício cruento oferecido por (em vez de *a)* Deus, que expia o pecado e desvia Sua justa ira dos pecadores que aceitam o sacrifício (ver Cristo II.D.3).

De acordo com a segunda metade de Romanos 3:25, a função da cruz é manifestar a justiça salvadora de Deus ao lidar com o problema dos “pecados anteriormente cometidos”. Esses são os pecados do mundo inteiro diante da cruz e, por inferência, os pecados cometidos durante todo o tempo depois da cruz. A resolução dos pecados anteriormente cometidos vem pela justiça salvadora de Deus de acordo com a qual Cristo, como divina oferta pelo pecado, suporta o pleno juízo de Deus contra o pecado e oferece a plena misericórdia de Deus aos pecadores.

A primeira metade de Romanos 3:26 e a última metade do verso 25 falam da manifestação da justiça de Deus ao propor Jesus como um *hilastérion.* O dom sacrifical de Seu Filho -pelo qual se revela o amor incondicional de Deus, se faz a expiação do rebelde pecado da humanidade e se desvia a ira de Deus - mostra que Deus é justo (*dikaiõs*) e "justificador” *{dikaiounta)* daquele que crê. Esse verso emprega a mesma palavra grega de duas formas diferentes, para descrever a natureza e a obra de Deus. O significado disso é que, mediante o sacrifício expiatório, Deus Se revela e age de forma coerente com Seu justo caráter: leva ^285 o pecado a sério e trata com piedade os pecadores. Sua justiça não fica comprometida com Sua concessão de misericórdia.

Diversas passagens confirmam o ponto de vista de que a morte de Cristo era um sacrifício vicãrío. Romanos 8:3 declara que Cristo, ao assumir a semelhança de carne pecaminosa, veio “pelo pecado", ou seja, “como oferta pelo pecado” (ARC). A locução “pelo pecado” *{peri hamartias) é* usada na LXX para ofertas pelo pecado e ofertas pela culpa, como em Levítico 5:6 e 7 e Isaías 53:10. Esse pensamento provavelmente encontra-se por trás da declaração de que Deus “O fez pecado por nós”, em 2 Coríntios 5:21. Deus fez de Cristo uma oferta pelo pecado, e fez isso por nós. Isso significa, conforme diz Gaiatas 3:13, que “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-Se Ele próprio maldição em nosso lugar”. Isso concorda com 1 Pedro 2:24, segundo o que Cristo carregou “em Seu corpo, sobre o madeiro, os nossos pecados”.

Jesus, a fonte para compreendermos a concepção do NT acerca de Sua morte sacrifical, disse que tinha vindo para “dar a Sua vida em resgate por muitos" (Mc 10:45) e que o pão e o vinho da última Ceia representavam Seu corpo quebrado e o sangue que seria “derramado em favor de muitos, para remissão de pecados” (Mt 26:26-28). É claro que Jesus aceitava a afirmação veterotestamentária de que “a vida da carne está no sangue” e que, portanto, “é o sangue que fará expiação em

virtude da vida" (Lv 17:11; cf. Hb 9:22: "Sem derramamento de sangue, não há remissão [de pecado]"). Assim como João Batista chama Jesus de "o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo" (Jo 1:29) e Paulo diz que "Cristo, nosso Cordeiro pascal, foi imolado" (ICo 5:7), também Pedro explica que fomos resgatados "pelo precioso sangue, como de cordeiro sem defeito e sem mácula" (lPe 1:18, 19). O conceito de sangue encontrado aqui é obviamente sacrifical, como também em Romanos 5:9; Efésios 1:7; 2:13; Colossenses 1:20; Hebreus 9:12-14; 13:12; e Apocalipse 5:9. O tema do sangue se destaca em Hebreus, onde a morte de Jesus é chamada de sacrifício nos termos mais explícitos (9:26, 28; 10:11, 12, 14). Em Efésios também, Paulo vê essa morte como um sacrifício e Iiga-a com o amor de Gristo, que a Si mesmo Se ofereceu por nós (5:2).

Além do mais, diversos outros textos afirmam que Cristo morreu por nós, pelos *(hyper)* nossos pecados (Rm 5:6, 8; ICo 15:3; 2Co 5:14, 15, 21; G1 1:4; 2:20; Ef 5:2; iTs 5:9, 10). Apesar disso, Romanos 4:25 emprega a preposição *dia,* "por causa de", com o verbo *paradidõmi,* "entregar". Essa construção assemelha-se à de Isaías 53:12 na LXX, onde o Servo do Senhor é "entregue" por nossos pecados. Do mesmo modo, Pedro utiliza várias expressões de Isaías 53, aplicando-as às circunstâncias da morte de Jesus (lPe 2:22 é de Is 53:9; as expressões de lPe 2:24 vêm de Is 53:4, 5, 12; e lPe 2:25 reflete Is 53:6). O emprego de Isaías 53, onde não resta dúvida de que o Servo morre uma morte vicária pelos pecadores, esclarece a natureza da morte de Cristo.

Essa prova deixa claro que em Sua morte de Jesus não apenas representa os pecadores (2Co 5:14, 15), mas os substitui, já que Jesus suporta a culpa e o castigo, o juízo e a ira que os pecadores teriam que suportar pessoalmente (ver Cristo II.D. 1, 2).

g. A recepção da justificação. A Escritura é inequívoca sobre a maneira como alguém recebe a justificação. Só pode ser mediante a fé, visto que ela vem de Deus por meio do sacrifício de Jesus. Sendo obra de Deus, não pode ser do homem, do contrário Cristo teria morrido em vão (G12:21). O NT não ensina os extremos da justificação pelas obras nem da justificação pelo destino, mas a justificação pela fé.

Paulo emprega diversas expressões para mostrar que a fé é o meio de receber uma nova posição perante Deus e um novo relacionamento com Ele. Todas essas expressões são traduzidas como "pela fé" e incluem *ek pisteõs* (Rm 1:17; 3:30; 5:1; 9:30; 10:6; G1 2:16; 3:7, 8, 11, 12, 24; 5:5); *dia pisteõs* (Rm 3:22, 30; G1 2:16, com *ek* e *dia;* 3:14; Ef 2:8); *epi pistei* (Fp 3:9, contendo bem como *dia pisteõs);* e *pistei* (caso dativo simples, Rm 3:28). Romanos 1:17 contêm a prolífica expressão *ek pisteõs eis pistin* (de fé em fé), que significa "somente pela fé", "a fé do começo ao fim". O que não se encontra *êdiapistin,* o caso acusativo, que significa "por causa da fé". Isso podia ser interpretado erroneamente para fazer da atividade humana da fé a base para a justificação em vez de ser apenas o meio de se apropriar da atividade divina.

Gálatas 2:15-3:18 apoia o fato de que a justificação é recebida somente pela fé apelando para diversos testemunhos. Esses incluem não somente a experiência de Pedro e Paulo (2:15-21), dos gálatas (3:1-5) e de Abraão (v. 6-9), mas também o testemunho da lei e dos profetas (v. 10-12), da morte de Cristo (v. 13, 14) e da aliança feita com Abraão 430 anos antes de ser dada a lei no Sinai (v. 15-18).

Resumindo todos os variados dados bíblicos sobre a natureza da fé salvadora, pode-se afirmar que a fé é a submissão ao veredito, ao dom: e à reivindicação de Deus. A fé submete-se ao veredito de Deus: "Todos pecaram e carecem da glória de Deus" (Rm 3:23). Submete-se ao dom de Deus: "Sendo justificados gratuitamente, por Sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus" (v. 24). E submete-se à reivindicação' de

Deus: “E Ele morreu por todos, para que os que vivem não vivam mais para si mesmos, mas para Aquele que por eles morreu e ressuscitou" (2Co 5:15). A fé salvadora inclui a crença nos fundamentos da mensagem do evangelho (v. 3, 4; iTs 4:14), a confiança em Deus e em Sua palavra (Rm 4:19-21) e o total comprometimento com Deus (Lc 13:25-33; Rm 1:5: “a obediência por fé”).

2. Reconciliação

a. Terminologia e significado básico, A palavra “reconciliação” é basicamente um termo do NT e traduz o verbo *katallassõ,* às vezes *apolzatallassõ,* e o substantivo *Imtallagê.* As principais passagens nas quais o termo ocorre são Romanos 5:10; 2 Coríntios 5:17-21; Efésios 2:11-19; e Colossenses 1:19-22. O sentido profundo do conceito é representado mais plenamente nas duas últimas passagens. Em Efésios 2:11-19, os gentios são ditos estarem “separados de Cristo” e “alienados de [...] Israel". Como resultado da aplicação do sangue de Cristo, os que no passado estavam “longe” foram “aproximados” (v. 13) e receberam a mensagem da paz (v, 14,15, 17), o fim da hostilidade (v. 14, 16), e a i-ealidade de ser um com o povo da aliança (v. 14). Em Colossenses 1:19-22, Paulo enfatiza a reconciliação daqueles que eram “estranhos e inimigos no entendimento” (v. 21). Mais uma vez a paz é posta à disposição pelo sangue da cruz (v. 20). Essas passagens mostram que a reconciliação é o processo pelo qual a inimizade é removida e a comunhão restaurada. Quando dois litigantes se reconciliam, acaba a guerra e a alienação. Essa é a razão por que reconciliação é sinônimo de paz, que é o restabelecimento de relações entre duas ou mais pessoas que andavam em conflito. Pode-se ver isso em Romanos 5:1-11, que começa com paz e termina com reconciliação.

b. Relação com a justificação. Reconciliação é outra forma de designar justificação, como demonstra o paralelismo entre Romanos 5:9 (justificados por Seu sangue) e 5:10 (reconciliados pela Sua morte). A sinonfmia essencial dos dois termos é percebida em 2 Coríntios 5:18 e 21, No verso 18, reconciliação é equiparada com o fato de Deus não imputar a nós as nossas transgressões, uma expressão encontrada em Romanos 4:8 na discussão paulína sobre a justificação. Em 2 Coríntios 5:21, a reconciliação, sujeito dos versos 18-20, alterna com a palavra “justiça", uma palavra intimamente relacionada com justificação. Dizer “para que, nEle, fôssemos feitos justiça de Deus” é, nesse contexto, o mesmo que dizer “para que pudéssemos ser, nEle, reconciliados com Deus”.

c. Reconciliação como objetivo. Embora envolva a experiência de relacionamentos restaurados com Deus, a reconciliação é mais um acontecimento objetivo do que subjetivo. De acordo com 2 Coríntios 5:18, 19 e 21, a reconciliação é efetuada pela cruz. Esse evento objetivo na história passada da salvação é o pressuposto para a proclamação da reconciliação, pela qual a possibilidade de seres humanos serem reconciliados com Deus no nível existencial se torna disponível mediante o apelo apostólico para que “nos reconciliemos com Deus” (v. 20). Na pregação dos apóstolos, a reconciliação se projeta em direção a todas as pessoas, procurando se implantar na experiência daqueles que creem.

Em Romanos 5, Jesus morre pelas pessoas enquanto elas ainda são pecadoras. O acontecimento salvífico independe delas e ocorre antes do surgimento da fé. Na verdade, por meio da pregação do evangelho, a morte de Jesus é a causa originadora da fé. Acontece o mesmo na carta aos Efésios, Pela morte de Jesus, que, em princípio, derruba a parede de separação entre judeus e gentios, esses povos diversos são reconciliados com Deus. O que o evangelho anuncia, portanto, é que as pessoas devem entrar na nova situação de reconciliação que já existe “em Cristo Jesus” (Ef 2:13), que é “a nossa paz” (v. 14).

d. Objetos da reconciliação. A ídeia de que Deus é convencido a Se reconciliar por um acontecimento fora .dEle, que 0 influencia ou capacita a manter mais uma vez comunhão com a humanidade, é alheia ao NT. O exame dos textos que tratam especificamente da questão de quem é reconciliado apresenta um resultado inequívoco. Embora o conceito de ira divina sugira logicamente que Deus está reconciliado com o homem, bem como o homem com Deus, mediante a morte de Seu Filho, essa não é a ênfase real do NT. Apesar do fato de que a ira de Deus é manifestada contra a humanidade pecadora, é Ele que, pela apresentação de Seu Filho como crucificado, cria as condições pelas quais a reconciliação é possível. Deus está de fato presente naquele sacrifício, procurando trazer a errante humanidade para Si, Os dados escriturísticos não deixam dúvida de que Deus ou Cristo é o reconciliador e nós, os reconciliados (2Co 5:19; Rm 5:10; Ef 2:16; Cl 1:21, 22).

Como resultado da atividade reconciliadora de Deus, a paz com Deus (Ef 2:17, 18; cf. Rm 5:1) e entre os seres humanos se torna não somente possível em Cristo (Ef 2:14-16), mas necessária em Cristo (Mat.5:23, 24).

3. Adoção

a. Relação entre justificação e santificação. A adoção é um correlato da justificação. Ter um correto relacionamento com Deus e ser filho de Deus caminham juntos. A semelhança da justificação, a adoção está contextualizada na lei e se refere ao processo legal de ser "colocado como filho" (a tradução literal do grego *huiothesia).* Há também uma relação com o sentido primitivo de santificação, segundo o qual a pessoa é separada para pertencer a Deus como Seu povo.

b. Emprego bíblico. No AT, a adoção não é um costume claramente identificado nem praticado regularmente. Isso acontecia talvez por causa da aceitação da poligamia na vida de Israel, o que deixava pouca possibilidade de alguém morrer sem deixar herdeiro, e por causa da lei do levirato, segundo a qual, no caso da morte do marido, outro membro de família garantiría a continuidade da família. No AT não se encontra a adoção como um termo técnico ou jurídico. A coisa mais parecida com uma fórmula aparece em Salmo 2:7, onde, referindo-se à coroação do rei divino sobre o monte Sião (v. 6), Deus diz: "Tu és Meu Filho, Eu, hoje, te gerei." O que era verdade para o rei de Deus, quando ele ascende ao trono de Israel, também o era para o povo de Deus, quando Ele o livrou do Egito: "Quando Israel era menino, Eu o amei; e do Egito chamei o Meu filho" (Os 11:1). É, sem dúvida, a esse acontecimento que Paulo se refere quando diz que a Israel foi concedido, entre outros grandes privilégios, a "filiação" ou "adoção" (Rm 9:4).

Assim, era natural pensar no novo Israel de Deus, a igreja (G1 6:16), como acolhendo em seu seio os membros adotados da família de Deus (Rm 8:15; Cl 4:5; Ef 1:5). A realidade da adoção é bastante pungente quando, em Efésios 1:5, se declara que o propósito de Deus em nos predestinar "para Ele" *{eis ciuton*) era nos adotar como filhos. Ainda que pareça improvável, Deus queria que pertencéssemos a Ele como filhos. Na verdade, os crentes podem exclamar: "Vede que grande amor nos tem concedido o Pai, a ponto de sermos chamados filhos de Deus; e, de fato, somos filhos de Deus" (ljo 3:1). Isso pode acontecer porque, ao receber Jesus e exercer fé em Seu nome, os crentes recebem de Deus o direito de serem chamados filhos de Deus, "os quais não nasceram [...] da vontade do homem, mas de Deus" (Jo 1:12, 13).

c. Adoção romana e seu significado teológico. Embora o emprego paulino do conceito de adoção tenha sua origem no chamado de Israel como filho de Deus, foi sem dúvida o costume romano de ado-

ção que permitiu extrair certas conclusões sobre o status do cristão perante Deus e para com Deus. Concretamente, por meio de uma complexa e simbólica venda, o pai adotivo comprava seu novo filho do pai verdadeiro. Uma vez concluída a negociação, o filho ficava sob a completa autoridade de seu pai adotivo. Isso podia ser uma realidade rigorosa, dependendo do caráter e propósito do pai adotivo. No entanto, trazia importantes benefícios. O filho, completamente separado de seus antigos relacionamentos familiares, adquiria todos os direitos da nova família. De maneira muito realista, o pai adotivo se tornava seu novo pai. As dívidas do adotado eram canceladas e ele se tornava um herdeiro tão pleno da riqueza de seu novo pai quanto o filho legítimo. Uma vida totalmente nova o esperava; e, se ele tivesse filhos, esses também se tornavam parte da nova família. Da mesma maneira, os crentes se tornam filhos verdadeiros do Pai celestial, razão por que eles ou o Espírito de Deus clamam: "Aba, Pai" (Rm 8:15; G1 4:6). Sua dívida do pecado é cancelada, e eles se tornam herdeiros de Deus e coerdeiros com Cristo (Rm 8:17; G1 4:7). Não são vistos como criminosos em relação a um juiz nem escravos em relação a um senhor, mas filhos em relação a um pai que os ama. Além disso, sua adoção presente (o "já") é uma promessa da plenitude escatológica futura (o "ainda não"), quando receberão novos corpos apropriados para o novo mundo de Deus (Rm 8:23).

B. Uma Nova Certeza diante âe Deus

1. Certeza Atual da Salvação Final

Em geral o crente é hesitante em usar a expressão "estou salvo", por causa dos conceitos errôneos a respeito da graça (a defesa da "graça barata") e do discipulado ("uma vez salvo, sempre salvo, não importa o que eu faça"; cf. MEl, 314, 315; PJ, 155), que podem surgir dessa declaração basicamente correta. Apesar disso, a certeza da salvação e a convicção de que "Aquele que começou boa obra em vós há de completá-la até ao Dia de Cristo Jesus" (Fp 1:6) podem ser alegremente declaradas, O tema é desenvolvido em Romanos 5.

Tirando conclusões do fato de que os crentes foram justificados, Paulo argumenta que no presente eles têm paz com Deus, acesso à graça, alegria e esperança para a glorificação no futuro (Rm 5:1-3). Essa esperança não falhará, pois se baseia na já existente realidade do amor de Deus impresso no coração pelo dom do Espírito (v. 5). O contexto desse amor é que, diferentemente dos seres humanos, que talvez se dispusessem a morrer por uma pessoa boa ou justa (v. 7), Cristo morreu por nós enquanto éramos moralmente fracos, ímpios, pecadores e inimigos de Deus (v. 6-8). A conclusão é que, se Deus estava disposto a fazer a parte mais difícil, que era enti'egar Seu Filho à morte para justificar ou reconciliar inimigos, tanto mais estará o Cristo ressuscitado disposto a salvar Seus novos amigos da irrevogável ira de Deus (v. 9, 10). Assim, podem os crentes se regozijar em sua reconciliação (v. 11), já que ela aponta para a glorificação vindoura. Conforme afirma Romanos 8, nada poderá separar o povo de Deus de Seu amor (v. 38, 39). A realidade da justificação envolve, portanto, a realidade de uma certeza plena e duradoura.

2. Vida Eterna Agora pelo Dom Divino do Filho

Complementando a linguagem paulina de justificação pela fé, está o vocabulário joanino da vida eterna pela fé. Os acontecimentos da vida de Jesus, que João chama de sinais, apontam para a identidade de Jesus como o Messias e o Filho de Deus e para a realidade da vida eterna pela fé nEle (Jo 20:31), Ao crermos no Seu nome e ao aceitá-Lo, recebemos o direito de sermos

289 ► feitos filhos de Deus (Jo 1:12), com a vida eterna, a vida do Filho (Jo 14:6), como uma realidade presente (Jo 3:36; 4:14; 5:24; 6:40, 47-51, 57, 58; 10:27-30; ljo 5:9-13). É possível destacar três passagens. De acordo com João 5:24, o crente não entra em juízo de condenação, mas já passou da morte para a vida. Em João 10:27-30, Pai e Filho Se unem para proteger aqueles que ouvem e seguem o Pastor verdadeiro. Eles mantêm as ovelhas tão próximas de Si que nada pode arrebatá-las e assim privá-las da vida eterna que o Pastor lhes concede. Além disso, 1 João 5:9-13 foi escrito precisamente para que os crentes pudessem "saber" que eles têm a vida eterna, visto que aquele que tem o Filho (está unido a Ele pela fé) tem a vida (v. 11). Essa convicção do cristão, mencio^ nada pelo apóstolo amado, encontra paralelo em Paulo que, ao falar sobre a glorificação dos crentes, preordenada por Deus desde a eternidade (ICo 2:7), declara que os crentes receberam o Espírito de Deus para que "conheçamos o que por Deus nos foi dado gratuitamente" (v. 12).

3. Certeza pela Fé e Juízo de Acordo com as Obras

a. Passagens do juízo: propósito e significado. As Escrituram ensinam que, embora a justificação seja completamente à parte das obras (GI 2:16; Rm 3:20; Tt 3:5), precisa haver um juízo de acordo com as obras para os crentes (ver iVIt 7:21-23; 18:23-35; 25:31-46; Rm 14:10, 12; ICo 3:13; 4:5; 6:9; 2Co 5:10; GI 6:7, 8; Ef 5:5, 6; ITs 4:6; Hb 10:26-31). Esses textos contêm advertências não apenas contra seguir um modo de vida que leve a juízo, mas também contra a ideia enganosa de que não haverá juízo.

Embora os que mantêm com Cristo uma relação de fé não precisem temer o juízo de Deus nem ficar ansiosos quanto à salvação, as diversas passagens sobre o juízo deixam claros três pontos: (1) os cristãos, precisamente os que são justificados pela fé, entram nesse juízo; (2) o juízo é segundo suas obras; e (3) dois destinos são possíveis aos que professaram a Cristo: vida eterna ou morte eterna. Porém, ninguém precisa se perder. A própria razão dos textos sobre o juízo é evitar que isso aconteça, alertando as pessoas para serem fiéis a Deus, do mesmo modo como Ele tem sido fiel para com elas.

Assim como os textos bíblicos sobre o amor e a graça divina não permitem o falso ponto de vista "nunca completamente salvo, não importa o que Cristo faça", também os textos sobre o juízo desaprovam o ponto de vista errôneo "uma vez salvo para sempre salvo, não importa o que eu faça". A salvação é sempre um dom, mas o dom não permanece quando o Doador é rejeitado como o Senhor da vida.

b. A premissa cristológica do juízo. A relação entre a justificação pela fé e o juízo de acordo com as obras é mais bem compreendida no cenário cristológico da relação entre Jesus como Salvador (enfatizando o dom de Deus) e Jesus como Senhor (enfatizando a exigência de Deus). Engrandecer o dom divino é engrandecer a exigência divina. Quanto mais radicalmente alguém percebe e recebe o amor de Deus no Salvador, mais se produz uma vida de amor, discipulado e serviço ao Senhor.

O amor abnegado de Cristo pelos outros, revelado em Sua vida e morte, é a própria essência do Seu reino e a base do discernimento moral. O que deve ser feito por Ele pode ser deduzido do que Ele fez por nós. Somos chamados a amar uns aos outros como Cristo nos amou (Jo 13:34; Ef 5:25); perdoar como Deus nos perdoou (Mt 18:32, 33; Ef 4:32); e viver nossa nova vida de acordo com o Espírito que nos deu a vida (GI 5:25). Assim, no ato abnegado de Cristo, realizou-se a redenção e fez-se o convite para o discipulado.

Viver em harmonia com as reivindicações do Senhor não constituí tentativa de salva-

ção pelas próprias obras. Ao contrário, significa ter a vida modelada pela libertação que Cristo traz. A relutância em viver de acordo com a vontade dEle significa rejeitar a Ele como Messias e ao reino que Ele veio implantar, Cristo não pode ser rei daqueles que não querem ser Seus súditos.

Isso significa que a certeza do amor e da salvação de Cristo desempenha papel decisivo no viver por Cristo e ser moldado pelo
290 ► Seu amor. Em vez de ser uma certeza que conduz à imoralidade (Rm 3:8; 6:1, 15), é o fundamento indispensável para a nova caminhada moral (v. 3, 4; 7:4; 8:2-4).

c. Resolvendo a tensão. Várias são as razões que tomam insolúvel a tensão entre a justificação pela fé e o juízo segundo as obras. Em primeiro lugar está a superestima da justificação em detrimento do juízo segundo as obras como um mero vestígio do pensamento apocalíptico judaico. Essa concepção desconsidera a frequência e a severidade dos textos sobre o juízo no NT e sua aplicação a crentes. Em segundo lugar está o fato de os textos sobre o juízo, em vez de serem entendidos como um chamado ao arrependimento e à prática da vontade de Deus, serem usados apenas para mostrar o que os seres humanos não conseguem fazer e a consequente necessidade do perdão divino. Isso não capta a essência do ensino bíblico, a de que aqueles que foram perdoados devem obedecer à vontade de Deus e que somente os insensatos, que não fazem seu alicerce nas palavras de Jesus, não obedecem (Mt 7:21, 24-27; 18:32, 33; Jo 8:11). Em terceiro lugar, há a distinção que alguns fazem entre uma justificação inicial pela fé e uma justificação final pelas obras de perfeição. Esse ponto de vista esquece que a misericórdia divina será necessária também no juízo (Mt 5:7). Em quarto lugar, há ainda o argumento de que o juízo final dos crentes nada tem que ver com salvação ou perdição, mas apenas com graus de bem-aventurança no Céu, visto que o veredito divino da justificação já está presente. Essa maneira de pensar não se coaduna com nenhuma descrição da perdição de determinados crentes professos (Mt 7:21-23; 18:32-35; Jo 15:6; Rm 8:13; ICo 3:17; 6:9; 10:6-12; GI 5:19-21; Ef 5:5, 6; lTs 4:6; Ap 21:8, 27; 22:15), nem com o silêncio da Escritura sobre qualquer tipo de hierarquia no Céu.

Uma visão mais plausível, que considera todos os dados bíblicos, podería ser chamada de o aspecto dinâmico histórico da salvação. Ele contém os dois polos do ensino bíblico: o "já" da salvação iniciada e o "ainda não" da salvação concluída. Sua essência é que só existe uma justificação, que é somente pela fé (Rm 1:17) e que acompanha o crente desde o princípio da fé até o juízo final, onde sua realidade é atestada pelos seus frutos. No juízo, Deus procura pela justificação com o seu fruto, não no sentido de "fé mais obras salva", mas da justificação como fonte de vida santificada. O deixar de dar a devida consideração ao juízo segundo as obras faz pouco caso do aspecto "ainda não" da história da salvação com seu significado que se desenvolve da cruz até que cada inimigo seja eliminado e Cristo Se torne Senhor de todos (cf. ICo 15:24, 25). O juízo segundo as obras ensina que a cruz coloca os crentes subordinados ao reino de Cristo, que é Senhor e Salvador. Ele prova se somos de fato feituras dEle e se andamos nas boas obras que Ele preparou para nós (Ef 2:10).

O segredo do juízo final em sua relação com as obras está contido no provérbio de Jesus: "Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia" (Mt 5:7) e é ilustrado pela parábola do credor incompassivo (Mt 18:23-35), A verdade paradoxal é que a misericórdia é para o misericordioso. Diferentemente do ensino judaico de que o princípio operativo do juízo final seria a justiça sem misericórdia (2 Esdras 7:33), Jesus ensinou que se exercería misericórdia aos que tivessem sido misericordiosos com os outros.

Os misericordiosos precisam de misericórdia porque, ainda que o caráter de Cristo possa ser imitado e copiado, nunca pode ser igualado (T2, 549, 628). Por conseguinte, duas realidades são necessárias no juízo: (1) os frutos da justificação devem estar presentes; e (2) a justificação deve continuar sua função de perdão.

d. O resultado da certeza. A conclusão a que se pode chegar é que, se a justificação concede certeza, o juízo resguarda contra a perigosa ilusão de que a certeza é possível sem uma relação de compromisso com Cristo. As boas obras não comunicam a certeza, mas Aquele que motiva essas obras, sim. De acordo com 1 Coríntios 10:1-12, tudo ia bem com Israel enquanto o povo seguia a Cristo, a rocha, mas quando desejava o mal, vinha a destruição como resultado. Esse juízo sobre o espiritualmente privilegiado Israel mostra que os que pensam estar seguros de sua salvação, enquanto desconsideram £► o domínio de Cristo, devem cuidar para não cair (v. 11, 12). Em meio à sua certeza, devem compreender que possuem a garantia de ser filhos de Deus mas como pessoas que permanecem expostas à tentação, O ensino bíblico do juízo faz lembrar aos crentes disso e dá a base correta para a verdadeira certeza, que é viver para Aquele que morreu e ressuscitou por eles (2Co 5:15; ver Juízo II.D).

C, *Uma Nova Vida Procedente de Deus*

Diversos são os processos transformadores de vida que Cristo como Salvador torna possível por meio do Espírito, e que também Cristo como Senhor torna necessário. [1]

1. Regeneração

a. O conceito básico. Regeneração designa o processo criativo de Deus pelo qual a pessoa natural, incapaz de compreender ou cumprir as coisas espirituais (ICo 2:14-3:3), torna-se uma pessoa espiritual capaz de apreciar a Palavra de Deus e de praticar o estilo de vida bíblico. Assim sendo, a regeneração abrange tanto o despertar para a vida espiritual como o seu florescimento. O pecado reduziu os seres humanos à escravidão; somente a intervenção de Deus pode trazer a liberdade. Acostumados ao mal, os seres humanos são incapazes de fazer o bem (Jr 13:23). Podem até desejar o bem, mas não conseguem efetuã-lo, já que o mal neles reside (Rm 7:18, 21). Nessa situação (v. 5, 9, 11, 13; Ef 2:1), uma pessoa só pode ser vivificada e capacitada para as boas obras pelo Deus de amor, que é rico em misericórdia (Ef 2:4, 5, 10).

b. Emprego bíblico. O AT não tem nenhuma palavra específica para regeneração, mas fala dela em termos de circuncisão do coração: “O Senhor, teu Deus, circuncidará o teu coração e o coração de tua descendência, para amares o Senhor, teu Deus, de todo o coração [...] para que vivas" (Dt 30:6; cf. 10:16; Jr 4:4). E por isso que Paulo descreve a verdadeira circuncisão como “a que é do coração, no espírito, não segundo a letra” (Rm 2:29). Ele também diz que os crentes foram circuncidados “no despojamento do corpo da carne, que é a circuncisão de Cristo” (Cl 2:11), referindo-se às lacerações do corpo de Cristo na cruz.

Uma variante da circuncisão do coração é a promessa de Deus conceder a Seu povo um novo coração e um novo espírito, pelo qual é capacitado a andar nos caminhos do Senhor (Ez 11:19, 20; 18:31; 36:26, 27). Nesse sentido, a regeneração é a mudança inicial do coração e a subsequente mudança de comportamento. Isso concorda com a promessa da nova aliança referida em Jeremais 31:33: “Na mente, lhes imprimirei as Minhas leis, também no coração lhas inscreverei” (cf. Jr 24:7; 32:39, 40). O salmista ora por essa experiência: “Cria em mim, ó Deus, um cora-

ção puro e renova dentro de mim um espírito inabalável" (SI 51:10).

O NT emprega outras formas para expressar a realidade da regeneração. Segundo o evangelho de João, todos quantos receberam pela fé o direito de se tornar filhos de Deus (1:12) não nasceram por qualquer processo ou intenção humanos, mas pela vontade de Deus (v. 13). De fato, sem nascer do alto, isto é, pela água batismal e pelo Espírito, ninguém pode entrar no reino de Deus (Jo 3:3, 5). Somente pelo Espírito pode se efetuar a mudança que transforma a pessoa carnal em pessoa espiritual (v. 6). A obra do Espírito é semelhante ao vento, que sopra onde quer e que o homem não pode predizer. O processo regenerativo é, portanto, obra de Deus, na inescrutável sabedoria do Seu poder.

Tito 3:5, que contém ênfases semelhantes às de João 3:5, fala em "lavar regenerador" *(■palingenesia*, de *palin*, "novamente", e *genesia*, "nascimento" ou "gênese") e renovação *(,anakamõsis*, literal mente "nascer de novo") no Espírito Santo. Evidencia-se aqui a relação entre o batismo e o Espírito. Como no caso de João 3:5, não se pode anular o batismo de Jesus, ocasião em que Ele foi capacitado para Seu ministério pelo Espírito. O conceito de renovação, em Tito 3:5, concorda com a ideia exposta em Colossenses 3:9 e 10 (NVI), segundo a qual os crentes "se despiram do velho homem com suas práticas e se revestiram do novo homem, o qual está sendo renovado (*anakainoõ*) em conhecimento, à imagem de seu Criador". Um conceito semelhante se encontra em Efésios 4:22-24, onde
SjV os crentes são estimulados a se despojar do velho homem e se revestir do novo, e onde se traça um paralelo entre o velho homem, que se corrompe segundo as concupiscências do engano, e o novo homem, que se renova *(ananeoõ)* no entendimento. Afirma-se também que o novo homem foi "criado" (*ktizõ*) à semelhança de Deus. Isso traz à lembrança a criação de Adão no princípio do mundo.

Uma referência ao poder criativo de Deus também está presente em Efésios 2:10, onde os crentes são feitura de Deus, criados para as boas obras.

Em 1 Pedro, a ideia de um novo nascimento ocorre tanto no verbo composto *cmagennaõ* (1:3, 23), que no verso 3 está associado à ressurreição de Cristo, como na locução adjetiva "crianças recém-nascidas" em 2:2. O argumento de Pedro é que, visto que os cristãos são crianças recém-nascidas, eles devem crescer na salvação por meio de nutrição espiritual. Por conseguinte, a regeneração se refere tanto ao poder de Deus, que produz o novo nascimento, quanto ao crescimento posterior.

A Escritura ensina que a regeneração só é possível pela vontade de Deus (Jo 1:13), pelo Espírito (Jo 3:5; Tt 3:5) e pela palavra de Deus, identificada com a palavra pregada do evangelho (Tg 1:18, 21; IPe 1:23, 25).

Assim como os crentes são x-egenerados no presente, no fim do tempo o mundo será renovado (*palingenesia*, Mt 19:28) pelo mesmo poder que opera agora na renovação espiritual (Rm 8:21).

2. Arrependimento e Conversão

a. Termos usados para arrependimento. "Arrependimento" é outra palavra que indica mudança, Ela deriva de diversos termos hebraicos e gregos. Em hebraico há dois termos básicos. Um deles é o verbo *nahcmi)* que geralmente se refere à mudança divina de atitude e ação para com Seu povo (Gn 6:6; Ex 32:14). Isso vai depender primeiramente da boa vontade das pessoas de arrepender-se (Jr 18:8). Se houver boa vontade, a ira de Deus é transformada em bondade (J1 2:13). Caso contrário, Deus muda de ideia sobre o bem que pretendia fazer-lhe (Jr 18:10). *Nahavt* expressa ainda tristeza ou pesar por haver criado pessoas que se encaminharam para o mal (Gn 6:6). O termo também pode exprimir a tristeza humana

pelo que é incorreto (Jz 21:6, 15; jr 31:19). Outro fator na mudança divina de opinião é a intercessão feita em prol de Seu povo, como, por exemplo, quando Moisés suplicou a Deus que Se arrependesse do intento de puni-los (Ex 32:12) e que Se lembrasse da aliança que fizera em multiplicá-los e lhes dar a terra (v. 13). Deus respondeu retendo Sua ira (v. 14).

O outro termo hebraico é o verbo *shub,* pelo qual Deus pede a Seu povo infiel que se converta de seu pecado (lRs 8:35; Ne 9:35; Is 59:20; Ez 3:19) e se volte para Ele em fidelidade pactua] (Dt 4:30; Ne 1:9; Jr 3:14; 4:1). Às vezes, *shub* e *naham se* tornam sinônimos (Ex 32:12, com as traduções "tornar-se" e "arrepender-se").

No NT a palavra principal para arrependimento é o verbo grego *metanoeõ* ou o substantivo *metanoia,* indicador de uma reflexão posterior que leva a uma nova avaliação e traz como resultado uma "mudança de mente" (Mt 3:8), O verbo *metamelomai,* assim como o hebraico *naham,* expressa tristeza pelo pecado (Mt 21:29, 32), mas também pode significar mudança de ídeia (2Co 7:8). As palavras gregas intimamente relacionadas ao conceito de arrependimento são o verbo *epistrephõ,* "converter-se", "tornar", "voltar" (Lc 1:16, 17; At 11:21) ou "ser convertido" (Lc 22:32; At 3:19; Tg 5:20), e o substantivo *epistrophê,* "conversão" (At 15:3).

b. Significado e conteúdo do arrependimento. O conceito de arrependimento, tão notório como o conceito de juízo nos profetas (Os 6:1; J1 2:1-14), foi a essência da mensagem de João Batista (Mt 3:2; Mc 1:4), e a parte fundamental do ensino de Jesus (Mc 1:14, 15). Foi exigido por Pedro (At 2:38; 3:19), utilizado por Paulo (At 26:20; Rm 2:4), reivindicado por João (Ap 2:5, 16, 21, 22; 3:3, 19) e situado no coração do judaísmo e do monoteísmo. Na Escritura esse conceito é fundamenta] para o tema da salvação. Encontramos nele diversos ingredientes importantes.

Dois elementos podem ser considerados pressupostos do arrependimento. O primeiro é o reconhecimento de que se é pecador ($1 51:3, 4; Lc 15:18, 19) e o segundo é a tristeza de um coração partido (J1 2:12, 13), ◄293 porque "a tristeza segundo Deus produz arrependimento para a salvação" (2Co 7:10).

Essencial para o arrependimento é a mudança da mente. O pecador descobre uma nova perspectiva em seu status, relações, motivos, valores e pecados. Acerca do filho pródigo, disse Jesus que ele "caiu em si" (Lc 15:17), mostrando que o jovem estivera fora de si ou em uma privação de sentidos. O pecado envolve insanidade e loucura. Arrepender-se é perceber como se estava errado. O que se precisa, no entanto, é mais do que uma simples mudança de mente, segundo o modo grego típico de ver o arrependimento. O que se precisa é do conceito hebraico prático de uma mudança de direção, uma mudança de atitude, um retorno à fonte da vida e do discernimento moral.

E por isso que, depois de cair em si, o pródigo decidiu voltar para o pai (v. 18). Como nessa experiência, o arrependimento implica tanto se afastar do pecado como se aproximar de Deus (At 9:35; 11:21; 15:19; 26:20; 2Co 3:16; ITs 1:9; iPe 2:25) e da justiça. Deus tanto exige algo como fornece algo.

A ideia-chave é a de voltar. Em um apelo pungente, Deus diz em Ezequíel: "Não tenho prazer na morte do perverso, mas em que o perverso se converta do seu caminho e viva. Convertei-vos, convertei-vos dos vossos maus caminhos; pois por que haveis de morrer, ó casa de Israel?" (33:11; cf. 18:30-32). Quando as pessoas voltarem, descobrirão que Deus "é misericordioso, e compassivo [...] grande em benígnidade" (J1 2:12, 13).

O resultado de se afastar do pecado para Deus é o que a Bíblia chama de "frutos dignos de arrependimento" (Lc 3:8). Esses frutos

abrangem compaixão, generosidade e partilha, honestidade e integridade, não violência e pacifismo (v. 10-14; cfi a lista em Ez 33:14, 15).

O arrependimento envolve, portanto, uma transformação de vida completa e radical. Não é apenas um pressuposto da conversão; é a conversão no nível mais profundo. Como tal, conduz à salvação (2Co 7:10) e à vida (At 11:18).

c. Motivação para o arrependimento. Dois fatores básicos motivam o arrependimento. O primeiro é a realidade e a pregação do juízo. Isso ocorre em todos os escritos dos profetas e na mensagem de João Batista (Lc 3:7-9), de Jesus (Lc 13:1-5), de Paulo (Rm 2:3-5) e de João, o vidente (Ap 2:16, 22). Essas advertências são mais positivas do que negativas, já que seu propósito é advertir o povo do juízo. As advertências divinas visam salvar a vida, e não destruí-la.

O fator mais profundo de motivação é o amor e a bondade de Deus. Paulo declara: "[Ignoras] que a bondade de Deus é que te conduz ao arrependimento?" (Rm 2:4). Pedro concorda que Deus não quer "que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento" (2Pe 3:9). Quando lemos na Escritura sobre os fervorosos apelos de Deus aos pecadores para que se convertam e recebam vida em vez de morte (Ez 33:11; J1 2:12), apelos explicitamente relacionados com a graça, misericórdia e benignídade divinas (Jl 2:13), fica claro que o amor de Deus pelos pecadores é a base decisiva para o arrependimento. Quando a Escritura diz que o Céu se alegra por causa de um pecador que se arrepende (Lc 15:6, 9, 23, 24, 32), isso revela de maneira vigorosa que é o amor de Deus que provoca o arrependimento. E quando o filho pródigo reconhece o bem que deixou para trás na casa do pai, um bem que agora se manifesta no desejo paterno de que ele volte, fica óbvio que o amor de Deus é causa, e o arrependimento humano é a resposta.

O amor de Deus se torna eficaz no coração pelo Seu Espírito, quando Ele dirige o pecador para a cruz de Cristo (Rm 5:5-8). Quando Jesus foi erguido, atraiu todos para Si (Jo 12:32, 33). Ele é "o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo" (Jo 1:29). É somente quando essa mensagem é pregada que se cria a possibilidade de arrependimento. O arrependimento é um dom (At 5:31; 11:18) no sentido de ser uma reação divinamente influenciada pela promessa de salvação ofertada pelo Deus de amor e graça.

3. Santificação

Santificação, ou santidade, é um dos conceitos mais frequentes, importantes e amplos da Escritura. Tem que ver com Deus e com o homem; com relacionamentos, adoração e moralidade; abrange todos os períodos da vida, passados, presentes ou futuros; e como todo elemento do mundo, inclui tempos e lugares, objetos e rituais. É tão importante que os crentes são admoestados a seguir "a santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor" (Hb 12:14).

Nas Escrituras hebraicas, o termo é encontrado como o verbo *qadash*, "separar, santificar" ou "tornar santo" (aproximadamente 170 vezes); como substantivo *qoãesh*, "santidade" (cerca de 470 vezes); e como adjetivo *qaâosh*, "santo" (quase 120 vezes). No NT grego, o conceito aparece sob a forma do verbo *hagiazõ*, "santificar", "tornar santo" ou "consagrar" (28 vezes); os substantivos *hagiasmos*, "santidade" ou "santificação" (10 vezes); *hagiõsynê*, "santidade" (três vezes) e *hagiotês*, "santidade" (uma vez); e o adjetivo *hagios*, "que significa "santo" ou, usado como substantivo, "santo" ou "piedoso" (233 vezes).

a. O significado de santificação.

(1) *Santificação como novo relacionamento e status.* Justificação, reconciliação e adoção não são os únicos conceitos relacionais. A santificação, em seu conceito primário, também é uma palavra relacionai.

O significado básico é reservar, separar, conforme ilustrado pelo sétimo dia da criação, que Deus separou ou santificou para ser Seu dia especial (Gn 2:3; Ex 20:8-11). Nesse sentido, a palavra “santificação" não tem uma conotação moral, embora tenha, por inferência, um propósito moral. Pode-se ver isso em Levítico 19:2, onde Deus diz a Israel: “Santos sereis, porque eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo." Deus é santo no sentido de estar separado de todos os outros supostos deuses, estar separado do mundo criado, bem como de toda injustiça ou impiedade. Ele é diferente, único, transcendente. Embora seja santo em Si e de Si mesmo, razão por que pode ser chamado de "Santo" (Is 10:17; Os 11:9; etc.) ou "Santo de Israel" (2Rs 19:22; SI 71:22; Is 1:4; cf. 6:3), Seu povo é santo somente em um sentido derivativo, em virtude de estar relacionado com Ele. Por Sua própria ação, Ele Se consagrou a eles. Essa santidade, inerente ao novo relacionamento estabelecido por Deus, deve ser manifesta de maneira concreta e visível pela vontade de Deus em todas as áreas da vida (Lv 19:3-37). Por suas ações, Seu povo confirma que Ele é o Senhor seu Deus (v. 4, 10, 12, 14, 16, 18, 25, 30-32, 34, 37). Essas frequentes afirmações do senhorio de Deus sobre Seu povo são lembretes da nova relação estabelecida e da nova fidelidade que é esperada. A permanência na condição de reino sacerdotal e nação santa depende de continuar obedecendo Sua voz e guardando Sua aliança (Êx 19:5, 6).

A raiz relacionai de santificação, da qual brotam os frutos morais, encontra-se em 1 Coríntios 1:2. Apesar dos muitos e graves problemas éticos e teológicos que os coríntios tiveram, Paulo ainda se dirige a eles como os “santificados em Cristo Jesus, chamados para ser santos". O tempo perfeito em grego, usado na palavra “santificados”, aponta para uma ação concluída no passado que produz resultados contínuos no presente. Em consequência do chamado divino, os coríntios já haviam sido santificados ou separados como povo de Deus. Isso é santificação no sentido mais relacionai do que no sentido moral. Embora a santificação no sentido moral seja obra de toda uma vida (AA, 560), a santificação no sentido relacionai, pela qual nos tornamos propriedade e povo de Deus, é, como a justificação, obra de um momento. Isso é confirmado por 1 Coríntios 6:11, que coloca tanto a lavagem como a santificação e a justificação no passado, como resultado da atividade de Cristo e do Espírito. O fato de a santificação poder ser associada com a justificação como uma ocorrência passada e até mesmo anterior à justificação, mostra que tanto a santificação no sentido relacionai como a justificação são raízes gêmeas do crescimento moral. Que a santificação, em seu aspecto semântico, é um acontecimento definitivo no passado, também se revela no livro de Hebreus, onde ela se refere à purificação do crente pelo sacrifício de Jesus (10:10, 29; cf. 13:12). Outros textos que apontam para uma santificação definitiva no passado são Efésios 5:25 e 26, Atos 20:32 e 26:18. Ambas as passagens empregam o tempo perfeito do particípio, e a segunda diz que essa santificação passada é pela fé. Em 2Tessalonícenses 2:13, equipara-se a santificação pelo Espírito e a crença (fé) na verdade. Em 1 Pedro 1:2, os crentes são descritos como “eleitos, segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e a aspersão dosangue dejesus Cristo”. O texto dá apoio adicional â santificação realizada. O fato de a eleição e a predestinação, que vêm antes da "santificação", estarem no tempo passado mostra que a santificação também é passada. Como tal, a santificação é a condição prévia da futura obediência a Jesus Cristo.

^295

No sentido discutido até aqui, a santificação se define como o ato de Deus separar um povo para pertencer a Ele e a Seu serviço. Essa ideia também é encontrada em

1 Coríntios 1:2, onde os crentes de Corinto foram santificados e “chamados para sér santos”. As palavras “para ser” não se encontram no texto grego e não devem ser entendidas como referência a um status a ser realizado e um futuro indefinido. Pelo fato de os coríntios já terem sido santificados, já são santos. Emprega-se a mesma raiz grega tanto para santificação como para santo. Em português, existe estreita relação entre as palavras “santo” e "santificação” (termo derivado do latim *sanctus*, “santo”, *efacere*, “fazer”). Pelo fato de essas pessoas pertencerem a Jesus Cristo, podem elas ser chamadas de santas (Rm 1:6, 7). E por isso que Paulo dirige suas cartas aos santos. Eles se tornaram santos pela ação santificadora e separadora de Deus. A palavra “santo”, de ocorrência quase sempre no plural, significa “o povo de Deus” ou “o povo peculiar de Deus”.

(2) Santificação como crescimento moral em bondade. De acordo com 1 João 3:2, nós, como crentes, não sabemos o que haveremos de ser, mas sabemos que quando Cristo Se manifestar, seremos semelhantes a Ele. Até esse tempo, estaremos submetidos a um processo de purificação, tendo Cristo como a norma da pureza (v. 3). O que ocorre desde o tempo em que fomos separados para Cristo até o tempo em que seremos semelhantes a Ele é a santificação como um processo gradativo de mudança moral pelo poder do Espírito Santo em cooperação com a vontade humana. Da raiz de santificação como “ser propriedade de” brota a santificação como “ajustamento". A primeira, como o “já” da atividade consecratória de Deus, leva ao “ainda não” da atividade conformatória de Deus. No próprio Céu haverá um incessante processo de semelhança com Deus, na vida pós-pecado.

Uma das passagens mais importantes da Escritura para santificação como mudança moral é Romanos 6. Nesse capítulo, Paulo afirma que o cristão que morreu para o pecado como o senhor de sua vida não vive mais sob seu domínio (v. 2, 14). Com a crucificação do velho homem, o poder do pecado sobre o corpo e a necessidade de servir ao pecado foram quebrados (v. 6). Essa morte definitiva ocorre no batismo, pelo qual o cristão não só se une a Cristo como novo Senhor, mas também se une aos acontecimentos fundamentais da salvação: a morte e a ressurreição de Cristo (v. 3, 4). Nos versos 1-14, Paulo justapõe a morte e a vida oito vezes (2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13), demonstrando por meio disso a indissolúvel relação entre elas e dando a entender que a morte não é um fim em si mesma, mas a condição prévia para a nova vida. Visto que a morte de Cristo foi uma morte para o poder do pecado (não em Sua vida, mas como aquilo que atacou Sua vida), e Sua ressurreição, um viver para Deus (v. 10), assim alguém unido a Cristo deve se considerar morto para o pecado e vivo para Deus (v. 11).

Nesse estado de união com Cristo, onde o pecado perdeu sua autoridade e o viver para Deus é a nova realidade, seguem-se três consequências principais para o crente. A primeira é o andar em novidade de vida (v. 4). A novidade de vida é uma referência à vida escatológica da era vindoura. Os cristãos foram alcançados por essa vida, e seu modo de viver neste mundo é transformado por ela. O que Paulo diz aqui encontra um paralelo esclarecedor em Gaiatas 5:25, onde o dom da vida do Espírito capacita o crente a andar de acordo com o Espírito. Esse andar é caracterizado pelo fruto do Espírito, descrito nos versos 23, 24 e 26, e não pelas obras da carne retratadas nos versos 19-21. O apóstolo *a* 296 acrescenta em Colossenses 3:1 e 2 que, como resultado de haver ressuscitado com Cristo, o cristão deve buscar as coisas lá do alto, onde Cristo está (Cl 3:12-4:6), em vez das coisas pecaminosas da terra (Col 3:5-9), Assim, a participação do crente nas realidades da era vindoura é manifestada e comprovada pela maneira como conduz sua vida moral.

O conceito de andar ocorre 95 vezes no NT, Vários desses versos se encontram em passagens joaninas, que falam de crentes andando na luz ou na escuridão, andando como Cristo andou, ou andando na verdade (Jo 8:12; 11:9, 10; 12:35; ljo 1:6, 7; 2:6, 11). No entanto, são os escritos de Paulo que dão maior ênfase ao assunto e apresentam as mais variadas descrições da natureza da conduta ética do cristão. Ao tratar das coisas a serem evitadas, Paulo se refere à conduta que leva a marca da antiga vida. Enquanto os cristãos estiverem neste mundo andam necessariamente “na carne," isso é, na esfera da existência humana (G1 2:20), mas não devem andar “segundo a carne", ou seja, de acordo com as normas de conduta do mundo, e em oposição às de Deus. Para Paulo, “segundo a carne" está em contraste com “segundo o Espírito” (Rm 8:4, 5). Em Gálatas 5:16-25, andar no Espírito é a única maneira de superar o andar na carne (cf. Rm 8:13), pois a carne deseja nos impedir de realizar o bem que queremos (Rm 7:15, 17-20). Além disso, os cristãos não devem andar segundo o homem (lCo 3:3), destituídos de elevados princípios espirituais, nem segundo o curso deste mundo e o poder que opera nos filhos da desobediência (Ef 2:2). Isso inclui a vaidade dos próprios pensamentos e uma vida dissoluta (Ef 4:17, 19). Os cristãos também se recusarão a praticar (andar em) métodos desleais (2Co 4:2) ou se envolver em bebedices, impudicícias e dissoluções, contendas e ciúmes (Rm 13:13).

Em vez disso, devem eles andar em Cristo (Cl 2:6), de modo digno de seu chamado ao evangelho (Ef 4:1), que inclui o amor (Ef 5:2) e a fé (2Co 5:7). Com respeito aos não cristãos, cumpre-lhes portar-se com sabedoria (Cl 4:5) e ganhar-lhes o respeito sendo auto-sustentáveis (lTs 4:12), em vez de viver na ociosidade (2Ts 3:6, 11), Devem comportar-se como filhos da luz (Ef 5:8) e como sábios que sabem como remir o tempo durante os dias maus (v. 15, 16). Em uma palavra, os crentes devem andar de uma forma que agrade a Deus (lTs 4:1). O que agrada a Deus é um viver santificado (v. 3), e isso inclui a pureza nas relações sexuais (v, 3-8), “porquanto Deus não nos chamou para a impureza, e sim para a santificação” (v. 7).

Uma segunda consequência da união dos crentes com Cristo é que não precisam, e, portanto, não devem deixar que o pecado reine em seu corpo mortal, para que obedeça continuamente às suas paixões (Rm 6:12). Embora o velho homem tenha sido crucificado e a soberania do pecado sobre o corpo tenha sido quebrada, o corpo ainda pertence à velha era — razão por que se chama de “corpo mortal" — e, portanto, continua tendo paixões. Esses são os meios pelo quais o pecado procura obter controle sobre seus antigos súditos. Embora o cristão esteja livre do reino do pecado, não estará livre da influência do pecado até o dia da ressurreição. A única coisa que pode impedir o pecado de reimplantar seu reino é aquilo que o destrói: a graça de Deus (v. 14). Os cristãos continuam sujeitos a ser tentados mediante as velhas paixões carnais, mas o poder do Espírito de Deus impede essas paixões de se converterem em obras da carne (G1 5:16-25).

A terceira consequência da união com Cristo é que os crentes recebem o convite para dedicar seus membros a Deus como armas da justiça em vez de dedicá-los ao pecado, como armas da impiedade. Essa é a guerra cristã, e a sua realidade ajuda a definir as implicações da morte para o pecado mencionada em Romanos 6:2. Morrer para o pecado não significa que o pecado não tenha mais nenhuma relação com a vida do crente. Ao contrário, pelo fato de terem sido libertados do domínio do pecado, precisam lutar contra o pecado como se luta contra um inimigo. Libertos da soberania do pecado, devem combater suas solicitações. Embora tenham paz com Deus, precisam fazer guerra

297 ► contra o pecado. Nessa luta, os crentes devem ser "fortalecidos no Senhor" e "revestir-se de toda a armadura de Deus" para que possam rebater todos os dardos inflamados do maligno (Ef 6:10-17). Devem, porém, precaver-se para que, julgando-se acima da tentação, não venham a cair (lCo 10:12). Mas isso não precisa acontecer, já que Deus proveu o livramento (v. 13).

A santificação do cristão é um movimento constante para frente. A vontade de Deus não pode ser reduzida a um nível fixo de realização (Fp 1:27; cf. Ef 4:1). A razão disso é que Cristo é a norma da existência cristã (Fp 1:21), e aquilo que os crentes aprenderam sobre Ele deve lhes determinar o comportamento (Ef 4:20). Cristo ensina a verdade que eles devem seguir e, como Senhor, ilustra em Sua própria existência os princípios do amor, da humildade e do serviço que os crentes devem imitar (Fp 2:1-8). O exemplo de Cristo no sofrimento também requer imitação; os crentes devem seguir-Lhe os passos (lPe 2:21-23),

Ver a Cristo desse modo é descobrir que não há na caminhada da santificação nenhum ponto final. Há realização, mas não finalização; é preciso fazer sempre novos avanços. A pessoa já pode estar vivendo para agradar a Deus, exemplificando o amor, mas deve fazer isso cada vez mais (iTs 4:2, 9, 10, 12). Na linguagem de 2 Pedro 1:5-7, o povo de Deus deve complementar a fé com a virtude; a virtude com o conhecimento; o conhecimento com o domínio próprio; o domínio próprio com a perseverança; a perseverança com a piedade; a piedade com a fraternidade; a fraternidade com o amor. A razão fundamental do "com" desses textos é a natureza inexaurível e o desafio do amor de Cristo, não o poder do pecado que incapacita os crentes de realmente efetuar o bem.

Além disso, o amor cristão deve aumentar mais e mais em conhecimento e percepção para que possamos aprovar as coisas excelentes, alcançar a pureza e nos encher com os frutos da justiça (Fp 1:9). Essa percepção não se realiza pela conformação com o mundo, mas pela transformação da mente. Somente isso permite ao crente experimentar como é boa, agradável e perfeita a vontade de Deus (Rm 12:2). A vida santificada envolve, portanto, uma busca contínua de aprender o que agrada a Deus em todas as circunstâncias da vida (Ef 5:8, 9; iTs 4:1). Esse é um padrão dinâmico que requer discernimento e desempenho moral cada vez mais profundos.

b. Santificação e perfeição, (i) *Terminologia.* No AT, o conceito de perfeição é representado principalmente pelas palavras *tamhn* e *shalem,* que significam completo, inteiro e pleno. No NT, perfeição está relacionada com a palavra grega *teleios,* que significa completo ou maduro — aquilo que alcançou seu alvo *(telos* em grego).

No AT é possível chamar seres humanos imperfeitos de perfeitos; por exemplo, Noé (Gn 6:9); Abraão (17:1) e Jó (Jó 1:1). As qualificações para a palavra "perfeito, quando aplicadas a esses indivíduos, compreendiam traços tais como andar com Deus (Gn 6:9, 17:1), temer a Deus e se desviar do mal (Jó 1:1). A pessoa perfeita, descrita nesses e em outros textos (Dt 18:13; SI 101:2, 6, em que a palavra "fiel" alterna com perfeito e íntegro; Pv 11:5) é aquela cujo coração e caminho estão voltados para Deus. Há inteireza de compromisso com Deus e com Sua vontade. O fato de *shalem* ser muitas vezes usado com a palavra "coração", para indicar completa dedicação a Deus e à Sua lei, indica esse aspecto (1 Rs 8:61). No NT, ser *teleios* (perfeito) é predicado de Deus, que exige o mesmo dos seres humanos (Mt 5:48). Afirma-se em Romanos 12:2 que a vontade de Deus é perfeita, e há o convite para os seres humanos experimentá-la. Apesar disso, em nenhuma parte dos dois testamentos, ser perfeito ou irrepreensível

significa impecabilidade. No AT, por exemplo, pessoas como Noé e Abraão, mesmo com suas fraquezas, são chamadas de perfeitas. No NT, embora os filhos do reino sejam intimados a serem perfeitos (Mt 5:48), também devem orar pelo perdão de suas transgressões (Mt 6:12, 14, 15). Nesse sentido, a perfeição envolve tanto a intenção como a realização.

Isso acontece também em 1 João. O apóstolo fala do aperfeiçoar o amor de Deus no crente (2:5; 4:12, 17, 18) e relaciona isso com guardar os mandamentos de Deus e andar
298 ► como Cristo andou (2:4, 6). Apesar disso, João declara que os que dizem não cometer pecado são mentirosos e carecem do perdão de Deus (1:8-10). E correto, portanto, afirmar que "o coração santificado está em harmonia com os preceitos da lei de Deus" (AA, 563), mas que "lábios santificados nunca pronunciarão palavras de tanta presunção, como estou sem pecado; sou santo'" (ibid., 561, 562). A santificação é sempre um movimento progressivo; a perfeição sempre está à nossa frente.

(2) Relação da perfeição com a santificação. A perfeição é a consumação da santificação, e visto se achar sempre no futuro, a santificação deve se aprofundar continuamente. Se a perfeição como um estado fosse por fim alcançada, a santificação como crescimento seria anulada. Os ensinos de Jesus dão, porém, a entender que a perfeição é possível, como na afirmação "Sede vós perfeitos" (Mt 5:48), e "se queres ser perfeito" (Mt 19:21). Uma dialética parece estar envolvida. A respeito da santificação, pode-se dizer: "Você é; você ainda não é; você não é"; a respeito da perfeição: "Você não é; e você contudo é". Paradoxalmente, a perfeição no presente é santificação; a santificação no futuro é perfeição. Isso significa que as duas realidades são parte e parcela da mesma realidade — semelhança com Deus.

A melhor expressão do paradoxo da perfeição como presente e futuro é Filipenses 3:12-16. Em contraste com seus oponentes que propunham uma escatologia realizada, segundo a qual eles já estariam vivendo a perfeição da vida ressurreta (cf. 2Tm 2:17, 18), Paulo afirmou que ele mesmo ainda não havia obtido essa perfeição (Fp 3:12), Ao tomar parte nos sofrimentos de Cristo e ao se tornar semelhante a Ele em Sua morte, ele esperava alcançar a ressurreição dentre os mortos (v. 11) e a perfeição dela decorrente. Em consequência, ele prosseguia rumo à perfeição do futuro. Isso significava se apropriar inteira mente de Cristo, porque Cristo já se havia apropriado dele (v. 12). A consciência de pertencer totalmente a Cristo impulsionava Paulo na busca da perfeição futura (v. 13). Na corrida dessa vida, Paulo prosseguia rumo ao dia em que Cristo, como nos jogos olímpicos, lhe daria o prêmio da perfeição (v. 14). Então, de maneira surpreendente, ele exorta: "Todos, pois, que somos perfeitos, tenhamos este sentimento" (v. 15). O que Paulo havia situado no futuro ele afirma agora no presente. Ou seja, os que são perfeitos agora são aqueles que admitem que a perfeição é futura! E apesar disso, paradoxalmente, "Andemos de acordo com o que já alcançamos" (v. 16). O que está por vir em sua plenitude é aqui e agora apenas parcial (Fp 1:6).

(3) Amor, a chave da perfeição. Embora a palavra *teleios* não ocorra em 1 Tessalonicenses 3:13 e 5:23, o conceito de perfeição é ali expresso em termos de inculpabilidade e de ser inteiramente santificados, em todos os aspectos da vida. A perfeita santidade de 3:13 está significativamente associada ao amor. E ela que faz aumentar o amor uns pelos outros (v. 12) agora que nosso coração é inculpável em santidade na vinda de Cristo. A santidade futura se baseia no amor presente. O amor é o centro do significado da perfeição, pois é o maior mandamento

(Mc 12:28-34) e o cumprimento de todos os mandamentos (Rm 13:8-10; G15:14). O amor é a forma pela qual a fé atua (v. 6), a prova da presença da vida eterna (ljo 3:15-18; 4:20, 21) e do verdadeiro conhecimento de Deus (v. 7, 8). De fato, Deus é amor (v. 8). E mediante o amor que o mundo conhece quem são os discípulos de Cristo (Jo 13:35). Quando Jesus ensinou que os filhos do reino deviam ser perfeitos como Deus é perfeito, quis dizer que deviam amar uns aos outros e cuidar uns dos outros, como Deus o faz (Mt 5:44-47). Lucas compreende corretamente o sentido quando diz: ‘‘Sede misericordiosos, como também é misericordioso vosso Pai" (Lc 6:36). Isso não enfraquece as profundezas do desafio, mas introduz a chave correta. O coração da perfeição é o amor compassivo. Esse amor chega a ser maior do que a fé e a esperança (lCo 13:13), pois esses são exercícios exclusivos do ser humano. O amor é a primeira característica que os seres humagj^nos partilham com Deus.

(4) Parousia da perfeição. Primeira Coríntios 13 chama a atenção para o caráter imperfeito de muitos dos valores que os cristãos prezam agora (v. 8, 9) e anuncia uma mudança completa: "Quando, porém, vier o que é perfeito [...]" Isso dá uma nova perspectiva. A perfeição não é tanto algo que alcançamos, como algo que nos alcança; não é tanto aquilo que obtemos, como algo que se apropria de nossa vida em consequência da vida futura. O Deus da graça veio até nós pela primeira vez na pessoa de Seu Filho terrestre, o qual entregou Sua vida por nossos pecados. Ele aparecerá segunda vez, não para tratar com o pecado, mas para salvar os “que o aguardam para a salvação’’ (Hb 9:28). A parousia (chegada) de Cristo para os Seus será a consumação do processo de santificação desencadeado no início de sua vida cristã. Será também a interseção entre o crescimento moral atual pelo poder de Deus e o aperfeiçoamento dos remidos eternamente, pelo Seu amor e graça. Até aquele dia da perfeição final, "todos nós [...] contemplando [...] a glória do Senhor, somos transformados, de glória em glória, na sua própria imagem, como pelo Senhor” (2Co 3:18).

IV. Implicações Práticas da Doutrina da Salvação

A doutrina bíblica da salvação é da máxima relevância para a experiência porque diz que as necessidades mais profundas da vida humana não são deixadas ao acaso, à sorte ou ao destino. Elas estão sob o controle do Todo-Poderoso, que nos amou com amor eterno. Seu interesse em nos salvar se estende da eternidade passada até o ilimitado futuro. A vida humana é posta dentro da circunferência do plano eterno de Deus para nosso bem. Assim, nossa vida pode ser vivida com fé, esperança e amor em vez de ansiedade, medo e egocentrismo. Quando recebemos o Deus salvador, descobrimos que é possível aumentar nosso interesse e esforço para salvar outros; ao encontrar o amor de Deus, tornamo-nos capazes de amar uns aos outros como Ele nos ama. Assim, a salvação muda nossa vida individual no aqui e agora, dando-nos ímpeto para desafiar as estruturas sociais que mantêm o povo na escravidão. Ao experimentar a liberdade concedida por Deus, somos inspirados a cooperar com Ele ajudando a melhorar as condições de outros, a fim de que possamos viver juntos como irmãos e irmãs, como filhos de um Pai amoroso. Saber que somos os eleitos de Deus (não no sentido exclusivo, mas inclusivo) nos ajuda a peregrinar por este mundo e pela vida, embora as coisas de ambos os lados estejam desmoronando. Além disso, haja vista que a salvação é para todos, cada pecador salvo é um irmão ou irmã entre si. Nesse sentido, a salvação constrói a comunidade e reúne a todos

em amor e respeito, adoração e serviço, até aquele dia em que a grande voz vinda do trono de Deus dirá: "Eis o tabernáculo de Deus com os homens. Deus habitará com eles. Eles serão povos de Deus, e Deus mesmo estará com eles" (Ap 21:3; ver Sábado III.C).

V. História da Doutrina da Salvação

A. *Os Pais Apostólicos*

De acordo com o NT, a graça é um ato escatológico realizado por Deus em favor da humanidade antes mesmo que o ser humano se decidisse por Deus. O Senhor reconcilia a humanidade consigo mediante o sacrifício definitivo de Jesus e, em um ato inteiramente espontâneo, declara seres humanos pecadores que reagem favoravelmente à mensagem da cruz como libertos da condenação, pondo-os em uma correta relação para com Ele. A graça é, portanto, uma realidade estritamente transcendente. Não é de forma alguma inerente ao homem nem se torna propriedade dele. Continua a ser sempre e inteiramente um dom.

Essa compreensão fundamenta] sofre alteração radical nos escritos-dos Pais Apostólicos, que incluem a *Didaquê,* a *Carta de Barnabé, J e 2 Clemente,* o *Pastor de Hérnias,* e as *Cartas de Ignãcio,* Já pelo segundo século, o dom da graça de Deus se torna, nesses escritos, secundário ao chamado divino para viver uma nova vida de obediência em resposta à iluminação trazida por Cristo. Desse modo, Cristo é mais um mestre de ética do que um salvador do pecado. Embora Ele comunique o conhecimento da verdade, a religião enfoca mais os atos da humanidade perante Deus (que é fonte de justiça) do que os atos divinos em favor da humanidade. A graça divina é desfigurada, e o evangelho converte-se em uma nova lei. A pessoa de Jesus é substituída pelos preceitos de Jesus, e a imitação do exemplo toma o lugar da fé.

300

B. Dos Pais Apostólicos até Agostinho

1, Irineu

No segundo século, Irineu, em. seu livro *Contra as Heresias,* ensinava que a salvação ocorre não tanto pela cruz de Cristo como por toda a Sua vida encarnada. Por haver Se identificado total mente com o gênero humano em cada etapa de Sua existência e por ter sido obediente onde Adão foi desobediente, Jesus restaura a humanidade à comunhão com Deus e permite a renovação da imagem de Deus e a criação à semelhança divina. Ele Se torna o que humanamente somos, para que possamos nos tornar o que Ele é divinamente. Nessa teoria de convergência, ideia extraída de Efésios 1:10, Cristo sintetiza em Si tudo quanto se havia perdido em Adão, inverte a morte desencadeada por Adão, e esmaga a cabeça de Satanás (o tema do *Christus Victor* [Crísto Vitorioso]).

2. Tertuliano

Tertuliano, teólogo da Igreja Ocidental do terceiro século, preparou o caminho para o desenvolvimento de diversos ensinos relacionados com a salvação. Um desses foi o pecado original. Tertuliano afirmava que as almas de todos os seres humanos estavam potencialmente presentes em Adão, de modo que, quando Adão caiu, todos caíram com ele, uma teoria chamada traducianismo, oriunda da palavra latina que significa "transmitir". De Adão o pecado é transmitido para todos. Antecipando a Anselmo, Tertuliano também ensinava a ideia de "satisfação". Os que foram batizados deviam não somente confessar seus pecados, mas fazer a satisfação por eles (para Anselmo, Cristo faz a satisfação). A satisfação assume a forma de arrependimento, lágrimas, jejum, orações e esmolas. Sem essa satisfação não há nenhum perdão. Nesse sentido,

título ao Céu, como nossa idoneidade para ele, encontram-se na justiça de Cristo" (DTN, 300).

"Era possível a Adão, antes da queda, formar um caráter justo pela obediência à lei de Deus. Mas deixou de o fazer e, devido a seu pecado, nossa natureza se acha decaída, e não podemos tornar-nos justos. Visto como somos pecaminosos, profanos, não podemos obedecer perfeitamente a uma lei santa [...]. Mas Cristo nos proveu um meio de escape [...]. Se vos entregardes a Ele e O aceitardes como vosso Salvador, sereis então, por pecaminosa que tenha sido vossa vida, considerados justos por Sua causa. O caráter de Cristo substituirá o vosso caráter, e sereis aceitos diante de Deus exata mente como se não houvésseis pecado" (CC, 62).

"O perdão, porém, tem sentido mais amplo do que muitos supõem [...]. O perdão de Deus não é meramente um ato judicial pelo qual Ele nos livra da condenação. E não somente perdão pelo pecado, mas livramento do pecado" (MDC, 114). "A religião de Cristo significa mais que o perdão dos pecados; significa remover nossos pecados e encher o vácuo com as graças do Espírito Santo" (PJ, 420).

<§› B. A *Morte Expiatória de Cristo*

"O sacrifício de Cristo como expiação pelo pecado é a grande verdade em torno da qual se agrupam as outras. [...] Toda verdade da Palavra de Deus, de Gênesis a Apocalipse, precisa ser estudada à luz que dimana da cruz do Calvário. Apresento perante vós o grande, magno monumento de misericórdia e regeneração, salvação e redenção — o Filho de Deus erguido na-cruz" (OE, 315). "Pendurado na cruz, Cristo era o evangelho" (SDABC7-A, 456).

O sofrimento de Cristo "não começou nem terminou com Sua manifestação em humanidade. A cruz é uma revelação, aos nossos sentidos embotados, da dor que o pecado, desde o seu início, acarretou ao coração de Deus" (Ed, 263),

"A expiação de Cristo não foi realizada para induzir Deus a amar aqueles que Ele odiava; nem para produzir um amor que não existia; mas foi realizada como manifestação do amor que já havia no coração de Deus" (ST, 30/5/1895).

"A expiação de Cristo não foi a causa do amor divino, mas o resultado desse amor. Jesus morreu porque Deus amou o mundo" (RH, 2/9/1890).

"O Pai nos ama, não em virtude da grande propicíação; mas sim proveu a propíciação porque nos ama. Cristo foi o instrumento pelo qual Ele pôde entornar sobre um mundo caído o Seu infinito amor. 'Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo' (2Co 5:19). Sofreu juntamente com Seu Filho. Na agonia do Getsêmani, na morte sobre o Calvário, o coração do infinito Amor pagou o preço de nossa redenção" (CC, 13, 14).

"Cristo foi tratado como nós merecíamos, para que pudéssemos receber o tratamento a que Ele tinha direito. Foi condenado pelos nossos pecados, nos quais não tinha participação, para que fôssemos justificados por Sua justiça, na qual não tínhamos parte. Sofreu a morte que nos cabia, para que recebéssemos a vida que a Ele pertencia. 'Pelas Suas pisaduras fomos sarados' (Is 53;5)" (DTN, 25).

"Se essa expiação não tivesse sido feita, não haver ia perdão para o pecado. Tivesse Deus perdoado o pecado de Adão sem expiação, e o pecado teria sido imortalizado e se haveria perpetuado com uma ousadia fora de toda restrição" (RH, 23/4/1901).

"Seu objetivo [de Cristo] era conciliar as prerrogativas da justiça e da misericórdia e permitir que cada uma mantivesse em separado a sua dignidade, não obstante unidas. Sua misericórdia não era fraqueza, mas

tremendo poder para punir o pecado porque é pecado; contudo um poder .para atrair para Si o amor da humanidade. Por méiò de Cristo, a justiça é ativada para perdoar sem sacrificar em nada Sua exaltada santidade" (GCB, 1899, 102).

"Nossos pecados foram lançados sobre Cristo, castigados em Cristo, removidos por Cristo, a fim de que Sua justiça pudesse ser atribuída a nós, que andamos não segundo a carne, mas no Espírito" (ST, 30/5/1895).

"No dom incomparável de Seu Filho, Deus envolveu o mundo todo em uma atmosfera de graça, tão real como o ar que circula ao redor do globo. Todos os que respirarem esta atmosfera vivificante hão de viver" (CC, 68).

C. O *Papel da Fé*

"Mediante a fé, recebemos a graça de Deus; mas a fé não é nosso salvador. Ela não obtém nada. E a mão que se apega a Cristo e se apodera de Seus méritos, o remédio contra o pecado" (DTN, 175).

§► "[A fé] E uma aprovação do entendimento às palavras de Deus que leva o coração a uma voluntária consagração e serviço a Deus, o qual deu o entendimento, o qual sensibilizou o coração, o qual primeiro levou a mente a contemplar a Cristo na cruz do Calvário. Fé é entregar a Deus as faculdades intelectuais, submeter-Lhe a mente e a vontade" (FO, 25).

"Olhamos para nós mesmos, como se tivéssemos poder para nos salvar; mas Jesus morreu por nós porque somos incapazes de fazer isso. [...] Agora mesmo está Ele [...] convidando-nos para nos chegarmos a Ele em nosso desamparo, e sermos salvos. Desonramo-Lo por nossa incredulidade, E espantoso como tratamos o melhor de nossos amigos, quão pouca confiança depositamos nAquele que é capaz de nos salvar perfeitamente, e que nos deu toda prova de Seu grande amor" (MEl, 351).

"A onipotente força do Espírito Santo é a defesa de toda alma contrita, A ninguém que, em arrependimento e fé, haja invocado Sua proteção, permitirá Cristo que caia sob o poder do inimigo. O Salvador Se acha ao lado de Suas criaturas tentadas e provadas. Com Ele não pode haver coisa como fracasso, perda, impossibilidade ou derrota; podemos fazer todas as coisas por meio d Aquele que nos fortalece. Ao sobrevirem as tentações e provas não espereis até haverdes ajustado todas as dificuldades, mas olhai a Jesus, vosso ajudador" (DTN, 490, 493).

"Jamais devemos repousar em um estado de satisfação, e deixar de fazer progresso, dizendo: 'Estou salvo'. Se é entretida essa ideia, deixam de existir os motivos para a vigilância, a oração, o esforço sincero em seguir para a frente, rumo de realizações mais elevadas. Nenhuma língua santificada será encontrada pronunciando essas palavras antes que venha Cristo" (MEl, 314).

"Nunca se deve ensinar aos que aceitam o Salvador, conquanto sincera sua conversão, que digam ou sintam que estão salvos. Isso é enganoso. Deve-se ensinar cada pessoa a acariciar esperança e fé; mas, mesmo quando nos entregamos a Cristo e sabemos que Ele nos aceita não estamos fora do alcance da tentação" (PJ, 155).

D. Esperança para os Mais Fracos

"O Salvador teria passado pela agonia do Calvário para que uma única alma fosse salva no Seu reino. Jamais abandonará uma pessoa por quem morreu. A menos que Seus seguidores O queiram deixar, Ele os há de segurar firmemente" (DTN, 483).

"Muitas vezes, teremos de nos prostrar e chorar aos pés de Jesus, por causa de nossas faltas e erros; mas não nos devemos desanimar. Mesmo quando somos vencidos pelo inimigo, não somos repelidos, nem abandonados ou rejeitados por Deus. Não; Cristo

está à destra de Deus, fazendo intercessão por nós" (CG, 64).

"Quando o pensamento se concentra no próprio eu, é afastado de Cristo, a fonte de vigor e vida. Por isso é constante empenho de Satanás conservar a atenção desviada do Salvador. [...] Os prazeres do mundo, os cuidados, perplexidades e pesares da vida, as faltas alheias, ou nossas próprias faltas e imperfeições —para uma dessas coisas ou todas elas procurará ele distrair a atenção. Não vos deixeis desviar por seus artifícios. [...] Não devemos fazer de nós mesmos o centro, nutrindo ansiedade e temor quanto à nossa salvação. Tudo isto desvia a alma da Fonte de nosso poder. Confiai a Deus a preservação de vossa alma, e nEIe esperai. [...] Ele é capaz de guardar aquilo que Lhe confiastes" (ibid., 71, 72).

"Satanás trabalha constantemente, mas poucos fazem ideia de sua atividade e sutileza. O povo de Deus deve estar preparado para resistir ao perverso inimigo.

2^E essa resistência que apavora a Satanás. Ele conhece, melhor do que nós, o limite de seu poder, e como facilmente pode ser vencido, se lhe resistirmos e o enfrentarmos. Mediante o poder divino, o mais fraco dentre os santos é mais forte do que ele e do que todos os seus anjos e, se submetido a uma prova, poderá demonstrar sua força superior" (T5, 293).

"O Espírito Santo era o mais alto dos dons que Ele podia solicitar do Pai para exaltação de Seu povo. Ia ser dado como agente de regeneração, sem o qual o sacrifício de Cristo de nenhum proveito teria sido. O poder do mal estivera se fortalecendo por séculos, e alarmante era a submissão dos homens a esse cativeiro satânico. Ao pecado só se podería resistir e vencer por meio da poderosa operação da terceira pessoa da Divindade, a qual viria, não com energia modificada, mas na plenitude do divino poder. E o Espírito que torna eficaz o que foi realizado pelo Redentor do mundo. É por meio do Espírito que o coração é purificado. Por Ele se torna o crente participante da natureza divina. Cristo deu Seu Espírito como um poder divino para vencer toda tendência hereditária e cultivada para o mal, e gravar Seu próprio caráter em Sua igreja" (DTN, 671).

"O plano da redenção visa ao nosso completo libertamento do poder de Satanás. Cristo separa sempre do pecado a alma contrita. Veio para destruir as obras do diabo, e tomou providências para que o Espírito Santo fosse comunicado a toda alma arrependida, para guardá-la de pecar. [...] Uma santa disposição, uma vida cristã, são acessíveis a todo filho de Deus, arrependido e crente" (ibid., 311).

"Nossa vida revelará se a graça de Deus está habitando em nós. Ver-se-á mudança no caráter, nos hábitos e atividades. Será claro e positivo o contraste entre o que foram e o que são" (CG, 57).

"Quem possui nosso coração? Com quem estão nossos pensamentos? Sobre quem gostamos de conversar? [...] Se somos de Cristo, nossos pensamentos com Ele estarão, e nEle se concentrarão as nossas mais doces meditações" (ibid., 58).

E. Santificação: Obra de Toda a Vida

"A santificação não é obra de um momento, de uma hora, de um dia, mas da vida toda. Não se alcança com um feliz voo dos sentimentos, mas é o resultado de morrer constantemente para o pecado, e viver constantemente para Cristo. Não se podem corrigir os erros nem apresentar reforma de caráter por meio de esforços débeis e intermitentes. Só podemos vencer mediante longos e perseverantes esforços, severa disciplina e rigoroso conflito. Não sabemos quão terrível será nossa luta no dia seguinte. Enquanto reinar Satanás, teremos de subjugar o próprio eu e vencer os pecados que nos assaltam; enquanto durar a vida não haverá

ocasião de repouso, nenhum ponto a que possamos, atingir e dizer: Alcancei tudo completamentef A santificação é o resultado de uma obediência que dura a vida toda" (AA, 560, 561).

"Não podeis mudar vosso coração, não podeis por vós mesmos consagrar a Deus as vossas afeições; mas podeis escolher servi-Lo. Podeis dar-Lhe a vossa vontade; Ele então operará em vós o querer e o efetuar, segundo a Sua vontade" (CG, 47). .

"Conquanto as boas obras não salvem alma alguma, é impossível que uma única alma se salve sem as boas obras" (ME1, 377).

"Se consentirmos, Ele por tal forma Se identificará com os nossos pensamentos e ideais, dirigirá nosso coração e espírito ► em tanta conformidade com o Seu querer, que, obedecendo-Lhe, não estaremos senão seguindo nossos próprios impulsos. A vontade, refinada, santificada, encontrará seu mais elevado deleite em fazer o Seu serviço. Quando conhecermos a Deus como nos é dado o privilégio de O conhecer, nossa vida será de contínua obediência. Mediante o apreço do caráter de Cristo, por meio da comunhão com Deus, o pecado se nos tornará aborrecível" (DTN, 668).

"E se bem que não possamos pretender a perfeição da carne, podemos possuir perfeição cristã da alma. Mediante o sacrifício feito em nosso favor, os pecados podem ser perfeitamente perdoados" (ME2, 32).

"Com nossas faculdades limitadas, devemos ser tão santos em nossa esfera, como Deus é santo na Sua. Na medida de nossa capacidade, devemos tornar manifesta a verdade e o amor e a excelência do caráter divino" (ME1, 337).

"O ideal de Deus para Seus filhos é mais alto do que pode alcançar o pensamento humano. "Sede vós pois perfeitos, como é perfeito o vosso Pai que está nos Céus" (Mt 5:48). Este mandamento é uma promessa, O plano da redenção visa ao nosso completo líbertamento do poder de Satanás. Cristo separa sempre do pecado a alma contrita. Veio para destruir as obras do diabo, e tomou providências para que o Espírito Santo fosse comunicado a toda alma arrependida, para guardá-la de pecar" (DTN, 311).

"Leva tempo atingir perfeita submissão à vontade de Deus, mas nunca podemos desistir de ser habilitados para o Céu. A verdadeira religião levará seu praticante à perfeição" (T3, 538).

"Cristo veio a este mundo e viveu a lei de Deus, a fim de que o homem pudesse ter perfeito domínio sobre as naturais inclinações que corrompem a alma. Médico da alma e do corpo, Ele dá a vitória sobre as concupiscências em luta no íntimo. Proveu toda facilidade para que o homem possa possuir inteireza de caráter" (CBV, 130, 131).

"O caráter se revela, não por boas ou más ações ocasionais, mas pela tendência das palavras e atos costumeiros" (CC, 57, 58).

"Se está no coração obedecer a Deus, se são feitos esforços nesse sentido, Jesus aceita essa disposição e esforço como o melhor serviço do homem, e supre a deficiência, com Seu próprio mérito divino" (MEl, 382).

"A germinação da semente representa o começo da vida espiritual, e o desenvolvimento da planta é uma figura do desenvolvimento do caráter. Não pode haver vida sem crescimento. A planta ou deve crescer ou morrer. Assim como o seu crescimento é silencioso e imperceptível, mas contínuo, assim é o crescimento do caráter. Nossa vida pode ser perfeita em cada estágio de seu desenvolvimento; contudo, se o propósito de Deus para conosco se cumpre, haverá constante progresso" (Ed, 105-106). •

"Dia a dia Deus trabalha com ele, aperfeiçoando o caráter que deve resistir no tempo da prova final. E dia a dia o crente está manifestando diante dos homens e dos anjos

um experimento sublime, mostrando o que o evangelho pode fazer por caídos seres humanos" (AA, 483).

"Aqueles que estão realmente buscando o perfeito caráter cristão, jamais condescenderão com o pensamento de que estão sem pecado. Sua vida pode ser irrepreensível; podem estar vivendo como representantes da verdade que aceitaram; porém, quanto mais consagram a mente para se demorar no caráter de Cristo e mais se aproximam de Sua divina imagem, tanto mais claramente discernirão Sua imaculada perfeição e mais profundamente sentirão seus próprios defeitos" (Sa, 7).

VIII. Literatura

Anselm. *St. Anseltn.*■ *Basic Wrítings.* Trad. S. N. Deane. 2 ª ed. La Salle: Open Court, 1962.

Barclay, William. *The Mind ofSt. Paul.* Nova York: Harper, 1958.

Bettenson, Henry, ed. *Documents of the Christian Church.* Nova York: Oxford Universíty Press, 1947.

Cave, Sydney. *The Doctrine of the Work of Christ.* Londres: London CJniversity Press, 1947.

Collins, Kenneth J. *Wesley on Salvation: A Study in the Standard Sermons.* Grand Rapids: Francis Asbury, 1989.

Green, E. M. B. *The Meaning of Salvation.* Philadelphia: Westmínster, 1965.

Grensted, L. W. A *Short History of the Atonement,* Manchester: Manchester Universíty Press, 1962.

Hengel, Martin. *The Atonement.* Trad. John Bowden. Philadelphia: Fortress, 1981.

Heppenstall, Edward. *Salvation Unlimited.* Washington: Review and Herald, 1974.

Jedin, Hubert, A *History ofthe Council ofTrent.* 2 vols. Edinburgh: Thomas Nelson, 1961,

Johnson, Alan F., e Robert E. Webber, *What Christians Believe: A Bihlical and Historical Snmmary.* Grand Rapids: Zondervan, 1989.

Kelly, J. N. D. *Early Christian Doctrines.* 2ª ed. Londres: Adam & Charles Black, 1958.

Knight, George R. *The Pharisees Guide to Perfecl Holmess: A Study of Sin and Salvation,* Boise: Pacific Press, 1992.

LaRondelle, Hans K. *Christ Our Salvation.* Mountaín View: Pacific Press, 1980.

Landa, Paul J. "Medieval Perspectives on the Atonement." Em *The SancHtar)' and the Atonement: Bihlical, Historical and Theological Studies,* ed. Arnold V. Wallenkampf e W. Richard Lesher. Washington: Biblical Research Institute, 1981.

McGrath, Alister. *Justification hy Faith: What It Means to Us Today.* Grand Rapids: Academie, 1988.

McKim, Donald K. *Theological Turning Points: Major Issues in Christian Thought.* Atlanta: John Knox, 1988.

Mozley, J. K. *The Doctrine of Atonement,* New York: Scribners, 1916; Londres: Duckworth, 1915.

Reid, George. "Why Did Jesus Die?" *Adventist Review,* 5 de novembro de 1992.

Righteousness by Faith Consultation. "The Dynamics of Salvation." *Adventist Revieiv,* 31 de julho de 1980.

Rodríguez, Angel Manuel. "Salvation by Sacrificial Substitution." *Journal of the Adventist Theological Society* 3 (1992): 49-77.

Strack, Herman L. *Introduction to the Talmud andMidrash.* Philadelphia: Jewish Publication Society of America, 1931.

Taylor, Vincent. *Forgiveness and Reconciliation.* Nova York: St, Martins Press, 1946.

Toon, Peter. *Justification and Sanctification.* Westchester: Good News, 19S3.

Torrance, Thomas F. *The Doctrine of Grace in the Apostolic Fathers.* Grand Rapids: Eerdmans, 1960. <

VVard, Cedric. "The Atonement in Wesleys Theology" Em *The Sanctuary and the Atonement: Biblical, Historical and Theological Stndies*, ed. Arnold V. Wallenkampf e W. Richard Lesher, 464-477. Washington: Biblical Research Institute, 1981.

Wesley, John. *A Plain Account of Christian Perfection*. Londres: Epworth, 1968.

Williams, Colin W. *John Wesley's Theology Today*. Nashville: Abingdon, 1960.

9
Morte: Origem, Natureza e Erradicação

Niels-Erik Andreasen

Introdução

A morte está sempre próxima, independentemente de idade, posição ou condição econômica. Não importam as tentativas de vesti-la em roupagem aceitável, a morte continua sendo nosso definitivo e, por enquanto, invencível inimigo. A despeito das flores e dos discursos, a morte é um feio espectro que espreita a experiência de todos. Além de ser repulsiva e estar em toda parte como se fosse onipresente, ela também é incompreensível.

Em diferentes tempos e lugares, a morte e o que dela resulta têm sido explicados de diversas maneiras. No entanto, o uníco lugar em [I.] que encontramos resposta clara para o problema da morte é nas Escrituras. Na verdade, até mesmo aqueles que conhecem a Bíblia muitas vezes confundem o que ela diz sobre esse tema.

Este capítulo trata do ensino bíblico sobre a morte: o que significa, de onde veio, o que acontece com aqueles que morrem e, finalmente, como a morte será erradicada. Vista dessa perspectiva bíblica, a morte, por mais horrenda que possa parecer, perde sua força sobre a existência humana. Paulo expressa isso muito bem: "Tragada foi a morte pela vitória" (lGo 15:54).

I. Exposição Bíblica
- A. Terminologia e Definições
  1. Palavras para Morte no AT
  2. Palavras para Morte no NT
  3. A Natureza da Vida e da Morte
  4. Holismo e Natureza Humana
  5. Morte e Lembrança da Vida
  6. Aguardando a Ressurreição
- B. Morte: Origem, Agentes e Influência
  L A Causa da Morte
  2, Os Agentes da Morte
  3. A Universalidade da Morte
- G. O Estado dos Mortos
  1. Sepultamento e Sepultura
  2. A Região da Morte
  3. A Condição dos Mortos
  4. A Morte como Sono
- D. Ocultismo e Espiritismo
- E. Passagens Incomuns sobre a Morte no NT
  1. Lucas 23:43
  2. 2 Coríntíos 5:1-10 e Filipenses 1:19-26
  3. 1 Tessalonicenses 4:14
  4. Hebreus 12:23 e Apocalipse 6:9
- F. A Ressurreição e a Erradicação da Morte
  1. O Reino da Morte
  2. A Morte como o Fim da Vida
  3. Morte como Destruição
  4. Morte como Castigo
  5. A Segunda Morte
  6. A Esperança da Ressurreição
  7. A Erradicação da Morte
- G. Destinos Finais
  ]. Tempo, Duração e Resultado do Juízo Divino
  2, A Certeza da Vida Eterna

II. Contexto Histórico
- A. No Alvorecer da História
- B. Conceitos Grego, Romano e judaico

G. Igreja Primitiva e Medieval
D. A Reforma do Século 16 e seus Desdobramentos
E. A Posição Adventista do Sétimo Dia
F. Tendências Atuais
► III. Comentários de Ellen G. White
A. Importância
1. A Origem da Morte
2. As Causas da Morte
3. A Natureza da Morte
3. Sobre a Imortalidade da Alma
C. A Derrota da Morte
IV. Literatura

I. Exposição Bíblica

A. *Terniinologia e Definições*

A distintiva concepção bíblica da morte vem da clara expressão de sua terminologia. Veremos isso ao examinar as palavras e expressões usadas para morte, seguidas de uma consideração sobre a definição bíblica de vida e de morte.

L Palavras para Morte no AT

A raiz *mwt,* “morto”, e seus derivados nominais *(mmvet, temuthah, mamoth)* ocorrem aproximadamente mil vezes no AT. Embora seja uma raiz semítica comum, que aparece com destaque na literatura ugarítica e com um equivalente egípcio, *mwt* não apresenta nenhuma etimologia plausível O sentido básico do verbo é apenas[4] morrer”, principalmente com referência a pessoas e ocasionalmente a animais (Gn 33:13) e só raramente à vida vegetal (Jó 14:8). Na verdade, o emprego figurado, que aplica a palavra à perda de propriedade (Gn 47:19) ou de sabedoria (Jó 12:2) é raro na Bíblia, embora seja comum em nosso tempo (e.g., fogo morto, peso morto, cor morta). A frase incomum “se amorteceu nele o coração” (lSm 25:37) pode indicar a perda da coragem por parte de Nabal (ele perdeu o ânimo). E possível, porém, que também indique a real cessação da função cardíaca, usada no simbolismo do AT para indicar morte cerebral Ou seja, Nabal teve um infarto ou como a Bíblia expressou; “E ficou ele como pedra.” Isso também explicaria o verso seguinte (38): "Passados uns dez dias, feriu o Senhor a Nabal, e este morreu.”

A raiz relacionada *giv,* ‘morrer/’ ocorre paralelamente a *mwt* (Jó 3:11; 14:10), mas pode indicar a morte como a terminação da vida, depois de privação e infortúnio (cf. 2c 13:8; SI 88:15). No *pilpel* e no *hifil,* a forma verbal de *mwt* é traduzida por “matar”, “executar”. Aqui ela se junta a diversos outros verbos afins, tais como *harag,* "matar”, “assassinar”; *ratsah,* “matar”, “cometer homicídio”; o raro *qatal,* “matar”; e *nakah,* “esforçar-se”, “golpear”.

A forma nominal *maweth,* “morte”, caracteriza simplesmente a morte como o oposto da vida e assinala seu fim (Dt 30:19; Pv 18:21; Jr 8:3). Em último lugar, o AT fala de morte e morrer por meio de diversas locuções singulares, como, por exemplo, "expirar” (Gn 25:8), “ser reunido a seu povo” (49:33), “descansar com seus pais” (lRs 2:10).

Deve-se considerar também a palavra *sheol,* “domínio da morte”, que etimologicamente pode ser relacionada a *shaah,* “ficar desolado”, “ser desvalorizado”, e que se refere ao mundo inferior (Is 14:9; SI 139:8), ao domínio da morte (SI 18:5; Os 13:14), à sepultura insaciável (Pv 27:20) e, teologicamente falando, à ausência de Deus, de adoração e dos processos normais da vida (Is 38:18; SI 6:5),

Por todo o AT, as palavras para morte apontam para um sentido único: o completo término da vida, de suas expressões e funções.

2. Palavras para Morte no NT

As palavras *thanatos,* “morte”; *thnStos,* “mortal”; *thanatoõ,* “matar”; *thnêskõ,* “morrer”; e suas derivadas são termos gregos comuns, de vasto emprego na literatura extrabíblica. Referem-se à morte e ao efetivo

fim da vida, mas, segundo o emprego do grego clássico, não ao fim da existência humana. Afinal, no emprego clássico, pensava-se que a morte afetava somente o corpo, não a alma, que se supunha libertada por ocasião da morte para continuar vivendo. Contudo, a maneira como o NT emprega essas mesmas palavras revela um significado completamente diferente. Aqui utiliza-se "morrer" ou "estar morto" no sentido de fim da vida, esse fim temível, destino pavoroso de todos os seres humanos (lCo 15:54, 55; Hb 2:15; Ap 6:8). Portanto, diferentemente do uso clássico, a morte no NT nunca é retratada em termos heroicos, nem mesmo a morte de Cristo (Mt 26:36-46). Pelo contrário, a morte sempre representa o inimigo da vida e das pessoas, ou seja, o último inimigo a ser vencido (lCo 15:26). Jamais designa a transição natural de um segmento da existência humana para outro (TDNT, 3:15).

Nekros, "morto", "pessoa morta", "cadáver", e *nekroõ,* "matar" ou "executar", confirmam esse sentido de morte. Estar morto *(nekros*) significa estar destituído de vida (At 28:6; Rm 7:8), diferentemente de estar vivo (Mc 12:27), portanto, num sentido figurado, separado de Deus, desafortunado, perdido (Lc 15:24, 32; Hb 6:1; 9:14; Ap 3:1). Os mortos, em vez de serem "libertados" dessa vida para uma existência melhor, foram de fato conquistados por um poder demoníaco, o inimigo de Deus (Ap 10:11-15).

As locuções especiais do NT para morte incluem o eufêmico *koimaõ,* "dormir" (Jo 11:11), mas enfatizam geralmente a visão negativa da morte, por exemplo, *apollymi,* "perecer", "levar a mau termo" (Mt 21:41); *;paradidõmi,* "ser entregue" (Rm 4:25); *mellõ teleutan,* "moribundo" (Lc 7:2); *eschatos echõ,* "estar nas últimas" (Mc 5:23).

Na terminologia do NT, a morte também é caracterizada como o fim da vida, e como o inimigo de Deus e da humanidade. Sendo assim, toda a terminologia bíblica para morte e morrer combina-se para retratar uma única concepção de morte que é o término de toda a existência para todo o ser humano. Nesse aspecto, a terminologia bíblica confirma as descrições bíblicas da natureza humana na vida e na morte.

3. A Natureza da Vida e da Morte

À luz da terminologia e das definições, a descrição bíblica da natureza humana na vida e na morte assume um novo e claro significado. De um ponto de vista funcional, a morte é o oposto da vida que Deus criou: morte é tudo que não for vida. Isso parece ser claramente expresso na primeira fórmula bíblica da existência humana: "Então, formou o Senhor Deus ao homem do pó da terra e lhe soprou nas narinas o fôlego de vida, e o homem passou a ser alma vivente" (Gn 2:7). A vida humana pode ser esquematizada assim: pó da terra *(‘apar min ha adamah)* + fôlego de vida (*nishmath hayyim)* ~ alma vivente (*nefesh hayyah).*

Cada termo merece breve atenção. Pd da terra *Çaâamah*) mostra que a substância material da humanidade (a*dam)* é "pó", ou a própria terra *(adamah).* Em virtude disso, a humanidade se caracteriza como terrestre e mortal, no sentido de não possuir nenhuma vida inerente. O corpo formado do pó da terra não continha nenhum elemento material divino ou vivificante que permitisse essa forma de pó viver independentemente. Depois, Deus acrescentou Seu fôlego estimulante de vida (*neshamah*), algumas vezes chamado de espírito. Esse fôlego não constituía uma substância separada que foi despejada numa forma inerte e vazia modelada do pó, mas apenas o poder divino doador de vida que transformou o pó em um ser vivo. A Bíblia mostra com isso que o fôlego de vida não representa uma segunda entidade, acrescentada ao corpo como se fosse um ingrediente, capaz de existir separadamente. Trata-se de um poder energizante procedente

de Deus, que transformou o corpo terreno em um ser vivo *(nefesh hayyah).* Uma dás acepções básicas da raiz *nefesh* é “garganta aberta”, através da qual a pessoa respira, come e fala. Isso encaminha para as acepções derivadas de "vibrante”, “vivo”, "ativo”. A ARA traduz *nefesh* como “alma”, embora a palavra se refira a um ser vivo inteiro. Em outros exemplos, uma “alma” (*nefesh*) pode tocar (Lv 7:21), ser comprada como escrava (Lv 22:11), comer (17:15) ou desejar determinada comida (Dt 12:20).

Quando essa fórmula da vida humana é invertida, como na morte, o fôlego de vida é expirado pelo ser vivo e retorna para Deus, que o deu, deixando apenas o pó da terra, então se desfaz o processo de criação. Isso, de fato, representa o modo bíblico comum de descrever o momento da morte: “Abraão expirou e morreu” (Gn 25:8, ARC). “Sua doença se agravou tanto, que ele morreu” (lRs 17:17). “Se Deus [...] para Si recolhesse Seu espírito e Seu sopro, toda a carne juntamente expiraria, e o homem voltaria para o pó” (Jó 34:14, 15). “Se lhes cortas a respiração, morrem e voltam ao seu pó” (SI 104:29). “E o pó volte à terra, como o era, e o espírito volte a Deus, que o deu” (Ec 12:7). “Todos vão para o mesmo lugar; todos procedem do pó e ao pó tornarão" (3:20).

Essa fórmula bíblica de vida e morte rejeita todas as possibilidades de que alguma coisa da pessoa sobreviva â morte, a não ser sua lembrança, que fica com os sobreviventes. A adoração dos ancestrais, a crença de que os espíritos dos antepassados subsistem à morte e que os descendentes vivos devam alimentá-los, apaziguá-los e seguir suas instruções é uma ilusão, não importa quão verdadeiro possa parecer para muitas sociedades tradicionais no mundo. Não é o espírito que permanece depois da morte, mas somente a lembrança do antepassado nos sobreviventes. Essas lembranças de uma vida bem vivida, das realizações feitas e dos traços de caráter do falecido também são mantidas na memória de Deus. Permanecem como o legado mais valioso que uma pessoa pode deixar atrás de si depois da morte. Por isso, quando a Bíblia rejeita a imortalidade da alma, a adoração de ancestrais, e assim por diante, ela nos deixa empobrecidos ou privados da presença de nossos entes queridos, mas enriquecidos pela lembrança deles, pelas coisas que fizeram, as lições que ensinaram e o caráter que desenvolveram (ver Criação I.B.3).

4. Holismo e Natureza Humana

A fórmula para a vida humana, claramente expressa ao longo da Bíblia, leva a uma concepção holística da natureza humana. “O hebreu concebia o homem como um corpo animado e não como uma alma desencarnada” (Robinson, 70). A natureza humana, quer na doença quer na saúde, no nascimento ou na morte, não se constitui de um conjunto de partes, cada uma podendo ser vista ou tratada separadamente da outra. As expressões contemporâneas "doença psicossomática” e “cuidado integral da pessoa” representam o reconhecimento dessa concepção de natureza humana, de que o ser humano é um todo único e assim deve ser tratado.

A terminologia bíblica para a natureza humana corresponde coerentemente a essa visão holística. É assim que a palavra hebraica *basar,* “carne” (SI 38:3), e as palavras gregas *soma,* “corpo” (Rm 7:24), e sarx, “carne” (G1 4:13, ARC), não retratam uma parte da pessoa — o corpo em oposição à alma —, mas a pessoa inteira vista pela perspectiva da fragilidade humana. Semelhantemente, o termo hebraico *nefesh,* “alma” ou “ser” (Gn 2:7), e o grego psyc/rê, “alma” ou “vida” (Rm 16:4), referem-se ã existência de uma pessoa, que termina com a morte, de modo que a alma não tem nenhuma existência sem vida física. Outros termos que descrevem a natureza

humana como o heb. *ruah*, 'espírito" [Is 19:3]; e o grego ■*pneurna*, "espírito" [lCo 7:34]; e heb. *leb*, "coração," "mente" [SI 90:12] são empregados para representar a existência humana em sua totalidade (ver Homem I.E.1-3).

Visto que a Bíblia mantém uma concepção holística da natureza humana, a morte não separa o corpo da alma a fim de permitir que a alma continue existindo (imortalidade da alma). Ao contrário, a morte finaliza por completo a vida toda. Nenhuma função da vida humana subsiste à morte. Essa concepção holística da natureza humana se reveste de grande importância para os serviços de saúde, os serviços sociais, a educação e outros serviços em prol dos necessitados. Significa que, ao tentar curar ou tratar de um problema específico, deve-se levar em conta a pessoa inteira. As doenças físicas e psíquicas estão entrelaçadas. A mente, o coração e o corpo devem ser levados em conta na educação verdadeira. As desordens espirituais e mentais devem ser tratadas em conjunto. Em suma, a concepção bíblica da natureza humana traz consequências de amplo alcance para as questões críticas enfrentadas por nossa sociedade.

5. Morte e Lembrança da Vida

A lembrança da vida dos que morreram que fica com os sobreviventes *é* um dos aspectos da existência humana que sobrevive à morte, Todos os aspectos da vida presente encontram seu fim na morte, mas a lembrança da vida permanece, não em monumentos materiais em honra dos mortos, mas temporariamente na memória dos vivos e preservados para sempre na mente de Deus (Is 49:15; Ne 13:14, 22, 31). Portanto, a lembrança da personalidade e do caráter dos mortos que viveram e morreram fiéis a Deus é preservada na esperança de que a morte, que os abateu, seja ela mesma abatida no último dia por Deus, que fará retornar à vida todos aqueles que ela vitimou (lCo 15:54-57). O caráter dos mortos, conforme lembrado pelos sobreviventes e preservado na mente de Deus, fornece a ligação entre esta vida e a vida na ressurreição.

6. Aguardando a Ressurreição

Ninguém, seja santo ou pecador, recebe a recompensa final, salvação ou perdição, por ocasião da morte. E preciso esperar pela ressurreição. "Não vos maravilheis disto, porque vem a hora em que todos os que se acham nos túmulos ouvirão a Sua voz e sairão: os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida; e os que tiverem praticado o mal, para a ressurreição do juízo" (Jo 5:28, 29; cf. Dn 12:12). A morte realmente sela o destino de todos, de acordo com o que fizeram na vida, mas os próprios mortos estão, por assim dizer, nus e despidos, ou seja, inconscientes de qualquer atividade humana, como em um sono, aguardando a ressurreição, o juízo e suas respectivas recompensas (2Co 5:1-4, 10; Hb 9:27). Todos os assuntos relacionados com a vida ou morte eterna devem, portanto, suceder a ressurreição, seja ela a ressurreição para a vida, que leva os santos a um corpo incorruptível, à imortalidade (lCo 15:52-54) e à eterna presença de Deus (lTs 4:17), ou a ressurreição para a morte, que traz destruição e aniquilamento eterno para aqueles que rejeitaram a salvação de Deus (Mt 25:31-46; Ap 20).

A imortalidade pertence somente a Deus (iTm 6:15, 16). Nenhum ser humano pode possuir esse dom, exceto condicionalmente (Gn 2:17), tampouco reivindicá-lo enquanto a morte reinar no mundo (Rm 5:12). Ao vencer a morte, Cristo Jesus, nosso Salvador, trouxe à luz a vida e a imortalidade, mediante o evangelho (2Tm 1:10). Ao abolir a morte no fim desse presente mundo por ocasião da volta de Gristo, Deus concederá a imortalidade aos santos (lCo 15:51-55; ver Ressurreição l-III).

B. *Morte: Origem, Agentes e Influência*

Depois de examinar a terminologia para morte e também as definições de vida e morte e a transição da vida para a morte, voltaremos nossa atenção para a origem, os agentes e a influência da morte. Como a Bíblia descreve a causa da morte, os agentes responsáveis por ela e a presença da morte no mundo?

1. A Causa da Morte

A Bíblia atribui a origem da morte ao pecado. "Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram" (Rm 5:12). Em um nível pessoal, pecado é ofensa contra Deus (SI 51:4; Lc 15:21). Ele representa o oposto de Deus (Is 1:2-6) e um afastamento de Seu caráter, "pois todos pecaram e carecem da glória de Deus" (Rm 3:23). Portanto, a causa da morte pode ser remontada a uma confrontação pessoal entre Deus e o pecador (ver Homem ÍI.A, B; Pecado III.A, B).

Segundo a Bíblia, a primeira introdução ao conceito de morte foi feita pelo próprio Deus, depois da criação: "De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás" (Gn 2:16, 17). A expressão "morrerás" (heb. *moth tamuth*) é enfática, significando que a morte é inevitável, depois da ofensa da desobediência.

Esta passagem de Gênesis 2 coloca Deus, o pecador e a morte em objetiva proximidade, embora não sugira nenhuma relação causai entre Deus e a morte. No entanto, ao informar a possibilidade de morte já na história da criação, a Bíblia nos faz lembrar que a morte nunca é inteiramente removida da vida. Embora a mentira do tentador "é certo que não morrereis" (3:4) dê a entender que a vida é invencível porque ela vem de Deus, a Bíblia ensina de outra maneira, observando que a morte tem o po-^s tencial de seguir no encalço da própria vida que Deus criou, Na verdade, a morte pode ser considerada a contraparte, ou o oposto da vida. Até mesmo o tentador (a serpente), que trouxe o pecado e a morte para a humanidade a princípio, era originalmente uma das criaturas vivas feitas pelo próprio Deus (Gn 3:1), mas se tornou posteriormente agente de morte.

Se quisermos saber sobre a origem da morte, de acordo com a Bíblia, não devemos buscar explicação no extremo oposto do Universo, longe de onde Deus reside, conforme propõem certas religiões antigas, mas em algum lugar bem próximo ao trono de Deus. Foi ali que surgiu um poder maligno para desfazer ou reverter as atividades divinas produtoras de vida. Em nenhuma parte a Bíblia reconhece a existência independente de um "deus" da morte, uma contraparte do Deus da vida, que reina no submundo, no extremo oposto do universo, como os deuses Mot (Síria), Nergal (Mesopotâmia), Osiris (Egito), e Hades (Grécia). Ao contrário, encontramos em Gênesis 1-3 acontecimentos que se deram na imediata presença de Deus.

De acordo com 1 João 3:4 e 8, os pecadores são transgressores da lei, indivíduos que confrontam e se opõem aos princípios e ã liderança de Deus, prestando lealdade ao diabo, que vive pecando "desde o princípio". Isso ocorreu no Céu (Ap 12:7-9), em uma guerra de Miguel, o arcanjo de Deus, e os anjos leais contra as forças malignas do diabo, também chamado o grande dragão, a antiga serpente e Satanás, o sedutor. Embora derrotado (atirado para a Terra [v. 9]), o diabo surgiu com o "poder da morte" (Hb 2:14), um poder assegurado pelo pecado e pela morte.

Os aspectos desse quadro composto que remonta o início da impiedade, do pecado e da morte às atividades do diabo recebem

esclarecimentos adicionais no AT. Lúcifer, uma das criaturas de Deus, a brilhante estrela da manhã (Is 14:12), é tipificado pelo arrogante rei de Babilônia (v. 4), que é precipitado para a morte no exato instante em que se exalta contra Deus tentando usurpar Seu trono celeste (v. 13-15). Semelhantemente, o príncipe de Tiro (Ez 28:2), que tipifica uma das criaturas perfeitas de Deus, é levado a descer à cova para morrer uma morte desonrosa (v. 8, 16-19) porque arroga ser divino na própria presença de Deus (v. 6, 13, 14). O pecado e, por conseguinte, a morte, originou-se no coração de uma das criaturas do próprio Deus, bem próxima a Ele, através de um ato de transgressão. Originou-se no orgulho e arrogância da criatura perante o Criador. Foi assim que uma criatura de Deus, chamada Lúcifer, tornou-se o diabo.

Depois de cair da presença de Deus, o diabo, operando sob títulos tais como serpente (Gn 3:1) e Satanás (Jó 1:6), obteve êxito em enganar nossos primeiros pais, tornando-se, pelo estabelecimento do pecado, o príncipe deste mundo. O diabo reivindicou autoridade temporária sobre a vida e a morte, mas conforme Jó corretamente compreendeu, a vida de toda criatura repousa nas mãos de Deus (Jó 1:21; 19:13-27).

Ao situar a origem da morte bem próxima ao trono do próprio Deus, a Escritura não quer dar a entender que o pecado e a morte são de alguma forma parte da natureza divina. O monoteísmo permanece absoluto na Escritura. Nenhum outro deus, de natureza boa ou má, compete com o único Deus pelo domínio do mundo. Nem Deus possui duas naturezas conflitantes, uma boa e sendo fonte de vida, e outra demoníaca, uma fonte de morte. Nem a Escritura sugere o conceito do dualismo, onde duas forças divinas conflitantes, uma boa e outra má, lutam pelo poder e liderança do mundo. Não há margem nos cultos de adoração para práticas destinadas a repelir o pecado e a morte, apaziguando um poder maligno e ameaçador.

Apesar de haver se originado na presença de Deus, o pecado e a morte não tiveram origem em Deus propriamente dito nem num ser divino, mas em um ser criado, uma criatura de Deus que se desencaminhou. Assim, ninguém pode com razão acusar a Deus, o doador da vida, de ser o causador da morte nem de ignorar o caso do pecado introduzido por uma de Suas criaturas. Ao contrário, é com grande custo para Si mesmo que o Senhor assume responsabilidade plena e pessoal diante do pecado.

Em parte alguma é a luta entre a vida e a morte, que se trava neste mundo, mais intensa do que a verificada na própria presença de Deus. Apocalipse 12:7-9 relata que houve no Céu uma guerra real a respeito dessa questão, na qual foram derrotados o diabo e uma legião de outros seres malignos, que foram expulsos da presença de Deus e aprisionados até o juízo (2Pe 2:4). Portanto, a guerra para vencer o pecado e a morte, liderada pelo próprio Deus, não O deixou incólume, mas O envolveu profunda e pessoalmente, provocando no fim das contas a morte de Seu amado Filho (Rm 5:6-11).

Gomo resultado, a expulsão do diabo e de seus anjos da presença de Deus (Lc 10:18; 2Pe 2:4; Jd 6; Ap 12:9) torna-se uma promessa da expulsão final do pecado e da morte de toda a criação de Deus (Ap 12:7-20:15). Em suma, o fato de a morte ter se originado próximo ao trono de Deus não significa que Ele *seja* responsável por alguma coisa, mas que *assume* a responsabilidade por tudo. Além disso, a Bíblia não nos informa nada mais sobre o original "mistério da impiedade" (2Ts 2:7) ou sobre a origem da morte (ver Grande Conflito I.B; II.A-E).

2. Os Agentes da Morte

À luz do ensino bíblico a respeito de sua origem, a morte jamais pode ser considera uma consequência natural e inevitável da criação de Deus ou um segmento normal

da vida. A Escritura a apresenta como uma interrupção da vida, uma intrusão antinatural, um inimigo que invade território estrangeiro. Quando, por meio da transgressão, o pecado reclamou domínio sobre o mundo e sobre toda a família humana, a morte começou a exercer seu poder sobre os seres vivos.

Para explicar mais vividamente como a morte exerce esse poder no mundo, a Escritura apresenta em detalhes as instrumentalidades da morte. Logo que o pecado e a morte foram introduzidos entre os seres humanos, a guerra entre o bem e o mal que havia começado no Géu transferiu-se para a Terra. "Porque a nossa luta não é contra 0 sangue e a carne, e sim contra os principados e potestades, contra os dominadores deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais do mal, nas regiões celestes" (Ef 6:12). As potestades demoníacas, das quais a principal é o diabo, exercem o poder da morte, mantendo como refens todas as pessoas do presente mundo (Hb 2:14, 15). Somente o poder do Senhor pode derrotá-las (Ef 6:10, 11), e somente a armadura de Deus pode nos proteger contra os "dardos inflamados do Maligno" (v. 16).

A Escritura utiliza termos específicos para retratar os agentes que exercem o poder da morte sobre a Terra:

a. Satanás. O termo bíblico mais familiar para o agente da morte é "Satanás" (Jó 1:6-12; 2:1-7; lCr 21:1; 2c 3:1; Mt 16:23; Mc 1:13; At 26:18; Ap 20:2). Ao descrever esse adversário sobrenatural pela primeira vez, o AT emprega a palavra *hassatan*, "o satanás", com um artigo, indicando que a palavra funciona como um título, que significa "acusador", "caluniador", "tentador". Em 1 Crônicas 21:1 e nas referências neotestamentárias, o termo ocorre como nome próprio, Satanás, com o mesmo significado do termo *àiaholos*, "diabo" (Mt 4:1; Mc 1:13); a antiga serpente (*ophis*) e o grande dragão (Ap 12:9); enganador das nações (20:2, 3). No AT, esse agente da morte tinha acesso aos seres celestiais (Jó 1:6; Zc 3:1), ao passo que, de acordo com o NT, ele perdeu esse privilégio (Lc 10:18, 19; Ap 12:9). Aqui Satanás é o inimigo caído de Deus, empenhado em destruir a igreja (Ap 12:9, 10, 13,14), enquanto aguarda sua própria destruição (20:2; cf. v. 9, 10).

b. O diabo (*diabolos*). Esse termo, que ocorre com frequência no NT, é um sinônimo para Satanás. O diabo tenta, desencaminha, mata, trai, leva ao pecado, ataca, julga e ordena a morte (Mt 4:1-11; 13:39; Jo 8:44; 13:2; Ef 6:11; lTm 3:6; Hb 2:14; lPe 5:8; ljo 3:8; Ap 2:10; 12:9; 20:2, 10). Beliar (ou Belial), que significa "indignidade" (2Co 6:15, ARC), é um nome alternativo para o diabo, sendo também aplicado ao antícristo.

c. Os demônios. Eles são chamados de espíritos imundos ou malignos (Mt 17:18; Mc 1:23; 5:2; Lc 4:41) e anjos maus (Ap 12:7, 8). São agentes de destrui- -*320 ção e morte, representados muitas vezes como agentes secundários associados com Satanás e por ele liderados. A divindade filisteia Belzebu e sua forma alterada Belzebul, que significa literalmente "senhor das moscas"/'senhor da imundícia", são variantes para o príncipe dos demônios, portanto, o próprio diabo (Mt 12:24; Mc 3:22; Lc 11:15),

d. A serpente. Embora prometesse acrescentar vida, a serpente se tornou na verdade um agente da morte (Gn 3:1; Ap 20:2), sendo considerada a mais "sagaz" ou "astuta" (heb. *arum)* de todas as criaturas que Deus tinha feito. A serpente assume esse papel de maneira tão pérfida que se criou uma permanente associação entre Satanás e a serpente como o ser que introduziu pela primeira vez o pecado e a morte no mundo (Ap 12:9; Gn 3:13, 14). É por isso que a serpente também foi castigada, sendo o seu castigo mais severo do que o de qualquer outra criatura: foi amaldiçoada a rastejar sobre seu ventre e a comer pó (Gn 3:14), símbolo de derrota e humilhação.

e. Leviatã e Raabe. Considerados deuses malevolentes pelos povos antigos, Leviatã e Raabe aparecem no AT (Is 27:1; 51:9) como símbolos de inimigos de Deus, que Lhe obstruem as obras e ameaçam Seu povo. Ambos são equiparados simbolicamente com o mar (serpente do mar, monstro marinho ou coisa parecida) para mostrar que as atividades deles representam uma ameaça para a vida. O contexto das referências a esses poderes revela que o momento em que serão destruídos e derrotados por Deus vai coincidir com a redenção de Seu povo no derradeiro conflito entre o bem e o mal (27:1; 51:9-11).

f. Pestilência (*deber)* e praga (*,resheph),* Embora na literatura ugarítica a praga *(rshp)* apareça como uma divindade malevolente, no AT não passa de mais um item na lista de calamidades mortíferas (Dt 32:24; SI 7S;4S-50). Acontece o mesmo com *deber,* que não transmite nenhuma conotação de sacralidade, mas apenas ilustra os aspectos letais do castigo divino. É assim que pestilência aparece na lista, que inclui armadilhas, ciladas, tempestades, setas, víboras, najas, cobras e serpentes (SI 91:3-13). O termo é usado com referência às pragas no Egito (Ex 9:3; cf. 5:3). Em Habacuque 3:5, esses dois agentes acompanham o juízo de Deus sobre Seus inimigos.

O quadro que se forma apresenta um exército de forças malignas, físicas e espirituais, que confrontam o mundo e seus habitantes com destruição e morte prematura. A Bíblia não apresenta a morte como o fim natural da vida, senão como uma constante ameaça à vida, inevitável, mas jamais tolerada, aceita ou admitida, Ela representa o inimigo de Deus e da vida, contra quem a Bíblia adverte: "Sede sóbrios e vigilantes. O diabo, vosso adversário, anda em derredor, como leão que ruge procurando alguém para devorar" (lPe 5:8).

3. A Universalidade da Morte

À semelhança do pecado, a morte se originou próximo à própria presença de Deus, entrando neste mundo pela experiência da tentação, do engano e da destruição. Logo toda a vida ficou infectada por ela. "Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram" (Rm 5:12), E por isso que, cada pessoa que nasce na família humana, experimenta o poder do pecado sobre a vida e o terrível poder da morte operando no mundo.

O relato bíblico da queda (Gn 3; 4; 6) descreve vividamente o processo de disseminação do pecado e da morte no mundo. Começa com dois indivíduos: um homem e uma mulher. A primeira experiência humana da queda é expressa na pergunta de Deus seguida de Seu juízo. A pergunta "Onde estás?" (3:9) é pessoal e tem que ver com indivíduos que se escondem de Deus. O juízo "certamente morrerás" (2:17) é igualmente pessoal — uma sentença de morte individual, da qual não se pode fugir, pronunciada sobre uma pessoa culpada que está perante Deus. Mas o pecado e a morte não podem mais ser contidos dentro do indivíduo, jã que a própria natureza humana está desfigurada pelo pecado, tendo ficado "decaída" ou defeituosa.

Gênesis 4 descreve a vida diária da primeira família humana e mostra como o pecado e a morte logo estendeu seus tentáculos horizontais quando um irmão matou o outro. O pecado e a morte revelam agora uma dimensão social, indicada pela segunda pergunta feita por Deus seguida por Seu segundo juízo. A pergunta "Onde está Abel, teu irmão?" (v. 9) é um pergunta social e diz respeito aos membros imediatos de um pequeno grupo social, a família. O juízo "serás fugitivo e errante pela terra" (v, 12) diz respeito à

sociedade, que foi desintegrada no-'nível mais fundamental: a família imediata.

Gênesis 4:23 registra o cântico arrogante composto por Lameque diante de suas duas esposas, afirmando haver matado um rapaz por uma ofensa insignificante. A vida se tornou sem valor, e a morte prevaleceu. O pecado e a morte alcançaram toda a raça humana (Gn 6:1-8), Muito tempo depois, o profeta explicou a universalidade da morte nos seguintes termos: "Toda a carne é erva, e toda a sua glória, como a flor da erva; seca-se a erva, e caem as flores, soprando nelas o hálito do Senhor, Na verdade, o povo é erva" (Is 40:6, 7).

Não satisfeitas em se espalhar horizontalmente, as consequências do pecado também se estenderam verticalmente, em altura e profundidade, e com elas a morte. A vida de uma pessoa desde o berço até a sepultura está infectada com o pecado e sujeita à maldição da morte (Sl 51:3-5). A sociedade como um todo sofre o pecado e a morte de forma tão aguda (Is 1:6) que desolação e morte ameaçam pessoas, terras e instituições (v. 7-9; ver Pecado IV.A-K).

Ao indagarmos sobre a causa da morte, somos encaminhados para a primeira rebelião de uma criatura contra Deus, o mistério original da impiedade (2Ts 2:7), antes da experiência humana com ela. Mas a nossa indagação acerca da causa do pecado também nos dirige à primeira experiência humana da tentação e queda, bem como ao impacto que ele causou na família humana e em nosso mundo. A resposta à primeira dessas perguntas é filosófica e histórica. A morte tem uma fonte que pode ser localizada no tempo, antes da criação; e no espaço, próximo à presença de Deus (Is 14:12-14).

A resposta para a segunda pergunta nos faz lembrar que a morte tem uma fonte dentro da experiência humana, também na queda diante do pecado, seguida por nossa contínua rebelião contra Deus (1:2-6). Sendo assim, devemos atribuir a causa da morte ao antigo adversário de Deus, quando preferiu as trevas à luz, embora admitamos que a raça humana também se tornou inimiga de Deus. A Bíblia descreve essa experiência como uma decaída da graça e a expulsão da presença vivificante de Deus, representada pela árvore da vida (Gn 3:22-24).

Visto que os primeiros seres humanos foram criados sem pecado, perfeitos, à imagem de Deus e conforme à Sua semelhança (1:26, 27), segue-se que cair em pecado causou grave dano a essa imagem divina. Essa imagem divina corrompida é partilhada por todos *os* seres humanos como consequência de haverem nascido neste mundo, de modo que todos pecaram e estão sujeitos à morte (Rm 5:12). Contudo, como um espelho quebrado ainda é capaz de refletir uma imagem imperfeita, mas ainda reconhecível, assim seres humanos decaídos ainda podem refletir a imagem do Deus criador, ímperfeitamente, mas ainda reconhecível. A Escritura afirma esse difícil conceito ainda no relato da queda (Gn 3) quando inclui dentro da narrativa a primeira promessa de redenção (v, 15) - a restauração da imagem divina em Sua criatura. Nesse meio tempo, o mundo se tornou palco de uma guerra espiritual, uma luta entre a vida e a morte pela contínua existência da raça humana (v. 14-19). A queda no pecado, a desfiguração da imagem divina, alienou toda a raça humana de Deus, trazendo sobre todos condenação e morte (Ef 4:18; Rm 5:12). Mas, em virtude do dom da graça de Deus oferecida livremente a todos quantos creem em Jesus Cristo, essa imagem quebrada é restaurada, permitindo o acesso â vida eterna (Rm 5:15-21; ver Salvação I-IV; Grande Conflito II.E).

C. O *Estado dos Mortos*

A propagação do pecado e da morte em todo o mundo fez da morte uma experiência humana presente e comum. Como um convidado indesejado, ela penetra audaclo-

samente nas famílias e tira a vida de seus entes queridos. Isso levanta questões sobre o estado dos mortos, e deixa chorando os que ficam, e com a triste tarefa de enterrar seus mortos, carentes de uma explicação bíblica sobre a morte.

1. Sepultamento e Sepultura

A Bíblia contém apenas informações esparsas sobre funerais e sepultamentos. Entre as práticas específicas, pode-se notar o costume de fechar os olhos dos mortos (Gn 46:4), talvez para indicar a semelhança da morte com o sono (I.C.4). A família abraçava o corpo (50:1) e o preparava para o sepultamento, provavelmente sem demora, visto que em geral não havia tentativas de preservar o corpo.

O corpo era enterrado com roupas ou envolto em panos (Mt 27:59; Jo 11:44); soldados podiam ser enterrados com suas armas (Ez 32:27); e nos tempos do NT acrescentavam-se, no mínimo, especiarias às mortalhas (Jo 19:39,40). O embalsamamento, mencionado em apenas dois casos, envolvendo Jacó e José (Gn 50:2, 26) parece seguir os costumes egípcios (v. 3). O uso de caixão, no caso de José (v. 26), parece também refletir uma prática egípcia. A cremação, como no caso do rei Saul e de seus filhos (lSm 31:12), não parece ser uma prática comum (cf. ICr 10:12, que omite a referência à cremação de Saul, e Am 2:1, que denuncia a queima dos restos **mortais** de **túmulos reais).**

Em geral, o corpo era enterrado numa cova subterrânea ou numa sepultura (Js 24:32), às vezes, numa caverna natural ou esculpida na rocha (Gn 23:8, 9; 50:5; Mt 27:60), ou em uma câmara mortuária de fabricação humana (lRs 14:31). A palavra hebraica comum para sepultura (*qeber*) significa simplesmente uma cova cavada ou cortada na terra, ao passo que a palavra grega *(mnêmeion)* sugere a ideia de um memorial, referindo-se a um monumento, uma inscrição ou mesmo uma estrutura contendo uma câmara na qual os mortos eram depositados. Em épocas posteriores, e de forma geral nos tempos do NT, praticava-se um segundo enterro dos ossos em ossuários (pequenos receptáculos de pedra ou barro).

Os pobres, ao que parece, eram enterrados em sepulturas comuns (2Rs 23:6; Jr 26:23), enquanto que os ricos podiam dar-se ao luxo de túmulos trabalhados (Is 22:16), talvez como monumentos memoriais (2Sm 18:18). Alguns túmulos pertenciam à família, de sorte que o moribundo podia expressar o desejo de ser sepultado no túmulo de seus antepassados (Gn 49:29-33; Jz 8:32; 2Sm 19:37). Os túmulos maiores podiam, portanto, ser esvaziados de velhas ossadas e reutilizados posteriormente.

O prantear os mortos acompanhava as atividades funerárias e incluía rasgar as vestes (Gn 37:34), cingir-se de panos de saco (2Sm 3:31), deitar pó sobre a cabeça (Js 7:6) e chorar em voz alta (Lc 8:52). De vez em quando, era possível compor-se um lamento fúnebre curto ou longo para expressar a dor, a tristeza e a perda (2Sm 1:17-27; Jr 22:18). A concepção bíblica da morte contribui naturalmente para a ausência geral de prescrições de ritos fúnebres e acentuada parcimônia em ritual associado a sepultamentos (Gn 23:2; 37:34; Dt 34:8; lSm 25:1; Jr 22:18; Mt 9:23; Lc 23:55-24:1). A Escritura proibia outros ritos associados com funerais antigos (Lv 19:27, 28; Dt 14:1). Tocar um cadáver tornava a pessoa imunda (Nm 5:2; 19:11-19); restrições adicionais se aplicavam aos sacerdotes (Lv 21:1-4, 10-12).

A Bíblia traça uma linha bem definida entre a vida e a morte, entre os vivos e os mortos. Os dois lados estão separados, sem nenhum contato entre eles, sendo terminantemente proibido tentar ultrapassar essa fronteira. O funeral e o sepultamento envolvem procedimentos metódicos, respeitosos e simples de exonerar o cadáver, enquanto se relembra a vida e se chora sua perda.

2. A Região da Morte

A Bíblia tem pouco a dizer sobre a morte depois de seu funeral, visto que o conceito bíblico de natureza humana afirma que os mortos não têm existência em separado da vida no corpo.

Portanto, ela retrata os mortos como aqueles que agora se uniram, ou repousaram com seus ancestrais nas câmaras do túmulo (Gn 15:15; lRs 14:31), Provérbios 2:18 e 5:5 descrevem o caminho em direção à morte como um declive, a trajetória para o *sheol* Observamos noutra parte a cena de um vestíbulo onde a morte espreita (7:27; 9:18). Gomo uma cidade, a região tenebrosa tem portas através das quais podem passar os mortos (Jó 38:17; Is 38:10), E caracterizada por tristeza, escuridão e sombras (Jó 10:21, 22; SI 143:3), pó (SI 7:5; Gn 3:19) e silêncio (SI 94:17; 115:17), com a presença de gusanos (Is 14:11),

323

Diversos termos técnicos descrevem a região da morte. A palavra *sheol*, com o provável significado de lugar desolado e sem valor, comunica a representação simbólica da sepultura (Gn 37:35; lRs 2:6; Pv 1:12). Por suas portas (Is 38:10) ou boca (SI 141:7) vivem os que estão próximos da morte, prestes a ser tragados por seu apetite insaciável (Is 5:14; Hc 2:5) ou capturados em suas ciladas (2Sm 22:6; SI 18:5). Não pode haver retorno sem intervenção divina. As expressões paralelas a *sheol* incluem *erets tahtit*, "submundo" (Ez 31:14); *ahaddon*, "lugar de destruição" (Jó 26:6; SI 88:11; Pv 15:11) *eshahat*, "cova" (Is 38:17; SI 16:10).

O termo do NT *hadês*, traduzido como "morte" ou "domicílio da morte" (Lc 10:15; At 2:27, 31; Ap 1:18; 20:13, 14), corresponde à risca ao termo do AT *sheol.*

A crença popular de que *hadês* representa um lugar intermediário de castigo destinado aos injustos por ocasião da morte é familiar a partir da história judaica popular encontrada no Talmude Palestino, que talvez forneça o contexto da parábola do homem rico e Lázaro proferida por Jesus (Lc 16:19-31; cf. Jr 183-187). A história é sobre um publicano rico que, depois de um esplêndido funeral, achou-se no *hadês* procurando água para saciar sua sede, enquanto um pobre mendigo cuja morte passou despercebida, alcançou o paraíso, O foco da história é o *haâês*$_f$ concebido como um lugar intermediário de purificação. Porém, ao adaptar essa história a Seus propósitos, Jesus fez uma reviravolta na parte final sobre o *hadês* e a transformou em uma parábola sobre a responsabilidade moral na vida presente, antes que o destino seja selado pela morte, Deixando de lado as crenças populares encontradas na história original sobre uma segunda oportunidade para fazer as coisas certas no *hadês*, semelhante a idea do purgatório, Jesus restaurou a concepção bíblica original de *hadês* no sentido de *sheol*, "sepultura". Jesus não abonou a ideia de purgatório.

A ênfase sobre a morte como castigo para a injustiça recebe vivida e adicional expressão no termo *geena* (gr. *geenna*, heb. *gehinnom).* Por designar o vale ao sul da antiga Jerusalém, utilizado para depósito de lixo bem como para a adoração a Moloque (2Rs 23:10; Jr 7:31, 32), *hinom* ficou associado com morte e castigo, sendo traduzido geralmente por "inferno" no NT (Mt 5:22, 29, 30; 23:15; Mc 9:43-47; Tg 3:6). Aqui, porém, tem o sentido mais de um destino do que de um lugar, a saber, a morte como resultado da injustiça.

A região da morte, portanto, é alternadamente designada como a sepultura, *sheol, hadês, geenna,* e inferno. Cada um desses termos se refere simplesmente à sepultura, onde os mortos são enterrados. Quanto a seu caráter, a sepultura, região da morte, representa o que é diametralmente oposto à região de Deus (SI 139:8), e o lugar do qual os mortos não podem retornar (Jó 17:11-16). Uma pessoa entra na "região"

da morte sozinha e não pode voltar dela, a não ser pela ressurreição.

3. A Condição dos Mortos

A Bíblia descreve a região da morte em vividos termos poéticos. Quando o falecido rei de Babilônia chega à sepultura, o além (,*sheol*) figurativamente "desperta as sombras e todos os príncipes da terra e faz levantar dos seus tronos a todos os reis das nações" (Is 14:9). Essas descrições bíblicas do estado dos mortos são simbólicas, inclusive as falas dos ciprestes e dos cedros (v. 8) e as camas de gusanos e a coberta de vermes (v. 11). Tais imagens da condição na morte enfatizam a conclusão de que na morte cessam todos os procedimentos habituais e conhecidos da vida. Na morte cessam o trabalho e as recompensas (Ec 9:5), O amor, o ódio e a inveja perecem, assim como a participação nos acontecimentos da vida (v. 6). Projeto, conhecimento e sabedoria não mais existem (v. 5, 10), Os mortos não são capazes de fazer planos (SI 146:4), não possuem lembrança (SI 6:5; Ec 9:5) nem louvam a Deus (SI 88:10, 11; 115:17; Is 38:18). Os mortos permanecem nos túmulos (At 2:29, 34).

4. A Morte como Sono

Em lugar de todas as descrições figurativas já mencionadas sobre o estado dos mortos, a Bíblia privilegia a metáfora do sono para descrever a condição na morte (Dt 31:16; lRs 2:10; Jó 14:12; Dn 12:2; Mt 9:24; 27:51, 52; Jo 11:11; At 7:60; ICo 15:18, 51; lTs 4:13). Essa apropriada metáfora, em geral presente em toda a Bíblia, recebe especial atenção de Jesus no relato da ressurreição de Lázaro. Essa história é acima de tudo exemplar pelo fato de transmitir o milagre mais surpreendente realizado por Jesus, que foi a ressurreição de alguém cujo corpo já começara a deteriorar. Jesus é primeiramente mestre e depois realizador de milagres. Instrui Seus desolados amigos sobre o poder de Deus para fazer reviver, sobre Sua própria morte e ressurreição, sobre a natureza da morte e sobre a esperança da ressurreição (Jo 11:1-44).

Conforme a narrativa revela, Jesus primeiro informa aos discípulos que Lázaro havia adormecido, pelo que eles sugerem alegremente que Lázaro certamente se recuperaria. Quando descobriram que Lázaro havia morrido de fato, Tomé reagiu apaixonadamente: "Vamos também nós para morrermos com ele!" (v, 16). Jesus, ao que parece, empregou a princípio a imagem eufêmica do sono para suavizar o impacto que a morte de Lázaro causaria em seus amigos íntimos, preparando-os para o milagre da ressurreição que realizaria a seguir, como se fosse o despertar de um sono. A condição do sono, com sua aparente inconsciência, retrata bem a condição na morte. Além disso, o sono é normalmente seguido por um despertar, que simboliza vividamente a ressurreição dos mortos (v. 23).

A ressurreição de Lázaro é fundamental para o evangelho de João, pois traça as linhas de batalha entre Cristo e Seus oponentes. Ele apresenta Seus argumentos de maneira inconfundível (v. 40-42), embora Seus oponentes estejam determinados a matá-Lo (v. 53).

A morte, consequência natural do pecado, continua a ser o destino inevitável dos seres humanos. A irrevogabilidade da morte é enfatizada pela decomposição do corpo no quarto dia. Já não resta vida; a existência cessou. Mas Lázaro dorme, esperando ser despertado pelo próprio Deus. A metáfora do sono usada para a morte chama a atenção tanto para a irrevogabilidade da morte como para a possibilidade da ressurreição. E fundamental para o ensino de Cristo.

De todas as metáforas bíblicas para o estado dos mortos, a do sono é a mais importante, pois nos permite falar naturalmente sobre a morte sem apavorar os sobreviventes. Ela retrata a experiência da morte como

uma transição suave para um estado de inconsciência, no qual cessam todas as funções psíquicas normais como pensamento, planejamento, amor, esperança e crença (cf. Ec 9:5, 6, 10; SI 88:3-7). O símbolo do sono serve muito bem para ilustrar tanto a concepção bíblica da morte como o conceito de ressurreição, evento similar a um despertamento (iTs 4:15-18).

D. Ocultismo e Espiritismo

A crença numa existência pós-morte é expressa claramente nos escritos gregos clássicos. Ela também desfruta de ampla popularidade no antigo Oriente Próximo. A história de Saul e da médium de Endor (iSm 28:3-19) e os muitos túmulos israelitas contendo cerâmicas depositadas para o uso dos mortos mostram que essa crença não era inteiramente desconhecida dos antigos israelitas. Porém, a Bíblia condena taxativamente esse conceito. Condena também as tentativas de se comunicar com os mortos através de ocultismo, espiritismo e mediunidade (Ex 22:18; Lv 19:31; 20:6, 27; Dt 18:9-13; Is 8:19, 20).

A história incomum de Saul e da mulher em En-Dor fala das tentativas desesperadas do rei de comunicar-se com o profeta morto Samuel por meio de uma médium, A narrativa deixa claro que por essa época Saul estava sofrendo de distúrbios mentais (ISm 19:9-17; 28:3-10) e que tentou consultar a Deus por meio do finado Samuel, quando não obteve resposta por meio de sonhos, Urim nem dos profetas vivos (ISm 28:6). Evidentemente ele falou somente com a mulher de En-Dor, a médium. E possível concluir, com base no contexto, que foi somente ele, e não a mulher de En-Dor, quem afirmou reconhecer Samuel na aparição, ao passo que somente a mulher visualizou alguma coisa. No entanto, o "espírito" que subia da terra, descrito pela mulher como um deus, e que tinha a aparência de um velho enrolado em um manto, foi identificado por Saul com base na descrição menos detalhada dela como aquele a quem ele buscava, ou seja, Samuel (v. 11-14). Em resumo, a história não contém nenhuma prova de que o profeta morto realmente apareceu.

Mais importante, Saul não obteve nenhuma informação nova da experiência, a não ser o que já sabia de relatos prévios dados por Samuel enquanto o profeta ainda vivia (v. 17; cf. ISm 15:23, 27, 28). Essa mensagem Saul temia e esperava contrariar. O elemento satânico nessa história jaz na falsa ideia de que alguém pode obter uma informação indisponível, dos mortos, através de um médium espírita. A tentativa de personificação de uma pessoa morta é taxativamente condenada no AT como enganosa e sem proveito, e de igual modo os agentes demoníacos instrumentados por um médium. Não se pode obter nenhuma informação dos mortos, pois na verdade eles "não sabem coisa nenhuma" (Ec 9:5, 6).

E possível contrariar supostamente esse princípio fundamental apresentando algumas descrições bíblicas incomuns do estado dos mortos, embora seja preciso admitir que se trata de linguagem metafórica para a perda da existência humana depois da morte. Por exemplo, a Bíblia fala dos mortos como sombras *(refaim),* caracterizadas por sua incapacidade de viver e se comunicar com Deus e a humanidade (SI 88:10; Pv 2:18-19; 21:16; Is 26:14). O termo *refaim,* "sombras", não designa uma qualidade da existência, como alma (*nefesh*) ou "espírito" (*ruah*) descreveríam. Na verdade, em nenhuma parte a palavra descreve um ser que possa viver de alguma forma associado com a existência humana normal. De fato, a morte, condição para *refaim,* implica ausência de toda consciência. Em vez de espíritos que gozam de alguma existência mínima presumida na morte, os *refaim,* de fato, compartilham todas as características conhecidas dos mortos. Não sabem coisa nenhuma (Ec 9:5), Não podem falar com Deus nem louvá-Lo (SI 6:5;

88:11; 115:17), seu pensamento e planejamento pereceram (146:4), eles não sentem a presença de Deus (Jó 7:21), nem possuem esperança (Is 38:18).

E. Passagens Incomuns sobre a Morte no NT

Alguns textos levantam questões incomuns à luz da concepção bíblica geral da vida e da morte. Uma breve revisão do peso da evidência, porém, mostra harmonia fundamental com o conceito bíblico da não imortalidade da alma. Um exame mais extenso dessas passagens deve ser buscado nos comentários.

1. Lucas 23;43

À primeira vista, esse breve versículo parece problemático. “Em verdade te digo que hoje estarás comigo no paraíso.” Se lermos com uma pausa (ou vírgula) depois das palavras “em verdade, te digo”, esse verso declara que Jesus convidou o segundo ladrão crucificado a acompanbá-Lo para o paraíso naquele mesmo dia, sugerindo a contínua existência da alma após a morte, O significado é alterado dramaticamente se a pausa (ou vírgula) for posta depois da palavra “hoje”. Nesse caso, Jesus estaria prometendo: “Em verdade te digo hoje," indicando a promessa atual de uma futura entrada na vida eterna. Lamentavelmente, os manuscritos gregos mais antigos vinham sem pontuação, de modo que devemos examinar o contexto do verso para determinar seu exato significado. A intenção do verso é clara e simples; oferecer salvação ao ladrão arrependido na cruz. O outro ladrão também pedia por libertação, mas não se arrependeu nem reconheceu a Cristo (v. 39). Por isso, ele é corrigido pelo ladrão arrependido (v. 41). A discussão, portanto, não gira em torno de recompensa ou castigo eterno, sobre entrar no Céu ou no inferno. O contexto imediato é mais propriamente sobre o assunto da salvação num dia de extremo infortúnio para os três homens. Em Sua resposta, Jesus ofereceu garantia imediata de salvação ao ladrão arrependido.

E digno de nota que o ladrão pediu modestamente que Cristo Se lembrasse dele quando viesse em Seu reino, ao que Cristo lhe ofereceu Sua companhia no paraíso (salvação). Uma vez mais a qualidade e não o senso de oportunidade do pedido do ladrão e da resposta de Jesus continua a ser o assunto principal. O próprio Jesus admitiu não ter entrado em Seu reino naquele dia nem mesmo no dia seguinte (Jo 20:17), mas queria dar ao recente amigo a certeza da salvação “hoje”. Assim, Lucas 23:42 fala sobre a garantia da salvação, e não sobre a entrada no reino no dia da morte.

2. 2 Coríntios 5:1-10 e Filipenses 1:19-26

Essas duas passagens paulinas parecem problemáticas na superfície, pois parecem favorecer a vida após a morte com base na ideia de que a morte traz para os fiéis um relacionamento especial e imediato com seu Senhor, No entanto, o exame mais atento desses textos revela uma perspectiva diferente, em harmonia com o restante da Bíblia.

O apóstolo divide a existência humana em três fases. A primeira, que consiste na vida presente na carne, é ilustrada por uma tenda terrestre na qual vivemos e trabalhamos ou da qual estamos vestidos (2Co 5:1, 2; Fp 1:22, 24), A segunda fase, que representa a morte, é ilustrada pela ausência de roupa, um estado de nudez (2Co 5:3, 4). O apóstolo deseja evitar essa fase pela experiência da trasladação (lCo 15:51-57; 2Co 5:4), já que a nudez representa uma condição inadequada na qual ele não pode beneficiar a igreja com seu ministério (Fp 1:24). Noutra parte, Paulo se refere repetidas vezes à morte como um sono, confirmando que a morte representa um período inativo de espera, interlúdio durante o qual o apóstolo é

incapaz de beneficiar a igreja e de desfrutar da presença do seu Senhor (lCo 15:6, 51; lTs 4:14). A terceira fase é representada pela vida da ressurreição e ilustrada por um edifício, casa não feita por mãos, mas da parte de Deus (2Co 5:1). Não resta dúvida de que essa fase representa a aspiração máxima do apóstolo, já que o levará para perto do Senhor (v. 6, 8; Fp 1:23).

Visto que essa terceira fase é separada da primeira fase terrena só pelo sono inconsciente sem a consciência da passagem do tempo para o falecido, é natural que o texto justaponha essas duas fases (Fp 1:23). Somente a ressurreição dos mortos ou a trasIadação para os vivos, e não a morte em si, levará o apóstolo à última fase. Pelas razões já declaradas, ele prefere não morrer (ser despido), mas passar pela trasladação, embora aceite naturalmente o que vier da mão de Deus, tanto faz vida ou morte, contanto que seu testemunho ou ministério seja realçado (2Co 5:9; Fp 1:20-25). Quanto à morte, o estado de nudez, o apóstolo associa-se ao testemunho bíblico em lastimá-la e em aguardar o dia em que "o mortal seja absorvido pela vida" (2Co 5:4; ver Ressurreição I.A.2,a).

3. 1 Tessalonícenses 4:14

Os textos mencionados acima nos ajudam a interpretar outros que parecem sugerir alguma existência depois da morte e antes da ressurreição dos santos de Deus. Em 1 Tessalonícenses 4:14, lemos que Deus traz com Cristo os que dormiram. A pergunta inquietante diz respeito aos santos que morreram e que Deus os trará na companhia de Cristo. Eles não acompanharão Cristo do Céu à Terra, mas serão ressuscitados da sepultura para acompanhar Cristo ao Céu, como prova o contexto (cf. ICo 6:14; 2Go 4:14). A pergunta nessa passagem tem que ver com os que morreram (ou temem morrer) na esperança do advento. Eles estarão em pior situação do que os que estão vivos e aguardam o regresso do seu Senhor? O apóstolo garante aos que estiverem vivos antes da segunda vinda de Cristo que não serão deixados para trás (lTs 4:15), mas que aqueles que morreram na esperança do advento subirão para encontrar o seu Senhor primeiro, até antes que Ele volte Sua atenção para-<y os que ainda estão vivos (v. 16, 17). Por essa razão, a companhia de Deus com Seus santos no fim dos tempos sucede a ressurreição dos mortos e precede a trasladação dos vivos (ver Revelação I.A.2.a).

4. Hebreus 12:23 e Apocalipse 6:9

Os dois textos falam de "espíritos" e "almas" como se fossem pessoas que morreram. No primeiro se encontra a frase "espíritos dos justos aperfeiçoados" (Hb 12:23) e o segundo se refere a almas sob o altar "daqueles que tinham sido mortos por causa da palavra de Deus e por causa do testemunho que sustentavam" (Ap 6:9). Juntos os versículos ilustram diferentes empregos da linguagem simbólica.

No primeiro caso, o apóstolo estabelece distinção entre os dois grupos: os hebreus originais procedentes do monte Sinai (Hb 12:18, 19), e os hebreus cristãos, a quem a epístola é endereçada e que procedem do monte Síão (v. 22). Eles são convidados a se aproximarem do trono de Deus, onde Cristo atua como sumo sacerdote (Hb 4:16), Entre os congregados no monte Sião, que simbolicamente representa a igreja de Deus ou a Jerusalém celestial, estão anjos inumeráveis, os primogênitos registrados no reino, Deus, nosso juiz e os justos aperfeiçoados, Como no caso daquela primeira reunião no monte Sinai (Hb 12:18-21), essa segunda reunião no monte Sião compõe-se dos santos de Deus, anjos e seres humanos, e cristãos hebreus, os primogênitos da fé pela nova aliança mediada por Jesus. Não se trata de santos desencarnados, mas de pessoas reais, a quem o apóstolo apela: "Não recuseis ao que fala" (v. 25).

A segunda passagem descreve simbolicamente os eventos que ocorrem sob o quinto selo (Ap 6:9-11). Relata o destino dos mártires cristãos, cujo sangue inocente derramado ainda não foi vingado por Deus. Gomo o sangue do inocente Abel que clama ao Céu por ajuda (Gn 4:10), assim o sangue desses mártires, simbolicamente fala, pedindo a Deus que defenda o seu caso. A imagem do sangue que fala é familiar na Bíblia (cf. Hb 12:24). Refere-se à voz da vida representada por esse sangue, uma vida tomada ou dada através do derramamento de sangue. Ele pode falar de justiça e vingança (no caso de Abel e dos santos debaixo do altar) ou de graça e perdão (no caso de Cristo). O que clama desde o altar pedindo a Deus por justiça na Terra não são almas desencarnadas, mas o sangue, a vida inocente desses mártires tirada injustamente. A resposta que se dá traz uma garantia dupla. Primeiro, a cada um entrega-se uma vestidura branca, o que indica que Deus não os esqueceu, que a justiça de Cristo os envolveu, e que não serão deixados para trás na ressurreição (cf. lTs 4:15). Em segundo lugar, é dito a eles para aguardar (visto que ainda faltam dois selos para abrir) e repousarem ainda por um pouco de tempo em sua sepultura (Ap 6:11). Nessa apresentação simbólica da esperança da ressurreição alimentada por aqueles que morreram há muito tempo, os mortos não desempenham nenhum papel ativo, devendo apenas esperar pacientemente pelo tempo estabelecido por Deus. Isso confirma a concepção bíblica de que os mortos repousam na sepultura até serem despertados no dia da ressurreição.

K A *Ressurreição e a Erradicação da Morte*

Já vimos que a morte não é apenas uma transição natural na existência humana, mas um poder que reina sobre a vida, impondo-lhe um término e destruindo-a. A morte também traz o castigo pelo pecado, mesmo pela mão de Deus. Entretanto, ela continua sendo o inimigo da vida e de Deus. Portanto, a erradicação final da morte é precedida pela ressurreição, pela qual o poder da morte é quebrado. Isso põe um fim ao reino da morte, e a própria morte é por fim erradicada (ver Segunda Vinda I.G.1-3; Ressurreição I, II; Nova Terra).

1. O Reino da Morte

Ao descrever o reino da morte, a Bíblia personifica a morte como uma existência, um domínio, um poder a ser enfrentado neste mundo. "Entretanto, reinou a morte desde Adão até Moisés" (Rm 5:14), e "pela ofensa de um e por meio de um só, reinou a morte" (v. 17). Esse reino da morte dá a entender que a morte exerce domínio sobre o mundo presente e seus habitantes. Jeremias fala da morte como um inimigo com poder para exterminar a vida das pessoas em qualquer lugar, a seu bel-prazer e sem qualquer consideração para com suas vítimas, "Porque a morte subiu pelas nossas janelas e entrou em nossos palácios; exterminou das ruas as crianças e os jovens, das praças" (Jr 9:21). A morte exerce esse poder por intermédio do pecado (Rm 5:17) e do diabo (Hb 2:14) e o impõe sobre todas as pessoas, pois todos pecaram (Rm 5:12, 13). Por outro lado, "não há nenhum homem que tenha [...] poder sobre o dia da morte" (Ec 8:8).

2. A Morte como o Fim da Vida

Embora o reinado da morte provoque na maioria dos casos a interrupção não natural da vida, como no caso de uma doença mortal, acidentes fatais ou pena de morte, ela também põe fim à vida que segue seu curso natural através do processo de envelhecimento - uma forma suave de morte.

Com a idade de 175 anos, "expirou Abraão; morreu em ditosa velhice, avançado em anos; e foi reunido ao seu povo" (Gn 25:8). Aconselhando Jó a uma vida justa, Elifaz prometeu: "Em robusta velhice entrarás

para a sepultura, como se recolhe o feixe de trigo a seu tempo" (Jó 5:26). Ao reencontrar seu filho favorito, disse Jacó a José: "Já posso morrer, pois Já vi o teu rosto, e ainda vives" (Gn 46:30), Renovando o compromisso com Cristo, o apóstolo Paulo exclamou: "Para mim, o viver é Cristo, e o morrer é lucro" (Fp 1:21).

Essas passagens e outras sugerem que a Bíblia reconhece a morte como uma libertação, um fim natural para a vida, e no caso de uma vida longa e difícil, até mesmo como um alívio bem-vindo, A Bíblia relata com frequência a morte das pessoas de maneira desinteressada, simplesmente como o fim da vida delas. Correspondería isso à atitude atual de "chegar a um acordo" com a morte uma vez que ela é inevitável e é preciso, portanto, acabar de uma maneira ou de outra? Será que a Bíblia está nos convidando a "fazer um acordo com a morte"?

Com a exceção do caso especial de Filipenses 1:21, que expressa o total comprometimento do apóstolo com Cristo na vida e na morte, os exemplos citados de morte pacífica focalizam geralmente as realizações em vida mais do que a morte e, portanto, não devem ser interpretados como uma atitude de aceitação da morte.

Uma compreensão mais precisa do ponto de vista bíblico sobre a morte na velhice requer que consideremos os efeitos destrutivos do envelhecimento. Logo fica claro que esperar a morte, mesmo depois de uma vida bem vivida, não é desejável nem satisfatório. Assim, "os dias da nossa vida sobem a setenta anos ou, em havendo vigor, a oitenta; neste caso, o melhor deles é canseira e enfado, porque tudo passa rapidamente, e nós voamos" (SI 90:10).

Esse texto também adverte contra a natureza muitas vezes problemática do ficar inativo na proximidade do fim da vida. Talvez a passagem mais interessante seja Eclesiastes 12, a triste confissão de um velho: "Lembra-te do teu Criador nos dias da tua mocidade, antes que venham os maus dias, e cheguem os anos dos quais dirás: Não tenho neles prazer" (v. 1). Os versos seguintes deploram a experiência da velhice, apesar da sabedoria e da serenidade que se esperam que a acompanhe. Permanece o lastimável fato de que a vida caminha para um rápido e deplorável fim, e que não conhece retrocessos. "O homem se vai ã sua eterna casa, e os pranteadores andarão rodeando pela praça" (v. 5, ARC).

Talvez chegue o dia nessa gradual deterioração da vida em que a morte parecerá um escape tolerável e até mesmo bem-vindo, mas, de acordo com a Bíblia, todo o processo não é nada desejável nem tolerável. Na verdade, a própria velhice é uma forma inoportuna de avançar para a morte, que é decorrente da maldição do pecado e nunca desejada (Ec 12:1-7). A velhice representa um tempo em que a proteção divina é especialmente necessária (SI 71:18). A tristonha cena da morte de Jacó, rodeado por seus filhos e netos no Egito, mostra como a velhice impede o patriarca de voltar para a Terra Prometida. Constitui, na realidade, uma triste e inaceitável conclusão para a vida — alguém de alguma forma deve ser derrotado. ^ "Depois, disse Israel a José: Eis que eu morro, mas Deus será convosco e vos fará voltar à terra de vossos pais" (Gn 48:21). Depois deu a seguinte instrução: "Eu me reuno ao meu povo; sepultai-me, com meus pais, na caverna que está no campo de Efrom, o heteu" (Gn 49:29).

No apelo de Jacó a seus filhos para que ele não fosse deixado para trás, vemos ilustrada a oposição da Bíblia à morte, que a considera uma resposta inaceitável para a vida, mesmo de uma vida longa e rica, pois constitui uma ameaça mesmo ao propósito de Deus. O pedido do patriarca também oferece esperança para um futuro que nem mesmo a morte pode frustrar — esperança ancorada

na promessa de Deus de que Israel herdaria a Terra Prometida.

3. Morte *como* Destruição

A morte nem sempre chega no fim de uma longa vida. Pode atravessar o caminho da pessoa antes, gerando medo e terror. A Bíblia apresenta essa possibilidade como uma experiência aterrorizante. Na verdade, algumas das pessoas mais corajosas da Bíblia, como Moisés, Davi e o apóstolo Paulo, nem sempre foram valentes diante da morte. Durante um de seus confrontos com o instável rei Saul, Davi disse a seu amigo Jônatas: "apenas há um passo entre mim e a morte" (lSm 20:3). Muitos anos depois, o próprio Cristo não procuraria a morte, a não ser que isso fosse da vontade do Pai (Lc 22:42).

Esse medo da morte, especialmente de sua intrusão prematura na vida, é pintado na Bíblia toda. Ele enfatiza uma concepção bíblica especial da morte: não implica o fim natural ou inevitável da vida presente seguida de uma existência contínua em nível diferente, para que alguém corajoso possa enfrentá-la com determinação. Ao contrário, a morte sem a esperança de ressurreição representa o fim de toda a vida, a ausência de Deus, a escuridão total. Visto da perspectiva bíblica, o medo da morte sem a esperança de ressurreição continua sendo o medo mais fundamental sentido por seres humanos. É o medo de ficar desamparado, pois morrer significa estar sozinho; é o medo de enfrentar o juízo de Deus sem expiação. Ao morrer dessa forma em favor dos pecadores, Cristo garantiu que nenhum ser humano precisará enfrentar a morte sem esperança.

E compreensível, portanto, que a pessoa muitas vezes apele para Deus ao enfrentar a morte, em tempo oportuno ou não, estando rodeada pela família e amigos ou sozinha, sendo crente ou descrente. "Cadeias infernais me cingiram, e tramas de morte me surpreenderam. Na minha angústia, invoquei o Senhor, gritei por socorro ao meu Deus" (SI 18:5, 6). Em sentido oposto, quando Deus está próximo, o temor da morte é vencido. "Ainda que eu ande pelo vale da sombra da morte, não temerei mal nenhum, porque Tu estás comigo; o Teu bordão e o Teu cajado me consolam" (23:4).

As experiências ameaçadoras da vida que levam ao medo de morrer, presentes no ambiente bíblico, são semelhantes às que enfrentamos hoje. Enfermidades, guerras e calamidades naturais são as mais comuns. Uma doença grave, por exemplo, por estar associada com a morte, infundia medo. A comida envenenada preparada por um dos servos de Eliseu a partir de ingredientes colhidos apressadamente provocou o brado: "Morte na panela, ó homem de Deus!" (2Rs 4:40), e todos pararam de comer. A delicada doença de Ezequias, que o ameaçava de morte, o assustou tanto que ele fez a Deus uma oração. "Então, virou Ezequias o rosto para a parede e orou ao Senhor [...] e chorou muitíssimo" (2Rs 20:2, 3).

A guerra provocava a morte prematura de jovens e incontáveis sofrimentos para as viúvas, órfãos e pais que ficavam. A Escritura é bem ciente de que a guerra fere soldados de ambos os lados nas linhas de combate num estúpido desperdício de vidas (2Sm 2:12-17). Mas a dor é igualmente profunda para os que recebem as fatídicas notícias dos campos de batalha. "Meu filho Absalão, meu filho, meu filho Absalão! Quem me dera que eu morrera por ti, Absalão, meu filho, meu filho!" (18:33).

Catástrofes naturais, não tão bem compreendidas nos tempos bíblicos como hoje, eram por vezes consideradas "atos de Deus". Os marinheiros no navio destinado a Társis com jonas a bordo ficaram cheios de medo da tempestade (Jn 1:5). Na verdade, o mar tempestuoso é muitas vezes mencionado como causa para o medo da morte

(SI 107:23-32), assim como o deserto abrasador (Is 43:1, 2, 16-20).

Essas ameaças à vida faziam surgir o espectro da morte prematura e levavam ao medo da morte, até mesmo entre os maiores heróis da Escritura. Por exemplo, ao enfrentar catástrofes inimagináveis, Jó não "atribuiu a Deus falta alguma" (Jó 1:22), mas nem por isso aceitou a morte de bom grado, embora fosse tentado a agir assim e estimulado a pensar dessa forma pelos seus amigos (jó 15:1-6; 18). Em vez disso, no momento em que seu sofrimento pessoal mais se agravava sobre ele (19:1-22), confirmou o dom divino da vida acima de todas as catástrofes que lhe sobrevinham. Embora tivesse grande medo da morte, maior era a confiança que depositava em Deus (v. 23-27).

4. Morte como Castigo

A Bíblia fala frequentemente da morte como um castigo pelo pecado, "pois o salário do pecado é a morte" (Rm 6:23). Essa concepção de morte evoca Gênesis 2:17: "porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás". Encontramos essa ideia novamente nas leis pactuais que defendem a pena de morte: "Quem ferir a outro, de modo que este morra, também será morto" (Ex 21:12). O dilúvio sobre a Terra e a destruição de Sodoma, Gomorra e das outras cidades da planície representaram o castigo divino por meio da morte (Gn 6:6, 7; 19:15-28; cf. 2Pe 3:6, 7; Jd 6, 7).

Na história das guerras de conquista de Israel há o relato da pena de morte sobre o povo culpado. "Vai, pois, agora, e fere a Amaleque, e destrói totalmente a tudo o que tiver, e nada lhe poupes; porém matarás homem e mulher, meninos e crianças de peito, bois e ovelhas, camelos e jumentos" (ISm 15:3). Os profetas também pronunciaram castigo semelhante sobre indivíduos que haviam afrontado a Deus de maneira grave e impenitente (Am 7:16, 17). O apóstolo Pedro, sob a ordem de Deus, decretou a morte instantânea para os enganadores Ananias e Safira (At 5:1-11).

Pode parecer estranho que a Bíblia pronuncie castigo tão severo a pecadores e utilize como instrumento de punição o que é mais antitético ao caráter de Deus. De fato, a Bíblia apresenta essa ação divina como atípica: "Porque o Senhor Se levantará, como no monte Perazim, e Se irará, como no vale de Gibeão, para realizar a Sua obra, a Sua obra estranha, e para executar o Seu ato, o Seu ato inaudito" (Is 28:21). A morte, aquilo que Deus menos gosta em Seu universo, torna-se assim instrumento Seu para proteger aquilo que Ele mais gosta: a vida.

Essa perspectiva governa todas as referências bíblicas à morte como uma punição; ela jamais deve se tornar uma solução agradável. Na melhor das hipóteses, deve ser vista como uma solução necessária instituída para proteger a vida e salvaguardar a segurança da sociedade. Uma restrição como essa à pena de morte não vem facilmente a juizes humanos no calor do momento, conforme foi observado, por exemplo, na história da eleição de Saul: "Então, disse o povo a Samuel: Quem são aqueles que diziam: Reinará Saul sobre nós? Trazei-os para aqui, para que os matemos. Porém, Saul disse: Hoje, ninguém será morto, porque, no dia de hoje, o Senhor salvou a Israel" (ISm 11:12, 13). Infelizmente, o rei Saul não permaneceu tão generoso depois no seu reinado, mas tentou usar a pena de morte a seu próprio favor (ISm 14:36-46). A prática da pena de morte pode facilmente descambar para o abuso, servindo para razões outras que não a proteção da vida, como talvez a vingança (2Sm 3:27), a ganância pessoal (lRs 21:8-14), ou como resultado da completa falta de compreensão do que é certo e errado, verdadeiro e falso (At 8:1).

Todas essas experiências de morte representam diferentes aspectos do salário do pecado, que por intermédio de Adão recaíram

sobre toda a raça humana. A morte sobrevêm a todos — justos e injustos — , com a exceção daqueles que passaram pela trasladação, como Enoque, Elias e os filhos de Deus que estarão vivos no dia do aparecimento de Cristo (Gn 5:24; 2Rs 2:11; lTs 4:17). Ela é resultado da terrível separação que se instalou entre Deus e a família humana e do reinado do terror que o diabo implantou neste mundo, tudo em decorrência do pecado. Não é para menos que, ao enfrentar a infalível perspectiva de morrer, alguns tenham tentado se conformar com ela, dizendo: "Fizemos aliança com a morte e com o além fizemos acordo" (Is 28:15), mas essa aliança será anulada (v. 18). Para resumir, o poder e o reino da morte são tais que não existe nenhuma possibilidade humana de entrar em. acordo ou combinação com ela. Só Deus tem o poder de quebrar o reinado da morte e destruir o domínio que ela tem sobre a vida, mediante um novo ato criativo, a ressurreição.

5. A Segunda Morte

A Bíblia se refere a uma segunda morte (Ap 20:14). Diferentemente da primeira morte, que sobrevêm a todos os seres humanos por causa do pecado, a segunda morte é o castigo final sobre os pecadores impenitentes (ver Pecado VI.C.1,2; Homem II,C.l-3).

O castigo divino sobre os ímpios, no último dia, aparece repetidas vezes na escatologia bíblica (Dn 7:11; J13:2, 3; Mt 24:37-39; Lc 17:26-30; 2Co 5:10; 2Pe 3:5-7). Esse castigo não deve ser confundido com a morte que é comum a todos os descendentes de Adão, um destino para o qual o Segundo Adão, Jesus Cristo, trará um escape para os justos (Rm 5:18). A segunda morte é o castigo de Deus infligido diretamente aos pecadores que não se arrependeram nem buscaram salvação em Jesus Cristo. Enfrentar essa possibilidade *é* algo que oprime os culpados com tanto desespero que eles procuram o mais depressa possível abandonar essa vida (Ap 6:15-17).

Um caso especial de juízo divino sobre pecadores se relaciona com a erradicação definitiva da morte. O livro do Apocalipse equipara esse juízo à segunda morte, para cuja punição não existe recurso, nem confissão de pecado, nem perdão (Ap 20:6, 7), Depois dele vem a segunda ressurreição, a "ressurreição da condenação" (ARC) após o milênio (Jo 5:28, 29; Ap 20:5; ver Milênio I. C.3.e), que leva à última sentença de morte. Nessa ocasião, os pecadores não mais poderão dar testemunho de Deus, expressar arrependimento nem alcançar salvação. Só restam o mal, a guerra, o ódio, o engano e o juízo final. Em seguida, Deus destruirá a própria morte e o inferno (Ap 20:14) e criará um novo céu e uma nova Terra (Ap 21-22).

Em Sua justiça e imparcialidade, Deus não limita a ressurreição a Seus santos, aos que foram fiéis até a morte (Ap 2:10), mas a estende a todos, inclusive aos que nunca a buscaram e decidiram viver sob o poder da morte (Ap 20:11-13). A essas pessoas, juntamente com Satanás e seus agentes, está reservada a segunda morte (v. 14, 15).

Depois da segunda ressurreição, a morte não é mais um poder a ser quebrado, mas uma presença a ser eliminada. Não mais domina os santos de Deus nem reina mais na Terra. Não passa de uma repulsiva lembrança do passado sem nenhuma chance de reassumir seu poder. E por isso que sua eliminação é simples, rápida, definitiva e incontestada (v. 14). Depois de ter seu poder destruído pela ressurreição, a morte é afastada e a vida passa a ser imortal. Esse quadro é exposto na Bíblia com a presença constante de Deus ao lado de Seus santos, e a permanente ausência da morte e seus horrendos efeitos (Is 25:8; Ap 21:3, 4).

6. A Esperança da Ressurreição

A esperança da ressurreição, um novo e criativo ato de Deus, aparece já no AT. Jó 14:7-17 expressa a compreensão de que, sem

interferência divina, a morte seria uma coisa irrevogável (v. 7-12). Somente quando Deus, saudoso de Suas criaturas perdidas, restaura-lhes a vida, pode o reino da morte ser destruído (v. 14-17). Essa esperança em meio ao sofrimento se intensifica na passagem que fala do Redentor (Jd 19:23-27). Ela também é expressa claramente nas profecias escatológicas (Is 25:8, 9; Dn 12:2). A esperança na ressurreição dos mortos recebeu ênfase crescente nos escritos não canônicos entre os tes- ► tamentos, tornando-se doutrina cardeal para os fariseus da época de Cristo.

Nos tempos do NT, a esperança da ressurreição foi firmemente estabelecida tanto nos evangelhos como nas epístolas (Mt 22:31, 32; Lc 20:27-38; jo 11:24; IGo 15:51-53; iTs 4:13-18; Hb 11:19). Jesus deu certeza antecipada dessa esperança, ao ressurgir Ele mesmo dos mortos (Mt 9:23-25; Lc 7:11-17; Jo 11:38-44), uma garantia que Deus ratificou ressuscitando Cristo dos mortos, por meio da qual todos os crentes podem desfrutar a vida eterna (Jo 3:16; 5:25-29; 6:39, 40; ICo 15:20-23; lPe 1:3). Essa nova vida, disponível pela fé em Cristo, tornar-se-á vida imortal, não por ocasião da morte, mas depois da ressurreição na segunda vinda de Cristo, quando aqueles que dormem serão despertados para uma nova vida (ICo 15:51-53; lTs 4:13-18; ver Ressurreição I.A, B; segunda vinda I.G.2).

7. A Erradicação da Morte

Depois da ressurreição, o dom divino da vida eterna a todos quantos creram em Cristo significará o fim do poder da morte e a quebra de seu domínio sobre a humanidade (2Tm 1:8-10). Cristo realizou isso através de Sua própria morte e ressurreição: "Sabedores de que, havendo Cristo ressuscitado dentre os mortos, já não morre; a morte já não tem domínio sobre Ele" (Rm 6:9; cf. Ap 1:18). A ressurreição, diferente de uma ressuscítação, não frustra o poder da morte no último minuto, mas destrói de vez esse poder. Daí a frase: "a morte já não tem domínio sobre ele" (Rm 6:9).

A chave para o fim da morte está na ressurreição de Cristo, que destranca a prisão que mantém a todos cativos: "Porque, se fomos unidos com Ele na semelhança da Sua morte, certamente, o seremos também na semelhança da Sua ressurreição" (v. 5). A ressurreição remove os últimos vestígios do poder da morte. Assim sendo, "quando este corpo corruptível se revestir de incorruptibilidade, e o que é mortal se revestir de imortalidade, então, se cumprirá a palavra que está escrita: Tragada foi a morte pela vitória. Onde está, ó morte, a tua vitória? Onde está, ó morte, o teu aguilhão?" (ICo 15:54, 55).

G. *Destinos Finais*

O poder da morte foi quebrado pela morte e ressurreição de Cristo. O reino da morte no mundo acabará quando Ele voltar novamente para receber os santos. A presença da morte será para sempre erradicada no lago de fogo, na "segunda morte". Dois destinos distintos permanecem diante de todos os que sofreram sob a maldição do pecado e seu salário de morte. Há o lastimável destino dos incrédulos, que sofrerão o último juízo de Deus e a erradicação final. Ou há o destino jubiloso de todos quantos aceitaram a certeza da vida eterna.

1. Tempo, Duração e Resultado do Juízo Divino

Visto que a Bíblia ensina d oram ente que a morte é uma condição semelhante ao sono, caracterizada por completa inconsciência, segue-se que a execução de um juízo sobre os mortos não ocorre no período intermediário entre a morte e a ressurreição. De acordo com a Bíblia, não existe atualmente nenhum inferno de fogo queimando para castigar pecadores que morreram. Também não há almas desencarnadas de santos que morreram

crendo em Cristo e que estão desfrutando atualmente as bênçãos da nova Terra. As recompensas e os castigos divinos aguardam até a ressurreição.

Isso levanta uma questão sobre o modo como entendemos as passagens da Bíblia que descrevem o que parecem ser longos períodos de terrível sofrimento por parte dos pecadores; por exemplo, que o castigo dos incrédulos abrangerá a punição eterna (Mt 25:46), e o tormento dos ímpios durará 'pelos séculos dos séculos" (Ap 14:11; 20:10). A expressão "pelos séculos dos séculos" (gr. *eis tous aiõnas ton aiõnõn*) significa literalmente "em séculos de séculos". Expressões semelhantes servem noutra parte para indicar continuidade, por exemplo: "O Teu trono, ó Deus, é para todo o sempre" (gr. *eis ton aiõna tou aiõnos).* O texto paralelo do AT, em Salmo 45:6 (citado em Hb 1:8-9): "Teu trono divino dura pelos séculos dos séculos", emprega uma expressão hebraica correspondente: oícrm, "idade". A mesma palavra
333 ► é usada em Êxodo 21:6, onde o escravo liberado serve "para sempre", isto é, durante a vida. Esses termos não denotam por si mesmos a duração do tempo durante o qual atuam. Ao contrário, expressam a duração contínua de uma ação, cuja extensão é determinada por seu sujeito.

Portanto, se lermos essas e outras passagens correlatas que tratam da destruição de pecadores juntamente com as descrições figurativas dessa destruição, o conceito bíblico se esclarece. Em cada exemplo, os agentes destrutivos (fogo, vermes, pestilência, podridão, água, inundações, vento, escuridão, guerra, aves de rapina, fogo e enxofre) executarão sua obra destrutiva de maneira completa, sem a possibilidade de sobrevivência (cf. Is 66:24; Ez 38; 39; Zc 14:12; Ml 4:1; Mt 7:19, 26, 27; 8:12; Mc 9:43-48; Lc 17:26-30; Ap 19:17-21). A ênfase em todos os versos é sobre a destruição completa e irrevogável (cf. Jude 7). Por conseguinte, o castigo na região dos mortos, seja *sheol,* seja *haàês,* não pode indicar períodos intermináveis de sofrimento (cf. Mc 9:43-47), no entanto, são simples referências a uma destruição completa.

As referências à duração do tempo da destruição final ou da existência eterna ("pelos séculos dos séculos") são determinadas respectivamente pelo objeto da destruição ou preservação. Quando falamos sobre o reino de Cristo, a expressão "pelos séculos dos séculos" significa "sem cessar", mas quando o assunto muda para a destruição dos pecadores, a mesma expressão significa apenas "até que pecado e pecadores sejam completamente erradicados da Terra". Do mesmo modo, os santos que recebem a imortalidade na ressurreição final existirão para sempre, a exemplo do próprio Deus, que é imortal. Os pecadores, contudo, não recebem a imortalidade e, visto não possuírem alma imortal inerente, sua punição só pode durar enquanto durar a sua destruição. Depois disso, a existência para eles terminará (ver Juízo III.B.3; O Grande Conflito V.D.3).

2. A Certeza da Vida Eterna

A promessa da vida eterna em Cristo a todos os que nEIe creem e a esperança da imortalidade quando Cristo voltar para derrotar o poder da morte dão certeza a todos os crentes. Não há necessidade de vãs especulações sobre a imortalidade natural e inerente, sobre reencarnação após a morte ou sobre a transitória e espiritual existência da alma depois da morte. Pois a Escritura ensina que a recompensa dos justos, a certeza de todo crente, centraliza-se em uma nova criação, uma ressurreição corporal dos mortos para a novidade de vida,

Até que ponto é segura essa certeza? De acordo com o apóstolo Paulo, ela é confirmada pelo amor de Deus: "Porque eu estou bem certo de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as coisas do presente, nem do porvir, nem os

poderes, nem a altura, nem a profundidade, nem qualquer outra criatura poderá, separar-nos do amor de Deus, que está em Gristo Jesus, nosso Senhor" (Rm 8:38-39). Com essa certeza, os cristãos podem enfrentar com destemor o terror da morte, pois, embora tenham medo da morte, eles confiam mais em Deus, e aceitaram a Sua promessa de vida eterna.

Uma vez que essa concepção bíblica de morte — sua origem, natureza e erradicação final — esteja firmemente enraizada na mente dos crentes, eles não têm medo real da morte. E natural que se sintam apreensivos sobre o assunto, chorem a perda de entes queridos e anseiem pela ressurreição. Mas nunca temerão novamente sofrer no purgatório ou em chamas "eternas" do inferno. Espíritos ou almas desencarnadas dos entes queridos não os amedrontam, pois eles sabem que não existem. A ideia de reencarnação da alma ou de reunião da alma humana com o Universo depois da morte é rejeitada como ilusão. Em vez disso, ao enfrentarem a morte, seja a sua própria ou a de entes queridos, eles se confortam entre si com estas palavras: "Porquanto o Senhor mesmo, dada a Sua palavra de ordem, ouvida a voz do arcanjo, e ressoada a trombeta de Deus, descerá dos céus, e os mortos em Gristo ressuscitarão primeiro; depois, nós, os vivos, os que ficarmos, seremos arrebatados juntamente com eles, entre nuvens, para o encontro do Senhor nos ares, e, assim, estaremos para sempre com o Senhor" (lTs 4:16-17). Alimentarão a esperança da vitória definitiva sobre a morte e seu aguilhão com as palavras do apóstolo: "Graças a Deus, que nos dá a vitória por intermédio de nosso Senhor Jesus Cristo" (IGo 15:57).

334

II. Contexto Histórico

A. *No Alvorecer da História*

Registros do antigo Oriente Próximo falam da morte como um destino inescapável. De acordo com os antigos, somente os deuses (mas não a humanidade) foram dotados de imortalidade. A história de Adapa (possivelmente, o Adão mesopotâmico) conta como os mais sábios dos homens perderam a oportunidade de desfrutar a vida eterna: "Vamos, Adapa! Por que não comes nem bebes"? Tu não terás a vida (eterna)!" (ANET, 102). Semelhantemente, o tema central da epopeia de Gilgamesh é a mortalidade humana. O jovem rei Gilgamesh, ignorando toda ideia de morte, levava uma vida vigorosa repleta de realizações corajosas e até perigosas. Mas quando a morte ceifou a vida de um amigo, ele decidiu sair em busca da vida eterna, apenas para que lhe dissessem: "Quando os deuses criaram a humanidade, reservaram a morte para humanidade, retendo a vida somente em suas próprias mãos" (ibid., 90). Mas isso não dissuadiu os antigos de procurarem a vida eterna.

No antigo Egito monumentos magnificentes dedicados aos mortos e práticas funerárias testificam da preocupação com a morte e da crença na vida após a morte. A morte é o destino de toda a humanidade - tão certo quanto o nascer do sol. "Quer dizer que tenho de ir ao deserto do reino dos mortos? Lá não tem água, não tem ar, é tão profundo, tão escuro, tão interminável!" (Beyerlin, 11). Porém, um antigo texto de pirâmide (2500-2300 a.C.) expressava a esperança de que o falecido rei Unis voltaria a viver: "Ó rei Unis, de modo nenhum partiste morto; tu partiste vivo" (ANET, 32). Evidentemente os egípcios pensavam ser possível evitar a morte levando uma vida pura e apelando para a misericórdia e justiça perante os deuses do mundo inferior, conforme mostra o livro dos mortos (ibid., 34-36).

O povo de Israel chegou relativamente tarde à cena no mundo antigo. Por essa ra-

zão os escritores da Bíblia não estavam familiarizados com o pensamento popular sobre a morte na Mesopotâmia e no Egito. Apesar disso, a Escritura adota uma posição clara e inequívoca quanto à matéria. Segundo o AT, o povo de Israel também reconhecia a inevitabilidade da morte: "Tu és pó e ao pó tornarás" (Gn 3:19). Mas, em contraste com seus vizinhos, os israelitas não tentavam camuflar a realidade da morte por diversos meios. Em vez disso, procuravam entender-lhe o verdadeiro significado: "Dá-me a conhecer, Senhor, o meu fim e qual a soma dos meus dias, para que eu reconheça a minha fragilidade" (SI 39:4). A concepção singular da morte no antigo Israel, diferentemente da de outros povos do antigo Oriente Próximo, os ajudava primeiramente a aceitar a inevitabilidade da morte, e depois a se conformar com sua realidade, não com rebeldia nem com a vã esperança de uma vida após a morte, mas na presença de Deus.

Ao enfrentar a morte, disse Jó: "O Senhor o deu e o Senhor o tomou; bendito seja o nome do Senhor!" (Jó 1:21). Isto não sugere que o Israel antigo considerasse a morte uma amiga ou uma conclusão tolerável para a vida. Ao contrário, como seus vizinhos, Israel via a morte como um inimigo terrível, que se intrometia na vida e a interrompia: "Porque a morte subiu pelas nossas janelas e entrou em nossos palácios; exterminou das ruas as crianças e os jovens, das praças" (jr 9:21; Ec 12:1-8). Para tornar essa realidade da morte compreensível, as Escrituras hebraicas a explicam como um estado de inconsciência, semelhante ao sono, sem uma alma sobrevivente e vazia de todas as atividades e experiências humanas normais (SI 146:3, 4; Ec 9:10).

À semelhança de seus vizinhos, Israel ansiava derrotar a morte para que a vida pudesse continuar, mas não por esforço, coragem ou habilidade humana julgada capaz de arrebatar das garras da morte a sua presa. Ao contrário, de acordo com o povo de Israel, as ameaças da morte ficariam restritas somente pela ação do próprio Deus mediante três dons divinos. Em primeiro lugar, o dom de gerar filhos para perpetuar os propósitos da vida. "Depois, disse Israel a José: Eis que eu morro, mas Deus será convosco e vos fará^t* voltar à terra de vossos pais" (Gn 48:21). Em segundo lugar, Seu (raro) dom de trasladação para uma nova vida, sem passar pela experiência da morte, comunicado a Enoque (Gn 5:24) e Elias (2Rs 2:11), e talvez subentendido pelo salmista com as palavras: "Tu me guias com o Teu conselho e depois me recebes na glória" (SI 73:24). Em terceiro lugar, o Seu grande dom da ressurreição: "Muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão, uns para a vida eterna, e outros para vergonha e horror eterno" (Dn 12:2).

Essa notável concepção de morte, que desafiava os pontos de vista das mais antigas civilizações e que parece tão contemporânea, até mesmo atual em nosso tempo, contudo, não perduraria,

B. Conceitos Grego, Romano e Judaico

A concepção bíblica de morte, incomum no mundo antigo, foi apenas uma das contribuições para o pensamento ocidental e cristão sobre o assunto. A filosofia grega forneceu a segunda contribuição. Antes de surgirem os filósofos, no tempo de Homero (9º séc. a.G.) os gregos acreditavam que a morte punha fim à consciência e ao pensamento, deixando apenas uma "existência" incorpórea, obscura e inconsciente (*Iliada,* 23:69-107; *Odisséia,* 11:204-223). O mito popular de Orfeu narra a tentativa bem-sucedida do herói de libertar sua esposa do submundo. Porém, com a chegada dos primeiros filósofos gregos "cientistas" na Ásia Menor (séc. 7ª ao 5º a.C.), surgiram perguntas sobre a natureza da vida, da realidade, e, naturalmente, da morte, Heráclito (c. 544-484 a.G.), por exemplo, chegou à conclusão de que o fogo

constitui a essência última no mundo, e de que a alma humana era parte desse fogo (Sobre *o Universo,* 20, 67, 77). Por conseguinte, a alma subsistiría à morte, ao passo que o corpo humano na morte simplesmente assumiría outra forma.

Do mesmo modo, a imortalidade pela participação em algo maior do que a vida individual ganhou expressão na cidade grega (■*polis*). O discurso fúnebre de Péricles pelos que morreram por sua cidade (relatado por Tucídides, A *Guerra do Peloponeso,* 2,35-46) fala dos que morreram pelos cidadãos e que deviam ser lembrados pela cidade e na cidade em função de seus feitos. Nesses casos, a imortalidade não procede de uma alma imortal inerente, mas do fato de pertencer a uma realidade eterna, seja física (exemplo: o fogo imortal universal) seja social (exemplo: a cidade).

já na época de Sócrates (470-399 a.C.) e de Platão (427-347 a.C.), a imortalidade da alma ganhou clara expressão no discurso público, conforme ilustrado, por exemplo, em *Fédon,* que registra as últimas horas da vida de Sócrates. Esse filósofo expressou sua crença de que por ocasião da morte a alma é liberta do corpo impuro para viver de maneira independente, desobstruída da matéria.

"De fato, você sabe, que quando um indivíduo morre, [...] é natural para a parte visível e física dele, que jaz no mundo visível e a que damos o nome de cadáver, decompor-se e desagregar-se e dissolver-se [...]. Mas a alma, a parte invisível, que vai para um lugar semelhante a ela, nobre, puro e invisível [...] se tivesse a natureza propriamente dita fosse tal qual a descreví, se dispersaria e viría a destruir-se, conforme o ponto de vista popular. Longe disso [...]. A verdade é outra. Se ela é pura no momento de sua libertação e não arrastar consigo nenhuma contaminação corporal, porque nunca se associou voluntariamente com o corpo, mas sempre o evitou, [...] então ela se dirige para o lugar que com ela se assemelha, para o invisível, divino, imortal e sábio [...]. Mas se, conforme suponho, no tempo de sua libertação, estiver manchada e impura, por haver se associado ao corpo, cuidado dele e o amado, [...] estará, imagino eu, de todo saturada de elementos corpóreos [...]. Então a alma assim manchada e sobrecarregada pela presença do terreno, é de novo arrastada para o mundo visível [...]. As aparições fantasmagóricas que se veem de fato ali [nos cemitérios] são os espectros dessas almas que não se purificaram, mas ainda mantêm porções do visível, sendo essa a causa de poderem ser vistas" *{Fédon,* 80c-81d).

Essa imagem incisiva da imortalidade da alma não obteve imediata aceitação universal. Aristóteles (384-322 a.C.) pôs em dúvida a ênfase platônica sobre a existência formal em contraste com a existência individual, apontando em vez disso para o fato de que as formas de conceitos só têm existência no mundo material. Assim, seria possível falar apenas de uma existência não corpórea da alma, já que somente Deus é espírito sem corpo. "Mas devemos voltar dessa digressão, e repetir que os afetos da alma são inseparáveis do substrato material da vida animal" *{Sobre a Alma,* 1.403b.l7).

Esse ceticismo foi retomado por alguns escritores latinos, dentre os quais Lucrécio (98-55 a.C.), que chegou à seguinte conclusão: "A morte, portanto, não é nada para nós, não vale uma partícula, visto que a natureza da mente se supõe mortal [...] portanto, quando não existirmos mais, quando sobrevier a morte entre o corpo e o espírito que forma em nós um todo, nada absolutamente acontecerá a nós, que nessa ocasião já não existiremos" *{Sobre a Natureza das Coisas,* 3.830-842).

Isso, porém, não impediu que a teoria de Sócrates e Platão, com suas vividas ilustrações da contínua existência da alma, passasse a fazer parte das crenças populares que

sobrevivem até nosso tempo. Pensava-se que essa crença servisse de conforto tanto para os que pranteavam a morte como para os que a enfrentavam, especialmente a morte prematura em resultado de perseguição, guerra ou doença. Até mesmo a forma judaica de pensar, que se desenvolvera com a herança bíblica, sofreu influência dessa crença. Em 2 Macabeus 6:30, por exemplo, relata-se a morte do piedoso Eleazar com essas palavras: "E quando ele estava prestes a morrer sob os golpes, exclamou entre suspiros: 'Sofro em meu corpo os tormentos cruéis dos açoites, mas os suporto com alma alegre porque é a Ele que temo/" E 2 Macabeus 12:43-45 descreve uma oferta pelo pecado de duas mil dracmas de prata com o objetivo de fazer expiação pelos mortos.

No tempo da igreja cristã primitiva, surgiram duas concepções conflitantes sobre a morte, cada uma reagindo ao problema da morte de maneira diferente: a concepção bíblica de morte como o incontestável fim da vida, que só podia ser restaurada por um novo ato recriativo de Deus; e a concepção grega da morte como o começo de uma nova vida, afirmando que a alma continuava a existir depois de separada do corpo na hora da morte. O. Cullmann explicou essa diferença de maneira dramática em seu constraste ilustrativo entre as formas que Jesus e Sócrates enfrentaram pessoalmente a experiência de morrer (Cullmann, 19-27).

A Bíblia, conforme ilustra a experiência de Jesus, apresenta a morte como um inimigo, o inimigo de Deus e o destruidor da vida, de cujo domínio Deus libertará Seus santos para uma nova vida através da ressurreição do corpo, O pensamento grego, ilustrado na experiência de Sócrates, retrata a morte como um amigo bem-vindo, que liberta as almas longamente aprisionadas no corpo para uma nova vida do espírito. A apresentação realista que Jesus provê da morte faz moribundos de todas as épocas fixarem seus olhos na esperança da ressurreição, ao passo que a descrição fantástica da morte feita por Sócrates não oferece absolutamente nada aos que morrem. Essas duas concepções da morte, nitidamente esboçadas já nos primórdios da igreja, convidam cristãos e todo o mundo a fazer uma escolha entre elas.

C. *Igreja Primitiva e Medieval*

E profundo o contraste entre a compreensão clássica (grega) e o conceito bíblico (hebraico) de morte. Mas essas concepções aparentemente incompatíveis acabaram se misturando no ensino cristão, trazendo como resultado a concepção medieval de vida, morte, purgatório, ressurreição e juízo final. O ensino surgiu Ientamente a partir de uma longa e acidentada evolução que durou quase mil anos.

Segundo a opinião popular, a definição platônica de morte como libertação da alma do corpo, imediatamente após a morte, foi aceita pela maioria na igreja primitiva. Essa afirmação, porém, ainda não foi comprovada. A postura bíblica da morte como um estado inconsciente (sono) que aguarda a ressurreição continuou a ser crida nos primeiros séculos da igreja. Inácio de Antioquia (c. 107 ^ d.C.) escreveu: "Trabalhem ombro a ombro, contendam juntos, andem juntos, sofram juntos, durmam juntos [na morte] e despertem juntos [na ressurreição], como despenseiros, irmãos e servos de Deus (A *Policarpo,* 6.9, 10 [ANF, 1:95]).

Irineu de Lyon (180 d.C.), usando o princípio da recapitulação, ensinava que assim como Jesus Cristo depois de Sua morte esperou pela ressurreição, assim também as almas dos Seus discípulos íriam pela morte "a um lugar invisível designado por Deus, e lá permaneceríam até a ressurreição, aguardando aquele acontecimento. Depois de receber de volta seus corpos e ressurgirem em sua inteireza, que é corpórea, assim como o Senhor ressurgiu, eles hão de entrar na presença de Deus" *(Contra as Heresias,* 5.31.2

[ANF 1:560). Naturalmente, Irineu está falando aqui da alma em contraste com o corpo e o espírito, mas dificilmente no sentido platônico, já que só a ressurreição pode restaurar a vida. A recusa em especular sobre a alma também caracterizou o capadócio Gregório de Níssa (c. 335-395 d.C.), para o qual a alma sempre devia estar com o corpo. “Não há nada, portanto, que impeça a presença da alma nos átomos do corpo, seja fundida em união, seja decomposta em dissolução. [...] A alma existe, portanto, nos átomos reais que ela uma vez animou, não havendo nenhuma força capaz de arrancá-la dessa coesão com eles” *(Sobre a Alma e a Resurreição).*

Por outro lado, Orígenes de Alexandria (c. 200 d.C.) preparou o caminho para as audaciosas intromissões de conceitos platônicos referentes à alma na teologia cristã *(Sobre os Primeiros Princípios,* 4.1.3 6 [A N F, 4:3 81]). Como resultado disso de que a morte ficou finalmente reduzida a um estágio relativamente secundário num contínuo processo de purificação da alma, Esse ponto de vista recebeu contribuições adicionais pelas mãos dos Pais Latinos a começar de Tertuliano (160-240 d.C,). Presumia-se agora a alma praticamente tão corpórea *quanto o* corpo, sendo sua existência pós-mortal descrita nos mínimos detalhes: “Todas as almas, portanto, ficam encarceradas no Hades: [...] Por que, então, não podeis supor que a alma sofre punição e consolação no Hades no intervalo, enquanto espera sua alternativa de juízo, numa certa antecipação de trevas ou de glória[1]? [...] Ninguém hesitará em acreditar que a alma passa no Hades por alguma disciplina compensatória, sem preconceito a todo o processo de ressurreição, quando a recompensa será administrada também por meio da carne” *(‘Tratado sobre a Alma,* 58 [ANF, 3:234, 235]). Agostinho de Hipona (354-430 d.C.) falou do tempo entre a morte e a ressurreição, no qual a alma é mantida num “abrigo oculto, onde desfruta repouso e sofre aflição na justa proporção dos méritos obtidos pela vida que levou na Terra” (*Enchiridion,* 109).

Foi no quarto século da era cristã, portanto, que claramente se delineou a emergente concepção medieval de morte, faltando apenas alguns detalhes residuais a serem preenchidos. Temos que admitir que a noção bíblica de uma ressurreição corporal continuou em destaque como último estágio na jornada da alma rumo à perfeição. Para Tomás de Aquino (1225-1274 d.C.), a ressurreição do corpo continuava sendo uma necessidade porque a alma, por sua própria natureza, precisa de um corpo: a felicidade humana depende dele, e o castigo final do pecado não pode ser infligido a uma alma destituída de corpo. Apesar disso, a crença platônica de uma existência após a morte se tornou mais firmemente entrincheirada. Afirmou-se que a continuidade da existência da alma após a morte era uma necessidade por causa da justiça divina na experiência humana, justiça essa que consiste em recompensa ou punição - o destino inevitável de cada alma incorpórea *(Suma Teológica,* 3, Suppl. 75.1, 2).

O componente que ainda restava desenvolver para compor o quadro medieval da morte tinha que ver com a purificação da alma pela penitência. Desse modo, a Igreja Católica Romana impôs sobre os pecadores contritos uma obrigação ou “penitência” para purificá-los na preparação para receber a derradeira recompensa de Deus na ressurreição. As obras de penitências inacabadas nesta vida seriam concluídas depois da morte como se segue: “O castigo do purgatório tem a intenção de complementar a satisfação [da justiça divina] que não foi inteiramente concluída no corpo" (ibid., 71.6).

A expressão máxima desse ponto de vis- «g ta, ilustrado por Dante, atribui à alma incorpórea todas as faculdades do corpo (para que possa tirar plena vantagem do processo de purificação após a morte), ao desviar con-

comitantemente a atenção das pessoas da ressurreição para o período decisivo entre a morte e a ressurreição, Como resultado, a ressurreição ficou reduzida a uma mera confirmação dos resultados da purgação temporária. Essa concepção de morte prevaleceu durante toda a alta Idade Média,

D. A Reforma do Séctão 16 e Seti-s Desdobramentos

A Reforma Protestante introduziu o que viria a ser o ponto de transição no ensino cristão sobre a morte. Martinho Lutero (1483-1546) discordou do sistema de penitências e sua consequência prática, a purificação da alma no purgatório. As penitências conflitavam com a concepção de salvação descoberta por Lutero durante estudo e meditação bíblica. Ele concluiu que, em Sua Palavra, Deus nos oferece dois caminhos: salvação pela fé ou perdição pela incredulidade, A Bíblia não faz nenhuma menção a purgatório, que, portanto, não deve ser admitido, "porque obscurece os benefícios e a graça de Cristo" *{Table Talk*, 3695). Essa conclusão a respeito de um estado intermediário pós-morte teria impacto duradouro sobre os protestantes posteriores que defenderíam a não imortalidade da alma.

No entanto, sobre a questão da imortalidade da alma o próprio Lutero não foi coerente. As vezes, confirmava o ensino de teólogos medievais de que a alma possui uma existência separada do corpo. Mas, quando descrevia a condição da alma entre morte e ressurreição, aceitava ocasionalmente a imagem neotestamentária do sono da alma, como se segue: “Pois a alma humana sepultada dorme com todos os sentidos, e nossa cama é como um sepulcro. Apesar disso, não há na morte nada de incômodo ou opressivo. O lugar dos mortos, portanto, não tem tormentos [...]. Nossa morte e ressurreição também serão assim. Morremos, e no Último Dia retornamos antes mesmo de nos darmos conta disso (*Comentários sobre Gênesis*, Gn 49:33). A Igreja Luterana não seguiu o inconsistente exemplo de Lutero sobre a imortalidade condicional, e retrocedeu essencialmente às tradições medievais (cf. Althaus 410-417).

João Calvino (1509-1564) também rejeitou a especulação sobre o estado intermediário da alma (no purgatório) como “ilegítima e inapropriada" *(Institutas*, 3.25.6), mas confirmava a imortalidade da alma e refutava os que a negavam, inclusive Miguel Servet (1511-1553), que, com o consentimento de Calvino, foi executado por essa e outras ditas heresias. Na verdade, Calvino afirmava que a alma humana é “algo essencial, separado do corpo” (ibid., 1.15.2). Por essa razão, a alma sobrevive ao corpo na morte, “onde em jubilosa expectação aguarda a chegada da glória prometida. [...] O destino dos réprobos é [...] ser mantido em cadeias até serem arrastados para o castigo que lhes está designado” (ibid, 3.25.6).

Embora os reformadores tenham desafiado e rejeitado os ensinos medievais a respeito da purificação da alma no purgatório, o conceito platônico da imortalidade da alma migrou para a Reforma, ficando permanentemente ligado a grande parte do cristianismo popular. Nesse ponto, ao menos, a especulação platônica parece ter desbancado o realismo bíblico, embora talvez não completamente.

Com o tempo, e a partir de diversas regiões, ressurgiu o autêntico ponto de vista bíblico de que a morte põe fim ã vida inteira, que nenhuma alma subsiste a ela, que ela pode ser comparada ao sono, visto que envolve inconsciência, e que a vida só retorna aos mortos na ressurreição.

John Milton (1608-1674), por exemplo, escreveu: “A morte do corpo é a perda ou extinção da vida. A definição comum, que supõe que ela consiste na separação da alma e do corpo, é inadmissível” *{Christian Doctríne*, 1.13).

Ao rejeitar a especulação platônica sobre uma realidade que não podia ser testada, as novas filosofias do racionalismo e empirismo deram apoio a essa maneira de encarar a morte. John Locke (1632-1704), comentando Gênesis 2:17, explicou: "Devo confessar que por morte aqui, só entendo a cessação do ser (ou seja, a perda de todas as ações e faculdades sensoriais da vida)" (*The Reasonableness of Christianity,* 1).

Entre os muitos líderes religiosos que também defenderam o ponto de vista bíblico estão Francis Blackburne (1704-1787). "Daí supor que as almas dos mortos estejam vivas, conscientes e ativas, capazes de felicidade e miséria, desde a morte do primeiro homem até a ressurreição do último, e pretender demonstrar isso por meio da razão e da filosofia, é subverter claramente todo o sistema cristão" (A *Short Historical View of the Controversy Concerning an Intermediate State,* 69, em GFOF, 2:211, 212). Apesar disso, ele observou: "é notável que os protestantes, que tenham em muitas ocasiões se recusado a ser governados por uma *tradição,* pareçam ter se submetido a essa doutrina com a mais implícita deferência" (ibid., xiv, em CFOF, 2:210).

Em décadas recentes, numa reação à concepção tradicional da morte e mais particularmente de um de seus desdobramentos, a doutrina histórica do inferno, teólogos evangélicos notáveis, como J. R. W. Stott, Clark H. Pinnock e j. W. Wenham, juntos com Oscar Cullmann, têm argumentado convincentemente a favor da imortalidade condicional. Em vez de dogmatízar sobre o ponto de vista que adotaram, o que eles advogam é um diálogo sincero entre os cristãos com base nas Escrituras.

E. A Posição Adventista do Sétimo Dia

Em meados do século 19, essa posição minoritária, levada adiante por clérigos e eruditos do século 18 em ambos os lados do Atlântico, foi adotada pela jovem Igreja Adventista do Sétimo Dia pelas seguintes razões: (1) Ela representa o ponto de vista bíblico, livre da especulação filosófica e da tradição eclesiástica, principalmente a tradição da purificação da alma no purgatório já deplorada pelos reformadores. (2) Ela foi defendida pela igreja primitiva, ressurgindo durante e depois da Reforma. (3) Ela confirma a familiar descrição bíblica da morte como um estado de inconsciência semelhante ao sono, rejeitando a concepção de existência contínua da alma após a morte. (4) Ela apoia o ensino bíblico de que a imortalidade não é inerente à natureza da alma, nem é conferida na morte, mas concedida somente na ressurreição dos mortos. (5) Ela realça a ênfase do NT em Cristo como o único caminho para a vida eterna, sem levar em conta nenhum mérito acumulado pela alma depois da morte.

Esse ponto de vista é algumas vezes chamado de "posição condicionalista", porque impõe determinadas condições ao dom da imortalidade, a saber, aceitação da salvação de Deus pela graça mediante a fé em Jesus Cristo por parte do pecador condenado. Unicamente esse dom, e não alguma qualidade natural e inerente da alma humana, é a condição para a imortalidade.

O estímulo inicial que levou os adventistas do sétimo dia a adotar a posição condicionalista foi dado por um ministro metodista, George Storrs (1796-1867). Seus pontos de vista, publicados em 1842, sob o título *An Enquhy: Are the Souls of the Wickecl hnmortal,* atraiu a atenção dos primeiros adventistas Tiago White (1821-1881), José Bates (1792-1872), E. G. White (1827-1915), J. N. Andrews (1829-1883), D. M. Canright (1840-1919) e U. Smith (1832-1903). A posição condicionalista se tornou firme e permanentemente ancorada nos ensinos adventistas do sétimo dia, sendo reconhecida como uma de suas "colunas" doutrinárias, com embasamento direto nos ensinos da Escritura.

Ellen White deu a essa concepção da morte e da mortalidade da alma cuidadosa e ampla atenção em vários de seus escritos, confirmando o lugar dessa doutrina na teologia adventista do sétimo dia. Em primeiro lugar, ela a classificou como "verdade presente", um princípio bíblico fundamental e pertinente que corrige o interesse popular no espiritismo, hoje amplamente difundido, que ela considera um engano introduzido no mundo primeiramente pelo diabo (Gn 3:4) e divulgado posteriormente pelo paganismo e pelo falso cristianismo. Esse engano afirma que pecadores não morrem, mas ?► continuam a viver em almas desencarnadas capazes de se comunicar com os vivos (PE, 262; GG, 531-562).

Em segundo lugar, Ellen White enfatizou que, como consequência do pecado, a morte é causada pelo desrespeito humano à lei de Deus, inclusive a lei da natureza e as leis da saúde. Esse discernimento, por sua vez combinado com sua concepção holística do desenvolvimento humano, trouxe finalmente para os adventistas do sétimo dia o compromisso com o cuidado da saúde e a educação (CRA, 21, 40; PP, 68).

Em terceiro lugar, Ellen White enfatizou a concepção bíblica da morte como um sono inconsciente, do qual somente Deus pode despertar os santos na última ressurreição, por ocasião da segunda vinda de Cristo. A promessa do NT "Porque, assim como, em Adão, todos morrem, assim também todos serão vivificados em Cristo" (IGo 15:22) dirige a atenção para a morte e para a ressurreição de Cristo, especialmente para os ensinos escatológicos sobre o segundo advento, quando o poder da morte será quebrado, e restaurado o reino eterno de Deus (DTN, 787; GG, 545, 547, 549, 550, 645; PR, 239).

A concepção holística da natureza humana, associada ao ensino da imortalidade condicional, tem sido sistematicamente defendida do púlpito da Igreja Adventista do Sétimo Dia desde a sua fundação, às vezes mesmo em face à oposição de outras tradições cristãs e seculares (cf. Zurcher, Johnston). Ela tem sido parte integrante da obra missionária da igreja entre culturas não ocidentais com fortes crenças na vida após a morte, tais como culto a ancestrais, culto a espíritos ou reencarnação. Embora fosse a princípio uma posição minoritária, a imortalidade condicional passou a ser amplamente aceita na primeira metade do século 20 por teólogos e líderes de igreja de muitas confissões (cf. CFOF2, 747-1034).

F. *Tendências Atuais*

A aceitação da imortalidade condicional continuou a crescer na segunda metade do século 20 (cf. Anderson, Cullmann, Harris, Thíelicke). Porém, durante esse período entraram na discussão várias e novas idéias conflitantes. Cada vez mais, representantes das ciências sociais, da medicina e da ética se unem a teólogos e filósofos no estudo da morte. Como resultado, o antigo foco sobre questões teológicas que tratavam do significado da vida e o destino das pessoas muda agora em direção a diversas questões antropológicas, psicológicas, médicas e éticas. Dá-se atenção especial ao processo da morte e a forma pela qual tanto a pessoa que morre como os parentes e amigos enlutados enfrentam esse processo, bem como ao papel desempenhado por terapeutas, conselheiros e clérigos.

A profissão médica tem dado atenção a experiências humanas próximas às fronteiras da morte e à forma como essas fronteiras podem ser ampliadas ou atravessadas, graças em parte à capacidade da ciência médica de "trazer de volta à vida" pacientes que, para todos os efeitos, haviam momentaneamente cessado de viver. Essa capacidade de manipular os processos vitais por meio da tecnologia médica, principalmente na fronteira entre a vida e a

morte, tem gerado preocupações éticas sobre a qualidade da vida humana e o significado da alma humana. Surgem preocupações específicas de que a ciência médica aplicada ao corpo humano possa fazer injustiça ao ser interior de uma pessoa bem como à qualidade e dignidade da vida humana. A medida que se incrementam os custos médicos, surgem novos questionamentos, por um lado, sobre a heróica intervenção destinada a prolongar a vida de pessoas agonizantes, e, por outro, sobre a eutanásia ou assistência profissional para doentes terminais cuja vida se tornou insuportável.

Considerando esse contexto de novas idéias, dúvidas e controvérsias, as noções orientais e ocidentais de vida e morte se agrupam para desafiar a compreensão bíblica de maneira inédita e incomum para os cristãos tradicionais (cf. Idick). Por exemplo, o conceito de reencarnação ou transmigração da alma humana de um corpo a outro na morte atraiu, no Ocidente, a atenção de alguns que simplesmente não conseguem aceitar a ideia de que a vida humana acaba na morte, apesar de todo avanço científico ao nosso dispor. Em sua forma mais ► crua, a encarnação entende que a alma de uma pessoa pode voltar a viver depois da morte alojando-se no corpo de outro tipo de ser em seu caminho para a perfeição. Adais comum no Ocidente é a crença de que a alma de uma pessoa integra alguma força de vida maior, compartilhada com outros seres e que se conserva depois da morte. Essa partícipação, acreditam alguns, pode ser vivenciada já na vida presente por experiências induzidas por meio de rituais, meditação ou até mesmo drogas.

Esses novos conceitos de imortalidade desafiam os ensinos bíblicos de condicionalidade assim como os antigos conceitos de sobrevivência da alma: a purificação no purgatório e a ascensão direta a Deus. Apesar disso, grande número de crentes judeus, cristãos e teólogos da atualidade, entre eles os adventistas do sétimo dia, continuam a afirmar o conceito de imortalidade condicional com seus dois corolários: a abordagem holística dos seres humanos e a esperança da ressurreição na vida eterna. Eis as razões: (1) Ela ajuda a explicar e a dar respostas às intricadas experiências psicológicas e médicas realizadas na atualidade, pois, em última análise, todas essas experiências não reduziram o número de funerais — a morte contínua a ser o ponto final da vida. (2) Ela se harmoniza com a visão holística da natureza humana e a concepção bíblica da vida humana como um dom miraculoso de Deus. (3) Ela é realista sobre a natureza da morte, com referência específica à unidade dos aspectos físicos e espirituais da vida. (4) Ela considera corretamente tanto a divindade de Deus como a humanidade do homem, ratificando assim a encarnação de Deus em Jesus, a realidade da salvação em Jesus Cristo e a esperança da ressurreição, que traz conforto para os que ficam.

III. Contribuições de Ellen G. White

A. *Importância*

Ellen G. VWhite enfatizou a princípio a importância dessa doutrina (algumas vezes referida como o "estado dos mortos''), considerando-a "verdade presente" sobre a qual os crentes deveríam ter "plena compreensão". O contexto do parágrafo a seguir, primeiramente publicado em 1858, trata da "ilusão" satânica, o "espiritismo", e da pretensão de os vivos poderem se comunicar com os mortos.

"Vi que os santos precisam alcançar completa compreensão da verdade presente, a qual serão obrigados a sustentar pelas Escrituras. Precisam compreender o estado dos mortos; pois os espíritos dos demônios ainda lhes aparecerão, pretendendo ser amigos

ou parentes amados, os quais lhes declararão doutrinas não bíblicas. Farão tudo ao seu alcance para despertar simpatia e operarão milagres diante deles para confirmar o que declaram. O povo de Deus deve estar preparado para enfrentar esses espíritos com a verdade bíblica segundo a qual, os mortos não sabem coisa nenhuma, e que aqueles que lhes aparecem são espíritos de demônios" (PE, 262).

Posteriormente, ela devotou dois capítulos de seu livro O *Grande Conflito* a esse assunto (GC, 531-562). Ali, ela afirma que o engano foi introduzido pela primeira vez pela serpente, em Gênesis 3:4, com a promessa "não morrereis", que se espalhou através de todo o mundo sob a forma de espiritismo (ibid,, 561, 562). No entanto, a verdade bíblica é a seguinte: "A Bíblia declara que os mortos não sabem coisa nenhuma, que seus pensamentos pereceram; que não têm parte em nada que se faz debaixo do Sol; nada sabem das alegrias ou tristezas dos que lhes eram os mais caros na Terra" (ibid., 556).

1. A Origem da Morte

Após desenvolver esse ensino bíblico, Ellen VWhite observa os seguintes pontos a respeito da origem e natureza da morte:

A morte remonta ao poder de Satanás. "Pela sua transgressão Moisés veio a ficar sob o poder de Satanás — o domínio da morte" (PE, 164).

O pecado é a fonte do poder satânico, que remove suas vítimas da esfera de Deus. "[Satanás] Decidiu-se a causar a sua queda, a fim de que, tendo-se separado de Deus e trazido sob o seu poder, pudesse obter posse da Terra, e aqui estabelecer o seu reino em oposição do Altíssimo" (GC, 531).

2. As Causas da Morte

Embora em sentido geral apresente a morte como o salário do pecado (PE, 294), Ellen White escreve detalhadamente sobre esse salário com ilustrações específicas de como ele é pago. Por exemplo:

Hábitos de saúde podem trazer morte prematura. "Decadência prematura e morte são o resultado de se afastar de Deus para seguir os caminhos do mundo. O que condescende com o eu tem de sofrer a penalidade. No juízo veremos quão seriamente Deus considera a violação das leis da saúde" (CRA, 40).

A desobediência geral à lei de Deus leva à morte. "Foi a primeira vez que testemunhava a morte, e sabia que se ele tivesse sido obediente a Deus não teria havido morte de homem ou animal" (PP, 68).

Negligenciar as leis da natureza também ameaça a vida. "E quando a morte prematura segue-se em resultado da violação da lei natural, acarretamos tristeza e sofrimento aos outros; privamos nossos vizinhos do serviço que lhes devíamos prestar em vida; roubamos nossas famílias do conforto e auxílio que lhes devíamos, e roubamos a Deus do serviço que Ele requer de nós para a divulgação de Sua glória. Não somos, assim, no pior sentido, transgressores da lei de Deus?" (CRA, 21).

Em suma, a morte se tornou o destino dos ímpios. "Ao passo que a vida é a herança dos justos, a morte é a porção dos ímpios" (GC, 544).

3. A Natureza da Morte

Contudo, a morte não transporta o justo diretamente para o Céu nem o ímpio diretamente para o inferno.

"Muitos são consolados com a afirmativa de que seus queridos estão gozando a ventura celestial; e, sem suspeita de perigo, dão ouvidos a espíritos enganadores, e doutrinas de demônios" (GC, 552), Além disso, "e quão revoltante não é a crença de que, logo que o fôlego deixa o corpo, a alma do impenitente é entregue às chamas do inferno!" (ibid., 545).

A morte é uma condição semelhante ao sono. "Cristo apresenta a morte, para Seus filhos crentes, como um sono. Sua vida está escondida com Cristo em Deus, e até que

soe a derradeira trombeta, os que morrem dormirão nEle" (DTN, 527).

Pode-se dizer que o sono da morte não dura senão um momento. "Para o cristão a morte não é mais que um sono, um momento de silêncio e escuridão" (ibid., 787).

Sendo assim, durante a morte não há experiência consciente, seja conhecimento, planejamento ou pensamento. "Muitos esperavam ouvir de Lázaro uma história maravilhosa das cenas testemunhadas depois da morte. Surpreendiam-se de que ele não lhes contasse coisa alguma. Não tinha nada para contar a respeito. Declara a inspiração: 'Os mortos não sabem coisa nenhuma, [...] O seu amor, o seu ódio, e a sua inveja já pereceram' (Ec 9:5, 6)" (ibid., 557, 558).

Apenas a ressurreição interrompe a morte. "Os que descem à sepultura estão em silêncio. [...] Dormem, e são despertados pela trombeta de Deus para uma imortalidade gloriosa" (GC, 550).

A morte, portanto, não é para os justos uma experiência assustadora. "Para o crente a morte não é senão de somenos importância. Cristo fala dela como se fora de pouca monta. 'Se alguém guardar a Minha palavra, nunca verá a morte', nunca provará a morte' (jo 8:51, 52). Para o cristão a morte não é mais que um sono, um momento de silêncio e escuridão. A vida está escondida com Cristo em Deus, e quando Cristo, que é a nossa vida, Se manifestar, então também vós vos manifestareis com Ele em glória (Cl 3:4)" (DTN, 787).

jB. *Sobre a Imortalidade da Alma*

A doutrina da imortalidade da alma recebe bastante atenção e é considerada falsa e perigosamente enganosa.

► A doutrina é de origem satânica. "E esta é a prova de que o incestuoso e bêbado Amnom foi. à sua morte imediatamente transportado para as bem-aventuradas habitações, a fim de ser ali purificado e preparado para a companhia dos anjos sem pecado! Fábula aprazível, por certo, muito apropriada para satisfazer o coração carnal! Essa *é* a própria doutrina de Satanás, e ela realiza a sua obra eficazmente. Deveriamos nos surpreender de que, com tal instrução, prevaleça a impiedade?" (GC, 539).

Essa doutrina não se encontra em nenhuma parte da Bíblia. "A doutrina da consciência após a morte, de o espírito dos mortos se comunicar com os vivos, não têm fundamento nas Escrituras, e todavia essas teorias são afirmadas como sendo a verdade" (Ev, 603).

Apesar disso, a doutrina entrou para a igreja cristã. "E a declaração da serpente a Eva, no Éden — 'Certamente não morrereis' — foi o primeiro sermão pregado acerca da imortalidade da alma. Todavia, essa declaração, repousando apenas na autoridade de Satanás, ecoa dos púlpitos da cristandade, e é recebida pela maior parte da humanidade tão facilmente como o foi pelos nossos primeiros pais" (GC, 533). "A teoria da imortalidade da alma foi uma das falsidades que Roma tomou emprestadas do paganismo, incorporando-a à religião da cristandade. Martinho Lutero a classificou entre as 'monstruosas fábulas que fazem parte do monturo romano dos decretos' (E. Petavel, O *Problema da Imortalidade*, 255). Comentando as palavras de Salomão em Eclesiastes, de que os mortos não sabem coisa nenhuma, diz o reformador: 'Outro passo provando que os mortos não têm [...] sentimento. Não há ali', diz ele, 'deveres, ciência, conhecimento, sabedoria. Salomão opinou que os mortos estão a dormir, e nada sentem absolutamente. Pois os mortos ali jazem, não levando em conta nem dias nem anos; mas, quando despertarem, parecer-lhes-ã haver dormido apenas um minuto' (Lutero, *Exposição do Livro de Salomão, Chamado Eclesiastes*, 152)" (GC, 549).

C. A Derroto *da Morte*

O antídoto para a morte é a ressurreição e seu poder.

"Assim foi recompensada a fé desta mulher. Cristo, o grande Doador da vida, restaurou-lhe o filho. De igual maneira os Seus fiéis serão recompensados quando, em Sua vinda, a morte perder o seu aguilhão, e da sepultura for roubada a vitória que tem pretendido" (PR, 239).

A ressurreição seria desnecessária, se os justos ascendessem ao Céu imediatamente após a morte. "Se durante quatro mil anos os justos tivessem à sua morte ido diretamente para o Céu, como podería Paulo ter dito que se não há ressurreição os que dormiram em Cristo estão perdidos*? Não seria necessária a ressurreição" (GC, 546, 547).

Assim sendo, somente Cristo possui a chave da vida e da morte. "Aquele que estava, Ele próprio, prestes a morrer na cruz, retinha as chaves da morte, vencedor do sepulcro, e afirmou Seu direito e poder de dar vida eterna" (DTN, 530).

Somente os justos que estiverem vivos por ocasião da volta de Cristo experimentarão a trasladação e nunca verão a morte. "Ao Seu lado se acham dois seres celestiais, entretidos em íntima conversa com Ele, São Moisés, que falara com Deus sobre o Sinai; e Elias, a quem foi concedido o elevado privilégio - outorgado unicamente a mais outro dos filhos de Adão - de não passar sob o poder da morte" (ibid., 421). "Os justos vivos são transformados num momento, num abrir e fechar de olhos', A voz de Deus foram eles glorificados; agora se tornam imortais, e com os santos ressuscitados, são arrebatados para encontrar seu Senhor nos ares" (GC, 645).

Os que não passam pela trasladação nem pela destruição enfrentam a morte: a segunda morte.

"Em consequência do pecado de Adão, a morte passou a toda a raça humana. Todos semelhantemente descem ao sepulcro. E, pelas providências do plano da salvação, todos devem ressurgir da sepultura. 'Há de haver ressurreição de mortos, assim dos justos como dos injustos' (At 24:15); assim como todos morrem em Adão, assim também todos serão vivificados em Cristo' (ICo 15:22). Uma distinção, porém, se faz entre as duas classes que ressuscitam. 'Todos os que estão nos sepulcros ouvirão a Sua voz,
E os que fizeram o bem, sairão para a res-«£
surreição da vida; e os que fizeram o mal,
para a ressurreição da condenação' (Jo 5:28, 29, ARC). Os que foram 'tidos por dignos' da ressurreição da vida, são 'bem-aventurados e santos', 'Sobre estes não tem poder a segunda morte' (Ap 20:6). Os que, porém, não alcançaram o perdão, mediante o arrependimento e a fé, devem receber a pena da transgressão: o salário do pecado'. Sofrem castigo, que varia em duração e intensidade, 'segundo suas obras', mas que finalmente termina com a segunda morte. Visto ser impossível para Deus, de modo coerente com a Sua justiça e misericórdia salvar o pecador em seus pecados, Ele o despoja da existência, que perdeu por suas transgressões, e da qual se mostrou indigno. Diz um escritor inspirado: 'Ainda um pouco, e o ímpio não existirá; olharás para o seu lugar e não aparecerá'. E outro declara: 'E serão como se nunca tivessem sido' (SI 37:10; Ob 16). Cobertos de infâmia, mergulham, sem esperança, no esquecimento eterno" (ibid., 544, 545).

Mas os justos vencerão a morte com Cristo em Sua ressurreição.

"Em parte alguma nas Escrituras Sagradas se encontra a declaração de que é por ocasião da morte que os justos vão para a sua recompensa e os ímpios ao seu castigo. Os patriarcas e profetas não fizeram tal afirmativa. Cristo e Seus apóstolos não fizeram sugestão alguma a esse respeito. A Bíblia claramente ensina que os mortos não vão imediatamente para o Céu. Eles são representados como estando a dormir até à ressurreição (lTs 4:14; Jó 14:10-12). No mesmo

dia em que se quebra a cadeia de prata, e se despedaça o copo de ouro (Ec 12:6), perecem os pensamentos dos homens. Os que descem à sepultura estão em silêncio. Não mais sabem de coisa alguma que se faz, debaixo do Sol (Jó 14:21). Bendito descanso para o justo cansado! Seja longo ou breve o tempo, não é para eles senão um momento. Dormem, e são despertados pela trombeta de Deus para uma imortalidade gloriosa. 'Porque a trombeta soará, e os mortos ressuscitarão incorruptíveis. [...] Quando isto que é corruptível se revestir da incorruptibilidade, e isto que é mortal se revestir da imortalidade, então cumprir-se-á a palavra que está escrita: Tragada foi a morte na vitória (ICo 15:52-54), Ao serem eles chamados de seu profundo sono, começam a pensar exatamente onde haviam parado. A ultima sensação foi a agonia da morte, o último pensamento o de que estavam a cair sob o poder da sepultura. Ao se levantarem da tumba, seu primeiro alegre pensamento se expressará na triunfante aclamação: 'Onde está, ó morte, o teu aguilhão? Onde está, *6* inferno, a tua vitória?' (ICo 15:55)" (GC, 549, 550).

IV. Literatura

Althaus, P. *The Tkeology of Martin Luther*. Philadelphia: Fortress, 1966.

Anderson, R. S. *Theology, Death and Dying.* Oxford: Blackwell, 1986.

Bailey, L. R., Sr. *BihUcal Perspectives on Death.* Philadelphia: Fortress, 1979.

Beyerlin, W., ed. *Near Pastem Religious Texts Relating to the Old Testament.* Philadelphia: Westminster, 1978.

Bultmann, R. "Thanatos." *Theological Dictionary of the New Testament.* Ed. Gerhard Kittel e Gerhard Friedrich. Grand Rapíds: Eerdmans, 1964-1976. 3:7-25.

Cullmann, O, *hnmortality of the Soid or Resurrection of the Dead?* Nova York: Macmillan, 1958,

Eichrodt, W. *Theology of the Old Testament,* v. 2. Philadelphia: Westminster, 1967.

Froom, LeRoy E. *The Conditionalist Faith of Our Fathers. 2* vols. Washington: Revievv and Herald, 1965, 1966.

Harris, M. J. *Raised hnmortal: Resurrection and Immortality in the New Testament*. Grand Rapids: Eerdmans, 1983.

Idick, J. *Death and Eternal Life.* Nova York: Harper and Row, 1976.

Jeremias, J. The *Parahles of Jesus.* Ed. rev. Nova York: Scribners, 1963.

Johnston, R. M. "After Death: Resurrection or Immortality?" *Ministry,* setembro de 1983, 7-10.

Jungel, E. *Death: The Riddle and the Mystety.* Philadelphia: Westminster, 1974.

Kaiser, O., e E. Lohse. *Death and Life.* Trad. J. E. Steely. Nashville: Abingdon, 1981.

Kung, H. *Eternal Life: Life After Death as a Medicai, Philosophical, and Theological Prohlem.* Garden City: Doubleday, 1984.

Mills, L. O., ed. *Perspectives on Death.* Nashville: Abingdon, 1969.

Nickelsburg, G. W. E. *Resurrection, Immortality, and Eternal Life in Intertestamental Juâaism.* Gambridge: Harvard University Press, 1972.

Pritchard, J. B,, ed. *Ancient Near Eastern Texts.* Princeton: Princeton University Press, 1955.

Provonsha, J. W. *Is Death for Real? An Examination of Reporled Near-Death Experiences in the Light ofthe Resurrection.* Mountain View: Pacific Press, 1981.

Rahner, K. *On the Theology of Death.* Nova York: Herder and Herder, 1972.

Robinson, H. W. *Inspiration and Revelation in the Old Testament.* Toronto: Oxford University Press, 1946.

Thielicke, H. *Living With Death.* Grand Rapids: Eerdmans, 1983,

Tromp, N. J. *Primitive Conceptions of Death and the Nether World m the Olá Testament.* Roma: Pontificai Biblical Institute, 1969,

Wolff, H. W. *Anthropology of the Olâ Testament.* Phíladelphia: Fortress, 1973.

Zurcher, Jean R. *The Nature and Destiny of Man.* Nova York: Philosophical Library, 1969.

10
Ressurreição e Glorificação

John C. Brunt

Introdução

A esperança de todo cristão no futuro se baseia na ressurreição de Jesus Cristo e na promessa de que a ressurreição dEle garante a ressurreição e a vida eterna daqueles que nEle creem (ICo 15:20, 21; 2Co 4:14).

O retorno de Cristo à vida, depois da morte na cruz, garante aos cristãos que Suas promessas são confiáveis e que aqueles que a Ele entregam a vida em confiança podem aguardar vida eterna e imortal. Essa ressurreição ocorre na volta de Cristo (ICo 15:51,52; lTs 4:16). Para os que morreram em Cristo, significará tornar a viver do sono inconsciente da morte. Para os crentes em Cristo que estiverem vivos quando Ele voltar, significará transformação para uma existência imortal na nova Terra. Para todos os seguidores de Cristo, implicará um novo corpo, glorificado e não mais sujeito à morte (ICo 15:42-44). Em uma ressurreição separada, ressurgirão os ímpios para a destruição total da segunda morte (Ap 20:5-10).

Essa coerente perspectiva bíblica da ressurreição dos mortos é tão diferente quanto incompatível com a crença popular na imortalidade da alma.

O artigo começa explorando o material bíblico sobre a ressurreição e glorificação dos crentes, depois faz uma reflexão sobre a importância da doutrina e finaliza com uma recapitulação das diversas concepções de ressurreição e vida após a morte a partir de uma perspectiva histórica.

I. II. III.

I. A Visão Bíblica da Ressurreição
- A. O Novo Testamento
  - 1. Visão Geral
  - 2. Escritores Individuais
- B. O Antigo Testamento
  - 1. Perspectivas Gerais sobre a Vida Futura
  - 2. Passagens Específicas que Tratam da Ressurreição

II. A Glorificação dos justos
- A. O Estado Glorificado de Jesus
- B, O Estado Glorificado do Creme

III. A Importância da Doutrina
- A. Para a Compreensão Teológica
- B, Para a Experiência Prática

IV. Contexto Histórico
- A. Mundo Antigo
- B. Judaísmo
- G. Igreja Primitiva
- D. Idade Média
- E. Da Reforma até o Iluminismo
- F. Tempos Modernos
- G. A Posição Adventista do Sétimo Dia

V. Comentários de Ellen G. Whíte
- A. Sobre a Ressurreição dos Justos
- B. Sobre a Ressurreição dos fmpios
- C. Sobre a Ressurreição Especial

VI. Literatura

I. A Visão Bíblic da Ressurreição

Ambos os testamentos contribuem para o ensino bíblico da ressurreição. No NT todo o pensamento teológico sobre a ressurreição dos crentes se acha ínteiramente relacionado

com a ressurreição de Jesus Cristo (ver Cristo IILA.1-4). Essa relação teológica explícita é tão forte no NT e permeia tanto o material neotestamentário que exige tratamento separado do !?;► AT, onde a descrição específica da ressurreição de Jesus ainda não era conhecida.

A. O *Novo Testamento*

A presente seção se divide em duas partes. A primeira apresenta um resumo geral do ensino do NT sobre a ressurreição dos crentes. Essa é a visão da "floresta", que fornece uma compreensão holística do material do Novo Testamento. Dela emerge um quadro claro e coerente.

Também é importante ver em que as "árvores" contribuem individualmente para a formação da floresta. Cada escritor do NT dá uma contribuição distinta a esse quadro coerente, cuja riqueza só pode ser compreendida quando avaliamos essas contribuições particulares. A segunda seção, portanto, tratará dos escritores do NT para ver como a perspectiva singular de cada um contribui para o todo coerente. [1]

1. Visão Geral

Todo o pensamento neotestamentário acerca da ressurreição do crente parte da ressurreição de Jesus Cristo. Jesus declara ser "a ressurreição e a vida" (Jo 11:25). Mas Ele vai além das simples palavras, e demonstra o poder que tem sobre a morte quando ressuscita Lázaro dos mortos. Contudo, mesmo esse milagre supremo não garante para sempre a vitória sobre a morte. Somente Sua própria ressurreição do túmulo no terceiro dia garante que a morte será totalmente vencida.

A ressurreição de Cristo [as "primícias"] (ICo 15:20, 23) não apenas precede a ressurreição dos crentes, mas também a assegura e provê o fundamento para ela. Nesse sentido, a ressurreição de Cristo já é o começo da ressurreição final. É um evento escatológico — já é o começo do fim.

Toda a esperança cristã se fundamenta na ressurreição de Cristo. Os seres humanos não possuem imortalidade natural. Deus é o único que possui imortalidade (lTm 6:15, 16). A morte é um sono inconsciente (Jo 11:11; iTs 4:13) e, em vez de ser uma transição para outro tipo de vida, é apenas a negação da vida. Visto que Deus é o Senhor da vida, a morte é um inimigo (ICo 15:26) contra o qual os seres humanos não têm poder nem esperança por si mesmos (ver Morte I.A.6; F.6).

No entanto, Deus promete que assim como Cristo ressuscitou, os cristãos também têm a esperança da ressurreição (lTs 4:14, 15; ICo 15:20-23). De acordo com 1 Tessalonicenses 4:13-18 e 1 Coríntios 15:51-57, essa ressurreição coincide com a segunda vinda de Jesus Cristo, um acontecimento universalmente visível, acompanhado pela voz do arcanjo e o ressoar da última trombeta. Nessa ocasião, os que morreram em Cristo são ressuscitados e os crentes vivos são transformados, dotados de imortalidade e arrebatados junto com os ressurretos para o encontro com o Senhor, a fim de estar para sempre com Ele.

Nesse novo estado de imortalidade e eterna comunhão com Deus, os crentes não perdem seus corpos materiais, mas desfrutam a espécie de existência corpórea originalmente planejada por Deus antes da entrada do pecado no mundo. Em 1 Coríntios 15:35-46, Paulo afirma que esse novo corpo glorificado, ou espiritual, não é um corpo imaterial, mas um corpo reconhecível com a continuidade e identidade da vida terrena. E espiritual, não no sentido de negar o físico, mas no sentido de não ser mais sujeito à morte. Tanto os crentes que passaram pela morte como os que estiverem vivos por ocasião da volta de Cristo recebem corpos incorruptíveis. Ele difere do corpo atual apenas no sentido de que é perfeito, livre de todas as imperfeições causadas pelo pecado e no sentido de não estar mais sujeito à morte.

A ressurreição dos justos na segunda vinda de Cristo não é, porém, a única ressurreição mencionada no NT. Ali se faz referência clara também a uma ressurreição dos injustos ou ímpios (At 24:15; Jo 5:28, 29). De acordo com Apocalipse 20:5 e 7-10, essa segunda ressurreição, ou ressurreição dos ímpios, não ocorre na segunda vinda de Gristo, mas mil anos depois, após Satanás ter sido preso e os santos terem reinado com Cristo durante um milênio. Findo o milênio, os ímpios são ressuscitados e tentam tomar a Cidade Santa, que terá descido à Terra pouco antes da ressurreição deles. Isso demons-
)! ► tra obstinada relutância deles em aceitar o governo de Gristo, apesar de todas as evidências. São então destruídos junto com Satanás, e a Terra é refeita em nova Terra, onde Cristo habitará para sempre com os santos. O Apocalipse também fala de uma ressurreição especial na qual aqueles que crucificaram a Cristo despertarão para testemunhar Sua segunda vinda (Ap 1:7; ver GC, 637 em V.C).

Podemos, portanto, resumir as diversas ressurreições encontradas no NT da seguinte maneira:

1. A ressurreição de Jesus - base e fundamento para a ressurreição do crente, claramente patenteada nos evangelhos (Mt 28:6; Mc 16:6; Lc 24:5-7; Jo 21:14).

2. A ressurreição de alguns santos que acompanharam a ressurreição de Jesus (Mt 27:52).

3. A ressurreição especial dos que crucificaram a Cristo para vê-Lo voltar (Ap 1:7).

4. A ressurreição dos justos quando Jesus voltar no início do milênio (iCo 15; lTs 4).

5. A ressurreição dos ímpios no fim do milênio (Ap 20).

Através de todo o NT, essa boa nova sobre a ressurreição é a informação mais interessante sobre o futuro. Ela transforma a vida no presente, enchendo-a de significado e esperança. Por confiar em seu destino, os cristãos já levam um novo tipo de vida. Os que vivem na esperança de partilhar da glória de Deus são transformados em pessoas diferentes. São capazes de se regozijar no sofrimento, porque sua vida é motivada pela esperança.

"Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo; por intermédio de Quem obtivemos igualmente acesso, pela fé, a esta graça na qual estamos firmes; e gloriamo-nos na esperança da glória de Deus. E não somente isto, mas também nos gloriamos nas próprias tribulações, sabendo que a tribulação produz perseverança; e a perseverança, experiência; e a experiência, esperança. Ora, a esperança não confunde, porque o amor de Deus é derramado em nosso coração pelo Espírito Santo, que nos foi outorgado" (Rm 5:1-5).

Um tratamento mais detalhado do material do NT examinará individualmente os escritores para descobrir a contribuição que cada um dá a esse ensino do NT. Começamos com Paulo, porque suas cartas constituem a principal e primeira porção do NT a ser escrita, e porque ele escreveu sobre a teologia da ressurreição com mais detalhes do que os outros escritores do NT.

2. Escritores Individuais

a. Paulo. Embora Paulo gaste pouco tempo sobre os acontecimentos da vida de Cristo, a morte e a ressurreição do Senhor são temas constantes nas cartas paulinas. Quando o apóstolo fala do que tem “primeira importância" para os crentes, refere-se ao fato de que "Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras e que foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras. E apareceu[.„]" (ICo 15:3-5). Como é característica sua, Paulo emprega a voz passiva no original para a ressurreição — Cristo *foi ressuscitado* por Deus, A seguir, a discussão em torno de 1 Coríntios 15 mostrará como toda a esperança da vida eterna se baseia na ressurreição de Cristo.

A primeira e principal discussão paulina sobre a ressurreição dos crentes se encontra na primeira de suas cartas sobreviventes, especificamente 1 Tessalonicenses 4:13-18. A questão é alí ventilada devido a um suposto equívoco entre os tessalonicenses, que estavam contristados pelos que morriam. Pareciam desconhecer o destino de seus entes queridos falecidos. Paulo responde enfatizando que eles não deveríam se entristecer como os que não têm nenhuma esperança, mas deviam, em vez disso, centralizar sua atenção na esperança do segundo advento de Cristo e na ressurreição dos mortos que deverá ocorrer naquela ocasião. Ele não diz que os entes queridos falecidos estão vivos ou conscientes, mas fala do estado atual deles como um sono e dirige a atenção para o tempo da volta de Cristo. Então, o Senhor descerá com a palavra de ordem, o chamado do arcanjo e a trombeta de Deus. Os que estiverem vivos não terão precedência sobre os que morreram. Estes ressuscitarão para a nova vida; depois, os que estiverem vivos serão reunidos a eles para encontrar o Senhor nos ares e com Ele estar para sempre, Paulo constrói aqui claramente uma esperança futura para os que morreram bem como para os vivos quando Cristo voltar.

O significado da frase “Deus, mediante Jesus, trará, em sua companhia, os que dormem" (v. 14) tem sido objeto de tensão. Alguns veem nela suporte para a imortalidade da alma, supondo que Deus vai trazer com Ele do Céu almas para serem reunidas a seus corpos por ocasião da ressurreição.

Algumas considerações importantes depõem contra isso. A primeira é o contexto. Não há menção de almas. Toda a passagem enfoca a ressurreição e o chamado daqueles que “dormem" para que revivam. Não se menciona nenhuma reunião do corpo com a alma.

A segunda é o paralelismo na própria passagem. Em uma tradução bem literal a passagem diz: “Pois, assim como cremos que Jesus morreu e ressuscitou, da mesma maneira, Deus, por meio de Jesus, também trará com Ele os que dormem.” Pode ser, porém, que a frase “por meio de Jesus" deva acompanhar “os que dormem", como alguns sugerem. Mas onde quer que se coloque essa frase difícil, o paralelismo com a primeira parte da oração sugere que “trazer com Ele" significa trazer esses crentes falecidos à vida pela ressurreição da mesma forma pela qual o próprio Jesus morreu, mas tornou a viver. Esse é o sentido óbvio da locução “da mesma maneira”, que liga as duas partes da oração. Assim, tanto o contexto como a sintaxe apoiam a ideia de que a frase “Deus trará com Ele", no verso 14, significa que Deus trará os mortos à vida mediante Jesus, assim como trouxe Jesus à vida no domingo da ressurreição.

A terceira e última consideração vem de uma declaração ligeiramente semelhante em 2 Coríntios 4:14: “sabendo que Aquele que ressuscitou o Senhor Jesus também nos ressuscitará com Jesus." A preposição *syn* ("com”) é usada em ambas as passagens, o que apoia o argumento tanto do contexto como da sintaxe de que trazer os que dormem *com* Jesus se refere a trazê-los à vida com Jesus,

Essa passagem ensina, portanto, que a esperança cristã se baseia na ressurreição de Cristo. Assim como Ele ressuscitou, assim Deus há de ressuscitar todos quantos morreram em Cristo. Isso ocorrerá na segunda vinda, ao mesmo tempo que os vivos em Cristo se encontrarão com eles nos ares para ficar para sempre com o Senhor.

Paulo apresenta em 1 Coríntios 15 uma resposta não somente para o equívoco, mas também para o falso ensino dos que negam a ressurreição. É a passagem mais completa sobre a ressurreição no NT,

Novamente Paulo baseia a esperança dos crentes no firme fundamento da morte e ressurreição de Jesus Cristo, O apóstolo começa reafirmando que a morte e a

ressurreição de Cristo são de suprema importância (v. 3, 4). Depois, lembra aos corfntios das aparições do Cristo ressuscitado a Cefas, aos doze, a mais de 500 irmãos de uma só vez, a Tiago, a todos os apóstolos e, finalmente, ao próprio Paulo, embora essa aparição tenha sido mais tarde (v. 5-8). Ou seja, Paulo afirma que na experiência pela qual passou no caminho de Damasco realmente encontrou o Jesus Cristo ressuscitado e se tornou uma testemunha da ressurreição,

Nos versos 12-19, Paulo vai ao ponto principal da questão. Alguns diziam que não havia nenhuma ressurreição dos mortos. E impossível dizer o que motivou esse pensamento, mas a presença em Corinto de elementos com o tipo de pensamento semelhante ao encontrado em heresias gnósticas posteriores sugere a possibilidade de pelo menos um grupo de crentes corfntios ter sido influenciado por uma primitiva versão dessa heresia. Paulo reage à incredulidade. Se prega-se que Cristo ressuscitou, como podem afirmar que não há ressurreição? Esses versos deixam bem claro que, para Paulo, o conjunto todo inclui a ressurreição de Cristo, a ressurreição do crente e a expressiva fé cristã. Se alguma parte do conjunto for retirada, o todo se perde. Sem a ressurreição, a pregação seria vã e a fé, sem proveito, Paulo estaria descrevendo Deus de forma enganosa, os crentes ainda permaneceríam nos seus pecados e seriam as pessoas mais infelizes do mundo. Essas palavras são fortes, mas Paulo é explícito em cada ponto.

No verso 20, Paulo deixa para trás os “ses” do parágrafo anterior e reafirma que Cristo de fato ressuscitou dos mortos. A seguir, enfatiza que esse não foi um ato solitário, mas que está associado com a esperança dos crentes na ressurreição. Cristo é as “primídas”, uma analogia retirada das festas do AT. A ressurreição do Salvador é a garantia de que mais coisas ainda estão por vir, O apóstolo se volta para a analogia de Adão e Cristo. A morte veio por meio de Adão de uma forma que afetou a todos os seres humanos. Agora, por Gristo vem a vida. A ressurreição de Cristo revela Sua vitória sobre todo poder e autoridade, inclusive a morte. Em um formato típico do NT, a ressurreição de Cristo e a ressurreição do crente são interligadas teologicamente.

Nos versos 29-34, Paulo retoma ao tema dos versos 12-19, apresentando razões adicionais por que a negação da ressurreição por parte dos corfntios não faz nenhum sentido. Por que algumas pessoas se batizam por causa dos mortos, se não há ressurreição? (Infelizmente, essas pessoas e suas práticas são desconhecidas.) E por que Paulo enfrentaria a morte dia após dia, se não houvesse ressurreição?

Em seguida, o apóstolo trata de uma possível objeção de seus leitores e aborda a questão de como ressuscitam os mortos e que tipo de corpo terão os ressuscitados. Visto que essa seção (v, 35-50) está inserida na discussão da glorificação, ela é suficiente para mostrar que, para Paulo, a ressurreição é muito mais do que trazer um cadáver à vida. Envolve a transformação em um novo corpo não mais sujeito ã morte. Paulo o chama de “corpo espiritual”.

Finalmente, o foco de Paulo se dirige para a segunda vinda de Cristo, designada como a “última trombeta” (v. 52). De forma quase poética, ele chama a atenção de seus leitores para a transformação instantânea que vai 'ocorrer quando a mortalidade ceder lugar ã imortalidade. No momento em que os mortos ressuscitarem e, juntamente com os vivos, forem transformados para a imortalidade, a morte será tragada pela vitória. Para ele, a compreensão disso levará os cristãos a um compromisso mais duradouro de fazer a obra do Senhor, sabendo que o trabalho deles não fica sem proveito (v. 58).

Nessa passagem, Paulo mostra que a crença na ressurreição, tanto a de Cristo como a dos crentes, é definitivamente parte da fé cristã. Sem essa perspectivada fé cristã

é vã. Ele também faz a interligação teológica entre essas duas ressurreições, mostrando que a demonstração divina de poder e propósito na ressurreição de Jesus dá esperança aos cristãos. Mostra, então, que o corpo dos ressuscitados será um corpo novo, glorificado, não mais sujeito â morte, e que isso ocorrerá na segunda vinda de Cristo, quando os justos vivos também serão transformados para a vida imortal.

Estreitamente relacionado com o assunto de 1 Coríntios 15 está 2 Coríntios 5:1-5; embora a palavra "ressurreição" não seja usada, o caráter enigmático das passagens requer sua inclusão. Paulo faz o contraste entre a "casa terrestre" de nossa presente existência com a "habitação celestial" não feita por mãos, que é nossa esperança futura.

Alguns entendem que Paulo está aí apoiando a ideia da imortalidade da alma, quando se refere ao corpo como a "casa terrestre", um recipiente temporário preenchido pela alma eterna. No entanto, um exame mais detalhado da passagem mostra que esse não é o caso. Em nenhum lugar Paulo fala de uma alma ou de qualquer existência independente do corpo. Não há nenhuma insinuação de divisão dos seres humanos em duas partes. Ao contrário, Paulo fala da "casa terrestre" se desfazendo, e não sendo separada de uma alma. O apóstolo utiliza a metáfora de estar nu, ou sem roupa, para o que ocorreria com a casa terrestre. Ele não deseja esse estado. Se, para ele, o estado intermediário fosse de existência consciente da alma com Cristo, dificilmente ele o rejeitaria. Seu desejo não é ser despido, mas revestido, coisa que acontecerá somente quando o mortal for absorvido pela vida. Esse é um paralelo óbvio com a esperança apresentada por ele na última parte de 1 Coríntios 15, onde a mortalidade abre caminho para a imortalidade ao som da trombeta na volta de Cristo.

► Fica, portanto, evidente que Paulo está falando aqui de ressurreição, como se revela explicitamente no verso 15, ainda que não empregue o termo. A existência mortal presente é parecida com uma casa terrestre. Não é segura. O objetivo da metáfora não é uma parte da pessoa, mas a pessoa como um todo. Paulo não tem nenhum desejo de morrer, que ele compara a ficar nu ou estar despido. Ao contrário, ele deseja ser revestido ao ser transformado para uma existência nova e imortal, que ele compara ao edifício da parte de Deus. Essa nova condição expressa a vontade de Deus para Seu povo, e Ele deu o Espírito como garantia, ou pagamento inicial, o que nos garante que tal esperança não é vã. Vemos, portanto, significativa continuidade entre o pensamento dessa passagem e a de 1 Coríntios 15 (ver Morte I.E.2).

Limitar o estudo da perspectiva paulina sobre a ressurreição a umas poucas passagens importantes que tratam do assunto em detalhes faria com que se perdesse muito da riqueza do pensamento do apóstolo. As referências à morte e ressurreição de Cristo permeiam suas cartas. Emergem dessas referências diversos e importantes temas teológicos.

Um dos temas mais importantes é a participação com Cristo na morte e na ressurreição. Para o apóstolo, a morte e a ressurreição de Cristo são muito mais que eventos históricos com impacto sobre o crente. Ter fé em Cristo é se identificar com Ele e Sua missão. Em Fílipenses 3, Paulo diz que está disposto a considerar tudo como perda por causa de Cristo: "para O conhecer, e o poder da Sua ressurreição, e a comunhão dos Seus sofrimentos, conformando-me com Ele na Sua morte; para, de algum modo, alcançar a ressurreição dentre os mortos" (v. 10, 11). Ele contínua deixando claro que ainda não alcançou isso, mas prossegue em direção ao alvo.

Paulo expõe esse tema de maneira vivida quando, em Romanos 6, discute sobre a vida cristã. Emprega a ilustração do batismo para tratar da questão: devem os cristãos continuar pecando porque foram salvos pela

graça de Cristo![1] Para ele, a experiência de se identificar com Cristo no batismo impede qualquer atitude que não leve o pecado a sério. Diz o apóstolo: “Porque, se fomos unidos com Ele na semelhança da Sua morte, certamente, o seremos também na semelhança da Sua ressurreição, sabendo isto: que foi crucificado com Ele o nosso velho homem, para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos o pecado como escravos. [...] Assim também vós considerai-vos mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus" (Rm 6:5-11).

Um segundo tema importante encontra-se estreitamente relacionado com o da participação com Cristo em Sua morte e ressurreição. Ter fé em Cristo significa partilhar a novidade de vida demonstrada na ressurreição, Embora Paulo deixe claro que a verdadeira ressurreição do corpo ainda não foi obtida, mas que ocorre no futuro, por ocasião da segunda vinda (verFp 3:12; lCo 15:52; lTs 4:16; e 2Tm 2:18), já é possível desfrutar um aspecto da ressurreição. O crente já compartilha a novidade da vida, como se viu acima em Romanos 6:5, 6 e 11. Esse tema é retomado em Efésios 2:3-7, onde Paulo fala sobre os gentios, uma vez mortos em delitos, mas agora ressuscitados ‘ juntamente com Ele [...] nos fez assentar nos lugares celestiais em Cristo Jesus", uma surpreendente metáfora da experiência atual do cristão com Cristo. Contudo, mesmo aqui Paulo aponta o futuro, para o que Cristo fará nos séculos vindouros (v. 7). Ele define essa nova vida também em 2 Coríntios 5:15, mostrando que novidade de vida significa um novo enfoque de existência: “E Ele morreu por todos, para que os que vivem não vivam mais para si mesmos, mas para Aquele que por eles morreu e ressuscitou."

A identificação e participação com Cristo é a partilha na Sua morte e ressurreição. Envolve uma nova vida agora, caracterizada por um novo enfoque e propósito, bem como pela disposição de tomar parte no sofrimento de Cristo. Nesse sentido, o cristão já toma parte no poder da ressurreição de Cristo, A experiência cristã também envolve a esperança que só pode ser realizada no futuro, quando Cristo voltar, os mortos forem ressuscitados e os crentes vivos forem transformados para a vida imortal.

b. Os sinóticos e Atos. Devido à sua própria natureza, os ensinos dos evangelhos a respeito da ressurreição dos crentes são menos explícitos do que nos escritos de Paulo. Nos evangelhos, o que se enfatiza acima de + 352 tudo com respeito à ressurreição é a história da ressurreição de Jesus. Embora Lucas-Atos seja o único dos sinóticos a incluir instrução explícita sobre a ressurreição dos crentes, todos os evangelistas, de alguma forma, associam a ressurreição de Jesus a Seu poder de conceder vida ao crente.

Em Mateus, a ressurreição não é apenas predita com antecedência (Mt 16:21; 26:32) e anunciada às mulheres depois do fato (Mt 28:6), mas o Jesus ressuscitado também aparece aos discípulos na Galileia e lhes incumbe da comissão evangélica (v. 16-20).

Em um incidente, registrado somente por Mateus, enfatiza-se a í-elação da ressurreição de Jesus com a dos crentes. Mateus nos conta: "Abriram-se os sepulcros, e muitos corpos de santos, que dormiam, ressuscitaram; e, saindo dos sepulcros depois da ressurreição de Jesus, entraram na cidade santa e apareceram a muitos” (Mt 27:52, 53). Não se faz nenhuma menção sobre quem eram esses santos, mas é óbvio que se tornaram testemunhas vivas de que Jesus era as primícias da ressurreição e de que a ressurreição dEle garante aos crentes que eles também podem estar entre os “santos” que se ergueerão da sepultura.

Os MSS diferem com respeito ao final do evangelho de Marcos (Mc 16:9-20). Sejam quais forem as conclusões a que se chegue com respeito a essa variante textual, a ressurreição de Jesus continua em

evidência. Também está claro que a ressurreição de Cristo se acha integralmente relacionada com a vida do crente.

Marcos enfatiza o papel de Jesus como o Messias, o servo sofredor. Ele também aponta para a verdadeira natureza do discipulado, que é tomar a cruz e seguir os passos de Jesus. O centro teológico de Marcos se encontra nos capítulos 8-10, onde Jesus por três vezes prediz Sua própria morte e depois convoca os discípulos para o serviço. Cada uma dessas predições também inclui a afirmação de que Jesus ressuscitará ao terceiro dia (Mc 8:31; 9:31; 10:34). Essa predição da ressurreição dá sentido ao convite posterior de Jesus para o discipulado e a promessa de vida. Nas palavras "Quem quiser, pois, salvar a sua vida perdê-la-á; e quem perder a vida por causa de mim e do evangelho salvá-la-á" (Mc 8:35) percebemos a relação entre a ressurreição de Jesus e a esperança de vida do crente.

Vemos a mesma relação quando Jesus mostra Seu poder de ressuscitar mortos em Marcos 5. Quando Jesus diz que a filha de Jairo não está morta, mas apenas dorme, o povo ri, pois ela obviamente estava morta. Mas Jesus é capaz de trazê-la à vida. Forma-se assim a imagem de Jesus não apenas como alguém que ressuscita a Si mesmo dos mortos, mas também de alguém que ressuscita outros dos mortos. A imagem é confirmada quando o anjo anuncia às mulheres que vieram ao túmulo: "Ele ressuscitou, não está mais aqui" (Mc 16:6).

Em seu evangelho, Lucas registra que os anjos anunciaram a ressurreição de Jesus junto ao túmulo (Lc 24:4-7). Ele também registra a aparição do Cristo ressuscitado no caminho de Emaús (v. 13-32) e aos discípulos no cenáculo (v. 33-43). Lucas também trata da ressurreição do crente. Informação específica sobre a ressurreição aparece também em Atos. Relata-se ali que Jesus tería declarado que as recompensas pelo que é feito nesta vida serão recebidas na ressurreição. "Antes, ao dares um banquete, convida os pobres, os aleijados, os coxos e os cegos; e serás bem-aventurado, pelo fato de não terem eles com que recompensar-te; a tua recompensa, porém, tu a receberás na ressurreição dos justos" (Lc 14:13, 14).

Em Atos, Lucas se refere a um dos discursos de Paulo proclamando que essa ressurreição também incluirá os ímpios. Diz o apóstolo: "Porém confesso-te que, segundo o Caminho, a que chamam seita, assim eu sirvo ao Deus de nossos pais, acreditando em todas as coisas que estejam de acordo com a lei e nos escritos dos profetas, tendo esperança em Deus, como também estes a têm, de que haverá ressurreição, tanto de justos como de injustos" (At 24:14, 15).
O médico amado também descreve Paulo estabelecendo uma relação entre a ressurreição dos crentes e a de Cristo, ao enfatizar que Cristo foi "o primeiro da ressurreição dos mortos" (At 26:23).

c. Os escritos joanínos. Para João, a expressão central usada no evangelho para comunicar a esperança cristã é "vida" ou "vida eterna". Segundo C. H. Dodd, muitos «g têm enfatizado o tema da "escatologia realizada" em João, segundo o qual os crentes já experimentam a vida eterna por meio de Cristo. Não pode haver dúvida de que esse tema está presente. Para João, existe uma realidade presente, ou uma vida eterna *já.* Isso, porém, não significa negar a realidade de uma esperança futura definida em termos de ressurreição.

Uma das passagens mais instrutivas que mostram a justaposição entre a escatologia realizada e a futura, bem como seu significado para uma compreensão da ressurreição do crente, é João 5:19-29. Em certo sentido, essa passagem menciona pelo menos três diferentes ressurreições.

A primeira é a renovação espiritual de vida que o crente atualmente possui em Cristo. Esse é, sem dúvida, o enfoque dos versos 24 e 25:

"Em verdade, em verdade vos digo: quem ouve a Minha palavra e crê n Aquele que Me enviou tem a vida eterna, não entra em juízo, mas passou da morte para a vida. Em verdade, em verdade vos digo que vem a hora e jã chegou, em que os mortos ouvirão a voz do Filho de Deus; e os que a ouvirem viverão/'

Note que a *hora* chegada é a hora para essa ressurreição. Aqueles que creem já possuem vida eterna e já passaram da morte para a vida. Essa ênfase emprega uma linguagem diferente da de Paulo, mas a ideía é semelhante. Paulo falou de andar "em novidade de vida" (Rm 6:4), enquanto João fala de ter vida eterna. Ambos apontam para a importante realidade da nova vida, que o crente experimenta em Cristo, uma experiência tão dramática que só pode ser definida em termos escatológicos.

João continua a chamar a atenção para a hora por vir e diz: "Não vos maravilheis disto, porque vem a hora em que todos os que se acham nos túmulos ouvirão a Sua voz e sairão: os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida; e os que tiverem praticado o mal, para a ressurreição do juízo" (Jo 5:28, 29).

Vemos aqui duas ressurreições adicionais, ambas situadas claramente no futuro. Já não se referem à presente experiência espiritual. No futuro os que estiverem nos túmulos sairão. João não identifica o tempo de nenhuma dessas ressurreições; ele apenas assinala a diferença entre a ressurreição dos justos e a dos injustos.

A imagem é a mesma do capítulo seguinte, onde João representa Jesus como o pão da vida. Em João 6:54, Jesus diz: "Quem comer a Minha carne e beber o Meu sangue tem a vida eterna, e Eu o ressuscitarei no último dia." Aqui novamente a realidade presente e a esperança futura são postas lado a lado. Todo aquele que se identifica com Cristo tem a vida eterna agora. Além disso, será ressuscitado no último dia. Mais uma vez, a esperança futura é apresentada em termos da ressurreição dos mortos. A diferença é que aqui João dá uma informação não presente no capítulo 5, quando define o tempo da ressurreição dos justos: ocorrerá no último dia. Não se faz nenhuma menção, porém, da ressurreição dos injustos.

João destaca o tema da ressurreição em outro dos discursos de Jesus. No capítulo 11, Jesus proclama ser a ressurreição e a vida. No característico estilo joanino, essa palavra de Jesus tem relação com uma obra que serve como sinal e aponta para ela: nesse caso, a ressurreição de Lázaro. Jesus restaura a vida de Lázaro depois de quatro dias, demonstrando ser a ressurreição e a vida.

O apóstolo amado deseja mostrar a seus leitores que a esperança cristã na ressurreição é mais do que a crença geral sobre a ressurreição dos mortos adotada na época. Marta já acredita na ressurreição dos mortos. Ela manifesta a convicção de que seu irmão, Lázaro, vai ressuscitar na ressurreição no último dia (v. 24). Mas Jesus tem algo a mais para lhe revelar. O que ela ainda não sabe é que o próprio Jesus é a base de sua esperança na ressurreição, e Ele lhe oferece mais do que a esperança de acontecimento futuro.

Jesus lhe oferece Sua própria presença pessoal como a ressurreição e a vida. A ressurreição é mais do que um acontecimento futuro. E uma esperança viva que se torna real pela presença de Jesus. E o que foi verdadeiro para Marta é verdadeiro para todos os crentes. Essa esperança viva torna a morte presente sem nenhum impacto definitivo, -«is E por isso que Jesus pode dizer que todo aquele que nEle crê nunca morrerá (v. 26). E mesmo que a pessoa realmente morra, a garantia é de que tornará a viver (v. 25). De fato, a realidade presente da esperança só tem sentido por causa da promessa futura da ressurreição. A realidade presente da vida em Cristo liberta o crente do temor da morte, porque ela também garante a esperança futura.

Portanto, o. que vemos em João é uma combinação das realidades presente e futura. 0 próprio Cristo é a ressurreição e a vida. Os que se uniram a Ele já experimentam uma vida tão radicalmente nova que só pode ser chamada de vida eterna. Eles também vivem na esperança, sabendo que ainda que morram, serão ressuscitados no último dia para viver com Cristo para sempre.

João supõe, naturalmente, que os leitores lembram do que ele disse nos capítulo 5, 6 e 11, quando se chega à última seção do livro que conta a história da cruz e da ressurreição. O sinal definitivo de que Jesus é a ressurreição e a vida foi Sua própria ressurreição, Contudo, para João, a glorificação e a exaltação de Jesus não se limitam de forma alguma à ressurreição. A cruz também exalta Jesus como Salvador.

O quarto evangelista apresenta essa ideia aproveitando-se de um termo que tem duplo sentido. A locução “ser levantado” pode ser uma referência técnica à crucificação. Mas também pode se referir a um levantamento figurativo, ou exaltação, conforme encontrado em passagens como Lucas 18:14, João utiliza propositadamente o termo que enfatiza o duplo significado para mostrar que Jesus é exaltado em Sua crucifixão (Jo 12:31-33). Para João, tanto a crucifixão como a ressurreição de Jesus revelam Seu poder salvador.

Ao apresentar a ressurreição de Jesus, João está especialmente interessado em mostrar que aqueles que não estiveram presentes e não viram fisicamente o Cristo ressurreto não têm nenhuma desvantagem quando passarem a crer em Jesus e aceitá-Lo como a ressurreição e a vida. Seu evangelho é o único que reconta a aparição do Cristo ressuscitado a Tomé. Primeiramente, Jesus encontrou os discípulos sem Tomé e soprou sobre eles o Espírito Santo (Jo 20:19-24). Tomé não acreditaria no relato dos discípulos acerca desse incidente até oito dias depois quando Jesus nova mente apareceu, dessa vez com a presença de Tomé. Depois que Tomé expressou sua fé, Jesus replicou: "Porque Me viste, creste? Bem-aventurados os que não viram e creram" (v. 29).

Por que podem crer os que ainda não viram? Porque, de acordo com João, o crer não vem da vista, mas da obra do Espírito Santo depois que Jesus foi ressuscitado e glorificado. Várias vezes (Jo 2:22; 12:16) os discípulos não conseguiram entender as ações de Jesus, Somente depois da ressurreição é que eles “se lembram” e captam o sentido do que Jesus havia feito. Esse lembrar é mais do que recordar. Ele traz uma nova compreensão que torna a vida de Jesus real para o crente. Esse é o fazer lembrar que o Espírito prometido realiza (Jo 14:26). Por essa ação do Espírito, todo crente tem acesso ao significado da vida de Jesus e não tem nenhuma desvantagem em relação aos que realmente viram Jesus e com Ele estiveram.

O relato da ressurreição de Jesus mostra como os leitores de João podem crer e experimentar a vida eterna. João deixa claro que esse é o propósito de seu livro: “para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em Seu nome” (Jo 20:31). Como vimos, essa *vida* inclui a experiência da vida presente com Cristo e a esperança futura da ressurreição.

No livro do Apocalipse, João leva ao clímax a ênfase do NT sobre a esperança da ressurreição e da vida eterna que cada crente tem à luz da ressurreição de Cristo. Mas o livro dá também uma nova contribuição. O Apocalipse é o único livro que especifica a diferença de tempo entre a ressurreição dos justos e a dos ímpios.

Em seguida, João descreve Jesus como o ressuscitado: “a Fiel Testemunha, o Primogênito dos mortos e o Soberano dos reis da Terra” (Ap 1:5). Não há dúvida de que essa descrição tinha significado especial *a* para os primeiros leitores do livro. Eles estavam enfrentando a perseguição do imperador.

Pelo menos um cristão, Antipas (em Pérgamo), havia sido martirizado por sua fé (Ap 2:13). Agora, eles ouvem que Jesus era não somente a "fiel testemunha" original, que governa imperadores terrenos, mas também o “primogênito" dos mortos. Em outras palavras, Cristo não somente voltou a viver depois da morte, senão que é o Primogênito, Aquele que mostra o caminho, garantindo a esperança da ressurreição a Seus seguidores. Em Apocalipse 1:18, João também enfatiza esse ponto quando declara que Jesus, na qualidade dAquele que foi morto e agora está vivo para sempre, tem as chaves da morte e do inferno (a sepultura, ou lugar dos mortos). Ele não só conquistou a morte, mas também oferece a outros Sua vitória sobre a morte. Os cristãos não precisam, portanto, ter medo de imperadores terrenos, pois esses são incapazes de frustrar a vitória de Cristo.

O Apocalipse enfatiza esse ponto repetidas vezes. A igreja em Esmirna, por exemplo, *é* informada de que sofrerá perseguição e que alguns dentre eles serão lançados em prisão, mas recebe também a promessa de que os que forem fiéis até a morte receberão a coroa de Cristo, que é a própria vida (Ap 2:10). E por isso que João estimula os crentes a considerar vitória, e não derrota, quando um deles sofre martírio. O diabo usou sua arma mais aterradora, a morte, para vencer a fé, mas falhou. Nem mesmo a morte foi capaz de dissuadir os fiéis; e o fato de Cristo haver conquistado a morte os torna vencedores. E assim que, em Apocalipse 12:11, João pôde dizer dos fiéis: Eles “venceram [o diabo e Satanás (v, 9)] por causa do sangue do Cordeiro e por causa da palavra do testemunho que deram e, mesmo em face da morte, não amaram a própria vida”.

A vitória de Cristo sobre a morte se consuma nos capítulos 20 e 21. No capítulo 20, a morte e o inferno são lançados no lago de fogo e destruídos; a morte não tem mais poder, No capítulo 21, Cristo e Seu povo partilham de um novo céu e de uma nova Terra, na qual Deus “lhes enxugará dos olhos toda lágrima, e a morte já não existirá, já não haverá luto, nem pranto, nem dor, porque as primeiras coisas passaram" (v. 4; ver Nova Terra II.B,3).

O tempo entre as ressurreições dos justos e dos ímpios é definido em Apocalipse 20 como um período de mil anos, durante o qual Satanás está preso. No começo desse período, ressuscitam os justos (v. 4) e reinam com Cristo durante mil anos no Céu. A primeira metade do verso 5 é uma afirmação parentética, que diz: “Os restantes dos mortos não reviveram até que se completassem os mil anos.” O “restante dos mortos” devem ser os ímpios, visto que o verso 4 já falou dos justos. Depois da afirmação parentética do verso 5, João continua a linha de pensamento iniciada no verso 4 e acrescenta: “Esta é a primeira ressurreição.” Que a referência à "primeira ressurreição” aponta para o verso 4 e para a ressurreição dos justos fica óbvio pelo que vem a seguir no verso 6. João afirma que os que participam dela são bem-aventurados, e repete que eles reinarão com Cristo por mil anos. João chama, portanto, a atenção para uma “primeira” ressurreição de justos no início do milênio. Os que nela tomarem parte reinarão com Cristo durante o período de mil anos (ver Milênio I.C.1-3).

A ressurreição dos ímpios ocorre mil anos depois, quando o “restante dos mortos” volta a viver, Não se fornece nenhum detalhe sobre essa ressurreição, mas ela é subtendida nos versos 7-10, já que os ímpios estão vivos quando Satanás é solto de sua prisão durante pouco tempo e tenta reunir os ímpios para sitiar a Cidade Santa. Essa tentativa é frustrada por aquilo que João chama de “segunda morte” (v. 14), quando o diabo, os ímpios (aqueles cujos nomes não foram encontrados no Livro da Vida, de acordo com o verso 15) e a própria morte são destruídos no lago do fogo.

d* Outros Escritos do Novo Testamento. O livro de Hebreus endossa a ressurreição e enfatiza o ministério sumo sacerdotal de Cristo em favor dos crentes e sua importância para a vida cristã. A ressurreição dos mortos é incluída nos "princípios elementares da doutrina de Cristo" (Hb 6:1, 2), além dos quais os leitores do livro devem agora avançar. Isso, porém, está
356 ► longe de significar que a ressurreição não é importante.

A importância da ressurreição aparece principalmente no capítulo II, que apresenta os grandes heróis da fé. Aqui parte importante da fé é confiar no poder de Deus para ressuscitar mortos. O autor interpreta a boa vontade de Abraão de obedecer a Deus e sacrificar Isaque como esse tipo de fé. Ele estava disposto a ser hei porque "considerou que Deus era poderoso até para ressuscitá-lo dentre os mortos" (v. 19). A fé na ressurreição se apoia no fato de as mulheres fiéis do passado terem recebido "pela ressurreição, os seus mortos" (v. 35; provavelmente uma referência ao evento registrado em 2 Reis 4:8-37). Portanto, para o autor de Hebreus, a "fé" verdadeira inclui a confiança na capacidade de Deus de ressuscitar os mortos.

A primeira epístola de Pedro e o livro do Apocalipse são endereçados a cristãos que enfrentam algum grau de perseguição. Os cristãos podem ser "contristados por várias provações" (iPe 1:6) e acabar "peregrinos e forasteiros" (lPe 2:11). O apóstolo encoraja seus leitores e os motiva à fidelidade, mostrando que a ressurreição de Cristo lhes dá tanto esperança para o futuro como auxílio para o presente.

Após sua saudação e uma breve bênção, Pedro começa proclamando que os cristãos foram regenerados "para uma viva esperança, mediante a ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos" (lPe 1:3). Vemos, novamente, uma íntima relação entre a ressurreição de Cristo e a esperança do crente. Viver em esperança não é nada menos do que nascer de novo para uma nova vida. Uma vida de confiança em Deus, que transcende as dificuldades presentes. É possível depositar em Deus fé e esperança, porque Ele "ressuscitou [Cristo] dentre os mortos e Lhe deu glória" (v. 21). Portanto, para Pedro, a garantia de esperança no futuro trazida pela ressurreição também transforma a existência presente em uma nova vida de confiança. Mas essa esperança faz mais pelo presente. De acordo com 1 Pedro 3:21, a ressurreição também permite ter uma boa consciência para com Deus. Isso ocorre por meio do batismo, mas é a ressurreição que dá ao batismo seu poder. Pedro não continua a desenvolver o raciocínio como o faz Paulo em Romanos 6, mas o fato de Cristo haver conquistado a morte e o mal, e de estarem agora todas as autoridades sujeitas a Ele, liberta o cristão de todas as fontes da condenação e faz do perdão de Cristo a ultima palavra.

O NT demonstra um quadro coerente da importância da ressurreição, da relação entre a ressurreição de Cristo e a nossa, e a firme realidade da esperança na vida futura, bem como o enriquecimento de nossa presente existência trazido pela esperança futura.

jB. *O Antigo Testamento*

Quando entendemos a maneira inexorável como todo o NT relaciona a ressurreição de Jesus com a do crente, não deve causar surpresa nem alarme o fato de o AT ser menos explícito sobre a ressurreição. No NT, tanto a forma específica da ressurreição do crente como o significado teológico dessa ressurreição parte da revelação de Deus em Cristo Jesus, especial mente conforme se percebe em Sua ressurreição. O que encontramos no AT é muito menos explícito, com apenas umas poucas referências expressas sobre o assunto.

I. Perspectivas Gerais sobre a Vida Futura

Os escritores do AT chamam a atenção para a ressurreição de Cristo como a base da esperança para a vida futura. Além disso, o "mundo conceituai" do AT era muito mais direcionado para a comunidade do que o nosso, e, portanto, apresenta com mais frequência a esperança no futuro em termos do futuro da nação ou da comunidade. Esse é um aspecto muitas vezes difícil de ser compreendido pela mentalidade individualista dos leitores modernos. No mundo do AT, a identidade e o destino de uma pessoa estavam relacionados com a participação dela em uma comunidade. Para nós, o elemento básico da vida humana é a individualidade autônoma; para o indivíduo do AT, o elemento básico da vida era a unidade social, fosse ela a família, o clã ou nação. (Para um levantamento sobre as promessas divinas com respeito a Israel, ver Remanescente/Três Anjos I.A, B; e SDABC4, 25-38).

Apesar disso, diversas e incisivas são as ênfases no AT que apontam implicitamente para uma significativa continuidade com o ensino do NT. Essas incluem ênfases sobre
357 ► a bondade do corpo, a integralidade dos seres humanos e a esperança na vida em Deus, Em oposição a todas as formas de pensamento que depreciam o corpo ou anseiam escapar dele, a doutrina da ressurreição oferece uma perspectiva promotora da vida e do corpo. O AT partilha coerentemente dessa perspectiva. Na história da criação, por exemplo, Deus cria seres humanos, homem e mulher, à Sua própria imagem (Gn 1:27) e afirma que aquilo que criou é "muito bom" (v. 31). Jamais o AT apresenta a existência incorpórea como possível ou desejável.

Intimamente relacionada com essa consideração positiva pelo corpo está uma forte ênfase na integralidade dos seres humanos. Essa perspectiva holística também se revela no relato da criação. Quando Deus criou os seres humanos do pó da terra, não colocou uma alma dentro deles, mas animou-lhes o corpo físico com o fôlego da vida, e o ser humano se tornou uma alma vivente, ou um ser inteiro (Gn 2:7). Os seres humanos são corpos vivificados pelo fôlego de vida (ver Homem I.E.1-3; Morte I.A.4). A concepção de morte do AT procede dessa concepção holística dos seres humanos. Descreve-se a morte como dormir com os pais (Dt 31:16), descer à cova ou cisterna (Ez 31:16; 32: 24), deitar-se no pó (SI 22:15) ou, conforme a maior parte dos casos, descer à sepultura ou *sheol.*

Uma terceira ênfase importante do AT relacionada com a doutrina da ressurreição é a esperança de vida em Deus. Em todo o AT, Yahweh é a fonte da vida e da esperança. Israel deve ensinar seus filhos a pôr em Deus sua esperança (SI 78:7). Jeremias se refere a Yahweh como "esperança de Israel e Redentor seu no tempo da angústia" (Jr 14:8). Essa convicção de que Deus é a fonte da vida, da cura e da restauração inclui a confiança de que Deus pode tanto pôr fim à vida bem como restaurá-la, como mostra Ana quando ora: "O Senhor é o que tira a vida e a dá; faz descer à sepultura e faz subir" (ISm 2:6).

Essa capacidade de restaurar a vida é muitas vezes aplicada à nação, em conformidade com uma visão de mundo do AT fortemente orientada para a comunidade. Isso acontece, por exemplo, em Ezequíel 37, onde o profeta vê em visão um vale de ossos secos. Deus lhe pergunta se os ossos podem reviver, A princípio ele devolve a pergunta a Deus, mas depois recebe ordens para profetizar aos ossos. Quando faz isso, há um grande ruído, os ossos se juntam, a vida é soprada neles, e eles vivem novamente e se põem em pé (v. 1-10).

Quase todos os comentaristas reconhecem que esse ponto de vista não se refere explicítamente à ressurreição de indivíduos,

pois, de acordo com a interpretação da visão conforme dada no verso 11, a visão é sobre "toda a casa de Israel". Em face do desastre nacional {o cativeiro em Babilônia), o povo expressava sua desesperança usando uma expressão aparentemente popular de que seus ossos estavam secos (Pv 17:22). Agora, Deus confronta essa desesperança com uma visão que é ao mesmo tempo um vivido retrato e promessa de restauração da nação, de toda a casa de Israel.

A interpretação da visão continua em Ezequiel 37:12-14, mas a linguagem se modifica. Deus abre sepulturas e ressuscita Israel de seu túmulo. Embora essa interpretação não deixe de ter suas dificuldades, alguns veem aqui uma transição principal no texto da restauração da nação como um todo para a ressurreição de indivíduos, pertencentes à nação, que haviam morrido. Essa confiança no poder de Deus para restaurar a nação, bem retratada em Ezequiel 37, visto que se baseia na metáfora de indivíduos saindo do túmulo, mostra que a ideia de seres humanos voltando da morte não era estranha para Israel.

Pelo menos três ressurreições no AT evidenciam o poder de Deus sobre a morte individual. Embora sejam diferentes da ressurreição final, em que o corpo ressuscita para a imortalidade, essas ressurreições mostram claramente que o AT inclui a confiança em Deus para restaurar a vida individual dos mortos. Todas as três ocorrem relacionadas a Elias ou Eliseu. Na primeira, Elias ressuscita o filho da viúva de Sarepta (lRs 17:17-24). Na segunda, Eliseu faz o mesmo com o filho da mulher sunamita (2Rs 4:18-37; ver também 8:1-5). Em último lugar, um homem enterrado por acidente no túmulo de Eliseu revive ao entrar em contato com os ossos do profeta (2Rs 13:21).

Essa breve recapitulação mostra que a ideia veterotestamentária de esperança não deve ficar limitada a uns poucos textos explícitos que tratam especificamente da ressurreição. No entanto, essas passagens explícitas contribuem com a ideia.

2. Passagens Específicas que Tratam da Ressurreição

Três passagens específicas do AT que tratam da ressurreição merecem atenção especial. E verdade que Jó 19:25-27 apresenta dificuldades; embora não deixe dúvida sobre a convicção de vida após a morte. Outras passagens são Isaías 26:19 e Daniel 12:2.

a. Jó 19:25-27. Aqui a confiança de Jó de que Deus será o seu*goel,* ou parente-resgatador, mesmo depois da morte, é evidente, Essa expressão de esperança aparece no fim de uma longa seção na qual Jó lamenta intensamente sua situação. Repetidas vezes, ele aponta para Deus como a causa de sua catástrofe (ver especialmente v. 8-13). Jó se sente injustiçado e, para agravar ainda mais a situação, todos os seus amigos e familiares o abandonam (v. 13-19). O patriarca chega a desejar que seu lamento fosse escrito em um livro ou gravado em rocha com uma pena de ferro para que nunca fosse esquecido (v. 23, 24). Mas, no verso 25, ocorre uma mudança no estado de ânimo, e Jó expressa a confiança de que seu Redentor o vindicará e de que ele verá a Deus.

No AT, o parente-resgatador é tipicamente alguém que compra de volta a propriedade que havia sido vendida (Lv 25:25-34), vinga-se dos assassinos (Nm 35:16-28) e fornece herdeiros para quem morreu sem deixá-los (Dt 25:5-10; Rt 4:1-6). Por todo o AT, Yahweh apresenta-Se a Israel como o parente-resgatador (Êx 6:6; SI 77:15; Is 44:24).

Embora haja dificuldades de tradução na passagem e ela não pretenda oferecer uma descrição explícita do ensino bíblico sobre a ressurreição, Jó expressa a clara confiança de que o poder redentor e restaurador de Deus transcende tanto os problemas presentes quanto a morte. "Por fim", após a

destruição de sua pele, Jó verá seu Redentor com seus próprios olhos (Jó 19:25-27).

b* Isaías 26:19. Isaías 24-27 forma uma seção que parece antecipar o estilo mais apocalíptico encontrado, em geral, nos profetas pré-exílicos. Essa seção começa com o anúncio de que Yahweh vai devastar e desolar a Terra por causa das transgressões do povo e da violação da aliança. No entanto, entremeadas aos anúncios proféticos de condenação e reações de lamento por parte do povo, encontram-se expressões de confiança e louvor, Na verdade, a seção termina com a promessa de que Deus reunirá Seu povo disperso na terra de Israel, e os cativos da Assíria e do Egito voltarão para adorar a Yahweh no monte santo em Jerusalém (Is 27:12, 13).

Entre as expressões de esperança da seção, encontram-se Isaías 25:8 e 26:19. A primeira passagem anuncia que Yahweh tragará a morte para sempre e enxugará as lágrimas de todos os rostos. Nada, porém, é explícito quanto aos meios que Ele utilizará para conquistar essa vitória, Mas a segunda passagem se refere claramente à ressurreição dos justos que morreram.

Em Isaías 26:13-15, o povo reconhece ter servido a outros deuses, mas esses deuses agora estão mortos e não tornarão a viver. São sombras que não ressuscitam. A analogia do nascimento fornece a ocasião para o lamento posterior, nos versos 16-18. O povo foi como uma mulher em trabalho de parto, mas nada nasceu. Ou seja, o povo não foi capaz de efetuar seu próprio livramento.

Altera-se, então, o estado de ânimo a partir do verso 19, que retoma a linguagem aplicada aos falsos senhores no verso 14 e a converte em uma expressão de esperança para o povo de Israel. "Os vossos mortos e também o meu cadáver viverão e ressuscitarão; despertai e exultai, os que habitais no pó, porque o Teu orvalho, ó Deus, será como o orvalho de vida, e a terra dará à luz os seus mortos."

Os diversos problemas de tradução presentes nesse verso vão além do escopo desse artigo. Na primeira linha, por exemplo, o hebraico diz "meu corpo" em vez de "o corpo deles". A mudança de pronome toma difícil determinar quem está falando de quem nesse verso. O interlocutor é Yahweh, o profeta ou o povo? Muito embora seja impossível dizer ao certo, algumas coisas estão claras. As "sombras" que foram para a sepultura viverão, e os corpos ressurgirão da morte, ensejando cântico e alegria.

Tudo isso torna mais natural entender que o verso esteja se referindo a Yahweh. Mas ele ainda deixa duas possibilidades. Yahweh está sendo abordado por um indivíduo que expressa confiança em uma ressurreição pessoal? O contraste entre os "corpos deles" e o "meu corpo" apoia essa possibilidade. A primeira expressão se referiría aos justos mortos, e a segunda individualmente ao interlocutor. Ou se trata de uma nação coletiva falando, de modo que a mensagem é semelhante a Ezequiel 37 e se refere à restauração da prosperidade da nação? A última promessa no fim de Isaías 27, referente ao regresso dos cativos da Assíria e do Egito, apoia essa segunda possibilidade. O peso de evidência se inclina, porém, para a primeira possibilidade (Hasel, 272-276). Embora a passagem forneça poucos detalhes sobre a ressurreição, o que se percebe claramente aí é uma ressurreição do corpo.

c. Daniel 12:2. Encontramos aqui uma referência clara e definida à ressurreição de indivíduos no AT. "Muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão, uns para a vida eterna, e outros para vergonha e horror eterno." Vemos aqui duas ressurreições, uma dos justos e outra dos ímpios.

A palavra "muitos" causa dificuldades. Daniel está predizendo uma ressurreição parcial ou o termo "muitos" está sendo usado de forma coloquial no lugar de "todos", como acontecia às vezes no pensamento semítico?

Para alguns, o emprego da palavra “muitos”, em passagens do AT como Isaías 53:12 e em passagens do NT como Marcos 14:24 e Romanos 5:15, é suficiente para mostrar que no pensamento semítico o termo é amplo demais para descartar a possibilidade de Daniel estar se referindo a todos os mortos quando fala da ressurreição. Outros, como Hasel (279-281), argumentam que Daniel está apontando para uma ressurreição especial.

Ellen White (GC, 637) cita essa passagem quando apresenta a ressurreição especial dos que “morreram na fé da mensagem do terceiro anjo" e saem dos túmulos para testemunhar a segunda vinda junto com os que crucificaram a Jesus (verl.A.l e citações de EGW no fim deste artigo). Seja como for, a ressurreição no fim do tempo é apresentada como uma indiscutível realidade.

Essa vista panorâmica do AT revela que a ressurreição é menos explícita do que o ensino do NT, embora teologicamente compatível com ele. A esperança humana não se centraliza na imortalidade de uma parte interna do ser humano, mas no poder holístico de Deus para restaurar e recriar.

E claro que a ressurreição não era coisa nova para os judeus dos dias de Jesus. Eles perguntaram a Jesus qual dos sete irmãos seria o marido da viúva “na ressurreição” (Mt 22:23-29). Marta expressou confiança “na ressurreição do último dia" (Jo 11:24). Embora a ideia apareça de fato na literatura intertestamental (ver IV.B), é evidente que o AT fornece ampla base para a crença na ressurreição.

II. A Glorificação dos Justos

A palavra “glorificação" designa a condição e experiência pós-ressurreição tanto de Jesus como dos crentes. Devido à estreita relação entre a ressurreição de Jesus e a do crente, é importante começar com a experiência pós-ressurreição das “primícias” ou “primogênito”, cuja ressurreição serve como modelo. Conforme diz Paulo: “Aguardamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo, o qual transformará o nosso corpo de humilhação, para ser igual ao corpo da Sua glória” (Fp 3:20, 21).

360 ►

A. O *Estado Glorijicado de Jesus*

Após a ressurreição, Jesus não voltou simplesmente a viver com os discípulos no contínuo companheirismo de antes. Ao contrário, Jesus lhes “apareceu” em diversas ocasiões (ver iGo 15:5-8). Essas aparições começavam e terminavam muitas vezes abruptamente. Ficaram limitadas a um curto período de tempo entre a ressurreição e a ascensão, especificado por Lucas como 40 dias (At 1:3). Paulo confirma implicitamente que as aparições ocorreram em curto espaço de tempo, quando faz da aparição de Cristo a ele na estrada para Damasco uma anomalia cronológica, Ele diz que Cristo lhe apareceu como a “um nascido fora de tempo" (gr. *ektrõma* [lCo 15:8]). Muito embora a aparição a Paulo fosse uma anomalia cronológica, o apóstolo a considerava uma aparição do Cristo ressurreto, semelhante às aparições aos outros apóstolos.

Isso significa que houve certa descontinuidade entre a natureza de Jesus antes e depois da ressurreição. Essa descontinuidade também é vista no fato de Jesus aparecer subitamente aos discípulos quando as portas estavam trancadas (Jo 20:19) e desaparecer rapidamente da vista deles (Lc 24:31). Existe obviamente um mistério sobre Jesus em Seu estado glorificado.

Fica claro que a ênfase dos evangelhos é mais na continuidade do que na descontinuidade. Lucas e João querem demonstrar principalmente que a ressurreição é real e que o corpo glorificado de Jesus não é um fantasma ou espírito, mas que tem continuidade com a vida terrena vivida por Ele como ser humano.

O encontro de Jesus com Maria mostra que Ele podia ser reconhecido pela voz (Jo 20:16). Quando os discípulos no caminho de Emaús não o reconheceram, Lucas deixa bem claro que foi porque os olhos deles estavam como que impedidos (Lc 24:16). Maria podia "segurar" Jesus (Jo 20:17), e Tomé foi capaz de enxergar Suas cicatrizes (v. 20) e até mesmo ser convidado a pôr o dedo nelas (v, 27). Jesus chegou a comer na presença deles (Lc 24:43). Mas, provavelmente, a evidência mais forte da continuidade esteja em Lc 24:36-39, onde se rejeita explícitamente a ideia de que Jesus seria um "espírito".

Corajosamente, aqui é declarada a continuidade do Jesus glorificado com Sua existência pré-ressurreição. O corpo glorificado não é um espírito. Jesus é reconhecido pelos discípulos. Eles podem "tocã-Lo", Ele tem "carne e osso". Lucas também apresenta essa imagem de Jesus para servir seguramente de modelo para a ressurreição do crente. Mas Paulo é o mais explícito de todos sobre o estado pós-ressurreição do crente.

13. O *Estado Glorificado do Crente*

Para o crente também há continuidade e descontinuidade entre o corpo terreno e o corpo glorificado, o corpo da ressurreição. Segundo Paulo, pode-se resumir a descontinuidade a um fato básico: o corpo terreno é sujeito à lei do pecado e da morte. E mortal. Não pode vencer a morte, o inimigo. Somente Cristo tem poder sobre a morte, e o corpo da ressurreição é um corpo que participa da vitória de Cristo e que recebeu imortalidade. A descrição paulina da ressurreição se encontra em 1 Coríntios 15:35-50, mas, antes de examinar o pensamento do apóstolo nessa passagem, é necessário observar a maneira genérica como Paulo emprega determinados termos antropológicos.

Quatro palavras são importantes aqui: carne , corpo , alma e espirito , Paulo nunca utiliza esses termos para se referir a uma parte do ser humano distinta do restante. Ao contrário, em cada caso o apóstolo tem em vista diversas expressões da pessoa inteira. Esses termos são usados para realçar diferentes aspectos da existência humana. Como J. A. T. Robinson demonstrou em seu estudo sobre o conceito de corpo no pensamento paulino, tanto "carne" como "corpo" podem se referir ao ser humano como um todo, mas há uma diferença de ênfase. "Carne" (gr. *sarx*) enfatiza os seres humanos em contraste com Deus - humanos na mortalidade e em interesse por assuntos mundanos. Mostra a solidariedade humana com a existência terrestre. Pode ser neutra, mostrando que seres humanos vivem no mundo, ou pode denotar propensão para o pecado considerando-se que os humanos vivem para o mundo (Robinson, 19-25). Herold Weiss (106) diz^ isso muito bem quando afirma que o termo "*carne* enfatiza o fato que homens e mulheres vivem em um sistema ecológico no qual o pecado e a morte são parte do ciclo da vida".

De acordo com Robinson, "corpo" (gr. *sõma)* enfatiza o ser humano que pode ser ressuscitado e equivale à nossa palavra "personalidade" (26-28). Esse autor estabelece contraste entre os dois termos quando diz: "Enquanto *sarx* corresponde ao homem na solidariedade da criação, em sua distância de Deus; *sõma* corresponde ao homem, na solidariedade da criação, conforme feito por Deus" (31).

Emprega-se "alma" com muita frequência para designar o ser humano todo no sentido de "pessoa" ou "vida humana". No entanto, ela tem uma ênfase bem distinta. H. Weiss (106, 107) sintetiza isso dizendo que "alma" designa a espécie de vida característica de Adão e de todos os seus descendentes. Trata-se basicamente de uma vida frágil, capaz de ser extinta por um pequeno acidente". "Alma" enfatiza mais a fragilidade e vulnerabilidade humana do que a pecaminosidade, como a "carne" muitas vezes o faz.

Finalmente, a palavra “espírito” nos escritos de Paulo, também possui um significado diferente. Ela não enfatiza o aspecto imaterial ou não físico. Ao contrário, aponta para a vida humana capacitada pelo poder de Deus. O "espírito” é único para Deus e é colocado à disposição dos seres humanos por meio de Jesus Cristo. Em contraste com a "carne”, ele é vida sob o poder de Deus e não sob o poder do pecado e da morte. Em contraste com a “alma”, ele é vida que participa do poder de Deus e não da vulnerabilidade de Adão. Com essas definições em mente, estamos prontos para tratar da apresentação paulina da ressurreição e da glorificação dos crentes.

Paulo começa com uma analogia que realça tanto a continuidade como a descontinuidade. Assim como uma semente que, enterrada na terra, morre, e depois nasce para uma nova realidade, também os cristãos morrem e, pela ressurreição na volta de Cristo, surgem para uma nova existência. Os coríntios não deviam achar isso impossível de acreditar, Há diferentes tipos de corpos; de seres humanos, de animais, de aves e de peixes; o cristão experimentará, contudo, outra espécie de existência. Mas é importante descobrir onde está a descontinuidade para Paulo. O que é novo acerca dessa existência reside precisamente no ponto da mortalidade e vulnerabilidade humana,

O contraste de Paulo em 1 Coríntios 15:42-49 deixa claro:

Velho	Novo
Semeia-se corruptível	Ressuscita incorruptível
Semeia-se em desonra	Ressuscita em glória
Semeia-se em fraqueza	Ressuscita em poder
Semeia-se corpo natural	Ressuscita corpo espiritual
Análogo ao homem terreno	Análogo ao homem celestial [III.]

A tradução da ARA para o quarto contraste desse quadro induz a uma compreensão enganosa. Ela contrasta o “corpo físico” com o “corpo espiritual”, e isso pode sugerir a ideia de um corpo material versus um corpo não material, o que seguramente não faz parte do pensamento paulino. O apóstolo está fazendo o contraste entre o corpo cheio de fraqueza e o corpo cheio de poder. Para o apóstolo, o corpo glorificado é o corpo livre da vulnerabilidade e do cativeiro ao pecado e à morte, livre para viver como Deus pretendia origina] mente.

Paulo finaliza essa passagem com uma declaração que supostamente contradiz Lucas 24:39. Alí, Jesus demonstrou aos discípulos que Sua existência pós-ressurreição era de “carne e osso". Em 1 Coríntios 15:50, Paulo diz: “Isto afirmo, irmãos, que a carne e o sangue não podem herdar o reino de Deus, nem a corrupção herdar a incorrupção." Não existe nenhum problema, porém, quando lembramos a maneira peculiar de Paulo utilizar a palavra “carne". Em Lucas, Jesus emprega a palavra para realçar a realidade física do corpo ressuscitado, enquanto Paulo, admitindo já a realidade física, emprega “carne” para designar a vida orientada para um mundo pecaminoso. Portanto, os dois versos não são contraditórios.

O corpo glorificado conservará a identidade do corpo pré-ressurreição e será reconhecível para outros santos que conheceram o indivíduo nesta vida. Isso é claro em 1 Tessalonicenses 4:13-18, onde Paulo conforta os crentes que perderam entes queridos com a certeza de que os encontrarão novamente depois da ressurreição (ver Homem III.C). ^

III. A Importância da Doutrina

A. *Para a Compreensão Teológica*

Qualquer compreensão da salvação seria incompleta sem a doutrina da ressurreição. O propósito de Deus é restaurar plenamente a vida que Ele tinha em mente no princípio, a qual superará a tragédia do pecado e da morte. A expíação só pode ser completa quando as criaturas de Deus,

libertas de sua mortalidade, são transformadas para a imortalidade. Essa é a razão por que as declarações de Paulo em 1 Coríntios 15 são tão incisivas. Sem a ressurreição, a pregação e a fé são vãs (v. 14), a fé é sem proveito, e ainda permanecemos em nossos pecados (v. 17).

Embora a plena restauração da vida e a vitória sobre o pecado e a morte ainda não sejam uma realidade, nós já as desfrutamos através da esperança tornada possível pela prometida ressurreição. A palavra "esperança" não é usada aqui no sentido popular do termo. Em geral, na linguagem cotidiana, esperança nada mais é que um desejo com pouca ou nenhuma base. Mas o conceito de esperança do NT é um novo tipo de existência caracterizada por certeza e confiança. Ter esperança na ressurreição não é apenas desejá-la, mas viver em uma atmosfera de certeza e confiança que já antegoza sua realidade.

Essa certeza é possível porque a ressurreição dos mortos já começou com Jesus. A ressurreição de Cristo não somente garante a ressurreição futura dos crentes, mas também lhe dá início. Esse é o significado de Jesus ser "as primícias" da ressurreição. Por essa razão, Sua ressurreição jamais pode ser vista como a mera ressuscitação de um cadáver. Ao contrário, trata-se de um evento escatológico no qual Jesus assume um corpo glorificado, iniciando e garantindo a ressurreição dos justos. Ele fez mais do que prometer vida eterna aos discípulos: Ele a materializou. Os cristãos vivem na convicção, certos de que aguardam a verdadeira esperança de vida no futuro. A ressurreição de Jesus é mais do que uma ideia que enriquece a vida ou um símbolo do que a vida significa no presente, embora também seja isso. Ela é para o crente a certeza da ressurreição e da vida eterna. Fora dessa certeza, não é possível entender a soteriologia nem a escatologia cristã.

A nova existência do crente em plena convicção se caracteriza pela comunhão com o Cristo ressurreto e pela participação no Seu corpo, a igreja. Para o cristão, a ressurreição não é apenas um acontecimento no passado ou uma esperança no futuro, mas a participação presente na comunhão com o Cristo ressuscitado. Já vimos como Paulo enfatiza essa participação. Para o apóstolo, comungar com o Cristo ressuscitado significa tomar parte tanto em Sua morte como em Sua ressurreição.

Essa analogia era muito mais forte para Paulo do que para a maioria dos leitores modernos. Somos muito mais individualistas, e conseguimos imaginar a comunhão com Cristo somente em termos de nós e Ele. Paulo pensava de outro modo. O *locus* da participação na ressurreição de Cristo e no companheirismo com Ele só se dava em relação com o corpo de crentes, nos quais o Cristo ressuscitado Se faz conhecido e dirige o corpo como sendo sua cabeça. Cristo não é o corpo; é a cabeça do corpo. E comunhão com Ele significa comunhão com o corpo.

Essa natureza coletiva da participação com Cristo fica mais clara quando se compreende o conceito neotestamentário de ressurreição, em contraste com a noção de imortalidade da alma. Significa que todos recebem a recompensa final em conjunto, como comunidade. Como proclama Hebreus 11:39 e 40, nem mesmo os grandes modelos da fé já receberam sua recompensa final, pois Deus tinha um melhor plano: "Ora, todos estes que obtiveram bom testemunho por sua fé não obtiveram, contudo, a concretização da promessa, por haver Deus provido coisa superior a nosso respeito, para que eles, sem nós, não fossem aperfeiçoados." Sakae Kubo (136) tem, por isso, razão quando escreve: "A ressurreição dos mortos não é uma ocorrência individual, mas comunitária. Os justos mortos ressuscitam todos juntos, e os vivos recebem a ^363 trasladação ao mesmo tempo. Morremos individualmente, mas ressuscitamos juntos.

Todos desfrutaremos as bênçãos da eternidade em conjunto

Essa nova existência de confiante esperança e participação com Cristo é descrita em muitos termos e ilustrada por muitas metáforas no NT. Mas em última análise é a plena participação nessa experiência (que Paulo chama de fé) que qualifica a pessoa para a ressurreição e para a salvação definitiva.

A doutrina da ressurreição só pode ser plenamente apreciada contra o pano de fundo de uma correta concepção bíblica da morte. Ensinos como a imortalidade da alma e a reencarnação, que negam a realidade holística ou o caráter definitivo da morte a partir de uma perspectiva humana, não podem dar a ênfase adequada à glória da ressurreição. Esta supera a morte e a mortalidade, o inimigo da vida, com uma nova imortalidade concedida por Deus. Pela ressurreição, Deus faz o que o poder humano finito e mortal jamais podería fazer. A ressurreição não é simplesmente a transição de uma forma de vida para outra; é a recriação daquilo que havia deixado de existir e que torna a viver pelo poder imortal de Deus (ver Morte I.F.6, 7; G,2).

B, *Para a Experiência Prática*

O ensino bíblico sobre a ressurreição tem implicações práticas para a vida diária. Recapitularemos três áreas em que isso é especial mente verdade.

Em primeiro lugar, a ressurreição dá ao crente a devida compreensão do corpo. Deus é tanto o Criador como o Redentor do corpo, o que prova que a vida física é boa. Não é por acaso que os coríntios, pelo menos alguns que tinham problemas em compreender a ressurreição, também tinham problemas com sua atitude em relação ao corpo. Ao que parece alguns achavam perfeitamente aceitável tomar parte em imoralidade sexual com uma prostituta (ICo 6:16), enquanto outros pensavam que era melhor para o homem não tocar em mulher, mesmo que se tratasse da esposa (ICo 7:1). Paulo refutou os dois posicionamentos, e não foi por acaso que, em sua refutação, ele se utilizou da doutrina da ressurreição. O apóstolo afirma que o corpo é bom, e adverte para não se pecar contra ele. O corpo é para o Senhor, e o Senhor é para o corpo (ICo 6:13). Ele é o santuário do Espírito Santo (v. 19). O cristão deve glorificar a Deus em seu corpo (v. 20). Paulo pode afirmar tudo isso porque sabe que Deus vai ressuscitar o corpo (v. 14).

Se Deus valoriza tanto o corpo a ponto de restaurá-lo e ressuscitá-lo para a eternidade, os cristãos devem fazer o mesmo. Isso tem implicações não apenas para a sexualidade, mas também para a saúde. O próprio fato de o ser humano ser uma pessoa completa, e não apenas uma alma aprisionada em um corpo e que procura dele escapar conforme ensinavam alguns filósofos gregos, implica que o corpo tem valor e que devemos adotar uma atitude positiva em relação a ele. A esperança cristã é uma esperança que promove a vida e o corpo (ver Saúde).

Em segundo lugar, a doutrina fornece ao cristão uma atitude apropriada e realista em relação à morte. Se a vida corporal é valiosa, é natural que os cristãos promovam a vida e lutem contra a morte. A morte não será encarada como amiga, como uma parte natural da vida ou apenas como uma passagem para outra vida, como se faz na maior parte da literatura de hoje. O cristão não se equivocará: a morte é um inimigo. Mas é um inimigo derrotado. Isso significa que podemos lutar contra ela com confiança, sabendo que suas vitórias temporárias não prevalecerão. Podemos ficar do lado da saúde, da paz e de tudo o mais que promove a vida, sem sucumbir ao desânimo e ao medo de o inimigo contra o qual lutamos vir a vencer.

Essa visão realista da morte, que não a subestima nem a superestima, mas a reconhece como um inimigo derrotado, também

ajuda o cristão a evitar outras armadilhas. Descarta-se toda prática mediúníca e tentativa de se comunicar com os mortos, pois, se não existe alma imortal e os mortos se encontram em um estado de sono inconsciente, toda essa suposta comunicação não passa de uma fraude. A visão bíblica nos ajuda a evitar tais enganos (ver Morte LD).

364

Finalmente, a doutrina da ressurreição dã ao cristão uma atitude realista para com a vida e o trabalho no mundo presente. Alguns alegam que os cristãos, que olham em direção ao mundo futuro, acabam inevitavelmente ficando descuidados em relação ao presente. Nada mais distante da verdade. A natureza vivificante de sua esperança os impulsiona a trabalhar pela vida presente; a natureza coletiva de sua esperança os estimula a trabalhar pelo bem dos outros. Mas eles também são realistas. Sabem que o trabalho que fazem é uma participação na última obra de Deus e uma antecipação dela, Isso os impede de fazer de seus esforços um ídolo. A confiança de que Deus os ressuscitará no último dia lhes IV. permite arriscar a vida por causa do reino. Ou seja, consideram sua vida valiosa, mas não suprema. A vida é um dom, para ser acolhido e valorizado, mas não para ser egoisticamente conservado ao preço de violar a responsabilidade para com Deus e os outros.

A visão da vindoura realidade da glória de Deus nos compele a uma postura específica no presente, que é a de trabalhar paciente e corajosamente em nosso mundo da forma ditada pela atitude de Cristo, a atitude de sofrer pela glória. Os cristãos são livres para se engajar no serviço com Cristo e para Cristo, mesmo que isso signifique ser “fiel até a morte”, em plena confiança de que há realmente uma coroa, que é a vida.

Fazer menos do que isso é retroceder para a velha existência e para a morte. Mas entregar a vida em serviço na esperança da ressurreição já é participar da própria vida. Jó resume isso muito bem: “Nós sabemos que já passamos da morte para a vida, porque amamos os irmãos; aquele que não ama permanece na morte” (ljo 3:14).

IV. Contexto Histórico

A. *Mundo Antigo*

O antigo Oriente Próximo não conhecia a doutrina da vida após a morte correspondente ao ensino bíblico sobre a ressurreição, A literatura mesopotâmica, porém, atribuía a Ishtar e a Marduque o poder de reviver os mortos (ANET, 384, 437). Os gregos criam na imortalidade da alma e na vida consciente após a morte, mas nada sabiam sobre uma ressurreição, conforme ensinada na Bíblia.

B. Judaísmo

Durante o período intertestamentário, a ressurreição desempenhou papel destacado no pensamento judaico, embora as idéias sobre ela diferissem e nem todas fossem aceitas. J, Charles worth observa (68) que a crença na ressurreição "não era posse exclusiva dos fariseus. Ela se encontra em muitos tipos de literatura, com destaque para 2 Macabeus, os Salmos de Salomão e a oração semanal comum, a Prece das Dezoito Bênçãos". Apesar disso, George W. E. Nickelsburg conclui que “não havia nenhuma ortodoxia judaica quanto ao tempo, modo e lugar da ressurreição, da imortalidade e da vida eterna" (180).

A crença na ressurreição dos mortos é ensinada, por exemplo, em 2 Macabeus 7:9: "O Rei do Universo nos ressuscitará para a vida eterna.” Do mesmo modo, Salmo de Salomão 3:12 afirma que “os que temem ao Senhor ressuscitarão para a vida eterna”. Outras correntes do judaísmo enfatizam pontos de vista diferentes desses. Josefo (c. 37-c. 100 d.C.) confirma o testemunho do NT de que os saduceus não. acreditavam na

ressurreição *{Guerras,* 2.165; *Antiguidades Judaicas,* 18.4.16). O livro dos Jubileus (segundo século antes de Cristo) parece apoiar a crença na imortalidade da alma: enquanto os ossos dos justos repousam na terra, o espírito deles cresce em alegria (23:31).

A imortalidade da alma foi claramente ensinada pelo filósofo da diáspora Filo de Alexandria (c. 20 a.C.-c. 50 d.C.). Segundo ele, o sangue de Abel clamando da terra é uma prova de que os mortos dignos vivem uma vida incorpórea *{Questões sobre Gênesis,* 1.70); a tradução de Enoque mostra o mesmo (1. 85). Filo, porém, não era o único judeu a seguir idéias filosóficas gregas. Pode-se mensurar o efeito dessa influência helenística sobre a vida após a morte em achados arqueológicos de sítios funerários. Por exemplo, inscrições tumulares judaicas do primeíro ► século em Beth Shearim, na Palestina, contêm idéias gregas sobre a imortalidade da alma, ainda que escritas em língua hebraica.

365

O judaísmo moderno tem a tendência de se dissociar da ideia de uma ressurreição corporal. O movimento reformatório chegou a ponto de remover do devocionário referências à ressurreição. Em vez de ser entendida literalmente, a ressurreição é frequentemente compreendida como um símbolo da salvação final da pessoa completa: corpo e alma.

C. *Igreja Primitiva*

Há indícios de que idéias heréticas acerca da ressurreição apareceram muito cedo. Em 1 Coríntios 15, Paulo parece refutar tanto a negação da ressurreição como pontos de vista errôneos a respeito dela. Em 2 Timóteo 2:17 e 18, ele dá o nome de dois mestres que afirmavam que a ressurreição já havia acontecido. Talvez fossem as mesmas pessoas mencionadas em 2 Tessalonicenses 2:2, segundo as quais o dia do Senhor já havia chegado.

Desde o tempo dos primeiros Pais até Agostinho, que fixou os rumos do período medieval, os Pais da igreja confirmavam a ressurreição do corpo contra ataques de duas direções. A primeira vinha de críticos não cristãos, que ridicularizavam essa crença como um absurdo. A segunda vinha dos gnósticos, que achavam que toda a matéria, inclusive o corpo, era má; sendo, portanto, impensável a salvação no corpo por meio de uma ressurreição,

Enquanto os pais defendiam a ressurreição contra essas duas influências, ocorreu algo importante. A influência do ensino da imortalidade da alma se misturou com a ressurreição, destituindo essa última de seu poder e significado original.

Perto do fim do primeiro século, Clemente de Roma defendeu a doutrina da ressurreição contra os críticos usando diversas ilustrações tais como o ciclo dia e noite, sono e vigília, a semeadura da semente, e a lenda do fênix, ave que ressurge das próprias cinzas.

A primeira discussão importante sobre ressurreição ocorreu em meados do segundo século em *Fragmentos sohre a Ressurreição,* de Justino. Nessa obra, Justino tenta fazer compreensível a ideia cristã de ressurreição para a mente greco-romana. Ele afirma que a ressurreição é coerente com o pensamento dos filósofos gregos. Diferencia corpo e alma, mas não vê esta última como imortal. A esperança do cristão se centraliza na ressurreição do corpo.

Há na Biblioteca Gnóstica Nag Hammadi um volume intitulado *Tratado sobre a Ressurreição*. Nessa obra, provavelmente datada do segundo século, o Salvador, nosso Senhor e Cristo, consome a morte ao ressuscitar ã Si mesmo e Se transformar em um Eon imperecível. Isso seria uma ressurreição “espiritual ”, não uma ressurreição do corpo. Na morte, os crentes deixam o corpo para trás. A ressurreição é simplesmente uma revelação dos que ressuscitaram, pois para quem crê, ela já é uma realidade.

Irineu (c. 115-c. 202) combate esse tipo de postura em *Contra as Heresias* (5.3-7). Para ele, a alma é mortal, mas constitui somente uma parte da pessoa, e não o todo. A pessoa toda, incluindo corpo e alma, será salva. A esperança cristã se baseia em uma ressurreição corporal.

Atenágoras, que também escreve no segundo século, toma uma posição diferente, destinada a crescer em popularidade. Ele também defende a ressurreição contra muitas das mesmas objeções, mas vê as pessoas compostas de uma alma imortal e um corpo. A morte constitui a separação entre a alma e o corpo. A ressurreição é a reunião dos dois, porque é vontade de Deus que a devida natureza dos seres humanos viva através de um corpo (*Ressurreição dos Mortos,* 1-25).

Tertuliano (c. 160-c. 240) afasta-se ainda mais do NT (*Contra Marcião,* 9, 10; *Sobre a Ressurreição da Carne).* A alma não é só imortal, mas também corporal, possuindo uma espécie característica de solidariedade que lhe permite ter percepção e sofrimento. Visto, porém, que a alma não pode agir independente do corpo, corpo e alma devem se reunir em uma ressurreição corporal antes de a pessoa poder enfrentar o tormento eterno ou ter a salvação eterna.

366 *y*

Orígenes (c.185-254) apresenta um ponto de vista similar sobre a morte e a reunião de corpo e alma (*Sobre os Primeiros Princípios,* 3.6). Porém, argumenta que, uma vez que o imortal não pode cessar de ser e que Deus há de restaurar todas as coisas, todos serão final mente salvos; ainda que, para alguns, isso ocorra somente depois da morte. Segundo ele, a ressurreição ocorre quando todas as almas racionais são restauradas e recebem um corpo espiritual.

Gregório de Nissa (c. 330-c. 395) vai mais além com a especulação sobre a natureza da alma em *Sohre a Alma e a Ressurreição,* mas essa tendência de combinar ressurreição dos mortos com imortalidade da alma alcança seu clímax com Agostinho (354-430). Ele discute o assunto no livro 22 de A *Cidade de Deus,* embora uma apresentação mais sucinta possa ser encontrada nos capítulos 23 e 29 de *Fé, Esperança e Caridade.* Agostinho defende a ressurreição do corpo contra os platonistas, segundo os quais o corpo não pode herdar o reino. Todos voltarão a viver em uma re-criação que restaura o corpo a partir da totalidade da matéria da qual foi originalmente composta. Mas, novamente, isso constitui de fato uma reunião do corpo com uma alma imortal, que continua vivendo após a morte. Depois da morte, a alma desencarnada permanece em um lugar especialmente reservado para ela. Recebe ali repouso ou tribulação, dependendo de como viveu a vida terrena. Depois da ressurreição, os justos viverão em eterna felicidade, mas os ímpios passarão pela segunda morte, que é, para Agostinho, o eterno suplício pelo qual a alma fica para sempre aprisionada no corpo.

Embora Agostinho ainda afirme a ressurreição dos mortos nesse ponto, a natureza dela é muito diferente de tudo o que se encontra na Bíblia. Cada vez mais a imortalidade da alma ia sendo combinada com a ressurreição a ponto de a ressurreição deixar de ser a re-criação de toda a pessoa para ser a re-união do corpo com uma alma consciente, que já estava experimentando sofrimento ou paz. Isso abriu caminho para crescentes especulações sobre o purgatório durante todo o período medieval.

D. Idade Média

A mais importante figura teológica do período medieval é Tomás de Aqui no (1225-1274). Ele escreveu um tratado sobre a ressurreição em sua *Suma Teológica.* Ele não apenas confirma a ressurreição do corpo (Suplemento à Parte 3, Questão 75) e a situa no fim do mundo (Questão 77), mas chega mesmo a especular se cabelos e unhas hão de ressuscitar (Questão 80), se os ressuscitados

terão a mesma idade com que desceram à sepultura ou se serão rejuvenescidos, se terão a mesma altura e se haverá distinção de sexos (Questão 81). Está claro, porém, que para Aqui no, ressurreição significa a reunião do corpo com a alma.

E. Da Reforma até o Iluminismo

Apesar de continuarem a seguir uma doutrina de imortalidade natural, os reformadores em geral eram contra o purgatório; no pensamento católico romano, um estado intermediário no qual os mortos eram purificados pelo sofrimento. Todos eles concordavam também com a realidade e a importância da ressurreição de Cristo, bem como da ressurreição dos crentes, dela decorrente. Além desse consenso, havia muita diversidade. Os reformadores diferiam a respeito da relação existente entre a ressurreição, a imortalidade da alma e o estado intermediário; não concordavam também se o corpo ressuscitado era o mesmo corpo terreno.

Lutero (1509-1564) revela um pouco de ambiguidade e diversidade. Por um lado, ao combater a doutrina do purgatório, ele parece sugerir que os cristãos que morreram aguardam inconscientes a ressurreição *{Comentário sobre Eclesiastes,* 9:6). Um pouco antes, no mesmo comentário, ele afirma, porém, não haver "certeza de que as almas são imortais" (ibid., 3:20).

Em seu *Table Talk,* Lutero parece reconhecer essa ambiguidade e aponta para a natureza incompreensível do mistério da ressurreição, bem como do estado intermedi-
jS^ário. Diz ele: "E verdade que a alma ouve, sente e vê após a morte, mas como isto ocorre não entendemos" (5534). Em resposta a uma outra pergunta sobre a importância de o credo afirmar que Cristo desceu ao inferno, Lutero responde que isso deve ser crido, mas não pode ser compreendido (ibid.).

Calvino defendia tanto a ressurreição quanto a imortalidade. Ele explica que os saduceus estavam errados em acreditar que não havia ressurreição e que a alma era mortal *{Institutos,* 3.25.5). Refuta ainda dois supostos erros: que a alma dorme ou inexiste durante a morte; e que a alma recebe um corpo diferente na ressurreição (3. 25. 6). A ressurreição seria a reunião do corpo com a alma, na qual o novo corpo é da mesma substância que o antigo, mas de uma qualidade diferente (3. 25. 8).

O reformador francês apresenta seu argumento e denúncia também em *Psycho-*
■*pannychia,* onde se manifestou contra os que acreditavam que a alma existe, mas que dorme em um estado de insensibilidade desde a morte até a ressurreição; e contra os que negavam a real existência da alma (ver Morte II.D). Calvino sustenta que a alma é uma substância e que realmente tem vida sensorial e intelectual desde a morte até a ressurreição (Calvino, 419, 420).

Talvez a Confissão de Westminster, escrita por uma assembléia de presbiterianos da Inglaterra e da Escócia em 1646, apresente como nenhum outro documento os fundamentos do consenso protestante, que continua sendo a posição da maioria dos protestantes conservadores:

"Por ocasião da morte, o corpo volta para o pó e a alma, para Deus; a alma imortal é recebida no Céu ou lançada no inferno. No último dia, todos os mortos serão ressuscitados com os mesmíssimos corpos [..,] que se unirão às respectivas almas para sempre.

"Os corpos dos injustos serão pelo poder de Cristo ressuscitados para a desonra; os corpos dos justos serão pelo Seu Espírito ressuscitados para a honra e para serem semelhantes ao próprio corpo glorioso dEle" (Leith, 228, 229).

Era inevitável que, após a Reforma, o Iluminismo — com sua ênfase na razão universal, liberdade do dogmatismo e ceticismo para com os milagres — tivesse dificuldade com a doutrina da ressurreição, Embora os deístas já tives-

sem levantado questões sobre a ressurreição, a obra de Reimarus (1694-1768) constituiu um divisor de águas. Esse professor de Hamburgo afirmava que Jesus fora somente um mestre moral judeu, que nunca procurou abolir a lei cerimonial nem tinha pretensões de fundar uma nova religião (Reimarus, 98-102). Depois de morrer, Jesus não ressuscitou dos mortos, como o demonstram muitas contradições nas narrativas do evangelho. Foram os discípulos que, não desejando voltar ao trabalho, roubaram-Lhe o corpo (153-164; 244, 245).

Embora poucos tenham seguido a posição extremista de Reimarus, questões sobre fé, razão e história relativas à ressurreição continuaram a ganhar cada vez mais importância.

F. Tempos Modernos

As três principais correntes de pensamento no cristianismo moderno divergem sobre a ressurreição. A tradição católico-romana continua a ver a ressurreição como a reunião do corpo com a alma e continua a enfatizar a imortalidade da alma. Adota ainda a doutrina do purgatório, embora de maneira menos elaborada do que antes.

A tradição protestante liberal apresenta grande diversidade de pontos de vista referentes à ressurreição e a vida pós-morte. Tem havido, porém, uma tendência de ver o conceito da vida pós-morte e de muitos outros elementos escatológicos cristãos como simbólicos da experiência presente e não de eventos reais que devam acontecer no futuro.

Já os protestantes conservadores ou evangélicos dão forte ênfase à volta literal de Cristo no futuro, acompanhada pela ressurreição. Embora haja muita diversidade quanto ao cenário específico, a maioria dos evangélicos defende a imortalidade da alma e considera a ressurreição como a reunião do corpo com a alma.

No contexto do debate neo-ortodoxo, 368 ► Oscar Cullmann levanta questões sobre a imortalidade da alma. Ele tenta mostrar que a doutrina do NT da ressurreição dos mortos é incompatível com a crença na imortalidade da alma (Cullmann, 15). No intervalo entre a morte e a ressurreição no último dia, a pessoa fica em um estado de expectativa que partilha a tensão desse intervalo (46-54).

Na tradição evangélica, pensadores notáveis como John Stott e Clark Pinnock têm mais recentemente criticado a doutrina da imortalidade da alma por nutrir uma esperança incompleta para o futuro em contraste com a ressurreição corporal de Cristo, que aponta para uma salvação total, não somente da vida espiritual humana, mas de todo o ser, inclusive do físico (Stott, 313-320; Pinnock, 16, 17).

Rudolph Bultmann afirma que a ressurreição de Jesus deve ser desmitologizada para que se descubra seu verdadeiro significado, que é o surgimento da fé nos discípulos (Bultmann 1951, 1:305). Esse surgimento da fé permite uma nova existência, que é a prometida vida escatológica, O teólogo alemão rejeita uma segunda vinda de Cristo literal e a ressurreição dos mortos alegando que a escatologia mítica do NT é agora "indefensável pela simples razão de que a parousia de Cristo nunca se realizou como o Novo Testamento esperava. A história não chegou ao fim, e, como qualquer aluno sabe, ela continuará em seu curso" (Bultmann, 1957, 5).

Os teólogos neo-ortodoxos como Barth e Brunner discordam de aspectos da abordagem de Bultmann, mas também adotam a ressurreição a partir de uma perspectiva existencialista. Barth rejeita a interpretação de Bultmann acerca da Páscoa como o surgimento da fé no Senhor ressurreto, pois a fé no Senhor ressurreto surge de sua manifestação histórica (*Dogmatics*, 3.2.443). A ressurreição de Jesus e Suas aparições devem ser aceitas como história genuína (447). Isso, porém, não significa que a ressurreição seja um evento histórico comum aberto a todos os observadores. É mais propriamente uma revelação de Deus na qual a pessoa e a obra oculta de Jesus Cristo são expostas e ma-

nifestas. Acerca da ressurreição existe uma "sagrada incompreensibilidade" (4, 2. 146).

Brunner apresenta um ponto de vista semelhante quando fala da Páscoa como um "buraco" *através* do qual algo mais se torna visível. A ressurreição "é um *Fatum,* certamente, mas não um que possa ser encaixado em uma série [...] de eventos históricos. [...] Em tudo isso, o que quer que se torne historicamente visível é apenas o eco desse acontecimento. E super-história, história escatológica, daí não ser mais histórico" (Brunner, 583). A ressurreição do corpo significa a continuidade da personalidade individual depois da morte.

Diversos teólogos de tradição bultmaniana romperam pelo menos parcialmente com Bultmann com respeito à ressurreição. Wolfhart Pannenberg (128-133) afirma a historicidade da ressurreição, mas nega a sua corporalidade. Jürgen Moltmann sustenta que "o cristianismo permanece ou cai com a realidade de Deus fazer Jesus ressurgir dos mortos" (165). Essa realidade é mais do que o nascimento da fé, como afirma Bultmann (173). Reconhecer a ressurreição de Cristo é reconhecer nesse evento o futuro de Deus para o mundo (194). A ressurreição é uma questão de promessa e esperança:

Embora tanto Moltmann como Pannenberg tenham corrigido um aspecto importante em Bultmann, seria um erro achar'que eles acreditam em uma ressurreição literal dos mortos para o crente. Nesse sentido, J. Ghristiaan Beker (103) está correto quando observa que "de fato, intencional mente ou não, esses teólogos da esperança interpretam o tempo do fim mais como um evento no campo das idéias do que como um evento real. O reino de Deus constitui para eles o objetivo e o sentido final da história".

A maior parte dos cristãos conservadores rejeitou toda a tradição caracterizada por Bultmann e ratificou a literalidade histórica tanto da ressurreição de Jesus como dos crentes. Muitas vezes, contudo, essa insistência na veracidade da ressurreição foi combinada com o conceito de imortalidade da alma, para que a ressurreição fosse vista como uma reunião do corpo com a alma. A ênfase conservadora inclui muitas *vezes* tentativas de comprovar a ressurreição com diversos tipos de provas tanto bíblicas como históricas, com pouco esforço para abordar os problemas de fé e história.

*369

Evangélicos mais recentes também têm tratado dessas questões. G. Elton Ladd (263-284), por exemplo, afirma a historicidade da ressurreição e argumenta que aqueles que não podem aceitar a natureza da fé cristã conforme revelada na Bíblia trazem consigo pressuposições estranhas à fé bíblica (267-271). Contrariando a posição de Bultmann, Ladd argumenta que um fato objetivo ocorreu em um jardim fora de Jerusalém. Contudo, Ladd também quer mostrar que a ressurreição é muito mais do que história.

"A ressurreição de Jesus não é menos que a aparição na cena temporal histórica de algo que é eterno. [...] Não é 'transtorno' do curso normal dos acontecimentos; é a manifestação de algo inteiramente novo. A vida eterna aparece no meio da mortalidade" (273).

De acordo com Ladd, esse acontecimento "supra-histórico" não pode ser estabelecido e conhecido pela reconstrução e metodologia histórica, pois provas históricas não podem compelir à fé, que vem pelo ouvir (280). Isso não dissocia fé e razão, pois, apesar de não serem idênticas, elas firmaram aliança. A ressurreição só pode ser aceita pela fé, mas por uma fé produzida pelo Espírito Santo, que utiliza testemunhas históricas como instrumentos para induzir à fé, mas não provas para compeli-la (281).

G. A *Posição Adventisla do Séthno Dia*

Visto que toda a seção bíblica é uma explicação da concepção adventista do sétimo dia sobre a ressurreição, esta seção tocará apenas brevemente na história da doutrina entre os adventistas.

A descrição básica da ressurreição que acompanha a segunda vinda já estava presente na pregação de Guilherme Miller, Ele ensinava que a ressurreição dos justos ocorrería antes do milênio enquanto a dos ímpios, no seu término (ver Damsteegt, 38-40, e Nichol, 506, 507).

Os primeiros artigos sobre a ressurreição a serem publicados na *Revieav and Herald* foram reimpressos de outras fontes. O primeiro, de 9 de dezembro de 1852, foi transcrito do *Midnight Ciy* (1843). Uma discussão bem desenvolvida das duas ressurreições, à parte dos mil anos, apareceu na edição de 27 de setembro de 1853, mas já havia sido publicada em 1843. O terceiro artigo, de 18 de abril de 1854, veio de uma fonte batista.

Em 1856, Loughborough escreveu um artigo inédito para a *Revieiv and Herald* intitulado "E a Alma Imortal?" (11 de dezembro), no qual afirmava que a única esperança de vida futura se baseava em uma ressurreição literal. J. H. Waggoner fez uma análise das provas bíblicas sobre a ressurreição dos ímpios em um artigo da *Review and Herald* publicado em 5 de fevereiro de 1857 (ver Morte II.E).

Por toda a sua história, portanto, a Igreja Adventista do Sétimo Dia tem coerentemente afirmado que a ressurreição dos justos ocorrerá por ocasião do segundo advento de Cristo e que os que morrem antes da volta de Cristo esperam em sono inconsciente até terem sua pessoa integralmente ressuscitada. Os adventistas também acreditam que a ressurreição dos ímpios ocorrerá mil anos depois, no fim do milênio.

Pode-se ver a coerência dessa posição em diversas declarações de crença adotadas pela Igreja. Em uma de suas declarações de crença mais antigas, publicada em 1872, está incluída a crença na integralidade dos seres humanos e na ressurreição. Essa declaração afirma que Cristo ressuscitou para nossa justificação (N° 2) e que os mortos serão trazidos da sepultura por meio de uma ressurreição corporal: os justos na primeira ressurreição, por ocasião do segundo advento de Cristo, e os ímpios na segunda ressurreição, mil anos depois (N° 21), Ao toque da última trombeta, os justos vivos são transformados e imortalizados (N° 22; Land, 232-236).

A declaração emitida em 1931 proclama que só Deus possui a imortalidade, que os seres humanos são inerentemente pecaminosos e mortais e que a imortalidade e a vida eterna só são obtidas através do evangelho como um dom gratuito de Deus (N° 9). As declarações 10 e 11 reafirmam o estado inconsciente dos mortos, bem como as duas ressurreições. *370

A declaração de crença mais recente, votada e publicada em 1980, diz o seguinte:

"O salário do pecado é a morte. iVlas Deus, o único que é imortal, concederá vida eterna a Seus remidos. Até aquele dia, a morte é o estado inconsciente para todas as pessoas. Quando Cristo, que é a nossa vida, Se manifestar, os justos ressuscitados e os justos vivos serão glorificados e arrebatados para o encontro de seu Senhor. A segunda ressurreição, a ressurreição dos ímpios, ocorrerá mil anos mais tarde (Rm 6:23; lTm 6:15, 16; Ec 9:5, 6; SI 146:3, 4; Jo 11:11-14; Ci 3:4; iCo 15:51-54; lTs 4:13-17; Jo 5:28, 29; Ap 20:1-10)" (SDA *Yearbook,* 1991, 8.)

V. Comentários de Ellen G. White

A. *Sobre a Ressurreição dos Justos*

"Os fariseus acreditavam na ressurreição dos mortos. Cristo declara que mesmo agora o poder que dá vida aos mortos se encontra entre eles, e eles hão de testemunhar sua manifestação. É esse mesmo poder de ressuscitar que dá vida à alma morta em ofensas e pecados' (Ef 2:1). Esse espírito de vida

em Cristo Jesus, a Virtude da Sua ressurreição' (Fp 3:10), liberta os homens 'da lei do pecado e da morte' (Rm 8:2), O domínio do mal é despedaçado e, pela fé, a alma é guardada do pecado. Aquele que abre o coração ao Espírito de Cristo, torna-se participante daquele grande poder que lhe fará o corpo ressurgir do sepulcro" (DTN, 209, 210).

"Cristo tornou-Se uma mesma carne conosco, a fim de podermos nos tornar um espírito com Ele. E em virtude dessa união que havemos de ressurgir do sepulcro - não somente como manifestação do poder de Cristo, mas porque, mediante a fé, Sua vida se tornou nossa. Os que veem a Cristo em Seu verdadeiro caráter, e O recebem no coração, têm vida eterna. E por meio do Espírito que Cristo habita em nós; e o Espírito de Deus, recebido no coração pela fé, é o princípio da vida eterna" (ibid., 388).

"Para o crente, Cristo é a ressurreição e a vida. Em nosso Salvador é restaurada a vida que se perdera mediante o pecado; pois Ele possui vida em Si mesmo, para vivificar a quem quer. Acha-Se investido do poder de dar imortalidade. A vida que Ele depôs na humanidade, retoma, e dá ã humanidade" (ibid., 786, 787).

"A voz que bradou da cruz: 'Está consumado' (Jo 19:30), foi ouvida entre os mortos. Penetrou as paredes dos sepulcros, ordenando aos que dormiam que despertassem. Assim será quando a voz de Cristo for ouvida do céu. Ela penetrará as sepulturas e abrirá os túmulos, e os mortos em Cristo ressurgirão. Na ressurreição do Salvador, algumas tumbas foram abertas, mas em Sua segunda vinda todos os queridos mortos Lhe ouvirão a voz, saindo para uma vida gloriosa, imortal. O mesmo poder que levantou a Cristo dentre os mortos, erguerá Sua igreja, glorificando-a com Ele, acima de todos os principados, de todas as potestades, acima de todo nome que se nomeia, não somente neste mundo mas também no mundo porvir" (ibid., 787).

"A ressurreição de Cristo era um símbolo da final ressurreição de todos quantos nEle dormem. O semblante do Salvador ressuscitado, Sua maneira, Sua linguagem, tudo era familiar aos discípulos. Como Jesus ressurgiu dos mortos, assim hão de ressuscitar os que nEle dormem. Reconheceremos os nossos amigos, da mesma maneira que os discípulos a Jesus. Talvez hajam sido deformados, doentes, desfigurados nesta vida mortal, ressurgindo em plena saúde e formosura; no entanto, em corpo glorificado, será perfeitamente mantida a identidade. Então conheceremos assim como também somos conhecidos (ICo 13:12). No rosto, glorioso da luz que irradia da face de Cristo, reconheceremos os traços daqueles que amamos" (ibid., 804).

"Os tessalonicenses tinham-se apegado com avidez à ideia de que Cristo havia de vir para transformar os fiéis que estivessem vivos, levando-os com Ele. Haviam cuidadosamente guardado a vida de seus amigos, para que não morressem e perdessem assim a bênção que eles aguardavam, do encontro com o Salvador prestes a voltar. Porém um após outro, foram seus amados separados deles. Com angústia, os tessalonicenses tinham contemplado pela última vez o rosto de seus mortos, quase não ousando esperar encontrá-los na vida futura.

"Ao ser a epístola de Paulo aberta e lida, grande alegria e consolação foi levada â igreja pelas palavras que revelavam o verdadeiro estado dos mortos. Paulo mostrava que os que estivessem vivos quando Cristo voltasse não iríam ao encontro do seu Senhor precedendo aos que tinham sido postos a dormir em Jesus. A voz do Arcanjo e a trombeta de Deus alcançariam os que estivessem dormindo, e os mortos em Cristo ressuscitariam primeiro, antes que o toque de imortalidade fosse dado aos vivos" (AA, 258).

"Todos saem do *túmulo com* a mesma estatura que tinham quando ali entraram.

Adão, que está em pé entre a multidão dos ressuscitados, é de grande altura e formas majestosas, de estatura pouco menor que o Filho de Deus. Apresenta assinalado contraste com o povo das gerações posteriores; sob esse único ponto de vista se revela a grande degeneração da raça, Todos, porém, surgem com a louçania e vigor de eterna mocidade. No princípio o homem foi criado à semelhança de Deus, não somente no caráter, mas na forma e aspecto. O pecado desfigurou e quase obliterou a imagem divina; mas Cristo veio para restaurar aquilo que se havia perdido. Ele mudará nosso corpo vil, modelando-o conforme Seu corpo glorioso. As formas mortais, corruptíveis, destituídas de garbo, poluídas pelo pecado, tornam-se perfeitas, belas e imortais. Todos os defeitos e deformidades são deixados no túmulo. Restabelecidos à árvore da vida, no Éden há tanto tempo perdido, os remidos crescerão até à estatura completa da raça em sua glória primitiva. Os últimos traços da maldição do pecado serão removidos, e os fiéis de Cristo aparecerão na beleza do Senhor nosso Deus', refletindo no espírito, alma e corpo, a imagem perfeita de seu Senhor. Oh! maravilhosa redenção! Há tanto tempo objeto das cogitações, há tanto tempo esperada, contemplada com ávida expectativa, mas nunca entendida completamente!

"Os justos vivos são transformados em um momento, em um abrir e fechar de olhos'. À voz de Deus foram eles glorificados; agora se tornam imortais, e com os santos ressuscitados, são arrebatados para encontrar seu Senhor nos ares. Os anjos ajuntarão os Seus escolhidos desde os quatro ventos, de uma à outra extremidade dos céus'. Criancinhas são levadas pelos santos anjos aos braços de suas mães. Amigos há muito separados pela morte, reúnem-se, para nunca mais se separarem, e com cânticos de alegria ascendem juntamente para a cidade de Deus" (GC, 644, 645).

"Cristo foi as primícias dos que dormem, Foi para glória de Deus que o Príncipe da vida fosse as primícias, o antítipo do molho movido. 'Porque os que dantes conheceu também os predestinou para serem conformes à imagem de Seu Filho, a fim de que Ele seja o Primogênito entre muitos irmãos' (Rm S:29). Esta mesma cena, a ressurreição de Cristo dentre os mortos, fora pelos judeus celebrada em tipo. Quando amadureciam as primeiras espigas do cereal no campo, eram elas colhidas cuidadosamente; e quando o povo subia a Jerusalém, eram apresentadas ao Senhor como oferta de gratidão. O povo movia perante Deus o molho maduro, reconhecendo-0 como o Senhor da seara. Depois dessa cerimônia podia ser lançada a foice ao trigo, e juntada a colheita.

"Assim os que tinham ressurgido deviam ser apresentados ao Universo como um penhor da ressurreição de todos os que creem em Cristo como seu Salvador pessoal. O mesmo poder que ergueu a Cristo dentre os mortos fará ressurgir Sua igreja, e glorificá-la-á com Cristo, como esposa Sua, acima de todos os principados, acima de todos os poderes, acima de todo nome que é mencionado, não só neste mundo, mas também nas cortes celestes, no mundo do alto. A vitória dos santos que dormem será gloriosa, na manhã da ressurreição. Terminará o triunfo de Satanás, ao passo que Cristo triunfará em glória e honra. O Doador da vida coroará de imortalidade a todos os que ressurgem da sepultura" (MEl, 305, 306).

372

"Ao surgirem os pequenos, imortais, de seu leito poento, imediatamente seguirão caminho, voando, para os braços maternos. Reencontrar-se-ão, para nunca mais se separarem. Muitos dos pequeninos, porém, não terão mãe ali. Em vão nos pomos à escuta do arrebatador cântico de triunfo por parte da mãe. Os anjos acolherão os pequeninos sem mãe e os conduzirão para junto da árvore da vida" (ME2, 260).

B, Sobre a Ressurreição dos ímpios

"O espírito de fanatismo tem dominado certa classe de observadores do sábado ali [no leste dos Estados Unidos]; eles não têm bebido senão levemente da fonte da verdade, e não estão familiarizados com o espírito da mensagem do terceiro anjo. Coisa alguma se pode fazer por essa classe enquanto seus pontos de vista fanáticos não forem corrigidos. Alguns que participaram do movimento de 1854, trouxeram consigo errôneos pontos de vista tais como a não ressurreição dos ímpios e a era vindoura. Eles estão buscando unir esses pontos de vista e sua experiência passada com a mensagem do terceiro anjo. Não podem fazer isso; não há concórdia entre Cristo e Belial. A não ressurreição dos ímpios e suas opiniões pessoais sobre a era vindoura são erros grosseiros que Satanás introduziu nas heresias dos últimos dias para servir a seu propósito de arruinar vidas. Esses erros não se harmonizam com a mensagem de origem celestial" (Tl, 411, 412).

"Ao fim dos mil anos, Cristo volta novamente à Terra. E acompanhado pelo exército dos remidos, e seguido por um cortejo de anjos. Descendo com grande majestade, ordena aos ímpios mortos que ressuscitem para receber a condenação. Surgem estes como um grande exército, inumerável como a areia do mar. Que contraste com aqueles que ressurgiram na primeira ressurreição! Os justos estavam revestidos de imortal juventude e beleza. Os ímpios trazem os traços da doença e da morte. VI.

"Todos os olhares daquela vasta multidão se voltam para contemplar a glória do Filho de Deus. A uma voz, as hostes dos ímpios exclamam: 'Bendito o que vem em nome do Senhor!' Não é o amor para com Jesus que inspira essa declaração. E a força da verdade que faz brotar involuntariamente essas palavras de seus lábios. Os ímpios saem da sepultura tais quais a ela baixaram, com a mesma inimizade contra Cristo, e com o mesmo espírito de rebelião. Não terão um novo tempo de graça no qual remediar os defeitos da vida passada. Para nada aproveitaria isso. Uma vida inteira de pecado não lhes abrandou o coração. Um segundo tempo de graça, se lhes fosse concedido, seria ocupado, como foi o primeiro, em se esquivarem aos preceitos de Deus e contra Ele incitarem rebelião" (GC, 662).

C. *Sobre a Ressurreição Especial*

"Abrem-se sepulturas, e 'muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão, uns para a vida eterna, e outros para vergonha e desprezo eterno' (Dn 12:2). Todos os que morreram na fé da mensagem do terceiro anjo saem do túmulo glorificados para ouvirem o concerto de paz, estabelecido por Deus com os que guardaram a Sua lei. 'Os mesmos que O traspassaram' (Ap 1:7), os que zombaram e escarneceram da agonia de Cristo, e os mais acérrimos inimigos de Sua verdade e de Seu povo, ressuscitam para contemplá-Lo em Sua glória, e ver a honra conferida aos fiéis e obedientes" (ibid., 637).

VI. Literatura

Bar th, K. *Church Dogmatics.* Edinburgh: T, 8c T. Clark, 1936-1962.

Beker, J. C, *PaiiVs Apocalyptic Gospel: The Corning Triumph of God.* Philadelphia: Fortress, 1982.

Brunner, E. *The Mediator.* Trad Olive Wyon. Philadelphia: Westminster, 1947.

Bultmann, R. "New Testa ment and Mythology." Em *Kerygma and Myth:* A *Theological Debate,* ed. Hans W, Bartsch, 1-44. Londres: SPCK, 1957.

-----—, *Theology of the New Testament. 2* vols. Trans. Kendrick Grobel. Nova York: Scribners, 1951.

Calvin, J. *Tracts and Treatises in Defense of the Reformeâ Faith*, v. 3. Grand Rapids: Eerdmans, 1958.

Charlesworth, James H. *The Old Testament Pseuâepigmpha and the New Testament* Cambridge: Cambridge University Press, 19S5.

Cullmann, O. *ímmortality of the Soul or Resurrection of the Dead? The Witness of the Neiv Testament.* Nova York: MacMillan, 1958.

Damsteegt, P. G. *Fonndations ofthe Seventh-dayAdventist Message and Mission.* Grand Rapids: Eerdmans, 1977.

Dodd, C. H. *The Interpretaüon ofthe Fourth Gospel*. Cambridge: University Press, 1953.

Hasel, G. F. "Resurrection in theTheology of Old Testament Apocalyptic." *Zeitschrift fuer die Alttestamentliche Wissenschaft* 92 (1980): 267-284.

Kubo, S. *God Meets Man: A Theology of the Sahhath and Second Advent.* Nashville: Southern Publishing Association, 1978.

Ladd, G. E, "The Resurrection of Jesus." Em *Ghristian Faith and Modem Theology*, ed. Carl F. H. Henry, 263-284. Nova York: Channel, 1964.

Land, G,, ed. *Adventism in America.* Grand Rapids: Eerdmans, 1986.

Leith, J, H. *Creeds ofthe Ghurches.* Chicago: Aldine, 1963.

Moltmann, J, *Theology of Hope: On the Ground and the Implications of a Christían Eschatology.* Nova York: Harper and Rovv, 1967.

Nichol, F. D. *The Midmght Gry.* Takoma Park: Revievv and Herald, 1944.

Nickelsburg, G. W. E., Jr. *Resurrection, ímmortality, and Eternal Life in Intertestamental Judaism.* Harvard Theological Studies, 26. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

Pannenberg, W. "Díd Jesus Really Rise From the Dead?" *Dialog* 4 (1965): 128-133.

Pinnock, C. "The Incredible Resurrection: A Mandate for Faith." *Christianity Today*, 6 de abril de 1979.

Pritchard, J. B., ed. *Ancient Near Eastern Texts.* Princeton: Princeton University Press, 1955.

Reimarus, H. S. *Fragmettts.* Ed. Charles H. Talbert. Trad. Ralph S. Fraser. Philadelphia: Fortress, 1970.

Robinson, J, A. T. *The Body: A Study in Pauline Theology.* Studies in Biblical Theology, 5. Londres: SCM, 1952,

Schwarz, R, W. *Light Bearers to the Remnant*, Mountain View: Pacific Press, 1979,

Stott, J. R. W., e D. L. Edwards. *Essentials: A Liberal/Evangelical Dialogue.* Londres: Hodder and Stoughton, 1988,

Weiss, H, *Paid of Tarsu-s: His Gospel and Life.* Berrien Springs: Andrews University Press, 1986,

11
Santuário

Ángel Manuel Rodríguez

Introdução

A morte de Cristo e Sua ressurreição constituem a parte mais importante do plano da salvação. 0 calvário foi a resposta definitiva de Deus para a difícil situação humana. O sacrifício de Cristo é descrito como “uma vez por todas" (Hb 10:10), válido “para sempre" e, por esse motivo, irrepetível (v. 12). Nada se pode acrescentar à cruz para complementar seu poder reparador e expiatório. Jesus, que em Sua própria vida foi vitorioso sobre o tentador (Mt 4:1-11; Hb 4:15), veio para destruir as obras do diabo (ljo 3:8). Sua vitória sobre as forças do mal toma possível nossa vitória sobre o pecado (Ap 12:11), assim como a erradicação definitiva do mal de nosso mundo (Ap 20:9-15). A ênfase do NT na finalidade da morte expiatória de Cristo tem levado alguns a concluir que Sua obra em favor de nossa salvação finalizou-se na cruz. Isso será tratado mais adiante.

Após realizar na Terra a obra para a qual veio Qo 17:4, 5; 19:30), Cristo foi “assunto ao Céu” (At 1:11) a fim de “salvar total mente os que por Ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles" (Hb 7:25), até Sua segunda vinda, quando aparecerá, não para tratar com o pecado, mas para salvar os "que O aguardam para a salvação” (Hb 9:28). Entre esses dois pontos, a cruz e o glorioso retorno, o Senhor Jesus Cristo atua como sacerdote real no santuário, o “verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, não o homem” (Hb 8:2), como advogado (ljo 2:1) e intercessor daqueles que nEle creem (Rm 8:34). Na condição de nosso sumo sacerdote, Cristo está ministrando os benefícios de Seu sacrifício em favor daqueles que dEle se aproximam, um ministério tão essencial à nossa salvação quanto Sua morte expiatória.

O ministério sacerdotal de nosso sumo sacerdote celestial foi prefigurado no sistema sacrifical do AT, especialmente conforme se vê no santuário hebreu, feito de acordo com o “modelo” mostrado por Deus a Moisés (Ex 25:9) e que apontava para o santuário celestial. Os rituais do santuário constituíam um livro didático sobre a salvação. E por isso que o estudo do santuário e de seu ritual não somente esclarece o significado dos ritos seguidos, mas também lança luz sobre o ministério celestial de Cristo.

I. O Sistema Sacrifical do AT
- A. Sistema Sacrifical nos Tempos Patriarcais
  - 1. Origem do Sistema Sacrifical
  - 2. Características Gerais do Sistema
  - 3. Sacrifícios Específicos
- B. O Sistema Sacrifical Israelita
  - 1. O Santuário Israelita
  - 2. Sacerdócio
  - 3. Sacrifícios e Ofertas
- C. Funções do Sistema do Santuário do AT
  - 1. Aspectos Teológicos do Santuário Israelita
  - 2. Santuário, Aliança e a Natureza do Pecad o/I mpurcza
  - 3. Resolução do Problema do Pecado

II. O Sacerdócio de Cristo no NT
- A, Limitações do Sistema Típico
- B. Superioridade da Nova Ordem
  - 1. Melhor Aliança

2. Melhor Santuário
3. Melhor Sacerdócio
4. Melhor Sangue/Sacriffeio
III. O Ministério de Cristo no Santuário Celestial
A. Inauguração do Santuário Celestial
1. Daniel e a Inauguração do Santuário Celestial
2. Hebreus e a Inauguração do Santuário Celestial
3. Apocalipse e a Inauguração do Santuário Celestial
B. A Obra Mediadora de Cristo: Cerimonial Diário
1. Mediação e Cerimonial Diário
2, Aspectos Específicos da Mediação de Cristo
C. A Obra de Cristo no Juízo: O Dia da Expiação
1. O Dia da Expiação em Hebreus
2. O Dia da Expiação em Daniel
3. O Dia da Expiação em Apocalipse
D. Sumário
IV. Implicações do Sacrifício e do Sacerdócio de Cristo para a Experiência Cristã
V. 0 Sacerdócio de Cristo na História
A. Igreja Primitiva
B. Idade Média e Reforma
C. Período Moderno
D. Concepção Adventista do Sétimo Dia
VI. Comentários de Ellen G. White
A. Rituais do Santuário Israelita
B. O Sacrifício de Cristo
C. O Santuário Celestial
D. A Obra Sumo Sacerdotal de Cristo
VII. Literatura
Apêndice A - *Ta Hagia* em Hebreus
A. Hebreus 8:1 e 2
B. Hebreus 9:1-10
C. Hebreus 9:11 e 12
D. Hebreus 9:24 e 25
E. Hebreus 10:19 e 20
Apêndice B - Hebreus 6:19 e 20

I. O Sistema Sacrifical do AT

Ao explorar a riqueza e profundidade da doutrina bíblica sobre o sacerdócio de Cristo, devemos levar em conta o testemunho tanto do AT quanto do NT. Para o cristão, ambos os testamentos formam uma unidade indivisível da revelação divina. A Escritura possuí um único Autor, que no passado Se revelou muitas vezes e de muitas maneiras, mas que agora nos fala pelo Filho (Hb 1:1, 2), A unidade dessa revelação é sugerida por sua ênfase em um único Salvador. O próprio Jesus deixou claro que as Escrituras “de Mim testificam'' (Jo 5:36) e que Moisés havia escrito a respeito dEIe (v. 46). No caminho de Emaús, Cristo abriu a Escritura a dois discípulos e, "começando por Moisés, discorrendo por todos os Profetas, expunha-lhes o que a Seu respeito constava em todas as Escrituras” (Lc 24:27). As Escrituras dão testemunho de um único evangelho eterno de salvação (Ap 14:6), proclamado tanto a Israel como a nós (Hb 4:2). No AT, Deus revelou o evangelho a Seu povo por meio de profecias, símbolos e tipos messiânicos (ver Interpretação III.E.3). Portanto, em nosso esforço para compreender a obra de nosso Senhor, ouviremos ambos os testamentos; eles se esclarecem mutuamente.

A. *Sistema Sacrifical nos Tempos Patriarcais*

O sacrifício pertence à própria infraestrutura da teologia e da religião bíblica. Curiosamente, não se declara em nenhuma parte do AT de maneira explícita como surgiram os sacrifícios. A primeira vez em que se menciona um sacrifício não se apresenta nenhuma razão para ele nem se aborda a questão de sua origem (Gn 4:2-5). Nos registros subsequentes, o significado do sacrifício é subentendido, mas não abertamente discutido.

1. Origem do Sistema Sacrifical

O sistema sacrifical do AT teve origem imediatamente depois da queda. Ainda no Éden, Deus Se revelou como o Redentor da

raça humana. O castigo da morte eterna não foi aplicado imediatamente a Adão e Eva porque o Senhor proveu um meio de redenção mediante o qual poria fim à serpente, ao diabo e suas obras (Gn 3:15; cf. Rm 16:20; Hb 2:14). O ato misericordioso de Deus ao vestir Adão e Eva com vestimentas de pele era de fato uma promessa de redenção; quando inserimos Gênesis 3:21 em seu contexto teológico, a morte implícita da vítima se torna um ato sacrifical. Depois de haver cometido pecado, o destino de Adão e Eva era sofrer a morte eterna (Gn 2:17). Por incrível que pareça, a vida deles foi preservada. Mas foi exatamente nesse contexto fatídico que ocorreu a morte de um animal. A pena de morte não foi executada sobre eles, mas sobre o animal. A morte do animal proveu o meio de restaurar a relação deles com o Senhor. Da morte irrompeu a esperança e a restauração. O fato de Deus ter feito as vestimentas e ter vestido o errante casal sugere que o Senhor fez por eles o que não tinham condições de fazer por si mesmos. Misericordiosamente, permitiu-lhes que se aproximassem dEle, para viverem em Sua presença, Esses mesmos conceitos fazem parte da teologia do santuário e de seus rituais, posteriormente explicitados no AT. O que é embrionário ou apenas sugerido em Gênesis 3 se torna um corpo teológico completamente desenvolvido no sistema sacrifical israelita. Adão e Eva já estavam colhendo os benefícios do sacrifício de Cristo.

2. Características Gerais do Sistema

Adoração e sacrifício são inseparáveis nas narrativas patriarcais. Um lugar de adoração era identificado pelo seu altar (Gn 8:20; 12:7; 26:25). Embora Gênesis mencione diversos sacrifícios e/ou atos sacrificais, a oferta mais comum parece ter sido o holocausto (8:20; 22:3, 7). Faz-se, porém, referência à libação em 35:14. O termo "sacerdote" é usado pela primeira vez em 14:18, referindo-se a Melquisedeque, rei de Salém, que adorava o "Deus Altíssimo". Abraão o reconheceu como sacerdote legítimo quando lhe deu o dízimo. Gomo sacerdote, Melquisedeque recebeu o dízimo e abençoou o patriarca (v. 18-20; ver Mordomia I.C.3).

3. Sacrifícios Específicos

a. Sacrifício de Caim e Abel. A maior parte dos sacrifícios mencionados nas narrativas patriarcais envolvia derramamento de sangue. Uma exceção importante é a oferta de Caim (Gn 4:3). De acordo com Hebreus 11:4, Abel ofereceu seu sacrifício pela fé, e Deus o aceitou. A oferta de Caim não era uma expressão de fé, mas de suas próprias convicções. A fé de Abel no sacrifício expiatório de Cristo se revelou em obediência incondicional. O sacrifício levado por Abel esclarece o significado do sacrifício. Oferecer um sacrifício requeria a combinação de uma atitude interior apropriada com a obediência aos ritos externos. Sempre que Deus aceitava um sacrifício, aceitava também o ofertante. Um sacrifício era, portanto, um meio de preservar o relacionamento com Deus (Gn 4:7).

b. Sacrifício de Noé. A menção seguinte de sacrifícios se encontra em Gênesis 8:20. Após o dilúvio, Noé ofereceu um holocausto ao Senhor. O contexto sugere que esses sacrifícios eram uma expressão de gratidão pelo amoroso cuidado de Deus por Noé e sua família. A ideia de expiação parece também estar presente. A narrativa declara que Deus "aspirou o cheiro suave"; Ele aceitou o sacrifício e tomou a decisão de não tornar a destruir todo ser vivente (v. 21). Ao aceitar o sacrifício, Deus comprometeu-Se a restaurar e preservar Seu relacionamento com a humanidade.

c. Sacrifício de Abraão (Gn 22). Deus pôs Abraão à prova pedindo-lhe para oferecer Isaque em holocausto (v. 1, 2). O patriarca teve assim a oportunidade de revelar a verdadeira solidez de sua fé. Deus interveio

e salvou a vida de Isaque, encerrando assim a prova. Mas a narrativa não termina aí. O Senhor proveu um carneiro para ser sacrificado no lugar de Isaque, indicando a importância da substituição sacrifical. Foi necessária a morte da vítima sacrifical para conservar a vida de Isaque e a relação entre Deus e Abraão. Em Gênesis 20 e 21 Abraão é descrito como aquele que nem sempre andava de maneira irrepreensível diante do Senhor. Ele mentiu a respeito de Sara, sua esposa (Gn 12:10-20; 20:1-18), e não esperou que o Senhor cumprisse a promessa do filho (Gn 21:1-7). Mesmo assim, o Senhor pediu a ele que orasse pelo rei para quem mentira e lhe deu um filho com Sara. Deus pareceu ter ignorado o pecado de Abraão. Em Gênesis 22 é resolvida a tensão entre um Deus que condena o pecado mas usa como Seu instrumento um homem que violou a aliança. Deus estava pronto a retirar do patriarca a promessa, deixando-o sem futuro e rescindindo a aliança. Mas, quando Abraão mostrou, por sua fé, sua boa vontade em restaurar a relação pactuai com Deus, o Senhor proveu a vítima sacrifical necessária para expiar-lhe o pecado e lhe restaurar o futuro (Gn 22:15-19). Sobre o monte Moriá, onde se realizou o sacrifício, construiu-se posteriormente o templo. O monte foi simbolicamente chamado de "o Senhor proverá" (v. 14) em testemunho do que Deus fez por Abraão. O escritor bíblico acrescenta: "Daí dizer-se até ao dia de hoje: No monte do Senhor se proverá" (v. 14), mostrando que o povo havia se apropriado da experiência de Abraão. Sempre que subiam ao monte do Senhor, criam que Ele lhes proveria também um substituto. Para eles, a salvação vinha do Senhor, trazendo libertação mediante o sacrifício substituínte (cf. Is 53).

377

B. O *Sistema Sacrifical Israelita*

O livro do Êxodo introduz o santuário israelita como um centro de adoração, mediação e sacrifício. Descreve a estrutura física e o mobiliário desse lugar singular. O livro também dá instruções sobre a consagração dos sacerdotes e apresenta algumas das mais importantes idéias teológicas relacionadas com o santuário. O livro de Levítico fornece detalhes sobre o sistema sacrifical, o cerimonial do santuário e as festividades.

1. O Santuário Israelita

O conceito arquitetônico da estrutura era simples: o primeiro compartimento era "lugar santo" (Êx 28:29); e o segundo, o "lugar santíssimo" (Êx 26:33, NVI). O pátio do tabernáculo, com sua entrada para o ocidente, era protegido por uma cortina. A entrada do tabernáculo também era protegida por uma cortina ou reposteiro, suspensa por cinco colunas de madeira de acácia cobertas de ouro e assentadas sobre bases de bronze (v. 37). Os dois compartimentos no interior do tabernáculo eram divididos por um véu ricamente bordado com figuras de querubins e suspenso sobre quatro colunas de madeira cobertas de ouro (v. 31-33). A estrutura do tabernáculo compunha-se de tábuas de madeira, cobertas de ouro, assentadas em bases de prata (v. 15-30) e protegidas por quatro coberturas em forma de tenda (v. 1-14).

No pátio estava o *altar de sacrifícios* com quatro chifres em cada canto (Ex 27:1-8). Em todo o AT, o altar está associado com a presença do Senhor; por meio dele os israelitas tinham acesso a Deus (SI 43:4). Uma *bacia de bronze* entre o altar e a entrada do santuário (Ex 30:17-21) era usada pelos sacerdotes para lavar as mãos e os pés antes de oficiar diante do altar ou antes de entrar no tabernáculo (v. 20). Ela consistia num símbolo apropriado da purificação espiritual do pecado (cf. At 22:16; Ef 5:26; ICo 6:11).

Dentro do santuário, no lugar santo, havia uma *mesa* (Êx 25:23-30). Sobre ela estavam 12 pães, vinho e incenso. Esses elementos lembravam a Israel que Deus lhes supria o

pão diário e que, finalmente, providenciaria o "pão da vida" (Jo 6:48-51). Defronte à mesa, no lado sul, estava o candelabro, feito de ouro sólido, decorado com flores e cálices com formato de amêndoas. Sua forma — uma haste central com três braços de cada lado (Ex 25:31-40) - e o emprego da terminologia floral sugerem uma árvore da vida estilizada. Zacarias associa o candelabro com a onipresença de Deus (Zc 4:11) e com o poder do Espírito Santo (v. 6). No NT, Cristo é a luz do mundo (Jo 8:12). O *altar do incenso*, colocado diante do véu, tinha um chifre em cada canto (Ex 30:1-10). Era usado para queimar incenso duas vezes ao dia perante o Senhor, representando assim as orações que sobem â presença de Deus (cf, SI 141:2). De acordo com o NT, os méritos de Cristo são a fragrância que torna nossas orações aceitáveis ao Senhor (Ef 5:2; Ap 5:8; 8:3, 4).

A *arca da aliança*, localizada no lugar santíssimo, era uma caixa de madeira recoberta com ouro por dentro e por fora (Ex 25:10-22). Nela, Deus ordenou que Aáoisés pusesse as tábuas dos dez mandamentos (v. 16). Uma placa de ouro puro chamada “propiciatório” *(kappõret,* "aquilo que expia") cobria a arca; em cima dessa cobertura estavam dois querubins de frente um para o outro. Entre os querubins se revelava a glória de Deus, concedendo perdão a pecadores arrependidos, A arca simbolizava a presença de Deus entre Seu povo. Era dali que Ele Se revelava a Israel (v. 22). Era dali que mostrava Sua boa vontade em expiar os pecados de Seu povo. Ali estava simbolizada a presença de Deus S^como rei e líder de Israel, interessado em atender as necessidades de Seu povo (ISm 4:3; SI 80:1; 99:1).

2. Sacerdócio

Ao que parece, a intenção de Deus era ter representantes de todas as tribos de Israel ministrando no santuário; mas, durante o incidente do bezerro de ouro, no Sinai, somente a tribo de Levi permaneceu leal ao Senhor. Por essa razão, os levitas foram escolhidos para servir no santuário no lugar dos primogênitos de Israel (Êx 32:25-29; Nm 3:11-13; 8:16-18). O sacerdócio se tornou hereditário, passando a pertencer exclusivamente à família de Arão (18:6, 7), enquanto o restante da tribo servia em tarefas relacionadas ao santuário. Embora as responsabilidades dos sacerdotes fossem muitas e variadas, sua tarefa principal era religiosa: ser mediadores entre Deus e Seu povo.

a. Representantes de Deus perante o povo. Ao povo deviam eles ensinar a *Torah,* as instruções de Deus à nação (Dt 33:10; Lv 10:11). Intimamente relacionado com essa atividade estava o dever sacerdotal de revelar a vontade de Deus aos que buscavam orientação divina, principalmente por meio de Urim e Tumim (Nm 27:21), duas pedras preciosas colocadas no peitoral do sumo sacerdote, pelas quais Deus respondia quando consultado. Os sacerdotes também atuavam como juizes no santuário. De fato, a mais alta corte de justiça da nação funcionava na central do santuário (Dt 21:5; 17:8-13). Os sacerdotes também eram responsáveis por abençoar o povo em nome de Deus (Nm 6:22-27; Dt 10:8).

b. Representantes do povo perante Deus. Isso era simbolicamente ilustrado por duas pedras preciosas colocadas nos ombros do éfode do sumo sacerdote. Em cada uma delas estavam gravados os nomes de seis das tribos de Israel (Ex 28:9-12). As doze pedras preciosas no peitoral sacerdotal desempenhavam a mesma função (v. 29). Na pessoa do sacerdote, o povo tinha acesso à presença de Deus. Mas o papel mediador dos sacerdotes alcançava sua importância mais elevada por meio do sistema sacrifical. Durante os rituais diários (*tamid*), os sacerdotes executavam vários ritos importantes. Depunham sobre o altar de holocausto um sacrifício pela manhã e outro à tarde (Lv 6:9, 12, 13; Nm 28:3-8).

Gomo parte do *tamiâ*, o sumo sacerdote entrava no lugar santo para preparar as lâmpadas e queimar o incenso perante o Senhor (Ex 30:7, 8). Os sacerdotes apresentavam os sacrifícios trazidos pelos israelitas para fazer expiação por eles (Lv 1:5-9; 4:25, 26). O sumo sacerdote oficiava quando se oferecia um sacrifício em benefício da comunidade (v. 1-21). Na condição de representante do povo perante Deus, tinha a permissão para entrar no lugar santíssimo uma vez por ano. No Dia da Expiação, realizava os rituais específicos para purificar o santuário dos pecados e impurezas do povo de Israel, fazendo a derradeira purificação diária (Lv 16; 23:26-32), Os deveres dos sacerdotes e do sumo sacerdote apontavam simbolicamente para Cristo como nosso mediador perante o Pai.

Os levitas assistiam aos sacerdotes (Nm 18:1, 5). Também guardavam o santuário (Nm 1:53; 3:38). Sua principal tarefa era desmontar, transportar e remontar o santuário (Nm 1:48-54). Porém, não tomavam parte nas funções sacerdotais (Nm 18:3).

3. Sacrifícios e Ofertas

As necessidades espirituais dos israelitas eram satisfeitas principalmente por meio do sistema sacrifical, que lhes permitia expressar sua devoção e adoração, assim como seus mais profundos sentimentos e necessidades. Cada sacrifício tinha seu significado especial.

O *holocausto* (heb. *‘olah*, "oferta que sobe") designava o sacrifício em que a vítima era total mente queimada no altar. A pessoa que trazia a oferta punha a mão sobre a cabeça da vítima (Lv 1:4) e preparava o animal para o sacerdote executar o ritual de sangue e colocar o sacrifício sobre o altar. Esse sacrifício podia ser uma oferta votiva ou voluntária (Lv 22:17-19). Também podia ser uma oferta axpiatória, pela qual a pessoa era aceita perante o Senhor. Em 1 Samuel 13:12, o holocausto estava associado com a ideia de "obter a benevolência do Senhor", uma frase usada muitas vezes no contexto de ira ou desagrado de Deus (Ex 32:11; lRs 13:6). O holocausto surge, portanto, no contexto de propiciação. Constituía uma expressão de adoração, gratidão, ação de graças, alegria e dedicação total do ofertante a Deus. Visto que o indivíduo sentia constante necessidade de perdão, o holocausto também era um meio de expiação.

A *oferta -pacífica (shelamim*, "oferta de paz/bem-estar") era um sacrifício voluntário apresentado como oferta voluntária, de ação de graças ou em cumprimento de votos (Lv 7:11-18). O sacrifício era uma ocasião de júbilo (ver ISm 11:14, 15; lRs 8:63) e servia para fortalecer a relação pactuai por meio da comunhão com Deus e com outros israelitas (Dt 27:7). A maior parte da carne era dada ao ofertante que a comia perante o Senhor junto com a família e os amigos (Lv 7:15). Parte da carne se destinava ao sacerdote (v. 32-34). A imposição de mãos e o ritual de sangue mostram que esse sacrifício também desempenhava função expiatória (Ez 45:15, 17).

A *oferta pelo pecado* era um sacrifício para a remoção de pecado. Oferecia-se um tipo de oferta quando um sacerdote ou a comunidade pecava por ignorância (Lv 4:1-21) e outro tipo quando quem cometia o pecado involuntário era uma pessoa do povo (v. 27-31). O procedimento para cada tipo de oferta era ligeiramente diferente. No primeiro caso, aspergia-se o sangue do animal dentro do tabernáculo e punha-se parte dele sobre os chifres do altar do incenso. Derramava-se o resto do sangue na base do altar de sacrifícios e queimava-se a carne do animal fora do santuário. No segundo caso, aplicava-se um pouco do sangue nos chifres do altar de holocausto e derramava-se o resto na base do altar, O sacerdote comia parte da carne. Esse sacrifício expiava qualquer violação involuntária da lei pactuai.

Conforme Levítico 5:1-6, *esse* sacrifício também expiava a violação intencional da vontade de Deus, pois os pecados alistados são intencionais. (A frase “e for oculto dele" pode ser traduzida como “e lhe for oculto" [v. 2, 4]). O pecado intencional não ficava fora da função expiatória do sistema sacrifical. Somente os pecados insolentes não eram perdoados, uma vez que o indivíduo injuriava ao Senhor (Nm 15:30). Em suma, a oferta pelo pecado expiava pecados não intencionais, que contaminavam a pessoa moralmente, eticamente ou ritualmente. Expiava também o pecado intencional, expresso pela vontade do indivíduo de revelar uma ação incorreta, um pecado, ou um estado de impureza, Esse sacrifício tratava com o problema da impureza moral e de culto.

A *oferta feia culpa* libertava o indivíduo de um estado de culpa no qual havia incorrido perante o Senhor pelo trato indevido com as coisas sagradas e em caso de suspeitas de pecado (Lv 5:15, 17; Nm 6:12). O Senhor permitia ao pecador trazer uma oferta pela culpa a fim de lhe restaurar a paz de espírito. Uma oferta pela culpa também era requerida para expiar o pecado intencional de se apropriar indevidamente da propriedade de alguém e negar (Nm 5:5-8), e de manter relação sexual com uma escrava jã prometida a outro homem (Lv 19:20-22). Sempre que possível, além do sacrifício, era preciso fazer restituição e compensação. O procedimento para esse sacrifício era o mesmo da oferta pelo pecado (Lv 7:7). A única diferença consistia em ser o sangue aspergido “sobre o altar, em redor” (v. 2), e não colocado em seus chifres. Por meio desse sacrifício, fazia-se expiação pelo pecador arrependido (Lv 5:18).

A *oferta de manjares* era uma oferta sem sangue. O termo *minhah,* traduzido como “oferta de manjares”, significa na verdade “dom, tributo”. Essa oferta acompanhava todos os bolocaustos e ofertas pacíficas e consistia em uma mistura de grão ou farinha de trigo, óleo e incenso (Nm 15:3-11). A libação, feita de suco de uva, ao que tudo indica, era derramada na base do altar de holocaustos. Como uma oferta dos frutos da terra, a *minhah* era um reconhecimento pelas bondosas provisões divinas. Podia ser também uma expressão da boa vontade da pessoa em preservar a relação pactuai com o Senhor (Lv 2:13).

Os diversos sacrifícios mostram que o sistema sacrifical atendia todas as necessidades espirituais de Israel. Alguns eram principalmente expiatórios, como as ofertas pelo pecado e culpa. Outros não enfatizavam a expiação, embora realmente fizessem expiação pelo indivíduo (exemplo: diversos tipos de ofertas pacíficas). O sistema sacrifical expressava adoração, consagração, ação de graças, alegria, devoção, comunhão, companheirismo, lealdade para com a aliança, propiciação e muito mais. O fato de cada sacrifício incluir um elemento de expiação sugere que, sem ele, nenhum dos dons levados pelo povo seria aceitável ao Senhor. A riqueza teológica do sistema sacrifical israelita apontava simbolicamente para o valor e a eficácia infinita da morte sacrifical de Cristo.

C. *Funções do Sistema do Santuário do* AT

Para entender melhor a importância tipológica do santuário e a maneira como ele contribui para a compreensão do ministério sumo sacerdotal de Cristo, é preciso estudar em detalhes as diferentes funções do santuário.

1. Aspectos Teológicos do Santuário Israelita

A ordem divina para construir um tabernáculo entre os israelitas foi dada depois de terem saído do Egito e celebrado uma aliança com Deus (Ex 25:8). Isso sugere que a redenção precede o acesso ao santuário porque somente os que foram redimidos e entraram numa relação pactuai com Deus podem

desfrutar plena comunhão com Ele. O santuário é, de certo modo, uma tentativa de restaurar o estado edênico de íntima comunhão com Deus.

a. Lugar de encontro. O santuário é um lugar de encontro entre Deus e os seres humanos. Seu nome “Tenda da Congregação” indica esta função: fornecer um espaço para Deus e Seu Povo se encontrarem (Êx 40:32). A ídeia de se encontrar com Deus é importante no livro de Êxodo. Por meio de Moisés, Deus marcou um encontro com os israelitas no Sinai (Êx 3:12). Eles viajaram até aquela montanha, prepararam-se para o encontro (Êx 19:10, 11) e no terceiro dia se encontraram com o Senhor (v. 18). O Sinai se tornou o primeiro santuário israelita (v. 12; 24:2-5, 12). O santuário hebreu perpetuou a experiência do Sinai, um lugar onde Deus Se encontrou com Seu povo (Êx 29:43; SI 68:17).

b* Centro da revelação divina. A glória de Deus se revelou no Sinai (Ex 24:16, 17); habitou depois no santuário (Ex 40:34, 35). Essa glória não consistia apenas no brilho da presença divina (Êx 24:17), mas principalmente no mistério de Sua pessoa, A luz impenetrável de Sua glória testificava de Sua imanência e transcendência (Êx 33:18-23). Do santuário, continuou Deus a revelar Sua vontade a Seu povo. Os dez mandamentos, proclamados por Ele no Sinai (Ex 20:1-17), eram proclamados agora do santuário (Êx 25:22). Era também do santuário que Deus revelava Seu poder como rei e juiz; esse poder ultrapassava as fronteiras de Israel e alcançava o mundo inteiro (Êx 15:17, 18; 23:23; Am 2:5). A presença de Deus localizada no santuário de modo algum Lhe impunha limites.

c. Centro de adoração. Para os israelitas, encontrar-se com Deus no santuário era um ato de adoração (cf. SI 95:6). Isso era partícularmente verdadeiro durante as festividades, quando eles iam alegremente louvar ao Senhor (SI 68:24-26; 132:7). O povo de Israel também ia ao santuário com suas preocupações e necessidades, esperando encontrar refúgio e conforto em Deus (SI 43:2, 4, 5). Iam, às vezes, confessar seus pecados e buscar do Senhor o perdão a fim de ser contado entre os justos (SI 32:1, 2, 5, 11). Ali recebiam bênção e justificação da parte do Senhor (SI 24:3-5).

d. Lugar de acesso ao santuário celestial. De acordo com Êxodo 25:9, o tabernáculo devia ser construído segundo o “modelo” (*tabnit*) que o Senhor mostrou a Moisés no monte Sinai (cf. v. 40). Esse conceito precisa de estudo porque derrama luz sobre a verdadeira natureza do santuário israelita. O substantivo *tabnit* deriva-se do verbo *banah*, "construir”. No AT, *tabnit* serve para designar uma estrutura (SI 144:12), um modelo ou planta de edifício (2Rs 16:10; ICr 28:11-19), uma imagem ou figura de algo (Dt 4:16, 18; SI 106:20; Is 44:13; Ez 8:10; 10:8), ou uma réplica (Js 22:28). Descreve geralmente um objeto tridimensional e, na^ maioria dos casos, pressupõe a existência de um original.

A questão é se *tabnit*, em Êxodo 25:9, designa um modelo que aponta para o santuário celestial como o original, Se for possível mostrar que havia na fé israelita a consciência da existência de um santuário celestial, o uso de *tabnit* em Êxodo apontaria para o original. O AT dá testemunho de que, por trás do santuário terrestre, existe uma estrutura mais sublime, a habitação de Deus no Céu, Essa habitação celeste foi mostrada a Moisés e serviu como modelo do santuário que ele devia construir. Encontram-se referências ao santuário celeste nos Salmos e nos livros proféticos. O salmista afirma que Deus tem Seu trono no templo celestial (SI 11:4) e que, desse lugar, o Senhor observa o que acontece na Terra (SI 33:13, 14; 102:19; 113:5, 6). Empregam-se diferentes terminologias para se referir ao lugar da habitação divina: “santo templo” (Mq 1:2; Hc 2:20);

"templo" (2Sm 22:7; SI 18:6); "santuário" (SI 60:6; 150:1); "morada" ou "lugar" (Is 18:4; Mq 1:3); e, possivelmente, "casa" (SI 36:8). Visto que Deus habita no Céu, não é estranho encontrar "céus" (*shamayim*) usado como designação de Seu "santuário" celeste (SI 20:6; 102:19), bem como "lugar da Tua habitação" (lRs 8:39, 43, 49). Até mesmo o trono de Deus é usado como metonímia para Seu santuário celeste (SI 11:4; 93:2; Dn 7:9).

Esses dois santuários, o celeste e o terrestre, estavam estreitamente relacionados. O terrestre servia de ponto de acesso para o celeste (Is 6:1-7). A eficácia do santuário israelita era determinada por sua relação com o templo divino no Céu. Salomão estava plenamente convicto da ligação entre os dois. Foi por isso que ele orou dizendo que, se uma pessoa fizesse um juramento no templo em Jerusalém, Deus ouviría do Céu e agiría (lRs 8:31,32); e, sempre que o povo implorasse por perdão, Ele ouviría do Céu e lhes perdoaria os pecados (v. 34; ch v. 36, 39, 43). A eficácia dos rituais realizados no santuário terrestre dependia do que acontecia no santuário celeste.

E para essa realidade celeste que aponta o termo *tabnit* em Êxodo 25:9 e 40. Visto que o santuário terrestre foi modelado segundo o celeste, podemos chamar a atenção para certas correspondências entre os dois. Sugere-se primeiro uma correspondência funcional. O santuário celestial é o lugar no Universo onde o Deus transcendental Se encontra com Suas criaturas celestes. Salomão perguntou: "Mas, de fato, habitaria Deus na Terra?" Sua surpreendente resposta foi: "Eis que os céus e até o céu dos céus não Te podem conter, quanto menos essa casa que eu edifiquei!" (lRs 8:27). Deus não pode ser circunscrito pelo espaço, embora Se disponha a morar entre Suas criaturas, entrando em sua esfera de ação e habitando na Terra e no Céu para fazer-Se acessível a elas (cf. v. 29, 30).

Esse templo celestial, lugar de encontro para Deus e Suas criaturas, é também um centro de adoração. Ali anjos de Deus, Suas hostes celestiais, e "todas as Suas obras, em todos os lugares do Seu domínio", O louvam como Senhor entronizado nos Céus (SI 103:19-22). Ali também Ele lhes revela Sua vontade, à qual ouvem e obedecem (v. 20, 21). A assembléia celestial O louva porque Ele é incomparável (SI 89:5-7). Do santuário celestial Deus interage com Seu povo na Terra, não apenas lhes ouvindo as orações, mas também descendo e os resgatando da aflição e opressão de seus inimigos (18:6, 14-19; 20:2, 6). Mais importante, de Sua habitação no Céu, Deus concede perdão a Seu povo (lRs 8:30, 34, 49, 50) e lhes ensina o bom caminho (v. 36).

Se o santuário celestial serviu de algum modo como modelo para o terrestre, devia haver algum tipo de relação estrutural entre eles. Essa correspondência não devia ser definida em termos de dimensões nem de materiais usados na construção do santuário terrestre, mas no conceito arquitetônico da estrutura. O conceito arquitetônico pode assumir diferentes formas e tamanhos, e diferentes materiais podem ser usados na construção da estrutura, mas o conceito bã-«« sico continua o mesmo. A estrutura de dois compartimentos do santuário terrestre aponta não somente para um santuário celestial de dois compartimentos, mas também para o ministério de Cristo em duas fases naquele lugar. Naturalmente, o santuário celeste é infinitamente superior ao terrestre.
E o mínimo que se pode esperar de um lugar no Universo que une o finito e o infinito, o Criador com Suas criaturas, o transcendente com o imanente.

2. Santuário, Aliança e a Natureza do Pecado/Impureza

a. Aliança e santidade. A natureza de Deus é intransigentemente santa (Lv 19:2). Sua santidade O define como singular e separado do mundo de pecado e morte em que

os seres humanos vivem. Estabelecer uma relação de aliança com Deus significa receber a permissão para participar de Sua santidade (Ex 19:6). Quando se instituiu a aliança, a lei foi lida perante o povo e o sangue das vítimas sacrificais foi salpicado no altar, representando a presença de Deus e do povo (Ex 24:5-8). O povo recebeu o convite para imitar a santidade de Deus pela obediência à lei pactuai (Lv 19:2; 20:7, 8). Somente por meio do pecado e da impureza poderia essa relação pactuai ser ameaçada ou interrompida.

b. Pecado e aliança. O vocabulário para pecado no AT é rico (ver Pecado II.A). Dentro do contexto dos rituais do santuário, três visões de pecado são particularmente importantes. O primeiro entende o pecado *(hêt* "pecado, falta, errar o alvo") como um fracasso em executar determinado dever, isto é, obedecer à lei da aliança (Lv 4:2; Is 42:24). O segundo designa o pecado *(awon,* "iniquidade, perversão") como uma atividade ilícita ou errada, uma perversão do que é correto (ver Ex 33:27). Em terceiro lugar, a natureza verdadeira do pecado é expressa pela palavra *peshd* (crime, rebelião). Empregava-se esse termo para se referir à quebra de uma aliança entre duas nações (2Rs 1:1; 8:20, 22), Em um contexto teológico, *peshd* define o pecado como um ato de rebelião contra a aliança e o Senhor da aliança (Is 1:2; Jr 3:13; Am 2:4, 6-S). *Peshd* descreve seres humanos como dotados de um espírito naturalmente antagônico para com Deus. Visto que eles se rebelaram contra o Senhor (Gn 3), o pecado se acha agora misteriosamente inserido na natureza humana (SI 51:5; 143:2). O problema está situado no coração humano, a partir de onde o pecado brota para a vida (Jr 11:8; 17:9; 18:12). Essa reivindicação de independência de Deus põe um fim à relação pactuai.

c. Impureza e aliança. O tema principal dos regulamentos de culto girava em torno dos polos opostos de santidade e impureza. A santidade não é natural para os seres humanos e para a criação em geral; é posse exclusiva de Deus. E Ele que santifica objetos, lugares, tempo e, de maneira muito particular, santifica Seu povo (Lv 22:9, 16). Um contato impróprio entre o santo e o profano resulta em profanação; um contato entre o limpo e o imundo resulta em contaminação. Impureza e contaminação ameaçam praticamente tudo, até mesmo os puros que entram em contato com elas (Lv 11:39).

Teologicamente falando, "impureza" era uma metáfora para expressar alienação de Deus e dos semelhantes humanos. A pessoa impura não devia entrar em contato com mais ninguém e era excluída do santuário. Essa pessoa não estabelecia nenhum relacionamento significativo, estando, portanto, socialmente morta. E por isso que, em Levítico, a impureza está fundamental mente associada com a esfera da morte e da doença (Nra 6:6, 7, 11; Lv 13; 14).

A pessoa impura entrava na esfera de morte. Privada de interação social com a comunidade da aliança e de acesso ao Senhor da aliança no santuário, a pessoa fica banida da relação pactuai. Essa concepção de impureza sugere que pecado e impureza são palavras essencialmente sinônimas. Ambas põem um fim ao relacionamento pactuai por meio de violações involuntárias ou voluntárias da lei da aliança,

d. Reação divina ao pecado/ímpureza. Deus não é indiferente às violações da aliança por parte de Seu povo. Ele Se preocupa com a lealdade deles porque sabe que, fora da relação pactuai, reina a morte. Andar fora da aliança é entrar no domínio da* morte, da impureza e da alienação de Deus. 383
A pessoa que se afasta do Senhor incorre em culpa e carrega a sua própria iniquidade (Lv 4:3; 5:2-4). A frase "levar a sua iniquidade ou pecado" é usada no AT no sentido de "ser responsável por sua própria iniquidade" (Lv 5:1, 17; 17:16; 19:17; 20:17, 20) e, portanto,

ficar sujeito à punição (Lv 7:20, 21; 19:8). A violação da lei da aliança provoca a ira divina (Lv 26:28). Essa ira pode tomar a forma de punição redentora ou disciplina (v. 14-26). Pode também levar à dissolução do relacionamento pactuai (v. 27-33) e, por fim, à morte (cf. Lv 15:31; 18:24-28).

3. Resolução do Problema do Pecado

A resolução do problema do pecado entre os israelitas não era essencialmente diferente do que fora no sistema religioso patriarcal. Deus desejava perdoar o pecado de Seu povo e mostrou isso através do sistema sacrifical. O santuário concedia o perdão (Lv 4:20) e a purificação (Lv 12:8) de que os pecadores arrependidos precisavam. Para serem perdoados, os que estavam carregando seu pecado traziam uma vítima sacrifical perante o Senhor (Lv 5:5, 6). O sistema sacrifical funcionava dentro de uma estrutura de referência redentora e legal que levava a sério qualquer violação da aliança. Dentro desse contexto, o perdão era um dom divino, uma esplêndida manifestação do amor de Deus, O sistema sacrifical israelita era fundamentalmente uma dádiva do amor divino ao povo da aliança. Aos israelitas, Deus concedeu o sangue sacrifical para que o usassem como meio de expiação (Lv 17:11). Foi por Sua graça que Ele incumbiu o sacerdócio a Arão e a seus filhos (Nm 18:7). Os levitas, escolhidos para assistir a Arão, eram dádivas de Deus aos sacerdotes (v. 8, 9).

O cerimonial do santuário ilustrava a forma de Deus tratar com o problema do pecado. Os rituais nele efetuados consistiam em dois ministérios: as cerimônias diárias e a cerimônia anual no Dia da Expiação. Um exame delas fornece melhor compreensão do plano de Deus para a resolução final do problema do pecado por meio de Cristo.

a. Cerimônia diária. Cada dia os sacerdotes ministravam no pátio e no lugar santo do tabernáculo a favor do povo de Deus. Duas vezes por dia se oferecia por todos um sacrifício público (Ex 29:38-42). Além disso, os pecadores arrependidos levavam seus sacrifícios, buscando expiação pela mediação do sacerdote. Diferentes aspectos desses sacrifícios merecem atenção.

(1)Imposição de mãos. As mãos eram postas sobre cada animal destinado ao sacrifício, mas somente em Levítico 16:21, onde o pecado e a impureza são transferidos para o bode AzazeI, faz-se a relação explícita do ritual com a transferência do pecado. O impor as mãos também era praticado em ocasiões fora do culto para expressar a ideia de transferência e, em alguns casos, de substituição (Lv 24:14; Nm 8:10; 27:18-23). Nos sacrifícios diários, o pecador arrependido transferia para a vítima seu pecado/impureza. Esse ritual, ao que parece, era acompanhado, pelo menos em alguns casos, de uma confissão de pecado por parte do penitente (Lv 5:5, 6; 16:21).

(2) Morte do animal. A vítima do sacrifício era geralmente morta pelo ofertante, embora algumas vezes fosse o sacerdote que a degolasse (Lv 1:14, 15; 5:8). Pecado e castigo não podiam ser dissociados. Tanto o pecado como o castigo eram transferidos para o sacrifício.

(3) *Ritual da ingestão da carne.* De acordo com a legislação levítica, uma porção da carne da oferta pelo pecado pertencia aos sacerdotes e devia ser comida por ele em lugar sagrado (Lv 6:17, 18, 25, 26; 7:6, 7). Ao comer da carne do animal sacrificado, o sacerdote recebia os pecados do povo e fazia assim expiação (Lv 10:17). Esse ato vicário não lhe afetava a santidade. O pecador ia ao santuário carregando seu pecado e o transferia para o animal do sacrifício. Por fim, o sacerdote recebia o pecado e o trazia diante do Senhor, fazendo assim expiação pelo pecador (Ex 28:38), Sempre que um sacerdote levava um sacrifício por seu próprio pecado, não lhe era permitido comer da carne do

sacrifício. Ele não podia levar seu próprio pe-
384 ► cado sem morrer (Lv 22:9).

(4) Ritual de sangue. O sangue de algumas vítimas sacrificais era levado até o lugar santo pelo sacerdote e aspergido sete vezes diante do véu (Lv 4:6), Aspergir podia significar consagração (Ex 29:21; Lv 8:11) ou purificação (Lv 14:7, 51; 16:19; Nm 8:7). Sempre que a carne não era comida, aspergia-se o sangue no lugar santo, o que tornava esses dois rituais intercambiáveis. Ambos significavam a mesma coisa: levar o pecado perante o Senhor, transferindo-o para o santuário.

Levítico 17:11 diz: "Porque a vida *[nefesh]* da carne está no sangue. Eu vo-lo tenho dado sobre o altar, para fazer expiação pela vossa alma *[nefesh],* porquanto é o sangue que fará expiação em virtude da vida *[nefeshY.* Deus atribuiu ao sangue do animal sacrifical uma função expiatória a favor do povo, aceitando a vida do animal em troca da vida da pessoa. Essa interpretação do ritual de sangue vale para todo o sangue sacrifical (v. 8). O verso 11 limita a função expiatória do sangue como vida a seu emprego no altar. O sangue pertence exclusivamente a Deus e, ao Lhe devolver o sangue do sacrifício no altar, permitia-se que pecadores transferissem seu pecado para o santuário por meio de um sacerdote mediador. Ou seja, o santuário assumia temporariamente o pecado e a culpa deles. Deus aceitava o sacrifício como um substituto do pecador. Na expectativa da definitiva oferta pelo pecado, o sangue mediado expiava e reparava o pecado do ofertante.

(5) *Valor expiatório de todos os sacrifícios.* Todos os sacrifícios tinham uma função expiatória, mas a força expiatória do sacrifício era determinada pelo ritual de sangue e pelo que sucedia à carne da vítima, O ritual de sangue da oferta pelo pecado era complexo, porque sua função primária era fazer expiação pelo pecador. O sangue da oferta pela culpa era lançado ou espalhado sobre os lados do altar de holocausto e o sacerdote comia a carne. O ritual de sangue também exigia a restituição e a compensação. Aspergia-se o sangue do holocausto — um sacrifício para fins múltiplos - ao redor do altar, sobre o qual se queimava inteiramente a vítima sacrifical. Embora a função principal da oferta pacífica não fosse expiatória, a imposição das mãos e a aspersão do sangue nos lados do altar sugeriam um aspecto expiatório.

Visto que todos os sacrifícios estabeleciam ou fortaleciam boas relações entre Deus e o indivíduo, todo sacrifício possuía, até certo ponto, uma função expiatória. Mais que qualquer outro livro do AT, Levítico mostra que os seres humanos são essencialmente impuros, impedidos de se aproximarem de Deus por si mesmos. Todo sacrifício cruento tratava desse problema existencial, até mesmo quando a função principal do sacrifício não era expiatória.

(6) Os holocaustos diários. Havia sempre um holocausto sobre o altar queimando a favor do povo de Israel (Ex 29:38-42; Nm 28:3-8) e sugerindo que a aceitação diária da nação por Deus só era possível mediante o cordeiro sacrifical sobre o altar. Como nação, Israel dependia do constante poder expiatório desse sacrifício.

(7) Transferência e contaminação. Há um sentido no qual a transferência do pecado, com relação aos sacrifícios diários, não contaminava a vítima, nem o sacerdote, nem o santuário. A violação ilegal da santidade do santuário era uma contaminação, mas nesse caso o pecador devia morrer (Lv 15:31; 20:2, 3; Nm 19:13). O pecado era transferido para o sacrifício, para o sacerdote e para o santuário; mas todos permaneciam santos. Confrontamos aqui um paradoxo. A pessoa que levava a carne da oferta pelo pecado para queimá-la fora do arraial devia lavar suas vestes e banhar o corpo antes de voltar ao arraial (Lv 16:27, 28). Contudo, a carne do animal, descrita como "mais santa" (Lv 6:24), era uma fonte da contaminação.

As cinzas da novilha vermelha (Nm 19:TI0) eram misturadas com água e aspergidas para purificar a pessoa que tivesse tocado em algum cadáver (v, 11-13). No entanto, a pessoa que fazia a aspersão ficava contaminada (v. 21). A limpeza e a imundícia andavam
385 ► juntas nesse rito. Algo semelhante acontecia com o sangue: em alguns aspectos ele era fonte de impureza (Lv 12:7), em outros era um meio de purificação,

No contexto da expíação, santidade e pecado, vida e morte, pureza e impureza são justapostos em uma relação ínsondável e paradoxal. O Senhor aproxima essas coisas, e desse encontro emergem vitoriosos expiação e perdão. 0 santo instrumento entra em contato com os impuros e não obstante permanece santo, provendo uma notável prefiguração do mistério sacrifical de Cristo (2Co 5:21).

As cerimônias diárias contribuíam para a resolução do problema do pecado no sentido de proverem para o indivíduo e para a nação um meio diário de expíação. Por meio do sacrifício e da mediação sacerdotal, o pecado dos penitentes era transferido para a vítima sacrifical. Deus permitia aos israelitas oferecer-Lhe o sangue sobre o altar, através do ministério do sacerdote, como um substituto para a vida do pecador. Deus assumiu a responsabilidade pelo pecado no sentido de estar disposto a levar a iniquidade *{'cnvon),* a transgressão *(pesha)* e o pecado *(hêt')* de Seu povo mediante o perdão (Ex 34:7).

b. Cerimônia anual: O Dia da Expiação. Uma vez por ano, o sumo sacerdote tinha acesso ao lugar santíssimo (Lv 16). Nesse dia, o ritual do santuário israelita alcançava seu ponto alto e objetivo máximo. O propósito do Dia da Expiação incluía diversos elementos estreitamente relacionados.

(1) *Purificação final do povo.* O santuário devia ser purificado "por causa das impurezas dos filhos de Israel, e das suas transgressões, e de todos os seus pecados" (v. 16; cf. v. 21, 30, 34). O acúmulo desses termos para pecado designa todas as espécies de pecado, querendo dizer que os pecados expiados no Dia da Expiação não se limitavam a nenhuma categoria de mal. Os rituais do Dia da Expiação purificavam o santuário e os altares (Lv 16:16, 18; Êx 30:10), apesar disso esses rituais beneficiavam o povo porque sua limpeza era definitiva. Levítico 16:33 sugere isso: "fará expiação pelo santuário, pela tenda da congregação e pelo altar; também a fará pelos sacerdotes e por todo o povo da congregação." O espaço "contaminado" era o santuário, e se fazia a expiação para purificá-lo. Mas visto que, pela mediação dos rituais diários, o pecado e a impureza eram transferidos para o santuário, sua remoção no Dia da Expiação tornava definitiva a sua purificação.

(2) Deus julga Israel. No santuário, Deus atuava como juiz de *Seu* povo. Nos Salmos, que eram usados nos rituais do templo, Deus é muitas vezes louvado como juiz de Seu povo e do mundo (SI 9:19). Ele é aquele que julga Israel, e o salmista não teme ser julgado por Ele (SI 7:7, 8). Na qualidade de juiz, Deus sonda a mente e o coração dos justos (v. 9; 139; 1, 23). É Deus quem vindica os justos no juízo (SI 17:2; 26:1, 2; 35:24; 43:1).

O Dia da Expiação era uma santa convocação, um dia em que o povo devia afligir a alma ou bumilhar-se (Lv 23:27). O mesmo verbo (humilhar-se) aparece com o jejum em Isaías 58:3 e 5, embora humilhar-se envolvesse mais do que jejuar (cf. SI 35:13). O jejum expressava a dependência e necessidade individual de Deus, No Dia da Expiação, os israelitas sentiam e expressavam sua dependência de Deus e seu desejo de conservar a relação de aliança com o Senhor, porque somente Ele poderia purificá-los de maneira definitiva.

Esse dia também era um dia de descanso solene, um sábado cerimonial, durante o qual não se podia fazer nenhuma obra (Lv 16:31). Todos os israelitas deviam se humilhar

diante do Senhor, dependendo inteiramente de Deus e se abstendo de toda atividade secular. O descanso do povo contrasta com a intensa atividade do sumo sacerdote nó santuário. Enquanto eles repousavam, esse trabalhava ativamente em benefício deles perante o Senhor. A purificação definitiva que não podiam realizar por suas ações, o sacerdote a realizava por eles.

No mesmo dia, o Senhor julgava os "israelitas". Avaliava se haviam se humilhado ou
386 ► não, se estavam realmente dependendo do poder divino de purificação e da graça perdoadora de Deus (Lv 23:29). Avaliava também se estavam ou não repousando nEle (v. 30). Os que não afligiam suas almas nem repousavam no Senhor eram considerados culpados e jã não podiam fazer parte do povo de Deus (v. 30). O indivíduo que, por orgulho ou autossuficiência, rejeitasse a graça expiadora de Deus anulava o benefício do ritual diário.

(3) *Vindicação de Deus e de Seu santuário,* Por meio dos sacrifícios diários, os pecados confessados de pecadores arrependidos eram transferidos para o santuário de Deus. Só se permitia que pecado e impureza entrassem na presença de Deus quando era para fazer expiação por eles. Mas nem mesmo pecados expiados podiam permanecer indefinidamente na santa habitação de Deus. Enquanto esses pecados ali permanecessem, a solução para o problema do pecado não era definitiva. O Dia da Expiação proclamava que santidade e pecado, pureza e impureza não tinham nada em comum, O pecado e a impureza eram elementos estranhos que tinham a permissão de Deus para permanecer temporariamente em Sua presença, a fim de preservar aqueles que Ele amava. Mas, no momento apropriado, Deus removería de Sua presença tanto o pecado/impureza como aqueles que decidiram se identificar com esses elementos.

No Dia da Expiação, Deus restituía o pecado/impureza à sua verdadeira fonte e originador. O segundo bode, levado pelo povo, era para Azazel; isto é, representava Azazel (Lv 16:8). Embora não seja claro o significado desse nome, o paralelismo entre 'para o Senhor" e "para Azazel" mostra que Azazel era um ser pessoal, provavelmente uma figura demoníaca. Azazel entra em cena depois que Arão termina a purificação do santuário. Esse bode não tem nada que ver com os rituais expiatórios do Dia da Expiação. Serve apenas para levar sobre si todas as iniquidades do povo de Israel (v, 22; *nasa 'cnvon).* A locução "levar sobre si" não significa levar o pecado de alguém vicariamente, pois somente nessa passagem a locução "levar todas as iniquidades" é seguida por um destino: "para terra solitária'. A expressão significa "levar embora" para o deserto e não tem implicações expiatórias. O rito do bode emissário era um rito de eliminação do pecado/impureza, não um ato sacrifical.

A colocação do pecado/impureza sobre o bode que representava Azazel mostrava a origem demoníaca do pecado/impureza e o retorno dele a seu lugar de origem. Esse poder demoníaco, longe de ser uma ameaça ao Senhor, é controlado por Ele. Enquanto Israel repousa, o Senhor revela Seu poder sobre o mal e todas as forças demoníacas. O Dia da Expiação é, portanto, uma afirmação da soberania de Deus e da supremacia da santidade sobre o pecado/impureza, Isso aponta, sem sombra de dúvida, para a consumação do plano divino de redenção da raça humana por meio de Cristo.

As cerimônias diárias e anuais no santuário israelita estavam entrelaçadas na resolução do problema de pecado no AT. Em vez de remover o pecador da Sua presença, o Senhor o purificava a fim de preservar a relação da aliança. Nas cerimônias diárias, o pecado/impureza do penitente era transferido para o santuário por meio de um substituto sacrifical, deixando a pessoa em paz com Deus. Uma vez por ano, a expiação diária era consumada na remoção desse pecado/impu-

reza da presença de Deus, encerrando assim a purificação diária. No Dia da Expiação, Deus examinava a qualidade do compromisso de fé de Seu povo. Os que haviam mantido seu relacionamento diário de fé com o Senhor eram conservados; aqueles que o tinham violado e rejeitado eram permanentemente separados da comunidade da aliança. Deus Se[1] revelava como um Deus amoroso e poderoso, capaz de salvar e derrotar as forças do pecado. Era assim que o sistema sacrifical do AT esboçava em sombras e tipos o plano da redenção centralizado no vindouro Redentor messiânico.

II. O Sacerdócio de Cristo no NT

A. *Limitações do Sistema Típico*

Este exame do cumprimento tipológico do sistema sacrifical em Cristo concentra-se em Hebreus e Apocalipse. Mas, visto que a interpretação sacrifical da morte de Cristo se encontra por todo o NT, outros textos também serão examinados. O sistema típico possuía sérias limitações, e o reconhecimento disso não é um fenômeno restrito ao NT. O salmista sabia ser impossível aos seres humanos se redimirem pagando o preço por sua própria vida (SI 49:7). Somente Deus podia pagar o resgate (v. 15). O sacrifício era apenas a expressão de um coração contrito buscando o perdão de Deus (SI 51:16-19). O AT chamava a atenção para um tempo em que essas limitações seriam removidas mediante o sacrifício perfeito do Servo do Senhor (Is 52:3—53:12), descrito como o Cordeiro perfeito que morreria morte sacrifical e vicária (v, II),

O NT identifica as limitações do antigo sistema a fim de engrandecer a importância do novo. E assim que, para Hebreus, a aliança com Israel tinha uma função temporal limitada (8:7-13). O santuário israelita era apenas uma sombra, um tipo, uma cópia, do santuário original no Céu; não era o verdadeiro (v. 2, 5). O sacerdócio levítico era inadequado porque não conseguiu alcançar a perfeição (Hb 7:11), isto é, não pôde resolver o problema do pecado. Por exemplo: a única coisa que o sacerdócio levítico típico era capaz de fazer era dramatizar o genuíno ministério sacerdotal de Cristo, cujo sacrifício e mediação podia de fato “aniquilar o pecado” (Hb 9:26; 10:4).

B. Superioridade da Nova Ordem

A preocupação pastoral da epístola aos Hebreus se expressa em explicações e exortações. Ao que parece, a fé dos crentes a quem a carta foi dirigida havia se enfraquecido, fazendo com que fossem atraídos novamente para a fé e práticas judaicas. O autor de Hebreus os exorta a permanecer fiéis à fé que uma vez aceitaram (3:13, 14; 4:1; 12:12, 13). Por toda a carta, o escritor defende a superioridade da obra de Cristo sobre o sistema ritual sacrifical, salientando a ineficácia deste para purgar o pecado assim como a natureza repetitiva de suas cerimônias em comparação com o sacrifício definitivo de Cristo, para "aniquilar o pecado” (9:26). Hebreus contrasta o antigo e novo para demonstrar que, por meio de Cristo, ocorreu um novo Exodo. As realizações do novo Êxodo são muito melhores do que as do antigo, e a redenção que ele iniciou é eterna, ou seja, não precisa ser repetida, porque seus benefícios são permanentes.

1. Melhor Aliança

O novo sistema estabelecido por meio de Cristo trouxe à existência a nova aliança anunciada por Jeremias (Jr 31:31-34; Hb 8:8-12). A nova aliança é superior à antiga porque seu mediador é o Filho de Deus (Hb 8:6; 9:15). Ele, que é humano (Hb 2:5-18) e divino (Hb 1:1-4), é capaz de estabelecer uma relação de aliança entre Deus e os

seres humanos. Ele também é a vítima sacrifical por cujo sangue a aliança foi ratificada (Hb 12:24; 9:15-18). Cristo recebe o nome de “fiador de superior aliança" (Hb 7:22) porque garante a permanência da nova aliança. O contraste entre as duas alianças leva o apóstolo a uma discussão dos santuários sob cada aliança (Hb 8; 9).

2. Melhor Santuário

a. Santuário celestial em Hebreus. O autor de Hebreus segue o padrão do Êxodo: redenção, aliança e santuário. O santuário da nova aliança é superior porque é celestial (Hb 8:1, 2; 9:24). Hebreus se baseia aqui em Êxodo 25:9 e 40, onde encontra uma referência ao verdadeiro santuário celestial de Deus, que precede o terrestre. O santuário
388 ► celestial, que pode ser chamado de antítipo (Hb 9:24, gr. *antity-pos),* serviu de modelo para o terrestre. Por ser uma cópia do original, o tabernáculo é inferior, sendo descrito como uma "sombra” do celestial, Na condição de cópia e sombra, o santuário terrestre apontava para o celestial, dando testemunho assim de sua própria transitoriedade (v. 11).

Em Hebreus, o santuário celestial é real; Cristo entrou nele após Sua ascensão (4:14-16; 6:19, 20; 9:24; 10:12) e está realizando ali uma obra sacerdotal (7:27). Para o apóstolo, Cristo é a pessoa divina que assumiu a humanidade e Se tornou um de nós (2:14), sofreu sob a pressão das tentações (5:7, 8), morreu na cruz (12:2), ascendeu ao Céu (4:14) e entrou no santuário celestial (9:24). Para o autor de Hebreus, é inquestionável a realidade de todas essas experiências.

Seguindo os ensinos do AT, Hebreus defende a existência de um santuário real no Céu. As passagens que parecem sugerir uma interpretação metafórica do santuário celestial, quando examinadas mais detidamente, apoiam uma interpretação literal. O substantivo *ta hagia* (o santuário) em Hebreus designa o santuário como um todo, e não um de seus dois compartimentos. O que sugere isso, príncipalmente, é o fato de *ta hagia* ser usado no paralelismo "tenda” *{skSnS;* 8:2), que no AT designa o tabernáculo. Além disso, quando o autor de Hebreus se refere ao lugar santo, *hagia* é usado sem artigo; e, quando a referência é ao lugar santíssimo, emprega-se *hagia hagiõn.* Essa ênfase no santuário terrestre como uma cópia do celestial, junto com a discussão dos dois compartimentos do terrestre (9:1-7), sugere que o autor de Hebreus compreendia que o santuário celestial era uma estrutura dividida em duas partes. No entanto, o apóstolo não desenvolve essa ideia, visto que o principal interesse dele era deixar claro que o santuário celestial, onde Cristo ministra, é superior ao terrestre (ver Apêndice A).

b. Santuário celestial em Apocalipse. O Apocalipse menciona diversas vezes o santuário celestial. Em 14:17 o *naos* (templo) se encontra “no Céu”; por sua vez, em 11:19, a linguagem é mais precisa: “o santuário de Deus, que se acha no Céu.” "templo” e “tabernáculo” (*skênê*) são usados como sinônimos em 15:5 e também descritos como situados “no Céu”. Essa estrutura de dois compartimentos contém um lugar santo com lâmpadas (4:5) e um altar de incenso (8:3, 4); possui também um lugar santíssimo com a arca da aliança (11:19). O trono de Deus está no santuário (4:2-8; 7:15). Realiza-se ali salvação (7:10) e intercessão (8:2-4); por causa disso o templo é alvo do ataque das forças malignas (13:6). Enquanto o santuário celestial é descrito na linguagem colorida e metafórica dos tipos terrestres, os capítulos 4 e 5 de Apocalipse deixam claro que o santuário terrestre não passava de uma pálida cópia do celestial, sumamente mais elevado e glorioso. No fim do livro somos informados de que na Nova Jerusalém não há nenhum templo (21:22); toda a cidade serve como tabernáculo de Deus, o lugar onde Ele habita com Seu povo (v. 3; cf. 7:15).

3. Melhor Sacerdócio

A essência da mensagem de Hebreus é que "possuímos tal sumo sacerdote, que se assentou à destra do trono da iVIajestade nos Céus" (8:1). Desde o início da epístola, é anunciada a obra sacerdotal de Cristo (1:3); faz-se referência a ela em cada capítulo subsequente até seu pleno desenvolvimento em 7:1-28.

a. O sacerdócio de Cristo e o sacerdócio aarônico. Hebreus mostra que Jesus satisfez as qualificações básicas, para o sacerdócio levítico melhor do que os sacerdotes aarônicos. A importância tipológica desse sacerdócio encontrou cumprimento antitípico em Cristo.

Exigências Sumo Sacerdotais

Sacerdócio Aarônico

1. Devia ser humano (Hb 5:1)
2. Devia ser chamado por Deus (v. 4)
3. Devia compadecer-se dos pecadores mediante domínio próprio (v, 2; *metriopatheõ*, "moderar as próprias
389 ► paixões")
4. Devia ter algo a oferecer: sangue de animais (v. 1, 2)
5. Devia oficiar em um santuário: o terreno (Hb 9:1-7)

Sacerdócio de Cristo

1. Cristo era tanto humano (Hb 2:14) quanto divino (1:1-3)
2. Cristo foi chamado por Seu Pai (5:5, 6)
3. Cristo compadeceu-Se *(sympatheõ*, "ter compaixão") dos pecadores (4:15)
4. Cristo ofereceu-Se como sacrifício (7:27)
5. Cristo oficia no santuário celestial (8:2)

b. O sacerdócio de Cristo e Melquisedeque. Embora o sacerdócio aarônico prefigure a atividade sacerdotal de Cristo, o NT não deixa dúvida de que o novo sacerdócio anularia o antigo. A antiga aliança seria substituída pela nova, os sacrifícios típicos chegariam a seu fim com o verdadeiro, e o sacerdócio levítico daria lugar à ordem de Melquisedeque (Hb 7:11, 12, 18, 19; 8:13; 10:3-10). Assim, o sacerdócio de Cristo foi não somente o antítipo do sacerdócio aarônico, mas também o cumprimento da profecia messiânica encontrada em Salmo 110:4, à luz do exame que Hebreus faz de Gênesis 14:17-20. Na discussão do sacerdócio de Melquisedeque, demonstra-se a superioridade do sacerdócio de Cristo (Hb 7:1-28).

O incidente narrado em Gênesis 14 fornece informações que mostra a superioridade do sacerdócio de Melquisedeque sobre o de Arão. Demonstra-se isso primeiramente observando-se que Abraão deu seu dízimo a Melquisedeque (Hb 7:2, 4-6). Em segundo lugar, ao abençoar Abraão, Melquisedeque se mostrou superior ao patriarca (v. 6, 7). Em terceiro lugar, o sacerdócio de Melquisedeque permanece perpetuamente (v. 3). Em Hebreus, Melquisedeque prefigura o sacerdócio de Cristo (v. 3).

A predição do sacerdócio de Jesus segundo a ordem de Melquisedeque mostrava que o sacerdócio aarônico era transitório (v. 11-14) e que a perfeição, isto é, a salvação do pecado não era possível pelo sacerdócio aarônico. Isso significava que Deus pretendia modificar a lei sacerdotal, permitindo que um não descendente de Arão se tornasse sumo sacerdote. Com a chegada do novo Sumo Sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque, o sacerdócio típico chegaria ao fim (v, 15-19). Cristo Se fez sacerdote, não com base em laços genealógicos, mas por uma declaração divina. Seu sacerdócio é permanente porque Sua vida é indestrutível,

Para dizer a verdade, Jesus Cristo é o único e verdadeiro mediador sacerdotal entre Deus e a raça humana. Os sacerdócios de Arão e Melquisedeque servem apenas como exemplos do ministério eficaz de Cristo. "Porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem, o qual a si mesmo se deu em resgate por todos: testemunho que se deve prestar em tempos oportunos" (lTm 2:5, 6).

A superioridade do sacerdócio de Cristo foi instituída por um juramento divino. Também é superior porque Cristo "continua para sempre" (Hb 7:24). Seu sacerdócio é, portanto, imutável. Por fim, Cristo é superior porque jamais pecou e não precisa oferecer sacrifícios para expiar os próprios pecados (v, 26, 27). Seu ministério é exercido inteiramente em benefício de outros (v. 25).

4. Melhor Sangue/Sacrifício

As limitações do sistema israelita se tornaram mais evidentes na área da eficácia do sistema sacrifical. Nenhum dos sacrifícios diários tinha o poder de remover o pecado e a impureza, nem mesmo os sacrifícios do Dia da Expiação (Hb 10:4). O sangue de Cristo é superior porque trata com a impureza humana (pecado) e a alienação de Deus ao purificar a consciência (Hb 9:14) e aperfeiçoar o adorador (Hb 10:14). Essa perfeição deve ser entendida como a retirada de todos os obstáculos que impedem a pessoa de ter acesso a Deus. O sangue de Jesus purifica do pecado (IJo 1:7; Ap 1:5; 7:14), em um sacrifício feito de uma vez por todas (Hb 7:27; 10:12). ■<390

III. O Ministério de Cristo no Santuário Celestial

A. *inauguração do Saniuário Celestial*

A ministração do sacerdócio aarônico no lugar santo do santuário diariamente e no lugar santíssimo uma vez por ano tipificou a obra de Cristo no santuário celestial, descrevendo os dois aspectos da mediação de Cristo dentro da história da salvação. Daniel, Hebreus e Apocalipse contêm referências ao momento em que Cristo começou Sua obra sacerdotal no santuário celestial. [1]

1. Daniel e a Inauguração do Santuário Celestial

A profecia messiânica registrada em Daniel 9:24-27 foi dada como uma resposta à oração de Daniel em favor do seu povo e da cidade de Jerusalém. O profeta é informado de que seriam concedidas 70 semanas de graça a Israel. Esse período, dividido em sete semanas, 62 semanas e uma semana, respectivamente, é profético e representa, de acordo com o princípio dia-ano de interpretação profética, 490 anos (ver Apocalíptica II.D; Juízo III.B. La). O aspecto mais importante dessa profecia é a vinda do Messias, que é ungido depois de 69 semanas e morre no meio da septuagésima semana. Por meio de Sua morte, Ele dá fim aos pecados pela justiça que concede. Quando a profecia se cumpre ("é selada"), põe-se fim ao pecado, porque o perdão divino agora está disponível. A iniquidade foi expiada e o lugar santíssimo ungido (v. 24).

O termo "santíssimo" nunca se aplica no AT a uma pessoa. Quando se refere ao lugar santíssimo, recebe o artigo, que não aparece aqui. Na ausência do artigo, "santíssimo" refere-se ao santuário e/ou às coisas com ele relacionadas. A ideia de ungir um "lugar santíssimo" corresponde à unção do santuário terrestre (Êx 30:26-29; 40:9-11). Daniel diz que o santuário celestial foi ungido ou dedicado quando Cristo começou Sua obra sacerdotal.

Essa profecia messiânica incomparável prediz a dedicação do santuário celestial usando terminologia empregada na dedicação do santuário terrestre. A cronologia da própria profecia também aponta para aquele acontecimento. Começa com a unção do Messias. Sua morte, que produz perdão, faz cessar o sistema sacrifical (Dn 9:27). Por fim, o santuário celestial, onde o Messias executaria Sua obra sacerdotal, é ungido. Conforme essa profecia, tudo isso se realizaria perto do fim das 70 semanas proféticas.

2. Hebreus e a Inauguração do Santuário Celestial

Hebreus contrasta o antigo Exodo com o novo e demonstra especial interesse na

inauguração das instituições religiosas. Menciona-se, especialmente, a instituição da antiga aliança (9:18-20) e de seu santuário terrestre (v. 1-10, 21). O autor também está interessado no início da obra sacerdotal de Cristo no santuário celestial, que inaugurou um caminho de acesso a Deus (10:20). O verbo *enkainizõ,* que significa "dedicar, inaugurar, renovar", é usado no verso 18 para referir-se à inauguração da primeira aliança. Uma outra referência à inauguração do ministério de Cristo no santuário celestial ocorre nos versos 11 e 12, onde não se usa o verbo "inaugurar", mas encontramos conceitos associados a ele. *Ta hagia* (santuário) refere-se aqui ao santuário todo, e não somente ao lugar santíssimo (ver Apêndice A).

Cristo é descrito corno chegando, pela primeira vez após Sua ascensão, ao santuário celestial e entrando nele depois de obter redenção eterna. A construção grega do verso 12 sugere que Cristo primeiro garantiu a redenção e, em seguida, entrou no santuário. Na cruz, Cristo obteve redenção; no santuário celestial está aplicando os benefícios de Sua obra redentora aos que se arrependem dos seus pecados e exercem fé. Como nos tempos antigos, o acesso ao santuário era precedido por um ato sacrifical de redenção. O sangue de Cristo é contrastado no verso 12 com o sangue "de cabras e bezerros", usados na inauguração do santuário terrestre. O sangue de Cristo possibilita o início de Seu ministério sumo sacerdotal.

Visto que o santuário celestial preexistiu ao terrestre, a inauguração não era tanto do santuário como do ministério de Cristo. Deus havia perdoado os seres humanos no passado com base na morte e sacerdócio vindouros de Cristo (Rm 3:25; Hb 9:15). Após Sua ascensão, o perdão se baseava no sacrifício completado. Essa inauguração assinalou o início da aplicação de Cristo dos méritos de Sua vida e morte expiatória passadas.

3. Apocalipse e a Inauguração **do Santuário Celestial**

A descrição em Apocalipse 4 e 5 é de uma cena celestial (4:1); o lugar é o santuário celestial. Encontra-se ali o trono de Deus (4:2); existem sete lâmpadas (4:5); mencionam-se taças de ouro cheias de incenso (5:8); e o Cordeiro está presente (5:6). Um dos propósitos dessa visão é derramar luz sobre a entronização de Cristo como rei e sumo sacerdote no santuário celestial. A primeira visão do Senhor exaltado (Ap 1:12-16) descreve Cristo como sumo sacerdote (v. 13; cf. Ex 28:4) andando entre sete candeeiros. Também O descreve como um rei que Se assenta no trono junto com o Pai (3:21).

Em Apocalipse 5, o Senhor está assentado em Seu trono, tendo na mão direita um livro que ninguém pode abrir (v. 1-4), O trono de Deus é rodeado por Seu conselho celestial e hostes angélicas. Eis que aparece "o Leão da tribo de Judá, a Raiz de Davi" (v. 5; cf. Is 11:1). Ele é descrito como um cordeiro morto porque, embora seja o Senhor exaltado, Seu sacrifício conserva ainda sua eficácia (v. 6), Ele é digno de tomar o livro e de abri-lo (v. 9, 10), e de governar sobre as nações (v. 13). E digno de assumir Sua posição como rei e sacerdote no santuário celestial porque morreu para resgatar o mundo (v. 9, 12), Cercado do louvor de seres celestiais, o Filho é entronizado como rei e sumo sacerdote. Desse ponto em diante, em Apocalipse, o Cordeiro é associado com Deus em Seu trono (ver 22:3).

B, A Obra Mediadora de Cristo: Cerimonial Diário

1. Mediação e Cerimonial Diário

Em Hebreus, Cristo está assentado à destra de Deus (10:12, 13) e Sua obra

intercessória é descrita no contexto do cerimonial diário do santuário terrestre (7:27; 10:11). Ele entrou no santuário celestial para ministrar em favor de Seu povo (6:20; 9:24). Desde Sua ascensão, começou a cumprir a função típica do cerimonial diário no santuário terrestre. Para Paulo, esta obra sacerdotal de Cristo é mediatória (Rm 8:34; lTm 2:5). Daniel viu o Messias, o Príncipe do Exército do Senhor (cf. Js 5:13-15), realizando o sacrifício diário (*tamid*) no santuário celestial (Dn 8:11, 12).

No Apocalipse, cada um dos ciclos visionários do livro é introduzido por uma cena de santuário. Três dessas merecem menção especial. A primeira introduz as mensagens às sete igrejas (1:10-20). O Cristo exaltado aparece a João como um sumo sacerdote que anda entre sete candeeiros, representativos das sete igrejas. Por meio de Seu ministério em favor das igrejas, Ele conforta e encoraja os crentes. A menção de lâmpadas sugere o ministério no lugar santo. A segunda cena de santuário, já discutida, introduz o ciclo dos sete selos (4; 5) e representa a entronização de Cristo como rei e sumo sacerdote, A terceira cena serve de introdução para as sete trombetas (8:2-5). João divisa aqui um anjo ministrando diante do altar de incenso no lugar santo do santuário celestial (v. 3). Esse anjo provavelmente seja Cristo porque, segundo Êxodo 30:7 e 8, a responsabilidade de queimar o incenso no altar repousava principalmente sobre o sumo sacerdote. Diante do altar de incenso, o Anjo faz mediação pelas orações dos santos misturando-as com o incenso que se queima sobre o carvão incandescente do altar (Ap 8:3). Essa é uma descrição do ministério contínuo de Cristo no santuário celestial, que apresenta em favor dos pecadores arrependidos Sua vida sem pecado e Sua morte expiatória, simbolizada como incenso perfumado.

2. Aspectos Específicos da Mediação de Cristo

A obra de Cristo abrange mais do que Seu ministério em favor da humanidade. Por meio de Sua morte, Ele reconciliou com Deus "todas as coisas, quer sobre a Terra, quer nos Céus" (G1 1:20). Essa reconciliação cósmica será consumada no fim do grande conflito, antes da destruição dos poderes malignos, quando toda criatura no Céu e na Terra há de confessar "que Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai" (Fp 2:10, 11). Enquanto isso, Deus por meio de Cristo preserva o Universo e o mantém unido (Cl 1:17; Hb 1:3).

Deus revelou-Se de forma singular em Cristo (Jo 1:14). Por meio do Filho, Deus fala (Hb 1:2) e revela Sua vontade ã comunidade cristã (Hb 12:25). Sua fala assume também a forma de uma bênção. Em Cristo, Deus tem abençoado os crentes "com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais em Cristo" (Ef 1:3; cf. Cl 3:14).

Por meio da morte sacrifical de Cristo, os seres humanos são conduzidos a Deus e continuam a ter acesso a Ele (Ef 2:18; lPe 3:18). Cristo compareceu diante de Deus no santuário celestial como nosso precursor; de modo que, através dEIe, estamos livres para nos aproximar de Deus em plena confiança (Ef 3:12; Hb 10:20).

Deus, pela mediação de Cristo, perdoa a humanidade (Ef 4:32). Por meio de Cristo, o arrependimento alcança o coração humano (At 5:31). Mesmo depois da conversão, o pecado assedia os cristãos, deixando-os sujeitos a cair. Em tais casos, o pecador tem um Advogado que pode representá-lo junto ao Pai e através do qual é possível obter perdão (ljo 2:1, 2).

A impureza é a condição natural do coração humano. Para restaurar a unidade entre Deus e a humanidade, a purificação é necessária. Essa purificação, necessária toda vez que os crentes pecam (Hb 9:14), acha-se

disponível em Cristo (ljo 1:9). Embora os crentes já tenham sido santificados pelo sangue de Cristo (Hb 10:29), Ele continua confirmando-lhes os corações em santidade (lTs 3:13). São chamados, como o Israel antigo, a ser santos, porque Deus é santo (IPe 1:15, 16). Mas essa santidade só chega aos cristãos mediante a obra de Cristo no santuário celestial.

Os cristãos precisam constantemente de graça e misericórdia (Hb 4:16). Por causa da obra sacerdotal de Cristo, eles podem "achegar-se junto ao trono da graça" para receber esses benefícios. Os sacerdotes se aproximavam de Deus quando realizavam seus rituais. Os cristãos têm agora o mesmo privilégio por meio de Cristo, que faz a mediação do amor de Deus através desses benefícios.

Pelo sangue de Cristo, Deus limpou os que creem para que possam servi-Lo (Hb 9:14). Na condição de sumo sacerdote, Cristo está sempre disposto a fornecer socorro necessário aos que são tentados (Hb 2:18). O poder para vencer, recebem-no de Cristo, que os equipa com o que podem precisar para cumprir a vontade de Deus e que opera neles o que é agradável diante de Deus (Ef 2:10; Hb 13:20, 21). Pelo sangue do Cordeiro, podem eles vencer o maligno (Ap 12:11). Por meio de Cristo, Seus seguidores recebem o Espírito, que lhes permite vencer a natureza pecaminosa e obedecer à lei de Deus (Rm 8:2-4, 9, 14).

O livro do Apocalipse descreve Cristo como um mediador que apresenta as orações dos santos perante Deus (8:2-4). Jesus instruiu os discípulos a apresentarem suas orações a Deus em Seu nome e garantiu que Deus ouviría e respondería (Jo 16:23, 24). O Senhor exaltado é o único canal de comunicação entre Deus e o crente. Cada aspecto da experiência cristã é mediado por Cristo, que vive para interceder por aqueles que se aproximam de Deus por Seu intermédio. Esse aspecto do ministério de Cristo continuará até que Ele deixe o santuário celeste na segunda vinda.

C. A *Obra âe Cristo no Juízo: O Dia da Expiação*

1. O Día da Expiação em Hebreus

Há em Hebreus algumas claras referências ao Dia da Expiação israelita. Hebreus 9:25, 26 e 10:1-10, por exemplo, faz o contraste entre o sacrifício de Cristo e os que eram oferecidos naquele dia. Diz-se ali que o sacrifício de Cristo é irrepetível e que Seu sangue é superior aos sacrifícios oferecidos pelo sumo sacerdote no Dia da Expiação no santuário terrestre. Cristo não precisa oferecer-Se a Si mesmo muitas vezes (9:25), visto que já o fez de "uma vez por todas" (10:10, 11). A comparação não é entre o ministério do sumo sacerdote no lugar santíssimo e a obra de Cristo no santuário celestial, mas entre a eficácia do sangue de Cristo e a função limitada do sangue de animais no antigo sistema. O propósito das referências ao Dia da Expiação em Hebreus é mostrar a superioridade do sacrifício de nosso Senhor.

O texto de Hebreus 9:23 é significativo na discussão do significado tipológico do Dia da Expiação. Os eruditos ficam surpresos com a afirmação de que as coisas celestes precisam ser purificadas. Contudo, não é difícil interpretar essa passagem; basta reconhecê-la como uma referência ao Dia da Expiação, Aqui está uma indicação clara de que Cristo executa no santuário celestial uma obra de purificação, que é o equivalente tipológico da função exercida pelo sumo sacerdote no santuário terrestre no Dia da Expiação. A passagem não afirma que essa purificação acontece imediatamente após a ascensão de Cristo, mas que o santuário celestial também precisa de purificação. O autor, porém, não desenvolve a tipologia nem discute nenhum elemento de tempo. Apesar disso, a conexão tipológica é importante no sentido de reconhecer que a obra mediadora de Cristo abrange o conteúdo teológico do cerimonial anual do santuário israelita.

O contexto também sugere que a purificação do santuário celestial está relacionada com a morte de Cristo na cruz como portador de pecado (v. 26, 28) e com Sua obra diante do Pai em favor de Seu povo (v. 25).

2. O Día da Expiação em Daniel

Com ênfase na purificação, juízo e vínd-icação, as visões apocalípticas de Daniel projetam a imagem do Dia da Expiação para o próprio fim da história terrena. A purificação acha-se diretamente relacionada com o santuário celestial e com a obra do Messias como rei e sacerdote. As visões introduzem o elemento de tempo, possibilitando ao leitor identificar o momento específico dentro da história da salvação em que o Messias devia começar Sua última obra de purificação, juízo e vindicação na habitação celeste de Deus.

a. Daniel S:13 e 14: Dia da Expiação. Em Daniel 8:13 e 14 - a parte da visão que começa com 8:1 —, o profeta utiliza a linguagem do santuário israelita para descrever a obra do chifre pequeno e a obra do Príncipe dos Exércitos, Cristo, no santuário celestial. Estabelece-se assim uma relação linguística e teológica entre essa passagem e o livro de Levítico. Os símbolos usados para representar poderes políticos são um carneiro e um bode (v. 20, 21), ambos animais limpos usados como vítimas sacrificais. A palavra “chifre" tem conotações de culto (cf. Lv 4:7), assim como as palavras “verdade” (Dn 8:12; cf. MI 2:6) e “transgressão” (Dn 8:12; Lv 16:16). Empregam-se diversos termos para santuário; *màkon* (lugar, Dn 8:11: designa o santuário terrestre [Is 4:5] e o celestial [lRs 8:39]); *miqdash* e *qõdesh* (santuário, Dn 8:11, 13). No contexto do tabernáculo, a palavra “exército” se refere à guarda levítica (Nm 4:3, 23). O verbo “tirar” (Dn 8:11) também é usado em Levítico para indicar a remoção das partes dos sacrifícios que pertenciam a Deus (exemplo: Lv 4:10). Os seres celestes em Daniel 8:13 são “santos”, o que estabelece outra conexão com a terminologia do santuário. O *tamid*, “o contínuo”, designa a obra diária do sacerdote no lugar santo. Visto que o "Príncipe dos Exércitos” é um ser celeste (cf. Js 5:14), o santuário de Daniel 8:9-14 é o santuário celestial.

394

O tema principal dessa visão é a atitude do chifre pequeno para com o santuário e a obra sacerdotal do Príncipe (v. 11, 12). Ele ataca o exército dos Céus, derrota-o (v. 10) e investe contra o Príncipe e o santuário. Esse ataque espiritual é descrito em termos militares. O *tamid* é tirado do Príncipe, e o fundam ento/lugar do santuário é lançado por terra e rejeitado. Depois, no espírito da rebelião/transgressão (v. 12), o chifre pequeno estabelece sua própria força para controlar o *tamid*. Esse poder oposto a Deus obscurece a “verdade” associada com o santuário (cf. Dn 7:25). A linguagem de culto usada por Daniel deixa bem claro que o chifre pequeno não contamina o santuário; o ataque ao santuário o profana (cf. Dn 11:31), mas não o contamina. O santuário é tratado pela potência do chifre como um lugar comum. O chifre pequeno não afeta de modo nenhum o *tamid* do Príncipe nem a mediação contínua no lugar santo. A questão da interferência do chifre na obra mediatória do Príncipe no lugar santíssimo é abordada em Daniel 8:13 e 14. Duas dificuldades vêm à tona aqui: o significado debatido de *nitsdaq* e a duração dos 2.300 dias.

(1) O significado de nitsdaq em Daniel 8:14. O verbo *nitsdaq* tem sido traduzido de diferentes formas: o santuário será "purificado”, “restaurado”, “reconsagrado”, "restaurado a seu estado legítimo” ou "emergirá vitorioso”. Duas considerações tornam difícil decidir como traduzir esse verbo: (a) a forma verbal empregada por Daniel não é usada em nenhum outro lugar no AT; (b) somente nessa passagem o verbo diz respeito à estrutura física. Esses problemas, porém, não são insuperáveis. O uso primário da raiz *tsadaq* é

jurídico, e serve para designar a restauração dos direitos legais de uma pessoa falsamente acusada de um crime (SI 7:8; 9:4; Is 50:8, 9). Os justos são declarados inocentes, e os culpados, condenados (2Cr 6:23; Dt 25:1). Esse emprego legal inclui a ideia de salvação. A justiça de Deus é Sua ação salvífica a favor do Seu povo (ver SI 98:2-9; Is 1:27, 28). A justiça como salvação subentende a destruição do opressor, trazendo como resultado a restauração da harmonia e da ordem (ver SI 71:2-4; 143:11, 12).

A raiz *tsaâaq* acha-se estreitamente relacionada com o ritual do santuário. Em Levítico, a "pureza" obtida pela expiação era necessária para o acesso ao santuário. No livro dos Salmos, exigia-se "justiça" (*tsedaqah),* concedida "como um dom do santuário" (24:3-5). Os justos não eram somente os que permaneciam leais ao Senhor (SI 15:2-4), mas também aqueles cujos pecados haviam sido perdoados (32:1, 2, 11). A palavra "justiça" descreve as portas do templo (118:19), as vestes sacerdotais (132:9) e os sacrifícios oferecidos ao Senhor (4:5; 51:19). A raiz *tseàaqah* também é usada como sinônimo de pureza (jó 4:17; 17:9; SI 18:20). Isaías 53:11 ilustra essa acepção: "O meu Servo, o Justo [o Messias], com o Seu conhecimento, justificará *[tsadaq]* a muitos, porque as iniquidades deles levará sobre Si." Muitos foram declarados justos ou puros não porque fossem justos e puros, mas porque o Servo lhes removeu o pecado e a impureza, levando-os sobre Si. Sendo assim, ser declarado justo por Deus é também ser purificado e limpo do pecado.

De acordo com Daniel 8:14, a interferência do chifre pequeno na ministração sacerdotal diária de Cristo, no santuário celestial, terá seu fim com a purifícação/vindicação desse santuário. O *nitsãaq* do santuário causará impacto sobre o santuário e sobre Deus e Seu povo, que serão então vindicados. Somente uma raiz rica como *tsaâaq* podería expressar purificação e vindicação, combinando aspectos legais e redentivos em um contexto de santuário, levando a resolução do problema do pecado à sua consumação.

■ Conforme Daniel, em algum ponto durante o dia escatológico da expiação, a obra sacerdotal do Messias, profanada pelo chifre pequeno, será restabelecida com a destruição desse chifre. No AT, a profanação do santuário era corrigida pelo extermínio do pecador e não pela expiação sacrifical (Jr 51:11; Ez 7:22; 25:3). Pronunciava-se uma «Sj pena de morte contra qualquer israelita que profanasse o santuário (Ez 23:39, 46-49) ou as ofertas sacrificais (Lv 19:8). A resolução vinha, por assim dizer, pela morte do culpado, Daniel aplica esse mesmo princípio legal ao poder profanador do chifre pequeno. O resultado das más ações dele será retificado pela poderosa manifestação da santidade e da justiça de Deus, ao término do dia escatológico da expiação. Isso traz como resultado o extermínio do chifre. Mas esse dia escatológico da expiação inclui mais do que a destruição desse poder maligno.

(2) As 2300 tardes-manhãs: A frase "até duas mil e trezentas tardes e manhãs" fornece a estrutura de tempo para a vindicação. Gênesis 1 emprega a locução "tarde e manhã" para designar cada um dos dias da semana da criação. No ritual do santuário, determinadas atividades eram realizadas à tarde e pela manhã, ou seja, cada dia (Ex 27:20, 21; Lv 24:2, 3). As 2.300 tardes e manhãs são, portanto, 2.300 dias proféticos, que, de acordo com o princípio dia-a no, re^ presentam 2.300 anos (ver Juízo III.B.l.a; Remanescente/Três Anjos V.B).

O tempo em que se inicia esse período profético *é* sugerido por Daniel 8:13, que pode ser assim traduzido: "Até quando a visão, o contínuo/diário e a transgressão que causa horror farão o santuário e o exército serem pisados"?" Essa tradução literal separa o substantivo "visão" de "diário". A maior parte das versões traduzem "a visão

do diário", limitando a questão ao período em que o chifre pequeno esteve ativo. Mas o hebraico não leva isso em conta. O primeiro substantivo está no estado absoluto (possui um artigo e vogais longas), o que sugere que uma vírgula devia ser colocada depois dele. O termo *hazon é* usado nos versos 1 e 2 para se referir à visão dos diversos animais. A pergunta no verso 13 é sobre o tempo de duração da visão dos versos 1-12: a ênfase é sobre o término da visão e o que vem a seguir.

Visto que os 2.300 dias/anos começam durante a atividade do carneiro, ou seja, desde o tempo do império medo-persa (v. 20), a visão transcorrería desde essa época até o início da purificação do santuário celestial. Uma data mais específica para o início dos 2.300 anos é fornecida pela conexão entre Daniel 8 e 9. Há claras conexões terminológicas entre os dois capítulos. Em 9:23, Gabriel diz ao profeta: "Entende a visão". O termo para "visão" *(mareh)* é o mesmo usado em 8:26 e 27 para se referir à "visão das tardes e manhãs", a parte da *hazon* (a visão) do capítulo 8 que tinha que ver com o período de tempo. Gabriel interpretou a visão para Daniel, mas não explicou a parte referente aos 2.300 anos. No fim do capítulo 8, Daniel confessou não entender a *mar eh.* No capítulo 9, Gabriel veio para ajudar Daniel a compreender a *mar eh,* a "visão" do período de tempo. Em ambos os capítulos emprega-se o verbo "entender" (Dn 8:23-27; 9:22,23) e ambos dizem respeito ao santuário. Em 9:24, o santuário é dedicado e seus rituais se iniciam, ao passo que em 8:14 o mesmo santuário é purificado. Essas relações interligam a profecia de tempo das 70 semanas aos 2.300 anos. O verbo "determinar", em 9:24, significa também "cortar", conforme se vê no hebraico da Mishnah e nos textos encontrados na cidade de Ugarit (1300 a.C.). A implicação é que os 490 anos foram "cortados" dos 2.300 anos. Os 490 anos começaram com o decreto para reconstruir Jerusalém, ordenado por Artaxerxes em 457 a.C. Esse decreto também é o ponto de partida para os 2.300 anos. O ponto de chegada desse período é 1844 d.C. Nesse tempo, o santuário seria purificado/vindicado. Nesse tempo específico dentro da história da salvação, Cristo daria início a um segundo aspecto de Sua obra mediatória no santuário celestial, conforme a descrição de Hebreus 9:23.

b. Daniel 7: O juízo. Daniel 7 contém uma importante cena de juízo, que encontra seu paralelo na seção do santuário em 8:13 e 14. Aparece nessa cena uma descrição do início do juízo (v. 9,10), sua conclusão (v. 13, 14) e uma breve interpretação (v. 26, 27; ver Juízo III.B.l.a). ■«§

Para uma correta compreensão da função e propósito desse juízo é preciso estabelecer claramente o lugar dele dentro da sequência de acontecimentos na visão. Daniel viu quatro animais: o primeiro como um leão (v. 4); o segundo semelhante a urso (v. 5); o terceiro parecido com leopardo (v. 6); e o quarto, indescritível, dotado de dez chifres (v. 7). Daniel viu outro chifre despontar arrancando três dos dez existentes. Esse chifre pequeno proferiu palavras contra Deus, perseguiu os santos durante três tempos e meio (360 x 3 + 180 = 1.260 dias/anos), e mudou ou tentou mudar os tempos e a lei (v. 25). A cena de juízo se inicia quando o chifre pequeno profere palavras contra Deus (v. 11, 25). Sua perseguição dos santos já vinha acontecendo por três tempos e meio. Como resultado do juízo, o chifre pequeno perde seu domínio e é destruído. Depois disso, o Filho do homem e os santos recebem o eterno reino de Deus (v. 27). O juízo descrito em Daniel 7 acontece pouco depois dos três tempos e meio, mas antes de o chifre pequeno ser destruído e estabelecido para sempre o reino de Deus.

Não resta dúvida de que a cena do juízo acontece no Céu. Deus está ali com Seu conselho. Milhares de Seus mensageiros também estão presentes para servi-Lo e serem teste-

munhas no julgamento. É assim que se enfatiza a natureza cósmica desse juízo.

Diversos elementos na visão revelam que esse juízo é investigativo, e não executivo. A referência a livros (v. 10) é um forte indício de sua natureza investigativa. Os "livros" contêm o registro da vida dos que são julgados, que, embora não estejam ali pessoalmente, têm seu histórico disponível para exame. O AT contém diversas referências a livros celestiais, todos eles associados com o povo de Deus (ver SI 69:28; Dn 12:1). Os livros na cena de juízo de Daniel (ver o Juízo III.B.I.c.) contêm os registros da vida dos servos de Deus. O tribunal os julga e decide a favor deles (Dn 7:22). Eles são vindicados diante do Universo e podem agora possuir o reino. Essa interpretação é confirmada comparando-se essa cena de juízo com Daniel 12:1 e 2, em que Miguel recebe o reino após derrotar e destruir o inimigo do Norte (Dn 11:45), Depois os santos são libertados e ocorre uma ressurreição. Os ressuscitados para a vida eterna têm seus nomes escritos no livro (Dn 12:1), sugerindo que o juízo investigativo examina também os registros daqueles que morreram crendo no Senhor. Os nomes deles foram investigados e conservados nos livros porque seus pecados foram apagados dos registros.

O juízo de Daniel 7 também é vindicatIvo; ele declara *os* justos dignos de herdar o reino de Deus. Observado pelas criaturas inteligentes de Deus, esse juízo vindica o governo divino, o modo como Deus tratou o pecado e a salvação, e Suas ações perante Seu vasto Universo. O chifre pequeno não é julgado favoravelmente como os santos; é condenado. Na concepção bíblica de procedimentos judiciais, as pessoas inocentes falsamente acusadas de crime iam ao tribunal do templo pedir ao Senhor para lhe fazer justiça (SI 7:8, 9; 26:1, 2). A vindicação dos justos confirmava a maldade dos falsos acusadores (SI 35:1; Zc 3:1-4); a fim de restaurá-los, seus detratores eram neutralizados, condenados e privados de poder. A situação do chifre pequeno em Daniel 7 é similar a esse tipo de processo judicial.

c. Significado da purificação/vindicação do santuário em Daniel. Há clara relação entre a cena de juízo de Daniel 7 e a seção a respeito do santuário celestial em Daniel 8:13 e 14. Os dois textos descrevem de forma paralela a história do mundo desde o tempo do profeta até o tempo do fim. Cada capítulo acrescenta novos elementos, que lançam luz sobre a natureza do grande conflito e sobre acontecimentos específicos dentro da história da salvação. O juízo investigativo e a purificação do santuário complementam-se, enriquecendo nossa compreensão da obra mediadora de Cristo no santuário celestial pouco antes da segunda vinda. O livro de Daniel anseia pelo tempo em que será definitiva a salvação do povo de Deus. Eles já são os santos do Altíssimo, porque receberam os benefícios purificadores da morte sacrifical do Messias (9:24, 27), que pode, portanto, representá-los no tribunal celeste (7:13, 14, 18). Avindicação/purificação do santuário (8:14) torna definitiva a vindicação/purificação do povo de Deus perante o Universo. Os pecados deles foram apagados da habitação divina e eles herdam o reino eterno de Deus.

No Dia da Expiação, Deus julgava Seu povo. A vindicação/purificação do santuário em Daniel também inclui o juízo. O verbo usado por Daniel para se referir à purificação do santuário é fundamentalmente um termo legal, ainda que nele se articulem os aspectos legais e de culto, permitindo a interpretação da obra sacerdotal do Príncipe em termos jurídico-remissórios. Esse juízo procura essencialmente vindicar o povo de Deus, conforme se vê em Daniel 7, onde os santos são julgados e absolvidos. O povo de Deus permanece numa atitude de completa dependência de Deus nas circunstâncias

mais angustiosas. Os registros de sua vida são examinados e seus pecados, apagados; ao mesmo tempo, o nome dos falsos crentes é retirado dos livros (cf. Êx 34:33; Lv 23:29, 39). Aqueles cujo nome é conservado nos livros, inclusive os santos mortos, herdam o reino (Dn 7:22; 12:1, 2). Assim o santuário é purificado.

O Príncipe (Dn 8:11) desempenha Seu ministério sacerdotal em favor do povo de Deus. A purificação do santuário (v. 14) mostra que o envolvimento do santuário é uma forma eficaz de liquidar o problema do pecado e que a transferência do pecado para o interior do santuário não afeta em nada o caráter de Deus, O juízo cósmico, em Daniel 7, aponta precisamente para essa dimensão do interesse de Deus por Sua própria reputação e pela santidade do lugar em que habita. A resolução final do problema do pecado acontece diante das criaturas de Deus que têm a permissão de abrir os livros e examiná-los. Como resultado desse processo, o instrumento de salvação, o Filho do homem, é reconhecido como rei universal (v. 14). Então, o contato de Deus com o pecado chega ao fim; o santuário é purificado/vindiçado.

3* O Dia da Expiação em Apocalipse

O livro do Apocalipse mostra progressão na obra de Cristo no santuário celestial. Na primeira parte do livro, Jesus está ministrando no lugar santo (8:3-5). Mas, em Apocalipse 11:19, João entra no lugar santíssimo do santuário celestial, onde vê a arca da aliança. Isso aponta para o início do segundo aspecto da obra mediatória de Cristo, a do juízo. Em Apocalipse 15:8, somos informados de que essa obra de juízo chegou ao fim: o santuário "se enche de fumaça procedente da glória de Deus e do Seu poder, e ninguém podia penetrar no santuário" (cf, Lm 3:44). A visibilidade da arca não apenas indica deslocamento de uma área para outra, mas também chama a atenção dos leitores para a lei de Deus depositada dentro da arca. Essa lei é a norma pela qual Deus efetua o julgamento (cf. Tg 2:8-13). Introduz-se aqui o dia antitípico da expiação.

a. Juízo investigativo. De acordo com Apocalipse, Cristo está ocupado num juízo investigativo. Ele "sonda mentes e corações" e retribui a cada um segundo as suas obras (Ap 2:23). E, portanto, importante para os crentes conservar o que têm até que Ele venha (2:25; 3:11). Se forem vencedores, seus nomes não serão apagados do Livro da Vida, e Cristo os representará diante do Pai e diante dos anjos (3:5). Isso sugere que alguns nomes serão apagados do Livro da Vida e que o compromisso com Cristo e a dependência do poder de Cristo determinam o que acontece com o nome da pessoa.

O Apocalipse presta atenção especial ao que acontece na Terra enquanto está se processando a purificação/vindicação do santuário celestial. Enquanto Deus está no Céu determinando que nomes serão conservados nos livros, na Terra o Senhor está reunindo Seu remanescente por meio da mensagem dos três anjos (Ap 14:6-11; ver Três Anjos V. B-D). Apocalipse 14 começa <398 com uma descrição do remanescente (144 mil) de pé diante de Deus, vitorioso sobre os poderes do mal que lhe ameaçavam a vida (v. 1-5). A segunda parte do capítulo (v. 6-11) apresenta o meio empregado por Deus para congregar o remanescente de cada nação, tribo, língua e povo (v. 6). Os mensageiros de Deus proclamam mais uma vez Seu evangelho eterno, convidando seres humanos a temer e a adorar o Criador porque "é chegada a hora do Seu juízo" (v. 7).
A urgência dessa mensagem se baseia no fato de que Deus está agora empenhado em decisões judiciais no santuário celestial. Ele está separando os verdadeiros adoradores dos falsos. A última parte de Apocalipse 14 descreve a segunda vinda

de Cristo sob o símbolo de uma colheita (v. 14-20), mostrando que o juízo investigativo termina pouco antes do advento.

As mesmas idéias são discutidas em Apocalipse 7. Nesse capítulo o remanescente (144 mil), que é selado antes do derramamento da ira de Deus, é descrito como estando de pé diante do Senhor em Sua vinda. O selamento é um processo judicial pelo qual os componentes do verdadeiro remanescente são identificados, avaliados e preservados. Essa figura de linguagem também é encontrada em Ezequiel 9:1-4. Em contraste com os idólatras, que devem ser destruídos, o remanescente fiel é identificado e marcado para se separar dos impenitentes transgressores da aliança. Apocalipse 7:9-12 descreve o remanescente reunido diante do trono de Deus.

Antes da cena de vitória mencionada acima, o juízo no santuário celestial é proclamado pelo remanescente, descrito como os que guardam os mandamentos de Deus, que permaneceram leais à aliança divina (Ap 12:17; 14:12). Eles chamam o restante do povo de Deus para sair de Babilônia, antes que se encerre a obra mediatória de Cristo (Ap 18:1-4).

b. Início do juízo. O juízo investigativo, conforme Apocalipse, começa depois que se cumprem os períodos proféticos de Daniel e Apocalipse. Em Apocalipse 10:6, João ouve um anjo poderoso dizer: “não há mais tempo” (KJV). A ARA, como outras versões, traduz *chronos* (tempo) incorreta mente como “demora”. Apocalipse 10 remete a Daniel 12, onde aparecem diversos períodos de tempo proféticos. Os períodos de tempo são muito importantes em Daniel (7:25; 8:14; 9:24; 12:11-13) e em Apocalipse (9:15; 11:3; 12:6). Os 2.300 dias/anos de Daniel 8:14, que terminam em 1844, consistem no mais longo desses períodos. O anjo de Apocalipse 10:6 afirma que todos esses períodos proféticos foram cumpridos. A única coisa que ainda está no futuro é a consumação da salvação (v, 7). Nesse contexto, é dito a João, representante do remanescente de Deus: “É necessário que ainda profetizes a respeito de muitos povos, nações, línguas e reis” (v. 11). Essa é a mesma tarefa designada aos três anjos em Apocalipse 14:6-11.

A proclamação da tríplice mensagem angélica é uma obra de reedificação e restauração, conforme se indica em Apocalipse 11:1, onde João recebe a ordem para medir “o santuário de Deus, o seu altar e os que naquele adoram". O simbolismo aponta para o Dia da Expiação, visto que somente naquele dia o templo, o altar e o povo passavam por uma experiência de purificação (Lv 16). Mas aqui eles são medidos, e não purificados. O verbo “medir” sugere um processo de avaliação (cf. Mt 7:2) e pode exprimir a ideia de juízo. Apocalipse 11:1 refere-se, portanto, ao que está sendo realizado no Céu. O medir também pode exprimir as idéias de preservação (2Sm 8:2) e restauração ou reconstrução (Ez 41:13, 15; 2c 2:2-8). Essa segunda possibilidade pode sugerir que o santuário que está sendo medido ou avaliado no Céu está ao mesmo tempo sendo restaurado na Terra, estabelecendo assim uma conexão entre o que prossegue no Céu e o impacto que causa na Terra. A ordem para profetizar novamente sugere essa obra de restauração (Ap 10:11), A restauração, na Terra, da verdade sobre o santuário e o ministério de Cristo no Céu é necessária porque a “besta” atacou o tabernáculo de Deus durante 1.260 dias/anos (Ap 13:5, 6; cf. Dn 7:25; 8:12). Além disso, toda a Terra está prestes a ser enganada pelo dragão que se apresenta como o objeto legítimo da adoração, em vez de o Criador.

c. Resultados do juízo investigativo. O juízo investigativo, que está se realizando no Céu e sendo proclamado no contexto do evangelho, tem vários objetivos, todos eles relacionados com o Dia da Expiação. Esse juízo vindica os servos de Deus e revela, sem nenhuma sombra de dúvida, que eles foram lavados no sangue do Cordeiro

(Ap 7:14). Eles mantiveram seu relacionamento pactuai com o Salvador, razão por que entrarão no templo de Deus no Céu para O servir (v. 15). Ao mesmo tempo, a vindicação do povo de Deus traz como resultado a condenação dos inimigos de Deus. Apocalipse 18:20 declara: "Deus contra ela [Babilônia] julgou a vossa causa." Ao vindicar Seu povo, Deus de fato condena os poderes do mal; é somente então que Ele julga e vinga o sangue dos mártires (Ap 6:10).

O juízo investigativo serve sobretudo para vindicar o próprio Deus. Ao analisar o pleno impacto da cruz, percebe-se que Deus é misericordioso, justo e santo. Todos os seus atos de justiça são revelados aos justos (Ap 15:4), e os redimidos exclamam: "Justos e verdadeiros são os teus caminhos!" (v. 3). Os habitantes do Céu louvam ao Senhor dizendo: "Aleluia! A salvação, e a glória, e o poder são do nosso Deus, porquanto verdadeiros e justos são os Seus juízos" (Ap 19:1, 2; ver 11:16-18).

Por fim, o juízo investigativo conduz à purificação do Universo. Por ocasião da segunda vinda, o povo de Deus é tirado da Terra e levado para a presença de Deus no Céu (Ap 7:9; 14:1), enquanto os inimigos são destruídos (Ap 19:19-21). Somente o dragão é deixado vivo para vaguear por este planeta desolado durante mil anos (Ap 20:1-3; ver Milênio I.G). O verdadeiro Az azei é finalmente exposto em toda a sua maldade; o verdadeiro origina dor do pecado é desmascarado perante o Universo e responsabilizado pelo problema do pecado. O bode típico de Azazel encontra seu antítipo no dragão abandonado no deserto de um planeta desolado.

Depois do milênio, vem a fase executiva do juízo. Satanás e os ímpios que voltam à vida no fim dos mil anos se encontram perante Deus para ouvir sua sentença (v. 11, 12). Abrem-se os livros mais uma vez e analisam-se os registros da vida deles. Então, pecado e pecadores, junto com o originador e instigador do pecado, são erradicados do Universo. A purificação que começou no santuário de Deus alcança proporções cósmicas (ver Juízo III.B.3).

jD. *Sumário*

A obra mediatória de Cristo no santuário celeste é um ensino bíblico bem documentado. Ao ascender ao Céu, Ele deu início â obra sacerdotal de aplicar aos crentes os benefícios de Sua morte expiatória/propiciatória na cruz. A obra de Cristo tem dois aspectos: o primeiro foi prefigurado nos rituais diários no santuário terrestre e começou em Sua ascensão. Nele, Cristo faz a mediação da graça amorosa de Deus a Seu povo e o representa perante Deus. O segundo aspecto do sacerdócio de Cristo foi tipificado na obra do sumo sacerdote no lugar santíssimo, no Dia da Expiação. Hebreus se refere a essa dimensão do ministério de Cristo; Apocalipse mostra Jesus efetuando Sua obra nos dois compartimentos; e Daniel situa o início do dia antitípico da expiação em um momento específico dentro da história da salvação: no fim dos 2.300 dias/anos, em 1844. Embora seja um desenvolvimento do Seu serviço mediador, esse aspecto da obra de Cristo não põe fim a Sua obra diária de intercessão e mediação. Inicia-se nessa segunda fase um aspecto jurídico-remissório-escatológico, que é acrescentado a Seu sacerdócio.

A segunda fase do ministério de Cristo é a consumação de Sua obra de vindicação e juízo, uma purificação do Universo do pecado, dos pecadores e de Satanás. Deus em Cristo assume a responsabilidade pelos pecados de Seu povo. Cada pecado confessado qUe se encontra nos registros celestes é creditado ao Filho de Deus. Mas esse processo deve ter uma conclusão, do contrário o problema do pecado nunca seria completamente resolvido. Em algum momento os registros devem ser fechados. Isso envolve uma obra de investigação e juízo, que resulta «g

na vindicação do povo de Deus. Os nomes dos falsos crentes são retirados do Livro da Vida. A justificação dos crentes verdadeiros é ratificada, os nomes deles são conservados no celeste Livro da Vida, e seus pecados apagados dos registros. Deus é vindicado quando mostra ao Universo que Suas decisões judiciais são justas, que o pecado e a santidade nada têm em comum, e que Deus *é* um Senhor misericordioso, justo e compassivo. Essa revelação da santidade, poder e graça de Deus só é possível por meio do Cordeiro, que derrota o dragão definitivamente, destruindo-o do Universo de Deus.

IV. Implicações do Sacrifício e do Sacerdócio de Cristo para a Experiência Crista

Foi pelo estudo dos rituais do santuário terrestre e de sua significação simbólica, tomando Daniel 8:14 como ponto de partida, que o adventismo nasceu como movimento histórico, desenvolveu sua identidade doutrinária e identificou sua missão. *Somos* confrontados aqui com um aspecto fundamental e vital no pensamento adventísta. Esse tipo de desenvolvimento foi possível porque Daniel 8 incluía uma profecia de tempo que identificou 1844 como uma data significativa para o calendário de Deus e também porque os capítulos 8 e 9:23-27 apontavam para a obra redentora de Cristo. Essa tarefa salvífica está relacionada nessas passagens não só com a cruz, mas também com a contínua obra mediatória de Cristo no santuário celestial. O estudo a respeito do ritual do santuário e de seu significado simbólico resultou na doutrina adventísta do santuário e forneceu uma perspectiva teológica que desvendou um sistema bíblico de crenças de grande relevância para o povo de Deus. Dentre esses elementos relevantes, destacam-se:

1. O ensino do AT sobre o santuário fornece uma perspectiva única para o estudo do piano da redenção. Esclarece o desenvolvimento desse plano dentro da história, identificando seus componentes-chave e, em conjunto com as profecias de Daniel, chega mesmo a revelar o tempo exato do cumprimento delas. Esse sistema típico se centraliza na obra de Cristo e fornece uma visão integrada do Seu ministério. Percebe-se claramente na obra de Cristo no santuário uma progressão: Ele é a Vítima Sacrifical, o Sumo Sacerdote, o Mediador, o Juiz, o Advogado e o Rei.

2. O fim dos 2.300 anos, em 1844, nos faz lembrar que a história da salvação ainda está em progresso e que não chegou ao fim com a morte de Jesus na cruz. O Senhor está implementando Seu plano conforme pretendia e antevia. Deus está ativo dentro da história do mundo, conduzindo-a ao propósito que tinha em vista: o estabelecimento de Seu reino na Terra. Os períodos proféticos servem como balizas dentro da história, anunciando a consumação do plano divino da redenção.

3. Daniel 8:14 e o santuário nos informam que Cristo está agora cumprindo o último aspecto de Sua obra sumo sacerdotal no santuário celestial. O dia antitípico da expiação está em progresso, e Deus está julgando Seu povo. Estamos nos aproximando do término da misericórdia divina. Brevemente enfrentaremos o último confronto entre as forças de Deus e as de Satanás. Essa orientação escatológica do ministério sacerdotal de Cristo no lugar santíssimo do santuário celestial tem certamente suas raízes na cruz. Embora se perceba claramente na cruz o fim do pecado, a erradicação definitiva do pecado está agora, pela mediação de Cristo, aproximando-se de sua consumação.

4. A obra de Cristo de mediação e juízo nos instiga não somente a proclamar ativamente o evangelho eterno de Deus no contexto da tríplice mensagem angélica, mas

também nos desaba a avaliar nossa relação com Cristo. Nossa experiência religiosa deve ser marcada por humilde dependência do Salvador. Embora o santuário esteja sendo purificado, nossa vida espiritual também deve ser purificada do pecado. Essa purifi-
§>► cação pessoal ocorre por meio do arrependimento e do perdão provido por Cristo,

5. O juízo investigativo que ocorre no Céu agora é testemunho de que Deus e o Universo levam cada ser humano a sério. Por meio do ministério de Cristo no santuário, Deus trata com os seres humanos numa base individual, reafirmando-lhes a dignidade e o valor em Cristo, que os representa como seu Advogado. Os redimidos se unirão à família celestial, não como estrangeiros, mas como membros bem-conhecidos da família, que demonstram simpatia e respeito pelo restante da família de Deus.

6. O juízo investigativo demonstra que as decisões e ações humanas têm impacto cósmico. O que somos, pensamos e fazemos é preservado de maneira indelével nos registros celestes. Em vez de causar estresse e medo, essa realidade deve ser fonte de alegria. O que fazemos e o que somos não está perdido na vastidão do tempo e do espaço, mas preservado dentro do santuário de Deus. Cada oração, cada boa ação, palavra de ânimo ou expressão de amor é preservada como testemunho para a abrangente sabedoria de Deus, que é capaz de transformar seres humanos pecadores em novas e santas criaturas. Embora o pecado — a fraqueza, a rebelião, o erro e o fracasso humano — também estejam ali registrados, o perdão está constantemente disponível àqueles que se aproximam de Deus por meio de Cristo, o Advogado dos crentes. No juízo investigativo, os pecados cometidos por aqueles que mantêm com Cristo uma relação de aliança não são contra eles imputados, pois foram na cruz imputados a Cristo. Esses pecados são apagados, para nunca mais serem lembrados. O caráter semelhante ao de Cristo é fixado para a eternidade.

7. A purificação do santuário celestial aponta de forma especial para a natureza moral de Deus, o árbitro moral do Universo, que a Ele está subordinado. O crente deve encontrar conforto em saber que um Deus todo-poderoso e todo-amoroso está no comando do Universo. Para restaurar o Universo e preservar sua ordem são indispensáveis julgamento e responsabilidade. Visto que o juízo se baseia na lei de Deus, Seu povo é descrito como os que guardam os mandamentos divinos numa reação de amor à Sua graça que justifica.

8. A purificação do santuário testifica o fato de que o mal não é eterno. Ele acabará um dia, ocasião em que, com vozes de alegria e louvor, as criaturas leais de Deus reconhecerão que o pecado e o mal foram extintos pela justiça e pelo amor divinos. A cruz demonstra que o Filho concordou com o Pai em Seu juízo sobre o pecado e o tomou sobre Si. No plano divino, Cristo Se tornou para os pecadores arrependidos tanto substituto como penhor. O santuário do AT mostra que não se pode perdoar o pecado simplesmente ignorando-o. O problema do pecado só poderá ser total mente resolvido quando o mal for removido da presença de Deus, e sua verdadeira fonte identificada e exterminada. Ao encerrar Seu ministério no santuário celestial, Cristo virá para livrar Seu povo do poder de seus inimigos, especialmente da morte. Satanás ou Azazel será reconhecido em todo o Universo como fonte e criador do pecado, e sua extinção será decretada. Tratar indevidamente com o pecado significaria perpetuá-lo; ele deve, portanto, ser exterminado total mente e para sempre. Só então a vitória de Deus e do Cordeiro sobre os poderes destrutivos do mundo será definitiva. Santidade e impureza serão dissociadas para sempre, e a harmonia do amor de Deus há de governar sobre um Universo curado.

9. O estudo do sacerdócio de Cristo enriquece o significado salvífico da cruz. Embora a cruz constitua a maior revelação de Deus ao Universo, indispensável à resolução do problema do pecado, essa revelação não é plenamente compreendida. Suas dimensões ainda não apreendidas ocuparão os pensamentos dos redimidos por toda a eternidade. O indispensável ministério sacerdotal de Cristo no santuário celestial revela a riqueza da cruz, tornando Seus méritos disponíveis a quem quer que vão ao Pai por intermédio d Ele. ^ 402

V. O Sacerdócio de Cristo na História

A, Igreja Primitiva

Os país da igreja não exploraram em detalhe a obra sacerdotal de Cristo no Céu. A ênfase principal da patrística era a obra sacerdotal de Cristo na cruz, onde Ele Se havia oferecido como sacrifício (Orígenes, *Comentário sobre 0 Evangelho de João, 1:40* [ANF 9: 318-319]). Atanásio reconhecia a continuidade entre o sacrifício de Cristo na cruz e Seu ministério sacerdotal no Céu, onde o Salvador realizava uma obra de propiciação, redenção, santificação e juízo (Discurso *contra os Arianos,* 1.11.41; 2,14.7 [NPNF-2, 4:330, 351]), como fez Agostinho (c. 354-430; *Sermões,* 8.1; 87.1; *Tratados sobre o Evangelho de João,* 22.5 [NPNF-1, 6:284; 7:146]). A igreja, porém, introduziu mediadores adicionais por meio dos quais se concedia aos crentes o perdão do pecado. Dentre os mais importantes estavam os padres (Orígenes, *Homília sobre Levüico,* 2.4; *Homília sobre 1 Coríntios,* 24). A isso se acrescentou depois a mediação dos santos e apóstolos (Orígenes, *Exortação ao Martírio,* 30; *Sobre a Oração,* 11, 2; *Homília sobre Niímeros,* 10.2).

A literatura patrística praticamente passou por alto a realidade da existência de um santuário celestial. Parecia que o dualismo grego dificultava a aceitação da realidade de um santuário celestial por parte dos pais da igreja. A tendência era refletir sobre o significado do santuário israelita utilizando-se uma abordagem mística ou alegórica. Até mesmo os que escreveram sobre a epístola aos Hebreus espiritualizaram as coisas celestiais (Crisóstomo, *Homília sobre Hebreus,* 14.3 [NPNF-1, 14:433]). Irineu equiparava o templo de Deus ao crente *(Contra as Heresias,* 5.6.2 [ANF 1:532]), enquanto outros, com mais frequência, entendiam que o santuário era a igreja (Agostinho, *Enchiridion,* 56; Metódio [d. 311] O *Banquete das Dez Virgens, 5.7* [ANF 6:328]).

B. Idade Média e Reforma

Os pais da igreja lançaram o fundamento para a interpretação do santuário israelita e da obra sacerdotal de Cristo na Idade Média. Embora reconhecessem a morte sacrifical de Cristo, continuavam a suplementar Sua obra mediatória como sumo sacerdote com a obra de muitos santos. Foi durante esse período que a igreja popularizou a ideia da obra mediatória da virgem Maria, a mediadora. A interpretação do santuário celestial como a igreja cristã se tornou a opinião teológica prevalecente. Beda, o Venerável (c. 673-735), no início da Idade Média, escreveu um influente volume sobre o tabernáculo israelita. Consistia ele numa exposição alegórica de Êxodo 24:12—30:21, na qual afirmava, seguindo o exemplo dos escritores patrísticos, que o tabernáculo era um dos símbolos da igreja. Sugeria, de maneira mais precisa, que o tabernáculo representava a igreja atual; e o templo de Salomão, a igreja futura. Durante séculos a interpretação eclesiológica do santuário foi o ponto de vista predominante.

A natureza da expiação se tornou importante tópico de discussão durante a Idade Média. A obra mais influente produzida sobre esse assunto foi *Cur Deus Homo?* (Por que Deus Se Fez Homem?), escrita por

Anselmo (c. 1033-1109). O livro continha uma exposição vigorosa sobre a morte sacrifical de Cristo como nosso substituto, por meio do qual a justiça divina foi plenamente satisfeita. Em reação a Anselmo, desenvolveram-se outras exposições sobre a doutrina da expiação, entre as quais a teoria da influência moral da expiação proposta por Pedro Abelardo (c. 1079-1142).

Os reformadores, em sua sincera preocupação pela igreja, chamaram os cristãos devolta à Bíblia como única fonte de fé e prática. Martinho Lutero enfatizou a completa suficiência de Cristo como sacrifício expiatório e nosso único mediador junto ao Pai. Lutero disse que Cristo "estava à direita de Deus, não para ficar ocioso nem desperdiçar Seu tempo ali, mas para salvar todos nós do pecado, da morte e do poder do diabo" (*Sermon,* 37, sobre João 3:23). O reformador alemão reiterou a descrição bí- ► blica de Cristo como sacerdote e concluiu que podemos "estar seguros, sim, completamente seguros, de que Cristo comparece como sacerdote diante de Deus" por nós *(Vorlesungen über den Hebrãerbnef* [Preleções sobre Hebreus], 9:24). João Calvino desenvolveu o conceito dos três ofícios de Cristo — profeta, rei e sacerdote — que se tornaram aspecto tradicional da teologia protestante. Para ele, a obra sacerdotal de Cristo abrange duas fases: (1) Sua obra na cruz e (2) Sua intercessão no santuário celestial diante do Pai. Calvino definiu essa obra de intercessão como a "aplicação contínua, por parte de Cristo, de Sua morte em benefício de nossa salvação. Que Deus não nos imputa os nossos pecados, isso sabemos; porque Deus tem a Cristo na conta de intercessor" *(Comentário sobre João,* 2.1). O teólogo francês usou a linguagem de Hebreus para se referir ao santuário celestial, mas Lutero pareceu entender que o lugar santo do santuário israelita era símbolo da igreja militante e o lugar santíssimo, emblema da igreja triunfante *(Vorlesungen über âen Hebraerbrief* 9.2),

Os teólogos puritanos ingleses demonstraram grande interesse no ministério sumo sacerdotal de Cristo no santuário celestial. Em sua *Expositions of Hebrews* (1668-1880), o teólogo puritano John Owen realçou a importância do ministério de Cristo no santuário celestial: "a presente intercessão de Cristo no Céu [...] é artigo fundamental de nossa fé, e pedra angular da consolação da igreja" (em Hb 7:23-25). Ele observou especificamente que "a aplicação presente da graça e da misericórdia sobre nós depende do comparecimento de Cristo perante Deus, e a intercessão por meio da qual está associada" (em Hb 9:24).

Os escritores puritanos baseavam sua compreensão do sacerdócio de Cristo no livro de Hebreus e na natureza tipológica do ritual do santuário israelita. A própria "existência de um santuário celestial era teologia padrão entre os teólogos puritanos" (Bali, 109). Esse santuário celestial era o modelo mostrado a Moisés. Para Owen, o sistema sacrifical israelita e seu sacerdócio retratavam a totalidade da obra salvadora de Cristo e para ela apontavam" *(Expositions of Hebreivs,* 8.5).

A obra sacerdotal de Cristo proveu para o crente, entre muitas outras coisas, perdão de pecado, acesso a Deus, garantia de salvação, poder espiritual e uma gloriosa esperança. Seu ministério completamente suficiente tornou desnecessária a intervenção de qualquer outro mediador entre Deus e o crente; aquele que tenta obter ajuda em outro lugar, segundo Davíd Dickson, nega a Cristo (Bali, 117). O estudo das atividades realizadas no Dia da Expiação levou alguns a afirmar que o ritual acontecia depois dos sacrifícios diários; ou seja, o contexto do ritual era um contexto de salvação. Assim também Cristo começou Sua obra sacerdotal depois de haver Se oferecido como sacrifício salvífico. Os autores puritanos acreditavam que o Dia da Expiação possuía significado legal e judicial. Naquele dia o povo era não somente abençoado, mas também julgado. Os pensadores

puritanos não faziam nenhuma distinção cronológica entre o cumprimento tipológico do ritual diário e o ritual anual do Dia da Expiação (Bali, 115).

C. *Período Moderno*

Eruditos modernos rejeitam a abordagem historicista à interpretação das profecias de Daniel e Apocalipse. Cristãos conservadores reconhecem a importância expiatória da morte de Cristo, mas Sua mediação sumo sacerdotal continua a ser uma área negligenciada, Alguns eruditos entendem a realidade do santuário celestial em Hebreus mais como uma imagem usada para designar a presença de Deus do que uma localidade (Guthrie, 196). Outros acham que o santuário é apenas linguagem figurada e poética (Hagner, 117) ou uma forma de expressar que Cristo habita em cada crente (Stedman, 996-998).

D. *Concepção Adventista*

Durante o século 19, havia na América do Norte grande interesse na segunda vinda de Cristo. Um dos líderes mais influentes desse reavivamento foi Guilherme Miller (1782-1849). Seus estudos das profecias de Daniel o levaram a concluir que a "purificação do san-
404 ► tuário" de Daniel 8:14 se referia ao retorno do Senhor (a purificação da Terra do pecado) e que os 2300 anos acabariam em 1843/1844. Ele e seus seguidores estipularam por fim que Jesus voltaria à Terra em 22 de outubro de 1844. O fracasso da predição resultou no Grande Desapontamento.

Alguns mileritas procuraram uma explicação para o desapontamento. Depois de examinar cuidadosamente a cronologia dos 2.300 dias, concluíram que ela estava correta, e que o equívoco fora quanto ao acontecimento. Hiram Edson sugeriu que, no fim dos 2300 anos, Cristo teria entrado no lugar santíssimo do santuário celestial para realizar uma obra especial antes de retornar à Terra. Owen R. L. Crosier desenvolveu essa ideia estudando os rituais do santuário israelita em conjunto com o livro de Hebreus. Concluiu que havia dois santuários: um terrestre e outro celestial. Daniel 8:14, afirmava ele, é uma referência ao santuário celestial e à obra que Cristo nele estava realizando. Tentando definir a obra sacerdotal de Cristo de modo mais preciso, Crosier mostrou que ela tivera duas fases: a primeira, que correspondia à obra efetuada no lugar santo, iniciada na ascensão; e a segunda, que correspondia à obra efetuada no lugar santíssimo, iniciada em 1844. Esse era o cumprimento tipológico da obra realizada pelo sumo sacerdote no santuário israelita. O dia antítipico da expiação abrangería o tempo que vai de 1844 até o fim do milênio, a consumação da história de salvação. O sacrifício pelo pecado se efetuou na cruz; a mediação sacerdotal de Cristo, pelos méritos do Seu sangue, faria expiação pelos pecados dos pecadores arrependidos. O santuário israelita era contaminado pela rebelião aberta e pela confissão de pecados. A contaminação pela confissão ocorria quando o pecado era transferido para o sacrifício e, através de seu sangue, para o santuário. A conclusão era que o santuário celestial fora contaminado pelos pecados confessados dos servos de Deus.

O estudo do lugar santíssimo do santuário terrestre levou os crentes adventistas a estudar a arca da aliança na qual foram colocados os dez mandamentos. Sob a influência de Hiram Edson, Ellen G. White e O. R. L. Crosier, estabeleceu-se uma conexão entre o sistema ritualístico do santuário, os dez mandamentos e o sábado. Como resultado, nasceu um grupo de crentes adventistas observadores do sábado. O estudo do santuário também trouxe como resultado uma melhor compreensão do juízo final. José Bates sugeriu que a cena de juízo, em Daniel 7, e a hora do juízo de Deus, em Apocalipse 14:6, eram referências à obra de Cristo depois de 1844. Outros

desenvolveram essa ideia, em especial Tiago White. Chegou-se à conclusão de que a purificação do santuário celestial incluía o juízo investigativo do povo de Deus, seguida pelo juízo dos ímpios e pela destruição final de Satanás, representado na figura de Azazel em Levítico 16 (Damsteegt, 85-92; Maxwell, 119-157). A relação entre Daniel 7 e 8 e Apocalipse 14:6-12 proporcionou aos primeiros adventistas um sentido de missão mundial, uma missão profeticamente representada nas mensagens dos três anjos. Mas a doutrina do sacerdócio de Gristo também teve uma dimensão experimental. Enquanto Gristo efetuava a purificação do santuário no Géu, o povo de Deus, na Terra, devia purificar suas vidas do pecado mediante a obra do Espírito.

O estudo da evidência bíblica levou os adventistas a concluir que uma definição teológica da expiação devia incluir tanto a cruz, como o lugar da morte expiatória de Cristo, quanto Seu ministério sacerdotal, no santuário celestial. O aprimoramento na compreensão do juízo investigativo, também chamado de juízo pré-advento, levou à conclusão de que o juízo não informa Deus, mas revela Sua justiça. De fato, "Deus condescende em mostrar-lhes Sua justiça e justificação na maneira como trata com pecadores", enquanto ao mesmo tempo o "juízo investigativo é uma revelação do amor e lealdade a Deus do melhor modo possível" (Heppenstall, 209, 216).

A compreensão adventista do ministério sacerdotal de Gristo no santuário celestial é significativamente diferente da de outros cristãos, Também houve dissidentes VI. a respeito do tema dentro da igreja: Albion « Fox Ballenger (1861-1921), W. W. Fletcher (1879-1947), Louis Richard Gonradi (1856-1939), E. B. Jones (em evidência entre 1919-1949) e, durante a década de 1980, Desmond Ford. Mais ou menos nessa mesma época, a Associação Geral inaugurou uma Comissão de Apocalipse e Daniel, com o objetivo de reexaminar os ensinos desses livros e a concepção adventista a respeito deles. Embora o trabalho da comissão fosse de alcance mais amplo, incluía os questionamentos levantados por Ford. Essa discussão ainda chama a atenção de membros da igreja, conforme se evidencia pela publicação e venda de livros populares sobre a temática. Alguns escritores dão grande ênfase ao simbolismo de quase todo detalhe do ritual, enquanto outros se concentram no significado tipológico do cerimonialismo.

A doutrina do sacerdócio de Cristo, em conjunto com a interpretação profética de Daniel 8:14, fornece uma identidade histórica à Igreja Adventista do Sétimo Dia. Para os adventistas, seu movimento não é um acidente histórico, mas o resultado da especial intervenção de Deus nos empreendimentos humanos. O cumprimento de Daniel 8:14 em 1844 valida a presença dos adventistas do sétimo dia no mundo e, principalmente, na comunidade cristã. Assim como o início do ministério celestial de Cristo coincidiu com o derramamento do Espírito sobre a igreja incipiente (At 2:33), assim 0 começo do dia antitípico da expiação coincidiu com o nascimento da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

VI. Comentários de Ellen G. White

A. *Rituais do Santuário Israelita*

"O sistema de economia judaica era o evangelho em figura, uma apresentação do cristianismo que deveria se expandir à medida que a mente das pessoas fosse compreendendo a luz espiritual" (FEG, 238).

"O evangelho de Gristo reflete glória sobre a era judaica. Esparge luz sobre todo o sistema judaico e dá significação à lei cerimonial. O tabernáculo, ou o templo, de Deus na Terra era um modelo do original que estava no Céu. Todas as cerimônias da lei judaica

eram proféticas, tipificação de mistérios no plano da redenção" (ST, 29/7/1886).

"Uma lição era incorporada a cada sacrifício, impressa em cada cerimônia, solenemente explicada pelos sacerdotes em seu santo ofício e inculcada pelo próprio Deus — que somente pelo sangue de Cristo há perdão de pecados. Como um povo, experimentamos muito pouco a força dessa grande verdade. Quão raramente trazemos para a nossa vida, por meio de viva e atuante fé, esta grande verdade: a de que há perdão tanto para o menor pecado como para o maior pecado!" (RH, 21/9/1886).

"Em tais condições, no ministério do tabernáculo e do templo que mais tarde tomou o seu lugar, ensinavam-se ao povo cada dia as grandes verdades relativas à morte e ao ministério de Cristo, e uma vez ao ano sua mente era transportada para os acontecimentos finais do grande conflito entre Cristo e Satanás, e para a final purificação do Universo, de pecado e pecadores" (PP, 358).

"O incenso que subia com as orações de Israel representa os méritos e intercessão de Cristo, Sua perfeita justiça, que pela fé é atribuída ao Seu povo, e que unicamente pode tornar aceitável a Deus o culto de seres pecadores. Diante do véu do lugar santíssimo, estava um altar de intercessão perpétua; diante do lugar santo, um altar de expiação contínua. Pelo sangue e pelo incenso deveríam se aproximar de Deus, símbolos que apontam para o grande Mediador, por intermédio de quem os pecadores podem se aproximar de Jeová, e por meio de quem unicamente, a misericórdia e a salvação podem ser concedidas à alma arrependida e crente" (CSS, 197).

"A lei de Deus, encerrada na arca, era a grande regra de justiça e juízo. Aquela lei sentenciava a morte ao transgressor; mas acima da lei estava o propiciatório, sobre o qual se revelava a presença de Deus, e do qual, em virtude da obra expiatória, se concedia o perdão ao pecador arrependido. Assim, na obra de Cristo pela nossa redenção simbolizada pelo ritual do santuário, a misericórdia e a verdade se encontraram; a justiça e a paz se beijaram' (SI 85:10)" (PP, 349).

"O culto cotidiano consistia no holocausto da manhã e da tarde, na oferta de incenso suave no altar de ouro e nas ofertas especiais pelos pecados individuais. E também havia ofertas para os sábados, luas novas e solenidades especiais.

"Toda manhã e tarde, um cordeiro de um ano era queimado sobre o altar, com sua apropriada oferta de manjares, simbolizando assim a consagração diária da nação a Jeová, e sua constante necessidade do sangue expiatório de Cristo" (ibid., 352).

B. O *Sacrifício de Cristo*

"Como portador do pecado, sacerdote e representante do homem diante de Deus, Cristo fez parte da vida da humanidade levando nossa carne e sangue. A vida está na corrente sanguínea vivificante e vital concedida em benefício da vida do mundo. Cristo consumou uma expiação plena ao entregar Sua vida em resgate por nós. Nasceu sem uma mancha de pecado; mas entrou no mundo à semelhança da família humana. Não possuía mera aparência corporal, senão que tomou a natureza humana participando da vida da humanidade" (SDABC7, 925).

"A reconciliação do homem com Deus só podia ser realizada mediante um Mediador que fosse igual a Deus, possuísse atributos que dignificassem e O declarassem digno de tratar com o infinito Deus em favor do homem, e também representasse Deus a um mundo caído. O substituto e penhor do homem tinha de ter a natureza do homem, ligação com a família humana a quem devia representar, e, como embaixador de Deus, devia participar da natureza divina, ter ligação com o Infinito, a fim de manifestar

Deus ao mundo, e ser mediador entre Deus e o homem" (MEI, 257).

"Cristo, em conselho com o Pai, instituiu o sistema de ofertas sacrificais; de modo que a morte, em vez de sobrevir imediatamente ao transgressor, fosse transferida para uma vítima que devia prefigurar a grande e perfeita oferenda do Filho de Deus,

"Os pecados do povo foram em figura transferidos para o sacerdote oficiante, que era um mediador para o povo. O sacerdote não podia ele mesmo se tornar oferta pelo pecado e com sua vida fazer a expíação, pois era também pecador. Por isso, em vez de sofrer ele mesmo a morte, sacrificava um cordeiro sem mácula; a pena do pecado era transferida para o inocente animal, que assim se tornava seu substituto imediato, simbolizando a perfeita oferta de Jesus Cristo. Através do sangue dessa vítima o homem, pela fé, contemplava o sangue de Cristo, que serviría de expiação aos pecados do mundo" (MEI, 230).

"Os rios de sangue que corriam nas ações de graças pela colheita, quando os sacrifícios eram oferecidos em tão larga escala, tinham a intenção de ensinar uma grande verdade. Até mesmo pelos produtos da terra - as generosas doações feitas para o sustento do homem — estamos em débito para com a oferta de Cristo sobre a cruz do Calvário. Deus nos ensina que tudo quanto dEIe recebemos é o dom do amor que redime" (RH, 10/11/1896).

C. O *Santuário Celestial*

"*A* pergunta 'Que é o santuário?' é claramente respondida nas Escrituras. O termo santuário', conforme é empregado na Bíblia, refere-se primeiramente ao tabernáculo construído por Moisés, como figura das coisas celestiais; e, em segundo lugar, ao Verdadeiro tabernáculo', no Céu, para o qual o santuário terrestre apontava. A morte de Cristo, terminou o serviço típico. O Verdadeiro tabernáculo', no Céu, é o santuário do novo concerto. E, como a profecia de Daniel 8:14 se cumpre nesta dispensação, o santuário a que ela se refere deve ser o santuário do novo concerto" (GG, 417).

"Do templo celestial, morada do Rei dos reis, onde milhares de milhares O servem, e milhões de milhões estão diante dEIe (Dn 7:10), templo repleto da glória do tro--*no eterno, onde serafins, seus guardas resplandecentes, velam o rosto em adoração; sim, desse templo, nenhuma estrutura terrestre poderia representar a vastidão e glória. Todavia, importantes verdades relativas ao santuário celestial e ã grande obra ali prosseguida em prol da redenção do homem deveríam ser ensinadas pelo santuário terrestre e seu cerimonial" (PP, 357).

"O esplendor sem-par do tabernáculo terrestre refletia à vista humana as glórias do templo celestial em que Cristo, nosso Precursor, ministra por nós perante o trono de Deus. A morada do Rei dos reis, em que milhares de milhares O servem, e milhões de milhões estão em pé diante dEIe (Dn 7:10), sim, aquele templo, repleto da glória do trono eterno, onde serafins, seus resplandecentes guardas, velam a face em adoração, não poderia encontrar na estrutura mais magnificente que hajam erigido as mãos humanas senão pálido reflexo de sua imensidade e glória. Contudo, importantes verdades relativas ao santuário celestial e à grande obra ali levada a efeito pela redenção do homem eram ensinadas pelo santuário terrestre e seu culto.

"Os lugares santos do santuário celeste são representados pelos dois compartimentos do santuário terrestre" (GC, 414).

D. A Obra Stnno Sacerdotal de Cristo

"O serviço no santuário terrestre dividia-se em duas partes: os sacerdotes ministravam diariamente no lugar santo, ao passo que uma vez ao ano o sumo sacerdote efetuava uma obra especial de expiação no lugar

santíssimo, para a purificação do santuário. Dia após dia, o pecador arrependido levava sua oferta à porta do tabernáculo, e, colocando a mão sobre a cabeça da vítima, confessava seus pecados, transferindo-os assim, figurativamente, de si para o sacrifício inocente. O animal era então morto. 'Sem derramamento de sangue', diz o apóstolo, não há remissão de pecado'. 'A vida da carne está no sangue' (Lv 17:11). A lei de Deus, sendo violada, exige a vida do transgressor. O sangue, representando a vida que o pecador perdera, pecador cuja culpa a vítima arrostava, era levado pelo sacerdote ao lugar santo e aspergido diante do véu, atrás do qual estava a arca contendo a lei que o pecador transgredira. Por esta cerimônia, o pecado transferia-se, mediante o sangue, em figura, para o santuário. Em alguns casos o sangue não era levado para o lugar santo; mas a carne deveria então ser comida pelo sacerdote, conforme Moisés determinou aos filhos de Arão, dizendo: 'O Senhor a deu a vós, para que levásseis a iniquidade da congregação' (Lv 10:17). Ambas as cerimônias simbolizavam, de igual modo, a transferência do pecado do penitente para o santuário" (ibid,, 418).

"Assim como o ministério de Cristo devia consistir em duas grandes divisões, ocupando cada uma delas um período de tempo e tendo um lugar distinto no santuário celestial, semelhantemente o ministério típico consistia em duas divisões — o serviço diário e o anual — e a cada uma delas era dedicado um compartimento do tabernáculo" (PP, 357).

"Jesus está em pé no santo dos santos, para comparecer agora na presença de Deus por nós. Ali, Ele não cessa de apresentar Seu povo, momento após momento, perfeito nEle. No entanto, por sermos assim representados perante o Pai, não devemos imaginar que podemos abusar de Sua misericórdia, tornando-nos descuidados, indiferentes e comodistas. Cristo não é o ministro do pecado. Somos perfeitos nEle, aceitos no Amado, unicamente se permanecemos nEle pela fé" (FO, 107).

"Nosso grande Sumo Sacerdote completou a oferta sacrifical de Si mesmo quando sofreu fora da porta. Depois Se fez uma perfeita expiação pelos pecados do povo. Jesus é nosso Advogado, nosso Sumo Sacerdote, nosso Intercessor. Portanto, nossa situação atual é similar à dos israelitas que ficavam no pátio exterior, aguardando e buscando essa bendita esperança, o glorioso aparecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. [...] O tipo encontrou o antítipo na morte de Cristo, o Cordeiro morto pelos pecados do mundo. O grande Sumo Sacerdote fez o único sacrifício que é de valor.

"Em Sua intercessão como nosso Advogado, Cristo não precisa da virtude nem da intercessão de homem algum. Cristo é o único que leva os pecados, a única oferta pelo pecado. As orações e a confissão devem ser oferecidas exclusivamente Àquele que entrou de uma vez para sempre no lugar santo. Cristo declarou: 'Se, todavia, alguém pecar, temos Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o Justo'. Ele salvará totalmente os que se chegam a Ele pela fé, vivendo sempre para interceder por nós. Isto faz que não tenha nenhum valor a oferenda da missa, uma das falsidades do romanismo" (SDABC7, 913). «g

"O Filho de Deus [...] cumpriu sua promessa, e entrou nos Céus para assumir o governo da hoste celestial. Cumpriu uma fase de Seu sacerdócio ao morrer na cruz pela raça caída. Está agora cumprindo outra fase, ao interceder diante do Pai a favor do pecador arrependido e crente, apresentando a Deus as ofertas de Seu povo. Por haver assumido a natureza humana e ter nessa natureza vencido as tentações do inimigo e ter a perfeição divina, a Ele foi confiado o julgamento do mundo. O caso de cada pessoa passará em revista diante dEle. Ele pronunciará a sentença, retribuindo a cada um segundo as suas obras" (ibid., 929).

"Que está fazendo Cristo no Céu? Está intercedendo por nós. Mediante Sua obra os portais de entrada do Céu se inundam com a glória de Deus, que brilhará sobre cada pessoa que abra as janelas da alma em direção ao Céu. Quando as orações dos sinceros e contritos ascendem ao Céu, Cristo diz ao Pai: Assumirei os pecados deles, Que sejam inocentados diante de Ti/ E, quando Ele assume os pecados deles, enche-lhes o coração com a gloriosa luz do amor e da verdade" (ibid., 930).

"A intercessão de Cristo no santuário celestial em prol do homem é tão essencial ao plano da redenção como o foi Sua morte sobre a cruz. Pela Sua morte iniciou essa obra, para cuja terminação ascendeu ao Céu, depois de ressurgir. Pela fé devemos penetrar até o interior do véu, onde nosso Precursor entrou por nós (Hb 6:20). Ali se reflete a luz da cruz do Calvário. Ali podemos obter intuição mais clara dos mistérios da redenção. A salvação do homem se efetua a preço infinito para o Céu; o sacrifício feito é igual aos mais amplos requisitos da violada lei de Deus, Jesus abriu o caminho para o trono do Pai, e por meio de Sua mediação pode ser apresentado a Deus o desejo sincero de todos os que a Ele se chegam pela fé" (GC, 489).

"Por Sua vida imaculada, obediência e morte na cruz do Calvário, intercedeu Cristo pela raça perdida. E agora o Capitão de nossa salvação intercede por nós, não como mero peticionário, mas como um Conquistador que reclama a vitória. Sua oferta foi consumada e como nosso Intercessor cumpre a obra que a Si mesmo Se impôs, apresentando a Deus o incensário que contém os Seus méritos imaculados e as orações, confissões e ações de graças de Seu povo. Perfumadas com a fragrância de Sua justiça, elas sobem como cheiro suave a Deus. A oferenda é inteiramente aceitável, e o perdão cobre todas as transgressões. Para o verdadeiro crente, Cristo é de fato o ministro do santuário, que oficia por ele no santuário e que fala por meio dos instrumentos designados por Deus" (ST, 14/2/1900).

"Cristo, nosso Mediador, e o Espírito Santo estão constantemente intercedendo em favor do homem, mas o Espírito não pleiteia por nós como faz Cristo, que apresenta Seu sangue, derramado desde a fundação do mundo; o Espírito opera em nosso coração, extraindo dele orações e penitência, louvor e ações de graças. A gratidão que dimana de nossos lábios é resultado de tocar o Espírito as cordas da alma em santas memórias, despertando a música do coração.

"Os cultos, as orações, o louvor, a penitente confissão do pecado, sobem dos crentes fiéis qual incenso ao santuário celestial, mas, passando através dos corruptos canais da humanidade, ficam tão maculados que, a menos que sejam purificados por sangue, jamais podem ser de valor perante Deus. Não ascendem em imaculada pureza e, a menos que o Intercessor que está à mão direita de Deus apresente e purifique tudo por Sua justiça, não serão aceitáveis a Deus. Todo o incenso dos tabernáculos terrestres têm de umedecer-se com as purificadoras gotas do sangue de Cristo. Ele segura perante o Pai o incensário de Seus próprios méritos, nos quais não há mancha de corrupção terrestre. Nesse incensário reúne Ele as orações, o louvor e as confissões de Seu povo, juntando-lhes Sua própria justiça imaculada. Então, perfumado com os méritos da propiciação de Cristo, o incenso ascende perante Deus completa e inteiramente aceitável, Voltam então graciosas respostas" (ME1, 344).

■< 409

"Nosso Senhor crucificado está interce-dendo por nós na presença do Pai diante do trono da graça. Podemos recorrer a Seu sacrifício expiatório em busca de perdão, justificação e santificação. O Cordeiro sacrificado é nossa única esperança. Nossa fé ergue os olhos para Ele, se apega a Ele como o único que pode salvar totalmente, e o Pai aceita a fragrância de uma oferta plenamente suficiente. A Cristo

foi dado todo poder no Céu e na Terra, e tudo é possível àquele que crê. A glória de Cristo tem que ver com nosso sucesso. Ele tem um interesse comum em toda a humanidade. Ele é nosso compassivo Salvador" (SDABC7,948).

"Assistido por anjos celestiais, *nosso* grande Sumo Sacerdote entra no lugar santíssimo, e ali comparece à presença de Deus a fim de Se entregar aos últimos atos de Seu ministério em prol do homem, a saber: realizar a obra do juízo de investigação e fazer expiação por todos os que se verificarem com direito aos benefícios da mesma" (GC, 480).

"No cerimonial típico — sombra do sacrifício e sacerdócio de Cristo — a purificação do santuário era o último serviço realizado pelo sumo sacerdote no conjunto anual das cerimônias ministradas. Era a obra encerradora da expiação — uma remoção ou afastamento do pecado de Israel. Prefigurava a obra final no ministério de nosso Sumo Sacerdote no Céu, pela remoção ou obliteração dos pecados de Seu povo, que se achavam registrados nos relatórios celestiais. Este trabalho envolve uma investigação e um julgamento; e isto precede imediatamente a vinda de Cristo nas nuvens do céu, com poder e grande glória" (ibid., 352).

"O sangue de Cristo, ao mesmo tempo que livraria da condenação da lei o pecador arrependido, não cancelaria o pecado; este ficaria registrado no santuário até à expiação final; assim, no cerimonial típico, o sangue da oferta pelo pecado removia do penitente o pecado, mas este permanecia no santuário até ao Dia da Expiação.

"No grande dia da paga final, os mortos devem ser 'julgados pelas coisas que estavam escritas nos livros, segundo as suas obras' (Ap 20:12). Então, pela virtude do sangue expiatório de Cristo, os pecados de todo o verdadeiro arrependido serão eliminados dos livros do Céu. Assim o santuário estará livre ou purificado do registro de pecado. No tipo, essa grande obra de expiação, ou cancelamento de pecados, era representada pelas cerimônias do Dia da Expiação, a saber, pela purificação do santuário terrestre, a qual se realizava pela remoção dos pecados com que ele ficara contaminado, remoção efetuada pela virtude do sangue da oferta para o pecado.

"Assim como na expiação final os pecados dos verdadeiros arrependidos serão apagados dos registros do Céu, para não mais serem lembrados nem virem à mente, assim no serviço típico eram levados ao deserto, para sempre separados da congregação" (PP, 357, 358).

"Verificou-se também que, ao passo que a oferta pelo pecado apontava para Cristo como um sacrifício, e o sumo sacerdote representava a Cristo como mediador, o bode emissário tipificava Satanás, autor do pecado, sobre quem os pecados dos verdadeiros penitentes serão finalmente colocados. Quando o sumo sacerdote, por virtude do sangue da oferta pela transgressão, removia do santuário os pecados, colocava-os sobre o bode emissário. Quando Cristo, pelo mérito de Seu próprio sangue, remover do santuário celestial os pecados de Seu povo, ao encerrar-se o Seu ministério, Ele os colocará sobre Satanás, que, na execução do juízo, deverá encarar a pena final. O bode emissário era enviado para uma terra não habitada, para nunca mais voltar à congregação de Israel, Assim será Satanás para sempre banido da presença de Deus e de Seu povo, e eliminado da existência na destruição final do pecado e dos pecadores" (GC, 422).

"Este é o grande Dia da Expiação, e nosso Advogado está de pé diante do Pai suplicando como nosso intercessor. Em vez de ataviar-nos com as vestimentas de justiça própria, deveriamos ser achados humilhando-nos diariamente perante Deus, confessando nossos pecados individuais, buscando o perdão de nossas transgressões e cooperando com Cristo na obra de preparar nossa alma para que reflita a imagem divina" (SDABC7, 933).

VIL Literatura

Bali, Bryan W. *The Englisk Connection: The Puritan Roots of Seventh-day Adventist Belief.* Cambridge: James Clarke, 1981.

Bede: On the Tabernacle. Trad. Arthur G. Holder. Liverpool: University Press, 1994.

Damsteegt, P. Gerard. "Histórica] Background (Early Nineteenth Gentury)", "Among Sabbatarian Adventists (1845—1850)" e "Continued Clariíication (1850-1863)". Em *Doctrine of the Sanctuary: A Historical Survey,* ed. Frank B, Holbrook, 1-118. Silver Spring: Biblical Research Institute.

Ellingworth, Paul. *The Epistle to the Hehrews:* A *Commentary on the Greek Text.* Grand Rapids: Eerdmans, 1993.

Feldeman, Emanuel. *Bihlical and Post-Biblical Defilement and Meaning.* Nova York: KTAV, 1977.

Guthrie, Donald, *The Letter to the Hehrews.* Grand Rapids: Eerdmans, 1983.

Hagner, Donald A. *Hehrews.* New International Biblical Commentary. Peabody: Hendrickson, 1990.

Hasel, Gerhard F. "Studies in Biblical Atonement I: Continuai Sacrifice, Defilement/Cleansing and Sanctuary." Em *The Sanctuary and the Atonement,* ed. Arnold V. Wallenkampf e W. Richard Lesher, 87-114. Washington: General Gonference of Seventh-day Adventists, 1981.

Heppenstall, Edward. *Our High Priest.* Washington: Review and Herald, 1972.

Holbrook, Frank B., ed. *Synvposmm on Daniel*; *Introductory and Exegetical Studies.* Washington: Biblical Research Institute, 1986.

---------- , *The Seventy Weeks, Leviticus, and the Nature of Prophecy.* Washington: Biblical Research Institute, 1986.

---------- . *Issues in the Book of Hehrews.* Silver Spring: Biblical Research Institute, 1989.

---------- . *The Atoning Priesthood of Jesus Christ.* Berrien Springs: Adventist Theological Society Publications, 1996.

Johnsson, William G. *InAbsolute Confidence.* Nashville: Southern Publishing Association, 1979.

■-------- "The Significance of the Day of Atonement Allusions in the Epistle to the Hebrews." Em *The Sanctuary and the Atonement,* ed. Arnold V. Wallenkampf e W. Richard Lesher, 380-393. Washington: General Conference of Seventh-day Adventists, 1981.

Lane, William L. *Hebrews 9-13.* Dallas: Word, 1991.

Levine, Baruch A. *In the Presence of the Lord.* Leiden: Brill, 1974.

Maxwell, C. Mervyn. "The Investigative Judgment: Its Early Development." Em *Doctríne of the Sanctuar}[1]: A Historical Survey,* ed. Frank B. Holbrook, 119-157. Silver Spring: Biblical Research Institute, 1989.

Milgrom, Jacob. *Leviticus 1-16.* Nova York: Doubleday, 1991.

Olsen, V. Norskov. "The Atonement in Protestant Reformation Thought." Em *The Sanctuary and the Atonement,* ed. Arnold V. Wallenkampf e W. Richard Lesher, 452-463. Washington: General Conference of Seventh-day Adventists, 1981.

O wen, John. *An Exposition of Hehrews.* 4 vols. Evansville: Soverign Grace Publishers, 1960.

Rodríguez, Angel Manuel. "El santuario y sus servicios en la literatura patrístíca." *Theologika* 7 (1992): 22-79.

Seventh-day Adventists Ansiver Questions on Doctrine. Washington: Review and Herald, 1957.

Shea, William H. *Selected Studies on Prophetic Interpretation.* Ed. rev. Silver Spring: Biblical Research Institute, 1992. +

Stedman, Ray C. *Hehrews.* Downers Grove: InterVarsity, 1992.

Wallenkampf, ArnoldV,, e W. RichardLesher, eds. *The Sanctuaiy and the Atonement.* Washington: General Conference of Seventh-day Adventists, 1981.

Apêndice A
Tã hagia em Hebreus

A. *Hebreus 8:1 e 2*

A primeira *vez* que encontramos o substantivo *ta hagia* com o sentido de santuário celestial é em Hebreus 8:2. *Ta hagia* é um adjetivo plural, acompanhado de artigo, que significa "coisas santas" ou coletivamente "o santo". E usado na versão grega do AT (LXX) para se referirão santuário israelita. Em Hebreus, Cristo é ministro em *ta hagia,* definido posteriormente como o "verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, não o homem". A LXX emprega normal mente o termo "tabernáculo" *(skênê),* sem modificadores, para indicar o tabernáculo israelita como um todo. Em Hebreus 8:2, ambos os substantivos se referem ao santuário celestial; entre os dois está a conjunção aditiva "e" *{kai),* que funciona aqui como um *kai* exegético ou explicativo, adicionando um segundo substantivo para definir o primeiro de forma mais precisa, Assim, Cristo está ministrando no santuário *(ta hagia),* o verdadeiro tabernáculo celestial *(skênê). Ta hagia* faz referência aqui ao santuário celeste em sua totalidade.

B, Hebreus 9:1-10

Em Hebreus 9:1, o santuário terrestre se chama *to hagion kosmikon, "o* santuário terrestre". Emprega-se um substantivo singular *(to hagion*) com um artigo definido para designar o santuário da primeira *(prõtê)* aliança. Esse santuário continha dois compartimentos, aqui chamados de "tabernáculos" *(skênê),* O primeiro é chamado de *hagia,* literalmente, "santos", sem artigo definido, já que, acompanhado de artigo, *ta hagia* designa o santuário como um todo e não apenas um dos compartimentos (cf. 8:2). O segundo tabernáculo recebe o nome de *hagia hagiõn,* literalmente "santo dos santos". O verso 6 diz que os sacerdotes entram continuamente no primeiro tabernáculo para realizar suas responsabilidades diárias. O verso 7, que trata do Dia da Expiação, diz que no segundo tabernáculo só entra o sumo sacerdote uma vez por ano. Está implícito um contraste entre o acesso diário dos sacerdotes ao lugar santo e o acesso anual do sumo sacerdote ao lugar santíssimo.

O santuário celestial ganha visibilidade no verso 8, o que parece introduzir uma avaliação do santuário terrestre. O Espírito Santo revelou ao crente que o caminho para o "santuário *[ta hagia]"* (como traduzem a Bíblia de Jerusalém e a Almeida Revista e Corrigida) não se abriu enquanto o primeiro tabernáculo continuava erguido (RSV e NASB traduzem "tabernáculo exterior", ao passo que o grego afirma claramente "o primeiro tabernáculo"). Nos versos 2-6, o "primeiro tabernáculo" é o lugar santo do santuário terrestre. Se isso valesse para o verso 8, o texto estaria dizendo que, enquanto os serviços diários no lugar santo continuassem a ser efetuados, não haveria acesso ao lugar santíssimo *(ta hagia)* do santuário terrestre. Uma conclusão tão óbvia como essa não precisaria da intervenção do Espírito Santo. Aqui, porém, *ta hagia* se refere ao santuário celestial. Isso significa que, enquanto o lugar santo *(prõtê skênê)* do santuário terrestre estivesse funcionando, o acesso ao santuário celestial não estava disponível. Portanto, o verso 8 sugere que o acesso ao santuário celestial somente era possível através do segundo tabernáculo (o lugar santíssimo) do santuário terrestre. Mas, tornamos a afirmar, essa não é a forma como Hebreus interpreta o tabernáculo israelita.

A segunda solução para esse problema exegético é tomar *prõtê skênê* como uma designação para o santuário israelita como um todo. O contraste fica, portanto, entre o primeiro santuário, *prõtê skênê,* e o *ta hagia* (santuário) celestial. Esse ponto de vista tem o apoio das seguintes considerações:

1. Em Hebreus 8 e 9, o que está em evidência são as duas alianças e seus respectivos santuários. A antiga aliança é chamada de primeira; e a nova aliança, de segunda (8:7). A antiga aliança tinha um santuário terrestre, que consistia em dois compartimentos (9:1); acontece o mesmo com a segunda aliança (v. 8). Esses dois santuários são contrastados no verso 8.

2. De acordo com Hebreus, nem o lugar santo nem o lugar santíssimo do santuário terrestre davam acesso livre e permanente a Deus. Somente o sumo sacerdote, e não o povo, tinha acesso limitado uma vez por ano. Todo o santuário era necessário para prover acesso completo e desimpedido a Deus. Assim sendo, *prõtêskênê,* no verso 8, não deve se limitar ao lugar santo.

3. A partir de 9:8, há uma mudança de considerações espaciais para temporais, conforme indicado pela partícula temporal *éti,* "enquanto". O contraste é entre os santuários de diferentes épocas: "O caminho para o santuário *[ta hagia*] não se abriu enquanto o primeiro tabernáculo continuava erguido." O *prõtê skêne é* posto agora no contexto das discussões temporais e tomado para referir-se não ao espaço em frente ao lugar santíssimo, mas ao tabernáculo da primeira aliança. O termo *skênê* serviría então para designar o santuário como um todo (cf. 8:2).

Os versos 9 e 10 também indicam uma mudança para uma discussão temporal. Conforme o verso 9, o problema com o ministério no *prõtê skênê* era que os dons e sacrifícios ali oferecidos não podiam aperfeiçoar a consciência. Essa limitação se aplicava não apenas às cerimônias diárias, mas também às cerimônias anuais. Isso sugere o uso da locução "primeiro tabernáculo" para designar o santuário como um todo. No verso 10, o fator tempo é expresso claramente: as cerimônias do santuário terrestre deveríam durar "até ao tempo oportuno de reforma", ou seja, até a vinda de Cristo (v. 10). A mudança de considerações espaciais para considerações temporais fica mais clara se a frase "é isto uma parábola para a época presente", no verso 9, for entendida como indicando a época em que o *prõtê skênê,* o santuário terrestre, funcionava. Então, o significado seria que o próprio santuário terrestre servia como ilustração de que o acesso livre e definitivo a Deus ainda não era uma realidade. O verso 10 introduziría o novo tempo em que a deficiência seria remediada, Teríamos, então, dois santuários em dois períodos diferentes.

4. Quando estabelece um contraste entre os santuários terrestre e celestial, o autor de Hebreus entende normal mente o santuário terrestre como um todo. Por exemplo, o santuário "feito por mãos" é o santuário terrestre em sua totalidade, que então é contrastado com o celestial (9:24). Em 8:2, o santuário que foi erigido pelo homem é o terrestre, com os seus lugares santo e santíssimo, e que é contrastado com o santuário celestial *(ta hagia).* Assim sendo, é improvável que em 9:8 haja um contraste entre o lugar santo terrestre e o santuário celestial. O contraste entre os dois santuários sugere que o celestial seja também uma estrutura com dois compartimentos.

Em conclusão, o verso 8 contrasta o santuário terrestre, chamado de "primeiro tabernáculo", com o ta *hagia* celestial. Ambos os santuários são visualizados em sua totalidade. *Ta hagia* é o santuário celestial e não uma parte ou seção dele. O autor conclui, pela iluminação do Espírito, que, enquanto o santuário terrestre estivesse funcionando, o caminho para o santuário celestial ainda não estaria aberto; a própria existência do santuário terrestre ilustrava esse fato. Com a chegada da morte, ressurreição e ascen-

são de Cristo, abriu-se o caminho para o santuário celestial (cf. 10:19, 20).

C. *Hebreus 9:11 e 12*

O grego dessa longa frase *é* sintatícamente difícil; contudo, certos aspectos de seu significado são claros.

1. É possível identificar a oração principal: "Ele entrou uma vez no santuário *[ta hagia*]". Introduz-se aqui a nova obra sacerdotal de Cristo no santuário celestial em contraste com o antigo sistema; "mas" é conjunção adversativa. Nada na oração principal mostra que *ta hagia* designe o lugar santíssimo no santuário celestial; a expressão grega tem aqui o mesmo sentido que em 8:2 e 9:1, a saber, todo o santuário.

tV 2. No verso 11, a frase "o maior e mais perfeito tabernáculo, não feito por mãos, quer dizer, não desta criação" refere-se ao santuário celestial. Já "tabernáculo" *(skênê)* foi usado em 8:2 para designar o santuário celestial. O contraste implícito aqui é entre o "tabernáculo" celestial e o "tabernáculo" feito por Moisés (8:5). É por isso que o tabernáculo celestial e *ta hagia,* no verso 12, referem-se à mesma entidade, o santuário celestial.

Embora os aspectos anteriores do verso sejam claros, é complexa a relação das quatro orações subordinadas à principal:

"Mediante *[dia,* "por meio de", "por"] o maior e mais perfeito tabernáculo"

"Não feito por mãos, quer dizer, não desta criação"

"Não *[oude,* "nem"] por meio de *[dia]* sangue de bodes e de bezerros"

"Mas pelo *[dia]* Seu próprio sangue"

As quatro orações estão estreitamente relacionadas. A segunda modifica a primeira, esclarecendo mediante um paralelismo antitético a natureza do "maior e mais perfeito tabernáculo". As duas devem permanecer juntas em qualquer interpretação da frase. A terceira é introduzida pelo advérbio de negação "não" (*ou de*), o que é um tanto incomum ou mesmo inesperado. Em grego, *oude* une frases negativas da mesma natureza. Embora a oração prévia seja negativa, não é da mesma natureza. Isso sugere uma mudança estilística, o que torna tolerável a presença do "não" *(oude),* O uso da preposição "por" *(dia)* sugere a introdução de um novo elemento ou ideia. A última oração está obviamente relacionada e diretamente ligada à número três. Isso é sugerido pela presença da partícula adversativa *de,* "mas", e pelo outro emprego de *dia.* O paralelismo é antitético.

Essas orações, que estão interligadas por apontarem para a primeira oração, possuem importância teológica para o que o autor está tentando dizer. Com base no conteúdo teológico, é possível agrupar as quatro orações em duas. As duas primeiras afirmam a superioridade do santuário da nova aliança contrastando-o de maneira implícita com o santuário terrestre feito por seres humanos e pertencendo a essa criação. As duas últimas afirmam a singularidade do novo sangue sacrifical, contrastando-o, de forma implícita novamente, com o sangue de animais usado na antiga aliança. Os contrastes são expressos de forma elegante pela combinação de orações afirmativas e negativas.

A Positiva
"mediante o maior e mais perfeito tabernáculo"

B *Negativa*
"não feito por mãos, quer dizer, não desta criação"

B Negativa
"não por meio de sangue de bodes e de bezerros"

A *Positiva*
"mas pelo Seu próprio sangue"

Por meio dessas *orações* subordinadas, o conteúdo teológico da oração principal é

grandemente enriquecido. Ao fato de Cristo entrar no santuário celestial, acrescenta-se a informação de que o santuário no qual Cristo oficia como sacerdote é imensamente superior ao terrestre e que o sangue sacerdotal é igualmente superior.

A passagem não declara que Cristo entrou no santuário celestial por meio do (ou através, *dia)* maior e mais perfeito tabernãculo. Embora *dia* na primeira oração continue difícil, o problema de interpretação se torna mais agudo se a oração estiver ligada ao verbo principal ("Ele entrou'). Na primeira oração subordinada, *dia* deve estar associada à primeira parte da oração principal: "quando, porém, veio Cristo como sumo sacerdote". A preposição dia_y "mediante", pode se referir aos meios ou instrumentos que Ele utiliza na realização da obra sacerdotal: "Veio Cristo como sumo sacerdote usando o maior e mais perfeito tabernáculoO mesmo se aplica ao uso da preposição *dia* que introduz o tema do sangue na terceira oração. A ideia dessa longa frase é que, depois de vir como sumo sacerdote, Cristo empregou em Sua obra sacerdotal um santuário superior e Seu próprio sangue. Ele entrou nesse santuário depois de garantir eterna redenção. Isso se acha em perfeita concordância com o que é dito em outra parte em Hebreus. A NEB captou em sua tradução a verdadeira intenção do autor de Hebreus: "Mas agora Cristo veio, sumo sacerdote das boas coisas já existentes. O tabernáculo de Seu sacerdócio é maior e mais perfeito, não feito por mãos humanas, ou seja, não pertencente a este mundo criado; o sangue do sacrifício que Ele apresenta é Seu próprio sangue, não o sangue de bodes e de bezerros; foi assim que Ele entrou no santuário uma vez por todas."

D. *Hebreus 9:24 e* 25

Essa passagem, principalmente o verso 24, tem sido interpretada dando a entender que o santuário celestial é o próprio Céu. O pensamento expresso é o mesmo encontrado em 9:11 e 12. Cristo entrou no santuário celestial, que servia como modelo para o terrestre. Por ser o original, o santuário celestial é superior. A primeira parte do verso 24 enuncia uma declaração negativa: Cristo não entrou num santuário feito por mãos. O substantivo "santuário" é *hagia*, sem artigo definido. O artigo não é necessário porque os modificadores tornam o substantivo definido. *Hagia* se refere ao santuário como um todo, sem referência a nenhuma seção dele. O santuário feito por mãos é novamente contrastado com o "verdadeiro", enfatizando a realidade do santuário celestial (cf. 8:2).

De acordo com Hebreus, Cristo não entrou em um santuário inferior, mas "no mesmo Céu". Aqui o santuário e o Céu não são equiparados. Na primeira parte do verso 24, *hagia* se refere a ambos os santuários — a um que é "cópia" e ao outro que é "o verdadeiro". O autor parece ter usado o "Céu" por razões estilísticas. Para evitar usar *hagia* novamente e num esforço para ser breve e deslocar-se para o segundo ponto no argumento, ele omite intencionalmente a palavra "santuário". O contexto ajuda a identificar o que foi omitido. Cristo entrou "no [santuário que está no] Céu". No AT, Céu é usado para designar a habitação celestial de Deus; por isso, visto que o santuário de Deus está no Céu, é possível usar o termo "Céu" para se referir a ele sem fazer do próprio Céu o santuário de Deus. Essa não é uma interpretação excêntrica da passagem, mas o que o autor afirmou anteriormente. Ele também concorda com a concepção de Hebreus de que o santuário celestial é o "verdadeiro". No verso 25, *ta hagia* designa o santuário terrestre. O texto trata do Dia da Expiação e alguém pode argumentar que o substantivo se refere ao lugar santíssimo; contudo, naquele dia o sumo sacerdote oficiava no santuário inteiro e não somente em um de seus compartimentos. Nesse verso *ta hagia* também deve ser entendido como designação do santuário terrestre

em sua totalidade. Se o autor de Hebreus tivesse em mente se referir ao lugar santíssimo, teria escolhido a frase usada em 9:3.

E. Hebreus 10:19 e 20

No verso 19, o crente tem confiança e liberdade para entrar no santuário celestial pela virtude do sangue de Cristo. *Ta hagia* não aponta para nenhuma seção específica do santuário celestial, mas para o próprio santuário. Cristo entrou ali e, pela virtude de Sua morte, temos acesso ao santuário.

No verso 20, o véu do templo parece ser equiparado à carne de Cristo: "pelo novo e vivo caminho que Ele nos consagrou pelo véu, isto é *[tout[1] estin],* pela sua carne". "Isto é" *{tout' estin*) é usado com frequência em Hebreus para explicar o substantivo imediatamente anterior (ver Hb 2:14; 7:5; 9:11). Se o sentido for esse aqui, *tout' estin* torna o véu equivalente à carne de Cristo. Essa interpretação cria problemas, tornando-se insustentável. Implicaria que, para entrar no santuário, Jesus atravessaria Sua própria carne (o véu). Isso não pode ser aplicado à experiência de Cristo na cruz porque atravessar o véu é algo que se realiza no reino celeste. Além do mais, o termo "véu" é usado de forma bastante concreta e tópica no resto da epístola (6:19, 20; 9:3). Não há nenhuma prova em 10:20 de que o termo "véu" esteja •* sendo usado de forma metafórica ou simbólica.

A locução *tout' estin* também é usada em Hebreus para se referir retroativamente a outro substantivo que não o imediatamente precedente (ver 13:15). Essa ambiguidade permite *tout' estin* referir-se a "caminho", o outro substantivo do verso. Nesse caso, o caminho de acesso a Deus, através do véu, é a carne de Cristo, isto é, Sua encarnação, morte e ressurreição. A locução genitiva "pela sua carne" seria, portanto, um genitivo de dependência relacionado a "caminho": "caminho [...], isto é, [o caminho] de Sua carne". Essa interpretação é gramatical e contextualmente válida, e concorda com a concepção do santuário celeste em termos concretos e locais, conforme apresentado no restante de Hebreus.

Apêndice B
Hebreus 6:19 e 20

Esses versos pertencem a um capítulo, que contém uma exortação à esperança cristã. A frase-problema envolve "o santuário interior por trás do véu", onde Cristo entrou. Em grego se lê *eis to esõteron tou katapetasmatos,* "ao interior do véu". Essa locução é semelhante à da LXX de Levítico 16:2: *eis to hagion esõteron tou katapetasmatos,* "no santuário para dentro/detrás do véu",

Há similaridades óbvias, mas ao mesmo tempo há diferenças. A natureza geral da declaração e o contexto imediato em Hebreus mostram que o autor não estava sugerindo que Cristo entrou no lugar santíssimo imediatamente após Sua ascensão para cumprir o significado tipológico do Dia da Expiação. Os itens vitais para essa interpretação são os seguintes:

1. O termo *katapetasma* é ambíguo. É empregado na LXX para se referir ao véu colocado na entrada do pátio do santuário (Nm 3:23), ao primeiro véu colocado na entrada do lugar santo (Ex 26:37) e ao véu colocado em frente ao lugar santíssimo (v. 31, 33). O termo em si mesmo não pode ser usado para determinar qual dos véus se tem em vista. Em Hebreus 9:3, o termo é específico: "o segundo véu". A falta de especificidade em 6:19 indica que a referência não é ao segundo véu, e que o autor não define a área específica do santuário na qual Cristo entrou.

2. Em Hebreus 6:19, a preposição "atrás/dentro" (*esõteron) é* empregada de forma diferente do que em Levítico 16:2, onde especifica um lugar dentro do santuário conforme

indicado pelo substantivo "santuário" (to *hagion*), que o precede. Ou seja, em Levítico 16:2, "dentro do véu" indica uma área específica dentro do "santuário". Por outro lado, Hebreus 6:19 emprega *esõteron* não como uma preposição, mas como um substantivo. E precedido por um artigo definido, *"eis to,* "no interior do véu", em vez de "dentro do véu". Hebreus não faz nenhuma menção ao santuário; em vez disso, a locução preposicional *(eis to esõteron katapetasmatos*) sugere o santuário como um todo, e não aponta para nenhuma seção específica dentro do santuário celestial. O "véu" pode bem se referir ao véu na entrada do santuário, que dá acesso ao próprio santuário.

3. A comparação entre 6:19 e 7:19 também sugere que a expressão "no interior do véu" não se refere ao lugar santíssimo. Aqui a antiga lei sacerdotal, com suas restrições, é eliminada pela introdução de uma "esperança superior, [...] pela qual nos chegamos a Deus". O conceito de "esperança" é seguido aqui, como em 6:19, por um conceito de culto.

6:19	*7:19*
"uma esperança"	"uma esperança superior"
"que penetra além do véu"	"pela qual nos chegamos a Deus"

Hebreus 7:19 esclarece o significado de 6:19. Entende-se que entrar no interior do véu é "chegar-se a Deus", uma expressão usada no AT para descrever o serviço dos sacerdo- ^ tes no santuário (Lv 21:21, 23), mas nunca se refere ao ministério do sumo sacerdote no lugar santíssimo. A expressão também se aplica ao indivíduo que se aproxima de Deus em adoração e oração (Is 29:13). De acordo com Hebreus, a esperança em Cristo dá acesso ao santuário celestial. O texto não discute o lugar específico dentro do santuário no qual Cristo entrou depois de Sua ascensão. O fato de haver Cristo entrado no santuário significa que Ele tem pleno acesso a Deus.

4. Considerações contextuais excluem a discussão do dia antitípico da expiação de Hebreus 6:19. Por sua vez, Levítico 16:2 trata claramente do Dia da Expiação. Em Elebreus 6:13-20, a discussão tem que ver com a certeza das promessas de Deus a Abraão. Visto que Deus cumpriu essas promessas ao patriarca, os cristãos são estimulados a se apegar à sua esperança sabendo que as promessas divinas são fidedignas. Essa esperança traz certeza porque se ancora na própria presença de Deus, o santuário celestial, onde Cristo entrou como nosso Precursor.

Por fim, o paralelismo entre 6:19 e 10:19-22 sugere que em 6:19 o autor pode ter tido em mente a entrada de Cristo no santuário celestial no início de Sua obra sumo sacerdotal.

6:19, 20	*10:19-22*
Jesus entrou	Jesus consagrou
O véu	O véu
Sumo sacerdote	Sumo sacerdote
Além do véu	Aproximar-se

Além disso, o tempo aoristo em 6:20 — "Jesus entrou" *(eisslthen)* - aponta para um momento específico no tempo em que Ele entrou pela primeira vez no santuário celestial, a saber, depois de Sua ascensão.

12
Criação

William H. Shea

Introdução

A criação é o evento básico que dá início à história do mundo e da humanidade. Ela também é fundamental para a história da salvação da raça humana, visto ter sido pouco depois da criação que os seres humanos caíram em pecado. O relato da queda é apresentado no capítulo 3 de Gênesis. O relato básico da criação, em Gênesis 1 e 2, precede essa narrativa. Portanto, é com bastante naturalidade que a Bíblia começa com a história da criação. Existem em diversas partes do AT outras declarações sobre a criação. Em qualquer estudo desta doutrina, esses textos precisam ser levados em consideração. I. 11

Em adição ao AT, o NT também ensina a doutrina da criação. Essa segunda parte da Bíblia enfatiza diversos pontos. O primeiro é que Jesus Cristo tomou parte ativa na criação. O segundo é que Ele é o Senhor da criação. Em último lugar, apresenta o tema da nova criação. Nas declarações que o NT faz sobre o assunto, como em Apocalipse, a nova criação está relacionada com a antiga. E similar a ela, embora se diferencie em alguns aspectos. Será melhor e mais perfeita que a criação original. A partir dessa perspectiva geral, consideraremos agora os textos propriamente ditos.

I. Criação no Antigo Testamento
  A. Gênesis 1
    1. No Princípio
    2. Os Céus e a Terra
    3. A Criação da Luz no Primeiro Dia
    4. O Elemento Tempo para os Dias da Criação
    5. A Divisão do Firmamento no Segundo Día
    6. A Divisão da Terra em Porção Seca e Mares no Terceiro Dia
    7. O Aparecimento dos Corpos Astronômicos no Quarto Dia
    8. Relações Literárias e Históricas do Primeiro com o Terceiro Dia e do Quarto com o Sexto
    9. A Criação das Aves e Peixes no Quinto Dia
    10. A Criação dos Animais Terrestres e do Ser Humano no Sexto Dia
    11. Poesia em Gênesis 1
    12. A Imagem de Deus
    13. O Regime Alimentar de Homens e Animais
    14. A Criação do Sábado no Sétimo Dia
  B. Gênesis 2
    1. Semelhança de Assuntos
    2. O Emprego dos Nomes Divinos
    3. Estrutura Literária
    4. O Jardim Plantado
    5. Quatro Rios
    6. A Segunda Descrição do Éden
    7. A Criação da Mulher
  C. Literatura Sapicncial: Jó
  D. Salmos
    1. Salmo 104
    2. Salmo 19
    3. Salmo 8
  E. Os Profetas
    1. Amós
    2. Isaías
    3. jeremias

F. Outras Declarações do Antigo Testamento sobre a Criação
G. A Data da Criação
II. A Criação no NT
A. A Semana da Criação como Ponto Específico no Tempo
B. Revelação e Fé na Criação
C. Cristo como Criador
D. A Criação na Mensagem do Fim do Tempo
E. A Recriação Final: A Nova Terra
III. Teologia e Experiência Pessoal
A. Nós Somos Suas Criaturas
C. Mordomia
D. O Ato Histórico da Criação
E. Adoração do Mantenedor
F. A Revelação de Deus na Natureza
G. Evolução Rejeitada
H. Missão e Mensagem
IV. Contexto Histórico
A. O Antigo Oriente Próximo
1. A Concepção Assíria: Enuma Elish
2. A Versão Babilônica Antiga: Atrahasis
3. O Gênesis Sumeriano
4. Antigos Mitos Egípcios da Criação
5. A Teologia Grega da Criação
B. Literatura Judaica Intertestamentária
C. Fontes Judaicas do Primeiro Século
D. A Igreja Primitiva: Orígenes e Agostinho
E. Período Medieval: Aquino como Exemplo
F. A Reforma: Martinho Lutero como Exemplo
G. A Era do Racionalismo
1. A Crítica Literária de Gênesis e o Relato da Criação
2. A Crítica Científica do Gênesis e o Relato da Criação
H. Contribuições Adventistas do Sétimo Dia
V. A Concepção Adventista do Sétimo Dia acerca da Criação
VI. Comentários de Ellen G. White
A. A Natureza e a Na Lu reza de Deus
B. A Ciência e a Bíblia
C. A Autêntica História do Começo de Nosso Mundo
D. Deus Não Dependeu de Matéria Preexistente
E. O Sábado Tão Antigo Quanto a Terra
F. A Ciência Verdadeira e a Falsa, e a Revelação
G. Declarações de 1890 a Respeito do Dilúvio
H. Provas de Mudanças Feitas pelo Dilúvio
I. Sobre Montanhas e Estrutura Montanhosa
VII. Literatura

L Criação no Antigo Testamento

A. *Gênesis 1*

A primeira declaração sobre a criação do mundo se encontra em Gênesis 1. Descreve-se ali a forma como Deus preparou o mundo para seus habitantes, animais e seres humanos. Visto que nenhum ser humano esteve presente na ocasião em que Deus fez isso, dependemos da revelação para ter uma ideia de como o mundo foi formado durante a semana da criação. Deus criou o mundo mediante uma série de atos separados e distintos. O registro revela que esses atos se estenderam por um período de sete dias. Cada um dos dias consistiu em um período escuro e outro claro, conforme são todos os dias até hoje. Na criação, portanto, o Criador estabeleceu uma estrutura e depois nos revelou exatamente o que era essa estrutura. O sábado foi separado não somente para um propósito especial, mas também para assinalar o término da criação especial de Deus. Isso serviu de modelo original para a unidade de tempo conhecida como a semana de sete dias.

1. No Princípio

Gênesis 1:1 começa com uma locução adverbial de tempo, “no princípio”. Esse primeiro versículo é parte do contexto de Gênesis 1:2 e do restante do capítulo. O propósito da locução era simplesmente fornecer uma breve descrição de como era o mundo quando Deus começou a operar sobre ele de maneira especial. Alguns têm traduzido essa locução inicial assim: “quando Deus começou a criar.” Embora seja mais

livre do que o texto original em hebraico, a linguagem transmite realmente a ideia de que o interesse aqui é com a criação a partir do estado preexistente. O texto reconhece o fato de que a Terra inerte se achava em um estado aquoso antes dos acontecimentos da semana da criação, mas não se preocupa em especificar quanto tempo permaneceu ela nesse estado.

O verbo usado nessa frase de abertura é *bara,* apropriadamente traduzido como "criou". A Bíblia só emprega esse verbo para designar uma atividade divina. Seres humanos e Deus podem *fazer* coisas *asah.* Deus pode *fazer,* usando o mesmo verbo, mas somente Deus pode criar da maneira indicada por *bara.* Portanto, somente Deus é capaz de criar a matéria que foi depois modelada na criação, embora tanto Deus como os seres humanos possam remodelar essa matéria de diversas maneiras.

O sujeito do verbo *bara* é Deus, aqui designado pela palavra geral para Deus em hebraico, *'elohim.* Ele é o sujeito de todos os verbos para criar, fazer e modelar em Gênesis 1. O único Deus verdadeiro é apresentado na primeira frase do relato da criação; é Ele que atua durante todo o tempo transcorrido ao longo desse relato. Nenhum outro Deus disputa com Ele a condição de Criador, como acontece nas histórias extrabíblicas de criação de cunho politeísta. Ele é soberano sobre a criação, que Lhe obedece a vontade à medida que se ergue em seu estado recentemente organizado. O relato bíblico da criação é enfático: Esse Deus soberano é o único e verdadeiro Criador.

^►

2. Os Céus e a Terra

Os primeiros objetos dessa atividade criativa identificados no texto são os céus e a Terra. Alguns têm entendido que os "céus" sejam uma referência ao Universo. Uma forma de avaliar essa interpretação é ver como a locução "os céus e a Terra" é usada no restante da narrativa. Um exame das ocorrências mostra que a palavra "céus" não aponta para o Universo, mas para o céu atmosférico que rodeia a Terra. Esses foram os "céus" a que Deus Se referiu quando dividiu o firmamento no segundo dia da semana da criação. Esses foram os céus nos quais voaram as aves depois de terem sido criadas no quinto dia (Gn 1:20). O foco da locução "os céus e a Terra" em Gênesis 1 é, portanto, a Terra, e não o Universo nem os céus estrelados. Isso revela a ênfase geocêntrica desse relato da criação.

Orientado para o método científico, o pensamento moderno se aproxima desse relato pensando em um observador da Terra posicionado fora dela ou observando-a de cima para baixo. Porém, não é esse o ponto de vista segundo o qual essa narrativa foi escrita. Os atos da criação foram revelados e registrados como se tivessem passado diante de um observador posicionado na Terra e não fora de seus sistemas. Esse ponto de vista torna alguns elementos da narrativa mais compreensíveis.

3. A Criação da Luz no Primeiro Dia

Gênesis 1:3 diz que, no primeiro dia da semana da criação, Deus falou trazendo a luz à existência, para que penetrasse a escuridão aquosa deste planeta. Surge aqui uma controvérsia a respeito do quarto dia da criação. Nesse dia, disse Deus: "Haja luzeiros no firmamento dos céus." O texto identifica esses luzeiros como o luzeiro maior (o Sol), o luzeiro menor (a Lua) e as estrelas (Gn 1:14-16). Visto sabermos boje que no Universo só existe luz a partir dessas fontes naturais e de fontes feitas pelo ser humano, fica difícil conceber como Deus teria criado a luz no primeiro dia sem a ajuda desses corpos astronômicos.

Duas respostas diferentes têm sido dadas para essa questão. A primeira é que os corpos celestes já se encontravam ali, emitindo sua luz, mas não eram vistos da Terra por ela estar envolvida numa densa nuvem, o firmamento aquoso superior. No quarto dia, essa cobertura de nuvens ou envoltório

aquoso teria sido reorganizada para tornar visíveis os corpos astronômicos. Embora essa teoria pareça plausível, não há no momento nenhuma prova direta que a apoie.

A outra maneira de explicar o fenômeno é que a luz presente nos três primeiros dias da semana da criação emanava diretamente do próprio Deus. Ele teria delegado posteriormente essa tarefa aos corpos astronômicos identificados no quarto dia. Há um paralelo bíblico dessa ocorrência em Apocalipse 21:23. Afirma-se ali que a Nova Jerusalém não precisará da claridade do Sol nem da Lua porque o próprio Deus a iluminará, Pode ter sido esse o caso durante os três primeiros dias da semana da criação.

Os seres humanos começaram depois a adorar os corpos astronômicos que lhes forneciam luz. Deus pode ter tido a intenção de evitar essa possibilidade de idolatria, ao criar a luz independentemente do Sol e da Lua. Somente Aquele que criou a natureza merece nossa adoração; e não a própria natureza.

4. O Elemento Tempo para os Dias da Criação

O relato de cada um dos seis primeiros dias da semana da criação termina com uma menção cronológica. Essa menção apresenta uma fórmula padronizada: “Houve tarde e manhã, o primeiro dia [ou segundo, terceiro, etc.].” Tem-se sugerido que esses dias não eram dias literais de 24 horas, mas longas eras durante as quais a Terra e os elementos que a compunham evoluíram para seu estado posterior.

420 ►

A linguagem da fórmula cronológica exclui, porém, essa possibilidade. Cada afirmação contém quatro elementos. Primeiro é o verbo “haver”, que, na verdade, aparece duas vezes. Segue-se a menção das partes escura e clara do dia: a tarde e a manhã. Em terceiro lugar, numera-se o dia. Em quarto e último lugar, aparece a palavra "dia” propriamente dita. Afirma-se nessa complexa fórmula cronológica que os elementos temporais surgiram, que se reuniram para formar o dia e que cada dia foi numerado. Quando se faz o confronto entre esse tipo de fórmula cronológica e outras evidências do AT (ver Gn 33:13; Êx 12:18; Ne 5:18), não fica nenhuma dúvida de que o escritor estava falando de um período de luz e trevas de 24 horas, que compunha um dia inteiro. A adição dos outros elementos dessa fórmula à palavra “dia" dá uma especificidade que exige a aplicação limitada e local dessa locução no tempo.

5. A Divisão do Firmamento no Segundo Dia

O firmamento, ou envoltório aquoso, ao redor da Terra já existia antes do segundo dia da criação. Nesse dia, Deus o dividiu, ou separou, em duas porções principais: as águas superiores e as águas inferiores. A ênfase recai sobre as águas superiores, aqui referidas como céus atmosféricos. A palavra hebraica (v. 8) pode ser traduzida como “céu" (NVI). E nessa porção do espaço acima da Terra que a água se acumula sob a forma de nuvens.

6. A Divisão da Terra em Porção Seca e Mares no Terceiro Dia

Gênesis 1:1 descreve o estado primitivo da Terra como coberta de água. Os dois primeiros dias da criação não mudaram essa situação. O planeta herdou essa característica, visto que cerca de 70 por cento de sua superfície é ainda hoje coberta de água: os mares,

Foram, esses mares que abriram caminho para o surgimento da porção seca no terceiro dia. Como Deus realizou isso exatamente, não se sabe, Se Ele escavou grandes bacias oceânicas ou amontoou as montanhas, não sabemos. Só sabemos que a parte seca de fato apareceu e que, como resultado, a terra se fez utilizável e apta para ser povoada por plantas, animais e seres humanos. As plantas que apareceram foram divididas em três categorias principais: “relva, ervas que deem semente e árvores frutíferas que deem fruto

[...] cuja semente esteja nele" (v. 1 1). A ênfase recai aqui sobre a perpetuação das plantas, já que a semente mencionada tinha a função de reproduzi-las, "segundo a sua espécie".

A locução “segundo a sua espécie” (v. 11) merece atenção porque dã origem a um conhecimento especial sobre a natureza, no século 19, definido como a fixidez das espécies. Segundo essa interpretação, as espécies existentes na Terra eram fixas e limitadas às espécies originais criadas por Deus na primeira semana do mundo. Pensava-se que todas as espécies conhecidas eram descendentes diretos dessas espécies originais. Tinha-se a mesma opinião a respeito das espécies animais recolhidas na arca por Noé.

Essa teoria se baseava numa falsa premissa linguística. Surgiu a partir de uma tradução incomum de *leminêhu*, interpretado como aplicável ao conceito moderno de espécie. Quando o progresso na genética através do último século demonstrou a possibilidade de descendentes com variação, percebeu-se que aquela antiga interpretação era biologicamente incorreta.

Um exame mais detido da palavra no texto bíblico também revela que essa teoria é biblicamente incorreta. Gênesis 1 emprega a palavra para plantas (v. 12), aves e peixes (v. 21) e animais terrestres segundo as suas três categorias (v. 24, 25). A palavra é empregada, portanto, para classificações e divisões gerais nos reinos animal e vegetal. No entanto, Levítico 11 utiliza a mesma palavra para divisões muito menores no mundo animal. Emprega-a quatro vezes na seção sobre aves (v. 14-19), três vezes na seção sobre insetos (v. 22) e uma vez na seção sobre répteis (v. 29). Em cada um desses casos, faz-se uso da palavra para designar animais isolados que um zoólogo moderno identificaria provavelmente como uma espécie. A passagem paralela de Deuteronômio 14 estabelece as mesmas distinções.

Sendo assim, Gênesis 1 utiliza a palavra traduzida “segundo a sua espécie” para as grandes divisões do mundo vegetal e animal e depois, em Levítico 11 e Deuteronômio 14, para pequenas divisões. A expressão não pode se referir a espécies em ambos os casos. Uma dissecação da própria palavra *leminêhu* ajuda a esclarecer a ideia. O prefixo *le* é uma preposição, que quer dizer “a", “para", "por” ou “segundo a”. A parte intermediária, *min, é* um substantivo, que significa “grupo”, “classe” ou “espécie”, O sufixo é um pronome possessivo, que indica a quem algo pertence. A tradução “segundo a sua espécie” é legítima, sendo mais bem compreendida como uma expressão idiomática que designa “diferentes tipos de" plantas ou animais. De acordo com outra interpretação, a parte intermediária da palavra é a preposição *min*, “de”; neste caso, a locução significaria “segundo sua procedência". Em ambos os casos, é possível usar a locução para qualquer nível e se referir a qualquer classe de plantas ou animais, independentemente das dimensões do grupo. Visto que a ideia de plantas produzirem semente "segundo sua espécie” (Gn 1:12) parece se referir a vínculos genéticos, *leminêhu* aponta simplesmente para "espécies diferentes”, uma variedade. Sendo assim, o conceito de fixidez das espécies do século 19 não tem nenhuma base bíblica, linguística ou biológica.

7. O Aparecimento dos Corpos Astronômicos no Quarto Dia

Na narrativa do quarto dia, o Sol e a Lua são chamados de luzeiro maior e luzeiro menor. É bem possível que a razão para não usar os nomes verdadeiros desses corpos celestes é porque no tempo em que esse registro foi escrito por Moisés, o Sol e a Lua (e as estrelas) eram deificados e adorados. Para evitar qualquer concordância com esse ponto de vista, seus nomes foram propositadamente omitidos em Gênesis 1:16-18. Eles não passavam de corpos astronômicos à disposição do Criador. Não possuíam existência independente dEle. Deus os criou para servirem

a um propósito, especialmente no que diz respeito à marcação do tempo e das estações para os seres humanos.

8. Relações Literárias e Históricas do Primeiro com o Terceiro Dia e do Quarto com o Sexto

Existe uma relação temática entre os primeiros dias da semana da criação e os três dias seguintes. O assunto do primeiro dia, a luz, aparece novamente no quarto dia. O assunto do segundo dia, divisão do firmamento, reaparece no quinto dia. As aves e os peixes preenchem as duas divisões do firmamento. O assunto do terceiro dia, terra seca e plantas, tem relação com a criação do sexto dia: os animais e os seres humanos deviam ocupar o espaço daquela parte seca e consumir suas plantas sob a forma de alimento. O primeiro dia está, portanto, relacionado mais diretamente com o quarto dia, o segundo dia está relacionado mais diretamente com o quinto dia, e o terceiro dia está relacionado mais diretamente com o sexto dia.

Embora de natureza literária, essas relações representam com exatidão a atividade criativa de Deus. Foi nessa ordem e dessa maneira que Ele realizou seus atos criativos. Em virtude de Sua onipotência, podería ter criado tudo no primeiro dia ou até no segundo, mas não o fez. Preferiu regular o ritmo de Seus atos criativos, revelando-os um após outro. Sabemos desses acontecimentos pela revelação bíblica. Outros seres estiveram envolvidos. Os anjos, sem dúvida, presenciaram a **realização** desses **acontecimentos; e Jó 38:7** sugere que outros mundos podem ter observado essa nova criação.

O certo é que a marcha ordenada das atividades criativas nesses dias da criação demonstrou o amor, o cuidado e a organização do Deus a quem servimos. Ele estabeleceu o mundo de maneira ordenada e logo o povoou. Ao cabo dos três primeiros dias da criação, o mundo era belo, mas vazio de peixes, aves e animais terrestres. Ao fim dos três dias seguintes, era belo e pululante de criaturas vivas. Ser povoado dessa maneira o tornou mais belo. O espaço havia encontrado seus ocupantes; a promessa fora cumprida.

9. A Criação das Aves e Peixes no Quinto Dia

Os ocupantes do espaço superior do- <122> firmamento, o céu, foram as aves. Na verdade, elas são maravilhosamente adaptadas a esse ambiente. A criação de todos os organismos marinhos aqui documentados inclui até mesmo os grandes *tanninim,* presumivelmente baleias. Essas criaturas colossais foram produto da criação quase instantânea do Criador. De acordo com a teoria da evolução, um animal desse porte teria precisado de longas eras para evoluir.

10. A Criação dos Animais Terrestres e do Ser Humano no Sexto Dia

A primeira- terça parte da narrativa conta como foram criados os animais terrestres (Gn 1:24, 25). Depois vem a história da criação dos seres humanos, tanto do homem como da mulher, mais detalhada do que o relato de qualquer outro elemento na semana da criação. Por fim, Gênesis 1:29 e 30 menciona a indicação da dieta para os animais da terra e os seres humanos.

Emprega-se, no verso 24, a palavra "espécie" (aqui *lemiitah*) em sentido geral: todas as espécies de animais terrestres. No verso 25, ela se aplica a três grupos: os animais **selvagens, os** domésticos **e** os répteis. **A** história chama a atenção para a grande variedade de animais.

11* Poesia em Gênesis 1

A majestosa cadência de Gênesis 1 tem levantado a questão se há poesia nesse relato. Uma razão por que esses versos se assemelham às vezes com poesia é o paralelismo de pensamento, característica da poesia

hebraica. Mas a Gênesis 1 falta a métrica poética, podendo o texto do capítulo ser mais precisamente descrito como prosa poética. A única exceção se encontra no verso 27. E possível perceber ali não somente o paralelismo, mas até mesmo a métrica, em hebraico e português:

> "Criou Deus, pois, o homem à sua imagem,
> À imagem de Deus o criou;
> Homem e mulher os criou".

O mesmo verbo "criar" aparece nas três linhas. O nome de Deus aparece duas vezes, sendo subentendido na última linha. Emprega-se a palavra "imagem" duas vezes, mas se acha subentendida na última linha. No texto em hebraico, essas linhas são bem emparelhadas, tendo cada linha o mesmo número de palavras e sílabas. É possível, portanto, qualificar essa pequena unidade da história da criação como ínteiramente poética. Ela se amplia no relato complementar da criação em Gênesis 2.

O verbo usado no início de Gênesis 1:26, onde a criação de seres humanos aparece pela primeira vez, ocorre na primeira pessoa do plural: "Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança." Isso ocorre na parte da prosa do relato, não na seção poética, Não se pode, portanto, justificar essa pluralidade estilística como mero adorno literário. Ela tem importância gramatical e também importância teológica e histórica. Ao serem criados, tanto o gênero masculino como o feminino da raça humana manifestavam a imagem de Deus. Na condição original, ambos portavam a imagem expressa de seu Criador. Havia entre eles uma igualdade que foi avariada e distorcida pela queda (ver Homem I.C).

12. A Imagem de Deus

A locução "imagem de Deus" suscitou durante a era cristã os comentários mais importantes dos teólogos (ver Homem I. B; Pecado I). A ênfase nesses escritos recaía sobre as faculdades racionais e a liberdade de escolha concedidas aos seres humanos na criação. Na teologia escolástica, acreditava-se que a imagem incluía o estado de justiça moral antes da queda. Desde a Reforma, os teólogos protestantes tendem a enfatizar esse último atributo. Outro aspecto dessa discussão questiona até que ponto a queda e o pecado obliteraram ou desfiguraram esse estado original. Faz-se também uma distinção entre o estado original desfrutado por Adão e Eva e a condição à qual se elevam os cristãos regenerados em sua experiência espiritual com Deus. Em geral, esse segundo estado é visto como bastante diferente do estado original desfrutado no tempo da criação.

A palavra usada em Gênesis 1:27 para "imagem" é *tselem*, bem conhecida no hebraico e em suas antigas línguas cognatas. Ela era usada principal mente para as imagens dos deuses colocadas nos templos. Pensava-se que elas representavam a aparência e as funções dos deuses. A Bíblia, porém, utiliza a palavra de maneira única: no mundo antigo, os deuses eram feitos à imagem dos seres humanos, enquanto na Bíblia os seres humanos são feitos à imagem de Deus.

Os modernos evitam o aspecto físico dessa fraseologia. Os antigos hebreus, não. Suas concepções do mundo e do que era bom nele eram muito mais tangíveis do que as nossas. E possível constatar isso na história da criação, onde, após a criação de cada dia, o produto desses atos criativos era declarado "bom" e, depois de tudo feito, tudo foi declarado "muito bom". Esse ponto de vista do mundo material e de seus habitantes era tipicamente hebraico.

A palavra original empregada aqui comunica a ideia de que a imagem de Deus, na qual homem e mulher foram criados, inclui uma semelhança física. Essa semelhança também sugeria faculdades racionais capazes de pensar os pensamentos de Deus. Em seu

estado não decaído, Adão e Eva eram puros e sem pecado. Enquanto não perderam esse estado pela transgressão, tinham semelhança com Deus moralmente falando. A semelhança com Deus também se estende ao domínio das emoções. Deus é um ser emocional. Temos disso provas abundantes na Bíblia. Ele ama Suas criaturas. Não é o Deus frio, imparcial e distante dos deístas; é o Deus presente e ativo que está em contato com Suas criaturas. A história da Bíblia depois da queda é a história de Deus à procura de Seus filhos caídos. Ele expressa amor por Suas criaturas tanto no AT como no NT. E natural, portanto, que criaturas feitas à Sua imagem e semelhança também reflitam esses atributos em sua natureza.

Os filósofos que enfatizaram os aspectos racionais da imagem de Deus em seres humanos realçaram um ponto correto. E possível concordar que essa imagem abrange também a liberdade de escolha, com a qual Adão e Eva foram dotados no jardim do Éden. A essas capacidades se pode acrescentar os aspectos físicos. Embora atualmente não possamos compreender como, essa imagem ainda deve estar presente em algumas características. Levando-se em conta a visão holística do AT acerca dos seres humanos, a vida afetiva que acompanha o ser físico também deve ser levada em conta. Sendo assim, ser criado à imagem de Deus significa, em última análise, que os seres humanos carregam uma semelhança com Ele no que concerne às faculdades racionais, liberdade de escolha, pureza moral original (agora danificada pela queda), aparência física e vida emocional. Ser criado à imagem de Deus significa passar a ter uma ampla semelhança com o Criador,

13. O Regime Alimentar de Homens e Animais

A essa altura, surge uma relação entre o terceiro e o sexto dia da criação. No terceiro dia, Deus criou a vegetação, as plantas e as árvores. O reino vegetal já existia quando Adão e Eva e os animais terrenos foram criados no sexto dia. Uma das primeiras coisas que todas essas criaturas precisavam era de alimento para sobreviver. Isso o Criador já havia providenciado antes mesmo de eles terem sido criados.

O regime alimentar original estipulado para Adão e Eva durante a semana da criação incluía "todas as ervas que dão semente e se acham na superfície de toda a terra e todas as árvores em que há fruto que dê semente" (Gn 1:29). Aos animais foi dada “toda erva verde" (v. 30). Não somente Adão e Eva eram vegetarianos em seu estado original criado, mas também os animais, Isso não deixa espaço para a predação animal antes da queda.

A sabedoria desse regime alimentar original foi demonstrada em tempos modernos. Estudos científicos constataram que os adventistas do sétimo dia vegetarianos, nos Estados Unidos, vivem em média sete anos a mais que seus semelhantes não vegetarianos entre a população em geral. À medida que outras pesquisas são feitas, esses números aumentam. A ciência moderna tem constatado com fartas provas a sabedoria do Criador em estabelecer um regime alimentar origi- -«£ nal. Deus sabe com certeza qual o melhor alimento para os seres que criou.

14. A Criação do Sábado no Sétimo Dia

A divisão entre Gênesis 1:31 e 2:1-4, como todas as outras divisões de capítulo na Bíblia, foi feita séculos depois da escrita original do livro. O relato do sétimo dia figura entre os outros seis. Isso explica o fato de, nessa passagem, esse dia ser mencionado como "sétimo dia" duas vezes. Embora não se empregue aqui a palavra "sábado", aparece o verbo *shabat* com seu significado básico original de “cessar". Deus, portanto, “cessou” Sua obra nesse dia. Portanto, pode-se ver de onde o sétimo dia recebeu esse nome.

O sábado foi o primeiro de todos os dias em que Deus cessou Sua obra e depois, como reflexo desse fato, o dia que os seres humanos cessaram seu trabalho. Nesse dia Deus descansou; cessou toda a Sua atividade criativa. Ele mesmo não tinha necessidade física desse repouso, já que é onipotente; mas o fez para que o repouso divino servisse de exemplo para nós. O sábado é o repouso divino concedido a seres humanos.

A segunda atividade divina mencionada em Gênesis 2:1-4 é a bênção sobre esse dia específico. Deus já havia abençoado as aves e os peixes que criara no quinto dia, bem como a Adão e Eva no sexto dia (Gn 1:28). Assim, a bênção divina fora dada a objetos criados, mas não a um dia. Nesse caso, a bênção divina foi pronunciada sobre uma unidade de tempo, não sobre os objetos criados dentro dessa unidade de tempo.

A bênção divina foi posta sobre o sétimo dia para um propósito especial. As bênçãos sobre os animais e os seres humanos tinham que ver principalmente com a produtividade biológica. Porém, a bênção sobre o sábado destinava-se a fazê-lo espiritualmente frutífero. Os animais não podiam entender a bênção concedida sobre esse dia, mas Adão e Eva podiam. Foi do próprio Criador que o primeiro casal soube da bênção especial que pronunciara sobre o sétimo dia.

Uma outra bênção dada a Adão e Eva, em Gênesis 1:28, foi o domínio sobre o mundo animal. O sábado expressa um domínio, também, mas não o domínio de Adão e Eva sobre a criação. Ao contrário, ele expressa o domínio de Deus sobre Adão e Eva e sobre tudo que havia criado. Sendo assim, o sábado não somente memoríaliza a criação; é também o dia que reconhece o domínio de Deus sobre Sua criação. Essa responsabilidade foi detalhada posteriormente no quarto mandamento; pois, até mesmo os animais dentro das portas dos observadores do sábado, deviam descansar nesse dia (Ex 20:10). Embora os animais não pudessem reconhecer e observar o sábado num sentido espiritual, como os seres humanos, ainda assim podiam se beneficiar do repouso físico daquele dia.

Deus descansou, ou “cessou", no sétimo dia; depois abençoou esse dia. Por fim, o santificou, ou separou-o para uso sagrado. O verbo *qadcish*, “ser santo", é empregado aqui numa forma causativa, para expressar que Deus declarou o sábado santo ou o santificou. De modo semelhante, Deus santificou o tabernáculo construído pelos israelitas (Lv 21:23); essa é a razão por que passou a ser conhecido como “lugar santo” *(qõdesh* ou *miqdash* do mesmo radical). Em Êxodo 40:9, o tabernáculo é consagrado e se torna santo; tanto “consagrado” como "sagrado” vêm da raiz *qadash*, “fazer santo”, “separar”. Assim como o santuário foi santificado para ser espaço sagrado, também o sábado foi santificado para ser tempo sagrado, separado para uso exclusivo de Deus e de Suas criaturas humanas.

A santificação do sábado na criação é importante para dirimir a questão se o sábado é apenas dos judeus ou se pertence a toda a raça humana. Visto que toda essa atividade se realizou no fim da semana da criação, quando os primeiros membros da família humana foram colocados na Terra, é evidente que o sábado lhes foi entregue, sendo dedicado e consagrado a eles na condição de representantes de toda a humanidade (ver Sábado I-IV).

B. *Gênesis* 2

Uma segunda história da criação começa em Gênesis 2:5. É comum eruditos críticos ressaltarem que esse capítulo procede de outra fonte literária. Esse ponto de-<y vista interpreta mal a natureza literária desses dois capítulos, que se relacionam um com o outro segundo o princípio do paralelismo repetitivo. Através de todo o

AT, e especialmente nos livros poéticos, o paralelismo é um dispositivo literário básico, O exemplo máximo desse tipo de repetição se encontra no livro de Jó, no qual se apresentam os argumentos sob a forma de poesia. Os amigos de Jó completam três ciclos principais de argumentos divididos em nove subseções. Deus responde a tudo isso em Seus três discursos finais. Para o leitor antigo, o paralelismo repetitivo intensificava o interesse na história, ao se aproximar ela de seu clímax. Portanto, em Gênesis 2, era de se esperar encontrar afirmações paralelas sobre a criação, dada a importância do tema.

1. Semelhança de Assuntos

Uma prova de que Gênesis 2 é uma declaração paralela a Gênesis I é a semelhança dos assuntos tratados. Ambas as histórias começam fazendo referência à criação dos céus e da Terra (Gn 1:1; 2:4). A divisão dos mares no segundo dia se assemelha à divisão dos rios em 2:10. A criação dos animais no sexto dia se reflete na referência à criação dos animais em 2:19. A provisão de alimento para o homem e os animais no terceiro e sexto dias da criação, relatada em Gênesis 1, é desenvolvida em Gênesis 2:16 para incluir o alimento de Adão e Eva. O domínio sobre os animais dado ao homem, em 1:28, é explicado em mínimos detalhes no processo de nomeação mencionado em 2:19. Em último lugar, Gênesis 2 descreve a criação de seres humanos, masculino e feminino, com muito mais detalhes.

O paralelismo repetitivo, no entanto, não repete servilmente o que foi dito anteriormente. Ao contrário, declara o assunto com uma abordagem nova e complementar, pormenorizando o que foi dito antes. Isso é o que Gênesis 2 faz em relação a Gênesis 1. O capítulo primeiro (v. 27) se refere aos seres humanos numa breve declaração poética, que é desenvolvida depois em prosa no segundo capítulo. Gênesis 2 não nega nem contradiz o que lhe precede; apenas expande.

2. O Emprego dos Nomes Divinos

O nome divino Elohim é usado exclusivamente em Gênesis 1. O nome divino usado em Gênesis 2:4-25 é Yahweh, Essa diferença tem levado eruditos críticos a pressupor diferentes fontes para os dois capítulos. Esse ponto de vista acarreta algumas dificuldades. Primeiramente, não há nenhum contraste entre o uso de Elohim no capítulo 1 e Yahweh no capítulo 2. Em Gênesis 2:4-25, Deus é chamado Yahweh Elohim, não descartando o nome usado em Gênesis 1, mas acrescentando outro nome divino. Sendo assim, Elohim é especificado agora mais detalhadamente como Yahweh Elohim.

A diferença entre esses dois nomes é a diferença entre o genérico e o pessoal. Elohim, ou sua forma mais comum no Oriente Próximo, El, era usado por todas as sociedades de línguas semíticas do Crescente Fértil. O nome Elohim seria, portanto, compreendido por todas aquelas sociedades. Por outro lado, cada uma dessas sociedades possuía seus próprios deuses pessoais e individuais: Marduque em Babilônia; Asur na Assíria, Mílcom entre os amonitas, Camos [Chemosh] em Moabe, e Qaus em Edom. Yahweh era o nome específico e pessoal usado para o Deus verdadeiro dos israelitas; nenhum outro deus no mundo antigo utilizava esse nome.

Gênesis 1 teria sido, portanto, compreendido por outros habitantes do mundo antigo como uma declaração geral sobre a criação, ao usar o nome geral para Deus que todos conheciam. Gênesis 2, em contrapartida, é uma declaração específica sobre a criação do homem e da mulher, relacionada apenas com Yahweh, o verdadeiro Deus de Israel. O Deus geral que estabelece o cosmos em Gênesis 1 é, na verdade, o Deus pessoal especificado por esse uso complementar no capítulo 2.

O escritor se move da identificação geral de Deus para a específica por causa dos objetos descritos como criados no segundo

relato: homem e mulher, Adão e Eva. Eles eram seres humanos pessoais e respondiam a seu Deus criador de uma forma que nenhum outro ser criado poderia, de forma direta e
426 ► pessoal. Era inteiramente justo e apropriado, portanto, identificar esse Deus de uma forma pessoal e íntima por causa da natureza personalizada de Sua criação. Embora o emprego de nomes divinos diferentes em Gênesis 1 e 2 seja teologicamente importante, não significa que as histórias procedam de fontes diferentes.

3. Estrutura Literária

Gênesis 1 foi organizado e escrito em um tipo paralelo de declaração literária. As atividades dos três primeiros dias fazem paralelo direto com as atividades criativas desenvolvidas nos três dias seguintes.

Gênesis 1 era a visão macroscópica da criação, a maneira como se organizou o mundo para seus habitantes. Em Gênesis 2 nos deslocamos para a visão microscópica correspondente. Em essência, o microscópico enfoca a segunda metade do sexto dia da semana da criação. Assim como se usou o telescópio para a criação de Gênesis 1, entra em jogo o microscópio em Gênesis 2. O texto estreita o foco sobre a criação do homem e da mulher.

Gênesis 2 não é organizado num estilo de paralelismo direto. A criação do homem é apresentada primeiro; e a criação da mulher, depois. Esses dois atos criativos ocupam posições paralelas no começo e no fim da narrativa. Entre esses dois atos se emparelham outros. Esses elementos emparelhados abrangem declarações sobre o jardim e os rios. Ambas as declarações acerca da criação do homem e da mulher nesse capítulo contêm uma afirmação preliminar sobre as condições que precederam essa criação. No caso da criação do homem, essa afirmação preliminar enfoca o mundo vegetal e os campos. No caso da mulher, essa afirmação preliminar enfoca o mundo animal (v. 18-20).

A criação especial de Gênesis 2 é descrita de forma incomparável. Em Gênesis 1, Deus chamou vários objetos à existência mediante a palavra. Ele dizia: “Haja e o objeto mencionado aparecia. Em Gênesis 2, utiliza, porém, uma abordagem diferente. O verbo empregado para essa atividade divina é *yatsar*, "formar, modelar". Deus toma algo que já existe — o pó da terra — e o modela. Dá-lhe a forma de um homem. Mas ainda não está animado; ele precisa de algo mais. Deus sopra nessa forma o fôlego de vida, e ela se torna um "ser” vivo (*nefesh*). Essa palavra é, às vezes, traduzida como “alma", mas o conteúdo da passagem demonstra claramente que o que se tem em vista aqui é todo o ser de Adão. Dois elementos, portanto, compuseram Adão: o pó da terra e o fôlego de vida. A análise química demonstra que o corpo humano é de fato composto pelos mesmos elementos químicos encontrados no solo. O fôlego de vida pode ser definido simplesmente como a energia divina de vida. Quando sobrevêm a morte, conforme sobreveio posteriormente a Adão e Eva, esses dois elementos principais se desintegram. O pó da terra volta à terra, e o fôlego de vida volta a Deus, que proveu essa energia em primeiro lugar (Ec 12:7; ver Homem I. E; Morte I.A.3, 4).

O verbo *yatsar* é empregado para designar o trabalho de um oleiro e o próprio oleiro (Jr 18:1-4). Assim a cena em Gênesis *2*, em contraste com a de Gênesis 1, é a de Deus trabalhando com as próprias mãos para fazer o homem, do modo como o oleiro modela e dá estilo ao pote. Mas o Oleiro divino pode fazer mais do que o ser humano. Ele pode fazer Sua criação tornar-se viva. Quando Deus se ajoelha e sopra nas narinas do homem, este realmente adquire vida. Essa terminologia usada para as atividades divinas é antropomórfica, ou seja, apresenta semelhança de forma com o ser humano. Não sabemos exatamente como Deus realizou esse ato criativo. Mas esses verbos de atividade expressam

interesse e contato íntimo do Criador com Suas criaturas.

4. O Jardim Plantado

Em Gênesis 2:8, Deus planta um jardim, especialmente preparado para Adão e Eva. Mais do que qualquer outro, esse lugar especial foi preparado pelo próprio Deus para o casai humano. Cresciam ali três espécies de árvore. Em primeiro lugar, provavelmente em maior quantidade, estavam as árvores frutíferas, de fruto comestível, delicioso, nutritivo e de boa aparência. Duas outras árvores também foram plantadas ali: a árvore da vida e a árvore do conhecimento do bem e do mal. Elas entram em cena pôsteriormente na narrativa.

427 ►

5. Quatro Rios

Gênesis 2:10 diz que do Éden corria um rio e dali se dividia em quatro rios. Menciona-se o nome dos quatro rios, mas esses nomes não precisam ser necessariamente identificados com os rios pós-diluvianos que tinham esses mesmos nomes, como o Tigre e o Eufrates. Os nomes antediluvianos bem podem ter sido dados aos aspectos pós-diluvianos da superfície da terra. Algo semelhante aconteceu com muitos nomes de lugar da Inglaterra levados a outras partes do Império Britânico. Não se tratava obviamente dos mesmos lugares, mas os nomes foram importados e reutilizados. Assim sendo, os nomes não dão nenhuma pista a respeito da localização do jardim.

6. A Segunda Descrição do Éden

O primeiro relato do Éden (Gn 2:8, 9) diz como Deus plantou o jardim e colocou ali o homem. O segundo relato do Éden mostra o que o homem devia fazer ali: "cultivar e o guardar" (Gn 2:15-17). Adão foi colocado no Éden como jardineiro responsável pelo jardim. Deus também lhe indicou as árvores das quais podia comer e uma árvore da qual não podia: a árvore do conhecimento do bem e do mal.

7. A Criação da Mulher

Gênesis 2:18-24 contém quatro elementos principais: a introdução, a ação, a celebração da ação e o estado resultante. A introdução abrange o episódio de Adão dando nomes aos animais, o que remete para uma correlação direta com Gênesis 1. Naquele dia, Deus deu nome aos objetos criados nos três primeiros dias: a noite e o dia, o céu, os mares, a Terra. Adão deu nomes aos objetos criados no quinto e sexto dias: os animais. O que Deus nominou nos três primeiros dias Adão não tomou a nominar; o que Deus deixou sem nominar depois dos três dias anteriores foi da competência de Adão nominar. Essa atividade de nominação é, portanto, complementar, uma parte cabendo a Deus e a outra, a Adão. A natureza complementar dessa atividade sugere fortemente que essas duas narrativas foram obras de um mesmo autor; que não foram escritas por autores diferentes nem por escolas de escribas separadas por séculos.

Ao chamar a atenção para o fato de que Adão estava completamente sozinho, esse processo de nominação preparou o terreno para a criação da mulher. Cada animal que Adão nominou tinha uma companheira, mas Adão estava sozinho. Deus podería ter criado uma companheira para Adão junto com ele, mas não o fez. Desta forma, Adão valorizaria mais sua companheira e ficaria mais cônscio do amoroso cuidado de Deus em providenciar a satisfação de sua necessidade.

Eva foi criada de uma costela tomada de Adão. Enquanto Adão foi criado a partir de materiais extraídos do pó da terra, Eva foi feita dos mesmos elementos que compunham Adão. Isso foi feito, porém, de forma ainda mais pessoal do que simplesmente modelando uma porção de pó na forma de outro ser. Deus fez Adão adormecer e removeu uma

de suas costelas, da qual fez a mulher, Eva. O fato de ter sido escolhida a costela expressa igualdade, em contraste com a retirada de um osso do pé para expressar inferioridade ou de uma porção do crânio para expressar superioridade.

A reação Imediata de Adão quando conheceu Eva foi expressar um cântico de alegria. O único versículo realmente poético no relato da criação de Gênesis 1 é o 27, onde Deus expressa a intenção de criar seres humanos em um terceto, uma estrofe poética composta por três versos. Podemos chamá-la de o Cântico da criação do Homem. Em Gênesis 2:23, temos o Cântico da criação da Mulher. Nesse caso, quem entoou o cântico e recitou a poesia foi Adão. Há entre essas duas composições poéticas uma semelhança e uma dessemelhança. O número de palavras usadas e o número de sílabas pronunciadas são bem parecidos. Apesar disso, em Gênesis 1:27 há somente uma composição poética, ao passo que, em 2:23, há duas estrofes de dois versos.

Esse relato poético em 2:23 não somente expressa a alegria de Adão ao encontrar sua cara metade, mas também diz algo so-
428 ► bre sua procedência. O restante de Gênesis 2 foi escrito em prosa, assim como todo o primeiro capítulo de Gênesis, com exceção do verso 27. Essas duas narrativas paralelas da criação seguem, portanto, o mesmo roteiro, e suas composições poéticas foram escritas num estilo muito semelhante. O mesmo autor seguiu o mesmo esboço nessas narrativas paralelas e complementares. Tomada em conjunto, com os paralelos já observados, essa semelhança apresenta forte evidência de que essas duas narrativas foram escritas pelo mesmo autor, num paralelismo complementar, extremamente comum na prosa e na poesia hebraica.

O último elemento na história da criação da mulher tem que ver com a união do casal, e as consequências para as futuras gerações do gênero humano. Adão e Eva, o primeiro casal, deviam servir de exemplo para a íntima ligação entre marido e mulher. Nenhuma outra relação humana deveria interferir nessa união (Gn 2:24), A ausência de roupa neles, na ocasião de sua criação, expressa a pureza e a perfeição com a qual saíram das mãos do Criador (v. *25;* ver Casamento I.A.1-3).

C. *Literatura Sapiencial: Jó*

Jó 38-41 contém uma esplêndida declaração a respeito da condição de Deus como Criador, mas esses capítulos só podem ser compreendidos se fizermos um retrospecto do livro de Jó até esse ponto. Deus tinha Jó na conta de um homem íntegro e reto, que servia ao Senhor com inteireza de coração. Satanás pôs isso em dúvida, dizendo que Jó só servia a Deus em proveito próprio. Em decorrência, Deus concordou em pôr o patriarca à prova. Permitiu que Satanás tirasse quase tudo de Jó, inclusive sua riqueza e família, com exceção de sua mulher. Satanás recebeu permissão até mesmo para ferir a Jó fisicamente, mas não para matá-lo.

Os amigos de Jó, quando vieram conversar com ele sobre esses problemas, insistiam que Jó devia estar sofrendo como resultado de pecados que havia cometido. Jó protestou alegando não saber por quais pecados estaria sofrendo. Argumentos iam e vinham. Os amigos de Jó não estavam convencidos da inocência dele, embora não pudessem apontar nele algum pecado. O quarto amigo de Jó, Eliú, não faz mais que seguir a mesma linha de argumentação.

Finalmente, Deus interveio para revelar-Se. Não disse a Jó o que estava acontecendo, que ele estava passando por um teste de fé e justiça, nem que estava sendo punido por seus pecados. Somente depois, leitores puderam ver o que estava acontecendo nos bastidores.

Deus respondeu a Jó fazendo-lhe perguntas retóricas sobre sua concepção da natureza.

Ao reconhecer como era pouco seu conhecimento, Jó foi forçado a reconhecer a sabedoria divina na natureza. Considerando a sabedoria divina demonstrada na criação, Jó devia confiar em Seu Criador, mesmo quando não pudesse entender tudo sobre a própria vida.

A parte mais importante do livro de Jó é, portanto, a sabedoria de Deus demonstrada em Sua criação. Os últimos quatro capítulos do livro fornecem uma poderosa afirmação de que o Deus do livro de Jó é o Criador e de que Sua sabedoria se demonstra na criação. Essa foi desfigurada pelo pecado, mas ainda se percebe nela a demonstração básica da sabedoria divina.

De modo geral, a ordem em Jó segue a ordem da semana da criação. Os questionamentos divinos começam com perguntas sobre a natureza inanimada: "Onde estavas tu, quando Eu lançava os fundamentos da Terra?" (Jó 38:4). Jó, naturalmente, não esteve lá; a pergunta era retórica. A ordem das perguntas no capítulo 38 vai da fundação da Terra até a divisão entre os mares e a parte seca (v. 8-11) e até a divisão do tempo entre luz e trevas (v. 12-15), voltando depois aos mares (v. 16-18). Por hm, a sequência retoma o assunto da luz e das trevas (v. 19-21).

A seção seguinte se ocupa dos elementos atmosféricos (v. 22-30): neve, granizo, vento, chuva, trovão, gelo e geada. Deus controla, ordena e movimenta tudo isso. Jó não pode fazê-lo, nem consegue explicar como Deus pode.

Depois vêm as estrelas em suas constelações. Onde estava Jó quando foram elas postas em ordem? Pode ele guiá-las ou desviá-las de seus caminhos? Pode ele reajustar a maneira como elas governam as estações sobre a Terra (v. 31-33)? Impossível. Isso é obra e sabedoria de Deus, o Criador, com a qual Jó nada tem que ver.

Começando a partir de Jó 38:39, Deus fala de animais e aves. A série começa com os leões e continua, predominantemente, com os animais terrenos, sendo ocasionalmente entremeada pelas aves. A série culmina com dois animais monstruosos, o beemote no fim do capítulo 40, provavelmente um hipopótamo; e o leviatã no capítulo 41, possivelmente um crocodilo. Jó não teve nada que ver com a criação de nada disso. Foi tudo obra de Deus, revelação de Sua sabedoria na criação.

Diante dessa demonstração da sabedoria divina, Jó se humilhou e se arrependeu em pó e cinzas, pasmo com a grandeza do Criador: "Bem sei que tudo podes" (Jó 42:2). Jó aprendeu que mesmo em meio ao sofrimento, podia confiar no Criador, cuja sabedoria se demonstrou na criação. A partir dessa percepção, vem a restauração final de todas as coisas a Jó (42:12, 13).

D. Salmos

1. Salmo 104

O roteiro do Salmo 104 segue o esquema dos dias da criação em Gênesis 1. Embora não identifique os dias da criação especificamente, segue a ordem dos acontecimentos realizados naqueles dias. Emprega uma expectativa do que sucedería desde aqueles dias; olha para seu potencial, função e benefício. A linguagem poética usada aqui oferece enormes possibilidades para louvar o Deus que criou todas as coisas.

O elemento criado no primeiro dia foi a luz, que cobriu a Terra, mas no Salmo 104:2 quem é coberto de luz é Deus. De Sua fulgurante glória, irradia a luz da criação. O Salmo 104 fornece uma resposta para a antiga pergunta sobre qual era a fonte de luz no primeiro dia da criação: a luz que rodeava a pessoa de Deus iluminava a Terra (ver I. A.3). No segundo dia da criação, em Gênesis 1, o firmamento foi dividido. O Salmo 104:3 e 4 explica o mesmo elemento. Deus estendeu o céu "como uma cortina". A "cortina" recobre

todas as criaturas de Deus na Terra. O Senhor não somente fez a atmosfera na qual vivemos, mas também a pôs em movimento.

Gênesis I descreve de forma bastante prática a aparência da parte seca da Terra no terceiro dia da semana de criação. A única coisa que Deus fez ali foi falar, e assim aconteceu. No Salmo 104, Deus "repreendeu" os mares que estavam por sobre a terra. O verso 6 começa com a terra coberta de água, antes de Deus fazer surgir a terra firme. Essa seção termina no verso 9 com a promessa de que o Senhor não tornará a cobrir a terra com água como antes: nem o dilúvio de Noé nem o oceano primitivo voltarão a se repetir. O centro dessa seção descreve a elevação das montanhas e o afundamento dos vales. Foi assim que Deus modelou a Terra.

Embora Deus não permita aos mares cobrir a Terra nova mente, conforme o faziam antes de Ele fazer surgir os continentes, ainda assim rega o planeta. O abastecimento de água é necessário para as plantas e os animais, e a própria Terra é descrita nos versos 10-13. Um movimento crescente faz as águas de Deus se elevarem mais e mais. As fontes no vale dão de beber aos animais do campo. As aves bebem mais acima nas árvores. Por último, até mesmo o topo das imponentes montanhas é regado pelo ciclo da natureza, que Deus estabeleceu e pôs em movimento.

Começando com o Salmo 104:14, descreve-se a criação das plantas e seu uso como alimento, segundo o mesmo modelo das águas: um intensivo crescendo. O alimento fornecido começa na planície, onde pasta o gado e o ser humano lavra a terra. Dessa região vêm as uvas, os cereais e as azeitonas, cada um com sua importância na vida de homens e mulheres. Mais acima vêm as árvores majestosas, até mesmo as grandes árvores nas altas montanhas, os cedros do Líbano (v. 16). Esses também cumprem um objetivo, já que os pássaros neles constroem seus ninhos. Existe vida até mesmo acima do limite da floresta, pois ali as cabras montesinas dão saltos nos íngremes penhascos dos mais altos montes. Tudo isso vem da parte seca da terra, criada no terceiro dia,

O Salmo 104 trata em seguida dos luzeiros celestes, mas a ordem é diferente da < 430
encontrada em Gênesis 1:14-19. Gênesis 1 começa com a esfera maior, baixa para o luzeiro menor e depois desce para as luzeiros ainda menores. Salmo 104:19 começa com a Lua, depois cita o fim da tarde com o pôr do sol. Passa a falar das atividades dos animais noturnos. Depois de caçar à noite, os animais se recolhem em seus covis para repousar, e surgem os novos ocupantes da terra: os seres humanos, que saem para trabalhar nos campos, sob a luz do Sol. Assim sendo, a ordem dos elementos temporais é tarde e manhã, Lua e Sol, leões que trabalham à noite e seres humanos que trabalham de dia — todos conforme ficou estabelecido pela estrutura temporal de Gênesis 1: “Houve tarde e manhã.”

No quinto dia, o firmamento, que fora dividido no segundo dia, povoou-se de aves na parte de cima e de peixes na parte de baixo. No salmo, o mar fervilha de vida (v. 25), também mencionado em Gênesis. As aves não são mencionadas aqui, pois já foram mencionadas com as árvores criadas no terceiro dia. Assim como se colocou vida nos mares no quinto dia, uma nova forma de vida aparece nesses mares. Não se trata de uma nova espécie de peixes, mas de seres humanos, que viajam de barco sobre os mares.

De acordo com Gênesis 1, primeiro os animais e depois os seres humanos foram criados no sexto dia. Os seres humanos são considerados a obra coroadora da criação.
E estranho que eles não sejam mencionados diretamente no relato do sexto dia no salmo, que trata principalmente das coisas providas como sustento para a vida na Terra. Deus é descrito como alimentando Suas criaturas com as próprias mãos, como faria um bondoso pastor ou cuidador de animais: "Se abres a mão, eles se fartam de bens" (v. 28).

Deus concluiu a criação do homem soprando nele o fôlego de vida. O salmo retoma esse último ato, mas numa outra ordem (v. 28-30). Descobrímos aqui o que acontece quando a respiração é cortada: “Se ocultas o rosto, eles se perturbam; se lhes cortas a respiração, morrem e voltam ao seu pó” (v. 29). Só então é que o salmo fala da dotação com esse espírito criativo de vida (v. 30). A retirada do fôlego de vida não é o fim da raça nem o fim da espécie. Deus sopra novamente Seu fôlego vital, e a vida ressurge na geração seguinte. Apesar da maldição do pecado e da morte, a bênção e a promessa de Deus continuam; Seu povo há de triunfar sobre o inimigo.

Em Gênesis, o relato da semana da criação descreve o sétimo dia. O salmo apresenta algo parecido. No sábado reconhecemos que Deus é o nosso Criador; honramo-Lo ao comemorar a criação. Essa é a primeira coisa mencionada .no Salmo 104:31. Quando Deus terminou Sua criação, reconheceu que tudo era “muito bom”, No Salmo 104, Ele Se alegra por Suas obras (v. 31). Porém acontece algo mais: “Com um só olhar para a terra, Ele a faz tremer; toca as montanhas, e elas fumegam” (v. 32). Essa é a descrição de uma teofania, a manifestação da presença pessoal de Deus. Isso é o que acontece no sábado quando o Senhor Se aproxima de Seu povo e a ele Se dá a conhecer, Tocado de temor reverente, esse Lhe presta adoração.

Essa adoração é descrita nos dois versos seguintes. Os seres humanos apresentam a Deus adoração, honra, glória e louvor (v. 33). Isso não é uma ocorrência do passado: o salmista promete continuar repetindo-a enquanto viver. Os louvores ao Senhor estão continuamente nos lábios do salmista. O silêncio é outra parte da adoração. No verso 34, o salmista pede que a meditação silenciosa sobre o Senhor Lhe seja agradável. O último verso fecha essa reflexão sobre adoração com uma nota de regozijo (v. 35).

2. Salmo 19

A primeira metade do Salmo 19 e o quarto dia da criação apresentam grande semelhança. Ambos os relatos incluem o Sol como protagonista. No Salmo 19, o Sol recebe uma tarefa funcional: aquecer diariamente a Terra. Alguns críticos consideram essa metade do salmo como um antigo hino cananeu ao Sol. Mas essa interpretação confunde personificação poética com deificação teológica. O que temos aqui é a primeira opção, e não a segunda. *

Os quatro primeiros versos desse salmo dizem quem é louvado pelas obras manuais de Deus no firmamento. Não o Sol nem as estrelas, mas Deus, o Criador, é glorificado (v. 1). Esse manifesto louvor a Deus prossegue noite e dia porque as obras das mãos divinas são anunciadas no firmamento. Dá-se especial ênfase ao firmamento noturno. As estrelas são completamente silenciosas, mas ainda assim proferem eloquente discurso, não audível, mas visível. Elas mostram como Deus, o Criador, é poderoso e magnífico.

A ordem seguida pelo Salmo 19 é dos corpos menores, as estrelas nos versos 1-4, para o corpo maior, o Sol, descrito nos versos 4-6.0 Sol também fala do Criador, mas de uma forma diferente das estrelas. O Sol é mais ostensivo, já que se podem ver e sentir mais diretamente os seus efeitos. Ele derrama seu calor sobre todos; nada se esconde dele (v. 6). Em última análise, tudo são obras de Deus, que pôs no firmamento uma tenda para o Sol. O astro-rei assemelha-se a um herói, embora não seja nem deus nem herói. A personificação se apoia sobre uma comparação para exprimir a função do Sol. As estrelas com seu silencioso discurso e o Sol com seu calor radiante são providências do Deus verdadeiro, revelações de Sua sabedoria.

A segunda metade desse salmo, versos 7-14, trata de algo que parece inteiramente diferente: a lei ou a *Torcth* de Deus.

Esse ensinamento de Yahweh é louvado pela ajuda e conforto que provê ao crente. Para alguns comentaristas, essa metade do salmo é tão diferente que eles o consideraram um salmo independente de louvor à lei, como o Salmo 119, mas esse não é o caso. Há uma evidente progressão entre as duas metades. A primeira metade descreve o que se pode chamar de revelação geral, a revelação de Deus na natureza. A segunda metade do salmo descreve o que se pode chamar de revelação especial, a revelação de Deus em Sua palavra oral e escrita.

O uso dos nomes de Deus é diferente nas duas metades desse salmo. Na primeira metade, o nome usado para Deus é Elohim, a exemplo de Gênesis 1. O nome divino utilizado na segunda metade é Yahweh, assim como em Gênesis 2. Assim, avançar da revelação geral na natureza na primeira metade do salmo para a revelação especial na segunda metade é também avançar de uma revelação geral para uma revelação especial sobre o Deus único, verdadeiro e pessoal, Yahweh.

3. Salmo S

A tônica deste salmo é a criação dos seres humanos. O salmo começa com o nome divino de Yahweh e Seu título "nosso Senhor" *Çadõnemi),* conhecido através de "toda a terra" pelo que fez, especialmente na criação.

No Salmo 19, as estrelas proferem um discurso silencioso. Já no salmo 8 o discurso é articulado e audível, porque é proferido por seres criados na Terra, Esse discurso, porém, não vem do ser humano mais sábio e mais inteligente; vem da boca de bebês (v. 2). Até mesmo os pequeninos são capazes de enxergar a sabedoria e a grandeza de Deus em Sua criação. Contemplar a sabedoria e a glória de Deus revelada nos céus leva â reflexão sobre a importância relativa, ou a falta de importância, dos seres humanos (v. 3, 4).

Quando o salmista contempla o céu noturno, só consegue pensar na fragilidade e insignificância humana em comparação com o esplendor das estrelas. A resposta à pergunta retórica do salmista, porém, é uma surpresa. Em vez de confirmar que os seres humanos são insignificantes em comparação com tudo que ele vê, o salmista assegura um lugar importante para a humanidade, pois foi criada por Deus: "Fizeste-o, no entanto, por um pouco, menor do que Deus" (v, 5; “anjos” em Hb 2:7).

Os versos 6-8 se referem a todos os elementos sobre os quais os seres humanos deviam dominar: aves, animais e peixes. Faz-se primeiro uma declaração sumária a respeito desse domínio (v. 6): "Deste-lhe domínio sobre as obras da tua mão e sob seus pés tudo lhe puseste.” Os dois versos seguintes enu-*<* meram os habitantes animais da terra sob o domínio da humanidade. O Salmo 8:5-8 é uma reafirmação ou amplificação da criação dos seres humanos em Gênesis 1:26 e 27. Os seres humanos ainda possuem o domínio sobre o mundo dos animais, embora nem sempre o exerçam com sabedoria.

E. Os Profetas

1. Amós

Os três bem conhecidos hinos de Amós ao Criador se encontram em 4:13; 5:8 e 9 e 9:5 e 6. Nesses, o profeta acrescenta que o Deus criador utiliza os elementos da natureza para executar Seus juízos sobre a humanidade ímpia e rebelde e sobre Israel.

O começo do primeiro hino ao Criador (Am 4:13) descreve a formação das montanhas. A cena é compatível com atividades divinas no terceiro dia da semana da criação. O Deus que formou a mente humana também conhece os pensamentos dos seres humanos, Esse conhecimento se converte num elemento importante nas mensagens do profeta, visto que o juízo de Deus se baseia naquilo que Ele sabe a respeito dos motivos do coração e da mente humana. Fazer da manhã trevas não se refere apenas

à sucessão de dia e noite, mas também ao dia do Senhor. Os israelitas acreditavam que o dia do Senhor seria um dia de luz para eles e de trevas para os seus inimigos. Amós afirma o contrário (Am 5:18-20). De sorte que Deus controla não só os movimentos físicos do Sol e da Lua, que produzem as partes clara e escura do dia, mas também o destino último dos seres humanos e das nações.

A referência a pisar os altos da terra é linguagem comum no AT para teofania. Aqui o Criador entra em julgamento, mesmo que esse hino não explique isso nos mínimos detalhes,

No segundo hino ao Criador (Am 5:8, 9), as estrelas são descritas como criação de Deus. A ordem dupla e invertida "torna a densa treva em manhã, muda o dia em noite" e mostra a progressão do dia para a noite, embora transmita também junto com ela a ideia do juízo e do dia do Senhor.

A referência às águas do mar relembra os acontecimentos do segundo e do terceiro dia da semana da criação. Nesse caso, porém, Deus utiliza essas águas de maneira diferente. Elas ainda se acham sob Seu controle, mas servem agora para um propósito de destruição. São inundações, não o dilúvio de Noé, mas um destrutivo dilúvio de juízo em nível local. Yahweh é soberano sobre a natureza e controla suas forças. Elas serviram a Seu propósito na criação e continuam a servir, até mesmo para juízo e destruição.

A linguagem da teofania aparece no terceiro hino ao Criador (Am 9:5, 6) de forma mais vigorosa. E inequívoco o aspecto de juízo; Nessa abordagem Deus atua sobre as forças da natureza e afeta pessoas, que se põem de luto por causa do juízo.

Essa passagem não retrata o controle divino sobre as inundações do Nilo nem sobre qualquer outro rio. Ao contrário, é uma descrição do que acontece à terra quando Deus passa por ela com Sua aparição teofânica, Embora o primeiro hino se refira simplesmente ao pisar de Deus sobre as montanhas, nesse terceiro hino Ele toca a Terra e ela se derrete. Uma vez derretida, se comporta como as ondas de um rio.

2* Is aí as

a. Isaías 40:26-28. Principal declaração do livro de Isaías sobre a criação, essa narrativa profética estabelece diversos contrastes entre o Deus verdadeiro e os deuses falsos. Em Isaías 40:18-20, os ídolos são ridicularizados como mero produto das mãos humanas. Uma pergunta retórica introduz a condição de Yahweh como Criador: "A quem, pois, me compareareis para que eu lhe seja igualr" (v. 25). A resposta é que nenhum deus pode se comparar a Yahweh. Uma prova disso é Ele ter criado o exército do céu, as estrelas (v. 26). Tal conhecimento e tal ação sobrepujam em muito as faculdades naturais do homem e dos deuses. Deus não somente conhece a quantidade delas, mas também o ■« nome de cada uma. Ele não somente criou o exército estrelado, senão também que os superintende e apoia.

Duas dimensões da condição de Deus como Criador vêm à tona nessa passagem.
A existência do Deus eterno vai desde a eternidade passada até a eternidade futura. Sua condição de Criador também se estende até os confins da Terra. Não existe nada, nem mesmo nos limites extremos da Terra, que Ele não tenha criado.

Anota com a qual Isaías 40:26-28 termina se torna a chave usada depois pelo profeta para introduzir outras atividades do Deus criador. Essas afirmações introdutórias, mostrando Deus como Criador, encontram-se em Isaías 42:5; 44:24; 45:12, 18 e 48:12 e
13. Cada uma dessas declarações sobre a criação introduz uma profecia diferente. Pode-se perceber uma relação teológica entre a introdução e a profecia que segue. A criação ocorreu no passado e manifestou a força, o poder e sabedoria de Deus. A profecia se

estende para o faturo, tempo no qual o poder e a sabedoria do Deus criador voltarão a ser manifestos no cumprimento dos eventos profetizados.

A principal declaração sobre o Criador, em Isaías 40:26-28, supera todas as fórmulas anteriores. Ou seja, todas as outras declarações introdutórias se originam nessa declaração principal e para ela apontam. O Deus que comunica profecias é o mesmo Deus que fez o mundo. Duas principais diferenças distinguem o Deus verdadeiro de todos os falsos deuses do mundo antigo: Deus fez o mundo e sabe o que vai acontecer ao mundo que Ele fez.

b. Isaías 65 e 66: recriação. Com Isaías 65:17 e 66:22, introduz-se um novo aspecto do poder criativo de Deus. Aqui o profeta inspirado vislumbra um tempo em que a Terra será restaurada: “Pois eis que eu crio novos céus e nova Terra.” Essa profecia focalizava originalmente a antiga Jerusalém (Is 65:18, 19). Essas foram as condições que Deus prometeu desenvolver. Mas a profecia não encontrou a correspondente resposta de fé. Portanto, a promessa original foi transferida para uma terra renovada e uma nova Jerusalém, como deixam claro as profecias de Apocalipse 21 e 22.

Essa ideia é repetida e ampliada em Isaías 66:22 e 23, que apresenta um paralelo com a história de criação original. Isaías 65:17 se refere aos novos eéus e a nova Terra, assim como Gênesis 1:1 se referiu à criação dos antigos céus e da antiga Terra. Isaías 66:22 repete a ideia de novos céus e nova Terra, já encontrada em Isaías 65:17. Já Isaías 66:23 acrescenta uma nova ideia a essa repetição: pessoas, junto com suas atividades. Seleciona-se um tipo de atividade para ser mencionada: a adoração. Essa adoração está relacionada com o tempo, assim como o aparecimento dos seres humanos perante seu Criador também estava associado com o tempo no jardim do Éden. Adão e Eva foram criados no sexto dia, ou na sexta-feira, e seu primeiro dia completo na Terra foi no sétimo dia, o sábado. Imagina-se o mesmo tipo de atividade para a nova Terra. Há em Gênesis 1 e 2 duas afirmações paralelas sobre a criação; Isaías 65 e 66 apresenta também duas afirmações paralelas sobre a recriação.

3. Jeremias

a. Jeremias 10:11-13: o Deus verdadeiro e os falsos deuses. A exemplo de Isaías, Jeremias continua a rejeitar os falsos deuses, incapazes de criar. Esse profeta também estende a obra do Criador até o presente.

Nessa passagem Jeremias identifica os falsos deuses; eles não fizeram os céus nem a Terra. Além disso, deixarão de existir; desaparecerão da Terra e de debaixo do céu. O verso 12 identifica o Deus verdadeiro em termos daquilo que Ele realizou na criação: Ele fez a Terra, estabeleceu o mundo por Sua sabedoria e estendeu os céus.

O verso 13 faz um interessante acréscimo à linguagem do AT: “Fazendo Ele ribombar o trovão, logo há tumulto de águas no céu, e sobem os vapores das extremidades da Terra; Ele cria os relâmpagos para a chuva e dos seus depósitos faz sair o vento." Essa linguagem não remete para o acontecimento histórico passado da criação, mas para a presente experiência e atividade de Deus, do mundo e do povo de Deus. A chuva, o vento, o orvalho e o relâmpago são parte de uma experiência atual. O Deus que criou esses elementos na criação original ainda os controla e os utiliza para Seus propósitos.

b. Jeremias 27:5: o Deus-Criador e o Surgimento de Babilônia. O contexto de Jeremias 27 é uma reunião em Jerusalém. Diversos reis do Oriente, inclusive Zedequias, rei de Judá, reuniram-se em Jerusalém para conspirar contra seu suserano, Nabucodonosor de Babilônia. Jeremias

recebe uma mensagem para eles, que é comunicada na linguagem da criação: “Eu fiz a Terra, o homem e os animais que estão sobre a face da Terra, com o Meu grande poder e com o Meu braço estendido, e os dou àquele a quem for justo” (v, 5). Assim como Deus havia posto originalmente a Terra sob os cuidados de Adão e Eva, assim punha agora nas mãos de Nabucodonosor a porção do Oriente Próximo. Era prerrogativa de Deus como Criador assim fazê-lo, e os homens, a exemplo desses reis, não deviam se rebelar contra esse decreto nem contra Nabucodonosor, que estava apenas cumprindo seu papel,

c. Jeremias 51:15 e 16. A declaração precedente feita por Deus sobre a propriedade e cessão da Terra levanta uma questão: queria ela dizer que Nabucodonosor e Babilônia governariam para sempre? A última grande profecia do livro do profeta deixa claro que isso não sucedería. Mais uma vez se utiliza a linguagem do Criador: “Ele fez a Terra pelo Seu poder; estabeleceu o mundo por Sua sabedoria e com a Sua inteligência estendeu os céus" (Jr 51:15). Esse verso é, por assim dizer, equivalente a Jeremias 10:12. Descreve-se ali a tríplice criação divina: da Terra, do mundo e dos céus. Jeremias 51:15 é quase uma repetição de 27:5. Sendo assim, Jeremias 27 e Jeremias 51 são recíprocos. Jeremias 27 trata do surgimento de Babilônia, enquanto o capítulo 51 se ocupa de sua queda. Cada uma dessas profecias se faz preceder por uma declaração introdutória do Criador.

d. Jeremias 32:17. Encontramos em Jeremias 32:17 uma declaração do Criador de natureza bastante diferente. O capítulo 32 fala da cidade de Jerusalém sendo entregue nas mãos dos cal d eus ou babilônicos (v. 24-29). A cidade já estava cercada quando Jeremias profetizou que ela cairia.

Como um prólogo ou introdução a essa declaração, Jeremias faz um longo recital dos atos poderosos de Deus na história (v. 16-23). A criação é listada como o primeiro desses: "Ah! Senhor Deus, eis que fizeste os céus e a Terra com o Teu grande poder e com o Teu braço estendido; coisa alguma Te é demasiadamente maravilhosa” (v. 17).

F. *Outras Declarações do Antigo Testamento sobre a Criação*

Examinamos até agora os principais exemplos de declaração do AT sobre a criação: Gênesis, Jó, Salmos, Amós, Isaías e Jeremias. Isso não esgota o material veterotestamentário sobre a criação, embora as outras declarações só façam breves menções. Os Salmos contêm mais referências à criação do que as três mencionadas anteriormente (8; 19; 104). Salmo 24:1 contém uma declaração básica de que tudo pertence a Deus. Salmo 33:6-9 apresenta uma visão mais ampla da criação, concluindo com o resumo: "Pois Ele falou, e tudo se fez; Ele ordenou, e tudo passou a existir.” Salmo 102:25-27 contrasta a natureza eterna de Deus com a natureza transitória de Sua criação. Salmo 124:8 faz apenas breve menção de que o Senhor fez o céu e a Terra. Salmo 146:6 diz algo semelhante. O Salmo 148 é um salmo de louvor a Deus como Criador; a natureza inanimada personificada louva-O, pois Ele fez todas as coisas.

Outros elementos na literatura de Salomão tratam sobre o tema da criação. Provérbios 8 apresenta uma declaração importante sobre a criação. A sabedoria está aqui personificada e caracterizada como estando presente no princípio com Deus, na criação. Uma expressão mais breve aparece em Provérbios 3:19 e 20. Outra declaração sobre o tema se encontra em Zacarias 12:1; trata-se de uma introdução a uma profecia sobre o que o Senhor fará no futuro. Neemias 9:6 revela que a ideia de Yahweh como Criador continuou até o fim do AT.

G. A *Data da Criação*

O AT não tem uma data precisa para os acontecimentos da semana da criação de Gênesis 1. No entanto, oferece alguns dados que podem ser usados para desenvolver uma data geral e aproximada para esses acontecimentos. A exemplo de muitos trabalhos históricos, a cronologia bíblica deve partir do conhecido para o desconhecido. As datas mais bem conhecidas no AT são as dos reis. Trabalhando na ordem inversa, obtemos uma data aproximada de 970 a.G. para o começo do reinado de Salomão.

Somando-se os 480 anos de 1 Reis 6:1 a 970 a.C., encontramos uma data aproximada para o Êxodo: 1450 a.C. Até este ponto, o quadro cronológico está razoavelmente claro; do Êxodo para trás a evidência é menos precisa. Dependendo do esquema cronológico usado, é possível calcular o nascimento de Abraão em fins de 1950 a.C. (utilizando os 400 anos de Gn 15:13; cf. G1 3:17) ou por volta de 2170 a.C. (somando os 430 anos de permanência no Egito [Ex 12:40] + 130 anos de idade de Jacó quando ele foi para o Egito [Gn 47:9] + 60 anos até o nascimento de Isaque [Gn 25:26] 4- 100 anos até o nascimento de Abraão [Gn 21:5].

Além dessas discrepâncias, de Abraão para trás a única informação cronológica disponível está contida nas genealogias de Gênesis 5 e 11. Seguindo essas listas, na hipótese de que não faltam gerações, é possível chegar a datas aproximadas para o dilúvio e para a criação. Entretanto, o texto hebraico diverge da Septuagínta em ambas as genealogias. Segundo o texto hebraico, o dilúvio de Noé teria acontecido entre 2300 e 2500 a.C., uns 1.650 anos depois da criação. Segundo a LXX, o dilúvio teria ocorrido provavelmente em c. 3400 a.C., e a criação em c. 5600 a.C.

Dadas as dificuldades de usar as genealogias para computar a cronologia, os problemas de interpretação dos textos e as diferenças entre as recensões grega e hebraica, pode-se apenas afirmar que a criação ocorreu muito mais recentemente do que propõe a teoria evolucionista. A história da Terra começou provavelmente no quinto milênio a.C.

II. A Criação no NT

O NT repete algumas das idéias sobre a criação encontradas no AT. Contribui também com algumas informações não elaboradas no AT. Jesus Cristo aparece na criação como o agente pelo qual a Divindade operou. Diversas passagens no NT declaram isso, mas o próprio Jesus o revelou em Sua obra na Terra. Como Recriador e Médico, Ele demonstrou ser o Criador original, que poderia agora restaurar a criação danificada pelo pecado. Como parte desse direito, Jesus também afirmava ser Senhor do sábado (Mt 12:8), o memorial da criação original.

O NT confirma que os escritores do AT estavam bem familiarizados com o relato da criação em Gênesis 1, que era aceito como o relato padrão das origens. Prova disso é a maneira como o NT citou literalmente o relato da criação. Três dos sete dias da criação são mencionados diretamente no NT.

Em 2 Coríntios 4:6, lemos: “Porque Deus, que disse: ‘Das trevas resplandecerá a luz’, Ele mesmo resplandeceu em nosso coração, para iluminação do conhecimento da glória de Deus, na face de Cristo.” Assim como Deus ordenou fisicamente a luz para iluminar a Terra no primeiro dia da semana da criação, a luz de Deus e de Gristo brilha para iluminar o coração humano. A luz física do primeiro dia da semana da criação é aceita como a base para essa aplicação espiritual.

Ao tratar da questão do divórcio, Jesus não só fez referência a Gênesis 1 e a Gênesis 2, mas também os citou. A fim de mostrar

qual a intenção original de Deus para o casamento, Jesus disse: “Não tendes lido que o Criador, desde o princípio, os fez homem e mulher e que disse: Por esta causa deixará
436 ► o homem pai e mãe e se unirá a sua mulher, tornando-se os dois uma só carne?” (Mt 19:4, 5). A referência à criação do ser humano como homem e mulher vem de Gênesis 1:27, enquanto a referência à união entre marido e mulher vem de Gênesis 2:24, Jesus conhecia essa narrativa do rolo de Gênesis e Se referiu ao fato de que Seus ouvintes podiam encontrá-la nessa parte das Escrituras. A narrativa do sexto dia da criação é, portanto, confirmada pelo testemunho do NT.

O autor de Hebreus extrai a lição de que Josué não deu ao povo descanso completo. Esse completo descanso só pode ser encontrado pela fé em Jesus e pela aceitação de Sua salvação. O sábado é o memorial dessa recriação, assim como foi o memorial da criação em Gênesis 2:1-4. Hebreus 4:4 refere-se a esse fato: “porque, em certo lugar, assim disse, no tocante ao sétimo dia: E descansou Deus, no sétimo dia, de todas as obras que fizera”. A fonte dessa declaração se encontra em Gênesis 2:2, que o escritor aceita como acontecimento original, físico e histórico.

A. A *Semana da Criação como tim Ponto Especifico no Tempo*

Dez textos no NT usam a terminologia “fundação do mundo” para identificar o ponto de partida para a história do mundo. Seis desses se referem a fatos que ocorreram “desde” a fundação do mundo (Mt 13:35; 25:34; Lc 11:50; Hb 4:3; 9:26; Ap 17:8). Quatro se referem a fatos que tomaram lugar "antes” da fundação do mundo (Jo 17:24; Ef 1:4; IPe 1:20; Ap 13:8). Como se vê, os escritores do NT conheciam a semana da criação como um ponto específico no tempo que dividiu o tempo e os fatos que ocorreram antes e depois dele. Os escritores da Bíblia se referiam à criação, não de maneira incerta ou nebulosa, mas historicamente específica.

Como já notamos em Isaías e Jeremias, as declarações sobre o Deus criador introduzem diversas profecias. Algo similar acontece em algumas passagens do NT, especialmente em Atos. Em Atos 4:24, os crentes se dirigiram a Deus como Criador: “Ouvindo isto unânimes, levantaram a voz a Deus e disseram: Tu, Soberano Senhor, que fizeste o céu, a terra, o mar e tudo que neles há.” Essa passagem é, por assim dizer, idêntica a Êxodo 20:11, que apresenta os mesmos elementos na mesma ordem.

Paulo utilizou essencialmente a mesma fórmula enquanto pregava aos gentios em Listra: “Senhores, por que fazeis isto? Nós também somos homens como vós, sujeitos aos mesmos sentimentos, e vos anunciamos o evangelho para que destas coisas vós vos convertais ao Deus vivo, que fez o céu , a terra, o mar e tudo o que há neles” (At 14:15).

Paulo adotou a mesma abordagem na Colina de Marte. Começou seu discurso com a criação e uma alusão ao Deus criador. Depois, referindo-se ao Deus desconhecido, dirigiu a atenção de seus ouvintes para “o Deus que fez o mundo e tudo o que nele existe, sendo Ele Senhor do céu e da Terra, não habita em santuários feitos por mãos humanas" (At 17:24).

Portanto, em Atos há três referências ao Deus criador, referências essas que servem de introdução para o que vem a seguir. Numa menor escala, isso aparece também em Efésios 3:9, onde Paulo descreve o mistério desde os séculos, oculto em Deus, “que criou todas as coisas”.

Quem emprega de maneira mais notável essa fórmula é o anjo de Apocalipse 10, que desce à Terra com grande glória, ergue o braço direito ao céu e faz um juramento. O juramento é proferido no nome e no título do Deus criador: "e jurou por Aquele que vive pelos séculos dos séculos, o mesmo que criou o céu, a terra, o mar e tudo quanto neles existe" (v. 6). O juramento proferido pelo anjo

tem a ver com o tempo profético para o fim do tempo; o fato de o anjo se referir à criação no juramento é a garantia de que o tempo profético em questão chegará ao fim.

B. Revelação e Fé na Criação

A revelação do Deus verdadeiro na natureza aparece em ambos os testamentos. No NT ela se encontra em Romanos 1:20, segundo o qual há na natureza uma revelação geral da qual os gentios obstinadamente se recusam a aprender, Eles se desviam para as trevas de seus próprios caminhos imorais. Caso tivessem dado ouvidos à voz de Deus na natureza, não haveria isso.

Faltava algo aos gentios quando contemplaram a revelação de Deus na natureza e não O perceberam. Hebreus 11:3 nos diz que elemento faltava: "Pela fé, entendemos que foi o Universo formado pela palavra de Deus, de maneira que o visível veio a existir das coisas que não apare c em." A referência à "palavra" pela qual Deus criou vem de Gênesis 1, onde a fala de Deus trazia à existência objetos e criaturas a cada evento da semana da criação.

437 ►

C. *Cristo como Criador*

O elemento novo e importante sobre a criação introduzido pelo pensamento do NT é Cristo como Criador. O que era oculto ou apenas implícito no AT, agora se torna claro no NT. João 1:1-3 confirma que Cristo é o Criador: "Todas as coisas foram feitas por intermédio dEle, e, sem Ele, nada do que foi feito se fez."

Colossenses 1:16-19 faz uma declaração similar, com alguns dos mesmos elementos. Apresenta Cristo como Criador de maneira enfática; o verso 16 declara, usando uma preposição diferente por vez:

> "NEle, foram criadas todas as coisas [...]
> Tudo foi criado por meio dEle
> E para Ele."

O uso dessas diferentes preposições enfatiza, juntamente com todos os outros aspectos desse verso, a condição de Cristo como Criador. Nada fica de fora de Seus atos criativos. Mas Sua condição de Criador não para aí. A declaração continua: "NEle, tudo subsiste." Ele não é apenas o Criador; é também o Mantenedor, Sua obra criadora é um processo contínuo.

A condição de Cristo como Criador também é expressa em Hebreus 1:2, mas não de forma tão ampla como em João ou Colossenses. Observa-se a mesma sequência em três passos. Cristo era antes de tudo Criador, pois era o Filho "pelo qual também fez o Universo". Esse mesmo Filho está "sustentando todas as coisas pela palavra do Seu poder" (v. 3). A sequência continua a dizer que, "depois de ter feito a purificação dos pecados, assentou-Se à direita da Majestade, nas alturas" (v. 3). Portanto, na introdução de Hebreus, Cristo também é criador, mantenedor e purificador.

Assim como o sábado e a criação original estavam interligados no AT, essas duas instituições também estão relacionadas no NT. O texto principal se encontra em Marcos 2:27: "E acrescentou: O sábado foi estabelecido por causa do homem, e não o homem por causa do sábado; de sorte que o Filho do Homem é senhor também do sábado." A primeira dessas declarações é positiva, enquanto a segunda é negativa. A primeira diz o que o sábado é; ao passo que a segunda diz o que o sábado não é, O homem veio à existência no sexto dia, o sábado foi feito no sétimo. Os seres humanos já existiam quando o sábado foi feito; portanto, esse dia foi criado obviamente para uso e benefício humano. No entanto, contrariando as expectativas, Adão não foi feito senhor do sábado, O "Filho do Homem", Jesus Cristo, é quem possui esse título.

Um elo entre a criação, a recriação e o sábado também aparece no evangelho de João.

Os capítulos 5 e 9 de João registram dois milagres sabáticos com diversas semelhanças entre eles. Jesus parece ter escolhido indivíduos específicos para curar no dia de sábado, a fim de servirem de exemplo especial de algo que Ele desejava ensinar a respeito de Si mesmo e de Sua relação com o sábado.

Esses dois milagres foram realizados de diferentes maneiras; o primeiro apenas pela palavra falada. Essa foi também a maneira pela qual se efetuou a criação, conforme descrita em Gênesis 1. A cura seguinte foi realizada pelo toque do Mestre e o emprego da argila. Essa foi a maneira pela qual o homem foi criado, conforme Gênesis 2, O corpo de Adão foi formado do pó da terra, e Deus soprou nele o fôlego de vida. Em João 9, o corpo todo já funcionava, com exceção de uma parte: os olhos. Para curar aquele defeito, Jesus colocou argila sobre a parte disfuncional.

A lição óbvia é de que Jesus era e é o Criador. Ele era o Criador em Gênesis 1 e 2; Ele era o recriador em João 5 e 9. A função desempenhada é essencialmente a mesma, já que Ele criou tanto o todo como as partes do corpo humano. Assim Jesus ensinou, claramente, que Ele era o Criador original e que são constantes o uso e a aplicação de Seus poderes.

43S ►

D. A Criação na Mensagem do Fim do Tempo

O livro do Apocalipse contém mais escatologia do que qualquer outro livro do NT. Como tal, aponta para o futuro, desde o tempo em que João recebeu a visão até o fim do tempo e mais além. O tema da criação desempenha papel importante na mensagem e tem especial relação com o tempo do fim do mundo.

A primeira referência à criação no Apocalipse vem, indiretamente, em Apocalipse 1:10. Essa passagem nos fornece o tempo em que João recebeu essa visão: o dia do Senhor. Cumpre-nos, portanto, buscar uma declaração específica que relacione um dia com o Senhor. O único dia da semana mencionado dessa maneira na Bíblia é o sábado. Isso acontece tanto no AT (Is 58:13) quanto no NT (Mc 2:28). Por conseguinte, o dia no qual João recebeu essa visão só pode ser o sábado. Esse dia, por sua vez, era um memorial da criação (ver Sábado II. B. 3).

A primeira e principal referência à criação propriamente dita se encontra em Apocalipse 4. Ali foi mostrada a João a grande cena do trono celestial, com Deus Pai assentado no trono, Ao redor do trono estavam 24 anciãos e, posicionados também, os quatro seres vívventes. Pode-se encontrar grande parte da teologia dessa narrativa nas palavras dos cânticos de louvor, particularmente apropriados ao sábado.

O primeiro cântico é entoado pelos quatro seres viventes, que louvam a Deus por Sua santidade, utilizando o *trisagion* [triságio], adaptado da forma pela qual os serafins o cantam em Isaías 6:3 (Ap 4:8). Depois os 24 anciãos se unem ao cântico, só que agora o conteúdo do cântico é novo, um cântico em louvor a Deus como Griador (v. 11).

Em Apocalipse 10, encontra-se a declaração mais escatologicamente direcionada sobre a criação. Quando um anjo poderoso desce à Terra, ergue sua mão direita e faz um solene voto quanto à veracidade da mensagem que ele traz. Jura por Deus, “que vive pelos séculos dos séculos, [...] que criou o céu, a terra, o mar e tudo quanto neles existe” (v. 6). Acompanhando a proclamação dessa mensagem profética está uma renovada ênfase em Deus, que era e que é Griador.

O mesmo ponto é apresentado pela primeira mensagem angélica de Apocalipse 14, a primeira das três mensagens escatológicas que preparam o caminho para a segunda vinda de Cristo e produzem a colheita final (14:6-14). Há, nessa mensagem, que deve ser proclamada por toda parte a todas as pessoas, três elementos principais: (1) um

chamado para proclamar “o evangelho eterno”, (2) um chamado para anunciar que o juízo pré-ad vento no Céu começou (em 1844 d.C.) e (3) um chamado para adorar a Deus no fim do tempo (ver Juízo III.B.l),

Apocalipse 14:7 não apenas chama a atenção para Deus como Criador; afirma que nós devemos adorá-Lo como Criador. A maneira mais apropriada de adorar a Deus como Criador é adorá-Lo no dia que Ele designou como memorial da criação: o sábado. E no fim do tempo, portanto, que devemos procurar uma mensagem especial, uma pregação especial, um chamado especial para adorar a Deus como Criador mediante a utilização de Seu memorial da criação: o sábado (ver Remanescente/Três Anjos V.A.B; Sábado III.E).

E. A Recriação Final: A Nova Terra

Apocalipse 21 e 22 descrevem o grandioso clímax da proclamação do evangelho: Os santos possuem o definitivo reino físico de Deus, Essa descrição da nova Terra não passa de um pálido reflexo do que realmente será. Parte dessa restauração será o cumprimento de várias profecias e promessas do AT não cumpridas com o Israel antigo devido à falta de fé por parte do povo. Apocalipse 21 mostra a relação em termos bastante específicos,

439 ► De acordo com o primeiro versículo, João viu "novo céu e nova Terra, pois o primeiro céu [III.] e a primeira Terra passaram, e o mar já não existe”. Esse verso faz uma alusão à criação do céu, da terra e do mar conforme descrita em Gênesis 1. Curiosamente, na nova Terra o mar não mais existirá como agora, Para ser mais específico, esse verso se baseia em Isaías 66:22, que foi o primeiro a fazer a promessa de novos céus e nova Terra. Cumprem-se plenamente aqui as promessas, de forma jamais imaginada pelos profetas do AT,

A primeira das duas visões no final do Apocalipse focaliza o povo que habita na nova Terra e na nova Jerusalém. A segunda enfatiza o lugar onde eles habitam, com uma detalhada visão da nova Jerusalém. Essa visão é apenas o inverso das narrativas da criação de Gênesis 1 e 2. Em Gênesis 1, o mundo foi criado como lugar de habitação para a existência humana. Depois, em Gênesis 2, pessoas, Adão e Eva, foram colocadas no mundo. Agora, em Apocalipse 21, o texto fala sobre os que habitam ali; e Apocalipse 22 se refere ao lugar onde habitam.

A Bíblia começa e termina com a mesma nota: a criação. Gênesis 1 e 2 conta a história da criação original. Apocalipse 21 e 22 conta a história da nova criação. Ambas são realizadas pelo Deus criador; ambas são obra Sua, e não construção humana. Tudo quanto está encerrado entre Gênesis 1 e 2 e em Apocalipse 21 e 22 é a história do plano da salvação (ver Deus IV.C; Nova Terra III.A-C).

III. Teologia e Experiência Pessoal

A partir do levantamento dos textos bíblicos que apoiam a doutrina da criação, é possível extrair várias lições. Algumas podem ser mais abstratas ou filosóficas, mas outras descem ao nível da experiência e prática pessoal.

A, *Nós Somos Suas Criaturas*

O lugar para começar a extrair lições bíblicas sobre a criação é nossa condição de criaturas. Somos seres criados. Os processos biológicos que nos puseram em movimento à época da semana da criação ainda estão em progresso e trazem como resultado nossa existência hoje. Gomo o próprio Deus fez no término da semana da criação, nós podemos refletir e dizer: “Isso é muito bom.” Isso se aplica tanto à nossa própria existência pessoal como aos prodígios e maravilhas do sistema fisiológico com os quais nosso corpo funciona; e ainda ao mundo externo,

na medida em que investigamos toda a natureza, animada e inanimada ao nosso redor.

Visto sermos criaturas de Deus, obras dEle, deveriamos em última análise atribuir a Ele todas as nossas realizações. Nossos talentos, nossas habilidades são, em essência, produto de Seu projeto criador. Talentos musicais, realizações comerciais, obtenção de bens, realização acadêmica, habilidades físicas, produtos agrícolas e industriais, projetos e construções arquitetônicas, e muitas outras realizações dos seres humanos não devem ser depreciados, mas admirados como o produto de seres criados à imagem de Deus. Na verdade, isso requer plena humildade perante Ele.

B. *Adoração ao Nosso Criador*

A compreensão que temos de nossa condição de criatura nos coloca não somente num relacionamento lógico e sensato com o Criador, com nossos colegas de criação e o mundo ao nosso redor, mas também deveria nos guiar a um senso de temor reverente ante a grandeza do Deus que criou todas as coisas, Podemos expressar esse senso de adoração de maneira individual ou coletiva.

Repetidas vezes no Gênesis se registra Deus dizendo que "era bom", com a bênção final: "eis que era muito bom", Isso nos dá uma pausa para refletir sobre a natureza do mundo físico. Há um ponto de vista segundo o qual a matéria é má e as coisas da esfera espiritual e do pensamento filosófico são boas. No entanto, é uma falsa polarização; o material e o espiritual não são mutuamente excludentes. O pensamento hebraico, conforme expresso na Bíblia, leva a uma intensa apreciação da beleza e da utilidade das coisas físicas.

4-10 ►

O relato do Gênesis mostra que os seres humanos receberam a primeira responsabilidade de cuidar da Terra e de tudo o que nela havia, A eles foi dado domínio sobre as aves, os peixes e os animais terrestres que habitavam a Terra. Isso não significa que os seres humanos deviam dominã-los para prejuízo deles, mas que deviam apreciar os animais em seu apropriado nicho ecológico.

A Bíblia é enfática, especialmente no AT, sobre concebera Deus como distinto de Sua criação. Não era esse o ponto de vista do mundo pagão ao redor do antigo Israel, para o qual as forças da natureza eram dedicadas. O politeísmo pagão dependia de se aproximar dos deuses com ofertas para apaziguá-los e mantê-los propícios aos habitantes da Terra. Na Bíblia, todas as forças da natureza são impessoais; elas não são divínizadas e acham-se, em última análise, sob o controle de um Criador supremo.

C. *Mordomia*

Mordomia é outra possibilidade de serviço ao Deus criador (ver III.A, B). Quando alguém aprecia a Terra, os animais e a riqueza que possui, não deve apenas pensar nessas coisas como dádivas de Deus, mas também como objetos que deveríam ser restituídos a Ele partilhando-os com os menos afortunados (ver Mordomia I.B; E.2-4).

D. *O Ato Histórico da Criação*

Para a Bíblia, os atos criativos de Deus são históricos. Esses atos eram tão bem conhecidos e reconhecidos que a ideia de Deus como Criador foi reduzida a uma fórmula usada para introduzir orações, profecias, promessas e recitações históricas dos atos poderosos de Deus. Achava-se que os atos criativos de Deus em Gênesis 1 eram apenas o começo desses atos poderosos.

E. Adoração ao Mantenedor

Os textos bíblicos examinados deixam bastante claro que, para os antigos, as atividades do Criador não cessaram com o término da semana da criação. Pelo contrário, essas atividades continuam através dos tempos bíblicos até hoje. Tanto no AT como no

NT existem declarações sobre a obra criadora de Deus, acompanhadas de referências à Sua constante manutenção daquilo que criou. Isso inclui cada ser humano vivo hoje. Não fosse o poder mantenedor de Deus, nenhuma vida subsistiría.

K A *Revelação de Deus na Natureza*

Os textos do AT sobre criação, especialmente dos Salmos, dão testemunho de que podemos contemplar na natureza as obras das mãos de Deus. A natureza nos fala do Deus da natureza. Não podemos saber tudo sobre Deus a partir da natureza, visto que o testemunho da natureza sobre Deus foi afetado pelo pecado. Apesar disso, o mundo natural ainda testifica do poder e da grandeza de Deus. Faríamos bem em dar ouvidos a *esse* testemunho.

G. *Evohição Rejeitada*

A teoria evolucionista, que postula o progresso das formas de vida inferiores para as superiores num período de tempo extremamente longo, não é compatível com o texto bíblico, tanto numa base teísta quanto não teísta. Declarações do AT e do NT sobre a criação confirmam o mesmo ponto de vista acerca da obra criadora de Deus na fundação do mundo. Houve uma criação especial na época da semana da criação original. A ciência moderna pode contestar isso, mas não com base na sólida exegese do texto bíblico; só o consegue com base em fatores extrabíblicos.

H. Missão e Mensagem

Como já destacamos na seção II.D, sobre a criação no livro do Apocalipse, há uma mensagem final a ser anunciada ao mundo. Essa mensagem inclui declarações específicas sobre o Deus do Céu como o Deus criador. Essa mensagem do Deus criador deve ser proclamada em determinado ponto no esquema da história da salvação, durante um tempo conhecido no livro de Daniel como o "tempo do fim". Deve-se dirigir a atenção para o Deus criador durante o tempo em que o Deus criador se acha obscurecido no pensamento dos seres humanos. Para corrigir essa situação, é preciso reconhecer e pregar a Deus como Criador. A aparição do poderoso anjo de Apocalipse 10 e do primeiro anjo de Apocalipse 14 enfatiza isso pela última vez.

Através dos séculos, os santos têm aguardado ansiosamente pela vinda do reino de Deus. Os delíneamentos do AT sobre o reino longamente esperado não são completamente claros, mas foram aprimorados pelas promessas escatológicas do NT. Quando Deus finalmente implantar Seu reino eterno, ele será bastante diferente do mundo como o conhecemos atualmente. Essa recriação exigirá um novo e vigoroso exercício de Seu poder criativo. É por essa razão que a Bíblia se refere a esse reino como "um novo céu e uma nova Terra". A nova Jerusalém será mais gloriosa e maravilhosa do que qualquer coisa que os seres humanos tenham conhecido. O Senhor Deus Se assentará sobre o trono no centro da nova Jerusalém na Terra renovada. Aqueles que depositam sua fé no Deus criador e Redentor terão o privilégio de receber dEle a longamente esperada recompensa. Então os justos sentirão prazer nas obras feitas por suas próprias mãos, assim como Deus sentirá prazer ao contemplar as obras elaboradas por Suas mãos.

IV. Contexto Histórico

A. O *Antigo Oriente Próximo*

A característica inconfundível das histórias da criação do mundo antigo é o politeísmo. Nessas histórias, a criação do mundo surge de episódios de conflito e diferenças de opinião entre os deuses. Nessa tensão, a vontade de um único deus ou grupo

de deuses acaba se sobrepondo aos desejos de outro deus ou grupo de deuses. Porém, para a Bíblia a criação é obra de um único Deus soberano, que governa sobre toda a natureza e se utiliza da força e dos elementos dela para Seus propósitos.

1. A Concepção Assíria: Enuma Elish

Na história de Enuma Elish, dois grupos de deuses se opuseram entre si. Um era liderado pela deusa Tiamat, que representava as águas, e seu consorte Kingu. O outro grupo estava confuso, e seus membros buscavam um líder. Na versão babilônica, Marduque foi o deus escolhido para guiar a facção oposta; ao passo que, na versão assíria, Ashur foi o escolhido. Conforme o relato, Marduque ou Ashur derrotaram Tiamat e Kingu, e o corpo da deusa foi partido ao meio verticalmente para fazer a divisão entre as águas de cima e as águas de baixo, Isso lembra vagamente os acontecimentos do segundo dia da criação, relatados no primeiro capítulo de Gênesis. E possível que o nome Tiamat esteja linguisticamente relacionado à palavra hebraica *thehom,* traduzida em Gênesis 1 por "profundezas" ou "profundo". Kingu também foi morto, e seu sangue, misturado com barro, para fazer a humanidade. Alguns veem nisso uma pálida semelhança com o sexto dia da criação no relato bíblico.

2. A Versão Babilônica Antiga: Atrahasis

A cópia mais antiga do Épico Atrahasis provém do século 17 a.C. A história original é, sem dúvida, bem anterior àquele tempo. A história começa com os deuses menores tendo que fazer a maior parte do trabalho para os deuses maiores. Angustiados por causa disso, resolvem atacar. Final mente, houve um acordo conciliatório segundo o qual se devia criar os seres humanos para assumir a carga do trabalho.

Depois de tomada a decisão de criar a humanidade, a deusa do nascimento entrou em ação. Ela purificou o barro necessário para o projeto, e um deus chamado Weila foi morto para que seu sangue fosse misturado com o barro. Logo que essa mistura especialmente preparada ficou pronta, a deusa do nascimento pegou 14 pedaços do barro e os incubou. Quando chegou o tempo de os sete homens e as sete mulheres nascerem, algumas deusas do nascimento assistentes vieram ajudar no parto, e foi assim que nasceu a humanidade. A semelhança com o relato bíblico é que a humanidade foi feita do pó da terra, ou barro, se bem que no relato bíblico Deus fez isso num só dia.

442

3. O Gênesis Sumeriano

O texto de Eridu ficou conhecido a partir de cópias de tabuinhas que datam de aproximadamente 1600 a.C. Havia provavelmente uma história oral e escrita muito mais antiga. A história narra a criação, a vida antediluviana e o dilúvio.

Infelizmente, as 36 primeiras linhas do início do texto se perderam. Supõe-se que nessas linhas havia a narrativa completa da criação. Temos, porém, uma declaração sumária: "Quando An, Enlil, Enki e Ninhursaga [a deusa do nascimento] modelaram o povo de cabeça preta [os sumários], haviam feito brotar da terra pequenos animais em abundância."

Há entre esse sumário e as declarações sobre o assunto no relato bíblico diversas semelhanças. A humanidade e os animais terrestres vieram à existência no mesmo dia, sendo que os animais foram criados de forma similar, a partir da terra. A grande quantidade de animais guarda semelhança com o relato bíblico, segundo o qual a terra, o ar e as águas fervilhavam de criaturas vivas. A história sumeriana, porém, focaliza os sumérios como o centro da criação humana, enquanto a Bíblia faz de Adão e Eva os antepassados de toda a humanidade. O politeísmo exibe a cooperação dos deuses principais nesse ato

de criação e a atividade específica da deusa do nascimento durante o processo.

4. Antigos Mitos Egípcios da Criação

Uma série de mitos evidencia a fluidez de idéias sobre a criação. Em tempos diferentes, diversos deuses tomaram parte ativa na ação de criar. Talvez o texto mais importante sobre criação procedente do Egito seja o conhecido como a Teologia Menfita (ANET, 4-6). Nele, o deus criador Ptah criou mediante sua palavra falada — numa modesta analogia com Gênesis 1.

Em tempos diferentes, os diversos deuses se apresentam como os mais proeminentes na obra da criação. E assim que, dependendo do momento, Amon, Aton, Atum, Ptah e Khnum eram vistos alternadamente como o principal deus criador, cada um por seu turno. A ideia de conflito existente no processo de criação aparece em outro mito conhecido como "A expulsão do dragão e a criação" (íbid., 6, 7). Adotando uma visão provinciana, o texto considera Tebas no Alto Egito o centro da criação (ibid., 8).

5. A Teologia Grega da Criação

E difícil determinar a época em que viveu Hesíodo, embora seus escritos fossem bem-conhecidos no 5º século a.c. Estima-se atualmente que eles tenham se originado cerca do ano 800 a.G. O poeta grego comunica suas observações **sobre** a **criação** em duas diferentes obras. Descreve a criação do cosmo em *Teogonia,* e conta a história da criação da raça humana no mito sobre Pandora e as Cinco Idades, registradas em *Trabalhos e Dias*.

Na *Teogonia* de Hesíodo, a história da criação do mundo é essencialmente sexual. As histórias sobre os deuses se inserem dentro de uma estrutura de genealogias. Parte do propósito desse poema era exaltar Zeus, assim como o Enuma Elish foi escrito para enaltecer Mar duque. O texto abrange as três principais gerações de deuses. A primeira (linhas 116-210) inclui as gerações de Caos, Eros e alguns outros deuses e seus filhos. As histórias da segunda geração de deuses narram a origem dos filhos dos Titãs, os filhos de Cronos e outros deuses (linhas 211-735). Essa seção também fala da criação da mulher, mas não do homem. Encerra-se com a história da guerra entre os deuses no céu.
A seção da obra que trata da terceira geração enfatiza a realeza e os matrimônios de Zeus, junto com histórias de outros deuses (linhas 736-880).

A história de Pandora, por outro lado, faz distinção entre o lado bom da masculinidade e o lado não tão bom da feminilidade. Alguns veem perpetuado nesse mito um eco da história bíblica da queda de Eva. De um ponto ■*£ de vista bíblico, pode-se dizer que essas histórias tratam mais da queda e do declínio para o mal do que da criação original. Esse declínio foi a partir de uma gloriosa idade de ouro; trata-se mais de uma história da degeneraçao da raça humana desse estado original do que de sua evolução ascendente na escada do progresso.

B. *Literatura Jxtdaica Intertestamentária*

Tomemos como exemplos da literatura intertestamentária 1 Enoque e Jubileus, ambos pseudoepígrafes do segundo século antes de Cristo. Como era de se esperar que seus relatos fossem derivados das Escrituras hebraicas, os livros seguem o esquema da criação de Gênesis. Divergem do relato de Gênesis apenas no sentido de acrescentar detalhes não encontrados na Bíblia e acréscimos que correm em direções diferentes. O que mais sofreu acréscimos foi 1 Enoque.

O livro de Jubileus trata da criação de maneira muito similar à Bíblia. A linguagem de Jubileus 2 e 3 é semelhante à de Gênesis. A criação se realiza em seis dias, na mesma ordem que no Gênesis, embora com

mais detalhes para cada dia. Uma longa seção descreve o sétimo dia, o primeiro sábado. O objetivo dessa narração é estabelecer um ponto fixo para o início do primeiro ciclo de anos sabáticos e do jubileu.

Um tema importante em 1 Enoque é o ciclo ordenado da natureza, no qual as estrelas, o Sol, e a Lua se movem em suas órbitas; e os ventos, mares e as estações observam ciclos regulares. Esses ciclos estabelecem a etapa das especulações astronômicas contidas na última parte do livro. Acerca desses ciclos regulares, diz o escritor: "Todos pertencem Àquele que vive para sempre. Suas obras prosseguem e progridem ano após ano. E toda a sua obra prospera e Lhe obedece, e não se modifica; mas tudo funciona da maneira que Deus o ordenou" (1 Enoque 5:1-3). Essa ideia certamente concorda com a visão do AT sobre o ato criador de Deus e Sua atividade mantenedora.

Conforme 1 Enoque 10:17-22, haverá uma nova Terra, lavrada em justiça e plantada com árvores de bênçãos. Plantas, árvores e vinhas produzirão com fartura, e toda contaminação e iniquidade será erradicada.

C. *Fontes Judaicas do Primeiro Século*

E bastante natural que a obra histórica de Josefo (c. 37-c.lOO), *Antiguidades Judaicas,* após a discussão de suas fontes, comece com a história da criação conforme narrada em Gênesis. Essa seção da obra do historiador judeu abrange o livro 1, capítulos 27-42. O relato segue a ordem do texto bíblico. Os acréscimos encontrados nele são modestos.

Quando Josefo chega a Gênesis 2, segue diretamente para a criação do homem sem comentar o estado dos campos e do jardim. Descreve os rios do capítulo dois por nome e localização. A respeito da queda, regisli-ada em Gênesis 3, Josefo afirma que o primeiro casal se sentiu temporariamente "mais feliz" depois de ter comido do fruto da árvore da ciência do bem e do mal. Em linhas gerais, Josefo segue o relato canônico da criação em vez de utilizá-lo para propósitos históricos, como uma introdução para sua história de Israel.

Filo de Alexandria, que viveu e foi influente na primeira metade do primeiro século da era cristã, injeta um novo elemento na história da criação. A influência da filosofia grega no pensamento e nos escritos de Filo se reflete facilmente na interpretação que faz do relato bíblico da criação. Embora conserve intrepidamente um núcleo central de religião bíblica por trás do relato da criação, também interpreta os detalhes desse relato de forma figurativa e simbólica (i*Sobre a Criação),*

A concepção de Filo a respeito da criação demonstra como o relato da Escritura foi relido e interpretado segundo os ditames da filosofia grega. A dicotomia entre o real e o ideal se perpetua e faz da criação algo que ela não era quando saiu das mãos de Deus. Na visão hebraica, a criação material era muito boa, mas, na visão grega e filônica, o espiritual ou ideal era superior ao material. «

D. A *Igreja Primitiva: Orígenes e Agostinho*

Por ser natural de Alexandria, não causa surpresa que Orígenes (c. 185-c. 254) seguisse o método alexandrino de exegese, conforme previa mente representado em Filo. Em Gênesis 1, como em outras passagens escriturísticas, Orígenes reconhecia um cenário tríplice: literal, moral e alegórico, tendo clara predileção pelo último.

Agostinho (354-430) adotou uma visão muito diferente da de Orígenes a respeito da natureza do registro da criação. Ele menciona que as horas, os dias, os meses e os anos são assinalados pelo movimento dos corpos celestes que Deus pôs em movimento (A *Cidade de Deus,* 12.15). Embora ficasse indeciso quanto à natureza dos três primeiros dias

da semana da criação (ibid., 11. 6), estava convicto da natureza dos próprios atos criativos. Para o bispo de Hipona, esses atos não foram figurativos nem simbólicos. Agostinho também enfatizava que a harmonia e a unidade na natureza louvam de maneira ostensiva a sabedoria do Criador (*Confissões*, 7.13). Muito de sua ênfase recaía sobre o louvor devido ao Criador, até mesmo da criação inanimada que Agostinho personifica (A *Cidade de Deus*, 11.4). Considerava literal o sétimo dia da semana da criação, embora o repouso de Deus fosse espiritual (ibid., 11.8).

Agostinho dedicou muita atenção aos anos na genealogia dos antediluvianos (Gn 5). Comparou os manuscritos hebraicos e gregos para encontrar um cálculo definitivo para a idade dos antediluvianos. Afirmava, com base no calendário do dilúvio, que os anos deles eram como os nossos. De sua discussão, fica evidente que, para ele, os antediluvianos, incluindo Adão e Eva, eram indivíduos literais, com datas de nascimento e morte literais (ibid., 15.10-15), Com base na teoria dia-era, chegou finalmente à conclusão de que o mundo não tinha mais que 6 mil anos de idade (ibid., 20.7).

E. Período Medieval: Aquino como Exemplo

A maior obra de Tomás de Aquino (c. 1225-1274) é a *Suma Teológica*, o maior empreendimento de sistematização teológica da Idade Média. Dividida em três seções principais, a primeira trata de Deus, Sua natureza e como todas as coisas dEle provieram. Se em várias áreas a razão é suprema para Aquino, muitos dos ensinamentos cristãos fundamentais, inclusive a criação do mundo, chegou até nós pela revelação divina. Isso não significa que verdades como a existência de Deus e a criação devam *ser* consideradas contrárias à razão.

A maior parte dos argumentos usados para provar a existência de Deus derivam da natureza ou da criação. A causa primeira pôs a criação em movimento; sabemos de Sua existência, portanto, por causa desse movimento. Na condição de causa primeira, Deus trouxe essa criação à existência, desencadeando uma série de causas subsequentes. E preciso levar em conta, evidentemente, o dano que o pecado acarretou a essa criação perfeita. O argumento de Aquino de um projeto racional na natureza é o favorito dos cientistas e filósofos modernos, Uma espécie de "teísmo secular" se desenvolveu entre os modernos, que, sendo capazes de enxergar prontamente na natureza um projeto óbvio, são atraídos para o Projetista, ainda que não consigam adorá-Lo num contexto formal.

F. A *Reforma: Mortinho Lutero como Exemplo*

Lutero recebeu seu grau de doutor em 18 de outubro de 1512. Uma semana depois, começou a fazer preleções sobre Gênesis. Infelizmente, essas primeiras preleções se perderam. Temos, porém, a segunda série de *Vorlesungen iiber den Hebrãerbrief* [Preleções sobre Hebreus], iniciadas em Iº de junho de 1535. O que ele diz sobre os cinco primeiros capítulos do livro nos transmite uma ideia clara de como o pensamento de Lutero sobre a criação era maduro *(Luthers Works*, vol. 1).

O reformador alemão acreditava na criação *ex nihilo*, já que declarou no início daquela obra: "sabemos por Moisés que o mundo não tem mais que 6 mil anos de idade" (ibid., 1.3). Que a criação física é tratada de forma bastante literal nessa obra fica evidente em muitas passagens. Ele escreveu: "O que Moisés chama de céu e Terra não são os mesmos que existem agora, mas as massas cruas e informes que estavam em operação naquele tempo. A água era escura; por ser de natureza mais leve, ela rodeava a própria terra ainda informe, como um lodo ou denso nevoeiro. A matéria-

445

prima, por assim dizer, de Sua obra posterior, Deus, segundo as claras afirmações do decá-Iogo (Ex 20:11), não a criou nos seis dias, mas no inicio do primeiro dia" (ibíd,, 6).

Pela descrição da terra como "sem forma e vazia", Lutero considerou o mundo vazio, informe e sem qualquer presença animada, no princípio (ibid., 7).

Lutero rejeitava também a especulação dos filósofos acerca desse ponto. Embora tenha mencionado o Motor Principal de Aristóteles (e Aquino), não se incomodava com a ideia. Em vez disso, afirmou: "Siga Moisés e declare que todos esses fenômenos ocorrem e são governados apenas pela Palavra de Deus" (ibid., 30). Alguns aspectos do relato da criação que não compreendeu, Lutero deixou nas mãos de Deus e os aceitou pela fé. A respeito da divisão das águas, afirmou ele: "O próprio Deus quer permanecer o único mestre de Sua ordem e árbitro de Seu mundo. Portanto, não devemos ser muito curiosos nesse ponto" (ibid., 33).

Espanta ver como é pouco o impacto que a criação exerceu sobre os credos e catecismos surgidos com a Reforma. Em um levantamento feito em nove desses documentos, somente o Pequeno Catecismo de Lutero, de 1529, incluía uma única declaração sobre a criação, e era apenas uma afirmação genérica sobre Deus como Criador de todas as coisas. A razão dessa lacuna tão evidente é que o tema era consenso entre os reformadores, não constituindo, portanto, ponto de controvérsia entre eles e a Igreja Romana. Essa foi a última vez em que houve um razoável grau de uniformidade sobre o assunto, já que, com a chegada do Racionalismo nos dois séculos seguintes, esse consenso se fragmentou em muitos e diversos pontos de vista discrepantes.

G. *A Era âo Racionalismo*

Com o surgimento da investigação científica nos séculos 17 e 18, novos pensamentos e idéias sobre o mundo e o Universo entraram no domínio filosófico. As descobertas de Galileu, Kepler, Newton, Harvey e outros contribuíram para o surgimento de uma concepção nova e mecanícista do funcionamento do Universo. O que começou apenas como estudo das leis naturais criadas por Deus terminou dissociando essas leis de Deus, com quem elas se haviam associado desde o princípio. Isso foi especialmente verdadeiro no caso de Sir Isaac Newton (1642-1727). Ele próprio, um cristão devoto, descobriu no mundo das leis físicas coisas que levaram outros a desenvolver visões que afastaram essas leis de Deus. Embora o Universo operasse por meio dessas leis, elas passaram a ser vistas como inerentes a ele, ou seja, o Universo funcionava sozinho.

A medida que se passou a conceber o Universo como independente de Deus, a ideia de um Criador divino também desapareceu da mente dos pensadores da época. Isso os direcionou a uma visão deísta do Universo: o modelo do relojoeiro. Como um grande relojoeiro, Deus fez o mundo; mas depois o abandonou à sua própria sorte, para seguir as leis que para ele criara. O relógio recebeu corda, e pode então funcionar sozinho sem a ajuda de Deus. Isso trouxe consigo a conclusão de que Deus não interfere na operação natural desse mundo. Logo, milagres são uma impossibilidade, como qualquer revelação direta a profetas. Talvez haja um Criador original; mas, depois de criar o mundo, Ele perdeu o interesse nele.

Basta dar somente um passo além desse ponto de vista para se chegar ã conclusão de que a raça humana também não precisa de Deus, O Universo não somente opera sozinho, mas surgiu sozinho, espontaneamente, sem a ajuda do relojoeiro. Esses progressos filosóficos causaram impacto sobre o relato bíblico da criação de duas formas diferentes, mas paralelas. A primeira diz respeito à crítica literária do relato bíblico; e a segunda

tem que ver com a afirmação de que a ciência teria demonstrado a inexatidão do relato bíblico da criação. Esses dois métodos de avaliação do registro bíblico subsistem até hoje; examinemos aqui a forma como ara-
446 ► bos se desenvolveram, junto com alguns dos desafios por eles propostos ao relato bíblico.

1. A Crítica Literária de Gênesis e o Relato da Criação

Um dos críticos mais antigos da história da criação foi Benedictus de Spinoza, filósofo judeu que viveu na Holanda (1632-1677). Os comentários dele foram apenas um prólogo do que viría adiante. O marco que inaugurou a era moderna de crítica literária do Gênesis e da história da criação foram os estudos de Jean Astruc, médico francês (1684-1766), que publicou em 1753 sua teoria sobre a composição do Gênesis. Astruc confirmava a autoria mosaica, mas propunha que Moisés utilizara fontes e as arranjara em quatro colunas. Depois os escribas rearranjaram essas colunas, compondo assim a atual organização do livro. Para ele, o emprego diferente dos nomes divinos em Gênesis 1 e 2 revela que vieram de fontes diferentes.

Não levou muito tempo para que a ideia de Astruc se propagasse e fossem separadas as supostas fontes utilizadas por Moisés. Quem fez isso foi Johann Eichhorn (1752-1827), segundo o qual essas fontes teriam sido escritas em épocas diferentes e por escribas diferentes depois de Moisés. Outros eruditos do século 19 fizeram acréscimos a essa teoria, até que a hipótese documental alcançou sua maior síntese, a de Julius Wel-Ihausen (1844-1918), em sua obra *Die Komfositíon des Hexateuchs und der historischen Biicher des Alten Testaments* [A Composição do Hexateuco e os Livros Históricos do Antigo Testamento] (3ª ed., 1899). Essa teoria continuou sofrendo modificações. No momento, afirma-se que as quatro fontes principais do Pentateuco (J, E, D e P) estão distribuídas dentro de um período de aproximadamente 500 anos, desde os dias de Davi até os tempos pós-exílicos.

Atribuem-se os dois capítulos iniciais de Gênesis à fonte E e à fonte J, respectivamente. Chegou-se à essa conclusão tomando por base a presença de nomes divinos diferentes e de estilos literários diferentes. Segundo essa hipótese, nenhum desses relatos da criação foi escrito por Moisés, mas por escribas posteriores. Visto que esses relatos teriam sido escritos depois da história bíblica e por diferentes grupos de escribas que trabalharam em épocas diferentes, eles não podem ser considerados história confiável.

Escritores conservadores, tanto judeus como cristãos, fizeram pesadas críticas à hipótese documental. Entre os mais notáveis, estão os trabalhos de U. Cassuto (*The Documentary Hypothesis*, traduzido para o inglês, 1961), M. H, Segai *(The Pentateuch*, 1967) e O. T. Allis *(The Five Books of Moses,* 1943). A Seção I.B. deste artigo apresentou uma resposta aos que seguem a hipótese documental, quando mostrou as características que associam os dois capítulos ao mesmo autor. A simetria exata em contagens de palavra, sílaba e acento entre as duas narrativas depõe claramente contra a ideia de que os capítulos 1 e 2 de Gênesis teriam sido escritos por diferentes escolas de escribas, separadas entre si por quatro séculos ou mais. Mostra também que o emprego de dois nomes divinos tem significado teológico relacionado às diferentes funções desempenhadas por Deus nos dois capítulos.

A hipótese documental falha em reconhecer a natureza paralela e repetitiva da literatura hebraica, tanto em prosa como em verso. O relato de Gênesis 2 constitui repetição paralela de alguns elementos encontrados em Gênesis 1, coisa comum na escrita paralela hebraica. Sendo o registro da criação a declaração mais importante da Bíblia hebraica, espera-se dela uma repetição paralela.

Em geral, os eruditos tendem a classificar-se em duas variedades diferentes: os que consideram Israel globalmente com o restante dos países e culturas do antigo Oriente Próximo; e os que preferem separar Israel como distinto e único. Os críticos literários procuraram os elementos que separam as duas narrativas de criação do Gênesis, passando por alto os elementos de ligação existentes entre elas. Sobretudo, negligenciam o principal mecanismo literário que os interliga: o paralelismo repetitivo de pensamento.

Outras técnicas de análise do texto bíblico secundaram a hipótese documental. Uma dessas é a crítica da forma, desenvolvida primeiramente por H. Gunkel *(The Legenâs of Genesis*, 1901). Essa escola de pensamento enfatiza o "contexto vital" que deu origem à história e examina as unidades pelas quais se transmitiu a narração. Gunkel tentou associar a história da criação bíblica com o mito mesopotâmico da criação do Caos (ver IV.A.I). Visto que o tema do caos não sobreviveu a Gênesis 1, Gunkel afirmou que "podemos *conjeturar* uma forma do relato na qual apareçam mais personagens e na qual o mundo seja criado depois de um conflito entre Deus e o Caos" (Gunkel, 74; itálico suprido). A palavra-chave operante aqui é "conjetura". Ou seja, como o Caos não está presente no texto bíblico que temos hoje, o relato deve ser reconstruído de tal modo que o faça narrar a história da batalha com o Caos. Nessas condições, o mito babilôníco se torna o padrão pelo qual se deve reconstruir o relato bíblico da criação, embora as duas narrativas tenham muito pouco em comum,

447 ►

2. A Crítica Científica do Gênesis e o Relato da Criação

A primeira via pela qual o campo científico criticou o relato da criação e, por tabela, o relato do dilúvio, foram as descobertas e as teorias da geologia, Embora outros o tenham precedido, pode se dizer que foi James Hutton (1726-1797) quem lançou as bases da geologia evolutiva moderna. Enquanto examinava as formações rochosas de sua nativa Escócia e da Inglaterra, começou a enfatizar a ação lenta da erosão da água em movimento em desgastar a terra e formar novas rochas por deposição. Isso estabeleceu os fundamentos teóricos do uniformísmo, segundo o qual os acontecimentos do passado são resultados de forças naturais idênticas às que se observam hoje em dia. Caso se presuma que o presente é a chave universal para o passado, as suposições uniformistas se tornam a medida do tempo no passado, que se estende a uma processão quase infinita de ciclos de erosão e deposição. Com essa proposta básica, alongou-se o tempo geológico para além daquilo que a criação bíblica recente costumava abranger. Georges Guvier, da França (1769-1832), logo acrescentou, às camadas que eram depositadas dessa maneira, seus estudos sobre os fósseis.

a. Século dezenove* Um obscuro agrimensor inglês denominado William "Strata" Smith deu uma contribuição a esse sistema, organizando os diferentes sistemas de rocha que encontrou em seus trabalhos de levantamento. Smith desenvolveu a ideia dos "fósseis de idade" para as camadas de rocha com as quais estava familiarizado e, com base nisso, fez um mapa geológico da Inglaterra central. A aprovação desse mapa foi suficiente para estimulá-lo a ampliar o projeto de mapeamento geológico para todas as partes da Inglaterra. Embora fosse contemporâneo de Guvier, por causa de uma educação limitada, Smith provavelmente nunca tomou conhecimento do trabalho semelhante ao seu que Guvier realizara.

Embora os trabalhos de Hutton, Cuvíer e Smith apoiassem e ampliassem a ideia de que a deposição de camadas geológicas e fósseis envolvia vastos períodos de tempo, o mecanismo para essa progressão foi publicado em 1844. O autor do livro *Vestiges oflhe* Natural

History of Creation não se tornou conhecido por ocasião da publicação; somente depois de sua morte é que Robert Chambers, editor bem conhecido da *Cyclopaeâia ofEnglish Literature,* foi reconhecido como o autor da obra. Esse trabalho afirmava que a progressão de invertebrados para peixes, de répteis para mamíferos e o homem, conforme encontrado nos fósseis, era uma progressão de sucessão ou *evolução.* Embora o mecanismo de evolução ainda não tivesse sido proposto, a ideia de que essas eram formas de vida sucessivas, que se estendiam por longas eras, estava em circulação bem antes do tempo de Charles Darwin.

Enquanto isso, Charles Lyell (1797-1875) havia cristalizado os princípios da geologia evolucionista uniformista. Ele apresentou essa abordagem ã geologia em seu livro *The Principies ofGeology;* o primeiro de três volumes foi publicado em 1830. Por incrível que pareça, Lyell se opôs em sua obra durante longo tempo às influências evolucionistas. Rejeitou o livro de Chambers (*Vestiges*) e se opôs à teoria de Darwin quando essa foi publicada. Capitulou finalmente, vindo a aceitá-la em anos posteriores.

448 ►

The Principies of G&ology, de Lyell, foi bem conhecido e teve tremenda influência em redirecionar a breve cronologia bíblica da criação para a cronologia extremamente longa da geologia uniformista. Darwin levou consigo o livro de Lyell em sua viagem no *Beagle,* utíiizando-a como cartilha geológica da teoria biológica que mais tarde desenvolveria. Sua própria teoria da evolução dependia da seleção e sobrevivência dos mais aptos para desenvolver as espécies subsequentes. Em 1859, ela foi publicada em seu livro *Origin of Species.*

No século 19, diversos criacionistas se opuseram a essas idéias, embora sua postura fosse um pouco diferente da adotada pelos criacionistas do século 20, Um dos primeiros e mais proeminentes criacionistas foi Louis Agassiz (1807-1873), que se notabilizou por seu trabalho sobre peixes fósseis e pela observação e teorias sobre o desenvolvimento das geleiras.

b. Século 20. Muitos progressos ocorridos nos campos da geologia, biologia e genética, e que afetam a visão dessas matérias, são aceitos pelos cientistas de hoje. No campo da geologia, tem havido um distanciamento do uniformismo. Os geólogos de hoje, evolucionistas ou não, estão mais dispostos a admitir evidências em favor de catástrofes na coluna geológica. A diferença entre essa visão e a dos criacionistas é que os geólogos evolucionistas enxergam agora múltiplas catástrofes na coluna geológica, enquanto os criacionistas preferem pôr a maior parte delas em uma grande catástrofe: o dilúvio bíblico. A maneira como uma pessoa lida com a evidência do dilúvio também afeta a maneira como ela vê a criação, anterior a ele.

Outro campo que tem causado impacto sobre a visão bíblica do mundo é a datação radíométrica, conforme desenvolvida pelos físicos. A datação radíométrica, que calcula a idade de elementos em rochas não fossiIíferas (não sedimentares), costuma colocar esses elementos e sua deposição vulcânica milhões de anos no passado. Isso poderia ser compatível com a concepção cristã da criação no Gênesis I, caso se aceite a possibilidade de o planeta primitivo ter existido num estado inerte antes da semana da criação e o advento da vida na Terra. Emprega-se a datação por radiocarbono para calcular a idade de organismos mortos, material orgânico, mas o método fica cada vez mais inexato quanto mais se retrocede na história.

No campo da biologia, a genética tem exercido impacto ainda mais profundo sobre a teoria da evolução. Darwin tinha apenas um conhecimento rudimentar de genética. Ele entendia que as características herdadas eram transmitidas por esférulas no sangue, Na mesma época em que Darwin trabalhava,

o monge Gregório Mendel elucidava as leis da hereditariedade governada pela genética. Infelizmente, seu trabalho se perdeu e precisou ser redescoberto. Entende-se agora que as mudanças nas características ocorrem por meio de mutações nos genes. Isso propõe um problema para a evolução, visto que as mutações são, com maior frequência, mais maléficas do que benéficas. Fez-se uma tentativa para superar o problema mediante o estudo da genética populacional. Caso se tome a população inteira de uma espécie, é possível sobrepujar estatisticamente as mutações maléficas e selecionar as benéficas.

A biologia passou por importante revolução quando Watson e Crick descobriram, em 1953, a estrutura de dupla hélice da molécula do DNA. O que se sabe agora a respeito do que acontece na reprodução é que os pares de bases que se ligam à coluna do DNA em conjunto descompactados e as metades dos pares parentais se juntam para produzir um novo membro da espécie. Isso torna a evolução das espécies uma hipótese ainda mais improvável, dada a imensidade e complexidade do problema. Uma importante pesquisa determinou todos os pares de bases no DNA dos genes e dos cromossomos humanos. Visto serem mais de 3 bilhões de pares de bases que compõem o genoma humano, a possibilidade de a evolução produzir um ser tão exato e complexo é infinitesimal, O testemunho dos maravilhosos prodígios da genética é o mesmo do escritor bíblico, segundo o qual, fomos formados "por modo assombrosamente mara-
449 ► vilhoso" (SI 139:14).

H. Contribuições Adventistas do Sétimo Dia

Os adventistas do sétimo dia deram contribuições importantíssimas para o criacionismo no século 20. O líder inicial desse empreendimento foi George McCready Price (1870-1963). Autodidata em geologia, ele foi um crítico de publicações profissionais de geólogos. Negava que houvesse ordem para a distribuição de fósseis através das camadas geológicas e afirmava que as camadas geológicas estavam fora de ordem em muitos lugares. Os geólogos admitem que, em alguns lugares, as camadas estão realmente invertidas, mas se referem a elas como semelhanças enganosas, as quais, afirmam eles, desenvolveram-se quando as camadas mais antigas foram empurradas para cima das camadas mais recentes. Price afirmava que essas camadas invertidas haviam sido depositadas na ordem correta, o que tornava a teoria dos geólogos equivocada naquele ponto, Ele apresentou essas críticas numa série de livros: *The* New *Geology* (1923), *The Predicament ofEvolution* (1925), *Genesis Vinãicated* (1941) e *Common-Sense Geology* (1946). Price pode ser considerado com justiça o pai do movimento criacionista do século 20.

Price não deixou de ser desafiado, mesmo dentro de sua igreja. Um professor de biologia do Pacific Union College, ídarold W. Clark, adotou um diferente ponto da vista sobre as camadas geológicas e os fósseis nelas contidos. Tendo realizado mais trabalho de campo do que Price, Clark chegou â conclusão de que as camadas e seus fósseis eram realmente encontrados na ordem anunciada pelos geólogos evolucionistas. Essa conclusão exigiu o desenvolvimento de uma teoria alternativa que fosse compatível com a superposição dos fósseis. Clark propôs a ideia de "zoneamento ecológico", segundo a qual os fósseis eram enterrados na ordem que ocupavam em seus nichos ecológicos na natureza. Nessas condições, os habitantes da parte mais inferior foram soterrados primeiro; os peixes, depois. Por viverem em brejos, os anfíbios foram soterrados acima dos peixes, e finalmente os mamíferos, por ocuparem a parte mais alta da terra, foram soterrados por último. Embora esse modelo não responda a

todas as questões sobre a deposição dos fós- explicação atualmente disponível (ver Clark seis, criacionistas o aceitam como a melhor 1946, 1977).

V. A Concepção Adventista do Sétimo Dia acerca da Criação

Os adventistas do sétimo dia creem que o registro da criação em Gênesis 1 e 2 é literal e histórico, assim como se acreditava quase que unanimemente até o século 18. Encontramos em Gênesis 1 o registro dos atos poderosos de Deus na criação; mas esse registro é só o começo de Sua obra em benefício dos habitantes deste planeta, já que o registro prossegue em todas as partes da Bíblia. O relato da criação no início da Bíblia é, portanto, apenas uma introdução para a história do plano da salvação.

Para os adventistas do sétimo dia, os elementos contidos na história da criação do Gênesis não são simbólicos nem espirituais. Deus viu que a matéria por Ele criada e empregada durante a semana da criação era boa, e até mesmo muito boa. A concepção bíblica é a de que a matéria é boa, e os elementos materiais e espirituais contidos em um ser vívente não devem ser isolados ou discriminados. Isso contrasta com a concepção da filosofia grega, segundo a qual a matéria é má, mas o espiritual, ou ideal, é bom.

Entre os aspectos desse relato, concebidos como literais, acham-se referências de tempo. Tomando-se em conta a fórmula sobre os elementos temporais, fica claro e evidente que o escritor do texto se referia a dias literais de 24 horas, cada um com seu dia e sua noite. Isso fornece uma base sólida para o sétimo dia como o término da semana da criação. Esse foi para Deus um dia de repouso, no qual reconheceu que todas as coisas criadas eram boas, incluindo os seres humanos com os quais coroou esse evento criativo. Foi por uma boa razão que Deus separou esse dia e o abençoou e santificou para benefício dos seres humanos.

A natureza ainda revela sua majestade e beleza, apesar de danificada pelos efeitos do pecado. Alguns dos textos posteriores do AT louvam a Deus por Sua maravilhosa criação, *450 e o louvor a Deus como Criador prossegue durante todo o tempo até o livro de Apocalipse no NT.

A data para essa semana da criação era de apenas alguns milhares de anos, em tempo recente, e não milhões de anos. E possível que tenha havido um planeta inerte aqui antes, mas a vida não foi criada senão na recente semana da criação descrita em Gênesis 1. A natureza fornece uma revelação geral sobre Deus. Vários textos do AT e do NT reconhecem isso. A sabedoria e o poder de Deus são demonstrados pelo macrocosmo e o microcosmo do mundo físico.

Deus ainda conserva o poder sobre o que criou. Segundo o AT, Ele Se utilizava desse poder para trazer juízos sobre as nações ao redor de Israel e também sobre o próprio povo de Israel, quando este se afastava dEIe e de Sua aliança e procedia impíamente. Nos últimos dias, Deus tornará a empregar esses poderes da mesma maneira. Nas sete últimas pragas (Ap 16), Ele vai demonstrar novamente que é Criador e Juiz,

Antes desse tempo, uma mensagem especial precisa ser proclamada. E uma mensagem sobre Deus como Criador. Numa época em que, como nunca dantes, os seres humanos se recusam a reconhecê-Lo como Criador, cumpre proclamar uma mensagem que lhes chame novamente a atenção para o Criador. Essa mensagem está contida princípalmente nas informações do primeiro anjo de Apocalipse 14:6 e 7, uma mensagem especial que a Igreja Adventista do Sétimo Dia recebeu a incumbência de proclamar. Ao chamar a atenção do mundo para o Criador, chamamos também a atenção para a adoração, especialmente realizada no dia

escolhido pelo Criador para comemorar Sua criação: o sábado.

Em último lugar, Deus tornará a exercer Seu poder quando produzir Sua nova criação: os novos céus e a nova Terra. Mais uma vez a Terra sairá das mãos de seu Criador, pura e bela. Restaurada à sua beleza edênica, a Terra se tornará o lar dos salvos e demonstrará ao Universo que Deus é amor e que, por meio desse amor, restaurou para Seu povo todas as coisas. E assim que o poder criativo e redentor de Deus será plenamente demonstrado no fim do grande conflito.

A vista da informação bíblica disponível sobre o tema da criação, a Igreja Adventista do Sétimo Dia votou a seguinte declaração oficial de seu ponto de vista sobre a criação:

"Deus é o Criador de todas as coisas, e revelou nas Escrituras o relato autêntico de Sua atividade criadora, 'Em seis dias fez o Senhor os céus e a Terra e tudo que tem vida sobre a Terra, e descansou no sétimo dia dessa primeira semana. Assim Ele estabeleceu o sábado como perpétuo monumento comemorativo de Sua esmerada obra criadora. O primeiro homem e a primeira mulher foram formados à imagem de Deus como obra-prima da criação, receberam domínio sobre o mundo e a responsabilidade de cuidar dele. Quando o mundo foi concluído, ele era muito bom', proclamando a glória de Deus (Gn I; 2; Êx 20:8-11; SI 19:1-6; 33:6, 9; 104; Hb 11:3)" (SDA *Yearbook* [Anuário ASD] 1981, 5).

VI. Comentários de Ellen G. White

A. A *Natureza e a Natureza de Detis*

"A natureza *é* um poder, mas o Deus da natureza tem poder ilimitado. Suas obras interpretam o Seu caráter. Os que O julgam pelas obras de Suas mãos, e não pelas suposições de grandes homens, verão Sua presença em tudo. Contemplam Seu sorriso na agradável luz solar, e Seu amor e cuidado pelo homem nos ricos campos do outono. Até os adornos da Terra, segundo são vistos na relva verdejante, nas belas flores de todo o matiz e nas altaneiras e variadas árvores da floresta, atestam o terno e paternal cuidado de nosso Deus e Seu desejo de tornar felizes os Seus filhos.

"O poder do grande Deus será exercido em favor dos que O temem. Atentai para as palavras do profeta: 'Não sabes, não ouviste que o eterno Deus, o Senhor, o Criador dos fins da Terra, nem Se cansa nem Se fatiga? Não se pode esquadrinhar o Seu entendimento. Faz forte o cansado, e multiplica as forças ao que não tem nenhum vigor. Os jovens se cansam e se fatigam, e os moços de exaustos caem, mas os que esperam no Senhor renovam as suas forças, sobem com asas como águias, correm e não se cansam, caminham e não se fatigam' (Is 40:28-31)" (ME3, 309-310).

"Deus é o fundamento de todas as coisas. Toda verdadeira ciência está em harmonia com as Suas obras; toda verdadeira educação conduz à obediência a Seu governo. A ciência desvenda novas maravilhas à nossa vista, alça grandes voos e explora novas profundidades; mas nada descobre em suas pesquisas que esteja em conflito com a revelação divina. A ignorância pode procurar apoiar falsas concepções sobre Deus, apelando para a ciência. Mas o livro da natureza e a palavra escrita não divergem; um derrama luz sobre o outro. Devidamente entendidos, eles *nos* fazem conhecer a Deus e a Seu caráter, ensinando-nos algo das sábias e benéficas leis pelas quais Ele opera. Somos assim levados a adorar Seu santo nome, e depositar uma confiança inteligente em Sua palavra" (ST, 20/3/1884).

B. A *Ciência e a Bíblia*

"Corretamente entendidas, tanto as revelações da ciência como as experiências da

vida se acham em harmonia com o testemunho das Escrituras relativo à constante operação de Deus na natureza.

"No hino registrado por Neemias, cantavam os levitas: 'Tu só és Senhor, Tu fizeste o céu, o Céu dos céus e todo o seu exército, a Terra e tudo quanto nela há, os mares e tudo quanto neles há; e Tu os guardas em vida a todos' (Ne 9:6).

"No que diz respeito à Terra, declaram as Escrituras ter-se completado a obra da criação. As Suas obras estavam acabadas desde a fundação do mundo'. Hb 4:3. O poder de Deus, porém, ainda se exerce na manutenção das coisas de Sua criação. Não é porque o mecanismo uma vez posto em movimento continue a agir por sua própria energia inerente que o pulso bate, e uma respiração se segue a outra. Cada respiração, cada pulsar do coração, é uma evidência do cuidado dAquele em quem vivemos, nos movemos e temos existência. Desde o menor inseto até ao homem, toda criatura vivente depende diariamente de Sua providência, [.,.]

"Aquele que mais profundamente estudar os mistérios da natureza, mais plenamente se compenetrará de sua própria ignorância e fraqueza. Compreenderá que existem profundidades e alturas que não poderá atingir, segredos que não poderá penetrar, e vastos campos de verdades jazendo diante de si, não penetrados. Dispor-se-á a dizer com Newton: 'Pareço-me com a criança na praia, procurando seixos e conchas, enquanto o grande oceano da verdade jaz por descobrir diante de mim.'

"Os mais profundos estudantes da ciência são constrangidos a reconhecer na natureza a operação de um poder infinito. Ora, para a razão humana, destituída de auxílio, o ensino da natureza não poderá deixar de ser senão contraditório e enganador. Unicamente à luz da revelação poderá ele ser interpretado corretamente. 'Pela fé, entendemos' (Hb 11:3)" (Ed, 130-134).

C. A *Autêntica História do Começo de Nosso Mundo*

"*A* Bíblia é a história mais instrutiva e abrangente que já foi dada ao mundo. Suas páginas sagradas contêm o único relato autêntico da criação. Contemplamos aqui o poder que estendeu os céus e lançou os fundamentos da Terra'. Encontramos aqui a história verdadeira da humanidade, não deturpada pelo preconceito ou orgulho humano. [...]

"Existe harmonia entre a natureza e o cristianismo; pois ambos têm o mesmo Autor. O livro da natureza e o livro da revelação mostram a operação da mesma mente divina. Há lições a serem aprendidas na natureza; e há lições, lições profundas, sérias e realmente importantes, a serem aprendidas do Livro de Deus" (RH, 19/8/1884).

"A história do mundo desde os seus primórdios está contida no Gênesis. Acha-se ali registrado que serão destruídas todas as nações que se esquecem de Deus e de Seu sinal de obediência, que distingue entre os justos e os ímpios, os salvos e os não salvos. [.„]

"O Senhor pede a todos que estudem a filosofia divina da história sagrada, escrita por Moisés sob a inspiração do Espírito Santo, A primeira família colocada sobre a Terra serve de modelo para todas as famílias que haveríam de existir até o fim do tempo, Há muito que estudar nessa história a fim de entendermos o plano divino para a raça humana. Esse plano está claramente definido, e as almas piedosas e consagradas se tornarão aprendizes do pensamento e do propósito de Deus desde o principio até o fim da história da Terra. Elas reconhecem que Jesus Cristo, Aquele que é um com o Pai, foi a grande força motriz em todo o progresso, a fonte de toda purificação e elevação da raça humana" (MR3, 184).

"Dependemos da Bíblia para o conhecimento da história do início do nosso mundo, da criação do homem e da queda deste.

Retirai a Palavra de Deus, e o que podemos esperar, senão ser deixados às fábulas e conjeturas, e àquele enfraquecimento do intelecto que é o resultado certo de acolhermos o erro. Necessitamos da história autêntica da origem da Terra, da queda do querubim cobridor e da introdução do pecado em nosso mundo. Sem a Bíblia, seríamos confundidos pelas falsas teorias. A mente estaria sujeita à tirania da superstição e da falsidade. Tendo, porém, em nosso poder a história verdadeira do começo do nosso mundo, não precisamos enredar a nós mesmos em conjeturas humanas e teorias duvidosas" (MS, 89).

"A mente e a mão divina preservaram através dos séculos o registro da criação em sua pureza. E somente a Palavra de Deus que nos dã um relato autêntico da criação de nosso mundo" (RH, 11/11/1909).

D. *Deus Não Dependeti de Matéria Preexistente*

"Na formação de nosso mundo, Deus não dependeu de substância ou matéria preexistente. 'De maneira que o visível veio a existir das coisas que não aparecem'. Ao contrário, todas as coisas, materiais e espirituais, surgiram perante o Senhor Jeová ao Seu comando, e foram criadas para o Seu próprio propósito. Os céus e toda a hoste deles, a Terra e tudo quanto nela há, não são apenas obra de Suas mãos, senão que vieram à existência pelo sopro de Sua boca.

"O Senhor deu evidências de que pelo Seu poder podia no curto espaço de uma hora dissolver toda a estrutura da natureza. Ele pode transtornar as coisas e destruir aquilo que o homem construiu da maneira mais firme e sólida. Ele remove os montes, [...] na Sua ira os transtorna. Quem move a Terra para fora do seu lugar, cujas colunas estremecem'. 'Os montes tremem perante Ele, e os outeiros se derretem; e a terra se levanta diante dEle"' (MR3, 208).

"Deus tem permitido que um dilúvio de luz incida sobre o mundo nas descobertas da ciência e da arte; mas quando pretensos cientistas se pronunciam sobre esses assuntos a partir de um ponto de vista meramente humano, sempre chegam a conclusões erradas. Os maiores intelectos, se não forem guiados pela Palavra de Deus, ficarão desnorteados em suas tentativas de investigar as relações entre a ciência e a revelação. O Criador e Suas obras estão além da compreensão deles; e como não conseguem explicá-los pelas leis naturais, tacham a história bíblica de não confiável.

"Aqueles que duvidam da veracidade dos relatos escriturísticos abandonaram sua âncora e estão sendo levados em direção às rochas da incredulidade. Quando se descobrem incapazes de medir o Criador e Suas obras por meio de seu conhecimento científico imperfeito, questionam a existência de Deus e atribuem infinito poder à natureza.

"Na verdadeira ciência não pode haver nada contrário ao ensino da Palavra de Deus, pois ambas têm o mesmo Autor. Uma compreensão correta de ambas sempre as porá em harmonia. A verdade, seja na natureza seja na revelação, é harmoniosa consigo mesma em todas as suas manifestações. Mas a mente não iluminada pelo Espírito de Deus sempre estará em trevas com relação a Seu poder. Essa é a razão por que as idéias humanas a respeito da ciência contradizem com tanta frequência os ensinos da Palavra de Deus" (T8, 257, 258).

"A teoria de que Deus não criou a matéria quando trouxe o mundo à existência é destituída de fundamento. Na formação de nosso mundo, Deus não dependeu da matéria preexistente. Ao contrário, todas as coisas, materiais e espirituais, surgiram perante o Senhor Jeová ao comando de Sua voz e foram criadas para Seu propósito" (ibid., 258, 259).

"O governo de Deus incluía não somente os habitantes do Céu, mas de todos os mundos que Ele havia criado; e Lúcifer concluiu que, se ele pôde levar consigo os anjos do

Céu à rebelião, poderia também levar todos os mundos" (PP, 41; ver GC, 497).

jE. O *Sábado Tão Antigo Quanto a Terra*

"Deus nos deu Seus mandamentos, não só para neles crermos, mas também para lhes obedecermos. O grande Jeová, depois de haver posto os fundamentos da Terra, de revestir todo o mundo com trajes de beleza, enchê-lo de coisas úteis ao homem - havendo criado todas as maravilhas da terra e do mar instituiu então o dia do sábado e o santificou" (TS1, 494).

"Quando foram postos os fundamentos da Terra, foi lançado depois o fundamento do sábado, e as estrelas da manhã cantaram juntas, e todos os filhos de Deus aclamaram de alegria. [...] Deus outorgou Sua lei, e o quarto preceito do decálogo é Seu sábado, o dia propriamente dito em que devemos abandonar nossos negócios seculares a fim de observá-lo como memorial da criação do céu e da Terra" (RH, 15/7/1890).

"Se o homem tivesse sempre obedecido ao quarto mandamento jamais haveria um ateu no mundo, porque esse preceito dá testemunho de que o Senhor fez o céu e a Terra, o mar e tudo que neles há; por isso o Senhor abençoou o dia do sábado e o santificou" (SATl, 233).

"O sábado foi feito para toda a humanidade, e foi instituído no Éden antes da queda do homem. O Criador o chamou de 'Meu santo dia'. Cristo anuncíou-Se como 'Senhor do sábado'. Desde a criação, ele é tão antigo quanto a raça humana, e foi feito para benefício do homem, enquanto este existir" (ST, 12/11/1894).

F. A *Ciência Verdadeira e a Falsa, e a Revelação*

"Para muitos, a pesquisa científica se tornou uma maldição; as mentes finitas são tão frágeis que perdem o equilíbrio. Não conseguindo harmonizar seus pontos de vista científicos com as declarações da Escritura, pensam que a Bíblia é que deve ser provada pelos critérios da 'falsamente chamada ciência. Desviam-se assim da fé, e são seduzidos pelo diabo. Os homens têm buscado ser mais sábios do que seu Criador; a filosofia humana tenta esquadrinhar e explicar mistérios jamais revelados através dos séculos eternos. Se os homens procurassem apenas entender o que Deus tornou conhecido a respeito de Si mesmo e de Seus propósitos, obteriam uma visão tal da glória, majestade e poder de Jeová, que reconheceríam sua própria pequenez, e se contentariam com o que foi revelado para nós e nossos filhos" (SP4, 345).

"Aquele que criou o mundo e fez as imponentes montanhas, que abriu as fontes do abismo profundo, que formou as poderosas rochas e as altaneiras árvores, dotou o homem de capacidade para apreciar essas maravilhas da Terra e do céu, capacidade para entender as lições delas extraídas por Cristo. Mas a inteligência humana jamais originou essas lições nem pode o homem compreendê-las, a não ser que Deus pelo Seu Santo Espírito santifique a observação. [...]

"Pouca confiança merece o raciocínio humano. Estivesse Cristo no mundo hoje, até os adolescentes nas escolas tentariam convencer-Lhe da pretensa ciência. Mas Cristo respondería: 'Ninguém pode servir a dois senhores'" (RH, 3/7/1900), *454

G. *Declarações de 1890 a Respeito do Dilúvio*

"A superfície toda da Terra ficou transformada com o dilúvio. Uma terceira maldição terrível repousou sobre ela em consequência do pecado. Começando a água a baixar, as colinas e montanhas ficaram rodeadas de um mar vasto, ameaçador. Todos os lugares estavam juncados de corpos mortos de homens e animais. O Senhor não permitiría que esses ficassem a se decompor e conta-

minar o ar; fez, portanto, da Terra um vasto cemitério. Um vento violento que fez soprar com o fim de enxugar as águas, removeu-os com grande força, levando mesmo em alguns casos os cumes das montanhas, e amontoando árvores, pedras e terra em cima dos corpos dos mortos. Pelo mesmo meio a prata e o ouro, a madeira escolhida e as pedras preciosas, que tinha enriquecido e adornado o mundo antes do dilúvio, e que os habitantes haviam idolatrado, foram escondidos da vista e alcance dos homens, acumulando a ação violenta das águas, terra e pedras sobre esses tesouros, e nalguns casos formando mesmo montanhas sobre eles" (PP, 107,108).

H. Provas de Mudanças Feitas pelo Dilúvio

"As rochas estão entre as coisas preciosas da Terra, contendo tesouros de sabedoria e conhecimento. O fato de que Deus destruiu os ímpios da face da Terra por meio de um dilúvio está registrado nas rochas e montanhas, e a superfície fragmentada da Terra revela, nas gigantescas rochas e altaneiras montanhas, que o poder do Senhor fez isso por causa da impiedade do homem em transgredir-lhe a lei. A dimensão panorâmica que um olho enxerga é obra do Deus da sabedoria, que, em Suas obras estupendas podem os homens discernir que existe um Deus vivo de poder ilimitado. As maravilhosas obras de majestade devem purificar a alma e abrandar a aspereza da natureza, ajudando-o na edificação do caráter" (MR3, 217).

J.Sobre Montanhas e Estrutura Montanhosa

"Estava tão cansada que tomei assento e dormi por duas horas. Ao fazer isso, perdi parte interessante do cenário, mas fizemos todo o possível no restante da viagem.

"Era grandioso e magníficente. Havia lagos, desfiladeiros, *cânions* e rochas de elevada estatura, algumas de aparência notável. Dos picos das montanhas se erguiam outros picos. Alguns adornados com árvores, outros cultivados até o topo. A trilha que conduzia até eles era em forma de zigue-zague; mas como era possível construir casas ali, cultivar jardins e morar em tão elevada altitude, constituía para nós um mistério. Capelas foram erigidas nos cumes das montanhas, e aldeias aninhadas em seus estreitos vales. [...]

"Ficamos cheios de admiração. Gostamos muito de contemplar a grandiosidade das obras de Deus, e nunca nos cansamos. Eis uma cadeia de montanhas que se estende por todo o comprimento do continente, amontoadas umas sobre as outras como uma maciça muralha irregular que vai além das próprias nuvens. Esse Deus que conserva as montanhas em seu lugar nos fez promessas que são mais imutáveis do que essas antigas e imponentes montanhas. A Palavra de Deus permanecerá para sempre, de geração em geração" (ibid., 214).

VII. Literatura

Brueggemann, Walter, *Genesis.* Interpretation, v, 1. Atlanta: John Knox, 1982.

Gassuto, Umberto. *A Gommentary cm the Book of Genesis.* Part 1, *From Adam to Noah.* Jerusalém: Magnes, 1989.

Clark, Harold W, *The Neiv Diluvialism.* Angvvin: Science Publications, 1946.

---------- .*TheBattleOverGenesis.* Washington: Review and Herald, 1977.

Coffin, Harold G. *Origin by Design.* Washington: Review and Herald, 1983.

"Evidences of a Worldwide Flood." Em *The Seventh-day Adventist Bible Gommentary.* Washington: Review and Plerald, 1953. 1:64-98.

Finegan, Jack. *Hanàbook of Biblical Ghronology.* Princeton: Princeton University Press, 1964.

Gunkel, Herman. *The Legends of Genesis.* Nova York; Schocken, 1964.

Hasel, Gerhard F. "The Significance of the Cosmology in Genesis 1 in Relation to Ancient Near Eastern Parallels." *Andrews University Seminay Studies* 10(1972): 1-20.

---------- . "The Meaning of 'Let Us' in Gn 1:26." *Andrews University Seminary Studies* 13 (1975): 58-66.

----------. "The Sabbath in the Pentateuch." Em *The Sabbath in Scripture and Histoiy,* ed. K. A. Strand, 21-43. Washington: Review and Herald, 1982.

---------- . "The 'Days' of Greation in Genesis 1: Literal 'Days' or Figurative 'Periods/ Epochs* of Time?" *Origins* 21 (1994): 5-38.

Jacobsen,ThorkiId. "The Eridu Genesis." Journal *qf Biblical Literature* 100 (1981): 513-529.

Johnson, Phillip E. *Darxvin on Trial.* 2ª ed. Downers Grove: InterVarsity, 1993.

Lavallee, Louis. "Augustíne on the Creation Days." *Journal of the Evangelical Theological Society* 32 (1989): 457-464.

Lewis, Jack P, "The Days of Creation: An Historical Survey of Interpretation." *Journal of the Evangelical Theological Society* 32 (1989): 433-455.

Maxwell, C. Mervyn. *God Gares: Revelation.* Boise: Pacific Press, 1985.

"Science and a Literal Greation." *The Seventh-ãay Adventist Bible Commentary.* Washington: Review and Herald, 1953, 1976. 1:46-63.

Shea, William H. "Literary Structural Parallels Between Genesis 1 and 2." *Origins* 16 (1989): 49-68.

----------. "A Gomparison of Narratíve Elements in Ancient Mesopotamian Creation-Flood Stories With Genesis 1-9." *Origins* 11 (1984): 9-29.

---------- . "The Unity of the Creation Account." *Origins* 5 (1978): 9-38.

Speiser, E. A. Genesis. *Anchor Bible,* v. 1. 3ª ed. Garden City": Doubleday, 1981.

Webster, Glyde L., Jr. *The Earth: Origins and Early History.* Office of Education, North American Division of the General Gonference of Seventh-day Adventists: Silver Spring, 1989.

Wenham, Gordon J. Genesis 1-15. *Word Bible Commentary,* v, 1. Waco: Word, 1987.

Westermann, Claus. *Genesis 1-11.* Minneapolis: Augsburg, 1984,

13
A Lei de Deus

Mario Veloso

Introdução

Em todas as sociedades, a lei como base da conduta correta é vital para o bem-estar das pessoas. Do ponto de vista teológico, a lei se torna até mais importante porque inclui a lei de Deus, cujas exigências divinas são aplicadas aos seres humanos,

Do ponto de vista bíblico, lei aponta muitas vezes para a *Torah*, ou Livro da Lei, o Pentateuco, que se supõe possuir tradicionalmente 613 mandamentos. Os livros de Moisés não possuem, porém, o monopólio do tema. De Gênesis até o Apocalipse, a lei é parte integrante da história de Israel, do ensino de Jesus e das epístolas de Paulo.

Embora se evidenciem através da Bíblia diferentes tipos de leis — cerimoniais, civis, sanitárias, comunitárias - a lei de Deus constitui a principal acepção do conceito. O decálogo, a lei moral, é espiritual e revela o caráter de Deus. Transcende o tempo e o espaço, partilhando da permanência de seu Autor.

A lei de Deus deve ser estudada em relação com outros temas. O decálogo é parte da aliança de Deus com Seu povo. Para Paulo, a lei está intimamente relacionada com a graça. Afinal, os cristãos devem ver a lei à luz da cruz, como o acontecimento central da história.

Este artigo sobre a lei explora o significado, o propósito, a singularidade e a permanência da lei de Deus. Também considera a aplicação da doutrina na vida cristã diária e na vida da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

I. A Lei de Deus nas Escrituras
A. Definições
1. Palavras para Lei
2. Tipos de Lei
B. A Natureza da Lei Moral
1. O Decálogo
2. A Lei como Expressão do Caráter de Deus
3. A Lei como Princfpio Fundamental
C. A Natureza Espiritual da Lei Moral
D. O Propósito da Lei Moral
1. Fornecer Definições
2. Fornecer Instrução
E. A Lei Moral e o Jufzo Final
II. A Perpetuidade da Lei Moral de Deus
A. A Lei de Deus antes do Sinai
1. Os Dez Mandamentos em Gênesis
2. O Pecado antes do Sinai
3. O Quarto Mandamento antes do Sinal
B. Os Dez Mandamentos no Sinai
1. Singularidade dos Dez Mandamentos
2. A Importância dos Dez Mandamentos
3. A Lei Cerimonial
C. Os Dez Mandamentos nos Ensinos de Jesus
1. Igualdade dos Dez Mandamentos
2. A Permanência dos Dez Mandamentos
3. O Mandamento do Sábado
D. A Lei em Paulo
1.A Observância do Sábado por parte de Paulo
2. O Ensino de Paulo sobre a Lei
E. A Lei nos Escritos de João
1. A Lei no Evangelho de João
2. A Lei nas Epístolas de João
3. A Lei no Livro do Apocalipse
III. Lei e Salvação
A. Lei e Aliança

1. A Antiga Aliança
2. A Nova Aliança
3. A Lei e a Nova Aliança
B. Lei Moral e Graça
1. Função In apropriada da Lei: Lega lis mo
2. O Testemunho da Verdadeira Obediência
457 ► C. Lei e Cruz
1. O Término do Sistema Ritual
2. A Cruz: Reafirmação da Lei Moral
IV. Implicações Práticas para a Vida Cristã
V. Contexto Histórico
A. Pais Apostólicos e Apologistas
B. Tendências Medievais
C. A Reforma
D. O Período Moderno
VI. Comentários de Ellen G. White
A. A Lei nos Escritos de Ellen G. White
B. A Lei na Doutrina da Igreja Adventista do Sétimo Dia
VII. Literatura

I. A Lei de Deus nas Escrituras

A. *Definições*

Antes de analisar o significado da "lei" de Deus conforme contida na Escritura, é necessário considerar as palavras usadas para comunicar o conceito e os tipos de lei divina.

1. Palavras para Lei

A palavra mais comum para lei no AT é *Torah*, que significa "ordem", "instrução" ou "lei". Embora comunique exatamente este significado, *Torah se* refere muitas vezes à totalidade da instrução divina dada por Deus a Seu povo (Gn 26:5; Êx 16:4; Is 1:10; 8:20, onde a RSV traduz "ensino"). O Salmo 119 utiliza diversas palavras para descrever a lei de Deus: "testemunhos" [v. 2]; "preceitos" [v. 4]; "estatutos" [v. 5]; "mandamentos" [v. 6]). Todos esses termos se agrupam sob um só conceito: *Torah*, a totalidade da vontade revelada de Deus. Nessa palavra estão inclusas as leis moral, cerimonial e civil de Israel. Visto que a "lei" de Deus continha todo o plano da salvação, Isaías pôde afirmar que as "terras do mar aguardarão a Sua doutrina" (Is 42:4). O Pentateuco, a principal fonte dessa instrução, era chamada de *Torah,* ou "Livro da lei de Deus" (Ne 8:18; 9:3).

O NT emprega o termo grego *nomos* como equivalente de *Torah.* As nuanças de significado de *nomos* são variadas, refletindo o rico significado de seu original hebraico. Pode apontar para a Escritura como a revelação da vontade de Deus (Jo 15:25), para o Pentateuco (Mt 7:12), às vezes, para o decálogo (Tg 2:10-12) ou ainda para a lei cerimonial (At 15:1).

2. Tipos de Lei

O abundante material relativo ã lei existente na Bíblia abrange todos os aspectos da vida: saúde, dieta, sexualidade, trabalho, comunidade, culto, governo e até a relação com o meio ambiente. Algumas dessas leis são de aplicação universal, enquanto outras ficam restritas a determinados tempos e lugares. Contudo, todas elas são *Torah:* instrução divina para o povo de Deus.

a. Leis não universais. As leis não universais foram dadas à nação de Israel, para serem obedecidas por seus cidadãos e pelos estrangeiros que peregrinavam entre eles. Não se esperava que tais leis cerimoniais e civis fossem obedecidas por aqueles que não faziam parte do povo de Deus,

As *leis cerimoniais* eram regulamentos usados por Deus para ensinar o plano da salvação mediante símbolos e práticas de culto. O AT deixa claro que essas leis começaram a ser praticadas logo após a queda, conforme é demonstrado na história de Caim e Abel (Gn 4:3-7). Depois do Êxodo, os regulamentos de culto se ampliaram e foram registrados

em Levítico, onde se descreve todo o sistema ritual do santuário de Israel e, posterior mente, do templo judaico.

O sistema cerimonial foi estabelecido para tipificar a oferta perfeita de Cristo na cruz. Cristo era seu fundamento, sua mensagem, sua expectativa. Esse sistema também era uma expressão da fé em Cristo. Mas não era perfeito porque não passava de uma sombra ou símbolo do verdadeiro sacrifício pelo pecado. Não conseguia purificar pecadores do pecado. Constituía apenas a promessa de que a salvação viría mediante a oferta e sacrifício do Cordeiro de Deus e mediante a fé nessa promessa (Hb 10:1-10),

As *leis civis* foram dadas por Deus por intermédio de Moisés à nação de Israel para regular a vida da comunidade. Essas leis eram
458 ► em sua maioria uma aplicação dos princípios universais contidos na segunda tábua dos dez mandamentos, que tratam das relações entre seres humanos. O princípio básico das leis civis era a justiça no serviço público de soberanos e juizes, e a equidade em todas as ações do povo da aliança (Ex 23:1-9; Dt 16:18-20; Lv 19:9-18).

b. Leis universais. O interesse de Deus pelos seres humanos é manifestado nas leis dadas e aplicáveis para todas as pessoas, válidas para todos os tempos e situações. Exemplos dessas leis universais são as leis naturais, as leis de saúde e dieta, as leis sobre sexo, e a lei moral dos dez mandamentos. Todas são importantes no material bíblicos relativo à lei, mas nos dez mandamentos encontramos uma lei singular governando a vida moral de todos os seres humanos em todos os tempos e lugares.

B. A Natureza da Lei Moral

A Torah compunha o núcleo do pensamento e da prática hebraica. Os israelitas não conseguiam entender a vida nem a si mesmos sem a lei. Para eles, a história alcançava seu clímax no ato de Deus promulgar a lei. Nada era maior do que a lei, porque nada mais trouxe Deus para tão perto deles como Sua magnífica presença no Sinai. Essa lei também modelou a história de Israel posteriormente. Duas coisas colaboraram para fazer de Israel o povo de Deus: uma foi sua imerecida eleição por parte de Deus (Dt 4:37; 7:7; 10:15); a outra foi a autorrevelação de Deus à toda nação (Êx 20). O conteúdo dessa revelação foi a lei. A lei era ao mesmo tempo um dom divino de graça e a expressão da vontade de Deus, mostrando como Seu povo devia viver.

A lei mostrava que Deus Se deu a Si mesmo a Israel para ser o seu Deus e elegeu esse povo para ser Sua propriedade exclusiva (Ex 19:4-6). A lei era um monumento moral, ético, social e cultuai. Mas não um monumento a ser postado em algum lugar preeminente; era um monumento vivo. Embora escrita numa pedra, Deus desejou registrá-la no coração de Seu povo (SI 37:30, 31; Jr 31:33), para que pudesse governar toda a vida de cada indivíduo, de toda a nação e até de toda a humanidade.

A lei não era somente a revelação da vontade e da graça de Deus, mas a revelação de Sua santidade. Ele podia convidar Seu povo a uma vida de santidade porque Ele mesmo é santo (Lv 19:2). A lei representa o caráter de Deus, Sua justiça e perfeição, Sua bondade e verdade (SI 19:7,8; 119:142,172). Paulo a chamou de “espiritual” (Rm 7:14) e afirmou: "Por conseguinte, a lei é santa; e o mandamento, santo, e justo, e bom" (v. 12). Qualquer violação da lei é separação de Deus (Is 59:2), de Israel (Êx 12:15, 19; Lv 7:20, 21, 25, 27) e da própria vida (Êx 28:43; Dt 18:20). Significa rebelião, apostasia e morte.

O caminho da vida, apontado por Deus para Seus filhos e filhas, tanto nos tempos antigos como agora, é o mesmo: uma vida moral autêntica. A leitura de todo o conteúdo da revelação de Deus — o AT e o NT — apresenta uma visão clara da forma pela qual Deus pretendia

que a "nação santa" e a igreja cristã vivessem: uma vida definida por palavras como justiça, equidade, santificação, obediência, santidade e fé, uma vida que siga princípios divinos detalhados na lei moral. Seu povo devia viver uma vida de caráter moral semelhante a Deus.

1. O Decálogo

Os dez mandamentos foram dados em termos negativos para fins de clareza e exatidão. Tal precisão era necessária na época, como sempre foi, devido à tendência humana de evitar a responsabilidade e o compromisso por meio da interpretação errônea. Não devia haver nenhum equívoco sobre a vontade de Deus acerca de questões morais, já que Ele é o único árbrito.

Deus apresentou duas motivações fundamentais quando outorgou os dez mandamentos a Israel: (1) "Eu sou o Senhor, teu Deus" e que (2) te tirei da servidão (Ex 20:2; Dt 5:6). Depois proclamou a lei conforme registrada em Êxodo 20:2-17,

O decálogo (Êx 20:1-17; Dt 5:6-21) apresenta duas divisões principais e cobre cinco áreas. As divisões principais afetam todos
459 ► os relacionamentos: os referentes a Deus (quatro primeiros mandamentos) e os referentes aos seres humanos (os seis últimos mandamentos). As cinco áreas dizem respeito a Deus, santidade, família, humanidade e semelhantes.

A primeira área, composta pelo primeiro e o segundo mandamentos (Ex 20:3-6), afirma que existe um só Deus. O relacionamento com esse Deus deve ser exclusivo e direto. Ele não tolera a infidelidade devocional a outros deuses não existentes, nem permite qualquer tipo de símbolo intermediário na adoração, nem mesmo uma imagem do próprio Deus criada por um ser humano.

A segunda área, composta pelo terceiro e o quarto mandamentos (v. 7-11), afirma que o nome de Deus e o sábado são sagrados. O nome de Deus deve ser reverenciado e respeitado. Não deve ser tomado em vão porque Seu nome representa o próprio Deus, o único que merece adoração. A santidade do sábado é respeitada observando-se esse dia, que é santidade no tempo, uma santidade periódica que une o Criador do Universo aos administradores da criação num ato de aceitação e integração, A observância do sábado inclui o descanso das atividades diárias comuns, a adoração do verdadeiro Deus criador, o respeito à inviolabilidade do mundo criado, a restauração da integridade do meio ambiente e a proteção dos direitos dos que trabalham sob nossa responsabilidade.

A terceira área, composta pelo quinto e o sétimo mandamentos (v. 12, 14), declara que a família é sagrada. Pai e mãe devem ser honrados. Deus também proíbe não só a infidelidade no próprio casamento, mas também a violação do matrimônio alheio.

Na quarta área, composta pelo sexto e o oitavo mandamentos (v. 13, 15), a humanidade é inviolável. Ninguém pode atentar contra a vida e a propriedade alheia. Isso inclui o falso testemunho em juízo contra a vida de alguém, bem como a defraudação e o atraso no pagamento de salários (ver Lv 19:13).

Na quinta área, indivíduos e sociedade devem ser protegidos, já que más palavras e desejos pecaminosos podem destruí-los. Deus proíbe o falso testemunho (Ex 20:16): o perjúrio, a maledicência, a supressão da verdade, ou até mesmo o permanecer em silêncio quando se apresenta um relatório injusto sobre alguém. Deus proíbe cobiçar qualquer coisa que pertença ao próximo, seja a casa e a mulher, sejam os servos e os animais (v. 16, 17).

Em uma lei moral de apenas dez mandamentos, Deus abrange todos os desejos e atividades da família humana. Refletindo sobre a lei de Deus, Davi disse: "O Teu mandamento é ilimitado" (SI 119:96). Assemelha-se à "palavra" de Deus, que está solidamente firmada. As ordenanças, leis e preceitos e

testemunhos de Deus são para sempre. Neles, o salmista se deleita e por meio deles recebe vida de Deus (v. 89-96).

2. A Lei como Expressão do Caráter de Deus

A lei de Deus, e especificamente os dez mandamentos, reflete o caráter de Deus. O decãlogo existiu e continuará a existir enquanto o caráter do Legislador permanecer inalterado. Assim como Deus é sempre o mesmo (SI 102:25-27), também Cristo é “o mesmo ontem, e hoje, e eternamente” (Hb 13:8, ARC). Os escritores bíblicos veem os atributos de Deus na Sua lei. Gomo Deus, "a lei do Senhor é perfeita” e “o mandamento do Senhor é puro" (SI 19:7, 8). “A lei”, explica Paulo, “é santa; e o mandamento, santo, e justo, e bom” (Rm 7:12). "todos os Teus mandamentos são justiça”, reforça o salmista (119:172). João resume: “Deus é amor” (ljo 4:8).

O contexto em que João define a lei dessa maneira constitui uma explicação das atividades espirituais opostas do anticristo (v. 1-3). Aqueles que “são de Deus" fazem distinção entre o que é "verdade” e o que é “erro” (v. 6). O erro do anticristo é negar a missão de Cristo (v. 3). Ele “nega” Jesus (ljo 2:22), e assim nega também o Pai porque o Filho e o Pai são um (ljo 1:2, 3). Isso é uma negação do companheirismo e do conhecimento, inclusive o conhecimento de Deus e o companheirismo do Filho. Enquanto o espírito do erro representa poderes satânicos em operação, o espírito da verdade (ljo 4:6) é a obra do Espírito Santo para estabelecer íntima comunhão com o Filho pela fé e transmitir o conhecimento verdadeiro de Deus mediante a revelação (v. 13). Aqueles que amam a Deus fazem Sua vontade (ljo 2:17) e "guardam os Seus mandamentos” (v. 3-6),

460 ►

O conhecimento de Deus como amor não é teórico nem especulativo. Não é um conhecimento ontológico de Deus - um conhecimento de Seu ser, em vez de um conhecimento relacionai. É um conhecimento de Seu caráter. Esse conhecimento eficaz determina o estilo de vida e a conduta moral da pessoa que ama a Deus — essa “deve também andar assim como Ele andou” (v. 6). Produz uma vida em harmonia com os mandamentos de Deus, os mandamentos antigos se tornam novos porque são fundados no amor como uma realidade (v. 7, 8).

Quando o mandamento é assim alicerçado no amor de Deus, não produz medo de qualquer espécie, nem mesmo do juízo, mas "coragem" ou "confiança” (*parrêsia*). Essa confiança no "Dia do Juízo” (ljo 4:17) inclui a paz no juízo diário de nossa própria consciência (ljo 3:21) e a confiança no juízo final por ocasião da vinda de Cristo (ljo 2:28). A lei moral define o modo pelo qual o cristão verdadeiro deve viver, porque é a expressão do caráter amoroso de Deus, “pois, segundo Ele é, também nós somos neste mundo" (ljo 4:17).

Quando não havia pecado, o princípio do amor governava o Universo. Cada ser criado amava a Deus como Criador e aos outros como a si mesmo. Por isso quando o intérprete da lei perguntou a Jesus: "Qual é o grande mandamento na lei"?”, o Senhor respondeu: “Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo." Jesus terminou dizendo: “Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas” (Mt 22:37-40).

3. A Lei como um Princípio Fundamental

Amor é o princípio fundamental da lei moral. Isso é revelado claramente no AT como no NT. Citações de Jesus e de Paulo talvez bastem para demonstrar isso.

Depois de Jesus responder às questões vitais relativas ao relacionamento de Israel com

o Império Romano bem como a verdade das Escrituras e o poder de Deus para ressuscitar os mortos, um dos escribas, reconhecendo que Cristo houvera respondido bem, indagou sobre o principio fundamental da lei. "Qual é o principal de todos os mandamentos?", perguntou (Mc 12:28).

Como princípio fundamental da lei, Jesus apontou Deuteronômio 6:4, a passagem que servira de lema para Israel durante toda a sua história. Enfatizou a unicidade distintiva do Deus verdadeiro em contraste com a multiplicidade de deuses das outras nações. O primeiro mandamento do Deus único era o mandamento do amor. "Amarás, pois, o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu entendimento e de toda a tua força" (Mc 12:30). O segundo mandamento, citado de Levítico 19:18, Jesus declarou estar no mesmo nível do primeiro: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo." O princípio fundamental da lei não é a própria pessoa; jaz fora dela, na singularidade do Deus amoroso, que exige de todas as Suas criaturas a mesma espécie de amor. E o amor verdadeiro que ama a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo. O amor permeia tanto o primeiro como o segundo grande mandamento da lei; é o princípio fundamental de ambas as tábuas dos dez mandamentos.

A reação do escriba foi tanto emocional quanto racional. “Muito bem, Mestre”, respondeu ele entusiasticamente. Ele apresentou depois sua avaliação racional do ensino de Jesus: "com verdade disseste" (v. 32). Quando as emoções e o raciocínio do ser humano concordam com o princípio moral de Deus, o resultado é sabedoria e experiência espiritual em sintonia com o reino de Deus. Finalizando o incidente, Marcos escreve: “Vendo Jesus que ele havia respondido sabiamente, declarou-lhe: ‘Não estás longe do reino de Deus’” (v. 34).

Com uma clara compreensão da lei moral enquanto mandamentos de amor, passemos agora ao modo pelo qual a lei é cumprida: "A ninguém fiqueis devendo coisa alguma, exceto o amor com que vos ameis uns aos outros; pois quem ama o próximo tem cumprido a lei" (Rm 13:8). Amar o próximo significa um estado permanente de dívida, uma obrigação moral contínua. Isso é verdade para todos os mandamentos de Deus, já que “tudo nesta palavra se resume: Amarás o teu próximo como a ti mesmo'" (v, 9),

O conceito de que o cristão que ama cumpre a lei — "o cumprimento da lei é o amor" (v. 10) - não elimina nenhum dos dez mandamentos. Ao contrário, fornece um conceito todo abrangente. A intenção e o propósito de Deus para cada um dos mandamentos é o amor. Toda a lei é incompatível com o egoísmo; razão por que não pode ser obedecida mediante uma mera conformidade externa. A obediência verdadeira deve se originar no coração e no espírito pelo amor.

C. A *Natureza Espiritual da Lei Moral*

A necessidade de uma obediência espiritual à lei vem da própria natureza da lei de Deus, que "é espiritual” (Rm 7:14). Aquele que desobedece à lei é “carnal” e “vendido à escravidão do pecado” (v. 14). Tal pessoa exibe apenas uma “forma de piedade", uma religião externa e formal (2Tm 3:5). Sua obediência não é de coração; obedece apenas para satisfazer exigências. Constitui legalismo, o que difere da obediência espiritual a uma lei espiritual. Tentando cumprir a lei de Deus, os inimigos de Deus entram em conflito constante com a própria lei de Deus, porque “a lei é santa; e o mandamento, santo, e justo, e bom” (Rm 7:12).

A lei moral, devido à bondade oriunda do projeto de Deus, jamais leva a algo ruim, errado ou destrutivo. O que traz a morte é o pecado dentro de nós (v. 13, 21). O mal escravizou os seres humanos debaixo da "lei do pecado” ao ponto de restringir a vontade de fazer o bem, forçando-os a se afastar

da lei espiritual de um Deus espiritual (v. 23, 21), para se tornarem desventurados, portadores de um “corpo de morte” (v. 24).

A única solução para a força escravizadora do pecado é Cristo: Sua pessoa, Sua vida, Seu sacrifício vicário (Rm 8:1-4), Sua obediência plena à lei (Mt 5:17, 18) e Seus ensinos sobre os dez mandamentos (v. 1-48). A vida e a pessoa de Cristo nos convencem de nossa pecaminosidade. Seu sacrifício *nos* liberta da lei do pecado. Sua obediência à lei confirma o valor moral desse código e Seus ensinos enfatizam a dimensão espiritual da lei.

O fato de Jesus ter cumprido a lei mostra claramente que Ele veio para destruir o pecado, e não para destruir ou abolir a lei de Deus, "Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir” (v. 17), Embora “lei” aqui se refira ao Pentateuco, está evidente no verso 19 e no restante de Mateus 5 que Jesus tinha em mente as dimensões espirituais do decálogo,

Jesus deixa claro no Sermão da Montanha a natureza espiritual da lei, A proibição do sexto mandamento “não matarás” inclui a atitude de se irar sem motivo contra o irmão (v. 22, 23) e atitudes antagonistas que criam adversários (v. 25). O sétimo mandamento proíbe a luxúria do coração bem como o adultério (v. 28). A ordem para amar nosso próximo também exige amar nossos inimigos, abençoar os que nos amaldiçoam, fazer o bem a quem nos odeia e orar pelos que nos perseguem (v, 43, 44). Essa ampliação espiritual da lei moral não pretende eliminar a lei. Em vez de ensinar os cristãos a "quebrar" os mandamentos, Jesus quer ensiná-los a “observá-los" (v. 19). Essa intenção se estende por toda a história cristã. O livro do Apocalipse, referindo-se ao tempo do fim e ao remanescente da igreja cristã, menciona a continuidade dos mandamentos e antevê cristãos fiéis que os guardam (Ap 12:17; 14:12).

D. O Propósito da Lei Moral

O propósito da lei moral não é resolver o problema do pecado. Isto só acontece por meio do sacrifício expiatório de Cristo, que « 462 cada cristão deve aceitar pela fé. Deus deu Sua lei para estabelecer definições, para mostrar como as coisas realmente são a respeito da vida, de Deus e do pecado. Cumprindo outro propósito, a lei provê direcionamento na vida do cristão, mostrando o tipo de vida que Deus quer que Seu povo viva, em gratidão, fé e obediência.

1. Fornecer Definições

No AT a lei definia o estado de bem-estar para cada indivíduo e para toda a nação. Os dez mandamentos, como um sumário da *Torah*, definiam a qualidade de uma vida santificada perante Deus. O mandamento do sábado é, por sua vez, o sinal da devida consciência de santificação. Quem santifica a pessoa é o Deus santo; as obras da lei não podem fazê-lo. “Guardareis os Meus sábados; pois é sinal entre Mim e vós nas vossas gerações; para que saibais que Eu sou o Senhor que vos santifica” (Êx 31:13; cf. Ez 20:12).

O mesmo princípio aparece também no NT. Como autorrevelação divina, a lei moral define o caráter de Deus, No centro dessa revelação se encontra a cruz de Cristo.
A vontade de Deus é suprema. Ele é o Soberano imutável de todo o universo. Sua lei não pode ser alterada porque Sua vontade é perfeita, e também é boa e agradável (Rm 12:2), pois Ele é um Deus de amor, Ele nos amou de tal maneira que nos deu Seu amado Filho (Jo 3:16), concedeu vida ao nosso corpo mortal (Rm 8:11) e nos agraciou com o Espírito Santo para que nós, que não conseguíamos estar sujeitos â lei de Deus, possamos, pelo poder desse Espírito, cumprir as exigências da lei (v. 4-8).

Invalidar a lei moral ter ia sido uma forma superficial de eliminar o pecado. Nesse

caso, o sacrifício de Cristo na cruz não teria sido necessário. Mas a realidade da crucificação comprova que Deus não aboliu a lei moral. Ela continua definindo o pecado: "E a lei pecado? De modo nenhum! Mas eu não teria conhecido o pecado, senão por intermédio da lei" (Rm 7:7). A lei define o pecado como desobediência a Deus, caracteriza o pecado como ofensivo e qualifica o estado dos seres humanos como deliberada rebelião contra Deus.

Antes de Deus promulgar a lei moral para Israel na forma escrita, existia pecado no mundo. Adão e Eva haviam desobedecido a um mandamento instituído por Deus (Rm 5:13, 14). O pecado já estava definido, pois eles conheciam a lei. Pecado é desobediência a Deus, pois o conhecimento do pecado dá-se "pela lei" (Rm 3:20).

A lei torna o pecado mais ofensivo - "sobreveio a lei para que avultasse a ofensa" (Rm 5:20). O pecado se tornou um ato consciente de desobediência a mandamentos específicos, e as intenções da carne ficaram plenamente visíveis (G1 5:17-19). Até mesmo a quantidade de pecado aumentou. A revelação do mandamento desafiou o pecado, que reagiu se tornando mais ativo (Rm 7:9), produzindo mais desejos maus (v. 8) e fazendo pessoas bem intencionadas se desencaminharem pelo engano (v. 11). Assim como fez com Eva, Satanás utiliza, ao tentar, o mandamento como uma provocação para pecar e como um instrumento de condenação (Gn 3:3).

A lei é "a força do pecado" (ICo 15:56). Ela torna o pecado um ato de voluntária rebelião contra Deus. Visto que a lei fornece informação sobre o pecado, qualquer pecado se torna um manifesto ato da vontade pecaminosa contra Deus, um ato de rebelião. O pecado é uma rebelião formal — "transgressão" ou falta de conformidade com a lei (ljo 3:4) e uma rebelião espiritual — um ato de deslealdade contra Deus e uma negação dEle (Rm 14:23; Tt 1:15, 16).

Devido à sua capacidade de definir pecado, a lei também pode convencer do pecado. Embora a lei não traga justificação (Rm 3:20), apenas ira (Rm 4:15) e condenação, ainda assim desempenha o papel de "aio" (ou "pedagogo", ARC) para nos conduzir a Cristo (G1 3:22-24). O fim/objetivo da lei é Jesus Cristo, "para justiça de todo aquele que crê" (Rm 10:4).

A função principal da lei é confirmar que Deus, soberano absoluto sobre a humanidade, tem direito sobre todos e possuí autoridade para exigir obediência — não apenas obediência ocasional, mas a que-< leva a uma vida justa e santa. E verdade que, por causa do pecado, a humanidade não consegue mais viver esse tipo de vida. Mas Deus também é poderoso para comunicar o poder espiritual necessário para a justificação e a santificação. A lei moral fornece os padrões de comportamento exigidos para o crente viver em harmonia com Deus e com o próximo.

463

2. Fornecer Instrução

A lei de Deus fornece instrução para a vida de Seus filhos. A forma de vida que Deus concebe para os seres humanos se baseia em Suas intenções e princípios. Os desejos ou as idéias de uma pessoa, ou um conjunto de costumes e práticas estabelecidas por uma determinada sociedade, não podem ser a base sobre a qual os seres humanos devam construir sua vida. Deus explicou em detalhes Seus princípios e estatutos para a vida e os escreveu com palavras inconfundíveis nos dez mandamentos.

A intenção de Deus é que esses mandamentos tragam vida (Rm 7:10), pois o mandamento é "santo, justo e bom" (v. 12).

Santo. Por ser uma expressão da vontade de Deus, Sua lei só pode ser verdadeira, justa e santa. Em Romanos 7:7-13, Paulo trata de toda a lei e especificamente do décimo mandamento: "Não cobiçarás" (Ex 20:17).

Nessa citação, Paulo confirma que os princípios e absolutos da lei governam toda a vida da pessoa, inclusive ações e desejos.

Justo. Como expressão da justiça de Deus, a lei é o padrão de uma vida justa. A vida de obediência de Cristo mostra que não existe outra maneira de se ter uma vida justa a não ser pela obediência à lei de Deus. Ao obedecer à lei, Jesus demonstrou que a lei é justa e pode ser obedecida.

Bom. Só existe um tipo de bem moral: o que vem de Deus. Somente ele é capaz de estabelecer a diferença entre o que é bom e o que não é, distinguindo assim o bem do mal. Ele faz isso por meio dos dez mandamentos. A obediência à lei leva à bênção e à felicidade. "A lei do Senhor é perfeita e restaura a alma; o testemunho do Senhor é fiel e dá sabedoria aos símplices. Os preceitos do Senhor são retos e alegram o coração; o mandamento do Senhor é puro e ilumina os olhos. O temor do Senhor é límpido e permanece para sempre; os juízos do Senhor são verdadeiros e todos igualmente, justos. São mais desejáveis do que ouro, mais do que muito ouro depurado; e são mais doces do que o mel e o destilar dos favos. Além disso, por eles se admoesta o teu servo; em os guardar, há grande recompensa" (SI 19:7-11).

E. A Lei Moral e o Juízo Final

As Escrituras ensinam a realidade de um juízo final porvir (Mt 12:36, 37; Rm 14:10-12; 2Co 5:10). Embora a salvação seja pela fé na morte de Cristo sobre a cruz, o juízo se baseia na lei: "Falai de tal maneira e de tal maneira procedei como aqueles que hão de ser julgados pela lei da liberdade" (Tg 2:12; ver Juízo.)

A lei julga em duas etapas. No presente, condena os malfeitores como transgressores da lei (Tg 2:9); no futuro, os condenará como pecadores (v. 11, 12). O dia do juízo será tempo de "castigo" (2Pe 2:9) e "destruição" dos ímpios (2Pe 3:7). Mas um tempo de libertação e vindicação para os que permanecem fiéis a Deus (IJo 4:17).

Uma pessoa pode perder a liberdade de duas maneiras: violando a lei ou considerando as obras da lei como justiça própria, deixando assim de ser justificado (G1 2:16). Contudo, a escravidão não provém da lei. Escravidão é consequência da submissão ao pecado (Rm 6:16-19). Tiago apresenta o decálogo como "uma'lei real", uma "lei de liberdade", a norma do juízo final (Tg 2:8-12). A vindicação no juízo não provém de obras, mas de misericórdia, porque a "misericórdia triunfa sobre o juízo" (v. 13). Sem a amorosa misericórdia de Cristo, aceita em fé e gratidão, ninguém pode ser salvo.

464

II. A Perpetuidade da Lei Moral de Deus

Sendo uma extensão do caráter de Deus, a lei participa de Sua perpetuidade. A autoridade da leí sobre os seres humanos permanece, portanto, acima do tempo e lugar. De Gênesis até o Apocalipse, a lei de Deus é vista como eterna.

A. A *Lei de Deus antes do Sinai*

Os dez mandamentos têm sua origem no princípio universal do amor, que governa o universo mesmo antes do pecado. Todos os dez mandamentos, inclusive o quarto, podem ser identificados no período patriarcal entre Adão e Moisés.

1. Os Dez Mandamentos em Gênesis

Deduz-se que a existência da lei é um pré-requisito para o surgimento do pecado. Embora os dez mandamentos, conforme encontrados no Êxodo, não sejam especificados nem explicados em detalhes em Gênesis, tais princípios formam a base da responsabilidade humana.

A primeira tábua da lei, que governa o relacionamento entre os seres humanos e Deus, aparece em diversos relatos. As instruções de Jacó à sua família, ao se preparar para adorar a Deus em Betei, fornecem

uma compreensão do primeiro e do segundo mandamentos. Recomendou Jacó: "Então, disse Jacó à sua família e a todos os que com ele estavam: Lançai fora os deuses estranhos que há no vosso meio, purificai-vos e mudai as vossas vestes; levantemo-nos e subamos a Betei. Farei ali um altar ao Deus que me respondeu no dia da minha angústia" (Gn 35:2, 3).

O terceiro mandamento, que proíbe tomar o nome de Deus em vão, aparece quando Abraão faz seu servo "jurar pelo Senhor, Deus do céu e da terra" que não tomaria esposa cananeia para Isaque (Gn 24:3). O compromisso de Eliézer de não tomar o nome do Senhor em vão era evidência de que Abraão podia confiar nele inteiramente.

O quarto mandamento, que exige a observância do sábado do sétimo dia, aponta sem dúvida para o que aconteceu no término da semana da criação. "E, havendo Deus terminado no dia sétimo a Sua obra, que fizera, descansou nesse dia de toda a Sua obra que tinha feito. E abençoou Deus o dia sétimo e o santificou; porque nele descansou de toda a obra que, como Griador, fizera" (Gn 2:2, 3).

Os mandamentos da segunda tábua da lei — que governa as relações humanas — também aparecem no pano de fundo dos incidentes registrados em Gênesis. O quinto mandamento, segundo o qual os filhos devem honrar pai e mãe, é referido na conversa do Senhor com Abraão sobre a destruição de Sodoma e Gomorra. Percebe-se ali que o dever de Abraão era ordenar "a seus filhos e a sua casa depois dele, a fim de que guardem o caminho do Senhor e pratiquem a justiça e o juízo"; significava que o Senhor faria "vir sobre Abraão o que [...] [havia] falado a seu respeito" (Gn 18:19),

A alusão ao sexto mandamento, "não matarás", não pode ser passada por alto no relato do Gênesis do assassínio de Abel por Caim (Gn 4:8-11). O sétimo, "não cometerás adultério", é reconhecível na recusa de José em se deixar seduzir pela esposa de Potifar: "Como, pois, cometería eu tamanha maldade e pecaria contra Deus?" (Gn 39:9). A transgressão deste mandamento também é claramente repudiada na história da conduta imoral do povo de Sodoma (Gn 19:1-10).

O oitavo mandamento, "não furtarás", era bem conhecido entre os irmãos de José, quando, em sua segunda jornada ao Egito, encontram o copo de prata e o dinheiro do trigo no saco de mantimento de Benjamin. Os irmãos de José disseram: "O dinheiro que achamos na boca dos sacos de mantimento, tornamos a trazer-te desde a terra de Canaã; como, pois, furtaríamos da casa do teu senhor prata ou ouro?" (Gn 44:8). O nono mandamento, que condena o falso testemunho e a falsidade, aparece na história em que Jacó subtrai a bênção de Esaú com mentiras e engano. Jacó reconheceu isso quando disse a sua mãe: "Dar-se-á o caso de meu pai me apalpar, e passarei a seus olhos por zombador; assim, trarei sobre mim maldição e não bênção" (Gn 27:12). O décimo mandamento, que proíbe cobiçar a esposa ou a propriedade do próximo, reve- -<s; la-se tanto na história de Abraão e faraó (Gn 12:13-20) quanto na de Abraão e o rei Abimeleque (Gn 20:1-10). Esses monarcas pretendiam tomar a esposa de Abraão, mas Deus os impediu de fazê-lo porque Sara era uma mulher casada. O mal da cobiça também é visto na atitude de Jacó de conspirar para tomar o direito de primogenitura e a bênção do próprio irmão (Gn 27).

Vemos que a lei era bem conhecida no princípio da história humana. Embora não se mencione no Gênesis nenhum livro escrito da lei, muitos incidentes dão testemunho dos dez mandamentos, de sorte que sua existência e aplicação universal devem ser aceitas. Há também a inequívoca afirmação de Deus a Abraão: "Multiplicarei a tua descendência como as estrelas dos céus e lhe darei todas estas terras. Na tua descendência serão abençoadas todas as nações da terra; porque

Abraão obedeceu à Minha palavra e guardou os Meus mandados, os Meus preceitos, os Meus estatutos e as Minhas leis" (Gn 26:4, 5).

2. O Pecado antes do Sinai

Não resta dúvida de que o pecado existiu antes da outorga da lei no Sinai. O apóstolo Paulo defende a existência e a operação da lei de Deus naquela época: "Porque até ao regime da lei havia pecado no mundo, mas o pecado não é levado em conta quando não há lei" (Rm 5:13). Desse modo, Paulo mostra que a lei existia antes de Deus escrever os dez mandamentos em tábuas de pedra e entregá-las a Moisés no Sinai. Com toda a probabilidade, a lei existia sob a forma oral.

Paulo apresenta outro forte argumento a favor da existência da lei antes do Sinai: a morte, cuja existência é resultado direto do pecado. O apóstolo mostra que "reinou a morte desde Adão até Moisés" (v. 14). A morte veio como resultado de um "julgamento" que trouxe a "condenação" do pecado (v. 16), Não podería havernenhumpecado nem juízo se a lei não existisse. Com base nisso, a existência da lei desde o Éden até o Sinai é inquestionável.

3. O Quarto Mandamento antes do Sinai

Êxodo 16 fornece uma referência clara ao repouso sabático antes do Sinai, associada com o milagre do maná. Deus anunciou: "Eis que vos farei chover do céu pão, e o povo sairá e colherá diariamente a porção para cada dia, para que Eu ponha à prova se anda na Minha lei ou não" (v. 4). No sexto dia os israelitas deviam recolher o maná para dois dias, porque no dia de sábado não encontrariam nada no campo (v. 25). Quando alguns insistiram em colher maná no sábado, Deus lhes disse: "Até quando recusareis guardar os Meus mandamentos e as Minhas leis?" (Êx 16:27-30) (ver Sábado; Judeus).

13. Os *Dez Mandamentos no Sinai*

Se o decálogo já existia antes do Sinai, por que foi atribuído especificamente à nação israelita? Os dez mandamentos eram uma lei universal divinamente ordenada. Expressavam valores que Deus esperava de todas as pessoas do mundo. Contudo, ao escolher Israel como Seu povo especial e entrar numa aliança especial com ele, reiterou a lei dos dez mandamentos como um guia para a vida, agora sob a forma escrita.

O Senhor deu a Israel outras leis, civis e religiosas. Porém, os dez mandamentos deviam servir de base para a vida moral da nação. O decálogo era e é a expressão do caráter de Deus e o fundamento de Seu governo universal.

1. Singularidade dos Dez Mandamentos

A singularidade dos dez mandamentos, a lei moral do Sinai, não reside exclusivamente em seu conteúdo, mas também no fato de o próprio Deus ter escrito o decálogo ou "as dez palavras" (nome dado ao decálogo em hebraico [Ex 34:28]) sobre tábuas de pedra e as haver entregue a Moisés.

Por causa das circunstâncias singulares de seu surgimento, os dez mandamentos ocupavam, na *Torah*, uma posição acima de qualquer outra lei israelita. Foram dados por Deus na autorrevelação divina mais espetacular da história nacional. Nos dez mandamentos, Deus proclamou a base de Sua aliança com Israel. Os dez mandamentos eram a única parte da *Torah* proclamada com trovão e relâmpago do topo de uma montanha (Ex 20:18-20), para depois ser escrita com o próprio dedo de Deus em duas tábuas de pedra (Êx 31:18; 34:28; Dt 4:13; 10:4). *466

As dez palavras imperativas de Deus deviam, em todas as circunstâncias, ser honradas por todo israelita. No Sinai, a lei moral do Universo se tornou a lei de Israel sem modificar sua natureza geral. A sua universalidade não foi afetada. Para Israel, ela se

tornou a base de todas as outras leis nacionais, algumas das quais eram limitadas a certas circunstâncias específicas e por determinado tempo. Certas leis sacrificais, por exemplo, requeriam sacrifício específico com relação a pecado específico, e vigoraram somente até a vinda do Messias, para quem os sacrifícios apontavam.

Os dez mandamentos eram singulares. Ocupavam lugar de destaque no Pentateuco. Foram proferidos por Deus ao povo. Foram gravados em tábuas de pedra pelo próprio Deus. Formavam a base de todos os outros códigos legais. Possuíam nome específico. E foram colocados dentro da Arca da Aliança (Êx 40:20; Dt 10:2-5).

2. A Importância dos Dez Mandamentos

A essência dos dez mandamentos não está em sua forma, mas na autoridade divina de sua origem: a transcendência, soberania e vontade de Deus. No coração da lei estava sua aplicação coletiva a todo o Israel, povo de Deus, e a cada membro individual, Seus filhos e filhas, Esse relacionamento especial conferiu à lei uma tarefa singular: a de salvaguardar e manter tal relacionamento.

A importância da proclamação da lei no Sinai reside não na enumeração de normas legais, mas na majestade da presença e da ação de Deus (Ex 19:16-25), a proximidade do Criador e a proximidade do ser humano. Os mandamentos representavam o amor a Deus e o amor ao semelhante (Dt 6:5; 30:15, 16). Não se tratava apenas de um amor externo ou de um amor interno. Era uma afinidade verdadeira, viva, um amor que envolvia toda a personalidade e toda a experiência da vida,

A lei pede compromisso pessoal, não a uma instituição jurídica, mas ao próprio Deus. .Este é o relacionamento mais abrangente que os seres humanos podem formar. Ele alcança as misericórdias do Senhor, produzindo vida, alegria, prazer, justiça, justificação e salvação do ser humano (SI 119:142, 156, 162, 174; Is 51:4-8).

Recordando a experiência no Sinai, Moisés lembrou aos filhos de Israel que Deus havia feito uma aliança com eles no Horebe (Dt 5:1-5). Essa aliança continha uma lei (Dt 4:44): os dez mandamentos. A lei em Deuteronômio 5:6-21 é a mesma lei de Êxodo 20. As pequenas diferenças encontradas no quarto mandamento — libertação em vez de criação como justificativa para guardar o sétimo dia — não constituem contradições, mas complementações.

Os dez mandamentos eram o coração da *Torah.* Foram dados para toda a humanidade, e especificamente para Israel dentro da estrutura particular da aliança, à parte da qual eles jamais seriam compreendidos. Se fossem tratados como uma unidade isolada, sua importância e significado, bem como o propósito de Deus para eles, seriam perdidos.

A aliança exigia obrigação mútua. O povo se comprometeu a obedecer à voz do Senhor, guardar a aliança, e obedecer aos mandamentos de Deus. Ao mesmo tempo, o Senhor concordou em tratar o povo como Sua propriedade particular dentre todas as nações do mundo, Esse tratamento específico faria deles: (1) um reino de sacerdotes, preparados para cumprir o serviço ou a missão divina com a humanidade e para beneficiar toda a humanidade; e (2) uma nação santa, santificada por meio de um relacionamento com Deus e plenamente comprometida com Ele em obediência (Ex 19:5, 6).

Quando Israel assumiu o compromisso de ser povo de Deus sob Sua ação todo-poderosa, Deus lhe transmitiu os princípios morais segundo os quais a aliança seria estabelecida. Tais princípios são expressos nos preceitos registrados em Deuteronômio 5:22-33. O decálogo definia a relação do povo escolhido com Deus e entre si, tanto como membros do povo de Deus quanto como membros da família humana.

Além dos dez mandamentos, designados para toda a humanidade, Deus deu aos filhos de Israel outras leis, destinadas a governar o especial relacionamento deles com Deus. Essas incluíam leis civis e leis de saúde. Porém, acima de tudo, estava a lei cerimonial ou sistema sacrifical, de especial importância para o benefício espiritual de Israel.

3. A Lei Cerimonial

O sistema sacrifical foi instituído imediatamente após Adão e Eva terem caído em pecado (Gn 3:21) e continuou pela era patriarcal, quando Melquisedeque aparece como "sacerdote do Deus Altíssimo" (14:18). O propósito dessa lei era chamar a atenção dos israelitas para o vindouro Messias e Salvador, o verdadeiro sacrifício pelo pecado deles. Não conhecemos o registro de nenhuma lei sobre sacrifícios antes de Moisés. No Sinai a prãtica sacrifical foi ampliada, aprimorada e codificada.

A lei cerimonial, instituída por causa da transgressão da lei moral, compunha-se de sacrifícios e ofertas - símbolos e tipos — que apontavam para a futura redenção. Seu propósito era ensinar pecadores a discernir e aceitar antecipadamente a futura oferta pelo pecado na cruz. Tratava-se de um recurso experiencial, em símbolos e tipos, para compreensão e aceitação da salvação em Cristo, antes que o sacrifício por essa salvação viesse a se tornar realidade.

Às vezes, o sistema cerimonial é apresentado como antagônico a Gristo. Pelo contrário, ele foi instituído para tipificar a oferta perfeita realizada na cruz (Hb 10:1). Seu fundamento era Gristo. Sua mensagem era Cristo. Sua expectativa era Cristo. E sua expressão de fé era Cristo. O sistema cerimonial, porém, era imperfeito. Constituía apenas tipo, símbolo, sombra de uma realidade futura. Não era capaz de purificar pecadores do pecado (v. 1-4). A única coisa que fazia era prometer que a salvação viria pela oferta e pelo sacrifício do Cordeiro de Deus.

A lei de sacrifícios e cerimônias definia um sistema de adoração divinamente ordenado. Ela era uma aplicação cultuai dos princípios universais contidos na primeira tábua da lei moral. Tinha o propósito de expressar obediência a Deus e aceitar Sua providência para o pecado mediante cerimônias até que chegasse a realidade simbolizada pelas cerimônias e sacrifícios. Embora Êxodo, Levítico e Deuteronômio contenham partes da lei cerimonial, o corpo principal de leis cerimoniais se encontra em Levítico, principalmente nos capítulos 1-9. (Ver Santuário.)

Três características principais distínguiam a lei cerimonial: (1) sua natureza didática, (2) sua demanda por obediência, e (3) sua natureza temporal. Era o objetivo de Deus que ela ensinasse o plano da salvação por meio de Jesus Cristo e desse aos crentes uma oportunidade de expressar sua fé nEle e em Seu futuro sacrifício, ao cumprir as exigências da lei cerimonial. Essa lei ficaria em vigor somente até quando se realizasse o sacrifício verdadeiro na cruz do Calvário (Hb 9:10).

C. Os *Dez Mandamentos nos Ensinos de Jesus*

Jesus não fez segredo a respeito de Sua atitude para com a tradicional lei judaica e os dez mandamentos. Embora questionasse e até mesmo desaprovasse as tradições dos anciãos (Mc 7:1-13), Jesus exaltou os dez mandamentos, confirmando assim a perpetuidade do decálogo.

1. Igualdade dos Dez Mandamentos

Ao tratar da igualdade dos dez mandamentos (Mt 22:35-40), um intérprete da lei, experimentando Jesus, lhe perguntou: "iVIestre, qual é o grande mandamento na Lei?" (v. 36). Para o intérprete, havia uma hierarquia de importância. A tradição rabínica entendia que, sempre que dois mandamentos

468 ► entrassem em conflito, a obediência ao maior liberava a pessoa da obediência ao menor. Para os fariseus, a primeira tábua da lei sobrepujava a segunda, de forma que servir a seres humanos era coisa que podia ser facilmente dispensada.

A resposta de Jesus se baseia em duas premissas: o conteúdo da Escritura e a negação de hierarquias. Da Escritura, Ele mencionou duas porções do Pentateuco: (1) Deuteronômio 6:5, que ordena amar ao Senhor; e (2) Levítico 19:18, que manda amar ao próximo. Quanto à hierarquia subentendida dos mandamentos, Jesus aceitou a existência de dois mandamentos. Embora o primeiro fosse "grande" (Mt 22:38), o segundo não era menor. Era "semelhante" a ele (v. 39), "igual" *[komoios)* em importância e validade. A ordem não tinha a intenção de permitir qualquer exceção; ambos os mandamentos deviam ser guardados igualmente.

O princípio controlador por trás da lei moral - a primeira tábua contendo os quatro mandamentos relativos a Deus, e a segunda tábua contendo os seis restantes relativos ao semelhante — é o amor. Este amor requer de nós coração, espírito e mente: tudo de nós. Do amor de Deus emana a lei moral, e o reflexo de Seu amor na vida humana fornece o objetivo de toda a lei.

2. A Permanência dos Dez Mandamentos

O ensino mais direto de Cristo sobre a lei de Deus se encontra no Sermão da Montanha: "Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da Lei, até que tudo se cumpra" (Mt 5:17, 18).

Jesus não tinha a intenção de destruir nem abolir a lei. Embora a expressão "a Lei e os Profetas" aponte para a plena revelação de Deus no AT, o termo "lei" se refere à *Torah* ou ao Pentateuco, no coração do qual se encontra a lei dos dez mandamentos.

Em Mateus 5, Cristo se refere repetidas vezes à lei moral. Fala de "mandamentos" (v. 19) e de "justiça" (v. 20), e sobre o significado espiritual de mandamentos tais como "não matarás" (v. 21-26) e "não cometerás adultério" (v. 27-30). Eles constituem clara referência ao decálogo. Jesus nada fez para destruí-lo; ao contrária, o cumpriu. Cristo também incentivou Seus ouvintes a ensiná-lo e a guardá-lo (v. 19). Os verdadeiros destruidores da lei foram os escribas em suas interpretações tradicionais. Em Mateus 15:1-6, Jesus ilustrou isso com relação ao quinto mandamento do decálogo.

Jesus também reconheceu de maneira inequívoca a perpetuidade dos dez mandamentos: "Porque em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da lei, até que tudo se cumpra" (Mt 5:18). Depois declarou o que pedia de Seus seguidores: obediência à lei. Avista disto ("pois" [v. 19]), aquele que "violar [anular ou quebrar] um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos céus; aquele, porém, que os observar e ensinar, esse será considerado grande no reino dos céus" (v. 19).

A seguir Jesus passou a explicar o significado da lei que proíbe o homicídio e o adultério. O respeito pela letra da lei anularia o cumprimento das expectativas de Deus. A lei trata do comportamento externo bem como da motivação interna. Aqui Jesus estava dizendo claramente que a definição moral da lei não terminaria com Seus ensinos, mas continuaria em Seu reino e na vida eterna.

Um ponto semelhante aparece na conversa de Jesus com o jovem rico (Mt 19:16-26). Ao ser perguntado pelo jovem sobre o que devia fazer para alcançar a vida eterna, Jesus respondeu: "Guarda os mandamentos";

depois especificou quais: “Não matarás, não adulterarás, não furtarás, não dirás falso testemunho” — ou seja, o decálogo. Emprega-se aqui a palavra “mandamentos” (*entolê*), ao passo que em Mateus 5:18 e 19 se utiliza tanto “mandamentos” *{entolê)* como “lei” *(nomos).* Ambas se referem à mesma coisa: aos dez mandamentos.

A lei específica em questão foi claramente identificada na conversa. O jovem rico
469 ► guardava os dez mandamentos, mas de uma forma legalista — como um código moral e legal independente. Faltava-lhe a parte mais importante da lei: o Legislador. “Segue-Me”, disse Jesus (Mc 10:21). Mas o jovem rico não seguiu Jesus. Preferiu ficar com a lei, e, ao fazer assim, deixou-se permanecer no mesmo isolamento e incerteza. A salvação não vem do código; vem do Legislador, o Salvador. Israel sabia disso desde tempos antigos, mas havia esquecido. Por haver perdido o verdadeiro sentido dos dez mandamentos, esqueceu-se de que esses mandamentos eram uma revelação da vontade de Deus, que exigia um íntimo relacionamento com Ele.

Estribado na autoridade divina, Jesus ensinou que obedecer a Ele e segui-Lo não são coisas incompatíveis, Na realidade, as duas coisas se acham tão relacionadas que uma sem a outra torna-se apenas um pretexto para a vida cristã, A obediência legalista separa a pessoa de Cristo. A verdadeira obediência espiritual à lei não é nada mais que a atitude correta para o cristão que segue Jesus de verdade.

Jesus pedia obediência sincera à lei. Quando os fariseus trouxeram a Jesus a mulher pega em adultério, Ele não a condenou, mas ordenou: “Vai e não peques mais" (Jo 8:11). O incidente tinha que ver com a obediência à lei. Os escribas e os fariseus tentaram pôr Moisés e Cristo em oposição (v. 5). Lembraram a Jesus que, segundo Moisés, a mulher devia morrer. Jesus, escrevendo os pecados deles na terra, disse-lhes: “Aquele que dentre vós estiver sem pecado seja o primeiro que lhe atire pedra” (v. 7). Se a intenção de Jesus fosse abolir os dez mandamentos, essa teria sido a ocasião perfeita para declará-lo. Ao contrário, ao perdoá-la, ratificou a autoridade da lei. Recomendou: “Não peques mais" (v. 11). Essa sempre foi Sua mensagem quando perdoava um pecador. Os dez mandamentos da lei moral de Deus possuíam a mesma autoridade que Deus lhes concedeu no princípio, sendo a obediência a todos eles necessária.

3. O Mandamento do Sábado

Jesus não aboliu o sábado. Suas controvérsias com os líderes de Israel sobre o sábado mostram que Ele efetuou uma obra de reforma, rejeitando tradições judaicas sobre a maneira de observar o sábado, mas nunca o aboliu. Isso fica evidente nas controvérsias a respeito de trabalhar (Mt 12:1-8; Mc 2:23-28; Lc 6:1-5), curar (Mt 12:9-13; Lc 13:10-17; Jo 5:2-18; 9:1-34) e expulsar demônios (Mc 1:21-27; Lc 4:31-37) no sábado. Ao efetuar essa reforma, Jesus demonstrou que Ele, e não os fariseus, era o Senhor do sábado (Mt 12:8). Entendia que o sábado do sétimo dia era uma bênção para a família humana (Mc 2:27), exatamente como fora no princípio (Gn 2:1-3). Respeitou e observou o sábado assistindo a reuniões religiosas e ensinando na sinagoga nesse dia (Lc 4:16). Seus seguidores mais próximos continuaram a respeitar o sábado depois que Ele morreu. Prepararam “aromas e bálsamos"; depois, "no sábado, descansaram, segundo o mandamento” (Lc 23:56; ver Sábado).

D. A Lei em Paulo

A concepção paulina da lei se revela tanto na prática do apóstolo, particular mente em sua observância do sábado, como em seu ensino. Sua obediência pessoal da lei se manifesta no livro de Atos. O que ele ensina sobre a lei se nota em suas cartas às jovens igrejas

que havia fundado. Alguns de seus textos sobre a lei têm sido mal interpretados; merecem, por isso, especial atenção.

1. A Observância do Sábado por parte de Paulo

O livro de Atos cobre um período de 30 anos, que vai desde a ressurreição de Cristo até a prisão de Paulo, Apesar do que alguns têm afirmado a respeito da lei ter sido anulada na cruz, Paulo observava os dez mandamentos. Lucas menciona as diversas ocasiões em que Paulo adorou no dia de sábado.

Em Antioquia da Pisídia, por ocasião de sua primeira viagem missionária, o apóstolo e seus companheiros, "indo num sábado à sinagoga, assentaram-se" (At 13:14). Ele foi à sinagoga, não como pregador, mas como adorador, coisa bastante apropriada para um cristão daquela época. Paulo foi convidado
470 ► a falar e sua mensagem foi tão convincente que, "no sábado seguinte, afluiu quase toda a cidade para ouvir a palavra de Deus" (v. 44).

Em Filipos, por ocasião de sua segunda viagem missionária, Paulo saiu no sábado para um "lugar de oração", fora da cidade, à beira do rio (At 16:13). Novamente, mesmo na ausência de uma sinagoga, Paulo veio adorar, e não apenas dirigir-se a um auditório judaico. Ele era um observador do sábado. Lucas menciona que emTessalônica, Paulo frequentou a sinagoga por três sábados sucessivos (At 17:1, 2).

2. O Ensino de Paulo sobre a Lei

Paulo emprega a palavra "lei" com diferentes acepções. Refere-se às vezes à lei mosaica (G1 4:21); a todo o AT (iCo 14:21); aos dez mandamentos (Rm 2:17-23; 7:7; 13:8-10); ou a uma lei específica, como a que liga o marido à mulher (Rm 7:2). Também emprega a palavra "lei" *(nomos)* em um sentido figurado, como quando se refere à "lei do mal" (v. 21) ou à "lei do pecado" (v. 25; ver também Rm 8:2; G1 6:2), Embora Paulo não apresente uma definição exata cada vez que emprega o termo, geralmente se descobre o significado pelo contexto.

Paulo nunca se refere à "lei" no plural, A lei é sempre uma só vontade revelada de um só Deus. A lei, e mais especificamente o decálogo, representa o mandado divino. E a exata vontade de Deus. Essa característica da lei conduz Paulo a uma conclusão inequívoca: a lei não pode ser anulada. "Anulamos, pois, a lei pela fé? Não, de maneira nenhuma! Antes, confirmamos a lei" (Rm 3:31). Pelo "princípio da fé" (literalmente, lei da fé) o crente obedece à lei (v. 27).

Embora se afirme que a lei é justa e boa (Rm 7:12), ela não provê justificação nem salvação. Se a justificação é pela fé, não pode ser pela lei. A justificação — a restauração do relacionamento quebrado do pecador com Deus — leva a pessoa independente, rebelde e pecadora à intimidade pacífica com Deus. Ela só se alcança por meio de Jesus Cristo, o único meio de justificação. A recepção de Cristo vem pela fé, e pela fé somente (Rm 5:1-10).

Alguém que tente se tornar justo por meio de obras está vivendo "sob a lei" e não "sob a graça" (Rm 6:14). Para ser justo, é preciso estar em perfeita obediência à lei. Mas o pecador é imperfeito diante da lei e não pode alcançar a justificação pelas obras. Para evitar esse dilema, o pecador precisa aceitar Jesus Cristo pela fé. O fato de Paulo rejeitar a lei como meio de justificação não significa que rejeite a necessidade do pecador justificado, que agora vive em paz com Deus e anda segundo o Espírito, de obedecer à lei. Pois é por intermédio de Jesus Cristo que "a justa exigência da lei" pode se cumprir "em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito" (Rm S:4). Esse tipo de obediência só é possível ao pecador que está em Cristo e vive com Ele pelo Espírito, mediante a fé.

a. O propósito da lei. Em Romanos 7:5-12 Paulo discute o propósito da lei. A lei não torna ninguém pecador; é o pecado que

o faz. A lei traz o conhecimento do pecado e faz o pecador saber que está vivendo em pecado. A lei (*nomos*) põe "em realce" nossas "paixões pecaminosas" (v. 5). Contrariamente à constante minimização da importância e dos efeitos do pecado por parte do pecador, a lei faz o pecador enxergar a verdadeira gravidade do pecado. Paulo especifica aqui a lei sobre a qual está discorrendo: aquela que diz: "Não cobiçarás" (v. 7). Os dez mandamentos não são pecaminosos. Escrevendo três décadas depois da cruz, Paulo não encontra neles nada de errado. Foi por meio deles que o apóstolo soube o que era pecado. Sua finalidade é dar um conhecimento profundo do pecado e da experiência pecaminosa. O problema do pecado não reside na lei, mas no indivíduo. Se não houvesse lei, ainda assim o pecado existiría, mas o indivíduo não teria sentimento de culpa, A lei trouxe a culpa; o erro não está na lei, mas no pecador. O que cria o senso de culpa é o pecado; a lei somente o torna conhecido à mente do pecador. "Por conseguinte, a lei é santa; e o mandamento, santo, e justo, e bom" (v. 12).

Obviamente, Paulo está falando aqui da ► lei dos dez mandamentos. O pecador não é santo, nem justo, nem bom; e a lei mostra isso. A lei condena o pecado, mas Jesus liberta o pecador "da lei", por Sua morte, a fim de que este possa "servir" a Deus, obedecendo-Lhe a lei "em novidade de espírito" (v. 6).

Em Gálatas 3:19-29, Paulo trata novamente do propósito da lei. De Abraão em diante, a história de Israel se centralizou na aliança, na promessa de Deus. A resposta de Abraão foi essencialmente de fé. Posteriormente, Deus deu a Israel uma lei, um abrangente sistema de vida para ajudá-los a entender a natureza, a experiência e o alcance da fé (v. 15-18). A lei, esse sistema de vida, não se destinava a tomar o lugar da promessa nem destruí-la. Seu objetivo era produzir justiça ou vida. A vida só viria mediante a promessa, pela fé em Cristo.

O propósito do sistema judaico era servir de "aio", "tutor" ou pedagogo *{paidagõgos* [v, 24]). O *paidagõgos* não era o professor (i*diâaskalos*), mas o servo que levava o menino à escola, dando-lhe proteção, ajudando-o a transportar o material escolar e ensinando-lhe boas maneiras. A lei — todo o sistema judaico de vida - não era contra a promessa, nem a suplantou (v. 21). Que irônico seria para o pedagogo, servo da promessa, tornar-se o mestre da criança.

Quando Cristo veio, a vida prometida não era mais uma promessa, mas plena realidade (v. 27, 29). Portanto, o sistema de vida judaico não era mais necessário (v. 25). Não haveria mais um estilo de vida judeu e um gentio. Haveria só filhos e filhas, "descendentes" e "herdeiros" de Abraão, pela fé. Haveria somente um estilo de vida, não mais centralizado na "lei", mas na "promessa", o estilo de vida cristão, inteiramente cristocêntrico.

A "lei", dada a Abraão 430 anos depois da promessa, que servia de tutor para os judeus mas não mais para os cristãos, não era a lei moral propriamente dita, mas todo o sistema de vida judaico. Um cristianismo sem lei seria amoral ou imoral. Mas não é assim. O cristianismo é um estilo devida virtuoso, uma vida "revestida" de Cristo. O verbo *endnõ* (vestir-se ou revestir-se) significa assumir as características, virtudes, e/ou intenções do outro e se tornar semelhante à pessoa. Tornar-se semelhante a Cristo nunca produziría um modo de viver contrário à lei dos dez mandamentos, à qual Cristo coerentemente obedeceu.

b. Lei e liberdade em Gálatas. O tema predominante em Gálatas é a liberdade em Cristo. Cristo Se entregou na cruz para nos conceder liberdade (1:4). Daí a base da ética e do comportamento do cristão ser a liberdade (5:1), e o convite cristão a judeus e gentios é para a liberdade (5:13). Visto, porém, que a liberdade não é uma definição exaustiva de cristianismo, é preciso algum tipo de explicação.

A liberdade como estilo de vida cristã contrasta com o estilo de vida judaico tradicional - escravidão sob a lei (GI 3:13; 4:3, 5, 9), e o estilo de vida pagão — escravidão às paixões humanas (GI 1:4; 5:13, 24). Em Gálatas, Paulo emprega quatro palavras gregas para descrever a liberdade sob diferentes perspectivas. Cada uma contribui para a compreensão da liberdade e da lei.

(1) *Exalreõ.* Da perspectiva da vontade de Deus (1:3-5), liberdade significa *libertação,* resgate do poder do mal que domina "o presente século". Essa salvação requer a obra conjunta de Deus Pai e de nosso Senhor Jesus Cristo, "O qual Se entregou a Si mesmo pelos nossos pecados" (v. 4; cf. GI 2:20; Ef 5:2, 25; lTm 2:6; Tt 2:14) e que também foi entregue por Deus para nos salvar (Rm 4:25; 8:32; cf. Jo 3:16). Jesus Cristo afirmou que esse resgate constituía o próprio objetivo de Sua missão: Ele veio para "dar a Sua vida em resgate por muitos" (Mc 10:45; cf. Is 53:5, 6, 12).

A liberdade como salvação da humanidade, junto com a obra de Cristo para realizá-la, foi "segundo a vontade de nosso Deus" (GI 1:4). Isso concorda com o AT, segundo o qual tanto a salvação (também definida no Salmo 119 como liberdade) quanto a lei (To*rah)* procedem da vontade de Deus.

No tempo de Jesus, porém, a obediência à *Torah* não significava mais submissão
472 ► à vontade de Deus, já que ela havia sido re-elaborada pelos líderes judaicos até torná-la num opressivo código cultuai e moral, que servia de princípio controlador tanto para a nação como para o indivíduo. Como tal, ela não funcionava para a salvação, mas para a escravidão. Os judeus precisavam de se libertar desse conceito. Tal libertação não podia vir da lei, que eles haviam transformado em força escravizadora, mas de Cristo, pela fé, o princípio de ligação de relacionamento com o Salvador (GI 2:16-21).

(2) *Eleutheria.* Da perspectiva da obediência à verdade, a liberdade significa libertação (v. 4; GI 5:1-13; cf. Rm 8:21; lCo 10:29; 2Co 3:17). O conceito paulino começa com a seção biográfica de Gálatas. Ele informa que falsos irmãos o espionavam para ver se ele obedecia à lei no tocante à circuncisão. Visto que ele já havia alcançado a liberdade em Cristo, recusava-se a voltar para a "escravidão". Sua "submissão" não era à lei, mas à "verdade do evangelho" (GI 2:3-5,14; cf. 2Co 11:10; Cl 1:5).

Na confrontação em Antioquia, Paulo repreendeu Pedro por não "proceder corretamente segundo a verdade do evangelho" (GI 2:14). O texto grego diz que Pedro e seus companheiros não "andavam retamente" na verdade do evangelho. A conduta dele não era firme, sincera. Estavam agindo como hipócritas, que fingem uma coisa e fazem outra. Além de aceitar e conhecer a verdade, uma conduta apropriada se relaciona com a verdade do evangelho. Em 2 Coríntios 11:10, Paulo fala da "verdade de Cristo". Em Colossenses 1:5 e 6 ele usa uma expressão equivalente: "a palavra da verdade do evangelho". A verdade do evangelho é Cristo, Sua vontade, Sua palavra: uma vontade que traz liberdade, uma palavra que produz "fruto". O fruto, nesse contexto, refere-se à conduta e missão cristãs. O evangelho requer submissão a Cristo. Tal submissão torna Cristo o poder decisivo na vida do cristão. Para os judeus, esse poder jazia na lei; para os pagãos, em suas paixões; para os cristãos, acha-se no próprio Jesus Cristo. Leis e paixões produzem escravidão; Cristo dá liberdade.

A liberdade cristã não é libertinagem. Ao contrário, constitui um estilo de vida mais estável, mais comprometido e mais justo. A razão é que o cristão não toma decisões morais como um escravo de paixões ou regras, mas como uma pessoa livre em Cristo. Pelo fato de a vontade do cristão estar unida com a vontade de Cristo (GI 2:20) e ser fortalecida pelo Espírito Santo, o cristão pode decidir e agir em harmonia com o fruto do Espírito (GI 5:22, 23). Todas as ações externas do cristão

são resultado de um novo relacionamento com Cristo em liberdade.

E por isso que a liberdade *é* extremamente importante, e o cristão deve "permanecer firme" nela (v. 1), Esse conceito reaparece na seção ética da epístola, onde Paulo discorre sobre a liberdade no contexto da obediência à verdade (v. 1-15). Ele explica que todo aquele que se submete novamente à escravidão - os judeus à Torah, os gentios às paixões - se desligou de Cristo (v, 4), Pois em Cristo a única coisa que tem valor é a "fé que atua pelo amor" (v, 6), o que equivale a "obedecer à verdade" (v. 7). Pela fé o cristão é livre para amar.

Um perigo, contudo, ameaça essa liberdade: a carne (GI 5:13). Quando Deus deu a lei a Israel, desejava mantê-lo unido a Si, sob a Sua vontade. Mas havia o perigo do legalismo, que consistia em fazer da letra da lei, e não de Deus, o poder moral decisivo na vida. Quando Cristo veio para libertar todos os seres humanos, surgiu o perigo oposto da libertinagem, que consiste em usar da liberdade para dar ocasião à carne (v. 13). Esse perigo existe porque o mal sempre tenta usar todos os meios possíveis para subjugar a humanidade sob o seu poder. Felízmente, o mal é limitado; ele não pode usar o Pai, o Filho ou o Espírito Santo para sujeitar a humanidade à escravidão dos poderes malignos. E por isso que, mesmo eliminando a *Torah* e as paixões como poderes dominantes na vida dos cristãos, Paulo não podería nem desejaria eliminar o poder de Cristo. Existe aí uma vida cristã moral, uma vida governada pelo amor em liberdade pela fé. Esse é o amor de Deus que convida à liberdade (v. 13), o amor de Cristo que concede liberdade (v. 1) e o amor do Espírito Santo que produz o fruto (v. 22, 23) da obediência à verdade. O cristão obedece à verdade (v. 7), anda no Espírito (v. 25) e cumpre a lei de Cristo (v. 14).

(3) *Exagorazõ*, Em Gãlatas 3:13 e 4:5, essa palavra apresenta a liberdade da perspectiva da obra de Cristo e aponta para a redenção. Com essa palavra, a liberdade é definida em termos mais precisos para incluir tanto a situação da qual o cristão é libertado, a maldição da lei, como a nova situação alcançada por essa liberdade, a saber, a adoção na família de Deus.

Estar livre da lei significa estar redimido de sua "maldição" (G1 3:13). Paulo diz que os que são das obras da lei estão "debaixo de maldição" (v. 10). Esse é o único lugar em que Paulo utiliza essa expressão. Por ela, dá a entender que a redenção é libertação de estar "sujeitos" aos "rudimentos do mundo" (G1 4:1-9, 21-25; 5:1; cf. 2:4, 5). Os judeus, por outro lado, estavam sob a "maldição" da lei. Essa maldição não podia ser a lei propriamente dita nem a desobediência a ela, uma vez que o próprio Cristo Se fez "maldição em nosso lugar" (G1 3:13). Ou seja, Ele tomou sobre Si o juízo divino pelo pecado, para que o crente pudesse receber a bênção de Abraão e a promessa do Espírito (v. 14).

Paulo cita quatro passagens do AT para mostrar o que é a maldição da lei (Dt 27:26; Hc 2:4; Lv 1S:5; Dt 21:23). Ele não fala de uma separação radical entre fé e lei, mas de uma separação radical entre maldição e justificação. A maldição é a consequência decorrente para aquele "que não confirmar as palavras desta lei, não as cumprindo" (Dt 27:26). Para um criminoso, a maldição era a morte por enforcamento (Dt 21:22, 23). A maldição não era a lei propriamente dita, nem mesmo a desobediência, mas o resultado da desobediência: a morte. A lei destinava-se a proteger a vida; aquele que a observasse viveria (Lv 18:1-5). Mas a humanidade desobedeceu à lei, e a desobediência trouxe morte. Sob tais condições, só havia uma maneira de obter vida: pela fé (Hc 2:4). A humanidade, porém, não consegue viver uma vida de fé, porque está sob a maldição da lei. Precisa ser primeiro libertada pelo ato de Cristo de tornar-Se maldição por nós.

Cristo não era criminoso, mas foi tratado como tal para que não fôssemos tratados dessa maneira. Por Sua morte, Cristo não removeu a lei nem a obediência à lei; o que Ele removeu foi a maldição. Cristo libertou os que estavam sob maldição, levando sobre Si a maldição da lei. Morreu no lugar dos amaldiçoados.

Aquele que foi liberto da maldição da lei não é mais escravo, mas filho de Deus. A nova relação de adoção, resultante da liberdade, é estabelecida com o próprio Deus. Por meio dela, o filho do Legislador se deleita em obedecer à vontade divina, conforme expressa nos mandamentos. Isso transmite aos crentes tudo quanto pertence a Deus. Eles se tornam "herdeiros" de Deus (G1 4:5-7), não escravos "debaixo da lei", mas senhor (*kyríos*) "de tudo" (v. 1) e filhos e filhas sob o Espírito (v. 6). Com imensa gratidão, se regozijam em sua nova condição e, pela habitação de Gristo, observam os mandamentos de Deus.

(4) *Stauroõ.* Gaiatas 5:24 e 6:14 definem liberdade por meio da palavra "crucificar". Encontramos aqui o significado de liberdade e lei no contexto do estilo de vida cristão - a vida de uma nova criatura. Aqueles que pertencem a Cristo "crucificaram" a carne (G1 5:24) e o mundo está "crucificado" para eles (G1 6:14). O termo crucificação representa uma ética de liberdade que preserva a vontade. Uma morte voluntária para a carne, inclusive para paixões e desejos, é um compromisso voluntário. Esse texto está intimamente relacionado com Gaiatas 2:19 e 20, onde a crucificação espiritual pessoal é uma experiência resultante da união com Cristo. Nessa união, a morte não significa destruição da vontade, mas começo de uma nova vida. Essa é a forma de vida determinada pelo Filho de Deus e vivida voluntariamente pela fé. A lei é definida nesse contexto como viver e andar no Espírito (GI 5:25). Citando o AT, Paulo define a lei como amor (v. 14). Explica, a seguir, o que isso significa: andar no Espírito (v. 16). E andar no Espírito significa libertação da lei (v. 18) e libertação das paixões (v. 24). Isso é uma rejeição tanto do sistema ético judaico quanto do pagão. O Iegalismo e a libertinagem se opõem a Deus, porque ocupam Seu lugar como o poder que toma as decisões mediante a vontade. Deus deu a lei não como um conjunto de regras para guardar, mas como uma revelação de Sua vontade. Concedeu liberdade não para a libertinagem, mas para promover a operação do livre-arbítrio humano. Paulo não elimina a vontade de Deus nem o exercício da vontade humana. Ele deixa claro que a única maneira dessas duas vontades se harmonizarem é mediante a vida no Espírito. Esse tipo de vida requer que andemos no Espírito e sejamos por Ele dirigidos *(stoicheâ* [G1 5:25]). A ênfase está no Espírito. E Ele quem conduz a vontade. É por isso que Paulo afirma que estar crucificado para o mundo e ter o mundo crucificado para si ou andar no Espírito é a "regra" do cristianismo (G1 6:16). O padrão da nova criação (v. 15) — a lei do amor (5:14), a lei de Cristo (6:2), a verdade (5:7) — apresenta um claro imperativo ético.

A lei do AT e a lei de Cristo se acham interligadas pela palavra "cumprido". Os dez mandamentos devem ser cumpridos sob o propósito moral do amor (v. 14; 6:2). O texto usado para definir a lei como amor é Levítico 19:18, que fala do amor ao próximo. Por conseguinte, essa lei só pode apontar para os dez mandamentos. E mais do que isso, Paulo fala de cumprir toda a lei, e não somente uma parte (GI 5:14).

A referência à lei, em Gálatas 5:3, difere da referência em 5:14. O foco é diferente: o primeiro versículo focaliza as leis cultuais; enquanto o segundo, a lei moral. Há em ambos os textos uma referência a toda a lei, mas com palavras diferentes. "Toda a lei", no verso 3 *(holon ton nomon),* refere-se à totalidade dos regulamentos da *Torah,* mesmo os menos significantes. Paulo diz

que todo aquele que ratificava a circuncisão, também estava obrigado a guardar toda a *Torah,* inclusive as leis cultuais. No verso 14, o grego diz *pas nomos,* que sugere a totalidade mais em termos de qualidade do que de quantidade, dirigindo a atenção para a verdadeira qualidade dos princípios morais.

Outra diferença notável entre essas duas referências à lei diz respeito ao que se deve fazer com a lei. O termo usado com relação à lei cultuai é "guardar" *(poiso),* que enfoca a obra do homem. Já o termo usado com relação à lei moral e à "lei de Cristo" (G1 6:2) é "cumprir" (*plêroõ*), que enfoca a obra do Espírito Santo. O contexto dá testemunho a favor da distinção pau li na. Guardar a lei é esforço da iniciativa e da ação humana; cumprir a lei é iniciativa e obra do Espírito. O que Paulo está dizendo realmente é que os dez mandamentos só podem ser cumpridos plenamente mediante a operação do Espírito Santo. A obediência é fruto do Espírito.

Em Gálatas, Paulo nos remete ao começo, antes da proclamação da *Torah.* Ele mostra que o importante na vida moral cristã é conhecer e fazer a vontade de Deus pelo Espírito. Essa é a verdade em termos morais. Aqui está a lei de Cristo. A única diferença entre a lei moral da *Torah* e a lei de Cristo está no modo como os judeus a guardavam, de forma legalista, e o modo como os cristãos foram ensinados a cumpri-la, sem legalismo, apenas pela fé mediante a obra do Espírito Santo, como uma grata submissão à vontade do próprio Deus.

c. Passagens problemáticas. Embora Paulo defenda claramente a lei, em especial os dez mandamentos, algumas de suas declarações parecem apoiar a ideia de que a lei perdeu a validade depois da crucificação. Três dessas passagens merecem estudo cuidadoso.

(1) Romanos 10:4. Paulo afirma aqui: "Porque o fim da lei é Cristo, para justiça de todo aquele que crê.” A expressão "o fim da lei” pode ser entendida como "o término da lei", sugerindo que a lei não estaria mais em vigor. Duas questões, porém, devem ser consideradas: o contexto da expressão e a palavra grega para "fim”.

Nessa passagem, Paulo está descrevendo seus compatriotas judeus, que haviam, em grande medida, falhado em alcançar a salvação. Eles seguiram a lei de Moisés, mas não pela fé, por isso não conseguiram alcançar a justiça. Na verdade, eles tropeçaram "na pedra de tropeço”. Buscando tornarem-se jus- -«Si tos pela lei, não conseguiram ver Cristo como Aquele para quem a lei de Moisés, com suas cerimônias e seus sacrifícios, apontava (Rm 9:30-10:4).

A palavra *telos* possui uma rica gama de significados: de término a cumprimento, de obrigação a alvo ou objetivo. No NT, a acepção básica designa "cumprimento”. Apesar disso, *telos* também pode ser traduzida como objetivo ou alvo, questão ou resultado, fim ou conclusão. E preciso lembrar que propósito e resultado, objetivo e alvo são apenas os dois lados da mesma moeda. Em 1 Timóteo 1:5, *telos é* usada na frase “o intuito da presente admoestação visa ao amor". Ou seja, o amor é o resultado almejado com a pregação. Percebe-se, portanto, que o "fim” *(telos),* em Romanos 10:4, se refere a Cristo como o objetivo em direção do qual apontava todo o ritual ou lei judaica. Cristo foi o cumprimento das figuras e símbolos do AT, a culminação da *Torah,* e não Aquele que aboliría a lei e poria um fim ã validade das exigências de Deus para os seres humanos,

(2) Efésios 2:14 e 15. Numa descrição apaixonada sobre a forma como Cristo desfez as barreiras que impediam os pagãos de ser povo de Deus, Paulo afirma que Cristo desfez “a parede da separação que estava no meio, a inimizade; aboliu, na Sua carne, a lei dos mandamentos na forma de ordenanças, para que dos dois criasse, em si mesmo, um novo homem, fazendo a paz”, Não mais

deveríam os pagãos permanecer "alienados" e sem promessas ou esperança (v. 12). Por Sua morte, Cristo fez de judeus e gentios uma só igreja cristã. Para conseguir isso, aboliu "a lei dos mandamentos na forma de ordenanças" (gr. "a lei dos mandamentos que consistiam em decretos" [v. 15]).

Em Atos, lemos das dificuldades para judeus e gentios em se tornar um só povo. Somente sob a ordem de uma visão de Deus é que Pedro se dispôs a levar o evangelho ao gentio Cornélio (At 10:9-20), A questão mais debatida pelo Concilio de Jerusalém foi se os gentios não deviam se converter ao judaísmo antes de ser aceitos na comunidade cristã (At 15:1-29). Alguns crentes chegaram ao ponto de exigir: "E necessário circuncidá-los e determinar-lhes que observem a lei de Moisés" (v. 5). Depois de muita discussão, os líderes da igreja, sob a direção do Espírito Santo, concordaram em que a circuncisão não era necessária. Aos cristãos gentios cabia apenas se abster de comida sacrificada aos ídolos, do sangue e do sexo ilícito (v. 29), Por não exigirem dos gentios que seguissem as cerimônias judaicas, os líderes estavam, de fato, abrindo a porta para os gentios. Não teriam estendido sua comunhão aos que não praticavam os ritos cultuais, se Cristo não tivesse apresentado um caminho novo e melhor, anulando assim a necessidade de rituais e cerimônias tais como a circuncisão, os banhos rituais e os sacrifícios.

(3) Colossenses 2:13 e 14. No capítulo 2 de Colossenses, Paulo descreve a maravilha da salvação que Cristo lhes tornou possível. Tendo sido sepultados, juntamente.com Ele, no batismo, foram igualmente circuncidados em Cristo (v. 11, 12). Estavam "mortos" em suas "transgressões" e na "incircuncisão", mas Deus os vivificou, perdoou-lhes os delitos e cancelou "o escrito de dívida, que era contra nós e que constava de ordenanças". Fez isso figur ativam ente, "encravando-o na cruz" (v. 13, 14). Por causa dos triunfos de Cristo sobre os poderes do mal, os colossenses estavam agora livres para desfrutar as bênçãos da salvação (v. 15).

A palavra-chave nessa passagem é "escrito de dívida" ou "certificado de dívida" (NASB), traduzida do grego *cheirogra-phon*, que aparece somente aqui no NT. Sabemos através da literatura não bíblica que *cheirographon* era um documento que alguém escrevia de próprio punho se comprometendo a pagar uma dívida — daí a expressão nota de débito ou nota promissória. Portanto, o que Jesus figurativamente cravou na cruz foi a condenação na qual incorreram os seres humanos por meio do pecado.

E dito ainda que essa dívida ou condenação apresenta ação judicial contra nós. Não só nos era hostil; esta nota de débito se compunha de "ordenanças que eram contra nós" (NASB). Curiosamente, essa frase que descreve a nota promissória inclui uma de somente duas ocorrências paulinas da mesma palavra grega *dogma*, "opinião" ou "decreto"; a outra aparece em Efésios 2:15. Percebe-se claramente em ambos os textos um sistema de regulamentos. Em Efésios, os regulamentos têm que ver com o ritual que separava judeus de gentios, especialmente a circuncisão. O contexto de Colossenses 2:14 mostra regulamentos que têm que ver com celebrações e alimentos cerimoniais (v. 16; ver Sábado). Em ambos os casos, *dogma* tem que ver com a lei cerimonial judaica. Com a morte de Cristo, o sistema cerimonial que apontava futuramente para o Messias como a culminância de todo o sistema legal chegou ao fim. Não era mais necessário. Não se trata, portanto, da lei moral, incluindo os dez mandamentos, que são uma representação do eterno caráter de Deus. Pode-se concluir seguramente que nesses textos nada se diz nem mesmo se sugere sobre a perda da vigência da lei moral.

+476

JE. A *Lei nos Escritos de João*

João, que foi o último apóstolo de Jesus Cristo a morrer, foi também o último escritor do NT. Ele escreveu seu evangelho, as epístolas e o Apocalipse provavelmente na última década do primeiro século. Sua produção literária acontece, portanto, cerca de 30 anos depois dos evangelhos sinóticos. Apesar disso, o evangelho de João não difere em nada dos outros evangelhos com respeito à maneira como apresenta os ensinos de Jesus sobre a lei.

1. A Lei no Evangelho de João

Já fizemos referência ao evangelho de João na seção que trata dos ensinos de Cristo a respeito da lei (II. G). Nesta seção, nosso objetivo é examinar um pouco mais da concepção de lei adotada pelo próprio apóstolo. A forma como João transmite a vida e os ensinos de Jesus talvez lancem luz sobre a maneira como ele próprio concebia os dez mandamentos, Ele poderia também, se fosse o caso, apontar mudanças na atitude e na compreensão dos cristãos para com a lei.

João emprega a palavra "lei" mais do que Mateus. Ela aparece 14 vezes em João e apenas oito vezes em Mateus. Apesar disso, a questão da lei é menos central em João do que em Mateus. O autor do quarto evangelho emprega a palavra "lei" (*nomos*) para se referir ao Pentateuco (Jo 1:45), a todo o Antigo Testamento (10:34), à lei de Moisés (7:23), a uma ordenança legal (18:31) e aos dez mandamentos (1:17; 7:19). Em contrapartida, entre os capítulos 10 e 15, João utiliza a palavra *entolê,* "mandamento" 10 vezes. Entre esses mandamentos está o "novo mandamento" (Jo 13:34) e duas referências recomendando guardar os mandamentos de Cristo, no plural (Jo 14:15; 15:10). Essa seção do evangelho se assemelha, até certo ponto, com o uso de *entole* nas epístolas joaninas.

Os escritos de João não causam nenhuma controvérsia na comunidade cristã a respeito da lei, como as que aparecem nos escritos paulinos. A validade da lei não é contestada. Dentro desse pano de fundo, era previsível que as referências joaninas à lei não fossem tão controversas nem tão diretas quanto os ditos registrados em Mateus, como os do Sermão da Montanha, sobre a perpetuidade da lei (Mt 5:18). João não precisa dizer à comunidade cristã que seus membros estão sob a obrigação de cumprir a lei, já que isso se dava como certo.

João registra em seu evangelho dois incidentes importantes nos quais os líderes judaicos acusaram Jesus de violar o sábado. O primeiro foi a cura do paralítico em Betesda (Jo 5:1-16); o segundo, a cura do cego no tanque de Siloé (Jo 9:1-41).

No primeiro incidente, João apresenta Jesus dando uma resposta formal às acusações: "Mas Ele lhes disse (*apekrinato*, respondeu): Meu Pai trabalha até agora, e Eu trabalho também" (Jo 5:17). A forma do verbo sugere uma defesa pública ou formal. Jesus Se defendeu, negando a acusação de que havia transgredido o quarto mandamento. Ele estava apenas fazendo o "trabalho" do Pai naquele dia de sábado, um trabalho de criação e salvação. O verbo empregado por João para designar o trabalho do Pai e do Filho é *ergazomai*, usado pelo apóstolo para se referir à obra salvadora de Cristo (v. 17; 6:32, 35; 9:4) e, noutro lugar, às obras humanas "feitas em Deus" (Jo 3:21; cf. 6:28), ou quando fala em trabalhar pela comida que produz vida eterna (6:27). O trabalho de Deus não era o que faz um chefe de família para ganhar o sustento, mas um trabalho missionário.
O Pai e o Filho "trabalham" para que ninguém se perca (v. 38, 39). Eles também trabalham pela salvação do mundo (Jo 4:34; 9:4; 12:49, 50). Visto que atividades missionárias não eram proibidas no sábado, Jesus estava em plena harmonia com o quarto mandamento da lei moral. <477

Em João 9, Jesus é condenado por curar um cego no tanque de Siloé em um dia de sábado. Seus inimigos disseram: "Esse homem não é de Deus, porque não guarda o sábado" (v. 16). Eles também afirmaram: “Esse homem é pecador” (v. 24). Para mostrar que tinham o poder de julgar Jesus, excomungaram o homem curado (v. 34). Mas Jesus não podia aceitar que o poder de julgar estivesse nas mãos de Seus inimigos. Ele anunciou: “Eu vim a este mundo para juízo, a fim de que os que não veem vejam, e os que veem se tornem cegos” (v. 39). Jesus era o único juiz porque, vivendo em obediência à lei, não era pecador e o Pai Lhe havia confiado todo julgamento (Jo 5:22, 30). A condenação do juízo virá "no último dia" sobre aqueles que não creram nem receberam a palavra de Cristo, que é o mandamento de Deus (Jo 12:48).

Em ambos os casos, Jesus não aceitou a acusação de quebrar a lei do sábado. As curas que realizou, tanto a do paralítico quanto a do cego, eram apenas parte de Sua atividade divina. Ele tinha o direito de salvar e julgar os seres humanos,

2. A Lei nas Epístolas de João

A palavra singular *nomos*, "lei”, tão frequentemente utilizada no restante do NT, jamais é empregada nas epístolas joaninas. No lugar dela, o apóstolo emprega a palavra *entolê*, "ordem” ou "mandamento". Das 18 vezes que emprega a palavra *entole*, dez estão no singular e oito no plural. O mandamento de Deus está estreitamente relacionado com a crença em Cristo e em Sua missão, Seu amor e Seu poder de conceder vida eterna: “Ora, o Seu mandamento é este: que creiamos em o nome de Seu Filho, Jesus Cristo, e nos amemos uns aos outros, segundo o mandamento que nos ordenou” (ljo 3:23).

Voltando a falar do “novo mandamento” de João 13:34, o idoso apóstolo apresenta o conteúdo desse mandamento especial: amor (1Jo 2:7, 8). O novo mandamento, que era novo apenas no sentido da renovação e realidade de seu cumprimento, ordena que os cristãos amem uns aos outros e a Deus (ljo 4:21; 2Jo 5). Até mesmo a referência a amar no novo mandamento não é nova, uma vez que estavam incluídas nas instruções dadas por Deus por intermédio de Moisés (Lv 19:18). Essa é a razão de João afirmar que esse não é "mandamento novo, senão mandamento antigo, o qual, desde o princípio, tivestes". Trata-se, porém, de mandamento novo no sentido de que opera agora para transformar os crentes à semelhança de Cristo (ljo 2:7, 8).

Embora o mandamento de Deus seja um só, é também plural, os dez mandamentos de Sua lei moral. A ênfase de João recai sobre a guarda da lei. A palavra usada cinco vezes por João é *têreõ*, que significa observar, praticar ou guardar estritamente. Ela expressa a ideia de conformar o propósito interior dos desejos e atos humanos à vontade de Deus, conforme transcrita nos mandamentos. Nesse sentido, João também descreve os mandamentos de Deus como um estilo de vida, o estilo de vida de Jesus. João exorta a “senhora eleita" a andar de acordo com as leis de Deus, conforme Jesus a instruiu (2Jo 6). Percebe-se ainda que guardar os mandamentos é evidência de que os cristãos conhecem a Deus (ljo 2:3, 4) e O amam (Jo 14:15).

O mandamento do amor não se refere somente a um tipo de sentimento confortável. Ele requer a prática efetiva dos dez mandamentos com sua exigência de amor a Deus e aos semelhantes humanos. A referência aos absolutos dos mandamentos de Deus, com suas proposições éticas que definem um estilo de vida específico, inclui também a “doutrina de Cristo" (2Jo 9), que não é a doutrina sobre Cristo, mas a doutrina dada por Cristo. João conclui: “Todo aquele que ultrapassa a doutrina de Cristo e nela não permanece não tem Deus; o que permanece na doutrina, esse tem tanto o Pai como o Filho” (2jo 9). *

478

3. A Lei no Livro do Apocalipse

João utiliza no livro do Apocalipse o vocábulo *entols* da mesma forma que o faz em João 10-15 e em suas epístolas. Enfatiza também a íntima relação entre lei e fé — os mandamentos estão sempre juntos com Jesus Cristo — e o imperativo de guardar os mandamentos.

O livro de Apocalipse não só dá testemunho de que os cristãos aceitavam os mandamentos de Deus no fim do primeiro século, mas também mostra sua validade para a igreja cristã até o fim do tempo. Os dez mandamentos são, portanto, válidos para toda a história da igreja cristã até a segunda vinda de Cristo.

Quando João descreve o remanescente, os cristãos fiéis do tempo do fim, chama a atenção especificamente para o fato de eles guardarem os mandamentos de Deus, no plural. “Irou-se o dragão contra a mulher e foi pelejar com os restantes da sua descendência, os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus; e se pôs em pé sobre a areia do mar" (Ap 12:17). O dragão é Satanás (v. 9) e a mulher representa o povo de Deus (cf. Is 54:5, 6; Jr 6:2).

Satanás tem estado em guerra contra a igreja desde o princípio e continuará lutando contra ela até o fim. Mas o remanescente não cederá às tentações de Satanás. Os cristãos fiéis guardarão os mandamentos de Deus até o fim do tempo. Eles farão isso pela fé em Jesus. João descreve o remanescente como "os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus” (Ap 14:12). O contexto faz referência a adorar “Aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas” (v. 7). Essa passagem pode se referir ao quarto mandamento, visto ser este o único lugar na lei onde se exige a adoração do Criador (ver Santuário; Remanescente/Três Anjos).

A perpetuidade dos dez mandamentos é inquestionável na Bíblia. A lei de Deus abarca todo o âmbito da história, desde Adão e Eva até a restauração do planeta. Somente os que vencerem com Cristo entrarão na nova Terra, onde não haverá lugar para transgressores. "O vencedor herdará estas coisas, e Eu lhe serei Deus, e ele Me será filho. Quanto, porém, aos covardes, aos incrédulos, aos abomináveis, aos assassinos, aos impuros, aos feiticeiros, aos idólatras e a todos os mentirosos, a parte que lhes cabe será no lago que arde com fogo e enxofre, a saber, a segunda morte” (Ap 21:7, 8).

A lei sempre foi importante elemento no governo de Deus no Universo. A validade dela é claramente confirmada, e a sua autoridade nunca será questionada por aqueles que seguem a Deus. Os inimigos de Deus se opuseram à Sua lei no passado e continuarão agindo assim até a vinda do Senhor. Então, serão destruídos e o conflito entre bem e mal se encerrará, mas Deus continuará para sempre usando Sua lei para definir Seus absolutos de uma vida moral.

III. Lei e Salvação

São muitas as formas pelas quais a lei de Deus se relaciona com a salvação. Uma dessas inter-relações mais importantes é a da lei com a aliança, A lei e a graça também são muitas vezes postas em oposição, apesar de ambas serem essenciais para a salvação. Por fim, no coração da salvação está a cruz, da qual a lei não pode ser dissociada.

A. *Lei e Aliança*

A primeira referência bíblica à *Torah* vem de uma revelação da vontade de Deus a Isaque em Gerar (Gn 26:5), quando Deus disse ao patriarca para ficar na terra que o Senhor havia dado de presente a Abraão eseus descendentes (Gn 12:1-3). Esse presente incluía a posse da terra, a multiplicação dos descen-

dentes e a bênção para ele e para todas as nações da Terra (Gn 26:1-4). Essas promessas faziam parte da aliança celebrada entre Deus e Abraão e todas as gerações dos seus descendentes (Gn 15:18; 17:7). Por sua parte, Abraão obedeceu a Deus: 479 ► guardou Seu mandado, Seus mandamentos, Seus estatutos e Suas leis.

Guardar a lei, nesse contexto, significava aderir a Yahweh, à Sua pessoa, às Suas instruções e à Sua vontade. Para Abraão, a aliança e a lei de Deus eram uma só e estavam em harmonia (Gn 12:1-3). Abraão não guardava as revelações e as instruções divinas de maneira acidental ou esporádica, mas de forma voluntária e constante, A promessa de Deus feita a Isaque foi confirmada a Jacó por decreto e a Israel, por aliança perpétua (lCr 16:17; cf. 14-18). E quando veio o Messias prometido, a aliança e a lei ficaram vinculadas a Cristo por toda a eternidade (GI 3:17).

A importância da lei, bem como sua validade, baseiam-se na vontade de Deus. A aliança exigia obediência a Deus, já que a lei era a expressão de Sua vontade e a base da aliança. Assim, quando o povo se esqueceu do único Deus, que expressou Sua vontade na lei, e passou a obedecer à lei como um conjunto de princípios formais de conduta ou ordenanças cultuais, Deus enviou Seu profeta para dizer: Eles “transgrediram a Minha aliança e se rebelaram contra a Minha lei” (Os 8:1). Obediência sem respeito a Deus é rebelião. A única solução possível para essa condição era estabelecer uma nova aliança. Disse Deus: "Firmarei nova aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá” (Jr 31:31). Mais uma vez a vontade de Deus foi claramente expressa na aliança e na lei: "Na mente, lhes imprimirei as Minhas leis, também no coração lhas inscreverei” (v. 33).

A lei e a aliança revelavam a vontade de Deus ao povo da aliança — Seu povo. Revelava uma unidade espiritual que ultrapassava em muito as formalidades do culto ou a correção do comportamento. Revelava a única maneira pela qual Ele podia ser o Deus deles e eles podiam ser o Seu povo (v. 33).

Para entender a relação entre o sistema legal e a aliança de Israel é preciso reconhecer que a palavra “aliança” é empregada na Bíblia para descrever uma relação salvadora específica entre Deus e Israel. A aliança foi iniciada por Deus, livremente aceita por Israel e ratificada por um sacrifício. O relacionamento pactuai incluía as promessas de Deus e as obrigações de Israel, definidas pela lei moral, que determinava um estilo de vida dentro da aliança. As leis civis instituíam a identidade da nação; a lei cerimonial ajudava a nação a cumprir a lei moral e a entender o plano da salvação; e as leis de saúde tornavam possível uma vida longa e saudável dentro da comunidade da aliança.

A Bíblia menciona duas alianças: a antiga e a nova. Embora ambas expressem a vontade amorosa de Deus, destacam-se certas diferenças. Ambas se relacionam com a lei de Deus.

1. A Antiga Aliança

A antiga aliança é mencionada pela primeira vez em Êxodo 19, onde Deus fala a Moisés sobre o que Ele já havia realizado em favor dos israelitas. Libertou-os do Egito e fez deles Seu povo (v. 4). Em consequência dos atos poderosos que realizou em favor de Israel, Deus esperava que o povo (1) obedecesse aos Seus mandamentos e (2) guardasse Sua aliança (v. 5). Se Israel assim procedesse, Deus faria Sua parte: “Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a Minha voz e guardardes a Minha aliança, então, sereis a Minha propriedade peculiar dentre todos os povos; porque toda a terra é minha; vós Me sereis reino de sacerdotes e nação santa” (v. 5, 6). Todo o povo aceitou os termos da aliança: "Tudo o que o Senhor falou faremos” (v. 8). Uma aliança foi então estabelecida, e Deus

lhes deu os dez mandamentos (Êx 20) para mostrar exatamente como o povo da aliança deveria viver.

A salvação/libertação e o estilo de vida da aliança se uniam como expressão da vontade de Deus por Seu povo. Ele deixou isso claro mediante Seus poderosos atos históricos em libertar os israelitas do Egito e lhes outorgar os dez mandamentos no Sinai. No preâmbulo do decálogo, Ele declarou: "Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão" (v. 2).

480 ► A salvação e a lei têm uma relação apropriada, na qual não se acha nenhum vestígio de legalismo. Viver o estilo de vida da aliança ou obedecer aos mandamentos de Deus é consequência de Sua salvação livre e incondicional. Israel não devia viver Como os egípcios ou os cananeus. Cumpria-lhes viver conforme as instruções de Deus, e para Sua glória: "Não fareis segundo as obras da terra do Egito, em que habitastes, nem fareis segundo as obras da terra de Ganaã, para a qual eu vos levo, nem andareis nos seus estatutos. Fareis segundo os Meus juízos e os Meus estatutos guardareis, para andardes neles. Eu sou o Senhor, vosso Deus" (Lv 18:3, 4).

De acordo com a epístola aos Hebreus, a antiga aliança tinha defeitos (Hb 8:7) e estava "prestes a desaparecer" (v. 13). Mas aquela aliança não era defeituosa em si mesma, nem era Deus o responsável por esse defeito. Foi estabelecida por iniciativa divina, baseada no que Deus já havia feito por Israel. O povo havia aceito os termos da aliança e seu estilo de vida, e o sacrifício de ratificação fora adequadamente efetuado (Êx 24:1-8). A falta da antiga aliança estava na atitude de Israel para com ela, a forma como tentavam guardá-la — num espírito de legalismo. Paulo explica: "Que diremos, pois? Que os gentios, que não buscavam a justificação, vieram a alcançá-la, todavia, a que decorre da fé; e Israel, que buscava a lei de justiça, não chegou a atingir essa lei. Por quê? Porque não decorreu da fé, e sim como que das obras. Tropeçaram na pedra de tropeço" (Rm 9:30-32). A justiça pela fé é a base dos ensinos de Moisés sobre a lei e o fundamento de todo o AT (ver Dt 30:11-14), bem como é a base dos ensinos de Paulo no NT. Explicando a justiça pela fé em Romanos 9 e 10, Paulo cita o que Moisés escreveu em Deuteronômio 30:11-14. Tanto Paulo quanto Moisés falam da mesma verdade: a justiça, a salvação, a vida e até a obediência são possíveis somente pela fé.

Israel, contudo, não obedeceu à lei dentro da relação pactuai com Deus. A nação se esqueceu do Legislador, mesmo enquanto guardava a lei. Guardar a lei apenas para cumprir as obras da lei é puro legalismo. Não era essa a intenção de Deus para Israel quando estabeleceu a aliança com esse povo e lhe deu os dez mandamentos no Sinai.

A lei e a aliança constituíam uma só peça da vontade divina. Deus era o centro tanto da aliança quanto da lei. Foi por isso que Moisés disse a Israel: Deus "vos anunciou [...] a Sua aliança, que vos prescreveu, os dez mandamentos, e os escreveu em duas tábuas de pedra" (Dt 4:13). Mas Israel quebrou a antiga aliança.

2. A Nova Aliança

A invalidação da antiga aliança ensejou a necessidade de uma nova aliança. "Quando ele diz Nova, torna antiquada a primeira" (Hb 8:13). Mas Deus não mudou. A diferença entre as duas alianças reside somente na atitude do povo de Deus. Ao estabelecer a aliança, Deus Se aproximou do povo para torná-lo um com Ele: "Vós me sereis [...] nação santa" (Ex 19:6). Deus recitou os termos da aliança e o povo respondeu: "Tudo o que o Senhor falou faremos" (v. 8). E triste dizer que muitos israelitas acabaram transformando a aliança da graça em um sistema de salvação pelas obras. Eles "buscaram a justiça que decorre da lei"; "não a buscaram pela fé,

mas como se baseasse em obras" (Rm 9:30—10:3), pervertendo-a, assim.

O propósito da nova aliança era produzir o relacionamento salvífico da aliança, sem o qual uma obediência de fé seria impossível. A obediência de fé é a vontade de Deus que opera pelo Espírito junto ao livre-arbítrio humano para cumprir a lei dentro de um relacionamento de fé. Gomo parte da nova aliança, Deus prometeu: "Porei a Minha lei no seu interior e a escreverei no seu coração; e Eu serei o seu Deus, e eles serão o Meu povo" (Jr 31:33, ARC). Por intermédio do profeta Ezequiel, também prometeu: "Dar-vos-ei coração novo e porei dentro de vós espírito novo; tirarei de vós o coração de pedra e vos darei coração de carne. Porei dentro de vós o Meu Espírito e farei que andeis nos Meus estatutos, guardeis os Meus juízos e os observeis" (Ez 36:26, 27). Como resultado, o caminho da nova aliança é cheio de alegria. Foi assim que Davi a compreendeu: "Agrada-me fazer a Tua vontade, ó Deus meu; dentro do meu coração, está a Tua lei" (SI 40:8). E assim também que o cristão entende a natureza da nova aliança (Hb 8:7-13; 9:15),

Dois elementos determinam a natureza da aliança: a época de seu sacrifício ratificador e a presença do Espírito. O sacrifício ratificador da antiga aliança foi feito pela primeira vez no Sinai. O sacrifício ratificador da nova aliança se realizou no Calvário. A antiga aliança foi realizada no Sinai e imediatamente ratificada com o sangue de animais sacrificais (Êx 24:5-8; Hb 9:18-20). A nova aliança, feita primeiramente com Adão e Eva depois que pecaram (Gn 3:15), repetiu-se com Abraão e foi depois ratificada pelo sacrifício de Cristo na cruz (Hb 9:15).

A nova aliança, segundo Paulo, é a aliança do "Espírito", e não apenas um código escrito como na antiga (2Co 3:6). A antiga aliança foi escrita em tábuas de pedra, .enquanto a nova deve ser gravada pelo Espírito no coração; seu conteúdo não mudou. A primeira se localizava fora da pessoa; a segunda é interior. De fato, a lei traz condenação, a menos que o Espírito a internalize e dê vida. A aliança se torna obsoleta no momento em que é posta fora da pessoa (Hb 8:6). Transforma-se em nova aliança quando a pessoa convertida serve "em novidade de espírito e não na caducidade da letra" (Rm 7:6). Havia uma única lei para ambas as alianças: os dez mandamentos. A diferença residia na espécie de obediência prestada. Uma era legalista; a outra, através do Espírito, por meio da fé.

O propósito das duas alianças era a salvação da humanidade. Sob a antiga aliança, Israel tentou se salvar por sua própria obediência à lei. Sob a nova aliança, Deus prometeu criar união espiritual entre Ele e cada ser humano. Faz isso por meio do Espírito Santo, a fim de produzir a obediência verdadeira à lei pela fé. Abraão reagiu crendo em Deus, e o Senhor lhe imputou isso "para justiça" (Gn 15:6). Do mesmo modo, Paulo disse que todos os cristãos devem servir "ao Deus vivo" (Hb 9:14).

3. A Lei e a Nova Aliança

A obediência à lei moral é o resultado da nova aliança, instituída com base em promessas superiores à antiga (Hb 8:6). A promessa não ab-roga a lei para que os cristãos fiquem isentos de obedecê-la. Ao contrário, em vez de ser escrita em tábuas de pedra, a lei é gravada na mente e no coração do povo de Deus. Sua continuidade é assim para sempre estabelecida, e concretizada a possibilidade de verdadeira obediência ã lei moral. A obediência se torna plena realidade no coração, na mente e nas ações.

Pelo fato de, sob a nova aliança, a lei ser escrita por Deus no coração e na mente, a obediência é espiritual e voluntária. Tanto o caráter moral da lei como a moralidade da conduta cristã são assim garantidos sem cair no legalismo.

B. Lei Moral e Graça

Como mostrado no caso de Abraão (Gn 15:6; Rm 4:1-5, 22; G1 3:6), a relação entre a lei e a graça é a mesma em ambos os testamentos; sempre envolve fé. Toda a Escritura mostra que, pelo fato de haver pecado, de acordo com a lei, os seres humanos devem morrer. Mas a graça de Deus abre a possibilidade de salvação pela fé no sacrifício de Jesus Cristo,

A graça não pode por si só resolver o problema do pecado. A cruz, sendo o próprio centro de operação da graça de Deus, é uma confirmação da lei pela morte e obediência. Cristo não eliminou a lei. Ele sofreu sua sentença e obedeceu às suas reivindicações. Cristo morreu a morte que a lei exigia dos pecadores. Para que pecadores tivessem a possibilidade de salvação, Cristo Se tornou "maldito da lei". *482y* Foi pendurado "num madeiro" (Dt 21:22, 23). Deus "O fez pecado por nós" (2Co 5:21). Ele morreu na cruz, foi amaldiçoado "em nosso lugar", para que "recebéssemos, pela fé, o Espírito prometido" (G1 3:13, 14). Na cruz, Cristo cumpriu a sentença da lei, e Deus demonstrou "seu amor para conosco" (Rm 5:8).

O que a graça de Deus e de Cristo eliminou na cruz não foi a lei, mas a condenação. "Sobreveio a lei para que avultasse a ofensa; mas onde abundou o pecado, superabundou a graça; a fim de que, como o pecado reinou pela morte, assim também reinasse a graça pela justiça para a vida eterna, mediante Jesus Cristo, nosso Senhor" (Rm 5:20, 21).

Quando os cristãos, pela fé em Cristo, aceitam a graça de Deus, obedecem com amor e gratidão. Também andam "em novidade de vida" (Rm 6:4), experimentando, pela fé, o misericordioso perdão de Deus. [1]

1. Função Inapropriada da Lei:
Legalismo

Se a lei moral não foi ab-rogada na cruz, deve ser obedecida. Mas essa obediência não é para obter justificação ou santificação. Legalismo é fingir ser aceito por Deus ou ser capaz de permanecer nEle simplesmente por causa da obediência. Constituí pecado de justiça própria e erro grosseiro perder a justiça livremente concedida pela graça de Deus em Cristo,

Paulo afirma que a autodependência do legalismo por parte seus oponentes os levava à jactância, confiança na carne, busca de inculpabilidade legal e tentativa de justiça própria pelas obras da lei (Fp 3:1-11). Os que abraçavam o legalismo, tornando-se assim "inimigos da cruz de Cristo", não alcançariam a salvação, mas a "destruição" (v. 18, 19).

O legalismo leva as pessoas a pensar que podem ser salvas obedecendo à lei. Agir assim afasta da graça, mata a fé e perverte o evangelho (GI 1:6, 7). Uma perversão do evangelho jamais é evangelho. A palavra grega usada para "perverter" significa pôr coisas de cima para baixo. O termo político *metastrefhõ* sugeria atividades revolucionárias; mostrava que Paulo via o legalismo como uma rebelião contra a graça de Deus e contra o próprio Deus. O legalismo representa mal a salvação e dela afasta as pessoas.

2. O Testemunho da Verdadeira
Obediência

Não hã nas Escrituras nenhum antagonismo entre a lei e a graça, como se nos tempos do AT as pessoas fossem salvas pela obediência â lei (justiça procedente da lei) e nos tempos do NT, pela graça (justiça em Cristo). A mudança tem mais que ver com a promessa a se cumprir (G1 3; 4).

De acordo com Romanos 9:30—10:13, Israel obedeceu à lei como um instrumento de justiça própria, mas não alcançou a justificação. Porém, nem sempre foi assim. A Bíblia registra o caso de pelo menos dois indivíduos justificados pela fé: Abraão e Davi. Paulo, citando o AT, diz que "Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça"

(Rm 4:3). Num salmo autobiográfico, Davi exclama: "Bem-aventurado aquele cuja iniquidade é perdoada, cujo pecado é coberto" (SI 32:1). Paulo explica isso como justiça atribuída, "independentemente de obras" (Rm 4:6-8).

A obediência não é um meio de obter salvação. Ao contrário, é a evidência da graça de Deus atuando pela fé na vida da pessoa, a demonstração externa de gratidão pela salvação já recebida. A obediência é a única forma de demonstrar que o poder de Deus está operando em uma pessoa. Testemunhar a favor de si mesmo não vale; o verdadeiro testemunho vem do Espírito Santo. A obediência só acontece quando o Espírito Santo está operando, produzindo atos de obediência à lei moral. O cristão pratica esses atos pela fé somente porque o Espírito opera mediante uma vida convertida e cheia de graça.

Segundo Efésios 2:4-10, a salvação, como dom de Deus, é inteiramente "pela graça [...] mediante a fé". As boas obras, os atos de obediência à lei, não ativam a graça de Deus para a justificação nem para a santificação. A salvação, bem como a justificação e a santificação, é um dom da graça de Deus. As boas «k obras são consequência do novo nascimento. "Pois somos feitura clEle, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas" (v. 10). Portanto, a obediência, sendo pela graça, é evidência visível de que a graça está operando pela fé na vida do cristão. (Ver Salvação.)

C. *Lei e Cruz*

No Calvário dois acontecimentos importantes relacionados com a lei tiveram lugar. O primeiro foi o término do sistema ritual; o segundo foi a reafirmação da lei moral. [1]

1. O Término do Sistema Ritual

O sistema ritual com todas as suas leis cerimoniais tinha um objetivo principal: anunciar o sacrifício de Cristo e ensinar o seu significado. Quando Jesus morreu na cruz, os símbolos deram lugar à realidade; portanto, não eram mais necessários. Os evangelhos sinóticos dizem todos que, depois que Cristo morreu, "o véu do santuário", que separava o santo do santíssimo, "se rasgou em duas partes de alto a baixo" (Mt 27:51; Mc 15:38; Lc 23:45). Cristo morreu no momento do sacrifício da tarde, quando o sacerdote, depois de sacrificar o cordeiro, apresentava o sangue da vítima diante do véu, Ele não tinha permissão para entrar no lugar santíssimo, pois somente o sumo sacerdote podia entrar alí, apenas uma vez por ano, no Dia da Expiação, A ruptura do véu, permitindo que o sacerdote contemplasse o interior do santo dos santos, mostrou que o sistema ritual havia chegado ao fim.

Daniel já havia profetizado que, ao morrer, o Messias "confirmará a aliança" e "porá fim ao sacrifício e à oferta" (Dn 9:26, KJV; v. 27, NVI). O mesmo conceito é repetido no NT. Como o sistema ritual era somente "sombra dos bens vindouros (Hb 10:1), esteve em vigor somente "até ao tempo oportuno de reforma" (Hb 9:10), ou "até que viesse o Descendente" (G1 3:19).

Quando Cristo morreu, cessou o sistema ritual com seus sacrifícios e cerimônias complexas. O verdadeiro sacrifício pelo pecado fora feito. Com o perdão livremente oferecido, a cruz cancelou "o escrito de dívida, que era contra nós e que constava de ordenanças, o qual nos era prejudicial; removeu-o inteiramente, encravando-o na cruz" (Cl 2:14). Os cristãos não devem mais se preocupar com comida ou bebida cerimoniais nem com as cerimônias de festas, luas novas ou sábados anuais, porque todo o sistema ritual não passava de uma "sombra" das "coisas que haviam de vir". A realidade dessa sombra, "o corpo", foi o sacrifício de Cristo (v. 16, 17). Esse era o único sacrifício que podia purificar a consciência e remover o pecado (Hb 9:12-14; 10:4).

Justamente quando aboliu o sistema ritual na cruz, Cristo derribou "a parede da separação que estava no meio" entre judeus e gentios. O sistema cerimonial judaico, instituído por Deus como um aio para levar todos à cruz de Cristo, fizera "inimizade" e afastara os gentios da comunidade de Israel. Mediante Seu sacrifício, Jesus trouxe a reconciliação de judeus e gentios com Deus, e fez deles um só corpo (Ef 2:11-18).

2. A Cruz: Reafirmação da Lei Moral

A cruz é a maior prova de que os dez mandamentos não podem ser abolidos nem invalidados. Se Deus tinha a intenção de abrogar a lei moral, podia tê-lo feito facilmente antes da cruz. Dizer que era necessário cumprir a lei antes de aboli-la é o mesmo que dizer que Deus assumiu a dor de enviar Seu Filho à cruz só para justificar pecadores em sua pecaminosidade. A salvação teria sido alcançada somente através de uma formalidade legal, uma libertação do juízo, e não do pecado.

Abolir a lei, em vez de resolver o problema do pecado, teria perpetuado a existência do pecado como uma realidade aceita pelo próprio Deus. Na cruz, Cristo pagou as exigências da lei, na realidade a exigência de Deus, o Legislador. Cristo morreu para destruir o pecado, não para abolir a lei moral, A morte de Cristo não libertou os seres humanos da autoridade da lei. Ao contrário, mostrou que a lei é tão constante como a justiça de Deus. Foi por isso que Jesus Cristo afirmou que não tinha vindo para destruir a lei, mas cumpri-la (Mt 5:17). <tst

O cumprimento da lei na cruz é sua plena confirmação: a confirmação de seu veredito, a execução da sentença de condenação sobre o pecado (Rm 5:6-21); a confirmação de sua justiça, o salário do pecado pago completamente (Rm 6:23); a confirmação de seu propósito, a plena realização da obediência a Deus (Fp 2:5-16), com o amor perfeito de Deus sendo totalmente aplicado à humanidade (Rm 8:31-39); e a confirmação de seu mandamento, as exigências da lei estabelecidas pela fé na cruz (Rm 3:19-31).

A cruz confirma a lei moral. "Anulamos, pois, a lei pela fé? Não, de maneira nenhuma! Antes, confirmamos a lei" (v. 31).

IV. Implicações Práticas para a Vida Cristã

Sendo moral, espiritual e abrangente, a lei dos dez mandamentos é uma cópia do caráter de Deus. Ela transmite o modelo divino de conduta para todos os seres humanos, em todas as épocas e lugares. E a única parte da revelação divina esculpida com o próprio dedo de Deus em tábuas da pedra, daí seu valor duradouro e sua perpetuidade.

A divisão da lei em duas partes deriva dos dois princípios fundamentais do amor sobre os quais opera o reino de Deus: "Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todas as tuas forças e de todo o teu entendimento; e: Amarás o teu próximo como a tl mesmo" (Lc 10:27; cf. Dt 6:4, 5; Lv 19:18).

Essa lei é um dos instrumentos nas mãos do Espírito para nos convencer do pecado. Seu propósito é definir o pecado e nos convencer de toda a nossa pecaminosidade. O Espírito leva pecadores ao pé do monte da lei para que ouçamos o padrão divino da justiça e nos coloca sob a convicção do pecado e a condenação da morte eterna. Nessa condição desesperada, Ele nos conduz ao monte do Calvário e nos revela o meio de escape. Sob a profunda condenação do pecado, estamos prontos para ouvir as boas-novas da salvação pela fé na vida e morte vicária de Jesus Cristo.

E assim que lei e evangelho funcionam de mãos dadas na redenção do seres humanos pecadores. Não podem ser inimigas

essas duas instrumentalidades. A lei não pode remover o pecado nem Jesus veio para remover a lei, mas para remover a condenação da lei. Não podemos obter salvação por nossas próprias boas obras nem por estrita obediência à lei dos dez mandamentos. A obediência é fruto da nossa salvação em Cristo. É a expressão externa da profunda gratidão em resposta ao amor insondável de Deus. Os crentes que chegam a entender o quanto Cristo, nosso Senhor, valorizou a lei e a engrandeceu em Sua vida estarão ansiosos por seguir-Lhe os passos.

Na realidade, devemos tudo à obediência de Cristo. Como nos diz a Escritura, assim "como, pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores, assim também, por meio da obediência de um só, muitos se tornarão justos" (Rm 5:19). Todo o processo de redenção efetuado por Cristo consiste em restaurar a obediência ao seu devido lugar. Ele restaura em nós uma vida de obediência, de obediência agradecida, de uma obediência de amor. Ou nos esquecemos, como pergunta Paulo tão apropriadamente, que somos servos "do pecado para a morte ou da obediência para a justiça?" (Rm 6:16). Feitos justos pela obediência de Cristo, tornamo-nos semelhantes a Ele e nEle somos servos da obediência para a justiça. E na obediência por amor de Cristo que a obediência por amor de muitos tem suas raízes e sua vida.

Que esse seja o Cristo que recebemos, amamos e procuramos imitar. Provemos a sinceridade e a força de nossa fé nEle e no poder sobrenatural do Espírito por meio da aceitação do Cristo obediente como o Cristo que habita em nós.

V. Contexto Histórico

Esta breve história de como a lei de Deus tem sido vista esboça as principais tendências em voga durante a era cristã.

A. *Pais Apostólicos e Apologistas*

Os escritos dos pais apostólicos e dos apologistas, os primeiros escritores cristãos depois da era do Novo Testamento, compõem-se principalmente de cartas, sermões, tratados e obras semelhantes. Não apresentam um tratamento teológico sistemático dos dez mandamentos, nem encontramos neles uma exposição dessa doutrina em termos teológicos. Isso não significa que esses primeiros escritores cristãos não tinham interesse teológico no assunto nem que rejeitavam as doutrinas às quais davam pouca atenção. O interesse deles centralizava-se mais em expor sua compreensão das Escrituras sobre questões específicas, principalmente as mais debatidas nas igrejas.

Algumas dessas exigências surgiram de movimentos heréticos que se desenvolveram entre as igrejas. Um exemplo foi o ebionismo, assim chamado por causa de seus ensinos com respeito à lei. O que sabemos sobre esse primitivo grupo é muito pouco porque seus próprios escritos não sobreviveram, e a maior parte das informações a respeito deles provém de relatos de inimigos.

Os ebionistas criam erroneamente que a missão de Cristo fora mais para chamar os seres humanos à obediência do que para salvar a humanidade. Embora a lei estivesse no núcleo da espiritualidade deles, entendiam que as leis sacrificais do AT eram uma adição externa à lei dada por Deus, por isso rejeitavam certas partes do Pentateuco. A maneira, porém, como compreendiam Jesus cumprindo a lei estava em harmonia com o ensino do NT. A afirmação de Cristo de que tinha vindo cumprir a lei, diziam eles, não significava que Ele havia cumprido no sentido de encerrar sua natureza obrigatória, mas em estabelecer um exemplo que todos deviam seguir.

Irineu (c. 130-200) se tornou um dos mais importantes defensores da fé cristã, inclusive em sua obra de discussão da lei. Em seu tratado *Contra as Heresias*, ele

explicou que os ensinos de Cristo sobre a lei em Mateus 5 não se opunham à lei, mas a cumpriam no sentido de ampliar seu significado e expandir seu alcance. A lei foi dada para instruir seres humanos a servir a Deus, abster-se das más obras e resistira tendência de praticá-las.

Clemente da Alexandria (c. 160-215) patrocinou a defesa da filosofia grega como instrução preparatória dada por Deus mediante a qual a mente humana seria treinada para receber a plena verdade como Jesus a ensinou. A obra de Clemente, *Stromata,* sustenta que a lei foi dada pelo Bom Pastor, cuja lei é o preceito do conhecimento. Os que obedecem a essa lei não podem descrer nem ser ignorantes da verdade, A lei nos adestra para a piedade, prescreve o que deve ser feito e restringe do pecado, A observância dos mandamentos alcança uma vida segura para toda a raça humana porque a lei de Deus é fonte de toda a ética, fonte da qual os gregos haviam haurido suas leis.

Orígenes (c. 185-254), também pertencente à escola teológica alexandrina, produziu diversas obras teológicas, entre as quais *Sobre os Primeiros Princípios.* Nela, ele explica sua interpretação alegórica e espiritualizante da Bíblia. Para ele, o verdadeiro sentido da Bíblia nem sempre está patente no que o texto diz, que ele designa como literal ou físico, mas no que o espírito e a alma são capazes de extrair do texto, a saber, o sentido moral ou psíquico, que descobre o sentido intelectual ou espiritual escondido nas Escrituras. Seguindo essa hermenêutica pouco comum, não se deve considerar os acontecimentos do AT e do NT apenas como história, "nem mesmo a lei e os mandamentos comunicam inteiramente o que é conveniente à razão" (4. 1. 16). Para Orígenes, a lei registrada em Deuteronômio como uma "segunda lei", toma a forma de uma alegoria relacionada com a primeira e a segunda vindas de Cristo. Uma ► compreensão da lei tão alegórica como essa elimina da vida e do comportamento cristão a importância da lei e introduz na teologia cristã uma forma de pensar totalmente estranha ao ensino bíblico.

Agostinho (354-430) é considerado o último dos Pais Primitivos e o precursor da teologia medieval. Ao ser confrontado com as idéias de Pelágio, um monge britânico, Agostinho resumiu os ensinos pelagianos, um dos quais tratava da lei. Segundo o relato de Agostinho, Pelágio ensinava que, junto com o evangelho, a lei contribuía para o reino. Deus concedeu a cada ser humano liberdade para obedecer ou desobedecer à lei. Além disso, a própria lei é um meio de graça. Em outro tratado antipelagiano, *Contra Duas Cartas ãos Pelagianos*, Agostinho critica os pelagianos por ensinar que a graça aparecera â humanidade em três estágios: originalmente pela criação natural, depois pela lei e finalmente em Cristo. Agostinho negava que a lei comunicava graça, argumentando que a graça foi dada para tornar os seres humanos cumpridores da lei, mas a salvação vem somente pelo sangue de Cristo.

jB. *Tendências Medievais*

A teologia agostiniana dominou a igreja no período medieval, embora perto do fim da alta Idade Média os escritos de Tomás de Aquino (1224-1274) tenham feito a teologia cristã tomar outros rumos. Em seu *Tratado sobre a Lei,* desenvolveu a ideia de que toda lei, inclusive a lei natural da qual emana uma moralidade universal, traz em seu núcleo a lei eterna, A lei natural, porém, é incompleta, devendo, portanto, ser aperfeiçoada pela lei divina, especificamente os dez mandamentos. Neles, Deus apresentou um estilo de vida explícito e detalhado. De acordo com Aquino, a lei do evangelho é o ponto alto da lei divina, já que os mandamentos de Deus são amorosos e incluem os mais amplos "conselhos de perfeição". Esses conselhos não compartilham o nível de obrigação que caracteriza os dez mandamentos, mas seu propósito é tornar mais fácil a obtenção da felicidade eterna para os que buscam a perfeição.

C. A *Reforma*

Os reformadores introduziram um novo exame do evangelho a partir das Escrituras. Apesar disso, a maneira como tratavam a lei conservou muito da abordagem claramente antropológica característica da Idade Média. Embora aceitasse a lei como expressão da vontade de Deus, Martinho Lutero (1483-1546) afirmava que grande parte da vontade de Deus é percebida pela lei natural que vem à nossa compreensão por meio de instituições civis tais como a família e o Estado. Depois disso, vem a função teológica da lei. Para Lutero, a função da lei é, do lado humano, condenar a humanidade; e do lado de Deus, despertar Sua ira.

Lutero enxergava um incisivo contraste entre a lei e o evangelho. O contraste reside além da compreensão simplista de que a lei é o "não" divino para os seres humanos pecadores, enquanto que o evangelho é o "sim" para pecadores arrependidos. No entanto, dessa relação dialética entre lei e evangelho, Lutero desenvolveu toda a sua teologia de justificação, predestinação e ética. Isso não quer dizer que ele rejeitava a lei, visto que, a seus olhos, a lei tem a função de lembrar o pecador justificado de que ele é ainda pecador, e o levar a reconhecer sua condição desesperada. A graça resolve essa situação.

Em seu *Comentário sobre Gálalas,* Lutero afirma que toda a lei, tanto a cerimonial quanto a moral, foi "ínteiramente ab-rogada" para o cristão que está morto para a lei. Contudo, de outra perspectiva a lei permanece, e a carne deve estar sujeita à lei. Um tema sobre o qual Lutero gostava de falar era sobre a liberdade cristã. Os cristãos estão livres da lei na consciência, mas não na carne, onde ela tem plena autoridade.

A lei, conforme ensinada por Lutero, tinha um propósito para os injustos, assim como para os cristãos. Punha os pecadores sob restrição, limitando suas más ações. E os cristãos também se beneficiam disso, visto que ninguém é piedoso por natureza. Além do mais, a lei ensina como reconhecer o pecado e como resistir ao mal, fatores cruciais para a vida cristã.

Outras correntes de pensamento se destacaram na Reforma. Ulrico Zwínglio (1484-1531) é lembrado por seus pontos de vista um tanto sociais, e João Calvino (1509-1564) como destacado pioneiro do movimento evangélico da atualidade. <487

Para Zwínglio, a lei "não era outra coisa senão a manifestação da vontade de Deus e, a exemplo da vontade de Deus, ela é eterna". A lei de Deus faz toda a humanidade culpada de morte, mas os que confiam em Cristo "não podem ser condenados pela lei". Portanto, o crente, morto para a lei e vivo em Cristo, não precisa mais da lei, pois "tudo quanto agrada a Deus também o agrada". Ao mesmo tempo, os cristãos estão livres das leis que governam as formas de adoração, Pelo fato de Jesus a ter cumprido, a lei "não pode mais condenar ninguém". Quando se converte, o crente "se liberta e se torna filho de Deus", sendo abolido todo temor da lei e da morte.

Calvino abordava a lei de duas maneiras: uma lei natural escrita na consciência humana e a lei escrita. A lei escrita dá instrução quanto à justiça perfeita e a vida perfeita. Ela é um espelho no qual vemos os nossos pecados, já que ela revela a vontade de Deus e mostra que nós não cumprimos Seus ideais. A salvação não vem pelo cumprimento da lei porque não há nenhuma justiça inerente em nossas ações. Vem através da remissão dos pecados. Ao mesmo tempo, a lei tem diversas funções: ela acusa os pecadores, adverte os crentes, revela a pecaminosidade humana, conduz à graça, leva a Cristo, protege a comunidade de indivíduos injustos, mostra a justiça de Deus, ensina que Deus é o Pai de todos os seres humanos e incentiva os crentes a fazer o bem. Por conseguinte, a lei é importante no sentido de que (1) aponta para

a justiça de Deus, convencendo a todos da injustiça e do pecado; (2) destrói a arrogância humana para que as pessoas aceitem a misericórdia de Deus e tenham confiança somente em Sua graça; e (3) declara a punição divina do pecado, que é a morte. Além de tudo, a lei é proveitosa para os cristãos, pois os relembra das coisas que são aceitáveis a Deus e como ser justo diante do Senhor.

Qualquer revisão de literatura sobre a Reforma deve mencionar um movimento chamado de Reforma Radical, cujos líderes se chamavam reformadores radicais. Eles representavam uma ala da Reforma rejeitada pela maioria dos reformadores, mas cuja influência se tornou por fim bastante difundida. Um dos líderes desse movimento foi Konrad Grebel, reformador suíço crítico do que entendia ser uma reforma luterana inadequada. Para ele, a ênfase não devia recair sobre a importância da lei gravada em tábuas de pedra, mas sobre as tábuas do coração. Balthasar Hubmaier, talvez o mais qualificado dos reformadores radicais, citava o que chamava de "propósitos perceptíveis" da lei: ser uma ameaça de condenação para a carne, ser auxílio e testemunho contra o pecado e ensinar o caminho da piedade.

D. O *Período Moderno*

Todas as doutrinas, inclusive a doutrina da lei, desenvolveram-se desde o século 18 ao 20 sob uma tensão entre tradição e dúvida, entre dogma e relativismo. A religião conservou as formas desenvolvidas pela tradição, mas com um senso de impaciente insatisfação, principalmente entre os herdeiros da Reforma, O resultado apresenta um quadro de ampla desunião, João Bunyan (1628-1688), herdeiro puritano dos reformadores radicais e dos calvinistas, defendia uma integração entre lei e graça. Depois, os wesleyanos advogavam a ligação mais próxima entre a lei e a graça na vida cristã prática.

Luteranos ortodoxos continuaram a ensinar a aguda separação entre lei e graça. Dessa perspectiva, acusavam a ala pietista de sua igreja de confundir evangelho com lei. Em resposta, os pietistas insistiam em que, dentro da doutrina da graça, permanece o imperativo para que vivamos em harmonia com a lei de Deus. Portanto, não deviam ser postos um contra o outro, como paradoxos.

No século 19, o surgimento da Igreja Adventista do Sétimo Dia introduziu na discussão cristã um novo olhar sobre a lei em toda a Bíblia, AT e NT. Os primeiros adventistas deram pouca atenção à integração entre lei e evangelho ou *a* questão da obediência considerada como boas obras. Para eles, a salvação era um dom de Deus mediante o sacrifícios de Cristo, somente pela fé.

488

Embora defendendo o princípio da Reforma de *sola Scriptura,* a vigorosa insistência dos adventistas em obedecer à lei de Deus, especificamente o decálogo, com seu mandamento sobre o sábado, provocou ampla reação da parte de seus críticos quanto ao papel da lei. Muitos argumentavam que a lei alcançou seu término no ministério e sacrifício de Cristo, fazendo com que o sábado não fosse mais parte da doutrina cristã. Os adventistas desenvolveram refutações poderosas a esse antinomismo, e seu número cresceu rapidamente, sendo a perpetuidade da lei de Deus um aspecto fundamental do ensino deles.

Sob a influência do evangelho social, no fim do século dezenove, com sua teologia politizada, a discussão sobre a lei de Deus perdeu o propósito específico, já que o pecado passou a ser visto apenas como egoísmo. Dessa perspectiva, os seres humanos pecam contra seu eu superior, contra as boas pessoas ou contra o bem universal, mas não diretamente contra Deus no sentido clássico. Gom o desenvolvimento de uma mentalidade secular e o declínio do protestantismo tradicional no século 19, o pecado passou a ser muitas vezes redefinido como um estado de injustiça social, um mal-estar social generalizado. Em resumo, veio uma redefinição de pecado em termos

políticos, econômicos, culturais e psicológi- têm provocado uma diminuição do interesse cos. Exceto em círculos limitados, essas idéias pelo papel desempenhado pela lei de Deus.

VI* Comentários de Ellen G. White

Os ensinos de Ellen G. White sobre a lei e a doutrina da lei na Igreja Adventista do Sétimo Dia são idênticos. Portanto, em um estudo como este, tais ensinos devem ser tratados conjuntamente. Contudo, para melhor identificar a relação de Ellen G. White com a fé adventista e perceber melhor a relação entre elas, esta seção se divide em duas partes: a lei nos escritos de Ellen G. White e a lei na doutrina da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

A. A Lei nos Escritos de Ellen G. White

Ellen G. White (1827-1915), cofundadora da Igreja Adventista do Sétimo Dia, é reconhecida pelos adventistas como expoente autorizada de suas doutrinas e crenças. Os escritos dela sobre a lei são abundantes e coerentes consigo mesmos e com as Escrituras.

Em 1846, sob a influência de outros adventistas, como José Bates, ela começou a entender a relação necessária entre o evangelho e a lei de Deus. A convicção veio mesmo, de maneira mais forte, depois que teve uma visão sobre o santuário no Céu, que também lhe dirigiu a atenção para o quarto mandamento. Com relação àquela visão, ela escreveu: "Deve-se chamara atenção para a brecha da lei, por preceito e por exemplo" (VE, 87). Depois acrescentou: "Foi-me mostrado que o terceiro anjo que proclama os mandamentos de Deus e a fé de Jesus, representa o povo que recebe essa mensagem e ergue a voz de advertência ao mundo para que guarde os mandamentos de Deus e Sua lei como a menina dos olhos; e que, em resposta a essa advertência, muitos abraçariam o sábado do Senhor" (ibid,, 87).

No primeiro folheto que publicou em 1851, ela observa que já em 1849 chegara a compreender que os mandamentos de Deus e a fé de Jesus ~ a lei e o evangelho — não podiam ser dissociados. Apresentava, portanto, a lei de Deus, a doutrina do santuário e a fé de Jesus como os "principais assuntos" da "verdade presente" (PE, 63).

O conceito dela de "verdade presente" expressa uma visão geral do corpo doutrinário que deve ser considerado indispensável para todos os cristãos no tempo do fim, que vai desde 1844 até a segunda vinda de Cristo. Por haver classificado a lei como doutrina desde seus primeiros escritos, nossa expectativa é que não tenha alterado seu ponto de vista sobre a lei.

Antes da assembléia da Associação Geral, em 1888, onde se deu ênfase à doutrina da justificação pela fé, Ellen G. White apresentava a lei em linguagem clara. Em 1875, escreveu que a lei era sagrada e importan- * te e que o caráter dela era mais exaltado por aqueles que aceitavam a Cristo como Redentor do que por seus receptores originais (RH, 29/4/1875).

Em 1884, ela explicou que a lei é uma regra completa de vida, dada por Deus à humanidade. Se obedecida, mediante os méritos de Cristo, o cristão obediente viverá. Se desobedecida, o transgressor será condenado pelo poder da lei (ST, 4/9/1884).

Dois anos depois, ela declarou que a lei santa, justa e boa trazia de Deus o conhecimento para "governar todas as inteligências humanas" (ibid., 8/4/1886). Mais tarde, no mesmo ano, escreveu que "não há na lei virtude salvadora. A lei condena, mas não pode perdoar o transgressor. O pecador deve depender dos méritos do sangue de Cristo" (ibid., 5/8/1886).

Em 1887, seus escritos passaram a se concentrar no poder de julgamento da lei.

Como um espelho, ela nos ajuda "a discernir nossos defeitos de caráter", mas não converte nossas boas obras em salvação; antes, nos leva ao arrependimento e a exercer fé em Jesus Cristo (ibid., 5/5/1887),

Na assembléia da Associação Geral de 1888, realizada em Mineápolis, surgiu importante confronto entre dois grupos de líderes: um enfatizando a lei, outro focalizando a justificação pela fé. Ellen VVhite ficou do lado dos defensores do evangelho, embora continuasse a defender os mesmos pontos de vista sobre a lei. Num sermão que pregou em Iº de novembro de 1888, após J. H. Waggoner ter apresentado a lei como instrumento de diagnóstico do pecado humano, e Cristo como a solução para o pecado, Ellen White disse: "Sei que seria perigoso denunciar a posição do Dr. Waggoner como ínteíramente errônea. Isso agradaria ao inimigo. Vejo a beleza da verdade na apresentação da justiça de Cristo em relação com a lei, conforme o doutor a apresentou diante de nós" (1888 *Materials,* 164). Mais adiante, na mesma mensagem, ela afirmou que "a verdade deve ser apresentada conforme ela é em Jesus", e "Jesus nos revelará preciosas verdades antigas sob nova luz", dando a entender que a ênfase sobre Jesus Cristo era a nova luz para essa apresentação da antiga e preciosa verdade da lei" (ibid,, 165, 167).

Várias e breves citações retiradas de um artigo avulso, publicado em 1890, ilustram a apresentação da lei por parte da Sra. White depois de 1888, "A lei proferida no Sinai é uma transcrição do caráter de Deus. [,..] Nossa justiça se encontra na obediência ã lei de Deus através dos méritos de Jesus Cristo, [...] Foi feito um infinito sacrifício para que a imagem moral de Deus fosse restaurada no homem, mediante a voluntária obediência a todos os mandamentos de Deus. [...] O homem não pode satisfazer as exigências da lei de Deus somente na força humana. Suas ofertas e suas obras estão todas contaminadas pelo pecado. O Salvador providenciou um remédio que pode dar ao homem a virtude de Seu mérito e torná-lo Seu colaborador na grande obra da salvação. Cristo é justiça, santificação e redenção para aqueles que nEle creem e Lhe seguem os passos. [...] Devemos nos demorar mais na lei e no evangelho, mostrando a relação de Cristo com o grande padrão de justiça" (RH, 4/2/1890).

No mesmo ano, ela escreveu: "Queremos a santificação concedida pelo próprio Deus, e essa santificação vem pelo cumprimento de Sua lei. [...] O único remédio encontrado para o homem caído é a morte de Cristo na cruz. Assim pôde a pena da transgressão ser paga" (ibid., 15/7/1890).

Ao escrever sobre os fariseus acusando Jesus de ser um transgressor da lei, disse a Sra. White: "Murmuravam uns para os outros que estava menosprezando a lei. Jesus leu-lhes os pensamentos, e respondeu aos mesmos, dizendo: 'Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas: não vim ab-rogar, mas cumprir' (Mt 5:17). Assim refuta Jesus a acusação dos fariseus. Sua missão para o mundo era reivindicar os sagrados direitos da lei que O acusaram de violar. Se a lei de Deus pudesse haver sido mudada ou anulada, então Cristo não teria necessitado sofrer as consequências de nossa transgressão. Ele veio para explicar a relação da lei para com o homem, e lhe exemplificar os preceitos mediante Sua própria vida de obediência. [..,] A lei é uma expressão do pensamento divino; quando recebida em Gristo, torna-se nosso pensamento. Ergue-nos acima do poder dos desejos e tendências naturais, acima das tentações que induzem ao pecado. Deus quer que sejamos felizes, e deu-nos os preceitos da lei para que, obedecendo-os, possamos ter alegria" (DTN, 307, 308).

< 49D

B. A *Lei na Doxitrina da Igreja Adventista do Sétimo Dia*

A concepção adventista do sétimo dia sobre a lei tem sido coerente ao longo dos

anos. Desde a formulação original das principais doutrinas nas "Conferências Bíblicas de 1848" até os dias de hoje, a lei tem sido fortemente defendida.

A doutrina adventista estabelece clara distinção entre a lei moral, ou os dez mandamentos, dada por Deus para todos os seres humanos, e a lei cerimonial, pertencente ao sistema ritual, com seus regulamentos que governavam a prática religiosa judaica. Essa distinção requer uma base sobre a qual possa se apoiar, A exemplo dos teólogos cristãos em geral, numerosos teólogos adventistas abordaram a questão, destacando-se entre os mais conhecidos M. L. Andreasen e Edward Heppenstall. Resumindo, a conclusão é que embora Paulo deixe claro que a lei cerimonial judaica cessou, o apóstolo jamais sugere que a lei moral, conforme encontrada nos dez mandamentos, tenha sido abolida (Rm 3:31; 7:7; G1 3:21).

Na assembléia da Associação Geral realizada em Dallas, no Texas, em 1980 os delegados reformularam, essencialmente por extensão, a declaração básica das crenças adventistas. Entre as 28 atuais, a 19ª trata da lei de Deus e assim reza: "Os grandes princípios da lei de Deus são incorporados nos dez mandamentos e exemplificados na vida de Cristo, Expressam o amor, a vontade e os propósitos de Deus acerca da conduta e das relações humanas, e são obrigatórios a todas as pessoas, em todas as épocas. Esses preceitos constituem a base do concerto de Deus com Seu povo e a norma no julgamento de Deus. Por meio da atuação do Espírito Santo, eles apontam para o pecado e despertam o senso da necessidade de um Salvador. A salvação é inteiramente pela graça, e não pelas obras, mas seu fruto é a obediência aos mandamentos. Essa obediência desenvolve o caráter cristão e resulta numa sensação de bem-estar. E uma evidência de nosso amor ao Senhor e de nossa solicitude por nossos semelhantes. A obediência da fé demonstra o poder de Cristo para transformar vidas, e fortalece, portanto, o testemunho cristão (Ex 20:1-17; SI 40:7, 8; Mt 22:36-40; Dt 28:1-14; Mt 5:17-20; Hb 8:8-10; Jo 15:7-10; Ef 2:8-10; ljo 5:3; Rm 8:3, 4; SI 19:7-14)."

Os ensinos de Ellen White e da Igreja Adventista a respeito da lei são exatamente os mesmos. Ambos se baseiam na revelação bíblica e por ela são modelados. [VII.]

VII. Literatura

Andreasen, M. L. *The Faith of Jesus and the Commandments ofGod.* Washington: Reviewand Herald, 1939.

Bihle Readingsjvrtl'ie Home Circle. Washington: Review and Herald, 1914.

Bunch, Taylor. *The Ten Commandments,* Washington: Review and Herald, 1944.

Facts for the Times. 4ª ed. Battle Greek: Review and Herald, 1893.

Hastings, H. L. *WÜl the Old Book Stand?* Washington: Reviewand Herald, 1923.

Heppenstall, Edward. "The Covenants and the Law." Em *Our Firm Foundation.* Washington: Reviewand Herald, 1953,

Moore, Marvin, *The Gos-pel v. Legalism,* Hagerstown: Review and Herald, 1994.

Nichol, Francis D, *Ansivers to Objections.* Washington: Review and Herald, 1932,

Pelikan, Jaroslav. *The Christian Tradhion.* 5 vols. Chicago: University of Chicago Press, 1971-1989.

Pierson, Robert H, *The Secret of Ha-ppiness.* Nashville: Southern Publishing Association, 1958.

Richards, H. M. S. *WhatJesusSaid.* Nashville: -«ê Southern Publishing Association, 1957.

Schaff, Philip. *The Creeds of Christendom.* 4ª ed. Nova York: Harper, 1919.

Seventh-day Adventist Bihle Students' Source Book. Ed. Don F, Neufeld e Julía Neuffer. Washington: Review and Herald, 1962. S.v. "Law".

Seventh-day Adventists Belleve.., A Biblical Exposition of 27 Fundamental Doctnnes. Washington: Ministerial Association, General Conference of Seventh-day Adventists, 1988,

Source Bookfor Bible Students. Washington: Review and Herald, 1922.

Van Wyk, William. *My Sermon Notes on thè Ten Commandments,* Grand Rapids: Baker, 1948.

Vaucher, Alfred R *Ehistoiredusalut.* Dammarie-les-Lys, França: Signes desTemps, 1951.

Wilcox, Milton C. *Questions and Answers. 2* vols. Mountain View: Pacific Press, 1919. ^ Z6V

14
O Sábado

Kenneth A. Strand

Introdução

Tanto no AT quanto no NT, o dia semanal de repouso e especial adoração é o sétimo dia da semana, conhecido como 'sábado". Essa palavra também se aplicava a determinados dias anuais santos ou festivos, embora fosse empregada principalmente para o sétimo dia da semana.

Na história cristã posterior ao NT, determinadas tradições religiosas passaram a aplicar a palavra "sábado" ao domingo, o primeiro dia da semana; e diversos cristãos dominicalistas ainda a empregam para designar o domingo. Neste artigo, a palavra "sábado" se refere ao sétimo dia da semana, salvo indicação específica.

A raiz hebraica da qual se deriva "sábado" *éshbth,* cujo significado primário é "cessar" ou "desistir" de atividade prévia. A forma nominal *éshabbath,* e o verbo *éshabath*. Versões portuguesas modernas geralmente traduzem o substantivo por "sábado", e o verbo por "descansar" (ou às vezes "guardar o sábado"). Embora essas traduções sejam corretas e apropriadas, o conceito subjacente de "cessação" sugere mais a interrupção de uma atividade anterior do que um mero recurso para o cansaço.

Outro substantivo referente ao sábado, em Exodo e Levítico, é *shabbathon,* também derivado de *shbth,* e frequentemente traduzido como "repouso solene". Seis de onze vezes ele aparece na expressão *shabbath shabbathon* (Êx 31:15; 35:2; Lv 16:31; 23:3, 32; 25:4). A ocorrência conjunta de *shabbath* e *shabbathon* indica intensificação.

No NT, a palavra para "sábado" é o grego *sabbaton,* ou seu conhecido plural, *sabbata.* Contudo, esse último termo pode ser simplesmente uma transliteração do aramaico *shabbeta,* que é o estado enfático do substantivo singular. Assim sendo, quando ocorre o termo *sabbata* no NT, o contexto deve servir de guia para decidir se o significado é singular ou plural.

As vezes *sabbaton* no NT se refere a toda a semana. Em Lucas 18:12, por exemplo, o fariseu se orgulha de jejuar duas vezes *tou sabbaton* (por semana). Diversas referências ao primeiro dia da semana também são indicadas pelo numeral "um" acompanhado de *sabbaton* ou *sabbata* (Mt 28:1; Mc 16:2, 9; Lc 24:1; Jo 20:1,19; At 20:7; iCo 16:2), deixando o substantivo "dia" claramente subentendido ao empregar a forma feminina do numeral.

Em Hebreus 4:9, o termo *sabbatismos é* corretamente traduzido como "repouso sabático". Nessa seção geral de Hebreus (3:7—4:13), que emprega o sábado como uma metáfora do repouso espiritual, o substantivo *katapausis* (repouso) também ocorre oito vezes, e o verbo *katapanõ* três vezes.

I. O Sábado no AT
A. Pentateuco
1. Visão Geral
2. Referências ao Sábado no Pentateuco
B. Livros Históricos, Salmos e Profetas
1. Referências dos Séculos 10° e II
2. Referências do 9" Século
3. Referências do 8º Século
4. Referências do Fim do 7º Século e do 6º Século

5. Referências do 5º Século: Neemias
II. O Sábado no NT
A. Evangelhos
1. O Sábado em Contextos Não Controversos
2. Incidentes no Sábado Envolvendo Controvérsia
3. O Significado das Curas de Jesus no Sábado
B. Atos, Epístolas e Apocalipse
1. Atos
2. Epístolas
3. Apocalipse
C. Resumo das Evidências do NT
III. Uma Teologia Bíblica do Sábado
A. O Sábado e a Doutrina de Deus
1. Deus como Criador
2. Deus como Redentor
3. Deus como Criador da Aliança
4. Deus como Doador de Boas Dádivas e Mantenedor de Sua Criação
5. Deus como Perfeito em Justiça
6. Deus como Perfeição
7. A Divindade de Cristo
B. O Sábado e a Doutrina da Humanidade
1. O Sábado e a "Griaturidade" Humana
2. O Sábado como um "Nivelador"
3. O Sábado e Nosso Valor para Deus
4. O Sábado e o Companheirismo, o Amor e a Compaixão
C. O Sábado e a Doutrina da Salvação
D. O Sábado e a Doutrina da Igreja
E. O Sábado e a Escatologia
IV. A Importância do Sábado para os Cristãos
V. O Sábado na História
A. Período Intertestamentário e Judaísmo Primitivo
1. Período Intertestamentário
2. Tradição Rabínica
3. Essênios e Boetusianos
4. Filo e Josefo
B. O Sábado e o Domingo na Igreja Primitiva
1. A Origem da Observância do Domingo
2. Sábado e Domingo no 2° e 3° Séculos
3. Sábado e Domingo do 4" ao 6º Séculos
C. O Sábado na Idade Média e na Era da Reforma
1. A Idade Média
2. A Era da Reforma
D. O Sábado entre Puritanos c Batistas
1. Sabatismo Dominical Puritano
2. O Sábado do Sétimo Dia na Inglaterra
3. O Sábado do Sétimo Dia no Novo Mundo
E. Judeus e o Sábado em Tempos Modernos
F. O Sábado na História e na Prática dos Adventistas do Sétimo Dia
1. O Começo da Observância do Sábado pelos Adventistas
2. A Observância do Sábado entre os Adventistas
VI. Comentários de Ellen G. White
A. A Origem e o Significado do Sábado
B. Necessidade Humana do Sábado
C. Cristo, o Criador do Sábado
D. Princípios de Observância do Sábado Seguidos por Cristo
E. Observância do Sábado e Santidade
F. O Sábado através dos Séculos
G. O Sábado na Crise Final da História da Terra
H. Preparação para o Sábado
I. O Sábado na Família
J. Viagem no Sábado
K. Reuniões no Sábado
L. Outros Interesses
VII, Literatura
Apêndice: A Semana de Sete Dias e o Calendário Juliano-Gregoriano
A. A "Semana Planetária"
B. O Calendário Juliano-Gregoriano

I. O Sábado no AT

A. *Pentatetico*

X. Visão Geral

Em geral, *shabbath*, *shabath* e *shabbathon* são usados com referência ao sétimo dia da semana, mas diversas passagens no Pentateuco também utilizam essa terminologia do sábado para certas festividades e para o sétimo ano ("sabático"). Em alguns casos, emprega-se o termo num sentido metafórico como "repouso" da terra.

Três passagens no Pentateuco associam especificamente o sábado do sétimo dia com a criação: Gênesis 2:1-3; Êxodo 20:11; e 31:13-17. Diversas outras passagens se referem ao repouso no sétimo dia da semana. Analisaremos, na discussão a seguir, os textos sobre o sábado na ordem em que ocorrem no Pentateuco (ver Criação I. A. 14),

2. Referências ao Sábado no Pentateuco

a. Gênesis 2:1-3. Depois de uma descrição das atividades divinas realizadas diariamente durante os primeiros seis dias da ► semana da criação, Gênesis 2:1 faz a declaração sumária de que a criação fora concluída. Gênesis 2:2 e 3 afirma: "E, havendo Deus terminado no dia sétimo a Sua obra, que fizera, descansou nesse dia de toda a sua obra que tinha feito. E abençoou Deus o dia sétimo e o santificou; porque nele descansou de toda a obra que, como Criador, fizera."

Diversos itens nessa passagem merecem atenção: (1) Embora não ocorra o substantivo hebraico *shabbath*, aparece o verbo *shabath* em ambos os exemplos em que Deus repousa de Sua obra de criação. (2) O sétimo dia da semana se destaca, com cinco referências a ele, três usando a expressão específica "sétimo dia" e duas usando o pronome "ele", (3) A declaração toma a forma de um quiasma ou declaração paralela invertida:

A. Deus terminou Sua obra (v. 2)
  B. E descansou no sétimo dia "de toda a Sua obra que tinha feito" (v. 2)
    C. Portanto, Deus abençoou o sétimo dia "e o santificou" (v. 3)
  B'. Porque nele Deus descansou de toda a "obra que [...] fizera" (v. 3)
A. Na criação (v. 3)

As duas declarações introdutórias desse quiasma (A e B) chamam a atenção para a obra criativa de Deus e para Seu repouso no sétimo dia. Os mesmos dois pensamentos são apresentados na conclusão do quiasma, em ordem reversa (B' e A'). Isso leva ao centro do quiasma (C), a referência à bênção de Deus e a santificação do sétimo dia. Num quiasma que toma a forma A-B-C-BVA', o item central normalmente representa o foco principal do texto. Sendo assim, em Gênesis 2:2 e 3, o foco principal é a declaração: "Abençoou Deus o dia sétimo e o santificou."

O verbo hebraico usado para a bênção divina sobre o sétimo dia é *bamkh*, também usado para a bênção divina sobre os animais e o gênero humano (Gn 1:22, 28). Essa bênção divina não é estática, mas continua a ter significado especial desde o tempo em que foi proferida pela primeira vez. O significado básico do termo hebraico traduzido por "consagrado" ou "santificado" (de *qadash*, "ser santo") é "separar" ou "reservar" algo no cumprimento de um propósito e/ou ordem divina. Sendo assim, a declaração de que Deus "santificou" o sétimo dia não somente distingue esse dia dos outros seis, mas também reforça a ideia de um significado especial e contínuo desse dia para os seres humanos criados por Deus, Algo "reservado" deve ser mais do que simplesmente uma relíquia de memória do passado; deve ter um significado permanente. Esta santificidade do sábado é reiterada diversas vezes

em outras partes posteriores do Pentateuco (por exemplo, Êx 16:23; cf. 31:14-16; e 35:2); e a linguagem básica de toda a declaração de Gênesis 2:2 e 3 reaparece no mandamento do sábado, em Êxodo 20:8-11.

b. Êxodo 5:5. Esse texto contém terminologia sabática na declaração: "Disse também faraó: O povo da terra já é muito, e vós o distraís (*shabath*, "fazer repousar") das suas tarefas." Ainda que o sétimo dia da semana não seja especificamente mencionado, o contexto imediato dá a entender que este repouso tinha caráter religioso.

c. Êxodo 16. Esse capítulo emprega pela primeira vez no AT o substantivo hebraico *shabbath* (v. 23). De fato, essa passagem utiliza o substantivo quatro vezes (v. 23, 25, 26, 29). O contexto é a concessão do maná aos filhos de Israel no deserto de Sim, duas semanas antes de chegarem ao monte Sinai. Conforme Êxodo 16:5, no sexto dia os israelitas deviam colher e preparar "o dobro do que colhem cada dia". Mais adiante no mesmo capítulo, eles recebem a informação de que não haveria maná no sétimo dia (v. 25, 26) e que, embora o maná colhido em cada um dos outros dias estragasse durante a noite, o colhido na sexta-feira seria conservado (v. 19-24). Ao sétimo dia, saíram algumas pessoas para procurar maná, porém não o acharam (v. 27). A reação de Deus foi de desagrado: "Até quando recusareis guardar os Meus mandamentos e as Minhas leis? Consi-
495 ► derai que o Senhor vos deu o sábado; por isso, Ele, no sexto dia, vos dá pão para dois dias; cada um fique onde está, ninguém saia do seu lugar no sétimo dia" (v. 28, 29). Essa construção frasal transmite a distinta impressão de que o sábado já era conhecido dos israelitas.

d. Êxodo 20:8-11. Êxodo 20 apresenta os dez mandamentos dados por Deus a Moisés no Sinai, Nessa lei, o quarto mandamento especifica que durante seis dias se deve trabalhar, mas que o sétimo dia deve ser observado como dia de repouso. A base para essa prescrição é "porque, em seis dias, fez o Senhor os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia, descansou; por isso, o Senhor abençoou o dia de sábado e o santificou" (v. 11).

A linguagem empregada aqui resume o conteúdo de Gênesis 2:2 e 3, dirimindo qualquer dúvida de que Êxodo 20:11 aponta para o sábado da criação. Também é significativo que o mandamento do sábado apareça dentro da lei dos dez mandamentos, que, por sua vez, constituía o centro da aliança divina. Que a lei dos dez mandamentos era distinta das outras leis do Pentateuco, como adições ou comentário, fica evidente na declaração em Deuteronômio 5:22, que a esses dez mandamentos Deus "nada acrescentou"; ou seja, o decálogo era uma entidade completa em si mesma.

Além disso, a base da aliança apresentada em Êxodo 20 para a observância dos dez mandamentos, inclusive o mandamento do sábado, é a história redentora, ou mais propriamente, a própria redenção divina. Os filhos de Israel haviam entrado numa relação de aliança com Yahweh (ver Êx 19). A seguir, no preâmbulo e prólogo histórico do decálogo, Deus afirma o elemento principal na redenção que os israelitas haviam experimentado: "Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão" (Êx 20:2). Os israelitas haviam sido redimidos da escravidão, e essa bondade prévia de Yahweh proveu o fundamento para a relação de aliança, segundo a qual os israelitas deviam, por sua vez, ser obedientes aos mandamentos de Deus.

Às vezes, o sábado e o conceito de aliança divina se tornavam praticamente sinônimos (cf. Êx 31:16). Mais do que qualquer outro dos nove preceitos do decálogo, o sábado apresenta uma característica visível que distinguia o povo de Deus de todos os outros que não serviam a Yahweh, De uma forma muito verdadeira, portanto, esse

mandamento personificava o verdadeiro significado do relacionamento pactuai com Deus, pois identificava Israel como um povo em comunhão com seu Criador e Redentor.

Além disso, o mandamento do sábado é o único no decálogo que possui as três marcas distintivas da impressão de um selo: nome, *cargo* e *domínio* do indivíduo ou entidade cuja autoridade o selo representa. Pode-se, portanto, afirmar que o mandamento do sábado é o *selo* do decálogo. (Ver também a discussão do sábado como "sinal" em relação a Êx 31:13-17 e Ez 20:12, 20.) O mandamento do sábado é distintivo não só porque contém os três elementos essenciais de um selo, mas também porque se serve de uma introdução exclusiva: o imperativo "lembra-te". Essa palavra pode comportar vários conceitos: lembrar-se do sábado como uma instituição já consagrada pelo tempo; lembrar-se, porque pode haver o perigo do esquecer; e lembrar-se com. um olhar futuro, devido à centralidade do sábado para a permanente experiência da aliança. Qualquer que seja a nuança ou as nuanças que o termo possa ter tido no contexto de sua declaração original no Sinai, uma coisa é certa: o imperativo "lembra-te" é enfático como introdução, e serve para chamar a atenção especial para o mandamento do Sábado.

e. Êxodo 23:12. Depois de uma referência ao "ano sabático", em Êxodo 23:10 e 11, dá-se a seguinte instrução acerca do sétimo dia da semana: "Seis dias farás a tua obra, mas, ao sétimo dia, descansarás; para que descanse o teu boi e o teu jumento; e para que tome alento o filho da tua serva e o forasteiro" (v, 12). A palavra usada para o "descanso" ordenado aos israelitas, na relação pactuai com Deus, é o verbo *shabath,* ao passo que, para o tipo de descanso recomendado aos animais, o descanso é simples-
496 ► mente *nuah.* E para o "filho da tua serva" e para o "forasteiro" se emprega o imperfeito niphal de *naphash,* "tomar alento". Essa palavra hebraica não implica necessariamente recuperação do cansaço, embora esse elemento possa estar incluso. Sugere mais propriamente melhoria na qualidade de vida ou prazer decorrente do repouso de uma obra bem concluída. O sábado devia, portanto, ser uma experiência espiritual significativa tanto para os servos israelitas como para os estrangeiros que passassem uma temporada entre os israelitas.

f. Êxodo 31:13-17. Encontramos em Êxodo 31:13-17 uma afirmação muito semelhante às de Gênesis 2:2 e 3 e Êxodo 20:11, mas acrescida de vários aspectos: (1) A guarda do sábado de Deus é um sinal, não só da criação (v. 17), mas também de que Ele santifica Seu povo (v. 13). (2) A relação de aliança, apresentada antes no contexto do decálogo (capítulos 19,20), é agora explicitamente aplicada ao sábado e chamada de "aliança perpétua" (v. 16). (3) Decreta-se a pena de morte para a profanação do sábado (v. 14, 15). (4) Emprega-se, pela primeira vez, a terminologia enfática *shabbath shabbathon,* "sábado do repouso solene" (v. 15). (5) Quando se refere ao sábado da criação, a declaração não somente fala do repouso divino, como em Gênesis 2:2 e 3 e Êxodo 20:8-11, mas também acrescenta que Deus "tomou alento" (v. 17), obviamente não no sentido de recuperação de cansaço, mas de prazeroso relaxamento decorrente da satisfação divina em haver produzido uma criação perfeita.

O uso da palavra "sinal", no verso 13, é digno de nota. Um sinal é algo que aponta para além de si mesmo, a fim de revelar uma realidade mais profunda. Com respeito ao sábado, essa realidade é dupla: o sábado não somente fornece a garantia sempre presente de que Deus santifica Seu povo (v, 13), mas também serve de constante lembrança da condição de Deus como criador (v. 17). Em ambos os aspectos, a *observância* do sábado é o que lhe dá eficácia como um sinal (v. 13, 16),

g. Êxodo 34:21. O texto diz: “Seis dias trabalharás, mas, ao sétimo dia, descansarás, quer na aradura, quer na sega.” Embora o substantivo “sábado" não apareça aqui, “o sétimo dia” é mencionado explicitamente, e o verbo para ambas as ocorrências de “descansar” é *shabath.* O fato de o sábado levar a obrigação de, mesmo numa economia agrícola, ser observado fielmente durante as duas estações mais decisivas de trabalho — no plantio e na colheita — enfatiza a grande santidade com que Deus investiu esse dia.

h. Êxodo 35:2 e 3. Nesse texto a expressão *shabbcilh shabbathon* é usada numa ordem para observar o sétimo dia como “sábado do repouso solene ao Senhor". Mais uma vez se decreta a pena de morte para a violação desse mandamento, com o seguinte acréscimo: “Não acendereis fogo em nenhuma das vossas moradas no dia do sábado.” A referência aqui diz respeito obviamente às atividades desnecessárias no sábado para os israelitas.

i. O livro de Levítico. Embora o livro de Levítico contenha mais ocorrências dos termos *shabbath* e *shabbathon* do que todos os outros livros do Pentateuco juntos, poucas são comparativamente as que se referem de maneira específica ao sábado semanal. As referências que o fazem são 19:3 e 30; 23:3 e 38; 24:S; e 26:2.

Em 19:3 e 30 e 26:2 emite-se uma ordem simples: “Guardareis os Meus sábados.” No primeiro caso, a ordem ocorre depois de uma referência a honrar os pais; e nos últimos dois exemplos, ela precede a expressão' e reverenciareis o Meu santuário. Eu sou o Senhor”. Levítico 23:3 afirma resumidamente: “Seis dias trabalhareis, mas o sétimo será o sábado do descanso solene *[shabbath shabbathon],* santa convocação; nenhuma obra fareis; é sábado *[shabbath]* do Senhor em todas as vossas moradas." Esse texto prova que o sábado não era só um “descanso solene”, mas também uma “santa convocação”. O restante de Levítico 23 é dedicado principalmente às festas anuais, "além dos sábados do Senhor” (v. 38). Levítico 24:5-8 determina que a cada sábado semanal Arão devia substituir os pães da proposição no santuário.

Levítico 16:31 se refere ao dia anual da expiação como *shabbath shabbathon.* Apresenta também, no capítulo 23, esse dia e vários outros dias anuais como “sábados" ou “dias de repouso solene". Para quatro desses, a terminologia sabática empregada é *shabbathon* ou *shabbath shabbathon:* o primeiro dia do sétimo mês (o sonido de trombetas), o décimo dia do sétimo mês (Dia da Expiação) e o primeiro e o oitavo dias da Festa dos Tabernáculos (23:24, 25, 27-32, 34, 36). Os primeiros e o sétimos dias da Festa de Pães Azimos e o Dia de Pentecostes também podem ter sido considerados sábados, embora as tradições essênias e boetusianas no judaísmo posterior interpretassem as referências ao “sábado" nos versos 11 e 15 como sábados semanais do sétimo dia. Em todos os dias santos anuais, exceto no Dia da Expiação, nenhuma “obra servil” devia ser feita, mas àquele dia se aplicava uma vigorosa proibição: “nenhuma obra” devia ser feita (v. 28). *497

Em Levítico 25:2-6 emprega-se novamente a linguagem sabática, mas as referências são ao “ano sabático". Em Levítico 26 diversas referências aos “sábados" (v. 34 [duas vezes], 35, 43) são metafóricas, indicando o tempo futuro em que o povo da aliança, Israel, caso fosse desobediente, seria levado cativo, a fim de que a terra pudesse descansar nos seus “sábados". Além do substantivo plural, utiliza-se também o verbo *shabath,* mostrando que a terra teria “descanso” (v. 34, 35).

j. O livro de Números. O livro de Números se refere ao sábado semanal em dois contextos. Em 15:32-36 apresenta o relato de um homem apanhando lenha no sábado, em cuja decorrência sofre a pena de morte aplicada a quem cometia uma flagrante violação do sábado como essa. Levítico 28:9 e 10

determina que no sábado fossem sacrificados dois cordeiros como oferta queimada além do holocausto regular diário.

k. Deuteronômio 5:12-15. A última referência do Pentateuco ao sábado ocorre em Deuteronômio 5:12-15. Aqui Moisés repete o mandamento do sábado numa estrutura frasal bastante similar à que se encontra em Êxodo 20:8-11, exceto num aspecto principal: em vez de uma referência ao sábado da criação, a justificativa para observar o sábado é o resgate dos israelitas da escravidão egípcia, efetuado por Deus: "[...] te lembrarás que foste servo na terra do Egito e que o Senhor, teu Deus, te tirou dali com mão poderosa e braço estendido; pelo que o Senhor, teu Deus, te ordenou que guardasses o dia de sábado" (v. 15).

Para alguns comentaristas, essa afirmação é uma prova de que o sábado era uma instituição relativamente nova, adotada por Israel com base no Êxodo, e inteiramente desvinculada do sábado da criação. Tal conclusão é injustificada por várias razões: (1) A linguagem usada no verso 15 mostra que esse verso representa uma paráfrase do decálogo feita por Moisés. (2) O próprio livro de Deuteronômio é uma recitação da experiência de Israel no deserto, e esse contexto torna a referência ao livramento do cativeiro egípcio especialmente apropriada. (3) A menção do resgate de Israel do cativeiro egípcio não nega absolutamente o fato de Israel conhecer bem o sábado como instituição criacional, fato esse evidenciado em Êxodo 20:11 e 31:17. (4) O motivo da libertação do Egito em relação ao decálogo não é novidade em Deuteronômio 5, pois ela já havia ocorrido junto com a promulgação do decálogo, em Êxodo 20 (ver I. A. 2. d),

A libertação de Israel do cativeiro egípcio por Yahweh foi o ato redentor que deu provas de Sua bondade anterior e forneceu a base para a relação de aliança entre Ele e Seu povo. O preâmbulo e o prólogo histórico apresentados em Êxodo 20:1 e 2 se repetem em Deuteronômio 5:6: "Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei do Egito, da casa da servidão." Em antigas alianças políticas que possuem esse mesmo tipo de formato, a relação prévia do suserano com o vassalo (e/ou antepassados), inclusive a elevação do vassalo à realeza, era fundamental para os compromissos do vassalo para com o suserano. Assim também, a bondade prévia de Yahweh para com os israelitas foi fundamenta] para < 496
os compromissos que eles assumiram para com o Senhor, conforme estipulados nos dez mandamentos. Não deve constituir surpresa, portanto, Moisés haver apresentado como uma base para guardar o mandamento do sábado o fato de Yahweh ter tirado os israelitas do Egito "com mão poderosa e braço estendido" (Dt 5:15). A menção específica desse fato surge do fluxo normal do pensamento de Moisés, já que, depois de reiterar a parte do mandamento do sábado que manda dar permissão de descanso aos estrangeiros e servos (v. 14), ele se apressa em aconselhar: Lembra-te de "que foste servo na terra do Egito" (v. 15).

Nessa repetição do decálogo, Moisés declara a natureza definitiva desse código, como uma entidade distinta e completa. Em Deuteronômio 5:22, Moisés afirma que, depois de proferir os dez mandamentos, Deus "nada acrescentou". Além disso, a posição do decálogo como um corpo único de lei apodíctica (amplas declarações de princípios, de caráter universal) no Pentateuco realça sua singularidade, principalmente quando o comparamos às muitas instruções do Pentateuco estabelecidas por precedente legal. Deus escolheu fazer do sábado parte integral da "lei moral", enfatizando e ratificando assim sua natureza moral. Qualquer ser humano que separe o sábado dos outros nove mandamentos do decálogo ou declare que ele é cerimonial contraria frontalmente o que o próprio Deus proclamou.

B. Livros Históricos^ Salmos e Profetas

Na história veterotestamentária de Israel subsequente ao período abrangido pelo Pentateuco, as referências ao sábado são comparativamente menores do que nos livros de Moisés. A evidência da contínua observância do sétimo dia da semana como sábado por parte de Israel, porém, é clara e jamais foi seriamente questionada pelos estudiosos do AT. Na sinopse a seguir, temos uma apresentação essencialmente cronológica dos dados bíblicos.

1. Referências dos Séculos 10° e 11

As mais antigas referências fora do Pentateuco à observância do sábado se encontram em 1 e 2 Crônicas. O profeta Samuel e o rei Davi designaram diversas pessoas, cada uma "no seu cargo" (lCr 9:22). Entre essas estavam certos coatitas, que "tinham o encargo de preparar os pães da proposição para todos os sábados" (v. 32). Quando já estava "velho e farto de dias" Davi mais uma vez "ajuntou todos os príncipes de Israel, como também os sacerdotes e levitas" (23:1, 2) e organizou as diversas funções no templo (23:1-28:21). Nesse contexto, há referência a oferecimento de holocaustos ao Senhor "nos sábados, nas Festas da Lua Nova e nas festas fixas" (23:31). Mencionam-se os mesmos dias quando Salomão pede a ajuda de Hirão, rei de Tiro, na edificação do templo (2Cr 2:4). Depois que o templo foi construído e dedicado, Salomão ofereceu os holocaustos prescritos para esses dias (8:13). Há, portanto, evidência de continuidade litúrgica das prescrições do Pentateuco que distinguiam as três categorias de "santas assembléias" dos dias comuns.

2. Referências do 9º Século

As referências ao sábado do nono século aparecem em 2 Reis. A primeira delas (2Rs 4:18-37) relata que, quando o filho de um casal sunamita morreu repentinamente, a mãe solicitou que o marido mandasse um jumento e um empregado a fim de que ela pudesse viajar para visitar o profeta Eliseu. Sem saber que o filho estava morto, o pai questionou: "Por que vais a ele hoje;* Não é dia de Festa da Lua Nova nem sábado" (v. 23). Essa referência ao sábado, embora incidental, fornece evidência da natureza religiosa daquele dia. Era, sem dúvida, um dia considerado especialmente apropriado para fazer visitas aos profetas de Deus.

A segunda referência, 2 Reis 11:4-20 (cf. 2Cr 23:1-11), relata o golpe de estado organizado por Joiada, o sumo sacerdote, pelo qual derribou Atalia e colocou no trono Joás, de apenas sete anos de idade. O dia era sábado, na hora da mudança da guarda do templo. < 469 Esse era um momento propício do ponto de vista de se contar com um contingente duplo de guardas presentes para o golpe. Além disso, o próprio golpe tinha dimensões espirituais, já que expulsava a devota de Baal, Atalia, filha de Acabe e Jezabel, e consagrava o novo rei, postado junto a uma das colunas da entrada do templo (v. 14).

3. Referências do 8º Século

a. Literatura histórica. A mais antiga referência ao sábado do oitavo século na literatura histórica é uma nota feita em 2 Reis 16:18 sobre o rei Acaz haver retirado do "o passadiço coberto para uso no sábado, que edificaram na casa". Esse ato, junto com os atos de profanação no próprio templo (cf. v. 17), foi "por causa do rei da Assíria" (v. 18), e, portanto, causado pela apostasia de Acaz sob a influência assíria. Em 2 Crônicas 31:3, com relação à grande reforma efetuada por Ezequias, o rei providenciou "os holocaustos dos sábados, das Festas da Lua Nova e das festas fixas".

b. Repreensões dos profetas Amos, Oseías e Isaías. Três dos primeiros profetas

(Amos, Oseias e Isaías) fazem referências concernentes ao sábado. Em sua repreensão aos malfeitores do Reino do Norte, Amós cita-os perguntando quando terminaria o sábado, “para abrirmos os celeiros de trigo, diminuindo o efa, e aumentando o siclo, e procedendo dolosamente com balanças enganadoras" (Am 8:5). Oseias também apresenta uma acusação contra Israel, fazendo uma citação do Senhor: "Farei cessar todo o seu gozo, as suas Festas de Lua Nova, os seus sábados e todas as suas solenidades” (Os 2:11). Numa plangente queixa contra Judá pela religião meramente legalista, Isaías declara em tom semelhante: “Não continueis a trazer ofertas vãs; o incenso é para mim abominação, e também as Festas da Lua Nova, os sábados, e a convocação das congregações; não posso suportar iniquidade associada ao ajuntamento solene" (Is 1:13).

Amós, Oseias e Isaías dão assim prova de que a observância do sábado era considerada normativa para o povo de Deus, tanto em Israel como em Judá. O povo de ambos os reinos estava, porém, realizando um tipo de prática religiosa destituída de piedade, a qual incluía uma observância sabática apenas formalísta,

c. Referências positivas em Isaías. Isaías fornece algumas das mais belas exposições sobre a autêntica observância do sábado. A primeira delas, em Isaías 56:2-8, toma a forma de uma extensa beatitude. Pronuncia uma bênção sobre a pessoa “que se guarda de profanar o sábado e guarda a sua mão de cometer algum mal” (v. 2). Depois se estende aos estrangeiros e aos eunucos (v. 3-7). Os eunucos que guardam o sábado de Deus e abraçam Sua aliança receberão “um nome melhor do que filhos e filhas" (v. 5) e os estrangeiros “que se chegam ao Senhor” e guardam o sábado, se alegrarão na Casa de Oração de Deus (v. 6, 7).

Em Isaías 58:13 e 14, o sábado é mencionado dentro do contexto de uma passagem que expressa o verdadeiro sentido do jejum. A declaração específica sobre o sábado diz assim:

“Se desviares o pé de profanar o sábado e de cuidar dos teus próprios interesses no Meu santo dia; se chamares ao sábado deleitoso e santo dia do Senhor, digno de honra, e o honrares não seguindo os teus caminhos, não pretendendo fazer a tua própria vontade, nem falando palavras vãs, então, te deleitarás no Senhor. Eu te farei cavalgar sobre os altos da terra e te sustentarei com a herança de Jacó, teu pai, porque a boca do Senhor o disse."

Aqui o sábado é apresentado como o dia que o povo de Deus deve honrar. Devem se abster de satisfazer seus próprios desejos nesse dia. E Deus promete que, de Sua parte, lhes dará ricas bênçãos espirituais e temporais. As expressões “Meu santo dia” e "santo dia do Senhor” apresentam um paralelo com “os Meus sábados”, de Isaías 56:4.

A última referência de Isaías ao sábado aparece em 66:22 e 23. Apresenta-se aqui uma garantia acerca do futuro: “Porque, como os novos céus e a nova Terra, que hei de fazer, estarão diante de Mim, diz o Senhor, assim há de estar a vossa posteridade e o vosso nome. E será que, de uma Festa da Lua Nova à outra e de um sábado a outro, virá toda a carne a adorar perante Mim, diz o Senhor.” *500

4. Referências do Fim do 7° Século e do 6" Século

a. Jeremias. O profeta Jeremias, cujo ministério durou cerca de quatro décadas, desde 626 até 586 a.C., lembrava à realeza e ao povo de Judá que no sábado eles deviam deixar de transportar cargas para dentro de Jerusalém, de tirar cargas de casa e de fazer qualquer obra, conforme Deus ordenara a seus antepassados (17:21, 22), O Senhor prometeu glória e longevidade para Jerusalém, caso fossem obedientes, e ameaçou os

palácios da cidade com um fogo devorador inextinguível, caso fossem desobedientes (v. 24-27).

A destruição realmente sobreveio a Jerusalém. Em três campanhas, Nabucodonosor subjugou Judá, deportou seus habitantes e destruiu o templo. E nesse contexto que encontramos mais uma clara referência de Jeremias ao sábado: "O Senhor, em Sião, pôs em esquecimento as festas e o sábado; e, na indignação da sua ira, rejeitou com desprezo o rei e o sacerdote" (Lm 2:6).

■ b. Ezequiel. Ezequiel, exilado em Babilônia, refere-se repetidamente ã violação do sábado em contextos que também apontam para outros aspectos da apostasia. Em Ezequiel 20:12-24, o profeta apresenta de forma vigorosa a intenção e efeito da verdadeira observância do sábado: "Também lhes dei os Meus sábados, para servirem de sinal entre Mim e eles; para que soubessem que Eu sou o Senhor que os santifica" (v. 12); e "santificai os Adeus sábados, pois servirão de sinal entre M i m e vós, para que saibais que Eu sou o Senhor vosso Deus" (v. 20). Essas declarações se encontram em um contexto que reitera a experiência de Israel no deserto durante o Êxodo; fornecem, assim, uma ligação óbvia com Êxodo 31:13-17, onde o sábado é referido como um "sinal" de que Deus santifica Seu povo e de que é o Criador deles. Elas também reiteram a ênfase do Pentateuco sobre o sábado como dia santo (Êx 20:8-11; Lv 23:3) e sobre Israel como nação santa ou povo santo (Êx 19:6; Lv 19:2).

Além de reafirmar o significado do sábado como um "sinal" (Êx 31:13-17; ver I.A.2.f), Ezequiel acrescenta um item: o *conhecimento* de que o Senhor santifica Seu povo (20:12) e de que Yahweh é seu Deus (v. 20). Esse conhecimento inclui certamente uma dimensão intelectual, embora resida dentro do termo um significado muito mais rico: inclui e evidencia o conceito de um íntimo *relacionamento pessoal*. Para os antigos hebreus, a questão de "conhecer" envolvia acima de tudo um relacionamento. E por isso que Ezequiel 20:12 e 20 apresenta —de fato, instrui e ordena — um profundo, genuíno e constante encontro espiritual entre Deus e Seu povo, que se liga a Ele no relacionamento mais íntimo possível.

Diversas outras referências ao sábado ocorrem na seção do "templo-ideal" nos capítulos 40-48 de Ezequiel. Aqui, "os sacerdotes levíticos, os filho de Zadoque" (44:15), "santificarão os Meus [de Deus] sábados" (v. 24). Caberá ao príncipe dar "os holocaustos, as ofertas de cereais e as libações, nas festas, nas luas novas e nos sábados" (45:17). Finalmente, nos sábados e no tempo das Luas Novas, a "porta do átrio interior, que dá para o Oriente", devia ser mantida fechada durante os seis dias, mas aberta no sábado para adoração e para as devidas atividades litúrgicas (46:1-3).

5. Referências do 5" Século: Neemias

Neemias, o líder judeu depois do retorno de Babilônia, faz três referências ao sábado. A primeira está numa oração penitencial confirmando que Deus havia dado a Israel "juízos retos e leis verdadeiras, bons estatutos e mandamentos" e lhes fizera conhecer o "santo sábado" bem como "estatutos e uma lei, por intermédio de Teu servo Moisés" (9:13, 14). Essa declaração demonstra existir, mesmo tão tardiamente quanto no quinto século, uma distinção entre os mandamentos dados diretamente por Deus, inclusive o sábado, e as ordenanças dadas por Deus por meio de Moisés. Essa distinção foi < obscurecida no judaísmo posterior.

As outras duas referências têm que ver com uma reforma do sábado. O povo prometeu desistir de fazer comércio com os "povos da terra" no sábado e em outros dias santos. Também prometeram dar continuidade ao culto na casa de Deus,

inclusive as ofertas "dos sábados e das Festas da Lua Nova, e para as festas fixas" (10:31-33). Depois, quando Neemias viu os produtos agrícolas sendo preparados e negociados no sábado (13:15, 16), ordenou que as portas da cidade de Jerusalém fossem fechadas "dando já sombra [...] antes do sábado" e não fossem abertas "senão após o sábado" (v. 19).

II. O Sábado no NT

A. *Evangelhos*

O NT apresenta informações importantes sobre a teologia do sábado e da observância desse dia. Especialmente os ensinos e a prática de Jesus revelam os princípios básicos que devem guiar Seus seguidores no tocante ao sábado. Nesta seção, examinaremos os principais exemplos nos quais Jesus ensinou, por palavra, exemplo e através de milagres de cura, a essência da verdadeira observância do sábado. Ao avaliar os conflitos a respeito do sábado entre Jesus e os judeus, nos quais Ele foi acusado de até mesmo violar o sábado, devemos estar cônscios do que estava em jogo: a questão da validade da "lei oral". As disputas acerca do sábado diziam respeito não a matérias proibidas no AT, mas às tradições desenvolvidas durante os tempos intertestamentais (ver V.A.2).

Um princípio básico enunciado por Jesus foi o de que Ele veio, não para destruir a lei e os profetas, mas cumpri-los (Mt 5:17, 18). Esse princípio foi exemplificado na maneira como Ele tratou o sábado e outras estipulações do decálogo, como honrar os pais e não matar (v, 21, 22; 15:3-6). Toda a Sua atitude foi de exaltação da lei divina; mas isso fez com que Ele entrasse em conflito com as interpretações judaicas e os acréscimos judaicos a essa lei. Suas atividades no sábado bem como Seu ensino a respeito desse dia, conforme retratados nos quatro evangelhos, revelam uma retomada da intenção original do sábado pelo retorno a seu significado pleno, interno e espiritual.

Algumas das referências ao sábado nos quatro evangelhos não envolvem controvérsias de Cristo com os escribas e fariseus, ao passo que outras revelam algum tipo de contexto e/ou resultado polêmico.

I. O Sábado em Contextos Não Controversos

a. Comparecimento de Jesus à sinagoga. Jesus frequentava a sinagoga aos sábados (Mc 1:21; 6:2; Lc 4:16, 31; 13:10). De acordo com Lucas 4:16, era Seu "costume" ir à sinagoga no sábado. Ao comparecer aos cultos judaicos nesse dia, Jesus manifestava uma atitude positiva para como o sábado como um tempo de "santa convocação" (Lv 23:3).

b. Conselho sobre o sábado, em Mateus 24:20. Uma declaração no discurso escatológico de Jesus, registrado em Mateus, mostra o mesmo tipo de ênfase positiva a respeito do sábado. Ao predizer o tempo em que os exércitos romanos tomariam Jerusalém, Jesus exortou os discípulos: "Orai para que a vossa fuga não se dê no inverno, nem no sábado" (v, 20). A rigorosidade do inverno é prontamente compreensível, mas por que mencionar o sábado? Tem-se sugerido às vezes que a fuga no sábado seria difícil devido â interferência judaica. Contudo, se os judeus estivessem ocupados na guerra, o sábado seria um tempo propício para deixar a cidade. Nem é um argumento convincente o conceito de que a "jornada de um sábado" seria um estorvo, pois o tipo de observância do sábado apresentado nos evangelhos implica uma rejeição cristã a esse dispositivo extrabíblico (mesmo porque, até mesmo a tradição rabínica permitia fugir para salvar a vida). O que o texto sugere é que os discípulos deviam orar para que sua fuga não acontecesse no sábado a fim de evitar uma

experiência que lhes diminuísse a capacidade de observar o sábado normalmente, reduzindo assim seu senso de santidade em relação a esse dia.

502 ►

c. Observância do sábado quando Jesus estava no túmulo. Lucas 23:54-56 fornece um exemplo de observância do sábado no dia em que Jesus foi sepultado. As mulheres, depois de observar onde o corpo dEle fora posto, prepararam "aromas e bálsamos", mas no sábado "descansaram, segundo o mandamento". Esperaram até amanhecer "o primeiro dia da semana" para voltar ao túmulo, mas o encontraram vazio (Lc 24:1-3). O "mandamento" que elas observaram era obviamente o preceito do decálogo referente ao sábado. A forma constante como observavam o sábado mesmo em face da morte de Jesus, mostra que estavam seguindo o próprio exemplo do Salvador na observância desse dia. Também lança por terra a teoria de que Jesus adotava uma atitude negativa para com o sábado, a qual teria supostamente lançado a base para a rejeição posterior do mandamento.

d. Os mais antigos registros de cura. Os exemplos mais antigos de curas efetuadas por Jesus no sábado parecem não ter levantado nenhuma controvérsia. Tanto Marcos como Lucas descrevem a cura de um endemoninhado que interrompeu o culto na sinagoga de Cafarnaum num dia de sábado (Mc 1:21-28; Lc 4:31-37). A seguir, evidentemente no mesmo sábado, Jesus também curou a sogra de Pedro de uma febre alta (Mt 8:14, 15; Mc 1:29-31; Lc 4:38, 39). Muitas outras curas foram realizadas ao entardecer (Mt 8:16; Mc 1:32-34; Lc 4:40).

2. Incidentes no Sábado Envolvendo Controvérsia

a. Colhendo grãos no sábado. O primeiro conflito sabático registrado nos três evangelhos sinóticos diz respeito a se era lícito para os discípulos de Jesus colherem espigas de trigo no sábado (Mt 12:1-8; Mc 2:23-28; Lc 6:1-5). Os discípulos colheram espigas de trigo e as comeram depois de as debulhar "com as mãos" (Lc 6:1). Embora o AT permitisse as pessoas entrarem numa plantação para saciar a fome, os fariseus desafiaram Jesus.

De acordo com a lei oral (depois codificada na *Mishnah* e nos *Talmudes),* os discípulos de Jesus eram culpados de duas categorias principais de trabalho proibido no sábado: colher e debulhar (ver V. A. 2). Jesus defendeu os discípulos, chamando a atenção para o fato de Davi ter comido os pães da proposição quando estava com fome; também se referiu ao fato de os sacerdote no templo fazerem serviço extra no sábado e ficarem sem culpa (Mt 12:3-5). Assim também Seus discípulos não eram culpados. Jesus ainda lhes disse: "Pois eu vos digo: aqui está quem é maior que o templo" (v. 6), e também mostrou que o sábado foi feito por causa do homem, e não o contrário (Mc 2:27). Todos os três sinóticos concluem com a incisiva declaração de Jesus de que "o Filho do Homem é senhor do sábado" (Mt 12:8; Mc 2:28; Lc 6:5; ver Criação II.C).

b. Curas sabáticas nos sinóticos. Mateus 12:9-13, Marcos 3:1-5 e Lucas 6:6-10 registram a cura de um indivíduo cuja mão havia secado. As normas conforme posteriormente codificadas na *Mishnah* permitiam a uma pessoa doente ou acidentada receber tratamento no sábado, mas somente em caso quando a vida estivesse em risco. A situação do homem, porém, era crônica e não se enquadrava nessa exceção, Foi por isso que os escribas e fariseus perguntaram a Jesus: '"E lícito curar no sábado?' para poderem ter de que O acusar" (Mt 12:10; Lc 6:7). Jesus respondeu perguntando: "Qual dentre vós será o homem que, tendo uma ovelha, e, num sábado, esta cair numa cova, não fai'á todo o esforço, tirando-a dali?"

(Mt 12:11). Visto que as normas rabínicas permitiam isso, a questão básica colocada ao fariseu era se devemos fazer menos por um ser humano (v. 12). Jesus confrontou os fariseus com uma pergunta ainda mais forte: "E lícito nos sábados fazer o bem ou fazer o mal? Salvar a vida ou tirá-la?" (Mc 3:4). Para eles, deixar de fazer o bem era o mesmo que fazer o mal. Portanto, deixar de curar o homem com a mão ressequida era contrário aos princípios básicos deles. Jesus olhou "ao redor, indignado e condoído com a dureza do seu coração", e curou a mão ressequida (v. 5).

Lucas registra as duas curas restantes que levantam questionamentos: a da "mu-
503 ► lher que tinha um espírito de enfermidade havia já dezoito anos" e o homem hidrópico (13:10-17; 14:1-6). Em conexão com essas curas, Jesus tornou a afirmar que os escribas e fariseus estavam dispostos a dar um tratamento mais compassivo aos animais no sábado do que a seres humanos.

c. Curas no sábado em João. Duas das curas efetuadas por Jesus no sábado são registradas somente no evangelho de João: a de um coxo no tanque de Betesda, em 5:2-9, e a de um cego de nascença, no capítulo 9. No primeiro caso, Jesus curou o homem e lhe ordenou: "Levanta-te, toma o teu leito e anda" (5:8). O homem se ergueu e fez exatamente conforme fora ordenado (v. 9), demonstrando assim que sua cura fora verdadeira e completa. Essa atividade provocou controvérsia com os judeus (v. 10-16), já que o homem curado quebrara a lei que proíbe transportar carga no sábado, um dos 39 tipos principais de trabalho codificados depois na *Mishnah.* Jesus pôs essa ação de cura no contexto de "Meu Pai trabalha até agora, e Eu trabalho também" (v. 17). Deus está constantemente empenhado na manutenção do Universo, bem como na obra de redenção dos seres humanos. Jesus replicou apenas, de maneira simples, mas vigorosa, que estava participando nessa constante atividade divina de redenção, uma atividade inteiramente compatível com a intenção do sábado (ver Criação II. C).

As palavras de Jesus dão provas de que o caso envolvia mais do que cura física, porque depois quando encontrou o homem no templo, o advertiu: "Olha que já estás curado; não peques mais, para que não te suceda coisa pior" (v. 14). O bem-estar do homem dependia de uma dimensão espiritual, além da física. A mesma dinâmica se revela quando Jesus cura o paralítico em Cafarnaum (Mt 9:1-7; Mc 2:1-12; Lc 5:17-25), cujos pecados perdoa, dando provas de que "o Filho do Homem tem sobre a Terra autoridade para perdoar pecados" (Mt 9:6). A mensagem transmitida na cura do coxo no Tanque de Betesda é precisamente a mesma. Esses milagres eram, portanto, uma proclamação da divindade e da messiandade de Jesus.

No caso da cura do cego de nascença, os fariseus acusaram Jesus de não guardar o sábado (Jo 9:16). Mas novamente, o que Jesus não havia observado eram as regras farísaicas relativas à observância desse dia, e não as determinações bíblicas. De fato, Jesus chamou esse milagre de "obra de Deus" (v. 3). Pouco antes de realizar essa cura, Jesus disse palavras com sentido muito semelhante àquelas pronuncidas com relação à cura no tanque de Betesda. Afirmou: "É necessário que façamos as obras dAquele que Me enviou, enquanto é dia" (v. 4). Esse milagre revela novamente a participação de Cristo na obra de Deus Pai. Jesus chama aqui a atenção também para Si próprio como o Messias, por meio de quem graça e bênção divinas são conferidas.

3. O Significado das Curas de Jesus no Sábado

a. Razões para curas no sábado. Jesus podia ter restringido Seus milagres de cura a outros dias que não o sábado, mas não o fez. De fato, os evangelhos parecem

dar ênfase especial às curas no sábado, as quais provocavam controvérsia com os judeus. Por meio delas, Jesus ensinou lições sobre a verdadeira observância do sábado. Mais fundamental ainda: por meio desses milagres Ele chamou a atenção para Sua divindade, Sua unidade com o Pai e Sua obra de salvação. A controvérsia sobre o sábado deu a Jesus oportunidade intensificada para ensinar as verdades vitais concernentes a Sua obra de redenção. Além disso, o fato de as duas curas mencionadas no sábado terem acontecido em Jerusalém, na época das festas anuais, deu a Jesus mais oportunidade de proclamar verdades vitais para a salvação dos seres humanos.

b. Curas como proclamação da missão de Jesus. As duas curas no sábado, relatadas por João, são dignas de nota por causa da discussão que provocam e porque são elos numa progressão de acontecimentos afirmativos da missão de Jesus. Quando Jesus curou o coxo no tanque de Betesda e proclamou que tanto Ele quanto o Pai trabalhavam, os judeus entenderam isso como uma reivindicação de igualdade com Deus e
504 ► "ainda mais procuravam matá-Lo" (Jo 5:18). Jesus apresentou então diversos pontos importantes: (1) o Filho faz as mesmas coisas que o Pai (v. 19); (2) “o Pai ama ao Filho, e Lhe mostra tudo o que faz, e maiores obras do que estas Lhe mostrará" (v. 20); (3) "assim como o Pai ressuscita e vivifica os mortos, assim também o Filho vivifica aqueles a quem quer" (v. 21); (4) o Pai, que tem vida em Si mesmo, "também concedeu ao Filho ter vida em si mesmo" (v. 26); (5) o Pai "ao Filho confiou todo julgamento” (v. 22); (6) “quem não honra o Filho não honra o Pai que O enviou” (v. 23); e (7) quem ouve a palavra de Cristo e vem a Ele, tem "a vida eterna" (v. 24; cf. v. 39, 40).

O que Jesus está ensinando, como nos capítulos seguintes, é que a verdadeira vida, a "vida eterna”, acha-se disponível aos seres humanos, que podem recebê-la através d Ele. Essa é, de fato, a mensagem básica introduzida por João no início do seu evangelho: "A vida estava nEle e a vida era a luz dos homens” (jo 1:4).

A "vida eterna", que tem Cristo como a única fonte, é o que realmente está por trás das curas no sábado. No discurso proferido por Jesus junto ao tanque de Betesda, o próprio termo ocorre duas vezes (Jo 5:24, 39) e se repete em capítulos posteriores (Jo 6:27, 40, 47, 54, 68; 10:28; 17:2, 3). Jesus deixou claro que a vida abundante (Jo 10:10), a vida de plenitude, inteireza e riqueza, começa *agora* de maneira qualitativa para os que aceitam a salvação que Ele oferece (ver Jo 5:24). Cristo também dá garantia de que essa vida se estenderá pela eternidade, quando Ele ressuscitar os mortos "no último dia” (jo 6:40; também cf. 5:28, 29; 6:39, 40, 54; lCo 15:51-54; lTs 4:16, 17).

B. AtoSj Epístolas e Apocalipse

1. Atos

A evidência do livro de Atos mostra que, após a ressurreição de Jesus, os apóstolos continuaram a observar o sábado. Na Antioquia da Pisídia (na Asia Menor), Paulo e Barnabé assistiram a cultos de adoração na sinagoga e neles participaram por duas semanas consecutivas (At 13:14, 42-44). Alguns anos depois, durante a segunda viagem missionária do apóstolo, Paulo e Silas se encontraram no sábado com um grupo de mulheres reunidas à beira de um rio, em Fílipos (16:12, 13).

Quando Paulo chegou a Tessalônica, foi para a sinagoga "segundo o seu costume” (17:2; expressão semelhante com referência a Jesus, em Lc 4:16). Nos três sábados em que permaneceu na cidade grega, o apóstolo arrazoou “acerca das Escrituras, expondo e demonstrando ter sido necessário que o Cristo padecesse e ressurgisse dentre os

mortos" (17:2, 3; a RSV traduz *sâbhata,* no v. 2, como "semanas", em vez de "sábados", mas visto que o relato se refere à atividade de Paulo na sinagoga, a tradução "sábados" ou "dias de sábado" é incontestável mente correta).

Depois, Paulo permaneceu em Corinto por um ano e meio (ICo 18:1-18). Durante a semana, ele trabalhava em seu ofício como fabricante de tendas (v. 3), mas "todos os sábados discorria na sinagoga", "persuadindo tanto judeus como gregos" (v. 4). Durante parte de sua estada em Corinto, porém, ensinou "a palavra de Deus" (v. 11) na casa de Tício Justo, por causa da oposição que enfrentou na sinagoga por parte dos judeus (v. 6, 7).

O livro de Atos registra, portanto, diversos exemplos de Paulo e de seus companheiros observando o sábado. Em contraste, não existe nenhum relato desses apóstolos terem jamais observado o primeiro dia da semana em cultos de adoração. Duas referências sugeridas como prova de cultos de adoração regular no domingo (At 20:7 e ICo 16:2) na verdade não o são. A primeira se refere de fato a uma reunião noturna para uma ocasião especial (de acordo com a contagem bíblica, sábado à noite); e a segunda sugere que se punha dinheiro de parte *em casa* (e não na igreja ou sinagoga) para uma coleta a ser levantada posteriormente.

2. Epístolas

Apenas duas referências nas epístolas do NT empregam a palavra "sábado" (embora com diferentes palavras gregas, como vereo^mos abaixo): Colossenses 2:16 e Hebreus 4:9.

a. Colossenses 2:14-17. Eruditos modernos reconhecem que Colossenses 2:2-23 polemiza contra ensinos heréticos, possivelmente de natureza gnóstica (ver especialmente os v. 8-11, 18-23). Encontramos nesse contexto uma referência a Deus "tendo cancelado o escrito de dívida, que era contra nós" (v. 14) e a recomendação, portanto, para que "ninguém, pois, nos julgue por causa de comida e bebida, ou dia de festa, ou Lua Nova, ou sábados", que não passam de "sombra das coisas que haviam de vir", porém "o corpo" pertence a Cristo (v. 16, 17).

Algumas versões traduzem a referência ao sábado como "dias de sábado". Se o grego aqui utilizado, *sabbaton,* é plural ou singular, não está claro. Muitos comentaristas sugerem que o texto se refere aos "sábados" ou dias santos da "lei cerimonial" mosaica, e não ao sábado semanal.

Esses comentaristas e intérpretes geralmente, porém, não compreendem que a referência em Colossenses 2:16 é similar às repetidas referências do AT a uma trilogia no padrão de observâncias anual-mensal-semanal (nessa ordem ou na inversa). Não se tem, é claro, absoluta certeza se a heresia em Colossos tinha que ver com esse tríplice grupo de celebrações, portanto a terminologia aqui empregada pode não ser comparável à do AT. E também possível que Paulo estivesse usando um dispositivo literário comum de paralelismo invertido, partindo das festas anuais para as mensais e depois retornando às festas anuais.

Seja como for, o que não deve ser passado por alto é o fato de que o próprio contexto no qual se menciona a trilogia de termos em Colossenses não trata especificamente de dias, mas de cerimônias. O texto se refere a' celebrações temporais nas quais "comida e bebida" eram servidas. Em resumo, Colossenses está tratando aqui de um cerimonialismo que havia perdido de vista a Cristo, que é a verdadeira essência para a qual apontavam as cerimônias do AT.

E notável também que nas referências do AT à trilogia das celebrações trata, invariavelmente, não da observância de dias, mas da forma como esses dias santos estavam relacionados às especificações da "lei cerimoniar (lCr 23:31; 2Cr 2:4; 8:13; 31:3; Is 1:11-14; Ez 45:17). Uma ênfase mal orientada

na cerimônia e uma satisfação própria com o formalismo poderiam degenerar num exercício religioso sem sentido, tanto nos tempos do AT como no NT. Colossenses 2:16 e 17 anuncia precisamente o mesmo tipo de mensagem que Isaías 1:11-14. Em nenhum caso se questiona a santidade do dia semanal de adoração apontado por Deus. O que está sob ataque em ambos os casos é somente o impiedoso "cerimonialismo", com colossenses criticando a mania de julgar adotada por alguns defensores de observâncias cerimoniais então obsoletas.

Nesse sentido, a referência a *sabbatõn* em Colossenses 2:16 não sugere nem subentende que o sábado do sétimo dia foi abolido. Além disso, a bem comprovada prática de observar o sábado pelos apóstolos contraria frontalmente toda e qualquer tentativa de usar Colossenses 2:16 como evidência de que o sábado do sétimo dia foi ab-rogado.

b, Hebreus 3:7-4:13. Na seção do livro de Hebreus que vai de 3:7 a 4:13, o termo *katâpausis* ocorre oito vezes (3:11, 18; 4:1, 3 [duas vezes], 5, 10, 11); e o verbo *katapauõ*, três vezes (4:4, 8, 10). Todos são geralmente traduzidos por “descanso". A palavra *sabbatismos* ocorre uma vez (4:9), traduzida por “descanso sabático”. Não resta dúvida, portanto, de que a ideia de “descanso”, inclusive "descanso sabático”, é um conceito-chave nesse contexto. Essa passagem de Hebreus constitui uma exposição exortativa/homilética do Salmo 95:7-11, que se refere aos fracassos dos israelitas em suas peregrinações pelo deserto. Esses fracassos fizeram com que Deus jurasse que não entrariam no Seu descanso.

Esse tipo específico de pensamento é introduzido no salmo pela exortação: “Hoje, se ouvirdes a Sua voz, não endureçais o coração, como em Meribá” (v. 7, 8). Essa declaração é fundamental para toda a passagem de Hebreus (ver 3:8, 13, 15; 4:7), onde a palavra “descanso” é usada metaforicamente
506 ► para representar a experiência da salvação em Gristo (cf. Mt 11:28-30). Esse "descanso” pode também incluir outro cumprimento: o escatológico. O livro de Hebreus, em comum com outras partes do NT, enfatiza a experiência da fé tanto no momento presente quanto no tempo da recompensa final (ver Hb 10:25; 11).

Em Hebreus 4:4 faz-se menção ao descanso de Deus de Sua obra no tempo da criação; a referência ao sábado (4:9, 10) diz: “Portanto, resta um repouso para o povo de Deus. Porque aquele que entrou no descanso de Deus, também ele mesmo descansou de suas obras, como Deus das Suas.” Várias interpretações foram propostas para o significado de “descanso sabático”. Por causa da forte ênfase em seguir o exemplo de Deus, alguns afirmam que a expressão se refere à observância do sábado. Outros, insensatamente, a utilizam para apoiar a observância do domingo semanal, apesar do fato de o domingo sequer ser mencionado na passagem. O “outro dia” mencionado no verso 8 não é o domingo, mas uma clara referência a um *tempo* futuro ao de Josué e à conquista de Canaã.

Em virtude do conceito de “descanso” presente em toda a perícope, os que interpretam a declaração “descanso sabático” num sentido metafórico parecem fazer mais justiça ao que se pretende. Infelizmente e incorretamente, alguns exegetas argumentam que o descanso do sábado é aqui usado metaforicamente para simbolizar uma experiência em Cristo, tornando evidente que o sábado semanal foi ab-rogado. Mais convincente, no entanto, é o ponto de vista oposto, pois a menos que o sábado semanal estivesse realmente sendo observado pelos destinatários do livro de Hebreus, a força do argumento homilético/teológico estaria perdida. Assim, embora Hebreus 4:9 e 10 não se ocupe primariamente da observância do sábado, fornece confirmação indireta da observância apostólica do sétimo dia da semana.

3. Apocalipse

Apocalipse 1:10 usa a expressão "dia do Senhor" para designar o dia em que João recebeu sua visão na ilha de Patmos. Esse termo contrasta obviamente com os dias do imperador romano: exalta o Senhor Jesus Cristo, em vez de Domiciano, que baniu João para Patmos e que gostava de se referir a si mesmo como "Senhor e Deus"

Muitos intérpretes concluem que esse dia era o primeiro dia da semana, ou domingo. No entanto, somente cerca de um século depois é que encontramos o mais antigo exemplo do "dia do Senhor" usado em fonte patrística com o sentido de domingo cristão semanal (ver V.B.2.b). Metodologicamente, não é razoável ler esse emprego no NT, onde não existe evidência anterior ou contemporânea para o uso. O evangelho de João, escrito poucos anos depois do Apocalipse e que poderia ser fonte de grande auxílio, consistentemente utiliza a designação "primeiro dia da semana" para o domingo. E nenhuma vez chama o domingo de "dia do Senhor", uma atitude estranha se o "dia do Senhor" já fosse nessa época uma designação cristã para domingo.

Uma minoria de intérpretes alega que João foi transportado em visão para o tempo do hm e que esse é o sentido da expressão "dia do Senhor". Não há base linguística para tal emprego (a expressão difere de "dia do Senhor" e "dia de Cristo"), Além disso, visto que ao menos as seções da primeira visão e das várias outras, pertencem à própria época de João, é insustentável investir a expressão "dia do Senhor", de Apocalipse 1:10, com futuras implicações escatológicas.

Diversos tipos de evidência mostram, em vez disso, que o sábado do sétimo dia era o "dia do Senhor" referido em Apocalipse 1:10: (1) Esse dia havia sido coerentemente honrado por Cristo e Seus apóstolos mediante o comparecimento aos cultos de adoração; também era o dia do qual Cristo expressamente se dizia Senhor (Mt 12:8; Mc 2:28; Lc 6:5). (2) O livro do Apocalipse está imerso na linguagem e imagística do AT e, portanto, pode haver relevância especial para Apocalipse 1:10 no fato de o AT se referir ao sábado como dia santo de Deus (Is 56:4; 58:13; Ez 20:12, 13, 16, 20, 21, 24; 22:8, 26; 23:38). O Apocalipse mostra uma particular intimidade com os conceitos e a imagística básica de Ezequiel, e é significativo que Ezequiel seja o profeta do AT que mais repetidas vezes empregou a expressão "meus [de Deus] sábados". (3) A mensagem do primeiro anjo do Apocalipse 14:6 e 7 enfatiza uma linguagem criacional semelhante à do mandamento sabático do decálogo. Essa mensagem também está relacionada ao salmo de louvor ordenado pelo rei Davi no tempo em que a arca contendo os dez mandamentos foi levada para Jerusalém (ver iCr 16:7-36). (4) A ênfase do livro do Apocalipse nos mandamentos de Deus (cf. Ap 12:17; 14:12) sugere que todos os preceitos de Deus continuam em vigor, inclusive a observância do sábado.

> 507

C. *Resumo das Evidências do NT*

A evidência do NT revela que Cristo e Seus apóstolos honravam o sábado do sétimo dia com regularidade, frequentando "santas convocações" (geralmente nas sinagogas). Além disso, não há empartealgumadoNTevidênciade qualquer outro dia sendo honrado como dia de adoração. Também não há no NT evidência da controvérsia sábado-domingo. Sempre que ocorre uma mudança na prática religiosa, segue-se inevitavelmente uma controvérsia, como no caso da circuncisão no NT. Mas não existe nenhuma polêmica concernente à adoração no sétimo dia da semana em parte alguma do NT. Esse fato é uma forte evidência adicional da continuidade da observância do sábado. No período do NT, o único *sábado cristão* era o sétimo dia da semana.

III. Uma Teologia Bíblica do Sábado

O princípio de que as práticas religiosas não são melhores do que a teologia que as enforma e fundamenta se aplica à teologia e observância do sábado, bem como a todas as outras facetas da observância religiosa. Esse fato realça a importância de haver uma concepção inteligente e escriturística da genuína observância do sábado. Mas há também outra consideração: O sábado não é um fim em si mesmo, mas a manifestação de uma experiência interior. Para os cristãos, o centro da experiência religiosa é um relacionamento pessoal com Jesus Cristo e, por meio dEle, também com Deus Pai (Jo 14:9, 21, 23; 17:21-23, 26). Esse relacionamento é a parte mais importante da experiência refletida no sábado. Cada aspecto da teologia do sábado, bem como a prática sabática que a permeia, é uma obra externa da Divindade, e reflete um relacionamento vital com o Senhor.

Para uma teologia do sábado ser válida, deve se basear na Bíblia e ser inteiramente arraigada no AT e NT. Nesse aspecto, uma teologia do sábado do sétimo dia é completamente diferente de qualquer suposta teologia do "sábado dominical", que não possui o referendo divino, pois não existe na Bíblia nenhuma menção à santificação do domingo. Em contrapartida, a Escritura contém numerosas referências descrevendo a natureza do sétimo dia da semana e declarando que esse foi o dia estabelecido por Deus para adoração e descanso.

Ao examinar a teologia do sábado, nós a relacionamos com outras doutrinas bíblicas. O quadro final deve retratar um todo entrelaçado.

A. O Sãbaão e a Doutrina de Detis

A pergunta básica que devemos fazer é: "O que o sábado nos ensina sobre Deus?" A lista a seguir, embora não seja exaustiva, dirige a atenção para alguns aspectos principais da natureza, do caráter e da atividade de Deus, esclarecidas pelo sábado conforme apresentado na Escritura.

1. Deus como Criador

Deus é o onipotente Criador, a quem os seres humanos precisam reconhecer e reverenciar, e com o qual precisam se associar a fim de ter plenitude de vida. Essa mensagem está em Gênesis 1 e 2, no mandamento do sábado no decálogo e em diversas outras passagens que tratam do sábado. O Criador estabeleceu esse dia como uma bênção para os seres humanos, que precisam da comunhão especial com seu Criador, memorializada e promovida pelo sábado.

*508

Cumpre-nos lembrar que Cristo, o divino Filho de Deus, bem como Deus Pai, participaram na criação e no estabelecimento do sábado. Sem Cristo "nada do que foi feito se fez" (Jo 1:1-3); "nEle, foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis" (Cl 1:16).

2. Deus como Redentor

Deus é o todo-suficiente redentor e salvador, cuja ação redentora precede a relação de aliança com Seu povo redimido. Dentre as passagens referidas anteriormente, Êxodo 31:17 e Ezequiel 20:12 e 20 se referem ao sábado como um sinal do senhorio de Yahweh e de Seu poder para santificar. Em direta conexão com o mandamento do sábado em Êxodo 20 e Deuteronômio 5, o prólogo histórico do decálogo também se refere especificamente à poderosa ação redentora de Yahweh em salvar Seu povo do cativeiro egípcio (Êx 20:2; Dt 5:6). A repetição por parte de Moisés do mandamento do sábado também contém uma referência ã atividade salvífica de Deus (Dt 5:15).

O sábado como sinal de redenção tem, de fato, precedência sobre o sábado como

memorial da criação. Somente os que são redimidos por Cristo podem verdadeiramente reconhecer e entender o significado da criação. De fato, o exemplo da redenção divina dos israelitas do cativeiro egípcio dirige nossa mente para a redenção disponibilizada pela vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo. Essa redenção é que torna realmente eficazes e significativas essas redenções menores, inclusive o êxodo do Egito e o livramento de Israel de Babilônia.

3. Deus como Criador da Aliança

Deus aprecia estabelecer comunhão com os seres que criou. Demonstrou isso na criação, quando separou o sábado como um dia especial de comunhão com os seres humanos. O ministério de Cristo na Terra confirma essa mesma lição. Ele comungou com Seu povo no sábado e manifestou diariamente íntimo relacionamento com eles. Assim como nos tempos bíblicos o sábado tinha por finalidade ser um dia para os filhos de Deus desfrutarem de comunhão especial com Ele e com seus irmãos, seu propósito hoje continua o mesmo.

O problema do pecado e a solução divina para ele ao libertar seres humanos de seu poder trouxe uma dimensão adicional à comunhão de Deus com a humanidade. Os que aceitam a divina graça salvadora se distinguem do restante da humanidade por serem postos numa relação de aliança com Deus. Na aliança celebrada por Deus com Israel no Sinai, Sua anterior bondade em livrar os israelitas do cativeiro egípcio serviu de base para o relacionamento. E entre as estipulações da aliança — os dez mandamentos — o sábado era tão essencial que ele próprio é referido como “aliança perpétua" (Êx 31:16).

Alianças comportam obrigações mútuas. No Sinai, o grande Suserano supremo do Universo condescendeu em entrar numa aliança com o povo que havia libertado do cruel cativeiro. Essa aliança lhes garantia constante cuidado e proteção divina, mas exigia, em troca, a obediência deles numa manifestação de lealdade ao Senhor. A relação de aliança assim desenvolvida fez de Israel um “reino de sacerdotes e nação santa” (Êx 19:6). Essa descrição se repete no NT a respeito da igreja cristã (IPe 2:9; Ap 1:6). A nova aliança no NT, que se baseia diretamente na salvação realizada a infinito custo para a Divindade, garante o constante cuidado divino. Mas requer também obediência aos mandamentos de Deus em gratidão e lealdade a Ele (Hb 8:10; 10:16; cf. Jr 31:31-33).

4. Deus como Doador de Boas Dádivas e Mantenedor de Sua Criação

O sábado, ao chamar a atenção para a atividade criadora e recriadora de Deus, revela «g Sua generosidade. No Éden Ele concedeu tudo de que precisavam os seres humanos. Isso incluía a própria vida, companheirismo divino e humano, completa saúde e felicidade, meio ambiente perfeito, e todos os talentos e capacidades físicas e mentais necessárias ao perfeito funcionamento da humanidade. Mediante a redenção e salvação tornadas possíveis pelo sacrifício de Cristo, são restabelecidas todas as bênçãos de uma comunhão renovada com Deus. Através de Cristo, os seres humanos podem receber perdão do pecado, revitalização espiritual, alegria e a paz interior que só a salvação de Deus pode trazer. Não bastasse isso, Deus provê bênçãos físicas até para aqueles que não O reconhecem. Nas palavras de Cristo, o Pai Celestial faz "nascer o Seu sol sobre maus e bons e vir chuvas sobre justos e injustos” (Mt 5:45).

Ao afirmar isso, Jesus está declarando que Deus é o mantenedor de tudo, e que observa constantemente os seres humanos que criou para satisfazer-lhes as necessidades. Esse aspecto do caráter e da atividade do Pai e do Filho também é apresentado no

pronunciamento feito por Cristo após realizar um de Seus milagres de cura; “Meu Pai trabalha até agora, e Eu trabalho também” (Jo 5:17). Realmente, as curas de Cristo no sábado são em si mesmas um poderoso testemunho do fato de que Deus é o grande Mantenedor e também Salvador e Doador de todas as boas dádivas (Tg 1:17).

5. Deus como Perfeito em Justiça

Yahweh é supremo em justiça. Ele “não faz acepção de pessoas” (At 10:34). O sábado do sétimo dia constitui símbolo muito especial, além de uma demonstração completa e constante de justiça. Trata-se de um dom para a humanidade, igualmente aplicável e acessível a todos, E concedido em toda parte com a mesma regularidade e na mesma quantidade, Além disso, no tocante à observância do sábado entre os antigos israelitas, Deus especificou que todos — o servo e o estrangeiro, bem como os proprietários de terra (Ex 23:12) — deveríam dispor de um dia livre por semana de seus trabalhos comuns, demonstrando assim total imparcialidade.

6. Deus como Perfeição

Deus é perfeito. O testemunho básico disso são os fatos da criação e da redenção, que o sábado serve para comemorar. No princípio, as obras de Deus foram perfeitas, e permaneceram assim até que o pecado trouxe estragos à Sua criação. A salvação que Cristo oferece é perfeita. Jesus Cristo é tanto o Autor quanto o Gonsumador da fé (Hb 12:2). Além disso, os milagres realizados por Cristo no sábado e Seus discursos sobre o tema revelam a perfeição da Divindade na obra de salvação. Devemos observar por fim que “os novos céus e a nova Terra” que Deus há de criar também serão perfeitos (Is 66:22; Ap 21:1-4).

7. A Divindade de Cristo

Cristo é Deus. O sábado testifica da divindade de Cristo quando Ele afirma ser Senhor do sábado tanto por palavra (Mt 12:8) quanto por meio de Seus milagres de cura. Ele é o Senhor do sábado porque o fez. Suas curas envolviam não somente curas físicas sobrenaturais, mas também o perdão do pecado e a concessão de plenitude espiritual, dando inquestionável testemunho de Sua natureza divina e realçando a verdade de Sua reivindicação de igualdade com o Pai celestial (Jo 5:17, 19, 20; 9:3-5; 10:30). O sábado nos ajuda, portanto, a reconhecer a divindade de Cristo (para outros aspectos da doutrina de Deus, ver Deus I-VIII).

¡B. O *Sábado e a Doutrina da Humanidade*

1. O Sábado e a “Criaturidade[51] Humana

O lado inverso da pergunta do que o sábado nos ensina sobre Deus é: "O que o sábado nos diz sobre nós mesmos como seres humanos?” Ao chamar nossa atenção para a semana da criação, o sábado nos faz lembrar que somos seres criados. Como tal, Deus nos deu uma diversidade de talentos e capacidades proporcional às atividades nas quais os seres humanos podem se empenhar. Nossos primeiros pais foram criados à Imagem de Deus e essa imagem, de certa forma, ainda persiste, apesar das distorções trazidas pelo pecado. Entre as capacidades com que Deus dotou a família humana estão as do companheirismo, do amor, da compaixão e as diversas outras emoções que experimentamos. Embora algumas delas tenham sido severamente sufocadas e até mesmo obliteradas pelo pecado, a redenção de Deus em Cristo pode restabelecê-las naqueles que aceitam a graça salvadora de Cristo. ◄

O fato de termos sido criados como indivíduos nos faz exibir diversos aspectos de “criaturidade” e “humanidade”. Em nossa criaturidade, somos mortais. Quando Deus criou os seres humanos, não lhes deu a imortalidade, de modo que todos os seres

humanos estão sujeitos à morte. Somente Deus possui a imortalidade (ITm *6:16).* Só Ele pode conceder imortalidade, e fará isso por seus fiéis seguidores quando Cristo voltar (ICo 15:51-54; lTs 4:15-17).

À medida que o sábado nos leva a pensar em nossa condição de criaturidade e humanidade, faz-nos também lembrar que não somos nem onipotentes nem oniscientes, mas que vivemos e agimos dentro da limitada esfera de vida e recursos que recebemos do Criador. Isso deveria estimular etn nós um espírito de verdadeira humildade, pois o fato de todos os seres humanos deverem sua existência e talentos ao mesmo soberano Deus não deixa nenhum espaço para a jactância. Na verdade, o reconhecimento de nossa própria criaturídade humana deveria inspirar em nós uma atitude de respeito e cuidado por todos os outros seres humanos. Também deveria nos fazer sensíveis ao meio ambiente, ao percebermos que Deus nos fez protetores do mesmo.

2. O Sábado como um "Nivelador"

Ao chamar nossa atenção para a criação e para nossa própria criaturidade, o sábado possui um efeito "nivelador". Conforme observado previamente (III.A.5), o sábado é acessível a todos os seres humanos igualmente, com a mesma regularidade e na mesma quantidade. Deus também mostrou que Seu repouso se aplica a *todas* as pessoas, aos servos e estrangeiros bem como aos donos de propriedade. A universalidade do sábado é apresentada ainda em Isaías, quando o profeta se refere à observância do sábado por parte dos "estrangeiros que se chegam ao Senhor" (Is 56:6, 7). Como um segmento do tempo, a universalidade do sábado o coloca ao alcance de todos os seres humanos, de maneira imparcial e gratuita.

3. O Sábado e Nosso Valor para Deus

O sábado também ensina que temos valor para Deus e que Ele nos dotou com notável potencial. Uma das expressões do Seu amor por nós é o próprio fato de Ele haver concedido o sábado aos seres humanos que criou, para que possam ter comunhão especial com Ele. Mas todas as outras bênçãos - a própria vida, o companheirismo, um belo ambiente e a força física e intelectual - também vêm dele. Isso faz com que os seres humanos sejam capazes de empreendimentos compensadores e desafiadores, capazes de trazer contribuições valiosas para Deus e para a sociedade. O Senhor nos deu uma sequência de seis dias para realizar obras significativas. Assim como Ele percebeu que o que havia criado durante os seis dias era "muito bom" (Gn 1:31), nós, no fim dos nossos seis dias de trabalho, podemos volver-nos para Ele em gratidão pelo que permitiu que realizássemos.

4. O Sábado e o CompanheirísmOj o Amor e a Compaixão

O sábado nos faz lembrar que Deus colocou nos seres humanos a necessidade de companheirismo e a capacidade de amar, cuidar e de ser compassivo. O sábado devia ser um dia de santa convocação (Lv 23:3). Servia também como um lembrete aos antigos israelitas de que, pelo fato de Deus os haver retirado da escravidão egípcia, eles deviam agir compassivamente, tratando os seres humanos com amor e bondade.

C. O *Sábado e a Doutrina da Salvação*

O pecado alterou o plano original de Deus para os seres humanos que Ele criou, mas, por meio de Cristo, esse plano foi restabelecido e opera em todos aqueles que aceitam Sua graça salvadora. O sábado desempenha um papel quando trata com a situação do pecado, pois é um sinal do poder santificador e do senhorio de Cristo. Ele nos ajuda a perceber nossa necessidade de redenção, salvação e restauração. Dirige nossa mente para Aquele que tem o remédio capaz de curar a doença do pecado e sua escravidão.

Ao apontar para Cristo como o Redentor, o sábado nos ajuda a reconhecer nossa necessidade de salvação e o infinito custo para Deus Pai e Jesus em provê-la,

A base bíblica para o significado soteriológico do sábado emerge de várias considerações: (1) A obrigação de observar o sábado, junto com os outros nove mandamentos do decálogo, foi apresentada no Sinai na estrutura do amor redentor e da atividade salvadora de Deus. (2) Foi declarado que o sábado era um sinal de que Yahweh é o Deus de Seu povo e de que Ele os santifica. (3) Corretamente observado, o sábado traz como resultado o deleitar-se em Deus, conforme Isaías 58:13 e 14. (4) As curas de Cristo no sábado ilustram vigorosamente Seu poder de cura espiritual e física. Cristo é, na verdade, o único Salvador. Foi Ele quem resgatou Israel do cativeiro egípcio (ver iCo 10:1-4), e é Ele quem perdoa pecados e concede liberdade e plenitude aos seres humanos presos pelo pecado.

Ao fazer um comentário final sobre o sábado e sua relação com a salvação, repetimos que, para seres humanos que vivem em um mundo de pecado, o sábado como sinal de redenção tem precedência sobre o sábado como sinal ou memorial da criação. A obra da "re-criação" deve ter precedência sobre nós, uma vez que a criação e o Criador têm real significado para nós. Isso não diminui a importância do sábado como memorial da criação, mas simplesmente chama a atenção para o fato vital de que, para seres humanos sob a escravidão do pecado, a libertação da escravidão vem primeiro e é básica para todo conhecimento de Deus e relacionamento com Ele. Uma significativa observância do sábado só ocorre dentro de um companheirismo pessoal com Cristo.

D. O Sábado e a Doutrina da igreja

Como vímos, o sábado é um 'nivelador", tanto por sua própria natureza quanto por sua observância para nos manter conscientes de nossa criaturidade. Mas o sábado é também um nivelador na dimensão soteriológica, não só por causa da necessidade da salvação que é partilhada por *todos* os seres humanos, mas também porque aqueles que a aceitam são postos num companheirismo em que "não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher", porque todos são "um em Cristo Jesus" (G1 3:28). Esse companheirismo é a *ekklêsia* de Cristo, a igreja cristã.

O sábado como um sinal do poder redentor de Cristo tem o papel de produzir amoroso respeito por meio de todo o companheirismo cristão. Faz-nos lembrar que todos fazemos parte de uma salvação comum e que Aquele que é nosso Senhor e Salvador é também o Senhor e o Salvador de nossos irmãos e irmãs cristãos. Quando adoramos juntos sábado a sábado, crescemos em amor e respeito mútuo. O laço entre os genuínos seguidores de Cristo se torna tão íntimo, que, imbuídos do espírito de Cristo, declaram: "Ninguém tem maior amor do que este: de dar alguém a própria vida em favor dos seus amigos" (Jo 15:13). Quando Jesus pronunciou essas palavras, pensava sem dúvida em Sua própria morte iminente, mas Sua declaração também tinha um significado preditivo e promissório para todos os cristãos. A declaração traz para a vida corporativa da igreja a implicação de que cada membro individual deve amar seus irmãos e irmãs em Cristo, estando sempre disposto, pronto e feliz em assumir mesmo a morte no lugar deles. E, de fato, a história da Igreja primitiva testifica repetidas vezes de que os cristãos verdadeiros, quando perseguidos, cumpriram as palavras de Jesus,

O aspecto eclesiológico do sábado apresenta outra faceta importante, que se relaciona com a obra do Espírito Santo para edificar a congregação e para alcançar o mundo, como um todo. Esse aspecto é a outorga dos dons especiais de Deus ã comunidade cristã por

meio do Espírito Santo, dotações que são chamadas apropriadamente de dons espirituais (Rm 12:4-8; lCo 12:4-11; Ef 4:11-14). No sábado, manifestam-se publicamente diversos desses dons. O fato de o sábado ser um sinal de redenção também nos deveria fazer gratos, não só pelos dons a nós comunicados pelo Espírito, mas também pelos dons que Ele concedeu a outros. E à medida que os membros da igreja trabalharem juntos, devem procurar confirmar os dons espirituais uns dos outros (ver Dons Espirituais II).

E. O Sábado e a Escatologia

O antigo judaísmo tinha um ditado segundo o qual o sábado era uma amostra da eternidade neste mundo *(Mishnah Tamiã,* 7.4). Não causaria surpresa se os cristãos do NT tivessem um conceito similar, embora a respeito disso não se tenha nenhuma prova escriturística inteiramente clara. Conquanto se possa entender o "repouso" de Hebreus 3:7-4:13 como uma possível referência à nova Terra, a principal ênfase recai sobre a experiência espiritual em Cristo, que começa na presente era. Essa experiência, é claro, é o começo da vida eterna e continuará no Céu e na nova Terra.

Apesar do descaso quase universal pelo sábado entre os cristãos contemporâneos, as Escrituras continuam a requerer sua observância em honra a Cristo como criador e redentor. Uma condição como essa introduz inevitavelmente o sábado na controvérsia.

O sábado terá um lugar especial, também, na crise final da história da Terra. Perto do fim desta era, haverá uma revolta do poder demoníaco. A ira de Satanás, o dragão de Apocalipse 12, é dirigida contra o remanescente (ver 12:17) do descendente da mulher (a igreja), e a natureza e intensidade dessa ira são detalhadas posteriormente em 13:11-17. Esse remanescente escatológico é descrito como guardando os mandamentos de Deus e tendo o testemunho de Jesus Cristo (12:17). Uma falsa marca, a marca da besta, é imposta, com severas sanções, sobre o mundo (13:16, 17). Essa marca contrasta com o sinal de Deus, apresentado na Escritura como o sábado do sétimo dia. Assim como o sábado foi um sinal para os antigos israelitas de que Yahvveh era o Deus deles, no fim dos tempos é um sinal de lealdade a Deus por parte daqueles que guardam *todos* os Seus mandamentos. Demonstrará a plena confiança do povo de Cristo em Seu poder salvador e significará da parte deles a rejeição da besta e da marca que ela representa (ver Remanescente/Três Anjos V; Grande Conflito V.A-D).

IV. A Importância do Sábado para os Cristãos

Os crentes que observam o sábado de acordo com as instruções bíblicas o fazem com alegria, não por constrangimento. Veem no sábado as evidências do amor de Deus; também entendem que, ao observar o sábado, correspondem a Seu amor. Os verdadeiros cristãos observadores do sábado pensam menos nas restrições do que nos privilégios sabáticos.

O sábado é o dia mais importante da semana. Quando Deus, em Sua onisciência e bondade, criou [a vida] neste mundo em seis dias de trabalho, também achou apropriado acrescentar mais um dia - um dia da "cessação" ou descanso — para completar a semana de sete dias. Esse dia é ainda mais especial porque Yahweh o abençoou e o santificou (Gn 2:3). O sábado permanece para a humanidade como uma significativa parcela de tempo, cujo significado e cujas bênçãos espirituais e físicas são tão ricos hoje como nunca. Os benefícios divinos do sábado ainda se aplicam a nós que vivemos nesta geração e podemos experimentá-los plenamente. Quando, por intermédio da graça de Deus, aceitamos e vivemos a alegria do sábado, ele se torna verdadeira mente o *nosso* dia mais importante da semana.

O cristão maduro vivência o sábado como parte essencial da vida abundante, a "vida eterna" de Cristo, que começa qualitativamente agora e se estende quantitativamente por toda a eternidade no segundo advento. O cristão em crescimento descobre que o sábado permite mais comunhão com Cristo. A comunhão com Cristo, por sua vez - junto com descanso, alegria e certeza espiritual, que ela promove —, leva a uma melhor compreensão do sábado e a uma intensificação da experiência de observar o sábado. De ambas as perspectivas, o sábado não é um fardo, mas um agradável alívio da monotonia que tão frequentemente preenche os outros seis dias da semana. Isso resume, por assim dizer, o descanso de Cristo, a respeito do qual Ele declarou: "Vinde a Mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e Eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o Meu jugo e aprendei de Mim. [...] Porque o Meu jugo é suave, e o Meu fardo é leve" (Mt 11:28-30).

A base tanto para nossa teologia do sábado quanto para nossa observância desse dia é o relacionamento pessoal com Cristo, nosso Salvador. Ele é o foco no qual se centralizam todas as nossas crenças e atividades religiosas. Sem Cristo, elas são nulas e vazias, pois Ele é a perfeição e, somente através dEle, podemos crescer numa experiência cristã válida e cheia de significado.

A verdadeira observância do sábado pressupõe uma "santidade" de vida que se encontra somente em Cristo. No AT, Deus enfatizou repetidas vezes aos israelitas a necessidade de eles serem santos porque Ele é santo (Lv 11:44; 19:2; 20:26). Esse é um tema retomado pelos cristãos no NT (IPe 1:15, 16). Ellen White chamou atenção para o fato de que "o sábado é um sinal do poder de Cristo para nos fazer santos" (DTN, 288) e de que "a fim de santificar o sábado, os homens precisam ser eles próprios santos" (ibid., 283). Outro escritor declarou com propriedade: "O sábado não tem significado algum, a menos que o poder criador divino realize seus resultados na vida daquele que observa esse dia. A santidade *do* tempo deve combinar com a santidade *no* tempo" (Kubo, 49).

V. O Sábado na História

A. *Período Intertestamentário e Judaísmo Primitivo* [1]

1. Período Intertestamentário

O período intertestamentário {fim do quinto século a.C. até início do primeiro século d.C.) apresenta muitas lacunas com respeito ao desenvolvimento do judaísmo e suas práticas. Não obstante, existe alguma documentação.

a. Os judeus de Elefantína. Provas documentais de Elefantina, uma ilha no rio Nilo, localizada no alto Egito, perto da moderna Aswan, mostram que existia ali uma colônia de judeus já no quinto século antes de Cristo. Na década de 1940, especialistas estudaram uma coleção de fragmentos de cerâmica contendo inscrições dessa colônia de judeus elefantinos. Embora dois desses fragmentos só mencionem o sábado de maneira incidental, ainda assim provam que havia entre eles consciência desse dia. Os outros dois, porém, são mais específicos. No primeiro caso, uma mulher chamada Yislah recebe ordens para "preparar" ("amarrar'[?]) um boi no [ou antes do] sábado, para que não se perdesse. No outro caso, determinada tarefa, possivelmente o recebimento de um carregamento de peixe, devia ser feita antes do sábado. Independentemente do sincretismo religioso que possa ter existido nas práticas dos judeus de Elefantína, eles revelavam certa preocupação com a devida observância do sábado.

b. Guerra defensiva dos macabeus. Na época em que eclodiu a revolta dos macabeus

(166-142 a.C.) contra o soberano selêucida Antíoco IV Epifânio, os judeus haviam estabelecido a tradição de se abster ínteíramente de combate no sábado. No início do conflito, porém, quando as tropas inimigas derrotaram e mataram alguns milhares de judeus (IMac 2:31-38), o líder macabeu Matatias e seus companheiros decidiram que uma guerra *defensiva* era apropriada no dia de sábado (v. 39-41).

Em 63 a.C. o general romano Pompeu, o Grande, empregou dias de sábado para preparativos militares tais como erguer fortificações contra os muros de Jerusalém;
► finalmente, após um cerco de três meses, ele entrou na cidade em um sábado. Em 37 a.C. foi também num sábado que os romanos capturaram Jerusalém.

c. Os livros de Judíte e Jubileus. Duas obras pseudoepígrafas do AT fornecem informações a respeito do sábado. Tanto Judite como Jubileus datam da segunda metade do segundo século a.C. O conceito de não jejuar no sábado ocorre em ambos os livros. Acerca de Judite (supostamente uma heroína do período do exílio, porém, mais provavelmente uma personagem de ficção) relata-se que, depois que seu marido morreu de insolação durante a colheita da cevada, “ela jejuou todos os dias de sua viuvez, exceto no dia anterior ao sábado e no próprio sábado” (Judite 8:2-6). O livro de Jubileus prescreve a pena de morte para quem jejuasse no sábado (50:12, 13). Também indica a pena de morte para quem fizesse viagens, acendesse fogo, abatesse, caçasse, pescasse ou fizesse guerra no sábado.

Entre outras atividades proibidas no sábado, sob pena de morte, estão fazer sexo conjugal, discutir questões de negócios, inclusive fazer planos de viagem, apanhar água e transportar algo para fora da residência de alguém (50:8). Os únicos tipos de atividade permitidas no sábado eram (1) comer, beber, descansar e louvar a Deus; e (2) queimar incenso e apresentar ofertas e sacrifícios perante o Senhor (50:9-11). Deus e os anjos são retratados como tendo guardado o sábado no Céu antes de torná-lo conhecido a qualquer ser humano na Terra (2:30).

2. Tradição Rabínica

A primeira abrangente codificação escrita da lei oral foi a *Mishnah*, produzida no início do terceiro século d.C. Esse documento fornece um bom vislumbre do tipo de tradição legal operante entre os judeus nos tempos do NT. Além de o sábado ser mencionado diversas vezes nos 63 tratados (ou “livros") da *Mishnah*, dois deles são dedicados especificamente ao sábado e à “jornada de um sábado”: *Shabbath* e *'Erubin*, respectivamente.

O tratado *Shabbath* apresenta 39 tipos principais de trabalho que devem ser evitados, e indica numerosas atividades nas quais se subdivide cada uma delas. Os principais são os seguintes: “semear, arar, ceifar, atar em molhos, debulhar, joeirar, limpar a colheita, moer, peneirar, fazer massa, assar, tosquiar, lavar, desembaraçar ou tingir lã, fiar, tecer, dar duas laçadas [esticar os fios entre os dois extremos da roca, ou máquina de fiar], entrelaçar dois fios, separar dois fios, dar um nó, desatar um nó, costurar [dois pedaços de pano], descosturar, caçar uma gazela, matá-la, tirar o couro, salgá-la, curtir seu couro, raspando-o ou cortando-o, escrever, apagar um escrito, construir, demolir, acender fogo, apagar fogo, bater com um martelo [dar o toque final em um objeto], transportar qualquer coisa de uma propriedade para outra” (*Shabbath*, 7.2).

Essas 39 classes principais têm numerosas subseções. Por exemplo, são especificados limites de quantidade para produtos ou objetos que podem ser transportados no sábado: “palha igual ao que uma vaca comeria de um bocado", “leite bastante para um gole”, “corda suficiente para fazer a alça de um cesto" e muitos outros (*Shabbath*, 7.2-8.7), Entre outras ilustrações do tratado

Shabbath estão as seguintes: o híssopo grego não deve ser comido no sábado, visto que não é em sua ingestão que está a saúde" (14. 3). Uma pessoa cujos dentes estão doendo "não pode sugar o vinagre através deles, mas pode tomar o vinagre da forma costumeira, e se ficar curado, curado está" (14. 4). Mencionam-se diversos nós que não podem ser feitos ou desfeitos no sábado, embora certo rabi tenha declarado que ninguém "é considerado culpado por um nó que pode ser desfeito com uma só mão" (15. 1). Se a água fosse colhida de um poço ou cisterna, podia-se utilizar uma cabaça tendo uma pedra como contrapeso; mas se a pedra caísse, a pessoa seria culpável (17. 6), presumivelmente porque a pedra não era parte integrante da vasilha de retirar água, mas constituía um peso dentro da vasilha.

Trabalho, como o entendiam os rabinos, significava atividade *intencional,* feita de *maneira normal.* Assim sendo, escrever com o pé, com a boca ou com o cotovelo, por não ser a foma habitual de escrever, estava isento de culpabilidade. Outra coisa que complicava a situação era a falta de concordância das autoridades sobre exatamente que ações tornavam uma pessoa culpada (*Shabbath,* 12.3-12.5).

O tratado *'Erubin* relaciona as distâncias que as pessoas podiam viajar ou deslocar-se no sábado, como a "jornada de um sábado" de 2 mil côvados. Era possível, porém, aumentar essa distância. Se antes do pôr do sol, no início do sábado, um indivíduo percorresse 2 mil côvados da cidade onde morava até um lugar onde colocasse quantidade de alimento suficiente para duas refeições e declarasse da forma apropriada que esse era seu *'erub,* esse lugar se tornava tecnicamente sua habitação durante o sábado. Depois, no sábado seguinte, ele podería percorrer a partir desse lugar mais 2 mil côvados, perfazendo assim o total de 4 mil côvados.

Utilizava-se também o *erub* com relação ao deslocamento de objetos de uma residência para outra. Tal deslocamento estava limitado a quatro côvados, estabelecido para as residências individuais. Se a comida fosse posta, antes do início do sábado, no pátio comum aos ocupantes das residências vizinhas e fosse declarado o *erub,* as diversas residências (e o pátio comum) podiam ser consideradas uma única grande residência. Sendo assim, naquele sábado, os gêneros alimentícios ou outros objetos podiam ser transportados para o pátio e de um lado para outro entre as residências participantes. Mas havia restrições: por exemplo, permitia-se acesso a um pátio que ficasse entre dois pátios exteriores e que com eles fizesse o *erub,* mas não havia permissão para os dois pátios exteriores terem acesso entre si *('Erubin,* 4.6). São diversas atividades e circunstâncias envolvidas no emprego do *erub.*

Os exemplos precedentes da *Mishnah* demonstram como a tradição rabínica tanto "cercava" a lei como liberalizava as restrições sabáticas. Por exemplo, as rigorosas regras sobre a movimentação de objetos no sábado, baseadas no detalhamento das restrições dadas em Jeremias 17:22, foram abrandadas. Um outro exemplo da atitude liberalizante para com o sábado é que, para ser culpado de transgressão desse mandamento, era preciso que alguém realizasse o *ato completo* de trabalho, por engano. Se as pessoas "começassem o ato por engano, mas depois o concluíssem deliberadamente, ou se o começassem de propósito e o concluíssem por engano, não eram culpados, [...] a menos que tanto o começo quanto o fim de seu ato fosse feito por engano" (*Shabbath,* 11,6). Se uma pessoa lançasse algo e depois se lembrasse que era sábado, mas o objeto fosse interceptado por outro ser humano ou por um cão, ou fosse destruído pelo fogo, o indivíduo não era culpado. Se um objeto fosse lançado para ferir uma pessoa ou animal, mas antes

de o ferimento ser inflingido, a pessoa que arremessou o objeto se lembrasse de que era sábado, não era culpada de transgressão desse dia.

A casuística dos escribas no desenvolvimento da lei oral forneceu uma multidão tão grande de restrições e acomodações humanas que só os doutores da lei eram capazes de compreender e lidar com as diversas nuanças. O povo comum, em geral, ficava muito confuso, recebendo assim o estigma de ignorantes em relação à lei.

Apesar dessa carga tão pesada de restrições e modificações, o judaísmo antigo considerava o sábado um dia de especial privilégio e prazer. Na sexta-feira à tarde davam as boas-vindas ao sábado com grande alegria. A refeição sabãtica do meio-dia tinha de ser bastante saborosa, não devendo ser suprimida em hipótese alguma. As regras sabáticas eram atenuadas em determinadas ocasiões, tais como festividades religiosas, e em casos de emergência extrema.

3. Essênios e Boetusianos

Josefo se refere aos essênios como a seita mais estrita dos judeus. Eles eram a menor, no entanto a mais importante facção durante a época do NT. Uma obra essênia, composta provavelmente não mais de um século depois do livro de Jubileus, e referido como o Documento Zadoquita ou o Documento de Damasco, apresenta numerosas especificações a respeito do sábado (10. 14-11. 18). Seu tema geral se assemelha em grande medida ao material contido no livro de Jubileus. Não ► se menciona, porém, a pena de morte para a transgressão do sábado (possivelmente porque na época o "poder sobre a vida e a morte" estava em mãos romanas). Além disso, a jornada de um sábado ali prescrita não perfazia mais do que mil côvados (metade do permitido pelos fariseus). Mas, caso saísse em busca de um animal no sábado para apascentá-lo, uma pessoa podia percorrer 2 mil côvados. O Documento de Damasco também estipulava que as crianças não deviam ser levadas de lã para cá no sábado, que os animais não deviam ser assistidos ao parir no sábado e que, se um animal recém-nascido caísse numa cisterna ou poço, não devia ser retirado no sábado. Josefo observa que os essênios não permitiam no sábado nem mesmo a defecação (*Wars*, 2.8.9)!

Embora os saduceus, a aristocracia sacerdotal do NT, fossem helenistas, seguiam as normas do partido farisaico no tocante às observâncias religiosas judaicas básicas. Um subgrupo dos saduceus, conhecido como boetusianos, parece ter se aproximado do rigor dos essênios. A semelhança dos essênios, os boetusianos seguiam um calendário solar que eliminava a possibilidade de as festas anuais caírem num sábado semanal. Do ponto de vista deles, isso servia de proteção para o sábado.

4. Filo e Josefo

No momento da transição para a época do NT, na primeira metade do primeiro século da era cristã, Filo de Alexandria provê esclarecimentos sobre a teologia e as atividades do sábado. Tais esclarecimentos foram dados num contexto apologético e refletem a situação reinante mais em Alexandria do que na Palestina. Filo especula sobre o significado do número sete, refere-se ao sábado como o aniversário do mundo e discorre sobre o sentido filosófico do repouso, inclusive os aspectos de igualdade e liberdade inerentes ao mandamento do sábado *(Leis Especiais*, 2.15; e *Decálogo*, 20).

Quanto à prática, Filo se refere ao compare cimento à sinagoga nos sábados com o propósito de estudar “filosofia”, isto é, o AT. Não resta dúvida de que ele emprega o termo devido à orientação filosófica predominante em Alexandria e à sua própria inclinação filosófica. Ele também afirma que o sábado devia ser devotado unicamente à filosofia,

objetivando o melhoramento do caráter e a submissão da consciência (*Sobre a Criação,* 43). As sinagogas judaicas eram "escolas de bom senso", onde se promovia a temperança, a coragem, a justiça e outras virtudes *(Leis Especiais,* 2.15). Empregar o tempo de lazer em lugares como esses, na busca da sabedoria, era realmente superior, reconhecia ele, ao debilitado efeito de desperdiçar o tempo em esportes e entretenimento *(Moisés,* 2.39).

Na ultima metade do primeiro século da era cristã, Josefo também fala dos judeus descansando do trabalho no sétimo dia e dedícando-o à aprendizagem das leis e dos costumes judaicos *(Antiguidades* 16.2.3). Descreve ainda a prática de um sacerdote em Jerusalém que se postava junto à torre no canto sul do templo e tocava a trombeta ao sinal da aproximação do sábado, na sexta-feira ã tarde e também no término do sábado, ao entardecer *(Guerras,* 4.9.12). Confirma também a tradição normativa de não jejuar durante o sábado, quando menciona a exigência de tomar a refeição do meio-dia no sábado *(Vida,* 279).

B. O Sábado e o Domingo na Igreja Primitiva [1.]

I. A Origem da Observância do Domingo

A exata sequência de eventos que levaram ao surgimento de um domingo semanal é um tanto obscura. E claro que a observância do domingo não se originou como substituto para o sábado. Somente depois do quarto século, o domingo começou a substituir o sábado como dia de repouso. Até então o domingo cristão semanal fora um dia comum de trabalho, com tempo separado para cultos especiais de adoração.

A celebração da ressurreição num domingo *anual* talvez tenha sido o antecedente da observância de um domingo semanal que finalmente veio a ser conhecido como festa da ressurreição. No NT, achava-se que a Páscoa judaica tipificava o verdadeiro Cordeiro Pascal. Semelhantemente, achava-se que a celebração das primícias judaicas tipifica- *4* va a ressurreição de Cristo (ICo 5:7; 15:20).

De acordo com Levítico 23:11, o molho de primícias devia ser movido no "dia imediato ao sábado". Os fariseus interpretavam esse dia como o dia depois do sábado da Páscoa. Eles matavam o cordeiro pascoal em 14 de Nisã, celebravam o sábado pascoal em 15 de Nisã e ofereciam o molho movido dos primeiros frutos em 16 de Nisã, independentemente do dia da semana em que essas datas caíssem. Em contraste, os essênios e os boetusianos saduceus interpretavam o "dia imediato ao sábado" como o dia depois de um sábado semanal, e, portanto, *sempre* um domingo.

Os cristãos celebravam sua festa das "primícias" da ressurreição *anualmente,* e não semanalmente; e a maioria a observava em harmonia com seu prévio costume da celebração judaica das primícias. Os primeiros cristãos adotaram, portanto, ambos os tipos de cálculo judaico — o farisaico e o boetusiano-essênio — conforme ficou evidenciado na "Controvérsia Pascal" no fim do segundo século.

Por último, essa celebração *anual* pode ter evoluído para uma *semanal* devido a uma diversidade de fatores, tais como um sentimento antíssemita (especialmente exacerbado em Roma e Alexandria) e a depreciação do sábado mediante o jejum sabático. Além disso, há provas sugerindo que as sete semanas transcorridas entre a Páscoa e o Pentecostes tinham significado especial para determinados segmentos da antiga igreja. E a prática de honrar os domingos durante essa época acabou se disseminando através do ano.

2. Sábado e Domingo no 2º e 3º Séculos

a. Informação mais antiga. É preciso mencionar as três referências do segundo

século a um dia de repouso, porque elas têm sido usadas como argumento para autenticar ora a observância do sábado ora a do domingo, embora nenhuma mencione especificamente qual dia. Essas referências são Inácio de Antioquia; Plínio, um governador romano da Bitínia; e a *Diâaquê*,

Por volta de 115 d.C., Inácio de Antioquia escreveu uma epístola aos magnesianos na Ásia Menor, na qual advertia esses cristãos contra uma variedade extrema de prática judaizante.' Em *Magnesianos* 9:1, ele fala de “não mais sabatizando, mas vivendo de acordo com ‘o do Senhor, no qual também nossa esperança tem nele ressurgido”. A frase tem sido frequentemente interpretada como “não mais guardando o sábado, mas vivendo de acordo com o dia do Senhor [domingo]”. A palavra “dia” não consta no grego, e foi suprida. Em vez de adicionar a palavra “dia”, poder-se-ia acrescentar a palavra “vida”, que daria a tradução “vivendo de acordo com a vida do Senhor”. Ambos os significados são possíveis para a construção grega usada, mas “vida do Senhor" parece especialmente apropriado, levando-se em conta o fato de que nela (ou por ela) “nossa esperança ressurge nEIe [Cristo]”.

A expressão “sabatizar” reflete mais um estilo de vida geral do que a observância de um dia. Um interpolador de Inácio, do quarto século, não equiparava “sabatizar” com guardar o sábado, mas encorajava a observância tanto do sábado quanto do domingo. Sua única objeção era ao *tipo* de observância do sábado praticado pelos judeus (ver V.B.3.a). O contexto da declaração de Inácio ~ um apelo ao exemplo dos profetas do AT (8.2-9.1) — sugere que ele estava tratando mais de uma *maneira ãe viver* do que de dias de adoração. Aqueles profetas do AT, que não mais estavam *sabatizando* nem estavam vivendo de acordo com "o do Senhor”, não guardavam o primeiro dia da semana, mas o sábado do sétimo dia.

Uma carta do governador romano Plínio ao imperador romano Trajano, em 112 d.C., fala das práticas dos cristãos na Bitínia. Alguns desses cristãos haviam apostatado e, quando interrogados por Plínio sobre as crenças e práticas judaicas mais antigas, mostraram que a extensão do erro deles era que antes do nascer do sol num "dia determinado” (ou “dia fixo”) eles se encontravam e cantavam hinos a Cristo como a um Deus *(Cartas,* 10.96). Essa prática parece mais uma celebração anual do dia da ressurreição do que a observância de um sábado semanal ou domingo semanal.

Um manual de instrução intitulado *Diâaquê,* que data talvez do começo do segundo século, insiste, em seu capítulo 14, que “conforme o [dia] do Senhor" deviam reunir-se, partir o pão e celebrar a eucaristia, Esse texto tem sido interpretado como fazendo referência à celebração semanal do domingo, à Páscoa anual ou ao sábado do sétimo dia. O contexto e a natureza da declaração, porém, fazem com que uma sugestão total mente diferente pareça mais viável: que *instrução* (ou “mandamento” ou "doutrina”) é o substantivo a ser suprido. Isto daria: “segundo a instrução do Senhor”.

b. Pais da Igreja do 2º século. A referência mais antiga que revela honra ao domingo como dia de adoração semanal cristã vem da *Epístola de Barnabé de Alexandria* (c. 130). Em um discurso completamente alegórico, Barnabé se refere ao sábado como um sinal do milênio e ao "oitavo dia" (domingo) como um símbolo da nova Terra. Ele também parece sugerir que o “oitavo dia" seria o dia que estava sendo guardado pelos cristãos ou o dia que devia ser assim guardado *(Epístola,* 15).

Se Barnabé é um tanto ambíguo, Justino Mártir, em Roma (c. 150), fornece evidência inequívoca. Em sua *Apologia* ao imperador romano e ao senado, ele descreve o culto de adoração na manhã de domingo com o qual

estava familiarizado (I *Apologia,* 67). O culto, ao que parece, realizava-se muito cedo, pela manhã. Recente exame acadêmico, porém, questiona se a seção 67 não teria sido uma interpolação posterior. O *Diálogo com Trifo, ojuâeu,* de Justino, apresenta seu ponto de vista a respeito da superioridade do cristianismo sobre o judaísmo. Na polêmica que desenvolve nesse trabalho, Justino denigre o sábado, conforme mostram as declarações a seguir: "Você [Trifo] não vê que os elementos não ficam ociosos nem guardam sábados? Permaneça como você nasceu" (23).

Próximo do fim do segundo século, Clemente de Alexandria criticou o sábado e favoreceu o primeiro dia da semana. De diversas formas especulativas, Clemente deu prioridade ao primeiro dia da semana. Ele é também o Pai da Igreja mais antigo a se referir ao domingo semanal como o "dia do Senhor", fazendo assim uma referência curiosa e altamente alegórica ao filósofo grego Platão (428-348 a.C.). Platão fala profeticamente do dia do Senhor no décimo livro da *República,* nestas palavras: "E quando sete dias têm passado para cada um deles nos prados, no oitavo devem partir e chegar em quatro dias" *(Miscelâneas,* 5.14).

Irineu de Gaul (c. 175-200) aplicava a expressão "dia do Senhor" ao Domingo de Páscoa, em seu tratado *Sobre a Páscoa,* que não sobreviveu. Um escritor posterior desconhecido afirmou que, para Irineu, o "Pentecostes" tinha "o mesmo sentido que o "dia do Senhor" Sendo assim, o "dia do Senhor" de Irineu era a Páscoa anual, pois a comparação é obviamente entre duas festas *anuais (Fragmentos dos Escritos Perdidos de Irineu,* 7).

c. Fontes apócrifas do *2°* século. Duas fontes apócrifas se referem ao "dia do Senhor", talvez duas ou três décadas antes de Clemente de Alexandria (embora a datação seja incerta): o Evangelho de Pedro fala da ressurreição de Cristo ocorrendo no "dia do Senhor", mas não menciona a observância de uma celebração anual ou semanal desse dia. Os *Atos de João* relatam que o apóstolo João interrompia seu jejum "no sétimo dia, por ser o dia do Senhor". Na última fonte encontramos João viajando como prisioneiro, e o que se tem em vista possivelmente é o sétimo dia de viagem. Visto, porém, que a igreja no Oriente não jejuava no sábado (ver V.B.3.b), João interrompia seu jejum nesse dia. Nenhuma dessas duas fontes apócrifas merece grande crédito. Mas o fato de tanto os *Atos de João* quanto o livro do Apocalipse procederem da província romana da Ásia sugere um emprego e significado comum do termo "dia do Senhor" para o sábado do sétimo dia em Atos e em Apocalipse 1:10.

d. Pais da Igreja do 3º século. Durante o terceiro século da era cristã, a observância cristã do domingo numa base semanal se tornou amplamente difundida. Não havia, contudo, nenhuma controvérsia básica a respeito do sábado, a não ser em alguns poucos lugares, tais como Roma, Alexandria e a área ao redor de Cartago, influenciada por Roma. Assim como nos tempos do NT, esse silêncio acerca de controvérsia seria uma indicação de que, de forma geral, através de toda a cristandade o status *quo* estava sendo mantido.

Em Roma e no Norte da África havia diferenças de ponto de vista. Em contraste com a antiga polêmica de Justino Mártir, no início do terceiro século, Hipólito de Roma objetava vigorosamente contra jejuar tanto no sábado quanto no domingo. Em Roma, surgira a prática de jejuar cada sábado, fazendo do sábado um dia mais de tristeza do que de alegria. Nunca se jejuava no domingo, porém; e Hipólito reivindicava honra similar para o sábado.

No Norte da África, Tertuliano, contemporâneo de Hipólito, pareceu a princípio adotar uma atitude negativa para com os observadores do sábado, pois entendia que a prática deles de não se ajoelhar no

sábado estava causando dissensão *(Sobre a Oração*, 23). No Ocidente romano, ajoelhar-se era uma atitude negativa, não apropriada para um dia de alegria; por isso os adoradores cristãos não se ajoelhavam no domingo. Posteriormente, contudo, ele defendeu o sábado, opondo-se vigorosamente ao jejum sabático *(■Contra Marcião*, 4.12, 30; e *Sobre o Jejum*, 14). Podemos concluir que, tanto em Roma quanto no Norte da África, o sábado não havia desaparecido por completo, A ausência de polêmica no restante da cristandade evidencia que, se a observância do domingo existia, não se julgava que interferisse no sábado.

3. Sábado e Domingo do *4ª* ao 6º Séculos

a. O 4º século. No início do quarto século, o famoso edito dominical de Constantino, do dia 7 de março de 321, exerceu a mais notável influência tanto sobre o sábado quanto sobre o domingo. Assim diziam seus termos; “Que os magistrados e as pessoas que residem nas cidades, bem como os comerciantes, repousem no venerável dia do Sol. Aos moradores do campo, porém, conceda-se atender livre e desembaraçadamente aos cuidados de sua lavoura, visto suceder frequentemente não haver dia mais adequado à semeadura e ao plantio das vinhas, pelo que não convém deixar passar a ocasião oportuna e privar-se a gente das provisões oferecidas pelo Céu” (SDABG9, 999).

A esse edito faltou obviamente orientação cristã, pois se refere ao domingo como "o venerável dia do Sol”. Além disso, as ordens de Constantino não tomaram por base o sábado do AT, já que permitia a atividade agrícola, um tipo de trabalho especificamente proibido no Pentateuco. Outro edito, datado de 3 de julho do mesmo ano, fornecia instruções militares acerca do domingo.

Cerca de sessenta e cinco anos depois, em 386 d.C., os imperadores Teodósio I e Graciano Valentiniano proibiram litígio e pagamento de dívida pública ou privada no domingo. Os soberanos subsequentes tornaram as restrições dominicais ainda mais rígidas, com o objetivo de "sabatizar ’ o domingo cristão.

A mais antiga lei eclesiástica conhecida que rejeita a observância do sábado e o substitui pela observância semanal do domingo vem de um concilio regional realizado em Laodiceia, supostamente por volta de 364 d.C. Em seu Canon 29 esse concilio estipulava: "Os cristãos não devem judaizar nem permanecer ociosos no sábado, mas sim trabalhar nesse dia. O Dia do Senhor [domingo], porém, deVe ser por eles especialmente honrado. Se forem, entretanto, encontrados judaizando, serão desligados de Cristo" (Hefele, 2:316).

A lealdade ao sábado do sétimo dia não sucumbiu sem luta. De fato, no quarto século encontramos ainda grande polêmica a respeito do sábado e do domingo. Em contraste com o decreto do Concilio de Laodiceia, uma compilação do quarto século conhecida como *Constituições Apostólicas* afirma: “Deixem os escravos trabalhar cinco dias; mas no sétimo dia [sábado] e no dia do Senhor [domingo] deixem-nos livres para ir à igreja receber instrução na piedade” (8.33) e: “Mas observem o sétimo dia [sábado] e a festa do dia do Senhor [domingo]; porque o primeiro é o monumento da criação; e o segundo, da ressurreição” (7.23). A mesma fonte contém diversas outras afirmações semelhantes (2.36; 2.47; 7.36). Por volta da mesma época, o interpolador de Inácio aconselhou: “Que cada um guarde o sábado de uma forma espiritual, que se alegrem na meditação -<$3 da lei, E depois de observar o sábado, observe cada amigo de Cristo o Dia do Senhor como uma festa, o dia da ressurreição, a rainha e a cabeça de todos os dias” *(Magnesianos*, 9).

b. O 5° século. No quinto século, João Cassiano (360-435) se refere às pessoas comparecendo à igreja tanto no sábado

quanto no domingo. Afirma também ter conhecido um monge que costumava jejuar cinco dias por semana, mas ia à igreja no sábado ou no domingo e levava hóspedes para uma refeição em casa nesses dois dias (*Instituições,* 5.26). Outras declarações de Cassiano se referem ainda a cultos na igreja tanto no sábado quanto no domingo (*Instituições,* 3.2; *Conferências,* 3.1). Outro Pai da Igreja que fez menção favorável a ambos os dias foi Astério de Amasea, por volta do ano 400. Segundo ele, era sublime para os cristãos que 'ambos os dias ocorressem juntos" — "o Sábado e o Dia do Senhor" — reunindo o povo a cada semana com os sacerdotes como seus instrutores (*Homilia,* 5, sobre Mateus 19:3).

Agostinho (354-430), bispo de Hipona, no Norte da África, tratou da controvérsia sobre o jejum no sábado em várias de suas cartas (*Epístolas,* 36 [a Gasulano], 54 [a Januário], e 82 [a Jerônimo]). Nas cartas a Casula no e Januário, observou que a grande igreja cristã de Milão não observava o jejum sabático (36.32 e 54,3, respectivamente).

Agostinho deixou claro, também, que o jejum no sábado se restringia a Roma e a alguns outros lugares no Ocidente (36.27). As igrejas do Oriente e "a maior parte da cristandade" não seguiam essa prática (82.14). Idêntico é o testemunho de Cassiano, quando afirma que "algumas pessoas em alguns países do Ocidente, e especialmente na cidade [Roma]", jejuavam no sábado *{Instituições,* 3.10).

Especialmente interessantes são os registros de dois historiadores da igreja do quinto século. Sócrates Escolástico (380- c. 440) escreveu: "Embora praticamente todas as igrejas do mundo celebrem os sagrados mistérios [Ceia do Senhor] no sábado, todas as semanas, as igrejas cristãs de Alexandria e Roma, por conta de algumas tradições antigas, deixaram de fazê-lo" (*História Eclesiástica,* 5.22). Sozomen, contemporâneo de Sócrates, escreveu: "O povo de Constantinopla e praticamente de todos os demais lugares se reúne no sábado, bem como no primeiro dia da semana, costume esse nunca observado em Roma ou Alexandria" (*História Eclesiástica,* 7.19). E pertinente recordar aqui que Roma e Alexandria eram as duas únicas cidades que adotavam uma atitude negativa para com o sábado, já no segundo século (ver V.B.2.b).

c. 0 6" século. Durante o sexto século, foram adotadas as principais medidas para anular o sábado e promover a observância do domingo. Embora certas justificativas teológicas tenham minimizado a importância do sábado, muito mais importantes foram os decretos dos sínodos eclesiásticos e os editos de soberanos. Em 538 d.C., o Terceiro Sínodo de Orleans proibiu "trabalhos rurais" a fim de que "o povo pudesse ter condições de ir à igreja adorar" no domingo (Hefele, 4:209). Enquanto que a lei dominical de Constantino permitia aos agricultores trabalhar no domingo, esse decreto agora os proibia especificamente. Esse foi um passo gigantesco rumo à aplicação das especificações sabáticas do Pentateuco ao domingo. O Segundo Sínodo de Macon, em 585, e o Concilio de Narbona, em 589, decretaram outras estipulações ainda mais restritivas acerca da observância do domingo (ibid., 407, 422). As leis de Macon também "foram publicadas em 10 de novembro de 585, pelo rei Guntram, sob a forma de um decreto estipulando uma cuidadosa observância do domingo" (ibid., 409). Foi assim que uma autoridade civil deu apoio à igreja, fenômeno que crescería em magnitude e alcance durante os séculos subsequentes. Pelo fim do sexto século, o domingo havia suplantado o sábado quase que universalmente na Europa. Desempenhava agora o papel de dia cristão semanal de repouso e adoração.

d. O sábado e o domingo na Etiópia. Pelo menos em algumas partes do país ou entre determinados grupos de pessoas,

desenvolveu-se uma relação um tanto dife-
► rente entre o sábado e o domingo, Na chamada *Ordem da Igreja Egípcia,* aparentemente baseada na *Tradição Apostólica* de Hipólito, do início do terceiro século, há na versão etíope uma prescrição estipulando que tanto no sábado quanto no primeiro dia da semana, "o bispo, se possível, ministrará a todo o povo com sua própria mão, enquanto os diáconos partem o pão". O mesmo documento revela que ambos os dias eram considerados diferentes dos "outros dias"; e há, de fato, até mesmo uma referência a esses dois dias como "sábado" *{Estatutos dos Apóstolos,* 66).

C. O *Sábado na Idade Média e na Era da Beforma*

Do sexto século em diante, desenvolveu-se na Europa uma rígida observância do domingo. Durante o início da Idade Média, o primeiro dia da semana passou a ser cada vez mais visto como exibindo as características do quarto mandamento do decálogo. Não há, porém, nenhuma prova nesse período do emprego da palavra "sábado" como uma designação para o domingo. Na Europa, "dia do Senhor" era uma expressão comum para o primeiro dia da semana. Mas na Etiópia, a tradição de considerar tanto o sábado quanto o domingo dias de descanso perdurou até os tempos modernos. [1]

1, A Idade Média

Durante a Idade Média, desenvolveu-se uma teologia católica acerca do domingo como cumprimento do mandamento do sábado. O conceito era de que as estipulações do quarto mandamento permaneceram intactas, mas o dia propriamente dito fora mudado do sábado para o domingo pela Igreja Católica. Acreditava-se que as especificações eram de natureza moral e permanente, ao passo que a escolha do dia era questão cerimonial e por isso mesmo temporária, transitória e sujeita a alteração pela igreja.

Diversas fontes do século nono, como o Canon 50 do Sínodo de Paris (829 d.C.), apresentam clara evidência da percepção de que o domingo era um substituto do sábado. Mas a formulação teológica clássica veio com Tomás de Aquino (morto em 1274), apesar de ele mesmo entender que o sábado dominical não precisava ser observado tão rigorosamente quanto o sábado do AT, Aquino afirmava que, em seu sentido literal, "o mandamento para guardar o sábado [no decálogo] é parcialmente moral e parcialmente cerimonial": moral no sentido de que os seres humanos devem separar algum tempo para se concentrar nas coisas de Deus; cerimonial no sentido de separar um tempo específico *{Su-ma Teológica,* 2a2ae.l22.4).

Durante a maior parte do período medieval, há evidência de ingentes esforços tanto por parte de autoridades eclesiásticas quanto por parte de autoridades seculares para forçar a observância do domingo. Apesar disso, alguns cristãos na Europa se recusaram a descartar o sábado do sétimo dia. Encontramos vislumbres desses observadores do sábado na Idade Média tardia: um caso de observância do sábado na Inglaterra em 1402; um grupo de aproximadamente 16 a 18 pessoas detidas em Douai, na França, em 1420, por causa de suas opiniões e práticas teológicas, que incluíam o sabatismo; e observadores do sábado na Noruega em 1435 e 1436. A informação em cada um desses exemplos vem dos adversários dos observadores do sábado. Apesar disso, no início do século 16, provas documentais da Noruega citam a proibição eclesiástica da observância do sábado por um lado, e até certo ponto o estímulo clerical para a observância do sábado por outro lado.

2. A Era da Reforma

a. Principais reformadores. Pelo fato de ter enfatizado a liberdade cristã e ter feito oposição às numerosas cerimônias e ao

"rigor cerimonial" da Igreja Católica Romana, Martinho Lutero (1483-1546), reformador protestante pioneiro, entendia que nem o sábado nem domingo eram uma exigência divina e que a sabatização católica do domingo era inválida. Visto, porém, ser importante ter um dia por semana para cultos de adoração, o reformador alemão escolheu ► o domingo, já que esse era o dia de adoração semanal tradicional no qual seu povo estava acostumado a se reunir na igreja.

João Calvino (1509-1564) adotava ponto de vista semelhante ao de Lutero quanto à observância do domingo, mais como uma conveniência do que uma exigência necessária ao cumprimento de uma prescrição divina para o culto semanal. Calvino diferia de Lutero, porém, quando rejeitava a distinção católica entre os aspectos morais e cerimoniais do quarto mandamento, distinção essa conservada pelo reformador alemão, Calvino cria que o sábado fora ab-rogado, sendo substituído pelo domingo pela igreja cristã. Ele explicou também de maneira mais clara que Lutero a teologia do sábado, chamando a atenção para três funções: (1) o sábado é importante para o crescimento espiritual; (2) é o esteio para a adoração pública; e (3) apresenta benefícios de ordem social e humanitária na medida em que concede descanso aos empregados. Esses elementos foram enunciados já na edição de 1536 das *Institutos da Religião Cristã.*

Martin Bucer (1491-1551), o preeminente reformador de Estrasburgo, tornou-se famoso por seu espírito de receptividade e tolerância, mas um tanto estranhamente proclamava j estrita observância do domingo. Para ele, nos j domingos, ninguém devia realizar "obras corporais desnecessárias", até mesmo as úteis, nem se ocupar de "nenhuma obra da carne" (trabalho remunerado, restituição de dívidas, i esportes, etc.), nem ainda estar ausente das reuniões religiosas *(De Regno Chrísti,* 2.10). Em 1532, Bucer e seus colegas solicitaram às autoridades civis de Estrasburgo que proibissem todo tipo de trabalho dominical, com exceção das atividades necessárias à satisfação das necessidades físicas. Em 1534, a cidade votou uma lei nesse sentido, estabelecendo pesadas multas para o descumprimento.

Amigos íntimos de Lutero em Wittenberg, tais como Filipe Melanchthon (morto em 1560), aderiram basicamente à posição de Lutero, Em Zurique, Ulrico Zwínglio (morto em 1531) e seus seguidores trataram a observância do domingo de forma semelhante. Uma exceção notável foi um antigo amigo e colega de Lutero, Andreas Bodenstein von Carlstadt (morto em 1541), que, para espanto de Lutero, publicou em 1524 um tratado no qual apresentava uma observância mais estrita do sábado. Nele, Carlstadt também mostrava que o domingo era um dia "estabelecido por homens" e se referia ao sábado do sétimo dia como uma questão controversa.

Certos reformadores ingleses do início do século 16, tais como William Tyndale (m. 1536), foram além de Lutero e Calvino ao minimizar a importância de qualquer dia específico da semana para culto congregacional. Na verdade, Tyndale sugeriu que o dia principal para adoração devia ser o dia 10 de cada mês, se isso fosse útil para neutralizar a superstição. Na prática, porém, ele seguia o costume mais comum, segundo o qual os cultos semanais, tanto na Inglaterra quanto em outra parte, realizavam-se no primeiro dia da semana.

b. Observadores do sábado do século 16. O dia predominante para cultos cristãos de adoração na Europa, durante a era da Reforma, foi, com grande margem, o domingo. Em relativamente poucos exemplos havia europeus que observavam tanto o sábado quanto o domingo.

O exemplo mais surpreendente de observância do sábado do sétimo dia na Europa durante o século 16 é o de alguns grupos de anabatistas. A prova detalhada a respeito da crença deles vem por meio de seus detratores.

Num esforço para desacreditar esses anabatistas, seus oponentes detalharam os argumentos por eles utilizados. Isso vale especificamente para os escritos perdidos sobre 0 sábado de autoria dos anabatistas Oswald Glait e Andreas Fischer, que haviam aceitado o sétimo dia da semana como o sábado, por volta de 1527 e 1528. Os argumentos bíblicos por eles utilizados, tanto do AT quanto do NT, são muito semelhantes aos apresentados ainda hoje pelos modernos sabatístas. Eles também se reportavam ao primeiro decreto dominical expedido pelo imperador Constantino, o Grande.

Na Espanha, um movimento de reforma liderado por Gonstantino Ponce de la Fuente (m. 1560) incluía a observância do sábado
523 ► do sétimo dia. Outro movimento similar se iniciou na Transilvânia, por Andréas Eossi, perto do fim do século 16 e floresceu na segunda década do século seguinte. No entanto, Simon Pechi, sucessor de Eossi na liderança desses sabatístas transílvânicos, tornou o movimento mais judeu do que cristão. Em terras nórdicas, foi expedido em 1544, na Noruega, um decreto contra os observadores do sábado; e uma década depois foi expedido um decreto contra a observância do sábado na Finlândia pelo rei Gustavo 1 Vasa, que governava tanto a Suécia quanto a Finlândia. Há, perto do fim do século 16, evidência de observadores do sábado na Suécia. E da Holanda, França, Rússia e outras partes da Europa procedem relatos a respeito de observadores do sábado, embora em alguns casos esses observadores fossem mais judeus do que cristãos.

D. O *Sábado entre Ptiritanos e Batistas* [1]

1. Sabatismo Dominical Puritano

A ênfase protestante no domingo como o "sábado cristão" emergiu no fim do século 16 entre os puritanos da Inglaterra. Para os puritanos, o dia era honrado não somente com cultos de adoração, mas com proibições bastante estritas. Esse rigor não era compatível, contudo, com a atitude geral reinante na Inglaterra, principalmente entre os anglicanos, que constituíam a "Igreja Oficial do Estado". No acordo religioso feito pela rainha Elisabeth I, fora permitida considerável liberdade de expressão no tocante à crença e prática religiosa, um fator que tornava a severidade puritana ainda mais desagradável. Em 1585, por exemplo, a rainha se opôs a uma tentativa do Parlamento de votar uma lei que tornava a observância do sábado (domingo) ainda mais estrita.

O sábado dominical se tornou um grande ponto de discórdia entre os puritanos e os anglicanos. *Doctríne of the Sabbath*, de Nicholas Bownd, publicado em 1595, constituiu um agudo e estridente clamor em prol da validade do "sábado bíblico" (sábado dominical) para a Inglaterra como uma "Santa Comunidade das Nações". Bownd se valia de uma "teoria da transferência" para fazer do domingo o sábado, alegando que os próprios apóstolos haviam mudado o dia do sábado para o domingo.

A observância puritana do domingo fez com que o rei Tiago I reagisse lançando, em 161S, seu *Book ofSports*, no qual apresentava e defendia a posição anglicana. Seguiu-se um acirrado debate, ao término do qual o rei Charles I reeditou o livro. Embora concordassem em realizar no domingo seus principais cultos de adoração semanal, depois de comparecer à igreja, os anglicanos ficavam livres para se dedicar aos negócios, esportes ou outros entretenimentos. A prática puritana, em seu fervoroso esforço para conformar seu sábado dominical aos regulamentos sabáticos do AT, contrastava frontalmente com essa postura. Ao se refugiar na América do Norte na década de 1620 e 1630, o puritanismo levou consigo essa mesma atitude de estrita observância do domingo.

2, O Sábado do Sétimo Dia na Inglaterra

Dentro das fileiras do puritanismo inglês emergiram diversos grupos, inclusive os que acreditavam no batismo de adultos. Esses batistas eram, em sua maior parte, estritos observadores do domingo. Havia entre eles, porém, alguns preeminentes defensores do sábado do sétimo dia. Ao estudarem as bases racionais que faziam do domingo um dia: de descanso, acabaram dando o passo lógico; seguinte: adotaram *o -pró-prío dia* apresentado na Escritura como o sábado.

John Traske (m. c. 1636) e Teófilo Bra-: bourne (m. c. 1661) se acham entre os primeiros e influentes intérpretes do sétimo dia da semana como o verdadeiro sábado. Não conseguiram encontrar em parte alguma da Escritura uma "teoria da transferência". O que encontraram foi que o dia de adoração de Cristo e Seus apóstolos fora o sábado. A partir de uma publicação em 1628, Brabourne produziu nada menos que quatro obras principais sobre o sábado em pouco mais de três décadas. Embora pareça que,[1] devido à pressão eclesiástica, Brabourne tenha por fim retornado à posição anglicana, ele defendeu, até o fim, a observância do sétimo dia da semana em suas publicações.

524

3. O Sábado do Sétimo Dia no Novo Mundo

Os primeiros observadores do sábado do sétimo dia no Novo Mundo (hemisfério ocidental) eram imigrantes judeus. Os mais antigos colonizadores judeus emigraram de Portugal para o Brasil em 1502. Outro grupo alcançou o México por volta de 1521. Perto do fim do século 16, os judeus se estabeleceram também na Argentina; e em meados do século 17, havia congregações judaicas estabelecidas nas Antilhas Elolandesas. Os fundadores da primeira congregação judaica no lugar que posteriormente viria a ser os Estados Unidos foram emigrantes do Brasil, que em 1654 estabeleceram *Sherith Israel,* em Nova Amsterdã (hoje Nova York).

Os batistas do sétimo dia foram os primeiros cristãos observadores do sábado no Novo Mundo, sendo a mais antiga prática de sabatísmo documentada a de Stephen Mumford, que emigrou da Inglaterra para Newport, Rhode Island, em 1664. Juntou-se ali à congregação batista, influenciando alguns de seus membros a adotarem o sábado bíblico e gerando, por causa disso, grave controvérsia. Finalmente, em dezembro de 1671, junto com outros seis ou sete membros, ele se afastou da Igreja Batista de Newport e fundou a primeira comunidade batista do sétimo dia em solo americano. Esses observadores do sábado elegeram William Hiscox, um dos primeiros conversos de Mumford, o primeiro pastor deles. Logo os batistas do sétimo dia se espalharam por outras partes da Nova Inglaterra e até mesmo para o mais remoto Oeste.

Os batistas do sétimo dia eram ardentes defensores do sábado do sétimo dia, publicando e disseminando literatura sobre o assunto. Com o crescimento do quadro de membros e a quantidade de congregações na América, esse grupo de observadores do sábado se organizou finalmente numa sociedade religiosa durante os primeiros anos do século 19. Em 1818, adotaram oficialmente o nome de "Batistas do Sétimo Dia". Em 1821, lançaram sua *Missionary Magazine* e, em 1830, a *Protestant Sentinel,* substituídas, em 1844, por The *Sabbath Recorder.* Um dos principais objetivos dessas revistas era disseminar material alusivo ao sábado do sétimo dia. Uma sociedade foi estabelecida em 1835 (desde 1844 passou ase chamar American Sabbath Tract Society), a qual publicou uma série de 17 folhetos e seis livros sobre o sábado, inclusive uma reimpressão do livro de George Carlow, *Truth Defended,* de 1724.

No início do século 19, o patriota argentino Francisco Ramos Mexia (1773-1S25),

ao estudar a Bíblia, ficou convencido da validade do sábado do sétimo dia. Assim, em sua fazenda, ao sul de Buenos Aires, todos os trabalhos cessavam cada semana, no sábado.

E. Judeus e o Sábado em Tempos Modernos

Apesar das restrições codificadas na *Mishnah* e no *Talmude*, os judeus, ao longo de toda a era cristã, têm sido fervorosos e felizes observadores do sábado. Os judeus piedosos dão as boas-vindas às horas do sábado e as apreciam como se trouxessem a visita de uma rainha ou noiva, duas das metáforas usadas para descrever o sábado. No Judaísmo atual, contudo, o rigor com que o sábado é tradicionalmente observado varia entre os diversos grupos principais nos quais a religião se subdividiu.

Certos escritores judeus dos séculos 19 e 20 causaram grande impacto no desenvolvimento do pensamento teológico sobre o sábado. Destacam-se entre eles Samson Hirsch, Hermann Cohen, Leo Baeck, Martin Buber e Franz Rosenzweig, que apresentaram a relação do sábado com a soberania de Deus, a ética humana e moralidade geral. Para Cohen, por exemplo, o sábado é o passo inicial em direção à abolição da escravatura, um conceito similar à referência de Hirsch de que o sábado coloca patrões e empregados em pé de igualdade como pessoas livres.

Talvez nenhuma outra publicação judaica de tempos recentes tenha causado maior impacto na teologia do sábado, porém, do ► que *The Sabbath: Its Ádeaning for Modem Man*, de Joshua Abraham Heschel, publicado em 1951. Manifesta-se em Heschel grande parte da mesma preocupação ética dos escritores judaicos anteriormente mencionados, inclusive o conceito do sábado como "nivelador". Um dos seus temas principais é a universalidade do tempo. Entre suas belas descrições do sábado está a de "um palácio no tempo", título do primeiro capítulo do livro. Ele também chama a atenção para o fato de que, enquanto os seres humanos competem pelo espaço, o tempo está sempre disponível a todos. O sábado, porém, é um segmento especial do tempo que se distingue do tempo em geral. De fato, o sábado é "o armistício na cruel luta humana pela existência" (29). Porém é mais do que isso, pois consiste em "uma profunda e consciente harmonia do homem e do mundo, uma compaixão por todas as coisas e uma participação no espírito que une o que está embaixo e o que está em cima" (31, 32).

F. O *Sábado na História e na Prática dos Adventistas do Sétimo Dia*

1. O Começo da Observância do Sábado pelos Adventistas

O sábado do sétimo dia começou a ser observado por alguns adventistas logo após o Desapontamento de 1844. Raquel Oakes, T. M. Preble e José Bates foram os primeiros defensores do sábado. Ellen e Tiago White aceitaram logo o ensino, apresentado por esses pioneiros nas "Conferências Bíblicas" de 1848.

a. Raquel Oakes e T. M. Preble. Os que haviam participado do movimento milerita tomaram conhecimento do sábado do sétimo por meio de duas formas principais. Uma foi Raquel Oakes (posteriormente casada com Nathan Preston), uma batista do sétimo dia que, no princípio de 1844, distribuiu publicações batistas do sétimo dia entre os membros da Igreja dos Irmãos Cristãos, em Washington, New Hampshire. Mediante a influência de Oakes, FrederickWheeler, ministro metodista que havia adotado a posição adventista e tinha a igreja de Washington em seu circuito de pregação, começou a observar o sábado por volta de março daquele ano. Logo vários membros da família Farnsworth e alguns outros também aceitaram o sábado. Essas pessoas formaram o núcleo do

primeiro grupo de adventistas observadores do sábado. Por volta de 1850, eles se uniram a outros observadores do sábado para se tornar o núcleo da Igreja Adventisa do Sétimo Dia, organizada oficialmente em 1863.

A segunda forma pela qual os crentes adventistas tomaram conhecimento do sábado do sétimo dia foi um artigo escrito porT. M. Preble, destacado ministro milerita que escrevia com frequência para periódicos adventistas. Ele vivia perto de Washington, New Hampshire, onde teve a oportunidade de ouvir a respeito do sábado de um membro da Igreja dos Irmãos Cristãos nessa cidade. Em agosto de 1844, ele começou a guardar o sábado. Também preparou um artigo sobre o assunto, publicado na revista *Hope of Israel*, de 28 de fevereiro de 1845. Esse artigo foi mais tarde reimpresso como folheto, alcançando desse modo muitos adventistas, dentre os quais José Bates.

b. José Bates. Foi em março de 1845 que o artigo de Preble chamou a atenção de José Bates, que tomou interesse imediato no material apresentado. O próprio Bates começou a escrever sobre o tema do sábado em maio de 1846, expressando suas novas convicções numa breve seção no final de um folheto de 39 páginas intitulado *The Opening Heavens*. Esse folheto tivera como inspiração a leitura de uma exposição de O. R. L. Grosier sobre o santuário celestial, em Daniel 8:14. Por estranho que pareça, Bates não estabelecia em seu livro nenhuma relação entre o sábado e a arca da aliança no Géu, mencionada em Apocalipse 11:19, mas somente com a arca do antigo santuário israelita.

A primeira publicação de Bates que tratava especificamente sobre o sábado foi *Seventh Day Sabbath, a Perpetuai Sign*, um folheto de 48 páginas, surgido em agosto de 1846. Para Preble, a tentativa do "chifre pequeno" de mudar "os tempos e as leis" cumpria Daniel 7:25. Em *Tract Shoiving that the Seventh Day Should Be Observed as the Sabbath*, Bates seguiu o raciocínio de Preble de que "todos quantos guardam o primeiro dia da semana em lugar do sábado são observadores do domingo do papa e violadores do-< sábado de Deus!" (10).

A partir dessa publicação, porém, Bates começa a se afastar das exposições tradicionais batistas do sétimo dia, ao sugerir uma relação entre o sábado e a "terceira mensagem angélica" de Apocalipse 14:9-11. Na segunda edição do folheto (janeiro de 1847) e em *Vindication of the Seventh-day Sabbath* e ainda em A *Seal ofthe Living God*, publicados respectivamente em janeiro de 1848 e janeiro de 1849, ele mudou progressivamente para uma compreensão que associa o sábado à arca no Géu e ao "selo do Deus vivo", mencionado em Apocalipse 7.

c. Tiago e Ellen White. Ellen Harmon teve, ao que parece, seu primeiro contato com a questão do sábado em 1846, quando, juntamente com sua irmã e Tiago White, visitou José Bates em New Bedford, Massachusetts. Naquele tempo, ela não aceitou os pontos de vista de Bates sobre o sábado. Em 30 de agosto de 1846, Tiago White e Ellen Harmon se casaram, no mesmo mês em que apareceu a primeira edição do folheto de Bates sobre o sábado. As provas apresentadas na obra fizeram com que Tiago e Ellen começassem a observar o sábado bíblico, bem como a ensiná-lo e defendê-lo naquele mesmo outono (Tl, 75). No abril seguinte, Ellen teve sua primeira visão a respeito do sábado (PE, 32-35), uma visão que confirmava o que já se verificara mediante cuidadoso estudo da Bíblia e muita oração.

d. As "Conferências SabáticasT Embora durante o primeiro estágio de seu desenvolvimento os adventistas observadores do sábado não estivessem formalmente organizados, diversos membros frequentaram sete pequenas reuniões locais, em 1848. Essas reuniões passaram a ser chamadas posteriormente de "Conferências Sabáticas", porque

reuniam "amigos do sábado" interessados na "terceira mensagem angélica" (Ap 14:9-11). Essas conferências tinham uma agenda seleta, incluindo o sábado, e contribuíam para imprimir algum senso de unidade aos grupos, um tanto dispersos, de adventistas observadores do sábado,

e. Hora de iniciar o sábado. Somente na década de 1850 é que a hora de início e término do sábado ficou inteiramente definida para o crescente número de adventistas observadores do sábado. Embora os batistas do sétimo dia observassem o sábado de um pôr do sol a outro com base na evidência bíblica (Mc 1:32), José Bates era da opinião que o sábado devia começar às 18 horas de sexta-feira e terminar às 18 horas de sábado (RH, 21/4/1851). O ponto de vista de Bates, porém, não encontrou total apoio entre os adventistas observadores do sábado. Tiago White escreveu em 1855: "jamais ficamos inteiramente satisfeitos com o testemunho apresentado a favor das 18 horas" (íbid., 4/12/1855). Naquela época, além dos que aderiram à prática de Bates, alguns observavam uma estrutura de tempo de meia-noite à meia-noite; outros se guiavam pela diretriz do pôr do sol e outros ainda achavam que o dia de repouso devia começar na manhã de sábado.

Em virtude desses pontos de vista divergentes, J. N. Andrews recebeu a incumbência de fazer uma investigação completa sobre o assunto. No relatório que escreveu e foi publicado na mesma edição da *Review and Herald* que continha o comentário de Tiago White, ele demonstrou, com base no AT e no NT, que a palavra bíblica "tarde" (ou "noitinha") queria dizer pôr do sol. Antes disso, ele também havia apresentado sua descoberta oralmente perante uma assembléia de adventistas observadores do sábado, cuja solução foi aceita quase unanimemente. Entre os que não concordavam estavam José Bates e Ellen White, que ainda sustentavam a posição das 18 horas. No fim da reunião, porém, Ellen White recebeu uma visão na qual lhe foi mostrado que o sábado devia ser observado de um pôr do sol a outro. Cerca de 12 anos depois, Tiago White escreveu que essa visão "solucionou a questão com o irmão Bates e outros, e desde então tem prevalecido harmonia geral entre nós sobre esse ponto" (ibid., 25/2/1868).

f. O sábado e a profecia/escatologia. A princípio, a maior parte dos adventistas observadores do sábado adotou os mesmos argumentos, fundamentos e concepção defendidos pelos batistas do sétimo dia a respeito do sábado. Os batistas do sétimo dia tinham fortes argumentos bíblicos, tanto do AT quanto do NT, mas deixaram de relacionar o sábado com outros interesses teológicos principais, inclusive diversos aspectos de cumprimento profético e o foco escatológico de determinadas passagens da Escritura. A única exceção notável era a atenção que davam à profecia de Daniel 7:25 e a passagem correlata de Apocalipse 13:5 e 6.

MS

À medida que Bates e outros seguiam estudando o tema, descobriram uma relação entre o sábado e as três mensagens angélicas de Apocalipse 14 (especialmente a terceira mensagem). Surgiram outros elos proféticos, tais como o sábado como o selo de Deus de Apocalipse 7, o embargo comercial e o decreto de morte descritos em Apocalipse 13:16 e 17 como inclusões na aguardada e vindoura legislação dominical. O próprio Bates, em suas publicações posteriores, apresenta esses novos pontos de vista, além de criar uma ligação integral entre o sábado e o santuário celestial. A relação entre o sábado e o santuário, acompanhada do chamado ao reavivamento apresentado em Apocalipse 14, tornou-se a principal ênfase da teologia do sábado de Bates e de outros "pioneiros" adventistas, precursores (e em grande medida, fundadores) da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

g. Primeiras publicações sobre o sábado. O sábado ocupou bastante espaço em

alguns dos primeiros periódicos adventistas - por exemplo, na *Present Truth,* lançada em 1849 e em sua sucessora *The Advent Revieiv and Sahhatk Herald,* de 1850 em diante.

Em 1861, J. N. Andrews publicou um livro de 340 páginas intitulado *History of the Sahhath and First Day of the Week,* Essa abrangente obra foi ampliada e revisada nas edições posteriores. Andrews adotou em grande medida conceitos e tratamento históricos, embora também tenha feito extenso reexame das fontes históricas básicas. Além disso, citou muitos autores observadores do domingo. L. R. Conradi tomou interesse na obra de Andrews e, em 1891, traduziu o livro para o alemão. Em 1912, ele publicou o livro em inglês como coautor, uma edição ampliada e substancialmente revisada, indicada como "quarta edição".

2. A Observância do Sábado entre os Adventistas

A igreja adventista considera as Escrituras do AT e do NT guia normativo para sua teologia e prática. Por essa razão, os adventistas celebram o sétimo dia da semana como o sábado. Nele, se esforçam para seguir as normas pertinentes do AT, mas acima de tudo o exemplo de Cristo no NT, a respeito de como o dia deve ser tratado. Baseado na evidência escriturística, os adventistas adotam a prática de observar o sábado desde o pôr do sol de sexta-feira até o pôr do sol de sábado. Consideram sagrado a Deus todo o período compreendido entre essas horas. Constitui um tempo em que se abdica de todos os interesses e atividades pessoais em benefício de restauração espiritual. Os adventistas creem, também, que a devida preparação para a autêntica observância do sábado deve ser uma prática *diária* de fazer de Cristo o Senhor da vida cristã e, portanto, não devem negligenciar em tempo algum as devoções diárias e a submissão pessoal a Cristo.

Nas manhãs de sábado (ou em casos excepcionais, nas tardes de sábado), os adventistas realizam cultos regulares de adoração. Esses consistem normalmente em (1) Escola Sabatina, com o estudo das lições bíblicas como foco primário (geralmente em pequenos grupos ou "classes" e com seções especiais dedicadas aos jovens e crianças); (2) um breve "período missionário" a fim de expor planos para a atividade missionária local e a "obra de assistência" cristã; e (3) o culto de pregação, no qual a leitura da Escritura e o sermão têm a primazia. Dentro de uma periodicidade trimestral, o culto de pregação da manhã de sábado inclui as ordenanças do Lava-pés e da Geia do Senhor, que seguem o padrão do exemplo de Cristo e a instrução apresentada em João 13:1-17; Mateus 26:26-30; 1 Coríntios 11:23-29).

Em muitas igrejas adventistas há também reuniões de pôr do sol nas tardes de sexta-feira e de sábado. Onde não existem essas reuniões, ou quando não é possível o comparecimento, devoções pessoais ou familiares assinalam o início e o término do sábado. Os adventistas evitam questões de negócios, prazeres e entretenimentos seculares e pessoais (tais como esportes) durante as horas do sábado. Fazem muitas vezes caminhadas pela natureza (especialmente para crianças e jovens), participam em projetos missionários locais e se empenham em companheirismo espiritual geral com outros adventistas e não adventistas, tudo em harmonia com a instrução divina para a observância do sábado. Embora os médicos adventistas normalmente não cliniquem nas horas do sábado, ficam "de sobreaviso" para assistir aos doentes, inclusive pessoas que necessitem de hospitalização. Todo o quadro de pessoal essencial das instituições médicas adventistas deve fazer rodízio nas horas de serviço aos sábados para que os pacientes não sejam negligenciados, mesmo que seja preciso reduzir as rotinas gerais durante as horas do sábado.

^528

A posição adventista a respeito do uso apropriado das horas do sábado foi apresentada

por Ellen White, cujos escritos merecem o respeito da igreja adventísta: "O sábado não se destina a ser um período de inútil inatividade. A lei proíbe trabalho secular no dia de repouso do Senhor; o labor que constitui o ganha-pão, deve cessar; nenhum trabalho que vise prazer ou proveito mundanos é lícito nesse dia; mas como Deus cessou Seu labor de criar e repousou no sábado, e o abençoou, assim deve o homem deixar as ocupações da vida diária, e devotar essas sagradas horas a um saudável repouso, ao culto e a boas obras" (DTN, 207).

Em virtude da importância da observância do sábado, publicou-se, em 1982, um volume intitulado *The Sahhath in Scriptitre and History*. Essa obra representa o esforço e o trabalho combinado de aproximadamente 19 especialistas, e trata em detalhes do sábado através do AT e NT, bem como na história cristã. Também inclui três capítulos sobre a teologia do sábado.

VI. Comentários de Ellen G. White

Ellen G. White escreveu de maneira tão ampla sobre o sábado do sétimo dia que só apresentamos aqui uma amostra dos seus pensamentos e conselhos sobre o assunto. A maior parte do que ela escreveu é de natureza ocasional, e aborda diversas situações específicas que necessitavam de conselhos idênticos ou semelhantes, fato que explica a maneira quase redundante de falar do sábado. Este levantamento apresenta declarações típicas ou representativas dos principais aspectos do sábado e de sua observância.

A. A *Origem e o Significado do Sábado*

"No Éden, Deus estabeleceu o memorial de Sua obra da criação, depondo a Sua bênção sobre o sétimo dia. O sábado foi confiado a Adão, pai e representante de toda a família humana. Sua observância deveria ser um ato de grato reconhecimento, por parte de todos os que morassem sobre a Terra, de que Deus é seu Criador e legítimo Soberano; de que eles são obra de Suas mãos, e súditos de Sua autoridade" (PP, 48).

"O sábado não é apresentado como uma nova instituição, mas como havendo sido estabelecido na criação. Deve ser lembrado e observado como a memória da obra do Criador. Apontando para Deus como Aquele que fez os céus e a Terra, distingue o verdadeiro Deus de todos os falsos deuses. Todos os que guardam o sétimo dia, dão a entender por esse ato que são adoradores de Jeová. Assim, é o sábado o sinal de submissão a Deus por parte do homem, enquanto houver alguém na Terra para O servir" (ibid., 307).

"A instituição do sábado, que se originou no Éden, é tão antiga como o próprio mundo. Foi observado por todos os patriarcas, desde a criação. Durante o cativeiro no Egito, os israelitas foram obrigados por seus maiorais de tarefas a violar o sábado; e em grande parte perderam o conhecimento de sua santidade. Quando a lei foi proclamada no Sinai, as primeiras palavras do quarto mandamento foram: 'Lembra-te do dia do sábado, para o santificar' (Ex 20:8), mostrando que o sábado não foi instituído ali; aponta-se-nos a sua origem na criação" (ibid., 336).

"O quarto mandamento é o único de todos os dez em que se encontra tanto o nome como o título do Legislador. É o único que mostra pela autoridade de quem é dada a lei. Assim contém o selo de Deus, afixado à Sua lei, como prova da autenticidade e vigência da mesma" (ibid., 307).

¡B. *Necessidade Humana do Sábado*

"Deus viu que um repouso era essencial para o homem, mesmo no paraíso. Ele necessitava pôr de lado seus próprios interesses e ocupações durante um dia dos sete, para que pudesse, de maneira mais ampla,

contemplar as obras de Deus e meditar em Seu poder e bondade. Necessitava de um sábado para, de maneira mais vivida, fazê-lo se lembrar de Deus, e para despertar-lhe gratidão, visto que tudo quanto desfrutava e possuía viera das benignas mãos do Criador" (ibid., 48).

"O sábado, como um memorial do poder criador de Deus, designa-0 como o que fez os céus e a Terra. Daí o ser ele uma testemunha constante de Sua existência, e lembrança de Sua grandeza, Sua sabedoria e Seu amor. Houvesse sido o sábado sempre observado de maneira sagrada, e nunca podería ter havido um ateu ou idólatra" (ibid., 336).

C. *Cristo ? o Criador do Sábado*

Ellen White observa repetidas vezes que Cristo esteve com Deus Pai na criação, atuante na obra da criação, conforme deixa claro o NT (Jo 1:1-3).

"Uma vez que Ele [Cristo] fez todas as coisas, fez também o sábado. Esse foi por Ele posto à parte como lembrança da criação. Mostra-O como Criador tanto como Santificador" (DTN, 288),

"Aquele [Cristo] que fez o sábado não o aboliu, cravando-o na cruz" (ibid,, 630).

"Todas as coisas foram criadas pelo Filho de Deus. [...] E uma vez que o sábado é uma lembrança da obra da criação, é um testemunho do amor e do poder de Gristo" (ibid., 281),

"Cristo, durante Seu ministério terrestre, deu ênfase aos imperiosos reclamos do sábado; em todo o Seu ensino Ele mostrou reverência pela instituição que Ele mesmo dera" (PR, 183),

D, *Princípios de Observância do Sábado Segtiidos por Cristo*

Em Seu conflito com os líderes judeus, Cristo enunciou princípios bíblicos verdadeiros sobre a observância do sábado em contraste com as restrições de fabricação humana:

"Ao se apartarem os judeus do Senhor, e deixarem de tornar sua a justiça de Cristo pela fé, o sábado perdeu para eles sua significação. [...] Nos dias de Cristo, tão pervertido se tornara o sábado, que sua observância refletia o caráter de homens egoístas e arbitrários, em lugar de o fazer ao caráter do amorável Pai celeste. Virtualmente os rabis representavam a Deus como dando leis que os homens não podiam obedecer. Levavam o povo a olhar a Deus como tirano, e a pensar que a observância do sábado, segundo Ele a exigia, tornava os homens duros de coração e cruéis. Competia a Cristo a obra de esclarecer essas mal-entendidas concepções. Embora os rabis O seguissem com impiedosa hostilidade, Ele nem sequer parecia Se conformar com o que requeriam, mas ia avante, guardando o sábado segundo a lei divina" (DTN, 283, 284).

"Ele [Jesus] viera para libertar o sábado daquelas enfadonhas exigências que o haviam tornado uma maldição em vez de bênção.

"Por isso escolhera o sábado para nele realizar a cura de Betesda. Poderia haver curado o enfermo igualmente em qualquer outro dia da semana; ou simplesmente tê-lo curado, sem lhe dizer que levasse a cama, Isso, porém, não Lhe teria proporcionado a oportunidade que desejava. Um sábio desígnio guiava todos os atos de Cristo na Terra, Tudo quanto fazia era em si mesmo importante, bem como na lição que comunicava. Escolheu, entre os sofredores que se achavam junto ao tanque, o pior caso, para alí exercer Seu poder de cura, e pediu ao homem que levasse a cama através da cidade, a fim de publicar a grande obra de que fora objeto. Isso daria lugar à questão do que era ou não era lícito fazer no sábado, e abriría o caminho para Ele condenar as restrições dos judeus quanto ao dia do Senhor, declarando vãs suas tradições. *530

"Jesus lhes afirmou que a obra de aliviar os aflitos estava em harmonia com a lei do

sábado. Estava em harmonia com os anjos de Deus que estão sempre descendo e subindo entre o Céu e a Terra para servir à humanidade sofredora. Jesus declarou: 'Meu Pai trabalha até agora, e Eu trabalho também' (Jo 5:17)" (ibid., 206).

"Cristo queria ensinar, aos discípulos e aos inimigos, que o serviço de Deus está acima de tudo. O objetivo da obra de Deus, neste mundo, é a redenção do homem; portanto, tudo quanto é necessário que se faça no sábado no cumprimento dessa obra está em harmonia com a lei do sábado. Jesus coroou então Seu argumento, declarando-Se 'Senhor do sábado' ~ Alguém que estava acima de qualquer dúvida, acima de toda lei. Esse eterno Juiz absolve de culpa os discípulos, apelando para os próprios estatutos de cuja violação são acusados" (ibid,, 285).

jE. *Observância* *do Sábado* *e* *Santidade*

Ellen White enfatizou repetidas vezes que a mera e formalista observância do sábado é sem sentido ou pior, A verdadeira observância do sábado de Deus envolve a santificação da vida que Cristo concede.

"[O sábado] declara que Aquele que criou todas as coisas no Céu e na Terra, e por quem todas as coisas se mantêm unidas, é a cabeça da igreja, e que por Seu poder somos reconciliados com Deus. [...] Portanto, o sábado é um sinal do poder de Cristo para nos fazer santos. E é dado a todos quantos Cristo santifica. Como sinal de Seu poder santificador, o sábado é dado a todos quantos, por meio de Cristo, se tornam parte do Israel de Deus" (ibid., 288).

"O sábado não se destinava meramente a Israel, mas ao mundo. Fora tornado conhecido ao homem no Éden, e, como os demais preceitos do decálogo, é de imutável obrigatoriedade. [.,.]

"Nenhuma outra das instituições dadas aos judeus tendia a distingui-los tão completamente das nações circunvizinhas, como o sábado. Era intenção do Senhor que sua observância os designasse como adoradores Seus. Seria um sinal de sua separação da idolatria, e ligação com o verdadeiro Deus. Mas a fim de santificar o sábado, os homens precisam ser eles próprios santos. Devem, pela fé, tornar-se participantes da justiça de Cristo" (ibid., 283).

F. O *Sábado Através dos Sécidos*

"Nos primeiros séculos o verdadeiro sábado foi guardado por todos os cristãos. Eram ciosos da honra de Deus, e, crendo que Sua lei é imutável, zelosamente preservavam a santidade de seus preceitos. Mas com grande argúcia, Satanás operava mediante seus agentes para efetuar seu objetivo. Para que a atenção do povo pudesse ser chamada para o domingo, foi feito desse uma festividade em honra da ressurreição de Gristo. Atos religiosos eram nele realizados; era, porém, considerado como dia de recreio, sendo o sábado ainda observado como dia santificado" (GC, 52).

"Desde aquele dia [o tempo em que a lei foi dada no Sinai] até o presente, o conhecimento da lei de Deus se tem preservado na Terra, e o sábado do quarto mandamento tem sido guardado. Posto que o 'homem do pecado' conseguisse calcar a pés o santo dia de Deus, houve, contudo, mesmo no período de sua supremacia, ocultas nos lugares solitários, almas fiéis que lhe dispensavam honra. Desde a Reforma, alguns tem havido, em cada geração, a manterem-lhe a observância. Embora frequentemente em meio de ignomínia e perseguição, constante testemunho tem sido dado da perpetuidade da lei de Deus e da obrigação sagrada relativa ao sábado da criação" (ibid., 453).

Ellen White também observa que havia entre os valdenses alguns que "eram observadores do sábado", e que na Etiópia, também, "cristãos observavam o sábado, embora também se abstendo de trabalhar no domingo" (ibid., 577, 578).

G. O *Sábaâo na Crise Final da História da Terra*

"0 sábado será a pedra de toque da lealdade, pois é o ponto da verdade especialmente controvertido. Quando sobrevier aos homens a prova final, traçar-se-á a linha divisória entre os que servem a Deus e os que não O servem. Ao passo que a observância do sábado espúrio em conformidade com a lei do Estado, contrária ao quarto mandamento, será uma declaração de fidelidade ao poder que se acha em oposição a Deus, é a guarda do verdadeiro sábado, em obediência à lei divina, uma prova de lealdade para com o Criador. Ao passo que uma classe, aceitando o sinal de submissão aos poderes terrestres, recebe o sinal da besta, a outra, preferindo o sinal da obediência à autoridade divina, recebe o selo de Deus" (ibid., 605).

"Mas ninguém deverá sofrer a ira de Deus antes que a verdade se lhe tenha apresentado ao espírito e consciência, e haja sido rejeitada, Há muitos que nunca tiveram oportunidade de ouvir as verdades especiais para este tempo. A obrigatoriedade do quarto mandamento nunca lhes foi apresentada em sua verdadeira luz. Aquele que lê todos os corações e prova todos os intuitos, não deixará que pessoa alguma que deseje o conhecimento da verdade seja enganada quanto ao desfecho da controvérsia. O decreto não será imposto ao povo cegamente. Cada qual receberá esclarecimento bastante para fazer inteligentemente a sua decisão" (ibid.).

"A questão do sábado será o ponto controverso no grande conflito final em que o mundo inteiro há de ser envolvido. Os homens exaltaram os princípios do diabo acima dos que regem nos Céus. Aceitaram o sábado espúrio instituído por Satanás como o sinal de sua autoridade. Entretanto, Deus imprimiu o Seu selo ao Seu estatuto real. Cada instituição sabática traz o nome de Seu Autor, a marca indestrutível que revela Sua autoridade. Nossa missão é levar o povo a compreender isso. Devemos mostrar-lhe no que importa ter o sinal do reino de Deus ou do reino da rebelião, porque cada qual se reconhece súdito do reino cujo distintivo aceita" (TS3, 19).

"Deus nos chamou para desfraldar o estandarte do Seu sábado, que está sendo calcado a pés. Que importância tem, pois, que o nosso exemplo de guardar o sábado seja correto!" (ibid.).

H. Preparação para o Sábado

A preparação para o sábado deve ocupar toda a semana, sendo a dimensão espiritual a mais importante de toda preparação.

"Não devemos observá-lo simplesmente como objeto de lei. Devemos compreender suas relações espirituais com todos os negócios da vida. Todos os que considerarem o sábado um sinal entre eles e Deus, revelando que Ele é o Deus que os santifica, hão de representar condignamente os princípios de Seu governo. Praticarão dia a dia os estatutos de Seu reino, orando continuamente a Deus para que a santificação do sábado sobre eles repouse. Cada dia terão a companhia de Cristo, exemplificando-Lhe a perfeição de caráter. Dia a dia sua luz refulgirá para outros em boas obras" (TS3, 20).

"Quando o sábado é dessa forma lembrado, as coisas temporais não influirão sobre o exercício espiritual de modo a prejudicá-lo. Nenhum serviço atínente aos seis dias de trabalho será deixado para o sábado. Durante a semana, teremos o cuidado de não gastar as energias com trabalho físico a ponto de, no dia em que o Senhor repousou e Se restaurou, estarmos fatigados demais para tomar parte no Seu culto" (ibid., 21).

Mas "embora a preparação para o sábado deva prosseguir durante toda a semana, a sexta-feira é o dia por excelência da preparação" (ibid.).

"Tende o cuidado de pôr toda a roupa em ordem e deixar cozido o que houver para

cozer. Escovai os sapatos e tomai vosso banho, E possível deixar tudo preparado, se tomar-se isso como regra. O sábado não deve ser empregado em consertar roupa, cozer o alimento, nem em divertimentos ou quaisquer outras ocupações mundanas. Antes do pôr do sol, ponde de parte todo trabalho secular, e fazei desaparecer os jornais profanos. Explicai aos filhos esse vosso procedimento e induzi-os a ajudarem na preparação, a fim de observar o sábado segundo o mandamento" (íbid., 22).

"Nesse dia todas as divergências existentes entre irmãos, tanto na família como na igreja, devem ser removidas. Afaste-se da alma toda amargura, ira ou ressentimento. Com espírito humilde confessai as vossas culpas uns aos outros, e orai uns pelos outros, para que sareis' (Tg 5:16)" (ibid., 22, 23).

I. O Sábado na Família

Ao tratar sobre o sábado no lar, a primeira instrução de Ellen White é de que, "antes do pôr do sol [de sexta-feira], todos os membros da família devem se reunir para estudar a Palavra de Deus, cantar e orar" (ibid.). Depois, pronunciando-se a respeito do próprio dia de sábado, declara;

"Não deveis perder as preciosas horas do sábado, levantando-vos tarde. No sábado a família deve se levantar cedo. Despertando tarde, é fácil se atrapalhar com a refeição matinal e a preparação para a Escola Sabatina, Disso resulta pressa, impaciência e precipitação, dando lugar a que a família se possua de sentimentos impróprios desse dia. Sendo profanado, o sábado se torna um fardo, e sua aproximação será para ela antes motivo de desagrado do que de regozijo.

"Não devemos, no sábado, aumentar a quantidade de alimento ou preparar maior variedade do que noutros dias. Ao contrário, a refeição do sábado deve ser mais simples, convindo comer menos do que comumente, a fim de ter o espírito claro e em condições de compreender os temas espirituais. [...]

"Embora deva a gente abster-se de cozinhar aos sábados, não é necessário ingerir a comida fria. Em dias frios, convém aquecer o alimento preparado no dia anterior. As refeições, posto que simples, devem ser apetitosas e atraentes. Trate-se de arranjar qualquer prato especial, que a família não costuma comer todos os dias" (ibid., 23, 24).

"Quando faz bom tempo, deverão os pais sair com os filhos a passeio pelos campos e matas. Em meio às belas coisas da natureza, expliquem-lhes a razão da instituição do sábado. Descrevam-lhes a grande obra da criação de Deus. Contem-lhes que a Terra, quando Ele a fez, era bela e sem pecado. Cada flor, arbusto e árvore correspondiam ao propósito divino. Tudo sobre que o homem pousava o olhar, o deleitava, sugerindo-lhe pensamentos do amor divino. Todos os sons eram harmônicos, e em consonância com a voz de Deus. Mostrai-lhes que foi o pecado que manchou essa obra perfeita; que os espinhos, cardos, aflição, dor e morte são o resultado da desobediência a Deus. Fazei-lhes notar, também, que, apesar da maldição do pecado, a Terra ainda revela a bondade divina" (ibid., 24, 25).

"Ao pôr do sol, elevai a voz em oração e cânticos de louvor a Deus, celebrando o findar do sábado e pedindo a assistência do Senhor para os cuidados da nova semana" (ibid., 25).

J. *Viagem no Sábado*

Ellen White alerta para o fato de que viagens no sábado devem ser evitadas tanto quanto for possível. Mas "para ir â igreja, que requer a nossa cooperação ou à qual devemos transmitir a mensagem que Deus lhe destina, pode se tornar necessário viajar no sábado; mas sempre que possível devemos, no dia anterior, comprara passagem e tomar todas as disposições necessárias" (ibid., 26). Além disso, quando "empreendermos viagem, devemos nos esforçar o mais

possível por evitar que o dia da chegada ao destino coincida com o sábado". E quando "obrigados a viajar no sábado, cumpre evitarmos a companhia dos que procuram nos atrair a atenção para as coisas seculares". Contudo, sempre "que se nos ofereça a oportunidade, falemos com outros acerca da verdade. Cumpre-nos em todo tempo estar dispostos a aliviar sofrimentos e ajudar os que sofrem necessidades". "Não devemos, entretanto, falar acerca de negócios nem iniciar qualquer conversação mundana" (ibid.).

K. Reuniões no Sábado

. "Sempre que houver dois ou três crentes na mesma localidade, deverão eles se reunir no sábado para reclamar as promessas do Senhor.

"O pequeno grupo reunido para adorar a Deus no seu santo dia, tem direito a reclamar as bênçãos de Jeová e pode estar certo de que o Senhor Jesus será honroso visitante em suas reuniões. Todo verdadeiro adorador de Deus, que santifica o sábado do Senhor, deverá reclamar para si a promessa: Tara que saibais que Eu sou o Senhor, que vos santifica (Êx 31:13}" (ibid., 27).

"A pregação nas reuniões de sábado em geral deve ser breve, dando-se oportunidade aos que amam a Deus, para exprimir gratidão e tributar-Lhe culto individual" (ibid., 27), "Ninguém vá à igreja para dormir. O sono é coisa que não deve se manifestar na casa de Deus" (ibid.).

Todos devem sentir que têm uma parte para desempenhar, a fim de tornar interessantes as reuniões de sábado.

"Não deveis reunir-vos simplesmente para preencher uma formalidade, e sim para trocar idéias, relatar vossa experiência diária, oferecer ações de graça e exprimir vosso sincero desejo de ser iluminados para conhecer a Deus e a Jesus Cristo, a quem Ele enviou" (ibid., 28).

L. Outros Interesses

Com interesse específico na prática da observância do sábado entre funcionários de instituições médicas adventistas, Ellen White apontou para o exemplo de Cristo, para a necessidade de repouso e para a importância do sábado como um sinal entre Deus e Seu povo.

"Muitas vezes, médicos e enfermeiros são chamados durante o sábado para atender ao enfermo, e algumas vezes lhes é impossível dispor de tempo para repouso e assistência aos cultos devocionais. As necessidades da humanidade sofredora não devem jamais ser negligenciadas. Por Seu exemplo o Salvador nos mostrou que é correto aliviar os sofrimentos no sábado. O trabalho desnecessário, porém, tal como tratamentos usuais e operações, que possam ser adiados, devem sê-lo. Faça-se com que os pacientes compreendam que os médicos e auxiliares precisam de um dia de repouso. Faça-se compreenderem que os obreiros temem a Deus, e querem santificar o dia que Ele separou para os Seus seguidores observarem como sinal entre Ele e eles" (TS3, 126).

"Todas as nossas instituições médicas são estabelecidas como instituições adventistas do sétimo dia, para representarem os vários aspectos da obra evangélica médico-missionária, e assim preparar o caminho para a vinda do Senhor" (ibid., 127).

A respeito do funcionamento de restaurantes públicos, apresentou o seguinte conselho:

"Alguém fez a pergunta: 'Deverão os nossos restaurantes funcionamos sábados?' Minha resposta é: Não, não! A observância do sábado é o nosso testemunho em prol de Deus — a marca, o sinal, entre Ele e nós de que somos o Seu povo. Essa marca nunca deverá ser apagada" (ibid., 129).

O restaurante podia, contudo, "fornecer na sexta-feira pacotes de alimento para os que desejassem usufruir de alimento saudável para o sábado" (ibid.).

Tem sido dada instrução a respeito de planos de negócio e parcerias com os que não respeitam o sábado:

"Há necessidade de uma reforma do sábado entre nós, que professamos o santo dia de repouso. Algumas pessoas comentam os seus assuntos comerciais e fazem planos no sábado, e Deus considera isso como se estivessem empenhadas no próprio ato da transação comercial.

"Outras, bem informadas das provas bíblicas de que o sétimo dia é o sábado, fazem sociedade com homens que não reverenciam o santo dia de Deus. O observador do sábado não pode ter a seu serviço, pagos com seu dinheiro, homens para trabalhar no sábado. Se, por amor ao lucro, consente que o negócio em que tem interesse seja atendido no sábado pelo sócio incrédulo, é ele tão culpado quanto o incrédulo; e tem o dever de dissolver a sociedade, por mais que perca por assim proceder. Podem os homens pensar que não lhes é possível obedecer a Deus, mas o que não podem fazer é se permitir desobedecer-Lhe. Os negligentes na observância do sábado sofrerão grande perda" (Ev, 245).

O elevado padrão apresentado por Ellen White como absoluta necessidade na verdadeira observância do sábado se resume bem numa declaração citada anteriormente: "A fim de santificar o sábado, os homens precisam ser eles próprios santos. Devem, pela fé, tornar-se participantes da justiça de Cristo" (DTN, 283).

VII. Literatura

A literatura acerca do sábado e/ou domingo é bastante volumosa. A lista a seguir constitui apenas uma bibliografia seleta. Da limitada quantidade de títulos indicados, alguns não são compatíveis com os pontos de vista expressos neste capítulo (especialmente os livros de Carson e Rordorf, que estão listados simplesmente devido à ampla popularidade que receberam). A maioria das obras, porém, serve como suporte.

Andreasen, Niels-Erik. *The Old Testament Sabbath: A Tradition-historical Investigation.* Missoula: University of Montana, 1972.

---------- . *Rest and Redemption: A Study of the Biblical Sabbath.* Berríen Springs: Andrews University Press, 1978.

Andrews, J. N., e L. R. Conradi. *History of the Sabbath and First Day of the Week.* 4ª ed. Washington: Review and Herald, 1912.

Bacchiocchi, Samuele. *Divine Rest for Human Restlessness: A Study ofthe Good News of the Sabbath for Today.* Roma: Pontificai Gregorian University Press, 1980.

---------- . *From Sabbath to Sunday: A Historical Investigation of the Rise of Sunday Observance in Early Christianity.* Roma: Pontificai Gregorian University Press, 1977.

■----- —. *Rest for Modem Man: The Sabbath for Today.* Nashville: Southern Publishing Association, 1976.

Brunt, John. A *Day for Healing: The Meaning of Jesus[1] Sabbath Miracles.* Washington: Review and Herald, 1981.

Carson, D. A., ed. *From Sabbath to Lords Day: A Biblical, Historical, and Theological Investigation.* Grand Rapids: Zondervan, 1982.

Dugmore, G. W. "Lords Day and Easter." *Neotestamentica et Patristica.* Leiden: Brill, 1962.

Hasel, Gerhard F. "Sabbatarian Anabaptists ofthe Sixteenth Gentury", parte I, *Andrews University Seminar)'Studies* 5 (1967): 101, 121; parte II, *Andrews University Seminar)[1] Studies* 6 (1968): 19-28.

•---------•. "Sabbath." *The Anchor Bible Dictíonary,* Ed, David Noel Freedman, Nova York: Doubleday, 1992. 5:849-856.

I-Iefele, Karl Joseph von. A *History of the Councils ofthe Church.* 5 vols. Edinburgh: T.&T. Clark, 1883-1896.

Heschel, Abraham Joshua. *The Sabbath: Its Meaning for Modem Man.* Nova York: Farrar, Straus, andYoung, 1951,

Horner, George, ed. e trad, *The Statutes of the Apostles or Cânones Ecclesiastici.* Oxford: Williams and Norgate, 1904.

Kubo, Sakae. *God MeetsMan: A Theology ofthe Sabbath and the Second Advent.* Nashville: Southern Publishing Association, 1978.

Lewis, A. H. A *Criticai Histoiy ofthe Sabbath and the Sunâay in the Chrístian Church.* Alfred Centre: American Sabbath Tract Society, 1886.

Líechty, Daniel. *Andreas Fischer and the Sabbatarían Anabaptists*: *An Early Reformation Episode in East Central Europe.* Studies in Anabaptist and Mennonite History, 29. Scottdale: Herald Press, 1988.

---------- . *Sabbatarianism in the Sixteenth Century:* A *Page in the History of the Radical Reformation.* Berrien Springs: Andrews University Press, 1993.

Odom, Robert L. *Sabbath and Sunâay in Early Christianity.* Washington: Review and Herald, 1977.

Rordorf, Willy. *Sunday: The Histor)'ofthe Day of Best and Worship in the Earliest Centuries of the Chrístian Church.* Trad. A. A. K. Graham, Philadelphía: Westmínster, 1968, (Original em alemão: *Der Sonntag, Geschichte der Ruhe-und Gottesdiensttages im ãltesten Christentum.* Zurich: Zwingli Verlag, 1962.)

Saunders, Herbert E. *The Sabbath: Symbol of Creation and Re-Creation.* Plainfield: American Sabbath Tract Society, 1970.

Shea, William H. "The Sabbath in Extra-biblical Sources." *Adventist Perspectives 3* (1989): 17-25. ^

Strand, Kenneth A. "Another Look at 'Lords Day' in the Early Ghurch and in Revelation 1:10." *New Testament Studies* 13 (1967): 174-180.

---------- . *The Early Chrístian Sabbath*: *Selected Essays and a Source Collection.* Worthington: Ann Arbor, 1979.

Strand, Kenneth A., ed. *The Sabbath in Scrípture and Histoiy.* Washington: Review and Herald, 1982.

Apêndice
A Semana de Sete Dias e o Calendário Juliano-Gregoriano

Dois itens de natureza técnica merecem breve atenção: o surgimento da "Semana Planetária" e o "Calendário Juliano-Gregogiano".

A. A *HSemana Planetária*

Até o surgimento da "semana planetária", em tempos posteriores ao AT, não há evidência no mundo antigo de nenhuma semana de sete dias, a não ser a dos hebreus.

Logo no início de sua história, tanto os babilônios quanto os gregos tomaram interesse na astronomia. Visto que a semana planetária tinha seus dias designados pelos nomes do Sol, da Lua e de cinco planetas do sistema solar, é óbvio que a astronomia ou a astrologia fazia parte de seu contexto. Por meio de um processo bastante longo de estudo do firmamento por babilônios e gregos, surgiu finalmente, em algum momento entre 300 e 150 a.C., a sequência dos "sete planetas" o Sol, a Lua e os cinco planetas conhecidos dos antigos. Esta sequência era: Saturno-Júpiter-Marte-Sol-Vênus-Mercúrio-Lua. Baseava-se na distância "espacial" de cada um dos corpos celestes a partir da Terra, conforme determinado por cálculos astronômicos.

A astrologia de Hiparco (190-126 a.C.), na Ásia Menor ocidental, influenciou a pesquisa astronômica/astrológica em Alexandria, no Egito. Além disso, os sacerdotes

egípcios desenvolveram por volta dessa época um dia com 24 horas de sessenta minutos. Em Alexandria, todos os ingredientes necessários à criação de uma semana planetária de sete dias se conjugaram por volta de 150 a.C. Esses ingredientes eram o conceito de deuses planetários, originalmente desenvolvido por sacerdotes babilônicos; os dados matemáticos e astronômicos produzidos pelos gregos; o sistema de 24 horas, inovação egípcia; e o conhecimento do ciclo semanal hebraico.

A mais completa informação sobre o processo envolvido nessa semana astrológica ou planetária vem do historiador romano Cássio Dio, que escreveu no início do terceiro século da era cristã, época em que essa semana planetária ganhara aceitação universal no mundo romano. Segundo Dio *(História Romana*, 37. 18, 19), acreditava-se que as 24 horas de cada día eram governadas na sequência pelos “sete planetas” (inclusive o Sol e a Lua). O planeta que governava a primeira hora de um dia, dava seu nome àquele dia. Visto ser o primeiro na sequência dos sete planetas, Saturno governava o primeiro dia. A primeira hora do segundo dia seria o “dia do Sol”, de modo que o domingo sucedia ao sábado. De forma semelhante, todos os sete corpos celestes recebiam autoridade sobre a primeira hora de um día, e cada um dava seu nome a seu dia correspondente.

A medida que a semana planetária ganhava terreno, o domingo, e não o sábado, ganhava a primazia *como o* primeiro dia da semana. Isso aconteceu pelo fato de o Sol ser o corpo celeste mais brilhante. No modelo bíblico de semana, amplamente aceito em todas as partes do mundo então conhecido pelos judeus da Diáspora, o sétimo dia equivalia ao chamado "dia de Saturno” na semana planetária. Disto testificaram escritores romanos posteriores, segundo os quais, já em 63 a.C. os judeus afirmavam que o sábado deles era o "dia de Saturno” (ibid., 37. 16. 2-4).

B. O *Calendário Jvãiano-Gregoriano*

Em recentes discussões, tem-se alegado, às vezes, que o ciclo semanal foi modificado desde tempos antigos, alterando assim a sequência dos dias. O calendário principal usado hoje em todo o mundo, chamado "calendário gregoriano”, não efetuou nenhuma mudança semanal em seu predecessor, o "calendário juliano" (instituído em 45 a.C. por Júlio César). E certo, portanto, que os dias da semana existentes no tempo do NT continuam a ser os mesmos dias da semana na atualidade.

No ano de 12 meses do calendário Juliano, a adição de um ano bissexto a cada quatro anos fazia o calendário atrasar cerca de 11 minutos e 14 segundos a cada ano. Cumulativamente, isto perfaz aproximadamente três dias a cada quatro séculos. Em 1582 o equinócio de primavera ocorreu no dia 11 de março, em vez de no dia 21 de março, o dia em que ocorrera o Concilio de Niceia, em 325 d.C. Para solucionar a discrepância, o papa GregórioXIII decretou em 1582 que 10 dias fossem deixados de fora da contagem, Isso fez com que a quinta-feira, 4 de outubro, fosse sucedida pela sexta-feira, 15 de outubro (e não pelo dia 5 de outubro). Não se fez nenhum ajuste ou mudança no ciclo semanal.

A fim de prover melhor equilíbrio entre o novo calendário e o ano solar real, Gregório estipulou que os únicos anos seculares que teriam um dia bissexto seriam os divisíveis por 400, eliminando assim três "dias bissextos” a cada 400 anos. O primeiro ano bissexto secular foi 1600. Em 1700, o "dia bissexto” foi omitido.

15
A Igreja

Raoul Dederen

Introdução

Durante muito tempo na história do pensamento cristão, o interesse na doutrina da igreja foi bem pequeno. Ela não recebeu a atenção cuidadosa dispensada à cristologia e à doutrina da Trindade no 4° e 5º séculos, nem à morte expiatória de Cristo na Idade Média nem ainda à questão da salvação no século 16. Mas, dentre outros fatores que contribuíram para fazer dessa doutrina um centro de discussão teológica, está o movimento ecumênico do século 20 com sua visão de uma *única* igreja de Cristo.

O objetivo deste artigo, porém, é tratar breve e seletivamente, das referências à igreja na Escritura, sobretudo no NT. Pretende-se chamar a atenção para o que a igreja primitiva professava a respeito do assunto. Consideraremos primeiramente a relação de Cristo com a igreja. Depois analisaremos a natureza e a esfera de ação da igreja, seguidas do exame de sua missão e governo. Por fim, daremos atenção às ordenanças e às características da igreja, seguidas por um levantamento histórico do desenvolvimento dessa doutrina.

I. A Igreja no Plano de Deus
A. A Intenção de Cristo
1, Reunindo e Treinando Discípulos
2. O Pastor e Seu Rebanho
B. “Sobre Esta Rocha"
II. Natureza e Esfera de Ação da Igreja
A. A Terminologia Bíblica
B. A Igreja Local e Universal
C. A Igreja e o Reino de Deus
1. O Reino como Governo de Deus
2, O Papel da Igreja
• D. Um Israel Fiel
1. Duas Abordagens Principais
2. Uma Relação de Aliança
3. A Igreja como Israel Espiritual
E. Igreja Visível ou Invisível?
1. Dois Extremos
2. A Prioridade da Fé e do Arrependimento
3. Uma Igreja Corporal e Visível
III. Imagens Bíblicas da Igreja
A. A Igreja como um Corpo
B. A Igreja como Noiva
C. A Igreja como Templo
D. A Igreja como o Povo de Deus
E. Alguns Indicadores
IV. A Missão da Igreja
A. Fazer Discípulos de Todas as Nações
B. Instruir os Crentes
C. Cuidar dos Necessitados e dos Sofredores
D. Glorificar a Deus
E. No Coração da Missão: a Palavra
F. O Ministério do Espírito
1. “Cheios do Espírito"
2. Os Dons do Espírito
V. O Governo da Igreja
A. O Ministério dos Apóstolos
B. Ministérios Locais
C. Governo da Igreja no NT
1. Teorias
2. Princípios Básicos
3. *Charísmata o* Instituição
VI. As Ordenanças da Igreja
A. Batismo
1. Antecedentes e Origens

2. Uma Ordem
3. O Significado do Batismo
4. Batizados num Só Corpo
5. Batismo dos Crentes
<£► 6. Batismo e o Espírito Santo
B. A Ceia do Senhor
L O Significado da Ceia do Senhor
2. A Ordenança do Lava-Pés
VII. A Autoridade da Igreja
A. A Suprema Autoridade
B. A Autoridade Apostólica
C. A Autoridade da Escritura
D. Autoridade na Igreja Local
E. Autoridade da Igreja Universal
VIII. As Características da Igreja
A. Fé
B. Companheirismo
C. Unidade
D. Santidade
E. Universalidade
R Apostolicidade
G. Um Remanescente Fiel
IX. Um Olhar Sóbrio para o Futuro
A. Viver num Mundo Pluralista
B. A Igreja: Militante eTriunFante
X. Contexto Histórico
A. A Igreja Antiga
1. Primeiros Escritos Patrísticos
2. Rumo à Igreja Episcopal
3. A Doutrina Cipriânica da Igreja
4. Agostinho e a Controvérsia Donatista
5. Preeminência da Sé Romana
B. Na Idade Média
1. No Ocidente: o Episcopado Monárquico
2. Vozes de Protesto
3. No Oriente: um Episcopado Colegiado
G. A Reforma
1. Lutero e a Igreja
2. Calvino e a Igreja
3. A Restauração Radical
4. O Anglicanismo c a Igreja
D. Os Séculos 18 e 19
1. A Era da Razão e a Igreja
2. Friedrich Schleiermacher
3. Albrecht Ritschl
4. Eclesiologia Católica Romana
E. O Século 20
1. Liberalismo Protestante
2. A Eclesiologia de Karl Barth
3. A Eclesiologia de Hans Küng
F. Tendências Atuais
1. O Movimento Ecumênico
2. O Ecumenismo Católico Romano
3. Orientação Pós-Moderna
G. Os Adventistas do Sétimo Dia
XI. Comentários de Ellen G. White
A. A Igreja: na Terra e no Céu
B. Cristo e a Igreja: um Intimo Relacionamento
C. Há Joio entre o Trigo
D. Agente Designado por Deus para a Salvação de Pecadores
E. Ordem Evangélica na Igreja Primitiva
F. Uma Forma de Organização Julgada Indispensável
G. A Necessidade de Ação Unida
H. Lição Extraída do Concilio de Jerusalém
I. Cuidado com o Espírito de Domínio
J. A Igreja de Deus no Tempo do Fim
K. A Igreja Triunfante
XII. Literatura

I. A Igreja no Plano de Deus

Do princípio ao fim, a Bíblia manifesta interesse no propósito de Deus em criar um povo para Si, um povo que Lhe correspondería com fé e obediência e que seria uma fonte de bênçãos para todos os povos. O chamado de Abraão, Isaque e Jacó se destinava a formar esse povo (Gn 17:1-8; cf. 12:1-3; 15:1-6). Assim foi o chamado de Israel. Quando a nação israelita, porém, se obstinou e procurou ser autossuficiente como Adão, Deus Se voltou para a criação de um remanescente (Is 37:31; Mq 2:12; 5:7, 8; Sf 3:13), por meio de quem Seu propósito de redenção seria cumprido. A intenção divina de criar um povo fora de Israel é

um tema recorrente no NT, onde encontra seu cumprimento na igreja cristã.

Gostuma-se pensar que a primitiva comunidade cristã conhecida como "igreja" veio à existência no Pentecostes, após a morte e ressurreição de Cristo. O crescimento e organização dessa comunidade foi um processo gradual. Em que medida podem as bases e características da igreja cristã ser reconstituídas até o ensino e ministério do próprio Cristo? É a igreja uma sociedade fundada pelo Senhor como parte integrante de Sua obra em favor da humanidade, ou se trata apenas de uma instituição humana, surgida após a ressurreição, como a comunidade dos que professam crer em Cristo? A ideia de igreja cristã se originou com Jesus, ou se desenvolveu posteriormente? Esse será nosso primeiro assunto.

A. A *Intenção de CHsto*

Uma pesquisa superficial nos evangelhos pode levar alguém à conclusão de que Jesus não tinha interesse na igreja. Somente duas vezes o termo *ekklêsia* é encontrado em Seus lábios, ambas no evangelho de Mateus (16:18, 19; 18:17). Alguns até acham que essas declarações são uma atribuição posterior ao ministério do Senhor por parte da igreja primitiva. Embora a ausência quase total da palavra "igreja" nos evangelhos seja um problema que axije atenção, só uma flagrante negligência da evidência básica pode obscurecer o fato de que Jesus pretendia criar uma comunidade visível. Quanto mais se estuda a evidência sinótica, mais claramente se percebe que a intenção de Jesus não era estabelecer apenas mais uma escola teológica. Ele veio dar origem a um grupo de homens e mulheres reunidos sob o reino de Deus, uma comunidade religiosa da qual Ele mesmo era o líder. [1]

1. Reunindo e Treinando Discípulos

Desde o princípio, Cristo começou a reunir junto a Si uma diversidade de discípulos. Havia por vezes grande número deles (cf. Lc 6:17, 19; Jo 6:60), embora não passassem de uma massa desorganizada de seguidores. Dentre eles, explica Lucas, Jesus selecionou doze, "aos quais deu também o nome de apóstolos" (Lc 6:12, 13), "para estarem com Ele e para os enviar a pregar" (Mc 3:14). Os acontecimentos subsequentes mostram que os doze faziam parte do sistema de treinamento ao qual Cristo dedicou cada vez mais de Seu tempo.

Na condição de Messias escolhido, Jesus reuniu em torno de Si uma comunidade remanescente. Embora relutasse em fazer divulgação de Si mesmo como Messias, por rejeitar a messianidade política e nacionalista, Jesus não hesitou em afirmar para alguns que o título realmente Lhe pertencia (Mt 16, 17; Mc 14:61, 62; 15:2; Jo 4:25, 26). Um Messias sem uma comunidade era impensável para a mente judaica. Os conceitos de discípulos, remanescente e messianidade eram necessários para a constituição de uma nova comunidade, um povo de Deus, que é o bem essencial do Messias.

Cristo também deu aos discípulos memoráveis ensinos sobre o tipo de vida que deviam viver, ilustrada, por exemplo, no Sermão da Montanha (Mt 5-7), cujas exigências éticas pressupunham uma comunidade. Os que se uniam a Ele deviam estar dispostos a fazer sacrifícios como seu Mestre, estar dispostos a carregar cada um a sua cruz (Mt 16:24) e a desenvolver valores inteiramente novos, nos quais "ganhar o mundo" se torna algo sem valor quando comparado a perder a vida por amor a Jesus (Mc 8:34-36).

Os evangelhos nos mostram que aqueles a quem Jesus chamou foram enviados numa missão. O envio dos doze (Mc 3:13-15) e posteriormente dos 70 (Lc 10:1, 7-20) numa missão não ocorre por acaso; era parte de um propósito deliberado do próprio Senhor. Eles haviam sido chamados com esse propósito (Mc 6:7-13; Lc 10:1, 17-20). Por comungarem do mesmo propósito, deviam eles, por sua vez, orar "ao Senhor da seara que mande

trabalhadores para a Sua seara" (Le 10:2), O ministério de Cristo visava à formação de uma comunidade específica.

2. O Pastor e Seu Rebanho

A ausência da palavra "igreja" nos evangelhos, com exceção de Mateus 16:18 e 18:7, é explicada até certo ponto pela ocorrência de diversos outros termos empregados para descrever o novo povo de Deus. Esse propósito se reflete no ensino de Jesus sobre Seu "rebanho" e a "videira verdadeira". A cena do "pastor e o rebanho" recebe destaque tanto no AT como no NT (SI 23; 80:1; Lc 12:32; Jo 10; 21:15; cf. Mt 26:31). É verdade que "rebanho" e "igreja" são bem distintos na história e no estilo bíblico, mas descrevem o mesmo povo de Deus. Quando Cristo chamou todos que desejassem dEIe receber vida para que O seguissem (cf, Mt 4:19; 8:22; Mc 2:14; 8:34; Lc 5:27; 18:22; Jo 1:43; 21:22), chamou-os não apenas para Si, mas para um relacionamento mais íntimo que o de uma família natural. Essa nova família não seria determinada pela carne, mas pela
540 ► prática da vontade de Deus (Mc 3:33-35).

Durante o transcurso de Seu ministério, Jesus reuniu uma comunidade em torno de Si. A evidência que apoia a ideia de comunidade não deixa margem para dúvida de que Jesus podia ter falado sobre a igreja, conforme vemos em Mateus 16 e 18. A autenticidade das declarações, especialmente da primeira, "edíficarei Minha igreja", tem sido posta em dúvida, mas com base em apoio textual mínimo. A alegação se baseia em suposições um tanto arbitrárias a respeito da composição desse evangelho. Não há razões conclusivas para negar que as declarações de Jesus a respeito da igreja sejam autênticas, ainda que elas se refiram a um conceito mais indefinido do que a organização e estrutura que se desenvolveu posteriormente no primitivo cristianismo.

B. *"Sobre Esta Rocha*[1]

Pedro confessou sua certeza de que Jesus era "o Cristo, o Filho do Deus vivo" (Mt 16:16). Com base nisso, Jesus declarou: "Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a Minha igreja, e as portas do inferno [gr. 'as portas do Hades'] não prevalecerão contra ela" (v. 18). A locução pessoal se destaca no texto original: "sobre esta pedra edificarei *Minha* igreja". Isso revela que Jesus tinha a deliberada intenção de criar uma comunidade permanente contra a qual as "portas do inferno" não prevaleceríam. Essa garantia se tornava ainda mais importante, levando-se em conta a iminência da morte de Cristo. E como se Ele tivesse dito: "Vou morrer em breve (cf. v. 21), mas ressuscitarei e Me empenharei na edificação de Minha igreja, com a qual estarei até Minha volta".

O significado da "pedra", à qual Jesus Se referiu quando disse "Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a Minha igreja" (v. 18), também é vital para uma correta compreensão da igreja. Alguns argumentam, em virtude do jogo de palavras em aramaico, que "Pedro" e "pedra" são a mesma coisa; que Pedro é a pedra sobre a qual a igreja está edificada, acrescentando que o papel que o Senhor deu ao apóstolo era permanente e que devia ser transmitido a seus sucessores. A passagem, porém, não sugere nada dessa natureza. Conforme demonstrado na maneira como os discípulos trataram Pedro posteríormente, nenhum dos que ouviram Jesus fazer essa afirmação entendeu-a dessa forma. Para eles, Cristo era o fundamento da família de Deus (ICo 3:11) e sua pedra angular (Ef 2:20-22; lPe 2:4-8). Está bem mais em conformidade com o ensino da Escritura entender que a afirmação de Cristo significa que Ele como o Cristo, o Filho de Deus, ou a confissão disso, seja o fundamento sobre o qual a igreja está edificada.

Em suma, não existe nenhuma base sólida para afirmar que Jesus não contava com o surgimento de uma comunidade de discípulos após Sua partida. Ele direcionou Suas declarações e seus ensinos para a formação de uma sociedade visível.

II. Natureza e Esfera de Ação da Igreja

Precisamos examinar agora o significado básico da palavra "igreja" no NT, sem falar da natureza e da esfera de ação da sociedade que a palavra descreve. Certas imagens usadas pelos escritores do NT — especialmente por Paulo — sugerem os componentes qualitativos da ideia de igreja de forma tão eficaz que dedicaremos a elas também algum espaço.

A. A *Terminologia Bíblica*

A palavra inglesa para "igreja" (*church*) e os termos cognatos em outras línguas (cf. *kirk* em escocês; *kerk* em holandês; e *kirche* em alemão) derivam da palavra grega *kuriakos,* "aquilo que pertence ao Senhor". Ela traduz geralmente a *ekklesia* do NT, de *ek* (para fora) e *klêsis* (chamar), termo usado entre os gregos para designar um grupo de cidadãos reunidos para discutir assuntos de Estado.

Embora tenha adquirido um significado cristão diferente, a palavra tem sua própria história pré-cristã. O termo traz em si mesmo forte evidência da relação existente entre o AT e o NT. A LXX emprega *ekklesia* quase 100 vezes como tradução de *qahal,* "reunião", "ajuntamento", "assembléia", "os cha- ► mados para fora", "reunidos". Pode se referir a uma multidão de homens convocados para o dever militar (Nm 22:4; Ez 16:40} ou a uma súcia de malfeitores (SI 26:5). Emprega-se também para a congregação dos que adoram a Deus (2Cr 30:13), bem como para descrever o ajuntamento de Israel perante Deus no Horebe (Dt 9:10; 10:4; 18:16). Em Deuteronômio 31:30, a "congregação" de Israel se reúne perante o Senhor para propósitos religiosos. O termo era aplicado a reuniões de toda espécie; é o povo e o propósito que dão significado a *qahal.* O hebraico eda/r, outro termo geral para "reunião", "agrupamento", "congregação", é geralmente traduzido no grego como *synagõgê.* Conforme já mencionamos, o grego *ekklesia* era usado originalmente para designar uma assembléia de cidadãos livres, convocados por um pregoeiro para ouvir um discurso, geralmente relacionado com os negócios públicos. Esse sentido ainda se conserva em Atos 19:32, 39 e 41.

Foi dessa forma que a palavra entrou para a história cristã, com influências tanto gregas quanto judaicas. Na terminologia cristã, *ekklesia* designava a "congregação" ou comunidade dos chamados por Deus para sair do mundo e ser Seu povo. Constituíam a sociedade dos que haviam sido libertados, embora conscientes de que sua liberdade emanava da obediência a seu Senhor. Muitos são os casos que explicitam essa ênfase, como por exemplo "*ekklesia* de Deus" (ICo 1:2; 10:32; G1 1:13; lTs 2:14; lTm 3:5).

Vez ou outra, a igreja é qualificada como igreja ou igrejas "de Cristo" (Rm 16:16; G1 1:22) ou "do Senhor" (At 20:28). Muitas vezes, essa qualificação está implícita, mas, mesmo onde falta a locução preposicional, o contexto não deixa dúvida: Deus em Cristo é a autoridade que constituiu a *ekklesia,* Ela pertence a Deus porque foi Ele que a chamou à existência, habita nela e governa sobre ela.

B. A Igreja Local e Universal

Os escritos do NT se referem à igreja basicamente de duas maneiras. Na maior parte das referências, constitui uma comunidade de crentes de determinada localidade. E por isso que as cartas de Paulo são endereçadas "à igreja de Deus que está em Corinto" (ICo 1:2) ou "à igreja dos tessalonicenses"

(lTs 1:1). Emprega-se o termo da mesma maneira com referência a Jerusalém (At 8:1; 11:22) ou a Gencreia (Rm 16:1). Um pequeno grupo de cristãos que se reúnem em uma casa de adoração também recebe o nome de igreja (v. 5; lCo 16:19; Cl 4:15).

Num sentido mais amplo, utiliza-se o termo para indicar áreas geográficas mais extensas ou designar a igreja universal, isto é, a totalidade da igreja. É assim que ficamos sabendo sobre as "igrejas da Galácia" (G1 1:2), "igrejas da Judeia" (v. 22; cf. lTs 2:14), da Macedônia (2Co 8:1) ou da Ásia (lCo 16:19). E encontramos a palavra "igreja" empregada num sentido universal, como em Efésios 1:22, 3:10 e Colossenses 1:18. E, realmente, da mesma forma que o próprio Senhor declarara que haveria de construir Sua igreja (Mt 16:18).

Para ter uma compreensão adequada de como o NT vê a natureza e a esfera de ação da igreja, é preciso levar em conta tanto as dimensões locais quanto as universais. A congregação local é a igreja, como, por exemplo, a "que está em Corinto" (lCo 1:2). Apesar disso, não se concebe a congregação local apenas como uma parte ou fração da igreja inteira, mas a igreja em sua expressão local. O todo está na parte. A *ekklêsia* visível local é a igreja inteira expressa localmente num tempo e espaço específicos.

C. A *Igreja e o Reino de Deus*

Se a igreja é a comunhão dos que atenderam ao chamado de Deus e se reuniram no nome de Jesus Gristo, pode-se dizer que a igreja é sinônimo do reino de Deus. Há, na verdade, entre os dois conceitos íntima ligação, embora não devam ser confundidos. [1]

1. O Reino como Governo de Deus

De acordo com os sinóticos, o reino de Deus ou o reino dos céus era o tema cenS^tral da pregação de Jesus. No NT, o reino de Deus significa primariamente o governo de Deus, Sua autoridade como rei; e secundariamente, o âmbito no qual esse reino é exercido. O reino de Deus é sinônimo de Seu governo. O reino de Deus, que é também o reino de Cristo (cf. Mt 13:41; Lc 22:30; Cl 1:13; 2Tm 4:1), é o governo redentor de Deus em Cristo. Seu objetivo é a redenção e livramento dos pecadores dos poderes do mal (lCo 15:23-28). Em oposição a ele estão o reino de Satanás (Mt 12:26; Lc 11:18) e o "reino do mundo" (Ap 11:15), que lutam contra a operação do reino de Deus e devem ser conquistados (cf. Ap 11:15).

O reino de Deus, que virá em glória na consumação dos séculos (Mt 25:31-46; cf. 13:36-43) e que trará a restauração da ordem material (Mt 19:28), entrou na história através da pessoa e da missão de Cristo (Lc 17:21). O ministério e a pregação de Cristo apresentam como característica essa realidade dominante. Em Cristo, o reino do Céu invade o domínio do maligno. O poder de Satanás é quebrado. Tudo isso se baseia no fato de que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus. O reino veio e o reino virá, mas vem por intermédio da cruz. Essas boas-novas, isto é, "o evangelho do reino" pregado e ensinado pelo próprio Jesus (Mt 4:23; 9:35), devem ser pregadas "por todo o mundo, para testemunho a todas as nações", antes que venha o fim (Mt 24:14), convidando as pessoas a se arrepender e aceitar o governo de Deus em sua vida (ver Segunda Vinda I.D.).

2. O Papel da Igreja

Embora haja entre os dois uma relação inseparável, a igreja não é o reino. Os dois não se equivalem, nem mesmo na era presente. Conforme se observou, o reino é o governo de Deus. A igreja, em contraste, é a comunidade humana que vive sob o governo de Deus. Criada em resposta ao chamado do evangelho do reino, a igreja dá testemunho do reino. O reino é a atividade redentora de Deus em Cristo no mundo; a igreja

é o agrupamento dos que foram chamados a sair do mundo, que são redimidos e pertencem a Cristo. A igreja é a manifestação do reino ou reinado de Deus. Como órgão ou instrumento desse reino, a igreja é chamada a confessar Jesus como Cristo e proclamar o evangelho do reino até os confins do mundo.

D. Um Israel Fiel

Não há dúvida de que, com base em evidência do NT, a igreja mantém uma relação vital com o plano divino da salvação. A questão é: qual a relação da igreja com Israel? O assunto foi e ainda é acaloradamente debatido.

1. Duas Abordagens Principais

Alguns, percebendo as diferenças entre a igreja e Israel, insistem em que eles são dois povos inteiramente separados, que não podem ser misturados nem confundidos. Deus tem dois programas diferentes e os está implementando na história: um para Israel, outro para a igreja cristã. Para eles, Israel foi eleito como uma nação entre nações até o fim do tempo (cf. Nm 23:9; Dt 7:6-8). Essa interpretação leva em conta a compreensão literal das profecias do AT, que descrevem um futuro mais promissor para Israel como nação.

Outra posição, que enfatiza as semelhanças entre Israel e a igreja, vê os dois essencialmente como um único povo de Deus, numa ligação ininterrupta. Para esses, o termo "Israel", nos tempos do NT, não representa mais uma entidade nacional, mas o povo espiritual de Deus, o novo Israel. Visto que o Israel nacional rejeitou o Messias, Deus prosseguiu com Sua obra de salvação entregando o reino a "um povo que Lhe produza os respectivos frutos" (Mt 21:43). Essa "raça eleita", esse "sacerdócio real", essa "nação santa", "povo de propriedade exclusiva de Deus", é a igreja (I Pe 2:9).

2. Uma Relação de Aliança

O que realmente aparece nas Escrituras é que toda maneira de proceder de Deus com os israelitas nos tempos do AT se baseava na aliança originalmente ratificada entre Yahweh e Abraão (Gn 15:18; 17:2-7). Deus-** escolheu o patriarca com um claro propósito em mente: a salvação final de todas as nações (Gn 12:3). Atento â Sua aliança com Abraão (Ex 2:24), Deus a renovou com Israel no monte Sinai, para que Seu propósito universal pudesse ser cumprido. Israel devia ser Sua "propriedade peculiar dentre todos os povos" (Ex 19:5, 6), "reino de sacerdotes" (v. 6), separado para representar Deus ao mundo, e as necessidades do mundo a Deus. A eleição de Israel, assim como a de Abraão, porém, não implicava a rejeição das outras nações. Israel fora escolhido em prol da salvação do mundo, pois Deus dissera: "Toda a terra é Minha" (v. 5). Ele escolhera tanto Abraão como Israel não para o privilégio, mas para o serviço, a fim de alcançar Seu propósito para com as nações.

O povo de Israel se comprometeu a obedecer a Deus (Êx 19:1-8; 24:3-8). De Sua parte, Deus prometeu, como resultado da obediência deles, dar-lhes a terra que havia jurado a seus pais (Dt 1:7, 8; cf. Gn 15:18) e cumulá-los de bênçãos físicas, intelectuais e materiais inigualáveis (Dt 7:12-16; 28:1-6, 10, 13; 30:9, 10), exaltando-os "sobre todas as nações da Terra" (Dt 28:1). Todas essas bênçãos contratuais se baseavam na cooperação incondicional de Israel com a vontade de Deus (Dt 4:5-8; 7:12-16). Impressionadas com o testemunho e os exemplos vivos de Israel, uma a uma, as nações iriam se unir ao povo escolhido na adoração e no serviço ao Deus verdadeiro (Dt 28:1-14; Is 2:1-3; 19:18-22; 56:6, 7; 60:1-16; Zc 8:20-23). É importante notar que essa era uma aliança condicional, conforme reza a cláusula introdutória da passagem em Êxodo 19: "Se diligentemente ouvirdes a Minha voz

e guardardes a Minha aliança [...]" (v. 5). Tragicamente, porém, Israel se tornou desobediente e um representante indigno. Sua apostasia trouxe como resultado o cativeiro babilônico e a perda de Canaã. Depois do cativeiro, Deus renovou Sua aliança com Israel e restaurou os exilados à terra da aliança, conforme prometera a Seus servos, os profetas. Esses haviam advertido Israel de que as promessas da aliança só seriam cumpridas se eles fossem leais a Deus (Is 14:1, 2; 27:12, 13; Jr 16:14-16; 29:10-14; Ez 34:11-16; Mq 2:12, 13).

3. A Igreja *como* Israel Espiritual

Quando veio o Messias enviado de Deus, Seu próprio povo não O recebeu (Jo 1:11). Israel, na qualidade de povo da aliança divina, foi rejeitado. Dessa *vez,* o Senhor não lhes deu nenhuma garantia de reintegração. Ao contrário, Cristo disse, como sentença, à nação judaica: "O reino de Deus vos será tirado e será entregue a um povo que Lhe produza os respectivos frutos" (Mt 21:43). Os privilégios, promessas e bênçãos da relação pactuai foram transferidos para a igreja cristã na condição de Israel espiritual e instrumento escolhido de Deus sobre a Terra.

Algumas das profecias do AT concernentes ao Israel nacional nunca seriam cumpridas, visto constituírem uma nação situada na terra de Canaã e serem essas promessas estritamente condicionais à manutenção de seu status como povo da aliança por parte de Israel. Os escritores do NT aplicam ' espíritualmente" à igreja outras promessas direcionadas pelo AT para o Israel literal. E assim que, depois de predizer a rejeição de Israel por causa do seu pecado, Oseias prevê sua restauração (1:6, 9). Deus fará uma nova aliança com Israel (Os 2:18) e desposará Seu povo para sempre (v. 19, 23). O Israel rejeitado seria restaurado. O NT aplica essa profecia à igreja, o Israel espiritual. Referindo-se a esse novo povo que se compõe não só de judeus, mas também de gentios, Paulo escreve: "Assim como também diz em Oseias: 'Chamarei povo Meu ao que não era Meu povo; e amada, à que não era amada" (Rm 9:25). Referindo-se novamente a Oseias 1:9, o apóstolo acrescenta: "E no lugar em que se lhes disse: 'Vós não sois Meu povo', ali mesmo serão chamados filhos do Deus vivo" (v. 26).

Joel, da mesma forma que Oseias, previu a restauração de Israel: "Sabereis que estou no meio de Israel e que Eu sou o Senhor, vosso Deus, e não há outro; e o Meu povo jamais será envergonhado" (J1 2:27). Essa promessa é seguida pela maravilhosa profecia do derramamento do Espírito Santo sobre toda a carne (v. 28, 29). Não resta dúvida de que essa é uma promessa para o Israel literal, já que a profecia continua: "Eis que, naqueles dias e naquele tempo, em que mudarei a sorte de Judá e de Jerusalém" (J1 3:1). Mesmo assim, no dia de Pentecostes, quando o Espírito Santo foi concedido à igreja, Pedro, guiado pelo Espírito, declarou: "O que ocorre é o que foi dito por intermédio do profeta Joel" (At 2:16). Pode-se concluir que tanto Paulo quanto Pedro quiseram dizer que as promessas feitas ao Israel literal foram cumpridas no Israel espiritual, a igreja. Os judeus, como indivíduos, poderíam ainda encontrar a salvação, mas teriam que fazê-lo como crentes em Cristo (Rm 9:6; 11:1, 2).

544*

Em muitos aspectos, a igreja tomou o lugar de Israel, até mesmo quando reconhece que nem todos os descendentes físicos de Abraão são seus descendentes espirituais. Paulo realça esse ponto, por exemplo, na epístola aos Romanos: "Porque não é judeu quem o é apenas exteriormente, nem é circuncisão a que é somente na carne. Porém judeu é aquele que o é ínteriormente, e circuncisão, a que é do coração, no espírito, não segundo a letra" (2:28, 29; cf. 4:16; 9:7, 8; G1 3:29). Abraão veio a ser "o paí de todos os que creem, embora não circuncidados"

(Rm 4:11). Ê difícil usar uma linguagem mais clara para afirmar que a semente espiritual de Abraão, seus legítimos filhos espirituais, são homens e mulheres de fé, independentemente de sua origem étnica. A igreja se tornou "o Israel de Deus" (G1 6:16; ver Remanescentes/Três Anjos I, II).

E, Igreja Visível o ti Invisível?

Próximo ao centro de qualquer concepção de igreja jaz a questão da igreja visível e invisível. Alguns negam a existência de qualquer igreja, a não ser a igreja visível, uma instituição capaz de ser vista, percebida e discernida por todos. Para eles, o conceito de igreja invisível é uma doutrina herética. Outros afirmam, de maneira enfática, que a igreja é invisível, que abrange todos quantos, na condição de verdadeiros filhos de Deus, estão imbuídos do Seu Espírito e que somente Deus sabe quem são. A distinção não é nova. Deve-se observar que essa disparidade de concepções sobre a igreja não é o mesmo que a diferenciação entre igreja local e igreja universal. A questão de que tratamos é: até que ponto a igreja deve ser identificada com sua atual extensão institucional? I.

I. Dois Extremos

Para os defensores do primeiro grupo, as estruturas organizacionais específicas fazem parte da igreja verdadeira, principalmente se puderem remontarão tempo de Cristo. Grupos de pessoas até podem se reunir, se organizar, estudar as Escrituras, cantar hinos, adorar a Deus e se denominar igreja. Mas, se não são capazes de traçar suas origens históricas até os apóstolos, de preferência mediante uma linha ininterrupta de sucessores dos apóstolos, não constituem uma igreja.

Não menos sinceros em sua convicção estão aqueles que enfatizam a prioridade de um relacionamento direto da pessoa com Deus por meio de Jesus Cristo. É isso que faz um cristão. É a soma total desses crentes nascidos de novo que constitui uma igreja. Reunidos ou não em um grupo visível, eles compõem a igreja. A organização visível tem importância relativa, sobretudo porque ser membro dela não é nenhuma garantia de salvação. Em alguns casos, há uma manifesta aversão a tudo que pareça uma estrutura formal. A ênfase aqui recai sobre a qualidade da vida cristã individual.

Talvez, como acontece às vezes, a solução bíblica para o problema resida entre esses dois extremos. E importante observar que as Escrituras se referem tanto à igreja visível como à invisível, ou mais exatamente às dimensões visíveis e invisíveis da igreja.

2. A Prioridade da Fé e do Arrependimento

Quando questionado sobre a salvação, Jesus deu prioridade à fé e à condição espiritual individual. Disse Ele aos discípulos: "Em verdade vos digo que, se não vos converterdes e não vos tornardes como crianças, de modo algum entrareis no reino dos céus" (Mt 18:3). A multidão, salientou que "qualquer que não tomar a sua cruz e vier após Mim não pode ser Meu discípulo"** (Lc 14:27). A Nicodemos, declarou que, "se alguém não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus" (Jo 3:3; cf. v. 5). Os judeus céticos ficaram estarrecidos com a afirmação de Jesus de que "quem crê em Mim tem a vida eterna" (Jo 6:47). Enfrentando a mesma questão, os apóstolos também enfatizaram o arrependimento, a conversão e a fé em Cristo, Quando perguntaram a Pedro e aos outros "Que faremos, irmãos?", a resposta foi; "Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos vossos pecados" (At 2:37, 38). A resposta de Pedro foi a mesma em Atos 3:12-26 e em 4:7-12. Respondendo à pergunta do carcereiro de Filípos - "Senhores, que devo fazer para que seja salvo?" (At 16:30) ~, Paulo afirmou claramente: "Crê no Senhor Jesus e ■

serás salvo, tu e tua casa" (v. 31). Não encontramos nesses exemplos nenhuma sugestão de que a salvação depende do relacionamento de alguém com uma instituição visível ou com um grupo de crentes.

3. Uma Igreja Corporal e Visível

Tendo reconhecido a prioridade da fé e do arrependimento, é difícil minimizar a mesma importância dada pelas Escrituras à dimensão visível da igreja. Em resposta à pregação de Pedro e dos outros apóstolos, quase 3 mil pessoas "lhe aceitaram a palavra", foram batizadas e acrescentadas "naquele dia" aos 120 que haviam se reunido no cenáculo (At 2:14-41). Nos dias seguintes, outros foram acrescentados, de forma que esse grupo inicial, que Lucas chama de "toda a igreja" (At 5:11), chegou ao número de quase 5 mil (At 4:4). É evidente que esses primeiros cristãos atuavam como uma comunidade corporativa e visível. Eles "perseveravam na doutrina dos apóstolos" (At 2:42), mantinham comunhão uns com os outros (v. 42), observavam a ordenança do batismo (v, 38, 41) e, ao que parece, a Ceia do Senhor (v. 42), reuniam-se para a oração (v. 42), adoravam juntos (v. 46) e contribuíam no auxílio aos necessitados (v. 44, 45). Essas são indubitavelmente características de uma igreja local visível, ainda que vagamente organizada.

Essa primeira comunidade de crentes era um grupo presente, visível e palpável, que causou um alvoroço público real (At 17:6). A tendência atual de jogar a igreja como entidade invisível contra a forma visível e concreta da igreja parece denunciar a ignorância acerca do ensino bíblico que assume repetidas vezes a existência de igrejas locais concretas e visíveis (cf. ICo 11:16; G1 1:22; lTs 2:14; 2Ts 1:4). A igreja, segundo o NT, não é uma entidade invisível, nem uma imagem mental. Na verdade, uma igreja invisível seria tão impensável para o pensamento bíblico como o seria um Messias sem comunidade. A igreja é corpórea, visível, tangível. Ela tem uma estrutura definida, com partes diferenciadas ou "membros". É real, tanto em nível local quanto no universal.

Apesar disso, a igreja pode ser descrita em termos de uma dimensão invisível, que não é mensurável por pecadores, nem mesmo os redimidos. Eles não podem ver apropriadamente a linha que divide crentes verdadeiros e falsos nem identificar quem autenticamente pertence à igreja e quem não pertence. Nem todos os que são nominalmente membros da igreja se acham em comunhão verdadeira e viva com Deus. Os crentes dentro da igreja visível constituem a igreja verdadeira. Conforme o ensino do próprio Senhor, a comunidade visível do povo de Deus aparentemente é mista, não tendo membresia inteiramente pura. Somente o fato de conhecer a Deus ou mesmo participar de Seu ministério não é garantia de legitimidade ou aceitação por parte de Deus (Mt 7:21-23; Lc 13:22-27). O joio e o trigo crescerão juntos até o tempo da colheita (Mt 13:24-30, 36-43).

E possível, por um lado, que haja dentro da igreja visível indivíduos que não sejam crentes verdadeiros, e que não fazem, portanto, parte do corpo de Cristo. Em contrapartida, é possível para alguns ter uma relação salvífica com Cristo sem pertencer à igreja visível. Essas pessoas são as destinatárias do convite evangélico para sair de Babilônia e juntar-se à visível igreja de Deus (Ap. IS:1-4; cf. Jo 10:16).

91-S

III. Imagens Bíblicas da Igreja

Os escritores do NT usaram o termo *ekklêsia* para se referir ao corpo de crentes. Recorreram também a diversas formas correlatas para expressar seu conceito de igreja. Entre eles, imagens e metáforas tiveram lugar preeminente. Pelo fato de sugerir

tão eficazmente os componentes característicos e qualitativos da ideia de igreja, essas imagens bíblicas merecem alguma atenção. Dessas, nos deteremos em quatro: corpo, noiva, templo e povo de Deus.

A. A Igreja como um Corpo

A principal analogia paulina para a igreja — e provavelmente a mais reconhecível — é a do corpo de Cristo. A igreja não é um corpo propriamente dito; ela nunca é descrita como um ou o "corpo de cristãos", mas sempre como o corpo *em* Cristo (Rm 12:5) ou o corpo *de* Cristo (ICo 12:27). Paulo parece usar a metáfora do corpo para exprimir a unidade da igreja com o seu Senhor. Enfatiza, acima de tudo, a unidade dos crentes com Cristo. O apóstolo pode ter obtido essa compreensão da identificação dos cristãos com Cristo a partir de sua experiência no caminho para Damasco. Foi-lhe mostrado ali que, ao perseguir os cristãos, ele, de fato, perseguia o próprio Cristo. A incisiva pergunta de Cristo foi: "Saulo, Saulo, por que Me persegues?" (At 9:4; cf. 22:7; 26:14). Paulo imprimiu depois a mesma verdade nos seus conversos coríntios, explicando que o que divide a igreja divide Cristo (ICo 1:13) e que, ao pecar contra seus irmãos, estavam pecando contra Cristo (ICo 8:12). Essa imagem realça a unidade da igreja, local ou universal, uma unidade orgânica dentro de um corpo que mantém relacionamento vital com Jesus Cristo.

Esse mesmo conceito de unidade da igreja — seja local ou universal — é introduzido por Paulo quando ele trata do problema do relacionamento cristão mútuo. Há um só corpo, cujos membros desempenham funções diferentes, embora todos sejam igualmente respeitáveis e necessários à operação eficiente do corpo como um todo. Os crentes já não pertencem a si mesmos, mas foram batizados "nEle" (ICo 12:13); estão "em" Cristo, e Cristo está neles (GI 2:20). Nesse corpo, eles são todos membros uns dos outros. Isso requer 0 reconhecimento da dependência mútua (ICo 2:12-26), em uma comunhão (*koinõnta*) de justiça e vida em que cada um, independentemente de quão espetacular seja seu papel, tenha a humildade de receber essa função e esse dom de Cristo para benefício de todo o corpo (Rm 12:3-8; Ef 4:11-16),

Enfatizando ainda mais a forma como a igreja dependia completamente de Cristo, Paulo introduz uma nova ideia em suas epístolas da prisão, a saber, Cristo como a cabeça da igreja (Ef 1:22, 23; 4:15; Cl 1:18). Longe de apoiar a visão de que a igreja é uma extensão de Cristo, ele estabelece uma clara distinção entre a cabeça e o corpo. A cabeça é exaltada e ocupa posição única. Como cabeça, Cristo é a fonte de onde emana a autoridade a que o corpo inteiro deve obedecer (Cl 2:10). Os crentes a Ele unidos dEle se alimentam (v. 19).

B. A *Igreja como* ATnoiva

A imagem da igreja como a noiva de Cristo também representa um argumento a favor da unidade dos crentes com Cristo, sobretudo no contexto do ideal bíblico do matrimônio monogâmico (Gn 2:24). O próprio Jesus fez uso da imagem do casamento, embora sem identificar explicitamente a noiva (Mt 25:1-13; cf. 22:1-14). Em suas declarações e parábolas, o Senhor também representou Sua volta como a vinda do Noivo (Mt 25:6) e a simbolizou como uma festa de casamento (Mt 22:1-14). Paulo, ao refletir sobre a imagem, aplicou-a especificamente à igreja (cf. Ef 5:25). Aqui, como em outros lugares na epístola, a metáfora se aplica à igreja universal (cf. Ef 1:22; 3:10, 21; 5:23, 27, 29, 32).

A metáfora serve para confirmar a união mais íntima possível entre Cristo, a cabeça, e a igreja como Sua noiva, levando-se em conta a doutrina bíblica de que marido e mulher se tornam "uma só carne" (Gn 2:24). Não há, porém, nenhuma base para a ideia de que o apóstolo considerava a igreja uma encarnação

ou extensão literal de Cristo. Na condição de noiva de Cristo, a igreja deve permanecer pura e fiel a Seu marido, mostrando-se submissa sem anulação e serva sem coação.

C. *A Igreja como Templo*

Os cristãos primitivos, que gostavam de pensar em sua comunidade como a Nova Jerusalém, a Cidade Santa (Hb 12:22), também pensavam nela como o templo de Deus. Na verdade, era a presença do templo em Jerusalém que fazia dela uma cidade santa. Mas, em vez de pensar no monte Sião como uma estrutura visível (cf. At 17:24), afirmavam que Deus havia erigido Seu povo como um santuário por meio do qual decidira viver entre eles (2Co 6:16). Toda a igreja era um "santuário dedicado ao Senhor" (Ef 2:21); assim eram as congregações (lCo 3:16, 17) e cada crente individual (lCo 6:19).

Na condição de símbolo da igreja, esse templo, embora de estrutura singular, está se *tomando* a "habitação de Deus no Espírito" (Ef 2:21, 22), "edificado sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular" (v. 20; cf. Mc 12:10). A igreja é a "casa espiritual", explica Pedro, na qual os crentes são edificados como pedras vivas (IPe 2:5), cortadas e modeladas pelo Senhorpara uso apropriado. São também sacerdotes (v. 9), cujo dever, como o era nos tempos do AT, é um ministério de intercessão e a oferta de sacrifícios espirituais (v. 5).

D. A Igreja como o Povo de Deus

As imagens de corpo, noiva e templo, o NT acrescenta a metáfora de povo de Deus. O AT aplica frequentemente a ideia de povo de Deus à nação de Israel, escolhida e protegida pelo Senhor (cf. Êx 15:13, 16; Dt 14:2; 32:9, 10; Os 2:23). No NT também, a igreja é vista como a continuação e consumação da comunidade da aliança de Deus. Pedro escreve a seus companheiros crentes: "Vós, porém, sois raça eleita, [...] povo de propriedade exclusiva de Deus" (IPe 2:9), uma clara alusão à aliança do Sinai (Ex 19:5, 6).

Embora o NT empregue a expressão "povo de Deus" e *os* termos a ela relacionados para descrever o Israel do AT (Hb 11:25; cf, Lc 1:68; Rm 11:1, 2), também os emprega para designar a comunidade cristã mesclada de judeus e gentios (2Co 6:14-16; IPe 2:9, 10; cf. Rm 9:25, 26). Em um padrão típico do cumprimento do AT, o NT vê a igreja como o verdadeiro Israel (Rm 9:6; G1 6:16) e a verdadeira semente de Abraão (G1 3:29; cf. Rm 4:16; 9:7, 8). Em vez de usar o termo "povo" para designar uma mera massa ou mistura de indivíduos, mal definidos e faltos de identidade, o NT compartilha o conceito veterotestamentário de povo de Deus. Divisa no novo povo de Deus uma comunidade bem definida, com um senso inequívoco de identidade e missão. É preciso preservar aqui o artigo definido "o": "o povo de Deus".

O conceito enfatiza a iniciativa de Deus: Ele escolheu. A igreja pertence a Ele, e Ele pertence à igreja. A respeito da decisão de Deus, escreve Paulo: "Como Ele próprio disse: 'Habitarei e andarei entre eles; serei o seu Deus, e eles serão o Meu povo"' (2Co 6:16). Assim como o Israel do AT pertencia a Ele porque fora por Ele redimido e resgatado (Ex 15:13, 16), também a igreja pertence a Cristo porque Ele a remiu e a "comprou com o Seu próprio sangue" (At 20:28). Deus espera que Sua igreja Lhe pertença com lealdade não dividida, pois Cristo está ansioso para "a apresentar a Si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito" (Ef 5:27).

E. Alguns Indicadores

Essa seleção de imagens da igreja não é de modo algum exaustiva, Um levantamento adequado exigiría a inclusão de muito mais coisas, tais como as cenas da igreja como uma torre, uma vinha, um exército, uma nação e uma coluna de fogo, só para mencionar

algumas. Nenhuma dessas figuras isoladas é capaz de abranger o âmbito total do pensamento neotestamentário sobre a igreja. Todas, porém, chamam a atenção para a dependência da igreja do Deus triúno e para a ► interdependência de todos os membros dentro da comunidade.

Em quase todas essas expressões, a igreja é vista como uma realidade profundamente teocrática, cuja origem e cujo destino têm suas raízes em Deus. E uma comunidade cristocêntrica, pois existe graças à pessoa e obra de Cristo. A igreja também é uma realidade carismática, pois o Espírito Santo entrelaça a sua vida. É uma nova criação, uma expressão do reino de Deus sobre a Terra. Como instrumento humano de ação escolhido por Deus para atuar no mundo, foi-lhe confiada a tarefa de compartilhar com o mundo inteiro as boas-novas e tomar parte na guerra entre Deus e Satanás. Unidade e totalidade caracterizam-lhe a vida, unidade essa enriquecida pela reunião de homens e mulheres de todas as nações, tribos, línguas e povos.

A existência comum de crentes em Cristo como Seu corpo, noiva, templo e povo apresenta um quadro mais claro e rico da natureza e propósito da igreja do que o seria se fosse desenhado com base apenas no termo *ekklêsia.* Esses termos contêm riqueza de pontos de vista e possibilidades de expressão mais elucidativos do lugar e da importância da igreja do NT do que *ekklêsia.* Há também, como parte dos mesmos símbolos, uma dimensão funcional, uma percepção do papel e função da igreja com relação ao propósito de Deus para o mundo, o que constitui nossa próxima tarefa.

IV. A Missão da Igreja

. Embora a igreja não possa ser essencialmente definida em termos de suas funções, ainda assim elas são importantes, A igreja é o corpo de Cristo. Contudo, não foi chamada a existir como um fim em si mesma, mas para cumprir o propósito de Deus, isto é, dar continuidade ao ministério do Senhor no mundo, fazer o que Ele faria se estivesse na Terra. Isso explica por que, dessa perspectiva, a igreja não apenas tem uma missão; a igreja é a missão.

Ao longo da Bíblia, Deus é um Deus que envia, um Deus de missão. Sua abordagem característica aos seres humanos é enviar alguém para lhes falar em nome dEIe. “Desde o dia em que vossos pais saíram da terra do Egito até hoje, enviei-vos todos os Meus servos, os profetas, todos os dias”, disse Ele ao povo de Judá (Jr 7:25; cf. 26:5; 29:19; 35:15; 44:4). Na plenitude do tempo, Ele "enviou Seu Filho” (G1 4:4), novamente com um propósito claro. O Filho, por Sua vez, “enviou” os doze, e depois os setenta, com uma mensagem sobre o reino de Deus (Lc 9:1, 2; 10:1, 9). A este mandado, Cristo acrescentou a comissão pós-ressurreiçao, registrada em Mateus 28:19 e 20; Lucas 24:46-48,

A. *Fazer Discípulos de Todas as Nações*

A última instrução dada por Jesus aos discípulos foi: “Ide, [...] fazei discípulos de todas as nações” (Mt 28:19; cf. At 1:8). Assim como Cristo foi enviado ao mundo pelo Pai, assim Ele enviou Seus discípulos (Jo 20:21). A tarefa principal deles, bem como a da igreja, tem sido sempre partilhar o evangelho de Jesus Cristo até os confins da Terra. Os membros da igreja foram chamados a sair do mundo para serem enviados de volta ao mundo com uma missão e uma mensagem. O chamado ao evangelismo surge de uma inequívoca ordem do Senhor da igreja.

jB. *Instruir os Crentes*

A edificação dos crentes é outra missão ou função da igreja. O próprio Deus, explica

Paulo, concedeu à igreja apóstolos, profetas, evangelistas e pastores (Ef 4:11), "com vistas ao aperfeiçoamento dos santos para o desempenho do seu serviço, para a edificação do corpo de Cristo, até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo" (v. 12, 13).

Os que são levados a Cristo devem crescer "em tudo nAquele que é a cabeça, Cristo" (v. 15). Na igreja primitiva, a tarefa de ensinar (*didaskõ*) exigia que a verdade e os deveres do evangelho fossem revelados e aplicados de maneira mais deliberada. O ensino ocorria publicamente no templo e nos ► lares, entre os judeus e nas assembléias de crentes (At 4:2, 18; 5:21, 25, 28, 42; 18:11; 20:20). Sua intenção era aplicar a vontade de Cristo à vida diária da comunidade como uma palavra de instrução, encorajamento e consolação, para que "vivessem nEle" (Cl 2:6; 3:16; lTm 6:2; cf. lCo 14:3, 26), com base na "palavra de Deus" (At 18:11), "o desígnio de Deus" (At 20:26, 27) ou "a palavra de Cristo" (Cl 3:16).

A edificação pode assumir diferentes formas, quando ocorre em diferentes níveis. Pode significar doutrinação dos membros da igreja a fim de expor "com mais exatidão [..,] o caminho de Deus" (At 18:26), ensinar aos crentes os "caminhos" dos apóstolos em Cristo (lCo 4:16, 17) ou ajudá-los a combater as heresias (Ef 4:14, 15). Muitas vezes o conteúdo da pregação e da instrução mais complexa era necessariamente o mesmo (At 5:42; 15:35; Cl 1:28) e, às vezes, o pregador era também mestre, especíalmente no caso dos apóstolos (lTm 2:7; 2Tm 1:11).

C. *Cuidar dos Necessitados e dos Sofredores*

Embora se reunisse para instrução e companheirismo, a igreja primitiva também sentia a responsabilidade de cuidar dos necessitados e sofredores. Jesus era conhecido por Seu ministério de cura, chegando até mesmo a ressuscitar mortos. Ele esperava que Seus discípulos seguissem Seus passos (Mt 10:5-8; Lc 10:1-12, 17) e afirmou claramente que os atos de amor feitos em Seu nome serviriam no último dia para distinguir os crentes verdadeiros daqueles que fazem profissões de fé vazias (Mt 25:31-46). Repetidas vezes os apóstolos também enfatizaram a importância do cristianismo prático (cf. Tg 1:27; 2:1-7; ljo 3:15-17).

Embora os crentes devam se separar das alianças mundanas (2Co 6:14-18), eles são "o sal da terra" e "a luz do mundo" (Mt 5:13-16). Por sua influência e testemunho, eles são chamados a apoiar as causas que promovem a prosperidade social, econômica e educacional da família humana. A missão primordial da igreja está inquestionavelmente relacionada ao evangelismo e à implementação do plano divino da salvação. No entanto, seus membros são convidados a aprender do Senhor, o qual, embora subordinasse a ajuda física e material às necessidades espirituais, mostrava interesse e tomava medidas em benefício dos necessitados e sofredores.

D. Glorificar a Deus

Mais uma dimensão da missão da igreja deve ser mencionada: a atribuição de glória Àquele que a criou pela redenção em Jesus Cristo. As palavras do apóstolo Paulo, de que Deus escolheu filhos e filhas para Si, por meio de Cristo, "para louvor da glória de Sua graça" (Ef 1:6), sugerem que o supremo propósito da igreja é a adoração a Deus. Tão maravilhosa é a manifestação do propósito de Deus em criar a igreja e conceder-lhe todas as bênçãos em Cristo que o apóstolo prorrompe em louvor: "A Ele seja a glória, na igi*eja e em Cristo Jesus, por todas as gerações, para todo o sempre. Amém!" (Ef 3:21). Glorificar a Deus não é meramente incrementar o ensino ou a edificação espiritual. Enquanto

a edificação se concentra nos crentes e os beneficia, a glorificação a Deus se concentra em louvar e exaltar o Senhor. Embora se destine também a beneficiar os adoradores (Hb 10:25), o glorificar a Deus centraliza sua atenção em quem e no que Deus é. A glorificação a Deus encontra sua expressão máxima no livro de Apocalipse, onde a visão da Divindade demanda um coro de louvor dirigido ao Deus três vezes santo, com o qual o Cordeiro-Redentor se acha associado (Ap 4:8-11; 7:11-12; cfi 5:9-14).

A igreja glorifica a Deus mediante uma reação de agradecimento à Sua graça: "O que Me oferece sacrifício de ações de graças, esse Me glorificará" (SI 50:23). Pedro percebeu a igreja como um "sacerdócio santo, a fim de oferecerdes sacrifícios espirituais agradáveis a Deus por intermédio de Jesus Cristo" (lPe 2:5). Essa adoração inclui a proclamação das "virtudes d Aquele que vos chamou das trevas para a Sua maravilhosa luz" (v. 9), Deus também é glorificado na vida dos crentes, repleta "do fruto de justiça, o qual é mediante Jesus Cristo, para a glória e louvor ► de Deus" (Fp 1:10, 11).

55D

E. No Coração âa Missão: A Palavra

Por último, vamos considerar o elemento que jaz no coração de todas as funções da igreja e dá forma a tudo quanto ela realiza: sua mensagem, o conteúdo que ela proclama.

A natureza essencial da pregação apostólica é claramente expressa em duas palavras principais usadas por todo o NT: *kêryssein*, "proclamar como um arauto", e *euangelizein*, "contar boas-novas". *Euangelizein* caracteriza frequentemente o conteúdo das boas-novas, especificamente como "o evangelho" *(to euangelion,* iCo 15:1; 2Co 11:7; G1 1:11), ou alternativamente como "Jesus, o Cristo" (At 5:42), "paz" (Ef 2) ou "a palavra" (At 15:35). Tais expressões deixam claro que a pregação e evangelízação na igreja primitiva eram fundamental mente a proclamação das boas-novas de Deus, o anúncio de Jesus Cristo como o Salvador.

Paulo é quem utiliza com mais frequência o termo "evangelho". Embora se refira muitas vezes ao termo sem qualificativos que lhe definam o significado (cf. Rm 1:16; 1 Co 4:15; G1 2:5, 14; Fp 1:5; etc.), o apóstolo tem em vista um conjunto específico de fatos. Esses são claramente apresentados em passagens como Romanos 1:3 e 4, 1 Coríntios 15:1-11 e 2 Timóteo 2:8, nas quais a filiação divina de Cristo, Sua genuína humanidade, morte redentora, sepultamento, ressurreição e segunda vinda revelam o que o evangelho inclui. As falas e os acontecimentos registrados no livro de Atos antes do ministério de Paulo deixam claro que havia entre os primeiros crentes uma harmonia quanto ao conteúdo do evangelho (At 2:23, 24, 32, 36; 3:15; 4:1, 2, 10-12; 7:56; 10:36, 39-43; etc.).

Não era um evangelho humano (G11:11), mas a "palavra da verdade" (Ef 1:13; cf. Cl 1:5), baseada em revelação (G1 1:12), palavra que ultrapassa as barreiras raciais e sociais (Rm 1:16; G13:28) e que jamais se torna obsoleta (Jd 3). No âmago da missão da igreja está o evangelho, produzindo evangelismo, edificação e assistência social.

K O *Ministério do Espírito*

1. "Cheios do Espírito"

Ao adorar a Deus e batalhar contra um mundo hostil, a igreja não foi deixada ao desamparo. Assim como o Espírito Santo repousou sobre Jesus durante todo o Seu ministério (cf. Mt 3:13-17; Lc 4:1, 14, 18-21; At 10:38), assim estaria para sempre com os apóstolos (Jo 14:16, 17). O Pentecostes viu o cumprimento da promessa do Senhor: o Espírito os "encheu" (At 2:4; cf. 4:8, 31; etc.), transformando cada crente. As passagens do NT falam do Espírito Santo "descendo" sobre os discípulos (At 1:8; 19:6), sendo "concedido" por Deus (At 8:18; 15:8), ou "caindo" sobre eles (At 10:44; 11:15).

Sejam quais forem os termos, existe a firme consciência de que Deus, em Cristo, concedeu o Espírito Santo aos que nEle depuseram sua confiança, e que esse dom é o equipamento necessário para o serviço cristão. Tão rico é o testemunho do NT nesse aspecto que somos obrigados a ser seletivos.

Como uma pessoa, e não como uma força ou influência, o Espírito testemunha com o espírito dos crentes (Rm 8:16), intercede por eles (v. 26, 27) e os santifica (Rm 15:16; 2Ts 2:13). Ensina-os (ICo 2), habita neles (2Tm 1:14) e os habilita (2Co 3:6). O notável êxito no testemunho deles (At 2:37-47) mostra que a promessa do Pai fora cumprida (At 1:4, 5). Igualmente impressionante e assombrosa foi a atividade do Espírito na comunidade dos crentes. Ele fortaleceu a igreja em seu testemunho diário (v. 31), conservou-lhe a unidade (Ef 4:3, 4; Fp 2:1, 2), ajudou-a na resolução de controvérsias (At 15:8, 28, 29) e na seleção de líderes (/yt 20:28). Atos 13:1-4 revela claramente não só a obra do Espírito Santo na estreia da missão aos gentios, mas também Sua constante orientação, à medida que a missão se expandia, abrindo e fechando portas (At 16:6-10; 19:21; 20:22, 23). As atividades do Espírito permearam tão amplamente a vida da igreja do NT que não havia nenhum aspecto da vida — individual ou comunitária - fora da esfera de Sua influência (ver Deus VII.C.).

2. Os Dons do Espírito

Além de capacitar a comunidade cristã, o Espírito dotou cada crente de dons especiais (Rm 12:6-8; ICo 12:4-11, 27-31; Ef 4:11). Esses *charismata*, ou dons da graça, não devem ser confundidos com as virtudes cristãs descritas como o fruto do Espírito (G1 5:22, 23). Eles são distribuídos pelo Espírito a quem Ele quer e como quer (ICo 12:11). Alguns desses dons se referem ao exercício de ministérios práticos, tais como cura, milagres e administração. Os outros têm que ver com o ministério da Palavra de Deus, tais como apóstolos, profetas e evangelistas. Todos são conferidos à igreja "visando a um fim proveitoso" (v. 7) e à "edificação da igreja" (ICo 14:12). Eles se destinam a fortalecer os crentes na fé e capacitá-los a cumprir seu ministério na igreja ou entre incrédulos. A concessão do Espírito — e dos Seus dons — é representada pelos apóstolos como o dom do Senhor exaltado, pelo qual Ele realiza Sua obra na Terra (At 2:33; cf. Jo 7:39; ver Dons II),

V. O Governo da Igreja

Os dons carismáticos do Espírito não esgotam, porém, a compreensão neotestamentária do ministério nem dão a entender que dispensa a necessidade de um ministério regular. É assim que, em seus escritos, mais de uma vez Paulo se refere a anciãos e bispos (cf. Fp 1:1; lTm 3:1; 5:17, 19; etc.) como o fazem Pedro e Tiago (iPe 5:1; Tg 5:14). O apóstolo pensava certamente em algum tipo de ministério quando rogou aos crentes tessalonícenses que acatassem "com apreço os que trabalham entre vós e os que vos presidem no Senhor" (lTs 5:12). E difícil conduzir qualquer grupo durante certo tempo sem o auxílio de algum tipo de liderança, e não há provas de que a igreja do NT tenha tentado fazer isso.

A. O *Ministério dos Apóstolos*

Quanto à organização da igreja primitiva, os escritos do NT não são tão pormenorizados quanto desejaríamos, mas ainda assim nos fornecem dados incontestáveis e importantes sobre o assunto.

Parece evidente nos evangelhos que, embora Jesus pretendesse criar uma comunidade visível, deu aos discípulos poucas prescrições formais para esse tipo de organização. Logo após Sua ascensão, surge um

corpo bem definido de discípulos liderado pelos apóstolos (At 1:13-15; 2:14), com um claro senso de missão (At 2:37-41), exibindo vigorosos sinais de expansão (v. 41; 4:4; 6:7). Os apóstolos aparecem como líderes e mestres da comunidade (At 37, 42; 3:1; 5:1-3).

Com o passar do tempo, o aumento no número de discípulos e o próprio e intenso senso de missão (At 6:1-3) levaram os apóstolos a delegar algumas de suas funções a sete crentes que lhes auxiliariam no ministério (v. 4-6). "Crescia a palavra de Deus" (v. 7) e a perseguição fazia a igreja se estender para outras partes da Palestina e além (v. 8-11). Na "Fenícia, Chipre e Antioquia", "muitos, crendo, se converteram ao Senhor" (At 11:19-21), fazendo surgir igrejas como a de Antioquia (v. 26). Iniciada pelo Espírito Santo e pela igreja de Antioquia, a missão de Paulo e Barnabé levou à fundação de grande número de outras igrejas locais, cada qual equipada com anciãos designados pela dupla missionária, mas provavelmente escolhidos pelos crentes locais, como no caso dos sete referidos em Atos (14:23; 6:3). Esses anciãos já atuavam em Jerusalém, conforme registrado em Atos 11:30.

E inequívoco o reconhecimento da liderança dos apóstolos. No sentido mais restrito dessa palavra flexível, os apóstolos constituíam os doze chamados pelo próprio Jesus (Mt 10:1-4), mais Paulo, sendo que Matias substituiu Judas. Num sentido mais amplo, porém, o termo pode se aplicar também a Barnabé (At 14:4, 14), Tiago (G12:9) e Andrônico e Júnias (Rm 16:7). No desenvolvimento da estrutura da igreja, os doze, mais Paulo, ► por haverem tido um encontro pessoal com o Senhor ressuscitado e terem sido comissionados individualmente por Ele, ocupam uma posição única de autoridade. Junto com os profetas, eles são o fundamento sobre o qual está edificada a igreja, sendo Jesus a pedra angular (Ef 2:20), Como fundamento da igreja, eles não têm sucessores. Foram líderes e mestres naturais da comunidade cristã.

B. *Ministérios Locais*

Embora os apóstolos exercessem o que pode ser descrito como um ministério mais geral e global, diáconos e anciãos parecem ter realizado um ministério em nível local. Anciãos ou presbíteros, também conhecidos como bispos ou superintendentes — os termos são permutáveis no NT (At 20:17, 28; Tt 1:5, 7; cf. iPe 5:2) exerciam funções principalmente espirituais e supervisoras (At 20:17,28; 1 Pe 5:1-3; Tg 5:14). Trabalhavam entre os demais companheiros de fé, com a incumbência de presidi-los "no Senhor" (lTs 5:12), exercendo evidentemente posições de liderança. A lista de qualificações necessárias para a função, encontrada em 1 Timóteo 3:1-7 e Tito 1:7-9, testifica do papel permanente que esses líderes desempenhavam. Pode-se dizer o mesmo dos diáconos, cuja obra parece ter sido tanto de natureza espiritual quanto temporal, no trato dos negócios da igreja (At 6:1-6, 8-14; 8:4-13, 26-40; lTm 3:8-13).

Ou seja, as funções de liderança nas primeiras fases da história da igreja estavam predominantemente nas mãos dos apóstolos. À medida que a igreja cresceu em tamanho, a necessidade de governo, instrução e disciplina fez com que algumas das funções dos apóstolos fossem exercidas por membros da igreja local, mediante o exercício dos dons concedidos por Deus. Uma organização razoavelmente estruturada começou a se desenvolver. Grande parte do governo das igrejas locais repousava nas mãos das congregações locais, mas, quando surgiam questões difíceis que diziam respeito ao bem-estar da igreja em geral, essas eram tratadas em assembléias maiores (cf. At 15:1-6).

C, *Governo da Igreja no NT*

O governo da igreja se constitui basicamente de um conjunto de regras e regulamentos destinados a facilitar a tarefa da igreja e o trabalho dos que estão nela envolvidos.

Alguns veem na expressão “governo da igreja" ou “organização da igreja" uma contradição de termos, argumentando que na igreja o Espírito sopra para onde quer, que Sua obra não pode ser dirigida por seres humanos, Com base no que vímos até aqui, porém, torna-se óbvio que, mesmo sendo “espiritual", o Espírito Santo realiza as coisas com ordem, A questão tem mais que ver com a forma que é prescrita nas Escrituras. Curiosamente, ao registrar a vida da igreja desde o seu começo, o NT apresenta poucas informações detalhadas sobre a organização da igreja, a não ser no livro de Atos e nas epístolas pastorais de Paulo.

1. Teorias

No decurso dos séculos surgiram três teorias principais sobre o governo da igreja, cada uma reivindicando alguma base escriturística. O sistema episcopal é o governo da igreja exercido por bispos (gr. *spĺshni?oi).* Embora variem as formas de governo episcopal, as expressões mais difundidas do sistema afirmam que Cristo confiou a autoridade e o governo da igreja direta e exclusivamente aos bispos, na condição de sucessores dos apóstolos. A forma mais altamente desenvolvida de governo episcopal investiu de autoridade especialmente o bispo de Roma, considerado o bispo supremo.

O congregacionalismo, o sistema de governo de igreja que enfatiza o papel do cristão individual e faz da congregação local a sede da autoridade, também reivindica precedente bíblico. A ênfase aqui recai na autonomia e independência da igreja local. Somente Cristo é a cabeça da igreja. O poder de governar repousa exclusivamente sobre os membros da congregação. Embora possam existir associações cooperativas, quando proveitosas, seu papel é estritamente consultivo.

A forma presbiterial de governo da igreja consiste na administração dos anciãos (gr. *preshyteroi*) como representantes da igreja. A autoridade é exercida por esses oficiais e mais particularmente por uma série de entidades representativas. Segundo esse sistema, Cristo confere Sua autoridade a cada-* crente, que a delega aos anciãos, para os representar e exercer autoridade em benefício deles, tanto em nível local quanto numa série de assembléias governantes que incluem clérigos e leigos.

2. Princípios Básicos

Cada um dos atuais sistemas de governo eclesiástico é capaz de apontar para algum elemento do NT que justifique sua organização. Há, porém, alguns fatos e princípios apresentados pelos escritores do NT que não devem ser ignorados.

Para começar, Cristo é a cabeça da igreja e a fonte de toda autoridade. Sua vontade, conforme revelada na palavra escrita, é o padrão supremo pelo qual a igreja deve determinar suas ações. Embora se possa dizer que Ele exerce Sua autoridade na igreja por meio dos líderes desta - como no caso dos apóstolos — não se deve supor com isso que Cristo transferiu Sua autoridade para Seus servos.
A autoridade deles é apenas uma autoridade delegada, derivada. Esses líderes, chamados por Deus e escolhidos pela congregação, são separados para liderar a igreja nos diversos aspectos de sua missão mundial.

Essa é a forma de governo da igreja rumo à qual se deslocava a igreja nos dias dos apóstolos. As Escrituras não autorizam a existência de um sistema episcopal, que estrutura a igreja em bases monárquicas ou mesmo imperiais. Nem prescreve um padrão segundo o qual cada igreja ou congregação é a igreja completa, independentemente de todas as outras, e que rejeita a autoridade de qualquer estrutura organizacional acima da congregação local. A informação bíblica apresenta, antes, uma forma básica e representativa de governo eclesiástico, exercido em grande

parte mediante o sacerdócio de todos os crentes e os dons da graça concedidos pelo Espirito, embora reconheça a autoridade das corporações representativas (ver VII).

3. *Charismata* e Instituição

Tem-se debatido não somente sobre a exata natureza dos dons carismáticos, mas também sobre o papel desempenhado por eles no governo da igreja. Diversas funções de liderança na igreja são descritas como "dons" em Efésios 4:11: apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e mestres. Esses dons exercem um grau de liderança autorizada. Além do mais, conforme já observamos anteriormente, está claro que as igrejas referidas por Paulo possuíam uma liderança formal, conforme se subentende de seu apelo aos tessalonicenses para respeitarem os que "vos presidem *[proistamenotis]* no Senhor e vos admoestam" (lTs 5:12). O mesmo particípio é usado depois com relação aos bispos (lTm 3:4), diáconos (v. 12) e anciãos (v. 17), o que nos leva a concluir que *proistamenous* designa o ofício/função de anciãos/bispos e diáconos.

Tratando da questão de como o institucional e o carismático se relacionam um com o outro, alguns afirmam que a igreja não precisa de organização, uma vez que cada crente é nascido do Espírito e recipiente de pelo menos um dom (iCo 12:7; lPe 4:10). Segundo esse raciocínio, a necessidade de cargos institucionais surgiu somente depois que o ministério carismático desapareceu da igreja, agora infiel à sua vocação. Outros chamam a atenção para o fato de que as diversas epístolas paulinas, bem como o livro de Atos, ratificam a importância da organização, e argumentam que a teoria anterior não interpreta direito a informação bíblica. Parece mais defensável supor que os *charismata* e os ministérios institucionais, como anciãos, bispos e diáconos, existiram lado a lado e que a missão da igreja dependia de ambos.

VI. As Ordenanças da Igreja

Para o novo "caminho" que Sua encarnação, vida e morte inauguraram, nosso Senhor designara antecipadamente certos ritos que todo discípulo nascido de novo deveria praticar, a saber, o batismo e a Ceia do Senhor. Alguns se referem a esses ritos como ordenanças; outros os chamam de sacramentos. Tendo sua origem no latim *ordo,* que significa "uma ordem", uma ordenança designa uma prática ordenada pelo Senhor. Já sacramento, que deriva do latim *sacramentam,* termo aplicado às coisas sagradas ou misteriosas, pode ser definido como um rito no qual as realidades espirituais se apresentam mediante sinais visíveis, sugerindo para alguns a ideia de algo além do próprio rito, concebido como um sinal visível que participa dessa realidade. Ambos os termos são estranhos ao NT, embora os dois ritos constituam a essência da expressão de fé da igreja.

A. *Batismo*

1. Antecedentes e Origens

A ordenança do batismo pode ter obtido sua forma externa do batismo do prosélito judaico ou do rito administrado por João Batista. Ambos partilhavam a pressuposição de uma ruptura com a velha vida pela aceitação da nova. O batismo de João, porém, destinava-se aos judeus e era um chamado "ao arrependimento para remissão de pecados" (Mc 1:4). No caso do próprio batismo do Senhor, a ênfase principal recaía sobre o comprometimento com uma tarefa singular e a consagração a Seu ministério messiânico (cf. Mt 3:15). O batismo cristão expressa um significado radicalmente novo. A encarnação, vida e morte de Cristo cumpriram a salvação de Deus, e o batismo em nome de Jesus indica a participação nessa salvação pela fé em Cristo.

2. Uma Ordem

A ordem para batizar fazia parte da Grande Comissão de Cristo à igreja para fazer discípulos em todas as nações e batizá-los (Mt 28:19). A ordem de nosso Senhor foi fielmente cumprida pelos discípulos. O verdadeiro batismo acha-se registrado em Atos 2:38, 41; 8:12, 13, 16, 36-38; 9:18; 10:47; e 16:15. A proclamação do evangelho requeria uma decisão que terminava em batismo. Não há no NT nenhum indício de cristãos não batizados.

3. O Significado do Batismo

Em essência, o batismo é um rito simples, que reflete o significado do evangelho e do plano da salvação que ele apresenta. O próprio termo vem de *baptizõ,* uma forma intensiva de *baptõ,* "mergulhar em ou sob". Quando se refere a batismo em água (Mt 3:6; Mc 1:9; At 2:41), comunica a ideia de imersão, de mergulhar uma pessoa debaixo da água. Não obstante, visto que *baptizõ* é empregado de vários modos no NT, inclusive para lavagem (Mc 7:4; Lc 11:38) e para o sofrimento e morte de Cristo (Mc 10:38, 39; Lc 12:50), pode ser arriscado fazer do argumento decisivo quanto à forma de batismo seu significado original. Não se deve ignorar, porém, o sentido adicional do fato de que diversas incidências de batismo com água registradas no NT envolveram imersão (cf. Mt 3:6; Mc 1:5, 9, 10; Jo 3:23), uma conclusão também sancionada pelo significado teológico dado ao rito pelos escritores do NT.

Para Paulo, o sentido do batismo está, acima de tudo, ligado aos acontecimentos salvíficos da vida, morte e ressurreição de Jesus, intrinsicamente contidos na concepção de morrer e ressuscitar com Cristo. "Ou, porventura, ignorais", pergunta o apóstolo, "que todos nós que fomos batizados em Cristo Jesus fomos batizados na Sua morte? Fomos, pois, sepultados com Ele na morte pelo batismo; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida" (Rm 6:3, 4; cf. Cl 2:12), A interpretação paulina só encontra seu sentido pleno no batismo por imersão.

O que Cristo realizou no Calvário em favor de todos os pecadores, cada cristão o recebe no batismo. Pelo batismo, os cristãos morrem com Cristo e são crucificados com Ele (Rm 6:6, 8; cf. Cl 3:3). A morte dEle os liberta do pecado (Rm 6:7, 18). Ressuscitados com Cristo, dão início a uma nova vida (v. 11-13; 7:4-6; Cl 3:1). A imersão na água simboliza a imersão de alguém em Cristo. A emersão da água simboliza a ressurreição para uma nova vida em Cristo, o "revestir-se" de Cristo (Rm 13:14; G1 3:27).

A imersão na água também é a forma externa de um compromisso vital interior com Cristo. Isso é vívamente descrito em Romanos 6, por exemplo, mediante diversas palavras compostas com a preposição *syn,* que significa "com". Somos sepultados com Ele (*synietaphêmen*), tornarmo-nos um com Ele (,*symphytoi*); e a velha natureza é crucificada com Cristo *{spiestaurõthê),* Se morremos com Cristo *{syii Christõ),* também viveremos com Ele (*syzêsomen*; Rm 6:4-6, 8). Esses diversos temas encontram um foco comum na ideia fundamental do batismo como um afogamento da velha vida e uma emersão para a nova vida: morte seguida de ressurreição.

4. Batizados num Só Corpo

No entanto, os cristãos são vistos não só como batizados "em Cristo" (G1 3:27), mas também "batizados em um [só] corpo", a igreja, o corpo de Cristo (ICo 12:13). Se 0 batismo é identificação com Jesus Cristo, é também identificação com Seu corpo, a igreja. Nas palavras de Paulo, "em um só Espírito, todos nós fomos batizados em um [só] corpo" (ibíd.). O batismo cristão é "em nome de Jesus Cristo" (At 2:38; 10:48) ou

"em o nome do Senhor Jesus[1]' (At 8:16; 19:5), expressões que, em vez de constituir fórmulas batismais, parecem se referir à importância teológica do batismo. Sugerem mais propriamente que os que foram batizados pertencem a Cristo, envolvendo mais uma vez a ideia de incorporação.

5. Batismo dos Crentes

Deve ser óbvio a esta altura que esse batismo é o batismo *do crente.* Se, realmente, simboliza a morte do pecador para o pecado, seguido por uma nova vida — a morte, sepultamento e ressurreição de Cristo—, o batismo é um ato de fé e um testemunho público de que a pessoa se uniu a Ele em Sua morte e ressurreição, um testemunho de seu compromisso com Cristo. Isso explica por que tantas vezes no livro de Atos a proclamação, a fé, o arrependimento e o batismo aparecem associados. No dia de Pentecostes, respondendo à pergunta "Que faremos, irmãos?", Pedro replicou: "Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos vossos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo" (At 2:37, 38). Foi depois de darem "crédito a Filipe, que os evangelizava a respeito do reino de Deus e do nome de Jesus Cristo", que os habitantes de uma cidade na Samaria foram "batizados" (At 8:12). Em resposta à pergunta do carcereiro de Filipos — "Que devo fazer para que seja salvo?" —, Paulo respondeu simplesmente: "Crê no Senhor Jesus e serás salvo, tu e tua casa" (At 16:30, 31). Logo em seguida foram batizados (v. 33).

Em cada exemplo, o batismo foi uma expressão de arrependimento e conversão, o que implica que a casa e as famílias que as vezes são mencionadas (cf. At 11:14; 16:15, 31-34; 18:8) satisfizeram as condições de batismo: reagiram favoravelmente à pregação da Palavra, confessando arrependimento e fé. Não há no NT indicação de crianças sendo batizadas. A tendência das narrativas corre totalmente em outra direção. Imergir os crentes era a prática nos tempos apostólicos. A introdução de qualquer outra forma é injustificada e passível de levar a concepções errôneas.

6. Batismo e o Espírito Santo

Em diversas passagens do NT, o dom do Espírito acha-se explícitamente interligado com o batismo na água, como em Atos 2:38; 8:14-17; 9:17, 18; 10:44-48; e 19:1-7; e nos evangelhos, como em Mateus 3:11, Marcos 1:8, Lucas 3:16 e João 1:33; 3:5. Em alguns casos, a concessão do Espírito precede o batismo (At 10:44, 47); em outros, sucede-o (At 2:37, 38; Mc 1:8). Em duas ocasiões a narrativa bíblica associa a imposição de mãos à outorga do Espírito (At 8:12-17; 19:1-6). Não se encontra, porém, no NT nenhum ensino afirmando que a imposição de mãos é condição necessária ou o momento em que o Espírito Santo é comunicado. No caso de Cornélio, o Espírito foi conferido antes do batismo e sem qualquer sinal externo como a imposição das mãos de Pedro (At 10:44-48). O apóstolo, no entanto, não julgou que, depois de um sinal tão óbvio do favor de Deus, fosse desnecessário para Cornélio e sua casa serem batizados na água. As duas coisas ocorreram juntas.

No NT, a cerimônia batismal é um todo, uma unidade, não devendo ser analisada em suas partes componentes. É na ação toda que o Espírito é concedido. Não há batismo bíblico sem o Espírito. O batismo é sempre batismo na água e no Espírito Santo (ver Ordenanças I).

B. A *Ceia do Senhor*

Outro rito biblicamente ordenado para a vida da igreja é a Ceia do Senhor. Instituída pelo próprio Cristo na noite em que foi traído (Mt 26:20-30; Mc 14:17-25; Lc 22:14-23), a ordenança é referida nas Escrituras como a "ceia do Senhor" (lCo 11:20), a "comunhão [ou participação] do sangue de Cristo"

(lCo 10:16) e a “mesa do Senhor” (v. 21). Alguns falam do “partir do pão” (At 2:42; c£ v. 46), enquanto outros preferem a designação "eucaristia”, derivada do grego *eucharisteõ,* termo usado na ação de graças proferida antes da participação nos elementos (Mt 26:27; lCo 11:24). Ao que parece, a Ceia fazia parte de uma refeição comum, pelo menos em Corinto, constituída do pão e do cálice segundo o modelo da última Ceia, conforme descrita nos evangelhos sinóticos.

O testemunho combinado dos sinótícos não deixa dúvida de que a ordenança foi instituída pelo próprio Cristo. Embora haja dificuldades a respeito da natureza da última Ceia e sua relação com a Páscoa judaica, a Ceia do Senhor tem todas as características da refeição pascal, quer descrita pelos sinóticos, quer por Paulo (lCo 10:14-22; 11:23, 24), que escreve: “Cristo, nosso Cordeiro pascal, foi imolado” (lCo 5:7). O que começou como um ritual de Páscoa que comemorava o êxodo do Egito e o estabelecimento da aliança no Sinai (Ex 24) tornou-se a celebração de um novo êxodo deste tempo de pecado e o estabelecimento de uma nova aliança a ser selada com o próprio sangue de Jesus. [1]

1. O Significado da Ceia do Senhor

a* Um olhar retrospectivo. A ordem de Cristo: "Fazei isto em memória de Mim” (lCo 11:24) resume o significado primário da Ceia do Senhor. Constitui o primeiro e mais importante rito memorial, não de tudo quanto Cristo disse, porém mais especificamente de Sua morte redentora. Assim como a Páscoa judaica era um olhar ao passado, um lembrete do ato poderoso de Deus mediante o qual Ele libertou Israel do cativeiro egípcio (Êx 12:14; 13:3, 8, 9; Dt 16:3), assim também a Ceia do Senhor, na qual os cristãos participam do pão e do vinho, comemora o evento decisivo efetuado por Cristo no Calvário, o novo “Êxodo” (cf. Lc 9:31), e Seu triunfo sobre o pecado e a morte. O partir do pão e o derramar do vinho é a recordação constante do fato e significado da morte sacrifical de Cristo, que é a base de nossa salvação, e da qual a Ceia se originou (At 20:28),

b. Um lembrete atual. A Ceia do Senhor também apresenta uma verdade atual. Os que se reúnem à “mesa do Senhor” (lCo 10:21) para tomar parte na “Ceia do Senhor” (lCo 11:20) expressam visivelmente sua união uns com os outros, por causa de sua união com a cabeça da igreja, o próprio Cristo. "Porque nós, embora muitos, somos unicamente um pão, um só corpo; porque todos participamos do único pão" (lCo 10:16, 17). Está claro que, para Paulo, a Ceia do Senhor servia de base para a unidade. No fundamento desse contínuo relacionamento entre Deus e Seu povo está a aliança, a nova aliança, enfatizada em cada um dos relatos da ordenança (Mt 26:28; Mc 14:24; lCo 11:25).

c. Um olhar prospectivo. Além de um memorial do passado e de um lembrete do presente, a Ceia do Senhor, conforme instituída por Cristo, também é um olhar ao futuro, para a segunda vinda do Senhor. Paulo escreveu: "Porque, todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice, anunciais a morte do Senhor, até que Ele venha” (lCo 11:26). O mesmo tema escatológico foi expresso por Jesus quando afirmou: "£ digo-vos que, desta hora em diante, não beberei deste fruto da videira, até aquele dia em que o hei de beber, novo, convosco no reino de Meu Pai” (Mt 26:29; cf. Mc 14:25; Lc 22:16, 18). Assim como os judeus, ao celebrarem a Páscoa, não consideravam somente seu passado livramento do cativeiro, mas também a futura libertação provida pelo aguardado Messias, assim a comunhão cristã à mesa do Senhor é uma proclamação de que Aquele que veio e está presente entre nós prometeu voltar novamente. ^

d. Elementos simbólicos. Há na Ceia do Senhor verdadeira comunhão com Cristo,

mas não com a ideia de que o corpo e o sangue de Cristo estejam literalmente presentes nos elementos. O corpo e o sangue de Cristo não se acham mais presentes no pão e no vinho hoje do que se achavam quando o Senhor instituiu a ordenança. Naquela ocasião, Ele tomou o pão e deu a Seus discípulos, dizendo: "Tomai, comei; isto é o Meu corpo". A seguir, do mesmo modo, tomou o cálice e lhes deu, explicando: "Bebei dele, [...] porque isto é o Meu sangue, o sangue da nova aliança, derramado em favor de muitos, para remissão de pecados" (Mt 26:26-28). Sua instrução foi clara: "Fazei isto em memória de Mim" (iCo 11:24, 25). O pão sem fermento e o suco de uva não alcoólico — únicos que poderíam simbolizar apropriadamente a impecável perfeição da pessoa de Cristo — são compartilhados "em memória de Mim"; eles *falam* da morte sacrifical e da salvação, e a proclamam até que Ele venha,

Com exceção do discurso de Paulo em 1 Coríntios 10 e 11, as Escrituras falam muito pouco sobre os pré-requisitos para participar na Ceia do Senhor. Contudo, se por sua própria natureza a ordenança denota um relacionamento espiritual entre a pessoa e o Salvador, a mesa do Senhor é posta somente para os que participam nEIe e em Sua salvação. Pode-se deduzir um pré-requisito a partir da maneira urgente como Paulo solicita que a igreja afaste do corpo dela aqueles que vivem em pecado aberto (ICo 5:1-5). Apesar disso, a atitude de Cristo para com o discípulo que O traiu deve servir de advertência para os cristãos contra a exclusividade indevida (ver Ordenanças III).

2. A Ordenança do Lava-Pés

Da perspectiva bíblica, o culto de comunhão é incompleto sem seu rito do lava-pés. Assim como deu ao culto da Páscoa judaica um sentido mais profundo, Cristo revestiu o lava-pés, o ritual da hospitalidade do AT, de um significado ainda mais profundo e fez dele parte integrante da Ceia do Senhor (Jo 13:1-5). Seu exemplo não só impressionou a mente dos participantes com Sua vida de mansidão e serviço, mas também aproveitou o acontecimento a fim de preparar os egoístas e orgulhosos discípulos (cf. Lc 22:24) para tomar parte na Ceia do Senhor.

O lava-pés visava fazer mais do que limpar os pés deles, sujos de estradas empoeiradas e enlameadas, já que, depois de lavá-los, e referindo-se a Judas, Jesus disse que eles ficariam limpos, mas nem todos (Jo 13:10, 11). Uma limpeza superior, a purificação do coração, era parte do propósito de Cristo quando instituiu essa ordenança. O caráter institucional e duradouro do lava-pés é ratificado claramente na instrução de Cristo: "Porque Eu vos dei o exemplo, para que, como Eu vos fiz, façais vós também". E enfatizado também por este comentário: "Se sabeis estas coisas, bem-aventurados sois se as praticardes" (v, 15, 17).

Teria essa ordenança relevância para a época presente, além da clara lição de que o sinal da grandeza cristã é o serviço"? A explicação de Cristo a Pedro de que "quem já se banhou *[louõ]* não necessita de lavar *[niptõ]* senão os pés; quanto ao mais, está todo limpo" (v. 10) parece responder nossa questão. Assim como os discípulos cujos pés calçados com sandálias ficavam empoeirados e precisavam de ser lavados novamente, assim os cristãos batizados em Cristo e purificados por Seu sangue, enquanto prosseguem na caminhada da vida cristã, tropeçam e precisam da graça salvadora de Cristo para se limpar da contaminação. Não precisam se rebatizar: "Quem já se banhou não necessita de lavar senão os pés." A ordenança do lava-pés é uma confissão muito necessária de nosso egocentrismo e de nossa necessidade da graça de Cristo, bem como uma renovação de nossos votos batismais. A recomendação "Porque Eu vos dei o exemplo, para que, como Eu vos fiz, façais vós também" (v, 15; cf. v. 1.7) é tão clara

quanto a ordem concernente à própria Ceia do Senhor: "Fazei isto em memória de Mim" (lCo 11:24). 0 mesmo verbo *poieõ* (fazer) é usado em ambos os exemplos. Não há razão escriturístíca para entender uma e outra ordem num sentido meramente simbólico.

Jesus deixou apenas duas ordenanças para a igreja: o batismo e a Ceia do Senhor, que inclui o lava-pés. Nenhuma delas perdeu sua < 558
relevância. Ambas foram dadas para edificar a igreja e equipar os santos para o ministério (ver Ordenanças II),

VII. A Autoridade da Igreja

Se o dever primário da igreja é adorar e glorificar a Deus (cf. Ef 1:3, 5, 11-14), a primeira tarefa confiada pelo Cristo ressurreto é a do evangelísmo (Mc 16:15; Lc 24:45-47; At 1:8). A igreja não é simplesmente um aglomerado de pessoas que se reúnem para celebrar Jesus Cristo e Seus ensinos, mas um povo chamado por Deus para dar testemunho, levar o nome de Cristo e proclamá-lo cf. lPe 2:9). Na implementação dessa comissão, a igreja é constantemente confrontada pela questão da autoridade. Até que ponto está ela cumprindo a intenção de Cristo? Como, por exemplo, a igreja se certificará de que aquilo que ela ensina e proclama não cedeu à pressão de pressupostos culturais e filosóficos dos diversos contextos nos quais ela cumpre seu mandado? Onde encontrará ela a autoridade infalível para resolver tais questões?

A. A *Suprema Autoridade*

Como Criador, Redentor e Mantenedor, Senhor e Rei de toda a criação (ver Criação III), somente Deus é a fonte e a base de autoridade para a igreja. No entanto, nosso conhecimento de Deus deve ser um conhecimento *proveniente* de Deus, pois somente quando Ele Se revela pode ser conhecido por Seu povo. Na revelação, Deus Se manifesta aos seres humanos e compartilha com eles Sua vontade, Essa comunicação divina encontrou expressão notável nos profetas que compartilharam a mente divina com o povo (Hb 1:1; ver Revelação/Inspiração IV.D), Ainda assim, a expressão suprema da autorrevelação de Deus é Jesus Cristo, a Palavra de Deus encarnada (Jo 1:1-3, 14; lTm 3:16), e, ao mesmo tempo, a fonte e o conteúdo da revelação divina (Jo 1:18; 3:31). NEle, como Salvador e Senhor, a revelação e a autoridade divinas encontram foco e finalidade.

Ou seja, a Palavra de Deus, que exerce autoridade sobre os cristãos e a igreja, é conhecida antes de tudo como uma pessoa, Jesus Cristo, que veio revelar o Pai e proclamar o evangelho da salvação. Ele também escolheu um grupo de apóstolos para que Sua palavra e testemunho pudessem ser fielmente proclamados e interpretados depois de Sua morte (Mc 3:13, 14). Eles não somente testemunharam do Cristo crucificado e ressurreto, mas foram também comissionados e capacitados por Ele (Mt 28:18-20; At 2:1-4; Rm 1:1; At 13:2-4; 22:21) para pregar o evangelho (At 14:7, 21; 16:10; lPe 1:12) e compartilhar Cristo com judeus e gentios (At 17:3; Rm 10:17; 16:25; ICo 1:23; 2:2; 2Co 1:19; etc.). Eles eram as vozes humanas investidas da mais forte autoridade entre as igrejas.

B. A *Autoridade Apostólica*

A autoridade dos apóstolos, porém, não era própria, pois o evangelho, insiste Paulo, possui autoridade anterior. Qualquer apóstolo que falsifique esse evangelho nada tem em comum com os apóstolos de Cristo (Cl 1:8, 9). "Seja por palavra, seja por epístola" (2Ts 2:15), em obediência a Cristo, os apóstolos anunciavam "a palavra de Deus" (iTs 2:13), a qual esperavam que os crentes aceitassem como mandamento do Senhor (lCo 14:37). Falando com a autoridade que "o Senhor [lhes] conferiu"

(2Co 10:8), eles ocuparam posição crucial e inigualável na transmissão da palavra de Deus e na edificação da igreja (Ef 2:20).

C. *A Autoridade da EscHtura*

Quando a mensagem dos apóstolos encontrou corporificação nas Escrituras, a Palavra que exercia autoridade sobre a comunidade cristã e era conhecida principalmente como uma Pessoa passou a ser conhecida secundariamente na forma da linguagem falada e agora escrita do NX Essa linguagem escrita encontrou seu lugar e função ao lado dos escritos do AT, que, desde o início, haviam sido a Bíblia de Cristo e da igreja do NT, Deus continuou a ser a fonte e a base da autoridade, pois as Escrituras, tanto do AT quanto do NT, não são apenas um testemunho da revelação, mas a própria revelação.

559 ► Elas não são uma intromissão na revelação de Deus em Cristo, mas parte integrante dela, pois Cristo é seu conteúdo supremo. Nisto reside a autoridade das Escrituras, visto que o único Cristo autorizado que os cristãos conhecem é o Cristo da Bíblia.

D. *Autoridade na Igreja Local*

No nível da congregação local, os anciãos/bispos parecem ter sempre desfrutado a autoridade mais elevada (ver V.B). Uma de suas funções principais era o cuidado e a supervisão pastoral geral (At 20:17-28), envolvendo tarefas especiais como fornecer instruções na sã doutrina e refutar os que a contradiziam (lTm 3:1,2; Tt 1:5, 9). Os que "presidem bem" devem ser “considerados merecedores de dobrados honorários", especialmente se trabalharem na "pregação e no ensino” (lTm 5:17).

Embora os anciãos e diáconos ajudassem os apóstolos no exercício do ministério, grande parte do governo das igrejas locais repousava nas mãos das próprias igrejas. Fica evidente que as congregações locais exerciam autoridade com respeito à eleição dos líderes locais (At 6:1-6; cf. 14:23). Elas designavam mensageiros para serem enviados às outras igrejas (At 11:22) ou para acompanhar os apóstolos (2Co 8:19), algumas vezes fornecendo-lhes credenciais por meio de carta (lGo 16:3). As congregações locais também eram responsáveis pela pureza na doutrina e na prática. Elas deviam provar “os espíritos se procedem de Deus” (ljo 4:1), ou, nos termos de Paulo, julgar “todas as coisas” e reter “o que é bom" (lTs 5:21).

Pode-se dizer o mesmo com respeito ao exercício da disciplina na igreja (jVIt 18:15-17). O próprio Senhor comentara: “Tudo o que ligardes na Terra terá sido ligado nos céus, e tudo o que desligardes na Terra terá sido desligado nos céus” (v. 18). A terminologia era bastante familiar aos discípulos que tinham ouvido Cristo Se pronunciar naquela ocasião. No emprego sinagogal e rabínico, isso significava, acima de tudo, a autoridade de proibir e permitir algo, impor punições a alguém ou absolver alguém. O exercício da disciplina abrangia todas as formas, desde a admoestação particular e atenciosa (cf. Mt 18:16; G1 6:1) até a exclusão da comunhão (Mt 18:18; lGo 5:11, 13). Ao que parece, a congregação local estabelecia as condições de membresia e as regras da casa.

E. Autoridade da Igreja Universal

No entanto, de acordo com as mesmas Escrituras, fica evidente que, no exercício da autoridade, a congregação local não vive isolada nem independente das outras igrejas locais. Qualquer teoria sobre a autoridade da igreja e, portanto, sobre o governo da igreja que deixe de reconhecer a realidade e a unidade da igreja universal fica aquém do testemunho bíblico. A relevância da unidade da igreja não procede, contudo, de sua conveniência prática ou necessidade de cooperação amigável. Sua base está na própria natureza da igreja local, que não é uma mera seção da igreja universal, mas a própria igreja plenamente presente naquela localidade específica,

a igreja na expressão local. Tampouco é a igreja universal a soma total de todas as congregações locais. A igreja é una e indivisível, uma unidade expressa de maneira visível. Isso se reflete claramente na forma como se emprega muitas vezes a palavra *ekklêsia* no NT (ver II. A, B). A metáfora neotestamentária do "corpo" reafirma isso. Cristo não tem vários corpos, mas um só, e esse único corpo se manifesta na unidade e proximidade de toda a igreja. Isso é de vital importância para o conceito de autoridade da igreja e seu exercício.

Se de fato era intenção de Jesus que Sua igreja proclamasse e compartilhasse o evangelho, dificilmente se pode negar a ela o direito de exercer certa medida de autoridade administrativa. No âmbito das verdades determinantes da revelação, o papel da igreja universal é particularmente mais difícil e importante. Gomo "coluna e baluarte da verdade" (lTm 3:15), a igreja é chamada não só a ensinar a verdade do evangelho, mas também a preservá-la e defendê-la. Embora "a fé [...] uma vez por todas [,..] entregue aos santos" (Judas 3) tenha sido fixada pelo último testemunho apos-
560 ► tólico, ela precisa ser interpretada e aplicada a novas circunstâncias e emergências.

O meio pelo qual se faz isso, sem perder de vista a dependência de orientação prometida pelo Senhor (Jo 14:15-17; 16:12, 13), é notavelmente ilustrado em Atos 15. Esse capítulo fala da reunião em Jerusalém de uma grande assembléia de representantes de várias igrejas (v. 2, 3) com os apóstolos e anciãos locais (v, 4) para examinar uma questão polêmica: o papel da circuncisão na salvação. Depois de "grande debate" (v. 7), da referência de Pedro ã atividade do Espírito (v. 8) e do apelo final de Tiago às Escrituras (v. 13-18), chegou-se a uma decisão, que foi comunicada aos crentes de outros lugares. A carta-decreto enviada em nome dos apóstolos e anciãos (v. 23) não continha apenas recomendação. Prova disso é o fato de que, logo depois, Paulo e Silas, em sua segunda viagem missionária, ao passar por diversas cidades a caminho da Frigia e da Gaíácia (Atos 16:6), "entregavam aos irmãos, para que observassem as decisões [gr. *dogma*] tomadas pelos apóstolos e presbíteros de Jerusalém" (v. 4). Diz o texto: "para que as observassem" (At 16:4). A voz do Espírito (At 15:28) que fala nas Escrituras e na obra do evangelho entre os gentios foi distintamente ouvida pelos que ali se reuniram para "examinar a questão" (v. 6). Eles receberam a garantia de que a decisão a que chegaram após bastante diferença de opinião e pelos meios abertos à igreja em todas as eras estava em harmonia com a vontade de Cristo. Tiveram a certeza de que a presença de Cristo estivera "no meio deles" quando "se reuniram em [Seu] nome" (Mt 18:20). As grandes assembléias que tratam de temas de interesse geral da igreja e que dizem respeito à preservação da unidade e que exercem, portanto, autoridade numa escala mais ampla e mais extensa do que uma congregação local são inquestionavelmente endossadas pela Escritura.

VIII. As Características da Igreja

Logo que surgiram as heresias, tornou-se necessário apontar determinadas características pelas quais a igreja de Deus poderia ser identificada. A consciência dessa necessidade já estava presente na igreja primitiva. Embora o NT sugira uma lista mais longa do que aquela que aparece aqui, certas características da primeira sociedade cristã parecem mais pronunciadas do que outras.

A. *Fé*

A característica fundamental é uma fé viva. Segundo o NT, a igreja não é uma sociedade de pensadores nem de operários, mas

de crentes. Emprega-se constantemente o termo "crentes" ou "os que creram" como sinônimo de membros da igreja (cf. At 4:4, 32; 5:14; 15:5; 18:27; lTs 1:7; lTm4:12). O batismo, que desde o princípio era o rito de entrada na igreja e um sinal de pertencimento ao corpo de Cristo, consistia essencialmente num rito de fé e confissão (At 2:44; 8:12; 16:31-33; 18:8). Essa fé que edifica a igreja não era um mero ato de assentimento intelectual, mas o símbolo de uma união íntima entre o crente e Cristo, que resultava em uma nova criação (2Co 5:17).

¡B. *Companheirismo*

Da própria natureza da fé, decorre a característica seguinte: o companheirismo. Esse companheirismo é príncipalmente comunhão com Cristo, que, embora tendo ascendido ao Céu (At 3:21), ainda Se acha perceptivelmente presente com Seus discípulos (G1 2:20; cf. Mt 18:20; 28:20). Essa comunhão com Cristo (*[koinõnia*), à qual cada cristão é convidado (iCo 1:9), também é a "comunhão [ou *koinõnia]* no Espírito" (Fp 2:1, ARC), bem como a "comunhão [ou *koinõnia*] do Espírito Santo" (2Co 13:14), que faz a intermediação entre Cristo e o crente.

Tendo igual importância, esse companheirismo também é ativamente exercido para com os membros da comunidade cristã. Essa era uma das características principais da igreja primitiva (At 2:42). Uma vez que estavam, vitalmente unidos a Cristo, todos os crentes eram exortados a manter um vivo relacionamento uns com os outros. A realidade desse companheirismo explica a ocorrência frequente do termo "irmãos", aplicado costumeiramente aos que pertenciam à comunhão: cerca de 40 vezes somente no livro de Atos e mais de 90 vezes nas epístolas de Paulo. Os escritos aos Coríntios parecem sugerir que a Ceia do Senhor fornece uma oportunidade excepcional para a expressão cristã do companheirismo, uma comunhão na morte e ressurreição de Cristo, que implica uma comunhão de coração e espírito entre os próprios participantes.

Apesar disso, ainda que não constitua o reino de Deus, a igreja foi "chamada" deste mundo a fim de expressar a presença fermentadora do reino dentro do mundo. Todas as formas paradoxais pelas quais o reino de Deus revoga os valores humanos convencionais acham-se intimamente associadas a esse processo de aprendizagem (cf. Lc 22:24-30). A igreja é chamada a promover neste mundo a abertura do reino para todas as pessoas, estejam elas alinhadas com Deus ou não (Mt 5:43-48), embora precise ao mesmo tempo de colocar em operação forças que derrubem as barreiras opressivas entre judeu e gentio, escravo e mestre, homem e mulher (G1 3:28). A oração "venha o Teu reino" expressa, portanto, mais do que um desejo piedoso. O reino avança neste mundo à medida que a igreja aprende a obedecer à vontade de Deus na Terra (Mt 6:10; ver Sábado III.D).

C. *Unidade*

Unidade é outra importante característica da igreja descrita no NT. Embora haja muitas congregações, a igreja de Cristo é uma só igreja, um só corpo, do qual Cristo é a cabeça. Nas palavras de Paulo (Ef 4:4-6), esse corpo possui "um só Senhor, uma só fé, um só batismo". Concebe-se essa unidade como uma unidade visível, conforme se evidencia na oração de Jesus insistindo para que Seus discípulos fossem um a fim de que o *mundo* soubesse e acreditasse (Jo 17:23, 21). Essa unidade pela qual Paulo lutava transcende os elementos separatistas de raça, classe e gênero (G1 3:28). Não é o resultado de um ato voluntário de união da parte dos membros do corpo de Cristo, mas uma unidade possibilitada pelo Espírito, para que a igreja encontre unidade em Cristo (Ef 5:2-15).

Por viver numa diversidade de culturas, épocas e lugares, a igreja pode parecer um

disparate. 0 próprio livro de Apocalipse celebra o Cordeiro que, pela cruz, comprou "para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação" (Ap 5:9). Todos, no entanto, pertencem a um único corpo, cuja unidade interna busca e encontra expressão externa na profissão da mesma fé (Ef 4:5, 13, 14) e na conduta cristã de uma igreja visível.

De acordo com as Escrituras, esse vínculo de união tem suas origens não na organização eclesiástica da igreja, mas na pregação da palavra de Deus. A palavra é a-que os apóstolos pregaram (At 4:31; 13:5; 15:35; 16:32; etc.), a que os gentios se reuniram para ouvir e glorificar (At 11:1; 13:44, 48) e a que crescia e se multiplicava (At 12:24; cf. 6:7; 13:49; 19:20). Paulo denuncia vigorosamente as divisões e o espírito partidarista faccioso (cf. lCo 11:18, 19; G15:20), bem como os falsos irmãos (G1 2:4), os falsos apóstolos (2Co 11:13) e o ensino errôneo que contradiz a doutrina apostólica (ITm 6:3; 2Pe 2:1). Segundo o parecer de Paulo, Deus "deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade" (ITm 2:4). Há, portanto, efetivamente uma coisa chamada "verdade" (2Ts 2:12, 13), "a palavra da verdade" (Ef 1:13; 2Tm 2:15), que deve ser preservada (G1 2:5), mas que alguns, "enfatuados" (ITm 6:4), se opõem, ameaçando a unidade da igreja.

£). *Santidade*

Santidade é outra característica destacada da igreja. Assim como "crentes", "santos" é uma das designações mais frequentemente usadas para os membros do corpo de Cristo, especialmente nos escritos de Paulo. No NT, a pessoa, coisa e lugar que são santos (gr. *hagios)* pertencem a Deus, daí a ideia de "separado" do pecado e consagrado para Deus. Essa reivindicação é realçada em declarações como esta: "Não sois de vós mesmos; [...] fostes comprados por preço" (lCo 6:19, 20, cf. lPe 1:18, 19).

A santidade ou piedade da comunidade cristã reside em sua separação do mundo em resposta ao chamado de Deus (2Tm 1:9), como no caso do Israel do passado, que foi chamado para ser uma nação "santa" (Ex 19:6; lPe 2:9; cf. Lv 20:26), A igreja é santa, separada do mundo, para refletir a santidade de Deus e produzir os frutos do Espírito num mundo decaído. Jesus chamou Seus discípulos "do mundo" (Jo 17:6), embora os considerasse ainda como estando "no mundo" (v, 11), mas não como sendo "do mundo" (v. 14). A noção neotestamentária de santidade inclui ambas as implicações: separar-se do mundo e ajudar um mundo em rebelião. A igreja não pode ser santa renunciando à sua missão e tarefa de salvar pecadores.

Não obstante, lado a lado com o senso de santidade externa, a palavra "santo" (adjetivo e substantivo) comunica o significado de santidade ética. A santidade cristã se compõe não apenas de um status determinado pela relação de alguém com Cristo, mas também de uma consagração a Deus, que encontra expressão no caráter e na conduta. Os membros da igreja são chamados de santos mesmo quando, lamentavelmente, lhes faltam as evidências de santidade. E por isso que Paulo trata pelo título de "santos" os membros da igreja de Corinto nos quais tanta coisa encontrava para reprovar (2Go 1:1). Embora a santidade ou a piedade seja a vocação externa do cristão e seu status como crente, a obra de santificação prossegue e deve continuar prosseguindo. Por mais paradoxal que possa parecer, os crentes coríntios são descritos ao mesmo tempo como "santificados em Cristo" e "chamados para ser santos" (lCo 1:2). Os que estão em Cristo se consagraram a Ele (2Co 6:14-18), "aperfeiçoando a nossa santidade no temor de Deus" (2Co 7:1). A santidade é uma experiência crescente e contínua em Cristo, que "amou a igreja e a Si mesmo Se entregou por ela", [...] para a apresentar a Si mesmo igreja gloriosa, sem mácula,

nem ruga, nem coisa semelhante" (Ef *5:25, 26;* cf. Tt 2:14). A santidade da igreja acha-se entrelaçada na permanente imperfeição humana. A igreja é santa, e, no entanto, sujeita a fraquezas.

j E. *Universalidade*

Com igual clareza, o NT insiste na universalidade ou catolicidade da igreja. Muitas vezes mal compreendida por causa de seu ar partidário, a palavra "católico" se refere não a uma organização hierárquica específica, mas ao fato de que a mensagem cristã se destina a todos em toda parte. Entende-se que a igreja deve abranger todas as nações (Mt 28:19; cf. Ap 14:6). Não está limitada a um tempo ou lugar específico, mas inclui crentes de todas as gerações, nações e culturas.

Ainda assim, a catolicidade da igreja não jaz somente em seu esforço missionário mundial, mas também na influência que exerce em todos os aspectos da vida das pessoas bem como na posse da verdade universal. Uma vez que o amor de Cristo *é* dirigido a todos, a igreja oferece o conselho de Deus a todo o mundo. Ela alcança todo o mundo com a verdade conforme revelada por Deus (cf. At 20:27). A igreja ensina universalmente, do começo ao fim, tudo aquilo que Cristo ordenou (Mt 28:20). Aqui está novamente um teste confiável: a natureza universal da igreja tem claras implicações missionárias.

F. Apostolicidade

Na condição de família de Deus, escreve Paulo, a igreja está edificada "sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular" (Ef 2:20). Portanto, ainda que o termo propriamente dito seja desconhecido para o NT, diversos cristãos falam da apostolicidade. Alguns chegam mesmo a insistir numa sucessão apostólica literal, linear e ininterrupta, mediante a imposição de mãos como evidência dessa apostolicidade. O que autentica a igreja, alegam, é uma ligação visível e contínua, que pode serrastreada historicamente entre a comunidade cristã atual e a igreja dos apóstolos.

Esse ponto de vista parece, porém, ignorar o fato de que o NT concebe a linhagem de sucessão entre os apóstolos e o testemunho apostólico atual como uma linha contínua de fidelidade ao testemunho dos apóstolos, mantida pelo Espírito Santo. Desde os primeiros dias em diante, os discípulos "perseveravam na doutrina dos apóstolos e na comunhão" (At 2:42). O que se sugere aqui é que a igreja apostólica é aquela que aceita e ensina as verdades pregadas pelos apóstolos e vive o tipo de vida que eles recomendaram (2Tm 1:13, 14). Foi por isso que Paulo advertiu Timóteo: "E o que de minha parte ouviste através de muitas testemunhas, isso mesmo transmite a homens fiéis e também idôneos para instruir a outros" (2Tm 2:2), acrescentando que um ancião/bispo deve ser "apto para ensinar", capaz de "cuidar da igreja de Deus", "exortar pelo reto ensino" e "convencer os que contradizem" a doutrina apostólica (lTm 3:2-7; Tt 1:5-9).

Se a igreja é apostólica porque se baseia na mensagem dos apóstolos, é apostólica também porque é enviada ao mundo como Cristo foi enviado (de *apostellõ,* "enviar, enviar em serviço ou com uma comissão"). Assim como Cristo foi enviado (Mt 10:40; 15:24; Mc 9:37; Lc 4:43; Jo 7:29) e os discípulos foram enviados (Mt 10:16; Jo 17:18), assim prossegue o apostolado permanente da igreja (jo 20:21). A missão caracteriza tudo quanto a igreja faz. A apostolicidade é uma característica distintiva da verdadeira igreja. Mas qualquer noção de apostolicidade que deixa de prestar fidelidade ao evangelho e à missão é uma visão equivocada de apostolicidade.

G. *Um Remanescente Fiel*

A perseguição, a apostasia e a corrupção feriram a igreja de maneira trágica.

O próprio Jesus advertiu os discípulos de que surgiríam "falsos profetas" para os desencaminhar (Mt 24:4, 24) e de que viría sobre eles um período de "grande tribulação" (v. 21, 22). Paulo também preveniu seus companheiros crentes de que, depois de sua partida, surgiríam entre eles "lobos vorazes", que não poupariam o rebanho, "homens falando coisas pervertidas para arrastar os discípulos atrás deles" (At 20:29, 30).

Apesar da apostasia, perseguição e tribulação implacáveis, que, segundo o livro de Apocalipse, durariam 1.260 anos (Ap 12:6; cf. 12:4; 13:5; ver Remanescente/Três Anjos III.A), no fim de uma longa e honrada linhagem de heróis da fé, e com a chegada do "tempo do fim", Deus havería de suscitar um remanescente (Ap 12:17, KJV). "Remanescente" nessa passagem, da qual se deriva "igreja remanescente", evoca o emprego veterotestamentário do termo usado para descrever uma minoria que permanece leal a Deus (2Cr 30:6; Ed 9:14; Is 10:20; Ez 6:8, 9) e que sai para dar testemunho dEle (Is 37:31, 32; 66:19), Deus levantaria outro instrumento escolhido para proclamar a mensagem apostólica aos habitantes da Terra.

O remanescente escatológico apresenta características inequívocas. Na descrição joanina, ele se compõe daqueles "que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus" (Ap 12:17). Seguindo os passos de Cristo, que guardou os mandamentos de Seu Pai (Jo 15:10) e permaneceu firme na "fé que uma vez por todas foi entregue aos santos" (Jd 3), o remanescente é descrito aqui como uma igreja observadora dos mandamentos, que guarda todos os mandamentos de Deus. O remanescente também tem "o testemunho de Jesus", que João define depois como sendo o "espírito de profecia" (Ap 19:10; ver Remanescente/Três Anjos IV.A; Dons X.D).

No contexto de circunstâncias escatológicas, a mensagem e a missão da igreja são também delineadas em Apocalipse 14:6-12. Três mensagens — juntas com a de Apocalipse 18:1-4 - constituem o último apelo de Deus aos pecadores para que aceitem Seu gracioso dom de salvação, conforme demonstram os versos que vêm logo em seguida (14:13-16; ver Remanescente/ Três Anjos; Juízo III.B.l.a.[l]). A partir da proclamação dessa última mensagem, reúne-se um povo que, segundo a descrição de João (como em Ap 12:17), guarda os mandamentos de Deus (14:12) e tem "a fé de Jesus". Ele se caracteriza por possuir fé similar à de Jesus, demonstrando inabalável confiança em Deus e aceitando todas as verdades da Escritura. A cruz e a lei são novamente reconciliadas, Embora Deus tenha discípulos leais em outras comunidades, chamou mais unia vez a igreja remanescente para pregar "o evangelho eterno" até os confins do mundo (v. 6, KJV), para testemunhar de Cristo e preparar os pecadores para a segunda vinda do Senhor.

Do princípio ao fim, as seguintes características pertencem à natureza essencial da igreja: fé, companheirismo, unidade, santidade, universalidade e fidelidade à mensagem apostólica. Elas também se acham intrínsecamente entrelaçadas, e em sua unidade apontam para a autêntica igreja de Deus.

IX. Um Olhar Sóbrio para o Futuro

A. *Viver mim Mundo Pltiralista*

Nossa pesquisa sobre a natureza, esfera de ação, missão e características da igreja, ainda que breve, nos capacita a chamar a atenção para algumas coisas relativas à igreja do futuro. Ninguém pode predizer o que

as décadas vindouras trarão. Apesar disso, a profecia bíblica e as tendências atuais sugerem um cenário provável.

Envolvidos por uma cosmovisão científicà e tecnológica de melhoria humana, graças a tudo aquilo que a ciência e a tecnologia podem propiciar, os cristãos, no mundo inteiro e em números crescentes, ficam alarmados ao saber que as grandes forças que a nossa tecnologia moderna agora maneja poderíam, de fato, levar a humanidade a um mundo mais perigoso, Apesar disso, os dois séculos passados trouxeram mudanças tão avassaladoras nos âmbitos intelectual e social de nossa vida que, para a maioria das questões, as respostas tradicionais oferecidas pela cristandade não parecem mais relevantes, Com poucas e honrosas exceções, por todas as partes do mundo ocidental, tradicionalmente um baluarte do cristianismo, homens e mulheres estão abandonando a verdadeira doutrina, A tendência é no sentido de os heis cristãos se tornarem minoria.

A igreja se encontra hoje num mundo radicalmente diferente daquele que conheceu durante séculos. A “era constantiniana” — quando a igreja e a sociedade compartilhavam ideais semelhantes - chegou ao hm, Como resultado, os cristãos se veem hoje parte de uma comunidade de crentes que, em virtude de uma decisão de fé pessoal, livre e explícita, dissociam-se das posturas atuais de seu ambiente social. A igreja do futuro terá as características de um "pequeno rebanho”, um verdadeiro remanescente, que viverá num mundo pluralista no qual Deus e as Escrituras serão, na melhor das hipóteses, apenas uma alternativa entre muitas, Seria assim se o restante da sociedade fosse tolerantemente pluralista, coisa que, segundo a profecia, está longe de ser garantido.

Isso significa que, de variadas formas, os cristãos verdadeiros ficarão mais semelhantes aos crentes primitivos. Estarão dispersos em um mundo neopagão. Será uma família de congregações espalhadas unidas em fé e companheirismo em torno dos ensinos dos apóstolos, comunidades básicas de crença em que a pessoa entra apenas mediante total compromisso. Dispersa e mudando constantemente de lugar, a igreja estará empenhada na missão. Por causa do agudo contraste com um ambiente secularizado e não cristão, a igreja remanescente - fazendo jus a esse adjetivo — terá de descobrir por que deve apresentar uma afirmação específica sobre Deus e a salvação nos últimos dias. A igreja terá de permanecer solidamente alicerçada na Escritura, próxima dos ensinos dos profetas e apóstolos e sob a dependência do Espírito Santo. Crescerá como uma igreja mundial onde as principais igrejas locais, em regiões como África, Europa ou Ásia, terão suas próprias especificidades, embora conservando a unidade de fé e organização tão características da igreja primitiva.

EL A *Igreja: Militante e Triunfante*

Enquanto se acha neste mundo, a igreja é militante, empenhada diariamente nas batalhas de seu Senhor e em campanha contra as ínstrumentalidades satânicas. Seus membros estão em constante conflito com o mundo, a carne e os poderes do mal (Rm 7:15-23; G1 5:17; IPe 5:8, 9; ljo 5:4; cf. ljo 4:4).

Se antes da segunda vinda do Senhor a igreja é militante, a igreja da Nova Jerusalém é triunfante. Ela é composta por discípulos fiéis e vitoriosos na batalha contra o mundo, na qual trocaram a espada por uma palma de vitória (Ap 7:9) e a cruz por uma coroa (2Tm 4:8; IPe 5:4). A batalha chegou ao fim; a missão foi cumprida (Mt 25:21, 23). Os redimidos, chamados à Ceia das bodas do Cordeiro (Ap 19:9), comem e bebem à mesa de Cristo no Seu reino (Lc 22:28-30), e reinam com Ele pelos séculos dos séculos (Ap 22:5).

X. Contexto Histórico

A. A *Igreja Antiga*

1. Primeiros Escritos Patrísticos

A doutrina da igreja não era uma questão importante para os primeiros critãos. Os pais da igreja não mostravam nenhuma consciência da relevância potencial da doutrina. Em seus escritos, representam geralmente a igreja como a *communio sanctorum*, a congregação dos santos, o povo escolhido de Deus. Ela é essencialmente uma sociedade espiritual, constituída de cristãos que, apesar de diferentes origens e contextos, encontram unidade em Cristo, fiéis aos ensinos dos apóstolos e que crescem em fé e santidade. Ao descrever a igreja, os escritos patrísticos se referem muitas vezes a ela como o corpo de Cristo (Inácio, c. 105), o novo Israel (Clemente de Roma, c. 95; Justino Mártir, c. 150) ou o templo do Espírito Santo (Irineu, c. 180), dentre outros, evocando um dos temas usados pelos autores do NT. Poucos foram além disso.

2. Rumo à Igreja Episcopal

Logo, porém, ocorreu uma mudança perceptível. Já no *2ª* século, a perseguição por um lado e o surgimento de heresias por outro tornaram necessário definir certas características externas pelas quais a verdadeira igreja católica (isto é, "universal") podería ser identificada. A igreja começou a ser concebida em termos de uma instituição externa, governada por bispos como sucessores diretos dos apóstolos e detentora da verdadeira tradição cristã. Embora não haja nenhuma evidência convincente de que o episcopado, com o seu ministério triplo de bispo, padre (ou presbítero) e diácono, tenha existido como forma primitiva de governo da igreja no NT, é certo que fez sua aparição por volta do 2° século, tornando-se, na época, praticamente universal. A tranquilidade com que esse sistema foi aceito nas diversas partes do Império Romano parece mostrar até que ponto a ascensão do episcopado a uma posição de liderança satisfazia a uma necessidade perceptível.

A ideia geral era a de que os bispos ocupavam o lugar dos apóstolos, a cujo ofício magisterial davam continuidade. Atribuía-se à função deles um certo *cjmrisina.* Na condição de padres *(sacerdotes),* atuavam como mediadores entre Deus e o povo. Como tal, ofereciam sacrifícios a Deus, e introduziram uma nova concepção de ministério cristão, bem como uma nova percepção da natureza e das características da igreja, com uma distinção bem assinalada entre clero e laicato.

3. A Doutrina Cipríânica da Igreja

Cipriano, bispo de Cartago de 248 a 258, estabeleceu os limites e desenvolveu pela primeira vez uma doutrina explícita da igreja episcopal. Sua eclesiologia revela todas as características de um homem versado na lei romana, legalista, lógico e prático. Mais uma vez, em face da perseguição e heresia, seus dois pontos de argumentação foram a unidade da igreja e a autoridade do bispo. Com base em Mateus 16:18, Cipriano afirmava que a igreja fora fundada sobre os bispos, os sucessores dos apóstolos. Eles eram os lordes da igreja. Eram a própria igreja, e quem se recusasse a se submeter a um bispo legítimo não pertencia à igreja.

Em conjunto, os bispos constituíam um colégio: o episcopado. Nessa condição, representavam a igreja. A unidade da igreja se encontrava na unidade dos bispos. Fora da igreja não havia possibilidade de salvação. Os hereges eram desafiados a apresentar a origem de suas igrejas, demonstrar a autoridade dos seus bispos mediante uma linhagem direta de ordenação bispo a bispo, de tal modo que o primeiro bispo tivesse como mestre predecessor um dos apóstolos.

Cipriano foi o primeiro a apresentar de maneira distinta e convincente a ideia de uma igreja católica abrangendo todos os verdadeiros ramos da igreja de Cristo, interligados por uma unidade visível e externa, O desejo de impedir o surgimento de heresias trouxe como resultado um conceito de igreja e unidade que progressivamente desfiguraria o ensino bíblico sobre a natureza e a identidade da igreja.

Outra tendência, porém, manifestou-se durante aqueles primeiros séculos. Embora a inclinação dominante no desenvolvimento da igreja fosse em direção à centralização e controle externo da igreja, os movimentos de oposição, às vezes influentes, desafiavam tal tendência ferozmente. Caracterizados como hereges, esses opositores consideraram a igreja verdadeira uma comunhão de santos. Faziam da santidade dos membros a verdadeira característica da igreja. Foi assim que nasceram o montanismo em meados do *2°* século, o novacianismo em meados do 3º século e o donatismo no início do 4º século, como uma reação à secularização gradual e ao crescente mundanismo da igreja. Eles se esforçaram de diversas formas para conservar a pureza da igreja e insistiam num estilo de vida rigoroso e na disciplina eclesiástica (ver Dons XIII.A).

4. Agostinho e a Controvérsia Donatista

A controvérsia donatista impôs um ritmo acelerado à reflexão teológica sobre a natureza e a identidade da igreja. Os donatistas eram um grupo de cristãos da África do Norte romana, para os quais a igreja constituía uma comunidade de santos, dentro da qual o pecado não tinha lugar. A questão ganhou especial importância durante a feroz perseguição movida em 303 pelo imperador Diocleciano, que ordenou a queima de livros e locais de cultos cristãos. Assim pressionados, diversos cristãos entregaram aos perseguidores romanos seus exemplares da Escritura para serem queimados. Quando a perseguição abrandou e muitos desses *traditores,* "traidores" (literalmente, "os que entregaram [as Escrituras]"), retornaram à igreja, os donatístas alegaram que os que haviam apostatado durante a perseguição precisavam ser rebatizados, e os bispos reordenados.

O movimento propriamente dito se originou na rejeição de Ceciliano como bispo de Cartago, com base na acusação de que um *traãitor* estivera envolvido na consagração dele. Na época em que Agostinho (354-430) voltou para a África, cerca de 75 anos depois, e se tornou o bispo de Hipona, a facção dissidente, fortemente apoiada pelo nacionalismo norte-africano, havia-se estabelecido como corporação cristã principal na região.

As questões teológicas levantadas diziam respeito à identidade e unidade da igreja e à validade dos sacramentos celebrados mesmo por ministros indignos. Agostinho tratou delas no contexto do legado de Cipriano e conseguiu resolver a tensão de modo a influenciar toda a teologia ocidental subsequente. A igreja é santa não devido ao caráter moral de seus membros, mas com base nas dotações que recebeu de Cristo. Essas incluem a fé dos crentes, os ensinos de Cristo, a sucessão episcopal e os sacramentos. Tem-se como certo que a igreja permaneça até o fim um "corpo misto" de santos e pecadores e que se recusa a extirpar aqueles que apostataram em face da perseguição ou por outras razões.

Semelhantemente, explicava Agostinho, os sacramentos da igreja não derivam sua validade do merecimento do ministro (padre ou bispo) que os administra. Seu verdadeiro ministro é Cristo. Nenhum ministro, por mais santo que seja, concede graça aos sacramentos que administra. A indignidade pessoal de um ministro também não compromete a validade do sacramento nem a eficácia da graça que ele comunica. Somente Deus é o Doador.

Agostinho insistia em que os donatistas não podiam reivindicar a unidade nem a catolicidade de sua igreja. Como um aspecto inevitável da vida da igreja, o pecado nunca deve ser ocasião nem justificativa para o cisma. Além disso, confinados à África do
567 ► Norte, os donatistas constituíam só uma pequena fração da catolicidade em seu sentido geográfico. As igrejas locais são igrejas verdadeiras somente na medida em que são parte da igreja universal.

Cipriano patrocinou o conceito de uma igreja universal, com autoridade e controle centralizados. Agostinho desenvolveu essa teoria em um sistema que lançou as bases para a supremacia papal na cristandade ocidental.

5. Preeminência da Sé Romana

À medida que se expandia o sistema episcopal de governo da igreja, cinco centros conquistaram estima especial, a saber, Alexandria, Antioquia, Constantinopla, Jerusalém e Roma. A rivalidade se desenvolveu entre os líderes dessas igrejas, especialmente os de Roma e Constantinopla. Pelo fim do 5º século, o bispo de Roma começou a adquirir posição e papel de preeminência. Passou a intervir na vida de igrejas distantes, a tomar partido em controvérsias teológicas, a ser consultado por outros bispos em questões doutrinárias e morais, e a enviar delegados a concílios distantes. Baseando-se na declaração de Mateus 16:18 e 19, segundo a qual teria sido concedida a Pedro a primazia sobre os outros apóstolos, como sucessores de Pedro, os bispos romanos afirmavam que essa prioridade repousava sobre sólido fundamento teológico. As igrejas orientais, que se desenvolveram no Império Romano Oriental ou Bizantino, rejeitaram a alegação, embora tenham consentido com o primado de honra e reconhecido o bispo de Roma como "primeiro entre iguais" no colégio episcopal.

B. Na *Idade Média*

1. No Ocidente: O Episcopado Monárquico

Os teólogos da Idade Média, período que vai geralmente de cerca de 500 a 1500, contribuíram pouco com o desenvolvimento da doutrina da igreja. Conforme detalhada por Cipriano e Agostinho, ela parecia bem explicada e completa.

Na área organizacional, porém, ocorreram mudanças relevantes. A própria igreja evoluiu para uma monarquia altamente unida, compactamente organizada e cada vez mais absoluta. Depois do cisma entre o Ocidente e o Oriente cristãos, tradicionalmente datado em 1054, e sob a influência de pontífices romanos da estirpe de Gregório VII (1073-1085) e Inocêncio III (1198-1216), as reivindicações de um primado de honra amadureceu para uma insistência dogmática na supremacia e no status monárquico do bispo de Roma, de acordo com os modelos de governo vigentes na época. A cristandade ocidental se tornou então católica romana, uma igreja na qual a relação do fiel com a Sé de Roma era tão preponderante que suplantava o relacionamento com o bispo local. Descartou-se não somente o conceito de igreja como a *communio sanctorum,* a assembléia dos santos, mas até mesmo a visão da igreja como uma comunhão de igrejas locais foi absorvida pela concepção de uma igreja universal sob um primado universal. O bispo de Roma passou a se identificar exclusivamente não mais como o Vigário de Pedro, título mais tradicional do pontífice romano desde o fim do 4º século, mas como o Vigário de Cristo, originalmente um título episcopal.

2. Vozes de Protesto

Não faltaram vozes de protesto, No Oriente, as igrejas ortodoxas chamaram a atenção para a inexistência de declarações específicas por parte de qualquer concilio

ecumênico. No Ocidente, Beda (m. 735); Paulo, o Diácono (m. c. 800); Hincmar, arcebispo de Reims (m, 882); Rabano Mauro (m. 856); Gerbert de Aurillac, posteriormente papa Silvestre II (m. 1003), dentre outros, reconheceram o primado de honra da Sé Romana, mas contestaram as pretensões dos papas de ignorar a autoridade dos bispos metropolitanos. Pierre dAilly (m. 1420), Jean de Gerson (m. 1429) e outros "concíliaristas" afirmavam que essa autoridade residia somente em todo o corpo de fiéis, exercido pelos concílios gerais.

A oposição aberta ao ponto de vista romano cresceu firmemente. Particularmente francos em seu protesto foram os valdenses do século 12. Outros oponentes foram clérigos como Robert Grosseteste, bispo de Lincoln (m. 1253); John de Paris (m, 1306); Meister Eckhart, frade alemão (m. 1327); Guilherme de Ockham, franciscano inglês (m. 1349); John Wycliffe, ministro e teólogo inglês (m. 1384); e John Huss (m. 1415). Os ventos da dissensão estavam soprando. O cisma que Cípriano e Agostinho haviam denunciado de maneira tão veemente ocorreu por fim no século 16. Antes de deixar para trás esses desdobramentos e sua influência sobre a doutrina cristã da igreja, trataremos brevemente da reviravolta sofrida pela mesma doutrina na parte oriental da cristandade.

3. No Oriente: Um Epíscopado Colegiado

O desenvolvimento da igreja cristã com seu sacerdócio e episcopado foi comum tanto à cristandade oriental como à ocidental. No Oriente, porém, se colocou menos ênfase na solidificação da igreja numa hierarquia completamente organizada e monárquica. O sistema sacerdotal e episcopal nunca alcançou uma autoridade externa consolidada sobre toda a igreja. Na ortodoxia oriental, as igrejas imprimiam mais ênfase à igreja local como uma comunidade eucarística em comunhão com o Cristo encarnado e â representação de Sua obra de redenção nos ricos mistérios da liturgia.

Apesar das vertiginosas diferenças de língua e cultura e da crescente diversidade em costumes eclesiásticos, existiam muitas expressões de unidade e boa vontade entre as duas "igrejas irmãs": o catolicismo ocidental e a ortodoxia oriental, Um lento processo de estranhamento levou à separação na primeira metade do 9º século e, em 1054, a um cisma definitivo entre as igrejas latina e grega, cisma que persiste até nosso tempo.

A ortodoxia oriental teve pouco desejo de desafiar o primado de honra conferido por diversos concílios à sé romana, mas resistiu firmemente às tentativas ocidentais de transformar o primado numa supremacia sobre a igreja universal. Nenhuma diocese eclesiástica tinha direito de reivindicar supremacia sobre todas as outras. Igrejas autocéfalas, resultantes da cultura de comunidades locais, têm direito como igrejas nacionais de eleger seu próprio bispo metropolitano ou patriarca e assim se autogovernar, intimamente aliadas ao estado secular. Algumas dioceses, como as de Roma, Constantinopla, Alexandria, Antioquia e Jerusalém, conforme expresso na instrução dos cânones dos primeiros concílios ecumênicos, possuíam realmente determinada autoridade sobre dioceses dentro da mesma região, mas isso era visto como uma questão de organização eclesiástica, e não de direito divino. Nenhuma possuía direito jurídico inerente sobre as outras, juntos, os bispos formavam um corpo colegiado e desfrutavam uma igualdade essencial e, num concilio geral em busca de consenso da igreja, exerciam a totalidade de sua autoridade episcopal.

C. A *Reforma*

Diversos fatores sociais, políticos, intelectuais e religiosos contribuíram para o surgimento da Reforma do século 16.

1. Lutero e a Igreja

Como padre agostiniano e professor de teologia, Martinho Lutero (1483-1546) estava convencido de que a igreja de seu tempo havia perdido de vista a doutrina cristã da graça. No centro de suas preocupações estava o ensino bíblico de que a justificação era somente pela graça mediante a fé, o que negava a necessidade da função mediatória da igreja e do sacerdócio.

Na visão de Lutero, a igreja era essencialmente a comunhão espiritual dos remidos pela graça justificadora, a antiga comunhão dos santos. Um ministro episcopal ordenado não era, portanto, o que se precisava para salvaguardar a existência da igreja, mas a fiel pregação da Palavra de Deus para a manutenção de sua identidade. Onde o evangelho puro era pregado e os sacramentos corretamente administrados havia a igreja. Era mais importante pregar o mesmo evangelho que os apóstolos do que ser membro de uma instituição que reivindicava ser historicamente derivada deles.

Daí em diante, a eclesiologia de Lutero passou a divergir cada vez mais das crenças católicas romanas tradicionais. A distinção $► estabelecida por ele entre os dois aspectos da igreja, um visível e o outro invisível, permitiu-lhe negar que a igreja seja essencialmente uma sociedade externa com uma cabeça visível. Também lhe ofereceu oportunidade de afirmar que a essência da igreja devia ser encontrada na esfera do invisível, isto é, na fé e comunhão com Gristo. A coisa mais importante para os cristãos era pertencer à igreja espiritual ou invisível. Isso implicava ser membro da igreja visível, una, santa, católica e apostólica. Também explicava a necessidade de uma sociedade eclesiástica externa compreendida como um grupo de diversos crentes batizados e guiados por um padre ou bispo autorizado pelo evangelho. Apesar disso, Lutero esperava que os príncipes cristãos dessem proteção â igreja e, em benefício da unidade cristã, exercessem autoridade dentro da igreja em assuntos sociais e eclesiásticos. Gomo resultado, a maior parte da autoridade do papa e dos bispos passaria aos príncipes cristãos. Os pontos de vista de Lutero sobre a igreja foram incorporados em seus dois *Catecismos*, na *Confissão de Augsburg* (1530), nos *Artigos de Schmalkalden* (1537) e na *Fórmula de Concórdia* (1537), tudo reunido no *Livro de Concórdia* (1580). Essas obras se tornaram as principais normas da maioria das igrejas luteranas.

2. Calvino e a Igreja

Durante a década de 1520, Lutero, Melanchthon e outros reformadores compartilhavam a crença de que reunir uma Igreja Católica Reformada seria apenas uma questão de tempo. Nos anos 1540 e 1550, quando faliram todas as esperanças de se chegar a um acordo, uma segunda geração de teólogos "protestantes" procurou compre ender a natureza e identidade distintiva da igreja. João Calvino (1509-1564) se destacou como um dos mais preeminentes.

Embora seu conceito de igreja corresponda fundamentalmente ao de Lutero, a percepção de Calvino de que a separação do corpo principal da Igreja Católica Romana devia ser definitiva fez com que ele desenvolvesse uma eclesiologia mais coerente e sistemática, Alguns aspectos estão diretamente relacionados com o propósito deste artigo.

Embora reconhecesse a possibilidade de encontrar ainda na Igreja Católica Romana alguns traços da igreja verdadeira, Calvino achava necessário, com base bíblica, romper com ela, A Palavra de Deus "puramente pregada e ouvida" e os *sacramentos* "administrados de acordo com a instituição de Cristo" eram, para o reformador francês, as marcas distintivas da igreja. Essa definição resumida de igreja, porém, assumiu um novo significado. Galvino incluiu nela uma forma

específica de estrutura e-administração eclesiástica, desenvolvendo uma detalhada teoria do governo de igreja com base em seu estudo do NT, referida geral mente como "reformada" ou "presbiteriana" Essa forma de governo de igreja reconhece que a autoridade da igreja é conferida a seus membros. A liderança deriva sua autoridade e responsabilidade do grupo, enquanto as responsabilidades executivas são delegadas aos órgãos representativos e aos ministros.

Dotada por Cristo do poder e dos dons necessários, a igreja exerce autoridade em questões espirituais, como a preservação da Palavra, a composição das confissões de fé e o exercício da disciplina, O poder espiritual da igreja deve ser diferenciado do poder temporal. Nesse último, magistrados cristãos, que exercem sua vocação cristã, têm. como incumbência defender a sã doutrina e a posição doutrinária da igreja, promover a paz geral e impedir que surjam ofensas públicas contra a religião e se espalhem entre o povo. Somente quando ordenarem coisas contra Deus é que os governantes devem ser desobedecidos. Calvino insistia numa íntima união entre Igreja e Estado, similar até certo ponto ao ensino católico romano. Ao contrário de Lutero, porém, defendia uma política mais teocrática que sujeitava o Estado à Igreja. Os pontos de vista de Calvino sobre a igreja encontraram seu desenvolvimento mais sistemático em suas *Institutos da Religião Cristã* (4.1-20) e sua expressão mais estrita na *Segunda Confissão Helvética*, de 1566. Ambas foram adotadas pela maior ► parte das igrejas reformadas.

3. A Restauração Radical

Quase desde o princípio, e para consternação dos reformadores protestantes magisteriais que os perseguiram, grupos "radicais" ou "separatistas" de devotados cristãos propunham absoluta separação da sociedade secular e das igrejas oficiais do Estado. Para eles, a igreja era somente de crentes, caracterizada por espiritualidade e santidade. Como um grupo guiado pelo Espírito, tinha o dever de levar adiante o reavivamento iniciado pelos reformadores magisteriais, embora suspeitos de conservar muitas doutrinas da fé católica romana. Havia mais necessidade de uma igreja verdadeira mente *restaurada* do que apenas *reformada.* Isso significa uma "igreja verdadeira", reunida e disciplinada segundo o modelo apostólico, sem concessões.

Nesse sentido, o verdadeiro problema entre Lutero e os anabatistas (nome aplicado a eles por seus oponentes) não foi tanto a questão do batismo quanto as concepções mutuamente excludentes da igreja. A eclesiologia separatista exigia separação do mundo descrente e do Estado, uma visão bastante diferente da esposada pelos reformadores magisteriais, que viam a Igreja e o Estado como coisas praticamente coextensivas e achavam que todos os cidadãos de um território deviam ser membros da igreja oficial do Estado. Para os reformadores radicais, as igrejas eram corporações locais, reunidas segundo o princípio de uma fé livre e responsável e de uma vida regenerada, sem regra, disciplina ou hierarquia externa ao grupo local, tendo o dever de prestar contas de seu governo apenas a Cristo. Esses grupos separatistas eram muitos e variados. Incluíam os huteritas da Morávia, os menonitas da Holanda e muitos outros grupos menores. Atribuía-se muitas vezes a todo o movimento a designação abrangente e genérica de anabatistas, embora nem todos adotassem a prática de rebatizar seus conversos.

4. O Anglicanismo e a Igreja

Em contraste com outros movimentos reformatórios do século 16, a Reforma na Inglaterra começou não com um líder eclesiástico dominante, mas com o rei Henrique VIII (1491-1547), desafeto político do papa.

Continuou como um sistema religioso de doutrinas e práticas mantidas por cristãos em comunhão com a diocese da Cantuária, tanto na Inglaterra como fora dela. Desde o começo, o anglicanismo insistia em que sua doutrina era ao mesmo tempo católica e reformada. Junto com os reformadores, essa religião defende o conceito da essencialidade da igreja invisível contra a alegação católica romana de uma igreja visível e hierárquica centralizada no papa. Continua, porém, a enfatizar a igreja visível e o ministério triplo de bispo, padre e diácono em continuidade com a igreja medieval.

Dentro do anglicanismo, os "puritanos", insatisfeitos com as tentativas indecisas de reforma, procuraram outra forma de "purificar" a Igreja Anglicana ao estilo dos ensinos de Calvino. Alguns dentre eles passaram a defender o congregacionalismo e a completa separação entre igreja e estado. Exigiam membros regenerados e assembléias autossuficientes de crentes independentes de toda coação externa.

D. *Os Séctdos 18 e 19*

1. A Era da Razão e a Igreja

Com sua desconfiança de toda autoridade e tradição, e sua crença de que a verdade pode ser alcançada somente por meio da razão e do experimento, o Iluminismo afetou significativamente a doutrina cristã da igreja. Os racionalistas desse período —séculos 17 e 18 - foram principalmente os deístas. Opondo-se à revelação e à sobrenaturalidade, eles afirmavam que a responsabilidade dos seres humanos era discernir as leis promulgadas por Deus na criação e viver por elas. Embora não se tenha publicado durante esse período nenhum tratado notável sobre a igreja, e embora as eclesiologias apresentadas no tempo da Reforma tenham continuado normativas para católicos, luteranos, reformados, anglicanos e congregacionalistas, algumas idéias novas sugeridas pelo espírito da época se de-« monstraram bastante influentes.

Para John Locke (1632-1704), que realmente acreditava na autorrevelação de Deus nas Escrituras, a igreja era principalmente uma sociedade ética, uma instituição estabelecida para melhoramento dos padrões morais. Ele também defendia a tolerância mútua para com as convicções religiosas privadas e promovia a ideia de que as corporações cristãs separadas eram todas mais ou menos categorias naturais da cristandade. Um espírito de tolerância ganhou terreno, e a preocupação tradicional com a unidade do corpo de Cristo passou para o segundo plano.

Visto que o intelecto estava em ascendência na segunda metade do século 17, teólogos luteranos, reformados e católicos romanos escreveram longos e complexos tratados dogmáticos pretendendo fortalecer suas posições. Em reação ao formalismo e à estéril teologia escolástica, os movimentos religiosos mais importantes do período realçaram a importância da conversão individual, da vida devocional fervorosa e da disciplina puritana. Dentre esses movimentos, os mais influentes foram o pietismo, que floresceu na Alemanha; o metodismo, promovido pioneiristicamente na Inglaterra por John e Charles Wesley; e o jansenismo dentro do catolicismo romano. Cada um desses movimentos acabou depois se tornando uma nova igreja. No fim do século 18 e início do século 19, o romantismo, movimento literário e artístico, restabeleceu o sentimento e a subjetividade, produzindo assim uma disposição religiosa em reação ao racionalismo vigente na época.

2. Friedrích Schleiermacher

Na esteira do movimento romântico, segundo o qual a religião se baseava na intuição e no sentimento, Friedrich Schleiermacher (1768-1834), muitas vezes descrito como o pai do protestantismo moderno, tentou reconquistar as classes educadas para a religião

cristã. Para ele, a religião era o sentimento e o sabor do infinito, um senso de total dependência de Deus, independente de todos os dogmas. Embora pareça pouco provável que uma doutrina da igreja tenha algum espaço no contexto desse vigoroso individualismo, Schleiermacher, em suas obras principais, intituladas *On Religion: Speeches to Its Cultural Despisers* (1799) e *The Christian Faith* (1821-1822), dedicou bastante atenção à igreja.

A maneira como ele tratou da natureza e identidade da igreja vinha não tanto de fontes bíblicas ou dogmáticas, mas da ética, da filosofia da religião e da apologética. A igreja, afirmava ele, é uma associação dos que compartilham a mesma espécie de sentimento religioso, inclui todas as confissões cuja consciência religiosa sente a necessidade de redenção. Essa redenção é disponibilizada por Jesus Cristo, que constrange Seus discípulos a uma nova vida corporativa. Dentro desse companheirismo de crentes é preciso fazer uma distinção entre igreja visível e invisível, embora Schleiermacher prefira usar a antítese de um companheirismo exterior e interior. Cada um é parte da igreja, mas num sentido diferente. Os que vivem num estado da santificação pertencem à comunhão interior. À comunhão exterior pertencem aqueles nos quais a graça preparatória para reconhecer a Cristo está em operação. Essa visão da origem e da natureza da igreja está estreitamente relacionada com a doutrina da eleição e com a convicção de que não há comunhão viva com Cristo à parte da obra interior do Espírito. Toda nação, mais cedo ou mais tarde, irá a Cristo, ponto de vista que Schleiermacher considerava essencial à fé cristã.

3. Albrecht Ritschl

Igual mente influente, Albrecht Ritschl (1822-1889) reagiu ao subjetivismo de Schleiermacher e ao idealismo filosófico de Hegel. Encontrou o fundamento da teologia cristã na revelação de Deus em Jesus Cristo. A começar com *os fatos* da vida de Cristo, a teologia ritschliana é mais prática do que especulativa, interessada mais na vontade do que nos sentimentos humanos. Daí sua vigorosa ênfase ética nas implicações tanto pessoais como sociais.

Ritschl enfatiza repetidas vezes a necessidade da igreja e de ser membro dela. A igreja é o lugar onde homens e mulheres se familiarizam com a redenção oferecida em Jesus Cristo e dela se apropriam. A característica essencial dessa comunidade é sua aceitação dos ensinos morais de Cristo. A igreja é a comunhão dos crentes. Sua unidade está intimamente associada com a genuína pregação do evangelho e com a genuína administração dos sacramentos. Organizada para a conduta de adoração, a comunidade cristã é a igreja; empenhada na ação comum inspirada pelo amor, é o reino de Deus. Embora relacionados, os dois aspectos não se confundem. Muito de acordo com o otimismo predominante na época, esse conceito do reino de Deus como desenvolvimento ético gradual da humanidade guardava pouca semelhança com o reino de Deus apresentado no NT.

572

4. Eclesiologia Católica Romana

A eclesiologia católica romana não foi afetada pelos desafios intelectuais do Iluminismo. O surgimento do nacionalismo dentro da igreja (galicanismo, josefismo, febronianismo) e o novo liberalismo teológico do século 19 incutiram nos teólogos e canonistas oficiais a tendência permanente de reafirmar as prerrogativas papais. O primeiro Concilio do Vaticano (1869-1870) assinalou o auge desse desenvolvimento. Concedeu ao papa poder pleno e supremo sobre toda a Igreja Católica Romana em questões de fé e moral, bem como no tocante à disciplina e ao governo da igreja.

E. O *Século* 20

Os pontos de vista do século 20 sobre a natureza e identidade da igreja apresentam

um padrão mais diversificado do que o da Reforma. Selecionamos algumas figuras ou movimentos representativos, para fornecer um quadro geral do panorama contemporâneo.

I. Liberalismo Protestante

A teologia de Ritschl e sua ênfase ética se demonstraram especialmente influentes no último quarto do século 19 e na primeira metade do século 20, tanto na Europa como nos Estados Unidos, e em particular sobre os protestantes liberais. Arraigada na crítica histórica das Escrituras e em débito para com a concepção schleiermacheriana da religião como um sentimento de completa dependência de Deus e para com a abordagem ética de Ritschl, a ênfase dos teólogos protestantes liberais sobre o evangelho social exerceu profunda influência na concepção deles de igreja. Na melhor das hipóteses, as igrejas eram organizações simplesmente humanas de pessoas reunidas em torno de seus interesses religiosos e éticos comuns, direcionadas para a tarefa de expandir o "evangelho social", que abriría caminho para o reino vindouro. Credo e dogmas eclesiásticos eram uma questão de opinião privada e muitas vezes um obstáculo à transformação radical da sociedade.

Insatisfeita com a condição das igrejas liberais e provocada pelo ímpeto ecumênico rumo à unidade durante o intervalo entre as duas guerras mundiais, uma nova geração de teólogos liberais, frequentemente rotulados de "neoliberais", começou a abrir espaço para a igreja, insistindo numa distinção entre a igreja espiritual e a igreja organizada. Para eles, existia uma igreja acima das ramificações denominacionais. Ela não era apenas mais uma fraternidade social, mas uma instituição divina fundada por Deus, a comunhão espiritual de todos os cristãos comprometidos com o reino de Deus. Podia até exigir alguma organização estrutural inevitável.

2. A Eclesíologia de Karl Barth

Na teologia de Karl Barth — com sua rejeição de toda teologia natural e de toda religião fundada na experiência e com seu esforço para retornar aos princípios básicos da Reforma —, a doutrina da igreja é mais central do que na teologia de muitos dos seus contemporâneos. Sua linguagem pode nem sempre ter sido tão clara quanto se desejava, e sua doutrina da igreja pode ter evoluído, Apesar disso, Barth procurou persistentemente articular seus pontos de vista sobre a natureza e identidade da igreja. No quarto volume de sua obra *Church Dogmatics*, Barth dá a essas questões o mais completo tratamento.

A igreja não é uma instituição humana, mas um ato divino, um fato, uma nova e contínua obra criativa de Deus. Nem é invisível, pois aplicar a ideia de invisibilidade à igreja seria desvalorizá-la. A igreja é uma só e, ao procurar ser uma única igreja, as igrejas divididas devem renunciar à pretensão de ser igreja única. Embora falhando, errando constantemente e caindo, a igreja é santa, mas somente na condição de corpo de Cristo. Ela também é católica, na medida em que, em cada época, é fiel à sua essência e procura por constante reforma. Isso também explica a apostolicidade da igreja, ou seja, o fato de que ela se submete à autoridade e instrução normativa dos apóstolos, em conformidade com eles e com a mensagem que pregaram. Isso a distingue da igreja falsa.

A igreja, que existe para Deus, também existe para o mundo. Esse duplo ministério exige não só a proclamação do evangelho, mas também a sua aplicação à situação de tempo e lugar daqueles a quem se destina. São múltiplas as formas desse duplo ministério, mas cada forma depende de toda a comunidade cristã. Rejeitam-se todas as distinções entre clero e Iaicato, ocupantes de cargos e outros. Ninguém tem um cargo, mas ninguém está desocupado.

3. A Eclesiologia de Hans Küng

Em duas de suas principais obras, *Structures ofthe Church* (1963) e *The Church* (1967), Hans Küng (1928-), o mais conhecido e mais controverso eclesiólogo católico romano do século 20, constrói uma eclesiologia baseada sobretudo nas informações bíblicas e no emprego da história da igreja. Quando trata da origem da igreja, das ordenanças, da sucessão apostólica, da igreja local e universal e do ofício papal, Küng emprega a história da igreja e a evidência do NT, não só para apoiar o ensino oficial atual, mas também para sugerir possibilidades alternativas. A linha divisória entre os católicos romanos e os protestantes é, em suas obras, menos incisiva do que no pensamento tradicional. Sua contribuição mais importante para a discussão de questões concernentes à natureza e identidade da igreja pode bem residir nas questões perspicazes que ele levantou diante de suas dificuldades com o Vaticano em 1979, que resultaram no cancelamento de sua licença para ensinar a teologia católica romana.

F. *Tendências Atuais*

1. O Movimento Ecumênico

Mais recentemente, a doutrina da igreja ganhou destaque com o surgimento e desenvolvimento do ecumenismo moderno. Visto que a preocupação principal do movimento ecumênico é o relacionamento das igrejas umas com as outras, as questões relacionadas à natureza e identidade da igreja não podem ser ignoradas.

Fundado em 1948, como resultado da Assembléia Missionária de 1910 em Edinburgh, o Concilio Mundial de Igrejas (WCC, em inglês) tem procurado promover a comunhão visível de todos os cristãos. Essa comunhão tem como base um só batismo, a confissão da fé apostólica e a celebração comum da Ceia do Senhor em um ministério mutuamente reconhecido. Todas são questões relacionadas com a doutrina cristã da igreja. Embora destituído ele mesmo de qualquer eclesiologia definida, o WCC tem alimentado um senso de comunhão entre muitas igrejas que, embora longe de completa, é considerada por muitos fator relevante para a história da igreja no século 20. Essa convergência encontrou expressão no documento de Fé e Ordem votado em 1982: *Ba-ptism, Eucharist and Ministry*.

Algumas igrejas, muitas vezes em virtude de sua preocupação com a verdade escriturística, não hesitam em expressar seus temores e reservas a respeito de diversas questões ecumênicas, particularmente no tocante ao governo da igreja, a forma e função do ministério, o fantasma da superigreja e a omissão do movimento ecumênico na área da missão mundial.

2. O Ecumenismo Católico Romano

Embora se opusesse a princípio aos objetivos expressos pelo WCC, a Igreja Católica Romana optou pela ampla cooperação. O Concilio Vaticano II (1962-1965), que, no tocante ao governo da igreja, via o papado em termos cada vez mais coletivos e colegiais, explicitamente expressou seu desejo de congregar todas as igrejas cristãs. Também reconheceu a existência das "igrejas irmãs" na ortodoxia oriental e a presença de "dimensões eclesiais" nas outras. Desde então, ela tem se engajado em conversações bilaterais com outras igrejas, ao mesmo tempo em que promove sua relação com o WCC. Ainda assim, a encíclica *Ut unam sint* (1995), de João Paulo II, onde se faz renovado apelo pela unidade cristã, pouco fez para quebrar o impasse e a incerteza quanto ao futuro do movimento ecumênico.

3. Orientação Pós-Moderna

Adais recentemente, o pós-modernismo fez pensadores de todas as orientações

teológicas imergirem no que parece uma crise de identidade. Ao questionar as suposições centrais da epistemologia iluminista, a mentalidade pós-moderna já não confia que a humanidade seja capaz de, pelo objetivo uso da razão, demonstrar a exatidão essencial de doutrinas filosóficas, científicas e religiosas. Ela se recusa a limitar a verdade às suas dimensões racionais, destronando assim o intelecto humano como o árbitro da verdade. Não somente existem outros caminhos válidos para se alcançar o conhecimento e a verdade, mas pelo fato de não ser universal e atemporal, a verdade é essencialmente relativa à comunidade na qual as pessoas estão inseridas.

Essa importante transição de pensamento tem enorme significado para a forma como alguém concebe a igreja, principalmente no tocante à sua natureza e identidade. Também propõe um solene desafio à igreja em sua missão. Constituirá tarefa da geração emergente refletir sobre as implicações dessa mudança fenomenal para a doutrina bíblica da igreja e para a apresentação da fé cristã entre interpretações conflitantes da realidade.

G. Os *Adventistas do Sétimo Dia*

Desde o princípio, imediatamente após o desapontamento de 1844 (ver Adventistas I.D), os adventistas do sétimo dia (o nome só foi adotado anos depois) têm sustentado que as três mensagens angélicas de Apocalipse 14:6-12, junto com a proclamação de Apocalipse 18:1-4, constituem a última mensagem divina de graça antes da volta de Cristo em poder e glória. Creem que seu movimento seja o único a apresentar as condições especificadas nesses versos e em Apocalipse 12:17, Apesar disso, repudiam enfaticamente a ideia de que somente eles pertençam ao número dos filhos de Deus. Para os adventistas, todos quantos adoram a Deus segundo o que entendem ser a Sua vontade pertencem a Ele e são membros potenciais do último remanescente. Não obstante, a eles foi confiada a tarefa de chamar homens e mulheres de toda parte para adorarem ao Criador, em vista da proximidade da hora do juízo, e advertir contra ceder à grande apostasia escatológica predita em Apocalipse 13 (ver Remanescente/Três Anjos). Os adventistas continuam a manter esses pontos de vista.

Embora unido por diversas doutrinas, o "pequeno rebanho", na verdade um remanescente dos antigos mileritas (ver Adventistas I.D), permanecia suspeitoso com relação a toda e qualquer doutrina da igreja. Para eles, qualquer eclesiologia representava um retorno à sua antiga condição babilônica. Na década de 1850, porém, o número de crentes do advento começou a se multiplicar e a se espalhar cada vez mais. A despeito da firme oposição por parte de alguns, obteve sucesso o apelo de Tiago White para evitar confusão, buscar unidade de fé e ação e construir o movimento do advento sobre os princípios da organização da igreja encontrada no NT, tudo em benefício de uma expansão mais eficiente. Começava a surgir lentamente uma doutrina da igreja.

Com a organização das sete associações de igrejas estaduais em 1861 e 1862, e com a criação de uma Associação Geral em 1863, cerca de 20 anos após o desapontamento, lançaram-se os fundamentos de uma doutrina da igreja e se delineou um padrão de organização eclesiástica. O excepcional senso de missão comunicado pela urgência das "três mensagens angélicas" havia contribuído grandemente para a fundação da Igreja Adventista do Sétimo Dia, nome adotado em 1860.

Desde então, a igreja tem sido compreendida em suas dimensões locais e universais. *Si As características tradicionais de uma igreja una, santa, católica (universal) e apostólica, os adventistas acrescentaram: obediente a todos os mandamentos de Deus e dotada com o dom de profecia. Organizado para o

serviço missionário, um grupo de igrejas locais forma uma associação ou missão; e um grupo dessas unidades forma uma união. As uniões, mundialmente agrupadas em divisões, formam a Associação Geral, O padrão é similar ao modelo presbiteriano ou forma representativa de governo de igreja, só que numa escala mundial.

A semelhança dos anabatistas, os adventistas do sétimo dia mantêm uma posição equidistante do protestantismo magisterial (luteranos, reformados e anglicanos) e do catolicismo romano. Promovem a autoridade da Escritura, o batismo do crente, a separação entre Igreja e Estado, a liberdade religiosa, profundo interesse na grande comissão e a convicção de que a igreja, edificada o mais próximo possível do padrão do NT, transcende fronteiras nacionais e culturas locais. Para eles, a igreja, independente do que mais possa ser, é uma comunidade de crentes batizados e arraigados nas Escrituras, com interesses missionários sem restrições de limites territoriais.

XI. Comentários de Ellen G. White

Desde o princípio, Ellen G. White esteve profundamente envolvida com os progressos doutrinários e organizacionais do movimento adventista. Na qualidade de mensageira inspirada, ela desempenhou papel-chave na crescente compreensão adventista da doutrina da igreja. Sempre deixou claro que a Igreja Adventista do Sétimo Dia era a igreja de Deus no tempo do fim e demonstrou amplo interesse em seu desenvolvimento, organização e unidade. Dadas as limitações de espaço, as páginas a seguir tratarão essencialmente desses aspectos específicos da eclesiologia adventista.

Não havia dúvida na mente de Ellen White a respeito da existência e realidade da igreja de Deus. “O Senhor", escreve ela, "tem um povo, um povo escolhido - a Sua Igreja — para ser Sua propriedade, Sua própria fortaleza, que Ele mantém num mundo contaminado pelo pecado, e rebelde” (TM, 16). Comentou ainda que Deus “tem um povo distinto, uma igreja na Terra, inferior a nenhuma outra, mas a todas superior em seus recursos para ensinar a verdade, para vindicar a lei de Deus. Tem Deus agentes divinamente designados — homens a quem Ele está guiando, que suportaram o calor e a fadiga do dia, que cooperam com os instrumentos celestiais para promover o reino de Cristo em nosso mundo” (ibid., 58).

A igreja é “um conduto de luz, e por intermédio dela Deus comunica Seus desígnios e Sua vontade” (AA, 163). “Coisa alguma neste mundo é tão cara a Deus como Sua igreja” (ME2, 397), que, “após a partida de Cristo, O devia representar na Terra” (DTN, 291).

A, A *Igreja: na Terra e no Céu*

“Almas fiéis constituíram desde o princípio a igreja sobre a Terra. Em cada era teve o Senhor Seus vigias que deram fiel testemunho à geração em que viveram. [...] Deus pôs essas testemunhas em relação de concerto com Ele próprio, unindo a igreja da Terra à do Géu, Enviou Seus anjos para cuidar de Sua igreja e as portas do inferno não puderam prevalecer contra Seu povo" (AA, 11).

“A igreja de Deus na Terra é solidária com a do Céu. Os crentes na Terra e os seres celestiais que não pecaram constituem uma só igreja" (TS3, 32).

B. Cristo e a Igreja: Um Intimo Rela cionamento

A igreja de Deus está construída sobre uma rocha, “A Rocha é Ele [Cristo] próprio — Seu próprio corpo, quebrantado e ferido por nós. Contra a igreja edificada sobre esse

fundamento, não prevalecerão as portas do inferno" (DTN, 413). "Ele é a cabeça, e a igreja, o corpo" (Ed, 268). Como "a cabeça da igreja e o Salvador do corpo místico" (LA, 215; Carta 18b, 1891), Cristo "superintende Sua obra através da instrumentalidade de homens ordenados por Deus para agir como Seus representantes" (AA, 360).

"Muito íntima e sagrada é a relação entre Cristo e Sua igreja: Ele é o noivo e a igreja, a noiva" (Ed, 268). "Nas Escrituras, o caráter sagrado e permanente da relação entre Cristo e Sua igreja é representado pela união matrimonial" (GC, 381).

C. *Há Joio entre o Trigo*

Embora seja o corpo de Cristo, "a igreja é composta de homens e mulheres imperfeitos e falíveis, que requerem o contínuo exercício da caridade e da tolerância" (T5, 104). "[Deus] tem uma igreja, mas esta é a igreja militante, e não a igreja triunfante. Entristecemo-nos de que haja membros defeituosos, de que haja joio no meio do trigo" (TM, 45).

"Algumas pessoas parecem pensar que ao entrar na igreja lhes serão cumpridas as expectativas, e só encontrarão os que são puros e perfeitos. São zelosas na fé e, ao verem faltas nos membros da igreja, dizem: Abandonamos o mundo para não nos associarmos com pessoas de mau caráter, mas aqui também está o mal'; e perguntam, como os servos da parábola: 'Donde vem, pois, o joio?' (Mt 13:27). Mas não precisamos ficar assim desapontados, pois o Senhor não nos autorizou a chegar à conclusão de que a igreja é perfeita; e todo o nosso zelo não terá êxito em tornar a igreja militante tão pura como a igreja triunfante" (TM, 47).

E contudo, "fraca e defeituosa como possa parecer, a igreja é o único objeto sobre o qual Deus concede em sentido especial Sua suprema atenção. É o cenário de Sua graça, na qual Se deleita em revelar Seu poder de transformar corações" (AA, 12).

D. *Agente Designado por Deus para a Salvação de Pecadores*

Como "depositária das riquezas da graça de Cristo" (AA, 9), a igreja é "o agente designado por Deus para a salvação dos homens. Sua missão é levar o evangelho ao mundo. E essa obrigação repousa sobre todos os cristãos. Cada um, na medida de seus talentos e oportunidades, deve cumprir a comissão do Salvador. O amor de Cristo, revelado a nós, torna-nos devedores a todos os que não O conhecem. Deus nos outorgou luz, não para nosso proveito exclusivo, mas para que a derramássemos sobre eles" (CC, 81).

Deus, realmente, escolheu contar com a igreja para levar avante Sua obra de salvação. Daí batizá-la com o poder do Espírito e dotá-la de todo dom da graça necessários para triunfar sobre todo obstáculo (cf. T6, 432), Para capacitá-la a realizar essa tarefa, "o Espírito Santo tinha que descer sobre os que amam a Cristo. Ao fazer isto, eles seriam qualificados na e por meio da glorificação de sua cabeça para receber cada dotação necessária para o cumprimento de sua missão" (ML, 47). Nos tempos apostólicos, "a igreja revelava o espírito de Cristo e parecia bela em sua simplicidade. Seu adorno eram os santos princípios e a vida exemplar de seus membros. Multidões eram ganhas para Cristo, não através de pompa ou erudição, mas pelo poder de Deus que acompanhava a pregação da palavra" (T5, 166).

Numa descrição de rara beleza e poder, inspirada numa das revelações de Ezequiel, EUen White descreve a intenção de Deus para a igreja: "Maravilhosa é a obra que o Senhor Se propõe a realizar por intermédio de Sua igreja, a fim de que Seu nome seja glorificado. Um quadro dessa obra é dado na visão que teve Ezequiel do rio de águas purificadoras: 'Estas águas saem para a região oriental, e descem à campina, e entram no mar; e, sendo levadas ao mar, sararão as águas.

E será que toda a criatura vivente que vier por onde quer que entrarem estes dois ribeiros, viverá/ 'E junto do ribeiro, à sua margem, de uma e de outra banda, subirá toda a sorte de árvore que dá fruto para se comer: não cairá a sua folha, nem perecerá o seu fruto: nos seus meses produzirá novos fru-
577 ► tos, porque as suas águas saem do santuário; e o seu fruto servirá de alimento e a sua folha de remédio' (Ez 47:8, 9, 12)" (AA, 13).

E. Ordem Evangélica na Igreja Primitiva

Sob a liderança dos apóstolos, a obra confiada à igreja se desenvolveu rapidamente. Tornou-se necessário distribuir as responsabilidades que, em grande parte, tinham sido assumidas pelos apóstolos. Sete homens foram escolhidos pela igreja de Jerusalém, os quais foram separados pelos apóstolos, constituindo esse "um importante passo para a organização evangélica na igreja", explica Ellen White (ibid., 89). Logo depois, "como importante fator no crescimento espiritual dos novos conversos, os apóstolos tiveram o cuidado de cercá-los com a salvaguarda da ordem evangélica. As igrejas eram devidamente organizadas em todos os lugares da Licaônia e da Pisídia onde houvesse crentes. Eram indicados oficiais para cada igreja, e ordem e sistema próprios eram estabelecidos para que se conduzissem todas as atividades pertinentes ao bem-estar espiritual dos crentes. Isso estava em harmonia com o plano evangélico de unir num só corpo todos os crentes em Cristo, e esse plano devia Paulo seguir cuidadosamente através de seu ministério" (ibid., 185).

Assim, "a organização da igreja foi aperfeiçoada", explica nossa autora, "de modo que a ação harmoniosa e a ordem pudessem ser mantidas" (ibid., 91, 92). "E agora", ela escreve, "nestes últimos dias, enquanto Deus está trazendo Seus filhos para a unidade da fé, há mais necessidade de ordem que antes; porque, enquanto Deus une Seus filhos, Satanás e os anjos maus estão muito ocupados em impedir essa unidade e em destruí-la" (PE, 97).

F. *Uma Forma de Organização Julgada Indispensável*

Num extenso capítulo escrito cerca de 40 anos após o desenvolvimento organizacional (TM, 24-32), Ellen White refletiu sobre as diversas experiências que considerava intimamente relacionadas com o crescimento da causa adventista. Dificuldades tiveram que ser enfrentadas e males corrigidos: "Reduzido era o nosso número. [...] As ovelhas estavam esparsas pelas estradas e caminhos, nas cidades, aldeias e matas" (ibid., 24), Um punhado de fiéis dedicados e entusiásticos gastaram horas esquadrinhando as Escrituras em busca da verdade e orando "para que fôssemos um na fé e doutrina; pois sabíamos que Cristo não está dividido" (ibid.). À medida que crescia seu número, "tornou-se evidente que, sem alguma forma de organização, haveria grande confusão, e a obra não seria levada avante com êxito. A organização era indispensável para prover a manutenção dos pastores, para levar a obra a novos campos, para proteger dos membros indignos tanto as igrejas como os pastores, para a conservação das propriedades da igreja, para a publicação da verdade pela imprensa, e para muitos outros fins" (ibid., 26).

Embora sob forte oposição, que precisou ser enfrentada repetidas vezes, prevalecia a convicção de que "a organização era essencial" (ibid.), "e uma evidente prosperidade acompanhou esse movimento progressista" (ibid., 27). "Deus nos tem abençoado os esforços unidos", e "a semente de mostarda cresceu até se tornar uma grande árvore", conclui ela (ibid.).

Havia uma insistência em evitar confusão e ver "a obra [...] realizada com sucesso". Em outras palavras, uma preocupação teológica

subjacente, isto é, a necessidade de proclamar o evangelho de Cristo até os confins do mundo antes do breve retorno do Senhor demandava que se desse consideração a alguma forma de governo eclesiástico.

Qualquer organização eclesiástica deve estar em harmonia com o testemunho da Escritura. Relembrando a experiência dos primeiros cristãos, Ellen White comentou:

"A organização da igreja em Jerusalém deveria servir como modelo para a organização de igrejas em todos os outros lugares em que mensageiros da verdade conquistassem conversos ao evangelho. Aqueles a quem fora entregue a responsabilidade da administração geral da igreja não deveríam assenhorear-se da herança de Deus, mas, como sábios pastores, apascentar o rebanho de Deus', 'servindo de exemplo ao rebanho' (lPe 5:2, 3); e os diáconos deveríam
578 ► ser Varões de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria' (At 6:3). Esses homens deveríam, unidos, defender o direito e mantê-lo com firmeza e decisão; assim teriam sobre o rebanho todo uma influência para a união" (AA, 91).

G. A *Necessidade de Ação Unida*

Alguns enfatizavam os perigos envolvidos nesses esforços para "estabelecer ordem" e insistiam em escolher seu próprio curso independente. Eles chegaram a "crer que a ordem e a disciplina eram inimigas da espiritualidade", que "todos os esforços feitos para se estabelecer a ordem são [...] uma restrição da legítima liberdade", devendo ser "temidos como prática papista" (Tl, 650).

A esses respondeu Ellen White que "Deus fez de Sua igreja na Terra um conduto de luz, e por intermédio dela comunica Seus desígnios e Sua vontade. Ele não dá a um de Seus servos uma experiência independente da experiência da própria igreja ou a ela contrária. Nem dá a um homem um conhecimento de Sua vontade para toda a igreja enquanto esta — o corpo de Cristo — é deixada em trevas" (OE, 443).

Isso, afirmou ela, é verdade para todo crente, e se aplica mesmo aos apóstolos e profetas, conforme ficou evidenciado no caso de Paulo. Embora Cristo tenha escolhido preparar os apóstolos para a mais importante tarefa e, na estrada de Damasco, tenha manifestado a ele Sua presença, Ele mesmo não ensinou a Paulo as lições da verdade. "Cristo Se revela a ele", escreveu ela, "e depois o coloca em comunicação com Sua igreja, que é a luz do mundo. Eles é que devem instruir esse orador culto e popular na religião cristã" (T3, 433). Ao dirigir Saulo de Tarso para a igreja, Cristo reconhecia "o poder com que a investiu como conduto de luz ao mundo" (ibid.).

H. *Lição Extraída do Concilio de Jerusalém*

Anos depois, quando os crentes judaizantes introduziram na igreja de Antioquia a questão da circuncisão, "Paulo conhecia o pensamento do Espírito de Deus com respeito a tal ensino" (AA, 200). "Tinha sido ensinado por Deus com respeito a impor encargos desnecessários aos cristãos gentios" (ibid.). Para descobrir a vontade de Deus, precisava ele comparecer a uma reunião que trataria da questão em Jerusalém? "Não obstante o fato de haver sido Paulo ensinado pessoalmente por Deus, não mantinha ele idéias extremadas de responsabilidade individual. Embora buscando de Deus a guia direta, estava sempre pronto a reconhecer a autoridade contida no corpo de crentes unidos em comunhão de igreja" (ibid.) Eis aqui um interessantíssimo critério na compreensão do apóstolo e da igreja primitiva sobre a importância da ação unida no serviço de Deus.

Não menos importante é a observação de Ellen White de que a conclusão a que chegou Jerusalém naquela ocasião foi enviada para "pôr fim a toda controvérsia; porque era a voz da mais alta autoridade sobre a Terra"

(AA, 196), Foi-lhe mostrado também que “o juízo de nenhum homem deve ser submetido ao juízo de outro homem. Mas quando o juízo da Associação Geral [reunida em assembléia], que constitui a mais elevada autoridade estabelecida por Deus sobre a Terra, é exercido, a independência particular e o juízo individual não devem ser mantidos, mas submetidos” (TB, 492).

J. C*tlidado com o Espirito de Domínio*

Enquanto insistia para que a igreja “agisse de maneira judiciosa e sensata, em harmonia com o juízo de conselheiros tementes a Deus" (T9, 257), Ellen White considerava que “o poder despótico" mostrado por alguns, “como se a posição tivesse feito dos homens deuses", deveria causar temor entre o povo de Deus (TM, 361). Ela afirmava que, se um líder caísse presa do “espírito de domínio", “achando que foi investido de autoridade para fazer de sua vontade o poder dominante, o melhor e único rumo seguro é removê-lo, para que não haja mal maior" (ibid., 362). "Os que têm autoridade", explica ela, “devem manifestar o espírito de Cristo. [...] Devem ir possuídos do Espírito Santo. A posição de um homem não o torna um jota ou um til maior à vista de Deus; é só o caráter que Deus toma em consideração" (ibid.). “Mas o Senhor suscitará trabalhadores que reconheçam sua própria insignificância sem o auxílio especial de Deus" (ibid., 361).

J. A *ígreja de Deus no Tempo ão Fim*

Num capítulo que estabelece a diferença entre a igreja remanescente e Babilônia, a autora escreve: “Deus tem na Terra uma ígreja que está erguendo a lei pisada a pés, e apresentando aos homens o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (ibid,, 50), Ao descrever a igreja como a “que presentemente se acha na brecha, tapando o muro e restaurando os lugares assolados” (ibid.), ela lembra a seus leitores que "Deus chamou Sua igreja atual, como chamara o antigo Israel, para ser uma luz na Terra. Pela poderosa talhadeíra da verdade ~ as mensagens do primeiro, segundo e terceiro anjos [de Apocalipse 14] —, separou-a das igrejas e do mundo para levá-la a uma santa proximidade dEle. Fez dela depositária de Sua lei, e confiou-lhe as grandes verdades da profecia para este tempo. Como os santos oráculos confiados ao antigo Israel, essas mensagens constituem um sagrado depósito a ser comunicado ao mundo. [,..] Não se deve permitir que nada impeça essa obra. E obra de vital importância para este mundo; deve ser de alcance tão vasto como a eternidade" (T5, 455, 456).

Na segunda mensagem que proferiu perante a assembléia da Associação Geral em 1913, Ellen White disse a seus irmãos adventistas do sétimo dia: "A obra que jaz diante de nós [...] demandará o esforço de cada faculdade do ser humano. Exigirá o exercício de fé firme e constante vigilância. [...] A própria grandeza da tarefa nos assombrará. No entanto, com a ajuda de Deus, Seus servos hão de finalmente triunfar” (GCB, 27/5/1913, 165).

K. A Igreja Triunfante

Quanto a esse triunfo, ela deixa claro que “o mesmo poder que ergueu Cristo dentre os mortos fará ressurgir Sua igreja, e glorificá-la-á com Cristo, como esposa Sua, acima de todos os principados, acima de todos os poderes, acima de todo nome *que* é mencionado, não só neste mundo, mas também nas cortes celestes, no mundo do alto. A vitória dos santos que dormem será gloriosa, na manhã da ressurreição. Terminará o triunfo de Satanás, ao passo que Cristo triunfará em glória e honra. O Doador da vida coroará de imortalidade a todos os que ressurgem da sepultura” (ME1, 305, 306).

XIL Literatura

Teologias sistemáticas bem como relevantes verbetes em dicionários e enciclopédias bíblicas e artigos em revistas teológicas tratam desse assunto. A lista a seguir apresenta os volumes que integraram a revisão de literatura e contribuíram para este artigo. Entre as obras mais importantes em inglês — escritas de diferentes perspectivas — temos:

Bannerman, D. Douglas. *The Scripture Doctrine ofthe Church.* Grand Rapids: Baker, 1976.

Barth, Karl. *Church Dogmatics.* 4 vols. Edinburgh: T. &T. Clark, 1936-1962.

Beasley-Murray, George R. *Baptism in the New Testament.* Londres: Macmillan, 1962.

Berkouwer, Gerrít C. *The Church.* Grand Rapids: Eerdmans, 1976.

Bromiley, Geoffrey W. *The Unity and Disunity of the Church.* Grand Rapids: Eerdmans, 1958.

Ca lvin, J ohn. *Institutes ofthe Christian Religion.* Book 4. Philadelphia: Westminster, 1960.

Cleveland, Earl E. *The Church: Servant to the World.* Grantham: Stanborough Press, 1983.

Damsteegt, P. Gerard, *Foundations of the Seventh-âay Adventist Message and Mission.* Grand Rapids: Eerdmans, 1977.

Dana, H, E. A *Mamial of Ecclesiology.* Kansas City: Central Seminar, 1944.

Dulles, Avery R, *M o deis of the Church.*
§► Garden City: Image Books, 1978.

Eastwood, Cyril. *The Priesthood of All Believers.* Minneapolis: Augsburg, 1962.

Ferguson, Everett. *The Church of Christ.* Grand Rapids: Eerdmans, 1996.

Flew, R. N. *Jesus and His Church.* Londres: Epworth, 1956.

Florovsky, Georges. *Bihle, Church, Tradition: An Eastern Orihodox View.* Belmont: Nordland, 1972.

Gilkey, Langdon. *Horv the Church Can Minister to the World Without Losing Itself.* Nova York: Harper and Row, 1964.

Goodall, Norman. *The Ecumenical Movement: What It Is and What It Does.* Nova York: Oxford University Press, 1964.

Hiscox, Edward T. *The New Dhectory for Baptist Churches.* Philadelphia: Judson, 1894.

Jay, Eric George. *The Church: Its Changing Image Through Twent)' Centuries.* Atlanta: John Knox, 1980.

Kelley, Dean M. *Why Evangelical Churches Are Growing.* Nova York: Harper and Row, 1977.

Küng, Hans. *The Church.* Nova York: Sheed and Ward, 1968.

Ladd, George E. *Jesus and the Kingdom.* Nova York: Harper and Row, 1964.

Manson, Thomas W. *The ChurcJTs Ministry.* Philadelphia: Westminster, 1948.

McKenzie, John L. *Authoríty in the Church.* Nova York: Sheed and Ward, 1966.

Minear, Paul S. *Images of the Church in the New Testament.* Philadelphia: Westminster, 1960.

Newbegin, Lesslie. *The Household of God.* Nova York: Friendship Press, 1954.

Radmacher, Earl D. *What the Church Is All About.* Chicago: Moody, 1978.

Saucy, Robert L. *The Church in God's Program.* Chicago: Moody, 1972.

Schwarz, Richard W. *Light Bearers to the Remnant.* Mountain View: Pacific Press, 1979.

Schweizer, Eduard. *Church Order in the New Testament.* London: SCM, 1961.

Watson, David. *I Believe in the Church.* Grand Rapids: Eerdmans, 1979.

White, Ellen G. White. *The Remnant Church.* Mountain View: Pacific Press, 1950.

16
As Ordenanças: Batismo, Lava-Pés e Ceia do Senhor

Herbert Kiesler

Introdução

Embora realizados de maneiras diferentes, o batismo, o lava-pés e a Ceia do Senhor são as três ordenanças cristãs mais antigas e importantes, totalmente fundamentadas na prática e no ensino do Novo Testamento. O batismo é a porta de entrada para a igreja, símbolo da renúncia à velha vida e da adoção de uma nova vida em Cristo (Rm 6:4). O lava-pés aponta para a humildade e a purificação (Jo 13:10-16). A participação no pão e no vinho da Ceia do Senhor relembra o corpo quebrantado e o sangue derramado de Cristo, enquanto se aguarda Sua segunda vinda (Mt 26:28; ICo 11:23-26).

I. Batismo
- A. O Ensino Bíblico sobre o Batismo
  - 1. Terminologia
  - 2. O Batismo de João
  - 3. O Batismo de Jesus
  - 4. A Comissão Missionária
  - 5. Batismo em Atos
  - 6. Batismo nos Escritos Paulinos
- B. Dimensões Práticas do Batismo
  - 1. Entrada na Igreja pelo Batismo
  - 2. Modo de Batismo
  - 3. A Idade para o Batismo
  - 4. Rebatismo
  - 5. O Impacto do Batismo na Experiência Cristã
- C. Conclusão
- D. Contexto Histórico
  - 1. Antecedentes do Batismo
  - 2. Período Pós-Apostólico
  - 3. Igreja Pós-Nicena
  - 4. Idade Média
  - 5. Reforma
  - 6. Era Moderna
  - 7. Posição Adventista

II. A Ordenança do Lava-Pés
- A. Base Neotestamentária
- B. Significado do Lava-Pés
- C. O Impacto do Lava-Pés sobre a Experiência Cristã
- D. Conclusão
- E. Contexto Histórico
  - 1. Até a Reforma
  - 2. Da Reforma em Diante
  - 3. Na Igreja Adventista

III. A Ceia do Senhor
- A. A Ceia do Senhor no Novo Testamento
  - 1. A Ultima Ceia nos Sinótícos
  - 2. A ultima Ceia em I Coríntios
- B. O Significado Teológico da Ceia do Senhor
- C. A Prática da Ceia do Senhor
  - 1. Frequência da Celebração
  - 2. Quem Pode Participar
  - 3. Pão e Vinho sem Fermento
- D. Conclusão
- E. Contexto Histórico
  - 1. Primeiros Séculos
  - 2. Idade Média
  - 3. Reforma
  - 4. Era Moderna
  - 5. Posição Adventista

IV. Comentários de Ellen G. White
A. Batismo
1. Significado das Ordenanças
2. A Necessidade
3. Passos na Conversão
4. Arrependimento Exigido
5. Cristo é o Exemplo
6. Uma Promessa
7. Preparação dos Candidatos
8. Responsabilidade dos Pais
B. A Ceia do Senhor e a Ordenança do Lava-Pés
1. Observância Agradecida
2. A Páscoa
3. Transição
4. Significado e Propósito
5. Administração das Ordenanças
6. Os Elementos
7. Exclusividade Proibida
8. Perversão das Ordenanças
9. A Ordenança do Lava-Pés: Seu Propósito
10. Não Adiar o Lava-Pés
V. Literatura

I. Batismo

De importância-chave para o tema do batismo é o ensino bíblico sobre o qual ele se baseia. As dimensões práticas do rito também devem ser levadas em conta, bem como a história do batismo através dos séculos.

A. O *Ensino Bíblico sobre o Batismo*

A ordenança do batismo tem sua origem nos ensinos do NT com referências encontradas em diversas passagens. Este estudo menciona a terminologia do NT para o batismo e analisa suas principais testemunhas: João Batista, Jesus e Paulo. Dedica atenção também ao batismo em Atos. [1]

1. Terminologia

As palavras "batizar" e “batismo” vêm da raiz grega *bapiizõ,* “imergir”. Uma raiz correlata é *baptõ,* “mergulhar em ou sob”, que ocorre em diversas passagens (Lc 16:24; Jo 13:26; Ap 19:13), mas nunca com referência ao batismo. A raiz *baptizõ* é usada mais de 60 vezes para designar o batismo de pessoas por imersão para o arrependimento, como no batismo de João ou, depois da ressurreição, o batismo em Cristo. A mesma raiz, encontrada em Marcos 7:4, Lucas 11:38 e Hebreus 9:10, aplica-se à lavagem cerimonial judaica. Cinco vezes a palavra aponta para o batismo do Espírito Santo (Mt 3:11; Mc 1:8; Lc 3:16; Jo 1:33; At 11:16), onde não apresenta o sentido de imersão física. Marcos 10:38 e 39 emprega o termo de modo figurativo: suportar, sofrer.

A ideia de batismo por imersão recebe o apoio não somente da palavra utilizada, mas também dos detalhes de histórias batismais no NT, que indicam claramente imersão. Mateus, por exemplo, ressalta que, “batizado Jesus, saiu logo da água” (Mt 3:16); e João batizou em Enom, perto de Salim, “porque havia ali muitas águas” (Jo 3:23). Em Atos 8:38 e 39, tanto Filipe quanto o eunuco desceram à água e dela saíram.

2. O Batismo de João

As primeiras referências do NT ao batismo têm que ver com João Batista (ver Mc 1:4, 5; Lc 3:3). Conforme Mateus 3:1-6, João Batista proclamava uma mensagem de arrependimento devido à proximidade do reino. Como resultado de sua pregação, o povo de Jerusalém, da Judeia e da região do Joi'dão ia ter com ele e era batizado, confessando seus pecados.

O batismo de João inaugurava uma nova vida para a pessoa convertida, assegurando ao batizando o perdão e a purificação do pecado. Em outras palavras, o batismo era caracterizado por um olhar prospectivo para o juízo vindouro e a redenção pelo Messias, que devia batizar com o Espírito Santo e com fogo (Mt 3:11).

Alguns eruditos chamaram a atenção para as semelhanças entre os membros da comunidade de Qumran e João Batista. Para ambos, o fim estava próximo. Era necessária, portanto, uma mudança drástica, uma preparação moral por meio de arrependimento e batismo. Embora a comunidade em Qumran nunca tenha reconhecido o Messias quando Ele apareceu, João foi o Seu arauto,

3. O Batismo de Jesus

Os quatro evangelhos fornecem um relato do batismo de Jesus por João (Mt 3:13-17; Mc 1:9-11; Lc 3:21, 22; Jo 1:31-34). Mateus chama a atenção para o fato de que João relutou em batizar Jesus: “Eu é que preciso ser batizado por Ti, e Tu vens a mim?” (Mt 3:14). Jesus respondeu a João: “Deixa por enquanto, porque, assim, nos convém cumprir toda a justiça. Então, ele o admitiu” (v. 15). Jesus recebeu batismo não como uma confissão de culpa, mas para Se identificar com os penitentes de Israel que eram suscetíveis à pregação de João (DTN, 111). Ao fazer isso, deu os passos que devemos dar, fazendo a obra que devemos fazer. O batismo de Jesus foi importante por causa do papel que desempenhou na realização do plano de Deus, tanto no juízo como na redenção, A ordenança enfatiza o profundo £► significado do batismo para Seus seguidores.

Mateus, Marcos e Lucas mencionam três coisas que aconteceram depois do batismo de Jesus: os céus se abriram, Jesus viu o Espírito de Deus descendo como pomba, e foi ouvida uma voz do céu, dizendo: “Este é o Meu Filho amado, em quem Me comprazo" (Mt 3:16, 17; cf. Mc 1:11; Lc 3:22). Os três relatos mostram que, depois de a voz celestial ter reconhecido Jesus como Filho de Deus, o Espírito O conduziu ao deserto para ser tentado por Satanás (Mt 4:1; Mc 1:12; Lc 4:1).

Durante a semana de Sua paixão, os principais sacerdotes, os escribas e os anciãos perguntaram a Jesus com que autoridade Ele agia (Mt 21:23-27; Mc 11:27-33; Lc 20:1-8). Ele lhes respondeu com outra pergunta: Qual a origem do batismo de João, humana ou divina? Como eles não quiseram responder, Jesus também Se recusou a responder à pergunta inicial. Mas Jesus endossou plenamente a missão e o batismo de João Batista (Mt 11:11; 17:12, 13; Lc 7:24-28).

Nenhum escritor do NT vincula o batismo de Jesus ao batismo cristão. A razão para isso parece simples: embora semelhante aos outros, o batismo de Jesus foi singular, visto que foi batizado como o Messias. Apesar de sua singularidade, o batismo de Jesus guarda relação com o nosso, porque o Messias é o representante de Deus e do homem. De acordo com Marcos 1:11, a voz vinda do céu reconheceu Jesus como o amado Filho de Deus. Conforme Gálatas 3:26, todos os crentes são filhos e filhas de Deus pela fé em Cristo Jesus.

4. A Comissão Missionária

Os evangelhos sinóticos afirmam que, depois da ressurreição, Jesus deu aos discípulos a tarefa de pregar e ensinar em todo o mundo. O registro de Mateus da comissão de Cristo aos Seus seguidores contém uma ordem tríplice: (1) ir e fazer discípulos de todas as nações; (2) batizá-los em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo; e (3) ensinar-lhes a guardar tudo o que Ele lhes ordenou (Mt 28:18-20). Cristo é aqui retratado como Senhor exaltado, Soberano universal e Messias, a quem é dada toda a autoridade. É por isso que Mateus conclui seu evangelho enfatizando a realeza de Jesus. E esse Rei que ordena a Seus discípulos: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações." No verso 20 Jesus especifica que os discípulos devem ensinar os crentes a guardar Seus ensinamentos e mandamentos. Aqueles que se tornam discípulos devem ser batizados. Batismo é, portanto, a evidência pública do discipulado.

A comissão evangélica é a grande carta constitucional da igreja. Cada crente é encarregado da responsabilidade de ensinar a outros

a mensagem do reino de Deus, Os crentes devem partilhar sua fé e desse modo fazer discípulos de todas as nações. Para alcançar as pessoas e conquistá-las para Cristo e Seu reino, os cristãos devem transcender os limites nacionais, étnicos e os de qualquer outra natureza.

Aceitar Cristo é um ato inteligente da vontade. E importante que, antes de fazer essa escolha, a pessoa seja instruída nas verdades vitais do evangelho. O batismo é uma prova da crença (Mc 16:16), mas a instrução deve continuar.

Depois de ressuscitar, o Senhor deu aos discípulos a comissão de pregar o evangelho ao mundo inteiro (Mc 16:15). Lucas 24:47 enfatiza o arrependimento e o perdão de pecados a serem pregados a todas as nações. Esses dois conceitos-chave, arrependimento e perdão de pecados, recordam a mensagem de João Batista.

5. Batismo em Atos

Desde o princípio, o batismo cristão esteve associado com o arrependimento. O batismo em nome do Senhor Jesus simboliza não apenas a purificação do pecado, mas também o fato de que a pessoa não toma mais parte na rejeição do Messias. Mostra que a pessoa se tornou discípulo de Jesus e membro de Seu povo.

Atos 1:5 faz referência tanto ao batismo na água como ao batismo no Espírito Santo. Isso se tomou realidade no dia de Pentecostes
584 ► (At 2:1-4), e o propósito de capacitar os discípulos a se tornarem ativos participantes na missão global da igreja. Mas o batismo no Espírito Santo não revogou a necessidade do batismo na água, pois, ao ouvir o sermão de Pedro, o povo quis saber o que devia fazer. Pedro respondeu: “Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos vossos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo" (At 2:3S).

Durante sua missão em Samaria, Filipe pregou as boas-novas do reino de Deus. Como resultado, muitos foram batizados, “assim homens como mulheres” (At 8:12). E digno de nota que, “ouvindo os apóstolos, que estavam em Jerusalém, que Samaria recebera a palavra de Deus, enviaram-lhe Pedro e João; os quais, descendo para lá, oraram por eles para que recebessem o Espírito Santo; porquanto não havia ainda descido sobre nenhum deles, mas somente haviam sido batizados em o nome do Senhor Jesus” (v. 14-16). Os apóstolos não conferiram o Espírito Santo aos crentes recém-batizados. Eles simplesmente pediram ao Senhor que lhes concedesse o Espírito como evidência de que Deus os havia aceitado.

Como efeito do encontro com o Senhor na estrada de Damasco, Paulo ficou cego. Ananías lhe restaurou depois a vista pela imposição das mãos. Posteriormente, Paulo foi cheio do Espírito Santo e, a seguir, foi batizado (At 9:3, 4, 8, 17, 18). A instrução que Ananias deu a Paulo nessa ocasião continha as seguintes palavras: “Levanta-te, recebe o batismo e lava os teus pecados, invocando o nome dEle” (22:16).

O batismo de Cornélío e o do carcereiro de Filipos se reveste de especial interesse, porque houve uma manifestação divina. Cornélio foi o primeiro gentio a ser batizado. Fora mostrado a Pedro, numa visão, que ele não devia discriminar os gentios. Foi-lhe dito: “Ao que Deus purificou não consideres comum” (10:15). Enquanto Pedro pregava para Cornélio, o Espírito Santo desceu sobre seus ouvintes gentios, À luz dessa manifestação divina, Pedro não hesitou em proceder ao batismo de Cornélio, junto com alguns de seus parentes e amigos (v. 44-48).

Enquanto Paulo e Silas louvavam ao Senhor durante a prisão em Filipos, ocorreu um grande terremoto. A fuga dos presos traria consequências tão graves para o carcereiro que ele pretendeu se suicidar (16:25-34). Paulo o impediu de fazer isso. À pergunta do carcereiro “que devo fazer para que seja salvo?” Paulo e Silas responderam

que, se cresse no Senhor Jesus, seriam salvos ele e sua família (v. 31). A seguir, os apóstolos pregaram a palavra do Senhor a ele e a todos que estavam em sua casa. Gomo resultado, todos foram batizados (v. 33). Um pouco antes, no mesmo capítulo, registra-se também o batismo de Lídia (v. 14, 15).

Esses incidentes de batismo relatados em Atos apresentam o batismo como clara evidência de que o crente aceita a salvação por meio do ato redentor de Jesus. O batismo também era um ato público durante o qual se confessava o nome de Jesus (At 8:12; 10:48; 16:30-33; 22:16), sendo precedido pela pregação ou estudo da Palavra (8:12, 35; 16:32).

6. Batismo nos Escritos Paulinos

A exposição mais extensa de Paulo sobre o batismo se encontra no texto de Romanos 6:1-11, que deve ser visto em seu contexto mais amplo. O apóstolo mostra, no capítulo 5, que Jesus é a única solução para o problema do pecado: "onde abundou o pecado, superabundou a graça" (v. 20). No capítulo 6, Paulo ressalta que seus leitores morreram para o pecado. "Ou, porventura, ignorais", continua ele, “que todos nós que fomos batizados em Cristo Jesus fomos batizados na Sua morte? Fomos, pois, sepultados com Ele na morte pelo batismo; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida" (v. 3, 4).

No verso 3, o apóstolo insiste em que a relação do crente com Cristo, por meio do batismo, inclui uma relação com Sua morte. No verso 2, Paulo mostra que uma pessoa que aceitou Jesus como Senhor e Salvador morreu para o pecado. Disto podemos inferir que o cristão, unido a Cristo no batismo, rompeu com o pecado e vive agora em novi- ► dade de vida dedicada a Deus (v. 4).

Jesus deixou claro que quem quiser entrar no reino de Deus precisa de regeneração espiritual, resultante da renovação do coração pelo Espírito de Deus e o batismo na água (Jo 3:5). De semelhante modo, Paulo afirma que um candidato ao reino da glória deve se tornar uma nova criatura (2Co 5:17). Como resultado de uma transformação do ser inteiro, esse processo envolve a morte e o sepultamento da natureza carnal e a ressurreição para uma nova vida em Cristo no batismo (Cl 2:11, 12).

Dificilmente faremos justiça ao significado paulino de Romanos 6:1-4 ou ao capítulo como um todo a menos que reconheçamos os diferentes sentidos nos quais os cristãos morrem para o pecado e ressurgem para a nova vida. Uma vez que Cristo morreu na cruz por todos, os cristãos são sepultados com Ele pelo batismo, renunciando à sua vontade e morrendo, por assim dizer, com Ele nesse dia, a fim de permitir que Ele viva Sua vida através deles, como declarado por Paulo em Gaiatas 2:20 e 6:14. Os cristãos morrem para o pecado e ressurgem no batismo. Demonstram, dessa forma, haver aceitado a oferta divina do perdão em Jesus Cristo. Por meio dEle, os cristãos recebem o poder para morrer diariamente para o pecado e ressurgir em novidade de vida, pela obediência a Deus. Por último, eles morrem para o pecado quando morrem fisicamente, E serão ressuscitados na ressurreição da vida por ocasião da volta do Senhor.

Alguns entendem que o verbo no aoristo pontilear "morremos”, em Romanos 6:2, dá a entender que os cristãos morreram com Cristo quando Ele morreu, O significado que Paulo tinha em vista, porém, é mais bem expresso como uma referência ao que aconteceu aos cristãos romanos — bem como a todos os crentes - por ocasião do batismo deles: morte para o pecado.

De acordo com Paulo, ao serem batizados “em Cristo Jesus”, os crentes são batizados em Sua morte e ressuscitam para compartilhar nEle a vida ressurreta, a fim de que andem "em novidade de vida” (6:3, 4). Pelo

batismo, eles se "revestiram do Senhor Jesus Cristo" (13:14; cf. GI 3:27). Os cristãos podem, portanto, desfrutar plenitude de vida (Cl 2:9, 10).

Paulo entende o batismo como uma iniciação na vida em Cristo, mas também como uma iniciação no corpo coletivo de Cristo, a igreja (cf. ICo 6:11; 12:13). O batismo não é um fim em si mesmo; é sempre a porta para a igreja. Pertencer à igreja - o corpo de Cristo ~ significa que, ao serem batizados, os cristãos assumem as responsabilidades do corpo. A condição de membro desse corpo inclui suportar "uns aos outros em amor", esforçar-se "diligentemente por preservar a unidade do Espírito no vínculo da paz" (Ef 4:2, 3) e derribar as barreiras entre os membros da igreja (GI 3:27-29). Significa também empregar os dons espirituais concedidos pelo Espírito na edificação do corpo, para que alcancemos a "medida da estatura da plenitude de Cristo" (Ef 4:11-13), Por fim, tornar-se um membro do corpo compromete os cristãos com a tarefa missionária da igreja (Mt 28:18-20; ver Igreja VI. A).

B. *Dimensões Práticas do Batismo*

Várias dimensões práticas do batismo merecem consideração. O batismo abre a porta para alguém ser membro da igreja. Além disso, o modo como o batismo é realizado e a idade em que é administrado precisam ser levados em consideração. Deve-se, por fim, examinar a questão do rebatismo. [1]

1. Entrada na Igreja pelo Batismo

Pelo batismo, os cristãos se unem a um "só corpo" e se tornam membros da comunidade de fé (At 2:41, 42, 47; ICo 12:13). Pertencer à igreja não é como fazer parte de um clube, cujo sócio pode desistir conforme sua conveniência. E ser membro do corpo de Cristo. O batismo envolve, portanto, arrependimento, fé e submissão ao senhorio de Cristo.

2. Modo de Batismo

A Bíblia ensina o batismo por imersão. Conforme já vimos, a própria palavra "batismo" significa imersão. Os exemplos do Novo Testamento também mostram que o batismo é por imersão. Por fim, a referência paulina ao sepultamento e ressurreição em Romanos 6:3-5 seria fora de propósito a menos que se tivesse em vista a imersão total. O batismo por aspersão ou infusão não se harmoniza com o padrão bíblico nem com o significado do batismo por imersão.

Quando administram o batismo, os cristãos geralmente usam a fórmula encontrada em Mateus 28:19: "em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo". Batizarem nome da Trindade significa batizar na família do Deus triúno ou com base na autoridade por Ele delegada. Nos tempos apostólicos se empregava a fórmula "em nome de Jesus Cristo" ou "em nome do Senhor Jesus" (At 2:38; 8:16; 10:48). Batizar apenas no nome de Jesus, e não segundo a fórmula de Mateus 28:19, talvez reflita a exortação de Pedro para aceitar Jesus Cristo como o Messias, confessá-Lo publicamente e se unir à Sua igreja.

3. A Idade para o Batismo

Os que defendem a prática do batismo infantil apelam para a chamada *oihos* ou "fórmula da casa". Na opinião deles, isso apoia o ponto de vista de que crianças e/ou bebês eram batizados nos tempos do NT. Costumam citar os textos a seguir que falam da conversão e batismo de toda a família:
(1) "Batizei também a casa de Estéfanas" (ICo 1:16); (2) Lídia foi "batizada, ela e toda a sua casa" (At 16:15); (3) o guarda da prisão em Filipo foi "batizado, e todos os seus" (v. 33); (4) "Crispo, o principal da sinagoga, creu no Senhor, com toda a sua casa" (At 18:8); e (5) "serás salvo, tu e toda a tua casa" (11:14).

Alguns eruditos insistem em que Paulo e Lucas não teríam mencionado o batismo das "casas" se as crianças tivessem sido

excluídas. Num exame mais detido, porém, os argumentos a favor do batismo infantil com base nesses textos se fundamentam no silêncio. Essas casas seriam provavelmente constituídas pelos empregados e possivelmente os filhos mais velhos. Falta uma base bíblica para a prática do batismo infantil. Havia, naturalmente, crianças de todas as idades na igreja primitiva. A igreja tinha especial interesse nelas porque Jesus as havia considerado muito preciosas à vista de Deus (Mt 18:3; 19:14), Mas o Novo Testamento jamais menciona o batismo de crianças. O batismo infantil só começou a ser praticado em tempos pós-apostólicos, não havendo nenhuma evidência concreta dessa prática antes do fim do 2° século.

A luz de Atos, a pregação ou o estudo da Palavra, a confissão e a afirmação de fé por parte do candidato no Senhor Jesus Cristo precediam o batismo (At 8:12, 13, 35-38; 16:30-33). Tudo isso confirma a ideia de que o candidato ao batismo não podia ser criança. As referências neotestamentárias à iniciação presumem que os candidatos ao batismo eram adultos, e que o que se requeria deles eram a renúncia consciente e deliberada do pecado e dos ídolos, fé pessoal em Cristo e lealdade para com Ele.

4. Rebatismo

Como já vimos, o batismo torna a pessoa membro da igreja cristã, o que lhe permite compartilhar os privilégios e as responsabilidades comuns da comunidade. A pergunta que se faz com frequência é se o batismo, sendo a cerimônia de entrada na comunhão da igreja, pode ou deve ser repetido.

A única passagem da Bíblia que trata de rebatismo é Atos 19:1-7, onde aproximadamente 12 discípulos efésios foram rebatizados. O texto propriamente dito não apresenta nenhuma dificuldade. A situação descrita é que essas pessoas já eram batizadas. Em resposta à pergunta de Paulo “Em que, pois, fostes batizados?”, eles responderam: "No batismo de João” (v. 3). De acordo com o verso 5, os 12 foram batizados novamente. Ao que parece, Paulo não considerava o antigo batismo deles válido ou adequado.

Os efésios são apresentados como “discípulos” que não haviam sido batizados em nome de Jesus e nada sabiam sobre a pessoa do Espírito Santo. O batismo de João se baseava num apelo por arrependimento e perdão (Mc 1:4; Lc 3:3). O de Cristo era diferente. A razão para eles terem sido rebatizados parece, portanto, evidente. Haviam recebido somente o batismo de arrependimento de João. ^

Ao que parece, Apoio só conhecia o batismo de João (At 18:25), mas não há nenhuma menção de seu rebatismo. Alguns apóstolos devem ter recebido também o batismo de João (Jo 1:35-40), mas não há nenhuma indicação de que tenham sido alguma vez rebatizados. Pode-se, portanto, concluir que alguns discípulos e Apoio, embora batizados com o batismo de João, possuíam dois elementos importantes: a crença em Jesus e a presença do Espírito Santo na vida deles. Como faltavam esses dois elementos ao batismo dos efésios, Paulo considerou inválido o batismo deles e os rebatizou. Paulo, é claro, achava que o rebatismo era pertinente porque haviam recebido novas verdades vitais depois do primeiro batismo. A recepção de verdades básicas adicionais justifica o rebatismo.

Outra razão para o rebatismo pode ser a apostasia. Aquele que violou abertamente a lei de Deus e foi excluído da igreja deve, pelo rebatismo, tornar a integrar o corpo de Cristo. Ao aceitar novamente a Cristo, essa pessoa desejará representar a comunhão renovada com Ele e com Sua igreja pelo rebatismo. “Quando uma pessoa foi batizada em Cristo, só deve pedir o rebatismo quando houver uma definida apostasia das crenças e padrões exigidos pela comunhão com Cristo” (SDABC, v. 6, 373). Por outro lado, não se

deve abusar do rebatismo, como no caso da pessoa que apóstata e solicita rebatismo repetidas vezes. Sobre o tema do rebatismo por apostasia, a Escritura silencia; deve-se, portanto, exercer cautela.

5. O Impacto do Batismo na Experiência Cristã

Uma discussão teórica sobre o batismo é de pouca importância se não se levar em conta seu impacto sobre a vida da pessoa. O batismo em si mesmo não garante novidade de vida. Não há nenhum poder sacramental inerente à água. O batismo simboliza, porém, a purificação do pecado e da contaminação moral.

Uma vez esclarecida pelo Espírito Santo, a pessoa reconhece sua condição perdida. Por meio de arrependimento e confissão, é possível se libertar do fardo do pecado e da culpa e encontrar plena aceitação em Deus e liberdade para viver uma nova vida no Espírito. Essa nova vida é resultado de um renascimento ou regeneração. O apóstolo Paulo compara a experiência do novo nascimento ou regeneração com a morte e sepultamento da velha vida e a ressurreição para uma nova vida. E disso que o batismo é símbolo.

C. *Conclusão*

Passagens-chave do NT sobre o batismo revelam que os conceitos de confissão, arrependimento, purificação, morte para o pecado e ressurgimento para novidade de vida acham-se intimamente associados com o batismo. O rito também abrange a crença em Jesus e a purificação da consciência. A ídeia de purificação é dominante. Nesse sentido, o batismo simboliza, es sen ciai mente, purificação do pecado.

O crente é batizado em Cristo e entra para a comunhão da igreja. Da perspectiva do NT, o corpo de Cristo é constituído por indivíduos que foram batizados em Cristo. Eles desfrutam íntima comunhão com Cristo (G1 3:27) e, ao mesmo tempo, da comunhão com os outros membros da igreja.

D. *Contexto Histórico*

1. Antecedentes do Batismo

Um esboço histórico do batismo deve levar em conta os antecedentes do rito cristão. Em Levítico 15, por exemplo, dez versos prescrevem a lavagem e o banho para purificar de diversos tipos de impureza (5-9, 11, 13, 21, 22, 27). Os banhos de purificação judaicos, conforme evidenciaram as descobertas arqueológicas da época do templo de Herodes, eram comuns. Na comunidade de Qumran, essas abluções parecem ter alcançado extrema importância, característica inconfundível de piedade. No judaísmo predominante, o batismo de prosélitos era parte de sua admissão na comunidade de fé. Contudo, nenhuma dessas abluções ou batismos, nem mesmo o batismo de João no Jordão, tinha o sentido de unir a pessoa batizada com a divindade, como o batismo em Cristo.

2. Período Pós-Apostólico

Durante esse período ocorreram diversas mudanças na forma de administrar e compreender o batismo

A *Didaquê*, um documento do fim do Iº ou início do 2º século, autorizava derramar água três vezes sobre a cabeça do candidato, em nome da Trindade, quando houvesse escassez de água *(Didaquê*, 7). Cipriano (c. 200-258) afirmava que a aspersão e efusão eram igualmente eficazes e que o batismo não consistia na submersão do corpo, mas na aplicação da "água salvadora" à cabeça (*Epístola*, 75.12). Os que, por razões de saúde, não podiam ser batizados por imersão o eram por aspersão.

O batismo infantil aparece explicita mente pela primeira vez em Tertuliano (c. 200) numa passagem que se opõe ao que parece ser uma prática relativamente nova *(Sobre o*

Batismo IS). Alguns anos depois Orígenes (c. 1S5-C. 251) afirma que o batismo infantil era uma tradição legada pelos apóstolos *('Comentário sobre Romanos,* 5.9).

Durante os primeiros séculos, o rito batismal foi ampliado para incluir complexas cerimônias. Os cultos batismais eram transferidos para determinados dias santos, especialmente a Páscoa. Isso constituía um afastamento óbvio da prática neotestamentária segundo a qual o batismo vinha depois da conversão. Nas cerimônias do 3° século, a tríplice imersão foi associada à confissão, unção e imposição de mãos. Seguia-se uma eucaristia batismal. No batismo se empregava comumente a fórmula triúna (Mt 28:19).

Influenciados pelos ritos de mistério mitraicos e elusianos, os cristãos começaram a adotar a ideia de que o batismo comunicava a felicidade ao iniciado. Para Tertuliano (c. 200), o batismo em .água trazia perdão de pecado, libertação da morte, regeneração e concessão do Espírito Santo *(Contra Marcião,* 1.28).

3. Igreja Pós-Nicena

Do 4º século em diante, começou a se praticar tanto o batismo de crianças quanto o de adultos. Por volta do 5º século, o batismo infantil havia se tornado prática comum. Apesar da crescente popularidade do batismo infantil, certos líderes cristãos preeminentes foram batizados quando adultos. Ambrósio de Milão (m. 397) foi batizado pela primeira vez com a idade de 34 anos, embora seus pais fossem cristãos. Tanto Crisóstomo (m, 407) quanto Jerônimo (m. 420) contavam com seus 20 anos quando foram batizados.

Apesar disso, o batismo infantil pouco a pouco foi se tornando a norma. Quando perguntaram a Gregório de Nazianzo (m, 390) se era lícito batizar crianças, ele fez a seguinte afirmação comprometedora: "Certamente, se o perigo exige, Pois é melhor ser inconscientemente santificado do que partir desta vida não selado nem iniciado" (Ora*tio,* 40.28),

Agostinho (m. 430) foi o primeiro teólogo a formular uma teoria dogmática sobre o batismo, a partir de sua controvérsia com os donatistas. Ele fazia categórica distinção entre *sacramentam eressacramenti,* o sacramento e a graça da qual o sacramento é um sinal. Para ele, era possível obter o *sacramentam* (rito) sem a *res* (graça). Agostinho afirmava que o batismo era indispensável para a salvação, porque as pessoas só podem ser salvas dentro da igreja, cujo único meio de entrada é o batismo. Um leigo ou mesmo um herege podería administrar batismo válido. Ele apoiava a eficácia mística do batismo infantil na doutrina do pecado original. Na verdade, segundo ele, a cerimônia do batismo infantil servia para cancelar a culpa do pecado original. Agostinho entendia que as crianças mesmas não tinham fé, razão por que só podiam receber o perdão pela mediação da igreja. A conversão do coração mediante a fé vinha depois, dependendo do crescimento físico e da maturidade da criança. No Concilio de Cartago, realizado em 418 d.C., a igreja endossou o rito do batismo infantil: "Se qualquer pessoa disser que os recém-nascidos não precisam ser batizados [...] seja anátema,"

4. Idade Média

Os escolásticos sistematizaram e detalharam os ensinos de Agostinho. Estabeleciam clara distinção entre matéria e forma, A matéria do batismo era a água, enquanto sua forma se compunha de palavras. Visto que tanto a forma quanto a matéria foram instituídas por Deus, a igreja não tinha nenhum direito de alterar o sacramento. No batismo, todos os pecados eram perdoados. As crianças eram capazes de receber o perdão do pecado original; e os adultos, dos pecados atuais.

Tomás de Aquino (1225-1274), o mais notável teólogo católico, afirmava que "o batismo pode ser realizado não somente por imersão, mas também por efusão ou aspersão". Mas entendia ser mais seguro batizar por imersão, "por ser este o costume mais comum" *(Suma Teológica,* 3a.66.7).

Aquino acreditava que o batismo põe todos em contato real com o fluxo da graça que emana de Cristo. É ele quem confere o "caráter" de pertencer a Cristo, a Seu "corpo", a igreja. Esse caráter obtido pelo batismo capacita o crente a receber os outros sacramentos.

5. Reforma

Lutero não foi inteiramente bem-sucedido em corrigir a visão católica romana predominante em sua época de que havia uma ligação inseparável entre os meios *externos* da graça, nesse caso o batismo, e a graça interior por ele comunicada. Em contraste com os anabatistas, ele insistia em que a eficácia do sacramento do batismo dependia de sua instituição divina, e não da fé daqueles que o recebem. Pela eficácia divina da Palavra — à parte da qual o sacramento não faz nenhum sentido - o rito batismal efetuava a regeneração em crianças, embora nos adultos esse efeito dependesse da fé do batizando.

Zwinglio diferia de Lutero na compreensão teológica do sacramento como um sinal, uma cerimônia ou uma promessa, que na verdade não comunicava nada. Como um juramento de fé, o batismo exprimia a relação de aliança entre Deus e Seu povo, de forma semelhante à circuncisão no AT. Zwinglio realçava o significado coletivo do batismo, enfatizando-o como um ato de recepção na igreja.

Calvino, por outro lado, negava que o batismo, em si mesmo, confere graça. Igual aos outros meios da graça, Deus designou o batismo como um meio pelo qual opera Sua graça no coração dos pecadores. Para ele, o batismo era o sinal iniciatório pelo qual o crente é admitido na comunhão com Cristo. O Senhor o designou como sinal e evidência de nossa purificação de todo o pecado. Calvino se apressou, porém, em ressaltar que a única purificação fornecida pelo batismo é por meio da "aspersão do sangue de Cristo" *(Institutos,* 4.15.2). O modo como o batismo é realizado, seja por imersão, seja por aspersão, não tem importância (ibid., 19). Como Agostinho, Calvino manisfestava forte interesse na predestinação, especialmente com relação ao batismo de crianças. Como Lutero, acreditava que os eleitos eram selados pela graça por meio do batismo, Para ambos, o batismo significava o começo de uma "nova vida" na igreja. Quando uma criança numerada entre os eleitos morria sem ser batizada, não sofria prejuízo à vista de Deus. Calvino se opunha ao batismo privado, achando que o batismo devia ser realizado por um clérigo.

O nome "anabatistas" (que quer dizer "rebatizadores") foi dado a um grupo de protestantes, no século 16, que se preocupavam com a restauração da concepção apostólica de batismo. Eles enfatizavam o ensino bíblico do arrependimento e do discipulado como base para o batismo adulto. Opunham-se, portanto, à prática do batismo infantil, para o qual não encontravam nenhuma justificativa no NT.

6. Era Moderna

Durante a época do píetísmo e do racionalismo não houve interesse teológico significativo sobre o batismo. Para Schleiermacher, era o ato solene de recepção na "comunidade de crentes". Na opinião dele, o batismo de crianças não tinha sentido, a menos que fosse seguido pela devida educação. O batismo, afirmava ele, era incompleto a menos que levasse à confirmação.

A questão do batismo de crianças ainda persiste na igreja cristã contemporânea.

Em 1943, Karl Barth lançou um sério desafio ao batismo infantil, tachando-o de "meio-batismo", e chamando a atenção para sua falta de base escriturística (Barth, 34-54). Erich Dinkler mostrou que "não há apoio bíblico no Novo Testamento para o batismo de crianças", e que essa questão "deve ser resolvida teologicamente" (Dinkler, 636). Em contrapartida, Oscar Cullmann afirmava confiantemente que a igreja primitiva praticava o batismo infantil como rito de admissão, no lugar da circuncisão judaica (Cullmann, 70). Do mesmo modo, Joachim Jeremias, embora admitindo não haver no NT exemplo de batismo infantil, insiste que os filhos pequenos dos crentes eram batizados (Jeremias, 55).

Há atualmente falta de unidade quanto à forma de batismo praticado entre as comunidades cristãs. Num documento intitulado *Baptism, Eucharist and Ministry*, a Comissão sobre Fé e Ordem do Concilio Mundial de Igrejas recomenda as seguintes partes em um rito batismal: (1) pregação sobre o batismo; (2) invocação do Espírito Santo; (3) renúncia ao mal; (4) profissão de fé em Cristo e na Santíssima Trindade; (5) uso de água; e (6) reconhecimento dos membros recém-batizados como filhos e filhas de Deus, chamados a dar testemunho do evangelho. Ainda assim, permite o batismo de crianças *(Baptism, Eucharist and Ministry,* 2-7).

7. Posição Adventista

Em 1861, com base em fundamentos linguísticos e bíblicos, B, F. Snook defendeu a prática de batismo de adultos por imersão contra a prática prevalecente de batismo infantil, Ele afirmava que tanto o emprego clássico quanto o sacro do verbo grego *haptizõ* não fazia referência à efusão ou aspersão, mas somente à imersão, Da perspectiva bíblica, Snook demonstrou que o batismo é um memorial do sepultamento e ressurreição de Cristo (GI 2:12), Relaciona-se com a salvação e deve ser administrado para remissão de pecados (At 2:38). Constitui também rito iniciatório na igreja, que deve ser precedido por arrependimento (Rm 6:3; G1 3:26, 27).

Para E. J. Waggoner, o batismo era um sinal da morte e ressurreição de Cristo. Afirmava enfaticamente que o batismo não constitui mera formalidade, mas que representa ser sepultado com Jesus em Sua morte e revestido da vida de Cristo na qual ressuscitamos para andar em novidade de vida (Waggoner, 1891).

Os adventistas aceitam o batismo como o rito bíblico de admissão na igreja. Esse batismo, conforme testemunho das Escrituras e da prática da igreja primitiva, deve ser por imersão ("On Baptism", 6). Deve ser administrado aos que, de maneira livre e consciente, aceitam Cristo como seu Salvador e Senhor, se arrependem de seus pecados e são cabalmente instruídos nas crenças da igreja (.*Manual da Igreja*, 2005, 27-35). Isso exclui as crianças. Os adventistas sempre rejeitaram também qualquer concepção de batismo como um ato que, em si e por si, comunique graça e efetue salvação.

Embora o rebatismo seja relativamente comum nas igrejas, a ídeia é a de que seja apropriado somente em duas circunstâncias, Quando alguém que se une à igreja foi anteriormente batizado por imersão, o rebatismo é estimulado porque se leva em conta que a pessoa aceitou novas verdades bíblicas depois desse batismo prévio. A pedido da pessoa, porém, a igreja pode aceitá-la mediante "profissão de fé" sem o rebatismo, reconhecendo assim a validade do batismo por imersão de outras igrejas. "Quando os membros da igreja caíram em apostasia e viveram de tal maneira que a fé e os princípios da igreja tenham sido publicamente violados, devem eles, caso se reconvertam e peçam para ser aceitos

como membros da igreja, entrar na mesma como ao principio, isto é, por meio do batismo" {*Manual da Igreja*, 2005, 43). Isso acontece quando alguém que "é verdadeiramente reconvertido" renova sua "aliança com Deus" (Ev, 375).

II. A Ordenanç a do Lava-Pés

A prática do lava-pés nunca ganhou preeminência na cristandade. A maioria dos cristãos contemporâneos simplesmente passa por alto esse rito. Quando corretamente compreendida, porém, a ordenança é uma preparação ideal para a celebração da Ceia do Senhor, conforme aconteceu no cenáculo.

A. *Base Ne o testam en tá ria*

O lavar os pés aparece repetidas vezes na Bíblia como um ato de hospitalidade da parte do anfitrião, que, ao agir assim, honra seus convidados. Das oito referências do AT ao ato de lavar os pés, seis se referem a ele como algo costumeiro (Gn 18:4; 19:2; 24:32; 43:24; Jz 19:21; ISm 25:41), uma se refere à humilhação (SI 58:10) e uma parece ser simplesmente uma questão de limpeza (Ct 5:3), No NT, a prática como sinal de bondosa hospitalidade aparece em Lucas 7:44 e 1 Timóteo 5:10,

A única referência bíblica ao lavar dos pés como uma cerimônia Iitúrgica se encontra em Toão 13:1-20. Nessa passagem, Jesus dá um exemplo de humildade e espírito de genuíno serviço ao lavar os pés dos discípulos. Esses levam a ação muito a sério, e Pedro chega mesmo a objetar que Gristo lhe lave os pés. No verso 14, Jesus convida os discípulos a seguir Seu exemplo e a continuar essa prática, dizendo: "Ora, se Eu, sendo o Senhor e o Mestre, vos lavei os pés, também vós deveis lavar os pés uns dos outros,"

João 13:1-20 não apenas narra o primeiro lava-pés, mas também trata do significado desse rito para a igreja como um todo. A chave que esclarece o significado do rito do lava-pés se encontra na conversa entre Jesus e Pedro. A primeira das implicações simbólicas aparece no verso 7, onde Jesus afirma que somente depois é que os discípulos iriam compreender o sentido da cerimônia. Sem essa purificação, o discípulo perde sua herança com Jesus (v, S): "Se Eu não te lavar, não tens parte comigo."

Devido â sua estrutura, essa passagem faz paralelo com o "novo mandamento" do amor em João 13:34. O amor de Jesus pelos discípulos em vida e, ainda mais, na morte se torna aqui a norma a ser seguida (ver 15:12; ljo 2:6; 3:3, 7; 4:17).

Essas palavras transcendem o sentido literal de remoção do pó dos pés de alguém. Embora Pedro e seus irmãos jã tivessem sido lavados do pecado e da impureza na "fonte aberta para a casa de Davi [.,.] para remover o pecado e a impureza" (Zc 13:1), ainda se achavam sujeitos à tentação e ao mal. Sendo assim, precisavam de uma purificação superior que lhes lavassem do "coração a discórdia, o ciúme e o orgulho" (DTN, 646).

Ter parte com alguém (ver Jo 13:8) significa partilhar a mesma sorte ou lugar com essa pessoa. Em Mateus 24:51, o servo infiel é condenado a ter "a sua parte com os hipócritas" (ARC). Em 2 Coríntios 6:15, o cristão não tem "parte" com os pagãos incrédulos. O sentido dessa frase pode ser mais bem compreendido à luz da promessa de Jesus a Seus discípulos. Se fossem fiéis, partilhariam com Ele na vida que Ele iria obter (Jo 14:19), Estariam onde Ele estivesse (Jo 12:26; 14:3; 17:24) e seriam, portanto, participantes de Sua glória (ver Jo 17:22-24). O pleno amor de Jesus e do Pai seria neles revelado (Jo 14:21,23). Em João 13:14, Jesus deu um exemplo cujo significado transcendia o estreito círculo dos doze. "Ora, se Eu, sendo o Senhor e o Mestre, vos lavei os pés, também vós [plural] deveis *[opheilete]* lavar os pés uns dos outros."

O verbo *opheilõ,* "dever", apresenta um significado tanto literal quanto figurado: na primeira acepção significa "ter dívida"; na segunda, "ter obrigação", com a ideia de "ter que" ou "ter de", e é seguido por um segundo verbo que mostra o que a pessoa está obrigada a fazer (cfi Lc 17:10, onde se tem em vista o dever do servo para com seu senhor). A obrigação aqui é lavar os pés uns dos outros. A palavra expressa uma obrigação moral, algo que precisa ser feito. O tempo verbal indica mais ação continuada ou repetida do que um dever ocasional. Não resta dúvida de que Jesus pretendia que os discípulos continuassem a cumprir essa obrigação, seguindo o exemplo que lhes dera: "Porque Eu vos dei o exemplo, para que, como Eu vos fiz, façais vós também" (Jo 13:15).

Finalmente, em João 13:17, Jesus convoca a comunidade cristã à ação. "Ora, se sabeis estas coisas, bem-aventurados sois se as praticardes." Jesus combina ação com o conhecimento da verdade (cf. Jo 3:21; 7:17; 8:31).

Os ritos da Ceia do Senhor e do lava-pés foram introduzidos no pequeno círculo dos doze apóstolos. Após a ressurreição de Jesus, porém, as congregações cristãs celebravam a Ceia do Senhor (cf, At 2:42; lCo 11). A Ceia do Senhor se tornou parte importante da adoração coletiva. Embora o registro bíblico não mencione a prática do lava-pés, João 13 nos dá razão para crer que a ordenança era observada,

B. Significado do Lava-Pês

O lava-pés é frequentemente descartado como um costume antigo do Oriente Médio, destituído de sentido para a sociedade de hoje. Não é visto como uma ordem válida de Cristo para Seus seguidores. Não obstante, ao ignorar o lava-pés, os cristãos modernos deixam escapar seu profundo significado teológico.

O lava-pés, de acordo com as palavras de Jesus em João 13:10, não substitui o batismo. "Quem já se banhou [gr. *louõ,* "tomar banho"J não necessita de lavar [gr. *niptõ,* "lavar algo ou alguma parte do corpo"] senão os pés". Uma vez batizada (banhada), a pessoa não tem necessidade de batismo toda vez que comete pecado ou sente desejo de purificação espiritual, A menos que caia em apostasia, não existe necessidade de o crente se banhar completamente (batismo), mas apenas lavar os pés como representação da remoção do pecado, seguido de sincero arrependimento e confissão.

A compreensão do lava-pés como símbolo de perdão de pecado pós-batismal se deve parcialmente à ocorrência da palavra *katharos* no verso. Um cognato desse termo aparece em 1 João 1:7 e 9 com explícita referência ao perdão dos pecados mediante o sangue de Jesus. Ainda que o pecado não seja explicitamente mencionado no verso 10, sua presença é subentendida. A ideia de perdão de pecado pós-batismal se ajusta bem â linguagem enfática de Jesus no verso 8, quando diz a Pedro que ele não teria parte com Jesus, devido ao pecado pós-batismal não ter sido removido por purificação.

Também representado no lava-pés está a autoentrega de Jesus, em vida e morte, para salvar seres humanos. A ordenança do lava-pés memorializa a humilhação de Cristo em Sua encarnação (DTN, 650).

C. O *Impacto do Lava-Pés sobre a Experiência Cristã*

. Na preparação para a Ceia do Senhor, a prática do lava-pés leva o crente a uma apreciação mais profunda do amor e da humildade de Cristo, e o significado do genuíno discipulado em termos de disposição em servir. O propósito dessa ordenança não é apenas remover o pó dos pés de alguém. A cerimônia é um tipo da purificação do coração, que é a fonte de alienação, ciúme e orgulho. Quando os crentes condescendem em lavar os pés uns dos outros, todos os pensamentos de exaltação, orgulho

e egoísmo dão lugar ao espírito de amor, humildade e companheirismo. Nesse espírito, experimentam união com Deus e uns com os outros, preparando-se, assim, para o encontro com o Senhor na celebração de Sua Ceia,

O desejo do crente de participar ativamente na vida e nas ordenanças da igreja está relacionado com maturidade espiritual. A falta de participação regular nas ordenanças durante certo tempo não deve ser interpretada como rompimento da aliança com o Senhor, Porém, a resistência obstinada e permanente à ordenação do lava-pés pode ser sintomática de problemas espirituais na vida do crente.

D. *Conclusão*

João 13:10 deixa claro que o rito do lava-pés não deve substituir o batismo, que é a <£► lavagem da pessoa inteira do pecado e da contaminação. O propósito da ordenança do lava-pés é lavar os pecados pós-batismais. Simboliza uma purificação que lava todos os sentimentos de orgulho, egoísmo e exaltação própria. E, nesse sentido, uma preparação ideal para a celebração da Ceia do Senhor.

De acordo com João 13:14, também fica claro que Cristo impôs uma obrigação moral a Seus discípulos, tanto Seus apóstolos imediatos como o círculo mais amplo da igreja, de lavarem os pés uns dos outros. O ato simbólico de lavar os pés deve ser uma expressão do amor sacrifical do crente pelos companheiros de fé. A persistente e obstinada não participação pode ser interpretada como rompimento voluntário com Cristo (13:8).

E. Contexto Histórico

1. Até a Reforma

A menção do lava-pés está ausente da *Didaquê* (fim do Iº ou início do 2º século), que dá instrução sobre diversas questões de procedimento eclesiástico, inclusive a celebração da Ceia do Senhor. Contudo, as proibições da lavagem dos pés ordenadas por concílios — provavelmente devido a excessos praticados com relação à cerimônia - revelam que o rito era conhecido e praticado. Os bispos lavavam os pés dos sacerdotes durante certas refeições especiais; os pés dos recém-batizados eram lavados como parte da cerimônia batismal. Ambrósio de Milão (4º século) escreveu que o lava-pés era "um auxílio para a humildade" *(Sobre o Santo Espírito,* 1, prólogo). Para Agostinho (354-430 d.C.), o lava-pés devia ser praticado por mútua confissão e perdão *(Sobre o Evangelho de João,* 58).

A ordem de Cristo para que os crentes lavassem os pés uns dos outros foi, até certo ponto, interpretada figurativamente, como recomendação de humildade entre os cristãos. Orígenes (c. 185-254), comentando a narração de João, chamou o lava-pés de símbolo de humildade. As *Constituições Apostólicas,* coleção de admoestações para os cristãos, referem-se ao relato joanino de Jesus lavando os pés dos discípulos, embora só recomende aos diáconos seguir o exemplo de humildade de seu Senhor.

Na época de Agostinho, era costume o lava-pés ser celebrado durante a Semana Santa *(Carta a Januário,* 18). Bernardo de Clairvaux, porém, recomendava o lava-pés como um "sacramento diário para o perdão dos pecados" (sermão *De coenu Domini*).

Na Igreja Católica Romana, os leigos não participaram desse rito durante séculos. Outros cristãos, porém, praticavam o lava-pés. A igreja céltica, por exemplo, manteve a prática viva até que ela desaparecesse no século 11. Os albigenses e valdenses realizavam cerimônias de lava-pés, embora limitassem a prática geral mente à lavagem dos pés dos ministros visitantes. A Igreja Oriental considerava o rito do lava-pés um "mistério", que devia ser praticado nos mosteiros e pelo próprio czar, uma vez por ano.

2. Da Reforma em Diante

No sermão que proferiu na Quinta-Feira Santa de 1544 sobre o lava-pés, registrado em *Hauspostille,* Lutero censurou a hipocrisia da cerimônia conforme posta em prática pelos líderes da igreja de sua época e apelou por mais genuína humildade nas relações pessoais. A prática do lava-pés caiu em desuso entre os luteranos, que a consideravam "uma abominável corrupção". O rito foi retomado pelos irmãos morávios, que não o restringiam à Quinta-Feira Santa, mas a prática foi abolida depois pelo Sínodo de 1818 *(Neiv Scimff-Herzog,* 4:339-340).

No século 17, os anabatistas se decidiram a favor do lava-pés, aceitando como ainda válida a ordem de Cristo em João 13:14 e a recomendação de Paulo em 1 Timóteo 5:10. Eles acreditavam que, por meio do sacramento do lava-pés, o pecador sentia a purificação mediante o sangue de Cristo e expressava profunda humildade. Os seus descendentes espirituais, os menonitas e os Irmãos, bem como alguns grupos batistas e os da santidade, ainda praticam o lava-pés.

3. Na Igreja Adventista

A Igreja Adventista do Sétimo Dia é a maior denominação que observa regularmente a ordenança do lava-pés associada com a Ceia do Senhor. O primeiro exemplo registrado de lava-pés entre os adventistas ocorreu depois da Ceia do Senhor, no encerramento de uma reunião em Grafton, no Vermont, em julho de 1844. O próprio Miller considerava a cerimônia um "ato promíscuo" (Ferris, 11, 12).

Em 1845, o *Day-Star* publicou um concorrido debate sobre o lava-pés como uma ordenança. Seus defensores encareceram a importância de guardar todos os mandamentos de Jesus e demonstrar amor pelos irmãos. Os detratores do rito o associavam com fanatismo.

Em 1849, Tiago White publicou uma coleção intitulada *Hymns for God's Peculiar People.* Ele incluiu um hino intitulado "Lava-pés". A *Advent Review and Sabbath Herald* publicou, em 5 de agosto de 1851, a notícia de um rito de lava-pés realizado no mês anterior, em Whelling, Nova York. A separação de homens e mulheres na cerimônia ajudou a garantir a aceitação geral do rito.

Em Iº de janeiro de 1859, antes da organização da Igreja Adventista do Sétimo Dia, Ellen White descreveu um dia de reuniões em seu diário: "Na véspera, a igreja seguiu o exemplo de seu Senhor": lavaram os pés uns dos outros e depois participaram da Ceia do Senhor. Em outra parte ela fez nova referência â ordenança: "Encontram-se na Palavra de Deus deveres cujo cumprimento guardaria o povo de Deus humilde e separado do mundo, da apostasia, como as igrejas nominais. O lava-pés e a participação na Ceia do Senhor seriam mais frequentemente praticados. Jesus nos deu o exemplo e mandou que fizéssemos como Ele fizera" (PE, 116).

No adventismo primitivo, a compreensão do lava-pés se desenvolveu ao longo de diferentes linhas de interesse. Ellen White acentuava o aspecto cristocêntrico desse importante rito, enquanto os outros davam mais ênfase à compreensão simbólica (Oestreich, 191-199). A continuação da prática foi confirmada quando a crença fundamental número 15 foi votada pela igreja na assembléia da Associação Geral realizada em Dallas, em 1980 (ver *Church,* VI.B.2).

III. A Ceia do Senhor

Embora possa ser compreendida e praticada de diferentes maneiras por diversos cristãos, a Ceia do Senhor é de importância central para todos os crentes. O rito instituído na última Ceia de Cristo recebe nomes diferentes e geralmente permutáveis:

Eucaristia, significando ação de graças pelas boas dádivas de Deus; comunhão, enfatizando a comunhão com Cristo; e Geia do Senhor, indicando a origem da cerimônia. Diversos aspectos do tema merecem consideração. Os mais importantes são suas origens neotestamentárias, seu significado para os cristãos modernos e os aspectos práticos de sua celebração,

A, A *Ceia do Senhor no Novo Testamento*

Na véspera da Sua crucificação, Jesus celebrou a última Ceia com Seus discípulos, conforme registrado pelos três evangelhos sinótícos (Mt 26:26-29; Mc 14:22-26; Lc 22:14-20). Paulo relata a história em 1 Coríntios 11:23-25. Essas quatro passagens concordam com os princípios básicos da narrativa; em suas diferenças, elas se complementam. Juntas, formam a base do ensino cristão sobre a Ceia do Senhor.

E interessante notar que o evangelho de João fala do lava-pés, mas não da última Ceia. Apesar disso, João 6:53 fala de comer a carne de Cristo e beber o Seu sangue, sugerindo a Ceia do Senhor. [1]

1. A Ultima Ceia nos Sinótícos

Nos sinótícos, a última Ceia de Cristo acha-se intimamente relacionada com a celebração da Páscoa judaica. Apesar dessa relação, porém, a Ceia do Senhor é nova — uma transformação da cerimônia judaica, cheia de frescor e profundo significado. Enquanto a Páscoa apontava para diante, para a morte de Cristo, a Ceia do Senhor aponta para trás, para o mesmo evento, e lembra aos seguidores de Cristo do sacrifício de seu Senhor até a volta dEle.

a. A forma: pão e cálice. De acordo com Mateus, Marcos e Lucas, Cristo instituiu a Ceia do Senhor ao término da refeição pascoal preparada pelos discípulos no cenáculo. Dois elementos, comuns nos lares judeus, compunham essa refeição especial,

Jesus tomou o pão - sem dúvida, o pão achatado, arredondado e sem fermento usado na Páscoa - e o abençoou (Mt 26:26; Mc 14:22) ou deu graças por ele (Lc 22:19), e o deu aos discípulos. A bênção normal pronunciada sobre o pão pelo chefe da casa era: “Louvado seja Yahweh, nosso Deus, o rei do mundo, que faz o pão crescer da terra!”; Essas palavras expressavam tanto bênção como gratidão.

A seguir, Jesus tomou o cálice e, tendo dado graças, convidou os discípulos a beber dele (Mt 26:27; Mc 14:23; Lc 22:20). Talvez a gratidão teria sido pronunciada na bênção tradicional: “Louvado seja Yahweh, nosso Deus, o rei do mundo, que criou o fruto da videira!" O conteúdo do cálice é identificado depois como o “fruto da videira” (Mt 26:29; Mc 14:25; Lc 22:18).

No evangelho de Lucas, o cálice é partilhado antes do pão, e um segundo cálice encerra a refeição (v. 17, 20). E possível que o primeiro cálice fosse parte da refeição pascoal; nesse caso, não faria parte da Ceia do Senhor. As narrações de Mateus e Marcos, bem como de 1 Coríntios, mencionam a partilha do pão primeiro, seguido por um único cálice.

b. O significado: comunhão e profecia. Jesus explicou claramente o significado tanto do pão quanto do cálice. O pão, disse Ele, era Seu corpo; o cálice, Seu sangue (Mt 26:26, 27; Mc 14:22, 23; Lc 22:20). Ao comer do pão e beber do fruto da videira, os discípulos estavam entrando em íntima comunhão com Ele.

O sangue era o da aliança, “derramado em favor de muitos” (Mt 26:28; Mc 14:24), ou, mais intímamente, “em favor de vós” (Lc 22:20). Pelo derramamento, se obteria a remissão dos pecados (Mt 26:28).

Ao prometer que não tornaria a beber do "fruto da videira” até o dia em que o bebesse de novo, com Seus discípulos no reino de Seu Pai, Jesus deu a garantia de que voltaria

a Se reunir com Seus amigos (Mt 26:29; Mc 14:25). Jesus prometeu, portanto, participar com Seus discípulos no banquete messiânico (Is 25:6-8), no reino de Deus (Mt 22:1-10; Lc 14:15-24), no dia da consumação final (Ap 21:3-5). Apesar da iminente separação, havia um futuro escatológico brilhante. A celebração da última Ceia não era só um olhar para o passado ou uma reflexão sobre a ação redentiva de Deus por meio de Jesus Cristo; era também um olhar ao futuro, para o momento de Seu glorioso regresso conforme profetizado em João 14:1-3.

Lucas adiciona a frase: "Fazei isto em memória de Mim" (Lc 22:19). Jesus desejava ser lembrado na celebração da Ceia do Senhor até que viesse. Um paralelo no NT dessa "memória" aparece na exortação para memorializar a Páscoa (Ex 12:14), como símbolo dos benefícios de Deus.

2. A Última Ceia em 1 Coríntíos

Paulo se refere à Ceia do Senhor somente em 1 Coríntios, com relação a problemas de adoração, Ele mostra em 10:16-21 que participar da Ceia do Senhor torna os coríntios participantes no corpo de Cristo, assim como participar nos sacrifícios pagãos implica comunhão com demônios. Em 11:17-34, Paulo trata das irregularidades na celebração desse rito especial na igreja dos coríntios.

Por meio de perguntas retóricas, o apóstolo afirma que o "cálice da bênção" é a "comunhão do sangue de Cristo" e o "pão que partimos" é a comunhão do corpo de Cristo" (ICo 10:16). Como os escritores dos evangelhos, ele emprega a expressão "cálice" para representar seu conteúdo. O que enfatiza, porém, não é a forma, mas o significado: beber do cálice e comer do pão cria comuK^nhão com Cristo e uns com os outros. Os cristãos, que eram parte do corpo de Cristo, não podiam mais ter comunhão com demônios, nem com os adoradores de demônios, por meio de alimentos cerimoniais (v. 14-21).

A breve narração da instituição da Ceia do Senhor, em 1 Coríntios 11:23-25, talvez seja o relato mais antigo sobre ela, visto que a carta aos coríntios foi escrita provavelmente em meados dos anos cinquenta da era cristã, ou seja, antes dos evangelhos. As palavras são muito similares às encontradas em Lucas. Paulo pode ter ouvido a história dos apóstolos, embora informe aos coríntios que recebeu seu ensino sobre a Ceia do Senhor do próprio Cristo.

Paulo enfatizou o aspecto "memorial" da Ceia do Senhor quando mencionou a expressão com referência tanto ao pão quanto ao cálice. Porém, o que ele enfatizou mais claramente foi o elemento profético da comunhão: tomar parte nela é proclamar fé na segunda vinda (v. 26). O apóstolo chamou a atenção dos coríntios para o fato de que a celebração deles não era uma genuína memória de Jesus, porque se haviam esquecido do significado de Sua vida e morte. Estavam ocupados com suas buscas individuais de prazer e posição social. Paulo se opôs a esse comportamento egoísta, exortando-os para que se lembrassem do passado e do futuro, a fim de viver como cristãos no presente.

Finalmente, Paulo tratou dos abusos cometidos na comunidade com relação à Ceia do Senhor. Alguns estavam participando de "maneira indigna", o que os tornava culpados de profanar o corpo e o sangue do Senhor (v. 27). Ele recomendou que cada um deve participar da Ceia do Senhor depois de fazer um auto exame e discernir plenamente o significado dos símbolos (v. 28, 29). Deixar de fazer isso já havia trazido efeitos maléficos para os cristãos coríntios e acarretaria certamente novo juízo sobre eles (v. 29, 30). Ao dar as últimas instruções à congregação sobre a forma correta de celebrar a Ceia do Senhor, Paulo também faz referência ã atitude de alguns que estavam transformando esse rito especial em ocasião para glutonaria e exibição (v. 33, 34).

B. O *Significado Teológico da Ceia do Senhor*

O próprio Jesus explicou o significado básico da Ceia que instituiu pouco antes de Sua crucificação, O que Ele disse deve servir de base para qualquer reflexão teológica sobre o tema. Pelo fato de os cristãos se considerarem, justificadamente, discípulos de Jesus, o significado básico da Ceia do Senhor é hoje o mesmo que foi para os doze no cenáculo.

Quando Jesus entregou o pão e o cálice aos discípulos, disse: "Isto é o Meu corpo" e "Isto é o Meu sangue"; depois os discípulos foram convidados a comer e beber. Um conceito semelhante se encontra em João 6:51-58, onde Cristo disse claramente a Seus ouvintes que Ele mesmo era o "pão vivo que desceu do Céu" e que, para terem vida, deviam comer de Sua carne e beber de Seu sangue. Aquele que comesse de Sua carne e bebesse de Seu sangue "permaneceria" nEIe. Em João 15, Cristo empregou uma figura agrícola para retratar essa "permanência": o ramo deve permanecer ligado à videira. Obviamente, era impossível aos ouvintes de Cristo comerem literalmente Sua carne; era também absurdo esperar que Seus discípulos ficassem literalmente ligados à Sua pessoa. Isso significa que o permanecer, o comer e o beber devem ser figurados. Vistos sob essa luz, o cálice e o pão da Ceia do Senhor são símbolos de uma realidade superior. Embora não constituam a substância do corpo e do sangue de Jesus, o cálice e o pão representam Seu corpo quebrado, Seu sangue derramado, Sua morte na cruz e o dom salvador que d Ele emana.

Ao comer e beber, os seres humanos nutrem seus corpos. Pelo alimento e pela bebida, são eles fisicamente fortalecidos, à medida que aquilo que ingerem passa a fazer parte de suas células. Ao beber do cálice e comer do pão, os discípulos de Cristo se tornam participantes da vida de Cristo. Não apenas comem *com* Ele em companheirismo, mas assimilam na vida Suas qualidades.

Jesus disse que o cálice representa a "nova aliança" (Lc 22:20). A ideia de aliança era clara para o pensamento judaico. Primeiramente, Yahvveh havia Se comprometido sob aliança, por Sua livre vontade, a abençoar Israel; depois o povo concor-«IS dou em amá-Lo e obedecer-Lhe. A violação dessa aliança trouxera como resultado a deportação para Babilônia em 586 a.C. Deus sempre quis que Sua lei estivesse no coração de Seu povo (Dt 6:6; SI 37:31; Is 51:7), mas Israel fracassou. Jeremias já havia expressado a certeza de uma nova aliança, não escrita em tábuas de pedra, mas no coração do povo de Deus (Jr 31:33, 34). Essa nova aliança não era nova no sentido de significar uma mudança na lei ou na intenção de Deus, mas na forma pela qual seria ratificada. O próprio sangue de Jesus confirmaria as promessas divinas de salvação. Na última Ceia essa nova aliança se tornou realidade. A medida que os discípulos tomavam do cálice, também participavam das providências e do poder dessa nova aliança, possibilitadas pela morte de Cristo. Seu sangue era o símbolo e o meio de Sua expiação voluntária e vicãria; era a garantia de estabelecimento da nova aliança.

Em tempos bíblicos, era costume consumar uma aliança com uma refeição. Ao comerem juntos, as partes se comprometiam a cumprir seus juramentos. Ao compartilhar o cálice e o pão com os discípulos, Jesus fez uma aliança com eles. Ele derramaria Seu sangue por eles, tornando-lhes possível a salvação. Ele também concordou em preparar para eles um lugar no reino de Deus, ao qual, por fim, os levaria. Enquanto não chegasse aquele dia, não beberia novamente do fruto da videira (Lc 22:18),

Os discípulos de Cristo — tanto os do passado quanto os do presente - aguardam o reino do Pai. Como garantia de Sua parte na aliança, Jesus ofereceu Seu sangue e

Sua carne. Gomo sua parte no acordo, os cristãos participam dos emblemas do sacrifício de Cristo como evidência de que eles consentem com os termos da aliança. Cada vez que os crentes celebram a Ceia do Senhor, olham para o passado, para a cruz e ficam perplexos ante o amor divino. Ao mesmo tempo projetam o olhar para o futuro, para o dia em que se assentarão ao redor da mesa de Deus no reino.

O sangue da nova aliança é derramado para perdão dos pecados (Mt 26:28). Por meio da morte de Jesus, são apagados os pecados da raça humana. O coração de carne da nova aliança, de que fala Jeremias, é associado com o perdão divino (Jr 31:31-34). O beber do cálice simboliza a aceitação humana desse dom do perdão.

Além disso, visto que toda a comunidade participa de um mesmo cálice e de um mesmo pão, a Ceia do Senhor se torna um fator de unificação. Ao comerem juntos, os cristãos se aproximam mais uns dos outros, bem como de seu Senhor,

Por causa dos benefícios auferidos da Ceia do Senhor pelo cristão, Jesus exortou os discípulos a celebrá-la. O tempo verbal grego indica ação repetida — não somente uma vez, mas muitas vezes. A celebração devia ser “em memória” da libertação do pecado, tornada possível pela morte de Cristo, assim como a Páscoa era observada como memorial da libertação de Israel do cativeiro egípcio. Por outro lado, assim como a Páscoa prenunciava o sacrifício de Cristo como o Cordeiro pascal, a Ceia do Senhor prenunciava a vitória do Cordeiro no reino.

Ao celebrar a Ceia do Senhor, os participantes devem não só refletir sobre o fato e a forma da morte de Jesus, mas também — e principalmente — sobre seu significado e efeito atual para a congregação do povo de Deus. Deve-se focalizar a atenção mais sobre a alegria da vitória da ressurreição do que sobre a tristeza do sofrimento e da morte de Cristo. A celebração da Ceia do Senhor, porém, nunca é completa sem refletir sobre a seriedade da paixão e da morte de Cristo por nós na cruz.

Não é difícil entender a razão de o rito da comunhão logo passar a ser conhecido como eucaristia ou "ação de graças". Nele a pessoa pode, de fato, render graças a Deus pelo infinito dom da vida e morte de Jesus. Essa cerimônia é uma celebração da comunhão do cristão com Jesus e Seus seguidores, do perdão do pecado e da expectante esperança do reino futuro.

Conforme evidenciou Paulo para os coríntios, a celebração da Ceia do Senhor proclama a morte do Senhor até que Ele venha <598 (lCo 11:26), A participação nos emblemas do sofrimento de Cristo é um ato da proclamação da certeza da segunda vinda. Como uma refeição simbólica, o rito da comunhão une a vida diária dos crentes à promessa da vinda de Cristo, e os capacita a dar testemunho da esperança gloriosa do cristão (ver *Church,* VI.B.l).

C. A *Prática da Ceia do Senhor*

O NT fica praticamente em silêncio a respeito dos detalhes da celebração da Ceia do Senhor. Pouco se diz sobre a frequência, quem pode ou não participar, mesmo a exata natureza do pão e do cálice a serem usados. Esses aspectos práticos têm sido desenvolvidos com base em princípios bíblicos.

1. Frequência da Celebração

A expressão “todas as vezes que [...] beberdes o cálice" (ver ICo 11:26) não dá nenhuma indicação da frequência com que a comunhão deveria ser celebrada. O NT não fornece nenhuma outra instrução sobre a frequência da Ceia do Senhor. Por conta disso, diferentes igrejas desenvolveram seus próprios modelos de celebração. Alguns cristãos tomam a comunhão semanalmente ou até diariamente.

2. Quem Pode Participar

Paulo adverte os coríntios de não participarem “indignamente" da Ceia do Senhor, mas fazê-lo somente depois de um apropriado autoexame (lCo 11:27, 28). Para entender a palavra "indígnamente" é preciso levar em conta também as instruções de Paulo aos crentes sobre a vida digna e o contexto de sua exortação. Os cristãos devem viver "por modo digno de Deus" (lTs 2:12) e andar de "modo digno de sua vocação” (Ef 4:1) e do “evangelho de Cristo” (Fp 1:27). Conforme Colossenses 1:9 e 10, Paulo ora para que os cristãos possam viver cada vez mais do modo digno do Senhor, para o inteiro agrado dEle, realizando boas obras no serviço a Cristo.

De acordo com 1 Coríntios 11:20 e 22, certos indivíduos na igreja de Corinto adotavam uma atitude contrária à definição de Paulo de "dignidade”. Os ricos gananciosos e egoístas demonstravam falta de compaixão por seus irmãos mais pobres. Por sua conduta, estavam prejudicando os membros menos afortunados da comunidade e desonrando seu Senhor. Eles, ao que parece, não conseguiam diferenciar uma refeição comum, na qual, por exemplo, uma família comeria junta, da Ceia sagrada, quando todas as diferenças sociais deviam ser deixadas de lado (ver SDABC6, 765). O exame apropriado dos motivos e atitudes deles lhes teria mostrado a maneira correta de agir.

Aqueles que foram batizados em Cristo podem se aproximar com confiança da graça de Deus, e participar na comunhão. Os que não são crentes batizados não teriam razão justificada para participar, No contexto do batismo de um crente, crianças não batizadas devem ser convidadas a observar como os outros participam. Depois de terem sido devidamente instruídas e batizadas, elas podem se juntar aos outros crentes na celebração da morte, ressurreição e breve vinda de seu Senhor.

3. Pão e Vinho sem Fermento

Em virtude do costume judaico de remover todo o fermento do lar na véspera da Páscoa (Êx 12:15, 19; 13:7), é seguro acreditar que o pão usado na última Ceia era sem fermento. Além do mais, Paulo equipara fermento com pecado (lCo 5:7,8), do qual não havia nada em Cristo. Assim, emprega-se no rito da comunhão pão sem fermento — normalmente feito de farinha de trigo integral misturada com azeite, água e sal — para representar o corpo do Senhor sacrificado por todos quantos nEle creem, independentemente de tempo e lugar.

As descrições da Ceia do Senhor, tanto nos sinóticos como em Paulo, empregam as expressões "cálice” e "fruto da videira” para a bebida que representa o sangue de Cristo. Não se utiliza a palavra “vinho". O álcool é um produto de decadência e morte, impróprio para simbolizar o sangue redentor de Jesus. Por conseguinte, o suco fermentado de uva ou vinho alcoólico é inapropriado para a cerimônia de comunhão. O suco puro de uvas esmagadas representa corretamente o sangue de Cristo, derramado para o perdão dos pecados.

Ao descrever a última Ceia, Ellen White escreveu: “Cristo está ainda à mesa em que fora posta a Ceia pascoal. Acham-se diante dEle os pães asmos usados no período da Páscoa. O vinho pascoal, livre de fermento, está sobre a mesa. Esses emblemas Cristo emprega para representar Seu próprio irrepreensível sacrifício. Coisa alguma corrompida por fermentação, símbolo do pecado e da morte, podia representar o Cordeiro imaculado e incontaminado’ (IPe 1:19)" (DTN, 653).

D. *Conclusão*

No rito da comunhão, o Senhor nos oferece Seus grandes dons salvíficos: Seu corpo e sangue, apropriadamente simbolizados pelo pão ázimo e o puro suco da uva. O pão representa Jesus como uma pessoa; o suco de uva é um símbolo perfeito do Seu sangue expiatório. Na celebração da Ceia

do Senhor, os cristãos não só estão cônscios do grande sacrifício de Jesus por seus pecados, mas também são capazes de se alegrar na nova aliança, que garante a comunhão presente com Cristo e a futura glória em Seu reino. Por isso, a Ceia do Senhor é uma ocasião de alegria, não de tristeza, embora estejamos sempre cônscios do alto custo do nosso resgate, o precioso sangue de Cristo, o Cordeiro sem defeito e sem mácula (lPe 1:19).

O batismo nos une a Cristo na Sua morte (Rm 6:3, 4), morte que Ele sofreu em nosso lugar e para nossa salvação. A Ceia do Senhor também é a proclamação da morte e ressurreição de nosso Senhor, até que Ele venha (lCo 11:26). Para os cristãos, ela aponta para a morte de Cristo como a base da nova aliança, como Ele mesmo explicou (Mc 14:24). Assim como o batismo celebra a comunhão do crente com Cristo e o desejo do crente de ser parte do corpo de Cristo, a Ceia do Senhor é a celebração por parte dos crentes batizados do acontecimento redentor que lhes trouxe reconciliação.

Enquanto o batismo expressa a decisão do convertido de pertencer a Cristo, a Ceia do Senhor revela o desejo da igreja de proclamar a morte de Cristo como o ato decisivo de Deus na salvação. A Ceia do Senhor é o meio pelo qual os que selaram sua aliança com Cristo a Ele se unem nessa autooferta sacrifical à vontade do Pai.

E. Contexto Histórico

1. Primeiros Séculos

Na igreja primitiva, a Ceia do Senhor parece ter sido celebrada juntamente com um "banquete de confraternização" (*agapê*), destinado especialmente a beneficiar os pobres. A partir de Corinto (lCo 11:7-22), devido a abusos que desfiguraram a celebração naquela cidade grega, o rito de comunhão passou a ser realizado em separado da refeição fraternal (meados do 3º século), época em que ojejum.se tomou obrigatório antes de se tomar a comunhão.

Vários escritores da igreja primitiva mencionam a Ceia do Senhor. A *Didaquê* (fim do Iº século ou início do 2º) dá instruções específicas sobre sua celebração: indica orações, diz que o cálice deve ser servido antes do pão, determina que só podem participar membros batizados a fim de trazer unidade aos participantes (9, 10). Inácio (início do *2°* século) especificou que somente um bispo podería ministrar a comunhão (*Smyrnaeans*, 8 [ANF, 1:90]); ele também afirmou que esse rito era "remédio de imortalidade" *{Ephesians*, 20 [ANF, 1:57). Justino Mártir (meados do 2º século) descreve a celebração semanal da Ceia do Senhor. Menciona o uso de vinho misturado com água, e pão, que são "a carne e o sangue de Jesus", mediante "a oração da Palavra" (*Apologia*, 1.65-67 [ANF, 1:185]).

No início da história da igreja, o pão e o vinho eram vistos como símbolos. Com o tempo, esses elementos passaram a ser considerados a própria carne e o sangue de Cristo. Para Irineu (c. 130-200), o pão produzido pela terra, "quando recebe a invocação de Deus, não é mais pão comum, mas eucaristia, composta de duas realidades, uma terrena e outra celeste *(Contra as Heresias*, 4.18.5 [ANF, 1:486]). Hipólito (c. 170-236) deu ordens estritas para que não caísse < 600 nenhuma migalha da Ceia do Senhor, "pois ela é o corpo de Cristo a ser comido por aqueles que creem, não devendo, pois, ser tratada levianamente" *(Tradição Apostólica*, 32.2.3). Cirilo de Jerusalém (c. 347 d.C.) recomendava, com insistência, que os catecúmenos aceitassem a transformação do pão e do vinho, pelo poder do Espírito Santo, no corpo e no sangue de Cristo *(Catequeses Mistagógicas*, 4.9; 5.7 [NPNF-2, 7:152, 154]); isso deviam eles fazer com fé resoluta (íbíd. 5.20). Ambrósio (339-397) escreveu que o pão e o vinho, "pela misteriosa eficácia da oração sagrada, são transformados

em carne e sangue" (*Sobre a Fé Cristã,* 4,10 [NPNF-2, 10:278]).

Quando o sacerdócio passou a desempenhar um papel mediatório, a celebração da eucaristia se tornou o sacrifício da missa. Tertuliano já emprega o termo 'sacrifício" para o pão e o vinho (Morgan, 140-144). Em 253, Gipriano escreveu uma carta, na qual afirmava, repetidas vezes, que, quando o sacerdote oferecia o vinho, ele repetia o sacrifício redentor de Cristo (*Epístola,* 62 [ANF, 5:362, 363]). João Crisóstomo (c. 347-407) chamou a eucaristia de "o sacrifício tremendo, os mistérios inexprimíveis" *{Homílias sobre Atos,* 21 [NPNF-1, 11:141]). Teodoro da Mopsuéstia (c. 350-428) chamou a atenção para o fato de que, quando o sacerdote apresentava o pão e o vinho, Cristo era posto na mesa para ser sacrificado *{Homílias Catequéticas,* 15, 16),

2. Idade Média

Depois do 5" século, o Oriente e o Ocidente passaram a adotar diferentes pontos de vista quanto à presença de Cristo na Ceia do Senhor. No Ocidente, Agostinho (354-430) disse que o sacramento era evidência visível de algo invisível (ver *Primeira Instrução Catequética,* 26.50). Também ressaltou a necessidade de ser tomado espiritualmente, pela fé, para ser eficaz: "não é o que se vê que alimenta, mas o que se crê" *{Sermão,* 112.5; cf. *Tintado sobre o Evangelho de João,* 25.12; 26.18). No Oriente, a crença geral era a de que, uma vez consagrados os elementos, ficavam idênticos ao corpo e ao sangue de Jesus Cristo. Assim, João de Damasco (c. 675-c. 749) pode argumentar que "o pão e o vinho não são apenas símbolos do corpo e do sangue de Cristo (de maneira nenhuma!), mas o próprio corpo deificado do Senhor" (Fe *Ortodoxa,* 4.13).

Essa controvérsia sobre a presença corporal de Cristo no pão e no vinho continuou por séculos. Em 1050, Berengar de Tours ensinava que os elementos não eram de fato transformados, mas representavam o corpo e o sangue de Cristo; eles alimentavam a alma de modo espiritual, porque eram recebidos pela fé. Devido a esse ensino, foi acusado de heresia e forçado a aceitar uma declaração do papa Nicolau II de que, depois da consagração, o pão e o vinho se tornavam, em realidade, o corpo e o sangue de Jesus. Quando retomou sua posição original, foi novamente condenado, e exigiram dele que concordasse que os elementos "sofriam uma mudança *substancial,* transmudando-se na verdadeira carne de Cristo" (Barclay, 70, 71).

Foi no início do século 12 que apareceu a controvertida palavra "transubstanciação". De acordo com esse conceito, a substância dos elementos era miraculosamente transformada em outra. O pão e o vinho transformavam-se, de fato, no corpo e no sangue de Cristo, apesar de sua aparência externa. O quarto Concilio de Latrão, realizado em 1215, decretou: "Seu corpo e sangue estão realmente contidos no sacramento do altar, sob a espécie de pão e vinho, sendo o pão transubstanciado no corpo, e o vinho no sangue, pelo poder de Deus" (decreto 1; Leith, 58). Tomás de Aquino (1225-1274) afirmou que, depois de serem consagrados, já não eram pão nem vinho: o corpo de Cristo, que não estava presente antes da consagração, tomava-lhes o lugar. Pelo poder de Deus, toda a substância do pão se convertia em toda a substância do corpo de Jesus, uma conversão "apropriadamente chamada de transubstanciação" *{Suma Teológica,* 3a.75.2, 4).

A transubstanciação era, portanto, a posição católica romana ortodoxa. Foi apresentada oficialmente pelo Concilio de Trento: "Este santo sínodo declara novamente que, pela consagração do pão e do vinho, se opera a «s conversão de toda substância do pão na substância do corpo de Cristo, nosso Senhor, e de toda a substância do vinho na substância do Seu sangue. A essa mudança, a Igreja Católica denomina, de modo conveniente e apropriado, transubstanciação" (13ª seção, cap. 4).

3. Reforma

O ponto de vista dos reformadores a respeito da Ceia do Senhor se desenvolveu gradualmente e nunca foi uniforme. Eles concordavam que os sacramentos resultam em bênçãos quando são recebidos por alguém que desfruta de uma relação de fé pessoal com Deus. Para eles, os sacramentos só eram eficazes se fossem tomados na soberania e liberdade do Espírito Santo. Em contrapartida, negavam que a missa fosse um sacrifício oferecido a Deus, e rejeitavam a doutrina da transubstanciação.

Martinho Lutero (1483-1546) enfatizava a Ceia do Senhor como "o evangelho puro", uma dádiva de Deus e uma alegre comunhão com Cristo dentro do companheirismo da igreja. Realçava a base bíblica do sacramento. Teologicamente falando, Lutero seguiu Agostinho, apresentando a necessidade da fé, embora insistisse que as palavras de Jesus "isto é o Meu corpo" deveríam ser tomadas literalmente. O reformador alemão também denunciou o fato de o cálice ser negado ao povo comum e condenou o uso da expressão "sacrifício expiatório" para a missa.

Lutero se opôs ao ensino da transubstanciação, favorecendo assim a ideia de "consubstanciação". Ao agir assim, sugeriu a presença de duas substâncias: uma combinação do corpo e do sangue de Cristo com o pão e o vinho da comunhão,

Na Confissão de Augsburgo, de 1530, Filipe Melanchton afirmou "que o verdadeiro corpo e sangue de Cristo estão verdadeiramente presentes na Ceia de nosso Senhor sob a forma de pão e vinho" (artigo 10; Leith, 71). O artigo 24 declara que "o santo sacramento não foi instituído para servir como sacrifício pelo pecado, pois o sacrifício já se realizou, mas para despertar e confortar nossas consciências" (ibid., 85).

Ulrico Zwínglio (1484-1531), por outro lado, insistia em interpretar as palavras "isto é o Meu corpo" pela expressão "isto representa Meu corpo". É difícil determinar com exatidão o que ele realmente acreditava no tocante a essa questão. Embora seus escritos contenham afirmações que consideram a Ceia do Senhor como selo ou promessa do que Deus está fazendo para o crente, Zwínglio insistia em identificar o comer do pão e o beber do vinho com a fé em Cristo e a dependência confiante em Sua morte. Os elementos eram sinais ou símbolos que representavam figurativamente verdades ou bênçãos espirituais.

João Calvino (1509-1564), a terceira das eminentes personalidades da Reforma, refutava a ideia de que o pão *se tomava* o corpo de Cristo. Não aceitava inteiramente a ideia de Lutero de que o corpo de Cristo estava presente na eucaristia tampouco estava satisfeito com a ideia de Zwínglio de que o pão e o vinho não passavam de sinais. No capítulo de suas *Institutos da Religião Cristã* em que critica os que dele discordavam (4. 17), Calvino realçou o aspecto dinâmico e alegre da Ceia do Senhor: ela dava um antegozo da vida eterna e era sinal da ressurreição do corpo. O pão e o vinho também representavam a união com Cristo mediante a obra do Espírito. Cristo estava no Céu e não descia ao crente fiel. Mas, ao participar dos emblemas, os crentes eram elevados até Ele. Tudo isso, admitia Calvino, era um mistério.

Durante a Reforma, ainda se empregava a forma dos elementos - hóstias e vinho branco — e se utilizava a palavra "consagrar". Quando costumes e atitudes resistiam à mudança, a prática eucarística anterior era em muitos aspectos adaptada à nova concepção do sacramento.

A posição oficial da Igreja da Inglaterra é expressa nos Trinta e Nove Artigos (revisados em 1571). A transubstanciação é "contrária às claras e evidentes palavras da Escritura; o corpo de Cristo é dado, tomado e comido na Ceia somente de um ponto de vista celestial e espiritual", pela fé (Leith, 276). O sacramento

m 602

não deve ser adorado; é “um sacramento de nossa redenção pela morte de Cristo" (ibid.).

A Confissão de Westminster, adotada em 1647 pela Igreja da Escócia, postula que a Ceia do Senhor não é um sacrifício, “mas apenas uma comemoração dAquele que Se ofereceu a Si mesmo sobre a cruz, de uma vez por todas, e uma oblação espiritual de todo o louvor possível a Deus por essa oferta”. Embora “sejam às vezes chamados pelos nomes das coisas que eles representam, isto é, o corpo e o sangue de Cristo, ainda permanecem em substância e natureza, realmente e unicamente pão e vinho, como eram antes” (Leith, 225, 226).

4. Era Moderna

Nas discussões atuais sobre a Ceia do Senhor, pouca atenção se dedicou aos lances históricos da doutrina e prática do século 18 até o presente. Ao que parece, as alterações de pontos de vista propostas pela Reforma e pela Contra-Reforma foram mínimas.

Quanto ao rito da comunhão, os estudos acadêmicos atuais parecem se dedicar mais à história do que à teologia. Um dos pontos principais da discussão é a questão relativa à identidade da última Ceia. Foi ela, na verdade, uma Ceia pascal ou corresponde mais a qualquer outra refeição celebrativa judaica? Também importante é a data da refeição pascal, que no evangelho de João parece diferenciar-se do dia informado nos evangelhos sinóticos. Questões dessa natureza foram abordadas por Lietzmann, Bultmann, Jeremias, Marxsen, Patsch e Schuermann, entre outros.

Em 1982, a Comissão de Fé e Ordem do Concilio Mundial de Igrejas publicou um documento a ser apresentado às igrejas como base para uma nova discussão sobre as ordenanças. De acordo com *Baptism, Eiichctrist and Ministry*, a Ceia do Senhor é “uma dádiva que Deus nos dá por meio do poder do Espírito Santo”. E uma ação de graças ao Pai e um memorial do sacrifício de Cristo. É também um prenuncio da *parousia*. Aparecem fortes sugestões de teologia sacramental no documento, que defende, por exemplo, que “a igreja confessa a presença real, viva e ativa de Cristo na eucaristia, discernida pela fé. Além disso, “o uso de um único pão e de um cálice comum [...] demonstra e efetiva a unidade dos celebrantes com Cristo e entre si”. Isso desafia “todos os tipos de injustiça, racismo, separatismo e falta de liberdade” (10-17).

5. Posição Adventista

A Ceia do Senhor tem sido parte essencial da adoração na Igreja Adventista desde os seus primórdios. Isso deve-se, em grande medida, ao fato de que os primeiros membros da igreja vinham dos batistas, congregacionalistas, metodistas, presbiterianos e de outras igrejas praticantes da Ceia do Senhor.

Um dos primeiros registros de uma celebração adventista da Ceia do Senhor, datado de 18 de agosto de 1848, relata que os assistentes de uma conferência sabática realizada em Volney, Nova York, celebraram a Ceia. Dentre os primeiros adventistas, alguns defendiam que o rito da comunhão devia ser celebrado apenas uma vez por ano, por entenderem que a cerimônia era uma continuação da Páscoa judaica. À medida que a organização se desenvolveu, a Ceia do Senhor passou a ser celebrada uma vez por trimestre, tornando-se conhecida como a “reunião trimestral".

Geralmente, a Igreja Adventista do Sétimo Dia celebra a Ceia do Senhor uma vez por trimestre, seja num culto sabático de adoração, seja num outro culto especial (ver *Manual da Igreja*, 2005, 79). O plano trimestral parece ter sua origem na tradição metodista norte-americana, mas tem sido satisfatório para a maior parte dos membros da igreja. Os adventistas entendem que a observância mais frequente podería banalizar o significado espiritual desses ritos sagrados, reduzindo-os à mera formalidade.

Os adventistas do sétimo dia praticam a comunhão aberta, permitindo que todos os cristãos crentes participem, embora isso nem sempre aconteça. George I, Butler, presidente da Associação Geral de 1871 a 1874 e de 1880 a 1888, manifestou-se contrariamente à comunhão aberta (RH, 27/5/1873). Na década de 1890, os adventistas mudaram sua posição a respeito da comunhão fechada, em grande parte devido à influência dos escritos de Ellen G, White.

61 *ú*

De acordo com o *Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia*, "todos os que entregaram a vida ao Salvador podem participar" (2005, 83). Essa "comunhão aberta" permite que cristãos de outras denominações tomem parte no rito adventista de comunhão. Ellen White escreveu sobre o tema: "O exemplo de Cristo proíbe exclusão da Ceia do Senhor. Verdade é que o pecado aberto exclui o culpado. Isso ensina plenamente o Espírito Santo. [...] Além disso, porém, ninguém deve julgar. Deus não deixou aos homens dizer quem se apresentará nessas ocasiões. [...]

"Podem entrar pessoas que não são, no íntimo, servas da verdade e da santidade, mas que desejem tomar parte no serviço. Não devem ser proibidas" (DTN, 656).

Não obstante, os participantes devem examinar a própria vida e fazer um preparo espiritual para chegar-se à mesa do Senhor. E por isso que o *Manual da Igreja* orienta no sentido de que a cerimônia seja anunciada com antecedência, permitindo, assim, que os membros "preparem o coração e estejam certos de que foram endireitadas as desavenças não resolvidas uns com os outros" (2005, 82). Os filhos dos membros devem "aprender o significado da cerimônia observando a participação dos outros. Depois de receberem instrução formal em classes batismais e fazerem sua entrega a Jesus no batismo, estarão eles mesmos assim preparados para participar da cerimônia" (ibid,, 80, 81).

A *Enciclopédia Adventista do Sétimo Dia* observa que "durante toda a história da igreja adventista houve pouca mudança na forma como se compreendia o significado da Ceia do Senhor". O pão ázimo e o suco de uva não fermentado (ver *Manual da Igreja*, 2005, 81) são normalmente vistos como símbolos do corpo e sangue de Cristo, e como lembretes da paixão e morte de Cristo. A Ceia do Senhor, porém, é mais que mera refeição comemorativa, pois nela Cristo Se faz presente por Seu Santo Espírito. O fato de os membros do corpo participarem no rito da comunhão contribui para o crescimento na fé e companheirismo cristão. O rito da comunhão comemora a libertação do pecado, representa a comunhão coletiva com Cristo e prenuncia o segundo advento *(Seventh-day Adventists Believe,* 199-203).

IV. Comentários e Ellen G. White

Em nosso estudo das ordenanças, centralizamos a atenção na Escritura. Para estudo adicional sobre esse tema, incluímos, nesta seção do artigo, diversas declarações-chave de Ellen G. White.

A. *Batismo*

1. Significado das Ordenanças

"As ordenanças do batismo e da Ceia do Senhor são duas colunas monumentais, estando uma dentro e outra fora da igreja. Sobre essas ordenanças Cristo inscreveu o nome do verdadeiro Deus" (Ev, 273).

"O batismo é um rito muito importante e sagrado, e importa compreender bem o seu sentido. Simboliza arrependimento do pecado e começo de uma nova vida em Cristo Jesus. Não deve haver nenhuma precipitação na administração desse rito. Pais e filhos devem avaliar os compromissos que por ele assumem. Consentindo no batismo dos filhos, os

país contraem, em relação a eles, a responsabilidade sagrada de mordomos, para guiá-los na formação do caráter- Comprometem-se a guardar, com especial interesse, esses cordeiros do rebanho, para que não desonrem a fé que professam" (Ev, 309).

2. A Necessidade

"Cristo fez do batismo a entrada para o Seu reino espiritual. Estabeleceu isso como
604 ► condição positiva à qual têm de atender os que desejam ser reconhecidos como estando sob a autoridade do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Os que recebem a ordenança do batismo fazem com isso uma declaração pública de que renunciaram ao mundo e se tornaram membros da família real, filhos do celeste Rei" *(Maravilhosa Graça* [Meditações Matinais, 1974], 141).

3. Passos na Conversão

"Os passos na conversão, claramente indicados, são arrependimento, fé em Cristo como o Redentor do mundo, fé em Sua morte, Seu sepultamento e Sua ressurreição ilustrados no batismo e Sua ascensão ao alto para interceder pelo pecador" (YI, l°/2/l874).

4. Arrependimento Exigido

Dirigindo-se aos jovens, declarou Ellen G. White: "'Arrependei-vos, pois, e convertei-vos para serem cancelados os vossos pecados/ Vocês não devem perder tempo. O Céu e a vida imortal são tesouros valiosos que não podem ser obtidos sem nenhum esforço da parte de vocês. Não importa quão faltosas tenham sido suas vidas, como pecadores vocês têm passos a tomar. Vocês devem se arrepender, crer e ser batizados. Cristo foi justo em todos os sentidos; mesmo assim, o Salvador do mundo deu aos homens um exemplo quando Ele mesmo seguiu os passos que se requerem do pecador para se tornar filho de Deus e herdeiro do Céu" (T4, 40).

"João Batista se apresentou pregando a verdade, e por sua pregação os pecadores eram convencidos e convertidos. Esses entrariam no reino dos Céus antes daqueles que, em justiça própria, resistiam à solene advertência. Os publicanos e meretrizes eram ignorantes, porém esses homens cultos conheciam o caminho da verdade. Contudo, recusavam andar no caminho que conduz ao paraíso de Deus. A verdade que deveria haver sido para eles um cheiro de vida para vida tornou-se um cheiro de morte para morte. Pecadores declarados, que aborreciam a si mesmos, receberam das mãos de João o batismo, porém esses mestres eram hipócritas" (PJ, 277).

5. Cristo é o Exemplo

"Quando Se submete à ordenança do batismo, Cristo mostra ao pecador um dos passos mais importantes na conversão verdadeira. O Salvador não tinha nenhum pecado do qual Se lavar, mas, ao consentir em Se tornar o substituto do homem, os pecados dos seres humanos culpados Lhe foram atribuídos. 'Aquele que não conheceu pecado, Ele O fez pecado por nós; para que, nEle, fôssemos feitos justiça de Deus/ Ao aceitar Cristo como o substituto dos pecadores, Deus concede ao pecador a oportunidade de, com a ajuda do poder divino de Cristo, suportar a prova que Adão deixou de suportar" (YI, fevereiro de 1874).

6. Uma Promessa

"Todos quantos professam ser seguidores de Jesus Cristo, ao dar esse passo [batismo], prometem a si mesmos andar como Ele andou. No entanto, o rumo que seguem muitos dos que fizeram elevada profissão mostra que a vida deles se acha muito distante de estar em conformidade com a vida do grande Padrão. Direcionam seus procedimentos para atingir seu próprio padrão imperfeito. Não imitam a abnegação de Cristo nem Sua

vida de sacrifício pelo bem dos outros" {RH, 16/8/1881).

"Tomou-se providência para que, quando se arrepender e der os passos necessários para a conversão, seja o homem perdoado. Quando ele é batizado em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, esses três grandes poderes prometem operar a seu favor. E o homem, por sua vez, ao descer às águas e ser sepultado na semelhança da morte de Cristo e ressuscitado na semelhança de Sua ressurreição, compromete-se a adorar o Deus vivo e verdadeiro, retirar-se do mundo e separar-se e guardar a lei de Jeová" (SATl, 321).

7. Preparação dos Candidatos

"Antes do batismo devem ser-lhes feitas perguntas relativamente às suas experiências, porém, não de modo frio e reservado, e sim com mansidão e bondade, encaminhando-se os recém-convertidos para o Cordeiro ► de Deus, que tira os pecados do mundo. As exigências do evangelho devem ser estudadas a fundo com os batizandos" (Ev, 312).

"O preparo para o batismo é um assunto que deve ser cuidadosamente estudado. Os novos conversos à verdade devem ser fielmente instruídos no positivo 'Assim diz o Senhor. A Palavra de Deus deve-lhes ser lida e explicada ponto por ponto" (ibid., 308).

8. Responsabilidade dos Pais

"Depois de terdes feito tudo quanto vos foi possível, e eles [os filhos] revelarem ter compreendido o que significam a conversão e o batismo, e estarem verdadeiramente convertidos, deixai que se batizem. Mas, repito, disponde-vos de antemão a agir como pastores fiéis em guiar-lhes os inexperientes pés no caminho estreito da obediência. Deus tem de operar nos pais para que possam dar aos filhos bom exemplo em relação ao amor, ã cortesia, humildade cristã e inteira devoção a Cristo. Se, porém, consentirdes em que os filhos sejam batizados e depois lhes permitirdes proceder como lhes apraz, não sentindo nenhuma obrigação de guiá-los pelo caminho estreito, sereis vós mesmos responsáveis pelo fracasso de sua fé, ânimo e interesse pela verdade" (Ev, 310, 311).

B, A *Ceia do Senhor e a Ordenança do Lava-Pês*

1. Observância Agradecida

"A cerimônia do lava-pés e a Ceia do Senhor, em sua simplicidade e espiritualidade, devem ser observadas com genuína solenidade e com corações cheios de gratidão. Seus participantes não devem esgotar suas faculdades físicas nem mentais em formalidades e cerimônias externas. Todo o vigor da mente e a saúde do corpo devem ser mantidos renovados para se empenhar na obra do evangelho e conduzir almas do pecado para o caminho ascendente da santidade. Apresenta-se nessa ordenança a necessidade de economizar todos os pensamentos, todas as energias, todos os afetos e faculdades para se submeter ao jugo de Cristo e entrar em comunhão com Ele na busca de salvar aqueles que estão perecendo sem Deus e sem esperança no mundo" (RH, 21/6/1S9S).

2. A Páscoa

"A Páscoa apontava para o passado, para a libertação dos filhos de Israel; mas, sendo típica, apontava também para o futuro, para Cristo, o Cordeiro de Deus, morto para a redenção do homem caído. O sangue aspergido nos umbrais das portas prefigurava o sangue expiatório de Cristo, bem como a dependência contínua do pecador dos méritos daquele sangue para proteção contra o poder de Satanás, e para a redenção final. Cristo participou da Ceia pascal com Seus discípulos pouco antes de ser crucificado e, na mesma noite, instituiu a ordenança da Ceia do Senhor, para ser observada em memória de Sua morte.

A Páscoa era observada em comemoração da libertação dos filhos de Israel do Egito. Era tanto comemorativa quanto típica. O tipo encontrou o antítipo quando Gristo, o Cordeiro de Deus sem mácula, morreu sobre a cruz. Ele deixou uma ordenança para comemorar os eventos da Sua crucificação" (SP1, 201).

3. Transição

"No décimo quarto dia do mês, à tarde, celebrava-se a Páscoa, comemorando com suas cerimônias solenes e impressionantes o livramento do cativeiro do Egito, e apontando ao futuro sacrifício que libertaria do cativeiro do pecado. Quando o Salvador rendeu Sua vida no Calvário, cessou a significação da Páscoa, e a ordenança da Ceia do Senhor foi instituída como memorial do mesmo acontecimento de que a Páscoa fora tipo" (PP, 539).

4. Significado e Propósito

"Nosso Salvador instituiu aqui a Ceia do Senhor, para ser celebrada periodicamente, para manter vividas na memória de Seus seguidores as solenes cenas de Sua traição e crucificação pelos pecados do mundo. Era desejo de Cristo que Seus seguidores reconhecessem sua constante dependência de
606 ► Seu sangue para a salvação" (ST, 25/3/1880).

5. Administração das Ordenanças

"Toda ordenança realizada na igreja deve exercer influência edificante. Não devem elas ser tornadas comuns ou vulgares, nem postas no mesmo nível das coisas comuns. Nossas igrejas precisam ser instruídas para manifestar mais elevado respeito e reverência para com as coisas sagradas do culto a Deus. Assim como os ministros administram as cerimônias relacionadas com a adoração a Deus, assim devem eles educar e instruir o povo. Pequenos atos que educam, instruem e disciplinam a pessoa para a eternidade são de imensa importância na edificação e santificação da igreja" (Tó, 97).

6. Os Elementos

"O pão partido e o puro suco de uva devem representar o corpo quebrado e o sangue derramado do Filho de Deus. Pão com fermento não deve comparecer à mesa da comunhão; o pão ázimo é a única representação correta da Ceia do Senhor. Nada fermentado deve ser usado. Deve-se utilizar somente o puro fruto da videira e o pão não levedado" (RH, 7/6/1898).

"O pão é símbolo do corpo quebrado de Cristo, entregue pela salvação do mundo. O vinho simboliza Seu sangue, derramado pela purificação dos pecados de todos quantos a Ele se chegam em busca de perdão e O recebem como Salvador" (ST, 25/3/1880).

7. Exclusividade Proibida

"O exemplo de Cristo proíbe a exclusão da Ceia do Senhor. Verdade é que o pecado aberto exclui o culpado. Isso ensina plenamente o Espírito Santo. Além disso, porém, ninguém deve julgar. Deus não deixou aos homens dizer quem se apresentará nessas ocasiões. Pois quem pode ler o coração? Quem é capaz de distinguir o joio do trigo?" (Ev, 277).

8. Perversão das Ordenanças

"Os coríntios estavam se afastando bastante da simplicidade da fé e da harmonia da igreja. Continuavam a se reunir para adoração, mas com os corações indispostos entre si. Perverteram o verdadeiro significado da Ceia do Senhor, modelando-a em grande medida conforme as festas idólatras. Reuniam-se para celebrar os sofrimentos e morte de Cristo, mas convertiam a ocasião num período de banquetes e divertimento egoísta" (SLP, 170).

9. A Ordenança do Lava-Pés:
Seu Propósito

"O objetivo dessa cerimônia é trazer à lembrança a humildade do Senhor e as lições

por Ele ministradas ao lavar >os pés dos discípulos. Existe no ser humano a tendência de ter em mais alta consideração a si mesmo do que o seu irmão, de beneficiar-se a si mesmo, de procurar para si os melhores lugares; e, muitas vezes, isso traz como resultado ruins suspeitas e amargura de espírito. Essa ordenança, que precede à Ceia do Senhor, deve remover esses desentendimentos, tirar o ser humano de seu egoísmo, fazê-lo baixar de sua exaltação própria à humildade de coração que o levará a lavar os pés de seu irmão. Não é plano de Deus que isso deva ser adiado porque alguns são considerados indignos para dele participar. O Senhor lavou os pés de Judas. Não lhe recusou um lugar ã mesa, embora soubesse que ele sairía daquela mesa para fazer sua parte na traição de seu Senhor, Não é possível para seres humanos dizer quem é digno e quem não é. Eles não podem ler os segredos da alma, Não lhes compete dizer: 'Não participarei da ordenança se fulano estiver presente para participar/ Nem Deus deixou aos homens dizer quem se apresentará nessas ocasiões" (RH, 31/5/1898).

"Cristo deu a entender aos discípulos que a lavagem dos pés não lhes removia o pecado, mas que a purificação do coração era testada por meio dessa humilde V. cerimônia, Se o coração estivesse limpo, esse ato era tudo quanto se precisava para revelar o fato. Cristo havia lavado os pés de Judas; mas disse: 'Nem todos estais limpos.' Judas tinha um coração de traidor, e Cristo revelou a todos saber quem seria o traidora de seu Senhor, e que a lavagem dos pés dele não era um ritual para purificar a alma de sua contaminação moral" (ibid., 14/6/1898).

'"Ora, se Eu, sendo o Senhor e o Mestre, vos lavei os pés, também vós deveis lavar os pés uns dos outros. Porque Eu vos dei o exemplo, para que, como Eu vos fiz, façais vós também/ Aqui está a lição prática: 'Deveis lavar os pés uns dos outros/ 'O servo não é maior do que seu senhor, nem o enviado, maior do que aquele que o enviou. Ora, se sabeis estas coisas, bem-aventurados sois se as praticardes/ Essa ordenança não deve ser tratada de uma maneira mecânica como uma formalidade. Seu verdadeiro objetivo é ensinar humildade" (ibid.).

10. Não Adiar o Lava-Pés

"A ordenança do lava-pés não deve ser adiada porque existem alguns crentes professos não purificados de seus pecados. Cristo conhecia o coração de Judas, mas mesmo assim lavou seus pés" (ibid.).

607

V. Literatura

Bacchiocchi, Samuele. *Wine in the Bible: A Biblical Shtdy on the Use of AlcohoUc Beverages.* Berrien Springs: Biblical Perspectives, 1989.

Baptism, Eucharíst and Ministry. Faith and Order Paper, n° 111. Geneva: World Council of Churches, 1982.

Barclay, W. *The Lorâs Supper.* Philadelphia: Westminster, 1967.

Barth, Karl. *The Teaching of the Church Regarãing Baptism.* London: SCM, 1948.

Biblisches Forschungskomitee der Euro-Afrika-Division. *Abenâmahl und Fiissivaschung.* Hamburgo: Saatkorn Verlag, 1991.

Brovvn, Henry F, *Baptism Through the Centuries.* Mountain View: Pacific Press, 1965.

Cullmann, Oscar. *Baptism in the* New *Testament.* Chicago: Henry Regnery, 1950.

Dinkler, Erich. "Taufe im Urchrístentum." Em *Die Religion in Geschichte und Gegemmrt.* 3ª ed. Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1957-1965. 6:627-637.

Farag, Wadie. “Religious Foot Washing in Doctrine and Practice With Special Reference to Christianity." Tese de PhD, Dropsie University, 1970.

Ferris, Roger. “The Ordinances of Foot Washing and the Lord s Supper in the Seventh-day Adventist Denomination.” Washington: Seventh-day Adventist Theologícal Seminary, 1957.

GraybilI, Ron, "Foot Washing in Early Adventism.” *Review and Herald, 22* de maio de 1975.

---------- . "Foot Washing Becomes an Established Practice." *Review and Herald*, 29 de maio de 1975.

Hastings, James, ed. “Feet-washing," *Encyclopaedia of Religion and Ethics.* 13 vols. Edinburgo: T. & T. Clark, 1908-1926.

Higgins, A. J. B. *The Lords Supper in the Neiv Testament.* Londres: SCM, 1952.

International Standard Btble Encyclopedia, 4 vols, Ed. rev, Grand Rapids: Eerdmans, 1979-1988.

Jeremias, Joachim. *Infant Baptism in the First Four Centuries.* Trad. David Cairns. Philadelphía: Westmínster, 1960.

---------- , *The Eucharistic Words of Jesus.* Trad. Norman Perrín. Nova York; Scribners, 1966.

Johnsson, W. G. C*leanl The Meaning of Christian Baptism.* Nashville: Southern Publíshing Association, 1980.

Kodell, Jerome. *The Eucharíst in the New Testament.* Wilmington: Michael Glazier, 1988.

Leith, John H. *Creeds of the Churches.* Atlanta: John Knox Press, 1973,

Lehmann, Helmut T., ed, *Meaning and Practice ofthe Lords Supper.* Philadelphía: Mühlenberg, 1961.

Lynch, W. E. “The Eucharist a Covenant Meai." Em *Contemporaiy New Testament Studies,* ed. M. Rosalie Ryan, Collegeville: Liturgical, 1965.

Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Ed. rev. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2005.

Morgan, James. *The Importance of Tertullian.* Londres: Kegan Paul, 1928.

Morris, Colin. "An Examination of the Ordinances of Feet Washing Noting Groups That Have Practiced It Since the Reformation." Berrien Springs: Andrews + University Press, 1972.

Neiv Schaff-Herzog Encyclopedia ofReligious Knowledge. 13 vols. Nova York: Funkand Wagnalls, 1909.

Oestreich,Bernhard."DietheologischeDeutung • der Fusswaschung in der Gemeinschaft der Siebenten-Tags-Adventisten." Em *Abendmahl und Fusszvaschung.* Biblisches Forschungskomitee der Euro-Afrika-Division. Hamburgo: Saatkorn Verlag, 1991. 173-210.

Olsen, V. Norskov. “How the Doctrine of Baptism Changed.” Mímsfry, julho de 1978.

---------- . “The Recovery of Adult Baptism." *Ministry*, setembro de 1978.

“On Baptism." *Review and Herald*, 2 de abril de 1908.

Reumann, John. *The Supper of the Lord*. Philadelphía: Fortress, 1984.

Seventh-day Adventists Believe[...] A *Bihlical Exposition of* 27 *Fundamental Doctrines.* Washington: Ministerial Association, General Conference of Seventh-day Adventists, 198S.

Seventh-day Adventist Church Manual. Ed. rev. Silver Spring: General Conference of Seventh-day Adventists, 1990.

Snook, B. F. *Christian Baptism.* Battle Greek: Steam Press of the Review and Herald Office, 1861.

Thomas, John Christopher. *Footwashing in John 13 and the Johannine Community.* Sheffield: JSOT Press, 1991.

Waggoner, E. J. *Thoughts on Baptism.* Battle Creek: Seventh-day Adventist Publíshing Association, 1891.

«g

17
Dons Espirituais

George E. Rice

Introdução

Os dons espirituais recebem lugar de destaque nos escritos do apóstolo Paulo. Ele não só enumera alguns deles, mas também lhes delineia claramente a função: edificar a igreja. Os dons não foram dados para satisfação ou engrandecimento pessoal, mas para benefício do corpo. O fato de existir esses dons na igreja primitiva nos permite afirmar que a comunidade cristã era *carismática*, mas não no sentido normalmente aplicado à palavra hoje.

Paulo ensinava que os dons - inclusive a profecia, o ensino, o apostolado, o evangelismo, o falar em línguas e a operação de milagres - deviam ser exercidos pelos cristãos de todas as condições sociais. De sua carta aos coríntios fica evidente que alguns estavam empregando incorretamente os dons, especialmente o de falar em línguas.

Embora em certos âmbitos se dê grande importância ao falar em línguas, o NT deixa bem claro que outros dons são mais importantes para o bem-estar da igreja. Paulo recomenda o dom da profecia como o mais desejável. A parte principal deste artigo será, portanto, dedicada à discussão desse dom.

Um profeta é, antes de tudo, alguém que fala a mensagem de Deus. Predizer o futuro é apenas um aspecto secundário da tarefa profética. Ainda que a obra dos profetas escritores possa ser incluída no cânon bíblico, a obra dos profetas oradores não é por isso menos profética, mesmo que não seja escrita. Gomo quer que seja, as mensagens ditas ou escritas por um profeta devem se harmonizar com toda a Escritura e servir para advertir o mundo e edificar os crentes.

Desde os tempos do AT tem havido promessas de manifestações especiais do dom profético durante os "últimos dias". E com base nisso que se empreenderá um estudo do exercício do dom profético por parte de Ellen G. White.

I. Exemplos de Dons Espirituais no AT
  A. Profecia
    1. ProFecia Oral
    2. Profecia Escrita
  B. Milagres e Curas
  C. Sabedoria e Conhecimento
II. Doutrina dos Dons Espirituais no NT
  A. Definição de Termos
  B. Dons Concedidos por Deus
  C. Dons Identificados e Classificados
    1. Dons Identificados
    2. Dons Classificados
    3. Natureza de cada Dom
    4. Natureza das Línguas
  D. Permanência dos Dons
  E. Propósito dos Dons
  F. Condições para os Dons
III. Contrafação dos Dons
  A. Profecia
  B. Milagres
  C. Línguas
IV. O Dom Profético
  A. Definição de Termos
  B. O Chamado Profético
  C. Recebendo e Comunicando Mensagens
    1. Visões

2. Sonhos
3. A Palavra do Senhor
4. Modelo Investigativo
5. Comunicando a Mensagem
6. Iluminação

V. A Profecia e o Canon
A. Profecia Oral
1. Mensagens Confirmatórias
2. Os Cantores do Santuário
3. Os Filhos dos Profetas
B. Profecia Escrita
1. Canônicos
2. Não Canônicos

VI. Profecia no NT

VII. Profecia Incondicional e Condicional
A. Profecia Incondicional
B. Profecia Condicional

VIII. O Dom Profético e o Cânon Encerrado
A. Profecia Escrita Não Canônica e o Cânon Encerrado
B. Função do Dom Profético Pós-Canônico
1. Exaltar a Escritura
2. Explicar e Esclarecer a Escritura
3. Contextualizar a Escritura
4. Reprovar e Advertir a Igreja
5. Proteger de Erro Doutrinário

IX. Testando o Dom Profético
A. HA Lei e ao Testemunho"
B. Profetas Conhecidos por Seus Frutos
C. Predições Cumpridas
D. O Profeta Confessa a Cristo
E. Evidência Adicional do Dom Profético
1. Manifestações Físicas
2. Conveniência Temporal da Mensagem Profética
3. Certeza e Destemor do Mensageiro
4. Elevada Natureza Espiritual das Mensagens
5. Natureza Prática das Mensagens

X. Manifestações Escatológicas do Dom Profético
A. A Evidência de Joel
B. A Evidência de Jesus
C. A Evidência de Paulo
D. A Evidência de João

XI. Papel e Função de Ellen G. White na Igreja Adventista do Sétimo Dia
A. Elíen G. White
B. Como Ellen G. White Via a si Mesma
C. A Igreja Adventista do Sétimo Dia e o Papel de Ellen G. White
D. Fontes e Assistentes Literários
1. Fontes
2. Assistentes Literários
E. Fruto da Obra de uma Vida
F. Custódia dos Escritos de Ellen G. White

XII. Impacto dos Dons Espirituais

XIII. Contexto Histórico
A. Montanismo
1. Concepção sobre os Dons Espirituais
2. Avaliação da "Nova Profecia" pela História
3. Defesa dos Dons Espirituais porTertuliano
4. John Wesley e o Montanismo
B. Visão Cristã Geral
1. Catolicismo Romano
2. Protestantismo
C. Movimentos de Santidade
1. A Igreja Metodista Episcopal
2. Pentecostalismo
D. Movimento Carismático Moderno
1. A Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno
2. David du Plessis
3. Igrejas Tradicionais
E. Igreja Adventista do Sétimo Dia
1. Emocionalismo
2. Línguas
3. Milagres

XIV. Comentários de Ellen G. White
A. Dons Espirituais
B. Buscar Diariamente o Batismo do Espírito
C. Ponto de Vista de Ellen G. White sobre a Escritura
D. O Ponto de Vista de Ellen G. White sobre sua Própria Obra
E. Ellen G. White e o Dom Profético
F. Dom de Línguas
G. Dons Falsificados

XV. Literatura

I. Exemplos de Dons Espirituais no AT

Uma leitura cuidadosa do AT mostrará que os dons espirituais (*charísmata*), listados no NT, foram também concedidos ao povo de Deus antes do Pentecostes. As únicas exceções consistiram nos dons de falar em línguas e de interpretá-las.

A. Profecia

A profecia é o dom espiritual de mais destaque no AT. Deus havia dito ao povo de Israel: "Ouvi, agora, as Minhas palavras; se entre vós há profeta, Eu, o Senhor, em visão a ele, Me faço conhecer ou falo com ele em sonhos" (Nm 12:6). O registro do AT se acha repleto de palavras e ações de homens e mulheres que receberam o dom profético. Embora seja possível identificar duas amplas categorias de profecia, uma atividade profética não pode ser prontamente colocada em uma ou duas categorias convenientes. A categorização que se sugere a seguir - oral e escrita — parte de uma abordagem à compreensão do dom profético no AT.

L Profecia Oral

Cronologicamente falando, a profecia oral antecede os primeiros livros escritos do cânon do AT. Antes do dilúvio, Deus Se comunicou com os descendentes de Adão por meio de profetas como Enoque e Noé, Depois do dilúvio, escolheu profetas como ► Elias e Eliseu. Ao longo de toda a história do AT, o Senhor continuou a Se comunicar com Seu povo mediante profecia oral (ver V.A).

2. Profecia Escrita

A profecia escrita mais antiga de que temos conhecimento é a de Moisés. Instrumentos humanos foram escolhidos por Deus e inspirados pelo Espírito Santo a comunicar o conselho e os propósitos de Deus a Seu povo por meio de mensagens escritas. Os profetas que se enquadram nessa categoria podem ser subdivididos em dois grupos: (1) canônicos e (2) não canônicos.

Os profetas canônicos são aqueles cujos escritos foram preservados nas Escrituras. A maior parte deles é conhecida pelo nome; outros, não. De Moisés a Malaquias, as atividades dos profetas canônicos atravessam as páginas do AT. Dentro dessas páginas ficamos sabendo de um segundo grupo de profetas escritores: os profetas não canônicos. Embora seus escritos não tenham sido preservados nas Escrituras, a mensagem que apresentavam portava a marca da autoridade divina. Mais se dirá depois sobre essas duas categorias de profecia escrita (ver V.B).

B. Milagres e Curas

O AT está repleto de relatos de Deus intervindo na história humana e realizando prodígios. Durante os anos de peregrinação no deserto, Israel não deixou de testemunhar milagres. Na maioria dos casos, porém, Moisés atuou como arauto da manifestação do poder divino, admoestando o povo a contemplar as maravilhosas obras de Deus. Somente nas poucas ocasiões em que Deus usou Moisés como Seu instrumento, como no caso da água tirada da rocha, é que vemos o dom de milagres no ministério desse profeta.

Elias foi o arauto dos três anos e meio de seca. Deus obviamente informou Elias do que pretendia fazer, e Elias, por sua vez, informou isso a Acabe (lRs 17:1-7). Novamente, conforme a Palavra do Senhor, Elias informou a Acabe que a chuva estava prestes a cair; ele orou e a chuva desceu (lRs 18:41-46). Tiago, porém, apresenta toda a experiência como se Elias possuísse o dom de realizar milagres: "Elias era homem semelhante a nós, sujeito aos mesmos sentimentos, e orou, com instância, para que não chovesse sobre a terra, e, por três anos e seis meses, não choveu.

E orou, de novo, e o céu deu chuva, e a terra fez germinar seus frutos'* (Tg 5:17, 18).

Não obstante, as experiências de Elias durante a seca parecem mais o dom de realizar milagres. Quando a viúva de Sarepta seguiu a instrução de Elias, teve bastante farinha e azeite para alimentar o profeta, a si mesma e ao filho durante a seca (lRs 17:8-16). Quando o filho da viúva morreu, Elias o ressuscitou (v. 17-24). Pela palavra de Elias, 102 soldados de Acazias foram consumidos pelo fogo (2Rs 1:9-14).

Além de ter recebido porção dobrada do espírito de Elias, Eliseu possuía não somente o dom profético, como também o de realizar milagres e curas. Ele converteu água ruim em água potável usando um pouco de sal (2Rs 2:19-22); multiplicou o azeite de uma viúva aflita para que ela pagasse as dívidas (2Rs 4:1-7); ressuscitou mortos (v. 32-37); purificou, colocando farinha, uma panela do veneno de trepadeira silvestre (v. 38-41); multiplicou 20 pães de cevada para alimentar 100 homens (v. 42-44); curou Naamã de lepra (2Rs 5:8-14); e fez um machado flutuar (2Rs 6:1-7).

C. Sabedoria e Conhecimento

O dom espiritual do conhecimento foi manifestado na perícia profissional concedida a Bezalel, da tribo de Judá, a Aoliabe e a outros que trabalharam sob sua direção na construção do tabernáculo. Disse o Senhor a Moisés: "Eis que chamei pelo nome a Bezalel, [...] da tribo de Judá, e o enchi do Espírito de Deus, de habilidade, de inteligência e de conhecimento, em todo artifício. [...] [II.] Eis que lhe dei por companheiro Aoliabe, [...] da tribo de Dã; e dei habilidade a todos os homens hábeis, para que me façam tudo o que tenho ordenado" (Êx 31:1-6).

O AT contém outros exemplos notáveis dos dons da sabedoria e do conhecimento, faraó reconheceu em José esses dons quando disse: "Acharíamos, porventura, homem como este, em quem há o Espírito de Deus? Depois, disse faraó a José: Visto que Deus te fez saber tudo isto, ninguém há tão ajuizado e sábio como tu" (Gn 41:38, 39). A Escritura diz a respeito de Daniel e de seus três amigos: "Ora, a estes quatro jovens, Deus deu o conhecimento e a inteligência em toda cultura e sabedoria; mas a Daniel deu inteligência de todas as visões e sonhos" (Dn 1:17).

O dom da sabedoria também era dado para liderança. Josué estava "cheio do espírito de sabedoria, porquanto Moisés impôs sobre ele as mãos; assim, os filhos de Israel lhe deram ouvidos" (Dt 34:9). Sabedoria para liderar também foi concedida aos juizes (Jz 2:16, 18; 11:29) e a Davi (lSm 16:13).

Em todas as partes do AT se encontram ilustrações de outros dons. Salomão, por exemplo, pediu o dom do discernimento para governar o povo sabiamente; "Dá, pois, ao Teu servo coração compreensivo para julgar a Teu povo, para que prudentemente discirna entre o bem e o mal" (lRs 3:9). Deus lhe concedeu o desejo (v. 11, 12). A viúva de Sarepta (lRs 17:8-16) e a mulher em Suném (2Rs 4:8-10, 21, 32) receberam os dons da misericórdia e da hospitalidade.

II. Doutrina dos Dons Espirituais no NT

O NT introduz e desenvolve os dons espirituais como uma dotação de Cristo, comunicada pelo Espírito Santo. Com base no que se viu até aqui, podemos identificar a operação do Espírito Santo e a presença dos Seus dons no AT. Para começar a estudar esses dons no NT, é necessário definir três termos usados pelos escritores do NT.

A. *Definição de Termos*

O NT emprega três palavras para a presença/dom do Espírito Santo e os dons

subsequentes que Ele outorga aos cristãos. *Charis* (graça, favor) é a raiz da palavra preferida por Paulo para os dons espirituais: *charismata.* Em seu nível mais simples, ela significa "dom-graça". A não ser por seu emprego em 1 Pedro 4:10, ela é usada somente por Paulo (16 vezes), mas não exclusivamente para dons espirituais (veja, por exemplo, Rm 5:15, 16; 6:23; 11:29; 2Co 1:11).

Com exceção de 1 Pedro 2:5, onde aparece duas vezes, *pneumatikos* (um adjetivo, "espiritual"), assim como *charismata*, é usado quase exclusivamente por Paulo (23 vezes). Em 1 Coríntios 12:1 e 14:1 este adjetivo aparece no gênero neutro e é usado como substantivo ("coisas espirituais" ou "dons espirituais"). Paulo inicia sua discussão sobre os dons espirituais usando *pneumatikos:* "A respeito dos dons espirituais, não quero, irmãos, que sejais ignorantes" (lCo 12:1).

Pensa-se que *pneumatikos* foi possivelmente o termo usado pelos coríntios para descrever sua experiência no Espírito *{pneuvia),* numa carta endereçada a Paulo, buscando conselho sobre os dons espirituais. Schatzmann (101) sugere que o termo foi escolhido pelos coríntios porque exprimia certa superioridade espiritual, mas Paulo, depois de usá-lo no verso 1, imediatamente o substitui por *charismata* para realçar o erro deles.

O terceiro termo, *ãõrea* (dom, usado 11 vezes), não é empregado para dons espirituais. E interessante, no entanto, a maneira como Lucas o emprega (quatro vezes em Atos). Em cada exemplo, *âõrea é* usado para a recepção do Espírito Santo como um dom. É óbvio que, quando o Espírito está presente na vida, seguem-se os dons *{charismata),* de acordo com 1 Coríntios 12.

Lucas utiliza *dõrea* primeiramente em Atos 2:38, onde o Espírito Santo é prometido como um dom àqueles que se arrependem e são batizados no nome de Jesus. Em Atos 8:17-20 os novos crentes de Samaria recebem o Espírito Santo quando Pedro e João impõem as mãos sobre eles. Vendo isso, Simão quis comprar o poder pelo qual poderia ele dotar com o Espírito Santo aquele sobre o qual impusesse as mãos. Mas Pedro respondeu: "O teu dinheiro seja contigo para perdição, pois julgaste adquirir, por meio dele, o dom *[âõrea]* de Deus." Em terceiro lugar, em Atos 10:44-46, quando Cornélio e sua fa- < mília creram no evangelho, eles receberam o dom *{âõrea)* do Espírito Santo, o que lhes permitiu falar em outra(s) língua(s). Por último, em Atos 11:15-17, relatando a conversão de Cornélio e de sua família aos líderes da igreja, Pedro disse que Deus dera aos gentios o mesmo dom *{dõrea)* que, no princípio, havia dado aos crentes judaicos.

¡8. *Dons Concedidos -por Deus*

Paulo não tem dúvida de que os dons espirituais têm sua origem no Pai e no Filho (Ef 4:8, 11), e de que o Espírito Santo distribui a cada um individualmente, como Lhe apraz (lCo 12:11). O Espírito de Deus, que compreende os pensamentos de Deus, também é concedido aos cristãos para que compreendam e apreciem os dons por Ele conferidos (lCo 2:10-13). Além disso, o Espírito é concedido pelo Pai àqueles que O pedem (Lc 11:13).

A experiência dos crentes coríntios mostra a intenção de Deus de que todos os dons estejam presentes e operantes entre Seu povo. Paulo chama a atenção para o fato de que o "testemunho de Cristo" (o espírito da profecia, Ap 19:10) fora confirmado entre eles, de modo que não lhes faltava nenhum dom espiritual (lCo 1:6, 7; para discussão adicional sobre esta passagem, verX.C). Posteriormente (lCo 14:1), Paulo os estimulou a desejar seriamente dons espirituais *{pneumatikos),* especialmente a px-ofecia. Duas vezes Paulo advertiu Timóteo para não ser negligente com o dom que lhe fora concedido por Deus, pela imposição das mãos (lTm 4:14; 2Tm 1:6).

Segundo o relato dos evangelhos sinóticos, os apóstolos possuíam certos dons

espirituais muito antes do Pentecostes, provando assim que haviam sido consagrados pelo Espírito Santo e investidos em seu trabalho público. Lucas 9:1 afirma que Jesus "deu-lhes poder e autoridade sobre todos os demônios, e para efetuarem curas", quando os enviou a pregar. Em Mateus 10:8 é dito que Jesus os encarregou de curar enfermos, ressuscitar mortos, purificar leprosos e expelir demônios.

Depois de serem investidos pelo Espírito Santo no ministério público (Lc 9:1) e capacitados para curar enfermos, ressuscitar mortos, purificar leprosos e expulsar demônios (Mt 10:8), os apóstolos receberam um sorvo mais profundo do Espírito novamente quando Jesus, durante uma aparição pós-ressurreição, "soprou sobre eles e disse-lhes: Recebei o Espírito Santo" (Jo 20:22). O poder pleno para a missão mundial veio depois, no Pentecostes (At 2:1-4). Foi renovado quando o edifício no qual os apóstolos oravam foi sacudido e todos ficaram mais uma vez cheios do Espírito Santo e anunciaram "com intrepidez" a Palavra de Deus (At 4:31). A experiência dos apóstolos fornece, portanto, um precedente para múltiplos "batismos" do Espírito.

A atenção especial dada por Lucas às manifestações do Espírito Santo no Pentecostes (At 2:1-4), em Samaría (At 8:14-24), na casa de Cornélio (At 10:44-48) e em Éfeso (At 19:1-7) enfatiza dois fatos importantes. Primeiro, foi cumprida a ordem de Jesus para pregar o evangelho em Jerusalém, Judeia, Samaria e todo o mundo (At 1:8). Em segundo lugar, o dom (*dõrea*) do Espírito e os dons *(charismata)* que Ele distribui são universais, sendo recebidos por judeus, samaritanos, romanos e efésios. Assim Lucas dá como cumprida a afirmação de Pedro no Pentecostes: "Pois para vós outros é a promessa, para vossos filhos e para todos os que ainda estão longe, isto é, para quantos o Senhor, nosso Deus, chamar" (At 2:39).

C. *Dons Identificados e Classificados*

O apóstolo Paulo identifica os diversos dons concedidos pelo Espírito Santo. Duas das quatro passagens abaixo listam os indivíduos a quem foram outorgados os dons para propósitos de ministério espiritual.

1. Dons Identificados

i *Corfntios 12:8-10*

'A um e dado, mediante* o Espírito

1. Palavra da sabedoria
2. Palavra do conhecimento
3. Fé
4. Dons de curar
5. Operações de milagres
6. Profecia
7. Discernimento de espíritos
8. Variedade de línguas
9. Capacidade de interpretar línguas

Romanos 12:6-8

"Tendo, porém, diferentes dons segundo a graça que nos foi dada [...]"

1, Profecia
2, Ministério
3. Ensino
4. Exortação
5. Contribuição
6. Presidência
7. Atos de misericórdia

1 Corfntios 12:28-30

"Estabeleceu Deus na igreja [...]"

1. Apóstolos
2. Profetas
3. Mestres
4. Operadores de milagres
5. Dons de curar
6. Colaboradores
7. Administradores
8. Falantes de línguas
9. Intérpretes de línguas

Efésios 4:11

"E Ele mesmo concedeu uns para

1. Apóstolos
2. Profetas
3. Evangelistas
4. Pastores
5. Mestres

Em 1 Coríntios 12:8-10 e Romanos 12:6-8 Paulo identifica os dons espirituais, enquanto em 1 Goríntios 12:28 e Efésios 4:11 ele identifica os ministérios espirituais concedidos à igreja como um dom. Embora os dons mencionados em 1 Coríntios 12:8-10 e

Romanos 12:6-8 estejam em operação dentro dos ministérios espirituais, não se limitam a esses ministérios, pois os dons espirituais são concedidos a todos quantos aceitam Cristo pelo Espírito, segundo Lhe apraz.

2. Dons Classificados

Os apóstolos são os primeiros em ambas as listas dos ministérios espirituais, com os profetas ou profecia em segundo. O apostolado não somente aparece como primeiro na lista, mas em 1 Coríntios 12:28 Paulo usa o advérbio “primeiro”, que pode significar tanto primeiro no tempo como no espaço. Se o significado dessa palavra flexível se restringe aos que tiveram contato direto com o Senhor e por Ele foram comissionados, pode-se entender que esse dom cessou, Mas, se for considerado o significado básico da palavra — aquele que é enviado numa missão —, “apóstolo” equivale a “missionário”, sendo a primeira palavra derivada do grego e a segunda, do latim. Não resta dúvida de que a missão, ou seja, o encargo de levar as boas- novas ao mundo, foi ordenada pelo Senhor até o fim do tempo (Mt 28:18-20).

Ao que parece, Paulo não tentou classificar os dons pela ordem de importância. Em 1 Coríntios 12:8-10 ele mencionou a profecia em sexto lugar, enquanto que a colocou em primeiro em Romanos 12:6-8. O dom de línguas está em penúltimo lugar em 1 Coríntios 12, e não aparece de modo nenhum em Romanos 12.

Existe a distinta possibilidade de os dons serem, em 1 Gorintios 12:8-10, divididos em três subgrupos identificados como sabedoria, fé e línguas. Os dons que pertencem a cada grupo se acham interligados pela palavra grega *allos* ("outro” da mesma espécie), enquanto que o subgrupo seguinte é identificado pela palavra *heteros* (“outro” de uma espécie diferente). Assim a palavra da sabedoria e a palavra do conhecimento se unem por *allos* e constituem um subgrupo. A fé inicia um novo subgrupo, que é separado do grupo da sabedoria pelo uso de *heteros.* Cura, operação de milagres, profecia e discernimento de espíritos acham-se todos associados à fé pelo uso da palavra *allos*. O dom de línguas, por outro lado, inicia o terceiro grupo, que é separado do subgrupo da fé pelo uso da palavra *heteros,* embora a interpretação de línguas esteja unida à variedade de línguas por *allos.*

3. Natureza de cada Dom

Examinaremos brevemente neste tópico todos os dons, com exceção do dom de línguas, cuja natureza será tratada em detalhes no tópico a seguir, e o dom de profecia, que ocupará o restante deste artigo.

a. Palavra da sabedoria (lCo 12:8). E possível que “palavra da sabedoria" seja dois dons combinados em um. O primeiro é o dom da percepção e da compreensão, a capacidade para processar o que é percebido; o segundo é o dom de partilhar os resultados em conselhos práticos, que não tumultuam, mas trazem harmonia e crescimento para quem os ouve.

b. Palavra do conhecimento (v. 8). Esse dom pode também consistir em duas partes. A primeira é o dom do estudo que descortina o significado da Palavra de Deus, para que esta se torne compreensível. A segunda é o dom de comunicar esse significado para que outros possam compreender e ser abençoados.

c. Fé (v. 9). Este dom reivindica as promessas de Deus quando o presente e futu- + ro não apresentam nenhuma esperança de cumprimento, e segue adiante apesar das dificuldades, confiando que Deus irá realizar Sua vontade.

d. Cura (v, 9). Este dom traz alívio tanto para o sofrimento físico quanto para o emocional. Deus prescreveu oração e unção com óleo como método usual de se buscar a cura

(Tg 5:14,15), embora muitas vezes a cura seja concedida somente pela oração.

e. Operação de milagres (IGo 12:10). Embora geralmente se pense neste dom associado com a cura, ele inclui a capacidade de fazer qualquer coisa considerada impossível através de meios naturais.

f. Capacidade de discernir espíritos (v. 10). Este dom também é referido como discernimento. E o dom de identificar as questões e motivos que criam conflitos, Também capacita a pessoa a distinguir entre a verdade e o erro, entre os verdadeiros e os falsos mestres ou profetas.

g. Serviço (Rm 12:7). Este é o dom de efetuar tarefas, às vezes desagradáveis, de ajudar outros com espírito prestativo e alegre.

h. Ensino (v. 7). O dom de ensinar e a palavra do conhecimento são semelhantes em alguns aspectos. O dom do ensino fornece instrução espiritual de tal modo que a Palavra e a vontade de Deus se tornam compreensíveis, e os ouvintes sejam capazes de incorporar na vida tanto uma coisa como a outra.

i. Exortação (v. 8). Este dom consola e estimula. Ele também inclui a capacidade de tornar idéias vagas e casuais em alvos compreensíveis.

j. Contribuição (v. 8). O dom da generosidade inclui a doação sistemática e alegre de recursos.

k. Prestação de ajuda (v. 8)- Este dom consiste na atitude de doar tempo e energia para satisfazer necessidades humanas, independentemente de como elas se apresentem.

l. Atos de misericórdia (v. 8). O dom de ser compassivo com as necessidades e os sentimentos alheios, e oferecer auxílio temporal e espiritual apropriado,

4. Natureza das Línguas

Dos dons listados por Paulo, línguas e profecia são os que produzem mais discussão. Visto que o dom de profecia será tratado em detalhes posteriormente (ver IV), será apropriado dar agora atenção às línguas.

Muitos veem o oráculo de Delfos como evidência de que a experiência de línguas apresentada em 1 Coríntios 14 tem raízes na religião helenística. G. F. Hasel (47-49, 130-133) mostrou, porém, que essa comparação popular é seriamente questionada em resultado de recente pesquisa. Foi demonstrado que a sacerdotisa Pítia não praticava a *glossolalia* (a declaração extática de sons ininteligíveis) quando proferia seus oráculos.

Hasel (41-55) também demonstra que a expressão "falar em línguas" *(glõssa lalein)* "nunca é usada fora do NT para o que hoje se designa como glossolalia" ou discurso ininteligível. Essa pesquisa torna cada vez mais difícil entender o "falar em línguas" do NT como um discurso extático ou ininteligível.

Não há dúvidas de que o dom de línguas de Atos 2 era *xenoglossia* (falar uma língua humana sem ter estudado). Por duas vezes, Lucas nos diz que o povo ouviu o testemunho dos apóstolos a respeito das maravilhosas obras de Deus na própria língua materna deles (v. 8, 11). Em Atos 10:41-46 os judeus que acompanhavam Pedro entenderam que Cornélio e os membros da casa dele louvaram a Deus através do dom de línguas.

O dom linguístico dos apóstolos era permanente. Não somente falavam com correção a(s) língua(s) que lhes foram concedidas, **mas** o dom **também** lhes **permitia** falar **sua** própria língua com uma correção não vista antes do Pentecostes (AA, 40).

Quando Paulo impôs as mãos sobre os 12 discípulos recém-batizados de Efeso, o Espírito Santo lhes concedeu dois dons: "[Eles] tanto falavam em línguas como profetizavam" (At 19:6). O texto não diz se a experiência de línguas era *xenoglossia* ou *glossolalia,* mas, tomando a experiência do dia de Pentecostes como critério para identificar subsequentes experiências com línguas, podemos seguramente supor que no Pentecostes

foram faladas línguas humanas previamente não estudadas.

D. A. Garson (83) declara que, segundo Paulo, o dom de línguas é *xenoglossia*: "No computo geral, portanto, a evidência favorece o ponto de vista de que, para Paulo, o dom de línguas era um dom de línguas reais, ou seja, línguas cognitivas, fossem de homens ou de anjos." Hasel afirma que o dom de línguas é a capacidade de falar numa verdadeira língua, mas nega que isso inclua a língua dos anjos. Também observa que esse dom não pode se referir "ao falar ininteligível de sílabas sem sentido", compreendido só por Deus. Falar em línguas é falar numa "língua humana pela qual a humanidade toma conhecimento dos mistérios divinos revelados" (Hasel, 123, 126).

Tanto em Romanos 12 como em 1 Coríntios 12, Paulo utiliza o corpo humano como modelo da forma como os dons se inter-relacionam. Cada dom tem seu lugar no plano de Deus, de modo que nenhum é dispensável. Se aqueles que se supõem inferiores ficam ausentes, todo o corpo sofre (lGo 12:14-26). Schatzmann (102) diz: "Nenhum dos dons da graça é sem valor; e nenhum é menos digno que outros."

D. *Permanência ãos Dons*

Os dons espirituais (*ckarismata*) devem ser encontrados na igreja até que Jesus venha. Três declarações paulinas dão prova disso. Primeiramente, na introdução (ICo 1:6, 7), ele diz que, ao receber o testemunho de Cristo, a igreja não sentia falta de nenhum dom, enquanto aguardava a "revelação do nosso Senhor Jesus Cristo" (para estudo dessa passagem, ver X.C). O argumento de Paulo é claro: os dons espirituais estarão em operação entre os que aguardam o segundo advento, e enquanto o advento demorar tais dons estarão presentes.

Em segundo lugar, em seu grande capítulo sobre o amor, Paulo diz que nosso conhecimento e profecia são imperfeitos, mas, quando vier o que é perfeito, então o que é imperfeito será aniquilado (ICo 13:9, 10). O que é perfeito será introduzido pelo retorno de Jesus. Até então, os dons espirituais desempenharão seu oportuno papel no ministério da igreja.

Em terceiro lugar, os ministérios espirituais, dentro dos quais funcionam os dons espirituais, foram dados à igreja até "que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo" (Ef 4:13). Isso só se realizará quando Jesus aparecer pela segunda vez para transformar este "corpo corruptível" em "incorruptível" e este "corpo mortal" em "imortal" (ICo 15:53).

E. Propósito dos Dons

O NT deixa claro que os dons espirituais são concedidos para o cumprimento da missão confiada à igreja. Essa missão abrange a introdução do evangelho em novos campos (At 1:8), a proclamação de Cristo com intrepidez (At 4:31), a operação de sinais e maravilhas para a glória de Deus (At 2:43; 5:12-16), o fortalecimento do companheirismo e espírito de comunidade (At 2:44-47; 4:32-37), o combate do erro com a verdade (At 6:10) e a concessão dos benefícios dos diversos dons para a edificação dos santos (Rm 1:11; 12:6-8; IPe 4:10, 11).

Em Efésios 4:11-14, Paulo enfatiza os dons dos ministérios espirituais que Deus concedeu à igreja, a saber: apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e mestres. Esses ministérios devem trabalhar juntos para alimentar e edificar a igreja, bem como para proclamar o evangelho aos que se acham fora dela. Tanto pastores como leigos devem participar nesses ministérios. Visto que os diversos dons e ministérios espirituais distribuídos pelo Espírito são empregados para a salvação de pessoas, a igreja pode hoje testemunhar e ter experiências semelhantes às

que a igreja primitiva teve depois do Pentecostes. Cada cristão tem o privilégio de receber os dons do Espírito para testemunhar adequadamente de Jesus; cada membro tem a oportunidade de usar seus dons nos diversos ministérios para a edificação da igreja.

Pelo fato de os dons espirituais *(charismata*) serem concedidos para capacitar a igreja ^► a cumprir sua missão no mundo, a igreja de Cristo é carismática. Embora hoje a palavra "carismático" tenha se tornado associada a experiências extáticas ou emocionais durante a adoração coletiva ou individual, carismático, no NT, significa capacitado para o serviço, seja individualmente, seja coletivamente.

F. Condições para os Dons

A ideia de preencher certas condições antes de receber o Espírito e os dons que Ele distribui causa inquietação em alguns círculos. Mas as condições são fundamentais para o ensino do NT sobre os dons espirituais. Pedro, por exemplo, preveniu seus ouvintes de que era preciso cumprir certas condições antes de receber o Espírito Santo: arrependimento e batismo em nome de Jesus para a remissão de pecados (At 2:38). Perante o Sinédrio, o apóstolo fez uma súmula das condições necessárias: o Espírito Santo é outorgado aos que obedecem a Deus (At 5:32).

Paulo informou aos coríntios que uma pessoa não espiritual, incapaz de entender e apreciar coisas espirituais, não recebe os dons do Espírito (lCo 2:13, 14). O ciúme e a contenda na congregação em Corinto revelavam que alguns dentre eles ainda eram carnais e não espirituais, estando assim desqualificados para receber os dons espirituais.

Antes de enumerar sete dos dons (Rm 12:6-8), Paulo roga aos romanos que apresentem o seu corpo por sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, e que não se conformem com o mundo (v. 1, 2). Depois de listar os ministérios espirituais, apela aos efésios para que se despojem de seu antigo estilo de vida, que não vivam mais como os gentios, mas que se renovem e sejam recriados "segundo Deus, em justiça e retidão procedentes da verdade" (Ef 4:17-24). Paulo admoesta Timóteo a reavivar o dom que recebera e relembra-o de que Deus dotara os crentes com espírito de moderação (2Tm 1:7).

A questão da obediência levanta profundas indagações. Por exemplo, é possível para um cristão viver transgredindo a lei de Deus e o ensino de Jesus e ainda assim reivindicar a presença do Espírito Santo e vivenciar os dons espirituais? O NT ensina que isso é uma impossibilidade (lCo 2:14, 15). Por isso, quando a lei de Deus é conscientemente rejeitada e os ensinos de Jesus persistentemente violados, enquanto se reivindicam os dons espirituais, tais manifestações são contrafações dos verdadeiros dons.

III. Contrafação dos Dons

De vez em quando as pessoas falam na "perversão" dos dons espirituais. Mas não é isso o que acontece. Paulo nos garante que o Espírito Santo escolhe o indivíduo a quem vai dotar com determinado dom. "Mas um só e o mesmo Espírito realiza todas estas coisas, distribuindo-as, como lhe apraz, a cada um, individualmente" (lCo 12:11). E improvável que o Espírito comunique qualquer dom a uma pessoa que vai abusar dele ou pervertê-lo, pois Paulo afirma: "Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente" (lCo 2:14). Os dons espirituais são dados para o serviço, e não para a satisfação própria.

Caso os dons genuínos fossem passíveis de perversão, isso seria, sem dúvida, por

razões egoístas. Foi o egoísmo, por exemplo, que motivou Simão, o mago, a desejar comprar de Pedro o poder para comunicar o Espírito Santo a quem quisesse (At 8:19). Já a cobiça foi o que motivou o profeta Balaão a vender-se a Balaque, rei de Moabe, com o propósito de amaldiçoar Israel (Nm 22-24).

O que aparece, inicialmente, como perversão dos dons é, na verdade, a contrafação deles. Isso fica mais fácil de entender se tivermos em mente a natureza do grande conflito. Os dons espirituais são dados para missão e serviço — para a edificação e fortalecimento do reino de Deus e para incursão e destruição do reino de Satanás. Trata-se de uma manobra muito bem arquitetada por parte do inimigo contrafazer os dons que Deus concedeu para edificar e fortalecer Sua igreja e destruir o reino de Satanás, pois esse inimigo emprega a contrafação para seus próprios objetivos no grande conflito. Os envolvidos com a contrafação dos dons se iludem com a ídeia de que foram batizados no Espírito Santo, quando não é o Espírito de Deus que está operando neles (ver cap. 28, O Grande Conflito, I-VI),

A. *Profecia*

Conforme revela a história do AT, haverá, no tempo do fim, e por breve tempo, nova contrafação dos dons por parte de Satanás. Os falsos profetas ali apresentados não pervertem o genuíno dom de profecia; apenas os falsificam - estratagema do diabo para desencaminhar e confundir, se possível.

Israel soube muito cedo o que era a contrafação. Balaão fora um profeta do Deus verdadeiro, mas, no momento em que aparece na história de Israel, havia perdido o genuíno dom por causa do pecado da ganância. Por dar continuidade à pretensão de ser profeta de Deus, tornou-se um falso profeta, um impostor (PP, 439).

Israel também foi avisado: "Sabe que, quando esse profeta falar em nome do Senhor, e a palavra dele se não cumprir, nem suceder, como profetizou, esta é palavra que o Senhor não disse; com soberba, a falou o tal profeta; não tenhas temor dele" (Dt 18:22).

Muitos séculos depois, o teste de um profeta verdadeiro apresentado em Deuteronômio virou polêmica no confronto entre Jeremias e Ananias. Jeremias profetizou que os judeus levados para o cativeiro babilônico voltariam à Palestina depois de 70 anos (Jr 25:11, 12; 29:10). Ananias profetizou em nome do Senhor que eles voltariam dentro de dois anos (Jr 28:3). Jeremias disse ao povo que, se a palavra do profeta que profetizasse paz viesse a se cumprir, saberíam que Deus havia falado por ele. Jeremias fez então uma segunda predição: Ananias morrería naquele mesmo ano (Jr 28:9, 16). Ambas as predições de Jeremias se realizaram: Ananias morreu no sétimo mês (v. 17), e os cativos retomaram após os 70 anos.

Mas, e se a palavra de um profeta verdadeiro não se cumprir? Significa isto que ele é um falso profeta, isto é, um impostor? Não necessariamente, pois Deus estabeleceu o princípio da profecia condicional (ver VII).

JS. *Milagres*

Jesus não apenas advertiu contra os falsos profetas no fim do tempo (Mt 7:15-20; 24:24), mas também contra falsos operadores de milagres: “Muitos, naquele dia, hão de dizer-me: Senhor, Senhor! Porventura, não temos nós profetizado em Teu nome, e em Teu nome não expelimos demônios, e em Teu nome não fizemos muitos milagres? Então, lhes direi explicitamente: nunca vos conhecí. Apartai-vos de Mim, os que praticais a iniquidade” (Mt 7:22, 23).

"Naquele dia” muitos que reivindicam ter operado milagres no nome de Cristo buscarão entrada no reino, somente para lhes ser negada. Esses operadores de milagre, a quem Jesus identifica como malfeitores, não terão pervertido o dom genuíno dos milagres, pois como malfeitores eles não possuem esse

dom. Não passam de joguetes nas mãos do grande enganador; os milagres que realizam são falsos.

Paulo predisse ainda mais quando escreveu aos tessalonicenses: “Ora, o aparecimento do iníquo é segundo a eficácia de Satanás, com todo poder, e sinais, e prodígios da mentira, e com todo engano de injustiça aos que perecem, porque não acolheram o amor da verdade para serem salvos" (2Ts 2:9, 10).

João ressalta que os preparativos para o Armagedom se fundam no engano. Três espíritos demoníacos, operando por meio de seus agentes, falsificam o dom de milagres, e enganam os líderes mundiais, desempenhando papel ativo na última batalha .entre o bem e o mal (Ap 16:13, 14).

C. *Línguas*

O dom de línguas, como o de profecia e o de milagres, pode ser falsificado. O dom original concedido no dia de Pentecostes consistia em línguas humanas perfeitamente inteligíveis. Articular sons incapazes de ser identificados com qualquer idioma humano não é perversão, mas contrafação do genuíno.

A ênfase que o movimento pentecostal moderno dá às línguas pode ser vista como uma perversão do seu lugar apropriado no plano geral de Deus. Os pentecostais dizem, por exemplo, que, pelo fato de a primeira manifestação do “poder [do Espírito Santo] ter sido 0 falar em outras línguas”, devem-se considerar as línguas “evidência normativa do poder pentecostal na vida dos cristãos” (Ervin, 40).

Mas Paulo pergunta: "Falam todos em outras línguas?” (ICo 12:30). O uso do advérbio de negação *mS,* na construção grega da pergunta de Paulo, mostra que ele sabia que a resposta seria “não”. O mesmo apóstolo também diz: “Mas um só e o mesmo Espírito realiza todas estas coisas, distribuindo-as, como lhe apraz, a cada um, individualmente" (v. 11). Insistir que todos devam falar em línguas como prova do batismo no Espírito Santo é uma perversão do ensino paulino em 1 Coríntios 12 e 14, ao passo que articular sons que não compõem uma língua humana não passa de uma impostura.

Constitui também perversão do ensino de Paulo sobre os dons associar a posse de um ou mais dons com autoridade. Os entusiasmados coríntios abusaram das línguas, considerando-as um dom superior aos demais. Gomo resultado, a autoridade espiritual, expressa na glossolalia, converteu-se em anarquia e ameaçou lançar a comunidade numa crise de identidade. Schatzmann observa: “É seguro afirmar que a autoridade carismática de cada crente recebe (e mantém) seu significado somente na submissão à autoridade carismática de toda a comunidade” (99).

IV. O Dom Profético

O valor do dom profético só pode ser apreciado à luz do seu produto mais estimado. L. E. Froom (PFOF 4:966) explica: “A consciência de que a Bíblia, o expresso produto do dom de profecia, é, ao lado do próprio Cristo e do Espírito Santo, o melhor dom de Deus ao homem eleva o dom de profecia do âmbito de algum estranho capricho ao mais elevado patamar na operação do maravilhoso plano da redenção.”

Visto que todo dom precisa de alguém que o receba, é necessário fazer duas perguntas: (1) Quem recebe o dom de profecia? E (2) qual é o papel dessas pessoas na igreja de Cristo?

A. *Definição de Termos*

Diversas palavras na Bíblia são traduzidas como “profeta”. Seria útil identificar o significado transmitido por essas palavras. O AT emprega três palavras para “profeta”. *Hozeh* e *ro'eh* significam “vidente” e enfatizam a maneira pela qual Deus Se comunica

com o profeta, isto é, por meio de representação visual. *Nabi' ê* a palavra usada com mais frequência e parece ter em sua raiz a ideia de "anunciar". Assim, o profeta é "um anunciador", ou "aquele que proclama uma mensagem". Temos um exemplo dessa função de *nabi*' no caso de Aarão, que servia de porta-voz de Moisés na corte do faraó (Ex 7:1).

Ao combinar os conceitos contidos nas três palavras hebraicas, podemos afirmar que profecia no AT é (1) uma comunicação de Deus, que pode ser ou não preditiva; (2) recebida por alguém que tem o dom profético; e (3) que deve ser proclamada a um público específico,

Quando os escritores do NT falavam sobre as mensagens dos profetas, geralmente se referiam aos escritores do AT. Dentro do mundo do NT, a palavra grega *prophst&s* (profeta) tinha a conotação não só de alguém que falava em nome de um deus, mas também de um filósofo, mestre, historiador ou especialista em ciências. Dentro da comunidade cristã também houve profetas: homens e mulheres que falaram em nome de Deus.

B. O *Chamado Profético*

Há considerável controvérsia se o chamado e a concessão do dom profético constituem um "ofício profético" ou se o dom é estritamente funcional. Gomo quer que seja, a Bíblia registra diversas experiências dramáticas relativas ao chamado e à concessão do dom. Por exemplo,

620 ► Deus falou a Moisés na sarça ardente (Êx 3; 4), Elias pôs seu manto sobre os ombros de Eliseu (lRs 19:19-21), Isaías esteve na presença de Deus e a brasa incandescente foi posta sobre os seus lábios (Is 6), Jeremias foi informado de que Deus o havia escolhido para ser profeta antes mesmo que ele nascesse (Jr 1), Amós foi recrutado dentre os pastores de Tecoa (Am 1) e Paulo caiu por terra quando a glória do Cristo ressurreto o atingiu (At 9:19).

Outros são identificados como profetas sem qualquer menção a um chamado espetacular ou dramático. Aparecem na história, cumprem a tarefa que lhes foi designada e desaparecem. O silêncio não nega a possibilidade de uma experiência dramática por ocasião do seu chamado, nem significa que não possuíam o dom profético.

Todos os profetas verdadeiros apresentam, porém, uma coisa em comum. Ainda que relutem em assumir a responsabilidade que Deus deseja lhes atribuir, submetem-se em humilde obediência perante Aquele que os chama. Essa atitude de submissão vem de um coração transformado pelo poder do Espírito Santo, e se reflete nas palavras de profetas como Samuel: "Fala, porque o Teu servo ouve" (iSm 3), e de Isaías: "Eis-me aqui, envia-me a mim" (Is 6:8).

0 propósito do dom profético é prover um meio de comunicação entre Deus e a humanidade, Uma vez que os atos de Deus na história exercem importante efeito sobre Seu povo, Deus pretende mantê-los informados. Amós dá esta garantia: "Certamente, o Senhor Deus não fará coisa alguma, sem primeiro revelar o Seu segredo aos Seus servos, os profetas" (3:7).

As diversas comunicações proféticas registradas nas Escrituras mostram as funções do dom, por exemplo, para guiar, aconselhar, exortar, instruir, consolar, desvendar o futuro, reprovar, advertir de juízo iminente e apelar por reavivamento, somente para mencionar alguns. Em suma, a profecia revela os atos criativos e redentivos de Deus, conforme centralizados em Jesus. Provê um guia a ser estudado e obedecido por aqueles que firmaram a fé na esperança eterna.

C. *Recebendo e Comunicando Mensagens*

A verdadeira profecia consiste na revelação de Deus e na proclamação daquilo que foi revelado. A falsa profecia sempre incluirá proclamação, mas não terá revelação originada em Deus. Moisés afirma: "Quando

profeta ou sonhador se levantar no meio de tí e te anunciar um sinal ou prodígio, e suceder o tal sinal ou prodígio de que te houver falado, e disser: 'Vamos após outros deuses', [...] não ouvirás as palavras desse profeta ou sonhador" (Dt 13:1-3). O sonho, nesse contexto, vem de uma fonte que não é Deus.

Deus afirmou a Arão e Miriã que os profetas verdadeiros recebem revelações dEle, quando disse: "Ouvi, agora, as Minhas palavras; se entre vós há profeta, Eu, o Senhor, em visão a ele, Me faço conhecer ou falo com ele em sonhos" (Nm 12:6). Essa declaração apresenta os dois meios mais frequentemente utilizados por Deus para Se comunicar com a pessoa escolhida para receber o dom profético (ver Revelação/Inspiração, III, IV).

1. Visões

Em visão, o profeta pode ver representações simbólicas de acontecimentos futuros ou acontecimentos reais ocorridos no passado ou prestes a ocorrer. Um profeta pode conversar com Deus e com os anjos; informar-se sobre os assuntos de nações, reis e povo comum; e pode ser arrebatado além do tempo, além do término do grande conflito, e contemplar coisas que hão de ocorrer durante a eternidade.

As Escrituras descrevem fenômenos físicos manifestos durante uma visão que alguns podem considerar sintomas de uma experiência de "êxtase". Balaão, por exemplo, descreve seu estado ao contemplar o Altíssimo e ouvir-Lhe as palavras como prostrado, porém de olhos abertos (Nm 24:3, 4, 15, 16). Daniel ficou sem força física, caiu sem sentidos, com rosto em terra, e esteve no que parecia ser um profundo sono, Ao sentir o toque de certa mão, se pôs sobre as palmas das mãos e os joelhos. Quando lhe disseram para erguer-se, recebeu forças e se pôs em pé, tremendo e, ao que parece, não respirava (Dn 10:8-11, 17). A primeira visão de Paulo o deixou temporariamente cego devido à luz que brilhou ao seu redor (At 9:3-8). João caiu por terra como morto (Ap 1:17).

A condição física de Ellen White, enquanto em visão, era similar à descrita acima. Muitas testemunhas oculares relataram essas condições. Elas incluem a perda de força física, seguida de força sobrenatural, ausência de respiração, olhos abertos que parecem olhar algo distante, inconsciência do ambiente e, durante algum tempo depois da visão, a sensação de tudo parecer escuro. Embora esses fenômenos físicos atraiam o interesse das pessoas, o conteúdo da mensagem recebida de Deus é que deve ser o verdadeiro objeto da atenção.

2. Sonhos

Deus também informou a Aarão e Miriã que Se comunicaria com os profetas por meio de sonhos proféticos. As mensagens recebidas em sonhos não são inferiores às comunicadas por visões; a diferença é que elas vêm quando o profeta está dormindo.

O Senhor também Se comunica por sonhos com pessoas que não são profetas. Por exemplo, por meio do símbolo de uma estátua, mostrou, em sonho, ao rei Nabucodonosor o curso futuro da história humana. Daniel, o profeta de Deus, recebeu a interpretação daquilo que o rei de Babilônia vira "em visão da noite" ou sonho (Dn 2).

Quando perguntado a Ellen White sobre como sabia se **Deus estava Se comu**nicando com ela por meio de sonho ou se ela não estava apenas sonhando como fazem todos os seres humanos, ela disse que o mesmo anjo que lhe assistia nos sonhos da noite a auxiliava durante uma visão diurna (A. White, 1969, 7).

3. A Palavra do Senhor

Nem todas as revelações chegam por meio de sonhos e visões. Em muitos lugares nos escritos dos profetas, os escritores inspirados se referem ao método divino de

comunicação dessa forma: “A mim me veio, pois, a palavra do Senhor", independentemente de qualquer referência a sonhos ou visões (cf. Jr 1:4; Ez 6:1; Os 1:1). Isso parece ter constituído basicamente uma revelação audível da parte do Senhor ao profeta.

4. Modelo Investigativo

Lucas descreve ainda outra forma de expressão da profecia verdadeira quando se refere à investigação. Na introdução de seu evangelho, apresenta como suas fontes testemunhas oculares da vida e do ministério de Jesus e ministros da palavra, Não há nenhuma referência aqui a sonhos e visões, ainda que não tenham sido necessariamente excluídos. Mencionam-se, antes, entrevistas, referindo-se especificamente ao fato de que as coisas realizadas por Jesus foram transmitidas [;*parédoscin]* a ele (Lc 1:2).

Ellen White confirma a dimensão da pesquisa no ministério profético: "E assim que Deus Se agradou comunicar Sua verdade ao mundo por meio de agências humanas que Ele próprio, pelo Seu Espírito, faz idôneas para essa missão, dirigindo-lhes a mente no tocante ao que devem falar ou escrever" (GC, vi). Entender que a inspiração divina inclui não apenas sonhos e visões concedidos pelo Espírito Santo, mas também orientação do Espírito na seleção da informação coletada pela pesquisa, pode ajudar os leitores a aceitar o fato de que, em alguns casos, tanto escritores inspirados canônicos como não canônicos serviram-se de fontes em suas produções literárias.

5. Comunicando a Mensagem

As mensagens proféticas foram comunicadas de diversas maneiras. Muitas foram anunciadas oralmente a indivíduos ou grupos (2Sm 12:7-12; At 21:10-12), Algumas foram enviadas por carta (Jr 29; Ap 2; 3; as epístolas do NT, por exemplo, são cartas enviadas pelos escritores inspirados a igrejas ou indivíduos). Ezequiel apresentou muitas de suas mensagens aos cativos em Babilônia por meio de pantomima (Ez 4; 5; 12; etc.).

. Certos escritores inspirados tiveram a ajuda de assistentes literários na redação das mensagens recebidas de Deus. Baruque, por exemplo, auxiliava Jeremias no registro de todas as instruções que o Senhor lhe transmitia (Jr 36:1-4). Quando o texto original foi destruído pelo rei Jeoaquim, Jeremias ditou a mesma mensagem a Baruque, com acréscimos (Jr 36:32).

Paulo parece também ter tido assistentes que o ajudavam a preparar suas epístolas. Tércio foi o escriba do livro de Romanos (Rm 16:22), Algumas epístolas concluem com uma saudação do próprio punho de Paulo, dando a entender assim que alguém o teria ajudado no corpo da carta, como, por exemplo, em 1 Coríntios, Colossenses, 2 Tessalonicenses e possivelmente Gálatas. Isso pode ter sucedido também com as outras epístolas.

6. Iluminação

O dom de profecia é concedido para a edificação da igreja (ICo 14:4). Enquanto que o Espírito revela as mensagens, é o profeta que as comunica ao povo para que saibam a vontade de Deus. As mensagens proféticas registradas dão oportunidade para muitas pessoas serem instruídas na vontade de Deus, conforme revelada pelo profeta.

Professores e pregadores que edificam o povo de Deus expondo Sua palavra possuem o dom da exortação (Rm 12:8) ou o dom do ensino (ICo 12:28). Quando o professor e o pregador da Palavra preparam suas mensagens, o Espírito Santo lhes esclarece o entendimento. Essa experiência constitui iluminação, e não o dom de profecia, Quando as mensagens são proferidas, a autoridade de cada mensagem repousa na passagem bíblica inspirada da qual ela foi extraída, e não em algo inerente ao professor ou pregador, nem na experiência de iluminação pela qual passaram (ver Interpretação, 11.D).

V. A Profecia e o Cânon

Pelo fato de o AT e o NT apresentarem variedade tão diversa de atividades sob o título de profecia é difícil designar categorias exatas para cada exemplo de atividade profética do Espírito relatado nas Escrituras. A sugestão de que a profecia possa ser dividida em categorias oral e escrita é somente uma tentativa de fornecer duas categorias flexíveis nas quais as atividades proféticas do Espírito podem ser classificadas. Embutida também na discussão da profecia enquanto dom espiritual está a questão da autoridade e da relação de um profeta com os escritos anteriores já aceitos como canônicos, Para os propósitos deste estudo, é admissível perguntar: "Qual é o papel do dom profético depois que o cânon foi encerrado?"

A. *Pi'ofecia Oral*

A profecia oral existiu antes dos escritos cânonicos. Coexistiu simultaneamente com as atividades dos profetas escritores e deve continuar a se fazer presente entre o povo de Deus até o fim do tempo (JI 2:28, 29). Nessa categoria encontram-se profetas do AT como Enoque e Noé antes do dilúvio, e Elias e Eliseu depois do dilúvio. A profecia oral também existiu durante os tempos do NT, conforme se verá (ver VI). Os exemplos menos conhecidos de profe**cia oral são apresentados sob as categorias** gerais a seguir. [1]

1. Mensagens Confirmatórias

Em alguns casos, homens e mulheres movidos pelo Espírito Santo falaram palavras destinadas a confirmar a fé, consolar e abençoar o povo de Deus pela manifestação da presença divina entre eles.

Citaremos alguns exemplos de ambos os Testamentos. O AT registra a experiência dos 70 anciãos escolhidos para assistir Moisés no julgamento dos filhos de Israel. Depois de receber instrução do Senhor, Moisés reuniu os 70 diante da tenda do tabernáculo e "então, o Senhor desceu na nuvem e lhe falou; e, tirando do Espírito que estava sobre ele, ^ o pôs sobre aqueles setenta anciãos; quando o Espírito repousou sobre eles, profetizaram; mas, depois, nunca mais" (Nm 11:25). Dois dos anciãos não estavam com o grupo, mas o Espírito desceu sobre eles e também profetizaram (v. 26-30).

Embora a Bíblia não revele o que esses anciãos disseram e embora jamais tenham profetizado novamente, é seguro supor que o Espírito lhes concedeu o dom da sabedoria e do discernimento para que partilhassem com Moisés a responsabilidade de julgar Israel. Ao permitir que 70 anciãos profetizassem sob o poder do Espírito, Deus confirmou perante Israel que esses homens haviam sido escolhidos para uma obra especial.

O primeiro rei de Israel passou por experiência semelhante. Primeiramente profetizou como um sinal de que havia de fato sido escolhido por Deus para liderar Israel (lSm 10:1-13). Na segunda vez o Espírito incitou Saul a profetizar que Ele lhe impedira de tirar a vida de Davi. Naquela ocasião, os homens enviados por Saul para matar Davi também profetizaram (lSm 19:18-24). Embora Saul e seus homens armados não fossem profetas, a experiência por que passaram convenceu outros de que Deus estava com Davi.

Depois da morte do rei Saul, um grupo de homens de Benjamim e Judá procurou Davi com a intenção de se unir a ele. Davi se prontificou a aceitá-los, caso tivessem vindo como amigos, mas não estava seguro de suas intenções. "Então, entrou o Espírito em Amasai, cabeça de trinta, e disse: Nós somos teus, ó Davi, e contigo estamos, ó filho de Jessé! Paz, paz seja contigo! E paz com os que te ajudam! Porque o teu Deus te

ajuda, Davi os recebeu e os fez capitães de tropas" (iCr 12:18), Não há nenhum registro de Amasai ter profetizado novamente; ele não era profeta.

O NT registra as experiências de Isabel e Zacarias. Lucas diz que ambos ficaram cheios do Espírito Santo; Isabel proclamou uma mensagem de Deus, e Zacarias profetizou (Lc 1:41, 67). Maria, a mãe de Jesus, respondeu à inspirada declaração de Isabel com um belo hino: "A minha alma engrandece ao Senhor" (Lc 1:46-55). Não resta dúvida de que Maria também se expressou por inspiração. Ao introduzir seu evangelho com essa trilogia de declarações inspiradas, Lucas revela que a profecia fora restituída a Israel e sugere o início da era messiânica.

No AT, o profeta Joel predisse o dia em que o dom profético seria concedido amplamente. Quando o Espírito do Senhor for derramado sobre Seu povo, "vossos filhos e vossas filhas profetizarão, vossos velhos sonharão, e vossos jovens terão visões" (JI 2:28). A aplicação dessa passagem por Pedro aos eventos do Pentecostes está em harmonia com o contexto da declaração de Joel sobre a concessão da chuva temporã (v. 23: ver IV). A segunda parte da declaração de Joel relativa à chuva serôdía promete ao povo de Deus uma experiência futura similar ao Pentecostes.

2. Os Cantores do Santuário

Uma segunda categoria de profecia oral pode ser ilustrada pelos cantores do santuário. Sob a direção de Davi, foram designados três grupos de cantores para profetizar com harpas, alaudes e címbalos durante os cultos no santuário. Os filhos de Asafe, autores de muitos salmos, preservados no livro canônico dos Salmos, profetizavam. Os filhos de Jedutum, sob a direção do pai, profetizavam 'com harpas, em ações de graças e louvores ao Senhor", Os filhos de Hemã, o vidente de Davi, também profetizavam sob a direção de seu pai "para o canto da Casa do Senhor, com címbalos, alaúdes e harpas, para o ministério da Casa de Deus" (lCr 25:1-8),

Esses grupos corais não eram constituídos de profetas, embora Hemã fosse vidente e Asafe tenha sido coautor do livro canônico dos Salmos. Como podiam esses cantores profetizar no mesmo instante em que eram instruídos por seus diretores? Cantavam, sem dúvida, a letra que havia sido previamente elaborada por escritores considerados inspirados. Eles não eram profetas, mas cantavam «§ a palavra profética inspirada para a glória de Deus, e, nesse sentido, profetizavam.

3. Os Filhos dos Profetas

Uma terceira categoria de atividade profética se desenvolveu nas escolas dos profetas, fundadas e dirigidas pelo profeta Samuel.
Os jovens matriculados nessas escolas eram chamados de filhos dos profetas. Seus estudos se centralizavam na lei de Deus, nas instruções dadas por Moisés, na história sagrada, na música sacra e na poesia. Nos dias de Samuel, existiam duas escolas desse tipo: uma em Ramá e outra em Quiriate-Jearim (PP, 593).

Essas escolas e os filhos dos profetas também existiram durante o ministério de Elias e Eliseu, com escolas em Betei e Jerico (2Rs 2:1-18; 4:1-7). Um jovem dentre eles foi enviado a Acabe com uma mensagem oral da parte de Deus (lRs 20:35-43). Duas vezes a narrativa se refere a ele como profeta (v. 38, 41). Os 100 profetas que Obadias escondeu numa caverna para livrá-los da ira de Jezabel e os sustentou com pão e água também podem ter vindo de entre os filhos dos profetas (lRs 18:3, 4). Embora a Escritura nos diga pouco sobre esses homens, eles eram reconhecidos como profetas e foram usados por Deus na execução de Seus propósitos.

jB. *Profecia Escrita*

A profecia escrita é uma mensagem dotada de autoridade divina que é comunicada

pelo Espírito Santo sob a forma escrita ao(s) destinatário(s) pretendido(s) por intermédio de um mensageiro escolhido, Pode ser dividida em duas categorias: canônica e não canônica,

I. Canônicos

Os livros canônicos do Antigo e do Novo Testamento são a voz autorizada de Deus, falando através de Seus instrumentos escolhidos: os escritores da Bíblia, Eles apresentam as verdades que conduzem à vida eterna, e todo ensino religioso deve ser por eles testados.

2. Não Canônicos

Os livros canônicos apresentam profetas cujos escritos não se destinavam ao cânon. Entre esses se encontram, no AT, Natã e Gade (ICr 29:29) e Aías e Ido (2Cr 9:29). Ainda que seus escritos não estejam no cânon, esses profetas são identificados como profetas. Como tal, eram representantes de Deus, e as mensagens que anunciavam tinham o selo da autoridade divina. Como veremos depois, Ellen White se encaixa nessa categoria como uma profetisa escritora não canônica do tempo do fim (ver XI).

VI. Profecia no NT

No capítulo de abertura de Lucas, vê-se o dom profético nos hinos de Isabel, Maria e Zacarias. Todos os quatro evangelhos registram o ministério profético de João Batista. O dom profético continuou em operação ao longo da experiência da igreja apostólica, chegando a se manifestar mesmo na obra de João, o revelador, no fim do Iº século.

Por duas vezes, Paulo informou a seus leitores que Deus designou profetas dentro da igreja (lCo 12:28; Ef 4:11). Ele dá um passo além quando diz que a igreja do NT foi edificada sobre o fundamento dos apóstolos e profetas (Ef 2:20). Esses profetas são os profetas do NT, pois Paulo diz, em Efésios 3:4 e 5, que o Espírito havia revelado a esses apóstolos e profetas o mistério de Cristo, não comunicado às gerações anteriores.

A estrutura de oração grega de Efésios 2:20 *(tõn a-postolõn kai pmphêtõn)* e 3:5 (*tois hagiois ci-postolois cintou kai prophêtais*) sugere que tanto os apóstolos como os profetas se encaixam na mesma categoria, ou seja, os apóstolos também são profetas. Contudo, conforme se observou, há profetas no NT que não foram apóstolos, como Agabo, Judas, Silas e as quatro filhas de Filipe.

Paulo exorta os coríntios a procurar os dons espirituais, mas principalmente que profetizem, porque a profecia desenvolve a congregação, edificando, exortando e consolando «K (lCo 14:1-3). Só quando as línguas forem interpretadas em benefício da congregação é que esse dom se equipara ao dom de profecia. E por isso que Paulo afirma: “Eu quisera que vós todos falásseis em outras línguas; muito mais, porém, que profetizásseis” (v. 5).

A esta altura é preciso se lembrar das perguntas retóricas de Paulo: “Porventura, são todos [...] profetas? [...] Falam todos em outras línguas?” (lCo 12:29, 30). Novamente, com o advérbio grego de negação *(mê)* presente na pergunta, a resposta óbvia é “não". Portanto, embora Paulo desejasse que todos fossem profetas e pudessem profetizar, sabia que nem todos receberíam o dom de profecia.

Com base nessa compreensão, os profetas de 1 Coríntios 14:29-33 se encaixam na categoria de profetas orais. Eles não eram membros de igreja que, incitados por um sermão ou hino, desejavam compartilhar um pensamento ou dois que lhes havia impressionado. As palavras proferidas por esses profetas precisavam ser pesadas e avaliadas por outros profetas *(hoi alloí).* Caso fossem aceitas, deviam, então, ser compartilhadas a fim de que a mensagem de Deus fosse devidamente compreendida e apreciada por todos.

VIL Profecia Incondicional e Condicional

A ideia de que cada profecia proferida por um profeta verdadeiro certamente se cumprirá e que a profecia não cumprida revela que um profeta é falso não encontra apoio na Escritura, O próprio fato de as previsões feitas por profetas comprovadamente verdadeiros não se cumprirem nos obriga à conclusão de que existem, pelo menos, duas categorias de profecia: a condicional e a incondicional (ver Apocalíptica, II.B).

A. *Profecia Incondicional*

Algumas profecias bíblicas, pela própria natureza de seu conteúdo, bão de se cumprir independentemente da reação dos seres humanos. Essas incluem as grandes profecias messiânicas, as predições do fim da história humana, conforme a conhecemos, e da experiência do pecado, bem como as predições da Terra renovada.

B. *Profecia Condicional*

As profecias não cumpridas recebem geralmente o rótulo de falsas. Afinal de contas, é preciso levar em conta declarações como esta: “Sabe que, quando esse profeta falar em nome do Senhor, e a palavra dele se não cumprir, nem suceder, como profetizou, esta é palavra que o Senhor não disse; com soberba, a falou o tal profeta; não tenhas temor dele” (Dt 18:22). Jeremias também escreveu: “O profeta que profetizar paz, só ao cumprir-se a sua palavra, será conhecido como profeta, de fato, enviado do Senhor” (Jr 28:9).

Em contrapartida, há no cânon do AT um livro inteiro dedicado a uma profecia que não se cumpriu, mas que ainda assim era uma profecia genuína, Jonas foi até Nínive e clamou; “Ainda quarenta dias, e Nínive será subvertida" (Jn 3:4). Com base nos critérios apresentados em Deuteronômio 18:22, Jonas seria considerado um falso profeta, pois Nínive não foi destruída dentro de 40 dias. Apesar disso, Jonas foi um profeta verdadeiro que anunciou exatamente a mensagem que Deus pretendia que ele anunciasse. A predição verdadeira de Jonas não se cumpriu porque o povo a quem ela foi dirigida se arrependeu e proclamou um jejum, e se vestiram de panos de saco (Jn 3:5).

A experiência de Nínive ilustra o princípio básico da profecia condicional conforme declara Jeremias: "No momento em que Eu falar acerca de uma nação ou de um reino para o arrancar, derribar e destruir, se a tal nação se converter da maldade contra a qual Eu falei, também Eu Me arrependerei do mal que pensava fazer-lhe. E, no momento em que Eu falar acerca de uma nação ou de um reino, para o edificar e plantar, se ele fizer o que é mal perante Mim e não der ouvidos à Minha voz, então, Me arrependerei do bem que houvera dito lhe faria” (Jr 18:7-10). < 626

VIH. O Dom Profético e o Cânon Encerrado

Existe o medo justificado de que, se o dom profético se estendesse para além do fim do Iº século da era cristã, a autoridade de Palavra de Deus contida nos cânons do AT e NT ficaria comprometida. Devido a esse medo, muitos que acreditam que o dom profético prossegue até a volta de Jesus acreditam que esse dom desempenha papel secundário na igreja. Para alguns, 1 Goríntios 14 diz que a mensagem “de um profeta cristão” (1) deve ser avaliada pela igreja; (2) não possui a autoridade de Deus, isto é, não é mandamento do Senhor; e (3) pode ser aceita ou rejeitada. Insistem também em que a profecia cristã não possui tanta autoridade na igreja como o dom do ensino, pois ensinar

esclarece a Palavra de Deus, ao passo que à profecia cristã falta a autoridade do cânon.

Devemos estar constantemente prevenidos contra desafiar a Escritura colocando outros documentos no mesmo nível que ela. Jamais se deve desenfatizar a Bíblia ou promover o ensino de doutrinas contrárias à Escritura. Um estudo cuidadoso do dom profético após o encerramento do cânon pode ajudar os cristãos a evitar essas armadilhas.

A. *Profecia Escrita Não Canônica e o Cânon Encerrado*

Não resta dúvida de que a experiência dos apóstolos é inigualável em dois aspectos. Primeiramente, eles foram testemunhas oculares do Deus encarnado. João se enche de admiração diante do privilégio que fora concedido a ele e aos companheiros apóstolos: "O que era desde o princípio, o que temos ouvido, o que temos visto com os nossos próprios olhos, o que contemplamos, e as nossas mãos apalparam, com respeito ao Verbo da vida ~ a vida se manifestou, e nós a temos visto" (ljo 1:1, 2).

Em segundo lugar, os apóstolos receberam o privilégio de registrar sua experiência sob a inspiração divina do Espírito Santo. "Dela [da vida] damos testemunho, e vo-la anunciamos, a vida eterna, a qual estava com o Pai e nos foi manifestada, o que temos visto e ouvido anunciamos também a vós outros. [...] Estas coisas, pois, vos escrevemos para que a nossa alegria seja completa" (v. 2-4).

Embora a experiência dos apóstolos seja irrepetível, ela foi registrada para nosso benefício. O que eles ouviram e viram foi a máxima revelação de Deus (Hb 1:1, 2), e, pelo registro que dela fizeram, os leitores do cânon do NT podem partilhar, até certo ponto, da experiência pela qual os apóstolos passaram. Os escritos dos apóstolos, que se encerram com o livro de Apocalipse, são um cânon concluído.

Embora a advertência contida em Apocalipse 22:18 e 19 proíba acrescentar ou retirar qualquer coisa das palavras das profecias encontradas em Apocalipse, essa passagem de encerramento do cânon do NT estabelece um importante princípio. Proíbe, por implicação, qualquer alteração de qualquer livro canônico. Não se deve por causa disso, porém, descartar levianamente a possibilidade de revelação divina adicional.

Quando se entende que a profecia escrita existe em duas formas, canônica e não canônica, é possível perceber que Deus pode falar com autoridade a Seu povo mediante o dom profético mesmo após o encerramento do cânon, sem lhe comprometer a posição e autoridade. Ellen G. White, reconhecida entre os adventistas do sétimo dia como escolhida por Deus para receber o dom de profecia, enfatizou isso, ao chamar a atenção para o fato de que as Escrituras identificam várias pessoas que, mesmo tendo o dom profético, nada tiveram que ver com a escrita da Bíblia: "Semelhantemente, após a conclusão do cânon das Escrituras, o Espírito Santo deveria ainda continuar Sua obra, esclarecendo, advertindo e confortando os filhos de Deus" (GC, viii).

B. Função do Dom Profético Pós-Canônico

Ao reconhecer que Deus ainda fala com autoridade a Seu povo, mesmo depois do cânone bíblico ter sido encerrado, é necessário determinar a relação entre profecia canônica literária e, profecia não canônica literária e a função desta última na experiência da igreja. Talvez a forma mais^y incisiva de apresentar essa relação e função é examinar a atitude de um profeta literário não canônico para com a Bíblia e a visão de Ellen White sobre o papel que ela mesma desempenhava na igreja.

1. Exaltar a Escritura

Ellen White se relaciona com as Escrituras de uma forma inteiramente diferente

da de Joseph Smith ou de Mary Baker Eddy. Enquanto estes afirmam que seus escritos são superiores à Bíblia, Ellen White confere suprema autoridade à Palavra de Deus. O texto a seguir resume a posição dela sobre a Bíblia: “Em Sua Palavra, Deus conferiu aos homens o conhecimento necessário à salvação. As Santas Escrituras devem ser aceitas como autorizada e infalível revelação de Sua vontade, Elas são a norma do caráter, o revelador das doutrinas, a pedra de toque da experiência religiosa” (GC, vii).

Ellen White considera a Bíblia uma carta ou guia para o Céu (MEl, 15). Repetidas vezes, em sermões e pela página impressa, ela exaltou a Palavra de Deus diante do povo, com a certeza de que tal Palavra é a única regra de fé e prática. Ao enfatizar que a Palavra de Deus devia ser estimada e obedecida, a Sra. White rejeitou completamente a ideia de que a luz a ela comunicada pelo dom profético devia tomar o lugar da Bíblia (ME3, 29).

2. Explicar e Esclarecer a Escritura

Embora reivindique inspiração do Espírito Santo igual à dos escritores bíblicos — “o Espírito Santo é o autor das Escrituras e do Espírito de Profecia” (ME3, 30) - Ellen White reconhece sua posição como profetisa literária não canônica. O que ela foi inspirada a escrever possui autoridade divina, mas deve (1) estar subordinado à Escritura: “O Espírito não foi dado — nem nunca o podería ser ~ a fim de Se sobrepor à Escritura-, pois esta explicitamente declara ser ela mesma a norma pela qual todo ensino e experiência devem ser aferidos” (GC, vii); e (2) explicar e esclarecer a Escritura: "Pouca atenção é dada à Bíblia, e o Senhor deu uma luz menor para guiar homens e mulheres à luz maior” (ME3, 30).

Jesus disse aos discípulos que, quando viesse o Espírito Santo, Ele os guiaria à plena compreensão de toda a verdade (Jo 16:13). Comenta Ellen White: “Todavia, o fato de que Deus revelou Sua vontade aos homens por meio de Sua Palavra não tornou desnecessária a contínua presença e direção do Espírito Santo. Ao contrário, o Espírito foi prometido por nosso Salvador para aclarar a Palavra a Seus servos, para iluminar e aplicar os seus ensinos. E, visto ter sido o Espírito de Deus que inspirou a Escritura Sagrada, é impossível que o ensino do Espírito seja contrário ao da Palavra” (GC, vii).

3. Contextualizar a Escritura

Ellen White chama a atenção para o fato de que as Escrituras estão repletas de princípios para a vida cristã e que os testemunhos dela, tanto gerais como individuais, escritos sob a inspiração do Espírito Santo, visam chamar a atenção para esses princípios. Seus testemunhos não constituem uma nova revelação, mas claras lições de vida conforme apresentadas na Escritura, a fim de que (1) sejam corrigidos os erros, e (2) indicado o caminho certo, para que toda pessoa fique sem escusa (ME3, 31).

4. Reprovar e Advertir a Igreja

Ellen White salientou que Deus considerava as reprovações e advertências uma importante fase da obra profética dela. Ela (1) reprovou constantemente a igreja e indivíduos; (2) advertiu contra erros nos quais eles se haviam desencaminhado, tanto em crença como em estilo de vida; e (3) apelou para que retornassem a um relacionamento mais íntimo com Deus e um estudo mais profundo de Sua palavra (MEl, 46-48).

5. Proteger de Erro Doutrinário

Inspirada pelo mesmo Espírito que inspirou os escritores da Bíblia, ela enfatiza o fato de que os escritos inspirados pelo Espírito não contradizem um ao outro, mas se acham em perfeita harmonia. Ellen White declara: "A Bíblia deve ser o vosso conselheiro. Estudai-a

e os Testemunhos que Deus tem dado; pois eles nunca contradizem Sua Palavra" (ME3, 32). "Se os Testemunhos não falarem de acordo com a Palavra de Deus, rejeitai-os. Cristo e Belial não se unem" (ibid., 32).

Por estarem em harmonia com a Bíblia, as mensagens de Ellen White ajudam a Igreja Adventista do Sétimo Dia a rejeitar erros doutrinários e a fundamentar seus membros na verdade bíblica.

IX. Testando o Dom Profético

A família humana se envolveu em uma grande luta cósmica entre dois poderes espirituais (ver III), Dentro desse grande conflito, as forças do mal empregam todos os meios disponíveis para enganar o povo e para passar uma falsa impressão de Deus, chegando mesmo a utilizar falsos profetas na realização de seus propósitos. Jesus advertiu: "Surgirão falsos cristos e falsos profetas operando grandes sinais e prodígios para enganar, se possível, os próprios eleitos" (Mt 24:24). E por essa razão que João afirma que a igreja que reinvidica possuir o dom profético deve testá-lo: "Amados, não deis crédito a qualquer espírito; antes, provai os espíritos se procedem de Deus, porque muitos falsos profetas têm saído pelo mundo fora" (IJo 4:1).

E possível aplicar quatro testes básicos a quem quer que reivindique o dom de profecia. É preciso passar em todos eles para que o dom profético seja aceito como genuíno.

A. f'Á *Lei e ao Testemunho*>!

O primeiro teste compara o ensino daquele que reivindica possuir o espírito de profecia com o ensino do cânon sagrado. Foi Moisés quem estabeleceu esse princípio quando falou a Israel: "Quando profeta ou sonhador se levantar no meio de ti [...] e disser: 'Vamos após outros deuses', [...] não ouvirás as palavras desse profeta ou sonhador. [...] Esse profeta ou sonhador será morto, pois pregou rebeldia contra o Senhor, vosso Deus" (Dt 13:1-5). Isaías enfatizou o mesmo princípio muitos séculos depois, quando admoestou Israel a não consultar médiuns ou feiticeiros. Em vez disso, o povo devia recorrer "à lei [*tornh*] e ao testemunho!" Para ele, se uma fonte de informação não falasse de acordo com isto é porque não havia luz nela (Is 8:20).

Sendo a Bíblia a fonte da verdade, a revelação autorizada e infalível da vontade de Deus, a reveladora de doutrinas, o padrão do caráter e o teste da experiência, o que for apresentado sob a alegação de dom profético deve concordar com essa Palavra. Como escreveu Ellen White (GC, vii): "Visto ter sido o Espírito de Deus quem inspirou a Escritura Sagrada, é impossível que o ensino do Espírito seja contrário ao da Palavra."

Qualquer doutrina, conselho ou profecia que divirja do que é apresentado na Bíblia deve ser rejeitado, pois não procede do Espírito de Deus.

B. Profetas Conhecidos por Seus Frutos

Jesus apresenta o segundo teste: "Acautelai-vos dos falsos profetas, que se vos apresentam disfarçados em ovelhas, mas por dentro são lobos roubadores. [...] Assim, pois, pelos seus frutos os conhecereis" (Mt 7:15-20). O conteúdo da mensagem de um profeta, bem como o efeito de sua própria vida pessoal, testificam de sua origem, O modo de viver de alguém que possui o dom profético genuíno estará em harmonia com os ensinos da Bíblia.

Além disso, todos devem considerar cuidadosamente o tipo de fruto produzido na vida das pessoas que seguem o ensino daquele que reivindica o dom profético.

Se a vida da pessoa que reivindica ser profeta e o efeito do ensino dessa pessoa se acham em harmonia com a Bíblia, ela foi aprovada no segundo teste.

C, *Predições Ctim-pridas*

Embora predizer o futuro não seja a principal tarefa.de um profeta verdadeiro, deve-
629 ► se dar atenção às suas predições. Como jã mencionamos, a profecia pode ser condicional ou incondicional (ver VII). Deus disse a Israel que, quando um profeta faz uma previsão no nome do Senhor e a previsão não se cumpre, esse profeta fala presunçosamente (Dt 18:21, 22). Coisa semelhante disse Jeremias ao rei Zedequias: quando um profeta faz uma previsão, só ao se cumprir a sua palavra, será reconhecido como profeta verdadeiro (Jr 28:9). Apesar disso, Deus tomou providências para a profecia condicional (18:7-10).

Em muitas profecias, as condições de cumprimento são claramente estipuladas, mas em outras não existe nenhuma condição. Com base em Jeremias 18:7-10, fica claro que as promessas divinas de bênção ou de ameaça de punição se baseiam em condições tácitas ou explícitas. O cumprimento da profecia depende da reação à mensagem profética.

As predições devem, portanto, ser examinadas cuidadosamente, levando-se em conta o princípio da condicionalidade. Além disso, a pessoa que reivindica o dom profético deve satisfazer à expectativa dos três outros testes.

D. O *Profeta Confessa a Cristo*

Ao admoestar os cristãos a provarem os espíritos e ao advertir contra os falsos profetas, João acrescenta: “Nisto reconheceis o Espírito de Deus: todo espírito que confessa que Jesus Gristo veio em carne é de Deus; e todo espírito que não confessa a Jesus não procede de Deus” (IJo 4:2, 3).

Esse teste inclui muito mais do que apenas alegar crer que Jesus viveu sobre a Terra, Em seu sentido mais amplo, o teste abrange tudo o que a Bíblia ensina sobre Jesus: que Ele é verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, que Ele existiu desde a eternidade e que Ele é a palavra de Deus tornada audível, Jesus é Criador e Mantenedor do Céu e da Terra, Fonte da vida e Luz para toda a humanidade. Ele foi sem pecado e nasceu de uma virgem. Morreu uma morte expiatória pelos pecadores, ressuscitou corporalmente e ascendeu para a mão direita do Pai, onde ministra como Sumo Sacerdote no santuário celestial, e de onde deve retornar à Terra para destruir o pecado para sempre e levar Seu povo fiel para o Céu. Este teste apresenta estreita relação com o primeiro. Um profeta verdadeiro falará de acordo com a lei e o testemunho.

£. *Evidência Adicional do Dom Profético*

Além dos quatro testes principais apresentados acima, diversos outros aspectos ajudam a estabelecer a diferença entre o verdadeiro e o falso.

1. Manifestações Físicas

A Escritura menciona alguns fenômenos físicos relacionados com as revelações do Espírito Santo. As experiências registradas de Daniel (Dn 10) e de Balaão (Nm 24) apresentam certas semelhanças. João fala de algumas delas com respeito às revelações recebidas na Ilha de Patmos (Ap 1; ver IV.C.l).

2. Conveniência Temporal da Mensagem Profética

Embora a Bíblia apresente predições de grande alcance, que abrangem longos períodos de tempo, a maioria das mensagens comunicadas ao povo de Deus na Bíblia

tem que ver com a situação imediata vivida por ele e chega justamente no momento em que ele mais precisava de orientação. Pode-se dizer o mesmo com relação â função pós-canônica do dom de profecia.

3. Certeza e Destemor do Mensageiro

A confiança com a qual o verdadeiro profeta fala em nome de Deus ajuda a estabelecer segurança entre o povo ao qual Deus Se dirige. Ao proferir mensagens de repreensão, o profeta não pode se deixar intimidar pelo descontentamento do povo. Quando chamou Jeremias para o ministério profético, Deus disse: "Tu, pois, cinge os lombos, dispõe-te e dize-lhes tudo quanto Eu te mandar; não te espantes diante deles, para que Eu não te infunda espanto na sua presença. Eis que hoje te ponho por cidade fortificada, por coluna de ferro e por muros de bronze, contra todo o país, contra os reis de Judá, contra os seus príncipes, contra os seus sacerdotes e contra o seu povo. Pelejarão contra ti, mas não
§► prevalecerão; porque Eu sou contigo, diz o Senhor, para te livrar" (Jr 1:17-19).

4. Elevada Natureza Espiritual das Mensagens

Ainda que tratem das questões comuns da vida, as mensagens de um profeta verdadeiro sempre serão de caráter elevado, digno e nunca refletirão o que é barato e vulgar, seja no conteúdo seja no estilo. Mesmo em mensagens de repreensão, os profetas dirigirão a mente das pessoas para princípios espirituais elevados, os quais as edificarão e fortalecerão seu relacionamento com Deus.

5. Natureza Prática das Mensagens

Em sua segunda carta a Timóteo, Paulo destaca a natureza prática das mensagens enviadas por Deus e registradas nas Escrituras como "útil para o *ensino,* para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra" (2Tm 3:16, 17). Isso significa que nenhuma mensagem profética verdadeira apresentará especulações extravagantes, fantasias esquisitas ou divagações sem sentido.

X. Manifestações Escatológicas do Dom Profético

As Escrituras deixam claro que o dom profético deve estar presente entre o povo de Deus até o fim do tempo.

A. A *Evidência ãejoel*

Joel fala de um derramamento do Espírito de Deus em grande medida sobre Seu povo, segundo o qual os *jovens terão visões, os* velhos sonharão e os filhos e as filhas profetizarão (J12:28, 29). O profeta chega mesmo a estabelecer uma estrutura temporal para essa experiência. Haverá um fenômeno cósmico em que o Sol se escurecerá e a Lua se converterá em sangue. Desastres na Terra são descritos enigmaticamente como "sangue, Fogo e colunas de fumaça". Tudo isso deve acontecer imediatamente antes do "grande e terrível dia do Senhor" (v. 30, 31).

Da mesma maneira que os primeiros cristãos, Pedro achava que a primeira vinda de Cristo assinalava o início dos últimos dias (Hb 1:2; 9:26; iCo 10:11; lPe 1:20) e aplicava a profecia de Joel à experiência do Pen**tecostes (At 2:16-21), associando o dom de** profecia com o dom de línguas.

A profecia de Joel sobre o dom profético vindouro se situa no contexto das chuvas temporã e serôdia (J1 2:23-32). As chuvas refrescantes e vivificantes que faziam a semente crescer e fixar raízes eram chamadas de temporãs. A chuva da primavera, que fazia o grão amadurecer e ficar pronto para a colheita, era chamada de serôdia. Esse fenômeno do ciclo agrícola palestino é símbolo do refrigério espiritual que Deus concede a Seu povo pelo Espírito Santo (Os 6:3).

Pedro, inteiramente convicto de estar vivendo nos últimos dias, vi vencí ou a chuva temporã, A chuva serôdia ainda há de sobrevir ao povo de Deus no fim do tempo (ver Remanescente/Três Anjos, V.E).

B. A *Evidência de Jesus*

Jesus disse que surgiríam falsos profetas, profetizando em Seu nome e depois pedindo entrada em Seu reino. Naquele dia Ele lhes dirá: "Nunca vos conhecí. Apartai-vos de Mim, os que praticais a iniquidade" (Mt 7:15-23). Esses falsos profetas estariam em plena atividade no fim do tempo, operando sinais e maravilhas e tentando enganar os próprios escolhidos (Mt 24:24). O fato desses profetas dos últimos dias serem rotulados de "falsos" sugere também a existência de profetas verdadeiros,

C. A *Evidência de Patdo*

Paulo inicia 1 Corfntios com a certeza de que os dons espirituais acompanhariam os seguidores de Cristo até o dia de Seu retorno. Entre esses dons se encontra o "testemunho de Cristo" *{to martyrion tou Christou* [iCo 1:6-8]). Uma vez que Paulo está falando de dons espirituais, concedidos pelo Espírito, o "testemunho" a que ele se refere também deve ser um dom. Paulo afirma que, tendo o ígK "testemunho de Cristo", não faltava mais nenhum dom espiritual aos corfntios.

A expressão "testemunho de Cristo" pode ser entendida de duas maneiras. Primeiramente, o testemunho "sobre" Cristo fora dado entre os corfntios pela pregação do apóstolo Paulo. Por outro lado, Cristo era a fonte "do" testemunho que eles haviam recebido. *Tou Christou* pode ser entendido tanto como genitivo objetivo ("sobre Cristo" ou "a respeito de Cristo" [NTLH]) quanto como genitivo subjetivo ("de Cristo" ou "desde Cristo" [ARA]), Caso se confirme o genitivo subjetivo, a expressão faz paralelo com o que João apresenta em Apocalipse. Possuindo o dom do "testemunho de Jesus", aos cristãos corfntios não estaria faltando nenhum dom espiritual.

Paulo enfatiza o que diz aos corfntios na instrução ministrada à igreja de Efeso (Ef 4:11-13). Deus conferiu à Sua igreja o dom dos ministérios espirituais, que incluem apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e mestres. Esses dons são concedidos com vistas a equipar os seguidores de Cristo para a obra do ministério que lhes foi confiado. Essa provisão continua até que todos cheguem (1) à unidade da fé, (2) ao conhecimento do Filho de Deus, (3) à plena maturidade e (4) à medida da estatura da plenitude de Cristo, Obviamente, o que Paulo tem em vista é o dia da volta de Jesus, quando se realizará o desejo que nutre em relação à igreja.

D. A Evidência de João

Em Apocalipse, João confirma o ensino bíblico de que o dom profético não só se estenderá além de seu tempo, mas também que tal dom se manifestará na igreja dos últimos dias. Apresentando um quadro profético da batalha espiritual já identificada como o grande conflito (ver III), o vidente de Patmos associa o povo de Deus com o símbolo profético de uma mulher decorosa (Ap 12:1, 2). As forças do mal, representadas por um grande dragão vermelho, acham-se na iminência de destruir-lhe o Filho que está para nascer, mas Ele é arrebatado para o trono de Deus (v. 3-5).

Não conseguindo alcançar a criança, o dragão se volta para a mulher, tentando destruí-la ao longo dos séculos subsequentes à ascensão de Jesus. Por fim, ele tenta destruir o restante da descendência da mulher no fim do tempo (v. 13-17). O remanescente desta mulher tem o testemunho de Jesus (v. 17). Aqui, como em 1 Corfntios 1:6, o genitivo é subjetivo, isto é, o testemunho tem origem em Jesus. E exatamente dessa maneira que Apocalipse 1:2 e 9 compreende o "testemunho de Jesus Cristo" (referindo-se ao próprio

livro de Apocalipse) e “testemunho de Jesus” (referindo-se às Escrituras do AT).

Apocalipse 19:10 esclarece o significado de *tên martyrian lesou.* O anjo diz: “Sou conservo teu e dos teus irmãos que mantêm o testemunho de Jesus *[tên martyrian lesou];* adora a Deus.” E João interpreta: “Pois o testemunho de Jesus *[tên martyrian lesou*] é o espírito da profecia.” O anjo que assiste João se identifica como um “conservo” dele e de outros “que mantêm o testemunho de Jesus", que é “o espírito de profecia”. Assim, “testemunho de Jesus” e "espírito de profecia” são expressões sinônimas de “profeta”, tal como mostrado em Apocalipse 22:9, onde o anjo assistente repete a primeira declaração, mas substitui “profeta” por "testemunho de Jesus": “Eu sou conservo teu, dos teus irmãos, os profetas.”

João deixa claro que o remanescente detentor do testemunho de Jesus também possui o dom profético.

XI. Papel e Função de EUen G. White na Igreja Adventista do Sétimo Dia

Desde o começo, a Igreja Adventista do Sétimo Dia aceitou o ensino bíblico dos dons espirituais (ver XIII.E). Os milagres de cura física pela oração e unção com óleo estão presentes desde os primórdios da igreja. Os dons de ensinar e administrar se evidenciaram não
632 ► somente nas atividades de Ellen White, mas também no ministério de seu marido, Tiago White, e de outras figuras preeminentes da história da igreja. Todos os outros dons tiveram impacto no crescimento e desenvolvimento da igreja de um modo ou de outro.

A ênfase aqui recai sobre o dom profético conforme manifesto na experiência de Ellen White e sobre os frutos desse dom conforme vistos em sua vida e ministério, porque esse dom sobrepuja todas as outras experiências **carismáticas** na **igreja.**

A. *Ellen G. Wltite*

Ellen e sua irmã gêmea, Elizabeth, nasceram em 26 de novembro de 1827. Duas de oito crianças, que viveram em uma pequena fazenda com seus pais, Robert e Eunice Harmon, em Gorham, no Maine. Pouco depois do nascimento das gêmeas, a família Harmon se mudou para Portland, quase vinte quilômetros rumo ao leste, Com 9 anos de idade, Ellen sofreu um grave ferimento no rosto, causado por uma pedrada desferida por uma colega de escola. Inconsciente durante três semanas e desenganada de viver, Ellen passou por lenta e dolorosa recuperação. Sua educação formal terminou aí.

Em 1840, com a idade de 12 anos, Ellen entregou o coração a Deus durante uma reunião campal metodista. Dois anos depois foi batizada por imersão em Casco Bay, Portland, no Maine, Entre 1840 e 1842 a família Harmon frequentou as reuniões adventistas e aceitou o ensino de Guilherme Miller sobre a iminente volta de Jesus. Quando Ele não voltou em 22 de outubro de 1844, Ellen e outros crentes do advento estudaram a Bíblia e oraram por esclarecimento e orientação, a fim de enfrentar os dias difíceis que tinham pela frente.

Em uma dessas ocasiões, em dezembro de 1844, Ellen, na época com 17 anos, uniu-se a quatro outras mulheres em estudo e oração. O Espírito de Deus desceu sobre ela, e lhe sobreveio a primeira de aproximadamente 2 mil visões que haveria de receber durante os 70 anos subsequentes. Em resposta a uma visão recebida pouco tempo depois, ela começou a viajar de um lugar para outro com amigos e parentes a fim de compartilhar com os crentes o que lhe fora revelado na primeira e nas sucessivas revelações.

Em agosto de 1846, Ellen se casou com Tiago VVhite, jovem pregador adventista. Algumas semanas após o casamento, os VVhite começaram a estudar um folheto de 48 páginas preparado por José Bates, divulgando o ensino do sábado do sétimo dia. Convencidos pela evidência bíblica, eles aceitaram o sábado das Escrituras. Seis meses depois, em 3 de abril de 1847, Ellen teve a visão em que contemplou no santuário celestial a lei de Deus com uma auréola de luz em torno do quarto mandamento.

Dos quatro filhos que nasceram aos White — Henry, Edson, William e John — somente Edson e William chegaram à vida adulta.

Mediante o estudo das Escrituras e a orientação do dom profético, começou a emergir do desapontamento de outubro de 1844 um próspero e crescente grupo de crentes do advento. Esse pequeno grupo de exmileritas adotou o nome de adventistas do sétimo dia numa reunião geral realizada em 1860. Em 6 de agosto de 1881, Tiago White morreu em Battle Creek, no Michigan. Ellen continuou sua obra nos Estados Unidos, na Europa e Austrália durante mais 34 anos. Faleceu em 16 de julho de 1915, em sua casa em Elmshaven, Santa Helena, na Califórnia, com 87 anos de idade.

jB. *Conto Ellen* G. White *Via a si Mesma*

Ao passar em revista sua obra, Ellen White *sentiu* que a palavra “profetisa" não definia apropriadamente seu ministério. Preferia ser vista como "mensageira" de Deus para Seu povo nos últimos dias. Embora os outros muitas vezes a tratassem como profetisa, ela entendia que sua obra abrangia mais do que esse termo geralmente significava; não buscava, porém, honras nem recompensas. Entristecia-se também com o opróbrio trazido sobre a causa de Cristo em sua época por outros que arrogavam a si o título de profeta (ME3, 74).

Quando recebeu o dom profético, Ellen White reconheceu a autoridade conferida a seu ministério como profetisa literária não canônica. Em numerosas ocasiões, pela voz e pela pena, ela se dirigiu a líderes e leigos com * a convicção de que suas palavras estavam revestidas da autoridade divina, Mantinha-se constantemente desperta para que essa autoridade não repousasse nela mesma, mas sobre as mensagens que Deus lhe dera para comunicar. Junto com esse reconhecimento vinha o senso de temor e demérito (a respeito da relação entre os escritos de Ellen G. White e o cânon sagrado, ver VIII.B).

Para ela, seu papel era o de porta-voz de Deus, de orientadora para a obra crescente de uma igreja que logo circundaria o globo e de conselheira do povo que se preparava para a volta de Jesus. Embora não tivesse feito nenhum curso de teologia, seus escritos contêm discernimentos teológicos penetrantes, que desvendam o significado de passagens da Escritura que de outra forma não seriam compreendidas. Isso acontece particularmente com os cinco livros que compõem a série Conflito dos Séculos, que tratam desde o registro bíblico da criação até a destruição final do pecado: *Patriarcas e Profetas, Profetas e Reis, O Desejado de Todas as Nações, Atos dos Apóstolos* e O *Grande Conflito.*

No papel de mensageira de Deus, e mediante a orientação do Espírito Santo, ela entendia ser sua responsabilidade tomar a dianteira no estabelecimento: (1) da organização da igreja; (2) de uma visão global de toda a missão da Igreja Adventista do Sétimo Dia; (3) de missões estrangeiras que levariam o evangelho a todo o mundo; (4) de hospitais, clínicas e escolas de medicina (5) de programas de saúde e temperança, tanto para a igreja como para a comunidade; (6) de um sistema educacional, abrangendo desde a educação infantil até os estudos de pós-graduação; e (7) de casas publicadoras para pôr literatura cristã na mão das pessoas.

C. A *Igreja Adventista do Sétimo Dia e o Papel de Ellen G. Wlzite*

Uma das primeiras declarações impressas que refletem o crescente reconhecimento e apoio ao papel profético desempenhado por Ellen White foi feita por José Bates (1792-1872), um dos fundadores e primeiros líderes da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Bates teve várias oportunidades de ouvir Ellen White relatar o conteúdo das diversas visões que recebera. Embora não pudesse encontrar no que ouvira nada que contradissesse a Escritura, ficou alarmado com a alegação dela de haver recebido de Deus tais revelações. Durante algum tempo ele não quis aceitar o que vira e ouvira, a não ser como sequela mental de um acidente de infância.

Em 1847, depois de falar com outras pessoas que haviam presenciado Ellen White em visão e que haviam escutado os relatos do que ela vira, depois de testemunhar por si mesmo em diversas ocasiões a profetísa em visão, e depois de conversar com a própria Ellen, Bates concluiu possuir bastante evidência para uma decisão. “Posso dizer agora, confiantemente, para mim mesmo: acredito que a obra é de Deus, e foi dada para consolar e fortalecer Seu povo 'disperso’, 'ferido' e ‘aturdido' [sic], desde o encerramento de nossa obra em favor do mundo em outubro de 1844" (21). Desde a primeira declaração de Bates, administradores, ministros e professores têm manifestado, repetidas vezes, seu pensamento por escrito.

A primeira declaração publicada, vinda de uma reunião geral do corpo da igreja, apareceu no periódico da igreja chamado *Review anâ Heralã*, de 4 de dezembro de 1855. José Bates, J. H. Waggoner e M. E. Cornell receberam a incumbência, durante uma reunião de trabalho, de preparar uma declaração em nome da associação, endereçada “aos diletos santos”, a respeito dos “dons" concedidos à igreja. Num artigo assinado, “Declaração da Conferência Reunida em Battle Greek, Michigan, 16 de novembro de 1855”, Bates, Waggoner e Cornell confessaram, em benefício de todo o corpo, que a igreja não havia apreciado nem apoiado devidamente os dons espirituais concedidos por Deus aos adventistas observadores do sábado. O artigo fazia referência especial às “visões". Todos os “santos" receberam um apelo para render graças a Deus pelos dons espirituais colocados na igreja, especialmente pelo dom de profecia. Todos foram também admoestados a ler o que fora impresso sobre "as visões” e estar dispostos a submeter a vida ao conselho dado por Deus.

De 1867 em diante, a reafirmação da crença nos dons espirituais, principalmente no dom de profecia, tem sido uma constante nas reuniões de trabalho da igreja mundial. A resolução de *1867* diz o seguinte:

“Fica resolvido que expressamos nossa constante fé na perpetuidade dos dons espirituais durante a dispensação evangélica, e nossa gratidão a Deus por haver associado intimamente o espírito de profecia com a proclamação da terceira mensagem angélica” (RH, 28/5/1867).

A 55ª Assembléia da Associação Geral, realizada em Indianápolis, Indiana, em julho de 1990, não constituiu exceção. Afirmou-se:

“Somos gratos a Deus por nos conceder não somente as Santas Escrituras, mas também a manifestação do dom de profecia para os últimos dias na vida e obra de Ellen G. White, Seus escritos inspirados têm sido inestimáveis para a igreja ao redor do mundo de Incontáveis maneiras” (AR, 26/7 a 2/3/1990).

Uma significativa declaração é encontrada nas 28 crenças fundamentais. A crença n° 17 é uma declaração sobre os dons e os ministérios espirituais, ao passo que a n° 18 trata do “Dom de Profecia”, e reza assim:

“Um dos dons do Espírito Santo é a profecia. Esse dom é uma característica da igreja remanescente e foi manifestado no ministério de Ellen G. White. Como a mensageira do Senhor, seus escritos são uma contínua e autorizada fonte de verdade que

proporcionam conforto, orientação, instrução e correção à igreja. Eles também tornam claro que a Bíblia é a norma pela qual devem ser provados todo ensino e toda experiência" *{Nisto Cremos,* 2008, 276).

D. *Fontes e Assistentes Literários*

Durante a década de 1980 se focalizou a atenção no uso de fontes por parte de Ellen White, seguindo-se ampla discussão. O fato de ela citar ou parafrasear outros autores não diminui em nada sua inspiração, nem tem o Patrimônio Ellen.G. White tentado encobrir essa prática da escritora. Na verdade, em 1933, W. C. White (filho de Ellen White) e D. E. Robinson (um dos secretários dela) prepararam um folheto de 27 páginas intitulado *Brief Statements Regarding the Wrítings of Ellen G. White* tratando abertamente da questão de fontes e assistentes literários.

1. Fontes

Os autores perceberam que, nos primeiros anos, Ellen White sofria com a dificuldade de expressar em linguagem humana o conteúdo de suas visões. Ela recebera, porém, a garantia divina de que Deus lhe concedería graça e a orientaria no que fosse necessário para cumprir as responsabilidades sobre ela impostas.

"Foi-lhe dito que na leitura de livros e revistas religiosas ela encontraria preciosas pérolas da verdade expressas em linguagem aceitável e que ela recebería ajuda celestial para reconhecer essas preciosidades e separá-las do erro restante com o qual algumas vezes estariam associadas" (White e Robinson; reimpresso como suplemento da AR, 4/6/1981).

Na introdução da edição de 1888 de O *Grande Conflito,* a própria Ellen White trata da questão das fontes: "Em alguns casos em que algum historiador agrupou os fatos de tal modo a proporcionar, numa breve e compreensiva visão do assunto, ou resumiu convenientemente os pormenores, suás palavras foram citadas textualmente; em alguns outros casos, porém, não se nomeou o autor, visto como as transcrições não são feitas com o propósito de citar aquele escritor como autoridade, mas porque sua declaração provê uma apresentação pronta e positiva do assunto."

Essa declaração foi reproduzida na introdução da edição de 1911 (xii) com dois pequenos ajustes no fraseado.

Sabe-se, de longa data, que os escritores canônicos empregaram tanto fontes inspiradas como não inspiradas em seus escri--^ tos. Conforme já vimos anteriormente, Lucas informa a seus leitores sobre suas fontes de informação acerca da vida e ministério de Jesus. Afirma claramente que seus dados não vieram de sonhos, nem de visões, mas de entrevistas com testemunhas oculares e ministros da palavra (Lc 1:1-4; ver IV.C.4).

Somente em anos recentes compreendeu-se o quanto a volumosa leitura de Ellen White se refletiu em seus escritos. Embora alguns tenham questionado seu dom profético em virtude desse conhecimento, a maneira como ela emprega as fontes não apresenta nenhum problema para os que conhecem e entendem o modelo investigatívo de inspiração (ver IV.C.4). A discussão sobre o uso de fontes por parte de Ellen White serviu, na verdade, para enriquecer e ampliar nossa compreensão da inspiração. Um estudo recente que tenta isolar as fontes literárias por trás de O *Desejado de Todas as Nações* merece a atenção de quem deseja examinar esse tema mais a fundo (ver Veltman).

2. Assistentes Literários

Gomo Jeremias e Paulo (ver IV.C.5), Ellen White também se serviu de assistentes literários. Nos primeiros anos foi seu marido, Tiago White, quem a assistiu no despacho de cartas e preparo de originais para publicação. Depois da morte de Tiago em 1881,

W. C. White assumiu esse papel. Durante os anos de maior volume de produção literária, sua equipe contava com vários auxiliares. A responsabilidade deles abrangia desde datilografar originais e cartas até efetuar correções gramaticais e ortográficas. Depois de datilografar o material manuscrito e corrigir a gramática e a ortografia, os assistentes o devolviam a Ellen White, que o lia cuidadosamente. Caso ela acrescentasse ou subtraísse alguma coisa, o material voltava a ser datilografado. Só depois de outra leitura é que o texto ficava pronto para o prelo ou para os correios. Nenhum dos assistentes tinha permissão para interpolar seus próprios pensamentos ou conceitos, conforme mostra o parágrafo a seguir.

Marian Davis, a assistente mais confiável de Ellen White, foi incumbida de ajudá-la no preparo de livros. Ao comparar a obra de suas assistentes regulares e a de Marian Davis, a profetisa (MR, 926) declarou: "Viste as minhas copistas. Elas não alteram minha linguagem. Fica exatamente como escrevo. Já o trabalho de Marian é de uma índole completamente diferente. Ela é a minha editora de livros. [...] Faz seu trabalho desta maneira: Toma meus artigos publicados em revistas e os cola em livros em branco. Também possui uma cópia de todas as cartas que escrevo, Ao preparar um capítulo para um livro, Marian *se* lembra de que eu escreví algo sobre esse ponto específico, que talvez torne o assunto mais convincente, Ela começa a procurá-lo, e se, ao encontrá-lo, percebe que isso tornará o capítulo mais claro, acrescenta-o a ele."

E. Fruto da Obra de urna Vida

Quando morreu, em 1915, Ellen White havia escrito mais de 100 mil páginas do material que apareceu nas seguintes formas: 24 livros em circulação, dois originais de livro prontos para publicação, artigos periódicos que excedem 5 mil, e aproximadamente 200 folhetos e panfletos. Havia também 6 mil cartas datilografadas e um conjunto de originais, totalizando cerca de 35 mil páginas e 2 mil peças manuscritas envolvendo cartas, documentos, diários, agendas, etc., os quais, quando datilografados, importaram em mais 15 mil páginas.

Desde a morte da autora, seus principais livros já foram traduzidos em mais de 100 línguas e dialetos. Somente o livro *Caminho a Cristo já* foi publicado em cerca de 150 línguas. Traduções adicionais de diversos livros estão em constante preparação.

Por mais impressionante que seja o volume da produção literária, mais importante ainda é o impacto espiritual que esses escritos tiveram sobre a vida das pessoas. O conteúdo desse material — o amor de Deus expresso no dom de Seu precioso Filho, o grande conflito, o chamado à preparação para a volta de Jesus, o poder da graça de Deus que capacita para a vida vitoriosa e outros temas bíblicos exaltados diante do leitor - exerceu e continua exercendo impacto que só será medido quando Jesus voltar.

F *Cxistódia dos EscHtos de Ellen G. V/lxite*

Em 1912, aos 85 anos de idade, Ellen White manifestou o desejo de tomar providências para o cuidado com seus escritos, Cinco homens foram nomeados para agir como depositários: W. C. White, filho dela; Clarence C. Crisler, um dos secretários; Charles H. Jones, gerente da Pacific Press Publishing Association; Arthur G. Daniells, presidente da Associação Geral; e F. M. Wilcox, editor da revista da igreja, a *Review and Heralà.*

O testamento pôs sob a custódia desses homens todos os direitos autorais, as chapas de livro em todas as línguas, o arquivo geral de originais e todos os índices relacionados com o arquivo. Ela incumbiu os depositários da responsabilidade de (1) zelar por todas as obras publicadas e inéditas, (2) aprimorar os

livros e originais, (3) garantir a impressão de novas traduções e (4) imprimir as compilações de cartas, documentos, artigos e originais provenientes dos arquivos.

O testamento também estipulava que o conselho de depositários seria tanto independente quanto vitalício. Depois o conselho foi ampliado para 15 membros: sete que serviríam vitaliciamente e oito que atuariam por um período de cinco anos.

Sob a direção do conselho de depositários, trabalha um conjunto de funcionários responsável pelas atividades diárias no escritório do Patrimônio Wbite na sede da Associação Geral. Esses indivíduos pesquisam os escritos da Sra. White sobre questões de interesse atual para a igreja e publicam os resultados em artigos para revistas da igreja, livros e documentos arquivados no escritório do Patrimônio White, para benefício de líderes de igreja, leigos e outros pesquisadores. Esses funcionários viajam por todo o mundo realizando seminários sobre dons espirituais, sobre o Espírito de Profecia conforme revelado na vida e obra de Ellen White e sobre temas de interesse abordados por ela. Há centros de pesquisa em diversos lugares do mundo.

Beneficiando-se da tecnologia moderna, o Patrimônio White disponibiliza todos os materiais publicados, inéditos e originais de Ellen White em GD-Rom.

XII. Impacto dos Dons Espirituais

Os dons espirituais são uma providência tomada por Jesus para fazer avançar a obra da qual encarregou Seus discípulos após Sua ascensão. O Espírito Santo, o Consolador, viría em nome de Jesus para ensinar Seus seguidores guiando-os em verdades adicionais, fazê-los lembrar da instrução ministrada por Jesus, capacitá-los para a tarefa e conceder-lhes dons segundo Sua vontade.

Os seguidores de Jesus devem hoje procurar esses dons tão zelosamente como o fizeram os coríntios sob a insistência de Paulo (iCo 14:1). Esses dons, sob o ministério do Espírito Santo, hão de (1) equipar os membros da igreja para desempenhar seu ministério, inclusive ganhar pessoas para Jesus, (2) edificar o corpo de Cristo, (3) conduzir à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, (4) desenvolver a maturidade espiritual em Jesus, e (5) manter o crescimento espiritual rumo à estatura da plenitude de Gristo (Ef 4:11-13).

O resultado final dos verdadeiros dons espirituais é uma igreja saudável e dinâmica. Cristãos entre os quais esses dons funcionam apropriadamente já não são "como meninos, agitados de um lado para outro e levados ao redor por todo vento de doutrina, pela artimanha dos homens, pela astúcia com que induzem ao erro" (Ef 4:14).

XIH. Contex to Histórico

Em seus próprios primórdios, a igreja cristã era uma comunidade carismática. Tendo chamado os 12 apóstolos para ser o núcleo da nova igreja, Jesus "deu-lhes poder e autoridade sobre todos os demônios, e para efetuarem curas" (Lc 9:1). Quando os enviou de dois em dois para sua experiência de campo, disse-lhes: "Curai enfermos, ressuscitai mortos, purificai leprosos, expeli demônios" (Mt 10:8). Fortalecida pelo poder do Espírito (Jo 20:22; At 2:1-4; 4:31), a igreja apostólica era uma comunidade dinâmica e cheia do Espírito, na qual os *charísmata* (os dons espirituais) capacitavam os primeiros cristãos a cumprir a comissão do Senhor (Mt 28:19, 20). Nesse sentido a primeira igreja era uma comunidade carismática. <§

A atitude da igreja cristã para com os dons espirituais variou, porém, através dos séculos, assim como variou a atitude de diversos grupos dentro da cristandade. A primeira parte deste contexto histórico examina a tentativa inicial de recuperar os dons uma vez operantes na igreja apostólica. A segunda parte analisa a atitude atual das diversas corporações cristãs para com os dons espirituais.

A. *Montanismo*

Durante a última metade do 2U século da era cristã, um pequeno grupo de cristãos na província romana da Frigia, na Ásia Menor, concentrou sua atenção em recuperar os dons do Espírito. Em 172, Montano, um pagão recém-convertido ao cristianismo, alegou possuir o dom de profecia. Em curto espaço de tempo estava unido a duas mulheres, Priscila e Maxímila, que também alegavam ser portadoras do dom. Intitularam o movimento de “a Nova Profecia”, mas seus oponentes se referiam a eles como "a heresia frigia". Por volta do 4º século, o movimento era conhecido como "montanismo”, em homenagem a seu fundador. Esse foi o primeiro movimento neopentescostal. [1]

1. Concepção sobre os Dons Espirituais

Os montanistas acreditavam que os dons espirituais não se restringiam à era apostólica, mas se destinavam a todos os crentes. Prova disso era a promessa de que nos últimos dias Deus derramaria Seu Espírito, e “vossos filhos e vossas filhas profetizarão, vossos velhos sonharão, e vossos jovens terão visões” (Jl 2:28; At 2:17). Naturalmente, o dom profético recebeu a ênfase maior devido às experiências de Montano, Priscila e Maximila.

O montanismo surgiu do ardente desejo de renovação espiritual. O objetivo de seus primeiros adeptos era o de restaurar a igreja ã sua primitiva simplicidade, vivenciar novamente os dons espirituais (*charismata*) e ter a garantia da presença e orientação do Paráclecto ou Espírito Santo. Via-se o montanismo como um movimento reacionário à corrupção que então campeava na igreja. Constituía também uma reação contra a influência prevalecente do gnosticismo e do paganismo, da frouxidão na disciplina, da progressiva hierarquia e da crescente descrença na validade dos dons espirituais na experiência da igreja.

2. Avaliação da í(Nova Profecia” pela História

Quando um grupo se afasta da norma em práticas religiosas, é comum se espalharem estranhos boatos a respeito dos envolvidos e, muitas vezes, esses boatos são aceitos como verdade. Os montanistas não constituíram exceção. Circulavam histórias sobre a aparição de Cristo e do Paráclecto nas reuniões dos montanistas. Faziam-se relatos também de transes e convulsões no meio da histeria coletiva

A. H. Newman (1:204) sugere que esse primitivo fanatismo era natural ao solo no qual crescera o montanismo. Os frígios eram conhecidos por seus excessos na adoração à deusa pagã Cibele. Além da repulsiva imoralidade, eram suspeitos de terem visões extáticas e delírios tresloucados e de praticarem automutilação.

Embora houvesse dentro da igreja oficial apelos para reconhecer a presença do dom profético e se chegar a um acordo com os montanistas, as autoridades eclesiásticas rejeitaram tal empreendimento e se voltaram contra os seguidores de Montano como heréticos.

Mais recentemente eruditos se mostraram mais gentis dizendo que os montanistas não deviam ser vistos como hereges intelectuais, pois se diferenciavam de seus colegas cristãos apenas na aceitação da “nova profecia”. O montanismo não tem raízes em heresia ou apocalipcismo militante, mas na crença de que o Espírito pode falar a indivíduos a fim de promover a disciplina cristã apropriada (Fox, 409).

N. Bonwetsh (486) chama a atenção para o fato de que a "nova profecia" não reivindicava revelação de novas verdades. Suas declarações apoiavam a tradição da igreja, defendiam a ressurreição dos mortos e desenvolviam uma rica escatologia. O propósito do movimento era se preparar para a breve volta de Jesus: uma preparação que devia governar toda a vida do cristão.

D. YVright (23, 28, 29) conclui que: (1) a condenação do montanismo foi "uma tentativa desesperada" de "críticos católicos" para fazer oposição a um movimento que era mais irregular que heterodoxo; (2) as razões da condenação e excomunhão generalizada da "nova profecia" não são precisamente especificadas em parte alguma; (3) "a rejeição do movimento revela tanto sobre o crescente catolicismo como sobre o próprio montanismo"; e (4) "o montanismo era, na pior das hipóteses, um movimento fanático e não herético".

3. Defesa dos Dons Espirituais por Tertulíano

O montanismo ganhou um defensor convicto quando Tertulíano de Cartago (c. 160-230 d.C.), pai da igreja latina, aceitou seus ensinos sobre os dons espirituais. Segundo R. Baus (203), Tertulíano dissociava o montanismo dos três profetas originais e de seu contexto frígio. Entendia ser missão do montanismo "levar o cristianismo e a humanidade em geral à maturidade adulta por meio da operação do Parácleto".

Os que consideravam o montanismo uma heresia alegavam que a "nova profecia" se fazia acompanhar de um êxtase tão anormal que a pessoa possuída pelo Espírito era arrebatada e começava a balbuciar e a proferir sons estranhos. Wright (21-23) adverte, porém, que não havia nenhum indício de glossolalia, e que Tertulíano, quando tratou da experiência do êxtase, "não incluiu nenhuma sugestão de glossolalia". Segundo a descrição de Tertulíano, o êxtase era produzido de forma normal durante o sono quando a razão humana entrava em direta relação com Deus, trazendo como resultado os sonhos e as visões.

Para Tertulíano, a presença dos dons espirituais *(charismatá)* revelava a presença e a atividade do Espírito Santo. Para as autoridades eclesiásticas ocupadas na construção de uma hierarquia, a presença dos dons espirituais deixava claro que "os propósitos genuinamente cristãos [do montanismo] foram distorcidos por um exagero imoderado de seu verdadeiro significado, e que representavam uma falsificação da tradição cristã" (Baus, 204). Foi assim que o montanismo recebeu o rótulo de heresia.

4. John Wesley e o Montanismo

Quinze séculos depois, John Wesley qualificou as atividades das autoridades eclesiásticas que condenaram Montano como as "de cristãos ricos e honrados", que sempre dispõem de números e poder do seu lado para ridicularizar a verdadeira fé "de um dos homens mais santos do *2°* século". Para Wesley, Montano enfatizava a obediência à lei divina e o amor a Deus e à humanidade, embora pusesse ênfase mais forte do que os outros nas manifestações do poder que flui da pessoa repleta do Espírito (Smith, 25).

jB. *Visão Cristã Geral*

A resistência manifesta pelas primitivas autoridades eclesiásticas aos dons espirituais *(charismata)* se tornou a posição da igreja durante os séculos subsequentes. A cura física, porém, era isenta de denúncia.

1. Catolicismo Romano

Casos de cura miraculosa têm sido relatados e aceitos durante séculos na Igreja Católica Romana, No mundo inteiro, milhares de pessoas alegam ter recebido cura nos diversos relicários dedicados à virgem Maria ou a um santo. Ao que consta, afirma-se

que as relíquias de Jesus e dos apóstolos servem para fortalecer a fé do povo que deseja
639 ► ser curado. Embora a maior parte das curas relatadas tenha ocorrido como resultado da oração a Maria ou a um dos santos, há notícias de curas pelos próprios devotos, Não é de hoje que os católicos consideram os milagres como uma autenticação de seus ensinos.

2. Protestantismo

Os primeiros reformadores protestantes eram ridicularizados por não serem capazes de realizar milagres como evidência da veracidade dos ensinos reformados. Foi isso, talvez, o principal fator contribuinte para a ideia desenvolvida dentro do protestantismo de que os dons espirituais haviam cessado no fim da era apostólica.

O protestantismo não rejeitou, porém, a obra do Espírito Santo. Em vez de Se revelar por meio de dons espirituais, o Espírito transformava vidas. Percebia-se o Seu poder para dominar a natureza humana pecaminosa e manifestar os atributos cristãos de justiça, paz e alegria. O Espírito Santo na vida do crente resultava em poder moral, Como ressalta T. Smith (25), Lutero e Calvino (século 16) acautelavam-se “dos que parecem substituir a obra do Espírito Santo na transformação da natureza moral de homens e mulheres pela mera emoção". Os anabatistas suíços e holandeses, por outro lado, desejaram imprimir mais ênfase na obediência externa, enquanto o menonitas enfatizaram o sofrimento decorrente da obediência a Jesus. Todos esses primeiros movimentos de reforma minimizaram os carismas.

Depois de Aldersgate, John Wesley (1703-1791) ficou mais receptivo ao conceito das expressões sobrenaturais do Espírito Santo. Na verdade, ele aceitou o emocionalismo manifesto por muitos de seus seguidores, reconhecendo “que transes, curas, milagres e outros eventos extraordinários podem ocorrer na vida dos crentes” (Smith, 25), George Whitefield, colega de ministério de Wesley, ficou cada vez mais apreensivo com essa receptividade de Wesley à expressão emocional, ao perceber que essas manifestações não eram o foco primário do trabalho do Espírito.

John Wesley, porém, não era carismático. Ele e os puritanos de sua época achavam que os Quakers eram emocionais ao extremo e não confiavam suficientemente nas Escrituras para conter manifestações do que chamavam de o poder do Espírito Santo. No século 19, muitos evangelistas e muitas igrejas concordavam com Wesley. Estes incluíam Charles G. Finney, R. A. Torrey e outros evangelistas da “alta sociedade”. O movimento de santidade floresceu entre os metodistas norte-americanos e entre os chamados Amigos, congregacionalistas, batistas e membros das igrejas Evangélica e Irmãos Unidos de fala alemã. Para eles, a obediência e o amor, e não o êxtase emocional, eram a verdadeira prova da presença do Espírito Santo.

Com o advento do movimento carismático em fins do século 20, o protestantismo ficou mais uma vez dividido a respeito da obra do Espírito Santo. Os partidários do carismatismo priorizavam os dons espirituais, o extraordinário e o emocional, enquanto que os partidários do fundamentalismo enfatizavam o poder para viver uma vida santa.

C. *Movimentos de Santidade*

John Wesley tinha plena convicção a respeito do ensino de Paulo de que, embora sejamos pecadores e inimigos de Deus, Jesus morreu por nós (Rm 5:8-10), e assim, por Sua graça, tomou providências para nosso perdão e justificação mediante a fé nEle. O fundador do metodismo enfatizou também a perfeição cristã como uma segunda e instantânea obra de graça, precedida e seguida pelo crescimento gradual na santidade. O conceito de que um pecador pode alcançar a perfeição é o fundamento sobre o qual se

acham construídas as diversas igrejas de santidade. Entre as denominações não identificadas como pentecostais, associa-se a obra do Espírito Santo mais com santificação e vida santificada do que com carismas.

1. A Igreja Metodista Episcopal

Durante o fim do século 19 nos Estados Unidos, a Igreja Metodista Episcopal se ramificou em diversas denominações menores. A maneira como essas igrejas de santidade se originavam era semelhante: (1) um líder forte dentro da Igreja Metodista
640 ► Episcopal era forçado a abandonar a igreja por diversas razões; (2) ele formava um grupo independente; e (S) as fusões com grupos menores acabavam produzindo uma nova denominação organizada,

Duas das maiores igrejas de santidade a emergir desse processo foram a Igreja do Nazareno e a Igreja Peregrina de Santidade. O ramo oriental da Igreja do Nazareno foi chamado de Igreja Pentecostal do Nazareno, mas abandonou depois a palavra "pentecostal", para não ser confundida com o movimento de línguas que se desenvolvia nas igrejas pentecostais emergentes do início do século 20. Apesar disso, o fundador da Igreja Peregrina de Santidade, Martin Wells Knapp, enfatizava o dom espiritual da cura divina.

2. Pentecostalismò

As igrejas pentecostais dentro do movimento de santidade dão ênfase especial aos dons espirituais. O conceito wesleyano de que a conversão deve ser acompanhada pela segunda bênção (santificação) foi ampliado por Charles Fox Parham (1873-1929) para incluir o batismo no Espírito Santo, confirmado pelo falar em línguas. Alguns historiadores apontam para Topeka, no Kansas (1901), como o lugar de nascimento do movimento pentecostal. Parham realizava reuniões de reavivamento naquela cidade quando Agnes Ozman se tornou a primeira pessoa em tempos modernos a buscar e receber a experiência do falar em línguas como sinal de ser "batizado com o Espírito Santo" (Melton, 43). No entanto, o que se reconhece mais popularmente como o nascimento do pentecostalismo moderno foi o reavivamento na Rua Azusa, em Los Angeles (1906), com a pregação de William J. Seymour, que havia estudado sob a orientação de Parham, em Houston, no Texas.

Com base na mensagem de João Batista ~ "Eu vos batizo com água, para arrependimento; mas aquele que vem depois de Mim é mais poderoso do que Eu, Ele vos batizará com o Espírito Santo e com fogo" (Mt 3:11) - os pentecostais consideram seu batismo nas águas como o Espírito batizando-os em Cristo, enquanto o seu segundo batismo é Cristo batizando-os no Espírito. Para eles, depois de ser batizado no Espírito Santo, 0 indivíduo manifestará pelo menos um dos nove dons enumerados por Paulo em 1 Coríntios 12. Os dons espirituais enfatizados com mais frequência, porém, são as línguas e a cura.

O dom de línguas se manifesta de duas maneiras: *glossolalia* e *xenoglossia.* Pelo fato de usar apenas algumas vogais e consoantes, a *glossolalia* não pode ser classificada como falar em alguma língua; trata-se mais de uma "experiência religiosa verbalizada" (Melton, 41). Já a *xenoglossia* é o ato de alguém falar uma língua estrangeira de verdade da qual não tinha conhecimento.

G. Wacker (933, 934) também divide esse dom em duas categorias. O "dom de línguas" não é compartilhado por todos os cristãos. Serve para edificar a igreja quando um intérprete está presente. Também expressa os anseios do coração na oração privada. A segunda categoria, "o sinal de línguas", é compartilhada por todos os cristãos. É um sinal sobrenatural de que o falante foi batizado pelo Espírito Santo. Pentecostais tradicionais

acreditam que todos os exemplos de batismo no Espírito registrados em Atos eram acompanhados pelo 'sinal de línguas"

O dom de cura, conforme praticado em reuniões públicas por curadores pentecostais, levantou objeções na mente de muitos cristãos — não tanto com relação à realidade da cura, mas com relação à forma e à exibição que acompanhava a cura, Muitos se ofendem com o aparente *excesso* de familiaridade para com Deus durante a oração e o estilo espalhafatoso e exigente do "curador". Levantam-se também objeções contra a psicologia usada para manipular a platéia.

O cenário da história da igreja na visão pentecostal é assim descrito: a igreja cristã começou sua existência como uma igreja carismática - uma igreja capacitada pelo Espírito para cumprir sua missão mediante a presença dos dons espirituais, Com o desenvolvimento da hierarquia e a corrupção clerical, os dons desapareceram, e a igreja mergulhou na idade das trevas. A obra dos reformadores protestantes deu início ao processo de restauração, mas essa obra não foi completa. A restauração completa da igreja carismática, capacitada pelo Espírito Santo para cumprir sua missão, encontra-se agora no movimento pentecostal; a "chuva serôdia" está caindo agora na experiência pentecostal.

D. Movimento Carismático Moderno

Embora as igrejas ditas históricas tenham, depois da Segunda Guerra Mundial, permanecido resistentes à experiência pentecostal e à presença dos dons espirituais na era moderna, R. Quebedeaux (967) aponta três fatores que contribuíram para o início da renovação carismática entre elas nos anos 1950: (1) fenômenos pentecostais entre o clero e o laicato, (2) as atividades da Associação Internacional de Homens de Negócio do Evangelho Pleno (Adhonef) e (3) o ministério ecumênico de David du Plessis.

1* A Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno

A Adhonef foi fundada por um grupo de executivos e profissionais (1951) pertencentes à Igreja Assembléia de Deus, decepcionados com a crescente dominação clerical. Por meio de sua publicação, *Voice*, começaram a circular relatos de experiências pentecostais. Quando ministros e leigos das igrejas históricas ouviram falar dos relatos, juntaram-se à Adhonep e participaram dessas experiências. "Foi assim que a Adhonep se tornou a pedra angular na fundação da renovação carismática" (Quebedeaus, 967).

2. David du Plessis

Ministro assembleísta, David du Plessis atuava como observador pentecostal em diversas reuniões ecumênicas. Sua presença como porta-voz pentecostal em círculos ecumênicos contribuiu muito para trazer respeitabilidade à experiência e mensagem pentecostal entre clérigos e leigos não pentecostais. Já em meados da década de 1950, o pentecostalismo fora aceito como uma terceira força no cristianismo mundial.

3. Igrejas Tradicionais

O movimento carismático começou a surgir em igrejas protestantes tradicionais em 1960. Naquele ano, Dennis Bennett, pároco da Igreja Episcopal de São Marcos, em Van Nuys, na Califórnia, fez à sua paróquia o relato de sua experiência carismática de falar em línguas durante uma reunião de oração privada. Quando a congregação se dividiu sobre a questão, Bennett foi transferido para uma enfraquecida igreja da periferia de Seattle, em Washington. Ali ele promoveu os carismas, e a igreja experimentou um crescimento fenomenal. Isso chamou a atenção dos meios de comunicação de massa, e a sua experiência foi relatada tanto na revista *Time* como na *Newsweek.* Bennett recebeu o apoio

público de centenas de ministros e pastores tradicionais. O movimento carismático começava a chamar a atenção das igrejas protestantes históricas, e muitos se dispuseram a reagir favoravelmente.

O movimento alcançou pela primeira vez o catolicismo em 1967, na Universidade Duquesne (Pittsburgh, Pensilvânia), onde dois professores de teologia levaram 20 estudantes e membros da faculdade a uma experiência neopentecostal. De Duquesne, o movimento se espalhou para o campus da Universidade de Notre Dame (South Bend, Indiana), depois para a Universidade do Michígan.

Quando o movimento chegou às igrejas tradicionais da classe média, o estilo pentecostal típico de adoração ficou mais moderado, mas as formas litúrgicas quase não sofreram alteração. A prática da *glossolalia,* da cura e da profecia se tornou o aspecto central das reuniões do meio de semana.

Do ponto de vista teológico, a renovação carismática enfatiza a autoridade da Bíblia, o compromisso pessoal com Cristo e o evangelismo, assim como o faz o neoevangelícalismo. Mas, enquanto os neoevangélicos insistem no consenso doutrinário em prol da unidade cristã, os carismáticos acham que a força unificadora é o batismo no Espírito. Em seu esforço para recuperar os carismas, o movimento carismático trouxe novamente o aspecto experimental para dentro da cristandade.

E. Igreja Adventista do Sétimo Dia

Desde os seus primórdios, a Igreja Adven-
jV tista do Sétimo Dia acredita firmemente nos dons espirituais e aceita a presença deles. Entre os seguidores de Guilherme Miller, onde se encontram as raízes da Igreja Adventista do Sétimo Dia, o dom profético foi outorgado a William Ellis Foy e a Hazen Foss. Foy teve visões relacionadas ao movimento milerita, em 1S42 e 1844. Foss recebeu uma visão em fins de setembro ou no início de outubro de 1844, na qual presenciava a viagem do povo adventista até a cidade de Deus,

O pequeno grupo de mileritas que iria formar a Igreja Adventista do Sétimo Dia sabia das experiências de Foy e Foss. Foy relatou o que vira, mas Foss se recusou a compartilhar a visão que recebera, ainda que fosse instruído a agir assim numa segunda visão. Depois da contínua recusa, ouviu uma voz dizer-lhe: "Você entristeceu o Espírito do Senhor." Horrorizado com a mensagem, convocou uma reunião e tentou comunicar a visão, mas foi incapaz de lembrá-la. "Esquecí", exclamou ele, "não posso dizer nada; o Espírito de Deus me abandonou" *[SDA Encyclopedia,* 10:563).

Pouco depois de ter sido destruída a esperança de Cristo voltar em 22 de outubro de 1844, o dom profético foi mais uma vez concedido. Desta vez a uma jovem que tomara parte no pequeno grupo milerita que se tomaria depois a Igreja Adventista do Sétimo Dia. Em algum dia de dezembro de 1844, Ellen G. Harmon (depois White) recebeu em Portland, no Maine, a primeira de suas aproximadamente 2 mil visões. Tanto Foy como Foss, que ouviram Ellen White relatar o conteúdo da primeira visão dela, confirmaram que o que ela vira fora mostrado a eles antes.

Embora a Igreja Adventista do Sétimo Dia creia que todos os dons espirituais existirão na igreja do tempo de fim, com vistas à finalização da comissão evangélica, o dom concedido a Ellen White recebeu mais atenção. Por acreditarem que a história em breve vai ter um fim e que Jesus está prestes a voltar, os adventistas do sétimo dia se consideram o povo remanescente de Deus de que fala Apocalipse 12:17. Esse remanescente guarda os mandamentos de Deus e tem o testemunho de Jesus, identificado por João como o espírito de profecia (Ap 19:10; para discussão adicional, verX.D).

Mediante a orientação do dom profético concedido a Ellen White, os adventistas do sétimo dia evitam os extremos praticados por outras igrejas no que diz respeito à interpretação dos dons espirituais. Três são os exemplos: (1) emocionalismo exacerbado na adoração, (2) impostura no falar em línguas e (3) falsos milagres.

1. Emocionalismo

Os mileritas da Igreja Metodista partilhavam da aceitação de Wesley das experiências emocionais durante a adoração. Durante um culto de oração realizado em 1843, o Espírito de Deus desceu tão poderosamente sobre a jovem Ellen Harmon que ela perdeu a consciência e não conseguiu voltar para casa naquela noite, O Espírito desceu também sobre outra pessoa, que ficou prostrada como morta. Ela recobrou depois a consciência, mas também não conseguiu voltar para casa.

As primeiras reuniões adventistas reproduziram o entusiasmo do metodismo, caracterizando-se por um coro de améns fervorosos e brados de louvor a Deus. Na véspera de Natal de 1850, Ellen White teve uma visão sobre a perfeita ordem que reina no Céu e a glória de Deus enchendo o templo celestial. Com base nessa visão e na instrução que a acompanhava, ela começou (1) a defender a organização da igreja e (2) a pedir que a igreja se afastasse do alvoroço prejudicial e desnecessário na adoração. Falando das 'práticas*’ (experiências extáticas), disse ela: “Vi que havia grande perigo em abandonar a Palavra de Deus e confiar em práticas. [...] Prevejo perigo” (MR5, 227).

Quando o tema do grande conflito se desdobrou perante ela, Ellen White entendeu que Satanás tentaria falsificar a obra do Espírito Santo, introduzindo experiências fortemente emocionais e extremismos espirituais durante a adoração. Essas atividades se intensificariam durante os momentos finais da história da Terra, quando o grande enganador falsificaria a experiência da chuva serôdia, De-«& 1850 em diante, as palavras de advertência se multiplicaram,

2. Línguas

Na primeira fase da história da Igreja Adventista do Sétimo Dia, ocorreram quatro experiências documentadas do falar em línguas: (1) em 1847, para orientar um jovem no ministério; (2) em 1848, numa reunião para decidir quando iniciar o sábado; (3) em 1849, nas diretrizes para o esforço missionário; e (4) em 1851, para fazer um relato da presença e do poder de Deus.

Na segunda ocasião, diversos crentes haviam se reunido para estudar e orar sobre a hora correta de iniciar o sábado, pois havia uma divergência de opinião sobre o assunto. Um certo irmão Ghamberlain ficou “cheio" do Espírito Santo quando o grupo orou, e bradou numa língua desconhecida. A interpretação era que ele queria um pedaço de giz. De posse do giz, desenhou o mostrador de um relógio no assoalho, e mostrou, sob a influência do “poder", que o sábado devia começar às 18 horas. Pelo novo estudo de Bíblia, contudo, a mensagem de Ghamberlain foi rejeitada, e o pôr do sol foi finalmente estabelecido como a hora apropriada, segundo a Palavra de Deus, para início do sábado.

Ellen White foi testemunha de três dos quatro episódios do falar em línguas. Apesar disso, não deu apoio a essas experiências. Posteriormente, referiu-se às línguas desconhecidas como uma linguagem inarticulada, sem sentido, “desconhecida não só dos homens, mas também do Senhor e de todo o céu. Tais dons são manufaturados por homens e mulheres, ajudados pelo grande enganador" (Tl, 412),

3. Milagres

Ocorrem entre os adventistas do sétimo dia, mesmo nos dias atuais, milagres de cura

em resultado da oração fervorosa e da unção com óleo. Ellen White relatou numerosos casos de cura física ocorridos enquanto ela ungia os enfermos ou orava por eles. Mais de uma vez, porém, ela recomendou cautela, porque "Satanás exercerá seu poder pelâ operação de milagres. Os servos de Deus hoje não poderíam trabalhar mediante milagres, pois espúrias obras de cura, pretendendo ser divinas, serão operadas" (ME2, 54).

Embora os adventistas do sétimo dia reconheçam na igreja a presença de dons espirituais concedidos pelo Espírito Santo para o avanço do evangelho em todo o mundo, a orientação fornecida mediante o dom profético de Ellen White os torna cautelosos em aceitar um dom como “genuíno”. Entendem que Satanás também tem o poder para produzir e operar por meio de dons falsificados. Por isso, a posição da igreja é examinar atentamente cada reivindicação de um dom, testando-o pela Palavra de Deus, para determinar se o dom procede do Espírito Santo e se produz o fruto do Espírito.

XIV. Comentários de Ellen G. White

A. *Dons Espirittiais*

“O Espírito Santo devia descer sobre os que amavam a Cristo neste mundo. Desse modo seriam capacitados, por meio da glorificação de .sua Cabeça, para receber todo dom necessário ao cumprimento de sua missão. [...] Todo o poder no Céu e na Terra Lhe foi conferido e, ao tomar Seu lugar nas cortes celestiais, podia dispensar essas bênçãos a todos os que O receberam.

“Cristo disse a Seus discípulos: ‘Convém-vos que Eu vá, porque, se Eu não for, o Consolador não virá para vós outros; se, porém, Eu for, Eu vo-Lo enviarei’ (Jo 16:7). Esse era o maior dos dons. O Espírito Santo foi enviado como o tesouro mais precioso que o homem podia receber. A igreja recebeu o batismo de poder do Espírito. Os discípulos foram preparados para sair e proclamar a Cristo” (DCD, 341).

“Os talentos que Cristo confiou à Sua igreja representam especial mente os dons e bênçãos conferidos pelo Espírito Santo. ‘Porque a um, pelo Espírito, é dada a palavra da sabedoria; e a outro, pelo mesmo Espírito, a palavra da ciência; e a outro, pelo mesmo Espírito, a fé; e a outro, pelo mesmo Espírito, os dons de curar; e a outro, a operação de maravilhas; e a outro, a profecia; e a outro, o dom de discernir os espíritos; e a outro, a variedade de línguas; e a outro, a interpretação das línguas. Mas um só e o mesmo Espírito opera todas essas coisas, repartindo particularmente a cada um como quer' (lCo 12:8-11). Nem todos os homens recebem os mesmos dons, porém a cada servo do Mestre é prometido algum dom do Espírito” (PJ, 327). 644

“Os dons especiais do Espírito não são os únicos talentos representados na parábola. Essa inclui todos os dons e dotes, originais ou adquiridos, naturais ou espirituais. Todos devem ser empregados no serviço de Cristo" (ibid., 328).

“Eis aí uma direção segundo a qual podemos estar certos de não cair nunca. Os que assim estão operando em harmonia com o plano de adição em obter as graças cristãs têm a certeza de que Deus há de operar segundo o plano de multiplicação em lhes assegurar os dons de Seu Espírito” (MJ, 116).

“Quando o Salvador disse: ‘Ide, ensinai todas as nações’, disse também: ‘Estes sinais seguirão aos que crerem: Em Meu nome expulsarão os demônios; falarão novas línguas; pegarão nas serpentes; e, se beberem alguma coisa mortífera, não lhes fará dano algum; e porão as mãos sobre os enfermos, e os curarão’ (Mc 16:17, 18). A promessa é tão vasta como a comissão. Não que todos os dons sejam comunicados a cada crente. O Espírito reparte ‘particularmente a cada um como quer (ICo 12:11).

Mas os dons do Espírito são prometidos a todo crente segundo sua necessidade para a obra do Senhor. A promessa é, hoje, exatamente tão categórica e digna de confiança como nos dias dos apóstolos. 'Estes sinais seguirão aos que crerem' (Mc 16:17). Esse é o privilégio dos filhos de Deus, e a fé deve lançar mão de tudo quanto é possível possuir como apoio" (DTN, 823).

"A promessa do Espírito não é apreciada devidamente. Seu cumprimento não é realizado como poderia sê-lo. A ausência do Espírito é que torna tão impotente o ministério evangélico. Pode-se possuir cultura, talento, eloquência ou qualquer dote natural ou adquirido; mas sem a presença do Espírito de Deus não se tocará nenhum coração, nem se ganhará pecador algum para Cristo. De outro lado, se estão ligados com Cristo, e se possuem os dons do Espírito, os mais pobres e ignorantes de Seus discípulos terão um poder que falará aos corações. Deus faz deles condutos para a difusão, no Universo, das mais elevadas influências" (PJ, 328).

"Deus tem reservado para todos quantos O servem em espírito e verdade amor, alegria, paz e glorioso triunfo. Seu povo observador dos mandamentos deve permanecer constantemente em prontidão para o serviço. Devem receber mais graça e poder, e mais conhecimento da obra do Espírito Santo. Muitos, porém, não estão prontos para receber os preciosos dons do Espírito que Deus almeja lhes conceder. Não estão buscando alcançar cada vez mais o poder do alto, que, mediante os dons concedidos, pode identificá-los como povo exclusivo de Deus, zeloso e de boas obras" (T8, 247, 248).

"Reconheça o dom que tem sido colocado na igreja para a orientação do povo de Deus nos dias finais da história terrestre. Desde o princípio, a igreja de Deus tem tido o dom de profecia em seu meio como viva voz para aconselhar, admoestar e instruir.

"Chegamos agora aos últimos dias da obra da mensagem do terceiro anjo, quando Satanás operará com crescente poder porque sabe que seu tempo é curto. Ao mesmo tempo, nos advirão, por meio dos dons do Espírito Santo, diversidades de operações no derramamento do Espírito. Esse é o tempo da chuva serôdia" (ME3, 83).

"Foram-nos confiados dotes físicos, mentais e espirituais. Na Bíblia se dá a conhecer plenamente a vontade de Deus. O Senhor espera que cada pessoa utilize seus dons de tal maneira que lhe tragam mais conhecimento das coisas divinas e a capacitem a progredir e se tornar cada vez mais refinada, nobre e pura" (DCD, 137).

"Estudem essa passagem cuidadosamente [lCo 12:4-12], Deus não encarregou a todos a mesma espécie de trabalho. E plano dEle que haja unidade na diversidade. Quando esse plano for estudado e seguido, haverá muito menos desinteligência na obra do Senhor. [...]

"O Senhor deseja ver sua igreja respeitando cada dom que Ele concedeu a diferentes membros. Cuidado para não permitirmos que nossa mente se fixe em nós mesmos, achando que ninguém pode servir ao Senhor a menos que opere no mesmo campo de atuação em que estamos trabalhando. [...]

"A obra será prejudicada, a menos que sejam nela empregados todos os dons conferidos por Deus. Muitas vezes foi o progresso da obra impedido porque os obreiros pensavam que somente os seus dons eram necessários para o avanço do trabalho" (PUR, 29/12/1904).

B. *Buscar Diariamente o Batismo do Espírito*

"Suplico aos membros de cada igreja que busquem agora pela maior bênção que o Céu pode outorgar: o Espírito Santo. Se buscarem, com fé, maior medida do Espírito de Deus, estarão constantemente recebendo-a e respirando-a. Receberão diariamente renovado suprimento" (OA, 143).

"Cada obreiro devia fazer sua petição a Deus pelo batismo diário do Espírito" (AA, 50).

"Ensinai vossos filhos que têm o privilégio de receber cada dia o batismo do Espírito Santo" (CPPE, 131).

C. *Ponto de Vista de EUen* G. White *sobre a Escritura*

"Deus confiou o preparo de Sua Palavra divinamente inspirada ao homem finito. Essa Palavra, arranjada em livros — o Antigo e o Novo Testamento —, é o guia para os habitantes de um mundo caído, a eles legado para que, mediante o estudar as direções e obedecer-lhes, pessoa alguma perdesse o caminho do Céu.

"Os que pensam tornar claras as supostas dificuldades da Escritura, determinando por sua regra finita o que é inspirado e o que não o é, melhor fariam em cobrir o rosto, [...] pois se encontram na presença de Deus e dos santos anjos. [...]

"E Ele [Deus], enquanto apresenta os perigos que se agrupam em tomo dos últimos dias, não habilitou homem finito algum a desvelar ocultos mistérios nem inspirou um homem ou uma classe de homens a pronunciar juízo quanto ao que é ou não é inspirado. Quando homens, em seu juízo finito, julgam necessário fazer um exame de textos para definir o que é inspirado e o que não é estão dando um passo adiante de Jesus a fim de Lhe mostrar um caminho melhor do que aquele em que Ele nos tem guiado.

"Tomo a Bíblia tal como ela é, como a Palavra inspirada. [..,]

"Irmãos, nenhuma mente ou mão se empenhe em criticar a Bíblia. É uma obra que Satanás se deleita que qualquer de vós faça, mas não é obra a vós designada pelo Senhor" (MEl, 16).

"A Bíblia foi escrita por homens inspirados, mas não é a maneira de pensar e se exprimir de Deus. Essa é da humanidade. Deus, como escritor, não Se acha representado. Os homens dirão muitas vezes que tal expressão não é própria de Deus. Ele, porém, não Se pôs à prova na Bíblia em palavras, em lógica, em retórica. Os escritores da Bíblia foram os instrumentos de Deus, não Sua pena. Olhai os diversos escritores.

"Não são as palavras da Bíblia que são inspiradas, mas os homens é que o foram. A inspiração não atua nas palavras do homem ou em suas expressões, mas no próprio homem que, sob a influência do Espírito Santo, é possuído de pensamentos. As palavras, porém, recebem o cunho da mente individual. A mente divina é difusa. A mente divina, bem como Sua vontade, é combinada com a mente e a vontade humanas; assim as declarações do homem são a Palavra de Deus" (ibid., 21).

D. O *Ponto de Vista de EUen* G. *White sobre stia Própria Obra*

"Estas palavras me foram ditas: 'Tua obra te *é* indicada por Deus. Muitos não te darão ouvidos, pois se recusaram a ouvir ao grande Mestre; muitos não são corrigidos, pois seus caminhos são retos a seus próprios olhos. Todavia leva-lhes as reprovações e advertências que Te darei, quer as ouçam quer deixem de ouvir"' (MEl, 29).

"Nessas cartas que escrevi, nos testemunhos de que sou portadora, apresento-vos aquilo que o Senhor me tem apresentado a mim. Não escrevo nem um artigo expressando meramente minhas próprias idéias. Eles são o que Deus me expôs em visão — os preciosos raios de luz que brilham do trono" (ibid., 27), < 616

"Durante o discurso eu disse que não reclamava ser profetisa. Alguns ficaram surpreendidos ante essa declaração, e, como tanto se está falando sobre isso, darei uma explicação. Outros me têm chamado profetisa; eu, porém, nunca me atribuí esse título. Não tenho sentido que fosse meu dever designar-me assim. Os que se ar rogam ousadamente serem profetas nestes

nossos dias são muitas vezes uma ofensa â causa de Cristo.

"Minha obra inclui muito mais do que esse nome significa. Considero-me uma mensageira a quem o Senhor confiou mensagens para Seu povo" (ME1, 35, 36).

"Com relação à infalibilidade, nunca a pretendí; unicamente Deus é infalível. Sua palavra é a verdade, e não há nEle mudança ou sombra de variação" (ibid., 37).

E. Ellen G, *White e o Do-m Profético*

"Alguns há que, mesmo ocupando posições de responsabilidade, tiveram pouca experiência no obra do Espírito Santo. Eles não apreciam a luz dada à igreja nestes últimos dias sob a forma de advertências, reprovações e estímulo, porque o coração e a mente não são receptivos ao Espírito da graça divina. Essas pessoas estão dispostas a ocultar o fato de que, associado com a obra da mensagem do terceiro anjo, o Senhor, por intermédio do espírito de profecia, está comunicando a Seu povo o conhecimento de Sua vontade. Entendem que a verdade será mais prontamente recebida se esse fato não for manifesto. Mas isso não passa de raciocínio humano. O próprio fato de essa luz que vem ao povo não ser apresentada como tendo origem na mente humana causará uma impressão sobre grande número de pessoas que acreditam que os dons do Espírito devem ser manifestos na igreja nos últimos dias. Isso cativará a atenção de muitos, que serão levados a arrependimento e conversão. Impressionará dessa forma muitos que de outra forma jamais seriam alcançados" (ISSS *Materials*, 808, 809).

"Como frequentemente são feitas indagações quanto ao meu estado em visão, e depois de sair dela, desejo dizer que, quando o Senhor acha por bem dar uma visão, sou levada à presença de Jesus e dos anjos, e fico inteiramente fora das coisas terrenas. Não posso ver além daquilo a que o anjo me dirige. Minha atenção é muitas vezes encaminhada a cenas a acontecerem sobre a Terra.

"Sou por vezes levada muito adiante, no futuro, e me é mostrado o que há de acontecer. De outras, são-me mostradas coisas como ocorreram no passado. Depois que saio da visão, não me recordo imediatamente de tudo o que vi, e o assunto não me é tão claro até que eu escrevo; então a cena surge diante de mim como me foi apresentada em visão, e eu posso escrever com liberdade. Em certas ocasiões aquilo que vi me é oculto depois que saio da visão, e não o posso evocar até que me encontro perante um grupo de pessoas no lugar a que se aplica a visão; então as coisas que ví me vêm com força à mente. Sou tão dependente do Espírito do Senhor ao relatar ou escrever uma visão como ao ter essa visão. É-me impossível evocar o que me foi mostrado a menos que o Senhor mo traga diante de mim ao tempo que é de Seu agrado que eu o relate ou escreva" (MEl, 36, 37).

"Se bem que eu dependa tanto do Espírito do Senhor para escrever minhas visões como para recebê-las, todavia as palavras que emprego ao descrever o que vi são minhas, a menos que sejam as que me foram ditas por um anjo, as quais eu sempre ponho entre aspas" (ibid., 37).

"Pergunta-se: Como a irmã White sabe dos assuntos de que fala tão decididamente, como se ela tivesse autoridade de dizer essas coisas? Assim falo porque elas me ocorrem subitamente ao espírito, quando em perplexidade, como o relâmpago sai das nuvens na fúria da tempestade. Algumas cenas a mim apresentadas anos antes não foram retidas na memória, mas quando as instruções então dadas são necessárias, por vezes mesmo quando me encontro diante do povo, a lembrança me vem viva e clara, como um jato de luz, trazendo-me nítidas à mente aquelas determinadas instruções. Em tais ocasiões não posso deixar de dizer as coisas que me ocorrem de súbito, não porque eu <

647

tenha tido nova visão, mas porque aquilo que me fora apresentado talvez há anos me foi trazido vigorosamente à memória" (ibíd,, 37).

F *Dom de Línguas*

"O Espirito Santo, assumindo a forma de línguas de fogo, repousou sobre a assembléia. Isso era um emblema do dom então outorgado aos discípulos, o qual os capacitava a falar com fluência línguas com as quais nunca tinham tido contato. A aparência de fogo significava o zelo fervente com que os apóstolos trabalhariam, e o poder que assistiría sua obra.

'"E em Jerusalém estavam habitando judeus, varões religiosos, de todas as nações que estão debaixo do céu (At 2:5). Durante a dispersão, os judeus tinham sido espalhados por quase todas as partes do mundo habitado, e em seu exílio tinham aprendido a falar várias línguas. Muitos desses judeus estavam nessa ocasião em Jerusalém assistindo às festas religiosas que então se realizavam. Cada língua conhecida estava por eles representada. Essa diversidade de línguas tería sido um grande embaraço à proclamação do evangelho; Deus, portanto, de maneira miraculosa, supriu a deficiência dos apóstolos. O Espírito Santo fez por eles o que não teriam podido fazer por si mesmos em toda uma existência. Agora podiam proclamar as verdades do evangelho em toda parte, falando com perfeição a língua daqueles por quem trabalhavam. Esse miraculoso dom era para o mundo uma forte evidência de que o trabalho deles levava o sinete do Céu. Daí por diante a linguagem dos discípulos era pura, simples e acurada, falassem eles no idioma materno ou numa língua estrangeira" (AA, 39, 40).

"Os sacerdotes e príncipes estavam bastante enfurecidos ante essa manifestação extraordinária, mencionada por toda a Jerusalém e arredores; mas não ousavam demonstrar sua má disposição, por temor de se exporem ao ódio do povo. Tinham assassinado o Mestre; mas ali estavam os Seus servos, indoutos homens da Galileia, mostrando o maravilhoso cumprimento da profecia e ensinando a doutrina de Jesus em todas as língua então faladas" (SP3, 267, 268).

"Há uma grande obra a ser feita no mundo. Homens e mulheres devem se converter, não pelo dom de línguas nem por operação de milagres, mas pela pregação do Cristo crucificado" (ML, 219).

G. Dons Falsificados

"Algumas dessas pessoas têm formas de culto a que chamam dons, e dizem que o Senhor os pôs na igreja. Têm uma algaravia sem sentido a que chamam língua desconhecida, desconhecida não só ao homem, mas ao Senhor e a todo o Céu. Tais dons são manufaturados por homens e mulheres ajudados pelo grande enganador. O fanatismo, a exaltação, o falso falar línguas e os cultos ruidosos têm sido considerados dons postos na igreja por Deus. Alguns têm sido iludidos a esse respeito" (TSl, 161).

"Há estrelas errantes que professam ser ministros enviados por Deus, os quais andam pregando o sábado de lugar em lugar, mas que têm a verdade misturada com o erro, e estão lançando ao povo a massa de seus discordantes pontos de vista. Satanás os empurrou para dentro a fim de causar desagrado aos inteligentes e sensatos que não são membros. Alguns desses têm muito a dizer sobre os dons, e são muitas vezes especialmente agitados. Entregam-se a sentimentos desordenados e produzem sons ininteligíveis, a que chamam o dom de línguas, e certa classe parece encantada com essas estranhas manifestações. Reina entre essa classe um espírito estranho, que subjuga e passa por cima de quem quer que os reprove. O Espírito de Deus não está nessa obra" (ibid., 161, 163).

"O homem que torna a operação de milagres a prova de sua fé verificará que Satanás

pode, por meio de uma variedade de enganos, efetuar prodígios que parecerão genuínos milagres" (ME2, 52).

648 ► "*A* maneira por que Cristo trabalhava era pregar a Palavra e aliviar o sofrimento por obras miraculosas de cura. Estou, porém, instruída de que não podemos agora trabalhar dessa maneira, pois Satanás exercerá seu poder pela operação de milagres. Os servos de Deus hoje não poderíam trabalhar mediante milagres, pois espúrias obras de cura, pretendendo ser [de origem] divina, serão operadas" (ME2, 54).

"Os que procuram milagres como sinal da orientação divina estão em grave perigo de ser enganados. E declarado na Palavra que o inimigo operará por meio de seus instrumentos que se afastaram da fé, e eles aparentemente realizarão milagres, chegando a fazer descer fogo do céu, à vista dos homens. Por meio de prodígios da mentira' Satanás enganaria, se possível, os próprios eleitos" (ME3, 408, 409).

"O inimigo das almas deseja estorvar esta obra; e, antes que chegue o tempo para tal movimento, se esforçará para impedi-la, introduzindo uma contrafação. Nas igrejas que puder colocar sob seu poder sedutor, fará parecer que a bênção especial de Deus foi derramada; manifestar-se-á o que será considerado como grande interesse religioso. Multidões exultarão de que Deus esteja operando maravilhosamente por elas, quando a obra é de outro espírito" (GC, 464).

XV. Literatura

Aune, David E. *Prophecy in Early Christianity and the Ancient Mediterranean World.* Grand Rapids: Eerdmans, 1983.

Bates, joseph. "Remarks." Em A *Word to the "Little Flock",* 1847, 21. Reprodução em fac-símile. Washington: Review and Herald, 1944.

Baus, Karl. *From the Apostolic Community to Constantine.* Volume 1 de *Histor)> ofthe Church.* Ed. Hubertjedin e John Dolan. Nova York: Crossroad, 1980.

Bonwetsch, N. "Montanus, Montanism." *The New Schaff-Herzog Encyclopeâia of Religiorts Knowledge.* Ed. Samuel Macauley Jackson. Nova York: Funk and Wagnalls, 1910. 7:485-487.

Garson, D. A, *Shoiving the Spirit: A Theologtcal Exposition of 1 Connthians 12-14.* Grand Rapids: Baker, 1987.

Dunn, James D. G, *Baptism in the Holy Spirit.* Philadelphia: Westminster, 1977.

Ervin, Howard M. *Spirit Baptism: A Biblical Investigation.* Peabody: Hendrickson, 1987.

Fox, Robin. *Pagans and Christians.* Nova York: Knopf, 1987.

Froom, LeRoy E. *The Prophetic Faith ofOur Fathers.* 4 vols. Washington: Review and Herald, 1950-1954.

Grudem, Wayne. *The Gift of Prophecy in the New Testament and Today.* Westchester: Crossway, 1988.

Hasel, Gerhard. *Speaking in Tongues: Biblical Speaking in Tongues and Conteniporary Glossolalia.* Berrien Springs: Adventíst Theological Society, 1991.

Houston, Graham. *Prophecy: A Gift for Today?* Downers Grove: InterVarsity, 1989.

Jemison, T. Housel. A *Prophet Among You.* Mountain View: Pacific Press, 1955.

Melton, J. Gordon. *The Encyclopeâia of American Religions,* 3ª ed. Detroít: Gale Research, 1989.

Newman, Albert Henry. A *Manual of Church Histoiy. 2* vols. Philadelphia: American Baptist, 1904.

Paulsen, Jan. *When the Spirit Descends.* Washington: Review and Herald, 1977.

Payne, J. Barton. *Encyclopeâia of Biblical Prophecy.* Nova York: Harper and Row, 1973.

Quebedeaux, Richard, “Conservative and Charismatic Developments of the Later Twentieth Gentury.” *Encyclo-pedia of the American Religious Experience: Studies of Traditions and Movements.* 3 vols. Ed. Charles H. Lippy e Peter W. Williams. Nova York: Scribners, 1988. 2:963-976.

Schatzmann, Siegfried S. A *Pauline Theology of Charismata.* Peabody: Hendrickson, 1987.

Smith, Timothy. "The Spirits Gifts: Then and Now.” *Christianity Today*, 19 de março de 1990, 25, 26.

Veltman, Fred. *Full Report of the Life of Chríst Research Project.* Washington: General Conference of Seventh-day Adventists, 1988.

Wacker, Grant. *“Pentecostalism.” Encyclopedia of the American Religious Experience: Studies of Traditions and Movements.* Ed. Charles H. Lippy e Peter W. Williams. 3 vols. Nova York: Scribners, 1988.2:933-945.

White, Arthur L. *Ellen* G. *White.* 6 vols. Washington: Review and Herald, 1981-1986.

----------. *Ellen G. White: Messenger to the Remnant.* Washington: Review and Herald, 1969.

Wright, David. “Montanism: A Movement of Spiritual Renewal?” *Theological Renewal* 22 (1982): 19-29.

18
Mordomia

Charles E. Bradford

Introdução

A ideia bíblica de mordomia é mais ampla do que uma limitada declaração de crença. Trata-se de um princípio dinâmico sob o qual atua o reino de Deus. Os seres humanos estão sob o juízo de Deus, e a mordomia cristã impõe a pergunta: "Quem é o responsável pelo cuidado da criação de Deus e pelos dons com que Ele dotou a criatura humana?" Esses dotes podem ser físicos, espirituais e intelectuais. Procedem da mão do Criador: vida, saúde, posses e até o próprio planeta. "Toda boa dádiva e todo dom perfeito são lá do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não pode existir variação ou sombra de mudança" (Tg 1:17).

Mordomia é um elemento essencial da fé. Os seres humanos recebem tempo, talento, tesouro e templo (o corpo) para provar sua lealdade ao Griador, Todo o conceito é intensificado pelo pronunciamento escatológico de Apocalipse 14:7: "Temei a Deus e dai-Lhe glória, pois é chegada a hora do Seu juízo; e adorai Aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas." Isso dá impulso, urgência e senso de oportunidade à doutrina,

O conceito bíblico de mordomia transcende e norteia toda a doutrina e o ensino cristãos. Abrange e interliga muitas das grandes doutrinas da igreja e se torna um princípio organizador para a compreensão da Escritura. A doutrina da criação, a doutrina da humanidade, redenção e restauração, a doutrina do sábado e a doutrina da igreja estão intimamente associadas com a ideia de mordomia, A mordomia também se torna a raiz da missão, a base para a partilha do evangelho ao mundo.

Um mordomo é um administrador, e mordomia é a administração das posses e dons em favor dos outros. Mordomia é administração de bens, e o depositário é alguém encarregado de manter a propriedade em custódia. Um depositário detém o título legal da propriedade em benefício de outra pessoa e desempenha deveres específicos com relação à propriedade. Um mordomo ou depositário tem o dever específico para com o proprietário ou beneficiário.

No sentido bíblico, mordomia significa o emprego agradecido e responsável de todas as dádivas de Deus. O Espírito Santo capacita os mordomos cristãos a tomarem decisões conscientes e intencionais no uso dessas dádivas. Para o cristão comprometido, o princípio da mordomia se torna mais do que assentimento intelectual à formulação doutrinária; constitui algo para ser vivido, compartilhado e experimentado. O princípio da mordomia envolve tudo na vida, e tudo na vida se torna uma expressão externa desse grande princípio gravado em 'tábuas de carne, isto é, nos corações' (2Go 3:3). <

I, Visão Bíblica da Mordomia
A. Conceitos e Palavras
1. "Administrara Casa"
2. *Oikonomos* e *Oikonomia*
B. A Criação como Base para a Mordomia
I. O Misericordioso Ato de Deus

2. A Propriedade de Deus
3. Adão e Eva, Representantes de Deus
C. Lembretes do Direito de Posse de Deus
1. A Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal
2. Sábado
3. Dízimos e Ofertas
D. Exemplos de Mordomia
1. No Antigo Testamento
2. No Novo Testamento
E. Mordomia Bíblica: Aplicações
1. Mordomia da Graça Divina
2. Mordomia da Vida
3. Mordomia da Terra
4. Mordomia dos Talentos e Habilidades
II. Contexto Histórico
A. Judaísmo
B. Igreja Primitiva
C. Idade Média
D. ReForma
E. O Experimento Norte-Americano
III. A Experiência de Mordomia da Igreja Adventista do Sétimo Dia
A. Finanças
1. Dízimos
2. Ofertas
3. Departamento de Mordomia e Desenvolvimento
B. Terra
C. A Graça de Deus
D. Vida e Saúde
E. Tempo
F. Filhos: O Maior Tesouro
G. Talentos e Habilidades
H. Cidadania
IV. Comentários de Ellen G. White
A. Sobre o Conceito
B. Sobre a Criação
C. Sobre o Tesouro
D. Sobre os Talentos
E. Sobre a Missão
F. Sobre os Filhos como Tesouro
G. Sobre o Tempo
V. Literatura

I. Visão Bíblica da Mordomia

Não há no AT e no NT uma única palavra que comunique tudo quanto se relaciona com a palavra “mordomia". A doutrina não se baseia na exegese de uma palavra nem mesmo de uma passagem. A doutrina, conforme entendida e ensinada pelos cristãos de hoje, tem, em linhas gerais, fundamento e raiz em toda a Escritura. Faz uso do texto de ambos os testamentos. A ideia cresce e fica mais clara sob a crescente iluminação do testemunho dinâmico da Bíblia (ver Pv 4:18).

A. *Conceitos e Palavras*

1, “Administrar a Casa”

Expresso nos termos mais simples possíveis, um mordomo é uma pessoa encarregada de gerenciar e ser responsável pela propriedade ou negócios de outrem. O termo pode ser simples, mas o conceito é amplo. E óbvio que o mordomo é um empregado, mas um empregado com autoridade. Isso é ilustrado no costume quase universal de designar alguém para cuidar da “casa”, um *mordomo*. O empregado de Abraão era “o seu mais antigo servo da casa, que governava tudo o que possuía”; ou seja, ele administrava todos os bens de Abraão (Gn 24:2).

Faraó disse a José: “Administrarás a minha casa, e à tua palavra obedecerá todo o meu povo; **somente no trono** eu serei maior do que tu” (Gn 41:40). "Casa” aqui quer dizer propriedades, domínio ou reino. Pode se referir ao domicílio, aos que vivem no prédio, aos negócios da família ou às finanças de todo um reino. Potífar viu em José alguém capaz de ser responsável pela administração de seus negócios domésticos: “Logrou José mercê perante ele, a quem servia; e ele o pôs por mordomo de sua casa e lhe passou às mãos tudo o que tinha” (Gn 39:4).

Antes de se tornar administrador de faraó, José havia recebido um encargo: o carcereiro "confiou às mãos de José todos os presos que estavam no cárcere; e ele fazia tudo quanto se devia fazer ali" (v. 22). Depois de se tornar o intendente da casa de faraó, José contratou seu próprio mordomo. Quando seus irmãos visitaram o Egito, José deu ordem "ao mordomo de sua casa" para devolver o dinheiro de cada um na boca do saco de mantimento" (Gn 43:19; 44:1). A maneira como o mordomo falou aos irmãos evidencia que José lhe havia contado sobre sua família (Gn 43:23).

As vezes, "casa" significa responsabilidades ampliadas para incluir uma cidade, província ou reino. "Então, vieram os homens de Judá e ungiram ali Davi rei sobre a casa de Judá" (2Sm 2:4). Em 2 Reis 10:5, "o responsável pelo palácio" estava encarregado da "casa" real, (A designação também é usada em 2Rs 15:5; Et 8:2; Is 22:15; 36:3.) Na narrativa de Daniel, o chefe dos eunucos recebe o encargo de cuidar dos quatro dignitários hebreus (Dn 1:10). A palavra usada para chefe *(sar)* também pode ser traduzida por "mordomo" e designa um capitão, chefe, general, governador, proprietário, senhor, mestre, soberano ou administrador. A medida que o conceito se desenvolve, fica claro que o mordomo não pode realizar sua função sem alguma medida da autoridade.

2. *Oikonomos* e *Oikonomia*

O NT apanha idéias do AT e as reúne com idéias, conceitos e palavras do Iº século, enriquecendo e ampliando assim o ensino bíblico sobre mordomia. As palavras gregas mais comumente usadas com relação à mordomia derivam de *oikos* e *oikia*, "casa", O *oikonomos é* aquele que guarda a casa: o mordomo ou gerente. *Oikonomia* é o substantivo abstrato, "administração da casa", cujo significado é com frequência mais amplo.

O mordomo infiel da parábola de Jesus (Lc 16:2-4) é chamado de *oílwnomos*, e seus deveres e responsabilidades são chamados de *oikonomia*, "mordomia". Em 1 Coríntios 9:17, Paulo fala de *oikonomia* como a responsabilidade de despenseiro que lhe foi confiada. Efésios 1:10 usa a palavra *oikonomia* para se referir ao plano de Deus de fazer "convergir" em Cristo todas as coisas. Em Efésios 3:2, o apóstolo fala sobre a "dispensação da graça de Deus".

Em Colossenses 1:25, *oikonomia* é a dispensação que o Senhor confiou "para dar pleno cumprimento à palavra de Deus". Em Tito 1:7, o bispo é chamado de despenseiro (*oikonomos*) de Deus, dando a entender que ele tem uma obrigação administrativa a cumprir.

Oikonomos aparece em Romanos 16:23 com referência ao tesoureiro da cidade. Em 1 Coríntios 4:1 e 2, Paulo quer que a igreja pense nele e em seus colaboradores como "despenseiros dos mistérios de Deus". Ele também observa: "O que se requer dos despenseiros é que cada um deles seja encontrado fiel." Cada cristão é um *oikonomos*: "Servi uns aos outros, cada um conforme o dom que recebeu, como bons despenseiros da multiforme graça de Deus" (iPe 4:10).

B. A *CHação como Base para a Mordomia*

1. O Misericordioso Ato de Deus

A doutrina da mordomia tem sua origem na criação. Qualquer tentativa de compreender plenamente a essência da mordomia deve começar aqui. De fato, a compreensão dos três primeiros capítulos de Gênesis determina o conceito de Deus — a espécie de pessoa que Ele é, Sua natureza e caráter.

Implícita ou explicitamente embutido na Escritura está o pensamento de que Deus é o "proprietário final e definitivo" de todas as coisas. Já nas primeiras palavras de Gênesis, Yahvveh é visto como o Deus criador. Os escritores bíblicos tomam isso por certo. Não há nenhuma tentativa de comprovar o que é óbvio (ver Criação, III.A-C).

2. A Propriedade de Deus

Na criação, Deus Se revela como o Deus de inabalável amor e misericórdia. Sua obra na criação dá vislumbres de Seu caráter. Ele forma o novo mundo com cuidado e perícia. O mundo do Mestre artesão é infinitamente belo. O salmista incentiva as pessoas a renderem "graças ao Senhor por Sua bondade e por Suas maravilhas para com os filhos dos homens" (SI 107:31; 111:4).

Há entre a criação e a salvação um vínculo que perpassa toda a Escritura. O Deus vivo é tanto Criador como Redentor. Antes de criar o mundo, Ele elaborou um plano de salvação para enfrentar a contingência do pecado (lPe 1:18-20). E por isso que a criação, a redenção e a graça deviam vir todas juntas na pessoa de Jesus. Com a queda do homem, a verdade sobre a criação se associou à graça divina, que proporciona uma completa recriação dos pecadores penitentes e da Terra em relação aos efeitos da transgressão humana (ver Salvação, III.C).

A criação foi um ato de misericórdia da parte de um Deus amoroso. Seu propósito era povoar o planeta com seres inteligentes, que seriam o objeto do Seu amor. "Porque assim diz o Senhor, que criou os céus, o Deus que formou a Terra, que a fez e a estabeleceu; que não a criou para ser um caos, mas para ser habitada: 'Eu sou o Senhor, e não há outro'" (Is 45:18).

3. Adão e Eva, Representantes de Deus

Esse Deus misericordioso fez dos seres humanos que criara à Sua imagem Seus representantes para cuidar da Terra. "Tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a Terra e sobre todos os répteis que rastejam pela Terra" (Gn 1:26). A mesma ordem é repetida no verso 28.

No relato da criação, homem e mulher são chamados a ser semelhantes ao Criador, pois foram feitos à Sua imagem. O papel desempenhado pelo ser humano é diferente de todas as outras criaturas. Só a eles se aplica o imperativo moral. As criaturas humanas recebem um lugar especial na criação de Deus. O Senhor anuncia intenções e propósitos especiais na criação da humanidade; somente às criaturas humanas dirige a palavra (Gn 1:26-30). Ellen White ressalta: "Deus criou o homem como um ser superior; ele foi o único formado à imagem de Deus, capaz de participar da natureza divina, de cooperar com seu Criador e executar-Lhe os planos" (FFD, 7).

Deus criou o casal humano à Sua imagem para que pudesse cumprir a comissão de exercer domínio. Deus criou Adão e Eva com uma tarefa específica: ser mordomos sobre a criação. A fim de poderem realizar essa tarefa, Ele os abençoou ricamente. A responsabilidade administrativa confiada ao ser humano é parte integrante da imagem de Deus.

Adão foi, portanto, especialmente designado para ser o representante de Deus. Dentre todos os seres criados, somente Adão e Eva podiam ser mordomos de Deus, porque somente eles eram seres morais. "O primeiro homem" (ICo 15:45) era o cabeça da raça humana. Ao sair das mãos do Criador, representava tudo quanto Deus pretendia que a humanidade fosse.

A narrativa é cuidadosamente redigida a fim de esclarecer para sempre (1) a soberania de Deus, Sua condição de proprietário e Seu direito de precedência; (2) nossa tarefa de "cultivar e guardar" a Terra; (3) nossa responsabilidade e dever de prestar contas como seres morais, criados à imagem de Deus.

A condição de representante de Adão e Eva continuou mesmo depois da queda, como revela o salmista: "Deste-lhe domínio sobre as obras da Tua mão e sob seus pés tudo lhe puseste" (SI 8:6; ver Homem, I.B.1,2).

C. *Lembretes do Direito de Posse de Deus*

Gomo Criador, Deus também é proprietário e mantenedor de Sua criação. “Ao Senhor pertence a Terra e tudo o que nela se contém, o mundo e os que nele habitam” (SI 24:1). “Pois são Meus todos os animais do bosque e as alimárias aos milhares sobre as montanhas. [...] Se Eu tivesse fome, não to diria, pois o mundo é Meu e quanto nele se contém” (SI 50:10-12). Por Sua força Ele “cobre de nuvens os céus, prepara a chuva para a terra, faz brotar nos montes a erva" (SI 147:8).

1. A Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal

No Jardim do Éden, a árvore do conhecimento do bem e do mal servia como uma lembrança e um aviso de que Deus não renuncia ao título de Sua propriedade. A mordomia tem seus limites. O mordomo não tem direito de usar os bens de seu Senhor sem levar em conta a vontade do proprietário. A árvore do conhecimento do bem e do mal se localizava em zona proibida; era lembrete e advertência de que violar a aliança de mordomia implicaria penalidade. “E o Senhor ► Deus lhe deu esta ordem: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás" (Gn 2:16, 17).

Deus não permitirá que os seres humanos assumam a posição de proprietários. Eles serão sempre mordomos, representantes. Caso se permitisse aos seres humanos agir como proprietários, logo atribuiríam a si mesmos as próprias prerrogativas da divindade (ver Pecado, III.B.1-3).

2. Sábado

O primeiro dia completo vivido por Adão e Eva foi um sábado, dia de repouso especial de Deus (Gn 1:31-2:3).

Quando examinado à luz do conceito de mordomia, o quarto mandamento se torna uma declaração divina sobre as relações humanas. Primeiro vem a relação com Deus. Este dia é o “sábado do Senhor, teu Deus” (Ex 20:10). No mandamento do sábado, as criaturas são lembradas de sua finitude, de sua criaturidade. O Criador lembra aos seres criados também que Ele ainda conserva o direito de propriedade de Seu mundo. Seus filhos terrenos são vice-gerentes e mordomos.

O mandamento do sábado também faz referência à relação dos seres humanos entre si: “não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro" (v. 10). O mordomo, como representante de Deus, deve tomar providências para que o repouso sabático esteja disponível para todas as criaturas de Deus.

Na sucessão dos dias comuns, Deus colocou uma dádiva para aqueles que Ele havia criado à Sua imagem. Podemos mesmo dizer que o sábado é uma porção da eternidade inserida no tempo.

O sábado também estabelece relações entre Yahweh e os seres humanos, que são sempre criaturas, e entre os seres humanos e os animais, e mesmo entre os seres humanos e a terra. Prescreve-se claramente uma relação de dependência de Deus e de adoração ao Criador. Ao especificar que alguém não devia guardar o sábado sozinho, mas na companhia de outros, Deus delineou as relações apropriadas entre os seres humanos. Por último, ao isentar os animais do trabalho, o Criador mostrou como os seres humanos deviam tratar os que haviam sido postos sob o seu domínio (Birch 80).

Visto que o sábado tem a ver com o tempo, os seres humanos são conscientizados do valor do tempo. A declaração “o sábado foi feito por causa do homem” é seguida por outra: “o Filho do Homem é Senhor também

do sábado" (Mc 2:27, 28). Gomo uma dádiva universal de tempo, o sábado reveste todo o tempo restante de significado maior. O sentido mais profundo do sábado consiste em que Jesus é o Senhor de tudo: tempo, talento, tesouro e templo corporal (ver Criação, I.A.1-4; II.C; Sábado LA; II.A).

3. Dízimos e Ofertas

Além do sábado, os dízimos e as ofertas nos lembram que somente Deus é proprietário no sentido absoluto. Disso o primeiro casal foi lembrado por meio da árvore de cujo fruto não deviam comer (Gn 2:17). Após o pecado e a expulsão do jardim, essa verdade administrativa foi reforçada no princípio do dízimo.

Em Gênesis, a devolução do dízimo aparece como uma prática já conhecida. Abraão entregou o dízimo a Melquisedeque, rei de Salem e sacerdote do Deus Altíssimo (Gn 14:18-20). Registra-se o mesmo a respeito de Jacó, que prometeu a Yahweh: "De tudo quanto me concederes, certamente eu Te darei o dízimo" (Gn 28:22).

O dízimo devia ser considerado como a décima parte para Deus. "Todas as dízimas da terra, tanto dos cereais do campo como dos frutos das árvores, são do Senhor; santas são ao Senhor (Lv 27:30), O décimo sagrado era um reconhecimento da condição de proprietário da parte de Yahweh. "Ao Senhor pertence a Terra e tudo o que nela se contém, o mundo e os que nele habitam" (SI 24:1; cf. 50:10; Ag 2:8).

Os israelitas receberam ordens para dizimar todo o fruto das suas sementes, "que ano após ano se recolher do campo" (Dt 14:22). Era assim que o povo da aliança mostrava amor e respeito por seu Deus. Em todas as coisas devia Ele ser o primeiro. "Honra ao Senhor com os teus bens e com as primícias de toda a tua renda" (Pv 3:9).

O registro mostra que a prática do dízimo continuou depois do exílio. "Então, todo o Judá trouxe os dízimos dos cereais, do vinho e do azeite [i]aos depósitos" (Ne 13:12). Está claro que o dízimo era para propósitos religiosos, inclusive o sustento de sacerdotes e levitas: "Aos filhos de Levi dei todos os dízimos em Israel por herança, pelo serviço que prestam, serviço da tenda da congregação" (Nm 1S:21). Em tempos pós-exílicos, "se nomearam homens para as câmaras dos tesouros, das ofertas, das primícias e dos dízimos, para ajuntarem nelas, das cidades, as porções designadas pela lei para os sacerdotes e para os levitas; pois Judá estava alegre, porque os sacerdotes e os levitas ministravam ali" (Ne 12:44). Isso devia ser feito com alegria e gratidão para com o Mantenedor, que lhes concedia força para adquirir riquezas (Dt 8:18).

O dízimo *é* tangível e nos lembra que a criação física foi declarada boa. Por isso, a ordem é: "Idonra ao Senhor com os teus bens e com as primícias de toda a tua renda" (Pv 3:9). A devolução do dízimo nos poupa de uma falsa dicotomia entre o espiritual e o material. O Deus de Israel é o Doador de toda boa dádiva. Ele não faz nenhuma diferenciação radical entre o chamado espiritual e o chamado natural. "Tudo fez Deus formoso no seu devido tempo" (Ec 3:11). Jesus reconheceria posteriormente o dízimo como uma coisa que se devia fazer, "sem omitir outras" (Mt 23:23).

A devolução do dízimo torna o adorador parceiro de Deus em coisas concretas. Há uma identificação com o Deus cuidadoso, cujo espírito de amor sacrifical é assumido por aquele que o devolve. Os interesses e preocupações divinas se tornam os interesses e as preocupações dos crentes, A relação de aliança se aprofunda.

A experiência do povo judeu, durante o governo de Neemias, fornece informações incrivelmente reveladoras sobre o sistema de dízimo. Todo o povo entrou com o coração aberto em aliança com Deus.

Quando todo o Judá trouxe o dízimo dos cereais, do vinho e do azeite para os

depósitos, Neemias designou tesoureiros que foram "achados fiéis, e se lhes encarregou que repartissem as porções para seus irmãos" (Ne 13:13).

No fim do AT, o profeta Malaquias repete a exigência de Yahvveh, junto com a promessa de ricas bênçãos:

"Roubará o homem a Deus? Todavia, vós Me roubais e dizeis: Em que te roubamos? Nos dízimos e nas ofertas. Com maldição sois amaldiçoados, porque a Mim Me roubais, vós, a nação toda. Trazei todos os dízimos à casa do Tesouro, para que haja mantimento na Minha casa; e provai-Me nisto, diz o Senhor dos Exércitos, se Eu não vos abrir as janelas do céu e não derramar sobre vós bênção sem medida. Por vossa causa, repreenderei o devorador, para que não vos consuma o fruto da terra; a vossa vide no campo não será estéril, diz o Senhor dos Exércitos. Todas as nações vos chamarão felizes, porque vós sereis uma terra deleitosa, diz o Senhor dos Exércitos" (Ml 3:8-12).

O deixar de devolver o dízimo é visto como uma violação da aliança.

D. *Exemplos âe Mordomia*

Além do dízimo, o Senhor requeria ofertas. Yahweh se queixava de que Israel O estava roubando nos "dízimos e nas ofertas" (MI 3:8). Quando os israelitas peregrinavam a Jerusalém, esperava-se que levassem consigo uma oferta ou dom, um *mattanah*, do verbo *matan*, "dar" (Dt 16:17). Emprega-se a mesma palavra para designar um presente dado por um pai a seu filho (Gn 25:5) e a dádiva divina do sacerdócio a Aarão (Nm 18:7). A palavra sugere um dom incitado por uma disposição bondosa e amorável de uma pessoa para com outra (cf. Et 9:22), ■

Na condição de povo emrelação de aliança com Deus, Israel havia recebido o mais rico dom: a graça divina. Deus havia sido misericordioso, bondoso e compassivo para com a nação. A própria *Torah* fora uma dádiva da graça de Deus. O Salmo 96:8 sugere a reação apropriada a essa manifestação da graça abundante: "Tributai ao Senhor a glória devida ao Seu nome; trazei oferendas e entrai nos Seus átrios." Davi exclamou admirado: "Porque quem sou eu, e quem é o meu povo para que pudéssemos dar voluntariamente estas coisas? Porque tudo vem de Ti, e das Tuas mãos To damos" (lCr 29:14). <659

Para um modelo de oferta, os cristãos olham para Deus, "que a todos dá liberalmente e nada lhes impropera" (Tg 1:5). Os filhos e as filhas do Pai imitam Aquele que "faz nascer o Seu sol sobre maus e bons e vir chuvas sobre justos e injustos" (Mt 5:45). Os crentes são movidos pelo exemplo inigualável de Deus, Aquele que "não poupou o Seu próprio Filho, antes, por todos nós O entregou" (Rm 8:32).

1. No Antigo Testamento

Deus sempre ministrou Sua graça ao mundo por meio de indivíduos e de Seu povo Israel. Esses revelaram Sua graça ao mundo e se tomaram, em certo sentido, condutos de bênção. Determinadas pessoas no relato bíblico tipificaram os princípios da verdadeira mordomia.

a. Abraão. A promessa da aliança divina era: "De ti farei uma grande nação, e te abençoarei, e te engrandecerei o nome. Sê tu uma bênção!" (Gn 12:2). Abraão, o pai dos crentes, destaca-se como um exemplo do comprometimento total com Yahweh na relação de aliança. A respeito dele Deus podia dizer: "Porque Eu o escolhí [heb. "Eu o conheço"] para que ordene a seus filhos e a sua casa depois dele, a fim de que guardem o caminho do Senhor e pratiquem a justiça e o juízo" (Gn 18:19). Mordomia pressupõe uma relação de confiança. A fidelidade a Deus, o comprometimento com Sua vontade e a obediência aos Seus mandamentos são as características inconfundíveis do verdadeiro mordomo. Em Suas aparições a Abraão, Yahweh deixou bem claro

que desejava fazer dele depositário do conhecimento de Deus.

b. José. Um dos filhos de Jacó se tornou o ideal do mordomo no AT. A história de sua vida domina a última parte do livro de Gênesis. Vendido cruelmente como escravo, ele galgou posições de preeminêneia na casa de Potifar (Gn 39:4-5) e no reino de faraó (Gn 41:39-41), José tinha consciência de sua missão. Reconheceu que Deus "tornou em bem" o tratamento brutal a que foi submetido, a fim de conservar "muita gente em vida" (Gn 50:20), Ao refletir sobre a vida desse patriarca, o salmista observou que Deus “adiante deles enviou um homem” (SI 105:17). Como mordomo de Deus, José trouxe grandes bênçãos ao Egito. “O rei [.,.] constituiu-o senhor de sua casa e mordomo de tudo o que possuía, para, a seu talante, sujeitar os seus príncipes e aos seus anciãos ensinar a sabedoria” (v, 20-22). “Para a antiga nação egípcia, Deus fez de José uma fonte de vida. Através de sua integridade a vida de todo o povo foi preservada" (AA, 13).

■ c. Israel. Deus desejou fazer de Israel um canal de Sua verdade, graça e bênção às nações vizinhas. Seu povo devia ser Seu mordomo. Estes foram os termos de Sua aliança com eles: “Agora, pois, se dilígentemente ouvirdes a Minha voz e guardardes a Minha aliança, então, sereis a Minha propriedade peculiar dentre todos os povos; porque toda a Terra é Minha; vós Me sereis reino de sacerdotes e nação santa" (Ex 19:5, 6). Eles seriam rícamente abençoados; emprestariam a outras nações, mas nunca tomariam emprestado (Dt 28:12).

A bênção material do Senhor sobre Israel atrairía a atenção do mundo. Era intenção de Deus que as nações indagassem a razão pela qual Israel era tão próspero. Isso abriría caminho para Israel apresentar eficaz testemunho sobre a Fonte das bênçãos e ressaltaria a necessidade de obedecer ao Deus do Céu (Is 44:8; 49:6; Ml 3:12). Deus tomou todas as providências possíveis para que Seu povo escolhido se tornasse mordomo de Sua graça salvadora: “Eu, o Senhor, te chamei em justiça, tomar-te-ei pela mão, e te guardarei, e te farei mediador da aliança com o povo e luz para os gentios; para abrires os olhos aos cegos, para tirares da prisão o cativo e do cárcere, os que jazem em trevas” (Is 42:6, 7). *4* 657

2. No Novo Testamento

a. Jesus como o perfeito mordomo de Deus. Jesus entrou no mundo como o principal mordomo de Deus, enviado pelo Pai (Jo 5:36). A restauração, a recuperação e a redenção de um planeta perdido foram os termos de referência e os parâmetros de Sua mordomia (Lc 19:10; Ef 1:10). Foi como se a seção perdida do cosmos tivesse sido posta em Suas mãos, para Ele resgatar o povo da escravidão do pecado (Mt 1:21). Ele veio para trazer vida (Jo 10:10). O Pai Lhe conferiu autoridade para missão e juízo (Mt 28:19-20; Jo 5:22-27; 8:29).

Jesus é o administrador do plano da salvação, conforme ressalta Paulo em Efésios 1:9-23. O plano depende de Cristo e de Suas atividades salvadoras. Ele assume a tarefa e superintende o projeto, embora mantenha ainda sujeição ao Pai e esteja ainda em carne humana. Deus recomenda Jesus por ser “fiel àquele que O constituiu" (Hb 3:2). Portanto, Jesus é digno “de tanto maior glória do que Moisés, quanto maior honra do que a casa tem aquele que a estabeleceu” (v. 3). Como um filho fiel sobre a casa de Deus, Ele é o próprio meio de salvação. “Por isso, também pode salvar totalmente os que por Ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles" (Hb 7:25).

b. Mordomia nas parábolas de Cristo. A ídeia de mordomia encontra amplificação em certas parábolas de Jesus. Lucas 12, por exemplo, faz o contraste entre mordomos fiéis e infiéis. Os servos recebem o aviso para ficar em estado de prontidão — lombos

cingidos, lâmpadas acesas — esperando o regresso do seu senhor. Ao som da primeira batida, eles rapidamente vêm atender à porta. Não sabem a hora exata de sua chegada; pode ser na segunda ou na terceira vigília da noite. Por ter cumprido a ordem de seu senhor, "o mordomo fiel e prudente" receberá depois "todos os seus bens" (v. 42-44). Mas há outra espécie de mordomo: o infiel, que não está preparado para a vinda do senhor. "Virá o senhor daquele servo, em dia em que não o espera e em hora que não sabe, e castigá-lo-á, lançando-lhe a sorte com os infiéis" (v. 46).

O tema da história era o dever de prestar contas pelo conhecimento e os dons de Deus. "Aquele servo, porém, que conheceu a vontade de seu senhor e não se aprontou, nem fez segundo a sua vontade, será punido com muitos açoites" (v. 47). Jesus deixou claro que essa parábola era para os discípulos. A eles se manifestou gratuítamente a multiforme graça de Cristo. Como mordomos dos dons de seu senhor, eles deviam parti-Ihá-los com outros, No fim dos tempos, se pedirá inteira conta da mordomia de cada um (c£ Mt 24:45-51; 25:14-30).

A mordomia é o tema principal da parábola das minas (Lc 19) e da parábola dos talentos (Mt 25). O nobre, ou o proprietário de terras, viaja a um país distante. Convoca seus empregados e lhes dá instruções e tarefas para cumprir enquanto ele estiver fora. Em cada caso, ele espera que aufiram lucro pelo sábio emprego do capital que lhes confiou. Lucas 19:13 mostra que eles deviam negociar com esse capital enquanto o senhor estivesse fora. Em Mateus, ele lhes "confiou os seus bens" (Mt 25:14). Os servos entenderam suas responsabilidades. O que recebera cinco talentos "saiu imediatamente a negociar com eles". O que recebeu dois fez o mesmo (v. 16, 17). Em ambas as parábolas os servos que cumpriram suas responsabilidades na ausência do proprietário/nobre foram elogiados e recompensados. O mordomo sábio se identifica com o seu senhor e os interesses dele. Haverá, porém, um tempo de inspeção e avaliação em alguma data futura. O juízo começa "pela casa de Deus" (IPe 4:17).

Em Mateus 25:31-46, os mordomos são julgados com base na maneira como trataram os desafortunados — os presos, os doentes, os desamparados e os desabrigados. Aqueles que partilharam altruisticamente seus bens ficam surpresos quando *o* Rei declara que o que fizeram aos outros foi a Ele que o fizeram. Recebem o convite para entrar na "posse do reino" (v. 34). Os que não passam na avaliação vão para o "castigo eterno" (v. 46).

Como se pode ver nessas parábolas, a mordomia tem suas recompensas e punições. O senhor da casa é inflexível com cada *caso:* exige que invistam o capital que dele receberam. O padrão de julgamento é claro: "Aquele a quem muito foi dado, muito lhe será exigido; e àquele a quem muito se confia, muito mais lhe pedirão" (Lc 12:48).

c. Mordomia na igreja apostólica. A igreja no tempo dos apóstolos apresentava uma manifestação dinâmica da mordomia cristã. Os membros da comunidade entendiam o que significava ser mordomos, tanto individualmente como coletivamente. Eles modelaram bem os princípios da mordomia cristã por sua atitude e prática. Cada membro estava disposto a praticar boas obras, demonstrar generosidade e partilhar seus recursos. Atos 2:44 e 45 descreve a mordomia cristã em ação: "Todos os que creram estavam juntos e tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e bens, distribuindo o produto entre todos, à medida que alguém tinha necessidade."

Os cristãos primitivos sentiam-se responsáveis uns pelos outros, fosse judeu, fosse gentio, em todas as partes do império. Essa consciência ecumênica se desenvolveu muito cedo. Quando a igreja de Jerusalém sofreu

durante a fome predita pelo profeta Ágabo, os crentes no mundo gentio fizeram doações liberais a essa campanha de assistência social, Paulo viu naquela crise uma oportunidade para demonstrar o genuíno amor *agapê,* O companheirismo mundial se fortaleceu e se uniu na tarefa, "Os discípulos, cada um conforme as suas posses, resolveram enviar socorro aos irmãos que moravam na Judeia; o que eles, com efeito, fizeram, enviando-o aos presbíteros por intermédio de Barnabé e de Saulo" (At 11:29, 30).

Em 2 Coríntios 9:6-7, Paulo desenvolve uma teologia da generosidade; "E isto afirmo: aquele que semeia pouco pouco também ceifará; e o que semeia com fartura com abundância também ceifará. Cada um contribua segundo tiver proposto no coração, não com tristeza ou por necessidade; porque Deus ama a quem dá com alegria."

O doador altruísta dentre os primitivos cristãos tinha sua ação reflexa. "Enriquecendovos,- em tudo, para toda generosidade, a qual faz que, por nosso intermédio, sejam tributadas graças a Deus. Porque o serviço desta assistência não só supre a necessidade dos santos, mas também redunda em muitas graças a Deus, visto como, na prova desta ministração, glorificam a Deus pela obediência da vossa confissão quanto ao evangelho de Cristo e pela liberalidade com que contribuís para eles e para todos" (v. 11-13).

Embora cuidassem dos membros da família da fé e de todos os que estivessem passando necessidade nas comunidades em que viviam, os membros da igreja não deviam negligenciar a própria família. Paulo declara isso de maneira muito enfática: "Ora, se alguém não tem cuidado dos seus e especialmente dos da própria casa, tem negado a fé e é pior do que o descrente" (lTm 5:8).

Os apóstolos também impunham sobre a igreja o dever de providenciar sustento financeiro para o ministério evangélico. No verso 18, Paulo recorre às palavras de Jesus: "Digno é o trabalhador do seu salário" (Lc 10:7; iYIt 10:10). Ao incentivar Timóteo a honrar os anciãos (v. 17, 18), o apóstolo cita uma máxima do AT: "Não atarás a boca ao boi quando debulha" (ver Dt 25:4; cf. Nm 18:21; Ne 12:44, 45).

Embora Paulo nem sempre aceite as doações da igreja para o sustento de seu ministério, insiste no direito a esse sustento.
A exigência continua válida.

"Se nós vos semeamos as coisas espirituais, será muito recolhermos de vós bens materiais? [...] Não sabeis vós que os que prestam serviços sagrados do próprio templo se alimentam? E quem serve ao altar do altar tira o seu sustento? Assim ordenou também o Senhor aos que pregam o evangelho que vivam do evangelho" (lCo 9:11-14).

A igreja primitiva estava imbuída com o espírito de liberalidade. Levavam muito a sério as palavras do apóstolo Paulo: "Cada um contribua segundo tiver proposto no-*§ coração, não com tristeza ou por necessidade; porque Deus ama a quem dá com alegria" (2Co 9:7). A igreja dos apóstolos é um modelo de mordomia para todas as épocas.

A igreja apostólica assentou as bases e forneceu o marco de referência. Assim como José esteve no Egito e Israel entre as nações, assim os que levam o nome de Cristo têm o dever tanto de ser responsáveis quanto de prestar contas. As bênçãos que Deus lhes concedeu, devem eles, por sua vez, repassálas a todo o mundo. Ser mordomo é compartilhar as incomparáveis riquezas de Cristo com os nossos semelhantes, os seres humanos. "Assim, pois, importa que os homens nos considerem como ministros de Cristo e despenseíros dos mistérios de Deus. Ora, além disso, o que se requer dos despenseiros é que cada um deles seja encontrado hei" (lCo 4:1, 2).

A comunidade de fé não existe para si mesma. Existe para distribuir e partilhar a multiforme graça de Deus a um mundo necessitado. Essa graça é mais do que sentimento.

Dirige-se a situações concretas e necessidades reais. Essas necessidades podem, às vezes, ser espirituais ou materiais. O mordomo não tem outra opção a não ser atender a essas necessidades onde quer que surjam e em qualquer nível

E. Mordomia Bíblica: Aplicações

Como representantes de Deus na Terra, o primeiro casal e seus descendentes receberam a incumbência de administrar os recursos dados por Deus. Esses incluíam a graça divina, a vída, o tempo, os talentos, a riqueza e a própria Terra (ver Estilo de Vida, II.C.5).

1. Mordomia da Graça Divina

O maior dom que os seres humanos recebem de Deus é a vida eterna (Jo 3:16), não somente no futuro, mas também agora (Jo 5:24; 10:10). Essas são as "boas-novas" que Jesus veio comunicar. Antes de ascender ao Céu, confiou aos discípulos a tarefa inconclusa: "Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado" (Mt 28:19, 20).

Paulo reconhecia sua obrigação de compartilhar o evangelho da graça: "Pois sobre mim pesa essa obrigação; porque ai de mim se não pregar o evangelho!" (lCo 9:16). Mas ele não restringia a responsabilidade somente a si nem a seus companheiros, os apóstolos. Escrevendo aos coríntios, afirmou que "Deus [...] nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo e nos deu o ministério da reconciliação" (2Co 5:18). Elogiou os tessalonicenses porque deles "repercutiu a palavra do Senhor [...] na Macedônia e Acaia"; e "por toda a parte divulgou a sua fé em Deus" (lTs 1:8). O apóstolo também orou para que a comunicação da fé feita por Filemom pudesse promover "o pleno conhecimento de todo bem que há em nós, para com Cristo" (Fm 6).

Pedro falou ainda do dever dos cristãos de pregar as boas-novas: "Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes dAquele que vos chamou das trevas para a Sua maravilhosa luz" (IPe 2:9). Os gentios deviam observar a vída dos cristãos e "glorificar a Deus" por causa dela (v. 12). O apóstolo também insistia para que os crentes estivessem "sempre preparados para responder a todo aquele que vos pedir razão da esperança que há em vós" (IPe 3:15).

Apocalipse 14:6-12 contém boas-novas, "um evangelho eterno" (v, 6) para ser proclamado a todo o mundo, O foco está no Deus cuja promessa e Palavra transcendem a presente situação sombria e apontam para o glorioso resultado descrito nos últimos capítulos desse mesmo livro. As boas-novas são que Deus realmente ama este planeta e está determinado a resgatá-lo e renová-lo para que se cumpra o Seu propósito original na criação. Partilhar essa mensagem vital em sua plenitude é parte essencial da mordomia cristã.

A igreja, como corpo coletivo, é obrigada a estabelecer uma autêntica comunidade de mordomia numa sociedade cada vez mais secularizada. A fim de que isso aconteça, deve moderar seus gostos, resistir à concupiscência e imitar, tão de perto quanto possível, a maneira de viver do humilde Nazareno. Isso ajudará a dar credibilidade ■« 660
ao testemunho da igreja.

O cristão não deve, porém, esperar pela organização para assumir sua responsabilidade pessoal. Se o tema da mordomia diz alguma coisa, nós é que devemos prestar contas, individualmente falando, por fazer o melhor que pudermos com o que temos, para a glória de Deus e para o serviço ao semelhante e a toda a criação.

No tempo do fim, o povo de Deus deve se unir na proclamação da tríplice mensagem angélica de Apocalipse 14. Pelo fato de serem beneficiários da salvação de Deus, acham-se eles sob a obrigação de partilhar a mensagem de esperança e vida.

2. Mordomia da Vida

A vida é um dom divino e pertence a Deus-, sua fonte. Mas Deus, em Sua misericórdia, confiou a vida à raça humana. Exige que a gerenciemos com sábia administração.

Deus, o generoso Doador da vida, deleita-Se em partilhar vida com Suas criaturas. O relato bíblico palpita com a linguagem de vida dinâmica e irreprimível. Por exemplo:

"Disse também Deus: Povoem-se as águas de enxames de seres viventes; e voem as aves sobre a terra, sob o firmamento dos céus. Griou, pois, Deus os grandes animais marinhos e todos os seres viventes que rastejam, os quais povoavam as águas, segundo as suas espécies; e todas as aves, segundo as suas espécies. E viu Deus que isso era bom. E Deus os abençoou, dizendo: Sede fecundos, multiplicai-vos e enchei as águas dos mares; e, na terra, se multipliquem as aves" (Gn 1:20-22),

Adão se tornou ser vivente depois que Deus "soprou em suas narinas o fôlego de vida". Ele e Eva receberam instruções para serem fecundos, multiplicarem-se e encherem a Terra (v. 28). A responsabilidade de Adão como mordomo consistia em se unir a seu Criador na procriação e conservação do precioso fôlego de vida existente em todos os seres humanos. Caim evidentemente sabia dessa responsabilidade, como se sugere na forma como ele respondeu a Deus, Por haver falhado em conservar a vida de seu irmão, Caim foi amaldiçoado por Deus, pois a voz do sangue de Abel clamava da terra (Gn 4:10-12). Deus pediu contas a Caim por haver se negado a exercer a mordomia da vida de seu irmão. O Senhor também nos considera responsáveis pela vida e bem-estar de nossos semelhantes, os seres humanos.

Após o dilúvio, os filhos de Noé foram instruídos sobre como deviam, na condição de mordomos responsáveis, manifestar respeito pelo dom divino da vida. "Certamente, requererei o vosso sangue. [...] Se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu; porque Deus fez o homem segundo a Sua imagem" (Gn 9:5, 6). Mediante solene proclamação da santidade da vida, Deus deu garantia à vida dos seres humanos. "Essa advertência se dirige aos homicidas e suicidas" (ver SDABGl, 264).

O sistema sacrifical, instituído nos portões do Éden, no qual a morte que os seres humanos mereciam por causa de seus pecados era desviada somente pela morte de um substituto, era uma indicação da elevada importância que Deus atribuía à vida humana. Essa redenção, ou expiação, sempre foi preciosa e custosa (Lv 1:1-5; lPe 1:18, 19). A cruz do Calvário é a afirmação máxima do valor da vida humana.

A mordomia humana da vida *é* prescrita no decálogo. O sexto mandamento reza: "Não matarás" (Êx 20:13). Levítico 17:14 revela a alta conta com que Deus considera a vida nas regras a respeito do sangue: "Portanto, a vida de toda carne é o seu sangue; por isso, tenho dito aos filhos de Israel: não comereis o sangue de nenhuma carne, porque a vida de toda carne é o seu sangue; qualquer que o comer será eliminado,"

Outra evidência do elevado valor que Deus dá à vida das pessoas é vista nas instruções divinas referentes às cidades de refúgio. Os culpados de homicídio involuntário podiam fugir e ali encontrar abrigo (Nm 35:11-15; Dt 19:4-7). Os israelitas também receberam ordens para não odiar seu próximo nem guardar rancores; pelo contrário, deviam amar o próximo como a si mesmos (Lv 19:17, 18). Isso fazia parte de sua responsabilidade como mordomos.

3. Mordomia da Terra

Conforme se observou (em LC), "Ao Senhor pertence a Terra e tudo o que nela se contem, o mundo e os que nele habitam" (SI 24:1). Na criação, tudo era "muito bom"

(Gn 1:31). Milênios depois Paulo escreveu: "Porque sabemos que toda a criação, a um só tempo, geme e suporta angústias até agora" (Rm 8:22). Hoje, a Terra sofre devido à poluição e ao mau uso.

Foi ensinado aos israelitas que a terra deve receber a oportunidade de se renovar. A cada sétimo ano a terra também devia desfrutar seu sábado (Lv 25:2-7). Durante o ano sabático era proibido cultivar a terra. Não se podia fazer nenhuma plantação ou poda. Se Israel concedesse à terra o seu devido repouso, o Senhor cuidaria para que ninguém passasse privação. Outra maneira pela qual Deus demonstrou Seu interesse pela devida mordomia agrária de Israel aparece no mandamento que permite as novas árvores crescerem antes da colheita do seu fruto. "No quinto ano, comereis fruto dela para que vos faça aumentar a sua produção" (Lv 19:23-25). Cada israelita tinha a responsabilidade de ajudar a conservar a vitalidade do solo. Ao seguir as orientações divinas para a terra, os israelitas mostravam sua lealdade a Deus, o proprietário e Criador de toda a Terra.

A mordomia da terra, confiada por Deus a Adão e Eva, ainda pertence aos descendentes destes. Nós que habitamos o planeta somos responsáveis por cuidar dele. No juízo final, hão de ser destruídos "os que destroem a terra" (Ap 11:18).

4. Mordomia dos Talentos e Habilidades

A mordomia inclui o uso judicioso dos talentos e habilidades concedidos por Deus. Para a construção do tabernáculo no deserto, Deus encheu "de habilidade, de inteligência e de conhecimento, em todo artifício", os que deviam realizar o trabalho (Ex 31:2-6). Séculos depois, Paulo descreveu os dons espirituais [II.] comunicados aos crentes para benefício do corpo da igreja (Rm 12:4-8; lCo 12; Ef 4:7-14; lPe 4:10, 11). Esses dons são habilidades e capacidades concedidas por Deus e postas à disposição dos crentes, para serem usadas conforme a orientação do Espírito; eles servem para enriquecer e edificar o companheirismo dos crentes. A igreja é uma comunidade de pessoas equipadas para servir ao mundo, A apropriada mordomia desses dons envolve, inevitavelmente, o ministério e a missão de alcançar e atender às necessidades humanas em nome de Cristo (ver Dons Espirituais, I, II).

Os cristãos devem fazer o melhor uso possível de suas habilidades comunicativas. Paulo incentivava os crentes a que a palavra deles fosse "sempre agradável, temperada com sal" (Cl 4:6), para que se tornassem "padrão [...] na palavra" (lTm 4:12) e tivessem por característica "linguagem sadia e irrepreensível" (Tt 2:8). Como todos os outros dons, a linguagem deve ser usada para a glória de Deus e a bênção do semelhante. Acima de tudo, o talento da fala deve ser cultivado e usado para compartilhar as boas-novas de Jesus com todos aqueles que entrarem na esfera de influência do crente.

Em Suas parábolas das minas e dos talentos, Jesus ressaltou a importância de usar aquilo que o patrão havia confiado a seus empregados (Lc 19:12-27; Mt 25:14-30). O uso correto dos recursos do patrão — isto é, a sua multiplicação — traz como resultado aprovação e recompensa. O empregado que não desenvolveu seu talento perdeu-o e ainda foi condenado às trevas exteriores por fracassar no manejo de seu talento. Embora a história fale de dinheiro, "talentos" ou "minas" podem se referir às habilidades e talentos concedidos por Deus para o autodesenvolvimento e para o benefício dos outros.

II. Contexto Histórico

A. *Judaísmo*

Durante o período intertestamentário, por exemplo, os judeus seguiram a prática dos dízimos e ofertas do AT. Tobias (2º século a.C.) relata, para as festas anuais, nas quais ele levou

consigo os primeiros frutos e os dízimos de suâ produção agrícola. Ele especifica: "De todos os produtos da terra, distribuía eu um décimo aos filhos de Levi que ministravam em Jerusalém; com o segundo décimo do que eu vendia ia gastar a renda cada ano em Jerusalém; uma terceira dízima, eu dava aos carentes e necessitados" (Tobias 1:7, S). Fontes rabínicas nos informam que o primeiro dízimo era recolhido anualmente; o segundo era tributado nos anos 1, 2, 4 e[1]5 do ciclo sabãtico; o terceiro dízimo era devolvido no terceiro e no sexto anos. A cada ano, portanto, exceto no sétimo, uma pessoa devolvia dois dízimos.

A *Mishnah* . contém tratados sobre os dízimos e as ofertas. *Terumoth* especifica as dádivas que devem ser apresentadas ao sacerdote, cuja quantidade média devia ser a quinquagésima parte dos produtos agrícolas, *Maaseroth,* o tratado sobre dízimos, fornece instrução pormenorizada sobre como dizimar as frutas e verduras. Um terceiro tratado explica o pagamento do segundo dízimo.

Apesar disso, a filosofia bíblica de devolver dízimos e ofertas com base na gratidão parece ter se desgastado; ofertar se tornou um meio de receber algo em troca. *Sabedoria de Siraque* sustenta que "a esmola expia o pecado" (3:30). *Tobias* afirma que "a esmola livra do pecado e da morte, e preserva a alma de cair nas trevas" (4:10; cf,12:8-10).

Depois.da destruição do templo, passou-se a atribuir muita importância à correta devolução dos dízimos. Tornou-se comum o conceito de uma pessoa ser "fiel nos dízimos", sendo que aqueles que não devolviam o dízimo eram considerados judeus de segunda classe. Embora o dízimo não fosse obrigatório, exceto na terra de Israel, há indícios de que, durante a díáspora, os judeus também punham de parte seu dízimo.

J3. *Igreja Primitiva*

A igreja dos apóstolos se reconhecia como uma nova comunidade, cuja vida se derivava da ascensão de Cristo. "O viver é Cristo" (F1 1:21). A expressão paulina "em Cristo" significa que os membros desse corpo têm uma nova orientação radical: "Assim, se alguém está em Cristo, é nova criatura" (2Co 5:17). As práticas de mordomia da igreja apostólica eram uma expressão exterior dos princípios ensinados por Jesus e a eles transmitidos pelos apóstolos: "Pois conheceis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, Se fez pobre por amor de vós, para que, pela Sua pobreza, vos tornásseis ricos" (2Co 8:9; cf, F1 2:5-8). Contudo, depois da morte dos apóstolos, o espírito de liberalidade e a dinâmica da graça definharam. Pouco a pouco, as boas obras, a beneficência para com os pobres e o sustento do ministério evangélico deixaram de ser vistos como uma expressão exterior da "graça de nosso Senhor Jesus Cristo", para ser um meio de alcançar a salvação. Seguindo essa linha de pensamento, Clemente, bispo de Roma, na última década do I^{o} século, declarou: "Boas, portanto, são as esmolas como penitência pelo pecado; melhor é o jejum do que a oração, e a esmola do que ambas as coisas." Além disso, "esmolas aligeiram o fardo do pecado" (Aos *Coríntios,* 2,16). No *Pastor de Hermas* (início do 2^{o} século), recomendava-se o jejum como um sacrifício "nobre, sagrado e aceitável ao Senhor" (*Símile,* 5.3).

A igreja primitiva não possuía nenhum sistema de dízimos, como o que se conhecia entre os judeus. De acordo com Irineu (c.130-200), "os que receberam a liberdade" não dão mais dízimos como os judeus, mas reservam todas as suas posses para os propósitos do Senhor, contribuindo de maneira alegre e voluntária não com as porções menos valiosas de sua propriedade" (*Contra as Heresias,* 4.18.2).

Tertuliano (c. 200 d.C.) descreve a oferta dos cristãos em Cartago. Não eram obrigatórias, mas voluntárias, "como se fossem um fundo ou depósito da piedade". Essas

doações deviam ser usadas "para sustentar e sepultar os pobres, atender às necessidades de meninas e meninos destituídos dos meios e dos pais, e de pessoas idosas confinadas à casa", e cuidar dos que se acham na prisão por causa de sua fé *{Apologia,* 39).

Epifânio, escrevendo no 4° século, chamou atenção para o fato de que o dízimo não era mais obrigatório que a observância do sábado ou da circuncisão. Fora dado, disse ele, para "impedir-nos de passar por alto o 'iota', a letra inicial do nome de Jesus" *(Contra as Heresias,* 1.1.8).

Em fins do 4º século e início do 5º, começaram a se ouvir vozes exigindo dos cristãos a prática dos dízimos. Ambrósio de Milão (340-397) afirmava que Deus havia reser-
663 ► vado um décimo do cereal, do vinho, das frutas, do gado, da horta, dos negócio e até da caça; não era "lícito para um homem conservar o que Deus tinha reservado para Si" *(Sermões,* 33, 34). Agostinho (354-430) sustentava que é imprescindível aos cristãos devolverem os dízimos para que sua justiça exceda a dos escribas e fariseus (Mt 5:20; *Exposição sobre os Salmos,* 146.7). Em 576, o Concilio Provincial de Tours determinou que os cristãos deviam devolver o dízimo. Em 585, o Segundo Concilio de Macon prescreveu excomunhão para os que se recusavam a devolver o dízimo. O dízimo, no entanto, não constituía necessariamente um décimo da renda, mas uma doação estipulada.

C. *Idade Média*

A concepção medieval de salvação pelo mérito afetou grandemente a ideia de mordomia. O motivo principal da prática da caridade era salvar a alma de alguém. Instituíram-se diferentes taxas de serviços: para realizar casamento e funeral, fazer confissão, celebrar missa em intenção da alma do morto. A fim de levantar dinheiro, a instituição religiosa podería se comprometer a ter mais missas do que os sacerdotes podiam realizar. As taxas para celebrar missas, junto com a venda de indulgência, constituíram as principais queixas que desencadearam a Reforma protestante.

De Constantino (m. 337) em diante, a igreja cristã se tornou igreja estatal. À medida que decorriam os séculos, ficou pratícamente impossível se estabelecer distinção entre dízimos eclesiásticos e dízimos e impostos estatais. Carlos Magno' (742-814), por exemplo, regulamentou a divisão do dízimo em três partes: para o clero, para os pobres e para o sustento da igreja. Foram impostas multas sobre os que não conseguiam pagar. Em 787, promulgou-se na Inglaterra uma lei civil que prescrevia o pagamento do dízimo. Uma lei de 1295 ordenava que fossem pagos dízimos sobre o valor bruto de todas as colheitas; prescrevia também como o dízimo deveria ser pago sob a forma de leite, animais, lã, pastagens e até abelhas. Exigiam-se também os dízimos pessoais: dízimo dos lucros de negócios e comércios. Novamente, a palavra "dízimo" não significava necessariamente a décima parte.

No sistema medieval de contribuição, a doação voluntária como mordomia dos recursos divinos foi quase totalmente perdida de vista. Igreja e Estado exigiam contribuições. O espírito de mordomia que havia caracterizado a igreja do Iº século não era mais reconhecível.

D. *Reforma*

A Reforma foi em muitos aspectos uma reação ao abuso do poder clerical e ao estabelecimento de um sistema de salvação pelo mérito. Não foi, porém, bem-sucedida em destruir a relação simbiótica entre Igreja e Estado. O dízimo foi imposto não tanto pela Igreja, mas pelo Estado. Na Alemanha, de 1555 em diante, quando o Iuteranismo se legalizou e foi posto sob a proteção dos príncipes luteranos, o direito da superintendência eclesiástica — e, com ele, o direito ao dízimo — passou às mãos da autoridade secular

territorial. Os dízimos arrecadados se destinavam ao sustento do ministério, à manutenção das escolas e ao cuidado dos pobres.

Ainda que a maior parte dos protestantes ficasse bem â vontade com o poder estatal fiscalizando o cumprimento da legislação eclesiástica, alguns discordavam. UIrico Zwínglio (1484-1531) discordava veementemente do sistema eclesiástico de dízimos, com base no princípio de que a oferta deve ser voluntária e não obrigatória. Outros grupos, como os anabatistas, os quakers e os separatistas ingleses, eram igualmente contra os dízimos eclesiásticos. Tais dissidentes, porém, constituíam a minoria. Compreendia-se e se aceitava em geral que o Estado devia cuidar de suas obrigações, compartilhando sua liberalidade e usando seu poder para impor sobre os membros as arrecadações financeiras da igreja.

Pelo lado católico, o Concilio de Trento (1545-1563) declarou que pagar o dízimo era uma obrigação para com Deus e que todos quantos se recusassem a pagá-lo deviam ser excomungados. Essa regulamentação, porém, não chegou a ser posta em prática. A Revolução Francesa pôs fim ao dízimo na ► Igreja Católica Romana.

664

jE. O *Experimento Norte-Americano*

Mesmo na América colonial era difícil traçar linhas eficazes de demarcação entre a Igreja e o Estado, O padrão secular do Estado financiando a Igreja estava tão fortemente arraigado que levou muitos anos para se desvencilhar dele. A Revolução Americana ajudou a reverter tendências e práticas de muitos séculos, Mas o grande “experimento americano” se demonstrou traumático para as igrejas, que já não podiam contar com a ajuda do Estado para o financiamento de suas atividades. Abandonadas a seus próprios recursos, as igrejas foram forçadas a reexaminar o modelo apostólico. A nova situação era uma bênção disfarçada. As contribuições voluntárias impulsionadas pelo espírito de Cristo eram obviamente o caminho a seguir, mas os líderes da igreja não tinham história, tradição nem experiência passada de que se valer.

Líderes da igreja inovadores imaginaram diversos métodos. Infelizmente, alguns não eram dignos do nome cristão. Alugar bancos da igreja, realizar bazares e jantares, promover jogos de azar e loterias, tudo foi tentado. Alguns clérigos censuraram esses "novos” métodos, alegando que não eram melhores do que os "antigos” métodos usados antes da Reforma.

Pode-se creditar à igreja americana o reavivamento do interesse na mordomia cristã, ainda que a ênfase recaísse quase que exclusivamente no aspecto financeiro. Os historiadores da igreja apontam geralmente o fim dos anos 1800 como o início do movimento da mordomia na América. Desde o princípio, o movimento recebeu o estímulo do grande interesse em missões estrangeiras. Depois veio a tentativa de construir a base teológica e o esforço para conciliar a prática e a teoria na igreja local. Puseram-se em prática muitos programas e estratégias de treinamento, com graus variáveis de êxito. No ano de 1920, 29 denominações dos Estados Unidos e do Ganadá se reuniram em Nova York, sob a convocação de um grupo de líderes de mordomia, para formar o Concilio Unido de Mordomia.

III. A Experiência de Mordomia da Igreja Adventista do Sétimo Dia

A maioria dos cristãos concordaria com a Declaração de Crenças Fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia, que diz:

"Somos mordomos de Deus, responsáveis diante dEle pelo uso apropriado do tempo e das oportunidades, capacidades, posses e bênçãos da terra e seus recursos. Pelo serviço fiel a Deus e aos nossos semelhantes, e pela devolução dos dízimos e ofertas para a proclamação do Seu evangelho

e o sustento e crescimento de Sua igreja, reconhecemos que tudo pertence a Deus. A mordomia é um privilégio a nós concedido por Deus para promoção do amor e da vitória sobre o egoísmo e a cobiça. O mordomo se alegra nas bênçãos que sobrevêm aos outros como resultado de sua fidelidade" (SDA *Yearbook*, 1999, 7).

A história dos adventistas do sétimo dia corre paralelamente ao desenvolvimento do cenário religioso americano. Nascido do fervor religioso do movimento missionário e forjado especificamente pelo intenso apocaliptismo da época (o grande movimento do segundo advento), a Igreja Adventista do Sétimo Dia desenvolveu uma forte consciência de mordomia.

A. *Finanças*

O *Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia* dedica um capítulo inteiro às finanças evangélicas. Ali é apresentado o conceito adventista de mordomia. O primeiro parágrafo do subtítulo "Mordomia" diz:

"Os cristãos são mordomos de Deus, depositários de Seus bens e, como Seus sócios, responsáveis por administrá-los de acordo com Suas orientações e Seus princípios, da maneira delineada nas Escrituras e no Espírito de Profecia. O conselho divino é que se requer dos despenseiros que cada um deles seja encontrado fiel' (lCo 4:2). O assunto da mordomia, em sua forma mais plena, abrange muitos aspectos da vida e da experiência cristãs, tais como nosso tempo, nossa influência e nosso serviço. Mas não há dúvida de que a mordomia de nossos meios é um aspecto vitalmente importante desse assunto. E um tema que diz respeito a toda a família da igreja. Envolve nosso reconhe- ► cimento da soberania de Deus, de que Ele é o proprietário de todas as coisas e de que concede Sua graça ao nosso coração. Ao crescermos na compreensão desses princípios, seremos levados a apreciar melhor a maneira pela qual o amor de Deus atua em nossa vida" *(Manual da Igreja*, 2005, 162).

665

1. Dízimos

Em 1859, os adventistas adotaram um plano chamado Doação Sistemática, que incentivava a contribuição regular e proporcional à renda ou propriedade da pessoa. No início de 1863, foi sugerido na *Review and Herald* um décimo do rendimento como contribuição mínima, "Os filhos de Israel tinham o dever de devolver um dízimo, ou um décimo, de toda a sua renda. [...] E não se pode conceber que o Senhor exija menos de Seu povo hoje, quando o tempo é curto e grande obra precisa ser realizada mediante o emprego de seus recursos na proclamação da última mensagem de misericórdia ao mundo" (RH, 6/1/1863), Em 1876, a Associação Geral adotou unanimemente uma resolução que dizia: "Acreditamos ser dever de todos os nossos irmãos e irmãs, membros isolados ou congregados, dedicar, sob circunstâncias normais, para a causa de Deus um décimo de toda a renda auferida de qualquer fonte" (ibid., 6/4/1876).

Para os pioneiros adventistas, o dízimo era uma doutrina bíblica. Ellen White escreveu muitos artigos e dedicou capítulos inteiros de seus livros ao assunto das finanças evangélicas. A restituição do dízimo e das ofertas era uma exigência da organização evangélica. A motivação era evangelística: sustento do ministério evangélico e divulgação da mensagem da salvação. Já no ano de 1878 o plano do dízimo estava bem estabelecido nas diretrizes e práticas denominacionais.

Os membros da igreja e seus filhos ao redor do mundo calculam o dízimo como um décimo do seu rendimento. Os que dirigem seus próprios negócios são estimulados a devolver um décimo de seus lucros.

O dízimo é usado para sustentar o ministério evangélico e para dar prosseguimento à missão da igreja ao mundo. Faz-se isso

com base na forma como se empregava o dízimo no AT para sustento dos levitas (Nm 18:21). A *Working Policy* da Associação Geral declara:

"O dízimo deve ser dedicado à obra do ministério e ao ensino da Bíblia, inclusive às atividades realizadas pelas associações no cuidado das igrejas e nas ações de evangelismo de campo. O dízimo não deve ser gasto com outros ramos de trabalho, como o pagamento de débitos institucionais ou da igreja ou atividades de construção" (V 05, 05).

, As igrejas locais remetem para a associação ou missão 100 por cento do dízimo arrecadado de seus membros. Essas associações de igrejas enviam um décimo do dízimo recebido às uniões, que são agrupamentos de associações. As uniões enviam um décimo do dízimo que as igrejas receberam à Divisão, uma das 13 seções da igreja mundial. Por fim, as divisões remetem um décimo do que receberam à Associação Geral, Assim, os membros de igreja, independentemente do lugar em que vivem, tomam parte na missão da igreja através do dízimo que devolvem à congregação local.

Para a denominação, "o plano financeiro atende a um propósito mais amplo do que aquele que aparece em seus relatórios estatísticos e financeiros. O plano é mais do que um meio da reunir e distribuir fundos. É, sob a direção de Deus, um dos grandes fatores de unificação do movimento adventista" *(Manual da Igreja*, 2005, 164).

2. Ofertas

Reconhecendo que os israelitas foram incentivados a contribuir com pelo menos um segundo dízimo (Dt 12:17, 18; 14:22-27) e possivelmente também com um terceiro (Dt 14:28, 29), os primeiros líderes adventistas estimularam os crentes a fazer doações voluntárias para os projetos de outras igrejas, além dos 10 por cento do dízimo. Em 1876, por exemplo, a Tract and Missionary Society sugeriu uma oferta adicional de "um terço" (da cota da Doação Sistemática).

Vieram depois outras ofertas, entre as quais as conhecidas ofertas semanais da Escola Sabatina. Em 1878, as igrejas colocaram junto à porta cofrinhos para receber doações destinadas às despesas da escola sabatina local. As escolas sabatinas começaram a arrecadar ofertas para as missões em 1885, dando assim aos membros a oportunidade de sustentar a igreja mundial. Parte da oferta especial levantada no último sábado do trimestre destina-se a um projeto especial ressaltado durante os três meses.

A igreja local coleta diversas ofertas, seja regularmente, seja ocasionalmente. Entidades próprias na igreja local, associação, união e Associação Geral controlam cuidados amente o emprego dessas ofertas.

Cristãos sérios e comprometidos certificam-se de que os valores a eles confiados por seu Criador são usados no serviço de Deus. Mediante planejamento do espólio, membros da igreja podem colocar seu patrimônio nas mãos de depositários a fim de que o tesouro por eles sabiamente administrado durante a vida possa continuar trazendo glória a Deus e servindo às necessidades humanas depois de seu falecimento. Isso é mordomia genuína, que traz satisfação e realização aos seguidores de Cristo.

3. Departamento de Mordomia e Desenvolvimento

Em 1966, a Associação Geral dos Adventístas do Sétimo Dia organizou o que veio a ser conhecido no ano seguinte como o Departamento de Mordomia e Desenvolvimento, com o objetivo de auxiliar as associações e divisões mundiais na promoção da consciência da mordomia. Pediu-se a esse departamento que preparasse literatura, programas de treinamento e seminários para pastores e igrejas. Além do ensino prático e efetivo, o departamento devia se

conservar na vanguarda das questões teológicas pertinentes à mordomia. Como primeiro diretor do novo departamento foi escolhido Walter M. Starks.

Decorreram outros desdobramentos. Em 1971 foram tomadas providências para a criação, nas igrejas locais, de secretarias que promovessem a mordomia do templo, do tesouro, dos talentos e do tempo entre os membros. Em 1980, a área de Mordomia foi anexada à Associação Ministerial. Com a criação dos departamentos ministeriais da igreja em 1985, a promoção oficial da mordomia através de materiais publicados e diversas oficinas e seminários tornou-se parte dessa nova entidade. Em 1995, quando algumas dessas funções foram divididas, Mordomia se tornou um departamento separado.

Embora devolver o dízimo e dar ofertas seja essencial à teologia da mordomia adventista do sétimo dia, mordomia inclui muito mais. Ela abrange todos os aspectos da vida, e seus conceitos fornecem respostas para as urgentes questões de nossa época. Essas são questões com as quais os membros da igreja devem lutar — problemas ambientais e sociais, problemas de saúde pública e pessoal, a urgente questão da pobreza, todas as questões desconcertantes que circundam o começo e o fim da vida humana e, é claro, o emprego dos finitos recursos do planeta. A lista não é exaustiva. Mas o ensino bíblico sobre mordomia habilita os cristãos a equilibrar esses interesses aparentemente conflitantes de uma forma que seja agradável a Jesus Cristo, que é o Senhor. A tarefa permanente dos cristãos é aplicar esses grandes princípios no complexo mundo de hoje.

B. Terra

Embora os seres humanos estejam à mercê da natureza, na atualidade o próprio planeta é que "geme" sob os ataques humanos e está realmente ameaçado, principalmente pela ação da humanidade. Por meio de ganância e desperdício, frequentemente disfarçados de tecnologia avançada, os seres humanos têm ferido de morte o planeta Terra. A Terra está cheia de lixo tóxico e mortífero. Os recursos naturais têm sido perígosamente desperdiçados. Em alguns casos, por conta do uso excessivo, a terra chegou mesmo a perder a capacidade de produzir. Até os mares têm sido saqueados em sua antiga opulência de recursos.

Num mundo como este, os cristãos adventistas do sétimo dia são chamados a viver uma vida simples, sem ganância nem desperdício. Reconhecendo que os recursos da Terra são finitos, cumpre-lhes conservar o meio ambiente. A igreja promove o vegetarianismo como forma saudável de aumentar a disponibilidade de comida. As escolas e igrejas realizam programas ecológicos variados e criativos.

A observância do sábado do sétimo dia, em resposta amorosa ao mandamento (Ex 20:8-11), provê uma oportunidade para os adventistas celebrarem a criação junto com o Criador. Indivíduos, famílias e grupos da igreja passam muitas vezes as tardes de sábado em atividades junto à natureza. Essas atividades nos ajudam a compreender as maravilhas do mundo natural e também a necessidade de proteger a criação de Deus.

Em 1992, o Concilio Anual aprovou por voto um documento, "Cuidado da criação de Deus", que apresenta a posição adventista do sétimo a respeito da mordomia da Terra. Nós o citamos em parte:

"O mundo em que vivemos é um dom de amor do Deus criador, d Aquele que fez os céus, e a Terra, e o mar e as fontes das águas' (Ap 14:7; 11:17, 18). Deus colocou os seres humanos dentro desta criação, com a intenção de que se relacionassem consigo mesmos, com as outras pessoas e com o mundo ao seu redor. Portanto, como adventistas do sétimo dia, afirmamos que sua preservação e cuidado estão intimamente relacionados com o nosso serviço a Deus. [...]

"Pelo fato de reconhecermos os seres humanos como parte da criação de Deus, nossa preocupação com o meio ambiente abrange a saúde e o estilo de vida das pessoas. Como adventistas defendemos um estilo de vida saudável e rejeitamos o uso de substâncias como tabaco, álcool e outras drogas que prejudicam o corpo e consomem os recursos da terra; também promovemos uma alimentação simples e saudável. [...]

"Aceitamos o desafio de trabalhar com o propósito de restaurar todos os desígnios de Deus. Movidos pela fé em Deus, comprometemo-nos a promover a cura que se eleva aos níveis pessoais e ambientais de vidas integradas dedicadas ao serviço de Deus e da humanidade.

"Por meio deste compromisso confirmamos nossa mordomia da criação de Deus e cremos que só haverá restauração completa quando Deus fizer novas todas as coisas" (RH, 31/12/1992).

Essas declarações são um indício da crescente tomada de consciência por parte dos adventistas do sétimo dia acerca do impacto da mordomia cristã em sua interação com o mundo de Deus, O mundo e a substância material não são intrinsecamente maus. Na verdade, "todas as coisas brilhantes e bonitas, todas as criaturas grandes e pequenas" foram feitas pelo Criador para benefício dos seres humanos (cf. Gn 1:31). Os cristãos devem preservar "a beleza da Terra". Devem ter respeito pela Terra, embora não devam adorá-la. Em toda a Escritura, Deus está sempre acima e à parte da criação.

C. A *Graça de Deus*

Apocalipse 14:6-12 fala de boas-novas, de "um evangelho eterno" (v. 6) para proclamar a todo o mundo. O foco está em Deus, cuja promessa e Palavra transcendem a presente situação sombria e aponta para o glorioso resultado descrito nos capítulos finais do último livro da Bíblia. A boa-nova é que Deus ama este planeta e está determinado a resgatá-lo e renová-lo, cumprindo assim Seu propósito original para com a criação. Comunicar essa mensagem vital em sua plenitude é parte essencial da mordomia cristã com a qual os adventistas estão comprometidos.

Por causa desse aspecto da mordomia, os adventistas se dedicam ao ministério de proclamar o evangelho a todos. Em virtude de serem despenseiros da graça de Deus, os adventistas dirigem instituições médicas e educacionais e organizações de assistência social. Pregam, ensinam e sustentam os que se dedicam a esse ministério (ver Estilo de Vida, II.A).

D. *Vida e Saúde*

Contrariamente ao dualismo grego, segundo o qual o ser humano é composto de um corpo e uma alma aprisionada e sequiosa de libertação, as Escrituras não admitem tal dicotomia. Elas falam de inteireza. Em vez de ser desprezível devido â sua terrenidade, o corpo é da maior importância. Tanto é que, para manter a mente e o espírito em boa condição, a pessoa deve cuidar do corpo, que é "o templo do Espírito Santo" (ICo 6:19). Por essa razão, "a reforma da saúde e o ensino de saúde e da temperança são partes inseparáveis da mensagem adventista" *(Manual da Igreja*, 2005, 175).

668 Conforme a ordem bíblica, a Igreja Adventista do Sétimo Dia promove a vida saudável, tanto entre seus membros como junto a amigos e interessados. Ao redor do globo, um sistema bem desenvolvido de instituições médicas busca aliviar o sofrimento e promover a saúde. O *Manual da Igreja* declara: "Pertencemos a Deus, em corpo, alma e espírito. E, portanto, nosso dever religioso observar as leis da saúde, tanto para nosso próprio bem-estar e felicidade como para que possamos servir mais eficazmente a Deus e a nossos semelhantes" {ibid., 175; ver Saúde; Estilo de Vida, II.B).

Na sociedade tecnológica de hoje, a mordomia do corpo inclui decisões de vida e morte, especialmente as relacionadas com o término da vida mediante aborto ou eutanásia. Em harmonia com o ensino bíblico, os adventistas se acham comprometidos com o valor e a santidade da vida humana. Dois documentos da Associação Geral de 1992 tratam dessas questões.

As "Diretrizes sobre o Aborto" se baseiam em "amplos princípios bíblicos" de que a vida é um dom valioso de Deus e ao mesmo tempo nossa resposta à vontade de Deus. Constituí, porém, nosso direito e responsabilidade tomar decisões em favor da vida. "A vida pré-natal do ser humano é um dom maravilhoso de Deus. [...] Não se deve, portanto, destruir a vida pré-natal irrefletidamente. O aborto só deve ser praticado quando existem motivos de força maior." Diz mais: "Embora a igreja não sirva de consciência para os indivíduos, deve fornecer orientação moral." A decisão pelo aborto deve ser tomada pelas pessoas envolvidas, ajudadas por "informações precisas, princípios bíblicos e a orientação do Espírito Santo". Além disso, essas decisões são mais apropriadas dentro do contexto do relacionamento saudável da família. Por último, os membros da igreja devem ser incentivados a participar na permanente consideração de suas responsabilidades morais no tocante ao aborto, à luz do ensino da Escritura (RH, 31/12/1992; ver Casamento, II.F.I).

Baseado nos mesmos princípios bíblicos, o documento "Cuidados com Pacientes Terminais" apela para o amor cristão prático e responsável, "Depois de buscar a orientação divina e o conselho médico e considerar os interesses das pessoas afetadas pela decisão (Rm 14:7), a pessoa capacitada para decidir determinará se aceita ou rejeita as intervenções médicas prolongadoras da vida." Quando a pessoa não é capaz de tomar tal decisão, os mais próximos a ela devem enfrentar responsavelmente a decisão. O amor compassivo deve permear o ambiente que envolve o doente (ver Casamento, II.F.2),

"Embora o amor cristão possa nos guiar a reter ou a suspender as intervenções médicas que só aumentam o sofrimento ou prolongam o processo de morte, os adventistas do sétimo dia não praticam a eutanásia nem o suicídio assistido. Opomo-nos à eutanásia ativa, à retirada intencional da vida de uma pessoa que está sofrendo ou agonizando" (RH, 31/12/1992).

JS. *Tempo*

O tempo é um precioso dom de Deus. E a matéria-prima da vida. A forma como ele é usado diz muito sobre a mordomia de alguém, como essa pessoa se relaciona com o Criador. Os escritores bíblicos falam da brevidade do tempo e da necessidade de aproveitá-lo da melhor maneira possível. O tempo é para ser usado no autodesenvolvimento e em expressões de amor pelo próximo. "Ensina-nos a contar os nossos dias, para que alcancemos coração sábio", diz o salmo (SI 90:12), e o sábio exorta: "Tudo quanto te vier à mão para fazer, faze-o conforme as tuas forças, porque no além, para onde tu vais, não há obra, nem projetos, nem conhecimento, nem sabedoria alguma" (Ec 9:10). Paulo insiste em redimirmos "o tempo, porque os dias são maus" (Ef 5:16). Ele observa que "já é hora de vos despertardes do sono" (Rm 13:11). Jesus aconselha Seus seguidores a trabalhar enquanto é dia (o tempo de oportunidade), pois "a noite vem, quando ninguém pode trabalhar" (Jo 9:4).

F. *Filhos: O Maior Tesoriro*

Bens materiais dão aos mordomos cristãos recursos para efetuar o ministério de formas tangíveis. Mas o tesouro não se restringe a posses materiais. Os filhos, "herança do Senhor" (SI 127:3), estão entre Suas dádivas mais preciosas. Eles são colocados nas

mãos dos pais, que se tornam responsáveis por prepará-los para o serviço nesta vida e no mundo vindouro, quando Deus perguntará: "Onde está o rebanho que te foi confiado, o teu lindo rebanho'?" (Jr 13:20). Por meio da paternidade, os seres humanos se tornam cocriadores. Candidatos à imortalidade, seus descendentes devem ser gentil e firmemente encaminhados para a condição em que também devam assumir plena responsabilidade por sua mordomia.

A educação cristã — disciplina e treinamento - é, portanto, de grande importância. O grande mandamento exige o desenvolvimento de todas as faculdades (Mt 22:37), e é de suma importância a transmissão intencional dos valores e da cultura. A igreja é uma comunidade onde convivem diversas gerações, Um excelente exemplo de transmissão da fé de uma geração para outra é o de Eunice e Loide, respectivamente mãe e avó de Timóteo. "Pela recordação que guardo de tua fé sem fingimento", diz Paulo a Timóteo, "a mesma que, primeiramente, habitou em tua avó Loide e em tua mãe Eunice, e estou certo de que também, em ti" (2Tm 1:5; cf. Dt 6:7).

Educar os filhos para o Senhor é dever de mordomia dos pais e, de fato, de toda a comunidade da fé. Por levar a sério essa obrigação de mordomia, os adventistas do sétimo dia desenvolveram um sistema de educação próprio, desde o jardim de infância até a universidade, que é o segundo maior entre as denominações protestantes. Além disso, a escola sabatina, os clubes de desbravadores e uma diversidade de outras atividades para crianças e adolescentes visam proteger e desenvolver esse tesouro (ver Casamento, I.B.4).

Uma publicação oficial apresenta o propósito da educação adventista:

"Todas as crianças e jovens foram confiados pela igreja ao sistema de educação para desenvolvimento espiritual e excelência educacional, [„.] O programa de educação se baseia na crença de que cada estudante é de valor singular e inestimável, e na importância do desenvolvimento de toda a pessoa [...] O processo total da educação adventista do sétimo dia busca renovar a fé em Cristo, restaurar no homem a imagem de seu Criador, promover uma dedicação inteligente à obra de Deus na Terra e desenvolver uma preparação prática para o serviço consciencioso a seu semelhante" (NAD *Working Policy*1993-1994, F 05 05, F 05 10).

G. *Talentos e Habilidades*

As Escrituras sugerem que Deus dota os seres humanos com dons e habilidades (lCo 12:4-11), os quais Ele espera que sejam empregados a serviço do semelhante. Isso acontecia também nos tempos do AT (Ex 31:2-6). Deus dotava os seres humanos "de habilidade, de inteligência e de conhecimento, em todo artifício [..,] para toda sorte de Iavores" (v. 3-5).

Paulo trata com detalhe os *carismas* — aquilo que é dado como um dom. Constituem capacidades e habilidades postas à disposição de Deus para serem usadas conforme a direção do Espírito. Os chamados dons e talentos naturais só se tornam carismas quando usados para o enriquecimento e edificação da comunidade, A igreja é descrita como uma comunidade de pessoas talentosas - carismáticas — a serviço do mundo. Portanto, mordomia envolve inevitavelmente ministério e missão, que ajudam a atender às necessidades humanas em nome de Cristo mediante o exercício dos dons (lPe 4:10, 11; Rm 12:6-8).

Os cristãos devem também fazer o melhor uso possível de suas habilidades de comunicação. E preciso cultivar o talento da fala e utilizá-lo para transmitir as boas-novas do evangelho a todos quantos entrarem em sua esfera de influência. O dom da fala apresenta grande potencial para o bem ou para o mal. Como todos os outros dons, deve ser usado para glorificar a Deus e abençoar os semelhantes.

H. Cidadania

A mordomia inclui também o pagamento de impostos e o respeito para com o governo devidamente constituído. O Departamento de Assuntos Cívicos e Liberdade Religiosa da Igreja Adventista do Sétimo Dia oferece lide-
610 ► rança e conselhos aos membros da igreja no tocante à boa cidadania:

"Em virtude de seu papel divinamente ordenado, o governo civil merece receber da humanidade obediência voluntária e respeitosa em assuntos temporais até onde essas exigências civis não conflitem com as de Deus; em outras palavras, a humanidade deve 'dar a César o que é de César' e reservar para 'Deus o que é de Deus' (Mt 22:21). O cristão deve exercer ativo e pessoal interesse e consideração em questões que afetem o bem-estar público e ser um cidadão exemplar" (NAD *Working Policy,* 1993-1994, HC 05 02).

O NT ensina que os cristãos devem estar sujeitos "aos que governam, às autoridades" e ser "obedientes", estando "prontos para toda boa obra" (Tt 3:1; cf. lPe 2:17; Rm 13:1). Como parte de sua função sacerdotal, os cristãos devem orar "em favor dos reis e de todos os que se acham investidos de autoridade" (iTm 2:2). As palavras de Jesus sugerem obrigação, dever: "Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" (Mt 22:21). Isso concorda com o segundo grande mandamento: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo." Tudo quanto é básico para a boa cidadania pode ser incluído no tema da mordomia. Novamente, a fidelidade nessas questões é considerada pelo Céu um pré-requisito para responsabilidades maiores. Na parábola, o mestre diz: "Muito bem, servo bom e fiel; foste fiel no pouco, sobre o muito te colocarei; entra no gozo do teu senhor" (Mt 25:23; ver Estilo de Vida, II.C.4).

IV. Comentários de Ellen G. White

A. *Sobre o Conceito*

"De acordo com as condições de nossa mordomia, temos obrigação não somente para com Deus, mas também para com o homem. Todo ser humano deve os dons da vida ao infinito amor do Redentor. Alimento, roupa e abrigo, bem como o corpo, o espírito e a alma e tudo mais, são aquisições de Seu sangue. Pelo dever de gratidão e serviço assim imposto, Cristo nos ligou a nossos semelhantes. Ele nos ordena: 'Servi-vos uns aos outros' (G1 5:13). 'Quando o fizestes a um destes Meus pequeninos irmãos, a Mim o fizestes' (Mt 25:40)" (Ed, 139),

"A ideia de mordomia devia ter influência prática sobre todo o povo de Deus. [...] A beneficência prática dará vida espiritual a milhares de professos nominais da verdade que ora lamentam as próprias trevas. Ela os transformará de egoístas e cobiçosos adoradores de Mamom em zelosos e fiéis colaboradores de Cristo na salvação dos pecadores" (CM, 112, 113).

"O espírito de liberalidade é o espírito do Céu. O espírito egoísta é o espírito de Satanás. O amor abnegado de Cristo se revela na cruz. Para que o homem pudesse ser salvo, deu Ele tudo quanto possuía, e em seguida Se deu a Si mesmo. A cruz de Cristo apela para a beneficência de todo aquele que segue o bendito Salvador. O princípio ali ilustrado é doar e doar. Isso, posto em prática em real beneficência e boas obras, é o verdadeiro fruto da vida cristã. O princípio das pessoas mundanas é adquirir e adquirir, e assim esperam alcançar felicidade; mas, levado a efeito em todos os seus aspectos, o fruto é miséria e morte" (RH, 15/11/1906).

"Nunca devemos esquecer que o Senhor nos pôs em prova neste mundo, para determinar nossa aptidão para a vida futura. Não pode entrar no Céu ninguém cujo caráter esteja

contaminado pela fétida mancha do egoísmo. Portanto, Deus nos prova aqui mediante o confiar-nos bens temporais, para que nosso uso deles mostre se nos podem ser confiadas riquezas eternas. Unicamente à medida que a vida abnegada de Cristo se reflete em nossa vida é que podemos estar em harmonia com o Céu e aptos a entrar lá" (ME2, 134).

"Temos a evidência de que a graça está operando no coração quando fazemos o bem a todos os homens sempre que se nos depara a oportunidade. A prova de nosso amor é dada num espírito semelhante ao de Cristo, na boa vontade de partilhar as boas coisas que Deus nos deu, na disposição para praticar a abnegação e o sacrifício £► a fim de ajudar a promover a causa de Deus e da humanidade sofredora. Nunca devemos passar por alto o objeto que solicita nossa liberalidade. Mostramos que passamos da morte para a vida quando agimos como fiéis mordomos da graça de Deus. O Senhor nos concedeu os Seus bens; deu-nos Sua palavra empenhada de que, se formos fiéis em nossa mordomia, ajuntaremos no Céu tesouros imperecíveis" (RH, 15/5/1900).

"O mordomo se identifica com o patrão. Aceita as responsabilidades de um mordomo e deve agir em lugar do dono da casa, fazendo o que esse faria se estivesse presidindo. Os interesses do senhor se tornam seus. A posição do mordomo é uma posição de dignidade, porque o patrão nele confia. Se, de qualquer modo, atuar de forma egoísta, e reverter as vantagens obtidas pelo negociar com os bens de seu senhor em proveito próprio, trai a confiança nele depositada" (CSM, 113).

B. *Sobre a Criação*

"As coisas da natureza que hoje contemplamos não nos dão senão uma pálida concepção da beleza e glória do Eden, No entanto, o mundo natural, com voz inconfundível, proclama o amor de Deus. Até mesmo agora a Terra está cheia da bondade do Senhor/ Ainda revela a obra do grande Artista Mestre. Declara que o Onipotente em poder, grande em bondade e misericórdia criou todas as coisas" (AUCR, l°/6/1900).

"Fomos trazidos à existência porque éramos necessários. Como é triste o pensamento de que, se estivermos do lado errado, nas fileiras do inimigo, estamos perdidos para o projeto de nossa criação. Estamos desapontando nosso Redentor; as faculdades que Ele planejou para Seu serviço são empregadas para se contrapor à Sua graça e amor incomparável" (ST, 22/4/1903).

"Todas as faculdades do espírito e da alma refletiam a glória do Criador. Favorecidos com elevados dotes espirituais e mentais, Adão e Eva foram feitos um pouco menores do que os anjos (Hb 2:7), para que não somente pudessem discernir as maravilhas do Universo visível, mas também compreender as responsabilidades e obrigações morais" (Ed, 20).

"Manifesta-se o poder de Deus no bater do coração, na ação dos pulmões, e nas correntes vivas que circulam pelos mil diferentes condutos do corpo, Somos-Lhe devedores por todo momento de existência, e por todos os confortos da vida. As faculdades e habilitações que elevam o homem acima da criação inferior são dotes do Criador. Ele nos cumula de benefícios Seus. Somos-Lhe devedores do alimento que comemos, da água que bebemos, da roupa que vestimos, doar que respiramos. Sem a Sua especial providência, o ar estaria cheio de pestilência e de veneno. Ele é generoso benfeitor e preservador, O Sol que brilha sobre a Terra e embeleza toda a natureza, a encantadora e solene luminosidade da Lua, os esplendores do firmamento, salpicado de brilhantes estrelas, as chuvas que refrescam a terra e fazem florescer a vegetação, as preciosas coisas da natureza em toda a sua variada riqueza, as árvores altaneiras, os arbustos e as plantas, o grão tremulante, o céu azul, a terra

verde, a mudança do dia e da noite, a renovação das estações, tudo fala ao homem do amor de seu Criador. Tem-nos Ele ligado a Si mesmo por todos esses laços do Céu e da Terra" (CSM, 17).

C. *Sobre o Tesouro*

"Quando corretamente empregada, a riqueza se torna um elo de ouro de gratidão e afeição entre o homem e seu semelhante, e um forte laço que une suas afeições a seu Redentor. O dom infinito do amado Filho de Deus demanda expressões tangíveis de gratidão por parte dos recipientes de Sua graça. Aquele que recebe a luz do amor de Cristo é por meio disso colocado sob a mais forte obrigação de derramar a abençoada luz sobre outras almas que jazem nas trevas" (RH, 16/5/1882).

"Há apenas dois lugares no Universo onde poderemos colocar nossos tesouros: no celeiro de Deus ou no de Satanás. Tudo o que não é dedicado ao serviço de Deus é contado do lado de Satanás, e vai fortalecer sua causa. Determinou o Senhor que os meios a nós confiados sejam usados na edificação de Seu reino. Seus dons são confiados aos Seus mordomos para que com eles negociem cuidadosamente, e Lhe devolvam
672 ► os rendimentos na salvação de almas. Tais almas, por seu turno, se tornarão mordomos de confiança, cooperando com Cristo para promover os interesses da causa de Deus" (CSM, 35).

"O dinheiro é uma bênção quando aqueles que o utilizam se têm na conta de mordomos do Senhor, que estão negociando com o capital do Senhor e que devem um dia prestar contas de sua mordomia" (NAV, 190).

"O sistema especial de dízimos se baseia em um princípio tão duradouro como a lei de Deus. Esse sistema foi uma bênção ao povo judeu, do contrário o Senhor não lho haveria dado. Assim será igualmente uma bênção aos que o observarem até o fim do tempo. Nosso Pai celeste não instituiu o plano da doação sistemática com o intuito de Se enriquecer, mas para que o mesmo fosse uma grande bênção ao homem. Viu que o referido sistema era exatamente o que o homem necessitava" (TS1, 385).

"Deus tem direito sobre nós e sobre tudo o que temos. Seu direito está acima de qualquer outro. E, em reconhecimento desse direito, ordena que Lhe entreguemos uma parte proporcional fixa de tudo quanto nos concede. Essa parte específica é o dízimo. Sob a direção do Senhor, isso Lhe foi consagrado nos tempos mais remotos. A Escritura menciona o dízimo com relação à história de Abraão. O pai dos fiéis entregou dízimos a Melquisedeque, sacerdote do Deus Altíssimo'. Jacó também reconheceu a obrigação de dizimar. Quando, fugindo da ira de seu irmão, viu em sonho a escada que unia o Céu e a Terra, seu coração agradecido encontrou expressão no voto a Deus: 'Se Deus for comigo, e me guardar nesta jornada que empreendo, e me der pão para comer e roupa que me vista, de maneira que eu volte em paz para a casa de meu pai, então, o Senhor será o meu Deus; e a pedra, que erigi por coluna, será a Casa de Deus; e, de tudo quanto me concederes, certamente eu te darei o dízimo"' (RH, 8/12/1896).

D. *Sobre os Talentos*

"Grandes ou pequenas que sejam as posses de qualquer indivíduo, lembre-se ele de que isso é seu apenas em confiança. Por sua força, habilidade, tempo, talentos, oportunidades e recursos, tem que prestar contas a Deus. E esse um trabalho individual. Deus nos dá para que possamos nos tornar como Ele: generosos, nobres, caridosos, ao dar uns aos outros. Aqueles que, esquecidos de sua missão divina, só procuram economizar ou gastar na condescendência do orgulho ou do egoísmo poderão alcançar os ganhos e prazeres do mundo. Mas, à vista de Deus,

avaliados pelas suas realizações espirituais, são desgraçados, miseráveis, pobres, cegos e nus" (CSM, 22).

"Deus tem concedido talentos aos homens — um intelecto para inventar, um coração para ser o lugar de Seu trono, afeições que extravasem em bênçãos para outros, uma consciência para convencer do pecado. Cada um tem recebido algo do Mestre, e devem todos fazer sua parte em suprir as necessidades da obra de Deus, [...] A fala é um talento. De todos os dons concedidos à família humana, nenhum outro deve ser mais apreciado que o dom de falar. Deve ser usado para declarar a sabedoria e o maravilhoso amor de Deus. Assim devem os tesouros da Sua sabedoria e da Sua graça ser comunicados" (CSM, 114, 115).

"Nosso primeiro dever para com Deus e os nossos semelhantes é o do desenvolvimento próprio. Cada faculdade com a qual o Criador nos dotou deve ser cultivada no mais alto grau de perfeição, a fim de que sejamos capazes de realizar a maior soma de bem que nos seja possível. Por isso, o tempo gasto no estabelecimento e preservação da saúde é um tempo bem aproveitado. Não podemos nos permitir diminuir ou invalidar qualquer função do corpo ou da mente. Tão certamente quanto fizermos isso, devemos sofrer as consequências" (CSS, 107).

"Jovens amigos, o temor do Senhor jaz à própria base de todo progresso; é ele o princípio da sabedoria. Vosso Pai celestial tem direitos sobre vós; pois sem solicitação ou mérito de vossa parte Ele vos cumulou com as generosidades de Sua providência; e, mais que isso, deu-vos todo o Céu em um dom — o de Seu amado Filho. Em retribuição a esse infinito dom, Ele requer de vós obediência voluntária. Visto que sois comprados por preço, sendo esse o precioso sangue do Filho de Deus, Ele requer que façais uso correto dos privilégios que desfrutais. Vossas faculdades intelectuais e morais são dons divinos, talentos a vós confiados para sábio desenvolvimento, e não tendes a liberdade de deixá-los improdutivos por falta do devido cultivo, ou de serem danificados ou diminuídos pela falta de atividade. Compete-vos determinar se as pesadas responsabilidades que sobre vós repousam serão fielmente atendidas ou não, se vossos esforços serão ou não bem dirigidos, e da melhor maneira que puderdes" (FEC, 85, 86).

J5. *Sobre a Missão*

"Dando aos discípulos a comissão de ir "por todo o mundo" e pregar "o evangelho a toda a criatura" (Mc 16:15), Cristo designou aos homens a obra de disseminar o conhecimento de Sua graça. Porém, enquanto alguns saem a pregar, Ele roga a outros que atendam a Seus pedidos de ofertas, para manter Sua causa na Terra. Ele pôs meios nas mãos dos homens para que Seus dons divinos possam fluir através de canais humanos, fazendo nós a obra que nos foi designada para salvar nossos semelhantes. Essa é uma das maneiras com que Deus exalta o homem. E justamente a obra de que o homem precisa; pois lhes despertara no coração as mais profundas simpatias, e porá em função as mais elevadas faculdades da mente" (TS3, 403).

"Mas há ainda uma significação mais profunda na regra áurea. Todo aquele que foi feito mordomo da multiforme graça de Deus é chamado a comunicá-la a almas que jazem na ignorância e nas trevas, da mesma maneira que, estivesse ele no lugar dessas almas, desejaria que elas lhe comunicassem. Disse o apóstolo Paulo: 'Eu sou devedor tanto a gregos como a bárbaros, tanto a sábios como a ignorantes' (Rm 1:14). Por tudo quanto tendes aprendido acerca do amor de Deus, por tudo quanto tendes recebido dos ricos dons de Sua graça acima da mais entenebrecida e degradada alma da

Terra, sois devedores para com essa alma no sentido de lhe comunicar esses dons" (Ev, 255).

K *Sobre os Filhos como Tesouro*

"Aos pais foi confiada a mais importante mordomia, um encargo sagrado. Eles devem fazer de sua família um símbolo da família no Céu, da qual esperam se tornar membros quando seu dia de teste e prova aqui na Terra tiver terminado. A influência exercida no lar deve ser semelhante à de Cristo. Este é o auxílio mais eficaz na formação de caráter da criança. As palavras ditas devem ser agradáveis. Não se deve permitir que entre na família nenhum espírito rude, arbitrário ou despótico. Cada membro deve ser ensinado que deve se preparar para ser membro da família real" (MR10, 324).

G. Sobre o Tempo

"Tempo é dinheiro, e muitos estão desperdiçando o precioso tempo que poderia ser usado em trabalho útil, fazendo com suas mãos aquilo que é bom. O Senhor nunca dirá: 'Bem está, servo bom e fiel' (Mt 25:21) ao homem que não utilizar ao máximo as forças físicas que Deus lhe emprestou como preciosos talentos para ganhar recursos com quais os necessitados podem ser supridos e se podem fazer ofertas a Deus" (GSM, 288).

V. Literatura

Birch, Bruce C. *Let Jtistice Roll Doivn.* Louisville: Westmínster/John Knox, 1991.

Hall, Douglas John. *The Steward.* Ed. rev. Grand Rapids: Eerdmans; Nova York: Friendship, 1990.

Landsdell, Henry. *The Sacred Tenth.* Londres: SPCK, 1906.

Rodríguez, Angel M. *Stewardship Roots: Toward a Theology of Stewardship, Tithe, Offerings.* Silver Spring: Stewardship Ministries, General Conference of Seventh-day Adventists, 1994.

Thompson, T, K. *Stewardship in Contemporary Theology.* Nova York: Association, 1960.

Wellman, S, A. *Your Stewardship and Mine.* Washington: Review and Herald, 1950.

19
Estilo de Vida e Conduta Cristã

Miroslav M. Kis

Introdução

O comportamento humano é importante para Deus que nos criou e nos uniu a Si pelos laços do amor. E importante para as criaturas que nos circundam porque o domínio da Terra ainda está nas mãos humanas. E importante para a comunidade humana porque nossas vidas são interdependentes e estreitamente entrelaçadas. E, por último, o comportamento humano é importante para cada indivíduo porque cada ação, decisão e palavra são uma semente que produz frutos no caráter e gera consequências.

Várias ciências (psicologia, sociologia, antropologia) nos ajudam a entender e explicar o estilo de vida humano, Mas a ética cristã transcende as descrições do comportamento. Valendo-se dos dados revelados sobre a natureza, a condição e o destino dos seres humanos, ela oferece orientação para a vida diária. Essas orientações definem o que é bom e o que está em harmonia com a humanidade ideal (Jo 10:10).

O fundamento da ética cristã é a teologia cristã, mais particularmente os ensinos da Bíblia. A tarefa da ética cristã é fornecer orientação esclarecendo o que é bom, correto e aceitável para alcançar a excelência moral (Adq 6:8). Os padrões éticos desafiam normas sociais e culturais em busca de alvos sempre mais elevados. O propósito da ética cristã é ajudar a restaurar a imagem de Deus no estilo de vida dos seres humanos, onde a finitude e a pecaminosidade humana são confrontadas pelo amor e transcendidas pelo poder da graça, com franqueza e realismo.

A Escritura descreve Deus como um Pai solícito e atencioso, cujos filhos se entregam continuamente a comportamentos destrutivos e autodestrutivos. Com amor irresistível, Ele emprega o modo verbal mais vigoroso de expressão: o imperativo (Ex 20:1-17; Adt 5; 6; 7); o vocabulário menos ambíguo: amor, lei, perdão, juízo (SI 119); e o antídoto mais eficaz contra a autodestruição: o autossacrifício divino (Jo 3:16). Ou seja, a orientação bíblica é claramente deontológica (gr. *deon*, "dever"). Uma deontologia com base na Bíblia não é nem autônoma (Kant), nem heterônoma (Locke), mas teônoma (Jo 6:38, 39).

Interesses teleológicos, isto é, com consequências (gr. *telos*, "fim"), desempenham papel secundário na ética cristã bíblica. Recompensas ou punições não devem ser o único nem mesmo a razão primária para obedecer ou praticar o bem. Os cristãos obedecem porque confiam em Deus e O amam. Deus dá boas dádivas a Seus filhos porque os ama. Os cristãos são compelidos ao dever porque são constrangidos pelo amor. Sistemas teleológicos em que o fim supremo é o prazer (hedonismo), o interesse exclusivamente pessoal (egoísmo),'o melhor interesse social (utilitarismo) ou o sentido subjetivo do amor (situacionismo) não possuem nenhuma raiz na Palavra de Deus. Antes de agirem ou de serem tentados, Daniel resolveu (Dn 1:8) e Jesus estabeleceu no coração

e na mente (Lc 13:33) fazer o que era certo. Somente quando os cristãos confrontam os dilemas da vida munidos de compromisso, ora-[1]ção e coragem, podem evitar seguir sua própria inclinação pecaminosa.

A Bíblia ensina que a vida cristã repousa sobre três atos soberanos de Deus: criação, revelação e redenção. Pela criação os seres humanos são dotados com capacidades e potencialidades semelhantes às de Deus. Na revelação, Deus Se revela a Si mesmo e a Sua vontade, convidando seres humanos a uma vida de comunhão e discipulado com Jesus Cristo. Por fim, o ato de redenção ergue a natureza humana decaída e, pela justificação e santificação, restaura a imagem original de Deus.

Neste artigo examinamos os fundamentos, a natureza e a prática da forma de viver do cristão. A primeira seção detalha as três bases do comportamento cristão. A segunda explora padrões específicos nos âmbitos espiritual, físico, social e pessoal.

I. A Base Bíblica para a Ética Cristã
- A. O Ato Divino da Criação
  - 1. Humanos como Seres
  - 2. *Imago Dei*
- B. O Ato de Revelação de Deus
  - 1. A Natureza da Bíblia
  - 2. A Bíblia como a Palavra de Deus
  - 3. A Bíblia e o Estilo de Vida Cristão
- C. O Ato Divino de Redenção
  - 1. Chamado ao Arrependimento e Perdão
  - 2. Chamado ao Discipulado
  - 3. Chamado à Fé e à Obediência
  - 4. Chamado à Santidade
  - 5. Chamado ao Amor e à Obediência

II. O Chamado para Viver como Cristão
- A. Padrões da Dimensão Espiritual
  - 1. Cosmovisão Cristã
  - 2. Piedade Cristã
- B, Padrões da Dimensão Física
  - 1. Padrões de Preservação da Saúde
  - 2. Padrões de Restauração da Saúde
- C. Padrões da Dimensão Social
  - 1. O Casamento Cristão e a Família
  - 2. Questões sobre Casamento e Família
  - 3. Questões sobre Sexualidade
  - 4. Cidadania
  - 5. Mordomia Cristã
- D, Padrões de Responsabilidade Pessoal
  - 1. Padrões de Vestuário
  - 2. Questões sobre Padrões de Vestuário
  - 3. Padrões de Recreação
  - 4. Questões sobre Recreação
  - 5. Virtudes Cristãs

III. Comentários de Ellen G. White
- A. A Natureza Moral da Vida Humana
- B. Estilo de Vida e Escritura
- C. Questões sobre Relações Sexuais
- D. Cidadania
- E. Mordomia
- F. Padrões de Vestuário
- G. Padrões de Recreação
- H. Virtudes Cristãs

IV. Literatura

I. A Base Bíblica para a Ética Cristã

Ser um cristão é uma vocação, um chamado profundo e pessoal para ser um tipo de pessoa especial com uma missão e um propósito de vida singulares. A exemplo de Abraão e dos discípulos de Jesus, os cristãos ouvem o chamado como um imperativo. Abraão deixou o lar, a família e a herança de seu pai para sair em direção a uma terra onde viveria como amigo de Deus (Gn 12:1-3). Os discípulos deixaram a pesca e, renunciando a tudo, seguiram Jesus de Nazaré, movidos pela convicção interior de um chamado divino para uma vida melhor (Mc 1:16-29).

Não é possível dar aqui a descrição detalhada de um cristão, nem *é* concebível analis ar todas as implicações da conduta cristã.

Desenvolvemos nesta primeira seção os três atos divinos sobre os quais se baseiam o estilo de vida e comportamento cristãos: criação, revelação e redenção.

A. O *Ato Divino da Criação*

"Então, formou o Senhor Deus ao homem do pó da terra e lhe soprou nas narinas o fôlego de vida, e o homem passou a ser alma vivente" (Gn 2:7).

1. Humanos como Seres

A Escritura afirma que, no âmbito da criação de Deus, os seres humanos pertencem a uma categoria única de criaturas. Receberam esse status especial no momento em que foram criados, no sexto dia da primeira semana. Nesse status repousa a identidade, dignidade e conduta humanas. Independentemente
676 ► da posição econômica ou social, da educação ou do gênero, encontramos a origem e natureza dos seres humanos no ato proposital e deliberado de Deus (Gn 1:26, 27; 2:7).

"Foi Ele quem nos fez, e dEIe somos" (SI 100:3), exclama Davi, como se prenunciando as teorias modernas sobre a origem da raça humana. Quando a evolução insiste em que os seres humanos e os outros animais apareceram como resultado de mutações aleatórias, isso não apenas contradiz a historicidade do relato bíblico, mas inspira um estilo de vida e uma conduta correspondentes. Se a dignidade e o respeito humanos não foram dados por Deus, mas conquistados, então devemos lutar para preservá-los. As relações humanas, bem como a maneira como tratamos a nós mesmos, seguirão o princípio evolucionista da sobrevivência do mais apto. Se os seres humanos são filhos da natureza e pertencem somente à natureza, a conduta moral humana está privada de um de seus fundamentos mais básicos: a responsabilidade.

Victor F. Frankl comentou que as câmaras de gás de Auschwitz não tiveram sua origem em algum ministério de Estado, mas nas salas de aulas das universidades. Ali é que "se ensina que o ser humano não passa de um complexo amontoado de moléculas de proteínas, que vaga de um lado ao outro de um planeta sem importância, chamado Terra, durante aproximadamente 70 anos, para se dissolver no final". Não admira, diz esse sobrevivente de Auschwitz, que encontremos câmaras de gás e outras atrocidades, Quando rejeitamos a ideia de sermos fruto da vontade, da ação e do propósito de Deus, ficamos à mercê da vontade, da ação e do propósito do ser humano. A existência humana se converte num sistema fechado, dominado pela necessidade de manter a homeostase e o equilíbrio interior. Em contrapartida, a consciência de que cada ser humano tem sua origem em Deus inspira o senso de pertinência e responsabilidade. Também confere à vida humana senso de dignidade e nobreza, e o comportamento humano reflete um senso de valor próprio e de respeito para com os outros seres humanos.

2. *Imago Dei*

Deus deixou claro que criou os seres humanos à Sua própria imagem (Gn 1:26, 27). Ao agir assim, deu-lhe o inigualável privilégio de partilhar, ainda que de maneira limitada na condição de criatura, de alguns dos atributos divinos. Esses reflexos da natureza divina, alguns dos quais examinaremos, constituem as dimensões essenciais dos seres humanos.

a. Deus é um ser autônomo. Seu nome é "Eu Sou" (Êx 3:14). Sua existência não é derivada nem limitada. Ele conserva conscientemente e soberanamente o Universo em Suas mãos. Os seres humanos refletem esse atributo, ainda que parcialmente. Embora tenham vida derivada e dependente, desfrutam-na em plena consciência e autoconsciência. Esse dom permite aos seres humanos conhecer-se, examinar e avaliar seus próprios pensamentos (Rm 2:15) e sua conduta (2Co 13:5), bem como sua própria condição (Lc 15:17). Diferentemente

dos animais e das plantas, eles são capazes de perceber a distância que os separa dos outros seres humanos e das criaturas, e de planejar a natureza de suas relações com eles. Essa dimensão, junto com a razão, transforma a conduta humana em um estilo de vida baseado na responsabilidade humana.

b. Deus é um ser inteligente. Seu intelecto se manifesta em sabedoria, conselho e entendimento (Jó 12:13) e na capacidade de conhecer os pensamentos humanos (SI 94:11). Além do mais, toda a criação testifica de Seus poderes racionais (SI 136:5; Pv 3:19; Jr 10:12). "O Seu entendimento não se pode medir" (SI 147:5) nem ser esquadrinhado pelo intelecto humano (Is 40:28). Os seres humanos são capazes de imitar a inteligência divina. O poder de raciocínio lhes permite discernir, comparar, compreender e fazer deliberações, tomar decisões e fazer escolhas. Esse poder é indispensável em todos os aspectos da vida, principalmente no âmbito moral (Lc 10:26).

c. Deus é livre. Ele faz o que quer. Ninguém pode desafiá-Lo dizendo: "Que fazes?" (Jó 9:12; SI 115:3).

Os seres humanos nascem com a necessidade de liberdade, e o cristianismo considera esse atributo direito básico e reflexo do caráter divino. Sem liberdade, os seres humanos não podem fazer escolhas nem ser responsáveis por elas (Dt 30:19).

d. Deus é santo. Sua santidade implica pureza e perfeição moral. À vista disso, o pecado não pode coexistir com Ele (ljo 3:5). Os seres humanos refletem esse atributo em seu constante desejo de melhoramento, crescimento e inocência. Seu destino e sua vocação devem ser perfeitos como Deus é perfeito (Mt 5:48).

e. Deus é eterno. Ele não está limitado pelo tempo (Jr 10:10), nem Se acha sujeito à morte (iTm 1:17; 6). De eternidade a eternidade, Ele é Deus (SI 90:2). Na criação, a finitude humana refletiu a natureza eterna de Deus por meio da imortalidade condicional e do infinito potencial. Depois do pecado, e apesar da morte, os seres humanos mantêm um forte senso de existência interminável (Ec 3:11). Fisicamente, mentalmente e emotivamente todos nós vivemos na expectativa da eternidade e lutamos contra a morte com todas as nossas energias, vontade e recursos. A vida das pessoas é mais significativa, rica e auspiciosa quando é modelada e organizada tendo em vista a eternidade, prometida a todos que entregam seu ser e existência nas mãos salvadoras de Jesus.

f. Deus é uma pessoa. A Escritura apresenta Deus como uma unidade de pensamento, vontade, caráter e atividade (Nm 23:19). Os seres humanos refletem parcialmente esse atributo divino. Desarmonia interior ou dominância de um aspecto da personalidade humana sobre o restante (por exemplo, as emoções) produz uma personalidade doentia e perturba o desenvolvimento normal. Os seres humanos nunca alcançam a harmonia completa de seu ego, mas por meio das experiências e do auxílio divino podem alcançar um elevado potencial.

Essas dimensões da imagem de Deus — identidade, razão, liberdade, santidade, potencialidade e personalidade — servem como evidência contra a recusa dos existencialistas acerca de qualquer natureza essencial, o que favorecería a total liberdade de todos os indivíduos para se modelarem a si mesmos. A Bíblia afirma claramente que os seres humanos são definidos e que o estilo de vida deles deve estar em harmonia com sua constituição.

O estilo cristão de vida promove, defende e restaura a imagem de Deus nos seres humanos, e dela depende. Quando essa imagem se refletir em nossa natureza, nossas ações hão de espelhar nosso caráter assim como o fruto corresponde à árvore (Mt 12:33, 35), e a imagem de Deus se tornará cada vez mais distinta (ver Homem I.B; Criação I.A. 12; Pecado I.A).

B. O Ato de Revelação de Deus

"No princípio era o Verbo" (Jo 1:1). Esse Verbo não era somente uma palavra de comunicação ou informação, como são as palavras humanas. O Verbo que rompeu as longas eras de silêncio e escuridão era a Palavra viva, criadora e comunicadora. Essas duas qualidades da Palavra de Deus permaneceram estreitamente unidas desde a criação. Logo depois que Adão e Eva receberam a vida, Deus lhes falou (Gn 1:28), Através dos séculos, por meio de visões, sonhos, vozes audíveis, pela consciência e pelos acontecimentos na história, e por fim por Seu próprio Filho na condição de Verbo encarnado, Deus Se comunicou, revelando assim Sua vontade na dimensão humana (Hb 1:1, 2; ver Revelação/Inspiração, II, III),

I. A Natureza da Bíblia

Esses atos de criação e comunicação, reunidos e registrados sob a inspiração do Espírito Santo, constituíram a Bíblia. A Bíblia é, portanto, a palavra comunicativa e criativa de Deus sob a forma escrita. O Espírito Santo garante que não é uma palavra morta, uma coleção de máximas antigas e piedosas sobre Deus, mas uma Palavra viva e ativa (Hb 4:12; ver Revelação/Inspiração, IV).

O estilo cristão de vida não pode ter outra fonte senão a Bíblia. A moralidade cristã e a ética cristã, que se traduzem no comportamento cristão, devem se basear nessa mesma Palavra. São diversas as razões por que nenhum outro fundamento ou autoridade podem produzir, ser responsável ou explicar o estilo de vida semelhante ao de Cristo. Em primeiro lugar, a vida humana está morta para a boa conduta moral porque ela segue "o curso deste mundo, [...] [o] espírito que agora atua nos filhos da desobediência" (Ef 2:2). Qualquer diretriz proveniente da sabedoria humana refletirá essa forma de pensar direcionada para a morte e incapaz de produzir felicidade. Em segundo lugar, desde a primeira mentira no Jardim do Éden, a mente humana tem sido bombardeada por uma série de idéias falsas e sistemas ilusórios, que competem com a Palavra de Deus pela lealdade humana. A experiência e a Escritura ensinam, porém, que o que quer que esteja fora de harmonia com a Palavra de Deus não é confiável (Pv 16:25; SI 119:104, 105). Em terceiro lugar, tanto a autoridade da igreja como a credibilidade da consciência humana se demonstraram indignas de confiança para fornecer orientação moral sem a Escritura como a última corte de apelação.

< 678

Se a Bíblia for tratada como um livro qualquer, não se pode esperar mais ajuda dela do que de qualquer outra escritura. Neste caso, Deus não falaria em suas páginas, nem possuiría ela autoridade moral ou religiosa a ser transferida para o indivíduo ou para alguma estrutura social. Destituídas de uma autoridade suprema, as pessoas fazem o que é bom a seus próprios olhos, sem se importar se a ação é boa para os outros (Jz 21:25).

Se a Bíblia serve como conselheira, que educa a comunidade cristã com sua riqueza de sabedoria divinamente inspirada, é possível esperar resultados positivos. A Escritura é "útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça" (2Tm 3:16). E possível, porém, conferir a autoridade para interpretá-la à comunidade de fé de tal forma que as declarações oficiais de seus conselhos e teólogos formem um corpo de tradições que Ientamente adquiram precedência sobre a Bíblia (Mc 7:7-9). Isso é perigoso, pois palavras humanas geral mente entram em conflito, o discernimento humano é propenso a preconceitos e o fascínio humano pelo poder (especialmente quando fala em nome de Deus) leva à corrupção.

Outros, porém, veem a Bíblia como uma testemunha fidedigna que conduz o leitor a um encontro com Deus. Nesse caso, a Palavra de Deus só atuaria na privacidade da existência individual, no momento do

encontro, sem deixar nenhuma Palavra de Deus de forma objetiva fora desse "momento eterno". Essa é, de fato, uma conclusão perigosa; a Palavra de Deus se torna limitada à minha subjetividade, que pode contradizer a experiência de outros e se demonstrar inteiramente pessoal (ver Revelação/ Inspiração, VI.D).

2. A Bíblia como a Palavra de Deus

Aceitar a Bíblia como a Palavra de Deus significa, primeiramente, reconhecer que os escritores bíblicos não expõem seus próprios pontos de vista (2Pe 1:19-21). Significa também reconhecer que o conteúdo da mensagem bíblica transmite a vontade de Deus, originada na inspiração do Espírito Santo (2Tm 3:16), sendo, por essa razão, relevante, convincente e autorizada, independentemente da aceitação humana. Significa ainda seguir as pegadas de homens e mulheres que confiaram na Escritura como a Palavra de Deus (ver Js 1:8; SI 119; At 17:2; G1 3:22; lTs 2:13; 2Pe 1:20).

O exemplo de Jesus merece atenção especial. Primeiramente, Jesus confiava na autoridade bíblica em matéria de verdade (Jo 10:34-36). Também reconhecia e afirmava a natureza profética da Bíblia, colocando-a acima dos livros comuns (Lc 4:21; Jo 13:18). Confirmava o papel singular da Escritura em conduzir seres humanos à vida eterna (Jo 5:39). Quando um jovem rico perguntou acerca de como devia orientar suas decisões, dilemas e ações diárias, Jesus não sugeriu a conveniência (utilitarismo), o sentimento pessoal (emotivismo), a voz da tradição (tradícionalismo) ou o impacto da situação (situacíonismo). Encaminhou-o à Palavra escrita, submetendo, assim, todas as outras normas à autoridade de Deus conforme expressa na Bíblia.

Finalmente, Jesus baseou-se fielmente na Palavra bíblica quando confrontado com a tentação. Razão, discernimento humano ou até mesmo encontros pessoais não obscureceram a Palavra da Escritura. "Está escrito", Ele disse, não importam quais as consequências QVlt 4:1-11). Os cristãos seguem o exemplo de Cristo quando buscam diariamente orientação nas Escrituras para as várias decisões da vida.

3. A Bíblia e o Estilo de Vida Cristão

Para crescer à semelhança de Cristo, o ser humano finito e caído precisa de força, orientação e cuidado. A Bíblia atende a essa necessidade apresentando padrões de comportamento dentro de uma comunidade de fé onde o ministério do perdão e do amor divino « promove o crescimento na graça.

629

Os padrões bíblicos auxiliam as limitadas e pecaminosas faculdades humanas (a) fornecendo uma declaração autorizada e absoluta da vontade de Deus; (b) ajudando a distinguir entre o bem e o mal; (c) apresentando um *ethos* que abrange vários milênios e muitas culturas nas quais os padrões divinos funcionaram; (d) dando exemplos que motivam e ilustram as consequências da conformidade ou da rebelião, que indicam a medida de compromisso exigido por um relacionamento de amor com Deus e que explicam as razões para os padrões; e ainda (e) articulando um bom número de regras concretas de ação.

Por amor à clareza e à estrutura, é útil conceber diversas categorias de padrões que variam desde o geral até o absoluto e desde o particular até o relativo. Para entender como a verdade bíblica causa impacto na vida moral, propomos três categorias. Estas constituem princípios gerais, modelos normativos e regras de ação. Neste ensaio, *princípio geral* significa um padrão de comportamento amplamente aceitável, objetivo, fundamental, universal e, via de regra, absoluto. O *modelo normativo* serve como guia desde o princípio geral até a *regra de ação.* O último é um preceito imediato, direto, geralmente imperativo e preventivo, relativo à atividade moral em determinado contexto. Ele deriva dos princípios gerais mediante as ações normativas.

a. Princípios gerais. A maioria dos cristãos reconhece princípios gerais nos dez mandamentos, no Sermão da Montanha e em outros lugares da Escritura. Os princípios fazem afirmações absolutas e autorizadas da vontade de Deus e estabelecem distinção entre o bem e o mal, o certo e o errado. O mandamento "não adulterarás", por exemplo, é sempre e universalmente válido. Mesmo em culturas onde essas práticas não são proibidas, a infidelidade e a promiscuidade prejudicam os indivíduos implicados, tanto no nível físico quanto no moral e espiritual. Os princípios gerais do comportamento se ajustam à natureza humana (Dt 30:19, 20) e procedem do amoroso interesse de Deus por nosso bem-estar.

A utilidade das Escrituras, porém, não diminui nem desaparece no nível das situações concretas. Os seres humanos não ficam entregues à sua própria consciência ou razão, nem são subordinados à tradição da igreja, desajudada pela Palavra de Deus. Nosso Pai celeste Se preocupa muito com nossa felicidade e segurança, e fica muito preocupado quando o pecado e a maldade arruinam nosso corpo, mente e alma, para deixar Sua Palavra indiferente e silenciosa em nossa vida diária (Dt 30:11-14), Por isso, Ele estabelece normas bíblicas de comportamento, que intermedeiam os princípios absolutos e universais do comportamento e as regras particulares e imediatas de ação.

b. Modelos normativos. A Bíblia narra histórias.de vida reais que têm mostrado aos leitores, durante muitos séculos, o que é normativo dentro do *ethos* dos filhos de Deus. Enquanto os princípios gerais servem de códigos, os modelos normativos bíblicos ilustram, sob a forma de histórias, o sistema de valor utilizado, as consequências que acompanharam as escolhas e a medida do envolvimento manifesto nas experiências dos que confiaram em Deus (Hb 12:3, 4). Deus exigia que fossem recontadas ou lidas as experiências das gerações passadas (Ex 10:2; Dt 31:11-13; SI 44:1-3) porque essas histórias colocariam a forma de pensar em harmonia com o pensamento de Deus (ICo 10:11). Elas confirmam que a vontade de Deus não é arbitrária nem impossível.

Em vez de serem fictícias e inconsistentes, todas as histórias da Bíblia se encaixam sob um ou mais princípios gerais. Também não existe contradição entre códigos (princípios) e casos (modelos normativos bíblicos). De fato, os princípios gerais são fortalecidos se o caso ilustra a obediência ou a desobediência. Por exemplo, o princípio afirma claramente: "Não cometerás adultério" (Ex 20:14), e a história de vida de José estabelece a norma, como se ele dissesse: "Não desobedeça ao princípio, nem mesmo no contexto de escravidão quando seu mestre o forçar, nem mesmo no contexto de celibato, nem mesmo quando enfrentar a prisão e talvez a morte."

A Escritura registra muitas vezes exemplos negativos, como no caso de Davi e Bate-Seba (2Sm 11:2-27). Davi pecou sem ser incomodado pela consciência, em contraste com José no cativeiro. A forma como a história é recontada reflete a normatividade bíblica e realça o princípio da fidelidade sexual dentro do casamento (2Sm 12:1-25). A norma é válida até para o rei, para os que estão no poder, e até mesmo quando, segundo as normas sociais, a ação não é ilegal.

Embora a Escritura não dê um exemplo para cada detalhe de nossas tentações e dilemas, somos, por meio de seu registro, circundados por uma nuvem de testemunhas — pessoas como nós — por meio de cuja conduta Deus revelou as normas, os limites aos quais Ele pode nos chamar para a obediência a Ele (Hb 12:1, 2). Um cristão não será inspirado pelas histórias de vida que refletem as normas do mundo; em vez disso, modelará o caráter em conformidade com a Palavra de Deus e o *ethos* de Seu reino (Rm 12:1, 2).

c. Regras de ação. Por fim, a Palavra de Deus contém uma multidão de regras diretas relacionadas à ação concreta na vida. Às vezes, essas regras de ação tomam a forma de um mandamento, dirigindo o comportamento humano a um determinado acontecimento ou situação. Caim recebeu instruções para exercer autocontrole (Gn 4:6, 7); Labão, para ser gentil com Jacó (Gn 31:24); Pedro, para embainhar sua espada (Jo 18:11); e Filemom, para receber seu escravo de volta e tratá-lo como "irmão caríssimo" (Fm 15, 16). Obviamente, essas ordens não foram dadas especificamente a nós. Contudo, quando hoje formos tentados a resolver nossos problemas por meios violentos como Pedro, faríamos bem em prestar atenção à recomendação de Cristo.

Além do mais, a Bíblia apresenta regras objetivas indiretas de ação convenientes para a orientação em variadas circunstâncias. Assim, o princípio "não adulterarás" encontra sua norma nas experiências de José e Davi, e recebe uma aplicação imediata nas leis mosaicas em relação à esposa do próximo ou à nora (Lv 20:10-21). E possível encontrar esse tipo de regras concretas e objetivas em Provérbios e Eclesiastes, bem como nos evangelhos e nas epístolas. Muitas delas, especialmente as regras que regulam a conduta moral, permanecem altamente válidas até hoje.

A Bíblia não é, porém, um catálogo exaustivo de regras concretas de ação. Os cristãos são chamados a pensar, orar e agonizar sob a orientação do Espírito Santo, enquanto lutam com dilemas excepcionais. Apesar disso, a Palavra de Deus pode nos guiar em meio a todas as perplexidades quando seus princípios, modelos normativos e diretrizes específicas formam nossa atitude mental.

Ser humano significa ser capaz de ouvir Deus falar. Quando estamos em conformidade com Sua vontade, ouvímos os exemplos da Escritura, enfrentamos a vida com uma atitude de confiança em Deus e alicerçamos nosso comportamento sobre uma base firme (SI 112; 119:11).

C. O *Ato Divino de Redenção*

O ato divino de redenção é fundamental para o estilo de vida cristão. Deus enviou Seu Filho a este planeta para transformar e recriar vidas humanas à Sua própria imagem (Jo 3:16). Nas parábolas do filho pródigo, da ovelha perdida e da moeda perdida, Jesus faz Sua avaliação da condição humana pecaminosa (Lc 15:3-32). Perdido, impotente e condenado à morte, os seres humanos desperdiçam suas energias e talentos em ansiosos desvarios e comportamentos autodestrutivos.

Na origem dessa condição perdida reside uma atitude desafiadora e autônoma, incitada por um desejo de autoafirmação (Gn 3:1-24). Ao comer o fruto proibido, os seres humanos estabeleceram sua própria vontade acima da vontade de Deus e puseram sua própria autoridade contra a de Deus. Estas atitude e ação de Adão e Eva fizeram toda a criação submergir no domínio do mal, porque o mal é a consequência de todo pecado (Rm 5:12).

Todos os esforços humanos para resolver essa situação desagradável se demonstraram infrutíferos, tanto por meio da educação (Platão), como por meio do domínio próprio (budismo), da libertação da classe trabalhadora (Marx) ou do esforço em favor da autenticidade do "homem que alcançou a maturidade" (humanismo). Todos se demonstraram incapazes de modificar a causa da maldade: a pecamínosidade do ser humano. Nenhum sacrifício humano pode expiar a transgressão ou retirar a culpa que destrói a harmonia interior da alma humana. E assim que os seres humanos enfrentam o abismo intransponível entre eles mesmos e a fonte da vida (Is 59:1, 2).

Por essa razão Jesus veio "em semelhança de carne pecaminosa" para superar o pecado e a pecamínosidade na natureza e comportamento humanos, e abrir o caminho

da reconciliação com Deus (Rm 8:3, 4). Jesus realizou isso por Sua morte e vitória na cruz. Pois foi na cruz que o pecado expôs sua verdadeira natureza como a causa do mal, tornando-se um inimigo derrotado. Por Sua morte, Jesus cumpriu a justa exigência da lei de tal modo que agora Deus pode chamar a Si toda a humanidade, oferecendo vida saudável e abundante (ver Salvação, I.E; III).

1. CRamado ao Arrependimento e Perdão

O passo crucial em tornar a vitória sobre a cruz uma realidade na vida é a disposição em reagir favoravelmente ao chamado ao arrependimento (2Co 5:20, 21). A distância que uma vez separou os seres humanos de Deus deve ser estabelecida agora entre cada pecador e o pecado. Essa distância consiste em tristeza pelos atos cometidos, admissão da plena responsabilidade pelas consequências e o desejo de abandonar a antiga maneira de viver por uma nova.

Os incentivos para uma decisão tão radical como essa são vários. Para começar, o pecador pode contar com Deus. Não há nada que, em Seu amor, Ele não nos conceda (Rm 8:32). Seu poder e autoridade inspiram confiança naquele que Lhe dá uma chance. Logo, o pecador não tem nada; assim não tem nada a perder. Por fim, o testemunho de uma multidão que, conduzida pelo Espírito Santo, encontrou paz e obteve perdão pode convencer a alma mais reticente. Mas o fato mais estimulante é que, quando os pecadores mudam de atitude, distancíando-se do pecado, ouvem outro chamado: o chamado para seguir Jesus.

2. Chamado ao Díscípulado

"E disse-lhes: Vinde após Mim, e Eu vos farei pescadores de homens. Então, eles deixaram imediatamente as redes e O seguiram" (Mt 4:19, 20). Deste chamado surgem vários pontos. Primeiro, o pecador é confrontado com o chamado no meio do alvoroço diário da vida. O chamado surpreende, intromete-se e interrompe a rotina normal. Segundo, é Jesus quem chama. Terceiro, o chamado é, na verdade, uma ordem que só permite duas alternativas: reação positiva ou negativa. Ignorar significa desobedecer, porque Jesus se recusa a negociar (Lc 9:59-62). Quarto, o chamado *nos convoca* para andar com Jesus, abandonando qualquer segurança que possamos ter tido.

3. Chamado à Fé e à Obediência

Um dos quatro discípulos, André, explica por que seguiu Jesus imediatamente: ele havia "achado o Messias" (Jo 1:41). Um cristão crê e por isso obedece. Mas, como nos diz Dietrich Bonhoeffer, o contrário também é verdadeiro. O discípulo deve obedecer para crer. A menos que a obediência e a fé andem de mãos dadas, a caminhada cristã nunca terá início.

"O diabo tem uma resposta simples para nossa dificuldade moral. Ele diz: 'Continue a levantar problemas, e você fugirá da necessidade de obedecer.' Sempre que as dificuldades morais forem levadas a sério, sempre que atormentarem e escravizarem o homem, porque não o deixam acessível à livre atividade da obediência, é aí que se revela sua total impiedade. [...] A única coisa que interessa é a obediência prática" (Bonhoeffer, 63).

Os estímulos à obediência e à fé são muitos. Por causa do chamado de Jesus, o Messias e Salvador, nenhum motivo inconfessável trairá nossa confiança. Deus sabe o que é melhor para nós. Ele não *é* limitado por tempo, espaço nem conhecimento como os seres humanos (Pv 27:1). Além do mais, Ele é o Criador. Deus também é amor (ljo 4:8). Ele não permanece distante nem nos deixa em ignorância e desamparo. A obediência cristã ocorre nessa relação de amor entre o Pai celestial e os filhos terrestres.

Frequentemente, a falta de disposição e obediência espontânea revela a necessidade de uma relação mais profunda e amorosa com Deus.

4. Chamado à Santidade

"Como filhos da obediência, não vos amoldeis às paixões que tínheis anteriormente na vossa ignorância; pelo contrário, 682 ► segundo é santo Aquele que vos chamou, tornai-vos santos também vós mesmos em todo o vosso procedimento, porque escrito está: Sede santos, porque Eu sou santo" (lPe 1:14-16). Santidade é o alvo supremo da redenção. Os dois significados da palavra "santidade" se aplicam ao modo de viver do cristão.

a. Santidade como distanciamento, A santidade de Deus O afasta (Êx 3:5; 19:18, 24; Os 11:9) dos outros seres e O conserva independente e invulnerável ao restante de Sua criação. Isso não significa, porém, que Ele esteja desligado ou indiferente às necessidades e problemas da condição humana (SI 14:2; Pv 15:3; Mt 10:29-31; Lc 12:6, 7; At 14:16,17).

O chamado à santidade é um convite a uma vida separada das paixões, modas e costumes pecaminosos. E *um* chamado a sair, separar-se (Is 52:11; 2Co 6:14-18) e escapar das influências do mundo.

Em Sua oração, Jesus descreve a separação fundamental que deve existir entre a igreja e o mundo, ao afirmar: "Eles não são do mundo, como também Eu não sou" (Jo 17:16). O discípulo de Cristo é separado, santificado pela Palavra (v. 17) e firmemente comprometido com Ele. Determinadas dimensões da vida e do ser de um cristão não são negociáveis nem relativas; não se pode transigir. "Se não, fica sabendo, ó rei, que não serviremos a teus deuses", declararam Sadraque, Mesaque e Abede-Nego (Dn 3:18).

O chamado à santidade é um apelo para estar no mundo e, contudo, não ser do mundo. Jesus enfatiza esse fato quando fala da nova identidade de Seus discípulos. "Vós sois a luz do mundo", uma luz sobre um monte (Mt 5:14-16). Assim como uma luz não brilha em causa própria, assim os cristãos não devem servir a si mesmos. As trevas não conseguem prevalecer sobre a luz (Jo 1:5), mas os cristãos devem sobrepujar a noite de ignorância e pecado pela luz de um santo modo de viver.

b. Santidade como pureza moral. A Bíblia declara que a santidade de Deus consiste na total separação do pecado. Suas ações, palavras, seus planos e relacionamentos são todos perfeitos e impecáveis. Não há nEle mal nem profanidade (Is 5:16; lPe 1:15; ljo 1:5). Ele é moralmente puro.

No chamado que faz à santidade, Deus convida os seres humanos a uma vida de pureza moral. "Bem-aventurados os limpos de coração", diz Jesus (Mt 5:8). Essa pureza será manifesta tanto na dimensão essencial como na dimensão existencial e comportamental do ser humano. A importância da primeira dimensão é claramente ilustrada nas palavras de Jesus: a espécie e a qualidade do fruto dependem da espécie e condição da árvore (Mt 7:16-20). Não é possível colher uvas de espinheiros nem figos de cardos. A árvore boa e saudável produzirá fruto de qualidade, Assim também, a boa vida procede naturalmente do bem armazenado no coração de homens e mulheres (12:35).

Mas como pode alguém se tornar santo, nobre e puro quando o salmista deplora que os seres humanos nascem em iniquidade (SI 51:5), uma condição absoluta mente incompatível com a santidade? Gomo pode alguém que está acostumado a fazer o mal produzir bom fruto (Jr 13:23)? Jesus responde: "Sem Mim nada podeis fazer" (Jo 15:5).

Embora não possamos entrar em detalhes sobre o dom da justificação, alguns pontos-chave merecem ser mencionados (ver Salvação, III). A Bíblia não ensina que a transformação do caráter vem por meio de alguma bondade natural que só precisa ser afirmada e liberada. Quer venha do

otimismo liberal sobre a natureza humana, quer da fascinação da Nova Era com o potencial humano, qualquer método que pretenda dizer que o ser humano tem poder para se transformar a si mesmo contradiz tanto a Bíblia como a experiência humana.

A Escritura emprega muitas ilustrações para mostrar como um ser pecador pode se tornar santo, e como mente, vontade e emoções pecaminosas podem se tornar puras. Jesus chama essa transformação de "novo nascimento" (Jo 3:1-15). Paulo chama de "nova criatura" (2Co 5:17), alcançada pela morte, sepultamento e ressurreição (Cl 2:12-14). O surgimento desse novo ser é obra inteiramente de Deus. Com amor Ele rompe o vicioso ciclo do pecado, oferecendo perdão e liberdade da culpa e do débito. O pecador é liberto de suas antigas lealdades, e um novo compromisso orienta todas as
683 ► energias para a produção do fruto do Espírito (G1 5:22, 23). Essa é a obra da justificação.

No cristianismo, a santidade como pureza moral é um conceito dinâmico e, portanto, encontra expressão não somente na natureza do cristão recém-nascido, mas também no seu comportamento. Escrevendo "aos forasteiros da dispersão", o apóstolo Pedro confirma que eles nasceram de novo "para uma herança incorruptível, sem mácula, imarcescível, reservada nos Céus" (lPe 1:1-4). Essa é uma bela descrição da obra divina de justificação (2Pe 1:4).

A redenção, porém, não para aqui. A justificação desencadeia o início da busca por santidade e o começo do processo de santificação. A justificação nos torna justos e ativa o processo de santificação e crescimento na graça, até que alcancemos maturidade espiritual semelhante à de Cristo (Ef 4:13, 14). Quando os primeiros cristãos foram justificados receberam o nome de "santos" (Rm 1:7; lCo 1:2; Fp 1:1; Cl 1:2). Paulo escreveu aos efésios que eles haviam sido escolhidos para serem santos e irrepreensíveis (Ef 1:4); depois rogou que levassem uma vida digna da vocação a que foram chamados (Ef 4:1). Primeiro Deus nos adota como filhos e filhas, chama-nos "santos", e depois pede que reflitamos essa nova realidade em nossa conduta. A justificação e a santificação não podem ser separadas. A santificação materializa e perpetua a justificação.

O apóstolo Pedro cita Levítico 11:44: "Segundo é santo Aquele que vos chamou, tornai-vos santos também vós mesmos." Depois ele acrescenta uma pequena mas significativa expressão: "em todo o vosso procedimento" (lPe 1:15). A primeira parte se refere à justificação; a segunda, â santificação. Uma vida justificada e santa será percebida, não por causa de uma auréola de luz sobre a cabeça do santo, mas pela maneira como o santo fala, se alimenta, age, se diverte e se associa, Todas essas ações serão santificadas e separadas dos valores e costumes pecaminosos e profanos, e refletirão o compromisso do cristão para com Deus, acima de tudo.

O Deus que nos chama à santidade é o mesmo que nos criou. Ele sabe o que podemos e o que não podemos fazer por nossa própria força. Sabe também o que é possível com Sua ajuda. Aquele que começou a obra em nós há de completã-la (Fp 1:6). Ele não começa um empreendimento sem considerar cuidadosamente se poderá ser concluído (Lc 14:28-32). Ele também nos chama para ser a espécie de discípulos que farão renuncia completa (v. 33) e darão a Deus todas as possibilidades de que Ele precisa. Deus não nos chama para alegar santidade ou nos jactar de nossa impecabilidade, para que, cuidando estar em pé, não venhamos a cair (lCo 10:12). Paulo admite: "Não julgo havê-lo alcançado; mas uma coisa faço: esquecendo-me das coisas que para trás ficam e avançando para as que diante de mim estão, prossigo para o alvo, para o prêmio da soberana vocação de Deus em Cristo Jesus" (Fp 3:13, 14).

5. Chamado ao Amor e à Obediência

O comportamento cristão transcende o impulso humano natural de autopreservação, egocentrismo e desejo de autonomia absoluta e pessoal, porque considera a obediência a Deus e o serviço abnegado aos outros o objetivo principal de cada ação (Jo 14:15; lCo 13). Essa espécie de estilo de vida se harmoniza com a definição bíblica de amor e com a mensagem central da Bíblia. Fazendo citação do AT (Lv 19:18), Jesus descreve a vida de um cristão em termos de amor a Deus e ao semelhante (Mt 22:37-40). O amor não é disposição ou sentimento; é atividade. Ele motiva e controla todas as relações pessoais, interpessoais e sociais. No nível pessoal, o amor cristão inspira humildade sem sacrificar o respeito próprio e promove a abnegação, sem levar à autodestruição. Um cristão cuidará de suas faculdades físicas, mentais e espirituais, a ponto de conservar e aprimorar a identidade pessoal. Nas relações interpessoais e sociais, o amor exige o mesmo respeito pela identidade e felicidade de todos, a despeito de idade, raça, gênero ou status (G1 3:28, 29).

O amor é o fruto supremo do Espírito (Cl 3:14; G1 5:22), e o resultado supremo do ato redentor de Deus. Ele encontra em Deus « ► tanto sua fonte como sua razão (Ijo 4:10, 11, 19). Por isso, o ponto de partida para o amor humano é o amor divino, que interrompe o vicioso ciclo humano de egocentrismo, suporta a rejeição e o ódio, e se oferece em sacrifício vivo à humanidade desamorosa. Quando os seres humanos sentem a necessidade de reagir com bondade, o amor de Deus — a capacidade para amar — é "derramado em nosso coração pelo Espírito Santo, que nos foi outorgado" (Rm 5:5). O primeiro resultado é a crescente convicção de que podemos chamar a Deus de *Abba*, "Pai" (Rm 8:15), e que devemos nos relacionar com Ele como filhos e filhas. Ao mesmo tempo, vemos os nossos semelhantes como irmãos e irmãs dignos do nosso amoroso cuidado e compaixão.

O amor e a obediência se encontram na relação de amor a Deus e ao próximo. Um estrangeiro ou um órfão não precisa obedecer. Um escravo também não obedece, apenas se submete. Mas um filho que considera o Pai e que é movido pelo amor paterno reage com obediência. "Se Me amais, guardareis os Meus mandamentos" (Jo 14:15). Muitas vezes se associa o amor de Deus com a obediência (Dt 6:4-6; 30:16; G1 5:14; Ijo 5:3), porque, na verdade, o amor tem prazer em obedecer, e a obediência materializa o amor (Si 40:8). O cristão cumpre a vontade de Deus sem temor de punição (Rm 8:15; Ijo 4:18), confiante de que, quando Sua lei é transgredida, Deus está sempre disposto a perdoar os pecadores arrependidos. Consequentemente, a única coisa que pode nos separar de Deus é nossa contínua recusa em reagir em obediência ao amor de Deus (Mt 23:37; Rm 8:35-39).

A Bíblia descreve o estilo de vida cristão em termos de amor como um imperativo. Categoricamente, isto é, inequivocamente e explicitamente, Deus define a natureza do amor de duas maneiras. Em primeiro lugar, Ele demonstra a espécie da ação (Jo 3:16), o tipo de atitude (Jo 15:13, 14; Rm 5:8) e a postura (Ijo 4:8) que o amor requer da pessoa. Em segundo lugar, estabelece por escrito os padrões que lançam o fundamento do amor humano em ação, atitude e pessoa (Êx 20:1-17).

Amor hipotético, indefinido ou distanciado do comportamento humano real é estranho à Bíblia. Alega-se algumas vezes que Jesus (Mt 22:40) e Paulo (G1 5:14) promovem essa espécie de superideal, estabelecendo uma distância entre a lei (a vontade de Deus) e o amor (a atividade de Deus). Os proponentes desse ponto de vista colocam o amor em primeiro lugar e a lei numa posição secundária ou auxiliar: o amor tornaria a lei necessária.

Parece, contudo, que o oposto é que é verdadeiro. A lei de Deus expressa amor na forma de proposições, assim como na história humana Suas ações demonstram Seu amor. Não devemos supor que haja incongruência entre a vontade amorosa de Deus (Sua lei) e Suas ações amorosas. De fato, quando Jesus afirma que toda a lei e os profetas dependem do amor, contraria a suposição de que a lei e o amor são coisas antagônicas. Elas são, mais propriamente, os dois lados de nosso Pai celestial. Um lado, de maneira firme e amorosa, protege do mal ao ordenar felicidade e bem-estar; o outro age criativamente, oferecendo boas dádivas a Seus filhos.

De modo similar, Paulo, em sua carta aos Gaiatas, comunica sua concepção de amor como o cumprimento da lei. Em vez de conceber amor e lei como caminhos alternativos para a salvação, ou um excluindo o outro, Paulo confirma a lei como a prescrição para relacionamentos de amor, e o amor como a disposição interior para alcançar esses relacionamentos.

O amor é categórico não só porque é explícitamente detalhado na vida e nos padrões de comportamento de Cristo, mas também porque é incondicional e absoluto (lGo 13:1-13). Visto que o amor é absoluto e a natureza da lei de Deus é amor, Seus mandamentos são absolutamente obrigatórios. Com base nisso, o coração regenerado opta pelo amor e tem prazer em obedecer à lei de Deus (SI 1:2).

Como uma dedução categórica, o amor bíblico *agapê* é imperativo. "Amarás ao teu Deus" e "ao teu próximo" são mandamentos, e não sugestões. Isso acontece tanto nos livros de Moisés (Lv 19:18; Dt 6:5) como nas declarações de Jesus (Mt 22:39). Mas, diferentemente das ordens humanas, os mandamentos de Deus são sempre uma suprema expressão de amor.

Consequentemente, quando os cristãos, em seu piedoso estudo da Palavra, são confrontados com princípios fundamentais, com elevadas normas do comportamento, ou com diretas regras de conduta, não se sentem intimidados nem humilhados. Ao contrário, um senso profundo de autoestima e gratidão lhes inunda o coração. Reconhecem que quem os conclama à ação não é uma autoridade caprichosa, arbitrária ou insensível, mas o amor de Deus. A exemplo de Paulo, sabem que o amor reprime suas tendências pecaminosas (2Co 5:14).

Quando a vontade humana se identificar com a vontade de Deus e o comportamento humano refletir cada vez mais a amorosa conduta divina, a preocupação pelas consequências se desvanecerá. O foco da vida é expresso no clamor: "Que farei, Senhor?" (At 22:10). Voltemo-nos agora para a Bíblia em busca da orientação divina para o estilo de vida cristão.

6555

II. O Chamado para Viver como Cristão

Intitular-se cristão significa agir como cristão. A confissão e a profissão de fé devem se traduzir em comportamento apropriado, conforme mostrado por Jesus na parãbola dos dois construtores (Mt 7:24-27). Mera reivindicação verbal ou formal de discipulado é tão imprevisível e insegura para fundamentar o bom comportamento consistente quanto a areia para alicerçar um edifício. A rocha, contudo, simboliza a ta. No primeiro momento identificamos os solidez de reivindicações que se introduziram no domínio da prática, nos níveis espirituais, físicos, sociais e pessoais,

Nesta segunda seção delineamos quatro partes, que correspondem às dimensões espiritual, física, social e pessoal da vida. As duas primeiras receberão tratamento limitado porque em outros capítulos deste volume elas são tratadas de maneira mais comple-

temas e questões mais destacados. O segundo passo consiste em consultar a Palavra de Deus sobre o assunto no tocante a padrões bíblicos (princípios gerais, modelos bíblicos normativos e regras de ação). Não podemos nos aventurar em uma análise adicional sem o risco da especulação. No processo de decisão real, cada cristão terá de escolher orientação e parâmetros bíblicos.

A. Padrões da Dimensão Espiritual

O aspecto mais importante do estilo de vida cristão é sua forte dimensão espiritual: a relação com Deus (Ex 20:1-11). Os seres humanos vivem na presença de Deus não somente porque Ele é onipresente (SI 139), mas também porque Ele deseja um íntimo relacionamento com eles (Zc 2:11). Dessa comunhão espiritual com Deus e de um estilo de vida profundamente religioso surgem relacionamentos saudáveis com outros seres humanos e com o restante da criação. [1]

1. Cosmovísão Cristã

A existência de Deus e Seu constante envolvimento na ordem natural modelam a concepção cristã da vida, A cosmovisão cristã se baseia nos princípios e normas da Bíblia.

a. Princípios gerais. O *principio da imanência de Deus* (Gn 1:1-31; 2:1-25; Jr 23:23) afirma que o Universo não é um sistema fechado (liberalismo) e que Deus não está desligado dele (deísmo). Ao contrário, o mundo natural e a história mundial estão abertos ao envolvimento divino (Dn 2); afinal de contas, Deus controla as relações humanas (Dn 4:34-37; ver Deus, IV.D).

O *principio da transcendência* (Os 11:9; SI 89:6-8) afirma que Deus está acima de Sua criação. Isso quer dizer que os seres humanos não são iguais a Ele. Esperar nEle e confiar em Sua liderança faz ainda mais sentido, visto que, em Sua transcendência, Ele ama os seres humanos (Mt 6:25-34; ver Deus, III.D).

O *principio do grande conflito* (Ap 12:7-12; Gn 3:15) insere a realidade humana no contexto de uma guerra que se trava entre o bem e o mal, na qual os seres humanos estão inevitavelmente envolvidos. Esse conflito afeta o estilo de vida cristão porque as decisões e ações de homens e mulheres confirmam sua lealdade e fornecem apoio a Deus e ao bem, ou a Seu desafiante, o diabo e o mal (Mt 6:24). O conceito do grande conflito dá sentido ao sofrimento sem sentido, e esperança para a desesperança e a-4§ morte (ver cap. 28,0 Grande Conflito, I-VI).

b. Modelos normativos. Jó aparece como o primeiro exemplo de um estilo de vida dentro dessa concepção bíblica de mundo. Sua crença tanto na imanência como na transcendência de Deus (Jó 9:1-12) lhe deu a força para não amaldiçoar a Deus e morrer (2:9, 10). Ao contrário, fez com que ele reafirmasse seu compromisso, apesar da aparente distância divina. Os dois primeiros capítulos de Jó lançam luz sobre todo o episódio, confirmando que a tragédia pessoal de Jó foi um microcosmo do conflito universal dos séculos. Saber disso imprime uma força capaz de superar o temor da morte (Jó 13:15, KJV). Os capítulos finais do livro confirmam a concepção bíblica de mundo.

Jesus é o exemplo supremo da vida na presença de Deus e de comunhão constante com Ele. Sua experiência vai além da de Jó. Esse patriarca devia ser afligido, mas não até a morte (Jó 2:6). Mas tal não foi o caso de Jesus (Fm 2:6-8). E ainda, nas horas em que estava na cruz, Jesus foi abandonado por Seus companheiros terrestres e desamparado pelo Paí (Mt 27:46). Mas Ele entregou a vida nas mãos de Deus (Lc 23:46) e morreu em paz.

A história dos profetas, discípulos e mártires da era cristã confirma que a visão bíblica de mundo esposada pelo cristianismo pode lidar com as questões fundamentais de vida e de morte como nenhuma outra

concepção do mundo pode fazê-lo. Por essa razão, o cristão comprometido pode traçar novas rotas, suportar desafios incríveis (SI 23:4) e ainda assim permanecer fiel até o fim (Ap 2:10).

c. Regras de ação. Diversas passagens da Escritura estabelecem comportamentos que refletem a visão cristã de mundo. Mencionamos apenas alguns: Salmos 14:1-5; 19:1-14; 23:1-6; 24:1-10; 91:1-16; 104:1-30; 139:1-24; Mateus 6:25-34; Atos 17:22-31.

2. Piedade Cristã

A consciência e o reconhecimento da existência de Deus e de Sua natureza produzem mais do que um medo passivo e uma conformidade distante. No cristianismo, a vida religiosa é um relacionamento íntimo com Deus. A piedade é um comportamento que expressa atos pessoais e sociais profundos de devoção a Deus. Os quatro primeiros mandamentos apresentam diversos princípios gerais de piedade.

a. Princípios gerais. O *princípio do monoteísmo* (Ex 20:1-3) afirma a existência de um Deus único, vivo e verdadeiro, ao qual o cristão se reporta como autoridade final. Este mesmo princípio proíbe qualquer competição com o único Deus vivo, quer na forma de criaturas, coisas ou sua representação (v. 4-6). Deus só aceita de Suas criaturas devoção exclusiva e não adulterada. A idolatria e o adultério são igualmente repugnantes a Deus.

O *princípio âo respeito a Deus* (v. 7) proíbe o descuido e a trivialidade em linguagem ou atitude. E pecado usar o nome de Deus em juramentos, gracejos, maldições ou futilidades.

O *princípio da observância do sábado* (v. 8-11) estende aos seres humanos o convite para entrar na presença de Deus, O sábado é um tempo especial em que o Criador e a criatura ficam acessíveis um a outro, não somente por um momento, não somente em algum lugar isolado ou numa atmosfera mística, mas em casa com a família, no companheirismo com os outros cristãos, em adoração e oração, em solidão e louvor. Esse dia é o inegociável dia de Deus (Is 58:13), e os cristãos devem guardar o sétimo dia como um sinal de sua devoção a Ele.

b. Modelos normativos. A maior parte da Bíblia descreve acontecimentos nos quais Deus e os seres humanos entram em relacionamento. Desde o Jardim de Éden (Gn 3:8), através do período patriarcal (Gn 5:22-24; 12:7, 8; 13:18), durante o tempo de Israel como nação escolhida (Ex 25:8; Is 57:15), e inegavelmente durante a era cristã, Deus buscou o companheirismo humano, e muitos homens e mulheres reagiram com adoração e lealdade. Através de todos os milênios desde Abel, os fiéis filhos de Deus suportaram a perseguição e a morte. Os três jovens hebreus (Dn 3:1-30) representam os que se mantiveram firmes e receberam a libertação de Deus. O amigo deles, o profeta Daniel, passou por experiência semelhante (Dn 6:1-28).

O estilo de vida de Jesus ilustra muito bem a verdadeira piedade cristã. Sua total dependência de Deus (Jo 6:38), Seu hábito de adorar o Pai (Mc 1:21; Lc 4:16, 17), Sua vida de oração (Mt 14:23; Lc 5:16), Seu respeito pelo sábado do sétimo dia (Mt 12:9-12; Mc 2:27) e Sua absorvente preocupação em agradar a Deus (Jo 4:34) servem de modelo para todos. Esse exemplo é fundamental para o *ethos* bíblico da piedade cristã e retrata uma norma bíblica de comportamento.

O episódio do bezerro de ouro (Ex 32) demonstra a fraqueza humana e a tendência dos seres humanos de fazer seus próprios deuses e encontrar seu próprio centro da vida. Também ilustra o drama que se instala quando coisas como dinheiro, poder, beleza, fama ou desejo consomem nossas energias e nos afastam de Deus e de nosso semelhante.

c. Regras de ação. Selecionamos somente algumas regras diretas das muitas contidas na Palavra de Deus. Elas confirmam os

princípios gerais e as normas bíblicas no nível da ação imediata: Eclesíastes 5:1-6; Isaías 58:13; Mateus 5:33-37; e Hebreus 10:25. No *ethos* bíblico, a vida humana não é só espiritual nem religiosa. Outras dimensões do ser humano também são contempladas como de importância crucial. A espiritualidade é uma questão de prioridade. A partir dela, outros aspectos recebem apoio e proteção de abuso. Voltemo-nos agora à dimensão física do estilo de vida cristão.

B. Padrões da Dimensão Física

Deus, o Criador e Salvador de todo o ser humano, convida todos a buscarem os mais elevados padrões de saúde. Segundo a Escritura, a saúde é um dom e uma bênção que devemos administrar como mordomos. Cumpre-nos proteger nossa saúde e, quando ela ficar comprometida, nos esforçar para restaurá-la (Êx 15:26; 3Jo 2; ver Saúde). [1]

1. Padrões de Preservação da Saúde

A fim de preservar a saúde, Deus espera que os seres humanos se abstenham de fazer, pensar, comer, ou beber o que for prejudicial. Recomenda também temperança no uso do que é bom (PP, 562).

a. Princípios gerais. Os padrões cristãos da saúde dependem de vários princípios gerais. O *princípio da preservação da vida* (Ex 20:13) mostra que Deus é o proprietário da vida, e os seres humanos devem tratá-la como propriedade divina. Tudo quanto põe em perigo ou destrói a vida das pessoas não deve fazer parte do estilo de vida *cristão.*

O princípio da abstinência de vícios (1 Co 6:12; 10:23) soa como um aviso para não usar a liberdade cristã para satisfazer a intemperança ou o apetite degradado. A escravidão à comida, bebida, tabaco, música ou qualquer outra coisa nivela por baixo o padrão cristão de vida.

O *princípio da glória a Deus* (lGo 10:31) orienta a vida humana em direção a seu objetivo supremo. Palavras, ações ou pensamentos que desonram a reputação divina prejudicam os seres humanos e insultam a Deus, que os criou e deles cuida.

O *princípio da santificação total* (iTs 5:23) enfatiza a natureza evolutiva e progressiva da vida humana. Tão importante quanto o crescimento físico é o crescimento em graça e santidade. Cada escolha ou decisão pode realçar nossa semelhança com Deus em termos de santidade e força moral do caráter.

O *princípio do corpo como templo do Espírito Santo* (iCo 6:19, 20) requer a rejeição de qualquer atitude depreciativa ou desdenhosa para com o corpo humano. Junto com 1 Tessalonicenses 5:23, esse princípio afirma uma visão holística do ser humano, onde cada dimensão recebe igualmente a influência da graça santificadora.

b. Modelos normativos. O Jardim do Éden é o exemplo de um ambiente ideal conducente à saúde humana. Usando-o como um modelo, os cristãos procuram incorporar em seu estilo de vida a nutrição saudável, o repouso, o ar puro, a luz solar, o trabalho e o exercício proveitoso para os músculos e a mente. Um estilo de vida em harmonia com a natureza promove a harmonia da alma,

Nas cortes da Babilônia pagã, quatro jovens prisioneiros de guerra enfrentaram o teste da fidelidade aos princípios da saúde tratados como normativos na Bíblia. Eles propuseram a si mesmos permanecer fiéis às * 688
suas convicções. Desafiando as probabilidades, Daniel e seus companheiros se tornaram a prova viva da superioridade do estilo de vida saudável prescrito pela Bíblia. Daniel e seus amigos desenvolveram uma condição física e espiritual superior, que lhes foi útil nas situações críticas. Foi isso que levou depois os conselheiros do rei Belsazar a dizer: "Há no teu reino um homem que tem o espírito dos deuses santos" (Dn 5:11). Daniel conservava o corpo como um santuário, o lugar de habitação do Espírito Santo.

Acontecimentos como esses registrados na Escritura ilustram as maneiras como homens e mulheres do passado aplicaram ou rejeitaram os princípios da saúde e produziram as consequências decorrentes. Servem também para orientar nossas ações rumo a uma condição mais favorável de saúde; combatem, assim, as tendências pecaminosas para com a complacência (Nm 11:31, 32).

c. Regras de ação. Além de concretos princípios e ilustrações de comportamento, a Bíblia fornece diretrizes ainda mais imediatas para a saúde. A lista a seguir é uma relação parcial dos preceitos relativos aos diversos aspectos da saúde humana:

Nutrição: Gn 1:29 e 30; Lv 11:1-47; 17:10-15; Pv20:I; 21:17; 23:20, 30 e 31; e Ef 5:18
Descanso: Gn 2:2 e 3; Êx 20:8-11; SI 23:1-6; 91:9; e Mc 6:31
Estresse: Mt 6:25; Lc 12:29; e lPe 5:7

Uma forma mais sutil de abuso da saúde envolve a intemperança no uso das boas coisas. O excesso de trabalho pertence a essa categoria. Considerado inicialmente como uma bênção, o trabalho se torna uma maldição quando o pecado humano o altera e distorce até reduzi-lo a uma fonte de mal. A ganância e o egoísmo produzem escravidão, exploração de menores, salários indecentes, condições e práticas de trabalho desumanas, que perpetuam o fosso entre ricos e pobres. A vida se torna dependente do trabalho, e não de Deus (SI 127:1,2), criando estresse e doença. A fim de conservar a boa saúde, a Palavra de Deus estimula a temperança e o o uso judicioso de todas as bênçãos.

2. Padrões de Restauração da Saúde

Assim como a dimensão física é componente inseparável da natureza humana, o ministério da cura é parte integrante da obra divina de salvação. Embora os padrões de preservação da saúde também se apliquem à cura, é preciso enfatizar certos princípios especificamente relevantes.

a. Princípios gerais. O *princípio da benevolência* (G1 6:9) recomenda que os cristãos façam o bem e evitem o mal. Uma atitude passiva ou indiferente não confronta a agressividade do mal. A doença é um inimigo agressivo, e o compromisso de ajudar os necessitados é de suprema importância.

O *princípio do cuidado pelos outros* (At 10:38) também desafia os seguidores de Cristo a aliviar o sofrimento e a dor com amor e bondade. Este ministério envolve muitas vezes esforço abnegado excepcional. Uma atitude crítica, como a demonstrada algumas vezes para com os que têm doenças sexualmente transmissíveis e Aids, deve ser substituída por interesse compassivo.

O *princípio da responsabilidade* (Jo 5:6, 14) pede que o paciente coopere com os esforços e sacrifícios dos profissionais da saúde. Uma atmosfera de confiança mútua intensifica o processo de cura.

b. Modelos normativos. O exemplo de Jesus permanece como uma norma incomparável que inspira homens e mulheres através dos séculos (Mt 4:23, 24; Mc 2:1-12), Seguindo Suas pegadas, milhares participam na obra médico-míssionária, às vezes à custa da própria vida. Quando a igreja inspira vocações e patrocina instituições médicas e educacionais, segue o modelo do Grande Médico.

A parábola do bom samaritano (Lc 10:30-37) estabelece para o cristão a norma da atitude humanitária. A pessoa que sofre, mesmo o estrangeiro e proscrito, requer a solicitude humana acima do dever religioso e da busca dos interesses pessoais. O próximo não é somente aquele que vive perto, mas qualquer pessoa que precise de cuidados assistenciais e de saúde.

689

C. *Padrões da Dimensão Social*

Os seres humanos são seres relacionais por natureza. Disse o Criador; “Não ébom

que o homem esteja só" (Gn 2:18). A instituição imediata do casamento (v. 18-25), da comunhão diária com Deus (Gn 3:8, 9) e da instituição da família, bem como a ênfase na segunda tábua do decálogo apontam para a importância de relações sólidas no estilo de vida cristão. A Escritura contém princípios gerais relevantes para cada contexto das associações inter-humanas. Alguns deles são: "Não matarás" (Êx 20:13); "Não furtarás" (v. 15); "Não dirás falso testemunho" (v. 16); e "Não cobiçarás" (v. 17). O apóstolo Paulo enumera vários desses princípios em Romanos 12 e 13; 1 Coríntios 10:24; e Efésios 4:25-32. Jesus introduz a "regra de ouro" como o padrão supremo das relações humanas (Mt 7:12; Lc 6:31).

Além disso, a Bíblia contém princípios aplicáveis aos relacionamentos específicos, lembrando-nos que, ainda assim, os princípios gerais não deixam de ser aplicáveis. [1]

1. O Casamento Cristão e a Família

a. Casamento cristão. O mais rico e o mais profundo de todos os vínculos humanos remonta à criação. Apesar da beleza e harmonia de seu ambiente, Adão sentiu inicialmente solidão no jardim. Deus resolveu isso ao criar Eva. A narrativa de Gênesis 2 nos faz lembrar que, por sua natureza, o casamento é mais do que uma instituição formal que define direitos, deveres e condições para a união de dois seres humanos de gêneros diferentes. Mais importante: o casamento é uma relação íntima e pessoal em que dois adultos consentem em baixar a guarda, permitindo o acesso ao recôndito de seu ser físico, psíquico e espiritual. No casamento, ambos estão dispostos a se tornar vulneráveis como em nenhuma outra associação humana.

Em vista dessa partilha e doação íntima recíproca, a Bíblia apresenta amplas providências para orientar e prevenir abusos (ver Casamento I).

(1)Princípios gerais. O princípio do triângulo conjugal (Gn 2:18, 22) inclui Deus no casamento. Os desafios e os riscos da vida numa união reservada e íntima podem ser enfrentados com a ajuda e a intervenção divinas. Os cristãos confiam em Deus ao escolherem o parceiro para a vida. Também consultam Sua vontade ao se relacionarem um com o outro.

O *princípio da igualdade pessoal no casamento* (v. 18) é expresso nas palavras "uma auxiliadora que lhe seja idônea", não inferior nem deficiente. O casal se completa, não apenas nas semelhanças, mas até mesmo nas diferenças, que podem complementar e enriquecer o relacionamento. Esse princípio descarta qualquer exploração, subjugação ou elitismo.

O *princípio da exclusividade* (Pv 5:18) enfatiza a disposição de ambos os parceiros para combinar vontades, gostos e meios rumo ao surgimento de "uma só carne". Cada cônjuge deve zelar pelo outro como por si mesmo (Ef 5:28), cada um pertencendo ao outro (ICo 7:4).

O *princípio da fidelidade no casamento* (Mt 19:6) protege a unidade do casal de ataques externos, bem como da frivolidade, do capricho e da infidelidade dentro do casamento (Ex 20:14). O cristão entra nessa aliança com total dedicação, comprometendo-se a fazer o máximo possível para amar na saúde e na doença.

Os ideais apresentados nos princípios bíblicos manifestam a perfeita vontade de Deus para a perfeita felicidade. A fim de inspirar homens e mulheres a alcançar na vida de casados esse elevado padrão, a Palavra de Deus apresenta diversos exemplos normativos para o casamento cristão.

(2) Modelos normativos. Em termos poéticos mas realistas, o Cântico de Salomão apresenta a beleza, a dor, a saudade, a altura e a profundidade do amor conjugal. O início e o aprofundamento desse amor entre Salomão e a donzela Sulamita, suas núpcias, a ausência temporária e o feliz reencontro, o

amadurecimento de uma invencível e inex-
690 ► tínguível devoção, tudo isso é retratado na Palavra de Deus como um belo modelo da vontade de Deus para o casamento.

Abigail apresenta outro exemplo digno de nota. Mulher de bom senso e grande formosura, ela havia se casado com um homem "duro e maligno em todo o seu trato" (lSm 25:3). Não se sabe quantas vezes ela sofreu abuso e vergonha de seu marido e com que frequência serviu de mediadora entre o marido e aqueles a quem ele maltratou. Só se registram os esforços dela para salvar seu marido da indignação de Davi, mas seu exemplo paga um tributo a inumeráveis esposas que, em silêncio e paciência, suportam heroicamente o relacionamento somente por causa do amor.

A experiência de Isaque — sua prontidão em ouvir o conselho do pai, sua contínua oração e exame de consciência que lhe trouxeram felicidade vitalícia no casamento (Gn 24:1-9; 54-67) — apresentam um exemplo da devida preparação para o casamento. O trágico fim de Sansão foi resultado de sua impertinência, permissividade e obstinação. Para ele, a paixão era 0 único e o definitivo critério para a felicidade (Jz 14-17). Muitos, antes e depois dele, descobriram que "onde não há conselho fracassam os projetos, mas com os muitos conselheiros há bom êxito" (Pv 15:22). In felizmente, muitos descobrem isso tarde demais.

(3) *Regras âe ação*. Em muitos lugares, a Escritura registra orientação direta para um casamento feliz. Essas passagens estão registradas em Deuteronômio 7:3-5; Esdras 10:10-14; Provérbios 5; Romanos 7:2 e 3; 1 Coríntios 7:1-39; Efésios 5:22-31; Colossenses 3:18 e 19; 1Timóteo 5:14; Hebreus 13:4; e 1 Pedro 3:1-7.

Os cristãos se esforçam por manter elevados padrões no relacionamento conjugal por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, ao aceitar a vontade de Deus, garantem um dos mais preciosos valores concedidos por Deus: um lar feliz, Isso acontece apesar de nenhum casamento ser perfeito, de nenhum cônjuge ser o perfeito "auxiliador" e de ninguém se ajustar ao outro cônjuge em todos os aspectos. Em segundo lugar, os cristãos mantêm padrões elevados para o casamento por causa do amor, tanto para com Deus como para o cônjuge. A fidelidade se torna um dom de amor oferecido exclusiva mente ao cônjuge, porque agir de outra maneira seria ferir e destruir o outro. Numa atmosfera como essa, a relação cresce inevitavelmente. Outro valor precioso emerge do casamento saudável e florescente: o lar se torna uma família.

b. Família crista. A Bíblia dá grande importância à formação de uma família humana. O estilo de vida da família cristã reflete essa importância nos padrões da vida familiar.

(1) Princípios gerais. O *príncípio da maternidade* (Gn 1:28) garante a propagação da raça humana e requer um lar adequado para os filhos. Deus deu a ordem para crescer e se multiplicar tanto a Adão quanto a Eva, não somente porque são necessários dois para a procriação, mas também porque o melhor santuário para o frágil, vulnerável e totalmente dependente recém-nascido é o lar de um casal piedoso. A harmonia conjugal deve anteceder a chegada do filho e deve ser independente dele. Quando se considera a maternidade uma forma de conservar o casamento, os filhos podem se tornar vítimas das tensões entre os pais.

O *princípio da criação dos filhos* (Gn 18:19; Ef 6:4) abrange várias tarefas. Primeiramente, e a mais importante, é amar cada filho. A parcialidade nos relacionamentos país-filhos causa profundas feridas nos que são negligenciados, e muitas vezes incapacita os que são excessivamente mimados. Baseados no amor imparcial, podem os pais se empenhar em educar e disciplinar. A Bíblia insiste em que a disciplina constitui também eloquente expressão de amor, quando devidamente administrada (Pv 13:24).

O *princípio do sustento aos filhos* em suas necessidades financeiras e físicas (lTm 5:8) modela o estilo de vida cristão. Os pais são responsáveis não apenas por prover as necessidades diárias, mas também, quando as circunstâncias permitem, devem prover educação, lazer, atividades culturais e até mesmo herança (2Co 12:14).

O *princípio do respeito aos pais* (Ex 20:12) cria um contexto no qual as responsabilidades familiares podem ser adequadamente cumpridas. Os país não podem cumprir os deveres paternos listados acima se não tiverg^rem autoridade sobre a família, A idade, a maturidade, a educação e a experiência paternas são todas vantagens das quais os filhos podem e devem se valer com gratidão. As lições e tarefas desagradáveis, mas necessárias, jamais poderão ser aprendidas ou realizadas quando falta o devido respeito.

O *princípio do cuidado pelos idosos* (Lv 19:32) completa o ciclo biológico humano. Os cristãos manifestam respeito e cuidado pelos pais ou avós idosos como um dever e privilégio cristão. Numa civilização em que o valor do ser humano tende a ser medido pela utilidade, sucesso e contribuições, os fracos e os velhos são desprezados. Muitas vezes, pais amorosos sentem-se menosprezados, longe do aconchego do lar de seus filhos, em instituições onde as visitas pouco frequentes dos filhos geram inexprimível angústia. A Bíblia ordena o devido respeito pelos mais idosos.

(2) Modelos normativos. O relato da criação apresenta um exemplo para cônjuges em vias de se tornarem pais. Primeiro de tudo, Deus planejou a criação do homem e da mulher: "Façamos o homem" (Gn 1:26). A maternidade também deve ser intencional e planejada, e não um incidente descuidado de consequência insignificante. Em segundo lugar, Deus preparou tudo o que era necessário para a criatura humana: ar para os pulmões, alimento para o estômago, luz para os olhos, trabalho e sono para os músculos, mistério e leis naturais para a mente, e o sábado para a comunhão com o Criador. O estilo de vida cristão convida os pais modernos a imitarem o Pai celestial na defesa dos princípios, cuidado e sustento da família.

Na família de Isaque e Rebeca houve uma grave negligência do princípio do amor imparcial. Isaque preferia Esaú, e Rebeca favorecia Jacó (Gn 25:28). A rivalidade e até mesmo o ódio entre irmãos destroçaram essa família. Jacó também mostrou preferência por José, amargando idênticas consequências (Gn 37:3, 4). Bastam esses dois exemplos negativos para demonstrar o princípio da devida criação dos filhos, mostrando como é importante que os pais sejam imparciais.

Abraão e Isaque representam um belo exemplo de amor e respeito mútuo. No Monte Moriá o filho confiou no pai a ponto de que se deixaria matar, pois havia aprendido a confiar no Deus de seu pai (Gn 22:1-14). Um exemplo bem diferente é o de Eli, um pai que perdeu o controle sobre os filhos, bem como o respeito deles (ISm 2:22-25). Enquanto Isaque colheu bênçãos, os filhos do sacerdote Eli colheram ruína pessoal e morte, além de fazer toda uma nação entrar em declínio e colapso moral.

Por fim, muitos outros exemplos podem estabelecer normas para o comportamento familiar. Entre eles, mencionam-se Ana e Elcana (ISm 1; 2); José e Maria (Mt 1:18-25; 2:1-23); e Loide e Eunice, avó e mãe de Timóteo (2Tm 1:5).

(3) *Regras de ação.* Para diretrizes mais diretas sobre a vida familiar, o cristão pode recorrer a passagens como Exodo 21:15 e 17; Levítico 19:3; Deuteronômio 27:16; Provérbios 1:8; 6:20; 23:22; Efésios 6:1-4; 1 Timóteo 5:1-8; Tito 2:3-6; e Hebreus 12:7-11.

Seguir os padrões cristãos para a vida familiar redunda em muitos valores positivos. Entre os mais importantes estão a identidade e o senso de si mesmo. Sua base repousa no diálogo consigo mesmo e com os outros

(Gn 2:18). Os diálogos podem tomar a forma de uma autoavaliação (Rm 2:15) ou de autoestímulo (SI 5:11; 116:7). Além disso, a necessidade de pertença nos estimula a dialogar com as pessoas que são importantes para nós e a imitá-las. Assim, nosso autoconceito recebe uma dimensão social. Ao nascer, os seres humanos não possuem instintos para guiá-los de maneira autônoma, como os animais. Precisam de cuidados, instrução, modelagem, perdão, aceitação e confirmação em amor. A família é o ambiente provido por Deus no qual os seres humanos recebem o senso saudável de dignidade própria e identidade.

Da mesma forma, a família fornece o contexto que estimula e facilita o desenvolvimento de hábitos e valores. Os exemplos observados pelos filhos, as oportunidades a eles oferecidas, o tipo de música, livro, alimento, clima social e orientação religiosa a que são expostos determinam em grande
692 ► medida seus hábitos e valores preferenciais. Ellen G. White escreveu: "Cada membro na família deve ser nutrido pelas lições de Cristo. [...] Essa é a norma que cada membro da família deve ter em vista alcançar. [...]

"Instrução religiosa significa muito mais que instrução comum. Significa que deveis orar com vossos filhos, ensinando-lhes como se aproximar de Jesus e Lhe contar todas as suas necessidades. Significa ainda que deveis mostrar em vossa vida que Jesus é tudo para vós, que Seu amorvos torna pacientes, bondosos, perdoadores e não obstante firmes em ordenar a vossos filhos depois de vós, como o fez Abraão" (LA, 317).

A experiência confirma que a formação religiosa e espiritual não pode ser deixada somente na responsabilidade da criança. Superar as pressões que levam os seres humanos na direção errada exige dedicação paterna e um ambiente de amor, A família cristã procura conservar os padrões divinos, formando assim para a sociedade homens e mulheres que vivem com integridade e no temor de Deus (ver Casamento, II.A).

2. Questões sobre Casamento e Família

Os cristãos não podem se satisfazer em apenas descrever ideais e identificar deficiências, A realidade sombria de casamentos e lares conturbados e falidos clama por ajuda. Antes de enfocar as diretrizes bíblicas que tratam dos problemas conjugais e familiares, é preciso ressaltar brevemente os aspectos preventivos inerentes ao casamento e ao estilo de vida familiar.

a. Estilo de vida preventivo. O período pré-conjugal é de importância crucial. Um estilo cristão de vida requer cuidadoso exame de consciência, paciente investigação do possível parceiro conjugal, tempo suficiente para se conhecerem antes que os vínculos emocionais subjuguem a razão, busca do conselho das pessoas mais experientes e confiáveis, manutenção de um elevado padrão de pureza sexual e redobrada e constante oração e busca da vontade de Deus. Embora se possa dizer que prudência e critério nunca sejam demais na escolha de um cônjuge (T5, 106, 107), as precauções acima mencionadas podem reduzir o risco de graves tragédias.

O estilo de vida cristão tem em vista a harmonia e a permanência da relação matrimonial. Por essa razão, o cuidado mútuo e o romance do período pré-conjugal devem sobreviver ao dia do casamento, à chegada dos filhos e à vinda dos anos da velhice. Ambos os cônjuges precisam alimentar o amor mútuo e trabalhar com tenacidade para atingir seu potencial comum. Num casamento cristão deve haver comunicação regular de sentimentos, objetivos, temores e esperanças para impedir que se manifeste o desencanto, a alienação e o estranhamento, capazes de arruinar o casamento.

O estilo de vida da família cristã se centraliza nas pessoas dentro da família. Deve-se praticar a *intimidade familiar* de maneira

intencional sob a forma de jogos, excursões ou simplesmente de abraços. As *tradições* seguidas em cada família intensificam ainda mais o sentido de identidade de cada membro; essas podem incluir celebrações especiais, férias, atividades espirituais regulares e outros costumes familiares criativos. Aceitar cada membro como ele é requer tolerância para com os erros e confirmação dos talentos pessoais e características singulares de cada um. A *disciplina* protegerá cada membro tanto do dano imediato como do perigo futuro de desenvolver hábitos prejudiciais. E, por fim, o *culto doméstico regular* fortalecerá o senso da presença divina no lar, trazendo um sentimento de segurança para todos.

Quando, apesar dos esforços intencionais para implementar essa forma cristã de viver, os problemas se instalam, a Bíblia apresenta orientação para os cristãos que experimentam problemas no casamento e na vida familiar.

(1) Princrpios gerais. O princípio da confrontação redentora ensinado por Jesus em Mateus 18 também se aplica a problemas conjugais e familiares. Assim que fica evidente o distanciamento na atitude, Jesus pede: "Vai" e confronta, para redimir, "teu irmão". Se não houver nenhuma comunicação possível, pode ser necessário buscar ajuda em outro lugar. Partilhar o problema com um ou vários auxiliares experientes com frequência traz bons resultados. No caso de falharem esses esforços, a igreja que testemunhou os votos matrimoniais se empenha num ministério de cura. §►

O *princípio àa separação por um período de tempo* pode ser outro passo redentor (lGo 7:5, 10, 11). Isso pode prover tempo para diminuir a tensão, para refletir, aconselhar-se e orar pelas questões. Mas Paulo adverte que esse distanciamento pode trazer tentações aos cônjuges e aconselha uma separação curta com vistas à oração.

O *princípio da santidade do casamento* estabelece a união conjugal acima do toque humano e para além da vulnerabilidade da vontade ou dos desejos pessoais. As palavras de Jesus são claras: "O que Deus ajuntou não o separe o homem" (Mt 19:6). A morte é a única e inescapável razão para a dissolução do casamento (lCo 7:39). Mesmo o adultério, a mais grave infração da lei do casamento, não fornece causa automática para o divórcio. Jesus o trata como uma exceção ao princípio da santidade ou inviolabilidade, não como outra regra oposta ou paralela ao princípio principal (Mt 19:9). Malaquias diz que Deus rejeitou Seu povo "porque o Senhor foi testemunha da aliança entre ti e a mulher da tua mocidade, com a qual tu foste desleal, sendo ela a tua companheira e a mulher da tua aliança. [...] Portanto, cuidai de vós mesmos, e ninguém seja infiel para com a mulher da sua mocidade. Porque o Senhor, Deus de Israel, diz que odeia o repúdio" (Ml 2:14-16). Um cônjuge cristão confrontado por um companheiro infiel só opta pelo divórcio quando não há possibilidade de restabelecer a comunhão (lGo 7:15).

(2) Modelos normativos. A experiência do profeta Oseias ilustra a conduta do marido de uma mulher adultera (Os 1:2, 3; 3:1-3). A mulher irrequieta foge, mas ele a compra de volta, perdoa-lhe a infidelidade e a trata com respeito e amor. A aflição do profeta dá apenas uma pálida representação da relação entre Deus e Seu povo. "Todos eles são adúlteros", diz Deus (Os 7:4). Contudo, Ele não Se divorcia deles. "Como te deixaria? Como te entregaria?", exclama Ele (Os 11:8), movido por um amor que transcende a infidelidade. Ouvimos da Bíblia, portanto, o convite para a fidelidade no casamento (Ml 2:14-16), bem como o exemplo de comportamento-modelo no exemplo divino do perdão ao adultério.

Os problemas familiares não podem ser totalmente prevenidos somente por meio da fiel conformidade aos padrões. Adesmo o lar de Adão e Eva enfrentou ciúme entre irmãos

e o comportamento insubordinado de Caim. Na parábola do filho pródigo, os cristãos encontram inspiração para exercer paciência e tolerância no trato com os pródigos; também encontram estímulo para manter os princípios de relacionamentos familiares redentores (Lc 15:11-32).

Ações erradas por parte dos pais também podem ser a causa de problemas familiares. Jônatas apresenta o exemplo digno de um filho que respeita o pai, o rei Saul, mas se recusa a cooperar com seu modo de viver ou a ele se submeter (lSm 19:1-7). Lamentavelmente, Jacó foi cúmplice na intriga desonesta de sua mãe, que trouxe como resultado distúrbios familiares na família por gerações (Gn 27).

(3) *Regras de ação.* Entre as passagens bíblicas que contêm regras diretas de ação sobre o casamento e problemas familiares, mencionamos Deuteronômio 21:15-21; Mateus 5:32; 19:5-9; Marcos 10:11 e 12; Romanos 7:2 e 3; e 1 Coríntios 7.

Um fato inquietante é que bons cristãos nem sempre fazem bons casamentos e nem todas as famílias cristãs são boas famílias. Isso ocorre porque Deus não é convidado ou porque Sua vontade não é discernida satisfatoriamente, sem mencionar nossa relutância em renunciar aos nossos caminhos egocêntricos. Além disso, visto que nossas relações harmoniosas acabam se tornando um baluarte contra o pecado, Satanás ataca casamentos e famílias com grande ira. Cumpre-nos, portanto, perguntar: como o cristão encara a desintegração fatal do relacionamento?

b. Divórcio. O divórcio nunca é uma solução, mas uma dissolução. E a dissolução do casamento e a disseminação de seus problemas. Ele deixa para trás ferido e dividido o que uma vez foi identidade numa só carne. Provoca marcas em inocentes para o resto da vida. Por essa razão o cristão preferirá ser vítima do divórcio a ser o causador dele, e procurará a força e o conselho necessários para salvar o casamento, se possível. Somente depois de esgotar em vão todos os recursos pode o cônjuge entrar nos procedimentos de divórcio. *a* 694

Durante esse período doloroso e por um tempo considerável após o término do divórcio, deve o cristão evitar amizade com pessoas de outro sexo fora da família. Várias razões o exigem. Primeiramente, as esperanças de um novo casamento fácil podem ser mais atraentes do que os persistentes esforços para resolver as dificuldades do casamento atual. Em segundo lugar, o sentimento de fracasso e o profundo senso de baixa autoestima tendem a resultar em vulnerabilidade emocional, que torna difícil exercer a necessária cautela e discrição. 0 relacionamento pode evoluir de maneira rápida demais ou profunda demais. Em terceiro lugar, quando as feridas emocionais são levadas para a nova relação, tornam-se um campo minado prestes a explodir no rosto do parceiro desatento, provocando problemas adicionais. Além do mais, a pessoa ainda ferida gasta enorme quantidade de energia cuidando de suas próprias aflições, de modo que resta pouca força para confrontar criativamente as necessidades e deficiências da outra pessoa. Em último lugar, quando existem filhos menores ou dependentes, o coração deles é obrigado a testemunhar o pai ou a mãe dando atenção a um estranho ou estranha. Eles não estão (muitas vezes nunca) "divorciados" dos pais originais. E, quando outra pessoa "se intromete" num lar destroçado, os riscos de ruína desse lar se tornam bastante reais.

c. Novo casamento. Novo casamento com qualquer outra pessoa diferente do cônjuge anterior parece não ser uma opção bíblica. A exceção pode ser uma pessoa cujo cônjuge caiu em adultério e quebrou a unidade de uma só carne, a despeito da aliança matrimonial (Mt 19:9). Dizemos "pode ser" porque o adultério não é um pecado imperdoável e

porque nem todos os adultérios são iguais. A infidelidade cometida num contexto de tentação não é igual ao adultério planejado e proposital.

Mas por que o adultério é um pecado tão grave? Não o são também a apostasia (quebrar a promessa de fidelidade a Deus), o abandono (quebrar a promessa de cuidar), o abuso (quebrar a promessa de amar e proteger) e os pensamentos impuros (também uma forma de adultério) uma base para o divórcio? Em 1 Coríntios 6:16-18 Paulo reconhece a natureza singular do pecado sexual:

1, Abuso físico, mental e emocional, apostasia, negligência e até mesmo pensamentos impuros podem ocorrer separadamente e podem ser remediados pelo arrependimento. O ato sexual envolve todo o ser humano, todas as dimensões da personalidade humana e afeta a própria identidade da pessoa envolvida: "O homem que se une à prostituta forma um só corpo com ela" (ICo 6:16). Isso não acontece com os outros pecados. Eles não atentam contra o corpo como um todo (v, 18).

2. No pecado sexual, há outro ser humano livre envolvido. Todas as dimensões da pessoa são afetadas, e o arrependimento de um não remove nem cancela o impacto causado sobre o outro nem sobre todas as outras pessoas envolvidas.

Esses dois fatores — o impacto sobre a unidade da pessoa que se empenha em atividade sexual e o envolvimento do outro parceiro em adultério — tornam esse pecado desastroso para a união matrimonial. Desse momento em diante, o casamento original é alterado e somente um milagre da graça pode produzir reconciliação.

d. Concubinato. Concubinar significa viver junto sem o endosso legal ou da igreja. Trata-se de um arranjo privado, baseado na decisão do casal e reflete seus próprios desejos e parâmetros. Essa prática é estranha ao estilo de vida cristão por diversas razões:

1. O concubinato não tem apoio bíblico. Qualquer união sexual íntima de duas pessoas de sexo diferente fora da aliança matrimonial é denominada adultério ou fornicação.

2. A união de duas pessoas envolve privilégios e responsabilidades. A experiência revela que a responsabilidade *pela* felicidade de alguém só é garantida quando se respeita a responsabilidade *para* com a pessoa. Se a responsabilidade do marido pela mulher se baseia em sua responsabilidade para com Deus e a igreja, essas autoridades reforçam os termos da aliança (Ml 2:13-16). Mas, se a responsabilidade pelo parceiro é simplesmente para com alguém, a simples decisão de não ser responsável para com o parceiro cancela o dever para com o outro. Ninguém mais tem mandado ou dever de proteger ou respeitar tal união.

3. Comprometer-se com os sentimentos mais profundos de uma pessoa e torná-la vulnerável sem nenhuma outra garantia a não ser a promessa de lábios, vontades ou desejos humanos é arriscado e imprudente. Por essa razão, são mínimas as chances de permanência ou de profundidade para relacionamentos dessa natureza (ver Casamento, II.B, C).

3. Questões sobre Sexualidade

a. Sexualidade humana. Um testemunho cristão acerca da conduta sexual apropriada tem enorme importância para a sociedade contemporânea. Muitos problemas sociais e pessoais se originam da incapacidade de restringir e regular efetivamente o dinamismo desse impulso natural. A revolução sexual somente intensificou e exacerbou uma situação já difícil, Como resultado, o cristão vive numa cultura que considera a expressão sexual uma chave para a felicidade e o sexo extraconjugal como normal, e que tolera a prática homossexual e outras perversões sexuais como alternativas válidas de estilo de vida. Evitar seguir orientações claras nessa

dimensão da conduta humana pode *ser* tão irresponsável quanto desculpar a perversão da intimidade. A Palavra de Deus não silencia sobre a sexualidade nem é a ela indiferente, conforme demonstrará uma cuidadosa leitura da Bíblia.

(1) Princípios gerais. A Escritura revela claramente o *princípio da diferença de gêneros como algo bom* (Gn 1:27, 28, 31). Deus criou intencionalmente duas pessoas de gêneros diferentes. Tanto homens como mulheres são criados à imagem de Deus, embora desempenhem papéis e funções diferentes, sem mencionar as diferenças mentais e físicas. O fato de homem e mulher serem diferentes não significa que um seja inferior ao outro (ver Casamento I. E. 1. B).

0 *princípio da sexualidade como algo bom* afirma que o impulso sexual e as atividades sexuais não são inerentemente más, nem pecaminosas (Gn 1:28; 2:24, 25; 4:1). A Bíblia fala frequentemente e desembaraçadamente de um marido "conhecer" sua mulher. Ao fazer isso, define os parâmetros dentro dos quais a conduta sexual *é* uma coisa boa. Primeiramente, a intimidade não é só de natureza física; sua expressão envolve e requer dimensões emocionais, racionais, volitivas, socioeconômicas, legais e espirituais, além de físicas. Em segundo lugar, a sexualidade humana precisa do santuário do matrimônio, pois a comunhão espiritual não é alcançada instantaneamente ou de forma acidental; precisa de exclusividade, harmonia emocional genuína, livre consentimento da razão e da vontade, bem como os pressupostos das responsabilidades sociais, econômicas e legais. Em terceiro lugar, visto que a comunhão e a intimidade não ocorrem com múltiplos parceiros, o estilo cristão de vida requer o casamento monogâmico e vitalício de um homem e uma mulher. Só dentro desses limites pode alguém encontrar segurança, confiança e compromisso suficientes para se entregar à outra pessoa. Só dentro desses limites podem as relações sexuais ser uma coisa boa.

O *princípio da pureza sexual* se opõe a todas as formas de perversão e abuso da intimidade humana (lCo 6:15-20). Em virtude desse princípio, o cristão evitará todas as formas de impureza, até mesmo as culturalmente aceitáveis.

A prostituição, que consiste na venda do próprio corpo, é condenada por diversas razões. Ela isola o aspecto físico da sexualidade das outras dimensões da personalidade humana e reduz a autoestima à comercialização sexual. Além de contribuir para a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, a prostituição solapa a estabilidade dos casamentos e a segurança das relações sociais. Todas as relações sexuais extraconjugais devem ser rejeitadas pelas mesmas razões que a prostituição, ainda que a atividade sexual não esteja sujeita à remuneração (Dt 22:22).

O incesto é repulsivo por razões adicionais. Confunde as relações entre parentes próximos e se torna especialmente traumático para menores abusados ou os adultos que não consentiram. Viola a liberdade humana, barateia a dignidade humana, podendo causar traumas mentais e emocionais que muitas vezes conduzem à prostituição e ao desequilíbrio sexual pelo resto de vida. O estupro é proibido pelas mesmas razões e traz consequências semelhantes. Ambos são atos criminosos; os responsáveis pelas vítimas devem informar a ocorrência às autoridades competentes.

Os cristãos se absterão de outras práticas pervertidas, como sodomia, travestismo, pedofilia e voyeurismo, A pornografia é ofensiva ao cristão por várias razões. Por enfatizar o que é sensual e provocante, a pornografia se converte num poderoso instrumento para degradar a masculinidade e a feminilidade ao nível de um mero objeto sexual. Ela estimula o impulso sexual sem a correspondente relação interpessoal ou respeito mútuo. Pelo

^696

fato de tornar a satisfação dos próprios desejos o objetivo principal da atividade sexual, desenvolve-se facilmente o hábito de ignorar as necessidades do outro. A sexualidade se converte numa questão de fantasia, que rapidamente degenera em obsessão, trazendo como resultado desajustes no casamento. A pornografia se transformou num negócio multimilionário, contra o qual os cristãos devem atuar e falar decisiva mente.

A fim de entender a concepção bíblica de sexualidade humana, bem como os deveres e privilégios da vida conjugal, é imprescindível que homens e mulheres sejam devidamente instruídos.

(2) Modelos normativos, A Escritura registra abertamente tanto episódios lamentáveis de mã conduta sexual como belas narrativas de nobres vitórias sobre a tentação. Por meio desses acontecimentos, medimos tanto a depravação humana como a sistemática rejeição divina do pecado em todas as circunstâncias e situações. Um deles estabelece o contraste entre a esposa de Potifar e seu estilo de vida e José e seu estilo de vida. Nesse incidente, José rejeita incondicionalmente o adultério e a fornicação (Gn 39:6-23). Essa história ensina que o sexo extraconjugal assalta a todos: ricos e poderosos com poder para explorar e matar, ou escravos total mente privados de direitos.

O infame estupro praticado por um bando de malfeitores da cidade de Gibeá demonstra o nível de degradação a que podem descer os escravizados pela obsessão sexual. Toda a nação se opôs àquela cidade vingando a morte da vítima e enviando uma mensagem clara a seus cidadãos de que os padrões de decência e os direitos humanos deviam ser respeitados (Jz 19; 20),

O estupro incestuoso de Tamar perpetrado pelo impetuoso e indisciplinado Amon, meio-irmão dela (2Sm 13:1-20), envia outro sinal chocante de angústia para os lares. Amon foi morto por Absalão, mas a vergonha e a desgraça não puderam ser removidas da vida de Tamar. Os lares cristãos devem prover oportunidades que ensinem como administrar e controlar todos os apetites e impulsos, inclusive a sexualidade. Devem constituir o lugar mais seguro na Terra onde seja possível praticar e ensinar a castidade e onde seja apresentada e discutida sem falso pudor a verdadeira perspectiva da sexualidade. Pais e filhos devem reconhecer a necessidade de receber ajuda e tratamento. A pureza é a norma do comportamento cristão. Além disso, a igreja possui a solene responsabilidade de garantir o cumprimento das normas da decência (lCo 5:1, 2).

Provérbios 7 relata a história de um jovem seduzido por uma prostituta. No processo de atrair a atenção dele, ela promete satisfação emocional e um lugar seguro e secreto onde o amor deles possa encontrar plena expressão. O lamentável é que ela só pode oferecer o aspecto físico da sexualidade. Quando acaba a noite, permanecem o vazio, a vergonha e o sentimento de indignidade. Ao satisfazer o desejo concupiscente da dimensão física à custa do restante de sua personalidade, o jovem é deixado com uma vida interior dissonante e uma autoimagem confusa. A sede por prazer somente ameaça distorcer sua visão de intimidade; o resultado é a alienação corpo-mente.

Em contrapartida, o Cântico de Salomão retrata a beleza da atração mútua e da intimidade entre duas pessoas que se amavam e que se tornaram marido e mulher. Não há nenhum traço de desejos impuros nem busca egoísta do prazer pelo prazer. Pelo contrário, a abnegação em favor da felicidade do outro traz profunda alegria para ambos. Esse livro apresenta a norma cristã para a vida sexual. < 697

(3) Regras de ação. A Escritura contém muitas regras diretas para o comportamento sexual, aplicáveis ao cristão em todo o tempo. Dentre essas citamos: Êxodo 20:14; 22:19; Levítico 20:11, 12, 17-21; Deuteronômio 22:23-30; Provérbios 5:15-19; 7:25-27;

Mateus 5:27, 28, 31 e 32; 19:3-9; Marcos 10:2-9; 1 Coríntios 5:1 e 2; 6:15-19; Gálatas 5:19-21; Efésios 5:3-5, 25; Hebreus 13:4; e Apocalipse 21:8 (ver Casamento, II.A-D).

b. O cristão e o celibato. Os cristãos podem ser solteiros durante algum tempo ou de forma permanente. A vida ainda lhes oferece a afirmação de suas qualidades de gênero, possibilidades de contribuir com a sociedade e de realmente aproveitar a vida. Além do mais, o cristianismo apresenta a possibilidade de expressões sexuais dentro dos parâmetros do celibato.

As diversas necessidades humanas projetadas para ser atendidas pelo casamento podem ser satisfeitas até certo ponto sem a união conjugal. A família mais ampla, a comunidade eclesial, os colegas de trabalho e as diversas configurações sociais podem oferecer suporte adequado, tanto do ponto de vista emocional quanto espiritual. O impulso sexual pode ser sublimado e canalizado de outras formas. Até mesmo a intimidade não depende exclusivamente da relação sexual. Pode também ocorrer o vínculo entre a pessoa e seu chamado ou missão na vida, às vezes a ponto da dedicação exclusiva. João Batista, o apóstolo Paulo e o próprio Jesus são os mais indiscutíveis exemplos de vínculo entre seres humanos e a missão que viveram para cumprir. Paulo é muito explícito a esse respeito em 1 Coríntios 7:25-35.

Os cristãos solteiros, quer por escolha pessoal quer pelas circunstâncias, podem ter certeza de que Deus, que conhece sua situação, os chama para uma vida rica e produtiva. O segredo da tremenda contribuição de Paulo como solteiro não residiu em qualquer rebelião enérgica ou persistente contra sua sorte. Consistiu em sua disposição para perguntar: "O que farei, Senhor?" (At 22:10). Daí em diante a vida de Paulo foi uma com Gristo (GI 2:20).

O clima social existente hoje exerce sobre os solteiros enorme pressão para satisfazerem suas necessidades de expressão sexual em intimidados fora do casamento. Apesar disso, a Bíblia não faz nenhuma concessão às relações sexuais, a não ser dentro do casamento. Resistir à tentação é possível pela habitação do Espírito Santo.

Talvez seja apropriado dizer uma breve palavra sobre a masturbação como expressão sexual para os solteiros. Embora não haja nenhuma orientação clara a respeito disso na Escritura, porque a atividade sexual é descrita como algo que ocorre exclusivamente entre pessoas casadas, aqueles que defendem o alívio sexual pela masturbação precisariam apresentar provas que fundamentem sua posição. A masturbação, quando praticada repetidamente, pode levar ao voyeurismo, fantasia sexual ou envolvimento com pornografia, coisas que no devido tempo produzem contaminação mental e atos de agressão. Essa atividade pode se tornar compulsiva. Parceiros que trazem consigo essa obsessão para o casamento carregam muitas vezes um fardo de culpa e apresentam baixa autoimagem. O autocontrole cede lugar à autocomplacência; o casamento e consequentemente a saúde são afetados.

c. Os cristãos e o homossexualismo. A reação cristã à homossexualidade — tanto masculina como feminina — deve se basear em princípios e normas bíblicas. Ao examinar a questão, há de se fazer uma clara distinção entre orientação homossexual e prática homossexual. A respeito da primeira, a pessoa pode ter algum controle; quanto à segunda, escolhas individuais são decisivas. Pela graça de Deus, a pureza total é possível. Por outro lado, ao lidar com a questão, os cristãos devem lembrar que pessoas com tendências homossexuais carregam um fardo pesado e precisam do amor e da compreensão do corpo de Cristo na batalha contra a tentação (ver Casamento, Il.B).

(J) *Princípios gerais. O princípio da heterossexualidade* encontra sua base na criação

(Gn 2:24, 25). Adão e Eva foram criados macho e fêmea a fim de poderem completar e complementar um a outro na união de "uma só carne". A imagem de Deus inclui não só ambos os gêneros, mas também a feminilidade que faltava a Adão e a masculinidade <§► que Eva encontrou em Adão. Esse conceito tem implicações de longo alcance para o homossexualísmo.

E evidente que o homossexualísmo não esteve presente na criação, surgindo somente depois da queda. Trata-se de um elemento não criado da natureza humana, e não uma dimensão alternativa da imagem de Deus. A orientação homossexual deve ser vista como consequência do pecado no corpo e na psique humana. Em todo o caso, Paulo considerava o homossexualísmo "antinatural" ou "contrário *a* natureza" (Rm 1:26).

A controvérsia sobre a etiologia do homossexualismo ainda não se resolveu. Há indícios de que o homossexualísmo é um comportamento aprendido. Apesar disso, alguns estudos sugerem que o homossexualismo nem sempre é resultado de uma escolha consciente nem se baseia exclusivamente nas primeiras influências, mas que pode ser genético, Como quer que seja, os fatores que contribuem para o homossexualísmo são apenas parcialmente relevantes para a discussão do estilo de vida cristão.

Alguns insistem que, se o homossexualismo for geneticamente determinado, não se trata apenas de comportamento, mas a única opção possível para gays e lésbicas. E deste autoconceito peculiar que procede o ato homossexual. Visto sob essa ótica, o homossexualismo seria uma coisa natural, não devendo ser tachado de ilícito ou pecaminoso.

Aceitar tal raciocínio significa rejeitar a perspectiva bíblica sobre o homossexual ismo. A alegação de que o homossexualísmo é natural, uma orientação alternativa, contradiz frontalmente a afirmação de Paulo em Romanos 1:26 e 27. Lança também uma sombra de injustiça sobre Deus, que sancionou a pena de morte contra os homossexuais (Lv 18:22; 20:13).

Além disso, considerar o homossexualismo natural e a sua prática não pecaminosa desafia a concepção cristã do poder do evangelho. Jesus veio para libertar seres humanos tanto de distúrbios adquiridos como de tendências genéticas ou hereditárias. Os cristãos afirmam que a responsabilidade pessoal não se limita a comportamento sobre o qual temos plena escolha. Todos nascemos "na iniquidade" (SI 51:5), mas essa pecaminosidade não deve reinar em nossa vida. Ninguém - nem o homossexual, nem o alcoólatra, nem o cleptomaníaco, nem qualquer outro pecador — deve permanecer morto em suas transgressões, isto é, conformar-se com essa condição. Todos são convidados a atuar como instrumentos de Deus, em vez de instrumentos da impiedade, e reagir positivamente ao chamado para ressuscitar com Cristo em novidade de vida (Rm 6:1-23).

(2) Modelos normativos. Somente duas histórias da Bíblia sugerem atividade homossexual, Em ambos os casos, um bando de estupradores tenta práticas homossexuais, só que não consegue executá-las. Em Gênesis 19:1-11 os homens de Sodoma tentam praticar sexo com os anjos que foram à casa de Ló. Em Juizes 19:16-22 os homens de Gíbeá agem de maneira semelhante com 0 levita. Ambas as histórias são contadas de uma forma que enfatiza a impiedade dos homens envolvidos.

(3) Regras de ação. Os mandamentos a seguir apresentam orientação bíblica clara sobre o homossexualísmo: Levítico 1S-.22; 20:13; Romanos 1:27; 1 Coríntios 6:9-11; e 1 Timóteo 1:8-11.

4. Cidadania

O chamado para viver como cristãos encontra os seres humanos no meio do seu envolvimento profissional e social. Às vezes,

esse chamado significa uma mudança na vocação de vida, porém muito mais frequentemente o cristão é convidado a seguir a Cristo no próprio local de trabalho, na própria vizinhança e na própria família, constituindo assim a única mudança da forma de viver. Com isso, surge uma situação um tanto paradoxal. Jesus a resumiu dizendo que Seus seguidores estavam no mundo, mas não eram do mundo (Jo 17:14-18).

Ao longo da história, a igreja procurou a melhor forma de manter sua presença no mundo sem permitir a entrada do mundanismo. Num estudo muito influente,
H. R. Niebuhr (1951) descreve cinco diferentes relações entre o cristianismo e o mundo: “Cristo contra a cultura", em que a igreja vive em enclaves hermeticamente fechados (Tertuliano); “Cristo da cultura”, que promove a acomodação do cristianismo a determinada cultura (gnósticos); "Cristo acima da cultura”, que busca uma síntese entre Cristo e determinada cultura (Aquino); "Cristo e cultura em paradoxo”, que conserva uma dialética dualística (Lutero); e, por fim, “Cristo, o transformador da cultura”, na qual a conversão define o ministério da igreja para a sociedade (Agostinho).

699 ►

A Escritura deixa claro que Cristo vislumbrou a igreja mergulhada no fermento da sociedade, embora isenta dos males da cultura circunjacente. E preciso considerar três áreas da vida diária do cristão: relações de trabalho, responsabilidade cívica e responsabilidade social.

a. Relações de trabalho. Seja qual for seu trabalho, os cristãos preservam os padrões de comportamento cristão. Seja qual for sua posição, os cristãos se relacionam com seus superiores, subalternos ou pares de forma semelhante à de Cristo.

(1) Princípios gerais. O princípio da justa remuneração pelo trabalho honesto ordena aos empregadores e administradores cristãos tratarem seus empregados com justiça (Lc 10:7; iCo 9:8-10; Tg 5:4-6). A história é testemunha de revoltas sociais, econômicas e políticas provocadas pelas condições de vida desesperadas de trabalhadores. Os empregadores cristãos cuidarão para que a ganância não decida os salários e benefícios de seus empregados. Os cristãos devem pagar salários justos.

O *princípio do trabalho honesto pela justa remuneração* ordena, por sua vez, que os empregados cristãos trabalhem com diligência e constância (ITs 4:11; 2Ts 3:10), resistindo à tentação de defraudar o patrão. Características como fidelidade, integridade, responsabilidade, criatividade e espírito laborioso são apropriados aos cristãos. Sendo leal para com o empregador, o cristão não exigirá uma remuneração maior do que a justificável.

O *princípio da igualdade em Cristo* exige que os cristãos — superiores ou subalternos — considerem e tratem uns aos outros como iguais em Cristo (GI 3:28). Um administrador cristão é um irmão ou irmã para o empregado; nenhum dos dois buscará privilégios especiais por causa dessa relação. Além disso, um empregador ou administrador cristão não deve tratar empregados de maneira diferenciada com base em etnia, gênero, nacionalidade, posição social ou religião. O empregado cristão, por sua vez, não deve esperar tratamento especial em virtude de etnia, gênero, nacionalidade, posição social ou religião. Os salários, as promoções, os prêmios, contratações ou demissões e rebaixamento de posto na carreira profissional devem seguir o senso cristão da equidade e igualdade.

Embora importante em todas as áreas da vida, o *princípio da veracidade é* especialmente aplicável às relações de trabalho. Requer-se de todos absoluta honestidade, independente da posição que ocupem. A veracidade é especialmente importante na interação de profissionais com clientes ou pacientes. Deve-se, no entanto, manter o sigilo, mesmo quando não explicitamente prometido, em virtude da ética profissional.

(2) Modelos normativos. A Bíblia relata vários exemplos de injustas relações de trabalho, sendo declaradamente contra tal comportamento. O caso de Labão e Jacó ilustra não somente como um superior pode usar de manipulação, mas também os estratagemas que o empregado é tentado a utilizar para sobreviver ao abuso (Gn 29-31).

O comportamento exemplar de José na cadeia lhe granjeou o respeito de seus colegas de prisão e do carcereiro. Como resultado, tornou-se administrador do presídio e depois recebeu a incrível promoção do cárcere para o palácio do rei (Gn 39-41).

Na carta a Filemom, Paulo descreve a relação entre um proprietário de escravo e seu escravo, ambos irmãos em Cristo. A obediência ao senhor ainda permanece, mas as exigências e o tratamento para com aquele escravo devem se tornar fraternos. No local de trabalho, Filemom é o senhor, mas em termos humanos eles são irmãos; na igreja, o escravo Onésimo podería até possuir cargo superior ao do seu dono,

(2) Regras de ação. Diversas regras se aplicam às relações cristãs de trabalho; Jeremias 22:13-19; Efésios 6:5-9; 1 Tessalonicenses 4:11-12; 2 Tessalonicenses 3:6-12; 2 Timóteo 2:6; e Tiago 2:1-9.

b. Responsabilidade cívica. Como parte integrante da comunidade cívica, um cristão não pode se eximir da responsabilidade para com a sociedade. Os padrões bíblicos a seguir dizem respeito ao comportamento em vida pública:

(1) *Pri ncípios gerais. O princípio àa oberdiência a Deus em primeiro lugar* ajuda os cristãos
§► a pôr seus deveres cívicos na perspectiva correta (At 4:19). As leis da terra em todos os níveis podem, às vezes, entrar em choque com alguns dos mandamentos de Deus. Embora seja da responsabilidade dos magistrados garantir o cumprimento da lei, cada cidadão é responsável perante Deus pelas escolhas que faz. Nesses casos, os cristãos explicarão suas convicções e apelarão para a liberdade de consciência, que é um direito divinamente ordenado com base na criação do homem à imagem de Deus. Se os apelos forem rejeitados, a fidelidade a Deus em primeiro lugar talvez resulte em multas, perseguição, sentenças de prisão e outros sacrifícios que os cristãos durante muitos séculos foram obrigados a suportar.

O *princípio da obediência por amor à lei e à ordem* também é uma característica do estilo cristão de vida (Rm 13:1-7). A lealdade a Deus em primeiro lugar não autoriza ninguém a agir de maneira independente e a criar desarmonia ou o caos social. Os cristãos pagam impostos, participam dos deveres cívicos, respeitam as leis de trânsito e a propriedade privada e cooperam com as autoridades civis na repressão ou controle do crime e da violência. Um funcionário público receberá o respeito e o apoio da comunidade cristã. A fim de lhes obedecer apropriadamente, o cristão se esforçará para conhecer as leis do país, manter-se razoavelmente informado sobre o que acontece na comunidade e participar ativamente na vida social.

O *princípio da justiça social* exige que os direitos humanos sejam respeitados e que os cristãos influenciem a sociedade nesse sentido (Tg 5:1-6). A começar de dentro da igreja e expandindo as relações para o domínio cívico, os cristãos devem sempre se opor à discriminação com base em etnia, gênero ou posição social, Embora a igreja como organização não possa lançar mão de meios ilícitos ou políticos, pode usar todos os recursos apropriados permitidos pela estrutura política de um país. Deve haver dentro da igreja oportunidade para os que têm vocação para ocupar cargo público.

(2) Modelos normativos. Na corte de faraó, José estabeleceu uma elevada norma de conduta como honesto, criativo e arguto funcionário de Estado. O poder que tinha nas mãos não foi usado para maltratar subalternos nem se apropriar indevidamente de qualquer riqueza à sua disposição (Gn 41:37-57).

Nas cortes da Babilônia e da Média-Pérsia, vários funcionários hebreus se mantiveram firmes sempre que a obediência a Deus os impedia de obedecer à vontade do rei. Sadraque, Mesaque e Abede-Nego foram lançados na fornalha de fogo ardente (Dn 3); e por causa de sua fidelidade Daniel foi lançado na cova dos leões (Dn 6). Em resultado disso, as cortes e nações pagãs foram testemunhas do poder do Deus vivo.

Na corte de Assuero, o rei medo-persa, a rainha Ester se lembrou de sua lealdade ao povo de Deus. Depois de orar e jejuar, ela agiu corajosamente e reverteu o decreto ilegal. Arriscou a vida pelo que era direito e justo (Et 4:16) e estabeleceu uma elevada norma de fidelidade a Deus em primeiro lugar.

Paulo constitui um exemplo claro de cidadão informado, que obedecia às leis do país, mas não permanecia indolente quando tinha seus direitos violados (At 25:8-12). O próprio Jesus protestou contra maus-tratos quando os soldados batiam nEle sem uma razão justificada (Jo 18:23).

(3) Regras de ação. Dentre as muitas ordens diretas, selecionamos Provérbios 22:16, 22, 23, 26-29; 23:10 e 11; Marcos 12:14-17; 1 Timóteo 1:8-11; 2 Timóteo 1:7-18; e 1 Pedro 2:13-20.

c. Responsabilidade social. Por estarem presentes na sociedade, os cristãos se expõem às necessidades, temores, injustiças e sofrimento da humanidade. O estilo de vida cristão deve imitar o estilo de vida de Jesus, que andava por toda parte praticando o bem e levando alívio aos sofredores (At 10:38), Além de demonstrar pelo próprio exemplo, Jesus procurou, por meio de parábolas, inculcar na consciência de Seus seguidores o fato de que ser um discípulo Seu significa cuidar dos outros. Contemplar o sofrimento e sensibilizar-se com a necessidade alheia mobiliza a vontade para ajudar os outros. Esse é o modo de pensar, o estilo de vida, pelo qual Jesus reconhecerá os que Lhe pertencem (Mt 25:31-46).

(J) *Princípios gerais, O princípio da abnegação* é o primeiro passo e o mais difícil em direção a um estilo de vida de responsabilidade social (Mt 16:24). É possível introverter-se, cuidar das próprias necessidades legítimas, investir tempo e recursos em educação e treinamento, atingir objetivos e ideais louváveis e até mesmo guardar os mandamentos e estar tão preocupado com a própria salvação que as necessidades alheias passem despercebidas. “Vai, vende tudo o que tens e dá-o aos pobres”, disse Jesus ao jovem rico (Mt 19:21). Para Jesus, o único modo de alguém preservar a própria vida é desistir dela por amor ao Salvador (Mt 10:39).

O *princípio da identificação* preenche o vácuo criado pela negação de si mesmo (Is 53:4-6). O cristão compreende que não há pobreza; há seres humanos pobres. Não há sofrimento, nem desespero, nem guerra, nem doença por si só; o que existe são seres humanos que sofrem, pessoas sem tetos, vizinhos que brigam e pessoas doentes. Acaso não é o estilo de vida religioso escolhido por Deus “que soltes as ligaduras da impiedade, que desfaças as ataduras do jugo? E que deixes ir livres os oprimidos, e despedaces todo jugo? Porventura não é também que repartas o teu pão com o faminto, e recolhas em casa os pobres desamparados? Que, vendo o nu, o cubras?” (Is 58:6, 7, ARC) Esse princípio faz os cristãos se colocarem no lugar das pessoas desamparadas, assim como Jesus Se colocou no lugar dos desventurados (Mt 25:31-46).

O *princípio do sacrifício* garante que a abnegação e a empatia não permanecem passivas (Tg 1:27). Viúvas e órfãos são pouco beneficiados com teorias, programas, promessas e orações. Os cristãos nunca encontrarão tempo, recursos ou motivação para ajudar a sociedade necessitada, a menos que, consciente e propositadamente, decidam sacrificar seus meios e sua própria pessoa.

O *princípio da doação sistemática* ministra aos necessitados de maneira mais confiável e

consistente (lCo 16:1-4). Quando ocorre um infortúnio, não basta uma assistência esporádica e casual para atender à necessidade. Precisa-se de uma ajuda mais constante e de presença e envolvimento maiores. A vida cristã pratica o bem de forma sistemática, tomando providências para esse tipo de auxílio.

(2) *Modelos normativos.* Toda a organização do povo de Israel sob a teocracia revela como se manifestava compaixão pelos pobres e desafortunados. O sistema do jubileu — que ordenava o descanso da terra, a libertação dos escravos e a restituição da propriedade ao dono original - tinha por objetivo reduzir a distância entre ricos e pobres, afortunados e desafortunados (Lv 25). Os israelitas foram ensinados a ser sistematicamente caridosos quando receberam instruções para deixar para trás um pouco dos produtos agrícolas não colhidos, a fim de que os necessitados pudessem encontrar o suficiente para sobreviver (Lv 19:9, 10).

Na história do bom samaritano, Jesus enfatizou o perigo do convencimento religioso e dos afazeres religiosos que consomem nosso tempo e energia a ponto de nos cegar para os gritantes dramas sociais (Lc 10:30-37). Para ser um cristão, alguém deve agir como o próximo da pessoa necessitada. Os que sofrem clamam aos cristãos, sem diminuir o clamor de Deus aos seres humanos, porque Deus Se identifica com os que sofrem. Ser conhecido e reconhecido por Cristo não é algo que se alcança tornando-se profundamente religioso, porque mesmo a religião pode ser imoral (sacerdote e levita na parábola). O samaritano, embora um estrangeiro para a aliança e um intruso às promessas, torna-se a norma para o cristão por causa de sua ação humanitária.

Dorcas, uma senhora da igreja em Jope, estabeleceu outra norma para os cristãos. Mediante atos de caridade, tornou-se membro imprescindível da comunidade. Tornou-se o apoio e a esperança dos desesperados (At 9:36-43). Em memória de Dorcas e do bom samaritano, os cristãos instituíram sociedades e organizaram diversos programas assistenciais que levam o nome dessas duas pessoas. Esses programas não cumprem a tarefa a que se propuseram a menos que pessoas como Dorcas e o bom samaritano tomem a iniciativa de atuar na prática da caridade.

(3) *Regras de ação.* Deus ordenou a Seu povo que atendesse às necessidades dos desafortunados e necessitados. As passagens a seguir representam apenas pequena amostra das referências bíblicas estimulando o cuidado amoroso pelos outros: Êxodo 22:25; 23:3 e 11; Levítico 25:25-55; Deuteronômio 15:11; 24:12-15; Provérbios 14:31; 17:5; 19:17; 21:13; Isaías 3:15; 10:1 e 2; 61:1-3; 2 Coríntios 8:9; e Filipenses 2:5-11.

5. Mordomia Crista

Deus é o criador, mantenedor e supremo proprietário de tudo (SI 24:1). Até mesmo os seres humanos Lhe pertencem (lCo 6:19,20). Na condição de proprietário responsável, Ele confiou Sua propriedade aos seres humanos para que a administrem e conservem (Gn 1:26). Os cristãos levam essa incumbência muito a sério e incluem em seu estilo de vida as características de um bom administrador,

A fidelidade é o princípio básico e abrangente da administração (lCo 4:2). Um administrador fiel terá sempre em mente o melhor interesse do proprietário. Seus desejos e propósitos para com a propriedade serão decisivos na forma como a propriedade é utilizada ou gerida. A vida, a natureza e a influência são os três maiores bens confiados por Deus aos seres humanos, para que os guardassem e desenvolvessem para Ele (ver Aáordomia I).

a. Mordomia da vida. A vida é o mais precioso, o mais misterioso e o mais sagrado de todos os recursos partilhados por Deus com os seres humanos. A vida é também a primeira coisa que os seres humanos desvalorizam quando caem em pecado. Por essa razão, Deus ofereceu a vida de Seu Filho, o mais alto preço

já pago por algo, a fim de redimir a vida humana da destruição.

(i*) Princípios gerais. O princípio da procriação* foi o primeiro princípio dado com referência à vida (Gn 1:28). Essa é de foto uma tremenda responsabilidade porque a palavra "pro criação" significa “criar para" ou “criar no lugar de" Deus. Mediante esse ato os seres humanos participam na criação de novos e irrepetíveis seres humanos, assumindo a responsabilidade pelo nascimento, desenvolvimento e educação dos filhos. E por isso que o cristão põe ênfase no foto de que Deus dotou os seres humanos da capacidade de controlar seu impulso sexual, e deles requer que o utilizem exclusivamente dentro dos limites do casamento. Deus concedeu aos pais a tarefo de trazer vida ao mundo.

O *princípio do planejamento familiar* recomenda que os cristãos levem muito a sério o nascimento de um ser humano. “Façamos o homem”, disse Deus ao iniciar o primeiro planejamento familiar humano (Gn 1:26). Nada aconteceu por acidente na semana da criação. Deus nunca produziu nenhuma criatura descartável nem refugo de material genético. Casais responsáveis empregam muitas vezes a contracepção para evitar gravidez indesejada. Cumpre tomar duas precauções. Em primeiro lugar, os contraceptivos devem ser usados para impedir a concepção, e não para abortar fetos. Em segundo lugar, os cristãos nunca devem usar contraceptivos como apoio para a intimidade extraconjugal. Os padrões bíblicos promovem a abstinência sexual fora do casamento.Quando ocorre uma gravidez indesejada, as providências a serem tomadas são sempre dolorosas e arriscadas. Os cristãos devem ser guiados por princípios bíblicos.

O *princípio da preservação da vida* (Ex 20:13) enfatiza a importância da vida humana à vista de Deus (Gn 9:5, 6), e proíbe qualquer ação capaz de colocá-la em perigo ou de lhe rebaixar a qualidade. Além do mais, esse princípio proíbe o comportamento negligente ou criminoso (promiscuidade, estupro, incesto), tratando-se ou não de conceber vida humana.

O *princípio da santidade da vida humana* se baseia no fato de que a vida humana vem de Deus (Gn 1:26, 27; 2:7; SI 36:9), que é o proprietário da vida (ICo 6:19, 20), e que a vida se destina a um propósito especial (Gn 1:29, 30; SI 8:4-9). Essa diferenciação ocorre muito cedo no processo da vida (Jr 1:5; Lc 1:15; G11:15), sendo esta a razão pela qual o aborto não deve ser considerado um método de planejamento familiar. Só em situações extremas pode esse procedimento ser justificável. Dentre *esses* casos estão a gravidez infantil, a gravidez sob circunstâncias criminosas e o aborto para salvar a vida da mãe.

(2) Modelo normativo. O exemplo divino de abnegação para salvar a vida humana estabelece a elevada norma para o estilo cristão de vida (Jo 3:16). Joquebede, a mãe de Moisés, teve coragem e habilidade para preservar o filho da morte certa; isso serve como exemplo de respeito pela vida humana (Ex 2:1-10). A relutância das parteiras em executar a ordem de eliminar todos os recém-nascidos do sexo masculino desafia os cristãos a tomar posição sobre a questão (Ex 1:15-20).

(3) *Regras de ação*. Várias ordens diretas exigem mordomia da vida: Gênesis 1:28; 4:15; 9:6; Provérbios 4:23; Eclesiastes 11:9 e 10; 12:1-7; e Mateus 6:2-34 (ver Casamento, II.E.l; F.l).

b. Mordomia da natureza. A Terra em sua beleza e riqueza de vida e recursos foi confiada ao domínio humano (SI 8:6-8). A questão do que os seres humanos restituírão a Deus se torna cada vez mais relevante em vista da redução drástica da água, da atmosfera, da flora e fauna terrestres. Que incumbência atribuiu Deus, o proprietário, em Sua Palavra, aos cristãos a respeito da taxa de crescimento populacional, da exaustão dos recursos naturais, da ameaça de destruição nuclear e do aumento dos resíduos tecnológicos venenosos ou radioativos?

(Í) *Princípios gerais. O princípio da proteção da terra* (Ap 11:18) é básico, O cristão não deve destruir o meio ambiente.

O *princípio da simplicidade* pode contribuir significativamente para preservar os recursos da terra. O estilo de vida atual é o principal culpado pela lastimável condição em que se encontra este planeta e pelo seu futuro sombrio. O primeiro passo em direção à melhoria consiste em mudar nosso estilo de vida predatório. A adoção de um estilo de vida simples produz grandes benefícios. A simplicidade no comer, principalmente no consumo de carne, pouparia enorme quantidade de grãos. Estima-se que reduzir em 10 por cento o consumo de carne na América do Norte pouparia cereal suficiente para alimentar 60 milhões de pessoas durante um ano. Além disso, controlar a ingestão de alimentos ou simplesmente não desperdiçar comida pode economizar tanto dinheiro como recursos. Também é possível reduzir o consumo de energia fazendo-se consciente economia de gás, eletricidade e água. Por fim, a simplicidade recomenda rejeitar a mentalidade consumista, comprando só o que for realmente necessário, e não somente porque está em oferta.

(2) Modelos normativos. Paulo deu um exemplo de simplicidade e frugalidade. Trabalhava para ganhar o próprio sustento, embora tivesse direito â remuneração como apóstolo (At 18:1-3; iCo 9:12-15). O exemplo de Jesus estabelece a norma para o estilo de vida cristão dos dias atuais. Ele não possuía casa porque Sua vida e o trabalho não o exigiam. Não usava nenhuma roupa extravagante, nem atraía a atenção por usar roupas bizarras ou artigos de baixa qualidade (Mt 8:20; Jo 19:23). Não permitia que ninguém ditasse como seria Seu estilo de vida.

(3) Regras de ação. Em sua tarefa de conservar a Terra para Deus, os cristãos seguem a orientação da Bíblia. Deve-se manter em mente, porém, que a poluição em larga escala, o negligente esgotamento dos recursos do planeta e a superpopulação não eram problemas nos tempos bíblicos. Por essa razão, encontramos poucas regras diretas sobre o assunto. Um exemplo está em Deuteronômio 23:12-14.

c. Mordomia da riqueza. A Bíblia afirma que Deus é quem dá capacidade e oportunidade para adquirir e acumular riqueza (Ec 5:18, 19). Esse talento único traz consigo tanto bênçãos quanto tentações. O cristianismo formula padrões que ajudam a evitar as armadilhas da riqueza e a intensificar seu aproveitamento.

(1) Princípios gerais. O princípio da gratidão (Dt 8:17, 18; lCr 29:12) nos lembra que o talento natural e o esforço humano sozinhos não podem produzir riqueza. Muitos explorem as oportunidades, o tempo e os talentos dados por Deus para propósitos e prazeres egoístas. Os cristãos, porém, sabem que a gratidão a Deus ajuda a não transigir com atitudes arrogantes para com os pobres, mas a ser humildes e compassivos para com as necessidades dos outros.

O *princípio da honestidade* (Ex 20:15) protege das formas corruptas e inescrupulosas de realizar negócios. Para o cristão, os bons fins não justificam meios maus; nesse sentido, negócio e religião devem estar em harmonia.

O princípio da generosidade (Pv 11:24) estimula os cristãos a imitar o grande Doador que compartilha Suas riquezas com a humanidade. Para o coração humano pecaminoso, a ganância age de maneira sutil. Desejos legítimos acabam sendo vistos como necessidades justificadas pelo anseio crescente por um padrão de vida mais elevado. Para o cristão, a presença dos pobres não é um incômodo; é uma oportunidade para expressar amor. Consequentemente, as decisões relativas â forma como alguém vive devem sempre incluir o problema dos necessitados. A generosidade promove uma alegria excepcional, ao ◄§> mesmo tempo em que protege o doador da avareza (At 20:35).

O *princípio da dependência de Deus* (Ex 20:2, 3; cf. Jó 22:25, 26) adverte contra depositar nossa confiança e devoção nas riquezas em vez de em Deus. Pelo fato de proporcionar poder e razoável medida de independência, além de granjear respeito e consideração, a riqueza pode alienar a mente e o coração de Deus, e deslocar o foco da vida para longe de Seu reino (Mt 19:23).

O *princípio do dízimo* (Lv 27:30) nos lembra que tudo pertence a Deus (SI 24:1), que atende sistematicamente e fielmente às necessidade dos seres humanos, dos animais e de todo ser vivo. Aquele que possui tudo e a quem não falta nada Se faz de necessitado e vulnerável na vida de Seus servos. Designou pastores para ministrar em tempo integral, pondo-os no que seria uma posição pouco invejável, se o dízimo fosse uma oferta ou um imposto. Em vez disso, reivindica o dízimo como Seu. Qualquer retenção do dízimo é uma atitude contra Deus (lCo 9:3-14). Por essa razão os cristãos devolvem o dízimo a seu Proprietário.

(2) *Modelos normativos.* A Palavra de Deus registra histórias humanas tanto positivas como negativas para inspirar obediência aos princípios da mordomia e expor as consequências. Abraão era "muito rico; possuía gado, prata e ouro" (Gn 13:2), mas ainda assim se contentava com a vida simples de nômade. Por que razão? Porque um estilo de vida simples não interferia em sua amizade com Deus e em sua esperança de viver numa cidade cujo arquiteto e edificador é Deus (Hb 11:9, 10).

Moisés, embora candidato ao poder e incrível riqueza do trono egípcio, optou por levar um estilo de vida de peregrinação rumo à terra prometida. Não pôde aceitar as vantagens da realeza porque decidiu permanecer leal à sua pobre, explorada e subjugada nação (v. 24-28),

Embora rico e extremamente poderoso, o rei Salomão reconheceu que os tesouros, o poder e os prazeres terrenos não passam de vaidade quando se tornam o aspecto principal na vida de alguém (Ec 5:10, 11). Depois de ser desencamínhado para um estilo de vida imoral, compreendeu que tudo era vaidade. Por fim, orou para que não lhe fosse dada nem a riqueza nem a pobreza, mas somente o necessário, para que pudesse resistir tanto à tentação de furtar quanto à tentação de negar a Deus em Sua arrogância (Pv 30:8, 9).

A tragédia do jovem rico consistia no apego excessivo às riquezas materiais e uma correspondente separação de Deus e das necessidades do próximo. Ao vê-lo, Jesus proferiu a mais séria advertência a todos quantos se apegam mais a bens materiais do que a Deus (Mc 10:24, 25). A parábola do rico tolo enfatiza o mesmo ponto (Lc 12:16-21).

O apóstolo Tiago, a exemplo dos profetas anteriores a ele, pede contas aos ricos que são injustos e que maltratam seus trabalhadores (Tg 5:1-6; Is 1:16, 17; 3:13-15; Jr 22:13-17). Deus, dono de toda riqueza e que mantém um fiel registro de cada transação, dará o que é devido tanto a opressores como a oprimidos.

(3) Regras *de ação.* Os textos a seguir são apenas alguns exemplos de ordens bíblicas diretas quanto à mordomia da riqueza: Levítico 19:35 e 36; Deuteronômio 25:13-16; Salmo 62:9 e 10; Provérbios 11:1-4, 18, 19, 28; 22:1-9; 23:1-7, 10, 11; Jeremias 9:23 e 24; Ezequíel 45:9-12; Mateus 6:19-21; 13:22; e Marcos 10:24 e 25.

d. Mordomia do tempo. O tempo é outro dom de Deus à humanidade. Durante a semana da criação, o tempo foi dividido em segmentos de 24 horas com noite e dia, durante os quais o Criador realizou Suas atividades. Embora antes do pecado a vida tivesse apenas um começo, depois da queda, cada criatura sobre a Terra herdou um limite para a vida, ou seja, a morte (At 17:26). Por essa razão é de interesse de cada cristão praticar a correta administração do tempo (SI 90:10-12).

(1) Princípios gerais. O princípio da confiança no cuidado de Deus (Mt 6:25-34) inspira a liberdade em cada cristão. A ansiedade pelas necessidades futuras e básicas pode controlar o uso do tempo mais do que qualquer coisa. As melhores horas do dia, as melhores energias do corpo, da mente e da vontade são todas consumidas na obtenção do sustento. Jesus receava que a luta pela sobrevivência e pelo conforto, e mesmo a
705 ► competição com os semelhantes, pudessem ofuscar a necessidade maior: a necessidade de tempo com Deus, consigo mesmo, com a família e com os outros.

O *princípio do descanso* (Êx 20:8-11) mostra que a ansiedade não é o único fator que controla nosso tempo. Tempo também é trabalho. Ser é fazer. Nossa consciência está constantemente no modo operante, executando e realizando. Não fosse pelo chamado de Deus ao repouso, os seres humanos só fariam duas coisas na vida: trabalhar e dormir. Deus reservou para Si o sétimo dia da semana. Do pôr do sol de sexta-feira ao pôr do sol do sábado, os seres humanos devem cessar suas atividades e determinações, liberados da tirania do ganhar e do gastar dinheiro, a fim de passar tempo com Deus, consigo mesmo, com a família e com os amigos, Mas esse princípio também nos chama a descansar do temporal e do corruptível, do mutável e do passageiro. Ele nos ajuda a transcender o tempo e a pensar na eternidade, pela qual ansiamos (Ec 3:11). O sábado oferece um vislumbre da vida sem medo da morte. É um tempo em que nada terreno importa muito. Abraham Joshua Heschel resume esse assunto muito bem: “No tempestuoso oceano do tempo e do trabalho, existem ilhas de calmaria onde é possível entrar num porto e reclamar dignidade. A ilha é o sétimo dia, o sábado, um dia de desapego às coisas, aos instrumentos e assuntos práticos, bem como de apego ao espírito" (29),

O *princípio da diligência* (Ex 20:9) insiste na dedicação e no trabalho honesto como parte integrante da mordomia cristã do tempo. A preguiça é incompatível com o discipulado cristão, já que Deus providenciou seis dias para o trabalho. Além disso, o descanso é a cessação do trabalho, que deve necessariamente preceder o descanso. Por último, o descanso não é passivo como a preguiça. E um modo ativo de se concentrar na própria vida, no seu significado e nAquele que a criou.

O *princípio da oportunidade* (Ec 3:1-S) exige uso criterioso do tempo. A regularidade é a lei básica da natureza; a própria vida depende dela. A indolência desperdiça o tempo dos outros envolvidos na atividade. Pode também transmitir a ideia de um caráter instável e irresponsável.

(2)Modelos normativos. Deus deu o exemplo supremo da boa mordomia do tempo. Trabalhou durante os seis dias da criação e descansou no sétimo (Gn 2:2, 3; Ex 20:11). Ele está ativamente empenhado nos assuntos mundiais (Dn 4:34-37), mantém o Universo e a vida na Terra (SI 104:1-30), e é Ele quem opera o milagre da graça que transforma em vida eterna a vida humana presa ao tempo (Jo 4:14). Nenhuma de Suas ações atrasa ou adianta (Jr 25:12; Mc 1:15; G1 4:4; Ef 1:10). Mesmo assim, Ele dispõe de tempo para descanso e comunhão com Seus filhos e os convida a fazer o mesmo. Preocupa-se tanto com a Terra que ordena um tempo para que ela descanse (Lv 25:4); criou o período da noite para que os seres vivos possam repousar.

O estilo de vida de Jesus ilustra a saudável tensão entre o forte impulso para cumprir Sua missão (Jo 9:4) e o tempo dedicado ao repouso, que recria e revigora o corpo, a mente e a alma (Mc 6:31).

(3) *Regras de ação.* Diversas recomendações diretas expressam a vontade de Deus para a mordomia do tempo: Provérbios 6:6-11; 12:9, 11, 27; 13:4; 20:4; 21:25; 22:13;

24:30-34; 26:13-16; Eclesiastes 10:18; Efésios 5:15 e 16; 1 Tessalonicenses 4:10 e 11; e 2 Tessalonicenses 3:10-12.

D. *Padrões de Responsabilidade Pessoal*

Cada ação, palavra e atitude exercem impressão ou deixam marcas; chamamos isso de influência. O impacto é sentido primeiramente na própria pessoa e, depois, nos outros. A Bíblia recomenda responsabilidade no uso desse poder, chamando os cristãos a exercer sua influência no sentido de inspirar comportamentos bons e nobres (Rm 14:19, 20). Trataremos dos aspectos do estilo de vida cristão que causam poderoso impacto sobre nós mesmos e sobre os outros. Ao fazer isso, procuramos identificar os padrões bíblicos capazes de converter a influência cristã numa força positiva.

I. Padrões de Vestuário

A criação não é somente complexa e funcional, mas também é bela. As inumeráveis formas, cores e sons manifestos nas flores, pássaros, animais, plantas, montanhas, e mais completamente nos seres humanos, apontam para o maior de todos os artistas.

706 ► A vida humana tem por fim a beleza e a felicidade; daí a inclinação humana natural para admirar e buscar a beleza (Gn 2:9).

Durante milênios a roupa serviu principalmente para cobertura e proteção. Em círculos abastados também era considerada elemento estético. Mas a roupa também pode ser usada para ostentação. Os cristãos não se opõem à beleza e ao bom gosto, mas procuram em seu estilo de vida evitar a escravidão â moda e à ostentação.

(1) Princípios gerais. O princípio da frugalidade procura reduzir o desperdício de dinheiro e de recursos. Roupas de boa qualidade, adequadas ao usuário e apropriadas à ocasião, são o melhor investimento. A quantidade nunca é melhor do que a qualidade.

O *princípio da modéstia* (lTm 2:9) pede moderação na aparência. Os cristãos *não* devem chocar nem impressionar seus espectadores, nem se devem vestir para atrair a atenção. Os extremos, que expõem o corpo de alguém, e a opulência, contradizem o senso cristão de decoro e decência.

O *princípio da beleza interior* (lPe 3:3, 4) desvia nossa admiração de cores e estilos para o coração. A beleza externa só tem a profundidade da pele, e sua atração é temporária. A beleza interna do caráter — a beleza de um temperamento harmonioso, pacífico e benevolente - é mais duradoura; constitui de fato a verdadeira beleza. Sua influência motiva e inspira virtudes morais; sua presença cria uma atmosfera de confiança e amor. Os cristãos baseiam sua autoimagem nessa beleza interior; é por isso que não dependem de ornamentos externos para terem autoestima (Pv 31:30).

(2) Modelos normativos. Vários exemplos servem como normas de conduta para o uso cristão de vestuário. Jesus é um exemplo eloquente de modéstia e temperança no vestir. No entanto, na hora da crucificação, os soldados acharam que valia a pena dividir as vestes do Salvador entre si. Entenderam que Sua túnica sem costura era muito valiosa (Jo 19:23, 24).

Lúcifer, simbolicamente descrito na lamentação sobre o rei de Tiro, caiu porque seu coração se tornou orgulhoso por causa de sua beleza (Ez 28:1-10). Mesmo um anjo não está seguro do poder enfeitiçante da indevida atenção à beleza. O cristão reconhecerá nesse exemplo negativo uma advertência contra a dependência da atratividade exterior,

A unção de Davi como rei na casa de seu pai, Jessé, ilustra a norma divina da beleza. Sete vezes Samuel falhou em reconhecer a falta de beleza interior por causa de seu fascínio pela aparência externa dos irmãos de Davi (ISm 16:6-13).

(3) *Regras de ação.* As Escrituras apresentam várias regras diretas que recomendam

0 bom decoro cristão. Dentre elas, temos: 1 Samuel 16:7; Mateus 6:28-33; Romanos 12:3; Tito 2:2-7; e 1 Pedro 3:3-5.

2. Questões sobre Padrões de Vestuário

a. Joias. O ponto de vista cristão sobre a ornamentação pessoal é de particular importância. Embora a maioria dos cristãos de hoje não veja nada ou quase nada de errado no uso de joias, a instrução bíblica conduz para longe dessa prática.

{*1*) *Princípios gerais.* Já mencionamos vários princípios bíblicos que governam a decisão do cristão a respeito da ornamentação pessoal. Os que se referem à responsabilidade social — *abnegação, identificação* e *sacrifício* (II.C.4.c) - também se aplicam aqui, bem como os relacionados com a mordomia cristã (II.C.5). Mais importantes ainda são os princípios que regem a questão do vestuário (II.D.l). Um cristão deve levar uma vida simples, isenta de ostentação, despesas desnecessárias e qualquer espírito de competição. Em uma sociedade que dá grande importância à aparência exterior, o cristão deve cultivar o que Pedro chama de o "incorruptível trajo de um espírito manso e tranquilo" (IPe 3:4).

A autoestima de um cristão se baseia no fato de os seres humanos terem sido criados à imagem de Deus (Gn 1:26, 27). Eles não precisam de embelezamentos externos para ter dignidade. No Salmo 8:4-9 Davi atribui sua autoestima à criação. Deus dotou cada pessoa de dons e talentos únicos (Mt 25:14-29). Por fim e mais importante: todos os seres humanos são preciosos porque todos foram comprados por alto preço, mais valioso do que metais ou pedras preciosas (iCo 6:20), Pelo fato de sermos de valor tão inestimável a ponto de o Filho de Deus ter entregue Sua vida por nós, a ornamentação externa nada pode acrescentar a nosso valor pessoal.

(2) Modelos normativos. Alguns afirmam que passagens como Salmo 45:9, ísaías 61:10, Ezequíel 16:11-13 e Apocalipse 21:2 aceitam adornos e joias como normas bíblicas, e que determinações como as contidas em 1 Timóteo 2:9 e 1 Pedro 3:3 e 4 devem ser consideradas excepcionais. E preciso examinar essa controvérsia.

Num esforço para entender o uso de adornos na Bíblia, devemos ter em mente as diversas formas de adorno e os diferentes propósitos e intenções que motivaram o seu uso. Os belos paramentos do sumo sacerdote continham grande quantidade de ouro e pedras preciosas. As doze joias no seu peitoral, por exemplo, simbolizavam as doze tribos de Israel, e as duas pedras sobre seus ombros comunicavam a aprovação ou desaprovação de Deus. Um estudo cuidadoso das vestes sacerdotais confirma que os propósitos simbólicos e litúrgicos tinham precedência sobre os estéticos (Êx 28).

Os adornos usados pelas noivas na Bíblia incluíam joias e metais preciosos. Ficar bonita para o noivo era o propósito principal dessa ornamentação. Não se tratava de uma exibição de riqueza nem uma manobra para atrair a atenção de outros homens, mas uma tentativa de agradar ao amado. E assim que a Nova Jerusalém, descrita em Apocalipse 21:2, é "ataviada como noiva adornada para o seu esposo". Essa espécie de embelezamento é diferente em espírito e intenção dos modernos adornos de ouro e joias.

Em Ezequiel 16:11-13, o próprio Deus adorna um donzela. Vários comentaristas nos lembram que a Escritura usa as formas de pensamento e imagens de sua época para ilustrar um ponto ou ensinar uma verdade importante, mesmo quando a imagem não é digna de imitação nem apropriada para ser aplicada em sentido literal (ver Os 1:2, 3; Lc 16:19-31). Não bastasse isso, toda a cena é uma metáfora. A criança que sob a criação de Deus cresce para se tomar uma bela noiva representa Israel, Seu povo, assim como a noiva de Apocalipse representa a nova Jerusalém, Sua igreja. Se a pessoa tem sentido simbólico, os adornos e as joias também devem tê-lo.

A parábola representa o milagre da redenção pela qual se redimem a feiura do pecado e a desfiguração de nosso caráter decaído. Somos vestidos de linho finíssimo (Ap 19:8) e adornados com o que é precioso à vista de Deus: o ouro de Apocalipse 3:18.

Embora seja verdade que a Bíblia relata diversos casos de uso de joias para os quais não parece haver condenação (Rebeca em Gn 24:30; José em Gn 41:42; e o pródigo em Lc 15:22), o uso de joias também é associado com mulheres más (Jezabel em 2Rs 9:30; as filhas rebeldes de Israel em Is 3:16-24; e a prostituta de Ap 17:4). Além disso, em dois exemplos claros, as joias foram removidas num tempo de reavivamento espiritual (ver Gn 35:2, 4; Êx 33:5, 6). O conselho inspirado de Pedro é realmente valioso: "Não seja o adorno [...] o que é exterior [...]. Seja, porém, [...] o incorruptível trajo de um espírito manso e tranquilo" (IPe 3:3, 4).

(3) A lógica adventista do sétimo dia. Os adventistas do sétimo dia se abstém de ostentar joias porque: *Cremos no Deus Criador,* que Se importa com Suas criaturas e é digno da nossa confiança. Entendemos ser nossa missão demonstrar total dependência dEle, e que depender, ainda que ligeiramente, da posse de valiosos ornamentos perecíveis comprometería nosso testemunho (Mt 6:19-21, 25, 26), Somos *discípidos do humilde e modesto Mestre.* Somos felizes em ser como nosso Mestre em humildade e simplicidade (Jo 15:18-20). *Valorizamos a beleza interior* e nos esforçamos por resistir à manipulação da publicidade e da influência de nossa sociedade. *Preocupamonos com as necessidades dos outros,* filhos negligenciados, mães sem alimento para os filhos, idosos sem ninguém para amá-los e apoiá-los. Essa preocupação exige simplicidade no estilo de vida (Mt 25:31-46). "O evangelismo global da igreja clama cada vez mais por recursos. Na qualidade de seguidores de Jesus, devemos fazer tudo o que pudermos, onde estivermos" (Johnsson, 10).

b. Moda. O mundo da moda tenta ditara o que homens e mulheres devem usar e como devem modelar o cabelo e decorar o rosto. Cada temporada que passa traz alguma mudança, tornando obsoleto o guarda-roupa da estação passada. Não bastasse isso, alguns estilos zombam dos princípios bíblicos da modéstia, da simplicidade e da temperança. O discipulado cristão requer total lealdade a Cristo, sem deixar ensejo para os cristãos serem escravizados pelos ditames da moda.

3. Padrões de Recreação

O coração e a mente são os dois centros dos quais flui o comportamento humano. Em Mateus 12:33-35 Jesus mostra que as ações e as palavras dependem do coração, ao passo que o sábio Salomão declara: "Porque, como pensa em seu coração, assim ele é" (Pv 23:7, KJ V). E por isso que Davi repetidas vezes suplica a Deus para sondar o que está em seu coração e em sua mente (SI 26:1-7), a fim de eliminar qualquer "caminho mau" (SI 139:23, 24).

À vista disso, o cristão conserva a pureza de coração e mente estabelecendo padrões que o ajudem a evitar a exposição ao mal. Mesmo durante as horas de lazer e recreação, as portas que conduzem para o coração e a mente devem ser cuidadosamente guardadas, a fim de que não penetre nada que contradiga a vontade de Deus ou dela o afaste (Hb 8:10).

(J) *Princípios gerais. O principio da pureza* (SI 51:10) rejeita qualquer pensamento ou desejo mau como importuno e perigoso. Demorar-se ou hesitar, dizer até onde se pode ir na impureza, quanta concessão pode ser feita, ou quão perto do perigo se pode chegar sendo ainda seguro, contradiz esse padrão (SI 24:4; Mt 5:8), Os cristãos desejam ser puros como Cristo é puro (IJo 3:3).

O *principio de compromisso total com Deus* (Mt 22:37; Fp 4:8) requer que a pessoa com todo o seu ser procure agradar a Deus acima de tudo. "Como posso melhor

refletir Sua imagem?" é a pergunta daqueles que amam a Deus mais do que a si próprios.

0 *principio do domínio próprio* (1 Co 9:24-27) ordena aos cristãos que ponham suas faculdades físicas, mentais e espirituais sob o controle do Espírito Santo. Os cristãos são peregrinos em território inimigo, onde a língua *é* estrangeira, as comidas e bebidas são perigosas, os valores e hábitos são incompatíveis, e cada passo requer energia, precaução e resistência. Pedro nos adverte para reunir toda a nossa diligência rumo ao "domínio próprio" (2Pe 1:5, 6; ver G1 2:22, 23).

O *princípio da recreação* (Is 40:31) enfatiza a natureza espiritual da verdadeira recreação. Quando o tempo de lazer se torna um tempo de confirmação, estímulo ou inspiração para propósitos mais nobres e elevados, quando fortalece nosso senso de pertencer a Deus e a nossos semelhantes, então ele realmente recria e renova o coração e a mente.

O *princípio da presença de Deus* (SI 139:2-12) é tanto confortador quando preocupante. Ellen G. VVhite escreve: "Se acalentássemos uma impressão habitual de que Deus vê e ouve tudo que fazemos e dizemos, e conserva um registro fiel de nossas palavras e ações, e de que devemos deparar tudo isso, teríamos receio de pecar. Lembrem-se sempre os jovens de que, onde quer que estejam, e o que quer que façam, acham-se na presença de Deus. Parte alguma de nossa conduta escapa à observação. [...] A mais escura meia-noite não é uma cobertura para o criminoso. Ele pode julgar-se só, mas para cada ação há uma testemunha invisível" (PP, 217, 218).

A presença de Deus, no entanto, não é opressiva nem intimidante. Seu objetivo não é punir, condenar ou destruir. Davi sentiu a mão onipresente de Deus liderando-o e amparando-o (SI 139:10). Por natureza, Deus é absolutamente incompatível com o pecado. Assim sendo, a consciência habitual de Sua presença em nossos pensamentos e emoções pode manter o pecado à distância.

(2) Modelos normativos. José fornece um belo exemplo de pureza, domínio próprio e uma vida vivida na presença de Deus. Ele podería ter racionalizado que suas tarefas diárias e o tratamento rude que recebia lhe davam direito a um momento de prazer. Mas José não se demorou pesando as consequências e considerando a situação. Enfrentou a incrível tentação com coragem resoluta. A atmosfera interior do seu coração é descrita por Ellen G. White como "inocência consciente". O pecado destruiría essa inocência, mas José não estava disposto a abandoná-la. O argumento deci--*sívo, porém, foi a presença de Deus. Mesmo quando "ninguém dos de casa se achava presente", José estava consciente da companhia de Deus e a estimava. As abordagens, replicava: "Gomo, pois, cometeria eu tamanha maldade e pecaria contra Deus?" (Gn 39:9-11). Uma atitude pecaminosa iria contra os objetivos de sua vida, e ele preferia permanecer perto de Deus.

A Bíblia registra muitos exemplos negativos de pessoas que desperdiçaram seu tempo em distrações e entretenimento insalubres. O povo de Sodoma e Gomorra colheu a destruição por sua vida depravada (Gn 19:13, 24, 25). A vida de Sansão terminou de maneira trágica devido à sua falta de domínio próprio (Jz 16:28-30). Mas a vida de Jesus permanece como o exemplo supremo de vida saudável e pura. As três tentações que se seguiram a Seu batismo (Mt 4:1-11) e a sedução para abandonar Sua missão em troca de reinos e prazeres terrenos — a tudo isso ele resistiu com vigor e determinação. No final das contas, Sua morte na cruz se tornou a norma incomparável que convida Seus discípulos a seguir a vontade de Deus como o guia para a felicidade humana.

(3) Regras de ação. Várias regras concretas podem servir como diretrizes para o cristão no uso do tempo de lazer: Salmo 1:1-6; Provérbios 25:28; Eclesiastes 11:9;

12:1; Romanos 1:28; 8:6; Gálatas 5:22 e 23; Filípenses 1:9-11; e Colossenses 3:2.

4. Questões sobre Recreação

O cristianismo não se opõe de maneira alguma ao divertimento saudável e à verdadeira recreação. De fato, os jogos, a música, a leitura, o ouvir rádio e assistir TV podem ser benéficos e edificantes. Os cristãos, porém, são tentados a participar em atividades insalubres. A infiltração dos valores da sociedade associada ao desejo de não parecer esquisito pode levar a transigências. A atratividade do entretenimento com seu apelo aos fortes impulsos do corpo, da mente e do coração torna alguns cristãos vulneráveis. A falta de esforço criativo e intencional das famílias da igreja e da sociedade em fornecer entretenimento sadio pode criar um perigoso vácuo de tédio. Por fim, o exemplo dos adultos orienta muitas vezes os jovens numa direção que contradiz o que eles ensinam e professam. Mencionaremos resumidamente várias dessas questões.

a. Leitura. Os materiais escritos são fortes veículos na comunicação de idéias, pontos de vista e conceitos. Um escritor habilidoso pode pintar na mente do leitor um quadro tão impressionante que nenhuma representação na TV ou no teatro pode com ela rivalizar, A página impressa penetra nas recâmaras do coração e da mente, abastecendo assim o depósito do qual retiramos nossas ações e reações. Muitos são os perigos da leitura imprópria. A leitura de ficção, por exemplo, pode separar o leitor da realidade; o mundo de fantasia pode se tornar um refúgio fácil quando a vida real exige decisões difíceis e imediatas. Valores danosos e mesmo perigosos podem entrar furtívamente em nossa mente e coração sob a camuflagem de um estilo empolgante e enredo sensacional. Lenta e ímperceptivelmente vamos nos tornando o que lemos, porque a boca fala do que o coração está cheio.

A escolha da leitura deve ser guiada pelos mesmos princípios bíblicos que governam tudo na recreação. Toda leitura deve glorificar a Deus (ICo 10:31) e edificar a mente e o espírito (Fp 4:8).

b. Rádio e televisão. Enormes somas são gastas para conquistar a audiência no rádio e na TV. Com raras exceções, o objetivo dessas mídias é vender idéias, serviços ou produtos. Pela audição e pela visão, a pessoa é exposta à constante publicidade que introduz as técnicas de venda na privacidade de seu lar, tentando criar necessidades que se traduzirão em compras e formarão uma mentalidade consumidora.

Os padrões da conduta retratados em muitos programas não se coadunam com o estilo de vida cristão descrito neste artigo. O sexo e a violência permeiam canções e programas. Retrata-se diariamente o desrespeito para com as autoridades e até para com Deus. Mesmo as transmissões de notícias e os programas de entrevistas exibem geralmente uma programação contrária aos costumes dos discípulos de Cristo. ^

A quantidade de tempo que se gasta diante da TV num lar mediano supera muitas vezes a quantidade de tempo dedicado ao companheirismo em família ou em atividades compartilhadas. Isso fez com que a televisão se tornasse o modelo e o mentor das crianças de hoje. Mesmo em lares cristãos, o culto familiar é amiúde substituído pela programação televisiva. O tempo gasto por muitos ouvindo rádio é igualmente espantoso.

Embora o cristão pudesse estar mais seguro não possuindo um televisor, essa opção é provavelmente irrealista. Deve-se exercer, porém, grande cuidado na escolha dos programas a serem vistos. Alguns acham útil consultar o jornal ou guia de programação. Em todo o caso, é preciso implementar e aplicar regras meticulosas, especialmente numa casa onde há crianças. Tendo em vista o bem-estar físico, mental e espiritual delas, devem as crianças ter horários restritos para ver TV. Os pais devem assistir TV com os filhos para saber o que estão vendo

e ser capazes de discutir com eles os benefícios e os perigos de tais programas. Não deve haver nenhuma hesitação em mudar de canal ou desligar a TV se um programa for ou se tornar indesejável. Mesmo assim, o cérebro humano é tão rápido em captar ideías, atitudes e sensações que, quando se percebe que o programa não preenche os padrões cristãos, pode ser tarde demais para impedir que alguma ideia, palavra ou quadro mental se aloje nos recessos da mente e do coração. E importante selecionar judiciosamente quem falará, cantará ou aparecerá em nosso lar, seja pessoalmente, seja na tela da TV.

c. Cinema. Muito do que foi dito sobre a programação televisiva serve perfeitamente para o cinema. Fora isso, surgem diversas outras questões quando os filmes são vistos no cinema. Para começar, o espectador não tem nenhum controle sobre o filme ou suas cenas. Depois, a pessoa se torna parte do grupo de espectadores, com gostos, valores e preferências pessoais eclipsados pelos da maioria. A cena que um cristão rejeita, a multidão pode muito bem aplaudir ou gargalhar dela; já a cena que um cristão aprova pode ter da parte do restante reação oposta. O impacto da maioria enfraquece facilmente o julgamento individual (SI 1:1-3). Além disso, o cinema não é um lugar ideal para sentir a presença de Cristo. Por último, por haver pago o ingresso, a pessoa reluta em sair.

Embora alguns dos problemas enfrentados em ver um BIme no cinema desapareçam quando se assiste a um vídeo na privacidade do lar, a questão básica continua a mesma. E preciso seguir os princípios bíblicos da pureza e do decoro ao escolher o que permitiremos entrar em nossa mente e no coração (Pv 4:23).

d. Dança. Embora a dança como expressão espontânea de alegria e felicidade tenha ocorrido na vida do povo de Deus (Êx 15:21, 22; 2Sm 6), não se pode comparar a dança bíblica com o seu equivalente moderno. Primeiramente, a dança social contemporânea não *expressa* um estado de espírito, mas é programada para *criar* um estado de espírito específico escolhido pelo cantor ou animador. Os que participam dessa dança ficam vulneráveis a influências e valores que normalmente não escolheríam. A experiência confirma que os estados de espírito expressos na dança bíblica (alegria, gratidão, louvor) são diametralmente opostos aos criados nos bailes (excitação, luxúria, sedução), os quais não se harmonizam com o estilo de vida cristão. A música e o ritmo romântico despertam sensações íntimas e emoções privadas num contexto público. E inevitável que num lugar assim o cristão seja confrontado com tentações desnecessárias e incríveis desafios à sua identidade cristã. A dança social legitima uma proximidade física que nunca seria permitida em outra situação. Essa proximidade tende a despertar desejo sexual que não pode ser satisfeito fora do relacionamento conjugal. Em último lugar, a dança é muitas vezes acompanhada de álcool, drogas, violência e comportamento desenfreado. O vestuário sensual, a atmosfera e a música criam contatos inesperados, que levam a pensamentos impuros e consequências infelizes. Os cristãos devem se perguntar se podem contar com a presença de Deus ao visitar tais eventos e lugares (SI 1:1-6).

e. Música. A música é um poderoso meio de comunicar idéias e afetar a dispo- ■< sição de espírito dos ouvintes. Vários elementos se combinam para exercer essa forte influência. Primeiro, a melodia e a harmonia, que podem ser agradáveis ou ameaçadoras, pesarosas ou alegres, românticas ou inexpressivas, atingem a mente e o coração, criando uma atmosfera interior correspondente. O ritmo e o compasso intensificam a eficácia da melodia e da harmonia. A letra adiciona a expressão poética com palavras e intensificam o impacto total. Pelo fato de a influência da música ser intrinsecamente subliminar, é difícil estabelecer uma medida e fazer uma avaliação objetiva. As diretrizes

nesse contexto devem depender dos princípios da recreação acima mencionados.

A combinação de letras religiosas com melodias românticas ou cômicas, por exemplo, banaliza os temas sagrados. De modo semelhante, belas harmonias e melodias atraentes estimulam os sentimentos e reduzem a vigilância, especialmente num contexto de grupo. Além disso, músicas líricas de mau gosto podem ser habilmente camufladas a fim de parecerem músicas inofensivas. Por fim, a música pode se transformar numa força capaz de transcender a cultura e os limites da igreja, disseminando seu bom ou mau impacto na formulação de idéias ou gostos. As gerações se dividem nesse sentido, e os valores cristãos são fortemente afetados. Somente mediante firmeza inflexível e vigilância cuidadosa se pode encontrar uma medida de segurança para o que é depositado em nossa mente e coração.

5. Virtudes Gristãs

Um estilo de vida cristão exige mais do que conformidade a padrões; requer capacidade de tomar decisões acertadas ou prontidão para as boas obras. A conduta humana abrange dimensões e exerce influência para além do comportamento externamente observável. Uma de suas dimensões de mais longo alcance é a íntima interdependência entre a conduta observável e a identidade interna de uma pessoa moral. As ações afetam a personalidade assim como a personalidade afeta as ações. Um comportamento repetido forma hábitos; a conduta habitual cria virtudes ou vícios; esses, por sua vez, esculpem um modelo único para cada caráter humano.

O cristianismo se esforça por harmonizar a conduta observável com a identidade, a imagem de Deus. Primeiramente, Deus entra na nossa história pessoal para nos livrar do ciclo vicioso de pecado e morte (Jo 1:12, 13) e estabelecer um ciclo virtuoso de justiça e vida (Jo 3:16). Em segundo lugar, Ele abre a casa do tesouro celestial para restaurar e desenvolver Sua imagem em nós (Jo 1:14, 16). Em último lugar, Seu amor define os padrões de um estilo de vida cristão que materializa esse amor dentro do contexto das relações humanas. Concluímos com um breve esboço das virtudes cristãs que fluem de uma vida cristã vibrante, restaurada à imagem de Deus.

a. Integridade. Essa palavra vem do latim *integritas*, que quer dizer "inteiro, intacto, completo". Em aritmética, os números inteiros, como 1, 2, 3, 4, possuem várias qualidades importantes. Primeiramente, cada um é único e diferente do outro. Em segundo lugar, cada um permanece o que é, não importa como seja usado: o número 5 será sempre o número 5 e funcionará como 5, na adição, subtração, divisão ou multiplicação. Em terceiro lugar, eles não admitem nenhuma falsificação. Se adicionarmos ou subtrairmos, não importa se pouco ou muito, o número inteiro deixará de sê-lo e se tornará outro número.

A virtude da integridade se compõe de caráter, atitudes, ações e palavras em completa e imutável harmonia com a verdade e a realidade. Qualquer divergência por adição ou subtração destrói a perfeição e a genuinidade da verdade experimentada ou expressa.

A *integridade do ser* é a manifestação mais essencial da verdade (Jo 14:6). Uma vida adornada com essa virtude adquire a capacidade de exibir todas as outras virtudes em sua plenitude. Adquire a capacidade de compreender, experimentar e expressar a realidade do modo mais confiável. Ellen White descreve homens e mulheres íntegros como **"homens** que **não** se comprem nem se vendam; homens que no íntimo da alma sejam verdadeiros e honestos; homens que não temam chamar o pecado pelo seu nome exato; homens cuja consciência seja tão fiel ao dever como a bússola o é ao polo; homens que permaneçam firmes pelo que é reto ainda que caiam os céus" (Ed, 57).

Transigência para com princípios, hipocrisia, covardia, desonestidade, desonra e

coisas semelhantes a essas não podem coexistir com a integridade. Uma palavra ou ato incorreto mancha a genuinidade e a pureza do caráter, de modo que só a graça de Deus pode trazer cura e recriar a inteireza perdida. Homens e mulheres como José, Daniel, Ester e Maria, a mãe de Jesus, permanecem como exemplos de seres humanos que, apesar de pecaminosos, desenvolveram a virtude da integridade. Ser verdadeiro e puro se tornou para eles um primeiro impulso e uma escolha espontânea, mas firme. Uma pessoa de integridade, assim como um número inteiro, manifesta autenticidade e inteireza em todos os tempos e circunstâncias.

A *integridade na linguagem* encontra sua melhor expressão no conselho de Jesus em Mateus 5:37, Nossas palavras devem refletir a realidade. Alterar a verdade ou subtraí-la, alegando tratar-se de toda a verdade, é de procedência maligna. Uma pessoa de integridade ama a autenticidade, a franqueza, a lisura e a sinceridade acima de qualquer lucro ou recompensa. Não há nenhuma "mentira branca" nem "meias verdades" no estilo de vida cristão.

Tem havido muito debate em torno das chamadas mentiras inevitáveis, como aquela que diz que tornar conhecida determinada verdade pode colocar a vida de alguém em perigo. A questão é: tem alguém o "direito" de saber a verdade quando suas intenções são as de prejudicar a pessoa inocente com base nesse conhecimento? Em termos mais simples: a pessoa íntegra está autorizada a mentir para alguém que não está autorizado saber a verdade? Continua uma mentira "autorizada" sendo mentira? Pode-se modificar a verdade para a pessoa que não tem o direito de saber? O impulso natural da pessoa íntegra é proteger a pessoa inocente retendo informações. Com base em minha própria experiência, presenciei diversas ocasiões em que um simples "não sei" (caso seja verdadeiro) ou "não posso dizer" ou "você sabe o suficiente" ou ainda "procure essa informação noutro lugar" impediu o cristão de mentir. Nessas situações muito excepcionais, a escolha era poupar vidas inocentes sem perder a própria inocência, e muitas vezes a um preço bastante elevado. Afinal de contas, minha própria vida não é mais preciosa do que a da pessoa que se oculta sob a proteção do meu bloqueio e do meu silêncio.

Graças a Deus, as circunstâncias excepcionais são excepcionais mesmo, e Ele prometeu uma medida excepcional de graça para atender cada necessidade excepcional. Graças a Deus também por Sua misericórdia a nós estendida quando nos arrependemos das palavras e atitudes enganosas, por nos ouvir quando oramos "não nos deixes cair em tentação" e por nos curar dos maus hábitos.

b. Prudência. A prudência é a primeira virtude cardeal da tradição clássica da filosofia (Aristóteles) e da teologia (Agostinho, Aquino). Define-se como a capacidade do agente moral de escolher os meios corretos para um fim específico. Como a integridade, a prudência afeta todas as outras virtudes no sentido de que, ao exercitá-la, promos[f]e-se a sabedoria prática e o senso comum.

Uma pessoa prudente decide e age com prudência, sagacidade, circunspecção e presciência. A Bíblia enfatiza a importância da prudência no estilo de vida cristão. Em Provérbios, a pessoa prudente é retratada como cuidadosa no que fala (12:23), disposta a evitar o mal e as suas consequências (14:16*, 22:3; 27:12), preparada para receber reprovação e conselho (15:5) e disposta a ignorar o insulto (12:16). Jesus demonstrou a necessidade da prudência tanto na vida diária como na vida espiritual por meio de várias parábolas (Mt 7:24-27; 25:1-30; Lc 16:1-9), de Seu exemplo pessoal (Mt 16:1-4; Jo 12:33-36) e de Seus ensinos (Mt 10:16).

A concepção cristã de prudência não é egocêntrica. Uma decisão prudente não tem em vista somente o que é benéfico para a

própria pessoa. Jesus ensina que, sempre que houver conflito entre o dever para com Deus e o dever para consigo mesmo, os cristãos agirão segundo o princípio e não segundo a prudência egoísta (Mt 5:38-48; 6:19-34; 10:37-39; 16:24-27). O amor abnegado de Jesus e o martírio de milhares de cristãos estabelecem o exemplo para o estilo cristão de vida. A providência funciona melhor sob a orientação do Espírito Santo, da Palavra de Deus e dentro do contexto da comunidade
713 ► cristã. Os cristãos pesarão as alternativas, orarão por sabedoria e buscarão conselho, mas, no hm das contas, confiarão sua prudência à providente orientação divina.

c. Coragem. A Bíblia descreve muitas vezes a vida cristã sob a figura de peregrinação, guerra e discipulado. O estilo de vida cristão deve, portanto, corresponder ao espírito de pioneirismo, valor militar e serviço a um mestre. Tudo isso requer coragem, isto é, a capacidade de agir racionalmente em face do perigo. Várias condições ajudam a desenvolver a coragem no caráter de um cristão. Primeiramente, a mudança radical que ocorre em todos os níveis da vida por ocasião da conversão requer coragem para enfrentar hábitos pessoais e tendências para o mal (ICo 9:24-27), para resistir às pressões da sociedade e dos pares (Dn 3:16-18; 6:19-23), para aceitar a separação de membros da família (Mt 10:34-38) e até para suportar perseguição e enfrentar a morte (Ap 2:10; 7:14). O compromisso cristão também precisa de coragem para permanecer firme em face do desânimo e da desesperança (SI 27:14). A coragem se origina da experiência em tentações e provas (2Co 4:16-18). Por último, o chamado para assumir uma posição de liderança desenvolve a força e a coragem para enfrentar os problemas, confiando somente no poder de Deus (Js 1:6, 9; 10:25).

A coragem como virtude moral procede da fé em um Deus que governa o Universo, Se interessa pelas necessidades de Seus filhos, perdoa e cura as fraquezas deles (Rm 8:31-39). Não se baseia somente em força física nem em qualidades humanas. E um tipo de vigor moral que capacita os discípulos a seguir o Senhor e Mestre de sua vida, a despeito da tribulação e da dor (Hb 12:2).

d. Perdão. Desde a queda no pecado, a vida humana tem subsistido com base no perdão (Ef 4:32; Ne 9:17). O estilo de vida cristão deve promover essa virtude até a consumação do reino de Deus, onde o perdão não será mais necessário porque não existirá mais pecado. A Bíblia insiste em que os filhos de Deus precisam aprender a perdoar e desenvolver essa virtude em seu caráter. Isso deve acontecer porque todo ser humano desde Adão (exceto Jesus) pecou (Rm 3:23), trazendo assim graves prejuízos para si mesmo e para os outros. O ressentimento e a inimizade resultantes de cada ato pecaminoso, e a distância que o pecado cria entre os seres humanos, e entre os seres humanos e Deus, são simplesmente insuportáveis. O perdão dos pecados é a única forma de estender uma ponte sobre essa distância e restaurar relações fraturadas. O perdão acontece quando propositadamente se deixa de lado o ressentimento causado pela ofensa. O perdão desempenha, portanto, papel crucial no processo de santificação.

Contudo, o coração humano pecaminoso não tem recursos para produzir um comportamento santo e puro, evitando assim futuras ofensas morais. Somente a graça e o poder de Deus podem produzir o perdão.

Para entender o perdão, devemos prímeiramente dizer o que ele não é. O perdão não é desculpa nem justificativa. Em vez de provar a inexistência de um ato injusto, o que o perdão faz é confirmá-lo. Pedir perdão significa admitir o mau procedimento e constitui também um apelo para ser liberado da culpa e ter uma segunda chance. Nem uma coisa nem outra faz do perdão uma desculpa para o erro. Arranjar meios de negar a

responsabilidade do outro pela ofensa, e aceitar circunstâncias atenuantes como ignorância, adversidade ou coerção fazem é diminuir a culpa. Uma admissão parcial da culpa só produz uma reconciliação parcial. Perdoar é ratificar a responsabilidade, mas também liberar da culpa e restaurar o relacionamento. Por fim, o perdão não é um ato de rebelião contra a ordem moral nem uma rejeição dela. O ressentimento da parte ofendida sinaliza uma violação, uma perturbação de um estado regular e ordenado de coisas. O perdão procura restaurar a ordem e o respeito de direitos e privilégios.

Essa concepção de perdão dá a entender que os cristãos não podem aceitar a noção de um perdão incondicional do pecado. De fato, as Escrituras ensinam claramente que o arrependimento é o pré-requisito mais importante para a restauração de relacionamentos saudáveis (Ez 18:30; Mt 3:2; At 17:30, 31; Ap 2:5, 16). Podemos discernir três passos no ato do arrependimento. O primeiro é a admissão ou confissão do pecado (Pv 28:13; Ez 33:14, 15; ljo 1:9). Ao fazer isso, o pecador reconhece seu erro e aceita a responsabilidade por ele. Os princípios morais de certo e errado são confirmados pelo próprio indivíduo que os transgrediu.

A confissão sozinha não é capaz de promover a desvinculação total do pecador em relação ao pecado. Aquele que cometeu o erro deve estar disposto a abandonar essè erro. Esse é o segundo passo. A confissão verbal deve ser acompanhada pela vontade de mudar. A Bíblia nunca ensina o perdão *no* pecado em nome do amor ou de qualquer outro ato divino, porque Deus jamais desculpa o pecado. A Bíblia insiste no perdão *do* pecado, comunicando o poder para resistir ao maligno (Lc 1:77; At 2:38; Rm 6:1-4). Ellen G. VVhite declara o seguinte:

"Satanás engana a muitos com a plausível teoria de que o amor de Deus para com o Seu povo é tão grande que Ele desculpará o pecado neles. [...] Nunca houve nem nunca haverá perdão incondicional do pecado. Tal perdão mostraria o abandono dos princípios de justiça que constituem o próprio fundamento do governo de Deus" (PP, 522).

O mal que praticamos traz prejuízos e perdas aos outros; a justiça requer a plena restituição dessa perda. Esse é o terceiro passo no ato de arrependimento cristão (Nm 5:7). A plena restituição raramente é possível. E aqui que o sacrifício expiatório de Jesus Cristo intervém. Ele Se apresenta como substituto, assumindo a condição do culpado. O perdão sempre acontece “em Cristo” (Ef 4:32), para que perdoemos nosso próximo como Cristo nos perdoa (ljo 2:12).

Ao se arrependerem, os pecadores se desvinculam do pecado. O arrependimento também envia uma mensagem de autoestima e, acima de tudo, de respeito pelo bem-estar e direitos do outro. Assim, a relação é restaurada. O arrependido declara: "Não me identifico mais com esse erro e quero dele me separar; estou junto com você ao condená-lo.”

Mas por que, afinal de contas, deve existir o perdão? Por que essa virtude é uma exigência absoluta para o caráter cristão? A Escritura apresenta várias razões. A primeira e a mais fundamental é a verdade absoluta de que Deus perdoa nossos pecados (Mt 18:21-25). Se estivermos realmente em relação com Deus, estamos perdoados (SI 130:3, 4). Se vivemos, amamos ou temos alguma esperança, devemos tudo isso - nosso passado, presente e futuro - ao coração perdoador do Pai (Lc 15:11-24).

A segunda razão é que nós mesmos precisamos do perdão de nossos semelhantes seres humanos (Mt 5:23-26). De fato, o perdão divino depende proporcionalmente do perdão que oferecemos a nosso semelhante (Mt 6:12; Lc 11:4). Como geralmente prejudicamos os que mais amamos e os que se acham mais próximos a nós, precisamos de

perdão. A contrição do nosso coração na busca de perdão é a razão para libertar o coração contrito de nossos semelhantes humanos.

Em terceiro lugar, o perdão é a reação mais radical ao assalto mais radical na alma humana. Envolve ambas as partes, levando ambas ao humilde reconhecimento da necessidade de depender do Pai celestial. Desculpa, fraqueza ou indiferença não compensa suficientemente a relação ferida para impedir a infecção e garantir a cura. O perdão reencaminha a relação humana por meio de Jesus Cristo, para que o outro seja tratado, entendido e respeitado segundo os méritos de Cristo.

Finalmente, o aspecto mais animador do perdão cristão é que a parte ofendida não deve esperar que o ofensor se arrependa antes de lhe oferecer perdão. O perdão de Deus ilustra isso muito bem (Rm 5:6-11). A esperança de perdão motiva o pecador a dar meia-volta e se arrepender (Lc 15:17-19), porque o perdão se baseia somente na absolvição de Deus. A condicionalidade do arrependimento se refere à efetividade do perdão já concedido em escala ilimitada (Mt 18:21, 22). O arrependimento dissocia o ofensor da atitude e da disposição ofensora, tornando a pessoa receptiva ao perdão (ver Salvação, IILA.l). «S;

III. Comentários de Ellen G. Whíte

O estilo de vida cristão ocupa parte importante nos escritos de Ellen G. VVhite. Destes, foram selecionadas algumas declarações representativas,

A, A *Nattireza Moral da Vida Humana*

Diferentemente do comportamento de outras criaturas, a conduta humana é de natureza moral. As ações humanas podem ser categorizadas como boas ou más, corretas ou incorretas, porque procedem de uma capacidade inata de escolhas morais (ME1, 216, 217; T2, 294; Sa, 76; PP, 48, 49). Mas os seres humanos não foram abandonados em suas limitações e pecaminosidade para discernir o bem do mal e o certo do errado (T4, 405, 615; T3, 332). "As profundezas de cada coração se acham abertas à inspeção de Deus. Cada ação, cada propósito e cada palavra são tão distintamente observados como se houvesse só um indivíduo no Universo inteiro e toda a atenção e escrutínio de Deus fossem empregados em seu procedimento" (T5, 627; ver também PP, 217; FFD, 309).

Essa intensidade do envolvimento divino na aflitiva situação humana se explica primei ram ente pelo fato de Deus ser o Criador da humanidade. Toda a vida pertence a Ele e dEle provém (LA, 280; Ed, 99), e é a Ele que se devem prestar contas de todas as coisas (T3, 523; MM, 275; MJ, 48, 103; T4, 654; T7, 281, 282). Em segundo lugar, Deus é um Redentor que ama Suas criaturas. Ele sabe como o destino da humanidade seria perigoso e trágico, e como a vida das pessoas ficaria vulnerável, sem Sua presença, orientação e proteção. Ellen G. Whíte exclama: "Que Deus é o nosso Deus! Ele governa Seu reino com diligência e cuidado; e construiu um muro — os dez mandamentos — em torno de Seus súditos, a fim de os preservar dos resultados da transgressão. Exigindo obediência às leis de Seu reino, Deus dá a Seu povo saúde e felicidade, paz e alegria" (CPPE, 454; ver também Ed, 76, 77; PR, 678). Em Seu amor, Deus proíbe, retém ou retira o que coloca em risco a vida humana (FFD, 63; Ed, 291).

O estilo de vida cristão reage favoravelmente a essa iniciativa divina. Assume a forma de serviço voluntário a Deus e ao próximo (PJ, 282), e abnegado sacrifício pelos outros (GC, 316; T2, 132). O amor a Deus e ao próximo nunca é plenamente professado em palavras. E mais bem expresso em ações que seguem a vontade de Deus e o exemplo de Cristo (T4, 223, 224; VE, 80, 81). Esse é o

amor que, segundo Ellen White, serve de base para a abordagem deontológica à vida moral, tendo a obediência e o dever como suas expressões-chave (PP, 337). Ela explica: "João não ensinou que a salvação devia ser adquirida pela obediência, mas que a obediência é fruto da fé e do amor. [...] (ljo 3:5, 6). Se estivermos em Cristo, se o amor de Deus estiver no coração, nossos sentimentos, pensamentos e ações estarão em harmonia com a vontade de Deus. O coração santificado está em harmonia com os preceitos da lei de Deus" (AA, 563).

Assim como o amor não prescinde da obediência, mas, pelo contrário, a inspira, assim acontece com a fé (CC, 60, 61; PP, 279; MEl, 366; DTN, 126), O poder da graça é concedido para a obediência (PP, 370) e pela obediência é que se conserva a justificação (MEl, 364, 366). Cristo não aceita nem obediência parcial (DTN, 523; PP, 360, 372; T4, 146) nem cega conformidade (GC, 541) porque, afirma Ellen White, tais atitudes não podem refutar as acusações de Satanás sobre os resultados da obediência aos princípios (PJ, 296).

Um cristão corresponderá prontamente a qualquer dever conhecido (PR, 219) porque a primeira e mais importante obrigação do amor é fazer o que agrada a Deus, não importam as consequências imediatas (cf. GC, 609, 610). “Ninguém pode crer com o coração para a justiça, e obter justificação pela fé, enquanto continuar na prática das coisas que a Palavra de Deus proíbe, ou enquanto negligenciar qualquer dever conhecido” (MEl, 396; ver também MEl, 366; T4, 145).

Contudo, a obediência a Cristo não está dissociada do prazer e da felicidade (T3, 374; SDABC7, 989), porque ela é resultado mais da escolha do que da compulsão, e porque a obediência cristã ao dever é motivada por uma maior consciência do amor de Deus. À medida que se desenvolve a experiência cristã, a conformidade com a vontade de Deus leva a Cristo, o legislador, gerando obediência como expressão de amor. Nesse contexto, Ellen G. White nos incita a “fazer a vontade do Mestre. Não devemos arrazoar quanto aos resultados; pois então nos manteríamos sempre ocupados e sempre em incerteza. Precisamos chegar ao ponto de reconhecer plenamente o poder e a autoridade da Palavra de Deus, quer ela concorde ou não com nossas opiniões preconcebidas. Temos um perfeito livro-guia. O Senhor nos falou a nós; e, sejam quais forem as consequências, devemos receber Sua Palavra e praticá-la na vida diária. De outro modo estaremos escolhendo nossa própria versão do dever e fazendo exatamente o oposto daquilo que nosso Pai celestial nos mandou fazer” (MS, 255, 256; ver também GC, 460).

Uma reação como essa não pode ser induzida por medo ou coerção. Somente o amor é capaz de confiar bastante para deixar as consequências com Deus, e somente um contexto de amor pode inspirar obediência. Atitudes frias, rudes e críticas produzem conformidade e submissão, mas não obediência. Ellen White nos lembra que “Cristo não dirige, mas atrai os homens a Si. Não compele, senão que constrange por amor” (MDC, 127). A índole do cristianismo é que materializa a gentileza sem fazer concessões para com a fidelidade a Deus, paciência sem indiferença pela felicidade eterna, perdão sem escusa para o pecado. Devemos também “lembrar-nos de que o Dever tem um irmão gêmeo: o Amor. Unidos, eles podem fazer quase tudo; mas, separados, não podem realizar nenhum bem” (T4, 62; ver também T3, 108, 195).

B. Estilo de Vida e Escritura

A Bíblia, a Palavra de Deus, expressa de maneira autorizada e infalível a vontade de Deus para os seres humanos (Ed, 260; GC, 102; T4, 312, 449; T5, 24). Apresenta fielmente o padrão do certo e do errado para todas as circunstâncias da vida moral (GT, 422; T5, 264; GC, 521; Te, 193). Nenhum outro livro é tão

eficaz para combater as tentações (T3, 482), transformar o caráter (Pj, 60; GC, 94), apresentar as regras do santo viver (FEG, 164; CT, 138, 139), advertir e preservar contra o pecado e o mal (SW, 23/4/1907; Ed, 77). Comenta EUen White: “Na Bíblia se encontram os únicos princípios seguros de ação. E ela um transcrito da vontade de Deus, uma expressão da divina sabedoria. Abre à compreensão do homem os grandes problemas da vida; e a todos os que abraçam seus preceitos ela se provará um guia infalível, livrando-os de arruinarem a vida em desorientados esforços” (AA, 506).

Ellen G. White também afirma que os princípios gerais devem ser respeitados na vida cristã, bem como as regras específicas de ação (ME2, 217; CG, 66). Comentando a fidelidade de Daniel no princípio da saúde, ao respeitar a regra que proíbe determinadas comidas e bebidas, diz ela: “Hoje há entre os professos cristãos muitos que haveríam de julgar que Daniel era demasiado escrupuloso, e o sentenciariam como mesquinho e fanático. Eles consideram a questão do comer e do beber como de pouca importância para exigir tão decidida resistência, algo que podería envolver o sacrifício de todas as vantagens terrenas. [...] Descobrirão que aquilo que lhes parecera sem importância não fora assim considerado por Deus. Suas reivindicações deveríam ter sido sagradamente obedecidas. Os que aceitam e obedecem a um de Seus preceitos porque lhes convém, ao passo que rejeitam a outro porque sua observância haver ia de requerer sacrifício, rebaixam a norma do direito e, por seu exemplo, levam outros a considerar levianamente a santa lei de Deus. 'Assim diz o Senhor deve ser nossa regra em todas as coisas” (FEC, 78).

C. *Qtiestões sobre Relações Sexuais*

Ellen G. White reafirma fortemente o ensino bíblico da castidade antes do casamento e da fidelidade sexual ao cônjuge (LA, 58, 59). Insiste em que a sexualidade é a bênção de Deus que deve ser cuidadosamente protegida para não degenerar em "paixões inferiores” (ibid., 124). Apresentamos aqui diversos conselhos práticos dela sobre a conduta sexual cristã. ^

Primeiramente, ela convida os pais a ensinar aos filhos anatomia e fisiologia do corpo humano, inclusive os "mistérios da vida” (T7, 65; CPPE, 126). Em segundo lugar, fornece orientação segura sobre contatos entre meninos e meninas, num esforço para garantir relacionamentos saudáveis (T2, 482, 483; T4, 95, 96). Na vida profissional e institucional, ela recomenda “bom gosto e delicadeza”; sempre que possível, pacientes devem se consultar com médicos do mesmo sexo (GS, 363-365). Todos devem evitar qualquer aparência do mal (T2, 458, 459), bem como qualquer consideração especial ou indevida familiaridade (MS, 145, 146). Os líderes devem promover a pureza de pensamento entre os liderados, modéstia no vestir e decência na linguagem. “Se tendes palavras de ternura e amor e bondosas atenções, que sejam dispensadas a quem diante de Deus e dos anjos prometeste amar, respeitar e honrar enquanto ambos vivessem” (T2, 462).

Assim como a abstinência sexual é o princípio básico para a vida de solteiro, a pureza e o domínio próprio são essenciais para a vida de casado. “Pode-se encontrar no casamento paixão de tão baixa qualidade como fora dele” (LA, 124), Isso acontece quando as paixões animais clamam por satisfação, quando a razão perde o controle para a concupiscência e quando a mulher se reduz a um "instrumento” de satisfação das "baixas propenso es luxuriosas” (ibid., 123-125). Esses excessos trarão como resultado a perda do amor para com os cultos devocionais, o limitado funcionamento do cérebro, a exaustão da vitalidade e o sacrifício da consciência e da dignidade, e até mesmo da identidade da esposa (ibid., 124, 125; ver também TSB, 109-117). Ellen G. White aconselha a todos

"que se intitulam cristãos a apresentarem seu corpo como um sacrifício vivo, santo e agradável a Deus'" (T2, 381).

Embora não utilize a palavra "homossexualismo", Ellen G. White comenta sobre os pecados de Sodoma e Gomorra quando afirma que essas cidades foram destruídas "pela satisfação do desejo antinatural" que os escravizou, e "eles se tornaram tão ferozes e audaciosos em suas abominações detestáveis que Deus não mais os tolerou sobre a Terra" (T3, 162; ver também TSB, 119-121).

Em seus escritos, porém, há palavras de esperança e encorajamento igualmente enérgicas para quem deseja mudar. "Os que põem em Cristo a confiança não devem ficar escravizados por nenhuma tendência ou hábito hereditário, ou cultivado. Em lugar de ficar subjugados em servidão à natureza inferior, devem reger todo apetite e paixão. Deus não nos deixou lutar contra o mal em nossa própria, limitada força. Sejam quais forem nossas tendências herdadas ou cultivadas para o erro, podemos vencer, mediante o poder que Ele nos está disposto a comunicar" (CS, 175, 176; ver também DTN, 329).

D. *Cidadania*

"Os cidadãos do Céu se mostrarão os melhores cidadãos na Terra" (MJ, 329). Essa declaração sintetiza a visão de Ellen G. White sobre a vida do cristão como cidadão. "Uma justa visão de nossos deveres para com Deus leva a claras percepções dos que temos para com os nossos semelhantes" (ibid.). Paulo e Barnabé não puderam ser condenados pelas falsas denúncias de seus acusadores porque "tinham de reconhecer que os ensinos de Paulo e Barnabé tendiam a formar homens virtuosos, cidadãos leais, e que a moral e a ordem da cidade seriam melhoradas se fossem aceitas as verdades ensinadas pelos apóstolos" (AA, 178). Os cristãos devem ser eleitores responsáveis (Te, 255) e promotores de bom relacionamento com as autoridades governamentais (T6, 394-401; A A, 69; Tl, 201). Mas Cristo definiu os limites do dever cristão para com as autoridades civis. Quando as exigências civis entrarem em conflito com a vontade de Deus, nossa escolha deve ser, em primeiro lugar, permanecer fiéis a Deus (DTN, 602, 603; GC, 203-205).

JB. *Mordomia*

"Somos mordomos, incumbidos por nosso Senhor ausente de cuidar de Sua casa e de Seus interesses, resultantes de Sua obra quando veio a este mundo para servir" (T8, 37). E essa a forma como os cristãos encaram a vida (ver também T9, 246; T7, 176; LA, 368). Ellen G. White lembra aos cristãos que propriedade (T4, 480; CM, 80), aprendizagem (SDABC6, 1081), talentos (T4, 619; SDABC6, 1081) e energia (T2, 432) pertencem a Deus. A administração do tempo tem especial importância. A inatividade, a bisbilhotice e a satisfação dos próprios desejos devem ser removidas do estilo de vida cristão (ibid., 500; T4, 72, 408; Tl, 325; ME1, 86; T9, 48) e substituídas por diligência, oração * (T7, 194; SD, 109), cultivo da mente (T3, 146), exercício físico (ML, 144; CT, 295) e cuidadoso planejamento (PJ, 344).

F. Padrões de Vestuário

A aparência é uma importante preocupação para os cristãos. Ellen G. White escreveu **centenas** de **páginas** sobre **o assunto, mas** selecionamos apenas algumas, referidas no *Index* de seus escritos sob as entradas "Vestuário", "Roupa", "Joias" e "Ornamentação".

Ao fazer referência à roupa, Ellen White lembra ao cristão que "no vestuário, bem como em todas as outras coisas, é nosso privilégio honrar o Criador" (Ed, 248). O livro *Orientação da Criança* apresenta vários princípios básicos sobre o vestuário. Não se sugere nenhum estilo exato que sirva como uniforme para os cristãos (OC, 419), mas o que for elegante, atrativo, limpo, de bom

gosto, durável, simples, modesto e apropriado à idade e à atividade (OC, 419-431; ver também CG, 413-418; MH, 287-294; ME2, 465-479; T5, 499, 500).

Ela também manifesta sabedoria ao advertir contra o extremo que considera roupas sujas e desleixadas expressão de humildade, e que interpreta elegância como orgulho (T4, 142, 143; OC, 415). Sua preocupação é evitar os extremos. Ela comenta: "Muitos consideram essas recomendações como demasiado antiquadas para merecerem atenção. Aquele, porém, que as deu a Seus discípulos compreendia os perigos do amor ao vestuário em nossos tempos, e nos mandou essa advertência" (OE, 416).

Ellen G. White também escreve sobre joias e ornamentos. Aqui ela relata as frustrações de uma nova convertida que desistiu de usar "joias, ouro, prata ou pedras preciosas" e estava prestes a vendê-las quando determinada irmã, membro mais antigo, exclamou: "Por que vai vendê-los? Eu os usaria, se fossem meus. [...] Não é bom procedimento o ser singular quanto ao nosso vestuário; pois não podemos exercer muita influência." Ellen White pergunta: "Está isso em conformidade com os ensinos de Cristo? Temos nós de seguir a Palavra de Deus, ou os costumes do mundo?" (Ev, 270, 271), Os cristãos adventistas do sétimo dia evitam a ostentação como questão de obediência à Palavra de Deus, por amor à modéstia (OC, 423), em favor das necessidades dos pobres e com o propósito de patrocinar a pregação do evangelho (T6, 441; WM, 269).

G. *Padrões de Recreação*

Segundo Ellen G. White, há diferença entre recreação e diversão.

"A recreação, na verdadeira acepção do termo, recriação, tende a fortalecer e construir. Afastando-nos de nossos cuidados e ocupações usuais, proporciona descanso ao espírito e ao corpo, e assim nos habilita a voltar com novo vigor ao sério trabalho da vida. O divertimento, por outro lado, é procurado com o fim de proporcionar prazer, e é muitas vezes levado ao excesso; absorve as energias que são necessárias para o trabalho util e, dessa maneira, se revela um estorvo ao verdadeiro êxito da vida" (Ed, 207; ver também LA, 513; CPPE, 336; T2, 585-593; Tl, 519, 520).

Leitura. A leitura pode ser benéfica quando não afasta o leitor da realidade nem da leitura da Escritura (Tl, 241, 242; SD, 178; FEC, 92-94). Mas, quando cria um ardente desejo de excitação, a leitura dissipa as energias físicas, transtorna a rotina doméstica, faz negligenciar deveres e mutila o desenvolvimento normal e harmonioso (T4, 497, 498; MH, 443-448; CPPE, 120, 122; LA, 410-418; T2, 410, 411).

Embora não existissem rádio nem TV na época de Ellen G. White, o conselho dela para guardar as avenidas da alma e "evitar ler, ver, ou ouvir aquilo que sugira pensamentos impuros" é surpreendentemente relevante para as modernas tentações dos meios de comunicação (PP, 460; ver também A A, 518, 519; T4, 108; LA, 406-409).

Cinema. Embora o cinema tenha aparecido somente no começo do século 20, é possível aplicar os conselhos de Ellen G. White relativos ao teatro aos filmes modernos e ao comparecimento ao cinema. Ela afirma que "não existe em nosso país influência mais poderosa para corromper a imaginação, destruir as impressões religiosas e enfraquecer o gosto pelos prazeres tranquilos e as sóbrias realidades da vida do que as diversões teatrais" (LA, 516). Apresentam-se diversas razões para essa avaliação negativa. O teatro provê um ambiente onde "hábitos viciosos e propensões pecaminosas são fortalecidos e confirmados"; além disso, tais entretenimentos viciam (T4, 653). Satanás emprega o teatro para manter "homens e mulheres sob sua influência" (Te, 252, 253). A bênção de Deus

não pode ser invocada sobre o tempo gasto no teatro (RH, 28/2/1882); "o único caminho seguro é nos abster de ir ao teatro" (MJ, 380), pois anula o desejo pelas coisas celestiais. Pouco a pouco, o cristão perde "o espírito de compromisso", e se extingue o amor pela Bíblia, porque ninguém pode servir a Deus com o coração dividido (MR11, 340).

Dançar. Ellen G. YVhite faz clara distinção entre a dança no Mar Vermelho ou dança de Davi, quando a arca voltou para Jerusalém, e a dança moderna. A primeira "tendia à lembrança de Deus, e exaltava Seu santo nome", enquanto a ultima enfraquece "o amor pelas coisas sagradas" e sacrifica "a saúde e a moral ao prazer" (PP, 707). A dança de salão não produz "nenhum sentimento virtuoso ou santo" (MJ, 399). A guisa de prevenção, Ellen White aconselha que não eduquemos as crianças para dançar (OE, 181). "Nenhum cristão desejaria enfrentar a morte em tal lugar [teatro ou dança]. Ninguém desejaria ser aí encontrado quando Cristo vier" (LA, 516; MJ, 398).

A *música* é um dos maiores meios pelos quais os seres humanos podem louvar a Deus (PP, 594) e elevar e enobrecer os pensamentos (Ed, 167). A música surge no Céu para honrar a Deus (ST, 16/9/1889) e na Terra "é um ato de adoração, tanto como a prece" (PP, 594). O treinamento da voz "é um aspecto importante da educação" (ibid.).

Apesar disso, a música também é usada por Satanás como um dos meios mais atraentes de seduzir as pessoas (Tl, 506; ME2, 38). Quando a música vocal ou instrumental exalta os músicos e não a Deus (MJ, 293), quando inspira pensamentos e ações profanas (CPPE, 339), quando leva à excitação sem comunicar força e coragem (Tl, 497), então o resultado é "o orgulho, a vaidade e a loucura" (MJ, 295). Tal música é um instrumento maléfico.

"Barulho, porém, não é música. O bom canto é como a música dos pássaros — dominado e melodioso" (Ev, 510; para conselhos adicionais sobre música, ver Ev, 496-512).

H, *Virtudes Cristãs*

O caráter cristão contém esplêndidos tesouros de virtudes que "fazem um homem mais precioso que o ouro fino" (T9, 186). Esses bons hábitos morais não são inatos; precisam ser cultivados (T5, 404).

Integridade é um atributo de Deus (ML, 331; MJ, 35). Consiste na resistência habitual em fazer concessões em relação a crença, lealdade e compromisso. Nem as circunstâncias (PR, 545), nem as emergências (T4, 117), provas e abatimentos (MJ, 80), vaidade, ostentação ou bajulação (T3, 47), luxúria (PP, 102) ou qualquer ganho ou vantagem mundana (ibid., 440) podem influenciar um verdadeiro cristão a mudar seu modo de agir para longe da conhecida vontade de Deus. Insiste ela: "Devemos ter fibra moral, uma integridade que não ceda à lisonja, nem à corrupção, nem às ameaças" (CBV, 498). Se alguém "se apegasse a Deus mais firmemente e sentisse que devia preservar sua integridade diante de Deus, mesmo com o custo da vida natural, recebería força do alto. [...] Ele não precisa pensar que, ao buscar condescender com os amigos amargurados contra a nossa fé, tornaria as coisas mais fáceis para si mesmo. Se permanecer com o único propósito de obedecer a Deus a qualquer custo, terá auxílio e força" (T4, 237).

"Mesmo a própria vida não deve ser vendida pelo preço da falsidade. Por uma palavra ou aceno de cabeça os mártires podiam ter renunciado à verdade e salvo suas vidas. [...] Prisão, tortura e morte, com a clara consciência, eram mais bem-vindas para eles do que o livramento sob a condição de engano, falsidade e apostasia" (ibid., 336; ver também PR, 479-490; MJ, 27-32; PP, 217-233, 309).

Prudência. Ellen G. White recomenda insístentemente que seus leitores exerçam prudência na vida diária. O conhecimento de

► Deus, o compromisso com Sua vontade, a oração ativa e a vida piedosa e até mesmo a fé não podem prescindir da necessidade de bom senso e reflexão (T2, 535). Os cristãos não são excêntricos religiosos que agem irracionalmente para exibir sua religiosidade. Deus não condena o uso da prudência nas coisas desta vida (CM, 159), nas finanças domésticas (T2,431), nas transações comerciais e na economia dos recursos. “Os deveres religiosos e a mais elevada prudência humana nas atividades comerciais devem estar misturados” (LA, 381). Ela se opõe aos que, por presunção, “se colocam desnecessariamente em cenas de perigo, expondo-se assim a tentações que exigiríam um milagre de Deus para delas saírem a salvo e incontamínados, [..,] Cumpre-nos exercer prudência, cautela e humildade, e andar prudentemente para com os que são de fora” (Tl, 410). O testemunho cristão se torna poderoso instrumento quando caracterizado por sabedoria prática e senso comum. "Quantas dificuldades encontramos, quantas vezes estorvamos a operação da Providência em nosso favor, por julgarmos que a prudência, a previsão e o esforço têm pouco que ver com a religião!” (SC, 239; ver também PR, 633-645).

Coragem. O cristianismo requer vigor e perseverança. Ser cristão significa permanecer firme'em meio à crescente iniquidade, pronto para agir por princípio quando pressionado a se conformar ou a fazer concessões. Coragem é essa virtude “austera” (CBV, 391) necessária para enfrentar o mundo incrédulo (Tl, 287). Quando a obediência aos mandamentos de Deus (Ev, 240) exigir um modo de agir diferente do caminho trilhado pelo mundo (GC, 597), o Espírito Santo comunicará a Seus servos a firmeza necessária para a perseverança (PP, 657). “Aqueles que desejam o sucesso devem ser corajosos e otimistas. Devem cultivar não só as virtudes passivas [gentileza, mansidão e bondade], mas as ativas [coragem, força, energia e perseverança]” (CBV, 497),

Mas a coragem, como todas as outras virtudes, só vem como resultado de esforço intencional e treino disciplinado (T5, 213). Ellen G. White dá valioso conselho aos que pretendem crescer na coragem cristã: “De forma alguma devemos nos desanimar. Afastemos nossa vista dos aspectos desagradáveis de nossa experiência. Que nossas palavras estejam repletas de bom ânimo. Podemos nos circundar de uma atmosfera ensolarada ou sombria. Eduquemo-nos para falar com coragem" (SD, 218). Ela também apela aos cristãos para que aceitem o fato de que “nossa única segurança é permanecermos como povo peculiar de Deus. Não devemos ceder um milímetro ante os costumes e modas deste século degenerado, mas permanecer em independência moral, não fazendo nenhuma concessão às suas práticas corruptas e idólatras. Requer coragem e independência se erguer acima do padrão religioso do mundo cristão” (T5, 78).

Perdão. O conceito de perdão nos escritos de Ellen G. White reflete sua integração sistemática a diversas doutrinas bíblicas. Primeiramente, ela afirma que a natureza humana se acha tão permeada pelo pecado que ações autônomas para com Deus, para com nosso próximo ou para com nós mesmos tornam-se moralmente ofensivas sem a ajuda divina (PJ, 311; CC, 18, 19; DTN, 676). Em segundo lugar, ela retrata o pecado em seus escritos como o mal mais definitivo e intolerável do Universo. O pecado não pode ser desculpado (DTN, 811; CBV, 451; PP, 738), perdoado à custa de Sua justiça, santidade e verdade (SDABC7, 912, 913), justificado (T4, 370) ou tratado levianamente (CC, 33; PJ, 248; Ed, 291). Mesmo o amor de Deus não O leva a desculpar o pecado (PJ, 316; PP, 522).

Em terceiro lugar, "o ódio de Deus para com o pecado é forte como a morte” (DTN, 57), mas Seu amor pelos pecadores é mais forte do que o pecado que neles habita (CC, 54; T5, 633). “Cristo separa sempre do

pecado a alma contrita. Ele veio para destruir as obras do diabo, e tomou providências para que o Espírito Santo fosse comunicado a toda alma arrependida, para guardá-la de pecar" (DTN, 311). Logo que houve pecado, houve um Salvador (SDABCl, 1084; DTN, 210), que, por Sua morte, garantiu a destruição (DTN, 764) e a erradicação total do pecado do Universo (PP, 33).

Quarto, o perdão do pecado entra na teologia de Ellen G. VVhite no ponto da abolição do pecado da natureza humana. Cristo não salvou seres humanos *nos* seus pecados, mas *dos* seus pecados (DTN, 668; T4, 251; MDC, 114). Fez isso pagando a penalidade do pecado para que os seres humanos não continuem no pecado (TM, 161, 162), mas para que possam ser perdoados (T3, 372). A experiência do perdão também envolve a cooperação humana. Embora o perdão *pelo* pecado e o perdão como livramento *do* pecado não possam ser meritórios (MDC, 115, 116), comprados (GC, 84) ou obtidos por automortificação (T5, 635; GC, 72) porque são gratuitos (DTN, 745), dependem (CC, 52; T5, 630) de nossa aceitação. Essa aceitação do perdão é manifesta quando os pecadores vão a Gristo (MJ, 108) em contrição (TS2, 94), arrependimento (SDABC7, 916; CC, 26, 27; SD, 13; MEl, 393; T2, 293) e confissão de pecado (T2, 293; MEl, p.350; CC, 37), dispostos a renunciar a seus caminhos de pecado (MB, 127; CC, 32) e a perdoar os que pecaram contra eles (PJ, 245-247; MB, 113-116; CC, 97). Embora proceda livremente do amor imerecido de Deus, o perdão só se torna eficaz quando os seres humanos aceitam esse dom (PJ, 251). É aí que a certeza (PR, 668), a inexprimível paz, alegria e repouso chegam ao coração humano (CBV, 267).

Mas o primeiro passo é ir ter com Jesus "tais como somos, pecaminosos, desamparados, dependentes. Podemos ir a Ele com todas as nossas fraquezas, leviandade e pecaminosídade, e nos lançarmos arrependidos aos Seus pés. E Seu prazer nos estreitar em Seus braços de amor, atar nossas feridas, purificar-nos de toda a impureza. Aqui é onde milhares erram: não creem que Jesus lhes perdoe pessoalmente, individualmente. Não pegam a Deus em Sua palavra" (CC, 52).

Essa rica experiência do perdão ensina aos seres humanos como perdoar seus semelhantes. Um espírito perdoador semelhante ao de Cristo (T2, 566, 567) ajuda a aliviar o fardo das memórias de um passado doloroso (T3, 97), libertando a mente e o coração para a criatividade e o crescimento. A compaixão e o perdão restauram os que nos injustiçaram, concedendo a todos uma segunda chance (T2, 566). Sem essa virtude, o comportamento cristão é um esforço desesperado (MB, 21, 22; ver também MB, 21-24, 113-116; CC, 9-56; PP, 359-362).

IV. Literatura

Atkinson, David J., et al., eds. *Neiv Dictioncny of Ohrístian Ethics and Pastoral Theology.* Dovvners Grove: InterVarsity, 1995.

Bareia)', Oliver R. *The Intellect and Beyond.* Grand Rapids: Zondervan, 1985.

Bonhoeffer, Dietrich, The *Cost ofDiscipleship.* Londres: SCM, 1959.

Childress, James F., e John Macquarrie, eds. *The Westminster Dictionary of Chrístian Ethics.* Philadelphia: Westminster, 1986.

Davis, JohnJ. *Evangelical Ethics.* Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1985.

Frankl, Victor. "Youth in Search of Meaning." 1973. National Catholic Education Association Convention, New Orleans, Louisiana. Waco: Word Cassette Library, 1973 (n° 0205).

Geisler, Norman L. *Ethics*: *Altematives and Issnes.* Grand Rapids: Zondervan, 1971.

Henry, C. F. H., ed. *Bakers Dictionary of Christian Ethics.* Grand Rapids: Baker, 1973.

---------- . *Christian Personal Ethics*. Grand Rapids: Eerdmans, 1975.

Heschel, Abraham Joshua. *The Sabbath.* Nova York: Farrar, Straus, and Giroux, 1977.

Hess, J. Daniel. *Integrity.* Scottdale: Herald Press, 1978.

Johnsson, William G. "On Behalf of Simplicity*Adventist Review,* 20 de março de 1986, 4.

Kainer, Gordon. *Faith, Hope, and Charíty.* Mountain View: Pacific Press, 1977,

Kaye, Bruce, e Gordon Wenham, eds. *Law, Morality, and the Bible.* Downers Grove: TnterVarsity, 1978.

Lammers, Stephen E., e Allen Verhey, eds. *On Moral Medicine: Theological Perspectives in Medicai Ethics.* Grand Rapids:

722 ► Eerdmans, 1987.

LaRondelle, Hans. *Perfection and Pefectionism,* Berrien Springs: Andrews University Press, 1971, 1975.

Lutzer, Erwin W. *How to Say No to a Stubbom Habit.* Wheaton: Victor, 1985.

McDowell, Josh, e Bob Hostetler. *Right From Wrong,* Dallas: Word, 1994.

Moore, Peter C. *Disanning the Secular Gods.* Downers Grove: InterVarsity, 1989.

Mott, S. Charles. *Biblical Ethics and Social Change.* Nova York: Oxford University Press, 1982.

Niebuhr, H. Richard. *Christ anã Culture.* Nova York: Harper and Brothers, 1951.

SelI, Alan P. *Aspects of Christian Integrity.* Louisville: Westminster/John Knox, 1990.

Shames, Laurence. *The Hunger for More.* Nova York: Times Books, 1989.

Smedes, Lewis B. *Choices: Making Right Decisions in a Complex World.* San Francisco: Harper and Row, 1986.

---------- , *Love Within Limits,* Grand Rapids: Eerdmans, 1978.

Smith, Paul.*Managing Gods Goods.* Nashville: Southern Publíshing Association, 1973.

Springett, Ronald M. *Homosexuality in Flistoiy and the Scriptures.* Washington: Biblical Research Institute, 1988.

Taylor, Richard S. *Tire Disciplined Life.* Kansas City: Beacon Hill, 1962.

Thielicke, Helmut. *The Ethics ofSex.* Grand Rapids: Baker, 1964.

723

20
Casamento e Família

Calvin B. Rock

Introdução

0 fato de sete dos dez mandamentos - a lei moral de Deus - fazerem referência às funções do casamento revela a prioridade dada pela Escritura aos assuntos de casamento e família. Estes mandamentos são: o número 2, que relaciona as ações dos pais à prosperidade dos filhos; o número 4, que direciona a família para obedecer ao sábado; o número 5, que ordena aos filhos respeitarem os pais; e o número 10, que proíbe cobiçar qualquer coisa que pertença à família do outro. Três dos seis mandamentos restantes, embora não nomeiem especificamente os membros da família, fornecem orientação explícita sobre relações familiares. O número 7 proíbe o adultério, o número 8 fala contra o furto e o número 9 proíbe dar informações falsas sobre o próximo.

Uma prova adicional da estima divina pelas relações conjugais e familiares é o fato de Cristo, que criou a humanidade (Cl 1:16) e que, na condição de o grande "Eu Sou", promulgou a lei moral como guia para a conduta humana (Jo 8:58; Êx 31:14, 18), ter utilizado uma cerimônia de casamento como ambiente para Seu primeiro milagre (Jo 2:1-11). Tanto por preceito como por exemplo, as Escrituras deixam clara a preocupação de Deus com o bem-estar da família.

Visto que as estruturas familiares da época da Bíblia eram muitas vezes distorções do plano original de Deus, não podemos tomar todas as famílias bíblicas como modelo. E necessário estabelecer diferenças entre os absolutos da intenção divina e as acomodações relativas desenvolvidas após o pecado. Apesar disso, a pessoa que estuda devotadamente os princípios bíblicos sobre a família encontrará orientação relevante e efetiva.

I. Casamento e Família na Perspectiva Bíblica
- A. Uma Visão Geral do Casamento na Bíblia
  - 1. A Instituição do Casamento
  - 2. A Regulamentação do Casamento
  - 3. A Celebração do Casamento
  - 4. O Simbolismo do Casamento
- B. Razões para o Casamento
  - 1. As Bênçãos do Companheirismo
  - 2. A Função da Reprodução
  - 3. A Satisfação do Impulso Sexual
  - 4. A Socialização dos Filhos
  - 5. O Refúgio da Família
- C. Princípios do Casamento
  - 1. O Princípio da Unidade
  - 2. O Princípio da Interdependência
  - 3. O Princípio da Endogamia
  - 4. O Princípio da Monogamia
  - 5. O Princípio da Permanência
  - 6. O Princípio da Privacidade
  - 7. O Princípio da Exclusividade
- D. Papéis no Casamento e na Família
  - 1. O Marido/Pai
  - 2. A Esposa/Mãe
  - 3. Os Filhos
- E. Relacionamento no Casamento
  - 1. Relacionamento Conjugal
  - 2. Relacionamento entre Pais e Filhos
  - 3. Relacionamento entre Irmãos
- F. Influências da Família
  - 1. A Família e o Indivíduo

2. A Família e a Sociedade
3. A Família e a Igreja
II. Aplicação do Ensino Bíblico à Vida Diária
A. O Casamento Ideal
B. Aberrações Conjugais
C. Divórcio e Novo Casamento
D. Maus-tratos na Família
E. Formatos Familiares e Planejamento
1. Reprodução e Expansão
2. Testamentos e Custódias
F. Dilemas Familiares
1. Aborto
2. Eutanásia
3. Clonagem
4. Concepção Não Natural
III. Casamento e Família de uma Perspectiva Histórica
A. judaísmo
B. Cristianismo Primitivo
C. Idade Média
D. Reforma
E. Concepção Adventista
1. O Sábado
2. Livros e Publicações
3. Estruturas e Pronunciamentos da Igreja
IV. Comentários de Ellen G. White
A. A Santidade do Casamento
B. Relacionamento Conjugal
C. Influências Conjugais
D. Cuidado dos Filhos
E. Conselho Geral
V. Literatura

I. Casamento e Família na Perspectiva Bíblica

O conselho dado pela Escritura sobre o casamento e a família envolve um amplo espectro de considerações vitais. Dentre estas, estão as razões para o casamento, os princípios que embasam sua estabilidade, bem como os papéis, relações e influências que desempenha dentro da família (ver Estilo de Vida, II. C. 1-3).

A. *Uma Visão Geral do Casamento na Bíblia* [1]

1. A Instituição do Casamento

O casamento, junto com o sábado, foi instituído no Éden. Deus criou Eva, deu-a a Adão, e uniu ambos em matrimônio (Gn 2:21-24). Tanto Jesus (ver Mt 19:5; Mc 10:7) como Paulo (Ef 5:31) repetem como normativa a descrição do casamento: "Por esta causa deixará o homem pai e mãe e se unirá a sua mulher, tornando-se os dois uma só carne." Subentende-se claramente aqui o padrão da monogamia.

Segundo Gênesis 4:1, Adão "coabitou" com Eva, e ela concebeu um filho, Caim. O casal se tornou uma família. O verbo hebraico *yada* significa literalmente "conhecer", mas também "experimentar", "entender", "gostar". É usado para relações sexuais no sentido de pleno conhecimento e profunda relação entre os parceiros.

2. A Regulamentação do Casamento

A lei de Moisés fornece instruções sobre a vida conjugal. Levftico 18 lista as proibições relacionadas ao casamento: incesto, bestialidade e bomossexualismo (ver também Lv 20:17-21; Dt 27:20-23). Pode-se até tomar Levftico 18:18 como conselho limitado contra a poligamia. O texto admite a ideia de divórcio, a dissolução do casamento (Dt 24:1-4), mas não o aprova categoricamente. Deuteronômio 25:5-10 inclui o casamento levirátíco, no qual o irmão do marido se casava com a viúva sem filhos de seu irmão.

O NT também fala sobre o casamento. Jesus tomou Gênesis 2:24 como base para ensinar que o matrimônio é indissolúvel, exceto em caso de *pomeia,* um termo muito discutido, que apresenta geralmente o sentido de infidelidade sexual (Mt 19:9). O conselho de Paulo sobre o casamento aparece em diversas epístolas. Por causa dos tempos

difíceis que os cristãos estavam enfrentando na época, ele sugeriu o celibato para alguns, embora reconhecesse a conveniência do casamento para outros (ICo 7:1, 8, 9, 28, 29). O divórcio, segundo Paulo, só constituía uma opção quando um cônjuge descrente se recusava a conviver com o cônjuge crente (7:15).

3. A Celebração do Casamento

Embora as Escrituras não prescrevam nem descrevam uma cerimônia modelo de casamento, é possível reunir vários detalhes para fornecer um esboço geral. Em tempos antigos, a família do noivo normalmente escolhia a noiva e organizava a festa (Agar para Ismael, Gn 21:21; Judá para Er, Gn 38:6; Manoá para Sansão, Jz 14:2). Davam-se presentes (por exemplo, os trazidos a Rebeca, Gn 24:53) e celebrava-se um noivado, mediante o qual o casal ficava sob a obrigação de total fidelidade um ao outro (Dt 22:23-27).

O casamento era celebrado com festas ► (Gn 29:22; Jz 14:12; Mt 22:1-10; Jo 2:1-10), nas quais participavam os amigos do casal, tanto masculinos como femininos (Jz 14:11; Mt 25:1-13; Jo 3:29). As festividades podiam durar uma semana inteira (Gn 29:27). Foi numa festa dessa natureza que Jesus realizou Seu primeiro milagre, transformando água em vinho (Jo 2:1-11). A música era parte indiscutível das festividades de casamento (SI 45); sua ausência era indício de desastre (SI 78:63; Jr 7:34).

725

Usavam-se roupas especiais: a noiva usava vestes bordadas (SI 45:13, 14) e joias (Is 61:10); o noivo podia usar uma grinalda ou turbante especial (v. 10). Nas bodas do Cordeiro, a noiva é belamente adornada (Ap 21:2), impecavelmente vestida em linho finíssimo (Ef 5:27; Ap 19:8).

A relação sexual sinalizava a consumação do casamento e a conclusão das festividades. Comprovava-se a virgindade da noiva mediante uma peça de roupa manchada de sangue (Dt 22:13-21).

4. O Simbolismo do Casamento

Na Escritura o casamento serve de símbolo para a relação íntima entre Deus e Seu povo (Jr 3; Ez 16; Os 1-3). Deus corteja e desposa Israel; a relação é terna e íntima. A apostasia de Israel é chamada de adultério. No NT, o casamento é símbolo da relação entre Cristo e a igreja (Ef 5:22, 23). A consumação de todas as coisas é chamada de “as bodas do Cordeiro", quando Cristo toma Sua “noiva”, a igreja, para estar com Ele (Ap 19:7-9). O simbolismo bíblico ensina, portanto, que o matrimônio deve ser "digno de honra” (Hb 13:4).

jB, *Razões para o Casamento*

1. As Bênçãos do Companheirismo

Depois de criar o primeiro ser humano, Deus disse: “Não é bom que o homem esteja só” (Gn 2:18). Os seres humanos são criaturas sociais, que nascem com anseios de interagir um com o outro, interação essa que encontra sua maior expressão na vida familiar. As pessoas podem ser felizes sozinhas; alguns decidem viver assim. A compulsão dominante, porém, é em direção ã satisfação que se encontra na amizade e nas alegrias do romantismo e da relação conjugal. O amor, que serve de base para a mais sagrada das escolhas, é a apreciação das qualidades mentais, físicas e espirituais de um membro do sexo oposto, junto com a decisão consciente de estimar e respeitar essa pessoa. Esse amor faz com que a pessoa deseje passar o resto da vida casada com aquela outra.

O tipo de amor que considera o casamento a "rainha das amizades” encontra alegre expressão na maneira como Adão percebeu Eva: “osso dos meus ossos e carne da minha carne” (Gn 2:23). Observa-se isso na maneira como Jacó avaliou o longo serviço prestado por amor a Raquel, mas que “lhe pareceram como poucos dias” (29:20) e no louvor lírico de Salomão: “Quanto melhor é o teu amor do que o vinho, e o aroma dos teus unguentos do que toda sorte de especiarias!” (Ct 4:10; ver Homem, I.C).

2, A Função da Reprodução

Deus não encheu a terra de pessoas. Ele podería ter feito isso, mas designou essa tarefa aos casais casados. Sua instrução foi: "Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra" (Gn 1:28). Aos pais, portanto, foi concedido o privilégio de cooperar com Deus na perpetuação da espécie. Mas o que se tem em vista não é somente a perpetuidade biológica. Estão incluídas também nessa responsabilidade: (a) a alegria de ver a si mesmo e a seu cônjuge combinados na descendência, e (b) a renovada reverência e temor a Deus, cuja perícia criativa tornou a vida possível,

3. A Satisfação do Impulso Sexual

A satisfação sexual só encontra sua expressão legítima dentro dos limites do casamento. Esse arranjo foi expresso tanto nos tempos do AT quanto do NT por determinações específicas contra a fornicação e o adultério (Êx 20:14; Pv 6:24-32; Mt 5:27-30; Ap 22:14, 15). O fato de Deus conhecer a estrutura psicológica e fisiológica dos seres humanos mostra que essa proibição é acertada. O relacionamento sexual com uma pessoa que não seja o próprio cônjuge não é somente contrário à vontade de Deus; é problemático tanto para as partes ofendi- ► das como para a sociedade. O Criador sabia que a relação sexual fora do casamento produziría uma enxurrada de reações emocionalmente disfuncionais, como mentira, raiva, desrespeito, ciúme, culpa e autodepreciação. Ele também sabia que isso produziría uma paralisante colheita de doenças físicas, como sífilis, gonorreia e Aids. Foi por isso que advertiu amorosamente às suas criaturas: "Não adulterarás" (Êx 20:14).

O sexo fora do vínculo conjugal não é bíblico; é uma terrível e destrutiva consequência do pecado. Partilhar uma só carne dá a entender que a incompletude de cada vida é levada à completude pela união com o outro. Visto que o amor cristão descobre nos íntimos segredos do sexo tudo quanto é necessário para resolver o enigma da completude do outro, o sexo extraconjugal é não somente pecaminoso; é desnecessário.

Embora os mandamentos de Deus contrários às relações sexuais fora dos laços do matrimônio sejam para a proteção e felicidade, também são providências divinas para a satisfação sexual dentro da esfera do casamento. O fato de nossos primeiros pais terem sido colocados no jardim nus e sem disso se envergonharem prova não somente a inocência da sexualidade humana, mas também a conveniência de marido e mulher se mostrarem um ao outro somente na intimidade conjugal. A ordem concisa, mas inequívoca, de Hebreus 13:4 declara convincentemente o mesmo: "Digno de honra entre todos seja o matrimônio, bem como o leito sem mácula."

O apóstolo Paulo escreveu que não estar preso a deveres familiares pode conceder mais liberdade para alguém fazer a obra de Deus (lCo 7:5, 32-34). Essa mordomia radical, porém, não é exigida nem é o percurso normal da vida cristã (v. 6). Seu sábio e oportuno conselho era: "Mas, por causa da impureza, cada um tenha a sua própria esposa, e cada uma, o seu próprio marido" (v. 2).

4. A Socialização dos Filhos

Os filhos são "herança do Senhor" (SI 127:3), acerca dos quais se requer estrita prestação de contas. O juízo de Deus dirigido aos pais enfoca esse fato: "Onde está o rebanho que te foi confiado, o teu lindo rebanho?" (jr 13:20). A sociedade oferece várias instituições úteis para o processo de socialização, mas a responsabilidade primordial recai sobre a família. Os pais são os primeiros e os principais professores dos filhos. Em casa, os filhos devem ser ensinados a compartilhar e a respeitar a propriedade e a observar e a atender às necessidades dos outros. E vontade de Deus que essas e outras lições semelhantes, pacientemente

verbalizadas e apropriadamente modeladas, sejam por fim traduzidas em virtudes como respeito ao bem comum, domínio próprio, bondade pelo próximo — em suma, no caráter, que é "vital à sobrevivência de uma sociedade" (Colson, 19).

Um exemplo do interesse bíblico nesse assunto é visto na reação de Neemias à contaminação cultural sofrida pelos filhos dos judeus após o regresso do cativeiro babilônico. Percebendo que, pelo fato de possuírem mães estrangeiras, muitos da geração jovem "falavam meio asdodita e não sabiam falar judaico", ele contendeu severamente com os pais deles e clamou por reavivamento (Ne 13:24-27).

5. O Refúgio da Família

Uma família é um grupo de pessoas unidas por laços de sangue, afinidade ou adoção, as quais compartilham uma cultura comum e tipicamente vivem na mesma casa. O lar foi criado para dar segurança a seus membros, e é um porto seguro para as forças ameaçadoras da sociedade exterior. A proteção obtida dentro da arca por Noé, sua esposa, seus três filhos e respectivas esposas (Gn 6:18-7:1) é a mais dramática ilustração da história dessa função do lar. Por serem de um mesmo sangue e corpo, os membros de uma família devem gozar não só a proteção física contra elementos ameaçadores, mas também de segurança emocional e psicológica. Dentro da família, não há nenhuma necessidade de defesa ou fingimento. Aí os membros são livres para comunicar esperanças e dúvidas, aspirações e decepções, certos da plena aceitação e sem temor da traição.

727 ►

C. *Princípios do Casamento*

1. O Princípio da Unidade

Depois de passar os casais de animais em revista, mas descobrir-se sozinho, Adão exclamou ao encontrar Eva; "Esta, afinal, é osso dos meus ossos e carne da minha carne" (Gn 2:23). Essa unidade envolve não só a fusão física, mas também a psicológica e espiritual; pois "andarão dois juntos, se não houver entre eles acordo?" (Am 3:3). Os autores do *Manual Adventista do Sétimo Dia para Ministros* ilustram o esforço exigido para tal ligação:

"Não é conquista ordinária duas pessoas se tornarem uma. Nada na terra é tão delicado e tão facilmente influenciado como o coração humano, Para dois instrumentos de corda produzirem uma harmonia melodiosa, devem estar em sintonia um com o outro. E preciso haver constante ajuste e regulagem. Mais importante ainda é manter dois corações humanos, com milhares de cordas, em harmonia mútua!" (1954, 110).

2. O Princípio da Interdependência

Mais uma vez, a Escritura é decisiva: "Por isso, deixa o homem pai e mãe e se une à sua mulher" (Gn 2:24). Esse princípio, repetido por Cristo quando esteve na Terra (Mt 19:5), estabelece a relação conjugal como prioritária em relação a todas as outras. Os cônjuges cristãos não devem esquecer o apoio físico e moral recebido do círculo exterior de parentes e amigos; a Escritura ordena, porém, que dependam de maneira mais profunda e permanente do estímulo e consolo que compartilham entre si.

3. O Princípio da Endogamia

Paulo prescreve a endogamia em 2 Coríntios 6:14 (ARC): "Não vos prendais a um jugo desigual com os infiéis; por que que sociedade tem a justiça com a injustiça?" Ou, como declara a *Modem Langnage Bible:* "Não se ponham debaixo da mesma canga com os descrentes; pois que base comum pode haver entre a justiça e a iniquidade?" Essa *ê* a base da preferência cristã pela endogamia, ao casarem-se "dentro" do seu próprio

grupo. Ainda que a ordem de 2 Coríntios 6:14 trate especificamente da união de cristãos com não cristãos, fatores como idade, educação, classe social ou cultura também afetam o casamento. Todo distanciamento ocasionado por visões divergentes da realidade ou do estilo de vida aumenta o desafio à "unicidade". Além disso, o impacto de interpretações religiosas fundamentalmente diferentes sobre o casamento é particularmente disfuncional. Quando nos lembramos da forte influência que a crença e as tradições religiosas exercem sobre a família, isto é, o papel que desempenham sobre o estilo de namoro, padrões de compromisso, finanças da família, dieta, vestuário, recreação e até crenças sobre a morte, sepultamento e o além-túmulo, essa instrução bíblica se torna perfeitamente compreensível.

4. O Princípio da Monogamia

A Bíblia descreve a poligamia, inaugurada por Lameque (Gn 4:19), como um ato de obstinação dos seres criados. Deus a tolerou, mas essa não era a vontade dEle para o bem-estar dos seres humanos. Os problemas conjugais de Abraão com Agar (16:1-6), as calamidades espirituais que sobrevieram a Salomão por meio de suas esposas (lRs 11:1-4) e os resultados amargos do harém de Davi são lembretes incisivos das consequências desse desvio da vontade de Deus.-

Em terras onde a poligamia é lícita, a igreja cristã encontra muitas vezes dificuldade em aplicar o princípio da monogamia. Contudo, até mesmo nesses países, defende-se a monogamia como o ideal conjugal.

5. O Princípio da Permanência

O casamento foi instituído para ser uma união vitalícia — um relacionamento que só terminasse pela morte de um dos parceiros. A tendência das sociedades modernas de considerar essa união apenas como um acordo contratual de fácil acesso e dissolução é contrária tanto à vontade de Deus como ao bem da sociedade. Essa tendência revoga as próprias razões para as quais o casamento foi instituído e faz guerra contra as palavras de-* Cristo: "Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem" (Mt 19:6).

O consenso popular e as leis libertárias da sociedade moderna contrastam frontalmente com o ensino bíblico da permanência da aliança matrimonial.

6. O Principio da Privacidade

"Deixar" e "unir-se", conforme a instrução divina (Gn 2:24), ordenam outra postura crucial para os parceiros conjugais: privacidade. E intenção de Deus que o par casado funcione sem a interferência até mesmo de parentes bem-intencionados. Segundo essa regra, os cônjuges não devem compartilhar descuidadamente detalhes do relacionamento conjugal com quem se acha fora desse círculo sagrado.

Os cristãos sabem que às vezes outro conselho é necessário. Contudo, o "princípio da privacidade" requer extrema cautela em tais situações, exigindo que se busque o conselho preferencialmente de pessoas habilitadas, como pastores, médicos e conselheiros, cuja profissionalidade evita envolvimento emocional e oferece um equilíbrio de objetividade e interesse pessoal. O aconselhamento conjugal ou familiar que não está em harmonia com a Escritura carece da aprovação do Autor da vida familiar.

7. O Princípio da Exclusividade

Outro princípio subjacente à ordem para "deixar e unir-se" aparece na definição de John Stott: "O casamento é uma aliança heterossexual exclusiva entre um homem e uma mulher, ordenada e selada por Deus, precedida por um deixar publico dos pais, consumada na união sexual, resultando numa parceria permanente e mútua, e normalmente coroada pelo dom de filhos" (2:163).

A exclusividade pretendida nessa definição é reforçada pela figura de linguagem bíblica de uma aliança ou concerto, e até um modelo do relacionamento fiel de Deus com Seu povo, às vezes, infiel (Os 3:1). Essa concepção liga marido e mulher um ao outro por promessas mútuas, e a Deus em formas que lembram as cerimônias pactuais testemunhadas em todas as partes do AT. Como nas alianças do Exodo, escravos que não eram "povo de Deus" se tornaram propriedade exclusiva do Senhor. Assim como Yahweh é o "cônjuge" de Israel em muitos escritos proféticos (Is 50:1; 54:5; Jr 2; Ez 16), no casamento marido e mulher se tornam, mediante as promessas feitas no altar, propriedade um do outro em regime de pertencimento permanente.

D, Papéis no Casamento e na Família

1. O Marido/Pai

O marido e pai desempenha diversos e importantes papéis. Atua como sacerdote, provedor, protetor, genitor, amante e amigo.

a. Como sacerdote* A função principal do marido é vista claramente nas palavras de Deus a respeito de Abraão, o pai dos crentes: "Porque Eu o escolhi para que ordene a seus filhos e a sua casa depois dele" (Gn 18:19). O marido/pai é o sacerdote da família, tendo, portanto, a incumbência de promover o crescimento e a dedicaçao espiritual de seus membros. A ordem de Deus a Israel para ensinar os mandamentos divinos aos filhos (Dt 6:7-9) é dirigida aos pais, mas a liderança da família nessas atividades é um papel destinado principal mente ao marido/paí. Vemos isso nos exemplos de Noé (Gn 8:18-20), Abraão (Gn 12:7; 13:4, 5) e Jacó (Gn 35:2-7). Nas primeiras celebrações da Páscoa, os homens deveríam sacrificar o cordeiro e espargir o sangue nos umbrais da porta de suas casas (Ex 12:3-7).

Num sentido prático, a adoração matinal e vespertina oferece ocasiões para o pai desempenhar essa importante função. Não é pedido que ele realize sozinho todos os aspectos do culto de adoração, mas ele é o principal responsável pela liderança e pelo bem-estar geral da espiritualidade da família.

b. Como provedor. A Escritura também apresenta o pai como o principal provedor do "pão diário" da família, A ordem "no suor do rosto comerás o teu pão" (Gn 3:19) foi dada a Adão, não a Eva, e coloca a responsabilidade principal pelo sustento físico < 729 sobre os ombros do marido. Paulo repete isso de maneira muito sucinta: "Se alguém não tem cuidado dos seus e especialmente dos da própria casa, tem negado a fé e é pior do que o descrente" (lTm 5:8). Embora muitas mulheres sejam forçadas pelas circunstâncias a obter o seu "pão diário", e outras escolham participar no esforço econômico, a Bíblia aponta para o homem como o parceiro que tem a responsabilidade principal pelo sustento da família.

c. Como protetor. A proteção física dada por muitas espécies animais à companheira e à prole sugere um terceiro papel do marido/pai: o de protetor. O marido cristão não somente aceita essa função, mas também se orgulha de ser o defensor de sua mulher e de seus filhos. O meticuloso cuidado de Jacó em proteger sua família da ira de Esaú (Gn 32:22-24) e as palavras que disse ao irmão demonstram tal proteção:

"Meu senhor sabe que estes meninos são tenros, e tenho comigo ovelhas e vacas de leite; se forçadas a caminhar demais um só dia, morrerão todos os rebanhos. Passe meu senhor adiante de seu servo; eu seguirei guiando-as pouco a pouco, no passo do gado que me vai à frente e no passo dos meninos" (33:13, 14).

A noiva no Cântico de Salomão pode descansar contente assentada à sombra da sua "madeira" e comer do seu fruto, sugerindo proteção e provisão (Ct 2:3). A afirmação de Paulo em Efésios 5:25 -"maridos, amai vossa

mulher, como também Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela" — define a suprema fidelidade nesse sentido.

d. Como genitor. Embora criar os filhos seja em grande parte responsabilidade da mãe, a Escritura também enfatiza a participação do pai nessa função. Conforme testemunhado no mandamento de Paulo para que os pais criem os filhos "na disciplina e na admoestação do Senhor" (6:4), a responsabilidade paterna inclui mais do que atividades de provedor/protetor.

Os filhos sentem excepcional necessidade de amor e companheirismo da parte do pai. Quando as mães são obrigadas a criar os filhos sozinhas, eles correm o risco de desenvolver comportamento agressivo conducentes ã delinquência. Setenta por cento dos menores encarcerados passaram parte de sua vida sem um pai. E, Gose explica que filhos criados sem pais apresentam mais propensão para deixar de frequentar o ensino médio ou ser acometidos por problemas comportamentais e emocionais (Louv, 54-56). A orfandade é "o problema social mais urgente de nossa geração" (Cose, 61).

Assim também, a falta de atenção paterna para com as filhas facilmente converge em diversas atitudes disfuncionais na vida posterior. Essas incluem hostilidade para com os homens, androfobia e ansiedade excessiva para com o afeto masculino.

e. Gomo amante e amigo. A Bíblia apresenta o papel do marido de amante e amigo como preeminente no relacionamento conjugal. O AT é rico em referências ao amor do marido para com sua mulher. Isaque "amou" Rebeca e foi consolado pela sua companhia (Gn 24:67). Posteriormente, depois de Isaque haver dito ao rei filisteu que Rebeca era sua irmã, Abimeleque viu Isaque "brincando com Rebeca" e descobriu a verdadeira relação entre os dois (Gn 26:8). Elcana perguntou a Ana: "Não te sou eu melhor de que dez filhos?", sugerindo um relacionamento que provia apoio e amor à esposa (lSm 1:8).

A donzela no Cântico de Salomão encontra deleite em seu amado. Usando figuras apropriadas à época, chama-o de "gamo" (2:9), "alvo e rosado", a cabeça como "o ouro mais apurado" (5:10, 11); ela o compara ao "Líbano, esbelto como os cedros" (v. 15). Descreve-o no ato sexual (8:3). "Tal é", afirma ela, "o meu amado, tal o meu esposo" (5:16).

Por último, Deus ressalta o papel do esposo como amante e amigo descrevendo Seu relacionamento com Israel. Em uma história contada pelo profeta Ezequiel, Deus afirma ter jurado fidelidade à nação de Israel e ela se tornou dEle (Ez 16:8). Presenteou-lhe com roupas, joias e comida (v. 10-19); os dois tiveram filhos e filhas (v. 20). Quando ela age como prostituta, Ele a traz de volta, propondo se lembrar da aliança que fez com ela (v. 60, 62). A relação de Oseías com Gômer é uma representação da relação de Deus com Israel — a de um marido que se esforça por recuperar sua amada (ver Os 3:2).

2. A Esposa/Mãe

A importância do papel do marido/pai para o bem-estar da família só se iguala na Escritura ao sublime papel da esposa e mãe. Pois se o lar precisa de uma cabeça, precisa também de um coração. Em nenhum lugar é essa postura mais vividamente delineada do que em Provérbios. "A mulher virtuosa é a coroa do seu marido" (12:4). "O que *acha* uma esposa acha o bem e alcançou a benevolência do Senhor" (18:22). "Do Senhor [vem] a esposa prudente" (19:14). O valor de uma boa esposa "muito excede o de finas joias" (31:10). "A mulher que teme ao Senhor, essa será louvada" (v. 30).

a. Como geradora e educadora dos filhos. Assim como o papel de marido/pai é ampliado na reação de Deus à transgressão de Adão (Gn 3:17), assim é o papel de

esposa/mãe esclarecido pela reação de Deus ao erro de Eva: “Em meio de dores darás à luz filhos” (v. 16). Gerar filhos, função claramente projetada pelo Criador para a mulher, passou a ser difícil, A gravidez de uma mulher resulta em um vínculo que é benéfico para a educação dos filhos. Percebem-se em numerosos exemplos bíblicos os efeitos da educação paciente e amorosa entre eles: a orientação de Ana a Samuel (lSm 1:21-28; 2:19, 20), a educação que Joquebede deu a Moisés (Ex 2:1-10) e o papel de Maria na vida do menino Jesus (Lc 2:40, 51, 52).

b. Como dona de casa. O relato do rei Lemuel sobre as atividades da esposa/mãe virtuosa deixa bem claro que a mulher *é* de fato a líder na condução dos negócios do lar. Vê-se essa ênfase na atenção que ela dá ao sustento da família: “E ainda noite, e já se levanta, e dá mantimento à sua casa” (Pv 31:15); ao planejamento das atividades: Ela acorda cedo para dar “tarefa às suas servas” (v. 15); aos investimentos domésticos: “Examina uma propriedade e adquire-a; planta uma vinha com as rendas do seu trabalho” (v. 16); “Ela faz roupas de linho fino, e vende-as, e dá cintas aos mercadores” (v. 24); à roupa de casa: “Estende as mãos ao fuso, mãos que pegam na roca" (v. 19); à beleza do lar: “Faz para si cobertas" e roupas “de linho fino” (v. 22); ao conforto da casa: “Não teme a neve, pois todos andam vestidos de lã escarlate” (v. 21); à disposição de ânimo da família: “Fala com sabedoria, e a instrução da bondade está na sua língua” (v. 26); à supervisão geral da casa: Ela "atende ao bom andamento da sua casa e não come o pão da preguiça” (v. 27).

A maioria das famílias modernas acha difícil refletir o modelo bíblico de Provérbios 31. Por meio de seus avanços tecnológicos, a sociedade industrial não só revolucionou os processos de cuidado da família; o materialismo radical também desvalorizou muito o lugar da família na sociedade. No entanto, a mulher cristã, que não tem a necessidade, o tempo nem o desejo de “fiar ou plantar vinhedos", recebe o desafio para cumprir dentro da sociedade de hoje o espírito desses modelos bíblicos.

c. Como parceira. No casamento, a mulher é uma parceira plena. Ela compartilha com o marido a ternura da intimidade e a alegria da amizade, bem como as responsabilidades de criar filhos e manter uma casa. A mulher toma parte nas decisões e, se necessário, na provisão das necessidades materiais da família.

Provérbios 31:10-31 descreve bem a parceria na administração e nas atividades domésticas. Essa mulher virtuosa supervisiona sua casa, percebe que as necessidades de todos estão sendo atendidas e ganha dinheiro plantando vinhedos e negociando com os comerciantes. Especialmente em lares monoparentais, essa espécie de mulher ideal — embora difícil de imitar — é necessária na sociedade moderna.

Na intimidade do matrimônio, a mulher é amante e amiga. Provérbios 5:18 e 19 chama a atenção para a mulher da juventude como um deleite, alguém com quem se alegrar em amor e afeição. Embora as alusões utilizadas no Cântico de Salomão nem sempre sejam fáceis de ser compreendidas hoje, a mulher é sempre descrita como uma fonte de alegria e satisfação. Ela arrebata o coração do homem (Ct 4:9) e o seu amor é doce (v. 10). Ele pede a ela: “Põe-me como ^ selo sobre o teu coração”, e afirma que “as muitas águas não poderíam apagar o amor” (Ct 8:6, 7). Juntos, marido e mulher são parceiros no amor.

3* Os Filhos

O papel dos filhos no lar também recebeu orientação bíblica. Os filhos não são apenas dependentes, mas parceiros mais moços no círculo social no qual nasceram ou foram adotados. Está claro que são dependentes.

A Palavra de Deus ordena: "Filhos, obedecei a vossos pais no Senhor, pois isto é justo" (Ef 6:1). O que nem sempre está tão claro é que eles também podem ajudar. A experiência de Samuel como jovem assistente de Eli (ISm 3) e a dos filhos que a viúva enviou para apanhar os vasos para ela encher de azeite (2Rs 4:1-7) são apenas dois lembretes bíblicos desse fato.

Os filhos também são parceiros no ensino. E dito de Enoque que ele "gerou a Metusalém" e "andou com Deus" (Gn 5:21, 22). Embora essa afirmação não implique que Enoque havia sido um indivíduo incrédulo antes do nascimento do filho, "com a chegada de um filho para adornar seu lar ele entendeu por experiência própria a profundidade do amor de um pai e a confiança de um bebê indefeso. Gomo nunca antes, foi atraído para Deus, seu próprio Pai celestial, e finalmente qualificado para a trasladação" (SDABCl, 246).

Cada um desses papéis familiares está gravemente ameaçado, se não efetivamente alterado, na sociedade moderna. Apesar disso, a igreja declara valo rosa mente sua lealdade a essas diferenciações de papéis.

15. *Relacionamento no Casamento*

1. Relacionamento Conjugal

A relação entre marido e mulher, a mais fundamental e determinante do vínculo conjugal, está bem codificada na Palavra de Deus. A expressão apropriada para essa união, "uma só carne" (Gn 2:24; Ef 5:31), sugere uma unidade de propósito e pensamento, que envolve submissão mútua e status igualitário.

a. Submissão mútua. Embora o mandamento bíblico de que "as mulheres sejam submissas a seu próprio marido, como ao Senhor" (Ef 5:22), aponte para a liderança do homem, a intenção não é a superioridade masculina, O verso anterior ordena os crentes efésios a sujeitarem-se "uns aos outros no temor de Cristo"; a submissão da mulher ao marido é um exemplo específico do que Paulo pretendia. A deferência que se ordena que a mulher tenha por seu marido se equipara ao serviço que se ordena que ele preste a ela como seu protetor e provedor fiel e, se necessário, sacrifical.

Uma pálida analogia com esse relacionamento pode ser encontrada no relacionamento da própria Trindade. A submissão de Cristo ao Pai não indica posição inferior, mas implementação de uma função complementar num esforço conjunto. Esse conceito elimina a possibilidade de que, pela ordem da criação, Deus tenha destinado um sexo para mandar em outro. As diferenças de papéis e áreas de autoridade, interpretadas pelo modelo trinitariano, não apoiam nem a concepção tradicional de dominância masculina, nem a ambiguidade de papéis promovida por alguns em tempos recentes. Vista dessa perspectiva, a relação na Trindade se torna um exemplo da igualdade de esforço e autoridade pretendida por Deus para o casal criado à Sua semelhança.

b. Posição igual. A capacidade da mulher de se relacionar com o sexo masculino foi adversamente afetada pelo status inferior atribuído a ela em muitas sociedades, tanto antigas como modernas. Percebemos, porém, nas palavras e atividades de Cristo e de Paulo dinâmicas que contrariam essas concepções e elevam a mulher ao nível de igualdade que lhe foi transmitido na criação.

A atitude prudente de Paulo de não ignorar certos costumes existentes (iCo 11:5, 6; 14:34; lTm 2:11-12; 5:14) demonstra sua sensata consideração pela situação social da época. Em outros escritos, porém, ele transcende às situações existentes e deposita as sementes da liberdade social, que nas gerações subsequentes trouxeram resultados revolucionários para as relações masculinas/femininas. Percebemos isso quando Paulo reafirma a mulher em (a) sua sexualidade (lGo 7:4), (b) sua aceitação sob

732 ► a graça de Deus (11:11, 12), (c) sua elegibilidade para o dom profético (v. 5), (d) seu lugar privilegiado como objeto da atenção e solicitude masculina (Ef 5:28, 29) e (e) sua igualdade categórica em Cristo Jesus (G1 3:28).

O ministério terrestre de Cristo exerceu influência ainda mais dramática sobre a afirmação feminina. Ele não proclamou leis impondo uma transformação nas relações conjugais. Apesar disso, em nítido contraste com os rabinos que afirmavam que "quem ensina à filha a *Torah* lhe ensina a lascívia" (Mishnah *Sotah* 3:4), Ele apontou o caminho para a igualdade, concedendo às mulheres novo e exaltado benefício.

Cristo realizou isso: (a) dando às mulheres privilégio cristão (Jo 4:1-42), (b) utilizando numerosas personagens femininas em Seus ensinos (Lc 15:8; 17:35), (c) restringindo o uso abusivo do divórcio (Mt 5:31, 32), (d) tendo amizade especial com Maria e Marta de Betânia (Lc 10:38-42; Jo 11:1) (e) fazendo do vínculo matrimonial uma ilustração da vida espiritual do crente com Ele (Mc 2:19, 20) e (f) preocupando-se com Sua mãe na hora da morte (Jo 19:26, 27).

Embora as mulheres não estivessem incluídas nos doze ou nos setenta escolhidos para pregar, pertenciam à Sua equipe de obreiros (Lc 8:1-3), e Maria Madalena teve a honra de ser a primeira a anunciar Sua ressurreição (Jo 20:10-18).

As palavras bíblicas frequentemente utilizadas para justificar a superioridade masculina no casamento são "cabeça" e "domínio". Contudo, essas expressões não comunicam a ideia de desigualdade que se lhes atribuíram historicamente. O conceito de "cabeça" (lCo 11:3) é descrito depois da queda (Gn 3:16), Paulo fala dele à luz do apreço sacrifical de Cristo por Seu povo (Ef 5:23), Se aí se deve encontrar o significado da função na primazia de Adão na ordem de criação, é a de protetor ou servo. Ele foi criado primeiro como precursor ou guardião do ser que viria depois.

Deus criou os seres humanos à Sua imagem, masculino e feminino (Gn 1:27). Ao homem, deficiente quando sozinho, foi acrescentada a mulher - o ato final e coroador da criação de Deus. Ou seja, à noção de chefia ou domínio foi acrescentado o sentido de cumprimento ou completude, sendo que cada sexo é absolutamente necessário às espécies, cada um igual ao outro em status, cada um preenchendo satisfatoriamente o outro.

O "domínio" também caracteriza as relações conjugais depois do pecado (Gn 3:16), Não fazia parte do plano original de Deus, e como o seu corolário, a liderança, deve ser encarada não como uma privilegiada superioridade, mas como uma solene e sacrifical responsabilidade.

A Bíblia não ordena somente a submissão mútua e o status de igualdade; ela também ordena o respeito mútuo, a paciência mútua e mútuas obrigações. Estas últimas envolvem cuidado, conforto, apoio e fidelidade sexual (Gn 2:24; Êx 20:14).

Considerado no conjunto, os três princípios bíblicos mais eficazes com respeito à dignidade feminina são as concepções de que: (a) Deus pretendia na criação uma união conjugal viável, permanente e monógama; (b) embora o senhorio de Cristo não anule a distinção de papéis sociais e sexuais, elimina, sim, todas as diferenças de valor e dignidade pessoal; e (c) as concepções das relações masculinas/femininas mantidas pelos autores bíblicos devem ser estudadas à luz das intenções originais de Deus, antes da queda.

2. Relacionamento entre Pais e Filhos

A Escritura também trata da relação dos filhos com os pais. Os filhos devem tratar os pais com honra (Ex 20:12), gratidão e cuidado (Jo 19:26; ITm 5:4) e com obediência (Ef 6:1; Cl 3:20). Os exemplos de apreço filial na vida de Samuel (ISm 2:18-21), Isaque

(Gn 22:2-18), Ester (Et 2:7; 4:4, 12-16) e do próprio Cristo (Lc 2:51) mostram como os filhos devem cumprir esses mandamentos.

Uma das orientações mais abrangentes para atitudes parentais é a declaração do salmista: os filhos "são herança do Senhor" (SI 127:3). O conceito que permeia essa declaração é a mordomia, e os seus compo-
733 ► nentes funcionais são paciência, bondade e autoridade. Embora cada componente seja vital no processo parental, a mentalidade atual desafia muitas vezes a autoridade, e a maioria dos pais não a exerce devidamente. Isso é especialmente lastimável, pois, se os filhos devem obedecer (Ef 6:1), os pais devem ter autoridade convincente sobre eles.

Os pais devem conhecer e exercer seus direitos legais e morais. Os mais comumente aceitos são o direito à custódia dos filhos, o direito de lhes determinar a educação religiosa, o direito de discipliná-los e o direito aos serviços dos filhos menores.

O que deve ser lembrado, porém, é que os filhos também têm direitos. Têm direito à companhia dos pais, direito ao sustento físico, direito ao exemplo apropriado, direito ao amor altruísta deles e direito a não serem provocados (v. 4), isto é, irritados por atos opressivos ou palavras rudes.

Uma lição particularmente importante extraída dos registros bíblicos trata da força destrutiva do favoritismo dentro do círculo familiar. Dentre as declarações mais tristes da Escritura figura esta: "Isaque amava a Esaú, porque se saboreava de sua caça; Rebeca, porém, amava ajacó" (Gn 25:28). Os pais que repetem os erros de Isaque e Rebeca ou o de Jacó, que magoou os outros filhos presenteando José com uma túnica custosa, semeiam as sementes da discórdia que produzirão frutos semelhantes,

3. Relacionamento entre Irmãos

A instrução e o exemplo bíblico também tratam convenientemente da associação entre irmãos. Muitos dos exemplos demonstram o que não fazer, Caim e Abel, os filhos mais velhos de nossos primeiros pais, foram nossos primeiros professores nesse sentido (Gn 4:2-8). Outras experiências negativas que nos instruem são as de Jacó e Esaú (Gn 27; 28; 32), José e os outros filhos de Jacó (Gn 37), os filhos briguentos de Davi (2Sm 13), os filhos gananciosos e desobedientes de Eli (lSm 2:12-17, 22-25) e o filho pródigo e seu irmão mais velho (Lc 15:25-32).

A Escritura também registra relações positivas entre irmãos. Temos os exemplos de Pedro e André, que, juntos, seguiram a Cristo (Mt 4:18); Tiago e João, que foram colunas no serviço (v. 21, 22); e as filhas de Filipe, que profetizavam (At 21:8, 9). Esses exemplos servem de estímulo aos pais cristãos.

Em toda a Escritura, as palavras "irmão" e "irmã" se referem a uma relação íntima e calorosa. Os irmãos não devem contender entre si (Gn 13:8, que no original em hebraico fala de "irmãos", e não "parentes chegados"; At 7:26). Um amigo estimado é chamado de "irmão" (2Sm 1:26). E na "angústia" que se faz o irmão, disposto a ajudar em todas as circunstâncias (Pv 17:17). Um amigo "mais chegado que um irmão" é um amigo de fato (18:24). No Cântico dos Cânticos, a amada é chamada muitas vezes de "irmã" para denotar intimidade (Ct 4:9, 10; 5:1, 2, etc.). Jesus chamou os que fazem a Sua vontade de irmãos e irmãs (Mt 12:50; Mc 3:35). Mais de 50 vezes no livro de Atos os cristãos chamam uns aos outros ou são chamados de "irmãos". Paulo se dirige a seus leitores como "irmãos" mais de 60 vezes em suas epístolas. Por fim, para selar o significado das verdadeiras relações entre irmãos, Jesus é "o primogênito entre muitos irmãos" (Rm 8:29), "semelhante aos irmãos" em todos os aspectos (Hb 2:17).

K *Influências da Família*

1. A Família e o Indivíduo

As palavras de Salomão em Provérbios 22:6 — "Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele" — não são garantia absoluta de que a devida educação produzirá um bom caráter na vida adulta. Aplica-se aqui, porém, a lei da probabilidade ao efeito duradouro da influência paterna sobre o caráter e a felicidade de alguém. E verdade que os ingredientes do verdadeiro sucesso — honestidade, persistência, autoconfiança, trabalho árduo, consideração pelos outros — também são ensinados dentro de outras instituições, como a igreja e a escola. Mas, muito antes de serem os indivíduos influenciados por essas insti-
734 ► tuições, os valores adotados no lar exercem impacto indelével sobre a vida da criança.

Não é por acidente que os lares acometidos por vácuo moral constituem rica fonte de indivíduos imorais e/ou psicologicamente perturbados. Em contrapartida, os indivíduos bem ajustados são muito provavelmente produtos de famílias devidamente dirigidas.

2. A Família e a Sociedade

A importância do casamento para a prosperidade social é personificada no mandato bíblico: "Sobre tudo o que se deve guardar, guarda o coração, porque dele procedem as fontes da vida" (Pv 4:23). O coração da comunidade e da nação é o lar. O lar é a fábrica cujo produto, o cidadão, constrói as comunidades sociais. Quando essa fábrica tem um processamento defeituoso, seus produtos são inevitavelmente afetados. Um lar como esse produz crianças indisciplinadas, inescrupulosas e indiferentes às regras, sejam elas regras da sociedade, sejam leis da natureza, sejam mandamentos do Deus da natureza.

E trágico para uma família colocar na sociedade uma pessoa defeituosa ou com valores mal orientados. Ainda mais trágico é que, na maioria dos casos, tais pessoas estabelecem suas próprias famílias e repetem o desastroso processo de socialização, levando, muitas vezes, o indivíduo, a família e a nação ao desastre.

Através de todo o mundo, famílias são incapacitadas pelos efeitos da sociedade em que vivem. As famílias, por sua vez, dão sua parcela de contribuição para os males da sociedade, tanto nos subúrbios abastados como em favelas de cidades subdesenvolvidas. Os problemas sociais de Catmandu e de Harare possuem as mesmas características dos de Nova York e de Moscou. A rejeição da ética do amor e a colocação da concupiscência cobiçosa acima do bem-estar do semelhante, atitudes estas aprendidas em casa, são universalmente debilitantes. A formação moral é, em todos os sentidos, a base para a boa cidadania, e um cristão convertido é um "presente da igreja para a sociedade secular".

3. A Família e a Igreja

Em virtude de seus princípios teológicos e das atividades religiosas, a igreja exerce profunda influência sobre o lar. O oposto é também verdadeiro — a família afeta a igreja. A igreja se compõe de famílias, e as percepções, prioridades e práticas dessas unidades sociais determinam, com predominância, a força da comunidade de fé.

A consciência da importância da família para a nação levou os líderes do antigo Israel, em tempos de rigoroso desafio, a clamar por uma reforma familiar. Foram estes: Josué (Js 24:15-26), Esdras (Ed 9:1-4), Neemias (Ne 13:23-27) e Malaquias (Ml 4:5, 6).

A primazia do lar se acha indelevelmente impressa na descrição da primeira Páscoa em Êxodo 12:1-13. O sangue redentor era colocado não nas paredes do templo ou nas portas da escola, mas nos portais de cada casa, onde o cordeiro pascal devia ser comido (v. 7).

Hoje, como nos tempos bíblicos, os pais também são os guardiães do sangue

- comissionados para proteger e instruir os filhos nas virtudes do amor de Cristo. A qualidade do esforço paterno é crucial não só para a família, mas para o bem-estar da igreja.

II. Aplicação do Ensino Bíblico à Vida Diária

A. O *Casamento Ideal*

Deus Idealizou o casamento para atender às necessidades de Suas criaturas humanas. O Criador disse: “Não é bom que o homem esteja só” (Gn 2:18), e remediou a solidão de Adão criando Eva (v. 21-23). O casamento se destina a trazer felicidade e bem-estar, não somente ao homem e à mulher que decidem ser parceiros na vida, mas também à família e à sociedade. Ellen VVhite escreveu que o casamento "foi designado a ser uma bênção à humanidade. E assim o é sempre que se entre para o pacto matrimonial inteligentemente, no temor de Deus, e tomando em devida consideração as suas responsabilidades” (CBV, 356, 357).

Quando marido e mulher se tratam com deferência, cortesia e amor, alcança-
735 sse, com certeza, o ideal divino do matrimônio. Em uma parceria como essa, as necessidades tanto do marido como da mulher são atendidas, existe submissão mútua, e nenhum domina sobre o outro. Por seguirem os princípios bíblicos para o matrimônio (ver I. B), cumprirem os papéis bíblicos do casamento (ver Í.C) e praticarem as relações biblicamente ordenadas (I.D), os casais cristãos podem fazer de seu lar “um pequeno céu na Terra” (LA, 15). Em uma atmosfera assim, não pode haver abusos, sejam verbais, psicológicos ou físicos.

Na sociedade de hoje, os casamentos interculturais e inter-raciais são um pouco mais aceitáveis do que no passado. Mas casamentos dessa natureza enfrentam geralmente os desafios de associar contextos desiguais e as reações negativas de familiares e amigos. Trata-se de uma tarefa difícil. Contudo, quando é estabelecido com a devida preparação e determinação, o êxito desses matrimônios demonstra a verdade da afirmação bíblica: “o amor é forte como a morte. [...] As muitas águas não poderíam apagar o amor, nem os rios, afogá-lo" (Ct 8:6, 7).

Com base na ordenança bíblica "não vos ponhais em jugo desigual com os incrédulos” (2Co 6:14), os cristãos devem se casar com os da mesma fé. As diferenças de perspectiva religiosa normalmente arruinam a atmosfera do lar e geram dificuldades, tanto entre os parceiros como entre os demais membros da família, A alguém que pretendia se casar com um descrente, escreveu Ellen White: "A menos que você deseje um lar onde nunca se levantem as sombras, não se una com quem é inimigo de Deus” (T5, 363).

B. Aberrações Conjugais

Pelo fato de ser uma relação de aliança abençoada por Deus, o casamento traça uma linha sagrada para as relações íntimas entre marido e mulher. Sendo assim, as relações sexuais fora do casamento são estranhas ao plano de Deus para o matrimônio.

Embora a sociedade tolere ou até aceite as relações sexuais pré-conjugais e o concubinato, o sistema bíblico reserva as relações sexuais para o casamento. Ao contrário do pensamento popular, os casamentos experimentais não resultam em uniões mais estáveis. Em um estudo sobre casamentos realizado entre 1965 e 19S5, cônjuges não virgens apresentaram uma taxa de divórcio de 35 por cento, ao passo que os que casaram virgens apresentaram uma taxa de 23 por cento (Kahn e London, 847).

O adultério é geralmente definido como relação sexual de um conjuge com outro que não é o seu esposo ou esposa. Isso é

especificamente proibido pelo sétimo mandamento: "Não adulterarás" (Êx 20:14). O conceito de "adultério", porém, inclui mais do que o efetivo intercurso sexual. De acordo com o Sermão da Montanha, proferido por Cristo, comete-se adultério quando se olha 'para uma mulher com intenção impura" (Mt 5:28). Sendo assim, o comprometimento da aliança conjugal ocorre muito antes da relação sexual propriamente dita, quando se alimentam persistentemente pensamentos sensuais ou quando se tomam liberdades impróprias com uma pessoa do sexo oposto.

Em muitas sociedades, aceita-se a poligamia — um homem vivendo com mais de uma mulher — como forma normal e legal de casamento. Para os cristãos que vivem na maioria dos países ocidentais, a poligamia é pecaminosa e ilícita. Durante décadas as igrejas cristãs discutiram o que fazer com famílias polígamas que se convertiam ao cristianismo. Deve-se desfazer a família? Deve-se aceitar polígamos como membros da igreja? A questão ainda não foi inteiramente resolvida. Alguns dos envolvidos na prática argumentam que a poligamia também era praticada no Antigo Testamento e que, portanto, deve ser aceita como normativa hoje. Não resta dúvida, porém, de que a poligamia não fazia parte do plano de Deus, e que aqueles que a praticaram sofreram seus efeitos. Os princípios do cristianismo e a prática da poligamia são decididamente incompatíveis.

As uniões homossexuais, embora permitidas por lei em alguns países, não constituem o casamento bíblico. No princípio, Deus criou "macho e fêmea" (Gn 1:27, ARC). Gênesis 2:24 apresenta o modelo bíblico de matrimônio: um homem e uma mulher se tornam uma só carne. Tanto o Antigo como o Novo Testamento condenam o homossexualismo (Lv 18:22; Rm 1:26, 27; iCo 6:9). E verdade que, devido à maldição do pecado, tanto homens como mulheres podem nascer com tendências homossexuais, assim como alguns nascem com predisposição genética para o alcoolismo. Mas, da mesma forma como o amorável poder de Deus concede vitória ao alcoólico sobre o vício, também permite ao que possui tendências homossexuais viver uma vida de pureza moral. A comunidade da fé deve tratar ambos os grupos com amor e compaixão (ver Estilo de Vida, II.C.3.c).

C. *Divórcio e Novo Casamento*

Para Jesus, Moisés permitiu o divórcio por causa da dureza de coração do povo; não era plano de Deus a dissolução intencional do casamento. Apesar disso, podia se permitir o divórcio por causa de *porneia* (Mt 5:32; 19:8, 9).

A discussão sobre o verdadeiro significado de *porneia* tem enchido muitos volumes. Sua acepção básica é "imoralidade sexual" ou relações sexuais ilícitas, como o adultério, o homossexualismo ou a bestialidade.

O sentido de *porneia* no NT é esclarecido pela relação intertextual de Atos 15:29, que proíbe as "relações sexuais ilícitas" *(porneia),* e Levítico 18, onde essas relações incluem incesto, adultério, práticas homossexuais e bestialidade. *Porneia,* como a exceção de Cristo para o divórcio (Mt 19:9), tem, portanto, um sentido limitado, referindo-se exclusivamente à relação sexual ilícita, que na lei mosaica exigia que o transgressor fosse "eliminado" do povo de Deus (Lv 18:29). A reação dos discípulos à orientação de Jesus sobre o divórcio (Mt 19:10) sugere que o sentido de *porneia,* para Cristo, não era o de "alguma indecência" (Dt 24:1), mas o de "relações ilícitas" descritas em Levítico 18.

A única base bíblica para o divórcio é o adultério - tradícionalmente a consumação do ato sexual de um cônjuge com outro que não seja seu parceiro de matrimônio.

Deus odeia o divórcio (ATI 2:16). Seu plano original não o incluía (Mt 19:8); e o

divórcio com base em *ponteia* é tolerado, mas não ordenado. Paulo faz eco à proibição do divórcio feita por Jesus: “Que a mulher não se separe do marido" (ICo 7:10). "Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem” (Mt 19:6).

Casar-se novamente depois de um divórcio biblicamente permissível é aceitável. Casar-se de outra maneira seria cometer "poligamia em série" e pecar contra Deus.

D. Mcms-tratos na Família

A vida em tempos modernos é estressante. Pressões econômicas, urbanização, desintegração da família, perda das origens, problemas de saúde, tudo isso contribui para a tensão que leva a maltratar crianças, mulheres e idosos.

O abuso de crianças pode ser físico, psicológico ou sexual. O número de crianças e bebês espancados que dão entrada nos hospitais dos Estados Unidos aumenta dramaticamente a cada década. Em alguns casos, as crianças indefesas são impiedosamente punidas ao mais leve capricho de pais ou tutores. Muitas crianças crescem em lares onde são privadas da devida alimentação, higiene e cuidado. Alguns que parecem ter o essencial para viver são tratados de tal forma que guardam cicatrizes psicológicas para o resto da vida. Desde 1986, o abuso sexual - que abrange de carícia sexual até o ato sexual — de crianças por parte dos pais ou de outros membros da família atingiu o ponto mais alto de 32,8 por mil de todas as crianças (Ards e HarrelI, 337). Em 1993, algo entre 19 e 38 por cento das mulheres adultas informaram ter sido molestadas sexualmente na infância (Dubowitz, 733), O incesto, condenado pela Bíblia (Lv 18:6-14; Dt 27:20-23) e interditado na maioria das sociedades, é uma praga que infesta uma sociedade cada vez mais promíscua e sem lei.

As mulheres podem sofrer abuso tanto em casa como na sociedade. Estima-se que uma em cada três meninas corre o risco de ser molestada sexualmente por adultos, e 40 a 50 por cento das mulheres sofreram algum tipo de assédio sexual (Williams, 18). Devido às pressões econômicas e tradicionais, algumas sociedades dão preferência a crianças masculinas e abortam fetos femininos ou deixam os recém-nascidos femininos morrer, Em algumas regiões, meninas crescem muitas vezes com menos acesso à educação do que seus pares masculinos. Em geral, as mulheres ganham menos que os homens na área de trabalho, sem contar uma porcentagem infeliz que sofre na condição de esposas surradas, humilhadas, espancadas, queimadas, aviltadas e assassinadas.

As pessoas idosas, em vez de ser honradas pela sociedade e por seus filhos, são muitas vezes submetidas a maus-tratos. O aumento dramático da longevidade estabelece nítido contraste com a capacidade das famílias de cuidarem amorosamente de seus idosos. Seja abandonados em asilos, seja confinados em casa com os filhos, é comum os pais idosos se tornarem vítimas de negligência, quando não de desconforto físico porque seus filhos não dispõem de tempo, energia ou desejo de lhe prestar assistência. Essa situação é mais grave nas nações mais desenvolvidas economicamente do que no mundo menos desenvolvido, onde a família ampliada normalmente continua a respeitar e a cuidar de seus idosos.

¡E. *Formatos Familiares e Planejamento*

As famílias possuem diferentes tamanhos e formatos. Compartilham a função de prover carinho, segurança e lar para seus membros. No mundo atual em que a família corre o risco de perder sua identidade e vitalidade, o conceito bíblico proclama o valor de uma família duradoura.

Em países desenvolvidos, a família nuclear (pais e Hlhos) substituiu em grande

escala a família ampliada, que incluí outros parentes como avós, tias e tios, vivendo juntos sob o mesmo teto ou em arredores bem próximos. Embora ambos os tipos de família sejam legítimos, a família nuclear, quando isolada da família ampliada, perde muitos dos benefícios advindos da solidariedade familiar claramente vista nas famílias ampliadas. Admitindo-se que a mobilidade e as demandas da vida moderna tornem difícil viver numa família ampliada, deve-se estimular a família nuclear a manter relações com a família ampliada, especialmente com os avós. A geração mais velha tem muito que oferecer para a socialização das crianças; por seu turno, os mais idosos precisam do apoio das gerações mais jovens.

As famílias monoparentais, resultado em grande parte da crescente taxa de divórcios e a vertiginosa quantidade de filhos de mães solteiras, constituem grande porcentagem das famílias modernas. A vasta maioria dessas famílias é dirigida por mulheres e muitas delas são pobres. Crescer em famílias como essas apresenta muitas vezes aspectos negativos. A ausência dos pais — geralmente do pai — priva a criança de modelos apropriados, especíalmente para crianças do mesmo sexo que o genitor ausente. Os filhos de famílias monoparentais passarão provavelmente muito tempo sem a supervisão amorosa de um pai, que é obrigado a trabalhar fora para garantir alimento e abrigo. Essas crianças podem ser acometidas de ceticismo e amargura porque se sentem privadas e defraudadas da experiência de um lar normal; tornam-se muitas vezes fortes candidatas ao abandono dos estudos e à delinquência. A sociedade e a igreja devem dar apoio e estímulo a essas famílias. Talvez mais especificamente, pessoas que têm famílias intactas precisam dedicar tempo para compartilhar as cargas da família monoparental.

Visto que tantos casamentos acabam em divórcio (nos Estados Unidos, por exemplo, um em cada dois) e a maioria dessas pessoas contrai novas núpcias, o número de famílias com filhos adotivos é outra realidade do nosso tempo. Grandes obstáculos se interpõem no caminho da prosperidade de uma família com padrastos e enteados. A dor gerada pela dissolução da família ou das famílias originais precisa ser superada. Ao mesmo tempo, continuam a se relacionar com a família prévia, ou no mínimo sofrer a influência dela. E preciso fazer ajustes para os novos e diferentes membros da família. O número de interações familiares aumenta muito. Assim sendo, em uma família de dois pais, dois filhos, quatro avós e o número habitual de membros da família ampliada, há uma média “de 28 casais com 247 interações possíveis”, Se um dos pais tiver casado novamente, há “131.054 interações possíveis” e, se ambos tiverem casado novamente, as “possíveis interações saltam para assustadores 8.388.584” (Clark, 10). Essas dificuldades realçam a sabedoria de seguir a instrução bíblica sobre o divórcio. Elas também constituem um tributo às famílias que, mesmo em meio a essas interações, conseguem constituir uma unidade familiar eficaz.

*738

Seja qual for o tipo de família, as instruções bíblicas sobre os papéis e relações familiares continuam em vigor (ver I.D.E). Juntos, pais e filhos podem, sob a orientação e proteção de Deus, construir uma fortaleza de amor capaz tanto de proteger seus habitantes quanto de irradiar calor e iluminar seus arredores (ver Estilo de Vida I.G.S.a).

1. Reprodução e Expansão

Conforme vimos, os filhos "são herança do Senhor” (SI 127:3). A presença deles completa o círculo da família, trazendo alegria aos pais. Dadas as circunstâncias da vida atual, muitos casais entendem que devem limitar o número de filhos que trazem ao

mundo. Por outro lado, casais tomam providências ativas para adquirir filhos, sobretudo quando são incapazes de procriar naturalmente.

a. Controle de natalidade. Embora a prática do controle de natalidade não seja nova, a tecnologia agora disponível permite aos pais espaçar os períodos de gravidez e limitar o número de filhos. Praticar ou não o controle de natalidade é uma decisão privativa do casal. Somente eles sabem os limites de sua capacidade financeira e vigor físico; cumpre-lhes assumira responsabilidade pela educação e criação dos filhos nascidos no lar. As famílias que crescem além da capacidade econômica dos pais se colocam numa desvantagem capaz de afetar gravemente'o desenvolvimento das crianças. Mães que dão à luz muitos filhos sofrem fisicamente e psicologicamente; os filhos também sofrem. E por isso que, embora respeitando a ordem bíblica de conservar a vida, a maior parte dos cristãos aceita a tese de que não impedir o começo da vida pode ser prejudicial ao bem-estar de todos os membros da família, contrariando assim o propósito divino para nossa saúde e prosperidade.

Durante todo o seu ministério, Ellen Whíte escreveu sobre a necessidade de os pais pensarem no bem-estar dos filhos antes de trazerem bebês ao mundo (T2, 380; RH, 24/6/1890). Pais, escreveu, ela "não tendes direito de trazer filhos ao mundo para ser uma carga para os outros" (T2, 380). Dirigindo-se a um casal, escreveu que, a menos que pudessem disciplinar seus filhos "desde a infância [...] é um pecado aumentar vossa família" (T5, 323, 324). Além disso, para tirar melhor proveito de suas possibilidades missionárias, alguns casais deviam permanecer sem filhos (RH, 8/12/1885).

b. Tecnologia moderna e adoção. Os casais incapazes de procriar talvez desejem usar a tecnologia moderna ou a adoção para ter filhos. Muitas dessas providências apresentam graves desafios éticos e se tornam uma questão de preferência orientada pelo Espírito. Tudo exige sóbria reflexão acerca do princípio da vida e do papel da mordomia cristã.

A inseminação artificial pelo pai e a fertilização *in vitro* que utiliza o esperma e o óvulo de um casal produzem filhos que pertencem a ambos os país. Nesse sentido, não existe nenhum dilema moral. Os pais podem querer, porém, considerar a mordomia de recursos envolvidos nesses procedimentos, pois geralmente são caros. Também podem refletir se procurar ser fértil não seria contradizer a vontade de Deus para eles como indivíduos.

A inseminação artificial por um doador levanta questões difíceis e diversas. Apesar do cuidado tomado pelo banco de esperma na seleção dos doadores, o pai pode transmitir à criança traços indesejáveis. Uma criança que descobre que seu pai foi um doador desconhecido pode passar a vida inteira se perguntando pelo pai ausente ou se preocupando com ele. Por outro lado, se o pai for conhecido, a criança ou o pai pode querer destruir o vínculo que liga a criança à família na qual ela foi criada. O emprego do óvulo de uma do adora e o esperma do pai podem levantar problemas similares.

A adoção é um meio antiquíssimo de ampliação e satisfação familiar. Abraão pensava em adotar Eliezer para fazer dele seu herdeiro (Gn 15:2-3). A filha de faraó adotou *739 Moisés (Ex 2:10). Mardoqueu criou Ester como sua própria filha (Et 2:7) e José assumiu a responsabilidade pelo menino Jesus (Lc 2:41-52).

A maior parte das adoções se realiza por dois motivos: (1) casais estéreis com grande desejo de ter filhos podem decidir adotar um bebê; e (2) casais ou famílias que veem uma criança necessitada podem decidir abrir seu lar para mais um pequenino. Seja qual for a razão, os pais adotivos se comprometem com as crianças que adotam pelo resto da vida.

Que a adoção pode apresentar dilemas, isso é inegável. As crianças podem trazer consigo coisas difíceis de os pais adotivos entenderem ou aceitarem, como predisposições genéticas ou traumas dos primeiros maus-tratos. As adoções interétnicas ou interculturais também podem exigir bastante sabedoria e uma dose excepcional de amor.

Quando praticada por motivos altruístas, a adoção é um belo gesto cristão. Provê para a criança um lar amoroso capaz de atender a necessidades físicas e psicossocíais inatas. Também permite ao casal colher os benefícios da paternidade.

Uma das coisas mais bonitas das famílias adotivas cristãs é refletirem elas o amor e o cuidado de Deus para com Seus filhos. Nesse sentido, Paulo disse que os cristãos foram adotados por Deus, tornando-se assim filhos de Deus (Rm 8:15-16; 9:4).

2. Testamentos e Custódias

Os cristãos devem confiar em Deus. Devem também tomar providências quanto ao futuro, preparando-se, em tempos de fartura, para os dias de crise (Pv 6:6-11). O uso de testamentos e espólio garante o devido cuidado pelos filhos, que podem ficar órfãos, e distribuir apropriadamente o patrimônio é uma demonstração de sabedoria. Deve-se enfatizar a inclusão da igreja na disposição do espólio.

Entre os documentos legais muito em voga em nossos dias estão o acordo pré-nupcial e o testamento em vida. O primeiro dispõe sobre a distribuição dos ativos, caso o matrimônio venha a ser dissolvido. Esse acordo é muitas vezes útil para proteger os interesses dos filhos de casamentos anteriores. Embora perfeitamente legal, o acordo pré-nupcial levanta questões. A dissolução pré-planejada do casamento não contraria os princípios da união familiar e do perdão, fundamentais para o êxito conjugal? Os casamentos com uma cláusula de exceção não enfraquecem de alguma forma a "vitaliciedade" da aliança matrimonial?

Um testamento em vida prescreve a natureza e a extensão do tratamento no caso de doença terminal, inclusive as providências médicas para prolongar ou conservar a vida e, no caso de óbito, a doação de órgãos para transplante ou pesquisa. Antes de assinar um testamento como esse, a pessoa deve se consultar com os membros da família, que podem ver as providências com outros olhos, e discutir seus pontos de vista com os que precisam tomar decisões médicas.

K Dilemas Familiares

1. Aborto

Enquanto o controle de natalidade visa impedir que a vida ocorra, o aborto tem que ver com o término da vida, e se converte numa questão teológica.

Deus é a fonte e o doador da vida (At 17:25, 28). A vida humana tem valor inestimável porque os seres humanos são criados à imagem de Deus (Gn 1:27). Deus exige a proteção da vida humana (Ex 20:13) e pede contas aos seres humanos responsáveis por sua destruição (Gn 9:5-6). Deus está especialmente preocupado com a proteção dos indefesos (Pv 24:11, 12; Tg 1:27). Não obstante, concede aos seres humanos liberdade de escolha (Dt 30:19, 20; G1 5:13) e nos chama individualmente a tomar decisões morais com base nos princípios bíblicos (At 17:11), sempre na busca de fazer a vontade de Deus (Rm 12:2).

A vida de uma criança ainda não nascida deve ser respeitada devido à sacralidade inerente a toda vida humana. O aborto nunca é uma ação destituída de consequências morais, e jamais deve ser praticado de maneira leviana. Apesar disso, é preciso tomar decisões sobre o aborto no contexto de um mundo pecaminoso. Essas decisões devem ser tomadas não por terceiros, mas dentro do ambiente de uma família

amorosa e apoiadora, sob a guia dos princípios bíblicos. Poucos cristãos argumentariam que todos os abortos são corretos ou que o aborto nunca constituiría uma opção a ser considerada. Quando se pensa nessa possibilidade, quase sempre ela tem que ver com incesto, estupro ou ameaça radical à vida da mãe.

Sejam quais forem as suas convicções, os cristãos não devem adotar atitudes condenatórias para com aqueles que passaram pelo trauma do aborto, A igreja deve oferecer compaixão e apoio aos que enfrentam o dilema de uma gravidez indesejada.

2* Eutanásia

Dois tipos de morte misericordiosa estão ganhando aceitação na sociedade moderna; a eutanásia passiva, que é a negação da manutenção dos sistemas de apoio à vida para doenças terminais; e a eutanásia ativa, que consiste em tirar a vida da pessoa a fim de impedir sofrimentos adicionais.

A pessoa envolvida, bem como a família, enfrentam várias questões. Quando é que a pessoa morre? Quando é que o cérebro deixa de funcionar? Quando é que o coração deixa de pulsar? E moralmente correto manter uma pessoa mecanicamente viva quando falham todos os sistemas orgânicos? Não é homicídio ajudar alguém a morrer? Deve a família respeitar os desejos daquele cujo testamento em vida manifesta o desejo de não ser mantido por meios mecânicos?

Os que se opõem categoricamente à eutanásia creem que ela é uma violação do mandamento "não matarás". Em contrapartida, os que acham a prática correta lembram que a tradução do original hebraico de Êxodo 20:13 é "não assassinarás", e ponderam que praticar eutanásia passiva não é tirar a vida, mas diminuir o trauma da morte.

Com base na lei do amor, no respeito à vida e aos princípios da justiça, não se podem aceitar essas aberrações dentro da família. Embora reconhecendo que vivemos num mundo pecaminoso, onde proliferam o pecado, a doença e a dor, como cristãos estamos obrigados a perseguir o ideal divino para a vida familiar.

3. Clonagem

Visto que a replicação (clonagem) ainda não é uma realidade, suas consequências não foram demonstradas, mas existem efeitos, tanto positivos como negativos, bastante previsíveis.

Entre as consequências negativas estão; silenciamento de emoções humanas vitais como afeto, respeito e amor, devido aos sentimentos de infinita substitutividade; a desvalorização da vida como resultado de reproduzir seres humanos via metodologia industrial ou "linha de montagem"; o descrédito da intimidade conjugal em face da desvinculação da sexualidade da reprodução humana; o enfraquecimento do sistema familiar, devido â criação de uma classe de humanos sem pai nem mãe; e a reafirmação do egocentrismo e do elitismo em consequência da seletividade que vai decidir quem é digno de ser clonado e quem não é.

Entre as consequências positivas imaginadas estariam o aumento da vida como resultado do uso de partes do corpo, como a medula óssea ou um rim, e a perpetuação dentro da sociedade do gênio de uma Elizabeth Barrett Browning, um Albert Einsteín ou um George Washington.

Quando somamos às prováveis consequências negativas da clonagem o fato de que a réplica do gênio não lhe garante o desenvolvimento nem o uso no mesmo grau ou para os mesmos propósitos como visto no original, fica claro que os cristãos têm razão em ver com grande cautela essa estimulante e radical incursão permitida por Deus no segredo da vida.

4. Concepção Não Natural

Os dois métodos não naturais mais comuns de concepção são a fertilização *in vitro*

e a inseminação artificial. A fertilização *in vitro é* uma concepção fora do útero da mãe. Mediante esse processo, os óvulos são removidos cirurgicamente da mulher e inseminados em laboratório com o esperma masculino íã> numa proveta de vidro. Depois de um curto período de incubação, vários (três ou quatro) dos embriões desenvolvidos são implantados no útero na esperança de que pelo menos um sobreviva.

Já a inseminação artificial, um processo mais conhecido, é um procedimento pelo qual o esperma do marido ou de um doador é depositado no útero por meio de uma seringa. Nascimentos por esse processo aumentam em centenas de milhares por ano ao redor do mundo.

As questões levantadas no processo de fertilização *in vitro* incluem:

a. Quando começa a vida? Em outras palavras, são humanos os embriões em desenvolvimento? Se assim for, é correto dar início à vida, mesmo artificialmente, sabendo que a maioria não sobreviverá?

b. Embora ter os filhos através da fertilização *in vitro* envolvendo marido e mulher possa parecer bastante natural em seu desenvolvimento, o que acontece quando o método envolve um doador que não é o marido?

c. A mãe e o filho devem se identificar para o doador?

d. Que direitos e/ou responsabilidades o pai natural tem nesse caso?

e. Que negativas psicológicas afetam um pai de aluguel ou um filho de semelhante processo?

A inseminação artificial envolvendo marido e mulher levanta menos questões éticas e legais. Contudo, quando outro homem que não o marido age como doador, todas as questões acima a respeito dos direitos e responsabilidades do doador se intensificam no momento em que se fazem perguntas sobre o bem-estar psicológico da criança, se ela vier a saber que foram assim concebida. Isso inclui a questão de se ela deve ser informada.

Um dilema parecido acontece com a maternidade substituta com fins lucrativos, ou, como alguns a denominaram, "barriga de aluguel".

Entre as questões mais perturbadoras sobre esse método de gravidez, podemos mencionar:

a. Os efeitos da comercialização do processo de gravidez sobre a sociedade.

b. Os efeitos da separação forçada sobre a mãe biológica e a criança.

c. A confusão e tensão enfrentadas muitas vezes em discussões sobre o parentesco e direitos de visita. O exemplo de Abraão e o fato de Sara ter usado a barriga de Agar vêm esclarecendo essa questão durante séculos (Gn 16:1-10).

E possível que cristãos sinceros tenham opiniões diferentes sobre os pontos de vista acima mencionados. Contudo, ninguém que procura fazer a vontade de Deus, atuando assim em benefício da família e da sociedade, considera essas coísas levianamente.

III. Casamento e Família de uma Perspectiva Histórica

A. Judaísmo

O relato bíblico dá informações sobre casamento e família no judaísmo primitivo. Dentre as referências judaicas extrabíblicas mais antigas sobre o casamento, estão um contrato matrimonial encontrado entre os papiros elefantinos e a história do casamento de Sara e Tobias, relatada em Tobias capítulos 7 e 8, bem como o contrato de casamento celebrado entre eles.

O judaísmo rabínico considerava o casamento uma grande bênção: “Aquele que não tem nenhuma esposa não é um homem no verdadeiro sentido da palavra” (Talmude Babilônico *Yebamoth,* 63a); “vive sem alegria, sem bênção e sem bondade” (Talmude

Babilônico *Yebamoth*, 62b). Embora a poligamia fosse possível, era praticamente desconhecida em tempos talmúdicos. A procriação constituía um dever (*Mishnah Yebamoth*, 6:6). Depois de 10 anos sem filhos, o marido podia se divorciar da mulher.

Constituía dever do pai ensinar ao filho a *Torah* e uma profissão (Talmude Babilônico *Kiddushin*, 29b). Era estritamente proibido a um pai demonstrar favoritismo por qualquer filho (Talmude Babilônico *Shabbath*, 10b). "Um homem deve gastar menos do que ganha com comida, igual ao que ganha com roupa e além do que ganha em honrar a esposa e os filhos" (Talmude Babilônico *Hiãlin*, 84b),

O lar era o centro da prática religiosa. Destacavam-se entre as festividades o sábado e a Páscoa judaica. Além disso, as famílias celebravam a Festa dos Tabernáculos e os rituais de mesa diários, que serviam para fortalecer os laços de união.

742 ►

Ainda hoje, o casamento é praticamente obrigatório entre os judeus religiosos. A família judaica continua a ser o lugar onde a instrução religiosa acontece de maneira mais efetiva.

B. *Cristianismo Primitivo*

Embora o casamento e a família no cristianismo primitivo tenham recebido influência da tradição judaica, foram ainda mais influenciados pelas injunções do NT, que detalhavam os deveres dos membros da família (Ef 5:21-6:4; Cl 3:18-21; lPe 3:1-8).

Entre os cristãos, o casamento era normalmente acompanhado de cerimônias religiosas. Inácio afirmava que o casamento cristão devia acontecer com o conhecimento do bispo, sugerindo que era necessário o conselho e a aprovação da congregação (A *Policarpo*, 5 [ANF, 1:100]). Clemente de Alexandria diz que o "casamento consumado de acordo com a Palavra" é santificado (*Stromata*, 4.20 [ANF, 2:432]). Do 4º século em diante, passou a ser oficiado por um sacerdote ou bispo.

A partir do 3º século, alguns cristãos começaram a achar o celibato melhor que o casamento, especialmente para os clérigos, que, por volta do fim do 4º século, eram no Ocidente obrigados a ser celibatários. Os gnósticos já haviam ensinado que a união conjugal era pecaminosa. Jerônimo (c. 340-420) não só elogiava a virgindade, como também sugeria que o casamento não era ideal. Agostinho (354-430) adotava pontos de vista mais moderados do que os de Jerônimo, pois ensinava que o casamento possuía três benefícios: fidelidade, descendência e sacramento *(Os Benefícios do Casamento*, 32 [NPNF-1, 3:412]), A concupiscência da carne se convertia em virtude com a procriação de filhos (ibid., 6 [NPNF-1, 3:401]). Agostinho achava, porém, que o ato sexual para qualquer outro propósito que não fosse a procriação era pecaminoso. Ele também defendia a superioridade do celibato. Apesar de tudo, via no casamento um símbolo da união mística de Cristo com Sua igreja.

A igreja proibia a dissolução do matrimônio, a não ser por adultério. Por volta do 3º século, não aprovava o novo casamento nem mesmo da parte inocente. No Oriente, havia mais tolerância. Basílio (330-379), por exemplo, não aprovava, mas também não condenava, o segundo casamento. Naquela época, segundo a lei romana, o marido ou a mulher podia obter divórcio com base em diversos motivos e tornar a se casar livremente.

Não se via com bons olhos os casamentos mistos, isto é, de cristãos com não cristãos. O Concilio de Elvira (306) proibiu o casamento de cristãos com judeus, hereges e bárbaros. Ambrósio (c. 339-397) condenava como sacrilégio o casamento de crentes com incrédulos (*Epístola*, 19.7). O Código Teodosiano (438) fazia dos casamentos mistos uma ofensa capital.

C. *Idade Média*

Durante a Idade Média, a igreja foi a autoridade principal e a legisladora em

questões de casamento e família. Carlos Magno (742-814) proibia o casamento sem bênção (*Capitulary*, 7.363). Em 895, Leão VI, o Filósofo, imperador de Constantínopla, decretou que o casamento de pessoas livres contraído sem a bênção nupcial era inválido. No Oriente, a missa nupcial foi instituída no século 10. Regulamentos eclesiásticos determinavam quem podia ou não se casar, a não ser quando as pessoas envolvidas eram influentes e podiam obter a dispensa papal para suas ações. Por último, o Concilio de Trento (1545-1563) decretou que nenhum matrimônio devia ser considerado válido a menos que fosse celebrado por um sacerdote na presença de duas testemunhas.

Eruditos e clérigos discutiram durante muito tempo o propósito do casamento e o que o tornava válido. Por volta de 1140, Graciano publicou a sua *Concordância dos Cânones Discordantes*, na qual tentava harmonizar os textos mais importantes sobre o casamento. Chegou â conclusão de que o consentimento validava o casamento e que o ato sexual apenas o completava. Pedro Lombardo, bispo de Paris no século 12, afirmava que o propósito primário do casamento era procriar, enquanto o secundário era evitar a fornicação. A mesma ideia é claramente
jSV expressa no Cânone 1013: "O fim principal do casamento é a procriação e criação de filhos; seu fim secundário é a ajuda mútua e a remediaçao da concupiscência."

Tomás de Aquino (1225-1274) considerava o casamento coisa natural e criada por Deus. Visto que o ato sexual era necessário para conservar viva a criação de Deus, a relação carnal era boa. Além disso, a amizade no casamento também era boa. No século 16, porém, o Concilio de Trento condenou os que ensinavam ser o estado conjugal igual ou superior ao celibato.

Prevaleceram as diferenças de opinião acerca do assunto. Surgiu a primeira lei eclesiástica no Ocidente proibindo o divórcio e o novo casamento. No Oriente ambas as práticas eram permitidas, não somente devido ao adultério, mas por causa de outros motivos graves, porém uma só vez na vida. Mesmo hoje, a maior parte dos países católicos se conformam com o parecer oficial do Concilio de Trento, que nega o direito ao divórcio, mas permite a anulação do casamento em determinadas bases.

D. *Reforma*

A Reforma Protestante refutou, mas não apagou completamente, a imagem mecanicista do casamento tão enraizada no pensamento medieval. Os reformadores rejeitaram a teoria sacramental do casamento, libertando-o assim do cativeiro do celibato e do ascetismo. O casamento se tomou aceitável, mais como um auxílio à continência do que como uma aliança de parceiros. Em seu comentário sobre os mandamentos no *Catecismo Maior*, Lutero escreveu:

"Quando a natureza segue seu curso, conforme implantada por Deus em nós, não há forma de permanecer puro fora do casamento, pois a carne e o sangue continuam sendo carne e sangue, e nossos instintos e turbulências naturais irrompem desenfreadamente, conforme todos vemos e sentimos. Para evitar que a imoralidade sexual chegue a esse ponto, Deus instituiu o estado do casamento, para que cada pessoa tenha a parte que lhe é devida e fique com ela satisfeita - embora, naturalmente, Deus ainda tenha que acrescentar Sua graça a fim de que nosso coração também seja puro" (*Catecismo Maior*, sobre o sexto mandamento).

Por outro lado, Lutero sentia que uma boa esposa era um dom de Deus. A educação religiosa dos filhos constituía valiosa tarefa ética. Por requerer simpatia, sacrifício e paciência, o casamento oferece oportunidade para alcançar plano espiritual mais elevado.

Os reformadores ressaltaram que, se o divórcio fosse sempre errado, não teria sido

permitido por Deus. Por conta disso, permitiam o divórcio por adultério ou deserção, e aqueles que se divorciavam por esses motivos podiam se casar novamente. Apesar disso, Lutero afirmava que os "que querem ser bons cristãos [...] ainda que seu cônjuge seja estranho, esquisito ou cheio de defeitos; ou, se houver divórcio, que as partes permaneçam sem casar" (*Comentário sobre o Sermão do Monte*, Mt 5:31, 32). Dizia no entanto: "Quanto ao divórcio, ainda é discutível sua admissibilidade. Da minha parte, aborreço tanto o divórcio que prefiro a bigamia a ele; mas, se é admissível, não me arrisco a decidir" (O *Cativeiro Babilônico da Igreja).* John Milton levou o argumento dos reformadores ainda mais longe, ao afirmar que o matrimônio só era indissolúvel quando havia unidade completa e perfeita do coração entre os parceiros.

Calvino foi mais positivo do que Lutero a respeito do casamento, pois via o casamento como um dom puro e positivo de Deus. Mas falhou também em superar a inquietação sobre os elementos prazerosos da intimidade sexual que assolavam a igreja, desde o tempo dos pais apostólicos.

Na Grã-Bretanha, durante o reinado de Eduardo VI, fez-se uma tentativa de alterar as leis eclesiásticas para permitir o divórcio e o novo casamento. Embora a tentativa tenha sido malograda, conseguindo-se apenas a separação judicial sem novo casamento por meio dos tribunais eclesiásticos de acordo com os cânones de 1604, uma lei do parlamento passou a permitir o novo casamento. A Conferência de Lambeth, em 1888, concluiu que a parte inocente de um divórcio por adultério podia casar novamente, mas tal casamento não recebería a bênção da igreja.

E. Concepção Aâventista

Ao longo de toda a sua história, os adventístas têm dado grande importância ao casamento e ã família. Acreditam que essas instituições têm origem divina e constituem dons de Deus para a raça humana, junto com o sábado do sétimo dia.

1. O Sábado

A observância do sábado do sétimo dia é particularmente importante para a estabilidade da família adventista. Esse dia, dedicado a Deus, oferece tempo para os membros da família adorarem a Deus e terem comunhão uns com os outros. A preparação para esse dia santo também dá oportunidade para a limpeza física e espiritual da casa, do corpo e das roupas, bem como do espírito e da mente, preparada para esse grande dia espiritual de 24 horas. Durante as horas do sábado, as famílias recebem estímulo para ir aos cultos da igreja, desfrutar o companheirismo dos irmãos na fé, explorar e estudar a natureza e servir aos outros. Deus recompensa as famílias, bem como os indivíduos (Is 58:13-14), que observam o quarto mandamento (Êx 20:8-11).

2. Livros e Publicações

Os adventistas demonstraram muito cedo interesse pela família. Em 1865, Ellen White escreveu seis artigos sobre saúde e publicou-os com artigos de outros autores numa série de folhetos intitulados *How to Live* (reimpresso diversas vezes, mais recentemente em *Mensagens Escolhidas,* v. 2, 1958). Desses artigos, o segundo trata do casamento e da família dentro do contexto da saúde e da doença. Ellen White descreve o casamento como uma instituição "designada pelo Céu para ser uma bênção ao homem" (ME2, 421). Ela aconselha os cônjuges a buscar cada um a felicidade do outro (ibíd., 430) e a prosperidade dos filhos, que devem ser criados em harmonia com as leis da saúde e da virtude. Os pais religiosos "sentirão que seus filhos são joias preciosas, por Deus confiados à sua guarda". As famílias cristãs farão com que o "mundo fique melhor por nele haverem vivido" e

serão "finalmente habilitadas para a vida superior" (ibid., 440).

Encontram-se entre os artigos e testemunhos de Ellen White numerosos artigos tratando do lar e da família. Seu livro A *Ciência do Bom Viver* contém importantes seções sobre o tema. As duas mais significativas compilações dos escritos de Ellen White sobre o casamento e a família são: O *Lar Adventista* (1952) e *Orientação âa Criança* (1954).

Durante décadas, muitos autores adventistas trataram de questões relacionadas ao lar e à família. Arthur W. Spalding (1877-1953), bem conhecido por sua *História da Igreja Adventista*, também escreveu matérias pertinentes às crianças e aos jovens da igreja. Seu livro *Makers ofthe Home* (1928) foi considerado um clássico da literatura da igreja. Belle Wood Comstock (1880-1961), médico e professor de endocrinologia, cooperou com Spalding na escrita de *The Days of Youth* (1932), *Groiving Boys and Girls* (1931) e *Through Early Childhood* (1930). Também escreveu muitos artigos para revistas de saúde e outros livros, como *All Aboitt the Bahy* (1930). Harold Shryock (1906-2004), médico e professor de medicina, escreveu diversos livros sobre casamento e família, dos quais- os mais conhecidos são *Happinessfor Hushand and Wives* (1949), *On Becoming a Man* (1951) e *On Becoming a Woman* (1951). Esses livros foram traduzidos em diversas línguas e amplamente distribuídos.

3. Estruturas e Pronunciamentos da Igreja

E evidente que a organização da igreja, em todos os níveis, se preocupa com a famí-' lia, desde a Associação Geral até a igreja local. Em 1922, Spalding fundou a Comissão do Lar da Associação Geral. Até 1941, ele preparou, para uso da igreja, materiais sobre temas relacionados ao casamento e à família. Desde o término da gestão de Spalding até 1975, a comissão ficou integrada ao Departamento de Educação. Criou-se então o Serviço Lar e Família (renomeado depois para Ministérios da Vida Familiar) para supervisionar o preparo de materiais e a apresentação de seminários sobre casamento, celibato, paternidade e diversos aspectos da família, O seminário Family Life International, patrocinado pela igreja, reúne-se anualmente desde 1975, oferecendo certificação de vida familiar para os educadores da igreja. Várias expressões do interesse adventista pela sociedade conjugal integram o movimento da vida familiar. Dentre as realizações alcançadas nessas décadas estão a curricularização dos materiais sobre vida familiar e a internacionalização das atividades e do quadro de funcionários.

A Igreja Adventista do Sétimo Dia aprovou por voto e publicou diversos documentos sobre questões relativas ao lar e à família. O que vem a seguir mostra a tendência do pensamento adventista.

A norma oficial da igreja sobre divórcio e novo casamento, aprovada por voto em 1958 pela Associação Geral reunida em assembléia, aparece no *Manual da Igreja* (2005, 201-208). Para o manual, o divórcio e o novo casamento só são permissíveis em casos de "fornicação", definida como "infidelidade para com o voto conjugal". O Concilio Anual de 1976 reafirmou a norma e aprovou por voto diretrizes para a sua implementação. As diretrizes incluem procedimentos a serem seguidos na disciplina de pessoas que se divorciam por outras razões que não o efetivo adultério, bem como uma interpretação mais ampla da palavra "fornicação", que pode incluir:

"a, perversões e desvios de uma vida sexual normal, que não desaparecem com o tratamento ou para os quais não se procura nenhuma terapia. [...]

"b. práticas homossexuais, desaprovadas na Escritura e reconhecidamente um abuso das faculdades sexuais. Por serem uma

violação do propósito divino do casamento, elas são uma causa legítima para o divórcio.

"c. persistente indulgência para com relações íntimas com um parceiro do sexo oposto que não seja o cônjuge, ainda que não se consume o ato, é uma forma de infidelidade, bem próxima do adultério efetivo, e pode contribuir para o divórcio" (AR, 17/2/1977).

Devido à recomendação bíblica de não se colocar "em jugo desigual com os incrédulos" (2Co 6:14), os pastores adventistas do sétimo dia são instruídos a não realizarem casamento de um membro da igreja com alguém que não o seja (*Seventh-day Aâventíst Ministers Manual* 1992, 246).

Na assembléia de 1980 da Associação Geral, foram aprovadas 27 declarações de crenças fundamentais [desde 2005 são 28]. A declaração 23 trata do casamento e da família:

"O casamento foi divinamente estabelecido no Éden e confirmado por Jesus como união vitalícia entre um homem e uma mulher, em amoroso companheirismo. Para o cristão, o compromisso matrimonial é com Deus e com o cônjuge, e só deve ser assumido entre parceiros que partilham da mesma fé. Mútuo amor, honra, respeito e responsabilidade constituem a estrutura dessa relação, a qual deve refletir o amor, a santidade, a intimidade e a constância da relação entre Cristo e Sua igreja. No tocante ao divórcio, Jesus ensinou que a pessoa que se divorcia do cônjuge, a não ser por causa de relações sexuais ilícitas, e casa com outro, comete adultério. Conquanto algumas relações de família fiquem aquém do ideal, os consortes que se dedicam ínteiramente um ao outro, em Cristo, podem alcançar amorosa unidade por meio da orientação do Espírito e a instrução da igreja. Deus abençoa a família e quer que seus membros ajudem uns aos outros a alcançar completa maturidade. Os pais devem educar os filhos a amar o Senhor e a obedecer-Lhe. Por seu exemplo e suas palavras, devem lhes ensinar que Cristo é um disciplinador amoroso, sempre terno e solícito, desejando que eles se tornem membros do Seu corpo, a família de Deus. Grescente intimidade familiar é uma das características da mensagem final do evangelho. (Gn 2:18-25; Mt 19:3-9; Jo 2:1-11; 2Co 6:14; Ef 5:21-33; Mt 5:31, 32; Mc 10:11, 12; Lc 16:18; lCo 7:10, 11; Êx 20:12; Ef 6:1-4; Dt 6:5-9; Pv 22:6; Ml 4:5,6)."

Após repetidos encontros, uma comissão especial adotou uma declaração sobre o aborto, que foi aprovada pelo Concilio Anual de 1992 e publicada na edição de 31 de dezembro da *Advenüst Review* do mesmo ano. A declaração diz, em parte:

"1. A vida humana pré-natal é um maravilhoso dom de Deus. O ideal de Deus para o homem reafirma a santidade da vida humana, à imagem de Deus, e exige respeito ^ pela vida pré-natal. Apesar disso, as decisões a respeito da vida devem ser tomadas no contexto de um mundo caído. O aborto nunca é um ato de pouca importância moral. A vida pré-natal não deve, portanto, ser destruída impensadamente. O aborto só deveria ser praticado por motivos bastante graves.

"2. O aborto é um dos mais trágicos dilemas da condição degradada da humanidade. A igreja deve oferecer conselho e orientação aos que enfrentam pessoalmente a decisão sobre o aborto. Atitudes condenatórias são inapropriadas naqueles que aceitaram o evangelho. [...]

3. "A igreja, como comunidade de apoio, deve, de formas práticas e tangíveis, expressar seu compromisso para com o valor da vida humana. Essas maneiras devem incluir: (a) fortalecer as relações familiares; (b) educar ambos os gêneros acerca dos princípios cristãos da sexualidade humana; (c) enfatizar a responsabilidade tanto do homem como da mulher no planejamento familiar; (d) responsabilizar ambos pelas consequências de condutas inconsistentes com os princípios cristãos; (e) criar uma atmosfera segura para desenvolver a discussão de questões morais associadas com o aborto; (f) oferecer ajuda e

assistência a mulheres que decidem completar uma gravidez problemática; e (g) auxiliar e encorajar os pais a participar responsavelmente na paternidade dos filhos. [...]

"4, Embora a igreja não deva servir de consciência para as pessoas, deve, contudo, oferecer orientação moral. A igreja não tolera o aborto como método de controle da natalidade, seleção de gênero ou conveniência. Porém, as mulheres podem, às vezes, enfrentar circunstâncias excepcionais que apresentam sérios dilemas médicos ou morais, como ameaça significativa à vida da gestante, graves perigos para a saúde, graves defeitos congênitos meticulosamente diagnosticados no feto e gravidez resultante de estupro ou incesto. A decisão final pelo seguimento da gravidez ou pelo aborto deve ser tomada pela própria gestante, após a devida consulta. Ela deve ser ajudada em sua decisão com informações precisas, princípios bíblicos e a orientação do Espírito Santo, Além disso, essas decisões são mais acertadas quando tomadas dentro do contexto de uma relação familiar saudável" (AR, 31/12/1992).

No mesmo Concilio Anual de 1992, foi aprovada a declaração "Cuidados com Pacientes Terminais". Reza, em parte, como segue:

"Deus concedeu aos seres humanos a liberdade de escolha e lhes pede que usem sua liberdade de maneira responsável. Os adventistas do sétimo dia acreditam que essa liberdade se estende às decisões quanto ao tratamento médico. Depois de buscar a orientação divina e considerar os interesses daqueles que são afetados pela decisão (Rm 14:7), bem como conselho médico, uma pessoa que é capaz de decidir deve determinar se aceita ou rejeita as intervenções médicas que prolongam a vida. Tais pessoas não IV. devem ser forçadas a se submeter a tratamento médico que julgam inaceitáveis. [...]

"Quando um paciente terminal é incapaz de dar consentimento ou expressar preferências sobre a intervenção médica, tais decisões devem ser tomadas por alguém escolhido pelo próprio paciente. Caso ninguém tenha sido escolhido, alguém próximo a ele deve tomar a decisão. Somente em circunstâncias extraordinárias devem os profissionais médicos ou legais acatar decisões sobre intervenções médicas para um paciente terminal tomadas por alguém não chegado ao indivíduo. Os desejos ou decisões do indivíduo são mais apropriados quando escritos, e devem estar de acordo com as normas legais vigentes. [...]

"Embora o amor cristão possa levar à recusa ou à suspensão de intervenções médicas que apenas aumentam o sofrimento ou prolongam a condição de moribundo, os adventistas do sétimo dia não praticam a morte por misericórdia' nem o suicídio assistido' (Gn 9:5-6; Êx 20:13; 23:7). Eles se opõem à eutanásia ativa, a retirada intencional da vida de uma pessoa sofredora ou moribunda" (ibid.).

Em 1988, em Nairóbi, Quênia, o Concilio Anual da Associação Geral firmou posição contra a má conduta sexual de empregados e voluntários que trabalham para a denominação. Em todas as atividades, devem eles "exemplificar a vida cristã" e "evitar toda aparência do mal". A organização da igreja não tolerará nenhum tipo de assédio sexual. O documento aprovado por voto inclui princípios e definições orientadores e delineia o processo a seguir no justo tratamento das situações em que ele possa ocorrer (ibid., 23/2/1989).

IV. Comentários de Ellen G. White

A. A *Santidade do Casamento*

"A poligamia fora logo introduzida, contrária às disposições divinas dadas no princípio. O Senhor dera a Adão uma só esposa, mostrando Sua ordem a tal respeito. Mas, depois da queda, os homens preferiram seguir os

seus próprios desejos pecaminosos; e, como resultado, o crime e a miséria aumentaram rapidamente.

"Era o esforço calculado de Satanás perverter a instituição do casamento, a fim de enfraquecer as obrigações próprias à mesma, e diminuir a sua santidade; pois de nenhuma outra maneira podería ele com maior certeza desfigurar a imagem de Deus no homem, e abrir as portas à miséria e ao vício" (PP, 91, 92, 338).

"Deus celebrou o primeiro casamento. Assim essa instituição tem como seu originador o Criador do Universo. 'Venerado [...] seja o matrimônio' (Hb 13:4); foi essa uma das primeiras dádivas de Deus ao homem, e é uma das duas instituições que, depois da queda, Adão trouxe consigo de além das portas do paraíso.

"Quando os princípios divinos são reconhecidos e obedecidos nessa relação, *o* casamento é uma bênção; preserva a pureza e a felicidade do gênero humano, provê as necessidades sociais do homem, eleva a natureza física, intelectual e moral" (ibid., 46).

"Nunca se deve o povo de Deus aventurar-se em terrenos proibidos. O casamento entre crentes e descrentes é proibido por Deus. [...]

"O incrédulo poderá ser dotado de excelente caráter moral; o fato de que ele ou ela não atendeu às reivindicações de Deus, e negligenciou tão grande salvação, é razão suficiente para que se não consuma tal união" (LA, 63).

B. *RelacioTiamento Conjugal*

"*O* Senhor pôs o esposo como cabeça da esposa para ser seu protetor. Ele é o laço de união da família, unindo os membros entre si, da mesma forma como Cristo é a cabeça da igreja e o Salvador do corpo místico" (ibid., 215).

"O rei em seu trono não tem função mais elevada que a mãe. A mãe é a rainha do lar. Ela tem em seu poder o modelar o caráter dos filhos, para que estejam capacitados para a vida mais alta, imortal. Um anjo não desejaria missão mais elevada; pois em fazendo sua obra ela está realizando serviço para Deus. Compreenda ela tão *somente* o elevado caráter de sua tarefa, e isso lhe inspirará coragem" (ibid., 231).

"Nem o marido nem a esposa devem pensar em exercer governo arbitrário um sobre o outro. Não intentem impor um ao outro os seus desejos. Não é possível fazer isso e ao mesmo tempo reter o amor mútuo. Sede bondosos, pacientes, longânimos, corteses e cheios de consideração mútua. Pela graça de Deus podeis ter êxito em vos fazerdes mutuamente felizes, como prometestes no voto matrimonial" (ibid., 118).

C. *ínjluências Conjugais*

"No lar é posto o fundamento da prosperidade da igreja. As influências que regem a vida no lar são levadas para a vida da igreja; portanto, os deveres eclesiásticos devem começar no lar" (ibid., 318).

"Se espera-se que a religião influencie a sociedade, deve ela influenciar primeiro o lar. Se os filhos forem ensinados no lar a amar a Deus, temê-Lo, quando saírem para o mundo estarão preparados para educar suas próprias famílias para Deus, e assim o princípio da verdade será implantado na sociedade e exercerá influência marcante no mundo" (ibid.).

"Um lar cristão bem ordenado é poderoso argumento em favor da realidade da religião cristã — argumento que o incrédulo não pode contradizer" (ibid., 36).

"A primeira obra dos cristãos é serem unidos na família. Então a obra se deve estender a seus vizinhos de perto e de longe. Os que receberam luz precisam deixá-la irradiar em límpidos raios. Suas palavras, que demonstram o amor de Cristo, precisam ser um cheiro de vida para vida" (ibid., 37).

D. *Cviidado dos Fillios*

"Muitos parecem pensar que a decadência na igreja e o crescente amor aos

prazeres resultam da falta de trabalho pastoral. Verdadeira mente, a igreja deve ser provida de guias e pastores fiéis. [...] Mas os pastores podem fazer seu trabalho com fidelidade, e benfeito, e ainda isso pouco adiantará se os pais negligenciarem sua obra. E devido à falta de cristianismo no lar que há falta de poder na igreja" (OC, 550).

"Pais, com a família, afluem às cidades porque na sua fantasia pensam ser mais fácil ganhar o pão ali do que no campo. Os filhos, não tendo nada que fazer quando não estão na escola, obtêm a educação da ma. Das más associações contraem hábitos de vício e dissipação. Os pais veem tudo isso; mas requereria um sacrifício corrigir seu erro, e assim se deixam ficar onde estão, até que Satanás ganhe controle completo sobre seus filhos" (MGP1, 147, 148).

"Mesmo antes do nascimento da criança, deve começar o preparo que a habilitará a combater com êxito na luta contra o mal.

"Se antes do nascimento de seu filho, a mãe é condescendente consigo mesma, egoísta, impaciente e exigente, esses traços se refletirão na disposição da criança. Assim muitas crianças têm recebido como herança quase invencíveis tendências para o mal" (LA, 256).

E. Conselho Geral

"Não é desígnio de Deus que Seu povo forme colônias, ou se agrupe em grandes comunidades. Os discípulos de Cristo são representantes Seus na Terra, e Deus tem por desígnio que se disseminem por todo o país, nas cidades e vilas, como luzes em meio às trevas do mundo. Devem ser missionários de Deus, testificando, por sua fé e obras, da proximidade da vinda do Salvador" (VC, 33).

"A morte não sobrevirá nem um dia mais cedo, irmãos, pelo fato de haverdes feito o vosso testamento. Na disposição de vossos bens a vossos parentes, estai certos de que não haveis esquecido a causa de Deus. Sois Seus agentes, que Lhe manejais a propriedade; e Seus reclamos devem ser vossa primeira consideração. Vossa esposa e filhos, é claro, não devem ser deixados sem nada; deve se fazer provisão em seu favor, se são necessitados. Mas não façais, simplesmente porque é costume, uma longa lista de parentes que não são necessitados" (LA, 397).

"Os pais não devem aumentar a família mais depressa do que possam os filhos serem bem cuidados e educados" (ibid., 163).

"Não é melhor estabelecer instituições para cuidar dos idosos, para que eles fiquem juntos, na companhia uns dos outros. Nem eles devem ser mandados para fora do lar a fim de receberem cuidados. Que os membros de cada família ministrem aos próprios parentes. Quando isso não é possível, essa obra pertence à igreja, e deve ser aceita igual mente como dever e como privilégio" (ibid., 363).

"O mais alto dever que pesa sobre a juventude está em seu próprio lar, sendo uma bênção ao pai e à mãe, aos irmãos e irmãs, mediante afeição e verdadeiro interesse.
Aí podem eles manifestar abnegação e esquecimento de si mesmos no cuidado e serviço por outros" (ibid., 35).

"Os que violam o sétimo mandamento devem ser suspensos da igreja, e não desfrutar da comunhão nem dos privilégios da casa de Deus. Disse o anjo; 'Esse não é um pecado de ignorância. É um pecado consciente, e receberá o terrível castigo de Deus, quer seja novo quer velho aquele que o pratica'" (TSB, 248, 249).

"O sábado e a família foram, semelhantemente, instituídos no Éden, e no propósito de Deus se acham indissoluvelmente ligados um ao outro. Nesse dia, mais do que em qualquer outro, é-nos possível viver a vida do Éden. Era o plano de Deus que os membros da família se associassem no trabalho e estudo, no culto e recreação, sendo o pai o sacerdote da casa, e o pai e a mãe os professores e companheiros dos filhos" (OC, 535).

Esses e outros casos da história bíblica ilustram a natureza decisiva da relação entre mãe

e filho e fornecem a base para a conclusão de Ellen White: "O trabalho da mãe é-lhe dado por Deus, para que crie os filhos na doutrina e admoestação do Senhor" (LA, 233); esses "deveres que distinguem a mulher são mais sagrados, mais santos, que os do homem" (ibid., 231).

V. Literatura

Ards, Sheila, and Adele Harrell. "Reportíng of Child Maltreatment: A Secondary Analysis of the National Incidence Surveys*Child Abuse and Neglect* 17 (1993): 337, 344.

Bacchiocchi, Samuele. *The Marriage Covenant.* Berrien Springs: Biblical Perspectives, 1991.

Ganfield, Ken. *The Seven Secrets ofEffective Fathers.* Wheaton: Tyndale, 1992.

Clark, Harriett. "Another Look at Stepfamilíes." Tire *Haiding Journal ofReligion and Ps)'chiatiy* 8 (1989): 10.

Colson, Charles. "Barbarians in the Parlor." *Signsofthe Times,* fevereiro de 1989.

Cose, Ellis. "The Year of the Father." *Newsweek,* 31 de outubro de 1994.

Dubowitz, Howard, and others. "A Follow-up of Behavior Problems Associated Wxth Child Sexual Abuse." *Child Abuse and Neglect* 17 (1993): 743-754.

Du Preez, Ronald. "Polygamy in the Bible With Implications for Seventh-day Adventist JVIissiology." Projeto de DMin, Andrews University, 1993.

Garrett, Thomas M., Harold W. Baillíe, Rosellen M. Garrett, *Health Gare Ethics: Principies & Problems.* Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1989.

Kahn, Joan R., and Kathryn A. London. "Premarital Sex and the Risk of Divorce." *Journal of Marriage and the Family* 53 (1991): 845-855.

Keener, Graig. *And Marríes Another; Divorce and Remarríage in the Teaching of the New Testament.* Peabody: Hendrickson, 1993.

Koop, Charles Everett, e Timothyjohnson. *Lets Talk*: *An Honest Conversation on Criticai Issues.* Grand Rapids: Zondervan, 1992.

Kuzma, Kay. *To Understand Your Child.* Redlands: Parent Scene, 1985.

---------- . *Working Mothers and Guilt.* Boise: Pacific Press, 1987.

Larson, David R., ed. *Abortion: Ethical Issues and Options*. Loma Linda: Loma Linda University Center for Christian Bioethics, 1992.

Londís, James. *Abortion: Mercy ar Murder?* Nashville: Southern Publíshíng Association, 1980.

Louv, Richard. "The Crisis of the Absent Father." *Parents' Magazine,* julho de 1993.

Luther, Martin. *Luthers Large Catechism.* Trad. Friedemann Hebart. Adelaide: Lutheran Publishing House, 1983.

McMillan, Len D. *Parentwise.* Hagerstown: Review and Herald, 1993.

Shannon, Thomas, e James Walter, eds. *Qualit)' of Life: The New Medicai Dilemma.* Nova York: Paulist, 1990.

Small, Dwight Hervey. *Remarríage and Gods Renewing Grace.* Grand Rapids: Baker, 1986.

Springett, Ronald M. *Homosexuality in History and the Scriptures.* Washington: Biblical Research Institute, 1988.

Stott, John. *Involvement: Social and Sexual Relationships in the Modem World.* 2 vols. Old Tappan: Fleming H. Revell, 1985.

Van Leeuwen, Mary Stewart. *Gender and Grace: Love, Work, and Parenting in a Changing World.* Downers Grove: InterVarsity, 1990.

Van Pelt, Nancy. *The Complete Parent.* Hagerstown: Review and Herald, 1985.

---------- . *Train Up a Child.* Hagerstown: Review and Herald, 1984,

Williams, David R. "Why Does Sexual Abuse Occur?" *Adventist Review,* 2 de setembro de 1993.

21
Saúde e Cura

George W. Reid

Introdução

0 grau de interesse bíblico na saúde e na cura é inadequada mente representado em estudos teológicos e bíblicos contemporâneos. Uma compreensão adequada do assunto depende de amplas verdades teológicas sobre o caráter de Deus conforme expresso na criação, no trato d Ele com a humanidade, em Seu plano de salvação e na restauração final de todas as coisas. Nossa concepção incorpora a singularidade da criação do homem à imagem de Deus, o impacto e as consequências do pecado, e a forma como Deus, em Cristo, tratou do problema do sofrimento, da dor e da morte. Em um mundo de enfermidade generalizada e morte ilimitada, era de se esperar que as Escrituras tratassem do problema da dor e do sofrimento. Como resultado do pecado, a doença e a morte representam anomalias no Universo de Deus, anomalias que devem ser temporariamente enfrentadas, mas que estão destinadas a ter um fim com o triunfo vindouro do reino de Cristo.

As Escrituras não apresentam nenhuma discussão sistemática sobre o assunto, embora apresentem muitos exemplos de doenças e curas. Principalmente no ministério de Jesus encontramos repetidos confrontos com enfermidades e possessões demoníacas. Ele empregou esses episódios como oportunidades para ensinar lições sobre o caráter e o propósito de Deus, e para trazer alívio ao sofrimento e à opressão demoníaca. Em última análise, Seu ministério apresenta uma abordagem compassiva com respeito às aflições humanas, mas vai além, pois evidencia insights extraordinários sobre o caráter tanto de Deus como do ser humano. Este artigo começa com a criação, delineando o quadro bíblico da saúde e da cura, até seu clímax na obra de Jesus, e conclui com o definitivo triunfo de Deus sobre o mal, o sofrimento e a morte.

I. Criação, a Base do Bem-Estar
- A. Origem da Criação
  1. "Muito Bom"
  2. *Imago Dei*
  3. Providências Específicas
- B. O Impacto do Pecado
- G. A Natureza da Saúde: O Fundamento Bíblico
  1. Terminologia Bíblica
  2. Conceitos Bíblicos de Saúde
- D. Shalom
- E. Inteireza
- F. Etiologia da Doença
  1. A Incidência de Enfermidade
  2. Deus como Causa de Doença
  3. Pecado Pessoa] como Causa de Doença
  4. Magia e Doença
- G. Em Retrospecto

II. Cura nas Escrituras
- A. Termos Bíblicos para Cura
- B. O Deus que Sara
  1. Os Salmos de Doença e de Cura
  2. Criação e Cura
  3. Cura na Natureza
- C. Tipos de Cura nas Escrituras
- D. O Ministério de Cura de Jesus
  1. Relatos de Suas Curas

2. Tipos e Métodos de Cura
3. Propósito da Cura
4. Cura e Fé
5. Curas no Sábado
6. Cura como Restauração
E. Cura nos Escritos Paulinos
1. Aspectos Distintivos
2. Dons de Cura
3. Três Curas Não Realizadas
F. Cura na Igreja Apostólica
► G. Oração e Cura em Tiago
H, Observações sobre Cura
III. Saúde e Santidade
A. O Fator Moral
1. O Código Levftico
2. O Santuário do Corpo
B. Regime Alimentar na Bíblia
C. Saúde e Obediência
IV. Prevenção da Doença e Restabelecimento
A. Deus e as Leis da Natureza
B. Saúde e Cura na Vida Diária
V. Doença e Cura na História Cristã:
Uma Visão Geral
VI. Comentários de Ellen G. White
A. Introdução
B. Deus Ativo no Mundo
C. As Leis da Natureza e as Leis de Deus
D. Objetivos para a Vida Prática
E. Vida Saudável e Tomada de Decisão Moral
F. Toda Cura Vem de Deus
G. Mente e Corpo
H. 0 Médico Cristão
I. Fé, Cura e Oração
J. Uso de Remédios e Fé
K. Importância da Reforma de Saúde
VII. Literatura

I. Criação, a Base do Bem-Estar

A. *Origem da Criação*

I. "Muito Bom"

Embora diversas passagens bíblicas tratem da criação com algum detalhe, o relato fundamental ocorre em Gênesis I e 2. A narrativa genérica do primeiro capítulo é secundada pelos detalhes mais específicos do segundo, onde o foco se volta para Deus e para os seres humanos (ver Criação, I.B). A partir da separação entre terra e água, o Criador faz um juízo de valor que se torna um refrão: "e eis que era bom", culminando com a síntese: "E eis que tudo era muito bom" (Gn 1:10, 12, 18,21, 25, 31). A afirmação divina é absoluta, não comparativa. As Escrituras apresentam Deus como de natureza inteiramente boa (SI 100:5; 119:68), sendo Ele mesmo o padrão da santidade absoluta (Lv 19:2).

Hoje temos dificuldade em compreender as implicações da bondade original e plena porque nossa experiência se limita a um ambiente corrompido pelo pecado. Mas o modelo de bondade original é a base de toda a teologia bíblica, com importantes desdobramentos que orientam a concepção cristã do mundo e de suas funções. As Escrituras apresentam uma primeira condição na qual toda a criação se harmoniza com Deus. Dentro de um ambiente livre de desunião, conflito, predação ou qualquer elemento estranho ao propósito divino, o Criador introduz os seres humanos, únicas criaturas capazes de manter íntima associação com Ele. O mundo de Deus era um planeta de grande complexidade, organizado em harmonia integrada, na qual os seres humanos e toda a natureza se uniam para cumprir os ideais divinos. É dessa perspectiva que se deve fazer qualquer estimativa racional dos ensinos bíblicos sobre saúde e cura.

2. *Itnaso Dei*

A formação de seres humanos foi a culminância do ato criativo de *Deus. De* todas as criaturas terrestres, somente eles foram feitos à "imagem" e "semelhança" divinas (Gn 1:26). "Criou Deus, pois, o homem à Sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher

os criou" (v. 27). Ao usar em paralelo as palavras "imagem" e "semelhança", o escritor comunica tanto a ideia de semelhança física externa quanto de caráter interno, uma forma literária encontrada também em Gênesis 5:1-3, onde nos é dito que Adão "gerou um filho à sua semelhança, conforme a sua imagem, e lhe chamou Sete".

O que significa ser à imagem e semelhança de Deus? Por causa de seu impacto em muitas áreas da teologia, essa pergunta foi debatida por muito tempo. Ela descreve no mínimo uma correlação de alto nível entre Deus e o homem, como, por exemplo, num pálido paralelo em termos humanos, a relação entre pais e filhos. Ser criado à imagem de Deus significa que os seres humanos compartilham as qualidades vitais concedidas a eles como um dom divino, sem obliterar, contudo, a distinção entre Criador e criatura. Dentre as qualidades mais notáveis, acham-se a capacidade de se relacionar com Deus e com os Seus propósitos, a liberdade para fazer escolhas morais, ► a habilidade de fazer abstrações e um intelecto avançado surpreendentemente superior aos dos animais, um conjunto equilibrado, onde cada componente funciona muito bem. A narrativa bíblica nos garante que, em seu estado original, a humanidade estava em harmonia com o caráter de Deus, partilhando uma identidade que se perdeu com a entrada do pecado.

75.2

3. Providências Específicas

O relato da criação de Gênesis estimula a nossa curiosidade com sua combinação de declarações gerais com detalhes específicos. Com passos deliberados, Deus formou Adão e lhe soprou nas narinas o fôlego de vida (Gn 2:7). Conferiu-lhe imediatamente atribuições específicas, formulando uma estrutura de deveres precisos, quando inaugurou a tutela humana sobre o mundo. Estabeleceu-se uma relação social específica pela qual o homem deixaria a casa paterna para se unir em uma só carne com sua mulher, constituindo assim novas famílias destinadas a ampliar e povoar a terra. O Criador separou o sétimo dia da semana como um segmento recorrente de tempo dedicado, um lembrete e tributo perpétuo a Deus e a Sua obra como Criador. Existe um senso profundo de intimidade entre o Criador e a criatura. Entre as primeiras instruções, Deus indicou uma dieta vegetariana específica, limitada aos produtos das ervas que dão semente e das árvores em que há fruto, acrescidas da "erva do campo" (Gn 1:29; 3:18), imediatamente após a queda de Adão e Eva. Embora não recebam esse rótulo específico, essas providências inauguraram um ambiente espiritual, social, mental e físico estável e ideal como um modelo para o futuro. Não foi necessário tomar nenhuma providência acerca do que hoje se chama de questões de saúde.

A narrativa da criação nos apresenta uma forma de ensinar comum às Escrituras: ilustração e exemplo em vez de definição e argumento. O êxito e o fracasso, tanto físico como moral, aparecem em episódios tirados da vida de pessoas reais, vistos de uma perspectiva inspirada. Deus Se revela em termos que reconhecem e aceitam tanto o físico como o espiritual. Os seres humanos mantêm um relacionamento único com Deus, visto que podem se expressar nas dimensões espiritual, física, mental e social. O mundo original vem à existência na condição mais favorável possível a essas dimensões. Segundo o projeto divino, tanto Deus como os seres humanos atuam livremente no sistema de um novo planeta ainda não corrompido.

B. O Impacto do Pecado

Ao exercer sua capacidade de violar diretamente as instruções de Deus, o homem e a mulher não só agiram de modo autônomo, mas também mergulharam a si mesmos e a seu mundo no cataclismo. Isso alterou radicalmente tanto sua personalidade como seu ambiente, quando rompeu a plena harmonia que desfrutavam com o Criador (ver Pecado, III.B).

As Escrituras ensinam que o pecado teve origem fora do plano de Deus (Ez 28:14-16). Ao conceder liberdade às criaturas inteligentes, Deus introduziu um elemento de risco. Foi por esse intermédio, porém, que tornou possível aos seres humanos Lhe darem uma inteligente resposta de amor. Em nenhum sentido pode o mau uso do poder da escolha, por parte de anjos ou de seres humanos, ser interpretado como aprovação divina.

A Bíblia trata o pecado como uma distorção, um ato de violação contra Deus, destinado a ser finalmente aniquilado. Satanás é o promotor do pecado (2Co 2), introduzido na família humana mediante astúcia e fraude. Tanto o pecado quanto ele mesmo, seu originador, perecerão igualmente (Mt 25:41; Ap 20:10, 14). Essas partes centrais da cosmologia bíblica explicam a presença do sofrimento, da doença, da dor e da morte no mundo. O impacto devastador do pecado danificou a harmonia original, não só entre Deus e o homem, mas entre os próprios seres humanos, tanto intra como interpessoalmente, e até na própria natureza (Rm 8:22-25). Trouxe como resultado uma trágica decadência moral, que mergulhou o mundo inteiro em um estado caótico, no qual até os vestígios do que era bom e prazeroso se obscureceram pela decadência e pela ruína. Os seres humanos foram contaminados pela dor, pesar, enfermidade e sofrimento, sendo, finalmente, consumidos pela morte e pela desintegração universal.

Gom a entrada do pecado, sobrevieram imediata mente as suas consequências. A antiga inocência e confiança desapareceram. Em pungente simplicidade diz o texto: £► "Abriram-se, então, os olhos de ambos" (Gn 3:7). A nudez produziu o embaraço, e o medo de enfrentar a Deus à luz de suas obras fez com que se escondessem dEle (v. S). Apresentaram desculpas defensivas (v. 12, 13). Rompeu-se a relação original. Mediante uma série de juízos, o Senhor Deus estabeleceu uma nova ordem: primeiramente amaldiçoou a serpente por ter sido fantoche de Satanás, depois lançou juízos sobre a mulher e o homem. Pela primeira vez aparece a dor no texto bíblico, no parto, desde o primeiro instante de cada novo ser humano neste mundo.

Modificou-se a relação entre marido e mulher, com o status favorável conferido por primazia a Adão (lTm 2) assumindo uma nova forma. Em um mundo agora perigoso, inóspito e muitas vezes adverso, os seres humanos deviam retirar seu sustento de um solo hostil e causador de fadiga. Deus atribuiu novas responsabilidades a Adão como provedor, protetor, defensor e líder abnegado da família (Gn 3:16-19; Ef 5:25, 28). Ao errante ser humano, o Senhor Deus sentenciou-lhe o destino: “No suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela foste formado; porque tu és pó e ao pó tornarás” (Gn 3:19). A advertência divina de que o pecado resultaria em morte (Gn 2:17), embora adiada pela graça, passou a vigorar.

Desse ponto em diante, vastas mudanças invadiríam o mundo e consequentemente a experiência humana. Dentre elas viria uma enxurrada de consequências desastrosas, a começar pela separação espiritual de Deus, que provocou insatisfação, medo, perda de sentido, solidão e desespero, associados com o declínio físico e a doença. Surgiu a alienação social entre pessoas e grupos, que logo descambou para o fratricídio (Gn 4), a desconfiança, o estresse interior e a indisposição de espírito, a dor física, o sofrimento, a doença e, por fim, a morte. Cada um desses problemas se tornou uma doença a clamar por cura.

Para que a magnitude de tais tristezas não destruísse completamente o homem e a mulher, Deus, depois de condenar a serpente (e o maligno que a manipulou), fez a primeira promessa de redenção humana (Gn 3:15). Dentre os descendentes da mulher, surgiría um Libertador que, embora sofrendo

Ele mesmo as consequências do pecado, com um golpe fatal poria fim ã carreira do enganador, Satanás, que o instigara. Assim que o pecado apareceu pela primeira vez no Éden, o Senhor Deus ofereceu ao pesaroso casal a garantia evangélica de Sua futura presença e salvação curativa.

C. *A Natureza da Saúde: O Fundamento Bíblico*

1. Terminologia Bíblica

A razão por que as traduções modernas da Bíblia raramente empregam a palavra "saúde" (a RSV a utiliza apenas seis vezes) pode ser atribuída, não à ausência dela nas Escrituras, mas às amplas diferenças entre as concepções antigas e modernas do que se entende por "saúde". Foi isso que levou à escolha de outras palavras. Embora possua nomes para mais de 80 partes do corpo, o hebraico bíblico carece de um termo mais claro para corpo. O mais próximo ao sentido moderno é *geviyah,* que ocorre 13 vezes na Bíblia Hebraica, quase sempre com acepções ampliadas. O termo designa corpos mortos (oito vezes) ou figura em sonhos (três vezes). A mente hebraica não pensava no ser humano como um objeto puramente físico, nem concebia a saúde como caracterizada por uma condição exclusivamente física. O material do qual o corpo é feito é designado pela palavra *basar,* a substância física do corpo humano, comumente traduzida como "carne" (Nm 8:7 [ARC]; IRs 21:27; Jó 4:15), mas a palavra remete para *os* componentes, e não para o corpo inteiro propriamente dito.

As versões modernas traduzem várias palavras hebraicas pela palavra inglesa *health* [saúde], muitas vezes misturada com a ideia de cura, de forma que parece ao leitor moderno comunicar um sentido poético, como a promessa de Isaías 58:8 ao penitente Israel: "A tua cura brotará sem detença", e "Por que, pois, não se realizou a cura da filha do meu povo'?" (Jr 8:22), Outras palavras hebraicas traduzidas ocasionalmente como "saúde" são *yeshuah,* que comunica a ideia de segurança ou proteção; *arukah,* com o sentido de extensão ou prolongamento; *marpê',* com o significado básico de cura; e *shalom,* de que trataremos mais abaixo. As palavras gregas incluem *hugiainõ,* "gozar boa saúde" (3Jo 2) e *sõtêria,* termo traduzido geralmente no NT por outras palavras, como segurança, libertação e salvação.

2. Conceitos Bíblicos de Saúde

No contexto moderno, a saúde é descrita em grande parte por termos físicos relacionados ao corpo, embora possa ser ampliada de alguma forma para incluir a saúde mental ou usada ocasionalmente em sentido figurado. Até mesmo a saúde ou enfermidade mental é descrita em termos de reação a funções bioquímicas dentro do corpo. Esse confinamento reducionista somente ao físico é estranho à concepção bíblica de saúde.

Em geral, a sociedade contemporânea pensa na saúde e em seu tratamento como estando no domínio da ciência, concentrada no físico, descrita e, quando necessário, tratada como uma função da natureza. Os métodos que se demonstraram eficazes na ciência são aplicados ao corpo humano de uma forma que, por se conformar aos cânones da ciência moderna, geralmente exclui a consideração do sobrenatural. Embora a prática atual reconheça que o meio emocional e o social afetam a saúde humana, o foco primário ainda continua a ser o físico e o natural, com soluções para os problemas tratados em grande parte via laboratório e produtos farmacêuticos. Em contraste, a abordagem bíblica não somente reconhece a participação divina além da natureza, mas faz desse envolvimento algo central.

Segundo a definição da Organização Mundial de Saúde, saúde é "um estado de

completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença". Embora permita certa amplitude, essa definição secular não consegue abordar a abrangência global que caracteriza a descrição bíblica, além de omitir o papel central de Deus.

A Bíblia entende saúde como plena integração. Segundo sua concepção, a saúde vai além do físico em todos os aspectos da vida, constituindo o harmonioso funcionamento da pessoa — corporal, emocional, espiritual e socialmente. Do ponto de vista físico, uma definição como essa não requer ausência total da doença em cada órgão, nem nega o envelhecimento normal que enfraquece a resistência. Mas requer abrangência.

A saúde na Bíblia, princípalmente conforme desenvolvida no Antigo Testamento, tira sua identidade primeiramente da relação de continuidade entre Deus e a humanidade decaída. São graves os efeitos da queda sobre o gênero humano, manifestos não só na separação física de Deus, mas também na alteração dos motivos básicos dos seres humanos, tornando-os egocêntricos e, por natureza, orientados para o mal. "Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto; quem o conhecerá?" (Jr 17:9). "Também o coração dos homens está cheio de maldade" (Ec 9:3). A luta de Paulo contra o mal dentro dele fornece um exemplo do impacto do pecado tanto sobre o discernimento como sobre os valores morais, até mesmo num cristão comprometido (Rm 7:15-20),

A saúde no AT se divide em quatro amplas categorias: (1) estado de integridade e satisfação, (2) completa harmonia com Deus e Sua lei, (3) justiça, isto é, relação correta com Deus e com o próximo, e (4) vigor e força física, capacidade de realização ao longo da vida. Trataremos da primeira categoria em uma seção subsequente (ver I. E). Em algumas passagens, o AT descreve a saúde como um estado de harmonia com a vontade de Deus, principalmente conforme expressa em Sua lei *{Torah).* Lealdade ativa para com a lei e conformidade com ela significam saúde (SI 119:165; Jr 7:23). A harmonia com a lei de Deus protege da doença (Êx 15:26; 23:20-26; Dt 7:12-15; Pv 3:7, 8). Em contrapartida, a desobediência traz o juízo (Lv 26:14-16; Dt 28:59), como na experiência com as serpentes (Nm 21:4-8) e nos casos de Miriã (Nm 12:1-15) e Geazi (2Rs 5:27). Em outros lugares a Bíblia equipara saúde com justiça (heb. *tsedeq* ou *tsedaqah),* no sentido de conformidade com as normas divinas. A norma básica é o caráter de Deus. Portanto, uma relação correta com o caráter de Deus produz *shalom* (Is 32:17). Outro conceito veterotestamentário equipara saúde com vigor e bem-estar. Davi foi um homem de valor, a própria personificação da boa saúde. Moisés morreu com suas faculdades intactas (Dt 34:7) e José viveu até 110 anos de idade (Gn 50:26). Todos são citados como exemplos de saúde robusta. Os textos têm em mente mais do que vigor físico: apontam para um ser completamente integrado em resultado da fidelidade a Deus. Junto com o vigor, o AT descreve a saúde em termos de longevidade, princípalmente com referência aos patriarcas (Gn 5), O vigor é um dom de Deus (SI 29:7-9), mas o sentido vai além do físico e inclui todos os aspectos da vida. Promete-se vida longa aos obedientes, tanto pessoal quanto coletivamente (Dt 6:2; 30:20; lRs 3:14; SI 34:12-14). Gomo era de se esperar, saúde precária é fraqueza, que se torna um termo para doença.

D. Shalom

A Bíblia trata essência e forma como inseparáveis. A vida tem que ver com a pessoa toda, não dividida, caracterizada pela palavra hebraica *shalom.* Embora popularmente reduzida hoje a uma palavra para "paz", a Bíblia a emprega de forma muito mais ampla, transmitindo o significado fundamental de bem-estar pessoal completo, junto com seu termo

relacionado, *shalem,* ela transmite a ideia de "saudável" ou inteiro. *Shalom* aparece quase 240 vezes na Bíblia (com os seus derivados, mais de 350 vezes). Acha-se presente principalmente nos Salmos e em Isaías e Jeremias. De suas muitas ocorrências, só 38 vezes é usada para a paz em contraste com a guerra.

As definições lexicográficas incluem completude, sanidade, vigor, prosperidade, bem-estar, harmonia entre as partes e harmonia interior. Em sua raiz se encontra a ideia de inteireza, perfeição ou estar bem integrado. Sua orientação é capturada na expressão "paz seja contigo" tomada no amplo sentido de "que tudo em tua experiência seja satisfatório". Inerente a essa palavra se encontra a ideia de integração, inteireza e suficiência organizada, uma condição dinâmica de bem-estar, que supera inclusive a ideia moderna de "saúde". Nas Escrituras *shalom* incorpora cada aspecto da vida, inclusive o físico, o mental, o espiritual e o social, quer de maneira individual, quer de maneira coletiva ou nacional (Gn 29:6; 43:27, 28).

Em contraste com a ideia moderna de "paz" como um estado de passiva inatividade — ausência de movimento no hebraico o emprego de *shalom* transmite o sentido de inteireza e satisfação ativa e dinâmica que substitui seus opostos negativos. *Shalom* pode exprimir um estado de serenidade mental, uma tranquilidade que vem do fato de ser aceito por Deus (Lv 26:6), mas essa paz não se concretiza facilmente, já que no coração do ser humano pulsa uma inclinação natural para contemporizar com o erro. Por último, *shalom* ocorre como um cumprimento cósmico, uma unidade definitiva de todas as coisas em harmonia perfeita com o Criador.

O lado físico do homem está incluído. A primeira vez que *shalom* aparece na Bíblia é num contexto orientado para a saúde, onde Jacó pergunta sobre *a shalom* de Labão, neto do irmão de Abraão, Naor (Gn 29:5, 6). A palavra é empregada também com relação à doença e à cura de Ezequías (Is 38:17). Provérbios 3:2 associa a obediência à lei de Deus com vida longa e *shalom.* Com base na amplitude semântica de *shalom,* a ideia bíblica de saúde, não obstante inclua o estado físico, estende-se a cada aspecto da experiência humana. Somente Deus pode comunicar *shalom,* se lembrarmos que foi Ele quem fez a provisão original de completo bem-estar na criação. Apesar da intrusão do pecado, aqueles que O servem são agraciados por Ele com uma aliança *de shalom* (Nm 25:12; Is 54:10; Jr 32:40; Ez 34:25). Porém, não há *shalom* para o ímpio, pois essa pessoa está em guerra contra Deus (Is 48:22; 57:21; 59:8).

Tomando como base suas raízes veterotestamentárias, a mensagem de *shalom* se tornou fundamental para a fé cristã, com sua realçada ênfase na reconciliação entre nós e Deus por intermédio de Cristo como a base da paz verdadeira. Como disse Jesus: "Deixo-vos a paz, a Minha paz vos dou; não vo-la dou como a dá o mundo" (Jo 14:27). Paulo contribui com o tema: "Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo" (Rm 5:1). "Porque Ele é a nossa paz" (Ef 2:14). Definida ^ com o sentido de *shalom,* a saúde se torna um estado pleno e integrado no qual todos os elementos que compõem a pessoa se acham em harmonia uns com os outros. O contentamento interior, originário da paz com Deus, com o semelhante e com o ambiente, combina-se com as funções físicas contribuindo assim para produzir o verdadeiro bem-estar.

E. Inteireza

Para a mensagem bíblica, toda a realidade se acha interligada numa unidade coesa e multifacetada, centralizada em Deus. Não existe, portanto, nenhuma cosmologia secular e fragmentária. Apesar da rebelião contra Deus por parte de algumas de Suas criaturas, a Bíblia não reconhece nenhum elemento ou entidade à parte do Criador ou

que não seja perante Ele responsável. Os elementos podem ser santos ou profanos, mas nunca seculares. Dentro desse contexto, a humanidade surge da mão de Deus na criação como uma ordem nova, distinta, diferente e separada dos animais (Gn 1:26, 27, 31). A partir desse ponto, ao longo de toda a história bíblica, os seres humanos são pessoas unificadas e totalmente integradas e tratadas nessa conformidade (Gn 5:1, 2; SI 8:3-5; 139:13-17; lCo 6:15; 3Jo 2; 2Pe 1:3, 4).

Tal unidade se manifesta na forma e na função do corpo humano, com sua intricada estrutura e ação fisiológica que, quando funciona adequadamente, conserva a saúde. Tal inteireza é importante tanto para a saúde como para a cura, fornecendo uma base biblicamente orientada para a conservação da boa saúde física e para a terapêutica restaurativa, Embora uma pessoa seja composta de elementos que incluem o corpo físico, vai muito além disso. Tanto os elementos emocionais como os espirituais interagem com o físico para produzir o todo. Ver cada pessoa neste sentido amplo não só está em harmonia com a concepção bíblica, mas também estabelece uma abordagem cristã única à cura, distinta da espécie de tratamento de saúde limitado ao corpo físico. Através de toda a Escritura, a pessoa é tratada como uma unidade, e não como uma dualidade corpo versus alma.

K *Etiologia ãa Doença*

1. A Incidência de Enfermidade

O AT começa com uma original e elevada qualidade de vida conferida pelo Criador, que apresenta o tipo de saúde abundante que Ele pretendia que os seres humanos desfrutassem, Um benefício residual dessa condição inicial se reflete no fato de o AT tratar mais da saúde, e o NT tratar mais da cura. Jesus e os apóstolos viveram entre pessoas sobre as quais alguns milhares de anos haviam cobrado seu tributo.

Os registros bíblicos dos primeiros patriarcas são relatos biográficos e sintéticos de pessoas que viveram no período compreendido entre a queda no pecado e o Êxodo. Embora a narrativa inclua centenas de detalhes, não há nenhum registro de doença entre os antediluvianos, e somente alguns poucos casos antes do Êxodo. Repetidas vezes o narrador utiliza a fórmula "Todos os dias desta ou daquela pessoa foram [...]; e morreu". Esses registros, admitidamente condensados, incluem poucos relatos de doença terminais ou incapacidade física, o que sugere que o narrador não teve interesse algum nessas coisas ou que o problema de doenças graves e crônicas ainda não fosse algo presente. Embora tal evidência não seja conclusiva, é compatível com a premissa de que o vigor original dos seres humanos foi transmitido de geração em geração num padrão declinante. O padrão de idade na morte entre os patriarcas apoia essa sugestão.

Que tipos de doença física constam nos registros do AT? As mais comuns incluem as oftalmias, principalmente cegueira, da qual existem diversos relatos. A cegueira podia ser resultado do castigo divino em alguns casos (Êx 4:11; 2Rs 6:18) e em outros, não. Curiosamente, não há no Pentateuco nenhuma sanção higiênica específica para os olhos, embora as providências higiênicas gerais oferecessem alguma proteção. Depois do Êxodo, mencionam-se relatos ocasionais de doença e limitações fonoaudiológicas. Curiosamente, na época do estabelecimento de Israel na Palestina, o fato de uma -<757 pessoa ser canhota era considerado um distúrbio físico (Jz 3:15; 20:16; L*XX.amphoterodeios),* contornado, porém, por Deus ao libertar Israel de iVIoabe (Jz 3:15-30).

São relatados casos de problemas dermatológicos, inclusive sarna (Lv 13:30, 39), furúnculo (Êx 9:9-11), escorbuto (Lv 21:20; Dt 28:27) e lepra (Lv 13), que hoje se acredita não ser a mesma hanseníase. Diversos registros falam de pragas (heb. *maggephah,* LXX *sunantêma),* tais como as do Egito (Êx 9:14)

e as que ocorreram entre os filisteus (lSm 6:4). Contudo, o sentido generalizado do termo amplia sua aplicação.

Fontes extrabíblicas, como o papiro Ebers (66 pés [20 metros] de comprimento e 877 seções em 10 colunas), Fornecem importantes relatos sobre doenças e tratamento no Egito, tanto antes como durante o tempo de Moisés. De fato, a medicina racional do Ocidente pode remontar grande parte de sua atual metodologia a práticas egípcias que datam do terceiro milênio antes de Cristo, as quais, especialmente no período ptolomaico, foram incorporadas à prática médica grega. Numa das primeiras promessas feitas pelo Senhor aos hebreus, Ele assegurou livrá-los das moléstias do Egito, caso fossem obedientes (Ex 15:26), mas ameaçou lançar sobre eles essas doenças, se fossem desobedientes (Dt 28:60).

Quando relatam as atividades de Jesus, os evangelhos apresentam uma longa série de enfermidades. Dentre as mais conhecidas estão a cegueira (Mc 8:22-26; 10:46-52), a lepra (Mt 8:2, 3; Mc 1:40; Lc 4:27), a paralisia (Mt 9:2; Mc 2:3; Lc 5:18, gr. ■*paralehimenos*, provavelmente uma paraplegia) e os recorrentes casos de atividade demoníaca (ver II. D). Grande parte do ministério de Jesus foi dedicado a lidar com doenças.

Através do mundo pagão antigo, atribuía-se às doenças causas sobrenaturais, que normalmente eram combatidas com feitiçaria e magia. Já nas Escrituras a doença é descrita como tendo origem em quatro fontes básicas: (1) o castigo divino (Dt 28:27-29), (2) o antagonismo do diabo (Jó 2:7; Mc 9:17), (3) o declínio que acompanha a idade (Gn 27:1; lSm 3:2; 4:15) e (4) acidente (2Sm 4:4; 2Rs 1:2; 4:18-20).

A Bíblia não estimula uma teoria puramente naturalista sobre as enfermidades. Devido ao impacto da saúde e da doença sobre toda a pessoa, e não somente sobre o componente físico, o conceito bíblico reconhece a existência de um elemento espiritual, definido atualmente como causas patológicas da doença. Deus é o grande médico-restaurador (Dt 32:39). NEle se encontra o restabelecimento da saúde; portanto, cooperar com Ele leva à prosperidade do corpo e do espírito (Ex 15:26).

Em harmonia com uma antiga prática muito difundida, atribuíam-se simbolicamente funções específicas a órgãos específicos (por exemplo, o coração como sede dos sentimentos e dos juízos de valor). E por isso que o Senhor fala de todo o espectro da saúde como a concessão de um "novo coração" (Ez 18:31). A teoria humoral clássica egípcia/grega de causa e diagnóstico está, porém, notadamente ausente da Escritura. Embora ouçamos falar da cabeça e da mente, a Escritura nunca menciona o cérebro como órgão, a despeito do fato de ser bastante conhecido pela medicina egípcia. As doenças infantis só são mencionadas nominalmente na Escritura, embora haja exceções (2Sm 12:15; lRs 17:17; 2Rs 4:18-37). A descrição mais sistemática de doença e tratamento na Bíblia aparece em Levítico 13.

2. Deus como Causa de Doença

Repetidas vezes as Escrituras descrevem Deus como causa de doença (Lv 26:14-16; Nm 12:9-15; Dt 28:20-22, 27, 29, 35, 59-61; lSm 5:6-12; 25:37, 38; 2Sm 12:15; lRs 13:4; 2Rs 5:27; Jó 5:17, 18; SI 38:1-8; 106:15; Is 10:16; 30:26; Jr 16:3, 4; Os 5:13-6:2). Visto que este artigo atribui a doença às consequências do pecado (ver I.B), essa declaração pode deixar o leitor perplexo. O problema é visto, porém, sob nova luz ao reconhecermos que, segundo a Escritura, nada se realiza no Universo na ausência de Deus. Desse ponto de vista, o que quer que aconteça às pessoas, à natureza ou às demais coisas, acontece na luz da presença de Deus, embora isso não signifique que ^ Ele seja o originador da ação.

Dessa perspectiva, os escritores da Bíblia podem atribuir a Deus tudo quanto ocorre dentro de Seus domínios, mesmo quando

esses acontecimentos representam atividades diabólicas que Ele só permite continuarem a acontecer até o juízo final (Ap 20:7-10). Dizer que Deus permite tais atividades ou libera forças que produzem males pode ser útil, mas não consegue lidar com todos os elementos envolvidos. Sem comprometer a soberania de Deus, os escritores da Bíblia também atribuem todos os tipos de males a seus originadores: Satanás e seus anjos caídos. No caso de Jó, por exemplo, Deus desempenha papel predominante, mas é Satanás quem age, dentro, é claro, dos limites permitidos por Deus (Jó 1:6-12; 2:1-7).

3. Pecado Pessoal como Causa de Doença

Embora, em termos gerais, a doença seja resultado do pecado introduzido no Éden, não resta dúvida de que a doença pode vir como consequência do pecado pessoal ou coletivo (Lv 26:14-16; SI 41:3, 4; 107:17-20), Os exemplos bíblicos incluem o caso de Miriã (Nm 12) e o grito angustiado de Davi no Salmo 38, onde ele lamenta: "Não há parte sã na minha carne, por causa da Tua indignação; não há saúde nos meus ossos, por causa do meu pecado" (v. 3).

Embora a razão original sempre seja a presença do pecado no mundo, a Bíblia não exige nenhum vínculo inevitável entre o pecado pessoal e a doença. De vez em quando a doença acomete os "íntegros e retos", palavras usadas por Deus para descrever o caráter de Jó (Jó 1:8). Teologicamente, a experiência de Jó desafia a premissa de que o sofrimento pode ser sempre interpretado como resultado do pecado pessoal. Um segundo relato é o da grave doença de Ezequias, que o texto não atribui a nenhum mal que ele tenha cometido (2Rs 20). Os discípulos de Jesus trataram dessa questão quando discutiam sobre um cego de nascença, a respeito do qual Jesus respondeu, em essência, que a causa da cegueira dele não estava nele nem em seus pais (Jo 9:1-3).

No contexto do ministério de cura de Jesus estava a afirmação rabínica de que doença é indício de pecado. O fato de Ben Sirach aceitar a intervenção médica abrandou essa ídeia, desenvolvida no período pós-exílico (Eclesiástico 38:1-15). Na época de Jesus, o conceito fora detalhado em uma série de ensinos de causa e consequência. A doença e o pecado passaram a ser considerados termos intercambiáveis. Os líderes religiosos associavam determinados pecados a resultados específicos. A imoralidade e a licenciosidade produziam úlceras e hidropisia. A negligência nos dízimos provocava amigdalite (inflamação da garganta). A blasfêmia, o derramamento de sangue e o perjúrio podiam induzir à temida lepra; e a epilepsia podia ser indício de infidelidade conjugal, da própria pessoa ou de um antepassado dela. Em um extremo, alguns achavam que os pecados das crianças ainda no útero podiam trazer como resultado distúrbios ou enfermidades específicas.

Embora reconhecendo o princípio de causa e efeito, Jesus se recusou a aplicá-lo em todos os casos (Jo 9:1-3; Lc 13:1-5). O comportamento de uma pessoa pode, de fato, trazer-lhe doença destrutiva. Contudo, a existência de doenças não é necessariamente evidência de um pecado específico. Esses princípios, embora discutidos aqui em termos pessoais, aplicam-se também em sentido coletivo a grupos e até nações. A pessoa que decide se afastar de Deus está sujeita a colher graves consequências, seja em angústia de alma, invasão por inimigos, doença devastadora, fome ou outras sequelas. Esse tema, explicitado em Deuteronômio 28:25-29, repercute entre os profetas nos apelos que fazem para Israel recorrer somente a Deus.

4. Magia e Doença

Embora alguns eruditos argumentem que a crença bíblica em anjos e demônios e a participação desses em doença e cura representem uma forma de magia, o argumento

é completamente inválido. Anjos e demônios aparecem muitas vezes nas Escrituras em situações que não têm nada que ver com magia, A concepção apocalíptica de mundo defendida pela Bíblia difere grandemente da concepção mágica segundo a qual se manipulam e exploram deuses e potestades para colher benefícios ou embaraçar inimi-
759 ► gos. Não existe prova de que exista isso no Antigo ou no Novo Testamentos,

Pelo fato de o antigo mundo pagão acreditar que a atividade demoníaca era a causa de acidentes e doenças, a possibilidade de se lançar mão de meios alternativos [de cura] era um recurso preventivo aos meios mágicos de cura. Entre os hebreus, a prática da magia era malvista e, com o estabelecimento da nação de Israel, passou a ser estritamente proibida (Gn 41:1-8; Êx 7-9; Lv 19:26-28; Nm 22; lSm 28; 2Rs 21:6; Is 2:6; Jr 14:14; 27:9; Ez 13:17, 18). Nas Escrituras, os mágicos são inimigos, sendo, às vezes, bombardeados com escárnios irônicos sobre suas incapacidades. Somente uns poucos incidentes bíblicos parecem abordar o mágico, como o incidente com os ossos de Eliseu (2Rs 13:21). Certos eruditos equiparam a morte repentina de Ananias e Safira (At 5:5-10) como quase mágica, mas o texto não transmite nenhuma sugestão de magia — os dois morreram devido aos juízos imediatos de Deus. Mais problemáticos são os relatórios de cura por meio da *sombra de* Pedro (At 5:15) e o uso de peças de roupa de Paulo **na** cura de **enfermos e** em exorcismos (At 19:12). Esses episódios são apresentados não como obras de magia, mas como o emprego de meios simbólicos para confirmar a obra do profeta ou apóstolo, e confirmar a fé. Dada a prevalência da magia no antigo Oriente Próximo, a Bíblia é inigualável no repúdio à magia como prevenção ou cura de doença.

G. *Em Retrospecto*

Ao examinar a narrativa bíblica relativa à saúde primordial e sua perda com a queda da humanidade, surgem diversos princípios básicos. O primeiro é que os elementos da saúde têm que ver com o Criador e que a harmonia com Seus planos é a base do bem-estar humano. O declínio da saúde e seu subsequente e amargo término na morte são consequências diretas do pecado.

Dois princípios adicionais ficam claro, estando o primeiro relacionado com a natureza da humanidade. O ser humano é criatura de notável complexidade, ainda que expresso em unidade, e assim é tratado nas Escrituras. Poderosos laços enfeixam características físicas, emocionais, espirituais, intelectuais e sociais em um todo interativo. A diversidade funciona como uma unidade. Ambos os elementos desempenham papéis fundamentais na manutenção da saúde ideal. Embora a tendência temporária para a especialização enfatize a diversidade, a ênfase bíblica na integralidade da pessoa saudável contribuí para uma concepção cristã da saúde.

Outro dado interessante é a estreita afinidade entre a manutenção da saúde e a presença divina. As vezes, as duas se misturam em passagens bíblicas numa linguagem quase tão idêntica que as passagens podem se referir à saúde ou à nossa aceitação por parte de Deus.

IX. Cura nas Escrituras

A. *Termos Bíblicos para Cura*

Contrariamente ao uso moderno, que retringe a cura basicamente ao físico, o sentido holístíco que permeia tanto o AT como o NT requer que todos os aspectos da experiência humana estejam sujeitos à cura, e não somente ao corpo. Vários termos hebraicos traduzidos como “curar" e “cura” ilustram essa amplitude. O termo hebraico mais comum é *rapha* (36 vezes), e significa curar ou consertar, frequentemente no sentido mais amplo de aliviar tensões internas, ou reconciliação e

restauração, *'Arukah* apresenta o conceito de cura no sentido de prolongamento ou acréscimo, em contraste com o encurtamento da vida. *Yeshuah* sugere o aspecto de segurança do cuidado de Deus, e *marpê'* significa muitas vezes cura no sentido de levar satisfação onde há aflição. *Tealah* sugere força em contraste com *halah*, fraqueza. E *shalom* comunica muitas vezes o sentido de saúde holística, como "Estás com saúde, meu irmão?" (2Sm 20:9, KJV).

As vezes, os termos gregos do NT se equiparam às nuances das Escrituras hebraicas, embora com certas diferenças. Os mais ► comuns são *therapeuõ*, cujo sentido mais antigo de cuidar do outro se desenvolveu no grego koíné, "curar", geralmente num sentido físico. Esse termo é usado comumente nos sinóticos e no livro de Atos para curas miraculosas. *laomai*, "curar, restaurar", é semelhante a *therapeuõ*; tinha, porém, emprego tanto médico como figurado já em Homero. *Hygiainõ*, a base da palavra portuguesa "higiene", transmite a ideia de mente perspicaz, capaz e saudável, bem como de uma boa ordem de funcionamento no estado geral da pessoa. A LXX utiliza frequentemente essa palavra para a tradução de *shalom*. Usada principalmente nos evangelhos e nas epístolas pastorais, *hygiainõ* apresenta amplo significado, que designa a cura profunda da pessoa toda. O particípio *hygiainõn* nos diz que o pai recebeu o filho pródigo "com saúde" (Lc 15:27). O verbo grego *sõzõ* traz a ideia de salvar, preservar ou resgatar. Da mesma raiz vem o vocábulo *soteria*, muitas vezes traduzido como salvação, libertação ou preservação. *Sõteria* ocorre 16 vezes nos evangelhos com o sentido de libertação, de cura da pessoa como um todo. E usado tanto para cura como para salvação (Lc 19:9; At 27:34).

B. O Deus que Sara

A Bíblia atribui repetidas vezes a cura somente a Deus (Êx 15:26; Dt 7:15; 32:39; lRs 13:6; Jó 5:17, 18; SI 41:3, 4; 107:17-20; 147:3; Is 30:26; Jr 30:17; 33:6; Os 5:13-6:2), não de maneira distante, mas num sentido altamente pessoal. Assim é que, logo após cruzar o Mar Vermelho, Yahweh faz com Seu povo um compromisso especial de aliança: "Se ouvires atento a voz do Senhor, teu Deus, e fizeres o que é reto diante dos Seus olhos, e deres ouvido aos Seus mandamentos, e guardares todos os Seus estatutos, nenhuma enfermidade virá sobre ti, das que enviei sobre os egípcios; pois Eu sou o Senhor, que te sara" (Êx 15:26).

Seis séculos depois, Deus Se dirige apaixonadamente a Seu povo, fazendo-o lembrar-se de Seu livramento e da promessa:

"Quando Israel era menino, Eu o amei; e do Egito chamei o Meu filho. Quanto mais Eu os chamava, tanto mais se iam da minha presença. [...] Todavia, Eu ensinei a andar a Efraim; tomei-os nos Meus braços, mas não atinaram que Eu os curava. Atraí-os com cordas humanas, com laços de amor; fui para eles como quem alivia o jugo de sobre as suas queixadas e Me inclinei para dar-lhes de comer" (Os 11:1-4).

Antes do exílio, o Senhor pediu a Seu errante povo que voltasse e fosse curado (Jr 3:22), prometendo restauração (Jr 30:17-22). Esses textos, como tantos outros, tratam da cura em seu sentido amplo de plena reconciliação com Deus, como faz Maíaquias quando prediz o Dia do Senhor como um tempo de cura (Ml 4:1-3).

Embora o primeiro assunto da Bíblia diga respeito ao povo da aliança, Israel, ela abriga também um fio persistente de cuidado universal. O peregrino que decide se juntar a Israel no serviço a Deus deve passar pela circuncisão como um sinal pactuai e viver em comunidade com os hebreus (Êx 12:48, 49), O peregrino está especificamente incluído no mandamento do sábado (Êx 20:8), e explicitamente incluído na lei (Lv 24:22; Nm 9:14); ele é bem-vindo a

participar nas oferendas diante do Senhor (Nm 15:14; Is 56:6-8) e a participar, embora com certas distinções, nas vantagens oferecidas por Deus. Ele também tem direito à cura pactuai. Toda a humanidade, filhos de Deus pela criação, pode receber Sua aceitação e poder de cura. Até mesmo o Egito, nação julgada por Deus, pode ser curado do seu passado e recebido de bom grado na adoração a Deus (Is 19:19).

1. Os Salmos de Doença e de Cura

Conforme vimos, as Escrituras apresentam Deus como o único que sara. Elas definem a decadência e a doença de forma ampla, não apenas como um produto, mas no sentido de alienação de Deus. Por esse motivo, a solução é se reconciliar com Aquele que é o Originador e a única fonte permanente de bem-estar, O restabelecimento vem, portanto, depois do arrependimento, do perdão e do auxílio divino, certamente em termos físicos, mas também nas dimensões espiritual e relacionai. Deus Se apresenta a Seu povo Israel por meio de uma afirmação: "Eu Sou £0 Senhor, que te sara" (Ex 15:26). Embora inclua a cura física, o sentido mais amplo está óbvio.

Os salmos de doença e cura apresentam um quadro de arrependimento e perdão curativo. Os Salmos 6, 38, 41, 88 e 102 tratam quase inteiramente do tema da cura; e outros, inclusive 31, 32, 71 e 91, incluem tal tema. Isaías 38 apresenta o salmo de confissão de Ezequias. Por meio de confissões, lamentos, apelos e expressões de confiança, esses salmos, olhando para além da ajuda humana, recorrem a Deus em busca de auxílio. Neles, pessoas aflitas confessam seus erros, reconhecendo que Deus as está disciplinando. Por isso, seus apelos são não apenas por restabelecimento físico, mas por vindicaçao e livramento, que prorrompe em ações de graça e alegria, erguendo um testemunho vivo do que Deus fará por aqueles que vão a Ele.

2. Criação e Cura

Goncebe-se melhor a cura em termos de restauração àquela boa condição original. Qualquer ato humano que realça o retorno *à.* bondade original acha-se, portanto, em harmonia com o propósito de Deus. As palavras inglesas *heol e ivhole* possuem a mesma etimologia, assim como *solvus,* palavra latina para salvação que aparece novamente na palavra inglesa *salve.* 0 Criador tem prioridade, enquanto a criatura se acha sempre num status derivado e dependente. Como tal, o ser humano é sempre um mordomo, e a autossuficiência se torna o pecado primordial, Esse conceito permeia o registro bíblico. Ao Se apresentar como o Deus que sara, o Senhor Se mostra fiel ao propósito original que tinha em vista ao criar o mundo (ver I.A.l).

3. Cura na Natureza

E claramente discernível a capacidade curativa da natureza. Trata-se de uma função intrínseca implantada pelo Criador, uma espécie de "sabedoria" residual na natureza mediante a qual Ele traz restauração e alívio a uma criação danificada pelo pecado. Essa capacidade de cura é uma expressão da atividade divina, embora a filosofia naturalista a atribua a uma função puramente natural. A incisiva declaração de Ambrose Pare - "eu limpo a ferida, mas é Deus quem cura" — descreve **acuradamente** a concepção bíblica **de** restabelecimento compartilhado por Deus e pelos seres humanos.

Baseado na premissa de que o Criador age de forma disciplinada, as leis naturais são elaboradas com base nas observações sobre como Deus opera em toda a natureza. As leis naturais são, portanto, descritivas, não causativas. Compreendidas adequadamente, as leis naturais fornecem diretrizes normativas pelas quais o poder divino de cura pode ser aplicado. Esse princípio diz que, ao respeitar as leis naturais, o crente coopera

com Deus na prevenção e no tratamento da doença. Nesse sentido, as leis naturais se tornam uma espécie de lei divinamente ordenada que, junto com as leis morais, expressa a vontade de Deus. Visto ser Deus quem sara, a recuperação obtida mediante a função da lei natural não passa de uma expressão do poder divino. A capacidade interna de se regenerar e resistir a organismos invasores se torna parte do plano divino de cura e restauração. As descobertas científicas e o avanço da farmacopeia constituem, portanto, partes legítimas da cura divina. A Bíblia aceita a função das leis naturais de Deus e recomenda que cooperemos com elas (SI 19; Rm 1:19, 20; Hb 1:1, 2).

C. Tipos *de Cura nas Escrituras*

Em comparação com o NT, o AT relata poucos exemplos de curas físicas. Mas, em cada livro do AT, o Senhor lembra Seu povo de Sua graça curativa na mais ampla esfera. Para os arrependidos, Ele cura do pecado, que separa o homem de Deus (SI 107:17-22), bem como das tristezas, amargura, dos pesares, solidão, desconfiança, alienação de Deus e dos semelhantes, desespero, perda do senso de valor próprio, enfim, de toda a variedade de problemas comuns a nosso estado decaído. No processo de curar Seu povo, Deus usa as nações como Seus instrumentos de castigo e correção (Êx 23:22-25; Lv 26:14-21; Dt 7:15).

A primeira cura física registrada no AT é aquela em que Deus sara as esposas de Abimeleque, depois que esse rei devolveu Sara a Abraão (Gn 20:18). As que vêm a seguir variam em circunstâncias. Quando Saul foi deposto por não obedecer a Deus, o Espírito de Deus Se retirou dele, sendo substituído por um espírito maligno da parte de Yahweh <N(lSm 16:14), para o qual a música dedilhada na harpa por Davi servia como terapia (v. 23). Por meio de Elias, Deus curou o filho da viúva (lRs 17). Por meio de Eliseu, o Senhor ressuscitou o filho da sunamita (2Rs 4) e curou de lepra a Naamã, o sírio (2Rs 5). O caso do restabelecimento de Ezequias envolveu o uso de uma medida terapêutica sob a forma de cataplasma (Is 38:16-21). Esses poucos exemplos praticamente esgotam os relatos históricos de curas miraculosas no AT, o que contrasta com os numerosos relatos presentes nos evangelhos,

No AT, as curas e os juízos de Deus dão evidência de Seu controle sobre a história. Relatam-se frequentes intervenções divinas, sendo a libertação de Daniel (Dn 3:1-25; 6) e a recuperação de Nabucodonosor (Dn 4:34-36) os casos que mais se aproximam de uma cura no sentido neotestamentário. Embora os sinais e os prodígios do AT se concentrem no destino do povo de Deus da aliança, passagens messiânicas em Isaías (Is 35:3-6; 53; 61:1-3; 63:1) e em outros livros preveem o ministério da cura porvir através do Messias. Curas corporais se tornam um aspecto preeminente no NT, em particular no ministério de Jesus, embora continuem na igreja apostólica.

D. O Ministério de Cura de Jesus

As curas que Jesus realizou constituem, de longe, a maior discussão direta sobre o assunto encontrada nas Escrituras. Conquanto conserve a ênfase mais ampla do AT sobre a cura como perdão e reconciliação, no NT Jesus estabelece confronto direto com a doença e o sofrimento, e os poderes malignos que os provocam, triunfando repetidas vezes sobre eles. O ministério de Jesus reflete uma cura mais ampla, que liberta as pessoas não só fisicamente, mas também do pecado e da culpa. Surge no NT uma ênfase mais forte na cura física, O sofrimento, visto muitas vezes mais como opressão do que como punição, não deve ser mais suportado como consequência da queda da humanidade, mas como algo que deve ser repreendido. A intervenção de Jesus é intencional, invasiva e poderosa.

1. Relatos de Suas Curas

Em termos gerais, os evangelhos dedicam quase 20 por cento de suas páginas a curas e a suas consequências. Se formos classificar o material dos evangelhos como narrativa ou discurso, veremos que os relatos que tratam de cura são narrativas. E ficaremos surpresos ao descobrir que um terço dos evangelhos trata de cura. Embora em alguns casos haja duplicação, os quatro evangelhos registram 41 relatos de curas específicas, junto com relatos de curas não especificadas, como este: “Percorria Jesus toda a Galileia, ensinando nas sinagogas, pregando o evangelho do reino e curando toda sorte de doenças e enfermidades entre o povo” (Mt 4:23). Com base nisso, se podería pensar em Jesus principalmente como um curandeiro itinerante. Mas Seus ensinos e curas reunidos mostram que essa seria uma descrição simplista. Os quatro evangelhos O retratam como alguém que faz curas, normalmente, em conformidade com um padrão. Primeiramente, se descreve a necessidade; depois Jesus intervém, muitas vezes dialogando com o doente ou com os oponentes; em terceiro lugar, ocorre a cura e, finalmente, a aclamação pelos circunstantes, principalmente no evangelho de Lucas.

Os quatro evangelhos colocam a obra de Jesus no contexto de uma guerra cósmica contra Satanás, obra que constitui, desde o início de Seu ministério, um compromisso pessoal de guerra contra a morte. Por fim, Satanás entra em Judas Iscariotes, por meio do qual leva a um clímax sua disputa com Jesus, que caracterizou seu oponente como "o príncipe deste mundo” (Jo 14:30, ARC) e o maligno a ser expulso (Jo 12:31). Na verdade, a história do evangelho faz pouco sentido sem essa batalha cósmica.

O registro das curas feitas por Jesus varia segundo o foco específico de cada livro. Marcos, por exemplo, relata quatro expulsões de demônios (Mc 1:23-28; 5:1-20; 7:24-30; 9:14-29), oito curas: febre (1:29-31), lepra (1:40-45), paralisia (2:1-12), mão mirrada (3:1-6), hemorragia (5:25-34), surdo-mudez (7:31-37) e cegueira (8:22-26; 10:46-52); e numa categoria especial, a ressurreição de uma menina (5:21-24, 35-43). Jesus é acusado de blasfêmia (2:7), violação do sábado (3:1-6); e dependência dos pode-«a res demoníacos (3:22). Com o vigor que lhe é característico, Marcos relata a incursão de Jesus nos domínios de Satanás, atingindo o clímax triunfal na cruz e na ressurreição. Ao fazer o registro das curas, Marcos dispensa pouca atenção a questões colaterais relacionadas à saúde, estando mais interessado em responder à pergunta: Quem é Jesus? Se Ele é o Messias, então que tipo de Messias Ele é? Repetidas vezes, Jesus pede aos que foram curados que não façam publicidade de seu livramento, ao que parece, para evitar conflito prematuro com as autoridades.

O evangelho de Marcos dá atenção especial ao conflito com os demônios e demonstra compaixão para com as vítimas de possessão. Inclui também um elemento de retardo associado com os milagres. Os demônios discutem com Jesus (5:6-12), retardando assim sua expulsão; o incidente da mulher hemorroíssa havia'12 anos atrasa Jesus o suficiente para que a filha de Jairo morra nesse ínterim (v. 27-43); e a expulsão de demônios de um rapaz é retardada até que Jesus desça do Monte da Transfiguração (9:22-29).

O evangelho de Mateus (escrito depois) reconta quase todas as curas relatadas por Marcos, embora acrescente os diálogos de Jesus com outras pessoas. Dá preeminência especial à natureza compassiva de Jesus (Mt 9:35, 36; 14:14; 20:34; 9:27; 15:22). Mateus chama a atenção para as profecias do AT, cumpridas na obra de Jesus, principalmente Seu papel como servo (8:17 [de Is 53:4]; 12:15-21 [de Is 42:1-4]). O apóstolo faz anotações específicas sobre como as curas de Jesus no templo,

perto do fim de Seu ministério, ofendiam profundamente os sacerdotes (21:14).

O relato de Lucas contém 16 curas, mais do que qualquer outro evangelho (Lc 4:31-39; 4:38, 39; 5:12-26; 6:6-11; 7:1-17; 8:26-56; 9:37-43; 11:14-16; 13:10-17; 14:1-6; 17:11-19; 18:35-43; 22:50, 51). Quando levamos em conta a formação de Lucas como médico (Cl 4:14), isso não nos causa surpresa, Ele traça o ministério de cura de Jesus desde o sermão proferido na sinagoga de Nazaré (Lc 4:16-21). Lá Jesus lê uma conhecida passagem messiânica em Isaías 61:1 e 2: "O Espírito do Senhor Deus está sobre Mim, porque o Senhor Me ungiu para pregar boas-novas aos quebrantados, envíou-Me a curar os quebrantados de coração, a proclamar libertação aos cativos e a pôr em liberdade os algemados; a apregoar o ano aceitável do Senhor." Aplicando essa profecia a Si mesmo, Jesus legitimava Seu ministério, reivindicando o cumprimento dessa passagem messiânica. O evangelho de Lucas também inclui sete declarações sumárias contando que Jesus curou grande número de pessoas de suas doenças e expeliu demônios (Lc 4:40, 41; 6:17-19; 7:18-23; 9:10, 11; 10:13-15; 13:31-33; 24:19-21). Os relatos de Lucas apresentam o vigoroso tema da libertação dos demônios, do pecado e das barreiras sociais. O evangelista também conta histórias de fé da parte de não judeus e proscritos, como nos casos do servo do centurião (7:1-10), da mulher marginalizada socialmente devido a uma hemorragia crônica (8:43-48) e da fé do leproso samaritano, único entre os dez curados que voltou para agradecer (17:11-19). Lucas apresenta a cura como parte direta da missão de Jesus como Salvador (4:40, 41; 6:17-19; 9:11). Até mesmo Seus discípulos receberam o dom de curar (9:1, 2; 10:9, 17). De forma não costumeira, esse evangelista ainda descreve a reação dos que foram curados.

A compaixão de Jesus pelos sofredores é especialmente destacada em Lucas, como no caso da ressurreição do filho da viúva de Naim (7:11-17) e dos três milagres sabáticos: o homem com a mão mirrada (6:6-11), a mulher possessa havia 18 anos (13:10-17) e o homem hidrópico (14:1-6). Os diversos relatos de Lucas sobre saúde e cura parecem enfatizar o elevado senso de satisfação encontrado entre os curados por Jesus.

O evangelho de João é mais seletivo, incluindo apenas sete milagres. Ele os rotula de "obras" *{erga)* ou "sinais" *{semeia),* literalmente "a mão de Deus" (Jo 5:17, 19-21). Relata apena três curas, cada uma iniciada por longos discursos. São elas: o filho do oficial do rei (4:46-54), o homem coxo havia 38 anos, curado no tanque de Betesda (5:1-15) e o cego de nascença (9:1-34). Duas curas ocorreram no sábado, precipitando um conflito com as autoridades religiosas. Há uma ressurreição, a de Lázaro, em que Jesus é apresentado como a fonte da vida. "Disse-lhe Jesus: Eu sou a ressurreição e a vida. Quem crê em mim, ainda que morra, viverá; e todo o que vive e crê em mim não morrerá, eternamente" (11:25, 26). A fé ocupa lugar de destaque no evangelho de João, não uma fé baseada em sinais, mas na pessoa de Jesus como o doador da vida (20:24-29). Jesus não é apenas a fonte da saúde, mas nEle se encontra também a essência de toda a saúde — a vida eterna. O evangelho de João não inclui nenhum relato de possessão demoníaca, e a luta entre Cristo e o diabo, embora presente, é mais sutil.

2. Tipos e Métodos de Cura

O marcante contraste entre as curas helenísticas e as realizadas por Jesus estabelece nítidas linhas de distinção entre as curas que são divinas e as que não são. Ao contrário da maioria dos curandeiros gregos, as atividades de Jesus não eram realizadas em privado, mas diversas vezes perante grandes multidões. Ele não lançava feitiços, não invocava nenhuma fonte externa de poder como

autoridade, não induzia a transes hipnóticos nem pronunciava encantamentos. Seu método era simples: algumas palavras e um toque. Os casos de curas realizadas por Jesus eram os de enfermidades graves e, não raro, crônicas. Seu ministério não se parecia com nenhum outro.

Conforme vimos anteriormente, Jesus lidou com ampla variedade de problemas de saúde, a maioria descrita em termos físicos. Com um simples movimento, Ele recolocou uma orelha decepada (Lc 22:51), com um toque curou um leproso (Lc 5:12-16) e restaurou a visão a um cego (Jo 9:7, 11), às vezes usando recursos físicos e outras vezes, não.

Seu método mais comum de cura era pela palavra, dita de maneira sumária, mediante a qual o doente se restabelecia imediatamente. Outras vezes, empregou meios indiretos, tais como a cura por estágios ou por retardamento (Mc 8:22-26; Jo 9:1-11). Todos os exorcismos de Jesus eram pela palavra, pois não há nos evangelhos nenhum caso de contato físico com uma vítima de possessão demoníaca. Os demônios sabiam quem Ele era (Mc 1:24; 5:7). Mesmo quando a disputa com demônios era mais renhida, Sua ordem exercia autoridade. Em três relatos paralelos, os evangelhos registram as palavras exatas de Jesus, as quais em cada caso eram ordens diretas aos demônios (Mc 1:25; 5:8; 9:25; Lc 4:35). Somente num único exemplo, Ele orou ou invocou o nome de Deus ao idealizar Seus milagres, e explicou que isso fora feito para benefício dos espectadores (Jo 11:41, 42).

As vezes, os milagres de Jesus eram realizados presencialmente; em outras vezes, à distância (Mt 8:5-13; Mc 7:24-37). Muitas vezes, Jesus reagia aos apelos dos próprios sofredores, e outras vezes, às solicitações de terceiros em benefício de alguém (Mc 1:30; 2:3; 7:26; 9:17; Mt 8:5; Jo 4:47; 9:2). De vez em quando, Jesus tomava a iniciativa perguntando se a pessoa doente queria ser curada (Jo 5:6-9; Lc 7:14; 13:12; 22:51).

Diversas observações ajudam a definir o ministério de cura de Jesus. Para Ele, a doença não estava nos planos divinos, constituindo obra do diabo, a quem Ele veio combater e derrotar (Lc 13:16). Jesus aceitava os fracos e doentes, não de maneira desdenhosa, mas compassivamente como vítimas. Sua abordagem nunca era clinicamente distante, mas sempre no contexto de respeito para com a pessoa, pois Jesus via as pessoas de maneira holística, como ensinado pelas Escrituras do AT, Ele procurava restabelecer a profunda relação entre o homem e Deus (Lc 7:11, 21), e alcançar o propósito de fazer com que o amor divino fosse aceito pela fé, uma fé que repousa na pessoa de Deus.

3. Propósito da Cura

A ordem de Isaías 61:1 e 2 descreve cinco incumbências: (1) pregar as boas-novas, (2) proclamar liberdade aos cativos, (3) realizar curas físicas, tais como restaurar a vista aos cegos, (4) libertar os oprimidos pelo pecado ou diretamente pelo poder demoníaco e (5) proclamar o reino de Deus. Mateus relata: “Percorria Jesus toda a Galileia, ensinando nas sinagogas, pregando o evangelho do reino e curando toda sorte de doenças e enfermidades entre o povo” (Mt 4:23). Uma declaração similar ocorre em Mateus 9:35, onde Ele encarregou os doze de Sua missão.

Parece claro que, para Jesus, Sua primeira tarefa não era simplesmente realizar curas físicas, mas proclamar as grandiosas notícias da nova e singular intervenção divina nos assuntos humanos, trazendo libertação, perdão, reconciliação, resgate e salvação, elementos inclusos, mas que vão além do alívio físico. Ele chamava o povo a um novo modo de vida, inteiramente comprometido com Deus num contexto de arrependimento e dedicação consciente e contínua, para que sete demônios não voltassem e ocupassem a casa (Lc 11:20-26). Em geral, as curas que Jesus realizou eram complementadas com o

perdão. As curas físicas ocupavam um lugar no ministério mais amplo, e somente tal ministério'pode restaurar a *shalom* — cura em todos os aspectos da existência humana, recriando o significado original da saúde conforme concedida na criação. Aquele que criou o mundo e tudo o que nele há (Cl 1:16-20; Hb 1:2; Jo 1:3) aparece agora entre nós, sob a forma humana, para restaurar tudo quanto se perdeu pelo pecado. Jesus veio como o libertador prometido a Adão e Eva, no Eden (Gn 3:15), Foi mais do que um profeta atuando como veículo para a obra de Deus. Embora participasse plenamente num mundo ferido pelo pecado, pairava acima de sua impureza moral (Hb 2:17, 18; 4). Não resta dúvida de que Seu ministério de cura era o poder divino em ação.

Um estudo cuidadoso do ministério de Jesus confirma essa avaliação. Sua tarefa primordial era proclamar que Deus está recebendo criaturas pecadoras e sofredoras num abrangente ato de graça e amor. Na obra de Cristo, tem-se um vislumbre do reino de Deus, com libertação completa no porvir. O que ocorreu foi evidência da libertação definitiva de um mundo de pecado. Ele tinha vindo para libertar, buscar e salvar, perdoar, proclamar o dia da misericórdia divina, conferir vida eterna, ser o restaurador de tudo quanto se havia perdido, Ele era antes de tudo o Salvador, e as curas físicas eram sinal e evidência de Sua autoridade,

Não resta dúvida de que curas espetaculares e libertação de demônios atraíam multidões e confirmavam o poder miraculoso de Jesus, criando uma disposição favorável para escutar Seus ensinos. Ele era desafiado por um problema que continua incomodando os que trazem os benefícios do evangelho: como firmar os seguidores em Deus e não na prosperidade decorrente de servir a Ele. Não era propósito de Jesus atrair seguidores com base nos milagres. Ele disse isso aos beneficiários egoístas do milagre dos pães e peixes (Jo 6:26). As curas miraculosas de Jesus tinham limites claros. Os evangelhos, por exemplo, não registram nenhuma visita de Jesus a Tíberíades, de longe a maior cidade da Galileia. Parece que poucos, ou quase nenhum, dos doentes deTiberíades foram curados. O mesmo se pode dizer de outras numerosas cidades e vilas da Palestina. Devemos entender claramente, porém, que, embora o aspecto utilitário das curas como parte do ministéi-io mais amplo de Jesus tenha seu lugar, as curas e libertações eram de fato expressões de compassiva misericórdia, As curas físicas constituem uma garantia da plenitude do reino de Deus.

4. Cura e Fé

Em muitos casos, a fé está intimamente relacionada às curas de Jesus, sendo de fato tratada como um pré-requisito à cura (Mt 9:2, 22, 29; 8:13; 15:28). A descrença constituía um impedimento, como no caso de Nazaré (Mc 6:5, 6; Mt 13:58). No caso em que os discípulos foram incapazes de realizar a cura, Jesus lhes disse que a razão fora sua falta de fé (Mt 17:20). Às vezes, a fé está presente na pessoa que é curada; em outras ocasiões naquele que age em nome de outra pessoa. E normal esperar que a fé seja condição para a cura (Mt 9:29; Lc 17:19; 18:42). E possível citar muitos exemplos em que a fé desempenha papel preponderante, principalmente nos evangelhos e no livro de Atos.

Esse fato levou muitos cristãos à conclusão, superficialmente atrativa, mas não logicamente necessária, de que, se falhar a tentativa de oração pela cura, o problema é a falta de fé. A suposição pode ser a de que, se a fé for suficiente, a própria px^esença da fé moveria Deus a responder, ou pelo menos estariam reunidas as condições para permitir a ocorrência da cura. Para alguns, a fé assume o papel de um remédio mágico que tem poderes inerentes para curar ou liberar o poder de Deus, baseado numa leitura equivocada

do episódio da mulher que tocou a veste de Jesus (Mt 9:22),

Embora a fé seja elemento importante nas curas de Cristo, outro tema também aparece nos mesmos relatos do evangelho: o de que as curas podem ocorrer onde existe pouca ou nenhuma expressão de fé. Esses milagres têm o objetivo de gerar fé em Jesus como o Filho de Deus. No caso do paralítico, pessoas de fé levaram o homem a Jesus, mas o texto não registra nenhuma fé da parte dele. Apesar disso, Cristo o curou por causa da fé daqueles que o trouxeram (Mt 9:1-8), O homem com a mão ressequida foi curado, mesmo com ausência de qualquer expressão de fé, nem sua própria, nem de alguém que o acompanhava. Ao que parece, a cura ocorreu para demonstrar aos líderes religiosos que Jesus tinha poder para curar (Mt 12:9-13). Jesus se dirigiu à mulher possessa por um espírito de enfermidade durante 18 anos e a curou, sem nenhum registro de expressão de fé (Lc 13:11-13). O homem com hidropisia foi curado sem expressar nenhuma fé, quando Jesus utilizou seu caso para demonstrar que curar é apropriado no sábado (Lc 14:3, 4). O caso do servo do sumo sacerdote, cuja orelha direita foi decepada pela espada de Pedro no Getsêmani, oferece outro exemplo de cura sem expressão de fé (Lc 22:51). Esses relatos parecem ter sido registrados não para diminuir a importância da fé, mas para mostrar que a fé pode ou não constituir elemento essencial nas curas de Cristo. Considerando a avaliação de Jesus dos que exigem sinais antes de crer (Jo 4:48; 20:29), esses textos sugerem que, na presença da fé desenvolvida, as curas podem ser menos necessárias.

Uma observação adicional pode ser útil na definição de fé. Em toda a Escritura, fé (heb. *emunah;* gr. *pistis)* se refere a uma confiança de coração e de mente em Deus, levando à crença em Sua vontade soberana (SI 31:23; 2Co 5:7; Hb 11:8). Não se trata de um "pulo cego" no escuro, a fé baseia-se em evidências. Representa um compromisso consciente e inteligente, e não credulidade ou algo que se baseia em sentimento. A fé desempenha papel vital no ensino e na experiência bíblica. Pela fé os pecadores são justificados em Cristo'Jesus (Rm 3:28; 5:1; GI 2:16; 3:8), e o povo redimido de Deus é o que exerce fé em Jesus (Ap 14:12).

5. Curas no Sábado

Jesus realizava curas no sábado sem nenhum problema. Embora essa atividade não violasse nenhuma lei bíblica referente à observância do sábado propriamente dita, Suas ações entraram em conflito ao menos com a coleção de regras tradicionais que governavam a observância do sábado. Os evangelhos informam sete incidentes distintos de Jesus curando no sábado, muitas vezes no contexto da controvérsia com as autoridades religiosas. Nos evangelhos sinóticos, Lucas registra cinco: a febre da sogra de Pedro (4:38, 39), um homem possesso pelo demônio (v. 31-35), ambas no mesmo sábado; o homem de mão ressequida (6:6-10), a mulher com deformidade na espinha (13:10-17), e o homem curado de hidropisia na casa de um fariseu (14:1-6). Mateus inclui dois dos incidentes. Marcos, três.

João registra mais duas curas no sábado, ambas bem detalhadas: a do paralítico curado em Betesda (Jo 5:2-18) e a do cego de nascença, cuja história preenche todo o capítulo nono de seu evangelho (v. 1-41).

Uma leitura cuidadosa das atividades sabáticas de Jesus confirma que, embora Jesus honrasse e respeitasse o sábado conforme ensinado nas Escrituras, não seguia os regulamentos tradicionais que haviam sido acrescentados. Os inimigos de Jesus se aproveitaram disso para acusá-Lo de profanar o sábado, acusação que Ele rebateu ao restaurar o propósito do sábado e apelar para a autoridade superior ao citar os precedentes bíblicos. João relata as respostas mais

incisivas de Jesus, com relação ao paralítico de Betesda e ao cego de nascença. As pessoas curadas não tinham certeza de quem era Jesus nem estavam preocupadas com as indagações dos líderes a respeito da identidade específica de Jesus, se era justo ou pecador. A resposta de Jesus a Seus críticos se concentrava no fato de que Seu Pai trabalha continuamente, mesmo aos sábados, para conservar as funções de toda a natureza, inclusive o processo de cura; e que a profunda compaixão transcende as regras rituais que governam a observância do sábado. E notável que no sábado Jesus tenha curado tanto casos agudos como crônicos, sem distinção. O poder libertador de Deus traz liberdade aos que sofrem, independente do tempo. Em Suas atividades sabáticas, Jesus demonstrou como dois princípios podem ser mantidos em certa tensão: respeito pela santidade do sábado e compaixão pelos que sofrem. Entre todas as disputas de Jesus com os líderes religiosos, a questão do que seria atividade legítima para o sábado era uma das mais agudas.

Em vez de atuar como barreira, o sábado serve de ponte para a intimidade inicial que existiu uma vez entre Deus, o Griador, e os seres humanos recém-criados. Seu nome hebraico, *shabbat*, "descanso", e a descrição mais ampla de seu propósito no quarto mandamento enfatizam o descanso das atividades humanas como Deus descansou de Sua obra na criação. O poder curativo no sábado brota da forma como desliga a pessoa do estresse das preocupações diárias e restaura os interesses humanos nas coisas de Deus. A liberação física e emocional permite se recuperar do estresse que acompanha a vida.

Os benefícios do sábado são universais. O quarto mandamento define sua universalidade e seus benefícios, que se estendem aos membros da família, aos empregados e até mesmo aos animais de carga e aos forasteiros (Êx 20:8-11; cf. Is 56:6-8). Os serviços sabáticos de adoração e estudo unificam os crentes numa comunidade onde o cuidado e o interesse mútuo são compartilhados entre todos, e a atenção dos adoradores é desviada das coisas ordinárias para a adoração a Deus. O sábado aponta para um tempo futuro em que todo problema não resolvido, seja físico, emocional ou espiritual, será resolvido no reino porvir. "Portanto, resta um repouso para o povo de Deus" (Hb 4:9). Na presença de Deus, toda ferida da humanidade sofredora encontra cura.

6. Cura como Restauração

O tema da restauração permeia as Escrituras, provendo sólido fundamento para a esperança (Gn 3:15; Rm 6:4, 9-11; Cl 1:20, 21; 3:8-10; 2Co 5:18-20; lCo 15:51-57; ljo 3:2). Cura e restauração muitas vezes são identificadas, pois assim como a doença separa de Deus, a cura restaura as relações. Nas promessas de Deus de restaurar Israel é empregada uma linguagem repleta de termos referentes à saúde e cura (Jr 30:12-17; 33:6; 46:11; Ez 47:12; Ml 4:2). Tão clara é essa afinidade no NT que uma de suas palavras principais para cura *(sõteria)* pode ser traduzida também como cura ou salvação. A salvação, portanto, pode incluir não só o resgate do pecado e de suas consequências, mas também a restauração, a cura da pessoa como um todo.

Todos os ensinos bíblicos partem do pressuposto de que, no fim, quando o Criador Se tornar o Restaurador da criação, há de restaurar tudo aquilo que foi perdido com a entrada do pecado. Depois de haver curado nossas feridas e assumido vicariamente nossas transgressões no Calvário, Jesus aparece finalmente no Apocalipse como C*hristus Victor*, em triunfo sobre Satanás e as forças do mal (Ap 20:14; 21:8). Aqueles que amam e servem a Deus serão restaurados à condição perfeita do princípio, ao passo que tudo quanto é mau será destruído para

nunca mais se erguer novamente. Tanto as profecias do AT quanto as do NT predizem uma nova Terra isenta de doença, dor e morte (Is 33:24; Ap 21:4). O apóstolo Paulo se regozijou na ressurreição de Cristo como prova de que Ele é vencedor sobre todas essas forças malignas. A vitória de Cristo se tornou a nossa vitória (lTs 4:14-17).

E. Cura nos Escritos Pmilinos

1, Aspectos Distintivos

Em comparação com os evangelhos, o ministério de Paulo dá menos atenção às curas, embora elas ocorram. As epístolas incluem pouca discussão direta sobre a cura no sentido moderno, mas fornecem princípios orientadores. Como no restante das
768 ► Escrituras, a concepção paulina de humanidade é holística: o homem é uma pessoa una, capaz de pecado e de restauração (lTs 5:23). Com base nisso, o apóstolo valoriza o corpo como um dom de Deus que deve ser apresentado a Ele como um sacrifício vivo (Rm 12:1). Da perspectiva de Paulo, a perda no Éden é restaurada em Cristo mediante Sua ressurreição, que é prova de nossa futura vida com Deus, A restauração só vem pelo ato de Deus, *sola gratia* (Rm 3:28; G1 2:16). As obras nunca podem ser um meio de restauração; até Abraão foi justificado pela fé, *solafiâe*, antes de receber a circuncisão (Rm 4:9-11). Os remidos devem viver no Espírito (Rm 8:1-4), mediante o qual a harmonia da nova aliança é restaurada (Hb 8:10, 11),

Nos escritos de Paulo, confirma-se tanto o miraculoso (lGo 12:8, 28) como o natural. Mas ele raramente fala de saúde no sentido físico. Para ele, saúde ou saudável *Qmgiês)* significa funcionamento equilibrado e ordenado do todo, Ele sempre utiliza o termo nesse sentido metafórico.

Paulo tem grande interesse no que a ARC traduz como "temperança", mas que as traduções mais recentes interpretam mais comumente como "domínio próprio". Embora o significado da palavra seja mais amplo do que o simples abster-se de álcool, o apóstolo retorna diversas vezes a esse tema (Rm 14:21; Ef 5:18; iTm 3:8; 5:23; Tt 2:3; e indiretamente em iCo 6:10). Embora essas passagens não sejam prova conclusiva de que Paulo ensina completa abstinência, isso estaria em harmonia com sua concepção do santuário do corpo (Pv 20:1; Rm 12:1, 2). E inequívoca a mensagem do apóstolo contra a embriaguez (lTm 3:2, 3; Tt 1:7; 2:2-6, 12; Rm 12:3; 2Co 5:13).

Embora aconteçam milagres no ministério de Paulo, ele os atribui à obra de Deus, e nunca a si mesmo, refletindo assim o tema do AT (Êx 7:3; Dt 6). O Espírito é a fonte imediata de milagres (G1 3:5), A vinda do evangelho traz "sinais e prodígios" (Rm 15:18, 19; 2Co 12:12; 2Ts 2:9), uma expressão estereotipada que inclui curas físicas. Embora os "sinais e prodígios" sirvam para autenticar a mensagem que ele proclama, no entender de Paulo, eles representam também a libertação do sofrimento imposto pelo pecado, debaixo do qual o mundo inteiro geme por libertação (Rm 8:19-23).

Ao introduzir o evangelho no coração do mundo helenístico, o apóstolo se deslocou da concepção holística de saúde e cura centrada em Deus, comum às Escrituras, para um paradigma diferente, Na Grécia a saúde era diretamente expressa na destreza atlética (de fato, praticamente definida no desenvolvimento físico). Em contraste, os hebreus deram pouquíssima atenção a jogos, competições ou perícia atlética, já que a atividade física era expressa basicamente em trabalho produtivo. A recompensa pessoal era obtida mediante a satisfação de um trabalho bem feito.

2. *Dons* de Cura

As curas *(charismata iamaton*) aparecem entre os dons do Espírito listados por Paulo,

sempre separadas dos milagres e listadas no plural (ICo 12:4-11, 27, 28), embora estejam ausentes das listas mais curtas de dons (Ef 4:11, 12; Rm 12:6-8). Tais curas são tratadas como dons de Deus, não como capacidades humanas habituais. Conquanto a expressão dos dons de cura não tenha desfrutado de elevado prestígio nos registros da igreja apostólica, não significa que não existiram. Os dons de cura se destinavam evidentemente a atuar por meio de cada crente, conforme sugere o emprego de *allos* [outro, no singular] (ICo 12:8-10) e dons de cura [no plural] (v. 28, 30). Essa estrutura sugere fortemente que o apóstolo não se refere a dons manifestos entre as igrejas por curandeiros itinerantes, mas dons exercidos por indivíduos em ocasiões específicas.

3. Três Curas Não Realizadas

A referência um tanto metafórica e enigmática de Paulo a seu "espinho na carne" (2Co 12:7-9) requer que enfrentemos o fato de que, até entre cristãos fiéis, Deus pode não achar apropriado efetuar a cura física. Essa primeira conclusão nos humilha, e requer que admitamos que somos incapazes ! ► até mesmo de identificar os elementos envolvidos, e que o fato de não sermos curados não é nenhuma prova definitiva de falta de fé, rejeição da parte de Deus, ou algum defeito moral desqualificante. Cumpre-nos, por fim, confiar em Deus, cujo caráter benevolente conhecemos, e confiarmos que Ele fará o melhor em nosso benefício.

A natureza exata do problema de Paulo tem gerado especulação desde o tempo dos pais da igreja até hoje, sem uma resposta definitiva. A mais amplamente aceita é a sugestão de que o problema fosse físico e provavelmente envolvesse uma dificuldade visual, argumento que se apoia no fato de Paulo empregar redatores a quem ditava suas cartas (Rm 16:22) e no fato de subscrever os cumprimentos finais de próprio punho em determinadas epístolas, o que indica que o restante foi escrito por outra pessoa (ICo 16:21; 2Ts 3:17; G1 6:11). Um fator histórico citado é a cegueira de três dias após seu encontro com Cristo em Damasco, da qual foi curado (At 9:18), e sua menção incidental a um problema de saúde, quer se tratasse do mesmo, quer de outro (G1 4:14).

Da maior importância é o que essa doença significava para Paulo. Não era algo que acontecera por acidente, mas algo intencional. Embora permitido por Deus, parecia a Paulo que tinha que ver com a obra de Satanás, para o esbofetear (*kolaphizõ*, 2Co 12:7), a fim de que ele não se exaltasse com seus privilégios. Visto como um problema recorrente e Iimitante, os três apelos de Paulo em oração para que o mesmo fosse removido encontram recusa, fazendo-o se desviar de suas preocupações físicas para o propósito mais elevado e para o poder mantenedor de Deus. A reação de Paulo é: "Mais me gloriarei nas fraquezas, para que sobre mim repouse o poder de Cristo" (v. 9).

A experiência de Paulo nos garante que a doença pode ter um significado além do físico e patológico. Com sua presença física intrusiva, a doença corporal ameaça substituir a compreensão mais ampla de cura como harmonia com Deus. Acima de cada experiência humana Se encontra Ele, um só Deus, ocultado de nossa visão por causa do pecado, mas sensível ao sofrimento humano e pleno de compaixão. Embora a palavra "providência" não ocorra na Bíblia, o que ela significa se destaca em cada página.

O segundo caso ê o de Timóteo, Embora fosse jovem, ele parece ter sido acometido por problemas no estômago. Para lidar com isso, Paulo dá seu único conselho médico, recomendando "um pouco de vinho, por causa do teu estômago e das tuas frequentes enfermidades" (iTm 5:23). Timóteo tinha o costume de beber somente água (v. 23), mas agora, como um tratamento médico,

é aconselhado a agir de outra maneira, com a implicação de que só deveria tomar o remédio até o restabelecimento. Apesar do compromisso pessoal de Timóteo com Cristo, a dificuldade física persistia, e Paulo recorreu a uma aplicação médica. Essa experiência valida a verdade de que o uso de tratamentos médicos é compatível com a oração a Deus pedindo cura.

Um terceiro exemplo é o de Trófimo, um companheiro chegado de Paulo. Enquanto o acompanhava em sua terceira viagem missionária, Trófimo ficou doente e foi deixado em Mileto para se restabelecer (2Tm 4:20). Nem nesse caso, nem nos dois anteriores, menciona-se a manifestação dos dons de cura. Esses casos nos fazem lembrar de que o estado de saúde ideal, no pleno sentido descrito pela Bíblia, não é possível nesta vida. Por vivermos sob as consequências universais do pecado, todos sofrem, e a morte constitui o fim de todas as pessoas. Encontramos nas Escrituras não somente a resposta para a pergunta "por que sofremos?", mas também as boas-novas do término do sofrimento por ocasião da volta de Jesus. Seu triunfo sobre Satanás, sobre o pecado e todas as suas consequências ocorreu no Calvário e foi comprovada pelo túmulo vazio. A plena cura em todos os sentidos só acontecerá na vinda de Jesus.

F. Cura na Igreja Apostólica

Em meados do Seu ministério, Jesus reuniu em torno de Si os doze e lhes concedeu poder *(exousia)* para expelir demônios e curar toda sorte de doenças e enfermidades (Mt 10:1). O registro mostra que o uso que fizeram desse dom era às vezes eficaz e outras vezes, não (Mt 17:16). Apesar disso, permaneceu o potencial. Em Sua ascensão, Jesus atribuiu aos discípulos a incumbência de testificar dEle até o fim do mundo, mas primeiro viria o Espírito. Desde a época da vinda do Espírito (At 2:1-4, 43), a igreja nascente testemunhou uma série de curas notáveis.

770 ►

A maior parte da história da igreja apostólica se concentra no livro de Atos, cujos relatos de cura se revestem de especial interesse, visto que o autor era médico. A partir da cura de um coxo, realizada por Pedro na porta do templo (At 3:1-10), o registro documenta cura ou exorcismo de sete outras pessoas e de diversos grupos, terminando em Malta, com Paulo sendo livrado da morte por picada de cobra e com a cura do governante da ilha (At 28:3-6, 8). Outros sinais e prodígios são relatados tanto em Jerusalém como em outros lugares (At 5:12-16; 8:5-8). Quanto às doenças e enfermidades curadas, incluíam-se tanto casos agudos como crônicos. Contudo, levando-se em conta a quantidade de versículos, as curas em Atos constituem menos de um vigésimo do texto.

Comentários ocasionais sugerem que o relato deixou de incluir muitas curas (At 5:16). Embora importantes, os milagres em Atos parecem mais incidentais do que os relatados nos evangelhos. Tanto na obra de Paulo como nos relatos históricos de Atos ocorrem curas. Elas são aceitas no plano da obra de Deus e trazem restauração física a determinadas pessoas, mas a metodologia evangelística central da igreja apostólica repousa mais sobre a proclamação do que sobre curas físicas,

G, *Oração e Cura em Tiago*

A epístola de Tiago apresenta o único exemplo do NT de como a cura parece estar integrada ao funcionamento das primeiras congregações cristãs. A passagem se encontra em Tiago 5:13-16, cujo tema principal é, na verdade, a oração. A oração foi entusiasticamente recomendada por Jesus (Lc 18:1), e permeou Sua vida, desempenhando papel significativo em Seu ministério de ensino (Mt 21:22; Lc 11:9, 10; 22:42). Apesar disso, cura e oração não se acham sistematicamente associadas na Bíblia. Com relação às curas de Jesus, dificilmente se menciona

a oração, embora muitas vezes Ele passasse longas horas de comunhão privada com. o Pai e tivesse recomendado insistentemente a oração aos discípulos. Mesmo quando não é mencionada, nos casos em que a pessoa apelava para Jesus, um certo senso de oração estava presente.

Em Tiago, porém, a cura é não somente algo associado à oração, mas uma das funções da oração. A passagem trata da oração e nomeia três tipos de crentes. Fala primeiramente dos que estão preocupados, em dificuldade, aflitos e até desanimados ou infelizes (*,kakopatheõ),* os quais devem orar (imperativo presente), uma prática repetida. Eles não têm nenhuma garantia de que o problema será resolvido, mas estarão mais capacitados a enfrentá-lo, quando for necessário. Em segundo lugar, estão os alegres, para quem os problemas são superados pela fé e por uma atitude alegre. A esses, Tiago aconselha cantar louvores (Tg 5:13). Depois ele discorre sobre os doentes. Diz-lhes para pedir que os anciãos orem, unjam com óleo, em nome do Senhor, e a oração da fé salvará o doente.

Visto que esses passos descrevem um único procedimento, é apropriado levantar determinadas questões. Por que os anciãos? A resposta parece clara: porque eles representam a comunidade de crentes e a sua participação envolve toda a igreja. Não se atribui a eles nenhum papel sacerdotal e, embora devam ser respeitados (lTm 5:17-20), em nenhuma outra parte no NT recebem os anciãos a tarefa específica da cura. Os dons são distribuídos a todos os membros da igreja, conforme a vontade do Espírito. Tiago deixa isso bem claro em 5:16, onde a confissão de pecados se destina a toda a congregação, e não somente aos oficiais da igreja.

Junto com a oração, os anciãos deveriam ungir o doente com óleo. O único emprego paralelo de ungir com óleo se encontra em Marcos 6:13, onde os discípulos o utilizaram numa cura. Ungir era um procedimento médico ou um ato religioso? O mundo do NT conhecia bem o emprego de óleo de oliva como emoliente. A palavra 'ungir" (*alevphõ)* aparece outras 8 vezes no NT, sempre em contexto não religioso. A alegação de que o próprio óleo comunica mérito não é bíblica, mas ganhou corpo na Europa medieval. Tampouco sugere o texto se tratar de um rito estipulado para os que se acham à beira da morte; é aplicável a qualquer doença. 77*1

O texto situa o poder para curar na própria oração da fé, principalmente de anciãos, homens justos (Tg 5:16) cujas orações têm muito poder, Embora as palavras gregas sejam ambíguas, esperam-se três efeitos: o Senhor salvará o doente, o levantará e, se ele tiver pecados, ser-lhe-ão perdoados. Tiago declara as promessas como absolutas, embora esteja em harmonia com o restante do NT colocar os resultados dentro da vontade de Deus.

Com base nessa breve análise da passagem, surgem diversas e importantes verdades relacionadas com a oração: (1) A oração eficaz se baseia na fé e se origina da fé. (2) A oração intercessória deve provir de um cristão dedicado, alguém cujos motivos e ações estejam em harmonia com a vontade de Deus. (3) A oração não deve ser geral, mas dirigida a Deus em favor da pessoa doente específica. (4) Seu resultado está vinculado à fé dos anciãos. (5) Espera-se que ocorra cura e/ou salvação.

A unção com óleo é combinada com a oração dos anciãos. Esse serviço simples, realizado com fé e recomendado por Tiago à igreja apostólica, fornece um modelo de cura para as igrejas cristãs em todas as épocas. Com respeito à cura e à igreja, a passagem mostra o seguinte: (1) A igreja está diretamente preocupada com a doença entre os seus membros, e que a cura é parte da obra do povo de Cristo. (2) A cura se baseia na comunidade cristã. Só em tempos recentes a cura se tornou um empreendimento secular de reparação de corpos, o que representa uma

visão truncada da cura, alheia às Escrituras. (3) No processo de cura divina os meios físicos e espirituais atuam juntos, sendo o próprio poder divino de cura exercido por meio de ambos os canais. (4) A doença e a cura envolvem mais do que o físico; envolvem a pessoa como um todo. (5) A libertação dos pecados, nesse contexto, entrelaça redenção e cura num grande ato da graça de Deus.

H. Obsei~vaçÕes sobre Cura

As Escrituras dedicam mais atenção à cura do que à saúde, o que ilustra o fato de que os problemas presentes exigem mais urgência do que aqueles que já estão sendo solucionados. A observação de Jesus em Mateus 9:12 — "Os sãos não precisam de médico, e sim os doentes" - ilustra Sua intenção como o Mestre-Médico de converter sofrimento em saúde.

As Escrituras apresentam Jesus como a figura central na cura dos doentes. Apesar de muitos não judeus viverem na Galileia e de Cafarnaum, principal centro do trabalho de Cristo, ter no mínimo metade da população não judaica, Sua abordagem à cura jamais sugeriu a abordagem difusa e mágica da comunidade gentílica. Sua frequente atribuição da doença a causas observáveis, solucionadas pelo poder curativo de Deus, demonstrava como a doença e a cura devem ser encaradas em termos racionais que relacionam causa e efeito. Essa perspectiva contribuiu significativamente para o desenvolvimento do tratamento de saúde moderno e racional.

Está claro que Jesus pretendia que os discípulos e a igreja dessem continuidade a Seu ministério de cura. O fato de incumbir os discípulos dessa tarefa e manifestar esse dom na igreja apostólica prova que as curas continuariam tanto como sinais quanto como alívio ao sofrimento humano. E razoável esperar que esse mesmo ministério tenha lugar na obra dos crentes dos últimos dias. De acordo com o ensino bíblico, a cura vem sempre de Deus, seja em manifestação imediata, seja sob a atuação de propriedades medicinais sob Sua orientação. A natureza da cura cristã é, porém, marcada pela íntima ligação entre a restauração física e a reconciliação do sofredor com Deus.

III. Saúde e Santidade

A ligação integral entre saúde e santidade é um conceito vital para estreitar os laços entre Deus e Suas criaturas humanas. Embora temporariamente distorcido pelo pecado, o intenso vínculo Criador-criatura continua
772 ► presente, garantindo que tudo quanto afeta os seres humanos é importante para Deus. Tão elementar é essa verdade que o apóstolo Paulo a incorporou no discurso que proferiu aos pagãos em Atenas: "pois Ele [Deus] mesmo é quem a todos dá vida, respiração e tudo mais. [...] [Ele]não está longe de cada um de nós, pois nEle vivemos, e nos movemos, e existimos" (At 17:25-28).

A criação coloca os seres humanos em uma posição de dependência e responsabilidade para com o Criador. Entretanto, por ser misericordioso, Deus sempre almeja o melhor para Suas criaturas. Tais verdades formam a estrutura da visão (cosmovisão) bíblica e demonstram por que a vida humana e a própria compreensão dela devem ser essencialmente religiosas.

A. O *Fator Moral*

Se a humanidade deve sua origem e seu sustento diário a Deus, então a matéria é de natureza religiosa. Deus é santo no sentido absoluto" (lSm 2:2; SI 99:9; Is 6:3; Ap 15:4); e os seres humanos, feitos à Sua imagem, foram projetados para refletir, através de sua vida, a santidade dAquele que os criou (Lv 9:2; 11:44, 45; 20:7; 21:8). Portanto, a criação original, inclusive dos seres humanos,

era boa porque estava em plena harmonia com o Criador. Essa espécie de bondade incluía todos os elementos da existência: o espiritual, o físico, o emocional, o social e todas as outras qualidades do ser. Tudo era, de fato, "muito bom" (Gn 1:31). Tal unidade estabelece a concepção holística do homem encontrada em toda a Bíblia.

"Santo" e "santidade" derivam de diversos termos quase sinônimos em hebraico e grego, e compartilham um sentido comum de separação para um propósito. Ser santo significa ser sagrado ou separado do comum (heb. *qadosh, qodesh)*[4], separação do que contamina, ou dedicação para uso religioso (Ex 19:6; 30:31, 32). No NT, a palavra grega *hagios* é aplicada com o mesmo sentido à igreja. Pedro escreve: "Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes dAquele que vos chamou das trevas para a Sua maravilhosa luz" (lPe 2:9). O tema é comum no NT (lPe 1:15, 16; Rm 12:1; iCo 3:17; Ef 1:4; 5:27; Cl 1:22; 3:12).

Os dez mandamentos foram dados à humanidade como guia infalível para o caráter de Deus, expresso em termos compreensíveis ao povo. Honrar os mandamentos leva as pessoas a se colocar em harmonia com Deus. Eis por que eles constituem o código moral básico (ver Lei). [1]

1. O Código Levítico

Esta seção axamina brevemente os estatutos adicionais dados por Deus em aliança para regulamentar muitos elementos da vida diária, muitas vezes denominados Código Mosaico. O nome "Código Levítico" é dado pelo fato de sua expressão mais plena aparecer em Levítico (19-27), embora ocorram passagens semelhantes em Deuteronômio (22-26). O fato de essas leis, que tinham impacto sobre a saúde mental e física, estarem juntas com leis que tratavam de questões litúrgicas e rituais levou muitos a ignorar-lhes o valor. Embora estivessem relacionadas à situação do Israel antigo, essas leis procuravam restaurar, dentro dos limites impostos pelo pecado, o que fosse possível da unidade original. Tratavam de um amplo grupo representativo da experiência humana, desde a dieta até as relações interpessoais, higiene, costumes sexuais, serviço a Deus, e outras questões.

Por que as pessoas devem adotar esse conjunto de leis? O apelo para obedecer a Deus a fim de colher os benefícios da obediência é secundário. Em vez disso, a razão apontada é moral: "Santos sereis, porque Eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo" (Lv 19:2). Por outro lado, o Código Levítico foi estabelecido como uma aliança entre Deus e Seu povo. O debate acadêmico sobre se essas leis foram dadas visando à saúde ou numa base ritual ainda perdura. Contudo, ainda que fossem rituais, elas produziríam muitos benefícios. As provisões legais para o sexo e o casamento, se fossem observadas, eliminariam praticamente todo tipo de doenças sexualmente transmissíveis. Providências como comida limpa, água, ar, roupa, residências, remoção de dejetos, sepultamento de mortos, bem como o isolamento e a observação na quarentena dos atacados por doenças contagiosas, teriam melhorado a saúde pública. O código estipulava um grupo organizado de sacerdotes para fazer cumprir os regulamentos. A aliança prometia que Israel <4 não seria acometido por nenhuma das enfermidades prevalecentes no Egito (Ex 15:26), uma promessa que excedia em muito o impacto dos regulamentos. Contudo, a imunidade prometida era condicional (Dt 28:56-61). Desde o advento da ciência moderna, percebeu-se que a implementação do Código Levítico teria posto Israel à frente de todos os outros países de seu tempo, alcançando um nível de benefícios não igualados até o século 18 depois de Gristo. O tema da santidade presente nessas leis visava a elevar o valor do corpo da pessoa para estabelecer uma ligação vital entre o corpo e o serviço a Deus.

2. O Santuário do Corpo

Nos ensinos de Paulo sobre o corpo como lugar de habitação de Deus, o apóstolo faz um retrospecto desde os ensinos do AT para mostrar que o cuidado físico é uma questão que interessa a Deus. Trata-se de uma questão moral: "Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus, que apresenteis o vosso corpo por sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional" (Rm 12:1). A linguagem sacrifical desse verso sugere que o apóstolo tinha em mente algo mais do que o corpo físico. Ele toma como ponto de partida a promessa pactuai com Israel: "Andarei entre vós e serei o vosso Deus, e vós sereis o Meu povo" (Lv 26:12). O tema da promessa de Deus de habitar com Seu povo aparece muitas vezes na Bíblia (Ex 25:8; Nm 35:34; IRs 6:13; J1 3:17; Zc 2:10, 11).

Na condição de sacrifício, a pessoa inteira seria separada e consagrada unicamente a Deus. Para Paulo, o crente se torna um lugar de habitação divina. Escreve ele aos coríntios: "Acaso, não sabeis que o vosso corpo *é* santuário do Espírito Santo, que está em vós, o qual tendes da parte de Deus, e que não sois de vós mesmos? Porque fostes comprados por preço, Agora, pois, glorificai a Deus no vosso corpo" (lCo 6:19, 20). Algumas linhas antes Paulo havia escrito, talvez num sentido coletivo: "Não sabeis que sois santuário de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós? Se alguém destruir o santuário de Deus, Deus o destruirá; porque o santuário de Deus, que sois vós, é sagrado" (lCo 3:16, 17). A linguagem incisiva de Paulo mostra que ele considerava isso uma importante verdade.

Nessas três passagens, o corpo é explicitamente citado quatro vezes. Em parte, o apelo do apóstolo Paulo é por pureza sexual, mas dois temas centrais se destacam:
(1) o corpo pertence a Deus tanto por criação como por redenção, e é importante; e
(2) manter o corpo puro para a habitação do Espírito é uma responsabilidade cristã.

O cuidado do corpo tem fortes vínculos morais e é uma sólida, embora negligenciada, parte da vida cristã.

Conquanto as Escrituras sejam claras a respeito do fato de que os seres humanos pertencem a Deus por criação e redenção, e que, como mordomos, temos a responsabilidade de cuidar de nós mesmos, não fornece nenhuma declaração sistemática de como fazer isso. O que mais se aproxima disso são os componentes sanitários do Código Levítico, apesar de estarem expressos mais em contextos sociais e de raramente serem aplicados para orientar escolhas pessoais. Os objetivos básicos são de origem divina, mas as medidas exatas a serem implementadas continuam a ser descobertas por meio do estudo das formas como o corpo e a mente funcionam no contexto natural mais amplo. Conservar a saúde em ótimo estado é, portanto, um empreendimento cooperativo entre o Criador e a criatura (ver IV.A).

Uma surpreendente exceção a essa observação geral diz respeito ao alimento. Só esse fato justifica atenção especial ao regime alimentar como um dos mais importantes fatores de saúde tratados com alguma extensão nas Escrituras.

Eh *Regime Alimentar na Bíblia*

O interesse de Deus no que as pessoas comem se inicia no primeiro capítulo de Gênesis, onde Ele prescreve a dieta original. O assunto é retomado ao longo das Escrituras com surpreendente frequência, tendo aplicações tanto na saúde física como no serviço a Deus. A dieta original, que era vegetariana, é apresentada com detalhada exatidão: "Eis que vos tenho dado todas as ervas que dão semente e se acham na superfície de toda a terra e todas as árvores em que há fruto que dê semente; isso vos será para mantimento" (Gn 1:29). Faz-se menção específica da grande quantidade de árvores no Éden, inclusive da árvore da vida, às quais o primeiro casal tinha acesso, com exceção de

uma única árvore reservada por Deus para Si (Gn 2:9). A respeito dela, Ele advertiu: "Não comerás!" A desobediência dó casal nesse ponto constituiu o primeiro pecado. Percebe-se aqui a relação entre alimento e moralidade.

Depois da entrada do pecado, a dieta original foi ampliada para incluir as plantas herbáceas, além das frutas e nozes. Permaneceu, contudo, vegetariana. Modernos estudos científicos continuam a demonstrar tanto a adequação como as singulares vantagens de saúde obtidas por se seguir um regime vegetariano balanceado. Somente após o dilúvio, ao diminuir a capacidade da Terra de produzir alimento, foi dada permissão para se consumir carne animal como alimento, mas com a restrição contra o uso da carne com sangue (Gn 9:3, 4) e depois com gordura (Lv 3:17). A essa altura, Deus já havia introduzido a distinção entre animais limpos e imundos (Gn 7:2; 8:20), Segundo deixam claro as narrativas patriarcais, os seres humanos adotaram o regime carnívoro, uma prática ajustada à vida nômade e ao clima árido. O livro de Daniel, escrito na Mesopotâmia, narra um incidente envolvendo alimento por ocasião da chegada de Daniel e seus companheiros à corte do rei babilônico Nabucodonosor II (605-563 a.C.). A escolha que eles fizeram de um regime vegetariano simples em contraste com a culinária estimulante do palácio tem relação com a crescente clareza mental, uma questão que serviu como prova do compromisso de Daniel com Deus num contexto estrangeiro (Dn 1:8-16). Devido às limitadas fontes de alimento disponíveis ao povo comum nos tempos antigos, o retorno à dieta vegetariana edênica não é ponto de debate nas Escrituras. Continua, porém, sendo o regime ideal, e, como vimos acima, recebe cada vez mais apoio da pesquisa científica atual.

Os comentaristas também notaram o interesse particular de Lucas em questões alimentares. Quase todo capítulo de seu evangelho faz referência a alimentos. O alimento está relacionado com ocasiões tais como casamentos e festas (Lc 5:33-35; 6:21-25; 15:3-32) e em seu prenúncio do banquete na mesa de Cristo no mundo vindouro (Lc 13:29, 30; 22:28-30). Partilhar alimento e posses com os pobres se torna uma obrigação dos seguidores de Cristo (Lc 3:11; 14:7-24). Como em nenhum dos outros evangelhos, Lucas associa alimento e moralidade. O crente deve evitar uma obsessão complacente para com o comer e o beber, pecados que acarretaram o juízo divino nos dias de Noé e Ló (Lc 17:20-37).

A narrativa do dilúvio não menciona as características exatas de distinção entre animais limpos e imundos (Gn 7-9), mas essas são detalhadas em Levítico 11 e Deuteronômio 14. Instruções claras caracterizam os animais limpos como os que ruminam e têm unhas fendidas. Os outros são imundos. Os animais aquáticos limpos devem possuir tanto barbatanas como escamas (Lv 11:2-23). Em geral, as aves de rapina e os carniceiros são considerados imundos. As distinções serviam como medidas de saúde ou para propósitos rituais? Principalmente em Deuteronômio, a listagem parece estar mais relacionada à alimentação do que a coisas oferecidas em sacrifício (Dt 14:3-21). As distinções eram temporárias, fadadas a ser ab-rogadas no NT? A distinção entre animais já existia no tempo de Noé, que se toma o patriarca de toda a raça humana, sendo explicitamente definida no monte Sinai e continuada através da narrativa bíblica. Ezequiel mantinha a distinção entre limpo e imundo (Is 66:17; Os 9:3; Ez 22:26; 44:23). Na condição de judeus praticantes, Jesus e os apóstolos sem dúvida respeitavam essa distinção, atitude jamais questionada por seus inimigos. O NT a invalidou? Embora Jesus desconsiderasse as distinções cerimoniais tradicionais (Mc 7:15-23), nenhum texto do NT oblitera a distinção básica, e dificilmente teria ela sido descontinuada na cruz, pois o Concilio de Jerusalém,

registrado em Atos 15 (c. 49 d.C.), aplica leis dietéticas específicas aos cristãos. A prática pessoal de Pedro era evitar alimentos imundos (At 10:14). As discussões sobre comida oferecida a ídolos (iCo 8 e Rm 14) tratam de outras questões que não a distinção limpo/imundo. Embora
775 ► esteja tratando de outras questões morais, João, o escritor do Apocalipse, toma como partida as distinções familiares do AT, ao comentar que na Nova Jerusalém "nunca jamais penetrará coisa alguma contaminada" (Ap 21:27; Is 35:8).

Outra evidência apoia a distinção entre limpo e imundo como não cultuai A impureza cultuai podia ser removida pela limpeza; a impureza dos animais, porém, era permanente, incapaz de ser removida por rituais. Além disso, os israelitas podiam entrar em contato com os animais imundos sem ficar imundos. A regulamentação era universal, aplicando-se a obrigação até mesmo aos estrangeiros em Israel (Lv 17:12-15). Levando em conta a evidência citada, o testemunho bíblico apoia a distinção entre limpo e imundo como aplicável desde o tempo de Noé, no mínimo, até a atualidade.

C. *Saúde e Obediência*

Embora estimem a graça pela qual Deus, em Cristo, provê cura-salvação, os cristãos reconhecem que a evidência da redenção se manifestará sob a forma de genuína e sincera obediência a Deus (Rm 6:17). A cura da pessoa plena, em todos os aspectos, requer cooperação com Deus. Assim como o pecado entrou no mundo por um ato de desobediência, mergulhando a humanidade e o planeta num imenso mar de doenças, além de distorções espirituais, sociais, emocionais e físicas, assim, através de Cristo, veio a restauração (Rm 5:15).

O cenário escatológíco da Bíblia prediz um povo remanescente especial no fim da era de pecado, povo da aliança inteiramente comprometido com Deus, que, vivendo em um mundo corrompido, ainda escolhe a justiça, mesmo com grande custo pessoal. Eles levam a sério a advertência de Jesus de que os que se aproximam do *eschciton* devem viver vida sóbria e comprometida (Mt 24:36-51; 25:1-13; Lc 12:13-21; 35-48; Mc 13:32-37). João, no Apocalipse, descreve-os como santos: "Aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus" (Ap 14:12). Para esses e para a multidão de santos ressuscitados de todas as eras, Cristo vem com a cura completa e o término do pecado e de suas consequências. "Deu o mar os mortos que nele estavam. A morte e o além entregaram os mortos que neles havia. E foram julgados, um por um, segundo as suas obras. Então, a morte e o inferno foram lançados para dentro do lago de fogo. Esta é a segunda morte, o lago de fogo" (Ap 20:13-14) (ver Milênio). "Então, ouvi grande voz vinda do trono, dizendo: Eis o tabernáculo de Deus com os homens. Deus habitará com eles. Eles serão povos de Deus, e Deus mesmo estará com eles. E lhes enxugará dos olhos toda lágrima, e a morte já não existirá, já não haverá luto, nem pranto, nem dor, porque as primeiras coisas passaram" (Ap 21:3, 4). Tudo quanto se perdeu no Éden *é* restaurado (ver cap. 28, O Grande Conflito).

IV. Prevenção da Doença e Restabelecimento

Embora a cura venha de Deus, as Escrituras rejeitam toda forma de fatalismo determinista. Seres humanos feitos à imagem divina são capazes não somente de provocar doença, mas também de partilhar a mediação de seus efeitos. O constante auxílio de Deus aos seres humanos é garantia de que nem tudo está perdido, quando os convida a participar não apenas na aventura de Seu dom da vida, mas também de sua restauração.

A. *Deus e as Leis da Natureza*

Tanto a Bíblia quanto a observação humana confirmam que a cura ocorre em dois níveis:

por meio da natureza e a que se chama de cura divina, uma intervenção mais direta de Deus. Por meio da natureza, a cura é contínua, tornando o extraordinário tão comum que o processo é muitas vezes atribuído à própria natureza, esquecendo-se da parte desempenhada por Deus. A cura pela natureza pode acontecer em todos os níveis da disfunção. A "sabedoria" que cura, plantada por Deus quando criou o organismo, inicia o processo de cura tão logo se instale a doença. Fisicamente, um osso quebrado rapidamente começa a se fundir rumo à recuperação. Mentalmente e emotivamente, como observou Shakespeare, é o sono que "desfia a emaranhada teia das aflições". Espiritualmente, cria-se ► no coração um anseio íntimo por Deus; e, socialmente, apesar da presença do conflito, o anseio pela paz é quase universal.

As leis básicas observadas na natureza se originam da providência criativa de Deus. Funcionando em um mundo alterado pelo pecado, elas podem produzir bons ou maus resultados. Mas, se funcionarem de forma positiva, podem ser bem-sucedidas em servir de alívio para os problemas humanos. As leis implantadas na natureza, embora servindo a diferentes propósitos, são tão divinas quanto os preceitos morais dos dez mandamentos e do Sermão do Monte. Esse fato tanto estimula a exploração da natureza como valida o uso de procedimentos e tratamentos para acelerar a recuperação. O emprego válido de tais meios promove, portanto, o efeito curativo do organismo e está dentro da intenção de Deus para a cura. Visto que as leis naturais de Deus podem ser abusadas bem como usadas licitamente, é necessário fazer uma investigação intensiva para garantir que elas sejam devidamente compreendidas e aplicadas. Embora possam variar os métodos de cuidado e tratamento, à medida que se aumenta o conhecimento das leis naturais, o estímulo para a cura pertence a Deus. Entendido assim, o médico se torna um instrumento nas mãos de Deus.

Confirmar a legitimidade do ministério médico chama a atenção para as menções quase inexistentes de médicos nas Escrituras. É possível que esse fenômeno esteja relacionado com o caráter da medicina tradicional no mundo antigo, cuja prática geralmente aceitava abordagens irracionais à doença, cura e terapêutica. O AT contém apenas quatro referências a médicos, mas somente uma é favorável: a comissão de José aos médicos egípcios para embalsamar o corpo de seu pai, Jacó (Gn 50:2). Os outros exemplos são negativos: a recusa de Asa em consultar o Senhor a respeito de sua grave doença, recorrendo, em vez disso, a médicos (2Cr 16:12); a comparação de Jó de seus conselheiros como "médicos que não valem nada" (Jó 13:4); e o comentário irônico de Jeremias sobre não haver bálsamo ou médicos em Gileade (Jr 8:22). O mesmo modelo prevalece no NT, que menciona médicos em seis lugares em termos um tanto negativos (Mt 9:12; Mc 2:17; 5:26; Lc 4:23; 5:31; 8:43). O sétimo, e a exceção, é a referência de Paulo a Lucas como "o médico amado" (Cl 4:14), que é inquestionavelmente favorável.

Em contrapartida, o ministério de cura de Jesus fornece um modelo positivo de diligência cristã aplicável a médicos ou auxiliares no atendimento da saúde. A obra de Cristo de compaixão e libertação, de preocupação com a pessoa toda acima de interesses meramente pecuniários, demonstra como habilidades que hoje são divididas em profissões inteiramente separadas podem ser combinadas no ministério de um só crente qualificado. Os atuais médicos cristãos levam seus pacientes a Deus em oração, enquanto ministram o poder curativo de Deus mediante as descobertas encontradas na natureza. Através de ambos os meios, o médico traz alívio ao sofrimento e restaura a saúde em harmonia com modelos bíblicos.

B. *Saúde e Ctira na Vida Diária*

O que final mente é importante depende de como os princípios bíblicos práticos são

adotados como guias para a vida cristã. Como no caso de outras áreas, os ensinos e os exemplos bíblicos relacionados com a saúde e a cura visam a levar os crentes a uma compreensão exata de Deus e a lhes mostrar como se relacionar efetivamente com o mundo em que vivem. Tais verdades são mais do que exercícios intelectuais informativos; elas fornecem a base de um modelo prático da vida. De fato, essas questões tratam de vida e de morte.

Vários princípios básicos, mas importantes, servem de guia para a boa saúde. A Bíblia endossa o valor do corpo físico e atividades sadias que nele ocorrem. Portanto, o crente deve procurar entender e, intencionalmente, praticar as medidas promotoras da saúde. Essas ações não devem ser praticadas apenas por razões pragmáticas, mas por honra a Deus como Criador e Senhor. O cuidado da saúde é uma questão moral, não simplesmente uma opção. E uma prova de lealdade e serviço responsável a Deus. Em nível prático, a condição de saúde da pessoa determi-
777 ► na basicamente se ela pode Lhe prestar um serviço eficaz.

Visto que o corpo, com sua função mental, serve como o único canal de comunicação com Deus, a maneira como é tratado é da máxima importância, pois é ali que ocorre o crescimento espiritual. A capacidade de reagir aos apelos do Espírito Santo é afetada. Embora os objetivos e valores fundamentais da vida cristã sejam transmitidos pela Palavra de Deus, os meios exatos de alcançá-los se desenvolvem mediante um processo de descoberta. Em vez de serem antagônicas, cura divina e descobertas científicas são condutos por meio dos quais Deus opera para conservar e restaurar a saúde.

O cuidado da saúde é de suma importância. Negligenciá-lo é descartar os princípios básicos relativos à vida cristã. A mordomia responsável convida todo crente a obter conhecimento das coisas que constroem ou ameaçam a boa saúde, evitando essas e escolhendo aquelas. As atividades construtoras da saúde, inclusive exercício, regime alimentar saudável, repouso sistemático, trabalho prático e satisfatório, abstenção de substâncias ou práticas prejudiciais, bons hábitos de limpeza, uma vida conscientemente estruturada, esforços intencionais para ajudar o semelhante e viver em paz com ele, bem como profunda confiança em Deus, fazem-nos tirar o melhor proveito da vida que Deus partilhou conosco. O desejo do apóstolo João para com Gaio revela o ideal de Deus para todos: "Amado, acima de tudo, faço votos por tua prosperidade e saúde, assim como é próspera a tua alma" (3Jo 2).

V. Doença e Cura na História Cristã: Uma Visão Geral

O ministério de cura de Cristo prosseguiu no ministério de Seus discípulos (Mc 6:7-13; Mt 10:1-5; Lc 9:1-6; Lc 10:1-9), bem como na igreja apostólica. E descrito ainda como presente na igreja por muitos pais da igreja, como por exemplo, Irineu (c. 130-c. 200), Orígenes (c. 185-c. 254), Justino Mártir (morto c. 165), Tertuliano (c. 160-c. 220) e Agostinho (354-430), mas geralmente definido em termos físicos. A despeito do fugaz reaviva mento entre os montanistas, declinou.

Quatro fatores contribuíram para a diminuição do ministério cristão de cura: (1) A intromissão de teorias gnósticas, que depreciavam o valor do corpo humano; tais teorias se compunham de interpretações alegóricas e fantasiosas das Escrituras. (2) A aceitação crescente da concepção dualística grega da pessoa, que substitui o holismo bíblico pela separação bem definida entre o corpo físico e a alma imortal. A alma seria o centro eterno e espiritual, ao passo que o corpo acaba se tornando uma espécie de prisão temporária da

alma. (3) A legitimação do sofrimento como disciplina de Deus. Enquanto inimigas da alma, as paixões do corpo e da mente só ofereciam o mal e a tentação, a serem suprimidos pela mortificação ascética do corpo. Centenas de milhares de cristãos se tornaram eremitas, a fim de combater a carne mediante rigorosas privações, estabelecendo uma tradição continuada em mosteiros e conventos. (4) O crescimento do sacramentalismo e do sacerdotalismo numa igreja institucional e litúrgica, que abandonou a ideia de cura, com os seus resultados incertos. Conferiu-se virtude aos sacramentos, ficando o aspecto físico em grande parte desatendido.

Especialmente no Oriente, a assistência humanitária continuou durante algum tempo como caridade cristã. Basílio, o Grande, bispo de Cesareia na Capadócia (329-379), estabeleceu um grande hospital nos limites da cidade, onde foram registrados determinados milagres (Teodoreto, *História Eclesiástica,* 4.19.1-3). Agostinho (354-430) afirmava que os milagres cessaram com o período apostólico; encontrou, porém, um lugar limitado para eles em seus escritos posteriores (cf. *Sobre o Benefício do Crente,* 1.34; *Retratação,* b.i.c.14.5).

No sexto século, Justiniano, poderoso imperador bizantino (483-565), fechou as escolas de medicina de Atenas e Alexandria. Apesar disso, o limitado conhecimento de medicina conservado por médicos árabes manteve vivos muitos procedimentos que fizeram da Espanha mourisca um centro de tratamento de saúde no fim da Idade Média.

£► Por toda a Idade Média, igrejas e mosteiros mantiveram albergues para doentes e moribundos, e grupos ainda menores, excluídos como hereges, deram atenção à cura.

Por volta do século doze, porém, uma série de decretos eclesiásticos separou a igreja da medicina. Em 1163, o Concilio de Tours proibiu os funcionários da igreja de trabalhar como cirurgiões. Recomendava-se aos doentes que fizessem devoções reivindicando os poderes meritórios das relíquias e dos santos, para os quais o atendimento médico era visto como competição. Já em 1566, a lei canônica exigia que os médicos parassem de tratar qualquer doente que não confessasse seus pecados ao terceiro dia de enfermidade. A dissecação de cadáveres era estritamente proibida, impedindo o conhecimento tanto da anatomia como da fisiologia. O célebre caso de Serveto (1511-1553) se originou em parte de sua violação da lei eclesiástica que proibia a dissecação, embora suas descobertas precedessem as de Harvey (1578-1657) ao identificar a circulação do sangue no corpo.

Calvino (1509-1564) e Lutero (1483-1546) seguiram a premissa tradicional que limitava os milagres de cura somente à era apostólica, embora o reformador alemão ficasse impressionado com o restabelecimento de Melanchton em resposta à oração. O *Primitive Phystck,* de Wesley, teve muitas edições, servindo de guia popular de cura. Com o desenvolvimento da ciência moderna, no fim do século dezoito e daí em diante, o tratamento de saúde migrou gradualmente para os círculos seculares, tendo a transição sido inteiramente concluída por volta da década de 1850.

Os adventistas do sétimo dia passaram a se interessar em saúde no fim dos anos 1850 e início dos anos 1860, em grande parte devido à influência de Ellen G. White, que, em 1863, fez um apelo para que a nascente igreja desse séria atenção à saúde como um ministério religioso. Sob a influência de um vigoroso movimento de reforma da saúde na América do Norte, os adventistas adotaram reformas que incluíam a rejeição dos tratamentos então populares com metais pesados e substâncias herbáceas poderosas, bem como o uso de fumo e álcool. A essas reformas, somaram-se a promoção do regime vegetariano e a confiança nos remédios naturais, princípalmente na hidroterapia. A teologia adventista da saúde aceita o avanço científico como parte do plano divino de cura, sendo a igreja amplamente

conhecida por seu ministério de serviço de saúde orientado para os princípios holísticos.

Dentro da comunidade cristã, somente os adventistas do sétimo dia incluem, entre os agentes divinos de cura, a compreensão de uma aplicação das leis naturais, sem deixar de depender da oração e da intervenção divina na cura. Deus forneceu na natureza muitos aspectos que podem ser usados de forma preventiva e terapêutica para reduzir o sofrimento. A interação entre a limpeza e os conceitos básicos naturais promovem a saúde física. A prevenção chama a atenção, portanto, para os efeitos positivos do ar puro, da água potável, do regime alimentar saudável e balanceado, do acesso adequado à luz solar, do exercício e do trabalho, do repouso adequado e, por fim, da confiança em Deus. Apesar disso, cumpre aplicar cada terapia comprovada no enfrentamento da doença e da deficiência, O objetivo final do tratamento de saúde é a restauração da pessoa inteira, obtida em grande parte mediante um retorno consciente, tanto quanto possível, ao plano de vida proposto no início por Deus.

Essa concepção holística da pessoa significa que os seres humanos não possuem realidade ou existência à parte do corpo. Uma pessoa é uma unidade complexa e interativa, capaz de ser compreendida somente através da função da mente em íntima interação com o corpo físico; daí a importância de cuidar de todos os aspectos da saúde, pois fazer isso é servir a Deus.

VI. Comentários de Ellen G. White

A. *Introdução*

Já na década de 1860, Ellen White compreendeu a importância da unidade interativa entre o físico, o espiritual e o emocional, e começou a escrever sobre as maneiras pelas quais o tratamento físico exerce impacto sobre as outras dimensões. No decurso dos mais de 50 anos subsequentes, seus apelos por reforma das práticas de saúde se desenvolveram em um tema principal, atingindo
779 ► seu clímax no livro A *Ciência do Bom Viver* (1905). Ela se fundamentava no reconhecimento de que as Escrituras e as leis da natureza agem conjuntamente como instrumentos de Deus na promoção do bem-estar humano em todas as suas dimensões. O ministério de cura de Jesus fornece o modelo da cura integrada para todos os aspectos da pessoa.

Foi em grande parte devido aos estímulos de Ellen White que a Igreja Adventista do Sétimo Dia desenvolveu uma rede de instituições de tratamento de saúde. Estas são encontradas agora em quase todas as partes do mundo, associadas com a oferta de alto nível de educação profissional em saúde e um importante ministério em instrução sobre saúde voltada para o público. Vistas dessa perspectiva, saúde e cura dependem da fusão de princípios bíblicos cristãos com uma avançada concepção terapêutica baseada na lei natural. As seleções mencionadas a seguir representam uma ínfima fração dos extensos escritos de Ellen White sobre saúde e cura.

B. Deus Ativo no Mundo

"Deus está contínuamente ocupado em manter e empregar como servos as coisas que criou. Opera por meio das leis da natureza, delas Se servindo como instrumentos Seus. Elas não agem por si mesmas. A natureza, em sua obra, testifica da presença inteligente e da atividade de um Ser que opera em tudo segundo a Sua vontade. [...]

"O mecanismo do corpo humano não pode ser plena mente compreendido; apresenta mistérios que desconcertam o mais inteligente. Não é em resultado de um mecanismo que, uma vez posto a funcionar, continua sua obra, que o pulso bate, e respiração se segue a respiração. Em Deus vivemos e nos movemos, e existimos. O coração palpitante, o pulso em seu ritmo, cada nervo

e músculo do organismo vivo é mantido em ordem e atividade pelo poder de um Deus sempre presente" (CBV, 416, 417).

"Por apegarem-se às leis da matéria e da natureza, muitos perdem de vista, se é que não negam, a intervenção contínua e direta de Deus. Defendem eles a ideia de que a natureza atua independentemente de Deus, tendo inerentemente suas próprias restrições e capacidade de atuar. Têm eles em mente uma distinção definida entre o natural e o sobrenatural. O natural é atribuído a causas comuns, sem ligação com o poder de Deus. O poder vital é atribuído à matéria, e a natureza é deificada. Concebe-se que a matéria é posta em certas relações e abandonada a agir segundo leis fixas, em que o próprio Deus não pode interferir; que a natureza está dotada de certas propriedades, e sujeita a leis, e é então abandonada a si mesma para obedecer a essas leis e realizar o trabalho que lhe foi originalmente atribuído.

"Isso é ciência falsa; nada há na Palavra de Deus que o confirme" (TS3, 259).

C. As *Leis da Natureza e as Leis de Detis*

"O mesmo poder que mantém a natureza opera também no homem. As mesmas grandes leis que guiam tanto a estrela como o átomo dirigem a vida humana. As leis que presidem à ação do coração, regulando o fluxo da corrente da vida no corpo são as leis da Inteligência todo-poderosa, as quais presidem às funções da alma. DEle procede toda a vida. Unicamente em harmonia com Ele poderá ser achada a verdadeira esfera daquelas funções. Para todas as coisas de Sua criação, a condição é a mesma: uma vida que se mantém pela recepção da vida de Deus, uma vida exercida de acordo com a vontade do Criador. Transgredir Sua lei física, mental ou moral corresponde a se colocar o transgressor fora da harmonia do Universo, ou introduzir discórdia, anarquia e ruína" (Ed, 99, 100).

"Desde que as leis da natureza são leis de Deus, é nosso claro dever estudar essas leis cuidadosamente. Cumpre-nos estudar suas exigências acerca de nosso corpo e nos conformar a elas" (T6, 369).

"Deus constituiu as leis que governam nosso organismo, e essas leis que Ele pôs em nosso ser são divinas, e para cada transgressão está fixada uma penalidade que, cedo ou tarde, será executada. A maioria das enfermidades de que a família humana sofreu e continua sofrendo tem sua origem na ignorância de suas próprias leis orgânicas" *{Health Reformer,* outubro de 1866).

"Transgressão da lei física é transgressão da lei moral; pois Deus tanto é autor de uma como da outra. Sua lei está escrita com Seu próprio dedo em cada nervo, cada músculo e cada faculdade que confiou ao homem" (PJ, 347,348).

"E pecado violar as leis de nosso ser tão verdadeiramente como o é quebrantar os dez mandamentos. Num e noutro caso há transgressão às leis de Deus. Os que transgridem a lei de Deus em seu organismo físico estarão inclinados a violar a lei de Deus proferida no Sinai" (CRA, 17).

D. *Objetivos para a Vida Prática*

"Nosso primeiro dever para com Deus e para com o nosso semelhante é o nosso próprio desenvolvimento. Toda faculdade com que o Criador nos dotou deve ser cultivada ao máximo grau de perfeição, para que sejamos capazes de produzir a maior soma de bem que nos seja possível. Daí ser bem empregado o tempo gasto em firmar e conservar boa saúde física e mental. Não nos podemos permitir entravar ou mutilar uma única função da mente ou do corpo por excesso de trabalho ou por maltrato de qualquer parte do mecanismo vivo" (Te, 137).

"Tenha -se em mente sempre que o grande objetivo da reforma de saúde é garantir o desenvolvimento mais elevado possível da mente, da alma e do corpo. Todas as leis da

natureza - que são leis de Deus - foram destinadas para o nosso bem. A obediência a elas promoverá nossa felicidade nesta vida, e nos ajudará a nos prepararmos para a vida futura" (CRA, 23).

E. Vida Saudável e Tomada de Decisão Moral

"Nossas inclinações e apetites naturais [...] foram divinamente providos, e, ao serem dados aos homens, eram puros e santos. Era desígnio de Deus que a razão governasse os apetites, e que eles servissem a nossa felicidade, E; quando eles são regulados e controlados por uma razão santificada, são santidade ao Senhor" (Te, 12).

"Os nervos cerebrais que se comunicam com todo o organismo são os únicos meios pelos quais o Céu pode se comunicar com o homem, e influenciar sua vida mais íntima. Seja o que for que perturbe a circulação das correntes elétricas no sistema nervoso, diminuí a resistência das forças vitais, e o resultado é um amortecimento das sensibilidades da mente" (TSl, 257).

"Nossa saúde física é mantida pelo que comemos; se nosso apetite não está sob o controle de uma mente santificada, se não somos temperantes em tudo que comemos e bebemos, não estaremos num estado saudável físico e mental para estudar a Palavra com o propósito de aprender o que diz a Escritura: 'Que farei para herdar a vida eterna?'" (Te, 15).

F. *Toda Cura Vem de Deus*

"Por intermédio de agentes naturais, Deus está operando dia a dia, hora a hora, momento a momento, para nos conservar em vida, construir e nos restaurar. Quando qualquer parte do corpo sofre um dano, inicia imediatamente um processo de cura; os agentes da natureza se põem em operação para restaurar a saúde. Mas o poder que opera por seu intermédio *é* o poder de Deus. Todo poder comunicador de vida tem nEle sua origem. Quando alguém se restabelece de uma enfermidade, é Deus que o restaura" (GBV, 112, 113).

"O amor difundido por Cristo por todo o ser é um poder vitalizante. Todo órgão vital — o cérebro, o coração, os nervos — esse amor toca, transmitindo cura. Por ele são despertadas para a atividade as mais altas energias do ser. Liberta a alma da culpa e da dor, da ansiedade e do cuidado que consomem as forças vitais. Vêm com ele serenidade e compostura. Implanta na alma uma alegria que coisa alguma terrestre pode destruir — a alegria no Espírito Santo, alegria que comunica saúde e vida" (ibid., 115).

G. *Mente e Corpo*

"A afinidade que existe entre a mente e o corpo é muito grande. Quando um é atingido, o outro é influenciado. O estado mental tem muito que ver com a saúde física. Se a mente estiver livre e feliz pela convicção de estar praticando a justiça e pelo senso da satisfação de tornar outros felizes, isso ocasionará uma alegria que agirá sobre o físico todo, **produ-^Sj** zindo uma livre circulação do sangue e a tonificação do corpo todo" (MS, 105).

H. O *Médico Cristão*

"Todo profissional médico, quer ele reconheça ou não, é responsável pela alma, bem como pelo corpo de seus pacientes. O Senhor espera de nós muito mais do que muitas vezes fazemos para Ele. Todo médico deve ser devotado e inteligente médíco-missionário evangélico, familiarizado com os remédios do Céu para a alma enferma pelo pecado, bem como com a ciência de curar as enfermidades do corpo. [...]

"O médico não só deve dar todo alívio possível aos que logo se acharão na sepultura, mas lhe incumbe também aliviar o fardo de sua alma. Apresentai-lhes o Salvador exaltado. Contemplem eles o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo" (MS, 31),

"No ministério da cura, o médico tem de ser um cooperador de Cristo. O Salvador

assistia tanto à alma como ao corpo. O evangelho por Ele pregado era uma mensagem de vida espiritual e de restauração física. O libertamento do pecado e a cura da doença estavam ligados entre si. O mesmo ministério é confiado ao médico cristão" (CBV, 111).

L Fé, Cura e Oração

"Há casos em que o Senhor opera decididamente por Seu divino poder na restauração da saúde. Mas nem todos os doentes são sarados. Muitos são postos a dormir em Jesus. João, na ilha de Patmos, foi mandado escrever: 'Bem-aventurados os mortos que, desde agora, morrem no Senhor. Sim, diz o Espírito, para que descansem dos seus trabalhos, e as suas obras os sigam' (Ap 14:13). Vemos por aí que, se as pessoas não forem restituídas à saúde, não devem ser por isso consideradas sem fé.

"Todos nós desejamos respostas imediatas e diretas às nossas orações, e somos tentados a ficar desanimados quando a resposta é retardada ou vem por uma maneira que não esperavamos. Mas Deus é demasiado sábio e bom para atenderas nossas petições sempre justamente ao tempo e pela maneira que desejamos. Ele fará mais e melhor por nós do que realizar sempre os nossos desejos. E como podemos confiar em Sua sabedoria e Seu amor, não devemos pedir que nos conceda a nossa vontade, mas buscar nos identificar com Seu desígnio, e cumpri-lo" (ibid., 230, 231).

J. *Uso de Remédios e Fé*

"Os que buscam a cura pela oração não devem negligenciar o emprego de remédios ao seu alcance. Não é uma negação da fé usar os remédios que Deus proveu para aliviar a dor e ajudar a natureza em sua obra de restauração. Não é nenhuma negação da fé cooperar com Deus, e se colocar nas condições mais favoráveis para o restabelecimento. Deus pôs em nosso poder o obter conhecimento das leis da vida. Esse conhecimento foi colocado ao nosso alcance para ser empregado. Devemos usar todo recurso para restauração da saúde, aproveitando-nos de todas as vantagens possíveis, agindo em harmonia com as leis naturais. Tendo orado pelo restabelecimento do doente, podemos trabalhar com muito mais energia ainda, agradecendo a Deus termos o privilégio de cooperar com Ele, e pedindo-Lhe a bênção sobre os meios por Ele próprio fornecidos" (ibid., 231, 232).

"Quando o Israel de hoje se humilhar perante Ele, e purificar o templo da alma de toda contaminação, Ele ouvirá suas orações em favor dos enfermos e os abençoará no uso dos Seus remédios para as enfermidades. Quando em fé o instrumento humano faz tudo que pode para combater as enfermidades, usando os métodos simples de tratamento que Deus proveu, seus esforços serão abençoados por Deus" (CRA, 25).

K. Importância da Reforma de Saúde

"A reforma de saúde é um ramo da grande obra que deve preparar um povo para a vinda do Senhor. Ela se acha tão ligada ã terceira mensagem angélica, como as mãos o estão com o corpo" (ibid,, 69).

VII. Literatura

Bacchiocchi, Samuele, *Wine in the Bible.* Berrien Springs: Biblical Perspectives, 1989.

Brown, Michael L. *Israels Divine Healer*, Grand Rapids: Zondervan, 1995,

Brunt, John. *A Day for Healing: The Meaning of Jesus[1] Sabhath Miracles.* Washington: Review and Herald, 1981.

Frost, Evelyn, *Chnstian Healing.* Londres: Mobrays, 1940,

Grmek, Mirko D. *Diseases in the Ancient Greek World.* Baltimore: Johns Hopkíns University, 1989.

Gustafson, James M. *The Contribution of Theology to Medicai Ethics.* Milwaukee: Marquette University Press, 1975.

Harrison, R. K. "Healing, Health." *Interpreters Dictionary of the Bihle,* v. 2. Nashville: Abingdon, 1962.

Hogan, Larry P. *Healing in the Second Tempel [sic] Period.* Gõttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1992.

Kee, Howard Clark. *Medicine, Miracle, and Magic in New Testament Times.* Gambridge: Cambridge University Press, 1986.

Kelsey, Morton T. *Healing and Christianity.* Londres: SCM, 1973.

Lindstrõm, Fredrik. *Suffering and Sin: Interpretations ofllllness in the Individual Complaint Psahns.* Stockholm: Almquist and Wiksell International, 1994.

Marty, Martin E, *Health and Medicine in the Lutheran Tradítion: Being Well.* Nova York: Crossroad, 1986.

Murray, Andrew. *Divina Healing.* Spríngdale: Whitaker House, 1982.

Palmer, Bernard, ed. *Medicine and the Bihle,* Exeter: Paternoster, 1986.

Pilch, John J. "Sickness and Healing in Luke-Acts." Em *The Social World of Luke-Acts: Models for Interpretation,* ed. Jerome H. Neyrey. Peabody: Elendrickson, 1991.

Proctor, Stoy, et al., eds. *Health 2000 and Beyond,* Silver Spring: General Conference of Seventh-day Adventists, Health and Temperance Department, 1994.

Seybold, Klaus, e Ulrich Mueller. *Sickness and Healing.* Nashville: Abingdon, 1981.

Short, A. R. *The Bihle and Modem Medicine,* Exeter: Paternoster, 1953.

Smith, C. R. *The Pkysician Examines the Bihle.* Nova York: Phílosophícal Library, 1950.

Stockmayer, Otto. *Sickness and the Gospel.* Londres: Bemrose & Sons, 1887.

Tillich, Paul. "The Meaning of Health." Em *On Moral Medicine: Theohgical Perspectives in Medicai Ethics,* ed. Stephen E. Lammers e Allen Verhey. Grand Rapids: Eerdmans, 1987.

Torrey, R. A. *Divina Healing: Does God Perform Miracles Today?* Nova York: Fleming H. Revell, 1974.

Vermes, Geza. *Jesus the Jew.* Nova York: Macmillan, 1973.

Warfield, Benjamin B. *Counterfeit Miracles.* 1918. Republicado como *Miracles: Yesterday and Today, True and False.* Grand Rapids: Eerdmans, 1965.

Weatherhead, Leslie. *Psychology, Religion, and Healing.* Nova York: Abingdon, 1951.

Wilkinson, John. *Health and Healing: Studies in New Testament Principies and Practice.* Edinburgh: Handsel, 1980.

World Health Organization. *WHO Basic Document.* Genebra, 1948.

22
Apocalíptica Bíblica

William G. Johnsson[I.2345671]

Introdução

Quem quer que considere a Bíblia seriamente deve procurar entender seu elemento apocalíptico. Esse elemento é importante tanto por sua quantidade como por seu papel. Dois livros da Bíblia são de natureza quase inteiramente apocalíptica: Daniel, no Antigo Testamento, e o Apocalipse, no Novo. Além desses dois, diversos outros livros, em ambos os Testamentos, contêm porções de literatura apocalíptica. Encontramos ainda o gênero apocalíptico disperso entre os escritos proféticos do AT e atribuído no NT ao próprio Jesus, bem como aos apóstolos.

Durante todo o século 20, a literatura apocalíptica gerou grande interesse e investigação acadêmica. As tentativas de empregar o elemento bíblico levaram muitas vezes os estudantes da Escritura a pesquisas mais amplas. Eles buscavam entender a apocalíptica bíblica tentando localizar suas origens em fontes extra bíblicas. O estudo iniciado com os livros apocalípticos da Bíblia geralmente se torna, portanto, uma investigação da literatura apocalíptica propriamente dita: o apocalipse como um gênero literário.

Apesar do notável esforço por parte de muitos eruditos, não se chegou a nenhum consenso claro a respeito do significado e interpretação da apocalíptica bíblica. Até mesmo a definição de literatura apocalíptica se esquiva ao consenso universal.

Este artigo foi preparado com a convicção de que um estudo da apocalíptica bíblica é tanto necessário quanto possível: necessário, por causa da importância do elemento apocalíptico na própria Bíblia; e possível, se os pressupostos hermenêuticos forem submetidos a minucioso exame e se o taxto bíblico vier a ser o foco do empreendimento. Assim, embora escrito a partir da percepção de feitos acadêmicos para entender o apocalipse como um gênero, este ensaio se concentra no texto bíblico em si, e não em supostas fontes extrabíblicas de literatura apocalíptica.

I. A Definição e as Características da Apocalíptica Bíblica
- A. Definição
- B. Características
  1. Literatura Revelatória
  2. Circunstâncias e Modos da Revelação
  3. Seres Celestiais
  4. Tempos dc Crise ou Tragédia Nacional
  5. Nítidos Contrastes
  6. Imagens Vividas
  7. O Fim da História
- C. Relação com a Profecia Clássica
- D. Literatura Apocalíptica no Padrão Bíblico

II. A Interpretação da Apocalíptica Bíblica
- A. Pressuposições
- B. Predições Apocalípticas e Não Apocalípticas
  1. Predições Não Apocalípticas
  2. Predições em Daniel e no Apocalipse
- C. Historicismo
- D. Princípio Dia-Ano
- E. Simbolismo

1 Este artigo, príncipalmente a seção que trata do contexto histórico, baseía-se num ensaio inédito sobre apocalíptica bíblica de autoria do falecido Arthur J. Ferch.

784 ► E Recapitulação
III. O Significado Teológico da Apocalíptica Bíblica
A. A Superintendência Divina da História
B. Implicações para a Vida Diária
IV. Contexto Histórico
A. O Período da Igreja Primitiva
1. Hístoricismo
2, Novos Rumos
B. Idade Média
C. A Reforma
1. O Historícismo dos Reformadores
2. Contra-Interpretações
3. Os Séculos 17 e 18
D, O Período Moderno
1. Reavivamento do Interesse na Profecia
2. Estudo Histórico-Crítico do Apocalipse
3. Abordagens Contemporâneas à Apocalíp' tica Bíblica
E. Interpretação Adventista do Sétimo Dia
V. Comentários de Ellen G. White
A. Chamado para Estudar Daniel e Apocalipse
B. A Interpretação da Literatura Bíblica Apocalíptica
C. Apresentações Abrangentes
D. A Divina Superintendência da História
VI. Literatura

I. A Definição e as Características da Apocalíptica Bíblica

A. *Definição*

A palavra “apocalíptico” vem da palavra grega *a-pokalypsis*, que significa "revelação" ou “divulgação”. Embora apocalíptico seja um adjetivo, no inglês moderno passou a funcionar como substantivo para descrever a literatura reveíatória. Os substantivos derivados de *apokaly-psis* são apocalipse (a própria revelação), apocalipticismo (o estudo de tais revelações), e apocalipticista (o vidente da revelação).

A primeira vez que a Bíblia utiliza confirmadamente a palavra *apokaly-psts é* em Apocalipse 1:1: “Revelação de Jesus Cristo, que Deus lhe deu para mostrar aos Seus servos as coisas que em breve devem acontecer e que Ele, enviando por intermédio do Seu anjo, notificou ao Seu servo João.” Aqui o termo parece constituir título para um tipo específico de composição; daí o último livro da Bíblia ser chamado frequentemente de Apocalipse.

Outros escritos da Bíblia se assemelham ao Apocalipse, tanto na forma de apresentação como na mensagem. Especialmente o livro de Daniel, no AT, apresenta semelhanças marcantes com a revelação comunicada por João: simbolismo comum, períodos de tempo comuns e enfoque comum nos eventos escatológícos. A julgar pela aparência, Daniel e Apocalipse são livros gêmeos, que convidam o estudante da Escritura a estudá-los em conjunto.

Embora Daniel e Apocalipse forneçam os perfis mais claros de livros apocalípticos bíblicos, os escritos apocalípticos aparecem em diversos outros lugares como porções de livros bíblicos. E assim que, no AT, Isaías 24-27; Ezequiel 38; 39; Joel 2; 3; e Zacarias 9-14 se assemelham ao conteúdo de Daniel e Apocalipse, como o fazem Mateus 24; Marcos 13; Lucas 17; 21; 1 Tessalonicenses 4; e 2 Tessalonicenses 1; 2, no NT.

Entendemos por apocalíptica bíblica, portanto, os livros de Daniel e Apocalipse e essas seções de outras obras bíblicas. Todos esses materiais apresentam características comuns que, ao mesmo tempo em que se assemelham entre si, se diferenciam do restante da literatura bíblica. Este artigo trata principalmente desses materiais, especialmente Daniel e Apocalipse: suas características, interpretação e importância teológica,

Para captar o significado dessa definição, chamamos a atenção para duas outras concepções em voga na literatura apocalíptica. Uma diz respeito à apocalíptica como gênero literário; a outra, como visão de mundo.

Embora *apokal)*psis* venha da Bíblia, esse termo se aplicava na Antiguidade e no mundo

acadêmico moderno a outros escritos aparentemente similares ao Apocalipse de João. Especialmente a partir de 1832 (verIV.D.2), escritos não canônicos procedentes tanto de fontes judaicas como de fontes cristãs foram reunidos à apocalíptica bíblica para formar um *corpits* de obras que se julgavam ser mais ou menos distintas de outras formas de literatura e rotuladas simplesmente de "literatura apocalíptica".

785 ►

Essa abordagem levou a um resultado paradoxal: em vez de a apocalíptica bíblica modelar a definição da literatura apocalíptica, o corpo maior da literatura é usado agora para modelar a concepção de apocalíptica bíblica! Por exemplo, pelo fato de diversos apocalipses não bíblicos serem obviamente pseudônimos, muitos eruditos põem hoje em dúvida a autoria tanto de Daniel como do Apocalipse. E por isso que encontramos o significado primário de "apocalipse" no *Websters New World Dictionary* como "quaisquer dos diversos escritos judaicos e cristãos pseudônimos (c. 200 a.G.-c. 300 d.C.), que retratam simbolicamente a destruição definitiva do mal e o triunfo do bem".

Embora o foco deste artigo seja a apocalíptica bíblica, temos consciência de que existe um conjunto bem maior de literatura denominada "apocalíptica" (apesar do esforço de eruditos para lhes definir os limites e reduzi-la a uma definição comum). Cremos, porém, que o material bíblico é distinto. Somente ele tem lugar garantido no Canon sagrado, aceito como inspirado por Deus, como o restante da Escritura.

Outro emprego popular da literatura apocalíptica envolve uma visão específica de mundo. Tanto o Apocalipse quanto a literatura apocalíptica têm sido considerados como metáforas da condição humana contemporânea, em que a vida é vista como um campo de batalha. Um planeta danificado, assolado por forças antagônicas e submerso em guerras e ameaças de guerras, abandonou o idealismo gerado pelos filósofos idealistas e teólogos liberais dos séculos 18 e 19 para descobrir, em suas próprias agonias, um cenário das forças contendoras refletidas na literatura bíblica. Essa tendência se evidencia numa inundação de artigos, livros e filmes que descrevem nossa era caótica e dominada pela ansiedade, caminhando para um holocausto cósmico.

Esse emprego atual da terminologia apocalíptica não pode governar nossa compreensão do material bíblico. A apocalíptica bíblica deve se revelar a nós em seus próprios termos.

B. *Características*

Apenas o último livro da Bíblia é chamado de Apocalipse. Apesar disso, Daniel e as outras porções da Escritura anteriormente identificadas partilham importantes e recorrentes aspectos com o Apocalipse.

1. Literatura Revelatória

Antes de tudo, a apocalíptica bíblica é uma literatura revelatória. Revela o que estava escondido da vista e do conhecimento humanos. A cortina que atualmente oculta de nossa vista o mundo celestial e as realidades futuras é afastada para oferecer um vislumbre do mundo divino e de seu envolvimento nos assuntos de nosso planeta.

2. Circunstâncias e Modos da Revelação

As formas literárias, tanto de Daniel como do Apocalipse, ainda que complexas, explicam as circunstâncias nos mínimos detalhes. Nesse sentido, a estrutura narrativa do livro de Daniel (as visões apocalípticas se limitam aos capítulos 2; 7-12) compõe-se de histórias sobre Daniel e seus três companheiros, seu aprisionamento, a vida no exílio e a relação com reis estrangeiros (Dn 1; 3-6). Ele registra diversos acontecimentos e descreve as visões que teve (Dn 1:1; 2:1; 5:30; 7:1; 8:1; 9:1; 10:1). Fornece também informação sobre o estado de saúde do profeta (Dn 7:1, 15, 16, 19, 28; 8:1, 2, 15-18,27; 12:5-13).

Semelhantemente, a estrutura do livro de Apocalipse, em grande parte sob a forma

de uma carta circular (Ap 2; 3; 22:7, 16-19), informa ao leitor que João estava exilado em Patmos, quando recebeu a revelação (Ap 1:9, 10).

As seções apocalípticas de Isaías, Ezequiel, Joel e Zacarias vêm interpoladas com profecias. Ezequiel prefaCeia seu apocalipse com a frase: "Veio a mim a palavra do Senbor, dizendo" (Ez 38:1). Jesus pronunciou Seu apocalipse no Monte das Oliveiras, pouco antes da Páscoa (Mt 24:1-3), enquanto o de Paulo veio por intermédio de uma carta (2Ts 1:1).

786 ► A revelação vem expressa sob a forma de visões e sonhos em Daniel e Apocalipse (Dn 2:19; 7:1, 2; 8:1, 2; 10:5, 7, 8; Ap 6:1-12; 8:2; 10; 12:1-15:7). Algumas dessas visões são complementadas por audições (Dn 8:23-25; Ap 12:10; 14:13; 16:1; 22:8). As mensagens apocalípticas de outro livros, porém, se manifestam por meio de conversa (Jesus), carta (Paulo) ou declaração profética (Isaías, Ezequiel, Joel, Zacarias).

Embora o *conteúdo* da apocalíptica bíblica possa parecer misterioso, não há nada de misterioso na forma pela qual as mensagens são comunicadas à humanidade. A literatura apocalíptica da Bíblia não é literatura secreta gerada em tempo e lugar desconhecidos para nós. O próprio Cristo apresenta a palavra apocalíptica tanto nos evangelhos como no Apocalipse.

3. Seres Celestiais

Embora a última fonte de revelações seja Deus, os seres celestiais podem mediar as mensagens (Dn 7:16; 8:15; 9:22; Ap 1:1; 7:13-17; 10; 17; 19:9, 10; 21:9-22:12, 16).

Os seres celestiais aparecem principalmente no livro de Daniel e no Apocalipse, Em Daniel, Gabriel e Adiguel não só medeiam as comunicações divinas, mas também lutam contra os poderes sobrenaturais do mal, que representam os interesses da Pérbia e da Grécia (Dn 10:13-21). Miguel surge no fim do tempo para defender o povo de Deus (Dn 12:1). Um mensageiro celeste protege Daniel na cova dos leões, e Nabucodonosor reconhece que um anjo livra os companheiros de Daniel da morte na fornalha ardente (Dn 6:22; 3:28). No Apocalipse, anjos proferem mensagens, posicionam-se nos quatro cantos da Terra, rodeiam o trono de Deus, tocam trombetas, esvaziam as taças da ira de Deus e atendem ao profeta João (Ap 5:2; 7:1; 8:2; 10:1; 12:7-10; 14:6-10).

4. Tempos de Crise ou Tragédia Nacional

Esse contexto se aplica principalmente a Daniel e ao Apocalipse. Daniel recebeu suas mensagens enquanto estava no exílio, com Jerusalém e o templo em ruínas e a maior parte do povo de Judá deportada para Babilônia. João também fora exilado. O desespero, a crise e a perseguição constituem o pano de fundo de ambos os livros. O objetivo das mensagens dadas a ambos os visionários sob tais circunstâncias era garantir a eles que, contrariando todas as aparências, Deus ainda estava no controle da história. Por fim, o propósito divino triunfaria, o povo de Deus seria vindicado e o reino divino, estabelecido. Num contexto de sofrimento, as mensagens de Deus ofereceram conforto e esperança.

Ezequiel também escreveu enquanto estava no exílio, e foi dado a Joel um apocalipse sobre um tempo de devastação (Jl 1). Em contrapartida, Zacarias escreveu depois que os judeus voltaram do exílio. Não está claro qual crise ensejou ocasião para Mateus 24, Marcos 13, Lucas 21 ou o apocalipse de Paulo. Pelo contexto, as palavras de Jesus tiveram como causa observações incídentais por parte dos discípulos (Mt 24); e as de Paulo, por idéias falsas que eram comuns entre os crentes (2Ts 2:1, 2).

Não podemos, portanto, declarar que a apocalíptica bíblica sempre surge em tempos de crise e tragédia nacional, embora isso aconteça em Daniel e no Apocalipse.

5. Nítidos Contrastes

A apocalíptica bíblica é marcada por nítidos contrastes. Os escritores fazem distinções inconfundíveis entre o bem e o mal, o presente e o futuro, o que está em cima e o que está embaixo.

Daniel faz acentuada distinção entre os reinos transitórios deste mundo e o futuro e eterno reino de Deus (Dn 2:21, 44; 4:3, 34, 35; 6:26; 7:14, 27). Ele estabelece contrastes entre o poder do chifre pequeno e o do Ser semelhante ao Filho do Homem, o perseguidor e o perseguido (Dn 7). O profeta João faz diferença entre o selo de Deus e a marca da besta, entre a serpente enganadora e a testemunha fiel, entre a mulher pura e a prostituta espalhafatosa, entre os exércitos do Céu e as forças da Terra, entre Jerusalém e Babilônia (Ap 7:2; 9:11-19; 12:1; 13:16; 17:1; 18; 21:2).

Em nenhuma outra parte da Bíblia o Céu e a Terra se acham tão próximos um do outro como no Apocalipse. Essa relação entre os
787 ► reinos superior e inferior foi rotulada como uma continuidade vertical, Mas Daniel também retrata os contextos celestiais associados a descrições de atividades realizadas na Terra, O profeta observa eventos que ocorrem no Céu, mas que se sucedem simultaneamente com eventos realizados na Terra (Dn 7:8-14). O grande conflito entre os seres angélicos encontra sua contraparte nas guerras terrenas (10:12-20). O significado da cruz de Cristo recebe uma perspectiva cósmica em Apocalipse 12, manifestando sua importância tanto para o passado como para o futuro, bem como para os reinos celeste e terrestres.

6. Imagens Vividas

Os escritos apocalípticos se acham repletos de imagens. Na verdade, os símbolos presentes nas composições apocalípticas são de natureza composta e frequentemente intensificadas. Enquanto o profeta Daniel poderia estar se referindo a feras comuns, o autor do Apocalipse vê uma besta com dez chifres e sete cabeças, que se assemelha a um leopardo, com pés semelhantes aos de um urso e boca como a de um leão (Ap 13:1, 2).

A imagem superposta, vivida e grande é entretecida na tapeçaria das mensagens tanto de Daniel quanto de João. Vemos leões e leopardos alados; um chifre pequeno com olhos e boca; um Ser semelhante a filho de homem, com cabelos brancos como a alva lã, olhos como chamas de fogo, pés semelhantes ao bronze polido como que refinado na fornalha, voz como de muitas águas; gafanhotos com aparência de cavalos com rosto humano, cabelos como cabelos de mulher e dentes como os de leão (Dn 7:4, 6; Ap 1:12-16; 9:7-9).

Na literatura apocalíptica bíblica, excetuando-se Daniel e Apocalipse, não encontramos emprego tão copioso de simbolismo. Apesar disso, a linguagem é vivida, com descrições pictóricas e fortes contrastes.

7. O Fim da História

A apocalíptica bíblica revela os planos de longo prazo de Deus para a história, Predições da ascensão e queda de reis e impérios confirmam que Deus está no controle da história. Em Daniel, por exemplo, Deus predeterminou na Babilônia de Nabucodonosor eventos que abriram caminho para a Medo-Pérsia e a Grécia (Dn 2:38; 8:20, 21). Outras potências se sucederíam até que, finalmente, o reino indestrutível e triunfante de Deus substituísse todas as autoridades humanas (2:44; 7:18, 27). Assim também, Apocalipse 12-14 descreve uma série de eventos que levam o leitor desde o conflito no Céu até a morte de Cristo na cruz, “durante um tempo, tempos e metade de um tempo" até a colheita da Terra, por ocasião da segunda vinda de Cristo.

Infortúnios físicos, políticos e morais anunciam o alvorecer de uma nova era. Os sinais do fim se compõem de um tempo de aflição sem precedente, terremotos, guerras e derramamento

de sangue (Dn 12:1). As perturbações cósmicas afetarão o Sol, a Lua e as estrelas (Mc 13:24,25; Ap 6:12, 13). Para anunciar o fim da era presente, o céu vai se recolher como um pergaminho quando se enrola, e as montanhas e as ilhas serão movidas do seu lugar (Ap 6:14).

Daniel está convencido de que "aquilo que está determinado será feito" (Dn 11:36). "Setenta semanas estão determinadas sobre" o povo de Daniel e Jerusalém (9:24), As visões, tanto as de Daniel quanto as do Apocalipse, revelam que aquilo que Deus determinou ocorrerá. Nas visões da noite não se estipula nenhuma condição pela qual os seres humanos possam alterar o rumo divinamente ordenado dos acontecimentos. O curso do Universo foi decidido, e nada que os ouvintes ou leitores dos apocalipses bíblicos possam fazer modificará esse plano.

Daniel prediz um juízo que precede o *eschaton,* o fim do mundo. O fim virá num tempo de angústia sem precedentes, do qual o povo de Deus, cujo nome estiver "inscrito no livro", será salvo. O vidente recebeu a garantia de que "muitos que dormem no pó da terra despertarão" e "os que forem sábios, pois, resplandecerão como o fulgor do firmamento; e os que a muitos conduzirem ã justiça, como as estrelas, sempre e eternamente" (12:1-3; cf. 7:9-14).

O cenário escatológico do Apocalipse inclui distúrbios cósmicos e grandes transtornos
788. ► (Ap 6:12, 13; 16): Cristo, no papel de guerreiro celestial, trava batalha contra a besta, o falso profeta e os reis da Terra com seus exércitos (Ap 19:11 -21); o confinamento de Satanás por mil anos e sua libertação, quando reúne suas tropas contra o acampamento dos santos (Ap 20); a destruição do diabo, da morte e do inferno; a ressurreição dos justos e o reino deles com Cristo; o juízo final (Ap 20); a criação de um novo céu e de uma nova Terra; e o estabelecimento da cidade santa (Ap 21; 22).

Não encontramos em outros materiais apocalípticos a riqueza de detalhes como a encontrada em Daniel e no Apocalipse. Isso não surpreende, visto que esses materiais são menos extensos. Contudo, à semelhança de Daniel e Apocalipse, encontramos em todos eles a atenção voltada para o término da história humana, quando Deus põe fim à presente ordem de coisas e inaugura Seu reino.

C. *Relação com a Profecia Clássica*

A apocalíptica bíblica deve ser vista como parte da profecia bíblica. As porções apocalípticas de Isaías, Ezequiel, joel e Zacarias que identificamos ocorrem no meio de mensagens proféticas. O livro de Daniel originalmente encontrou seu lugar no cânon hebraico entre as obras proféticas (Hasel, in Holbrook, 1986, 2:150), e Jesus se referiu a esse escritor como "o profeta Daniel" (Mt 24:15). E o último livro da Bíblia, aquele que deu a origem à palavra "apocalipse" é denominado como "o livro desta profecia" (Ap 22:19).

Com exceção do livro de Daniel, as obras literárias que vão desde Isaías até Malaquias são comumente classificadas como profecia clássica. Elas foram produzidas por uma linhagem extraordinária de figuras hebraicas: os profetas.

O profeta (*ncibl'*) era um mensageiro de Yahweh. Ele ou ela era suscitado, separado e comissionado por Yahweh para levar "a palavra do Senhor" a Seu povo e, algumas vezes, às nações circunvizinhas. O profeta falava em nome de Yahweh, proclamando corajosamente, muitas vezes com risco de morte, as mensagens que Deus lhe revelava.

"A palavra do Senhor", declarando a vontade divina, cobria uma ampla variedade de temas. Muitas profecias tratavam do aqui e agora, repreendendo pecados como embriaguez, idolatria, imitação de práticas pagãs dos vizinhos de Israel, opressão dos pobres, injustiça, suborno, imoralidade e torpor espiritual, chamando indivíduos ou a nação ao arrependimento. Tais mensagens eram previsivas, mas não preditivas, e respondem pela maior parte da profecia clássica.

Outras profecias, contudo, eram de natureza preditiva. Prediziam a ascensão e queda de reis e sacerdotes, ou calamidades que o Senhor enviaria sobre uma cidade ou nação. Às vezes, elas proclamavam o juízo de Yahweh sobre outras nações ou cidades fora de Israel. O tempo envolvido na predição podia ser curto (40 dias, em Jn 3:4), uma quantidade específica de anos (40 anos, em Ez 4:6), ou se estendendo indefinidamente no futuro.

Um termo de importância específica na profecia preditiva é “o dia do Senhor". Ele descreve o castigo de Yahweh sobre uma cidade, Seu povo, uma nação estrangeira ou sobre toda a Terra (Is 2:12; 13:6; Ez 30:3; Am 5:18; Sf 1:14).

Nem todas as predições transmitiam mensagens de juízo. Os profetas hebreus predisseram não só o cativeiro de Jerusalém ou o exílio da nação, mas também o subsequente regresso do exílio e a restauração da Terra, bem como a punição dos inimigos de Israel por parte de Yahweh.

No NT não há nada que se compare à profecia clássica. Apesar disso, Jesus de Nazaré pregou, ensinou e viveu num modelo profético. Grande parte do povo de Seu tempo O via como um profeta ou mesmo como um dos antigos profetas que havia ressuscitado. Jesus pode ser visto corretamente como o clímax e a culminação dos profetas do AT. Entre as mensagens por Ele proferidas também encontramos predições. Na igreja do NT, a profecia continuou a ser um dos dons do Espírito (ICo 12:10; Ef 4:11); com a ressalva de que o papel do profeta inevitavelmente mudou ao se tornar a igreja, mais do que a nação, a destinatária das mensagens divinas (ver Dons IV.A-C; VIII.A-B).

789 ► Devemos colocar a literatura apocalíptica dentro dessa grande e bela estrutura da profecia bíblica. A apocalíptica bíblica faz parte do material preditivo da profecia bíblica, não como a soma total desse material, mas como parte importante e distinta.

Conforme vimos anteriormente, as características da literatura apocalíptica se sobrepõem em parte à profecia clássica, mas tomadas em conjunto, elas estabelecem um perfil que garante classificação separada. Quando lemos Daniel e Apocalipse, sentimos imediatamente que encontramos material diferente, tanto na forma como no conteúdo. O mesmo acontece com Isaías 24, Ezequiel 38, Joel 2, Zacarias 9, Mateus 24 ou 2 Tessalonicenses 2. Não se trata de mudança de escritor, mas da forma como a comunicação se processa. Uma comparação grosseira seria a alteração percebida pelo leitor antes de uma mudança de prosa para poesia dentro do mesmo livro ou mesmo de uma mudança de palavras para imagens.

Isso não significa, porém, que se deva traçar alguma linha grosseira e rápida de demarcação entre a profecia clássica e a profecia apocalíptica. Percebemos interligações em diversos níveis. Assim, visões com elementos simbólicos, que tão bem caracterizam Daniel e Apocalipse, aparecem, até certo ponto, na profecia clássica. Amos também registra visões simbólicas (Am 7:7-9; 8:1-13). Ezequiel, um contemporâneo de Daniel, também é acompanhado por uma pessoa transcendente (Ez 40:30). Em Zacarias 4 aparece um anjo, dialoga com o profeta e dá a interpretação da visão.

O que se discute, porém, não é a possibilidade de se encontrarem características da literatura apocalíptica na profecia clássica, mas a *predominância* dessas características na apocalíptica bíblica, E, além dessas características sobrepostas, discernimos nítidas descontinuidades entre a profecia clássica e a apocalíptica com relação ao próprio elemento profético.

A profecia contém predições principalmente locais e contemporâneas. Em alguns casos, essas profecias se ampliam para encontrar um cumprimento mais amplo no fim do período. Já a literatura apocalíptica possuí

uma perspectiva contínua, que se revela através do tempo e abrange toda a história.

Outra diferença fundamental reside no caráter das respectivas predições. As predições não apocalípticas tendem a contar com um futuro que surgirá do presente, ao passo que a apocalíptica bíblica, de modo geral, prediz um futuro que irrompe no presente.

A maneira como a condicionalidade impacta as predições apocalípticas e não apocalípticas também difere (ver II.B).

D. *Literatura Apocalíptica no Padrão Bíblico*

A relação entre a profecia clássica e a apocalíptica bíblica aqui descrita — a apocalíptica como parte da profecia bíblica, mas com aspectos distintos — difere profundamente do ponto de vista adotado pelos especialistas em crítica histórica. Ao procurarem eles estabelecer um gênero de literatura apocalíptica, agrupando muitos materiais não canônicos, a apocalíptica bíblica deixou de existir de maneira autônoma. Em vez disso, ela passou a ser vista como algo importado para a Escritura, provavelmente de escritores desconhecidos, que assumiram o nome de personagens bíblicos na tentativa de obter credibilidade para seu material. De acordo com essa suposição, o livro de Daniel não teria sido escrito pelo profeta Daniel, mas por alguém que teria vivido no 2º século antes de Cristo; Jesus não teria feito a predição apocalíptica de Mateus 24, Marcos 13 e Lucas 21; Paulo teria feito um empréstimo à apocalíptica judaica quando escreveu 2 Tessalonicenses; e o apóstolo João não teria escrito o Apocalipse (ver Interpretação IV.F.1-4).

Quando estudamos a apocalíptica bíblica em separado, porém, vemos um quadro radicalmente diferente. Vemos a literatura apocalíptica surgindo dentro da profecia bíblica em tempos pré-exílicos. Durante o exílio, a literatura apocalíptica recebe grande incremento, quando Daniel apresenta a maior parte do material do seu livro nesse gênero. Por fim, em todo o NT, um livro — o último do cânon bíblico em que a literatura apocalíptica dá ênfase ao tempo do fim — é escrito sob a forma de um apocalipse.

Todas as tentativas de localizar as origens da apocalíptica bíblica em um gênero não canônico de literatura apocalíptica falharam. Em vez de atribuir à apocalíptica bíblica fontes não canônicas, o argumento mais razoável é que os textos não bíblicos foram escritos imitando a apocalíptica bíblica ou dela recebendo influência.

790

II. A Interpretação da Apocalíptica Bíblica

A apocalíptica bíblica manifesta aspectos distintivos que exigem princípios próprios de interpretação. Apesar disso, esse tipo de literatura faz parte da literatura mais ampla da profecia preditiva, que chama a atenção para a forma como as predições apocalípticas se assemelham e se diferenciam das não apocalípticas. Limitaremos nossa discussão aos princípios hermenêuticos de Daniel e Apocalipse, as duas principais obras da apocalíptica bíblica (ver Interpretação III.E.B).

A. *PresstiposiçÕes*

A forma como o intérprete trata o elemento de predição na Bíblia se torna uma questão hermenêutica crucial.

Os escritores da Bíblia afirmam, sem nenhum embaraço, que Yahweh conhece o futuro. De fato, a capacidade d Ele de predizer acontecimentos O distingue dos outros deuses, "Apresentai a vossa demanda, diz o Senhor; alegai as vossas razões, diz o Rei de Jacó. Trazei e anunciai-nos as coisas que hão de acontecer; relatai-nos as profecias

anteriores, para que atentemos para elas e saibamos se elas se cumpriram; ou fazei-nos ouvir as coisas futuras. Anunciai-nos as coisas que ainda hão de vir, para que saibamos que sois deuses; fazei bem ou fazei mal, para que nos assombremos, e juntamente o veremos" (Is 41:21-23; ver também o v. 26; 43:9; 44:7; 45:21; 48:14). No NT, Jesus fazpredições como os outros profetas, enquanto que o Apocalipse alega mostrar "as coisas que em breve devem acontecer" (Ap 1:1) e "as que hão de acontecer depois destas" (v. 19).

As pressuposições nas quais se origina a apocalíptica bíblica são, portanto, que Deus conhece o futuro e que revelou esse futuro em Sua Palavra. Todas as predições da Escritura - inclusive as apocalípticas — devem ser consideradas como representação pictórica do futuro que Deus escolheu tornar conhecido à humanidade.

Portanto, as predições citadas na literatura bíblica apocalíptica não são, como afirmam alguns eruditos, relatos históricos fornecidos sob o disfarce de profecia (o termo usado é *vaticinia ex eventu*, "profecias depois do acontecido"), Daniel, por exemplo, não precisa ser datado no *2°* século antes de Cristo, na suposição de que o livro menciona eventos históricos do reinado de Antíoco IV Epifânio (Dn 11:31). Trata-se mais propriamente de uma série de predições que alcançam, não só desde a época de Daniel até o 2º século antes de Cristo, mas também o clímax da história no dia do juízo (ver Interpretação IV. F. 3).

Era assim que Jesus Cristo entendia Daniel, Referindo-se a esse profeta (Dn 8:9-14; 9:27; 11:31), Jesus afirmou: "Quando, pois, virdes o abominável da desolação de que falou o profeta Daniel, no lugar santo (quem lê entenda), então, os que estiverem na Judeia fujam para os montes" (Mt 24:15, 16). Evidentemente, para Jesus, essapredição estava ainda no futuro, pois pressupunha a veracidade das predições bíblicas. Também nos aproximamos da apocalíptica bíblica com as mesmas pressuposições.

JB. *Predições Apocalípticas e Não Apocalípticas*

Alguns estudantes da Bíblia alegam que toda profecia da Bíblia, tanto a clássica como a apocalíptica, é condicional, Para eles, a profecia apocalíptica constitui uma reafirmação do *propósito* de Deus para o futuro. Deus depende de instâncias tais como a nação de Israel para a realização de Seus planos. Se Israel falha, a profecia é discutível. Segundo esse ponto de vista, as profecias do livro de Daniel entraram em colapso por causa da desobediência nacional e espiritual de Israel.

Em contrapartida, outros estudantes da Bíblia sustentam que a profecia apocalíptica é uma declaração da *presciênaia* divina. Pelo fato de Deus ver o futuro infalivelmente, essas predições são absolutamente certas — não condicionadas a uma reação humana específica.

Essa questão crítica de interpretação só pode ser decidida mediante cuidadoso estudo dos diversos tipos de profecia preditiva na Escritura.

1. Predições Não Apocalípticas

Há na literatura bíblica não apocalíptica pelo menos quatro grupos de predições,

a. Predições sobre Israel, oriundas de um contexto pactuai. A grande maioria das predições na literatura não apocalíptica pertence a esse grupo. Os profetas do 8º e 7° séculos antes de Cristo repreenderam o povo de Israel por seus pecados, chamando-o de volta a Yahweh, advertindo-o do juízo Impendente por sua infidelidade à aliança.

Isaías 1 fornece uma ilustração clássica, Israel é chamado a juízo perante Deus, que invoca o céu e a Terra como testemunhas (v. 2). A queixa de Yahweh é que Seu povo é culpado de grave estupidez. Embora Ele o tenha criado com ternura, ele não mostra nem mesmo a gratidão elementar de um boi ou de um jumento (v. 2, 3). Sua incapacidade de viver à altura da aliança é demonstrada em práticas antiéticas (v. 4, 15, 17, 21-23) e observância religiosa

meramente formal (v. 11-14). Por causa dos pecados de Israel, a terra foi devastada (v. 5-9), quando Yahvveh puniu a transgressão nacional. Apesar disso, Ele não rejeitou Seu povo como um todo. Deixou um remanescente (v. 9). Agora, convida-o para entrar em aliança: "Vinde, pois, e arrazoemos" (v. 18). Yahweh é um Deus que cumpre Sua parte na aliança. E Aquele que permanece fiel, apesar da infidelidade dos seres humanos. E, porque Sua bondade (*hesed*) está no coração da aliança, há esperança de perdão e restauração para Israel (v. 25-27).

A história de Israel, ao longo do AT, apresenta um modelo oscilante. Prosperidade, apostasia, declínio, arrependimento, restauração - esse é o ciclo em Juizes, Reis e Crônicas. O princípio que governa o modelo é: “Se quiserdes e Me ouvirdes, comereis o melhor desta terra. Mas, se recusardes e fordes rebeldes, sereis devorados à espada; porque a boca do Senhor o disse”(Is 1:19, 20).

A história de Israel, com seus altos e baixos, demonstra a verdade de Deuteronômio **28.** Essa passagem especifica os dois caminhos que estavam diante da jovem nação. Se o povo ouvisse “atentamente a voz do Senhor, [seu] Deus, tendo cuidado de guardar todos os Seus mandamentos”, seria ricamente abençoado, tanto no aspecto material quanto nacional e espiritual (v. **1-14).** Se, contudo, eles fossem infiéis às prescrições da aliança, atrairíam sobre si terríveis maldições, até que Israel se tornasse **um provérbio entre** as nações (v. **15-68).**

Repetidas vezes os profetas falam de uma nação pecaminosa em termos dessas bênçãos e maldições. Devem, porém, as palavras deles ser consideradas profecia preditiva?

O elemento de condicíonalidade dispensa explicação: a reação do povo determina o resultado. Também é verdade que as palavras são “profecia”, no sentido de uma mensagem procedente de Yahweh: os profetas estão conscientes do impulso divino. Mas não devemos classificar tais mensagens como profecia preditiva no sentido de revelar um futuro que de outra maneira não seria conhecido. Na verdade, elas estão apenas fazendo a aplicação da "lei” da aliança, algo tão fixo quanto o próprio Yahweh.

O elemento preditivo aqui não é mais forte do que num paralelo do NT: “Quem nele crê não é julgado; o que não crê já está julgado, porquanto não crê no nome do unigênito Filho de Deus" (Jo 3:1S). Estamos tratando com certezas, com o próprio plano de Deus para a humanidade, um plano estabelecido por Ele e que não pode ser negociado.

As predições nessa primeira classe são mais promessas ou ameaças pactuais do que profecia “condicional". Essas observações também se aplicam às provisões da aliança abraâmica. Gomo as promessas de Deuteronômio 28, elas pressupõem uma reação obediente (cf. Gn 12:1-3; 13:14-18; 15; 17; 18:17-19; 21:1-13; 22:1-18).

b. Predições de curto prazo. Muitas predições de curto prazo do AT não vieram embutidas nas promessas/ameaças da relação pactuai. Elas envolvem nações circunvizinhas e, em alguns casos, indivíduos.

Embora Yahweh tenha estabelecido relação de aliança com uma só nação — Israel — é, não obstante, o Senhor do mundo. Ele não condena a impiedade entre Seu povo especial somente para fingir que a vê entre as nações circunjacentes. Portanto, elas também estão sujeitas ajuizo (Is 13; Jr 46-51; Ez 25-32; Am I; 2).

As predições sobre os vizinhos de Israel não apresentam, porém, contornos tão claros na interpretação como as promessas/ameaças da aliança celebrada com Israel. A condicionalidade conserva certa tensão com a soberania divina.

Em alguns casos as promessas ou os juízos de Deus se acham diretamente associados com as decisões humanas.

“No momento em que Eu falar acerca de uma nação ou de um reino para o arrancar, derribar e destruir, se a tal nação se converter

m 792

da maldade contra a qual Eu falei, também Eu me arrependerei do mal que pensava fazer-lhe. E, no momento em que Eu falar acerca de uma nação ou de um reino, para o edificar e plantar, se ele fizer o que é mal perante Mim e não der ouvidos à Minha voz, então, Me arrependerei do bem que houvera dito lhe faria" (Jr 18:7-10).

Deixar de mencionar uma condição não significa, necessariamente, negar a condicionalidade. Se a profecia surge da aliança, se está relacionada a uma bênção ou maldição que envolve reação humana, então ela é condicional, mesmo que isso não esteja explicitamente declarado (Jr 31:35-37).

O caso de Jonas fornece o exemplo mais distinto de condicionalidade. A mudança de atitude do povo levou à mudança no plano divino (Jn 3:9, 10). O verso final do livro sublinha o caráter de Yahweh, que garante tanto justiça como misericórdia em toda a Sua maneira de proceder: "E não hei de Eu ter compaixão da grande cidade de Nínive, em que há mais de cento e vinte mil pessoas, que não sabem discernir entre a mão direita e a mão esquerda, e também muitos animais?" (Jn 4:11).

Yahweh não destrói por capricho. Embora os vizinhos de Israel estivessem fora da aliança, o Deus de toda a Terra os tratou com justiça naquilo que fez vir sobre eles. Podemos estar certos de que, quando uma nação cai em ruína, é, no fim das contas, por causa de sua própria impiedade. Vale lembrar que a profecia de Jonas sobre Nínive é apenas uma de uma série proferida contra a cidade pelos mensageiros de Yahweh. Naum prediz em vividos detalhes a aniquilação final de Nínive (Sf 2:13-15).

O exemplo de Nínive não é típico das profecias acerca das nações. De Isaías a Malaquias não há nenhum exemplo de profeta sendo enviado pessoalmente para pregar a palavra de condenação. Como as nações ouviram as ameaças divinas (possivelmente por meio de embaixadores ocasionais; cf. Is 21; Jr 27) ou se elas sempre ouviam, não nos é revelado. Essas terríveis predições surgem no contexto da certeza divina. Yahweh havia determinado que a retribuição não podia ser protelada.

Considere dois exemplos notáveis de predições de Isaías sobre as nações. No capítulo 10, encontramos o dramático "Ai da Assíria, cetro da minha ira! A vara em sua mão é o instrumento do meu furor" (v. 5). Aqui a Assíria é o instrumento apontado por Deus para punir Israel. Mas a arrogante Assíria será ela própria aniquilada, depois que o propósito divino for cumprido (v. 12-19). Com essa predição, vamos além da condicionalidade no âmbito da soberania divina.

O segundo exemplo é o de Ciro (Is 44:28; 45:1-6). Aqui um rei pagão é chamado pelo nome (Is 45:4), antes de seu nascimento, para que o plano de Yahweh, de restaurar Israel do cativeiro babilônico, pudesse ser realizado. Essa não é uma profecia condicional, devendo ser, mais apropriadamente, interpretada como presciência e soberania de Deus.

Não há tantas predições de curto prazo no NT, mas elas ocorrem, Ágabo prediz uma grande fome (At 11:28); os amigos de Paulo preveem, pelo Espírito, as cadeias que o esperam em Jerusalém (At 20:23; 21:10, 11).
A mais importante predição de curto prazo, porém, tem que ver com a queda de Jerusalém e a destruição do templo (Mt 24; Mc 13; Lc 21), Nenhuma delas fala em condicionalidade. Nos escritos de Paulo, o único "se" tem que ver com a decisão de ir ou não ir a Jerusalém. Não há nenhuma sugestão de que a iminente queda de Jerusalém seja condicional. A pergunta é apenas: "Quando sucederão estas coisas?" (Mt 24:3)

É óbvio, portanto, que, ao interpretar^ predições de curto prazo fora das disposições da aliança, a profecia pode ou não estar condicionada à reação humana. A soberania divina e as decisões humanas se entrecruzam e interagem.

c. Predições de longo prazo. De vez em quando encontramos predições de longo prazo — as que têm que ver com o próprio fim do tempo. A expressão “o dia do Senhor" é um exemplo disso. Esse termo designa o juízo de Deus sobre uma cidade ou nação; é o dia da retribuição, quando a justiça não pode ser mais retardada. Embora se refira normalmente ao juízo prestes a cair sobre a nação de Israel, “o dia do Senhor” assume gradualmente um aspecto mais amplo. Em algumas profecias, o termo serve para indicar o fim de todas as coisas, quando o castigo de Israel se amplia para uma escala cósmica (Jl 1:15; 2:1; 3:14; Is 2:2, 12; 34:8; Am 5:18-20; Ez 7:19; Sf 1:7, 14, 18; 2:2; 2Pe 3:7-12).

Fora dessas considerações, algumas passagens proféticas podem aparentar duplo cumprimento. Embora no contexto original suas mensagens sejam endereçadas ao povo de Israel, também se aplicam às condições no término do tempo humano, quando os juízos sobre Israel são descritos num quadro mundial.

O NT contém muitas predições que parecem de longo prazo. E difícil precisar o tamanho do período imaginado pelos escritores do NT, visto que elas são proferidas com um forte tom de iminência (Mt 24:34; Rm 13:11, 12; lTs 4:15; Hb 10:37; Ap 1:3; 22:20). As questões levantadas no NT pela consciência da proximidade dão origem a muita discussão entre cristãos de todas as crenças (ver Segunda Vinda, II.D).

Com exceção de Marcos 13 (Mt 24; Lc 21) e Apocalipse, vemos claramente que o NT prediz eventos que afetarão a igreja. Por exemplo, “o homem da iniquidade” deve surgir antes da segunda vinda (2Ts 2:3); deve haver uma rebelião (At 20:29,30); "tempos difíceis” sobrevirão (2Tm 3:1-9); as perseguições aumentarão (lPe 4:12) e ocorrerá o acontecimento supremo, o evento de todos os eventos, que é o regresso de Jesus nas nuvens (At 1:9-11; Jo 14:1-3; lTs 4:14-18). Esse acontecimento permeia não somente as partes apocalípticas, mas todo o NT, permeando suas mensagens de esperança e expectativa.

Não encontramos em parte alguma dessas predições de longo prazo indícios do princípio da condicionalidade. Essas profecias são acompanhadas com o selo da presciência divina; como tal, são apresentadas como inevitáveis. Embora ninguém, a não ser o Pai, saiba a data precisa da *parousia*, o evento é fixo e inteiramente infalível.

d. Predições do primeiro advento de Cristo, Paulo escreveu aos gálatas: "Vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou Seu Filho" (G14:4). A primeira vinda de Cristo, a encarnação, não foi, portanto, uma casualidade. Ela aconteceu mais propriamente de acordo com a própria sabedoria de Deus. Ainda que os seguidores sinceros de Deus tenham esperado durante séculos a aparição do Messias, Deus tinha Seu próprio horário. Quando chegou a plenitude do tempo, Ele Se manifestou. Os historiadores da igreja chamaram muitas vezes a atenção para a forma como "o mundo" havia sido preparado para o nascimento de Jesus. Além disso, porém, devemos reconhecer a atividade divina no plano da salvação.

Não resta dúvida de que a vinda do Messias, a semente de Abraão, em quem todas as nações da Terra seriam abençoadas (Gn 12:3), faz parte das promessas pactuais feitas a Israel. Transcende, porém, a aliança, visto que o Messias é para todas as nações, e não só para Israel. Nessa transcendência, prevalece o princípio da condicionalidade, que rege as promessas e ameaças da aliança. Atrasou-se a vinda do Messias porque Israel não havia preparado o mundo para Ele? Não temos nenhuma insinuação disso. É certo que essa preparação, conforme eles a fizeram, era débil, mas o Messias veio. Ele tinha que vir! Na plenitude do tempo Deus O enviou.

Parece impossível aplicar às profecias messiânicas o princípio da condicionalidade.

Sendo que o Messias viria da linhagem de Judá (Gn 49:10), que seria o filho de Davi (Is 11:1), que nascería em Belém (Mq 5:2), que seria o Salvador, o substituto por nossos pecados (Is 53) — não se pode falar de condicionalidade nessas predições. Mateus 794 ► cita, repetidas vezes, o AT com a fórmula "para que se cumprisse o que fora dito pelo Senhor por intermédio do profeta" (Mt 1:22; 2:15, 17, 23; 4:14; 8:17). Até mesmo o nome do Messias foi anunciado a Maria antes do nascimento (Mt 1:21) — certamente um microcosmo da preordenação divina da primeira vinda de Cristo! Além das profecias específicas passíveis de serem rotuladas de messiânicas, todo o AT trata dEIe. E uma obra de expectação, que avança desde o nascimento, celebrado no NT, e a partir dele se afunila* (Em algumas profecias do AT relativas ao Messias os dois adventos se fundem em um só [Is 11:1-9].)

e. Conclusões. A classificação das porções não apocalípticas da profecia bíblica revela a complexidade dos dados. A condicionalidade surge como um importante princípio da profecia clássica. Ela se aplica às grandes porções do AT que, de fato, repetem as promessas e ameaças da aliança. Aplica-se também às profecias sobre as nações ao redor de Israel. Contudo, nem toda profecia não apocalíptica é condicional: tanto entre as predições de curto prazo como de longo prazo, encontramos a certeza do cumprimento, independente da reação humana.

2. Predições em Daniel e no Apocalipse

Examinar a apocalíptica bíblica é entrar em outra esfera. Ainda que a literatura apocalíptica tenha surgido em Israel ou na Asia Menor, é dentro dos limites de Israel e da Ásia Menor que ela irrompe. Se, a princípio, ela transmite uma mensagem de Deus a uma nação em cativeiro (Daniel) ou a igrejas que sofrem perseguição (Apocalipse), transcende o contexto imediato para o qual veio à existência. A literatura apocalíptica possui amplitude cósmica, que vai desde o *continuum* da história mundial para o enfoque no tempo do fim.

a. Daniel. As profecias de Daniel 2; 7; 8; e 12; e as de Isaías, Jeremias ou Ezequiel apresentam notável contraste. Em Daniel, quase não se fala em Israel quando existe o elemento de ameaças. Em seu lugar surge um panorama, uma marcha dos reinos que conduzem para o *eschaton.* Tornamo-nos espectadores de eventos numa escala mundial; a presciência divina revela a trajetória do futuro,

Yahweh "muda o tempo e as estações", removendo reis e estabelecendo reis; Ele "revela o profundo e o escondido" (Dn 2:20-22). Ele revela os mistérios, tomando conhecido o que há de ser (v. 28, 29). "E, segundo a Sua vontade, Ele opera com o exército do Géu e os moradores da Terra", e ninguém pode frustrar Seu plano (Dn 4:35). Ele "tem domínio sobre o reino dos homens e a quem quer constitui sobre ele" (Dn 5:21).

Essas idéias se centralizam na soberania divina e na divina presciência. Nessa exposição, o lado humano da história, embora retratado no fluxo e refíuxo dos sucessos do povo de Deus, concorre para a concepção dominante de Yahweh como Senhor da história. Procuramos em vão pelo elemento da condicionalidade.

Os períodos do tempo profético são expostos diante de nós. São períodos longos. Eles devem ocorrer de acordo com o alcance panorâmico da história na qual estão inseridos. Ouvímos falar de 1.260 dias para o domínio de um chifre pequeno e blasfemo (Dn 7:25) e de 2.300 tardes e manhãs até que o santuário seja vindicado após a atividade maligna do chifre pequeno (Dn 8:14). Considerando o contexto, essas predições de tempo não podem ser entendidas líteralmente.

Uma vez que nossos estudos da profecia clássica mostraram a importância de

identificar qualquer contexto de aliança, temos de observar esse tema no livro de Daniel. A ideia de aliança ocorre em duas linhas de profecia: capítulos 9 e 11. Mas essas ocorrências não sugerem que a condicionalidade seja, em qualquer sentido, uma intenção oculta do livro.

Precisamos, primeiramente, fazer clara distinção entre as esperanças pessoais de Daniel e a concepção e o desdobramento do futuro que Yahweh, o Senhor da história, lhe comunica. Daniel, mesmo sendo importante figura na vida pública, é um cativo - junto com seu povo. Jerusalém jaz em ruínas; o santuário está assolado. A partir dessa situação, Daniel ora pela restauração de seu povo, sua cidade, seu santuário (Dn 9:1-19). A oração dele se baseia na aliança: as desolações sobrevieram em cumprimento das ameaças escritas "na lei de Moisés" (v. 13); mas essa mesma lei oferece esperança de que Yahweh será misericordioso.

Mas as predições comunicadas a Daniel vão além da história de Israel. Na verdade, Daniel não foi capaz de compreender a visão do capítulo S, com suas referências ao santuário (v. 27). Assim também, a resposta que se dá à sua oração ultrapassa a restauração da cidade e do templo, chegando até o Messias (Dn 9:24-27).

A profecia do capítulo 11 (v. 22, 28, 30-35) também menciona Israel e a aliança. Talvez seja importante mencionar que, como em Daniel 9:24-27, a natureza apocalíptica do capítulo 11 é muito menos evidente do que nos capítulos 2, 7 e 8. Mesmo que classifiquemos o capítulo 11 como apocalíptico, duas observações são válidas: os sucessos de Israel são tratados comparativamente com menor interesse. A preocupação é com o conflito entre o "rei do norte" e o "rei do sul", e não encontramos nenhuma insinuação de condicíonalidade. Para falar a verdade, a própria natureza da profecia, detalhada como está e encadeada através de muitas gerações, depõe fortemente contra a condicionalidade como um fator na interpretação.

b. Apocalipse. O livro de Apocalipse é semelhante ao de Daniel. João recebe ordens para escrever "as coisas que viste, e as que são, e as que hão de acontecer depois destas" (Ap 1:19). Ele contempla as lutas do povo de Deus, a cena do juízo final (Ap 20) e, no fim de todas as coisas, vê um povo remanescente que permanece fiel e leal a Deus: "os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus" (Ap 14:12). Quando a ordem mundial for completamente interrompida na última manobra da confederação do mal e na intervenção divina de castigo, o povo de Deus permanece firme nEle. Para além do tumulto, depois de passar pelas cenas de pesadelo que precedem o segundo advento, surgem por fim os "novos céus e a nova Terra" nos quais habita a justiça.

E assim que acaba o grande conflito, a milenar guerra entre Cristo e Satanás. Acaba porque Deus põe nele um fim. Seu término é tão certo quanto o senhorio de Deus sobre o espaço e o tempo (ver cap. 28, O Grande Gonflito, I-V).

c. Conclusão. Concluímos, portanto, que, com exceção das passagens em que a aliança com Israel é a preocupação dominante, as predições apocalípticas de Daniel e Apocalipse não dependem da condicionalídade. As idéias principais são a soberania e a presciência divinas.

C. *Mistoricismo*

De acordo com seu próprio testemunho, as mensagens proféticas do livro de Daniel são predições feitas durante o exílio babilônico. O ponto final dessas predições proféticas é o estabelecimento do reino de Deus. A data geralmente mais aceita para a escrita do livro do Apocalipse é o fim do Iº século. O ponto final desse último livro do NT é a segunda vinda de Cristo, seguida do milênio e do estabelecimento de um novo céu e de uma nova Terra,

As duas obras apocalípticas estão claramente inter-relacionadas. O apóstolo João seleciona certos temas de Daniel, amplificados em seu próprio contexto cristão (cf. Dn 3 com Ap 13; Dn 7:13, 14 com Ap 4; 5; 13:1, 2) e traça em seu livro paralelos muito próximos da história descrita por Daniel. Ambos os livros terminam com a consumação do propósito de Deus, embora João amplie a descrição do *eschaton* feita por Daniel.

Em contraste com as mensagens locais e contemporâneas dos escritores proféticos, tanto as visões de Daniel quanto as do Apocalipse oferecem esboços históricos de amplitude universal. É por isso que a interpretação das visões apocalípticas deve respeitar a extensão cósmica iniciada na própria época dos escritores e que conduz o leitor até o fim. Não se focaliza a atenção nos anos de perseguição judaica por Antíoco Epifânio IV, O foco de João não é apenas a opressão da igreja cristã por parte de um imperador romano do Iº século. Tampouco encontramos nesses livros uma ênfase exclusiva no fim do tempo.

As formas de interpretação que situam o cumprimento desses capítulos totalmente no passado (perspectiva histórico-crítica) ou inteiramente ou principalmente no futuro (futurismo), ou que fazem do seu cumprimento não mais que o eterno confronto entre as forças do bem e do mal (idealismo) ou a apresentação da era crista (amilenarismo), não fazem justiça ao propósito dessas composições.

796

Indicadores temporais como advérbios ou numerais ("depois", "a seguir" e "outro") sugerem a existência de um *continuwn* histórico nas visões apocalípticas. Daniel diz a Nabucodonosor: "Depois de ti, se levantará outro reino, inferior ao teu; e um terceiro reino. [...] O quarto reino será forte" (Dn 2:39, 40). Ao relatar o sonho do capítulo 7, o profeta descreve o primeiro animal como um leão, depois "o segundo animal, semelhante a um urso" (v. 4, 5). "Depois disto", Daniel viu "outro, semelhante a um leopardo" e um "quarto animal" (v. 6, 7; cf. Dn 8:17, 19, 23, 26; 9:24-27; 11:2, 6, 35, 40; 12:1, 4).

O desenvolvimento sequencial também é perceptível nas guerras descritas em Apocalipse 12-14. No capítulo 12, a mulher está grávida; ela dá a luz; o filho é arrebatado; a mulher foge para o deserto; encontra proteção no deserto durante 1.260 dias; o dragão faz guerra contra o restante da descendência dela.

No capítulo 13, vemos um desfile de monstros — dragão, besta que sobe do mar, besta que emerge da terra — as últimas duas tendo sua existência derivada do dragão. Não conseguindo destruir o filho varão, o dragão persegue a "semente" (KJV) da mulher (Ap 12:13, 17). Buscando cumprir esse propósito, o dragão concede "o seu poder, o seu trono e grande autoridade" à besta que sobe do mar (Ap 13:2). Essa besta recebe um golpe mortal, mas *é* curada (v. 3). A supremacia da besta que sobe do mar dura "quarenta e dois meses" (v. 5).

O capítulo 14 é parte complementar do capítulo 13. Os três anjos de Apocalipse 14:6-12 fazem uma proclamação no contexto do engano da besta que sobe da terra; a obra deles se encerra por ocasião da segunda vinda de Cristo (v. 14).

A própria forma como a visão é transmitida encaminha nossa mente na direção de um cumprimento historicista. Apocalipse 12-14 enfoca o período entre o primeiro e o segundo adventos de Cristo.

Os numerais se repetem nos selos e trombetas. Apocalipse 17:10 interpreta as sete cabeças da besta como uma referência aos "sete reis dos quais caíram cinco, um existe, e o outro ainda não chegou; e, quando chegar, tem de durar pouco".

Em contraste com outras formas de exposição, o historicismo — embora às vezes desvirtuado por diversas abordagens

sensacionalistas, especulativas e contraditórias — parece constituir a abordagem hermenêutica mais válida para a literatura bíblica apocalíptica. Os indicadores temporais guiam o leitor como placas sinalízadoras em uma viagem que começa na própria época do escritor e termina no reino eterno de Deus. O caminho seguido pelo historicisrao não desaparece depois de algumas curtas passadas (como na interpretação histórico-crítica), tampouco surge do nada (como argumentaria o futurismo). Na verdade, ele avança em linha contínua, ãs vezes curva, e aparentemente retrocedendo, mas sempre em direção ao *eschaton*,

D. Princípio Dia-Ano

As visões simbólicas incluem elementos de tempo postos em linguagem figurada. Segundo Daniel 7:25, o chifre pequeno oprimiría os santos do Altíssimo “por um tempo, dois tempos e metade de um tempo”. Na conversa do capítulo seguinte, um anjo diz a outro que o santuário será restaurado depois de “duas mil e trezentas tardes e manhãs" (Dn 8:14).

João escreve que a mulher que havia dado à luz a um filho fugiu para o deserto, onde foi alimentada durante "mil duzentos e sessenta dias” (Ap 12:6). Depois, no mesmo capítulo, a mulher é mais uma vez descrita como estando no deserto, “onde é sustentada durante um tempo, tempos e metade de um tempo” (v. 14). No capítulo seguinte, a besta que recebe seu poder do dragão, exerce sua autoridade durante “quarenta e dois meses” (Ap 13:5).

Uma vez que diversas dessas referências temporais ocorrem em contextos idênticos, a saber, as descrições de opressão do povo de Deus, parece evidente que as expressões “um tempo, tempos e metade de um tempo", os “mil duzentos e sessenta dias” e os “quarenta e dois meses” se refiram ao mesmo período, Tanto Daniel como João estão falando do mesmo intervalo de tempo. Mas o que essas referências simbólicas de tempo significam?

De início, é importante reconhecer que essas referências temporais ocorrem em contextos simbólicos. A coerência hermenêutica exige, portanto, que os elementos de tempo sejam tratados do mesmo modo que o restante dos elementos simbólicos. O anjo intérprete revelou que o carneiro com dois chifres simbolizava os reis da Média e da Pérsia (Dn 8:20). O bode simbolizava o rei (o reinado) da Grécia (v. 21). No simbolismo de Apocalipse 12, o grande dragão representa Satanás, e a mulher, o povo de Deus,

Não resta dúvida de que a cena é simbólica. A besta, a mulher e as referências de tempo não devem ser entendidas literalmente. É mais razoável supor que, assim como as criaturas efêmeras simbolizam entidades cuja existência ou domínio na história se estendem por longos períodos de tempo, assim também os elementos de tempo associados as essas criaturas simbólicas devem denotar extensos intervalos de tempo.

Daniel 9 fornece uma chave para a natureza e o significado dessas expressões. A visão de Daniel 9:24-27 começa com um período de tempo que diz literalmente “setenta setes” ou “setenta semanas”. Os “setenta setes" começam com a saída do decreto para restaurar e reedificar Jerusalém e continuam até à chegada e à morte do Ungido, e à destruição da cidade e do santuário.

Tanto os eruditos histórico-críticos quanto os conservadores acreditam que o período “setenta setes” deve ser entendido como anos, a fim de dar tempo suficiente para o cumprimento dos diversos aspectos especificados nos versos 24-27. O desdobramento dos eventos detalhados nessa passagem requer mais tempo do que um ano, quatro meses e 10 dias, que é a quantidade de tempo permitida por uma leitura de “setenta setes” em termos de dias (isto é, 490 dias). E por isso que os comentaristas em geral e algumas

Bíblias (por exemplo, a RSV) adicionam a palavra ‘anos’’ depois "setenta setes” e leem "setenta semanas de anos”.

Essa interpretação dos "setenta setes” ou "setenta semanas” recebe apoio do contexto mais amplo. A partir de Daniel 9:2, a expressão assume o sentido de “setenta anos”, tempo que, segundo Jeremias, Israel passaria cativo em Babilônia (cf. Jr 25:11, 12; 29:10). Na realidade, Daniel afirma que o tempo estipulado para os eventos mencionados em Daniel 9:24-27 atingiría sete vezes os "setenta anos”,. dos quais falara Jeremias. A referência aos "setenta anos” em Daniel 9:2 sugere, portanto, que a palavra “setenta” no verso 24 também devia ser compreendida como anos.

Dadas as inter-relações entre as diversas referências de tempo nas visões e a natureza paralela das visões, é razoável supor, assim como intérpretes historicístas do passado, que nos capítulos apocalípticos de Daniel e Apocalipse um dia simbólico representa um ano literal.

William H, Shea examinou cuidadosamente o princípio de um dia por um ano. Propôs 23 razões bíblicas que validam a aplicação desse princípio aos períodos de tempo nas profecias apocalípticas de Daniel e Apocalipse. Estabeleceu também que o princípio día-ano era conhecido e aplicado por intérpretes judeus desde o *2°* século antes de Cristo até o período pós-Qumran (Shea, 56-92; para detalhe adicional sobre os três principais períodos de tempo de Daniel, ver Juízo III.B.l.a.(2).)

E. Simbolismo

As predições de longo prazo de Daniel e do Apocalipse estão repletas de símbolos que, embora desconcertantes às vezes, não são ininteligíveis. As interpretações oferecidas pela Escritura não enfatizam nem tentam explicar cada detalhe, mas esclarecem o tema principal das mensagens. É assim que a estátua de Daniel 2 representa uma sucessão de impérios e soberanos, sem que seja necessário explicar, nos mínimos detalhes, o significado dos dedos dos pés da imagem ou sua identidade exata.

Semelhantemente, João não se demora em todos os detalhes associados à imagística simbólica por ele utilizada. O poder evocativo desses detalhes é utilizado, mas não completamente explorado. Seria presunçoso e provavelmente improdutivo - se não contraproducente — para os intérpretes modernos antecipar significados que ainda não foram revelados. Na verdade, interpretações fantasiosas atraíram com frequência — às vezes justificadamente - o opróbrio de estudiosos que rejeitam a abordagem historicista.

Deve-se buscar a interpretação dos símbolos apocalípticos sempre e diretamente na própria Escritura. Às vezes, as interpretações são dadas dentro da própria passagem, como na revelação a Daniel do significado do carneiro e do bode que ele viu em visão (Dn 8:3-5, 20, 21), ou quando é dito a João que as “águas” sobre as quais a grande prostituta está assentada são “povos, multidões, nações e línguas” (Ap 17:1, 15). Além dessas explicações específicas, a literatura apocalíptica emprega bastante a imagística bíblica, que pode ser explorada por seu significado. O Apocalipse, portanto, além de fazer eco ao simbolismo de Daniel, também aproveita símbolos e alusões da profecia clássica. O contexto histórico de Daniel e do Apocalipse também pode ajudar na interpretação dos símbolos apocalípticos. Não obstante, deve-se buscar o sentido primeiramente na própria Bíblia.

F. *Recapitulação*

Tanto Daniel quanto João justapõem suas visões. Apesar disso, as visões recapitulam e ampliam o assunto já apresentado. E assim que Daniel 7 refaz o caminho percorrido por Daniel 2, mas acrescenta detalhes ausentes

no relato anterior. Semelhantemente, a estrutura do livro de Apocalipse sugere que sequências como as dos sete selos e das sete trombetas são paralelas e conduzem o leitor desde os tempos apostólicos até o segundo advento de Cristo. Essa natureza recapitulatória das diversas sequências impede uma leitura contínua ou linear dos capítulos, como se os eventos de Daniel S seguissem cronologicamente os de Daniel 7, ou se as sete trombetas do Apocalipse viessem depois dos sete selos.

De vez em quando o vidente repete algo ou se antecipa a seu assunto (Ap 14:1-5; 20:9). Ele não se arrisca a fazer um relato abrangente no qual detalha cada aspecto da história. Ao contrário, seleciona eventos que melhor servem a seu propósito. Nenhuma dessas práticas, também utilizadas por outros escritores bíblicos, invalida o processo histórico sequencial.

III. O Significado Teológico da Apocalíptica Bíblica

A apocalíptica bíblica revela um Universo no qual o Céu e a Terra estão bem próximos um do outro. O cosmos está permeado pelo senso do divino. A humanidade não é deixada na ignorância do transcendente, pois o Soberano do Universo se comunica conosco. Como é Deus quem fala ã humanidade, Suas mensagens possuem uma autoridade sobrenatural. Nesse sentido, a literatura apocalíptica não só revela a superintendência divina da história, mas sugere implicações para a vida diária aqui e agora,

A. A *Superintendência Divina da História*

Essas revelações divinas erguem a cortina que limita nossa visão da realidade. Revelam um mundo celeste que constantemente se entrecruza com o mundo humano. As revelações representam uma visão de Deus, cuja existência e cujo domínio são eternos, cuja sabedoria é insondável, cujo poder é absoluto, cuja graça é incomparável e cujos propósitos visam ao melhor interesse da humanidade. Como Ele conhece o fim desde o princípio é possível confiar a Ele tanto o presente quanto o futuro. O Deus das revelações apocalípticas não é nenhum ausente e imprevisível senhor de um vetusto passado ou um distante futuro. E mais precisamente o Senhor da história presente. Os crentes podem descansar confian-
<£► tes de que Deus está no controle da vida hoje.

A apocalíptica bíblica diz a verdade sobre o mundo dos seres celestiais. Anjos são enviados para implementar o plano divino, para instruir e proteger a humanidade. Mas os demônios também estão decididos a frustrar os propósitos de Deus.

A literatura apocalíptica bíblica afirma que Deus controla o curso dos acontecimentos. A sequência ordenada de ascensão e queda das potências humanas indica que este é, afinal de contas, um Universo que tem governo. A história apocalíptica não apresenta limites geográficos, nacionais ou raciais, já que os propósitos de Deus abrangem a totalidade da história humana e abarcam tanto o mundo superior quanto o inferior.

A apocalíptica bíblica delineia uma sequência da história sagrada que enfoca principalmente os últimos dias. Ela revela que o curso deste mundo está preordenado e que se acha, portanto, sob a administração divina. A mão de Deus está em tudo, e nada pode frustrar a realização de Sua vontade suprema.

Visto que a história foi demarcada, os ouvintes e leitores do Apocalipse podem localizar sua formação na corrente do tempo. Visto faltarem poucos eventos para se cumprir, o leitor moderno deve ter em mente que o tempo está quase esgotado. Nesse aspecto, a apocalíptica bíblica representa um caminho entre o passado e o *eschaton,* ao longo do qual viajam os crentes em direção ao reino.

Eles estão seguros de que o caminho os conduzirá a seu destino por causa dos pontos de referência pelos quais já passaram.

A apocalíptica bíblica oferece um sentido que transcende a dor e a agonia deste mundo. Embora os matizes de conflito e perseguição se tornem mais profundos à medida que o tempo avança, as revelações apocalípticas relativizam o poder do governo pagão. A despeito de todas as aparências, os peregrinos não são deixados ao capricho de seus companheiros nem das forças acidentais do acaso. A esperança alterna com o desespero e a opressão, e o propósito divino de paz e alegria há de finalmente triunfar, A certeza do controle divino da história decreta o fim do mal. Embora a ferrugem da maldade pareça estar em toda a parte, será por fim implacavelmente removida.

A literatura bíblica apocalíptica aceita a legitimidade dos governos humanos. Reis e reinos vêm e vão, bem como suas ameaças e vitórias. Ascendem e caem em tempos determinados. Mas, no fim, eles devem abrir caminho para o reino de Deus. O Senhor prevalece e faz julgamentos nos assuntos humanos. Em vez de rejeitar os poderes humanos, a profecia apocalíptica os subordina à providência de Deus. Guriosamente, a literatura apocalíptica também ensina que a fidelidade a Deus não é incompatível com o serviço ao rei. Essa atitude é, na verdade, fidelidade ao divino Senhor, atitude que se torna a base para o sucesso no serviço aos senhores humanos.

A literatura bíblica apocalíptica proclama que a humanidade vive sob juízo. Ninguém pode escapar ao momento individual da prestação de contas. Quando Jesus voltar, trará consigo Seu galardão "para retribuir a cada um segundo as suas obras" (Ap 22:12). Embora indivíduos não possam modificar o curso da história preordenado pela graça divina, podem decidir ser membros do reino de Deus no presente e triunfar com o reino no futuro. O juízo serve tanto para esclarecer valores morais agora, como para revelar escolhas e destinos humanos depois.

A apocalíptica bíblica confirma a predição de Jesus de que as portas do inferno não prevalecerão contra Sua igreja, João declara que, por ocasião da morte de Gristo, Deus já havia alcançado a vitória (Ap 12:10, 11). Atualmente, o povo de Deus aguarda o apa- J recimento visível do Rei, bem como Sua vindícação definitiva.

Embora somente Deus saiba o dia e a hora da consumação, os sinais do fim anunciam o desenlace iminente. Em face das pressões escatológicas, o teste de lealdade do dia do juízo está bem próximo. O povo de Deus, porém, reagindo favoravelmente à graça divina, permanecerá correto e verdadeiro no íntimo da alma. Flutuando sobre a tábua das promessas, admoestações e consolações apocalípticas, eles esperam a intervenção divina na história humana, pela qual o mundo será modificado para sempre. Não possuem nenhuma fé em que o presente possa engendrar o futuro.

O triunfo final de Deus começa com a volta de Jesus, a ressurreição dos mortos em Cristo e a trasladação dos justos vivos. O mi- ■ 800 lênio expõe inquestionavelmente os verdadeiros motivos dos inimigos de Deus e efetua a remoção definitiva de todo mal. As visões apocalípticas se encerram com a introdução de um novo céu e de uma nova Terra, nos quais o povo de Deus habitará para sempre na presença do Senhor (cf. Ap 21:1-4).

B. Implicações para a Vida Diária

Embora a literatura apocalíptica da Bíblia erga nossa visão à esfera divina, onde os anjos cantam em adoração, ela também causa impacto sobre nossa vida aqui na Terra. Embora conduza para a consumação de todas as coisas no futuro, afeta a forma como vivemos e agimos agora.

A apocalíptica bíblica não é literatura de isolamento do mundo. Não nega o mundo.

Pelo contrário, mostra como os seguidores de Deus devem viver no mundo.

O livro de Daniel fornece uma notável ilustração dessa verdade. Uma metade do livro é apocalíptica em grandiosa escala; a ascensão e a queda de nações, o sofrimento dos santos, o reinado, a crueldade e o engano dos poderes malignos, e, por fim, a intervenção divina para vindicar Seu povo e Seu reino, quando subverte as forças do mal e produz justiça eterna. A outra metade conta a história do próprio Daniel - suas provações, seu serviço prestado na corte dos reis, seus conselhos e sua sabedoria. A mensagem é esta; a literatura apocalíptica anda de mãos dadas com o serviço a Deus e à humanidade.

Mesmo que Daniel demonstre, o mais claramente possível, a interação da literatura apocalíptica com a vida aqui e agora, os outros escritos apocalípticos da Bíblia expõem o mesmo argumento. Isaías 24-27 se insere no meio de uma série de profecias contra as nações que rodeiam Israel. O interlúdio apocalíptico, ainda que se estenda para além das fronteiras nacionais para descrever a desolação da Terra inteira, se consolida nos interesses práticos que modelam todo o livro. Ezequíel 38 e 39 também se ocupa da restauração de Israel: quando Yahweh destruir os inimigos de Seu povo, "desse dia em diante, os da casa de Israel saberão que eu sou o Senhor, seu Deus" (Ez 39:22). Em joel 2 e 3 também encontramos predita a condenação que afeta a vida diária, quando o profeta conclama ao arrependimento nacional (J1 2:12-17). E Zacarias 9-14 vem como uma mensagem da esperança aos judeus que, retornados do exílio, lutam contra os inimigos e o desânimo, ao tentarem reconstruir o templo e restaurar a sociedade.

No NT, Mateus 24, Marcos 13 e Lucas 21 também são compatíveis com a vida diária. Em Mateus, ímediatamente depois de fazer a predição apocalíptica da consumação do século, Jesus dá instruções sobre como Seus seguidores devem viver durante o tempo de espera (Mt 25). Eles não devem se isolar do mundo; pelo contrário, devem se ocupar, aprimorando cada talento e oportunidade, e manifestando a graça de Jesus em obras espontâneas de misericórdia e compaixão. O Apocalipse de Paulo (2Ts 2) também é antecedido e secundado por assuntos práticos. Por último, o Apocalipse é estruturado em forma de epístola e apresenta conselhos práticos e específicos às setes igrejas da Ásia Menor.

Embora a apocalíptica bíblica seja sobrenatural, suas implicações são totalmente naturais. Ela encoraja, adverte e renova a confiança do povo de Deus, enquanto esse povo empreende suas tarefas nesta vida. Em muitos aspectos, o povo de Deus se parece com as outras pessoas, mas não é, porque confia no fato de que Deus está no controle do fluxo da história e de sua vida.

IV. Contexto Histórico

Os limites de espaço só permitem um exame breve e seletivo. Através da era cristã, a apocalíptica bíblica continuou a ser uma fonte inesgotável de inspiração para ampla variedade de crentes. Intervalos de estudo e vigoroso interesse na literatura apocalíptica da Bíblia incluem o período inicial da igreja cristã, a alta Idade Média, a Reforma, o século !► 19 e o período atual desde a década de 1960.

A. O *Período da Igreja Primitiva*

1. Historicismo

Durante os primeiros séculos da igreja cristã, a literatura bíblica apocalíptica recebeu permanente influência das obras de Papias (c. 60-130), Justino Mártir (c. 100-165), Irineu (c. 115-202), Tertuliano (c. 160-225), Hipólito (c, 170-236), Comódio (3º século),

Vitorino (m. 304), Metódío (m. c. 311) e Lactâncio (c. 250-325).

O quiliasmo, ou milenarismo, embora diversificado na interpretação, ganhou preeminência nos conceitos escatológícos da igreja pós-apostólica. Papias ensinava que, durante o milênio, depois da ressurreição dos mortos, Cristo reinaria com Seus santos na Terra, justino A4ártir adotou posição pré-milenarista semelhante e ensinava que o clímax da profecia era o segundo advento literal, no qual ocorrería a ressurreição. Depois disso, viriam os mil anos de Apocalipse 20 e o juízo subsequente de toda a humanidade.

Irineu apelava para as profecias da Bíblia a fim de demonstrar a veracidade do cristianismo. Ele acreditava que os eventos preditos em Daniel 2 e 7 estavam intimamente relacionados. A seu ver, o Império Romano era o quarto reino, que se fragmentaria em 10 divisões conforme predito nos símbolos dos 10 chifres de Daniel 7 e Apocalipse 17. Irineu associava o antícristo com o chifre pequeno de Daniel, "o homem da iniquidade" (ARC) de Paulo, e a primeira besta de Apocalipse 13.

Durante o 2º século, cristãos passaram a usar popularmente obras com forte teorpropagandista, semelhantes aos apocalipses históricos. Conhecidos como Oráculos Sibilinos, os documentos se compunham de um aglomerado de escritos elaborados a partir da imitação das sibilas pagãs (profetisas idosas reconhecidas em diferentes partes do mundo, especialmente nas antigas Grécia e Roma). Tanto judeus como cristãos compuseram escritos imitando as sibilas pagãs e empregaram essas curiosas combinações de escritos pagãos, judaicos e cristãos a serviço da propagação da fé, especíalmente de suas esperanças escatológicas.

A analogia mais importante entre esses oráculos e a literatura apocalíptica reside em sua divisão da história em gerações e a nomeação dos sucessivos reinos. Depois deles, vêm a destruição da Terra, a ressurreição, o juízo e o estado abençoado da nova Terra. Os Oráculos Sibilinos continuaram a ser consultados através da Idade Média e exerceram poderosa influência sobre o pensamento milenarista.

Tertuliano fez comentários sobre os livros de Daniel e Apocalipse. Ele acreditava que o estado romano atrasou a aparição do anticristo conforme predito por Paulo (ou seja, Roma era "o que o detém" de 2 Tessalonicenses 2:6 e 7). No início do 3º século, Tertuliano adotou o montanismo, um movimento também caracterizado por crenças e extremos quiliásticos, que trouxeram descrédito à interpretação milenária.

Hipólito escreveu o mais antigo e completo comentário cristão sobre o livro de Daniel que chegou até nós. Segundo Jerônimo e outras fontes, Hipólito também foi autor de um tratado sobre o livro do Apocalipse. Ele considerava as profecias um calendário sagrado do futuro. Para ele, o quarto império, tanto em Daniel 2 como em 7, era Roma. Em harmonia com a profecia, ele contava que Roma se esfacelaria em 10 reinos. O anticristo apareceria dentre essas divisões, mas seu reino teria fim com o segundo advento, que, para ele, era a meta da profecia. Hipólito identificou os eventos finais de Daniel e Apocalipse e os aplicou à segunda vinda.

Hipólito parece ter sido o primeiro a desenvolver a teoria de que as 69 semanas de Daniel 9:24-27 conduziam ao primeiro advento, enquanto que a décima sétima semana do mesmo período profético levava até à segunda vinda. Ao que parece, ele também sucumbiu à tentação de estipular uma data para o retorno de nosso Senhor.

Em suas exposições de Apocalipse 12, Hipólito aplicou o símbolo da mulher â igreja, e do filho varão a Cristo. Relacionou o quarto reino de Daniel 7 com a primeira besta de Apocalipse 13, embora afirmasse que a segunda besta tipificava o reino do anticristo. *502

Do ponto de vista teológico, o poeta latino Comódio era um quíliasta. Ele também

escreveu sobre o anticristo. Vitorino, que morreu como mártir durante o reinado do imperador Diocleciano, é autor do mais antigo comentário preservado sobre o Apocalipse. Jerônimo o classificou de milenarísta. Vitorino estabeleceu o princípio de que o Apocalipse não deve ser lido como uma linha profética contínua e progressiva, mas que suas diversas partes refluem e repetem o terreno já percorrido.

Metódio, embora influenciado pelas interpretações alegóricas da Escritura feitas por Orígenes, contendia com Orígenes a respeito da ressurreição e equiparava a mulher e o filho varão de Apocalipse 12 com a igreja e os santos, respectivamente. Lactâncio, tutor do filho do imperador Constantino, era quiliasta zeloso e às vezes fantasioso, que fazia uso dos Oráculos Sibilinos.

Embora Jerônimo (c. 340-420) fosse anti-milenarísta militante e advertisse que o Apocalipse era um livro de mistérios, escreveu importante comentário sobre o livro de Daniel. Nesse volume, ele procurou refutar as críticas contra o livro, feitas pelo filósofo neoplatonista Porfírio, por volta do 3º século da era cristã. Jerônimo achava que o estado romano era o quarto império de Daniel 2 e 7 e afirmava que Cristo representava a pedra que esmiuçou a imagem de Daniel 2. A seu ver, o segundo advento ocorrería depois da aparição do anticristo, que não era outro senão o **chifre** pequeno de **Daniel.**

2. Novos Rumos

Diversas forças começaram a minar a concepção profética predominante na igreja primitiva e a sugerir novos rumos na interpretação apocalíptica. Uma dessas forças foi a espiritualização e a alegorização da Escritura por Orígenes (c. 185-254). Tendo enfatizado a manifestação do reino de Deus na alma do crente e não no mundo real, ele deslocou a atenção do histórico para o espiritual. Agindo assim, solapou a crença da igreja primitiva nas doutrinas da vinda pessoal de Cristo e de uma ressurreição e um milênio literal.

Outro fator que contribuiu para uma mudança na exposição da literatura apocalíptica bíblica foi a conversão do imperador Constantino (m. 337). Considerando que antes de Constantino os cristãos nutriam opiniões negativas a respeito do Império Romano, a partir dele o cristianismo passou a ser a principal religião do império. Com essa nova política de tolerância e favor do imperador, o cristianismo desenvolveu uma "teologia imperial".

Apesar disso, a influência que mais contribuiu para eclipsar a concepção profética e histórica da igreja primitiva deve ser atribuída a Agostinho (354-430). Agostinho e a exegese medieval que o sucedeu seguiram os princípios hermenêuticos de Ticônio (m. c. 400). Segundo o testemunho de autores medievais posteriores, Ticônio escreveu sobre o Apocalipse, produzindo um comentário que atribuía o cumprimento das profecias do livro mais ao desenvolvimento espiritual subjetivo do que aos acontecimentos históricos.

Ticônio afirmava que a primeira ressurreição, mencionada em Apocalipse 20:6 em ligação com o milênio, era espiritual (aquela da alma quando despertada da morte do pecado), ao passo que a segunda ressurreição era a ressurreição geral de todos. A seu ver, o milênio não era o reino dos justos sobre a Terra durante mil anos, após a ressurreição. Em vez disso, Ticônio associava o milênio mais precisamente com a dispensação cristã iniciada no primeiro advento de Cristo. Para Ticônio, o livro do Apocalipse não fala tanto da ocorrência de eventos históricos, mas sim da descrição do conflito espiritual entre os poderes diabólicos e o reino de Deus.

Essa abordagem mística, espiritual e não histórica do Apocalipse se refletiu e se desenvolveu nas interpretações alegóricas de Agostinho. Para o bispo de Hipona, o milênio era um número redondo, designador de um

intervalo de tempo indeterminado, que se estendia desde o ministério de Cristo na Terra
S03 ► até o fim do mundo. Agostinho reagiu particularmente aos extremos e às expectativas terrestres dos milenaristas, algumas das quais ele mesmo havia compartilhado no passado.

Para Agostinho, a primeira ressurreição era espiritual e alegórica e ocorria quando a alma, morta em transgressões, surgia para a vida de justiça. A segunda ressurreição era a do corpo no fim do mundo. Entre esses dois eventos, o reino do Céu constituía a própria igreja na Terra. A igreja era o reino de Cristo reinando com o seu Senhor no presente. Os que se assentam nos tronos do juízo, em Apocalipse 20:4, eram os prelados da igreja.

Enquanto muitos intérpretes históricos haviam associado a primeira besta de Apocalipse 13 com o estado romano, Agostinho a interpretou como o mundo ímpio. Desse modo, Agostinho rejeitou qualquer tentativa de encontrar nos escritos apocalípticos canônicos informação sobre acontecimentos históricos da época.

Embora Agostinho mantivesse a crença na segunda vinda de Cristo, seu sistema relegava a esperança do advento ao distante futuro, solapando assim a expectativa iminente do fim. Agostinho afetou profundamente a vida da igreja e o modo de interpretação profética. Sua filosofia revolucionária acerca do milênio como o reino da igreja no presente causou profundo impacto no pensamento posterior da história da igreja. De fato, a interpretação espiritualizante e alegórica agostiniana dos apocalipses bíblicos passou a ser a doutrina oficial da igreja durante toda a Idade Média.

¡B . *Iâaâe Média*

Visto que a concepção simbólica de Agostinho predominou durante os mil anos seguintes, as idéias proféticas e pré-milenares que caracterizaram o período da igreja primitiva permaneceram latentes, sendo ocasionalmente revividas somente por grupos quiliásticos.

No século 12, Joaquim de Fiore (c. 1135-1202) se tornou um dos autores apocalípticos mais importantes da Idade Média. Historiadores sugerem que Joaquim e seus seguidores agiram como pioneiros num novo estágio da história da tradição apocalíptica,

Joaquim, abade de Fiore, empregava o alegorismo livremente, e a sua exegese era surpreendentemente imaginativa e original. Usando a Trindade como modelo, ele dividiu a história em três grandes eras que desembocavam uma na outra. A era de Deus Pai, basicamente coincidente com o período do AT, foi o intervalo durante o qual os homens viveram segundo a carne. A era dominada por Deus Filho foi uma era em que se misturaram as coisas carnais e as espirituais. Caracterizada pela hierarquia eclesiástica, a segunda era se estendeu por um período de 42 gerações de aproximadamente 30 anos cada uma, iniciando-se com a ascensão do cristianismo. Joaquim esperava que a era de Deus Espírito Santo começasse logo, possivelmente até em sua própria época. Esta última seria uma nova era liderada por uma nova ordem monástica e uma nova sociedade sem prelados e clérigos.

Joaquim fez comentários tanto sobre Daniel como sobre o Apocalipse, nos quais apresentou exposições um tanto fantásticas. Combateu as idéias quiliásticas de um reino terreno de mil anos e associou o milênio de Apocalipse 20 com a era do Espírito.

O abade parece ter sido o primeiro cristão a interpretar o período dos 1.260 dias de Apocalipse 12 como 1.260 anos, embora três séculos antes expositores judaicos já tivessem considerado os 1.290 de Daniel 12 como anos. Ao comparar letra com letra de ambos os Testamentos, Joaquim encontrou eventos no passado, presente e futuro claramente revelados na Escritura.

Durante os séculos seguintes, as idéias de Joaquim capturaram a imaginação de indivíduos e grupos, alguns dos quais, porém, levaram as crenças deles a conclusões revolucionárias (por exemplo, os franciscanos espirituais).

Depois de Joaquim, surgiu em toda a Europa interesse na literatura bíblica apocalíptica, embora tenha se tornado particularmente evidente na Grã-Bretanha (John Wycliffe, c. 1320-1384 e seu amigo John Purvey, c. 1353-1428) e na Boêmia (John Milic, m. 1374;
804 ► seu discípulo Matthias de Janovv, m. 1394; e depois John Huss, c. 1372-1415).

C. A *Reforma*

1. O Historicismo dos Reformadores

A ênfase da Reforma na Bíblia foi acompanhada por um reavívamento do interesse na interpretação apocalíptica. Entre as publicações produzidas no século 16 estava um grande volume de literatura polêmica escrita em linguagem direta e, para o leitor do século 21, crua e vulgar. Muitos dos tratados e comentários eram ilustrados com caricaturas e sátiras vigorosas. As frustrações políticas e sociais se injetaram na volátil atmosfera religiosa e causaram explosões de violência para além do controle dos reformadores religiosos. A direção que o protestantismo tomou em uma região geográfica foi muitas vezes **bastante** diferente do curso que tomou em outra.

Embora os pontos de vista de Agostinho tenham continuado — ainda que de forma modificada — nas interpretações de alguns escritores (por exemplo, João Calvino), a interpretação histórica da literatura bíblica apocalíptica, bem como as abordagens literais a essa literatura predominaram durante a Reforma. A aplicação das profecias de tempo de Daniel 2 e 7 aos quatro reinos da Babilônia, da Média-Pérsia, da Grécia e de Roma, seguida pelo colapso de Roma, continuou a dar peso à concepção longamente adotada do cumprimento histórico das profecias. Semelhantemente, a aplicação do princípio de um ano literal por um dia profético à literatura apocalíptica foi amplamente praticada durante esse período, em particular aos 1.260 dias proféticos, a “tempo, tempos e metade de um tempo" e aos 42 meses proféticos. Muitos acreditavam que as profecias de Daniel e Apocalipse representavam um panorama da era cristã.

Embora a exposição não fosse uniforme, havia ampla concordância entre os reformadores em identificar o predito antícrísto com o papado, em alguns casos com os turcos, e ainda com ambos. Associavam o anticristo ao chifre pequeno de Daniel, à “abominação da desolação", de Mateus 24 (ARG), ao “homem do pecado", de Paulo (ARC), à besta, à Babilônia e à prostituta do Apocalipse. Essas equiparações com o papado contribuíram em muito para uma evasão em massa da igreja romana durante esse período.

Embora Martinho Lutero e Ulrico Zwínglio depreciassem o Apocalipse, e João Calvino ficasse na incerteza quanto â identidade de muitos símbolos apocalípticos, nenhum deles hesitou em equiparar o papado ou os turcos com o apóstata e opressivo sistema referido em Daniel e Apocalipse.

Acreditava-se que o fim estava próximo. Embora reformadores como Lutero e Zwínglio suspeitassem das especulações milenaristas, eles não puderam impedir as diversas e violentas deflagrações, tais como as ocorridas entre os reformadores radicais em Münster e os homens da Quinta Monarquia durante a Revolta Puritana.

2. Gontra-InterpretaçÕes

Durante a segunda metade do século 16 e a primeira metade do século 17, desenvolveram-se as contra-interpretações católicas, destinadas a enfrentar a exposição protestante da apocalíptica bíblica. Três jesuítas

instruídos atuaram como líderes no ataque de Roma contra a abordagem histórica, que tinha o livro de Apocalipse como foco principal.

A primeira das exposições alternativas foi desenvolvida por Francisco Ribera (1537-1591). Ribera relacionou os primeiros capítulos do Apocalipse à Roma da própria época de João e aplicou os capítulos restantes a um reinado futuro de três anos e meio de um pérfido anticristo no fim da dispensação cristã. Comentaristas posteriores sugerem que Ribera foi o fundador do moderno sistema futurista de interpretação, posteriormente desenvolvido por escritores da estirpe de Samuel R. Maitland (1792-1866) e John N. Darby (1800-1882).

Roberto Belarmino (1542-1621), teólogo e polemista brilhante, ampliou o trabalho de Ribera, atacando principal mente o princípio
805 ► dia-ano. Belarmino procurou explorar as diferenças hermenêuticas entre seus adversários protestantes.

O segundo desafio foi proposto por Luís. de Alcazar (1554-1613). Alcazar propunha que o livro do Apocalipse tratava da vitoriosa guerra da igreja nos primeiros séculos contra os judeus e o paganismo romano. Visto que o método de Alcazar aplicava todo o livro do Apocalipse ao passado, seu sistema de interpretação foi rotulado de preterismo,

Embora Alcazar tenha sido talvez o primeiro a aplicar uma abordagem preterista a todo o Apocalipse, o adversário do cristianismo do 3Ü século, Porfírio, já havia submetido esse mesmo livro a uma abordagem preterista, limitando-o ao período de Antíoco IV Epifânio. Em um sentido, portanto, Porfírio e Alcazar se tomaram os precursores do atual método de interpretação histórico-crítico, que limita o sentido e o significado dos escritos apocalípticos bíblicos ao passado.

As propostas de Ribera e Alcazar acabaram por desviar a aplicação protestante do anticristo ao papado. A primeira situava o anticristo num futuro distante; a segunda, ao passado remoto. Embora essas abordagens fossem mutuamente excludentes, desviaram a atenção do período histórico do domínio papal.

3. Os Séculos 17 e 18

.Apesar dessas contra-interpretações, a aplicação histórica da literatura apocalíptica prosseguiu através dos séculos 17 e 18, com o aparecimento de centenas de comentários na Grã-Bretanha, Europa e no Novo Mundo. Expositores notáveis desse período incluem Joseph Mede (1586-1638), Is a ac Newton (1642-1727) e johann A. Bengel (1687-1752). Embora variando em detalhe, clareza e compreensão, esses expositores continuaram com suas aplicações da apocalíptica bíblica ao cumprimento dos eventos históricos.

As concepções quiliásticas desse período foram desafiadas por um nova teoria milenarista formulada por Daniel Whitby (1638-1726). Whitby postulava um milênio espiritual, que consistia no triunfo universal do evangelho e na conversão de todas as nações durante os mil anos de Apocalipse 20, antes da segunda vinda de Cristo.

Whitby vislumbrava uma sociedade na qual os valores judaico-cristãos seriam a influência predominante. Ele cria que o milênio era uma “era dourada” de justiça e paz paradisíaca, durante a qual as nações se converteríam ao cristianismo antes da volta de Cristo. Lamentavelmente, essa postergação do advento de Cristo para um futuro distante além do milênio tinha a tendência de diluir o senso da iminente vinda de nosso Senhor e embalar o povo numa falsa segurança.

D. O *Período Moderno*

1. Reavivamento do Interesse na Profecia

O violento extermínio das instituições sociais e políticas na Europa durante a

Revolução Francesa despertou um interesse sem precedentes na apocalíptica bíblica. Inaugurou-se uma nova fase no estudo dos livros de Daniel e Apocalipse em ambos os lados do Atlântico. Expositores e exposições da literatura apocalíptica pareciam se multiplicar numa escala sem paralelo.

Alguns escritores começaram a chamar esse período de "o tempo do fim", por entenderem que o período era o cumprimento de eventos preditos nas profecias apocalípticas. Havia intensa expectativa, especialmente entre grupos como os mileritas, em torno do segundo advento de Cristo e o posterior início do milênio.

A insistência na letra da Escritura e a avidez em vindicar as profecias do AT referentes a Israel fizeram com que alguns pré-milenaristas fossem aos extremos do literalismo, introduzindo um quiliasmo judaizante. Essa tendência, que cresceu em popularidade e continua até hoje como a forma dominante de pré-milenarismo, passou a ser conhecida como dispensacíonalismo.

Em contraste com as exposições pré-mi-Ienaristas da Escritura, através do restante do século 19, os pós-mílenaristas continuaram a proclamar sua doutrina do melhora-
806 ► mento universal e conversão mundial antes da segunda vinda de Jesus.

Num desenvolvimento paralelo, as concepções racionalistas da profecia mediadas inicialmente por Porfírio e Alcazar foram popularizadas por Hugh Broughton (1549-1612), Hugo Grotius (1583-1645), Henry Hammond (1605-1660) e os racíonalistas alemães. A última abordagem relegava a apocalíptica bíblica ao passado distante, privando-a de seus elementos preditivos e da amplitude cósmica.

Essa forma de preterismo é melhor conhecida hoje como escola histórico-crítíca. Com exceção de escritores ocasionais que continuam a considerar as predições apocalípticas como prognósticos panorâmicos de eventos, a abordagem histórico-crítica passou a dominar a exposição apocalíptica até a atualidade. Logo se desfez a distinção entre apocalíptica bíblica e não bíblica e se começou a estudar os documentos apocalípticos apenas como fenômeno histórico.

2. Estudo Histórico-Crítico
do Apocalipse

A primeira descrição abrangente da apocalíptica judaico-cristã foi publicada por Friedrich Lücke, em 1832. Ele iniciou seu estudo fazendo uma investigação do livro do Apocalipse e depois se voltou para outras composições apocalípticas. O subtítulo da obra é significativo: *An Attempt at a Comprehensive Introõuction to the Reveíation of John and to the Complete Apocalyptic Literatura* ["Tentativa de uma Introdução Abrangente ao Apocalipse de João e à Completa Literatura Apocalíptica"].

Lücke acreditava que a apocalíptica judaica era mais bem representada no livro de Daniel (embora, para ele e para outros críticos de sua época, o livro datasse do 2° século antes de Cristo); e a apocalíptica cristã, no livro do Apocalipse. Apesar disso, ele ainda procurava preservar a singularidade da religião revelada, ao estabelecer a distinção entre os escritos apocalípticos canônicos e os não canônicos. Chegou à conclusão de que a literatura apocalíptica é essencialmente profética, embora reconhecesse que nem toda a profecia da Bíblia é apocalíptica. A seu ver, a essência da literatura apocalíptica era sua concepção universal da história.

Num breve artigo publicado em 1843, Eduard Reuss agiu sob a convicção de que o Apocalipse de João devia ser considerado parte da literatura apocalíptica. Diferentemente de Lücke, Reuss abandonou a distinção entre o Apocalipse canônico de João e os outros apocalipses, atitude que se tornou desde então a norma aceita no estudo histórico-crítico, Reuss decidiu examinar as

composições a partir de uma postura racionalista, estudando-as à medida que faziam sua aparição na história.

A primeira monografia tratando especificamente da apocalíptica judaica foi publicada por Adolf Hilgenfeld, em 1857. Hilgenfeld procurou descobrir a natureza da literatura apocalíptica por meio de um estudo de seu desenvolvimento histórico. Tentou substituir a distinção feita por Lücke entre escritos inspirados e não inspirados e aplicou constructos hegelianos ao desenvolvimento da literatura apocalíptica.

Com exceção dos sinais ocasionais de interesse, o estudo da apocalíptica declinou durante quase um século após Hilgenfeld. Os historiadores localizaram a origem dessa mudança na poderosa influência da monumental reconstrução da religião israelita publicada por Wellhausen em 1878.

Wellhausen e seus estudantes negaram qualquer espírito profético autêntico às obras apocalípticas, por entenderem que seus autores não passavam de imitadores dos profetas pré-exílicos e tomadores de empréstimos de material estrangeiro, principalmente persa. Tendo em vista que os eruditos anteriores haviam considerado as obras apocalípticas como elos entre a profecia e o cristianismo do Novo Testamento, Wellhausen afirmava que os profetas clássicos foram os predecessores espirituais de Jesus. Essa ideia deu origem à teoria da “conexão profética”. Em conformidade com essa teoria, foi negada qualquer ligação entre profecia e literatura apocalíptica, e deu-se pouco valor aos escritos apocalípticos.

Entre as notáveis exceções, estava o erudito britânico Robert H. Charles. No princípio do século 20, ele desenvolveu um absorvente fascínio pela literatura apocalíptica. Embora empregasse as ferramentas desenvolvidas por Wellhausen, Charles devotou a vida inteira a coligir textos apocalípticos e apócrifos. Preparou edições e traduções críticas dessas obras e se esforçou por descobrir as qualidades intrínsecas do apocalipcismo. Entre suas muitas publicações, destaca-se a monumental obra em dois volumes *Apocrypha and Pseudoep igrapha of the Old Testament,* uma ferramenta indispensável para os eruditos durante 70 anos. <807

Como Wellhausen, Charles seguia os princípios literários e de crítica de fonte que pressupunha padrões de coerência, consistência e lógica aristotélica, amplamente alheia aos materiais apocalípticos e bíblicos. Por acreditar em um ponto de vista consistente e na uniformidade em conteúdo e estilo, Charles era intolerante para com a inconsistência e repetição perceptível na literatura apocalíptica. Sua datação dos documentos apocalípticos foi grandemente influenciada por sua perspectiva evolucionária. O "espírito racional” hegeliano continuou vivo em sua reconstrução histórica da literatura apocalíptica.

Diferentemente de Wellhausen, Charles via uma ligação orgânica entre profecia e literatura apocalíptica. Agindo assim, contraditava a teoria da ligação profética proposta por Wellhausen e defendia resolutamente uma íntima relação entre a literatura apocalíptica e o cristianismo do NT,

A continuidade entre profecia e literatura apocalíptica proposta por Lücke, Reuss, Hilgenfeld, Charles e outros foi mantida nos escritos de Harold H. Rowley *(The Relevance of Apocalyptic*, 1944), David S. Russell (*The Method and Message of Jeivish Apocalyptic*, 1964), Peter von der Osten-Sacken *(Die Apokalyptik in ihrem Verhaltnis zn Prophetie und Weisheit*, 1969) e em Paul D. Hanson *(The Dawn of Apocalyptic,* 1975) e Joyce G. Baldvvin *(Daniel*, 1978).

Na virada do século, outra abordagem histórico-crítica da literatura apocalíptica teve como precursor Hermann Gunkel *(Schõpfung und Chãos in Urzeit und Endzeit*, 1895). Gunkel tentou isolar o que acreditava

serem fragmentos místicos embutidos na literatura apocalíptica. Visto que, de acordo com Gunkel, esses fragmentos não podiam ser equiparados a eventos históricos, ele procurava descobrir seu significado no padrão mais amplo da antiga mitologia do Oriente Próximo.

Embora Gunkel tenha recorrido à mitologia babilônica, estudos mais recentes que tipificavam essa abordagem tendem a enfocar principalmente a literatura cananita. Historiadores da religião sugerem que o culto real em Jerusalém absorveu os temas e conceitos cananitas na religião de Israel até ressurgirem nos escritos apocalípticos.

A metodologia e a abordagem comparativa sugerida por Gunkel foram posteriormente desenvolvidas por escritores como Sigmund Mowinckel (He *That Cometk,* 1954), Frank M. Cross (*Canaamte Myth and Hebrexv Epic,* 1973) e John J. Collins (*The Apocaly-ptic hnagination,* 1984). Em vez de procurar associações históricas na literatura apocalíptica, essa abordagem prefere investigar as alegadas raízes mitológicas da imagística apocalíptica e depois lhes imprimir significados simbólicos e alusivos.

Um terceiro rumo na pesquisa apocalíptica contemporânea é procurar compreender a literatura no contexto dos escritos religiosos sincretistas helenísticos e orientais.

O vivido e atual interesse em literatura apocalíptica teve início num ensaio programático escrito por Ernst Kasemann, em 1960, no qual ele afirma que "a literatura apocalíptica é a mãe da teologia cristã".

Teólogos sistemáticos como Wolfhart Pannenberg (*Revelation as History,* 1968) e Jürgen Moltmann ('*Theology ofHope,* 1967) também dirigiram a atenção para a importância da literatura apocalíptica para os primeiros estágios da teologia cristã. Essa relação entre literatura apocalíptica e cristianismo é bastante surpreendente, levando-se em conta a prévia rejeição acadêmica de um elo entre a literatura apocalíptica e o cristianismo primitivo. Para um número crescente de eruditos contemporâneos, a literatura apocalíptica judaica é essencial a fim de se compreender o cristianismo primitivo e a teologia cristã.

3* Abordagens Contemporâneas à Apocalíptica Bíblica

As abordagens à literatura bíblica apocalíptica na segunda metade do século 20, embora complexas e diversificadas, podem ser agrupadas em duas categorias gerais: abordagens espirituais e alegóricas, e interpretações literais e históricas. <806

O pós-milenarismo (ou seja, a ideia de que o segundo advento de Cristo ocorre depois do milênio), originário dos escritos de Daniel Whítby, dominou o pensamento escatológico entre os protestantes conservadores durante a maior parte do século 19; mas desfruta agora de baixa popularidade. A piora nas condições sociais em todo o mundo de hoje roubou ao pós-milenarismo sua antiga força. Além da crescente precariedade de nossos tempos, a Escritura também milita contra a posição pós-milenarista, já que, contrariamente ao que pensa Whitby, o apóstolo João coloca claramente o segundo advento antes, e não depois do milênio (Ap 19:11-20:10).

a. Abordagens espiritual e alegórica.

Aplicando o Método Crítico-Histórico à literatura apocalíptica da Bíblia, muitos estudiosos veem Daniel e Apocalipse não como prognósticos do que vai acontecer, mas como sugestões do significado interior do universo e da experiência humana.

Embora essa posição sobre a apocalíptica bíblica esteja aumentando em popularidade, principalmente entre eruditos que reconstituem a imagística apocalíptica até à mitologia do antigo Oriente Próximo, não é compartilhada por todos os críticos-históricos. A tendência de ver a imagística apocalíptica como metáforas para entidades históricas

(embora essas entidades estejam limitadas ao passado) foi e ainda é amplamente aceita entre eruditos histórico-críticos.

Outro método de interpretação alegórica ou espiritual da apocalíptica bíblica se encontra na concepção amilenarista de Apocalipse 20:1-10. Nem todos os amilenaristas compartilham todas as pressuposições da erudição histórico-crítica. Apesar disso, eles concordam que os mil anos de Apocalipse 20 são uma representação simbólica da era cristã entre a primeira e a segunda vinda de nosso Senhor. Assim sendo, estamos agora no milênio, pois o reino de Deus começou com o nascimento de Cristo e terminará em Seu segundo advento.

O amilenarismo, articulado primeiramente por Agostinho, é suspeito, porque é hermeneuticamente inconsistente e porque desafia a posição do período de mil anos do livro de Apocalipse, Essa abordagem não apresenta consistência na aplicação dos princípios hermenêuticos em Apocalipse 20 e em outras partes da Escritura,

A estrutura literária do Apocalipse de João se divide em duas seções principais. A primeira metade do livro trata das *sequências históricas* que vão desde os tempos apostólicos até o segundo advento de Cristo. A segunda divisão do livro descreve a *consumação escatológica,* Se a visão amilenarista fosse correta, o milênio deveria ter sido colocado na primeira e não na segunda divisão do livro. Ao colocar os mil anos na segunda seção ou seção escatológica, João situou o milênio no futuro e ancorou Apocalipse 20:1-10 firmemente numa série de eventos que constituem a última e definitiva atividade de Deus em relação ao pecado.

b. Interpretações literais.

A segunda e predominante abordagem contemporânea da literatura apocalíptica bíblica é tipificada no pré-milenarismo (a ideia de que a segunda vinda de Cristo ocorrerá antes do período de mil anos de Apocalipse 20). A interpretação pré-milenarísta tem raízes nos primeiros séculos da igreja cristã. Depois que o amilenarismo de Agostinho se tornou doutrina oficial da igreja no início da Idade Média, o pré-milenarismo ficou latente e reviveu periodicamente ao longo de 20 séculos, principalmente após o declínio do pós-milenarismo no início do século 20.

O pré-milenarismo, à semelhança das interpretações historicistas da profecia apocalíptica, se caracteriza por uma ampla variedade de pontos de vista, embora todos os pré-milenaristas concordem em que o segundo advento de Cristo precede os mil anos de Apocalipse 20.

Em sua maioria, os pré-milenaristas veem as profecias apocalípticas bíblicas como prognósticos. As sequências de eventos em Daniel e Apocalipse conduzem até o fim e formam parte de uma longa e sagrada história, predeterminada por Deus. Essa história sagrada pode ser conhecida pelos que estudam os livros de Daniel e Apocalipse. Os apocalipses bíblicos complementam um ao outro, e é possível compreender suas mensagens segundo o princípio da unidade da Escritura. As imagens das visões representam coisas reais, e as sequências de eventos correspondem a acontecimentos históricos.

O surgimento do dispensacionalísmo no século 19 modificou o pré-milenarismo histórico, de sorte que atualmente o prémilenarísmo dispensacionalista é numericamente dominante entre os pré-milenaristas. Edward Irving, John N. Darby, Lewis S, Ghafer e C. I. Scofield (em especial a Bíblia de Referência Scofield), todos contribuíram para modelar o dispensacionalísmo atual, que representa mais diferentes escolas do que um movimento.

Embora o pré-milenarismo dispensacionalista esteja longe de ser uniforme, muitos ainda concordam com Darby de que a segunda vinda de Cristo acontece em dois estágios. O primeiro envolve um arrebatamento secreto, quando todos os santos cristãos

serão "arrebatados'' para estar com Cristo, e o segundo enfoca a volta de Cristo sete anos depois para governar a Terra por mil anos.

Darby acreditava que durante os sete anos futuros, ou "era porvir", ocorreríam conversões em massa, mesmo com o término da era evangélica e a remoção do Espírito Santo da Terra. Durante o milênio subsequente, a adoração no templo judaico seria restabelecida em Jerusalém, e as profecias neotestamentárias do reino seriam finalmente cumpridas. Essa insistência em um cumprimento literal das profecias do reino do AT em uma nação judaica restaurada levou a uma forma judaízante de quiliasmo (ver Milênio III.B.7).

E. Interpretação Adventista do Sétimo Dia

Os adventistas do sétimo dia também são pré-milenaristas, mas, como a maioria dos pré-mílenaristas do princípio do século 19, não são dispensacionalistas. Dada sua compreensão historicista da literatura apocalíptica da Bíblia, os adventistas creem que a história já percorreu a maior parte de seu curso e que a segunda vinda de Cristo está bem próxima.

Por acreditarem que a Escritura ensina um retorno cataclísmico de nosso Senhor antes do milênio, os adventistas não encontram nenhum apoio bíblico para um segundo advento em duas etapas: um "arrebatamento" e uma "aparição". O vocabulário escriturístico usado para descrever a volta de nosso Senhor sugere que a segunda vinda será um evento indivisível, único, literal, audível e visível (ver Segunda Vinda I.E.1-5).

No segundo advento de Cristo, os crentes encontrarão o Senhor nos ares e ascenderão com Ele para os lugares celestiais que lhes foram preparados, enquanto os impenitentes serão mortos (cf. Jo 14:2, 3; lTs 4:16, 17; Ap 19:11-21). O milênio começa, portanto, com uma Terra despovoada. O aprisiona mento de Satanás consistirá em sua incapacidade de dar seguimento a sua nefanda atividade, devido ao despovoamento da Terra (Ap 20:1-3, 7, 8; ver Milênio).

Visto que Apocalipse 20 é a única passagem na Escritura que descreve explicitamente o período de mil anos, qualquer descrição válida do milênio deve se derivar dessa passagem ou estar de acordo com ela. Não há, portanto, nenhuma razão para extrair dela o sentido não explícito de profecias do reino não cumpridas do AT, originalmente aplicadas à nação judaica. Não existe ali evidência de que ocorrerão conversões depois da segunda vinda de Cristo, pois todos os destinos já terão sido selados com o regresso de nosso Senhor. De igual modo, a ideia de que o ritual do templo voltará a funcionar, ainda que apenas no tocante a serviços e sacrifícios comemorativos, é uma ideia equivocada à luz da eficácia e da natureza não repetível da morte do nosso Salvador.

No fim do reino de Cristo de mil anos com Seus santos no Céu, os impenitentes na Terra revivem, Satanás retoma sua atividade de engano, ocorre o juízo final, todo mal é eliminado e são estabelecidos um novo céu e uma nova Terra (Ap 20:7-21; 4; ver Juízo III.B.3; Milênio Í.C.3).

Os adventistas do sétimo dia dão, portanto, continuidade à interpretação histórica e pré-milenarista da literatura bíblica apocalíptica, crendo que o cumprimento das predições abrange toda a história desde os impérios pagãos dos dias de Daniel até o estabelecimento definitivo do reino de Deus. Os adventistas não aceitam a aplicação total das visões apocalípticas de Daniel e Apocalipse ao passado. Também evitam a tendência "espiritualizante" do pós-milenarismo ou do amílenarismo bem como a tendência "ultraliteralizante", que levou pré-milenaristas dispensacionalistas a uma forma judaizante de quiliasmo.

A visão adventista da iminência do retorno de Cristo e a finalidade desse

evento que traz salvação muda a noção de uma "era de ouro" para uma "era porvir". A interpretação profética adventista também evita completamente as armadilhas de especulação e dosensacíonalismo tão popular entre os pré-milenaristas.

Embora os adventistas desejem ardentemente um novo mundo, empenham-se seriamente na responsabilidade social, cultural e ecológica mesmo no presente mundo. Apesar disso, a oração deles em todo o tempo é: "Amém. Vem, Senhor Jesus!"

V. Comentários de Ellen G* White

Os extensos escritos de Ellen G. White revelam uma pessoa que tinha alta consideração e era profundamente influenciada pela literatura apocalíptica da Bíblia, especialmente os livros de Daniel e Apocalipse. Segundo ela, esses livros têm importância e valor especial para o povo de Deus nos últimos dias, por isso recomendava que fossem estudados cuidadosamente. Gomo intérprete, ela adotava coerentemente a abordagem historicísta, entendendo as visões de Daniel e Apocalipse como o desdobramento de sucessivas etapas da história que deviam culminar no segundo advento de Jesus e na restauração de todas as coisas.

Por causa de sua maneira difusa de empregar a Escritura, é impossível quantificar as referências de Ellen White à literatura bíblica apocalíptica. Ela não escreveu nenhum livro específico sobre Daniel ou Apocalipse, nem sobre escatologia propriamente dita, Mas podemos, por meio de duas medidas, aferir um pouco da profunda influência da literatura apocalíptica sobre o pensamento dela. Prímeiramente, o *Comprehensive Index to the Writings of Ellen G. White* lista as referências bíblicas utilizadas em suas principais obras. Cada página dessa listagem apresenta diversas centenas de referências, e para o livro de Daniel o *índice* abrange mais de duas páginas inteiras, ao passo que para o Apocalipse, estende-se em oito páginas completas. Em segundo lugar, uma compilação dos escritos de Ellen White sobre o tema dos últimos dias, publicada em 1992, com o título *Eventos Finais,* abrange 306 páginas.

As citações a seguir são típicas de muitas que podem ser extraídas dos escritos de Ellen White.

A. *Chamado para Estudar Daniel e Apocalipse*

"Lede o livro de Daniel", aconselhou ela. "Recapitulai ponto por ponto a história dos reinos ali representados. Contemplai os estadistas, concílios, poderosos exércitos, e vede como Deus atuou para abater o orgulho dos homens e lançar por terra a glória humana. [...] A luz que Daniel recebeu de Deus foi dada especialmente para esses últimos dias" (TM, 112, 113). "O livro do Apocalipse abre ao mundo o que foi, o que é o que há de ser. Cumpre estudá-lo com temor reverente, Somos privilegiados em conhecer o que é para nossa aprendizagem" (RIT, 31/8/1897).

Aos ministros ela aconselhou: "Os pastores devem apresentar a firme palavra da profecia como o fundamento da fé dos adventistas do sétimo dia. As profecias de Daniel e Apocalipse devem ser cuidadosamente estudadas e, em ligação com elas, as palavras: 'Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo* (Jo 1:29)" (OE, 148).

B. A Interpretação da Literatura Bíblica Apocalíptica

Ellen White nunca utiliza a palavra "apocalíptico", nem demonstra nenhum interesse nas especulações da erudição histórico-crítica a respeito da relação entre a literatura apocalíptica da Bíblia e a literatura apocalíp- -<= tica em geral. Sua atenção se concentra em

Daniel e Apocalipse e, até certo ponto, em outros capítulos apocalípticos da Bíblia, tais como Mateus 24.

Ela identifica Daniel, o cativo hebreu levado para Babilônia, como o autor do livro com esse nome (PR, 553, 554; T7, 161). Também afirma que ele escreveu cerca de 500 anos antes de Cristo, rejeitando assim, implicitamente, a data do 2º século antes de Cristo para o livro (DTN, 98). Aponta João, o discípulo amado, um dos doze apóstolos originais, como o autor do Apocalipse, e estabelece a escrita do livro perto do fim da vida dele, durante o reinado do imperador Domiciano, que baniu o apóstolo para a ilha de Patmos (AA, 568-571).

Ellen White instava para que o Apocalipse fosse estudado com o livro de Daniel. Em 1902, ela escreveu: "Era minha ideia ter os dois livros encadernados juntos, Apocalipse seguindo a Daniel, oferecendo mais ampla luz sobre os assuntos apresentados em Daniel. O alvo é unir esses livros, mostrando que ambos se relacionam com os mesmos assuntos" (TM, 117).

As muitas referências que ela faz a Daniel e Apocalipse revelam uma hermenêutica coerentemente historicista, embora nunca empregue o termo. Para ela, as profecias desses livros se desenrolam no panorama histórico desde os dias de Daniel e João até o estabelecimento do reino eterno de Deus. Assim como ela nada fala acerca de uma data no 2º século antes de Cristo para a escrita de Daniel, também ignora uma interpretação preterista do Apocalipse. Tampouco é ela uma idealista ou uma futurista: as partes da literatura bíblica apocalíptica, cujo cumprimento jaz no futuro, são apenas a conclusão do revelado curso da história, predita por Deus mediante visão e símbolo.

As declarações a seguir revelam a concepção de Ellen White sobre o cumprimento sequencial das profecias desses livros:

"No Apocalipse são pintadas as coisas profundas de Deus. [...] Suas verdades são dirigidas aos que vivem nos últimos dias da história da Terra, como o foram aos que viviam nos dias de João. Algumas das cenas descritas nessa profecia estão no passado e algumas estão agora tendo lugar; algumas nos apresentam o fim do grande conflito entre os poderes das trevas e o Príncipe do Céu e algumas revelam os triunfos e o regozijo dos remidos na Terra renovada" (AA, 584).

"O livro do Apocalipse expõe ao mundo o que foi, o que é o que há de ser; foi escrito para nossa advertência, de nós outros sobre quem os fins dos séculos têm chegado" (SDABC7, 954).

Embora alguns tenham procurado encontrar nas declarações da Sra. White apoio para um cumprimento duplo da profecia, o peso da evidência milita contra esse ponto de vista. Advertindo contra tais abordagens, ela escreveu: "Acontecimentos, na sequência da profecia, que tiveram seu cumprimento no distante passado, são considerados futuros, e assim, por essas teorias, a fé de alguns é solapada" (ME2, 102). Ellen White fala da cadeia profética passando através da história, com Deus revelando a história "da eternidade no passado à eternidade no futuro" (PR, 536). Ela declara: "As profecias apresentam uma sucessão de acontecimentos que nos levam ao início do juízo. Isso se observa especialmente *no* livro de Daniel" (GC, 356). Em vez de sugerir que Ellen White disse que a profecia deve se repetir, podemos concluir que é a história que se repetirá (Rice, 145-161).

C. *Apresentações Abrangentes*

Os escritos de Ellen White não só revelam um permanente interesse na apocalíptica bíblica, mas também a prática de entrar em detalhes sobre esse tipo de literatura, desenvolvendo no livro do Apocalipse indicações que esboçam um roteiro dos eventos que devem ocorrer antes e depois da segunda vinda. E por isso que toda a segunda metade de sua importante obra

O *Grande Conflito* dedica constante atenção ao período que vai desde o despertamento do advento no início do século 19 até o segundo advento de Cristo e a restauração final de todas as coisas. O primeiro capítulo dessa seção (capítulo 18) trata de Guilherme Miller, que, escreveu ela, como
812 ► Eliseu "foi chamado para deixar o arado e desvendar ao povo os mistérios do reino de Deus" (GG, 331). Os capítulos finais dessa apresentação tratam de eventos que estão ainda no futuro.

Nessa abrangente apresentação, Ellen Whíte dã uma interpretação clara ao chifre pequeno de Daniel 7, ao dragão de Apocalipse 12, à besta semelhante a leopardo de Apocalipse 13 e à besta de dois chifres de Apocalipse 13. Ela equipara os 1,260 dias do tempo profético em Daniel e Apocalipse com os três anos e meio e os 42 meses, cumpridos nos 1.260 anos de supremacia papal (538-1798). Olhando para além de sua época, ela previu o conflito final a respeito do Sábado e da lei de Deus, simbolizado pela imposição da "marca da besta" pela "imagem da besta".

D. A *Divina Superintendência da História*

Para Ellen White, a grande mensagem da literatura bíblica apocalíptica é a divina superintendência da história, O Deus de Daniel e do Apocalipse, o Deus de toda a Escritura, é Senhor do tempo e do espaço. Ele vê tudo, sabe tudo e a tudo controla. Embora não force a vontade humana — a liberdade essencial é uma realidade — faz todas as coisas concorrerem para a realização de Seu eterno propósito. Por mais caótica e sem sentido que a vida possa parecer â humanidade, Deus está no comando, e, no final das contas, resolverá tudo e restaurará perfeita paz e harmonia no mundo.

Falando da primeira vinda de Jesus, Ellen White escreveu: "Mas, como as estrelas no vasto circuito de sua indicada órbita, os desígnios de Deus não conhecem adiantamento nem tardança. [...] Assim, nos divinos conselhos fora determinada a hora da vinda de Cristo. Quando o grande relógio do tempo indicou aquela hora, Jesus nasceu em Belém" (DTN, 32).

Essas palavras mostram a concepção de Ellen White quanto ao curso da história divina: Deus continua no controle. Embora os seres humanos cooperem e interajam com o plano divino, eles não o podem frustrar.

Ela descreve a serena e controlada superintendência divina da história: "Nos anais da história humana, o desenvolvimento das nações, o nascimento e a queda dos impérios aparecem como que dependendo da vontade e proeza do homem; a configuração dos acontecimentos parece determinada em grande medida pelo seu poder, ambição ou capricho. Mas, na Palavra de Deus, a cortina é afastada, e podemos ver acima, para trás e pelos lados, as partidas e contrapartidas do interesse, poder e paixões humanos - as instrumentalidades do Todo-misericordioso - executando paciente e silenciosamente os conselhos de Sua própria vontade" (PR, 499, 500).

Esse, naturalmente, é o retrato da história apresentado pela literatura bíblica apocalíptica. Em Daniel, Yahweh estabelece reis e remove reis; no Apocalipse Ele zela pela menina do Seu olho: a igreja,

E, por fim, Deus faz um novo céu e uma nova Terra, nos quais habita justiça:

"O grande conflito terminou. Pecado e pecadores não mais existem. O Universo inteiro está purificado. Uma única palpitação de harmonioso júbilo vibra por toda a vasta criação. DAquele que tudo criou emanam vida, luz e alegria por todos os domínios do espaço infinito. Desde o minúsculo átomo até ao maior dos mundos, todas as coisas, animadas e inanimadas, em sua serena beleza e perfeito gozo, declaram que Deus é amor" (GG, 678).

VL Literatura

Charlesworth, James H., ed, *The Old Teslament Pseuâepigrapha,* 2 vols. Garden City: Doubleday, 1983-1985.

Collins, John J. *The Apocalyptic hnagination: An Introduction to the Jewish Matríx of Christianity,* Nova York: Crossroad, 1984.

Froom, LeRoy E. *The Prophetic Faith ofOnr Fathers.* 4 vols. Washington: Review and Herald, 1946-1954.

Píolbrook, Frank B., ed. *The Seventy Weeks, Leviticus, and the N ature of Prophecy.* Daniel and Revelation Committee Series, v. 3. Washington: Biblical Research Institute, 1986.

—-------- . *Symposhtm on Daniel.* Daniel and Revelation Committee Series, v. *2.* Washington: Biblical Research Institute, 1986.

---------- . *Symposium on Revelation — Book 1.* Daniel and Revelation Committee Series, v. 6. Silver Spring: Biblical Research Institute, 1992.

---------- . *Symposium on Revelation — Book* 2. Daniel and Revelation Committee Series, v. 7, Silver Spring: Biblical Research Institute, 1992.

Koch, Klaus. *The Rediscovery of Apocalyptic.* Studies in Biblical Theology, secohd series, n° 22. Londres: SCM, 1972.

McGinn, Bernard. *Visions of the End: Apocalyptic Tmditions in the Middle Ages.* Nova York: Columbia University Press, 1979.

Rice, George E. "Ellen G. Whites Use of Daniel and Revelation." Em *Symposhtm on Revelation — Book 1.* Daniel and Revelation Committee Series, v. 6. Ed, Frank B, Holbrook. Silver Spring: Biblical Research Institute, 1992.

"The Role of Israel in Old Testament Prophecy." *The SDA Bihle Commentary.* Washington: Review and Herald, 1955. 4:25-38.

Rowland, Christopher. *The Open Heaven: The Study of Apocalyptic in Judaism and Early Christianity.* Nova York: Crossroad, 1982.

Shea, William H. *Selected Studies on Prophetic Interpretation.* Daniel and Revelation Committee Series, v. 1. Washington: Biblical Research Institute, 1982.

23
Julgamento Divino

Gerhard F. Hasel

Introdução

O tema do julgamento é tão predominante na Bíblia quanto o tema da salvação. O julgamento e a salvação são temas gêmeos, que se entrelaçam como fios desde Gênesis até o Apocalipse. Isso acontece porque a salvação e o julgamento refletem as características gêmeas da misericórdia e da justiça na natureza de Deus. Assim sendo, os temas duplos da salvação e do julgamento, que refletem a misericórdia e a justiça divinas, não podem e não devem ser dissociados. Caso contrário, perderíam ambos sua plenitude e mútua complementaridade. [1]

O julgamento merece cuidadosa atenção, visto que envolve questões como (a) justiça divina num mundo injusto (teodiceia), (b) retribuição pelas ofensas, (c) sofrimento de inocentes, (d) a resolução do conflito entre o bem e o mal e (e) o término do pecado e do sofrimento. Mas, acima de tudo, o juízo final justifica o Criador — Seu caráter, lei e governo — na mente de todas as inteligências criadas, leais ou perdidas, obtendo por meio disso eterna paz e segurança para o Universo. É por isso que o juízo é retratado nas Escrituras como parte essencial do “evangelho eterno" (Ap 14:6, 7).

1. Linguagem de Julgamento
   - A. Linguagem Judicial no AT
     1. A Raiz Hebraica *Shpt* e Derivados
     2. A Raiz Hebraica *Din* e Derivados
     3. A Raiz Hebraica fíiv e Derivados
   - B. Linguagem Judicial no NT
     1. O Arranjo Semântico de *Krinõ*
     2. O Substantivo *Krisis*
     3. O Substantivo *Krima*
     4. O Substantivo *Kritês*

U. O julgamento Divino no Processo da História
   - A. Julgamento Divino e Graça em Gênesis
     1. Pecado, Queda, Julgamento Divino e Graça
     2. Pecado, Julgamento Divino e Graça para Caim
     3. Pecado, Julgamento Divino e Graça para o Mundo
     4. Pecado, Julgamento Divino e Graça para Sodoma e Gomorra
   - B. Pecado, Julgamento Divino e Graça para as Nações e para Israel
     1. Julgamento Divino e Graça para os Cananeus
     2. Julgamento Divino e Graça para as Nações
     3. Julgamento Divino e Graça para o Antigo Israel
   - C. Judicatura Divina
   - D. Julgamento Divino de Acordo com as Obras
   - E. Juízo Retributivo e Consequências Naturais das Ações Humanas

III. Julgamento Divino e o Fim da História: o Juízo Final
   - A. Sumário do Juízo Final Universal
     1. Juízo Final Universal nos Profetas do AT
     2. Juízo Final Universal nos Ensinos de Jesus
     3. Juízo Final Universal nos Ensinos dos Apóstolos

4. juízo Final Universal no Fim do Mundo
B. Apresentações Detalhadas do Juízo Final Universal
1. Juízo Investigativo Pré-Advento
2. Juízo Milenial Pós-Advento
3. Juízo Executivo Pós-Milênio
IV. juízo e Vida Cristã
V. Contexto Histórico
A. Juízo Divino desde a Igreja Primitiva até o Iluminismo
B. Juízo Divino desde o Iluminismo até a Atualidade
1. Tendências na Teologia Liberal
2. Tendências na Teologia Evangélica -4-
C. Concepção Adventista
VI. Comentários de Ellen G. YVhite
A. Juízo Investigativo Pré-Advento
B. Juízo Milenial Pós-Advento
C. Juízo Executivo Pós-Milênio
VIL Literatura

I. Linguagem de Julgamento

A linguagem específica de julgamento utilizada na Bíblia é rica e multifacetada. Mas o tema do julgamento se faz presente em diversos lugares da Escritura, ainda que sem o emprego da terminologia jurídica típica. Apesar disso, é esclarecedor investigar a linguagem explícita do julgamento, tanto no AT como no NT.

A. *Linguagem Judicial tio* AT

l. A Raiz Hebraica *Shpt* e Derivados

A raiz hebraica *shpt* é usada num total de 642 vezes no AT, tanto em formas verbais quanto nominais. Elas se referem a uma ação que restaura uma relação debilitada ou conturbada.

O hebraico *shopet é* usado 58 vezes para se referir a uma pessoa que põe à prova a culpa ou a inocência de um acusado, proferindo depois um veredito a favor ou contra aquela pessoa (Dt 1:16; iSm 7:15-17). Contudo, um "juiz" é também um "ajudante", "salvador", ou "libertador" (Jz 3:9, 15; 2Rs 13:5; Is 19:20; Ne 9:27). O objetivo do "juiz" é promover o bem-estar e a paz (heb. *shalom).* O julgamento oferece libertação, justificação e salvação; ou condenação e castigo.

O substantivo "juízo" ou "justiça" (heb. *mishpat)* é usado 424 vezes. Entre os seus diversos significados, destacam-se os seguintes: (1) decisão judicial (c. 200 vezes; lRs 20:40), (2) causa judicial (Is 3:14), (3) autoridade,. direito ou justiça, como atividade humana (SI 106:3; Pv 12:5), mas especialmente (4) um atributo de Deus (Dt 1:17; 32:4; SI 119:149). Deus executa juízos (plural, *shepatim*) contra os deuses egípcios e o primogênito do Egito (Êx 12:12; Nm 33:4), resgatando Israel "com braço estendido e com grandes manifestações de julgamento" (Êx 6:6).

Israel também sofre juízos divinos (Ez 5:10, 15). Deus pode enviar esses juízos por meio de desastres militares ("espada", Is 3:25; Jr 9:16) e/ou catástrofes naturais, como em Ezequiel 14:21: "juízos, a espada, a fome, as bestas-feras e a peste" Um Israel infiel, rebelde e que viola a aliança é tratado com juízos punitivos da mesma forma como Deus executa "juízos" sobre as nações pagãs como Moabe (Ez 25:11) e o Egito (Ez 30:19). Apesar disso, os sobreviventes escaparão, e o Senhor os restaurará (Am 9:11-15). Esse remanescente fiel será protegido dos inimigos e opressores pelo prõprio Deus, que executará juízo contra aqueles "que os tratam com desprezo" (Ez 28:26).

A forma verbal da raiz hebraica shpt / julgar", expressa, com frequência, a ideia de fazer julgamento entre duas pessoas (Gn 16:5) ou dois grupos de pessoas (Jz 11:27) cujo relacionamento fora interrompido. Elas são, portanto, reconciliadas e voltam a um estado de "paz" (heb. *shalom),* mediante o julgamento de uma terceira parte.

A atividade judicial pode se encerrar numa decisão desfavorável, numa condenação (Ez 23:45) ou numa decisão favorável, a absolvição do acusado (SI 10:18, com Deus como sujeito; Is 11:4; SI 82:3, com o povo como sujeito), Isso é ilustrado em Deuteronômio 25:1, que afirma: "Em havendo contenda *[riv]* entre alguns, e vierem a juízo, os juizes os julgarão *[shpt],* justificando ao justo e condenando ao culpado."

Os oprimidos gritam: "julga-me" ou "vindica-me" (SI 7:8; 35:24; 43:1). O apelo é dirigido a Yahweh, a quem invocam para "julgar" ou "vindicar" os oprimidos, trazendo-lhes salvação e livramento. Só Deus pode administrar justo juízo e vindicação definitiva,

Com base nos diversos empregos da raiz hebraica *shpt,* fica evidente que nas atividades judiciais, tanto humanas quanto divinas, o aspecto dual de condenação/cas-

► 918 tigo e absolvição/libertação desempenha papéis-chave, E possível usar diversas formas, tanto no sentido positivo quanto no negativo, O julgamento não é intrinsecamente negativo.

2. A Raiz Hebraica*Din* e Derivados

Embora tenha o significado básico de "juiz", *din* expressa, em sentido mais estrito, uma decisão autorizada e obrigatória em uma causa judicial. Empregam-se, muitas vezes, as formas verbais de *din* no paralelismo com uma forma do verbo *shpt* (SI 9:8 [9]; 140:13 [12]; Pv 31:9; Is 10:2), indicando um sentido estreitamente relacionado.

Yahweh "fará justiça *[shpt]* a Seu povo" (Dt 32:36) e "julga os povos" (SI 7:8), vindo em seu resgate para inocentá-los. O rei messiânico julgará "com justiça" o Seu povo (72:2). Pelo lado negativo, Ele julgará "a gente a que têm [Israel] de sujeitar-se" (Gn 15:14) e julgará Israel, Seu povo (Is 3:13), que procedeu impiamente.

O substantivo hebraico *din* (usado 19 vezes) apresenta acepções como "direito" (Dt 17:8; Jr 5:28; SI 9:4 [5]; Pv 29:7) e "pleito" ou "causa" (Jó 35:14; Et 1:13). Pode se referir também a "juízo" ou "veredito" (SI 76:8 [9]) proferido por Deus desde o Géu.

O substantivo *ãayyan,* "juiz" ou "protetor", aparece em 1 Samuel 24:15 e no Salmo 68:5 [6], como uma designação para a divindade. Deus é o juiz. O nome de Daniel, baseado em *din,* significa "Deus é meu juiz".

Em Daniel 4:37 [34], o substantivo aramaico *din* é atribuído ao Rei do Céu com o significado de "justiça". O mesmo substantivo é usado na cena de juízo celestial, em Daniel 7, no sentido de "tribunal" de juízo (Dn 7:10) e "justiça" concedida pelo Altíssimo a Seus santos (v. 22).

3. A Raiz Hebraica *Riv* e Derivados

O significado básico de *riv* é "disputar, pelejar, empenhar-se, contender" (Gn 26:20-22; Nm 20:3; Dt 33:7, 8) ou "executar uma causa, empenhar-se num pleito" (Is 3:13; Jr 2:9; Os 4:4; SI 74:22).

O substantivo *riv* (62 vezes) designa uma disputa entre pessoas ou grupos (Gn 13:7; Dt 25:1; Is 58:4). Gontudo, de grande importância para nosso estudo é seu emprego no sentido de litígio pactuai (SI 35:23). Deus é descrito como alguém que vem prestar ajuda legal a uma pessoa ou grupo (ISm 25:39; 2Sm 22:44; SI 35:1, 23; Lm 3:58). Yahweh entra em contenda (ou causa legal) com as nações (Jr 25:31; 51:36). Apresenta também uma causa pactuai contra Seu próprio povo Israel (Os 4:1; Mq 6:2; Jr 2:9), mas luta em favor dele (Jr 50:34; 51:36). Yahweh é tanto juiz como defensor; assume ao mesmo tempo o papel de promotor e de advogado.

B. *Linguagem Judicial no NT*

O grego *koinê* do NT dispõe de uma série de palavras empregadas para expressar as diversas idéias de julgamento. O significado preciso dessas palavras depende tanto do contexto como da palavra em si;

1. O Arranjo ***Semântico*** de ***Krinõ***

O verbo grego *krinõ*— que significa separar, distinguir, discriminar, dividir, julgar~é usado como termo técnico legal nos contextos de julgamentos humanos com a ideia de julgar, decidir uma caüsa ou ser levado a um tribunal (por exemplo, Lc 19:22; Jo 7:51; At 25:9, 10), E empregado também nos julga-: mentos nos quais Cristo ou Deus é o agente (Jo 5:30; 8:16; ICo 5:13; 2Tm 4:1; Tg 2:12; lPe 4:5; Ap 6:10).

As vezes, as acepções "condenar" ou "punir" são mais apropriadas do que "julgar". O Pai, por exemplo, não enviou Cristo para "condenar" (em vez de "julgar") o mundo (Jo 3:17, 18). Os que conhecem a lei serão "condenados" (e não "julgados") por ela (Rm 2:12). "O Senhor julgará [ou punirá] o Seu povo" (Hb 10:30).

2. O Substantivo ***Krisis***

Esse substantivo é traduzido por palavras como "juízo", "condenação", "castigo". Expressa, na maior parte dos casos, julgamento penal, no sentido de "condenação" e o "castigo" decorrente. Em 2 Pedro 2:4 e 11, *krisis ê* empregado como um juízo que leva à condenação. O "dia do juízo" é o dia da condenação pelo Juiz divino (v. 9).

O evangelho de João contém diversas palavras mediante as quais Jesus se refere a um julgamento no presente. João 12:31 se refere ao julgamento de Satanás: "Chegou o momento de ser julgado *[krisis]* este mundo, e agora o seu príncipe será expulso." Em João 16:11, o Consolador convence do "juízo *[krisis],* porque o príncipe deste mundo já está julgado" ("foi condenado", NRSV).

O julgamento de Satanás diz respeito à limitação de sua esfera de atividade. Gondenálo significa restringir suas atividades a este mundo, que "jaz no Maligno" (IJo 5:19).

Conforme o ensino de Jesus, o crente que permanece nEle tem a vida eterna agora: "Quem crê no Filho tem a vida eterna" (Jo 3:36). Os crentes que já possuem a vida eterna ainda morrem, mas Cristo os ressuscitará "no último dia" (Jo 6:40). Ainda passarão por juízo, embora não estejam debaixo de condenação. João 5:24 explica: "Em verdade, em verdade vos digo: quem ouve a minha palavra e crê nAquele que me enviou tem a vida eterna, não entra em juízo, mas passou da morte para a vida." Essa afirmação de Jesus não ensina a inexistência de um julgamento para o crente. João 5:24 é parte integrante dos versos 19-30. O contexto mostra que o Pai "ao Filho confiou todo julgamento *[krisis]"* (v. 22), revelando que um julgamento presente não exclui um julgamento futuro.

As condições de vida eterna agora consistem em ouvir a palavra de Jesus e acreditar que o Pai O enviou (v. 24). Ambos os termos consistem em particípios ativos presentes, que denotam que os crentes devem continuar ouvindo as palavras de Jesus e crendo nEle, para que a vida eterna continue sendo uma constante realidade na experiência deles. A vida eterna não é um estado ou condição impossível de ser perdida; trata-se de uma atual realidade de fé somente para os que permanecem em Cristo. O crente que apóstata perde a vida eterna, e o julgamento determina seu destino.

O crente que permanece fiel "não entra em juízo *[krisis],* que também significa "condenação" ou "castigo". O crente, portanto, "não entra em condenação" (NAB), "não será condenado" (NVI), A Modem *Lcingucige Bible* diz: "não está sujeito à sentença", isto é, "sentença" condenatória.

João 3:19 declara: "O julgamento *[krisis] é* este: que a luz veio ao mundo, e os homens amaram mais as trevas do que a luz; porque as suas obras eram más." O texto enfatiza claramente a "separação" e a "divisão". Pessoas que têm um encontro com Cristo se separam em seguidores (amantes da luz) ou oponentes (amantes das trevas). Na vida de quem *se* encontra com Cristo ocorre uma "crise" *{krisis)* que os força

a tomar uma decisão a favor ou contra Ele. Os que se decidem por Ele não enfrentarão a condenação futura no juízo final, mas aqueles que O rejeitam enfrentarão naquele tempo tanto a condenação quanto o castigo,

3. O Substantivo *Kritna*

Embora *krima* seja tradicionalmente traduzido como ‘juízo", apresenta muitas vezes a conotação de “decisão" ou “sentença judicial", *Krima* é empregado frequentemente num sentido desfavorável, como condenação resultante de uma decisão negativa no julgamento divino (2Pe 2:3; Jd 4; Ap 17:1). Esse significado parece apropriado em diversos exemplos, em que o veredito ou a decisão é desfavorável (Mc 12:40; Rm 13:2; G1 5:10; lTm 5:12; Tg 3:1).

Em alguns contextos, estão presentes em *krima* tanto o aspecto positivo quanto o negativo. Há um veredito divino *[krima]* a favor da causa dos santos “contra [Babilônia]" (Ap 18:20). Nessa passagem *krima* se refere claramente a um juízo, em que Deus toma uma decisão a favor de Seus súditos leais e contra Babilônia.

O contexto de Apocalipse 20:4 revela que *krima* significa “juízo". Emprega-se esse termo ao juízo milenar, para designar a atividade dos santos, agora vindicados e sentados em tronos, como jurados, com autoridade de julgar o pecador na expectativa de proferir um veredito negativo (observe cena semelhante em Daniel 7:10 e 22, em que Deus está sentado e os santos participam do julgamento). Ao que parece, emprega-se esse substantivo aqui devido a sua conotação tipicamente negativa de condenação (cf. Ap 17:1; 18:20). A obra de julgamento aqui referida é a mesma mencionada por Paulo: "Ou não sabeis que os santos hão de julgar o mundo? [...] Não sabeis que havemos de julgar os próprios anjos?" (iGo 6:2, 3). Essa obra consistirá numa investigação cuidadosa dos registros do pecador no Céu (cf. Ap 20:12-15, a aplicação da punição).

4. O Substantivo *Kritês*

Esse substantivo *é* traduzido por “juiz[1]*, aplicável tanto a seres humanos (Mt 5:25; Lc 18:2, 6; At 24:10) como a Deus. Hebreus 12:23 faz referência a “Deus, o Juiz de todos". Tiago 4:12 fala de Cristo como juiz: "Aquele que pode salvar e fazer perecer." Ele é descrito como “reto juiz" (2Tm 4:8), “juiz de vivos e de mortos" (At 10:42) e "o juiz [que] está às portas" (Tg 5:9).

II. O Julgamento Divino no Processo da História

Qual a necessidade de um julgamento no processo histórico, para não falar da consumação dos séculos? O que pede um julgamento? Não seria o amor de Deus suficiente? O amor divino invalida o julgamento divino?

A. *Julgamento Divino e Graça em Gênesis*

Desde o princípio da Bíblia, há profunda relação entre pecado, julgamento e graça. Essa correlação está presente não só em Gênesis, mas também nos livros históricos do AT. Desempenha também papel importante nos escritos proféticos e em outras partes da Bíblia.

1. Pecadoj Queda, Julgamento Divino e Graça

O tentador foi bem-sucedido em introduzir o pecado no mundo, modificando tanto a humanidade como o próprio mundo. Mas Deus entrou imediatamente em cena com o chamado divino: “Onde estás?" (Gn 3:9). Não se deve pensar nesse chamado como condenação, mas como um convite para retornar a Deus e se afastar de Satanás e do cativeiro do pecado que ele inaugurou

no mundo. O Criador Se apresenta como Salvador com uma oferta de graça. O misericordioso Criador também é juiz. Sua atividade judicial consiste em amaldiçoar a serpente (Gn 3:14). Nesse ato, o juízo é pronunciado e executado. Deus também julga a mulher (v. 16) e depois Adão (v. 17-19).

No início da história humana, surge a relação entre pecado, julgamento e graça, que define os rumos para o restante da Bíblia. Após ter feito a primeira promessa messiânica, mediante a qual estabeleceu inimizade entre a serpente e a mulher e anunciou que um "descendente" esmagaria a cabeça da serpente (Gn 3:15), Deus pronuncia um juízo sobre a mulher. Tinha que ver com a dor de parto e o apego ao marido (v. 16). Esse juízo tinha propósito tanto corretivo como restritivo, revelando a graça divina. Servia para restaurar relações fraturadas, salvaguardar a relação conjugal e estabelecer uma nova relação com o Criador-Salvador. Também tinha o objetivo de restringir o crescimento do pecado e da impiedade.

O juízo sobre Adão também foi corretivo e restritivo. Adão devia se afadigar pelo alimento no suor do rosto (v. 19). Isso fazia parte de um mais amplo plano redentor de Deus, que restringiría os efeitos do pecado. O trabalho devia constituir antídoto benéfico para a devastadora ociosidade, provendo felicidade e senso de realização.

Aparecem no conceito bíblico do juízo diversos modelos básicos: (1) O juízo pode ser de natureza remediadora e restritiva. Deus continua a exercer controle sobre o sapecado, estabelecendo novas ordens, estabelecendo novas relações e reduzindo o crescimento do pecado. (2) O pecado é desobediência ao mandamento específico de Deus, que foi dado para proteger o primeiro par de agir errado e de trazer miséria sobre si mesmo e sobre o mundo; o juízo é, portanto, resultado da infração da vontade divina conforme expressa nas leis de Deus.

(3) O aspecto remediador no juízo (quando presente) se destina a promover renovação e restauração; visa conter o pecado e oferecer um meio de a humanidade permanecer leal ao Criador-Redentor,

2. Pecado, Julgamento Divino e Graça para Caim

A narrativa de Caim e Abel mostra o pecado crescendo em novas proporções. O pecado leva ao assassinato de um irmão por causa da questão da adoração apropriada (Gn 4:1-16). Deus confronta Caim diretamente com duas perguntas: "Por que estás zangado?" (v. 6) e "Onde está Abel, teu irmão?" (v. 9). Caim é julgado (v. 10-12) e sai "da presença do Senhor" para estabelecer-se "na terra de Node, a oriente do Éden" (v. 16).

A sequência de acontecimentos na história de Caim e Abel pode ser esboçada como segue: pecado humano (v. 3-8), intervenção divina com julgamento (v. 9-12), graça perdoadora para proteção (v. 13-15) e castigo aplicado (v. 16). É impressionante como Deus desempenha papel decisivo não apenas em julgar e punir, mas também em oferecer bondosa proteção contra ameaça futura.

O juízo parece ser tanto de natureza punitiva (retributiva) quanto corretiva; ele controla o pecado, restringe os resultados do castigo e protege Caim do tratamento de "olho por olho, dente por dente" (Ex 21:23).

3. Pecado, Julgamento Divino e Graça para o Mundo

A narrativa dos "filhos de Deus" (setitas) que se casaram com as "filhas dos homens" (cainitas), em Gênesis 6:1-4, oferece um pano de fundo para a deterioração da natureza humana, que trouxe como resultado o dilúvio universal, pondo um fim ao mundo antediluviano (Gn 6-9).

Pela época de Noé, "viu o Senhor que a maldade do homem se havia multiplicado na Terra e que era continuamente mau todo

desígnio do seu coração" (6:5). A Terra "estava corrompida" e "cheia de violência" (v. 11) e "todo ser vivente havia corrompido o seu caminho na Terra" (v. 12). Essa corrupção universal incluía o pensar e o agir humanos e ofereceu o motivo moral para Deus enviar juízo retributivo (punitivo), na forma de uma inundação destrutiva.

A motivação moral da Escritura é única no mundo antigo. Nenhuma das histórias de dilúvio conhecidas do antigo Oriente Próximo, sejam sumerianas ou acadianas, oferece uma motivação moral para o juízo divino. As histórias não bíblicas do dilúvio envolvem deuses que agem caprichosamente ao enviar um dilúvio sem qualquer razão moral que justifique ação tão severa. O épico de Atrahasis relata que as divindades enviaram o dilúvio porque o ruído dos homens em seus festins noturnos perturbava o sono dos deuses.

A narrativa bíblica, em contrapartida, revela um Deus que envia juízo por causa do aumento sem precedentes do pecado em virtude da completa corrupção moral da humanidade. O juízo divino da narrativa do dilúvio revela que o juízo é de natureza retributíva, que traz sobre os pecadores seu merecido castigo, com base em suas obras ímpias e rebeldes. Também mostra que o juízo tem um propósito restritivo: manter o pecado sob controle. Embora anuncie que vai varrer a vida da face da Terra (v. 7, 13), Deus revela bondosamente Seu propósito de salvar os que se arrependerem (v. 14-22). O castigo divino na narrativa do Gênesis não é indiscriminado nem caprichoso.

A graça divina também estava em operação. Anunciou-se um período de 120 anos de tempo de graça, durante o qual a humanidade pecadora foi convidada a voltar para Deus e ser salva. A graça também foi demonstrada quando se ofereceu um meio de escape para um mundo condenado: devia ser cons-
820 ► truída uma arca e disponibilizada para um remanescente fiel (v. 17, 18),

No relato do dilúvio, há novamente uma sequência específica: (1) aumento do pecado [v. 1-5, 11, 12], (2) anúncio divino do juízo devido ao pecado [v. 6, 7, 13], (3) graça perdoadora para salvar [v. 14-22; 7:1-5] e (4) aplicação do castigo e um remanescente fiel salvo [Gn 7:1—8:22].

4. Pecado, Julgamento Divino e Graça para Sodoma e Gomorra

A narrativa de Gênesis 19 revela novamente a interligação entre julgamento e salvação. Nova mente mostra Deus agindo de maneira direta, sem envolver qualquer agente humano, para enviar juízo retributivo sobre as ímpias cidades da planície. Dois mensageiros (RSV, "anjos") vão à cidade, e Ló os convida para pernoitar em sua casa (Gn 19:1-3). Alguns dos homens da cidade querem sodomizar os forasteiros (v. 4-6). Esse comportamento insultuoso extrapola os limites da iniquidade, e os convidados celestiais informam a Ló que ele e a família devem sair de Sodoma, para que não pereçam "no castigo da cidade" (v. 15),

A narrativa conclui registrando que Deus "subverteu as cidades em que Ló habitara" (v. 29). De acordo com o verso 24, "fez o Senhor chover enxofre e fogo, da parte do Senhor, sobre Sodoma e Gomorra". O agente direto e imediato da destruição das cidades iníquas foi Yahweh, que se serviu de elementos da natureza para provocar o merecido juízo retributivo.

Aqui, como no dilúvio universal, não se trata de Deus abandonar as cidades, permitindo que a humanidade se destrua a si mesma. O próprio Deus põe um fim à maldade delas. Ele é o juiz e o destruidor dos ímpios, embora seja também o Salvador do remanescente fiel. Assim, há uma interação entre juízo, graça e salvação.

Os juízos recontados em Gênesis definem os rumos e fornecem o padrão para a correlação salvação-juízo do restante da Escritura. Uma

criação perfeita sofre permanente impacto do pecado, que continua crescendo em proporções assustadoras. Diversas conjunturas da história humana requerem o julga *mento* divino. Repetidas vezes a graça de Deus opera com recorrentes convites para que as pessoas se arrependam e se voltem para um Deus amoroso e benevolente, cujo propósito é salvar todos quantos desejem ser salvos. Os atos que vão desde comer do fruto proibido até assassínio, homicídio banal, completa corrupção e violência com intensa imoralidade sexual, são punidos pelos juízos apropriados às respectivas situações. Os juízos divinos são corretivos para os pecadores arrependidos; e retributivos para os pecadores obstinados. Em ambos os casos, visam a restringir o aumento do pecado.

O registro também revela que Deus contínua a ser o único e supremo juiz. Não é apenas um juiz justo e íntegro, mas também um Deus que manifesta graça. A justiça divina não pode ser dissociada da graça e da misericórdia divinas. Adão e Eva são julgados conforme mereciam, mas a graça de Deus também retarda a ameaçadora pena de morte. Caim é expulso, mas sobre ele é posto um sinal de graça para protegê-lo. O dilúvio universal destrói toda a vida na Terra, mas só depois que Deus amavelmente oferece salvação a toda a humanidade arrependida. O juízo divino não é indiscriminado, caprichoso nem arbitrário. A justiça divina é aplicada apropriadamente e com restrições. A graça e a misericórdia estão disponíveis a todos quantos as desejarem.

B. Pecado, juIgamento Divino e *Graça para as Nações e para Israel*

A Bíblia, príncipalmente o AT, contém numerosas passagens nas quais o juízo divino recai sobre as nações. Examinaremos esse tema primeiramente com relação aos cananeus e às nações pagas. Logo após, abordaremos a questão de como Deus trata em juízo e graça o antigo Israel.

1. Julgamento Divino e Graça para os Cananeus

Dentro do contexto da aliança de Deus com Abraão, a promessa pactuai do Senhor era providenciar uma terra para os descendentes de Abraão (Gn 12:7; 17:8). Os habi-^S tantes pré-israelitas que ocupavam essa terra deviam ter a oportunidade de conhecer o Deus verdadeiro e segui-Lo.

Os descendentes de Abraão seriam escravizados e "aíligid[os] por quatrocentos anos" (Gn 15:13). Depois disso, Deus julgaria "a gente a que têm de sujeitar-se" (v. 14). Ele falava do Egito como o opressor de Israel. Então na 'quarta geração" [heb. dor, "tempo de vida"], tornariam para Canaã, "porque não se encheu ainda a medida da iniquidade dos amorreus" (v. 16). Mais .tempo de graça e clemência seria concedido para que esses habitantes pré-israelitas pudessem conhecer o Deus verdadeiro e se converter a Ele.

A designação coletiva de "amorreus", em Gênesis 15:16, parece incluir tribos ou povos mencionados nos versos 19-21. Essas mesmas tribos aparecem na lista dos povos expulsos pelos israelitas, quando ocuparam Ganaã (Ex 13:5; Js 3:10). Informações extrabíblicas sobre os habitantes de Canaã, junto com dados bíblicos, revelam algo sobre o caráter desses povos.

Os cananeus praticavam atividades imorais, principalmente como parte de sua adoração religiosa. A religião cananita era politeísta, tendo El como a principal divindade e Baal como o mais ativo dos deuses. Athirat, a consorte de El, tinha como símbolo cúltico a Asherah. A consorte de Baal era a deusa Anat. A morte do deus Mot nas mãos de Anat é representada nos termos mais repulsivos. Dentre os sacrifícios oferecidos aos diversos deuses cananeus, havia também sacrifícios de seres humanos, especialmente de crianças ao deus Moloque. A prostituição sagrada, com práticas imorais terríveis, era

parte do culto da fertilidade dos cananeus. Também se praticava a adivinhação.

No tempo de Abraão, Deus declarou que a taça da iniquidade dos amorreus (cananeus) ainda não estava cheia (Gn 15:16). Restava-lhes ainda um tempo probatório de graça, um tempo adicional de misericórdia. Ter iam a oportunidade de encontrar o verdadeiro Deus e se converter a Ele. Abraão e seus descendentes foram colocados no meio deles, a fim de lhes revelar Deus e o caminho da salvação.

Pouco depois do Êxodo, os israelitas enfrentaram os amalequitas, descendentes de Esaú e sua mulher heteia (Gn 36:2, 10-12). Em Refidim, os amalequitas atacaram os israelitas (Êx 17:8-13) pela retaguarda (Dt 25:17, 18). Uma afirmação reveladora enfatiza que os amalequitas não temiam a Deus (v. 18). Embora tivessem tomado conhecimento do Deus verdadeiro por meio de seu ancestral Esaú, e embora tivessem ouvido falar do que Deus fizera aos egípcios e visto a manifestação do Seu poder no Êxodo, ainda assim decidiram desafiá-Lo. A infame deslealdade de Amaleque encheu a taça da sua iniquidade, atraindo para si o juízo retributivo (punitivo) de Deus: "Eu hei de riscar totalmente a memória de Amaleque de debaixo do céu" (Ex 17:14). Deus usou os israelitas para desbaratar o ataque dos amalequitas (v. 6-16). O amor, não menos do que a justiça, exigiu que os amalequitas sofressem o juízo retríbutivo (punitivo) de Deus.

Quando chegou ao território de Seom, rei de Hesbom, Israel pediu passagem pelo território dele, oferecendo-se a comprar a água e a comida que lhe fornecessem (Dt 2:27-29). Seom recusou-se, pois o seu espírito se havia endurecido e se fizera obstinado o seu coração (v. 30). Esse fato sugere que Seom teve a oportunidade de conhecer e seguir os caminhos do Deus verdadeiro, mas, como faraó, endureceu o coração e se obstinou contra Deus. Essa atitude obstinada e desafiadora encheu a medida da sua iniquidade. Deus o julgaria pelo Seu poder (v. 32-36). Esse foi um juízo retributivo e punitivo. Posteriormente, Ogue, rei de Basã, também foi derrotado (Dt 3:1-11). "Assim, nesse tempo, tomamos a terra da mão daqueles dois reis dos amorreus que estavam dalém do Jordão" (v. 8).

A queda de Jericó, cidade antiga e afamada, aconteceu por um ato miraculoso da parte de Yahvveh. A cidade era bem fortificada, mas foi o próprio Deus que deitou por terra suas muralhas (Js 6:1-24). A narrativa da batalha de Jericó revela que Deus era o líder. Na condição de juiz, aplicou o castigo por meios humanos naturais. Essa história é representativa de todas as guerras de conquista relatadas no AT. Yahvveh liderava Israel nas guerras de conquista. Quando os israelitas tomavam a liderança nas próprias mãos, falhavam completamente, como mostra a narrativa da conquista de Ai (Js 7:1-5). Israel foi chamado por Deus para atuar como instrumento de juízo, mostrando assim uma total reorientação de operação militar e poder político em Israel. Era propósito de Deus exercer por meio dessa nação teocrática Seu poder e liderança. Eles não deviam agir sozinhos. Infelizmente, não seguiram por muito tempo o plano de Deus.

Deus é o que julga as nações. Esse conceito põe as guerras de conquista numa categoria que lhes é própria. E possível usar instrumentos humanos na execução das ordens divinas. Ao utilizar Israel, Deus ensina a lição das terríveis consequências do pecado, da idolatria e da rebelião. Israel aprende o que acontece com aqueles que seguem o caminho das nações pagãs.

Deus também usa instrumentos da natureza, tais como chuva de pedras (Js 10:11), vespões (Js 24:12), peste (Ex 32:35) ou fome (Jr 11:22). Na época de Noé o juízo veio por água (Gn 6-S); na destruição de Sodoma e Gomorra, Deus utilizou "fogo e enxofre" (Gn 19:24), O método divino de executar

juízo pode ser por agentes sobrenaturais diretos (Ex 33:2, “enviarei o Anjo.adiante de ti; lançarei fora os cananeus"), agentes naturais diretos (água, fogo, fome, pestilência, peste, granizo, vespões) ou indireto, por meio de agentes humanos (Israel, e depois Assíria e Babilônia).

A destruição dos cananeus, conforme descrita no AT, devia seguir a expressa ordem de Deus: “Totalmente as destruirás; não farás com elas aliança, nem terás piedade delas” (Dt 7:2).

Entendem alguns que a destruição dos antigos cananeus está fora de harmonia com o espírito de amor e misericórdia divinos, mencionado na Bíblia. Já vimos que a destruição dos cananeus fazia parte de um contexto muito maior, por causa de sua impiedade, suas práticas imorais, sua recusa em se converter a Deus durante seu tempo de graça e a contumácia com que atacaram Israel. Evidentemente os 400 anos de graça que lhes foram concedidos não exerceram sobre eles nenhum efeito. Os cananeus e seus descendentes depois deles continuaram rebeldes e licenciosos, conforme o demonstram a religião e as práticas cultuais cananeias.

O cenário bíblico revela que esses povos tiveram ampla oportunidade de conhecer o Deus verdadeiro. Abraão viveu entre os cananeus durante um século inteiro; Isaque, seu filho, uma vida inteira; ISO anos. Os edomitas tiveram Esaú por antepassado; ainda assim não reconheceram o Deus verdadeiro. Foram os primeiros a pelejar contra os israelitas, em direta oposição a Deus e às necessidades dos viajantes. Os cananeus haviam testemunhado o que Deus fizera aos egípcios e como Ele havia protegido milagrosamente e amado aqueles que O seguiram. Mesmo assim persistiram em sua rebelião e desafiadora idolatria, atacando e maltratando o povo de Deus. Tanto a justiça quanto o amor divinos exigiam que eles fossem julgados e sofressem os resultados de suas próprias obras.

2. Julgamento Divino e Graça para as Nações

Os livros proféticos do AT contêm numerosos oráculos de juízo divino sobre as nações. A primeira e principal unidade desses oráculos é apresentada na parte introdutória do livro de Amos (1:3-2:16). As nações mencionadas são a Síria (v. 3-5), Filístia (v. 6-8), Tiro (v. 9, 10), Edom (v. 11, 12), Amom (v. 13-15), Moabe (2:1-3) e também Judá (v. 4, 5) e Israel (v. 6-16).

Cada uma dessas profecias começa com a frase introdutória “Assim diz o Senhor”, revelando que o juízo vem de Yahvveh. Em cada uma das profecias, o mesmo “Eu” de Yahweh é usado na frase “Por três transgressões [...] e por quatro, [Eu] não sustarei o castigo”. Isso continua a enfatizar que Yahweh está ativamente empenhado no juízo retributivo das transgressões que encheram a medida da iniquidade de cada nação. Deus responsabiliza cada nação pelo que ela faz.

O juízo retributivo não se baseia numa relação automática ou mecânica do tipo ação-consequência, na qual Deus fica inativo e a consequência decorre automaticamente sobre a ação cometida. Yahweh é descrito repetidas vezes como estando ativamente empenhado no processo judicial dentro do fluxo da história. Há um padrão moral divino pelo qual as nações devem viver.

Outros profetas menores também contêm oráculos contra as nações. Eles estão presentes em Joel (3:9-17), Sofonias (2:4-15), Obadias (v. 1-6) e Zacarias (9:1-6). Todo o livro de Jonas fala sobre juízo e misericórdia para com os assírios (e o próprio Jonas).

O livro de Isaias contém uma série de profecias de juízo: contra Babilônia (13:1-22), Assíria (14:24-27), Filístia (v. 29-32), Moabe (15:1-16:14), Síria (17:1-14), Etiópia (18:1-7), Egito (19:1-17; 20:3-6), Edom e Arábia (21:11-17) e Tiro (23:1-18). Jeremias 46-51 e Ezequiel 25-32 contêm outros oráculos contra as nações. Essas profecias de juízo

contra as nações mostram que Deus é verdadeiramente juiz sobre todas as nações e que Sua esfera de atividade judicial é tão abrangente quanto o pecado e a culpa delas (cf. Jr 51:2-23, 25, 26).

A expressão "dia do Senhor" é usada para o dia do juízo contra as nações estrangeiras (Is 13:9; Jr 46:10) e contra Israel (Am 5:18-20).

O livro de Daniel também fala do juízo das nações antes do juízo final, Embora o tema principal do livro seja a escatologia apocalíptica, há uma conexão histórica contínua desde o tempo do reino de Babilônia (2:28) através dos períodos históricos da Medo-Pérsia (8:20), Grécia (v. 21) e de Roma, com o "chifre pequeno" (v. 9, 23-25), e no "tempo do fim" (v, 17, 19; 11:40; 12:1), Cada um dos quatro impérios mundiais é julgado e chega a seu fim (7:11, 12). Deus não somente tem presciência da sequência histórica das nações, revelando com antecedência sua ascensão, atividade e queda, mas também está ativamente envolvido na configuração da história. E Ele quem "remove reis e estabelece reis" (2:21). Ele é o grande juiz das nações e da história do mundo.

3. Julgamento Divino e Graça para o Antigo Israel

Israel foi estabelecido como nação pela intervenção divina na história. Sobre o monte Sinai, Deus firmou misericordíosamente uma aliança com a geração do deserto (Ex 19-24). A geração do Êxodo vivenciou redenção, salvação e libertação do cativeiro espiritual e físico (Ex 1-18). A aliança do Sinai estabeleceu uma profunda relação com Deus (Êx 19:1-6).

Deus incorporou na aliança que fez com eles Sua lei moral universal como um caminho para uma vida de êxito. Ela servia para regular a relação deles de amor a Deus (os quatro primeiros mandamentos do decálogo) e amor aos semelhantes (os seis mandamentos restantes). Assim, o decálogo forneceria normas abrangentes destinadas a governar todas as relações Deus/seres humanos e seres humanos/seres humanos,

A lei cerimonial dada ao Israel antigo devia tornar possível o perdão aos que caíam em pecado, pois o pecado devia ser expiado por um sacrifício substituinte, e o pecador precisava ser restaurado à comunhão pactuai com o Deus santo, A lei cerimonial se destinava a cuidar dos pecados de Israel até que se cumprisse o verdadeiro sacrifício do futuro Messias. A lei dietética (Lv 11:2-23, 41-45; Dt 14:3-21) remonta a tempos pré-israelitas (Gn 9:2-4) e continua em vigor após os tempos israelitas (At 15; cf. Hasel 1991; ver Santuário I. B, G).

Todas essas leis - diferentes em origem, propósito e função - eram essenciais ao plano de Deus para o antigo Israel. "Em Israel, portanto, toda a lei se referia a Yahvveh como Senhor e Juiz. Aqui está a distintividade da relação do AT com Deus. O emprego teológico de termos legais só é possível quando a fé em deuses da natureza é vencida pela fé no Deus pessoal, que estabeleceu uma relação histórica com o povo que O adora" (TDNT3, •<§ 925), A relação pactuai, que inclui leis universais e as de aplicação temporária, é a base e o fundamento lógico para Deus julgar Israel quando a nação quebra a aliança.

O juízo sobre Israel está associado com as bênçãos e as maldições da aliança. No fim da longa recitação das leis, estatutos e ordenanças pactuais (Dt 5-26), surgem as bênçãos e as maldições da aliança (Dt 27; 28). Em Deuteronômio 30, Moisés adverte Israel a escolher "a vida e o bem" (v. 15) e a "bênção" (v. 19), em vez de o "mal", a "morte" (v. 15) e a "maldição" (v. 19), permanecendo fiel ao Deus da aliança. O livro de Levítico também contrasta as bênçãos (Lv 26:3-13) e as maldições (v. 14-39) da aliança. A história de Israel é o cumprimento dessas bênçãos e maldições.

Tragicamente Israel se rebelou repetidas vezes contra o benevolente Deus da aliança e contra Suas leis. A fim de levar os israelitas de volta a uma correta relação pactuai, Deus, através de Seus profetas, convidou-os ao arrependimento e os advertiu das terríveis consequências de suas ações. Repetidas vezes, Yahweh teve com eles uma "contenda pactuai" (heb. nV; Os 4:1-3; Mq 6:1-8).

A "contenda pactuai" de Yahweh contra Seu povo é apresentada detalhadamente em Míqueias 6:1-8. Primeiro vem o chamado para Israel escutar (v. 1), jã que Yahweh tem uma "contenda" (riv) com o Seu povo (v. 2). Ele defende Sua causa perante os montes, as colinas e os fundamentos da Terra (v. 1, 2). Dirige perguntas ao acusado e pede que ele se manifeste (v. 3). Declara que tipo de cuidado teve para com Israel e por que Ele tem direito sobre ele (v. 4, 5). Israel responde perguntando que sacrifício seria adequado para reparar o distanciamento de Yahweh (v, 6, 7), A resposta apropriada tem que ver não com sacrifícios vazios, mas com uma vida de fé e submissão a Deus: "Ele te declarou, ó homem, o que é bom e que é o que o Senhor pede de ti: que pratiques a justiça *[mish-pat],* e ames a misericórdia *[hesed],* e andes humildemente com o teu Deus?" (v. 8). Israel devia cumprir as obrigações pactuais, bem como suas normas e leis. A reação realmente requer sacrifício, mas os sacrifícios externos só têm sentido quando existe primeiro o sacrifício interior, manifesto numa genuína conversão a Deus.

A expressão "o dia do Senhor" aparece pela primeira vez em Amos 5:18-20. Essa locução ocorre 16 vezes em seis livros proféticos diferentes. Mas, se considerarmos tal expressão como equivalente a "Yahweh tem um dia", "o dia da ira do Senhor", "esse dia", "naquele dia", "o dia em que", nós descobriremos mais de duzentas incidências dela, principal mente nos livros proféticos do AT. Há no AT ampla evidência de que a expressão "o dia do Senhor" expressa muitas vezes um dia de juízo contra Seu povo, Israel,

A concepção popular de muitos israelitas no tempo de Amos era de que "o dia do Senhor" seria um dia de vindicação para Israel, porque Yahweh viria em seu resgate quando fossem ameaçados por inimigos. Gontudo, Amos proclamou: "Ai de vós que desejais o Dia do Senhor! Para que desejais vós o Dia do Senhor? E dia de trevas e não de luz. Como se um homem fugisse de diante do leão, e se encontrasse com ele o urso; ou como se, entrando em casa, encostando a mão à parede, fosse mordido duma cobra, Não será, pois, o Dia do Senhor trevas e não luz? Não será completa escuridão, sem nenhuma claridade?" (Am 5:18-20). Essa reversão da crença popular visava a sacudir Israel de seu falso senso de segurança e fazer com que considerasse a gravidade de sua rebelião. Tinha o propósito de anunciar o que lhe sobreviría para que se convertesse ao Senhor antes que fosse tarde demais. Caso insistisse em sua impiedade, Deus julgaria Seu povo e traria sobre ele o merecido castigo, porque havia quebrado a aliança que com Ele fizera.

O propósito do juízo divino era confrontar Israel com a realidade do caminho da morte que o povo havia escolhido, quando se afastou de Sua benévola aliança. Se continuassem nesse caminho, eles precisariam saber que isso significaria separação da vida e do Deus que lhes dera a vida, rumo â destruição e à morte, enviada pelo próprio Deus. Também serviría para purificar Israel e gentil mente reclamar Seu povo para Si. Deus utiliza o juízo como fogo de um refinador, que derrete a escória e remove a liga metálica (Is 1:22-25). O juízo traria justas e apropriadas recompensas para os maus atos deles. Seus pecados, transgressões e iniquidade clamavam por justiça; o mal precisava ser corrigido.

Israel continuou no caminho da rebelião e sofreu o castigo. As tribos do Reino do Norte, depois de muitas advertências e mensagens

para se converterem a Deus, foram finalmente para o exílio assírio em 722 a.C. O Reino do Sul, Judá, teve seu evitável e trágico fim em 586 a.C., depois de mais uma vez o povo haver rejeitado as muitas vozes de advertência e conselho proféticos.

A famosa oração de Daniel (Dn 9:4-19) fala de Deus, que guarda Sua “aliança e a misericórdia" para com aqueles que O amam e guardam os Seus mandamentos (v. 4) e das “transgressões” que Israel cometeu contra Deus (v. 7). Nela também se reconhece que os israelitas não obedeceram aos ensinos “dos Seus servos, os profetas” (v. 10). Daniel fala da maldição pactuai “na lei de Moisés [que] se derramaram sobre nós" (v. 11) e apela para as "muitas misericórdias" de Deus (v. 18), confessando todos os pecados e suplicando perdão (v. 9, 19). Deus manifesta para com os filhos de Israel Sua compaixão, misericórdia e graça, ao permitir que voltem para reedificar o templo e a cidade de Jerusalém (Ed 1:2-4; 6:6-12; 7:11-26; Ne 1, 2). Concede a Israel um período de “setenta semanas”, ou 490 anos (III.B.l.a. [2]), de tempo especial de graça, no fim do qual o Messias morreria e faria cessar “o sacrifício e a oferta” (Dn 9:24-27). Em todas essas experiências Deus demonstrou estar no controle da história. Ele dirigiu Seu povo sempre que este se dispôs a obedecer. O Senhor continua no controle dos negócios do mundo, a Seu modo misterioso. A crença popular atual de que Deus é um deus inferior, sentimentaloide e permissivo, que fecha os olhos para a iniquidade e ama os seres humanos, independentemente do que façam, não concorda com a imagem de Deus retratada nas Escrituras.

C. *Judicatura Divina*

O testemunho uniforme da Escritura é de que o Juiz divino responsabiliza os seres humanos, bem como Satanás e seus anjos, pelo que fazem. Essa parte de nosso estudo se refere às principais passagens que falam da judicatura de Deus e de Cristo.

Abraão levanta a questão: "Não fará justiça [*mishpat]* o Juiz *[skopet]* de toda a Terra?” (Gn 18:25). Essa retumbante declaração de que Deus é “o Juiz de toda a Terra” está relacionada com a inequívoca afirmação de que Ele julgará com “justiça".

Aautorrevelação divina concedida a Moisés afirmava que o Senhor Deus é "compassivo, clemente e Iongânimo e grande em misericórdia e fidelidade; que guarda a misericórdia em mil gerações, que perdoa a iniquidade, a transgressão e o pecado, ainda que não inocenta o culpado, e visita a iniquidade dos pais nos filhos e nos filhos dos filhos, até à terceira e quarta geração” (Ex 34:6, 7). Nessa autorrevelação, Deus correlaciona graça e juízo, amor e castigo. Afirma também que o Deus compassivo e clemente é juiz reto, que não deixa impune o culpado. Essas palavras divinas são citadas através de todas as Escrituras (Nm 14:18; Dt 5:10; SI 86:15; J1 2:13; Jn 4:2; Na 1:3).

O segundo mandamento deixa claro que Deus visitará “a iniquidade dos pais nos filhos até â terceira e quarta geração daqueles que Me aborrecem” (Ex 20:5). Deus é juiz e julga com amor e compaixão; somente “os que [...] Me odeiam” (SI 69:4), os que se recusam a viver em harmonia com Sua vontade, passam por esse juízo divino.

Os salmistas têm muito que dizer sobre a judicatura divina, “Mas o Senhor permanece no Seu trono eternamente, trono que erigiu para julgar. Ele mesmo julga o mundo com justiça; administra os povos com retidão” (SI 9:7, 8). Ele julga a terra “com justiça” *[mishpat]* e “com retidão" (*tsedeq*) porque é “justo juiz” (SI 7:11); "justiça e direito” são o fundamento do Seu trono (SI 89:14; cf. 97:2). De fato, “os céus anunciam a Sua justiça, porque é o próprio Deus que julga” (SI 50:6). O Senhor “vem julgar a Terra; julgará o mundo com justiça e os povos, consoante a Sua fidelidade” (SI 96:13). O salmista ora: “Levanta-Te, ó Deus, julga a Terra, pois a Ti compete a herança de todas as nações” (SI 82:8).

O profeta ísafas declara: "Porque o Senhor é o nosso juiz, o Senhor é o nosso legislador, o Senhor é o nosso Rei; Ele nos salvará" (Is 33:22). A sequência de Juiz-Legislador-Rei-Salvador é claríssima em sua abrangência e sublime brevidade.

O Juiz celestial pode ver o que os seres humanos não conseguem, porque vê o coração. Deus entende todos os motivos e motivações da ação humana. Possui a capacidade de ver e entender todos os aspectos da evidência no nível humano interno, todas as dimensões sociais, perspectivas motivacíonaís e tendências herdadas que são parte integrante da humanidade. O salmista afirma: Ele "conhece os segredos do coração" (SI 44:21). O Senhor afirma a Samuel: "O Senhor não vê como vê o homem. O homem vê o exterior, porém o Senhor, o coração" (lSm 16:7). Deus faz justiça aos subjugados e perseguidos, aos órfãos e oprimidos (SI 10:18; 35:24). Davi, depois de poupar a vida do rei Saul, lhe diz: "Julgue o Senhor entre mim e ti e vingue-me o Senhor a teu respeito; porém a minha mão não será contra ti" (lSm 24:12). Depois acrescenta: "Seja o Senhor o meu juiz, e julgue entre mim e ti, e veja, e pleiteie a minha causa, e me faça justiça, e me livre da tua mão" (v. 15).

O "Renovo justo" (Jr 23:5) messiânico será chamado "o Senhor, Justiça Nossa" (v. 6). O Messias traz salvação e justiça a Seu povo. Tanto a salvação como o juízo se baseiam em Sua justiça. A justiça divina é "como ribeiro perene" (Am 5:24).

A justiça divina é outro aspecto essencial da natureza de Deus manifesto em Seu julgamento. O termo hebraico *mishpat em* Salmos 89:14 e 97:2 deve ser entendido como a justiça que emana do juízo divino. "Justiça", aqui, tem conotação positiva. O julgamento divino dos inocentes mostra que eles são justos e os defende. Os fiéis esperam pela justiça de Deus e por causa dela se regozijam (SI 48:11; 97:8). Os "justos" aguardam ansiosamente pelos "juízos/justiças" (Is 26:8) no juízo final.

O NT dá continuidade ao tema da judícatura divina já revelada no AT. Deus é "o Juiz de todos" (Hb 12:23, NASB). O apóstolo Paulo fala do "justo juízo" (Rm 2:5), que será revelado no dia da ira (cf. v, 3) e confirma que Deus julgará o mundo (Rm 3:6).

Conforme observamos antes, Deus Pai confiou o julgamento ao Filho. "O Pai a ninguém julga, mas ao Filho confiou todo julgamento" (Jo 5:22). Jesus Cristo declarou posteriormente que Deus lhe "deu autoridade para julgar, porque é o Filho do Homem" (v. 27). Pedro e Paulo ensinam o mesmo.
O primeiro afirma que Jesus Cristo " foi constituído por Deus Juiz de vivos e de mortos" (At 10:42). O segundo confirma que Deus "estabeleceu um dia em que há de julgar o mundo com justiça, por meio de um varão que destinou e acreditou diante de todos, ressuscitando-o dentre os mortos" (At 17:31). Paulo declara depois que, embora Deus seja juiz, "por meio de Cristo Jesus" Ele julga "os segredos dos homens" (Rm 2:16). Visto que o Pai julga por intermédio do Filho, "o justo juízo de Deus" (v. 5) e "o tribunal de Cristo" (2Co 5:10) são expressões equivalentes.

Em cerca de 20 passagens, o AT trata de questões judicativas a partir do santuário/templo, no Céu ou na Terra. Mais de dois terços dessas passagens tratam do julgamento divino de dois grupos do professo povo de Deus: os fiéis e os infiéis; o restante das passagens tem que ver com o julgamento das nações (Shea 1992, 1-29). Em todos esses textos, Deus ou Cristo julgam a partir do santuário/templo. *827

D. Julgamento Divino de Acordo com as Obras

A ideia de julgamento de acordo com as obras permeia o ensino do AT e é retomada por Jesus (Mt 7:17, 18; 25:31-46; Jo 15:1-11) e Paulo (Rm 2:13; lCo 3:8, 13-15).

O Apocalipse apresenta o mesmo refrão **(**20**:**12**;** 22**:**12**).**

A vida de fé do crente produz o fruto da fé mediante a "operosidade" da fé e a "abnegação do [...] amor" (lTs 1:3). A "obra de fé" do crente justificado é fruto da justificação e a expressão de uma vida guiada pelo Espírito Santo em santificação. As obras humanas não contribuem de forma nenhuma para a salvação do crente. As obras humanas são fruto da salvação, mas não os meios de ganhar a salvação.

Algumas pessoas percebem a aparente tensão entre a afirmação de que a justificação é obtida pela fé independente das obras e a afirmação, igualmente vigorosa, de que o julgamento divino é de acordo com as obras. Algumas passagens, quando lidas isoladas do contexto, podem criar confusão. Levítico 18:5 declara: "Portanto, os Meus estatutos e os Meus juízos guardareis; cumprindo-os, o homem viverá por eles. Eu sou o Senhor." A essência desse texto é referida em Lucas 10:27 e 28; Romanos 10:5; e Gálatas 3:12.

O contexto da passagem de Levítico mostra que essa declaração é feita dentro dã estrutura mais ampla da aliança que Deus fez com o antigo Israel. Israel aceitava a vida que Deus lhes havia concedido, ao redimi-lo do cativeiro egípcio, vida condicionada às normas da aliança que Deus havia detalhado. Jamais houve indicação de que Israel seria salvo com base nas obras. Se Israel permanecesse dentro da estrutura da aliança e de suas misericordiosas provisões, as obras deles revelariam que viviam com base em seu relacionamento de fé com Deus. Ao colocar em ação o poder concedido por Deus, seria-lhes possível fazer o que é correto, e viveríam.

Não hã nenhuma alusão, em Levítico 18:5, a respeito de "ganhar" a salvação. A salvação já pertencia a Israel; Deus apenas lhes havia dito como poderíam permanecer nesse estado de salvação. A salvação concedida continuava a ser deles, caso demonstrassem, por meio das boas obras, que esse estado não se perdera em virtude de atos rebeldes. Eles poderíam viver pela graça dentro do horizonte da contínua dotação divina de poder.

Esperava-se que Israel cumprisse a lei de Deus como uma reação de amor à misericordiosa redenção provida por Deus (v, 30; 19:3, 4, 10, 25, 31; 23:22; 24:22; 25:17; 26:1). Para o redimido Israel, a lei era o caminho da vida, mas não o meio de alcançar vida e redenção. A lei devia ser guardada, não para obter vida aqui e agora, nem a vida eterna no futuro. Devia ser guardada pelos crentes salvos como um estilo de vida.

Além disso, o "se", em Levítico 18:5 (KJV), é de natureza condicional. A condição não era guardar o mandamento "para" obter vida agora ou vida eterna depois, mas a condição relacionada com o desfrutar dos plenos benefícios da aliança da nova vida, redimida do cativeiro egípcio. O propósito não era estabelecer uma nova vida em Deus, mas permitir que a vida de fé, já iniciada, pudesse ser vivida de maneira plena e permanente, mediante a graça (Dt 5:33). Observar a lei era condição para manter vivas as bênçãos da aliança. Se o crente se apartasse do caminho da vida e entrasse pela vereda dos rebeldes, o Senhor não concedería a plenitude das bênçãos da aliança.

O contexto de Levítico 18 revela que essa instrução pertence à vida de quem já está se santificando, e não ao processo de justificação ou obtenção da salvação. Os israelitas que viviam de acordo com a aliança deviam **se** afastar das **práticas abomináveis e** das idolatrias dos vizinhos pagãos (v. 3, 30). Essa instrução não era uma questão de salvação por obras, mas uma questão de salvação que leva à prática de boas obras. Tal salvação se manifesta através de ações e atitudes em harmonia com o Deus santo que fizera de Israel um povo santo, separando-o do mundo. Tem que ver com a vida santificada e como ela funciona.

Por último, uma melhor tradução para a expressão “cumprindo-os, o homem viverá por eles” é "viverá através deles” (Lv 18:5). Em Romanos 10:5 e Gálatas 3:12, a preposição grega usada é *en,* tipicamente traduzida "por eles”, e reflete o significado instrumental de *en* no sentido de "por meio deles". Contudo, parece melhor se a preposição grega *en* for entendida aqui com uma força locativa. Nesse caso, pode ser traduzida como "na esfera deles”. Se a força locativa for a *intenção* dessa passagem, guardar a lei não é o meio da salvação, mas a esfera, o horizonte ou o contexto da salvação, no qual a vida do crente deve ser vivida. Em suma, a tensão que se alega existir entre justificação pela fé e juízo pelas obras realmente não existe, "Agora, porém, libertados do pecado, transformados em servos de Deus, tendes o vosso fruto para a santificação e, por fim, a vida eterna" (Rm 6:22). Evolui-se da justificação pela graça, mediante a fé, na conversão para uma vida de fé vivida dentro do horizonte, da esfera e do contexto da santificação no sentido de obediência pela “fé que opera por amor”. Essa obediência pela fé acaba resultando (gr. *télos*) em “vida eterna", experimentada em plenitude na segunda vinda de Cristo. Essa experiência sequencial prossegue desde o passado (justificação pela graça, mediante a fé), através do presente (santificação pela fé, manifesta em “boas obras"), até o clímax no futuro (a vida eterna em plenitude; ver Salvação III.B.3).

E. Juízo Retributwo e Consequên cias Naturais das Ações Humanas

Algumas pessoas têm sugerido que Deus não se envolve com o juízo retributivo (punitivo). Esse ponto de vista se baseia na compreensão de que Deus só toma parte no cenário bíblico em sentido literal e considera as outras partes como obsoletas e/ ou primitivas e pertencentes a uma outra era ou cultura, sem nenhuma relação com a nossa. Essas pessoas alegam que o juízo e o castigo não são determinados por normas nem leis divinas. Juízo e castigo se originam de causas naturais, provocadas pelo pecado ou pelo crime em si. Segundo essa forma de encarar as coisas, o castigo é algo natural, consequência do mal, e não algo aplicado por Deus. Juízo e castigo são resultados automáticos das “consequências embutidas numa ação” (íbid., 82). Não são resultado de uma reação divina a normas e leis previamente estabelecidas. Nesse sentido, o destino se cria pela ação do agente humano, sem qualquer participação de Deus, quer direta ou indiretamente.

A Bíblia afirma, repetidas vezes, que pecado é a transgressão das normas e leis divinas. O juízo divino contra o pecado e os pecadores não se processa à revelia dessas leis. Existe, portanto, a retribuição divina, e não se trata de uma retribuição natural de uma esfera de ação determinadora do destino. Já vimos que o juízo/castigo divino é sempre de acordo com o pecado ou o mal cometido. O castigo é o resultado do justo juízo divino.

Retribuir significa recompensar ou castigar, de forma justa e apropriada, indivíduos, comunidades, povos ou nações e, enfim, o mundo todo. A retribuição divina aponta para o pagamento apropriado pelas ações cometidas. Significa que Deus recompensa ou castiga de acordo com as boas ou más ações. Essa ênfase permanentemente se manifesta nas passagens que tratam do juízo, desde o Gênesis até o Apocalipse.

A humanidade não foi abandonada por Deus nem ficou entregue a si mesma, conforme sugere o deísmo, com sua visão de que Deus não mais se envolve nos processos da história. A Escritura não apresenta a teologia de um Deus ausente *(deus absconditus).* O próprio Deus esteve ativa e diretamente empenhado no envio do dilúvio (Gn 6-9) e na destruição das cidades da planície

(Gn 19:24, 25). Agentes humanos não manipulam a natureza para atrair sobre si mesmos sua própria destruição final. O próprio Deus entra em cena na história e, por vezes, altera as leis naturais prevalecentes para aplicar o merecido castigo. Acha-Se, ao mesmo tempo, ativamente empenhado em trazer sal-
829 ► vação aos que escolhem permanecer fiéis a Ele, Repetidas vezes, se vê um remanescente fiel ser salvo de determinada morte, devido a uma decisiva intervenção salvífica de Deus (Hasel, 1980a). Um último remanescente verá a Cristo vindo nas nuvens do Céu, o qual levará consigo os que ressurgirem na primeira ressurreição para estar com Ele para sempre.

A uniforme concepção bíblica do juízo dentro do fluxo da história contradiz a teologia não retributiva, segundo a qual Deus simplesmente abandona os seres humanos, ausentando-Se dos negócios humanos e permitindo que os homens atraiam sobre si sua própria destruição. Contraria também qualquer ponto de vista que alegue que um destino automático produzido por ações humanas produza castigo, independente de qualquer definitivo envolvimento divino. Essa concepção uniforme da Bíblia recebe apoio adicional das evidências escriturísticas a respeito do juízo final, abordadas na próxima seção.

III. Julgamento Divino e o Fim da História: O Juízo Final

O julgamento divino no fim da história é a culminação de todos os julgamentos da Bíblia. A discussão acima revelou repetidos julgamentos divinos. O tema do julgamento divino na Escritura requer cuidadosa atenção para com o julgamento no fim da história, que alcança até mesmo, como o sabemos, a pós-história. Esta parte do estudo trata, a partir das perspectivas apresentadas na Escritura, daquilo que na teologia cristã tem sido chamado de “o último julgamento" ou “o juízo final”. A Escritura revela três fases principais do juízo final, cada uma das quais merece atenção. Apresentamos primeiro um estudo das principais passagens que falam do juízo final de uma forma sintética ou telescópica. Depois centralizaremos a atenção nas passagens que detalham as três fases do juízo final.

A. *Sumário do Juízo Final Universal*

1. Juízo Final Universal nos Profetas do AT

O profeta Joel fala do "dia do Senhor” (1:15), no qual Deus vai "julgar todas as nações em redor” (3:12) no “vale da decisão" (v. 14). Naquele tempo, o povo de Deus não terá nada a temer, pois pertence a Ele (v. 16).

O profeta Isaías fornece as passagens mais importantes que tratam de um juízo escatológico universal. Isaías 2:6-22 parte, em linhas majestosas, de uma cena de juízo contra Israel (v. 6-11) para um juízo universal contra “todo soberbo e altivo e contra todo aquele que se exalta” (v. 12; cf. v. 17). Esse ocorrerá “no dia da prestação de contas” (v. 12, NASB). A transição do juízo local de Israel para um juízo universal revela que os juízos divinos no fluxo da história são sinais do juízo universal no fim da história. Esse juízo universal envolve um terremoto (Is 5:25) e a tentativa humana de se esconder “pelas fendas das rochas e pelas cavernas das penhas” (Is 2:21; cf. Ap 6:15, 16).

“O dia do Senhor”, em Isaías 13:6 e 9, é descrito em termos globais. Esse dia de juízo virá “do To do-Poderoso como assolação" (v. 6), “com ira e ardente furor” (v. 9). A palavra “Babilônia", no verso 1, pode ser tomada como símbolo de todos os poderes do mal, conforme acontece muitas vezes na Bíblia, pois o Senhor vai castigar “o mundo por causa da sua maldade" (v. 11). O Senhor vai destruir “toda a Terra”

(v. 5). Como resultado, a Terra ficará desolada, e os pecadores serão exterminados (v. 9). Nesse juízo, Deus fará “estremecer os céus; e a Terra será sacudida do seu lugar' (v. 13),

Isaías 24-27, chamado de “Apocalipse de Isaías”, descreve um juízo apocalíptico escatológico. O juízo de Deus envolve toda a criação (Is 24:1). “A Terra será de todo devastada e totalmente saqueada, porque o Senhor é quem proferiu esta palavra" (v. 3). A Terra está contaminada por causa da transgressão das “leis", da violação dos “estatutos" e da ► quebra da “aliança eterna” (v. 5).

Mas nesses capítulos também existe esperança. Será deixado um remanescente, que consistira naqueles cujo desejo está no nome do Senhor (Is 26:8) e que Lhe confessam o nome (v. 13). O remanescente possuirá “uma cidade forte” (v. 1), aparentemente a cidade de Deus, um conceito que é todo-inclusivo. Todos os fiéis são cidadãos dessa cidade, O NT fala de tal cidade como “a Jerusalém celestial" (Hb 12:22; cf. 11:16), bem como dos fiéis arrolados naquela cidade (Hb 12:23).

O “Apocalipse de Isaías” apresenta a primeira referência à ressurreição dos mortos na literatura apocalíptica (Hasel, 1980b, 267-276): "Os vossos mortos e também o seu cadáver viverão e ressuscitarão; despertai e exultai, os que habitais no pó” (Is 26:19). Os verbos “viver”, “ressuscitar” e “despertar” são termos técnicos para a ressurreição. Os “que habitam no pó" (cf. Jó 7:21; 20:11; 21:26) são os “mortos”, que repousam na sepultura. O “Apocalipse de Isaías" apresenta não apenas o juízo punitivo contra os ímpios, mas também a ressurreição física dos justos.

A ressurreição aparece de formas ainda mais explícitas em Daniel 12:1-3. Mais uma vez está associada aqui com um juízo universal. Os que se arrependem e pertencem a Deus serão ressuscitados (Dn 12:2; ver Hasel, 1980b, 276-281).

2. Juízo Final Universal nos Ensinos de Jesus

A declaração de Jesus, “pois, com o critério com que julgardes, sereis julgados" (Mt 7:2), geralmente é compreendida como se referindo ao juízo final.

A parábola da rede (Mt 13:47-50) representa o juízo final. Recolhe-se peixe de toda espécie; os “peixes” bons são escolhidos, mas os “maus”, deitados fora (v. 48). “Assim será na consumação do século: sairão os anjos, e separarão os maus dentre os justos, e os lançarão na fornalha acesa; ali haverá choro e ranger de dentes" (v. 49, 50).

Outra parábola de juízo é a do trigo e do joio (Mt 13:24-30, 37-43). Esta parábola atinge seu clímax na cena da colheita: “Deixai-os crescer juntos até à colheita, e, no tempo da colheita, direi aos ceifeiros: ajuntai primeiro o joio, atai-o em feixes para ser queimado; mas o trigo, recolhei-o no meu celeiro” (v. 30).

Diversas observações são pertinentes a respeito da parábola da rede e a do trigo e do joio. Primeiramente, pede-se paciência aos crentes. Tanto os peixes bons quanto os maus são recolhidos na mesma rede; tanto o trigo quanto o joio crescem na mesma seara. Os seres humanos não estão aptos a fazer uma separação eficiente (v. 29). Cabe aos anjos essa obra. Não é obra de seres humanos.

Em segundo lugar, Deus estipula o tempo da separação. Será no tempo do fim do mundo (Mt 13:39,49). Esse tempo ainda não chegou. Portanto, o arrependimento ainda se acha disponível (Lc 13:6-9).

Em terceiro lugar, essas parábolas falam do juízo final em termos gerais. O joio e os peixes maus são reunidos pelos anjos para a destruição permanente (Mt 13:41, 42, 50). Os justos, porém, "resplandecerão como o sol, no reino de seu Pai” (v. 43).

Na parábola das vestes nupciais (Mt 22:1-14), o rei inspeciona o traje dos “bons e maus” convidados para a festa. A inspeção

antes das bodas toca no aspecto investigador do juízo final. Durante a investigação, o rei lança os que estão inapropriadamente vestidos para a ocasião nas “trevas exteriores”, onde “haverá choro e ranger de dentes” (v. 13). Aqui a investigação e o veredíto precedem a execução subsequente do juízo..

A parábola das dez virgens (Mt 25:1-13) sugere um atraso na vinda de Jesus Cristo (v. 5) ainda que mantenha a certeza de Sua vinda (v. 6). Revela que nem todos os que professam ser seguidores de Cristo estão preparados para a demora, O noivo teve que declarar às virgens insensatas: "Em verdade vos digo que não vos conheço” (v. 12). Essa frase de juízo revela que nem todos quantos alegam pertencer a Ele assim o fazem § ► na realidade,

A parábola dos cabritos e das ovelhas (v. 31-46) ocupa lugar importante dentro do contexto de Mateus 24 e 25, o tempo do fim e o advento de Cristo. A passagem começa com a vinda do Filho do homem em glória (Mt 25:31). Todas as nações serão reunidas, e os cabritos serão separados das ovelhas (v. 32). As ovelhas são os “justos" (v. 33, 37); e os cabritos são os injustos (v. 33, 41-45). O Rei julgará os habitantes das nações, dividindo-os com base na maneira como trataram "estes Meus pequeninos irmãos" (v. 40), Seus seguidores. Os que não apoiaram os irmãos e irmãs de Cristo serão remetidos para “o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos" (v. 41). Mas os justos irão para “a vida eterna” (v. 46).

Essa parábola representa a segunda vinda e o subsequente juízo das nações pelo Filho do homem que está assentado em Seu trono glorioso (v. 31, 32) e se encerra com a fase executiva do juízo, quando os ímpios irão "para o castigo eterno” (v. 46).

Em João 12:47 e 48 Jesus declara: “Se alguém ouvir as Minhas palavras e não as guardar, Eu não o julgo *[krinõ,* “condenar"]; porque Eu não vim para julgar *[krinõ,* “condenar”] o mundo, e sim para salvá-lo. Quem Me rejeita e não recebe as Minhas palavras tem quem o julgue; a própria palavra que tenho proferido, essa o julgará [*krinei,* “condenar”] no ultimo dia." O “último dia” é o dia do juízo escatológico. A decisão confirmada nesse tempo depende das decisões tomadas a favor de Cristo ou contra Ele no tempo em que as pessoas viveram.

Jesus Cristo ensinou que há uma "ressurreição da vida" e uma “ressurreição do juízo" [feriszs] (Jo 5:29). Ele ampliou o que foi escrb to nos livros de Isaías e Daniel. Os ímpios são ressuscitados na "ressurreição do juízo"; eles sofrerão “condenação" *[krisis].* Os justos mortos voltarão à vida quando ocorrer a primeira ressurreição, chamada de "ressurreição da vida”. O crente que habita em Cristo (6:39, 40) nada tem a temer quanto ao futuro juízo, porque será justificado.

O "dia do juízo *[krisis]”* é o dia em que os seres humanos haverão de prestar contas de toda palavra frívola. "Pelas tuas palavras, serás justificado e, pelas tuas palavras, serás condenado” (Mt 12:36, 37). João afirma enfaticamente que podemos manter confiança no "Dia do Juízo *[krisis]”* (ljo 4:17). O dia do juízo é um día de condenação para os ímpios, mas para o crente é um dia de justificação por causa de Cristo, seu Senhor e Salvador.

3. Juízo Final Universal nos Ensinos dos Apóstolos

Pedro confirma que Jesus Cristo foi "constituído por Deus Juiz de vivos e de mortos” (At 10:42). Os gentios devem estar prontos para “prestar contas Àquele que é competente para julgar vivos e **mortos” (IPe** 4:5).

Em 2 Pedro 3:9-13 encontramos uma descrição mesclada do “Dia do Senhor” (v. 10) e “Dia de Deus" (v. 12), quando os céus se derreterão e a Terra, com as suas obras, será queimada. Por fim, a promessa de “novos céus e nova Terra, nos quais habita justiça” (v. 13), torna-se realidade. Essa passagem revela

que o "Dia do Senhor" virá inesperadamente, "como ladrão" (v. 10), no fim do mundo, quando "os céus passarão, [...] e os elementos se desfarão abrasados" (v. 10).

Paulo admite que os crentes comparecem perante o tribunal *[bêma]* de Cristo" (2Co 5:10). Outras passagens paulinas sobre o juízo foram mencionadas anteriormente (Rm 2:16; ICo 3:13; G1 6:7, 8; 2Ts 1:9).

4. Juízo Final Universal no Fim do Mundo

O juízo final universal não ocorreu quando Cristo morreu na cruz. Jesus enfatizou que o juízo ocorrería "na consumação do século" (Mt 13:40, 49).

832 ► Em seu famoso discurso na Colina de Marte (At 17:22-32), Paulo insistiu que Deus "estabeleceu um dia em que há de julgar o mundo com justiça, por meio de um varão que destinou e acreditou diante de todos, ressuscitando-0 dentre os mortos" (v. 31). O apóstolo defende a opinião de um juízo escatológico futuro, que não começou quando o pecado entrou no mundo.

Em sua defesa perante Félix, Paulo falou do "juízo vindouro" *[krhna]"* (At 24:25). Ele enfatiza o fato de que os seres humanos devem enfrentar o juízo divino futuro, no qual se dará um veredito com base em decisões éticas tomadas nesta vida.

Em 2 Pedro 3:9-13, também se situa o juízo no futuro, quando o mundo será totalmente destruído. E nesse tempo que se manifestará o "Dia do Senhor".

Paulo também afirma que o "Dia do Senhor" ainda não chegou (2Ts 2:1-12), porque primeiro se revelaria o "homem da iniquidade" (v. 3), o "iníquo [...] a quem o Senhor Jesus matará com o sopro de Sua boca e o destruirá pela manifestação de Sua vinda" (v. 8). Antes desse dia, todas as espécies de influências enganadoras serão postas em operação "segundo a eficácia de Satanás [...] com todo poder, e sinais, e prodígios da mentira" (v. 9).

B. *Apresentações Detalhadas do Juízo Final Universal*

Esta seção de nosso estudo trata de partes da Bíblia que fornecem descrições detalhadas das três fases sequenciais do juízo final e suas relações mais amplas na Escritura. A primeira fase é o juízo investigativo pré-advento; a segunda ocorre depois da segunda vinda de Cristo nas nuvens do céu, e pode ser denominada de juízo milenial pós-advento; a terceira e última fase é o juízo executivo pós-milenar. Daremos atenção agora a cada uma dessas fases do juízo final universal.

1. Juízo Investigativo Pré-Ad vento

A palavra "pré-advento" na designação dessa fase de juízo revela algo sobre o tempo em que ocorre esse juízo. Ele ocorre antes do segundo advento de nosso Senhor Jesus Cristo. Especificamente, pertence ao último período da história, chamado de "tempo do fim". A palavra "investigativo" aplicada a essa fase do juízo descreve a natureza desse juízo. O juízo investigativo é uma investigação divina dos registros na presença dos seres celestiais (Dn 7:9, 10). Portanto, a designação dessa fase do juízo com um adjetivo de tempo ("pré-advento") e de natureza ("investigativo") é, portanto, intencional.

a. O tempo da fase do juízo investigativo pré-advento. O período de tempo dessa primeira fase do juízo final universal pode ser estabelecido com base nas declarações explícitas nos livros de Daniel e Apocalipse, bem como com base na relação do Dia da Expiação e sua tipologia para com o juízo final (ver Santuário I.C.3.B; III.C).

(J) O *tempo segundo o Apocalipse.* No Apocalipse, o mensageiro angélico anuncia que "é chegada a hora do Seu juízo" (Ap 14:7). Essa "hora do Seu juízo" está situada no tempo escatológico do fim. Dentro do fluxo sequencial dos eventos recapitulados e apresentados no Apocalipse, aparecem as mensagens dos três anjos (v. 6-12).

O primeiro anjo voa pelo meio do céu, “tendo um evangelho eterno” para toda a humanidade, com o apelo: “Temei a Deus e dai-lhe glória," (v. 7). Encontramos a razão desse último apelo do "evangelho eterno" a toda humanidade na oração causai “porque [*hoti]* chegou a hora do Seu juízo" (NIV).

A referência aqui é a um tempo antes da segunda vinda de Cristo, conforme Apocalipse 14:14 clara mente revela. “A hora do Seu juízo” designa o último período antes da vinda de Jesus em glória. A “hora” não significa um momento episódico ou uma hora literal no tempo. A “hora do Seu juízo” precede "a hora de ceifar” (v. 15). “A hora de ceifar" é o tempo em que se faz a colheita por ocasião da segunda vinda de Cristo.

833 ► Mas antes de que se faça a colheita, deve haver "a hora do Seu juízo", um tempo em que se tomam decisões a respeito de quem será recolhido na colheita subsequente na “hora de ceifar". Antes de se fazer a colheita, deve-se realizar um juízo que vai decidir quem dentre o professo povo de Deus pode ser colhido e levado para o reino eterno.

O juízo (*krisis*) nesse tempo do fim é o juízo divino em que Deus Pai é juiz. Ele julgará entre os que permaneceram leais e os que apostataram. Visto que esse juízo precede a colheita no segundo advento, trata-se de um juízo pré-advento, que deve ter natureza investígativa para realizar seu propósito.

O juízo, que segundo Apocalipse 14:7, chegou, não pode ser situado na volta de Cristo, nem depois de Sua volta, durante o milênio. Também não pode ser situado na morte de Cristo na cruz, nem na criação, quando Adão e Eva caíram em pecado pela primeira vez. Esse texto do Apocalipse não apoia essas hipóteses. A chegada da hora do juízo é parte da chegada do tempo do fim, um tempo antes do fim do mundo, quando a humanidade ainda tem a oportunidade de aceitar o “evangelho eterno" (ver Remanescente/ Três Anjos V.B).

(2) O período de tempo segundo Daniel. Daniel 7-9 também apresenta o período de tempo do juízo investiga ti vo pré-advento. Daniel 7 fornece uma visão abrangente do fluxo da história constituída de quatro bestas em sequência, que emergem do mar da humanidade, representando quatro impérios mundiais. A última besta tem dez chifres; um “chifre pequeno” surge após a aparição dos dez (v. 3-8). Essa representação de eventos na Terra é secundada pelo discurso poético que penetra no tema do reino do Céu e descreve a cena do juízo celeste (v. 9, 10, 13, 14, 21, 22). Encerra-se com a vinda do reino eterno (v, 27),

Essa visão abrangente de Daniel 7 esboça o curso da história desde o império babilôníco (leão, v, 4), através dos impérios da Média e Pérsia (urso, v. 5), da Grécia (leopardo, v. 6), de Roma (besta terrível, v. 7), e do período do “chifre pequeno" (v. 8), até o fim do mundo (v. 11, 27), quando o reino de Deus será entregue aos fiéis, chamados ali de “os santos do Altíssimo” (v. 18, 27).

Depois de o chifre pequeno fazer guerra contra os santos (v. 8, 21), inicia-se o juízo celeste (v. 9, 10, 22). O Ancião de Dias se assenta em um trono (v. 9), rodeado de incontáveis seres celestes, e "se abriram os livros” (v. 10).

Os versos 21 e 22 apresentam o tempo do juízo de maneira explícita e detalhada: “Eu olhava e eis que este chifre fazia guerra contra os santos e prevalecia contra eles, até que veio o Ancião de Dias e fez justiça aos santos do Altíssimo; e veio o tempo em que os santos possuíram o reino."

Essa passagem fornece uma progressão temporal de três eventos cronológicos e sequenciais separados por dois marcadores de tempo explícitos. O primeiro marcador de tempo é a palavra “até” (aramaico ad), que é uma preposição temporal. O segundo marcador de tempo é a frase “e veio o tempo". Esses dois marcadores temporais separam as

três fases da atividade indicada em Daniel 7:21 e 22, como se segue: (a) A Fase I é a guerra do chifre pequeno contra os santos do Altíssimo; (b) A Fase II é separada da Fase I pela palavra “até”, mostrando que se inicia uma nova situação, temporalmente separada da fase anterior; a Fase II se compõe do juízo celestial da parte do Ancião de Dias, “em benefício dos” (ou “a favor dos” [NASB, REB, NIV], ou "pelos” [RSV]) santos do Altíssimo; e (c) a Fase III é separada da fase de juízo divino anterior e posterior a ela, conforme indica a expressão "e veio o tempo”. Após o juízo divino pelo Ancião de Dias, “veio o tempo em que os santos possuíram o reino” (v. 22).

Essas três sequências cronológicas, com seus marcadores de tempo específicos, demonstram que o juízo divino do Ancião de Dias ocorre no Céu *depois* que o chifre pequeno faz guerra contra os santos do Altíssimo e *antes* de os santos do Altíssimo possuírem o reino eterno. Essas três sequências explícitas de eventos temporais manifestam conclusivamente que o juízo divino e celestial do Ancião de Dias é um juízo pré-recepção-do-reino. Trata-se de um juízo divino, que deve preceder o tempo em que os santos recebem o reino. Essa sequência mostra que esse juízo ocorre pouco depois da guerra do chifre pequeno e antes do segundo advento (Shea, 1992, 135-143).

Se conseguirmos identificar com precisão o tempo em que ocorre a guerra do chifre pequeno contra os santos, encontraremos uma indicação ainda mais clara do tempo de início do juízo. A guerra contra os santos do Altíssimo é limitada a um período de tempo específico, mencionado em Daniel 7:25: “Os santos lhe serão entregues nas mãos, por um tempo, dois tempos e metade de um tempo.” Esses três tempos e meio simbólicos (aramaico *'iddan*) precisam ser traduzidos em tempo literal, histórico. A mesma palavra aramaica aparece em Daniel 4:16, 23, 25 e 32, referindo-se aos “sete tempos” da loucura de Nabucodonosor. A palavra "tempos”, em Daniel 4, refere-se a “anos” em tempo literal, histórico, durante a vida do rei babilônico. A tradução da LXX de Daniel 4 de fato diz “anos”. Essa chave interna para o significado de “tempos" nos três tempos e meio de Daniel 7:25 é crucial. Os “tempos” simbólicos significam “anos” em tempo literal.

Cada um desses anos consiste em 360 dias, como indicam as passagens paralelas de Apocalipse 12 e 13. A profecia paralela em Apocalipse 12:14 emprega a mesma expressão "um tempo, tempos e metade de um tempo”. Esse período remete aos “mil duzentos e sessenta dias”, mencionados no verso 6. Um pouco antes, os 1.260 dias são equiparados aos “quarenta e dois meses" (Ap 11:2), indicando um ano profético de 360 “dias”. Assim sendo, os três tempos e meio são iguais a 42 meses ou 1.260 dias proféticos. Com base no princípio dia-ano, conforme ilustrado em Ezequiel 4:6 e Números 14:34, um dia simbólico na profecia representa um ano literal no tempo histórico. Isso significa que 1.260 dias simbólicos na profecia apocalíptica são 1.260 anos em tempo literal, histórico (ver Apocalíptica II.D).

Os 1.260 anos de Daniel 7:25 começaram em 538 a.C., quando os ostrogodos abandonaram o cerco de Roma, e o poder do “chifre pequeno”, o bispo de Roma, que se libertara do domínio dos arianos, pôde crescer em autoridade, com base no decreto do imperador romano Justiniano em 533 d.G. Inicia-se, então, o período do poder papal, que produziu extensas perseguições, inclusive a Inquisição, com suas cruéis torturas (Maxwell, 121-129). Exatamente 1.260 anos depois, em 1798, esse longo período profético chegou ao fim com o dramático aprisionamento do papa Pio VI pelo general L. A. Berthier, sob a autoridade e direção do governo militar da França. A prisão e o exílio do papa restringiram o poder do catolicismo romano na época.

Sem detalhar o cumprimento profético de acontecimentos históricos posteriores, observamos que o juízo divino, presidido pelo Ancião de Dias, ocorre *após* 1798, depois do fim da guerra do chifre pequeno contra os santos (Dn 7:21) e *antes* de os santos do Altíssimo receberem o reino eterno (v. 22) na segunda vinda de Jesus Cristo. Quando a sequência temporal simbólica e profética de três anos e meio é traduzida em tempo histórico literal, com base em dados bíblicos (ver Shea 1992, 67-104), ela fornece a chave para se entender o tempo em que ocorre essa fase do juízo divino. Esse é um juízo da parte de Deus, o Ancião de Dias, no âmbito celestial, no tempo do fim, antes de os santos tomarem posse do reino eterno. Segundo essa evidência, o juízo investigativo pré-advento dos santos ocorre no Céu, entre 1798 e o segundo advento. Situa-se no tempo do fim.

Daniel 8 e 9 chegam a oferecer maior precisão e ampliam a visão de Daniel 7, Esses capítulos contêm dois calendários proféticos: as 2.300 tarde[s]-manhã[s] e as "setenta semanas", Esses calendários são extremamente importantes por identificar com precisão o início exato do tempo da primeira fase do
835 ► juízo final: o juízo investigativo pré-advento.

A unidade profética de Daniel 8 e 9 fala também de uma purificação do santuário (Dn 8:14), atividade que corresponde tipologicamente ao dia ritual e anual da expiação nas cerimônias do santuário terrestre. No capítulo 8, o santuário é o celestial, e a purificação se realiza no "tempo do fim" (v. 17, 19) depois do término do período histórico das 2.300 tardes[s]-manhã[s]. Daniel 8 revela internamente que as 2.300 tarde[s]-manhã[s] são 2.300 anos, que começam durante o período da Medo-Pérsia e terminam no "tempo do fim". Daniel 9:24-27 fornece a data exata do início dentro do período do reinado da Medo-Pérsia.

Daniel 8 apresenta o fluxo de eventos históricos e o começo e o término das 2,300 tardes[s]-manhã[s]. Encontramos aqui a terceira visão profética e sequencial no livro de Daniel, ampliando e completando as visões de Daniel 2 e 7. A sequência envolve o carneiro (Dn 8:3, 4) e o bode com seus quatro chifres (v. 5-8) e, finalmente, o "chifre pequeno" (v. 9-12), que se engrandece até ao Príncipe do exército celestial (v. 11), retira dEle o ministério contínuo (v. 11) e derruba o lugar do Seu santuário (v. 11). Esse é o contexto da revelação contida no diálogo dos seres celestiais (v. 13, 14).

A pergunta feita por um dos seres celestiais tem que ver com tempo; "Quanto tempo" ou, literalmente, "até quando" duraiá a "visão" (heb. *hazon*)? A pergunta "até quando" aponta ao futuro, para o ponto final do período de tempo, seu término. Visto que o foco da pergunta é sobre o ponto final do período de tempo, a questão é se esse período de tempo inclui o período histórico inteiro da visão, desde o seu começo, ou se ele começa em algum ponto posterior durante esse período histórico. O que precisamente está incluído no período de tempo que termina com as 2.300 tarde[s]-manhã[s]? Se pudermos determinar quando termina o período de tempo, então poderemos determinar quando começa o período e até onde ele se estende no futuro.

As respostas a essas questões exigem uma investigação da pergunta de Daniel 8:13: "Até quando durará a visão *{hazon)"?"* A palavra "visão" tem importância essencial para a pergunta; esse termo é empregado pela primeira vez em Daniel 8:1 e 2. A palavra inclui, portanto, toda a "visão", do período do carneiro em diante. A palavra "visão" reaparece no verso 13, onde se pergunta a respeito do seu ponto terminal. Isso revela que a "visão" inclui os períodos históricos do carneiro, do bode e do chifre pequeno até o "tempo do fim" (v. 17, 19). Assim, a pergunta pretende indagar: "Até quando durará a visão que começa durante o período do carneiro (a Medo-Pérsia), passa pelo período do bode

(a Grécia), o período dos quatro chifres (o *diaáochoi*), até o período de tempo do chifre pequeno (Roma pagã e papal), inclusive as questões descritas na última parte do verso 13, que pertencem à última parte do período do "chifre pequeno"? Em resumo, a pergunta abrange a "visão" desde o período da Medo-Pérsia até o "tempo do fim".

A estrutura de tempo incluída dentro dessa questão é da máxima importância para o significado da questão em si. A resposta do anjo é: "Durante [lit. "até"] duas mil e trezentas tardes e manhãs [lit. "tardes-manhãs"] e o santuário será purificado" (NKJV). Essa resposta fornece um período de tempo claramente estipulado de 2,300 "tarde[s]-manhã[s]", que devem transcorrer antes do início da purificação do santuário. Apurificação do "santuário" começará quando se encerrarem as 2.300 "tarde[s]-manhã[s]",

A pergunta feita no verso 13 é: "Até quando durará a visão?" A "visão" *{hazon)* começou no período do carneiro, dos "reis da Média e da Pérsia" (v, 20). Isso ocorre em algum ponto depois de Babilônia ter sucumbido em 539 a.C.

A visão também inclui o período do bode com seu primeiro grande chifre e os quatro chifres subsequentes (v, 5-8), Abrange também o tempo histórico do reino da "Grécia; e [.,.] o primeiro rei" e os "quatro reinos [que] se levantarão deste povo" (v. 21, 22). Esse período de tempo histórico da Grécia se estende a partir de 331 a.C. até 168 a.G. O período histórico coberto pela visão também inclui o do chifre pequeno, que começa em 168 a.C. e vai até o período de Roma pagã (que termina em 476 d.C., quando o último imperador do Império Romano do Ocidente, Rômulo Augusto, foi deposto por Odoacro e seus bárbaros mercenários germânicos). Tal período de tempo avança até Roma papal e se encerra com o "tempo do fim" (v, 17, 19).

Um ser angélico faz a pergunta "até quando", e outro dá a resposta, Esse declara em palavras inequívocas: "Esta visão *[hazon.]* [...] [alcança] o tempo do fim" (v. 17, NKJV). "O tempo do fim" é o tempo antes de este mundo chegar a seu fim no *eschaton* (Pfandl, 316). Isso significa que as tarde[s]-manhã[s] simbólicas não podem se referir a outra coisa senão a anos no tempo histórico. Daniel 8 nos informa, portanto, assim interna quanto contextualmente, que uma tarde-manhã, ou um dia de tempo profético, equivale a um ano de tempo histórico. Esse capítulo oferece a equiparação interna de um ano para um dia. Ensina que o princípio dia-ano também próprio de Daniel 7-9; Apocalipse 11-13; bem como de Ezequiel 4:6; e Números 14:34.

A determinação do ano preciso para o início dos 2.300 anos também nos permitiría fixar na história o ano do término desse período de tempo profético dentro do tempo do fim. Esse ano seria, portanto, a data para o início da purificação do santuário celestial.

A correlação entre Daniel 8 e 9 é de importância decisiva para responder a essas perguntas. Esses capítulos compõem uma grande unidade profética.

E preciso levar em conta as principais interligações: *(a) Terminologia comum. As* formas verbais da raiz hebraica *hin,* "entender", são usadas em Daniel 8:15-17, 23 e 27 e novamente em Daniel 9:2, 22 e 23, em posições-chave com relação à interpretação da visão (Dn 8:17; 9:23). O entendimento não é completo enquanto todos os elementos, inclusive o elemento temporal, não forem compreendidos. Não se pode entender a visão de Daniel 8 até que a de Daniel 9:24-27 forneça as explicações adicionais, *(h) Perspectiva cúltica*. Daniel 8:13 e 14 enfatiza "questões cúlticas" ("transgressão," "santuário", "purificado" [JKV]), como ocorre nos versos 11 e 12 ("santuário," "transgressão", "verdade"). Daniel 9:24-27 está repleto de perspectivas cúlticas, tais como "transgressão", "expiar", "ungir", a cessação "do sacrifício e da oferta." Cada um desses capítulos depende de outro de uma

perspectiva de culto e complementam um ao outro, (c) O *mesmo anjo-intérprete*. Em Daniel 8:16, Gabriel aparece pela primeira vez no livro. Ele é enviado para interpretar a visão (v. 17, 19). Reaparece em Daniel 9:21-23 para concluir a interpretação do que ficara inexplicado em 8:26 e 27, Daniel descreve a situação como segue: "Gabriel, que eu tinha observado na minha visão ao princípio, veio rapidamente [,..] e disse: 'entende a visão" [heb. *mareh]'"* (Dn 9:21-23). Isso relaciona a explicação com o aspecto *mareh* da visão deixado inexplicado em 8:26 e 27.

(d) Revelação audível Daniel 8:13 e 14 contém a parte audível da visão (v. 2-8), junto com o calendário. Daniel 9:24-27 é outra revelação audível, na qual figura com destaque um calendário. Gabriel informa a Daniel que veio lhe fazer compreender a visão *[mareh}* v. 23], isto é, o mesmo elemento do calendário inexplicado de Daniel 8. O anjo-intérprete fez isso, fornecendo um calendário, que "corta" um período de tempo do tempo de Daniel 8.

(e) Relação conceituai O clímax grandioso do trabalho do Messias é a *unção* do santuário (v. 24, heb. *qodesh qodashim*). Isso ocorre no início do ministério celestial de Jesus Cristo, depois de Ele ter sido "tirado", isto é, morrido no Calvário. O grandioso clímax da visão de Daniel S é *a purificação* do santuário "no tempo do fim," depois do término das 2.300 "tarde[s]-manhã[s]" (v. 14). A revelação
837 ► audível de Daniel 8:13 e 14 aponta para o fim do longo período das 2.300 "tarde[s]-manhã[sj" com a obra de purificação que deveria começar "no tempo do fim" (v, 17, 19). A revelação audível de Daniel 9:24-27 fornece o ponto de partida para o ministério de purificação do santuário (v. 24). Assim sendo, tanto o começo (unção do santuário), quanto o fim (purificação do santuário), fazem parte dos grandiosos eventos climáticos do ritual celeste. Cada aspecto é predito profeticamente para se realizar segundo seu próprio calendário. Essas interligações principais ligam Daniel 8 e 9 numa visão unitária (Dn 8:1-12), com audição (v. 13, 14) e interpretação (Dn 8:15-26; 9:24-27), com interesse específico nos elementos de tempo.

Daniel 9:24-27 revela que o tempo de prova de Israel se estendería por "setenta semanas", ou 490 anos. Essa profecia de setenta semanas contém uma cronologia ininterrupta, sequencial e trípartida, baseada em sequências de "semanas", divididas em "sete semanas", com 49 anos; "sessenta e duas semanas", com 434 anos; e "uma semana" com sete anos (Hasel 1993, 118),

"No meio da [última] semana" o Messias "acabará com o sacrifício e a oferta de cereal" (Dn 9:27, NASB), porque Ele é "morto" (v. 26), violentamente morto, Com o sacrifício do Messias, tornaram-se obsoletos os sacrifícios de animais no templo de Jerusalém. Com isso, as leis cerimoniais do AT encontraram seu cumprimento. Esse sacrifício messiânico Jesus Cristo realizou em 31 d.C., no tempo preciso indicado pelo calendário profético. Depois de Sua ressurreição e ascensão, Ele realmente ungiu "o Santo dos Santos" (v. 24), isto é, o santuário celestial. Isso marca o início do Seu ministério celestial, o ministério diário de Gristo.

Daniel 9:24 afirma que "setenta semanas de anos estão decretadas" ou "cortadas" para "teu povo [Israel] e tua cidade santa [Jerusalém]" (Owusu-Antwi, 121-123). Visto não existir na unidade profética de Daniel 8 e 9 nenhum outro período de tempo, esse só pode ser as 2.300 tarde[s]-manhã[s], ou anos, dos quais o período "de setenta semanas," ou 490 anos, foram "cortados". Tanto o período de Daniel 8 e 9 quanto as 2.300 tarde[s]-manhã[s], ou anos, e "as setenta semanas de anos" começam no mesmo período, durante o domínio da Medo-Pérsia, indicando que os 490 anos têm de ser cortados do início das 2,300 tarde[s]-manhã[s],

Se for possível determinar o ano exato do inicio dos 490 anos, encontra-se também o

ano exato do início dos 2.300 anos. Daniel 9:25 deixa bem claro que os 490 anos começam "desde a saída da ordem para restaurar e construir Jerusalém". A restauração e a reedificação de Jerusalém se referem a dois aspectos separados, mas relacionados, a saber, a restauração da sua autonomia religiosa e política e o autogoverno e a reedificação física de Jerusalém (Owusu-Antwi, 378-382). O decreto mencionado em Daniel 9:25 precisa conter esses dois aspectos.

O decreto de Ciro, que ordenava a reconstrução do templo (Ed 1:2-4) não preenche os requisitos. O mesmo acontece com o decreto de Dario I (6:1-12), que é uma reiteração do decreto de Ciro. Ambos os decretos tratam da reconstrução do templo, mas não de maneira tão específica como Daniel 9:25.

O principal decreto a seguir, conhecido da Escritura, é um que foi dado no sétimo ano de Artaxerxes I e registrado em Esdras 7:12-26. Esse decreto se qualifica como o cumprimento daquele mencionado em Daniel 9:25, porque ele fala tanto da reedificação como da restauração de Jerusalém. A ordem do rei restaurou a autonomia religiosa e política de Jerusalém e o autogoverno, pelo qual se concede novamente aos israelitas o privilégio de comprar animais e oferecê-los em sacrifício (Ed 7:17), além de nomear magistrados e juizes que julgariam segundo "as leis do seu Deus" (v. 25). Artaxerxes chegou mesmo a conceder plena autoridade para se aplicar sentenças judiciais, inclusive detenção, confisco de mercadorias, banimento e morte (v. 26). O decreto se aplicava tanto a judeus como não judeus "na província além do Rio" (v. 25). O decreto de Artaxerxes I, promulgado no seu sétimo ano, também se ajusta porque cumpre o aspecto da "reconstrução" de Jerusalém, ► isto é, a reedificação física da cidade (ver Ed 4:7, 11-16). 8E8

"O decreto" promulgado por Artaxerxes é o único que satisfaz os dois requisitos de Daniel 9:25: a restauração e reedificação de Jerusalém. Baseado em fontes históricas clássicas, uma fonte astronômica egípcia, uma fonte astronômica babilônica, fontes históricas egípcio-judaicas e fontes históricas babilônicas, o decreto e o regresso são datados em 457 a.C. (Shea, 1991, 121-126). O ano de 457 a.C. é, portanto, o ponto de partida dos 490 anos de Daniel 9, assim como o início dos 2.300 anos de Daniel 8, do qual os 490 anos são "cortados."

Com base em Daniel 9:24 e 25, em que se afirma que "as setenta semanas" ou 490 anos tiveram seu início em 457 a.C. e foram "cortadas" dos 2.300 anos, conclui-se que os 2.300 anos também se iniciaram em 457 a.C. Esses 2.300 anos se encerram "no tempo do fim," em 1844 d.C. Portanto, a expressão "tardefs]-manhã[s]", que no texto hebraico não tem plural nem conjunção aditiva, designa "anos" no tempo histórico. As 2.300 "tarde[s]-manhã[s]" representam 2.300 anos literais. Iniciam-se esses anos em 457 a.C., e concluem-se em 1844. Assim sendo, 1844 é o ano no qual se inicia a purificação do santuário celestial.

Daniel 7 revelou que o julgamento divino deve começar no Céu, depois de 1798, e concluir-se quando os santos do Altíssimo, fiéis seguidores de Deus, entrarem na posse do reino eterno na segunda vinda de Cristo. Ou seja, o julgamento celeste se realiza durante o tempo do fim, como Daniel 7 claramente o demonstra. Daniel 8 e 9 revela a data exata do início desse juízo, que se refere à restauração, ou purificação do santuário celestial (v. 14). Em 1844, iniciou-se o juízo investigativo pré-advento. Esse juízo ocorre durante "o tempo do fim" (v. 17, 19) e está em harmonia com "a hora do Seu juízo", de Apocalipse 14:7.

(3) O *tempo na tipologia âos rituais cio santuário terrestre.* Além da evidência da literatura apocalíptica, que revela que o juízo investigativo pré-advento começou em 1844, "no tempo do fim", o ritual do antigo santuário israelita fornece suporte

tipológico adicional para o estabelecimento do período de tempo da primeira fase do juízo final.

A atividade no santuário terrestre era dividida em rituais diários e anuais. O último acontecia no fim do ano ritual, no Dia da Expiação (Lv 16; 23:26-32; Nm 29:7-11; ver Elasel 1981), O nome hebraico para Dia da Expiação é *yom kippnr,* também traduzido *como* "dia da purificação", indicando purificação e limpeza (Lv 16:19, 30), incluídas nesse último dia do ciclo ritual do ano. Isso corresponde tipologicamente à purificação do santuário celestial, à qual Daniel 8:14 se refere. A interligação entre Daniel 8:14 e Levítico 16 consiste nessa relação conceituai, bem como no termo "santuário" (heb, *qodesh*), usado sistematicamente para o "santuário" e para as atividades do Dia da Expiação, em Levítico 16.

Em harmonia com o papel antitípico de Jesus Cristo como Sacerdote celestial (Hb 6:20; 7:3, 15-17) e a purificação do santuário celestial (Dn 9:24), nosso Senhor começou Seu ministério diário de intercessão e mediação (Rm 8:34; lTm 2:5; Hb 7:25). Ele oferece a todos os crentes "acesso" a Deus (Rm 5:2; Ef 2:18) através de Seu ministério "mais excelente" (Hb 8:6), baseado em uma "superior aliança" (Hb 7:22), provendo "novo e vivo caminho" (Hb 10:20), pelo qual podemos nos achegar 'junto ao trono da graça" (Hb 4:16). O próprio sangue de Cristo, vertido no Calvário no tempo exato do calendário de Deus (Dn 9:26, 27), assegura nossa entrada no santuário (Hb 10:19), onde encontramos perdão para nossos pecados confessados (ljo 2:1, 2), que são transferidos para o santuário celestial.

O ministério iniciado por Cristo no Céu como sumo sacerdote corresponde tipologicamente ao ritual diário dos sacerdotes terrestres durante o ano litúrgico, chegando-se a seu clímax no Dia da Expiação. Cristo também cumpre, tipologicamente, o ministério sacerdotal do Dia da Expiação, o dia do juízo e da purificação do santuário.

O Dia da Expiação era um dia de juízo (Lv 23:29). O aspecto predominante era a justificação dos israelitas fiéis e leais que haviam utilizado todas as provisões dadas por Deus para serem restaurados durante as cerimônias diárias do ano litúrgico. Os israelitas deveríam utilizar pela fé os sacrifícios vicários apropriados nos rituais diários, que consistiam na primeira fase do ano litúrgico, sendo capazes assim de estar na presença de Deus no Dia da Expiação. Para eles, o Dia da Expiação era um dia de juízo vindicativo. Eles haviam seguido o plano divino da redenção e eram capazes de colher os benefícios desse plano mediante a graça de Deus.

Outro aspecto do Dia da Expiação, ou dia do juízo, era o juízo retributivo ou penal. Os israelitas infiéis, que não se humilhassem nesse dia especial (v. 29), seriam "eliminados" do seu povo. A expressão "eliminado" é um termo técnico para perda da vida mediante uma intervenção direta de Deus ou pela pena capital. Assim, o Dia da Expiação conduziría todos os israelitas à justificação e vida ou à condenação e morte, dependendo da decisão que tomassem em permanecer fiéis a Deus ou permanecer em seu estado de rebelião e infidelidade. Somente os israelitas entravam em juízo. Os não israelitas não tinham parte alguma na experiência do Dia da Expiação.

O tempo desse grandioso dia ritual do fim do ano litúrgico é análogo ao tempo do dia antitípico da expiação no Céu, no "tempo do fim". Nesse sentido, o juízo pré-advento corresponde antitipicamente ao Dia da Expiação nos rituais do santuário terrestre (ver Santuário II, III).

Essas principais séries de evidência fornecidas na Escritura dão ao estudante da Bíblia uma compreensão clara e definitiva do período de tempo do juízo investigativo pré-advento no Céu, a primeira fase do juízo final universal. Essa se iniciou em 1844 e há de se

encerrar antes da volta de Jesus Cristo, quando terminar o tempo de graça para o mundo.

b. O Juiz do juízo investigativo pré-advento. A primeira fase do juízo final tem a Deus Pai como juiz. Daniel 7:9 equipara o Juiz divino com “o Ancião de Dias” (cf. v. 13, 22), uma designação sem paralelo no AT. Comunica que Deus é augusto e venerável, respeitado e sábio. Distingue Deus do “Filho do Homem”, que Se dirige ao Ancião de Dias "com as nuvens do céu” (v. 13).

A descrição do Apocalipse se harmoniza novamente com a imagem do juízo de Daniel 7. Em Apocalipse 14:7 lemos que "é chegada a hora do Seu juízo”. Esse é o juízo dAquele mencionado no apelo anterior: “Temei a Deus .” Deus Pai é o juiz no juízo investigativo pré-advento.

Cristo não julga nessa época. Mas Ele, o Salvador ressurreto, está presente nesse juízo (Dn 7:13, 14), assumindo o papel de apoio para aqueles cujos nomes vêm a julgamento. Ele recebe o reino do Pai (v. 14) e depois o entrega aos santos (v. 18).

O fato de Deus Pai ser o juiz indica que Ele está extremamente interessado no bem-estar dos que comparecem perante Ele em julgamento, que pode ser favorável ou desfavorável, dependendo das obras e da vida do professo povo de Deus, cujos casos são revistos (ver II.D).

Percebe-se que o Pai desempenha papel ativo no plano da salvação. O evangelho de João afirma que "Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o Seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3:16). Os versos seguintes (17-21) revelam o contexto do juízo e a possibilidade de condenação. O Pai enviou Cristo ao mundo, e as pessoas devem se decidir se creem nEle ou não. Todos quantos acreditam no Filho têm a vida eterna. No juízo presidido por Deus são revistos os casos daqueles que foram afetados pelas tentativas do Pai de trazer salvação à humanidade.

c. Os que serão julgados no juízo investigatívo pré-advento. Ao determinar quem é julgado no juízo pré-advento, é essencial a experiência da tipologia do Dia da Expiação. Nessa época, somente os israelitas iam a julgamento, o que revela que somente o professo povo de Deus entra em juízo. *840

O apóstolo Pedro afirma que deve “começar o juízo pela casa de Deus [...]; ora, se primeiro vem por nós, qual será o fim daqueles que não obedecem ao evangelho de Deus?” (lPe 4:17). “Os que não obedecem ao evangelho de Deus” podem ser os que tiveram a oportunidade de lhe obedecer num tempo ou noutro.

Os livros de Daniel e Apocalipse são explícitos sobre o assunto. Tem-se afirmado que o “chifre pequeno”, de Daniel 8, contaminou o santuário e, portanto, deveria entrar em juízo, o que tipifica a purificação do santuário. Mas um estudo cuidadoso da linguagem cultuai dos versos 9-14 demonstra que a purificação, a vindicação e a restauração do santuário, no verso 14, não são uma resposta requerida pela atividade do "chifre pequeno”. Embora ele ataque “o Príncipe do exército", não contamina o santuário (Rodríguez, 529). Segue-se, portanto, que Daniel 8 não afirma a inclusão do “chifre pequeno” na purificação do santuário.

A primeira cena de juízo na visão de Daniel 7 é concluída com a frase decisiva: “assentou-se o tribunal, e se abriram os livros” (v. 10). A palavra “juízo” *(din)* revela que haverá um julgamento de determinado povo, mas o texto não menciona quem. Fornece, porém, um indício vital que exige consideração.

As referências a livros no Céu geral mente dizem respeito aos seres humanos. São os seres humanos, portanto, que entrarão em juízo. Essa é outra razão para entender que “os santos do Altíssimo" são seres humanos piedosos, e não anjos (Hasel, 1975, 190-192). É óbvio que os livros não se abrem para Deus, que tudo conhece. Espera-se que esses

livros sob investigação nos deem o discernimento a respeito da questão dos que serão alvo desse juízo.

Daniel 12:1 dá informações básicas sobre os comentários desses livros. No fim do "tempo de prova", todos, cujos nomes estiverem nos livros, serão salvos. Esse texto deixa claro que o "livro" ou os "livros" contém os nomes dos que fazem parte do povo de Deus.

Outras referências no AT falam de registros celestiais sob a forma de um "livro". Quando os israelitas se rebelaram no Sinai e Deus disse que planejava destruí-los, Moisés suplicou a Deus: "Agora, pois, perdoa-lhe o pecado; ou, se não, risca-me, peço-te, do livro que escreveste" (Êx 32:32). O Senhor respondeu a Moisés, dizendo: "Riscarei do Meu livro todo aquele que pecar contra Mim" (v. 33). Essa primeira menção no AT de um livro celestial revela que ele contém os nomes dos que fazem parte do professo povo de Deus. Faz-se a mesma descrição em outras passagens do AT que falam de um livro de Deus no Géu (ver SI 69:28; Ml 3:16). A conclusão a seguir é solida: "Portanto, cada referência no AT a um livro de Deus no Céu está relacionada, de uma forma ou de outra, com o povo de Deus, e não com os Seus inimigos" (Shea, 1992, 148).

Em resumo, a evidência do livro de Daniel e de outras partes da Bíblia aponta singularmente na direção de que o professo povo de Deus, tanto os verdadeiros quanto os falsos crentes, serão julgados *nessa* primeira fase do juízo investigativo pré-advento.

De importância capital para a confirmação dessa conclusão é Daniel 7:22: "Até que veio o Ancião de Dias e fez justiça aos santos do Altíssimo." Outras versões (NKJV, NASB) traduzem "a favor" dos santos. Essas versões recentes puseram no inglês contemporâneo o significado da preposição aramaica *"V* que foi traduzida na KJV como "aos santos". Daniel 7:22 ensina explicitamente que "os santos do Altíssimo", o povo de Deus, são os que serão investigados quando os livros forem abertos nas sessões do tribunal celestial.

"Os santos do Altíssimo" sofreram forte ataque do "chifre pequeno", que os perseguiu por longo tempo e matou muitos deles (v. 21, 25). Deus apresenta a causa deles no juízo pré-advento. Abre os livros à vista de todos «£ os seres celestes reunidos, e as obras registradas e a fé dos santos ficam patentes à investigação. Esse juízo investigativo com os livros abertos justificará os verdadeiros santos de Deus perante as inteligências do Universo, declarando-os aptos a receber do Filho do Homem a posse do reino (v. 18). As miríades de seres celestiais que comparecem a essa primeira fase do juízo (v. 10) precisam saber quem, dentre os que professam ser seguidores de Deus, merece herdar o eterno reino de Deus e nele viver. Todos quantos permanecem leais na fé até o fim serão vindicados no juízo pré-advento. Os pecados deles serão apagados porque Cristo cuidou deles.

O nome dos professos seguidores que não permaneceram leais e fiéis serão riscados do registro celestial (cf, Êx 32:32, 33). O juízo investigativo pré-advento não os vindicará. Suas obras e falta de fé depõem contra eles, e o nome deles será apagado do Livro da Vida.

Nesse juízo investigativo pré-advento, Deus apresenta a causa de Seu povo no julgamento celeste. É um juízo da vindicação dos fiéis de Seu povo; é a favor "dos santos do Altíssimo" (Dn 7:22). O Ancião de Dias, que os julga, não é inimigo deles. E juiz justo, que julga "a favor" deles porque tomou todas as providências em Jesus Cristo, para que todos os pecados deles sejam perdoados e eles tomem posse do reino eterno.

Há também um aspecto ameaçador nesse juízo investigativo pré-advento. E possível que uma pessoa, depois de ter servido a Deus, decida novamente seguir seu próprio caminho. Aqueles que persistem no pecado terão seu nome riscado do livro (ver Ex 32:33). Embora exista também esse aspecto,

ele não é o tema predominante do juízo investigativo pré-advento.

O tema dominante do juízo ínvestigativo pré-advento é o juízo pronunciado a favor dos santos (Dn 7:22). Deus está do lado de Seu povo. No “tempo de angústia” o próprio Miguel se levantará para defender e resgatar os que Lhe pertencem (Dn 12:1). Todos os fiéis que morreram antes da segunda vinda de Cristo ressuscitarão para a “vida eterna" (v. 2). Deus é Juiz e Salvador. A morte de Cristo na cruz faz dEle um vitorioso libertador e poderoso sustentador de todos quantos confiam nEle até Sua vinda.

d. O lugar do juízo investigativo pré-advento. Daniel 7 revela uma dimensão cósmica quando mostra a interação entre cenas da Terra e do Céu, revelando um modelo literário ABAB (Terra [v. 2-8]; Céu [v. 9, 10]; Terra [v. 11, 12]; Céu [v. 13, 14]). A alternância da prosa (partes A) com a poesia (partes B) enfatiza esse modelo. As partes poéticas transportam o leitor à sessão do tribunal celeste. A ênfase da visão sobre “tronos” apoia essa interpretação (v. 9). Em todas as partes da Bíblia um trono associado com a divindade - nesse caso o Ancião de Dias - é sempre um trono no âmbito celestial. Daniel 7 revela, portanto, que o juízo se realiza no Céu.

Daniel 8 fornece detalhes adicionais. Nesse capítulo temos mais uma vez uma interação das dimensões terrestres e celestiais. A visão se desloca de uma cena puramente terrestre, com dois animais que simbolizam poderes terrestres (v, 3-8) para um “chifre pequeno”, que se expande, a princípio, horizontalmente (v. 9; possivelmente o v. 10), e depois verticalmente (possivelmente o v, 10; seguramente os v. 11, 12), para penetrar no território do “Príncipe dos exércitos" e em Seu santuário celestial (v. 11). A parte audível da visão (v. 13, 14) transporta o leitor precísamente para o reino celestial, com seres celestiais que dialogam entre si. “O clímax da visão enfoca o conflito entre o Príncipe e o chifre pequeno a respeito do santuário celestial e seu sacerdócio” (Shea, 1986, 513).

Dentro desse contexto, o “santuário" dos versos 11 e 14 não pode ser outro senão o santuário celestial, conforme indica a sequência de acontecimentos no fluxo do capítulo. A purificação do santuário celestial (v. 14, KJV) envolve uma obra de juízo divino, que •* 842
se situa dentro do santuário celestial propriamente dito. Mais uma vez, Daniel 8 acrescenta detalhes a Daniel 7.

A realidade do santuário celestial é tão bem conhecida no AT e no NT que basta uma breve afirmação, visto que, para alguns intérpretes, não existe nenhum santuário no Géu. A dimensão vertical celestial-terrestre do santuário é delineada em Êxodo 25:8 [9], onde Deus mostrou a Moisés na montanha o "modelo” (heb. *tabnith*) do santuário terrestre. O termo empregado no AT para o que foi mostrado a Moisés no monte Sinai é referido no NT como “tipo” (gr. *typos;* ver At 7:44; Hb 8:5). O santuário terrestre era apenas uma "cópia e sombra" da realidade celestial (Davidson, 367-368). Nesse sentido, o santuário celeste original foi copiado pelo equivalente terrestre.

Numerosos textos nos Salmos (inclusive 11:4; 18:6 [7]; 29:9; 68:35 [36]; 96:6; 150:1) e nos escritos proféticos do AT se referem ao santuário celestial de Deus (Is 6:1; Jn 2:7 [8]; Mq 1:2; Hc 2:20). F. Delitzsch afirmou corretamente: “A uma distância infinita acima da Terra, [...] encontra-se um *hekal qodesh* [templo sagrado]. [...] E esse templo, esse palácio nos céus, é o lugar de onde se toma a decisão final de todos os assuntos terrestres [Hc 2:20; Mq 1:2]. Pois o Seu trono superior é também o tribunal supra terrestre” (Delitzsch, 1:189).

A realidade do santuário celestial é confirmada com igual vigor no NT. A carta aos Hebreus afirma, na sua parte central (8:1-10:25), que Jesus é o sumo sacerdote e “ministro do santuário e do verdadeiro

tabernáculo que o Senhor erigiu, não o homem" (Hb 8:2). O "santuário" (gr. *hagia)* mencionado na carta é o celestial. E chamado também de "verdadeiro tabernáculo", O termo grego para "verdadeiro" é *alêthinos*, "real", por oposição a "aparente". Utiliza-se o mesmo termo para descrever a realidade de Deus (Jo 17:3). O santuário celeste é tão real quanto o próprio Deus.

Em Hebreus 9:1-5, o "santuário terrestre" se compõe de uma tenda exterior, do primeiro compartimento, que é normalmente chamado de "santo lugar"; e da segunda tenda, que é chamada de "santo dos santos", ou "lugar santíssimo". Começando no verso 8, o santuário é relacionado com as realidades celestiais sob a nova aliança. A primeira tenda, ou tenda exterior, de Hebreus 9:8 (*prõtos*, no sentido de anterior), refere-se a todo o santuário terrestre. O "santuário" celeste não podia funcionar enquanto "a primeira" ou "antiga tenda," isto é, o santuário terrestre, ainda estivesse em funcionamento. "A primeira tenda se torna a antiga tenda terrestre em sua totalidade, que inclui tanto o lugar santo quanto o santo dos santos; e a segunda tenda, o maior e mais perfeito tabernáculo[1] do verso 11, torna-se o santuário celestial" (Gody, 147, 148; cf. SDABC7, 450). Há um santuário celestial com dois compartimentos (ou áreas), vastamente mais glorioso do que o santuário terrestre.

A ênfase de Hebreus 9:23 e 24 apoia essa ideia. O texto diz: "Era necessário, portanto, que as figuras das coisas que se acham nos céus se purificassem com tais sacrifícios, mas as próprias coisas celestiais, com sacrifícios a eles superiores. Porque Cristo não entrou em santuário feito por mãos, figura do verdadeiro, porém no mesmo Céu, para comparecer, agora, por nós, diante de Deus." As "coisas celestiais" dizem respeito ao santuário celestial, onde Cristo entrou para desenvolver Seu ministério em favor da raça humana.

Jesus Cristo é o grande sumo sacerdote, que desenvolve um ministério especial nesse santuário celeste. Após ascenderão Céu, Ele iniciou a primeira fase desse ministério no templo celestial, Seu ministério "diário", no primeiro compartimento/área do santuário bicameral. Em 1844, começou a segunda fase do ministério, o "anual", ou ministério do dia antitípico da expiação, no segundo compartimento/área do santuário celestial.

O livro do Apocalipse estabelece clara distinção entre o Céu propriamente dito e o santuário/templo no Céu, conforme se vê em Apocalipse 11:19: "Abriu-se, então, o santuário de Deus, que se acha no Céu, e foi vista a arca da Aliança no Seu santuário." O grego diz: "O templo de Deus, aquele que está no *843 Céu, foi aberto." O Géu tem, de fato, um templo ou santuário. Os anjos que saem do santuário mostram isso (Ap 14:15,17; 16:17). Também se percebe a mesma ênfase em Apocalipse 15:5: "Depois destas coisas, olhei, e abriu-se no Céu o santuário do tabernáculo do Testemunho." Nesse santuário ou templo celestial, composto de duas partes, realiza-se o juízo divino e dele partem os juízos divinos (Ap 7:15; 16:17). O santuário celestial é o centro de comando divino do Universo, já que o trono de Deus está ali.

Com base nesses indícios, tanto do AT como do NT, pode-se afirmar que o juízo investigativo pré-advento ocorre no lugar santíssimo do santuário celestial. A primeira fase do juízo final ocorre em analogia com a atividade do Dia da Expiação terrestre. Assim como a antiga aliança dispunha de um santuário terrestre com rituais diários e anuais, assim a nova e superior aliança possui um santuário celestial, no qual Cristo, na qualidade de sumo sacerdote, desenvolve um ministério diário e desde 1844 está envolvido num novo e último ministério na presença do Pai, que é o juiz do professo povo de Deus de todas as eras. O ministério de Cristo é um ministério de íntercessão na presença do Ancião de Dias em favor dos que recorrem

a Ele como Senhor e Salvador. Tanto o Pai quanto o Filho estão envolvidos no processo de juízo salvífico, cada um desempenhando Seu respectivo papel na salvação dos fiéis da humanidade (ver Santuário II.B.2).

e. O propósito do juízo investigativo pré-advento. O juízo pré-advento é tanto investigativo quanto avaliativo no que se refere a todos que fizeram profissão de ser crentes. Uma das incumbências do juízo pré-advento é determinar quem dentre o professo povo de Deus herdará o reino.

Os estudantes da Escritura reconhecem que deve haver o que se chama de "pré-juízo" (Düsterwald, 177), tratado aqui como juízo pré-advento. A ressurreição e a trasladação dos santos vêm como resultado de um juízo anterior ao juízo das nações dos não crentes da humanidade. "Quando Paulo escreve que bs santos hão de julgar o mundo' (ICo 6:2; cf. Mt 19:28), deve-se concluir que o julgamento da comunidade dos santos' e o julgamento do mundo' não podem ser a mesma atividade judicial. Assim como a ressurreição dos que pertencem a Gristo precede a ressurreição geral dos mortos [ímpios], assim o julgamento dos crentes precede em tempo o julgamento das nações (pagas) [...]" (Lamparter, 161).

Um segundo e importante fator do juízo investigativo pré-advento é a vindicação dos santos. Já vimos que Daniel 7 relata como os "santos do Altíssimo", isto é, os santos que pertencem a Deus, estão sob o ataque do "chifre pequeno", isto é, agentes de forças satânicas que se organizam contra o povo de Deus (v, 21, 25). Os santos de Deus são falsamente acusados, perseguidos e injustiçados. Durante o juízo pré-advento Deus abre no Céu os registros para que todos os seres inteligentes celestes possam examinar os registros. Deus virá em resgate de todos os que são maltratados e mal compreendidos. Ele os vindica diante do Universo nessa solene assembléia.

Um terceiro aspecto principal do juízo pré-advento é que o caráter de Deus também é vindicado. Deu-se a falsa impressão de que Deus era um ser caprichoso, vingativo e crítico. Deus foi retratado como distante e insensível. Foi descrito como sendo vingativo e malévolo. Levantaram-se dúvidas a respeito de Seu caráter e pessoa. O juízo pré-advento mostra Deus Pai como Ele realmente é: Alguém que vem em resgate de Seus filhos; advoga-lhes a causa na presença de todos os seres celestes, que podem ver Sua justiça e integridade, que é o próprio fundamento de Seu tribunal de juízo e de Seu trono (SI 89:14; 97:2). O próprio Deus será vindicado nesse juízo.

O quarto aspecto principal do juízo pré-advento tem que ver com a purificação do santuário (Dn 8:14; Hb 9:23). As "coisas celestiais" (Hb 9:23), o santuário celestial (Johnsson, 94-98), continuam precisando ser purificadas do acúmulo de pecados dos santos de todos os tempos. O santuário terrestre era purificado (Lv 16:19; heb. *taher*) no Dia da Expiação. A ideia subjaz o termo "expiado" (heb. *kapar*, "cobrir"), que, em muitos contextos, transmite fortes conotações de purificação.

Em Daniel 8:14 é dito que "o santuário será purificado" (KJV; cf. NKJV, NAB). Essa é uma interpretação que remonta aos tempos pré-cristãos, conforme demonstra a LXX. A palavra "purificado" traduz o hebraico *nitsdaq*, que comunica ricas conotações semânticas (Andreasen, 495, 496), inclusive as idéias de purificação, justificação, vindicação e correção (Hasel, 1986, 448-458). O dia antitípico da expiação, iniciado no Céu em 1844, precisava da visão mais ampla expressa por *nitsdaq*, A linguagem de Daniel 8:14 associa esse verso ao Dia da Expiação, conforme se evidencia principalmente pelo emprego da palavra "santuário" (heb. *qoãesh)*, termo usado para o "santuário" ao longo do capítulo inteiro de Levítico 16. Em suma, a linguagem usada para "purificação" do

santuário celestial evoca associações com o Dia da Expiação, isto é, o dia de purificação, purgação e juízo. A atividade celeste envolve purificação, correção, justificação e vindicação. Esses conceitos estão relacionados com o santuário, com o povo e com o próprio Deus, à medida que prossegue no Céu a obra final. Quanto ao professo povo de Deus, essa obra é judicial, embora redentiva, e revela que o processo de expiação iniciado com a morte de Cristo na cruz termina no fim do juízo investigativo pré-advento no santuário celestial, Quando o juízo pré-advento se encerrar, o processo de expiação de Deus e de Cristo estará completo.

A purificação que ocorria no Dia da Expiação terrestre queria dizer o apagamento do pecado. O termo hebraico traduzido por ''perdoar"/'encobrir' *(kapar)* é empregado paralelamente ao termo "apagar"/"riscar" (heb. *mahah),* conforme se vê em Jeremias 18:23 e Neemias 4:5. A purificação celestial (Hb 9:23, 24) envolve um apagamento de pecados dos registros celestiais. Subjetivamente, o pecador recebe perdão pessoal a cada arrependimento e confissão diária de pecados, sendo salvo no Senhor; objetivamente, os pecados registrados e perdoados no Céu são apagados, assim que a causa do professo seguidor é apresentada no juízo pré-advento. Todos os fiéis permanecem salvos nas mãos de Jesus e nas mãos do Pai, que entregou Cristo para salvar a raça humana. Contudo, os crentes continuam a ter liberdade de escolha; continuam a ter o poder de separarem-se de Deus, se assim o desejarem.

Esses propósitos principais do juízo investigativo pré-advento revelam quem tem o poder supremo sobre os santos de Deus, quem dentre todos os seres humanos através do tempo fez algum dia profissão da fé e permaneceu ao lado de Deus; quem merece herdar o reino que Cristo traz consigo; e quem está do lado dos santos no juízo. A justiça e a retidão de Deus brilharão em pleno resplendor e manifestarão a essência do juízo de forma singular. Revelar-se-á como nunca antes o caráter divino em sua máxima glória. Todas as inteligências celestiais reconhecerão, mais do que em qualquer outra ocasião, que Deus é o Rei dos reis e o Senhor dos senhores. Todos verão que Ele é um juiz que julga de maneira justa e reta, levando em consideração todos os motivos e questões do coração humano. Ele será visto como Aquele que entende todas as tendências herdadas e deformidades da mente, da alma e do corpo. Nada Lhe escapa nem fica além de Sua compreensão, quando julga a favor dos santos (Dn 7:22). Ele deu Seu Filho unigênito como substituto pela humanidade perdida, para que todos que confiem pela fé no Senhor Jesus Cristo possam ser salvos pelos Seus méritos, os quais o Pai reconhecerá em cada crente como justiça. O amor e a justiça se encontram em Deus para benefício de todos quantos Lhe pertencem.

f. Sumário. Finalmente, o juízo investigativo pré-advento é uma atividade divina fundamental para o santuário celestial, iniciada em 1844. E um ponto crucial no plano da salvação, prestes a se concluir. Essa primeira fase do juízo final é decisiva para todos os professos seguidores de Cristo. Seu foco está em Deus Pai como um juiz benevolente para com aqueles que pertencem a Ele por intermédio de Jesus Cristo e nos méritos que Ele conquistou para eles e lhes creditou.

A atual "hora do Seu juízo" envolve um chamado para permanecer fiel ou se converter ao Senhor da vida na preparação para a segunda vinda iminente. O destino de todos os professos crentes está em jogo, bem como o destino dos incrédulos. Os primeiros precisam de permanecer leais ao "evangelho eterno"; os últimos, de ouvir a sua poderosa proclamação. Enxerga-se sob nova luz a comissão de pregar as "boas novas" em todo o mundo como vigoroso testemunho relacionado ao juízo investigativo pré-advento.

O caráter de Deus também é visto nessa fase do julgamento de uma perspectiva nova e positiva. O justo julgamento que se realiza na presença de todos os seres celestes leais justifica a Deus.

Todos os seguidores de Deus e de Cristo são desafiados a conservar sua ética bíblica pelo poder do Espírito Santo. Uma vez que o juízo se baseia nas obras realizadas pela fé, há uma implícita ênfase na fidelidade em guardar os mandamentos de Deus. Visto que Deus está atualmente empenhado na primeira fase do juízo final, que é ao mesmo tempo a segunda fase e a fase final do ministério de Cristo no santuário celestial, todos os crentes são desafiados a viver vida santa. Quando chegar o fim deste mundo, agentes divinos e seres humanos santificados atuarão, cada um em sua respectiva esfera e designada tarefa, rumo à plena realização do plano eterno de redenção, para honra e glória de Deus.

2. Juízo Milenial Pós-Advento

0 juízo pós-advento ocorre durante o milênio e é a segunda principal fase do juízo final universal (Ap 20:4; ver Milênio I.G.2).

a. O tempo do juízo milenial pós-advento. Como já vimos, o juízo começa "pela casa de Deus" (lPe 4:17; cf. Ez 9:6). A segunda fase do juízo muda para o restante da humanidade, aqueles que não pertencem â "casa de Deus". Este juízo se realiza durante o milênio, depois da segunda vinda de Cristo, quando Ele leva para Si os que Lhe pertencem (Jo 14:1-3).

b. Os juizes do juízo milenial pós-advento. Na fase milenial do juízo final, Cristo e os santos são os juizes, O julgamento ocorre quando "reinam com Ele" (Ap 20:4, 6). "Vi também tronos, e nestes sentaram-se aqueles aos quais foi dada autoridade de julgar" (v. 4). "Ou não sabeis que os santos hão de julgar o mundo*?"(lCo 6:2).

c. Os que serão julgados no juízo milenial pós-advento. O profeta Isaías declarou que "[os exércitos caídos do Céu e os ímpios] serão [...] castigados depois de muitos dias" (Is 24:22). Paulo usou o termo geral "o mundo" para aqueles que serão alvo desse juízo (ICo 6:2; cf, Rm 2:2-16; Jd 14, 15).

Jesus falou do juízo dos cabritos e das ovelhas (Mt 25:32). Enquanto as ovelhas herdam o reino (v. 34), os cabritos recebem sua recompensa segundo suas más obras, indo para o "castigo eterno" (v. 46), no "fogo eterno" (v. 41).

O juízo milenial, porém, faz mais do que julgar seres humanos. Julga também "os anjos" (Jd 6; ICo 6:3). Esses são os anjos caídos, que foram lançados para a Terra com Satanás (Ap 12:9).

O julgamento se baseia na "lei" (Rm 2:12-16) e nas "obras" (Ap 20:13), uma vez que todo julgamento se baseia em ações (Mt 24:45-51; 25:41-46; Jo 5:28, 29; Rm 2:1-10; 2Co 5:10; Ap 20:12).

d. Propósito do juízo milenial pós-advento. O propósito desse juízo é determinar o merecido castigo, de acordo com as obras praticadas. Segundo Apocalipse 20:11-15, apresentam-se em juízo os casos dos "mortos, os grandes e os pequenos", Eles foram julgados "conforme o que se achava escrito nos livros" (v. 12),

8446

Outro propósito é determinar por que o nome dos perdidos não está no "Livro da Vida" (v. 15), No juízo invéstigativo pré-advento, miríades de seres celestes investigam os registros dos santos, para ver em que base "os santos do Altíssimo" podem herdar o reino eterno. Da mesma forma, durante o juízo milenial, os santos terão a oportunidade de examinar os registros dos perdidos, onde se acham registradas as obras deles, para ver por que eles não podem herdar o reino de Deus. Temos aqui novamente em questão a ideia da víndicação do caráter de Deus conforme manifestado em Sua retidão e justiça. Todos os santos têm a oportunidade de responder a si mesmos a pergunta: Por que

os perdidos estão de fato perdidos? Os redimidos no Céu verão que escolhas fizeram os perdidos e por que persistiram em uma vida alienada de Deus com as consequências fatais da eterna separação dEIe.

3. Juízo Executivo Pós-Milênio

O juízo executivo pós-milênio *é* a fase fina] do juízo final, universal. E o resultado final do pecado e da separação de Deus. Abrange a erradicação do pecado e dos pecadores do Universo, de modo que o pecado jamais surja novamente (ver Milênio I.C.3).

a. O tempo do juízo executivo pós-milênio. O juízo executivo ocorre depois que se completam os mil anos (Ap 20:1-3, 5). “Quando, porém, se completarem os mil anos, Satanás será solto da sua prisão e sairá a seduzir as nações que há nos quatro cantos da terra” (v, 7, S). Também depois do milênio, "os restantes dos mortos” (v. 5), que não tiveram parte na primeira ressurreição dos santos, quando Cristo apareceu nas nuvens do céu, ressuscitarão na "ressurreição do juízo” (Jo 5:29), a ressurreição dos "injustos” (Àt 24:15), também chamada de segunda ressurreição.

O NT descreve os que rejeitaram a Cristo como sendo tão numerosos como "a areia do mar” (Ap 20:8), marchando em batalha, liderados pelo arquíenganador, contra o “acampamento dos santos e a cidade querida" (v. 9). Nesse tempo, depois de se encerrar o milênio, ocorre a destruição final no juízo executivo divino.

b. Os juizes do juízo executivo pós-milênio. Em Mateus 25:40, Jesus Se descreve como "o Rei", que dirá aos ímpios: “Apartai-vos de Mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos” (v. 41). Os malditos são os “cabritos”, que não prestaram assistência aos famintos, sedentos, estrangeiros, desnudos, enfermos e presos (v. 44).

Deus Pai também tomará parte nesse evento final (Is 34:8; Ml 4:1). Ao longo de todo o livro do Apocalipse, Deus é representado como um juiz sentado no trono (Ap 4:2, 8, 9; 5:1, 7, 13; 6:16; 7:10, 15; 19:4). Na erradicação de Satanás, o originador do pecado, e de seus seguidores, tanto o Pai como o Filho atuam juntos como juizes.

c. Os que serão julgados no juízo executivo pós-milênio. Nessa fase final do juízo, os que serão julgados são os ímpios. Esses são “o diabo e seus anjos” (Mt 25:41), todos quantos seguem a Satanás e que foram julgados no juízo milenial.

d. O propósito do juízo executivo pós-milênio. O propósito dessa última fase executiva do juízo é a destruição completa e definitiva do originador do pecado, Satanás, a quem é imputada a responsabilidade por esse mal. "Seus anjos” (Mt 25:41) compartilharão com ele seu fim no "lago de fogo e enxofre” (Ap 20:10; cf. v. 14, 15); do mesmo modo, “se alguém não foi achado inscrito no Livro da Vida, esse foi lançado para dentro do lago de fogo” (v. 15). Essa é "a segunda morte” (v. 14), que torna impossível a qualquer um sofrer eterna tortura num inferno de fogo.

"O lago de fogo” designa a superfície ardente da Terra após o milênio. Não se trata, portanto, do inferno no sentido tradicional de um lugar eternamente ardente do tormento dos ímpios mortos, nem é uma espécie de fogo eterno terrestre subterrâneo, no qual o -<2 pecador sofre para sempre. Essas idéias, provenientes da filosofia grega, foram incorporadas à literatura judaica extrabíblica. Não fazem parte da Bíblia. O "lago de fogo” bíblico é a superfície ardente deste Planeta durante a ocorrência do juízo final. “Pois eis que vem o dia e arde como fornalha; todos os soberbos e todos os que cometem perversidade serão como o restolho; o dia que vem os abrasará, diz o Senhor dos Exércitos, de sorte que não lhes deixará nem raiz nem ramo” (Ml 4:1).

Por meio do juízo executivo, Deus promove a destruição final dos ímpios. A descrição bíblica não é nenhum afastamento divino dos ímpios, que depois se autodestroem, ao serem privados da presença de Deus. Os que desejam excluir Deus e Cristo da vitória definitiva sobre o pecado e seu originador privam o testemunho da Escritura de um elemento escatológico essencial.

Depois dessa destruição final dos ímpios, Deus criará "novos céus e nova Terra, nos quais habita justiça" (2Pe 3:13; cfi Ap 21:1; Is 65:17). Essa será a eterna habitação de todos os redimidos.

IV. Juízo e Vida Cristã

O ensino bíblico sobre o juízo não é de modo algum um tema periférico no pensamento bíblico. E parte integral da plano da salvação e relacionado de forma inseparável tanto com a redenção como com a-salvação.

O juízo garante a liberdade humana, liberdade de escolha, com uma ampla variedade de consequências. Envolve a dimensão ética da responsabilidade humana. O juízo também garante que o pecado não seguirá um curso interminável. Deus, em última análise, continua controlando o pecado. O juízo limita o pecado e sua esfera, impondo-lhe um fim. Deus é o ator decisivo nessa questão. Seus juízos garantem a justiça e a integridade divinas. Finalmente, Seu juízo demonstra Seu amor. "Compreende-se o juízo de Deus, em última análise, como expressão de Seu amor. Pois o único juízo realmente radical do pecado é o juízo do puro amor" (Aulen, 146). Em outras palavras, "o juízo garante o triunfo de Deus e do bem. E inimaginável que o conflito presente entre o bem e o mal deva perdurar por toda a eternidade. O juízo significa que o mal será liquidado de forma autorizada, decisiva e definitiva" (Morris, 72). O juízo é necessário porque o pecado existe. E exigido pela rebelião humana, mas não pela índole vingativa da natureza de Deus. O amor e a justiça de Deus, Sua graça e retidão, se encontram no juízo divino.

Como crentes, podemos confiantemente enfrentar cada aspecto do juízo. À semelhança de Paulo, podemos afirmar: "Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica" (Rm 8:33, 34). Nossa fé e certeza da salvação estão em Deus, que é tanto Salvador quanto Juiz. Podemos nos juntar ao autor de Hebreus e dizer que "Deus não é injusto para ficar esquecido do vosso trabalho e do amor que evidenciastes para com o Seu nome" (Hb 6:10) A justiça divina é a de que precisamos e na qual podemos nos fiar.

João fala que "em nós [é] aperfeiçoado o amor, para que, no Dia do Juízo, mantenhamos confiança" (ljo 4:17). Isso significa confiar no amor misericordioso de nosso Senhor Jesus Cristo e na justiça e integridade de Deus Pai. Os fiéis são salvos no Senhor, que miserícordíosamente lhes perdoa os pecados (IJo 1:9), o qual é nosso Mediador celestial (iTm 2:5; Hb 9:15; 12:24), que paga nossas dívidas (Hb 10:12-14), e em cujos méritos podemos enfrentar o juízo com confiança. Por meio de nosso Senhor Jesus Cristo podemos nos achegar "confiadamente, junto ao trono da graça" (Hb 4:16), porque Ele é nosso "advogado junto ao Pai" (ljo 2:1). Nosso relacionamento com o nosso Mediador, Advogado e Sumo Sacerdote nos faz confiantes no dia do juízo.

Temos a mesma confiança com relação a nosso Pai, que "amou ao mundo de tal maneira que deu o Seu Filho unigênito, para que todo o que nEle crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3:16). Deus Pai nos salvou "não por obras de justiça praticadas por nós, mas segundo sua misericórdia". Também nos concedeu o Espírito Santo "por meio de Jesus Cristo, nosso Salvador, a fim de que,

justificados por graça, nos tornemos Seus herdeiros, segundo a esperança da vida eterna" (Tt 3:5-7).

O fruto dessa confiança de ser salvo por meio de Deus Pai e Jesus Cristo, Seu Filho, nos faz "solícitos" para praticar "boas obras" (v. 8). Aqueles que não manifestam "boas obras" pelo poder capacitador de Jesus Cristo, e por intermédio do Espírito Santo, são chamados de "infrutíferos" (v, 14). A fé dessa pessoa é vazia, porque não é uma fé operante. Graças ao poder concedido por Cristo, o povo de Deus pratica obras de fé que o torna frutífero. O crente deve ter plena confiança e alegria completa desde agora até o dia do retorno triunfante de Cristo nas nuvens do céu, experimentando feliz união com o Senhor já nesta vida. Breve virá o tempo em que nosso Senhor aparecerá, e os fiéis se encontrarão com Ele face a face.

V. Contexto Histórico

Durante séculos variou o pensamento cristão sobre o juízo divino. Considerações eclesioldgicas, teológicas e socioculturais, mais do que as Escrituras, influenciaram muitas vezes a forma do ensino.

A. *Juizo Divino desde a Igreja Primitiva até o lltiminismo*

Os Pais Apostólicos supunham que deveria haver um juízo no fim do tempo. Consequentemente, Jesus Cristo é designado com Aquele que vem como juiz dos vivos e dos mortos (Policarpo, Aos *Filipenses,* 2 [ANF 1:33]). Clemente fala de um "juízo vindouro" (i *Clemente,* 27, 28 [ANF 1:12]).

Apologistas do segundo século como Justino Mártir, Aristides, Atenágoras, Teófilo de Antioquia e Taciano também falaram de Cristo como juiz dos vivos e dos mortos. Alguns desses, porém, concebiam um juízo imediatamente após a morte.

Ao combater o gnosticismo e a heresia marcionita, Irineu (c. 115-c. 202) chamou a atenção para o fato de que, segundo a Escritura, o juízo é um aspecto necessário à volta de Cristo *(Contra as Heresias, 5.27* [ANF 1:556]). O padrão do juízo de Cristo é a guarda dos mandamentos *(Contra as Heresias,* 1.10.1;3.5.3;4.37.1 [ANF 1:330, 418, 518]).

A ideia do juízo é um tema-chave da teologia de Tertuliano (c. 160-c. 240, *Testemunhe âaAlma,* 2; cf. *Apologia,* 17,18,45 [ANF 3:176, 32, 50]). Ele ressalta que os cristãos participarão no julgamento dos ímpios, de Satanás e de seus anjos *(Sobre o Arrependimento,* 7; *Voo em Tempo de Perseguição,* 10.2; *Sobre a Vestimenta das Mulheres,* 1.2.4 [ANF 3:662, 663; 4:15, 122]).

Orígenes (c. 185-c. 254) interpretava o juízo de forma alegórica. Ensinava que os santos, após a morte, vão imediatamente para o paraíso, que ele chamava de "escola das almas," ao passo que os ímpios entram num fogo imateríal de juízo, alimentado pelos pecados, que serve para purificar os pecadores *(Contra Celso,* 5.15-17; 6.26 [ANF 4:549, 550, 585]). Percebe-se a influência dele em diversas interpretações espiritualizantes do juízo (como em Basílio de Cesareia [c. 330-379], Gregório de Nazianzo [c. 329-390] e Gregório de Nissa [c. 330-c. 395]).

Cipriano (c. 200-258), bispo de Cartago, que desenvolveu a ideia do juízo como um incentivo para os cristãos fazerem o bem, influenciou profundamente o desenvolvimento da doutrina do mérito no catolicismo posterior. Segundo ele, os justos e os mártires vão ímediatamente para o Céu *(Sobre a Mortalidade,* 20, 26 [ANF 5:474, 475]), mas os ímpios queimam eternamente no inferno *(Cartas,* 30.7; 55.10 [ANF 5:311, 350]).

O apologista latino Lactâncío (c. 250-c. 325) ensinava que, no início do milênio, os

justos seriam ressuscitados e entrariam em juízo *(instituições Divinas,* 7.20; 22-24 [ANF 7:216-219]). Satanás e seus anjos, junto com os ímpios, íriam queimar para sempre, a partir do milênio *{Instituições, 7.* 26 [ANF 7:220, 221]).

Agostinho de Hipona (354-430) desenvolveu plenamente o ensino de juízo em sua obra A *Cidade de Detis* (livro 20 e 21 [NPNF-1, 2:421-478]). Segundo ele, o juízo se baseia na justiça de Deus (20.1-3). Ele en-
849 ► tende que o juízo, em João 5:22-24, é condenação (20.5). Satanás, os anjos maus e os ímpios queimariam no inferno eternamente (21.1-9), mas com alguns graus de punição (20.16). As orações dos fiéis e a intercessão dos santos assistiríam os justos em seu tormento no purgatório (21.27), que purificaria alguns deles (21,13).

O escolástico Tomás de Aquino (1225-1274) desenvolveu pela primeira vez uma concepção detalhada de duplo juízo. Para ele, o primeiro (particular) ocorre imediatamente após a morte física. O juízo final, ou geral, acontece na ressurreição geral, quando almas e corpos são reunidos *{Suma Teológica,* 3a.59.5). Esse ensino recebeu posteriormente o apoio do papa Bento XII (1285-1342). Um fenômeno notável da teologia medieval é a representação de Cristo como um juiz severo e exigente, temido ao extremo. A igreja usava comumente o tema do juízo como incentivo para uma vida moralmente correta.

Martínho Lutero recebeu profunda influência dessa representação medieval de Cristo, que provocava nele pavor e ansiedade *[Weimar Ausgàbe,* 38.148.11, 12; 40.1; 298.9; 41.197.5, 6). Ensinaram-lhe que a cruz havia resolvido o problema do pecado original, mas que os pecados individuais exigiam penitências sob a forma de peregrinações e boas obras (ibid., 47. 310. 7-17; 47. 344. 39-42). Lutero modificou essa representação de Cristo, apresentando-O como "Salvador, Mediador, Irmão e Amigo", Aquele que nos diz para abandonar a justificação pelas obras e nos estimula a permanecer nEle pela fé (ibid., 33.85.722). Deus é apresentado como o severo juiz do juízo final, mas Cristo, como nossa principal glória (ibid. 36.450.4-6).

O reformador suíço UI rico Zwínglio adotou a doutrina medieval do duplo juízo. O juízo final anuncia simplesmente a decisão de recompensas e punições a serem aplicadas aos seres humanos cuja alma e cujo corpo se reuniram (*Exposition and Basis ofthe Conclusions,* art. 57).

Dentre os principais reformadores, João Calvino foi o que produziu a teologia mais desenvolvida do juízo. Ele também acreditava no duplo juízo medieval. Para ele, as almas dos justos entram imediatamente após a morte numa forma inicial de salvação eterna, mas a alma dos ímpios vai para tormento e suplício *(.Institutos,* 3.25.6, 9). O juízo final concede bem-aventurança eterna ou castigo eterno aos corpos e almas reunidos (ibid., 3.25.10, 12).

O catolicismo romano reagiu ao desafio da Reforma com as declarações do Concilio de Trento. "Boas obras", declarava o concilio enfaticamente, são meritórias e desempenham papel importante no juízo final, em adição aos méritos de Cristo.

A concepção da doutrina do juízo desde a ortodoxia protestante até o Iluminismo é diversa. Como um todo, havia uma tendência geral na crença de um futuro julgamento literal, condicionada por diversas inovações racionalistas, que reinterpretavam Deus como uma realidade impessoal. Tais mudanças demandavam ajustes na doutrina do juízo.

B.Jtiízo Divino desde o Iluminismo até a Atualidade

1. Tendências na Teologia Liberal

A remoção das dimensões transcendentes na modernidade fez com que a ideia de um juízo divino fosse descartada. Dificilmente ela encontra lugar nos sistemas teológicos da teologia liberal (ver, por exemplo,

Paul Tiliich, Jürgen Moltmann, Wolfhart Pannenberg, Gerhard Ebeling).

Os teólogos liberais de hoje falam de revoluções culturais da modernidade, conforme manifestas desde o século dezoito, culminando na Revolução Francesa, na Revolução Industrial que veio depois, nas duas guerras mundiais, bem como na atual crise ecológica, como juízos criados pela própria humanidade (como Karl Holl, M. Greschat, Moltmann, Pannenberg). Nesse sentido, juízo não é nada mais nada menos que a presente experiência humana, determinada pelas forças imanentes da cultura. A teologia liberal não dá, portanto, nenhuma importância a um futuro juízo divino. O juízo acontece basicamente aqui e agora, como produto da própria humanidade. R. Bultmann reinterpretou a mensagem bíblica do juízo como uma "crise de decisão[1]' existencial.

S50 ►

Para algumas mentes modernas, o tema do juízo divino é algo primitivo, mítico e fora de moda. Outros, assumindo a perspectiva do universalismo moderno, criticam a doutrina como antiética e obsoleta. Precisamos examinar brevemente esses dois importantes pontos de vista.

a. Amor divino e juízo divino. Alguns pensadores modernos têm contrastado o amor divino e o juízo divino. Essa suposta dicotomia entre amor e juízo já havia sido expressa pelo herege cristão Marcion no segundo século da era cristã.

A posição moderna afirma que Deus é acima de tudo um Deus que ama e salva: Portanto, qualquer declaração escatológica de um futuro juízo divino deve levar em conta a inadequação do contexto antigo. A moderna e excepcional ênfase sobre o amor de Deus que tudo permeia leva alguns a novas conclusões, que incluem a ideia de que um Deus de amor não destruirá os pecadores. Alguns teólogos dizem que um Deus amoroso não pode destruir, porque o amor é uma força geral e predominante na natureza de Deus.

De acordo com a ênfase exagerada no amor de Deus, reinterpretam o juízo como um afastamento divino daqueles que se rebelaram contra Ele. A raça humana, que se afastou de Deus, é abandonada para se deteriorar e finalmente se destruir. O juízo seria o afastamento divino. Um Deus de amor, alega-se, não condenará, punirá nem destruirá os ímpios. Essa concepção teológica modernista enxerga uma oposição entre o amor de Deus e a justiça de Deus, manifestos no juízo divino. Essa concepção nega, pelo menos em parte, a gravidade da oposição de Deus ao pecado e o mal dele decorrente. Nega a ligação moral da atividade humana com suas consequências, que requerem o juízo divino. Nega a necessidade da morte de Cristo em benefício e no lugar dos pecadores; Cristo não teria pago o pecado humano na cruz; Ele apenas seria um representante da humanidade, mas não o nosso Substituto. Esse ensino também nega que os pecadores sejam responsáveis perante Deus por suas ações e que Deus tratará com as consequências do pecado no juízo. Essas negativas mutilam o próprio cerne da concepção de revelação bíblica, da natureza do pecado e do juízo, da natureza da morte de Cristo na cruz e da natureza da escatología bíblica.

O amor divino é tomado como o princípio orientador supremo e a norma mais elevada, isolando-o dos outros atributos da natureza de Deus. O amor é assim esticado até se tornar um imenso guarda-chuva, capaz de abrigar qualquer tipo de ação humana, independente de sua impiedade ou de seu impacto sobre o indivíduo e a sociedade. Essa concepção do amor divino destoa do contexto bíblico. O amor se torna um princípio abstrato, dependente e influenciado por conceitos filosóficos do pensamento moderno. Ou seja, o amor é definido como "um cânon dentro do cânon", isto é, uma norma superior, com base na qual outras partes da Escritura são consideradas

antiquadas, primitivas e inferiores, devendo ser reinterpretadas para dizer algo que se ajuste à maneira modernista de pensar. O resultado final de tal procedimento é uma representação do amor de Deus muito distante e um tanto desconexa da plena revelação da Bíblia.

Na Escritura, o amor divino, a justiça divina, a integridade divina, o juízo divino e a retribuição divina estão todos juntos, numa correlação dinâmica que não sacrifica nenhum deles. A Bíblia se mostra muito mais rica e profunda do que as modernas idéias, que limitam Deus e Sua atividade na resolução do grande conflito entre Cristo e Satanás.

A plena revelação da Palavra de Deus inclui todos os aspectos do amor divino e do juízo divino, tanto a condenação para os ímpios como a justificação para os justos. Deus é e continua sendo o juiz de todos, até mesmo de nossas especulações imaginativas sobre Sua forma de julgar e de ser.

b. Universalismo e juízo divino. Tanto os pensadores do passado como os do presente adotam o universalismo, que é a sal-
► vação universal de todos os seres humanos. Alguns deles afirmam que a própria Bíblia caminha na direção da salvação de todo ser humano. Supõe-se, muitas vezes, que o propósito divino da salvação é maior do que as exigências literais de Sua integridade e justiça conforme manifestas no juízo divino. Supõe-se, portanto, que Deus não é obrigado a dar um pagamento justo aos que continuam sendo pecadores rebeldes.

Historicamente, o universalismo soteriológico, isto é, o ensino de que todos os seres humanos serão salvos no final, de uma maneira ou outra, é conhecido como *a-pokatastasis,* salvação final. Essa teoria foi adotada em tempos posteriores ao NT por Gregório de Nissa e Scotus Erigena; na Reforma Radical por Hans Denck; e na teologia moderna por F. Sehleiermacher, Clarence Skinner, Karl Barth e outros.

O universalismo, a salvação final de todos os seres humanos, se baseia na aplicação ou na interpretação errônea de diversas passagens da Escritura (Rm 5:18, 19; lCo 15:22; Ef 1:9, 10). Isso quer dizer que o universalismo tenta negar diversas coisas que a Escritura defende. Nega o juízo final do pecador e, obviamente, a retribuição divina. Nega a realidade da morte eterna dos pecadores impenitentes. Nega que, no fim, haja dois grupos de pessoas: os salvos e os não salvos. Nega, por fim, "a segunda morte".

O universalismo exige um afastamento da verdade da revelação bíblica. Ele é incapaz de abranger toda a Escritura. Com suas características aparentemente atrativas, o universalismo é outra forma de reducionísmo da verdade bíblica. Só funciona se uma concepção não bíblica de revelação progressiva se sobrepuser à Escritura e se as partes da Bíblia que não concordam com a postura teológica moderna forem relegadas ao que se afirma ser uma visão antiquada da Escritura.

Essas tendências teológicas, influenciadas pelo espírito da modernidade, são inadequadas no tocante à própria evidência bíblica. O ensino bíblico sobre o juízo mostra que ele não é caprichoso nem passional; não é primitivo nem mitológico. O juízo é uma realidade da fé bíblica, e, conforme vimos, não se trata de nenhum tema periférico na Bíblia. Está profundamente relacionado ao problema do pecado e sua solução, à justiça e integridade divinas, à correlação entre amor e juízo, à questão do sofrimento dos inocentes, à questão da salvação, e assim por diante. Não se pode colocá-lo em segundo plano, como algo marginal ou insignificante, antiquado ou primitivo, ou como qualquer outra coisa que se diga contra ele. O juízo pertence à salvação, assim como a salvação é vazia sem o juízo.

Em virtude da decadência moral de nosso tempo, o tema bíblico do juízo é altamente relevante. Receberão os ímpios sua justa recompensa? Será feita plena justiça aos genocidas do

passado e aos assassinos em série da atualidade? Em vista da limitação da justiça humana, haverá completo, justo e abrangente julgamento que contemple todos os aspectos e facetas? Essas e outras perguntas semelhantes são feitas por muita gente hoje em dia, e com justiça,

O fato é que a questão da teodiceia, a justiça de Deus num mundo permeado de injustiça, é motivo de grande ofensa para os pensadores modernos, e está entre as principais razões citadas em favor da tendência rumo ao agnosticismo e ateísmo. O juízo divino é um elemento-chave no desfecho da questão da injustiça no mundo. Continua a ser parte essencial do "evangelho eterno" (Ap 14:6).

O último chamado para se adorar o Criador, na forma da ordem "Adorai Aquele que fez o céu, e a Terra, e o mar, e as fontes das águas" (v. 7), exige a proclamação de que "é chegada a hora do Seu juízo". O juízo é parte do "evangelho eterno" (v. 6) e está em plena harmonia com a mensagem da justificação pela fé, que é real e que deve ser proclamada com poder aos que habitam na Terra, a toda nação, tribo, língua e povo. Deus é amor, e a proclamação do amor de Deus exige a proclamação de Sua justiça. O amor divino requer justiça divina no juízo. A "proclamação do amor de Deus sempre pressupõe que todos os homens estão se encaminhando para o juízo de Deus e a eles estão irremediavelmente expostos" (Büchsel, 941).

2. Tendências na Teologia Evangélica

O cristianismo evangélico não renunciou ao juízo divino. Os dispensacionalistas desenvolveram o juízo final de acordo com sua própria escatologia apocalíptica misturada com diversas teorias pré-tribulacionistas, médio-tribulacionistas e pós-tribulacionistas. Dependendo de cada uma dessas teorias, o juízo de Cristo, o juízo contra Israel, o juízo contra as nações, os juízos d.a tribulação, o juízo associado com o segundo advento, o juízo do "grande trono branco" e o juízo final contra Satanás, seus anjos e os pecadores recebem suas respectivas interpretações (ver Pentecostes 156-218; 412-426).

Os evangélicos não dispensacionalistas adotam geralmente um juízo final que é basicamente não diferenciado, dependendo do caso de serem amilenaristas (por exemplo, Kõnig, 128-137) ou pré-milenaristas (por exemplo, Laddj 87-102; Martin, 1977, 187-205). Pelo fato de os amilenaristas não defenderem um milênio literal no futuro, todos os juízos se fundem em torno da segunda vinda de Cristo. Os pré-milenaristas, por outro lado, apoiam um juízo divino associado com a segunda vinda e o juízo do "grande trono branco" no término do milênio, com o veredito de castigo eterno dos ímpios.

C. *Concepção Adventista*

O ensino adventista do sétimo dia sobre o juízo final está estreitamente entrelaçado com sua concepção do ministério sumo sacerdotal de Cristo no santuário celestial. Para um breve esboço dos primeiros desdobramentos históricos de ambas as crenças, ver Santuário V.D.

VI. Comentários de Ellen G. Whíte

Ellen G. White escreveu bastante sobre muitos assuntos, inclusive o juízo. Tratou de diversos aspectos do juízo, tais como sua proximidade (T2, 355), sua certeza (RH, 22/11/1898), sua base (a lei de Deus, PJ, 314), a evidência a ser examinada (ações humanas conforme registradas nos livros celestes, T4, 481), bem como os resultados do julgamento (vida eterna para os justos e a morte eterna para os ímpios, GC, 673, 674). Contudo a maior contribuição dela ao tema talvez tenha sido colocar o juízo dentro do contexto do

grande conflito entre o bem e o mal, e estreitamente relacionado ao amor de Deus por Suas criaturas (ibid,, 541, 543, 670, 671; T4, 165; PR, 292). Obviamente, o espaço é insuficiente para citar mais do que alguns parágrafos e remeter o leitor a outros. Levando em conta a ênfase do artigo, as citações e as referências se dividem de acordo com as três fases do juízo.

A. *Juizo Investigativo Pré-Advento*

Ellen Wbite não tinha dúvida sobre um juízo investigativo pré-advento para o professo povo de Deus. Esse, a primeira fase do juízo final, começara em 1844, em harmonia com as profecias de Daniel e Apocalipse e as tipologias de Levítico e Hebreus (GC, 479-491; PR, 357, 358).

Dentro do santuário celestial e na presença de anjos na condição de ministros e testemunhas de Deus (GC, 479), Deus Pai julga Seu povo, tendo Cristo como Advogado e Satanás como acusador. Cristo intercede por eles, mostrando "seu arrependimento e fé [...] e, reclamando perdão para eles" (ibid., 484), apresentando "Seu sangue em favor dos crentes arrependidos" (PP, 357).

Os que uma vez aceitaram o sacrifício e os méritos de Jesus são investigados, a começar com os justos mortos, e depois passando aos justos vivos (T4, 384;PE,280).As boas obras deles, bem como seus pecados — por omissão ou por comissão, são examinados nos livros celestiais em comparação com a norma da lei divina (LS, 241; PJ, 310; GC, 482). "Então, pela virtude do sangue expiatório de Cristo, os pecados de todo o verdadeiro arre- ► pendido serão eliminados dos livros do Céu. Assim o santuário estará livre ou purificado, do registro de pecado" (PP, 357, 358; cf. GC, 425). O nome dos fiéis permanece no Livro da Vida. O nome dos que nunca aceitaram a Cristo não aparece nesse juízo (GC, 480). Em contrapartida, os que algum dia aceitaram a Cristo, mas desistiram de seu relacionamento com Ele, têm seu nome apagado do Livro da Vida (ibid., 483).

Ao mesmo tempo, "enquanto o juízo investigativo prosseguir no Céu, enquanto os pecados dos crentes arrependidos estão sendo removidos do santuário, deve haver uma obra especial de purificação, ou de afastamento de pecado, entre o povo de Deus na Terra" (ibid., 425). Ao encerrar-se o juízo pré-advento no Céu, "o destino de todos terá sido decidido, ou para a vida, ou para a morte". O povo de Deus que vive na Terra estará pronto para encontrar seu Senhor, e ocorrerá a segunda vinda (ibid., 490, 491).

B. *Juizo Milenial Pós-Advento*

Depois que Cristo levar Seus santos para o Céu, o juízo milenial será instalado. Esse é um juízo totalmente distinto do juízo pré-advento (ibid., 479-491). Nele, Cristo atuando como juiz (DTN, 210), em conjunto com os redimidos, investigará as ações dos pecadores, inclusive as de Satanás e dos anjos caídos (PE, 290, 291; GG, 661). Mais uma vez, os livros do Céu fornecem as evidências, principalmente "o livro da morte", que contém "as obras más dos ímpios". A Bíblia é usada como "Livro-norma" (PE, 52, 291).

Além de deixar claro que os ímpios, de fato, rejeitaram a salvação de Jesus, esse juízo determina o castigo a ser recebido por cada um (ibid., 291; GC, 661). O juízo milenial termina com os mil anos, pouco antes da segunda ressurreição e da descida da Cidade Santa (HR, 416, 417),

C. *Juízo Executivo Pós-Milênio*

Ao término do milênio, ocorre a segunda ressurreição: a dos ímpios. Cristo volta à Terra com Seus santos redimidos. Nesse ínterim, Satanás prepara um poderoso ataque contra os santos e a Nova Jerusalém, quando esta desce do Céu. Nesse momento, na presença de todos os que já viveram sobre a Terra, tanto redimidos como impenitentes,

bem como na presença de Satanás e seus anjos maus, Cristo é coroado. “E agora, investido de majestade e poder supremos, o Rei dos reis. pronuncia a sentença sobre os rebeldes contra Seu governo e executa justiça sobre aqueles que transgrediram Sua lei e oprimiram Seu povo” (GG, 666).

“Logo que se abrem os livros de registro e o olhar de Jesus incide sobre os ímpios, eles se tornam cônscios de todo pecado cometido” (ibid.). “O mundo ímpio todo se acha em julgamento perante o tribunal de Deus, acusado de alta traição contra o governo do Céu. Ninguém há para pleitear sua causa; estão sem desculpa; e a sentença de morte eterna é pronunciada contra eles” (ibid., 668).

As maquinações de Satanás são expostas (ibid,, 672). Fica claro que “o salário do pecado não é nobre independência e vida eterna, mas escravidão, ruína e morte”. Também fica bem claro o fato de que "nenhuma causa existe para o pecado” (ibid., 503). Os impenitentes, cônscios dessas realidades, prostram-se em adoração, enquanto “Satanás se curva e confessa a justiça de sua sentença” (ibid., 670). Por fim, “a sabedoria de Deus, Sua justiça e bondade, acham-se plenamente vindicadas” (ibid.). Junto com o governo de Deus, a lei também é vindicada (SDABG7, 986; DTN, 58; PP, 338-340).

Então, "de Deus desce fogo do céu. A terra se fende. São retiradas as armas escondidas em suas profundezas. Chamas devoradoras irrompem de cada abismo hiante. As próprias rochas estão ardendo" (GC, 672). Nessa terrível conflagração, os ímpios são como a palha. “Todos são punidos segundo as suas ações. Tendo sido os pecados dos justos transferidos para Satanás, tem ele de sofrer não somente pela sua própria rebelião, mas por todos os pecados que fez o povo de Deus cometer. Seu castigo deve ser muito maior do que o daqueles a quem-enganou. [...] Nas chamas purificadoras os ímpios são finalmente destruídos, raiz e ramos. [...] A penalidade completa da lei foi aplicada; satisfeitas as exigências da justiça; e o Céu e a Terra, contemplando-o, declaram a justiça de Jeová. Está para sempre terminada a obra de ruína de Satanás” (ibid., 673).

* I-SS

VII.

VII. Literatura

Andreasen, Niels-Erik. “Transi ation of *Nitsdaq/Katharisthêsetai* in Daniel 8:14.” Em *Symposium on Daniel*, ed. Frank B. Holbrook, 475-496. Daniel and Revelation Committee Series. Washington: Biblical Research Institute, 1986.

Aulen, Gustaf. *Ghristus Victor*. Nova York: Macmillan, 1969.

Büchsel, F. "*krino ktl." Theological Dictionar}' ofthe New Testament.* Ed. G. Kittel. Grand Rapids: Eerdmans, 1965. 3:933-954.

Co d)', Aelred. *Heavenly Sanctuary and Liturgy in the Epistle to the Hebrews. The Achievement of Salvation in the Epistle to the Hehrerws: The Achievement of Salvation in the Epistles Perspectives.* St. Meinrad: Grail, 1960.

Davidson, Richard M. *Typologyin Scripture. A Study of Hermeneutical Typos Stmctures.* Andrews University Seminary Doctoral Dissertation Series, v. 2. Berrien Springs: Andrews University Press, 1981.

Delitzsch, F. *Psalms.* 3 vols. *Commentaries on the Old Testament.* Grand Rapids:* Eerdmans, 1990.

Düsterwald, Franz. *Die Weltreiche und das Gottesreich nach den Weissagungen des Propheten Daniel.* Freiburg: Herder, 1890.

Hasel, Gerhard F. “The Distinction Between Clean and Unclean Animais in Leviticus 11: Still Relevant?" *Jorirnal of the Adventist Theological Society 2* (1991): 91-125.

----------. "The Hebrew Masculine Plural for Weeks[1] in the Expression 'Seventy Weeks' in Daniel 9:24." *Andrews University Seminar)' Studies* 31 (1993): 105-118.

----------. "The Identity of 'The Saints of the Most High' in Daniel 7." *Biblica* 56 (1975): 173-192.

---------- . "The 'Little Horn/ the Heavenly Sanctuary and the Time of the End: A Study of Daniel 8:9-14." Em *Symposium on Daniel,* ed. Frank B. Holbrook, 378-461. Daniel and Revelation Committee Series. Washington: Biblical Research Instítute, 1986.

---------- . *The Remmnt. The Histoiy and Theology ofthe Remnant Idea From Genesis to Isaiah.* Ed. rev. Andrews University Monographs: Studies in Religion, v. 1. BerrienMaxwell, C. Mervyn. *God Cares: Daniel.* Spríngs: Andrews University Press, 1980.

----------—-. "Resurrection in the Theology of Old Testament Apocalyptic." *Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft* 92 (1980): 267-284.

----------. "Studies in Biblical Atonement II: The D ay of Atonement." *The Sanctuary and the Atonement: Biblical, Histoncal, and Theological Studies,* ed. A. V. Wallenkampf e W. Richard Lesher, 115-133. Washington: General Conference of Seventh-day Adventists (1981).

Herntrich, Volkmar. "The OT Term *mishpatS Theological Dictionary ofthe New Testament.* Ed. G. Kittel. Grand Rapíds: Eerdmans, 1965. 3:923-933.

Holbrook, Frank B., ed. *Symposium on Daniel: Introductory and Exegetical Studies.* Daniel and Revelation Gommíttee Series, v, 2, Washington: Biblical Research Institute, 1986.

Johnsson, William G, "Defilement/Purification and Hebrews 9:23." Em *Issnes in the Book ofHebrews,* ed. Frank B. Holbrook, 79-103. Daniel and Revelation Committee Series. Silver Spring: Biblical Research Institute, 1989.

Koch, Klaus. "Is There a Doctrine of Divine Retribution?" Em *Theodicy in the Old Testament,* ed. James Crenshaw, 57-87. Philadelphia: Fortress, 1983.

Kõnig, Adrio. *The Eclipse of Chríst in Eschatology.* Grand Rapids: Eerdmans, 1989

Ladd, George Eldon, *The Last Things.* Grand Rapids: Eerdmans, 1978,

Lamparter, Helmut, *Die Hoffmtng der Christen.* ■Stuttgart: Quell, 1967.

Martin, J. P, "The Last Judgment." Em *Dreams, Visions and Oracles,* ed. Carl E. Amerding e W. Ward Gasque, 187-205. Grand Rapids: Baker, 1977.

---------- . *The Last Judgment in Protestant Orthodoxy to Ritschl.* Grand Rapids: Eerdmans, 1963.

Mountain View: Pacific Press, 1981.

Morris, Leon. *The Biblical Doctrine of Judgment.* Grand Rapids: Eerdmans, 1960.

Owusu-Antwi, Brempong. *An Investigation of the Chronology of Daniel* 9:24-27. Tese de PhD, Andrews University, 1993. Publicado como *The Chronology of Daniel* 9:24-27. Adventist Theological Society Dissertation Series, v. 2. Berrien Springs: Adventist Theological Society Publications, 1995.

Pentecost, J. Dwight. *Things to Come: A Study in Biblical Eschatology.* Grand Rapids: Zondervan, 1958.

Pfandl, Gerhard, *The Time of the End in the Book of Daniel.* Adventist Theological Society Dissertation Series, v. 1. Berrien Springs: Adventist Theological Society Publications, 1992.

Rodrfguez, Angel M. "Signíficance of the Cultic Language in Daniel 8:9-14." Em *Symposium on Daniel,* ed. Frank B. Holbrook, 527-549. Washington: Biblical Research Institute, 1986.

Schneider, Johannes. *The Letter to the Hebrews.* Grand Rapíds: Eerdmans, 1957.

Schwarz, Reinhard. “Die spãtmittelal-terliche Vorstellung vom richtenden Christus — ein Ausdruck religioser Mentalitãt.” *Geschichte in Wissenschaft und Unterricht* 32 (1981): 526-553.

Shea, William H. “The Investigative Judgment of Judah, Ezekiel 1-10.” Em *The Sanctttary and the AtonemenU Biblical, Historical, and Theological Studies,* ed. A. V. Wallenkampf e W. Richard Lesher, 283-291. Washington: General Conference of Seventh-day Adventists, 1981.

--------. *Selected Studies on Prophetic Interpretation.* Ed. rev. Daniel and Revelation Committee Series, v. 1. Washington: Biblical Research Institute, 1992.

——---. "Spatial Dimensions in the Vision of Daniel 8.” Em *Symposimn on Daniel: Introdnctory and Exegetical Studies,* ed. Frank B. Holbrook, 497-526. Washington: Biblical Research Institute, 1986.

--------. “When Did the Seventy Weeks of Daniel 9:24-27 Begin?” *Journal of the Adventist Theological Society’* 2 (1991): 115-138.

24
O Remanescente e as Três Mensagens Angélicas

Hans K. LaRondelle

Introdução

0 foco último de toda profecia bíblica e da história da salvação é o estabelecimento do reino de Deus na Terra. A Sagrada Escritura começa com o paraíso criado e perdido (Gn 1-3) e termina, no NT, com o paraíso restaurado (Ap 21; 22). A eleição de Israel como o povo da aliança, escolhido por Deus, não era um fim em si mesma, mas a forma estabelecida por Deus para colocar diante das nações um sinal visível da justiça e paz de Seu reino vindouro. Jesus Cristo ensinou o povo da nova aliança, Sua igreja, a orar: "Venha o Teu reino; faça-se a Tua vontade, assim na Terra como no Céu" (Mt 6:10). Foi assim que a mensagem do evangelho apostólico recebeu sua perspectiva apocalíptica na continuidade fundamental com a aliança divina com o antigo Israel.

A humilde vinda de Jesus de Nazaré como o Messias da profecia levou a história da redenção de Israel a um momento decisivo, a prova crucial e definitiva da fé e da lealdade nacional ao Deus da aliança. Embora os quatro evangelhos se concentrem na vida, morte e ressurreição do Messias, o Apocalipse de João se centraliza na consumação da missão de Cristo como juiz e restaurador no tempo do fim. No último livro da Bíblia, todos os outros livros da Escritura encontram seu definitivo e glorioso cumprimento. Uma compreensão genuína das profecias relativas à igreja e ao mundo no tempo do fim deve se basear, portanto, numa exegese responsável do cerne teológico e do centro literário dos capítulos 12-14 do Apocalipse. Foi nessa unidade inquebrantável da revelação apocalíptica que tanto o movimento milerita quanto a subsequente Igreja Adventista do Sétimo Dia encontraram suas raízes e seu mandado teológico.

O foco do despertamento quanto ao advento, tanto antes como depois de 1844, estava nas profecias escatológicas de Daniel e Apocalipse. Foi à luz dessas profecias que os pioneiros adventistas do sétimo dia começaram a desenvolver sua crença teológica acerca de si mesmos como um novo movimento dentro da história cristã. Por acreditarem que eram um povo especialmente escolhido, os adventistas atribuíram a si mesmos designações tais como "a igreja remanescente", "o povo remanescente de Deus", ou, simplesmente, "o remanescente". Por meio dessas designações, deram testemunho de que acreditavam ser, de fato, o último segmento da igreja predita em Apocalipse 12.

I. O Conceito de Remanescente no AT
A. O Papel de Israel
B. O Remanescente de Israel
1. O Remanescente Histórico
2. O Remanescente Fiel
3. O Remanescente Escatológico
II. O Conceito de Remanescente no NT: O Novo Israel
III. Apostasia da Igreja na Profecia
A. O Período Histórico Paulino para o Anticristo

B. A Natureza Religiosa do Anticristo, Segundo Paulo
IV. O Remanescente do Tempo do Fim
A. Predição no AT e Cumprimento no NT
B. O Tempo do Fim em Daniel
V. As Mensagens dos Três Anjos: a Mensagem Divina do Tempo do Fim
A. O Dramático Contexto Escatológico de Apocalipse 10
B. A Mensagem do Primeiro Anjo (Ap 14:6, 7)
C. A Mensagem do Segundo Anjo (Ap 14:8)
D. A Mensagem do Terceiro Anjo (Ap 14:9-11)
E. A Promessa de um Pentecostes Universal (Ap 18:1-8)
VI. Contexto Histórico
A. Os Valdenses e os Pré-Reformadores
B. Lutero, Calvino e Zwfnglio
G. Os Anabatistas
D. Os Puritanos
E. O Movimento Pietista Alemão
F. O Movimento Metodista
G. O Reavivamento Milerita da Esperança no Advento
H. A Concepção AdvenLista
1. A Primeira Mensagem Angélica
2. A Segunda Mensagem Angélica
3. A Terceira Mensagem Angélica
VII. Os Adventistas do Sétimo Dia e a Igreja Remanescente
VIII. Comentários de Ellen G. White
IX. Literatura

I. O Conceito de I manes c ente no AT

Não se pode compreender um remanescente dissociado de uma clara representação do corpo ao qual pertence. Sendo assim, esta seção deve começar estudando o papel e a função especial de Israel, conforme demonstrado no AT.

A, O *Papel de Israel*

O papel de Israel é determinado pela natureza religiosa e pelo significado teológico do nome “Israel" no AT. O nome Israel é empregado de duas maneiras: por um lado, representa um povo ou nação; e, por outro, designa o povo de Yahweh como uma congregação religiosa. Desde o começo, o nome Israel, no AT, apresenta uma explicação religiosa, dada por Deus ao patriarca Jacó, após este haver persistentemente rogado ao Senhor por uma bênção: “Já não te chamarás Jacó, e sim Israel, pois como príncipe lutaste com Deus e com os homens e prevaleceste" (Gn 32:28; cf. 35:9,10; Os 12:3,4). E revelado, portanto, que o nome Israel é de origem divina. Simboliza a nova relação espiritual de Jacó com Yahweh e representa a reconciliação desse patriarca com Deus, mediante Sua graça perdoadora. Ao ser perdoado, Jacó teve seu nome “mudado de um que lembrava pecado, para um que comemorava sua vitória" (PP, 198). Ou seja, desde o princípio, o nome Israel simboliza uma relação pessoal de reconciliação com Deus.

O AT conserva, do começo ao fim, essa sagrada origem do nome como representação de seu chamado superior. Por meio do profeta Oseias, Deus chamou a atenção para a luta de Jacó com Yahweh como um exemplo a ser imitado pelas tribos apóstatas de Israel, que confiavam mais nos cavalos de guerra da Assíria e do Egito: “Converte-te a teu Deus, guarda o amor e o juízo e.no teu Deus espera sempre" (Os 12:6; verv. 3-6; 14:1-3). Ou seja, todos os israelitas deviam buscar essencialmente ter o mesmo encontro religioso com Deus e a mesma experiência transformadora que teve Jacó, para que pudessem ser a luz do mundo e receber as bênçãos da aliança.

O propósito de Deus para Israel foi expresso fundamentalmente por Moisés, quando disse a faraó: “Assim diz o Senhor: Israel é Meu filho, Meu primogênito. Digo-te, pois: deixa ir Meu filho, para que iVIe sirva [‘Me adore', NÍV]” (Êx 4:23). As tribos de Israel foram convocadas para adorar o Senhor Deus de acordo com Sua vontade revelada. Israel

era diferente de todas as outras nações, não por causa de nenhuma qualidade étnica, moral ou política, mas porque fora escolhido por Deus para receber as promessas feitas por Ele aos patriarcas (Dt 7:6-9). Deus redimiu Israel do cativeiro egípcio a fim de ligá-lo exclusivamente a Si: "Tendes visto o que fiz aos egípcios, como vos levei sobre asas de águia e £► vos cheguei a Mim, Agora, pois, se dilígentemente ouvirdes a Minha voz e guardardes a Minha aliança, então, sereis a Minha propriedade peculiar dentre todos os povos; porque toda a Terra é Minha; vós Me sereis reino de sacerdotes e nação santa" (Ex 19:4-6),

Israel foi escolhido e remido pela graça de Deus no Êxodo para ser um. povo santo, isto é, separado para guardar a aliança divina e ser sacerdote e mediador entre Deus e as nações pagãs. Israel pela graça foi salvo *de* um implacável inimigo, mas, ao mesmo tempo, salvo *para* a glória de Deus e *para* a salvação das outras nações. O livro do Deuteronômio ensina que o propósito de Deus em escolher Israel era encarregá-lo de uma missão profundamente religiosa. Eles tinham que responder favoravelmente ao ato redentor de Deus, como "filhos do Senhor, vosso Deus" (Dt 14:1), amando a aliança feita com Deus com total compromisso de coração (Dt 6:5), obedecendo-Lhe de modo disposto (v. 6-9, 18) e adorando-0 de maneira exclusiva (v, 13-15). Nesse sentido religioso, Israel foi chamado para se libertar da idolatria, isto é, "perfeito *[tamini]* serás para com o Senhor, teu Deus" (Dt 18:13; também 13:1-5; Êx 20:1-3). Para entender a eleição de Israel é de fundamental importância compreender a primazia da graça divina sobre a obediência moral. Moisés explicou: "Guarda silêncio e ouve, ó Israel! Hoje, *vieste a ser povo ão Senhor*; *teu Deus. Portanto, obedecerás* à voz do Senhor, teu Deus, e lhe cumprirás os mandamentos e os estatutos que hoje te ordeno" (Dt 27:9, 10).

A partir do Exodo, Israel era mais do que uma entidade étnica; era acima de tudo um povo redimido, uma comunidade religiosa que encontrara sua unidade e missão na revelação divina de Yahweh incorporada na *Torah.* A própria palavra e a ação de Deus haviam elevado Israel ao nível de uma congregação ou assembléia religiosa (*qahal*) a fim de partilhar seu conhecimento salvífico e santificador com o restante da humanidade.

Em Siquém, Josué renovou o compromisso de Israel em adorar exclusivamente a Yahweh pelas gerações posteriores. Nessa renovação da aliança, Israel prometeu renovar o coração e reformar a vida de acordo com a vontade revelada de seu Deus-Redentor: "Disse o povo a Josué: Ao Senhor, nosso Deus, serviremos e obedeceremos à Sua voz" (Js 24:24). Israel renovava continuamente sua aliança com Deus nas liturgias sagradas das festividades anuais centralizadas no santuário de Deus. Assim, as festividades de adoração conclamavam constantemente Israel a uma relação de aliança com Deus, de maneira a relembrar a participação divina na redenção e na liberdade do Êxodo.

O livro dos Salmos emprega o nome Israel mais de 50 vezes para se referir a uma assembléia que adora Yahweh no templo em Jerusalém (SI 147:19, 20; 14S.T4; 149:2). Os salmos mostram que a religião de Israel estava baseada na *Torah* de Moisés. Esses cânticos não só comemoravam os atos redentores de Deus no passado, mas também ensinavam a Israel que louvar ao Senhor por todos os benefícios é a essência do chamado e da eleição de Israel (SI 103). Os salmistas não glorificavam Jerusalém, nem Davi, nem Israel, mas ao Deus de Israel como o Criador de tudo e o Redentor de Israel. Ele havia escolhido o monte Sião como o centro terreno de Seu reino universal (SI 2; 87).

Ezequiel declara: "Assim diz o Senhor Deus: Esta é Jerusalém; pu-Ia no meio das nações e terras que estão ao redor dela" (Ez 5:5). A adoração de Israel se inspirava basicamente em sua esperança do Messias, ou Sacerdote-Rei,

que cumpriría as promessas de Deus a Abraão e a seus filhos de salvar o mundo: “Em tí serão benditas todas as famílias da Terra” (Gn 12:3; cf. G1 3:8).

O principal anseio dos salmos de Israel é que toda a humanidade reconheça o governo soberano de Yahweh: “Todo ser que respira louve ao Senhor. Aleluia!” (SI 150:6). Os grandes salmos históricos (77; 78; 105; 106; 107) ensinavam a Israel que sua história era basicamente um registro do fracasso em reagir apropriadamente às iniciativas salvadoras de Deus, Ezequiel apresenta, diante de uma Jerusalém apóstata, o espelho da história de rebelião e contaminação do santuário de Deus por parte de Israel (Ez 16; 23). O profeta via Israel em geral como um povo rebelde e desobediente. Apesar disso, havia restado um remanescente fiel, constituinte do verdadeiro povo de Deus e, por conseguinte, particular objeto do cuidado divino.

O plano de Deus de abençoar as nações por meio de Israel se cumprirá, mas de forma diferente, traçado pelo próprio Deus: mediante um fiel remanescente em Israel. Um remanescente dívinamente escolhido herdará as promessas e responsabilidades da aliança para iluminar o mundo. O eterno propósito de Deus se manterá e se cumprirá. A predição profética da restauração de Israel após os exílios assírio e babilônico salienta o interesse divino em Israel como uma teocracia restaurada, como um povo espiritualmente purificado que adora a Deus (Is 56; Ez 36; Jr 31), e não como um estado secular e político (Ez 20:32-38).

O Israel pós-exílico era uma comunidade religiosa que gravitava ao redor do templo reedificado, e não ao redor de um trono real. iVIalaquias enfatizou que somente os israelitas que "temem ao Senhor” são o povo de Deus, e que somente aqueles "que servem a Deus” são reconhecidos como propriedade valiosa de Deus no juízo final (Ml 3:16-4:3). O propósito do AT de prometer um futuro remanescente é garantir que as bênçãos da aliança de Israel hão de se realizar, mas *não* com o incrédulo Israel nacional, mas somente com o Israel escolhido, que é fiel a Yahweh e confia no Messias de Israel. O objetivo fundamental da missão de Israel fica mais claro nas quatro canções proféticas "relativas ao Servo do Senhor”, da autoria de Isaías (Is 42:1-4; 49:1-6; 50:4-10; 52:13-53:12), Servo, nesses textos, significa o fiel Messias de Israel, o Israelita representativo que personifica o povo. Israel, como um todo, foi chamado para ser uma comunidade missionária, mas somente Um cumpriría a missão delineada por Isaías. O Servo escolhido serviría ao Senhor, não só por difundir o conhecimento do Deus verdadeiro até os confins da Terra (Is 42:1-4), mas também em reunir o remanescente fiel de Israel junto a Deus (Is 49:5, 6). Isaías fazia distinção entre o Israel que era um servo "cego” e “surdo” (Is 42:19, 20), e um Servo sofredor e obediente a Yahweh (v. 1-4; 49:1-6; 50:4-10; 52:13-53:12). F. F. Bruce (86) salienta: “Mas embora o Servo seja em algum sentido o representante ou a personificação de Israel, Ele se distingue da nação como um todo, à qual Sua missão é de fato prioritariamente dirigida, bem como (depois disso) ao mundo gentio." O Servo individual é fortalecido por Deus para cumprir Sua missão e defendido das falsas acusações tanto judaicas quanto pagãs (Is 50:4-9). O quarto cântico do Servo do Senhor, em Isaías 52:13-53:12, descreve o Servo detalhadamente: Ele aceitaria não só o sofrimento e o desprezo, mas também a morte como o ato coroador da obediência, mediante a qual cumpriría o propósito de Deus e garantiría a bênção e a libertação para as multidões. “Pois Ele foi eliminado da terra dos viventes; por causa da transgressão do meu povo ele foi golpeado. [...] Contudo, foi da vontade do Senhor esmagá-Lo e fazê-Lo sofrer, e, embora o Senhor tenha feito da vida dEle uma oferta pela culpa, Ele verá

Sua prole e prolongará Seus dias e a vontade do Senhor prosperará em Sua mão" (Is 53:8-10, NVI), O plano de Deus para Israel a favor dos gentios não foi, portanto, frustrado nem adiado, mas prosperou com o Messias (Is 53:10).

B. O Remanescente de Israel

O AT emprega a palavra "remanescente" (*shear, sheerit)* para descrever três tipos de pessoas: (1) um remanescente *histórico*, sobrevivente de uma catástrofe; (2) um remanescente *fiel*, que conserva uma ativa relação pactuai com Deus e é depositário das promessas da eleição divina; e (3) um remanescente *escatológtco*, composto pelos futuros crentes fiéis no Messias, que perseveram até o fim da era da igreja e despontam finalmente vitoriosos. O tema do remanescente na Escritura Sagrada vai de Gênesis ao Apocalipse e se encontra em todos os livros do AT. Sua terminologia é usada mais de 540 vezes, somente no AT. [1]

1. O Remanescente Histórico

O termo "remanescente" se refere muitas vezes aos sobreviventes históricos de Israel (ou Judá), que continuam vivos após uma catástrofe nacional (2Rs 19:31; 25:11; 2Cr 34:21; Jr 24:8; 52:15; Ez 9:8; 11:13). Quando o remanescente de Jerusalém foi deportado para Babilônia, em 586 a.C., somente uns poucos foram deixados na terra de Judá (2Rs 25:22; Jr 40-44), Quando esse último remanescente fugiu para o Egito, Jeremias predisse que nem um escaparia do "mal que farei vir sobre eles" (Jr 42:17; 44:7). Os judeus, ou os israelitas, que depois voltaram de Babilônia para a Palestina, sob o governo de Zorobabel, foram descritos pelos profetas pós-exílicos como o povo remanescente de Deus (Ag 1:12, 14; 2:2; Zc 8:6, 11, 12), Nessas passagens, "remanescente" designa sobretudo os sobreviventes das catástrofes nacionais de Israel. A esse remanescente, o Deus de Israel oferece um novo companheirismo pactuai, para que Jerusalém seja chamada "a cidade fiel" (Zc 8:3).

2. O Remanescente Fiel

A ideia de remanescente assume uma característica explicitamente teológica nos escritos proféticos. Um exemplo do emprego teológico do tema do remanescente pelos profetas é a afirmação de Deus a Elias, que pensava que ninguém permanecera leal a Deus a não ser ele: "Também conservei em Israel sete mil, todos os joelhos que não se dobraram a Baal, e toda boca que o não beijou" (lRs 19:18), Nesse sentido, Israel como nação política ou povo étnico não podia ser o remanescente fiei. Só os que adoravam a Deus de acordo com Sua aliança constituíam o remanescente fiel dentro de Israel. E também significativo que o povo remanescente de Deus, que sobreviveu aos juízos divinos no AT, devia se converter de todo o coração ao Deus da aliança; do contrário, também viría a sofrer o juízo punitivo de Deus (Dt 30:1-3; 2Rs 21:14, 15; 2Cr 30:6). O apelo de Zacarias ao remanescente de seu tempo é representativo: "Tornai-vos para Mim, diz o Senhor dos Exércitos, e Eu Me tornarei para vós outros" (Zc 1:3). O ato de justificação divina do arrependido sumo sacerdote Josué descreve a reação de Deus (Zc 3:3-5). Esdras expressa a genuína atitude de arrependimento do remanescente pós-exílico: "Ah! Senhor, Deus de Israel, justo és, pois somos os restantes que escaparam, como hoje se vê. Eis que estamos diante de Ti na nossa culpa, porque ninguém há que possa estar na Tua presença por causa disto" (Ed 9:15).

A súplica de Esdras indica a permanente necessidade de uma atitude humilde e arrependida do povo remanescente de Deus. Um remanescente assim possui tanto promessas como responsabilidades pactuais. Todos os profetas escritores fazem distinção entre um Israel apóstata e um remanescente fiel dentro do Israel nacional. Escrevendo no oitavo

século antes de Cristo, Amos e Isaías desenvolveram uma teologia sobre um remanescente específico dentro da proclamação de juízo feita contra Israel e Judá. Embora Amós tenha anunciado o fim do reino do norte (Israel) como nação no dia. iminente de Yahweh, ele ofereceu ao mesmo tempo a esperança de que Deus podería Se compadecer do "restante de José" (Am 5:15), se este buscasse ao Senhor e ao bem (v, 4, 6, 14). Amós rompeu, portanto, com a opinião popular de que Israel como um todo estava automaticamente seguro das bênçãos da aliança e isento do juízo divino (v. 18-27), O profeta rejeitou o emprego errado da eleição divina por parte de Israel como povo escolhido e denunciou a falsa ideia de que as promessas de Deus eram incondicionais (Am 3:2; 9:7-10).

Os novos e surpreendentes elementos da mensagem de Amós foram: (1) Deus suscitará um remanescente fiel da casa de Davi após a crise assíria; e (2) as nações não israelitas, como Edom, terão remanescentes fiéis que se unirão a Israel (Am 9:11, 12). A mensagem de Amós sobre o juízo tinha, portanto, a intenção de suscitar um fiel remanescente de Deus no tempo do fim de Israel (reino do norte). A promessa divina de restaurar em Israel a verdadeira adoração (v. 11, 12) foi só parcialmente cumprida depois do exílio babilônico. Foram os apóstolos cristãos em Jerusalém que anunciaram seu cumprimento messiânico (At 15:13-18).

A promessa de um remanescente profético teve um cumprimento histórico inicial dentro do AT (depois do exílio assírío-babilônico). No entanto, ela apresenta também um cumprimento escatológico na era messiâ§ ► nica. Esse duplo cumprimento se deve à perspectiva tipológica na qual os profetas situam o dia da vinda do Senhor. Esse dia tem uma realização local e iminente no juízo nacional de Israel por meio da Assíria e de Babilônia, mas terá também um cumprimento mais completo e universal com o novo povo da aliança do Messias e em Seu dia de juízo cósmico.

O contexto de ambos os testamentos deve determinar em que sentido ou medida a profecia do AT sobre o futuro povo remanescente de Deus teve cumprimento histórico dentro da antiga dispensação e se terá novo cumprimento escatológico no NT. A continuidade básica entre os remanescentes do AT e do NT e a teologia do remanescente são garantidas pelo Messias de Israel: Jesus Cristo.

3. O Remanescente Escatológico

Isaías, mais do qualquer outro profeta, relaciona as profecias messiânicas com a teologia do remanescente específico. Ao agir assim, transcende todos os cumprimentos históricos de um remanescente dentro dos tempos do AT. Isaías prediz que o Messias, na condição de "o Renovo do Senhor" (Is 4:2), preservará um remanescente "santo" ou "santa semente" (Is 6:13) em Sião em meio ao fogo do juízo. "Será que os restantes de Sião e os que ficarem em Jerusalém serão chamados santos; todos os que estão inscritos em Jerusalém, para a vida, quando o Senhor lavar a imundícia das filhas de Sião e limpar Jerusalém da culpa do sangue do meio dela, com o Espírito de justiça e com o Espírito purificador" (Is 4:3, 4).

Esse povo remanescente se estríbará "no Senhor, o Santo de Israel. Os restantes se converterão ao Deus forte, sim, os restantes de Jacó" (Is 10:20, 21; cf. 30:15). Esse "Deus forte" *(eígibbor)* é o nome atribuído ao Messias (Is 9:6). Isaías também faz do Messias a pedra fundamental sobre a qual se edificará o novo Israel (Is 28:16; cf. Rm 9:33; 10:11). Nem todos os que pertencem ao Israel étnico constituem o verdadeiro Israel: "Porque ainda que o teu povo, ó Israel, seja como a areia do mar, o restante se converterá" (Is 10:22).

Para Isaías, as características do fiel remanescente são fé e obediência voluntária a Deus e ao Messias (Is 1:18.19; 7:9; 53). Isaías experimentou isso pessoalmente na visão de

seu chamado (Is 6:1-8). “O próprio profeta pode ser considerado uma prefiguração do futuro remanescente, porque foi confrontado pela santidade de Yahweh e se tornou um indivíduo limpo e purificado” (Hasel, 243). O profeta até deu ao filho o nome simbólico de Shearjashub, “Um-Resto-Volverá”, para resumir um aspecto essencial de sua proclamação profética.

Isaías deixa mais explícito ainda o conceito de remanescente de Amós, ao enfatizar que o povo remanescente escatológico ou messiânico incluirá também não israelitas, príncipalmente os gentios que decidiram adorar o Deus de Israel e que buscam Seu Messias como o "estandarte dos povos” (Is 11:10, 11; 56:3-8). Os sobreviventes das nações serão enviados novamente *às* nações para declarar ‘entre as nações a [...] glória" de Deus (Is 66:19; cf, Zc 14:16). O remanescente escatológico será um povo messiânico que se empenha em uma obra missionária mundial para reunir numa comunidade unida em fé e adoração todos quantos aceitarem a mensagem de Deus. Muitos gentios reconhecerão Sião como a verdadeira cidade de Deus (Is 2:1-4; Mq 4:1-5). Isaías ressaltou que uma característica específica do reavivamento e da reforma do remanescente fiel seria a restauração da guarda do sábado (Is 56; 58).

Miqueias também associa a promessa do vindouro Rei-Messias com a metáfora de Israel como Seu rebanho (Mq 2:12, 13; 5:2-4), cujas transgressões foram misericordiosamente perdoadas (Mq 7:18, 19). Joel e Sofonias enfatizam especificamente a promessa de um último povo remanescente que adora o Senhor em Espírito e em verdade no Seu templo (JI 2:32) e em genuína humildade e pureza de lábios e coração (Sf 3:9, 12, 13). II.

Jeremias e Ezequiel anunciaram o iminente juízo histórico de Deus sobre Jerusalém e Judá por meio do rei babilônico, devido à recusa do povo em se arrepender da apostasia religiosa e moral (Jr 5:1-3; 6:9; 8:3, 5; 21:8-10; Ez 5:12; 8:6-18; 9:8). No entanto, depois dessa catástrofe histórica, Deus reuniría < 862
um remanescente fiel que manifestasse um coração purificado e um novo espírito e vivesse pelo poder da "nova aliança de Deus" (Jr 31:31-34; Ez 36:24-27). O compromisso comum com o prometido Rei-Messias os aglutinaria mais como uma comunidade religiosa do que política (Jr 23:5, 6; 33:14-16; Ez 34:23, 24; 37:24-27). Mais uma vez o remanescente escatológico está inseparavelmente associado com o Messias vindouro. O remanescente seria o povo do Messias.

O livro apocalíptico de Daniel contribui com a predição profética ao situar o remanescente escatológico dentro do calendário progressivo dos tempos messiânicos. Daniel não somente prediz os futuros santos de Deus como o perseguido povo de Deus dentro dos três tempos e meio, ou 1.260 anos, após o colapso do Império Romano (Dn 7:25; cf, Ap 12:6, 14), mas também prediz o tempo de angústia para o *último* remanescente, que será poupado das aflições apocalípticas do dia do juízo por Miguel, como o Filho do Homem (Dn 12:1-4).

Em suma, o AT sempre descreve o futuro remanescente de Israel como uma comunidade religiosa fiel que adora a Deus com um novo coração, criado pelo Espírito de Deus, com base na nova aliança. Os profetas Isaías, Miqueias, Jeremias e Ezequiel centralizam o remanescente escatológico de Israel e das nações em torno do Messias, o Servo do Senhor por excelência (Is 42:1-7; 49:6).

II. O Conceito de Remanescente no NT: O Novo Israel

A vinda de Cristo Jesus a Israel constituía o último teste para o povo judeu enquanto teocracia ou nação governada por Deus. Na qualidade de Messias, Jesus de Nazaré

era a ‘pedra de tropeço”, a “rocha de escândalo" (Rm 9:32, 33; lPe 2:4-8).

A relação de Israel com Yahweh foi determinada pela reação manifesta para com o advento de Cristo e Seu autossacrifício expiatório. Para Jesus, os verdadeiros descendentes de Abraão se definiam não pelo sangue de Abraão, mas pela fé de Abraão. A filiação e a paternidade são determinadas não por um exame médico, mas por um relacionamento espiritual (Mt 12:48-50). Cristo afirmou que todo o Israel deveria ir a Ele para receber o descanso de Deus; do contrário permanecería sob juízo: “Vinde a Mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e Eu vos aliviarei" (Mt 11:28; ver Is 45:22); e “Quem não é por Mim é contra Mim; e quem comigo não ajunta espalha” (Mt 12:30).

Cristo foi enviado por Deus primeiramente às "ovelhas perdidas da casa de Israel”, a fim de reuni-las a Si como o prometido Messias, conforme fora predito pelos profetas (Mt 10:5, 6; 15:24; ver Jr 23:3-5; Ez 34:15, 16, 23, 24). Contudo, Ele também proclamou que Sua missão — padecer morte sob a vontade e juízo de Deus - tinha ainda o objetivo de beneficiar todas as pessoas da Terra: “E Eu, quando for levantado da Terra, atrairei todos a Mim mesmo” (Jo 12:32).

Referindo-se à profecia de Isaías sobre um futuro ajuntamento de gentios no templo de Deus, Cristo declarou: "Ainda tenho outras ovelhas, não deste aprisco; a Mim Me convém conduzi-las; elas ouvirão a Minha voz; então, haverá um rebanho e um pastor” (Jo 10:16; ver Is 56:8). Essa reivindicação exigia uma decisão de fé nEle como o Messias de Israel. Para cumprir Sua missão universal, Jesus chamou dentre Israel 12 apóstolos, número clara mente representativo das 12 tribos de Israel. Começando com 12 discípulos, a quem chamou e comissionou como apóstolos (Mc 3:14-15), Ele formou o novo Israel, o povo remanescente e messiânico de Israel, e o chamou de “Minha igreja” *[ekklêsia]* (Mt 16:18). A esse novo organismo, com estrutura e autoridade próprias, Jesus entregou “as chaves do reino dos céus” (v. 19; ver 18:17).

Cristo tomou a decisão final a respeito da nação judaica no fim de Seu ministério, quando os líderes judaicos decidiram rejeitar a reivindicação d Ele de ser o Messias de Israel. As palavras de Cristo revelam que a culpa de Israel perante Deus havia enchido sua medida (Mt 23:32). O veredito foi: “o reino de Deus vos será tirado e será entregue a um povo que lhe produza os respectivos frutos” (Mt 21:43). Essa decisão solene dá a entender que Israel não seria mais o povo governado por Deus e que seria *substituído* por um povo que aceitaria o Messias e Sua mensagem acerca do reino de Deus.

Cristo não prometeu o reino de Deus — a teocracia — a outra “geração” de judeus num futuro distante, como defendem os escritores dispensacionalistas, mas a pessoas de todas as raças e nações, “do Oriente e do Ocidente", que cressem em Cristo (Mt 8:11, 12). Em suma, Sua igreja (“Minha igreja”, Mt 16:18) substituiría a nação que O rejeitou.

O próprio Jesus identificou o “povo" que Deus havia escolhido. Aos discípulos declarou: “Não temais, ó pequenino rebanho; porque vosso Pai se agradou em dar-vos o Seu reino” (Lc 12:32; cf. 22:29). Que Cristo identificou inquestionavelmente Seus discípulos como o verdadeiro Israel é consubstanciado pelo fato de o Israel de Deus ser chamado de rebanho ou ovelhas de Deus pelos profetas de Israel (Is 40:11; Jr 31:10; Ez 34:12-14).

Ao convidar os discípulos para formar o pequeno rebanho que recebería o reino, Cristo estabeleceu o núcleo do novo Israel (Lc 12:32). Ele criou Sua igreja, não em adição a Israel, mas *como* o remanescente fiel de Israel, que herda as promessas e responsabilidades da aliança. A igreja de Cristo não é separada do Israel de Deus, mas somente da nação judaica como um todo, pelo fato de esta

haver rejeitado a Cristo, A consequência imediata de Cristo haver removido a teocracia da nação de Israel foi a aplicação da maldição pactuai, conforme especificada por Moisés em Levítico 26 e Deuteronômio 28.

Cristo expressou Seu amor por Jerusalém sob a figura de uma galinha que cuida ternamente de seus pintinhos. Mas eles não quiseram. Portanto, declarou Ele solenemente: “Eis que a vossa casa vos ficará deserta” (Mt 23:37, 38). Chorando intensamente pelo pavoroso futuro da cidade sob a maldição divina, Cristo descreveu a destruição pela qual ela passaria nas mãos de seus inimigos, porque não reconheceu a oportunidade de sua “visitação" (Lc 19:42-44).

Para Israel, a vinda de Cristo a Jerusalém fora essa "oportunidade de visitação”. As consequências da rejeição do Messias foram imensas para a nação judaica. A perda da teocracia protetora de Deus se estende até o fim do tempo (Lc 21:24; lTs 2:16). Cristo insiste enfaticamente para que Seu pequeno rebanho, o fiel remanescente de Israel, retire-se da cidade condenada (Mt 24:15-20; Mc 13:14; Lc 21:20-24).

Somente em Cristo poderia Israel, como nação, continuar a ser o verdadeiro povo da aliança. Ao rejeitarem Jesus como o rei messiânico enviado por Deus, os líderes da nação judaica foram reprovados no teste decisivo de cumprir o propósito divino para com os gentios. Cristo, contudo, renovou a aliança divina com Seus 12 apóstolos. Ao rebanho messiânico conferiu o chamado divino do antigo Israel para ser a luz do mundo (Mt 5:14) e para fazer “discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28:19). Deus não dependia da nação judaica para cumprir Seu propósito para com todos os homens. Seu plano não podia ser frustrado nem retardado pela rejeição do Messias por Israel.

A interpretação de Pedro do derramamento do Espírito como o direto cumprimento da profecia de Joel para os últimos dias (At 2:16-21) confirma que a igreja *não* era uma entidade inesperada ou não prevista no AT. Consistia mais propriamente no surpreendente cumprimento da profecia de Joel sobre o remanescente. A igreja não é, pois, uma reflexão tardia ou a interrupção do plano do Deus de Israel para o mundo, mas o divino desenvolvimento e a realização do novo e messiânico Israel.

Pouco depois do derramamento do Espírito de Deus sobre a igreja, Pedro afirmou categoricamente: "E todos os profetas, a começar de Samuel, assim como todos quantos depois falaram, também anunciaram estes dias” (At 3:24). Em outras palavras, as profecias do AT sobre o remanescente de Israel tiveram seu cumprimento a partir do Pentecostes na formação da igreja apostólica. Mais do que isso, a fiel igreja de Cristo através dos séculos, especialmente em sua fé *864 apostólica totalmente restaurada no tempo do fim, cumpre as promessas veterotestamentárias do remanescente.

Pedro se dirigiu às igrejas cristãs de seu tempo, dispersas pela Ásia Menor (lPe 1:1), com os honrosos títulos de Israel: “Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes d Aquele que vos chamou das trevas para a Sua maravilhosa luz” (lPe 2:9; cf. Ex 19:5, 6). Embora não empregue o nome “Israel", tudo quanto Israel significava como o povo da aliança de Deus, o apóstolo aplica agora à igreja. Essa é a intex'pretação eclesiológica feita por Pedro da aliança divina com Israel (Êx 19:5, 6). Essa aplicação é resultado da interpretação cristológica das profecias messiânicas. A aplicação eclesiológica é só a extensão orgânica do cumprimento cristológico. Assim como o corpo está organicamente ligado à cabeça, assim a igreja está ao Messias. A interpretação eclesiológica remove completamente as restrições

étnicas e nacionais da antiga aliança de Israel. O povo da nova aliança não se caracteriza mais pelas obrigações raciais e nacionais, mas exclusivamente pela fé em Cristo. Foi a esse povo que Pedro chamou de Israel espiritual, "nação santa".

Na verdade, Paulo chama as igrejas da Galácia, no território gentio, de "Israel de Deus" (G16:16). Embora para alguns comentaristas, essa expressão se aplique apenas aos membros judeus das igrejas, o contexto histórico da epístola revela que o apóstolo rejeitava veementemente qualquer atitude no sentido de que, perante Deus, os cristãos judeus tinham status diferente ou superior aos cristãos gentios. Judeus e gentios batizados são todos um em Cristo, "todos [...] filhos de Deus mediante a fé" em Cristo Jesus. Desse modo, "não pode haver judeu nem grego" em Cristo (G13:26-28). A expressão de Paulo "o Israel de Deus" (G1 6:16) é um sinônimo da sua descrição anterior de *todos* os crentes cristãos: "E, se sois de Cristo, também sois descendentes de Abraão e herdeiros segundo a promessa" (G1 3:29).

O apóstolo confirma enfaticamente essa concepção teológica da igreja em sua carta aos efésios. Por meio do evangelho, os cristãos receberam "cidadania em Israel" e se alegram na mesma esperança que Israel (Ef 2:12, 13, NVI), "Assim, já não sois estrangeiros e peregrinos, mas concidadãos dos santos, e sois da família de Deus, edificados sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular" (v. 19, 20).

Através da cruz, Cristo reconciliou "com Deus" tanto judeus quanto gentios (v. 16). Ao agir assim, destruiu também a barreira, "a parede da separação", entre judeus e gentios, abolindo "na Sua carne a lei de mandamentos na forma de ordenanças" (v. 14, 15). Essa é uma referência incontestável à abrogação da lei mosaica por Cristo. A missão de Cristo era formar um Israel messiânico, constituído por todos os crentes em Cristo. Seu propósito era "dos dois [judeus e gentios]" criar, "em si mesmo, um novo homem, fazendo a paz" (v. 15). Esse propósito se realizou na cruz (v. 16) e foi dado a conhecer aos santos "apóstolos e profetas" de Deus (v. 20). Isso significou que, "mediante o evangelho, os gentios são coerdeiros *com* Israel, membros do *mesmo* corpo, e coparticipantes da promessa em Cristo Jesus" (Ef 3:6, NVI). Com o prefixo *co-* (no grego, *syri),* Paulo realça três vezes que cristãos judeus e gentios são inteiramente iguais dentro do Israel de Deus e da promessa da aliança. Não se justifica, portanto, reedificar a parede da separação entre Israel e a igreja.

Na igreja em Roma, Paulo enfrentou uma atitude hostil que começava a surgir entre cristãos gentios com respeito aos cristãos judeus e os judeus. Ele rejeitou esse antijudaísmo. Paulo advertiu aos grupos de judeus e gentios dentro da igreja em Roma para não se jactarem de alguma pretensa superioridade ou prerrogativa (Rm 11:18,25; 12:3). Em Romanos 9-11, Paulo atinge o clímax de sua epístola ao * 863 mostrar como os crentes gentios estão relacionados ao Israel de Deus. Ele retrata a conversão dos gentios a Cristo como o enxerto dos ramos de oliveira brava na oliveira do Israel de Deus (Rm 11:17-24). Desse modo, Paulo visualiza a unidade e a continuidade espiritual da aliança divina com Israel e Sua nova aliança com a igreja de Cristo. Pela fé em Cristo, os gentios são legitimamente incorporados na oliveira, o povo de Deus da aliança, e passam a fazer parte da raiz de Abraão (v. 18). A lição da parábola da oliveira cultivada, em Romanos 11, é a de que a igreja vive a partir da raiz e do tronco do Israel do AT (v. 17,18). A preocupação específica de Paulo, em Romanos 11, é a revelação de um "mistério" divino sobre o Israel étnico: "Veio endurecimento em parte a Israel, até que haja entrado a plenitude [o *plêrõma]* dos gentios. E, assim *[houtõs,* dessa forma], todo o Israel será salvo, como está escritof...]" (v. 25, 26).

Paulo não sugere uma ordem de sucessivas dispensações. Ele vê *muitos* judeus reagindo favoravelmente à salvação de *muitos* gentios, que se alegram pela misericórdia de Deus em Cristo. E vê isso acontecendo "agora"

"Porque assim como vós [cristãos gentios] também, outrora, fostes desobedientes a Deus, mas, agora, alcançastes misericórdia, à vista da desobediência deles [rejeição judaica de Cristo], assim também estes, agora, foram desobedientes, para que, igualmente, eles alcancem misericórdia, à vista da que vos foi concedida" (v, 30-32).

Paulo não concebe outra maneira para os judeus serem salvos a não ser da mesma forma que todos os gentios são salvos: pela fé em Cristo, pela confissão do coração de que Jesus é o Senhor ressurreto de Israel (Rm 10:9, 10). Ele afirma explicitamente a condição imposta por Deus para salvar Israel: "Se não permanecerem na incredulidade, serão enxertados; pois Deus é poderoso para os enxertar de novo" (Rm 11:23). O Israel étnico, em sua grande maioria, havia passado a reivindicar as promessas divinas da aliança, confiando em sua relação de sangue com o pai Abraão, esperando assim obter as bênçãos escatológicas de Deus como uma garantia incondicional (ver Mt 3:7-9; Jo 8:33, 34). Contra essa atitude de jactância na vantagem étnica de Israel (ver Rm 2:25-29), o apóstolo declarou: "Pois não há distinção entre judeu e grego, uma vez que o mesmo é o Senhor de todos, rico para com todos os que O invocam. Porque: 'Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo'" (Rm 10:12, 13).

A igreja cumpre agora a missão do Israel étnico, os ramos quebrados de Romanos 11:17, e recebe, portanto, a aliança, as bênçãos e as responsabilidades de Israel, bem como as maldições, no caso de apostasia. A bênção espiritual da presença de Deus entre Seu povo visa a provocar a inveja do Israel natural, porque o chamado redentivo de Deus a Israel é irrevogável (v. 29). Embora como nação e agente de Deus, o antigo Israel tenha perdido seu status especial, a porta da salvação ainda permanece aberta a indivíduos do povo judeu, se, na condição de indivíduos, se arrependerem e corresponderem ao chamado.

III. Apostasia da Igreja na Profecia

O esboço profético da história da igreja feita pelo apóstolo Paulo (2Ts 2) constitui um importante e esclarecedor elo entre Daniel e o Apocalipse. Reagindo à expectativa injustificada da vinda de Cristo para seu tempo, Paulo adverte contra a apostasia religiosa do "homem da iniquidade" dentro do templo de Deus na Terra, dentro da igreja como instituição, uma apostasia que continuará até o glorioso retorno de Cristo: "Ninguém, de nenhum modo, vos engane, porque isto não acontecerá sem que primeiro venha a apostasia *[hê apostasia*] e seja revelado o homem da iniquidade, o filho da perdição, o qual se opõe e se levanta contra tudo que se chama Deus ou é objeto de culto, a ponto de assentar-se no santuário de Deus, ostentando-se como se fosse o próprio Deus" (2Ts 2:3, 4).

998

Dois aspectos caracterizam o esboço profético de Paulo da história ininterrupta da igreja desde o tempo dele até o retorno de Cristo: (1) o desenvolvimento cronológico, isto é, o tempo histórico do surgimento do "homem da iniquidade" (ou anticristo) dentro da história da igreja; e (2) a natureza religiosa das suas blasfemas reivindicações messiânicas. E evidente que a descrição do anticristo feita por Paulo reúne três revelações do AT sobre os poderes do antideus: (I) o tempo histórico do surgimento do antimessias, em Daniel 7, 8 e 11; (2) a autodeificação religiosa dos reis de Tiro e de Babilônia, em Ezequiel 28 e Isaías 14; e (3)

a destruição final dos ímpios no glorioso aparecimento do Rei-Messias, em Isaías 11.

As alusões literárias e temáticas às profecias do AT, em 2 Tessalonicenses 2:4, ganham visibilidade na pesquisa a seguir:

A. O *Período Histórico Paulino para o Anticristo*

O interesse pastoral específico de Paulo em 2 Tessalonicenses 2 é corrigir a visão errônea entre os tessalonicenses de que o dia do Senhor já havia começado (2Ts 2:3). Ele os faz recordar seus ensinos orais explícitos de que deveria surgir "primeiro" a rebelião predita *[hê apostasia*] dentro do "templo de Deus". Só depois desse acontecimento, viría o dia de Cristo e a destruição do "iníquo", "pela Sua aparição" (v, 3-8). No entender de Paulo, o conhecimento verdadeiro da sequência desses eventos principais era essencial para curar os tessalonicenses de seu fervor apocalíptico. Ele introduziu, porém, o elemento de retardo quanto à vinda do anticristo, devido à presença de um poder restritivo: "E, agora, sabeis o que o detém" (v. 6). A igreja apostólica, ao que parece, não tinha nenhuma dúvida sobre quem era esse poder que não deixava o anticristo se manifestar. Sabiam de quem se tratava. A maior parte dos primeiros pais da igreja pós-apostólica ensinava que o poder restritivo mencionado por Paulo, nos versos 6 e 7, era a ordem civil do Império Romano, encabeçada pelo imperador (Forestell, 2:234). Apesar das diversas novas teorias, vários eruditos de destaque sustentam hoje que "a interpretação clássica [...] é bastante satisfatória" (Ladd, 68).

A conclusão da mensagem de Paulo em 2 Tessalonicenses é inequívoca: Quando caísse o império romano, o surgimento do anticristo não seria mais restringido. O anticristo devia, portanto, ser revelado sem demora na era subsequente, comumente conhecida como idade Média. Daniel descreveu esse longo período como o período de três tempos e meio de opressão dos santos, ou remanescente fiel (Dn 7:25; 12:7).

O período de tempo de Daniel (Dn 7:25; 12:7) reaparece em Apocalipse sob diferentes formas: três tempos e meio (Ap 12:14), 42 meses (11:2; 13:5) e 1.260 dias (11:3; 12:6). Com base no contínuo cumprimento histórico das profecias, os "dias" simbólicos significam anos literais (Shea 1982, 56-88; ver Apocalíptica II.D). Isso significa que, depois do colapso do império romano, se iniciariam os 1.260 anos literais da apostasia. Com relação aos acontecimentos importantes na história da igreja relativos à ascensão e queda do poder papal, muitos expositores bíblicos na Europa e na América do Norte reconheceram as datas desse período como se estendendo desde 533/538 a 1793/1798 (PFOF2, 765-782; PFOF3, 743-744). É durante a idade medieval que Paulo situa a apostasia que surgiría no "templo de Deus". O bispo anglicano Christopher Wordsworth (15) chegou à seguinte conclusão lógica: "Visto, também, que o homem da iniquidade é descrito aqui por São Paulo como *continuando* no mundo *desde o tempo da retirada* do poder restritivo até o *Segundo Advento de Cristo* (v. 8), o poder aqui personificado como o 'Homem da Iniquidade' deve ser aquele que continuou no *mundo durante muitos séculos,* e continua *até o tempo presente.* Além disso, haja vista essa longa permanência atribuída a ele na profecia — permanência que excede em muito a vida de *qualquer indivíduo,* o Homem da Iniquidade' *não pode ser um só indivíduo."* '«tj

B. A *Natureza Religiosa do Anticristo, Segundo Pardo*

Paulo descreve a "apostasia" vindoura como uma manifestação do "filho da perdição", que negará tanto a verdadeira adoração cristã quanto toda a adoração pagã: Ele "se opõe e se levanta contra tudo que se chama Deus ou é objeto de culto" (2Ts 2:4). Ele se exaltará a ponto de divinizar a si

mesmo dentro do templo de Deus, "ostentando-se como se fosse o próprio Deus" (v. 4). A maneira como Paulo emprega a palavra "templo" (*ncios*) em outros de seus escritos (lCo 3:16, 17; 2Co 6:19; Ef 2:21) revela que o apóstolo não fazia referência ao santuário material em Jerusalém, mas à *igreja* como templo espiritual de Deus.

Especialmente importante é a declaração paulina de que o apóstata "se assentará" nesse templo de Deus. Essa imagem provocativa nos traz à memória a visão de Daniel na qual o Ancião de Dias "Se assenta" para julgar os poderes autodeificantes da Terra. A luz do contexto do tribunal no livro de Daniel, o papel do arquíadversário descrito por Paulo se torna ainda mais incisivo; "O Rebelde começa a trabalhar por conta própria como mestre ou juiz na igreja" (Giblin, 80). A revoltante apostasia predita em Daniel 7, 8 e 11 surgiría *dentro* do povo da nova aliança ou da comunidade messiânica, como a conspiração de um falso mestre dogmático, como o engano de um falso cristo e a adoração religiosa-cúltica de si mesmo.

Paulo se refere à atividade oculta do mal: "Com efeito, o mistério da iniquidade já opera" (2Ts 2:7). Nos escritos paulinos, a palavra "mistério" comunica o conceito básico de verdade redentora, uma vez mantida secreta por Deus, mas revelada agora aos santos pelo evangelho de Cristo (ver Rm 16:25, 26; lCo 2:7; Ef 1:9, 10; Cl 1:26, 27). Quando Paulo fala, porém, do "mistério da iniquidade", ele tem em mente, ao que parece, o oposto da verdade revelada por Deus em Cristo: um mistério caracterizado pela iniquidade.

A partir dos ensinos de Paulo, deduzimos, portanto, os seguintes esclarecimentos a respeito do anticristo: (1) O "mistério" não diz respeito apenas à era apostólica, mas está em contínua operação, desde o tempo de Paulo até o fim do tempo. Consequentemente, a incessante atividade satânica não nos permite situar o "mistério da iniquidade" exclusiva mente em um período histórico isolado e pontual no passado ou no futuro, conforme postulam as teorias do futurismo e do preterismo. Paulo ensina exatamente o oposto: após a queda de Roma, esse mistério da rebelião entraria em irrestrita atividade (2Ts 2:7). (2) Mas esse segredo de Satanás não está oculto aos verdadeiros eleitos de Cristo, "pois não lhe ignoramos os desígnios" (2Co 2:11). Esclarecidos pela sabedoria divina que vem do livro de Daniel (ver Dn 11:33; 12:10), eles sabem que o ataque de Satanás se dirige contra o reino de Deus e Seu plano de redenção, centralizado no santuário com sua santa lei e santo evangelho. (3) Por analogia com o "mistério da piedade", que é o plano de Deus de revelar Sua humildade em Jesus e Seu evangelho de salvação pela união com Cristo, o "mistério da iniquidade" demonstra o plano malicioso de Satanás de se opor ao plano divino e frustrá-lo por meio de um contraplano diabólico e um contraculto que exalta um falso messias-sacerdote.

Em suma, o apóstolo adverte a igreja para ficar alerta contra o engano de um falso mestre da cristandade que reivindicará falar no lugar de Cristo. Paulo adverte contra um evangelho falsificado e uma falsa adoração no futuro. Acima de tudo, Paulo chama a atenção para a fonte cósmica desse engano magistral: é plano e realização de Satanás. Nessa perspectiva, Paulo desenvolve ainda mais o panorama apocalíptico de Daniel.

Em resumo, a interpretação teológica de Paulo e a aplicação histórica do anticristo de Daniel formam um elo hermenêutico essencial entre Daniel e o Apocalipse. O desdobramento de Daniel feito por Paulo em 2 Tessalonicenses fornece uma confirmação apostólica da abordagem contínuo-historie a das profecias de Daniel. O apóstolo caracteriza a vinda da apostasia cristã como uma adoração cultuai falsa, •«§; autorizada por um messias rival, que surgiría dentro da igreja cristã, logo após a queda de Roma pagã. Somente o papado cumpre essa predição profética de maneira precisa.

IV. O Remanescente do Tempo do Fim

A. *Predição no AT e Cumprimento no NT*

Vários profetas do AT descrevem a missão e o caráter religioso do povo de Deus no tempo do fim, especialmente Joel, Ezequiel, Daniel, Sofonias e Malaquias. A fim de compreender adequadamente as profecias do tempo do fim, precisamos estabelecer *como* suas perspectivas apocalípticas convergem para o livro do Apocalipse e nele culminam.

O princípio interpretatívo do evangelho requer que as promessas da aliança e sua imagística étnica sejam compreendidas em sua essência cristológica. O NT introduz Cristo como a chave central para interpretar o significado básico de todas as profecias escatológicas do AT, O teste decisivo da fé é, portanto, a aceitação de Jesus de Nazaré como o Messias da profecia, como o divino "Filho do Homem" da predição apocalíptica de Daniel (Dn 7:13, 14; Jo 5:22-27; 9:35-39).

No quarto evangelho, o juízo de Deus por meio do Filho do Homem ocorre *tanto* no presente *como* no futuro (Jo 3:19, 36; 12:48). O que se enfatiza é a chocante e nova realidade de que o apocalíptico Filho do Homem jã desceu do Céu como o pão que "dá a vida ao mundo", e segurança para o "último dia" apocalíptico (Jo 6:27, 33, 37, 40, 53). O evangelho de Cristo redefine e reestrutura a escatologia do AT à luz de seu cumprimento histórico-salvífico, criando, portanto, uma dupla aplicação escatológica: um cumprimento evangélico atual e uma consumação apocalíptica futura.

O Apocalipse de João funciona como o complemento do evangelho de João, na medida em que se concentra mais nas alegrias *futuras* e na herança *vindoura* dos que foram fiéis até o fim e que venceram o maligno por causa do sangue do Cordeiro e por causa da palavra do testemunho que deram (Ap 12:11). Os quatro evangelhos centralizam em Cristo e em Seu povo messiânico o cumprimento inicial da profecia. O livro do Apocalipse centraliza sua mensagem de esperançamos cumprimentos atuais e finais na igreja cristã.

Joel 2:28-32 prediz que a era vindoura se caracterizará pelo derramamento do Espírito de Deus sobre todas as pessoas, "antes que venha o grande e terrível Dia do Senhor" (v. 31, 32). O verdadeiro povo remanescente é descrito como os que invocam o nome do Senhor, "porque, no monte Sião e em Jerusalém, estarão os que forem salvos" (v. 32). Tanto Pedro quanto Paulo citam Joel 2:32 e aplicam seu cumprimento inicial à igreja universal de Cristo (At 2:21; Rm 10:13). Esse cumprimento evangélico de Joel 2 não exclui o cumprimento escatológico específico no encerramento da era da igreja. O livro do Apocalipse se centraliza especificamente na consumação final da promessa de Joel sobre o remanescente. A parte central do Apocalipse de João, capítulos 12-14, tem que ver com a finalização mundial da missão evangélica da igreja de Jesus Cristo.

Ao empregar a imagem tradicional da noiva de Yahweh nas profecias clássicas (Is 54, Ez 16, Os 2), João descreve o futuro da igreja de Cristo como uma mulher perseguida que foge "para o deserto", onde Deus a sustenta durante "mil duzentos e sessenta dias" (Ap 12:6), ou três "tempos" e meio (v, 14). Esses períodos proféticos sugerem uma aplicação escatológica específica da predição de Daniel sobre a perseguição dos santos fiéis em Daniel 7:25 aos santos cristãos, proscritos e executados durante o reinado da igreja-estado papal. A seguir, João continua descrevendo o conflito final da igreja remanescente depois dos 1.260 anos da Idade Média: "Irou-se o dragão contra a mulher e foi pelejar com os restantes da sua descendência, os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus" (Ap 12:17).

João também retrata o triunfo final do remanescente fiel sobre o monte Sião: “Olhei, e eis o Cordeiro em pé sobre o monte Sião, e com ele cento e quarenta e quatro mil, tendo na fronte escrito o seu nome e o nome de seu Pai” (Ap 14:1). Apocalipse 12:17 e 14:1 retratam juntos o cumprimento da promessa de Joel a respeito do remanescente (Jl 2:28-32) para o fim da era da igreja. O povo remanescente de Joel, que "invoca o nome do Senhor” no monte Sião (v. 32) é descrito assim em seu cumprimento escatológico: “Aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus” (Ap 14:12; cf. 12:17). A tríplice mensagem de Apocalipse 14 fará surgir 144 mil israelitas espirituais (v. 1), convidados a se retirar de Babilônia, para se reunirem sobre o monte Sião, onde o Cordeiro lhes oferece segurança eterna. Dessa forma, o Apocalipse sugere fortemente que as profecias de Joel, cumpridas como “a chuva temporã”, no início da era da igreja, se aplicam mais uma vez numa escala global por ocasião do término dessa era.

A igreja apostólica viu milhares de novos crentes serem acrescentados a ela (At 2:47; 4:4). Assim também a igreja remanescente testemunhará a predita afluência de “crentes remanescentes” de muitos povos, que desejam ser instruídos e salvos no “monte Sião” (Is 2:1-3; Mq 4:1, 2). Após o testemunho final, todos os seguidores de Cristo farão parte dos “israelitas” fiéis. Nem um deles fará mais parte de Babilônia (Ap 14:4; 17:5). Esses seguidores do Cordeiro são descritos como "os chamados, eleitos e fiéis que se acham com Ele” (Ap 17:14).

Em suma, o Apocalipse revela dois partidos opostos no conflito final perante Deus: Babilônia e o Israel pertencente a Deus e a Cristo. Ambos são representados como comunidades cúlticas, sendo, portanto, identificados pelo critério da adoração a Deus (Ap 14:9-11). O verdadeiro povo remanescente são os que “obedecem aos mandamentos de Deus e se mantêm fiéis ao testemunho de Jesus” (Ap 12:17, NVI). A importância dessa recorrente combinação da “palavra de Deus” e do “testemunho de Jesus” no Apocalipse (1:2, 9; 6:9; 12:17; 20:4) a estabelece como o tema teológico central do livro, bem como a linha divisória entre Babilônia e o Israel messiânico. Como Kenneth A. Strand (133) conclui: “No livro do Apocalipse, a fidelidade à palavra de Deus’ e ao 'testemunho de Jesus Cristo* separa os fiéis dos infiéis e provoca a perseguição, que inclui o exílio do próprio João e o martírio de outros crentes (cf. Ap 1:9; 6:9; 12:17; 20:4; etc.)."

A teologia de João sobre o remanescente tem suas raízes na visão de Ezequiel acerca da libertação de um remanescente arrependido dentre o Israel idólatra em Jerusalém (Ez 8; 9). Ezequiel viu seis anjos, designados por Deus como executores de Sua ira, se aproximarem da apóstata cidade de Jerusalém. A começar pelo santuário de Deus, eles receberam ordens para matar sem piedade ou compaixão todos os homens, mulheres e crianças que não tivessem na testa o sinal específico, ali colocado por um anjo especial, que passara por ali antes dos exterminadores, com um estojo de escrevedor à cintura. Temendo que o juízo retributivo de Deus destruísse todos os israelitas, Ezequiel clamou: “Ah! Senhor Deus! Dar-se-á o caso que destruas todo o restante de Israel, derramando o teu furor sobre Jerusalém?” (Ez 9:8; cf. 11:13).

A misericórdia de Deus se revela, porém, na providência divina de um juízo discriminatório feito por um sacerdote “vestido de linho” (Ez 9:2; cf. Ap 1:13), segundo o qual os que se arrependeram genuinamente são isentados da ira divina: “Passa pelo meio da cidade, pelo meio de Jerusalém, e marca com um sinal a testa dos homens que suspiram e gemem por causa de todas as abominações que se cometem no meio dela” (Ez 9:4).

Apocalipse 7 aplica a visão de selamento em Ezequiel a seu cumprimento escatológico.

João ouve em uma visão que 144 mil israelitas (12 mil de cada tribo) serão selados na fronte com o "selo do Deus vivo" por anjos de Deus, como sinal da aprovação e da proteção divina contra os últimos ventos destrutivos (v. 1-8). Essa revelação veio como resposta
870 ► imediata ao clamor dos que experimentam os terrores da ira de Deus e do Cordeiro, sob o sexto selo: "Chegou o grande Dia da ira deles; e quem é que pode suster-se"?" (Ap 6:17).

A visão do "selamento" dos "israelitas" ou "servos do nosso Deus", recebida por João (Ap 7:3) antes da tribulação final provocada pelos quatro "ventos" destrutivos, traz a reconfortante certeza de que Deus protegerá os fiéis de todo o mundo durante a última tribulação. Um povo remanescente permanecerá são e salvo da força destrutiva das sete últimas pragas (Ap 6:1, 2), O caráter justo dos verdadeiros santos se tornará evidente quando decidirem seguir o Cordeiro e se recusarem a se comprometer com os poderes anticristãos, ao recusarem a "marca" de lealdade à besta (Ap 13:15-17; 14:1, 4; 22:11). Simbolicamente falando, os 144 mil israelitas são "virgens" *(parthenoi)* espirituais, "que não se macularam com mulheres" (Ap 14:4). Essas "mulheres" são também definidas como a meretriz Babilônia e suas filhas (v. 8; 17:4, 5), que representam a religião apóstata. Todos os 144 mil israelitas verdadeiros seguem o Cordeiro, de modo que "na sua boca não se achou engano; porque são irrepreensíveis" (Ap 14:5, ARC). Nesse sentido, os 144 mil também atuam como o cumprimento escatológico da promessa de Sofonias a respeito de um remanescente fiel: "Mas deixarei, no meio de ti, um povo modesto e humilde, que confia em o nome do Senhor. Os restantes de Israel não cometerão iniquidade, nem proferirão mentira, e na sua boca não se achará língua enganosa, porque serão apascentados, deitar-se-ão, e não haverá quem os espante" (Sf 3:12, 13).

Em contraste direto com os que aceitaram a marca da besta, o verdadeiro Israel receberá na fronte o selo da aprovação divina (Ap 14:1). Eles têm coragem de confessar a Cristo como o Senhor do que eles pensam e fazem. A vitória deles sobre o anticristo só ocorre porque estão unidos a Cristo em Sua morte e ressurreição. Como vencedores do anticristo, serão recompensados com honras eternas ao redor do trono de Deus e entoarão o Cântico de Moisés e do Cordeiro (v. 3; 15:2, 3).

B. O *Tempo do Fim em Daniel*

A expressão apocalíptica "tempo do fim", no livro de Daniel, requer cuidadosa atenção. Essa locução se encontra apenas nas visões de Daniel referentes ao "futuro distante" (cinco vezes em Dn 8-12). Não é completamente idêntica à expressão familiar "os últimos dias" ou "dias vindouros", usada 14 vezes pelos profetas do AT. Enquanto os profetas clássicos combinam os juízos de Deus em sua própria época *diretamente* com o juízo final, Daniel conduz seus leitores de sua própria época através das eras da história redentiva. Sua estrutura temporal se estende para além da violenta morte do Messias (Dn 9:26) até o surgimento do antimessias ou anticristo (Dn 7:8, 24, 25). Ele também prediz o juízo de Deus sobre aquele poder maligno. A predição sagrada de Daniel abrange a história do povo de Deus desde o AT até o fim dos tempos.

Uma característica singular da profecia de Daniel é a clara determinação do período de tempo designado ao governo do anticristo (7:25; 8:14, 17; 12:7). Daniel emprega a expressão "o tempo do fim" para designar não o fim do tempo, mas um período específico de tempo que precede o juízo final e a ressurreição dos mortos (Dn 11:40; 12:1, 2). Esse "tempo do fim" apocalíptico começará num tempo fixo, conforme seu tempo determinado (Dn 11:35; cf, 8:19). Esse tempo parece coincidir com o encerramento dos 1,260 anos de união papal igreja-estado, em 1798 (Dn 7:25), e com

a restauração subsequente (em 1844) da verdade do ministério sumo sacerdotal de Cristo no santuário, que fora calcada a pés (Dn 8:14, 17; ver Santuário III.C.2.a,b).

As visões simbólicas de Daniel não foram plenamente compreendidas pelo próprio profeta (Dn 8:27; 12:8). Na verdade, não se podiam compreendê-las enquanto não chegasse o "tempo do fim", porque o anjo intérprete anunciou: "Tu, porém, Daniel, encerra as palavras e sela o livro, até ao tempo do fim; muitos o esquadrinharão, e o saber se multiplicará" (Dn 12:4). Se as visões proféticas de Daniel apontam para o período que precede imediatamente o segundo advento de Cristo, então o desselamento divino das profecias de Daniel deve produzir resultados práticos no tempo do fim. O aumento do conhecimento sobre o livro de Daniel trouxe como resultado um reavivamento interdenominacional nos estudos apocalípticos e uma renovada esperança na proximidade do segundo advento de Cristo. Isso levou LeRoy E. Froom (PFOF4, 1209) à seguinte conclusão: "Ele [Dn 12:4] obviamente é uma predição do grande reavivamento na exposição profética ocorrido sob o despertamento simultâneo no século dezenove, tanto no Velho Mundo quanto no Novo." Tiago White advertiu corretamente de que a prometida "multiplicação do saber" em Daniel 12:4 e 10 "não se refere ao progresso em descobertas científicas, mas ao tema do fim do mundo" (ST, 22/7/1880). Ele explicou que "os verdadeiramente sábios, os filhos de Deus, entendem o assunto sobre o qual o saber se multiplica no tempo do fim, enquanto os ímpios, apesar de cientistas, não entendem. Os fatos são decididamente contrários à posição de que a declaração profética sobre a multiplicação do saber no tempo do fim diz respeito às descobertas dos cientistas" (ibid.).

A promessa de Daniel 12:4 chama a atenção para o providencial surgimento de um despertamento mundial relacionado com a profecia apocalíptica da Santa Escritura. Somente em meados do século dezenove, a importância de Daniel e Apocalipse se torna plenamente evidente para a consciência cristã. Somente nessa época a investigação se dedica ao significado de Daniel 8 e da mensagem de reforma de Apocalipse 14.

V. As Mensagens dos Três Anjos: a Mensagem Divina do Tempo do Fim

As mensagens dos três anjos de Apocalipse 14:6-12 expressam o último apelo do Céu a todas as pessoas da Terra para renunciarem a toda forma de idolatria e falsidade, para adorarem o Criador e aceitarem Seu evangelho eterno. Em face da última ameaça do anticristo, Deus requer dupla fidelidade: fidelidade ao testemunho de Jesus e obediência aos mandamentos de Deus (Ap 14:12).

Esses anjos simbolizam um movimento religioso cristão. Sua localização no tempo é bastante óbvia: O primeiro anjo anuncia a chegada do juízo final (v. 6, 7), uma mensagem que se relaciona com Daniel 7:9-14; 8:14. Esse juízo se iniciou em 1844 (ver Juízo III.B.l). O terceiro anjo é imediatamente seguido pela volta do Senhor (Ap 14:14-16). Por essa razão, todas as mensagens são proclamadas entre 1844 e a segunda vinda de Jesus. Elas constituem o último apelo de Deus à humanidade.

Essas três mensagens se fundem por fim numa tríplice mensagem. A primeira, iniciada em um ponto específico no tempo, proclama o evangelho eterno, que será pregado até o fim do tempo (Mt 28:18-20). Algum tempo depois, o segundo anjo (Ap 14:8) proclama uma mensagem específica sobre Babilônia, uma mensagem que continuará evidentemente até o fim, uma vez que

Babilônia é descrita como se tornando cada vez pior, e a mesma mensagem é repetida até as sete últimas pragas (Ap 17:1-6; 18:2, 4, 8). Na verdade, a segunda mensagem se funde com a primeira. Num tempo ainda mais adiante, a "estes" anjos segue-se o terceiro anjo, advertindo contra a marca da besta e a destruição final daqueles que a adoram e recebem sua marca (Ap 14:9), Visto que a ira de Deus (v, 10) aparece também nas sete últimas pragas (Ap 16:1-17), fica evidente que essa mensagem prossegue até o fim do tempo. Uma vez que ela incorpora as outras duas, é igualmente óbvio que, até certo ponto, as três mensagens se unam para formar uma só proclamação: o evangelho eterno com evidente ênfase escatológica.

Gonstítui papel do povo de Deus do tempo do fim pregar essa tríplice mensagem escatológica (Ap 14:12). Eles são descritos no mesmo capítulo como o povo que ► guarda "os mandamentos de Deus e a fé de Jesus" (v. 12) e, em Apocalipse 12:17, como o remanescente que guarda "os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus".

872

A. O *Dramático Contexto Escatológico de Apocalipse 10*

O significado das três mensagens angélicas em Apocalipse 14 pode ser mais bem compreendido se esse segmento da profecia for relacionado com a visão do "anjo forte" de Apocalipse 10. O anjo que aparece antes do som das sete trombetas (v. 7) está "envolto em nuvem, com o arco-íris por cima de sua cabeça; o rosto era como o sol, e as pernas, como colunas de fogo" (v. 1). Esse quadro evoca a visão do Filho do homem em Apocalipse 1:12-16 e a descrição de um ser majestoso em Daniel 10:5 e 6 e 12:5-7. Apocalipse 10 introduz a mensagem escatológica e autorizada de Cristo como o desselamento das profecias de Daniel para o tempo do fim (Dn 8-12). O assunto de Apocalipse 10 é a criação de uma nova comissão profética, semelhante à recebida por Ezequiel quando se tornou profeta (Ez 3:1-3). Baseia-se no "livrinho" aberto na mão do anjo (Ap 10:2). Ele se ergue com o pé direito sobre o mar e o esquerdo, sobre a terra, trazendo uma mensagem universal para o tempo do fim, Com a mão direita erguida, ele jura solenemente pelo Criador que "já não haverá demora *[chronos*, tempo]" (v. 6), e que, assim que tocar a sétima trombeta, cumprir-se-á na profecia o "mistério de Deus" (v. 7).

O anjo da sétima trombeta anuncia o jubiloso cumprimento do propósito do Criador para toda a história da salvação: "O reino do mundo se tornou de nosso Senhor e do Seu Cristo, e Ele reinará pelos séculos dos séculos" (Ap 11:15). Contudo, um significado mais específico ainda está implícito no juramento celestial de que o "tempo" já não demoraria, caso se queira considerar a sua relação original com as profecias de Daniel. Daniel predisse que o anticristo teria permissão para governar por três tempos e meio (Dn 7:25; 12:7). Quando o anjo forte de Apocalipse 10 anunciar que todos os períodos de tempo proféticos (inclusive os de Dn 8:14; 12:11, 12) expiraram, não haverá mais atraso na realização do propósito de Deus (MS 59, 1900, em SDABC7, 971; Shea, 1992, 302-316).

A ordem dada pelo anjo forte é significativa; pois convida claramente o povo de Deus do tempo do fim (antes que soe a sétima trombeta, Ap 10:7), a tomar "o livro que se acha aberto na mão do anjo em pé sobre o mar e sobre a terra" e comê-lo (v. 8, 9). Essa imagem era usada pelos profetas do AT quando recebiam o chamado para assimilar uma mensagem profética vinda de Deus (Jr 15:16; Ez 3:1-3). A igreja do tempo do fim — o remanescente - deve fazer da mensagem apocalíptica contida no livro sua própria missão e mandado.

Daniel afirma explicitamente que as profecias referentes ao tempo do fim haviam sido seladas (Dn 12:4). Mas que a mensagem seria

finalmente desselada ou "aberta" por Deus, conforme Apocalipse 10:8 e 22:10. A sagrada promessa do anjo celeste de Apocalipse 10 reflete o mesmo juramento no tocante aos tempos proféticos em Daniel 12:7 e garante a feliz boa-nova de que os períodos de tempo proféticos terminaram e que está próximo o tempo de os mortos serem julgados e os santos, recompensados (Ap 11:18). Como conclui William H, Shea (1992, 299): "Em um caso (Dn 12:4), temos um livro que é selado até 'o tempo do fim'. Em outro caso (Ap 10:2, 5-7), temos o livro que é aberto no fim do tempo."

O fato de o anjo ser bastante enfático e detalhista quando jura pelo Criador do céu, da terra e do mar (Ap 10:6) é digno de nota. Sua fala estabelece um vínculo específico com a mensagem do primeiro anjo em Apocalipse 14:6 e 7, que também faz um convite para adorar a Deus como o Criador. Tanto o tema como o fraseado têm sua origem no quarto mandamento do decálogo (Êx 20:8-11). Mas a doce esperança das palavras de Deus (SI 119:103) será sentida pelos servos de Deus como de inesperado amargor (Ap 10:9, 10). Quando o povo de Deus anuncia o iminente advento de Cristo, passam por um amargo desapontamento, ao verem suas expectativas frustradas. Como diz o provér-
873 ► bio: "A esperança que se adia faz adoecer o coração" (Pv 13:12).

A reaparição do anticristo, acompanhado pelo teste final da fé e o derramamento da ira de Deus ainda tinha de se realizar (Ap 15-18). Contudo, a experiência amarga do desapontamento não foi em vão. Serviu a um propósito na providência divina: preparar um povo para encontrar seu Deus (Am 4:12); preparar o último movimento de Elias, que levaria o mundo inteiro a se decidir finalmente entre Cristo e o anticristo (Ml 4:5, 6; Ap 14:6-12). Essa comissão está embutida na ordem celeste: "E necessário que ainda profetizes a respeito de muitos povos, nações, línguas e reis" (Ap 10:11). Esse mandado do poderoso anjo (v. 11) fica ainda mais claro na tríplice mensagem angélica de Apocalipse 14. Os anjos de Apoclipse 10 e 14 estão intimamente relacionados, pois ambos representam a dramática origem do povo remanescente de Deus dos últimos dias, os quais possuem uma missão universal e credenciais divinas para proclamar uma mensagem de juízo, com base no livro de Daniel e em seus tempos proféticos.

B. A Mensagem do Primeiro Anjo
(Ap 14:6$_y$ 7)

"Vi outro anjo voando pelo meio do céu, tendo um evangelho eterno para pregar aos que se assentam sobre a Terra, e a cada nação, e tribo, e língua, e povo, dizendo, em grande voz: Temei a Deus e daí-Lhe glória, pois é chegada a hora do Seu juízo; e adorai Aquele que fez o céu, e a Terra, e o mar, e as fontes das águas" (Ap 14:6, 7).

O ponto focal do livro do Apocalipse é formal e substancialmente o capítulo 14. E o capítulo específico que trata do juízo de Deus (v, 7, 14-20). Ele segue a descrição do anticristo (a besta marítima) e de seu aliado (a besta terrestre) que consumam sua apostasia e a perseguição dos santos (Ap 13). Esses capítulos (Ap 13; 14) constituem o detalhado desenvolvimento de Daniel 7.

O paralelismo dos movimentos alternados da luz do farol profético entre céu e terra tanto em Daniel 7 como em Apocalipse 13 e 14 é especialmente importante. Daniel 7:2-8 fornece um esboço histórico dos impérios seculares, seguidos pelo poder do "chifre pequeno". Esse esboço representa uma cena terrestre, historicamente sucedida por uma cena de juízo no céu (Dn 7:9, 10). Daniel 7:11 e 12 retrocede, porém, à Terra para acompanhar a atividade e o destino do chifre pequeno. Os versos 1.3 e 14 focalizam a cena celeste da vinda de Cristo em juízo. Essa sequência de eventos em Daniel 7 é seguida e ampliada em Apocalipse 13 e 14, na Terra (Ap 13; cf. Dn 7:2-8), no céu

(Ap 14:1-5; cf. Dn 7:9, 10), na Terra (Ap 14:6-13; cf. Dn 7:11, 12), no céu (Ap 14:14-20; cf. Dn 7:13, 14). Neste sentido, é significativo o fato de a expressão de Daniel "um como o Filho do Homem" (Dn 7) se repetir em Apocalipse 14:14. Isso apoia a conclusão de Jacques B. Doukhan (133): “o texto de Daniel 7 parece, portanto, estar mais do que qualquer outro texto na mente do autor de Apocalipse 14." Ao comparar a progressão dos eventos proféticos em Daniel 7 e em Apocalipse 13 e 14, Doukhan observa: “o juízo celestial predito em Daniel 7 e o clamor dos três mensageiros de Apocalipse 14 coincidem" (60).

A implicação teológica dessa situação paralela do tribunal celestial em Daniel 7 (“assentou-se o tribunal, e se abriram os livros" [v. 10] e a mensagem do primeiro anjo: “Temei a Deus e dai-Lhe glória, pois é chegada a hora do Seu juízo" (Ap 14:7), é clara. O anúncio do anjo tem que ver díretamente com o início da audiência celestial de Daniel 7:9 e 10. Ele anuncia a toda a família da terra que o juízo final no Céu começou,

Essa sessão do tribunal celeste só começa depois do surgimento e do governo do anticristo (“o chifre pequeno” de Daniel 7) sobre as nações durante três tempos e meio, ou 1.260 dias (Dn 7:25; Ap 12:6, 14). Isso dá a entender que a hora do juízo investigativo de Deus no Céu começaria em algum tempo depois do término dos 1.260 anos de intolerância e perseguição religiosa, em 1798.

O apelo do primeiro anjo para temer a Deus e adorá-Lo como Criador do céu e da Terra na hora do juízo celestial associa o juízo com a criação: "E adorai Aquele que fez o céu, e a Terra, e o mar, e as fontes das águas” (Ap 14:7).

O Criador, no papel de juiz e salvador de Seu próprio povo da aliança, aparece repetidas vezes nos escritos de Moisés, dos profetas e em diversos salmos. Os rituais anuais realizados em Israel no Dia da Expiação (Lv 16) ressaltavam a obra de juízo de Yahvveh como Aquele que separa os adoradores verdadeiramente contritos dos adoradores impenitentes naquele “sábado de descanso solene" (Lv 23:27-32). Os rituais de purificação do Dia da Expiação chamavam assim a atenção para o juízo divino sobre Israel como Seu professo povo da aliança: o grande dia do Senhor.

No livro de Daniel a visão para o “tempo do fim" (Dn 8:17) ou para “o tempo determinado do fim" (v. 19) culmina na predição: “Até duas mil e trezentas tardes e manhãs, e o santuário será restaurado a seu estado de justiça [literalmente, será justificado’ ou Vindicado’]" (Dn 8:14). A LXX traduz: "será purificado.”

Com base no paralelismo entre Daniel 7 e 8, o evento de “vindicação" escatológica do santuário de Deus de Daniel 8:14 equivale à sessão da corte celeste de Daniel 7:9 e 10. O tempo determinado para esse juízo começar é o fim dos 2.300 dias proféticos ou anos literais, segundo o princípio dia-ano. Esse período se inicia em 457 a.C., segundo a própria explicação adicional do anjo da visão de Daniel 8 (Dn 9:24-27). O período de 2.300 anos literais se encerra em 1844 d.C. (ver Santuário III.C.2.a.[2]). Esse ano marca o início da sessão de juízo divino no santuário celestial (Dn 7:9, 10; 8:14, 17, 19). O primeiro anjo anuncia o fato de que chegou o juízo de Deus. Em sí mesmo, esse conhecimento não tem nenhum valor de santificação, a menos que esteja integrado na urgência da mensagem do primeiro anjo: “Temei a Deus e dai-Lhe glória [...] e adorai[-OJ” (Ap 14:7).

Esses apelos celestiais são expressos em termos típicos do AT, que devem ser compreendidos, portanto, em seu contexto na aliança divina da graça com o antigo Israel. Moisés empregou muitas vezes o verbo “temer a Deus” no sentido de obedecer aos Seus mandamentos com um coração cheio de amor a Deus e à Sua obra de livramento (Dt 5:29; 6:2; 8:6; 13:4). A expressão "temei a Deus" designa

uma solene reverência a Deus, expressa em obediência amorosa (ver Dt 10:12, 13; Ec 12:13). Com base na misericordiosa libertação do Êxodo, o apelo de Moisés a Israel foi: "Ao Senhor, teu Deus, temerás; a Ele servirás, a Ele te chegarás e, pelo Seu nome, jurarás." "Amarás, pois, o Senhor, teu Deus, e todos os dias guardarás os Seus preceitos, os Seus estatutos, os Seus juízos e os Seus mandamentos" (Dt 10:20; 11:1).

Dessa perspectiva do chamado do primeiro anjo de Apocalipse 14 para temer a Deus e dar-Lhe glória, há também o apelo para a igreja cristã reagir favoravelmente ao sacrifício expiatório de Cristo com obediência amorosa aos mandamentos de Deus. O fato de o anjo enfatizar a adoração a Deus como Criador do céu e da Terra (v. 7) aponta inequivocamente para o negligenciado quarto mandamento da lei de Deus, o preceito do sábado do sétimo dia (Êx 20:8-11). O propósito de o anjo pedir a restauração da verdadeira adoração é preparar os habitantes da Terra para a segunda vinda de Cristo (ver Sábado III.E).

C. A *Mensagem do Segundo Anjo* (Ap 14:8)

"Seguiu-se outro anjo, o segundo, dizendo: Caiu, caiu a grande Babilônia que tem dado a beber a todas as nações do vinho da fúria da sua prostituição" (Ap 14:8). Para entender o significado de "Babilônia" e sua queda, é necessário discernir a relação tipológica da Babilônia do tempo do fim com a Babilônia antiga na história de Israel. As expressões usadas pelo segundo anjo são uma mistura de oráculos de condenação contra a Babilônia antiga, de autoria de Isaías e Jeremias: "Caiu, caiu Babilônia; e todas as imagens de escultura dos seus deuses jazem despedaçadas por terra" (Is 21:9). "Fugi do meio da Babilônia, e cada um salve a sua vida; não pereçais na sua maldade; porque é tempo da vingança do Senhor: Ele lhe dará a sua paga. A Babilônia era um copo de ouro na mão do Senhor, o qual embriagava a toda a terra; do seu vinho beberam as nações; por isso, enlouqueceram" (Jr 51:6, 7).

As correspondências literárias e temáticas entre Apocalipse 14:8 (e 18:2-5) e as profecias do AT estabelecem a estrutura subjacente de uma tipologia cristã (LaRondelle, 1983, 35-59). A característica *teológica* de Babilônia antiga é óbvia no AT: constituía o arqui-inimigo, tanto de Israel como do seu Deus da aliança. Ela oprimiu o povo de Deus, levou-o em cativeiro a Babilônia, blasfemou do Deus de Israel, e esmagou o templo de Deus sob os pés de Nabucodonosor até B eis azar. Babilônia manteve guerra, portanto, em duas frentes: contra Yahweh, o Deus de Israel, e contra o Israel de Deus. O veredito divino de retribuição veio em resultado do mal que Babilônia praticou contra Sião (Jr 51:24) e contra o templo de Deus (v. 11). Babilônia era, pois, a antítese de Sião, o Israel de Deus. Considerando a relação teológica entre o Israel do passado e o povo de Deus do tempo do fim, o povo remanescente de Deus representa a consumação da história salvífica de Israel. Continua, portanto, a existir a mesma inimizade entre a Babilônia espiritual e o remanescente da nova aliança.

O cumprimento da nova aliança no conflito final entre Israel (ou Sião) e Babilônia durante a era da igreja não possui restrições étnicas ou geográficas. No Apocalipse, Israel e Babilônia devem ser definidas teologicamente e cristologícamente, ou seja, em sua relação para com o Messias Jesus, Os termos nacionais do AT se aplicam no Apocalipse em escala universal à igreja mundial de Cristo. Assim como a antiga Babilônia invadiu a terra de Israel, destruiu-lhe o templo e levou seu povo cativo, assim a Babilônia do tempo do fim ataca e escraviza a igreja universal de Cristo, blasfema do templo da nova aliança no Céu e substitui a divina intercessão de Cristo por um falso sistema de

mediação e adoração (Ap 13, 17). Babilônia é o arqui-inimigo dos fiéis seguidores de Cristo (Ap 17:6).

A descrição simbólica de Babilônia, em Apocalipse 17, como a grande "meretriz", *ê* uma linguagem pactuai tomada de empréstimo dos profetas do AT. Os profetas de Israel haviam, repetidas vezes, retratado o povo da aliança, ora em apostasia, como a "esposa" de Yahweh, que se tornara a maior "prostituta" da Terra na época deles (Is 1:21; Jr 3:1-3, S, 9; Ez 16:15-34; Os 2:2, 4). Israel não escaparia, portanto, a seu juízo: a ira pactuai de Deus. A história da rainha Jezabel no AT e a crueldade com que governou sobre o reino setentrional de Israel constitui, de maneira específica, o modelo escolhido ou o tipo de apostasia que se desenvolvería dentro da igreja cristã no livro do Apocalipse. Essa é a mesma apostasia predita por Paulo em 2 Tessalonicenses. A igreja de Tiatíra é acusada especificamente de tolerar "essa mulher, Jezabel" bem como seus ensinos errôneos e falsa adoração (Ap 2:20-23). Apocalipse 17 descreve a nova Babilônia como uma rainha meretriz e assassina (v. 3-6), numa exata antítese da mulher pura de Deus, cujos filhos são perseguidos e assassinados (Ap 12). No Apocalipse, Cristo correlaciona Babilônia com uma igreja infiel, corrupta, e não com o Império Romano.

Embora a mulher de Apocalipse 12 seja resgatada, a mulher de Apocalipse 17 é destruída por seus antigos amantes (v. 16). O drama profético, em Apocalipse 12 e 17, sugere ao povo de Deus da nova aliança uma repetição básica da história de Jezabel (ver LaRondelle 1992, 157-163). Visto que a meretriz estava "montada numa besta escarlate" (Ap 17:3) na guerra que faz contra os seguidores de Cristo (v. 6), Babilônia parece incluir, em seu mais amplo sentido, igreja e estado, numa escala mundial. Diz-se que os reis da Terra se "prostituíram" com Babilônia, ^►a grande meretriz (v. 1, 2). A Babilônia apocalíptica, símbolo do cristianismo apóstata, tem sua origem numa aliança dos poderes eclesiástico e cível-político, "a fim de consolidar o controle religioso sobre as políticas públicas" (SDABG7, 851). O resultado será a morte de muitos santos (Ap 17:6).

Na última mensagem divina de advertência ao mundo, o primeiro anjo pede a restauração da adoração pura e apostólica (Ap 14:6, 7). Esse apelo cria um novo Israel espiritual de Deus no tempo do fim. Os que rejeitam e se opõem ao reavivamento do evangelho eterno, promulgando um evangelho e um culto religioso falsos, são denominados de Babilônia caída, pelo segundo anjo (v. 8). Essa sentença divina sobre Babilônia vem após a proclamação angélica que cria o verdadeiro Israel do tempo do fim.

Quando o anjo declara: "Caiu, caiu a grande Babilônia" (v. 8), pronuncia uma sentença divina, relacionada acima de tudo com a queda moral de Babilônia. Pode-se comparar esse veredito à escrita do anjo na parede do palácio da antiga Babilônia, a qual somente Daniel foi capaz de decifrar. Explicou ele a Belsazar: "Pesado foste na balança e achado em falta. [...] Dividido foi o teu reino e dado aos medos e aos persas" (Dn 5:27, 28). A queda da Babilônia histórica ocorreu pouco depois do anúncio de sua derrocada moral (Dn 5:30, 31). O Apocalipse também faz distinção entre o *veredito* escatológico da queda de Babilônia (Ap 4:8; 18:2-8) e a *destruição* real de Babilônia, sob a sétima praga, quando se fechar a porta da graça (Ap 16:17-21; 1S:20; 19:2). O segundo anjo chama o povo de Deus a se retirar da Babilônia caída, para não incorrer na culpa e no juízo que sobre ela impende (Ap 18:1-5).

D. A *Mensagem cio Terceiro Anjo*

(Ap 14:9-11)

Diz-se que o terceiro anjo "segue" os dois primeiros. Não obstante, a mensagem dele forma uma unidade inquebrável com as

mensagens do primeiro e do segundo anjos. Embora tenhamos aqui uma ordem sequencial irreversível, todos os três continuam a voar como uma tríplice mensagem unificada (ver V. A).

"Seguiu-se a estes outro anjo, o terceiro, dizendo, em grande voz: Se alguém adora a besta e a sua imagem e recebe a sua marca na fronte ou sobre a mão, também esse beberá do vinho da cólera de Deus, preparado, sem mistura, do cálice da sua ira, e será atormentado com fogo e enxofre, diante dos santos anjos e na presença do Cordeiro. A fumaça do seu tormento sobe pelos séculos dos séculos, e não têm descanso algum, nem de dia nem de noite, os adoradores da besta e da sua imagem e quem quer que receba a marca do seu nome" (Ap 14:9-11).

A solene advertência do terceiro anjo em Apocalipse 14 constitui um mandado específico para a igreja do tempo do fim. Ela autoriza a igreja a enfrentar as reivindicações totalitárias do anticristo (a "besta" de Ap 13) e adverte contra a imposição da "marca da besta" em todos os habitantes da Terra. A mensagem de advertência alerta os verdadeiros crentes contra as inescapáveis consequências de beber do "vinho" de Babilônia, Quem quer que assim aja, "beberá do vinho da cólera de Deus, preparado, sem mistura, do cálice da Sua ira" (Ap 14:10). A advertência sobre a ira de Deus "sem mistura" (v. 10) sugere que o juízo divino não vem mais atenuado pela misericórdia, como no passado (Hc 3:2; Dn 9:11, 12, 16-18). O terceiro anjo anuncia o juízo, os sete últimos flagelos, como a consumação da cólera de Deus contra Babilônia (Ap 15:1, 16).

O terceiro anjo anuncia a mais terrível ameaça já dirigida a mortais. Sendo uma mensagem indissolúvel mente unida, o claro propósito da tríplice advertência de Apocalipse 14:6-12 é preparar os habitantes da Terra para o segundo advento de Cristo (ver v. 14-20). Apocalipse 14:12 expressa o tema central da mensagem: "Aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus." Esse texto descreve o resultado da tríplice mensagem de advertência (v. 6-11). Apesar da feroz oposição movida pelos poderes anti- -«y cristãos da besta e de sua imagem, apesar da ameaça delas contra os que se recusam a aceitar a marca da besta, os santos de Deus perseveram ou persistem em adorá-Lo no "temor do Senhor". O apelo divino para temer a Deus e dar-Lhe glória (v. 7) será eficaz no sentido de que, dentre todos do mundo, um fiel remanescente de verdadeiros adoradores persevera (v. 12). O "temor de Deus" evoca a guarda dos santos mandamentos de Deus (Dt 5:29; 8:6; 10:12, 13; Ec 12:13), que apresentam uma revelação da vontade e do caráter de Deus.

O apelo do anjo para que se adore a Deus como o Criador do céu e da Terra (Ap 14:7) aponta diretamente para o sábado como o memorial da obra da criação de Deus (Gn 2:1-3). O povo remanescente de Deus se caracteriza não somente por obedecer â lei pactuai divina, mas também pela "fé em Jesus" (Ap 14:12). Essa fé exclui a atitude de Iegalismo ou justificação pelas obras. No NT, "fé em Jesus" significa a fé que tem Jesus e Seus ensinos como o seu objeto: exercer fé em Jesus como o Filho de Deus e Messias (Jo 6:29; Tg 2:1). Nesse sentido, Cristo louvou a igreja de Pérgamo por manter a fé no Seu nome e em Seus ensinos, mesmo com o risco de martírio: "Conservas Meu nome e não negaste a Minha fé" (Ap 2:13).

Em Apocalipse 14:13, uma voz do Céu abençoa "os mortos que, desde agora, morrem *no* Senhor", ou seja, durante o conflito final contra o governo da besta. É-lhes dada a certeza de que "suas obras os acompanham". Isso significa que a fidelidade demonstrada para com os mandamentos de Deus e a fé viva que mantêm em Jesus nas perseguições do tempo do fim acompanham os

santos no juízo e lhes trazem a recompensa da aprovação divina. O destino eterno está em jogo no conflito final entre Cristo e o anticristo, a grande última prova de fé em Jesus.

Os fiéis de Apocalipse 14:12 são o mesmo grupo de crentes que “o remanescente” da semente da mulher de Apocalipse 12:17 (ARC). Ambas as passagens da Escritura realçam o ponto de que os fiéis de Jesus do tempo do fim guardam os mandamentos de Deus mediante viva fé que depositam em Cristo e em Seu testemunho para eles (Ap 9:10). Eles sustentam ou mantêm a mensagem do evangelho apostólico, que une a salvadora graça divina com sua santa lei como o padrão de caráter no juízo (Rm 2:12-16). Por esse sagrado testemunho de Jesus ou o "espírito de profecia” os apóstolos e seus seguidores sofreram perseguição (Ap 1:9; 6:9; 19:10). A igreja de Cristo do tempo do fim será leal tanto aos mandamentos de Deus como ao testemunho de Jesus (Ap 12:17).

O terceiro anjo adverte contra as terríveis consequências de adorar a besta e a sua imagem, e de receber sua marca na fronte ou sobre a mão direita (Ap 14:9, 10). Esse conflito evoca Apocalipse 13:15-17, onde se retrata a imposição mundial da marca da besta sobre todos os povos. A última crise é de importância universal inequívoca porque tem que ver, em última análise, com a questão da adoração verdadeira ou idólatra (v. 15; 14:9, 11; 16:2; 19:20). Épor isso que a marca é aplicada no contexto do culto religioso. Uma segunda besta, semelhante a um cordeiro com dois chifres, também conhecida como "falso profeta”, é capaz de forçar todos a adorarem a besta que sobe do mar através do engano de sinais miraculosos (Ap 13:13, 14; 19:20).

Finalmente, a promulgação do decreto de morte sobre todos os que se recusam a adorar a imagem da besta impõe obediência ao culto da besta que subiu do mar (Ap 13:15). Implementa-se um boicote econômico sobre aqueles que não receberem a marca da besta (v. 16, 17). Aceitar a marca equivale, portanto, a uma confissão pública de fé na lealdade à autoridade das forças contrárias a Deus, seja por consentimento ("na fronte”), seja por mero ato de complacência (“sobre a mão direita”). A advertência do terceiro anjo anuncia, em contrapartida, que os possuidores da marca da besta incorrerão na ira de Deus não misturada, a ser derramada nas sete últimas pragas. O sinal da aprovação e proteção divina se chama “o selo do Deus vivo”, aplicado pelos anjos na fronte de todos quantos rejeitam a marca da besta (Ap 7:2, 3).

878

Assim como a marca da besta reflete o “nome” ou caráter do anticristo (Ap 13:17), assim o selamento dos servos de Deus, em Apocalipse 7, reflete a confirmação de seu caráter moral semelhante ao de Deus. E possível deduzir isso do fato de que o selo de Deus também é chamado o *nome* do Cordeiro e o *nome* do Seu Pai (Ap 14:1; cf. 22:4). A marca ou selo indica uma relação de pertença a Cristo, o Cordeiro; ou à besta, o anticristo. João descreve intencional mente essa antítese. Deus fez da rejeição da marca da besta uma qualificação essencial dos vencedores (Ap 15:2; 20:4). A marca se opõe frontalmente ao selo posto nos seguidores do Cordeiro. Representa a mentalidade do anticristo, a atitude de exaltação própria e rebelião. Pelo fato de o selo escatológico de Deus representar o reconhecimento divino da obediência pela fé aos mandamentos de Deus (Ap 12:17; 14:12), a marca da besta representa o sinal cúltico da desobediência a um ou mais dos mandamentos de Deus (ver VI.H.3)

E. A Promessa, de um Pentecostes Universal (Ap 18:1-8)

"Depois destas coisas, vi descer do céu outro anjo, que tinha grande autoridade, e a Terra se iluminou com a sua glória” (Ap 18:1). Apocalipse 18 está intimamente relacionado com Apocalipse 17. Ambos os capítulos tratam da mesma Babilônia escatológica e sua destruição pelo fogo (17:16, 17; 18:8). Apocalipse 17

retrata Babilônia como uma mulher adúltera, a "grande meretriz" (v. 1), enquanto Apocalipse 18 descreve Babilônia mais como um império comercial, como a "poderosa cidade" (v. 10,16, 19). Apocalipse 17:18 deixa explícito, porém, que a meretriz e a cidade são a mesma coisa. Apocalipse 18 também feia de Babilônia como. rainha das prostitutas (v. 3, 7); a roupa e os adornos são os mesmos (Ap 17:4; 18:16), e, em ambos os capítulos, Babilônia segura um cálice (17:4; 18:6). O que é mais importante: as ações de Babilônia nos capítulos 17 e 18 são idênticas; uma relação imoral com os reis da Terra (17:2; 18:3), que embriaga todos os habitantes da Terra. E, mais grave ainda: a perseguição até a morte do fiel remanescente de Deus, que se opõe a Babilônia (17:6; 18:24).

Ambos os capítulos tratam da reação oportuna de Deus à investida final de Satanás pelo domínio mundial. O anjo que desce "do Céu" (Ap 18:1) é posto em deliberado contraste com a besta que emerge "do abismo e caminha para a destruição" (Ap 17:8). L. F. Were (151) estabelece distinção entre os dois poderes de Apocalipse 17 e 18: "Um exibe poder maligno, principalmente na perseguição religiosa, que aumenta em força até que o mundo inteiro seja pego na armadilha. O outro representa o poder especial que o Céu derramará sobre a igreja remanescente para enfrentar o poder crescente do mal."

O poderoso anjo de Apocalipse 18 enfrenta a crise final com um "alto clamor" e acrescenta poder para reforçar a mensagem do segundo anjo. A queda de Babilônia agora é mundial e a rebelião dela contra o evangelho eterno é completa. "Então, exclamou com potente voz, dizendo: 'Caiu! Caiu a grande Babilônia e se tornou morada de demônios, covil de toda espécie de espírito imundo e esconderijo de todo gênero de ave imunda e detestável'" (Ap 18:1).

Este "alto clamor" constitui o último chamado para o povo de Deus se separar da comunhão com Babilônia e é a última advertência contra a renovada união igreja-estado, conforme descrita em Apocalipse 17. É o apelo decisivo do Céu para que escapem ao derramamento iminente das sete últimas pragas. No conflito final entre os seguidores do Cordeiro e os seguidores da besta, Cristo será exaltado com renovado poder e glória do Pentecostes (Ap 18:1). Todo ser humano há de tomar posição em um dos lados. Ninguém pode permanecer neutro aos apelos de Cristo.

No fim das contas, a situação ficará semelhante à de Jerusalém na antiguidade. Assim como Jesus advertiu os discípulos de que, quando chegasse o tempo decretado para a destruição de Jerusalém devido à rejeição definitiva dEle como o Rei-Messias, eles deveríam fugir da cidade condenada antes que sobreviesse o juízo (Mt 24:15-20; Mc 13:14-18; Lc 21:20-24), assim será no fim do tempo. O apelo apocalíptico de Cristo a Seu povo remanescente para o êxodo final da nova Babilônia, vem como parte integrante da mensagem evangélica revitalizada: "Retirai-vos dela, povo Meu, para não serdes cúmplices em seus pecados e para não participardes dos seus flagelos; porque os seus pecados se acumularam até ao céu, e Deus se lembrou dos atos iníquos que ela praticou" (Ap 18:4, 5). Babilônia funciona aqui precisamente como a Jerusalém corrupta e rebelde dos dias de Jesus: os pecados dela "encheram" finalmente a medida da culpa dos seus antepassados, desde o sangue do justo Abel em diante (Mt 23:32, 35). Assim como Jerusalém só recebeu seu castigo depois de rejeitar o apelo do Cristo ressurreto no Pentecostes, assim a Babilônia do tempo do fim receberá seu juízo *após* o último apelo de Cristo no Pentecostes escatológico. O apelo final para sair da crístandade degenerada constitui o mais dramático antítipo de todas as outras ordens anteriores para sair de algum lugar (Gn 19:14-17; Jr 51:6, 45; Mt 24:15, 16).

< 679

VI. Contexto Histórico

Por toda a história cristã, surgiram diferentes grupos, em certo sentido grupos remanescentes, com a preocupação de fazer os cristãos de sua época retornarem a uma fé mais bíblica. Embora alguns insistissem que a fé por eles mantida não era inteiramente nova, adotavam a Bíblia como principal fonte de autoridade e ansiavam chamar os crentes de volta a ela. Embora os adventistas do sétimo dia difiram desses grupos em diversos aspectos no tocante à doutrina e prática, possuem em comum com eles a imagem do remanescente no sentido de levar seus contemporâneos a uma fé mais próxima das Escrituras.

A. *Os Valdenses e os Pré-Reformadores*

O movimento valdense, comumente identificado com Pedro Valdo, no século 12, enfatizava oficialmente a necessidade de um retorno à vida apostólica de simplicidade e testemunho do evangelho. Existe ampla evidência acadêmica de que esse movimento pode ter surgido numa data anterior ao próprio Valdo.

Mostrando a mesma preocupação, outros pavimentaram o caminho para os ensinos da Reforma ainda nos séculos 14 e 15. Entre eles se achavam John Wycliffe (c. 1329-1384), John Huss (1369-1415) e Jerônimo (c. 1370-1416). Embora trabalhando de forma independente, os três estavam unidos em aberto desacordo com os rituais e o ensino doutrinário da igreja oficial.

Assumindo a liderança no desenvolvimento da pré-reforma, John Wycliffe defendeu, em seus sermões e escritos, a autoridade suprema da Bíblia tanto para clérigos como para leigos. As muitas questões a respeito das quais divergia da Igreja Católica Romana podem ser resumidas em cinco pontos principais: (1) a natureza da igreja, (2) o papel e a autoridade do pontífice romano, (3) o sacerdócio, (4) a doutrina da reconciliação e (5) o uso e a autoridade da Escritura. Em todas essas questões, os ensinos de Wycliffe se baseavam no sentido literal e no significado pleno da Bíblia, para a qual desejava que a igreja e seus compatriotas retornassem. Os pontos de vista de Wycliffe foram depois abraçados por Huss, da Boêmia, e pelo amigo deste, Jerônimo, ambos os quais sofreram o martírio por sua fé.

B. *Ltitero, Calvino e Zwínglio*

No século dezesseis, Lutero (1483-1546), Zwínglio (1484-1531) e Calvino (1509-1564) dirigiram seus protestos contra mais do que a vida dissoluta dos funcionários da igreja ou o abuso de práticas eclesiásticas. O que pretendiam era reformar radicalmente a doutrina relacionada com a essência da igreja, sua estrutura, ordem, sacramentos e sua mensagem de salvação. O protesto deles foi teológico. Como seus predecessores, eles propunham um retorno fundamental aos ensinos dos apóstolos nas políticas da igreja, com base na Bíblia somente *(sola Scri-ptum).*

A eclesíologia de Martinho Lutero incluía a restauração do ensino bíblico do sacerdócio de todos os crentes e a responsabilidade deles de exercer fé e obediência pessoal à palavra de Deus. Com base na Escritura, o reformador alemão identificou como formas específicas de apostasia da igreja medieval o dogma da transubstanciação, o sacrifício da missa como renovação do sacrifício de Cristo na cruz e a função mediadora da igreja. Isso provocou seu rompimento final e definitivo com a Igreja Católica Romana. Na opinião de Lutero, onde se proclama o evangelho conforme encontrado na Bíblia, aí temos Cristo e Sua igreja, por mais débil e defeituosa que ela possa ser. Ele restringiu a verdadeira igreja a um remanescente de crentes fiéis no evangelho de Jesus Cristo,

UI rico Zwínglio, reformador suíço, concordava plenamente com o ensino de Lutero sobre a justificação pela fé, a qual, insistia

ele, havia recebido dos próprios autores bíblicos. Seus esforços para restaurar a Bíblia, e a Bíblia somente, como autoridade suprema em meio à sociedade nominal de Zurique e Berna, levaram-no, de algum modo, a adotar uma reforma mais radical do que a de Lutero. Para restaurar o verdadeiro povo de Deus, ele rejeitou tudo que não pudesse ser demonstrado pela Escritura,

O teólogo francês João Calvino ganhou o respeito de Lutero com sua famosa *Réplica ao Cardeal Sadoleto* (1539), na qual discutiu a relação da autoridade da Escritura com a dos pais da Igreja e dos concílios. A exemplo do reformador alemão, Calvino concordava que, ao contrário de acusações muito difundidas, os protestantes não estavam perturbando a paz e a harmonia da igreja, mas restaurando o antigo ensino dos apóstolos, conforme a compreensão dos primeiros pais da igreja, em contraste com as inovações posteriores introduzidas pela Igreja Católica Romana medieval. Como Lutero e Zwínglio, Calvino preconizava que, embora insignificante em número, a verdadeira igreja apostólica se reúne e é liderada somente quando se prega fielmente a palavra bíblica. Seus discernimentos teológicos, sua habilidosa exegese, sua linguagem clara e exata, associados a suas apresentações sistemáticas, fazem dele um dos escritores mais influentes dentre os reformadores, dos quais todos acreditavam haver recebido a missão de **restaurar a igreja cristã à sua pureza bíblica.**

C. *Os Anabatistas*

Os anabatistas do século dezesseis, cuja recusa em aceitar o batismo infantil lhes conferiu o nome descritivo, reinstituíram o batismo bíblico de crentes e insistiram num retomo fiel a todos os ensinos bíblicos. Seus diversos grupos no continente europeu, inclusive os Irmãos Suíços, os Irmãos Alemães do Sul, os Huteritas e os menonitas holandeses, também ensinavam o pacifismo e a não resistência. Muitas vezes perseguidos tanto por católicos romanos como por protestantes, por se oporem às uniões igreja-estado e por sua firme defesa da liberdade e tolerância religiosa, os anabatistas procuraram restaurar o cristianismo primitivo com seu conceito apostólico da igreja conforme apresentado no NT. Eles insistiam para que os cristãos verdadeiros saíssem de Babilônia, "Apostólico" era somente aquilo que houvesse sido estabelecido nos ensinos de Jesus Cristo e dos apóstolos. Embora a maior parte deles observasse o domingo como dia de adoração, alguns grupos anabatistas na Morávia e na Silésia santificavam o sábado do sétimo dia como uma ordenança da criação (Hasel, 1967, 101-121; 1968, 19-28; Müller, 110-130).

D. *Os Puritanos*

Ansiosos por purificar a Igreja Anglicana de práticas corruptas e não bíblicas, os puritanos do século 16 exigiam expressa autorização bíblica em todos os detalhes do governo da igreja e da adoração pública, T. Cartwright, R. Field e W. Travers denunciaram a instituição do próprio episcopado, defendendo uma forma presbiteriana de governo. No século 17, crescente número de puritanos, mesmo entre presbiterianos e congregacionalistas, expressou interesse adicional em pureza doutrinária e santidade de vida.

Puritanos batistas, como Thomas Helwys, associaram o batismo infantil com a apostasia do anticristo e condenaram essa prática como evidência de que a Reforma fora incompleta entre as igrejas protestantes. Outros defenderam um regresso à observância cristã do sétimo dia da semana, insistindo, como Edvvard Stennett, por exemplo, em que o sábado do sétimo dia devia ser restaurado nos últimos dias (Müller, 167). Em meados da década de 1650, estabeleceram-se muitas igrejas batistas do sétimo dia na Inglaterra.

Vale lembrar também que alguns puritanos enfatizavam o estudo da profecia

bíblica, principalmente dos livros de Daniel e Apocalipse. Joseph Mede, William Hicks, John Napier e outros realçavam a importância crucial de se interpretar esses livros com a concepção de que as visões deles formam um todo orgânico e relacionado na sequência cronológica (Bali, 193-212).

Os puritanos estavam convencidos de que a questão definitiva era a de autoridade em questão de fé e prática. Equipararam o sistema papal ao anticristo - no sentido de "contra Cristo" — e exortaram seus contemporâneos a se retirar da Igreja Católica Romana, dando assim continuidade à interpretação da Reforma.

E. O *Movimento Pietista Alemão*

Um dos fundadores do pietismo alemão, Philipp Jacob Spener, no século 17, procurou inspirar novo vigor ao protestantismo oficial sem vida de sua época. Spener e August Hermann Francke, seu discípulo, convenceram-se de que, mediante ênfase exclusiva na ortodoxia dogmática, o luteranismo na Alemanha havia deixado de ser uma fé viva.

À semelhança dos anabatistas, Spener e Francke desejavam levar a Reforma à sua conclusão lógica, ou seja, à restauração dos ensinos e do estilo de vida da primitiva igreja, conforme descritos nas Escrituras, bem como a restauração do tema ético de imitar a Gristo. O ponto de vista independente, associado ao esforço para conceder aos leigos espaço legítimo na vida da igreja, encontrou oposição crescente na ortodoxia luterana. O entusiasmo de Spener e Francke pela reforma da Igreja Luterana, com a insistência deles na vida religiosa pessoal de cada crente, influenciou profunda mente o protestantismo europeu.

F. O Movimento Metodista

Quando o fogo espiritual do puritanismo inglês se desvaneceu e a nação inglesa caiu presa do inerte deísmo, os metodistas iniciaram um reavivamento do evangelho, enfatizando a experiência da libertação do pecado. Lançado por John e Charles Wesley, esse movimento reavivamentista teve início em 1738 na Igreja Anglicana. A princípio, a intenção dos Wesley não era abandonar a Igreja Anglicana. O propósito deles era fazer contato com as massas indiferentes, clero ou laicado, para alcançá-los em seu próprio ambiente. Ao encontrarem as portas das igrejas fechadas para eles, adotaram um novo método de pregar que falava diretamente às pessoas da rua, convidando-as a aceitar a justificação somente pela fé e reformar a forma de viver em harmonia com as Escrituras. Pregadores leigos, cultos ao ar livre e experiência pessoal de justificação e salvação foram a marca distintiva desse movimento reformatório.

G. O *Reavivamento Milerita da Esperança no Advento*

Guilherme Miller (1782-1849), um fazendeiro e pregador leigo batista, proclamou o retorno iminente de Cristo em glória. Ele baseou sua mensagem no livro de Daniel e a princípio calculou que a segunda vinda de Cristo ocorrería por volta de 1843.

Tomando a Bíblia como sua própria intérprete, Miller rejeitou os pontos de vista populares dos reavivalistas de sua época como Charles G. Finney, de que Cristo voltaria espiritualmente em um milênio temporal antes do fim do mundo e de que os judeus voltariam à Palestina para restaurar uma teocracia. Enérgico pré-milenarista, Miller ensinava que Gristo vi ria em glória antes do milênio. Ele exortava seus contemporâneos a se preparar para o regresso iminente de Cristo.

Por volta de 1840, a mensagem de Miller recebeu novo impulso e seu reavivamento se difundiu por todos os EUA. Tornou-se, no entanto, um movimento interdenomínacional, que incluía o ministro metodista josias Litch, os párocos/pastores presbiterianos-congregacionalistas Charles Fitch e Idenry

Jones, Josué V. Himes, da Aliança Cristã, e o anglicano Henry Dana Ward.

O propósito comum da cruzada que empreenderam não era criar uma nova igreja ou denominação, mas salvar pecadores da morte e preparar um povo para a iminente vinda do Senhor, Na década de 1840, quando se estipulou uma data oficial para o advento, levantou-se a oposição em diversas igrejas protestantes. A objeção delas tinha que ver não só com os cálculos de tempo profético, mas também com o advento pré-milenar de Cristo,

Mesmo entre importantes preletores mileritas havia discordância sobre a questão do estabelecimento de uma data. Em meados de 1842, os mileritas definiram sua posição sobre o tempo (entre 21 de março de 1843 e 21 de março de 1844), o pré-milenarismo, e rejeitaram a ideia de uma nova teocracia judaica na Palestina. Este fato levou Henry Waard e Henry Jones a abandoná-los. As portas da igreja, abertas no passado, foram agora fechadas, e se esfriou o relacionamento do milerismo com as diversas igrejas.

Embora o próprio Miller nunca tivesse aconselhado os então adventistas a se separar de suas respectivas igrejas, em julho de 1843 Charles Fitch começou a pregar um chamado com base em Apocalipse 18 para se retirar de Babilônia. Ele comparava a queda de Babilônia com a queda de toda a cristandade. Para ele e aqueles que o seguiram, Babilônia como o anticristo incluía todas as igrejas na cristandade protestante e católica. Seu apelo foi claro: "Se você for cristão, *saia de Babilônia!* Se planeja ser achado cristão quando Cristo aparecer, *saia de Babilônia*, saia Agora!" (19).

H. A *Concepção Adventista*

Embora a maioria dos adventistas mileritas tenha interpretado o grande desapontamento de 1844 como um fracasso do cálculo de tempo, um grupo minoritário afirmava que o erro não tinha relação com a data, mas com uma compreensão errônea da natureza do evento que devia ocorrer em 22 de outubro de 1844. Hiram Edson interpretou o desapontamento como um cumprimento da experiência doce e amarga de João na visão profética da Apocalipse 10:8-10, Para ele, o cumprimento real da purificação do santuário de Daniel 8:14 era o começo da fase final do ministério celestial de Cristo no santuário superior, "Esse grupo", segundo Froom (PFOF4, 840-841), embora "mantendo a validade do movimento de 1844 como um cumprimento da profecia, viu no desapontamento uma prova para aqueles que estavam dispostos a fazer todo sacrifício afim de estar prontos para encontrar seu Senhor, e ainda manter a fé em face do mais amargo desapontamento." Passaram gradualmente a crer que o último ministério purificatório de Cristo havia aberto uma nova porta para a proclamação mundial do evangelho eterno (Ap 3:8; 10:9-11; PE, 42, 43; GC, 428, 429).

Em 1837, uma ex-metodista, Raquel Oakes, tornara-se batista do sétimo dia no estado de Nova York. Unindo-se aos mileritas em 1843, em New Hampshire, ela levou o ex-pastor metodista Frederick Wheeler a aceitar o sábado bíblico em março de 1844. Este criou o primeiro núcleo de adventistas sabatistas em Washington, New Hampshire. Alguns meses depois, o pregador milerita T. M. Preble, antigo pastor batista, aceitou o sábado e, por meio de um folheto por ele escrito (1845), convenceu um importante milerita, José Bates, da verdade do sábado. Em 1846, Bates escreveu a primeira publicação adventista que tratava o sábado de forma abrangente: *The Seventk Day Sabbath; A Perpetuai Signfrom the Beginning to the Entering into the Gates of the Holy City, According to the Commandment*, Esse Iivrinho de 48 páginas levou Tiago e Ellen White a aceitar a verdade do sábado no inverno de 1846.

Três ensinos-chave, cada um desenvolvido independentemente, fundiram-se numa mensagem que começou a caracterizar o movimento dos adventistas sabatistas: o ministério final de Cristo no santuário, o sábado como sinal de obediência aos mandamentos de Deus e a aplicação da expressão "testemunho de Jesus" a uma nova manifestação do dom profético por meio de Ellen «►G. White (1827-1915) na igreja "remanescente" (Ap 12:17; 14:12; 19:10). Esses conceitos distintivos começaram a ser integrados em um corpo unificado de crença durante as seis conferências bíblicas realizadas no nordeste dos Estados Unidos, em 1848. Os participantes mantiveram em comum a crença de que no período pós-1844 toda a verdade bíblica haveria de ser restaurada entre o povo remanescente de Deus, antes que ocorresse o segundo advento. Eles concordaram em sete pontos principais, que passaram a ser chamados de "marcos" ou "fundamentos". Esses constituíram a "firme plataforma" da verdade presente sobre a qual se edificou a emergente Igreja Adventista do Sétimo Dia. Sendo mais específico, esses fundamentos eram: (1) o iminente segundo advento, (2) a interpretação contínuo-histórica das principais profecias de tempo de Daniel e Apocalipse, (3) a imortalidade condicional dos seres humanos, (4) o início do ministério final de Cristo no santuário celestial em 1844, (5) o sábado do sétimo dia, (6) a renovada manifestação do Espírito de Profecia e (7) o cumprimento histórico das mensagens dos três anjos de Apocalipse 14 nos reavivamentos mileritas e no novo movimento sabatista do advento (PFOF4, 1030-1031; CW, 30, 31; A. L. White, 38-40).

Fica evidente, a partir dessa nova plataforma da "verdade presente", que os adventistas guardadores do sábado se uniram em sua permanente confiança no regresso iminente de Cristo. Eles basearam sua nova missão na mensagem do terceiro anjo de Apocalipse 14:9-12, principalmente em Apocalipse 14:12: "Aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus." Aplicaram Apocalipse 14:12 "ao paciente tempo de espera" *depois* do desapontamento de 1844. Agindo assim, integraram a doutrina do sábado à sua experiência do advento, endossando a lei moral conforme guardada no santuário celestial (Ap 11:19). Os adventistas observadores do sábado foram constituídos da reunião dos adventistas que haviam esperado por Cristo em 1844 e que receberam agora a designação de "remanescente" (PE, 38, 66, 70, 74, 86, 114, 255).

1. A Primeira Mensagem Angélica

A primeua das três mensagens angélicas (Ap 14:6-11) foi aceita por Guilherme Miller e seus seguidores (1831-1844) como o chamado divino no tempo do fim para reforma na adoração e verdadeira preparação para a segunda vinda de Cristo. Ele associou a expressão "é chegada a hora do Seu juízo" (Ap 14:7) com a cena de juízo de Daniel 7:9 e 10, e aplicou "a hora" do juízo de Deus ao papado durante a Revolução Francesa (Damsteegt, 45). Mas em 1843 ele passou a interpretar a frase como uma advertência para o dia do juízo prestes a se instalar, a segunda vinda de Cristo (ibid.; GC, 375). Ellen G. White endossou essa interpretação de Apocalipse 14:7 como a mensagem certa para o tempo certo, declarando: "A primeira dessas advertências [em Apocalipse 14] anuncia o juízo que se aproxima" (GC, 311; cf. SGl, 133-140; GG, 379). Ela prossegue: "Foi aqui [na América do Norte durante o movimento milerita] que a profecia da mensagem do primeiro anjo teve o cumprimento mais direto" (GC, 368). A mensagem do primeiro anjo de Apocalipse 14:7 foi assim tratada como uma representação simbólica da experiência missionária dos mileritas (Damsteegt, 46).

Depois do grande desapontamento de 1844, um pequeno grupo de mileritas reestudou as

profecias apocalípticas de Daniel e Apocalipse. Reinterpretaram a "purificação do santuário'', em Daniel 8:14, para indicar a obra finalizadora de juízo realizada pelo ministério de Cristo no lugar santíssimo do santuário celestial, e não a purificação da igreja ou da Terra, na segunda vinda de Cristo. Eles aplicaram a frase do primeiro anjo, "é chegada a hora do Seu juízo" (Ap 14:7), ao começo da obra celestial de juízo por Cristo em 1844 d.C. (Dn 7:9, 10), que durará até o encerramento do tempo de graça. Essa interpretação de Apocalipse 14:7 se tornou o ímpeto para preparar um povo para o juízo final. Em seu epicentro estava uma vida de adoração e santificação em harmonia com a lei moral de Deus, conforme os dizeres de Apocalipse 14:12. Essa concepção mais clara da mensagem do primeiro anjo de
884 ► Apocalipse 14 revelou novos deveres e desempenhou importante papel na formação da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

2, A Segunda Mensagem Angélica

Como no caso do primeiro anjo, os mileritas aplicaram a mensagem do segundo anjo à sua própria situação histórica. Antes de 1843, eles adotavam o ponto de vista protestante geral, segundo o qual a Igreja Católica Romana era Babilônia. Viam a queda dela (Ap 14:8) como a queda de Roma papal, sob a dominação civil francesa em 1798 (Damsteegt, 47).

Quando as igrejas protestantes tradicionais começaram a rejeitar o entusiasmo milerita para com o regresso iminente de Cristo em 1843, Miller começou a aplicar a mensagem de Cristo à Igreja de Laodiceia (Ap 3:14-22) às igrejas protestantes. Charles Fitch aplicou "Babilônia" às igrejas protestantes por causa do seu sectarismo, heresias e sede de poder (ibid., 79-80). Perto do verão de 1844, alguns líderes mileritas começaram a exigir a separação de todas as igrejas. - A separação tinha como base o argumento teológico de que Babilônia era "a mãe das meretrizes e das abominações da Terra", de acordo com Apocalipse 17:5. As "filhas" aí subentendidas, na opinião deles, simbolizavam denominações protestantes empedernidas. Seus diferentes credos eram apresentados como a confusão de "Babilônia" (ibid., 82-83). Consequentemente, interpretavam o chamado celestial de Apocalipse 18:2 e 4 — "retirai-vos dela, povo Meu" — com o chamado de Deus para deixar toda religião organizada, em 1844.

À medida que a Igreja Adventista do Sétimo Dia se desenvolvia, a palavra "Babilônia" passou a se aplicar tanto às igrejas protestantes como à católica, que haviam formado alianças ilícitas com os governos seculares. A "queda" de Babilônia (Ap 14:8) e o chamado celestial para se retirar dela (Ap 18:4) aplicava-se então especificamente à queda espiritual das igrejas protestantes depois que rejeitaram o apelo do primeiro anjo de renunciar a uma união pecadora com o mundo (GC, 383). O grande pecado de que se acusa Babilônia é o de que ela deu "a beber a todas as nações do vinho da fúria da sua prostituição" (Ap 14:8). Esse vinho intoxicante foi interpretado como "falsas doutrinas", contrárias às mais claras afirmações da Santa Escritura" (ibid., 388).

Representando os adventistas sabatistas, J. N. Andrews (51-53; 68-69) chamou a atenção para diversos erros essenciais responsáveis pela conversão das diferentes ramificações da cristandade à Babilônia: (1) a doutrina do batismo infantil; (2) a união ilícita e criminosa da igreja com o poder civil do Estado, fazendo a igreja pura se transformar na prostituta intolerante e perseguidora de Apocalipse 17; (3) a doutrina de um milênio de paz e prosperidade na Terra antes do advento de Cristo; (4) a troca do quarto mandamento pelo repouso dominical; (5) a doutrina da imortalidade natural da alma, proveniente da mitologia pagã; e (6) a espiritualização do segundo advento de Cristo.

Acreditava-se, a princípio, que o apelativo “Babilônia” tinha “uma aplicação mais direta às igrejas dos Estados Unidos (GC, 389), devido à sua rejeição das mensagens de juízo dos mileritas. Por isso, a queda moral de Babilônia "não alcançou o completo cumprimento em 1844” (ibid,). A união da igreja com o mundo ainda não havia atingido seu auge.

E por isso que a queda moral de Babilônia foi interpretada como um processo contínuo, crescente e universal. Ellen G. White afirmou: “a modificação é progressiva, e o completo cumprimento de Apocalipse 14:8 está ainda no futuro” (ibid., 390). Esse seria o resultado de rejeitar a tríplice advertência de Apocalipse 14, resultado que foi predito em 2 Tessalonicenses 2:9-12. Tal resistência justificou um apelo final para sair das igrejas caídas, o último “alto clamor” de Apocalipse 18:1-5. Gomo resultado, os pioneiros adventistas reconheceram que muitos do povo de Deus, inclusive ministros do evangelho, ainda se encontravam nas igrejas caídas.

A mensagem do segundo anjo só é válida, se for seguida e acompanhada pela autên-
!§► tica proclamação do evangelho apostólico do primeiro anjo (Ap 14:6, 7). A adoração falsa é desmascarada mais plenamente pela demonstração da verdadeira adoração.

3. A Terceira Mensagem Angélica

Durante uma série de conferências bíblicas realizadas em 1848, os adventistas sabatistas chegaram finalmente à compreensão teológica da terceira mensagem angélica. A medida que desenvolviam sua teologia do santuário, seguiam, pela fé, a Cristo no lugar santíssimo. De Apocalipse 11:19 eles deduziram a permanente validade da aliança de Deus, com sua arca sagrada contendo o decálogo. Considerando Apocalipse 14:12 como a verdade central da terceira mensagem angélica, associaram os mandamentos de Deus aos dez mandamentos. Em 1846, José Bates convenceu Tiago e Ellen White de que o quarto mandamento deveria ser restaurado na verdadeira adoração a Deus.

Ellen White via o sábado do sétimo dia como “o muro de separação entre o verdadeiro Israel de Deus e os incrédulos" (PE, 33), embora reconhecesse ao mesmo tempo que “Deus tinha filhos que não reconheciam o sábado e não o guardavam” (ibid.). Esse conceito elevou a verdade do sábado ao status de mensagem seladora (Ap 7:2) ou verdade probatória para identificar a igreja remanescente de Apocalipse 14:12, “A fé de Jesus” (v. 12) foi interpretada como "todos os ensinos de Jesus do Novo Testamento” (Damsteegt, 194) ou os “preceitos e doutrinas do evangelho” (Andrews, 135).

Embora por diversos anos, a expressão “o testemunho de Jesus” (Ap 12:17) tenha sido usada como sinônimo para “a fé de Jesus", surgiu uma nova interpretação na década de 1850. Agora “o testemunho de Jesus” estava associado com o dom profético manifesto no ministério e nos escritos de Ellen G. White (cf. Ap 19:10). Essa interpretação se tornou um sinal identificador da igreja remanescente de Apocalipse 12:17 e foi integrada à proclamação missionária da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

A interpretação da “besta e a sua imagem” (Ap 14:9-11) se tornou de importância vital para a compreensão da mensagem do terceiro anjo. Em 1851, J. N. Andrews equiparou a besta de Apocalipse 14:9-11 à besta de Apocalipse 13:1-10, que era um desenvolvimento profético da quarta besta de Daniel 7. Ambas as bestas simbólicas (Dn 7 e Apocalipse 13) sobem do mar. Depois de enumerar cinco outros pontos de semelhanças, Andrews conclui (76): “A besta é evídentemente a forma papal do quarto império; pois recebe seu poder e sede do dragão, Roma imperial (Ap 13:2). A exemplo da igreja estatal medieval, ela governaria sobre os santos durante 42 meses (Dn 7:23-26; Ap 13:5-8). Esse período

terminou em 1798 com a “ferida mortal” (Ap 13:3), da qual a besta devia se recuperar. Para Andrews, "uma imagem à besta deve ser, portanto, outro corpo eclesiástico investido de poder e autoridade para matar os santos. Isso só pode se referir à igreja protestante corrupta e decaída" (105).

Tanto Andrews como Bates concordavam que a imposição da marca da besta era "uma instituição do papado imposta pelo protestantismo” (PFOF4, 1101). Andrews interpretou a “marca” como observância do domingo, em oposição aos santos que se empenham em guardar os mandamentos de Deus: “Apesar de o quarto mandamento nos termos mais claros prescrever a observância do santo dia de repouso do Senhor, quase todo o mundo agora se maravilha após a besta e observa a festividade pagã do domingo, que a grande apostasia colocou em lugar do santo sábado” (108). Observou, porém, que a "observância do domingo ainda não é a marca da besta e não será enquanto não sair o decreto que fizer os homens adorarem esse sábado idolátríco. Tempo virá em que esse dia será uma prova, mas esse dia ainda não chegou” (MS 118, 1899).

Com essa concepção das mensagens dos três anjos como a última mensagem de advertência, os adventistas do sétimo dia passaram a crer que estavam situados numa "sólida e inamovível plataforma” (SGl, 169), a teologia do santuário e a verdade do sábado unidas para abranger a "verdade presente”. O senso de oportunidade da mensagem do terceiro anjo, que pede a restauração do evangelho e -< da adoração apostólica, destaca-se mais plenamente contra a moderna teologia liberal e o evolucionismo, que espiritualiza os relatos da criação em Gênesis 1 e 2. Uma característica marcante da mensagem adventista do sétimo dia consiste no fato que ela "enfrenta diretamente a heresia-chave de nossa era, a teoria da evolução, e convida todos quantos desejam a se retirar de Babilônia e da apostasia, para aceitar o verdadeiro sinal de lealdade ao Deus vivo, o Criador” (Nichol, 709).

886

Ellen White ressaltou a união do sábado e das mensagens dos três anjos como segue: "Separai o sábado das mensagens, e ele perde seu poder; mas quando ligado com a mensagem do terceiro anjo, o poder que o acompanha convence incrédulos e irreligiosos, dotando-se de força para permanecer, viver, crescer e florescer no Senhor” (Tl, 337).

Portanto, de acordo com a teologia adventista do sétimo dia, aceitar o sábado do sétimo dia implica aceitar a escatologia da tríplice mensagem angélica de Apocalipse 14. Além de toda a reforma na adoração, os três anjos comunicam o urgente chamado para escolher Jesus como Salvador e Senhor pessoal e permanecer leal a Ele durante toda a última crise (Ap 14:1-5),

VIL Os Adventistas do Sétimo Dia e a Igreja Remanescente

De acordo com o artigo 12 de sua Declaração de Crenças Fundamentais, de 1980, os adventistas do sétimo dia creem que “a igreja universal se compõe de todos os que verdadeiramente creem em Cristo. Mas nos últimos dias, um tempo de ampla apostasia, um remanescente *tem* sido chamado para fora a fim de guardar os mandamentos de Deus e a fé em Jesus. Esse remanescente anuncia a chegada da hora do Juízo, proclama a salvação por meio de Cristo e prediz a aproximação de Seu segundo advento. Essa proclamação é simbolizada pelos três anjos do Apocalipse 14” *(SDA Yearbook*, 1981, 6).

Os adventistas acreditam ser o cumprimento da profecia apocalíptica, um movimento profético com a missão de preparar um povo em todas as partes da Terra para o aparecimento de Cristo. Consideram-se coletivamente o cumprimento do prometido

Elias em Malaquias 4:5 e 6, enviado por Deus para "restaurar todas as coisas" (Mt 17:11). Assim sendo, estão comprometidos a restaurar todas as negligenciadas verdades bíblicas pertencentes à nova aliança. Entendem que a mensagem que transmitem é o cumprimento definitivo de Is a ias 58:12-14, que combina idéias de restauração e preparação.

Eles enfatizam determinadas verdades reveladas nas profecias escatológicas como verdades probatórias, que refletem a compreensão e as aplicações históricas adventistas das mensagens dos três anjos. Enfatizam as verdades evangélicas restauradas da justificação pela fé e da santificação, em obediência voluntária de coração redimido à lei pactuai de Deus, a lei pela qual Deus julgará Seu povo da aliança (Tg 2:12; Rm 2:13; 2Co 5:10). Acreditam que o sábado do sétimo dia do quarto mandamento, alterado para o repouso dominical pela igreja pós-apostólica, deve agora ser restaurado como o sinal designativo da adoração ao Criador em espírito e em verdade (Is 56; 58; Dn 7:25; Ml 4:5, 6), Veem o sábado restaurado como uma verdade probatória providencial para neutralizar o dogma moderno da evolução, uma das heresias-chave do tempo do fim. Para eles, a celebração do sábado não é uma prova isolada do dia correto da semana, mas um sinal designativo da verdadeira adoração ao Criador por parte de um povo remido e santificado. Eles honram o ensino bíblico de que os crentes são salvos pela graça e julgados pelas obras produzidas por sua relação com Cristo.

Os **adventistas** do **sétimo dia creem** ser papel deles como igreja remanescente restaurar a verdade revelada na adoração a Deus como Criador-Redentor, ao restaurar o sábado do sétimo dia como o memorial da criação divina e o sinal de Lhe dar glória, Com base na urgência dessa mensagem, eles conclamam os filhos de Deus, em todas as igrejas, a fugir da apostasia histórica e escapar da punição dos pecados de Babilônia sob as sete últimas pragas; e em vez disso, a receber a plenitude do Espírito de Deus e a estar prontos para encontrar Cristo na Sua glória (Ap 18:1-5).

O apelo do primeiro anjo para dar "glória" a Deus como o Criador (Ap 14:7) fez com que os adventistas levasssem mais a sério sua prestação de contas pelo bem-estar do corpo e mente humanos como o santuário do Espírito de Deus (lCo 6:19, 20). Desde seus primórdios, os adventistas do sétimo dia têm promovido um estilo de vida saudável bem como a abstinência de todos os hábitos nocivos (lCo 10:31) como parte do deixar brilhar sua luz diante dos homens (Mt 5:14-16).

Outra aplicação específica da profecia bíblica se tornou característica preemínente da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Apocalipse 12:17 descreve a comunidade remanescente como "os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus".

Os pioneiros adventistas associaram o "testemunho de Jesus" não apenas ao testemunho que os cristãos dão quando testificam de seu Salvador, porém mais especificamente ao testemunho do próprio Jesus, o testemunho que Ele deu em Sua própria vida enquanto esteve na Terra e continua a dar através dos séculos e através de Seus servos, os profetas.

Eles descobriram que sua concepção era confirmada por João, quando, ao relatar as palavras do anjo, explica que "o testemunho de Jesus é o espírito da profecia". O anjo acabava de dizer-lhe: "sou conservo teu e dos teus irmãos que mantêm [lit. "têm"] o testemunho de Jesus" (Ap 19:10). Depois ele repetiu a expressão em termos quase idênticos: "Eu sou conservo teu, dos teus irmãos, os profetas" (Ap 22:9). No primeiro exemplo, ele se refere aos "irmãos que mantêm [lit. "têm"] o testemunho de Jesus"; no segundo, o texto diz "teus irmãos, os profetas". Portanto, aqueles que têm o testemunho de Jesus são os profetas, os receptáculos do espírito da profecia, que manifestam o dom espiritual concedido à igreja até o fim do tempo.

887

Quando as Escrituras descrevem, em Apocalipse 12:17, a igreja remanescente dotada com o testemunho de Jesus, elas a caracterizam também dotada com o dom do espírito da profecia, um dom que na Bíblia é exercido pelos profetas. Ao longo dos anos, os adventistas do sétimo dia creem que o dom de profecia se manifestou ente eles na obra de Ellen G. YVhite. Durante sete décadas, a mensageira de Deus ao povo do advento comunicou mensagens de conselho e advertência vindas de Deus tão certamente quanto as mensagem dos profetas da antiguidade. Essas mensagens, porém, não são canônicas (ver Dons XI.A-E).

Essa identificação com a igreja remanescente da profecia (Ap 12:17; 14:6-12) não oferece nenhuma base para um espírito de exclusivismo ou triunfalismo. Em vez disso, os adventistas do sétimo dia entendem que sua missão é o antítipo dos antigos movimentos de êxodo de Israel ao sair do Egito e de Babilônia. Tal comparação serve para aumentar o senso de responsabilidade e autocrítica. Em 1867, Ellen G. White escreveu: "O Israel moderno corre mais perigo de se esquecer de Deus e ser levado à idolatria do que o Israel antigo. Muitos ídolos são adorados, até por professos observadores do sábado" (Tl, 609). Essa autoavaliação mantém a igreja remanescente totalmente subordinada a Cristo. Os que constituem o último povo remanescente de Deus na história serão um povo espiritual que "incluirá cada verdadeiro e fiel seguidor de Cristo" (QOD, 194) dentre muitas denominações e religiões.

Quando no futuro o Espírito Santo descer com o poder em um novo pentecostes sobre a igreja remanescente em todo o mundo (Ap 18:1), as questões no conflito entre Cristo e Satanás ficarão plenamente claras para todos (v. 2-8). A igreja remanescente purificada se tornará então o núcleo em torno do qual todo o genuíno povo de Deus se agrupará. Somente durante o derramamento final do Espírito de Deus, o evangelho em sua plenitude há de separar todo o povo em dois campos visíveis como "Babilônia" e "o Israel de Deus". O impacto dessa perspectiva apocalíptica sobre os cristãos é para escolher agora sinceramente a Cristo como Senhor e Salvador, para exaltar a Cristo e a Sua obra redentora perante o mundo e demonstrar por um estilo de vida cristão que Jesus vive em seus corações e é seu modelo da santidade.

VIII. Comentários de Ellen G. White

"O capítulo catorze do Apocalipse é do mais profundo interesse. Essa passagem será brevemente compreendida em todos os seus alcances, e as mensagens dadas a João, o revelador, serão repetidas com a mais distinta clareza" (RH, 13/10/1904).

"Gristo está vindo pela segunda vez com poder para salvar. Enviou as mensagens do primeiro, segundo e terceiro anjos para preparar os seres humanos para esse acontecimento. Esses anjos representam os que recebem a verdade e apresentam o evangelho ao mundo com poder" (SDABC7, 978, 979).

"É importante que todos compreendam o que *é* a marca da besta e como podem escapar das temíveis ameaças de Deus. Por que não se interessam os homens em saber o que constitui a marca da besta e sua imagem? Contrasta diretamente com o sinal de Deus [cita-se Êx 31:12-17].

"A questão do sábado será o tema da controvérsia no grande conflito em que todo mundo desempenhará uma parte, [cita-se Ap 13:4-8, 10.] Todo o capítulo é uma revelação do que certamente vai acontecer [cita-se Ap 13:11, 15-17] (MS 88, 1897)."

"João foi chamado a contemplar um povo diferente dos que adoram à besta e a sua imagem observando o primeiro dia da semana. A observância desse dia é a marca da besta" (ibid.).

"A mensagem do terceiro anjo foi enviada ao mundo para advertir os homens contra a recepção da marca da besta ou de sua imagem na fronte e nas mãos. Receber essa marca significa adotar a mesma decisão da besta e apoiaras mesmas idéias, em oposição direta à Palavra de Deus" (SDABC7, 979).

"Poderes religiosos, aparentemente aliados do Céu e supostamente exibindo as características de um cordeiro, demonstrarão, por seus atos, possuírem o coração de um dragão e serem instigados e dirigidos por Satanás. Vem o tempo em que os filhos de Deus hão de sentir a mão da perseguição porque santificam o sétimo dia. Satanás promoveu a mudança do dia de repouso com a esperança de levar a cabo seu propósito de frustrar os planos de Deus. Procura fazer com que os mandamentos de Deus tenham no mundo menos validez do que as leis humanas,

"O homem do pecado, que cuidava em mudar os tempos e as leis e que sempre oprimiu o povo de Deus, promulgará leis exigindo a observância do primeiro dia da semana, Mas o povo de Deus deve se manter firme do lado do Senhor. E o Senhor atuará em favor dos Seus para mostrar claramente que Ele é o Deus dos deuses" (ibid., 975).

"A Palavra de Deus declara positivamente que Sua lei será escarnecida, pisada pelo mundo; haverá extraordinário predomínio da iniquidade, O professo mundo protestante formará uma confederação com o homem do pecado, e a igreja e o mundo estarão em corrupta harmonia.

"Eis que a grande crise vem sobre o mundo. As Escrituras ensinam que o papado deverá readquirir sua supremacia perdida, e que os fogos da perseguição serão reatados por meio das concessões oportunistas do chamado mundo protestante" (ME2, 367).

"Está próximo o tempo em que Satanás fará milagres para confirmar nas mentes a crença de que ele é Deus. Todo o povo de Deus deve permanecer agora na plataforma da verdade conforme apresentada na mensagem do terceiro anjo. Todos os quadros agradáveis, todos os milagres feitos, se apresentarão para que, se possível, os escolhidos sejam enganados. A única esperança para qualquer um é manter com firmeza as evidências que confirmaram a verdade em justiça" (RH, 9/8/1906).*M* 889

"Os que amam a Deus e guardam Seus mandamentos são os mais detestáveis para a sinagoga de Satanás, e os poderes do mal manifestarão seu ódio contra eles até o máximo possível. João previu o conflito entre a igreja remanescente e os poderes do mal, quando disse: 'Irou-se o dragão contra a mulher e foi pelejar com os restantes da sua descendência, os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus.'

"As forças das trevas se unirão com os seres humanos que se entregaram ao domínio de Satanás, e serão revividas as mesmas cenas reveladas durante o julgamento, a rejeição e a crucificação de Cristo. Os homens se transformarão em demônios ao se entregarem às influências satânicas; e os que foram criados à imagem de Deus, que foram feitos para honrar e glorificar ao seu Criador, se converterão em habitação de dragões, e Satanás verá numa raça apóstata sua obra mestra de maldade: homens que reflitam a imagem do diabo" (ibid., 14/4/1896).

"Só existem dois partidos na Terra: os que se reúnem sob a bandeira ensanguentada de Jesus Cristo e os que se reúnem ao redor da negra bandeira da rebelião. No capítulo 12 do Apocalipse se apresenta o grande conflito entre os obedientes e os desobedientes [cita-se Ap 12:17; 13:11-17]" (SDA8C7, 974).

"Estamos vivendo num período solene da história da Terra. O grande conflito está

justa mente diante de nós. Vemos o mundo corrompido sob seus habitantes. O homem do pecado trabalhou com admirável perseverança para engrandecer o falso dia de repouso, e o desleal mundo protestante se maravilhou seguindo a besta, chamando a obediência ao sábado instituído por Jeová deslealdade para com as leis das nações. Os reinos se confederaram para apoiar a instituição de um falso dia de repouso, que não conta com nenhuma *só* palavra de autoridade dos oráculos de Deus" (RH, 6/2/1900).

"O tema do sábado será o ponto culminante no último grande conflito, no qual todo o mundo terá uma parte. Os homens honraram os princípios de Satanás acima dos princípios que regem os céus; aceitaram o falso dia de repouso que Satanás exaltou com o sinal de sua autoridade. Mas Deus colocou seu selo sobre sua ordem real. Cada instituição sabática, quer verdadeira, quer falsa, leva o nome de seu autor, uma marca indelével que demonstra a autoridade de cada um.

"Todos devem tomar agora a grande decisão de se receberão a marca da besta e de sua imagem, ou o selo do Deus vivo e verdadeiro" (ST, 22/3/1910).

"A observância do domingo ainda não *é* a marca da besta, e não o será até que se promulgue o decreto que obrigue os homens a santificar esse sábado idólatra. Chegará o tempo em que esse dia será a prova; mas ainda não veio" (SDABC7, 977).

"O Senhor me mostrou claramente que a imagem da besta será formada antes que termine o tempo de graça, porque constituirá a grande prova para o povo de Deus por meio da qual se decidirá o destino de cada um [cita-se Ap 13:11-17],

"Essa é a prova que deverão enfrentar os filhos de Deus antes de ser selados. Todos os que provarem sua lealdade a Deus observando Sua lei e negando-se a aceitar um sábado espúrio, se alistarão sob a bandeira do Senhor Deus Jeová e receberão o selo do Deus vivo. Os que renunciam à verdade de origem celestial e aceitam o domingo como dia de repouso receberão a marca da besta" (ibid., 976).

"Quando as igrejas protestantes se unirem com o poder secular para amparar uma religião falsa, à qual se opuseram os seus antepassados, sofrendo com isso a mais terrível perseguição; quando o Estado usar seu poder para impor os decretos e amparar as instituições da Igreja — então a América Protestante terá formado uma imagem do papado e haverá uma apostasia nacional que só terminará em ruína nacional" (ST, 22/3/1910).

"Muitos há que jamais tiveram a luz; foram enganados por seus mestres e não receberam a marca da besta. O Senhor está trabalhando com eles; não os abandonou a seus próprios caminhos. Enquanto não estiverem convictos da verdade e não pisotearem a evidência que se dá para iluminá-los, o Senhor não retirará deles a Sua graça" (SDABC7, 976). <890

"Os que têm na fronte o selo do infinito Deus hão de considerar o mundo e suas atrações subordinados aos interesses eternos" (RH, 13/7/1897).

"Cristo diz que haverá na igreja pessoas que apresentarão fábulas e suposições, quando Deus deu verdades grandes, inspiradores e de molde a enobrecer, as quais devem ser sempre conservadas no tesouro da memória. Quando os homens apanham essa e aquela teoria, quando são curiosos de saber alguma coisa que não lhes é necessário saber, Deus não os está conduzindo. Não é plano dEle que Seu povo apresente alguma coisa que ele supõe, a qual não é ensinada na Palavra de Deus. Não é Sua vontade que eles se metam em discussões acerca de questões que os não ajudam espiritualmente, tais como: Que pessoas vão constituir os cento e quarenta e quatro mil? Isso, aqueles que forem os eleitos de Deus hão de, sem dúvida, saber em breve.

"Meus irmãos e irmãs, apreciai e estudai as verdades que Deus vos tem dado, a vós

e a vossos filhos. Não gasteis o tempo buscando saber aquilo que não vos será de proveito espiritual. ‘Que farei para herdar a vida eterna’?’ Lc 10:25. Essa é a mais importante das questões, e foi claramente respondida. 'Que está escrito na lei? Como lês?"' (MEl, 174, 175).

"Não precisamos esperar até sermos trasladados para seguir a Cristo. O povo de Deus pode fazer isso na Terra. Só poderemos seguir ao Cordeiro de Deus nos átrios celestiais, se O seguimos aqui, Se vamos segui-Lo no Céu depende de como guardamos agora Seus mandamentos. Não devemos seguir a Cristo esporádica ou caprichosamente, só quando nos convém.

“Devemos escolher segui-Lo. Devemos seguir Seu exemplo na vida diária, assim como um rebanho segue confiadamente a seu pastor. Devemos segui-Lo sofrendo por Sua causa e dizendo a cada passo: Ainda que Ele me mate, nEle confiarei/ A forma em que Ele viveu deve ser o modelo de nossa vida. E ao tentar ser assim semelhantes a Ele e ao colocar nossa vontade em conformidade com a Sua, nós O revelaremos" (RH, 12/4/1898).

IX. Literatura

Andrews, J. N, *The Three Messages of Revelation XIV,* 6-12. 5ª ed. rev. Battle Creek: Review and Herald, 1S92.

Bali, Bryan YV. *TheEnglish Connection. The Puritan Roots of Seventh-day Adventist Belief.* Cambridge: James Clarke, 1981.

Beale, G. K. *The Use of Daniel in Jexvish Apocalyptic Litemture and the Revelation of St. John.* Lanham: University Press of America, 1984.

Bruce, F. F. *New Testament Development of Old Testament Themes.* Grand Rapids: Eerdmans, 1970.

Charles, R. H. *Eschatology.* Nova York: chocken, 1963.

---------- . *Criticai and Exegetical Commentary on the Revelation of St. John. 2* vols. ICC. Edinburgh: T. & T. Clark, 1920*

Damsteegt, P. G. *Foundations ofthe Seventh-day Adventist Message and Mission.* Grand Rapids: Eerdmans, 1977.

Daniels, A. G. *The Ahiding Gift of Prophecy.* Mountain Vievv: Pacific Press, 1936.

Doukhan, J, B. *Daniel; The Vision ofthe End.* Berrien Springs: Andrews University Press, 1987.

Emmerson, W. L. *The Reformation and the Advent Movement.* Hagerstown: Review and Plerald, 1983.

Fitch, Charles. *Come Out ofHer, My People.* Rochester: J. V. Himes, 1843.

Forestell, J. T. "The Letters to the Thessalonians." *The Jerome Bihlical Commentar)*[1]. Ed. R. E. Brown and others. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1968.

Froom, LeRoy. *The Prophetic Faith of Our Fathers.* 4 vols. Washington: Review and Herald, 1950-1954.

Giblin, C. H. *The Threat to Faith: An Exegetical and Theological Re-examination of 2 Thessakmians 2.* Analecta Biblica 31. Roma: Pontificai Biblical Institute, 1967.

Flasel, Gerhard F. “Sabbatarian Anabaptists of the Sixteenth Century.” *Andrews University Seminary Studies* 5 (1967): 101-121; 6 (1968): 19-28.

---------- , *The Remnant: The History and Theology of the Remnant Idea From Genesls to Isaiah.* 3ª ed. Berrien Springs: Andrews University Press, 1980.

Ladd, G. E. *The Last Things; An Eschatology for Laymen.* Grand Rapids: Eerdmans, 1978.

LaRondelle, H. K. *The Israel of God in Prophecy: Principies of Prophetic Interpretation.* Berrien Springs: Andrews University Press, 1983.

---------- . *Chariots of Salvation: The Bihlical Drama of Armageddon.* Washington: Review and Herald, 1987.

----------. "Babylon: Anti-Chrístian Empire," Em *Symposium on Revelation,* ed. Frank B. Holbrook, 2:151-176. Silver Spring; Biblical Research Institute, 1992.

Müller, Richard. *Adventisten, Sahhat, Reformaiion,* Studia Theologica Lundensia. Lund: CWK Gleerup, 1979.

Nichol, F. D. *Answers to Objections.* Washington: Review and Herald, 1952.

Shea, W. H. *Selected Studies on Prophetic Interpretation.* Silver Spring; Biblical Research Institute, 1982.

---------- . "The Mighty Angel and His Message." Em *Symposhmi on Revelation,* ed. Frank B. Holbrook, 1:279-326. Silver Spring: Biblical Research Institute, 1992.

Smith, U. *The Prophecies of Daniel and the Revelation.* 2 vols. ed. rev. Washington: Review and Herald, 1944.

Strand, K. A. "The Two Witnesses of Rev. 11:3-12." *Andrews University Seminary Studies* 19 (1981): 127-135.

Walther, Daniel. "Were the Albigenses and Waldenses Forerunners of the Reformation?" *Andrews University Seminary Studies* 6 (1968): 178-202.

Were, L. F, *The Woman and the Beast in the Book of Revelation.* Berrien Springs: First Impressions, 1983.

Wesley, John. *The Works ofjohn Wesley.* 14 vols. Londres: Wesleyan Methodist Book Room, 1831.

White, Arthur L. *Ellen* G. *White: Messenger to the Remncmt.* Washington: Ellen G. White Estate, 1954.

White, James. *Bible Adventism.* Battle Creek: Seventh-day Adventist Publishing Association, 1877. Reimpresso em Nashville: Southern Publishing Association, 1972.

Wilcox, F. M. *The Testimony of fesus.* Washington: Review and Herald, 1944.

Williams, George H. *The Radical Reformaiion.* Philadelphia: Westminster, 1962.

Wordsworth, Christopher. *Is the Papacy Predicted hy St. Paid? An Inquiry.* Cambridge: Harrison Trust, 1985.

892

25
A Segunda Vinda de Jesus

Richard R Lehmann

Introdução

A segunda vinda de Jesus é uma doutrina cardeal da Escritura, e aparece já no AT. O "dia do Senhor" devia ser um dia de trevas para os ímpios, mas um dia de alegria para aqueles que amam a Sua vinda (Is 35:4). Só se alcançaria, porém, a plena compreensão da segunda vinda após o primeiro advento do Salvador.

O próprio Jesus predisse o Seu retorno (Lc 21:27; Jo 14:1-4), e essa promessa foi confirmada pelos anjos que prestaram solidariedade aos discípulos chorosos na ocasião em que Cristo ascendeu ao Céu (At 1:11). A "bem-aventurada esperança" de Paulo e dos primeiros crentes (Tt 2:13) era a de que Cristo aparecería "segunda vez [...] aos que O aguardam para a salvação" (Hb 9:28).

Embora o tempo exato do advento seja desconhecido (Mt 24:36), Cristo apresentou [I.] sinais que apontariam para Sua vinda (v. 3-33). Ao se prepararem para esse evento culminante, quando Cristo hã de retribuir "a cada um segundo as suas obras" (Ap 22:12), os cristãos são aconselhados a vigiar e orar para que possam "estar em pé na presença do Filho do Homem" naquele dia (Lc 21:36).

A segunda vinda encontra seu lugar no nome "Adventista do Sétimo Dia". Os pioneiros achavam que a crença na segunda vinda de Cristo era suficientemente importante para merecer um lugar no nome do "pequeno rebanho", quando ele se tornou uma igreja em 1860. Hoje o povo de Deus na Terra aguarda ansiosamente pelo retorno de Jesus, assim como fizeram os profetas e apóstolos e muitos outros fiéis através dos séculos.

I. A Segunda Vinda na Escritura
- A. Terminologia no AT
  1. O Dia de *Yahweh*
  2. A Escolha de um Remanescente
  3. O Estabelecimento de um Reino
  4. O Retorno ao Paraíso
  5. Apocaliptismo
- B. Terminologia no NT
  ]. Parousia
  2. Epifania
  3. Apocalipse
- G. O Centro da Esperança
  1. A Esperança
  2. Maranata
  3. Ação de Graças
  4. O Filho do Homem
- D. O Reino de Deus
  1. Um Reino Transcendental
  2. Um Reino Misterioso
  3. Um Reino Espiritual
  4. Um Reino Futuro
- E. A Maneira de Sua Vinda
  1. Pessoal e Literal
  2. Visível e Audível
  3. Gloriosa e Triunfante
  4. Cataclísmica
  5. Súbita
- F. Sinais da Segunda Vinda
  1. Alguns Textos Difíceis
  2. Sinais no Mundo Natural
  3. Sinais no Mundo Moral
  4. Sinais no Mundo Religioso

5. Falsos Sinais
6. Um Sinal Erroneamente Interpretado
G. Razões para a Segunda Vinda de Jesus
893 ► I. Reunir os Escolhidos
2. Ressuscitar os Mortos
3. Transformar e Receber Todos os Santos
4. Destruir os Poderes do Mal e os ímpios
5. Vindicar a Deus
6. Restaurar a Terra
7. Restabelecer a Comunhão com Deus
II. Implicações da Doutrina
A. Efeitos sobre a Vida Diária do Crente
1. Esperança
2. Amor
3. Humildade
4. Santidade
B. Motivação para o Evangelismo
1. Tempo do Espírito Santo
2, Tempo de Graça
3, Tempo de Urgência
4. Tempo dos Dons Espirituais
C. Preparação Espiritual para Sua Vinda
D. Uma Aparente Demora
E. Conclusão
III. Contexto Histórico
A. O Período Apostólico
B. Período Ante-Niceno
C. Do Período Pós-Niceno à Reforma
D. Reforma
E. Da Reforma ao Século 19
F. A Era Moderna
G. Os Adventistas do Sétimo Dia
IV. Comentários de Ellen G. YVhite
A. A Segunda Vinda na Escritura
1. O Centro da Esperança
2. O Reino de Deus
3. A Maneira da Sua Vinda
4. Sinais da Segunda Vinda
5. Razões da Segunda Vinda de Jesus
B. Implicações da Doutrina
]. Efeitos sobre a Vida Diária do Crente
2. Motivação para a Evangelização
3. Preparação Espiritual para Sua Volta
4. Aparente Demora
C. Contexto Histórico
1. O Período Apostólico
2. Período Pós-Niceno até a Reforma
3. A Reforma
4. Da Reforma ao Século 19
V. Literatura

I. A Segunda Vinda na Escritura

O tema da segunda vinda de Cristo ocorre repetidas vezes, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento.

A. *Terminologia no AT*

Para os autores do AT, assim como Deus libertou Seu povo do Egito, assim os libertaria do cativeiro deste mundo no "dia do Senhor" (Is 13:9; Ez 13:5). [1]

1. O Dia de Yahweh

O tema central do escatologia (doutrina do *Qscathon*, "o fim") do AT é a vinda de Yahweh (Andreasen, 31-45). Os profetas usam com frequência as expressões "naquele dia" (2c 14:9), "naqueles dias" (J1 2:29), ou, segundo Daniel, "nesse tempo", quando virá a salvação (Dn 12:1). O "dia de Yahweh" é aguardado como um acontecimento decisivo da história, com mudanças tanto em nível sociopolítico quanto cósmico. A vinda de Yahweh iniciará uma nova criação. Por ser o Criador, Yahweh é também o Senhor da história e Aquele que porá um fim a ela (Am 4:13; cf. Ap 14:6, 7).

Os desastres que se sucedem e a deplorável condição moral de Israel e das nações exigem a intervenção divina. Mas o fim não vem como uma consequência de males políticos, sociais ou morais. Ocorre porque Deus vem. A tragédia reside na apatia das nações, que continuam a se comportar da mesma maneira, sem levar essa vinda em consideração. Os profetas insistem com Israel e as

nações a 'buscarem ao Senhor (Sf 2:1-3), pois sem um preparo, elas não seriam capazes de permanecer em pé na presença da santidade de Yahweh. Amos sintetiza o clamor dos profetas quando diz: "Prepara-te, ó Israel, para te encontrares com o teu Deus" (Am 4:12).

a. Um acontecimento histórico. A vinda de Yahweh não pode ser dissociada da história. Não é uma vinda além do tempo, mas a incursão de Deus na história. Os eventos históricos atuais transmitem significado, anunciando uma grande teofania (manifestação de Deus). E possível compará-la à entronização de um soberano que triunfa sobre seus inimigos.

Essa vinda já é perceptível na medida em que Deus Se aproxima de Seus filhos quando estes O adoram (Ex 20:24). Ele entra em Seu santo templo, e Seus adoradores celebram Sua presença (SI 24:7-10).

Deus também intervém nos acontecimentos da história a fim de libertar ou punir Seu povo. Essa vinda é tanto feliz (Is 35:4) quanto terrível (Am 5:18-20).

Deus ainda vem por meio do Seu ungido Siló (Gn 49:10), "o Príncipe da Paz" (Is 9:6), Aquele que tem o Espírito em Sua plenitude (11:2) e que governará com a majestade e a força de Yahweh (Mq 5:1-3).

Deus vem finalmente cumprir a promessa do *eschaton.* Todas as outras vindas são garantia do último advento. Ele vem no "fim dos dias" *(beaharil hayyamhn),* a fim de mostrar Sua poderosa realeza e renovar todas as coisas para a felicidade dos que O têm aguardado (Is 2:1-4; Os 3:5; Mq 4:1-4).

b. Um evento culminante. A última vinda de Yahweh é anunciada como algo culminante e inapelável. Os profetas apresentam-na como "dia de escuridade e densas trevas" (J1 2:2; Am 5:18; Sf 1:15), dia de ira e indignação (Sf 1:18; 2:2), "dia de angústia e de alvoroço" (1:15), "dia da vingança" (Is 34:8; Jr 46:10), da retribuição (Os 9:7) e do castigo (rs 10:3).

Jeremias sintetiza os desastres sofridos por Israel e pelas nações na trilogia "espada, fome e pestilência" (Jr 14:12), sinais provisórios do juízo final, antecipando o último dia de Yahweh, que arderá como fornalha (MI 4:1-3). O último dia não constitui um acontecimento localizado do qual se pode escapar, mas todo o planeta será afetado pela vinda de Yahweh (Is 2:12-19; Sf 3:8; Ml 4:1). Ninguém poderá escapar do juízo de Deus (Am 5:18-20).

c. Um dia de juízo. Os profetas enfatizam o conteúdo ético da vinda de Yahweh. O Senhor todo-poderoso vem para julgar Seu povo e as nações. Vem para condenar a infidelidade para com Sua lei, que tem sido tratada com desprezo, e para restabelecer a justiça. Adultério, estupro, opressão, mentira e violência merecem o respectivo castigo (Am 2:7; Ml 3:5). Até mesmo na prática da religião, se manifestam escárnio e orgulho (Ml 1:6-14; 3:7-9). Deus recompensará a cada um conforme as suas obras (Is 59:18) e todos os malfeitores queimarão como palha no dia de Sua vinda (Ml 4:1).

Mas, se Yahweh é o santo Deus que pune o pecado, também é o Deus da misericórdia, que perdoa e salva (Ex 20:5, 6; Is 6:6, 7). Os que se arrependem e entram em aliança com Ele (Jr 31:31-34) receberão salvação (Is 59:20; Jr 26:13; Ez 18:31, 32). Um remanescente será salvo.

2. A Escolha de um Remanescente

A ideia de um remanescente sugere acontecimentos terríveis, que destruirão tudo, deixando apenas um resíduo. Amós descreve o remanescente como "duas pernas" e "um pedacinho da orelha" resgatados "da boca do leão" (3:12),' um tição arrebatado da fogueira" (4:11). Para Isaías, restaram apenas duas ou três azeitonas no "sacudir da oliveira" (17:5, 6). Gerhard Hasel demonstrou que esse tema está associado com o relato do dilúvio (1980, 374-375). Encontramos o remanescente no discurso escatológico de Jesus

(Mt 24:37-41) relacionado mais uma vez com o dilúvio e com o fim do mundo.

Desse pequeno remanescente, do toco de árvores derrubadas (Is 6:13), surgirá uma nova humanidade. Ao dar ao filho o nome de *Shear-yashub*, Isaías expressa a noção de que *só* um remanescente será salvo: os que permanecerem fiéis à aliança de Yahweh (7:3; 10:21).

Os profetas enfatizam que o remanescente será formado por Israel apenas em parte (Am 9:12). Incluirá também as outras nações (Is 56:6, 7). A escolha do remanescente reside não tanto na própria justiça dele, mas na fidelidade de Deus. A graça divina produz uma nova comunidade mediante Sua aliança, Isso não vem como resultado de um longo processo de amadurecimento histórico, mas da intervenção de Deus na história (Hasel, 1980: 1^396; ver Remanescente/Três Anjos I-IV).

3. O Estabelecimento de um Reino

A esperança escatológica de Israel enfoca a restauração de um reino que subsistirá para sempre e nunca será destruído (Dn 2:44). Esse seria o reino do Messias davídico, de acordo com a promessa (2Sm 7:12-16).

Esse reino é apresentado de duas formas contrastantes. Por um lado, surge de maneira modesta, como os reis carismáticos cujas características comuns são reforçadas por um nascimento quase inesperado, mas que depois prosseguem para obter uma grande vitória através da fé. Isaque, Jacó, José, Sansão e Samuel colheram os frutos da fé quando, pela fé, alcançaram vitória sobre as próprias fraquezas. Casos de origem obscura e modesta aparecem nas histórias de Gideão, Jefté, Saul e do próprio Davi (Mq 5:1, 2), todos nascidos de famílias pouco influentes. Esses homens receberam poder, não por causa de seus méritos próprios, mas porque o Espírito de Deus repousou sobre eles (Zc 4:6). Esse devia ser o destino do Renovo que saiu da raiz de uma terra seca, conforme anunciado em Isaías 11:1 e 2 e 53:2.

Além dos reinos preditos, chegamos ao reinado do Filho do Homem. De natureza radicalmente superior, esse reino, já sugerido em Daniel 2:44 e 45, é mais claramente definido em Daniel 7:13. Aquele que vem com as nuvens do céu não é outro senão uma figura divina (cf. Ez 1:4; 10:3, 4). Uma perspectiva universal e transcendente supera o nacionalismo judeu. O reino vem do alto, junto com Aquele que cavalga sobre as nuvens.

4. O Retorno ao Paraíso

Depois do cativeiro babilônico, o ápice da alienação, viria um grande retorno, tanto de Deus como de Seu povo. Esse retorno é apresentado quase como o Paraíso, quando a comunhão com Deus seria restaurada.

Isaías e Ezequiel anunciam um claro restabelecimento das condições edênicas (Is 51:3; Ez 36:35). As chuvas cairão na estação devida (Ez 34:26; JI2), e os campos produzirão abundantemente (Is 30:23; Ez 34:27; J13:18; Am 9:13; Zc 8). A expectativa de vida será invulgarmente longa (Is 65:20), e haverá paz entre os animais (Is 11:6-8) e os seres humanos (Is 2:4; Mq 4:3, 4). O próprio Deus, como um pastor, apascentará o Seu rebanho (Is 40:11) e reinará sobre Sião (Is 52:7). O mal desaparecerá. Inspirado por um novo espírito, o povo de Deus seguirá fielmente a instrução divina (Ez 36:25-27). O primeiro amor será restabelecido (Os 2:16-20).

5. Apocaliptismo

Essa nova era não se desenvolve a partir da antiga. Trata-se de uma nova criação. A era presente está sob o controle do mal; a salvação deve vir de fora.

É por isso que o profeta Daniel descreve a história do ponto de vista de Deus (Dn 2). Ao interpretar o sonho de Nabucodonosor da imagem metálica, ele anuncia a sucessão de impérios mundiais e a forma cataclísmica pela qual virá o fim. Começando com o império neobabilônio (605-539 a.C.), ele

prediz o império medo-persa (539-33 la.C.), o helenístico (331-168 a.C.) e o romano (168 a.C.-476 d.C.), que se sucedem. Nenhum outro império vem depois de Roma, mas diferentes nações lhe ocupam o território. Finalmente, depois do período das nações divididas, Deus suscita um reino representado por uma pedra, Esta pulveriza todos os reinos anteriores e se estabelece para sempre (Dn 2:36-45). Jesus Cristo afirmou ser Ele mesmo essa pedra (Lc 20:17, 18).

Preocupado com as implicações espirituais de semelhante narrativa, o profeta foi informado de que o mal se alastraria. Nas visões relacionadas em Daniel 7 e 8, os mesmos impérios mundiais são representados por animais terríveis, que devoram, despedaçam e blasfemam (Dn 7:4-8). Uma protuberância final no último animal, um chifre, estende sua ação sobre o mundo religioso, oprimindo os santos e procurando mudar os tempos e as leis (v. 23-25). Ele deita a verdade por terra (Dn 8:9-12). Daniel prediz aqui a forma pela qual o papado, Roma
896 ► espiritual, assumiría o poder político e agiría através dos séculos.

Uma opressão como essa exige um juízo (Dn 7), que é pronunciado contra o arrogante chifre. E dessa forma que se estabelece a autoridade universal do Filho do Elomem.

O ponto de partida desse juízo é fornecido: depois de 2.300 dias. Segundo o princípio dia-ano, isso ocorrería depois de 2.300 anos (Shea, 56-88; Schwantes, 462-474). O ponto de chegada parece muito distante, mas se acha em harmonia com as visões dos capítulos 2 e 7, que situam a intervenção divina após as atividades malignas da última potência. Um estudo cuidadoso das relações entre essa profecia e as 70 semanas de Daniel 9 leva ao estabelecimento da data de 1844 como o ponto de partida para o juízo pré-advento (ver Hasel, 1986, 378-461; ver Juízo III.B.l.a; Santuário III.C.2.a; Remanescente/Três Anjos V.B)

Esse juízo pré-advento está implícito nas declarações de Jesus sobre o fim do mundo. Quando vier o fim, as ovelhas e os cabritos já terão sido identificados (Mt 25:32, 33); assim como o joio e o trigo (13:30). No AT, como no Novo, não há nenhuma decisão final sem meticulosa averiguação (Jó 10:6; cf, Gn 6:5, 12; Dt 17:4; 19:18).

Essas são, em síntese, as tendências do pensamento veterotestamentário sobre a expectativa escatológíca. Elas formam a base para a esperança no NT.

B. *Terminologia no NT*

O NT conservou diversos tipos de declarações do AT a respeito do "dia do Senhor', aplicadas especialmente à segunda vinda de Cristo. Por essa razão, Jesus Se refere à Sua vinda usando termos como “naquele dia” (Mt 7:22) e “naqueles dias” (24:19). Sua volta será “o último dia” (Jo 6:39) e o "Dia do juízo” (Mt 10:15). O apóstolo Paulo o reconhece como "o dia da ira” (Rm 2:5) e "o dia do nosso Senhor Jesus Cristo” (lCo 1:8). O apóstolo Pedro o chama de "o dia de Deus” (2Pe 3:12).

O vocabulário do NT sobre esse tema é mais variado do que o do AT, Para falar sobre o último dia da história, o dia em que Cristo virá, o NT emprega as palavras gregas *parousia, epiphaneia* e *apokalypsis.* Essas palavras enfatizam o aspecto transcendental da segunda vinda do Messias (ver Fagal, 46-64).

1. Parousia

No mundo helenístico, *parousia* tinha dupla conotação. Significava tanto a presença como a chegada que preenchia uma ausência. A palavra também era usada para a epifania de um deus. Os cristãos se apropriaram do termo, imprimindo-lhe um novo significado.

O NT caracteriza o advento de Cristo de diversas maneiras. Paulo emprega a expressão “o dia do Senhor" como o equivalente de *parousia* (iTs 4:15; 5:2). Pedro utiliza

ambos os termos na mesma frase quando fala da "vinda *[parousia]* do dia de Deus" (2Pe 3:12). Foi assim que *parousia* passou a ser um termo escatológico associado ao "dia de Yahweh" no AT.

parousia também evoca o caráter majestoso do evento. O uso enfático do título *Kyrios* (Senhor), com relação à *parousia,* pertence ao protocolo imperial (lTs 4:16, 17). Nesse sentido, faz-se referência à coroa, à alegria (2:19) e à reunião dos fiéis, que saem para encontrar a régia procissão (4:17). A conotação régia dessa palavra prossegue no NT: a *parousia* destruirá todos os principados e potestades hostis, inclusive Satanás, o maligno, e a própria morte. Depois de aniquilados todos os inimigos, Deus sujeitará todas as coisas a Cristo (lCo 15:24-26). No NT, *parousia* é a manifestação gloriosa e régia de Cristo.

2. Epífania

O verbo *epiphainõ* (mostrar, aparecer) e seu substantivo correlato *epiphaneia* (aparição, revelação) ocorrem raras vezes no NT. Possuem ricos significados, que nos ajudam a entender como os primeiros cristãos encaravam a segunda vinda de Cristo. Duas das quatro vezes em que é empregado, o verbo se refere à luz que brilha nas trevas (Lc 1:79;
897 ► At 27:20). As outras duas enfatizam o caráter visível e perceptível da graça e do amor de Deus na pessoa de Jesus Cristo por ocasião de sua primeira vinda (Tt 2:11; 3:4).

O substantivo é empregado nas epístolas pastorais para caracterizar tanto as aparições de Cristo antes do Pentecostes (2Tm 1:10), como Sua segunda vinda no fim do tempo (iTm 6:14). Essas palavras apontam, portanto, para a encarnação de Cristo, para Seu aparecimento na ressurreição e para a segunda vinda. Esse uso tríplice direcionava a fé da primitiva igreja para a natureza visível da segunda vinda de Cristo.

O contexto do uso de *epiphaneia* em 2 Timóteo 4:1 e 8 ressalta o caráter escatológico iminente da expectativa. Sob a forma de uma confissão de fé, o aparecimento de Cristo aparece associado com o juízo final. A associação de *elpis* (esperança), *epiphaneia* (manifestação) *edoxa* (glória), em Tito 2:13, acentuam a expectativa de um evento visível. Quando se acrescenta a esses testemunhos o anuncio da revelação do iníquo, pouco antes da segunda vinda de Cristo (2Ts 2:8), percebe-se que a palavra *epiphaneia* acentua a natureza visível do aparecimento de Cristo no fim do tempo.

3. Apocalipse

O NT emprega o termo *apocalypsis* (revelação, apocalipse) para mostrar que revela agora algo que estava previamente escondido. A palavra é utilizada para designar o mistério da salvação (Rm 16:25), o evangelho (G1 1:12) e um plano a ser seguido (2:2).

O termo se refere também a uma manifestação. Esse é o sentido sempre que a palavra designar o segundo e glorioso advento de Jesus Cristo, vindo do Céu, A glória de Cristo ainda está oculta (Lc 17:30). Só é percebida pelos olhos da fé (Ef 1:17, 19), mas será manifesta um dia (At 3:21). Aquele que deve vir voltará. Ele descerá do céu em Sua glória (2Ts 1:7; lPe 4:13). Os crentes vivem na expectativa desse dia (lCo. 1:7; lPe 1:7).

C. O C*entro da Esperança*

Esse exame do vocabulário e dos principais temas do Antigo e Novo Testamentos referente ao fim do mundo mostra que a esperança da vinda de Deus no AT e da volta de Jesus no NT representa a culminação de toda a escatologia bíblica.

1. A Esperança

Está presente por toda parte do NT o profundo anseio pela segunda vinda de Jesus. Esse anseio se relaciona com a esperança de justiça (G1 5:5), glória (Cl 1:27), ressurreição (At 24:15), salvação (lTs 5:8) e vida

eterna (Tt 1:2). Fundamenta-se no próprio Deus (lTm 4:10). Jesus promete vir outra vez (Jo 14:3,28), anuncia Sua glória (Mt 24:30) e garante que não será o juiz iníquo que ignora os que a Ele clamam dia e noite (Lc 18:6-8). A paciência dos que nEle confiam não será em vão (Mt 10:22).

Apesar disso, a "bendita esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus" (Tt 2:13) não deve ser confundida com a esperança humana comum. Esperança, no sentido costumeiro da palavra, é uma aspiração, um desejo em relação ao futuro. Deseja-se algo ainda não possuído no presente e de posse incerta,

Mas a esperança bíblica tem âncora segura e firme (Hb 6:19). Baseia-se nos feitos poderosos de Deus no passado: Deus libertou Seu povo do Egito; Jesus Cristo "veio para o que era Seu" (Jo 1:11), morreu pelos nossos pecados e ressuscitou para a nossa justificação (Rm 4). A esperança bíblica está alicerçada sobre essa rocha, que é o poder de Deus, "o qual exerceu Ele em Cristo, ressuscitando-0 dentre os mortos e fazendo-0 sentar-Se à Sua direita nos lugares celestiais", acima de todos os poderes terrenos (Ef 1:20, 21). Consiste numa esperança viva, que se funda na soberania presente de Jesus, que foi feito Senhor e Cristo (At 2:36). Ele se tornou "precursor" e "entrou por nós" no santuário celestial (Hb 6:19, 20).

898

A esperança cristã se baseia em algo já realizado, do qual o próprio Cristo deu testemunho (ICo 15:19, 20). Por meio do Espírito Santo (Rm 5:5), o Deus da esperança chama os escolhidos (Ef 1:18) e lhes enche o coração de esperança (Cl 1:27). Sem Deus, não haveria nada por que ter esperança (Ef 2:12); com Deus, a esperança fortalece a fé e mobiliza o amor (Cl 1:4, 5).

2. Maranata

A esperança escatológica sempre foi cara ao coração dos cristãos. A persistência da antiga fórmula aramaica *maranalha* (ICo 16:22) na tradição da igreja dá testemunho desse fato. Essa oração de que "nosso Senhor virá", foi mantida em sua forma original, assim como a oração pronunciada em aramaico por Jesus (A*bba*, "Paí", Mc 14:35). *Maranatha* está traduzida em grego em Apocalipse 22:20.

A importância dessa oração nos cultos de adoração da igreja primitiva mostra o quanto a igreja vivia na expectativa da segunda vinda. Essa vinda também era prenunciada no culto da santa Ceia: o apóstolo Paulo disse que partilhar do pão e do cálice da comunhão constituía uma proclamação de fé na vinda do Senhor (ICo 11:26). Tanto a expectativa quanto o anúncio do segundo advento encontram seu lugar no coração da liturgia da igreja primitiva.

3. Ação de Graças

As ações de graças também ocuparam lugar importante na liturgia da igreja primitiva, especialmente no culto de comunhão. O apóstolo Paulo empregou ações de graça como introduções para as cartas que endereçou às igrejas. Uma ação de graças continha os elementos de fé comum a todos quantos a pronunciavam. Quando o apóstolo apelava às igrejas, escrevia sobre o dar graças, ao que seus leitores deviam dizer "amém".

A maioria das ações de graças termina com uma referência ao segundo advento (ICo 1:7; Ef 1:10; Fp 1:6; iTs 1:10; 2Ts cf. também lPe 1:5). A referência à segunda vinda na fórmula de ação de graças demonstra como a esperança no segundo advento jaz no próprio coração da fé e da adoração na igreja apostólica. Para a igreja, a presente "vinda" de Jesus aos Seus por meio do Seu Santo Espírito constituiu a garantia da herança porvir (Ef 1:13, 14). A vinda do Espírito não era a última promessa; o Filho do Homem ainda precisava aparecer nas nuvens do céu.

4. O Filho do Homem

Jesus aplicou muitas vezes a Si mesmo o título "Filho do Homem". O termo deriva de Daniel 7:13, em que o Filho do Homem aparece como uma entidade escatológica, dotada de atributos divinos e cumprindo o régio poder messiânico (Ferch, 174). Isso é confirmado pela menção da nuvem sobre a qual Ele Se desloca e o poder de julgar que Lhe é conferido (Dn 7:13, 14).

O título "Filho do Homem", atribuído por Jesus a Si mesmo, ajuda a explicar a parousia. Ao empregar esse título, Jesus anunciou Sua identidade. A fórmula exprime uma dimensão concreta de Sua existência terrena. Ele também indicou claramente como e por que irá retornar. Primeiramente, porque Aquele que deve vir é Aquele que virá; o Cristo ressurreto é reconhecido por Suas características humanas (Lc 24:30, 31, 41-43; Jo 20:20, 27). Em segundo lugar, Ele foi elevado à glória por uma nuvem (At 1:9), e numa nuvem gloriosa há de retornar (Ap 1:7). Cumprindo as funções mencionadas em Daniel 7, Cristo vem julgar o mundo (Mt 25:31-33). Por último, devido às bem reconhecidas interligações entre Daniel 2 e 7, Sua vinda deve ocorrer no fim da história deste mundo. Jesus Se identificou como a pedra que esmiúça a imagem simbólica dos reinos deste mundo (Dn 2:34; Lc 20:18), Com a vinda do Filho do Homem em glória, o reino de Deus é final e eternamente estabelecido (Mt 25:31).

D. O Reino de Deus

§► O anúncio do reino de Deus merece um lugar especial, já que a esperança do reino ocupa lugar central na escatologia do AT. Se Yahweh é Aquele que governa sobre a Terra e as nações (SI 29; 47; 74; 89; 93; 96-99), deve-se também aguardar Seu reino eterno (Dn 2:34,44), que será estabelecido no grande dia de Yahweh (Zc 14:9; Ob 15, 21; Is 2:12-21; 24:21-23): Muito antes da monarquia davídica, o reino de Deus foi celebrado em cânticos (Êx 15:1-18; Nm 23:21, 22; Dt 33:5). Nos ensinos de Jesus, o NT concede ao reino um papel ainda mais importante.

1. Um Reino Transcendental

Os escritores dos evangelhos fazem mais de 100 referências ao reino nos ensinos de Jesus (ver, por exemplo, Mc 1:15; Lc 9:60; 22:18). Em Mateus, Jesus falou especificamente do reino do *Céu* (32 vezes; cf. Mt 3:2; 7:21; 8:11). Essa característica especial de Mateus tem sido muitas vezes atribuída à preocupação do escritor com as suscetibilidades de seus leitores judaicos, que poderíam ficar chocados com o uso frequente do nome de Deus. Mas a preferência de Mateus pelo termo parece se basear mais em questões teológicas do que psicológicas.

No tempo de Jesus, os judeus aguardavam um Messias e um reino terreno. A'Iesmo depois da ressurreição, os apóstolos ainda esperavam pelo restabelecimento do Israel terrestre (At 1:6). Por meio do contraste, Mateus enfatiza a natureza transcendental e a origem celestial, e não terrena, do reino do céu. João vai além de Mateus e Marcos, ao fazer um relato das palavras de Jesus perante Pilatos: "O Meu reino não é deste mundo" (Jo 18:36).

Jesus não anuncia um reino a ser estabelecido progressivamente como resultado de esforços humanos, nem mesmo dos seres humanos santificados pelo Espírito. Seu reino é de natureza diferente dos reinos deste mundo: é um reino futuro, que vai ser estabelecido quando vier o Filho do Homem na *parousia* (2Tm 4:1). E isso o que Jesus ensina na parábola do semeador. O reino do Céu, diz Ele, pode ser comparado a um homem que semeou a boa semente. Esse semeador é o Filho do Homem e esse reino é o reino de Deus (Mt 13:24-30). O Filho do Homem deve vir do céu com Seu reino (16:28). Por essa razão Jesus convidou Seus discípulos a orar: "Venha o Teu reino" (6:10).

2. Um Reino Misterioso

Jesus chamou a atenção para o fato de que o reino já estava presente no meio dos discípulos (Lc 17:20, 21). Onde Jesus está, aí está Seu reino (Mt 12:28). Os que nascem de novo podem vê-lo (Jo 3:3). O reino é um mistério revelado só aos crentes (Mc 4:11). Não constitui o reino da glória, mas o reino da graça, contemplado agora somente pela fé. Na parábola da semente de mostarda, o reino do céu é minúsculo, não maior que um grão de mostarda (Mt 13:31, 32).

Alguns, seguindo os pais da igreja, usaram essa parábola para descrever o crescimento da igreja, vista como o reino de Deus. Mas Jesus não está falando aqui de crescimento. Está fazendo o contraste entre dois estágios do reino: a semente e a árvore. Por mais minúsculo, débil e frágil como aparece agora, o reino de Cristo será um dia poderoso e glorioso. A glória dos justos se manifestará no reino do Pai (v. 43),

Mais do qualquer outro escritor bíblico, o apóstolo Paulo enfatizava o vindouro reino da glória. Os que entram nele passam por sofrimento (Rm 8:17; 2Ts 1:5; ver também 2Tm 4:17, 18). Com ironia, Paulo reprovou os coríntios, que já se imaginavam no reino da glória em virtude de suas experiências carismáticas, ressaltando, em contrapartida, as dificuldades que estavam sofrendo neste mundo (ICo 4:8, 9).

Para Paulo, o reino apresenta um paradoxo. E um reino glorioso (Ef 1:20-22), mas cada pessoa que entra nele o faz por meio de aflições (At 14:22; 2Ts 1:4, 5). Os escolhidos já foram transferidos para esse reino e estão assentados nos lugares celestiais com Jesus Cristo (Cl 1:13;
900 ► Ef 2:6). A vida deles, porém, assim como a glória do reino, permanece oculta. Eles só serão revelados quando Cristo aparecer em Sua glória (2Ts 1:7; Cl 3:3, 4),

Aqui na Terra, os cidadãos do reino não são reconhecidos por sua envolvente glória nem por seus dons oratórios (ICo 2:1, 4), nem pelo que comem ou bebem, mas por sua justiça, paz e alegria, virtudes estas produzidas pelo Espírito (Rm 14:17). Nesse sentido, é possível falar de um reino espiritual que existe quando cada crente é conduzido pelo Espírito.

3. Um Reino Espiritual

De acordo com Paulo, os herdeiros do reino não praticam injustiça (ICo 6:9, 10), mas se submetem à lei de Deus, da qual o amor é a suprema expressão (G1 5:16-23).

Jesus afirmou que, para entrar no reino, é preciso nascer do Espírito (Jo 3:5). Os que se converteram e receberam o batismo da água e do Espírito recebem as boas-vindas no reino de Deus. E por isso que se diz que o reino está dentro do alcance dos pobres no Espírito (Mt 5:3), os que, como crianças, estão prontos a ser instruídos sobre o reino (Mc 10:14). À semelhança dos coletores de impostos e as prostitutas, eles se arrependeram e creram em Jesus (Mt 21:31, 32).

Nem todos os que chamam Jesus de Senhor entrarão no reino de Deus, mas só os que fazem a vontade do Pai (Mt 7:21-23). O reino é governado pela lei de Deus (Mt 5:17-20), de forma que, para entrar na vida, é indispensável observar os mandamentos (v. 21-43; 19:17).

O acesso ao reino é pela graça, que é concedida a todos (Jo 3:16), como a veste nupcial (Mt 22:11). Mas os convidados que se recusam a usar a veste festival mostram que não merecem o reino (v. 13, 14), Já aqueles que experimentam a graça de Deus não podem senão manifestar essa mesma graça, esse mesmo amor, para com os outros (Mt 25:31-46;18:21-35). Quando vier o Filho do homem, Ele recompensará a cada um segundo as obras praticadas (Mt 16:27; ver Salvação IIÍ.C.l, 2).

4. Um Reino Futuro

Certo dia, ao Se aproximar de Jerusalém, Jesus proferiu uma parábola às pessoas que estavam esperando a vinda do reino de Deus para logo. Um homem nobre havia partido para uma terra distante, com o fim de tomar posse de um reino e voltar (Lc 19:11, 12). Através dessa história, Jesus desejava que compreendessem que o reino não seria implantado imediatamente. Como aquele rei, Ele também teria de Se ausentar para um lugar longínquo e depois voltar.

Certos teólogos chegaram à conclusão de que as aparições de Jesus após a ressurreição constituíam Sua segunda vinda. Quando Jesus partiu para o Céu, no entanto, anjos anunciaram aos discípulos que eles deveríam aguardar Sua segunda vinda (At 1:7-11). Assim sendo, a aparição de Cristo após Sua ressurreição não podería ser Seu segundo advento.

Desde o Iº século, a igreja tem esperado por um reino porvir. Enquanto a morte continuar a ocorrer, o reino de Cristo não será completamente estabelecido (iCo 15:24-26). Para Pedro, os incrédulos estão errados em pensar que é vã a promessa do advento do reino. Tão certo quanto o mundo antediluviano foi aniquilado por água, o mundo pós-diluviano será destruído pelo fogo, quando vier o Senhor. A seguir, serão criados novo céu e nova Terra, nos quais habita a justiça (2Pe 3:3-13). João registrou a bela promessa de Jesus: "Não se turbe o vosso coração; credes em Deus, crede também em Mim. Na casa de Meu Pai há muitas moradas. Se assim não fora, Eu vo-lo teria dito. Pois vou preparar-vos lugar. E, quando Eu for e vos preparar lugar, voltarei e vos receberei para Mim mesmo, para que, onde Eu estou, estejais vós também" (Jo 14:1-3). Somente a definitiva e total comunhão com Deus porá um fim à miséria deste mundo (Ap 21:1-5).

£?. A *Maneira de Sua Vinda*

Visto que a morte e a ressurreição de Jesus garantem vitória definitiva, os autores do NT declaram que estamos vivendo no fim do tempo (Hb 1:2; 9:26; lCo 10:11; Tg 5:3; IPe 1:20). Essas declarações levaram^! alguns estudiosos a acreditar que a segunda vinda de Jesus não aconteceria literalmente, mas pela presença de Seu Espírito na igreja. Outros creem que a vinda do reino de Cristo será realizada por meio da vitória dos princípios morais do cristianismo.

A ressurreição de Cristo introduz uma nova era — os "últimos dias" (At 2:17; Hb 1:2). O fim se aproxima porque Cristo inaugurou o último período da história deste mundo. A passagem do tempo não significa atraso, mas antecipação (2Pe 3:9); o tempo se move para frente rumo à gloriosa e espetacular manifestação da *parousta* (Rm 13:11, 12). Assim sendo, o crente pode esperar, em confiança, ser admitido na prometida habitação celestial (2Co 5:1-5; Jo 14:1-3).

O NT pode afirmar, portanto, numa cadeia lógica e coerente de pensamento, que a segunda vinda de Cristo será:

1. Pessoal e Literal

Os evangelhos insistem em que o próprio Crucificado apareceu aos discípulos depois da ressurreição. Jesus de Nazaré Se apresentou diante deles (Mc 16:9; Lc 24:25-43). Convidou Tomé, que duvidara, a tocar em Suas feridas (jo 20:26, 27). Jesus foi levado para a glória depois de ter provado aos discípulos, durante 40 dias, que estava realmente vivo (At 1:3).

Aos discípulos, perturbados com essa nova separação, os anjos anunciaram que *esse Jesus* iria voltar da mesma forma como havia ido para o Céu (v. 11). O Filho do Homem fora embora numa nuvem e retornaria sobre as nuvens do céu, com poder e grande glória, segundo Sua promessa (Mt 26:64; Mc 13:26; Ap 1:7).

Segundo o apóstolo Paulo, "o Senhor [...] descerá dos céus" (lTs 4:16). O Senhor, 'que é a nossa vida", Se manifestará (Cl 3:4), a fim de nos conceder'a coroa da justiça" (2Tm 4:8). Estamos aguardando que Jesus, o Filho de Deus, ressurreto dentre os mortos por Seu Pai, venha do Céu (lTs 1:10). Aquele que a Si mesmo Se ofereceu uma vez para sempre para "tirar os pecados de muitos", trará salvação aos que esperam pela Sua vinda (Hb 9:28).

2. Visível e Audível

Se a segunda vinda é pessoal, não pode deixar de ser visível. Os termos *apokaíypsis, epipkaneia* e *parousla,* empregados pelo NT para descrever a volta de Cristo, dão testemunho daquilo que o próprio Jesus anunciou: Todas as nações da Terra O verão (Mt 24:30). João é mais específico: "Todo olho O verá" (Ap 1:7). Seu retorno será acompanhado de terríveis sinais cósmicos impossíveis de se ignorar (Lc 21:25-27). Jesus advertiu Seus discípulos de que falsos profetas tentariam levá-los a crer numa segunda vinda oculta, velada, misteriosa, quando ela será visível de todos os pontos de vista. Será como um relâmpago fendendo as nuvens (Mt 24:26, 27).

Jesus está vindo para manifestar Sua glória (Tt 2:13), para ser admirado nos Seus santos (2Ts 1:10). Ele aparecerá em chama de fogo, para matar os que não conhecem a Deus (v. 7, 8). Qualquer tentativa de reduzir o segundo advento de Jesus a um evento invisível e misterioso é contrária ao testemunho de todo o NT. A vinda de Jesus será pública, anunciada pelos sons de trombeta, como a chegada dos reis do passado (lTs 4:16; Mt 24:31). Não há aqui nenhum segredo.

3. Gloriosa e Triunfante

Se a primeira vinda foi uma vinda de humilhações, a segunda, pelo contrário, será gloriosa. Cristo virá sobre as nuvens do céu, com poder e glória (Mt 24:30), acompanhado pelos anjos (2Ts 1:7). Ele voltará como Rei dos reis e Senhor dos senhores (Ap 19:16), vitorioso sobre todos os Seus inimigos (iCo 15:25).

O mundo vive na angústia da incerteza sobre o presente e o futuro. A teologia não pode apaziguar esse mal-estar, reduzindo a escatologia à sobrevivência após a morte. Para além do fim da existência de cada indivíduo, a Escritura responde à questão relativa ao futuro da história, anunciando o segundo advento de Cristo em glória, A perspectiva gloriosa da segunda vinda do Salvador, a esperança de todos os cristãos, enriquece o futuro do crente (lTm 1:1).

902

4. Cataclísmica

O AT já havia anunciado o fim deste mundo. O NT associa esse fim com a segunda vinda de Cristo (Mt 13:40-41). Segundo Daniel, a pedra cortada da montanha vai reduzir a nada todos os reinos do mundo (Dn 2:44). Da mesma forma que o dilúvio aniquilou o mundo antediluviano, assim a vinda de Cristo fará o céu "passar com estrepitoso estrondo" e queimará a Terra (2Pe 3:10). Pelo fato de Deus querer estabelecer "um novo céu e uma nova Terra" (Ap 21:1), o fim deste mundo, como o conhecemos agora, não constitui um fenômeno mundial apenas; tem dimensões cósmicas.

5. Súbita

O caráter transcendental da segunda vinda é sublinhado mais uma vez pela sua subitaneidade. Homens e mulheres serão apanhados de surpresa. Jesus empregou várias metáforas para advertir os discípulos sobre isso: o ladrão na noite (Mt 24:42-44; Lc 12:40; cf. lTs 5:2, 4, 2Pe 3:10), o noivo e as 10 virgens (Mt 25:1-13), o dilúvio e o mundo antediluviano (24:38, 39). O apóstolo Paulo acrescenta a isso a figura das dores de parto de uma mulher grávida (lTs 5:3).

Longe de sugerir uma segunda vinda secreta ou invisível, essas imagens a anunciam como o início de uma cena de ação de

forma súbita e inesperada. Foi por isso que os discípulos receberam a advertência para ficar vigilantes (Mt 25:13, 24:42). “Ficai também vós apercebidos”, disse Jesus, “porque, à hora em que não cuidais, o Filho do Homem virá” (24:44).

As figuras de linguagem usadas por Jesus e Paulo jamais mencionam o tempo em que o advento ocorrerá: O chefe da casa não sabe quando virá o ladrão; as virgens não sabem quando chegará o noivo; e a parturiente gostaria de saber quando começarão as dores. Ninguém sabe a hora, nem os anjos, nem mesmo o Filho (Mt 24:36), mas somente o Pai (Mc 13:32). Os discípulos não foram informados da hora exata (At 1:6, 7; RH, 16/8/1887; Tl, 72).

Apesar disso, Jesus ofereceu sinais que prenunciariam Sua vinda, não para dar margem a se fazerem cálculos para o estabelecimento de uma data, mas para manter os discípulos atentos e despertos (lTs 5:4-6). Ninguém sabe se o Senhor virá à noite, à meia-noite, no cantar do galo, ou na parte da manhã. Não obstante, ninguém deve estar dormindo quando Ele chegar de repente (Mc 13:35, 36), visto que importantes eventos já anunciaram Sua vinda (Mc 13:28, 29). É importante estar atento aos sinais.

K *Sinais da Secunda Vinda*

No estudo que fez sobre a esperança do advento, Samuele Bacchiocchi dedicou muitas páginas aos sinais da segunda vinda de Cristo (113-262). Isso se acha em harmonia com a ênfase dada pelo próprio Gristo aos sinais em Seu discurso do Monte das Oliveiras (Mt 24; Mc 13; Lc 21). O crente que aguarda a segunda vinda encontra esperança nos sinais. Assim como as profecias foram dadas para reforçar a fé dos discípulos (Jo 13:19, 14:29), os sinais dinamizam os crentes, que reconhecem como Paulo que “a nossa salvação está, agora, mais perto do que quando no princípio cremos” (Rm 13:11, 12).

Os sinais devem ocorrer na natureza, entre as nações e no coração dos seres humanos. No entanto, antes de abordar os sinais, é preciso examinar certos versos complicados, usados para estabelecer uma data para a segunda vinda.

1. Alguns Textos Difíceis

A interpretação errônea de três textos em Mateus fez alguns sugerirem que Jesus tinha em mente uma data muito próxima para a segunda vinda. Uma vez que o advento não ocorreu na época, nega-se a confiabilidade da Escritura. Um exame dessas passagens deve esclarecer o verdadeiro sentido dos sinais nesses versos.

a. Mateus 10:23. "Quando, porém, vos perseguirem numa cidade, fugi para outra; porque em verdade vos digo que não acabareis de percorrer as cidades de Israel, até que venha o Filho do Homem.”

Esse texto parece sugerir que decorrería somente um curto período de tempo antes da volta de Cristo. Numa tentativa de relacionar essa afirmação com a demora de quase 2 mil anos, alguns têm sugerido que a vinda do Filho do Homem era, na realidade, a ressurreição ou o derramamento do Espírito Santo. Outros entendem isso como uma expressão dos desejos da comunidade cristã de Mateus.

Em Mateus 24, Cristo junta a profecia da destruição de Jerusalém com a predição do fim do mundo. Essa aparente fusão do particular com o geral é característica de muitas profecias escatológicas. Assim como o juízo do mundo, no AT, é visto dentro do contexto dos juízos pronunciados contra Edom (Is 34:5-15; Jr 49:7-22) ou a Assíria (Na 3:18, 19), assim, neste capítulo do primeiro evangelho, o juízo deste mundo está aparentemente mesclado com o juízo sobre Jerusalém.

Nessa passagem, o termo Israel parece ter sido usado não no sentido geográfico ou político, mas sim com referência às pessoas.

Essa passagem pode ser interpretada como uma dupla predição: o evangelho seria propagado até o próprio fim do tempo, e seria acompanhado, às vezes, por dificuldades e perseguições. Assim, se entendermos Israel como um termo amplo e discípulos como se referindo a todos os crentes, o processo de pregação continua até a segunda vinda, seja qual for o tempo em que ela ocorra.

b. Mateus 16:28. “Em verdade vos digo que alguns há, dos que aqui se encontram, que de maneira nenhuma passarão pela morte até que vejam vir o Filho do Homem no Seu reino.”

Para os pais da igreja e muitos eruditos ao longo dos séculos, Jesus se referia aqui à transfiguração, conforme indica Mateus 17:1. Em Mateus 16:21-28, Jesus anuncia Sua morte e expõe o custo do discipulado para Seus seguidores. Depois os incentiva, ratificando a certeza de Sua vitória gloriosa: alguns veríam a glória dEle em seu tempo de vida. Mateus observa imediatamente que a transfiguração ocorreu apenas seis dias depois.

Que os discípulos foram testemunhas oculares de Sua majestade é confirmado em 2 Pedro 1:16-18. Gertamente, a transfiguração apresenta determinadas características em comum com a segunda vinda: ela ocorre em um lugar alto e é acompanhada por uma nuvem luminosa (Mt 17:1, 5; 26:64; cf. Dn 7:13).

c* Mateus 24:34* “Em verdade vos digo que não passará esta geração sem que tudo isto aconteça.”

O equívoco a respeito do tempo da segunda vinda tem origem na interpretação da palavra “geração”. A palavra *genea* pode se referir à posteridade ou ao tempo entre o nascimento de um pai e seu filho. Também designa uma era ou período de tempo. A palavra grega correspondente ao hebraico *dor,* frequentemente utilizada para designar um grupo ou classe de pessoas: “geração obstinada e rebelde” (SI 78:8), não se limita a um grupo etário. Em Provérbios 30:11-14 (KJV), a palavra inicial de cada verso é *dor,* “geração”; a ARA traduz corretamente "Há daqueles que”, pois aqui “geração” se refere a um tipo de pessoa, e não a um grupo etário.

Em harmonia com esse emprego do AT, Jesus tería utilizado a expressão “esta geração” sem um significado temporal, para se referir a uma classe de pessoas. A geração má deverá incluir todos os que partilham características malignas (Mt 12:39; 16:4; Mc 8:38).

Caso se atribua à palavra “geração" um significado temporal, nessa passagem, deve-se tomar cuidado em respeitar os prazos indicados no quadro. Em Mateus 24:34 Jesus está falando de eventos finais. Assim, a geração temporal seria a dos que vivem no tempo do fim, e não daqueles a quem Jesus estava Se dirigindo.

O próprio Jesus deixa claro que Suas palavras não eram para ser tomadas como parâmetro para fixar um prazo para Sua vinda. ^904 Disse Ele: “Mas a respeito daquele dia e hora ninguém sabe, nem os anjos dos céus, nem o Filho, senão o Pai” (Mt 24:36), Isso não se coaduna com a alegação de alguns de que, apesar do dia ou da hora não poderem ser conhecidos, é possível determinar o ano. Em parte alguma Jesus sugere uma data para Sua vinda, quer em Seu tempo quer num futuro distante.

Na versão de Marcos do “sermão profético” de Jesus (Mc 13), não resta dúvida de que Cristo não espera que todas as profecias se cumpram durante o tempo dos apóstolos, Jesus disse: “Ainda não é o fim” (v. 7); “Estas coisas são o princípio das dores” (v. 8); “é necessário que primeiro o evangelho seja pregado a todas as nações” (v. 10); “aquele, porém, que perseverar até ao fim, esse será salvo” (v. 13). Em último lugar, os eleitos seriam reunidos “dos quatro ventos, da extremidade da terra até à extremidade do céu”

(v. 27), sugerindo os resultados do evangelismo mundial.

Nenhum desses três textos pode ser usado como base para definir o tempo da segunda vinda de Cristo. Tampouco podem eles ser considerados como prova de que os sinais da segunda vinda não são válidos. Os sinais servem como pontos de referência, garantindo-nos que o processo histórico está avançando em direção à sua meta, sem um calendário específico para o fim. O crente se enche de esperança à medida que os sinais se vão cumprindo.

Os sinais proféticos foram dados para fortalecer a fé dos discípulos (Jo 13:19, 14:29) e mantê-los despertos para a importância dos tempos. Assim também devem eles nos manter alerta e nos ajudar a entender que o fim "está, agora, mais perto do que quando no princípio cremos" (Rm 13:11).

2. Sinais no Mundo Natural

"Haverá sinais no Sol, na Lua e nas estrelas", predisse Jesus (Lc 21:25). Ele detalhou depois: "Mas, naqueles dias, após a referida tribulação, o Sol escurecerá, a Lua não dará a sua claridade, as estrelas cairão do firmamento, e os poderes dos céus serão abalados" (Mc 13:24, 25).

Jesus não estava apenas anunciando futuros eclipses do Sol e da Lua, Isso não constituiría bons sinais, porque eles ocorrem regularmente e não constituem fenômenos excepcionais. Além disso, é preciso considerar o lugar que esses sinais ocupam no sermão do Monte das Oliveiras: depois de uma grande tribulação e um pouco antes do aparecimento de Cristo (Mc 13:24-26; Mt 24:29, 30). Esses sinais eram específicos e marcavam o fim dos 42 meses de perseguição, conforme descrito em Apocalipse 12:13-17 e 13:1-10.

Em Apocalipse 12 e 13, João faz referência a Daniel 7-9, em que o profeta vê um chifre, uma potência, surgindo do Império Romano e falando contra Deus e Seus santos. Seguindo um vasto grupo de intérpretes historícistas, os adventistas do sétimo dia reconhecem o papado nesse poder político-religioso (SDABC4, 49-54). Esse poder cresceu lentamente a partir das ruínas do Império Romano e recebeu grande impulso por volta de 538, quando o cerco de Roma foi suspenso e em seguida os ostrogodos foram derrotados (ibid., 834-838). Durante 12 séculos, as pretensões de Roma papal foram de tal ordem que esse poder perseguiu os que dele discordavam. A profecia de Daniel 7:25, interpretada por João, em Apocalipse 12:6 e 14, como 1.260 dias proféticos ou 1.260 anos, de acordo com o princípio dia-ano (Shea, 56-92), situa o fim do período profético em 1798. Naquele ano, os efeitos da Revolução Francesa trouxeram como resultado a quebra do poder da Igreja Católica Romana, quando o general L.A. Berthier exilou o papa Pio VI (ver PFOF2, 749-782).

É compreensível, portanto, que esses eventos tenham feito reviver uma esperança escatológica em todo o mundo. Por três vezes Daniel situa o juízo final imediatamente após as maldades cometidas pela besta (7:13, 14, 21, 22, 26). Dentre as agitações políticas e religiosas que abalaram a Europa no fim do século 18, surgiu um grande despertamento, e a atenção dos fiéis foi dirigida para os sinais dos tempos profetizados. O fim do mundo parecia estar próximo, e os sinais que precederíam esse acontecimento foram reconhecidos.

O aparecimento de fenômenos celestes seria precedido, conforme João, por um grande terremoto (Ap 6:12). O livro do-«5 Apocalipse costuma associar terremotos a eventos finais (8:5; 11:13, 19; 16:18), como se a própria Terra partilhasse a angústia dos seres humanos que enfrentam a terrível expectativa dos eventos que se seguem (Lc 21:25, 26).

a. Terremoto de Lisboa. O terremoto de Lisboa, ocorrido em Iº de novembro de 1755,

foi um dos mais violentos registrados na história, Foi sentido no norte da África e em várias partes da Europa. Agravado por um tsunami, ele causou a morte de dezenas de milhares de pessoas. Foi reconhecido na época como um presságio do fim (Smith, 439-441).

b. Escurecimento do Sol. Em 19 de maio de 1780, espessas trevas cobriram a parte nordeste do continente norte-americano, ficando assim até a manhã seguinte. Muitos acreditaram que o tempo do juízo havia chegado. Após o dia escuro, a Lua surgiu vermelha como sangue. Esses fenômenos podem ser associados aos sinais celestes que acompanharam o terremoto visto por João; "O Sol se tornou negro como saco de crina, a Lua toda, como sangue" (Ap 6:12; Smith, 441-445).

c. Queda das estrelas. Além dos sinais já descritos, João constata que “as estrelas do céu caíram pela Terra, como a figueira, quando abalada por vento forte, deixa cair os seus figos verdes” (Ap 6:13). Essa parte da profecia de João se cumpriu no dia 13 de novembro de 1833. Naquela noite o céu foi atravessado por aproximadamente 60 mil meteoros por hora. Do Canadá ao México, do Oceano Atlântico ao Pacífico, toda a América do Norte foi testemunha dessa extraordinária manifestação. Muitos se perguntavam sobre o significado de tal evento (PFOF4, 289-300; Smith, 439-448).

Em si mesmo, um terremoto ou uma chuva de meteoros pode não ter mais significado religioso que uma tempestade ou uma nevas ca. Mas quando esses fenômenos são notáveis e ocorrem de acordo com a sequência bíblica, no tempo previsto pela profecia, é preciso atentar para as palavras de Jesus: “Ora, ao começarem estas coisas a suceder, [...] a vossa redenção se aproxima” (Lc 21:28).

Os adventistas do sétimo dia têm tradicionalmente dado particular importância aos sinais que apareceram em regiões onde as pessoas estavam estudando as Escrituras, principalmente a profecia bíblica. Já naquela época esses fenômenos foram considerados sinais divinos.

d. Fomes. Sem incluí-las em uma ordem cronológica precisa, Jesus também anunciou que, antes de Sua vinda, haverá fome em diversos lugares (Mt 24:7). Pode ser difícil reconhecer a fome como um sinal pelo fato de hoje a fome ser tão generalizada. Sempre existiu fome. No entanto, a dimensão da fome no século 21 não tem precedentes. Além disso, a fome é prova da nossa incapacidade de resolver os problemas, apesar das extraordinárias conquistas científicas. Também atesta o egoísmo e a violência, que são as raízes da maioria das fomes endêmicas.

No AT, a fome era considerada juízo de Deus sobre Seu povo, ou sobre nações pagãs, devido à sua rebeldia (2Sm 24:13; Jr 29:17, 18; Ez 5:11, 12). Hoje não julgamos culpadas as populações famintas da Terra. Mas as legiões de pessoas famintas dão testemunho de que está próximo o dia d Aquele que há de julgar o mundo.

e. Outras catástrofes naturais. Jesus não anunciou apenas um terremoto; predisse muitos (Mt 24:7). Fomes e terremotos são apenas um aspecto do desequilíbrio do nosso planeta. O movimento ecológico ao redor do mundo hoje enfatiza os crescentes problemas criados pela negligência e ganância humanas. E tempo de Deus julgar “os que destroem a Terra” (Ap 11:18).

3. Sinais no Mundo Moral

Os males deste mundo não são simplesmente uma consequência de fenômenos naturais. As pessoas desempenham papel importante neles. No sermão que proferiu no Monte das Oliveiras, Jesus anunciou a degradação moral da raça humana, comparando o tempo do fim com a situação anterior ao dilúvio (Mt 24:37-39), quando "a maldade do homem se havia multiplicado na

Terra" (Gn 6:5). Também comparou o tempo
906 ► do fim com o estado de Sodoma antes de ser destruída (Lc 17:23-30). Paulo descreve em detalhes a corrupção moral do mundo no tempo do fim (2Tm 3:1-5), Estatísticas sobre a enorme quantidade de crimes confirmam Suas predições.

Jesus utilizou duas palavras-chave para descrever a condição moral do mundo às vésperas de Sua segunda vinda. Disse que, "por se multiplicar a *iniquidade,* o *amor* se esfriará de quase todos" (Mt 24:12), "Iniquidade" vem do grego *anomia,* que se refere mais especificamente à ausência de lei, à recusa em reconhecer a autoridade de qualquer lei e, portanto, de viver uma vida orientada somente pelos próprios desejos e paixões. É dessa ilegalidade que emanam todos os desvios em matéria de sexualidade, alimentação, entretenimento e lazer, que as pessoas modernas praticam em nome da liberdade. Em contrapartida, o Apocalipse elogia aqueles que no tempo do fim "guardam os mandamentos de Deus" (Ap 12:17; 14:12).

O segundo termo usado por Jesus em Mateus 24:12 é *agape,* "amor". Paulo dá a essa palavra uma definição ampliada em 1 Coríntios 13. *AgapS* preside as relações interpessoais. Sua ausência resulta em conflitos familiares, como o divórcio, conflitos entre nações (Mt 24:7), rupturas sociais por meio de exploração, revoluções e greves, bem como a perda de respeito pelos seres humanos (10:21). A falta de amor pode assumir formas criminosas, tais como estupro, homicídio, roubo ou uso de drogas, mas também leva a diferentes formas de exploração mútua entre os seres humanos (ver Tg 5:1-6; T2, 252; FEC, 101).

4. Sinais no Mundo Religioso

De uma perspectiva religiosa, o tempo do fim é paradoxal. Por um lado, o evangelho é anunciado a todo o mundo (Mt 24:14). Já em seu tempo, os apóstolos se haviam empenhado nesse propósito (Cl 1:6). Agora, no tempo do fim, a proclamação do evangelho é simbolizada por um anjo que clama com grande voz: "Temei a Deus e dai-Lhe glória, pois é chegada a hora do Seu juízo; e adorai Aquele que fez o céu, e a Terra, e o mar, e as fontes das águas" (Ap 14:6, 7; ver Remanescente/Três Anjos V.A-E). Por outro lado, as pessoas tentarão matar sua sede da Palavra de Deus em cisternas rotas (Am 8:13, 14; Jr 2:13). Jesus chamou a atenção para o fato de que falsos cristos e falsos profetas iríam aparecer no tempo do fim (Mt24:5, 11;ME1, 15). Entre esses se encontra o que João denuncia em termos especiais, o chamado anticristo (ljo 2:18, 4:3; 2Jo 7), ou seja, aquele que se opõe a Cristo ou que deseja tomar o lugar d Ele. No tempo de João, o espírito do anticristo já era reconhecido por rejeitar a encarnação e a divindade de Cristo (ljo 2:22). Esse mesmo espírito de falsidade irá reaparecer na besta de Apocalipse 13:11-17. Desenvolver-se-á com isso uma forma extrema de opressão e fanatismo religioso, que irá pôr fim à liberdade religiosa, impondo uma nova forma de idolatria (Ap 13:14-17) semelhante à ordenada por Nabucodonosor, rei da Babilônia (Dn 3).

O desafio durante esse período de angústia e engano é per se vera r até o fim para ser salvo (Mt 10:22; Ap 13:10; 14:12). Por isso é importante que todos os crentes estejam familiarizados tanto com os verdadeiros quanto com os falsos sinais da vinda de Cristo (ver Grande Conflito V.A-C).

5. Falsos Sinais

Jesus advertiu Seus discípulos de que alguns fariam milagres em Seu nome, apesar de Ele não reconhecer nem aceitar essas pessoas (Mt 7:21-23). No discurso escatológico que fez, advertiu contra a natureza desses falsos milagres e seu propósito: "enganar, se possível, os próprios eleitos" (Mt 24:24), O apóstolo Paulo revelou que o

"homem da iniquidade" se manifestaria "com todo poder, e sinais, e prodígios da mentira" (2Ts 2:3-9). Paulo descreve a vinda do "iníquo" nos mesmos termos usados para descrever o advento de Jesus: *apokalypsis* (v. 3, 6, S) e ■*parousia* (v. 8, 9).

O profeta Elias invocou fogo do céu, da parte do Senhor, sobre o altar no Monte Carmelo para comprovar a identidade do verdadeiro Deus (IRs 18:24, 38). No tempo do fim, o mesmo milagre será realizado pelo poder que possui dois chifres, parecendo cordeiro,
907 ► mas que fala como dragão (Ap 13:11, 13; GC, 624). O único meio de escapar a tal sedução é o amor à verdade (2Ts 2:10; RH, 5/9/1899).

6. Um Sinal Erroneamente Interpretado

A escola de pensamento dispensacionalista aplica a visão de Ezequiel 37 ao Estado de Israel, O retorno de Israel à Palestina, sua conversão a Jesus Cristo, o restabelecimento da monarquia davídica e a reconstrução do templo servem como sinais do fim para essa escola de pensamento (Pache, 317-350). O arrebatamento secreto da igreja se torna parte importante desse esquema.

Esse ensino não bíblico sobre a conversão maciça do povo de Israel é mais frequentemente apoiado por uma interpretação de Romanos 11:12 e 26. No entanto, esse importante capítulo não é uma profecia sobre o tempo do fim. Paulo demonstra que não há diferença entre judeus e gregos no que diz respeito à salvação, pois todos se acham debaixo do poder do pecado (Rm 3:9). Então ele exprime seu desejo de que todo o Israel seja salvo. Embora todos, judeus e gregos, estejam entregues à desobediência, todos têm igual acesso à misericórdia de Deus (Rm 11:32). Paulo não discute o tempo da conversão do povo de Israel; ao contrário, ensina a forma como ele será reunido: os pagãos se unem aos judeus convertidos, o Israel de Deus (v. 26; cf. Berkouwer, 323-35S).

Fica claro, tanto nas declarações de Jesus (Mt 24:6-13) quanto em Apocalipse 12-14, que o tempo que precede a segunda vinda não será uma idade de ouro. Será mais propriamente um período de angústia e aflição (Lc 21:25,26), Por causa da impiedade dos seres humanos, a fé verdadeira será artigo raro (18:8). Além disso, Jesus não falou de diversos adventos nem sobre diversas ocasiões de conversão, Ele descreve apenas uma vinda visível, gloriosa e em poder. Naquele tempo, os santos vivos, junto com os ressuscitados, serão levados nas nuvens do céu para receber o seu Salvador (iTs 4:16, 17).

G. *Razões -para a Segunda Vinda âe Jesus*

"O triunfo final de Deus é uma necessidade teológica" (Pidoux, 53). Ele é o Altíssimo, o Senhor da história. Demonstrou isso plenamente por meio de Jesus Cristo. Seria contrário à Sua natureza não realizar a promessa que fez de manifestar Sua glória tanto aos vivos quanto aos mortos. Nosso Senhor Jesus vem, portanto, para finalizar a obra de redenção da qual Sua ressurreição foi uma garantia.

Sua segunda vinda realiza sete grandes propósitos:

1. Reunir os Escolhidos

Assim como os sacerdotes tocavam a trombeta no tempo das grandes convocações (Nm 10:2), assim "com grande clangor de trombeta" anjos poderosos reúnem os eleitos desde os quatro ventos (Mt 24:31; Mc 13:27). O "ajuntamento" reflete a esperança israelita de ver os judeus da diáspora reunidos novamente por Deus, de acordo com Suas promessas (Dt 30:3; Is 43:3-5; Ez 39:27). Tendo sido espalhados por todo o mundo a fim de testemunhar de Jesus Cristo (At 1:8), os discípulos são mais uma vez reunidos.

2. Ressuscitar os Mortos

Os crentes que perderam a vida têm o privilégio glorioso de ser participantes na

ressurreição de Jesus (Rm 6:5; Fp 3:10). A ressurreição do Salvador fornece a base da nossa esperança (lPe 1:3; lTs 4); ela garante Sua promessa (Jo 6:40). Se Jesus não trouxer os mortos à vida, o evangelho fica sem sentido e é vã a nossa esperança (ICo 15:14-19). Contrariamente ao pensamento popular de que o espírito continua vivo após a morte, o plano de Deus para os que morreram em Cristo só se completa no glorioso dia da ressurreição. Até lá, os crentes descansam em sono inconsciente, aguardando a ressurreição, época em que receberão a recompensa. Foi por isso que Oscar Cullmann pôde escrever que *'á esperança bíblica da ressurreição não vê o destino individual, a não ser como resultado da
908 ► obra total de Cristo. Essa é a razão por que nosso corpo mortal' (Rm 8:11) vai ressuscitar só no fim," e não na morte de cada indivíduo (1945, 20).

A trombeta que reúne os eleitos também desperta os mortos (lTs 4:16). Esses sairão das sepulturas numa condição gloriosa, vigorosa e imperecível (ICo 15:42-44, 53). Depois exclamarão como o apóstolo: "Onde está, ó morte, a tua vitória? Onde está, ó morte, o teu aguilhão?" (v. 55). Os justos mortos ressurgirão para a vida como testemunhas do poder de Deus (6:14; ver Ressurreição, I, II).

3. Transformar e Receber Todos os Santos

Os justos vivos conservarão seu corpo humano físico, embora não em seu estado presente. Eles serão transformados (Fp 3:21) num piscar de olhos (ICo 15:51, 52), porque o perecível não pode herdar o imperecível (v. 50). Deus quer salvar Seu povo fiel de todos os tempos. Junto aos que estão vivos, os santos ressuscitados serão arrebatados para os ares a fim de formar um alegre séquito para aclamar seu Senhor (lTs 4:17).

4. Destruir os Poderes do Mal e os ímpios

Jesus também virá para pôr fim ao sofrimento deste mundo, destruindo aqueles que o causam. É dessa forma que Ele responde à oração dos mártires que clamavam: "Até quando, ó Soberano Senhor, santo e verdadeiro, não julgas, nem vingas o nosso sangue dos que habitam sobre a Terra?" (Ap 6:10).

Os ímpios não serão capazes de suportar a deslumbrante presença divina. Eles pronunciam sua própria condenação (v. 16). Todos os poderes do mal são destruídos: os ímpios (2Ts 2:8), os que são chamados simbolicamente de Babilônia (Ap 18:8; 19:2), a besta e o falso profeta (v. 20) e todos quantos os acompanham (v. 21). Depois do milênio, o próprio Satanás será destruído (Ap 20:10; ver Milênio, I.C.l, 3).

5. Vindicar a Deus

O problema do mal não é inteiramente resolvido com a destruição de seu autor. Ao longo da história, o amor a Deus tem sido questionado, daí a necessidade de Sua vindicação. Na segunda vinda de Cristo, no entanto, os ímpios foram destruídos pelo brilho da Sua presença. Isso sugere que o juízo pós-milenarista não visa a estabelecer a inocência de alguns e a culpa de outros (Ap 20:4-6, 11-15). Em vez disso, vindica a Deus e Seu relacionamento com a humanidade (Ef 3:10, 11). Essa vindicação consiste em Deus reconciliar o mundo consigo mesmo por meio de Cristo (2Co 5:19). Uma vez que todas as coisas procedem d Ele, a glória pertence a Ele. E para demonstrar por fim o amor, a misericórdia, a justiça e a vindicação de Deus perante todo o Universo que os ímpios ressuscitam após o milênio (ver Juízo, III.B.3).

6. Restaurar a Terra

A natureza ficou sujeita à maldição do pecado e anseia por renovação (Rm 8:19-21).

Os eleitos não precisarão restaurar as ruínas nem apagar os vestígios de uma civilização corrompida. Segundo Suas promessas, Deus criará novo céu e nova Terra (Is 65:17, 66:22, 2Pe 3:13; Ap 21:1). Nesse cenário ideal, os redimidos reconhecerão as grandiosas realizações de todo o plano da salvação (ver Nova Terra, I-III).

7. Restabelecer a Comunhão com Deus

Nada é mais caro ao coração de Deus do que reconciliar todas as coisas consigo mesmo por meio de Jesus Cristo (Cl 1:19, 20; 2Co 5:20; Ef 1:9, 10). A comunhão entre Deus e o homem se acha agora interrompida pelo pecado (Is 59:2). Mas naquele tempo Deus poderá habitar com os Seus (Ap 21:3), e os redimidos estarão para sempre com o Senhor (lTs 4:17).

Todas essas razões para a segunda vinda de Jesus implicam um juízo preliminar, que deve ocorrer antes dessa vinda (Dn 7:9-14). Muitas referências do NT ao fim do tempo mostram que Jesus voltará para dar o veredito, e não para dar início a audiências judiciais (Mt 3:12; 8:11, 12; 13:30; 24:37-41). Isso fica particularmente claro nas parábolas de Mateus 25, que pressupõem um período preliminar de inquérito sobre a maneira como os seres humanos empregaram seu tempo de espera. Na segunda vinda de Jesus, Paulo espera sua recompensa e não um exame do seu caso. Naquela época, ele irá receber “a coroa da justiça" (2Tm 4:8). “E eis que venho sem demora, e comigo está o galardão que tenho para retribuir a cada um segundo as suas obras", diz Jesus (Ap 22:12; ver Juízo, III.B.l).

II. Implicações da Doutrina

A crença na segunda vinda influencia de muitas maneiras a vida dos cristãos. O estilo de vida diário da pessoa reflete não apenas uma crença, mas a motivação para testemunhar e fazer o preparo espiritual para esse dia, independentemente da aparente demora.

A. *Efeitos sobre a Vida Diária âo Crente*

Os detratores da expectativa escatológica consideram-na muitas vezes ímobilizante, pois tornam os cristãos pessimistas a respeito do mundo e desinteressados nos negócios desta vida. E verdade que a fixação de uma data para a segunda vinda levou a atitudes extremas. Na época do apóstolo Paulo, algumas pessoas haviam deixado de trabalhar aparentemente devido a isso (lTs 4:11; 2Ts 3:10-12). Outros haviam abandonado as relações conjugais para se dedicar à oração (ICo 7:3-5) ou pensavam em se divorciar a fim de se preparar melhor para a parousia (v. 10).

No entanto, longe de reduzir os cristãos a ilhas isoladas, o que a esperança no segundo advento faz é lembrá-los de sua missão como sal da terra e luz do mundo (Mt 5:13-16). Quando o Senhor voltar, Ele encontrará Seus servos fiéis dando a Seu povo o necessário sustento (Mt 24:45, 46). Mesmo na administração da riqueza, eles irão glorificar a seu Senhor (Lc 16:11). Cada dia que passa é um tempo de graça do qual o Senhor espera frutos (13:6-9). Esse ensino é ilustrado principalmente pela parábola dos talentos (19:13-26; Mt 25:14-30). Enquanto espera por seu Mestre, cada servo de Deus é chamado a produzir frutos por meio dos dons recebidos. Paulo compreendeu isso muito bem, conforme ficou demonstrado por sua insistência para que os fiéis andassem em fidelidade, conforme o chamado que recebeu (ICo 7:17-24). Além disso, em vista da segunda vinda, a vida de um crente apresenta características éticas específicas. Entre elas estão a esperança, o amor, a humildade e a santidade.

1* Esperança

Servir ao Deus da esperança significa adotar uma forma de pensar plena de alegria, paz e fé no reino futuro (Rm 15:13). Nenhuma situação parece desesperadora, visto que a presença do Espírito Santo garante a promessa do futuro. A esperança é a âncora da alma que mantém o navio da fé firmemente ancorado no próprio santuário de Deus (Hb 6:19, 20). A esperança bane a preocupação, o medo e a angústia, permitindo às pessoas erguer a cabeça (Lc 21:28). Todas as coisas no mundo podem ser avaliadas pelo seu verdadeiro valor sob esta luz.

2. Amor

Jesus não chamou Seu povo para amar mais fervorosamente por causa da proximidade de Sua segunda vinda, mas o segundo advento dá consistência ao amor. O apóstolo Paulo colocou o amor entre a fé e a esperança, entre a certeza do que Jesus fez por nós e aquilo que Ele ainda vai fazer por nós em Sua segunda vinda (G1 5:5, 6). Os cristãos são chamados a viver em um mundo que se opõe à sua fé. A vitória dos ímpios, a incursão dos poderes hostis e a própria fraqueza dos cristãos poderíam levar à dúvida. Mas a fé, carregada pelas asas da esperança, permite que o cristão dê testemunho neste mundo de que o amor nunca acaba (lGo 13:8).

Deus em pessoa virá pôr um fim a todos os sofrimentos (Ap 21:4). Por essa razão, os sofrimentos do crente se tornam uma participação no sofrimento de Cristo e uma promessa de conforto futuro (2Co 1:5-7). Seja qual for o peso do sofrimento, não se pode
§► comparar com a glória porvir (Rm 8:18). Os cristãos podem olhar com confiança para a situação que enfrentam no presente, porque o amor de Deus tornará brevemente a Sua vitória manifesta. A fé, que atua pelo amor, testifica da realidade da esperança.

3. Humildade

Saber que o tempo presente acabará um dia faz com que avaliemos devidamente as riquezas deste mundo. A riqueza em si não deve ser condenada, mas o pensar somente em assuntos terrenos é inimizade contra a cruz (Fp 3:18, 19). Aquele que aguarda o Senhor Jesus como Redentor é um cidadão do Céu (v, 18-20; Jo 14:2, 3). A maneira como o cristão se relaciona com o mundo é determinada pelo conhecimento de que o mundo passa (lGo 7:30, 31). As riquezas devem ser medidas pelo padrão do futuro (lTm 6:17-19), e os bens deste mundo, pela norma do reino de Deus (Mt 13:44-46). Ao procurar primeiro o reino de Deus e a sua justiça, o crente ajunta para si tesouros no Céu (6:19, 20, 33).

O cristão é herdeiro de Deus e coerdeiro com Cristo (Rm 8:17). Iluminado pelo Espírito, o crente descobre a esperança do seu chamamento e a riqueza da glória da herança divina reservada aos santos (Ef 1:1S). Todos os outros assuntos e interesses são transitórios e relativos. Com a mente renovada, pode-se discernir o que é bom, aceitável e perfeito, trazendo as dimensões eternas para as escolhas temporais (Rm 12:2).

4. Santidade

Nunca é demais insistir nas implicações éticas da segunda vinda. Aguardar o juízo final exige vida santa (2Pe 3:11). Acreditar na ressurreição traz consigo um senso de respeito para com toda a humanidade e leva à apreciação do valor do tempo (1 Co 15:32-34). Cristãos não vivem aterrorizados pelo juízo, pois sabem que em Jesus Cristo se acham livres de condenação (Rm 8:1). Mas precisam viver como pessoas redimidas, ordenando sua vida de acordo com a fé (Fp 2:12, 13). Sem santificação ou santidade, ninguém verá o Senhor (Hb 12:14).

Crescimento em santidade não significa retração pessoal, busca da própria salvação a parte dos outros. A esperança do segundo

advento mobiliza valores sociais (Hb 10:25); desenvolve o senso de justiça, bondade, beleza e verdade (Fp 4:8); melhora o caráter moral dos crentes (LA, 16). Os cristãos são especialmente capazes de combater a injustiça, não com ira (Tg 1:20), mas com as armas espirituais que Deus lhes concedeu (Ef 6:10-18). Servos de Deus não podem ser insensíveis às questões deste mundo (lCo 6:2, 3), enquanto se mantém confiantes de que Cristo irá em breve vindicar aqueles que a Ele clamam (Lc 18:7, 8; ver Estilo de Vida II.G.4).

B. Motivação -para o Evawge lismo

A convicção de que Jesus voltará em breve afeta não somente a qualidade da vida diária dos crentes, mas também oferece forte motivação para o evangelismo. O tempo de espera oferece oportunidade para o Espírito Santo agir sobre os crentes, imbuindo-os com o senso de urgência e levando-os a empregar os dons que possuem na partilha da mensagem da graça. [1]

1, Tempo do Espírito Santo

Como resposta à pergunta dos discípulos a respeito da data de Seu advento, Jesus prometeu enviar-lhes o Espírito Santo, a fim de fazer deles testemunhas até aos confins da Terra (At 1:8). Embora as boas-novas devam ser pregadas em todo o mundo antes que venha o fim (Mt 24:14), Jesus não faz Sua vinda depender da proclamação do evangelho. Ainda assim, Ele anseia que Seus seguidores tomem parte em Seu plano de salvar o mundo (Mt 9:36-38). Os mesmos sentimentos de compaixão que motivaram Jesus vão inspirar todos aqueles que vivem em Cristo.

O tempo de expectação não é, portanto, um tempo intermediário, um vazio pelo qual devemos passar o mais rapidamente possível, com os olhos fixos no fim. O tempo de espera pertence ao Espírito Santo, que reúne os fiéis para estabelecer a comunidade escatológica.

► O desejo do Espírito é que eles entrem em comunhão com o Cristo vivo e anunciem ao mundo que a mesma graça é oferecida a todos (ST, 15/9/1887; RH, 16/8/1887).

2. Tempo de Graça

"O NT deixa claro que o presente (agora) é *a* oportunidade que os homens têm para se arrepender e crer (Mc 1:15; cf. At 3:19,20) e a demora do fim é apenas para esse propósito — e não indefinidamente." "E a última oportunidade do homem", escreve A. L. Moore (209). O apóstolo Pedro chama o nosso tempo de o tempo da paciência de Deus (lPe 3:9, 15).

O fim do mundo não é uma questão para amanhã, mas um chamado para hoje (Hb 4:7). Na volta de Jesus, "um será tomado, e deixado o outro" (Mt 24:40, 41). Não advertir o mundo significa ser culpado de omissão de socorro a pessoas em perigo. O tempo de graça acabará em breve, e quanto mais se aproxima o fim, tanto mais é urgente tomar posição ao lado de Deus. Como afirma Hebreus 4:1: "Temamos, portanto, que, sendo-nos deixada a promessa de entrar no descanso de Deus, suceda parecer que algum de vós tenha falhado."

3. Tempo de Urgência

Viver na expectativa da volta de Jesus comunica um senso de urgência (YI, 28/4/1908). O próprio Jesus viajou pelas estradas e sendas da Palestina com a convicção de que o Seu tempo era curto (Jo 9:4). O apóstolo Paulo era inspirado por essa convicção (ICo 7:29); por esse motivo, exortava os crentes a fazer o melhor uso possível do seu tempo (Ef 5:16; Cl 4:5). Eles deviam aproveitar todas as oportunidades para dar um testemunho sincero, porque, à medida que o tempo passava, se tornaria cada vez mais difícil encontrar ouvintes simpáticos e atenciosos (2Tm 4:2-4).

Se o diabo é particularmente zeloso, porque sabe "que pouco tempo lhe resta" (Ap 12:12), tanto mais devem os crentes estar despertos, especialmente porque a

"salvação está, agora, mais perto do que quando no princípio cremos" (Rm 13:11; cf. ST, 15/9/1887; RH, 16/8/1887).

4. Tempo dos Dons Espirituais

O livro de Atos mostra que o tempo de espera dá oportunidade para a evangelização do mundo. O Espírito Santo convida pessoas para essa obra (At 13:1, 2). Ele distribui Seus dons para a edificação e crescimento da igreja (Ef 4:11-13). Entre os dons, a profecia foi especialmente favorecida como o dom mais adequado para a edificação do corpo de Cristo e a conversão dos incrédulos (lGo 14:1, 3,24,25).

Os dons espirituais são concedidos, a fim de que os discípulos possam ser sal e luz na Terra, para dar sabor e iluminar o mundo (Mt 5:13-16). Os cristãos não podem se furtar ao dever de testemunhar, especialmente à medida que esse dia se aproxima (ver Dons Espirituais II).

C. *Preparação Espiritual para Sua Vinda*

A fé na segunda vinda de Jesus afeta o nosso sistema de valores, criando uma motivação para o testemunho e a evangelização. Isso também pressupõe inevitavelmente uma preparação espiritual. Após exortar Seus discípulos a estarem prontos para a vinda do Filho do Homem (Mt 24:44), Jesus apresenta a parábola das 10 virgens (Mt 25:1-13). Cinco foram descritas como insensatas porque, embora estivessem convencidas de que o noivo chegaria em pouco tempo, não fizeram nenhum preparo para o futuro. As outras cinco foram chamadas de sábias porque mantiveram o fornecimento de óleo à mão, dando a entender que previam a tardança do noivo. Ambos os grupos foram surpreendidos com o anúncio da chegada do noivo, mas só as sábias foram capazes de passar com êxito no teste do tempo de espera, entre o anuncio e a chegada do noivo. Só aqueles que têm uma relação pessoal com Jesus serão capazes de enfrentar todas as dificuldades.

A parábola de Mateus 25:1-13, a exemplo da anterior sobre os dois servos (Mt 24:45-51), enfatiza a importância da vida espiritual e do serviço fiel em relação à segunda vinda •*- de Jesus. Os cristãos devem ser gratos pelas oportunidades que lhes são concedidas todos os dias para se arrepender e crescer em santidade (Hb 12:14). Eles sabem que muito em breve passarão pela renovação gloriosa, culminância do processo iniciado com o batismo e o dom do Espírito Santo (Jo 3:5).

Para viver eternamente sob a autoridade de Deus, devemos primeiro viver agora em submissão às Suas leis. Por esse motivo, o apóstolo Paulo denunciou os pecados típicos dos perdidos (lCo 6:9, 10). João reforça esse ponto (Ap 21:8; 22:15). Como escreve o profeta Amós: "Ai de vós que desejais o Dia do Senhor!", mas não permitis que "corra o juízo como as águas; e a justiça, como ribeiro perene" (Am 5:18, 24). Em contrapartida, todos aqueles que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus recebem elogios (Ap 12:17; 14:12). Conduta santa e piedosa são os efeitos naturais de aguardar a segunda vinda (2Pe 3:11; cf. T4, 309; ver Grande Conflito VI.E).

D. *Uma Aparente Demora*

Cristo ainda não voltou. Depois de 2 mil anos de expectativa, os cristãos anseiam pelo advento. Poderá a segunda vinda de Jesus ser adiada, atrasada, ou pior ainda, cancelada? Muitos crentes se perguntam sobre essas possibilidades.

Há no NT uma tensão entre a proximidade e a distância da segunda vinda. Para Paulo, Tiago e Pedro, o dia está "próximo" (Rm 13:12; Tg 5:8; lPe 4:7). Jesus garante: "Certamente, venho sem demora" (Ap 22:20). Mas outras passagens colocam a segunda vinda num futuro distante. Para corrigir a ideia de que o reino de Deus iria se manifestar imediatamente, Jesus ensinou a parábola sobre o homem nobre que partiu

para uma terra distante (Lc 19:11-27). Para Mateus, o tal senhor iria voltar "depois de muito tempo" (Mt 25:19). Em outras parábolas, Jesus também faz alusão a uma aparente demora (24:48; 25:5).

Encontramos a mesma tensão no AT. O dia do Senhor se acha tanto longe quanto perto (Hc 2:3; Is 2:2, 20; 13:6; Sf 1:14; 3:8).

A tensão entre o "agora" e o "ainda não" exclui qualquer possibilidade de estabelecer até mesmo o ano da volta de Jesus (MR10, 270). Os discípulos deviam estar preparados para qualquer momento (Mt 24:36-51). A demora, de acordo com Pedro, é uma expressão da longanimidade do Senhor, que não quer que ninguém pereça (2Pe 3:9).

Deus não tarda em cumprir Sua promessa. Como afirma G. G. Berkouwer corretamente: "Se o retorno de Cristo fosse cancelado agora, o resultado seria não apenas decepção ou desilusão, mas uma crise de fé na veracidade e confiabilidade de Deus" (66, 67). A Bíblia nunca sugere a possibilidade de quebra da promessa (2Pe 3:9; Hb 10:39). Pelo contrário, a garantia da segunda vinda é amplamente confirmada.

O próprio Deus confirma a promessa da segunda vinda. Sua Palavra é segura. Alterar o que saiu de Sua boca violaria Sua aliança (SI 89:35); Deus não mente (Nm 23:19, ISm 15:29; Hb 6:13, 18). Apesar de nossa infidelidade, Ele permanece fiel (2Tm 2:13), de modo que podemos guardar firmemente a esperança da fé que professamos (Hb 10:23).

Pela Sua primeira vinda, Cristo confirmou a certeza do segundo advento. A cruz, por meio da qual se ofereceu justificação, provou Sua intenção de completar a salvação dos crentes (Rm 5:8-10). Há certeza nessa promessa: "Aquele que não poupou o Seu próprio Filho, antes, por todos nós O entregou, porventura, não nos dará graciosamente com Ele todas as coisas?" (8:32). A ressurreição e ascensão de Cristo apontam claramente para o Seu retorno (Jo 14:1-3).

O Espírito Santo também confirma a certeza da vinda de Jesus. A própria presença dEle no coração do crente e os dons que Ele concede confirmam a promessa (2Co 1:18-22; Hb 2:4).

A pregação do evangelho, comissionada por Cristo, encontra seu significado e força na esperança da vida porvir. Deus não suscitaria pregadores de uma mensagem para depois ser infiel a essa mensagem (Tt 1:2, 3; Hb 2:1-3).

As reações humanas ao atraso se acham exemplificadas na parábola dos servos fiéis e infiéis de Mateus 24. O servo infiel pensa que seu senhor se demora, pois não está interessado na tarefa que lhe foi atribuída (v. 48). O servo fiel, por outro lado, está totalmente absorvido pela confiança que seu senhor pôs nele (v. 4-46). Ele espera pela vinda de seu Senhor, mas é grato pelo tempo de graça que lhe foi concedido para viver e servir (2Pe 3:9). Alegra-se de que a vinda de Cristo esteja sendo anunciada e de que o evangelho esteja crescendo em todo o mundo (Fp 1:8; Cl 1:6). O tempo parece curto em vista da magnitude da tarefa ainda a ser realizada, tanto no mundo como em seu próprio coração (2Co 7:1; Mt 9:36-38).

A "demora" de Jesus não é um problema para o crente. Ela dá sentido ao sofrimento por que cada crente passa. Cada dia traz a alegria de ver mais pessoas acrescentadas ao povo de Deus (Ap 6:11).

jE. *Conclusão*

A segunda vinda de Cristo dá profundo significado à história das nações e dos indivíduos. Uma história que consiste apenas de fatos empilhados a esmo não teria sentido nem ordem. A história sem um fim ou um objetivo se torna inútil.

A Bíblia reveste a história de um caráter transcendental. Ela teve um começo e vai ter um fim, mas não qualquer fim. Não vai terminar com uma catástrofe provocada

pelo egoísmo e orgulho humano, nem com o glorioso fim prometido nas utopias humanistas. O próprio Deus lhe porá um ponto final (SI 46:9-11).

De igual modo, a vida no Espírito está associada a um destino. Essa vida pode ser semeada com lágrimas, mas a colheita será de júbilo (Sl 126:4-6). As opções éticas dos cristãos fazem sentido. Elas disseminam amor e confiança na promessa de Deus. Jesus está vindo. Aquele que veio à Judeia para ensinar misericórdia e perdão está voltando para estabelecer o Seu reino de amor. "Porque, ainda dentro de pouco tempo, Aquele que vem virá e não tardará" (Hb 10:37).

Em breve o grande conflito entre Deus e Satanás terá chegado ao fim. A justiça divina será estabelecida no mundo através de Jesus Cristo: não só sobre a Terra, mas também no Céu, onde a batalha teve início. Todo o Universo será reconciliado com Deus (Cl 1:20; ICo 15:28).

Jesus está voltando em breve. Que conforto, que certeza, que paz! O último livro da Bíblia se encerra enfatizando a confiança na segunda vinda de Jesus. "Eis que venho sem demora, e comigo está o galardão que tenho para retribuir a cada um segundo as suas obras" (Ap 22:12). Em resposta, "o Espírito e a noiva dizem: 'Vem!' Aquele que ouve, diga: Vem!'" (v. 17). O crente não pode senão aceitar o convite do Espírito Santo e da Noiva replicando: "Amém! Vem, Senhor Jesus!" (v. 20).

III. Contexto Histórico

A. O *Período Apostólico*

Os historiadores são unânimes em reconhecer que a esperança na vinda de Jesus permaneceu viva na igreja primitiva. Os próprios termos de um dos primeiros documentos do NT testificam nesse sentido: 1 Tessalonicenses 4:16 e 17. As ações de graça que introduzem as epístolas paulinas demonstram que a fé na parousia era crença fundamental da igreja primitiva. As epístolas posteriores conservam ainda uma forte expectativa escatológica (2Pe 3:8-13). O Apocalipse de João, escrito num período de crise, no final do Iº século, sustenta a fé dos crentes mediante as gloriosas visões do juízo final.

Mas já no 1° século, falsos ensinos se infiltraram na igreja, ameaçando a fé. Alguns abandonaram sua crença na ressurreição dos mortos (ICo 15:12). Outros questionaram a certeza do segundo advento de Cristo (2Pe 3:4), bem como Sua encarnação (ljo 4:1-3). Os escritores do NT lutaram contra essas tendências, vendo nelas um sinal da proximidade do fim (2:18, 28; 2Pe 3:3).

B. *Período Ante-Niceno*

Alguns estudiosos afirmam que o declínio no fervor da igreja em relação à parousia começou no período do NT. Citam como evidência a escassez de referências escatológicas nas diversas epístolas do NT.

Essas opiniões são, porém, desmentidas pelo testemunho dos escritores do 2° século (Landa, 65-95). As expectativas sobre a parousia continuavam grandes. Nessas condições, Clemente de Roma lembrava aos coríntios que o Senhor voltaria em breve (I *Clemente,* 23); a *Didaquê ê* rica no vocabulário escatológico da epístola de Paulo aos Tessalonicenses (16:3-8), e Inácio de Antioquia escreveu que "os últimos tempos são chegados sobre nós" (*Efésios,* 11), e em virtude disso deviam os cristãos "pesar cuídadosamente os tempos" (*Polycarpo,* 3), A *Epístola de Barnabé* ressalta que "está próximo o dia em que todas as coisas devem perecer junto com o maligno. O Senhor está próximo, bem como a Sua recompensa" (21.3). O *Pastor de Hennas* confia na promessa de Sua vinda *{Visão,* 3.8, 9). Policarpo de Esmirna

(*.FÜipenses*, 5) e Papias (conforme citado em *História Eclesiástica*, 3.39, de Eusébio) escreveram sobre a ressurreição dos mortos e o regresso pessoal de Cristo à Terra.

Os apologistas seguiram o precedente de seus antecessores. Justino Mártir observou que os profetas proclamaram dois adventos. No segundo, Cristo viría "do céu em glória, acompanhado de Suas hostes angélicas, ocasião em que ressuscitaria também os corpos de todos os homens que já viveram" *(Apologia*, 1.52). Ao refutar o gnosticismo, Irineu aplicou à sua época a profecia de Daniel 2, inclusive a "pedra", que significava o reino de Jesus *(Contra as Heresias*, 5.26). No início do 3° século, Tertuliano aguardava a última vinda de Cristo *(Sobre a Ressurreição da Carne*, 22). Em seu *Tratado sobre Cristo e o Anticristo*, Hipólito faz uma revisão das profecias de Daniel e Apocalipse, concluindo com a segunda vinda, conforme descrita nas palavras de Paulo, em 1 Tessalonicenses 4:13-17.

Numa série de escritos desse período, porém, a crença na imortalidade da alma já estava relegando a escatologia a um papel secundário. Com a adoção do pensamento filosófico grego, os escritores cristãos já não sentiam grande necessidade do retorno de Cristo em glória, porque, como observara Inácio de Antioquia, por meio da morte os cristãos se chegam a Deus (*Romanos*, 1, 2, 6).

Orígenes espiritualizou os eventos do fim, mediante o método alegórico de interpretação da Escritura. Ele insistia em que a parousia do Senhor sobre as nuvens acontecia todos os dias na alma dos crentes *(Séries Comentário sobre Mateus*, 50; cf. PFOFl, 317-320).

No início do 3" século, o problema do fim do mundo constituía importante questão entre os cristãos, sobretudo em Roma. A instabilidade política e econômica, com a perseguição, orientaram a especulação profética em direção à vinda do anticristo, que se julgava estar próxima. Ainda muito influenciado pelo ordálio da perseguição, o Concilio de Níceia (325) declarou que "o divino Logos [...] virá para julgar os vivos e os mortos", e que "as Santas Escrituras nos ensinam a crer também na [...] ressurreição dos mortos e de um juízo de retribuição" (Kelly, 210).

C. *Do Período Pós-Ntceno à Reforma*

Pouco depois da morte de Constantino, "desenvolveu-se a ideia de que a Terra, em seu estado atual", era "o *território do reino profetizado*; que a presente dispensação" era "o *tempo de sua realização*; e que o estabelecimento da igreja terrena por mãos humanas" era "o *modo do cumprimento.* Foi assim que passou a se afirmar que a regra hierárquica da igreja era, de fato, o predito reino de Cristo sobre a Terra" (PFOFl, 373).

Vários fatores contribuíram para essa nova tendência de pensamento. O novo status legal da igreja e o apoio concedido pelo império se tornaram primordiais. Em harmonia com esse espírito, Eusébio de Cesareia (340 d.C.), havendo anteriormente ensinado que a segunda vinda teria início no reino divino -«£■ *(Provado Evangelho,* 4.16; 9.17), demonstrava então até que ponto o império cristão cumpria as profecias do AT relativas à aliança *(Comentário sobre Isaías*, 19.18). Ao mesmo tempo, ele cumulou Constantino de elogios, pois o considerava o cumprimento da esperança cristã *(Vida de Constantino*, 2.28; 3.1).

Ninguém negou que o objetivo final da história da salvação era a esperança no advento. De fato, a segunda vinda foi mencionada repetidas vezes em sermões e tratados. Cirilo de Jerusalém chegava a acreditar que "o fim do mundo [...] [era] iminente" *(Leituras Catequéticas*, 15.12). No entanto, a urgência da parousia já não era tão importante para os cristãos como as disputas teológicas a respeito de outras doutrinas.

Influenciado pela interpretação alegórica da Bíblia dos alexandrinos, Ticônio (4º século)

propunha a ídeía de que o sétimo milênio devia ser contado, não a partir da segunda vinda, mas a partir da era cristã (Landa, 86). Agostinho de Hipona (354-430), baseando-se em Ticônio, equiparou a igreja ao reino de Deus e afirmou que Cristo vinha todos os dias e que os mil anos de reinado da igreja sobre a Terra haviam começado com o próprio Jesus (A *Cidade de Deus,* 20. 5-9). Ao mesmo tempo, Agostinho pôde afirmar que "toda a igreja do verdadeiro *Deus* crê e professa como seu credo que Cristo virá do Céu para julgar os vivos e os mortos; isso é o que chamamos de o último dia, ou o último tempo, do juízo divino" (ibid,, 20,1).

Durante toda a Idade Média, a maioria dos teólogos cristãos seguiu o esquema de Agostinho. Eles acreditavam numa possível segunda vinda, embora afirmassem que a igreja era o reino de Deus. Apesar disso, muitos comentaristas escreveram sobre o livro do Apocalipse. A vinda do anticristo e do juízo divino se tornou parte proeminente, embora dolorosa, do pensamento comum. Os ílagelantes da Itália (do século 13) e *A Divina Comédia* de D ante demonstraram até que ponto o temor do inferno dominava o imaginário medieval. Desenvolvia-se a crença de que o "homem da iniquidade", ou o anticristo, cuja vinda era um importante sinal do fim, não era um imperador ou um profeta, mas sim o cabeça visível da igreja cristã. Essa preocupação forneceu o fermento para a Reforma.

D. *Reforma*

Desde Agostinho (5° século), a expectativa escatológica fora aplicada à vitória da igreja sobre o mundo. O fracasso da igreja e da tese agostiniana, porém, exigiam uma reforma.

Para Lutero, o anticristo, cuja vinda deveria preceder o fim do mundo, já se havia tornado realidade com o papado. Devido às "palavras e sinais de Cristo", ele declarou, em 1522, que a segunda vinda não estava muito longe *(Weimar Ausgahe,* 10/1, 2:95); numa *Table Talk* de 1532, ele afirmou que o acontecimento estava "às portas" (‘*Tischreden*, 1291). Essa expectativa era parte profunda e permanente de sua fé. Em vez de ver a segunda vinda como uma manifestação da ira de Deus, Lutero a considerava uma feliz ocasião, que podia ser aguardada com confiança, pois a doutrina da justificação pela fé lhe dava um novo sentido. Ele orava pela vinda desse dia, pois só assim os cristãos seriam libertados do sofrimento e obteriam novos corpos, livres de sofrimento físico (WA, 41:37). Num sermão sobre Mateus 25, proferido em 1537, Lutero traçou o seguinte cenário: "Ele vai retornar no último dia com grande poder e majestade gloriosa, e com Ele todo o exército dos anjos. [...] Será um juízo glorioso e uma indescritível majestade com todos os anjos presentes e o Senhor no meio deles" (ibid., 45:325).

A esperança de Lutero foi mantida viva na Reforma alemã. Seus seguidores, entre eles Melanchton e Nikolaus Herman, criam ardentemente na segunda vinda. Seus hinos, cantados nas congregações, falavam dessa gloriosa expectativa.

João Galvino também admoestou seus seguidores a "desejar o advento do Senhor", como o "mais propício de todos os acontecimentos", quando Cristo virá "como Redentor para livrar" do "mal e da miséria e nos levar para a abençoada herança de Sua vida e glória" (*Institutas*, 3.9.5). Em 1545, Calvino afirmou que a esperança na segunda vinda e no juízo que a acompanha traz felicidade ao crente *(Catequismo da Igreja de Genebra).* Em 1560, ele dedicou dois parágrafos de suas *Institutas* ao julgamento favorável que Cristo pronunciará sobre Seu povo em Sua vinda (2.16,18). Calvino associava a promessa da ressurreição com a segunda vinda (3,25.1-4).

Tanto Lutero quanto Calvino viam a Reforma protestante como o cumprimento das palavras de Cristo em Mateus 24:14. O estudo da Bíblia e a pregação de um

916 +

evangelho mais puro do que o dos tempos de Agostinho e Jerônimo abriríam caminho para a vinda do reino celestial de Deus, Nem um nem outro esperavam que o mundo todo se convertesse, mas Lutero afirmava: ‘Acredito que o último dia não está longe, pois o evangelho está agora fazendo o seu último empenho" *(Tischreden,* 5488).

jE. *Da Reforma ao Século 19*

Após a Reforma, desenvolveram-se no continente duas diferentes concepções escatológicas. A reforma radical manteve vivo interesse na escatologia, algumas vezes com pontos de vista extremados sobre um milênio terrestre. Menno Simons, bem como as posteriores confissões menonitas, sustentavam a crença num breve retorno do Salvador. Por outro lado, no luteranismo alemão, os pietistas insistiam que, para o crente, o maior desafio era estar certo da própria salvação. A marca registrada da experiência dos pietistas era uma intensa experiência religiosa pessoal.

Nas Ilhas Britânicas, a esperança na segunda vinda de Cristo “aparece como um dos mais importantes resultados da redescoberta da mensagem bíblica essencial por parte do puritanismo" (Bali, *Advent Hoyie,* 132). Embora adotassem interpretações divergentes sobre o milênio, teólogos anglicanos, presbiterianos e congregacionalistas escreveram e pregaram sobre a proximidade da segunda vinda. O efeito dessa esperança sobre os crentes, proclamavam eles, era levar uma vida de prontidão para aquele grande dia (ibid,, 146-149).

A Revolução Francesa e as guerras que a sucederam produziram consequências sociais, políticas e religiosas, que, por sua vez, intensificaram as expectativas escatológicas. Desenvolveu-se em todo o mundo um reavívamento generalizado do estudo das profecias, O jesuíta chileno Manuel Lacunza, por exemplo, publicou anonimamente, em 1790, uma obra intitulada *La Venida dei Mesías en Gloria y Majestad,* amplamente traduzida a partir do original em espanhol. Em Londres, Edward Irving (1792-1834) anexou esse livro ao relatório da Primeira Conferência Profética de Albury, em 1826. A essas conferências, realizadas anualmente de 1826 a 1830, acorreram clérigos de diferentes igrejas e confissões religiosas para estudar a proximidade do segundo advento, as profecias de Daniel e Apocalipse e os “deveres da igreja decorrentes dessas questões" (PFOF3, 276). Joseph YVolff, um dos 20 que assistiram à conferência de 1826, viajou por todas as partes da Ásia Ocidental e Central, ensinando que Cristo voltaria por volta de 1847 para estabelecer um governo milenar em Jerusalém. Na Suíça, François Gaussen apresentou, a partir de 1837, uma série de preleções sobre as profecias de Daniel na escola dominical. Nessas exposições, ele mostrava que Daniel e Apocalipse retrataram a história do mundo, história que logo chegaria ao fim.

No início do século 19, numerosas vozes, desde eruditos na Inglaterra a crianças na Suécia, proclamaram a segunda vinda de Cristo, Muitos, inclusive Lacunza, mostraram como as profecias de Daniel e Apocalipse apontavam claramente para o fim do mundo em meados da década de 1900. Nos Estados Unidos, “a profecia foi a força motivadora em grande parte do pensamento e da atividade religiosa" do período (ibid., 4:85). Sermões, panfletos e livros proclamavam que as coisas que estavam acontecendo no mundo só podiam ser um prelúdio do milênio. O mais conhecido dos pregadores estadunidenses foi Guilherme Miller, que, em 1831, começou a escrever e ensinar que Jesus viria em 1843 (sobre Guilherme Miller e o movimento milerita, ver Adventistas I.A-G; Remanescente/Três Anjos VI.G).

Esses movimentos não receberam aceitação universal por parte dos teólogos

tradicionais. A teologia católica, nascida do escolasticismo, oferecia uma escatologia não temporal, mais interessada em morte e juízo, céu e inferno (Rast, 501-503). A teologia protestante, profundamente influenciada pelo desenvolvimento do racionalismo, via o reino de Deus sendo estabelecido na Terra por meio do triunfo da ciência e da razão. De sorte que, na última metade do século 19, a expectativa acerca da proximidade da vinda de Cristo havia quase desaparecido.

K A JEra *Moderna*

Após o grande desapontamento em 1844, os crentes no segundo advento tiveram de enfrentar o problema do atraso da parousia. Esse problema se tornou fundamental para a teologia moderna. Foi necessário explicar por que razão a segunda vinda de Cristo, tão claramente anunciada na Escritura, não acontecera.

O mais notável estudioso a abordar essa questão foi Albert Schvveitzer, que estabeleceu uma distinção entre a fé pensante, que questiona se já entrou numa era sobrenatural; e a fé simples, que vive na expectativa do reino messiânico (75, 90, 99). Para Schweitzer, o evento da cruz já é uma catástrofe escatológica, que coloca um ponto final em qualquer expectativa apocalíptica.

A teologia dialética de Karl Barth e Paul Althaus, retomada por E. Brunner, termina numa escatologia transcendental. Esses autores não conseguiam conceber a consumação da história concreta em um drama universal. Deus transcende o tempo, e Sua ‘vinda” ocorre em todos os momentos.

Rudolph Bultmann deu ainda outro passo ao desmitologizar a escatologia e a história. Ele elaborou uma escatologia existencial, segundo a qual a volta de Cristo ocorre na proclamação da essência do evangelho, que força o ouvinte a tomar uma decisão de fé.

Na escatologia realizada, de C. H. Dodd, o evento final já havia acontecido na vida e pregação de Jesus. Nesse caso, a intervenção escatológica de Deus já fora realizada.

Numa perspectiva diferente, Jürgen Moltmann oferece uma teologia da esperança. O futuro depende das promessas de Deus, cujo cumprimento pode ser visto na participação política, social, ecológica dos crentes no mundo. Moltmann propõe, portanto, uma nova perspectiva humanista da história. O mais destacado proponente da “teologia da esperança” no fim do século 20 foi Wolfhart Pannenberg, cuja escatologia se baseia no “futuro final”, que determina o derradeiro significado da história como um todo e de cada vida humana. No entanto, o conteúdo específico desse “futuro final” pode ser referido apenas metaforicamente e não pode ser previsto. A distinção entre o presente e o futuro parece desmoronar na eterna confluência de todos os acontecimentos (Pannenberg, 81) e sugere que, até certo ponto, Pannenberg partilha da perspectiva de Moltmann.

Oscar Cullmann restaurou para a história da salvação o tema central da Escritura. A história se desenvolve objetivamente no passado, no presente e no futuro. A igreja se situa entre o “já” e o “ainda não", este é o tempo da expectativa e da proclamação do evangelho. Para Cullmann, a ressurreição de Cristo é o fundamento do processo de espera. O crente deve viver no “ainda não”, esperando algo prestes a se manifestar. Reduzir a escatologia a um encontro pessoal de fé é empobrecer a fé. A escatologia bíblica se baseia não só na ressurreição do corpo, mas também na renovação de todas as coisas.

G. Os *Adventistas do Sétimo Dia*

Pouco tempo depois do grande desapontamento de 1844, os crentes no advento ainda ratificaram a precisão da data, mas reconheceram seu equívoco em identificar o acontecimento. A vinda de Cristo ainda estava no futuro; eles se encontravam no tempo de

tardança e deviam ser achados “vigilantes'' acerca desse dia (ver Lc 12:36, 37). Embora as disputas doutrinárias sobre diversos temas tenham criado facções, não havia entre eles graves divergências a respeito da certeza do breve retorno do Salvador.

Em 1850, Tiago Whíte publicou quatro edições da *Advent Review*. Lançou no ano seguinte um novo periódico: *Second Advent Review and Sabbath Herald.* Os títulos davam evidência da esperança e convicção dos pioneiros. Em 1851, Ellen White escreveu que o tempo podia “durar apenas um pouquinho mais” (PE, 58).

Quando a incipiente igreja adotou um nome em 1860, a escolha refletia claramente a confiança dos crentes. “O nome adventista do sétimo dia”, escreveu Ellen White, “exibe o verdadeiro caráter de nossa fé" (TSl, 80). Os primeiros líderes adventistas do sétimo dia se uniram sob a forte convicção de que a segunda vinda jazia bem perto do coração de sua mensagem,

O *Seventh-day Adventist Yearbook de* 1889 afirmava que “a segunda vinda de Cristo deve anteceder, e não suceder, o milênio”, O período profético dos 2,300 dias de Daniel 8:14 terminara em 1844, e “não havia outro período profético que alcançasse o segundo advento”. Além disso, a obra de pregar a “proximidade do segundo advento” era simbolizada pelas três mensagens de Apocalipse 14 (148-150).

A forma básica de os adventistas conceberem a segunda vinda tem variado pouco, através das décadas. A declaração de crenças que apareceu a partir de 1932 no *Seventh-day Adventist Yearbook* reafirmou claramente a importância da segunda vinda como “a grande esperança da igreja e o grande ponto culminante do evangelho e do plano da salvação” (*SDA Yearbook*, 1932, 382).

Por outro lado, tem havido discussão a respeito de algumas questões relacionadas com o advento. Os adventistas de 1874, por exemplo, acreditavam que a “geração” de Mateus 24:34 era a dos que haviam visto o escurecimento do Sol e a queda das estrelas, Portanto, a vinda de Jesus devia ocorrer em breve, A importância atribuída aos sinais também tem variado. No final do século 19, o destino do império turco foi interpretado como um sinal crítico. Perto do fim do século 20, enfatizou-se ainda mais a incapacidade da Terra de sustentar a vida como um indício da iminência da vinda de Cristo.

Desde 1883, quando se questionaram as primeiras expressões de Ellen White sobre a crença num Salvador prestes a vir, os adventistas do sétimo dia têm mostrado interesse na questão do atraso: Por que Cristo ainda não voltou? Autores como L, E. Froom, Herbert Douglass e Jack Provonsha tentaram encontrar uma resposta. Grande parte da argumentação tem que ver com a “profecia condicional" (Pease, 177-182). No entanto, a certeza da vinda tem sido ratificada repetidas vezes, como por Sakae Kubo em 1978: “A cruz, a ressurreição e ascensão de Jesus fazem da vinda de Cristo uma certeza absoluta” (99).

Em 1987, a editora adventista Review and Herald Publishing Association publicou um livro escrito por um grupo de eruditos adventistas do sétimo dia: *The Advent Hope in Scriptiire and Htstorj>*. Em 11 capítulos, reconstitui-se a história e a teologia da segunda vinda, desde o AT até o século 20, mostrando a centralidade do ensino para os cristãos e príncipalmente para os adventistas do sétimo dia.

A assembléia de 1980 da Associação Geral adotou 27 “crenças fundamentais". A crença de número 24 exprime essa convicção mantida pela igreja e revela a continuidade com a crença dos primeiros adventistas.

“A segunda vinda de Cristo é a bendita esperança da igreja, o grande ponto culminante do evangelho. A vinda do Salvador será literal, pessoal, visível e universal. Quando

Ele voltar, os justos falecidos serão ressuscitados e, juntamente com os justos que estiverem vivos, serão glorificados e levados para o Céu, mas os ímpios irão morrer. O cumprimento quase completo da maioria dos aspectos da profecia, bem como a condição atual do mundo, indica que a vinda de Cristo é iminente. O tempo exato desse acontecimento não foi revelado, e somos, portanto, ■< exortados a estar preparados em todo o tempo"(SDA *Yearbook,* 1981, 8). Esse ponto de vista recebe forte apoio das Escrituras, conforme demonstrou a exposição antecedente.

IV. Comentários de Ellen G. White

"A doutrina do segundo advento é, verdadeiramente, a nota tônica das Sagradas Escrituras" (GC, 299).

A. A *Segunda Vinda na Escritura*

1. O Centro da Esperança

"A santa Ceia aponta para a segunda vinda de Cristo. Foi destinada a conservar viva essa esperança na mente dos discípulos. Sempre que se reuniam para comemorar Sua morte, contavam como Ele, 'tomando o cálice, e dando graças, deu-lhes, dizendo: Bebei dele todos; porque isto é o Meu sangue, o sangue do Novo Testamento, que é derramado por muitos, para remissão dos pecados. E digo-vos que, desde agora, não beberei desse fruto da vide até aquele dia em que o beba de novo convosco no reino de Meu Pai' (Mt 26:27-29). Nas tribulações, encontravam conforto na esperança da volta de seu Senhor. Indizivelmente precioso era para eles o pensamento: 'Todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice anunciais a morte do Senhor, até que venha (ICo 11:26)" (DTN, 659).

2. O Reino de Deus

"E o reino de Deus', que eles declararam estar próximo, foi estabelecido pela morte de Cristo. Esse reino não era, como eles haviam sido ensinados a crer, um domínio terrestre. Tampouco devia ser confundido com o reino futuro, imortal que será estabelecido quando d reino, o domínio, e a majestade dos reinos debaixo de todo o céu serão dados ao povo dos santos do Altíssimo' - reino eterno, no qual 'todos os domínios O servirão e Lhe obedecerão' (Dn 7:27). Conforme é usada na Bíblia, a expressão 'reino de Deus' designa tanto o reino da graça como o da glória. O primeiro é apresentado por Paulo na epístola aos Hebreus. Depois de apontar para Cristo, o compassivo Intercessor que pode compadecer-Se de nossas fraquezas', diz o apóstolo: 'Cheguemos, pois, com confiança ao trono da graça, para que possamos alcançar misericórdia e achar graça' (Hb 4:16). O trono da graça representa o reino da graça; pois a existência de um trono implica a de um reino. Em muitas parábolas Cristo usa a expressão o reino dos Céus', para designar a obra da graça divina no coração dos homens.

"Assim, o trono de glória representa o reino de glória; e a este reino fazem referência as palavras do Salvador: 'Quando o Filho do homem vier em Sua glória, e todos os santos anjos com Ele, então Se assentará no trono de Sua glória; e todas as nações serão reunidas diante dEle' (Mt 25:31, 32). Esse reino está ainda no futuro. Não será estabelecido antes do segundo advento de Cristo" (GC, 347).

3. A Maneira da Sua Vinda

"Entre o primeiro e o segundo advento de Cristo se perceberá um extraordinário contraste. Nenhuma linguagem humana é capaz de descrever as cenas relativas à segunda vinda do Filho do Homem nas nuvens do céu. Ele virá em Sua própria glória, na glória do Pai e dos santos anjos. Virá vestido

em vestes de luz, as que traja desde os dias da eternidade. Anjos O acompanharão. Dez mil vezes dez mil O escoltarão pelo caminho. Ouvir-se-ã o som da trombeta, chamando os mortos que dormem na sepultura" (RH, 5/9/1899).

"Como ato culminante no grande drama do engano, o próprio Satanás personificará Cristo. A igreja tem há muito tempo professado considerar o advento do Salvador como a realização de suas esperanças. Assim, o grande enganador fará parecer que Cristo
920 ► veio. Em várias partes da Terra, Satanás se manifestará entre os homens como um ser majestoso, com brilho deslumbrante, assemelhando-se à descrição do Filho de Deus dada por João no Apocalipse (1:13-15). A glória que o cerca não é excedida por coisa alguma que os olhos mortais já tenham contemplado. Ressoa nos ares a aclamação de triunfo: "Cristo veio! Cristo veio! O povo se prostra em adoração diante dele, enquanto este ergue as mãos e sobre eles pronuncia uma bênção, assim como Cristo abençoava Seus discípulos quando aqui na Terra esteve. Sua voz é meiga e branda, cheia de melodia. Em tom manso e compassivo apresenta algumas das mesmas verdades celestiais e cheias de graça que o Salvador proferia; cura as moléstias do povo, e então, em seu pretenso caráter de Cristo, alega ter mudado o sábado para o domingo, ordenando a todos que santifiquem o dia que ele abençoou. Declara que aqueles que persistem em santificar o sétimo dia estão blasfemando de seu nome, pela recusa de ouvirem seus anjos a eles enviados com a luz e a verdade. É este o poderoso engano, quase invencível" (GC, 624).

"Satanás desceu com grande poder, e opera com todo engano de injustiça aos que perecem; mas não é preciso que ninguém seja enganado; e não o seremos, se nos colocarmos plenamente ao lado de Cristo para segui-Lo tanto nas circunstâncias boas quanto nas más. A cabeça da serpente será brevemente esmagada e despedaçada" (RH, 5/9/1899).

4. Sinais da Segunda Vinda

"O profeta do Apocalipse assim descreve o primeiro dos sinais que precedem o segundo advento: 'Houve um grande tremor de terra; e o Sol tornou-se negro como saco de cilício, e a Lua tornou-se como sangue' (Ap 6:12).

"Estes sinais foram testemunhados antes do início do século 19. Em cumprimento dessa profecia ocorreu no ano 1755 o mais terrível terremoto que já se registrou. Posto que geralmente conhecido por terremoto de Lisboa, estendeu-se pela maior parte da Europa, África e América do Norte" (GC, 304).

"A relação matrimonial é santa, mas neste século degenerado encobre vilanias de toda espécie. Depravou-se, tornando um crime que constitui um dos sinais dos últimos dias" (T2, 252).

"Um dos sinais de estarmos vivendo nos últimos dias é o fato de serem os filhos desobedientes aos pais, ingratos, profanos" (FEC, 101).

"Treva espiritual cobriu a Terra e densa escuridão os povos. Há em muitas igrejas ceticismo e infidelidade na interpretação das Escrituras. Muitos, muitos mesmo, põem em dúvida a veracidade e verdade das Escrituras. Os raciocínios humanos e as imaginações do coração do homem estão minando a inspiração da Palavra de Deus, e o que podia ser recebido como garantido, é circundado com uma nuvem de misticismo. Coisa alguma aparece em linhas claras e distintas, assentada no fundamento da rocha. Este é um dos sinais marcantes dos últimos dias" (ME1, 15).

"O espírito de intenso mundanismo que existe agora e a disposição para não reconhecer outra aspiração superior a não ser a satisfação dos próprios desejos, constitui um dos sinais dos últimos dias" (T5, 365).

5* Razões da Segunda Vinda de Jesus

"Cristo declarou que virá a segunda vez para reunir a Si os Seus fiéis" (GC, 37).

"O não haver um diabo literal e haver tempo de graça após a vinda de Cristo estão se tornando fábulas populares. As Escrituras ensinam claramente que o destino de toda pessoa é fixado para sempre na vinda do Senhor (Ap 22:11)" (Tl, 342, 343).

"A obra do juízo investigativo e extinção dos pecados deve se efetuar antes do segundo advento do Senhor. Visto que os mortos são julgados pelas coisas escritas nos livros, é impossível que os pecados dos homens sejam cancelados antes de concluído o juízo em que seu caso deve ser investigado.

§! ► Mas o apóstolo Pedro declara expressamente que os pecados dos crentes serão apagados quando vierem os tempos do refrigério pela presença do Senhor, e Ele enviar a Jesus Cristo (At 3:19, 20). Quando se encerrar o juízo de investigação, Cristo virá, e Seu galardão estará com Ele para dar a cada um segundo for a sua obra" (GC, 485).

"Quando se encerrar a obra do juízo de investigação, o destino de todos terá sido decidido, ou para a vida, ou para a morte. O tempo da graça finaliza pouco antes do aparecimento do Senhor nas nuvens do céu" (ibid., 490).

'"Aos que em Jesus dormem, Deus os tornará a trazer com Ele', escreveu Paulo. Muitos dão a esta passagem a interpretação de que os que dormem serão trazidos com Cristo do Céu; mas Paulo queria dizer que como Cristo ressuscitou dos mortos, assim Deus chamará de suas sepulturas os santos que dormem e os levará consigo para o Céu" (AA, 259).

"Assim foi recompensada a fé desta mulher. Cristo, o grande Doador da vida, restaurou-lhe o filho. De igual maneira os Seus fiéis serão recompensados quando, em Sua vinda, a morte perder o seu aguilhão, e da sepultura for roubada a vitória que tem pretendido. Então Ele restaurará a Seus servos os filhos que a morte lhes tomou" (PR, 239).

B. Implicações da Dotitrina

1. Efeitos sobre a Vida Diária do Crente

"Se vos alienastes e deixastes de ser cristãos bíblicos, convertei-vos; pois o caráter que apresentardes no tempo de graça será o caráter que tereis por ocasião da vinda de Cristo. Se desejais ser santos no Céu, deveis sê-lo primeiro na Terra. Os traços de caráter que nutrirdes na vida não se mudarão pela morte ou pela ressurreição. Saireis do sepulcro com a mesma disposição que manifestáveis no lar e na sociedade. Jesus não muda o caráter em Sua vinda. A obra de transformação precisa ser feita agora. Nossa vida diária está determinando nosso destino" (LA, 16).

"A crença na próxima vinda do Filho do Homem nas nuvens do céu não induzirá os verdadeiros crentes a ser descuidados e negligentes nos assuntos comuns da vida. Os que aguardam o pronto aparecimento de Cristo não ficarão ociosos, mas serão diligentes nos negócios. Não trabalharão com negligência e desonestidade, mas com fidelidade, presteza e esmero. Os que se gabam de que o descuido e a negligência nas coisas desta vida são evidência de sua espiritualidade e separação do mundo incorrem em grande erro. Sua veracidade, fidelidade e integridade se provam mediante as coisas temporais. Se forem fiéis no pouco, serão fiéis no muito" (T4, 309).

2. Motivação para a Evangelização

"Sobre aqueles a quem Deus tem dado grande esclarecimento, recai a solene responsabilidade de chamar a atenção de outros para o significado do aumento da embriaguez e do crime. Devem também pôr diante de outros as Escrituras que descrevem claramente as condições que existiríam justamente antes da segunda vinda de Cristo" (Te, 27).

"Nenhum de vós entrará pelos portões da cidade sozinho. Se devolverdes a Deus em voluntário serviço as faculdades com as quais vos dotou, salvareis não somente a vossa própria alma, mas vossa influência será para reunir outros. Todo aquele que toma firme posição ao lado da verdade está trazendo almas para a mesma decisão e para o Céu" (ST, 15/9/1887).

"Este é o plano de Deus: que homens e mulheres que participam dessa grande salvação por Jesus Gristo sejam Seus missionários, astros no mundo, sinais ao povo, cartas vivas, lidas e conhecidas por todos os homens, e cuja fé e obras deem testemunho da proximidade da vinda do Salvador, e mostrem que não receberam a graça de Deus em vão. O povo deve ser admoestado a se preparar para o juízo vindouro" ► (RH, 16/8/1887). 922

3. Preparação Espiritual para Sua Volta

"Os juízos de Deus estão prestes a cair sobre o mundo, e nós precisamos estar nos preparando para esse grande dia.

"Nosso tempo é precioso. Temos apenas poucos, bem poucos dias de graça para nos preparar para a futura vida imortal. Não temos tempo a ser despendido em movimentos fortuitos. Devemos ter receio de lidar superficialmente com a Palavra de Deus" (T6, 407).

"[Eles] Deviam orar por sua vinda como acontecimento ainda no futuro. Mas essa petição era-lhes também uma certeza. Conquanto não devessem esperar a vinda do reino em seus dias, o fato de haver Jesus recomendado que por ela orassem, constitui prova de que certamente virá no tempo designado por Deus" (MDC, 108).

4. Aparente Demora

"Muitos que se têm chamado adventistas, têm marcado tempo. Repetidamente marcaram uma data para a vinda de Cristo; e repetidos fracassos têm sido o resultado. O tempo exato da vinda de nosso Senhor, diz a Bíblia, acha-se além do conhecimento dos mortais" (EF, 32, 33).

"Diferentes ocasiões foram marcadas para a vinda do Senhor, e insistia-se a tal respeito com os irmãos. O Senhor, porém, mostrou-me que passariam, pois o tempo de angústia deveria ocorrer antes da vinda de Cristo; e que cada vez que se marcasse uma data, e essa passasse, isso enfraqueceria a fé do povo de Deus" (VE, 77).

"Nossa posição tem sido a de esperar e vigiar, sem proclamações de algum tempo para se interpor entre o fim dos períodos proféticos em 1844 e o tempo da vinda de nosso Senhor. Não sabemos nem o dia nem a hora, nem qual o tempo exato, e ainda assim o cálculo profético nos mostra que Cristo está às portas" (MR10, 270).

"Os que julgam dever pregar uma data definida para causar impressão no povo não trabalham do ponto de vista correto. E possível estimular as emoções das pessoas e despertar seus medos; mas elas não agirão por princípio. Cria-se o estímulo, mas quando o tempo passa, como tem acontecido repetidas vezes, os que agiram com base no tempo caem em frieza, escuridão e pecado maiores, sendo quase impossível lhes despertar as consciências sem recorrer a um estímulo ainda maior" (RH, 16/8/1887).

"Considerando a brevidade do tempo, nós como povo devemos vigiar e orar, e em caso algum permitir que sejamos desviados da solene obra de preparo para o grande acontecimento à nossa frente. Pelo motivo de o tempo aparentemente se estender, muitos se tornaram descuidados e indiferentes em relação a suas palavras e ações. Não compreendem o perigo em que se acham, e não veem nem compreendem a misericórdia de nosso Deus em lhes estender um tempo de graça, a fim de que tenham tempo para formar o caráter para a vida futura e imortal" (ibid.).

C. *Contexto Histórico*

1. O Período Apostólico

"A vinda do Senhor tem sido em todos os séculos a esperança de Seus verdadeiros seguidores. A última promessa do Salvador no Monte das Oliveiras, de que Ele viria outra vez, iluminou o futuro a Seus discípulos, encheu-lhes o coração de alegria e esperança que as tristezas não poderíam apagar nem as provações empanar. Em meio de sofrimento e perseguição, o aparecimento do grande Deus e nosso Salvador Jesus Cristo' foi a 'bem-aventurada esperança"' (GC, 302).

2. Período Pós-Niceno até a Reforma

"Os valdenses acariciavam a mesma fé" (ibid., 303).

"Wycliffe aguardava o aparecimento do Redentor como a esperança da igreja" (ibid.).

3. A Reforma

"Lutero declarou: 'Convenço-me, em verdade, de que o dia do juízo não está para além de trezentos anos. Deus não quer, não pode suportar por muito tempo mais este ímpio mundo"' (ibid,).

"'Este velho mundo não está longe de seu g^fim', disse Melânchton" (ibid.)

"Calvino manda aos cristãos não hesitarem, desejando ardentemente o dia da vinda de Cristo como o mais auspicioso de todos os acontecimentos" e declara que "a família inteira dos fiéis conservará em vista aquele dia" (ibid,).

"'Não levou nosso Senhor Jesus nossa carne para o Céu?', disse Knox, o reformador escocês. 'E não voltará Ele? Sabemos que voltará, e isso dentro em breve"' (ibid.).

"Ridiey e Latimer, que depuseram a vida pela verdade, esperaram pela fé a vinda do Senhor" (ibid,).

"'Os pensamentos que se relacionam com a vinda do Senhor', disse Baxter, são dulcíssimos e mui exultantes para mim'" (ibid.).

"Essa foi a esperança da igreja apostólica, da 'igreja no deserto', e dos reformadores" (ibid., 304).

4. Da Reforma ao Século 19

"Mas como o espírito de humildade e devoção na igreja cedera lugar ao orgulho e formalismo, esfriaram o amor a Cristo e a fé em Sua vinda. Absorto nas coisas mundanas e na busca de prazeres, o povo professo de Deus estava cego às instruções do Salvador relativas aos sinais de Seu aparecimento. A doutrina do segundo advento tinha sido negligenciada; os textos que a ela se referem foram obscurecidos por interpretações errôneas, a ponto de ficarem em grande parte esquecidos e ignorados. Especialmente foi esse o caso nas igrejas da América do Norte" (ibid., 309).

"Não foram os ilustrados teólogos que tiveram compreensão dessa verdade e se empenharam em proclamá-la. Houvessem eles sido vigias fiéis, pesquisando as Escrituras com diligência e oração, e teriam conhecido o tempo da noite; as profecias ter-lhes-Iam patenteado os acontecimentos prestes a ocorrer. Eles, porém, não assumiram tal atitude, e a mensagem foi confiada a homens mais humildes" (ibid., 312).

"Como a grande reforma do século 16, o movimento do advento apareceu simultaneamente em vários países da crístandade. Tanto na Europa como na América, homens de fé e oração foram levados a estudar as profecias e, seguindo o relatório inspirado, viram provas convincentes de que o fim de todas as coisas estava próximo" (ibid., 357).

"Na América do Sul, Lacunza, jesuíta espanhol, teve acesso às Escrituras, e recebeu assim a verdade da imediata volta de Cristo. [...] Lacunza viveu no século 18, mas foi aproximadamente em 1825 que seu livro, encontrando acesso em Londres, foi traduzido para a língua inglesa. Sua publicação serviu para aprofundar o interesse que já se despertava na Inglaterra pelo assunto do segundo advento" (ibid., 363).

"Na Alemanha, a doutrina fora ensinada no século 18 por Bengel, pastor da Igreja Luterana e célebre sábio e crítico da Bíblia" (ibid,, 363).

"Os escritos de Bengel têm sido espalhados por toda a cristandade. Suas idéias sobre profecias foram, de modo geral, recebidas em seu próprio Estado de YVuerttemberg, e até certo ponto em outras partes da Alemanha" (ibid., 364).

"A luz brilhou também na França e Suíça, Em Genebra, onde Farei e Calvino tinham propagado as verdades da Reforma, Gaussen pregou a mensagem do segundo advento" (ibid., 364).

"Na Escandinávia, também, a mensagem do advento foi proclamada e suscitou grande interesse. [...] O clero da igreja do Estado, porém, opôs-se ao movimento. [„.] Em muitos lugares, onde os pregadores da próxima vinda do Senhor foram dessa maneira silenciados, Deus Se serviu enviar a mensagem de um modo miraculoso, por meio de criancinhas" (ibid., 366).

"Em 1821, três anos depois de Miller chegar à sua explicação das profecias que apontavam para o tempo do juízo, o Dr. Joseph Wolff, "o missionário a todo o mundo", começou a proclamar a iminente vinda do Senhor" (ibid., 357).

"Já em 1826 a mensagem do advento começou a ser pregada na Inglaterra." (ibid., 362)

9»

V. Literatura

Althaus, Paul. *The Theology of Martin Luther*. Trad, Robert C. Schuítz. Phíladelphia: Fortress, 1966.

Andreasen, Niels-Erik. "The Advent Hope in the Old Testament." Em *The Advent Hope in Scrípture cmd Histoiy,* ed. V. Norskov Olsen, 15-30. Hagerstown: Reviewand Herald, 1987.

Bacchiocchi, Samuele, *The Advent Hope for Human Iiopelessness*. Berrien Springs: Biblical Perspectives, 1986.

Bali, Bryan W. "Eschatological Hope in Puritan England." Em *The Advent Hope in Scrípture and History,* ed V. Norskov Olsen, 132-151. Washington: Reviewand Herald, 1987.

---------. A *Great Expectation: Eschatological Thought in English Protestantism to 1660.* Leiden: BrilI, 1975.

Berkhof, Louis. *The Second Corning of Christ.* Grand Rapids: Eerdmans, 1953.

Berkouwer, Gerrit Gornelius. *The Return of Christ*. Studies in Dogmatícs. Grand Rapids: Eerdmans, 1972.

Gausse, Antonin. *Lévoliition de Vespêrance messianique âans le christianisme primitif* Paris: Fíchtbacher, 1908.

Cohn, Norman R. C. *The Pursuit of the Millennium: Revolutionary Millenarians and Mystical Anarchists ofthe Middle Ages.* Nova York: Oxford University Press, 1970.

Cullmann, Oscar. *Christ et le temps: temps et histoire dans le christianisme primitif* Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1957.

---------- . *Le relour du Christ: espérarice de Vêglise selon leNouveau Testament.* Gahiers théologiques de lactualité protestante, 1. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1945.

Emmerson, Richard K. *Antichrist in the Middle Ages: A Study of Medieval Apocalypticisni, Art> and Literatura,* Seattle: University of Washington Press, 1981.

Fagal, Harold E. 'The Advent Hope in the New Testament." Em *The Advent Hope in Scrípture and Histoiy,* ed. V. Norskov Olsen, 46-64. Hagerstown: Review and Herald, 1987.

Ferch, Arthur J. *The Son of Man in Daniel Seven.* Andrews University Seminary Doctoral Dissertation Series n° 6. Berrien Springs: Andrews University Press, 1979.

Froom, LeRoy. *The Prophetic Faith of Our Fathers.* 4 vols. Washington: Review and Herald, 1950-1954.

Hasel, Gerhard F. “The ‘Little Horn/ the Heavenly Sanctuary, and the Time of the End: A Study of Daniel 8:9-14.” Em *Symposium on Daniel,* ed. Frank B. Holbrook, 378-461. Washington: Biblical Research Institute, 1986.

---------- , *The Remnant: The History and Theology ofthe Remnant Idea From Genesis to Isaiah.* Berrien Springs: Andrews University Press, 1980.

Holbrook, Frank B,, ed. *Seventy Weehs, Leviticns, and the Natiire ofProphecy.* Daniel and Revelation Committee Series, v. 2. Washington: Biblical Research Institute, 1986.

-—■---- *Symposium on Daniel.* Daniel and Revelation Committee Series, v. 2. Washington: Biblical Research Institute, 1986.

Kelly, J. N. D. *Early Christian Creeds.* Londres: Longmans, 1950,

Kubo, Sakae, *God Meets Man: A Theology of the Sabbath and Seconcl Advent.* Nashville: Southern Publishing Association, 1978.

Landa, Paul. 'The Advent Hope in Early Christianity.” Em *The Advent Hope in Scripture and Histor)',* ed. V. Norskov Olsen, 65-94. Hagerstown: Review and Flerald, 1987.

Lehmann, Richard. 'Advent on Ice,” *Ministr)*[1], novembro de 1984,

Miller, William. *Evidence From Scnpture and Histor}*[1] *of the Second Corning of Christ Ahout the Year 1843.* Boston: J. V, Himes, 1842; reimpresso, Payson: Leaves of Autumn, 1985.

Moore, Arthur L. *The Parousía in the New Testament.* Supplements to Novum Testamentum, n“ 13. Leiden: Brill, 1966.

Olsen, V. Norskov, ed. *The Advent Hope in Scripture and Plistor)'.* Washington: Review and Herald, 1987.

Pache, René. *The Retum of Jesus Chríst.* Trad. William S. LaSor. Chicago: Moody, 1955.

Pannenberg, Wolfhart. *What Is Man?* Philadelphia: Fortress, 1970.

Pease, Norval E “The Second Advent in Seventh-day Adventist History and Theology.” Em *The Advent Hope in Scripture and Histoiy,* ed. V. Norskov Olsen, 173-190. Washington: Review and Herald, 1987.

Pelikan, Jaroslav. *The Christian Tradition: A History of the Development of Doctrine.* Volume 4 de *Refonnation of Church and Dogma (1300-1700).* Chicago: University of Chicago Press, 1984.

Pidoux, Georges. *Le Dieu qui vient: esperance d’Israel.* Cahiers théologiques de lactualité protestante, 17. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1947.

Rast, Thimoteus. "L* eschatologie." *Bílan de la théologie du XXle siècle,* ed Robert Vander Gucht e Herbert Vorgrimler, 2:501-515. Paris: Casterman, 1970.

S chwantes, Siegfried J. ‘“*Ereb Bõqer* of Daniel 8:14 Re-examined.” Em *Symposhtm on Daniel,* ed. Frank B, Holbrook, 462-474. Washington: Biblical Research Institute, 1986.

Schweitzer, Albert. *The Mysticism of Paul the Apostle*. Nova York: Seabury, 1968.

Shea, William. *Selected Studies on Prophetic Interpretation.* Daniel and Revelation Committee Series, v. 1. Washington: General Conference of Seventh-day Adventists, 1982.

Smith, Uriah. *The Prophecies of Daniel and. the Revelation.* Washington: Review and Herald, 1944 (publicado inicialmente em 1867).

Torrance, Thomas F. *Les réformateurs et la fin des temps.* Cahiers théologiques, 35, Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1955,

Vaucher, Alfred F. *Une cêléhrité oubliée: le P. Manuel de Lacunza y Diaz (1731-1801).* Collonges-sous-Salève, França: Fides, 1968.

26
O Milênio

Eric Claude Webster

Introdução

Somente em Apocalipse 20 se faz referência bíblica ao período conhecido como os mil anos, comumente chamado de milênio. Ao aceitar o Apocalipse como lívro bíblico inspirado, devemos integrar o conceito do milênio ao sistema geral da escatologia. Alguns dos primeiros pais da igreja desenvolveram uma imagem do milênio que trouxe como resultado pontos de vista extremamente terrenos, motivo por que muitos negligenciam essa questão. Na verdade, alguns chegaram mesmo a rejeitar o milênio.

Conforme descrito em Apocalipse 20:1-14, o milênio é um período de mil anos, delimitado por duas ressurreições: a primeira é a dos justos, no segundo advento de Cristo, e a segunda é a dos ímpios, no encerramento do período. Satanás é preso no início do milênio, encerrando-se sua oportunidade para enganar. Todos os justos, vivos e ressurretos, recebem imortalidade e são levados ao Céu para viver e reinar com Cristo enquanto durar o milênio. Os ímpios são destruídos pelo resplendor da vinda de Cristo, o que provoca [I. 2 3] o despovoamento do planeta. Nessa condição, a Terra se torna um "poço do abismo", para que Satanás e seus anjos fiquem nela confinados durante os mil anos.

No Céu, os justos reinam com Cristo e tomam parte na fase deliberativa do juízo sobre os ímpios. Encerrada essa obra, Cristo e os santos retornam à Terra, com a Nova Jerusalém. Com a descida de Cristo e da cidade, os ímpios ressuscitam, provendo assim outra oportunidade para Satanás voltar à atividade. Ele realiza seu último ato de engano quando persuade os ímpios a atacar a Nova Jerusalém.

Nesse momento, ocorre o juízo final dos ímpios, e todos aqueles que rejeitaram a misericórdia e a graça de Deus enfrentam o tribunal. Não havendo advogado que pleiteie misericórdia, desce sobre eles o castigo final. O fogo que destrói Satanás e seus seguidores também destrói todos os vestígios do pecado. Da poeira e das cinzas desse juízo surgirá o mundo divinamente recriado, o lar eterno do povo de Deus.

I. Uma Exposição Bíblica
  A. Princípios de Interpretação
  B. O Contexto de Apocalipse 20
  C. O Milênio em Apocalipse 20
    1. Eventos do Início do Milênio
    2. Eventos Durante o Milênio
    3. Eventos do Fim do Milênio
II. Significado Teológico do Milênio
  A. Lição Objetiva que Revela a Natureza do Pecado
  B. Confirmação do Caráter de Deus
  C. A Troca de Guarda
  D. Um Período para se Conhecerem
III. Contexto Histórico
  A. Definição de Termos
    1. Milenarismo ou Milenialismo
    2. Amilenarismo
    3. Pré-Milenarismo
    4. Pós-Milenarismo
  B. O Milênio na História

]. Suas Raízes na Apocalíptica Judaica
2. A Igreja Primitiva
3. Agostinho
4. Joaquim de Fiori e a Reforma
5. O Surgimento do Pós-Milenarismo
6. Amílenarismo Revisto
7. O Ressurgimento do Pré-Milenarismo
S. Concepção Adventista
IV. Comentários de Ellen G. White
A. Milênio
B. Os Mil Anos
1. Antes do Milênio
2. Durante o Milênio
3. Após o Milênio
V. Literatura

I. Uma Exposição Bíblica

A. *Princípios de Interpretação*

Os resultados de uma exegese do Apocalipse dependem dos princípios hermenêuticos gerais obedecidos. Assim sendo, a diferença entre pré-milenarista e amilenarista é essencialmente uma questão de interpretação.

Um princípio hermenêutico notório e importante na interpretação bíblica é o princípio cristocêntrico. Segundo esse princípio, Cristo é a chave que abre a Escritura profética tanto do AT como do NT. Esse princípio se constitui numa salvaguarda contra o literalismo excessivo, adotado pelos pré-milenarístas dispensacionalistas. Esse literalismo levou os dispensacionalistas a buscar um cumprimento literal para todas as profecias do AT e a desenvolver diferentes dispensações que culminariam na dispensação do reino durante o milênio.

Outro importante princípio hermenêutico é a unidade no plano divino da salvação, no AT e NT, entre Israel e a Igreja. Isso difere novamente da interpretação dispensacionalista, que percebe dois planos diferentes na história da salvação. Em contraste com o dispensacionalismo, deve-se olhar para um plano de salvação essencialmente cristocêntrico desde a criação ao segundo advento como o fundamento da perspectiva bíblica. Ampliar esse conceito é a unidade básica da aliança de Deus através dos tempos.

Outro importante princípio hermenêutico é que a Escritura é sua própria intérprete. Esse princípio leva, com frequência, a uma aplicação simbólica e espiritual das profecias do AT. Onde o literalismo exigiría o cumprimento futuro dessas profecias no Israel literal do Oriente Médio, a chave espiritual aplica-as ao verdadeiro povo de Deus de todas as nações. Esse princípio foi adotado por muitos intérpretes desde a Reforma Protestante.

B. O *Contexto de Apocalipse 20*

A palavra "milênio" deriva de duas palavras latinas: *mille*, que significa "mil", e *annus* que significa "ano", daí "mil anos". O conceito vem de Apocalipse 20, em que se emprega a expressão "mil anos" seis vezes (v. 2, 3, 4, 5, 6, 7). Esse é o único lugar na Escritura em que se formula explicitamente o ensino do milênio.

E preciso determinar o contexto do capítulo 20 no tema geral do livro desde o início. Essa tarefa é dificultada pelo fato de o Apocalipse não seguir uma progressão temporal retilínea. Como alternativa, foi proposto um método recapitulacionista. Barr definiu "recapitulação" como a teoria segundo a qual "a mesma mensagem é recontada diversas vezes no Apocalipse, com ciclos posteriores que duplicam o significado dos ciclos anteriores" (43). Essa ideia de "paralelismo progressivo" ou "recapitulação" se enquadra tanto nas profecias de Daniel quanto nas do Apocalipse, embora a localização de Apocalipse 20 nesse sistema ainda precise ser determinada.

O livro do Apocalipse apresenta uma estrutura quiãstica (paralelo invertido). Nesse esquema, o prólogo (1:1-10) e o epílogo (22:6-21) são partes que se correspondem, enquanto as oito visões interpostas estão emparelhadas na ordem quiástica ou inversa. A primeira metade (1-14) trata da época histórica, ao passo que a segunda metade tem que ver com uma era “escatológica e de juízo", após o término do tempo de graça para os seres humanos. A seção 7 (19:1-21:4) apresenta o juízo final de Deus com o segundo advento, o milênio e o juízo do trono branco. Essas três partes não devem ser dissociadas. Sendo assim, o período de mil anos não pode ocorrer antes da segunda vinda.

Apocalipse 16:13 vê o triunvirato do dra-
928 ► gão, da besta e do falso profeta opondo-se a Deus nos últimos dias, imediatamente antes da parousia. Dois desses poderes, a besta e o falso profeta, são tratados em Apocalipse 19:20, no segundo advento de Cristo. Na sequência lógica, Apocalipse 20 descreve, por sua vez, o destino do terceiro poder, o dragão. Apocalipse 20 completa o cenário de Apocalipse 19:11-21 ao retratar o confronto de Cristo com esses três poderes. Apocalipse 20 deve ser visto, portanto, como a sequência cronológica de Apocalipse 19:11-21,

C. O *Milênio em Apocalipse 20*

1. Eventos do Início do Milênio

Os eventos que ocorrem no início do milênio são os que acompanham a segunda vinda de Cristo, quando os ímpios serão mortos pela glória da presença de Cristo, e os justos são levados para sua recompensa celeste (ver Segunda Vinda I.E, G.) Três desses eventos são específicos de Apocalipse 20 e merecem ser novamente considerados.

a. A primeira ressurreição. A ressurreição em Apocalipse 20:4-6 deve ser vista como a ressurreição literal dos justos, por ocasião segunda vinda de Cristo. Esse é o evento sobre o qual Paulo escreveu em 1 Tessalonicenses 4:16-18. O apóstolo afirma que os mortos em Cristo ressuscitarão; estes incluem todo o fiel povo de Deus desde o início da história da Terra. João, o escritor do Apocalipse, descreveu-os como “benditos e santos”, porque creram em Cristo, participam agora de Seu reino celestial e nunca verão a morte, porque a segunda morte não tem poder sobre eles (Ap 20:6; ver Ressurreição, I.A; Morte, I.F.5).

Essa passagem fala de uma “primeira ressurreição”, e de outra, na qual “o restante dos mortos” revive após os mil anos. Do mesmo modo, João 5:29 menciona duas ressurreições: a “ressurreição da vida” e a “ressurreição do juízo”. E claro que a “primeira ressurreição” é a “ressurreição da vida".

b. Satanás preso. Em linguagem simbólica, Apocalipse 20:1-3 descreve o aprisionamento de Satanás. Quatro nomes são dados a esse ser: dragão, antiga serpente, diabo e Satanás. Esse é, sem dúvida, o mesmo ser mencionado em Apocalipse 12:7-9 pelos mesmos nomes, o arqui-inimigo do povo de Deus através dos séculos.

Visto que Satanás e seus anjos são seres espirituais (conforme mencionado por Paulo em Ef 6:11, 12), a “chave” e a “corrente" que o prendem também devem ser de natureza espiritual. Elas simbolizam as circunstâncias que imobilizam seus poderes durante os mil anos, impedindo que ele engane as nações.

Diversos textos do NT mostram que as atividades de Satanás sofrem progressivas limitações. Jesus falou de amarrar o valente para poder entrar na casa dele (Mt 12:29). Também disse ter visto "Satanás caindo do céu como um relâmpago" (Lc 10:18). Perto da hora de ser crucificado, Jesus declarou: “Chegou o momento de ser julgado este mundo, e agora o seu príncipe será expulso” (Jo 12:31). Junto com Apocalipse 12:7-12, essas passagens revelam que a “expulsão” de Satanás é uma obra progressiva, que ocorre

por etapas e alcança seu clímax no segundo advento de Cristo, com o definitivo e completo aprisionamento de Satanás. Estando "preso" no abismo fechado e selado, Satanás deve permanecer nessa Terra caótica e despovoada até o fim dos mil anos. "Depois disto, é necessário que ele seja solto pouco tempo" (Ap 20:3, 7), antes de sua destruição final.

O diabo é lançado no "fosso" (RSV), "no poço sem fundo" (KJV) ou no "abismo" (NASB, NVI). A palavra grega a*b)>ssos*, "abismo", aparece em outras passagens do NT como um lugar para espíritos imundos (Lc 8:31) ou lugar de habitação dos mortos (Rm 10:7). E também empregada na literatura judaica intertestamentária como lugar de punição (1 Enoque 10:4-6; Jubileus 5:6-10). Em Apocalipse 11:7 e 17:8, aiçtssos é o lugar de onde vem a besta, A palavra usada aqui é a mesma empregada pela LXX em Gênesis 1:2 para descrever a situação caótica da Terra na criação, quando havia trevas "sobre a face do abismo". Ou seja, por ocasião
929 ► do segundo advento de Cristo, no início dos mil anos, a Terra volta ao primitivo estado de caos.

c. A Terra desolada. As convulsões da natureza acompanham a destruição dos ímpios no segundo advento, mergulhando a Terra num estado de caos. Quando o anjo derramou a sétima praga, ocorreu "um grande terremoto como nunca houve igual desde que há gente sobre a Terra" (Ap 16:18) e "as ilhas fugiram, e os montes não foram achados" (v. 20). O Apocalipse de Isaías descreve uma condição semelhante: "A Terra será de todo quebrantada, ela total mente se romperá, a Terra violenta mente se moverá. A Terra cambaleará como um bêbado e balanceará como rede de dormir; a sua transgressão pesa sobre ela, ela cairá e jamais se levantará" (Is 24:19, 20). Outros aspectos dessa profecia são descritos em Apocalipse: "Naquele dia, o Senhor castigará, no Céu, as hostes celestes, e os reis da Terra, na Terra. Serão ajuntados como presos em masmorra, e encerrados num cárcere, e castigados depois de muitos dias" (v. 21, 22; cf. Ap 19:19-21). O mundo se torna o "poço" ou "abismo" no qual Satanás e seus anjos ficam confinados. Satanás não pode exercer nenhum poder criativo ou organizacional sobre a Terra, que permanece em estado caótico durante todo o milênio.

Por outro lado, a Terra ficará despovoada. Jesus afirmou que aqueles que não estivessem preparados para a segunda vinda seriam destruídos "no dia em que o Filho do Homem se manifestar", como havia acontecido nos dias de Noé e Ló (Lc 17:26-30). Paulo confirmou a destruição dos pecadores na parousia (2Ts 1:7, 8). Enquanto os ímpios são destruídos, os justos são retirados da Terra. O apóstolo deixou bem claro que no segundo advento "os mortos em Cristo" ressuscitariam "primeiro"; depois os santos vivos seriam "arrebatados juntamente com eles, entre nuvens, para o encontro do Senhor nos ares" (lTs 4:16, 17). Assim se cumprirá a promessa de Jesus: "Na casa de Meu Pai há muitas moradas. Se assim não fora, Eu vo-lo teria dito. Pois vou preparar-vos lugar. E, quando eu for e vos preparar lugar, voltarei e vos receberei para Mim mesmo, para que, onde Eu estou, estejais vós também" (Jo 14:2, 3). Nem ímpios nem justos permanecerão na Terra para Satanás tentar ou atormentar.

2. Eventos Durante o Milênio

Embora Apocalipse 20:1-3 descreva o que acontece no início do milênio, os versos 4-6 falam do que acontece durante os mil anos. No verso 4, o escritor do Apocalipse descreve uma cena de juízo na qual os justos reinam com Cristo por mil anos. Uma análise mais atenta da localização desse juízo, e do próprio juízo, é necessária.

a. A localização. A cena ocorre no Céu. Os versos 4-6 nada falam sobre a Terra. O livro do Apocalipse utiliza o termo "trono" 47 vezes. Essa passagem também se refere ao Céu. Em vez de Cristo reinar com os santos na Terra, temos os santos reinando com Cristo no Céu.

A questão de onde os justos vão passar o milênio pode ser abordada por outras passagens do Apocalipse. Embora não se refiram aos mil anos, essas passagens informam onde os santos estarão imediatamente após a segunda vinda. Na primeira metade de Apocalipse 7, os santos são selados; na segunda, são vistos diante do trono de Deus, onde O servem dia e noite no Seu templo (v. 15). Ali o próprio Deus os conforta e sustenta para que nunca mais tenham de sofrer privação e perseguição, como aconteceu na Terra (v. 16, 17). O próprio trono de Deus ~ com os seus seres viventes, anciãos e o mar de vidro — aparece em Apocalipse 4:1-6. Não há dúvida de que esse cenário ocorre no Céu. De acordo com Apocalipse 21:22, não há templo na nova Terra. Logo, o lugar do trono de Deus, em Apocalipse 4 e 7, é o Céu.

Apocalipse 14:1-5 situa os 144 mil sobre o monte Sião, com o Cordeiro. Na condição de indivíduos redimidos "da Terra", cantam um novo cântico (v. 3) diante do trono, dos seres viventes e dos anciãos. Eles são as mesmas pessoas seladas em Apocalipse 7, que foram vitoriosas sobre a besta em
930 ► Apocalipse 13 e 14. Visto que o que segue nos versos 6-13 ocorre antes do aparecimento do Filho do Homem sentado sobre uma nuvem branca, alguém podería pensar que o local referido seria a Terra, Porém, o "monte Sião" aparece em Apocalipse somente aqui, e pode ser considerado paralelo à cidade de Hebreus 12:22: "monte Sião [...] a cidade do Deus vivo, a Jerusalém celestial." Nesses versos, o resultado é mostrado primeiro, antes dos acontecimentos que o produzem. A cidade de Jerusalém terrena não desempenha papel significativo no Apocalipse. Na verdade, ela estava destruída antes de o livro ter sido escrito. Além disso, João ouve o cântico deles, como "o som de muitas águas", vindo do Céu (v. 2). A Sião referida em Apocalipse 14 é certamente a Sião celestial.

Em Apocalipse 15:2-4 os santos vitoriosos se acham em pé sobre o mar de vidro com harpas nas mãos e cantam o Cântico de Moisés e do Cordeiro. Depois disso, abre-se o templo de Deus (v. 5-7), mostrando que a cena ocorre no Céu.

As relações entre Apocalipse 4; 7:9-17; 14:1-5; e 15:2-5 mostram que todas essas passagens se referem ao mesmo ambiente. Todas descrevem os redimidos diante do trono de Deus no Céu. Cada texto contribui para o quadro total. Apocalipse 4 enfatiza o trono e o que está a sua volta. Apocalipse 7 coloca a multidão de redimidos diante do trono. Apocalipse 14 descreve a alegria dos redimidos, os irrepreensíveis, que tocam harpas e cantam um novo cântico. Em Apocalipse 15, temos a letra desse novo cântico.

Apocalipse 20:4 apresenta o mesmo cenário. Os que foram vitoriosos, os que não adoraram a besta nem receberam sua marca, estão com Cristo no Céu. Partilham ali de Seu reinado e juízo.

b. As pessoas que julgam* De acordo com Apocalipse 20:4, recebem autoridade para julgar os que estão assentados sobre tronos, aqueles que foram "decapitados por causa do testemunho de Jesus, bem como por causa da palavra de Deus", e que viveram e reinaram "com Cristo durante mil anos". Logo a seguir, somos informados de que esses são os participantes na "primeira ressurreição", sobre os quais se pronuncia uma bênção. O texto esclarece por três vezes que a primeira ressurreição é a condição *sine qua non* para eles viverem e reinarem com Cristo.

A expressão "almas dos decapitados" merece atenção especial. A palavra *ptychs*, "alma", apresenta uma vasta gama de significados. Esses se dividem em quatro categorias básicas: (1) organismo vivo, (2) pessoa ou personalidade, (3) a vida física de um ser humano, e (4) a vida interior de uma pessoa. A palavra é utilizada sistematicamente

como sinônimo para o termo hebraico *nefesh*, que apresenta o mesmo espectro semântico. A palavra nunca é usada na Bíblia para se referir a uma alma "desencarnada'. A palavra *psychü* ocorre 103 vezes no NT, E traduzida na KJV 58 vezes como "alma", 40 vezes como 'Vida" e três vezes como "mente". A RSV verte *psychê* como "alma" apenas 40 vezes; na NIV, apenas 25; e na NEB, apenas 19 vezes. Traduções mais recentes utilizam muitas vezes pronomes pessoais ou a palavra "vida", em vez de "alma" (ver Homem I.E; Morte I.A.4).

Se *psy>chê,* em Apocalipse 20:4, for interpretada no sentido de "vida" ou "pessoa", o escritor do Apocalipse viu então no Céu pessoas que haviam sido mortas e que haviam tomado parte na ressurreição do segundo advento e que agora viviam e reinavam com Gristo durante mil anos. Essas são pessoas plenas, que desfrutam vida plena na ressurreição, e não espíritos desencarnados.

Embora a RSV traduza o texto de Apocalipse 20:4 como deixando transparecer que todos os que estavam vivendo e reinando com Cristo eram os que haviam sido martirizados e haviam tornado à vida na primeira ressurreição, o grego sugere dois grupos. O segundo é composto pelos que não adoraram a besta nem a sua imagem e "não receberam a marca na fronte e na mão".

c* O juízo. Um olhar cuidadoso na concepção de juízo revela um rico espectro de eventos sob esse tópico. O período compreendido entre a encarnação e o encerramento do período da história da Terra abrange pelo menos seis tipos de juízos. Há, em primeiro lugar, o juízo de Cristo para a vida ou para a morte (Jo 12:31, 32), Um segundo aspecto do juízo é a decisão pessoal, «►a favor de Cristo ou contra Ele (Jo 3:14-18). A terceira fase do juízo é o juízo celestial pré-advento descrito em Daniel 7:9-13. Um quarto tipo de juízo ocorre no segundo advento, quando os ímpios são destruídos pelo brilho da vinda do Senhor. O quinto aspecto do juízo é o descrito em Apocalipse 20:4, ao passo que o sexto e último é o juízo do "grande trono branco", após o milênio (v. 11-14). (Para as três grandes fases do juízo final, ver Juízo III.B.)

Neste artigo tratamos especificamente da fase do juízo final que ocorre no Céu durante o milênio. O destino de todos já foi selado na volta de Cristo. Os mortos em Cristo voltaram a viver na primeira ressurreição (Ap 20:5, 6); eles e os santos vivos são "arrebatados juntamente [...] entre nuvens" e vivem e reinam com o Senhor (iTs 4:16, 17; Ap 20:4). Os que "não obedecem ao evangelho de nosso Senhor Jesus" são destruídos (2Ts 1:7, 8; Lc 17:26-30). Qual é, pois, o objetivo desse juízo, se já foram dadas as recompensas na segunda vinda?

A capacidade para julgar dada aos santos, em Apocalipse 20:4, corresponde ao juízo anunciado por Paulo em 1 Coríntios 6:2 e 3: "Ou não sabeis que os santos hão de julgar o mundo? [...] Não sabeis que havemos de julgar os próprios anjos?" Durante o milênio, os santos tomam parte num juízo deliberativo, que passa em revista o caso dos perdidos da Terra e dos anjos caídos. Esse juízo é evidentemente necessário em vista da natureza cósmica do problema do pecado. O curso da rebelião do pecado foi objeto de preocupação e interesse da parte de outros mundos (Jó 1; 2; Ef 3:10). E preciso tratar todo o interlúdio do pecado de tal maneira que todo coração e toda mente em cada parte do Universo de Deus fiquem satisfeitos com o tratamento e o término a ele dado, com particular referência ao caráter de Deus. É especialmente importante que os redimidos da Terra compreendam o trato de Deus com aqueles que pediram aos rochedos que caíssem sobre eles e os escondessem "da face dAquele que Se assenta no trono" (Ap 6:16). Eles devem estar plenamente convencidos de que Deus foi justo em Sua decisão a respeito dos perdidos.

d. Condições na Terra. Enquanto no Céu os santos reinam e julgam com Cristo, a Terra jaz desolada. Os ímpios estão mortos; Satanás está preso a este planeta (ver I.C. l.b, c). Sem ninguém para tentar ou enganar, o príncipe das trevas Rca inoperante e impotente. Seus anjos assumem uma disposição contemplativa e rebelde num mundo desolado e estéril,

A Terra se encontra devastada e caótica, como no princípio. O grande terremoto de Apocalipse 16:18-20 nivelou todas as cidades. As palavras de Isaías encontraram seu cumprimento: 'A Terra será de todo quebrantada, ela totalmente se romperá, a Terra violentamente se moverá. A Terra cambaleará como um bêbado e balanceará como rede de dormir; a sua transgressão pesa sobre ela, ela cairá e jamais se levantará." Naquele tempo, Deus "castigará [...] as hostes celestes" e os reis da terra, que são "ajuntados como presos em masmorra" e "encerrados num cárcere" (Is 24:19-22).

3. Eventos do Fim do Milênio

Os eventos que ocorrerão no fim do milênio estão mencionados em Apocalipse 20:5, 7-10 e capítulo 21. E difícil colocá-los na ordem cronológica exata, visto que há recapitulação tanto no capítulo 20 quanto no 21.

a. A cidade santa desce. Para ocorrer uma ressurreição, o doador da vida deve estar presente. Pode-se, portanto, deduzir que o primeiro evento após o milênio é a volta de Cristo à Terra. Levando em conta que Ele aparece com os salvos na Cidade Santa, pode-se também seguramente afirmar que todos descem juntos desde o Céu até a Terra (Ap 21:2). Chegado esse momento, "o Senhor será Rei sobre toda a Terra" (Zc 14:9; cf. Ap 21:2, 3).

b. A segunda ressurreição. Apocalipse 20:5 confirma que "os restantes dos mortos não reviveram até que se completassem os mil anos". E assim que os ímpios retornam à vida; essa é a ressurreição do juízo, de que fala João 5:29. E também a mesma ressurreição descrita em Apocalipse 20:13. Essa ressurreição dá a Satanás uma nova oportunidade para enganar (v. 8).

c. Satanás solto da sua prisão. Na segunda ressurreição, Satanás é "solto de sua prisão" (v, 7) por "pouco tempo" (v. 3). Deus não desprende uma corrente literal nem abre a porta de uma prisão literal, Na verdade, a ressurreição dos ímpios torna novamente possível a Satanás ter pessoas com as quais possa trabalhar.

Retomando as funções de arquienganador, Satanás anda agora de um lado para outro fazendo o que sabe fazer de pior. Ele parte para "seduzir as nações que há nos quatro cantos da Terra" (v. 8). Deve-se chamar a atenção para o alcance mundial do engano que empregará. Gogue e Magogue são símbolos universais de rebelião contra o Deus do Céu (ver Ez 38:2). O número de ímpios envolvidos, procedentes de todas as eras, é comparado à "areia do mar" (Ap 20:8). Satanás agora inspira as nações ímpias do mundo a destruírem a Cidade de Deus, descida do Céu (Ap 21:2). A cidade é chamada de "o acampamento dos santos e a cidade querida" (Ap 20:9). As hostes do mal marcham contra a cidade e a sitiam (v. 9). O fato de ainda continuarem hostis a Deus i'evela como é justa a decisão divina de privá-los da recompensa dos santos.

d. O juízo do "grande trono branco". Apocalipse 20:11 e 12 apresenta a cena da última grande sessão do tribunal. O juiz é Cristo. Diante d Ele, os ímpios tremem, e a natureza se convulsiona. O escritor do Apocalipse comenta: "Vi também os mortos, os grandes e os pequenos, postos em pé diante do trono. Então, se abriram os livros. Ainda outro livro, o Livro da Vida, foi aberto. E os mortos foram julgados, segundo as suas obras, conforme o que se achava escrito nos livros" (v. 12). Os que

haviam sido mortos foram julgados por suas ações registradas nos "livros". A descrição faz referência ainda ao Livro da Vida, no qual se acha inscrito o nome dos redimidos, também mencionado em Apocalipse 3:5; 13:8; 17:8; e 20:15. Não há nesse juízo nenhuma referência à graça, nem se fala de um advogado. Os que deixaram de constituir a Cristo como advogado enfrentam a dura realidade de um juízo, de acordo com suas obras, do qual não há escapatória.

e. A destruição dos ímpios. Após o juízo final diante do "grande trono branco", no fim dos mil anos, os ímpios são destruídos. Essa destruição é apresentada em Apocalipse 20:9: "Desceu, porém, fogo do céu e os consumiu." O pensamento é repetido nos versos 14 e 15: "Então, a morte e o inferno foram lançados para dentro do lago de fogo. Esta é a segunda morte, o lago de fogo. E, se alguém não foi achado inscrito no Livro da Vida, esse foi lançado para dentro do lago de fogo." Em todo o Apocalipse, a "segunda morte", é vista como o terrível e inevitável fim dos ímpios (Ap 2:11; 20:6; 21:8).

Em Apocalipse 20:14, a segunda morte é equiparada com o "lago de fogo". Em Apocalipse 19:20 e 20:10, o lago arde com enxofre. De acordo com a mensagem do terceiro anjo, os que recebem a marca da besta são "atormentado[s] com fogo e enxofre, diante dos santos anjos e na presença do Cordeiro" (Ap 14:10).

Por parábola e profecia Jesus descreveu o fogo da retribuição divina. Em Mateus 13:40-42 lemos: "Pois, assim como o joio é colhido e lançado ao fogo, assim será na consumação do século. Mandará o Filho do Homem os Seus anjos, que ajuntarão do Seu reino todos os escândalos e os que praticam a iniquidade e os lançarão na fornalha acesa; ali haverá choro e ranger de dentes." No sermão sobre o juízo final, Cristo afirmou que aqueles que não haviam praticado obras de misericórdia iriam "para o castigo eterno, porém os justos, para a vida eterna" (Mt 25:46). Mateus 3:12 fala de um "fogo inextinguível".

Em Apocalipse 20, parece haver uma discrepância. No verso 9, os ímpios são consumidos* (gr. *katesthiõ,* "devorados"), apontando para a aníquilação total; nos versos 14 e 15 eles são lançados em um lago de fogo, descrito em outros lugares como "eterno" ou "inextinguível", sugerindo tormento eterno (Ap 14:11). A declaração de Cristo, em«g Mateus 10:28, sobre o inferno que destrói tanto o corpo quanto a alma, aponta a destruição total. Visto que os seres humanos não são imortais, eles serão consumidos pelo fogo final (ver Homem II.C.2, 3; Morte I.G 1; Juízo II.E).

Conforme Apocalipse 20:10, o diabo é lançado no lago de fogo, juntamente com a besta e o falso profeta. Isso reitera a ideia de Apocalipse 19:20, em que a besta e o falso profeta são "lançados vivos dentro do lago de fogo que arde com enxofre". Esses dois, símbolos das forças anticristãs no fim dos tempos, são destruídos. O diabo, que os incitava a perseguir o povo de Deus, também é destruído com eles. Mencionam-se ainda especificamente a morte e o Hades, o lugar dos mortos (Ap 20:14), como sendo lançados no lago de fogo, para serem ali totalmente destruídos.

Essa é a destruição final já prevista no AT, Malaquias 4:1 afirma: "Pois eis que vem o dia e arde como fornalha; todos os soberbos e todos os que cometem perversidade serão como o restolho; o dia que vem os abrasará, diz o Senhor dos Exércitos, de sorte que não lhes deixará nem raiz nem ramo."
A ênfase aqui é sobre a aníquilação. A raiz (Satanás) e os ramos (seus seguidores) deixarão de existir.

Para muitos, a questão da duração desse castigo representa um problema. A frase grega que foi traduzida pela expressão "pelos séculos dos séculos", em Apocalipse 14:11, é *ets aiõnas aiõnõn.* Um *aiõn* (uma era)

se refere a um período contínuo de tempo, seja ele curto, longo ou interminável. A palavra extrai seu significado em parte do substantivo ao qual está ligada. De modo que o adjetivo *aiõnios* significa que algo dura tanto quanto o substantivo que descreve. Sendo assim, a eterna punição do diabo deve estar limitada à finitude do diabo. Ele é um ser criado e não possui imortalidade natural ou inerente. Os resultados de seu castigo é que serão definitivos e eternos. O lago de fogo, no qual se lançam o diabo, a besta e o falso profeta, bem como a morte e o Hades, cumprirá, por fim, sua tarefa. Inflige a segunda morte a todos eles e põe termo a todas as coisas. Das cinzas dessa destruição, Deus criará uma nova Terra em que vão morar somente os justos (2Pe 3:13).

II. Significado Teológico do Milênio

Para resumir o que Bíblia diz, o segundo advento é a culminância, e não a introdução, de um período de evangelismo sem precedentes sobre a Terra. Os mil anos são um período de tempo literal, iniciado após o segundo advento, quando Satanás será preso e os santos reinarão com Cristo. Durante esse tempo, Satanás ficará confinado a uma Terra desolada, enquanto os santos estarão no Céu com Cristo. A partir dessa conclusão geral, é possível extrair algumas lições teológicas.

A, *Lição Objetiva que Revela a Nattireza do Pecado*

A dura realidade de um mundo desolado após o segundo advento e os eventos que o acompanham fará acentuado contraste com a glória dos santos, que reinam com Cristo no Céu dentro da Nova Jerusalém. Conforme se mencionou anteriormente, a Terra voltará ao estado caótico em que estivera antes da criação, quando o mundo “era sem forma e vazio” (Gn 1:2). Satanás e suas legiões ficam confinados a este planeta desolado, sem nenhum ser vivo para tentar ou enganar.

Durante o milênio, os habitantes do Universo terão tempo para refletir sobre o resultado da aplicação dos princípios de Satanás. As trágicas consequências do pecado ficarão indelevelmente inscritas na mente de todos os seres vivos. Não haverá desejo de se provar o pecado novamente.

B. Confirmação do Caráter de Deus

De acordo com Apocalipse 20:4, os santos realizarão um julgamento durante o milênio. Esse juízo envolve mais do que concordar com as sentenças de Cristo. Os santos terão oportunidade de tomar suas próprias e independentes decisões acerca dos negócios terrenos, somente para descobrir que esses concordam com as decisões divinas já tomadas.

Durante esse interlúdio, antes de os pecadores serem finalmente destruídos e antes de ser criada a nova Terra, todos os seres do Universo — os redimidos, os anjos e os seres provenientes de mundos não caídos — terão a oportunidade de avaliar a forma como Deus trata a humanidade. Será dada oportunidade para dirimir quaisquer persistentes dúvidas quanto ao caráter de Deus. Seu trato com cada pecador e com Satanás e seus anjos ficará claro como cristal e haverá consenso universal sobre a natureza justa do caráter de Deus.

Os santos ficarão profundamente envolvidos com Cristo nesse juízo. Uma vez que os salvos já se encontram no Céu, esse juízo tem que ver com o destino eterno dos perdidos. Os salvos terão a oportunidade de obter plena compreensão do assunto e de ficar satisfeitos com o destino de amigos, entes queridos ou conhecidos. Durante a atividade judicativa do milênio, a humanidade verá a tragédia do pecado a partir da perspectiva divina. Dar-se-á ampla oportunidade para esclarecimento, compreensão, confirmação e aceitação do destino humano.

C. A *Troca de Guarda*

O milênio tem sido comparado a uma troca da guarda. A velha ordem maligna, por tanto tempo vigente sobre a Terra, dá por fim lugar à nova ordem. O milênio Rca situado entre as duas eras. Serve como uma orientação divina entre a tragédia do pecado e o triunfo do novo mundo. Essa "mudança de guarda" vai conceder tempo para os santos, os habitantes do Universo e os anjos ajustarem seu pensamento, de um mundo direcionado para o pecado, para um Universo em que tais efeitos ruinosos jã não existem. Assim como Deus, em Sua sabedoria, viu que precisava haver um período de tempo entre a primeira e a segunda vinda de Cristo, assim Ele também achou que deveria haver um período de tempo entre a segunda vinda de Cristo e a restauração final do mundo presente.

D. Um Período -para se Conhecerem

Como parte do propósito do milênio, o período milenial no Géu pode oferecer um cenário ideal, requerido pelo povo de Deus, oriundo de diferentes culturas e épocas, para se familiarizarem entre si.

Isso sugere que cultura e individualidade não serão obliteradas na ressurreição. Continuará a haver diferenças entre os indivíduos, e vamos continuar a ser capazes de reconhecer essas diferenças. Embora a ressurreição traga como resultado corpos espirituais gloriosos (ICo 15:44), eles continuam sendo corpos reais, iguais "ao corpo da Sua glória" (Fp 3:21). Durante o milênio, os redimidos terão a oportunidade para conhecerem uns aos outros bem como os seres celestiais (ver Homem III.A.C).

III. Contexto Histórico

Antes de esboçarmos as posturas a respeito do milênio adotadas através dos séculos pelos cristãos, convém fazer uma definição de termos concernente ao tema. O resumo seguirá, portanto, uma sequência cronológica (ver Apocalíptica, IV.C.2; D.3).

A. *Definição de Termos*

1. Milenarismo ou Milenialísmo

Embora tanto o *milenarismo* quanto o *milenialísmo,* bem como os seus derivados, se baseiem na palavra *milênio* (oriunda do latim), e tecnicamente se refiram à crença num milênio, o termo *milenarismo* é empregado muitas vezes num sentido diferente e muito mais amplo. O *milenarismo* pode apontar para uma expectativa da segunda vinda de Cristo e o fim de todas as coisas. Especificamente, o termo é empregado em relação às diferentes ênfases sobre o fim do mundo pelos cristãos europeus da Idade Média. *Qiiiliasmo,* do grego, é usado com frequência no mesmo sentido lato.

2. Amilenarismo

O *amilenarismo* pode assumir duas formas. Uma considera o futuro reino milenial um adendo desnecessário à escatologia, uma intercalação inútil entre o glorioso advento e o juízo dramático. A outra forma situa o milênio entre a morte de Cristo e Sua segunda vinda; durante esse tempo, Satanás fica preso, no sentido de não poder impedir a pregação do evangelho a todas as nações! Até certo ponto, para os *amilenaristas,* Apocalipse 20 descreve uma revelação da realidade da salvação em Cristo como pano de fundo para a realidade do sofrimento e martírio na Terra.

3. Pré-JVIilenarismo

Este termo designa basicamente a crença na segunda vinda de Cristo *antes* do milênio. Há, no entanto, pelo menos dois tipos distintos de *pré-milenarismo.*

a. Pré-milenarismo dispensacionalista. Para os dispensacionalistas, o alvo da história é o reino milenial de Cristo sobre a Terra. Esse arranjo depende do cumprimento

literal das profecias do AT para Israel como nação. Após a vinda de Cristo, o milênio consistirá num período de evangelismo e prova, sob o reinado pessoal de Cristo sobre a Terra.

b* Pré-milenarismo bíblico. Esse nome tem que ver com os pré-milenaristas que creem que o milênio ocorrerá após a segunda vinda. No entanto, o reino milenial será no Céu, enquanto na Terra tudo é desolação. (Ver Seção I deste artigo.)

4. Pós-Miienarismo

O pós-milenarismo pretende ter uma visão positiva do triunfo do evangelho de Cristo sobre a Terra. Seus proponentes esperam que o evangelho avance com muito poder para derrotar as forças do mal antes do segundo advento. Durante o milênio, o poder do evangelho será manifesto, e a influência do cristianismo permeará nações e sociedades. Esse reino milenial será estabelecido na Terra como prova convincente do poder e do triunfo de Cristo. Depois de apresentada essa prova, Cristo voltará para estabelecer o Seu reino eterno.

JB. O *Milênio na História*

1. Suas Raízes na Apocalíptica Judaica

Tem-se sugerido que o milênio de Apocalipse 20 é expresso em simbolismo tomado de empréstimo da literatura apocalíptica judaica. Embora não haja nenhuma clara enunciação de um milênio na apocalíptica judaica, as sementes da expectativa judaica estão presentes no contexto das últimas concepções cristãs.

Os *Segredos de Enoque*, conhecido também como Enoque Esloveno ou 2 Enoque (da última parte do Iº século da era cristã), sugere que um dia da criação corresponde a mil anos da história do mundo (2 Enoque 32:2; 33:1, 2). Com esta obra, "preparou-se o terreno para especulação de uma semana mundial de sete mil anos — seis para o trabalho da criação ao juízo, seguido por um milênio de descanso e bem-aventurança antes de serem abertos os portões da eternidade" (PFOFl, 196). Embora não expresso em Apocalipse 20, esse conceito se tornou comum entre os cristãos durante séculos.

Quarto Esdras, livro apócrifo de aproximadamente 100 d.C., fala de 400 anos de reinado messiânico, após o qual o Messias morre e a Terra retorna ao silêncio durante sete dias antes da ressurreição e do juízo final (4 Esdras 7:28-32). Embora originalmente judaico, esse livro foi logo aceito pelos cristãos.

2. A Igreja Primitiva

Embora alguns escritores cristãos primitivos tenham compreendido claramente a mensagem bíblica de Apocalipse 20, a maioria teve dificuldade. Uma revisão da literatura patrística revela alguns equívocos.

Na *Epístola de Bamahé* (c. 100 d.C.), encontramos referência à ideia de que, assim como a Terra foi criada em seis dias, assim a história se encerraria em 6 mil anos. O sétimo dia de descanso após a criação representava a segunda vinda de Cristo e a destruição dos ímpios (v. 15). Essa teoria foi repetida por escritores posteriores, entre os quais figuravam Hipólito (m. c. 236), que chegou ao ponto de prever a data do fim do mundo (*Comentário sobre Daniel*, 2.4-7), e Jerônimo (c. 342-420; *Carta 140 a Cipriano*).

Papias, um escritor cristão do início do 2º século, cujas obras chegaram até nós apenas em fragmentos, é uma das testemunhas mais antigas do milenarismo. Ele, ao que parece, concebia o reino milenial como um reino material e terreno. O historiador da igreja Eusébio (c. 260-339) se referiu aos "estranhos ensinos" de Papias sobre os mil anos, segundo os quais Cristo, após a ressurreição, estabelecería um reino material sobre a Terra *(.História Eclesiástica*, 3.39.11, 12).

Justino Mártir (m. 165) era um fervoroso crente na segunda vinda de Cristo e numa ressurreição literal. Segundo ele, após

a ressurreição, haveria “mil anos, durante os quais Jerusalém seria construída, ampliada e adornada” (*Diálogo com Trifo,* 80), Ele cita Isaías 65:17-25, aplicando a passagem aos “mil anos”. Justino faz também referência específica à profecia de João de que os santos “habitariam mil anos em Jerusalém”, após os quais ocorrería a "ressurreição do juízo” (ibid. 81).

Irineu (c. 130-200) deu testemunho de uma posição pré-milenária ao enfatizar uma ressurreição literal por ocasião do segundo advento. Este devia ser secundado pelos “tempos do reino”, aos quais não atribuía nenhuma duração específica. Depois disso, viria o juízo do “grande trono branco” *('Contra as Heresias,* 5.35.2). A exemplo de Irineu, Metódio de Olímpio afirmou que, após a ressurreição, os santos “celebrariam com Cristo o milênio de descanso”. Findos os mil anos, eles passariam a desfrutar “coisas maiores e melhores” (*Banquete das Dez Virgens,* 9.5).

O escritor heterodoxo Cerinto (2º século d.C.) é citado por Eusébio como ensinando que, depois da ressurreição, o reino de Cristo seria estabelecido na Terra e que toda carne desfrutaria mais uma vez de luxúrias e prazeres, O período de mil anos seria gasto em banquetes e imoralidade. Apesar disso, se fariam sacrifícios de animais (*História Eclesiástica,* 3.28.2-5).

Tertuliano (c. 1.60-230) representou uma grande força para o cristianismo em Cartago. Ele acreditava firmemente que a ressurreição aconteceria por ocasião da segunda vinda de Cristo no fim do mundo (*Sohre a Ressurreição da Carne,* 22). Asseverava também que, após a segunda vinda, os santos viveríam na Terra durante mil anos e habitariam “a cidade de Jerusalém, construída por Deus”. Findo esse período de descanso, os santos seriam transformados, num piscar de olhos, e transportados para o reino do Céu (*Contra Marcião,* 3.25).

Lactâncio, que escreveu em benefício da instrução religiosa do filho do imperador Constantino, punha os mil anos após a destruição dos ímpios e da ressurreição dos santos. Durante o milênio, os santos “produziríam uma infinita multidão”, “presidiriam sobre os vivos na função de juizes” e “sujeitariam as nações restantes à escravidão”. Sua descrição da paz desse período entrelaça idéias bíblicas com citações dos *Orácidos Sibilinos* e poesia latina *{Instituições Divinas,* 24).

Como se pode ver, a doutrina bíblica do milênio logo foi deformada. Isso trouxe descrédito ao conceito. Jerônimo expressou sua exasperação assim: “Os santos nunca terão um reino terrestre, mas o celestial. Deixem, portanto, que cesse essa história dos mil anos” *(Comentário sobre Daniel,* 7:17).

3. Agostinho

Quando a igreja primitiva era uma minoria perseguida, a esperança no milênio oferecia conforto e consolo. Quando a igreja se tornou reconhecida, dominante e poderosa, no entanto, ficou muito mais fácil olhar para a era presente como o tempo de bênção especial de Deus para o florescimento do evangelho. O caminho foi assim preparado pela exposição bem argumentada de Agostinho sobre o papel da igreja em sua obra A *Cidade de Deus* (413 d.C.),

Ao interpretar o Apocalipse, Agostinho se baseou sobremodo nas “Sete Regras” e nos pressupostos de Ticônio, donatista do 4º século. Seguindo as regras que havia elaborado, Ticônio espiritualizou a primeira ressurreição (acontecia na conversão) e Iiteralizou a segunda (acontecia na segunda vinda de Cristo). O milênio se tornou um reino de mil anos dos santos sobre a Terra, com início já no primeiro advento de Cristo. Ticônio também reduzia os mil anos a 350 (três tempos e meio) e afirmava que a igreja era a Nova Jerusalém de Apocalipse 21.

A exemplo de Ticônio, Agostinho fez os mil anos se estenderem desde o primeiro advento até o segundo advento de Cristo. Uma vez expulso Satanás (Ap 12), o “reino de Deus” estava caminhando para a vitória no âmbito presente. A primeira ressurreição, mencionada em Apocalipse 20:6, tornou-se mais uma ressurreição espiritual da alma na conversão do que a verdadeira ressurreição no segundo advento. Para ele, o milênio de Apocalipse 20 ocorrería na Terra. Satanás ficaria preso para não poder seduzir a igreja. Agostinho admitia acreditar num milênio após a segunda vinda de Cristo, mas depois mudou de ideia, em parte devido aos extremados pontos de vista dos defensores dessa doutrina, os quais afirmavam que "os que ressuscitarem novamente desfrutarão do ócio dos imoderados banquetes carnais, guarnecidos com grande quantidade de carne e bebida, não só para chocar as suscetibilidade dos sóbrios, mas até para exceder a medida da própria credulidade. Tais afirmações só podem ser cridas pelos carnais” (A *Cidade de Deus*, 20.7).

O ponto de vista de Agostinho, de que a era cristã constituía o milênio, tornou-se dominante e prevaleceu durante toda a Idade Média. Continuou embutido na estrutura teológica dos reformadores protestantes e serviu de base para grande parte da interpretação bíblica moderna,

4. Joaquim de Fiorí e a Reforma

Como precursor da Reforma Protestante, Joaquim de Fiori (1130-1202) reacendeu o interesse na interpretação profética. Sua *Exposição do Apocalipse* se reveste de especial interesse para o tema do milênio. No livro, Joaquim desafiou o prevalecente sistema filosófico agostiniano, segundo o qual a igreja era dominante e os interesses nas realidades históricas, insignificante. Ele deslocou a ênfase para a revelação de Deus na história.

Para Joaquim, Apocalipse 20 retratava o sétimo período do mundo ou a terceira era do Espírito Santo. Esse período começava com a derrota do antícristo e podia ser muito curto. Joaquim não se afastava completamente da posição de Agostinho: não equiparava o milênio com mil anos literais e históricos. Abria espaço para um período intercalar entre a queda do anticristo e o reino definitivo, mas não aceitava a ideia quiliástica de um futuro reino de mil anos. Durante esse período intercalar, Satanás seria finalmente preso. "Em parte, o Espírito Santo já prendeu o diabo, e o prenderá mais plenamente ainda naquele dia, [...] até que o tempo esteja cumprido, que é denotado pelos mil anos, desde o tempo da ressurreição do Senhor até o tempo de sua [de Satanás] soltura” *(Exposição do Apocalipse*, foi. 211 v).

Embora continuasse vinculado a um tipo de visão agostiniana dos mil anos, Joaquim falou da futura prisão de Satanás e pôs em marcha forças que desafiariam a posição tradicional. Forneceu o prólogo para o desenvolvimento da visão histórica do cumprimento profético, que devia culminar na Reforma Protestante. Foi assim que se tornou o precursor do renovado interesse no pré-milenarismo.

Outros, inclusive católicos romanos, divergiram da perspectiva de Agostinho sobre o milênio. No fim do século 16, Francisco Ribera, erudito e jesuíta espanhol, colocou o milênio entre a prisão de Satanás na morte de Cristo e a vinda do anticristo. Repudiou, no entanto, o ponto de vista de Agostinho sobre o reino da igreja na Terra, levando em conta que, durante esse período, os santos estariam reinando no Céu. Além disso, os mil anos poderíam ser "elásticos, figurados”, ou, no mínimo, "indefinidos” (PFOF2, 492).

Com exceção de Heinrich Bullinger, que era pré-milenarísta, a maioria dos eruditos protestantes do século 16 defendia, assim como Agostinho, a opinião de que o milênio começara com a morte de Cristo e terminaria com a prisão de Satanás, Somente no século 17,

os protestantes começaram a colocar o milênio no futuro. Foi assim que Joseph Mede (1586-1638) escreveu em *Chave da Revelação* que o milênio teria início no julgamento do anticristo — entendido claramente como a Igreja Romana — e duraria mil anos. A Nova Jerusalém ficaria neste planeta até a ressurreição e julgamento universal dos ímpios. John Gotton, clérigo puritano da Nova Inglaterra (1584-1652), afirmava que os mil anos teriam início após a destruição do anticristo e de Roma, e não com Gonstantino ou Teodósio. Apesar disso, Cotton acreditava que a primeira ressurreição devia ser uma ressurreição espiritual. Posteriormente, vários autores britânicos e alemães enfatizaram a natureza futura do milênio. No entanto, alguns adotaram posições errôneas, como a defendida por Johann Bengel (I6S7-1752), que preconizava dois milênios: o primeiro na Terra, com Satanás preso; e o segundo no Céu, com os santos reinando.

5. O Surgimento do Pós-Milenarismo

Daniel Whitby (163S-1726) nasceu na Inglaterra e fez seus estudos no Trinity College, em Oxford. Tornou-se reitor da Faculdade de St. Edmund, em Salisbury, e foi prolífico escritor. Em sua obra de dois volumes *Pamphmse and Conimentaiy on the* New *Testament*, Whitby apresenta seus pontos de vista sobre os mil anos de Apocalipse 20.

Embora tenha espiritualizado a primeira ressurreição como fizera Agostinho, ele considerava esse evento ainda no futuro. A "primeira ressurreição" consistiría num grande derramamento do Espírito Santo, no estabelecimento nacional dos judeus e na subversão do papa e dos turcos. Esses acontecimentos assinalariam o início do milênio, ocasião em que o evangelho seria apresentado com poder convincente. Sob a ministração do Espírito Santo, a Igreja, composta por judeus e gentios convertidos, marcharia através do mundo, levando grande luz para as nações. Durante esse tempo, Satanás estaria preso, e as vitórias do evangelho dariam credibilidade à promessa de Cristo de estar com Seus discípulos até a consumação dos séculos. O segundo advento de Cristo só ocorrería no fim desse glorioso milênio terreno. Após essa era de ouro, viria o fim, e Cristo retornaria para julgar a todos e ressuscitar os mortos.

O pós-milenarismo cresceu em popularidade durante os séculos 18 e 19. Representava uma visão muito otimista da situação humana e tendia naturalmente a empurrar o segundo advento de Cristo para um futuro distante. Essa forma particular de milenarismo foi introduzida na América do Norte por Jonathan Edwards, principal teólogo do Grande Despertamento. Essa linha de pensamento também recebeu a aprovação de seu ilustre neto, Timothy Dwight (1752-1817), que se tornou reitor da Universidade Yale e fez fama como pregador, escritor e administrador. O pós-milenarismo se tornou uma marca dos cristãos intelectuais durante os séculos 18 e 19 na América do Norte e na Europa, Abria espaço para o homem cooperar com Deus no estabelecimento de um milênio na Terra durante a futura idade de ouro.

Esse ensino específico ainda predominava na América do Norte em meados do século 19 e continuou a se opor à visão pré-milenarista dos adventistas, não sô no tocante ao estabelecimento de uma data para a segunda vinda de Cristo, mas também na sugestão de que Cristo viria subitamente, antes do término da idade de ouro da Igreja sobre a Terra. Tiago White, um dos primeiros escritores adventistas, descreve esse ponto de vista: "A visão popular do assunto é a de que o mundo vai se converter e que todas as pessoas vão se santificar. Esse feliz estado de coisas, dizem, continuará por mil anos, durante os quais Cristo reinará espiritualmente com Seu povo" (17).

O pós-milenarismo estava em seu apogeu quando o adventismo ainda engatinhava.

David Brown, ministro presbiteriano escocês, publicou, em 1846 (revisado em 1849), um influente livro, *The Seconã Advent,* Durante muitos anos, essa obra foi reconhecida como um referencial para a posição pós-milenarista. Outra publicação importante que defendia esse ponto de vista foi a *Systematic Theology* de Charles Hodge (1871), professor da Universidade de Princetom Entre outros influentes teólogos de Princeton defensores dessa opinião, estavam W. G. T. Shedd, R.
939 ► L. Dabney, B, H. Smith, A. H. Strong e B, B. Warfield (Boettner, 10).

A última parte do século 20 viu evaporar o apoio à posição pós-milenarista. As duras realidades desse século, com duas guerras mundiais, contínua violência e aviltante desumanidade embaçaram a glória dessa visão de futuro. A controvérsia sobre o milênio é agora principalmente entre amilenaristas e pré-milenaristas.

6* Amilenarismo Revisto

Como já se disse, Agostinho foi o primeiro a organizar o sistema de interpretação amilenarista. Suas opiniões foram extremamente influentes e “se tornaram a posição tradicional tanto para o catolicismo como para o protestantismo” Até certo ponto, o amilenarismo agostiniano ainda predomina nas "igrejas conservadoras reformada e presbiteriana” (LaRondelle, setembro, 1982).

O amilenarismo assume diferentes formas. Por exemplo, para o teólogo alemão do século 19, Theodor Kliefoth, os mil anos se aplicavam a um estado intermediário. Em vez de enfocar a igreja sobre a Terra entre os dois adventos, sua visão se concentrava no reinado dos santos no Céu, antes da ressurreição. Outro exemplo é a postura "escatológico-histórica” de H. Bietenhard, para o qual o milênio seria “o último período do reino de Cristo sobre esta era” e “somente a fase final e a plena revelação' de um reino messiânico". Nessa época, "a Igreja será revelada como a Igreja do milênio, e Satanás será preso” (Berkouwer, 299). Alguns amilenaristas afirmam que os mil anos de Apocalipse 20 correspondem ao tempo presente. Outros não encontram nenhum significado especial nesse período.

7. O Ressurgimento do Pré-Milenarismo

Com o advento do século 19, um reavivamento de interesse nas profecias e na iminência da vinda de Cristo começou a percorrer a Inglaterra e a América do Norte. Muitas pessoas se envolveram no reavivamento profético e proclamaram a vinda prémilenial de Cristo, conservando o método histórico de interpretação profética.

Henry Drummond patrocinou uma série de conferências proféticas em Albury Park de 1826 a 1830; estas foram marcadas por uma interpretação histórica pré-milenarista. Edward Irving contribuiu com sua influência para o crescimento do movimento pré-milenarista.

A partir das conferências bíblicas realizadas em Povverscourt House, surgiram duas novas interpretações: o futurismo e o darbyismo. O futurismo consistiu, na verdade, em um reavivamento do sistema profético do jesuíta espanhol Ribera, cuja obra publicada em 1590 deslocou a ênfase do papado como o anticristo para um indivíduo futuro que perseguiría a igreja durante três anos e meio literais. Esse ponto de vista tomou novo impulso nas conferências proféticas realizadas por toda a Inglaterra e na América do Norte, colocando o pré-milenarismo em primeiro plano novamente.

A outra ala do pré-milenarismo teve sua origem em J. N. Darby (1800-1882), pertencente aos Irmãos de Plymouth. Ele se tornou figura de destaque nas reuniões de Powerscourt. Escritor prolífico, é conhecido como fundador do moderno dispensacionalismo. Darby apoiava o arrebata mento pré-tribulacionista da igreja, que se tornou

numa característica desse sistema. Visitou os Estados Unidos seis vezes, entre 1859 e 1874, consolidando assim o dispensacíonalismo nesse país, O movimento de conferências proféticas e bíblicas na América do Norte veio como resultado desse interesse, e muitos estudantes da Bíblia se envolveram em conferências como essas em Níágara, de 1883 a 1897. Com o decorrer do tempo, esse grupo se dividiu entre os que aceitavam o arrebatamento secreto pré-tribulacionista e aqueles que acreditavam que a igreja passaria pela tribulação. O último grupo ficou conhecido como pós-tribulacionista.

Entre os seguidores influentes do arrebatamento pré-tribulacionista de Darby estava C. I. Scofield (1843-1921), que produziu a influente Bíblia de Referência Scofield, Esta exerceu grande influência na propagação dos
940 ► ensinos dispensacionalistas, O pré-milenarismo tem sido um aspecto muito importante do dispensacionalismo, e o milênio na Terra, após a volta de Cristo, recebe grande ênfase em seus ensinos. Há também entre os intérpretes dessa escola diferenças de pontos de vista.

Hoje os pré-milenaristas se dividem em dois grupos básicos: os pré-milenaristas históricos e os pré-milenaristas dispensacionalistas. Ambos colocam o milênio entre duas ressurreições literais; ambos acreditam que o reino será inaugurado pela gloriosa segunda vinda de Cristo, pouco depois de um tempo de perseguição dos crentes. Para ambos, o reino milenar ocorre na Terra. Apesar disso, enquanto os pré-milenaristas históricos consideram a igreja o verdadeiro Israel de Deus, os pré-milenaristas dispensacionalistas esperam que as profecias do AT sobre Israel se cumpram com a restauração literal da nação e do seu templo em Jerusalém.

8. Concepção Adventista

Os adventistas do sétimo dia têm suas raízes na mensagem milerita do despertamento do advento na década de 1840. Em reação contrária à postura pós-milenarista comum em muitos círculos da época, Guilherme Miller adotou o ponto de vista pré-milenarísta. O pós-milenarísmo apresentava uma visão muito otimista do mundo e de sua idade dourada, que estava para ser inaugurada em breve pelo poder do evangelho de Cristo, antes do segundo advento. Guilherme Miller se opôs frontalmente a essa perspectiva ao insistir na iminência da segunda vinda de Cristo, chegando mesmo a sugerir a possível data de 1843.

Embora Miller fosse pré-milenarista, não concordava com todos os defensores desse ponto de vista. Tanto Miller como os literalistas acreditavam em uma segunda vinda de Cristo antes do milênio e em duas ressurreições separadas por mil anos. Miller não seguia, porém, os literalistas ao insistirem no cumprimento judaico de todas as profecias do AT durante o milênio.

O *First Report ofthe General Conference ofChnstians Expecting theAdvent,* publicado em 1841, contém a seguinte declaração sobre o milênio:

"Também estamos de acordo e firmemente convencidos de que a popular teoria de mil anos, ou mais, do reinado espiritual e invisível de Cristo neste presente século mau... é totalmente antiescriturística. [...]

"Também estamos de acordo que, logo no início do milênio, o Senhor virá na glória de Seu Pai e todos os santos virão com Ele, e que os pecadores que estiverem vivos e os ímpios serão mortos pela espada do Senhor [...], em vez de serem todos convertidos para a obediência do evangelho" (PFOF4, 563, 564).

Após o grande desapontamento de 1844, ocorreu importante mudança na interpretação adventista do milênio: "Após a dissolução do movimento milerita em 1844, os adventistas do sétimo dia se tornaram o seu principal sucessor, os quais deram seguimento ao pré-milenarismo com uma nova faceta:

o reino ou reinado milenar dos santos glorificados ocorrería no Céu, e não na Terra. *Somente após* o milênio, a Nova Jerusalém — junto com os santos — descería à Terra, que seria renovada como sua eterna habitação" (LaRondelle, setembro de 1982).

Tiago White, um dos primeiros líderes adventistas a se associar ao movimento milerita, tratou do milênio em seu livrínho *A Word to the Little Flock*, publicado em 1849. Entre outras coisas, ele transcreve uma carta de sua esposa Ellen: "Concordo plenamente com você que haverá duas ressurreições literais, independente dos mil anos. Também concordo com você que [...] a nova Terra [...] não surgirá enquanto os ímpios mortos não ressuscitarem e forem destruídos no final dos mil anos." Em dois artigos publicados na *Signs ofthe Times*, de 1876, Tiago refutou os ensinos do milênio temporal e da conversão universal, ratificando a concepção bíblica e literal dos mil anos (ST, jan. 6, 13, 1876). Em seu livro *Biblical Adventism*, publicado por volta da mesma época, Tiago White ressaltou claramente que o reino milenial seria no Céu: "Os súditos imortais do reino ► ascenderão com seu Senhor para a cidade eterna e reinarão com Ele no julgamento dos ímpios por mil anos, durante os quais a Terra ficará desolada" (84).

Em 1881,o livro *Daniel and the Revelation*, de Uriah Smith, que fora reimpresso diversas vezes, apresentou o milênio da mesma forma que Ellen e Tiago White. *O nr D ay in the Light ofProphecy*, publicado em 1917 por W. A. Spicer, seguiu a mesma linha, como o fez também *Questions on Doctrine* (1957). Em 1980, a igreja adotou a seguinte declaração como Crença Fundamental N° 26:

"O milênio é o reinado de mil anos de Cristo e de Seus santos, no Céu, entre a primeira e a segunda ressurreições. Durante esse tempo serão julgados os ímpios mortos; a Terra estará completamente desolada, sem habitantes humanos com vida, mas ocupada por Satanás e seus anjos. No fim desse período, Cristo com Seus santos e a Cidade Santa descerão do Céu à Terra. Os ímpios mortos serão então ressuscitados e, com Satanás e seus anjos, cercarão a cidade; mas o fogo de Deus os consumirá e purificará a Terra. O Universo ficará assim eternamente livre do pecado e dos pecadores" (SDA *Yearhook*, 1981, 8).

IV. Comentários de Ellen G. White

Por estranho que pareça, Ellen White estabelece nítida distinção entre a palavra "milênio" e a expressão "mil anos". Ela aplica o primeiro termo à errônea ideia pós-milenarista de um "milênio temporal", ao passo que utiliza o segundo para descrever o período bíblico de mil anos, durante o qual os santos estarão no Céu e o diabo, acorrentado na Terra.

A. *Mílênio*

Até ouvir Miller pregar, em 1840, Ellen White havia sido ensinada que "haveria um milênio temporal antes da vinda de Cristo nas nuvens do Géu" (*Life Shetches of Ellen G. White*, 21). Quando ela soube que Cristo viria em 1843, encheu-se de grande "pavor", porque o "tempo parecia curto demais para a conversão e salvação do mundo" (ibid., 20). Depois que aceitou a pregação de Miller, sua nova concepção de milênio contribuiu para que se separasse da Igreja Metodista. Numa classe bíblica, Ellen falou da alegre esperança que acalentava na segunda vinda de Cristo. "Enquanto se dirigia a outros na classe, o ancião que presidia manifestou grande exultação em se preparar para o milênio temporal, quando a Terra se encheria do conhecimento do Senhor, como as águas cobrem o mar. Ele ansiava contemplar esse profetizado período glorioso." Depois da reunião, Ellen

e seu irmão Robert tomaram "consciência de que estavam sendo tratados com grande frieza por parte daqueles que anteriormente haviam sido tão gentis e simpáticos" (ibid., 44). Seguem-se alguns dos comentários feitos por ela a respeito do "milênio temporal".

"Grande parte da pregação dos nossos dias visa a embalar pessoas num sono espiritual. A doutrina do milênio é uma poção tranquilizante para o pecador que não deseja abandonar o pecado. E Satanás fica mais satisfeito com a ajuda que lhe prestam os pastores do rebanho quando apresentam a verdade misturada com o erro, do que com a ajuda dos mais ousados incrédulos" (ST, 4/7/1900).

"As igrejas de nosso tempo estão procurando o engrandecimento mundano e se acham tão pouco dispostas a discernir a luz das profecias e a aceitar as evidências de seu cumprimento, as quais revelam que Cristo virá em breve, como sucedeu com os judeus no tocante a Seu primeiro aparecimento. Eles aguardavam o reinado temporal e triunfante do Messias em Jerusalém, Cristãos professos de nosso tempo estão esperando a prosperidade temporal da igreja, na conversão do mundo e na fruição do milênio temporal" (Mar, 11).

"Antes que o Legislador venha para punir os desobedientes, os transgressores são avisados para que se arrependam e voltem à sua fidelidade; mas, em relação à maioria, serão em vão essas advertências. Diz o apóstolo Pedro: 'Nos últimos dias virão escarnecedores, andando segundo as suas próprias concupiscências, e dizendo: Onde está a promessa da Sua vinda porque desde que os pais dormiram todas as coisas permanecem como desde o princípio' (2Pe 3:3, 4). Não ouvimos essas mesmas palavras repetidas, não simplesmente pelos declaradamente ímpios, mas por muitos que ocupam o púlpito em nosso país? 'Não há motivo para alarme', exclamam eles. 'Antes que Cristo venha, todo o mundo se converterá, e a justiça reinará durante mil anos. Paz! paz! todas as coisas continuam como eram desde o princípio. Que ninguém se perturbe com a excitante mensagem desses alarmistas/ Mas tal doutrina do milênio não se harmoniza com os ensinos de Cristo e *Seus* apóstolos. Jesus fez a significativa pergunta: 'Quando porém vier o Filho do Homem, porventura achará fé na Terra?' (Lc 18:8). E, conforme vimos, Ele declara que o estado do mundo será como nos dias de Noé. Paulo nos adverte que podemos esperar a iniquidade aumentar ao aproximar-se o fim: 'O Espírito expressamente diz que nos últimos tempos apostatarão alguns da fé, dando ouvidos a espíritos enganadores e a doutrinas de demônios' (iTm 4:1). O apóstolo diz que 'nos últimos dias sobrevirão tempos trabalhosos' (2Tm 3:1). E ele dá uma lista surpreendente de pecados que se encontrarão entre os que têm uma forma de piedade" (PP, 102, 103).

Ellen White censura severamente os obreiros da causa de Deus por sua letargia. Protestou ela: "Eles agem de maneira tão apática, como se tivessem um milênio temporal para trabalhar pelas almas" (T2, 335). Num artigo da *Revlew and Herald*, em 1885, ela escreveu: "Aqui neste mundo devemos nos equipar para essas grandes provas que virão sobre nós em breve. E, no entanto, alguns de nós agem como se tivéssemos todo um milênio para realizar a obra. O texto afirma: 'Vigiai e orai; porque não sabeis quando será o tempo'" (RH, 18/8/1885). Em *Obreiros Evangélicos*, ela escreveu: "Muitos têm fracassado, fracassado de maneira notável, onde poderíam haver tido um sucesso. Não sentiram a responsabilidade da obra; têm levado as coisas tão comodamente, como se tivessem um milênio em que trabalhar pela salvação das pessoas" (279).

B. *Os Mil Anos*

A maior parte das passagens de Ellen White sobre os mil anos de Apocalipse 20 descreve os eventos que ocorrem antes,

durante e depois do milênio. A primeira transcrita aqui, porém, tem que ver com os resultados positivos de aceitar a doutrina bíblica.

"Foram estes os benditos resultados fruídos pelos que aceitaram a mensagem adventista. Vieram de denominações várias, e as barreiras denominacionais foram arremessadas ao chão; credos em conflito eram reduzidos a átomos; a esperança de um milênio terreal, em desacordo com a Escritura Sagrada, foi posta de lado e corrigidas opiniões falsas sobre o segundo advento; varridos o orgulho e a conformação ao mundo; repararam-se injustiças; os corações se uniram na mais doce comunhão, e o amor e a alegria reinaram supremos. Se essa doutrina fez isso pelos poucos que a receberam, o mesmo teria feito a todos, se todos a houvessem recebido" (GC, 379, 380).

1. Antes do Milênio

"O escritor do Apocalipse prediz o banimento de Satanás e a condição de caos e desolação a que a Terra deve ser reduzida; e declara que tal condição existirá durante mil anos. Depois de apresentar as cenas da segunda vinda do Senhor e da destruição dos ímpios, continua a profecia: 'Vi descer do céu um anjo que tinha a chave do abismo, e uma grande cadeia na sua mão. Ele prendeu o dragão, a antiga serpente, que é o diabo e Satanás, e amarrou-o por mil anos. E lançou-o no abismo, e ali o encerrou, e pôs selo sobre ele, para que não mais engane as nações, até que os mil anos se acabem. E depois importa que seja **solto** por **um pouco** de **tempo'** **(Ap** 20:1-3)" (ibid., 658).

"No culto típico, o sumo sacerdote, havendo feito expiação por Israel, saía e abençoava a congregação. Assim Cristo, no final de Sua obra de mediador, aparecerá sem pecado, [...] para salvação' (Hb 9:28), a fim de abençoar com a vida eterna Seu povo que O espera. Como o sacerdote, ao remover do santuário os pecados, confessava-os sobre a cabeça do bode emissário, semelhantemente Cristo porá todos esses pecados sobre Satanás, o originador e instigador do pecado. O bode emissário, levando os pecados de Israel, era enviado 'à terra solitária (Lv 16:22); de igual modo Satanás, levando a culpa de todos os pecados que induziu o povo de Deus a cometer, estará durante mil anos circunscrito à Terra, que então se achará desolada, sem moradores, e ele sofrerá finalmente a pena completa do pecado no fogo que destruirá todos os ímpios. Assim o grande plano da redenção atingirá seu cumprimento na extirpação final do pecado e no livramento de todos os que estiverem dispostos a renunciar ao mal" (ibid., 485, 486).

2. Durante o Milênio

"Depois de serem os santos mudados para imortalidade e tomados com Jesus, depois de haverem recebido suas harpas, vestes e coroas, e de entrarem na cidade, Jesus e os santos se assentam em juízo. Os livros são abertos - o Livro da Vida e o livro da morte. O Livro da Vida contém as boas obras dos santos, e o livro da morte as obras más dos ímpios. Esses livros são comparados com o livro-norma, a Bíblia, e de acordo com isso são os homens julgados. Os santos, em uníssono com Jesus, passam o seu juízo aos ímpios mortos. 'Eis', disse o anjo, que os santos, em uníssono com Jesus, assentam-se em juízo e retribuem aos ímpios segundo as obras feitas no corpo; e aquilo que eles devam receber na execução do juízo é anotado em oposição ao seu nome.' Esta, eu vi, era a obra dos santos juntamente com Jesus durante os mil anos na Cidade Santa antes de esta descer para a Terra" (PE, 52, 53).

"Ouvi outro anjo responder: "Os santos descansarão na santa cidade e reinarão como reis e sacerdotes durante mil anos; então Jesus descerá com os santos sobre o Monte das Oliveiras, que se partirá ao meio e se transformará numa grande planície, para

nela se estabelecer o paraíso divino, O resto da Terra não será purificado antes do final dos mil anos, ocasião em que os ímpios mortos ressuscitarão e se reunirão em torno da cidade. Os pés dos ímpios nunca profanarão a Terra renovada. Deus fará descer fogo do céu e os devorará; queimá-los-á, sem lhes deixar raiz nem ramo. Satanás é a raiz, e seus filhos são os ramos. O mesmo fogo que devorar os ímpios purificará a Terra" (ibid., 51, 52).

"Durante os mil anos, entre a primeira e a segunda ressurreições, ocorre o julgamento dos ímpios. O apóstolo Paulo deixa prever esse juízo como um acontecimento que se segue ao segundo advento. 'Nada julgueis antes de tempo, até que o Senhor venha, o qual também trará à luz as coisas ocultas das trevas, e manifestará os desígnios dos corações (IGo 4:5). Daniel declara que quando veio o Ancião de Dias, 'foi dado o juízo aos santos do Altíssimo' (Dn 7:22). Nesse tempo os justos reinam como reis e sacerdotes de Deus. João, no Apocalipse, diz: Vi tronos; e assentaram-se sobre eles, e foi-lhes dado o poder de julgar.' 'Serão sacerdotes de Deus e de Cristo, e reinarão com Ele mil anos (Ap 20:4, 6). É nesse tempo que, conforme foi predito por Paulo, os santos hão de julgar o mundo' (ICo 6:2). Em união com Cristo julgam os ímpios, comparando seus atos com o código — a Escritura Sagrada, e decidindo cada caso segundo as ações praticadas no corpo. Então é determinada a parte que os ímpios devem sofrer, segundo suas obras; e registrada em frente ao seu nome, no livro da morte" (GC, 660, 661).

"A Terra tinha a aparência de um deserto solitário. Cidades e vilas, derrubadas pelo terremoto, jaziam em montões. Montanhas tinham sido removidas de seus lugares, deixando grandes cavernas. Enormes pedras, lançadas pelo mar, ou arrancadas da própria terra, estavam espalhadas por toda a sua superfície. Grandes árvores tinham sido desarraigadas e se espalhavam pela terra. Aqui deve ser a morada de Satanás com seus anjos maus, durante mil anos. Aqui estará -« ele circunscrito, para errar para cá e acolá, sobre a revolvida superfície da Terra, e para ver os efeitos de sua rebelião contra a lei de Deus. Durante mil anos, ele poderá consumir o fruto da maldição, que ele determinou. Restrito apenas à Terra Satanás não terá o privilégio de percorrer outros planetas para tentar e molestar os que não caíram. Durante esse tempo, Satanás sofre extremamente. Desde a queda, suas más características têm estado em constante exercício. Mas deve ele então ser despojado de seu poder e deixado a refletir na parte que desempenhou desde sua queda e aguardar com tremor e terror o terrível futuro, em que deverá sofrer por todo o mal que perpetrou, e ser castigado" (PE, 290).

3. Após o Milênio

"Ao fim dos mil anos, Cristo volta novamente à Terra. E acompanhado pelo exército dos remidos e seguido por um cortejo de anjos. Descendo com grande majestade, ordena aos ímpios mortos que ressuscitem para receber a condenação. Surgem esses como um grande exército, inumerável como a areia do mar. Que contraste com aqueles que ressurgiram na primeira ressurreição! Os justos estavam revestidos de imortal juventude e beleza. Os ímpios trazem os traços da doença e da morte" (VA, 288).

"No fim dos mil anos, Jesus, o rei da glória, desce da cidade santa, vestido como o relâmpago, sobre o Monte das Oliveiras — o mesmo monte de onde ascendeu após Sua ressurreição. Quando Seus pés tocam a montanha, ela se parte em pedaços e se torna uma grande planície, preparando-se para a recepção da cidade santa, na qual se encontra o paraíso de Deus, o jardim do Éden, arrebatado ao Céu após a transgressão do homem. O jardim desce com a cidade, agora mais belo e mais gloriosamente adornado do que quando foi retirado

da Terra. A cidade de Deus desce para se instalar sobre a imensa planície preparada para ela. Depois Jesus deixa a cidade rodeada pela hoste dos remidos e é escoltado em Seu trajeto por uma multidão de anjos. Em tremenda majestade, Ele chama os ímpios mortos à vida. Esses despertam de seu longo sono. Que pavoroso despertar! Eles contemplam o Filho de Deus em Sua severa majestade e resplandecente glória.

"Todos, logo que O contemplam, sabem que Ele é o crucificado que morreu para salvá-los, a quem desprezaram e rejeitaram. O número deles é como a areia na praia do mar. Na primeira ressurreição, todos aparecem em imortal juventude; mas na segunda, são visíveis em todos as marcas da maldição. Todos ressurgem da mesma forma como desceram à sepultura. Os que viveram antes do dilúvio se levantarão com sua estatura gigantesca, duas vezes mais altos que os homens que agora vivem na Terra, e bem proporcionados. As gerações pós-diluvianas eram menores em estatura. Houve um contínuo decréscimo através de sucessivas gerações, até o último que viveu na Terra. 0 contraste entre os primeiros homens ímpios e os da última geração era muito grande. Os primeiros eram de altura imponente e bem proporcionados; os últimos ressurgem V. conforme morreram: uma raça nanica, débil e deformada. Erguem-se sobre a Terra desolada uma imensa hoste de reis, guerreiros, estadistas e nobres, até os mais degradados. Quando veem Jesus em Sua glória, ficam aterrorizados e tentam se esconder de Sua gloriosa presença. Ficam dominados com Sua inexcedível glória e são obrigados unanímemente a exclamar em angústia: 'Bendito seja Aquele que vem em nome do Senhor!"' (SG3, 83-85).

"Considere o maravilhoso poder de nosso Deus e, depois, concentre a atenção em Seu amor pelo homem caído. Ele amou ao mundo de tal maneira que deu o Seu Filho unigênito, para que todo o que nEle crê não pereça, mas tenha a vida eterna*. Como pode o homem, por quem Deus fez tanto e por quem Gristo entregou Sua vida, continuar na perversidade? Será que nos podemos admirar de que, no término dos mil anos, todos quantos se recusaram a aceitá-Lo sejam destruídos pelo fogo do céu fora da cidade de Deus? Deus declara que será assim. Ele diz: 'Eis que vem m o Dia do Senhor, dia cruel, com ira e ardente furor, para converter a Terra em assolação e dela destruir os pecadores. [...] Castigarei o mundo por causa da sua maldade e os perversos, por causa da sua iniquidade; farei cessar a arrogância dos atrevidos e abaterei a soberba dos violentos"' (GGB 1897, 80).

945

V. Literatura

Badina, Joel, "Le Millénium dApocalypse 20:4-6; Etat de la question: proposition dhnterprétation." Dissertação de iM estrado em Teologia, Faculté Adventiste de Tbéologie, 1983.

Barr, David L. "The Apocalypse as a Symbolic Transformation of the World," *Inteiyretation* 38 (19S4): 39-50.

Berkouwer, G. G. *The Return of Christ.* Grand Rapids: Eerdmans, 1972.

Boettner, Loraine. The *Millenniwn.* Philadelphia: Presbyterian and Reformed, 1957.

Gaird, G. B, A *Commentary on the Revelation of Saint John the Divine.* Peabody; Hendrickson, 1987.

Clouse, Robert G., ed. *The Meaning of the Millenniwn: Fonr Views.* Downers Grove: InterVarsity, 1977.

Daniélou, Jean. *The Theology of Jewish Christianity.* Trad. e ed. John A. Baker. A History of the Early Christian Doctrine Before the Council of Nicaea, 1. Londres: Barton, Longman and Todd, 1964.

Erickson, Millard J. *Contemporary Options in Eschatology: A Stuãy ofthe Millennium.* Grand Rapids: Baker, 1977.

Feínberg, Charles L. *Millennicãism: the Tivo Major Views: The Premillennial and Amillennial Systems of Biblical Interpretation Analyzeã and Compared.* 3ª ed. Chicago: Moody, 1980.

Froom, LeRoy. *The Prophetic Faith of Our Fathers.* 4 vols. Washington: Review and Herald, 1950-1954.

Gladson, Jerry. "The Significance of the Millennium." *Adventist Revieiv,* 16 de novembro de 1989.

---------- . "William Miller and the Triumph of Premillennialism." *Adventist Revieiv, 9* de novembro de 1989.

Gullón, Davíd P. "An Investigation of Dispensational Premillennialism: Analysis and Evaluation ofthe Eschatology of John F. Walvoord." Tese de PhD, Andrews University, 1992.

Hoekema, Anthony A. *The Bihle and the Future.* Grand Rapids: Eerdmans, 1979.

Ladd, George Eldon. *A Theology ofthe New Testament.* Ed, rev. Grand Rapids: Eerdmans, 1993.

---------- . *The Blesseâ Hope.* Grand Rapids: Eerdmans, 1956.

LaRondelle, Hans K. *The Israel of God in Prophecy.* Berrien Sprígns: Andrews University Press, 1983.

---------- . "The Millennium: Its Old Testament Roots." *Ministr}',* novembro de 1982.

--------. "The One Thousand Years of Revelation 20." *Ministr)',* setembro de 1982,

Mealy, J. Webb. *After the Thousand Years: Resurrection and Judgment in Revelation* 20. Journal for the Study of the New Testament Supplement Series, 70. Sheffield: JSOT, 1992.

Nichol, Francis D. *The Midnight Cry.* Washington: Review and Herald, 1944.

---------- . *Reasons for Our Faith.* Washington: Review and Herald, 1947.

Rice, Richard. "The iVíission of the Church, Eschatolog}', and the Sabbath." *Journal of Adventist Education* 51 (1989): 17-30.

Ryrie, Charles C. *Dispensationalism Today*. Chicago: Moody, 1965.

Smith, Uri ah. *Daniel and the Revelation.* Battle Greek: Review and Herald, 1897. (Reimpresso várias vezes.)

Strand, Kenneth A. *Interpreting the Book of Revelation.* Naples: Ann Arbor, 1979.

---------- . "What the Millennium Means to Me." *Adventist Revieiv,* 12 de março de 1987.

Tenney, Merrill C. *Interpreting Revelation.* Grand Rapids: Eerdmans, 1959.

Torrance, T. F. *The Apocalypse Today.* Grand Rapids, Eerdmans, 1959.

White, James, *Bihle Adventism.* Battle Creek: Seventh-day Adventist Publishing Association, 1870; reimpresso, Nashville: Southern Publishing Association, 1972.

27
A Nova Terra e o Reino Eterno

Daegeuk Nam

Introdução

Expectativas de recompensa para os que fazem o bem existem em quase todos os povos e culturas. A Bíblia apresenta um ensino inequívoco sobre isso. Haverá uma nova Terra, em termos de tempo e forma, diferente da atual. Sobre essa nova Terra será estabelecido um novo e eterno reino governado pelo Rei dos reis. Os súditos desse reino serão os que Deus redimiu do pecado pelo plano da salvação.

O estabelecimento desse reino cumprirá a aliança eterna de Deus com os seres humanos. Esse reino eterno é um lugar real; constitui tanto a recompensa como o lar final dos remidos. O reino é o principal objetivo do evangelho e da história da salvação. Nele se cumprirão as promessas divinas para o mundo e o propósito de Sua segunda vinda.

I. O Céu na Bíblia
II. O Lugar de Habitação dos Remidos
A. O Lugar de Habitação dos Remidos no AT
1. Um Novo Reino
2. Um Reino Messiânico
3. Jerusalém, a Capital
4. Um Reino de Adoradores
5. Um Reino Santo
6. Um Reino Alegre
7. Um Reino Pacífico
8. Um Reino Frutífero
9. Um Reino Permanente
B. O Lugar de Habitação dos Remidos no NT
1. Nos Evangelhos
2. Nas Epístolas
3. No Apocalipse
III. O Significado da Doutrina
A. Cumprimento do Propósito de Deus na Criação
B. Cumprimento da Aliança e das Promessas de Deus
G. Consumação da Mensagem e do Ministério de Cristo
D. Impacto Espiritual sobre a Vida Cristã
IV. Contexto Histórico
A. Mundo Antigo
B. Judaísmo
C. Islamismo
D. Religiões Orientais
E. Cristianismo Primitivo
F. Catolicismo Romano
G. Protestantismo
H. Concepção Adventista
V. Comentários de Ellen G. White
A. Morada no Céu — um Lugar Real
B. Privilégios dos Remidos
C. Sem Noite nem Cansaço
D. O Céu como Escola
E. Tesouros do Universo Abertos
F. Educação Superior na Vida Futura
G. Vida Social Harmoniosa e Crescente Aquisição de Conhecimento
H. Vida no Jardim c no Campo
I. Sem Gasamentos nem Nascimentos
J. Viagem na Vida Futura
K. Recompensa do Esforço Diligente
L. Uma Família Unida e Feliz
M. O Brilhante Lar dos Santos
N. A Cidade de Deus para os Observadores dos Mandamentos
O. A Eterna Habitação dos Obedientes
VI, Literatura

I. O Céu iia Bíblia

A palavra "céu(s)" nas versões portuguesas da Bíblia é comumente traduzida do hebraico *shamayim* e do grego *ouremos.* Ambas as palavras significam, "aquilo que está alto ou acima".

A Escritura emprega a palavra "céu(s)" para se referir a um dos três grandes domínios: (1) aos céus atmosféricos, imediatamente acima de nós; (2) aos céus astronômicos ou estelares; e (3) ao lugar da habitação de Deus. Os céus atmosféricos designam o espaço que circunda a Terra, tecnicamente conhecido como troposfera, onde voam os pássaros (Gn 1:20; Jr 4:25). E dessa região que cai a chuva e a neve (Gn 7:11; Dt 11:11; Is 55:10) e é nela que se movem os ventos e as nuvens (SI 7S:26; 147:8). Os céus astronômicos ou estelares são o espaço onde orbitam o Sol, a Lua e as estrelas (Gn 1:14, 16, 17, 22:17; Is 13:10; Mt 24:29).

Na dedicação do templo, Salomão orou a Deus: “ó Senhor, Deus de Israel, não há Deus como Tu, em cima nos céus nem embaixo na terra. [...] Mas, de fato, habitaria Deus na terra? Eis que os céus e até o céu dos céus não Te podem conter, quanto menos esta casa que eu edifiquei” (IRs 8:23-27; cf. 2Cr 2:6; 6:18). No entanto, as Escrituras afirmam claramente e repetidas vezes que Deus habita no Céu. Ele olha desde a Sua santa habitação, desde o céu, e abençoa o Seu povo (Dt 26:15; SI 53:2; Is 63:15). Quando o Seu povo ora em direção ao templo, Ele ouve no Céu, lugar da Sua habitação, e perdoa (IRs 8:30, 39, 43, 49). Durante o tempo de Ezequias, “os sacerdotes e os levitas se levantaram para abençoar o povo; a sua voz foi ouvida, e a sua oração chegou até à santa habitação de Deus, até aos céus” (2Cr 30:27). O salmista afirma: “O Senhor está no Seu santo templo; nos céus tem o Senhor Seu trono” (SI 11:4); “Nos céus, estabeleceu o Senhor o Seu trono, e o Seu reino domina sobre tudo” (103:19). Jesus Se referia constantemente ao “Pai que está nos céus” (Mt 5:16, 45; Mc 11:25). Todas essas referências mostram que o “Céu” é a morada ou habitação de Deus, designado pelo apóstolo Paulo como o “terceiro céu” ou “paraíso" (2Co 12:2, 3).

A palavra “Céu” designa não só o lugar onde Deus habita, onde está o Seu trono; o Céu é o Seu trono (Is 66:1), o símbolo da Sua autoridade. "Céu” é utilizado, portanto, como uma metonímia para Deus. Especíalmente no judaísmo pós-exílico, esse termo passou a ser usado como um circunlóquio divino para o nome “Yahvveh" ou como um sinônimo para “Deus”, refletindo a relutância dos judeus em pronunciar o nome do Senhor. No NT, esse fenômeno é encontrado com certa frequência. Na parábola do filho pródigo, o filho que volta para casa diz ao pai: “Pequei contra o Céu” (Lc 15:18, 21), dando a entender que havia pecado contra Deus. Jesus empregou "Céu” como sinônimo para Deus, quando disse: “Quem jurar pelo céu jura pelo trono de Deus e por Aquele que no trono está sentado" (Mt 23:22). Deus está aí representado por Seu lugar de habitação.

Em terminologia moderna, “céu” é utilizado da mesma forma que na Bíblia. Mas também se entende com frequência que o “Céu” seja o lugar para onde vão os redimidos imediatamente após a morte, a fim de receber sua recompensa. Embora essa maneira de usar a palavra “céu" como morada dos bem-aventurados não seja bíblica, é bíblico o conceito de um lugar real chamado muitas vezes de nova Terra, onde os remidos irão viver com Deus. Examinaremos o conceito nas seções a seguir do presente artigo.

II. O Lugar de Habitação dos Remidos

O AT e NT falam repetidas vezes da recompensa dos justos. E assim que Paulo, escrevendo aos Romanos, afirma que Deus irá conceder vida eterna “aos que, perseverando em fazer o bem, procuram glória, honra e incorruptibilidade” (Rm 2:7). No entanto, 945 ► antes de examinarmos os ensinos bíblicos sobre o tema, é preciso averiguar o tempo em que os justos irão viver nesse glorioso lugar.

A Bíblia ensina claramente que por ocasião da morte os seres humanos entram num sono inconsciente (ver Morte I.C.4). Esse estado perdura até a ressurreição (cf. Ressurreição I.A.). Os mortos não voltam a viver senão quando soar a trombeta da ressurreição. Assim sendo, todos, justos e injustos, só recebem a recompensa que lhes cabe em sua respectiva ressurreição (ver Segunda Vinda I.G.2; Milênio I.G.l, 3). Imaginar que os mortos são recompensados imediatamente vai contra o ensino bíblico da recompensa dos justos na segunda vinda de Cristo.

Segundo a Bíblia, os remidos passarão o milênio no Céu (ver Milênio I.C.2). Depois disso, com a cidade celestial, voltarão para a Terra, onde viverão eternamente. A Terra renovada é o tema do restante deste artigo.

A. *O Lugar de Habitação dos Remidos no AT*

Dentre as promessas feitas a Israel, várias tratam extensivamente de uma Terra renovada sob a autoridade do Messias prometido. Essas promessas descrevem um povo feliz numa bela Terra, onde todas as coisas são boas e pacíficas. Elas descrevem o que podería ter sido, caso Israel tivesse cumprido suas obrigações pactuais (ver Dt 28:1, 2, 13, 14). Na realidade, por causa da milenar apostasia e rebelião dessa nação, que culminou com a rejeição de Jesus como o Messias, Israel perdeu seu direito ao cumprimento dessas profecias condicionais de gloriosa felicidade. A igreja cristã passou a ocupar o lugar de Israel, na condição de nação espiritual. As advertências e profecias dadas a Israel são agora aplicáveis à igreja cristã (ver Apocalíptica II.B.l; Remanescente/Três Anjos I; SDABC4, 25-38). Assim sendo, embora a aplicação primária das profecias do AT sobre uma Terra renovada se refira à terra renovada de Israel, a aplicação secundária, feita à luz dos escritos do NT, é à nova Terra aguardada pelos cristãos fiéis.

Devido à natureza condicional dessas profecias, nem todos os detalhes podem ser aplicados à nova Terra descrita em Apocalipse 21 e 22; entretanto, não há dúvida de que a visão do AT sobre a “nova Terra" é muito parecida com a visão apresentada no NT e pode seguramente ser aplicada ao lar eterno dos redimidos. Muitos aspectos dos ensinos do AT a respeito da nova Terra devem ser considerados.

1. Um Novo Reino

Isaías anuncia a determinação de Deus: “Pois eis que Eu crio novos céus e nova terra; e não haverá lembrança das coisas passadas, jamais haverá memória delas" (Is 65:17; cf. 42:9; 43:19; 66:22). Na intenção original, Canaã deveria ser mi raculos amente renovada. As “coisas passadas”, as tristes lembranças do cativeiro e da dominação, deveriam ser esquecidas. De acordo com F. Delitzsch, “Yahweh cria um novo céu e uma nova terra tão fascinantes por sua glória e que satisfazem tão plenamente todos os desejos, que ninguém mais se lembra das coisas antigas nem as deseja de volta” (2:464).

Não só os céus e a terra seriam renovados; o espírito dos habitantes da nova terra seria novo. Deus lhes daria um novo coração e um novo espírito (Ez 11:19; 18:31; 36:26) em lugar do velho coração de pedra. Sobre esse novo coração seria escrita a lei da nova aliança divina (Jr 31:31-34).

2. Um Reino Messiânico

0 Rei da nova Terra seria o Messias, o descendente de Davi (Is 11:1; cf. Jr 33:17). Ele se sentaria no trono davfdico e seria dotado de poder pelo Espírito de Yahweh (Is 11:1-3). Seu reino, ou seja, Seu governo e julgamento, se caracterizaria por "justiça" e "fidelidade" (v. 5).

O rei messiânico é totalmente diferente de todos os reis e governantes temporais da Terra. Os significados essenciais de justiça (*tseãeq*) podem ser resumidos como (1) lealdade ou fidelidade à comunidade e (2) justiça, com o que é correto e de acordo com a lei, aqui no caso, a própria lei de Deus. Quando Yahweh julga o mundo "com justiça" (SI 9:4, 8; Is 11:4, 5), dirige e sustenta o mundo na ordem divina, que é de natureza moralmente correta e justa, A justiça inclui a relação pactuai que caracteriza o trato de Deus com Seu povo, o qual procura sempre o bem deles e sempre cumpre aquilo que promete. A justiça e a fidelidade são os princípios estruturantes sobre os quais se fundamentará o reino de Deus na Terra renovada.

949 ►

Zacarias 12-14 descreve a triunfante intervenção do Messias na história humana. O dia do Senhor, a última batalha de todas as nações contra Jerusalém, é descrito em 14:1-8, enquanto os versos 9-21 delineiam o estabelecimento do reino messiânico: "O Senhor será Rei sobre toda a terra; naquele dia, um só será o Senhor, e um só será o Seu nome" (v. 9). Proclama-se aqui o senhorio absoluto e universal do Rei messiânico.

3. Jerusalém, a Capital

A capital da "nova Terra" é Jerusalém. Segundo Zacarias 14, alterações topográficas, incluindo o fendimento do Monte das Oliveiras (v. 4), tornam possível o alargamento, a fortificação e a glorificação de Jerusalém (v, 10). A cidade será habitada, não haverá maldição nela, e "Jerusalém habitará segura" (v. 11).

O "monte da casa do Senhor" seria estabelecido no "cimo dos montes" (Is 2:2). O "Senhor dos exércitos" reinaria sobre o monte Sião (Is 24:23); Ele Se alegraria nos habitantes da cidade (Is 65:19). Devido à presença do Senhor na cidade, o "monte" seria a cidade santa e fiel (Zc 8:3). Nessa cidade santa, do templo onde Deus habita e "brama", não entrariam estranhos nem imundos (Is 52:1; J1 3:16, 17), mas todas as nações viriam a Jerusalém, trazendo consigo suas riquezas (Is 60:11) e o desejo de buscar a presença do Senhor (Jr 3:17).

4. Um Reino de Adoradores

A Nova Jerusalém seria o centro religioso do reino. Ao monte Sião afluiriam as "nações" e "povos" para aprender os caminhos do Senhor e andar por Suas veredas (Is 2:2, 3; Mq 4:1). O remanescente de Israel voltaria para adorar no monte santo do Senhor (Is 27:13). Aqueles que amassem ao Senhor e guardassem Seus sábados viriam à "Casa de Oração para todos os povos" (Is 56:6-8). Os estrangeiros seriam bem-vindos (Is 66:20).

Nessas descrições, a adoração ao Senhor centraliza-se em três diferentes festividades. Isaías 66:23 afirma que os redimidos virão "de uma Festa da Lua Nova à outra e de um sábado a outro". A construção desse verso pode ser interpretada de duas formas. Os redimidos virão a cada Festa da Lua Nova e a cada sábado ou podem vir constantemente, desde uma festa até a outra. Os remidos estariam, portanto, adorando diariamente diante do trono de Deus. Enquanto a primeira interpretação coloca mais ênfase sobre o dia de culto, a segunda sublinha a perpetuidade da adoração. Embora a primeira interpretação esteja provavelmente mais em harmonia com o significado da língua original, a riqueza espiritual da segunda interpretação não precisa ser excluída.

Sob a lei mosaica, a festa da lua nova (Nm 10:10; 28:11-14) celebrava o início do

novo mês. O sábado era observado como um memorial da criação (Gn 2:2, 3; Êx 20:8-11) e da libertação de Israel do cativeiro egípcio (Dt 5:12-15). Visto que haveria novos céus e nova terra na criação, a menção desses dois dias especiais parece apropriada. Mais significativa é a ideia de que “toda carne', significando todos, viria adorar a Deus como Criador, Salvador e Redentor, tanto de maneira regular como contínua.

Segundo Zacarias 14:16, os remidos viríam a Jerusalém celebrar a festa anual dos Tabernãculos. Essa alegre festividade da colheita (Dt 16:13-15) relembrava aos judeus a proteção de Deus durante a vagueação pelo
950 ► deserto (Lv 23:43), Também apontava para o futuro ajuntamento dos salvos e a celebração da salvação na nova Terra. A festa falava da alegre e última reunião e restauração de Israel.

5. Um Reino Santo

Nesse futuro domínio, o Rei no meio dele seria santo (Is 12:6). Do mesmo modo, a cidade e a terra seriam santas (Zc 2:12), a montanha seria santa (Is 27:13). Os habitantes de Jerusalém seriam santos, limpos de todas as imundícias (4:3,4; 33:24); “o imundo não passará" pelo caminho para essa terra (Is 35:8). Eles “chamar-vos-ão Povo Santo, Remidos-do-Senhor" (Is 62:12).

A santidade permeia o reino. Os sinos dos cavalos ostentam a inscrição “Santo ao Senhor". As panelas na casa do Senhor são santas e cozem carnes sagradas (Zc 14:20,21). Em tempos antigos, o turbante de Aarão era adornada com uma lâmina de ouro na qual estavam gravadas as palavras “Santidade ao Senhor" (Ex 28:36). Ora, a designação reservada ao sumo sacerdote pode se aplicar a tudo e a todos, inclusive à vida pública, religiosa e privada.

6. Um Reino Alegre

Não somente o povo de Deus folgaria e exultaria perpetuamente na criação de Deus. O próprio Yahweh exultaria “por causa de Jerusalém” e Se alegraria “no Seu povo”. Nunca mais se ouviria “voz de choro nem de clamor” (Is 65:17-19). O cego enxergaria, os coxos saltariam, os surdos ouviríam e os mudos cantariam (Is 35:5, 6). A cidade nunca mais seria chamada de “Desamparada” ou “Desolada” (Is 62:5). Sombras e depressão seriam banidas da gloriosa Nova Jerusalém. Isso se acha em flagrante contraste com a situação reinante em Jerusalém quando Isaías pronunciou essa profecia. Naquela época, os exércitos assírios haviam sitiado a cidade e exigiam de Ezequias um pesado tributo (ís 36; 37). Isaías também profetizou que os exércitos de Babilônia invadiríam Jerusalém e levariam seus tesouros e habitantes (Is 39:6,7). No entanto, Deus planejava um futuro glorioso para a cidade, que seria como “uma coroa de glória na mão do Senhor” (cf. Is 52:9; 62:1-7). Uma razão para essa alegria seria a vindicação e salvação do povo de Deus (Is 62:1,2). Mas a maior fonte de alegria seria a presença do Senhor entre o Seu povo.

Deus prometeu, por meio de Isaías, que a “posteridade bendita do Senhor" (Is 65:23) teria um relacionamento especial com o Criador: “Antes que clamem, Eu responderei; estando eles ainda falando, Eu os ouvirei" (v. 24). A barreira do pecado que impedia a comunicação com Deus (Is 59:2) seria removida. Existiría alí um íntimo relacionamento e perfeita comunicação entre Deus e Seu povo. Nenhuma petição passaria despercebida; nenhuma demora no atendimento. Deus providenciaria tudo quanto fosse necessário para o bem-estar e a felicidade do povo. O Senhor poria Seu santuário no meio de Israel para sempre (Ez 37:28). Como um símbolo da riqueza desse reino celeste, Isaías descreve um banquete com as melhores comidas (Is 25:6).

7. Um Reino Pacífico

Nesse alegre reino, desaparecerá qualquer tipo de inimizade e hostilidade. Existirá

harmonia e paz, não apenas entre os seres humanos, mas também entre os animais (Is 11:6-9; 65:25). O lobo, antigamente o maior inimigo do cordeiro, será o seu convidado. O leopardo, outrora rapinante, se deitará junto ao cabrito em repouso pacífico. O leão, rei das feras, no passado cruel e feroz, partilha agora suas refeições de palha com o bezerro e o animal cevado que ele teria despedaçado. O urso está em paz com a vaca; seus filhotes se deitam juntos, sem qualquer sinal de animosidade. O mundo foi sem dúvida restaurado à sua situação não decaída, quando todos os animais comiam ervas verdes (Gn 1:30). Mais extraordinário ainda, uma criança pequenina os guiará sem medo e em perfeita segurança.

Isaías 11:8 registra mais um contraste: "A criança de peito brincará sobre a toca da ãspide, e o já desmamado meterá a mão na cova do basilisco." A fundamental inimizade entre a serpente e os seres humanos - "a primeira de todas as inimizades, segundo a qual a relação do homem, com todo o mundo animal foi realmente desarticulada" (Young, 389), será aniquilada. "O mais desamparado dos seres humanos, a criança que acaba de ser desmamada, ficará ilesa ao mais mortal inimigo da humanidade" (ibid.). A serpente, representante de Satanás, se tornará inofensiva. Ao mesmo tempo, Deus destruirá o último inimigo: a morte. "Tragará a morte para sempre, e, assim, enxugará o Senhor Deus as lágrimas de todos os rostos" (Is 25:8).

Isaías 11:9 apresenta uma síntese da tranquilidade dessa linda terra (cf. 65:25): "Não se fará mal nem dano algum em todo o Meu santo monte, porque a terra se encherá do conhecimento do Senhor, como as águas cobrem o mar," Não há perigo nem medo, Não há guerra nem mesmo preparação para a guerra (Is 2:4; Os 2:18; Mq 4:3). Existe apenas uma pacífica comunhão de amor entre todas as criaturas e todas as nações sob o governo do Messias. A causa dessa paz é "o conhecimento do Senhor". Tanto teórico quanto experimental, esse conhecimento de Deus será tão extenso a ponto de encher a Terra, O verdadeiro conhecimento do Senhor, que é o "Príncipe da Paz" (Is 9:6), Aquele que faz e traz a paz (Jo 14:27, 16:33; Rm 5:1; Cl 1:20), o Deus da paz (lCo 14:33), é o pré-requisito para se desfrutar de genuína paz e segurança na Terra renovada.

8. Um Reino Frutífero

O reino messiânico não foi projetado para ser um local de ociosidade. Seus habitantes construirão casas e nelas habitarão (Is 65:21, 22). Os redimidos não só construirão casas — e nisso está incluído, sem dúvida, o trabalho de projetar, construir, mobiliar, decorar e mesmo de adornar — também terão a satisfação de morar nas casas que planejaram e construíram. Não haverá credores nem conquistadores para expulsá-los de sua legítima herança.

Os habitantes da Terra plantarão e colherão; desfrutarão do trabalho de suas próprias mãos (Is 62:9; 65:22), As culturas a serem plantadas serão as culturas tradicionais de Canaã: vinhas e figueiras (Is 65:21; Mq 4:4) e cereais (Is 62:8, 9). O aumento da fertilidade do solo será superior aos campos semeados. Desertos se tornarão produtivos (Is 43:19-21) e cheios de árvores (Is 41:18,19); o ermo "exultará e florescerá" (Is 35:1, 6, 7); os montes "destilarão mosto, e os outeiros manarão leite" (J13:18; Am 9:13).

O alegre trabalho confiado a Adão e Eva no jardim, "para o cultivar e o guardar" (Gn 2:15), será restabelecido. Os habitantes da Terra restaurada se assentarão cada um debaixo de sua videira e debaixo de sua figueira (Mq 4:4). Ali o trabalho será uma fonte de conforto e deleite.

9. Um Reino Permanente

Em Isaías 65:23, Deus declara a permanência de Sua nova criação e as pessoas

que ali vivem. Assim como os novos céus e a nova Terra permanecerão para sempre, assim também os que ali habitam. Os que vivem nessa Terra Prometida terão vida longa: velhos e velhas se sentarão nas praças com as crianças brincando ao seu redor (2c 8:4, 5). A mortalidade infantil — um problema comum no mundo antigo — desaparece; o que morre aos 100 anos é ainda uma criança (Is 65:20).

O elemento morte de Isaías 65:20 e 66:24 não se aplica à Terra renovada, santa e purificada, pois a morte é banida da habitação dos remidos (Ap 21:4). Ambos os versos se referem àquilo que poderia ter acontecido [ao Israel terrestre], mas nunca aconteceu,

B. O *Lugar de Habitação dos Remidos no NT*

1. Nos Evangelhos

Até certo ponto, o ensino de Jesus acerca da recompensa dos remidos era uma continuação natural dos ensinos do AT que acabamos de examinar. Apesar disso, dava-se grande ênfase ao "reino", chamado ora de "reino do céu" (32 *vezes* em Mateus, mas nenhuma em Lucas), ora "reino de Deus" (32 vezes em Lucas, quatro vezes *em* Mateus) pelos escritores evangélicos. O uso paralelo desses termos (Mt 13:11 e Lc 8:10; Mt 10:7 e Lc 9:2) mostra que eles são equivalentes. Embora o reino pareça às *vezes* pertencer a uma esfera espiritual (ver as parábolas do reino em Mateus 13), trata-se sem dúvida também de um lugar físico onde vive o povo de Deus. E possível, por exemplo, entrar no reino (Mt 5:20; 18:3; 19:23; Mc 9:47; Lc 18:25). O "reino de Deus" é um lugar real onde Jesus comerá e beberá novamente com Seus discípulos (Mc 14:25; Lc 22:16, 18).

Em todos os evangelhos, Jesus fala do "Céu" não apenas como o lugar da habitação de Deus (Mt 6:9) ou o lugar de onde Ele próprio virá (Jo 6:51), mas também como o lugar onde os justos serão recompensados: "Regozijai-vos e exultai, porque é grande o vosso galardão nos céus" (Mt 5:12; Lc 6:23). Ao falar dessa recompensa, Jesus emprega a figura do banquete celestial, no qual os gentios salvos "tomarão lugares à mesa com Abraão, Isaque e Jacó no reino dos céus" (Mt 8:11; cf. Lc 13:28; 14:15). O "banquete messiânico" é um símbolo veterotestamentário que aparece na literatura intertestamentária (3 Enoque 48:10) e representa a plena satisfação que os redimidos - inclusive os gentios - desfrutariam. Jesus também prometeu que os "mansos" herdariam a Terra" (Mt 5:5).

A "vida eterna", o oposto da perdição eterna, tem lugar de destaque no ensino de Cristo (Mt 25:46). Os que sacrificaram a família por causa de Cristo receberão, "no mundo porvir, a vida eterna" (Mc 10:30; Lc 18:30). O favorito dos versos parece ser: "Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o Seu Filho unigênito, para que todo o que nEle crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3:16). Embora alguém possa argumentar que a "vida eterna" começa aqui e agora, a forma como Jesus emprega o termo aponta para "a era porvir", para um tempo em que os salvos participarão da glória do reino celestial.

Em João 14:2 e 3, Jesus equipara o Céu, o lugar da habitação de Deus, ao lugar onde os discípulos receberão as boas-vindas. Ali, o próprio Salvador lhes preparará moradas para que vivam junto dEle.

2, Nas Epístolas

Nas epístolas paulinas, não se faz nenhuma descrição precisa do lugar onde os redimidos irão viver. Não há, porém, nenhuma dúvida a respeito da recompensa deles: "A vida eterna aos que, perseverando em fazer o bem, procuram glória, honra e incorruptibilidade." Na verdade, os "sofrimentos do tempo presente não podem ser comparados com a glória a ser revelada em nós" (Rm 8:18). Além disso, essa gloriosa recompensa é eterna (Rm 6:23;

2Co 4:18; 2Tm 2:10). Essa glória eterna é a "esperança [...] preservada nos céus" (Cl 1:5), a "promessa da herança eterna" (Hb 9:15).

Embora Paulo, em 1 Coríntios 2:9, esteja descrevendo a grandeza do plano divino da salvação, resta pouca dúvida de que o cântico de louvor se aplique à concepção paulina da glória eterna que aguarda os filhos de Deus: "Nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou em coração humano o que Deus tem preparado para aqueles que o amam." O próprio Paulo estava confiante de estar nesse lugar, salvo para o "reino celestial" de Deus (2Tm 4:18).

Pedro repete a certeza de Paulo sobre a "herança incorruptível, sem mácula, imarcescível, reservada nos céus" para os crentes (lPe 1:4). Seus leitores deviam esperar "inteiramente na graça" que lhes estava sendo trazida "na revelação de Jesus Cristo" (v. 13). Em sua segunda epístola, o apóstolo Pedro chega ao ponto culminante de sua inflamada descrição do último dia com a promessa de "novos céus e nova Terra, nos quais habita justiça", obviamente o lugar onde os justos viverão (2Pe 3:11-13).

3. No Apocalipse

O livro profético de João contém grande volume de informação a respeito da nova Terra. E dele que ficamos sabendo também sobre o milênio e as características dos que herdarão a nova Terra.

a. O milênio. Um estudo detalhado sobre o milênio aparece no capítulo ante-
953 ► rior. O que apresentamos nesta seção é suficiente para realçar que, durante o período de mil anos, os redimidos da Terra, tanto os justos mortos quanto os que estiverem vivos por ocasião da segunda vinda, estarão com o Senhor no Céu (lTs 4:16, 17). Em Seu segundo advento, Cristo envia "os Seus anjos, com grande clangor de trombeta" para reunir "os Seus escolhidos, dos quatro ventos" (Mt 24:31). Depois Ele leva os remidos para a "casa do Pai", preparada para Si próprio (Jo 14:2, 3). No reino celestial, os que tomam parte na primeira ressurreição são "sacerdotes de Deus e de Cristo" e reinam "com Ele os mil anos" (Ap 20:4, 6).

b. Qualificações para entrar na nova Terra. Em Apocalipse encontramos informações sobre as características dos que se qualificam para viver na Terra renovada e os que dela foram excluídos.

Os habitantes são vencedores, vitoriosos e conquistadores. "Ao vencedor, dar-lhe-ei que se alimente da árvore da vida que se encontra no paraíso de Deus" (Ap 2:7). Os vencedores são vestidos de branco e andam com Cristo (Ap 3:5). De fato, eles compartilham o trono com Cristo (v. 21). Os que foram vencedores sobre a besta e a sua imagem ficam de pé ao lado do mar de vidro, entoando o cântico de Moisés (Ap 15:2, 3). Após descrever a atmosfera da nova Terra, João cita a identificação de seus habitantes feita por Cristo: "O vencedor herdará estas coisas, e Eu lhe serei Deus, e ele Me será filho" (Ap 21:7).

Todos quantos vivem na nova Terra estão escritos no "Livro da Vida do Cordeiro" (v. 27). Esse livro aparece uma vez em Paulo (Fp 4:3) e seis vezes no Apocalipse. E um dos livros nos quais se baseia o julgamento (Ap 20:12). Nele estão escritos os nomes dos que demonstraram lealdade a Cristo, os que não tiveram parte com a besta (Ap 13:8; 17:8). O nome do conquistador não será apagado desse livro (Ap 3:5). Iotimamente relacionado com a ideia de estar inscrito no Livro da Vida está o conceito expresso em Apocalipse 22:14: "Bem-aventurados aqueles que lavam as suas vestiduras no sangue do Cordeiro, para que lhes assista o direito à árvore da vida, e entrem na cidade pelas portas." Apocalipse 7:14 fornece mais informações sobre a lavagem das vestes: eles "lavaram suas vestiduras e as alvejaram no sangue do Cordeiro". O testemunho do NT é que os crentes são "justificados" (Rm 5:9), redimidos (Ef 1:7), "aproximados"

(Ef 2:13) e reconciliados (Cl 1:20) pelo sangue de Gr is to vertido no Calvário. Hebreus mostra que o povo de Deus é purificado (Hb 9:14) e perdoado (v. 22) pelo sangue de Jesus. Estar vestido da justiça de Cristo é a mais importante qualificação para se entrar no reino celestial (cfi a parábola das vestes nupciais proferida por Jesus em Mt 22:1-14).

A KJV e outras versões, que refletem alguns manuscritos antigos, traduzem Apocalipse 22:14 de maneira diferente: "Bem-aventurados aqueles que cumprem os Seus mandamentos." Os indícios dos manuscritos favorecem a tradução "lavam as suas ves ti duras", e a modificação de "lavagem das vestíduras" para "observância dos mandamentos" no processo de cópia dos manuscritos gregos é facilmente compreensível. Deve-se, contudo, aceitar que as duas idéias não são mutuamente excludentes. Guardar os mandamentos é sinal de conhecer, seguir (ljo 2:3-6) e amar o Mestre (Jo 14:15).

Os que se excluem especificamente da nova Terra e se condenam ao lago de fogo são os covardes, os incrédulos, os abomináveis, os assassinos, os impuros, os feiticeiros, os idólatras e os mentirosos (Ap 21:8). A esses, Apocalipse 22:15 acrescenta os "cães" (pessoas vis e desavergonhadas) e "todo aquele que ama e pratica a mentira". A base para a exclusão é dada em Apocalipse 21:27: "Nela, nunca jamais penetrará coisa alguma contaminada."

O quadro apresentado no Apocalipse de quem pode e de quem não pode entrar no reino concorda com o que se encontra em outra parte da Bíblia. Davi descreve as características de quem pode habitar no "santo monte" de Deus: "O que vive com integridade, e pratica a justiça, e, de coração, fala a verdade; o que não difama com sua língua, não faz mal ao próximo, nem lança injúria contra o seu
954 ► vizinho" (SI 15:2, 3). Isaías também identifica aquele que habitará "nas alturas": "O que anda em justiça e fala o que é reto; o que despreza o ganho de opressão; o que, com um gesto de mãos, recusa aceitar suborno; o que tapa os ouvidos, para não ouvir falar de homicídios, e fecha os olhos, para não ver o mal" (Is 33:15). Numa dessas profecias condicionais da glória que podería ter pertencido a Israel e que aguarda seu cumprimento na Terra renovada, Isaías confirmou que o "imundo" estaria ausente (Is 35:8). Embora expresso de uma maneira relativamente diferente, as qualificações apresentadas por Jesus para a entrada no reino do Céu acham-se estreitamente relacionadas com as do Apocalipse. A justiça deles deve exceder "a dos escribas e fariseus" (Mt 5:20); somente palavras não garantem o acesso da pessoa ao reino (Mt 7:21); é preciso ter um espírito semelhante ao de uma criança para se obter acesso (Mt 18:3).

c. Uma descrição da nova Terra. Os últimos dois capítulos de Apocalipse contêm grande volume de informações sobre a nova Terra. E possível colher informações adicionais de outras seções do livro (Ap 3:5, 12, 21; 14:3; 15:2-4).

De acordo com o escritor do Apocalipse, a nova Terra surge após o milênio, após a purificação da Terra como a conhecemos agora, por meio do fogo (Ap 21:1). Nessa época, a "cidade santa, a nova Jerusalém" desce "do Céu da parte de Deus". E seguro assumir que é a capital do reino de Deus, o lugar de habitação de Deus. Depois de descer à Terra, Deus faz da nova Terra Sua morada entre os redimidos (v. 2, 3, 9).

A "Nova Jerusalém" (Ap 3:12; 21:2), também chamada de "cidade do meu Deus" (Ap 3:12) e "santa cidade" (Ap 21:2, 10); é o "monte Sião [...] a cidade do Deus vivo, a Jerusalém celestial", em Hebreus 12:22. A cidade é bela, "como noiva adornada para o seu esposo" (Ap 21:2), É radiante, "semelhante a uma pedra preciosíssima, como pedra de jaspe cristalina" (v. 11), A essa altura, devemos reconhecer as limitações de nossa compreensão humana. Não podemos compreender

aquilo que não vemos. Pela fé, aceitamos que essa cidade é de encanto sem igual.

A cidade é quadrangular e muito grande. Mede 12 mil estádios. Não está claro se isso é apenas um lado do perímetro. Com 185 metros por estádio, o comprimento de cada lado seria 2.220 quilômetros ou aproximadamente 1.380 milhas. Mesmo se a medida fosse a do perímetro, como muitas vezes era feito na Antiguidade, um contorno de 1.380 milhas significaria uma cidade muito grande. Para complicar ainda mais o cenário, "seu comprimento, largura e altura são iguais" (Ap 21:16). Muitas tentativas foram feitas para explicar essas dimensões. Alguns têm sugerido que se deve reconhecê-las como medidas de "anjo" (v. 17), mas isso não resolveria o enigma. Outros propõem que "igual" (■*isos*) deveria ser traduzido como "proporcional". Outros ainda sugerem que João queria dizer que o perímetro da base da muralha era igual ao perímetro do topo da muralha. Enfim, nossa compreensão é limitada. Como I. T. Beckwith declara: "O apocalipcista, independente da realidade arquitetônica, se esforça por expressar por meio de símbolos a vastidão, a perfeita simetria e o esplendor da nova Jerusalém" (760).

O muro da cidade é feito de jaspe, mede 144 côvados e tem 12 portas—três de cada lado (Ap 21:13,17,18). O termo grego *iaspis* parece se referir a uma pedra verde translúcida, conforme descrita pelo naturalista do primeiro século, Plínio. Mas o que se tem em vista aqui é uma pedra transparente (conforme sugere a tradução "diamante", na *Bíblia de Jerusalém).* Como quer que seja, em Apocalipse 4:3, "jaspe" é usado para descrever brilho reluzente. Se tomarmos como base o tamanho de 0,45 metros (18 polegadas) para um côvado, os 144 côvados equivaleríam a cerca de 65 metros (213 pés). Esta medida pode representar a altura ou a espessura da muralha. Cada uma das 12 portas é "de uma só pérola" (Ap 21:21) e permanece aberta o tempo todo, visto que ali não há noite (v. 25). Alguns sugerem que, assim como as pérolas só são formadas pelo sofrimento, assim a salvação só é tomada possível pela angústia e morte que Cristo sofreu por nós. Mais uma vez as medidas e descrições desafiam a compreensão humana. *

A cidade é feita de ouro e seus fundamentos são pedras preciosas. O ouro é descrito como ouro puro, como "vidro transparente" (v. 21), uma combinação muito incomum para a compreensão moderna, mas que certamente sugere brilho e luz. As 12 pedras dos fundamentos são listadas na RSV como jaspe, safira, ágata, esmeralda, ônix, cornalina, crisólito, berilo, topázio, crisópraso, jacinto e ametista. Dos nomes dessas pedras preciosas em grego, sete correspondem aos nomes das pedras do peitoral do sacerdote, conforme a LXX (Êx 28:17-20; 39:10-13). Na tradução da RSV da mesma lista, nove são as mesmas em Êxodo e Apocalipse. A relação simbólica entre os dois conjuntos de joias pode não ser clara. João tenta descrever a glória e a beleza da cidade que ele contemplou em visão.

No meio da rua da cidade, flui "o rio da água da vida, que saí do trono de Deus e do Cordeiro" (Ap 22:1). A árvore da vida, com um tronco de cada lado do rio, produz a cada mês uma das 12 espécies de fruto; suas folhas são "para a cura dos povos" (v. 2). A água da vida aplaca a sede física e espiritual dos remidos (Ap 21:6). Os frutos da árvore "contêm o elemento vital que a raça humana perdeu desde que Adão e Eva deixaram o Éden — o antídoto para a velhice, o esgotamento e a simples fadiga" (*Seventh-day Adventists Believe,* 377; cf. Gn 3:22).

Na cidade, João não viu "santuário, porque o seu santuário é o Senhor, o Deus Todo-Poderoso, e o Cordeiro" (Ap 21:22). Isso contrasta com Apocalipse 15:5, onde se divisa um templo. Resolvido o problema do pecado, não há mais necessidade de cerimônias para conciliar a humanidade e a divindade. Já não há necessidade de um templo; o trono de Deus e do Cordeiro está aberto a todos (Ap 22:3).

Em toda a descrição, a luz é um aspecto importante. A própria cidade é como ouro e joias brilhantes, com a "glória de Deus" (Ap 21:11). A água do rio da vida é "brilhante como cristal" (Ap 22:1). "Nela, não haverá noite" (Ap 21:25; 22:5). Não há necessidade de sol nem de lua, pois Cristo e o Pai fornecem toda a iluminação necessária (Ap 21:23).

d. Atividades na nova Terra. Embora Isaías enfatize as atividades agrícolas e até mesmo comerciais da Terra renovada (Is 60:4-7), João escreve sobre a adoração e as atividades de companheirismo. Uma coisa não exclui a outra.

De acordo com Apocalipse, a principal atividade dos remidos é a adoração ao Gordeiro. Livres de "qualquer maldição" (Ap 22:3), fora do domínio da morte (Ap 21:4), em íntima companhia com Deus, que habita com eles (v. 3), os remidos se prostram em alegre adoração Àquele que tornou o Céu possível. Isso concorda com a adoração predita em Isaías 66:22-23.

O verbo grego traduzido por "adoração", em Apocalipse 22:3, é *latreuõ*, geralmente empregado com referência ao serviço ou adoração na casa de Deus (cf. Mt 4:10; Lc 2:37; Fp 3:3; 2Tm 1:3; Hb 8:5; 9:14; 13:10). O termo também é empregado em Apocalipse 7:15 para descrever a adoração e serviço dos que "lavaram suas vestiduras e as alvejaram no sangue do Cordeiro" (v. 14).

O cântico desempenha importante papel na adoração celestial. Os 144 mil entoam "novo cântico diante do trono, diante dos quatro III. seres viventes e dos anciãos". Esse é o cântico da experiência que só eles podem aprender (Ap 14:3). Os vencedores cantam o Cântico de Moisés e o Cântico do Cordeiro, com os quais louvam a Deus por Sua justiça e santidade (Ap 15:2-4).

Tanto durante o milênio no Céu quanto posteriormente na Terra renovada, os justos compartilham o governo com Deus. Reinam "com Cristo" (Ap 20:4) "pelos séculos dos séculos" (Ap 22:5). Eles não impõem sua própria autoridade, mas compartilham o poder real com Cristo.

A nova Terra será um lugar de supremo companheirismo entre os redimidos e destes com os seres celestiais. Deus habitará entre Seu povo; "contemplarão a Sua face, e na sua fronte está o nome dEle" (Ap 22:3, 4). Enu íntima e doce comunhão, pecadores resgatados aprenderão a conhecer a Deus, sem o impedimento da antiga alienação. Por meio desse relacionamento, aprenderão os caminhos de Deus (Mq 4:1,2), de Seu poder manifesto na criação e recriação. Depois poderão juntar-se aos anciãos em cântico: "Tu és digno, Senhor e Deus nosso, de receber a glória, a honra e o poder, porque todas as coisas Tu criaste, sim, por causa da Tua vontade vieram a existir e foram criadas" (Ap 4:11). Louvarão também os méritos de Cristo, "porque foste morto e com o Teu sangue compraste para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação e para o nosso Deus os constituíste reino e sacerdotes; e reinarão sobre a Terra" (Ap 5:9, 10).

III. O Significado da Doutrina

A doutrina da nova Terra e o reino eterno é de grande importância, não simplesmente porque envolve as últimas coisas, mas porque está relacionada com o estágio final da história da salvação e o alvo da redenção. Tem que ver com o propósito de Deus na criação, Sua aliança e promessas, e a mensagem e o ministério de Cristo. Também causa impacto sobre nossa vida cristã neste mundo.

A. Cumprimento do Propósito de De^ts na Criação

Quando Deus criou os seres humanos no princípio, Seu plano era que eles fossem

fecundos, se multiplicassem, enchessem a Terra e a sujeitassem; dominassem sobre tudo no mundo (Gn 1:28). Seu propósito na criação era que os seres humanos, feitos à Sua imagem, levassem uma vida eterna abençoada e exercessem bondoso domínio sobre todo o mundo e todas as criaturas (v. 26,27). Apesar disso, o propósito original foi frustrado pela queda de Adão e Eva. Mas a vontade de Deus na criação não poderia ser inteiramente frustrada nem anulada. Ele anunciou o plano da redenção a fim de redimir da morte, resultante do pecado, a humanidade caída (Gn 3:15; Rm 6:23; Ef 2:1). Assim sendo, o curso da história da redenção é a história da restauração da criação de Deus de seu presente estado mortal ao estado original pretendido por Deus.

O reino eterno a ser estabelecido na Terra renovada é, portanto, o cumprimento final do propósito divino da criação. Deus tem esperado longamente pelo estabelecimento do Seu reino, no qual Seus filhos desfrutarão livre e plenamente todas as bênçãos concedidas por Sua infinita sabedoria. Conforme declara Paulo: "A própria criação será redimida do cativeiro da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus" (Rm 8:21). Não só toda a criação aguarda esse acontecimento, mas a raça humana, como um todo, geme em seu íntimo, enquanto seus membros esperam pela “adoção de filhos, a redenção do nosso corpo” (v. 22-23).

Deus fará novos céus e nova Terra (Is 65:17), mas isso não envolve necessariamente outra criação *ex nihílo.* Os termos empregados em 2 Pedro 3:7-13 implicam renovação e restauração que produzirão um Universo renovado a partir do velho. Em Mateus 19:28, o termo *falingenesia* sinaliza a renovação do mundo, não uma criação totalmente nova; a palavra é traduzida como “novo mundo” (RSV), “Nova Era” (TEV) ou "regeneração” (KJV). Por meio dessa recriação, Deus, o Criador, cumpre por fim Seu propósito original ao criar “o primeiro céu e a primeira Terra” (Ap 21:1). Pedro chama o tempo em que sucederão essas coisas de “tempos da restituição de todas as coisas” (At 3:21, KJV; “restauração", ARA).

B. Cumprimento da Aliança e das Promessas de Deus

A doutrina do reino eterno também representa o cumprimento da aliança e das promessas feitas por Deus a Seu povo em toda a história do AT. Com todas as suas profecias e promessas, a Bíblia inteira focaliza um grande evento escatológico, a saber, a vinda do Messias e de Seu reino.

Muitas profecias do AT apontam para o fim do tempo, quando o Messias virá reinaras na nova Terra, Muitas profecias do NT tratam da segunda vinda de Jesus Cristo e dos sinais que a precedem. Essas profecias se baseiam no fato de que Deus é fiel e jamais deixa de cumprir Suas promessas. Ele é um Deus de recompensa, a qual nos será revelada como gloriosa retribuição, que não se pode comparar aos sofrimentos do tempo presente (Rm 8:18).

Jesus aconselhou Seus seguidores: “Antes, ao dares um banquete, convida os pobres, os aleijados, os coxos e os cegos; e serás bem-aventurado, pelo fato de não terem eles com que recompensar-te; a tua recompensa, porém, tu a receberás na ressurreição dos justos” (Lc 14:13, 14). Paulo nos estimula a permanecer firmes e inabaláveis em nossa fé, sabendo que, no Senhor, o nosso trabalho não é vão (lCo 15:58) e a nossa esperança em Cristo não se limita apenas a esta vida (v. 19). A “coroa da justiça” será dada como recompensa a “todos quantos amam a Sua vinda” (2Tm 4:8) e a “coroa da vida” será concedida a todos que permanecerem “fiéis até a morte” (Ap 2:10). Todas essas promessas serão cumpridas quando for estabelecido o reino eterno.

C. *Consumação da Mensagem e do Ministério de Cristo*

Outro importante aspecto do reino eterno é que ele consuma o ensino e o ministério

de Jesus Cristo. No ponto mais alto de seu prólogo sobre o ministério de Jesus, Marcos apresenta esta significativa passagem: "Foi Jesus para a Galileia, pregando o evangelho de Deus, dizendo: 'O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo; arrependei-vos e crede no evangelho'" (Mc 1:14-15). Conforme observa G. R. Beasley-Murray, essa passagem pretende "fornecer um resumo do evangelho pregado por Jesus, do qual o ensino de Jesus no corpo do evangelho pode ser visto como uma exposição" (71), ou como afirmou John Bright: "Marcos deixa claro, portanto, que o alvo da pregação de Jesus era anunciar o Reino de Deus. Essa era a coisa central com a qual se preocupava. Uma leitura dos ensinos de Jesus conforme se encontram nos evangelhos só serve para confirmar essa declaração. O Reino de Deus está sempre em Seus lábios e constitui sempre questão de extrema importância" (17).

Os evangelhos sinóticos deixam isso claro em passagens com declarações sintéticas que mostram que, para os evangelistas, o propósito primário de Jesus era a pregação do reino (Mt 13:3-9, 31-33, 45-50). Muitas declarações e parábolas de Jesus dizem respeito à vinda do reino de Deus. Algumas delas têm que ver com a natureza desse reino (Mt 13:3-9, 31-33,45-50). Algumas ensinam como alguém pode entrar no reino de Deus: a justiça da pessoa deve exceder à dos escribas e fariseus (Mt 5:20) e ela deve fazer a vontade do Pai que está nos céus (Mt 7:21). Outras ilustram a importância do reino de Deus: seria melhor se mutilar e entrar nele manco ou aleijado do que não entrar (Mt 18:8, 9), e seria mais lucrativo sacrificar algum relacionamento humano e propriedade terrena pelo reino de Deus (19:29),

Algumas declarações e parábolas de Jesus tratam do reino de Deus no presente, enquanto outras dizem respeito ao reino de Deus no futuro. Aquele pode ser chamado de "o reino da graça"; e este, "o reino da glória". De qualquer ponto de vista, "o reino de Deus" era a nota tônica dos ensinos de Cristo. Portanto, quando o glorioso reino de Deus finalmente for estabelecido para sempre na Terra, ocorrerá a grandiosa consumação da mensagem e do ministério de Cristo.

D. *Impacto EspiHtual sobre a Vida Cristã*

A doutrina da nova Terra e do reino eterno é de suma importância, não somente porque é parte integrante dos ensinos bíblicos, mas também porque constitui importante fator que fundamenta a fé cristã e oferece benefícios práticos para a vida espiritual do crente. Fornece ao cristão força e coragem para suportar e vencer as tentações deste mundo. Moisés preferiu "ser maltratado" com o povo de Deus "a usufruir prazeres transitórios do pecado" (Hb 11:25); considerava "o opróbrio de Cristo por maiores riquezas do que os tesouros do Egito, porque contemplava o galardão" (v. 26). O próprio Jesus "suportou a cruz, não fazendo caso da ignomínia", "em troca da alegria que Lhe estava proposta" (Hb 12:2). Paulo recobrava o ânimo ao contemplar a glória futura: "Porque para mim tenho por certo que os sofrimentos do tempo presente não podem ser comparados com a glória a ser revelada em nós" (Rm 8:18). "Por isso, não desanimamos; [...] porque a nossa leve e momentânea tribulação produz para nós eterno peso de glória, acima de toda comparação" (2Co 4:16, 17).

Crer na doutrina do reino eterno e na recompensa que o acompanha traz alegria e esperança aos cristãos. Paulo diz: "Se permanecer a obra de alguém que sobre o fundamento edificou, esse receberá galardão" (iCo 3:14). "Gloriamo-nos na esperança da glória de Deus" (Rm 5:2), Os crentes podem alegremente aceitar "o espólio" dos seus bens, sabendo que possuem "patrimônio superior e durável" (Hb 10:34). Pedro nos estimula: "Alegrai-vos na medida em que sois coparticipantes dos sofrimentos de Cristo, para que

também, na revelação de Sua glória, vos alegreis exultando" (lPe 4:13). Jesus também diz: "Regozijai-vos e exultai, porque é grande o vosso galardão nos céus" (Mt 5:12).

A crença na vida futura oferece um estímulo mais positivo e construtivo para a vida neste mundo. O cristão que faz planos e se prepara para viver eternamente levará uma vida sincera e honesta na Terra. Os que hão de entrar no reino eterno são os que estabeleceram o reino de Deus no coração, aceitando Jesus Cristo como seu Senhor e Rei. Ao ser interrogado pelos fariseus sobre quando viria o reino de Deus, Jesus respondeu: "O Reino de Deus não vem com aparência exterior. [,.,] o Reino de Deus está entre vós" (Lc 17:20, 21, ARC). A expressão "entre vós" *{entos hymõn)* também pode ser traduzida como "dentro de vós", como na ARA, KJV, NVI e TEV. Só quem já experimentou o "reino da graça", na vida presente, pode herdar o "reino da glória" e desfrutar dele na vida futura.

Por último, a verdade bíblica sobre o Paraíso restaurado nos ajuda a compreender o caráter do Deus verdadeiro e Seu propósito original e ideal ao criar a humanidade. O pecado frustrou e prejudicou tanto a Terra que o mundo presente deturpa grosseiramente o caráter divino e o plano original de Deus para este planeta. O cenário descrito na Escritura de um novo céu e uma nova Terra, revela o caráter de Deus de forma mais clara. Ou seja, "naquilo que Deus planejou para os remidos — um mundo não afetado pela influência de Satanás, um mundo governado somente pelas regras divinas — temos uma representação mais verdadeira do caráter de Deus" *{Seventh-day Adventists Believe,* 382).

Ao vislumbrar uma imagem mais clara do novo céu e da nova Terra, os cristãos são atraídos para o desejo desse mundo melhor. Quanto mais claramente uma pessoa compreende a natureza do reino eterno e a vontade de Deus para os remidos, maior será o significado do Pai Nosso: "Venha o Teu reino; faça-se a Tua vontade, assim na Terra como no Céu" (Mt 6:10).

XV. Contexto Histórico

Em todas as culturas e épocas, o conceito de que justos e ímpios receberão um dia a sua paga está intimamente relacionado com a doutrina do estado dos mortos. Tratamos aqui somente com o que se tem costumeiramente chamado de "morada dos remidos", o lugar em que o povo de Deus recebe a recompensa após a última ressurreição. Embora se dê muitas vezes mais ênfase à recompensa dos ímpios do que à dos justos, o reino eterno prometido aos justos tem sido através dos tempos parte integrante da esperança cristã.

A. *Mundo Antigo*

Os antigos mesopotâmios pensavam que, após a morte, os seres humanos, eram condenados a existir como sombras em regiões inferiores. Pouco se podia fazer em vida para garantir qualquer tipo de existência bem-^ aventurada na vida futura.

Para os antigos egípcios, a morte era uma continuação da vida tal como conhecida na Terra, com o cumprimento do melhor que se podia esperar. Quem conseguisse ser aprovado na sala de julgamento de Osíris, entrava no paraíso: os Campos de Aalu. Ali usufruíam os prazeres do alimento, do vinho e do lazer. Para garantir uma boa passagem, o Livro dos Mortos apresentava uma lista de boas ações a serem cumpridas e más obras a serem evitadas, lista essa costumeiramente sepultada junto com o corpo.

Os gregos achavam que, no fim da vida, a alma era recompensada ou punida. Os juizes pronunciavam sentença na encruzilhada dos caminhos, um dos quais levava à habitação

dos bem-aventurados. Não se tem disponível nenhuma imagem clara das atividades de um lugar como esse.

B. Judaísmo

Os escritos judaicos pseudoepígrafos do período intertestamentário seguem o tema do AT de uma “nova Terra” (2 Baruque 32:6; 57:2). Em 4 Esdras 8:52, lemos: “É para vós que, de antemão, está o paraíso aberto, a árvore da vida plantada, o tempo preparado, a fartura providenciada, uma cidade construída, o repouso estipulado, a bondade estabelecida e a sabedoria aperfeiçoada.”

O Livro dos Jubileus, do segundo século antes de Cristo, observa: “O dia da nova criação, quando serão renovados o céu e a Terra e todas as suas criaturas, de acordo com os poderes do céu e de acordo com toda a natureza da Terra, até ao santuário do Senhor é criado em Jerusalém sobre o monte Sião” (1:29). Idéias semelhantes aparecem em I Enoque: “Naquele dia, farei Meu Eleito habitar entre eles, transformarei o céu e farei dele uma bênção de luz para sempre. Transformarei (também) a Terra, farei dela uma bênção, e farei meu Eleito habitar nela. Então, aqueles que tiverem cometido pecado e crime não porão nela os pés” (45:4, 5). Conforme 2 Enoque, o local preparado para os justos, “que afligem a alma e desviam os olhos da injustiça e que proferem justos juízos” (9:1), "se assemelha a um deleite jamais visto” (8:1). Nele se acham todos os tipos de frutos maduros, alimentos, jardins e fragrância (8:3); e “a árvore da vida ali se encontra” (8:3; cf. *Testamento de Levi*, 18:11).

De acordo com o judaísmo rabínico, os justos vão para o paraíso, o Jardim do Éden. O reino messiânico devia ser uma utopia política e física; depois dele viria o mundo vindouro, quando os justos se assentam em glória e contemplam o esplendor da presença divina num mundo de pura bem-aventurança espiritual (Talmude Babilonico *Berakotk,* 17a, 34b). Referências a esse mundo estão vinculadas a Isaías 64:3, onde se reconhece que ninguém a não ser Deus pode ter a faculdade de compreender a questão.

A “nova Terra" é comumente chamada de *'olam ha-ba,* o “mundo porvir”. Essa expressão é empregada pela primeira vez em 1 Enoque 71:15, datado do segundo ou primeiro século antes de Cristo. O *‘olam ha-ba* vem depois da era do Messias e começa com o juízo final. Segundo o Talmude Babilôníco, um rabino do terceiro século antes de Cristo descreveu o *'olam ha-ba* desta forma: "No mundo futuro, não há comida, nem bebida, nem procriação, nem negócios, nem inveja, nem ódio, nem competição, mas os justos se sentam com sua coroa sobre a cabeça se regalando sob o brilho da presença divina” (*Berakotk*, 17a).

Atualmente, os judeus aceitam o ensino antigo em diversos graus. Os mais secularizados quase não creem na era porvir. Os ortodoxos ainda sustentam a doutrina.

C. *Islamismo*

No juízo final, os que obtiveram a santificação, que conhecem a Deus e dEIe estão próximos, alcançarão *al-Jannah,* “o jardim”, luxuriante com árvores altaneiras e cheias de sombra. As delícias preparadas para os abençoados superam toda imaginação. Nesse jardim celeste os justos se reclinam sobre divãs, vestidos com vestimentas de seda, e desfrutam o melhor da comida e da bebida *(Corão,* 76:5-22). "Lá há rios de águas límpidas; rios de leite de sabor inalterável; rios de vinho delicioso para os que o bebem; e rios de mel purificado. Ali terão toda a classe de frutos, *960 com o favor do seu Senhor” *(Corão,* 47:15).

D. *Religiões Orientais*

Para os budistas, assim como para os hindus, o destino de uma pessoa após a morte é decidido pelo *karma* dela. Por ocasião da morte, as almas atravessam uma ponte para a morada dos deuses. Os bons passam

facilmente para a região celeste, cuja característica mais importante é a luz e o esplendoi'. Visto que esse estado bem-aventurado é efêmero, não é digno de ser desejado. No pensamento popular, porém, os que fazem o bem esperam ansiosamente ir para um lugar aprazível de abundância e felicidade.

Para o hinduísmo, os mortos passam por fogos, que queimam os ímpios, mas deixam os bons passarem incólumes para a bem-aventurança. Os devotos do *Rig-Veda* imploram às divindades que lhes concedam imortalidade no terceiro céu, o mundo não caído. Os bem-aventurados desfrutam a li a vida eterna, como resultado de seus sacrifícios passados e presentes feitos aos sacerdotes. Em lugar do frágil corpo humano, eles recebem um corpo imaculado e vigoroso.

E. Cristianismo Primitivo

O ensino dos primitivos cristãos sobre a recompensa dos salvos pouco difere da posição bíblica. A *Didaquê,* do fim do primeiro século ou início do segundo, instrui os cristãos a orarem: "Lembra-te, Senhor, de Tua Igreja, para salvá-la de todos os males e aperfeiçoá-la por Teu amor, Santifica-a e congrega-a dos quatro ventos em Teu reino, que preparaste para isso. Que a Graça seja instaurada e que este mundo passe" (10:5, 6),

Embora pretensamente escrito por Salomão, o livro as *Odes de Salomão* parece ter sido um hinário cristão, do primeiro ou segundo século da era cristã. As odes falam da recompensa dos fiéis: "Benditos são, ó Senhor, os que estão plantados em Tua terra e que têm um lugar no paraíso" (11:18). Mais adiante: "Na verdade, há no Teu paraíso muitas moradas. E não há nada nele que seja estéril, mas tudo é frutífero" (v. 23).

Para o antigo pensamento cristão, o Céu era concebido como um lugar onde os fiéis desfrutavam uma vida cheia de alegria. Cenas das catacumbas em Roma retratam a vida celeste como um banquete ou um cenário bucólico (ajardinado). Inscrições funerárias situam os mortos como "revigorados e alegres entre as estrelas", expressando não só uma crença em uma recompensa para os justos, mas num estado consciente antes da ressurreição. No Evangelho de Tomé, do segundo século, há uma breve descrição do paraíso: "Pois tendes cinco árvores no paraíso, que não se abalam nem no verão nem no inverno, e cujas folhas não caem. Aquele que as conhece não prova da morte" (19).

Para Gregório de Nazianzo (c. 329-390), o crente encontra no Céu não só libertação dos problemas desta vida, mas passa a desfrutar de um pleno conhecimento de Deus e da proximidade com a presença divina. Nos poemas de Efraím da Síria (4º século), o paraíso possuía três divisões. Seu único rio fluía sob o trono no jardim, dividindo-se em quatro braços.

No Oriente, a consumação da salvação tinha de esperar até o dia da ressurreição. Já no Ocidente, Agostinho ensinava que a ressurreição dos mortos intensificaria as alegrias da salvação já disponíveis às almas desencarnadas, embora não fosse indispensável para a fruição da presença divina. Alguns trechos do último capítulo de A *Cidade de Deus* revelam as crenças agostinianas relativas ao Céu. "Quem pode medir a felicidade do Céu, onde nenhum mal pode nos tocar e nenhum bem fica fora de nosso alcance; onde a vida consiste em um longo louvor de exaltação a Deus, que será tudo em todos." A prometida recompensa da virtude será o melhor e o maior de todos os prêmios: o próprio Doador da virtude. Ali, "o pecado não terá mais poder de sedução". O Céu será "o derradeiro sábado", prefigurado na Terra pelo sábado semanal. Esse último sábado deve constituir a sétima era, depois da sexta, na qual o próprio Agostinho se inseria. Seria um "reino sem fim, o verdadeiro objetivo de nossa vida presente" (A *Cidade de Deus,* 22.30).

H *Catolicismo Romano*

Monges medievais meditavam sobre a bem-aventurança do Céu e escreveram poemas sobre ela. Bernard de Cluny (século doze) compôs um dos mais conhecidos: "Jerusalém de Ouro", ainda hoje cantado. Outros que escreveram hinos sobre o Céu foram Pedro Abelardo (1079-1142) e Tomás de Kempis (1380-1471).

A constituição papal do século catorze *Beneâictus Deus,* de Bento XII, afirma a existência da visão beatífica e sua essência como uma visão intuitiva de Deus. A preocupação do documento era garantir que, para aqueles que precisavam de purificação adicional, a visão beatífica ocorresse imediatamente após a morte e permanecesse para sempre. Ratificou-se isso em reação ao ensino de João XXII, de que as alegrias do Céu só seriam experimentadas após a ressurreição do corpo.

O pensamento católico romano moderno sobre o assunto enfatiza o Céu como um estado, embora seja também um lugar, visto que os corpos glorificados exigem um espaço para habitação. "Esta comunidade de vida e amor com a Santíssima Trindade, com a Virgem Maria, os anjos e todos os benditos chama-se 'Céu. O Céu é o fim e o cumprimento dos mais profundos anseios humanos, o estadode felicidade suprema e definitiva" *('Catechism of lhe Catholic Church,* 1024). "O Céu não é fundamentalmente um lugar, mas um relacionamento pessoal" *(The New Dictionary qfTheology,* 456). Em última análise, a renovação do mundo, junto à restauração do corpo, constitui a conclusão final do plano salvífico de Deus.

A "Carta sobre Certas Questões Relativas à Escatologia" publicada pela Santa Congregação para a Doutrina da Fé (1979) é cautelosa com os detalhes da doutrina sobre o Céu, Embora ratifique a crença na ressurreição do corpo, na sobrevivência da personalidade após a morte e na "felicidade dos justos que estarão naquele dia com Cristo", adverte contra representações arbitrárias e imaginosas, visto que "nem a Escritura nem a teologia fornecem luz suficiente para uma compreensão completa da vida após a morte".

G. Protestantismo

Os reformadores parecem ter considerado o Céu como uma certeza. Mas do pouco que escreveram podemos saber de sua firme crença na recompensa do redimidos. Martinho Lutero, por exemplo, descreve o "corpo celestial e espiritual" dos que serão ressuscitados no último dia: "O corpo inteiro será tão puro e brilhante como o sol e tão leve quanto o ar, e, por fim, tão saudável, tão abençoado e tão cheio dessas eternas alegrias celestes em Deus, que jamais terá fome, sede, cansaço ou declínio" *(Obras de Lutero,* 28:196). João Calvino também confirmou a certeza da ressurreição e da eterna felicidade dos remidos. Em seu *Catecismo,* ele escreveu: "Essa bem-aventurança será o Reino de Deus, repleto de todo brilho, alegria e felicidade — coisas agora afastadas do sentido humano, e que agora se veem apenas ocultamente, até que chegue o dia em que o Senhor manifestará Sua glória para que a possamos ver" (20.9).

A hínódia protestante entoava a certeza da recompensa dos justos. Isaac Watts (1674-1748) compôs muitos hinos sobre o Céu. Desses, um dos mais conhecidos diz assim: "Há um país de gozo e luz/Onde só santos há/Prazeres há ali a flux/E sempre dia lá." A hinódia protestante do século dezenove apresenta muitas canções que exaltam as belezas do Céu. Fanny Crosby escreveu muitos deles, inclusive "Quando o fim da carreira desta vida nos chegar" ("Hei de vê-Lo", HASD n° 438).

Embora os protestantes de maneira geral acreditem no Céu como um lugar onde os redimidos passarão a eternidade com Deus e as hostes angélicas, parece não ter havido nenhuma tentativa de sistematizar uma doutrina do Céu. As incursões do racionalismo

e do secularismo fizeram erodir a clareza da esperança milenar. Ainda que declarasse crer nos "símbolos" do reino de Cristo, Reinhold Niebuhr escreveu: "E imprudente para os cristãos alegar qualquer conhecimento da mobília do Céu ou da temperatura do inferno" (2:294).

H. Concepção Adventista

Tendo a expectativa do segundo advento £=► como alicerce de seu sistema doutrinário, os adventistas têm ratificado periodicamente sua convicção na realidade de um novo céu e de uma a nova Terra após a segunda vinda de Cristo. Os redimidos passarão o milênio no Céu (ver II.B.3), antes de descerem para a Terra junto com a nova Jerusalém. Nessa época, o planeta será renovado pelo fogo, e recriado. Depois disso, os santos passarão a eternidade com o Senhor aqui, na Terra renovada.

As visões de Ellen VVhite do lar celestial e da Terra renovada muito contribuíram para o realismo com que se vê o futuro dos bem-aventurados. Em *Primeiros Escritos,* ela descreve as glórias da cidade celestial conforme as contemplara em visão na década de 1840 (PE, 39,40).

A arte adventista também exalta as maravilhas da Terra renovada. As versões artísticas dos pintores Harry Anderson e Russell Harlan cativaram a imaginação de gerações de leitores adventistas, jovens e velhos. Compositores adventistas desde Guilherme Miller ("Im GoingHome") expressaram em música a esperança de um futuro de bem-aventuranças. Esses incluem, para citar apenas alguns, James White ("VVhat Heavenly iVIusic" ["Música Celeste", HASD n° 423]), Annie R. Smith ("Long Upon the Mountains"), Frank Belden ("Joy By and By" ["Sim, Glória Haverá no Final", HASD n° 431]) e Henry de Fluiter ("Over Yonder").

A última das 28 crenças fundamentais dos adventistas do sétimo dia, adotada em 1988, apresenta uma síntese da concepção adventista da nova Terra *(Nisto Cremos,* 2008,458):

"Na Nova Terra, em que habita justiça, Deus proverá um lar eterno para os remidos e um ambiente perfeito para vida, amor, alegria e aprendizado eternos, em Sua presença. Pois aqui o próprio Deus habitará com o Seu povo, e o sofrimento e a morte terão passado. O grande conflito estará terminado e não mais existirá pecado. Todas as coisas, animadas e inanimadas, declararão que Deus é amor; e Ele reinará para todo o sempre. Amém, (2Pe 3:13; Is 35; 65:17-25; Mt 5:5; Ap 21:1-7; 22:1-5; 11:15)."

V. Comentários : Ellen G. White

A. *Morada no Céti — um Lugar Real*

"Um receio de fazer com que a herança futura pareça demasiado material tem levado muitos a espiritualizar as mesmas verdades que nos levam a considerã-la nosso lar. Cristo afirmou a Seus discípulos haver ido preparar moradas para eles na casa de Seu Pai. Os que aceitam os ensinos da Palavra de Deus não serão totalmente ignorantes com respeito à morada celestial, E, contudo, ás coisas que o olho não viu, e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem, são as que Deus preparou para os que O amam' (IC₀ 2:9). A linguagem humana não é adequada para descrever a recompensa dos justos. Será conhecida apenas dos que a contemplarem. Nenhum espírito finito pode compreender a glória do Paraíso de Deus" (GC, 674, 675).

B. *Privilégios dos Remidos*

"O Céu é um lugar agradável. Anseio ali estar e contemplar meu amorável Jesus, que por mim deu Sua vida, e achar-me transformada à Sua imagem gloriosa. Oh! quem me dera possuir linguagem para exprimir as glórias do resplandecente mundo vindouro!

Estou sedenta das águas vivas que alegram a cidade de nosso Deus.

"O Senhor me proporcionou uma vista de outros mundos. Foram-me dadas asas, e um anjo me acompanhou da cidade a um lugar brilhante e glorioso. A relva era de um verde vivo, e os pássaros gorjeavam ali cânticos suaves. Os habitantes do lugar eram de todas as estaturas; nobres, majestosos e formosos. Ostentavam a expressa imagem de Jesus, e seu semblante irradiava santa alegria, que era uma expressão da liberdade e felicidade do lugar. Perguntei a um deles por que eram muito mais formosos que os da Terra. A resposta foi: 'Vivemos em estrita obediência aos mandamentos de Deus, e não caímos em desobediência, como os habitantes da Terra/ Vi então duas árvores. Uma se assemelhava muito à árvore da vida, existente na cidade. O fruto de ambas tinha belo aspecto, mas o de uma delas não era permitido comer. Tinham a faculdade de comer de ambas, mas era-lhes vedado comer de uma. Então meu anjo assistente me disse: 'Ninguém aqui provou da árvore proibida; se, porém, comessem, cairíam/ Então fui levada a um mundo que tinha sete luas. Vi ali o bom e velho Enoque, que tinha sido trasladado. Em sua destra tinha uma palma resplendente, e em cada folha estava escrito: 'Vitória/ Pendia-lhe da cabeça uma grinalda branca, deslumbrante, com folhas, e no meio de cada folha estava escrito 'Pureza', e em redor da grinalda havia pedras de várias cores que resplandeciam mais do que as estrelas e lançavam um reflexo sobre as letras, aumentando-lhes o volume. Na parte posterior da cabeça havia um arco em que rematava a grinalda, e nele estava escrito: 'Santidade/ Sobre a grinalda havia uma linda coroa que brilhava mais do que o Sol. Perguntei-lhe se esse era o lugar para onde fora transportado da Terra. Ele disse: 'Não é; minha morada é na cidade, e eu vim visitar este lugar/ Ele percorria o lugar como se realmente estivesse em sua casa. Pedi ao meu anjo assistente que me deixasse ficar ali. Não podia suportar o pensamento de voltar a este mundo tenebroso. Disse então o anjo: 'Deves voltar e, se fores fiel, juntamente com os 144 mil terás o privilégio de visitar todos os mundos e ver a obra das mãos de Deus'" (PE, 39, 40).

C. *Sem Noite nem Cansaço*

"Na cidade de Deus 'não haverá noite'. Ninguém necessitará ou desejará repouso. Não haverá cansaço em fazer a vontade de Deus e oferecer louvor a Seu nome. Sempre sentiremos a frescura da manhã, e sempre estaremos longe de seu termo. Não necessitarão de lâmpada nem de luz do Sol, porque o Senhor Deus os alumia' (Ap 22:5). A luz do Sol será sobrepujada por um brilho que não é ofuscante e, contudo, suplanta incomensuravelmente o fulgor de nosso Sol ao meio-dia. A glória de Deus e do Cordeiro inunda a santa cidade, com luz imperecível. Os remidos andam na glória de um dia perpétuo, independentemente do Sol" (GC, 676).

¡D. O *Cézi como Escola*

"O Céu é uma escola; o campo de seus estudos, o Universo; seu professor, o Ser infinito. Uma ramificação dessa escola foi estabelecida no Eden; e, cumprindo o plano da redenção, reassumir-se-á a educação na escola edênica.

"As coisas que o olho não viu, e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem são as que Deus preparou para os que O amam" (lCo 2:9). Unicamente pela Sua Palavra se pode obter conhecimento dessas coisas; e mesmo essa oferece apenas uma revelação parcial.

"O profeta de Patmos assim descreve a localização da escola do além; 'Vi um novo céu e uma nova Terra. Porque já o primeiro céu e a primeira Terra passaram, [...] E eu, João, vi a Santa Cidade, a nova Jerusalém, que de Deus descia do Céu, adereçada como uma esposa ataviada para o seu marido' (Ap 21:1,2).

‘“A cidade não precisa nem do Sol, nem da Lua, [...] pois a glória de Deus a iluminou, e o Cordeiro é a sua lâmpada’ (Ap 21:23).

“Entre a escola estabelecida no Éden, no princípio, e aquela do além, jaz todo o lapso da história deste mundo — a história da transgressão e sofrimento humanos, do sacrifício divino e da vitória sobre a morte e o pecado. Nem todas as condições daquela primeira escola edênica se encontrarão na escola da vida futura. Nenhuma árvore da ciência do bem e do mal oferecerá oportunidade para a tentação. Não haverá ali tentador, nem possibilidade para o mal, Todos os caracteres resistiram à prova do mal, e nenhum será jamais susceptível ao seu poder” (Ed, 301-302).

E, *Tesotiros do Universo Abertos*

“Todos os tesouros do Universo estarão abertos ao estudo dos filhos de Deus. Com indizível deleite nos uniremos na alegria e sabedoria dos seres não caídos. Participaremos dos tesouros adquiridos através dos séculos empregados na contemplação da obra de Deus. E, enquanto os anos da eternidade se escoam, continuarão a nos trazer mais gloriosas revelações. ‘Muito mais abundantemente além daquilo que pedimos ou pensamos’ (Ef 3:20) será, para todo o sempre, a concessão dos dons de Deus.

“Os Seus servos O servirão' (Ap 22:3). A vida na Terra *é* o princípio da vida no Céu; a educação na Terra é a iniciação nos princípios do Céu; e o trabalho aqui é o preparo para o trabalho lá. O que hoje somos, no caráter e serviço santo, é o prenuncio certo do que seremos” (Ed, 307).

F. *Educação Superior na Vida Futura*

“Cristo, o Mestre celestial, conduzirá Seu povo à árvore da vida que cresce em ambos os lados do rio da vida, e lhes explicará as verdades que eles não puderam compreender nesta vida. Nessa vida futura Seu povo terá a educação superior em sua plenitude. Os que entram na cidade de Deus terão coroas de ouro sobre a cabeça. Essa será uma cena alegre que nenhum de nós se pode dar ao luxo de perder. Lançaremos nossas coroas aos pés de Jesus, e repetidas vezes, daremos a Ele ^964 glória e louvaremos o Seu santo nome. Anjos se unirão nos cânticos de triunfo. Tocando suas harpas de ouro, eles encherão todo o Céu com rica música e cânticos ao Cordeiro" (Ms 31, 1909, em SDABC7, 988).

G. *Vida Social Harmoniosa e Crescente Aquisição de Conhecimento*

“Ali os remidos conhecerão como são conhecidos. O amor e a simpatia que o próprio Deus plantou na alma encontrarão ali o mais verdadeiro e suave exercício. A comunhão pura com os seres santos, a vida social harmoniosa com os bem-aventurados anjos e com os fiéis de todos os tempos, que lavaram suas vestes e as branquearam no sangue do Cordeiro, os sagrados laços que reúnem ‘toda a família nos Céus e na Terra (Ef 3:15) — tudo isso concorre para constituir a felicidade dos remidos.

“Ali, mentes imortais contemplarão, com deleite que jamais se fatigará, as maravilhas do poder criador, os mistérios do amor que redime. Ali não haverá nenhum adversário cruel, enganador, para nos tentar ao esquecimento de Deus. Todas as faculdades se desenvolverão, ampliar-se-ão todas as capacidades. A aquisição de conhecimentos não cansará o espírito nem esgotará as energias. Ali os mais grandiosos empreendimentos poderão ser levados avante, alcançadas as mais elevadas aspirações, as mais altas ambições realizadas; e surgirão ainda novas alturas a atingir, novas maravilhas a admirar, novas verdades a compreender, novos objetivos a aguçar as faculdades do espírito, da alma e do corpo.

“Todos os tesouros do Universo estarão abertos ao estudo dos remidos de Deus.

Livres da mortalidade, alçarão voo incansável para os mundos distantes — mundos que fremiram de tristeza ante o espetáculo da desgraça humana e ressoaram com cânticos de alegria ao ouvir as novas de uma alma resgatada. Com indizível deleite os filhos da Terra entram de posse da alegria e sabedoria dos seres não caídos, Participam dos tesouros do saber e do entendimento adquiridos durante séculos e séculos, na contemplação da obra de Deus, Com visão desanuviada olham para a glória da criação, achando-se sóis, estrelas e sistemas planetários, todos na sua indicada ordem, a circular em redor do trono da Divindade. Em todas as coisas, desde a mínima até a maior, está escrito o nome do Criador, e em todas se manifestam as riquezas de Seu poder.

"E ao transcorrerem os anos da eternidade, trarão mais e mais abundantes e gloriosas revelações de Deus e de Cristo. Assim como o conhecimento é progressivo, também o amor, a reverência e a felicidade aumentarão. Quanto mais aprendem os homens acerca de Deus, mais Lhe admiram o caráter. Ao Jesus lhes revelar as riquezas da redenção e os estupendos feitos do grande conflito com Satanás, a alma dos resgatados fremirá com mais fervorosa devoção, e com mais arrebatadora alegria dedilharão as harpas de ouro; e milhares de milhares, e milhões de milhões de vozes se unem para avolumar o potente coro de louvor.

"'Então, ouvi que toda a criatura que há no Céu e sobre a Terra, debaixo da terra e sobre o mar, e tudo o que neles há, estava dizendo: Aquele que está sentado no trono e ao Cordeiro, seja o louvor, e a honra, e a glória, e o domínio pelos séculos dos séculos' **(Ap 5:13).**

"O grande conflito terminou. Pecado e pecadores não mais existem. O Universo inteiro está purificado. Uma única palpitação de harmonioso júbilo vibra por toda a vasta criação. DAquele que tudo criou emanam vida, luz e alegria por todos os domínios do espaço infinito. Desde o minúsculo átomo até ao maior dos mundos, todas as coisas, animadas e inanimadas, em sua serena beleza e perfeito gozo, declaram que Deus é amor" (GC, 677, 678).

H. *Vida no Jardim e no Campo*

"Ali, quando for removido o véu que obscurece a nossa visão e nossos olhos contemplarem aquele mundo de beleza de que ora apanhamos lampejos pelo microscópio; quando olharmos às glórias dos céus hoje esquadrinhadas de longe pelo telescópio; quando, removida a mácula do pecado, a Terra toda aparecer 'na beleza do Senhor nosso Deus - que campo se abrirá ao nosso estudo! Ali o estudante da ciência poderá ler os relatórios da criação, sem divisar coisa alguma que recorde a lei do mal. Poderá escutar a melodia das vozes da natureza, e não perceberá nenhuma nota de lamento ou tristezas. Poderá enxergar em todas as coisas criadas uma escrita; contemplará no vasto Universo, escrito em grandes letras, o nome de Deus; e nem na Terra, nem no mar ou no céu permanecerá um indício que seja do mal.

"Ali se viverá a vida edênica — vida do jardim e do campo. 'Edificarão casas e as habitarão; plantarão vinhas e comerão o seu fruto. Não edificarão para que outros habitem, não plantarão para que outros comam, porque os dias do Meu povo serão como os dias da árvore, e os Meus eleitos gozarão das obras das suas mãos' (Is 65:21, 22).

"Não haverá coisas que Tarão mal nem dano algum em todo o Meu santo monte, diz o Senhor' (Is 65:25). Ali o homem será restaurado à sua perdida realeza, e a ordem inferior de seres de novo reconhecerá o seu domínio; os animais ferozes se tornarão mansos e os ariscos, confiantes.

"Ali se revelará ao estudante uma história de infinito objetivo e riqueza inexprimível. Tomando por base a Palavra de Deus, o

965

estudante obterá uma visão do vasto campo da História e poderá alcançar algum conhecimento dos princípios que presidem à marcha dos acontecimentos humanos. Mas a sua visão ainda estará nublada, e incompletos os seus conhecimentos, Não verá todas as coisas de uma maneira clara antes que chegue à luz da eternidade.

"Então se revelará diante dele o decurso do grande conflito que teve sua origem antes que começasse o tempo e terminará apenas quando esse cessar. A história do início do pecado; da fatal falsidade em sua ação sinuosa; da verdade que, não se desviando das suas próprias linhas retas, se defrontou com o erro e o venceu; sim, tudo isso será manifesto. O véu que se interpõe entre o mundo visível e o invisível será removido e reveladas coisas maravilhosas" (Ed, 303-304).

í. *Sem Casamentos nem iSascimentos*

"Homens há hoje que expressam a crença de que haverá casamentos e nascimentos na nova Terra; os que creem nas Escrituras, porém, não podem admitir tais doutrinas. A doutrina de que nascerão filhos na nova Terra não constitui parte da 'firme palavra da profecia. As palavras de Cristo são demasiado claras para serem mal entendidas. Elas esclarecem de uma vez por todas a questão dos casamentos e nascimentos na nova Terra. Nenhum dos que forem despertados da morte, nem dos que forem trasladados sem ver a morte, casará ou será dado em casamento. Eles serão como os anjos de Deus, membros da família real" (MS, 99, 100),

J, Viagem na Vida Futtira

"Muitos parecem ter a ídeia de que este mundo e as mansões celestiais constituem o Universo de Deus. Não é assim, A multidão de remidos viajará de um mundo a outro e empregarão grande parte do seu tempo em explorar os mistérios da redenção. E, através de toda a extensão da eternidade, esse tema estará continuamente sendo exposto ante suas mentes. São inimagináveis os privilégios dos que venceram pelo sangue do Cordeiro e pela palavra de seu testemunho" (RH, 9/3/1886).

K, Recompensa do Esforço Diligente

'"Se a obra que alguém edificou [...] permanecer, esse receberá galardão' (lCo 3:14). Magnífica será a recompensa concedida quando os obreiros fiéis se reunirem em torno do trono de Deus e do Cordeiro. Quando João, em seu estado mortal, contemplou a glória de Deus, caiu como morto: não pôde suportar a visão. Porém, quando os filhos de Deus houverem sido revestidos de imortalidade, vê-Lo-ão como Ele é' (ljo 3:2), Estarão perante o trono, aceitos no Amado. Todos os seus pecados terão sido apagados, removidas todas as suas transgressões. Podem, então, olhar o deslumbrante resplendor do trono de Deus. Foram coparticipantes dos sofrimentos de Cristo, foram coobreiros Seus no plano da redenção, e com Ele participam da alegria de ver almas salvas no reino de Deus, para ali louvarem a Deus durante toda a eternidade. <966

"Meu irmão, minha irmã, insisto em que vos prepareis para a vinda de Cristo nas nuvens do céu. Dia a dia tirai do vosso coração o amor do mundo. Sabei por experiência própria o que significa ter comunhão com Cristo. Preparai-vos para o juízo, para que, ao vir Cristo, para Se fazer admirável em todos os que creem, vós estejais entre os que O encontrarão em paz. Nesse dia os remidos resplandecerão com o resplendor do Pai e do Filho. Tocando suas harpas de ouro, os anjos darão as boas-vindas ao Rei e aos Seus troféus de vitória — os que foram lavados e branqueados no sangue do Cordeiro" (TS3, 432).

L. Uma Família Unida e Feliz

"Constituirão todos uma família feliz e unida, revestida com as vestes de louvor e ações de graças — as vestes da justiça de

Cristo. Toda a natureza, em sua arrebatadora formosura, oferecerá a Deus um tributo de louvor e adoração. O mundo será banhado com a luz do Céu. A luz da Lua será como a luz do Sol, e a luz do Sol será sete vezes maior do que é hoje. Os anos decorrerão na alegria, Sobre essa cena, as estrelas da manhã cantarão em uníssono, e os filhos de Deus exultarão de alegria, enquanto Deus e Cristo Se unirão proclamando: 'Não haverá mais pecado nem morte"' (CBV, 506).

M. O *Brilhante Lar dos Santos*

"O Céu foi o tema de minha contemplação — o céu, o céu longamente esperado. Parecia-me estar ali onde tudo era paz, aonde não podiam chegar os turbulentos conflitos terrestres — o Céu, um reino de justiça em que se congregam todos os santos, puros e bem-aventurados, milhares de milhares e milhões de milhões, vivendo e andando em ditosa e pura intimidade, louvando a Deus e ao Cordeiro assentados sobre o trono! Suas vozes estavam em perfeita harmonia. Eles nunca fazem mal algum uns aos outros. Príncipes do Céu, os potentados desse vasto domínio apenas são rivais no bem, buscando a felicidade e a alegria uns dos outros. O maior ali é o menor no amor-próprio, e o menor é o maior em sua gratidão e profusão de amor.

"Ali não há tétricos erros para obscurecer o intelecto. A verdade e o conhecimento, claros, vigorosos e perfeitos, têm afugentado todas as dúvidas, e nenhum laivo de dúvida lança sua funesta sombra sobre os seus ditosos habitantes. Vozes contenciosas não perturbam a suave e perfeita paz do Céu, Seus habitantes não conhecem tristezas, desgostos e lágrimas. Tudo está em perfeita harmonia, em perfeita ordem e perfeita felicidade. [...]

"Céu, doce Céu, lar eterno dos santos, morada dos que labutaram duramente, lugar onde o cansado de levar pesados fardos durante a vida encontra descanso, paz e alegria! Os que com lágrimas semeiam com júbilo ceifarão. O Céu é um lar onde a simpatia está viva em cada coração, expressa em cada olhar. Ali reina o amor. Não há elementos dissonantes, não há discórdia nem guerra de palavras" (Carta 30, 1882; MR9, 104, 105).

N. A Cidade de Deus ara os Observadores dos Mandamentos

"Ninguém que tenha tido a luz da verdade entrará na cidade de Deus como transgressor dos mandamentos. A lei de Deus constitui o fundamento de Seu governo no Céu e na Terra. Se eles, intencionalmente, espezinharam e desprezaram Sua lei na Terra, não serão levados ao Céu para realizar a mesma obra ali. Não haverá modificação do caráter quando Cristo vier. A edificação do caráter deve prosseguir durante as horas de graça. Dia a dia as ações humanas são registradas nos livros do Céu, e no grande dia de Deus eles serão recompensados segundo as suas obras. Então será visto quem receberá a bênção. 'Bem-aventurados aqueles que guardam os Seus mandamentos, para que tenham direito â árvore da vida e possam entrar na cidade pelas portas'" (RH, 25/8/1885). ◄ 967

O. A *Eterna Habitação dos Obedientes*

"O grande plano da redenção tem como resultado trazer de novo o mundo ao favor de Deus, de maneira completa. Tudo que se perdera pelo pecado é restaurado. Não somente o homem é redimido, mas também a Terra, a fim de ser a eterna habitação dos obedientes. Durante seis mil anos, Satanás tem lutado para manter posse da Terra. Agora se cumpre o propósito original de Deus ao criá-la. 'Os santos do Altíssimo receberão o reino, e possuirão o reino para todo o sempre, e de eternidade em eternidade (Dn 7:18)" (PP, 342).

VI. Literatura

Augustine. *The City ofGod.* Trad. G. G. Walsh; D. B. Zema; GWIonahan; D. J. Honan. Ed. V. J. Bourke. Nova York: Doubleday, 1958.

Beasley-Murray, G. R. *Jesus and theKingdom ofGocí.* Grand Rapids: Eerdmans, 1986.

Beckwith, Isbon T. *The Apocalypse of John.* Grand Rapids: Baker, 1919.

Berkhof, L. *The Kingdom of Goã.* Grand Rapids: Eerdmans, 1951.

Bríght John. *The Kingdom ofGod: The Bihlical Concept and Its Meaningfor the Church.* Nashville: Abingdon, 1953.

Catechisni ofthe Catholic Church. St. Paul: Wanderer, 1994.

Delitzsch, Franz. *Bihlical Gommentary on the Prophecies oflsaiah. 2* vols. Nova York: Funk and VVagnalls, 1872.

Froom, LeRoy E. *The Conditionalist Faith of Our Fathers. 2* vols. Washington: Review and Herald, 1965-1966.

Komonchak, Joseph, Mary Collins, e Dermot Lane, eds. *The Neiv Dictionaiy ofTheology.* Wilmington: Michael Glazier, 1987.

Ladd, George Eldon. *Crucial Ouestions Ahout the Kingdom ofGod.* Grand Rapids: Eerdmans, 1952.

---------- . *Jesus and the Kingdom: The Eschatology of Bihlical Realism.* Nova York: Harperand Row, 1964.

■-------- -. *The Presence ofthe Future: The Eschatology of Bihlical Realism.* Grand Rapids: Eerdmans, 1973.

Luther, M. *Luthers Works.* Ed. Hilton C. Oswald. V. 28, *Commentaríes on 1 Corinthians 7 and 15.* Saint Louis: Concordia Publishing House, 1973.

Niebuhr, Reinhold. *The Nature and Destiny of Man.* 2 vols. Nova York: Scribners, 1964.

Smith, Wilbur M. *The Bihlical Doctrine of Heaven.* Chicago: Moody, 1980.

Strong, August Hopkins. *S^tematic Theology.* Philadelphia: Judson, 1907.

Vos, Geerhardus. *The Teaching of Jesus Conceming the Kingdom of God and the Church.* Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1972.

Willis, Wendell, ed. *The Kingdom of God in 20th-Century Interpretation.* Peabody: Hendrickson, 1987.

Young, Edward J. *The Book os Isaiah.* 3 vols. Grand Rapids: Eerdmans, 1964-1971.

28
O Grande Conflito

FrankB. Holbrook

Introdução

Dispersas através das páginas do AT e do NT, encontram-se muitas referências e alusões a uma incessante guerra entre Deus e Satanás, entre o bem e o mal, tanto em nível pessoal quanto cósmico. Comparando essas passagens, embutimos as percepções individuais delas para formar um mosaico da \'erdade, através do qual somos capazes de compreender a mensagem total da Escritura com maior clareza do que se não o fizéssemos.

O conflito moral, que tem perturbado o Universo da criação de Deus, acha-se estreitamente vinculado ao plano de salvação. Este último prevê, não só a libertação da humanidade da escravidão do pecado, mas também uma teodiceia para a Divindade contra as acusações de Satanás.

No estudo que se segue, ordenamos as informações bíblicas em sequência cronológica, a fim de demonstrar de forma mais eficaz a natureza da guerra, seu desenvolvimento através dos séculos e a batalha final, que termina com a derrota de Satanás e com o triunfo e a víndicação de Deus. O artigo é concluído com um resumo das verdades teológicas mais importantes apresentadas por esse ensino fundamental da Escritura.

I. II. III.

I. A Predição do Conflito
- A. O Segredo Divino
  1. A Graça Deu Início ao Plano
  2. A Morte Expiatória de Cristo
  3. Aceitando as Providências da Salvação
  4. Restauração do Caráter
  5. As Recompensas Eternas
- B. O Desafiante

II. A Origem do Conflito
- A. Deus e Sua Criação
- B. As Leis do Céu
- C. Questões Envolvidas no Conflito
  1. Lúcifer
  2. As Questões
  3. Qual é a Melhor Autoridade?
  4. A Queda de Lúcifer
  5. A Queda da Humanidade
- D. Dimensão Celeste Acrescentada
- E. Os Objetivos do Céu

III. O Conflito na Terra —AT
- A. A Iniciativa de Deus
  1. A Promessa
  2. Sacrifícios Rituais
  3. Representações Proféticas
  4. 'Preservando e Propagando as Verdades da Salvação
- B. O Contra-Ataque de Satanás
  1. Impiedade Antediluviana
  2. Desenvolvimento do Paganismo e da Idolatria
  3. Corrompendo a Verdadeira Religião
  4. Acusações Satânicas
  5. O "Quase" Sucesso de Satanás

IV. O Conflito na Terra - NT
- A, Providência Prevalecente
  1. A Crescente Centralídade da Escritura
  2. A Dispersão (Diáspora, Jo 7:35)
  3. A Missão Judaica
- B. O Primeiro Advento de Cristo
  1. A Vitória de Cristo nas Profecias

2. A Vitória de Cristo sobre as Tentações
3. A Vitória Diária de Cristo sobre os Demônios
4. As Múltiplas Vitórias de Cristo na Cruz
C. Ataques Satânicos Contra a Igreja
1. Corrompendo as Doutrinas
2. Perseguindo a Igreja
D. O Conflito no Microcosmo
V. Conflito Encerrado
A. A Batalha Final
1. A Besta Semelhante a Leopardo (Ap 13:1-10)
2. A Besta de Dois Chifres (Ap 13:11-17)
B. Convite da Hora do Juízo
1. As Mensagens dos Três Anjos (Ap 14:6-13)
2. Juízo Final (Ap 14:7)
C. Questões Centrais
1. Obediência: os Dez Mandamentos
2. Adoração: Deus ou Satanás?
D. A Derrota e a Destruição de Satanás
1. Satanás Preso
2. O Milênio
3. Juízo Final: Fase Executiva
VI. Algumas Implicações Teológicas
A. Harmonia Moral Garantida
B. Cosmovísao
C. Sofrimento Humano
D. O Caráter de Deus
E. Prontidão do Grente
VII. Contexto Histórico
A. Pais Pré-Nicenos e Pós-Nicenos
1. Orígenes (185-254)
2. Agostinho de Hipona (354-430)
B, Era da Reforma e da Pós-Reforma
1. João Calvino (1509-1564)
2. John Milton (1608-1674)
C. Era Moderna
D. Concepção Adventista do Sétimo Dia
VIII. Comentários de Ellen G. White
A. Um Apelo à Compreensão
B. O Grande Conflito Previsto
C. A Origem do Conflito
1. A Lei Moral: Fundamento do Governo Divino
2. Por que Lúcifer Não Foi Destruído no Começo do Conflito
3. A Queda da Humanidade: Padrão Similar à Queda de Satanás
D. O Conflito na Terra - AT
1. Satanás Usurpa o Controle da Terra
2. Obediência à Lei Moral: Base para a Prosperidade
3. Satanás Subverte a Obediência Israelita
E. O Conflito na Terra - NT
1. A Necessidade de Revelar o Verdadeiro Caráter de Deus à Humanidade
2. O Verdadeiro Caráter de Satanás Também Revelado na Cruz
3. A Cruz: Justiça e Misericórdia Divinas Demonstradas
4. O Conflito no Microcosmo
F. O Conflito Encerrado
1. A Natureza do Último Conflito sobre a Lei de Deus
2. Sábado: Teste de Lealdade
G. Algumas Implicações Teológicas
1. Vindicação do Caráter de Deus
2. Rebelião; uma Lição para o Universo
3. Uma Criação Testada: Leal para Sempre
4. Justiça Divina
IX. Literatura

969 ^

L A Predição do Conflito

A. O *Segredo Divino*

Deus criou todos os seres inteligentes como agentes morais livres, dotados da capacidade de prestar amorosa lealdade ao Criador ou rejeitar-Lhe a autoridade. Diversas passagens do Novo Testamento provam que Deus predisse a apostasia que teria lugar entre os anjos e a insurreição que se seguiría. Ele previu c^ue a humanidade seria enganada ao aderir à rebelião.

Antes do início dos tempos (no tocante a este planeta) - em algum ponto da eternidade passada - Deus (o Pai, o Filho e o Espírito Santo) elaborou o plano de salvação para enfrentar essa crise prevista. O apóstolo Paulo se refere a esse plano como o "mistério guardado em silêncio nos tempos eternos" (Rm 16:25), Esse segredo ou "sabedoria [...] oculta", afirma ele, "Deus preordenou desde a eternidade para a nossa glória" (iGo 2:7), antes de se iniciar o tempo na Terra.

O segredo ou mistério é "o mistério do evangelho", explica Paulo em outra parte (Ef 6:19). É evidente, portanto, que a rebelião, que acabou eclodindo entre algumas das inteligências criadas no Universo, não pegou Deus de surpresa. A Divindade já havia elaborado uma "operação-resgate" voltada para seres humanos rebeldes enganados — um plano que também fornecería uma arma eficaz em sufocar a rebelião permanentemente.

1. A Graça Deu Início ao Plano

"Graça" é uma amorosa e misericordiosa atitude do Céu para com os indignos e rebeldes pecadores. Sobre essa base, Deus escolheu salvar e transformar todos os pecadores arrependidos que aceitassem as providências tomadas para sua salvação. O apóstolo observa que eles seriam libertados, não em virtude de algumas boas obras que pudessem praticar, mas pela "Sua [de Deus] própria determinação e graça que nos foi dada em Cristo Jesus, antes dos tempos eternos" (2Tm 1:9).

970 ►

2. A Morte Expiatória de Cristo

Deus determinou que a morte expiatória de Jesus Cristo se tornasse o coração do plano da salvação. O apóstolo Pedro testificou dessa decisão quando disse à multidão presente à Festa de Pentecostes, em Jerusalém, que Cristo fora "entregue pelo determinado desígnio e presciência de Deus" para morrer (At 2:23). Mais tarde, escreveu aos companheiros cristãos: "Sabendo que não foi mediante coisas corruptíveis, como prata ou ouro, que fostes resgatados [...], mas pelo precioso sangue, como de cordeiro sem defeito e sem mácula, o sangue de Cristo, conhecido, com efeito, antes da fundação do mundo, porém manifestado no fim dos tempos, por amor de vós" (lPe 1:18-20).

No caráter, Deus é tanto justo e misericordioso quanto santo e bondoso. Não importa o quanto Deus tenha amado os humanos rebeldes e pecadores, Ele não seria justo se simplesmente desculpasse o pecador. Mas, antes de o pecado e a rebelião entrarem no Universo, Deus planejou estender a graça (misericórdia) a rebeldes arrependidos por meio de Jesus Cristo, isto é, por meio da morte expiatória de Seu Filho. A morte substitutiva e penal de Cristo satisfaria a justiça divina e tornaria possível o perdão e a reconciliação a ser estendidos aos pecadores penitentes (cf. Rm 3:21-26).

3. Aceitando as Providências da Salvação

Deus — Pai, Filho e Espírito Santo — escolheu adotar em Sua "família", da descendência pecadora de Adão, todos quantos recebessem a Cristo como seu Salvador e Senhor, e entrassem num vínculo com a Divindade. O apóstolo escreveu: "Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual [...], assim como nos escolheu nEle [Cristo] antes da fundação do mundo [...] nos predestinou para Ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de Sua vontade, para louvor da glória de Sua graça, que Ele nos concedeu gratuitamente no Amado" (Ef 1:3-6). Ninguém foi predestinado para se perder, mas foi elaborado um plano segundo o qual, conforme escreveu mais tarde o apóstolo João, "todos quantos O receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus" (Jo 1:12; ver Deus IV.B).

4. Restauração do Caráter

O apóstolo Paulo sugere que Deus também tomou providências para restaurar o caráter dos pecadores penitentes. A missão dele era tomar conhecido o "mistério que estivera oculto dos séculos e das gerações", especialmente um determinado aspecto "deste mistério, [...] isto é, Cristo em vós, a esperança da glória" (Cl 1:26,27). Uma vez que Cristo vive no crente (G12:20), por meio do Espírito Santo (Jo 14:16-18,23; Rm 8:9,10), a presença permanente de Cristo se refere provavelmente às operações transformadoras e restauradoras do Espírito Santo na vida dos crentes (cf. Jo 3:6-8; Rm 8:14-16; ver Deus VII.C.5.c).

Se essa análise da passagem aos colossenses estiver correta, o plano estabelecido por Deus se destinava a atender a duas grandes necessidades da humanidade decaída: (1) a morte, a penalidade pelo pecado, seria cancelada pela morte vicária e judicial de Cristo; e (2) o poder do pecado no coração do homem seria substituído pela presença permanente de Cristo, mediante a operação do Espírito Santo.

5* As Recompensas Eternas

Duas passagens se referem às recompensas determinadas por Deus para aqueles que aceitam o plano de salvação. O apóstolo Paulo falou, em Tito 1:2, da esperança que tem o crente na "vida eterna que o Deus que não pode mentir prometeu antes dos tempos eternos". A parábola do juízo final proferida por Jesus ampliou essa promessa de vida eterna: "Então, dirá o Rei aos que estiverem à Sua direita: Vinde, benditos de Meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado [lit. foi preparado] desde a fundação do mundo" (Mt 25:34). Visto que o reino herdado é a Terra recriada e restaurada — uma condição ainda futura (ver Mt 5:5; 2Pe 3:13), a expressão "que vos foi preparado" é uma alu-

£► são à decisão tomada por Deus na eternidade passada ao elaborar o plano da salvação.

Na mesma parábola Jesus Se referiu também à decisão tomada para com os rebeldes impenitentes: "Apartai-vos de Mim, malditos, para o fogo eterno, preparado [lit, "que foi preparado"] para o diabo *[diabolos]* e seus anjos" (Mt 25:41). Assim, no concilio celeste realizado antes da criação do mundo, Deus anunciou o destino definitivo tanto dos penitentes quanto dos impenitentes do gênero humano. Notamos nessa declaração que Deus jamais pretendeu a perdição dos seres humanos. A destruição foi preparada para "o diabo e seus anjos".

Esse grupo de notáveis passagens, que esboça as principais providências do plano divino da salvação, identifica o "inimigo" e instigador do conflito moral que convulsionaria o Universo durante milênios: "o diabo" e os anjos que com ele se confederaram, Uma das razões para a vinda do Messias à Terra era anunciar as decisões que o Pai, o Filho e o Espírito Santo haviam tomado em benefício da salvação humana. "Abrirei em parábolas a Minha boca; publicarei coisas ocultas desde a criação do mundo" (Mt 13:35; ver Salvação II.A).

R. O *Desafiante*

Na parábola do juízo (Mt 25), Jesus chamou aquele que desafiou a ordem estabelecida por Deus de "o diabo", um dos diversos nomes e títulos atribuídos a essa personalidade maligna, Ele também é referido como "Satanás" e "o tentador" (Mt 4:1, 3, 10). O livro do Apocalipse o identifica como "o grande dragão", a "antiga serpente" — uma alusão ao modo utilizado por ele para seduzir Eva — e como "o sedutor de todo o mundo" (Ap 12:9; cf. 20:2). Ele também é descrito como "o maligno" ou "o iníquo" (Mt 13:19; ver também KJV), bem como "o acusador de nossos irmãos" (Ap 12:10).

Na condição de líder dos anjos que a ele se aliaram (Mt 25:41), Satanás recebe o título de Belzebu, "o príncipe dos demônios" (Mc 3:22). As vezes os demônios são chamados de espíritos (Lc 9:39, 42), espíritos

imundos (Mc 7:25,26) ou "espíritos malignos" (Lc 8:2). A Escritura também reconhece Satanás como "o príncipe da potestade do ar" (Ef 2:2), o "príncipe deste mundo" (Jo 12:31; 14:30; 16:11) e "o deus deste século" (2Co 4:4; ver Morte I.B.2.a-d).

II. A Origem do Conflito

A. *Deus e Sua Criação*

A Santa Escritura começa com Deus criando a Terra. "No princípio, criou Deus os céus e a Terra" (Gn 1:1). Embora o relato da criação sugira a atividade de todos os três, o Pai, o Filho e o Espírito Santo (1:2, 26), o NT descreve com clareza Deus Filho como o Criador ativo que, por Sua palavra, trouxe à existência a Terra e todas as formas de vida que nela há (Hb 1:1-3; Jo 1:1-3, 10, 14).

O apóstolo Paulo vai ainda mais longe, quando atribui a existência de todo o cosmo - povoado por anjos e outros seres inteligentes bem como por humanos - ao poder criativo e mantenedor de Deus Filho. "Pois, nEIe, foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a Terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dEle e para Ele. Ele é antes de todas as coisas. NEle, tudo subsiste" (Cl 1:16, 17).

Foi assim que, quando na eternidade passada, a Divindade estabeleceu um plano de emergência para salvar a família humana do pecado, foi planejado que Deus Filho seria o Salvador da raça humana, o qual concordou em Se encarnar e morrer uma morte expiatória e vicária para redimir os arrependidos. O próprio Criador Se tornaria o Salvador da humanidade (ver Criação II.C).

B. As *Leis do Céu*

Um Deus sábio pôs o cosmo criado, animado e inanimado, sob a lei física ou lei na-
► tural. Tudo está sujeito às leis destinadas a cumprir seu lugar no cosmo. Se o Universo não funcionasse de maneira ordenada, não podería haver nenhuma ciência verdadeira no mundo natural. As plantas e os animais crescem e se desenvolvem em seus ciclos em harmonia com as leis que regem sua existência, assim como sóis e galáxias se movem em suas órbitas determinadas. Se a lei física deixasse de existir, o mundo natural entraria no caos.

Os seres inteligentes também estão sujeitos às leis físicas que ordenam suas vidas. Mas o Criador também os colocou sob o governo da lei moral. Deus determinou que todos os seres criados inteligentes deveríam ser agentes morais livres — dotados com o direito de escolha. Subentende-se isso de muitos apelos bíblicos para obedecer a Deus e se afastar do pecado e de Satanás (ver Dt 30:19, 20; Am 5:14, 15; Tg 4:7). Visto que o caráter divino *é* descrito como sendo de infinito amor (Ex 34:5-7; Ijo 4:8), Deus exige que a fidelidade e o serviço prestados a Ele por todos os Seus súditos inteligentes se originem somente de uma genuína e amorosa apreciação do caráter divino.

A lei moral expressa a vontade do Criador, e não oprime. O amor divino esboça apenas mandamentos justos e bons (cf. Ijo 5:3). Além disso, não constitui obediência penosa para quem ama o Legislador. Uma vez que "o amor não pratica o mal contra o próximo", afirma o apóstolo Paulo, "o cumprimento da lei é o amor" (Rm 13:10). Segue-se, portanto, que seres morais trazidos ã existência por um Criador, cuja natureza é o amor, possuiríam eles mesmos corações amorosos e teriam prazer em obedecer a quaisquer mandamentos ou solicitações de Deus.

Os dez mandamentos são uma adaptação em 10 preceitos para a orientação da humanidade acerca da lei moral existente no Céu, Jesus declara o duplo princípio da lei moral ao sintetizaras duas tábuas dos dez

mandamentos, A intenção da primeira tábua (os quatro primeiros preceitos) é a seguinte: "Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento" (Mt 22:37, 38). A intenção dos seis últimos preceitos é resumida de forma semelhante: "O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas" (Mt 22:39, 40; cf. Rm 13:8-10).

Podemos concluir que o duplo princípio do amor não só expressa a vontade de Deus para todas as ordens de criaturas inteligentes, mas também jaz no cerne da religião bíblica: Todo dever da criatura consiste em prestar supremo amor ao seu Criador e imparcial amor aos semelhantes. Também podemos concluir que esse duplo princípio se acha adaptado em preceitos adequados a outras ordens de seres inteligentes, assim como o decálogo está adaptado às condições dos seres humanos. Nesse sentido, visto que os anjos não se casam (ver Mt 22:30), o quinto e o sétimo mandamentos não têm o mesmo significado que têm entre os seres humanos. Apesar disso, Satanás é acusado tanto de homicídio quanto de mentira, violações dos sexto e do nono mandamentos (Jo 8:44).

Embora o decálogo não tenha sido dado na forma escrita senão quando Deus o proclamou no monte Sinai e o escreveu em tábuas de pedra (Êx 20:2-17; Dt 10:4), os registros de Gênesis revelam que a família humana conhecia esses preceitos oralmente desde os tempos mais antigos (ver Primeira Tábua: Gn 2:1-3; 35:1-4; Segunda Tábua: Gn 4:8-11; 12:11-19; 18:19; 19:1-10; 39:7-9; 44:8). O apóstolo Paulo afirma em uma declaração inclusiva que os mandamentos eram conhecidos oralmente no período que vai "desde Adão até Moisés" (Rm 5:13, 14), A extrema impiedade atribuída aos antediluvianos se baseia em seu conhecimento da vontade de Deus; pois escolheram violar e ignorar as diretrizes divinas para a conduta e felicidade humanas (Gn 6:5).

A lei moral, embora dada a diferentes ordens de seres criados em preceitos específicos, é fundamental para o conflito que surgiu no Universo. A autoridade e o governo de Deus e a imposição de Sua vontade (a lei moral) sobre a criação inteligente se tornou assunto de disputa, uma polêmica que provocou desavenças entre Deus e grande parte dos anjos, bem como entre Ele e a humanidade recém-criada. < 933

C. *Questões Envolvidas no Conflito*

Para divisar, de maneira mais clara, a perspectiva bíblica do conflito moral que envolveu o Universo, devemos compreender as questões envolvidas e a forma como foram suscitadas entre os anjos.

1. Lúcifer

Satanás, o adversário de Deus, não saiu das mãos do Criador como um demônio maligno. Pelo contrário, Deus o trouxe à existência como um anjo sábio e cheio de glória. Duas passagens do AT descrevem indiretamente a origem, posição e queda moral desse poderoso ser (Is 14:4-21; Ez 28:12-19). Em seu contexto primário, essas profecias tratam dos reis pagãos de Tiro e Babilônia, os quais viveram no tempo de Ezequiel e Isaías, respectivamente. Embora estudiosos liberais rejeitem essa milenar interpretação cristã, parece evidente, até mesmo por uma leitura casual, que alguns dos pormenores declarados só poderíam ser verdade em relação a um personagem maior do que aqueles governantes do Oriente Próximo.

O dilema se resolve mediante uma melhor compreensão da natureza dos escritos bíblicos, Embora Israel, em certo sentido, tenha rejeitado a Deus como seu rei quando o povo pediu ao profeta Samuel para instituir a monarquia (lSm 8:7; 12:12), Deus

continuou a ser reconhecido como o governante teocrático da nação, governando através de representantes humanos colocados no trono nacional (ver Is 41:21; Sf 3:15). Assim como Deus estava por trás do trono davídico de Israel, assim estava Satanás por trás do trono desses reis pagãos. Assim como se esperava que os reis davídicos revelassem os traços de caráter e atributos do Deus verdadeiro, assim esses reis pagãos espelhavam as características de seu rei demoníaco.

Além disso, assim como os salmos davídicos, vez ou outra, revelam detalhes surpreendentes acerca do "Messias" (o maior Filho de Davi) — e não do próprio Davi - assim, nessas profecias sobre os reis de Tiro e Babilônia, o véu é retirado por um momento para expor as características de Satanás. Para um exemplo desse tipo de fenômeno, veja o argumento do apóstolo Pedro de que o Salmo 16:8-11 se refere a Cristo e não a Davi, embora Davi tenha escrito a passagem em primeira pessoa (At 2:25-36).

A partir de uma combinação dessas passagens, sabemos que o nome original de Satanás era "Lúcifer" (Is 14:12, NKJV) ou literalmente "Estrela da Manhã" (ARA), e que, na condição de anjo, assistia na imediata presença de Deus. "Tu eras o querubim cobridor ungido [.,.]. Permanecias no monte santo de Deus, no meio das pedras de fogo andavas" (Ez 28:14, NASB). Lúcifer também foi criado sem pecado. "Perfeito eras nos teus caminhos, desde o dia em que foste criado até que se achou iniquidade em ti" (v. 15).

Depois os profetas explicam como esse anjo de alto escalão começou a nutrir pensamentos de soberba, "Elevou-se o teu coração por causa da tua formosura, corrompeste a tua sabedoria por causa do teu resplendor" (v. 17). "Tu dízias no teu coração; Eu subirei ao céu; acima das estrelas de Deus exaltarei o meu trono e no monte da congregação me assentarei, nas extremidades do Norte; subirei acima das mais altas nuvens e serei semelhante ao Altíssimo" (Is 14:13, 14). O apóstolo Paulo confirma essa descrição profética quando adverte contra ordenar recém-convertidos, para que "não se ensoberbeça e caia na mesma condenação em que caiu o diabo" (lTm 3:6, NVI).

Essas passagens nos permitem discernir a gravidade do conflito, iniciado entre as mais elevadas ordens de inteligências criadas por Deus: os anjos celestes. E começou com um anjo nobre — um querubim cobridor — que assistia na presença de Deus. A crise teve origem, por assim dizer, na sala do trono do próprio Deus.

2. As Questões

E improvável que a rebelião tenha aparecido em sua plena força imediatamente. Levou tempo para se desenvolver. Tampouco o conflito teria surgido sem uma razão aparente que o justificasse. Contudo, num Universo perfeito, sem falta de nada, continua um mistério como um ser criado e dependente aspirou ao trono do Criador autoexistente — uma impossibilidade na própria natureza das coisas.

Quais foram as questões? Não há nem um só texto bíblico que afirme diretamente as questões específicas que Lúcifer, cego pelo orgulho, levantou para tentar usurpar as prerrogativas divinas. No entanto, podemos seguramente concluir das diversas passagens bíblicas a natureza das questões envolvidas.

a. A lei de Deus. O apóstolo João oferece a mais simples definição da natureza do pecado. "Todo aquele que pratica o pecado transgríde a Lei; de fato, o pecado é a transgressão da Lei" (ljo 3:4, NVI). A própria epístola deixa claro que o apóstolo está falando da lei moral, sob a qual o Criador colocou a criação inteligente (cf. v, 15; 5:21).

Mas o pecado é mais grave do que a simples ilegalidade. As Escrituras equiparam os princípios e preceitos da lei moral (mas adaptados às ordens inteligentes da criação) com a

vontade pessoa] do Criador. O salmista canta em uma passagem messiânica: “Agrada-me fazer a Tua vontade, ó Deus meu; dentro do meu coração, está a Tua lei” (SI 40:8). O pecado é, portanto, encarado como uma transgressão deliberada ou rebelião contra a "vontade”, ou a Pessoa, do Criador. Quando os pecadores transgridem conscientemente a lei moral, desafiam e desprezam o próprio Criador.

Quando as Escrituras dizem, portanto, que “o diabo [Satanás] vive pecando desde o princípio" (ljo 3:8), podemos concluir corretamente que Lúcifer questionou a necessidade de seres santos como os anjos estarem sujeitos aos mandamentos de Deus. Ele teria considerado a lei de Deus uma restrição à liberdade angélica. A declaração do apóstolo mostra que Lúcifer rejeitou por fim a autoridade divina, lançando fora o jugo da submissão ao governo de seu Criador e escolhendo abertamente violar os mandamentos de Sua expressa vontade.

b. O caráter de Deus. Por trás da vontade expressa do Legislador está Seu caráter. Ao questionar a lei de Deus, Lúcifer questionou o caráter do Criador. Se - como Lúcifer aparentemente argumentou - a lei moral conforme expressa a anjos era desnecessária e restritiva da liberdade pessoal, então o Criador teria tido motivos ocultos para submeter criaturas inteligentes a essas orientações legais. Assim, ele pode ter argumentado logicamente entre os anjos que as motivações do Criador eram más. Talvez que Deus ganhasse um senso de poder, por dirigir arbitrariamente a criação submetida a uma obediência cega.

A descrição feita por Jesus do arquírrebelde é pertinente a esse debate, porque dá a entender a falsa representação do caráter divino por parte de Lúcifer. “Ele [o diabo] foi homicida desde o princípio e jamais se firmou na verdade, porque nele não há verdade. Quando ele profere mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira” (Jo S:44). Cristo acusa Lúcifer abertamente de homicídio e mentira, violações da lei moral. Mas quem ele matou ou para quem ele mentiu, antes de ser expulso do Céu?

Uma vez que tanto Jesus quanto o apóstolo João apontam a “ira” e o “ódio” no coração como as raízes do homicídio, o Mestre está evidentemente fazendo alusão ao estranho sentimento que Lúcifer começou a nutrir e que motivou suas ações. À luz da declaração de Jesus, podemos concluir que Lúcifer, nutrindo esse ódio interior para com a Divindade, foi de um lado a outro do Céu transmitindo aos outros anjos uma impressão deturpada de Deus. Somente por meio de sutis mentiras sobre o caráter e o governo divinos pôde ele obter êxito em persuadir grande parte dos anjos a participar de sua sorte.

c. Autonomia da criatura. As duas primeiras questões ocultaram o verdadeiro desejo de Lúcifer, que era ser independente de seu Criador. Visto que Deus é a fonte e o mantenedor da vida, segue-se que todos os seres criados dependem de Deus para existir. O desejo e a tentativa de ser independente de Deus são os pecados fundamentais da criatura e constituem a causa da rebelião que desafia o governo divino e deita fora o jugo da submissão e da obediência. <675

Lúcifer — o primeiro pecador - pretendia se libertar da autoridade de Deus. A profecia de Isaías reflete isso: “Tu dizias no teu coração: Eu subirei ao céu; acima das estrelas de Deus exaltarei o meu trono e no monte da congregação me assentarei, nas extremidades do Norte; subirei acima das mais altas nuvens e serei semelhante ao Altíssimo” (Is 14:13, 14). Pelo uso dos verbos na primeira pessoa do singular, cinco vezes Lúcifer se gaba do que ele pretendia fazer. O eu se tornou o centro dos seus pensamentos, expulsando a atitude natural do amor abnegado que o Criador nele implantara na criação. Lúcifer desejava ser seu próprio deus. Essa é a

questão da autonomia. A criatura rebelde diz: "Não preciso de Ti, Deus; sou perfeitamente capaz de cuidar da minha própria vida."

d. Justiça e misericórdia divinas. Lúcifer, ao que parece, julgava enxergar um conflito interno no caráter divino. As Escrituras descrevem Satanás como "o acusador de nossos irmãos [...], que os acusa de dia e de noite, diante do nosso Deus" (Ap 12:10; cf. 2c 3:1-5). Podemos concluir que Satanás alega que, como ele, eles também são transgressores da lei de Deus, e nega ao céu o direito de lhes conceder misericórdia e perdão. A questão é: Gomo o Griador pode tanto ser justo quanto misericordioso? Se obediência à expressa vontade de Deus é tão vital para a felicidade da criação inteligente, Lúcifer argumentaria, então, que Deus só pode exercer justiça contra os pecadores que a violam. E injusto mostrar misericórdia para com os transgressores. Justiça e misericórdia são atitudes mutuamente excludentes, diria Lúcifer,

Percebe-se que qualquer discussão pertinente ao exercício dos atributos divinos de justiça e misericórdia questiona imediatamente a validade do plano de salvação. Na época da rebelião de Lúcifer, a criação inteligente desconhecia o plano. Era um "segredo" guardado dentro do coração de Deus (cf. Rm 16:25, 26; ICo 2:7).

Essa questão específica nos faz perceber como é real o problema que o pecado e a rebelião criaram para Deus. O amor de Deus e Sua compaixão pelos seres inteligentes de Sua criação não mudaram nem diminuíram, Mas como é possível a um Deus santo estender misericórdia a pecadores rebeldes — penitentes ou não — e ainda ser justo e verdadeiro para com Sua própria natureza? O plano da salvação elaborado no Géu forneceria a resposta.

3. Qual é a Melhor Autoridade?

A julgar pela situação neste planeta, cada ser inteligente do Universo criado por Deus está sujeito à autoridade. Não existe liberdade absoluta na ordem natural nem na sociedade humana. A questão, portanto, não é como escapar da autoridade, mas, sim, sob que autoridade a vida será mais significativa, hoje e eternamente?

A autoridade espiritual mais proveitosa do Universo seria a que promovesse ao máximo o desenvolvimento físico, mental e espiritual de seus súditos. Tal autoridade seria motivada por verdadeiro amor e interesse pelos governados, pois somente num clima de aceitação e apreço poderíam os governados desenvolver todo o seu potencial. Esse é o tipo de autoridade que governa toda a criação de Deus.

Mas, no início da criação, como era possível saber se a autoridade de Deus era realmente a melhor? Era a única autoridade conhecida. Os seres inteligentes do Universo realmente só possuíam duas opções: (1) confiar na palavra de seu Criador de que o governo dEle era o melhor para as criaturas, ou (2) submeter-se ao controle de outra autoridade e provar, talvez, que seu Criador estava errado.

Os questionamentos e, finalmente, a insurreição de Lúcifer forçaram os anjos a tomar uma decisão. O mais elevado anjo do Géu desafiou diretamente o Criador. A lei moral de Deus e o Seu governo foram rejeitados; Seu caráter e Suas motivações, questionados e denegridos. Satanás insistia no suposto direito da criatura de ser independente e livre do controle do Criador. O exercício da justiça e da misericórdia da parte de Deus também foi desafiado, por ser incompatível com Sua santidade essencial. Não conseguindo alterar a forma de pensar de Lúcifer e seus associados, Deus os expulsou do Céu e da posição que ocupavam. Foi assim que começou o grande conflito moral entre Deus e Lúcifer (Satanás). Essas questões seriam desenvolvidas posteriormente na arena da história humana.

976

Nos séculos subsequentes a esse conflito na Terra, duas grandes verdades relativas à autoridade são postas à prova perante os seres inteligentes do Universo: (1) Uma autoridade governante baseada no amor é altruísta. Ela governará sempre no melhor interesse dos governados. Leis, exigências ou restrições serão sempre em benefício das criaturas, embora a princípio não se consiga perceber isso. (2) Qualquer outra autoridade, pela própria natureza das coisas, será uma autoridade motivada pelo egoísmo. Essa autoridade, em última análise, haverá de explorar e arruinar seus súditos. Talvez prometa muitas coisas e chegue mesmo a lhes conceder aparente liberdade, mas por fim sua natureza será prejudicial aos melhores interesses dos governados.

4. A Queda de Lúcifer

Quatro passagens tratam diretamente da expulsão de Lúcifer do Céu e dos anjos que o seguiram:

a. Lucas 10:18. Quando os "setenta" discípulos de Jesus treinados para ajudá-Lo, além dos doze, voltaram de sua primeira missão, exclamaram: "Senhor, os próprios demônios se nos submetem pelo Teu nome!" (v. 17). Jesus respondeu: "Eu via Satanás caindo do céu como um relâmpago." A frase diz literalmente: "Eu estava vendo [gr, tempo imperfeito] Satanás [...] cair" (v. 18).

O tempo imperfeito grego oferece um panorama de movimento. Jesus, talvez em visão, contemplou a expulsão original de Lúcifer do Céu, o colapso de seu reino de trevas abalado pelo ministério de Jesus e de Seus discípulos, bem como a certeza da ruína final do diabo por ocasião da morte expiatória de Cristo na cruz.

b. Apocalipse 12:7-9. "Houve peleja no Céu. Miguel e os Seus anjos pelejaram contra o dragão. Também pelejaram o dragão e seus anjos; todavia, não prevaleceram; nem mais se achou no Céu o lugar deles. E foi expulso o grande dragão, a antiga serpente, que se chama diabo e Satanás, o sedutor de todo o mundo, sim, foi atirado para a Terra, e, com ele, os seus anjos."

Não é incomum os escritores bíblicos conectarem dois acontecimentos diferentes, como se fossem um só. Mateus, por exemplo, registra a apresentação feita por Jesus de Sua segunda vinda e a fase executiva do juízo final como se fossem um só evento, embora esta última só ocorra no encerramento do milênio, ou mil anos depois (Mt 25:31, 32; Ap 20:11-15). O apóstolo Pedro também descreve "o dia do Senhor", como a segunda vinda de Cristo, que se estende até a re-criação da Terra (2Pe 3:10-13).

Parece que o relato da expulsão de Satanás e de seus anjos, descrita em Apocalipse 12, faz uso da mesma espécie de combinação, envolvendo tanto a expulsão original deles da posição que ocupavam nas cortes celestiais, quanto seu posterior desmascaramento por ocasião da morte de Cristo na cruz, sendo este último a ênfase principal da passagem.

A prova de que a passagem inclui a expulsão original e física de Satanás reside na referência ao personagem Miguel, que, junto com os anjos leais a Deus, é descrito lutando contra o desafiador. Miguel, cujo nome significa "Quem é como Deus?" e que é chamado de "o arcanjo," ignorou as reivindicações de Satanás sobre o corpo de Moisés, com uma simples repreensão ao efetuar a ressurreição do patriarca morto (Jd 9). Esse confronto «y entre o Doador da vida e o diabo mostra que Miguel não é um ser comum.

Embora Miguel seja descrito como "o" chefe ou cabeça (*archs*) dos anjos, a Escritura revela que o *líder* dos anjos é um personagem divino e não um anjo criado. Quando Josué veio à presença do "comandante" [heb. *sar]* do exército [a hoste celestial de anjos] do Senhor", prostrou-se e O adorou, e obedeceu à ordem: "Descalça as sandálias dos pés, porque o lugar em que estás é santo" (Js 5:13-15).

Visto que os seres humanos estão proibidos de adorar a anjos, o líder principal dos anjos deve ser um Ser divino (cf. Ap 19:10; 22:8, 9).

O livro de Daniel se refere três vezes a Miguel (Dn 10:13, 21; 12:1), Na última passagem, Ele é descrito como "o grande príncipe" que defende "Teu povo" (12:1) Defender Israel descreve um papel mediatório. Esse papel é atribuído somente a Jesus Cristo (ver lTm 2:5),

Pelo fato de Miguel, na condição de personagem celeste, parecer ter poderes e autoridade para ressuscitar e exercer funções mediatórias, muitos cristãos creem que Ele é Deus Filho, assim descrito em Seu estado preexistente. Acreditam também que foi Ele, junto com os anjos leais a Deus, que lutaram nessa guerra espiritual e moral contra Lúcifer e seus seguidores, expulsando-os finalmente do Céu e de suas antigas posições. Eles foram "atirados[s] para a Terra" (Ap 12:9), A presença de Miguel na passagem revela, portanto, que a expulsão original e física de Satanás está conectada com a queda espiritual posterior sofrida por ele por ocasião da morte de Cristo, quando ele foi plenamente desmascarado perante o Universo como o inimigo de toda justiça.

c. 2 Pedro 2:4; Judas 6. Porque Deus não destruiu Lúcifer e seus seguidores logo no início do conflito? Essas passagens, que mencionam a expulsão, começam a responder a essa pergunta. "Deus não poupou anjos quando pecaram, antes, precipitando-os no inferno [*tartaros*], os entregou a abismos de trevas, reservando-os para juízo" (2Pe 2:4). E os "anjos, os que não guardaram o seu estado original, mas abandonaram o seu próprio domicílio, ele tem guardado sob trevas, em algemas eternas, para o juízo do grande Dia" (Jd 6).

A palavra portuguesa "inferno" (2Pe 2:4) não consta do texto grego. Ela aparece tanto nas Bíblias comuns em português como em inglês como uma tradução interpretativa do verbo grego *tartaroõ*, que significa literalmente "lançar no Tártaro", O Tártaro, na concepção dos gregos pagãos, era um lugar subterrâneo onde se aplicava castigo a seus habitantes. O verbo ocorre apenas uma vez no NT, mas é claro que o apóstolo Pedro, sendo cristão, não endossa o ensino pagão.
Ao empregar esse verbo com um significado cristão, Pedro queria se referir apenas a este planeta, para o qual Satanás e seus anjos foram lançados (Ap 12:9).

A passagem paralela em Judas afirma de modo semelhante que os anjos caídos se separaram da luz da presença de Deus e ficaram confinados às trevas morais deste mundo. Os "abismos de trevas", "as algemas eternas" e o próprio Tártaro estão sendo usados simplesmente como expressões figurativas reveladoras das restrições e limites impostos por Deus a esses seres sobrenaturais. Se esses anjos maus tivessem plena liberdade para agir como quisessem, destruiríam a humanidade e a Terra logo após a guerra travada contra o Céu.

A esfera moral em que Satanás e os demônios atuam é apresentada como a região das trevas. Eles são "os dominadores deste mundo tenebroso" (Ef 6:12). O "reino" de Satanás (Mt 12:26) é "o império das trevas" (Cl 1:13), que faz guerra contra Deus e Seu povo. Jesus reconheceu isso quando foi preso no Getsêmani: "Esta, porém, é a vossa hora", disse Ele aos que vieram prendê-Lo. Depois expôs o poder que procurava Lhe destruir:
"e o poder [*exousia*, "autoridade"] das trevas" (Lc 22:53).

Deve-se notar que as atividades dos anjos -«g caídos estão limitadas até o juízo "do grande Dia" (Jd 6), que é o juízo final. Esse fato sugere uma importante questão: Por que é necessário um período de espera? Visto que o Pai, o Filho e o Espírito Santo determinaram a destruição do diabo e de seus anjos (Mt 25:41) e a morte expiatória de Cristo foi planejada para ocasionar a condenação e

destruição de Satanás (Jo 12:31, 32; Hb 2:14), fica a pei'gunta: Por que a execução deles foi adiada?

Gom base nas informações bíblicas, podemos concluir que o adiamento da punição para os anjos caídos manifesta o caráter de Deus. A fim de ser justo com a criação inteligente, o Criador deve conceder tempo para que se desenvolvam e amadureçam os princípios do egoísmo e da transgressão contra a Sua vontade, para que todos os seres morais livres possam decidir a quem servirão, com plena consciência das questões envolvidas. E assim, conforme disse de si mesmo o apóstolo Paulo e de seus companheiros, "porque nos tornamos espetáculo [gr. *theatron*, "teatro"] ao mundo, tanto a anjos, como a homens" (lCo 4:9). Assim, os princípios do pecado e da justiça, com todas as suas graves e avassaladoras consequências, estão sendo interpretados no palco da Terra. Os dois princípios travam combate mortal. E nós, a criação expectante, devemos escolher qual antagonista está certo e a quem daremos nossa inteira lealdade. Foram-nos aqui reveladas "coisas [...] que os anjos anelam perscrutar" (lPe 1:12).

5. A Queda da Humanidade

A exemplo dos anjos, Adão e Eva foram criados agentes morais livres. A proibição de comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal propunha-lhes um teste simples, oferecendo a opção de obedecer a Deus porque O amavam ou desobedecer-Lhe, insistindo na própria vontade deles em oposição à de Deus. Quando apareceu a Eva disfarçado de uma serpente, em meio aos galhos da árvore (cf. Ap 12:9), Satanás pretendia plantar na mente dela sementes de dúvida sobre a integridade de Deus, na intenção de seduzi-la a desobedecer-Lhe. Quando Eva admitiu que ela e o marido tinham recebido permissão para comer de todas as árvores, mas também ordem para não tocar nem comer do fruto dessa árvore específica, Satanás injetou seu veneno com uma afirmação e raciocínio repletos de astúcia: "Então, a serpente disse à mulher: É certo que não morrereis. Porque Deus sabe que no dia em que dele comerdes se vos abrirão os olhos e, como Deus, sereis conhecedores do bem e do mal" (Gn 3:4, 5).

Eva aceitou a mentira e a dúvida de Satanás, esquecendo-se rapidamente do que sabia sobre o seu Criador. Raciocinou talvez que, se os motivos divinos por trás da proibição fossem questionáveis, a proibição e a ameaça de morte não seriam igualmente verdadeiras. Gom esses supostos fatos firmemente arraigados em seu pensamento, a última coisa que fez foi afirmar a própria autonomia — exercitar sua vontade e desobedecer à ordem de Deus. Eva tomou o fruto e o comeu; depois convenceu Adão a fazer o mesmo (v. 6).

Satanás enganou Eva ao raciocinar como ela, mas Adão escolheu transgredir voluntariamente a vontade de seu Criador após a decisão de Eva (lTm 2:14). Ele, ao que parece, aceitou o ponto de vista de Eva sobre o assunto e ficou relutante em perdê-la. Gomo cabeça da raça humana, no entanto, Adão se tornou responsável por envolver a humanidade em pecado (Rm 5:12-19).

Ao compararmos a queda dos anjos com a queda de Adão e Eva, encontramos entre eles nítidas semelhanças. Em ambos os casos o que as criaturas inteligentes questionaram foi (1) o caráter do Criador e (2) Suas ordens; e, como resultado, (3) confirmaram a vontade da criatura acima da expressa vontade do Criador. O pecado — em seu cerne — é a afirmação de que a criatura é independente de Deus. O pecador se recusa a se submeter à autoridade divina, seja a rebelião numa escala cósmica, seja dentro de um único coração. O pecado é o mesmo para anjos ou pessoas: uma obstinada determinação de não se submeter a Deus, mas a si mesmo.

A queda de Adão afetou a humanidade de diversas formas: (1) A morte se tornou sua

sorte (Gn 3:19; Rm 5:12). (2) O domínio da Terra passou a Satanás, durante o tempo em que Deus lhe permite exercer limitado
979 controle. Ele é descrito como “o deus deste mundo” eseu “príncipe" (2Co4:4, 5;Jo 12:31). (3) A queda trouxe como resultado a depravação da natureza humana; todos os aspectos - intelecto, emoções, vontade - foram afetados (cf. Jr 17:9; Ef 4:18). Em suma, a rebelião de Adão afastou de Deus a família humana. A humanidade se tornou inimiga de Deus (Rm 5:10) e “filhos da ira” (Ef 2:3), isto é, sujeita a julgamento divino. A qualidade característica do pecador é um modo de pensar oposto à lei e à autoridade do Criador (Rm 8:7; ver Pecado III.B.1-4).

D. *Dimensão Celeste Acrescentada*

A queda não trouxe como resultado liberdade e independência para a raça humana. A conquista moral de Satanás sobre Adão e Eva lhe permitiu fazer da Terra uma base de operações em sua guerra contra Deus. Os anjos caídos e a humanidade caída estavam agora mancomunados numa confederação corrupta contra a autoridade do Criador. Anjos e seres humanos se tornaram maus pela apostasia.

Ao proferir Seu julgamento sobre Satanás (serpente), porém, o Criador acrescentou uma nova dimensão ao conflito, fornecendo os meios pelos quais a raça caída podería quebrar seu vínculo pecaminoso com Satanás, se o quisesse. Disse Deus a Satanás: “Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu Descendente” (Gn 3:15).

A palavra hebraica para "inimizade” *(ebah)* transmite o significado de hostilidade e ódio entre pessoas. Em sua guerra, Satanás desenvolveu uma intensa hostilidade para com o Criador e cada aspecto de Seu governo. Apesar disso, os seres humanos pecadores não nutriram nenhum ódio contra Satanás. Em Seu decreto, o Criador informou a Satanás que colocaria agora tal atitude dentro da humanidade caída.

A Escritura revela que esse novo elemento é a graça divina, ou seja, a operação do Espírito Santo no coração humano. A presença e a função do Espírito capacitariam os pecadores a odiar o pecado e a se desvencilhar do domínio de Satanás. Jesus tocou nessa verdade quando foi visitado por Nicodemos: “Quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no reino de Deus. O que é nascido da carne é carne; e o que é nascido do Espírito é espírito. Não te admires de eu te dizer: Importa-vos nascer de novo. O vento sopra onde quer, ouves a sua voz, mas não sabes donde vem, nem para onde vai; assim é todo o que é nascido do Espírito” (Jo 3:5-8).

O Espírito Santo, operando por meio da consciência (cf. Rm 9:1), move-Se por entre a massa da humanidade, empenhado em levar pecadores a Deus. Quando Ele convence do pecado e converte, também gera hostilidade para com o mal e amor pela justiça (cf. Am 5:14, 15; Hb 1:9). É essa a função essencial do Espírito Santo: criar inimizade contra o pecado e a injustiça. Isso toma possível libertar os seres humanos da escravidão de Satanás.

E. Os *Objetivos do Céu*

Com a queda de Adão e Eva, Satanás obteve o que parecia uma notável vitória no conflito. A humanidade, bem como uma multidão de anjos, insultou abertamente a autoridade divina. A rebelião, iniciada no Céu, espalhou-se, envolvendo os seres humanos. A Terra estava agora mergulhada em revolta e alienada do Céu. Talvez os seres de outros mundos aderissem aos rebeldes.

Mas a crescente rebelião não encontrou Deus despreparado. Travou-se agora uma batalha moral, e o plano da salvação — estabelecido na eternidade passada — foi posto

em operação. Refletindo sobre seus principais aspectos (ver I.A), é possível discernir o quádruplo objetivo desse plano:

1. Inocentar (vindicar) de todas as acusações o caráter, a lei e o governo de Deus.

2. Garantir e reafirmar a fidelidade das criaturas inteligentes não caídas.

3. Efetuar a salvação de todos os pecadores humanos que reagissem favoravelmente ao convite celeste de aceitar o amável senhorio do Griador,

4. Destruir Satanás e seus anjos rebeldes, bem como os pecadores humanos impenitentes, e apagar os efeitos do pecado, restaurando a Terra a seu primeiro estado e o Universo à sua harmonia original.

086

III. O Conflito na Terra — AT

A. A *Iniciativa de Deus*

Ao efetuar o julgamento de Satanás (serpente) no Éden, o Criador anunciou, pela primeira vez, a vinda do Messias — o Redentor que, por Sua morte expiatória, tornaria possível a salvação dos pecadores arrependidos e a destruição de Satanás e de suas hostes maléficas.

1. A Promessa

"Este te ferirá a cabeça [golpe mortal na serpente/Satanás], e tu Lhe ferirás o calcanhar [alusão à cruz]" (Gn 3:15). Como um broto se desenvolve gradualmente, assim essa predição enigmática revelou seu significado lentamente através dos séculos, à medida que os detalhes iam sendo revelados nos oráculos proféticos. Anunciou-se aos seguidores de Deus que a prometida Semente da mulher descendería, pela linhagem de Abraão (Gn 12:3; 22:18; cf. GI 3:16), de seu bisneto Judá (Gn 49:10); e através do descendente posterior, Davi (SI 89:20-37; Jr 23:5, 6). O apóstolo Paulo ordenou a Timóteo: "Lembra-te de Jesus Cristo, ressuscitado de entre os mortos, descendente de Davi, segundo o meu evangelho" (2Tm 2:8).

2. Sacrifícios Rituais

Não resta dúvida de que o sistema sacrifical foi introduzido imediatamente após a queda de Adão e Eva a fim de manter viva neles e em seus descendentes a esperança do prometido Salvador (cf. Gn 4:4; Hb 11:4). Os sacrifícios também forneciam os meios simbólicos pelos quais o pecado podia ser perdoado com base na fé do ofertante em Deus (Hb 9:22), que enviaria o verdadeiro Cordeiro para sofrer morte expiatória pelo pecado humano (cf. Hb 10:4; Jo 1:29).

Os singelos sacrifícios patriarcais (Gn 8:20; Jó 1:5) acabaram se ampliando para um sistema sacrifical plenamente desenvolvido, com sacerdotes credenciados e um santuário (primeiro, um tabernáculo; depois, um templo permanente). As informações bíblicas mostram que o sistema de adoração no santuário hebraico (bem como no sistema patriarcal que o precedeu) foi projetado para ensinar, por tipo e símbolo, "o evangelho" ou o plano da salvação, conforme inicialmente estabelecido pela Divindade. Como observa o escritor da carta aos Hebreus: "Pois as boas-novas foram pregadas também a nós [cristãos], tanto quanto a eles [os israelitas]" (Hb 4:2, NVI; ver Santuário I).

3. Representações Proféticas

Conforme decorriam os séculos, descrições inspiradas dadas por escrito ampliaram as pálidas prefigurações dos rituais da morte expiatória do Redentor messiânico e do ministério sacerdotal (cf. lPe 1:10, 11). O lugar do nascimento do Messias (Mq 5:2), o tempo de Sua aparição e morte (Dn 9:24-27), Seu ministério de ensino (Is 42:1-7; 61:1-4), a natureza vicária de Sua morte (Is 53) e Seu sacerdócio (SI 110:1, 4) foram explicados em mínimos detalhes.

4. Preservando e Propagando as Verdades da Salvação

A princípio, Deus preservou na Terra o conhecimento de Si mesmo por meio de uma linhagem de fiéis patriarcas e suas famílias (cf. Gn 5; 11:10-32). Mas, como a expectativa da vida humana declinou após o dilúvio e as populações étnicas se espalharam através da Terra, o Senhor decidiu formar uma nação a partir dos descendentes de Abraão (Gn 12:1, 2), que atuaria como Sua testemunha perante o mundo inteiro.

No monte Sinai, Deus organizou os descendentes de Abraão como uma nação. Confiou aos cuidados dessa nação escolhida as Escrituras - a revelação escrita de Sua vontade (Rm 3:1, 2) - a lei moral sob a forma dos dez mandamentos, um ampliado sistema sacrifical de adoração, além de Suas promessas (Rm 9:4, 5). Renovando a aliança abraâmica, Deus entrou numa relação pactuai com a nação, para a qual prometia: “Serei o vosso Deus, e vós sereis o Meu povo" (Lv 26:12).

O Senhor estabeleceu Israel na Palestina, lugar estratégico que liga três continentes (Europa, África, Ásia). “Esta é Jerusalém; pu-la no meio das nações e terras que estão ao redor dela", disse Deus ao profeta Ezequiel (Ez 5:5). Era desígnio de Deus que Israel se tornasse um farol da verdade a fim de atrair para Si os povos do mundo. “A Minha casa", afirmou Ele, “será chamada Casa de Oração para todos os povos” (Is 56:7). Pretendia o Senhor que as nações de todos os lugares da Terra procurassem a verdade salvadora em Seu santuário e que dissessem entre si: “Vinde, e subamos ao monte do Senhor e à casa do Deus de Jacd, para que nos ensine os Seus caminhos, e andemos pelas Suas veredas" (Is 2:3).

B. O Contra-Ataque de Satanás

O NT designa Satanás como o “espírito que agora atua nos filhos da desobediência" (Ef 2:2). Embora ele seja raramente nomeado no AT, a impiedade que aparece por toda parte nessa época é prova silenciosa de sua presença e atividade. Ele continua a travar o conflito com o Céu por meio de seus novos aliados: seres humanos pecadores.

1. Impiedade Antediluviana

Segundo o registro de vida dos primeiros 10 patriarcas (Gn 5), os habitantes da Terra se tornaram tão ímpios que o Criador teve que intervir.

“Viu o Senhor que a maldade do homem *se* havia multiplicado na Terra e que era continuamente mau todo desígnio do seu coração [...] A Terra estava corrompida à vista de Deus e cheia de violência. Viu Deus a Terra, e eis que estava corrompida; porque todo ser vivente havia corrompido o seu caminho na Terra" (Gn 6:5-12).

O Senhor conteve essa terrível condição enviando uma inundação universal a fim de purificar a Terra dessa longeva e obstinada raça de rebeldes. Poupou, no entanto, o justo Noé e sua família (2Pe 2:5) e confiou a eles as verdades divinas da graça e da salvação (Hb 11:7) para benefício das populações pós-diluvianas.

2. Desenvolvimento do Paganismo e da Idolatria

A primeira atitude de Satanás na guerra que moveu contra o Céu foi desenvolver sistemas falsos de adoração, ou seja, religiões falsas, a fim de se opor à adoração do verdadeiro Deus e fazer a humanidade se esquecer do seu Criador, Em termos amplos, podemos descrever essas religiões falsas sob a rubrica de “paganismo", O apóstolo Paulo descreve como isso ocorreu, pouco depois da queda:

“Porque os atributos invisíveis de Deus, assim o Seu eterno poder, como também a Sua própria divindade, claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram

criadas. Tais homens são, por isso, indesculpáveis; porquanto, tendo conhecimento de Deus, não O glorificaram como Deus, nem Lhe deram graças; antes, se tornaram nulos em seus próprios raciocínios, obscurecendo-se-lhes o coração insensato. Inculcando-se por sábios, tornaram-se loucos e mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança da imagem de homem corruptível, bem como de aves, quadrúpedes e répteis. Por isso, Deus entregou tais homens à imundícia, pelas concupiscências de seu próprio coração, para desonrarem o seu corpo entre si; pois eles mudaram a verdade de Deus em mentira, adorando e servindo a criatura em lugar do Criador, o qual é bendito eternamente. Amém! [...] E, por haverem desprezado o conhecimento de Deus, o próprio Deus os entregou a uma disposição mental reprovável, para praticarem coisas inconvenientes" (Rm 1:20-28).

Com relação à idolatria que se desenvolveu, Satanás perverteu os rituais de sacrifícios típicos instituídos por Deus após o Eden. Ambos os testamentos reconhecem que o diabo ou demônios são os poderes que atuam por trás das formas pagãs de sacrifício (Dt 32:17, 18; lCo 10:14-22).

3. Corrompendo a Verdadeira Religião

No período que vai desde o estabelecimento da nação de Israel na Palestina (século XV a.C.) até seu colapso e deportação pela conquista babilônica (sexto século a.C.), Satanás procurou persistentemente
982 ► corromper a verdadeira fé, seduzindo Israel para a idolatria pagã (cf. SI 106:34-38). Durante esse período, a história espiritual dos hebreus experimentou altos e baixos, em apostasia, reavivamento e arrependimento nacional, apenas para sucumbir mais uma vez às influências degradantes do paganismo circunjacente.

Quando o quarto rei de Israel, Roboão (c. 931 a.C.), ascendeu ao trono, a nação estava dividida politicamente em dois segmentos: o reino do Norte, com 10 tribos, e o reino do Sul, com duas. Devido à decadência espiritual, o reino do Norte caiu diante dos exércitos da Assíria, em 722 a.C., sendo o povo subsequentemente deportado para outros países do Oriente Próximo (2Rs 17:5, 6). Aproximadamente um século e meio depois, Deus disciplinou Judá, o reino do Sul, de maneira semelhante, permitindo que ele fosse conquistado por Babilônia, durante o reinado de Nabucodonosor. Essa severa disciplina — um período de 70 anos de cativeiro, acompanhado de promessas de restauração — curou Judá para sempre da idolatria que havia enfraquecido e desfigurado sua lealdade ao Deus verdadeiro (ver 2Cr 36:11-21).

Satanás quase obteve êxito em levar o povo de Israel à ruína total, mas ao longo de sua história nacional sempre existiu um fiel remanescente para dar testemunho do Deus verdadeiro (ver lRs 19:18). Em tempos de grandeza nacional, como a experimentada durante os governos de Davi e Salomão, o nome do Deus verdadeiro foi honrado e anunciado para além das fronteiras do reino (cf. IRs 4:29-34; 10:1-13, 24). Posteriormente, na história hebraica, a pregação de um relutante Jonas levou os habitantes assírios de Nínive ao arrependimento e ao reconhecimento do Deus verdadeiro (Jn 3:1-10). Mesmo durante os longos anos de cativeiro babilônico e os primeiros anos do reino da Pérsia sobre o Oriente Próximo, o Deus verdadeiro foi universalmente honrado por meio do leal testemunho de Daniel e de seus companheiros (Dn 2:47; 3:28, 29; 6:25-27), de Mardoqueu e Ester (Et 8:17), de Zorobabel e Josué (Ed 1:1-5, 7-11) e de Esdras (Ed 7:11-16) e de Neemias (Ne 2:1-8).

4. Acusações Satânicas

Embora o AT mencione a atividade dos demônios apenas de forma sucinta, dois textos principais chamam Satanás pelo nome.

Esses textos revelam o outro lado da atividade dele no conflito.

a. Jó 1:6-12; 2:1-8. Aexperiência dejó aparece fora da cultura hebraica e ocorre aparentemente em tempos patriarcais. Expulso de sua posição celestial, Satanás usurpou de Adão o domínio da Terra quando esse pecou. E por isso que Satanás aparece, no livro de Jó, nos conselhos celestiais como representante deste planeta. "Num dia em que os filhos de Deus vieram apresentar-se perante o Senhor, veio também Satanás entre eles" (Jó 1:6; cf. v. 7; 2:1).

Com referência à guerra moral entre Deus e Satanás, destacam-se dois pontos principais na terrível experiência de sofrimento pela qual passou Jó: (l) visto que o Criador, em Sua sabedoria, permitiu a Satanás e aos anjos caídos viverem e amadurecerem os princípios do egocentrismo e do pecado, os seguidores de Deus, assim como outros, podem esperar sofrer os ataques desses inimigos de todo o bem (mas dentro de certos limites, ICo 10:13); (2) apesar disso, nem todo sofrimento pessoal é necessariamente consequência de pecado pessoal. Pode ser um ataque direto de Satanás, como no caso de Jó.

b. Zacarias 3:1-10. Os hebreus penitentes exilados voltaram do cativeiro babilônico para a Palestina durante a liderança política de Zorobabel e a superintendência espiritual do sumo sacerdote Josué, provavelmente na primavera de 536 a.C. A intenção deles era reconstruir o templo e restabelecer a nação, Mas a oposição das nações pagas circunvizinhas foi quase irresistível. O profeta Zacarias contemplou em visão o sumo sacerdote Josué trajado de vestes sujas — os pecados anteriores da nação — diante do anjo do Senhor IV. enquanto suplicava por perdão e graça divinas, a fim de que a nação fosse restabelecida.

Satanás é descrito também como pronto para acusar a nação (representada ali pela pessoa do sumo sacerdote) de seus peca-- 983 dos anteriores e protestando contra o desejo divino de conceder perdão. Mas o anjo do Senhor repreende Satanás, e o arrependimento do sacerdote (representando a nação) é aceito. As vestes sujas são tiradas, e ele ê vestido nos belos trajes de seu sacerdócio, A misericórdia divina prevalece sobre as acusações de Satanás.

5* O "Quase'[1] Sucesso de Satanás

O Senhor permitiu a severa disciplina do cativeiro babilônico porque pretendia assim salvar e purificar um remanescente da nação que voltaria para sua pátria, a fim de preparar o mundo para o advento do Messias (ver Jr 24). Na verdade, pouco mais de 50 mil retornaram durante o governo de Zorobabel (Ed 2:64, 65). Não se fornece nenhuma quantidade para a segunda leva migratória durante o governo de Esdras em 457 a.C., mas os dados sugerem um número muito menor (ver Ed 8). A maior parte dos judeus decidiu permanecer nas terras fora da Palestina, onde seus captores os haviam estabelecido.

Alguns anos depois, durante o reinado do rei persa Xerxes (o Assuero bíblico, 486-465 a.C.), o principal cortesão do rei, Hamã, o agagita, planejou destruir todos os judeus do império num único dia (Et 3:8-15). Pela providência de Deus e a intervenção da rainha judia Ester, a conspiração foi impedida. Mais uma vez fracassou a tentativa de Satanás de silenciar o testemunho hebreu acerca do Deus verdadeiro.

IV. O Conflito na Terra — NT

A. *Providência Prevalecente*

A intenção divina de, pelo testemunho da nação de Israel, preparar o mundo para o advento do prometido Redentor parece ter falhado grandemente. Mas o "eterno propósito" de Deus (Ef 3:11) não conhece fracasso.

A despeito da confusa experiência humana, Deus cumpre Seu propósito de colocar em prática o plano da salvação. Observemos como o Céu fez avançar a causa da verdade em sua batalha contra Satanás.

1. Crescente Gentralidade da Escritura

Não mais preocupada com os cuidados da autonomia política, após o cativeiro babilônico, a restabelecida nação de Judá ficou mais disponível para o estudo da vontade de Deus conforme revelada nas Sagradas Escrituras. Cerca de 80 anos após os primeiros exilados voltarem para a Palestina, “Esdras, escriba da Lei do Deus do Céu” (Ed 7:11, 12) chegou com a comissão do rei persa Artaxerxes I (v. 11-26). “Porque Esdras tinha disposto o coração para buscar a lei do Senhor, e para a cumprir, e para ensinar em Israel os Seus estatutos e os Seus juízos" (v. 10). Junto com Neemias, que se uniu depois a ele como governador nomeado pelo rei, Esdras fez a nação se dedicar novamente ao Deus verdadeiro, por meio de um movimento de “retorno à Bíblia" (cf. Ne 8-10).

Embora essa iniciativa tenha sido depois estorvada pelos ensinos dos rabinos, a posse e o acesso à Palavra escrita de Deus se tornaram um dos estimados privilégios do judaísmo. O apóstolo Paulo observa: “Qual é, pois, a vantagem do judeu? [...] Muita, sob todos os aspectos. Principalmente porque aos judeus foram confiados os oráculos de Deus" (Rm 3:1, 2).

2. A Dispersão (Diáspora, Jo 7:35)

Durante os vários séculos do período intertestamentário, ocorreu ampla e voluntária dispersão dos judeus no mundo mediterrâneo. Estimativas conservadoras calculam que a população judaica no Império Romano (com exceção da Palestina) era de quatro milhões, mais três milhões adicionais na própria Palestina e outro milhão nas terras de seu exílio anterior, a oriente do Império Romano. O fenômeno da Diãspora levou a dois importantes avanços entre as populações judaicas fora da Palestina: (1) o estabelecimento de sinagogas onde quer que houvesse 10 homens judeus e (2) a tradução da Bíblia Hebraica para o grego (LXX, terceiro e segundo séculos a.C.).

3. A Missão Judaica

Entre 50 a.C. e 70 d.C. desenvolveu-se uma missão judaica no império. Milhares de gentios superlotavam as sinagogas. A ênfase judaica no monoteísmo e os elevados padrões éticos da lei moral os atraíam. Muitos se tornaram prosélitos da fé judaica, embora a maior parte hesitasse em aceitar a circuncisão e outros elementos da prática judaica. Esses assistentes eram designados por duas expressões técnicas: “tementes a Deus” (ver At 10:1, 2; 13:16,26) ou “adoradores de Deus” (ver At 16:14; 18:7). Assim, quando o apóstolo ou outros judeus cristãos recebiam permissão para falarem determinada sinagoga (At 13:15), dirigiam-se a duas classes de adoradores sérios: “Varões israelitas [judeus] e vós outros que também temeis a Deus [gentios, ‘tementes a Deus’]" (v. 16). O rápido crescimento do cristianismo no império foi resultado, em parte, desse grande grupo de gentios — já instruído nas verdades espirituais pela mediação da tradução grega das Escrituras — que encontraram em Jesus de Nazaré o Messias/Cristo, a suprema esperança da fé judaica. Por essas e outras maneiras, Deus anulou o fracasso judaico e a ignorância dos gentios em preparar a Terra para seu maior acontecimento: a encarnação e o ministério de Deus Filho (ITm 3:16).

B. O Prhneiro Advento de Cristo

As Escrituras tratam do primeiro advento de Cristo e dos eventos relacionados como o clímax do grande conflito. Satanás é derrotado e julgado na cruz, o plano da salvação em favor da humanidade pecadora é confirmado, a expiação dos pecados é feita e a lei moral e o caráter de Deus são vindicados. Deus sai vitorioso. As batalhas que prosseguem servem

apenas para expor em detalhes mais claros a verdadeira natureza da rebelião e o desenvolvimento mais pleno dos princípios em conflito. 0 NT retrata as incessantes tentativas de Satanás de dificultar o ministério de Cristo, enfraquecer Sua influência para com o povo e matá-Lo, se possível fosse.

1. A Vitória de Cristo nas Profecias

A multífacetada profecia de Apocalipse 12 simboliza o intenso propósito de *Satanás* de destruir Cristo ainda criança. Na visão, o apóstolo percebe "uma mulher vestida do sol" (um símbolo do povo de Deus, cf. Is 54:5, 6; Jr 6:2) prestes a dar à luz o longamente prometido Salvador (v. 1, 2). Em horror, ele observa como "um grande dragão, vermelho, com sete cabeças, dez chifres, e, nas cabeças, sete diademas" toma posição defronte da mulher, "a fim de lhe devorar o filho quando nascesse" (v. 3, 4). A mulher finalmente dá à luz um "Filho varão [...] que há de reger todas as nações com cetro de ferro" (uma referência identificadora do "Filho" com Cristo, cf. Ap 19:11-16). Antes de o dragão (Satanás, Ap 12:9) agarrar a criança, porém, "o filho [é] arrebatado para Deus até ao Seu trono" (v. 5).

Assim, em pinceladas gerais, o simbolismo aponta para a tentativa de Satanás de destruir a Cristo logo no Seu nascimento (cf, Mt 2:1-18). A profecia não menciona especificamente a morte de Crísto durante o mandato do procurador Pílatos, embora depois faça alusão a seus resultados. A visão ressalta o fato de que a encarnação e entrada de Cristo no domínio de Satanás (este planeta) resultou em Ele ser vitorioso sobre o diabo, e não sua vítima.

2. A Vitória de *Cristo* sobre as Tentações

Durante Seu ministério, o primeiro conflito direto de Jesus com Satanás ocorreu logo depois de Seu batismo como o Messias/Cristo, o Ungido (Mt 3:13-17; At 10:38). Durante 40 dias de jejum, Cristo buscou a comunhão com o Pai a fim de Se preparar para Sua breve, mas intensa missão. Foi então que Satanás confrontou o Salvador com três severas tentações, destinadas a desviá-Lo de Seu propósito (Mt 4:1-11), Todas as três tinham essencialmente a mesma ênfase: criar dúvida e suspeita em relação ao Pai celestial e ao plano que Ele havia elaborado para salvar o mundo. * 985

A certa altura, Satanás afirmou descaradamente que daria a Cristo os reinos deste mundo e a glória deles (sem os sofrimentos do Calvário, é claro), se Ele, prostrado, o adorasse (v. 8, 9). Cristo rebateu cada tentação sedutora com o testemunho da Escritura (cf. v. 4, 7, 10). Por último, Cristo repeliu o insolente demônio: "Retira-te, Satanás" (v. 10). Embora Satanás tenha se afastado dEle naquele momento, voltou repetidas vezes para tentar o Salvador ao longo de todo o Seu ministério terrestre (cf. Lc 4:13).

3. A Vitória Diária de Cristo sobre os Demônios

O NT designa geralmente os anjos expulsos do Céu com Lúcifer (Satanás) como demônios, diabos ou espíritos imundos. Quando Cristo curava uma pessoa endemoninhada, era comum o demônio reconhecer a verdadeira identidade dEle como Filho de Deus (cf. Mc 3:11, 12; Lc 4:33-35, 41). Em determinada ocasião, os demônios, falando por meio de dois homens possessos, questionaram o direito de Cristo de curar as vítimas deles: "Que temos nós contigo, ó Filho de Deus! Vieste aqui atormentar-nos ames do tempo?" (Mt 8:29). O insucesso deles em desanimar a Cristo e desviar o povo dEle prenunciava a vitória do Salvador e a ruína definitiva dos demônios.

4. As Múltiplas Vitórias de Cristo na Cruz

Cristo predisse que Sua morte permitiría realizar diversos objetivos de Sua missão.

"É chegada a hora de ser glorificado o Filho do Homem. Em verdade, em verdade vos digo: se o grão de trigo, caindo na terra, não morrer, fica ele só; mas, se morrer, produz muito fruto" (Jo 12:23, 24). Alistamos quatro dos "frutos" mais importantes resultantes da Sua morte.

a. Garantir o julgamen to de Satanás. Um objetivo era a destruição de Satanás (Hb 2:14). Jesus explicou aos gregos como Sua morte realizaria isso. "Chegou o momento de ser julgado [gr. *krísis,* ato de julgar] este mundo, e agora o seu príncipe [Satanás] será expulso. E Eu, quando for levantado da terra, atrairei todos a Mim mesmo" (Jo 12:31, 32).

Seres demoníacos participaram com os seres humanos na crucificação. Jesus reconheceu isso quando disse à turba no Getsêmani: "Esta, porém, é a vossa hora e o poder [gr. *exausia,* autoridade, domínio'] das trevas" (Lc 22:53), Trata-se de uma referência direta a Satanás e à sua hoste de demônios, que O haviam perseguido durante todo o Seu ministério e agora buscavam uma tentativa mais desesperada de fazê-Lo pecar ou desistir do plano divino. Embora estivesse plenamente cônscio da parte que Satanás desempenharia em Sua morte, Cristo declarou: "Ele [Satanás] nada tem em Mim", ou seja, "ele não tem poder sobre Mim" (Jo 14:30).

Na cruz esse ímpio adversário de Deus foi desmascarado e condenado à vista dos anjos leais e dos habitantes de mundos não caídos. O "julgamento" e a expulsão de Satanás no Calvário (Jo 12:31) não se referem ao juízo final e escatológico da consumação do século (cf. At 17:31). Pelo contrário, esse "julgamento" se refere ao juízo pronunciado, sobre Satanás, pelo universo de seres leais e por Deus na hora da morte de Cristo. Na cruz, Satanás (bem como os outros anjos caídos) foi visto em sua verdadeira luz, como rebelde e assassino. Podemos concluir que qualquer elo de simpatia pela causa de Lúcifer ainda existente na mente dos seres celestes foi rompido para sempre. Satanás foi, por assim dizer, posto no banco dos réus e condenado por antigos companheiros.

b. Confirmar o plano da salvação. A morte expiatória de Cristo, ao mesmo tempo em que deitou por terra as alegações de Satanás, confirmou o plano divino da salvação. Em visão (Ap 12), o apóstolo João ouviu "grande voz do céu, proclamando: Agora, veio a salvação, o poder, o reino do nosso Deus e a autoridade do seu Cristo, pois foi expulso o acusador de nossos irmãos, o mesmo que os acusa de dia e de noite, diante do nosso Deus. [...] Festejai, ó céus, e vós, os que neles habitais. Ai da Terra e do mar, pois o diabo desceu até vós, cheio de grande cólera, sabendo que pouco tempo lhe resta" (v. 10-12).

Quando o Salvador morreu "pelos [pecados] do mundo inteiro" (ljo 2:2), então e somente então - os céus puderam proclamar: "Agora (gr. *arti),* veio a salvação" [Ap 12:10]. No Calvário, a promessa divina se tornou realidade. O plano de salvação, o reino da graça de Deus e a autoridade de Cristo para conceder vida eterna aos pecadores arrependidos (Jo 17:2) estavam agora confirmados.

c. Expiar o pecado humano. Embora a morte expiatória de Cristo tenha significado cósmico na resolução das questões levantadas pelo grande conflito entre Deus e Satanás, ela possui também significado pessoal para o pecador individual (cf. G1 2:20). A morte de Cristo ofereceu uma expiação substitutiva e penal para todos os pecadores (l]o 2:2). "Aquele que não conheceu pecado, Ele O fez pecado por nós; para que, nEle, fôssemos feitos justiça de Deus" (2Co 5:21).

O próprio Cristo era sem pecado, mas de acordo com o plano, os pecados da humanidade Lhe foram imputados, e Ele morreu sob o juízo divino como portador de nossos pecados. Eis o inexplicável amor que atrai os pecadores arrependidos a Deus (ljo 4:10). As Escrituras apresentam muitas e claras passagens a respeito do sacrifício vicário de Cristo

em nosso favor: "O Senhor fez cair sobre Ele a iniquidade de nós todos", 'as iniquidades deles levará sobre Si", "levou sobre Si o pecado de muitos" (Is 53:6, 11, 12). Carregou "Ele mesmo em Seu corpo, sobre o madeiro, os nossos pecados" (IPe 2:24). "Pois também Cristo morreu, uma única vez, pelos pecados, o justo pelos injustos" (IPe 3:18). "Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se Ele próprio maldição em nosso lugar (porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro)" (G1 3:13), Nesta última passagem, o argumento do apóstolo é claro. Como pecadora, a família humana se encontra sob a maldição/condenação da lei de Deus perante o tribunal do Céu. Mas Cristo voluntariamente aceitou a dívida dos nossos pecados e suportou as consequências legais em nosso lugar. No Calvário, Ele tomou sobre si o juízo divino contra o pecado (ver Cristo, II.A.9; D).

d. Vindicar a lei moral e o caráter de Deus. Originalmente, Lúcifer questionou a necessidade da lei moral e criticou os motivos divinos de requerer obediência à mesma. Se a lei pudesse ter sido abolida ou de alguma forma alterada, o pecado (a violação de seus preceitos, ljo 3:4) não teria existido, e consequentemente não teria sido necessário Cristo morrer para expiar o pecado humano. Mas a lei moral era em si um reflexo do imutável caráter divino, e não poderia ser modificada.

Para enfrentar o desafio, a Divindade tomou sobre Si Seu próprio juízo contra o pecado (isto é, a morte). Por meio da encarnação, Deus Filho (o Criador) assumiu nossa humanidade para que Sua vida — semelhante em tudo às vidas humanas - quando sacrificada, expiasse os pecados de toda a humanidade. A morte de Cristo confirmou, portanto, a validade da lei moral (expressa ao homem sob a forma dos dez mandamentos) e demonstrou que Deus pode ter um caráter tanto justo quanto misericordioso. A esse respeito, o apóstolo Paulo, explicando o significado da cruz, escreveu: "Deus [o Pai] O [Jesus] ofereceu como sacrifício para propiciação mediante a fé, pelo Seu sangue, demonstrando a Sua justiça. Em Sua tolerância, havia deixado impunes os pecados anteriormente cometidos; mas, no presente, demonstrou a Sua justiça, a fim de ser justo e justificador daquele que tem fé em Jesus" (Rm 3:25, 26, NVI; cf. Hb 9:15).

C, *Ataqties Satânicos Contra a Igreja*

Assim como Satanás corrompeu a fé religiosa de Israel, ele procurou também corromper a fé da igreja cristã. O apóstolo Paulo advertiu: "Ora, o Espírito afirma expressamente que, nos últimos tempos, alguns apostatarão da fé, por obedecerem a espíritos enganadores e a ensinos de demônios" (ITm 4:1).

987

1. Corrompendo as Doutrinas

Na presença de alguns líderes da igreja, o apóstolo Paulo explicou como a apostasia iria ocorrer dentro da igreja cristã. "Eu sei que, depois da minha partida, entre vós penetrarão lobos vorazes, que não pouparão o rebanho. E que, dentre vós mesmos, se levantarão homens falando coisas pervertidas para arrastar os discípulos atrás deles. Portanto, vigiai" (At 20:29-31). O apóstolo Pedro alertou para o mesmo perigo: "Haverá entre vós falsos mestres, os quais introduzirão, dissimuladamente, heresias destruidoras" (2Pe 2:1). Cerca de um quarto de século depois, o apóstolo João escrevería: "Como ouvistes que vem o antícristo, também, agora, muitos anticristos têm surgido [...]. Eles saíram de nosso meio" (ljo 2:18, 19).

Essa corrupção da religião cristã, instigada por Satanás, levaria por fim a divisões e perseguições sem precedentes. O apóstolo Paulo previne novamente quanto aos resultados da apostasia vindoura antes do segundo advento de Gristo: "Irmãos, no que diz respeito à vinda de nosso Senhor Jesus Cristo e à nossa reunião com ele [...]. Ninguém, de nenhum modo, vos engane, porque isto não

acontecerá sem que primeiro venha a apostasia e seja revelado o homem da iniquidade, o filho da perdição, o qual se opõe e se levanta contra tudo que se chama Deus ou é objeto de culto, a ponto de assentar-se no santuário de Deus, ostentando-se como se fosse o próprio Deus" (2Ts 2:1-4).

O apóstolo não está falando de um templo judaico que alguns cristãos equivocadamente pensam que será reconstruído em Jerusalém nessa era moderna. Pelo contrário, ele está descrevendo a apostasia que acabaria por se desenvolver dentro da igreja cristã e tentaria exercer autoridade divina sobre outros crentes. No NT a igreja é comumente referida como templo de Deus (cf. lGo 3:11, 16, 17; 2Co 6:16; Ef 2:19-22, lPe 2:4, 5). Essa apostasia organizada continuaria dentro da cristandade até a segunda vinda de Cristo (2Ts 2:5-8), Os cristãos têm geralmente associado "o homem da iniquidade" (v. 3, 4, NKJV), com a mesma entidade que as profecias apocalípticas de Daniel e Apocalipse descrevem como o "chifre pequeno" (Dn 7:8) e como a besta semelhante ao leopardo (Ap 13:1-10), respectivamente.

2. Perseguindo a Igreja

Satanás procurou eliminar a primitiva igreja primeiramente pela perseguição; a corrupção das crenças veio depois. A perseguição judaica se iniciou após o Pentecostes em Jerusalém, por meio de ameaças (At 4:21), mas depois passou a prender e a espancar alguns dos apóstolos (At 5:40). O apedrejamento de Estêvão (At 6:1-15; 7) levou a uma tentativa mais implacável e sistemática de desaprovar a fé cristã pelo enérgico Saulo de Tarso (At 8:1-4; iTm 1:12, 13). Embora Herodes Agripa I tenha executado o apóstolo Tiago pouco depois e pretendesse dar o mesmo destino ao apóstolo Pedro (At 12:1-4), a princípio o governo romano fora da Palestina em geral não se opunha à igreja. As autoridades romanas talvez considerassem o cristianismo como uma variante da fé judaica, uma religião lícita. O trato civil para com os cristãos começou a mudar com as acusações do imperador Nero, depois do incêndio de Roma, em 64 d.C.

Mas as profecias de Daniel e Apocalipse — e do próprio Jesus (Mt 24:21, 22) — previram ondas de perseguição ainda mais intensas contra a igreja do que as movidas por judeus ou autoridades romanas. Observe novamente a profecia central de Apocalipse 12: "Quando, pois, o dragão se viu atirado para a Terra, perseguiu a mulher que dera à luz o filho varão; e foram dadas à mulher as duas asas da grande águia, para que voasse até ao deserto, ao seu lugar, aí onde é sustentada durante um tempo, tempos e metade de um tempo, fora da vista da serpente. Então, a serpente arrojou da sua boca, atrás da mulher, água como um rio, a fim de fazer com que ela fosse arrebatada pelo rio. A terra, porém, socorreu a mulher; e a terra abriu a boca e engoliu o rio que o dragão tinha arrojado de sua boca" (v. 13-16).

Um pouco antes, nessa mesma profecia, há uma declaração semelhante: "A mulher, porém, fugiu para o deserto, onde lhe havia Deus preparado lugar para que nele a sustentem durante mil duzentos e sessenta dias" (v. 6).

Esse período de tempo durante o qual Satanás tentou destruir a Igreja, ocorre muitos séculos após a ascensão de Cristo. As profecias de Daniel e Apocalipse o mencionam sete vezes associado às atividades perseguidoras do chifre pequeno e da besta semelhante a leopardo, e de três formas diferentes: (1) "um tempo, dois tempos e metade de um tempo", equivalentes a 3,5 anos proféticos (Dn 7:25; 12:7; Ap 12:14), (2) "quarenta e dois meses" (Ap 11:2; 13:5), e (3) "mil duzentos e sessenta dias" (Ap 11:3; 12:6). As três formas — 3,5 anos, 42 meses e 1.260 dias — representam o mesmo período de tempo. Segundo os princípios historicistas

da interpretação apocalíptica, um dia equivale a um ano literal. Por conseguinte, as profecias tratam de um período de 1.260 anos de recorrente "guerra contra os santos" (cf. Apocalíptica, II.D).

D. O *Conflito no Microcosmo*

A doutrina da salvação (em termos paulinos: justificação, santificação e glorificação) pela fé nos méritos de Cristo e Sua graça transformadora (ver Salvação, III) também é descrita em termos do conflito moral entre Deus e Satanás. A queda de Adão trouxe como resultado a depravação de sua natureza e a de seus descendentes (ver II. C. 5). A inimizade, ou hostilidade, posta por Deus entre Satanás e a família humana é ativada pela função do Espírito Santo operando na consciência (ver II. D). Essa condição cria dentro de cada pessoa um microcosmo do mesmo conflito moral que está sendo travado em nível cósmico. Repare no sentido das seguintes passagens: "Porque a carne milita contra o Espírito, e o Espírito, contra a carne, porque são opostos entre si; para que não façais o que, porventura, seja do vosso querer" (G1 5:17). "Porque o pendor da carne dá para a morte, mas o do Espírito, para a vida e paz. Por isso, o pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar. Portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus" (Rm 8:6-8). "Cada um é tentado pela sua própria cobiça, quando esta o atrai e seduz. Então, a cobiça, depois de haver concebido, dá à luz o pecado; e o pecado, uma vez consumado, gera a morte" (Tg 1:14, 15).

O apóstolo Paulo reconheceu o controle dominante que sua natureza carnal exercia sobre ele e clamou por libertação. "Desventurado homem que sou! Quem me livrará do corpo desta morte? Graças a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor. De maneira que eu, de mim mesmo, com a mente, sou escravo da lei de Deus, mas, segundo a carne, da lei do pecado" (Rm 7:24, 25).

Embora o NT tenha mais a dizer sobre o conflito íntimo de cada pessoa do que o AT, este último não fica em silêncio. Davi orou: "Cria em mim, ó Deus, um coração puro e renova dentro de mim um espírito inabalável. Não me repulses da Tua presença, nem me retires o Teu Santo Espírito" (SI 51:10, 11).

E Deus prometeu aos exilados no cativeiro babilônico que se haviam arrependido: "Dar-vos-ei coração novo e porei dentro de vós espírito novo; tirarei de vós o coração de pedra e vos darei coração de carne. Porei dentro de vós o Meu Espírito e farei que andeis nos Meus estatutos, guardeis os Meus juízos e os observeis" (Ez 36:26, 27).

O NT também promete aos que recebem Cristo como Salvador e Senhor (Jo 1:12) o perdão dos pecados (IJo 1:9), a adoção na família de Deus (IJo 3:1,2), um coração transformado (Jo 3:5-8; 2Co 5:17) e a vida eterna (IJo 5:11, 12). E no compromisso assumido pela nova aliança Deus promete escrever Sua lei em cada mente (Hb 8:10), para que o crente tenha prazer em fazer de coração a vontade do Pai (cf. SI 40:8). Toda essa transação (tornar-se um seguidor de Deus) traz como resultado a libertação do crente do império das trevas (a região controlada por Satanás), o transporte "para o reino do Filho do Seu amor [de Deus]" (Cl 1:13).

< 686

Mas a aceitação de Cristo como Salvador e Senhor por parte dos pecadores arrependidos não põe um fim à guerra. Em alguns aspectos, o conflito pessoal se intensifica ainda mais. Satanás está sempre pronto a tirar vantagem sobre nós, declara o apóstolo, "pois não lhe ignoramos os desígnios" (2Co 2:11). Por isso, o crente é estimulado a desenvolver força espiritual para o combate mediante um estreito laço de união com Deus: "Quanto ao mais, sede fortalecidos no Senhor e na força do seu poder. Revesti-vos de toda a armadura de Deus, para poderdes ficar firmes contra as ciladas do diabo; porque a nossa luta não é contra o sangue e a

carne, e sim contra os principados e potestades, contra os dominadores deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais do mal, nas regiões celestes. Portanto, tomai toda a armadura de Deus, para que possais resistir no dia mau e, depois de terdes vencido tudo, permanecer inabaláveis" (Ef 6:10-13).

Os outros apóstolos deram advertências semelhantes: "Sede sóbrios e vigilantes. O diabo, vosso adversário, anda em derredor, como leão que ruge procurando alguém para devorar; resisti-lhe firmes na fé" (lPe 5:8, 9). "Sujeitai-vos, portanto, a Deus; mas resisti ao diabo, e ele fugirá de vós" (Tg 4:7). Em última análise, a única segurança para o crente consiste na consagração e na dedicação diária a Deus — uma submissão diária à vontade do Pai Celestial pela mediação de Cristo. O apóstolo Paulo admoesta os crentes: "Assim também vós considerai-vos mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus" (Rm 6:11), ou melhor, como mostra a construção na língua original: "Continuai a considerar-vos mortos para o pecado e continuai a considerar-vos vivos para Deus em Cristo." A vida do crente pode ser corretamente descrita, às vezes, como uma batalha. De vez em quando pode ser designada como "uma batalha e uma marcha, uma batalha e uma marcha". Mas a "batalha" - depois da cruz — é contra um inimigo derrotado, capaz de aplicar somente táticas dilatórias.

V. Conflito Encerrado

Com o fim dos 1.260 anos, durante os quais Satanás perseguiu a igreja de maneira intermitente mas incansável (cf. IV.C.2), começa o "tempo do fim", predito por Daniel (Dn 11:33-35; 12:4). A terminologia indica uma era que se estende até o término do período de graça para a humanidade. Perto do término desse período, Satanás lança seu último ataque contra o povo de Deus, "Irou-se o dragão contra a mulher e foi pelejar com os restantes da sua descendência, os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus" (Ap 12:17). Apocalipse 13 e 14 descrevem como será esse último conflito.

A. A *Batalha Final*

A profecia apocalíptica descreve, em particular, dois poderes terrenos que se posicionam do lado de Satanás na luta final.

1. A Besta Semelhante a Leopardo (Ap 13:1-10)

Esse símbolo composto do NT, contendo partes do corpo das quatro bestas da visão de Daniel (Dn 7), pode ser corretamente associado com o poder político-religioso simbolizado pelo chifre com olhos e boca de homem da quarta besta de Daniel (v. 8). Diz-se que ambos fazem guerra contra o povo de Deus (v. 21; Ap 13:7) pelo mesmo período de tempo estipulado: 1.260 anos (Dn 7:25; Ap 13:5). Mas o relato profético do NT acrescenta detalhes importantes.

Em primeiro lugar, a profecia relembra a aparente morte da besta no fim do período de 1.260 anos, devido a uma "ferida mortal" numa de suas cabeças (Ap 13:3). Esse ferimento também é descrito como "cativeiro" ou morte "à espada" (v. 10,14). Em segundo lugar, a profecia prediz uma reviví ficação e um ressurgimento da vida e da autoridade da besta. "Mas essa ferida mortal foi curada; e toda a Terra se maravilhou, seguindo a besta; e adoraram [...] a besta, dizendo: Quem é semelhante à bestai [„„] E adorá-la-ão todos os que habitam sobre a Terra" (v. 3,4, 8). E assim que a besta semelhante ao leopardo se prepara para cumprir seu papel no "tempo do fim".

990

2. A Besta de Dois Chifres (Ap 13:11-17)

Visto que a besta semelhante a leopardo foi ferida e levada a cativeiro (Ap 13:3, 10), surge

outro animal “Vi ainda outra besta emergir da terra; possuía dois chifres, parecendo cordeiro, mas falava como dragão” (v, 11). O tempo em que ela surge (aproximadamente na mesma época em que a primeira besta é ferida), o local de seu surgimento (da terra, em vez do mar) e seus chifres parecendo de cordeiro servem para identificar as marcas desse poder. Seu modo de falar "como dragão” indica sua natureza perseguidora no final. Numa profecia posterior, essa mesma entidade é designada como “o falso profeta" (Ap 19:20).

Em alguns versos, a profecia descreve como Satanás usará esses dois poderes para mover pesada opressão e perseguição contra o povo de Deus. Sintetizemos os dados bíblicos:

a. A segunda besta (de dois chifres), exercendo toda a autoridade do primeiro poder, “faz com que a Terra e os seus habitantes adorem a primeira besta” (Ap 13:12).

b. A segunda besta, por meio de milagres íncomuns, “seduz” o povo e ordena que “façam uma imagem à besta” (v. 13, 14) - *é* também designada “a imagem da besta” (v, 15).

c. A segunda besta é capaz de “comunicar fôlego”, ou vida, “à imagem da besta” (v, 15).

d. Assim fortalecida, a imagem da besta faz com que sejam mortos “quantos não adorassem” a besta (v. 15). Faz também "que lhes seja dada certa marca sobre a mão direita ou sobre a fronte" (v, 16). Impõe um boicote em compra e venda sobre quem se recusa a aceitar “a marca, o nome da besta ou o número do seu nome” (v, 17).

Mesmo não levando em conta a identificação dos símbolos específicos e se guiando com base em princípios historicistas, a intenção geral do simbolismo apocalíptico é clara. Em sua última luta contra Deus e Sua Igreja, Satanás tenta, por boicote econômico e pela morte, subverter a fé dos crentes em Cristo, ainda que para isso tenha que destruí-los.

B. *Convite da Hora do Juízo*

Enquanto Apocalipse 12:17-13:18 descreve a última investida de Satanás contra o povo de Deus no “tempo do fim”, Apocalipse 14 descreve o contra-ataque de Deus para encerrar o conflito moral, Duas importantes ações divinas ocorrem durante esse período: (1) a proclamação da última advertência e o convite mundial do Céu para que se aceite o evangelho (Ap 14:6-13); e (2) a primeira das três fases do juízo divino (v. 6, 7; Dn 7:9, 10, 13, 14).

1. As Mensagens dos Três Anjos (Ap 14:6-13)

Esses "anjos" voam na época designada como “o tempo do fim", porque o seu ministério ocorre antes da segunda vinda de Cristo (Ap 14:14). Uma vez que só seres humanos são comissionados para proclamar o evangelho (Mt 28:18-20), podemos considerar esses anjos símbolos de cristãos que se deslocam através do mundo para compartilhar as boas novas de salvação. O primeiro anjo proclama o “evangelho eterno”, prova de que ele vai continuar a “voar" até o fim do tempo de graça para a humanidade. Visto que os outros dois anjos, por sua vez, se unem ao primeiro, os três pronunciamentos formam, por fim, uma última mensagem: o eterno evangelho com determinadas ênfases escatológicas: o juízo final (Ap 14:6, 7), a queda de “Babilônia” (v. 8) e a severa advertência contra receber “a marca da besta” (v. 9-13). Os três formam uma advertência da hora do juízo e o último convite divino de graça à humanidade (ver Remanescente/Três Anjos V.B-D).

2. Juízo Final (Ap 14:7)

Com relação ao “evangelho eterno”, a primeira mensagem anuncia o início do juízo final e apela aos habitantes da terra para adorar o Criador, o Deus verdadeiro. “Temei a Deus e dai-Lhe glória, pois é chegada a hora do Seu juízo; e adorai Aquele que fez o céu, e a Terra, e o mar, e as fontes das águas” (v, 7). Normalmente esse anúncio assinalaria o fim do tempo de graça para os seres humanos

e a cessação da atividade evangélica. Mas a profecia representa o evangelho propagando-se mundialmente tanto no início do juízo final quanto em seu andamento. O paradoxo é apenas aparente. O anúncio do primeiro anjo remete para o início do juízo final no Céu durante o "tempo do fim" antes da segunda vinda de Cristo, de acordo com Daniel (Dn 7:9, 10, 13, 14, 26, 27; v. Juízo III.B.l).

Fica evidente da visão de Daniel que ela trata do juízo final, porque, perto do seu término, concede-se o reino eterno a "um como o Filho do Homem" (Cristo) (v. 13, 14). Uma vez que esse juízo ocorre no Céu, na presença dos anjos (v. 9, 10), pode-se afirmar corretamente que se trata da fase pré-advento do juízo final. Quando voltar pela segunda vez, Cristo virá na glória e majestade do Seu reino como "Rei dos reis e Senhor dos senhores" (Ap 19:16). Pode se concluir que a cena de juízo de Daniel é a fase inicial do juízo, que isenta Deus das falsas acusações de Satanás e condena o anjo caído como o arquirrebelde, pois, por ocasião da volta de Cristo, Satanás é preso nesta Terra caótica até ser condenado e destruído no fim do milênio (Ap 20:1-3, 10). Os verdadeiros seguidores de Deus também são confirmados nessa fase do juízo (Dn 7:22) e recebem sua recompensa no reino eterno na volta de Cristo (v, 18, 27).

O fato de Cristo haver sido constituído "por Deus Juiz de vivos e de mortos" (At 10:42) permite ao Céu advertir os *vivos* de seu juízo impendente (enquanto lhes oferece o evangelho) e ainda assim dar início e continuidade ao juízo final sobre as gerações de mortos registrados no Livro da Vida (cf. Êx 32:32; Ap 3:5). Assim, no "tempo do fim", quando as mensagens dos três anjos estão sendo proclamadas mundialmente a todos os grupos de pessoas na Terra e a fase pré-advento do juízo final está em sessão, Satanás lança seu último ataque contra a igreja (Ap 12:17).

C. *Questões Centrais*

Os seguidores de Deus, que optam por ser fiéis a ele durante o último embate com Satanás, são simbolizados no Apocalipse pelos 144 mil (Ap 14:1-5). Esse número aponta na verdade para uma população inumerável de todas as nações da Terra (Ap 7:9-17). Esses crentes do tempo do fim constituem o Israel espiritual de Deus (Ap 14:1; Tg 1:1, 2:1; cf. G1 6:14-16) sobre o qual Ele irá colocar Seu selo de aprovação e proteção definitiva (Ap 7:1-8; cf. 2Tm 2:19). Eles foram bem-sucedidos em resistir às tentativas de Satanás de desviá-los de sua obediência aos mandamentos de Deus e de sua adoração incondicional ao Criador.

1. Obediência: os Dez Mandamentos

Os crentes que enfrentam o furioso assalto de Satanás são caracterizados como observadores dos dez mandamentos. "Irou-se o dragão contra a mulher e foi pelejar com os restantes da sua descendência, os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus" (Ap 12:17). "Aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus" (Ap 14:12).

Visto que o apelo da mensagem do primeiro anjo é "temei a Deus e dai-Lhe glória" reconhecendo-0 como o Criador "que fez o céu, e a Terra, e o mar, e as fontes das águas", parece claro que a obediência ao decálogo inclui a observância do quarto mandamento, o sábado do sétimo dia. O sábado é o memorial, designado pelo próprio Criador, de Seu poder criativo (Gn 2:2, 3), e Deus ordena que ele seja guardado (Êx 20:8-11), -«j§

Mas aqueles a quem Deus sela na última crise (Ap 7:1-8) não prestarão apenas obediência mecânica. Eles são descritos como tendo "na fronte escrito o Seu nome [de Cristo] e o nome de Seu Pai" (Ap 14:1). Segundo o costume bíblico, o nome de Deus representa Seu caráter (Êx 34:5-7), Em aliança com Deus, com Sua lei escrita

no coração (Hb 8:10), esses crentes do tempo do fim refletem os traços de caráter de seu Criador e Redentor quando lhe prestam inabalável obediência.

2. Adoração: Deus ou Satanás?

Tanto no primeiro como nesse último conflito, a guerra entre Deus e Satanás é uma guerra religiosa. Agora a segunda besta ordena aos habitantes da Terra que adorem a primeira besta (Ap 13:12), e "a imagem da besta" faz com que a humanidade a adore sob ameaça de boicote e morte, forçando a marca da besta e o seu nome — suas características (v. 15-17).

A última crise chega ao clímax quando Satanás (trabalhando através das duas bestas-poderes) exige adoração e fidelidade devidas somente ao Criador. Deus antecipa a crise por meio das mensagens do primeiro e do terceiro anjos, anunciando tanto um convite como uma severa advertência aos habitantes da Terra.

Primeiro anjo: "Temei a Deus e dai-Lhe glória, pois é chegada a hora do Seu juízo; e adorai Aquele que fez o céu, e a Terra, e o mar, e as fontes das águas" (Ap 14:7).

Terceiro anjo: "Seguiu-se a estes outro anjo, o terceiro, dizendo, em grande voz: Se alguém adora a besta e a sua imagem e recebe a sua marca na fronte ou sobre a mão, também esse beberá do vinho da cólera de Deus, preparado, sem mistura, do cálice da sua ira, e será atormentado com fogo e enxofre, diante dos santos anjos e na presença do Cordeiro" (v. 9, 10).

Uma vez que as mensagens alcançam o mundo inteiro (v. 6), a profecia prevê um conflito mundial. A última geração da humanidade será obrigada a escolher entre a adoração obediente à "besta e à sua imagem" ou a adoração obediente a Deus, o Criador. A medida que são tomadas as decisões, os *vivos* — num sentido muito real — decidem seu próprio destino. Podemos concluir que a sessão do juízo pré-advento passa a examinar a vida e as decisões de cada um. Fecha-se a porta da graça, e são pronunciadas as solenes palavras: "Continue o injusto fazendo injustiça, continue o imundo ainda sendo imundo; o justo continue na prática da justiça, e o santo continue a santificar-se. E eis que venho sem demora, e comigo está o galardão que tenho para retribuir a cada um segundo as suas obras" (Ap 22:11, 12),

D, *A Derrota e Destruição de Satanás*

Apocalipse retrata a volta de Cristo sob dois diferentes símbolos: (1) como um agricultor celeste que vem colher a safra de Seu povo redimido, referindo-se também à colheita e destruição dos impenitentes (Ap 14:14-20); e (2) como um guerreiro celeste que avança com Suas forças para conquistar Seus inimigos. Este último símbolo descreve figurativamente a vitória definitiva de Deus sobre Satanás no conflito moral (Ap 19:11-21).

1. Satanás Preso

Sentado num cavalo branco e seguido pelos "exércitos dos céus", Cristo, como "Rei dos reis e Senhor dos senhores", é representado como empenhado em batalha contra a confederação religiosa e política que tem lutado contra Ele, na pessoa de Seu povo, perto do encerramento do tempo do fim (Ap 19:19). "Mas a besta foi aprisionada, e com ela o falso profeta que, com os sinais feitos diante dela, seduziu aqueles que receberam a marca da besta e que eram *os* adoradores da sua imagem [outro símbolo para a besta de dois chifres, de Ap 13:11-17]" (v. 20). João viu, antecipadamente, a destruição dessas entidades no fogo finai (v. 20).

O próprio Satanás é detido e preso por mil anos, um período comumente referido como o milênio (ver iViílênio I.C).

"Então, vi descer do céu um anjo; tinha na mão a chave do abismo e uma grande corrente.

993

Ele segurou o dragão, a antiga serpente, que é o diabo, Satanás, e o prendeu por mil anos; lançou-o no abismo, fechou-o e pôs selo sobre ele, para que não mais enganasse as nações até se completarem os mil anos. Depois disto, é necessário que ele seja solto pouco tempo" (Ap 20:1-3),

2. O Milênio

Conforme prometeu, Cristo leva Seus seguidores - os remidos de todas as eras - ao Céu (Jo 14:1-3; Mt 24:30, 31; lTs 4:16-18). Ali eles reinam com Ele (Ap 20:6). Durante esse reinado, os redimidos participam na segunda fase do juízo final (v. 4). O apóstolo Paulo menciona também esse juízo, que, à semelhança da fase pré-advento inicial, ocorre no Céu. "Ou não sabeis que os santos hão de julgar o mundo[1]? [..,] Não sabeis que havemos de julgar os próprios anjos?" (ICo 6:2, 3). Podemos concluir, dessa "revisão" de seres humanos e anjos perdidos, que os remidos receberão permissão para compreender, o mais plenamente possível, a natureza do pecado e de Satanás, bem como a maneira como o Deus justo e amoroso tratou o desafio (ver Juízo 111.B.2).

Ao término do milênio, o profeta vê a cidade santa, a nova Jerusalém, descer do Céu à Terra, com Cristo e os redimidos (Ap 21:2, 10). Cristo ressuscita os ímpios mortos (Jo 5:28, 29; Ap 20:5). A presença de toda a humanidade (os redimidos dentro da cidade; os perdidos, fora) liberta Satanás imediatamente. Ainda fiel à sua natureza, ele engana e persuade os exércitos dos perdidos a atacar a cidade santa. Isso constitui, por assim dizer, a luta de morte de Satanás contra Deus e Seu povo (Ap 20:7-10).

3. Juízo Final: Fase Executiva

Quando o ataque está prestes a começar, Deus intervém. Toda a humanidade é intimada ao tribunal divino (Ap 20:11-15). Os mortos, postos em pé (depois de ressuscitarem) diante do trono, nessa passagem (v. 12), são as grandes hostes dos perdidos, que "não reviveram até que se completassem os mil anos" (v. 5). Embora a fase executiva do juízo final envolva toda a família humana (justos e injustos), bem como os anjos caídos (cf. Mt 25:32-46), em alguns aspectos ela se centraliza nos perdidos. Podemos concluir que, pelo fato de comparecerem perante o tribunal, eles ficam inteirados das questões da grande rebelião bem como do motivo pelo qual decidiram rejeitar a graça e a salvação de Deus tão graciosamente oferecida durante o tempo da misericórdia.

Na fase executiva do juízo final (que ocorre na Terra), pronunciam-se e executam-se as penas determinadas nas duas fases anteriores. Os impenitentes — angélicos e humanos - são punidos e destruídos. Ficam sujeitos ao castigo da "segunda morte", da qual não há ressurreição (Ap 20:10, 14, 15). Jesus sintetizou a finalidade do juízo executivo no tocante aos salvos, aos perdidos, a Satanás e aos seus anjos: "Então, dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo [...].. Então, o Rei dirá também aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos [...]. E irão estes para o castigo eterno, porém os justos, para a vida eterna" (Mt 25:34-46).

No NT, as expressões "para sempre", "pelos séculos dos séculos" e "eterno" são, respectivamente, traduções do substantivo grego *aiõn* e seu adjetivo *aiõnios* (ver Ap 14:11; 20:10; Mt 25:41, 46). A ideia básica desses termos é de *duração,* um período de tempo ininterrupto. A extensão do tempo pode ser interminável ou não; isso vai depender da *natureza* do objeto ou pessoa descrita por esses termos. Só Deus possui imortalidade inerente (lTm 6:15, 16), e Ele concede imortalidade aos remidos na volta de Cristo (ICo 15:51-57). Assim <<994

sendo, quando a Escritura fala do Deus eterno ou dos remidos entrando na vida eterna, fala de “eternidade”, porque a natureza de Deus é imortal, e é Ele quem agracia os remidos com essa condição. Por outro lado, nem Satanás e seus anjos, nem os seres humanos são imortais por natureza. Ambas as classes serão punidas de acordo com as suas ações pecaminosas e perecerão depois. O “salário do pecado é a morte" (Rm 6:23), “a segunda morte" (Ap 20:14, 15; 21:8).

Ao serem os anjos caídos e a humanidade impenitente destruídos, a própria Terra é purificada pelo fogo (2Pe 3:1T13). Recriada, é concedida aos remidos como seu eterno lar (Ap 21:1, 5; Mt 5:5). Nessa restauração do Paraíso, Deus escolhe habitar com os salvos (Ap 21:3, 4; ver Nova Terra II).

Por último, termina a guerra iniciada no Céu (Ap 12:7). O grande conflito moral, que por tanto tempo conturbou o Universo, chega ao fim. A fratura na relação entre o Céu e a Terra é curada. O propósito divino “de fazer convergir nEle [Cristo] [...] todas as coisas, tanto as do Céu, como as da Terra", cumpre-se então (Ef 1:10).

VI. Algumas Implicações Teológicas

A. *Harmonia Moral Garantida*

O registro bíblico do conflito cósmico mostra que Deus dotou as diferentes ordens de seres inteligentes com liberdade de escolha. Eles poderíam optar por ser leais a Deus ou se rebelar. À vista disso, a harmonia moral do governo divino sempre está em jogo.

O Criador não introduziu a rebelião, mas permitiu que ela surgisse. Apesar da enorme onda de sofrimento e dor que a transgressão da vontade divina trouxe tanto para a humanidade quanto para Deus, ao longo dos séculos, o conflito trará, por fim, segurança moral ao Universo. Por causa dessa terrível experiência, todas as ordens de seres inteligentes — leais e caídos — rejeitarão voluntariamente os princípios do pecado e reconhecerão a justiça e a bondade do Criador. No juízo executivo, Deus diz: “Diante de Mim se dobrará todo joelho, e toda língua dará louvores a Deus” (Rm 14:11).

£. *Cosmovisão*

Uma compreensão do conflito cósmico fornece aos cristãos uma cosmovisão, que é tanto racional quanto coerente. Por trás da ascensão e queda das nações e do jogo de interesses humanos reside a luta invisível entre a Divindade e as hostes dos anjos leais, e Satanás e suas hostes de anjos caídos — uma luta que tem impacto direto sobre toda atividade humana (cf. Dn 10:1-3, 12, 13). Embora Satanás seja descrito como “o deus deste século" (2Co 4:4), é Deus, o Criador, que “segundo a Sua vontade [...] opera [entre] os moradores da Terra” (Dn 4:35) para cumprir Seu “eterno propósito” (Ef 3:11).

Diferentemente do antigo conceito de tempo circular e repetitivo, a cosmovisão bíblica do tempo é linear. A mão divina, embora combatida por atividades satânicas, direciona deliberadamente a história humana para sua consumação: a segunda vinda de Cristo, a erradicação de Satanás e de todas as forças do mal, bem como o estabelecimento do reino eterno de Deus.

Uma cosmovisão como esta traz esperança para o crente. Embora as soluções para curar as múltiplas mazélas da sociedade consigam apenas remediar a vida em um planeta dominado pelo pecado, o cristão - como parte da teia da sociedade humana — procura atuar como "sal” e “luz" na comunidade, a exemplo de Cristo (Mt 5:13, 14; At 10:38). ^

C. *Sofrimento Humana*

O conflito cósmico derrama luz sobre o problema do sofrimento humano. Fornece

a base bíblica para conciliar a crença cristã de um Deus bondoso (conforme revelado em Jesus Cristo) com um mundo mau. Em primeiro lugar, torna-se evidente que Deus não é responsável pelo mal. O Criador trouxe à existência anjos e seres humanos sem pecado, alguns dos quais — exercendo seu livre-arbítrio — escolheram se rebelar contra um Criador justo e bom. Como resultado, encheram a Terra com as terríveis consequências da transgressão.

Devido à natureza dos desafios de Satanás e à queda de Adão e Eva, tanto justos como injustos sofrem os efeitos do reino do pecado. Ambas as classes estão sujeitas a doença, crime, guerra, catástrofes naturais, etc. Ambas morrem. No entanto, o crente é o destinatário da graça salvadora de Deus e de suas encorajadoras promessas (Ef 2:8-10; lCo 10:13, iPe 4:12, 13), ancorado na "bendita esperança" da volta de Cristo (Tt 2:13) e do término do conflito. A culpa pelo sofrimento humano não está no trono de Deus; pelo contrário, resulta da rebelião e atividade de Satanás, de seus anjos e da corrompida humanidade.

D. O *Caráter de Deus*

O andamento do conflito revelou as profundezas do caráter divino até então desconhecidas a qualquer das ordens de seres criados. Nem anjos nem homens podem compreender o alto preço pago pela abnegada Divindade para elaborar e executar o plano da salvação. A encarnação de Deus Filho e Sua morte expiatória dão testemunho da prodigalidade da graça e do amor divinos (2Tm 1:9; jo 3:16, 17). O conflito também revelou os atributos divinos da justiça e da equidade. O pecado é expiado, mas não ignorado (Rm 3:23-26). O plano concluído justifica plenamente a atribuição feita a Deus: "Grandes e admiráveis são as Tuas obras, Senhor Deus, Todo-Poderoso! Justos e verdadeiros são os Teus caminhos, ó Rei das nações!" (Ap 15:3).

E. Prontidão do Crente

A descrição feita no Apocalipse do ataque de Satanás contra a igreja, na última fase do conflito cósmico (Ap 12:17-14:20), destina-se a despertar os crentes para o perigo que correm. A parábola das 10 virgens retrata uma igreja sonolenta, apenas parcialmente preparada para a volta do Senhor (Mt 25:1-13). No entanto, assim como Deus tem uma mensagem especial para o mundo no "tempo do fim" — as três mensagens angélicas" (Ap 14:6-14) — Ele também possui uma mensagem especial para Seus seguidores, simbolizados pela igreja de Laodiceia (Ap 3:14-22).

"[Tu] és morno" e nauseante para Mim, declara Cristo, porque "dizes: 'Estou rico [...] e não preciso de coisa alguma", mas na realidade "tu és infeliz, sim, miserável, pobre, cego e nu" (Ap 3:16, 17). Cristo Se oferece para corrigir essa situação negativa. Ele Se coloca à porta do coração dessas pessoas, oferecendo-Se para entrar e abastecê-las com ouro, roupa e colírio (v. 1S-20). Sob este simbolismo, Cristo está convidando os que fazem parte do último estágio de Sua igreja a se entregar inteiramente ao Seu senhorio. Quando Cristo governa a vida, o crente é enriquecido por Sua fé e Seu amor (cf. G1 5:6), vestido e aceito em Sua justiça (Cl 3:27), e recebe o poder de discernimento da vontade divina mediante o bálsamo curativo do Espírito Santo (Jo 16:13).

Os crentes laodiceanos que ouvem a mensagem "Sê, pois, zeloso e arrepende-te" (Ap 3:19) despertam de sua letargia. Na força do Senhor, se arrependem, abandonam pecados conhecidos e resistem às tentações que lutam pela supremacia. Unem-se às fileiras dos que proclamam a tríplice mensagem angélica. Apegando-se a Deus por meio de uma forte fé, são leais e verdadeiros para com Deus, sob a grande pressão da aplicação mundial da marca e da adoração da besta e de sua imagem, mesmo à custa da própria vida.

O relato profético garante que o povo de Deus do tempo do fim será um povo vitorioso, em cuja boca "não se achou mentira, [pois] não têm mácula" (Ap 14:5); "lavaram suas vestiduras e as alvejaram no sangue do Cordeiro" (Ap 7:14). Eles permanecem ■« diante de Deus, como conquistadores sobre o ataque mais violento de Satanás, entoando o triunfante cântico de sua experiência (Ap 14:2, 3; 15:2-4).

VII. Contexto Histórico

Embora os primeiros cristãos admitissem a existência de Satanás e das forças do mal, nos séculos subsequentes a concepção cristã do conflito moral entre Deus e Satanás ficou menos clara, ao sofrer o impacto de outras crenças. Destacamos a seguir algumas dessas perspectivas surgidas no decurso dos séculos.

A. *Pais Pré-Nicenos e Pós~Nicenos*

1. Orígenes (1S5-254)

Considerado o maior teólogo da primitiva igreja grega, Orígenes, numa obra antiga, sumarizou a crença geral sobre Satanás: "A respeito do diabo e de seus anjos e as influências opositoras, o ensino da Igreja declara que esses seres realmente existem; mas o que são ou como existem, não é explicado com suficiente clareza. Muitos, porém, mantêm a opinião de que o diabo era um anjo e que, ao apostatar, induziu tantos anjos quanto possível a apostatar com ele, e esses, desde então e até o tempo presente, são chamados seus anjos" (De *principiis,* prefácio, 6 [ANF4, 239, 240]).

Orígenes é, por vezes, chamado de "o primeiro cristão universalista". Segundo suposição dele, "a bondade de Deus, por meio de Seu Cristo, pode chamar de volta todas as Suas criaturas a um único fim, até mesmo Seus inimigos conquistados e subjugados". Pela expressão "subjugados" quer ele dizer "sujeição" no sentido de pertencer a Cristo. "Pois o nome sujeição', pelo qual somos sujeitos a Cristo, mostra que a salvação que dEle procede pertence a Seus súditos" (ibid., 1.6.1, 3 [ANF4, 260]).

Levada à sua conclusão lógica, a teoria da restauração de Orígenes incluía Satanás e seus demônios. Em algumas declarações, Orígenes parece negar a salvação a Satanás. No entanto, Agostinho e outros, mesmo em tempos modernos, o acusam de haver assim acreditado (Schaff; Gonzáles).

2. Agostinho de Hipona (354-430)

Perto do fim de sua vida, Agostinho — o principal dos Pais Latinos — desenvolveu uma extensa réplica aos pagãos que acusavam a religião cristã e a consequente abolição do culto pagão como responsáveis pelo saque de Roma movido pelos bárbaros godos (410 d.C.). Durante o espaço de 13 anos (413-426), ele escreveu uma obra composta por 22 livros, conhecida em português como A *Cidade de Deus {De Civitate Dei).* Agostinho dedicou os 10 primeiros livros a refutar as acusações, enquanto nos últimos 12 desenvolveu uma filosofia da história, a primeira de seu tipo feita por um cristão.

Empregando a figura de duas cidades — a celestial (composta por Deus, Seus anjos e os remidos) e a terrena (composta pelo diabo, seus anjos e a ímpia humanidade), Agostinho faz o levantamento da origem, progresso e destino final de cada uma, embora misturadas e relacionadas no presente mundo (A C*idade de Deus,* 11.1 [NPNF-1, 2:205]). A reconstituição é feita por meio da história bíblica desde a queda dos anjos até o castigo final e a bem-aventurança dos salvos, à medida que Agostinho interpreta os diversos acontecimentos e pessoas selecionados. A experiência de Caim e Abel ilustra "o ódio que subsiste entre

as duas cidades, a de Deus e a dos homens" (ibid., 15. 5 [NPNF-1, 2:287]).

A origem, ou os "fundamentos", das duas cidades emana da "diferença surgida entre os anjos", que promoveram a separação entre bons e maus (ibid. 11.1 [NPNF-1, 2:205]). Embora o diabo e seus anjos tenham sido
997 ► expulsos do Céu, caíram não porque Deus os criou ímpios por natureza. "Ele precipitou o diabo (bom pela criação de Deus, mas ímpio por vontade própria) de sua elevada posição" (ibid., 11. 17 [NPNF-1, 2:214]). Agostinho afirmava que Deus havia predito a queda de Satanás e da humanidade, mas que "Deus nunca criaria, nem anjo nem homem, cuja impiedade futura fosse prevista, a menos que tivesse igual conhecimento de que poderia utilizar isso para o bem deles próprios, embelezando assim o decurso das eras, por assim dizer, com um belo poema em contraste com suas antíteses" (ibid., 11. 18 [NPNF-1,2:215]).

Agostinho interpretava os mil anos e a prisão de Satanás (Ap 20:1-3) como símbolos da era cristã. Ele afirma que o anjo "refreou e restringiu-lhe o poder" (ibid., 20. 7 [NPNF-1, 2:427]). "Ora, o diabo foi, assim, aprisionado não só quando a Igreja começou [...], mas é aprisionado agora e o será até o fim do mundo" (ibid., 20.8 [NPNF-1,2:428]). Para Agostinho, o fato de o diabo estar preso impede-o de exercer "todo o seu poder". Por outro lado, durante esse longo período "Deus não desejaria expor as pessoas a tentações que pudessem destruir-lhes a fé ou impedi-las de crer; e, para que isso não acontecesse, o diabo foi preso" (ibid.).

Por outro lado, a igreja, "mesmo agora é o reino de Cristo. [...] Mesmo agora Seus santos reinam com Ele". Os assentos e os juizes mencionados na visão (Ap 20:4) são interpretados como significando "os assentos dos governantes e para os próprios governantes por quem a igreja está agora sendo governada" (ibid., 20. 9 [NPNF-1, 2:430]).

No fim do mundo, o diabo será solto e "se enfurecerá com toda a fúria dele mesmo e de seus anjos durante três anos e seis meses" (ibid,, 20. 8 [NPNF-1, 2:428]). O ataque que fará contra "o acampamento dos santos e a cidade querida" (v. 9) é interpretado como a última perseguição da igreja mundial por parte de todos os seus inimigos (ibid., 20. 11 [NPNF-1, 2:432]).

"Quando as duas cidades, uma de Deus e a outra do diabo, alcançarem seus próprios fins, por meio de Jesus Cristo, nosso Senhor, o Juiz dos vivos e mortos" (ibid., 21.1 [NPNF-1, 2:452]), "os corpos dos malditos, sejam homens sejam demônios, sofrerão os tormentos de um lago de fogo a arder eternamente (ibid., 21. 10, 23 [NPNF-1,2:462,469]). Assim, a cidade terrena encontra seu destino final.

B. Era da Reforma e da Pós-Reforma

1. João Calvino (1509-1564)

Como um reformador da segunda geração, João Calvino se notabilizou por sistematizar as doutrinas da fé reformada. Calvino negava a noção humanista de que os demônios não passavam de "maus sentimentos ou distúrbios que nossa carne suscita". Ele reconhecia a realidade deles como seres pessoais, sendo sua condenação ao castigo eterno a prova de sua existência *(Institutos*, 1.14.19). Não julgava proveitoso, porém, inquirir sobre a natureza da queda de Satanás. "Murmuram alguns por que a Escritura não expõe, sistemática e distintamente, em muitas passagens, [...] a queda [de Satanás] e sua causa, seu modo, tempo e natureza. Mas, uma vez que essas *coisas* nada *tem a ver* conosco, pareceu-lhe melhor, ou não dizer absolutamente nada, ou que fossem tocadas apenas de leve, pois não foi digno do Espírito Santo *nos* alimentar a curiosidade com histórias fúteis, destituídas de proveito" (ibid., 1.14.16).

A atual e maliciosa natureza de Satanás "não procede da criação, mas da depravação". Uma vez os demônios "foram anjos de Deus, mas se degeneraram e se fizeram instrumentos de perdição a outros" (ibid.).

Galvino reconhecia um conflito cósmico entre Satanás e Deus, mas afirmava que Deus restringe Satanás, forçando-o por vezes a fazer a vontade divina.

"Quanto, porém, díz respeito à discórdia e luta que dissemos existir de Satanás com Deus, entretanto assim importa admitir que isso permanece estabelecido: que aquele nada pode fazer, a não ser que Deus o queira e consínta. [„.] Consequentemente, quando dizemos que Satanás resiste a Deus e que as obras daquele são contrárias às obras deste, estamos afirmando, a um tempo, que essa !;► incompatibilidade e esse conflito dependem da permissão de Deus. [...] Como, porém, Este [Deus] o mantém amarrado e tolhido pelo freio de Seu poder, ele leva a bom termo apenas aquelas coisas que lhe foram divinamente concedidas, e assim, queira ou não, obedece a seu Criador, porquanto é compelido a prestar-lhe serviço aonde quer que o mesmo o impelir" (ibíd., 1.14.17)

Guiado por seus pontos de vista predestinacionistas, Calvino admitia que Deus empregava Satanás e os demônios para "exercitar os crentes", embora negasse que esses pudessem ser "vencidos". Por outro lado, Deus permite que Satanás exerça seu domínio sobre ímpios e incrédulos, a quem não pretende contar dentro de Seu rebanho" (ibid., 1.14.18).

2* John Milton (1608-1674)

Em 1667, cerca de 100 anos após a morte de Calvino, o poeta inglês John Milton publicou um longo poema, O *Paraíso Perdido,* ampliando-o alguns anos mais tarde. O poema — uma mescla de dados bíblicos, folclore humano e imaginação poética - atribui a queda do homem e a perda do paraíso aos enganos de Satanás. Milton exprime a origem e a animosidade permanente do diabo em termos de uma "guerra". Declara que o motivo do ódio satânico foi o orgulho e a ambição de se colocar acima de seus pares, pretendendo se tornar igual a Deus:

A Serpente infernal; foi ela com sua astúcia,
Instigada por Inveja c Vingança, que enganou
A Mãe da Humanidade, depois que o seu Orgulho
A expulsara do Céu com toda a sua Hoste
De anjos Rebeldes, por cujo auxílio almejava
Não *só cst*abelecer-sc em glória acima de seus Pares,
Mas confiava igualar-se ao próprio Altíssimo,
Caso Este se lhe opusesse. Com ambicioso desígnio
Contra o Trono e o Império de Deus,
Declarou no Céu ímpia Guerra e audaz Batalha,
Com baldados intentos. Mas a ele o Poder Onipotente,
Com dardos de fogo, do Céu Etéreo a arremessou
Com horrendo cstrépito e combustão
Para o abismo da perdição; para que ali habitasse
Com grilhões inquebrantáveís e intenso Fogo
Aquele que ousou desafiar com armas o Onipotente.
Pelo espaço que abrange nove vezes o dia e nove a noite,
Em medida humana, ele com sua turba horrenda
Foi subjugado, rolando em borbulhante Mar de fogo,
Perplexo apesar de imortal: Mas seu destino
Lhe *reserva* condenação muito maior (1-34-54).

Milton segue o relato bíblico apenas em parte. Sua crença de que Satanás é Imortal significa que a guerra cessará, mas que Satanás continuará a existir em tormentos para sempre.

C. *Era Moderna*

A descoberta dos rolos do Mar Morto (1947) popularizou a hipótese de que o interesse judeu em Satanás, conforme refletido no AT e mais ainda na literatura intertestamentária (apócrifos e pseudoepígrafos), desenvolveu-se a partir do dualismo persa. O argumento é de que o conflito entre o bom Ahura Mazda

e o mau Angra Mainyu (zoroastrianismo) fornece as bases para a compreensão de um conflito cósmico judaico entre Deus e Satanás. Existem, no entanto, importantes diferenças, e as pretensas semelhanças são questionadas (LaSor 1202; FuIIer 4:341).

O ponto de vista mais comum entre os intelectuais e os eruditos liberais simplesmente nega a axistência de um demônio pessoal e de anjos maus. Uma abordagem humanista impõe a premissa de que versões rivais do cristianismo desenvolveram a noção de Satanás a partir de antigos mitos de combate. “Mais do que qualquer outro fator, a luta contra a heresia produziu a história da rebelião original de Satanás. [...] O que se via como a oposição de Satanás a Cristo no presente foi projetada em sentido contrário na história de sua origem." “Se Satanás não existisse, a Igreja teria que inventá-lo” (Forsyth 310, 311, 317). Por outro lado, o conhecido apologista cristão C. S, Levvis defendia a existência de Satanás. “Esse poder das trevas foi criado por Deus; era bom quando foi criado, mas se tornou mau. O cristianismo concorda com o duaㅤ999 ► lismo no sentido de que este Universo está em guerra. Não acha, porém, que essa é uma guerra entre poderes independentes. Julga tratar-se de uma guerra civil, uma rebelião, e que estamos vivendo no setor do Universo ocupado pelos rebeldes" (Lewis, 50, 51).

Em geral, os eruditos liberais do NT questionam a autenticidade dos diversos aspectos registrados nos evangelhos, princípalmente as declarações e milagres de Jesus. Depois de aplicar os cânones literários do método da Alta Crítica, Joachim Jeremias, o respeitado professor alemão, admite: “Portanto, mesmo quando se aplicam às histórias de milagres as rigorosas normas críticas, permanece um núcleo comprovadamente histórico” (92). Nesses “núcleos” aceitos estão os exorcismos dos demônios realizados por Jesus e Seus discípulos, ou as “batalhas” contra Satanás, conforme ele as descreve. Comentando a reação de Jesus ao sucesso dos discípulos (Lc 10:18), ele observa: “Assim, o *logion* significa 'Eu via Satanás caindo do céu como um relâmpago’. O lançamento de Satanás para fora do mundo celestial pressupõe uma batalha anterior ocorrida no Céu, conforme descrita em Apocalipse 12:7-9. A visionária exclamação de alegria de Jesus salta o intervalo de tempo antes da crise final e vê nos exorcismos realizados pelos discípulos o alvorecer do aniquilamento de Satanás. Esse estágio já foi alcançado: os espíritos malignos estão impotentes, Satanás está prestes a ser destruído (Lc 10:18), o paraíso está acessível (v. 19), o nome dos redimidos está arrolado no Livro da Vida (v. 20).

“Não existe nenhuma analogia com essas declarações no judaísmo contemporâneo; nem a sinagoga nem Qumran nada sabem de uma derrota de Satanás que já está começando no presente” (ibid., 95).

Eruditos evangélicos sustentam a realidade de um demônio pessoal e de anjos maus. Entendem que Satanás foi uma elevada criatura angélica que se rebelou contra o Criador. Fazem distinção entre anjos caídos: uma classe é livre para andar pelas regiões celestes e terrestres com Satanás, enquanto a segunda classe está encarcerada no Tártaro. Satanás provocou a queda moral da humanidade. Embora limitado como criatura, ele está autorizado a exercer suas atividades maléficas. No devido tempo será removido das regiões celestiais e da Terra e ficará confinado no abismo por mil anos. Por fim, Satanás fará um último ataque contra Deus, mas receberá seu castigo final no lago de fogo (Ap 20:1-10). “Este será o lugar onde os anjos maus e os seres humanos perdidos ficarão em quarentena, a fim de que o restante do Universo de Deus aonde não chegou o pecado não se corrompa em seu estado eterno" (Unger, 972, 973).

Para oferecer uma teodiceia mais adequada, tendo em vista o recrudescimento

do mal e da violência na sociedade contemporânea, um recente erudito evangélico propôs uma visão radical da guerra. "Essa visão [afirma] no mínimo que todas as coisas, mesmo as coisas ruins, possuem um propósito divino específico para a sua existência." Reagindo contra a clássica abordagem filosófica cristã, ele chama a atenção para o conflito cósmico entre o Criador e os seres criados (anjos maus e humanidade caída) que se obstinaram em se rebelar contra Ele e devastar este mundo. Embora o soberano Deus seja capaz de lutar e lutará para extrair algum bem desse horripilante e demoníaco acontecimento (Rm 8:28), o acontecimento maléfico propriamente dito só existe porque seres livres que se opõem a Deus com ele consentiram" (Boyd, 35, 291, 292).

D. *Concepção Adventista do Sétimo Dia*

CJma das principais características do pensamento adventista é uma cosmovisão que concebe um grande conflito cósmico entre Deus e Satanás. Um breve estudo da Bíblia e da história da igreja, escrita a partir dessa perspectiva, foi apresentado pela primeira vez, em 1858, aos adventístas sabatistas por Ellen G. White, sob o título *Spmtual Gifts: The Great Controversy Between Christ and HisAngels, and Satan and HisAngds* (17-219). Começando com a queda de Satanás, o relato esboça o conflito desde o primeiro advento de Cristo, o início da igreja, através da Idade Média até a Reforma do século dezesseis. A última metade se concentra nos acontecimentos preditos no Apocalipse, que ► se estendem até a nova Terra. Os escritos de toda a vida da Sra. White a respeito desse tema se desenvolveram na bem conhecida série O *Conflito dos Séculos*, cujos quatro primeiros volumes delineiam o processo do conflito desde Gênesis a Apocalipse. O quinto volume, que ostenta o título abreviado do trabalho original, O *Grande Conflito,* direciona o leitor para o conflito na dispensação cristã, de "maneira a lançar luz sobre a luta do futuro" (GC, xi).

Em 1980, a Associação Geral dos Adventístas do Sétimo Dia incluiu em suas revisadas e ampliadas "Crenças Fundamentais" o parágrafo 8, intitulado "O Grande Conflito".

"Toda a humanidade está agora envolvida num grande conflito entre Cristo e Satanás, quanto ao caráter de Deus, Sua Lei e Sua soberania sobre o Universo. Esse conflito se originou no Céu, quando um ser criado, dotado de liberdade de escolha, por exaltação própria, tornou-se Satanás, o adversário de Deus, e conduziu à rebelião uma parte dos anjos, Ele introduziu o espírito de rebelião neste mundo quando levou Adão e Eva ao pecado. O pecado humano resultou na distorção da imagem de Deus na humanidade, transtorno no mundo criado e sua consequente devastação por meio de um dilúvio universal. Observado por toda a criação, este mundo tornou-se o palco do conflito universal, no qual o Deus de amor será final mente vindicado. Para auxiliar Seu povo no conflito, Deus enviou o Espírito Santo e os anjos leais para guiá-lo, protegê-lo e sustê-lo no caminho da salvação (Ap 12:4-9; Is 14:12-14; Ez 28:12-18; Gn 3; 6-8; 2Pe 3:6; Rm 1:19-32; 5:12-21; 8:19-22; ICo 4:9; Hb 1:14;)."

Os pioneiros adventístas que observavam o sábado e os escritores surgidos entre eles desenvolveram sua concepção da luta cósmica, baseando-se em grande medida nos estudos que fizeram do sistema do santuário em Hebreus e das profecias dc Daniel e Apocalipse. Examinando o ritual do santuário, eles concordaram com o mileríta Ovven Crosier (Crosíer 43) em que o bode expiatório (heb. *azazel*), que figurava nos ritos do Dia da Expiação (Lv 16:8, 20-22), era um tipo de Satanás e que o banimento do bode para o deserto prefigurava a prisão de Satanás no abismo, de acordo com Apocalipse 20. Foi assim que os observadores do sábado

cedo compreenderam a verdade de que Deus poria *um fim* ao conflito. Satanás, o originador do pecado, seria punido por sua rebeldia e destruído (4SP, 266, 267; Gilbert, 205).

Os livros proféticos de Daniel e Apocalipse deram à igreja nascente ampla compreensão dos acontecimentos envolvidos no conflito cósmico conforme sucedidos na Terra. "Eles consideravam a profecia uma descrição inspirada do antíquíssimo conflito entre o bem e o mal, e, por trás deste, da guerra personalizada entre Cristo e Satanás pelo domínio da raça humana. A profecia era para eles a inerrante descrição do grande conflito entre a verdade e o erro através dos séculos" (PFOF4, 1054).

A edição de 1887 da *The Bible-Reaãing Gazette,* em forma de livro, continha 162 leituras bíblicas no formato de pergunta-resposta, duas das quais tratam de Satanás e sua obra (n° 90, 138). Os estudos, que mesclavam tanto profecia quanto declarações bíblicas gerais, forneceram a base para as edições posteriores de *Bible Readings for the Home Circle,* Consistia numa obra denominacional padrão, que apresentava o tema sob os títulos "Origem do Mal", "Origem, História e Destino de Satanás" e "A Guerra de Satanás contra a Igreja" (cf. edições de 1935 e 1947). Abordando o conflito mais do ponto de vista profético, estava o livro de J. H. Waggoner, *From Eden to Eãen.* Em 1905, S. N. Plaskell apresentou um estudo sobre Apocalipse 12, intitulado "O Grande Conflito", em seu livro *The Story ofthe Seer of Patmos* (209-223), Ainda hoje é comum se referir ao segmento bíblico que abrange Apocalipse 11:19 a 14:20 como a visão do "Grande Conflito", uma vez que ele resume a origem de Satanás, a guerra dele contra Cristo e contra o povo de Deus durante a era cristã, e seu ataque final (Maxwell, 2:60, gráfico).

A última "peleja" de Satanás (Ap 12:17) era de supremo interesse para os primeiros adventistas sabatistas. Tendo participado na proclamação da primeira e segunda mensa-^ gens angélicas, eles procuravam entender o sentido da terceira e última mensagem (14:9-14). Como protestantes que empregavam os princípios de interpretação profética historicista, os pioneiros do movimento estavam acostumados a equiparar o chifre pequeno (Dn 7:8, 21, 25) e a besta de sete chifres semelhante a leopardo (Ap 13:1-10) com o papado romano e sua era medieval de "guerra contra os santos" (1.260 anos) que se estendia de 538 d.C a 1798.

1001

No século dezenove passaram a associar a besta de dois chifres (13:11-17) com os Estados Unidos da América, e os seus dois chifres semelhantes aos de cordeiro - símbolos de seu poder ~, com o republicanismo e o protestantismo. A "marca da besta" tinha que ver com a mudança papal do sábado para o domingo, e a "imagem da besta", com a união igreja-estado que imporia a observância do domingo sob pena de boicote e morte (ver Remanescente/Três Anjos VI.H.3; cf. PFOF4, 941-1173; Damsteegt, 192-220).

A partir desses estudos, os adventistas do sétimo dia concluíram que a última batalha de Satanás se centralizaria na questão da obediência à divina lei moral dos dez mandamentos, em especial, o preceito do sábado. Visto que a mensagem do terceiro anjo (Ap 14:9-13) contém uma severa advertência mundial contra a recepção da marca e contra a adoração da besta e de sua imagem, as decisões tomadas nesse conflito supremo serão uma questão de vida ou morte. Com alguns aprimoramentos, essa visão da última "batalha" da guerra cósmica se tornou a concepção padrão adventista.

Em tempos recentes, os adventistas do sétimo dia passaram a ver as referências feitas pelo Apocalipse à batalha do Armagedom (Ap 16:12-16) como parte integrante da unidade teológica de Apocalipse 12-19. Consequentemente, a visão não se limita a

um grande, definitivo e escatológico embate político das nações, uma crença que passou a ser admitida após os primeiros anos de pioneirismo e partilhada por outros grupos cristãos. Pelo contrário, o Armagedom é apresentado como a batalha culminante do grande conflito entre as forças do bem e do mal, iniciado no Céu e que terminará na Terra (Ap 12:7-9, 12). O Armagedom é caracterizado como a "peleja do grande Dia do Deus To do-Poderoso" (Ap 16:14). Ele coincide, portanto, com o dia do juízo divino universal (LaRondelle, 7:374).

A compreensão adventísta dos amplos aspectos do conflito cósmico tem levado a uma viva consciência desse mesmo conflito a um nível pessoal.

Como os crentes estarão sujeitos aos severos enganos e tentações de Satanás, especialmente no tempo do fim, eles precisam dar provas de um compromisso com Cristo que controle as decisões diárias e a maneira de viver. Nesse contexto, o tema bíblico da preparação para o reino vindouro assume especial importância. Como Paulo escreveu a Tito: "Porquanto a graça de Deus se manifestou salvadora a todos os hómens, educando-nos para que, renegadas a impiedade e as paixões mundanas, vivamos, no presente século, sensata, justa e piedosamente, aguardando a bendita esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus" (Tt 2:11-13).

Por essa razão, os cristãos devem ter profundo e genuíno interesse em praticar a vontade de Deus na vida diária, porque uma vida em harmonia com os princípios cristãos, tanto os explícitos nas Escrituras quanto os presentes nas leis divinas demonstradas na natureza, condiz com pessoas que se preparam para o retorno de Cristo. Às vezes, alguns têm aplicado mal essa ênfase na vida cristã, a ponto de diminuir a verdade central do evangelho, o poder justificador de Cristo. Entre os adventistas, essa tendência ficou teologicamente equilibrada no reavivamento da justificação pela fé iniciado numa reunião da Associação Geral em 1888. Embora resistida a princípio por alguns, inclusive por líderes da igreja, a justiça pela fé é boje elemento central na teologia bíblica adventísta.

Essa ênfase prática no estilo de vida é resultado da profunda convicção de que o movimento adventísta do sétimo dia exerce papel similar ao de Elias e João Batista: preparar um povo para a volta de Cristo (SGl, 30, 31). João apelou ao povo para que se arrependesse de seus pecados e desse frutos dignos de genuíno arrependimento (Mt 3:2, 8). + 1002
Em virtude das enormes pressões que Satanás exercerá contra os crentes no tempo do fim, quando a própria vida estará em risco (Ap 13), somente aqueles cujo caráter estiver em harmonia com Deus receberão o selo da aprovação divina e permanecerão fiéis.

"Que estais fazendo, irmãos, na grande obra de preparação? Os que se estão unindo com o mundo estão recebendo o molde mundano e se preparando para o sinal da besta. Os que desconfiam do eu, que se humilham perante Deus e purificam a alma pela obediência à verdade, esses estão recebendo o molde celestial e se preparando para receber na fronte o selo de Deus. Quando vier o decreto, e o selo for aplicado, o caráter dessas pessoas permanecerá puro e sem mácula para toda a eternidade" (T5, 216).

Resumo. A compreensão adventísta do conflito cósmico deu à igreja uma cosmovisao judiciosa e integrada. Todo ensino bíblico tem seu lugar e importância dentro de seu escopo teológico. A concepção fornece uma "janela" para o Deus soberano e criador — Seu caráter, lei e governo. Ela expõe o mistério do pecado — o que é, como começou e por que não foi logo detido. Em resposta ao sofrimento da humanidade, a graça de Deus foi generosamente concedida aos pecadores através de um plano de salvação - retratado em amplas pinceladas

nos tipos do santuário hebraico e predito pelas profecias; cumprido pela morte, ressurreição e mediação sacerdotal do Deus Filho encarnado, e confiado à igreja para divulgá-lo às populações do mundo, pelo poder capacitador do Espírito Santo.

As consequências de longo alcance do conflito exigem uma decisão final que mantenha a integridade da escolha humana e, ao mesmo tempo, tragam como resultado uma decisão conjunta que rejeite as afirmações e acusações de Satanás em favor de Deus, o verdadeiro governador moral do Universo. A ruína operada pelo reinado do pecado torna necessários o retorno de Cristo, a ressurreição dos mortos, a destruição de Satanás, dos anjos caídos e dos seres humanos impenitentes, bem com a recriação da Terra como o eterno lar dos redimidos. Assim, a providência divina prevalece sobre o terrível dano causado por esse conflito cósmico, para garantir a harmonia e felicidade eterna da criação inteligente,

VIII. Comentários de Ellen G. White

A. *Um Apelo à Compreensão*

"A Bíblia se explica por si mesma. [...] O estudante deve aprender a ver a Palavra como um todo, e bem assim a relação de suas partes. Deve obter conhecimento de seu grandioso tema central, do propósito original de Deus em relação a este mundo, da origem do grande conflito e da obra da redenção. Deve compreender a natureza dos dois princípios que contendem pela supremacia, e aprender a delinear sua operação através dos relatos da História e da profecia, até à grande consumação. Deve enxergar como esse conflito penetra em todos os aspectos da experiência humana; como em cada ato de sua vida ele próprio revela um ou outro daqueles dois princípios antagônicos; e como, quer queira quer não, ele está mesmo agora a decidir de que lado do conflito estará" (Ed, 190).

jB. o *Grande Conflito Previsto*

"O plano de nossa redenção não foi um pensamento posterior, formulado depois da queda de Adão. Foi a revelação "do mistério que desde tempos eternos esteve oculto" (Rm 16:25). Foi um desdobramento dos princípios que têm sido, desde os séculos da eternidade, o fundamento do trono de Deus. Desde o princípio, Deus e Cristo sabiam da apostasia de Satanás e da queda do homem mediante o poder enganador do apóstata. Deus não ordenou a existência do pecado. Previu-a, porém, e tomou providências para enfrentar a terrível emergência" (DTN, 22).

"A Divindade se moveu de compaixão pela raça, e o Pai, o Filho e o Espírito Santo ■* deram-Se a Si mesmos ao estabelecerem o plano da redenção" (CS, 222). 1003

"Nos concílios do Céu, antes de o mundo ser criado, o Pai e o Filho celebraram uma aliança pela qual, se o homem fosse desleal a Deus, Cristo, um com o Pai, tomaria o lugar do transgressor e sofreria o castigo que a justiça lhe impusesse" (Ms, 145, 1897; SDABC6, 1070).

C. A *Origem do Conflito*

I. A Lei Moral: Fundamento do Governo Divino

"Tudo na natureza, desde a minúscula partícula de pó no raio de sol até os mundos, nas alturas, encontra-se debaixo de leis. E da obediência a essas leis dependem a ordem e a harmonia do mundo natural. Assim, há grandes princípios de justiça a reger a vida de todo ser inteligente, e da conformidade com esses princípios depende o bem-estar do Universo, Antes que a Terra fosse chamada à existência, já existia a lei de Deus. Os anjos são governados por Seus princípios, e, para que a Terra esteja em harmonia com o Céu,

também o homem deve obedecer aos divinos estatutos. No Éden, Cristo deu a conhecer ao homem os preceitos da lei quando as estrelas da alva juntas alegremente cantavam, e todos os filhos de Deus rejubilavam' (Jó 38:7). A missão de Cristo na Terra não era destruir a lei, mas, por Sua graça, levar novamente o homem à obediência de Seus preceitos" (MDC, 48).

"Sendo a lei do amor o fundamento do governo de Deus, a felicidade de todos os seres criados dependia de sua perfeita harmonia com seus grandes princípios de justiça. Deus deseja de todas as Suas criaturas serviço de amor—homenagem que brote de uma apreciação inteligente de Seu caráter. Ele não tem prazer em uma submissão forçada, e a todos confere vontade livre, para que possam Lhe prestar serviço voluntário" (GC, 493).

2, Por Que Lúcifer Não Foi Destruído no Começo do Conflito

"Mesmo quando foi decidido que ele não mais poderia permanecer no Céu, a Sabedoria infinita não destruiu a Satanás. Visto que apenas o serviço por amor pode ser aceito por Deus, a submissão de Suas criaturas deve repousar em uma convicção sobre a Sua justiça e benevolência. Os habitantes do Céu e de outros mundos, não estando preparados para compreender a natureza ou as consequências do pecado, não poderíam ter visto então a justiça e a misericórdia de Deus com a destruição de Satanás. Houvesse ele sido imediatamente excluído da existência, e teriam servido a Deus antes por temor do que por amor. A influência do enganador não teria sido destruída por completo, tampouco o espírito de rebelião se teria des arraigado totalmente. Devia-se permitir que o mal chegasse a sazonar. Para o bem do Universo inteiro, através dos séculos sem fim, devia Satanás desenvolver mais completamente seus princípios, para que suas acusações contra o governo divino pudessem ser vistas sob sua verdadeira luz por todos os seres criados, e para sempre pudessem ser postas acima de qualquer dúvida a justiça e a misericórdia de Deus e a imutabilidade de Sua lei" (GC, 498, 499).

3. A Queda da Humanidade: Padrão Similar à Queda de Satanás

"O fruto nada tinha propriamente de venenoso, e o pecado não consistiu meramente em ceder ao apetite. Foi a desconfiança da bondade de Deus, descrença em Sua palavra e a rejeição de Sua autoridade que tornaram nossos primeiros pais transgressores, e que trouxeram a este mundo o conhecimento do mal" (Ed, 25).

D. O *Conflito na Terra* — AT

1. Satanás Usurpa o Controle da Terra

"Depois de tentar o homem a pecar, Satanás reclamou a Terra como sua, e intitulou-se príncipe deste mundo. Havendo levado os pais de nossa raça à semelhança com sua própria natureza, julgou estabelecer aqui seu império. Declarou que os homens o haviam escolhido como seu soberano, Através de seu domínio sobre os homens, adquiriu império sobre o mundo" (DTN, 114, 115).

2. Obediência à Lei Moral: Base para a Prosperidade

"Era o Seu [de Deus] propósito na criação que a Terra fosse habitada por seres cuja < 1004 existência fosse uma bênção, a si mesmos e entre si, e uma honra a seu Criador [...].

"Deus revelou em Sua lei os princípios que constituem a base para toda a prosperidade, tanto das nações como dos indivíduos. 'Esta será a vossa sabedoria e o vosso entendimento' (Dt 4:6), declarou Moisés aos israelitas acerca da lei de Deus. 'Esta palavra não vos é vã; antes, é a vossa vida' (Dt 32:47). As bênçãos que assim se asseguravam a Israel, nas mesmas condições e em grau igual se asseguram a toda nação e indivíduo debaixo do vasto céu" (Ed, 174).

3. Satanás Subverte a Obediência Israelita

"Satanás estava decidido a conservar a posse da terra de Canaã; e, quando se tornou ela a habitação dos filhos de Israel, e a lei de Deus se fez a lei do país, ele odiou a Israel com ódio cruel e funesto, e tramou a sua destruição. Pela operação de espíritos maus, deuses estranhos foram introduzidos; e, por causa da transgressão, o povo escolhido foi finalmente disperso da terra da promessa" (PP, 688, 689).

JE. O *Conflito nu Terra — NT*

1. A Necessidade de Revelar o Verdadeiro Caráter de Deus à Humanidade

"A Terra se obscureceu devido à má compreensão de Deus. Para que as tristes sombras se pudessem iluminar, para que o mundo pudesse volver ao Criador, era preciso que se derribasse o poder enganador de Satanás. Isso não se podia fazer pela força. O exercício da força é contrário aos princípios do governo de Deus; Ele deseja unicamente o serviço de amor; e o amor não se pode impor; não pode ser conquistado pela força ou pela autoridade. Só o amor desperta o amor. Conhecer a Deus é amá-Lo; Seu caráter deve ser manifestado em contraste com o de Satanás. Essa obra, unicamente um Ser, em todo o Universo, era capaz de realizar. Somente Aquele que conhecia a altura e a profundidade do amor de Deus, podia torná-lo conhecido. Sobre a negra noite do mundo, devia Se erguer o Sol da Justiça, trazendo salvação 'sob as Suas asas' (Ml 4:2)" (DTN, 22).

2. O Verdadeiro Caráter de Satanás também Revelado na Cruz

"Satanás [...] promoveu a rejeição de Cristo por parte do mundo [...]. Os fogos da inveja e maldade, ódio e vingança, que se achavam contidos, irromperam no Calvário contra o Filho de Deus, ao mesmo tempo em que o Céu todo contemplava a cena em silencioso horror" (GC, 501).

"Até à morte de Jesus, o caráter de Satanás não fora ainda claramente revelado aos anjos e mundos não caídos. O arquiapóstata se revestira por tal forma de engano, que mesmo os santos seres não lhe compreenderam os princípios. Não viram claramente a natureza de sua rebelião" (DTN, 758).

"Satanás viu que estava desmascarado. Sua administração foi exposta perante os anjos não caídos e o universo celestial. Revelara-se um homicida. Derramando o sangue do Filho de Deus, desarraigou-se Satanás das simpatias dos seres celestiais [...]. Estavam rotos os derradeiros laços de simpatia entre Satanás e o mundo celestial" (ibid., 761).

3. A Cruz: Justiça e Misericórdia Divinas Demonstradas

"Deus não mudou Sua lei, mas sacrificou-Se a Si mesmo em Cristo, para redenção do homem. 'Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo' (2Co 5:19)" (ibid,, 762).

"Deus manifestara Sua repulsa aos princípios da rebelião. O Céu todo viu a Sua justiça revelada, tanto na condenação de Satanás como na redenção do homem. Lúcifer declarara que, se a lei de Deus fosse imutável e seu castigo não pudesse ser abrandado, todos os transgressores deveríam ser para sempre privados do favor do Criador. Alegara que a raça pecadora se colocara para além da redenção e, consequentemente, era sua legítima presa. A morte de Cristo, porém, era um argumento em prol do homem, argumento que se não podería refutar. A pena da lei recaiu sobre Aquele que era igual a Deus, ficando livre o homem para aceitar a justiça de Cristo, e, por uma vida de arrependimento e humilhação, triunfar, como o Filho de Deus, sobre o poder de Satanás.

1005*

Assim, Deus é justo e justificador de todos os que creem em Jesus" (GC, 502, 503).

4. O Conflito no Microcosmo

"Muitos há que não consideram esse conflito entre Cristo e Satanás como tendo relação especial com sua própria vida; pouco interesse tem para eles. Mas essa Juta repete-se nos domínios de cada coração. Ninguém abandona jamais as fileiras do mal para o serviço de Deus, sem enfrentar os assaltos de Satanás. As sedutoras sugestões a que Cristo resistiu foram as mesmas que tão difícil achamos vencer" (DTN, 116).

"Satanás assaltou a Cristo com as suas mais cruéis e sutis tentações; foi, porém, repelido em cada conflito. Aquelas batalhas foram travadas em nosso favor; aquelas vitórias nos tornam possível vencer. Cristo dará força a todos os que a busquem. Sem o consentimento próprio, ninguém poderá ser vencido por Satanás. O tentador não tem poder para governar a vontade ou forçar a alma a pecar. Pode angustiar, mas não contaminar. Pode causar agonia, mas não o aviltamento. O fato de Cristo ter vencido deve incutir em Seus seguidores coragem para combater varonilmente na peleja contra o pecado e Satanás" (GC, 510).

"A lei requer justiça - vida justa, caráter perfeito; e isso não tem o homem para dar. Não pode satisfazer as reivindicações da santa lei divina. Mas Cristo, vindo à Terra como homem, viveu vida santa e desenvolveu caráter perfeito, Estes oferece Ele como dom gratuito a todos quantos O queiram receber. Sua vida substitui a dos homens. Assim obtêm remissão de pecados passados, mediante a paciência de Deus. Mais que isso, Cristo lhes comunica os atributos divinos. Forma o caráter humano segundo a semelhança do caráter de Deus, uma esplêndida estrutura de força e beleza espirituais. Assim, a própria justiça da lei se cumpre no crente em Cristo. Deus pode ser justo e justificador daquele que tem fé em Jesus' (Rm 3:26)" (DTN, 762).

F. O Conflito Encerrado

1. A Natureza do Último Conflito sobre a Lei de Deus

"Desde o início do grande conflito no Céu, tem sido o intento de Satanás subverter a lei de Deus. Foi para realizar isso que entrou em rebelião contra o Criador; e, posto que fosse expulso do Céu, continuou a mesma luta na Terra. Enganar os hon * levando-os assim a transgredir a lei de Deus, é o objetivo que perseverantemente tem procurado atingir. Quer seja isso alcançado p^ndo de parte toda a lei, quer rejeitando um de seus preceitos, o resultado será finalmente o mesmo. Aquele que tropeçar em um só ponto' manifesta desprezo pela lei toda; sua influência e exemplo estão do lado da transgressão; torna-se culpado de todos (Tg 2:10).

"Procurando lançar o desprezo sobre os estatutos divinos, Satanás perverteu as doutrinas da Escritura Sagrada, .ssim se incorporaram erros na fé alimentada por milhares dos que professai.; crer nas Escrituras. O último grande conflito entre a verdade e o erro não é senão a luta final da prolongada controvérsia relativa à lei de Deus. Estamos agora a entrar nessa batalha - batalha entre as leis dos homens e os preceitos de Jeová, entre a religião da Bíblia e a religião das fábulas e da tradição" (GC, 582).

2. Sábado: Teste de Lealdade

"Mas ninguém deverá sofrer a ira de Deus antes que a verdade se lhe tenha apresentado ao espírito e ã consciência, e haja sido rejeitada [...]. Caua qual receberá bastante esclarecimento para tomar inteligentemente a sua decisão.

"O sábado será a pedra de toque da lealdade; pois é o ponto da verdade especialmente controvertido. Quando sobrevier aos homens a prova final, traçar-se-á a linha divisória entre os que servem a Deus e os que não O servem. Ao passo que a observância

1006

do sábado espúrio, em conformidade com a lei do Estado, contrária ao quarto mandamento, será uma declaração de fidelidade ao poder que se acha em oposição a Deus, é a guarda do verdadeiro sábado, em obediência à lei divina, uma prova de lealdade para com o Criador. Ao passo que uma classe, aceitando o sinal de submissão aos poderes terrestres, recebe o sinal da besta, a outra, preferindo o sinal da obediência à autoridade divina, recebe o selo de Deus" (GC, 605).

"Agora é o tempo de se preparar. O selo de Deus nunca será posto sobre a fronte de um homem ou mulher impuros. Jamais será posto sobre a fronte do homem ou da mulher ambiciosos e amantes do mundo, Jamais será posto sobre a fronte de homens e de mulheres de línguas falsas e corações enganosos, Todos quantos recebem o selo devem estar sem mancha perante Deus: candidatos ao Céu" (T5, 216).

G. *Álgtnnas Implicações Teológicas*

1. Vindicaçao do Caráter de Deus

"O plano da redenção tinha um propósito ainda mais vasto e profundo do que a salvação do homem. Não foi para isso apenas que Cristo veio à Terra; não foi simplesmente para que os habitantes deste pequeno mundo pudessem considerar a lei de Deus como devia ela ser considerada; mas foi para reivindicar o caráter de Deus perante o Universo. Para esse resultado de Seu grande sacrifício, ou seja, a influência do mesmo sobre os entes de outros mundos, bem como sobre o homem, olhou antecipadamente o Salvador quando precisamente antes de Sua crucifixão disse: 'Agora é o juízo deste mundo, agora será expulso o príncipe deste mundo. E Eu, quando for levantado da terra, todos atrairei a Mim' (Jo 12:31 e 32). O ato de Cristo ao morrer pela salvação do homem, não somente tornaria o Céu acessível à humanidade, mas perante todo o Universo justificaria a Deus e a Seu Filho, em Seu trato com a rebelião de Satanás. Estabelecería a perpetuidade da lei de Deus e revelaria a natureza e os resultados do pecado" (PP, 68, 69).

2. Rebelião: uma Lição para o Universo

"A rebelião de Satanás deveria ser uma lição para todo o Universo por todos os séculos vindouros, um testemunho perpétuo da natureza e terríveis resultados do pecado. A consequência do governo de Satanás - seus efeitos tanto sobre os homens como sobre os anjos - mostraria qual o fruto de rejeitar a autoridade divina. Testificaria que, da existência do governo de Deus e de Sua lei, dependem o bem-estar de todas as criaturas que Ele fez. Assim sendo, a história dessa terrível experiência de rebelião deveria ser perpétua salvaguarda a todos os santos seres, impedindo-os de serem enganados quanto à natureza da transgressão, livrando-os de cometer pecado e de sofrer o seu castigo" (GG, 499).

3. Uma Criação Testada: Leal para Sempre

"O Universo todo terá sido testemunha da natureza e resultados do pecado. E seu completo extermínio, que no princípio teria acarretado o temor dos anjos, desonrando a Deus, reivindicará agora o Seu amor e estabelecerá a Sua honra perante a totalidade dos seres que se deleitam em fazer a Sua vontade, e em cujo coração está a lei divina. Jamais o mal se manifestará de novo. Diz a Palavra de Deus: 'Não se levantará por duas vezes a angústia (Na 1:9). A lei de Deus, que Satanás acusara de jugo de servidão, será honrada como a lei da liberdade. Uma criação experimentada e provada nunca mais se desviará da fidelidade para com Aquele cujo caráter foi perante eles amplamente manifesto como expressão de amor insondável e de infinita sabedoria" (ibid,, 504).

4, Justiça Divina

"Uma vida de rebeldia contra Deus incapacitou-os [os ímpios] para o Céu. A pureza, santidade e paz dali lhes seriam uma tortura; a glória de Deus seria um fogo consumidor. Almejariam fugir daquele santo lugar. Receberíam alegremente a destruição, para que pudessem se esconder da face dAquele que morreu para os remir. O destino dos ímpios se fixa por sua própria escolha. Sua exclusão do Céu é espontânea da sua parte e justa e misericordiosa da parte de Deus" (ibid., 543).

1007 ►

IX. Literatura

Augustine. *The City of God.* Trad. Marcus Dods. *Nicene and Post-Nicene Fathers of the Christian Church.* Ed. Philip Schaff. Grand Rapids: Eerdmans, 1979. V. 2.

Bauer, Walter. *A Greek-EngUsh Lexicon of the New Testament,* Trad. William R Arndt e R Wilbur Gingrich. Chicago: University of Chicago Press, 1957.

Bible-Readmg Gazette, The. Battle Creek; Review and Plerald, 1887.

Bible Readings for the Home Circle. Washington: Review and Herald, 1914, 1935, 1947.

Boyd, Gregory A. *God at War: The Bible and Spiritual Conflict.* Downers Grove: InterVarsity, 1997.

Calvin, John. *Institutes of the Christian Religion,* Edição em um volume. Trad. Henry Beveridge. Grand Rapids: Eerdmans, 1989, 1997.

Crosier, O. R. L. "The Law of Moses." *The Day-Star Extra,* 7 de fevereiro de 1846.

Damsteegt, P. Gerard. *Foundations of the Seventh-day Adventist Message and Mission.* Berrien Springs: Andrews University Press, 1977.

Daniells, Arthur G. *Christ Our Righteousness.* Washington: Review and Herald, 1941.

Forsyth, Neil. *The Old Enemy: Satan and the CombatMyth.* Princeton: Princeton University Press, 1987.

Froom, LeRoy E. *Tire Prophetic Faith ofOnr Fathers.* 4 vols. Washington: Review and Herald, *1946*-1954.

Fuller, Daniel P. "Satan." *International Standard Bible Encyclopedia.* Ed. rev. Ed. Geoffrey W. Bromiley, v. 4. Grand Rapids: Eerdmans, 1988.

Gilbert, F. C. *Messiah in His Sanctuaiy.* Washington: Review and Herald, 1937.

González, Justo L. *A History of Christian Thought.* v. 1. Nashville: Abingdon, 1970.

Plaskell, Stephen N. The *Stor)> of the Seer of Patmos.* Washington: Review and Plerald, 1905.

Holbrook, Frank B. *TheAtoning Priesthood of Jesus Christ.* Berrien Springs: Adventist Theological Society Publícations, 1996.

Jeremias, Joachim. *New Testament Theology.* Nova York: Scribner's, 1971.

LaSor, William S. "Zoroastrianism." *Evangelical Dictionary of Theology.* Ed. Walter A. Elwell. Grand Rapids: Baker Book House, 1984.

LaRondelle, Plans K. "Armageddon: Sixth and Seventh PI agues." Em *Symposhun on Revelation,* ed. Frank B. Holbrook, 2:373-390. Daniel and Revelation Committee Series. Si I ver Spring: Biblical Research Institute, 1992.

Lewis, C. S. *Mere Christianity.* Nova York: Macmillan, 1952.

Maxwell, C. Mervyn. *God Cares: Revelation.* Boise: Pacific Press, 19S5.

Milton, John. *Paradise Lost and Paradise Regained.* Ed. Ghristopher Ricks, The Signet Classic Poetry Series. Nova York: Penguin, 1968.

Origen. *De Príncipiis. Ante-Nlcene Fathers,* v. 4. Ed. Alexander Roberts e James Donaldson. Grand Rapids: Eerdmans, 1979.

Schaff, Philip. *Histor}' of the Chrístian Church,* v. 2. Grand Rapids: Eerdmans, 1959.

Seventh-day Adventists Believe. Washington D.C.: Ministerial Association, General Conference of Seventh-day Adventists, 1988.

Unger, Merrill F. "Satan." *Evangelical Dictionary of Theology.* Ed. Walter A. Elwelb Grand Rapids: Baker, 1984.

Van Alstine, G. A. "Dispersion." *The International Standard Bihle Encyclopedia,* v. 1. Ed. rev. Ed. Geoffrey W. Bromiley. Grand Rapids: Eerdmans, 1979.

Waggoner, J. H. *Eâen to Eden.* Oakland: Pacific Press, 1890.

8091

ANF — The Ante-Nicene Fathers, Ed. Alexander Roberts and James Donaldson. 10 vols. Nova York: Christian Literature Co., 1885-1887.

NPNF-1 -The Nicene and Post-Nicene Fathers. First series. Ed. Philip Schaff. 14 vols. Nova York: Christian Literature Co., 1886-1889.

índice Geral

Abelardo, Pedro, 217, 341
salvação, 341
Abismo, sem funda, 1027
Abnegação, 77$
Abordagem sincrõníca, 107
Abono, 780,820,821, 828
uma questão teológica, 621
Abuso de crianças, 818
AçBes de graça
referência ao segundo advento, 994
Acomodação, nas Escrituras, 38
Adão
a morte veio por meio de Adao, 242
realidade histórica de, 272
um substantivo coletivo, 236
Adão e Eva
agentes morais livres, 264
beneficiando-se do sacrifício de Cristo, 423
criaturas de responsabilidade e responsabilização, 264
destino duplo, 264
representantes de Deus, 724
resultados do pecado para, 284
vegelarianos, 474
Adapa, 376
Administração e trabalho, 776
Adoção, 820-821
costume romano de, 324
e salvação, 324-325
relação com a Justificação, 324
uso bíblico, 324
Adocianismo, 161
Adorno, 785-786
Adra, 21
Adultério
José define a regra, 754
Adventista(s)
como reformadores de satlde, 864
compreensão do milênio, 1Ü39
cristologia, 224
c dons, 712-714
eclesiologia, 639
educação e missão, 10
história, 9
missões fronteiriças, 19
observância do sábado, 585-589
organização, 10
ponto de vista do grande conflito, 1104-1107
práticas sabatistas, 588-589
profética interpretação, 899, 900
Adventlstas do Sétimo Dia
a vinda de Cristo, 1015
arfanismo, 224
Ceia do Senhor, 669
compreensão da apocalíptica bíblica, 899
compreensão da ressurreição. 415
crescimento da igreja, 14
desenvolvimentos teológicos, 23
dízimos, 737
doutrina de Deus, 168
doutrina do pecado, 297
c a igreja remanescente, 981
e a segunda vinda, 1015-1017
experiência cm mordomia, 736
es pi ação, 224
finanças, 737
missão dos, 24
ofertas, 738
orientação do dom profético, 712
precursores dos, 2
quem são os, *1*
visão da Criação, 503
Advento, segundo, 2, 1027
ver também segunda vinda de Cristo
Agostinho de Hfpona, 542, 630, 654
alma, 380
casamento, 824
Céu, 1061
Criação, 496
depmvação do homem, 254
dízimos, 735
doutrina de Deus, 162
duas cidades, 106Í, 1100
esquema amilonirio, 1038
grande conflito reconhecido, 1100, 1101
juízo, 941
lava-pés, 659
lívrc-arbftrio, 292
milênio, 1035, 1036
pecado original, 292
profecia, 892
queda de Satanás, 1101
Sábado, 580
salvação, 339
segunda vinda, 1013
Aiún, Aiônios, 1097
Ajudantes literários
EHen Whitc utilizava, 704
Albury Park, conferências, 2, 1038
Alcázar, 894
Alcoolismo, 818
Alexandria
hermenêutica, 101
Allança(s), 311-313,429, 435
abraâmica, sinaítfca e davfdica, 311
adãmica, 311
antiga, 312
bênçãos c maldiçBes, 914
com Abraão e no Muittç Sinai, 604
e santidade. 429
exigida obrigação mútua, 521
noética, 311
nova, 312, 435,959
protoevangelho, 311
Alimentos
limpos e Imundos, 99
Alma, 406
na Bíblia, 240
nenhuma existência sem vida física, 356
Alma e espírito, 368
na Bíblia, 240,247
Altar
de Incenso, 425
de sacrifícios, 424
Alto Clamor, 973
Ambróslo de Milão
Ceia do Senhor, 666
dízimo, 735
Amilenaristas, 898, 1033, 1038
Amor
chave para a perfeição, 336
como um Imperativo, 759
de Cristo, 197
de Deus e, 197, 300
de Deus. na vida e morte de Jesus Cristo, 126
e Julgamento divino, 942
impacto do, amor sobre a obediência, 759-760
suprema base para o arrependimento, 331
supremo fruto do, 759
Amorreuí, 911
Anabatistas, 165, 582, 655
batismo, 655
igreja, 975
intérpretes, 975
lava-pés, 660
Análise literária, 85
Anciãos, 614
autoridade, 622
Andrews, John Nevins, 10, 587
BabllOnta, 979
Publicaçóes 15, 980
Anglicanismo, 634
Aníquilacionísmo, 246,247,253
Anjo
deYahweh, 139
do Apocalipse, 11, 488, 966
do Senhor, 90
Anjos, 139
caídos, 1079
ocorreu uma queda, 271
Três mensagens angélicas, 965-973, 977-986, 1094
Ano sabático, 554
Anselmo da Canterbury, 216, 452
pecado original, 293
salvação, 341
Anticrisio, 964
Pauto, 960-961
Antiga Aliança
contexto polêmico, 312
Antioquia, Inácio de
estado dos mortos, 379
Antítipo/lipo, 435
Antropologia, 231
Antropomorfisino, 38
Anulação, 826
Apocalipse, 993
Apocalíptica bíblfca, 870-888
declínio da, históricismo, 891
dcfiniçScs e características, 871-877
interpretação alegórica, 891, 892
interpretando, 877
método historicista, 883, 884, 889, 893
ver também Literatura apocalíptica
Apocalípticismo, 991-993
Apolinário, 215
Apostasia
corrupção da religião cristã, 1090
da igreja na profecia, 959
dentro da igreja cristã, 1090
na igreja, 959-961
Apostólica escritos
parte da Sagrada Escritura, 43
Apóstolos
doze, 613
não têm sucessores, 614
também são profetas, 693
Aqui nr), Tomás de
Agostinho, 654
alma, 253, 380
Batismo, 655
Criação, 497
doutrina de Deus, 163
juízo, 941
lei, 542
pecado, 293
ressurreição, 412
revelação, 54
sábado, 581,825
Arbítrio, livre, 131, 257
Arca da Aliança. 425
Arianismo, 161, 295, 344
Ario, 215
Aristóteles, 378
Arístotdismo, 159
Armagedom
batalha culminante do grande conflito, 1105

Armfnio, Jacó, 165,294
eJeição, 344
Arrependimento, 329
motivação, 331
significado e conteúdo do, 330
termos usados, 329
uma mudança de mente, 330
Arvore do conhecimento do bem e do mal, 725
Ascensão de Cristo, 209
Cristo tinha ido para t> Pal, 209
Assembléia da Associação Geral de Minneapolis, 12
Astruc, Jean. 499
Atanásio. 215
Alenágoras, 412
Atributos de Deus
amor, 126,127
eternidade, 124
imutabilidade, 125
ira. 127
mistério, 129
transcend£ncla, 128
Trindade, 138-141. 144, 156, 157
unidade, 138
Audição
revelatúria, 690
Aujcn, G.. 939
Autocontrole, 787, 853
Autocstima, 785
Autonomia
primeiro pecado da criatura, 1078
Autoridade, 813
apostólica, 621
da Escritura, 622
na Igreja, 622
u Universu está sujeito a, 1078
Auto rrevel ação, divina, 26-31
Azazel, 434
origlnador do pecadn, 450

Babilônia, 963,964,969-972,979
Bacia, 424
Raílllc, Donald
doutrina de Cristo, 220
Bali. B., 1014
Bara\ 469
Barth, Karl
doutrina de Cristo, 219
doutrina de Deus, 166
igreja, 637
pecado, 297
ressurreição, 414
revelação, 59
Basflio, o Grande
tradições, 54
Bates, José
Ellen YVhite, 703
sábado, 585, 586
Batismo, 616-618, 647-656
antecedentes e origens, 616
antecedentes, 653
arrependimento exigido, 671
comissão para, 648
considerações práticas, 651-653
contexto histórico, 653
Cristo e o exemplo, 671
de bebês, 6)8
de Jesus, 648
de João, 647
do crente, 618. 651
em Atos, 649
ensinamentos adventistas sobre, 656
ensina bfbiico, 647
entrada na igreja, 651
era moderna, 655
Espírito Santo, 618
forma de, 617
Gregário de Nazianzo, 654
Idade Média, 654
igreja pós-nicena, 654
imersáo, 617
infantil, 651,653,656
livro de Atos, 649,650
necessidade, 671
nos escritos paultnos, 650, 651
período pós-apostdlico, 653
posição adventlsta, 656
preparação dos candidatos, 672
Reforma, 655
significado do, 617, 648, 649, 653, 670
terminologia, 647
uma promessa, 671
Batismo infantil, 651, 653, 656
aceito, 654
Barth, Karl, 656
casamento, 825
Concilio de Cartago, 654
Concilio Mundial de Igrejas, 656
Cullmann, Oscar, 656
Jeremias, Joachim, 656
Orfgenes, 654
Tertuliano, 653
Batistas do sétimo dia, 584
Battle Creek Collcgc, 10
Battle Creek Sanllarium, 13, 20
Beaslcy-Murray, G. R., 1058
Bcckwlth, I. T., 1055
Beker,]. Chrfstiaan, 415
Beleza, 784
Bellarmlne, Robert, 894
Bênção
de companheirismo, 805
do sétimo dia, 551
posta sobre o sétimo dia, 475
sobre animais e seres humanos, 475
Bengel, Johann
milênio, 1037
Berknuwer, G, C„ 1010
Besta
de dais chifres do Apocalipse 13, 1093
Besta semelhante a leopardo de Apocalipse 13,1093
Bíblia, 57, 59
análise verso por verso, 89
aparente discrepância, 83
autoridade divina, 38
como história confiável, 81
como Palavra de Deus. 753
diferente de qualquer outro livro, 46
e ciência, 504
e o estilo do vida cristã, 753
imperfeições morais. 57
livro inspirado, 39
origens históricas, 82
tratada coma qualquer outro livro, 752
ver também Escrituras
Bictenhard, H..
esquema amilcnarista, 1038
Bispo de Roma
prccminência especial, 631
sucessores de Pedro, 631
Bispos, 614
no lugar dos apóstolos, 629
Blackburne, 382
Blount, Charles, 57
Bode expiatório
um tipo de Satanás, 1104
Bonhoeffer, Dletrich, 756
Bonivctsch, N., 708
Boyd, Gregory, 1104
Brabourne, Teófilo, 584
Brciver, Davld, IÜ0
Bright, John, 1058
Bruce, F. R„ 79
Brunner, Eml!
pecado original, 297
ressurreição, 414
Buccr, Martin, 582
Budistas, 1061
Bulllnger, Heinrich
milênio, 1036
Bultmann, Rudalph, 1015
doutrina dc Cristo, 219
ressurreição, 414
Butler, Gcorge I., 60

Calcedflnia, 216
Calendário
c sábado, 597
Juliano-Gregorfano, 597
Calendá rio Julíano-Gregoria no, 597
Calvino, João, 55, 164,343
alma, 381
batismo, 655
Ceia do Senhor, 668
céu, 1062
doutrina de Cristo, 217
doutrinado Deus, 164
Escritura, 55
igreja, 633,974
imortalidade, 413
Jufzo. 941
lei, 543
natureza dc Cristo, 217
pecado, 294
queda dc Satanás, 1101
reconheceu o conflito cósmico, 1101,1102
ressurreição, 413
sábado, 582
salvação, 343
Satanás, 1102
segunda vinda, 1013, 1014
sobre o pecado, 294
sobre o segundo advento, 1013, 1014
três ofícios de Cristo, 452
Canancus, 911,912
destruição dos, 912
Canções do servo, 191
Candelabro, 495
Cônon fechado e profecia, 695
Caráter e personalidade. 357
Carlstadt, Andreas-Bodcnstein ttm
sábado, 582
Carne, 405
fraqueza humana, 356
pessoa humana, 183
Carson, D. A., 684
Casamento, 804
aberrações, 816
celebração dc, 805
como um sfmbolo, 805
concepção adventista, 826
cristão, 765, 766, 804-814
fonte de realização pessoal, 250
ideal. 816
Instituição do, 804
instituído no Éden, 804
judaísmo, 823
Lutero e Calvino sobre, 825
na Bíblia, 804
não no Céu, 1067
práticas perversas no, 816
primeiros cristãos, 825
princípio da endogamía, 807
princípio da exclusividade, 808
princípio da interdependência, 607
princípio da monogamia, 808
princípio da permanência, S!)8
princípio da privacidade, 808
principio da unidade, 807
princípios orientadores do, 8U7, 808
razões para, 805,806
regulamentado na Ici mosaica, 804
sacralidade do, 769
santidade do, 829
triângulo, 765
um, fé comum, 826

ÍNDICE GERAL

Casamento e família, 765
Idade Média, 824
judaísmo, 823
no cristianismo primitivo, 824
perspectiva histérica, 823
Casslano, João, 102, 379
Cassiano, João, 341
Castigo eterno, 374, 375
destruira ratai e irrevogável, 375
Católica
eclesfologla, 629*632, 635, 636,638
intérpretes cm Contra-Rcforma, 893, 894
ver catolicismo romana
Catolicismo romano, 1062
curas milagrosas, 708
Causa e efeito, 919, 920
Cda do Senhor, 666
a igreja, 633
companheirismo da. 624
contexto histérico, 666
crenças dos reformadores sobre, 668, 669
cm Corfntíos, 662
emblemas da, 665, 666
frequência da celebração, 664
interpretações medievais, 667
lava-pés, 620
Lutero, 633
no Novo Testamento, 661
nos primeiros séculos, 666, 667
nos sinéticos, 661
novo "èxodo", 619
origem da, ú60, 661
pão e vinho não fermentados, 665
prática adventista da, 669, 670
prática de, 664
primeiros séculos, 666
quem pode participar, 665
relatos sinéticos, 661,662
rito ordenado, 618
segunda vinda, 619
sentido e propósito, 673
significado teológico, 663-666
uma base para a unidade, 619
Cento c quarenta e quatro mil, 962, 963, 1095
Cerimünias
a favor do povn de Deus, 431
anuais, 433
rituais diários, 431
Ccrinto
milênio, 1035
Certeza
através da fé e da sentença, 325
da salvação, 325-328
da vida eterna, 375
da volta de Jesus, 1009
Céu(s)
atmosférico, 470
como uma escola, 1064
concepção adventista, 1063
Deus mnra no, 1047
doutrina católfco-romana do, 1062
incerteza do protestantismo moderno, 1062
metonírofa para Deus, 1047
morada dos redimidos, 1048
no Bíblia, 1047-1056
residência temporária dos justos, 247
simbolo da autoridade divina, 1047
Chamado
à fé c à obediência, 756
ã santidade. 757
ao arrependimento, 756
ao discipulado, 756
para o amor e obediência, 759
profético, 688
Clianibcrs, Rubert, 501
C/uirísmatrt (dons espirituais), 678, 684
perversão dos, 685
Charles, 896
Charlesworth, J., 410
Chuva
serõdia, 699
tempo rã c serôdia, 155
têmpora, 699
Chuvas temporã c serôdia, 155
Cidadania, 743, 775.776.797
Ciência e Bíblia, 504
Ciprianu, 630
batismo, 653
eclesiologta, 629
jufzo, 940
Cirilo de Jerusalém
a Cda do Senhor, 666
a segunda vinda, 1012
Clark, Harold W., 502
Clemente de Alexandria, 53
casamento, 824
hermenêutica, 101
juízo, 940
lei, 542
Palavra de Deus, 53
Clemente de Roma
Ressurreição, 411
segunda vinda, 1011
Clonagem, 822
Coabltaçãn, 771
Comiss3o Missionária, 648
Companheirismo, 236
com Cristo. 624
com o Espirito Santo, 624
membros da comunidade cristã, 624
Compensação, 776
Comportamento, 759
norma de, 753
Concepçãoantinatttral, 822
Concilio de Jerusalém
autoridade máxima, 643
Concilio Vaticano Primeiro, 636
Condícionalísmo, 382, 383,416
Confissão de Wcslminstcr
alma imortal, 413
Conflito
batalha final, 1093
concluído, 1093
cósmico, 1098, 1099, 1104
dentro de cada indivíduo, 1092
Iniciativa de Deus, 1083
origem, 1074
sobre a Terra - AT, 1083
sobre a Terra - NT, 1086
Conhecimento
de Deus, 121, 191
do bem e do mal, 24!
Conjugal
influências, 830
relações, 830
Conradf, R. L., 588
Consciência, 33
pode alcançar o conhecimento de Deus, 33
Conselho Mundial de Igrejas
Ceia do Senhor, 669
Consequências, 796
Constituições apostólicas, 579
Consubstanciação, 668
Contexto, 90
Contracepção, 780
Contribuição, 764
sistemática, 778
Controle de natalidade, 820
Conversão, 329
Coragem, 792. 800
Corpo, 406
dos santos ressuscitados, 248
glnrificado. 405,406
templo, 859
Corpos astronômicos, 471
Cosmovisão, 761
Credo atanasiano, 163
Cremação, 363
Crenças fundamentais, ASD, 60
Crente
estado glorjíicadodo, 406
Criação, 232, 498
antigo Oriente Próximo, 493
atividade concreta que gerou a existência de uma nova realidade, 132
base de bem-estar, 834, 845
da luz no primeiro d Ia, 469
da mulher, 478,479
das aves e peixes, 472
data para os acontecimentos da, 487
de Adâo, 473,474
dc filhos, 766
desafios racionalistas à, 498
do sábado, 474
dos animais terrestres, 472
c Deus, 128
e evolução, 493
ensinos adventistns sobre a, 502, 503
fontesjudaicas do primeiro século, 496
história, 232
hlstorfcidade da, 493
igreja primitiva, 496
inclui tudo no Universo que não seja
Deus, 132
literatura judaica i ntertesta mentária, 495
na literatura sapiência], 479,480
na mensagem do tempo do fim, 490
no Gênesis, 468-479
no mito do antiga Oriente Próximo. 493-498
no NT, 487,488
nos profetas do AT, 483-487
período medieval, 497
por Deus, 132
Reforma, 497
sábado, 552, 555
semana, 488
Criador
torna-Se o Salvador da humanidade, 1073
Crianças, 741, 806
abuso, 818
papel da, 811
Cristão
experiência, 157
única missão c propósito, 750
virtudes, 790
Cristo, 197
a Palavra, 181
ascensão de, 209
cabeça da igreja, 608
como Criador, 489
como divina c humana, 190
como mediador, 439, 440
como oferta pelo pecado, 321
como Senhor, 187
criador do sábado, 59(1
deidadede, 141, 186-190
dcsmitolagtzada, 219
divindade dc, 568
dois Estados, 218
duas naturezas, 217
encarnação, 181
eterna imagem de Deus, 233
Filho de Deus. 141, 142,144, 187
formou um novo Israel, 955
identificação com, 395
ministério no Céu, 210
morte dc, 197,200,1088
morte sacrifical, 197
obediência de, 540
obra dc Juízo, 441
obra de, 448

ubra mcdtatória, 439, 440
obra sacerdotal, 454
pccaminosidade dc, 184,185
preexistência, 181
propósitos dc, 190-195
representante, 199
sacerdócio de, 437,438, 451
segundo Adão, 246
sofrimentos substituí ntes, 194
sumo sacerdote celestial, 436-441, 449-451,465,466, 930
tomou o pecado sobremaneira maligno, 193
vitória sobre o diabo, 1088
vitória sobre os demônios, 1088
vitória sobre tentaçóes, 1088
ver também Jesus
Cristologla
calccdônia, 221
católico romana, 223
"dc baixo", 218
"de cima", 218
feminista, 221
libertação, 221
negra, 221
paradoxal, 22(1
processo, 220
trinltaríana, 219
Critica
bíblica, 58
científica do Gênesis, 500
da fonte, 105
da forma, JÜ6
da redação, 106
do cãnon, 107
do relato da criação no Gênesis, 499-502
histórica, 103-108
literária do Gênesis, 499
Cronologia, 487
Crosicr, O. R. L, 4
Daniel 8:14,453
Crucificar, 529
Cruz
a forma de Deus lidar com o pecado, 290
abolição dn sistema ritual, 539
confirmação do plano da salvaçSo, 1089
expiação feita pelo pecado humano, 1089
garantia do juízo contra Satanás, 1089
prova do amor dc Deus, 197
reafirmação da lei moral, 540
revela a justiça salvadora de Deus, 321
um sacrifício vícdrio c expiatório, 320
Cuidados infantis, 830
Cullmann, Oscar, 1015
doutrina de Cristo, 220
ressurreição, 414
Culto, 482
ao Criador, 492
ao Mantenedor, 492
aponta díretamente para o sábado, 972
Deus como Criador, 490
dominical, 576*580, 581
que dá a Deus o devido valor, 265
sensaclonalismo no, 713
Cura(s)
com oração, 855
dons de, 853
e salvação, 852
fó c remédios naturais, 854
métodos de, Jesus, 848
ministério, declínio do, 863, 864
na Igreja apostólica, 855
na natureza, 845
no sábado, 533, 560, 561
obra de Deus, 844
proclamação da missão de jesus, 562
restauraçáo, 852
sábado, 851,852
Dança, 789
Daniel, 882
o o santuário celestial, 438
período de tempo, 960
profecias dc, 882-885
Daniel 8 e 9
ligação conceituai, 928
o mesmo anjo-intérprete, 928
perspectiva cúltiea, 927
revelação auditiva, 928
terminologia comum, 927
Daniel Is, Arthur G,, 13
Darby.J.M, 898, 1038
Darwin, Charles, 501
Do acordo com a sua espécie, 471, 472
Decálogo, 513
Decreto
de Artaxerxcs 1,929
dc Ciro, 929
de Dario 1,929
Dedercn, R., 169
Delítzsch, F., 933, 1048
Demanda
aliança, 814
Demônios, 846-849, 856
agenles de destruição e morte, 360
Demora, 1009
Deontologia, 748
Dcpravação, humana, 244
Derramamento do Espirito de Deus, 155,699
Desapontamento de 1844, 639
22 de outubro de 1844, 4
Descartes, René, 57
Destruição
de Satanás, 1096
dos Ímpios, 1031, 1034
eterna, 245
Deus
como Criador, 567
como mistério, 123
como pactuante, 567
como Redentor, 566
é diferente da Criação, 128
fonte c funda mento da autoridade, 621
glorifica dor, 611
imagem de, ver imagem de Deus
julga Israel, 434
leva a dor c a culpa do pecado, 320
mantenedor de Sua criação, 567
mantenedor, 134
prediz o futuro próximo e distante, 95
proprietário e mantenedor, 725
vlndlcaçáo de, 1005
visão aberta, 167
Deus Espírito Santo, 147-156
anúncio de Cristo, 147
deidade, 151
dia de Fcnrecnstcs, 148
divindade de Espirito, 151
é quem distribui os dons, 155
habitação do Espírito, 153
na escatologia, 155
nu AT, 149
no NT, 149
obra salvífka, 152
personalidade do Espirito, 151
processão do Pai e do Filho, 150
revelação e o Espírito, 152
vinda pemecostal, 148
ver também Espírito Santo
Deus fez n pecado/impureza retomar ã sua verdadeira fonte. 434
em Apocalipse, 446
em Daniel, 442
em Hebreus, 441
Deus Filho, 141
filiação, 142
nascido do Pai, 143
ver também Cristo, Jesus
Deus Pai. 144
delegação ao Filho, 145
Deus de Jesus Cristo, 146
envia o Filho, 144
no AT, 144
obra salvffica, 33
Deus Irlúno
centro da teologia, 157
envolvido na missão, 157
Deuses falsos, 484, 485
Devastação da Terra, 1026
Dez Mandamentos, 513, 514, 518-523
adaptação da lei moral no Céu, 1074
desde a Criação até Moisés, 1074
Dia da expiação, 433, 434,441,446-449. 930
acesso ao lugar santíssimo. 433
dia dc julgamento, 930
jufzo divino sobre Israel, 968
prefigurava o processo do juízo final, 210
purificação final do povo, 433
relacionado a uma obra dc julgamento. 210
uma proclamação da soberania de Deus, 433
Dia de Valnveh
um acontecimento decisivo na história, 989
um acontecimento histórico, 990
Dia do Senhor. 565,876,915
de trevas, 484
o sábado, 489
perto e distante, 1009
segunda vinda, 992
um día dc luz, 484
Dia 22 dc outubro de 1644,4
Diáspom, 1087
Didaquê. 577, 653, 1011
Dieta
atribuída a Adão e Eva, 474
dos seres humanos e dos animais, 474
original, 474,835
padrfles bíblicos, 859-861
Diligência. 783
Dilúvio
uma motivação moral para, 909
universal para purificar a Terra, 1084
Diti, 906
Dispensacionalismo, 895, 1004
Dispensacionalistas, 1025
Diversidade, 14, 22
Divindade
assumiu parecer próprio sobre o pecado, 1089
de Cristo, 586
doutrinada, 157, 158
natureza trlnltárla, 156
no AT,] 38
no NT, 140
plural de plenitude, 139
pluralidade na, 142
subordinação do Filho, 143
Divino
amor ejufzo, 908-918,942
atributos, 124
castigo, 245
judlcatura, 916
jufzo, 908
justiça, 916
nomes cm Gênesis, 476
providência, 135*137
repouso, 424
superintendência da história, 887, 888, 902
Divórcio, 770
e novo casamento, 817, 82S
na Ici mosaica, 94
nunca é a solução, 770
Dizimo, 11

estado requerido na Reforma, 735
inicio entre os adventistas, 737
medieval, surgiu com imposto civil, 735
nSü praticado na Igreja
pós-apostólica, 734
práticas judaicas, 733. 734
Dízimos c ofertas, 726,727, 782
Abra3o outorgou, 726
Igreja primitiva, 734
israelitas recebiam ordens para pagar, 726
DNA e Criação, 5U2
Doação
voluntários norte-americanos, 736
Docelismo, 214, 215
negava a humanidade de Jesus. 214
Documento de Damasco, 575
Dodd, C. H„ 397, 1015
Doença
causas da, 841*843
incidência de, doença no AT, 840, 841
Dogma, 531
Dom de profecia, 687-693
canônico e não canônico, 693
condicional e incondicional, 694
manifestações do tempo do fim, 699, 700
método dc comunicação, 691-693
prova do dom verdadeiro, 697-699
Domingo puritano, 583
Domínio, sobre a ordem criada, 265
Donatlsta, 630
Dons
atos de misericórdia, 683
auxilio, 683
avaliaçao protestante dos, 709
capacidade de distinguir entre os espíritos, 683
catolicismo romano, 708
classificados, 682
concedidos pelo Espirito Santo, 680
condições devem ser preenchidas para recepção, 685
conhecimento, 679, 682
contexto histórico, 706
cura, 682
definição dos termos, 679
do Espirito, 613
doação, 683
ensino, 6R3
ensinos católicos romanos, 708
espirituais, ver dons espirituais
exortação, 683
falsificados, 685
fó, 682
identificados, 68]
línguas, 683,718
manifestação pós-apostólica dos, 707, 708
no NT, 679
operação de milagres, 683
para completara missão, 684
permanência de, 684
ponto dc vista cristão geral, 708
protestantismo, 709
sabedoria, 679. 682
se orfgfnam do Pai e do Filho, 680
serviço, 683
Dons espirituais, 706
atos dc misericórdia, 683
capacidade de distinguir entre os espíritos, 683
catolicismo romano, 708
classificados, 682
concedidos pelo Espirito Santo, 681
condfções devem ser satisfeitas antes da recepção, 685
conhecimento, 679, 683
contexto histórico, 706
contrafação, 685-687
contribuição, 683
cura, 678, 682
definição dos termos, 679
ensino, 683
exortação, 683
fé, 682
identificados, 681
línguas, 683, 684
listas dos. 6S1
no AT, 678-679
no NT, 679-688
operação de milagres. 683
para completar a missão. 684
para edi ficar a igreja. 676
permanência dc, 684
prestação de socorro, 663
profecia, 678
propósito dos, 684
protestantismo, 7G9
sabedoria, 679,682
se originam do Pai e do Filho, 680
serviço, 683
visão cristã geral, 708
ver também Dons
Dõtca, 680
Doukhan, Jacqties, 968
Doutrina da Nora Terra
afeta o propósito de Deus na criação, 1056
dota o crente de força, 1058
Doutrina de Deus
Agostinho, 163
antecedentes filosóficos, 15 B
antecedentes gregas, 159
Concilio de Mccía, 162
heresias trinitarianas, 16]
período medieval, 163
período moderno, 165
período patrístico, 159
Reforma, 164
Dragão
grande e vermelho, 1088
Drummond, Henry, 1038
Dualismo, 239.252. 378, 379
Dusscl, Enrique, 252
Dlisterwald, E, 935
Dwight, Timothy
mftlnlo, 1037

Ebíonítas, 214, 541
Edcsiologia
contemporânea, 636, 638
Éden, jardim do, 477, 478
Edson, Hirâu, 4
Educação, 10, 19, 20
Edwards, Jonathan
milênio, 1037
Egocccntri cismo
hostilidade para com Deus, 280
Egoísmo, 748
Elefantína, 572
Eleição
baseada no conhecimento de □eus. 342
de Abraão, 604
de Israel, 604
Elish, Enuma, 494
Elohtm
em Gênesis 1,476
Emoção no culto, 713
Emocionalismo entre os adventistas, 713
Encarnação, 181,182
a mais profunda revelação da natureza plural dc Deus, 142
Ensino menonlta, 1014
Envelhecimento
forma Intrusiva de fazer avançar a morte, 369
Épico de Atrahasis, 494
Épico de Etrahasas, 494
Épico dc Gilgamcsh, 376
Epifanla, 993
Epifânio
dizimo, 735
Episcopado, 629-632
segundo século, 629
Epístola dc Barnabé, 577, 1034
Escatologia, 231
Escola dispcnsadonalista, 1004
Escola realística, 296
Escolasticismo, 53
Escritura(s), 70
acomodação, 94, 99
ambiente cultural, 98
análise literária, 85-89
autolnterpretação, 74
autoridade, 42,47-50, 51, 52
autatesremunho de, 70
clareza da, 51, 75
corno Palavra de Deus, 72
confiabilidade da, 49
contexto, 82
crescimento da. Escritura na vida judaica, 1067
discernida espiritual mente, 77
discrepâncias, 83*86
divina c humana, 71
dois Testamentos, 74
c filosofia, 120.122
e inspiração, ElienAVhlte, 62
c tradição, 55
Espirito Santo, 77
estudos textuais, 79
Evangelhos c Epístolas, 71
fontes fidedignas c confiáveis. 180
harmonia da, 75
historicidade, 81
igual à Palavra de Deus, 73
imprecisões da, 51
interpretação da, 68-100
interpretação rablnica, 100,101
interpretações alegóricas, 111
métodos de estudo, 78*92
não foi ditada verbalmentc por Deus, 73
origem divina, 41
passagens teologicamente problemáticas, 93
plenamentc humana e plcnamcntc divina, 46
problemas teológicos, 93
registro especfal de revelação, 34
sua própria intérprete, 74
suficiência da, 51
traduções da, 80
transcultural e Iranstemporal, 98
um Itvro humano, 40
união Indistinguível do divino c do humano, 71
veracidade da, 49
vivo voz de Deus, 47, 52
ver também Bíblia
Especial ressurreição, 403
Especial revelação, 34-38,419
Espécies
fixldez das, 471
Esperança
ardente desejo pela segunda vinda, 993
conceito neotestamentário de, 408
na imortalidade. 375
na ressurreição dos mortos, 373
na vida em Deus, 402
no Advento. 993,994
um remanescente, 921
Espiritismo, 366
Esplrito(s), 407
dons do, 613
lugar espiral hermenêutica, 77
somente o, dos justos aperfeiçoados, 368
Espirito dc profecia, ver Dom da profecia,

Testemunha de Jesus
Espírito Santo, 154
características divinas, 151
como uma “energia", 153
comunicará qualquer dom, 684
derramamento do, 155,699
dons, 155
encaminha os pecadoresa Deus, 1082
envolvido na revelação, 152
habitação, 153
iluminação, 153
interccssSo, 154
movia as pessoas a falar ou escrever, 45
no AT, 149
noNT, 149
participa na inspiração, 154
persunal idade, 151
terceira pessoa da Divindade, 151
uma pessa3,613
vinda histórica no Pentccostes, 148
ver também Deus Espirito Santo, 807
Esposa/Mãc, 810
Esposas
submissão introduzida pelo pecado, 237
Esta geração, 965-973, 1000
Estado dos mortos, 362
Estilo de vida
cristão, 753-755. 768,795
e Escritura, 795
Estrelas, 482
Estresse, 764
Estrutura literária, 87
Estruturalismo, 107
Estudo hístrtrico-crítícoda literatura apocalíptica, 895
Estudos hlstóricos-críticos das profecias, 895-B96
Estupro, 773
Eternidade
de Deus, 124
significado temporal, 124
Ética crista, 748-751
Ética da liberdade, 529
Euca rístlco, 666.667
Eusóbio do Ccsarcia
milênio, 1034
segunda vinda, 1012
Eutanásia
ativa, 822
passiva, 822
Êmiques, 216
Evangelho
conteúdo do, 612
Evangelízaçãu, 1008
Evolução, 493
revela um autoconceiui diferente, 750
Exclusividade, 765
ExistducJa
h urna na, 367
Êxodo do Egito
foco da fé de Israel, 307
Êxodo e Salvaçáo, 307
Expiação, 122-129,195,1089
contendo duas fases, 345
de Cristo, 194-203, 205
de intento universal, 205
dia antitípico de, 4
dia da, ver Dia da expiação
dom de Deus aos pecadores, 197
e morte de Cristo, 196
eficaz quando individualmente aceita. 205
purificação ou remoção do pecado, 321
teoria da influência moral, 217
uma‘união" de reconciliação, 195

Fagal, Willlam, 16
Faia, 791
Falsas divindades, 484,485
Falsos profetas, 686
ativos no fim do tempo, 699
Família, 237, 766
abuso, 818-823
ampliada, 819
conflito, lidando com, 769, 770
cristã, 766, 767
c a Igreja, 815
e o indivíduo, 815
e sociedade, 815
formas e planejamento, 818
monoparcntsl, 819
nuclear, 818
planejamento, 780
Fé
característica fundamental, 623
earrepcndimento, 606
e curas, 850,851, 855
exercendo fé em Jesus. 971
reação adequada a Deus, 316
submete-se ao julgamcmu de Deus, 321
Fenômenos físicos, 689
Fertilização
m vitro, 822
Festa da Lua Nova, 1049
Festa dos Tahernáculos, 1050
Fidelidade, 765
Filhn de Deus, 187
Filho do Homem, 995
Filhos dos profetas. 692
Filo de Alexandria
abordagem, alegóricas 101
Criação, 496
doutrina de Deus, 159
imortalidade da alma, 410
sábado, 575
Filosofia da história
Agostinho, 1100
Filosofia c Escritura, 120, 122
Firmamento, 470,4S0
Fixídez das espécies, 471
Fôlego de vida
energia de Deus para toda a vida, 477
poder energizador de Deus, 355
Fomes, 1002
Fontes
escritores canônicos usaram, 704
o emprego de fontes per Ellcn Wliite, 704
Ford, Desmond, 454
Fórmula trinitária, 156
Fórmulas blnltarianas, 146, 147
Fornfcação, 773
Foss, Hazen, 712
Franckc, A. H., 972
Fraukl.V. F-, 750
Froom, L, E,, 687, 965
Frugalidade, 784
Frutos, 527
Fundação do mundo, 488
Futurismo, 1038

Causscn, Francols, 1014
Gccna, 364
Ccnealoglas, 487
Generosidade, 781
Gênesis 1, 468, 477
prosa poética, 472
Gênesis 2, 475, 477
afirmação paralela de Gênesis 1,476
Geração
uma classe de pessoas, 1000
Giblin, C. H,, 961
Glorificação dos justos
condição e experiência pós-ressurreição, 404
Glossolalfa, 683
Cnosticismo, 54, 214, 252,411
Gnósticos, 824
Governo
igrejas locais. 622
Governa eclesiástico
congrcgarionaltsmo, 615
eplscopalismo, 615
prcsbilcrianismo, 615
Graça
de Deus, 740
prevenlente, 343
relação entre lei e, 538
Graciano, 825
Grande Desapontamento, 3, 453
Gratidão, 781
Gregório de Nazlanzo, 1061
batismo, 654
origem de, 1074, 1075
plano da salvaçáo, 1071-1074
predisse. 1071-1107
questão de adoração, 1096
questões de, 1075-1078
Gregório de Nyssa
estado dos mortos, 380
ressurreição, 412
Guerra
leva ã morte prematura, 371
catástrofes naturais, 371
Gunkcl. 106, 500.896

llades
local intermediário de purificação, 364
Halliivcil, Lco c Jessie, 16
Hamartiologia, 231
Hanimadi, Nag, 411
Harmonização, 84
Hasel, G. F., 683,684,955
ííazóit, 444
Hedonismo, 748
Henry, Carl F, M., 59
Heppcnstall, Edn-ard, 454
Heráclito, 377
Herança, 1052
Heresia ariana, 215
Hermenêutica
contemporânea, 102
cristã primitiva, 101
história da, 100
judaica primitiva, 100
medieval. 102
no segundo advento, 110
Hermenêutica bíblica
história da, 100
objetivo final, 68
tarefa dessa disciplina, 68
três grandes tarefas da, 69
Heschel, Joshua Abraham, 585
I lesfodo, 495
Hctcrasscxua lidado, 774
J *Ulatteriou,* 320
Hilgenfeld, Adolf, 896
Hillcl, 100
Hlmes, Josué, 3
Hindufsmo, 1060
Hinos
Criador, 483
I-Iipólito
Ceia do Senhor, 666
profecias, 890
segunda vinda. 1012
Ilistória
da tradição, 107
fim da, 874
modalidade da revelação geral, 33
Historicísmo, 883
a abordagem hermenêutica mais válida ao, bíblico, 884
durante os primeiros séculos, 889
Holtsmo, 356, 383
Homem
imagem de Deus, 233

maluridadc moral, 235
nuvo, 328
Homossexual
orientação, 774
uniOes, 817
Homossexualidade, 774, 775
Honestidade, 781
Humanidade
antes do pecado, 263
de Cristo, 185
terrena e *mortal,* 355
unidade original da, 238
Humildade, 1007
Hutton, James, 500

Idade da Razão, 635
Idosos, 819
Igreja, 5*99*
Adventista do Sétima Dia, 639
anciãos, 614
apostolí cidade, 626
autoridade, 621-623
bebes, 612
bispos. 614
características, 623-627
caíollcldade, 626
Ceia do Senhor, 618
eommrm/o sancionou, 629
como Israel espiritual, 605, 606
como um organismo, 608
como um templo, 609
como uma nulva, 608
comunicando o Espírito Santo, 618
congrcgacionalismo, 618
dimensão Invisível, 606
disciplina, 622
e Espírito Santo, 612
Ellcn Whitc, 640,642
Espírito Santo, 618
fundada sobre os Escrituras, 627
governo da, 613-616
governo e o NT, 614
Indícios sinótlcns, 600
iniciada por Cristo, 599
invisível, 606
Israel espiritual, 605
Israel, 605
liberalismo protestante, 637
local e universal, 602, 626
medieval, 379
metáforas, c, corpo, noiva, templo, 607-608
militante e triunfante, 628
ministérios institucionais, 616
missão, 610-613
na Terra, 640
não é o reino, 603
natureza e alcance, 602
no Céu, 640
no plano de Deus, 600,601
o (lei remanescente de Israel, 956
o povo de Deus. 609
ocidental, 627-632
ordenanças da, 616-621
organização, 10, 12,21,613
organizada ou desorganizada, 606
oriental, 632
papel da, 603
para testemunhar, 622
I'cdro, 601
pequeno rebanho, 627
povo de Deus, 609
primeira tarefa, 621
propúsito máximo, 611
que cuida dos necessitados, 611
reino de Deus, 603
remanescente, 626
sacerdócio e cpiscopado, 632
santa, 625
sobieesta Racha, 601
larefa primordial, 610
termos bíblicos para, 602,603
triunfante, 628, 644
uma c indivisível, 622
unidade, 624
visível e invisível, 606, 607
Igreja Católica Romana
cristologia, 223
doutrina da revelação e inspiração, 59
ecumenismo, 638
Igualdade. 765
Iluminação, 690
IJumfnismo, 56, 57,103, 635
desafios ã Igreja, 635-636
negação da Bíblia, 56
Imagem de Deus, 233-235,264, 266, 473
dignidade e singularidade do *scr*
humano, 265
emcçócs, 474
faculdades racionais, 473
inclui uma semelhança física, 473
liberdade de escolha, 473
maluridadc moral, 235
na Criação, 834
natureza moral, 235
semelhança, 234
similítude entre Deus c a humanidade, 129
uma função do homem, 23
Imagens dos deuses, 473
Imago Dei, 750
ImanÓnda
Deus existe no mundo, 133
na encarnação, 134
no sábado, 134
no santuário, 134
Imortalidade, 253
condicional, 258
da alma, 394, 395,410
pertence someme a Deus, 357
Impossibilidade, 125
Imposição de mãus
comunicando o Espirito Santo, 618
Impureza
associadas com a esfera da morte, 430
Imputação medíata, 295
Imutabilidade
característica da pessoa de Deus, 125
condicional, 245
Inácio dc Antioquia
Ceia do Senhor, 666
dia do Senhor, 577
estado dos mortos, 379
segunda vinda, 1012
Incesto, 772
IrerrSncia
da Bíblia, 59
Inferno, 246, 247
Inimizade, 1050,1082
Iniquidade, 269
mistério da, 961
Inseminação artificial, 820, 823
Inspiração. 39
atividade do Espírito Santo, 39
atividade humana c divina envolvidas, 40
definição, 39
efeitos dc, 46
extensão de, 45
Fator humano, 40, 46
lócus primário, 45
modos de, 43-46
tipos dc, 39
Integridade, 790
Intcmpcrança, 764
Intercurso sexual
consumação no casamento, 805
Interpretação bíblica, III
alexandrina, 496, 542
definição, 68
necessidade de, 69
papel do Espirito Santo, 113
princípios de, 70-77
Interpretação da Escritura
abordagem livro a livro, 91
aplicação concreta da, 99
apocalíptica bíblica, 877
estuda tópico/tcmátlco, 91
exposição verso a verso, 91
orienlaçOes especificas para, 78
perspectiva "grandioso tema central", 92
tarefa para toda a Igreja, 69
Interpretação da literatura apocalíptica
futurismo, 884
idealismo, 884
perspectiva hislrtrico-crítlca, 884
respeita *o* intervalo cósmico, 884
ver também Apocalíptica
IntcrprctaçQcs
da profecia moderna, 897-900
eclcsioldgicas, 957
teológicas contemporâneas, 1015
Intérprete
dá especial atenção A gramática e à sintaxe, 89
futurista e preterista, 894
pré-Rcforma, 974
ser espiritual, 78
sob o controle da Biblía, 78
Intimidade, 772
Ira, 201
lado reverso do inexorável amor de Deus, 202
severa reação ao mal, 202
Ira de Deus, 201,290
consumada sobre Seus Inimigos, 127
evitada por arrependimento, 127
futura, 290
presente, 290
Itcncu de Gaul (Lyon), 578
Ceia do Senhor, 666
dízimos, 734
doutrin3 de Deus. 160
estado dos mortos, 379
juízo, 940
livrc-arbftrio, 291
milênio, 1035
Palavra de Deus, 53, 54
profecia, 890
regra dc fé, 102
ressurreição. 412
salvação, 338
segunda vinda, 1012
Irving, Edivard, 1014
Islamisino, 1060
Israel
assembléia que adora Yahtveh, 951
como remanescente, 950, 953
e a igreja, 604
eleito c redimido, 951
papel de, 950
rejeitado, 605
um povo ou uma nação, 950
uma congregação religiosa, 950

Jeremias, Joachfm, 1103
Jcrõnimo
profecia, 891
Jerusalém
capital da "nova Terra", 1049
nova, 1049-1054
Jesus
a natureza humana, 185
apelou para as Escrituras, 42
auloconsciéncia divina, 189
caráter imaculado, 184
como curandeiro, 846-853
como Deus, IBS

como perfeito mordomo, 728
como Senhor, 326
cumpriu o sistema sacrifical do AT, 198
duas naturezas, 189
c o dccálogo, 522-524
estado glortficado de, 405
exemplo supremo, 761
messianismo pol (tico, 186
ministério de cura, 611
missão e obra, 190
no sábado, 559
nomes e títulos, 186
perfeito mordomo de Deus, 728
podería ter pecado. 185
reino, 191
Salvador, 190
separado do Pai, 199
Sua obra e missão, 190
testemunho de, 700, 963,971.978,982
um exemplo, 192
único verdadeiro mediador sacerdotal, 437
veio para curar, 192
verdadeiramente divino, verdadeiramentc humana, 189
vcrdadcframcntc humano, 183
ver também Cristo
Joachim de Rori, 892, 1036
de Fiorl e n milênio, 1036
Johnsson, \V. G., 786
Joias, 785, 786
Josefo, Flávío, 496
sábado, 575
Jubileus
livro de, 495, 573
Judeus
observadores do sábado, 585
Juízo, 374,444,940
alegorlzado, 940
características cósmicas do, 933
de acordo com a obra, 326,917,939,949
de Deus, 990,994-997
desde o Iluminismo até o presente, 941
desde o início da igreja até o lluminismo, 940
destino eterno dos perdidos, 1032
divino, 905-940
do "grande trono branco", 1030
duplo em Atjtiino, 941
durante o milênio, 1029, 1034
e a vida crista, 939
e graça, 908-918,941
e o crente, 939
cm Daniel, 444-446,924-930
ensinos sdvemisias sobre, 944
final, 518, 904, 1094, 1097
Ínvestígativo pré-advento, 923-930,968
ínvestígativo, 445-451, 923*936, 945
juiz no, 931
Juízo *e* graça, 914
linguagem específica, 90 5
linguagem lio AT, 905
linguagem no NT, 906
mileniol, 937, 945
na história do AT, 908,917
no teologia evangélica, 944
na teologia liberal, 941-944
natureza do, 923-930
para as nações, 913
para o antigo Israel, 914
para oscananeus, 911
ponto de partida do, 992
pós-milcnarisla, 937,938
promove a purificação da Universo, 446
propósito do, 935,936
punitivo e corretivo, 906
retributivo, 919,920
seis juízos. 1029
serve para vindicar o próprio Deus, 448
tempo do, 923
teologia liberal, 941
terminologia, 905-908
último, 920-924
usado como incentivo á moralidade, 941
vindica o povo de Deus, 448
Juízo Ínvestígativo, 445, 446
apenas o professo povo de Deus, 931
de acordo com o Apocalipse, 446
EJJen White, 944
entre 1798 e o segundo advento, 925
Juízo do, 931
lugar do, 933
no Céu, 450
no lugar santíssimo, 933
propósito do, 935
tempo do, 923
tempo na tipologia do santuário terreno, 929
tempo segundo Daniel, 924
tempo segundo o Apocalipse, 923
Juízo mllcnário, 945
destinatários do, 937
juizes do, 937
propósito do, 937
tempo do, 937
Justiça, 235
de Deus, uma realidade salvadora, 290, 313,314
pela fó, 12
significados essenciais da, 1048
Justificação, 313-323
absolvição, 315
atribuição da justiça, 315
base da, 320, 321
concede certeza, 328
contexto forense, 313
no AT, 314
no ensino de Jesus, 314
pela fé, 322
perdão divino, 317
realidade da justiça, 319
recepção da, 322
significado bíblico, 202
terminologia, 313
troca de senhorios, 318
um relacionamento direto com Deus, 315
vida escatolrtgica e nova criação, 318
Justificando o ímpio, 317
Justin Mártir,
ressurreição, 411
Justos
com □ Senhor no Céu, 1053
compartilham o governo divino, 1056

Kellngg, John I larvcj*, 10, 13, 20
KenotJctsmo, 219
Koch, K,, 903,947
Krima, 908
Krinō, 907
/íris is, 907
Kritis, 908
Kubo, Sakac, 408, 1016
Kílug, Hans
igreja, 638

Lactâncio
Juízo, 940
milênio, 1035
Lacunza, Manuel, 1014
Ladd, G. E,, 960
ressurreição, 415
Lamparter, II., 935
Laodiccia
concilio de, 579
Lar celestial, 1063
LaRondcllc, Hans *K.*, 1040
Lava-p£s
anabatistas restauraram, 660
até a Reforma, 659
base neotestatementária para o, 657
Ceia do Senhor, 619
contexto histórico, 659
na Igreja Advcntista, 660
não deve ser adiado, 674
prática advcntista, 660
preparação para a Ceia do Senhor, 658
seu propósito, 673
significado do, 658
Lcgalismo, 538
Lei
antes *tia* Sinai, 518, 519
cerimonial, 511, 522, 539,914
civil, 98, 512
de retribuição, 196
dietéticas, 914
dominical de Constamino, 579
c a aliança, 534-537
e a cruz, 539, 540
c a graça, 538
e a liberdade, 526-530
c a obediência cristã, 536
e t> caráter de Deus, 514
e o evangelho, 540, 545
em Gálatas, 526-530, 547
no cristianismo contemporâneo, 544
nos escritos de João, 532-534
o juízo final, 518
oral, 560
padrão pelo qtia! Deus julga, 446
respeito pela. 777
textos difíceis, 530-531
Lei moral, 512, 515,1074
central para a controvérsia, 1074
vontade do Criador, 1074
Leis
da natureza, 861
sacrificai s/ccrimoníats, 99, 511, 522, 539,914
tipos na Bíblia, 511
Leitura, 788, 798
Lcssing, G. E., 58
Levfatã, 307
Lcviatã e Rosbe
símbolos dos inimigos de Deus, 361
Levítico
código, 858
ministério de íntercessão e reconciliação, 211
Letvis, C. S.. 1102
Liberalismo protestante, 637
Liberdade
do antigo senhorio do pecado, 319
ética da, 529
humana, 939
Linguagem, analógica
rcvcJa-nos aspectos da essência de Deus, 129
Línguas
no início da história da Igreja Advcntista do Sétimo Dia, 713
uma falsificação, 687
Linnemann. Eta, 105
Litcralismo, 1025
Literatura apocalíptica
a Idade Média, 892
abordagens conlcmporáncas, 897
características, 872
confirma o controle divino, 887
Daniel e Apocalipse, 871
definição, 871
esboça uma sequência de história sagrada, 887
historicismo dos reformadores, 893
implicaçócs para a vida diária, 888
interpretação da, 884, 885
panorama histórico, 889

parte da profecia bíblica, 8S7
recapitulação, 886
tempos pré-exflllcus, 876
uma declaração da presciência de Deus, 878
uma declaração da propósito de Deus, 877
Livre-nrbítrín, 257
Livre escolha
determinação da nosso destino eterno, 132
Livros
celestial, 445
no céu, 931
Loeke, Jalin, 382, 635
Lombardo, Pedro, 825
Lua
nova, 1049
Lúclfcr, 1075, 1076, 1079, 1100, 1101
deu uma falsa impressão de Deus, 1077
e Calvino como intérpretes proféticos, 893
expulsão do céu, 1079
no segundo advento, 1013
rejeitou a autoridade divina, 1077
sábio e glorioso anjo, 1075
ver também Satanás
Lflcbe, R., 895
Lutero, Mortinho, 55, 164, 342
alma, 381
batismo, 655
casamento, 825
Ceia do Senhor, 668
Céu, 1062
Críaçaa, 497,498
Cristu como sacerdote, 452
doutrina de Cristo, 217
doutrina de Deus, 164
Escritura, 55, 71
Igreja, 974
imortalidade da alma, 252
interpretação das Escrituras, 102
juflto, 941
lava-pés, 660
natureza de Cristo, 217
pecado original, 293
ressurreição, 413
sábado, 582
salvação, 342
segunda vinda, 1013
sobre a imortalidade, 381
sobre o pecado, 293, 543
Luz
no primeiro dia da criação, 480
LycII, Charles, 50]
Lytron, 282

Máes e esposas. 810, 811
Magia e cura, 842
Maicr, G-, 110
Maldição da lei, 528
Mandamento de Deus, 533
Mandamentos
o remanescente, 626
Manifestação púS-opostóHca dos dons, 707, 708
Mnrtmatlla, 994
Maranalba Volnnleers International, 19
Marca da besta, 971, 972
Mares. 480, 505
Marido e mulher
submissão mútua, 811
Marido/pai
como amante o amigo, 810
como pai, 809
como protetor, 809
como provedor, 809
como sacerdote, 809
Mártir, Jusllno
alma não imortal, 252
Ceia do Senhor, 666
doutrina de Deus, 160
milênio, 1034
prufecia, 890
segunda vinda, 1012
MaslurbaçSo, 774
Maxwell, C. M.,925
Mede, Joseph
milênio, 1037
Médicos, 863
Melquisedcque, 437
Mensagem de Laodiccia, 1099
Mensagem do primeiro anjo, 967,978
Mensagem do segundo anjo, 969, 979
Mensagem do terceiro anjo, 970, 980
Mensagens angélicas
primeira, 967, 978
segunda, 969, 979
terceira, 970, 980
Mesa, 424
Messlánlcu(a)
profecia, 438
reino, 1049
Messias, 600
como Jesus, 186
messianismo polftico, 186
Metódío, 891
Método bfblico-histérico, 108
pressuposiçOcs do, 104
procedimentos do, 104
Método gramático-bistérico, 79, 102
Mexia, Ramas, 253
Miguel, 1079. 1080
oarcanjo, 1079-1081
personagem divino, 1079
Milagres, 490
C curas, 678
entre os adventlstas do sétimo dia, 713
Milenarísmo
mileniallsmo, 1033
MilEnio, 1025, 1033, 1097
conceitos patrfsticos sobre o, 1034
concepção advemista, 1039
condiçóes na Terra, 1030
contexto histérico, 1033
durante, 1027
EllenG.Whitc, 1040
Era Cristã, 1035
eventos no final do, 1030
eventos, no inicio do, 1026
igreja primitiva, 1034
Importância teolflgica, 1032
jufeu final, 1097
jufzo, 1029
luta cósmica chega ao ctfmax, 1026, 1031
na literatura apocalíptica judaica, 1034
nu Céu, 1027
primeira ressurreiçSo, 1026
princípios interpretatívos, 1028
propósitos do reino mllenial, 1032
quíasma no livro do Apocalipse, 1026
raízes no judaísmo, 1034
Satanás preso, 1027
tempo para rclletir, 1032
Miller, Guilherme. 2-5
Daniel 8:14, 453
igrejas, 977
juízo, 978
milênio, 1039
vinda de Cristo, 976
Milton, John, 381
Paraíso *Perdido.* 1102
Satanás, 1102
Missão
da Igreja, 610
e mensagem, 493
judaica, 1087
mensagem, 612
navios, 11, 16
Mishnah, Sábado, 574
Moda, 786
Modalísmo
sabelianu, 161
Modelos normativos, 762
Modéstia, 784
Moltmann, Jürgcn, 1015
ressurreição, 415
Monarquisma
dinâmico, 161
modalístico, 161
Monismt», 239
Monoteísmo, 762
Montanismo, 707
avaliação do, 707
ponto de vista sobro dons espirituais, 707
Monta nlstas opostos, 708
Moore, A, L„ 1008
Mordomia, 797
crista, 779-783
da comunidade, 743
da graça divina, 731
da natureza, 780
da riqueza e da propriedade, 616, 617, 729,781
da saúde, 859, 863
da vida, 732, 740,779
definição de. 722, 723
departamento organizado, 738
desenvolvimento entre os advemistas, 736
Deus como proprietário, 724
do ambiente, 732, 739,740
da corpo. 740
da tempo, 741, 782
das filhos, 741
dos talentos, 733, 742
exemplo de, bíblica, 724-728
fome do mandado, 731
fundamento na Criação, 723
limites da, 725.726
na igreja apostólica, 729, 730
nas parábolas de Cristo, 728
no sistema medieval de contribuição, 735
origem na Criação, 723
permeia a totalidade do ensino c das doutrinas cristãs, 721
radicado cm toda a Escritura, 722
Reforma, 735
sábado, mordomia do tempo, 725,741
serviço a Deus. o criador, 492
uso grato c responsável de todos os dons de Deus, 721
Mordomo
um admlnfsirador, 721
Morris, Leon, 939
Mortalidade infantil, 1052
Morte, 245-247
agentes da, 359, 360
castigo do pecado, 245
causa da, 358
como casttgo, 372
como destruição, 371
como um sono, 365
conceitos pagãos, 376-379
consequência do pecado de Adãu, 242
de Cristo, 197-203, 1090
e a memória de vida, 357
em passagens difíceis da Bíblia, 367
espiritual, 290
fim do poder da, 374
funçfles da, 369-373
gregos, 377
igreja primitiva, 379
inimiga da vida, 355
morte vicária de Jesus, 290
não fazia parte do mundo original, 240

nu antigo Egito, 376
no amigo Israel, 376
origem tia, 353-361
palavras para, 3S4
posíçAo advcntista do sétima dia, 382
Reforma, 381
Segunda, ver Segunda morte
sela o destino de todos, 357
sentença, 971
término de toda a existência, 355
um sono, 365, 366
universal, 361, 362
universalidade da, 361
Mortos
como sombras, 366
estado dos, 362
Movimento carismático
David du Plessls, 711
Dcnnfs Bcnnctt, 711
Movimento ecumênicu, 638
Movimento milerita, 2, 3,1014
Mulher
criada ã imagem de Deus, 236
de Apocalipse 12.970
status igual, 811
Mundo
fundação do, 488
Música, 789

Narrativas históricas
confiáveis e verdadeiras, 49
Nascimento, novo, 153,757
Nascimento virginal, 183
Nalural
catástrofes, 2S6
desastre, 32
leis, 845
morte, 290
teologia, 33
Natureza, 504, 861,862
quadro ambivalente do bem c do mal, 32
revela a glória e a sabedoria divinas, 31
Nova ortodoxia, 297
Ncoplatonismo, 158,252
Ne/esh, 240
Ncstório, 215
Nevvman, A. H., 707
Nevvton, Isaae, 498, 894
Nicela, Concilio de, 162,215, 1012
Niekelsburg, Ceorge W. E., 410
Niebubr, R. H,, 776, 1063
pecado original, 297
Nitstlaij, 442
Noite, 482
Normas de comportamento, 754
Nova Aliança, 735
atualização da aliança do Sinai, 312
com a Igreja. 959
superior 1 antiga, 435
Nova Jerusalém, 1049
centro religiosa do reino, 1049
dimensões da cidade, 1055
eo milênio, 1053
muros da cidade, 1055
Nova Terra, 491, 1046
após o milênio, 1054
atividade princfpal dos redimidos, 1056
atividades, 1056
características da, 1048-1056
doutrina da, impacto sobre a vida, 1058
ensino do AT, 1048
futura herança do povo de Deus, 247
importância teológica, 1056
lar dos remidos, 1048, 1052
novo reino, 1048
reino alegre, 1050
adoradores, 1049
reino frutífero, 1051
reino messiânico, 1049
reino pacifico, 1050
reino permanente, 1051, 1052
reino santo, 1050
Novidade de vida
caminhar ético do cristão, 332
Novo casamento, 770
Novo Êxodo, 435
Novo homem
à semelhança de Deus, 328
Novo nascimento, 757
prnccdc do Espirito Santo, 153
Nutrição, 764

Oakes, Rachel, 5, 585
Obediência
primazia da fé, 311
Obro, 776
de fé, fruto da justificação. 91S
dc publicaçêes, 8,9,15
módica, 10, 20
missionária, 10,12. 14, 15
sacerdotal dc Cristo, 193, 210
Observância do Sábado, 557, 558
ctlope, 580, 581
Ofertas
queimadas diariamente, 432
Oikonomia, 723
Onisciência, 135
d conhecimento todo abrangente de Deus, 130
Operadores de milagres
falsificados, 708
Oráculos Sibilinos, 890
Ordenanças
batismo, 620,646
Ceia do Senhor, 619, 646
lava-pés, 646
Organização
Igreja primitiva, 613
indispensável, 640
Orgulho, 280
Origem do pecado, 271
em Satanás, 271
pré-humana c angélica, 271
Orígcncs
almas, 291, 380
condição pecaminosa, 291
doutrina dc Deus, 160
hermenêutica, 102
juízo, 940
iava-pés, 659
profecia, 891
ressurreição, 412
salvação, 339
Satanás, 1100
segunda vinda, 1012
Origens do paganismo, 1074
Ornamentação, 785
Otven, John, 452
Ovvusu-Antvvl, B., 928

Padrões
da dimensão espiritual, 761
da dimensão física, 763
de preservação da saúde, 763
de recreação, 798
de responsabilidade pessoal, 784
de vestuário, 797
dimensão social, 764
Pai
autor da reconciliação, 204
Pale Filho. 242,243
Pais c filhos. 813-814
Pais na família, 809, 810
Palavra
como uma Pessoa, 622
estudos, 90
preexistente, 182
Panentefsmo, 134

Pannenbcrg, Wolfhart
doutrina dc Cristo, 220
doutrina de Deus, 167
Pantelsmo, 14, 134
Papado, 1001
aumento de, 631
Papias
milênio, 1034
Para todo o sempre, 1032
Parábola, 98
da rede, 921
das dez virgens, 922
das ovelhas c dos cabritos, 922
das vestes nupciais, 921
do hornem rico c Lázaro, 364
do Joio e do trigo, 921
Paraíso, 367
volla ao. 991
Paralelismo
poético, 87
Parousia, 992,1012
Páscoa Judaica
comemora o êxodo do Egito, 619
Paternidade, 767
Paulo e a lei, 524*533
Pecado
aliena a humanidade de Deus, 284
apagamento do, 935
avaliação contemporânea, 262
castigo pelo, 289
como ação, 309
como culpa c contaminação, 282
como depravação do coração, 309
como egoísmo c orgulho, 280
como falha, 278
como negligência do dever, 283
como poder escravizador, 309
como transgressão, 279
como um estado, 277
como um tipo específico dc mal, 278
consequências do, 284
contexto histórico, 291
desobediência ã vontade de Deus, 196
dos anjos caldos, 271
e a Imagem de Deus, 266
efeito cósmico do, 287
erradicação do, 290
extensão universal do, 287
impacto do, 284-288
impacto sobre a saúde total, 835, 836
Imperdoável, 318
inicio do, 34,196
iniquidade. 1076
na origem do homem, 242,263,270,273
natureza do, 275-285.309
original. 242.254,288.292, 298, 337
originou-se do orgulho da criatura, 358
poder escraviza ntc, 281
por comissão, 283
por omissão, 283
predisposição para, 244
realidade universal, 242
rebelião, 196, 1076
“sistêmico" cm nossa vida, 243
terminologia bíblica, 267
transmissão do, 288
um poder escravizador. 281
um status dc rebelião, 266
vencendo, 243
Pedofilia, 772
Pelágio, 254, 292. 339-340
Pena de morte, 372, 554
violação do sábado, 554
Pensamento hebraico, 94
Pentatcuco, 82
Pentecostalismo, 710
e os dons, 709-711
Pequeno rebanho, 857
Perdão, 440, 792,793, 800

concedido na santuário, 431
coração de justificação, 317
disponíveis a todos, 317
remoção das barreiras 3 reconcilia-çSo, 317
termos e conceitos, 316
Perfeição, 299, 335, 336, 437
chega até nós, 336
consumação da santificação, 336
presente e futuro, 336
Períodos de tempo, 8B2, 883
Períodos proféticos, 449
Perseguição
após Pen tecos tos, 1091
dos santos, 445
Personalidade c caráter, 357
Pesquisa
no ministério do profeta, 690
Piedade, 762
Pietistas, 976
Pinnock, Clark
doutrina da imortalidade da alma, 414
Pitcairn, 12
Plaeaeus, J.. 295
Plano da salvação
a decisão de Deus na eternidade, 310
elaborado na eternidade passada, 1082
quatro pontos objetivos, 1083
Platíio, 252, 378
Plínio, 577
Pttcuim, 249
Pneutuatilios, 249, 680
Poder do chifre pequeno, 925, 926
não contamina o santuário, 443
Poesia, 87
Poligamia, 817
Polítefsmo, 492
Porneia, 817
Pornografia, 772
Porta Fccbada, 9
Portando pecados, do castigo, 199
Pós-rnilenarismo, 897,937,945, 1034, 1037
Pós-modcrnidade, 638
Povo de Deus
Igreja, 609
Pranteando os mortos, 363
Prcble, T. M,, 585
Predestinação, 131
dupla, 341
para adoção, 324
plano divino de salvação, 131
torna Deus o autor do pecado, 343
Prediçõcs
a curto prazo. 879
a longo prazo, 881
do primeiro adventn de Cristo, 881
elemento de condicionalidadc, 880
não apocalípticas, 876
Preexistência de Cristo, 181,182
Pregação apostólica, 613
Pré-milcnarismo, 203, 897, 1033, 1038
Pré-milenarlsmo bíblico, 1034
Prescíência
dc Deus, 130
nem contraditória nem logicamente incompatível com, 130
pertence ã natureza de Deus, 130, 231
Prcston, Rachel Oakcs, 5, 585
Price, George McCready. 502
Primogênito, 142
Príncipe dos Exércitos, 442
Princípio dia-ano, 885
Princípios
declarações da vontade de Deus, 753
gerais, 761
Princípios gerais
grande conflito. 76]
imanênefa de Deus, 761
transcendência dc Deus, 761
Procriação, 780
Profecia, 110
clássica, 860, 875, 876
condicional, 694
dom de, 687-701
c a vida quutidiana, 888
e o Cflnon, 691
escrita, 678, 692
incondicional, 694
não cumprida, 95
no NT, 693
oral. 678,691
preditivas, 95,878
uma revelação dc Deus, 688
Profecia escrita, 678
canônica, 693
nâo canônica, 693
Profecia oral, 678
exemplos. 691
ilustrada nos cantores do santuário, 692
Profetas, 5
dentro da Igreja, 693
em visão, 689
falam com autoridade divina, 48
falsos, 686, 700
movidos pelo Espírito, 29
não canônicos, 693
proclamam a palavra do Senhor, 29
teste dos verdadeiros, 686
Programas humanitários, 21
Propcnsões para o mal
após a conversão, 243
Proplciação, 200
Propósitos das leis morais, 516, 517
Prosa, 86
Prostituição, 772
Protestantismo
milagres, 709
Protología, 231
Providência
direta, 136
forma indireta da, 135
pertence ã essência das atividades salvlficas de Deus, 135
sinônimo para o governo de Deus, 135
Prudência, 79]
Psjcbê, 249, 1029
Psjcbiios, 249
Pureza, 757,787
Puritanas, 975
Igreja, 975

Quarto Esdras, 1060
Queda, 271
da humanidade, 272, 1081
danus ã imagem divina, 362
das estrelas, 1002
de Lúcifer. 274. 1079
cm pecado. 1081,1082
iniciou-se com dois indivíduos, 361
Qulasmn, 551, 1060
cristão primitivo, 1061
islâmica, 1060
judaico, 1060
Qumran, 653, 1103

Racioooalismo
desafios à Criação, 498
Rad, Gcrhard von, 106
Rádio e televisão,]6, 17, 788
Ras Shamra, 93
Razão
humana, 33
idade da, 635
Rcbatismo, 652
Rebelião, 267
Recapitulação, 886, 1025
Recompensa
determinada por Deus, 1073
dos justos e dos ímpios. 1059
dos salvos, 1061
no pensamento cristão primitivo, 1061
Reconciliação, 203, 323, 324
como objetivo, 323
cm Cristo, 204
objetos da, 324
relação com a justificação, 323
restauração de um relacionamento quebrado, 204
terminologia, 323
Recreação, 786, 788
Recriação. 485
a nova terra, 491
Redenção
comunica motivação, 755
fundamental para o estilo de vida cristão, 755
por meio da morte de Cristo, 201
Reforma, 632-635
Calvino ca Igreja, 633
inglesa, 634
intérpretes, 974, 975
Lu ter o e a Igreja, 633
Reformadores
no batismo, 655
radical, 634
sobre a Criação, 497, 498
Regeneração, 328, 329
circuncisão do coração, 328
conceito básico, 328
nascido do alto, 328
um novo coração, 329
Regras de ação, 755
Rcimarus, H, S,, 414
Reino, 191
consuma o ensino e o ministério dc Jesus, 1057
de Deus, 603, 995
do Céu, 603
entrada no, 1053
espiritual, 996
futuro, 997
saniu, 1050
tema central, 191
Relação pai/filho, 813
Relacionamento entre irmãos, 814
Relações conjugais, 811
Relações sexuais, 796
pré-conjugais, 816
Relato da Criação
bem conhecido dos escritores do NT, 487
Religiões orientais, 1060
Remanescente, 599,974,990, 1004
características, 626
conceito em AT, papel de Israel, 950-955
conceito nu AT, remanescente de fó, 953, 962-965
conceito no AT, remanescente escatológicn, 954, 955.962-965
Conceito no NT, 955*959
contexto histórico, 974
e autocrítica, 982
escatológico, 954,955
escolha de um, 990
fiel. 953
igreja, 963
Israel. 953
que guarda os mandamentos de Deus, 627
tem a fé de Jesus, 627
tem o testemunho de Jesus, 701
tempo do fim, 627,962-964
vitorioso, 447
Remédios, o uso dc, 856, 868
Repouso, 764
Reprodução, 806

Resgate
sugere substituição, 199
Responsabilidade, 764,784
cívica, 777
humana, 939
pelo pecado, 273
Responsabilização, 888
Ressurreição, 373, 374,921
base da garantia, 408
coincide cora a segunda vinda, 391
como esperança atual. 396
concepção teológica, 407
corpo glorífieado ou espiritual, 391
da Reforma ao lluminísmo, 413
de Cristo, 206-209.245, 410
de Jesus, 392
de Lázaro, 395
dos justos, 416
dos mortos, 104
dos que morreram cm Cristo, 391
durante o período medieval, 412
em JoSa, 397-400
especial, 392
experiência prática, 409
Importância da doutrina, 407
no AT, 401, 402-405
no judaísmo, 410
no pensamento judaico, 410
novo ato criativo de Deus, 374
o AT 6 muito menos explícito, 401
passagens especificas do AT, 403
perspectiva afirmativa do corpo, 402
primeira, 1026
relatos nos Sinóticos, 392, 393
segunda, 1030
tempos modernos, 414
transformação da existência presente, 401
um aspecto já cumprida, 395
um tema paulino, 392-396
vísão bíblica da, 390
Ressurreição de Jesus
dá esperança aos cristãos, 394
deu início ã última ressurreição, 391
física c corporal, 207
importância, 208
os "primeiros frutos", 391
um acontecimento singular, 206
um fato histórico, 208
Ressurreição do corpo
confirmada pelos pais da igreja, 411
Ressurreição dos ímpios, 419
após Satanás ter sido preso durante mil anos, 392
Ressurreições, 403
Restauração
da verdade sobre a Terra, 447
Retribuição, 245
recompensa ou castiga apropriado e justo, 919
Rcuss, E.,, S95
Revelação, 24, 55,59, 1025
Caivino, 55
características da, 36
concepção adventista, 60
confiável, autoritária e persuasiva, 35
de acordo com Ellen White, 61
de Deus na natureza, 493
definição, 27
diversos tipos, 29
especial, 36,37, 419
geral, 30-34, 122, 123, 4S9
livro do Apocalipse, 8B3
papel do Espírito Santo, 30
progressiva, 77
redentora, 37
terminologia bíblica, 27
Revelação geral
definição, 30
modalidades, 31
voz de Deus na natureza, 487
Revolta dos macabeus, 572
Rír, 906
Ríbera, F., 894
Ríchards, H. M, S., 16
Rios, fluíam do Éden, 478
Ritschl, Albrecht
doutrina de Cristo, 219
igreja, 636
Robinson, J. A. T.. 406
Ruah, 240

Sábado
abençoado, 474
anuais, 575
Apocalipse, 565
Atos, epístolas e Apocalipse, 562, 565
batista do sétimo dia, 585
começa na Criação. 551
como agência curadora, 852
companheirismo, amor e compaixão, 569
conferências, 5, 585
cristão, 570
curas, 560-562
debulhar grãos no. 560
descanso solene, 533
e a criação origina), 489
e a doutrina da humanidade, 568
e a doutrina da igreja, 570
e a doutrina da salvação, 569
c 3 doutrina das últimas coisas, 571
e a doutrina de Deus, 566
c a profeda/escatoiogia, 587
e o calendário, 597
e o domingo na igreja primitiva, 576
e □ nosso valor para Deus, 569
Ellen G, White, 589
em Mateus 24;2Q, 559
entre puritanos e batistas, 583
evangelhos, 559
êxodo,552-554
fornece tempo para a família, 826
Hebreus 3:7-4:13, 564
importância do, 571
imprime um selo, 553
ingleses, 584
Isafas, 557
Levítico, Números, Deuteronflmio, 554, 555
livros históricos, salmos, profetas, 556
Lutera e, em Carlstadt, 582
na crise final, 592
na Etiópia, 580
na história e na prática dos adventistas da sétimo dia, 585
na história, 572
na Idade Média e era da Reforma, 581
nas guerras judaicas, 572
no lar, 593
no NT, 559
no período intertestamentário, 572. 573
no quarto c sexto séculos, 579
no segundo e terceiro séculos, 578
nos evangelhos, 559
observância, 590
origem e significado, 589
origem na Criação, 474
palavras bíblicas para, 549, 551
pelos cristãos, 576-580
PentaLeuco, 551
porção da eternidade, 725
preparação para, 592
puritano, 5S3
reconhece o domínio de Deus, 475
referências do AT, 556, 557
referências extlicas e pós-cxílicas, 558
Reforma, 581, 582
registros de Elefantina, 572
sabatistas, 581
santa convocação, 554
selo do decálogo, 553
sinal de Deus, 558, 567
teologia do, 566
tradiçücs rabínicas sobre o, 573-576
um sinal, 553, 558
viagens no, 593
Sabbata, 549
Sabbatan, 549
em Cotosscnses 2:16, 563
Sabedoria
de Deus na criação, 480
humana, 751
literatura sapiência!, 479
Sacerdotes
mediadores, 629
representantes de Deus, 425
representantes do povo, 425
Sacramentalismo e Sacerdotalismo, 629-631
Sacramenta
definido como um, 617
SacrifíciofsJ, 1083
a morte de Cristo um, 197
abate dos animais, 431
de Abraão, 423
de Caim c Abel, 423
de Noé, 423
e ofertas, 426,427
função expiatória, 432
imposição de mãos, 431
ritual da ingestão da carne, 431
sangue ritual, 432
substituta para o pecador, 198, 424,432
Salmos
impreeatórios (ou"de maldição"), 93
Salvação, 337
a partir de multas realidades negativas, 309
efetuada por meio das alianças divinas, 310
história da doutrina, 338
necessidade humana de, 309
ocorre na história, 307
pela teologia natural, 33
planada, 310, 1083
terminologia, 306, 307
visão adventista, 345
vocabulário da Escritura, 306
Sanders, James, 107
Sangue
de Cristo, 198
pertence exclusivamentca Deus, 433
significa mais que vida, 199
Santidade, 429
característica da Igreja, 625
como pureza moral, 757
como separação, 757
e saúde, 857-861
ética, 625
implicaçScs éticas da, 1007
movimentos de, 709
por meio da obra de Cristo, 440
posse exclusiva de Deus, 429
separação do mundo, 625
um status, 625
Santificação, 296,331*337
caminhada ética do cristão, 333
como um novo relacionamento c status, 331
crescimento moral em bondade, 333
crescimento na graça, 758
e perFeição. 335
senso moral, 332
senso relacionai, 332
Santos
localização durante o milênio, 1028
Santuário

advcntistas sobre, 453*454
celestial mt NT, 435*438, 452
celestial, 428, 435-439,926, 933, 934
em Daniel, 445
israelitas, 427
terreno, 929
Santuário celestial
rituais diário c anual, 930
Santuário israelita, 427
Satanás, 360
acusações contra Deus, 1085
agente de morte, 360
aprisionado, 1096
comparece nos concilíos celestiais, 1086
derrotado, 1096
exige adoração e lealdade, 1096
libertado no término do milênio, 1030
métodos de, 1090
preso durante o milênio, 1026
tentou destruira Igreja, 1091
versus ser humano, 1092
visão crítica de, 1102, 1103
ver também Lúcifcr
Satisfação sexual
expressão legítima, 806
pecado, 771
pureza, 772
Saúde, 763-764
movimento de reforma, 8, 10, 13, 864
prática da boa,862
uso bíblico, 837, 838
Saul c a mulher em En-Dor, 366
Schlelermachcr, R, 165, 218
doutrina de Cristo, 218
doutrina de Deus, 165
igreja, 635
revelaçáo, 59 .
Schueitzer, Albert, 218, 1015
Scofield, C. 1„ 898, 1039
Secularizaçãu, 157
Segunda morte, 246, 1031
aniquilação final, 285
castigo final de Deus, 373
castigo para pecados pessoais, 252
vem a iodos os impenltentes, 290
Segunda ressurreição, 1030
Segunda vinda de Cristo, 211-213,989-1017
amor, 1007
cataclísmica, 998
consumação do reino dc Deus, 212
contexto hlstrtríco, 1011
da Reforma até o século dezenove, 1014
demora da, 1009, 1010
destruição dos ímpios, 1027
día de Yahiveh, 989,990
do período pós-meeno até a Reforma, 1012
efeitos da, 1006
especial importância da, 1010
esperança, 1007
Espírito Santo, obra especial do, 1008,1009
forma da, 212,997-999
gloriosa e triunfante, *998*
impacto sobre crentes, 1006, 1007
motivação para testemunhar e
ecangclízar, *1008*
na Escritura, 989, 1017
no reavivalismo du século dezenove, 1014
os ímpios, 1005
os justos são retirados da Terra, 1027
pais prts-apostólicos sobre a, 1011
período apostúlico, 1011
pessoal c literal, 997
preparação para a, 1009
preparo espiritual, 1009
razêes para Sua vinda, 1004-1006
Reforma, 1013
ressu5Cltaros mortos, 1004
restabelecer a comunhão com Deus, 1006
restaurar a terra, 1005
reunir os escolhidos, 1Ü04
sinais da, 999
sinais de Sua vinda, 999, 1001
súbita, 998
terminologia do AT, 989
terminologia do NT, 992
urgência associada S, 1008
vlndica a Deus, 1005
visível e audível, 998
Segundo Enoque, 1060
Selamento, 964
Selo de Deus, 972
Semana
dc sete dias, 468
planetária, 596
Seminário de Jesus, 222
Semiótica, 107
Semler, Johann, 104
Sebl, 364
Scpultamento, 363
Seres celestiais
medeiam as comunicaçües divinas, 872
Seres humanos
conhecimento intuitivo de Deus, 33
essencial mente impuro, 432
exercem domínio, 483
refletem a imagem dc Deus, 361
um toda Indivisível, 356
Serpente, 360
Sexualidade, 236, 237, 250, 771-775
Shalom e saúde, 838
Shca, William H„ 886, 926,933
Sinais, 1001
da segunda vinda, 1018
no mundo moral, 1002
no mundo natural, 1001
no mundo religioso, 1003
Simbolismo, 97,886
Slmen, Rfchard, 57, 103
Simplicidade, 781
Singularidade, 772
de Cristo. 185, 186
Sistema sacrifical
AT, 422
atendia a todas as necessidades
espirituais de Israel, 426
características, 423,424
funções do, 427,428
israelita, 424-429
limitações, 435
origem, 422
ritual do. 431-435
Situacionisme, 748
Smith, Uríah. 10
Smlth, William "Strala*, 500
Social
evangelho, 297
justiça, 777
responsabilidade, 778
Sócrates, 378
Sodomía, *772*
Sofrimento
de Cristo, 195
físico, 285
Sol, 481.482
escurecí mento do, 1002
Sola Scrípium. 70
Luteru, 55
só pela Escritura, 49
Sonhos proféticos, 689
Spear, Samuel, 169
Spener, P. *].*. 976
Spinoza, B-, 57,499
Spt, 906
Storrs, Georgc, 5, 254
Stott, John
ressurreição, 414
Strand, K. A., 963
Submissão das esposas
introduzida no mundo pelo pecado, 237
Subordinacionismo, 168
Substituição, 199
Sucessão apostólica, A
imposição de míos, 626
Supralapsarianismo, 344

Tu *hagia* em Hebreus, 461-465
designa o santuário como um todo, 436
Tabernáculo terrestre
tipificava o ministério de Cristo no
Céu, 210
Tabcrnáculos
festa dos, 1050
Tabiiír, 428
Talentos c habilidades, 742
Taltnude Babilônlco, 823, 1060
Tâlttid
obra do sacerdote no santo lugar, 442
Tardes-manhãs, 443
Tártaros, 1080
Teatro (cinema), 789,798
Teístno do llvre-arbftriu, 167
Televisão c rádio, 16, 788
Tema do grande conflito, 1071-1107
benefícios teológicos do, 1098-1100
caráter de Deus justificado, 1099
crcntcs maduros, 1099
harmonia moral, 1098
seu centro, 271
sofrimento humano explicado, 1098
visão bíblica do mundo revelada, 1098
Tempo
precioso dom de Deus, 741
valor, 725
Tempo do fim
começará nu tempo estipulado, 964
em Daniel, 964,965
Teocracia, 957
Teofania, 481,484
Teologia, 23
da libertação, 221, 222, 297
da nova escola, 296
da saúde, 837-840. 864
du processo, 167,220
federal, 295
feminista, 221
filosófica, 33
menfita. 495
natural, 33
negra, 221
Teoria do arrebatamento secreto, 1004
Teorias dualísticas sobre o homem, 247, 248, 249, 250
Teorias monarqutstas, 161
Terra, 739
história do quinto milênio a.C., 487
nova, 1046-1056
Terremoto dc Lisboa, 1001
TcrUiliann, 734
almas, 380
Jufzn, 940
milênio, 1035
montanismo, 708
profecia, 890
ressurreição, 412
Sábado, 578
salvação, 338
Testamentos e espólios, 821
Testando o dom profético
â lei e ao testemunho, 697
pelos seus frutos, 697
prcdlçõcs cumpridas, 698
Testemunho de Jesus, 963,971,978,982
é o espírito dc profecia, 701
Testemunho interno das Escrituras, 70
Texto bíblico, 79
Texto de Eridu, 494
Texto grego, 79

Texto massorétfco, 79
Textos difíceis, 999
Thiclc, Edivin, 85
Thrce Angels B roa d ca s 11 ng Net iva rk, 19
Ticônio, 891
  milênio. 1035
  segunda vinda, 1012
Tipo/antftipo, 435
Tipologia
  bíblica, 96-99
  deGnida como, 96
  do santuário, 97
  envolve uma correspondência superior, 96
  originada na história, 96
  prefigura, 96
  prefigu ração do amítipo, 96
Tormento eterno, 1031
Totalidade, 839
  da pessoa, 239
Tradição
  aceita como tendo autoridade divina, 54
Tradução rabfnica, 573
Tradodanismu, 338
Traduções e versões, 8Ü
Transcendência
  a essência divina além da esfera da crfaçao, 128
  significa independência, 128
Transferência e contaminação, 432
Transubstancfação, 667
  Concilio de Trento. 667
  Igreja da Inglaterra, 668
  Quarto Concilio de Latrâo, 667
Travestfsmo, 772
Trento,
  Concilio de, 56,295, 343, 736, 825,941
Trindade, 137
  adventistas, 168
  na teologia adventista, 168, 169
  "unfeidade" de Deus, 137
Tríplfcc mensagem angélica, 1094
  adoração ao Criador, 967
  antes da segunda vinda de Cristo, 1094
  concepção advenlista, 977-986
  contexto cscatolflgico, 966
  decretu de morte, 971
  ira de Deus, 970
  marca da besta, 970-972
  mensagem divina no tempo do fim. 965
  queda de Babilônia, 969, 970
  simboliza movimentos religiosos cristãos. 965
  tema do jufzo, 968, 969
  última mensagem de graça, 639
  último apelo do Céu, 965
  uma obra dc reconstrução c restauração, 447
Trocltsch. E., 59,104
TuckerJ. L., 19
Túmulos e sepulta mentas, 363
Tyndaie, William, 241, 582

Última Ceia, ver Ceia do Senhor.
Unção
  do santuário, 928
  santuário celestial, 438
  santuário terrestre, 439
Unger, M. F., 1103
Unidade
  característica da igreja, 624
  dos seres humanos, 238
Universalismo
  e ojufzn divino, 943, 944
Uzá, 93

Valdo, Pedro, 974
  batismo, 659
Valor próprio, 282
Valores, moral, 794
Vandeman, Ccorgc, 16
Vaticano, Concilia
  primeiro, 636
  segundo, 60
Vírticíiiia csx *evcnlu,* 878
Verdade preservada, 625
Vestuário, 784
  e moda, 784, 786
  normas de, 797
Vida
  e morte, 355, 369
  e saúde, 740
  espiritual, purificada do pecado, 449
  humana, 780
  livro da, do Cordeiro, 1053
Vida eterna, 212, 325, 397, 398, 1052
  aguarda uma consumação, 212
  através do dom de Deus, 325
  no presente, 212
Vinda
  segunda, ver Segunda vinda de Cristo
Vindicaçãode Deus, 1005
Virtude
  cristã, 790-794
  livre-a rbftrio, 235
Visão pelagiana do pecado, 292
Vitorlno, 891
Volta ire, François-Maric, 58

Waggoner, E . 1 1
Warfield, Denjamin, 39,41
Welss, H., 406
Wcllhausen, Julíus, 104,499, 896
VVere, L. E, 973
Weslcy, John, 296,344, 976
  dons espirituais, 709
  montanismo, 707
  pecado original, 296
  perfeição, 344
  salvação, 344
  sobre dons espirituais, 708, 709
Wheelcr, Frederíck, 5

Whllby, Daniel, 894, S97
  milênio, 1037
  pós-mllenarismo, 1037
  prò-miJcnarismo, 894
Wliite. Ellcn Gould (Harmnn). 7, 8,9,12,20
  ajudantes literários, 704
  Apocalipse 14:7,978
  autoconsciência, 702
  casamento, 826
  Ceia do Senhor, 665
  custódia de escritas, 705
  dom de profecia, 695
  dom profético, 712
  c a profecia, 701-706
  em visão, 689
  emprego de fontes e assistentes, 704, 705
  Escrituras, 696
  fontes, 704
  fruto dc urna vida de trabalho, 705
  lava-pés, 660
  não imortalidade da alma. 382, 383
  papel na Igreja Advcntista, 703
  pecado, 298
  queda de Satanás, 1104
  sábado, 586, 981
  segunda vinda, 1016
  seu ministério, 703, 705
  Trindade, 169
Wbíte, Tiago Springcr, 6
  aumento de conhecimento, 965
  milênio, 1037, 1040
  Sábado, 586
  Trindade, 168
Whitelicad, Alfred North, 166,220
  doutrina dc Deus, 166
Wolff.Joseph, 1014
Wright, D.. 708
WycJiffe, John, 974

Xcnoglossía, Atos 2,683

Yahvvch
  dia de, 989
  cm Cênesis 2:4-25,476
  vinda de, 989

Zoneamento ecológico, 502
Zoroastrfanismo
  suposta fonte de ensinamento bíblico, 1103
Zivfnglio, Ulrich
  batismo, 655
  Ceia do Senbor, 668
  dizimo, 736
  domingo, 482
  doutrina de Cristo, 217
  igreja, 974
  jufzn, 941
  natureza de Cristo, 217
  pecado original, 294

índice Bíblico

Gênesis
1 ..... 468, 472, 476, 477
1:1 468
1:2 468
1:3 469
1:8, 11 470,471
1:12 471
1:14-16 469
1:14-19 481
1:16-18 471
1:24, 25 472
1:26 ..... 473, 724, 834
1:26,27 233
1:27 473,479,834
1:28 475
1:28-30 481,482
1:29 474,859
1:30 474
1:31 474,569
1; 2 232
2 236,473,475,477,479
2:1-3 551
2:1-4 474
2:4-25 476
2:5 475
2:7 240,355
2:10 478
2:16, 17 358
2:17 423
2:18 236,805
2:18-22 236,237
2:18-24 478
2:23 237,479
2:24 42,238
3 272,908,909
3:1 274
3:6, 7 275
3:8-10 275,276
3:11-13 275
3:19-24 275
4:1-16 909
4:8-10 276
6:1-4, 7, 13 909
6:14-22 910
9:3,4 860
15:16 911
16:11, 13 139
19 910

Êxodo
3:2-15 139
5:5 552
9:12 94
12:37 90
16 552
16:23,25, 26, 29 552
19 535
20:3-11 513
20:8-11 552
20:12-17 513
20:20 .....
23:12 ..... 553, 568
23:20, 21 ..... 139, 140
25:9 428
25:40 429
31:13-17 553
31:16, 17 566,567
34:21 .....
35:2,3 554

Levítico
4:1-21 426
5:1-6 427
5:15, 17, 18 427
7:11-18 426
11 860
16 ..... 433, 930, 968
16:8 434
16:31 ..... 433, 554
16:33 433
17:11 432
18:5 918
19:2-37 332
19:3,30 554
23:3 ..... 554, 569
23:27 433
23:27-32 968
23:29 930
23:38 554
25:2-6 554
26:2 554

Números
15:3-11 427

Deuteronômio
5:12-15 555
5:15,22 555
14 860
28 879

Josué
5:13-15 1079
6:1-24 912

Juizes
2:1-5 139

1 Samuel
25:37 354
28:3-19 366

2 Samuel
6:3-7 93
24:24 84

2 Reis
4:18-37 556
11:4-20 556

1 Crônicas
21:25 84

Jó
1:6-12 1086
2:1-8 1086
14:7-17 373
19:25-27 403
38 480
38-41 479

Salmos
8 483
8:2-5 483
8:6-8 483
19 ..... 122, 482
19:1 482
19:7-14 482
88:10 366
104 480
104:2-4 480
104:10-13 481
104:14 481
104:16 481
104:19 481
104:28-30 481,482
104:31-35 482
110:1 ..... 42, 140

Provérbios
2:18, 19 366
5:18, 19 811
8 486
21:16 366

Isaías
1 878
1:2, 3 878
1:4, 15, 17, 21-23 878
1:5-9 879
1:11-14 879
1:18 879
1:25-27 879
2:6-22 920
8:19 70
8:20 70,697
10:5 880
10:12-19 880
11:6-9 1051
11:9 1051
13:6,9 920

14:4-21 1075
14:8, 9, 11 365
14:12 1076
14:13, 14 ..... 1076, 1077
24-27 921
25:8..... 404
26:14..... 366
26:19 ..... 403, 404
40:26-28 484
42:1,3,4 191
44:28 880
45:1-6..... 880
49:1-6..... 191
50:4-9 191
52:13-53:12 ..... 191, 194
53..... 191, 192,322
53:4-6, 8 191
53:4..... 192
53:5..... 192,194
53:6-9, 12..... 193
56:2-8 557
56:6, 7 569
58:13, 14 557
65:17 485
65:20-23 1051
65, 66 485
66:22,23 ..... 485, 557
66:23 1049
66:24 1052

Jeremias
10:11-13 485
27:5..... 485, 486
31:31-34 312
32:17 486
36:2,4 ..... 43, 44
36:8, 10, 11, 32 44
51:15, 16..... 486

Ezequiel
8,9 963
9:2, 4, 8 963
20:12,20..... 566
20:12-24.....
28:12-19 1075
37..... 402
37:12-14 403

Daniel
2..... 991
7..... 444, 927, 931,933,992
7:1, 12 967
7:2-8 967
7, 8..... 992
7:9..... 931, 933
7:9, 10 ..... 967, 1095
7:9, 10, 13, 14,26,27 1095
7:10 931
7:13, 14 ..... 931,967, 1095
7:18,27 1095
7:21, 22 924
7:22 932,1095
7:25 925,964,968
8..... 444, 931, 933
8:9-14 442,933
8:11, 12 442,928
8:11, 14 933
8:13 ..... 443, 926, 813
8:13, 14 442,444,813
8:14 ... 442, 929, 931, 935, 964,968
8:15-17,23,27 927
8:17 964
8:17, 19 928
8:26, 27..... 928
8,9 444,926-928
9:2, 22, 23 927
9:4-19..... 916
9:21-23..... 928
9:24..... 928
9:24,25..... 929
9:24-27 ..... 438, 916, 927, 928
9:25 929
10:13,21 1080
12:1 ..... 932, 933, 1080
12:1, 2 445,933
12:2..... 404
12:4, 10..... 965
12:7..... 964

Oseias
1:6,9..... 605
2:18..... 605
2:19,23 605

Joel
2:27..... 605
2:28,29 605,699
2:28-32 962,963
2:30, 31 699
2:31,32 962
3:1 605

Amós
1:3-2:16 913
4:13..... 483
5:4, 6, 14..... 954
5:5..... 88
5:8, 9..... 483
5:15 954
5:18-20..... 915
5:18-27..... 954
9:5, 6..... 483

Miqueias
6:1-8..... 915

Zacarias
3..... 1086
3:1,2 140
12-14..... 1049
14..... 1049

Mateus
3:1-6..... 647
3:16, 17 156
4:1-11 1088
5:1 84
5:17-19 523
5-32 817
7:15-20..... 697
7:15-23 700
7:22, 23 686
8:11 1052
10:23..... 999
11:27..... 142
12:1-13 560
13:24-30,37-43 921
13:47-50 921
16:16 601
16:18 629
16:18, 19 ..... 600, 601, 631
16:28..... 1000
18:15-17 622
18:17 600
19:4, 5..... 42,488
19:6..... 769
19:8,9..... 817
19:9..... 769, 770, 817
19:16-26..... 523
20:28 199,200
22:1-14 ..... 314, 921
22:29,31,32 47
22:35-40 522,523
22:37-40 759
24:20 559
24:34 1000
25..... 729
25:1-13 922,1009
25:14, 16, 17 729
25:31-46 922
25:46 247
26:26-28 620
26:29..... 619
27:52, 53 396
28:18-20 648
28:19..... 156

Marcos
1:10, 11 156
2:23-28 560
2:27..... 489
5..... 397
6:13 856
8:31 397
9:31 397
10:34..... 397
10:45..... 199
12:36..... 42
13:24,25 1001

Lucas
3:21,22 156
6:1-10 560
6:17 84
10:17, 18 1079
12:32 956
12:42-44,46,47 .. .. 72S,729
16:19-31 364
18:9-14 314
19 729
19:11, 12 997
21:25 1001
23:43 367
23:54-56 560
24:27, 44, 45 74
24:39 407

Jo3o
1:1 188
1:1, 14 181
1:2, 14 182
1:14, 18 142
3:16, 18 143
3:19 907
5 490
5:1-16 532
5:2-9 561
5:17 532
5:19 143
5:19-29 397
5:24 907
5:24, 25 ..... 397, 398
5:28,29 398
6:54 398
8:5,7, 11 524
8:28 143
8:44 1077
8:58 182,189
8:59 189
9 ..... 490, 532, 533
9:1-3 842
9:16 ..... 533, 561
9:24, 34, 39 533
10:34, 35 73
10:35 75
11 398
11:1-44 365
11:25, 26 398
12:47,48 922
12:50 143
13:1-5 620
13:1-20 657
13:10 658
13:10, 11 620
13:14 ..... 657, 659
13:15, 17 620
14:31 143
15:4, 7 213
15:15 143

Atos
2 684
2:16 605
2:23, 24, 32, 33 150
2:38 617
2:44, 45 729
3:24 957
4:24 488
8:16 618
10:41-46 .....
10:48 617
15 623
17:2, 3 562,563
19:1-7 652
19:5 618
19:6 683
20:7 563

Romanos
1:16, 17 ..... 314, 320
1:16-3:25 320
1:17 320
1:18-21 122
3:19,20 315
3:21 ..... 315, 320
3:21-26 201
3:22 315
3:24, 25 200
3:24-26 320
4 315,316
4:1-5, 22-24 316
4:3-8 ..... 316, 317
4:25 316
5 325
5:1-3 325
5:5-10 325
5:11 289,325
5:12 ..... 242, 289
5:12-14 242,246
5:12-19 289
5:18 318
5:21 281
6 ..... 319, 333,395
6:1 319
6:1-11 650
6:2 ..... 334, 650
6:2, 4, 5, 8-11, 13 333
6:2, 14 333
6:3, 4 ..... 319, 333, 617
6:4-6, 8 617
6:5-11 396
6:6 333
6:6,7 281
6:6, 8 617
6:7 319
6:10, 11 333
6:12 281,334
6:14 334
6:17,20 319
6:18, 22 319
6:22 919
6:23 281,282
7:5-12 525,526
7:15-20 277
8:28 135
8:29 131,143
9:6 605
9:25,26 605
10:4 530
10:5 919
11:1, 2 605
11:12, 26 1004
11:17-26, 30-32 958,959
12:1 859
12:7, 8 683
14:13-23 276

1 Caríntíos
1:2 332,333
1:6, 7 684
1:6-8 700
6:11 332
6:13, 14, 16 409
6:16-18 771
6:19, 20 409
7:1 409
7:10, 12,25 44
7:12 44
7:40 45
8:6 146
10:16-21 662
11:23-25 662
11:24, 25 620
11:24, 26 619
12:4-11 742
12:7 ..... 6S3
12:8 682
12:8-10 681,854
12:9, 10 682,683
12:28, 30 ..... ,..854
12:29, 30 693
12:30 687
13:8, 9 337
13:9, 10 684
14 683
14:29-33 693
15 393
15:3-5 392
15:3-8 394
15:12-19 394
15:14, 17 408
15:15 395
15:20 394
15:24 143
15:29-34 394
15:35-50 394,406
15:42-50 407
15:44-49 249,250
15:52 394
16:2 563

2 Coríntios
3:6, 14-18 312
4:14 .....
5:1-5 .....
5:1-10 367
5:15 .....
5:17 213
5:18-21 .....
6:14 807
12:7-9 854

Gálatas
2:14 527
3:6-9, 15-18 311
3:12 919
3:19-29 526
3:15-4:7 312
4:4, 5 183
4:24, 25 .....
5:3, 14, 18 529
5:24 528,529
5:25 529
6:2 529
6:14 529
6:16 958

Efésios
1:6 611
2:3-7 396
2:14, 15 530
2:20 .....
3:5 693
3:6 958
4:11 611
4:11-13 700
4:11-14 684

Filipenses
1:19-26 367
2:5-11 182
3:11-16 336

Colossenses
1:15 143
1:16-19 489
1:26, 27 1073
1:19-22 323
2:13, 14 .....
2:14-17 563

1 Tessalonicenses
3:12, 13 336
4:13-18 393
4:14 393
4:14, 15 368
4:16, 17 368
5:23 336

2 Tessalonicenses
1:8, 9 247
2 ..... 959, 961
2:1-4 1091
2:3, 4 959
2:3-8 960
2:4 960
2:5-8 1091
2:7 ..... 960, 961

1 Timóteo
1:5 530
2:6 200
3:6 1076
5:18 43,71
5:23 854

2 Timóteo
3:15 52
3:16 39-41,43,45,71
3:16, 17 ..... 51, 71

Tito
2:13 994
3:5 329

Hebreus
1:1 28
1:2 489
l:4-2:9 188
1:6 143
3:7-4:13 564
4:4, 8, 10 564
4:9 ..... 549, 564
4:9, 10 564
6:1,2 401
6:17-20 89
6:19, 20 .....
7:2-7, 15-19 437
7:19 466
8:1,2 461
8:2 .....
8,9 462
9:1-10 461
9:1-10, 21 .....
9:5 201
9:8 90,934,462
9:9, 10 462
9:11 ....436, 439, 463
9:12 ..... 439, 463
9:18-20 439
9:23,26,28 .... 441, 442
9:23,24 934
9, 24 436,464
9:25 464
9:25, 26 441
10:1-10 441
10:19, 20 ..... 89, 465
10:20 ..... 90, 91
11 401
12:23 368

Tiago
5:13-16 855

1 Pedro
1:3 401
1:10-12 77
2:9 609,957
3:21 401

2 Pedro
1:19-21 71
1:21 ..... 37, 39, 43, 45
2:4 1080
3:9-13 ..... 97?

I João
2:2 202
3:4 279
3:8 1077
4:2,3 698
4:9 143
4:10 202

Judas
6 1080
9 1079

Apocalipse
1:5 143
1:10 ..... 490, 565
1:10-20 440
4 ..... 439, 490
4:6, 11 490
5 439
5:1-5, 9, 10, 12, 13 439
6:9 368
7 ..... 447, 963
7:1-8 964
7:3 964
7:9-12 447
8:2-5 440
10 966
10:1 966
10:6 ..... 447, 488, 490, 966
10:7, 9, 10 967
10:11 967
11:1 447
11:19 934
12 1088
12:1 700
12:6 ..... 962,968, 1091
12:7-9 1079
12:9 1080
12:13-16 1091
12:14 962,968
12:17 ..... 534,627,963,972, 1095
13:1-10 1093
13:3,4, 8 1093
13:10-17 1093
13:13-15 972,1094

13:15 ....972, 1094
13:15-17 972
13:16, 17 ....972, 1094
14....446,969
14:1, 4, 5 964
14:6, 7..... 565, 965-967, 970, 1094
14:6-11 446,971
14:6-12....627,965
14:6-13....1094
14:7 ..... 491, 923, 924, 931, 967, 96S, 971, 1094
14:8 .... 965, 969, 970
14:9....966
14:9, 10 972
14:9-11 972
14:9-13....1095
14:10 ..... 966, 971
14:12 ....534, 965, 971, 1095
14:13 971
14:14 968
14:14-20 .... 967, 1096
17 .... 970, 972
17:1-6....970
17:2-4, 7, 8.... 973
17:6 970,973
17:8, 10, 16, 19 972,973
17:16 970
17:16-18 972,973
18:1-8, 10, 16, 19,24 972,973
18:4, 5....973
19:10.... 701
19:11-21 1096
19:20 1096
20 .... 400, 1025
20:1-3 .... 1026, 1097
20:4 .... 400, 1028, 1029, 1097
20:4-6 1026,1027
20:5..... 400, 1030
20:5, 7-10..... 1030
20:6 .....
20:6, 7 373
20:7-10..... 400, 1097
20:9 1030
20:10..... 1031
20:11, 12 1030
20:11-15 373,1097
20:14, 15 ..... 400, 1031
20:15..... 400
21:1 ..... 491, 1054
21:11, 23 1056
22:3..... 1056
22:9..... 701